Tais foram em tudo as obras do Infante Dom Henrique, continuadas depois pelos reis de Portugal, que levaram adiante o que ele começou. Primeiramente nele e por ele se povoaram os desertos dos séculos, porque muitas ilhas que desde o princípio do mundo por tantos séculos estiveram desertas, incógnitas e despovoadas, como era a ilha da Madeira, e as Terceiras ou dos Açores, ele as descobriu, povoou e edificou; e de ilhas desertas que antigamente eram, estão hoje tão povoadas e populosas, e tão enobrecidas de formosas cidades e sumptuosos edifícios: aedificabuntur in te deserta saeculorum. *E assim como nestas ilhas ermas e desertas lançou este glorioso príncipe os primeiros fundamentos da geração humana, fazendo que fossem povoadas de homens, [...] lançou também os primeiros fundamentos da geração divina.*

PADRE ANTÓNIO VIEIRA,
História do Futuro

ISBN 978-989-9012-68-4

O século XXI será cada vez mais o século do conhecimento, tido como meta e prioridade em ordem ao progresso dos povos. O conhecimento é o novo nome do desenvolvimento. Os países e as regiões distinguir-se-ão, acima de tudo, pela cultura e pela ciência, como capitais decisivos para gerar inovação, novas fontes de riqueza e saídas alternativas em ordem à sobrevivência da humanidade para além das fronteiras, agora estreitas, do nosso planeta Terra. Não podemos descurar que aquele período da nossa história, em que Portugal se salientou no palco das nações do mundo pelas viagens de descoberta dos caminhos marítimos, teve na base a acumulação, a gestão inteligente e a aplicação adequada de um conhecimento científico e técnico. Este capital de saber permitiu ao nosso país criar a primeira rede de influência global no dealbar da Época Moderna e tornar-se, ao lado de Espanha, o pioneiro, ou seja, o pai da globalização em que hoje vivemos plenamente. Neste momento charneira da história da humanidade, a Madeira começou a ser povoada sob a égide de Portugal e tornou-se uma espécie de laboratório e rampa de lançamento do Novo Mundo que se abria aos olhos da Europa nos séculos XV, XVI e XVII.

O papel do arquipélago madeirense como ponto nevrálgico, de interseção, de absorção e de projeção (povoadores multiétnicos, navegadores, comerciantes, viajantes, cientistas, militares, exilados, emigrantes, turistas, etc.) faz da Madeira uma das ilhas mais conhecidas do mundo e com presença frequente na grande literatura e história mundiais. A Madeira é, pois, uma ilha que merece justamente o epíteto de "Ilha Global", que agora passa a ter um dicionário global.

Adaptado da Introdução (volume 1)

CENTRO DE ESTUDOS GLOBAIS
Região Autónoma da Madeira Governo Regional
Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia
madeira
Intervir+
apca
AbERTA
Cátedra CIPSH de Estudos Globais
CLEPUL
U LISBOA
FLUL FACULDADE DE LETRAS
FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
iecc pna Instituto Europeu de Ciências da Cultura P. Manuel Antunes
PESTANA HOTEL GROUP
JM
SOCICORREIA

José Eduardo Franco
DIREÇÃO

Cristina Trindade
COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Madeira
Global
GRANDE DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DA MADEIRA

Atlântico
Carnaval

2

José Eduardo Franco
DIREÇÃO

Cristina Trindade
COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Madeira
Global
GRANDE DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DA MADEIRA

VOLUME 2



ORGANIGRAMA CIENTÍFICO

Direção:
José Eduardo Franco

Coordenação executiva:
Cristina Trindade

Coordenação das áreas científicas:

ANTROPOLOGIA E CULTURA MATERIAL
Jorge Freitas Branco

ARQUITETURA E PATRIMÓNIO/HISTÓRIA DA ARTE
Rui Carita

ARTES E *DESIGN*
Isabel Santa Clara

ARTES PERFORMATIVAS
Teresa Norton Dias

BIOLOGIA TERRESTRE/GEOGRAFIA E ECOLOGIA/GEOLOGIA
Miguel Sequeira

CIÊNCIAS DA SAÚDE
Ana Rita Londral

CIÊNCIAS DO MAR
Thomas Dellinger

CINEMA, VÍDEO E MULTIMÉDIA
Carlos Valente

CULTURA E TRADIÇÕES POPULARES
† David Pinto Correia e Thierry Proença dos Santos

DIREITO E POLÍTICA
José Renato Gonçalves

ECONOMIA E FINANÇAS
† Alberto Vieira e Eduardo Jesus

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREENDEDORISMO
Jacinto Jardim

ESTUDOS CLÁSSICOS
Luísa M. Antunes Paolinelli e Silvio Fernandes

FÍSICA, QUÍMICA E ENGENHARIA
Ana Rita Londral

HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL
† Alberto Vieira

HISTÓRIA MILITAR
Rui Carita

HISTÓRIA POLÍTICA E INSTITUCIONAL/HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
Cristina Trindade e Nelson Veríssimo

IGREJA CATÓLICA
Agostinho Jardim Gonçalves, José Eduardo Franco e Saturino Gomes

INSTITUIÇÕES E EXPRESSÕES RELIGIOSAS NÃO CATÓLICAS
Simão Silva

LINGUÍSTICA
Aline Bazenga

LITERATURA
Luísa M. Antunes Paolinelli

MADEIRA GLOBAL
Paulo Miguel Rodrigues

MATEMÁTICA E ASTRONOMIA
Custódia Drumond

PERSONALIDADES TRANSVERSAIS
Cristina Trindade

PSICOLOGIA E PSIQUIATRIA
Jacinto Jardim e Luísa Soares

SOCIEDADE E COMUNICAÇÃO
† José Manuel Paquete de Oliveira

José Eduardo Franco
DIREÇÃO

Cristina Trindade
COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Madeira Global

GRANDE DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DA MADEIRA

VOLUME 2

THEYA

Madeira

Global

GRANDE DICIONÁRIO
ENCICLOPÉDICO
DA MADEIRA

José Eduardo Franco
DIREÇÃO

Cristina Trindade
COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Madeira
Global

GRANDE DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DA MADEIRA

VOLUME 2

THEYA

ISBN 978-989-9012-68-4

Título: Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira
Volume 2
Direção: José Eduardo Franco
Coordenação executiva: Cristina Trindade

Design, capa e paginação: António Rochinha Diogo | ARD-Cor
Infografias: Carolina Grilo
Gestão fotográfica: Bernardes Franco
Supervisão iconográfica: Rui Carita
Revisão: Equipa de revisão do CLEPUL e do CEG – Universidade Aberta
Coordenação editorial: Susana Mourato Alves-Jesus

Editora: Theya Editores
IECCPMA/Centro de Estudos Globais e Cátedra CIPSH de Estudos Globais – Universidade Aberta
Impressão e acabamento: Printer Portuguesa
Distribuição: Edições Esgotadas
ISBN: 978-989-9012-68-4
Depósito legal:
Data de lançamento: 2022

Theya Editores
Instituto Europeu de Ciências da Cultura
Padre Manuel Antunes – IECCPMA
Rua Ladislau Patrício, n.º 8 – 1.º A,
1750-136 Lisboa
theyaeditores@gmail.com
Tel. 96 99 77 702

PREFÁCIO

A publicação do volume 2 da obra *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* deve ser interpretada como um momento de especial afirmação do projeto, pois é insofismável que a mesma representa, também, uma conquista sobre os constrangimentos decorrentes da pandemia da Covid-19. Tal conquista não ilude, todavia, que trabalhar em cultura tem, entre outras várias características, o traço da incompletude. Cada novo passo que se dá neste território tem como missão abrir muitos mais caminhos do que aqueles que fecha, e é isso que tem permitido avançar sempre mais, sem, no entanto, jamais se chegar ao fim. Mesmo considerando a disponibilização de mais cerca de 900 páginas da obra, que abrigam centenas de entradas, é indispensável sublinhar que o conhecimento absoluto não existe, nem existirá nunca, o que não impede, contudo, que, pelo caminho, se vão semeando marcos que fazem pontos de situação do percurso até então desbravado. No caso do arquipélago da Madeira, esses marcos existem em variadas áreas do saber e são sempre referências a que se volta, para aferir distâncias, fundamentar progressos ou (in)validar conclusões. Alguns deles podem eventualmente ser mais ambiciosos e, propondo largas sínteses, visam horizontes de 360º, querem-se panóticos, e são constituídos por obras de carácter enciclopédico, termo que, em si mesmo, aponta para um conhecimento em círculo, para uma abrangência total.

A primeira das obras que, na Madeira, representa esse esforço e tem esse desígnio é o *Elucidário Madeirense*, publicado há já um século, mas que continua a servir o seu propósito de lugar incontornável, de sítio de visita obrigatória, quando se procura acesso rápido a informação sobre qualquer assunto relativo ao arquipélago. Em 100 anos, é forçoso que muito se tenha alterado, tanto ao nível do conhecimento produzido, como em relação a novas formas de olhar questões antigas, e também quanto a eventos entretanto ocorridos e que são vitais para um entendimento da atualidade do quadro insular. Cem anos são igualmente dignos de comemoração, sobretudo se se juntarem aos 600 que decorreram desde a descoberta oficializada destas ilhas e da sua integração efetiva no reino de

Portugal, que, com elas, dá o primeiro passo para a construção de um império ultramarino e do mundo globalizado que hoje conhecemos.

O *Elucidário Madeirense* veio a lume na circunstância da comemoração dos 500 anos desse mesmo acontecimento, e a obra *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, cujo volume 2 se edita agora, pretende ocupar o mesmo espaço, utilizando o mesmo pressuposto, agora ampliado substantivamente no âmbito de um projeto que alcançará os 10 volumes e ao qual o Governo Regional da Madeira tinha o dever político e cultural de, naturalmente, se associar.

Assim, congratulo-me com a prossecução dos trabalhos há já vários anos iniciados e que se vão consubstanciando em volumes que se pretende lançar ao ritmo de um por ano, sendo o presente volume o segundo a vir a lume.

Em nome do Governo Regional da Madeira e das empresas que colaboram neste projeto, saúdo, pois, o lançamento do volume 2 da obra *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, ciente do importante contributo que proporciona a estudiosos, em particular, e também ao público em geral.

Jorge Carvalho
Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia
da Região Autónoma da Madeira

Funchal, novembro de 2021

ORGANIGRAMA

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco

COORDENAÇÃO EXECUTIVA:

Cristina Trindade

COORDENAÇÃO DAS ÁREAS CIENTÍFICAS:

Antropologia e cultura material:

Jorge Freitas Branco
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Arquitetura e património/História da arte:

Rui Carita
Universidade da Madeira | Universidade de Lisboa | Universidade Nova de Lisboa

Artes e *design*:

Isabel Santa Clara
Universidade da Madeira | Universidade de Lisboa

Artes performativas:

Teresa Norton Dias
Universidade Aberta | Universidade da Madeira | Universidade de Lisboa

Biologia terrestre/ /Geografia e ecologia/Geologia:

Miguel Sequeira
Universidade da Madeira

Ciências da saúde:

Ana Rita Londral
Universidade Nova de Lisboa

Ciências do mar:

Thomas Dellinger
Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos | Universidade da Madeira

Cinema, vídeo e multimédia:

Carlos Valente
Universidade da Madeira | Universidade de Lisboa

Cultura e tradições populares:

† David Pinto Correia
Universidade de Lisboa

Thierry Proença dos Santos
Universidade da Madeira | Universidade de Lisboa

Direito e política:

José Renato Gonçalves
Universidade de Lisboa

Economia e finanças:

† Alberto Vieira
CEHA – Secretaria Regional de Turismo e Cultura da Região Autónoma da Madeira | Universidade de Lisboa

Eduardo Jesus
Ordem dos Economistas

Educação, formação e empreendedorismo:

Jacinto Jardim
Universidade Aberta | Universidade de Lisboa

Estudos clássicos:

Luísa M. Antunes Paolinelli
Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares | Universidade da Madeira | Universidade de Lisboa

Sílvio Fernandes
Universidade da Madeira

Física, química e engenharia:

Ana Rita Londral
Universidade Nova de Lisboa

História económica e social:

† Alberto Vieira
CEHA – Secretaria Regional de Turismo e Cultura da Região Autónoma da Madeira | Universidade de Lisboa

História militar:

Rui Carita
Universidade da Madeira | Universidade de Lisboa | Universidade Nova de Lisboa

História política e institucional/História da educação:

Cristina Trindade
Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares | Universidade de Lisboa

Nelson Veríssimo
Universidade da Madeira | Universidade Nova de Lisboa

Igreja Católica:

Agostinho Jardim Gonçalves
Diocese do Funchal | Patriarcado de Lisboa

José Eduardo Franco
Universidade Aberta | Universidade de Lisboa

Saturino Gomes
Tribunal da Rota Romana

Instituições e expressões religiosas não católicas:

Simão Silva
Universidade Aberta

Linguística:

Aline Bazenga
Universidade da Madeira | Universidade de Lisboa

Literatura:

Luísa M. Antunes Paolinelli
Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares | Universidade da Madeira | Universidade de Lisboa

Madeira global:

Paulo Miguel Rodrigues
Universidade da Madeira

Matemática e astronomia:

Custódia Drumond
Universidade da Madeira

Personalidades transversais:

Cristina Trindade
Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares | Universidade de Lisboa

Psicologia e psiquiatria:

Jacinto Jardim
Universidade Aberta | Universidade de Lisboa

Luísa Soares
Universidade da Madeira

Sociedade e comunicação:

† José Manuel Paquete de Oliveira
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Gestão e administração do projeto Aprender Madeira:

Maurício Marques
Agência de Promoção da Cultura Atlântica

CONSELHO CIENTÍFICO CONSULTIVO INTERNACIONAL:

Aida Sampaio Lemos
Universidade Aberta

Anna Kalewska
Uniwersytet Warszawski

Annabela Rita
Universidade de Lisboa

António Sampaio da Nóvoa
Universidade de Lisboa

Christine Vogel
Universität Vechta

Diogo Abreu
Universidade de Lisboa

Edgard Leite
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Ernesto Rodrigues
Universidade de Lisboa

Fabrice d'Almeida
Université Paris II Panthéon-Assas

Guilherme d'Oliveira Martins
Fundação Calouste Gulbenkian

João Paulo Oliveira e Costa
Universidade Nova de Lisboa

João Relvão Caetano
Universidade Aberta

José Ignacio Ruiz Rodríguez
Universidad de Alcalá de Henares

José Manuel Azevedo e Silva
Universidade de Coimbra

Luiz Eduardo Oliveira
Universidade Federal de Sergipe

Mariagrazia Russo
Università degli Studi Internazionali di Roma

Maria Isabel Morán Cabanas
Universidade de Santiago de Compostela

Micaela Ramon
Universidade do Minho

Miguel Guzmán-Stein
Universidad de Costa Rica

Onésimo Teotónio Almeida
Brown University

Patrícia Baubeta
University of Birmingham

Paulo Maria
Bastos da Silva Dias
Universidade Aberta

Pierre Antoine Fabre
École des Hautes Études en Sciences Sociales

Teresa Pinheiro
Technische Universität Chemnitz

Thomas Earle
University of Oxford

Valmir Francisco Muraro
Universidade Federal de Santa Catarina

SECRETARIADO EXECUTIVO:

Bernardes Franco | Carolina Esteves Soares | Carolina Grilo | Cristiana Lucas Silva | Helena Costa Carvalho | José Bernardino | Luís Pinheiro | Mariana Gomes da Costa | Milene Alves | Paula Carreira | Rita Balsa Pinho | Sofia A. Carvalho | Susana Mourato Alves-Jesus | Vanda Figueiredo

COORDENAÇÃO DE REVISÃO:

Maria José Figueiredo | Milene Alves

Equipa de revisão:
Álvaro Almeida | Ana Rita Araújo | Ana Sofia Couto | Bruno Venâncio | Carlos Serra | Diogo Morais Barbosa | Dora Isabel Rosa | Helena Costa Carvalho | Hugo Fraguito | Joana Lima | João Diogo Loureiro | Lia Nunes | Madalena Costa Lima | Margarida Nobre Bábau | Maria João Nobre | Maria José Figueiredo | Mariana Gomes da Costa | Mário Silva | Marta Marecos Duarte | Miguel Barcelos | Milene Alves | Ricardo Franco | Rui Ferreira | Rui Maia Rego | Samuel Carvalhais de Oliveira | Sara Carvalhais de Oliveira | Sofia A. Carvalho | Tiago Simões da Silva

INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS COORDENADORAS:

Centro de Estudos Globais e Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) (Universidade Aberta (UAb))

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL – FLUL)

Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes (IECCPMA)

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS:

Universidade da Madeira (UMa)

Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares (ADEGI)

International Society for Iberian-Slavonic Studies (CompaRes)

Agência de Promoção da Cultura Atlântica (APCA)
Instituto Açoriano de Cultura (IAC)

Projeto Aprender Madeira/ Intervir +

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG)

Observatório da Língua Portuguesa (OLP)

INSTITUIÇÃO PATROCINADORA PRINCIPAL:

Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Autónoma da Madeira

MECENAS ASSOCIADOS:

Pestana Hotel Group

Grupo Sousa

Jornal da Madeira

Grupo Socicorreia

TÁBUA DE AUTORES E FILIAÇÃO INSTITUCIONAL:

† Alberto Vieira
CEHA – Secretaria Regional de Turismo e Cultura da Região Autónoma da Madeira | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Ana Fernanda Neves
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ana Isabel Fagundes
Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

Ana Rita Londral
Universidade Nova de Lisboa

Andreia Carol de Carvalho
Universidade da Madeira

António José Borges
CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

António José Macedo Ferreira
Associação Literacia para os Media e Jornalismo | Secretaria Regional de Turismo e Cultura da Região Autónoma da Madeira

António Moniz
CHAM – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Bernardo de Vasconcelos
Centro Cultural John dos Passos | Secretaria Regional de Turismo e Cultura da Região Autónoma da Madeira

Bruno Abreu Costa
Universidade da Madeira

Carla Ferreira
CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Carlos Barradas
CEG – Universidade Aberta | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Carlos Maduro
CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Carlos Valente
CIEBA – Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa | CIERL – Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira

Catarina Correia-Fagundes
Madeira Wind Birds

Catarina Encarnação Pereira
CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Caterina Arcangelo
Centro Internazionale di Studi sulle Letterature Europee

Celso de Sousa Figueiredo Gomes
Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro

Cláudia Dias Ferreira
Secretaria Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira

Cláudia Fernandes
Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa

Cláudia Neves
Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Cristina Trindade
Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Dinis Gouveia Pacheco
Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Autónoma da Madeira

Emanuel Janes
CEHA – Secretaria Regional de Turismo e Cultura da Região Autónoma da Madeira

Ernesto Rodrigues
CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Fátima Pitta Dionísio
Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Autónoma da Madeira

Fernanda de Castro
CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | CLLC – Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Filipe dos Santos
Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira | CEHA – Secretaria Regional de Turismo e Cultura da Região Autónoma da Madeira

Francis Zino
FCP – Associação para a Proteção das Freiras e Natureza

Gabriel Pita
Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Autónoma da Madeira

Georgina Garrido
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Graça Maria Nóbrega Alves
CEHA – Secretaria Regional de Turismo e Cultura da Região Autónoma da Madeira

Helena Paula F. S. Borges
Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Autónoma da Madeira

Hugo Romano
Madeira Wind Birds

Iolanda Silva
Universidade da Madeira

Joana Pinto Salvador Costa
CH – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

João Baptista Pereira Silva
GeoBioTec – Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro

João Paulo Freitas
Cardiff University

Jorge Capelo
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária | LEAF – Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

José Campinho
Universidade Aberta

José Eduardo Franco
CEG – Universidade Aberta | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

José Jesus
Universidade da Madeira

José Melo Alexandrino
CIDP – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

José Renato Gonçalves
CIDEEFF – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Lídia Gouveia
Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas da Região Autónoma da Madeira

Lígia Brazão
Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Autónoma da Madeira

L. S. Ascensão de Macedo
CEIS20 – Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra

Luís Eduardo Nicolau
Associação Académica da Universidade da Madeira | Imprensa Académica

Luís Freitas
International Whaling Commission | University of Aberdeen

Luísa M. Antunes Paolinelli
Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | Universidade da Madeira

Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe
IFCN – Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas da Região Autónoma da Madeira

Manuel Biscoito
Estação de Biologia Marinha do Funchal | Museu de História Natural do Funchal – Câmara Municipal do Funchal

Manuel Faria
Investigador independente

Manuel Gama
CECS – Universidade do Minho

Manuel Morais
Universidade de Évora

Marcos Gonçalves
Diocese do Funchal

Maria de Fátima Vieira de Abreu
Secretaria Regional da Educação, Ciência e Tecnologia da Região Autónoma da Madeira

Maria Favila Vieira da Cunha Paredes
Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira

Maria Francisca Teresa Sousa Lino da Silva
Escola Secundária Jaime Moniz

Maria Manuela Sim-Sim
cE3c – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Marta Caires
Diário de Notícias (Madeira) | *Expresso*

Miguel Luís da Fonseca
Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Autónoma da Madeira

Miguel Sequeira
GBM – Faculdade de Ciências da Vida da Universidade da Madeira

Miguel Torres Cunha
RTP-Madeira

Naidea Nunes
CIERL – Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | CLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Pamela Puppo
CIBIO-InBio – Universidade do Porto | Marshall University

Paulo de Assunção
CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | Universidade de São Paulo

Paulo Figueira
Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Autónoma da Madeira

Paulo Ladeira
Secretaria Regional de Turismo e Cultura da Região Autónoma da Madeira

Paulo Miguel Rodrigues
Universidade da Madeira

Porfírio Pinto
CEG – Universidade Aberta

Raquel Gonçalves
Câmara Municipal de Santa Cruz | *Jornal da Madeira*

Ricardo Araújo
Museu de História Natural do Funchal – Câmara Municipal do Funchal

Ricardo Pessa de Oliveira
Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes

Rúben Baptista de Oliveira
CEHR – Universidade Católica Portuguesa

Rui Carita
CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | IAP – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa | Universidade da Madeira

Rui Magno Pinto
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Sandra Mesquita
GBM – Faculdade de Ciências da Vida da Universidade da Madeira

Sara Alves
Universidade da Madeira

Saturino Gomes
Tribunal da Rota Romana

Sérgio Rodrigues
Secretaria Regional das Finanças da Região Autónoma da Madeira

Sílvia G. Gomes
CIERL – Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira

Teodoro de Faria
Diocese do Funchal

Teresa Margarida Lopes Brazão Cupertino da Câmara
Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Autónoma da Madeira

Teresa Norton Dias
CEMRI – Universidade Aberta | CIERL – Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira | CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Thomas Dellinger
CIBIO-InBio – Universidade do Porto | Universidade da Madeira

Valeria Biagi
Centro Internazionale di Studi Sirio Giannini

Vítor Sardinha
Conservatório-Escola Profissional das Artes da Madeira – Eng. Luiz Peter Clode

ABREVIATURAS, SÍMBOLOS DE UNIDADES E SIGLAS

ABREVIATURAS:

abr. – abril
ac./acs. – acórdão/acórdãos
a.C. – antes de Cristo
ago. – agosto
al. – alínea
Alf. – alferes
Alm. – almirante
anot. – anotação
arq. – arquivo
Arqt. – arquiteto/arquiteta
art./arts. – artigo/artigos
atr. – atribuído
Av. – avenida
B.º – beato
Bibliog. – Bibliografia
Brig. – brigadeiro
c. – cerca
C.ª – Companhia
Calç. – calçada
can. – cânone (direito canónico)
cap./caps. – capítulo/capítulos
Cap. – capitão
Cap.-Gen. – capitão-general
cc. – cânones (direito canónico)
cf. – conferir
cód./códs. – códice/códices
colab. – colaboração
Cón. – cónego
Cons. – conselheiro
coord. – coordenador/coordenação
Cor. – coronel
Corr. – corregedor
cx./cxs. – caixa/caixas
D. – Dom/Dona
déc./décs. – década/décadas
dec./decs. – decreto/decretos
dec. leg. – decreto legislativo
dec.-lei – decreto-lei
dec. reg. – decreto regulamentar
desp. – despacho
dez. – dezembro
dir. – diretor/direção
doc. – documento
Dr. – doutor
ed. – edição
ed. lit. – editor literário
e.g. – *exempli gratia*
Eng.º – engenheiro
Est. – estrada
et al. – *et alii*
etc. – *et cetera*
fev. – fevereiro
Fig./Figs. – figura/figuras
fl./fls. – fólio/fólios
Fr. – frei
Gen. – general
Gov. – governador
i.e. – *id est*
Ibid. – *ibidem*
Id. – *idem*
impr. – impresso
introd. – introdução/introdutório
invent. – inventário
Ir. – irmã
jan. – janeiro
jun. – junho
Lg. – largo
liv./livs. – livro/livros
m. – morte
M.ª – Maria
M.e – madre
Maj. – major
mar. – março
Mar. – Marechal
mç./mçs. – maço/maços
mf. – microfilme
ms. – manuscrito
n. – nascimento
N.ª Sr.ª – Nossa Senhora
n.n. – não numerado
n.º/n.os – número/números
nov. – novembro
of./ofs. – ofício/ofícios
org./orgs. – organizador/organizadores
out. – outubro
p./pp. – página/páginas
P.e – padre
Pç. – praça
port. – portaria
proc./procs. – processo/processos
Prof. – professor
Prov. – provedor
Prq. – parque
pseud. – pseudónimo
pt. – parte
Qt. – quinta
R. – rua
reed. – reedição
Rev. – reverendo
rev. – revista
S. – São
s.d. – sem data

s.l. – sem lugar

s.n. – sem nome

s.p. – sem página

S.to/S.ta – santo/santa

sec. – secção

séc./sécs. – século/séculos

sem. – semestre

sér. – série

set. – setembro

Sr./Sr.a – senhor/senhora

ss. – seguintes

sup. – suplemento

t. – tomo/tomos

Ten. – tenente

Ten.-Cor. – tenente-coronel

Ten.-Gen. – tenente-general

Tip./Typ. – Tipografia/ Typographia/Typografia

tít. – título

trad. – tradução/tradutor

Trav. – travessa

Univ. – universidade

v. – verso

V. Ex.a – Vossa Excelência

vol./vols. – volume/volumes

SÍMBOLOS DE UNIDADES:

cm – centímetros

g – grama

h – hora

ha – hectare

kg – quilo(grama)

km – quilómetro

m – metro

min – minuto

t – tonelada

SIGLAS:

ABM – Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira

ACDF – Arquivo da Cúria Diocesana do Funchal

ACIF-CCIM – Associação Comercial e Industrial do Funchal-Câmara do Comércio e Indústria da Madeira

ACL – Academia das Ciências de Lisboa

ACMF – Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

ACP – África, Caraíbas e Pacífico

ADEGI – Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares

AGS – Arquivo Geral de Simancas

AHDF – Arquivo Histórico da Diocese do Funchal

AHM – Arquivo Histórico Militar

AHMOP – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

AHP – Arquivo Histórico Parlamentar

AHPGR – Arquivo Histórico da Procuradoria-Geral da República

AHTC – Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AML – Arquivo Municipal de Lisboa

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APCA – Agência de Promoção da Cultura Atlântica

APEF – Arquivo do Paço Episcopal do Funchal

ARSI – Archivum Romanum Societatis Iesu

ASF – Adegas de S. Francisco

ASV – Arquivo Secreto do Vaticano

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

BA – Biblioteca da Ajuda

BE – Bloco de Esquerda

BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

BNB – Biblioteca Nacional do Brasil

BNF – Biblioteca Nacional de França

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CAPFM – Cooperativa Agrícola dos Produtores de Frutas da Madeira

CASA – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo

CCFM – Companhia do Caminho de Ferro do Monte

CDC – Código de Direito Canónico

cE3c – Centre for Ecology, Evolution and Environmental Changes

CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEG – Centro de Estudos Geográficos (Universidade de Lisboa)

CEG – Centro de Estudos Globais e Cátedra CIPSH de Estudos Globais (Universidade Aberta)

CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico

CEHR – Centro de Estudos de História Religiosa

CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

CEMRI – Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais

CEP – Corpo Expedicionário Português

CH – Centro de História

CIBIO-InBio – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos

CIDEEFF – Centro de Investigação de Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal

CIDP – Centro de Investigação de Direito Privado

CIEBA – Centro de Estudos e de Investigação em Belas-Artes

CIERL – Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais

CIM – Companhia Insular de Moinhos

CIPSH – Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines

CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias

CLLC – Centro de Línguas, Literaturas e Culturas

CLUL – Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

CMF – Câmara Municipal do Funchal

CNUD – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

CPRM – Comissão de Planeamento da Região da Madeira

CSF – Cabido da Sé do Funchal

DGARQ – Direção-Geral de Arquivos

DN – Diário de Notícias

DPLP – Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

DR – Diário da República

DRAC – Direção Regional dos Assuntos Culturais

DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira

DSIE – Direção do Serviço de Infraestruturas do Exército

EBAM – Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

FCP – Freira Conservation Project

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia

FEDER – Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional

FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FEP – Fundo Europeu das Pescas

FLAMA – Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira

FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

GBM – Grupo de Botânica da Madeira

GEFPHIM – Grémio de Exportadores de Frutas e Produtores Hortícolas da Ilha da Madeira

GESBA – Empresa de Gestão do Sector da Banana

GRM – Governo Regional da Madeira

IAC – Instituto Açoriano de Cultura

IAP – Instituto de Arqueologia e Paleociências

IECCPMA – Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes

IFCN – Instituto das Florestas e Conservação da Natureza

IGP – Instituto Geográfico Português

INCM – Imprensa Nacional-Casa da Moeda

ISAPM – Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais

JGDAF – Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal

JM – Jornal da Madeira

JOC – Juventude Operária Católica

LEAF – Linking Landscape, Environment, Agriculture and Food

MWA – Madeira Wine Association

MWC – Madeira Wine Company

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

NKT – New Kadampa Tradition

OCM – Organização Comum de Mercado

OLP – Observatório da Língua Portuguesa

PAC – Política Agrícola Comum

PDES – Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social

PIB – Produto Interno Bruto

PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAR – Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da RAM

PNM – Parque Natural da Madeira

PSD – Partido Social Democrata

PSR – Partido Socialista Revolucionário

PTU – Países e Territórios Ultramarinos

QCA – Quadro Comunitário de Apoio

RAM – Região Autónoma da Madeira

RTP Internacional – Rádio e Televisão de Portugal Internacional

RTP-Madeira – Rádio e Televisão de Portugal Madeira

SHS – Seamen's Hospital Society

SICAL – Sociedade Industrial de Cal

SNB – Serviço Nacional de Bombeiros

SREC – Secretaria Regional da Educação e Cultura

SRTC – Secretaria Regional do Turismo e Cultura

TAP – Transportes Aéreos Portugueses

TMBD – Teatro Municipal Baltazar Dias

UAb – Universidade Aberta

UBP – União Budista Portuguesa

UDP – União Democrática Popular

UE – União Europeia

UICN– União Internacional de Conservação da Natureza

UMa – Universidade da Madeira

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPM – União do Povo da Madeira

ZPE – Zona de Proteção Especial

GRANDE DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DA MADEIRA

Atlântico, oceano

O arquipélago da Madeira insere-se no espaço específico do Atlântico Norte, explorado desde o séc. VII a.C. Embora de uma forma não sistemática e sem as ferramentas da ciência moderna, não pode haver dúvidas de que exploradores fenícios, gregos, romanos, cartagineses e depois árabes navegaram no Atlântico. Até ao séc. XV, os navegadores não se detinham nas terras despovoadas, como era o caso do arquipélago da Madeira, mas somente naquelas onde os nativos fossem suscetíveis de lhes fornecer coisas que eles pudessem levar e utilizar, como acontecia nas Canárias. Aliás, a guerra de corso, mesclada de uma ou outra forma com o espírito de cruzada contra os mouros, foi, sem sombra de dúvida, uma das bases de partida das nossas viagens de expansão desse século.

A partir de então, e com os navegadores portugueses, todo este espírito viria a ser alterado, tendo-se desenvolvido uma cultura nova, ainda assente na escolástica, mas precursora do humanismo renascentista, pela junção dum verdadeiro banco de dados proveniente dos múltiplos contactos estabelecidos com outras culturas, que colocaram em causa uma parte substancial dos conhecimentos herdados da Antiguidade clássica e da época medieval. Com as viagens de descobrimentos e exploração, feitas por mar e, algumas vezes, por terra, começou-se a conhecer os novos continentes nos seus contornos reais, revelaram-se povos e civilizações desconhecidos entre si. Alterou-se assim, profundamente, a imagem que o homem tinha do planeta, rasgando-se horizontes que abriram as portas a uma época nova e imprimiram um sentido diverso à História. De uma certa forma, os Portugueses deram à Humanidade uma dimensão de significado universal.

O povoamento do arquipélago da Madeira, no quadro do Atlântico, surgiu assim como uma atividade totalmente nova. A Madeira foi a primeira experiência de povoamento e exploração das novas terras descobertas, e para a Ilha foram os pioneiros de uma mentalidade



Fig. 1 – Carta náutica portuguesa, Pedro Reinel, 1504 (Bayerische StaatsBibliothek).

universalista, que ali deram assento a uma nova sociedade. Sendo um ensaio que imediatamente originou lucros consideráveis, este modelo veio depois a ser exportado para as outras novas terras, como os Açores e o Brasil, para onde foram enviados planeamentos administrativos e quadros próprios. Da Madeira, saíram apoios à consolidação das praças do Norte de África, ao povoamento do Brasil, às explorações e conquistas do Oriente, acabando a Ilha por funcionar como a verdadeira ponta de lança dos descobrimentos portugueses.

A Madeira afirmou-se desde os primeiros tempos do povoamento como uma importante referência no Atlântico, e logo nos meados séc. XV viu-se envolvida no contrato para exploração da costa africana, o denominado Trauto da Guiné. Desde 1461, 1000 alqueires desta produção destinavam-se à alimentação dos exploradores e dos comerciantes que trabalhavam nas costas da Guiné, como referem as respostas do duque D. Fernando (1433-1470), em 1461, às representações da população insular que referem a "saca dos mil moios de trigo para o Trauto de Guiné" (ABM, Câmara Municipal..., tombo I, fls. 204--211). O Rei D. Afonso V (1432-1481) firmara um contrato com um grupo de mercadores, nos termos do qual nenhum trigo madeirense podia ser exportado para outros destinos por conta de outros mercadores ou até por parte dos próprios produtores, enquanto os rendeiros do fornecimento do Trauto de Guiné não tivessem adquirido os 1000 moios em causa. Mais tarde, em 1466, o infante D. Fernando arrenda esta exportação a um mercador catalão (ou Catelam de nome), e depois a sua viúva, D. Beatriz (c. 1420-1506), em 1476, arrenda o mesmo serviço a Batista Lomelino.

Ao longo dos sécs. XV e XVI, a Madeira e os madeirenses participam assim nas viagens de exploração das ilhas e das costas africanas e, depois, na ocupação dos domínios do Índico, na exploração e ocupação do Brasil, etc. As informações mais antigas registadas na Câmara do Funchal parecem datar de 11 de maio de 1425, com um agradecimento do rei D. João I (1357-1433), em princípio, a um navio chegado como desmantelado ao Funchal, informações que voltam a aparecer em 1433, com um agradecimento do Rei D. Duarte não só ao capitão--donatário do Funchal e aos fidalgos em especial, mas também "aos povos desta ilha da Madeira", pelos auxílios prestados a navios da armada que de Portugal ali tinham vindo, contra naus de Castela (FRUTUOSO, 2007, 604).

A centralidade e a ligação da Madeira a todo o espaço marítimo entre a costa de África e a da América foram quase contemporâneas com o povoamento, muito para além do abastecimento de trigo para as armadas de exploração da costa da Guiné. Em 1470, *e.g.*, residia no Funchal o feitor real dos dentes de elefante capturados naquela costa, Fernão Nunes Boa Viagem. Quinhentos anos depois, ainda se mantinha o topónimo da rua, que ficava atrás da igreja de Nossa Senhora do Calhau e junto ao Hospital da Misericórdia do Funchal (depois demolido), onde residiu o feitor com seu irmão, tendo-se este, por sua vez, envolvido no tráfico de trigo para a Costa da Guiné.

O papel fulcral da Madeira no quadro do Atlântico Norte é patente na primeira viagem de Cristóvão Colombo (1451-1506) às Antilhas, com informações, segundo os seus biógrafos, anteriormente recolhidas no Funchal. Tendo sido comunicados os resultados dessa viagem a D. João II (1455-1495), em março de 1492, desencadeou-se uma nova partilha do oceano, celebrada depois pelos tratados de Tordesilhas e de Toledo. Nesse contexto, quase de imediato, foi determinada a construção de uma muralha no Funchal. As informações dos arquivos portugueses são omissas quanto às possíveis razões para essa construção, mas os Castelhanos afirmam terem saído da Madeira, por determinação de D. João II, duas caravelas na mesma rota de Colombo, as quais, numa primeira fase, os embaixadores portugueses negam, mas depois confirmam.

Resolvido, então, o assunto da nova partilha dos mares, que deixa de ser, em finais de 1493, de um meridiano a 100 léguas para ocidente de Cabo Verde e passa, segundo proposta dos novos embaixadores portugueses Duarte Pacheco Pereira (1460-1533) e Rui de Leme, entre outros, a ser a 370 léguas, a urgência



Fig. 2 – Mapa de Colombo, Bartolomeu e Cristóvão Colombo (atr.), Lisboa, c. 1490 (BNF).

de fortificar o Funchal não era já premente. Assim, D. João II mandou, em 9 de janeiro de 1494, na altura em que deveria ser começada a cerca, "que não se façam a cerca e muros que mandou fazer", mas sim "alguns baluartes, aqueles que necessários forem e assim se tapem alguns portais, onde cumprir de se taparem, para defesa e guarda da dita ilha" (*Ibid.*, fls. 48-48v.).

Quadro do século XVI

Nos inícios do séc. XVI essa ação de centralidade e apoio às explorações marítimas manteve-se, reabastecendo-se aqui várias armadas dos descobrimentos. Em julho de 1520, *e.g.*, a armada de Manuel Pacheco, natural dos Açores e "capitão da nau Princesa d'el-rei Nosso Senhor, que ora Sua Alteza manda a descobrir o reino de Angola", fez escala na Madeira. Manuel Pacheco adquiriu então ao almoxarife do Funchal um batel de três remos, pois "de nenhuma maneira não podiam fazer o dito descobrimento sem o dito batelinho" e o que existia na nau tinha sido roubado na barra de Lisboa por dois grumetes para fugirem (ANTT, TT, CC, parte II, mç. 90, doc. 130).

A importante localização da Madeira no quadro do Atlântico Norte e o aumento do corso, então especialmente francês, parecem apontar a Ilha como um local de reabastecimento do mesmo, do que se queixam para Lisboa vários quadros locais. Se tal preservou a Ilha de alguns saques corsários, com a invalidação da fixação dos huguenotes franceses no Brasil, expulsos da baía de Guanabara em 1565, em outubro do ano seguinte, uma nova armada tentou a sua instalação no Funchal. A organização encontrada, no entanto, não permitiu prolongar a estadia por muito mais de 15 dias, abandonando os Franceses o Funchal. Nas décadas seguintes, assiste-se à participação de madeirenses, mais ou menos incógnitos, nas armadas corsárias inglesas, como foi o caso de Manuel Serradas que, embora fosse natural dos Açores, se fixara na Madeira, aí residindo com a família. Esta situação deverá explicar que, tendo saqueado o continente português, os Açores, as Canárias, Cabo Verde e o Brasil, as armadas inglesas passassem sempre ao largo da ilha da Madeira.

Ao longo do séc. XVI, a tecnologia açucareira madeirense foi difundida pelos novos caminhos da diáspora, primeiro para Cabo Verde e, depois, para o Brasil, dando origem a uma

indústria que, num breve espaço de tempo, floresce, especialmente nas áreas de Pernambuco, Baía e S. Paulo, arrasando, praticamente, a madeirense. Nos finais do século, e com a união ibérica, depois de Filipe II (1527-1598) abrir os reinos de Castela aos Portugueses, assiste-se a uma impressionante abundância de prata nas igrejas madeirenses, tal como a uma interessante proliferação de oficinas de prateiros e ourives, só explicável pela entrada da mesma por contrabando, pois nos domínios portugueses quase não havia prata e nos registos alfandegários nada consta a esse respeito.

Meados do século XVII

Nos anos seguintes, assiste-se de uma forma mais nítida à transferência dos interesses económicos portugueses do Índico para o Atlântico, aparecendo os cónegos da Sé ligados a esse tráfego internacional, dando aval à fama de que a maioria possuía uma ligação aos comerciantes cristãos-novos de Amesterdão e da Baía. O comércio geral da Madeira consolidou-se na segunda metade do século com a privilegiada ligação ao território brasileiro, então com o apoio real e através das armadas da Companhia Geral do Comércio do Brasil, fundada em 1649, à frente de cuja primeira viagem se colocou o 2.º conde de Castelo Melhor, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa (1593-1658), casado com a futura condessa da Calheta e recém-nomeado governador-geral do Brasil.

A Companhia Geral do Comércio do Brasil tinha ficado com o monopólio dos estancos e, especialmente, com o respeitante ao comércio do vinho da Madeira. Dada a tradição de contrabando no porto do Funchal, dificilmente este monopólio teria sido cumprido, e mais ainda quando esta companhia passou a pessoa coletiva e se ligou ao comboio – assim se chamava o conjunto de naus que navegavam em conjunto para se protegerem mutuamente dos corsários –, administrado localmente por um delegado, como foi Diogo Fernandes Branco em 1668 e, depois, em 1673, o capitão Gaspar de Andrada; a situação continuaria da mesma forma a partir do momento em que a Madeira passou a ter autorização para associar ao mesmo, primeiro dois e depois quatro navios. A constituição da Companhia fora efetuada com base na ação do P.e António Vieira e nas suas ligações com os cristãos-novos, estabelecendo-se assim uma vasta rede comercial em que entravam os cristãos-novos de Pernambuco e do Maranhão, no Brasil, de S. Miguel, nos Açores, do porto de Viana, no reino, de Amesterdão, na Holanda, e do Funchal, como podemos constatar pelo Rol dos Judeus.

As estreitas relações da Madeira com a capitania de Pernambuco, libertada, depois, da presença holandesa por João Fernandes Vieira (c. 1602-1681), e onde também existia uma importante colónia madeirense – de tal maneira que o antigo governador de Paraíba e de Angola chegou a manifestar, no final da vida, a vontade de ser sepultado na Madeira –, levaram à transferência do primeiro bispo de Pernambuco, D. Estêvão Brioso de Figueiredo (c. 1620-1689), para a Madeira. O bispo passaria por grandes dificuldades naquela nova diocese, chegando a sua residência, em desordens locais, a ser alvejada por tiro de bacamarte. Foi apresentado como bispo para o Funchal em 1683 e tomou posse da nova diocese, pessoalmente, a 18 de abril de 1685, mas teria um curto episcopado de três anos, voltando a Portugal e aí falecendo.

Séculos XVII e XVIII

As principais rotas marítimas internacionais dos sécs. XVII e XVIII, especialmente as Norte-Sul, passaram nos mares da Madeira, enquanto os navios estiveram dependentes do regime de ventos no Atlântico Norte. Acrescia ainda a proximidade do estreito de Gibraltar, a entrada e saída do Mediterrâneo, o que conferia à Madeira um importante valor estratégico como entreposto comercial, entre os arquipélagos dos Açores e das Canárias, patente nas inúmeras visitas de armadas internacionais e principalmente inglesas, que aqui fizeram escala. O reconhecimento da posição estratégica da Madeira alarga-se ainda com o desenvolvimento exponencial, ao longo do séc. XVIII, da



Fig. 3 – Ataque de submarino alemão ao porto do Funchal a 3 de dezembro de 1916 (*Ilustração Portuguesa*, 1 jan. 1917, capa).

chamada literatura de viagens, entre o exótico e o científico, onde a Ilha é uma referência constante.

Nos finais do séc. XVIII, a política geral da Coroa portuguesa oscilou sempre entre a manutenção dos seus tratados com Inglaterra, imprescindíveis à segurança do seu império ultramarino, e com Espanha e França, coligadas ou não, de forma a garantir também a sua integridade territorial continental europeia. No entanto, a Madeira privilegiava ainda as suas relações com os recém-formados Estados Unidos da América, seus principais fornecedores de farinhas de trigo, imprescindíveis à sua subsistência. Sendo o Funchal um importante centro internacional de comércio, era igualmente um importante centro de informações e, por conseguinte, de espionagem.

O conflito que opôs as colónias americanas ao monopólio comercial inglês também teve por base o vinho da Madeira, que estava isento de taxas nos portos da América do Norte, ao contrário do vinho do Porto e de outros produtos, na sequência do qual vêm a surgir os confrontos de Boston, que se saldaram por um massacre em 1770 e, três anos depois, pelo Boston Tea Party, marco decisivo para as independências das colónias da América do Norte. Em julho de 1775, o segundo congresso continental elegeu George Washington como comandante das forças militares norte-americanas e, no mês seguinte, produziu a Declaração de Independência, que seria proclamada em 1776 e saudada com um brinde de vinho da Madeira.

Será assim, numa constante guerra de corso de carácter político-económico, que a Ilha se desenvolve no quadro do Atlântico no final do séc. XVIII. A Madeira, entretanto, vai constituir, com as suas complexas relações atlânticas, um polo quase essencial à expansão e consolidação do império colonial britânico e, ao mesmo tempo, um ponto de observação e difusão da política dos restantes estados europeus, tendo crescido, ao longo do século, o número dos representantes consulares creditados na Ilha. Se, nos inícios do século, somente se registam o cônsul britânico, o francês e o espanhol, depois aparecem os da Holanda, da Alemanha, da Dinamarca e da Noruega, da Suécia, de Malta, de Veneza, de Génova, de Nápoles e Sicília, do grão ducado da Toscana e, quase nos finais do século, também dos Estados Unidos da América, contribuindo todos para um reconhecimento internacional da privilegiada situação estratégica do arquipélago, e levando à urgência da sua ocupação pelas forças britânicas no primeiro ano do século seguinte, de julho de 1801 a janeiro de 1802. Frustradas as tentativas de paz nos anos seguintes, a Madeira foi novamente ocupada por forças inglesas e serviu então de base para a invasão do continente europeu nas chamadas guerras napoleónicas.

Séculos XIX e XX

A posição estratégica da Madeira no quadro do Atlântico não sofre especiais alterações ao longo do séc. XIX, continuando a manter-se como um elo essencial de comunicação, *e.g.*, entre a corte portuguesa radicada no Brasil e as várias potências europeias, cuja correspondência passa pelo Funchal, o mesmo

acontecendo com as principais personagens em trânsito. Em 1817, *e.g.*, passa pelo Funchal a futura princesa do Reino Unido, Portugal e Brasil, D. Leopoldina de Áustria (1797-1826), depois Imperatriz, tal como outras figuras, entre ministros, embaixadores, etc. Nos complexos conflitos decorrentes da independência do Brasil, o porto do Funchal foi mesmo palco de um incidente caricato, com a passagem de um grupo de deputados brasileiros fugidos de Portugal que, partindo depois de Londres para o Brasil, só com a entrada do navio no porto se aperceberam de que estavam em território português.

Ao longo do séc. XIX, mesmo com o advento da navegação a vapor, a ilha da Madeira continua a desfrutar de uma excelente posição no Atlântico, então como destino turístico terapêutico e, depois, de lazer, justificando, nos meados do séc. XX e após a Segunda Guerra Mundial, a montagem da primeira companhia de aviação comercial, a Aquila Airways, entre 1948 e 1949. O interesse estratégico e militar, no entanto, não diminuiria ao longo do séc. XIX e, com a montagem das redes de cabos submarinos, a partir de 1872, a Madeira passou a ser alvo de disputa das principais potências europeias, a Inglaterra e a Alemanha, boicotando os Ingleses as tentativas de investimento alemão na Madeira, como foi o caso do caminho de ferro do Monte e do sequente projeto da Sociedade dos Sanatórios. Não foi, assim, por acaso que, na Primeira Guerra Mundial, o alvo dos bombardeamentos do primeiro submarino alemão, a 3 de dezembro de 1916, foram os navios de apoio e reabastecimento do cabo submarino e que o alvo do segundo, a 12 de dezembro de 1917, foi o próprio centro de operação da estação de transmissões, na calçada de Santa Clara, embora o edifício atingido tivesse sido a igreja do convento, cuja capela-mor ficou destruída.

Ao longo do séc. XX, ainda a localização do arquipélago no Atlântico despertou um interesse estratégico a nível internacional, motivando a construção de instalações da NATO no Porto Santo, depois desativadas. Nos inícios do séc. XXI, o desafio colocado foi a manutenção do quadro das águas territoriais e da zona económica exclusiva. Com a entrada em vigor da



Fig. 4 – Mar do Norte, Caniçal (fotografia de Bernardes Franco, 2017).

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUD), em 1995, e de acordo com as suas disposições, pelas quais rochedos sem ocupação humana permanente não dão direito ao estabelecimento de uma Zona Económica Exclusiva, visando explorar, conservar e gerir os recursos da região, a Madeira reforçou a ocupação das ilhas Selvagens, mas tem visto as mesmas a serem alvo de contestação por parte das Canárias, pois a localização daquelas ilhas entre os dois arquipélagos principais veio a reduzir francamente a zona económica exclusiva daquele região autónoma espanhola.

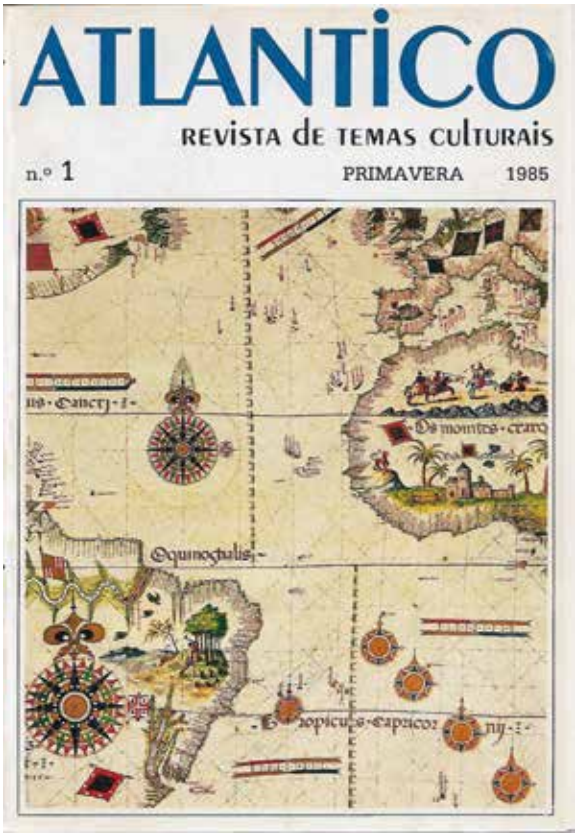
Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombos 1, 6 e 7; ANTT, Corpo Cronológico, pt. II, mç. 90, doc. 130; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 966; **impressa:** FERNANDES, Maurício de Barros, "A Madeira e os barcos voadores", *Islenha*, n.º 21, jul.-dez. 1997, pp. 35-44; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2007; GUERRA, Jorge Valdemar, e BARROS, Fátima, *Rol dos Judeus e Seus Descendentes*, Funchal, Arquivo Histórico da Madeira, 2003; *Ilustração Portuguesa*, 1 jan. 1917; NASCIMENTO, João Cabral do, "Uma carta de João Fernandes Vieira", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. II, n.º 4, 1932, pp. 165-167; SARMENTO, Artur Alberto, *A Princesa do Reino Unido Portugal e Brasil na Ilha da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 1943; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Atlântico, revista

O primeiro número da *Atlântico. Revista de Temas Culturais*, publicação periódica de cariz cultural e científico, veio a lume na primavera de 1985. A revista, de assinatura anual, teve uma vigência temporal de cinco anos e uma periodicidade trimestral – deste modo, cada edição, com cerca de 80 páginas, correspondia a uma estação do ano. Saíram do prelo 20 números, à razão de quatro por ano, sendo o último o do inverno de 1989. As suas dimensões eram de 24 x 17 cm e a paginação iniciava-se a cada novo ano. A redação e administração da publicação estavam sediadas no Funchal e a fotocomposição, o fotolito, a montagem, a impressão e o acabamento processavam-se em Lisboa.

O editor e diretor foi António E. F. Loja, que assinou os editoriais de todas as edições (e, inclusive, diversos artigos). As fichas técnicas



Atlântico. Revista de Temas Culturais, **n.º 1 (1985).**

apresentam um elenco de colaboradores cujos nomes e número (37 na 1.ª edição, 41 na 20.ª) não variaram substancialmente ao longo do tempo. Alguns destes colaboradores elaboraram artigos e providenciaram ilustrações. Na contracapa e no interior – mormente no início, no fim e na separação dos artigos – de todas as revistas podem ser encontradas páginas com anúncios publicitários a produtos e serviços do arquipélago da Madeira.

O número inaugural, publicado em 1985, nascia, segundo o editorial do mesmo, "como tentativa sincera de criar na Madeira um local de encontro de ideias, um ponto de confluência de opiniões". Através de uma análise breve, não exaustiva, dos editoriais, no sentido de apreender os propósitos e a filosofia da revista *Atlântico*, percebe-se que por meio dela se propunha instaurar um espaço de comunicação aberto e livre, informado pela relevância do conhecimento do passado e do presente, com vista a edificar o futuro. Era veiculada a esperança de que esta publicação fosse considerada

útil e, assim, usada amiúde. Desde cedo, foram acolhidos colaboradores de outras geografias, de modo a estreitar as relações com o exterior. Usavam-se igualmente estas páginas para denunciar o clima de mediocridade e para defender maior fulgor e riqueza culturais, afirmando a ligação recíproca e necessária entre cultura e liberdade. A necessidade do conhecimento do passado passava por respeitar e preservar o património – cultural e natural; nesse sentido, foi denunciada e criticada a indiferença, a falta de proteção, o desaparecimento e a intervenção desadequada no mesmo por parte de entidades públicas. A este respeito, afirmava-se a premência da recuperação dos centros históricos e a relevância da inventariação do património natural e construído (criticou-se, *e.g.*, a ação de instituições governamentais no que tocava ao lobo-marinho).

A revista era composta de artigos – estudos e ensaios – sobre múltiplas temáticas atinentes, principalmente, ao arquipélago da Madeira; repertórios de literatura (poesia, crónicas, etc.) e de fotografia; e antologias de fontes históricas de diversa índole, reproduzidas no final de cada número (em certos casos, anotadas, traduzidas e com considerações introdutórias e críticas).

Contribuíram para a revista os seguintes autores (com estudos e ensaios sobretudo relativos à Madeira): Manuel José Biscoito (mares); Maria dos Remédios Castelo Branco (viajantes estrangeiros – Jean Mocquet); Teresa Brazão Câmara (empedrados, bonecas de "maçapão", mobiliário); Celso Caires (fotografia); Zita Cardoso (expostos); Rui Carita (litografia – Andrew Picken, defesas de Santa Cruz, embutidos, remates de teto, arquitetura religiosa); Fátima Maria Fernandes Machado de Castro (literatura – Raul Brandão); Jorge de Castro (natureza); Luísa Clode (pintura flamenga, bordado); Marcelo Costa (habitação, arquitetura); João Couto (escultura – Francisco Franco); Sérgio António Correia (literatura – Bernardo Soares); Silvano Porto da Cruz (museologia e património); Fátima Pitta Dionísio (literatura – Camões e análise de soneto, Revolta da Madeira); João Ferreira Duarte (filosofia); Pedro M. P. Ferreira (eleições no séc. XIX); António Luís Alves Ferronha (Revolta da Madeira, republicanismo); Paulo Fragoso Freitas (cultura, fontes históricas, azulejos); Maurício Fernandes (escultura – Francisco Franco, fotografia, vídeo); José Luís de Brito Gomes (a Madeira e a Rússia); Fátima Freitas Gomes (comércio interno no Funchal, hotéis e hospedarias); Maria de Fátima Gomes (festas – romarias); José Laurindo de Góis (Ateneu Comercial do Funchal, indumentária e indústria, imprensa); David Ferreira de Gouveia (madeirenses no Brasil, história do açúcar); Emanuel Janes (implantação da Primeira República); Luís Sena Lino (função social do corpo); João Lizardo (arte do renascimento, arte mudéjar); António Loja (história social, económica e política, arquitetura); Castro Lourdes (pintura); Armando de Lucena (escultura – Francisco Franco); Irene Lucília (poesia, ruas); Diogo de Macedo (Francisco Franco); Maria Elisa Basto Machado (filatelia e maximafilia); João Medina (história cultural – Zé Povinho, arte – I República); Luís Francisco de Sousa Melo (teatro, o texto "Alcoforado"), com a colaboração de Maurício Fernandes num dos seus artigos; Anabela Mendes (cultura e museologia); Mary Noel Menezes (madeirenses na Guiana britânica); António Montês (escultura – Francisco Franco); Teresa Pais (Visconde da Ribeira Brava); Jaime Azevedo Pereira (vimes, o Jardim Botânico da Ajuda e a Madeira, Padre Eduardo Clemente Nunes Pereira, João Fernandes Vieira); António Jorge Pestana (história militar); Fernando Pessoa (serras); Gabriel de Jesus Pita (decadência e queda da I República); Raimundo Quintal (turismo, paisagem, ambiente, jardins, quintas, património natural, geografia); Adriano Ribeiro (tratado de Utrecht); Miguel Rodrigues (Madeira nos finais do séc. XV); José de Sainz-Trueva (heráldica, ex-librística, quintas, arte, arquitetura civil e religiosa); Joel Serrão (cultura e filosofia – Antero de Quental); António Ribeiro Marques da Silva (viajantes estrangeiros, imprensa, quotidiano das freiras de Santa Clara, arquitetura doméstica, ecologia, política e literatura – o Conde de Abranhos e o desembargador José Caetano); Jorge Marques da Silva (arqueologia

industrial, computador e arte, arte *naïve*); Amândio de Sousa (museologia, ourivesaria); João José Abreu de Sousa (povoamento, emigração, história político-institucional, social e económica, rural e urbana, capitania de Machico, rua da Carreira, Convento de S.ta Clara, escravos, corsários, levadas); Maria José Soares (madeirenses no Curaçao); Francisco Clode de Sousa (Francisco Franco); Luís de Sousa (Quirino de Jesus); Manuel Rufino Teixeira (numismática); Ana Paula Marques Trindade e Teresa Maria Florença Martins (administração nos sécs. XV e XVI); Nelson Veríssimo (história da autonomia, festa do Espírito Santo, o Funchal e a aluvião de 1803, presépios e Meninos Jesus, literatura – Bulhão Pato e a Madeira); Maria Francisca Favila Vieira (mito no discurso platónico sobre a alma, ética em Verney); Rui Vieira (Jardim Botânico da Madeira, Carlos Azevedo de Menezes); Eberhard Axel Wilhelm (alemães na Madeira, Max Römer); Manuel Zimbro (cultura).

No que concerne a repertórios literários, encontram-se: crónicas (algumas de pendor evocativo e memorialístico) de Amaro Amarante, António Ribeiro Marques da Silva, Jorge Sumares e José Pereira da Costa; poemas de Edmundo Bettencourt, Manuel Vilhena de Carvalho, Fátima Pitta Dionísio, Carlos Alberto Fernandes, Carlos Fino, São Moniz Gouveia, Irene Lucília, João Cabral de Nascimento, António Manuel Neves, Gualdino Avelino Rodrigues e José de Sainz-Trueva; prosa poética de Ângela Varela.

Vários artigos e repertórios beneficiaram de ilustrações (fotografias e desenhos) dos próprios autores. Outros foram acompanhados de fotografias de Rui Camacho, Mota Pimenta, Photographia – Museu Vicentes, Maurício Barros, Carmo Marques, Perestrellos, João Pestana, Sanches Almendra, Gilberta Caires, José Ivo Correia, João Vasconcelos, Teresa Brazão, Celso Caires, Manuel Valle e Vicentes e José de Sainz-Trueva. Outros, ainda, apresentaram desenhos de Maurício Fernandes, Sá Braz e Vieira da Silva.

O início da publicação de *Atlântico* inaugurou, em meados da déc. de 80 do séc. XX, tempos de mudança e de renovação no panorama cultural, científico e historiográfico da Madeira. Esta transformação foi também corporizada pela criação, em 1985, do Centro de Estudos de História do Atlântico, pela realização, em 1986, do I Colóquio Internacional de História do Atlântico, e pelo aparecimento, em 1987, da revista *Islenha*.

Bibliog.: *Atlântico. Revista de Temas Culturais*, n.os 1-20, 1985-1989; SANTOS, Filipe dos, "A história económica e social do arquipélago da Madeira no recente panorama historiográfico (1985-2008). Uma resenha bibliográfica", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 1, 2009, pp. 263-315.

FILIPE DOS SANTOS

"Atlântida"

O "Atlântida" é o programa televisivo mais antigo e relevante da grelha da RTP Internacional. Durante mais de uma década foi o único programa concebido para a comunidade madeirense residente no estrangeiro.

Por iniciativa de Maria Aurora Homem, em novembro de 1997, surge no pequeno ecrã "Recados das ilhas", o primeiro programa produzido no Centro Regional da Madeira para os emigrantes da Ilha. Desde o primeiro momento, foi assegurada a emissão para a Madeira e, através do canal internacional da RTP, para todo o mundo.

Dois anos depois, Maria Aurora e a RTP-Madeira desafiam a RTP-Açores a dinamizar um projeto mais abrangente, envolvendo os dois arquipélagos e servindo os dois milhões de madeirenses e açorianos, de primeira e segunda geração, que viviam no estrangeiro.

Adotando uma designação – "Atlântida" – associada a uma lenda em torno de uma grande



Logótipo do programa "Atlântida", 1990.

ilha ou continente no meio do oceano Atlântico, localização dos Açores e da Madeira, a estreia do novo programa aconteceu em novembro de 1999.

Desde então, Açores e Madeira alternaram a emissão de um programa com 90 min, destinado a recuperar o mais importante da tradição, da gastronomia e do cancioneiro madeirenses, dando a conhecer as instituições e a história dos que ficaram na Ilha.

Ao longo de duas décadas, os profissionais da RTP-Madeira deslocaram-se a diferentes comunidades, mostrando as suas realidades e divulgando as suas histórias de vida. A produção do "Atlântida" deslocou-se por três vezes a Boston (1999, 1999 e 2015). O Reino Unido (2006), a África do Sul (2006 e 2016), a Venezuela (2007), Jersey (2012), a Austrália (2015) e o Canadá (2017) foram também palco das emissões do "Atlântida".

A partir de 2010, com a morte de Maria Aurora, o programa passou a ser apresentado por Duarte Rebolo, locutor e jornalista da rádio Antena 1.

MIGUEL TORRES CUNHA

Atouguia, António Aloísio Jervis de

António Aloísio Jervis de Atougia nasceu no Funchal, a 7 de julho de 1797, filho do morgado Manuel de Atouguia Jervis e de Antónia Joana de Carvalhal Esmeraldo. Em 1811, iniciou os estudos secundários no colégio inglês Old Hall Green, nos arredores de Londres, matriculando-se depois em Matemática, na Univ. de Coimbra. Terminado o curso, em 1822, foi nomeado lente substituto da Academia da Marinha, mais tarde denominada Escola Naval, tornando-se professor catedrático em 1834.



António Aloísio Jervis de Atouguia, retrato a óleo de 1852 (CHAGAS, 1895, X).

Fugindo à perseguição contra os liberais, emigrou para Inglaterra, em junho de 1828, mas logo em agosto regressou ao Funchal para se juntar ao governador da Madeira, Cap.-Gen. José Lúcio Travassos Valdez, na luta contra as tropas absolutistas de D. Miguel. Perante a vitória destas, refugiou-se no navio inglês *Alligator*, com outros madeirenses, e rumou novamente a Inglaterra, daqui partindo, em 1831, para a ilha Terceira, nos Açores, onde foi organizada a resistência dos liberais. Em 1832, participou na tentativa falhada de conquista da Madeira, dominada pelas forças absolutistas, regressando de seguida aos Açores e indo finalmente juntar-se às tropas de D. Pedro IV, no Porto. Com a vitória liberal, em 1834, foi nomeado governador civil do Porto e condecorado com a Ordem Militar da Torre e Espada. De 25 de julho a 25 de novembro de 1835, fez parte do Governo presidido pelo duque de Saldanha, como ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

Foi deputado pela Madeira, em 1834-1836, 1837-1838, 1838-1840, 1840-1842, e, mais tarde, por Oliveira de Azeméis, em 1851-1852, tendo feito parte das comissões da Marinha, Ultramar e Guerra. Em 1841, presidiu à Câmara de Deputados e, entre 1858 e 1861, presidiu algumas vezes, interinamente, à Câmara dos Pares. Em 1842, foi nomeado ministro da Marinha e Ultramar, no Governo presidido pelo duque de Palmela, de 7 a 9 de fevereiro de 1842, num ministério conhecido como Governo do Entrudo. Fez parte do ministério presidido pelo duque de Saldanha (22/05/1851-06/06/1856), como ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, de 4 de março de 1852 a 6 de junho de 1856, acumulando com a pasta de ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, a partir de 31 de dezembro de 1852. Foi ainda diretor da Escola Politécnica de Lisboa e conselheiro do Tribunal de Contas.

Foi nomeado par do Reino a 5 de janeiro de 1853 e agraciado com o título de visconde de Atouguia, por duas vidas, a 15 de março de

1853, tendo também recebido várias comendas nacionais e estrangeiras. Em 1832, iniciou-se na maçonaria, em Angra do Heroísmo.

Faleceu em Lisboa, a 17 de maio de 1861.

Bibliog.: impressa: CHAGAS, Manuel Joaquim Pinheiro, *História de Portugal Popular e Ilustrada*, vol. 10, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1895; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; DÓRIA, Luís, "Atouguia, António Aloísio Jervis de (1797-1861), 1.º visconde de Atouguia", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*, vol. I, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, 2004; SANTOS, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional. Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados – 1834-1910*, Lisboa, Assembleia da República, 1986; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, JGDAF, 1965; **digital:** "António Aloísio Jervis de Atouguia", *Wikipedia*, s.d.: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Alo%C3%ADsio_Jervis_de_Atouguia (acedido a 16 jun. 2016).

GABRIEL PITA

Atouguia, Lino Nicolau de

Lino Nicolau de Atouguia nasceu na Madeira no 1.º quartel do séc. XIX, concretamente em 1820, não se sabendo ao certo a data do seu falecimento, que aconteceu ainda durante o mesmo século.

Nicolau de Atouguia foi um poeta madeirense que gozou de muito prestígio no Funchal. O *Elucidário Madeirense* menciona as poesias deste escritor, que se encontram reunidas no volume *Colecção de Algumas Obras Poéticas Oferecidas ao Ilmo. Exmo. Sr. Sebastião Xavier Botelho*, oferecido no mesmo ano a Sebastião Xavier Botelho, governador da Madeira. São três sonetos encomiásticos, de assinalável qualidade literária, que glorificam Xavier Botelho e exaltam as suas virtudes, comparando a sua integridade à de Sócrates. Foram também publicados poemas seus no periódico *O Progressista*, semanário madeirense editado no Funchal pela primeira vez a 21 de agosto de 1851 e que mais tarde passou a periódico político, literário e comercial, que saía, pela tipografia Amigo do Povo, três vezes por semana. Este jornal teve, na sua fundação, como editor responsável e redator principal, Severiano Gomes de Gouvêa e as primeiras palavras lidas no n.º 1 do volume I foram: "O nosso título dispensa-nos de fazermos um programa político. A palavra – 'progresso' – está bem definida e as ideias que representa são bem conhecidas. Cuidaremos incessantemente e com muita particularidade da nossa terra natal – a ilha da Madeira" (*O Progressista*, 1851, 1). Justamente na edição n.º 138, de 17 de abril de 1854, consta o poema "Imaginação", assinado por L. d'Athouguia. Trata-se de um poema sobre a arte de compor e de viver, em que o autor, ao longo de seis décimas bem estruturadas quanto à rima e à métrica, recorre à mitologia (Juno, Mercúrio, Vulcano, Vénus, Marte, Jove, Cupido e Ganimedes) e se aproxima do plano do maravilhoso no seu modo de expressão. Transcrevem-se aqui os dois primeiros e os dois últimos versos, como exemplo: "Tenho asas que me levam/Sobre as nítidas estrelas […]//Adeus, amores da lua/ outros amores me esperavam".

Apesar do seu prestígio na época em que viveu, os versos do morgado Lino Nicolau de Atouguia não entram no número das produções com maior sucesso, ainda que, na verdade, tenham valor, notando-se nas mesmas uma preocupação estética e trabalho de ritmo e linguagem, mesmo quando se ocupa do valor do próprio vate, como é, aliás, o caso da composição poética "O poeta", escrito em oitavas e com estrutura rimática bem delineada, que Luís Marino resgata ao esquecimento na sua obra *Musa Insular: Poetas da Madeira*.

Obras de Lino Nicolau de Atouguia: *Colecção de Algumas Obras Poéticas Oferecidas ao Ilmo. Exmo. Sr. Sebastião Xavier Botelho* (1821); "Imaginação" (1854).

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; MARINO, Luís, *Musa Insular: Poetas da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 1959; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. II, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949; *O Progressista*, 21 ago. 1851; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, SREC, 1978; VEIGA, Gilda França, e FREITAS, António Aragão de, *Madeira. Investigação Bibliográfica*, vol. I, Funchal, Centro de Apoio de Ciências Históricas, 1981.

ANTÓNIO JOSÉ BORGES

Atum

Na Madeira, designa-se por atuns um conjunto de espécies, normalmente de grande porte, pertencentes à família Scombridae, que, a nível mundial, contém 15 géneros e cerca de 50 espécies, essencialmente marinhas, habitando os

mares tropicais e subtropicais. Na área do arquipélago da Madeira, esta família está representada por 10 espécies, que, para além dos atuns, incluem a cavala, a cavala-da-Índia, o serralhão ou serrajão, o chapouto ou judeu e o gaiado.

São quatro as espécies designadas por atum que podem ser pescadas nos mares da Madeira:

Atum-rabil ou rabilho, *Thunnus thynnus* (Linnaeus, 1758). É o mais apreciado e o que atinge maiores tamanhos. O seu corpo é muito robusto e fusiforme, de secção quase circular; tem a cabeça cónica, com olhos relativamente pequenos, barbatana peitoral pequena, barbatanas segunda dorsal e anal quase simétricas, seguidas de pínulas. Tem quilha robusta de cada lado do pedúnculo caudal, seguida de duas mais pequenas paralelas, na base da barbatana caudal. Ostenta coloração prateada azulada no ventre e nos flancos, tornando-se azul mais intensa no dorso. Tem barbatanas azuladas e pínulas amarelas debruadas de negro.



Fig. 1 – Pesca de atum-rabil no Caniçal (MOTA, *Funchal Notícias*, 18 nov. 2016).

É uma espécie epi a mesopelágica, oceânica e migradora, com os juvenis formando cardumes. Os adultos são mais solitários e vivem, em regra, a maior profundidade. É o maior dos atuns, podendo atingir mais de 3 m de comprimento e 560 kg. Carnívoro, voraz e nadador veloz, alimenta-se de peixes e invertebrados pelágicos. A sua reprodução ocorre em maio-junho no mar Mediterrâneo, quando as águas atingem temperaturas superiores a 24 ºC e em locais específicos e restritos (áreas circundantes às ilhas Baleares, Sicília, Malta, Chipre e Golfo do México). A distribuição geográfica do atum-rabil é muito ampla; é o único peixe pelágico que vive de forma permanente em águas temperadas do oceano Atlântico. Trabalhos sobre esta espécie sugerem que os exemplares juvenis e adultos formam com frequência agregações em frentes oceânicas, provavelmente relacionadas com a concentração abundante de presas para alimentação. A migração entre o Mediterrâneo e o Atlântico norte foi definitivamente aceite nos anos 60 e 70 do séc. xx, baseada na recaptura de uma vasta série de marcas convencionais, confirmadas com observações posteriores.

A subespécie *T. thynnus thynnus* é a que ocorre no oceano Atlântico até ao equador. Nos começos do séc. xxi, foi-se tornando pouco comum em resultado da sobrepesca a que foi sujeito pelas frotas internacionais. Na Madeira, os exemplares juvenis são pescados pela frota atuneira regional com a arte de salto e vara, enquanto os indivíduos adultos e de maior porte são geralmente pescados com linhas de mão, corrico ou palangre. As capturas desta espécie pela frota regional oscilaram, nas últimas décadas do séc. xx, entre as 5 e 7 t por ano, com exceções para os anos de 1994, 1997 e 1998, onde se verificaram picos de captura da ordem das 219 t, 340 t e 165 t, respetivamente. Em anos posteriores, as descargas desta espécie na Madeira sofreram um forte decréscimo, tornando-se praticamente nulas, devido

à implementação de quotas de captura em todo o oceano Atlântico e mar Mediterrâneo. Era a espécie que atingia, neste período, valor comercial mais elevado e a sua carne é muito apreciada, em particular as partes ventrais – as ventrechas –, quando gordas. É muito valorizado na cozinha japonesa como *sashimi*.

Atum-patudo, *Thunnus obesus* (Lowe, 1839). É a espécie mais comum na Madeira. O seu corpo é robusto, fusiforme e moderadamente alto. O perfil da cabeça é ligeiramente convexo; tem cabeça cónica e olhos grandes. A primeira barbatana dorsal é mais alta no início, decrescendo de altura de forma gradual até ao início da segunda barbatana dorsal, que é praticamente simétrica com a barbatana anal; as barbatanas peitorais são moderadamente longas. Possui uma quilha longitudinal conspícua de cada lado do pedúnculo caudal. A coloração do corpo é prateada rosada no ventre e azul metálico no dorso, com uma mancha longitudinal amarelada nos flancos. As extremidades das barbatanas são amarelas e as pínulas caudais amarelas e debruadas de negro.

É uma espécie epi a mesopelágica, oceânica e migradora, podendo ocorrer até 250 m de profundidade. Pode atingir até 2 m de comprimento e 170 kg. Carnívora, alimenta-se de peixes e invertebrados pelágicos. A reprodução ocorre durante todo o ano numa vasta zona do oceano Atlântico em torno do equador, com temperaturas superiores a 24 ºC, desde as costas do Brasil até ao golfo da Guiné, com picos de desova anuais: de janeiro a junho no sul do Brasil, de dezembro a abril no Golfo da Guiné, de julho a setembro junto às ilhas de Cabo Verde e do Senegal.

O patudo é uma espécie altamente migratória. Os dados de marcação-recaptura revelam



Fig. 2 – Atum-patudo (ilustração de Helena Encarnação, Museu de História Natural do Funchal).

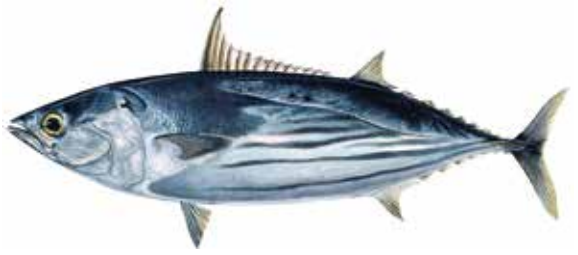


Fig. 3 – Gaiado (ilustração de Helena Encarnação, Museu de História Natural do Funchal).

que a sua velocidade de deslocação é superior à do atum albacora (*Thunnus albacares*) e comparável à do gaiado (*Katsuwonus pelamis*), apresentando além disso uma série de movimentos sazonais em função dos grupos de idade e da natureza das suas migrações, tróficas ou genéticas. É uma espécie cosmopolita nas latitudes tropicais e subtropicais e não está presente no mar Mediterrâneo. Na Madeira aparece durante quase todo o ano, sendo, contudo, mais comum de março a junho. É pescado com a técnica do salto e vara, com auxílio de isco vivo e também à linha. As descargas na Madeira sofrem flutuações significativas interanuais, influenciadas pelo padrão migratório destas espécies, que induz a sua abundância junto às ilhas do arquipélago de ano para ano. A partir de 2010, as descargas desta espécie rondaram, em média, as 1400 t anuais, observando-se um decréscimo acentuado em relação a décadas anteriores, em que se registavam cerca de 3000 a 4000 t anuais. No começo do séc. XXI, a utilização excessiva de dispositivos de concentração de pescado pela frota de cerco internacional com pescaria dirigida a estas espécies no golfo da Guiné limitava a migração anual de uma grande fração do *stock* pré-adulto e adulto para as zonas do Atlântico norte, restringindo a sua abundância e consequente baixa disponibilidade da espécie para as pescarias tradicionais destas áreas. A sua carne é muito apreciada, constituindo prato típico no mês de junho, quando se festejam os santos populares na Ilha. Tem valor comercial moderado. Na culinária japonesa, é utilizado como *sashimi* em substituição do atum rabil.

Atum voador, *Thunnus alalunga* (Bonnaterre, 1788). Esta espécie de atum, que deve o seu nome às suas barbatanas peitorais muito

alongadas, possui normalmente um corpo robusto, fusiforme e moderadamente alongado. O perfil da cabeça é quase rectilíneo e pouco inclinado. Os olhos são moderadamente grandes. A primeira barbatana dorsal é mais alta no início e separada da segunda dorsal por uma distância igual ou menor que o diâmetro do olho. A segunda barbatana dorsal é ligeiramente mais baixa do que a primeira e sensivelmente do mesmo tamanho que a barbatana anal. Possui oito pínulas nos contornos dorsal e anal da cauda. As barbatanas peitorais são muito compridas. Possui coloração prateada rosada no ventre e flancos, tornando-se azul metálico no dorso; a segunda barbatana dorsal e a barbatana anal possuem uma tonalidade amarela clara.

É uma espécie epi ou mesopelágica, oceânica e migradora, formando cardumes que raramente se acercam da costa, preferindo as águas profundas e amplas do alto mar. A temperatura é um dos fatores ambientais mais relevantes na distribuição do atum voador. Apesar das adaptações fisiológicas comuns a outros tunídeos, que permitem alguma termorregulação, o voador é uma espécie de tunídeo de águas temperadas e prefere águas mais frias – entre 10 ° e 20 ºC – que outras espécies tropicais, como o albacora. Estas preferências térmicas parecem funcionar como barreiras aos movimentos do atum voador entre diferentes regiões e separam populações de atum voador como as que se encontram ao norte e ao sul do Atlântico, assim como as populações do Atlântico e do Índico.

O atum voador é uma das espécies mais pequenas do grupo dos tunídeos, podendo atingir 127 cm de comprimento. Carnívoro voraz e nadador veloz, alimenta-se essencialmente de pequenos peixes pelágicos. A desova tem lugar em torno das zonas costeiras, onde vive habitualmente quando as temperaturas superam os 24 ºC e a termoclina é profunda. As zonas de desova do atum voador no Atlântico encontram-se nas áreas ocidentais subtropicais de ambos os hemisférios (Venezuela, mar dos Sargaços e golfo do México) e em todo o mar Mediterrâneo. No Atlântico norte, a reprodução ocorre de abril a setembro, com valores máximos de desova no mês de julho.



Fig. 4 – Atum voador (ilustração de Helena Encarnação, Museu de História Natural do Funchal).

É cosmopolita nas águas tropicais e subtropicais e é sazonalmente comum em várias áreas do oceano Atlântico. O atum voador apresenta uma das migrações mais extensas do mundo. Embora não se tenham registado migrações desde o Atlântico norte para o Atlântico sul, alguns exemplares migram do Atlântico norte para o Mediterrâneo e vice-versa; também se observam migrações transatlânticas até às costas americanas.

Na Madeira, é pescado pelo método do salto e vara, entre maio e julho; em 2014, atingiu-se um pico de captura de 2264 t, valor máximo ocorrido para esta espécie nos últimos anos do séc. XX e primeiros do séc. XXI no arquipélago. É bastante apreciado e tem valor comercial moderado, sendo particularmente absorvido pela indústria pesqueira na produção de conservas enlatadas para consumo interno e exportação.

Atum albacora, *Thunnus albacares* (Bonnaterre, 1788). Este atum, considerado por Adão Nunes o mais fino dos atuns, possui o corpo robusto, fusiforme e ligeiramente alongado. Os indivíduos juvenis de atum albacora e de patudo confundem-se facilmente, atendendo à similaridade das suas características morfológicas externas, nesta fase do ciclo de vida. Tanto as características internas como as externas destas espécies de tunídeos variam com o tamanho e zona de captura. Os exemplares adultos distinguem-se facilmente das restantes espécies de atuns pelo tamanho da segunda barbatana dorsal e a barbatana anal. A sua coloração é prateada na parte ventral e azul metálico no dorso. Possui uma mancha amarelada na parte média do corpo, desde o olho até à cauda. A segunda barbatana dorsal e a barbatana anal têm



Fig. 5 – Posta de atum no mercado do Funchal (fotografia de Bernardes Franco, 2018).

as pontas amarelas. É uma espécie epipelágica, oceânica e migratória, formando por vezes cardumes próximo da superfície. Pode atingir até 2 m de comprimento furcal e mais de 150 kg. Carnívora voraz, alimenta-se de peixes e invertebrados planctónicos. A reprodução ocorre nos meses de verão nas zonas tropicais do golfo da Guiné, das Caraíbas e do golfo do México. É cosmopolita nas latitudes tropicais e subtropicais, com ocorrências sazonais esporádicas na zona do nordeste do Atlântico nos primeiros anos do séc. XXI. Na Madeira, esta espécie é pescada da mesma forma que os restantes atuns, mas por vezes mais perto da costa, no verão e outono. As capturas registadas são esporádicas e pouco abundantes, rondando em média as 12 t anuais no período referido. A sua carne é muito apreciada e atinge um valor comercial moderado a alto.

Como já foi referido, a pesca do atum faz-se tradicionalmente na Madeira pelo método do salto e vara, técnica de pesca na qual o cardume de atum é atraído para junto da embarcação e concentrado em seu redor com recurso a isca viva e depois pescado com uma cana forte, com uma linha e um anzol também iscado com isca viva. Nesta pescaria, são utilizadas embarcações cujo comprimento pode exceder os 30 m, e que operam nas águas da Madeira e dos Açores. Estas embarcações têm, nos começos do séc. XXI, a sua base tradicional na cidade de Machico e na vila do Caniçal, de onde é oriunda a maioria dos pescadores e armadores.

Bibliog.: impressa: BARD, F. X. *et al.*, "Migraciones", *Recursos, Pesca y Biología de los Túnidos Tropicales del Atlántico Centro-Oriental*, vol. 37, n.º 1, 1991, pp. 120-168; *Id.*, "Habitat et écophysiologie des thons. Quoi de neuf depuis 15 ans?", *Collective Volume of Scientific Papers ICCAT*, vol. 50, n.º 1, 1998, pp. 319-342; CAYRÉ, P. *et al.*, "Biologie des thons", in FONTENEAU, A., e MARCILLE, J. (orgs.), *Ressources, Pêche et Biologie des Thonidés Tropicaux de l'Atlantique Centre-Est*, Rome, Organisation des Nations Unies pour l'Alimentation et l'Agriculture, 1988, pp. 157-268; COLLETTE, Bruce B., "*Scombridae*", in WHITEHEAD, Peter J. P. *et al.* (orgs.), *Fishes of the Northeastern Atlantic and the Mediterranean*, Paris, UNESCO, 1986, pp. 981-997; *Id.*, e NAUEN, Cornelia E., *Scombrids of the World. An Annotated and Illustrated Catalogue of Tunas, Mackerels, Bonitos and Related Species Known to Date*, Rome, Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1983; FROMENTIN, J.-M., e FONTENEAU, A., "Fishing effects and life history traits. A case-study comparing tropical versus temperate tunas", *Fisheries Research*, vol. 53, 2001, pp. 133-150; GOUVEIA, L. *et al.*, "Tuna fishery statistics of Madeira, 1960-1999", *Collection Volume of Scientific Papers of ICCAT*, vol. 52, n.º 5, 2001, pp. 1913-1926; *Id.*, "Updated fishery statistics for bigeye, skipjack and albacore tuna from Madeira archipelago", *Collection Volume of Scientific Papers of ICCAT*, vol. 73, n.º 4, 2017, pp. 1547-1560; HUMSTON, R. *et al.*, "Schooling and migration of large pelagic fishes relative to environmental cues", *Fisheries Oceanography*, vol. 9, n.º 2, 2000, pp. 136-146; INTERNATIONAL COMMISSION FOR THE CONSERVATION OF ATLANTIC TUNAS, *Report for Biennial Period, 2014-15*, pt. I, vol. 2, Madrid, International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas, 2015; KARAKULAK, Saadet *et al.*, "Evidence of a spawning area for the bluefin tuna (*Thunnus thynnus* L.) in the eastern Mediterranean", *Journal of Applied Ichthyology*, vol. 20, 2004, pp. 318--320; MATHER, Frank J. *et al.*, "Historical document. Life history and fisheries of atlantic bluefin tuna", *National Oceanic & Atmospheric Administration Technical Memo*, 1995, pp. 1-165; NISHIKAWA, Y. *et al.*, "Average distribution of larvae of oceanic species of scombrid fishes, 1956-1981", *Far Seas Fisheries Research Laboratory*, sér. s, n.º 12, 1985, pp. 1-99; NUNES, Adão de Abreu, *Peixes da Madeira*, 2.ª ed., Funchal, JGDAF, 1974; ROYER, F. *et al.*, "The association between bluefin tuna schools and oceanic features in the western Mediterranean sea", *Marine Ecology Progress Series*, vol. 269, 2004, pp. 249-263; SCHAEFER, Kurt M., "Reproductive biology of tunas", in BLOCK, Barbara A., e STEVENS, E. Donald (orgs.), *Tuna. Physiology, Ecology, and Evolution*, San Diego, Academic Press, 2001, pp. 225-270; **digital:** MOTA, Helena, "Pequeno atuneiro ganha 'sorte grande' a poucos metros da costa da Madeira", *Funchal Notícias*, 18 nov. 2016: https://funchalnoticias.net/2016/11/18/pequeno-atuneiro-ganha-sorte-grande-a-poucos-metros-da-costa-da-madeira/ (acedido a 29 jan. 2020).

Lídia Gouveia
Manuel Biscoito

Auditório Eclesiástico

Na sequência da realização do Concílio de Trento (1545-1563), a Igreja Católica pôs em marcha um vasto programa de reforma, ao qual o conceito de disciplinamento social, entendido como meio de controlo e coerção exercido sobre a vida social das populações, está intimamente associado. Para garantir o sucesso dos seus propósitos reformistas, a Igreja montou um conjunto de dispositivos que visavam enquadrar a vivência espiritual e moral

das populações e assegurar a sua conformidade com o preceituado, para o que precisava de identificar e punir as infrações. Com a criação da obrigatoriedade dos registos paroquiais e dos programas visitacionais das paróquias, a Igreja dotou-se dos meios para obter informações e detetar os desvios à norma que se deveriam punir. Tal obrigava, naturalmente, à criação de uma instituição que julgasse e castigasse os prevaricadores, nos quais se incluíam igualmente os clérigos, cujo comportamento também era escrutinado de perto.

Este é o contexto em que se insere a criação de auditórios eclesiásticos nas várias dioceses do reino, o que, no caso específico da Diocese do Funchal, veio a ocorrer em 1589, por ação de D. Luís de Figueiredo Lemos (1585-1608), um dos prelados insulares mais comprometido com a implementação das determinações tridentinas.

O seu episcopado foi, com efeito, muito marcado pela vontade de dotar a Diocese do Funchal de textos e estruturas administrativas que permitissem a melhor e mais expedita adaptação do território às novas normas conciliares. São essas as circunstâncias que determinam, *e.g.*, a publicação das primeiras constituições sinodais e a produção do regimento do auditório eclesiástico, este último feito pelo próprio prelado, o qual, ciente de ser sua obrigação o "bom governo e administração das justiças" (ABM, APEF, doc. 9, fl. 8), em pouco tempo o redigiu e tornou público.

De acordo com o documento, o território insular dividia-se em cinco circunscrições. A maior, a do Funchal, era tutelada pelo vigário-geral, que nela presidia às audiências e julgava os casos. Para acudir às partes mais remotas da Diocese, instituíam-se quatro ouvidorias – Arguim, Porto Santo, Machico e Calheta –, onde ministros designados pelo bispo, os ouvidores, ficavam encarregados da administração da justiça, com competências tanto mais amplas quanto mais distante do Funchal ficasse a localidade.

As sessões de tribunal realizar-se-iam às quartas-feiras e aos sábados de manhã por serem esses os dias em que não se realizavam



Armas de D. Luís Figueiredo de Lemos, fundador do Auditório Eclesiástico do Funchal (*Constituições Synodaes...*, 1601).

audiências no foro secular, explicando-se este cuidado pelo facto de os advogados que litigavam numa e noutra instância serem, de modo geral, os mesmos.

A jurisdição deste foro compreendia privilegiadamente casos de âmbito especificamente religioso, como sejam os de dissolução de matrimónio (os matrimoniais), os de não pagamento do dízimo (as chamadas causas decimais), ou ainda os de sacrilégio, que diziam respeito a atentados contra pessoas ou bens eclesiásticos. Neste rol figuravam ainda as causas de injúria, que versavam as situações em que algum clérigo lesasse a pessoa ou o património de outrem. Não se esgotavam aqui, porém, as competências judiciais deste tribunal, pois a ele também podiam ser presentes os acusados de um tipo especial de crimes ou pecados, os casos de foro misto, que podiam ser julgados em qualquer instância, secular ou religiosa, julgando então o tribunal que primeiro tivesse conhecimento da falta. Estão nestas circunstâncias, *e.g.*, o concubinato, o lenocínio, o incesto, a blasfémia e a usura. A este conjunto de faltas ainda se vinham juntar as detetadas

em sede de devassa e que diziam respeito, para falar apenas das mais comuns, a curas supersticiosas, faltas à missa e à confissão, quebra do jejum, incumprimento de deveres conjugais, parentais ou filiais, trabalho em dias santos, mancebias e adultérios.

Para julgar toda esta impressionante massa de delitos, que, muito frequentemente, acabava por ser resolvida no tribunal eclesiástico, pois que as estruturas paroquiais cobriam o território de forma muito mais eficaz que as circunscrições seculares, o auditório dispunha de um conjunto de funcionários que nele desempenhavam diferentes papéis. Assim, e logo depois do vigário-geral, destacava-se a figura do promotor, que estava incumbido de requerer os feitos da justiça, em particular os provenientes do Juízo de Resíduos e Capelas, organismo que estava encarregado do cumprimento dos testamentos e de conhecer as capelas e os morgados, bem como os bens que a essas instituições tinham sido afetos para efeitos de celebração de ofícios divinos. A especial atenção que o promotor devia prestar a estes assuntos prendia-se com o perigo em que a não satisfação dos encargos pios colocava as "almas dos fiéis cristãos que aguardam pelo cumprimento das obras pias dos seus testamentos" (ABM, Arquivo do Paço..., doc. 9, fl. 24), sendo este um dos principais motivos do recurso à justiça, pois abundavam os casos em que a última vontade dos defuntos não era cabalmente satisfeita. Outra função importante para o funcionamento do tribunal era a do meirinho, oficial a quem cabia a prisão dos infratores, e cuja remuneração estava indexada à quantidade de detenções efetuada, bem como ao local onde fossem aprisionados os delinquentes. O solicitador era outro funcionário judicial, encarregado de examinar os livros de visitações, a fim de neles apurar as infrações, mas também responsável pela arrecadação das penas a serem pagas à chancelaria, cujos valores seriam determinados pelo contador e registados pelo escrivão. A este conjunto de oficiais juntavam-se ainda o distribuidor, que devia, como o nome indica, distribuir os processos pelos escrivães; e o aljubeiro, responsável por manter na prisão eclesiástica (o aljube) os prisioneiros, cujo encarceramento devia ser verificado duas vezes ao dia. A fechar o corpo de pessoal afeto ao serviço do tribunal, encontra-se o porteiro, que devia entregar as citações e trazer as partes às audiências, exercendo as suas funções na cidade e até uma légua em redor.

Esta estrutura judicial montada por D. Luís de Figueiredo Lemos manteve-se em funcionamento, durante toda a Idade Moderna, em moldes sensivelmente iguais àqueles com que foi criada, mas o advento do liberalismo e o afastamento entre a Igreja e o Estado produzido pelas novas circunstâncias políticas vieram introduzir alterações significativas ao modo de funcionamento da justiça eclesiástica.

A publicação, em 1917, do primeiro Código de Direito Canónico vai criar o Tribunal Eclesiástico diocesano, organismo que surge em substituição do Auditório Eclesiástico. O Código de Direito Canónico publicado em 1983 confirmou este órgão, com sede na Cúria diocesana e com outras normas canónicas aplicáveis.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, doc. 9; **impressa:** *Constituições Synodaes do Bispado do Funchal*, Lisboa, impresso por Pedro Crasbeeck, 1601; PALOMO, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal. 1540-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

Cristina Trindade

Ausente, Gonçalves Cor (pseud.)

↗ Preto, Pedro Gonçalves

Austrália

A Austrália é um vasto país localizado entre os oceanos Índico e Pacífico, dividindo os seus 7.682.300 km^2 por seis estados federados (New South Wales, Victoria, Western Australia, Queensland, South Australia e Tasmânia) e dois territórios (Australian Capital Territory e Northern Territory). Com designação oficial de Commonwealth of Australia, tem a sua capital e sede de Governo em Camberra. As maiores cidades são Sidney e Melbourne.

É um país desenvolvido com uma democracia estável, sendo o seu sistema político a monarquia constitucional e o inglês a sua língua oficial. O censo de 2011 cifrou a população em 21.507.717 habitantes de diversas etnias e também proveniente de vários países, entre os quais Portugal.

Com a maior parte do país a beneficiar de um clima temperado, a Austrália é um país rico em recursos naturais. Possui abundantes reservas minerais e petrolíferas, destacando-se industrialmente pela indústria mineira, os químicos e o aço, os equipamentos industriais e de transporte e os produtos alimentares transformados. Os seus principais produtos do sector primário são o trigo, a cevada, a cana-de-açúcar, a fruta, os bovinos, os ovinos e as aves de capoeira.

História da descoberta e o envolvimento dos Portugueses

No começo do séc. XXI, decorriam ainda estudos para tentar determinar quem foram, de facto, os primeiros europeus a descobrir esta ilha-continente. No seu livro *Early History: The Secret Discovery of Australia: Portuguese Ventures 200 Years before Captain Cook*, Kenneth G. McIntyre afirma que a Austrália foi descoberta por volta de 1522 pelo comandante português Cristóvão de Mendonça, que viajava com quatro caravelas e uma grande tripulação. Refere que, no seguimento da descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama, o oceano Índico se tornara um lago português, cujo centro e capital era Goa. E, na fronteira oriental desse lago, estava a terra que os Portugueses haviam de descobrir e denominar de Índia Meridional, a terra que os Holandeses haviam de mais tarde avistar e denominar de Nova Holanda, a terra a que os Britânicos haveriam de, ainda mais tarde, anexar e chamar de Austrália Ocidental.



Fig. 1 – Nau de António de Abreu, provável descobridor da Austrália, armada de 1524 (*Livro de Lisuarte...*, 1992).

Em *Beyond Capricorn*, Peter Trickett, com base no seu estudo dos quatro mapas feitos por Cristóvão de Mendonça de toda a costa australiana, corrobora esta tese de que foi ele que descobriu a Austrália 100 anos antes dos holandeses e 250 anos antes do Britânico James Cook.

Um grupo de investigadores liderados pelo investigador australiano John Molony, a investigar contactos europeus pré-Cook, apesar de se concentrarem na costa oriental, crê que os Portugueses, que estavam em Timor desde cerca de 1510, devem ter feito a curta viagem à costa ocidental no início do séc. XVI.

No *Elucidário Madeirense*, há referência a António de Abreu, madeirense do Arco da Calheta, ser "um dos portugueses que por terras do oriente mais se ilustraram na faina das conquistas e descobertas" (SILVA e MENESES, 1940, 9) e que, segundo Major, com base num mapa de cerca de 1530, chegou às costas da Austrália. Este mapa marca um extenso território com o nome de Grande Java, que fica fronteiro a Samatra, e em que estão incorporadas muitas das ilhas visitadas por António de Abreu, prolongando-se este território até latitudes e longitudes que já são da Austrália. Refere Major que, antes de 1530, ninguém podia dar informações a respeito das terras longínquas da Oceânia, senão António de Abreu, que as visitou, incluindo o continente australiano, que parece ter chegado a ver, reconhecido positivamente um século depois por outro navegador português, Herédia.

A notícia de um imenso e rico continente a sul de Timor por parte de Cristóvão de Mendonça surge quando Portugal ainda celebrava a descoberta do Brasil. A astúcia dos Portugueses, que haviam convencido os Espanhóis a mudar para oeste a linha do Tratado de Tordesilhas, tinha-lhes dado o Brasil, mas a grande parte do continente de Mendonça ficava agora para lá do Meridiano de Tordesilhas e fora do alcance de Portugal. A própria fronteira terrestre da Austrália Ocidental, delineada a régua e esquadro, não é mais do que o tal meridiano.

O *Diário de Notícias* da Madeira, na sua edição de 24 de setembro de 1896, dá conta da publicação do livro de George Collingridge, *The Discovery of Australia*, cujo autor, na disputa pela descoberta do continente por parte de Portugueses, Holandeses, Ingleses, Espanhóis e Franceses, chega à conclusão que a descoberta deve ser atribuída aos Portugueses.

O linguista C. G. von Brandenstein, que se dedicou ao estudo linguístico ao longo da costa noroeste da Austrália, estabelece, em *Early History of Australia: the Portuguese Colony in the Kimberley*, que, entre outros fatores, as tribos aborígenes da área têm algumas características linguísticas que as diferenciam de todas as outras, aproximando-as de traços europeus, além de ter inventariado, segundo constata, cerca de 60 palavras com origem no português, *e.g.*, "tartaruga" > "thatharuga"; "chama" > "thama"; "fogueira" > "pugara"/"pughara"; "cinza" > "t'inda"; "monte" > "monta"; e "bola" > "p'bula". A hipótese que adianta é a de que alguns sobreviventes de naufrágio portugueses que deram à costa na ilha Depuch não foram resgatados e acabaram por se entender com as tribos aborígenes costeiras. Refira-se também o nome toponímico Abrolhos, nessa mesma costa, que remete para os perigos dos recifes e o alerta "abre os olhos" por parte dos marinheiros.

Também na costa ocidental da Austrália foram encontrados, em 2004, fruto da descoberta de um manuscrito em arquivos portugueses que narrava o evento e no seguimento de 16 anos de investigação pelo Western Australia Museum, os destroços do *Correio da Azia*, o navio português em viagem de Lisboa para Macau que, a 26 de Novembro de 1816, chocou no Recife Ningaloo e se afundou com carga geral e um carregamento de 107.000 moedas em prata. O seu resgate revelou-se infrutífero.

Papel da Madeira na rota marítima para a Austrália

A Madeira assume-se desde cedo como porto fundamental no percurso marítimo da Europa para a Austrália, com passagem também pela



Fig. 2 – Java e Austrália (Luca Antara), Manuel Godinho de Herédia, c. 1600 (BNB).

Cidade do Cabo, na África do Sul. São inúmeros os registos desde o séc. XIX e por grande parte do séc. XX, também nos jornais locais da época, da passagem de vapores pela Ilha, provenientes não só de Inglaterra, mas também de outros países europeus, com é o caso da Alemanha, e que alimentaram o fluxo migratório para aquele país de toda a Europa. Aportam na Ilha oficiais de cavalaria australianos, e também Lord Brassey, nomeado governador da Austrália, passa pela Madeira com destino àquele país, a bordo do seu veleiro *Sunbeam*, a 3 de agosto de 1895.

Presença portuguesa e madeirense na Austrália

Os Portugueses acabaram por regressar ao continente australiano quatro séculos depois da sua descoberta por Cristóvão de Mendonça. Com respeito à presença documentada de Portugueses na Austrália, o censo colonial de 1871 já regista esta presença. Há registos de duas famílias portuguesas que emigraram para Sidney, uma da Madeira a bordo do *Alfred* em 1824 e outra de Cabo Verde no início dos anos 80 do séc. XIX. No final do séc. XIX, já eram cerca de 400 migrantes, sofrendo uma redução para os 126 em 1947, mantendo-se esta tendência durante os anos 50.

Os pioneiros da imigração portuguesa na Austrália foram os madeirenses que, na déc. de 50, estabeleceram uma pequena comunidade

piscatória na cidade de Fremantle, na costa ocidental, tendo aí chegado a bordo do *North Cape* a 28 de junho de 1952 com uma tripulação de 22 homens. Este grupo acabou por formar dois núcleos, um em Fremantle, que se dedicava à safra da lagosta, e outro que rumou a norte para Carnarvon, onde laborava em plantações de banana. A comunidade foi crescendo ao longo dos anos 60, 70 e 80, alimentada por conterrâneos idos da Madalena do Mar e do Paul do Mar. Existe um busto, descerrado em 1998, de Francisco Correia na marginal da Madalena do Mar em homenagem ao homem que liderou o primeiro grupo de madeirenses a chegar a Fremantle. Nos começos do séc. XXI, a comunidade madeirense na Austrália Ocidental localizava-se sobretudo em Fremantle e Perth, esta última constituída principalmente por madeirenses que transitaram da África do Sul para a Austrália.

Curiosamente, para as cidades da costa oriental foram muitos madeirenses sobretudo da zona leste da Madeira (Santa Cruz, Machico e também Porto Santo). Chegaram a Wollongong, perto de Sidney (Nova Gales do Sul), *e.g.*, para trabalhar na indústria mineira do carvão e do aço.

Entre 1967 e 1976, o crescimento foi enorme – de 1008 para 10.209 migrantes portugueses, tendo voltado a abrandar durante os anos 70 e 80 do séc. XX. O retorno a Portugal nos estados orientais foi balanceado com o aumento da emigração para a Austrália Ocidental. Deste fluxo migratório há evidências nos jornais regionais da época, sobretudo ao nível da publicidade por parte das agências de viagens com indicação de rotas, já na era da aviação, e disponibilidade para tratar de toda a tramitação de documentos e passagens não só para a Austrália, como também para outras paragens da diáspora madeirense. Há também anúncios classificados de emigrantes já a residir na Austrália em que se procura mulher para fins matrimoniais e para residir naquele país.

A partir dos anos 90, volta a registar-se um incremento significativo na entrada de migrantes portugueses, estes com perfis diversos dos primeiros, já com qualificações ou com o propósito de frequentar o ensino superior. As segunda e terceira gerações dos primeiros a chegar integraram-se totalmente como profissionais altamente qualificados, como médicos, advogados e docentes universitários, que muito contribuíram para a causa lusitana. A abordagem política das autoridades australianas, apesar dos sinais já dados após a Segunda Guerra Mundial e da adoção efetiva em 1973, passou também e em pleno, a partir de meados dos anos 80 do séc. XX, por uma australianização dos migrantes devido a uma política de multiculturalismo, que facilitou a visibilidade e integração de todos os migrantes.

O número concreto de Portugueses a viver na Austrália é sempre difícil de determinar com precisão, mas, segundo declarações da cônsul-geral da Austrália em Lisboa numa visita à Madeira em maio de 2014, estimava-se nesse ano em cerca de 58.000, a maioria dos quais já nascidos na Austrália, sendo cerca de 80 % de origem madeirense. A maioria residia nas grandes cidades de Sidney, Melbourne e Perth.

Contactos e proximidade com a Madeira

Os madeirenses residentes na Austrália não esqueceram as suas raízes, e organizaram-se em torno de clubes e associações que mantêm vivas a portugalidade e madeirensidade. No começo do séc. XXI, existiam cerca de 14 clubes e associações de Portugueses espalhados pelas principais cidades onde residiam, alguns deles ostentando o nome "Madeira". Clubes que procuravam promover e manter vivas as tradições portuguesas e madeirenses, com encontros regulares e celebração de festas religiosas e populares habitualmente celebradas na Madeira, como é o caso da Festa de N.ª Sr.ª do Monte, o Dia da Região e o Dia de Portugal. Nos encontros, a gastronomia madeirense era rainha. O mesmo sucedia nos lares madeirenses naquele país, onde, sobretudo a primeira geração, reunia a família à volta da mesa aos domingos para degustar as iguarias da Madeira: milho cozido, bifes de atum, carne em vinha d'alhos e espetada, pratos regionais muito

apreciados pelas segunda e terceira gerações. Em cada lar, conservava-se um pequeno repositório de objetos e lembranças, entre bordados, *souvenirs* e fotografias, da saudosa Ilha do Atlântico, e, no jardim, não faltavam orquídeas, antúrios e fetos, a par de bananeiras e anoneiras, no pomar. A Austrália, tal como todos os outros destinos da diáspora madeirense, era terreno fértil para a recolha de histórias de vida que muito enriquecerão a compreensão do fenómeno da emigração da Madeira para aquele país. Há ainda casos isolados de literatura popular por explorar.

Há duas cidades australianas geminadas com o município do Funchal: Marrickville (Nova Gales do Sul) e Fremantle (Austrália Ocidental). O Protocolo de Geminação entre os Municípios do Funchal e de Marrickville foi assinado a 1 de junho de 1994, e o de Fremantle a 6 de fevereiro de 1996.

O Governo Regional da Madeira procurou manter um contacto institucional com esta comunidade e, desde 1979, disponibilizou, através do Centro das Comunidades Madeirenses, depois Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações, diverso material aos clubes que o solicitam, sobretudo na forma de trajes regionais para os grupos folclóricos, instrumentos regionais, bandeiras e livros. Entre 1983 e 2008, foram nove as visitas oficiais de entidades madeirenses àquele país, seja pelo chefe de governo, os secretários regionais ou presidentes de câmaras, com o objetivo de manter contactos com os membros da comunidade e fortalecer laços de proximidade.

A Austrália teve representante na Convenção das Comunidades Madeirenses e no Conselho Permanente das Comunidades Madeirenses, bem como no Fórum Madeira Global e no Conselho da Diáspora Madeirense, onde tem dois conselheiros.

Outros contactos com a Madeira

Os jornais locais dão conta de várias notícias sobre a Austrália ao longo dos XIX e XX, incluindo as de carácter político, social e económico. Dos aspetos que tocam a vida madeirense, destacamos os seguintes.

O *Diário de Notícias* da Madeira, na sua edição de 27 de março de 1908, dá conta da participação da Madeira na exposição de bordado "Madeira na Austrália" pela mão do comendador Francisco Araújo Figueira, tendo este mostrado na redação o diploma de 1.ª classe ganho pelos excelentes bordados expostos.

Na edição de 24 de abril, dá conta de que os artefactos madeirenses enviados à Exposição Australiana por J. A. Pereira, "*The Bit-Man*", haviam ganhado uma medalha de 1.ª classe na referida exposição.

A edição de 23 de agosto de 1918 avança com a informação da ida de 1000 t de trigo australiano para a Madeira a bordo do vapor *Minho*.

O mesmo jornal, na sua edição de 10 de junho de 1975, noticia que o plano de urbanização do Porto Santo, apresentado por uma equipa que integrava um australiano, havia ganhado uma menção honrosa.

A edição de 20 de setembro de 1975 publica ainda uma notícia que possibilita às indústrias madeirenses oportunidades comerciais na Austrália ao nível de toalhas e bordados.

Presença de flora/fauna australianas na Madeira

A Madeira, pelo seu clima, alberga, para além da sua flora endémica, uma diversidade de flora de todo o mundo, não sendo a Austrália exceção. Não há evidências que estes exemplares tenham ido de forma direta para a Madeira. O mais provável é que tenham ido via África do Sul, situação que a rota marítima muito favorecia.

Das folhosas exóticas, a que ocupa as maiores áreas é, sem dúvida, o *Eucalyptus globulus*. Oriunda da Austrália, introduzida na Madeira na segunda metade do séc. XIX com o objetivo de produzir madeira e lenha, tornou-se infestante. Outros eucaliptos australianos presentes na Madeira, mas sem a expressão do primeiro, são o *Eucalyptus citriodora*, *Eucalyptus obliqua*, *Eucalyptus regnans*, *Eucalyptus viminalis*. Da Austrália foram também as diferentes espécies de acácias que povoam algumas vertentes abaixo dos 1300 m: *Acacia melanoxylon*, *Acacia mearnsii*,



Fig. 3 – *Eucalyptus globulus*, dado como uma das mais altas árvores da Madeira, c. 1850, Qt. do Jardim da Serra, Estreito de Câmara de Lobos (arquivo particular).

Acacia dealbata, *Acacia falcata*, *Acacia floribunda*, *Acacia verticilata*, *Acacia elata* e *Acacia nerifolia*, sendo as duas primeiras as mais agressivas para as espécies indígenas.

O semanário *O Oriente do Funchal*, na sua edição de 8 de fevereiro de 1873, noticia que "Nesta ilha, graças à iniciativa do abastado proprietário e honrado negociante desta praça, o sr. João José Rodrigues Leitão, está-se ensaiando a plantação do eucalipto. Esta árvore gigantesca e originária da Austrália, pertence à família botânica dos mirtáceos e é conhecida pelo nome de *Eucalyptus globulus*. Nenhuma árvore merece maior interesse aos lavradores pelas suas qualidades económicas e higiénicas [*sic*]" (*O Oriente do Funchal*, 8 fev. 1873, 38), entre outros atributos detalhadamente descritos.

Na bibliografia especializada existente, podemos ainda encontrar outras espécies com origem no continente australiano. Nas ilhas habitadas do arquipélago, temos também a *Araucaria heterophylla*, que foi descoberta pelo Cap. Cook e levada para a Europa na sua segunda viagem de circum-navegação, ao passar pela ilha de Norfolk, a oeste da Austrália, de onde é endémica.

O *Leptospermum scoparium*, ou urze-de-jardim, originário da Austrália e Nova Zelândia, é uma espécie naturalizada na Madeira (pelo menos desde o início do séc. xx) e com carácter invasor, bem como o *Pittosporum undulatum*, originário da Austrália, comummente conhecido como incenseiro, que terá sido introduzido na segunda metade do séc. xx, e tem tendência a tomar-se urna verdadeira praga da floresta madeirense.

Das várias espécies dos géneros Begónia e Tecoma existentes na Madeira, a *Tecoma australis* e *T. Jasminoides* são provenientes da Austrália.

Ao nível dos fetos, a Madeira tem quatro espécies provenientes da Oceânia, o *Doodia caudata*, um pequeno feto nativo da Austrália e da Nova Zelândia, que deve ter sido introduzido na Madeira, provavelmente por acidente, e foi colhido pela primeira vez, como subespontâneo, em 1962, e o *Cyathea cooperi*, feto-arbóreo, de grande valor decorativo, nativo da Austrália e da Tasmânia. Tem ainda o *Dicksonia antarctica*, feto-arbóreo, exótico e já naturalizado na laurissilva, nativo do sudeste australiano e o *Pteris tremula*, feto muito vulgar na Madeira como planta de jardim e de vaso, nativa da Austrália, da Nova Zelândia e das ilhas Fiji.

A *Tetragonia tetragonoides*, também identificada como *Tetragonia expansa* ou espinafre, foi introduzida como planta alimentar na Madeira, sendo muito cultivada na Ilha e no Porto Santo. Originária da Austrália e Nova Zelândia, foi Henry Veitch, o antigo cônsul inglês, que a introduziu na Madeira por volta de 1825.

A *Casuarina equisetifolia*, conhecida por casuarina, nativa da Austrália, da Ásia Meridional e de África, é uma árvore muito rústica e de grandes dimensões, presente nas zonas baixas do Funchal.

Podemos encontrar na Madeira ainda a *Bracteantha bracteata*, também referida sob o binome *Helicrysum bracteatum*, planta australiana

robusta e herbácea, muito decorativa conhecida como flores-de-palha e sempre-vivas, assim como outra espécie australiana e neozelandesa, anual, peluda e de muito pequeno porte, a *Cotula australis*.

Originária da Austrália e do sudeste asiático, a *Ficus pumila*, também conhecida como figueira do inferno, foi provavelmente introduzida na Madeira no séc. XX, sob o binome *Ficus stipulata*.

Uma espécie australiana de porte arbustivo, a *Myoporum tenuifolium* (também denominada *M. acuminatum*) é conhecida como mióporo, sendo muito cultivada na Madeira e, sobretudo, no Porto Santo.

Há ainda a registar a *Oxalis exilis*, ou azedinha, a mais pequena das *Oxalis* existentes na Madeira, originária da Austrália e da Nova Zelândia, que deve ter sido introduzida na Madeira por acidente, uma vez que não possui valor decorativo. Refira-se ainda a *Rytidosperma tenuis*, erva perene de introdução recente na Madeira, provavelmente também acidental, e com a mesma proveniência.

Finalmente, ao nível das palmeiras, há duas espécies provenientes da Austrália na Madeira, a *Archontophoenix cunninghamiana*, uma espécie da Austrália Oriental vulgarmente conhecida por palmeira-elegante, e a *Livistona australis*, muito decorativa e conhecida por palmeira-de-leque.

Ao nível da fauna, temos o caso curioso do *Pelagodroma marina* ou calcamar, cuja criação apenas se encontra em dois pontos quase diametralmente opostos do globo: as Selvagens e a costa ocidental da Austrália.

O *Diário de Notícias* da Madeira de 7 de novembro de 1911 dá conta de uma monografia que o "distinto naturalista sr. Adolpho Cesar de Noronha vai publicar brevemente sobre as aves das ilhas Selvagens, que deverá ser inserta no anuário ornitológico de Berlim. A mais interessante das aves que habitam as Selvagens – 'o calca-mar' – só se encontra em algumas regiões da Austrália e tende a desaparecer daquelas ilhas, em consequência do exercício da caça" ("Uma monografia", *Diário de Notícias*, 7 nov. 1911, 1).

Bibliog.: impressa: BRANDENSTEIN, C. G. von, "The first europeans on Australia's west coast", *Boletim do Museu do Centro de Estudos Marítimos de Macau*, n.º 3, 1989, pp. 189-206; *Id.*, *Early History of Australia. The Portuguese Colony in the Kimberley: Exploration – Occupation – Dissolution – Vacation (1512?) – 1520's – 1580 – (1879)*, Albany, s.n., 1994; CASIMIRO, Suzy, *Settlement Crossroads. Portuguese Migrants in Australia*, s.l., UMI Dissertations Publishing, 2002; *Id.*, "The voices of portuguese migrants in Western Australia", in WILDING, Raelene, e TILBURY, Farida (orgs.), *A Changing People. Diverse Contributions to the State of Western Australia*, Perth, Department of the Premier and Cabinet, 2004, pp. 150-163; "O descobridor da Austrália", *Diário de Notícias*, 24 set. 1896; DIAS, Emmanuela, *The Portuguese Arrival (A Chegada do Português)*, Fremantle, Fremantle City Library, 2002; "Exposição da Austrália", *Diário de Notícias*, 27 mar. 1908; JARDIM, Roberto *et al*., "Madeira", in VIEIRA, José Neiva, *Árvores e Florestas de Portugal, Açores e Madeira. A Floresta das Ilhas*, vol. 6, Lisboa, Público, 2007, pp. 255-296; JUPP, James (org.), *The Australian People. An Encyclopedia of the Nation, Its People and Their Origins*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001; *Livro de Lisuarte de Abreu*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992; MCINTYRE, Kenneth Gordon, *The Secret Discovery of Australia. Portuguese Ventures 200 Years before Captain Cook*, Medindie/London, Souvenir Press, 1977; "Medalha de 1.ª classe", *Diário de Notícias*, 24 abr. 1908; "Uma monografia", *Diário de Notícias*, 7 nov. 1911; "Oportunidades comerciais", *Diário de Notícias*, 20 set. 1975; *O Oriente do Funchal*, 8 fev. 1873; PETERS, Nonja, *We Came by Sea. Celebrating Western Australia's Migrant Welcome Walls*, Welshpool, Western Australian Museum, 2010; "Premiado de 'acordo com os interesses das populações'. O plano do holandês Rooda van Eysinga para a urbanização do Porto Santo", *Diário de Notícias*, 10 jun. 1975; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Tip. Esperança, 1940; TRICKETT, Peter, *Beyond Capricorn. How Portuguese Adventurers Secretly Discovered and Mapped Australia and New Zealand 250 Years before Captain Cook*, s.l., East Street Publications, 2007; "Trigos e farinhas", *Diário de Notícias*, 23 ago. 1918; VIEIRA, Rui Manuel da Silva, *Fora da Madeira, Plantas Vasculares Naturalizadas no Arquipélago da Madeira*, Funchal, Museu Municipal do Funchal (História Natural), 2002; WESTERN AUSTRALIA DEPARTMENT OF THE PREMIER AND CABINET/OFFICE OF MULTICULTURAL INTERESTS, *Western Australian Community Profiles. 2001 Census: Portugal-Born*, s.l., s.n., 2005; WITCOMBE, Andrea, *Travellers and Immigrants. Portugueses em Perth*, Perth, Curtin University of Technology, 1997; *Id.*, "Using souvenirs to rethink how we tell histories of migration. Some thoughts", in DUDLEY, Sandra *et al*. (orgs.), *Narrating Objects, Collecting Stories*, London, Routledge, 2012; **digital:** AUSTRALIAN BUREAU OF STATISTICS, "Population clock", *Australian Bureau of Statistics*, s.d.: http://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Web+Pages/Population+Clock?opendocument (acedido a 15 maio 2016); AUSTRALIAN GOVERNMENT, "Helping you find government information and services", *Australian Government*, s.d.: http://www.australia.gov.au/ (acedido a 15 maio 2016); EMBAIXADA DE PORTUGAL NA AUSTRÁLIA/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, "Dados gerais", *Embaixada de Portugal na Austrália/Ministério dos Negócios Estrangeiros*, s.d.: https://www.camberra.embaixadaportugal.mne.pt/ (acedido a 15 maio 2016); VELOSO, Ricardo, "De Mendonça ao pastel de nata", *Imigrantes, Portugueses na Austrália*, s.d.: http://imigrantes.no.sapo.pt/page6.australia.html (acedido a 15 maio 2016).

Bernardo de Vasconcelos

Áustria

A partir do séc. XV, foram vários os contratos de casamento que se celebraram entre as casas reais de Portugal e da Áustria, o que fez com que se estabelecessem laços entre os dois países. A título de exemplo, D. Leonor, filha do Rei D. Duarte, da Casa de Avis, casou-se com o Imperador Frederico I da Casa Real da Áustria, *i.e.*, da linhagem dos Habsburgos;

D. Isabel, filha de D. Manuel I, casou-se com Carlos V, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico e Rei das Espanhas. A dinastia dos Habsburgos estendeu-se ao longo de séculos e trouxe para Portugal várias rainhas: D. Leonor da Áustria, esposa em segundas núpcias de D. Manuel I; D. Catarina da Áustria, esposa de D. João III; D. Margarida da Áustria, esposa de Filipe II; D. Maria Ana da Áustria, esposa de D. João V; e D. Leopoldina da Áustria, esposa de D. Pedro IV. Por outro lado, também Portugal esteve de certa maneira sob a alçada do poder desta família durante a dinastia filipina, uma vez que Filipe I de Portugal era um Habsburgo, filho de D. Isabel de Portugal e de Carlos V.

Foi igualmente através dos Habsburgos que a relação da Áustria com a ilha da Madeira se estreitou. No séc. XIX, a Madeira tornou-se num local de eleição para a nobreza europeia, tanto para fins turísticos como terapêuticos, mas também a escala ideal para quem fosse cruzar o Atlântico.

D. Leopoldina, filha do Imperador Francisco I da Áustria, fez escala na Madeira entre 11 e 13 de setembro de 1817, a caminho do Rio de Janeiro, onde iria contrair matrimónio com o então infante D. Pedro (futuro D. Pedro IV de Portugal e Imperador D. Pedro I do Brasil). A futura imperatriz do Brasil ficou hospedada no palácio de S. Lourenço, e ao longo destes dias esteve presente em várias festas e receções que lhe foram dedicadas por ilustres locais.



Fig. 1 – Desembarque da princesa Leopoldina no Funchal a 11 de setembro de 1817, aguarela de Julien Palliere (coleção particular, Porto).

Maximiliano de Habsburgo-Lorena, irmão do Imperador Francisco José da Áustria, terá estado para se casar com D. Maria Amélia de Bragança (filha de D. Pedro I e de sua segunda esposa, D. Maria Amélia). Todavia, ela faleceu na ilha da Madeira antes de o matrimónio se ter realizado. Maximiliano acabou por se casar com Maria Carlota da Bélgica e foi com ela para a Madeira a 6 de dezembro de 1859. O príncipe seguiu viagem para a América do Sul, enquanto a princesa ficou no Funchal até ao seu regresso, a 5 de março de 1860, partindo ambos para a Áustria uma semana depois. Uns anos mais tarde, após a sua aclamação como Imperador do México, Maximiliano voltou a passar pela Madeira, a 28 de abril de 1864, na fragata *Navara*, fazendo escala na viagem para a sua nova terra.

Isabel da Áustria, cunhada do Imperador do México, por ser esposa do Imperador Francisco José, popularmente chamada Sissi, esteve por duas vezes na ilha da Madeira. Sissi chegou ao Funchal no iate real britânico *Victoria and Albert*, a 29 de novembro de 1860, para passar uma temporada, por um lado, para se restabelecer da depressão e anorexia causadas pela morte de sua filha Sophie, de dois anos, e, por outro, para recuperar forças e ânimo para a exigente vida palaciana em Viena, para onde regressou a 28 de abril de 1861. Durante estes cinco meses, residiu na Quinta Vigia, onde depois foi instalado o Hotel Casino Park, perto do qual se poderá encontrar uma estátua em tamanho real da Imperatriz. A segunda visita de Sissi à ilha da Madeira deu-se quase duas décadas depois. Desta feita, chegou no iate imperial austríaco *Greif*, a 23 de dezembro de 1893, ficando a residir inicialmente na Villa Cliff, casa pertencente ao então novo Reid's Palace, e posteriormente no próprio hotel, até 4 de fevereiro de 1894.

Não obstante o mediatismo de Sissi, um dos laços indeléveis entre a ilha da Madeira e a história da Áustria prende-se com o destino de seu sobrinho-neto, Carlos I, conhecido por "o último Imperador". Carlos I subiu ao trono



Fig. 2 – Imperatriz Sissi, bronze do mestre Lagoa Henriques, 2000, Funchal (arquivo particular).

do Império Austríaco e do Reino da Hungria por morte de seu tio-avô, o Imperador Francisco José, em 1916, em plena Primeira Guerra Mundial, mas o seu reinado foi bastante curto. Em 1918, o fim da Guerra e a associação da Áustria com as forças derrotadas resultaram na dissolução do Império Austro-Húngaro e na implantação da república na Áustria, no ano seguinte. Neste enquadramento político, Carlos I e respetiva família imperial refugiaram-se na Suíça, enquanto se decidia entre os Aliados onde seria o seu exílio. Tanto Carlos I como a esposa, Zita de Bourbon-Parma, eram descendentes da portuguesa Casa de Bragança, ele neto de D. Maria Teresa de Portugal, casada com o Arquiduque Carlos Luís, e ela filha da infanta Maria Antónia de Bragança e do Duque Roberto I de Parma. Portugal, mais concretamente a ilha da Madeira, foi o destino escolhido para o "último imperador", devido à sua geografia periférica. Com efeito, o casal imperial partiu para o exílio no navio da marinha britânica *Cardiff*, chegando ao porto do Funchal a 19 de novembro de 1921. Apenas uns meses depois, Zita conseguiu ir buscar os filhos, que ainda estavam na Suíça, partindo a 4 de janeiro e regressando a 2 de fevereiro de 1922. A família imperial residiu inicialmente no Funchal, na Villa Victória, propriedade do Hotel Reid's Palace. Todavia, uma vez que os bens dos Habsburgos tinham sido congelados, a situação financeira da família era bastante delicada, o que os obrigou a mudarem-se para um domicílio mais modesto. Foram então para a Quinta do Monte, uma casa cedida pela família Rocha Machado. Apesar das circunstâncias, "o último imperador" era estimado pelas gentes da Ilha. Entretanto, porém, Carlos I adoecera e a permanência na residência do Monte só fez com que a sua saúde piorasse; a casa não era aquecida e por isso a broncopneumonia que o atingira revelou-se fatal, resultando no seu falecimento, a 1 de abril de 1922. O seu corpo foi sepultado na Capela do Imaculado Coração de Maria, do lado esquerdo da nave central da Igreja de N.ª S.ra do Monte, havendo ainda retratos seus e da sua família na sacristia da igreja. Porém, o seu coração foi levado para a cripta dos Capuchinhos em Viena, cumprindo a tradição dos Habsburgos. A viúva acabou por abandonar a ilha da Madeira a 19 de maio de 1922, rumando a Espanha. A Imperatriz Zita voltou à Madeira por duas vezes, de 9 a 11 de abril de 1967, com a filha mais nova, e de 10 a 13 de janeiro de 1968, com os dois filhos mais velhos. Ambas as visitas se prenderam com as



Fig. 3 – Carlos de Áustria numa caçada, na Fajã da Ovelha, com António Vieira de Castro e Gabriel Lomelino Bianchi, 30 de dezembro de 1921 (arquivo particular).

obras da nova capela mortuária e a transladação do corpo para a dita capela. A descendência de Carlos I decidiu que o corpo não deveria ser transladado para a Áustria, mas manter-se na Madeira, em agradecimento por todo o apoio que o povo madeirense dera à sua família durante o difícil período do exílio.

Bibliog.: impressa: PIEPER, Dietmar, e SALTZWEDEL, Johannes (orgs.), *Die Welt der Habsburger*, München, Goldman, 2011; SCHEIDL, Ludwig, e CAETANO, José A. Palma, *Relações entre Portugal e a Áustria/Beziehungen zwischen Portugal und Österreich*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2002; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984; VOCELKA, Karl, *Geschichte Österreichs. Kultur, Gesellschaft, Politik*, München, Wilhelm Heyne Verlag, 2013; **digital:** MUTSCHLECHNER, Martin, "Habsburgs im exil. Von der Schweiz nach Madeira", *Die Welt der Habsburger*, s.d.: http://www.habsburger.net/de/kapitel/habsburg-im-exil-i-von-der-schweiz-nach-madeira?language=de (acedido a 14 maio 2016).

CLÁUDIA FERNANDES

Autarquia local

Na sua raiz etimológica, o termo autarquia significa autossuficiência, independência, *i.e*, a característica daquele que se basta a si próprio, sendo ainda esse o sentido que o termo possui no âmbito da sociologia ou da economia.

Ora, independentemente da discussão sobre a substância do conceito, tem o seu interesse indagar sobre a entrada e a fixação, doutrinária e legislativa, da expressão "autarquia local" em Portugal.

Segundo Marcelo Caetano, a expressão "autarquias locais" não teria sido introduzida entre nós pela doutrina, mas por via legislativa. Em resultado de investigações mais recentes, foi, no entanto, possível chegar a resultados algo diferentes: por um lado, antes de 1915, houve pelo menos dois autores que utilizaram a expressão "autarquias locais" nos seus cursos, ao lado de outras expressões na altura mais frequentes; por outro lado, deve-se ao ensino oral do Prof. Alberto da Cunha Rocha Saraiva, registado nos respetivos sumários, a fixação, no ano letivo de 1918-1919, da expressão "autarquias locais" (ALEXANDRINO, 2014, 22ss.). Por conseguinte, quanto à introdução da expressão "autarquias locais", parece dever prevalecer a tese segundo a qual a mesma se deve primeiramente à doutrina, que se antecipou deste modo à Constituição de 1933.

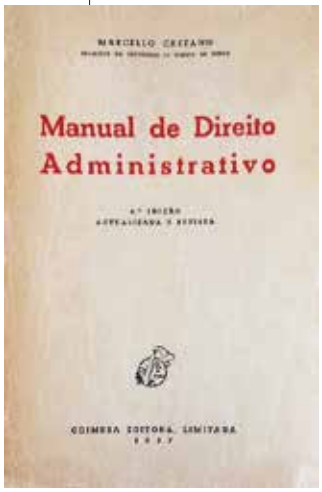


Fig. 1 – *Manual de Direito Administrativo* (1957), de Marcelo Caetano.

Ainda assim, nas décadas seguintes, a expressão "autarquias locais" não viria a merecer grande adesão, nem nas leis, nem na prática, onde continuou a ser preferentemente utilizada a expressão "corpos administrativos" (OLIVEIRA, 2013, 127), nem na doutrina, como se comprova afinal pela "demorada hesitação" registada nas sucessivas edições do *Manual de Direito Administrativo*, de Marcelo Caetano, a respeito da designação do parágrafo dedicado à Administração Local, a qual só a partir da 8.ª edição, datada de 1968, passa a ser a de "Autarquias Locais".

Apesar desse difícil enraizamento, a verdade é que tanto a Constituição portuguesa de 1976 como as leis fundamentais do ordenamento local do novo regime fizeram uma opção inequívoca pela expressão "autarquias locais", que desta forma se impôs ao legislador e à doutrina, entrando também na linguagem corrente.

Características das autarquias locais

As autarquias locais são, antes de mais, pessoas coletivas de direito público. Todavia, apresentam, à partida, um conjunto de traços distintivos no confronto com as demais pessoas coletivas públicas, mesmo com aquelas que lhes estão mais próximas, as pessoas coletivas públicas autónomas.

Na medida em que traduzem uma forma específica de administração autónoma, as autarquias locais preenchem os requisitos básicos desta, que são os seguintes: a presença de uma coletividade infraestadual; interesses próprios; autogoverno; responsabilidade própria; e o facto de se situarem forçosamente no âmbito da Administração Pública (MOREIRA, 1997, 78 ss.). Porém, distinguem-se das demais espécies do género por um conjunto de traços específicos: (1) por congregarem todos

os membros da comunidade local respetiva (e não apenas certos grupos sociais); (2) por serem entes de fins múltiplos (e não de fins específicos); (3) por serem pessoas coletivas constitucionalmente necessárias (e não facultativas); (4) por terem uma configuração constitucional paralela à do Estado e por apresentarem uma relação particularmente intensa com idênticos princípios e estruturas político-constitucionais, nomeadamente em termos do carácter eletivo dos respetivos órgãos e da similar dependência do funcionamento do sistema de partidos (diversamente do que sucede com a restante administração autónoma); (5) consequentemente, por beneficiarem de uma densa regulação constitucional (diversamente da demais administração autónoma, cuja regulação depende, essencialmente, do legislador).

Por sua vez, as autarquias locais não são passíveis de confusão com as regiões autónomas, na medida em que estas, embora tão-pouco disponham de soberania (que cabe apenas ao Estado), beneficiam de determinadas vertentes das funções política e legislativa, em virtude de um processo de descentralização político-administrativa (ou regime autonómico) fundado numa opção do poder constituinte e nas "características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas aspirações autonomistas das populações insulares" (artigo 225.º, n.º 1, da Constituição de 1976).

Ainda no que respeita às características das autarquias locais, há um notável conjunto de marcas distintivas, no confronto com a generalidade das pessoas coletivas públicas, nomeadamente as que decorrem das seguintes prerrogativas atribuídas pela Constituição (ALEXANDRINO, 2010, 107-109): (i) As autarquias locais dispõem de órgãos diretamente eleitos por sufrágio universal, direto e secreto da população residente na respetiva circunscrição territorial; (ii) As autarquias locais gozam do direito de ação popular para defesa dos respetivos bens; (iii) Apenas as autarquias locais dispõem do poder de promover a realização de referendos no âmbito local, dotados de efeitos juridicamente vinculativos; (iv) Apenas os órgãos representativos das autarquias locais dispõem da prerrogativa de, na respetiva esfera de atribuições próprias, poderem aprovar posturas e correspondentes sanções (MOREIRA, 2014, 122), sem que se mostre aí necessária intermediação da lei; (v) As autarquias locais beneficiam da prerrogativa de terem algumas das suas atribuições e competências fixadas na Constituição e de os seus órgãos representativos serem simultaneamente órgãos constitucionais; (vi) As autarquias locais têm legitimidade e relevância que justifica a sua participação no Conselho Económico e Social; (vii) As autarquias locais, tal como as regiões autónomas, dispõem de uma garantia constitucional de existência; (viii) Nas autarquias locais, exprime-se diretamente a relevância do território como seu elemento essencial, a começar pela garantia da reserva de lei quanto à respetiva divisão administrativa e a passar pela exigência de uma dupla lei, em matéria de criação, modificação e extinção; (ix) Nas autarquias locais, estão envolvidas formas de participação popular de carácter político, seja por via dos partidos, dos grupos de cidadãos eleitores ou apenas dos cidadãos, individual ou coletivamente considerados; (x) As autarquias locais dispõem de uma especial proteção constitucional no domínio financeiro, envolvendo pelo menos um regime das respetivas finanças locais e um conjunto de poderes públicos nessa matéria; (xi) As autarquias locais beneficiam de uma garantia institucional de um domínio público autárquico; (xii) Por último, as autarquias locais dispõem de um poder regulamentar próprio diretamente fundado no texto constitucional.

Conceito de autarquia local e seus elementos

Segundo a Constituição portuguesa de 1976, as autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas (artigo 235.º, n.º 2).

Uma vez que a existência de uma definição legal não dispensa o trabalho da Ciência do Direito, na doutrina posterior à Constituição de 1976, encontram-se os mais variados modelos

de apresentação do conceito de autarquia local, mais ou menos inspirados na lição de Marcelo Caetano, como sucede com a formulação apresentada por Diogo Freitas do Amaral, que define as autarquias locais como "pessoas coletivas públicas de população e território, correspondentes aos agregados de residentes em diversas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução dos interesses comuns resultantes da vizinhança mediante órgãos próprios, representativos dos respetivos habitantes" (AMARAL, 2006, 481).

Ponderando os diversos elementos de construção a ter em conta, a começar pelas estruturas constitucionais e a passar pelos elementos históricos e teóricos, temos reiteradamente definido autarquia local em termos algo diversos, como a "forma específica de organização territorial, na qual uma comunidade de residentes numa circunscrição territorial juridicamente delimitada dentro do território do Estado prossegue interesses locais, através do exercício de poderes públicos autónomos" (ALEXANDRINO, 2010, 111).

Com esta definição, pretende-se: (i) acentuar a ideia de que há outras formas de organização territorial (como as regiões autónomas, as áreas metropolitanas, a própria União Europeia ou as organizações de moradores); (ii) acentuar a ideia de que a especificidade dessa organização se traduz no facto de a mesma constituir um "imperativo constitucional"; (iii) assinalar a territorialidade como nota distintiva essencial do substrato; (iv) notar a particularidade de o substrato pessoal ser referido a toda a comunidade de residentes; (v) prestar tributo à referência aos "interesses locais"; (vi) acentuar o relevo da feição política dos entes locais; (vii) por último, salientar a ideia de um certo grau de imediatez dos poderes públicos (dado pelo autogoverno inerente à legitimidade e representatividade democráticas dos órgãos), mas também a independência relativamente a orientações ou poderes condicionantes externos, nomeadamente estaduais.



Fig. 2 – *Constituição da República Portuguesa* (1976).

O conceito apresentado integra em abstrato um conjunto de seis elementos: a personalidade jurídica, a representatividade dos órgãos, a comunidade de residentes, a circunscrição territorial, os interesses locais e os poderes públicos autónomos, definidos e exercidos em condições de autorresponsabilidade. Todavia, em sistemas de Estado constitucional como o português, os dois primeiros elementos (a personalidade jurídica e a representatividade dos órgãos) devem considerar-se elementos implícitos: um por decorrer dos princípios da autonomia e da descentralização, que postulam necessariamente a personalidade jurídica dos entes locais; o outro (a representatividade dos órgãos) por estar igualmente pressuposto num outro princípio fundamental do ordenamento local, o princípio democrático, uma das traves mestras da Constituição.

Por essa ordem de razões, há a considerar como elementos constitutivos do conceito de autarquia local: (a) a comunidade de residentes, (b) a circunscrição territorial, (c) os interesses locais e (d) os poderes públicos autónomos definidos e exercidos em condições de autorresponsabilidade.

Comunidade de residentes

Tinha razão no seu tempo o precursor do Direito Municipal português, Pascoal José de Melo Freire, ao estudar as instituições locais no livro II das suas *Instituições*, dedicado ao "Direito das Pessoas" (ALEXANDRINO, 2014, 83ss.), embora seja certo que, com o advento do Estado liberal e a afirmação da igualdade perante a lei, se começou a desmoronar o estatuto diferenciado de vizinho, tal como o mesmo fora concebido ao longo dos séculos nas nossas *Ordenações*.

A pertença à comunidade de residentes – que constitui um verdadeiro vínculo de natureza política, em várias dimensões – afere-se pela ligação essencialmente fáctica da residência estável. Porém, diversamente do que sucedeu na vigência do Código Administrativo ou

sucede em geral noutros países, nem a determinação do agregado populacional decorre da aplicação das disposições da lei (pois esta não se refere aos habitantes ou residentes), nem é claro o sentido da aplicação do critério da residência.

Na verdade, tanto a Constituição como as demais leis básicas do ordenamento local referem-se em geral apenas aos eleitores, ou seja, referem-se apenas à parcela da população residente que forma o colégio eleitoral. Ora, esta observação é de extrema importância: (1) pela dificuldade de fixação do universo constitutivo da comunidade de residentes (agravado pelo efetivo desfasamento entre os dados relativos ao recenseamento eleitoral e os dados estatísticos sobre a população); (2) pelo desfavor em que se encontram as autarquias com maior taxa de natalidade, as autarquias com uma população mais jovem e as autarquias com maior número de não-nacionais; e (3) pela irracionalidade e iniquidade de dar tratamento igual a realidades substancialmente diferentes.

A comunidade de residentes começa por integrar todas as pessoas que pertençam ao colégio eleitoral para efeitos da eleição local (sejam portugueses, cidadãos da União Europeia ou estrangeiros), mas estende-se também às demais pessoas residentes no âmbito da circunscrição territorial, designadamente os menores e os estrangeiros não inscritos no recenseamento eleitoral.

Finalmente, quanto aos direitos de que gozam os residentes, pode dizer-se que é muito heterogéneo o estatuto aplicável a cada um destes grupos de pessoas, constituindo o direito de sufrágio a principal prerrogativa do residente local, ao lado do direito de participação no referendo local, dos direitos de informação, de consulta e de participação popular.

De notar, no entanto, que, além do direito de sufrágio e dos demais direitos de participação política e administrativa, o vizinho pode ainda ser titular ou destinatário de um conjunto de situações jurídicas, nomeadamente na esfera tributária, na da utilização de bens dominiais, na do acesso aos serviços públicos e mesmo na do acesso à informação.

Território

Segundo a doutrina germânica, a relevância territorial das autarquias locais mede-se sobretudo pelas respetivas consequências, as quais se situam tanto no âmbito da capacidade jurídica, como no âmbito da titularidade de direitos (como o direito ao nome ou o direito ao feriado) e no âmbito organizativo.

Já entre nós, a doutrina costuma referir tradicionalmente uma tripla função do território: a de identificar a autarquia local, a de permitir definir a população respectiva e a de delimitar as atribuições e as competências da autarquia e dos seus órgãos, em razão do lugar. Contudo, como há muito foi notado, "[a] verdadeira função do território municipal não é a de limite espacial dos poderes municipais, mas de elemento definidor dos interesses municipais" (PEREIRA, 2006, 244).

Nessa medida, ao contrário do que parece resultar do entendimento tradicional, não só não é em função da comunidade de residentes que são definidos os interesses a prosseguir, como pode perfeitamente admitir-se a existência de poderes extraterritoriais: sejam eles poderes de mera pronúncia sobre assuntos de relevância concelhia, regional ou nacional, sejam eles poderes públicos de administração agressiva (como o exercício de poderes de expropriação).

Interesses locais

O terceiro elemento (os interesses locais), apesar de lhe ser reconhecida a função de valor principal e de fundamento da existência das autarquias locais (AMARAL, 2006, 484), é o que levanta maiores dificuldades, desde logo pela inevitável, e nem sempre clara, relação com o difícil problema das atribuições das autarquias locais.



Fig. 3 – *Constituição da República Portuguesa. Índices* (2015).

No nosso ordenamento, o "ponto de referência" reside na disposição constitucional segundo a qual as autarquias locais visam a "prossecução de interesses próprios das populações respetivas" (artigo 235.º, n.º 2), cláusula geral essa que está ainda implicada na garantia constitucional da autonomia local e no princípio da subsidiariedade, na medida em que os mesmos pressupõem que os entes locais tenham uma capacidade geral para desempenhar todas as tarefas com incidência local.

No plano da lei ordinária, releva hoje particularmente o disposto nos artigos 7.º e 23.º da Lei de Reforma da Administração Local, aprovada como anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao estatuírem que constituem atribuições das freguesias e dos municípios a promoção e salvaguarda "dos interesses próprios das respetivas populações".

Como definir os interesses locais?

Sem prejuízo da dificuldade do conceito, definimos os interesses locais como "dados, realidades ou estados que uma concreta comunidade local tem razões para querer" (ALEXANDRINO, 2014, 243), o que pressupõe que os mesmos estejam situados em concreto, que sejam dados à norma e à comunidade, que sejam aptos à realização de fins e tarefas, mas também que sejam variáveis de autarquia para autarquia.

Por fim, desta relatividade dos interesses locais deriva um conjunto de consequências, nomeadamente: a possível existência de interesses exclusivos; a ocorrência de fenómenos de perda do carácter local de um interesse; a regra da sobreposição de interesses; a recusa da tese de que as autarquias locais estão limitadas à realização dos interesses locais; a necessidade de circunscrever, através da lei, a área de incidência dos interesses locais; o apoio que pode ser pedido ao critério da preponderância do interesse.

Poderes públicos autónomos

O quarto e último elemento constitutivo do conceito de autarquia local, os poderes públicos autónomos, remete para a generalidade dos elementos implícitos, por estar intrinsecamente ligado ao sentido de poder local democrático e ao conceito constitucional de autonomia local.

Deste elemento decorre que não há autarquia local sem poderes locais, mas decorre igualmente que o exercício desses poderes públicos pressupõe um certo grau de imediatez, designadamente do ponto de vista da relação entre a comunidade e os órgãos dela representativos, significando ainda que esses órgãos dependem e respondem diretamente perante a comunidade, pela forma como exercem os poderes e prosseguem a realização dos interesses locais, podendo a comunidade acionar os mecanismos de prestação de contas correspondentes. Em termos práticos, é normal que seja com a eleição por sufrágio universal, direto e secreto dos órgãos das autarquias locais que se revele este elemento essencial; todavia, ainda que no sistema português esse grau de representatividade dos órgãos se afigure um elemento necessário, nem o mesmo é por si só suficiente (como se comprova pelas organizações de moradores), nem no direito comparado ele se revela indispensável (como se comprova pelas províncias espanholas).

Mas este elemento pressupõe ainda a *independência*, enquanto nota particularmente qualificadora da autonomia local, a qual se define nomeadamente pela autonomia de orientação e tem como principal corolário uma estrita delimitação dos poderes de controlo (no sentido de não poderem envolver apreciação de mérito sobre a forma de realização dos interesses locais).

Quanto ao exercício de outras atribuições, em especial as que foram objeto de expressa fixação, delegação ou transferência legal (zona particularmente regida pelo critério da subsidiariedade), desse elemento decorre ainda o dever de consideração e amizade para com o poder local, bem como uma regra de devida cooperação por parte da administração local, mas não menos a atenção a parâmetros de justiça, eficiência e avaliação.

Categorias de autarquias locais

Segundo a Constituição, no continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas (artigo 236.º, n.º 1), podendo a lei estabelecer, nas grandes áreas urbanas e nas ilhas, de acordo com as suas condições específicas, "outras formas

de organização territorial autárquica" (artigo 236.º, n.º 3).

À luz desta indicação, a primeira distinção a fazer é entre as autarquias locais impostas pela Constituição e as autarquias locais consentidas pela Constituição.

Entre as primeiras, contam-se naturalmente as duas categorias de autarquias locais existentes à data da aprovação da Constituição, o município e a freguesia, e, dubitativamente, face à evolução verificada após a revisão constitucional de 1997 (que dificultou enormemente o processo de regionalização do continente), também as regiões administrativas.

Quanto às autarquias locais consentidas, admite-se tradicionalmente que o artigo 236.º, n.º 3 encerra três possibilidades: (1) o estabelecimento de outras autarquias locais, para além das existentes; (2) o estabelecimento de outras autarquias locais, em vez das existentes; e (3) o estabelecimento de outras realidades (que não sejam autarquias locais).

Além desta abertura, parece ainda haver lugar ao alargamento a duas outras hipóteses: (i) a criação de bairros, circunscrições ou distritos dos concelhos; (ii) a possibilidade de vir a ter lugar a esse nível a supressão, fusão, incorporação ou conversão das freguesias urbanas.

Relativamente às relações entre as diversas categorias de autarquias locais, atenta a evolução histórica e atento todo um conjunto de razões, de que o ordenamento português dá amplo testemunho, não parece haver motivo para acompanhar a tese da igual dignidade constitucional entre as freguesias e os municípios, impondo-se, pelo contrário, um princípio de diferenciação.

Um tópico final é o relativo à classificação das autarquias locais – problemática que se prende também com a da uniformidade ou diferenciação do regime jurídico aplicável. A este respeito, há desde logo a referir que caíram em progressivo e definitivo desuso as disposições do Código Administrativo de 1940 sobre essa matéria. Por sua vez, apesar da introdução em 2007 de uma nova tipologia das freguesias, para efeitos financeiros, e do ensaio em 2012 de uma nova tipologia dos municípios e freguesias, para efeitos de reorganização administrativa do território, a verdade é que continua a ser necessária a introdução de diferenciações no estatuto das autarquias locais, a começar pelo das grandes cidades e da capital (ALEXANDRINO, 2014, 32).

Especificidades das autarquias locais na Região Autónoma da Madeira

Abstraindo do plano das características e do conceito de autarquia local, onde não existe qualquer diferença, no plano das categorias de autarquias locais são duas as especificidades a notar: a primeira respeita ao facto de nas Regiões Autónomas existirem apenas, segundo a Constituição, freguesias e municípios (236.º, n.º 2); a segunda é a de que, como há pouco se referiu, nas ilhas, a lei pode estabelecer outras formas de organização territorial autárquica (artigo 236.º, n.º 2), havendo a notar que na Região Autónoma dos Açores se tenham criado, primeiro, os Conselhos de Ilha e, em 2009, os Órgãos representativos das ilhas (que todavia não traduzem estruturas de organização territorial autárquica, mas meros órgãos consultivos).

Para além disso e independentemente dos poderes legislativos dos órgãos de governo próprios da Região Autónoma em matérias do regime das autarquias locais, existem ainda especificidades de relevo a respeito dos seguintes domínios de regulação: (i) Criação,



Fig. 4 – Junta de Freguesia do Porto Santo (arquivo particular, 2016).

modificação e extinção das autarquias locais: segundo o artigo 227.º, n.º 1, alínea l) da Constituição e o artigo 37.º, n.º 1, alínea g) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, compete à Assembleia Legislativa Regional criar e extinguir autarquias locais; (ii) Tutela administrativa: segundo o artigo 69.º, alínea e) do mesmo Estatuto Político-Administrativo, compete ao Governo Regional exercer o poder de tutela sobre as autarquias locais; (iii) Relações financeiras entre a Região Autónoma e as autarquias locais: nos termos do artigo 122.º do mesmo Estatuto Político-Administrativo, as relações financeiras entre a Região Autónoma e as autarquias locais pautam-se pelo princípio da independência das finanças das últimas e pelo princípio segundo o qual qualquer forma de apoio financeiro regional às autarquias locais deve ter por objetivo o reforço da sua capacidade de investimento – disposição esta que foi retomada no artigo 67.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro (que aprovou a Lei de Finanças das Regiões Autónomas); (iv) Finanças Locais: por último, segundo 32.º, n.º 1, alínea b) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (que aprovou o novo Regime Financeiro das Autarquias Locais), para a distribuição do Fundo Geral Municipal, numa das componentes a considerar, a população residente na Região Autónoma é ponderada pelo fator 1,3.

Bibliog.: ALEXANDRINO, José de Melo, "Direito das autarquias locais", in OTERO, Paulo, e GONÇALVES, Pedro (coords.), *Tratado de Direito Administrativo Especial*, vol. IV, Coimbra, Almedina, 2010, pp. 11-299; *Id.*, *Direito Municipal. Conteúdos e Métodos de Ensino*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2014; *Id.*, "Os processos de reforma do poder local. Desenvolvimentos recentes", *Questões Atuais de Direito Local*, n.º 3, jul.-set. 2014, pp. 19-34; AMARAL, Diogo Freitas do (em colab.), *Curso de Direito Administrativo*, 3.ª ed., vol. I, Coimbra, Almedina, 2006; CAETANO, Marcelo, *Manual de Direito Administrativo*, 10.ª ed., rev. e atualização Diogo Freitas do Amaral, vol. I, Coimbra, Almedina, 1980; MOREIRA, Vital, *Administração Autónoma e Associações Públicas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1997; *Id.*, "Sobre o poder sancionatório autónomo das autarquias locais", *Questões Atuais de Direito Local*, n.º 4, out.-dez. 2014, pp. 117-122; NABAIS, José Casalta, "A autonomia local (alguns aspectos gerais)", in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró*, vol. II, n.º especial do *Boletim da Faculdade de Direito*, 1993, pp. 107-221; OLIVEIRA, António Cândido de (coord.), *30 Anos de Poder Local na Constituição da República Portuguesa*, Braga, Governo Civil do Distrito de Braga/Centro de Estudos Jurídicos do Minho, 2007; *Id.*, *Direito das Autarquias Locais*, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2013; OTERO, Paulo, *Direito Constitucional Português*, vol. II, Coimbra, Almedina, 2010; PEREIRA, André Gonçalves, *Contribuição para Uma Teoria Geral do Direito Municipal*, Dissertação de Curso Complementar apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 1959.

José Melo Alexandrino

Autonomia

Esboço histórico

O conceito de autonomia é complexo e discutível, dado que envolve um amplo campo de análise, tanto em termos políticos como jurisdicionais, encontrando-se sempre ligado aos recursos financeiros colocados à disposição dos órgãos que gerem as áreas em questão. Sendo, por conceito político, a capacidade de elaborar as suas próprias leis e regras sem interferência de um poder central nas tomadas de decisões, implica também que tal elaboração seja, tanto quanto possível, racional em relação aos restantes poderes. Nesse quadro, a autonomia indica uma realidade que é dirigida por uma lei própria e que, apesar de ser diferente das outras, não deve ser incompatível com elas. Ora, como nenhuma sociedade é um corpo totalmente isolado, os conflitos de interesses são inúmeros, o que obriga a uma contínua negociação para tentar eliminar ou, pelo menos, delimitar os mesmos conflitos.

A conflitualidade é assim mais ou menos permanente praticamente desde o início do povoamento da Madeira, primeiro, com o



Fig. 1 – Monumento à Autonomia, bronze de Ricardo Velosa, 1987, Funchal (fotografia de Bernardes Franco, 2018).

senhorio, depois com a Coroa e com o Estado, dependendo sempre do lado em que se coloca o ponto de observação e conforme se foi criando e consolidando a consciência política madeirense. A partir de 1976, com a instalação do Governo Regional da Madeira e o novo sistema político-administrativo, o conflito manteve-se, tal como se manteve com a integração europeia e a criação de uma moeda comum.

Raízes da consciência política madeirense

A progressiva formação de uma consciência política insular, então na defesa de direitos adquiridos, é já de certa forma patente no Funchal, pelo menos, nos finais do séc. xv. Entre outros exemplos, quando em 1492, o duque D. Manuel (1469-1521) enviou para o Funchal um escrivão para a obra da igreja e futura sé – Marcos Lopes, depois elevado a escudeiro da Casa Real e mamposteiro-mor dos cativos –, logo a Câmara do Funchal pediu ao duque para que nessa área se empregasse apenas gente da terra e que o escrivão voltasse ao continente. O pedido levou a que o duque, em carta de 13 de janeiro de 1493, respondesse que "ao que me pedis, que quando mandar fazer obras, que não faça oficiais senão dessa vila e que um escrivão que ora lá tenho para a obra da igreja, que o mande vir; a este capítulo não vos respondo coisa alguma senão que me parece que é de tal substância, que não cabe nele resposta" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, tombo 1, fl. 52).

—No séc. xvii, com o espetro das guerras do Brasil, pediu-se à Câmara do Funchal a quantia de 10.000 cruzados para a restauração de Pernambuco e para o desempenho das tenças da Fazenda Real, assunto que se arrastava há já alguns anos. A carta foi assinada pela vice-Rainha Margarida de Saboia, duquesa de Mântua (1589-1655), com data de 8 de janeiro de 1637, e, logo a 18 de fevereiro desse ano, os representantes dos 24 mesteres enviam uma espantosa carta a D. Filipe III (1605-1665) lembrando-lhe os seus deveres como Rei dos Portugueses, jurados por seu avô nas cortes de Tomar e que consistiam em respeitar os direitos e privilégios outorgados pelos Reis anteriores. Claro que



Fig. 2 – Laje sepulcral de Marcos Lopes, escudeiro del Rei, escrivão da Sé e mamposteiro-mor dos cativos, 1530 a 1540 (Sé do Funchal).

D. Filipe III não se impressionou grandemente, se é que leu a carta, voltando-se a insistir na contribuição. Os anos seguintes, com a aclamação de D. João IV (1604-1656) em 1640, foram quase de rebelião generalizada no Funchal, sendo demitidos o provedor da Fazenda e a vereação camarária, chegando-se a assassinar os corregedores entretanto enviados ao Funchal, e, em 1668, nova sedição haveria de prender o governador e, pura e simplesmente, reenviá-lo de volta para o continente, elegendo para o lugar um morgado local.

Nos meados do séc. xviii, a configuração de uma consciência política madeirense foi assumida, entre outros aspetos, com a formação de lojas maçónicas, as primeiras constituídas no território português, e a resistência às determinações centralistas implantadas pelo Gov. João António de Sá Pereira (1719-1804), depois apelidado de "Pombal madeirense". A nobreza insular, em particular ligada à casa da morgada D. Guiomar Madalena de Vilhena (1705-1789), tia-avó do futuro conde de Carvalhal (1778-1837), de acordo com as queixas que esse mesmo governador largamente enviou para Lisboa, colocou sempre reservas às suas determinações, não se tendo coibido Sá Pereira, inclusivamente, de deportar para o norte da Ilha um dos tios da morgada, o P.e D. João José de Sá (1707-1781), ao qual apelidava de "dissoluto, mulato e arrogante" (AHU, Madeira e Porto Santo, docs. 4804 e 4805).

O Gov. Sá Pereira conseguiu, assim, congregar à sua volta um verdadeiro mal-estar e, quando teve a notícia da queda, em Lisboa, do

marquês de Pombal (1699-1782), sabendo o que o esperava, abandonou com a família o palácio de S. Lourenço praticamente em segredo, deixando o Governo entregue a um triunvirato. Infelizmente, dada a falta de vento, o navio não conseguiu sair da baía, tendo de ficar ao largo. João António de Sá Pereira viu-se, assim, na situação de ter de assistir à iluminação festiva de toda a cidade, comemorando a sua saída e, ainda, nessa sequência, a um espetáculo de lançamento de fogo de artifício.

Nos inícios do século seguinte, já eram patentes na Madeira sensibilidades políticas diversificadas, então designadas por partidos, embora longe da configuração que depois se atribuiu ao termo, e uma imprensa ativa e até agressiva na defesa dos interesses insulares. Em 1821, fundou-se na Madeira o célebre periódico *Patriota Funchalense*, que escolheu para edição do seu primeiro número o dia 2 de julho de 1821, considerado o do aniversário do descobrimento oficial da ilha da Madeira. Porta-voz da sensibilidade de uma emergente classe política, logo nesse ano considerava que a Ilha era tratada como colónia e que, longe ser enquadrada no contexto de uma situação de mãe pátria, a sorte da infeliz Madeira era a de enteada. Em 1822, o mesmo periódico equacionava a situação da Madeira mesmo num contexto de escravidão, que consistia em viver absolutamente


NUM. I. VOL. I.

O PATRIOTA FUNCHALENSE.

SEGUNDA FEIRA 2 DE JULHO DE 1821.

INTRODUCÇÃO.

Fig. 3 – *O Patriota Funchalense* (2 jul. 1821).

à vontade de outrem, acrescentando que uma província, que deve sujeitar os seus interesses aos da metrópole, que, por seu turno, nela não está interessada, deixa de ser província e é de facto colónia, vivendo escrava.

A situação não conhecera especiais alterações com a abertura da Assembleia Constituinte liberal, em 1821, onde os madeirenses se apresentaram como a primeira parcela ultramarina a fazer-se representar, tendo, inclusivamente, a Câmara Municipal do Funchal mandado elaborar um importante e longo texto para aí ser apresentado. A época que se seguiu foi muito complexa, com o surgimento local de inúmeras publicações periódicas, com as quais os poderes instituídos e os diversos interesses em causa não estavam habituados a lidar. Em breve, tudo seria mais ou menos silenciado e, também num curto espaço de tempo, o país conheceria o retrocesso com a implantação de um Governo absolutista, formado pelo infante D. Miguel (1802-1866). Tanto o arquipélago da Madeira, como o dos Açores, ainda tentaram resistir ao absolutismo, mas a breve trecho soçobravam. A situação então vivida foi verdadeiramente catastrófica e, na repressão que se seguiu, não ficou na Madeira um único dos antigos morgados, ou sequer um dos cónegos da Sé do Funchal.

Após uma longa e penosa guerra civil, que durou vários anos, o renovado Estado liberal voltou, mais uma vez, a não compreender a situação insular. Em causa estava, muito provavelmente, a independência do Brasil, situação que o poder sediado em Lisboa sempre teve dificuldades em encarar. Assim, em breve se processavam tentativas várias de centralização, como o projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados a 2 de maio de 1839 por Passos Manuel, ou seja, Manuel da Silva Passos (1801-1862), no sentido de enquadrar as ilhas adjacentes na lei geral, lei essa que regulamentava a importação de cereais. As ilhas possuíam regime especial nesta área, principalmente decorrente dos seus défices de produção e das suas relações privilegiadas com o estrangeiro. O então deputado Luís da Silva Mouzinho da Albuquerque (1792-1846), antigo prefeito da Madeira, chegou a apoiar esse projeto, acusando a Madeira de ter

a "habilidade de impor um jugo à Metrópole, pois o vinho de Portugal não entrava lá, quando o seu vinho vinha para cá" (VERÍSSIMO, 1987, 8). Mas a discussão política deste projeto de lei fez correr muita tinta nos jornais da época e conseguiu fazer sentir à Câmara de Deputados a injustiça da posição. Defenderam, então, os interesses da Madeira, a Associação Comercial e a Câmara Municipal do Funchal, assim como a Junta Geral do Distrito; em Lisboa, os interesses insulares foram defendidos por Lourenço José Moniz (1789-1857) e José Maria Grande (1799-1857).

Juntas gerais

O dec. de 16 de maio de 1832 criou as Juntas Gerais de Província, mas que não chegaram a funcionar na Madeira. Pela lei de 16 de julho de 1835, voltaram a estabelecer-se as Juntas Gerais do Distrito, cuja primeira sessão teve lugar no Funchal a 15 de julho de 1837, com os 12 procuradores determinados pelo código administrativo. Esta primeira formulação da Junta teve 18 reuniões, sendo a do seu encerramento a de 25 de agosto de 1837, sucedendo-se a chamada Junta de 1842, que passou a ter atas e secretariado, representando, efetivamente, as forças vivas da Ilha, tendo sido esta estrutura o primeiro Governo regional da Madeira, embora muito longe da representatividade que posteriormente adquiriu. Esta estrutura seria ainda reformulada com a criação dos distritos autónomos, instituídos já nos finais do século, de uma forma genérica, pelo dec. de 2 de março de 1895. Infelizmente, este decreto foi deveras limitado, pouco tempo depois, pela carta de lei de 22 de maio de 1901.

O decreto que regulamentou a autonomia administrativa para a Madeira teve a data de 8 de agosto de 1901, na sequência da visita régia do mês anterior e seguia, em linhas gerais, os decretos anteriormente citados e, sobretudo, a legislação para os Açores, publicada com data de 12 de junho desse ano. A autonomia então instituída ficou bastante aquém do que era esperado e do que tinham pedido os representantes dos distritos insulares. Este decreto instituiu uma corporação administrativa: a Junta Geral, com algumas especificidades em relação às juntas continentais, com 15 procuradores de eleição popular como representantes dos diversos concelhos da Madeira. Com a Implantação da República nasceu uma série de promessas de descentralização e de autonomia para as então Juntas Gerais dos distritos insulares, mas também não cumpridas. A situação de instabilidade vivida e o início da Primeira Grande Guerra não autorizaram grandes avanços no campo da descentralização e da autonomia.

Discussão da autonomia

Com a conjuntura do pós-guerra, quando já tinham decorrido 10 anos sobre a Implantação da República, nasceu uma franca contestação política insular ao Governo de Lisboa, patente no reacender dos ideais autonómicos. Da discussão então ativada resultou, com data de 17 de outubro de 1921, um projeto açoriano, da autoria de Francisco d'Atayde de Faria e Maia (1876-1959), para um estatuto autonómico para os distritos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo. Este projeto retomava algumas ideias anteriores de um outro da autoria do monárquico Aristides Moreira da Mota (1855-1942), ampliando francamente as atribuições das então Juntas Gerais e conferindo-lhes uma certa autonomia financeira. As receitas destas Juntas deviam ter origem nos impostos e rendimentos cobrados no distrito. Da sua constituição deveria fazer parte uma assembleia de procuradores, eleita indiretamente e com funções de órgão legislativo, com algumas deliberações sujeitas a referendo. O projeto previa mesmo a eliminação do cargo de governador civil, substituído por um delegado do Governo central ou alto-comissário, mas com funções limitadas.

A ideia de autonomia na Madeira tendia mais para os modelos ingleses, do tipo *Crown colonies*, havendo a esse respeito francas referências na comunicação social madeirense, que se queixava do não cumprimento das promessas republicanas anteriormente formuladas. Estas queixas tinham recomeçado com a Primeira Grande Guerra e as dificuldades então colocadas ao tráfego marítimo, acrescidas ainda dos dois bombardeamentos ao Funchal por



Fig. 4 – Caravela do cortejo histórico do V Centenário da Descoberta da Madeira, dezembro de 1922 (arquivo particular).

submarinos alemães, que tinham lançado o pânico em toda a Ilha. Por essa época, o colunista F. L. escrevia no *Diário de Notícias*: "A meu ver deve, na Madeira, existir uma única vontade, uma única ambição política: a nossa completa e absoluta autonomia, devendo a bandeira ser a única ligação com a Mãe Pátria" (F. L., *DN*, 9 nov. 1921, 5).

Nessa sequência, e com a crise resultante do agravamento da carga fiscal, a ideia de autonomia conheceu na Madeira uma alargada discussão. As principais razões apontadas nestes anos de 1921 e 1922 para a contestação ao Governo central eram a exigência de cobrança em ouro, o imposto sobre a navegação, o regime cerealífero, a criação de sobretaxas especiais sobre o vinho da Madeira, a falta de soluções para a cultura sacarina e a recusa de verbas para a manutenção das levadas. No entanto, o mais citado como escandaloso era a cobrança na Madeira de 5 % sobre todos os direitos de exportação para se custearem as obras do porto de Leixões.

A situação na Madeira foi denunciada durante a visita do Presidente da República, António José de Almeida (1866-1929), que, regressado de uma viagem ao Brasil a bordo do vapor inglês *Arlanza*, aproveitara a escala no Funchal, a 9 de outubro de 1922, para visitar a Ilha. Para espanto do Presidente e de toda a comitiva, o discurso de boas vindas do presidente em exercício da Junta Geral do Distrito, Fernando Tolentino da Costa (1874-1957), incidiu especificamente sobre o alargamento da autonomia do distrito e uma maior justiça na repartição das receitas cobradas na Madeira. O orador foi mesmo mais longe, dizendo: "Não creia Vossa Excelência nunca nas vozes que acusam o propósito de nos separamos da metrópole. Orgulhamo-nos de ser portugueses e portugueses queremos continuar". No entanto, acrescentava: "Mas ambicionamos paralelamente – e havemos de consegui-lo – que nos deem mais largos recursos e mais ampla autonomia" (GOMES, 2016, 167). O discurso do presidente da Junta Geral foi amplamente divulgado nos órgãos de comunicação social e desencadeou, uma vez mais, um amplo debate do assunto.

Nesta sequência, surgiu a ideia de ligar este debate às comemorações do V Centenário do Descobrimento da Madeira, que se encontravam em preparação e foram efetuadas um pouco depois do que deviam, pois só tiveram início em 1922. A figura de Zarco foi assim associada a todo o debate, alvitrando Manuel Pestana Reis (1894-1966): "No dia em que for decretada a completa autonomia, ter-se-á descoberto a Madeira pela segunda vez!" (REIS, *DN*, 20 out. 1922). Não foi, assim, por acaso que o Governo central se não fez representar nesses festejos do V Centenário. Embora tudo indicasse uma intencional e acentuada campanha patriótica dos princípios autonomistas e de nenhuns compromissos com um projeto de rutura com Portugal, o Governo central apresentava-se desconfiado e a imprensa da capital não deixava de apontar ao movimento autonomista propósitos de entrega da Madeira aos Ingleses. Os autonomistas, no entanto, não desanimaram e incluíram as bases para a ampliação da autonomia na publicação comemorativa do V Centenário, da autoria de Manuel Pestana Reis.

Este texto baseava-se, precisamente, nos 500 anos de história da Madeira e, por conseguinte, na maioridade para uma completa autonomia. Esta autonomia justificava-se pela situação geográfica específica, pelas relações internacionais, pelos usos e costumes das populações, pela fisionomia própria e pelos interesses coletivos decorrentes do grau de desenvolvimento moral, intelectual e económico. O arquipélago reunia, assim, um conjunto de características que o individualizavam como região, tendo

direito a constituir uma unidade política e administrativa. O documento apresentava oito bases para a constituição da autonomia: funções representativa, governativa, administrativa, educativa, judicial, de ordem pública, bases sociais e morais administrativas e religião. Na publicação do V Centenário, foi acrescentada mais uma: a dedução de uma percentagem fixa para o Estado, das receitas cobradas pelo fisco no arquipélago da Madeira.

Nos finais desse ano de 1922 e nos inícios de 1923, a convite da Junta Geral do Distrito do Funchal, os distritos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo enviaram delegações à Madeira para assistirem às comemorações do V Centenário e estudarem as várias propostas de ampliação da autonomia. Acabou por ser elaborado um documento sob o título: "Projeto de bases para uma reorganização geral administrativa dos distritos insulares", que teve ampla divulgação nos jornais dos dois arquipélagos. A campanha tinha deixado de ser açoriana ou madeirense, para ser insulana. No entanto, não foi possível reunir em torno de um mesmo documento os três distritos insulares, acabando a Madeira por apresentar, através do senador Vasco Gonçalves Marques (1877-1949), no congresso de 9 de março de 1923, ligeiras alterações ao estatuto em vigor, muito aquém do defendido pelo próprio Vasco Marques em finais de 1922, enquanto presidente da Junta Geral do Funchal. Por outro lado, as sucessivas quedas dos Governos da capital não deixaram avançar a discussão da proposta apresentada.

Ainda em 1923, surgiu um novo movimento com base num sector mais conservador, que passou a utilizar o termo "regional", em vez de "autonómico". Fernando Augusto da Silva (1863-1949) preconizou a fundação de um Partido Regional que pugnasse por uma ampla e verdadeira autonomia para a Madeira. Com base no *Jornal da Madeira* e por via do seu diretor e fundador, Luís Vieira de Castro (1898-1954), surgiu um novo conceito de regionalismo que tentou retomar o tema da autonomia. Em finais de 1923, neste jornal e pela pena do Cap. Armando Pinto Correia (1897-1943), realizou-se um inquérito, ouvindo-se sobre este tema os seus principais intervenientes, como Fernando Augusto da Silva, Vasco Gonçalves Marques, Manuel Gregório Pestana Júnior (1886-1969), Fernando Tolentino da Costa, entre outros.

A questão da autonomia, no entanto, ficou por aí e a resposta do regime do Estado Novo foi sempre mais que evasiva. Saliente-se que, por detrás de muita da formação ideológica do referido regime se encontrava o madeirense Quirino Avelino de Jesus (1865-1935), que fora advogado da Casa Hinton e tinha uma posição bastante rígida em relação a esta e a outras questões. Assim, a posição que o Estado Novo assumiu, pelo dec. de 31 de julho de 1928, foi a de alargar as responsabilidades da Junta Geral do Funchal nas áreas ligadas aos Ministérios do Comércio e Comunicações, da Agricultura e da Instrução, passando para responsabilidades da Junta aspetos que eram anteriormente do Governo civil, como a polícia cívica, a saúde pública, a assistência e previdência, estas últimas dependentes dos Ministérios do Interior e das Finanças. No entanto, as verbas e receitas para fazer frente a estes novos encargos ficaram, uma vez mais, no Terreiro do Paço.

Os conflitos surgidos, entretanto, como a Revolta das Farinhas, motivada pelo chamado "decreto da fome", que criava um monopólio sobre as farinhas, a que se seguiu o pronunciamento militar conhecido como Revolta da Madeira, em 1931, e mais tarde, em 1936, a Revolta do Leite, face ao estabelecimento de mais um monopólio, que limitava a ação dos pequenos produtores, colocaram continuamente em causa a autoridade do emergente Estado Novo, não deixando grande abertura para discussões deste tipo. A Constituição de 1933 deu mostras de um deliberado empenho na contenção do movimento autonómico insular e, embora se fizesse menção a um futuro estatuto para os distritos autonómicos das ilhas adjacentes, houve que esperar alguns anos para o mesmo ser publicado.

Em março de 1938, este assunto conheceu novos estudos, da responsabilidade de Marcelo José das Neves Alves Caetano (1906-1980), tendo, então, sido aprovado na Assembleia Nacional novo regime administrativo para o arquipélago da Madeira. O decreto-lei

regulamentar, no entanto, só foi assinado a 22 de dezembro de 1939, com a indicação de que deveria entrar em execução a 1 de janeiro de 1941. O arquipélago ficou a constituir um distrito autonómico, com a sua administração a cargo de um governador civil com honras de ministro de Estado. Mudaram algumas das disposições relativas à Junta Geral, como a criação de uma comissão de verificação de contas, mas a principal alteração foi o nome do distrito, que passou a autónomo. Só muitos anos depois, com a substituição, em setembro de 1968, de António de Oliveira Salazar (1886-1970) por Marcelo Caetano – que se rodeou de representantes de uma nova vaga de tecnocratas e que anunciou uma nova forma de governação, embora tenha ficado muito aquém das necessidades da época –, houve algum espaço de manobra para se voltar ao assunto da autonomia.

Comércio do Funchal e *Primavera Marcelista*

Com a abertura surgida com a chamada Primavera Marcelista – um período de renovação introduzido por Marcelo Caetano quando tomou o poder –, reacendeu-se a questão da autonomia, sobretudo nos Açores. No Funchal surgira entretanto, em 1966, um periódico, o *Comércio do Funchal*, à volta do qual se agruparam alguns elementos que, sem defenderem especificamente os aspetos da autonomia, muito serviram para alertar, de uma forma geral, para a sua necessidade imediata. O aparecimento do *Comércio do Funchal* representara uma verdadeira "pedrada no charco" na comunicação social nacional da sua época, não só pelos elementos que soube ouvir e publicar, como por ter a sua sede no Funchal, o que lhe permitia escapar, por vezes, à censura prévia e publicar coisas que outros periódicos no continente não conseguiam publicar, salvo, pontualmente, o também limítrofe *Jornal do Fundão*. Coordenado a partir do Funchal, onde chegou a ter uma tiragem de 12.000 exemplares, foi uma importante escola de formação e aperfeiçoamento de jornalistas, alguns dos quais se tornaram grandes nomes da comunicação social portuguesa. Mantinha, ainda, uma redação em Lisboa e outra em Paris, que recebia o contributo de vários emigrados políticos.

O *Comércio do Funchal* conheceu mesmo um certo apoio das cúpulas locais da União Nacional, o partido que suportava o regime, interessadas na divulgação nacional das especificidades regionais. A sua existência na Madeira demonstrava uma certa pluralidade de opiniões e, ao mesmo tempo, que determinados aspetos da autonomia regional eram comungados por largos sectores que iam desde a direita tradicional até à jovem esquerda democrática. Uma certa juventude e irreverência, que levou algumas vezes à suspensão do *Comércio do Funchal*, também levou a que a seu favor intercedessem em Lisboa algumas personalidades mais ligadas ao regime; localmente, o periódico não deixou de ter depois um certo apoio da Junta Geral e do seu presidente, Fernando Homem Costa (1911-1997).

Desde meados de 1967 que, nas páginas de alguns periódicos regionais, com especial destaque para o *Comércio do Funchal*, se discutia não só a orgânica da Junta Geral, como até a sua representatividade. Foi para análise dessa problemática que, nos inícios de 1968, a própria Junta Geral e a Comissão Distrital de Assistência promoveram, entre 9 e 13 de janeiro, uma I Semana de Estudos sobre problemas sociais e económicos do desenvolvimento. O *Comércio do Funchal* noticiou e comentou largamente essa I Semana de Estudos, indo mesmo mais longe e propondo uma indispensável revisão da estrutura administrativa do arquipélago, em face das necessidades de desenvolvimento programado, no sentido de dotá-lo de uma autoridade administrativa central, condizente com a expressão distrito autónomo.

A questão do planeamento regional seria então tema de debate e, na introdução do plano quadrienal da Junta Geral, apresentado nos finais do primeiro semestre de 1968, já se abordava a necessidade de criação de uma comissão de coordenação económica capaz de definir, concretamente, as linhas de força para um crescimento harmónico da economia madeirense. Era o primeiro passo para a

concretização do desejo expresso alguns anos antes pela Associação Comercial do Funchal, quando havia criado, em 1954, a antiga Comissão de Estudo das Dificuldades do Comércio da Praça do Funchal, que funcionou, pelo menos, até 1964. Ao longo desse ano de 1968, os deputados madeirenses na Assembleia Nacional também levantaram esse e outros problemas em Lisboa. A questão da autonomia havia, mesmo, sido apresentada no Funchal nas páginas do *Eco do Funchal*, provavelmente por Maria Mendonça (1916-1997), chefe da redação daquele semanário. Na edição de 14 de outubro, sob o título "Isto de autonomia", o assunto era, mais uma vez, levantado e chegou mesmo a ter ampla repercussão no continente, visto que foi transcrito na *Seara Nova* em janeiro do ano seguinte, suscitando várias questões e originando comentários e respostas, publicados na mesma revista no número de maio de 1969.

Em dezembro de 1968, quando da discussão da Lei de Meios, os deputados pela Madeira pronunciaram-se a respeito das barreiras alfandegárias, que, longe de apontarem para a integração económica de todos os territórios portugueses e para a eliminação progressiva dos obstáculos à livre circulação de mercadorias, serviços e capitais, limitavam profundamente a vida económica da Ilha: na sessão de 12 de dezembro, o deputado Alberto de Araújo (1903-1977), mais uma vez, denunciou diretamente a injustiça da questão alfandegária e já na sessão anterior, Rui Vieira apontara a fragilidade da situação da economia madeirense, chegando a reclamar a necessidade de instituição de uma zona franca, aspiração antiga do tecido empresarial madeirense, à semelhança do efetuado no vizinho arquipélago das Canárias um século antes; na sessão de 13 desse mês de dezembro, também Agostinho Cardoso defendia a necessidade da livre circulação de mercadorias entre a Madeira e o continente, que desse expressão ao publicado no dec.-lei 44.016, de 8 de novembro de 1961, sobre a integração económica dos territórios portugueses. De todas estas posições fez eco o *Comércio do Funchal*, apoiando



Fig. 5 – *Comércio do Funchal* (21 abr. 1968).

os deputados da Madeira. Contudo, e como depois se caricaturará, o Governo de Marcelo Caetano fez sinal para a esquerda, mas virou à direita.

Através da Associação Comercial do Funchal, também Alberto de Araújo apresentava o problema das barreiras alfandegárias ao novo governador do Funchal. Nos primeiros meses, o governador civil, Braamcamp Sobral (1912-1987) tinha enviado a documentação relativa à integração económica nacional, "ou seja a formação de um verdadeiro espaço económico português", pelo que a Associação não poderia deixar de se pronunciar. Ora, tendo seguido com a maior atenção o desenvolvimento do "calendário de desmobilização pautal, destinado a acautelar os interesses da economia metropolitana e da economia ultramarina, de maneira a adaptar gradualmente uma e outra realidades resultantes de um espaço económico português" (Arquivo ACIF-CCIM, CE 1969, carta de 31 mar. 1696), a Madeira continuava,

no entender da Associação, a ser tratada como território ultramarino.

Nesse quadro, com o pretexto de que estavam sujeitos a um regime especial certos artigos da importação, como tabacos, aguardentes, etc., e beneficiavam de isenção aduaneira os tecidos que constituíam a matéria-prima da indústria dos bordados, manteve-se em vigor uma vasta armadura alfandegária que, "embora assegurando ao Estado valiosa receita fiscal, onera gravemente as mercadorias importadas, mesmo as de consumo essencial, como sejam os géneros alimentares e os materiais de construção". Acrescia que as mercadorias eram tributadas em Lisboa e, depois, novamente no Funchal; com efeito, as mercadorias importadas de Lisboa, para além do que pagavam para sair, pagavam o frete, o imposto municipal, as taxas para a assistência, para o hospital, para os bombeiros, "e tempo houve já que essas mercadorias importadas na Madeira pagavam uma taxa para o Porto de Leixões". Numa altura em que toda a política económica do país, tanto no plano interno, como no externo, obedecia a uma progressiva liberalização dos movimentos das mercadorias, de pessoas e de capitais, o que se passava na Madeira era "absolutamente anacrónico e incompreensível" (*Id.*, *Ibid.*).

Em 11 de março de 1969, era publicado o dec.-lei 48.905, onde se traçava a orgânica administrativa adequada ao início da realização do planeamento regional, quer nas várias regiões do continente, quer nas chamadas ilhas adjacentes. No entanto, enquanto para os Açores se previa a constituição de uma comissão regional de planeamento, com representantes das Juntas Gerais dos três distritos do arquipélago, para a Madeira essa função era desempenhada pela Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. A solução não agradou a ninguém, nem sequer aos membros da União Nacional; Agostinho Cardoso, na primeira página da edição de 15 de abril seguinte da *Voz da Madeira*, apresentava a sua opinião sob o título: "Planeamento regional: erros dum decreto-lei recente". O deputado discordava frontalmente da possibilidade de a Junta Geral funcionar como Comissão Consultiva Regional, achando que tal representava a estatização da mesma Comissão. De idêntica opinião era o *Comércio do Funchal*, acrescentando ainda haver serviços não dependentes da mesma Junta, como era o caso dos sectores da assistência e das pescas, pelo que administrativamente se não podia funcionar desse modo.

Nos anos seguintes, nas páginas da *Voz da Madeira*, Alberto João Gonçalves Cardoso Jardim (n. 1943), sobrinho de Agostinho Cardoso, defenderia uma forma de autonomia seletiva, que depois especificou. Em 9 de janeiro de 1970, analisava a conjuntura portuguesa e equacionava os principais problemas do arquipélago, propondo um mais íntimo apoio material, técnico, humano e político por parte de Lisboa à realidade insular. Salientava a necessidade de serem ouvidos os líderes insulares, acrescentando, ainda, que deveriam os mesmos possuir uma capacidade plebiscitada seriamente para que fossem de facto tidos e ouvidos como tal. No entanto, a falta de democraticidade, um espírito de acomodação e o conceito limitado de ilhas adjacentes, ainda eivado da dicotomia metrópole/ultramar, não permitiam avançar muito mais.

Tímidas alterações da Junta Geral

Entre 6 e 8 de dezembro de 1969, Marcelo Caetano, presidente do Conselho de Ministros, visitou o arquipélago, percorrendo a Madeira e o Porto Santo, aonde regressou no verão do ano seguinte, para um curto período de férias na última ilha. Não tendo estado prevista a sua deslocação à Madeira, não havia nenhuma obra para inaugurar. Mesmo assim, optou-se então por dar o seu nome ao Estádio dos Barreiros, assunto que lhe foi comunicado nas salas do palácio de S. Lourenço, aproveitando-se a proximidade de um jogo de futebol entre o Marítimo e o Varzim. O Estádio dos Barreiros fora inaugurado em 1957 e, em meados de 1967, fora dotado de eletrificação para jogos noturnos, com nova inauguração; com a inauguração como Estádio Marcelo Caetano, a estrutura foi inaugurada três vezes.

A assembleia geral da Associação do Funchal realizada a 26 de janeiro de 1970 somente registou a presença de 40 sócios, sem qualquer



Fig. 6 – Prof. Marcelo Caetano no palácio de S. Lourenço, dezembro de 1969 (antigo arquivo do *Diário de Notícias*, Funchal).

alteração à direção anterior, não tendo ninguém pedido oficialmente a palavra. Ao longo deste ano, registam-se tímidas alterações, como as comemorações da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos, a 14 de março, que contaram com a presença, na Madeira, do ministro e do secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações, Rui Sanches (1919-2009), sobrinho de Marcelo Caetano e de José Adolfo Pinto Eliseu (1916-?). Nos finais de março, os deputados pela Madeira e pelos Açores reuniram-se em S. Lourenço com os governadores dos distritos insulares para estudarem a revisão do estatuto dos distritos autónomos das ilhas adjacentes. Nessa sequência, e na da carta entregue depois ao governador pelos elementos da oposição, foi criada em junho, na Junta Geral, uma Comissão de Estudos e Coordenação Económica, sob a presidência do ex-deputado Rui Vieira, assunto pelo qual a Associação, através da sua chamada Comissão Delegada, se vinha a bater em contínuas exposições desde 1955.

O ano de 1971 registou, assim, algumas alterações à principal estrutura executiva insular e à Junta Geral, através da revisão dos seus estatutos no quadro da revisão constitucional. Mas a revisão constitucional então sumariamente elaborada visava mais os chamados territórios ultramarinos em geral do que os arquipélagos atlânticos. Tendo sido inaugurado no final do ano anterior o complexo militar de S. Martinho, o novo quartel do Batalhão Independente de Infantaria n.º 19 – que abandonava assim o velho quartel do Colégio dos Jesuítas –, empreendimento que tivera a participação da Junta Geral, foi, a seu pedido, exonerado o Cor. Fernando Homem Costa, já há quase 11 anos na presidência da Junta e com algumas divergências com Braamcamp Sobral, a que não era estranha a ampla polémica sobre a autonomia e a questão da Comissão de Planeamento dentro da Junta Geral. Preocupado com o impasse criado nos trabalhos referentes ao planeamento regional, cuja responsabilidade, não sendo da pessoa do presidente da Junta Geral, era, no entanto, inerente a essa função, tinha entendido que havia interesse em dar nova estruturação aos serviços distritais, em especial à Junta Geral do Distrito, pelo que punha o seu lugar à disposição.

O governador aceitou o pedido e, por alvará de 24 de fevereiro, foram nomeados Rui Vieira e Manuel de Sousa (n. 1928) para os lugares do Cor. Homem Costa e de António Melvill de Araújo (n. 1925), presidente substituto da Junta Geral. A 8 de janeiro de 1974, Manuel de Sousa ainda seria empossado, para

um curto período de exercício, como vice-presidente da Junta Geral. Braamcamp Sobral conferiria ao Cor. Homem Costa um louvor pelo destacado zelo, pela competência e a dedicação com que exercera as suas funções e louvaria, na tomada de posse, as qualidades do novo presidente, Rui Vieira, que incorporara um grupo de trabalho *ad hoc* e a quem fora cometida a incumbência de, no prazo de três meses, equacionar os problemas fundamentais para um mais rápido desenvolvimento turístico da região da Madeira, para além de outras incidências especiais.

O trabalho apresentado pelo grupo *ad hoc* de que Rui Vieira era presidente, constituído por representantes dos diferentes ministérios interessados, num total de nove técnicos, tinha sido concluído no prazo previsto e as conclusões mereceram a aprovação do Conselho de Ministros. Restava aguardar o despacho dos diversos assuntos equacionados, o que se verificou em muito pequena escala. Os problemas equacionavam-se na Madeira, mas a resolução continuava a depender totalmente de Lisboa. Configuravam-se já, nesta altura, duas posições nos quadros superiores insulares que se viriam a defrontar nos anos seguintes: uma fação marcadamente regionalista, que se demarcava progressivamente do Governo central e que começava a ganhar voz através dos artigos de Alberto João Jardim, e uma outra, com um carácter mais aberto a futuras negociações, mas também condescendências, com contactos através de jovens quadros dos gabinetes da capital, que se reunia à volta de Rui Vieira.

Caminho para a autonomia

Foi necessário esperar pelo golpe militar de abril de 1974 e o reinício da democracia para encontrar espaço de manobra político para a implantação da progressiva autonomia insular. O 25 de Abril de 1974 só foi sentido na Madeira ao nível dos contactos do Movimento das Forças Armadas, logo dos comandos militares, e por uma pequena população urbana. No entanto, com a chegada à Madeira do Presidente da República deposto, Américo Thomaz (1894-1987), de Marcelo Caetano e de outros governantes, alguns dos elementos do *Comércio do Funchal*, na preparação da manifestação do 1.º de Maio seguinte, tiveram a ideia de criar o *slogan* de que a Madeira não era caixote do lixo, o que fez com que a situação da Ilha saísse do anonimato, iniciando-se um processo que conduziria à constituição da Região Autónoma da Madeira.

A Madeira fora dando os primeiros passos, desde o séc. XIX, no caminho da autonomia, pelo que progressivamente se reorganizaram os partidos políticos e se configuraram, embora de uma forma vaga, as linhas de um programa autonómico para a Madeira, aspetos também já pontualmente defendidos por Agostinho Cardoso e pelos restantes deputados da Madeira na Assembleia Nacional. As primeiras linhas gerais foram as expostas por Alberto João Jardim nas páginas do jornal *A Voz da Madeira*, dentro da linha da ala liberal protagonizada por Francisco de Sá Carneiro (1934-1980). Alberto João Jardim teria tido a cobertura não só do tio, como do depois Gen. Alípio Tomé Pinto (n. 1936), chefe do Estado-Maior do Quartel-General, o qual o autorizou e incentivou a escrever nesse sentido.

A 11 março de 1975, em Lisboa, registou-se novo pronunciamento militar e, no Funchal, as forças ligadas ao Movimento Democrático mostraram-se incapazes de fazer face à situação, pelo que, a 20 de março, Fernando Rebelo (1919-2003) deixou o cargo de governador civil. Nesse mesmo dia, em Lisboa, aonde fora chamado sem saber porquê, o Brig. Carlos de Azeredo (n. 1930) tomava posse do mesmo cargo, por despacho do ministro da Administração Interna. Quase de imediato, a 25 de março, dava posse no Funchal à Junta de Planeamento para a Madeira, órgão com um cariz transitório, mas com forte poder de decisão. Este órgão apareceu na sequência do grupo criado alguns anos antes no âmbito da Junta Geral, mas já com funções deliberativas mais amplas, superintendendo, inclusive, sobre a mesma Junta Geral e, mesmo, sobre a antiga Comissão Regional de Planeamento, que continuava a existir. Foi esta Junta que veio a



Fig. 7 – Manifestação, no Funchal, 1 de maio de 1974 (fotografia de Agostinho Spínola).

organizar as primeiras eleições democráticas, ocorridas a 25 de abril de 1975, para a Assembleia Constituinte, que tinha como orientação, no prazo de um ano, fazer e aprovar uma nova Constituição da República Portuguesa.

A Junta de Planeamento começou a conhecer dificuldades de articulação interna a partir das eleições de 25 de abril de 1975. Efetivamente, se até então a sua nomeação de cúpula, como havia sido proposta pelo Brig. Carlos de Azeredo na sua apresentação pública, era defensável por não ter havido eleições na Região, a partir daquela data tal já não era sustentável. Acrescia a isto o desgaste do "verão quente" de 1975, que levou à demissão da mesma Junta a 5 de agosto de 1975.

O Brig. Carlos de Azeredo iniciou, então, contactos com os vários partidos que haviam concorrido às eleições de 25 de abril para a formação de uma nova estrutura governativa, que veio a ser criada pelo Conselho de Ministros, a 13 de dezembro de 1975, como Junta Governativa e de Desenvolvimento Regional da Madeira, mas que só foi empossada a 20 de fevereiro seguinte. Foi a Junta de Planeamento a autora do primeiro estatuto autonómico do arquipélago da Madeira, efetuado sobre idêntico documento elaborado nos Açores e segundo dados já então fornecidos pelos vários partidos políticos regionais ali representados, não se utilizando, ainda, a denominação de região autónoma. O projeto foi elaborado com base na experiência autonómica das ilhas inglesas do Canal, Jersey, Guernsey e Aldernay, que muitos madeirenses conheciam bem, um projeto bastante antigo na Madeira e que já havia sido defendido muito antes do Estado Novo. O Governo regional era uma estrutura bastante reduzida, que tinha por modelo os anteriores cargos de chefia dos serviços da Junta Geral, com mais competências e aumentados em número para gerir um conjunto de serviços que até então dependia de Lisboa. A Assembleia Regional seria composta por cerca de 18 deputados, representantes dos 11 concelhos do arquipélago, contando os maiores com 2 e 3 deputados. O projeto foi dado como aprovado para

estudo pelo primeiro-ministro, mas sofreria inúmeras alterações nos 30 anos de história seguintes.

A Assembleia Regional teve a sua cerimónia de abertura a 19 de julho de 1976, no salão nobre da Junta Geral, tendo como imediata e principal função a elaboração do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, que funcionaria como provisório por mais de uma década. A 13 de setembro, chegaria à Madeira o primeiro ministro da República, o Gen. Lino Dias Miguel, e a 1 de outubro, na sala amarela do palácio de S. Lourenço, tomava posse o primeiro Governo Regional da Madeira.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, tombo 1, fl. 52, e tombo 6; AHU, Madeira e Porto Santo, docs. 4804-4805; Arquivo da ACIF-CCIM, CE 1969, carta de 31 mar. 1969; **impressa:** AZEREDO, Carlos de, *Trabalhos e Dias de Um Soldado do Império*, Porto, Civilização, 2004; CALISTO, Luís, *Achas na Autonomia. Viagem ao Interior da FLAMA*, Funchal, Diário de Notícias, 1996; CÂMARA, Bendita, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002; CARITA, Rui, *30 Anos de Autonomia. 1976-2006*, Funchal, Assembleia Legislativa Regional, 2009; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Comércio do Funchal*, 21 abr. 1968; *Diário de Notícias*, 20 out. 1922; F. L., "Autonomia", *Diário de Notícias*, 9 nov. 1921, p. 5; GOMES, Fátima Freitas, "Fernando Tolentino da Costa (1874-1957), 9 de outubro de 1922. O discurso autonomista", in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976). Apontamentos Biográficos de Presidentes da Junta Geral no Séc. XX*, vol. 2, Funchal, DRAC, 2016, pp. 155-173; GOUVEIA, Gregório, *Madeira, Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, Funchal, O Liberal, 2002; HENRIQUES, Albertina Maria de Sousa Gonçalves, *Órgãos Políticos e Classe Política na Região Autónoma da Madeira*, Funchal, CEHA, 1999; JARDIM, Alberto João, *Tribuna Livre*, 3 vols., Ponta Delgada, Jornal da Cultura, 1995; MENDONÇA, Maria, "Isto de autonomia", *Eco do Funchal*, 14 out. 1968; *O Patriota Funchalense*, 2 jul. 1821; RODRIGUES, Paulo Miguel, *Estudos sobre o Século XIX na Madeira, Política, Economia e Emigração*, Funchal, Imprensa Académica, 2015; SILVA, Fernando Augusto da (coord.), *V Centenário da Descoberta da Madeira*, Funchal, Comissão de Propaganda e Publicidade do Centenário, 1922; SOUSA, Ana Isabel de, *Maria Mendonça. Uma Mulher sem Medo*, Nordeste, Câmara Municipal do Nordeste, 2001; VERÍSSIMO, Nelson, "O projecto de Passos Manuel para revogar legislação especial da Madeira. Anáthema de nossa existência", *Diário de Notícias*, 24 maio 1987; *Id.*, "O alargamento da autonomia dos distritos insulares. O debate na Madeira (1922-1923)", in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 493-515; *Id.*, "Autonomia insular. As ideias de Quirino Avelino de Jesus", *Islenha*, n.º 7, jul.-dez. 1990, pp. 32-36; *Id.*, "Autonomia insular. O debate na Primavera Marcelista", *Islenha*, n.º 9, jul.-dez. 1991, pp. 5-20.

Rui Carita

Finanças

A autonomia é um conceito amplo em termos políticos e jurisdicionais. Para se entender a sua ligação às finanças, deve-se acompanhar a sua evolução, tendo em conta as implicações que apresenta em termos da estrutura e gestão dos recursos financeiros. Neste quadro, torna-se necessário diferenciar dois momentos. O período inicial de ocupação do território da Ilha, que ocorreu entre 1433 e 1497, tendo-se definido o sistema de senhorio que sucedeu à plena afirmação das instituições régias, e, depois, o período a partir de 1901, com a autonomia limitada das juntas gerais, que deu lugar, em 1976, ao Governo regional da Madeira e a um novo sistema político e administrativo.

Por lei de 20 de março de 1907, existiam dois tipos de contas do Estado para a receita e a despesa: a conta do ano económico, que ficava aberta por cinco anos, e a conta de gerência, encerrada anualmente, que seria o registo das operações contabilísticas e financeiras do ano económico. Pelo dec. n.º 3519, de 8 de maio de 1919, estes prazos foram alterados, tendo a conta da receita e da despesa de 1918 ficado aberta apenas durante dois anos. Posteriormente, o dec. n.º 18.381, de 24 de maio de 1930, determinou com força de lei que estas deveriam ser encerradas 45 dias após o fim do ano económico.

Esta situação conduziu a que os valores apresentados em distintos documentos fossem diferenciados, estando a informação organizada com base em diferentes critérios, impedindo uma adequada valorização a partir das regras contabilísticas posteriores. Mesmo assim, não é justificável a existência de algumas disparidades (aliás muito frequentes) que podem ser encontradas na apresentação dos dados contabilísticos. O facto foi devidamente referenciado, nomeadamente na imprensa, sem se compreender a razão de tão evidentes diferenças numéricas. Uma deficiente informação contabilística deu origem a incorreções na apresentação de certos dados da receita e da despesa da Madeira, divulgados na imprensa e em algumas publicações, durante os sécs. XIX e XX. De acordo com a receita e a despesa do Tesouro na Madeira, entre os anos económicos de 1874-1875 e 1913-1914, a Ilha apresentaria um saldo negativo nos anos económicos de 1888-1889 a 1891-1892. Esta situação, porém, não corresponde à realidade dos dados apurados em informação paralela. Na verdade, a Madeira nunca apresentou qualquer saldo negativo.

A riqueza gerada pelas pesadas e inúmeras tributações sempre suplantou a magra despesa ou o investimento do senhorio, da Coroa ou do Estado. Em muitas situações, aparecem dados de acordo com o ano civil, impedindo a sua contabilização por ano económico. A isto, junta-se a dificuldade, comum na documentação oficial do continente, em diferenciar os dois arquipélagos na escrituração contabilística de receitas e de despesas, o que impede, em muitas situações, de saber qual a importância atribuída à Madeira.

É típica a ideia de que a informação contabilística disponível é muito dispersa, impossibilitando, muitas vezes, o estabelecimento de séries e uma avaliação real das contas. Por conseguinte, a tarefa de reconstituir e de conhecer o movimento das finanças da Região não é fácil. As informações estatísticas oficiais e a organização contabilística do orçamento e das contas surgem apenas a partir da déc. de 30 do séc. XIX, mas, mesmo nesta centúria, os dados são, muitas vezes, escassos. Relativamente aos séculos anteriores, os dados são avulsos e não permitem, em algumas situações, as necessárias seriações. Faltam os livros dos contadores da Provedoria da Fazenda, os registos completos da Alfândega, assim como os dos diversos tributos e impostos. Mesmo assim, foi possível recolher, em diversas publicação, dados que apontam para uma realidade diferente da que é geralmente aceite.

Nem sempre os números apresentados revelam devidamente o retrato da realidade, nomeadamente da despesa. Há várias situações que determinam o recurso a variáveis e a realidade, que permitem descobrir que a despesa foi superior ao normal e que o arquipélago teve de assumir encargos que não lhe pertenciam. Assim, *e.g.*, instabilidade política do séc. XIX transformou a Madeira num espaço de desterro para os militares opositores, servindo como uma forma de desafogar os quartéis do continente. Entre 1823 e 1919, estiveram estacionados na Ilha diversos batalhões de Caçadores e de Infantaria, alguns deles com mais de 400 praças, cuja manutenção seria assegurada e paga pelos cofres do Tesouro da Ilha;



Fig. 8 – Bandeira da Região Autónoma da Madeira.

e.g., o Batalhão de Infantaria n.º 12 esteve no Funchal entre os anos de 1837 e 1847, período durante o qual a despesa efetiva da Madeira foi superior, pois necessitava de assegurar a manutenção deste gasto. A despesa do Ministério da Guerra na Madeira, a partir do orçamento de 1833, foi a mais elevada de todas as rubricas ministeriais na Ilha, chegando a representar mais de metade do dispêndio total da Ilha. Em março de 1824, e apenas neste mês, existe uma referência ao desembolso de 10.183$381, que representou, então, 55 % da despesa da Madeira.

A isto, deve-se juntar a consideração referente a outra realidade muito comum nos espaços insulares, que se prende com o contrabando de mercadorias proibidas e o descaminho dos direitos. A informação sobre estas atividades ilícitas é proveniente do séc. XV e é contínua. Tais atividades seriam os meios habituais dos insulares para se furtarem aos direitos, em sua opinião excessivos, que penalizavam alguns produtos de importação e de exportação; eram também modos de combate ao regime de monopólio de produção e de venda de alguns produtos, como o sal, o tabaco, a urzela e o sabão. Para alguns produtos com peso especial nas exportações, é possível estabelecer uma estimativa das situações de descaminho aos direitos, através de análises comparadas dos valores da produção e de consumo com os da exportação. Assim, para as ilhas, algumas mercadorias, como o sal, o sabão e a urzela, que estavam sujeitas ao regime de monopólio de produção e de comércio, foram alvo de múltiplas situações

de contrabando, que em muitos casos é considerado como superior a um quarto do total das transações.

A autonomia, concedida, em 1895, a alguns dos distritos dos Açores e, em 1901, à Madeira, poderá muitas vezes ser entendida como uma possibilidade de avanço e de afirmação dos espaços insulares, dando-lhe os meios para o seu autodesenvolvimento. No entanto, tudo isso teve parca expressão nos diplomas oficiais. Recorde-se o debate e a intervenção de diversos políticos insulares, entre os finais do séc. XIX e o findar do primeiro quartel da centúria seguinte, em que se reivindicaram e apresentaram propostas de autonomia política e financeira que tardaram a concretizar-se. Insulares e continentais enfrentaram-se, frequentemente, sobre estas questões, tendo, talvez, existido medo dos primeiros em cortar este laço umbilical e, dos outros, em perder o domínio e o controlo político e financeiro.

Estas condições nunca satisfizeram os madeirenses e os açorianos e, ao longo do tempo, foram surgindo sugestões de alargamento da autonomia financeira. Com efeito, desde o séc. XIX que a principal questão no debate e na reivindicação da autonomia se prende com as finanças. A cobrança dos impostos e a aplicação do produto líquido não revertia em benefício da Região. Esta ideia persistia e dominava o debate. Em 1882, lia-se no *Distrito do Funchal* que o governo "só se lembra desta terra para levantar do seu cofre central o produto de tanto sacrifício" (VIEIRA, 2014g, 51). Esta reclamação chegou à Assembleia pela voz de Manuel José Vieira, numa intervenção de 7 de maio de 1883: "sabemos que fazemos parte do reino de Portugal única e exclusivamente para quinhoarmos nos encargos que se renovam ou batizam com nomes diferentes mas que sempre se acrescentam" (*Id.*, *Ibid.*, 45). Em 1887, no *Diário de Notícias*, surge o apelo à união e à luta "por todos os meios e incessantemente a fim de se conseguir dos poderes públicos a reparação que nos é devida por meio de obras e providências legislativas que nos assegurem um futuro, não diremos brilhante, mas de modesta prosperidade" (VIEIRA, 2014d, 37).

No mesmo jornal, surge em 1924, uma acusação semelhante, de forma clara: "é preciso que os madeirenses unidos pelo mesmo pensamento façam ver de um modo irrecusável aos governos de Lisboa, que são mais alguma coisa do que matéria coletável [...] o povo da Madeira é um povo livre [...] não é escravo nem burro de carga" (*Id.*, *Ibid.*). Em 1931, em plena euforia da revolta da Madeira, o discurso dos cabecilhas ia ao encontro desta aspiração dos madeirenses de administrarem as suas receitas para benefício próprio. Num manifesto aos madeirenses, datado de 21 de abril, apelava-se à sua adesão à revolta, pois o seu triunfo "permitirá falar com liberdade e firmeza, para pedir, para exigir do governo que as suas receitas próprias cá fiquem durante largos anos, a fim de com elas serem executadas obras importantes e de grande necessidade, há largos anos, reclamadas, mas sempre postas de parte, para satisfação de caprichos pessoais e de ódios políticos" (VIEIRA, 2014g, 69).

No diferendo entre a metrópole e as ilhas sobre as questões financeiras e tributárias, há dois momentos de grande debate: com o Estado Novo e, a partir de 1974, com o Estado democrático. A intervenção de Oliveira Salazar, no sentido do saneamento das finanças públicas, aconteceu num momento de grande efervescência nos espaços insulares, onde surgiram, em 1931 e 1936, duas convulsões populares que geraram neste governante alguma antipatia em relação à Madeira e aos madeirenses. A Revolução de 25 de abril de 1974 abriu o caminho para uma nova realidade nas relações entre a Ilha e o continente, que culminaria, em 1976, com a criação da região autónoma, com Parlamento e Governo regionais. Surgiu uma realidade política diferente, mas nem por isso as questões financeiras deixariam de revelar o desacordo entre a Região e a metrópole. Por parte desta, estava sempre latente a pretensa ingratidão das ilhas e a ideia de que as mesmas não se mostravam disponíveis para o esforço nacional de recuperação financeira, estando, permanentemente, a reivindicar apoios financeiros.

Expressões da autonomia financeira

O infante D. Henrique, por carta da doação de D. Duarte, de 26 de setembro de 1433, tornou-se o senhorio das ilhas, tendo recebido, por isso, o pleno direito à sua posse, usufruto e administração, que passava pela distribuição das terras, pelo estabelecimento de regimentos para o governo das capitanias, em termos de administração económica, fiscal e judicial, e pela definição das culturas mais adequadas aos seus objetivos e com maior rentabilidade, tais como os cereais, a vinha, o pastel e os canaviais.

Desde muito cedo, estabeleceram-se mecanismos de controlo e de arrecadação dos chamados direitos senhoriais, com a criação de estruturas adequadas. Surgiu assim a figura do almoxarife, que já está testemunhada em 1452, e em 1477 foi criada a Alfândega. A quantificação deste contributo financeiro da Madeira e do Porto Santo é impossível, por falta de registos documentais, mas a informação avulsa permite afirmar que estas ilhas foram, desde o início, contribuintes ativos.

Nas finanças da Ordem de Cristo e da Casa do Infante, o tributo madeirense era de 1.500.000 reais, correspondendo a 40,54 % do total dos rendimentos da sua casa senhorial. João de Barros refere ainda que o mestrado da Ordem de Cristo auferia anualmente mais de 60.000 arrobas de açúcar da Ilha, confirmando-se que esta tinha um peso significativo nas finanças das referidas instituições.

Uma das primeiras medidas alcançadas pelo senhorio foi a isenção, por parte da Coroa, da dízima das exportações que se fizessem para o reino. Era um incentivo à fixação de colonos na Ilha, que se manteve durante muito tempo e de que os madeirenses nunca abdicaram, considerando-a, certamente, como um privilégio perpétuo para a sociedade. Tenha-se em conta que esta política de isenção da dízima, no movimento de exportações e de importações entre o arquipélago e o continente português, para além de favorecer as ligações aos portos do reino e o consumo dos produtos nacionais, contribuiu para estabelecer vínculos de dependência com a metrópole em termos do comércio externo da Ilha, situação que se tornaria desfavorável em muitos casos. Por outro lado, levaria a que uma importante e significativa receita local, nomeadamente a da exportação do açúcar, ficasse nas Alfândegas de Lisboa, do Porto e de Viana do Castelo, a partir de onde se exportava uma grande quantidade daquele produto para os principais mercados europeus.

Não temos conhecimento de que o senhorio tenha feito qualquer investimento produtivo, *e.g*, em infraestruturas, à exceção das muito rudimentares alçapremas do infante, nos primórdios da exploração açucareira. Pelo contrário, temos de referir as insistentes queixas relativas à falta de investimento para a modernização e a adequação das infraestruturas aos serviços que prestavam. Aos moradores, ficou reservada a tarefa de preparar os terrenos para o arroteamento imediato, com a construção de muros de sustentação das terras e da abertura de levadas para o regadio, pelo que, inicialmente, a concessão de terras só seria possível àqueles que tivessem posses para tamanho investimento.

A Madeira encontrava-se ocupada desde há pouco mais de 50 anos e a cultura dos canaviais entrava no seu momento de apogeu. Daqui resulta a importância e a valorização que lhe eram atribuídas no património financeiro do reino. A construção dos paços do concelho foi feita com o financiamento próprio do concelho através dos rendimentos da imposição do vinho. O projeto de construção de cerca e de muros, concretizado mais tarde, partiu, também, de fontes de financiamento próprias que oneravam, de novo, as populações. Os apoios substanciais que se esperariam por parte do senhorio não existiram. Depois desta fase, surgiu a plena afirmação das estruturas de poder régio, com particular incidência nas que se encontravam ligadas às finanças. A Coroa apostou ainda na regulamentação rigorosa das estruturas fiscais, através dos forais do almoxarifado das Alfândegas (1499) do Funchal, de Machico e de Santa Cruz (1515). Esta medida foi antecedida, em 1497, da abolição do senhorio, fazendo reverter para a Coroa todo o património madeirense de forma durável e reservando-se

esta o direito de reforma dos arcaicos forais que regulamentavam a fiscalidade, pela necessidade de adequar os regimentos à nova realidade socioeconómica. A presença da Coroa e das instituições que a representam ao nível da justiça e da fiscalidade consolidaram-se nos anos seguintes, pois esta Ilha era uma das suas primeiras e principais fontes de riqueza.

A partir de então, a Fazenda Real nunca prescindiu do contributo madeirense e continuou a usar todos os meios para usufruir da riqueza gerada no arquipélago através dos tributos existentes, sendo alguns deles específicos da Ilha, assim como por meio do apelo a permanentes empréstimos e fintas. Esta política de constante solicitação do esforço tributário dos madeirenses foi prejudicial à Madeira, gerando laços de cada vez maior dependência e um atraso secular, manifesto aos mais diversos níveis, mas acima de tudo no estado de degradação dos edifícios das instituições da Coroa, das igrejas e das capelas. O direito de padroado era um compromisso e um encargo assumidos pelo Rei, que raras vezes o honrou. A Coroa atuou de todas as formas, no sentido de evitar o chamado açúcar cativo, *i.e.*, o açúcar subtraído ao pagamento dos tributos régios, nomeadamente aos quintos e às dízimas de saída. Para isso, foi estabelecido um apertado sistema de controlo que começava nos canaviais, continuava no engenho e terminava à saída do porto. Assim, como forma de controlar e de prever a receita, determinou-se a regra do estimo da produção de açúcar dos diversos proprietários de canaviais.

A pressão fiscal sobre os produtos de alta rentabilidade poderá ter muitas vezes efeitos negativos, em situação de livre concorrência com outros mercados e com outros produtos. Em princípios do séc. XVI, a concorrência dos açúcares dos mercados da Madeira e das Canárias esteve sujeita a esta situação, criando circunstâncias desfavoráveis para a Ilha.

Na época senhorial, o donatário considerava-se o proprietário do espaço da Ilha e, portanto, tudo o que recebia dos povoadores que haviam aceitado dádivas de terras era um tributo, fruto do direito de posse. Nestas circunstâncias, estabelece-se a ideia dos direitos senhoriais, que está longe da ideia do imposto ou tributo que se impõe com uma determinada função social, económica e cultural, ou em troca de serviços. Mas esta ideia medieval dos direitos senhoriais continuará presente até à época liberal.

Esta forma de encarar a situação tributária não implicava uma atitude retributiva que, quando acontecia, era apenas a título de dádiva ou de esmola. Existem inúmeros testemunhos destas situações no reinado de D. Manuel, que foi certamente, de entre todos os monarcas, o que mais lucro obteve com a economia madeirense, mas também aquele que se mostrou mais magnânimo para com os habitantes da Ilha. A contrapartida a este contributo dos madeirenses estará quase só na política de ofertas estabelecida pelo mesmo Rei, que aumentou, em muito, o património artístico da Madeira.

Em diversas circunstâncias, é manifesta uma tradição não retributiva por parte da Coroa, mesmo nas suas obrigações. As grandes obras de construção da praça, dos paços do concelho, da cadeia e da igreja fazem-se, em princípio, à custa dos moradores, através de taxas, do seu trabalho braçal e de algumas das chamadas esmolas da Coroa. Assim sucedeu com as obras do Hospital da Misericórdia do Funchal, com as da Sé do Funchal e com as das cadeias. O mesmo aconteceu com as obras de fortificação, tão importantes para segurança dos moradores e para a salvaguarda da soberania e dos interesses financeiros da Coroa. Até, na verdade, a imposição do vinho, criada em 1485 para acudir às principais despesas do município, acabou por ser usada pela Coroa com outras finalidades. Portanto, como já se disse, a Madeira foi um contribuinte ativo para os cofres da Coroa, mas poucas vezes sentiu o retorno útil da sua riqueza. As ocasiões em que o saldo das contas foi negativo foram raras: quando foi necessário um apoio da Coroa, este foi feito através de um empréstimo com retorno.

Os encargos definidos pela despesa fixa da Coroa na Ilha eram, por norma, muito reduzidos. Considere-se, *e.g.*, os dados disponíveis para o período de 1501 a 1537, durante o qual



Fig. 9 – Armas reais e da Ordem de Cristo no teto da capela-mor da Sé do Funchal, c. 1514 (arquivo particular).

a despesa de funcionamento com o almoxarifado começou por ser apenas de 20$000, para subir, na déc. de 30, para cerca de 90$000 réis. Depois, para os anos de 1581 e entre 1602 e 1618, existiu, de novo, uma situação semelhante, pois, de uma despesa global com os ordenados do clero e dos funcionários, superior a 7 contos, apenas 2 contos se referem aos funcionários da justiça e da Fazenda Real, sendo o demais para o clero e o funcionamento das igrejas.

O projeto de expansão e de afirmação colonial portuguesa teve custos elevados, que foram sendo suportados com financiamentos estrangeiros e com a riqueza gerada nos novos espaços de ocupação, como foi o caso da Madeira. Assim, na primeira metade do séc. XVI, as despesas relacionadas com o socorro e a manutenção das praças africanas são mais um encargo que os madeirenses assumem em razão da proximidade. Algumas destas praças, como Mogador e Safim, estavam na dependência quase direta da Madeira, de forma que, em 1506, o Monarca ordena aos almoxarifes e aos recebedores na Ilha que satisfaçam todos os pedidos de Diogo de Azambuja para as obras da fortaleza de Mogador. E a participação e o investimento dos madeirenses nas campanhas africanas não se ficaram apenas pelo séc. XV; nos séculos seguintes, a Ilha participou de forma assídua, com mantimentos e com homens, na defesa das praças, face às investidas muçulmanas. Mais tarde, haverá uma intervenção de vulto dos madeirenses no Brasil, tendo vários homens e meios financeiros acudido ao resgate dessa colónia e ajudado à luta contra a ocupação holandesa.

A Coroa, a exemplo do que havia sucedido com o senhorio, tinha o direito ao usufruto da riqueza gerada pelos madeirenses. Desde os primórdios, estabeleceu-se uma espécie de contrato de colónia entre o senhor (mais tarde, a Coroa) e os madeirenses, obrigando-os a realizar todo o tipo de benfeitorias e ao pagamento ao dito proprietário da Madeira de muito mais que a *demidia* (metade) das suas produções e da sua riqueza. Os primeiros colonos fizeram um esforço enorme para adaptar a orografia da Ilha às condições das distintas práticas agrícolas, um trabalho raras vezes devidamente compensado com a parte que sobrava das suas colheitas. Os madeirenses, ao longo desta época, sentiam que estavam a ser saqueados pela Coroa, um sentimento manifestado em distintas situações e momentos, a exemplo do que sucedera, em 1566, com o assalto dos corsários franceses – em que a Fazenda Real foi a menos prejudicada, pois os cofres foram postos a salvo no Caniço.

As rendas da Madeira não atuavam apenas como fator de relevo nas finanças dos cofres nacionais: foram também usadas como moeda de troca no quadro das relações diplomáticas internacionais, durante as primeiras décadas do séc. XIX. A Madeira foi entregue a forças ocupantes, serviu de garantia a empréstimos, e foi apontada como solução para a dívida nacional através da sua venda. Isto prova e reforça o papel da Madeira no quadro das finanças nacionais. *E.g.*, em 1801, foi realizado um empréstimo de 9.000.000 de cruzados, feito com a garantia dos dízimos e demais rendas reais da Madeira. Depois, em 1809, relativamente

a um empréstimo de 600.000 libras, os Ingleses receberam como garantia os rendimentos das Alfândegas da Madeira e dos Açores, e, em 1832, a concretização de um empréstimo de 300.000 libras esterlinas designou, de novo, os rendimentos da Madeira como uma forma de hipoteca.

É problemático o estabelecimento de impostos e de adicionais com finalidades específicas que, por serem gerais do país, nunca chegam à Madeira. Nesta época, houve momentos de esplendor, mas também de grandes dificuldades, como as aluviões de 1803 e de 1842, em que o Estado não se mostrou tão magnânimo quanto deveria ser na sua intervenção e no seu apoio, como provam os orçamentos e as contas do Estado a partir de 1833. Os 30 contos enviados em 1842, para acudir as despesas associadas à aluvião, de pouco serviram.

Por lei de 1761, a Madeira uniformizou o seu sistema tributário com o do continente, deixando de existir situações específicas relativamente a este aspeto. Isto gerou dificuldades de administração financeira devido às diferentes realidades do continente e das ilhas que, no caso das Pautas Aduaneiras, tornaram mais real a expressão dos problemas de uma lei definida com o desconhecimento da realidade das distintas e diferenciadas regiões. A ideia de associar as ilhas e os arquipélagos à metrópole através da designação de adjacentes foi uma medida fatal, com consequências inevitáveis na economia e no sistema tributário.

A possibilidade de intervenção dos insulares na Câmara dos Deputados, através de deputados eleitos, foi uma oportunidade de afirmação desta diferença e da identidade, mas não um reconhecimento, de facto, das divergências que a lei procurava a todo o custo combater. Em 1895, surgiu a autonomia, primeiro para alguns distritos dos Açores, sob a forma de restauração das antigas juntas gerais, com intervenção específica em termos administrativos e financeiros. Depois, em 1901, a Madeira acompanhou o processo. Mas tudo ainda estava em aberto em termos de uma plena valorização dos espaços insulares, tendo em vista a capacidade de autogoverno.

Após a reforma tributária da déc. de 40 do séc. XIX, surgiram outras em 1911 e em 1922, porém, as alterações mais significativas no sistema só aconteceriam a partir de 1928, com a intervenção de Oliveira Salazar. Mais uma vez, o compasso do tempo político não se coaduna com o do sistema tributário. A República, em 1910, não representou uma rutura com as finanças e a contabilidade vigentes, a exemplo do que havia sucedido com a Revolução Liberal de 1820. A viragem no sistema acontece, a partir da déc. de 30, com as reformas de Mouzinho da Silveira, que tiveram apenas uma expressão prática e constitucional, com a reforma da Fazenda de 1843. Entretanto, na déc. de 30, na sequência das reformas realizadas pelo Governo provisório da ilha Terceira, houve, em 1832, a substituição do Tribunal do Erário Régio pelo Tribunal do Tesouro, e, em 1833, algumas reformas da Fazenda Pública e das Alfândegas (em todo o caso, foi a partir de 1843 que aconteceu a viragem do sistema, que teve continuidade nas reformas da contabilidade e da Fazenda Pública de 1854, 1869, 1870, 1881, 1891 e 1907).

A partir de 1901, a Madeira passou a gozar, a exemplo dos Açores, de autonomia administrativa com o restabelecimento da Junta Geral. Todavia, as condições de instabilidade política do primeiro quartel do séc. XX, associadas às limitadas competências e capacidades financeiras da Junta, não permitiram que surgissem intervenções deste novo regime administrativo tão favoráveis quanto eram as esperanças dos autonomistas madeirenses. Tanto mais que a déc. de 30, aproveitando a evocação do quinto centenário do descobrimento da Madeira, foi um momento de debate por mais e melhor autonomia, revelando a insatisfação da elite política da Ilha.

Com a República, não se estabeleceram alterações significativas ao sistema vigente. A lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913, quanto aos distritos da Madeira e dos Açores, confirma o que está estabelecido no decreto de 2 de março de 1895, nomeadamente nos artigos n.os 28, 29, 30, 31 e 32. Apenas se acrescenta, no parágrafo n.º 6, que: "As juntas pagarão ao Estado, como compensação pela cobrança das

contribuições, 5 por cento das quantias arrecadas, cuja dedução será feita em cada ordem de entrega de receitas, assinada pelo inspetor de finanças" (*Id.*, *Ibid,*, 485).

Em 1922, a situação da Ilha não era distinta dos anos anteriores; no entanto, foi o ano escolhido para a comemoração do quinto centenário do descobrimento da Madeira. Este foi o argumento para fazer despertar o espírito autonomista e regional dos madeirenses. Em outubro e novembro de 1920, Eduardo Antonino Pestana, entusiasmado com os resultados positivos da realização de congressos regionais em várias localidades do continente (uma iniciativa que partira de Augusto de Castro, então diretor do *Diário de Notícias* de Lisboa), reclamava insistentemente, no *Diário de Notícias* do Funchal, a necessidade de uma iniciativa idêntica na Madeira. O objetivo do congresso a realizar na Ilha era produzir um levantamento dos



Fig. 10 – "Viagem às ilhas. A descida do Monte", caricatura da visita régia com a Crise Agrícola e os Credores Externos em carro de cesto, litografia de Rafael Bordalo Pinheiro (*A Paródia*, 10 jul. 1901).

principais problemas com que esta se debatia e criar uma comissão para reclamar as soluções necessárias junto dos parlamentares madeirenses e dos ministérios do Terreiro do Paço, em Lisboa. Isto é, criar um grupo de pressão madeirense na capital.

Entre os finais de 1922 e os princípios de 1923, gerou-se no Funchal um clima eufórico de debate em torno do alargamento da autonomia. Porém, realizado o debate, algumas ideias haviam demonstrado que, sem a colaboração da classe política da Madeira e do continente, não era possível fazer avançar o parco regime autonómico de 1901. A classe política da Madeira, dependente das estruturas e dos favores da continental, estava dividida. Por outro lado, as forças vivas madeirenses não só não sabiam bem o que queriam, como estavam também acomodadas. A ideia de autonomia era agora distinta daquela que tinha existido em finais do séc. XIX. A influência inglesa conduziu à reivindicação de uma ampla autonomia que, segundo se dizia em 9 de novembro de 1921, deveria ter na bandeira "a única ligação com a Mãe Pátria" (*Id.*, *Ibid.*, 71).

Para o movimento autonomista madeirense dos anos 20, muito contribuiu a atitude do então presidente da Comissão Executiva da Junta Geral, Fernando Tolentino Costa, que, aproveitando a passagem pela Ilha do Presidente da República, António José de Almeida, a 9 de outubro de 1922, quando regressava do Brasil, lançou o desafio no sentido do alargamento da autonomia. O facto teve eco na imprensa local e fez com que o movimento autonomista ganhasse novo alento. A Junta Geral, tomando a liderança do processo, enviou um ofício para as juntas gerais dos Açores (Ponta Delgada e Angra do Heroísmo), propondo uma congregação de esforços e uma concertação de ações com este objetivo, convocando uma assembleia de madeirenses, donde saiu uma comissão autonomista que se reuniu pela primeira vez a 21 de dezembro de 1922, na sede da Associação Comercial do Funchal. Foi aqui que Manuel Pestana Reis apresentou o texto das bases da autonomia, que foi depois publicado na

brochura das comemorações do quinto centenário da descoberta da Madeira.

Com a proposta de estatuto em debate, pretendia-se estabelecer, pela primeira vez, a coexistência dos poderes legislativos e executivos. Surgia, assim, um conselho legislativo eleito entre as câmaras e as associações de classe, que poderia legislar no domínio regional. Apenas lhe estariam vedadas as questões referentes ao exército, às relações com o estrangeiro, à formação do Governo, à justiça e ao ensino. O quadro institucional completava-se com o conselho executivo, eleito pelo legislativo, com a função de superintender as finanças, de fiscalizar o orçamento e de superintender os serviços e as obras públicas. A representação do governo no distrito continuaria a ser feita pelo governador civil, nomeado mediante consulta ao conselho executivo. Ao mesmo, seriam acometidas funções de fiscalização e de assistência aos diversos órgãos da administração.

Uma das reivindicações mais destacadas foi o direito à fruição em benefício próprio das receitas arrecadadas. A Madeira deveria deter a sua total administração, ficando ao Estado apenas o direito a uma quantia fixa para cobrir os custos da cobrança. Esta autonomia era entendida pelo próprio Manuel Pestana Reis como uma forma de "desconcentração política e administrativa" (*Id.*, *Ibid.*, 76) e ia ao encontro de anteriores propostas surgidas nos Açores, da autoria de Aristides da Mota (1892) e de Francisco de Ataíde Manuel de Faria e Maia (1921). Durante este momento, o intercâmbio dos projetos autonomistas de ambos os arquipélagos foi um facto, tendo sido, de novo, promovido pelo presidente da Junta. Em dezembro de 1922, uma representação de Ponta Delgada, chefiada por Luís de Bettencourt e Câmara e por José Bruno Carreiro, chegou à Madeira, seguindo-se, em janeiro do ano seguinte, a presença de Frederico Augusto Lopes da Silva, de Angra. No ano imediato, na Madeira, também foi discutida a temática da autonomia. Evocou-se o quinto centenário da descoberta da Madeira e todos, ou quase todos, clamaram por uma nova descoberta, materializada em mais e melhor autonomia. Um dos pontos assentes do projeto autonomista apresentado por Manuel Pestana Reis (1894-1966) era a questão financeira.

A Revolução de 28 de maio de 1926 foi saudada por muitos sectores da sociedade madeirense que depositaram nela as suas esperanças de mudança. A primeira alteração ocorreu com o dec. n.º 15.035, de 16 de fevereiro de 1928, que ia ao encontro de algumas das reivindicações no campo financeiro. A receita da cobrança da contribuição predial rústica e urbana, da contribuição industrial, do imposto de aplicação de capitais e do imposto de transações era da Junta seria usada em benefício da Região, ficando o Estado com apenas 1 % desta para despesas de cobrança.

A 31 de julho, com o dec. n.º 35.805, a situação alterou-se novamente. Este decreto, assinado pelo então ministro das Finanças, Oliveira Salazar, marcou o princípio do fim do combate autonomista das ilhas. Antes, aumentara-se a receita dos distritos, agora, impunham-se novos encargos, com o alargamento da descentralização a serviços dependentes dos ministérios do Comércio, Agricultura e Instrução, do Governo Civil, da polícia cívica, da saúde, da assistência e da previdência. Sem capacidade para acabar com a autonomia, Salazar acedeu às aspirações autonomistas transferindo alguns serviços, que conduziram à asfixia financeira das Juntas. As reformas do Governo do Estado Novo não satisfizeram a ambição dos regionalistas.

O madeirense Quirino de Jesus, ainda que muito próximo de Salazar na definição da política económica e financeira, não conseguiu demovê-lo quanto à sua visão da autonomia. Ele defendera que a autonomia insular era definida pelo carácter financeiro e económico, só se podendo afirmar com reformas financeiras. De acordo com a sua ideia de divisão administrativa, o distrito cederia lugar à província, que passaria a ter ao comando um governador-geral residente, de nomeação governamental. A ele juntava-se a Junta Geral de Província e o Conselho de Governo. A primeira era composta por procuradores eleitos pelas Câmaras Municipais, pelas associações, pelos professores e pelos chefes de serviço das repartições

públicas, enquanto o segundo seria presidido pelo governador, integrando vogais eleitos de entre os procuradores e os chefes dos serviços.

A Constituição, aprovada em 11 de abril de 1933, estabelecia para as ilhas uma administração especial (artº. 124 § 2.º), que só foi regulamentada pela lei n.º 1967, de 30 de abril de 1938, que estava muito distante destes propósitos. No preâmbulo da lei, refere-se que a geografia obrigou a esta descentralização e desconcentração "em benefício dos povos e com vantagem para a boa administração". As reclamações dos insulares levaram a que o Governo as atendesse, em 1928, com alterações significativas, através da descentralização de muitos serviços; mas surgiram novamente imensas reclamações, porque as receitas eram insuficientes, continuando o legislador a negar a possibilidade do usufruto total das receitas fiscais: "Formam as ilhas adjacentes um todo com o continente, é o mesmo o seu sistema de administração e governo, como o mesmo é o grau de civilização dos habitantes e de progresso social: seria, pois, contrário ao bem comum consagrar uma forma egoísta de plena autonomia financeira que parecesse realizar a desintegração do Estado de uma parte do seu território metropolitano". Sobre as anteriores medidas dizia-se "que foi excessiva a liberdade conferida às juntas em 1928" (*Id.*, *Ibid.*, 78), pois a descentralização sem a tutela governamental podia ser um princípio para uma má gestão. Deste modo, manteve-se a descentralização existente, passando, todavia, a ser fiscalizada pelo governo civil e tutelada pelo Governo central. Nesta reforma do estatuto, surge, como uma novidade, a função de coordenação económica da Junta, que tinha uma expressão ao nível do planeamento apenas nos planos trienais. Esta problemática motivou um debate público no Funchal, em janeiro de 1968, sob a epígrafe I Semana de Estudos sobre problemas sociais económicos do desenvolvimento. Como corolário desta reivindicação, foi publicado, em 11 de março de 1969, o dec.-lei n.º 48.905, que estabeleceu e regulamentou o planeamento regional, função que ficou a cargo da Junta Geral, merecendo a contestação de todos os sectores.

Quando Marcelo Caetano substituiu Salazar, a 27 de outubro de 1968, era evidente a expectativa dos insulares quanto às reivindicadas alterações do estatuto. Esta possibilidade havia sido admitida pelo próprio presidente do Conselho de Ministros quando, em dezembro de 1969, visitara a Madeira. Na verdade, a déc. de 60 foi, de novo, uma altura de debate da autonomia, sendo o *Comércio do Funchal* o porta-voz destes anseios. Então, para além da visível asfixia financeira das juntas, insistia-se na necessidade de um plano de desenvolvimento regional, que chegou à Assembleia Nacional a 5 de abril de 1963, pela voz do deputado madeirense Agostinho Cardoso. As eleições para a Assembleia Nacional de 26 de outubro de 1969 acontecem no decurso do debate do processo autonómico, sendo este ideário assumido pelos candidatos da oposição democrática.

Durante muito tempo, as reivindicações dos madeirenses assentaram no retorno do dinheiro dos seus impostos para a realização de obras necessárias ao desenvolvimento da Ilha, que, em muitas situações, acabariam por trazer retorno ao Estado. Com um programa de regadio, ampliar-se-ia a área agrícola e também os tributos; com a construção de portos, de cais e de embarcadouros, seriam garantidas as condições de circulação de pessoas e de produtos, animando eficazmente a agricultura e o mercado; por fim, o porto principal no Funchal, com condições de apoio à navegação livre de taxas tributárias, era uma esperança para os madeirenses, que viram nele a possibilidade de uma grande escala oceânica e de desembarque de turistas.

Tudo isto era conhecido e sabido, mas continuavam a tardar as soluções. As populações continuavam isoladas nos seus locais de nascimento, frequentemente alheias a tudo. A ida ao Funchal era um acontecimento ocasional e de grande comemoração. Desde o primeiro quartel do séc. XIX, as reclamações dos madeirenses manifestaram-se no sentido de o Estado intervir na Madeira através de obras públicas para a abertura de caminhos, de levadas e de canalização das ribeiras. A crise agrícola e comercial fez despertar o olhar crítico de

muitos madeirenses e ampliou a imagem de uma terra abandonada à sua sorte, sem ninguém que lhe acudisse.

A partir de maio de 1974, alterou-se o espectro político da Região, tendo-se manifestado à luz do dia vários grupos políticos de cariz regional e promotores da autonomia, que deram vigor ao movimento autonomista, que ganhou forma com o Estatuto Provisório da Madeira, de 29 de abril de 1976. Depois, o ato eleitoral para a Assembleia Regional, a 27 de junho, abriu o caminho para a afirmação do processo constitucional, com a atribuição da autonomia político-administrativa consagrada na Constituição que foi aprovada a 2 de abril de 1976. Tenha-se em consideração que, a partir de 1986, a realização dos empreendimentos que permitiram a total mudança do arquipélago só foi possível com o apoio financeiro da então Comunidade Económica Europeia, a que Portugal entretanto aderira.

O estatuto provisório, aprovado pelo dec.-lei n.º 318-D/76, de 30 de abril, estabeleceu a possibilidade de a Região legislar e regulamentar sobre os impostos regionais (art.º 136), assim como de criar adicionais aos impostos (art.º 137) e de adaptar o sistema fiscal nacional vigente às características da RAM (art.º 138). O alargamento desta faculdade irá permitir que a Região use esta capacidade legislativa para criar condições de competitividade fiscal que permitam captar novos investimentos, nomeadamente para o Centro de Negócios da Madeira.

Ao nível das autarquias, a Constituição de 1976 determinou, de forma clara, a independência orçamental e patrimonial. Pela lei n.º 1/79, de 2 de janeiro, lei das finanças locais, foram aumentados os recursos e os poderes financeiros dos municípios e das freguesias. Nela se estabeleceu um regime distinto para as finanças locais. Seguiram-se alterações, pelo dec.-lei n.º 98/84, de 29 de março, mas que vigoraram durante pouco tempo, uma vez que, pelo dec.-lei n.º 1/87, se procedeu a uma nova regulamentação das finanças locais que lhes atribuiu uma participação nas receitas do IVA e do imposto de sisa. As receitas fiscais dos municípios são resultantes de impostos autónomos (contribuição autárquica, sisa, imposto sobre veículos e imposto de mais-valia), de algumas participações (definidas pelo Orçamento do Estado, pelas taxas e pelos impostos), de taxas e de derramas. A contribuição autárquica surgiu por lei n.º 106/88, de 17 de setembro. Quanto às transferências das verbas para a Região, refere-se que o Estado estabelecer, no Orçamento (na rubrica "Encargos Gerais da Nação"), os valores a transferir para a Região de acordo "com o princípio da solidariedade nacional" (art.º 56). A partir de 1981 (resolução n.º 310/80, *DR* 200/80 série I de 1980/08/30), ficou estabelecida uma fórmula de financiamento do orçamento regional, assente na capitação da despesa pública. A partir da revisão constitucional de 1982, foram reforçados os poderes tributários das regiões, permitindo-lhes dispor das receitas cobradas.

Pelo dec.-lei n.º 500/80, a RAM encontra-se numa situação especial em termos fiscais, devido à criação da Zona Franca da Madeira que, a partir de 1987, se encontrou na dependência da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira S.A., que contava com os seguintes serviços: zona franca industrial, serviços internacionais, registo internacional de navios e serviços financeiros/centro *offshore*. A entrada de Portugal na CEE, em 1986, tinha imposto limitações ao funcionamento das zonas francas comerciais dentro do espaço comunitário. Em 1990, o governo aprovou o projeto do terminal marítimo da zona franca do Caniçal. A zona franca foi um fator significativo do desenvolvimento da Região, capaz de captar receitas que permitiram o seu financiamento. Todavia, as limitações impostas fizeram com que a mesma perdesse a sua importância, fazendo dela, nos começos do séc. XXI, um dos principais pontos do diferendo entre a RAM e o Governo central.

A partir da revisão constitucional de 1982, foram reforçados os poderes tributários das regiões, permitindo dispor das receitas cobradas. A lei n.º 9/87 de 26 de março institucionalizou o poder tributário próprio das duas regiões autónomas. Os anos de 1985 e 1986 foram de um significado particular para esta conjuntura de

difícil execução orçamental, levando à negociação de um programa de reequilíbrio financeiro com o Governo da República. Pela resolução n.º 9/86, de 16 de janeiro, o Governo mandatou o ministro da República e o ministro das Finanças para estabelecerem com o Governo regional um programa de reequilíbrio financeiro da RAM, assinado a 26 de fevereiro de 1986. A 22 de setembro de 1989, houve um novo programa de recuperação financeira até 31 de dezembro de 1997, que se repercutiu no orçamento regional de 1990.

O impacto mais significativo do período democrático decorreu de uma intervenção resultante da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia e não da obrigação, que ao Estado era devida pela lei e pela Constituição, de colmatar as assimetrias de desenvolvimento económico da Região. A 5 de junho de 1985, a Assembleia regional da Madeira aprovou a integração da RAM no processo de adesão de Portugal à CEE, o que veio a acontecer, em pleno, a partir de 1 de janeiro de 1986. A resolução do Parlamento regional reconheceu as vantagens da adesão para o progresso económico, para o reforço do contributo insular e para a formação da Comunidade. Em 1988, na sequência de um memorando apresentado pelas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, a Comunidade aprovou um programa de medidas específicas, no sentido da sua plena integração no Mercado Único. Foi o princípio do reconhecimento do Estatuto Especial das Regiões Ultraperiféricas, consagrado no tratado de Maastricht, com a declaração comum sobre as regiões ultraperiféricas.

A aposta comunitária na política regional favoreceu o aparecimento de programas financeiros, dos quais a Madeira, a partir de 1986, passou a poder usufruir. Neste sentido, surgiu em 1985, o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (FEDER). Entretanto, em 1991, o Tratado da União Europeia estabeleceu a política regional e de coesão, criando o Comité das Regiões e o Fundo de Coesão. A Madeira recebeu, no primeiro e no segundo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) (entre 1986 e 1999), 176,7 milhões de contos e, no terceiro (2000-2006), 140 milhões de contos.

As medidas de correção dos desequilíbrios internos de desenvolvimento e a política de coesão comunitária, asseguradas pelos diversos QCA (I QCA 1989-1993; II QCA 1994-1999) e pelo fundo de coesão, para além de outros apoios no âmbito dos diversos programas comunitários, asseguraram à Madeira os meios financeiros necessários para vencer as dificuldades ancestrais de desenvolvimento económico.

Um dos principais problemas da política governativa estava relacionado com a disponibilidade de verbas, por parte do Orçamento do Estado, para cobrir as carências resultantes da transferência dos serviços e das políticas de investimento que se estabeleciam necessariamente para acatar o atraso secular a que a Ilha tinha ficado votada. A conta de 1978 apontava um crescimento da despesa em 124,75 %, enquanto o da receita se limitava a apenas 57,4 %. Esta situação de rutura financeira situava-se, muitas vezes, fora do alcance da Região, ou porque o Estado não procedia à definição do valor das transferências, ou porque a Madeira não dispunha de quaisquer mecanismos fiscais que permitissem resolver os seus problemas.

No decurso das décs. de 70 e 80, os orçamentos da Região foram apresentados de forma tardia, porque se aguardava pela aprovação do Orçamento Geral do Estado, em que ficaria estabelecido o valor das transferências, uma vez que a receita dos impostos e das taxas – proveniente dos tempos da Junta Geral, reforçada com o estatuto provisório de 1976 – era claramente insuficiente para cobrir os encargos associados à transferência dos serviços, nomeadamente nos âmbitos do ensino e da saúde.

É certo que o estatuto (art.º 56) definiu o princípio da solidariedade nacional quanto ao apoio financeiro do Estado para cobrir as despesas, mas as contingências da conjuntura de crise política implicavam que esta garantia tardasse ou não surgisse. Neste quadro, restava à Região o recurso ao endividamento interno para cobrir os investimentos necessários à execução do plano regional que, de acordo com

o mesmo estatuto (art.º 58), deveriam ser definidos por diploma do Governo da República. Em 1980, o orçamento apresentava um défice de 2.017.730 contos porque ainda não era conhecida a verba a estabelecer no Orçamento do Estado, mas a Região decidiu manter uma verba de transferências por considerar imperioso o cumprimento do plano de investimentos, deixando em aberto a possibilidade do seu financiamento através de um empréstimo.

Em 1981, agravou-se ainda mais a situação financeira e orçamental, devido ao volume de serviços que tinham sido regionalizados no decurso do ano anterior sem a devida contrapartida financeira, e à aprovação tardia, em abril, do Orçamento de Estado. Desta forma, a Madeira não teve alternativa, e o seu orçamento foi apenas aprovado em maio. A mesma situação de precariedade dos meios orçamentais justifica o défice de 7.274.081 contos, explicado pela "evolução crescente da própria autonomia regional" (VIEIRA, 2014b, 707). Em 1983, o orçamento só foi aprovado em junho do ano de execução, pelas mesmas razões, ocorrendo uma nova situação, com o decréscimo das transferências do Orçamento do Estado, que veio a agravar o défice em 14.976.482 contos. A despesa foi justificada pela transferência de serviços sem a necessária contrapartida financeira, bem como pela necessidade de vencer o atraso da Região através de grandes obras estruturantes.

Em 1983, no sentido de vencer estas dificuldades orçamentais e financeiras, o Governo regional expressou a sua intenção de lutar para que fosse encontrado "um critério mais justo, que permita à regiões autónomas recuperar o atraso económico e social em que se encontram relativamente ao continente, o mais breve quanto possível, mas sem que isso constitua uma penalização para as disponibilidades financeiras" (VIEIRA, 2014b, 707) com uma proposta de alteração dos critério de cobertura do défice da Madeira. A par disso, aponta-se a necessidade de reformas da política monetária e financeira, para que as regiões possam adotar a assunção plena dos direitos e das responsabilidades que a Constituição consagra neste domínio ((alínea n) do art.º 229). Era o único meio de a Região sustentar uma estrutura financeira que lhe permitisse consolidar a sua autonomia política e económica.

A lei do orçamento do Estado n.º 42/83, de 31 de dezembro, consagra a possibilidade de a Região se endividar em 5 milhões de contos, para poder colmatar os constantes défices orçamentais. Mas, em sede do orçamento regional de 1984, voltou-se a insistir na ausência de contrapartidas financeiras por parte do Estado em face da transferência dos serviços, pelo que o investimento dos últimos sete anos só havia sido possível mediante o recurso ao crédito interno. Insiste-se na ideia de que "uma política orçamental verdadeiramente autónoma só será concretizada quando todas as componentes do orçamento regional estiverem sob o domínio dos órgãos de governo próprio da Região." Por outro lado, "sobre o Estado recaem determinadas obrigações, aliás, constitucionais, no que respeita à recuperação do atraso económico estrutural em que a Região se encontra devido à ausência ancestral de qualquer política séria de desenvolvimento regional da iniciativa do poder central" (VIEIRA, 2014g, 84).

O desacordo financeiro continua em 1985, acusando-se, em finais do ano anterior, o Governo regional de ter aumentado as dificuldades financeiras que obrigaram ao aumento do défice e do endividamento da Região. Deste modo, insiste-se na necessidade de alteração dos "critérios de transferências do Orçamento do Estado para a Região Autónoma da Madeira" (VIEIRA, 2014b, 708).

A principal receita da Região incidia nos impostos, sendo os diretos de maior peso. Para o período compreendido entre 1976 e 1988, os impostos principais foram a contribuição industrial, o imposto profissional, o imposto de capitais, o imposto complementar, o imposto sobre sucessões e doações, e a sisa. A partir de 1989, passaram a ter destaque o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), como reflexo das mudanças ocorridas com o sistema tributário português. No grupo dos impostos indiretos, existiam: o IVA,

o ISP, o selo, as transações internacionais, as estampilhas fiscais, o imposto sobre transações, o imposto de consumo de tabaco, o imposto sobre venda automóvel, e o imposto sobre bebidas alcoólicas e cerveja.

Com a lei n.º 13/98 de 24 de fevereiro, a lei de finanças das regiões autónomas, fica consagrada a salvaguarda das receitas geradas na RAM, definida e regulamentada a possibilidade de estabelecer adicionais até 10 % aos impostos (art.º 36), e estabelecida a adaptação do sistema tributário às especificidades da RAM (art.º 33, 37), assim como da fórmula e das regras que passariam a definir as transferências do Estado (art.º 33). Como resultado desta situação, o Orçamento de 2001 estabeleceu alterações às taxas de IRS e IRC cobradas na RAM. A lei orgânica 1/2007, de 19 de fevereiro, aprovou a nova lei de finanças das regiões autónomas e estabeleceu algumas alterações, consideradas penalizadoras para a RAM.

Assim, o valor das transferências começou a estar baseado na população (art.º 37). Também o IVA deixou de ser transferido de acordo com uma capitação estabelecida, para ser o valor de facto cobrado. As regras das transferências financeiras foram estabelecidas nos art.os 19 e 51 e foram regulamentadas pela portaria n.º 1418/2008, de 9 de dezembro. Com a revisão constitucional de 1982, foram reforçados os poderes tributários das regiões, permitindo-lhe dispor das receitas cobradas. A lei n.º 9/87, de 26 de março, institucionalizou o poder tributário próprio das duas regiões autónomas. Com o Orçamento de Estado de 2005, foi adotado o mecanismo da capitação subjacente à afetação da receita de IVA pelas regiões autónomas, o que se repercutiu num aumento destas receitas em 6,9 %. A partir de 2007, em conformidade com as alterações vigentes, a receita do IVA deixou de ser feita por capitação. Esta alteração terá conduzido a uma quebra da receita da Madeira em 22,5 milhões de euros. Com a lei orgânica n.º 1/2010, de 29 de março, são considerados, na definição do valor das transferências, a população, o número de ilhas, e a distância entre a capital do país e o local mais distante, com claro favorecimento dos Açores. Considere-se que o n.º 3 do art. 21.º da lei n.º 13/98, de 24 de fevereiro, refere que "em caso algum poderá ser adotado um modo de cálculo que origine um menor montante de receitas do que o auferido pelo regime vigente [capitação]", compromisso corroborado pela redação da alínea a) do n.º 1 do art. 59.º da lei orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro. Daqui resultou, *e.g.*, que a receita de IVA da RAM, em 2007, não poderia ser inferior aos 315,579 milhões de euros. Recorde-se que o compromisso do Orçamento do Estado de 2005, de definição do mecanismo de capitação subjacente à afetação da receita do IVA na RAM, se traduziu num aumento da receita para os cofres da Região em 6,9 %. Com o orçamento de 2007, a cobrança do IVA deixou de depender da capitação para ser o valor de facto cobrado. Há indicações no sentido de um sistema tributário diferenciado para atenuar os custos da insularidade. O art. 5.º do dec. leg. regional n.º 2/2001/M, de 20 de fevereiro, na redação e sistematização dada pelo dec. leg. regional n.º 30-A/2003/M, de 31 de dezembro, estabeleceu a possibilidade de a RAM alterar a respetiva taxa.

Em 2004, a taxa de IRC passou de 27 % para 22,5 %. Então, anualmente, o dec. leg. regional que aprovava o orçamento estabelecia a taxa de imposto prevista no n.º 1 do art.º 80 do código do IRC a vigorar na Região. O art.º 2 do dec. leg. regional n.º 3/2001/M, de 22 de fevereiro, na redação dada pelo dec. leg. regional n.º 30-A/2003/M, de 31 de dezembro, consagra a redução das taxas do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares. Anualmente, o decreto legislativo regional que aprova o orçamento estabelece a taxa de imposto prevista no art.º 68 do Código do IRS a vigorar na Região. A crise iniciada em 2011 com a intervenção das autoridades financeiras internacionais e as regras estabelecidas pelo consequente Memorando assinado com a Troika de credores internacionais obrigaram o Governo regional a rever esta situação diferenciada da cobrança do IRC e do IRS, através do dec. leg. regional n.º 20/2011/M. *DR* 246 série I de 2011/12/26. A plena autonomia tributária e financeira

só foi alcançada em 2005. A partir de 2 de fevereiro de 2005, de acordo com o dec.-lei n.º 18/2005, de 18 de janeiro, o Governo regional passou a exercer a plenitude das competências no que concerne às suas receitas fiscais próprias, e a poder controlar todos os atos necessários à sua administração e gestão.

Estas mudanças traduziram-se num aumento da receita fiscal. Esta política de maior justiça nas transferências na RAM levou a Assembleia Legislativa Regional a estabelecer um grupo de trabalho para apurar as receitas em falta, de forma a ser estabelecido um método de arrecadação, de controlo e de transferência das verbas a que a RAM tem direito. Também foi constituída uma comissão de inquérito para averiguar se os bancos, que têm a sua sede no continente e exercem a sua atividade na Madeira, reportam, de forma devida, as receitas geradas na Região para efeitos de imposto. Os resultados apontaram para uma incorreta afetação da receita fiscal à RAM. Daí a necessidade de sensibilização das entidades que, apesar de terem a sua sede fora da Região, exercem atividade na Ilha a atividade para a necessidade do preenchimento correto dos modelos de entrega dos impostos, nomeadamente IRC, IRS e imposto de selo. No ano seguinte, também por resolução desta Assembleia, foi sugerida a revisão da lei das finanças regionais, prevista para 2001, que, na verdade, só veio a acontecer em 2006, traduzindo-se em perdas para a Madeira. A aluvião de 20 de fevereiro de 2010 levou a que vários artigos desta lei fossem suspensos e que fosse publicada a lei de meios (lei orgânica n.º 2/2010, de 16 de junho), que estabeleceu o financiamento para o apoio e a reconstrução dos danos causados pelo temporal na RAM.

Os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão são os instrumentos financeiros da política regional da União Europeia, cujo objetivo é reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as regiões e os Estados-Membros, participando, assim, plenamente no objetivo de coesão económica, social e territorial. Existem dois Fundos Estruturais: o FEDER, que apoia, desde 1975, a realização de infraestruturas e investimentos produtivos e geradores de emprego, nomeadamente os destinados às empresas; e o Fundo Social Europeu (FSE), instituído em 1957, que apoia a inserção profissional dos desempregados e das categorias desfavorecidas da população, financiando, nomeadamente, as ações de formação. Para acelerar a convergência económica, social e territorial, a União Europeia instituiu, em 1994, um Fundo de Coesão, destinado aos países cujo PIB médio por habitante é inferior a 90 % da média comunitária. O Fundo de Coesão tem por finalidade conceder financiamentos para projetos de infraestruturas nos domínios do ambiente e dos transportes. Contudo, o apoio do Fundo de Coesão está sujeito a determinadas condições. Se o défice público de um Estado membro beneficiário exceder 3 % do PIB nacional (de acordo com as regras de convergência da União Económica e Monetária), não serão aprovados novos projetos enquanto esse saldo negativo não estiver, novamente, sob controlo.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento, que é, desde 1959, um instrumento da ajuda comunitária de cooperação no desenvolvimento dos Estados ACP e dos Países e Territórios Ultramarinos (PTU), é estabelecido por cinco anos. Destina-se a promover o investimento e a contribuir para reduzir os desequilíbrios entre as regiões da União. Os financiamentos prioritários visam a investigação, a inovação, as questões ambientais e a prevenção de riscos, enquanto os investimentos em infraestruturas continuam a ter um papel importante, nomeadamente nas regiões menos desenvolvidas.

Para o sector primário, existe, desde 1 de janeiro de 2007, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), criado para aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal, para melhorar o ambiente e a gestão do espaço rural, apoiando o ordenamento do território, e para promover a qualidade de vida e a diversificação das atividades económicas nas zonas rurais. A reforma da Política Agrícola Comum (PAC), de junho de 2003 e de abril de 2004, definiu o FEADER, instituído pelo Regulamento (CE) 1290/2005, para reforçar a política de desenvolvimento

rural da União Europeia. O FEADER é, juntamente com o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA), um dos dois instrumentos de financiamento da PAC que substituem, desde 1 de janeiro de 2007, o FEOGA – secção Orientação, e o FEOGA – secção Garantia, respetivamente. O Fundo Europeu das Pescas (FEP) foi um fundo criado para o período 2007-2013 com o fim de facilitar a aplicação da Política Comum da Pesca e apoiar as reestruturações necessárias ao sector.

Em termos de apoios europeus, e no que diz respeito à Região Autónoma da Madeira, é de destacar o INTERVIR+, o Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM, aprovado pela Comissão Europeia, através da decisão C, n.º 4622, de 5 de outubro de 2007, que tem por objetivo assegurar o crescimento da economia regional, o emprego, as políticas de proteção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial. Este programa é cofinanciado pelo FEDER e por RUMOS – Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM, cuja versão final foi aprovada pela Comissão Europeia em 26/10/2007.

Ao nível da RAM, são de considerar o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), que corresponde, no orçamento, à parte referente aos investimentos, e o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira (PIDDAR), a designação formal para a concretização anual da estratégia delineada no Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES), para o período de 2007 a 2013.

No debate político, as questões financeiras continuam a ser o calcanhar de Aquiles da autonomia legislada nos finais do séc. xx. Todavia, deram-se passos significativos no sentido de a Região passar a ter o controlo do sistema financeiro, o que permitiria uma gestão certamente mais racional

A lei n.º 19/83, de 13 de dezembro, concedeu uma autorização ao Governo para estabelecer o regime das finanças regionais; porém, a distância em relação à meta final era ainda grande, afirmando-se, no orçamento de 1990, que a Região não controlava as variáveis que afetavam a cobrança, quer dos impostos diretos, quer dos impostos indiretos, que determinavam a respetiva evolução. Essas variáveis foram fixadas pelas leis do OE, limitando-se a Madeira a receber os respetivos impostos cobrados pelo Estado na Região. A sua previsão, por isso, acabou por ser mais difícil do que seria se a Ilha procedesse à respetiva cobrança.

Em vésperas da aprovação da lei n.º 13/98, de 24 de fevereiro, a lei de finanças das regiões autónomas e o orçamento da Região de 1997 foram usados para argumentar em Lisboa o seguinte: a regionalização, melhorando a eficiência e a equidade das finanças públicas, teria de contribuir para uma melhor *performance* da economia da Madeira, pelo que o modelo de financiamento dos orçamentos regionais deveria permitir às regiões autónomas aproximarem-se do nível médio de rendimento do continente, da igualdade de oportunidades e da igual qualidade de aprovisionamento de serviços e de bens públicos. A definição das relações financeiras entre o Estado e as regiões autónomas teria assim de ser feita em respeito pela autonomia regional e num quadro do reforço da coesão económica e social nacional e da solidariedade do Estado.

A nova centúria pareceu levar um novo alento aos discursos e às práticas financeiras. O orçamento de 2002 alimentou esta esperança, ao afirmar que "o início do processo de regionalização dos serviços de finanças permitirá importante evolução na gestão, controlo e apuramento da receita tributária, possibilitando uma maior arrecadação de verbas. [...] A Região não dispõe ainda de todos os instrumentos que lhe permitam exercer um controle efetivo" (VIEIRA, 2014g, 91).

Em 2005, sabe-se da existência de um grupo de trabalho, "tendo em vista o apuramento das receitas fiscais em falta, circuitos de cobrança, controlo, gestão e afetação às regiões, com significativos resultados ao nível de apuramento de montantes por regularizar na correção dos métodos de arrecadação, controlo

e transferência de verbas para os cofres regionais". Foi, ainda, constituída uma comissão de inquérito, na Assembleia Legislativa Regional, "para averiguar se os bancos que têm sede no continente e exercem a sua atividade na Região Autónoma da Madeira entregam aos cofres da Região as receitas fiscais devidas. As conclusões do relatório demonstram, uma vez mais, a não correta afetação da receita fiscal à Região, onde é efetivamente gerada" (VIEIRA, 2014b, 753).

Em 2006, de novo em vésperas de uma nova regulamentação das relações financeiras entre o Estado e a Região, denunciava-se o incumprimento do Estado que, no Orçamento de 2006, não assegurava as transferências dos custos da insularidade e desenvolvimento económico, apontando-se responsabilidades a assumir: "O aprofundamento da autonomia em matéria fiscal, revela-se um instrumento de política essencial para que o Governo regional possa prosseguir uma estratégia de desenvolvimento sustentada, promovendo a maximização da eficiência fiscal e adaptando o sistema fiscal a condições cada vez mais específicas da economia regional, num princípio de unidade diferenciada" (*Id.*, *Ibid.*).

O inevitável aconteceu. Em 19 de fevereiro de 2007, pela lei orgânica n.º 1/2007, o Parlamento aprovou a lei das finanças regionais, revogando a lei n.º 13/98, de 24 de fevereiro. Aqui ficaram definidos os impostos, pertença da Região, e os mecanismos de avaliação do valor das transferências, de acordo com a população. Perante isto, o Governo regional apresentou a sua demissão a 21 de fevereiro, obrigando a novas eleições regionais onde conquistou uma folgada maioria absoluta. Tudo parecia, então, voltar ao princípio, no debate financeiro das autonomias. Ainda de acordo com a portaria n.º 1418/2008, estabeleceu-se a fórmula de apuramento do IVA e a sua transferência em duodécimos. Esta nova situação implicou uma perda de 22,5 milhões de euros em relação ao sistema de capitação de 1998. Ao Estado, coube o direito de 2 % das transferências do IVA, a título de compensação pela utilização dos seus serviços. No caso dos impostos alfandegários, a sua transferência foi mensal.

Uma nova alteração desta lei aconteceu pela lei orgânica n.º 1/2010 de 29 de março. O legislador insistiu na ideia de que "a autonomia financeira regional desenvolve-se no quadro do princípio da estabilidade orçamental, que pressupõe, no médio prazo, uma situação próxima do equilíbrio orçamental" (n.º 1, do art.º 6). Isto abriu o assunto para o estabelecimento de regras apertadas relativamente ao endividamento, que passou a estar sujeito a um valor máximo, enquanto as violações passaram a estar sujeitas a penalizações.

Para a Região, o enquadramento do Orçamento da Região Autónoma da Madeira foi estabelecido pela lei n.º 28/92, de 1 de setembro. Esta norma orçamental está dependente da que foi estabelecida para o continente em 1991, em matéria orçamental e de execução, tendo-se aplicado supletiva e subsidiariamente as leis gerais da República e, designadamente, a lei do Orçamento de Estado para 1991, com as devidas adaptações.

Bibliog.: *Autonomia e História das Ilhas*, Funchal, CEHA, 2001; ELAVAI, Augusto, *Um Percurso nos Açores. Finanças Regionais: Coesão e Desenvolvimento*, Angra do Heroísmo, PaPyRo, 2001; FARIA, Cláudia *et al.*, *Paisagens Literárias (Quadros da Madeira)*, Funchal, CEHA, 2013; FERREIRA, Eduardo Paz, *As Finanças Regionais*, Lisboa, INCM, 1985; *Leis das Finanças Locais e das Finanças Regionais*, Massamá, Edimarta, 2007; LEITE, José Guilherme Reis, *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa. 1892-1947*, Horta, Assembleia Regional dos Açores, 1987; LOUREIRO, Adolfo, *Breves Notícias sobre os Archipélagos da Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde. Conferências*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894; *A Paródia*, 10 jul. 1901; *Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira*, Funchal, Comissão de Propaganda e Publicidade do Centenário, 1922; RODRIGUES, Paulo Miguel, "A Junta da Fazenda da Madeira na política externa portuguesa (1801-1834)", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 1, 2009, pp. 477-498; VERÍSSIMO, Nelson, *A Madeira e o Sidonismo*, Funchal, DRAC, 1983; *Id.*, "Em 1917, a Madeira reclama autonomia", *Revista Atlântico*, n.º 3, 1985, pp. 229-232; *Id.*, "O alargamento da autonomia dos distritos insulares. O debate na Madeira (1922-1923)", in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 493-515; *Id.*, "Autonomia insular. As ideias de Quirino Avelino de Jesus", *Islenha*, n.º 7, jul.-dez. 1990, pp. 32-36; VIEIRA, Alberto (coord.), *A Autonomia. História e Documentos*, Funchal, CEHA, 2001; *Id.*, *Cronologia. A História das Instituições, Finanças e Impostos*, Funchal, CEHA, 2014; *Id.* (coord.), *Debates Parlamentares. 1821-2010*, Funchal, CEHA, 2014a; *Id.*, *O Deve e o Haver das Finanças da Madeira. Finanças Públicas e Fiscalidade na Madeira nos Séculos XV a XXI*, Funchal, CEHA, 2014b; *Id.* (org.), *Deve e Haver. Instrumentos de Trabalho*, Funchal, CEHA, 2014c; *Id.*, *Dicionário de Finanças Públicas. Conceitos, Instituições, Funcionários*, Funchal, CEHA, 2014d; *Id.*, *Dicionário de Impostos. Contribuições, Direitos, Impostos, Rendas e Tributos*, Funchal, CEHA, 2014e; *Id.*, *Entender o Deve e o Haver das Finanças da Madeira*, Funchal, CEHA, 2014f; *Id.*, *Livro das Citações do Deve e o Haver das Finanças da Madeira*, Funchal, CEHA, 2014g; *Id.* (org.), *Memória Digital. O Deve e o Haver das Finanças da Madeira*, Funchal, CEHA, 2014h.

† Alberto Vieira

Autonomia política, legislativa e financeira

A autonomia regional pode ser entendida em diferentes perspetivas – política, normativa ou legislativa, financeira (incluindo orçamental, patrimonial, fiscal e creditícia) e administrativa, entre outras –, mas sempre em confronto com a noção de Estado centralizado, que impede formas de organização política abertas e situações de diferenciação e de descentralização territorial de poderes e de funções políticas e financeiras tipicamente estatais, incluindo aspetos relativos à administração da justiça, à garantia da segurança pública e da defesa e à representação externa. No âmbito de um determinado Estado, a aceitação e o reconhecimento do instituto da autonomia regional concretizam-se pela atribuição constitucional ou legal de um conjunto de poderes e funções de natureza política e financeira a novas entidades públicas de base territorial, as regiões ou comunidades autónomas, com dimensão "intermédia" entre o Estado e as autarquias locais, *i.e.*, de âmbito infraestatal e supramunicipal, e dotadas de órgãos de governo próprio democraticamente legitimados (parlamento ou assembleia regional, Governo regional).

Num Estado unitário e centralizado, todas as competências ou poderes políticos essenciais típicos do Estado cabem e são exercidos exclusivamente pelos órgãos decisórios do próprio Estado, não se admitindo consequentemente quaisquer outras estruturas organizatórias de governação que pudessem exercer tais poderes, sejam internas (Estados federados, regiões ou comunidades politicamente autónomas) ou externas (organismos internacionais ou supranacionais), sejam diferenciadas (federações) ou não (confederações).

Da unicidade do Estado soberano decorre a imediatidade das relações jurídicas estabelecidas entre o poder público central e os cidadãos, bem como a exclusão de qualquer intermediação por parte de estruturas organizatórias intermédias nas relações estabelecidas entre o Estado e os respetivos cidadãos, para além da inerente indivisibilidade do território reconhecido ao Estado.



Fig. 11 – Trilogia dos Poderes, bronze de Amândio de Sousa, 1990, pátio da Assembleia Legislativa Regional (arquivo particular).

Ao invés do Estado centralizado, no Estado politicamente descentralizado admitem-se outras formas de exercício do poder político, sem o domínio exclusivo do próprio Estado e dos seus órgãos de governo soberano, incluindo regimes de autonomia regional e outras formas de descentralização territorial, como as baseadas em autarquias locais (municípios, freguesias).

Em Portugal, o respeito pela autonomia regional, através da fórmula "regime autonómico insular" (introduzida pela lei constitucional n.º 1/97), constitui uma obrigação constitucional do Estado, por força do art. 6.º-1 da

Constituição em vigor, e encontra-se garantido até perante as leis de revisão constitucional, por força do previsto na al. *o)* do art. 288.º da lei fundamental, que impõe uma efetiva "autonomia político-administrativa dos arquipélagos dos Açores e da Madeira" – entendida como o complexo de normas constitucionais e legais, designadamente as incluídas nos estatutos político-administrativos regionais, atinentes à organização, às competências e ao modo de funcionamento dos respetivos governos próprios das regiões autónomas.

Algo paradoxalmente, e por isso motivador de crítica frequente, a ordem constitucional portuguesa atual continua a consagrar o princípio do Estado unitário, no art. 6.º da Constituição, apesar de não só admitir como impor a respetiva articulação com a ideia de "autogoverno regional", limitada embora aos territórios das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

A autonomia regional e o fenómeno do regionalismo não se confundem com outras tipologias de autonomia política territorial reconhecidas internacionalmente desde há muito a certas comunidades dependentes de determinados Estados, mas não integradas no respetivo território, ou então dotadas de regimes especiais, que podem fundar-se, designadamente, em laços feudais (*e.g.*, ilha de Man em relação à Coroa Britânica) ou coloniais ou quase coloniais (Bermudas e Gibraltar em relação, também, à Coroa Britânica, Nova Caledónia e Polinésia em relação à França, Samoa Americana em relação aos Estados Unidos da América), na associação a outros Estados (Antilhas Holandesas e Aruba em relação à Holanda, Porto Rico em relação aos Estados Unidos da América) ou ainda em situações internacionais especiais (Berlim entre 1949 e 1990, Macau entre 1976 e 1999, territórios sob mandato ou tutela em fase de preparação para a autodeterminação, etc.), sem embargo da verificação de várias semelhanças.

A estrutura e a extensão da autonomia política reconhecida a essas comunidades territoriais, tal como sucede com as regiões autónomas, são muito diversas, podendo até coincidir em numerosos aspetos, e nada impede que algo de similar se verifique quanto aos poderes atribuídos aos respetivos órgãos de governação e quanto aos instrumentos e mecanismos institucionais e legais de controlo e de intervenção estatal a que ficam sujeitos. Todavia, a natureza e o sentido da autonomia política são profundamente distintos nas mencionadas situações especiais de autonomia territorial e nos regimes de autonomia regional.

Enquanto as regiões autónomas são partes integrantes do Estado e as respetivas populações compõem, conjuntamente com outras, o povo ao qual corresponde esse Estado, as comunidades territoriais autónomas referidas, pelo contrário, apesar da subordinação por laços associativos, internacionais, coloniais ou feudais em relação a um Estado, distinguem-se claramente deste e mantêm-se separadas dele, tanto territorial como politicamente, dado que as respetivas populações não integram o povo do Estado em relação ao qual existe subordinação e o respetivo território não constitui parte integrante do território do Estado.

Sobretudo por efeito da concretização crescente do princípio da autodeterminação dos povos, com sucessivas declarações de independência e decisões de integração plena noutros Estados, especialmente a partir de meados do séc. XX, os exemplos de autonomia política sem integração num determinado Estado, no início do séc. XXI, diminuíram abruptamente, sem que, todavia, se possa prever a respetiva extinção, se atendermos designadamente às particularidades presentes na sua origem.

Noutro plano, interno ao próprio Estado, o instituto da autonomia regional e, em geral, da descentralização também não se confunde com o fenómeno da regionalização, com natureza estritamente administrativa e que pode ser concretizado através do estabelecimento de autarquias supramunicipais (regiões administrativas) ou então, simplesmente, mediante a desconcentração de poderes estatais pelos vários serviços do Estado presentes nos diversos pontos do território nacional, sem recurso à criação ou reconhecimento de novas entidades públicas de base territorial e populacional

ou mesmo de quaisquer novas entidades juridicamente autónomas, como já se experimentou em diferentes países e momentos históricos, incluindo os casos dos distritos portugueses (distritos administrativos ou civis mas também de âmbito sectorial, como os distritos judiciais, militares, etc.), dos departamentos em França (até determinada altura) e das regiões-plano.

Alguns dos objetivos, dos meios e a própria dimensão dos processos de regionalização (administrativa) no seio dos Estados podem assimilar-se ou até, eventualmente, coincidir com os das experiências históricas e políticas do regionalismo político, e as respetivas fronteiras tendem a ser difíceis de identificar com total nitidez, mas os instrumentos utilizados, bem como a natureza e as finalidades, não se confundem, e podem e devem ser distinguidos.

Efetivamente, as regiões autónomas dispõem de órgãos de governo próprio dotados de poderes "com natureza política", o que afeta a própria forma do Estado, ao invés do que se verifica com as regiões meramente administrativas, que têm natureza idêntica ao fenómeno já muito antigo do municipalismo e, em geral, do poder (autárquico) local, em que, não raramente, são também reconhecidos e atribuídos amplos poderes de autogoverno, mas sempre ao abrigo de um quadro legal estatal estrito, com natureza meramente administrativa.

Variam muito, no plano conceitual e nas suas múltiplas concretizações pelos ordenamentos jurídicos, em função das competências efetivamente "devolvidas" ou atribuídas pelo Estado aos organismos regionais, por um lado, o fenómeno da regionalização administrativa, em sentido amplo – que implica a simples divisão do território (nacional ou estatal) em porções de menor dimensão, muito variáveis consoante o significado e a importância destas – e, por outro lado, o fenómeno do regionalismo político – que pressupõe uma diferenciação regional significativa e consciente nos planos cultural, histórico e também geográfico, em geral reclamada pela população da circunscrição regional, implicando não apenas a identificação e o reconhecimento das especificidades da região e das suas populações, dificilmente compagináveis com uma simples divisão geográfica do território do Estado, baseada apenas em critérios físicos ou orográficos, por assim dizer imposta pela natureza, incluindo as situações de insularidade, mas também, para além dessa divisão territorial, o reconhecimento e a atribuição de personalidade jurídica própria à coletividade regional, que justificadamente exige participar politicamente de modo reforçado, através de órgãos representativos democraticamente legitimados, dotados de poderes políticos substanciais aptos a salvaguardar os anseios comuns, não confundíveis com os de outras comunidades inseridas no seio do mesmo Estado.

Quando são referidas "regiões" num processo de mera desconcentração de poder do Estado, não se está ainda perante a emergência de novas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, distinta da do Estado, ao invés do que se verifica no fenómeno da descentralização, administrativa e/ou política, independentemente de as respetivas causas e justificações ou fundamentos poderem variar muito.

Quanto às autarquias locais, "reguladas por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa" (art. 237.º), também "não têm natureza política", apesar de a Constituição portuguesa colocar os respetivos órgãos, até certo ponto, a par dos órgãos de soberania e dos órgãos das regiões autónomas, designadamente nos arts. 114.º e seguintes, e de prever um estatuto desses órgãos e das autarquias (freguesias, municípios e regiões administrativas – art. 236.º) baseado na representação democrática (cf. art. 239.º).

De qualquer modo, a distinção entre descentralização política e descentralização administrativa é tipicamente europeia, sendo por isso ignorada ou até expressamente contestada nos Estados Unidos da América, onde se considera seguro que a descentralização administrativa reveste necessariamente a natureza de um fenómeno político. Mesmo na Europa, alguns autores franceses e espanhóis (como Esteban/González-Trevijano) qualificam a descentralização como questão "eminentemente política", por implicar uma redistribuição geográfica

do poder e por a sua efetivação se repercutir necessariamente sobre o equilíbrio das forças locais e nacionais, não correspondendo assim apenas a uma simples técnica de administração. No entanto, o problema não consiste, seguramente, numa eventual confusão entre descentralização política e razões políticas da descentralização administrativa. A distinção tem sido aceite pela maioria da doutrina da Europa continental, mesmo em Espanha, onde a estrutura constitucional do Estado parecia conduzir à substituição do conceito de descentralização política pelo de autonomia.

O critério distintivo entre descentralização administrativa e descentralização política baseia-se no tipo de funções do Estado. Enquanto a primeira incide exclusivamente sobre a função administrativa, tal como a concebe a moderna teoria das funções do Estado, a segunda trata de mais do que essa função, envolvendo funções políticas, ou a função governativa (CAUPERS, 1994).

Menos profícua se afigura a contraposição entre um regionalismo político "de princípio", no sentido de ter "um fim em si mesmo, em função de certos ideais – regionalismo sobretudo sentimental, político e retrospetivo", e um regionalismo "instrumental" ou "funcional", nos termos do qual as regiões são entendidas como meio de prover a realização de um certo conjunto de objetivos concretos, sobretudo no domínio económico, considerado essencialmente "técnico e moderno", para recorrer à terminologia proposta por Palazzoli (PALAZZOLI, 1966).

Se, em países como a França, o regionalismo moderno foi entendido essencialmente como instrumento destinado a melhor estruturar e estimular o desenvolvimento e crescimento económico, o mesmo não deve considerar-se em relação a outros países, como Itália e Espanha ou Portugal, onde o fundamento histórico para a instituição ou reconhecimento do regionalismo assumiu uma natureza essencialmente política, há muito reclamada por movimentos regionalistas – e, por vezes, independentistas, quando o objetivo último é a rutura completa com o Estado e a consequente declaração de independência (movimentos muito ativos ainda, *e.g.*, na Catalunha, na Escócia e na Lombardia, etc.).

Certos objetivos económicos figuram em geral, desde a origem, nas cartas estatutárias das regiões (*e.g.*, na Sicília e na Sardenha). No entanto, foram sobretudo os riscos de secessão, na Sicília e no Vale da Aosta, a seguir à Segunda Guerra Mundial, que influenciaram largamente a reforma regional italiana que satisfez desse modo, em maior ou menor medida, os movimentos autonomistas e independentistas.

Em Espanha, a tensão centralismo *versus* regionalismo e também independentismo é secular, tendo o centralismo continuado a consolidar-se com o constitucionalismo do séc. XIX; a divisão em províncias e a organização administrativa em que se apoiava, foram, desde então, o máximo expoente do centralismo (ESTEBAN e GONZÁLEZ-TREVIJANO, 1994).

No final do séc. XIX, notava-se o peso do centralismo em toda a Espanha, sem terminar o pleito entre o poder central e as reivindicações regionais (sobretudo na Catalunha e no País Basco, que, após a Constituição de 1931, conseguiram a aprovação dos seus estatutos, em 1932 e 1936, respetivamente, abolidos, no entanto, tal como a Constituição, na sequência da vitória nacionalista, que sufocou e perseguiu duramente as reivindicações regionais, sem as conseguir suprimir, agudizando-as mesmo, no caso do País Basco.

Em Itália – como mais tarde em Espanha e também em Portugal, embora com matizes díspares –, a solução regional constituiu um poderoso fator de integração, como observa Jean-Louis Quermonne, no prefácio à obra de Claude Palazzoli. Enquanto em França surgiu primeiro o planeamento económico regional e só depois as regiões, em Itália o primeiro a despontar foi o regionalismo autónomo e só depois se aprofundou o planeamento e a programação regional. Evidentemente, os estatutos autonómicos variam muito entre si, não apenas nas situações referidas de Espanha e de Itália, mas em geral.

O regime autonómico regional previsto na Constituição da República Portuguesa de

1976 para os arquipélagos da Madeira e dos Açores compreende diversas dimensões de autonomia regional, em especial, conforme já foi mencionado, autonomia política, autonomia normativa, *maxime* legislativa, autonomia administrativa e autonomia financeira (incluindo autonomia orçamental, autonomia patrimonial, autonomia fiscal e autonomia creditícia), entendidas como liberdade de ação e de decisão num quadro de competências atribuídas constitucional e estatutariamente e em geral não sujeitas a controlo ou tutela por parte dos órgãos de governação central.

Esta intensa componente regional do Estado português, tal como prevista e garantida pela Constituição e pelas leis vigentes, apesar de circunscrita aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, levou a doutrina constitucional a dividir-se quanto à qualificação ou não da respetiva natureza como verdadeiro "Estado regional", ou "Estado unitário regional", até ao ponto de pôr eventualmente em crise a qualificação tradicional e literal das leis como "Estado unitário".

Certo é que o Estado português continua a não ser uma espécie de Estado federal, sem prejuízo de já terem sido apresentadas propostas nesse sentido, designadamente no decurso da quarta revisão constitucional, com vista a tornar a Madeira e os Açores em espécies de "Estados federados" de um alegado "Estado federal" ou equiparado.

A Constituição portuguesa em vigor é inequívoca ao dispor, no art. 225.º-3, que "A autonomia político-administrativa [dos Açores e da Madeira] não afeta a integridade da soberania do Estado...", poder soberano que, por isso, se mantém uno ("O Estado é unitário...", na redação do art. 6.º-1).

Contudo, mesmo os autores que defendem e sublinham sem reservas a natureza unitária do Estado português, considerando-a pouco ou nada prejudicada pela consagração constitucional, em 1976, do novo estatuto da autonomia regional, não excluem certamente o significado profundo e os efeitos inovatórios substanciais inerentes ao regionalismo político nos mais diversos planos – normativo, político, institucional, financeiro.

Todas estas modificações de fundo decorrentes do estabelecimento da autonomia regional justificam, sem dúvida, as novas designações "Estado unitário regional" e, também, "Estado regional", mas não no sentido de um Estado integralmente, apenas parcialmente, regional.

Quer a conceção constitucional da autonomia regional e do regionalismo político, quer a sua teorização moderna são relativamente recentes, apontando-se geralmente como marcos fundadores as Constituições espanhola de 1931 e italiana de 1947, sem prejuízo de se conhecerem exemplos anteriores de Estados regionais, como a Áustria, antes de 1918, ou o Brasil, no Império, após a revisão constitucional de 1834.

A distinção básica relativa às formas do Estado, entre Estados simples ou unitários e Estados compostos ou complexos, ganha relevância somente no contexto de um de entre os vários tipos históricos de Estado, tal como passaram a ser enumerados desde Jellinek (Estado oriental, Estado grego, Estado romano, "Estado" medieval e Estado moderno). Por isso, a distinção entre Estado unitário e Estado federal justifica-se apenas no contexto do Estado moderno de tipo europeu e, sobretudo, a partir do despontar do constitucionalismo, como observa, conjuntamente com outros autores, Jorge Miranda.

De qualquer modo, as formas de Estado não se confundem com formas de governo ou com sistemas de governo, nem com regimes políticos.

Enquanto a forma de Estado corresponde ao modo de o Estado dispor o seu poder em relação com outros poderes de natureza semelhante, em termos de coordenação e de subordinação, bem como quanto ao povo e ao território, que se sujeitam a um ou a mais do que um poder político, a forma de governo, diversamente, trata-se do modo de uma comunidade política organizar o seu poder e de estabelecer a diferenciação entre governantes e governados à luz de certos princípios políticos.

Quanto ao sistema de governo, abrange apenas o conjunto de órgãos de função política e o modo como está internamente organizado, incluindo os poderes e os estatutos dos governantes.

No que respeita aos regimes políticos, correspondem a expressões e concretizações das várias constituições ou leis fundamentais, reconduzindo-se a grandes tipologias – Estado liberal, Estado social de direito, Estado soviético, Estado fascista –, não perduráveis tanto, em regra, quanto as formas de Estado, apesar de substancialmente mais compreensivas, por envolverem amplos domínios como o dos direitos fundamentais da pessoa humana e o sistema de organização económica, para além dos aspetos políticos estruturais, que determinam a forma de Estado.

Os critérios de distinção essencial entre os Estados unitários ou simples e os Estados compostos ou complexos assentam na unicidade ou pluralidade de (i) poderes políticos ou soberanos na ordem interna, de (ii) ordenamentos jurídicos originários ou de Constituições, de (iii) sistemas de funções e órgãos do Estado, e de (iv) centros de decisão política a se (como sintetiza Jorge Miranda).

O Estado unitário pode corresponder a um (i) Estado unitário centralizado ou a um (ii) Estado unitário descentralizado ou regional.

Presentemente, todos ou quase todos os Estados do mundo admitem descentralização administrativa, seja de âmbito territorial (através da existência e funcionamento de municípios, freguesias e outras circunscrições administrativas, mais ou menos extensas), seja de âmbito institucional ou funcional (através da existência e funcionamento de associações, fundações, institutos e outras formas de entidades públicas).

Pelo contrário, só alguns Estados do mundo admitem, no começo do séc. XXI, descentralização política, através da existência e funcionamento de províncias ou regiões politicamente autónomas, cujos órgãos de governação exercem algumas funções políticas, de natureza legislativa e governativa, a par dos órgãos centrais do Estado. Enquanto a descentralização política tem sempre base territorial, a descentralização estritamente institucional ou funcional não tem natureza política, apenas administrativa.

Quanto ao Estado composto ou complexo, de base geográfica e territorial (como o Estado regional), abrange a federação ou Estado federal e a união real de Estados. Em ambos os casos, há uma associação ou união de Estados que dá origem a um novo Estado, que vai englobar os Estados que o compõem. Na federação são criados órgãos de governo completamente distintos dos órgãos dos Estados membros e um sistema jurídico e político-constitucional novo, com uma estrutura de sobreposição; na união real, ao invés, são aproveitados e elevados a comuns alguns dos órgãos dos Estados membros (a respetiva estrutura resulta da fusão ou comunhão institucional).

Apesar de a maior parte dos Estados do mundo ser unitária e centralizada, isso não significa que a forma unitária seja ou deva ser considerada a normal; tão normais como o Estado centralizado são o Estado regional e o Estado federal

Acrescente-se que qualquer Estado, mesmo o Estado federal, é unitário, no sentido de que, na respetiva estrutura interna, o respetivo poder é uno (característica que se revela particularmente evidente nos domínios da defesa nacional ou da representação externa, perante outros Estados e organizações internacionais – como as Nações Unidas ou a União Europeia).

O Estado regional pode ser integral ou parcialmente regional, consoante a totalidade ou apenas parte do respetivo território se encontre dividida em regiões politicamente autónomas.

No Estado parcialmente regional – como o Estado português desde a entrada em vigor da Constituição de 1976 – só uma parte do território está dividida em regiões politicamente autónomas (no caso português, a parte correspondente aos arquipélagos dos Açores e da Madeira); as restantes partes do território do Estado podem ser ou não divididas em regiões ou outra modalidade de circunscrições admitidas pela Constituição e pela lei, com maior ou menor (ou nenhuma) autonomia

administrativa, verificando-se, desse modo, diversidade de condições jurídicas e políticas de região para região.

Diversamente, a Espanha e a Itália, bem como a África do Sul, com a Constituição de 1996, correspondem a Estados regionais integrais.

Independentemente de estarmos perante um Estado integral ou parcialmente regional, o Estado regional pode ser homogéneo – se o estatuto e o modo de organização e de funcionamento regionais forem uniformes ou idênticos para todas as regiões – ou heterogéneo – se o estatuto e o modo de organização e de funcionamento das regiões forem diversos, com regiões de estatuto comum e regiões (ou região) de estatuto especial.

A Itália e a Espanha constituem exemplos atuais de Estados regionais heterogéneos, por disporem de regiões com estatuto especial (como a Sicília, a Sardenha e o Vale de Aosta, em Itália) e de comunidades autónomas com regimes diferentes (em Espanha).

Evidentemente, o grau de descentralização política varia muito de Estado para Estado regional, resultando da vontade política plasmada nos respetivos estatutos regionais, em geral atribuídos ou pelo menos reconhecidos pelo poder central, sem prejuízo de por vezes se admitir a participação dos órgãos de governação regional na revisão dos estatutos da região (como sucede com as regiões autónomas portuguesas e também com as regiões italianas), tal como pode variar muito com o decurso do tempo, sobretudo, mas não apenas, por se tratar de um instituto relativamente recente.

Da diversidade de grau da descentralização política prevista e efetivamente experimentada num determinado Estado emerge a distinção, frequente e compreensiva, já anteriormente aflorada, da autonomia regional em dimensões distintas, em função dos domínios substanciais abrangidos e das perspetivas de análise. Fala-se, então, designadamente, em:

(i) autonomia política regional, que inclui a atribuição de um conjunto de poderes e de funções de natureza política e governativa, tipicamente exercidos pelo Estado mas suscetíveis de atribuição aos órgãos de governo próprio da região autónoma, criados e reconhecidos como tal, e democraticamente legitimados em regra por meio de eleições gerais, nos termos e com os limites do estatuto especial de autonomia (política) regional, cujas linhas mestras se encontram previstas na Constituição e em outras leis fundamentais do Estado;



Fig. 12 – *Manual de Direito Constitucional* (2010), de Jorge Miranda.

(ii) autonomia normativa ou legislativa regional, estreitamente conexa e em certa medida abrangida pela noção de autonomia política regional, abrange essencialmente a capacidade de os órgãos de governo próprio regional, democraticamente eleitos e legitimados, poderem criar normas jurídicas e regulamentos, a que todos os entes (pessoas singulares e coletivas, públicas e privadas) ficam sujeitos, no território regional, em conformidade com a Constituição do Estado e com o estatuto especial de autonomia regional em vigor – é ao abrigo do poder de criar normas jurídicas gerais e abstratas que as regiões autónomas portuguesas estabelecem decretos legislativos regionais, que são verdadeiros atos legislativos ou leis, de âmbito regional (cf. o art. 112.º da Constituição, em especial os n.ºs 1 e 3);

(iii) autonomia administrativa regional, respeitante à existência e ao funcionamento de uma administração pública regional, distinta no sentido de autónoma e específica relativamente e em certa medida em contraposição, embora em articulação e cooperação, com a administração pública do Estado central, por um lado, e com a administração pública local e outras modalidades de administração pública (direta, indireta, autónoma, empresarial), de âmbito regional ou de âmbito nacional ou de âmbito local);

(iv) autonomia financeira regional, relativa aos poderes atribuídos aos órgãos de governo próprio da região autónoma em matéria de

finanças públicas e direito financeiro, os quais podem ser subdivididos, mais especificamente, como o são habitualmente, em:

(iv-a) autonomia orçamental regional, atinente ao domínio orçamental ou financeiro em sentido estrito (poderes autónomos para a aprovação e também para a execução anual do Orçamento da região autónoma, que, em geral, à imagem do Orçamento do Estado, contém a previsão e a autorização política para a cobrança de todas as receitas e para a realização de todas as despesas públicas regionais durante o período da respetiva vigência – de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano civil – em conformidade com múltiplas disposições específicas);

(iv-b) autonomia patrimonial regional, que abrange um conjunto de poderes através dos quais os órgãos de governo próprio e os órgãos da administração pública regional, legalmente subordinados aos primeiros, procedem à aquisição, administração e disposição dos bens que passarão a integrar, já integram ou deixarão de integrar o património (duradouro, não duradouro, imobiliário, mobiliário, de tesouraria...) da região autónoma;

(iv-c) autonomia creditícia regional, que envolve os poderes jurídicos necessários à contração ou emissão (venda), à gestão e ao reembolso (aquisição) de títulos de dívida pública da região autónoma e de outros entes públicos regionais;

(iv-d) autonomia tributária regional, maxime autonomia fiscal regional, que pode incluir os poderes habilitantes para a criação, modificação e extinção de tributos (maxime de impostos), que constituem receitas públicas coativas exigíveis a todos os sujeitos jurídicos, públicos ou privados, no território regional, de que é credora a região autónoma – entre os tributos evidenciam-se os impostos propriamente ditos, dada a sua grande relevância financeira, mas incluem-se igualmente as designadas contribuições especiais, que, apesar de algumas especificidades financeiras, são, do ponto de vista jurídico, verdadeiros impostos, com natureza patrimonialmente unilateral, o que não se verifica no caso das taxas, que têm natureza bilateral ou sinalagmática, e também são incluídas nos tributos –, para além dos poderes para lançar, liquidar e cobrar esses tributos.

Em todas as situações de autonomia regional enunciadas, e noutras que poderiam ser ensaiadas e especificadas, os poderes atribuídos à região autónoma devem ser sempre exercidos em conformidade com e dentro dos limites do disposto na Constituição, nos estatutos próprios de autonomia regional e ainda em outras leis aplicáveis, em articulação e sem prejuízo de um conjunto delimitado de poderes políticos, legislativos e financeiros constitucionalmente reservados para o Estado central.

Atendendo à complexidade e às especificidades das várias dimensões de autonomia regional, cujos conteúdos e significados são dinâmicos, porque variam com o decurso do tempo e por todo o tipo de influências, em especial do legislador mas não apenas dele, também dos seus múltiplos intérpretes (designadamente do Tribunal Constitucional), bem assim do modo como têm sido exercidos os diversos poderes por parte dos seus principais aplicadores, que são os titulares dos órgãos de Governo regional, e por outros entes, enfim, por tudo isso justifica-se o desenvolvimento de diferentes dimensões da autonomia regional em alguns textos autónomos, ora mais gerais ora mais específicos (a começar, sistematicamente, quanto aos primeiros, por Região autónoma.

Tendo a autonomia regional por ponto de referência central a região autónoma, importa observar que tanto esta última como aquela podem ser entendidas em sentidos diversos, enquanto conceito, enquanto instituição jurídico-política, enquanto realidade social.

Se a explicação teórica da noção de região se situa no plano conceitual, a sua qualificação política e jurídica basear-se-á no respetivo posicionamento na teoria geral do Estado, tendo em vista determinar, designadamente, qual o seu significado preciso, qual o grau de autonomia "política" e "administrativa" pretendido, quais os respetivos limites no quadro do Estado e como foi historicamente (ou está a ser) concretizado o processo de autonomia regional.

Em vez de procurar uma eventual noção "impossível" de região autónoma ou de autonomia regional, dadas as condições da explicação teórica e a multiplicidade das possíveis concretizações históricas, pode enveredar-se por uma abordagem mais sociológica da região através do estudo da dimensão social da população regional à luz da experiência (o que se pretende com a instituição desta ou daquela região, ou quais as relações que se têm em vista com o meio social), com os riscos de constante ou mesmo vertiginosa mutação do objeto estudado.

Do ponto de vista do Estado, os fenómenos do regionalismo político e também da regionalização podem consistir numa fórmula mais ou menos indireta e sofisticada de integração nacional, conforme notado a propósito do caso italiano.

Do ponto de vista das forças vivas regionais, a criação e/ou o reconhecimento de regiões políticas pode representar um meio de defesa ou de salvaguarda de particularismos regionais, um incentivo ao crescimento e ao desenvolvimento económico e social da população regional, e a garantia e uma participação mais justa dos habitantes das regiões nos benefícios da pertença ao todo nacional.

Nesta perspetiva, a autonomia regional, para além de relativa, é também seletiva, no sentido de com ela se pretender filtrar (e congregar) as vantagens e (excluir) os inconvenientes do processo de integração ou de coesão nacional. A dificuldade imediata respeitará à qualificação da natureza positiva ou negativa dos fins identificados, que as populações envolvidas pretendem prosseguir, e talvez mais ainda das, ou de algumas das, medidas concretamente adotadas com vista a alcançar aqueles ou outros fins.

Na ótica da ciência política, a região é um espaço de exercício autónomo do poder político, enquanto para a ciência do direito a ideia de região corresponde a uma nova entidade ou pessoa coletiva pública à qual são atribuídas competências relativas a um território de extensão intermédia, inferior ao do Estado e superior ao das autarquias locais. Esta noção não prescinde, sem dúvida, das características físicas (território) e humanas e sociais (população) subjacentes a qualquer circunscrição administrativa "de população e território", antes complementa-as decisivamente, sem deixar de realçar a circunstância de estarmos perante um novo ente jurídico, ao qual foi atribuído um determinado complexo de direitos e obrigações (através do qual se viabiliza o relacionamento com outros entes ou sujeitos, sejam privados, públicos – de nível superior, de nível inferior ou sem uma relação de hierarquia – ou com outra natureza), e ainda de identificar a região como uma realidade política e jurídica, mas também social e culturalmente dinâmica, simultaneamente conformada por toda a realidade que a envolve e igualmente conformadora dessa realidade.

Podemos distinguir pelo menos dois processos que se encontram frequentemente na origem das divisões territoriais nacionais, já mencionados anteriormente: a "desconcentração" e a "descentralização" administrativas do aparelho do Estado.

No caso de uma situação de mera "desconcentração" administrativa de poderes, um serviço público ou um conjunto de serviços do Estado pode passar a exercer competências com alguma autonomia numa dada circunscrição do território nacional, mas também com subordinação aos poderes de direção do Governo central (para além da "desconcentração" geográfica, fala-se ainda em "desconcentração" meramente técnica, funcional ou vertical, *i.e.*, sem projeção geográfica).

Se tudo continuar a processar-se no âmbito da pessoa coletiva Estado, estaremos ainda perante uma variante da centralização. Simplesmente, por razões de eficiência interna, a competência para o exercício de determinada função é atribuída a um órgão "regional" (ou então "central especializado"), no sentido de encarregado de uma área territorial inferior ao território nacional (ou de uma tarefa especial no âmbito da administração central), em relação à qual tem (ou se supõe dever ter) maior conhecimento, em razão da proximidade e das responsabilidades funcionais específicas.

Ao invés, no caso da descentralização de poderes do Estado, são instituídos outros entes aos quais é atribuída por lei "personalidade jurídica", passando por isso a ser designados como "pessoas coletivas" públicas, cujos órgãos representativos vão atuar autonomamente, cumprindo de qualquer modo o disposto nas leis do Estado, em especial na lei fundamental hierarquicamente superior designada Constituição, e por isso com sujeição, pelo menos, a certas modalidades de fiscalização estatal (essencialmente de natureza jurisdicional).

Enquanto no processo de mera desconcentração administrativa de poderes está presente a hierarquia e ausente a personalidade jurídica, na descentralização esta última é imprescindível.

A descentralização pode revestir diversas formas, umas mais outras menos dependentes do Estado, incluindo entre elas a descentralização territorial, que compreende a criação de autarquias locais, que são pessoas coletivas públicas "de população e território" , com um substrato humano e territorial, reconhecido pelo direito, que lhes atribui personalidade jurídica. A descentralização (territorial) do Estado confunde-se, por isso, frequentemente, com a regionalização.

Não estaremos perante uma região, em sentido jurídico, *i.e.*, dotada de personalidade jurídica própria, quando determinados serviços, embora com poderes sectoriais ou gerais sobre uma determinada circunscrição, não se diferenciem organizatória e institucionalmente do Estado.

Consequentemente, só se justifica falar em região em sentido jurídico quando surge e passa a existir um novo ente coletivo a cuja esfera jurídica autónoma são daí em diante imputáveis direitos e obrigações atinentes a uma dada circunscrição territorial de nível "intermédio" (*i.e.*, de nível inferior ao espaço correspondente ao Estado e superior ao nível local).

Enquanto os titulares dos órgãos dessa pessoa coletiva pública forem designados pelo poder central do Estado, e deste dependerem para autorização de parte substancial dos atos praticados, faltará legitimidade democrática, um aspeto com relevância crescente e decisiva na atualidade, sobretudo desde as revoluções liberais do séc. XIX.

O grau de autonomia da nova estrutura organizativa individualizada e, consequentemente, personalizada pela ordem jurídica, a região, varia muito, compreendendo mais ou menos direitos e deveres, incluindo competências administrativas e financeiras, podendo atingir um patamar elevado ou "máximo" de autonomia financeira (frequentemente designada "independência orçamental" por parte da doutrina) e de autonomia política.

Algumas autarquias infraestatais – como é o caso dos municípios, em vários países europeus, incluindo Portugal, por influência secular do direito romano – são (muito) mais antigas do que os próprios Estados modernos. Exigências de abertura, de participação geral dos cidadãos e de controlo múltiplo destas entidades públicas levaram a que os seus responsáveis máximos passassem a sujeitar-se, quase generalizadamente, por um lado, a sufrágio direto e universal e, por outro, às mais diversas modalidades de fiscalização e de responsabilização pelo exercício de funções públicas, por decorrência do aprofundamento e aperfeiçoamento dos ditames do Estado de direito democrático.

A noção de região como mera forma de desconcentração burocrática do aparelho de Estado, *e.g.*, para efeitos de programação ou de planeamento económico, tem origens antigas em vários países. Em Itália, *e.g.*, surgiu logo após a unificação nacional, com o projeto de Farini-Minghetti, de 1860-1861.

Outros países, incluindo Portugal, e sobretudo com preocupações de racionalidade organizatória do território, tinham já experimentado divisões anteriores ou projetado novas divisões territoriais, à escala regional (*i.e.*, intermédia, entre a escala nacional e a escala local), quase sempre invocando critérios "naturais", ou qualificados como tais, apesar das dúvidas suscitadas quanto a essa alegada homogeneidade.

Gradualmente ganharam relevância fatores sociais e humanos, muitas vezes complementarmente a critérios naturais, na definição não apenas científica e doutrinária, mas também administrativa e política, do conceito de região.

Diversamente, a região, entendida como ente político e jurídico autónomo, dotado de poderes de (auto)governo, tendo, no entanto, por referência e por base uma determinada divisão territorial do Estado e os cidadãos com uma ligação jurídico-política relevante a essa divisão territorial, é uma construção recente.

Um dos exemplos pioneiros e mais elucidativos do regionalismo político moderno no sentido aqui mencionado, o italiano, surgiu, ou foi reconhecido como tal, somente após a Segunda Guerra Mundial, com a Carta Constitucional de 1948.

Pode sustentar-se, com Batista Machado, que o Estado deve reconhecer a liberdade dos entes organizativos infraestatais, em nome de um princípio superior de direito assente num imperativo ôntico-normativo limitador do âmbito de competência do poder, em nome de uma relação profunda entre descentralização administrativa e estrutura liberal do Estado.

Neste contexto, para ser verdadeiramente legítimo, o poder democrático da maioria reunido no Estado deve respeitar as autonomias ou esferas próprias de competências das entidades infraestatais, tendo, por conseguinte, de confinar-se à respetiva esfera própria. Segundo o autor citado, não pode considerar-se democrática a desconsideração ou o não reconhecimento de autonomia de organização e de gestão às coletividades, que lhes pertence por natureza própria. A igualdade sem liberdade (o direito à auto-organização e à autodeterminação) constitui, assim, deturpação da democracia.

Se o Estado é do povo, a autodeterminação política deve ser reconhecida como algo que lhe é anterior e superior. As competências do Estado, enquanto "facto de autoridade" que se impõe, têm de ficar limitadas sob pena de esse poder privar os cidadãos da liberdade de se auto-organizarem e de se autodeterminarem em quadros organizatórios diversos, por eles escolhidos.

Ao invés da participação política, em que o quadro da ação se encontra predeterminado, na descentralização deparamo-nos perante a ideia de auto-organização e de autodeterminação política, segundo um princípio de autonomia, por forma independente de qualquer instância superior. Dispondo o ente descentralizado de atribuições e poderes próprios, prosseguindo interesses próprios, inexiste um poder de direção do Estado sobre ele.

A autonomia regional significa, assim, a faculdade de o ser racional ditar as leis morais por que se rege e, no domínio jurídico, significa o poder de instituir as normas jurídicas próprias.

Neste quadro teórico, ao considerar-se insuficiente a autonomia local e provincial para representar cabalmente a realidade social do país e para alcançar a maior eficiência do Estado, o movimento regionalista tem normalmente por objetivo oferecer uma nova forma de organização dos poderes públicos a um nível considerado mais adequado para a articulação territorial das modernas funções públicas, incluindo a função de intervenção e de orientação sobre a economia e de melhor organização do território, evitando ao mesmo tempo eventuais fraturas entre o Estado nacional e outros entes públicos locais, *i.e*, sem prejudicar a autonomia e o autogoverno das autarquias de nível inferior.

A configuração das regiões ou comunidades autónomas no seio dos Estados varia muito com os países, podendo traduzir-se, juridicamente, na vigência de um estatuto unitário ou homogéneo, idêntico para as diversas regiões, ou então de estatutos variados ou heterogéneos, mais ou menos diferenciados consoante as particularidades regionais neles previstas.

Em Itália, *e.g.*, existem as regiões de "estatuto ordinário" e as regiões de "estatuto especial", fundadas em especificidades regionais (existência de fortes minorias linguísticas, de movimentos separatistas, ou de outras particularidades históricas, culturais ou naturais), cujo estatuto tem divergido com as alterações legislativas. Encontramos uma diferenciação de algum modo comparável entre as comunidades autónomas espanholas, de "regime comum" e de "regime especial", com particularidades designadamente no plano financeiro e tributário.

Outra distinção permite contrapor as comunidades ou regiões de "via lenta" às de "via rápida", conforme o momento histórico de transferência das competências regionais.

A França, *e.g.*, fiel à sua história centralizadora, manteve durante muito tempo os departamentos – criados na época da Revolução, segundo uma lógica centralizadora (o Estado é uno; os departamentos não são mais do que secções de um mesmo todo) e artificial, *i.e.*, sem aproveitamento das divisões territoriais sedimentadas pela história – para aí instalar os agentes do Estado, sem embargo de um avanço no sentido do processo descentralizador (com a lei de 2 de março de 1982). As medidas de descentralização são relativamente recentes, nunca atingindo ou se aproximando dos extremos regionalistas, por vezes à beira da independência, tal como experimentados em alguns países vizinhos, sobretudo em Espanha (sendo disso exemplo maior a Catalunha), mas também, persistentemente, na Bélgica, entre outras situações.

Só em 1955 foram previstos, em França, por decreto, "programas de ação regional", com reagrupamento dos departamentos em 21 circunscrições regionais, para efeitos de prossecução do desenvolvimento económico e do ordenamento do território. O projeto de lei submetido a referendo em abril de 1969 previa a transformação das circunscrições regionais em coletividades dotadas de uma assembleia eleita. A derrota por sufrágio popular do projeto legislativo manteve em aberto o debate entre os defensores do "poder regional" nos confins do federalismo e os defensores do regionalismo prudente e temperado, defendido pelo Presidente Pompidou.

A lei de 5 de julho de 1972 manteve na "região" a natureza de circunscrição administrativa do Estado para efeitos económicos e também reconheceu "personalidade regional", sob a forma de um estabelecimento público com atribuições, órgãos e recursos próprios.

A região tornou-se em coletividade descentralizada pela lei de 2 de março de 1982, embora as eleições dos respetivos órgãos só tenham sido concretizadas em 1986. As sucessivas reformas deixaram intacta a divisão regional inicial (tendo sido acrescentada, em 1976, uma nova região – Île-de-France – às 21 iniciais).

Quanto a Portugal, conforme já foi referido, a grande viragem em matéria de organização regional ocorreu com a Constituição de 1976, que erigiu os arquipélagos dos Açores e da Madeira em "regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos próprios", sem prejuízo de o Estado se manter unitário (art. 6.º).

Isso não significa que a tradição não tivesse sido de ampla autonomia de decisão administrativa e política insular, resultante das dificuldades de comunicações e também da estrutura relativamente descentralizadora do regime antigo, com as donatarias iniciais, extintas pelo marquês de Pombal, e com os capitães-generais, nomeados por Filipe II, para os Açores e para a Madeira.

Com o advento da monarquia liberal, procurou-se integrar os dois arquipélagos num modelo jurídico-institucional e financeiro que os aproximasse de circunscrições ou autarquias e centros de decisão regionalizados, semelhantes aos existentes no território continental europeu, caracterizados pela centralização e uniformização, ambas facilitadas pela relativa proximidade geográfica e por mutações técnicas, incluindo a modernização verificada nos transportes marítimos e nas telecomunicações, ao longo dos sécs. XIX e XX.

O conhecimento dos problemas regionais e locais e a resposta aos mesmos tornaram-se muito mais céleres no decurso do liberalismo monárquico e republicano, permitindo uma adaptação e assimilação regionais aos processos decisórios adotados para as autarquias e centros de decisão e de interesses desconcentrados do território continental.

Em 1836, com Passos Manuel, foram criados três distritos insulares nos Açores e um na Madeira. Esta uniformização administrativa, conjugada com altas de preços e a extinção do Tribunal da Relação dos Açores e das juntas gerais, contribuiu para o subsequente descontentamento populacional e, por fim, para o movimento autonomista.

A necessidade de atribuir maiores poderes aos distritos insulares conduziu, por fim, ao estabelecimento do regime autonómico, descentralizador, de João Franco e Hintze Ribeiro, instituído pelo dec. de 2 de março de 1895, alterado posteriormente e aplicado

sucessivamente a Ponta Delgada, em 1895, Angra do Heroísmo, em 1898, Funchal, em 1901, e Horta, em 1939.

O surgimento do primeiro regime autonómico português, em 1895, coincidiu com a aprovação do Código Administrativo, de sentido centralizador, aplicado no território continental após aquela data.

Com relevância para o regime autonómico e para a descentralização do Estado em Portugal, a lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913, estipulou que não devia ser criado qualquer novo encargo ou despesa pública sem que simultaneamente fosse prevista uma receita suficiente para o efeito.

No entanto, a tendência geral centralizadora foi reforçada durante o regime autoritário conhecido por Ditadura Militar, entre 1926 e 1933, e nos primeiros anos de vigência da Constituição de 1933, que acentuou a mencionada tendência de centralização de poderes, sem prejuízo da admissão da eletividade dos órgãos autárquicos representativos, vigente tanto no constitucionalismo monárquico, como no republicano.

O modelo administrativo insular português compreendia, fundamentalmente, órgãos autárquicos até ao nível do distrito, que, nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, dispunham de mais poderes e receitas do que os dos distritos do território continental.

Os magistrados administrativos ou governadores (inicialmente designados prefeitos, com Mouzinho da Silveira, e administradores-gerais do distrito, com Passos Manuel, e só a partir de 1842 governadores civis, com Costa Cabral), frequentemente militares, nomeados pelo Governo central, viram depois os seus poderes reforçados, designadamente entre 1926 e 1939, sendo coadjuvados por comissões administrativas em substituição das anteriores juntas gerais de distrito, que eram corpos eletivos.

O regime autonómico atribuiu às autarquias distritais ou juntas gerais as receitas tributárias pertencentes ao Estado – as designadas contribuições diretas e seus adicionais – com o encargo de suportarem o funcionamento de determinados serviços públicos que no território continental eram providos pelo Estado.

O regime autonómico português foi amplamente modificado pelo estatuto dos distritos autónomos das ilhas adjacentes, previsto pela lei n.º 1967, de 30 de abril de 1938, e aprovado pelo dec.-lei n.º 30.214, de 22 de dezembro de 1938, revisto e republicado pelo dec.-lei n.º 36.453, de 4 de agosto de 1947, todos com influência direta de Marcelo Caetano e no contexto do objetivo de institucionalização do Estado Novo, que incluiu, designadamente, a aprovação de um Código Administrativo no âmbito da administração local autárquica e da administração central desconcentrada ou periférica do Estado ao nível local.

O novo regime autonómico insular português de 1938, revisto em 1947, perdurou até ao dia 25 de abril de 1974, compreendendo organicamente um governador de distrito autónomo, nomeado pelo Governo e com poderes muito reforçados comparativamente aos governadores civis dos distritos do território continental, e uma junta geral, órgão de composição parcialmente corporativa e parcialmente de representação indireta, com membros escolhidos pelos concelhos do distrito e uma comissão executiva encarregada da administração corrente.

O governador representava o Governo no distrito, e os órgãos da pessoa coletiva distrito, a junta geral e a respetiva comissão executiva tinham atribuições e competências mais vastas, abrangendo outros domínios para além dos devolvidos aos distritos do território continental.

Quanto às atribuições descentralizadas devido às suas características insulares, as juntas gerais deliberavam em vez dos ministros do Governo central, embora no quadro de um plano quadrienal por elas elaborado e submetido à aprovação do Conselho de Ministros.

Financeiramente, as juntas gerais arrecadavam o produto de alguns impostos gerais do Estado – a contribuição predial, a contribuição industrial, o imposto profissional, o imposto sobre capitais, entre outros – nos termos do art. 38.º do estatuto dos distritos autónomos das ilhas adjacentes, e as respetivas despesas encontravam-se sujeitas a exame e visto de uma comissão distrital de contas, que substituía o

Tribunal de Contas nos dois arquipélagos, em conformidade com o art. 92.º do mencionado estatuto.

Tudo somado, e recorrendo à elucidativa síntese feita por Sousa Franco, "a descentralização era limitada e sempre meramente administrativa, sem base nem conteúdo político (democrático ou outro), além de ser evidente a asfixia financeira, com 'receitas de vida e despesas de morte' (Armando Cândido); daí que o regime, a par da sangria emigratória, agravasse o subdesenvolvimento, em vez de permitir atacá-lo".

Esta situação social e politicamente muito difícil ou mesmo insuportável deu origem, mais nos Açores do que na Madeira, ao surgimento de pensadores e de correntes de opinião ideológicas ou cívico-políticas a reivindicar ora maior autonomia, ora até o separatismo, particularmente em dois momentos históricos: durante a recessão económica subsequente a 1891 e durante a Primeira República. Em várias ocasiões, os movimentos separatistas açorianos conseguiram concentrar grande protagonismo, tanto no território insular, como nas comunidades emigrantes, sobretudo nos Estados Unidos da América.

Por tudo o descrito, não se duvidará que as transformações ocorridas nos arquipélagos da Madeira e dos Açores a meio da déc. de 70 do séc. XX, nos domínios político-administrativo, financeiro, social e cultural, tenham sido das mais significativas em toda a sua história, representando, seguramente, desde o povoamento inicial até ao presente, a mais importante alteração estrutural global desde a da época dos descobrimentos – sem prejuízo da respetiva consolidação nos anos e décadas seguintes.

Com os Governos provisórios da República, durante o período revolucionário pré-democrático, entre o golpe de 25 de Abril de 1974 e a aprovação da Constituição portuguesa de 1976, os governadores de distrito e as juntas gerais foram suspensos, tendo sido criadas em sua substituição juntas de governo para cada um dos arquipélagos, dos Açores e da Madeira, com algumas adaptações de pormenor e apagamento gradual dos governadores.

Na Madeira, foi criada uma junta de planeamento pelo dec.-lei n.º 138/75, de 18 de março, depois junta regional (nos termos do dec.-lei n.º 101/76, de 3 de fevereiro), enquanto nos Açores surgiu uma junta administrativa e de desenvolvimento regional, por força do dec.-lei n.º 458-B/75, de 22 de agosto, com alterações introduzidas depois pelo dec.-lei n.º 100/76, de 3 de fevereiro. Neste último arquipélago, após uma divisão por distritos, evoluiu-se para um órgão de governo único, com poderes decisórios sobre todo o território.

As juntas regionais, nomeadas pelos órgãos do poder central revolucionário, eram presididas pelo governador militar e integravam seis vogais especializados nas diferentes áreas administrativas. Competia-lhes elaborar regulamentos administrativos e executar no respetivo arquipélago os poderes que, no território continental, cabiam aos ministros do Governo central, ficando ainda incumbidas de preparar a transferência dos serviços periféricos do Estado para a futura administração pública regional.

Ao abrigo de amplas delegações de poderes do Governo central, as juntas regionais insulares deram expressão a tendências autonomistas e, por vezes, separatistas, em especial nos Açores, certamente estimuladas pelo contraste político e ideológico verificado entre os territórios continental e os dois arquipélagos.

Neste contexto histórico específico, teceram-se as condições para a transferência de poderes dos órgãos de governação nacional para os órgãos de governação própria dos Açores e da Madeira, no respeitante aos serviços públicos de âmbito exclusivamente regional, referindo-se a esse propósito uma espécie de pré-autonomia política regional, na expressão de Sousa Franco, precisamente porque o novo regime de autonomia política regional só ficaria consagrado com a aprovação da Constituição portuguesa de 1976, ainda hoje em vigor.

As alterações fundamentais em matéria de autonomia regional ficaram logo consagradas com a criação da região autónoma pela nova Constituição.

A região autónoma tornou-se, daí em diante, no novo centro de exercício do poder político democrático próprio regional, integrado num verdadeiro Estado regional – apesar de, conforme referido, não se ter chegado a acolher esta designação no texto da Constituição –, por influência sobretudo dos deputados madeirenses e açorianos eleitos pelo Partido Popular Democrático (PPD, posteriormente designado Partido Social Democrata – PSD) e inspiração no Estado regional italiano, estabelecido pela Constituição transalpina de 1974, e ainda noutras situações europeias de regionalismo insular autónomo (ilhas do Canal, no Reino Unido, e ilhas Faröe e Gronelândia, na Dinamarca).

O reconhecimento de poderes legislativos e governativos próprios da região autónoma é a característica principal típica do regionalismo político português e das suas "regiões políticas" ou "político-administrativas", a qual permite estabelecer uma distinção clara relativamente à forma tradicional e menos intensa de autonomia, de natureza meramente administrativa.

A capacidade de as regiões autónomas portuguesas produzirem normas jurídicas tem apenas por limite vago os princípios gerais do ordenamento jurídico do Estado, apesar de a sua determinação rigorosa tender a levantar (não raramente enorme) controvérsia, como sucedeu já em vários momentos mais ou menos críticos da experiência das regiões autónomas portuguesas. A resolução desses conflitos é remetida, em última instância, para o órgão incumbido da assinatura e ordem de publicação oficial dos decretos legislativos regionais e dos decretos regulamentares regionais, o representante da República – que, após a receção de qualquer decreto da Assembleia Legislativa da região autónoma que lhe seja enviado para assinatura, ou da publicação da decisão do Tribunal Constitucional que não se pronuncie pela inconstitucionalidade de norma dele constante, deve assiná-lo ou então exercer o seu direito de veto, solicitando nova apreciação do diploma em mensagem fundamentada (n.º 2 do art. 233.º da Constituição) – bem assim para o órgão ou órgãos encarregados da fiscalização da conformidade das leis (também regionais) com a Constituição e outras leis fundamentais do ordenamento jurídico, em especial a Comissão Constitucional e, posteriormente, o Tribunal Constitucional.

Após a receção de qualquer decreto do Governo regional que lhe tenha enviado para assinatura, o representante da República deve assiná-lo ou recusar a assinatura, comunicando por escrito o sentido dessa recusa ao Governo regional, o qual poderá converter o decreto em proposta a apresentar à Assembleia Legislativa Regional (n.º 4 do mesmo art. 233.º da Constituição). O representante da República exerce ainda o direito de veto nos termos dos arts. 278.º e 279.º da Constituição (fiscalização preventiva da constitucionalidade).

Em Portugal, por se tratar de um "Estado unitário regional", o poder legislativo encontra-se repartido entre os órgãos legislativos centrais (a Assembleia da República e o Governo da República) e o ou os órgãos legislativos regionais (*maxime* a Assembleia Legislativa, não sendo no entanto exclusiva, mas antes partilhada com o Governo regional, a respetiva competência, designadamente, para regulamentar a legislação regional, exercer poder tributário próprio nos termos da lei ou definir atos ilícitos de mera ordenação social e respetivas sanções, conforme disposto no n.º 1 do art. 232.º da Constituição).

As matérias de âmbito nacional cabem aos órgãos legislativos soberanos do Estado, enquanto as matérias de âmbito regional constituem o objeto das leis dimanadas dos órgãos legislativos regionais, repartição que ficou reforçada, a partir de determinada altura, com a alusão constitucional, no art. 6.º/1, ao princípio da subsidiariedade, enquanto trave orientadora da organização do Estado.

As relações entre o poder central do Estado e o poder regional (das regiões autónomas), e entre estes dois poderes e o poder local (das autarquias locais), tendem a gerar dificuldades e, por vezes, conflitos muito sérios. Essas dificuldades serão praticamente inevitáveis, pelo menos em momentos politicamente mais delicados, dada a divergência de interesses

envolvidos: nacionais, regionais e locais. As relações que necessariamente se estabelecem entre os vários níveis de governação, em áreas tão díspares (do ordenamento do território e urbanística ao saneamento e à proteção ambiental, para além da dimensão e da repartição do financiamento, entre tantas outras), não assentam sempre em interesses comuns mas sim, em muitos casos, em interesses divergentes ou contrapostos, de arbitragem complexa e difícil, ou mesmo impossível, sobretudo, mas não apenas, quando a lei não prevê uma solução explícita para esses conflitos.

A fim de melhor alcançar um ponto de justo equilíbrio entre os interesses comuns (nacionais) e os interesses particulares regionais (caracterizados pela diversidade), têm sido propostos e estabelecidos diferentes mecanismos de conciliação.

Entre os diversos mecanismos destinados a promover a boa relação entre o Estado e os entes regionais, encontramos os "representantes" da República, aos quais são atribuídas essas funções, dando lugar por vezes a alguma hostilidade regional, eventualmente por simbolizarem ou lembrarem uma espécie de controlo de tipo colonial, pondo porventura em risco o próprio estatuto autonómico. Para as regiões autónomas portuguesas, foi criada, inicialmente, a figura dos ministros da República, depois representantes da República (aos quais se refere o atual art. 230.º da Constituição).

Debateu-se se se justifica falar em tutela do Estado sobre as entidades públicas descentralizadas. Se é manifestamente descabido o paralelismo com os estatutos de "menoridade" e de "incapacidade", que justificam a "tutela" civil, será ainda de tutela que se trata, mas num sentido diverso, típico do direito público, quando nos referimos aos poderes de controlo exercidos pelo Estado sobre aquelas entidades. Trata-se, no entanto, de uma "tutela especial", "radicalmente diversa" da exercida pelas entidades públicas territoriais sobre os institutos delas dependentes, encarregados de assegurar um determinado interesse por aquelas definido e representado.

Assim, em vez de uma tutela "intrínseca", estabelecendo o conteúdo e o sentido de decisões ou os interesses a realizar e um rumo de atuação, a "tutela" sobre as coletividades territoriais autónomas não pode atentar contra a sua "autodeterminação", *i.e.*, contra a definição e expressão livre de interesses próprios, regionais ou locais (pressuposto da existência de uma região ou de uma autarquia local), distintos do interesse geral (do Estado).

Enquanto na tutela institucional interna prevalece sempre a vontade superior, na tutela sobre os entes territoriais, pelo contrário, o seu exercício é feito por órgãos que não podem definir os interesses em jogo, procedendo a uma mera delimitação externa da respetiva autonomia.

Apesar de uma certa relação de supraordenação, a tutela externa restringe-se, portanto, a uma coordenação de interesses e de vontades divergentes. A incumbência de defender o interesse nacional e o respeito pela legalidade resultam da própria Constituição para os órgãos de soberania, no quadro das suas competências, sendo por isso indiferente que uma lei eventualmente declare a abolição da tutela, mais como forma de profissão de fé política do que de uma realidade jurídica (para recorrer ao juízo de René Chapus, a propósito da lei francesa de 2 de março de 1982).

Como a tutela não se presume, pode limitar-se ao poder de desencadear um controlo a exercer por outra entidade (o tribunal, para fiscalização da legalidade) ou então abranger ainda outros poderes: de aprovação, de autorização e de anulação de atos ou até de substituição de uma ação não realizada (mas nunca os poderes de instrução e de reforma).

Neste caso, o controlo restringe-se, em regra, à apreciação *a posteriori* da legalidade dos atos da autoridade descentralizada por parte de órgãos independentes (tribunais administrativos, financeiros). Se abrangesse a oportunidade dos atos, fazendo prevalecer os pontos de vista da autoridade central, o grau de autonomia restringir-se-ia até ao ponto de a pôr em risco e provocar a sua erosão completa.

Todavia, as dificuldades nas relações entre os diversos entes públicos de base territorial podem emergir, não da infração à lei, mas de outros constrangimentos ao seu campo de atuação, *maxime* no domínio financeiro, que é fortíssima e decisivamente limitador do exercício dos poderes autonómicos consagrados na Constituição.

Entre os instrumentos a que é possível recorrer para a resolução de conflitos que surjam entre o Estado central e as regiões autónomas, para além da figura do representante do Estado na região (ministro da República, representante da República...), temos ainda as conferências, mais ou menos informais, dos responsáveis políticos máximos dos órgãos de governo regional (presidente e/ou secretários do Governo regional) e do Governo nacional (ministros, nas várias áreas sectoriais, e, nos casos mais relevantes ou graves, o próprio primeiro-ministro).

As reuniões conciliatórias destinadas a ultrapassar os conflitos entre interesses regionais e nacionais podem ser objeto de alguma institucionalização, como sucedeu com a Conferência Estado-Regiões, em Itália, criada junto da presidência do Conselho de Ministros, com o Conselho de Política Fiscal e Financeira em Espanha, criado pela lei de financiamento das comunidades autónomas para coordenar a atividade financeira regional com as finanças do Estado, composto pelos ministros das Finanças e das Administrações Públicas do Governo nacional e pelos conselheiros das Finanças das comunidades autónomas.

Este último órgão consultivo e de deliberação tem responsabilidades efetivas na formulação, em geral, do sistema de financiamento autonómico espanhol e na fixação dos critérios de participação nas receitas públicas, através de acordos quinquenais, com vista a evitar a repetição dos problemas anteriormente verificados nas negociações entre o Estado e cada comunidade autónoma. Posteriormente, o Conselho ficou também incumbido de garantir que os orçamentos anuais das comunidades cumprem a estabilidade orçamental definida pelo Governo central.

Contudo, as maiores dificuldades de relacionamento entre as comunidades autónomas e o Governo central espanhol parecem decorrer do quadro complexo de repartição de atribuições e competências previsto na Constituição (nos arts. 148.º e seguintes).

Em Portugal, a matéria da cooperação dos órgãos de soberania com os órgãos regionais encontra-se prevista, sem rasgo de criatividade, para além da evidente prudência financeira, no (atual) art. 229.º da Constituição, cujo n.º 4 permite que o Governo da República e os Governos regionais acordem "outras formas de cooperação envolvendo, nomeadamente, atos de delegação de competências, estabelecendo-se em cada caso a correspondente transferência de meios financeiros e os mecanismos de fiscalização aplicáveis".

A repartição de funções entre os níveis nacional e regional de governação requer também uma boa coordenação de tarefas, um dos aspetos decisivos no funcionamento do regionalismo político. Coordenar não é o mesmo que cooperar ou colaborar, nem se confunde, minimamente, com relação hierárquica ou com planificação. É muito menos do que isto, mas vai além da mera fixação constitucional ou legal de bases gerais.

A coordenação entre os níveis nacional e regional pode ser prosseguida através de conferências sectoriais, comissões mistas, convénios, representação em entidades ou organismos específicos, criação de serviços de registos, etc., tendo por objeto competências próprias das regiões. Quando estiverem em jogo competências partilhadas – caso da prossecução dos objetivos de desenvolvimento económico e social regional que visem, em especial, a correção de desigualdades resultantes da insularidade –, não basta uma mera coordenação; é imprescindível também colaboração e, em geral, cooperação entre os órgãos nacionais e regionais competentes.

Do exercício com maior ou menor eficiência e eficácia de todas as funções regionais dependerá, evidentemente, o próprio êxito ou fracasso do instituto da autonomia regional e dos fins que lhes são inerentes, entre os quais

avultam o desenvolvimento económico e social, para além da própria legitimação institucional das regiões autónomas.

Acrescente-se, sem prejuízo de outros desenvolvimentos em textos específicos, que uma real autonomia financeira regional, no sentido de as regiões autónomas disporem dos recursos económicos suficientes a uma prossecução eficaz dos seus fins essenciais, constitui uma condição *sine qua non* para se falar em verdadeira e "completa" autonomia regional.

O critério financeiro é decisivo para a apreciação de qualquer experiência de descentralização territorial e, por maioria de razão, de regionalismo político, porque só haverá uma real descentralização do Estado, tal como observa René Chapus, se os entes infraestaduais dispuserem dos meios técnicos e financeiros bastantes para o cumprimento integral dos fins fixados e considerados fundamentais para as populações abrangidas.

A Constituição portuguesa incumbiu prioritariamente o Estado de "promover a coesão económica e social de todo o território nacional, orientando o desenvolvimento no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões e eliminando progressivamente as diferenças económicas entre a cidade e o campo e entre o litoral e o interior" (art. 81.º/d)), de "promover a correção das desigualdades derivadas da insularidade das regiões autónomas e incentivar a sua progressiva integração em espaços económicos mais vastos, no âmbito nacional ou internacional" (art. 81.º/e)), acrescentando que os planos de desenvolvimento económico e social têm por objetivo "promover o crescimento económico, o desenvolvimento harmonioso e integrado de sectores e de regiões, a justa repartição individual e regional do produto nacional, a coordenação da política económica com as políticas social, educativa e cultural, a defesa do mundo rural, a preservação do equilíbrio ecológico, a defesa do ambiente e a qualidade de vida do povo português" (art. 90.º).

No art. 238.º/2, também se dispõe que o regime das finanças locais "visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau".

Todavia, enquanto "simples meio de afirmar os particularismos", a descentralização pode tornar-se em "fonte de desigualdade".

Neste contexto, a intervenção pública na economia e o seu reforço justificam-se, primeiramente, com o objetivo essencial de intensificar a solidariedade nacional e a justiça, mediante a garantia da dignidade de todos os cidadãos, independentemente do local de nascimento ou da residência, o que, no âmbito territorial, exigirá uma repartição equitativa dos recursos públicos disponíveis, suportados pelos contribuintes.

Dado que umas coletividades são mais prósperas e outras menos, coloca-se o problema da repartição entre elas dos recursos financeiros obtidos do todo nacional. A dificuldade nuclear residirá então, sinteticamente, por um lado, na seleção dos contribuintes e nos critérios de repartição dos custos ou sacrifícios fiscais entre eles e, por outro, na distribuição e em que medida dos bens ou benefícios públicos oferecidos, bem como dos múltiplos efeitos daí decorrentes, nem sempre unívocos, mas conflituantes.

Tem sido referida, a este propósito, a necessidade de preenchimento de um conjunto de condições para se poder falar verdadeiramente em descentralização. Para além da (i) atribuição de personalidade jurídica à instituição descentralizada, a região, e da (ii) autonomia real das autoridades descentralizadas, Chapus, *e.g.*, salienta a relevância decisiva do requisito da (iii) disposição dos meios (técnicos e financeiros) suficientes para o exercício com eficácia dos poderes em que se encontram investidas, que poderemos reconduzir à noção dada e à configuração concreta de autonomia financeira regional.

Bibliog.: BARRETO, António, "Autonomia regional, descentralização e limites ao poder político. Reflexões sobre o caso açoriano", *Análise Social*, vol. XXIX, n.os 125-126, 1994, pp. 267-286; CANOTILHO, José Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.ª ed., Coimbra, Almedina, 2003; CAUPERS, João, *A Administração Periférica do Estado. Estudo de Ciência da Administração*, Lisboa, Aequitas/Editorial Notícias, 1994; ESTEBAN, Jorge de, e GONZÁLEZ-TREVIJANO, Pedro, *Curso de Derecho Constitucional Español*, vol. III, Madrid, Universidad Complutense, 1994; FERREIRA, Eduardo Paz, *As Finanças Regionais*, Lisboa, INCM, 1985; *Id.*, "O redimensionamento dos

poderes económicos e financeiros das regiões autónomas pela jurisprudência do Tribunal Constitucional", in MIRANDA, Jorge, e SILVA, Jorge Pereira da (orgs.), *Estudos de Direito Regional*, Lisboa, Lex, 1997, pp. 567-584; FRANCO, António Sousa, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, 4.ª ed., Coimbra, Almedina, 1994; *Id.*, "As finanças das regiões autónomas. Uma tentativa de síntese", in MIRANDA, Jorge, e SILVA, Jorge Pereira (orgs.), *Estudos de Direito Regional*, Lisboa, Lex, 1997, pp. 515-566; GONÇALVES, José Renato, "Regionalismo político e desenvolvimento regional. Nos 33 anos das regiões autónomas portuguesas", in MIRANDA, Jorge (coord.), *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, vol. I, Lisboa/Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Coimbra Editora, 2010, pp. 509-556; GOUVEIA, Jorge Bacelar, *A Autonomia Legislativa das Regiões Autónomas Portuguesas*, Lisboa, Ediual, 2012; MACHADO, João Baptista, *Participação e Descentralização, Democratização e Neutralidade na Constituição de 1976*, Coimbra, Almedina, 1982; MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional*, vols. III e V, Coimbra, Coimbra Editora, 2011 e 2014; MORAIS, Carlos Blanco de, *A Autonomia Legislativa Regional*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1993; PALAZZOLI, Claude, *Les Régions Italiennes. Contribution à l'Étude de la Décentralisation Politique*, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1966.

José Renato Gonçalves

Avaliação do impacto ambiental

A avaliação do impacto ambiental de projetos públicos e privados e de planos e programas que possam ter efeitos significativos no ambiente é o procedimento que se destina a integrar considerações ambientais na tomada de decisão sobre a sua aprovação e no desenvolvimento socioeconómico. O objetivo é reduzir o impacto ambiental e promover um nível elevado de proteção do ambiente, testando a sua conformidade com o desenvolvimento sustentável.

O procedimento termina numa declaração que provê as entidades competentes com informação sobre as consequências ambientais das atividades projetadas, requer que as decisões a tomar sejam influenciadas por essa informação e institui um mecanismo que possibilita a participação das pessoas potencialmente afetadas.

Trata-se de uma exigência com arrimo no direito internacional e no direito europeu. No plano do direito internacional, há que considerar, por um lado, as previsões de convenções internacionais que dispõem sobre essa avaliação, como é o caso da Convenção sobre a Avaliação dos Impactos Ambientais num Contexto Transfronteiriço, de 25/02/1991 (aprovada pelo dec. n.º 59/99, de 17/12, publicada



Fig. 1 – Faial e Penha de Águia (fotografia de Bernardes Franco, 2017).

no DR, n.º 292, Série I-A, de 17/12/1999), do art. 14.º ("Avaliação de impacte e minimização dos impactes adversos") da Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica, de 20/05/1992 (aprovada pelo dec. n.º 21/93, de 21/06, in DR, I Série-A, n.º 143, de 21/06/1993) e do art. 206.º ("Avaliação dos efeitos potenciais de atividades") da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97, de 14/10, in DR, I-Série A, n.º 238, de 14/10/1997). Por outro lado, há que ter presente o reconhecimento pelo Tribunal Internacional de Justiça e pelo Tribunal Internacional do Direito do Mar da "obrigação de avaliação de impacto ambiental […] como uma obrigação geral do direito internacional costumeiro" (respetivamente, TRIBUNAL INTERNACIONAL DE JUSTIÇA, "Pulp Mills…", ac. de 20 abr. 2010, §204, e TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR, "Responsibilities and Obligations…", advisory opinion de 1 fev. 2011, §145); e, bem assim, a sua afirmação como princípio na "Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento", realizada no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992.

À luz da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, sobre o direito ao respeito da vida privada e familiar e do domicílio (art. 8.º da Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, de 04/11/1950, aprovada pela lei n.º 65/78, de 13/10, in DR, I Série, n.º 236, de 13/10/1978), sempre que os procedimentos de decisão pública envolvam "complexas questões ambientais e de política económica" devem implicar "investigações e estudos adequados" para que os efeitos prejudiciais no meio ambiente e a afetação dos direitos das pessoas sejam previstos e avaliados antecipadamente e seja "definido um justo equilíbrio entre os vários interesses conflituantes em jogo" (*e.g.*, acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, de 02/11/2006, Giacomelli contra Itália, proc. n.º 59909/00, n.º 83).

A avaliação de impacto ambiental no direito da União Europeia (UE) está, por um lado, prevista em diversos atos legislativos (a título de exemplo, cf. arts. 8.º e 101.º, alínea f), e n.os 4.8/4, 5.2/1-b), 6/6.3 do Anexo I, n.º 7 da Parte I e n.º 6 da Parte II do Anexo XI do Regulamento n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho da UE, de 17/12/2013, regulamento geral dos fundos estruturais e de investimento; e arts. 4.º, n.º 3, e 13.º, n.º 4, da diretiva 2012/18/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 04/07/2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas).

Por outro lado, no direito da UE, a avaliação de impacto ambiental é objeto de uma disciplina específica: *i)* relativamente aos efeitos de determinados projetos, públicos e privados, no ambiente (diretiva 2011/92/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13/12/2011, JO L 26 de 29.01.2012, p. 1, alterada pela diretiva 2014/52/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16/04/2014, JO L 124 de 25/04/2014, p. 1), a qual harmoniza as exigências fundamentais da avaliação de impacto ambiental de tais projetos nos Estados-Membros; *ii)* e relativamente aos efeitos de determinados planos e programas no ambiente (diretiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho de 2001, JO L 197 de 21/7/2001, p. 30), com maior abrangência espacial, temporal e contextual, que introduz, numa fase inicial de opções de desenvolvimento, considerações ambientais como, *e.g.*, as mudanças climáticas e a biodiversidade.

O regime jurídico da avaliação de impacto ambiental dos Estados-Membros é estruturado por estas diretivas cuja interpretação foi sendo escalpelizada pela jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia. Assim é no caso português, respetivamente, com o dec.-lei n.º 151-B/2013, de 30/10, alterado pelo dec.-lei n.º 47/2014, de 24/03, e com o dec.-lei n.º 232/2007, de 15/06, alterado pelo dec.-lei n.º 58/2011, de 04/05, que têm igualmente referência fundamental no art. 18.º da lei de bases do ambiente (lei n.º 19/2014, de 24/03). Aplicam-se às Regiões dos Açores e da Madeira, sem prejuízo das adaptações decorrentes da estrutura própria da Administração



Fig. 2 – Pontão do ilhéu da Cal do Porto Santo (fotografia de Virgílio Gomes, 2016).

Regional Autónoma. As autoridades locais, regionais e nacionais estão vinculadas a considerar o conjunto normativo agora referido nos limites das referidas legislação e jurisprudência europeias.

Nos termos do regime resultante destas disposições, os projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental são: *i)* os projetos de determinadas categorias em relação aos quais é certo que têm um impacto significativo no ambiente, identificados normativamente como tais; *ii)* e os projetos que, não tendo necessariamente um tal impacto em todos os casos, o podem ter, considerando (como critérios de seleção) as características do projeto (*e.g.*, a sua dimensão e riscos para a saúde humana), a sua localização (*i.e.*, a "sensibilidade ambiental das zonas geográficas suscetíveis de serem afetadas pelos projetos") e o tipo e as características do impacto ambiental que lhe estão associados (*e.g.*, em termos de área abrangida e de duração e reversibilidade dos efeitos). A determinação dos projetos desta segunda categoria é: *i)* auxiliada pela fixação de limiares ou critérios, os quais visam facilitar a apreciação sobre se um projeto está sujeito à obrigação de avaliação de impacto ambiental e não subtrair de antemão o mesmo a essa obrigação; *ii)* e/ou feita numa análise caso a caso, pela aferição da suscetibilidade de terem efeitos relevantes no ambiente a partir dos referidos critérios de seleção. Sujeitas a avaliação de impacto ambiental estão também as alterações ou ampliações que reconfigurem os projetos por referência aos referidos parâmetros e/ou em termos de impactos negativos importantes no ambiente.

A decisão relativa à (des)necessidade de avaliação do impacto ambiental "deve conter ou ser acompanhada de todos os elementos que permitam fiscalizar que a mesma se baseia numa verificação prévia adequada" à luz dos critérios pertinentes (acórdão do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, atual Tribunal de Justiça da União Europeia, de 10/06/2004, C-87/02, n.º 49; tribunal a que se

referem os acórdãos mencionados no texto), utilizando, se disponíveis, informações resultantes de avaliações exigidas por outra legislação, e deve, com as principais razões que a informam, ser disponibilizada ao público, de modo que os particulares e autoridades públicas interessados possam "garantir o respeito dessa obrigação de verificação que recai sobre a autoridade competente e, caso seja necessário, pela via jurisdicional" (ac. de 30 abr. 2009, C-75/08, n.º 58).

No caso das áreas sensíveis (com ampla expressividade no arquipélago da Madeira, cf., designadamente, os portais do Serviço do Parque Natural da Madeira e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), a decisão sobre a necessidade de sujeição a avaliação de impacto ambiental de projetos e de alterações ou ampliações de projetos que nelas se localizem cabe, não à entidade licenciadora, mas à autoridade de avaliação do impacto ambiental, cujo silêncio, decorrido o prazo legal de decisão, significa a obrigatoriedade dessa avaliação.

O regime jurídico de avaliação do impacto ambiental deve ser aplicado de modo a ser cumprido o seu objetivo essencial: que os projetos suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente sejam submetidos, antes da sua aprovação, a uma avaliação completa desses efeitos. O objetivo não pode, como foi suficientemente esclarecido pela jurisprudência europeia, ser defraudado mediante o fracionamento de um projeto, mediante a desconsideração de parte do projeto a realizar em outro Estado-Membro, e deixar de incluir uma análise dos efeitos ambientais cumulativos que pode produzir quando considerado em conjunto com outros projetos.

O termo "projeto" refere-se à realização de obras, designadamente de construção e de demolição, e de instalações; e refere-se em geral a intervenções que alterem a realidade física, no meio natural ou na paisagem (incluindo as intervenções destinadas à exploração de recursos naturais). Assim, *e.g.*, "a simples renovação de uma licença já existente de exploração de um aterro", sem que haja lugar a "trabalhos ou intervenções que alterem a realidade física do lugar", não é qualificada como um projeto; mas já o é a alteração ou a ampliação (por obras ou por intervenções que alterem a realidade física) desse aterro (ac. de 19 abr. 2012, C-121/11, n.os 31-33).

Muitas vezes, as escolhas ambientais em sede de avaliação de projetos estão condicionadas por planos ou programas nos quais se enquadram, pelo que sem as ponderações ambientais adequadas nesta sede aquela avaliação fica prejudicada (razão pela qual devem, se possível, ser simultâneas). Acresce que a utilidade e eficácia da proteção ambiental requer também níveis de ponderação mais abrangentes dos efeitos biofísicos, económicos, sociais e políticos que estejam em causa, o que só pode ser assegurado no quadro da adoção (incluindo mediante procedimento legislativo), por autoridades nacionais, regionais e locais e outras entidades que exerçam poderes públicos, dos planos e programas exigidos por lei ou regulamento.

Nestes termos, de acordo com o respetivo regime jurídico, estão sujeitos a avaliação de impacto ambiental os programas e planos: *i)* que tenham sido preparados para sectores que a lei prevê e que estabeleçam um quadro para a aprovação futura de projetos abrangidos pelo respetivo regime jurídico da avaliação do impacto ambiental; *ii)* que são suscetíveis de ter efeitos negativos sobre os sítios protegidos, nos termos do regime relativo à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e da floresta selvagens (diretiva 92/43/CEE do Conselho de 21 maio 1992); *iii)* que estabeleçam um quadro para a aprovação de outros projetos, para além dos enumerados naquele regime, passíveis, de acordo com uma apreciação prévia para o efeito, de produzir efeitos ambientais significativos; *iv)* planos e programas que se reportem a "pequenas áreas ao nível local e pequenas alterações" aos planos e programas referidos, quando forem suscetíveis de ter efeitos importantes no ambiente (diretiva 2001/42, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, e o dec.-lei n.º 232/2007, de 15/06, que a transpõe para a ordem jurídica portuguesa).

A "finalidade da diretiva 2001/42, que consiste em garantir um nível elevado de proteção do ambiente", impõe uma interpretação extensiva das suas disposições. Nestes termos, não está excluída de avaliação do impacto ambiental a revogação, parcial ou total, de um plano ou de um programa suscetível de ter efeitos significativos no ambiente, na medida em que envolva a modificação dos "efeitos ambientais que foram avaliados" e importe "uma alteração da planificação prevista nos territórios afetados" (ac. de 22 mar. 2012, C-567/10, n.os 33 e 34).

O regime de avaliação de impacto ambiental admite derrogações em relação a alguns projetos ou que a avaliação ocorra em outros termos. É o caso, por um lado, dos projetos que respeitam à defesa nacional e dos que têm como único objetivo a resposta a casos de emergência civil; e, por outro lado, dos projetos objeto de ato legislativo nacional específico. No caso dos planos e programas, podem ser excluídos de procedimento de avaliação do impacto ambiental os destinados unicamente à defesa nacional ou à proteção civil e os planos e programas financeiros ou orçamentais.

A avaliação do impacto ambiental deve identificar, descrever e avaliar de modo adequado, em função de cada caso particular, os efeitos ambientais diretos e indiretos, "secundários, cumulativos, a curto, médio e longo prazo, permanentes e temporários, positivos e negativos" (nota 1 ao anexo IV à diretiva 2011/92/UE) de um projeto sobre: *i)* a "*população e saúde humana*"; *ii)* a "biodiversidade, com particular ênfase nas espécies e habitats protegidos pela Diretiva 92/43/CEE do Conselho e pela Diretiva 2009/147/CE do Parlamento Europeu e do Conselho"; *iii)* a "terra, solo, água, ar e alterações climáticas"; *iv)* os "bens materiais, património cultural e paisagem"; *v)* e a inter-relação entre os mesmos. Na aferição dos efeitos, deve incluir-se, se o projeto o justificar, a sua vulnerabilidade quanto aos riscos de acidentes graves e/ou de catástrofes. A necessidade da investigação e análise ser, nestes termos, completa, pode ser ilustrada pelo ac. de 16 mar. 2006, Comissão contra Espanha, C-332/04, no qual o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias censurou o facto de o direito espanhol não assegurar, então, a avaliação do impacto ambiental de todos os fatores referidos no texto e, por conseguinte, também a sua interação (n.os 36 e 37).

Quando está em causa um sítio da lista nacional de sítios, um sítio de interesse comunitário, uma zona especial de conservação ou uma zona de proteção especial, as "incidências ambientais" das "ações, planos ou projetos não diretamente relacionados com a gestão" respetiva e não necessários para a mesma devem, quando suscetíveis de ter nele impacto significativo, ser avaliadas à luz dos objetivos da sua conservação (dec.-lei n.º 140/99, de 24/04, alterado e republicado pelo dec.-lei n.º 49/2005, de 24/02, *maxime*, arts. 7.º, n.º 2, alínea c), e 10.º).

A aprovação de projetos, planos e programas que possam ter um impacto significativo no ambiente só deve ser concedida depois da respetiva avaliação ambiental. A "qualificação de uma decisão como 'aprovação'" segundo o direito nacional deve fazer-se em conformidade com o direito da UE, que reserva para si a noção (ac. de 4 maio 2006, C-290/03, n.º 41). A aprovação é o ato permissivo do projeto, plano ou programa, sem o qual não podem ser realizados ou executados. O efeito útil daquela avaliação reconduz ao conceito de aprovação, designadamente uma decisão de fixação de novas condições e "de aprovação de aspetos abrangidos pelas novas condições", como pode acontecer, *e.g.*, no quadro da "retoma de uma exploração mineira" (ac. de 7 mar. 2004, C-201/02, n.º 47).

A "simples verificação da existência de uma 'aprovação'" pode não dar "uma resposta completa no que se refere à obrigação" de uma avaliação dos efeitos de um projeto no ambiente, sendo também "necessário analisar a questão do momento em que deve ser efetuada essa avaliação" (ac. de 7 jan. 2004, C-201/02, n.º 49). A avaliação deve, em princípio, ter lugar assim que seja possível identificar e avaliar todos os efeitos que o projeto pode ter no ambiente. Deste modo: *i)* num

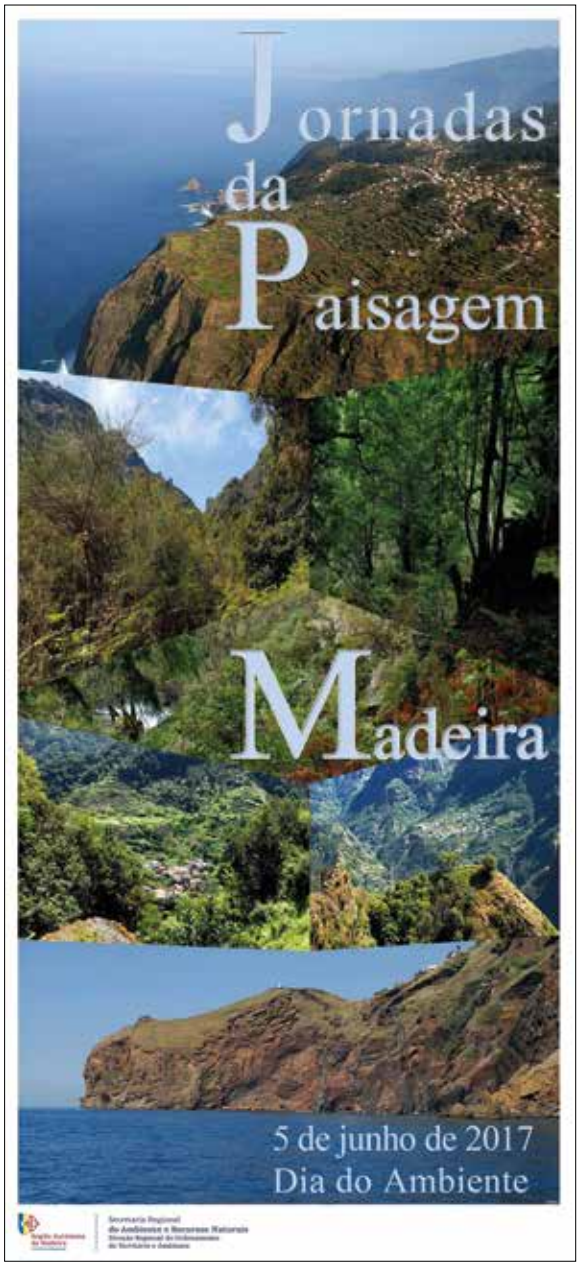


Fig. 3 – Cartaz das Jornadas da Paisagem promovidas pela Secretaria Regional do Ambiente a 5 de junho de 2017 (fotografias de Virgílio Gomes).

"procedimento de aprovação em várias etapas, sendo uma destas a decisão principal e outra uma decisão de execução, que não pode ir além dos parâmetros determinados pela decisão principal, o impacto que o projeto possa ter no ambiente deve ser identificado e avaliado durante o procedimento relativo à decisão principal" (ac. de 4 maio 2006, C-290/03, n.º 47); *ii)* se o impacto "apenas possa ser identificado durante o procedimento relativo à decisão de execução", então a avaliação deve ter lugar durante este procedimento (*Ibid.*); *iii)* e quando o procedimento de avaliação de impacto ambiental se reporte a um estudo prévio ou a um anteprojeto, há lugar à verificação de conformidade ambiental do projeto de execução (*e.g.*, arts. 2.º, alínea f), 11.º, 20.º e 21.º do dec.-lei n.º 151-B/2013).

A avaliação de impacto ambiental tem lugar mediante um procedimento de aferição dos impactos ambientais prováveis e, sendo o caso, da forma de os "acomodar" – reduzir e compensar – na realização do projeto ou na definição do plano ou programa, em cujo procedimento de aprovação se integra ou com o qual se articula.

O procedimento tem lugar por iniciativa do autor do pedido de aprovação de um projeto privado ou da autoridade pública que pretende realizar um projeto público, e estando em causa um plano ou programa, por iniciativa da entidade, no uso de poderes públicos, responsável pela sua elaboração, o pedido deve ser instruído com informação bastante, que, em síntese, dê a conhecer o projeto, plano ou programa, o seu impacto sobre o ambiente e as soluções configuradas para evitar, minimizar e, sendo o caso, compensar os efeitos ambientais negativos. Previamente ao início do procedimento de avaliação do impacto ambiental, o proponente pode solicitar informação do âmbito do estudo de impacto ambiental ou relatório ambiental (respetivamente, no caso de projetos e de planos ou programas).

A iniciativa só dá lugar à abertura do procedimento depois de verificada a completude daqueles elementos. A instrução envolve, num primeiro momento, a apreciação técnica das informações fornecidas pelo requerente e, num segundo momento, a apreciação técnica do pedido de aprovação do projeto, plano ou programa, do ponto de vista da sua viabilidade ambiental – *i.e.*, a identificação dos efeitos cuja avaliação é relevante e a análise das soluções alternativas que evitem, mitiguem ou compensem efeitos negativos; segue-se a consulta pública, mediante a disponibilização ao público

interessado de toda a informação necessária e o convite para que apresente as suas observações e opiniões.

O conjunto dos elementos instrutórios é ponderado num parecer técnico final, por uma comissão técnica, e depois submetido à entidade decisora. Esta submete o projeto de decisão a audiência prévia, sem prejuízo de antes, se for necessário, ajustar com o proponente a modificação do projeto ou a adoção de medidas ambientais adicionais de minimização ou compensação.

A decisão do procedimento – sobre a possibilidade ou oportunidade ambiental e sobre as melhores condições ambientais para a sua realização – pode corresponder a uma declaração de impacto ambiental desfavorável, favorável ou favorável condicionada. A aprovação (licenciamento ou autorização) do projeto só é possível no caso de aquela decisão consubstanciar uma declaração de impacto ambiental favorável ou favorável condicionada. A falta de uma decisão em certo prazo pela autoridade de avaliação de impacto ambiental importa o deferimento tácito, sem prejuízo da entidade competente para a aprovação do projeto ter de refletir, na mesma, os elementos instrutórios do procedimento de avaliação de impacto ambiental.

Iniciada a execução do projeto, há lugar a uma pós-avaliação do impacto ambiental, nos termos da qual há um controlo administrativo da eficácia das medidas ambientais definidas na declaração de impacto ambiental. Nesta sede, a autoridade de avaliação de impacto ambiental pode determinar, em relação a impactos ambientais negativos significativos não previstos, que ocorram, até à desativação do projeto, medidas adicionais para os minimizar ou compensar.

Depois de emitida a declaração de impacto ambiental ou a decisão sobre conformidade ambiental do projeto de execução, por motivo fundamentado, ou quando as circunstâncias o justificam, pode ter lugar um procedimento de alteração daquelas quanto às medidas de minimização e de compensação e aos planos de monitorização, o que é feito de forma articulada com o proponente.

O procedimento de avaliação de impacto ambiental de planos e programas têm por base o relatório ambiental, o qual é submetido a consulta técnica das entidades competentes e a consulta pública. O resultado da ponderação do relatório e dos pareceres, observações e informações recolhidos é expresso numa declaração ambiental e deve ser refletido no plano ou programa aprovados.

A consulta pública, já referida, é uma forma de assegurar que o público seja informado e possa envolver-se com utilidade na tomada de decisões que o interessam ou o podem afetar. Trata-se, por outro lado, de melhorar a qualidade e a transparência das decisões ambientalmente relevantes.

A avaliação do impacto ambiental de projetos, planos e programas deve compreender, no caso de impactos em outros Estados-Membros, a disponibilização de informação necessária e a ponderação da respetiva pronúncia e demais elementos instrutórios que dessa participação advenham.

O carácter contextual e sentido da avaliação de impacto ambiental dos projetos explica a relevância do tempo na vigência das respetivas decisões, a qual se traduz na disciplina da caducidade e da prorrogação da declaração de impacto ambiental e da decisão de conformidade ambiental do projeto de execução.

Sendo a avaliação de impacto ambiental um pressuposto da aprovação do projeto, a sua falta ou deficiências não podem deixar de se projetar sobre a sua validade, a qual pode ser feita valer nos tribunais administrativos mediante ação judicial intentada não só pelos titulares de posições jurídicas subjetivas mas também por autores populares, no quadro da lei relativa ao "direito de participação procedimental e de ação popular" (lei n.º 83/95, de 31/08).

As autoridades competentes dos Estados-Membros "são obrigadas a adotar, no âmbito das suas competências, todas as medidas genéricas ou particulares a fim de remediar a omissão da avaliação dos efeitos no ambiente de um projeto" que a elas deveria ter sido sujeita (ac. de 7 jan. 2004, C-201/02, n.º 70),

"nomeadamente, através da revogação ou da suspensão de uma aprovação já dada, para que essa avaliação seja efetuada" (ac. de 03 jul. 2008, C-215/06, n.º 59). Os órgãos jurisdicionais nacionais devem adotar, nos limites da autonomia processual dos Estados, nos processos judiciais pertinentes, as medidas adequadas para impedir a execução de um projeto na falta da avaliação ambiental exigida.

Também em relação aos planos e programas, devem as autoridades competente dos Estados-Membros adotar medidas que invalidem ou suspendam plano ou programa que não foi precedido de avaliação ambiental devida (ac. de 28 fev. 2012, C-41/11, n.º 46).

O desrespeito do regime de avaliação de impacto ambiental de projetos, nos termos do mesmo, é passível de gerar responsabilidade contraordenacional e responsabilidade civil extracontratual. Esta última envolve, em função das situações concretas, a reposição da situação anterior à infração, ou a redução ou compensação dos impactos provocados e/ou obrigações indemnizatórias.

Portugal (como os outros Estados-Membros da UE) tem obrigações específicas e detalhadas de informação para com a Comissão Europeia sobre os termos da aplicação do regime de avaliação de impacto ambiental. Os "serviços e organismos das respetivas administrações regionais autónomas", para o efeito, têm também obrigações de informação para com a autoridade nacional de avaliação de impacto ambiental (*e.g.*, arts. 36.º e 48.º do dec.-lei n.º 151-B/213).

Acórdãos e decisões: PARLAMENTO EUROPEU e CONSELHO de 20 nov. 2013, decisão n.º 1386/2013/UE relativa a um programa geral de ação da União para 2020 em matéria de ambiente, "Viver bem, dentro dos limites do nosso planeta", *Jornal Oficial da União Europeia*, L 354/171, 28 dez. 2013; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA (ex-Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias), ac. de 17 mar. 2011, C-275/09, Brussels Hoofdstedelijk Gewest e outros contra Vlaams Gewest; ac. de 28 fev. 2012, C-41/11, Inter-Environnement Wallonie ASBL, Terre wallonne ASBL contra Région wallonne; ac. de 22 mar. 2012, C-567/10, Inter-Environnement Bruxelles ASBL, Pétitions-Patrimoine ASBL, Atelier de Recherche et d'Action Urbaines ASBL contra Région de Bruxelles-Capitale; ac. de 19 abr. 2012, C-121/11, Pro-Braine ASBL e outros contra Commune de Braine-le-Château; ac. de 21 mar. 2013, C-244/12, Salzburger Flughafen GmbH contra Umweltsenat; TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS DO HOMEM, ac. de 2 nov. 2006, Giacomelli contra Itália, proc. n.º 59909/00; ac. de 27 jan. 2009, Tătar contra Roménia, queixa n.º 67021/01; ac. de 14 dez. 2012, Hardy and Maile contra The United Kingdom, queixa n.º 31965/07; TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR, "Responsibilities and obligations of States sponsoring persons and entities with respect to activities in the area", opinião consultiva de 1 fev. 2011, caso n.º 17, §145.

Bibliog.: impressa: GOMES, Carla Amado, *Introdução ao Direito do Ambiente*, 2.ª ed., Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2014; PETERS, Mary Sabina, e KUMAR, Manu, "Achieving sustainability through effective mechanisms of environmental impact assessment and strategic environmental assessment", *European Energy and Environmental Law Review*, vol. 2, n.º 2, 2013, pp. 79-83; SANDS, Philippe *et al.*, *Principles of International Environmental Law*, 3.ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2012; **digital:** EUROPEAN COMMISSION, "Environmental impact assessment of projects rulings of the Court of Justice", *European Commission*, 2013: http://ec.europa.eu/environment/eia/pdf/eia_case_law.pdf (acedido a 30 set. 2014); GOMES, Carla Amado, e ANTUNES, Tiago (dirs.), *Revisitando a Avaliação de Impacto Ambiental*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, s.l., 2014: http://icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/e- book_aia.pdf (acedido a 30 set. 2014); INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, "Rede Natura 2000/RN2000 na Região Autónoma da Madeira", *Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*, s.d.: http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/rn-pt/RN-Madeira (acedido a 17 maio 2016); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, "Declaração da conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento", Rio de Janeiro, 3-14 jun. 1992: http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf (acedido a 17 maio 2016); *Serviço do Parque Natural da Madeira*: http://www.pnm.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=26&Itemid=44&lang=pt (acedido a 17 maio 2016); TRIBUNAL INTERNACIONAL DE JUSTIÇA, "Pulp mills on the river Uruguay, Argentina v. Uruguay", ac. de 20 abr. 2010, §204: http://www.icj-cij.org/docket/files/135/15877.pdf (acedido a 17 maio 2016).

Ana Fernanda Neves

Ave do paraíso (pseud.)

↗ Pestana, Noé Alberto

Aves

No arquipélago da Madeira, a classe das aves está representada por 45 espécies reprodutoras que se distribuem por 11 grupos diferentes, dos quais se destacam os mais numerosos, aves marinhas, aves de rapina e passeriformes. Das aves reprodutoras, as que merecem maior destaque são as 4 espécies endémicas do arquipélago, o pombo-trocaz, a freira-da-madeira, o bis-bis e a freira-do-bugio, e as 3 espécies endémicas da região biogeográfica da Macaronésia (área que inclui os arquipélagos dos Açores, da Madeira, das Canárias e de Cabo Verde), o corre-caminhos, o canário-da-terra e o andorinhão-da-serra. Algumas das espécies que eram visitantes, tais como a galinha-d'água e o galeirão, foram encontrando condições para se reproduzirem anualmente no arquipélago. Verifica-se também a nidificação de 6 espécies introduzidas: o pato-mandarim, a rola-turca, o periquito-rabijunco, o bico-de-lacre e o lugre,

que provavelmente se estabeleceram por introdução acidental, após fuga de cativeiro, e a perdiz, que foi introduzida no início da colonização do arquipélago.

Aves nativas nidificantes

Codorniz, *Coturnix coturnix confisa* (Hartert 1917) – Nidifica nas ilhas da Madeira, de Porto Santo e das Desertas. Apresenta preferência pelas áreas abertas com vegetação rasteira que forma núcleos densos suficientemente altos para a ave se esconder. Pode ser observada a todos os níveis altitudinais, desde que exista *habitat* adequado. É uma espécie cinegética com hábitos discretos, sendo quase sempre detetada exclusivamente pelo seu chamamento característico ou, quando assustada, pelo seu voo rápido e baixo. A subespécie *C. c. confisa,* que ocorre apenas nos arquipélagos da Madeira e das Canárias, apresenta menores dimensões e plumagem mais escura e avermelhada. É uma ave omnívora, alimentando-se sobretudo de sementes e insetos.

Pombo-das-rochas, pombo-bravo, pombinho ou pombo-doméstico, *Columba livia atlantis* (Gmelin 1789) – Em 2015, foram colocadas dúvidas em relação ao estatuto desta espécie devido ao cruzamento com aves ferais, ou seja, aves domésticas que se tornaram selvagens. De forma geral, a forma pura nidifica em falésias costeiras pouco perturbadas, em pequenas cavidades ou fissuras de rochas. Na ilha da Madeira, ocorre em diversas áreas do interior e zonas altas, desde que a presença humana seja pouco notória. Ocorre também no Porto Santo e nas Desertas, embora não existam registos de nidificação nesta última. Alimenta-se sobretudo de sementes, cereais e plantas herbáceas, podendo ingerir folhas e invertebrados. A subespécie *C. l. atlantis*, que é endémica da Macaronésia, também ocorre na Madeira e nos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde.

Pombo-trocaz, pombo-escuro-da-serra, pombo-da-madeira ou pombo-preto, *Columba trocaz* (Heineken 1829) – Espécie endémica cuja ocorrência está restrita à ilha da Madeira. Embora esteja frequentemente associada à floresta laurissilva, tornou-se comum observá-la em áreas de floresta mista, áreas agrícolas e meios rurais. Em 2015, tinha uma população superior a 10.000 indivíduos. A sua alimentação é essencialmente composta por bagas e frutos das árvores da laurissilva, alimentando-se também de folhas e flores de plantas mais pequenas. Durante o inverno, frequentemente procura alimento nas áreas limítrofes da floresta, onde se alimenta de couves e nas árvores de fruto. Por esta razão, continua a haver conflitos entre esta ave e alguns agricultores, em especial devido aos elevados prejuízos causados nos campos agrícolas.



Fig. 1 – Pombo-trocaz (fotografia de Virgílio Gomes, 2008).

Andorinha ou andorinhão-da-serra, *Apus unicolor* (Jardine 1830) – Espécie endémica da Macaronésia, que nidifica apenas nos arquipélagos da Madeira e das Canárias. Está presente nas ilhas da Madeira e do Porto Santo e, embora seja frequentemente observada nas Desertas e Selvagens, não existem registos que confirmem a sua nidificação nestas ilhas. Encontra-se bem distribuída por toda a ilha da Madeira, desde a costa até aos 1800 m de altitude, nidificando em fendas de rochas de falésias costeiras e do interior, em pequenos ilhéus, ribeiras e até em núcleos urbanos. Embora esteja presente no arquipélago da Madeira durante todo o ano, grande parte da população migra para Marrocos, onde permanece durante os meses de inverno, partindo em outubro e regressando em fevereiro. Alimenta-se de insetos, que captura em pleno voo.



Fig. 2 – Andorinha ou andorinhão-do-mar em voo (fotografia de Virgílio Gomes, 2004).

Andorinha ou andorinhão-do-mar, *Apus pallidus brehmorum* (Hartert 1901) – A informação existente sobre esta espécie no arquipélago é escassa, devido à dificuldade de a distinguir do Andorinhão-da-serra, embora este seja menor e de cauda mais bifurcada. De forma geral, está restrita às áreas de menor altitude da ilha da Madeira e, em especial, às falésias costeiras, nidificando em fendas de rochas, embora, por vezes, seja observada em locais afastados da costa e em bandos misturados com o Andorinhão-da-serra. Existem registos também da sua presença nas ilhas Selvagens. A subespécie *A. p. brehmorum* ocorre no Sul e Oeste da Europa, em grande parte do Norte de África e nos arquipélagos das Canárias e da Madeira. Difere no comprimento da asa e na coloração da plumagem, que é ligeiramente mais clara. A sua dieta é composta, essencialmente, por insetos voadores de tamanho médio.

Galinha-d'água, *Gallinula chloropus* (Linnaeus 1758) – Uma das aves aquáticas mais comuns e versáteis que nidifica em Portugal. A sua presença na Madeira tem sido registada desde meados do século passado; no entanto, a sua nidificação apenas foi confirmada na ilha da Madeira em 1999 e no Porto Santo em 2002. Ocorre em áreas húmidas, *e.g.* em foz de ribeiras, em lagoas e em reservatórios de água que apresentem na margem alguma vegetação densa e bem desenvolvida. Durante o inverno e os períodos de migração, o número de indivíduos encontrados no arquipélago é bastante superior, correspondendo às aves que estão de passagem entre os locais de nidificação, situados a norte, e os locais de alimentação, localizados a sul. É uma ave com uma dieta omnívora, dominada por invertebrados aquáticos e por partes de plantas.

Galeirão, *Fulica atra* (Linnaeus 1758) – Tal como a galinha-d'água, a sua presença na Madeira tem sido registada desde meados do séc. XX; no entanto, a sua nidificação na ilha da Madeira e no Porto Santo apenas foi confirmada em 2009. Encontra-se também em áreas húmidas (foz de ribeiras, lagoas e reservatórios de água) que apresentem na margem alguma vegetação densa e bem desenvolvida, seja do tipo herbáceo (caniços ou juncos), seja do tipo arbóreo (salgueiros ou tamargueiras), onde possa esconder os seus ninhos. Durante o inverno e os períodos de migração, o número de indivíduos encontrados no arquipélago também é bastante superior. É facilmente identificável por apresentar plumagem negra, e bico e placa da fronte brancos. Uma das suas características é correr na água antes de levantar voo. Alimenta-se de uma grande variedade de organismos, sobretudo de plantas.

Calcamar, *Pelagodroma marina hypoleuca* (Webb, Berthelot and Mouquin-Tandon 1841) – Ave marinha de pequeno porte, caracterizada por ter patas compridas. O seu voo é peculiar, com balanços de lado a lado como se fosse um pêndulo, batendo, por vezes, levemente com as patas na superfície da água do mar, como se desse pequenos saltos. Esta característica provavelmente deu origem ao seu nome português: calcamar. Ocorre apenas nas ilhas Selvagens, escavando os seus ninhos nas áreas com solo arenoso. Apresenta uma população bastante numerosa, que na Selvagem Grande ronda, em 2015, os 36.000 casais. A colónia da Selvagem Grande representa o limite norte da sua distribuição mundial, estando presente entre os meses de dezembro e agosto. A subespécie *P. m. hypoleuca* é endémica da Macaronésia, estando presente apenas nos arquipélagos da Madeira e das Canárias. Distingue-se pelo

tamanho, pelo seu bico mais curto e pela coloração mais escura do dorso cinzento e da cabeça. Alimenta-se de pequenos camarões, pequenos peixes e plâncton, que captura através de mergulhos pouco profundos ou à superfície da água.

Roque-de-castro, *Hydrobates castro* (Harcourt 1851) – A ave marinha mais pequena que nidifica no arquipélago, sendo menor que um melro *Turdus merula*. É facilmente reconhecida por apresentar plumagem quase toda negra, à exceção de uma barra branca junto à cauda.



Fig. 3 – Roque-de-castro (fotografia de Porto Santo Verde, 2015).

Em Portugal, nidifica nas Berlengas, nos Açores e na Madeira. No arquipélago da Madeira, está presente em todas as ilhas e apresenta duas populações que nidificam em períodos distintos: a população de verão, que está presente entre abril e setembro, e a população de inverno, que se reproduz entre setembro e março. Aproveita pequenos buracos entre pedras, fendas de rochas e muros de pedra para construir os seus ninhos, que são de reduzida dimensão. Alimenta-se exclusivamente de pequenos organismos vertebrados e invertebrados, que captura à superfície do mar.

Freira-do-bugio, *Pterodroma deserta* (Mathews, 1934) – Ave que nidifica apenas no Bugio, uma das três ilhas Desertas. O seu período reprodutor ocorre entre junho e dezembro e os ninhos estão concentrados no planalto sul do Bugio e em algumas zonas de escarpa adjacente. Estes ninhos são escavados no solo e formados por um túnel, que pode atingir mais de um metro de profundidade, tendo no final uma cavidade onde é colocado um único ovo. É uma ave marinha de médio porte, que no mar se distingue pelo facto de a parte inferior das asas ser de cor escura, contrastando com o peito e ventre branco, e por apresentar um voo distinto, efetuando "Vs" pronunciados. Considerou-se que se tratava da mesma espécie que ocorre em Cabo Verde, mas estudos morfométricos, acústicos e genéticos confirmaram a sua separação, permitindo a sua classificação como espécie endémica do arquipélago da Madeira. Em 2015, a população no Bugio foi estimada entre 160 a 180 casais reprodutores. Alimenta-se de peixes, crustáceos (tipo camarão) e, em especial, de cefalópodes (lulas).

Freira-da-madeira, *Pterodroma madeira* (Mathews 1934) – Ave endémica da ilha da Madeira que nidifica apenas nos picos mais elevados da mesma, entre o Pico do Areeiro e o Pico Ruivo. É considerada a ave marinha mais ameaçada da Europa e julgou-se extinta até aos finais da déc. de 1960, altura em que foi redescoberta por Paul Alexander Zino. O seu nome inglês, *Zino's petrel*, é um reconhecimento ao trabalho desenvolvido por este ornitólogo. Desde o período da sua redescoberta, a espécie foi alvo de trabalhos de conservação, de forma a recuperar o seu *habitat* de nidificação e evitar o ataque por predadores introduzidos, tais como ratos e gatos. A sua população foi crescendo lentamente até 2010, período em que se estimava a existência entre 65 a 80 casais. Em agosto de 2010, um violento incêndio consumiu uma parte significativa do



Fig. 4 – Freira-da-madeira (fotografia do Parque Natural da Madeira, 2008).

Maciço Montanhoso Central, afetando toda a área de nidificação da espécie. Embora a mortalidade de adultos tenha sido pequena (apenas três aves), cerca de 70 % dos ninhos foram destruídos. Apesar das medidas de emergência adotadas (construção de ninhos artificiais, minimização dos efeitos de erosão, entre outras), só uma observação de médio a longo prazo permitirá confirmar as consequências deste incêndio no sucesso reprodutor da espécie. Está presente na ilha da Madeira entre os meses de março e outubro. O seu nome português deriva do facto de a sua plumagem (escura na cabeça e branca no ventre) se assemelhar ao hábito de uma freira. No entanto, também há histórias de pastores assustados que, pelo facto de a sua vocalização se assemelhar a um uivo que só é emitido à noite, argumentam que as aves são as almas penadas das freiras que outrora viveram no Curral das Freiras. É muito semelhante à freira-do-bugio *P. deserta*, distinguindo-se por ter menores dimensões, bico menos robusto e plumagem da cabeça mais clara. Alimenta-se de pequenos peixes, camarões e cefalópodes (lulas).

Cagarra ou pardela, *Calonectris borealis* (Cory 1881) – A maior ave marinha que nidifica no arquipélago da Madeira, estando presente em todas as ilhas. De forma geral, nidifica junto da costa, em ilhéus e falésias costeiras; no entanto, na ilha da Madeira, também se verifica a sua presença em vales do interior. Está presente no arquipélago entre os meses de fevereiro e novembro. A Selvagem Grande é a ilha com maior densidade de cagarras no mundo, apresentando, em 2015, uma população de aproximadamente 29.540 casais. Esta espécie, restrita ao oceano Atlântico, ocorre em todo o território português e nas Canárias. No passado, foi alvo de intensa caça pelo homem, em especial nas ilhas Selvagens, onde se chegaram a capturar entre 20.000 a 22.000 juvenis por ano, o que na época provocou um grave declínio da população. Alimenta-se essencialmente de peixe e cefalópodes.

Patagarro, estrapagado, papagarro ou boieiro, *Puffinus puffinus* (Brunnich 1764) – Ave marinha que nidifica apenas na ilha da Madeira. De forma geral, reproduz-se em ilhas e ilhéus costeiros e os seus ninhos podem ser encontrados desde o nível do mar até cerca de 700 m de altitude. No entanto, na ilha da Madeira, os seus ninhos localizam-se em vales húmidos do interior associados à floresta laurissilva, sendo possível encontrá-los até aos 1200 m de altitude. A colónia mais conhecida é a existente no Parque Ecológico do Funchal, mais precisamente ao longo da Ribeira de Santa Luzia, alvo de um projeto de conservação desde 1994 e profundamente afetada pelos incêndios de agosto de 2010. Nidifica na Ilha entre os meses de janeiro e julho, embora em agosto e setembro se verifique a passagem de numerosos indivíduos oriundos das colónias



Fig. 5 – Cagarra ou pardela em voo (fotografia de Thomas Dellinger, 2010).



Fig. 6 – Patagarro, estrapagado, papagarro ou boieiro (fotografia de Virgílio Gomes, 2008).

localizadas no norte do Atlântico, em migração para sul. A sua alimentação inclui peixes, camarões e cefalópodes.

Pintainho ou pintelho, *Puffinus iherminieri baroli* (Lesson 1839) – Ave marinha de média dimensão que nidifica em todas as ilhas do arquipélago, construindo os seus ninhos entre pedras e em fendas de rochas. Por ser uma ave que se reproduz no período de inverno (dezembro a maio), é pouco conhecida e dificilmente observada no mar. A subespécie *P. i. baroli* é endémica da Macaronésia, nidificando nos arquipélagos dos Açores, da Madeira e das Canárias. É semelhante ao patagarro, mas de menores dimensões e com penas brancas em volta dos olhos. A Selvagem Grande acolhe a maior colónia da espécie no arquipélago, com cerca de 1400 casais reprodutores em 2015. As aves desta ilha não apresentam comportamento migrador, visitando a colónia ao longo de todo o ano. Alimenta-se essencialmente de pequenos peixes e cefalópodes (lulas).

Alma-negra ou anjinho, *Bulweria bulwerii* (Jardine & Selby 1828) – Ave de pequeno porte, com plumagem totalmente escura e asas compridas, que apresenta uma ampla distribuição, embora no Atlântico a sua nidificação esteja restrita aos arquipélagos da Macaronésia. Nidifica em grande número em todas as ilhas do arquipélago da Madeira, destacando-se a colónia das Desertas, que é considerada a maior do Atlântico. Está presente entre os meses de abril e setembro e constrói os seus ninhos entre pedras e em fendas, muitas vezes ocupando os ninhos de pintainho. Não vocaliza em voo, emitindo sons que se assemelham ao ladrar de um cão apenas quando se encontra no interior do ninho. No mar, é facilmente identificada pelo seu voo rápido e com frequentes mudanças de direção. Os estudos indicam que a sua dieta é constituída essencialmente por plâncton, incluindo ovos de peixe, cefalópodes e peixes.

Rolinha-da-praia, *Charadrius alexandrinus* (Linnaeus 1758) – Ave limícola de pequeno tamanho que nidifica apenas na ilha do Porto Santo, ocorrendo ao longo da praia, em especial nas áreas menos perturbadas, embora também possa ser detetada em estradas de terra batida no centro e norte da ilha. Durante o inverno e os períodos de migração, o número de indivíduos encontrados na praia do Porto Santo é superior. Durante este período, também pode ser observada na foz de ribeiras e lagoas da ilha da Madeira. No Porto Santo, os registos de nidificação da espécie eram, em 2015, cada vez menores, o que poderia indicar uma tendência populacional negativa. A diminuição das populações foi verificada em toda a sua área de distribuição na Europa, em especial devido à perturbação humana, perda de *habitat* e predação por cães e gatos. É comum observar indivíduos isolados ou em pequenos grupos em corrida na praia do Porto Santo, junto à rebentação, onde se alimenta de diversos invertebrados.

Galinhola, *Scolopax rusticola* (Linnaeus 1758) – Está presente apenas na ilha da Madeira, ocorrendo essencialmente nas áreas de maior altitude (entre os 1200 e 1600 m) da porção oeste da ilha, onde a vegetação de altitude se caracteriza por ser de pequeno porte, sendo as urzes o seu elemento dominante. Também está presente noutras partes da ilha, de um modo geral a altitudes superiores a 800 m e associadas a *habitat* com vegetação arbustiva onde predominam as urzes e a uveira-da-serra. Embora menos frequentemente, também poderá ser detetada em áreas florestais e áreas agrícolas. É uma espécie cinegética, que apresenta comportamento muito discreto, e cuja deteção é mais facilitada no período de reprodução (entre fevereiro e junho) quando, após o pôr-do-sol, os machos fazem os seus voos exibicionistas e emitem a sua vocalização característica. Em 2015, a população está estimada em cerca de 350 aves. Alimenta-se predominantemente de minhocas e larvas de diversos insetos, em especial de escaravelhos, mas também ingere algum material vegetal.

Gaivota ou gaivota-de-patas-amarelas, *Larus michahellis atlantis* (Clements 1991) – É a única espécie de gaivota que nidifica no arquipélago, estando presente em todas as ilhas. Os madeirenses dão o nome de gaio ou gaivoto aos indivíduos novos da gaivota, os quais se distinguem dos adultos pela plumagem



Fig. 7 – Gaivota ou gaivota-de-patas-amarelas (fotografia de Virgílio Gomes, 2018).

escura, que só ao fim de três anos está substituída pela plumagem definitiva. Para nidificar, tem preferência por falésias costeiras e ilhéus com pouca vegetação e perturbação reduzida. Os seus efetivos populacionais estão distribuídos fundamentalmente pelo ilhéu do Desembarcadouro, na ilha da Madeira, pelo ilhéu Chão, nas ilhas Desertas, e pelos ilhéus de Cima e da Cal, no Porto Santo. A população estimada para estas quatro colónias era, em 2015, de aproximadamente 4000 casais reprodutores. A subespécie *L. m. atlantis* é endémica da Macaronésia, estando presente nos arquipélagos dos Açores, da Madeira e das Canárias. É comum ao longo de todo o litoral, especialmente em praias, portos piscatórios e foz de ribeiras; no entanto, também é comum a sua presença a altitudes superiores a 1400 m. A sua alimentação é omnívora, baseada numa série de presas animais, material vegetal e numa grande variedade de detritos orgânicos e inorgânicos, que encontra em lixeiras, lotas e locais de produção animal.

Garajau-rosado, *Sterna dougallii* (Montagu 1813) – Espécie relativamente rara, que nos Açores apresenta uma das maiores colónias da Europa. Existem registos da sua presença nas Selvagens, no Porto Santo e na Madeira, embora os dados recolhidos até 2015 apenas permitam confirmar a sua nidificação no Funchal e em São Vicente. É uma ave estival nidificante, pois só está presente na Madeira durante o período de reprodução (entre os meses de abril e agosto). Nidifica na costa, em rochas e ilhéus pouco perturbados, e alimenta-se de pequenos peixes. Distingue-se do garajau-comum *Sterna hirundo* por apresentar asas e dorso mais claros, cauda mais comprida, e pelo facto de o seu bico ser preto, apresentando a sua base avermelhada durante o período de reprodução. Alimenta-se de pequenos peixes e de outros organismos aquáticos.

Garajau-comum, *Sterna hirundo* (Linnaeus 1758) – Está presente em todas as ilhas do arquipélago, nidificando na costa, em rochas e ilhéus pouco perturbados, assim como junto aos portos de pesca. É considerada uma ave estival nidificante, pois só está presente no arquipélago da Madeira durante o período de reprodução, que ocorre entre março e outubro. É uma ave bastante territorial, atacando quem se aproxime dos seus ninhos. Pelo facto



Fig. 8 – Garajau-comum (fotografia de Virgílio Gomes, 2007).

de não ter plumagem impermeável, raramente pousa diretamente no mar, optando por pousar sobre pequenos pedaços de madeira ou boias. Alimenta-se de pequenos peixes, crustáceos e insetos. É frequente observar-se esta ave em disputa com as gaivotas pela captura de peixe.

Coruja ou coruja-das-torres, *Tyto alba schmitzi* (Hartert 1900) – É a única ave de rapina noturna a residir no arquipélago, nidificando nas ilhas da Madeira, do Porto Santo e também nas ilhas Desertas. Distribui-se ao longo de toda a ilha da Madeira, entre as zonas litorais e as zonas de cotas menos elevadas. As suas áreas de ocorrência estão particularmente associadas à presença humana, ocorrendo em zonas rurais e urbanas, evitando normalmente as áreas florestadas. A subespécie *T. a. schmitzi,* que é endémica do arquipélago da Madeira, apresenta o mesmo padrão de coloração que a sua congénere continental; no entanto, é bem mais pardacenta. A sua alimentação é composta sobretudo por pequenos roedores e, em menor escala, por morcegos, aves e insetos.

Fura-bardos ou gavião, *Accipiter nisus granti* (Sharpe 1890) – No arquipélago da Madeira, ocorre apenas na ilha da Madeira, sendo uma ave de rapina própria de ambientes florestais, quer sejam de laurissilva ou pinhal, de preferência que apresentem um sub-bosque arbustivo. Pode ainda ser observada perto de campos agrícolas, em áreas abertas e áreas urbanas, que utiliza como área de caça. A subespécie *A. n. granti* ocorre apenas nos arquipélagos da Madeira e das Canárias, sendo mais escura no dorso que a espécie nominal, e mais listrada no ventre. Esta subespécie apresenta também um acentuado dimorfismo sexual, não só ao nível da coloração da plumagem, mas também nas dimensões. Embora se saiba que ocorre de forma dispersa pela Ilha, em 2015 o seu efetivo populacional não era conhecido, principalmente por ser uma ave de hábitos discretos, voo rápido e difícil observação. Alimenta-se de uma diversidade de aves, tais como pombo-trocaz, pombo-da-rocha, tentilhão, melro-preto, canário, entre outros passeriformes.

Manta, *Buteo buteo harterti* (Swann 1919) – Ocorre nas ilhas da Madeira e do Porto Santo. Até 1996, também nidificava nas Desertas, mas após a eliminação dos herbívoros, a espécie abandonou as ilhas, não havendo, em 2015, indícios da sua nidificação, embora seja frequentemente observada nestas ilhas. No Porto Santo e na Madeira, está amplamente distribuída, ocupando praticamente todos os *habitats*, tais como áreas abertas, áreas florestais, áreas agrícolas e até mesmo áreas urbanas, desde a costa até aos picos mais elevados, a 1800 m de altitude. A subespécie *B. b. harterti*, que é endémica do arquipélago da Madeira, tem coloração castanha avermelhada, com cauda cinzenta clara. O ventre pode ser castanho-escuro, uniforme ou listrado, e manchado de amarelo esbranquiçado. Em 2015, a população da Madeira e do Porto Santo foi estimada em cerca de 300 aves. Apresenta uma alimentação variada, que inclui pequenos mamíferos (murganhos e coelhos), assim como aves, répteis, anfíbios e insetos.

Poupa, no Porto Santo conhecida por pimpão, *Upupa epops* (Linnaeus 1758) – Uma das aves mais fáceis de identificar, pela sua silhueta, a coloração alvinegra das asas, o bico comprido e curvo, e a sua poupa, que abre em semicírculo. O canto, embora em tom baixo, também é distintivo. Nidifica exclusivamente no Porto Santo; no entanto, existem registos da sua presença em todas as ilhas do arquipélago da Madeira. Ocorre essencialmente em áreas abertas e secas, de vegetação rasteira, que apresentem núcleos arbustivos, em áreas agrícolas e em campos de golfe. É sempre observada isolada ou aos pares, e constrói os seus ninhos em cavidades de árvores, montes de pedras e ruínas. Alimenta-se de insetos e suas larvas.



Fig. 9 – Poupa ou pimpão (fotografia de Porto Santo Verde, 2015).



Fig. 10 – Francelho em voo (fotografia de Virgílio Gomes, 2019).



Fig. 11 – Toutinegra (fotografia de Virgílio Gomes, 2015).

Francelho, *Falco tinnunculus canariensis* (Koenig 1889) – Ocorre em todas as ilhas do arquipélago, embora não existam, em 2015, registos da sua nidificação nas Desertas e Selvagens. Pode ser encontrado em praticamente todos os *habitats* terrestres e a diferentes faixas altitudinais, mas procura essencialmente áreas abertas com vegetação herbácea e arbustiva, núcleos de pinhal disperso, áreas agrícolas e áreas urbanas, onde facilmente pode encontrar as suas presas. A subespécie *F. t. canariensis*, que ocorre apenas nos arquipélagos da Madeira e das Canárias, é, de forma geral, mais escura. A cabeça do macho apresenta um cinzento mais escuro e é mais listrada, enquanto o dorso é castanho mais escuro e com manchas pretas maiores. O dorso da fêmea é muito mais listrado e as penas superiores da cauda são de um cinzento-azulado. Alimenta-se de murganhos, lagartixas e insetos.

Toutinegra, *Sylvia atricapilla heineken* (Jardine 1830) – Nidifica apenas nas ilhas da Madeira e do Porto Santo, mas a nidificação nesta última ilha só foi confirmada nos primeiros anos do séc. XXI. É uma ave relativamente comum, uma vez que apresenta uma grande adaptabilidade a locais criados pelo Homem, tais como meios agrícolas, jardins e parques do interior de cidades. Embora procure áreas arborizadas, a sua presença na floresta laurissilva é quase nula, preferindo as zonas limítrofes à mesma e áreas de floresta exótica. No Porto Santo, também está amplamente distribuída, sendo possível observá-la desde a beira-mar até aos picos de maior altitude. No arquipélago da Madeira, nidifica a subespécie *S. a. Heineken*, que também ocorre na Península Ibérica, no Norte de África e nas Canárias. Esta é marcadamente mais escura e mais pequena. Alimenta-se, em especial, de insetos, mas também pode consumir frutos e bagas.

Cigarrinho, *Sylvia conspicillata orbitalis* (Wahlberg 1854) – Ocorre nas ilhas da Madeira e do Porto Santo. Na Madeira, distribui-se de forma descontínua, estando presente preferencialmente em áreas abertas onde predominam espécies arbustivas como a Urze, a Giesta e a Carqueja, concentrando-se na parte oeste e central da Ilha. No Porto Santo, distribui-se preferencialmente pela faixa litoral sul da ilha. A subespécie *S. c. orbitalis* é endémica da Macaronésia e ocorre também nas Canárias e em Cabo Verde, caracterizando-se por ser mais escura e mais colorida que a espécie nominal. Apresenta coroa cinzenta mais escura, dorso castanho mais escuro e asas mais acastanhadas no macho, sendo o dorso da fêmea também mais escuro. A sua alimentação é predominantemente insectívora, podendo, no entanto, consumir também frutos e bagas.

Bis-bis, *Regulus madeirensis* (Harcourt 1851) – É a ave mais pequena que ocorre nas ilhas da Madeira e do Porto Santo, embora, nesta



Fig. 12 – Bis-bis (fotografia de Virgílio Gomes, 2005).

última, a sua nidificação só tenha sido confirmada nos começos do séc. XXI. Em 2005, foi reconhecida como espécie endémica. Relativamente à espécie na qual estava anteriormente incluída (*R. ignicapillus*), apresenta supercílio mais curto, coroa mais alaranjada, "ombros" com amarelo mais brilhante, pescoço mais acinzentado e bico mais comprido. Na Madeira, pode ser encontrada em vários tipos de floresta (indígena ou exótica) e de áreas agricultadas; no entanto, o *habitat* em que pode ser observada em maior número são as áreas de urzal. No Porto Santo, ocorre nas áreas mais altas da ilha, frequentando as zonas de pinhal aí existentes. Em 2015, a sua população da Madeira foi estimada em 300.000 indivíduos. Alimenta-se de diversos artrópodes, em especial de afídios e pequenas aranhas.

Melro-preto, *Turdus merula cabrerae* (Hartert 1901) – Ocorre nas ilhas da Madeira e do Porto Santo, embora a nidificação nesta última ilha só tenha sido confirmada em 2009. Na Madeira, está presente em quase todos os locais da Ilha, desde a beira-mar até aos picos mais elevados. A sua distribuição inclui ainda os locais com intervenção humana, tais como áreas agrícolas, núcleos urbanos, parques e jardins. No Porto Santo, ocorre de forma esporádica em locais que apresentem núcleos de vegetação arbustiva. A subespécie *T. m. cabrerae* é endémica da Macaronésia, ocorrendo apenas nos arquipélagos da Madeira e das Canárias. De forma geral, é mais pequena e a plumagem preta dos machos é mais escura e brilhante que a espécie nominal. A plumagem das fêmeas também é mais escura. A sua alimentação baseia-se em insetos e minhocas, capturados no solo ou em vegetação rasteira.

Papinho, *Erithacus rubecula* (Linnaeus 1758) – No arquipélago, nidifica apenas na ilha da Madeira. Embora, em 2001, tenha sido verificada a sua nidificação no Porto Santo, em 2015 não existem registos que confirmem essa informação. Também existem registos da sua presença nas ilhas Desertas e Selvagens. É facilmente identificado pelas faces, a garganta e o peito alaranjados. Está bem distribuído ao longo da ilha da Madeira, ocorrendo em praticamente todos os gradientes altitudinais. É uma ave solitária e bastante territorial que, de forma geral, se encontra em áreas com vegetação arbustiva ou arbórea, compostas por espécies indígenas ou exóticas, tais como jardins urbanos, terrenos agrícolas ou urzais, evitando, no entanto, áreas muito secas. O canto, que emite durante grande parte do ano, é bastante melodioso, permitindo a sua deteção quando se encontra no topo de árvores. Alimenta-se essencialmente de invertebrados, assim como de bagas e pequenas sementes.

Pardal-espanhol, em Machico conhecido por pirata, *Passer hispaniolensis* (Temminck 1820) – Nidifica no Porto Santo e na ilha da Madeira. É a ave mais comum do Porto Santo, ocorrendo em toda a ilha, e facilmente se aproxima das pessoas, em especial nas esplanadas do centro da cidade. Na Madeira, está restrita ao extremo este da Ilha, no centro da vila do Caniçal, e às palmeiras existentes na Ponta de São Lourenço. Existem registos que indicam que, em meados do séc. XX, esta espécie era bastante comum na ilha da Madeira, não sendo conhecidas as razões para a sua posterior regressão. No Porto Santo, ocorre essencialmente em áreas secas, áreas urbanas e áreas agrícolas. De forma geral, nidifica em colónias, aproveitando pequenas cavidades em palmeiras e edifícios, assim como em postes telefónicos e postes elétricos. Alimenta-se de sementes e invertebrados.



Fig. 13 – Pardal ou pardal-da-terra (fotografia do Parque Natural da Madeira).

Pardal ou pardal-da-terra, *Petronia petronia madeirensis* (Erlanger 1899) – Está presente nas ilhas da Madeira e do Porto Santo. Em 2015, apresentava uma distribuição localizada, ocupando áreas abertas com vegetação rasteira, zonas rochosas, falésias costeiras e meios agrícolas. Embora seja mais frequente nas áreas costeiras, também é possível detetá-lo nas zonas de maior altitude da Ilha. Existem alguns registos atuais de observações da espécie em áreas rurais humanizadas, em especial na zona oeste da Madeira. A subespécie *P. p. madeirensis*, endémica da Macaronésia, ocorre nos arquipélagos da Madeira e das Canárias, e apresenta plumagem e riscas da cabeça mais escuras. Alimenta-se de sementes e insetos.

Lavadeira ou lavandeira, no Porto da Cruz conhecida por papa-moscas, *Motacilla cinerea schmitzi* (Tschusi 1900) – Entre os arquipélagos, ocorre apenas na ilha da Madeira e pode ser observada na foz de ribeiras, em meio urbano, nos jardins e em locais que apresentem pequenos lagos e outras fontes de água, assim como no interior da Ilha, em áreas onde abunde a floresta laurissilva e existam levadas ou ribeiras. Também pode ser encontrada nas áreas de maior altitude da Ilha, desde que existam locais com água corrente. Na Madeira, ocorre a subespécie endémica *M. c. schmitzi*. Esta é mais pequena que a sua congénere continental, apresenta bico mais longo, dorso de cinzento mais escuro, supercílio branco mais curto (reduzido a uma pequena risca atrás do olho) e maior intensidade na cor do ventre amarelo e da garganta preta. A cauda apresenta maior quantidade de preto e a risca branca abaixo da face é pouco distinta. Alimenta-se à base de insetos, que captura caminhando ou correndo sobre o solo ou em pleno voo.

Corre-caminhos, carreiró, carreirote, melrinho de Nosso Senhor ou melrinho de Nossa Senhora, no Porto Santo conhecido por bica, *Anthus berthelotii* (Bolle 1862) – Espécie endémica da Macaronésia, com distribuição restrita aos arquipélagos da Madeira e das Canárias. Nas ilhas da Madeira, do Porto Santo e das Desertas, ocorre a subespécie *A. b. madeirensis*, enquanto nas Canárias e nas ilhas Selvagens ocorre a subespécie *A. b. berthelotii*.



Fig. 14 – Corre-caminhos, carreiró, carreirote, melrinho de Nosso Senhor ou melrinho de Nossa Senhora, ou bica (fotografia do Parque Natural da Madeira, 2010).

A principal diferença entre estas duas subespécies é o facto de a primeira ter o bico mais comprido. Pode ser observada desde o nível do mar até às zonas mais altas, a cerca de 1800 m, mas ocorre preferencialmente em áreas rochosas e abertas, com pouca vegetação ou vegetação rasteira. O facto de andar e correr com frequência, só levantando voo quando se sente ameaçada, está provavelmente na origem do seu nome na Madeira. Alimenta-se sobretudo de insetos.



Fig. 15 – Tentilhão (fotografia de Virgílio Gomes, 2005).



Fig. 16 – Canário-da-terra (fotografia de Virgílio Gomes, 2019).

Tentilhão, *Fringilla coelebs madeirensis* (Sharpe 1888) – Subespécie endémica que, nestes arquipélagos, ocorre apenas na ilha da Madeira. É uma espécie comum nas áreas de laurissilva e floresta exótica, mas também pode ser encontrada em algumas áreas agrícolas. É uma das aves mais sociáveis que ocorre na Ilha, sendo fácil a sua observação ao longo das levadas e dos parques de merendas. A subespécie *F. c. maderensis* distingue-se, relativamente à sua congénere europeia, por apresentar plumagem mais colorida e pelo canto ser mais alto e mais melodioso. Ao nível da coloração da plumagem, as diferenças são mais notórias no macho, que apresenta peito rosado, dorso verde acastanhado e cabeça mais azulada. Alimenta-se sobretudo de sementes e de outras matérias vegetais, mas durante o período de reprodução consome principalmente invertebrados.

Canário-da-terra, *Serinus canaria* (Linnaeus 1758) – Espécie endémica da Macaronésia, que ocorre nos arquipélagos dos Açores, da Madeira e das Canárias. Ocorre em todas as ilhas do arquipélago, exceto nas Selvagens, e pode ser encontrado em distintos *habitats* e a várias altitudes. No verão, em especial, aparece em alguns dos picos mais altos da ilha da Madeira, mas, em geral, ocorre em áreas urbanas, áreas abertas com vegetação rasteira ou pouco densa, áreas agrícolas e áreas marginais de florestas ou bosques, quer sejam indígenas ou exóticos. No Porto Santo e nas Desertas, ocupa áreas mais áridas. Alimenta-se de sementes e de outras matérias vegetais, podendo ocasionalmente consumir pequenos invertebrados.

Verdilhão, *Carduelis chloris* (Linnaeus 1758) – No arquipélago da Madeira, nidifica exclusivamente na ilha da Madeira. Já foi considerada uma ave rara, mas em 2015 a sua presença podia ser detetada ao longo de grande parte da Ilha. Ocorre em jardins, parques urbanos e cemitérios, áreas de floresta exótica pouco densa, e em áreas agrícolas e espaços de floresta de transição perto delas. De forma geral, está ausente do interior de grandes manchas florestais, tal como a laurissilva, preferindo as áreas limítrofes. É pouco frequente a altitudes elevadas, sendo geralmente rara acima dos 1000 m. Alimenta-se de uma grande variedade de sementes, bagas e insetos.

Pintassilgo, *Carduelis carduelis parva* (Tshusi 1901) – É a ave mais colorida da avifauna do arquipélago, nidificando apenas nas ilhas da Madeira e do Porto Santo, embora nesta última a nidificação só tenha sido confirmada no começo do séc. XXI. Nas Desertas, também foi detetada a sua presença no ilhéu Chão e no Bugio. Pode ser observada desde em áreas à beira-mar até aos pontos mais elevados da

Madeira, em especial nas zonas agrícolas, em locais abertos com vegetação rasteira onde predominem gramíneas e cardos, jardins, núcleos de floresta exótica e áreas marginais de floresta indígena. No Porto Santo, concentra-se sobretudo na parte leste da ilha. A subespécie *C. c. parva* ocorre nos arquipélagos da Macaronésia, no Sul de França, nos Pirinéus, na Península Ibérica, nas ilhas Baleares e no Norte de África, e distingue-se da subespécie nominal em especial por apresentar dimensões mais reduzidas, particularmente as asas e a cauda. Alimenta-se de pequenas sementes, apresentando elevada preferência por sementes de cardos.

Pintarroxo, *Carduelis cannabina guentheri* (Wolters 1953) – Está presente nas ilhas da Madeira e do Porto Santo. É uma espécie comum nas falésias costeiras, embora também possa ser encontrada a altitudes superiores aos 1400 m. Ocorre preferencialmente em áreas abertas com vegetação rasteira, dominadas por gramíneas, mas também pode ser encontrada em áreas agrícolas e terrenos baldios. A subespécie *L. c. guentheri* é endémica do arquipélago da Madeira e apresenta asas mais curtas e bico mais delgado. O macho é facilmente identificado pela frente da cabeça e o peito avermelhado. Alimenta-se de sementes, de pequena e média dimensão.



Fig. 17 – Pintarroxo (fotografia de Virgílio Gomes, 2010).

Aves introduzidas

A maior parte das espécies aqui apresentadas encontra-se perfeitamente naturalizada; no entanto, até ao começo do séc. XXI não tinham sido estudados os possíveis impactos que as mesmas causaram na avifauna local.

Perdiz, *Alectoris rufa hispanica* (Seoane 1891) – Ave originária do Sudoeste da Europa, que ocorre de forma natural em Portugal, Espanha, França e Norte de Itália. Foi introduzida no arquipélago da Madeira antes de 1450. É uma espécie cinegética que ocorre apenas nas ilhas da Madeira e do Porto Santo, podendo ser observada desde em locais próximos do mar até aos picos mais altos, em áreas abertas com algumas manchas arbustivas e vegetação rasteira, que utiliza como esconderijo. De forma geral, pode ser observada em pequenos bandos de 2 a 15 indivíduos. A subespécie *A. r. hispânica*, que ocorre no Norte e Noroeste de Espanha, no Norte e Centro de Portugal e na ilha da Madeira, é mais escura e colorida, com garganta azul acinzentada mais escura, nuca castanha mais clara, dorso mais escuro e com mais preto no centro da garganta. A alimentação é variada, mas assenta sobretudo em material vegetal, incluindo folhas, caules, sementes e frutos.

Pato-mandarim, *Aix galericulata* (Linnaeus 1758) – Ave originária do Leste da Ásia. A sua nidificação foi confirmada em 2009 no



Fig. 18 – Patos-mandarins (fotografia de Virgílio Gomes, 2010).

Porto Santo, sendo a única ilha do arquipélago onde ocorre. Está presente em diversas reservas de água, desde que as mesmas apresentem nas margens vegetação densa ou arbustos. Tal como ocorreu em Inglaterra e na Europa, o estabelecimento de uma população no Porto Santo será resultado de aves domésticas que escaparam ou de libertação intencional das mesmas. São aves omnívoras, baseando a sua alimentação em sementes, minhocas e insetos.

Rola-turca, *Streptopelia decaocto* (Frivaldszky 1838) – Espécie com ampla distribuição global, que no final do séc. XX apresentou uma rápida expansão natural na Europa. Na Macaronésia, está bem estabelecida nas Canárias, onde nidifica em todas as ilhas exceto El Hierro, mas a sua colonização nos arquipélagos da Madeira e dos Açores é posterior; está amplamente distribuída pelo Porto Santo, sendo observada em áreas urbanas, parques e jardins, onde constrói os seus ninhos em árvores de grande porte. Na ilha da Madeira, ocorre apenas numa pequena área do Caniçal, onde tem sido observada desde 2004. Também já tem sido observada nas Desertas e Selvagens, embora não existam registos da sua nidificação. Desconhece-se a origem desta população, nomeadamente se é resultante de um fenómeno de colonização natural ou se tem origem em fugas ou na libertação de aves de cativeiro. Esta espécie é facilmente identificada por ser do tamanho de um pombo e apresentar plumagem cinzento claro, com parcial colar preto no pescoço. Alimenta-se principalmente de grãos de cereais e outras sementes, podendo também ingerir as partes verdes das plantas, invertebrados e pão.

Periquito-rabijunco, *Psittacula krameri* (Scopoli, 1769) – Ave de origem africana e asiática que se assemelha a um periquito, mas de maiores dimensões, e que pode ser detetada pelos seus chamamentos roucos e estridentes quando em voo. Ocorre apenas na ilha da Madeira e os primeiros registos da espécie em liberdade datam do ano 2000, com a observação de aves isoladas ou em pequenos bandos. Embora existam registos dispersos pela Ilha, a sua nidificação apenas foi confirmada no Funchal em 2009. Os seus ninhos são construídos em cavidades localizadas em árvores. A colonização da ilha da Madeira resultou de aves domésticas que escaparam ou de libertação intencional das mesmas. Frequenta diversos jardins e parques, desde que neles estejam presentes espécies de plantas tropicais de que se possa alimentar. Alimenta-se essencialmente de sementes e frutos.

Bico-de-lacre, *Estrilda astrild* (Linnaeus 1758) – Ave originária do continente africano, em especial de regiões a sul do Sahara. Esta é a espécie de ave exótica mais abundante na Madeira. Supõe-se que a introdução ocorreu através de aves que escaparam de gaiola e que se estabeleceram. A sua introdução na ilha do Porto Santo data de 1978, enquanto na Madeira existem registos desde 1986. Para nidificar utiliza caniçais, canaviais, sebes (normalmente bem desenvolvidas e próximas de água), matas ribeirinhas com denso coberto arbustivo e zonas cultivadas. Na ilha da Madeira, encontra-se em diversos locais próximos de ribeiras e lagoas, tais como Machico e Lagoa do Lugar de Baixo. Alimenta-se de sementes, mas por vezes também de insetos.

Lugre, *Carduelis sinica* (Linnaeus, 1766) – Ave originária do continente europeu e asiático, que se encontra bem distribuída desde a Europa Ocidental e a Rússia meridional até à costa do oceano Pacífico. O lugre era considerado uma espécie acidental no arquipélago da Madeira, até que a sua nidificação foi confirmada na ilha da Madeira em 2002, quando foi observado um adulto a alimentar uma cria. Este registo ocorreu numa área de lazer situada na vertente sul da ilha, a cerca de 1200 m de altitude, que apresenta um estrato arbóreo bem desenvolvido, dominado por espécies introduzidas, como pinheiros e abetos. Durante os últimos anos, a espécie tem sido detetada em diversos locais da Madeira, sempre em áreas dominadas por coníferas e, de forma geral, em associação com linhas de água e pequenos canais. Pelo facto de a espécie ter sido registada no arquipélago da Madeira ao longo de vários anos, a sua introdução na avifauna regional poderá ter sido um processo natural ou derivado

da libertação de indivíduos oriundos de cativeiro. A observação de aves juvenis indica que a espécie já colonizou grande parte da ilha da Madeira. Alimenta-se de sementes, em especial de coníferas, e, em menor quantidade, de invertebrados.

Aves visitantes

Embora o arquipélago da Madeira esteja fora das principais rotas migratórias seguidas pelas aves que nidificam na Europa e migram para África, existem registos de cerca de 337 espécies de aves visitantes que podem ser observadas regularmente ou apenas acidentalmente. Aqui são apresentadas algumas das espécies cuja presença tem sido registada anualmente, e geralmente por diversos indivíduos, quer em bandos, quer de forma isolada, em especial nas ilhas da Madeira e Porto Santo.

Marrequinha, *Anas crecca* (Linnaeus 1758) – É o pato de menor dimensão oriundo do continente europeu. A maior parte das aves permanece na Europa durante o inverno e apenas uma minoria migra para o Norte de África. No arquipélago da Madeira, é uma ave invernante, pois, de forma geral, só é observada entre os meses de outubro e março. Ocorre em lagoas, reservas de água e ribeiras. O macho apresenta uma plumagem bastante colorida, enquanto a fêmea é pardacenta. Alimenta-se preferencialmente de noite e apresenta uma dieta omnívora, embora o consumo de sementes predomine durante o inverno.

Pardela-preta, *Ardenna grisea* (Gmelin 1789) – Ave marinha que nidifica em colónias localizadas nas águas frias do hemisfério sul e que passa o inverno em áreas temperadas no norte dos oceanos Atlântico e Pacífico. É mais pequena que a pardela-de-barrete *Ardenna gravis*, apresenta plumagem quase toda negra, à exceção da parte inferior das asas, que é parcialmente branca, e o seu voo assemelha-se ao patagarro *P. puffinus*. Nos mares do arquipélago da Madeira, é uma migradora de passagem, ocorrendo essencialmente no período de migração, entre os meses de agosto e setembro, altura em que se desloca para Sul. Alimenta-se sobretudo de peixes, cefalópodes e crustáceos.



Fig. 19 – Pardela-preta em voo (fotografia de Virgílio Gomes, 2015).

Pardela-de-barrete, *Ardenna gravis* (O'Reilly 1818) – Ave marinha que nidifica exclusivamente em ilhas do Atlântico Sul, a partir das quais migra para o Atlântico Norte, onde grande parte da população passa o inverno austral. Apresenta tamanho semelhante à cagarra *C. diomedea*, embora seja um pouco mais pequena que esta. Apresenta um voo rápido, alternando batimentos de asas frenéticos com voo planado. Nos mares do arquipélago, é uma migradora de passagem comum, ocorrendo em elevados números no período de migração, entre os meses de agosto e setembro. Contagens realizadas no Porto Moniz, a partir de terra, registaram a passagem de milhares de indivíduos em apenas um dia. Alimenta-se sobretudo de peixes e cefalópodes.

Garça-boieira, *Bubulcus ibis* (Linnaeus 1758) – É semelhante à garça-branca-pequena *Egretta garzetta*, mas distingue-se dela pelo facto de ter bico amarelo. Na Europa, nidifica sobretudo no Mediterrâneo. Não efetua migrações de longa distância, dispersando-se por áreas próximas dos locais de nidificação, de acordo com a disponibilidade alimentar. É uma ave



Fig. 20 – Garça-boieira em voo (fotografia de Virgílio Gomes, 2010).

migradora de passagem no arquipélago da Madeira, ocorrendo em todas as ilhas. De forma geral, é observada solitária, embora possa ocorrer em bandos mistos com a garça-branca-pequena. Frequenta áreas abertas com vegetação rasteira, lagoas costeiras, ribeiras e praias. Alimenta-se sobretudo de insetos, embora também procure moluscos e pequenos vertebrados, tais como rãs e peixes.

Garça-real, *Ardea cinerea* (Linnaeus 1758) – Encontra-se bem distribuída pela Europa, onde nos últimos anos do séc. XX se verificou um incremento populacional, em especial no noroeste e centro. Embora parte das populações se concentre em algumas áreas da Europa durante o inverno, a maior parte das populações do Norte migra para o Mediterrâneo ou para sul do Sahara. É uma migradora regular no arquipélago da Madeira, e ocorre em todas as ilhas. Na ilha da Madeira, é possível observar esta ave durante quase todo o ano; no entanto, é durante os meses de setembro e outubro que se observa o maior número de indivíduos. De forma geral, os indivíduos são observados isolados, embora no período de migração existam registos de bandos com 15 ou mais aves. Pelo facto de ser uma ave grande, de pescoço e patas compridos, é facilmente reconhecível. Pode ser encontrada em lagoas, na foz de ribeiras, em praias e outros



Fig. 21 – Garça-real (fotografia de Virgílio Gomes, 2008).

locais com água, onde procura comida (rãs e peixes).

Garça-branca-pequena, *Egretta garzetta* (Linnaeus 1766) – Espécie oriunda do continente europeu, que ocorre de forma dispersa na Península Ibérica, em França, Itália e para leste, até ao norte da região do Cáucaso. No inverno, a maior parte das populações migra para o Norte e Centro de África; no entanto, muitas passam o inverno no Mediterrâneo europeu. É um visitante regular no arquipélago da Madeira, onde ocorre em números superiores durante os meses de outono e inverno. A sua silhueta e cor branca tornam-na uma ave facilmente reconhecida pela população. Pode ser observada em portos, praias e zonas costeiras, na foz de ribeiras, em reservas de água e lagoas. Na ribeira de Machico e no Funchal, há árvores que servem de dormitório, no qual por vezes se concentram vários indivíduos.



Fig. 22 – Garça-branca-pequena (fotografia de Virgílio Gomes, 2008).

Alimenta-se sobretudo de insetos aquáticos, crustáceos e pequenos peixes, assim como de pequenos anfíbios e répteis.

Tarambola-cinzenta, *Pluvialis squatarola* (Linnaeus 1758) – Nidifica no Ártico, essencialmente na Sibéria e no Alasca. Embora algumas aves invernem na Europa, a maior parte da população efetua migrações de longa distância, chegando até as costas da América do Sul e de África, ao Sul da Ásia e à Austrália. É uma invernante que ocorre anualmente na praia do Porto Santo, entre os meses de outubro e fevereiro, embora também possa ser observada em ribeiras e lagoas na ilha da Madeira. De forma geral, é solitária, embora possam ser observados pequenos bandos de até três indivíduos. Alimenta-se sobretudo de insetos e outros invertebrados, tais como moluscos e crustáceos.

Borrelho-grande-de-coleira, *Charadrius hiaticula* (Linnaeus 1758) – Nidifica na orla costeira ao longo das áreas árticas e subárticas, e nas águas temperadas do Norte da Europa. Efetua migrações de longa distância, distribuindo-se pelo Sul da Europa, Sul do continente africano e Sudoeste da Ásia. É uma invernante que ocorre no arquipélago da Madeira, em especial nas ilhas da Madeira e Porto Santo, durante os meses de outono e inverno (setembro a março). Pode ser observada em praias, quer arenosas, quer rochosas, na foz de ribeiras e em lagoas costeiras. Esta ave é semelhante à rolinha-da-praia *C. alexandrinus* (que nidifica no Porto Santo), mas é maior e o colar negro que apresenta é completo e circunda todo o pescoço. Usualmente, é solitária, embora possa ser observada em pequenos bandos misturados com a rolinha-da-praia e outras limícolas. Alimenta-se essencialmente de invertebrados aquáticos, como crustáceos e moluscos.

Maçarico-galego, *Numenius phaeopus* (Linnaeus 1758) – Espécie que nidifica no Norte da Europa e da Ásia cuja característica mais marcante é o seu bico comprido e curvo e o seu chamamento com sílabas repetitivas. A maior parte da população migra para a região Afro-tropical e as ilhas no Oceano Índico. No arquipélago da Madeira, ocorre essencialmente no período pré-nupcial (entre março e abril) e, posteriormente, na migração pós-nupcial, que decorre entre setembro e outubro, embora possam ser observados alguns indivíduos ao longo de todo o ano. É considerada uma migradora de passagem e invernante, ocorrendo com regularidade em todo o arquipélago, numa ampla variedade de locais, onde descansa e se alimenta, tais como praias, lagoas, ribeiras e áreas abertas com vegetação rasteira. Podem ser observados indivíduos isolados ou pequenos bandos, que podem reunir até 15 aves. Alimenta-se de crustáceos, moluscos e, por vezes, de pequenos peixes e répteis.

Vira-pedras ou rola-do-mar, *Arenaria interpres* (Linnaeus 1758) – Espécie holártica que, após a nidificação, migra para Marrocos, a África Ocidental e o oceano Índico. É a migradora de passagem e invernante mais comum que ocorre no arquipélago da Madeira, sendo possível a sua observação durante quase todo o ano, embora as maiores concentrações de indivíduos sejam registadas entre março e abril e entre setembro e outubro. Pode ser observada, geralmente em pequenos bandos, em diversos *habitats* costeiros, tais como praias, lagoas e a foz de ribeiras. . É frequente observá-la a virar pedras para capturar as presas que se encontram por baixo. Alimenta-se de insetos, crustáceos, moluscos e pequenos peixes.

Pilrito-das-praias, *Calidris alba* (Pallas 1764) – Ave originária do círculo polar ártico. As aves que chegam ao arquipélago da Madeira



Fig. 23 – Pilrito-das-praias (fotografia de Virgílio Gomes, 2012).

deverão ser originárias da Sibéria, Gronelândia e das regiões árticas do Canadá. A maior parte das aves migra para a América, África, Austrália e o Sul da Ásia para passar o inverno. É uma ave típica de praias abertas e amplas, onde, em geral, se move junto à rebentação. Também pode ser observada em foz de ribeiras e pequenas lagoas costeiras. É uma espécie invernante, que ocorre entre os meses de novembro e fevereiro. No Porto Santo, é anualmente encontrada na praia em pequenos bandos de 5 a 10 indivíduos, sendo facilmente reconhecida pela sua plumagem branca e corrida rápida. Alimenta-se sobretudo de pequenos invertebrados (moluscos, crustáceos e insetos) capturados na areia ou lama.

Pilrito-de-peito-preto, *Calidris alpina* (Linnaeus 1758) – Ave originária do Norte da Europa, que durante o inverno migra para Marrocos e a Mauritânia, permanecendo sempre no hemisfério norte. No arquipélago da Madeira, é considerada uma espécie migradora de passagem e invernante, que pode ser observada entre fevereiro e abril e entre setembro e outubro. Pode ser encontrada em lagoas, praias e na foz de ribeiras. Embora na Europa ocorra em bandos numerosos, na Madeira e no Porto Santo é geralmente observada em pequenos bandos que raramente ultrapassam os quatro indivíduos. Alimenta-se sobretudo de pequenos invertebrados, embora também se alimente de matéria vegetal.

Maçarico-das-rochas, *Actitis hypoleucos* (Linnaeus 1758) – A sua área de nidificação ocupa grande parte da Europa, desde o nível do mar até montanhas com 4000 m de altitude, e a maior parte da população migra para o hemisfério sul. É facilmente reconhecido pelo facto de, quando pousado, estar constantemente a abanar a cauda. No arquipélago da Madeira, é um migrador de passagem e invernante, que pode ser observado entre fevereiro e abril e entre setembro e outubro. De forma geral, os indivíduos vivem isolados, podendo ser encontrados em *habitats* favoráveis, tais como a orla costeira, lagoas, foz de ribeiras e praias. Alimenta-se de insetos e suas larvas, aranhas, moluscos e crustáceos e eventualmente pequenas rãs e peixes.

Perna-verde, *Tringa nebularia* (Gunnerus 1767) – As suas áreas de nidificação concentram-se na Europa Oriental e em áreas do norte da Escandinávia. Embora uma parte da população inverne na costa ocidental da Europa, a maior parte efetua migrações trans-saharianas, chegando até ao sul do equador. É uma ave invernante, que ocorre no arquipélago da Madeira entre setembro e março, em especial nas ilhas da Madeira e do Porto Santo, e que se encontra sobretudo na orla costeira, em praias, na foz de ribeiras, em lagoas e reservas de água. Em geral, é uma ave solitária, embora por vezes sejam observados pequenos bandos de até quatro indivíduos. Alimenta-se sobretudo de invertebrados aquáticos, mas também captura pequenos peixes.

Guincho-comum, *Larus ridibundus* (Linnaeus 1766) – Nidifica numa grande extensão do continente europeu, desde áreas mediterrânicas até ao subártico. A maior parte da população passa o inverno nas áreas mais quentes da Europa, embora alguns indivíduos migrem ao longo da costa africana até a Gâmbia. É uma pequena gaivota de ocorrência regular na Madeira e no Porto Santo, sendo a gaivota mais comum que inverna no arquipélago da Madeira. É uma espécie invernante que está presente entre novembro e fevereiro, por vezes em

bandos numerosos, e que ocorre em diversos locais da faixa litoral, tais como ribeiras, lagoas e portos. Quando está no arquipélago, apresenta a plumagem não nupcial, que se caracteriza por ter uma mancha escura atrás dos olhos. Alimenta-se essencialmente de insetos terrestres e aquáticos, minhocas, invertebrados marinhos e peixes.

Gaivota-d'asa-escura, *Larus fuscus* (Linnaeus 1758) – Gaivota muito semelhante à gaivota-de-patas-amarelas *L. m. atlantis*, distinguindo-se desta principalmente por ter as asas de um cinzento mais escuro. Nidifica apenas nas costas do norte e oeste da Europa, incluindo áreas do subártico. A maior parte da população migra para áreas que incluem o Atlântico este, Mediterrâneo, Mar Negro, Mar Cáspio e as costas africanas. A espécie é observada com alguma regularidade no arquipélago da Madeira, principalmente durante os meses de inverno, pelo que é considerada uma espécie invernante. Durante estes meses, é observada em associação aos grandes bandos de gaivota-de-patas-amarelas, em áreas costeiras, portos, ribeiras, lagoas, e até mesmo em lixeiras e locais de produção animal. Apresenta uma dieta omnívora e alimenta-se de uma grande variedade de presas animais, material vegetal, assim como diversos tipos de resíduos e detritos.

Fiscal ou alcaide, *Catharacta skua* (Brünnich 1764) – As suas áreas de nidificação concentram-se na região polar ártica e as áreas de invernada restringem-se ao oceano Atlântico, chegando à costa do Brasil e ao golfo da Guiné. É o moleiro (ave de tamanho médio, de cor escura e semelhante a uma gaivota) mais comum que ocorre nos mares do arquipélago da Madeira, estando geralmente presente durante os meses de agosto e setembro. Os pescadores chamam a esta ave fiscal, pelo facto de as riscas brancas que apresenta nas asas darem a ideia de um uniforme policial. Alimenta-se de peixe que captura no mar e dos excessos libertados pelos barcos de pesca, embora grande parte da sua alimentação seja obtida através de cleptoparasitismo, ou seja, perseguindo gaivotas para lhes roubar o peixe capturado.

Falcão-peregrino, *Falco peregrinus* (Tunstall 1771) – Nidifica em grande parte do continente europeu, desde as áreas mediterrânicas até o ártico. A maior parte da população efetua pequenos movimentos migratórios, exceto as populações do Norte e Nordeste da Europa que migram para a costa do Mediterrâneo. Apresenta um voo muito rápido, caçando mediante perseguições e voos picados. É uma migradora de passagem no arquipélago da Madeira, onde ocorre de forma solitária. Pode ser observada entre os meses de setembro e outubro, sobretudo em áreas abertas com vegetação rasteira, falésias sobre o mar, áreas agrícolas e áreas rurais. A sua dieta é constituída, quase em exclusivo, por aves, em especial pombos.

Andorinha-de-fora ou andorinha-das-chaminés, *Hirundo rustica* (Linnaeus 1758) – A andorinha mais delgada que ocorre na Europa, nidificando ao longo de todo o continente europeu. É uma migradora de longo curso, que no inverno se distribui desde o Mediterrâneo até sul do equador. É uma espécie invernante, que ocorre em todas as ilhas do arquipélago da Madeira, entre os meses de outubro e abril. Pode ser encontrada em diversos locais, nomeadamente em áreas abertas com vegetação rasteira, junto a lagoas e ribeiras, e mesmo em áreas urbanas. De forma geral, ocorre em bandos que podem variar entre os 5 e os 15 indivíduos. Alimenta-se quase exclusivamente de insetos voadores que captura junto à superfície de planos de água ou sobre manchas de vegetação arbustiva.

Andorinha-das-casas ou andorinha-dos-beirais, *Delichon urbicum* (Linnaeus 1758) – Nidifica ao longo de todo o continente europeu, incluindo áreas subárticas. As suas áreas de invernada distribuem-se desde o Mediterrâneo até as áreas tropicais do continente Africano. É uma espécie invernante que ocorre em todas as ilhas do arquipélago da Madeira, podendo ser observada entre os meses de outubro e fevereiro. Pode ser encontrada em bandos mistos com a andorinha-das-chaminés *H. rustica*, embora seja menor e voe mais lentamente, e a altitudes superiores a esta. Durante o dia, pode ser observada em busca de alimento, frequentando

zonas com grande abundância de insetos, *e.g.* junto a ribeiras e lagoas, onde captura as presas em voo.

Laverca, *Alauda arvensis* (Linnaeus 1758) – É a cotovia (passeriforme de pequeno porte típico de zonas áridas) mais comum e com maior distribuição pelo continente europeu, que ocupa grande parte do Norte e Leste da Europa. Faz pequenas migrações, deslocando-se para o Sul da Europa e as áreas mediterrânicas. Apresenta um voo característico, que se distingue pelo facto de pairar ligeiramente antes de pousar. É uma invernante regular no arquipélago da Madeira, ocorrendo entre os meses de outubro e fevereiro. Pode ser encontrada em áreas abertas com vegetação pouco desenvolvida e áreas mistas de matos, desde a beira-mar até aos picos mais elevados da ilha da Madeira, e, por vezes, em terrenos agrícolas. Forma bandos que podem atingir dezenas de indivíduos. Apresenta uma dieta variada que inclui plantas e animais, embora folhas, grãos e sementes sejam mais importantes no outono e inverno.

Rabirruivo-comum, *Phoenicurus ochruros* (Gmelin 1774) – Nidifica ao longo das áreas mediterrânicas e das áreas com temperaturas amenas do continente europeu. A maior parte da população europeia não efetua longas migrações, embora se possa deslocar até o Nordeste de África. É uma ave invernante, que está presente no arquipélago da Madeira entre os meses de outubro e março, ocorrendo preferencialmente em áreas abertas com vegetação rasteira, desde a beira-mar até aos picos mais elevados da ilha da Madeira, assim como em rochas na orla costeira. De forma geral, é observada isolada, não formando bandos. A sua dieta é dominada por pequenos invertebrados, que captura no solo, frutos e bagas.

Caiado ou chasco-cinzento, *Oenanthe oenanthe* (Linnaeus 1758) – Na Europa, apresenta uma vasta distribuição, que vai desde as ilhas do Mediterrâneo até ao Norte da Islândia. A maior parte das populações europeias inverna na África central. É uma migradora de passagem, que ocorre com regularidade em todas as ilhas do arquipélago da Madeira entre os meses de setembro e outubro e, em menor número, entre os meses de março e abril. Ocorre essencialmente em áreas abertas com afloramentos rochosos e vegetação herbácea (desde a beira-mar até aos locais de maior altitude da Madeira) e em áreas agrícolas. Alimenta-se essencialmente de insetos e outros invertebrados, embora também ingira bagas.

Lavandeira-de-fora ou alvéola-branca, *Motacilla alba* (Linnaeus 1758) – Nidifica em grande parte do continente europeu, desde as áreas mediterrânicas até o círculo polar ártico. Inverna no sul do Mediterrâneo, e em áreas tropicais e subtropicais do continente africano. No arquipélago da Madeira, é uma espécie invernante que está presente entre os meses de outubro e abril, e ocorre numa grande diversidades de *habitats*, tais como áreas abertas com vegetação rasteira, zonas urbanas, orla costeira, prados e terrenos agrícolas. De forma geral, é observada isolada ou em pequenos bandos até três indivíduos. Alimenta-se de invertebrados, que captura no solo, sobre vegetação rasteira, na superfície da água ou em pleno voo.

Escrevedeira-das-neves, *Plectrophenax nivalis* (Linnaeus 1758) – Nenhuma outra ave terrestre apresenta uma área de nidificação tão a norte, nidificando nas ilhas do Oceano Ártico, na Gronelândia, Islândia e Noruega. A sua principal área de invernada é a Europa central e setentrional. Embora o arquipélago da Madeira esteja situado a sul da sua área normal de invernada, no começo do séc. XXI tem sido anualmente observada nos picos mais elevados da ilha da Madeira. Ocorre durante os meses de outono e inverno, em pequenos bandos de 3 a 10 indivíduos. A sua alimentação baseia-se essencialmente em sementes e pequenos invertebrados.

Bibliog.: impressa: BANNERMAN, David A., e BANNERMAN, W. Mary, *Birds of the Atlantic Islands*, vol. 2, Edinburgh/London, Oliver & Boyd, 1965; BARONE, Ruben, e DELGADO, Guillermo, "Adiciones a la avifauna nidificante a la isla de Porto Santo (archipiélago da Madeira)", *Vieraea*, n.º 29, 2001, pp. 103-109; BIRDLIFE INTERNATIONAL, *Birds in Europe. Population Estimates, Trends and Conservation Status*, Cambridge, BirdLife International, 2004; CÂMARA, Duarte, *Guia de Campo das Aves do Parque Ecológico do Funchal e do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Associação dos Amigos do Parque Ecológico do Funchal, 1997; CAMPOS, Ana, e GRANADEIRO, José Pedro, "Breeding biology of white-faced storm petrel *Pelagodroma marina* in Selvagem Grande island, north-east Atlantic", *Waterbirds*, n.º 22, 1999, pp. 199-206; CATRY, Paulo *et al.*, *Aves de Portugal. Ornitologia do Território Continental*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2010; CLARKE, Tony, *Birds of the Atlantic Islands*, London, Christopher

Helm, 2006; COELHO, Nádia, *Monitorização e Ecologia da Gaivota-de-Patas-Amarelas* Larus cachinnans atlantis *no Arquipélago da Madeira*, Dissertação de Licenciatura em Biologia apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2007; COSTA, Helder *et al.*, *Aves de Portugal. Incluindo os Arquipélagos dos Açores, da Madeira e das Selvagens*, Bellaterra, Lynx, 2011; ENDE, Martijn van der, e VEEN, Marije van der, *Population Size & Presence in Habitat Types of the Madeira Firecrest* (Regulus madeirensis) *on Madeira Island*, Dissertação sobre Gestão Animal apresentada à Van Hall Larenstein University of Applied Sciences, Larenstein, texto policopiado, 2009; FAGUNDES, Ana Isabel *et al.*, *Atlas das Aves Nidificantes do Parque Ecológico do Funchal*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 2008; FAGUNDES, Catarina, e ROMANO, Hugo, "First breeding record of eurasian coot *Fulica atra* recorded on Madeira island (Madeira archipelago)", *Bocagiana*, n.º 227, 2009, pp. 1-5; FAGUNDES, Isabel, e NUNES, João, "First records of breeding moorhen *Gallinula chloropus* (Aves: Rallidae) on the islands of Madeira and Porto Santo", *Bocagiana*, n.º 211, 2003, pp. 1-4; FAGUNDES, Isabel *et al.*, *Gaivotas nos Aeroportos do Arquipélago da Madeira*, Relatório final do projeto de investigação, Funchal, Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, 2002; FARINHA, João Carlos, e COSTA, Helder, *Guia de Campo das Aves Aquáticas de Portugal*, Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza, 1999; FERREIRA, Jorge, *Avaliação do Estado de Conservação e Caracterização dos Habitats Preferenciais da Coruja-das-Torres* Tyto alba schmitzi *(Hartert 1900) na Ilha da Madeira*, Dissertação de Licenciatura em Biologia apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2005; FONTOURA, António Paulo, e GONÇALVES, David, "*Coturnix coturnix confisa* Hartert 1917 (Aves: Phasianidae), a real endemic subspecies or an artifact of science?", *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, vol. 4, 1995, pp. 277-284; GOUVEIA, Cátia, e FAGUNDES, Ana Isabel, *Censo da População de Galinhola* Scolopax rusticola *em 2010*, Relatório final do projeto de minimização do impacto das linhas elétricas aéreas em algumas espécies de aves vulneráveis, Funchal, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, 2011; GRANADEIRO, José Pedro *et al.*, "Numbers and population trends of cory's shearwater *Calonectris diomedea* at Selvagem Grande, northeast Atlantic", *Waterbirds*, vol. 29, n.º 1, 2006, pp. 56-60; HAGEMEIJER, Ward J. M., e BLAIR, Michael J. (eds.), *The EBCC Atlas of European Birds. Their Distribution and Abundance*, London, T. & A. D. Poyser, 1997; JESUS, José *et al.*, "Phylogenetic relationship of gadfly petrels *Pterodroma* spp. from north-eastern Atlantic ocean. Molecular evidence for specific status of Bugio and Cape Verde petrels and implications for conservation", *Bird Conservation International*, n.º 19, 2009, pp. 1-16; KEW, Jeff, *Development of Passerine Ringing in Madeira, Sabbatical Project Report*, London, Royal Society for the Protection of Birds, 2004; MARTÍN, Aurélio, e LORENZO, Juan Antonio, *Aves del Archipiélago Canario*, La Laguna, Francisco Lemus, 2001; MATIAS, Rafael, *Aves Exóticas Que Nidificam em Portugal Continental*, Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza, 2002; MENEZES, Dília *et al.*, Pterodromas *do Arquipélago da Madeira. Duas Espécies em Recuperação*, Funchal, Serviço do Parque Natural da Madeira, 2010; NUNES, João *et al.*, "Recent data on the distribution and conservation status of the madeiran spectacled warbler, *Sylvia conspicillata orbitalis*", *Airo*, n.º 12, 2002, pp. 93-97; OLIVEIRA, Paulo, *Conservation and Ecology of the Endemic Madeira Laurel Pigeon* Columba trocaz, Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos da Manchester Metropolitan University para a obtenção do grau de Doutor, Manchester, texto policopiado, 2003; *Id.*, e JONES, Martin, "Population numbers, habitat preferences and the impact of the long-toed pigeon, *Columba trocaz*, on agriculture", *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, sup. 4, 1995, pp. 531-542; OLIVEIRA, Paulo, e MENEZES, Dília, *Aves do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Serviço do Parque Natural da Madeira, 2004; ONLEY, Derek, e SCOFIELD, Paul, *Albatrosses, Petrels and Shearwaters of the World*, London, Christopher Helm, 2007; PEREIRA, Carlos, *Aves dos Açores*, Ponta Delgada, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, 2010; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 4.ª ed., vol. I, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989; RAMOS, Urtelinda, *Reproductive Biology of An Endangered Seabird Species, the Macaronesian Shearwater* Puffinus baroli baroli, Dissertação de Mestrado em Ecologia apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, texto policopiado, 2013; ROMANO, Hugo *et al.*, "Birds of the archipelagos of Madeira and the Selvagens II. New records and checklist update (1995-2010)", *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, vol. 60, 2010, pp. 5-44; SANGSTER, George *et al.*, "Taxonomic recommendations for western palearctic birds. Ninth report", *Ibis*, n.º 155, 2013, pp. 898-907; SERVIÇO DO PARQUE NATURAL DA MADEIRA, *Evolução dos Efetivos Populacionais de Pombo-Trocaz* Columba trocaz *(1986-2012). Atual Estado de Conservação*, Funchal, Serviço do Parque Natural da Madeira, 2012; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1984; SNOW, D. W., e PERRINS, C. M., *The Birds of the Western Palearctic*, vols. 1-2, Oxford, Oxford University Press, 1998; VERÍSSIMO, Carla, *Censo de Milhafres/Mantas nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira. Relatório de Projeto. Dados de 2006 a 2013*, Povoação, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, 2013; ZINO, Paul Alexander, "A short history of the shearwater hunt on the Great Salvage and recent developments on this island", *Bocagiana*, n.º 84, 1985, pp. 1-14; **digital:** *Atlas das Aves Nidificantes da Madeira*: http://www.atlasdasaves.netmadeira.com/ (acedido a 25 maio 2013); "BirdLife taxonomic checklist v7.9", *BirdLife International*, s.d.: http://www.birdlife.org/datazone/info/taxonomy (acedido a 17 set. 2014).

Ana Isabel Fagundes

Aves marinhas pelágicas

Designam-se vulgarmente por aves marinhas pelágicas aquelas espécies de aves marinhas que passam grande parte da sua vida no alto mar, dependendo da terra apenas para a sua reprodução. Pertencem à ordem dos Procelariiformes (albatrozes, petréis, pardelas, painhos e afins). Destas, oito espécies utilizam as ilhas do arquipélago da Madeira como locais de nidificação. São elas a freira-da-madeira, *Pterodroma madeira* (MATHEWS, 1934), a freira-do-bugio, *Pterodroma deserta* (MATHEWS, 1934), a alma-negra, *Bulweria bulwerii* (JARDINE e SELBY, 1828), a cagarra, *Calonectris borealis* (CORY, 1881), o patagarro, *Puffinus puffinus* (BRÜNNICH, 1764), o pintainho, *Puffinus baroli* (BONAPARTE, 1857), o calcamar, *Pelagodroma marina hypoleuca* (WEBB, BERTHELOT e MOUQUIN-TANDON, 1841) e o roque-de-castro, *Oceanodroma castro* (HARCOURT, 1851).

Freira-da-madeira – Esta ave, da família Procellariidae, endémica da Madeira, foi assinalada



Fig. 1 – Freira-da-madeira (fotografia de Thomas Dellinger, 2014).

por Ernesto Schmitz em 1903, quando alguém lhe trouxe uma ave das serras de Santo António, Funchal. Na altura, o próprio identificou a ave que lhe trouxeram como sendo freira-do-bugio (*Oestrellata feae*, depois designada de *Pterodroma deserta*), que ele sabia que nidificava no ilhéu do Bugio, Desertas, de onde já tinha obtido alguns exemplares. Após a saída de Ernesto Schmitz da Madeira, em 1908, pouco mais se ouviu falar da freira-da-madeira ao ponto de, na déc. de 1950, ter sido considerada extinta.

Em 1963, G. E. Maul organizou uma expedição científica às ilhas Selvagens. Nessa viagem, entre outros, encontravam-se C. Jouanin e F. Roux do Laboratório de Ornitologia do Museu de História Natural de Paris, como também P. A. Zino e seu filho Francis Zino. Estes desenvolveram vários estudos sobre as aves do arquipélago, incluindo excelentes gravações das vocalizações da freira-do-bugio.

Entre 1967 e 1968, P. A. Zino e os ornitólogos franceses realizaram várias visitas à área sobranceira ao Curral das Freiras para tentar ouvir o chamamento da freira-da-madeira, mas sem sucesso. Uma vez mais, a ideia de que as aves estavam extintas foi lançada, mas G. E. Maul estava convencido de que existia uma pequena colónia ainda não descoberta, porque, em 1941 e 1951, dois juvenis da freira-da-madeira foram encontrados no Funchal, com certeza atraídos pelas luzes da cidade, e levados para o Museu Municipal.

P. A. Zino, considerando que a freira-do-bugio e a freira-da-madeira seriam muito semelhantes, ao ponto de E. Schmitz não ter notado a diferença entre elas, decidiu, com a ajuda de Campos de Andrada, da Direção dos Serviços Florestais, confrontar os pastores da área do Curral das Freiras e do Pico do Areeiro com o registo áudio da freira-do-bugio. Depois de muitas tentativas, o pastor Lucas do Curral das Freiras reconheceu os sons, e identificou-os como sendo o canto das almas dos pastores que tinham morrido nas montanhas, no pico do Cidrão.

Com a sugestão do local, em abril de 1969, G. E. Maul, P. A. Zino e F. Zino confirmaram os referidos sons, ouvidos à noite, como sendo da freira-da-madeira, que afinal não estava extinta e cuja nidificação viria a ser confirmada a 16 de junho desse ano naquele local. Desde então e até à déc. de 1980, foram feitas visitas noturnas regulares à área de nidificação no pico do Areeiro por um grupo de ornitólogos amadores, que incluíam P. A. Zino, F. Zino, Manuel Biscoito, Henrique Costa Neves, Donato Caires, Miguel Mendes Moreira, Edward Gerrard e Elizabeth Zino, que mais tarde constituíram uma associação para a proteção da natureza denominada FCP-Freiras-Associação para a Conservação e Proteção da Natureza da Madeira, cujo papel foi crucial na salvaguarda desta espécie.

Em 1985, numa das visitas aos locais de nidificação por F. Zino e Henrique Costa Neves, foi encontrado apenas um ovo e roído por ratos, o que os alertou para uma predação muito perigosa para a sobrevivência da espécie. A 12 de junho de 1986, Manuel Biscoito e F. Zino conseguiram apanhar uma freira-da-madeira, que foi anilhada com a anilha n.º J01150. Pesava 185 g e foi o primeiro indivíduo desta espécie a ser anilhado.

Alan Buckle, da empresa fitofarmacêutica britânica ICI, e Andy Swash, do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação do Reino Unido, planearam, em 1986, um sistema para eliminar a predação dos ratos sobre as aves, que consistia na colocação de veneno em caixas de madeira feitas para o efeito, que impediam qualquer tipo de envenenamento acidental da fauna circundante. No início de 1987, a ICI decidiu não só dar o seu *know-how*, como também financiar a compra de material de montanha e todo o veneno necessário (Klerat, Brodifacoum). Desde 1987 até 2004, foi colocada uma série de caixas de veneno, fabricadas no Museu de História Natural do Funchal, formando um cordão sanitário à volta dos ninhos. Todas as caixas eram numeradas e visitadas regularmente, anotando-se os dados de cada uma. Este trabalho tornou-se um dos programas de controlo de ratos mais longo e completo a nível mundial.

Em 1992, foram encontradas 10 aves mortas no local de nidificação, o que na altura

representava 25 % da população conhecida. Esta catástrofe deveu-se à predação por gatos assilvestrados. Imediatamente foi montado um dispositivo de captura destes predadores, tendo sido retirados do local uma média de 10 gatos por ano.

O Serviço do Parque Natural da Madeira (SPNM), posteriormente Instituto das Florestas e Conservação da Natureza (IFCN), IP-RAM, manteve o acompanhamento da colónia de freiras da Madeira e a respetiva manutenção do esquema de controlo de predadores.

O grande incêndio florestal de 13 de agosto de 2010 atingiu as áreas de nidificação da freira-da-madeira, destruindo tudo em volta dos ninhos e matando, pelo menos, 38 juvenis e 4 adultos, no que se pode considerar uma das maiores catástrofes conhecidas para a espécie. O SPNM iniciou, no mesmo ano, um processo de recuperação do *habitat*, com a colocação de ninhos artificiais e de cobertura vegetal para o controlo da erosão. Neste ano, apenas um juvenil foi encontrado vivo e foi anilhado.

A freira-da-madeira, como todos os outros membros da sua família, não se encontra presente todo o ano na Ilha. Os indivíduos reprodutores regressam aos seus locais de nidificação em meados de março, seguidos dos pré-reprodutores. A postura tem o seu início por volta de 15 de maio, com apenas um ovo por casal. O ninho é uma câmara no final de uma galeria escavada no solo – podendo atingir 1,5 m de profundidade – em pequenos parapeitos – chamados mangas – situados nas paredes rochosas de alguns picos do maciço central da Madeira, a quase 1800 m de altitude. A eclosão tem lugar no início de julho. Os juvenis são alimentados pelos progenitores alternadamente até estarem em condições de voar, no final de setembro, princípios de outubro.

Com recurso à utilização de minúsculos geolocalizadores colocados numa anilha na pata da ave, F. Zino e colaboradores conseguiram, em 2007, determinar as principais áreas no oceano por onde as freiras da Madeira se distribuem. Assim, durante o período da reprodução, as aves não saem do oceano Atlântico nordeste, entre o Sul da Islândia e Cabo Verde e desde a costa de Marrocos até aos Açores. Durante a época de inverno, as aves distribuem-se numa área mais vasta, que para sul inclui o Nordeste Brasileiro, Ascensão e Santa Helena e o meio do Atlântico sul, até à latitude da Namíbia.

Em 2016, a população nidificante de freira-da-madeira não devia exceder os 70 casais, tendo este número sido muito afetado pela destruição causada pelo incêndio de 2010. A espécie consta da Lista Vermelha da União Internacional de Conservação da Natureza (UICN) (2016) com o estatuto de "em perigo". A sua área de nidificação está protegida no âmbito da Reserva Geológica e de Vegetação de Altitude, do Parque Natural da Madeira, criada em 1982, que por sua vez está integrada na Rede Natura 2000, como Zona de Proteção Especial (ZPE) e Zona Especial de Conservação (ZEC).

Freira-do-bugio – Esta ave, da família Procellariidae, é muito próxima da freira-da-madeira, distinguindo-se essencialmente por ter um bico mais robusto, ser maior e nidificar numa época não coincidente com a da freira-da-madeira. Até 2016, só se conhecia a sua nidificação no ilhéu do Bugio, o mais a sul das ilhas Desertas. Durante muito tempo foi considerada uma subespécie de *Pterodroma mollis* (GOULD, 1844) (*P. mollis deserta*, MATHEWS, 1934) e, mais tarde, como sendo *P. feae* (SALVADORI, 1899), que também nidifica em Cabo Verde. Posteriormente, face às diferenças morfológicas, biológicas e genéticas, foi considerada



Fig. 2 – Freira-do-bugio (fotografia de Virgílio Gomes, 2017).

uma espécie distinta (*P. deserta*) e endémica.

O primeiro registo da freira-do-bugio data de 1853, constando de dois espécimes que se encontram depositados no Museu da Universidade de Cambridge, e as primeiras observações científicas no local de nidificação foram feitas em 1967 e 1968, por Christian Jouanin, Francis Roux e P. A. Zino, que publicaram o primeiro trabalho científico sobre esta ave em 1969, ano da redescoberta da freira-da-madeira.

A presença desta espécie nos mares da Madeira para a reprodução vai desde o final de maio até dezembro, sendo que a postura (um único ovo por par e por época) tem o seu início na segunda quinzena de julho, a eclosão ocorre durante o mês de setembro e a saída dos juvenis dos ninhos começa no final de novembro e termina nos primeiros dias de janeiro. Daí até julho, as aves permanecem no oceano, concentrando-se em áreas à volta de Cabo Verde e no Brasil, no nordeste e na região da Bacia de Santos. Os ninhos são constituídos por galerias escavadas no solo e concentram-se sobretudo no planalto sul do Bugio, a cerca de 320-340 m de altitude. Em 2016, a população nidificante do Bugio estava estimada em 150 a 200 casais, constando a freira-do-bugio da Lista Vermelha da UICN, com o estatuto de "vulnerável". A sua área de nidificação está protegida no âmbito da Reserva Natural das Ilhas Desertas, criada em 1990 e integrada na Rede Natura 2000, como ZPE e ZEC.

Alma-negra – Esta pequena ave da família Procellariidae foi assinalada e descrita pela primeira vez na Madeira por William Jardine e Prideaux Selby em 1828, com base num exemplar colhido na Ilha por Bulwer em 1827, e é muito comum o seu avistamento no mar, entre abril e setembro. Nidifica em todas as ilhas do arquipélago, mas a sua colónia maior situa-se na Selvagem Grande (mais de 5000 pares), seguida das Desertas e dos ilhéus do Porto Santo. Faz os seus ninhos em fendas rochosas e outras cavidades naturais ou artificiais, desde a beira-mar até altitudes de pelo menos 400 m, nas Desertas. A postura inicia-se na primeira semana de junho. O período de incubação dura cerca de 43 dias e a saída dos juvenis dos ninhos dá-se cerca de 62 dias depois, ou seja, em meados de agosto, início de setembro. Nesta espécie, existe grande fidelidade do par e fidelidade ao ninho, característica também encontrada noutras espécies de Procellariiformes.



Fig. 3 – Alma-negra (fotografia de Porto Santo Verde, 2015).

Trabalhos realizados com geolocalizadores mostraram que, entre abril e setembro, as almas negras nidificantes nas Selvagens se mantêm no Atlântico nordeste, essencialmente concentradas à volta do arquipélago, entre os Açores e a costa noroeste de África e desde o norte da Península Ibérica até Cabo Verde. E, de outubro a março, ocupam o Atlântico central, ao longo do meridiano 30 ° W, desde a latitude de Cabo Verde até à latitude do sul do Brasil.

Em 2016, esta espécie constava da Lista Vermelha da UICN com o estatuto de "menor preocupação". Durante o período de nidificação, as suas principais ameaças são os ratos (na Madeira e Porto Santo) e as gaivotas (nas Desertas e Selvagens), que já foram vistas a atacar almas negras em pleno voo, em noites de lua.

Cagarra – As cagarras, espécie pertencente à família Procellariidae, nidificam em todas as ilhas do arquipélago da Madeira, mas é nas Selvagens que possuem a sua colónia mais importante e também a mais estudada. De todas as aves marinhas pelágicas que nidificam na Madeira, é a de maior tamanho e a que efetua migrações mais longínquas.

Durante mais de 100 anos, a captura de juvenis foi feita legalmente nas ilhas Selvagens por caçadores da Madeira, os quais matavam



Fig. 4 – Cagarra ou pardela no ninho com ovo à vista (fotografia de Virgílio Gomes, 2010).

anualmente até 30.000 juvenis. Estes animais eram salgados e posteriormente vendidos na Madeira, em especial para as populações das freguesias de Machico, Santa Cruz e Caniçal. Refira-se que nada era desperdiçado nesta caça: a penugem e as penas eram comercializadas para almofadas e edredons, o óleo do estômago era recolhido, as vísceras, a cabeça e as patas eram moídas para engodo para a pesca e os pescoços salgados e vendidos à parte. Este ritmo de caça, aliado à caça ilegal de adultos (a morte de um adulto nidificante é equivalente à de 10 juvenis), tornada possível com a motorização da frota de pesca, levou a uma diminuição drástica dos efetivos da colónia ao ponto de colocar esta espécie em riscos de extinção.

Embora as cagarras tenham sido pela primeira vez assinaladas no arquipélago em 1851, por E. V. Harcourt, só a partir da expedição científica organizada pelo Museu de História Natural do Funchal (na altura Museu Municipal do Funchal), em 1963, é que esta espécie foi estudada sistematicamente, por C. Jouanin, F. Roux, P. A. Zino, F. Zino e outros. Essa expedição revelou-se decisiva para a conservação das espécies de aves marinhas das Selvagens e para a própria criação da reserva natural, em 1971. P. A. Zino, influenciado por C. Jouanin e F. Roux, tomou consciência, em 1963, da situação das cagarras e da insustentabilidade da prática de caça realizada até então. Em 1967, adquiriu ao proprietário das ilhas, Luís da Rocha Machado, os direitos de caça, de modo a que não se pudesse caçar durante uns anos e assim fosse possível recuperar a depauperada colónia de cagarras. Ao mesmo tempo, adquiriu um terreno na Selvagem Grande e aí construiu uma casa e uma cisterna, a qual serviu de base para os estudos científicos que nessa altura se iniciaram. Quatro anos mais tarde, na iminência da aquisição das ilhas pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF), o Estado português optou pela sua compra, transformando-as numa reserva natural, pondo assim termo à possibilidade legal de se caçarem cagarras.

Estas aves estão nas ilhas desde fevereiro-março a outubro-novembro. Em março e abril, tem lugar a escolha dos ninhos e há muitas lutas, por vezes provocando a morte de um dos contendores. Tal como nos outros Procellariiformes, as fêmeas desta espécie têm capacidade de pôr apenas um ovo por ano. A postura tem início por volta do dia 23 de maio e continua até meados de junho. Ao fim de cerca de 54 dias, dá-se a eclosão e, após cerca de 97 dias, os juvenis abandonam os ninhos para iniciarem a sua vida no mar. Os juvenis regressam pela primeira vez como pré-reprodutores com cerca de 5 anos e a maturidade é atingida ao fim de 8 a 13 anos.



Fig. 5 – Cagarra ou pardela (fotografia de Thomas Dellinger, 2014).

A sua longevidade é grande, podendo atingir pelo menos 30 anos. Os adultos voltarão às Selvagens no início da primavera seguinte para nova reprodução, havendo grande fidelidade ao parceiro e ao ninho.

Anualmente, e desde 1963, tem lugar a anilhagem de juvenis nascidos no ano, em alguns locais de estudo na Selvagem Grande. Este esforço visa obter dados a longo prazo sobre o comportamento da colónia e a biologia da espécie, bem como contribuir para o conhecimento da sua migração. Para este último aspeto muito tem contribuído a utilização de emissores seguidos por satélite e geolocalizadores. Durante a época de reprodução, os adultos reprodutores deslocam-se das Selvagens para a costa africana, a fim de se alimentarem na área de afloramento que existe ao largo de Marrocos. Durante o dia, e enquanto decorre a incubação, em regra só um dos progenitores está no ninho, enquanto o outro está no mar em alimentação. Após a eclosão, os progenitores vão ao ninho à vez, para alimentar os juvenis. Nas Selvagens e ao contrário do que acontece noutras colónias, o regresso das cagarras a terra dá-se ainda com luz do dia, criando ao final da tarde um espetáculo inigualável de milhares de aves em voo a dirigir-se para os ninhos. Após a reprodução, em meados de novembro, progenitores e crias abandonam as ilhas para a sua migração anual até aos mares do Atlântico sul, quer para a área do mar da Prata, na Argentina, quer para a área da corrente de Benguela. Alguns indivíduos chegam a dobrar o cabo da Boa Esperança e a penetrar no oceano Índico, até ao canal de Moçambique.

Com a criação da Reserva, a cessação da caça e o esforço inicial de conservação empreendido por P. A. Zino e continuado desde então pelo SPNM, a colónia de cagarras foi aumentando progressivamente, também como resultado da eliminação, em 2003, dos coelhos e morganhos que existiam na Selvagem Grande, introduzidos voluntária e involuntariamente pelo homem na tentativa de colonização destas ilhas. Em 2016, calculava-se que só na Selvagem Grande existissem mais de 29.000 pares reprodutores e que, no conjunto do arquipélago da Madeira, este número fosse superior a 45.000.

Em 2016, a cagarra constava da Lista Vermelha da UICN com o estatuto de "menor preocupação". Para além da proteção de que já dispunham, em 2001 as ilhas Selvagens passaram a integrar a Rede Natura 2000, como ZPE e ZEC.

Patagarro – Esta ave da família Procellariidae tem nidificação confirmada apenas na ilha da Madeira, onde foi assinalada pela primeira vez em 1851, e, dada a inacessibilidade da maioria dos seus ninhos, é talvez a menos estudada no arquipélago. As aves começam a chegar à Ilha em meados de janeiro e a visitar os ninhos em fevereiro, altura em que se pode encontrar um grande número de aves pousadas no mar (jangadas), ao largo das principais ribeiras da Madeira. Já de noite, sobem os vales das ribeiras mais fundas até aos ninhos que se situam nas suas cabeceiras, por vezes a 1000 m de altitude. A postura tem lugar em meados de março (apenas um ovo por casal e por época) e a saída dos juvenis dos ninhos dá-se entre o final de junho e o início de agosto. Em setembro, também é possível avistar patagarros no mar ao largo da Madeira em elevado número. Trata-se, contudo, de aves em migração, provavelmente oriundas das colónias nas ilhas Britânicas.

Em 2016, esta espécie constava da Lista Vermelha da UICN com o estatuto de "menor preocupação", embora se reconhecesse que a tendência populacional é decrescente. Na Madeira, o patagarro está sujeito a várias ameaças,



Fig. 6 – Patagarro (fotografia de Virgílio Gomes, 2008).

em particular a predação por ratos e, em alguns locais, a colheita de juvenis para consumo humano. Na área do Parque Ecológico do Funchal, onde se situam alguns ninhos, foi montado um esquema de controlo de ratos semelhante ao utilizado para a freira-da-madeira. Como todas as restantes aves marinhas pelágicas, o patagarro é suscetível de ser atraído pela iluminação pública e com isso ficar desorientado. Assim, no final do período de reprodução, é comum encontrar patagarros juvenis pousados no chão em áreas urbanas; se forem colocadas à beira-mar à noite, para evitar serem atacadas por gaivotas, têm normalmente capacidade de regressar ao seu meio natural.

A título de curiosidade, refira-se que os patagarros, quando sobem os vales das ribeiras à noite, emitem um som característico, o que levou as pessoas que habitam nesses locais a traduzir onomatopeicamente o seu canto da seguinte forma: "Vou para a serra vou lavado, vou para o mar vou cagado!"

Pintainho – Pertencente à família Procellariidae, esta ave assinalada por E. V. Harcourt em 1851 é talvez menos comum do que se pensava e, sendo uma nidificante de inverno é relativamente pouco estudada. Nidifica isoladamente na Madeira e nos ilhéus do Porto Santo e tem as suas maiores colónias na Selvagem Grande e nas Desertas, sendo que na primeira a sua população ronda os 2000 casais.

A época da reprodução inicia-se em novembro-dezembro, com os indivíduos pré-reprodutores a visitarem os ninhos, que na Selvagem Grande estão localizados em fendas rochosas ou no interior dos muros de pedra que lá existem. Por vezes, estas aves utilizam ninhos desocupados de cagarras e de almas negras. É provável que o início da postura ocorra em finais de fevereiro e a saída dos juvenis do ninho em finais de maio, início de junho. No período da reprodução, os adultos regressam a terra de noite e em noites escuras cantam continuamente. O seu canto cessa de imediato com o aparecimento da lua ou com qualquer luz artificial.

É provável que os pintainhos não se afastem muito dos locais de nidificação, quer durante a época de reprodução, quer na sua migração anual.

Como já foi referido, esta espécie, que ocorre apenas nos arquipélagos macaronésicos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, é pouco comum e o seu estatuto de ameaça não foi ainda avaliado pela UICN. Nas Desertas e nas Selvagens, encontra-se protegida pelo estatuto das respetivas reservas naturais.

A taxonomia das pardelas pretas e brancas tem sido muito discutida e é até problemática. Devido à sua aparência semelhante a *Puffinus assimilis* (pardela associada ao hemisfério sul), o pintainho foi considerado uma subespécie desta: *Puffinus assimilis baroli*. Contudo, estudos genéticos revelaram que o pintainho estava mais relacionado com *Puffinus lherminieri*. Em 2016, o seu estatuto não estava ainda decidido: enquanto uns autores consideravam o pintainho uma espécie distinta, *Puffinus baroli,* outros consideravam-na ainda subespécie: *Puffinus lherminieri baroli*.

Calcamar – Esta pequena ave da família Hydrobatidae deve o seu nome vulgar ao facto de bater com as suas patas na superfície da água, quando se está a alimentar. A subespécie *Pelagodroma marina hypoleuca* nidifica apenas nos arquipélagos das Canárias e da Madeira, sendo que na Madeira nidifica apenas nas ilhas Selvagens, que constituem assim o limite norte da área de nidificação desta subespécie, assinalada pela primeira vez em 1895 por Ogilvie Grant. Outras cinco subespécies de *Pelagodroma marina* são conhecidas e distribuem-se pelos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico, sendo a subespécie *P. m. eadesorum*, que nidifica em Cabo Verde, a que se encontra mais próxima.

Os calcamares, cuja população na Selvagem Grande se estima em cerca de 40.000 pares, nidificam maioritariamente em locais específicos do planalto, o Chão dos Calcamares e o Chão dos Caramujos. Fazem os ninhos em galerias que escavam no solo arenoso e cujas entradas ficam disfarçadas por entre a vegetação. Desta forma, os ovos e os juvenis ficam protegidos dos predadores, nomeadamente das gaivotas e lagartixas.



Fig. 7 – Calcamar em voo (fotografia de Virgílio Gomes, 2007).



Fig. 8 – Roque-de-castro em voo (fotógrafo não identificado).

Na Selvagem Pequena e no ilhéu de Fora, devido às condições de solo muito propícias, o calcamar ocorre em número muito superior ao da Selvagem Grande (mais de 60.000 casais) e, no seu conjunto, estas ilhas contêm a maior colónia desta espécie no oceano Atlântico.

Tal como os restantes Procellariiformes, os calcamares também só põem um ovo por ano, vindo a terra apenas para nidificar. Estão à volta das ilhas a partir de dezembro e a postura tem lugar no final de março, princípios de abril. A eclosão dá-se entre fim de maio e princípios de junho e, em finais de julho, princípios de agosto, os juvenis abandonam a Ilha. Em setembro, já todos os calcamares iniciaram a sua migração anual sendo possível que se desloquem, tal como as cagarras, para os mares do Sul durante o inverno.

Em 2016, o seu estatuto de ameaça não tinha sido avaliado pela UICN. Nas ilhas, os seus maiores inimigos são as gaivotas, já que, dado o estatuto de proteção das Selvagens, a perturbação humana é negligenciável, desde que haja vigilância permanente.

Roque-de-castro – O roque-de-castro é uma pequena ave marinha pelágica nidificante no arquipélago da Madeira e pertence à família Hydrobatidae. A espécie foi descrita por E. V. Harcourt em 1851, com base em exemplares colhidos na Madeira, daí também ser conhecida por painho da Madeira. É provavelmente mais comum do que parece e nidifica em todas as ilhas do arquipélago, com as colónias mais importantes nas Desertas e nas Selvagens. Contudo, em 2016, não existiam estimativas fiáveis do número de casais existente.

A reprodução desta espécie tem sido alvo de debate, pois já se encontraram ovos em todos os meses do ano. Contudo, parece haver dois picos de abundância de ovos, indiciando a presença de duas populações, uma nidificando no inverno (novembro-dezembro) e outra no verão (junho). Os estudos de genética poderão lançar alguma luz sobre esta questão e eventualmente revelar a presença de duas entidades taxonomicamente distintas. Alguns autores colocam esta espécie no género *Hydrobates*.

Os ninhos são, em regra, feitos em pequenos orifícios fundos, naturais ou artificiais, incluindo ninhos abandonados de outras espécies, nomeadamente calcamares e almas negras.

Em 2016, o seu estatuto de ameaça pela UICN foi dado como "menor preocupação". Nas ilhas, a sua ameaça maior advém das gaivotas e largatixas, tal como acontece com as almas negras e calcamares. Também o excesso de iluminação nas zonas urbanas litorais constitui fator de ameaça.

No começo do séc. XXI, uma outra espécie muito semelhante ao roque-de-castro, o painho de Swinhoe, *Oceanodroma monorhis*, foi observada na Selvagem Grande, com todas as indicações de ser nidificante. Porém, não tinha sido encontrada uma prova inequívoca de que tal se verificasse.

Na área oceânica do arquipélago da Madeira, podem ainda ser observadas, em certas

épocas do ano, outras aves marinhas pelágicas não nidificantes. As seguintes espécies foram já assinaladas: fulmar glacial, *Fulmarus glacialis* (LINNAEUS, 1761), bobo grande, *Calonectris diomedea* (SCOPOLI, 1769), pardela do Mediterrâneo, *Puffinus mauretanicus* (LOWE, 1921), pardela preta, *Puffinus griseus* (GMELIN, 1789), pardela de barrete, *Puffinus gravis* (O'REILLY, 1818), painho de Wilson, *Oceanites oceanicus* (KUHL, 1820), painho de cauda quadrada, *Hydrobates pelagicus* (LINNAEUS, 1758), painho de Swinhoe, *Oceanodroma monorhis* (SWINHOE, 1867), painho de Leach, *Oceanodroma leucorhoa* (VIEILLOT, 1818) e painho de barriga preta, *Fregetta tropica* (GOULD, 1844).

Bibliog.: impressa: BANNERMAN, David A., *Birds of the Atlantic Islands*, vol. 1, Edinburgh/London, Oliver & Boyd, 1963; *Id.*, e BANNERMAN, W. Mary, *Birds of the Atlantic Islands*, vol. 2, Edinburgh/London, Oliver & Boyd, 1965; CAMPOS, A. R., e GRANADEIRO, J. P., "Breeding biology of the white-faced storm petrel on Selvagem Grande island, north-east Atlantic", *Waterbirds*, n.º 22, 1999, pp. 199-206; CATRY, Paulo *et al.*, "Aves marinhas da Selvagem Pequena e do ilhéu de Fora. Censos e notas, com destaque para a dieta da gaivota-de-patas-amarelas", *Airo*, n.º 20, 2010, pp. 29-35; CORREIA-FAGUNDES, Catarina *et al.*, "Additions and corrections to the 2010 checklist of the birds of Madeira and the Selvagens", *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, vol. 61, n.º 330, 2011, pp. 23-28; GRANADEIRO, J. P. *et al.*, "Numbers and population trends of Cory's shearwaters *Calonectris diomedea* at Selvagem Grande", *Waterbirds*, n.º 29, 2006, pp. 56-60; HOYO, J. del, e COLLAR, N. J., *HBW and BirdLife International Illustrated Checklist of the Birds of the World*, vol. 1, Barcelona, Lynx Ediciones, 2014; MENEZES, Dília *et al.*, Pterodromas *do Arquipélago da Madeira. Duas Espécies em Recuperação*, Funchal, Serviço do Parque Natural da Madeira, 2010; OLSON, S. L., "Stasis and turnover in small shearwaters on Bermuda over the last 400.000 years (Aves: Procellariidae: *Puffinus lherminieri* group)", *Biological Journal of the Linnaean Society*, vol. 99, 2010, pp. 699-707; ROMANO, Hugo *et al.*, "Birds of the archipelagos of Madeira and the Selvagens II. Checklist update and new records", *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, vol. 60, n.º 326, 2010, pp. 5-44; ZINO, Francis, e BISCOITO, Manuel, "Breeding seabirds in the Madeira archipelago", in NETTLESHIP, David N. *et al.* (orgs.), *Seabirds on Islands. Threats, Case Studies and Action Plans*, Cambridge, BirdLife International, 1994, pp. 172-185; ZINO, Francis *et al.*, "The separation of *Pterodroma madeira* (Zino's petrel) from *Pterodroma feae* (Fea's petrel) (Aves: Procellariidae)", *Ibis*, vol. 150, n.º 2, 2008, pp. 326-334; ZINO, Francis *et al.*, "Zino's petrel movements at sea. A preliminary analysis of datalogger results", *Birding World*, vol. 24, n.º 5, 2011, pp. 216-219; ZINO, Francis *et al.*, "Bulwer's petrel movements at sea. A preliminary analysis of datalogger results from Selvagem Grande", *Birding World*, vol. 26, n.º 2, 2012, pp. 79-81; ZINO, Paul A., e ZINO, Francis, "Contribution to the study of the petrels of the genus *Pterodroma* in the archipelago of Madeira", *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, vol. 38, n.º 180, 1986, pp. 141-165; **digital:** CARBONERAS, C. *et al.*, "Audubon's shearwater (*Puffinus lherminieri*)", in HOYO, J. del *et al.* (orgs.), *Handbook of the Birds of the World Alive*, Barcelona, Lynx Ediciones, 2017: http://www.hbw.com/species/audubons-shearwater-puffinus-lherminieri (acedido a 3 mar. 2017); *The IUCN Red List of Threatened Species*, versão 2016-3: http://www.iucnredlist.org (acedido a 3 mar. 2017).

Catarina Correia-Fagundes
Francis Zino
Hugo Romano
Manuel Biscoito

Avezac, Marie-Armand Pascal d'

Marie-Armand Pascal d'Avezac de Castera-Macaya, nascido a 18 de abril de 1800, em Tarbes, França, e falecido a 14 de janeiro de 1875, foi um notável geógrafo francês do séc. XIX. Em 1866, foi eleito membro da Academia das Inscrições e Belas-Letras. Dedicou-se ao estudo da geografia histórica. A sua carreira foi reconhecida internacionalmente quando passou pela vice-presidência da Sociedade Geográfica de Londres e Frankfurt, da Sociedade Africana de Londres, da Sociedade Asiática da Grã-Bretanha e da Irlanda, etc.

A sua obra principal, intitulada *Isles de l'Afrique*, foi publicada em Paris, por Firmin Didot Frères Éditeurs. Na introdução desta obra, o autor explica a intenção de proceder à descrição das ilhas que se situam entre a África e a América, na sequência das suas descobertas históricas. Evoca, neste sentido, o mérito dos estudos genoveses, bem como os descobridores portugueses e espanhóis.

Na primeira parte, explora a descrição geográfica das ilhas africanas do Mediterrâneo, designadamente o arquipélago de Malta (1-179), para, na segunda, dedicar a sua atenção às ilhas do oceano Atlântico, depois de colocar a Atlântida no oceano Atlântico (5-8): os Açores (41-101), a Madeira (101-134), as Canárias (134-171), Cabo Verde (171-221), São Tomé e Príncipe (231-240), Fernando Pó (240-256), Ano Bom e Ascensão (256-264), Santa Helena (264-289), Tristão da Cunha (290-293), Trindade e Martim Vaz (293-296).

Na descrição geral da Madeira, na qual refere a grande influência recebida de autores como Gabriel Garat e Oscar McCarthy, procede à localização geográfica das várias ilhas do arquipélago em relação a Lisboa, a Paris e aos Açores, exaltando o aspeto pitoresco da ilha principal.

Quanto à sua constituição geológica, refere a formação de grandes massas basálticas, assentes em terrenos de base vulcânica mais antiga, aludindo aos sismos que ocorreram entre 1813 e 1816. Explica a presença de

densos nevoeiros matinais e vespertinos segundo a teoria do físico e químico britânico Humphrey Davy (1778-1829), para o qual este fenómeno se deve ao refrescamento da terra e do mar. Menciona a beleza das cascatas formadas pelas ribeiras ao longo da Ilha: rio dos Socorridos, Ribeira Brava, Ribeira da Janela. Mas também evoca o espetáculo devastador provocado por fortes enxurradas no Funchal, em outubro de 1809 (trata-se provavelmente da grande aluvião de 1803).

Considera ainda o seu clima moderado e salubre: "la sérénité de son ciel le dispute à la pureté des plus beaux ciels d'Italie [a serenidade do céu compete com a pureza dos mais belos céus de Itália]" (AVEZAC, 1848, 106). Sobre a vegetação, refere que contrasta com a zoologia, a qual não comporta senão um pequeno número de espécies, fazendo-o concordar com o viajante e autor britânico T. E. Bowdich (1791-1824). Assim, enaltece a sua riqueza e beleza, já celebradas em *Os Lusíadas*: "Elle semble être le point de réunion des végétations les plus différentes, et pourrait devenir le plus magnifique jardin botanique expérimental du monde entier [parece ser o ponto de convergência de múltiplas espécies vegetais e poderia tornar-se um magnífico jardim botânico, sem comparação com nenhum outro]" (*Id.*, *Ibid.*, 107).

Relativamente à população, escreve sobre a colonização portuguesa, bem como sobre a imigração inglesa, no séc. XIX, citando a evolução demográfica: de 62.000 habitantes, em 1767, passa para 100.000, em 1842; atribui ao Porto Santo 6000 e às Desertas 600. Estabelece, sem justificar, um contraste entre a população urbana, enfermiça, e a rural, forte e saudável. Estranha o estatuto dos morgados, ou proprietários rurais, a quem a lei portuguesa concede metade de toda a produção agrícola, os quais vivem dos rendimentos e se sentem desonrados com o trabalho.

Entre os produtos agrícolas, conta o milho, o trigo, a aveia, o inhame, a batata da terra, a cana-de-açúcar e a vinha, com as suas variedades. Restringe a produção manufatureira à transformação dos produtos agrícolas, salientando a exportação do seu afamado vinho.



Marie-Armand Pascal d'Avezac, 1875 (BNF, fotografia de Carl Reutlinger).

Elogia a rara habilidade madeirense em superar os acidentes do terreno em ordem à construção de vias de comunicação, como pontes, estradas e canais.

Identifica o arquipélago como parte integrante do reino de Portugal, registando o sistema administrativo dos capitães-donatários. Menciona os seus principais edifícios militares, civis e religiosos, salientando o artesoado da catedral, em madeira de cedro, a capela dos ossos franciscana e a igreja de N.ª Sr.ª do Monte.

Resumindo a história da Madeira, faz menção do conhecimento árabe do arquipélago, bem como dos Açores e das Canárias, referindo, a este propósito, as cartas marítimas do séc. XIV, nas quais os nomes Desertas e Selvagens já constam. Não esquece a tradição segundo a qual existiria um relato da descoberta fortuita da Madeira por náufragos ingleses. Mas não omite a descoberta de João Gonçalves Zarco, reportando, para o efeito, o relato, em língua francesa, de Francisco Alcoforado, membro da sua tripulação, dirigido ao infante D. Henrique, senhor do arquipélago, sendo a sua jurisdição espiritual atribuída à

Ordem de Cristo. Cita também outra fonte sobre a colonização da Madeira: a *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sujeitas no Oceano Ocidental*, do historiador açoriano António Cordeiro (1641-1722), que refere detalhes sobre Bartolomeu Perestrelo, Tristão Vaz e outros capitães-donatários.

Termina o seu estudo sobre a Madeira denunciando o apagamento da individualidade própria do arquipélago pelos governos coloniais de Lisboa.

Obras de Marie-Armand Pascal d'Avezac: *Isles de l'Afrique* (1848).

Bibliog.: ALCOFORADO, François, *Relation Historique de la Découvert de l'Isle de Madère*, Paris, Louis Billaine/Claude Barbin, 1671; *Angra do Heroísmo*, s.l., Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981; AVEZAC, Marie-Armand Pascal d', *Isles de l'Afrique*, Paris, Firmin Didot Frères Éditeurs, 1848; BOWDICH, Thomas Edward, *Excursions in Madeira and Porto Santo during the Autumn of 1823*, London, George Whittaker, 1825; CORDEIRO, António, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sujeitas no Oceano Ocidental*, Lisboa, Imprensa de António Pedroso Galvão, 1717; DAVY, Humphry, *Consolations in Travel; or the Last Days of a Philosopher*, 4.ª ed., London, John Murray, 1838.

António Moniz

Aviação

Desde cedo, a ilha da Madeira tornou-se um ponto de referência para os entusiastas da aviação. Tal deveu-se tanto à posição geográfica da Ilha, no meio do oceano, colocando-a na rota do Atlântico Sul, como ao conhecido carácter turístico da Ilha em si.

A primeira tentativa de ligação aérea de Lisboa (Amadora) à Madeira deu-se a 18 de outubro de 1920 por Brito Pais e Sarmento de Beires. Para o efeito, utilizaram um

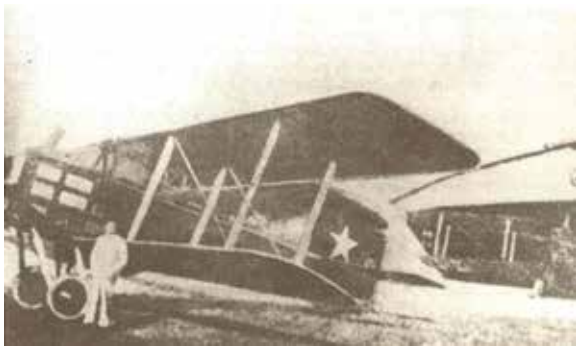


Fig. 1 – Breguet Br.14-A2 denominado "cavaleiro negro", usado na tentativa de ligação Amadora-Madeira a 18 de outubro de 1920 (SANTOS, *Ex-OGMA*, 17 mar. 2009).



Fig. 2 – Gago Coutinho, Sacadura Cabral e Ortins Bettencourt na baía do Funchal, 22 de março de 1921 (ABM, Perestrellos Photographos).

avião Bréguet 14 A/2, o qual estava equipado com dois indicadores de velocidade, um conta-rotações, um termómetro e três bússolas. Além disto, foram instalados tanques suplementares para cobrir os 900 km que separam Lisboa do Funchal. Tanto o avião como os pilotos faziam parte do Grupo de Esquadrilhas de Aviação República. O plano, elaborado em segredo, consistia em aterrar no Paul da Serra. Porém, devido ao nevoeiro que se fazia sentir, não chegaram a encontrar o arquipélago, tendo amarado após 8 horas e 22 minutos de voo perto do navio inglês *Gambia River*, que os localizou a 35º norte e 13º oeste, e a cerca de 500 km de Lisboa.

Foi pela posição estratégica da Ilha que a 22 de março de 1921 se deu a primeira passagem de uma aeronave pelo arquipélago, aquando da travessia do Atlântico Sul entre Lisboa e o Rio de Janeiro para comemorar os 100 anos de independência do Brasil. O hidroavião, um Felixtowe F-3, comandado por Sacadura Cabral, com Gago Coutinho como observador e mais dois tripulantes, descolou de Lisboa com destino à Madeira, tendo aterrado no Porto do Funchal.

A passagem seguinte de uma aeronave deu-se a bordo de um hidroavião Fokker T.III W n.º 25, batizado *Infante de Sagres*, numa tentativa de ligação entre Lisboa, Funchal, Ponta

Delgada e, novamente, Lisboa, pelas mãos de dois pilotos da aviação naval, os tenentes Moreira de Campos e Neves Ferreira, acompanhados pelo mecânico João Bastos. Ao fim de 9 horas, já perto do Funchal, depararam-se com intenso nevoeiro. Ao mesmo tempo, o motor apresentava sintomas de sobreaquecimento, pelo que tiveram de amarar perto do Porto Santo. Foram encontrados na manhã seguinte por uma embarcação de pesca de Santa Cruz, a cerca de 13 km de terra.

Durante a Revolta da Farinha, em abril de 1931, a Marinha enviou diversos navios com o intuito de suprimir a revolta, incluindo o cargueiro *Cubango*. Este, além de uma força de desembarque da Marinha e da artilharia do Exército, dispunha também de três hidroaviões CAMS 37.ª da Aviação Naval, transformando o *Cubango* no primeiro "porta-aviões" português. O uso destas aeronaves teve um papel fulcral no controlo da revolta, tendo estas efectuado 100 horas de voo em missões de reconhecimento, ataque ao solo e ações psicológicas (lançamento de panfletos).

Ainda na déc. de 30, em 1935, passaram pela baía do Funchal um grupo de hidroaviões Junkers K-43W da Aeronáutica Naval que realizavam a viagem Lisboa-Funchal-Ponta Delgada-Horta-Ponta Delgada-Funchal-Porto Santo-Lisboa.

O início dos voos comerciais deu-se no final dos anos 40. Em 1949, a Aquila Airways efetuava a ligação da Ilha a Southampton, Lisboa e Las Palmas com hidroaviões quadrimotores Shorts Solent.



Fig. 3 – Short Silent S-45A Solent da Aquila Airways na baía do Funchal ("ARTOP...", *Restos de Colecção*, 16 abr. 2012).

A 1 de outubro de 1958, a ARTOP – Aero Topográfica Lda. volta a estabelecer a ligação entre a Madeira e Lisboa através dos seus dois hidroaviões Glenn L. Martin PBM 5 Mariner com capacidade para 50 passageiros cada. Estas aeronaves foram batizadas de *Madeira* e *Porto Santo*, respetivamente. As viagens tinham uma frequência trissemanal, às quartas-feiras, sextas-feiras e aos domingos, com ida e volta no mesmo dia, e com um tempo máximo de 3 horas entre cada trajeto. A viagem de ida e volta tinha o custo de 2.340$00, havendo preços especiais para estudantes e a possibilidade de pagamento em prestações.

A 9 de novembro de 1958, o hidroavião da ARTOP *Porto Santo*, a realizar a sua primeira viagem para a Madeira, vê-se forçado a amarar no Oceano Atlântico, a 180 milhas do Cabo de São Vicente. Os destroços da aeronave nunca foram encontrados, tendo este acidente levado ao encerramento da operação, devido às condições de segurança a que era levada a cabo. No entanto, a 30 de dezembro do mesmo ano, o governo anunciou que uma nova empresa ligaria o continente à Madeira. Chamar-se-ia Aerovia Aquila, que contaria com capitais da Aquila Airways. Porém, devido a dificuldades financeiras o projeto não se materializou.

Por esta altura, já os aeroportos do Porto Santo e de Santa Cruz estavam a ser construídos, tendo o primeiro aberto em 1960 e o segundo poucos anos depois, em 1964. A construção destas infraestruturas fez com que a aviação no arquipélago desse um grande salto, quer quantitativamente quer qualitativamente, com a maior segurança e o maior conforto e número de passageiros que os aviões de terra permitiram. A TAP começou desde logo a operar para a Madeira com aviões quadri-hélice Lockheed Super Constellation. Em 1967, a companhia de bandeira portuguesa começa a operar a linha Lisboa-Funchal com aviões Boeing B-727.

Em 1973, dá-se o primeiro acidente no aeroporto de Santa Catarina. Um avião Caravelle 10R da companhia *charter* espanhola Aviaco despenhou-se perto do aeroporto da Madeira quando se preparava para aterrar. Morreram

os três tripulantes, que vinham apoiar um avião com uma avaria. As causas deste acidente nunca foram bem apuradas. É, porém, a 19 de novembro de 1977 que se dá o infame acidente de um Boeing 727-200 da TAP, o *Sacadura Cabral*. O avião, que provinha de Bruxelas via Lisboa, tentava aterrar pela 3.ª vez na pista 24 do aeroporto de Santa Catarina. Após a aproximação, o avião aterrou muito para além do normal, entrou em aquaplanagem e saiu pela cabeceira da pista, que tinha um desnível de algumas dezenas de metros em relação à estrada, partindo-se em dois. Como consequência, a TAP deixou de operar o modelo 727 da série 200 para a Madeira, passando apenas a operar o 727-100, 5 m mais curto, e foi feito o primeiro aumento da pista de Santa Catarina, de 1600 para 1800 m. A nova extensão da pista possibilitou a primeira passagem de um *wide-body jet* pela Madeira, um B767-200 da Braathens.

Os primeiros passos com vista à criação de um aeroclube foram dados, primeiro, por Paul Alexander Zino e, posteriormente, por um antigo mecânico da Força Aérea e professor da Escola Gonçalves Zarco, João Manuel Farinha, o qual iniciou a angariação de sócios em 1978. Esta iniciativa culminou com a constituição legal do clube, a 14 de fevereiro de 1980. O aeroclube começou então a divulgar a prática da atividade aeronáutica e para-aeronáutica, iniciando uma série de atividades como aeromodelismo, *parasailing*, asa-delta (com participações em campeonatos nacionais e mundiais), parapente e, por fim, em 1992, pilotagem, em parceria com o Aeroclube de Torres Vedras. A partir de 1995, chegaram as aeronaves que fariam parte da frota do aeroclube, um Cessna FTB 337 e um Havilland Canada DHC-1 Chipmunk, ambos cedidos pela Força Aérea Portuguesa. No séc. XXI, esta instituição dá formação na área de pilotagem, parapente e asa-delta, sendo a sua frota composta por um Piper PA-28 e um Socata TB-10.



Fig. 4 – Socata TB-10 Tobago do Aeroclube da Madeira (PINTO, *A Terceira Dimensão*, 9 set. 2010).

Bibliog.: impressa: FORÇA AÉREA PORTUGUESA, *A Aviação na Madeira*, Lisboa, By the Book, 2010; *Revista da Armada*, n.º 476, 2013; **digital:** "ARTOP – Aero Topográfica, Lda.", *Restos de Colecção*, 16 abr. 2012: http://restosdecoleccao.blogspot.com/2012/04/artop-aero-topografica-lda.html (acedido a 11 dez. 2020); PINTO, Duarte Fernandes, "Ilha da Madeira – Câmara de Lobos", *A Terceira Dimensão*, 9 set. 2010: http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/2010/09/ilha-da-madeira-camara-de-lobos.html (acedido a 11 dez. 2020); SANTOS, José F., "Aviões da AM-Breguet Br.14-A2", *Ex-OGMA*, 17 mar. 2009: https://ex-ogma.blogspot.com/2009/03/avioes-da-am-breguet-br14-a2.html (acedido a 11 dez. 2020).

MANUEL FARIA

Avifauna

As aves são animais vertebrados com o corpo coberto de penas; possuem bico e membros anteriores transformados em asas.

Tem sido grande o interesse manifestado por numerosos naturalistas e investigadores pela avifauna do arquipélago da Madeira e do arquipélago das Selvagens. No entanto, tendo em conta esse facto, a bibliografia existente tem ficado um pouco aquém do esperado. Na realidade, faltam estudos de ecologia, de sistemática e de outros aspetos biológicos. As primeiras referências às aves da Madeira são de Ca' da Mosto (1455) e de Frutuoso (1590), às quais se acrescentam, bastantes anos mais tarde, as de Sloane (1707), em que são apresentadas pequenas listas de aves observadas. Em 1851, surge a primeira lista, propriamente dita, de aves do arquipélago da Madeira, elaborada por Harcourt. Do séc. XIX, há ainda a referir o trabalho de Hartwig, "Die Voegel der Madeira Inselgruppe" (1891). Na transição do séc. XIX para o séc. XX, surgem vários trabalhos do P.e Ernesto Schmitz, provavelmente um dos estudiosos que mais contribuiu para o conhecimento da avifauna madeirense. Já em pleno

séc. XX, foram vários os trabalhos publicados, entre os quais se destaca o livro, em quatro volumes, escrito por David Bannerman e Winifred Mary Bannerman, intitulado *Birds of the Atlantic Islands*; esta obra, dedicada à avifauna da Macaronésia, aborda as aves das ilhas Selvagens no primeiro volume (de 1963 e da autoria de David Bannerman apenas) e as aves das ilhas da Madeira, Desertas e do Porto Santo no segundo volume (de 1965); ultrapassa, de longe, em termos de conteúdo, os trabalhos anteriores, que consistiam essencialmente em listas de aves e em referências a locais de observação; nela, além da listagem das espécies nidificantes e visitantes ocasionais, são incluídos aspetos relevantes referentes à distribuição, à taxonomia e à ecologia. Após este trabalho de referência, aumentou o número de publicações sobre aves (e de autores nesta área), os quais abordam vários aspetos da biologia, do comportamento, da distribuição, da taxonomia e da conservação das aves no arquipélago da Madeira (*e.g.*, o *Guia de Campo das Aves do Parque Ecológico do Funchal e do Arquipélago da Madeira*, publicado em 1997 pela Associação dos Amigos do Parque Ecológico do Funchal, da autoria de Duarte Câmara, e *A Conservação e Gestão das Aves do Arquipélago da Madeira*, publicado pelo Parque Natural da Madeira (PNM) em 1999, da autoria de Paulo Oliveira). Vários outros trabalhos foram publicados na segunda metade do séc. XX e nos inícios do séc. XXI (*e.g.*, o artigo "Birds of the archipelago of Madeira and the Selvagens. New records and checklist", publicado por Francis Zino, Manuel Biscoito e Paul Alexander Zino e pelos seus colaboradores, em 1995, que veio atualizar a lista das aves nidificantes de Bernstrom, de 1957). Esta lista, por sua vez, é atualizada, em 2010, num trabalho de Hugo Romano, Catarina Correia-Fagundes, Francis Zino e Manuel Biscoito. Importante é também o livro *Aves do Arquipélago da Madeira*, de Manuel Biscoito e Francis Zino, publicado em 2002. *The EBCC Atlas of European Breeding Birds* (*Atlas das Aves Nidificantes na Europa*), publicado em 1997 pelo European Bird Census Council, referia as aves dos arquipélagos da Madeira e Selvagens. Em 2011, o

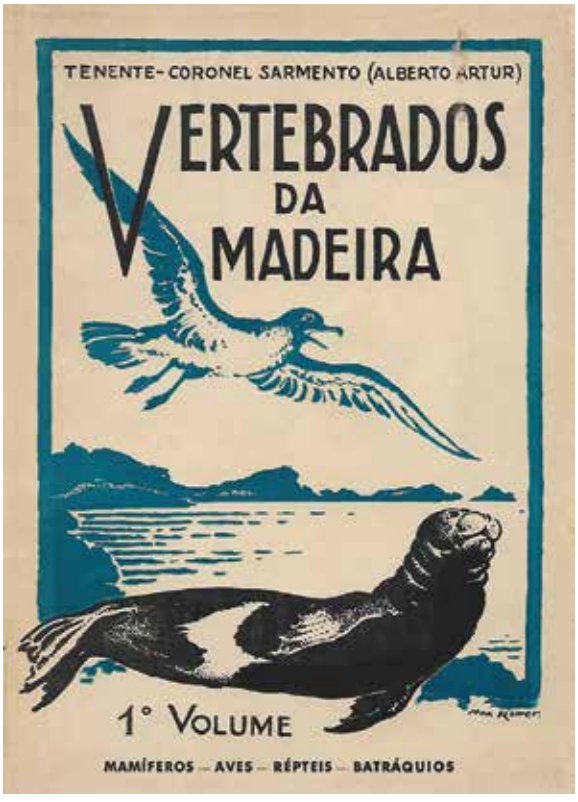


Fig. 1 – *Vertebrados da Madeira*, vol. 1 (1948), de Alberto Artur Sarmento.



Fig. 2 – *Aves do Arquipélago da Madeira* (2002), de Manuel Biscoito e Francis Zino.

ornitólogo Garcia-del-Rey publicou o livro *Field Guide to the Birds of Macaronesia. Azores, Madeira, Canary Islands, Cape Verde*, relevante para o conhecimento e a divulgação da avifauna macaronésica. Outro livro a referir é o da autoria de Tony Clarke, intitulado *Birds of the Atlantic Islands*, publicado em 2006. Existe uma página na Internet, *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*, que é mantida pelo Serviço do PNM e pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves.

O número de espécies de aves nidificantes nos arquipélagos da Madeira e Selvagens ronda as quatro dezenas, mas, se considerarmos as espécies migradoras e as ocasionais, o número ultrapassa as 300 espécies. Destacam-se quatro espécies pelo seu carácter endémico: *Pterodroma madeira*, *Pterodroma deserta*, *Columba trocaz* e *Regulus madeirensis*.

As aves marinhas são, nalguns casos, difíceis de observar junto à costa durante o dia. Geralmente, aproximam-se da costa ao anoitecer e durante a nidificação, sendo que pelo menos um dos progenitores está escondido no ninho durante este período. Durante a sua evolução, estas aves escolheram ilhas como locais de nidificação por não existirem predadores nelas. Com a chegada do Homem a muitas destas ilhas, chegaram também com ele vários predadores, entre os quais se destacam as ratazanas e os murganhos. Desde então, são inúmeras as espécies e populações de aves marinhas que enfrentam o perigo de extinção. As aves marinhas mais comuns nos arquipélagos da Madeira e das Selvagens são:

Freira-da-madeira (*Pterodroma madeira* (Mathews, 1934)) – Também conhecida como alma-penada do-cidrão, devido aos sons que emite, semelhantes a uivos, inclui-se na família Procellariidae, ordem Procellariiformes. É muito parecida com a freira-do-bugio e com o gongon das ilhas de Cabo Verde. É uma ave endémica da ilha da Madeira e encontra-se em perigo de extinção. Já o P.e Ernesto Schmitz referia a sua presença na Ilha em 1903; no entanto, posteriormente, e durante muito tempo, foi dada como extinta, sendo "redescoberta" em meados do séc. XX. Vários aspetos da sua biologia são ainda pouco conhecidos. Com um comprimento total entre 32 e 34 cm e envergadura entre 80 e 86 cm, é mais pequena, mais leve, e possui bico e asas menores do que a freira-do-bugio. É uma ave com bico curto, grosso e escuro. É cinzento-escura no dorso e mais clara na fronte. Em voo, nota-se que a região ventral é clara e os bordos da cauda são escuros. A cauda é clara. As asas formam um V pronunciado e a parte inferior e interna das asas é escura. Isto diferencia-a de outras aves, exceto da freira-do-bugio (*Pterodroma deserta*).

Nidifica essencialmente no maciço montanhoso central da Madeira, uma zona de proteção especial (ZPE) integrada na Rede Natura 2000. Chega a esta zona normalmente em fevereiro ou março; entre março e abril, limpa o ninho, volta em seguida ao mar, e só depois retorna para fazer a postura – este fenómeno é designado por êxodo pré-postura. Um único ovo é posto em maio, em túneis geralmente não retilíneos com mais de 1 m de comprimento, construídos em solo fofo nas encostas escarpadas dos picos mais altos. Nesta espécie, os machos e as fêmeas alternam na incubação.

Deixa o ninho em setembro ou outubro. As crias nascidas nesse ano só atingem a maturidade ao fim de seis anos. O efetivo é muito baixo – 60 a 75 casais reprodutores (de acordo com o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*) –, tendo eventualmente ocorrido alguma redução do mesmo aquando dos incêndios de 2012. É uma das aves mais ameaçadas de extinção, tendo o estatuto de conservação "em perigo" (nos termos da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), de setembro de 2012). Têm sido realizados vários esforços com vista à proteção da ave – Alexander Zino e João Gouveia, juntamente com Gunther Maul e Francis Zino, deram os primeiros passos neste sentido com o Freira Conservation Project. Programas LIFE e outros projetos têm decorrido e envolvido a recuperação do habitat, a eliminação de vertebrados exóticos (gatos, ratos, coelhos) e a compra de terrenos nos picos mais altos. As principais ameaças à sobrevivência da freira-da-madeira são a predação de ovos e de juvenis pelos gatos e ratos e

a destruição do coberto vegetal pelos herbívoros introduzidos (que leva à erosão dos solos e, consequentemente, à redução da área potencialmente apropriada à construção dos ninhos). No passado, os colecionadores de ovos e de aves constituíam uma ameaça de peso. A ave consta do anexo I da diretiva "Aves" e do anexo II da Convenção de Berna. O seu habitat consta do anexo I da diretiva "Habitats". O local onde nidifica está inserido no PNM e é uma zona da Rede Natura 2000. Apesar dos avanços no conhecimento da espécie, muito há ainda por conhecer, nomeadamente sobre a distribuição espacial da ave ao longo do ano, principalmente no outono e no inverno.

Freira-do-bugio (*Pterodroma deserta* (Mathews, 1934)) – Ave da família Procellariidae, ordem Procellariiformes. Nidifica apenas nas Desertas (na ilha do Bugio e, possivelmente, na extremidade sul da Deserta Grande). É muito semelhante à freira-da-madeira. Tem entre 33 e 36 cm de comprimento total e entre 86 e 94 cm de envergadura. É cinzento-escura no dorso e mais clara na região ventral e na fronte. Em voo, as asas formam um V pronunciado e nota-se que a parte inferior e interna das asas é escura – isto diferencia-a de outras aves, exceto da freira-da-madeira. Nidifica entre junho e dezembro, em ninhos escavados no solo, formando túneis não retilíneos, alguns com mais de 2 m; ocasionalmente, pode nidificar em cavidades nas rochas ou em zonas com pedras soltas. Outrora, as populações nidificantes da ilha do Bugio e de algumas ilhas de Cabo Verde (Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo) eram incluídas na mesma espécie (*Pterodroma feae*); durante anos, considerou-se existirem duas subespécies, a *Pterodroma feae feae*, nidificando em Cabo Verde, e a *Pterodroma feae deserta*, no Bugio. Em 2009, no âmbito do Projeto LIFE SOS Freira-do-Bugio, foram realizados estudos, utilizando marcadores genéticos moleculares, que demonstraram não haver indícios de cruzamento entre as formas do Bugio e de Cabo Verde e que a distância genética conseguia ser maior do que a existente entre alguns pares de outras espécies definidas. Por isto, as duas formas passaram a ser consideradas



Fig. 3 – "Medidas urgentes para a recuperação da Freira do Bugio *Pterodroma feae* e do seu habitat", Projeto SOS Freira do Bugio, ilhas Desertas, 2017.

espécies distintas, *Pterodroma feae* e *Pterodroma deserta*. Segundo o *Atlas das Aves das Aves do Arquipélago da Madeira*, existirão entre 160 e 180 casais reprodutores e a população é aparentemente estável. Este número é muito baixo. Tendo em conta a área muito reduzida de nidificação (<20 km² numa única localização), esta ave é, provavelmente, tal como a freira-da-madeira, uma das espécies que apresenta maior risco de extinção na Macaronésia e na Europa. O estatuto de conservação é "vulnerável", de acordo com o *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. As principais ameaças à sobrevivência da espécie são, além da reduzida área de nidificação, a degradação do habitat e a perturbação das aves por animais introduzidos (como os murganhos, as cabras e os coelhos). O aumento da população de cagarra poderá constituir um perigo (dado que esta espécie poderá competir com a freira-do-bugio pelos lugares de nidificação), bem como a poluição em alto mar. Até à criação da Reserva Natural das Desertas em 1990, a captura ilegal constituía um risco significativo. Após esta data, as ameaças a esta

espécie têm sido progressivamente debeladas pelo Serviço do PNM por meio de programas específicos focados na conservação da espécie e do seu habitat. Em 2006, foi iniciado o Projeto SOS Freira-do-Bugio, do Programa LIFE-Natureza, que envolveu, entre outras tarefas, a retirada dos herbívoros introduzidos e a colocação de ninhos artificiais. A ave consta do anexo II da Convenção de Berna e do anexo I da diretiva "Aves". O local onde nidifica é reserva integral e é uma zona da Rede Natura 2000. Tal como acontece no caso da freira-da-madeira, apesar dos avanços no conhecimento da espécie, muito há ainda por saber acerca dela (designadamente sobre a sua distribuição espacial ao longo do ano, principalmente no outono e no inverno).

Cagarra ou pardela-de-bico-amarelo (*Calonectris diomedea borealis* (Cory, 1881)) – Em algumas obras, como no já mencionado *Field Guide to the Birds of Macaronesia*, de Eduardo Garcia-del-Rey, e na base de dados *Avibase*, disponível *online*, há uma alteração de nome, sendo considerada como *Calonectris borealis*. Inclui-se na família Procellariidae e na ordem Procellariiformes. É a ave marinha mais avistada entre março e novembro nos mares do arquipélago da Madeira e do arquipélago das Selvagens, nidificando em todas as suas ilhas. Tem cerca de 50 cm de comprimento total, sendo a ave marinha de maior porte dos arquipélagos da Madeira e das Selvagens, e é facilmente identificável pelo seu voo rápido e planado, rente às ondas. As asas longas diferenciam-na da gaivota; outra característica que a diferencia de outras aves marinhas que nidificam nestes arquipélagos é a cor amarela do seu bico. Esta ave é branca nas superfícies inferiores e acastanhada nas superiores.



Fig. 4 – Cagarra ou pardela (fotografia de Thomas Dellinger, 2010).

Nidifica em cavidades de rochas e por baixo de grandes pedras, nas falésias rochosas ou nos planaltos; nas ilhas Selvagens, nidifica também no solo, entre a vegetação rasteira. A postura compreende apenas um ovo, do qual eclode uma ave que só atingirá a maturidade ao fim de nove anos. Entre dezembro e fevereiro encontra-se no hemisfério Sul, perto da costa nordeste do Brasil. Segundo o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira* existem, no mínimo, 40.000 indivíduos, amplamente concentrados nas ilhas Selvagens (38.000 indivíduos). Embora não seja considerada uma ave ameaçada, a captura ilegal, a destruição do habitat e a predação por gatos e ratos constituem fatores limitantes da espécie. De acordo com o *Livro Vermelho* e a IUCN, o seu estatuto é "pouco preocupante". Na Madeira, alguns locais de nidificação da cagarra estão em áreas do PNM e são zonas da Rede Natura 2000. Esta ave faz parte do anexo I da diretiva "Aves" e do anexo II da Convenção de Berna. Durante muito tempo, a cagarra foi caçada, principalmente nas ilhas Desertas e nas Selvagens; segundo o *Elucidário Madeirense*, eram capturados, por homens de São Gonçalo e do Caniço, cerca de 18.000 indivíduos por ano nas Selvagens. A cagarra era salgada e levada para a Madeira para ser vendida às classes mais desfavorecidas; as suas penas eram utilizadas sobretudo no fabrico de colchões. A última expedição para a captura de cagarra nas ilhas Selvagens partiu do Funchal a 15 de setembro de 1967. A caça à cagarra foi proibida.

Patagarro (*Puffinus puffinus puffinus* (Brunnich, 1764), ou simplesmente *Puffinus puffinus* (Brunnich, 1764)) – Também conhecido como fura-bucho, pardela-sombria, estapagado, papagarro e boieiro; alguns destes nomes são

designações onomatopeicas, que imitam os sons característicos desta ave. Pertence à família Procellariidae, ordem Procellariiformes. Distribui-se pelos arquipélagos da Madeira, das Canárias e dos Açores, ilhas Britânicas, costa da Bretanha, Islândia e ilhas Faroé. No arquipélago da Madeira, o patagarro nidifica apenas na ilha da Madeira, em particular nas encostas da ribeira de Santa Luzia, mas também noutras regiões do interior, em vales profundos, em zonas húmidas e cobertas de vegetação, podendo atingir altitudes muito elevadas. O patagarro é negro no dorso e branco nas partes ventrais; o seu bico é longo, preto e direito.

O patagarro é frequentemente confundido com o pintainho (*Puffinus baroli)*, diferindo dele pela plumagem preta da cabeça, que desce até abaixo dos olhos (a pelagem que rodeia os olhos do pintainho é branca).

Normalmente, o patagarro chega à ilha da Madeira em fevereiro ou março, altura em que começa a escavar e a limpar as tocas (chegando estas a ter mais de 1 m de comprimento). Às vezes, mal chega, parte novamente (êxodo pré-postura). Julga-se que o principal objetivo deste comportamento é a acumulação de reservas para os períodos de incubação do ovo, alternados, entre macho e fêmea, de quatro ou cinco dias de jejum. Por regra, parte em agosto.

Segundo o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*, existirão entre 2500 e 10.000 indivíduos. Um dos perigos para o patagarro é a predação por ratos e gatos. No passado, a captura e a perseguição ilegais representavam uma ameaça importante. Segundo a crença popular, era uma ave de mau agoiro: haveria uma morte entre os moradores de uma habitação sempre que um patagarro pousasse sobre ela. Alguns locais onde esta subespécie ocorre fazem parte de zonas da Rede Natura 2000 e do PNM. Alguns dos habitats constam do anexo I da diretiva "Habitats"; a ave está no anexo II da Convenção de Berna.

Pintainho (*Puffinus baroli* (Bonaparte, 1857)) – Considerado por alguns cientistas como a subespécie *Puffinus assimilis baroli*, é uma ave



Fig. 5 – Patagarro (fotografia de José Jesus, 2014).

da familia Procellariidae, ordem Procellariiformes. É uma ave endémica da Macaronésia, sendo que nos arquipélagos da Madeira e das Selvagens nidifica nas ilhas da Madeira, do Porto Santo, Desertas e Selvagens. Tem patas azuis, dorso muito escuro e ventre claro. O pintainho poderá ser confundido com o patagarro; no entanto, diferencia-se dele pelo facto de a plumagem preta da cabeça não rodear os olhos e por estes serem no pintainho mais pequenos. O voo caracteriza-se por batimentos frequentes das asas. Nidifica entre janeiro e junho, em cavidades de rochas, ou por baixo de pedras soltas, nas falésias de pequenas ilhas e ilhéus. Geralmente, está presente na área durante quase todo o ano, não se afastando muito dos locais de nidificação. Ocorre em maior número nas ilhas Selvagens (estima-se que haja mais de 2000 casais) e em muito menor número nas ilhas da Madeira, do Porto Santo e Desertas. O seu estatuto de conservação é "vulnerável" no arquipélago da Madeira. A predação por espécies introduzidas pelo Homem poderá representar a principal ameaça à sua sobrevivência; no entanto, em alguns dos locais onde existe (*e.g.*, nas Selvagens) essa ameaça foi debelada pela erradicação de vertebrados introduzidos. A proteção do pintainho é garantida pelo facto de ocorrer em áreas de reserva integral e da Rede Natura 2000 e por

estar sob vigilância permanente nas ilhas Desertas e Selvagens. Esta ave consta do anexo I da diretiva "Aves" e do anexo II da Convenção de Berna.

Alma-negra (*Bulweria bulwerii* (Jardine & Selby, 1828)) – Ave da família Procellariidae, ordem Procellariiformes, apresenta uma ampla distribuição mundial, ocorrendo desde a Macaronésia ao Havai. Na Macaronésia, nidifica nos arquipélagos da Madeira, das Selvagens, dos Açores, das Canárias e de Cabo Verde. Trata-se da ave marinha de menor porte do arquipélago da Madeira. Completamente negra e com asas pontiagudas (de grande envergadura em relação ao tamanho do corpo), apresenta um voo rápido e planado. Entre abril e setembro, nidifica em pequenas ilhas, ilhéus e falésias costeiras. A postura consiste em apenas num ovo, que é posto no chão, em buracos no solo ou em cavidades nas rochas, por baixo de grandes pedras e em muros artificiais. Nas ilhas Desertas e Selvagens, existem mais de 10.000 casais, sendo provavelmente as Desertas o lugar com a maior concentração mundial de indivíduos (no entanto, pouco se sabe sobre o número de aves que poderá ocorrer na Madeira e em Porto Santo). Antes dos programas de recuperação de habitats das Desertas e Selvagens, os ratos constituíam um sério perigo para a sobrevivência da espécie, assim como a captura de juvenis para servirem como isco (prática entretanto extinta). Os ratos, os gatos e as gaivotas constituem ameaças em algumas áreas não sujeitas a programas de recuperação. Já em finais do séc. XX, inícios do séc. XXI, uma ameaça, a formiga-argentina, cresceu e começou a tornar-se preocupante, principalmente nas Desertas. A elevada pressão turística, a degradação do habitat e a erosão dos solos constituem também importantes fatores de risco. O maior número de aves que ocorre e nidifica no arquipélago da Madeira concentra-se em zonas de reserva integral e da Rede Natura 2000. Esta espécie consta do anexo I da diretiva "Aves" e anexo II da Convenção de Berna.

Roque-de-castro, painho-da-madeira, roquinho ou angelito (*Hydrobates castro* (Harcout, 1851)) – Ave da família Hydrobatidae, ordem Procellariiformes. A nível mundial, distribui-se entre as regiões tropicais do Pacífico e do Atlântico, ocupando áreas como o arquipélago da Madeira, o arquipélago das Selvagens e outros arquipélagos da Macaronésia, as ilhas de Ascensão e de Santa Helena, os arquipélagos das Galápagos e do Havai. Trata-se de uma ave de pequeno porte, de coloração negra e com uma faixa branca no uropígio, sendo a cauda ligeiramente bifurcada. No arquipélago da Madeira, existem duas populações com tempos de nidificação diferentes (verão e inverno) e este facto poderá corresponder à coexistência de duas espécies, a exemplo do que acontece nos Açores. No arquipélago dos Açores, o grupo que nidifica no verão tem a designação de *Hydrobates monteiroi* (Bolton *et al.*, 2008), sendo que o outro se denomina *Hydrobates castro*. A população total nos arquipélagos da Madeira e das Selvagens poderá ser superior a 10.000 indivíduos. A postura (de um ovo), em ninhos, é efetuada em pequenas ilhas, ilhéus e falésias costeiras e muros de pedra artificiais; nas Selvagens, o roque-de-castro utiliza também ninhos de calcamar abandonados. As principais ameaças à sobrevivência da espécie são a iluminação artificial existente ao longo a costa (principalmente na ilha da Madeira), a predação por animais exóticos (como os ratos) e a perda do habitat em algumas áreas da sua ocorrência. Boa parte da área em que ocorre é reserva integral e corresponde a zonas da Rede Natura 2000. A espécie está incluída no anexo I da diretiva "Aves" e anexo II da Convenção de Berna.

Calcamar (*Pelagodroma marina hypoleuca* (Webb, Berthelot & Mouquin-Tandon, 1841)) – Esta ave, da família Hydrobatidae, ordem Procellariiformes, é uma subespécie endémica da Macaronésia e ocorre no arquipélago das Canárias e no arquipélago das Selvagens (as ilhas Selvagens constituem o extremo norte da sua distribuição geográfica). É a ave que nidifica em maior número no arquipélago das Selvagens, fazendo-o na primavera, em ninhos profundos escavados no solo. Chega geralmente após o fim do inverno, abandonando as ilhas entre junho e agosto. A postura é constituída por um ovo apenas. Trata-se de uma ave

de pequeno porte com o dorso muito escuro e ventre claro. A plumagem do topo superior da cabeça é escura; já as penas em redor dos olhos são brancas, apresentando uma marca linear escura "transversal" ao olho. As patas são amarelas e longas. O seu nome deve-se ao seu voo característico (a ave parece calcar o mar). O efetivo populacional deverá ser superior a 36.000 indivíduos na Selvagem Grande e a 25.000 na Selvagem Pequena, o que representa a quase totalidade da população europeia da espécie. No passado, antes da recuperação dos habitats terrestres da Selvagem Grande, que incluiu a erradicação dos murganhos e coelhos, a predação pelos ratinhos constituía uma ameaça muito importante à sobrevivência da espécie. As áreas de nidificação no arquipélago são reservas integrais e constituem zonas da Rede Natura 2000. A ave consta do anexo I da diretiva "Aves" e do anexo II da Convenção de Berna.

Apesar da sua abundância e da sua importância, as aves marinhas são muito menos observadas durante o dia do que as aves terrestres. Efetivamente, quem está nas ilhas da Madeira e do Porto Santo observa muito mais aves terrestres do que marinhas. Entre as aves terrestres, destacam-se as seguintes:

Pombo-trocaz ou pombo-da-madeira (*Columba trocaz* Heineken, 1829) – Trata-se de uma ave da família Columbidae, ordem Columbiformes, endémica da Madeira. De aspeto corpulento, tem entre 38 e 45 cm de comprimento, sendo maior do que pombo-das-rochas. É facilmente identificável pela cor cinzento-azulada, tendo o peito tons de cor de vinho, bico vermelho-vivo, patas de cor carmim (com dedos bastante compridos) e barra clara na cauda (visível à distância). As penas do pescoço apresentam um brilho metálico esverdeado. A fêmea é ligeiramente mais pequena e menos corpulenta do que o macho. Tem como espécies próximas a *Columba junoniae*, a *Columba bollii* (ambas das ilhas Canárias) e a *Columba palumbus* (Europa). Habita essencialmente a laurissilva, mas desce com frequência até aos campos agrícolas, onde provoca grandes danos. Fósseis encontrados na Ponta de São Lourenço sugerem que tinha maior área de distribuição no passado.



Fig. 6 – Pombo-trocaz (fotografia de Carlos Góis-Marques, 2015).

A sua dieta é muito variada, consistindo em partes de pelo menos 40 espécies de plantas (*e.g.*, bagas de loureiro e de til, agrião selvagem) e ainda em várias plantas cultivadas (*e.g.*, couves). O facto de várias sementes se manterem viáveis, *i.e.*, com capacidade germinativa, após passarem pelo trato digestivo sugere uma ação importante do pombo na dispersão de plantas. Esta espécie nidifica durante todo o ano, sobretudo em alturas em que há alimento suficiente no período entre março e junho. No ninho, camuflado ou escondido numa laje de uma rocha ou numa árvore, é posto geralmente um ovo por casal. Em 2009, existiam entre 8500 e 10.000 indivíduos. Em 2005, o estatuto de conservação desta espécie era "vulnerável", de acordo com o *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*; no entanto, como em 2011 foi confirmada a diminuição do grau de ameaça, o estatuto de conservação passou a "pouco preocupante". O envenenamento, a captura ilegal e a destruição do habitat da laurissilva constituem riscos para a sua sobrevivência. Esta espécie foi caçada legalmente até 1989, ano a partir do qual passou a ter proteção integral. De acordo com o relato da obra *Ilhas de Zargo*, a espécie era, no passado, vendida no mercado, sendo a sua carne de excelente qualidade. O Instituto das Florestas e Conservação da

Natureza realiza sessões de abate com o objetivo do controle populacional, pois de vez em quando a população aumenta de tal forma que se torna uma praga nos campos agrícolas. Do ponto de vista da proteção, a espécie consta do anexo I da diretiva "Aves" (ao abrigo desta diretiva, o seu habitat, a laurissilva, foi proposto para zona de proteção especial (ZPE)). Grande parte da sua área de distribuição está incluída nas reservas naturais integrais e parciais do PNM e abrange sítios da Rede Natura 2000. O pombo-trocaz foi espécie-alvo de dois projetos LIFE: "Medidas para a Gestão e Conservação da Floresta Laurissilva da Madeira" e "Recuperação de Espécies e Habitats Prioritários da Madeira".

Pombo-claro ou pombo-torcaz (*Columba palumbus maderensis* Tschusi, 1904) – É uma subespécie endémica que é dada como extinta. Ainda existia no início do séc. XX, tendo o P.e Ernst Schmitz capturado alguns indivíduos. Habitava as montanhas da Madeira, onde fazia ninho nas árvores. Era semelhante às populações europeias da espécie, *Columba palumbus*, mas um pouco mais escura dorsalmente e com a mancha púrpura do peito maior. Uma das causas de extinção terá sido a caça intensa.

Pombo-bravo (*Columba livia atlantis* Bannermann, 1931).

Galinhola (*Scolopax rusticola* Linnaeus, 1758).

Codorniz (*Coturnix coturnix confisa* Hartert, 1917).

Bis-bis (*Regulus madeirensis* Harcourt, 1851) – Trata-se de uma ave da família Regulidae, ordem Passeriformes. É endémica da ilha da Madeira. Existem dúvidas sobre a sua presença e nidificação no Porto Santo. É a ave nidificante mais pequena do arquipélago da Madeira, medindo aproximadamente 8,5 cm de comprimento total. É facilmente identificável pelo tamanho, mas também por ter cabeça listada e pelo seu trino característico (nota aguda e curta, repetida várias vezes). O macho tem a lista da cabeça alaranjada, ao passo que a da fêmea é amarela. Habita essencialmente áreas de maior altitude. Na costa Norte, onde parece ser mais abundante, pode ser encontrada a altitudes menores; aparece com frequência



Fig. 7 – Cartaz com bis-bis do mestrado em Ecoturismo da Univ. da Madeira, 2018.

em zonas de floresta indígena, mista e exótica, por vezes em terrenos agrícolas ou áreas rurais; mas é mais comum em zonas de urzais. De acordo com o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*, a população deverá exceder os 10.000 indivíduos. Nidifica em arbustos, em ninhos formados por musgo e líquenes, geralmente nos meses de maio e junho. É essencialmente insectívora. Esta ave consta do anexo II da Convenção de Berna; algumas das áreas onde ocorre são zonas da Rede Natura 2000 e/ou do PNM.

Pardal-da-terra (*Petronia petronia madeirensis* (Erlanger, 1899)) – É uma ave da família Passeridae, ordem Passeriformes. *Petronia petronia petronia* é a designação atribuída por alguns cientistas à subespécie na Madeira. Em razão desta indefinição de nomes, discute-se o seu estatuto de subespécie endémica da Macaronésia (Madeira, Porto Santo e Canárias). Tendo entre 15 e 17 cm de comprimento, esta ave apresenta cabeça larga e bico relativamente grosso. É de plumagem pardo-acastanhada, com regiões



Fig. 8 – Pardal-da-terra (fotografia de José Jesus, 2014).

de castanho e branco-sujo no corpo, exibindo uma mancha amarela debaixo da garganta (observável em especial nos machos). Observam-se também listas escuras na zona da cabeça e manchas brancas nas penas exteriores da cauda, bem visíveis durante o voo, as quais lhe são características. Outrora abundante, nos começos do séc. XXI está representada por uma população muito reduzida (entre 250 e 2500 aves, de acordo com o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*). Mesmo em pequeno número, avistam-se alguns bandos, nomeadamente nas freguesias dos Prazeres e da Ponta do Pargo e na ilha do Porto Santo. Distribui-se por áreas abertas com vegetação rasteira, zonas rochosas, falésias sobre o mar e áreas cultivadas, sendo mais frequente nas regiões costeiras e nalguns pontos mais altos das ilhas. Nidifica entre os meses de fevereiro e junho. Alimenta-se essencialmente de sementes e insetos. Devido à sua dieta, esta ave poderá ter tido um impacto negativo sobre os campos agrícolas (ao nível dos grãos) – foi por este motivo que algumas câmaras tentaram combater a espécie. Assim, todos os anos, a Câmara Municipal do Porto Santo obrigava cada chefe de família a apresentar 25 cabeças de pardal durante o mês de junho. Estima-se que as principais ameaças sobre esta subespécie sejam a competição com outras espécies (como o pardal-espanhol) e a predação. O estatuto de conservação é "vulnerável", segundo o *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. Lamentavelmente, desconhece-se o seu verdadeiro estatuto taxonómico, assim como vários aspetos da sua biologia, e não existe um plano de conservação dirigido a esta ave. A sua proteção é garantida pelo facto de algumas das áreas onde ocorre estarem incluídas no PNM e em áreas da Rede Natura 2000. A ave consta do anexo II da Convenção de Berna.

Pardal-espanhol (*Passer hispaniolensis hispaniolensis* (Temminck 1820)) – Trata-se de uma ave da família Passeridae, ordem Passeriformes. A subespécie ocorre no Sul da Europa, no Norte de África, nas Canárias e em Cabo Verde. Nas ilhas da Madeira e do Porto Santo, tem uma distribuição descontínua, vivendo em grupos. Prefere os habitats humanizados (jardins, praças urbanas, zonas agrícolas) e as áreas onde se misturam campos abandonados com vegetação rasteira. Esta ave apresenta dimorfismo sexual: o macho tem cabeça castanha, com partes laterais inferiores brancas e com a parte anterior do pescoço e peito negros, enquanto a fêmea é de coloração mais discreta, mais ou menos uniforme e castanha. O seu comprimento total situa-se entre os 14 e os 16 cm. Entre o final do séc. XX e os começos do séc. XXI, a população de pardal-espanhol decresceu significativamente na ilha da Madeira; no entanto, o Porto Santo manteve uma população numerosa, que deve superar largamente a estimativa de 250 a 2500 indivíduos do *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*.

Corre-caminhos (*Anthus berthelotii madeirensis* Hartert, 1905) – De acordo com o *Elucidário Madeirense*, é também chamado carreiró, carreirote, melrinho de Nosso Senhor, melrinho de Nossa Senhora, em certos locais da Madeira, e pode ser conhecido por bica, no Porto Santo. É uma subespécie da família Motacillidae, ordem Passeriformes, endémica das ilhas da Madeira, do Porto Santo e Desertas. Nas Selvagens, ocorre a subespécie *Anthus berthelotii bertheloti* Bolle, 1962, que também se encontra nas Canárias. A subespécie *Anthus berthelotii maderensis* tem um bico mais longo do que a subespécie típica das Canárias e Selvagens; no entanto, a sua plumagem



Fig. 9 – Corre-caminhos
(fotografia do Parque Natural da Madeira, 2008).



Fig. 10 – Lavandeira
(fotografia de José Jesus, 2014).

é muito semelhante à daquela. Na Madeira, é mais frequente na Ponta de São Lourenço, no Pico do Arieiro e na Ponta do Pargo, facto que se deve à sua preferência por terrenos secos e por zonas com vegetação rasteira, desde a costa às cotas mais elevadas. Nas Selvagens, a subespécie *Anthus berthelotii bertheloti* ocorre essencialmente nos locais de planalto, e menos nas falésias.

O corre-caminhos nidifica no chão, no outono e na primavera, e é facilmente identificável pelo seu comportamento. Costuma correr e faz voos curtos, facto que está na origem do seu nome vulgar. Em voo notam-se as retrizes externas brancas. A população de *Anthus berthelotii madeirensis* situa-se entre as 2500 e as 10.000 aves e parece estável. Faz ninho no solo, entre fevereiro e agosto, pondo cerca de quatro ovos. A população existente nas Selvagens é considerada "vulnerável" devido ao número reduzido de indivíduos que a constitui.

Ambas as subespécies podem ocorrer em áreas de reserva integral e parcial do PNM e em zonas da Rede Natura 2000. A espécie consta do anexo II da Convenção de Berna.

Lavandeira (*Motacilla cinerea schmitzi* (Tschusi, 1900)) – De acordo com a obra *Elucidário Madeirense*, era chamada papamoscas em certos locais do Porto da Cruz. É uma subespécie endémica do arquipélago da Madeira, da família Motacillidae, ordem Passeriformes. Ocorre na Madeira e no Porto Santo. Esta ave é facilmente identificável pela sua forma "esguia", pelo peito amarelo e pelo movimento característico, vertical e cadenciado, da cauda, quando a ave está assente no solo. Apresenta um voo ondulado acompanhado de chamamento agudo e metálico. Tem entre 17 e 20 cm de comprimento total e encontra-se sobretudo na proximidade de cursos de água e de poços, desde cotas mais baixas até zonas de maior altitude. Põe entre três e cinco ovos em ninho construído em cavidades de paredes ou barrancos. Diferencia-se das outras formas da espécie por ter o dorso mais escuro. Segundo o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*, o efetivo populacional situa-se entre os 2500 e os 10.000 indivíduos. Boa parte da população ocorre em sítios da Rede Natura 2000 e do PNM, o que lhe confere alguma proteção. A espécie consta do anexo II da Convenção de Berna.

Papinho (*Erithacus rubecula rubecula* (Linnaeus, 1758)) – É uma subespécie da família Muscicapidae, ordem Passeriformes, que se distribui por Marrocos, pelos Açores, pelo Oeste das Canárias, pela ilha da Madeira e pela ilha do Porto Santo (onde é rara). Na Madeira, pode ocorrer desde a beira-mar até aos 1700 m de altitude. É facilmente identificável pelo seu peito ruivo. O adulto é castanho no dorso e castanho-claro no abdómen e nos flancos; os juvenis são claros com peito manchado. Mede entre 12,5 e 14 cm de comprimento total. A ave tem um canto melodioso. Ocorre essencialmente em zonas de floresta indígena, floresta exótica, floresta de transição, urzais,

áreas agrícolas e jardins urbanos. Alimenta-se de insetos, caracóis e minhocas. Nidifica em arbustos, entre março e julho, pondo dois ou três ovos (raramente quatro ou cinco). O efetivo populacional deverá ser superior a 10.000 indivíduos, segundo o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*. Algumas zonas onde ocorre são áreas da Rede Natura 2000 e do PNM. Consta do anexo II da Convenção de Berna.

Melro-preto (*Turdus merula cabrerae* Hartert, 1901) – Subespécie endémica da Macaronésia da família Turdidae, ordem Passeriformes. Distribui-se pela Madeira, pelo Porto Santo (onde é rara) e pelas Canárias (existe em algumas ilhas). É facilmente identificável pelo seu tamanho – é o maior passeriforme nidificante (tendo entre 19 e 23,5 cm de comprimento total) –, pelo seu bico (amarelo no macho e acastanhado na fêmea) e pela sua coloração (o macho é uniformemente preto e a fêmea é castanho-escura com algumas manchas). Encontra-se por toda a ilha da Madeira, numa grande variedade de habitats, desde áreas de floresta indígena, floresta exótica, até zonas urbanas e áreas de cultivo. É muito rara nas áreas secas com vegetação rasteira do litoral. Nidifica em pequenas árvores, bananeiras, jardins e campos agrícolas. A postura ocorre geralmente em maio e junho; a época de reprodução pode estender-se entre janeiro e agosto. Alimenta-se de minhocas, insetos, bagas e sementes. O efetivo populacional da Madeira poderá exceder as 10.000 aves. Algumas áreas do seu habitat estão incluídas em zonas de reserva integral e parcial do PNM e em áreas da Rede Natura 2000. O melro-preto da Madeira consta do anexo II da diretiva "Aves" e do anexo III da Convenção de Berna.

Cigarrinho (*Sylvia conspicillata orbitalis* (Wahlberg 1854)) – *Sylvia conspicillata bella* (Tschusi, 1901) é outro nome científico dado à subespécie (caído em desuso). Alguns cientistas atribuíram-lhe o nome de *Curruca conspicillata orbitalis*. Há dúvidas sobre se constitui uma subespécie endémica da Macaronésia. Ocorre nas ilhas da Madeira e do Porto Santo, nas Canárias e em Cabo Verde. É uma ave da família



Fig. 11 – Melro-preto (fotografia de Virgílio Gomes, 2003).

Sylvidae, ordem Passeriformes. Mede cerca de 12 a 13 cm de comprimento total e tem dimorfismo sexual (a fêmea tem, em geral, uma tonalidade mais acastanhada, sendo efetivamente castanha na cabeça e no dorso, e o macho tem cabeça cinzenta, garganta esbranquiçada, abdómen claro e rosado e dorso castanho). As formas da subespécie da ilha Madeira são mais escuras do que as das Canárias. O cigarrinho ocorre em núcleos espalhados pela ilha da Madeira, em zonas arbustivas densas com pouca perturbação humana. No Porto Santo, é frequente em áreas com alguma vegetação arbustiva, mas também em terreno aberto. O efetivo desta subespécie "tímida" ou pouco conspícua rondará os 2500 indivíduos (no entanto, esta estimativa deve ser considerada com alguma reserva por faltarem estudos sobre esta ave). A população de cigarrinhos do arquipélago da Madeira, embora apresente um estatuto de conservação "vulnerável", não é alvo de medidas de conservação. Alguns dos locais em que ocorre são sítios da Rede Natura 2000 e do PNM. A espécie consta do anexo II da Convenção de Berna.

Toutinegra (*Sylvia atricapilla heinecken* (Jardine, 1830)) – Trata-se de uma ave da família Sylvidae, ordem Passeriformes. É uma subespécie que ocorre nas ilhas da Madeira, do Porto Santo, Canárias e em algumas zonas da península Ibérica (principalmente no Sudoeste). Possui um típico barrete – preto nos machos e vermelho-escuro (ou acastanhado) nas fêmeas –, sendo também possível encontrar

algumas aves melânicas em que a cor preta do barrete do macho desce abaixo da nuca (pelo que recebem, em alguns locais, a denominação de toutinegras de capelo). O comprimento total no adulto varia entre 13,5 e 15 cm. Pode ser observada em vários habitats (áreas com arbustos densos, clareiras, zonas florestais de transição e jardins), sendo rara na laurissilva. Não ultrapassa os 1400 m de altitude, sendo pouco frequente a partir dos 800 m. De acordo com o *Atlas das Aves do Arquipélagos do Madeira*, deverão existir mais de 10.000 indivíduos. Entre março e junho, constrói o seu ninho nos ramos das árvores e nos arbustos e põe até cinco ovos. No passado, devido aos seus dotes canoros (o típico "tac-tac"), eram capturadas e aprisionadas em gaiolas; nos começos do séc. XXI, esta prática está proibida. Algumas áreas onde ocorre são zonas da Rede Natura 2000 e do PNM, o que confere alguma proteção à subespécie. A espécie consta do anexo II da Convenção de Berna.

Tentilhão (*Fringilla coelebs maderensis* (Sharpe, 1888)) – Trata-se de uma subespécie pertencente à família Fringillidae, ordem Passeriformes, endémica da ilha da Madeira. Tendo entre 14 e 16 cm, possui faixas alares e parte externa da cauda brancas. O dimorfismo sexual é evidente: os machos são mais vistosos, têm tonalidades mais vivas (o peito é rosado ou cor de tijolo, o dorso verde-acastanhado e a cabeça azulada); a fêmea é menos colorida, tendo geralmente tonalidade verde-acastanhada e sendo castanho-clara no peito e na região ventral. Existe apenas na ilha da Madeira, sendo observada em toda a sua extensão, exceto a mais baixa altitude. É frequente em zonas arborizadas, com vegetação indígena ou exótica, em áreas agrícolas e rurais habitadas e em regiões com vegetação arbustiva ou mesmo rasteira; também se observa com regularidade em zonas de merenda (onde "petisca" os restos de comida deixados pelas pessoas). Alimenta-se de sementes e insetos. De acordo com o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*, a população é numerosa (superior a 100.000 indivíduos). Algumas das áreas em que ocorre pertencem à Rede Natura 2000 e ao PNM. Faz parte do anexo III da Convenção de Berna. Tal como acontece relativamente a outras aves do arquipélago da Madeira, são necessários estudos para conhecê-la melhor.

Canário-da-terra ou canário (*Serinus canaria* (Linnaeus, 1758)) – É um endemismo macaronésico da família Fringillidae, ordem Passeriformes. Tem entre 12,5 e 13,5 cm de comprimento. Apresenta dimorfismo sexual: os machos são mais coloridos e têm cores mais vivas – são mais amarelados – e definidas do que as fêmeas, que são mais discretas (têm cores menos vivas e mais acastanhadas). Distribui-se pelas ilhas da Madeira, do Porto Santo e Desertas. É também encontrada nos arquipélagos dos Açores e das Canárias. O habitat da espécie é variado, compreendendo zonas rurais agrícolas, jardins, áreas urbanas, zonas



Fig. 12 – Tentilhão macho (fotografia de José Jesus, 2016).



Fig. 13 – Canário-da-terra fêmea (fotografia de José Jesus, 2011).

com vegetação rasteira ou arbustiva. Pode ser observada desde o nível do mar, nas proximidades da zona entremarés, como é frequente nas Desertas, até aos picos mais elevados da ilha da Madeira. É frequente observar-se bandos de canários; de acordo com o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*, o efetivo populacional deverá ser superior a 10.000 indivíduos. A nidificação inicia-se em janeiro (ou fevereiro) e a época prolonga-se provavelmente até junho. Num ano, pode fazer duas ou três posturas. O seu canto é melodioso e muito variado. Algumas áreas de ocorrência e de nidificação estão incluídas em zonas da Rede Natura e do PNM. A espécie consta do anexo III da Convenção de Berna. Aparentemente, desloca-se entre as várias regiões de uma mesma ilha, o que leva à ocorrência de flutuações locais.

Pintassilgo (*Carduelis carduelis parva* Tschusi, 1901) – Esta ave, da família Fringillidae, ordem Passeriformes, distribui-se pelas ilhas da Madeira e do Porto Santo, pelos Açores, pelas Canárias, pela península Ibérica, pela região ocidental do Mediterrâneo e pelo Noroeste de África. É inconfundível pela sua coloração, tendo cabeça vermelha (ao redor dos olhos e do bico), negra e branca. Possui uma barra alar amarela e larga nas asas pretas. A cauda é preta com manchas brancas. Não tem dimorfismo sexual e o seu comprimento total varia entre os 12 e os 13,5 cm. Os juvenis são mais discretos, sem mancha facial. Pode ser encontrada desde a beira-mar até às grandes altitudes, em áreas cultivadas, abertas ou com vegetação rasteira, com gramíneas e compostas, em jardins, na floresta exótica e indígena degradada. Devido à forma como usa o habitat, sofre grandes flutuações a nível local, verificando-se uma forte sazonalidade. Pode formar bandos e a sua população na Região Autónoma da Madeira situa-se entre os 2500 e os 10.000 indivíduos. No passado, esta ave era capturada e mantida em gaiolas; no entanto, nos começos do séc. XXI esta prática está proibida. Alguns habitats onde ocorre estão incluídos em sítios da Rede Natura 2000 e em áreas do PNM. A ave consta do anexo II da Convenção de Berna.

Pintarroxo (*Carduelis cannabina guentheri* Wolters, 1953) – Na base de dados *Avibase*, o pintarroxo tem o nome científico de *Linaria cannabina guentheri*. Subespécie endémica do arquipélago da Madeira, pertence à família Fringillidae, ordem Passeriformes. Esta ave mede entre 12,5 e 14 cm de comprimento total e tem uma cauda relativamente comprida e bico curto, cinzento. Nesta subespécie, ocorre dimorfismo sexual: o macho apresenta peito e fronte avermelhados, nuca cinza e dorso de um castanho homogéneo; a fêmea é de coloração mais discreta, tendo uma tonalidade mais acastanhada do que o macho. Habita em áreas com vegetação rasteira ou com poucos arbustos (onde predominam as gramíneas e as compostas), em terrenos cultivados, jardins e outras áreas humanizadas, tanto em zonas de baixa como de elevada altitude. Pode ser observada em bandos igualmente formados por canários e pintassilgos. As estimativas indicam a existência de 2500 a 10.000 indivíduos, de acordo com o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*. Boa parte dos indivíduos desta subespécie relativamente pouco conhecida ocorre em áreas da Rede Natura 2000 e do PNM. A ave faz parte do anexo II da Convenção de Berna.



Fig. 14 – Pintassilgos (fotografia do Parque Natural, Ponta do Pargo, 2010).

Verdilhão (*Chloris chloris* (Linnaeus, 1758)) – Tem sido muitas vezes referido que o verdilhão da Madeira pertence à subespécie *Chloris chloris aurantiiventri* (Cabanis, 1850). Trata-se de uma ave da família Fringillidae, ordem Passeriformes. A espécie distribui-se pelo Sul da Europa e pelo Norte de África, tendo sido

introduzida em vários outros locais (*e.g.*, Açores, Nova Zelândia, Sul da Austrália e Argentina). Não se sabe se terá sido introduzida no arquipélago da Madeira, tendo-se conhecimento de que aí nidifica a partir da déc. de 60 do séc. XX, exclusivamente na ilha da Madeira. Aparece em áreas de floresta exótica pouco densa, em regiões marginais de floresta, perto de áreas de cultivo, ou em zonas abertas com arbustos, eventualmente em áreas urbanas, em parques e jardins. Esta ave amarelo-esverdeada tem entre 14 e 16 cm de comprimento total; o corpo, a cabeça e o bico são mais robustos do que os de espécies que lhe são próximas. Há dimorfismo sexual: a fêmea tem uma coloração bastante mais discreta do que o macho. De acordo com o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira,* a população deverá ser superior a 2500 indivíduos. Tem-se pouco conhecimento do modo como a espécie ocorre no arquipélago da Madeira.

Lugre (*Carduelis spinus* (Linnaeus, 1758)) – É-lhe também atribuído o nome científico de *Spinus spinus* (Linnaeus, 1758). É uma ave da família Fringillidae, ordem Passeriformes. Encontra-se na região paleártica, nomeadamente entre a Europa Ocidental e a Rússia Meridional, até à costa do Oceano Pacífico. Só em 2002 foi confirmada a sua nidificação na Madeira, e desde então tem-se assistido a um incremento do efetivo populacional, sendo frequente observá-la na região do Poiso e na dos Estanquinhos (Paúl da Serra), entre outras. Este fringilídeo, que mede entre 11 e 12,5 cm de comprimento total, distingue-se pelas suas asas escuras, com marcas branco-amareladas, e pelos lados da cauda, amarelos essencialmente na base (como no verdilhão). A coroa e o babete são pretos. Tem cabeça pequena e cauda curta.

Poupa (*Upupa epops* Linnaeus, 1758) – Trata-se provavelmente da subespécie *Upupa epops epops*. É uma ave da família Upupidae, ordem Upupiformes. No arquipélago da Madeira, é frequente no Porto Santo e ocasional na ilha da Madeira (onde ocorre principalmente na Ponta de São Lourenço) e nas ilhas Desertas. A espécie distribui-se pela Europa, pelo



Fig. 15 – Poupa em voo (fotografia de Virgílio Gomes, 2004).

Noroeste de África e pela Ásia. Vive em áreas secas, com vegetação rasteira herbácea ou arbustiva pouco densa, e em zonas agrícolas. É inconfundível pela sua silhueta e pelo padrão preto e branco das asas, pelo bico comprido e curvo e pela crista bastante evidente, mesmo quando em voo. Tem um comprimento total que varia entre os 25 e os 29 cm. Segundo o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*, existem entre 250 e 2500 indivíduos. Alimenta-se de invertebrados, como insetos e minhocas. Ocorre em algumas áreas da Rede Natura 2000.

Andorinhão-da-serra, andorinha-da-serra ou andorinha (*Apus unicolor* (Jardine, 1830)) – Trata-se de uma ave da família Apodidae, ordem Apodiformes, endémica da Macaronésia, ocorrendo na ilha do Porto Santo, na ilha da Madeira e nas ilhas Canárias. Nidifica em falésias, a qualquer altitude. É observada sobretudo no verão. A maioria dos indivíduos parece migrar, no inverno, para o Norte de África. Esta ave, medindo entre 14 e 15 cm de comprimento total e tendo coloração negra, apresenta um voo rápido bastante característico e uma silhueta em meia-lua (por analogia com fases da lua, parece um quarto crescente ou um quarto minguante). Come essencialmente insetos, pelo que o uso de inseticidas pode constituir uma ameaça para a espécie. Distingue-se de *Apus pallidus* por ter uma coloração mais

homogénea e escura. Ocorre em vários locais, incluindo em áreas da Rede Natura 2000 e do PNM. A espécie consta do anexo II da Convenção de Berna. Segundo o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*, existem entre 2500 e 10.000 indivíduos.

Andorinhão ou andorinha-do-mar (*Apus pallidus brehmorum* Hartert, 1901) – Trata-se de uma ave da família Apodidae, ordem Apodiformes, que ocorre nas ilhas da Madeira e do Porto Santo e também em algumas ilhas das Canárias, podendo ser igualmente observada nas costas da Europa Meridional (entre a península Ibérica e a Turquia) e no Norte de África. Com um comprimento total que varia entre os 16 e os 18 cm, distingue-se do andorinhão-da-serra (*Apus unicolor*) por ser um pouco maior do que ele, pela mancha clara na garganta e pela sua coloração menos homogénea. No inverno, parece migrar para regiões situadas a sul do Saara. Embora haja algum desconhecimento quanto à sua distribuição e abundância, sabe-se que esta ave ocorre em vários habitats, desde falésias e ilhéus (onde nidifica) a zonas de interior, entre as quais as regiões de montanha, áreas rurais ou áreas suburbanas. É menos abundante do que a *Apus unicolor*.

A exemplo do que acontece noutras ilhas oceânicas, as aves de rapina estão representadas por um baixo número de espécies, quando comparado com o existente em áreas continentais com características semelhantes. No arquipélago da Madeira e no arquipélago das Selvagens, nidificam a manta, o francelho, o fura-bardos e a coruja-das-torres.

Manta – Alguns madeirenses conhecem-na como milhafre. Trata-se de uma ave da família Accipitridae, ordem Accipitriformes. Durante muito tempo, foi considerada como a subespécie *Buteo buteo harterti* Swan, 1919; no entanto, é considerada por alguns cientistas como *Buteo buteo buteo* (Linnaeus, 1758). Se considerarmos esta ave de rapina como *Buteo buteo harterti*, podemos afirmar que a subespécie ocorre nas ilhas da Madeira, do Porto Santo e Desertas, sendo endémica do arquipélago da Madeira. No entanto, se considerarmos a ave como *Buteo buteo buteo*, então a população do arquipélago deixa de ser tida como endémica, havendo que considerar as populações ocidentais da região paleártica e da África Ocidental como constituintes da mesma subespécie (*Buteo buteo buteo*). Independentemente das dúvidas taxonómicas quanto ao estatuto da manta, esta é a maior das aves de rapina que nidificam no arquipélago da Madeira, tendo um comprimento total que poderá superar os 50 cm e uma envergadura que poderá chegar aos 130 cm. É frequente observá-la voando, com batimentos de asa lentos, ou planando em círculos, aproveitando as correntes matinais de ar ascendente (pode também efetuar voos curtos e picados). Ocorre em vários habitats: falésias costeiras e interiores, zonas com pouca vegetação rasteira, áreas florestais indígenas e exóticas, áreas agrícolas e suburbanas. A parte superior do corpo é geralmente castanho-escura; o peito é uniformemente castanho-escuro, listado ou manchado de creme-amarelado. Em voo, as asas mostram cinco rémiges primárias soltas (que parecem dedos) e manchas claras e orlas escuras na parte inferior. A cauda é relativamente curta e a cabeça de pequena dimensão. Esta ave alimenta-se de roedores, coelhos, algumas aves (como a perdiz), lagartixas e insetos. Nidifica a média ou elevada altitude, em precipícios e em árvores de grande porte. A construção do ninho começa em fevereiro ou março. Os pintos deixam o ninho nos meses de julho e agosto. Segundo o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*, a população é superior a 2500 indivíduos, essencialmente localizados na ilha da Madeira. No entanto, em 2006 a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves tinha uma estimativa distinta (cerca de 300 aves nas ilhas da Madeira e do Porto Santo). As ameaças que pairam sobre a manta são o envenenamento secundário por pesticidas, a captura e o abate ilegais. No passado, era perseguida e caçada, pelo facto de predar galinhas (e outras aves domésticas) e coelhos.

Parte da sua área de ocorrência está incluída em zonas da Rede Natura 2000 e em algumas regiões com estatuto de reserva integral e parcial do PNM. A ave consta do anexo I da diretiva "Aves" e do anexo III da Convenção de

Berna. A manta desapareceu das Desertas em 1996, provavelmente vítima de envenenamento secundário, por predação de coelhos envenenados. De facto, nessa altura decorria o projeto Recuperação dos Habitats Terrestres da Deserta Grande, que envolvia a erradicação de coelhos através do envenenamento. No entanto, posteriormente foram feitos alguns avistamentos da manta nas Desertas.

Francelho (*Falco tinnunculus canariensis* (Koenig, 1980)) – Na Madeira, há pessoas que os chamam de milhafres. Ave da família Falconidae, ordem Falconiformes, é uma subespécie endémica da Macaronésia que ocorre sobretudo nas ilhas da Madeira, do Porto Santo e Canárias. Na Madeira e no Porto Santo, podemos observar francelhos desde o nível do mar até às altas montanhas, em diversos habitats (como falésias, espaços urbanos e suburbanos, zonas florestais, superfícies com pouca vegetação ou com vegetação rasteira, e áreas agrícolas). É a ave de rapina nidificante mais abundante e a mais pequena do arquipélago da Madeira, facilmente identificável em voo pelas suas longas asas, pontiagudas e arqueadas em forma de foice, e pela sua longa cauda, assim como pelo seu típico "peneirar", ou seja, pelo bater de asas em voo sem deslocamento (o chamado "parado no ar"). No geral, possui dorso e região ventral malhados; porém, as fêmeas, de maior porte, são castanhas na parte superior e têm listas escuras na cabeça, possuindo cauda listada e dorso mais malhado do que o do macho; o macho tem cabeça e cauda cinzentas, uma barra preta subterminal na cauda, parte inferior de tonalidade acastanhada e clara e asas escuras nas extremidades. O comprimento total dos indivíduos da espécie varia entre 31 e 37 cm e a envergadura entre 68 e 78 cm. O francelho é mais pequeno e mais escuro do que os seus congéneres europeus. Devido ao projeto Recuperação dos Habitats Terrestres da Deserta Grande, e a exemplo do que aconteceu com a manta, o francelho desapareceu da Deserta Grande em 1996, mas voltou a ser posteriormente detetado na Deserta Grande e no Bugio. A sua dieta é variada e condicionada pela disponibilidade das presas



Fig. 16 – Francelho (fotografia de Virgílio Gomes, 2008).

principais (a qual, por sua vez, depende do habitat). Come essencialmente roedores, lagartixas, insetos e pequenas aves. Põe quatro a seis ovos em buracos ou fendas de escarpas rochosas. A estimativa do efetivo varia entre 2500 e 10.000 indivíduos, de acordo com o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*. As principais ameaças à sobrevivência do francelho são o envenenamento secundário por pesticidas e a perseguição humana (*e.g.*, por meio da captura ilegal). Parte da região da ocorrência da espécie está incluída em zonas que integram a Rede Natura 2000 e em algumas áreas com estatuto de reserva integral e parcial do PNM. A ave consta do anexo I da diretiva "Aves" e do anexo III da Convenção de Berna. No passado, a caça a estas aves era uma realidade habitual: o povo temia-as, pois predavam os pintos de galinha que andavam à solta.

Fura-bardos (*Accipiter nisus granti* Sharpe, 1890) – Ave da família Accipitridae, ordem Accipitriformes. No arquipélago da Madeira, ocorre apenas na ilha da Madeira, com uma distribuição dispersa. Esta subespécie macaronésica também ocorre nas Canárias. A espécie a que pertence, *Accipiter nisus*, é conhecida como gavião no continente português e tem vasta distribuição europeia. Por ter hábitos discretos, é difícil de observar. Esta ave habita áreas florestais densas (exóticas ou indígenas), mas também pode ser observada em campos agrícolas. Nidifica nas árvores. Apresenta um porte intermédio entre o do francelho e o da manta e asas arredondadas e



Fig. 17 – Fura-bardos ou gavião (fotografia do Parque Natural da Madeira/*Diário de Notícias*).

relativamente curtas. A fêmea é maior e mais acinzentada do que o macho, tendo o peito e abdómen listados; o macho apresenta tons rosa no peito e no abdómen, cor cinza-azulada no dorso e barras finas e avermelhadas na parte inferior do corpo; ambos os sexos têm corpo estreito, pernas longas e cauda comprida. É a ave de rapina menos conhecida do arquipélago madeirense, pelo que qualquer apreciação a seu respeito deve ser considerada com o devido cuidado. O *Elucidário Madeirense* refere que é "indígena mas pouco frequente, não tendo sido mencionada na lista de Harcourt" (SILVA e MENESES, 1978, II, 158). Contudo, segundo o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*, existem entre 1000 e 2500 fura-bardos. As principais ameaças à sobrevivência da subespécie são a caça (o abate ilegal) e a destruição do habitat por incêndios e corte de árvores. Parte da área de ocorrência da subespécie está incluída em sítios da Rede Natura 2000 e em algumas zonas com estatuto de reserva integral e parcial do PNM. A ave consta do anexo I da diretiva "Aves" e do anexo III da Convenção de Berna. O projeto LIFE Fura-Bardos, compreendendo os anos de 2013 a 2017, tem como fito a conservação da espécie e dos habitats em que ocorre.

Coruja ou coruja-das-torres (*Tyto alba schmitzi* (Hartert, 1900)) – Trata-se de uma ave da família Tytonidae, ordem Strigiformes. É uma subespécie endémica do arquipélago da Madeira, ocorrendo nas ilhas da Madeira, do Porto Santo e Desertas. É a única ave de rapina noturna que nidifica no arquipélago da Madeira, sendo facilmente identificada pela sua silhueta durante o voo, pelo disco facial conspícuo e pelo chamamento agudo e estridente. Mede entre 33 e 39 cm de comprimento e tem entre 80 e 95 cm de envergadura. Apresenta um corpo relativamente delgado, asas para o longo e patas compridas. Embora seja mais escura do que as outras formas da espécie, apresenta uma significativa variação na sua coloração, sendo mais invulgar ter aparência clara. A face é pálida, em forma de coração, e os olhos são rodeados de penas escuras. Ocorre em vários tipos de habitat, desde zonas urbanas a áreas de floresta com clareiras, desde o litoral aos vales profundos do interior. Nidifica essencialmente entre abril e junho, em falésias costeiras e interiores. A coruja alimenta-se essencialmente de roedores, insetos e, eventualmente, de algumas pequenas aves. De acordo com o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*, o seu efetivo situa-se entre os 2500 e os 10.000 indivíduos. Embora esta subespécie não conheça sérias ameaças à sua sobrevivência, a poluição do ambiente por pesticidas, a perseguição e o abate ilegal, bem como as crenças e as superstições em torno dela (são consideradas por muitos como aves de mau agoiro – segundo a crença, sempre que uma delas passa por cima de uma casa, algo de mau irá acontecer, *e.g.*, o falecimento de uma pessoa), constituem sem dúvida potenciais riscos para ela. No passado, o maior perigo era a perseguição pelas pessoas que consideravam as corujas animais de mau agoiro (a passagem de uma destas aves sobre uma casa indicava que alguém iria falecer em breve). Esta ave consta do anexo II da Convenção de Berna e ocorre em muitas áreas do PNM e da Rede Natura 2000. Devido ao projeto Recuperação dos Habitats Terrestres da Deserta Grande, a coruja desapareceu da Deserta Grande em 1996 (tal como aconteceu com a Manta e o francelho). Posteriormente, voltou, porém, a ser detetada.

Gaivota ou gaivota-de-patas-amarelas (*Larus michahellis michahellis* Naumann, 1840) – "Gaio"



Fig. 18 – Gaivotas ou gaivotas-de-patas-amarelas (fotografia de Virgílio Gomes, 2008).

ou "gaivoto" são os nomes atribuídos aos indivíduos juvenis, que se distinguem dos adultos pela plumagem escura. Trata-se de uma ave da família Laridae, ordem Charadriiformes. A atribuição de nome científico a estas gaivotas tem sido polémica, e a sua classificação tem variado ao longo do tempo. De todo o modo, vamos considerar que as gaivotas do arquipélago da Madeira e do arquipélago das Selvagens pertencem à subespécie *Larus michahellis michahellis*. Esta ave ocorre nas várias ilhas dos dois arquipélagos, em todo o tipo de terreno próximo do mar, em locais desabitados, falésias costeiras, zonas de lixeiras e de despejos de resíduos orgânicos e perto de áreas de descarregamento de peixe (lotas). As áreas preferenciais de nidificação são o ilhéu dos Desembarcadouros e o ilhéu de Fora. A postura, até três ovos, dá-se nos meses de abril e maio. Esta gaivota caracteriza-se por ser branca. O dorso e a parte superior da asa são cinzentos (com um pouco de cor branca na extremidade da asa). As patas são amarelas. O anel orbital é vermelho e há uma mancha vermelha no bico. Esta ave alimenta-se de grande variedade de presas, como peixes (muitos obtidos nos desperdícios da pesca, pelo que é considerada oportunista em termos de dieta), micromamíferos, aves marinhas, passeriformes, e de lixo orgânico, etc. Segundo o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*, nas ilhas da Madeira, do Porto Santo e Desertas o número de casais é superior a 3900; nas Selvagens, não ultrapassa os 30. As populações desta gaivota têm crescido devido à sua associação com o Homem. Excetuando nas Selvagens, não está ameaçada.

Garajau ou garajau-rosado ou gaivina-rosada (*Sterna dougallii dougallii* Montagu, 1813) – Trata-se de uma ave da família Sternidae, ordem Charadriiformes. Ocorre nas ilhas da Madeira, do Porto Santo, Selvagens, no arquipélago dos Açores, na Europa, na América do Norte, nas Índias Ocidentais e em África. O seu habitat preferido são as falésias localizadas a baixa altitude e os ilhéus situados em zonas remotas. Esta ave possui o peito ligeiramente rosado na primavera, bico de ponta preta; quando pousada, as penas da cauda ultrapassam as asas estendidas para trás. Nidifica essencialmente na Ponta de São Lourenço, nas Selvagens, nos ilhéus rochosos ou arenosos dos arquipélagos da Madeira e das Selvagens, e longe da perturbação humana. Provavelmente, as principais ameaças à sua sobrevivência são a destruição do seu habitat e os predadores introduzidos. Quanto ao estatuto de conservação, a população regional desta subespécie é "vulnerável"; apesar desta classificação, não há qualquer programa de conservação dirigido à espécie. A sua proteção é conferida pelo facto de algumas zonas em que ocorre constarem de áreas da Rede Natura 2000 e do PNM. A ave encontra-se no anexo I da diretiva "Aves" e anexo II da Convenção de Berna.

Garajau ou gaivina (*Sterna hirundo hirundo* Linnaeus, 1758) – Trata-se de uma ave da família Sternidae, ordem Charadriiformes. Ocorre em todas as ilhas do arquipélago da Madeira e do arquipélago das Selvagens, com maior incidência nas zonas costeiras, a baixa altitude, e em pequenos ilhéus, onde nidifica. Na Selvagem Pequena e no ilhéu de Fora nidifica em praias de areia. Nestes arquipélagos, ocorre essencialmente entre os meses de março e setembro, em colónias de dimensão reduzida. Com um comprimento total entre os 34 e os 37 cm e uma envergadura entre os 70 e os 80 cm, o bico é vermelho e robusto e o peito é branco. Distingue-se do garajau-rosado, entre outros aspetos,



Fig. 19 – Garajaus ou gaivinas (fotografia de Virgílio Gomes, 2008).

pelo facto de, quando pousada, a sua cauda não ultrapassar a ponta das asas compridas e estreitas. Esta ave de patas curtas alimenta-se essencialmente de pequenos peixes, crustáceos e insetos. Segundo o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*, existirão entre 250 e 2500 aves. As principais ameaças à sua sobrevivência são a ocupação, a alteração e a destruição do litoral. Segundo o *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*, de 2005, tem o estatuto de conservação "vulnerável". Esta ave ocorre e nidifica em áreas do PNM e em áreas da Rede Natura 2000. Encontra-se no anexo I da diretiva "Aves" e no anexo II da Convenção de Berna.

Galinha-de-água (*Gallinula chloropus* (Linnaeus, 1758)) – Trata-se provavelmente da subespécie *Gallinula chloropus chloropus*. É uma ave da família Rallidae, ordem Gruiformes. Esta espécie ocorre na Europa, na Ásia, na África e na América. Na Macaronésia, podemos observá-la nos Açores, na Madeira, nas Canárias e em Cabo Verde. No arquipélago da Madeira, a ave nidifica nas ilhas da Madeira e do Porto Santo. O habitat desta ave inclui charcos e lagoas com vegetação densa nas margens, e ela pode ser ocasionalmente vista na foz de algumas ribeiras. Podemos observá-la na lagoa do Lugar de Baixo (ilha da Madeira), na lagoa do Dragoal e na lagoa da Serra de Dentro (ilha do Porto Santo). Também poderá ser observada noutras massas de água com características semelhantes às anteriores. Ave de médio porte, com cerca de 37 cm de comprimento total, facilmente identificável pela plumagem em tons de castanho, azulado e preto, fronte vermelha – tal como o bico, de ponta amarela – e patas claras e esverdeadas. A parte inferior da cauda é branca. Os dedos são bastante compridos. É omnívora, tendo uma dieta à base de plantas aquáticas e suplementada com pequenos animais e ovos de outras aves. Existem poucos indivíduos na Madeira e no Porto Santo, provavelmente menos de 50. Essencialmente pelo reduzido efetivo, mas também pelo baixo número de potenciais locais de nidificação no arquipélago da Madeira, a espécie apresenta o estatuto "em perigo", de acordo com o *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal* na sua edição de 2005.

Galeirão-comum (*Fulica atra* Linnaeus, 1758) – É uma ave da família Rallidae, ordem Gruiformes. A espécie distribui-se pelas regiões paleártica, indo-malaia e australo-asiática. No arquipélago da Madeira, nidifica, pelo menos, na lagoa do Lugar de Baixo, na Foz da Ribeira do Faial e no Porto Santo. É uma ave de 36 a 42 cm de comprimento total e é facilmente identificável pelo bico e placa da fronte brancos e pelo corpo largo de cor cinzenta fuliginosa (parece preta). A cauda é curta e pequena e a cabeça arredondada e preta. No arquipélago da Madeira, o habitat disponível escasseia e é geralmente intervencionado pelo homem, pelo que o efetivo populacional deverá ser muito reduzido.

Há ainda a referir a nidificação frequente da rolinha-da-praia ou borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus* Linnaeus, 1758) no Porto Santo, onde a espécie tem o



Fig. 20 – Galeirão-comum (fotografia de José Jesus, 2014).

estatuto "em perigo". As construções sobre dunas e a circulação de veículos sobre elas constituem as principais ameaças.

Outra ave nidificante do arquipélago da Madeira, não referida acima, considerada na listagem de Romano e colegas de 2010 (mas não considerada noutras fontes, como o *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*), é o pato-real (*Anas platyrhynchus* Linnaeus, 1758).

Há algumas espécies nidificantes ocasionais, como é o caso do garajau-escuro (*Onychoprion fuscatus* (Linnaeus, 1766)) e do pato mandarim (*Aix galericulata* Linnaeus, 1758).

Rola-turca (*Streptopelia decaocto* (Frivaldszky, 1838)) – Trata-se de uma ave da família Columbidae, ordem Columbiformes. Provavelmente introduzida no arquipélago da Madeira, a espécie é originária do subcontinente indiano. Ocorre nas regiões paleárticas ocidental e oriental. O primeiro registo de nidificação na ilha da Madeira (na Ponta de São Lourenço) data de 2009. É uma ave de média dimensão, de 31 a 34 cm de comprimento total, e elegante. A cauda é longa. A plumagem é pálida; no entanto, existe uma barra preta estreita, delineada a branco, nos lados do pescoço. Alimenta-se essencialmente de matéria vegetal, como grãos.

Foram já registados casos de nidificação de outra espécie do género, a rola-comum (*Streptopelia turtur*), possivelmente também introduzida pelo Homem. Não se conhecem os efeitos da introdução destas duas espécies de rolas. Para prevenir possíveis impactos graves, seria necessário o controlo destas aves e, eventualmente, a sua erradicação.

Outras aves nidificantes, presumivelmente introduzidas pelo Homem, são o bico-de-lacre (*Estrilda astrild* Linnaeus, 1758), o pato-mudo (*Cairina moschata* Linnaeus, 1758) e o periquito-de-colar (*Psittacula krameri* (Scopoli, 1769)). Há ainda outras espécies, possivelmente introduzidas, cuja nidificação na ilha da Madeira não está confirmada, como a caturra (*Nymphicus hollandicus* (Kerr, 1792)) e o papagaio-do-senegal (*Poicephalus senegalus* (Linnaeus, 1766)).

Muitas espécies de aves foram introduzidas para a caça, mas algumas foram depois dadas como extintas, como é o caso da galinha-d'Angola (*Numida meleagris* (Linnaeus, 1758)), da perdiz-moura (*Alectoris barbara* (Bonnaterre, 1792)), do faisão (*Phasianus colchicus* Linnaeus, 1758) e do pavão (*Pavo cristatus* Linnaeus, 1758).

Outras espécies, de que existem referências, encontram-se extintas no meio selvagem do arquipélago da Madeira. Têm sido encontradas e descritas espécies fósseis, especialmente encontradas nas dunas da Piedade e no Porto Santo, tais como o mocho *Otus mauli* Rando *et al.*, 2012, o ralídeo, *Rallus lowei* Alcover *et al.*, 2015, uma espécie robusta que possuía asas pequenas e não voava, ambas encontradas na ilha da Madeira, e o *Rallus adolfocaesaris* Alcover *et al.*, 2015, uma espécie menos robusta do que a anterior e encontrada na ilha do Porto Santo. Muitas outras espécies



Fig. 21 – Pato-mudo (fotografia de José Jesus, 2011).



Fig. 22 – Frango-de-água comum, também galinha-de-água ou galinhola (fotografia de Virgílio Gomes, 2018).

fósseis das dunas da Piedade e do Porto Santo poderão estar por descobrir ou descrever.

A organização BirdLife International tem um programa cujo objetivo é identificar, proteger e gerir uma rede de áreas relevantes para a viabilidade, a longo prazo, de populações naturais de aves, mediante critérios estabelecidos internacionalmente. Estas áreas recebem a designação de Important Bird and Biodiversity Areas [Áreas Importantes para as Aves e Biodiversidade] (IBAs). As IBAs do arquipélago da Madeira e as principais espécies em cada uma delas encontram-se a seguir referidas:

Laurissilva (código: PT083, área: 15.242 ha): alma-negra, cagarra, fura-bardos, pombo-trocaz, andorinhão-da-serra e canário-da-terra.

Maciço montanhoso oriental (código: PT084, área: 3411 ha): freira-da-madeira, fura-bardos, pombo-trocaz, andorinhão-da-serra e corre-caminhos.

Ilhas Desertas (código: PT085, área: 1384 ha): freira-do-bugio, alma-negra, cagarra, pintainho, roquinho, andorinhão-da-serra, corre-caminhos e canário-da-terra.

Ilhas Selvagens (código: PT086, área: 265 ha): alma-negra, cagarra, pintainho, calcamar, roquinho, corre-caminhos.

Ponta de São Lourenço (código: PT087, área: 321 ha): alma-negra, pintainho, roquinho, gaivina-rosada, gaivina, andorinhão-da-serra, canário-da-terra e corre-caminhos.

Ponta do Pargo (código: PT088, área: 1161 ha): roquinho, fura-bardos, andorinhão-da-serra, corre-caminhos e canário-da-terra.

Ilhéus do Porto Santo (código: PT089, área: 204 ha): pintainho, andorinhão-da-serra, corre-caminhos, canário-da-terra.

Porto Santo-Oeste (código: PT090, área: 929 ha): roquinho, gaivina, gaivina-rosada, andorinhão-da-serra, corre-caminhos, canário-da-terra.

Nome científico	Nome vulgar
GAVIIDAE	
Gavia immer	Mobelha-grande
Gavia arctica	Mobelha-ártica*
POPICIPEDIDAE	
Tachybaptus ruficollis	Mergulhão-pequeno
Podiceps nigricollis	Cagarraz
Podiceps auritus	Mergulhão-de-pescoço-castanho

Nome científico	Nome vulgar
PROCELLARIDAE	
Fulmarus glacialis	Fulmar-glacial
Pterodroma mollis	Freira* **
Calonectris diomedea diomedea	Cagarra
Calonectris edwardsii	Cagarra
Puffinus gravis	Pardela-de-barrete
Puffinus griseus	Pardela-preta
Puffinius mauretanicus	Pardela-do-mediterrâneo
HYDROBATIDAE	
Oceanites oceanicus	Casquilho ou painho-de-wilson
Hydrobates pelagicus	Painho-de-cauda-quadrada**
Hydrobates leucorhoa	Painho-de-cauda-forcada
Hydrobates monorhis	Painho-de-swinhoe**
PHAETHONTIDAE	
Phaethon aethereus	Rabijunco
FREGATIDAE	
Fregata magnificens	Fragata-comum*
SULIDAE	
Morus bassanus	Ganso-patola
Sula leucogaster	Alcatraz
Phalacrocorax carbo	Corvo-marinho
Phalacrocorax aristotelis	Galheta
ARDEIDAE	
Bataurus stellaris	Abetouro
Nycticorax nycticorax	Goraz
Bubulcus ibis	Carraceiro
Egretta garzetta	Garça-branca
Egretta gularis	Garça-dos-recifes
Ixobrychus minutus	Garçote
Ardeola ralloides	Papa-ratos
Ardea alba	Garça-branca-grande
Ardea cinerea	Garça-real
Ardea purpurea	Garça-vermelha
Butorides virescens	Garça-verde
CICONIIDAE	
Ciconia nigra	Cegonha-preta
Ciconia ciconia	Cegonha-branca
Plegadis falcinellus	Ibis-preto
Platalea leucorodia	Colhereiro
ANATIDAE	
Mergus merganser	Merganso-grande*
Mergus serrator	Merganso-de-poupa
Anser fabalis	Ganso-campestre
Anser brachyrhynchus	Ganso-de-bico-curto
Anser albifrons	Ganso-de-testa-branca
Anser anser	Ganso-bravo
Tadorna ferruginea	Pato-ferrugíneo
Tadorna tadorna	Tadorna
Branta bernicla	Ganso-de-faces-negras
Anas americana	Piadeira-americana
Anas carolinensis	Marrequinha-americana
Anas penelope	Piadeira *Anas crecca*
Anas platyrhynchus	Pato-real
Anas acuta	Arrábio
Anas clypeata	Pato-colhereiro
Anas discors	Pato-d'asa-azul
Anas querquedula	Marreco
Anas strepera	Frisada

Nome científico	Nome vulgar
Aix sponsa	Pato-carolino
Marmaronetta angustirostris	Pardilheira
Aythya ferina	Zarro
Aythya collaris	Caturro
Aythia fuligula	Negrinha
Aythya marila	Negrelho
Clangula hyemalis	Pato-rabilongo
Melanitta nigra	Negrola
Melanitta perspicillata	Negrola-de-lunetas
Bucephala clangula	Olho-dourado
Cygnus olor	Cisne-branco
ACCIPITRIDAE	
Pernis apivorus	Bútio-vespeiro
Milvus migrans	Milhafre-preto
Milvus milvus	Milhafre-real
Neophron percnopterus	Britango
Circus cyaneus	Tartaranhão-azulado
Circus pygargus	Águia-caçadeira
Circus aeruginosus	Águia-sapeira
Hieraaetus pennatus	Águia-calçada
Aquila fasciatus	Águia-de-bonelli*
Buteo rufinus	Bútio-mourisco
Buteo lagopus	Bútio-patudo
PANDIONIDAE	
Pandion haliaetus	Águia-pesqueira
FALCONIDAE	
Falco naumanni	Francelho
Falco tinnunculus tinnunculus	Peneireiro
Falco columbarius	Esmerilhão
Falco subbuteo	Ógea
Falco eleonorae	Falcão-da-rainha
Falco peregrinus	Falcão-peregrino
Falco pelegrinoides	Falcão-tagarote
Falco rusticolus	Falcão-gerifalte*
Falco vespertinus	Falcão-de-pés-vermelhos
PHASIANIDAE	
Coturnix coturnix coturnix	Codorniz
RALLIDAE	
Rallus aquaticus	Frango-d'água-europeu
Porzana carolina	Franga-d´água-americana
Porzana porzana	Franga-d'água-malhada
Porzana parva	Franga-d'água-bastarda
Porzana pusilla	Franga-d'água-pequena
Porzana carolina	Franga-d'água-americana
Gallinula angulata	Galinha-d'água-pequena
Fulica americana	Galeirão-americano
Limnocorax flavirostra	Franga-d'água-preta
Crex crex	Codornizão
Porphyrula alleni	Caimão-pequeno
Porphyrula martinica	Caimão-americano
Porphyrio alleni	Caimão-de-allen
Porphyrio porphyrio	Caimão
GRUIDAE	
Grus grus	Grou
OTIDIDAE	
Tetrax tetrax	Sisão

Nome científico	Nome vulgar
HAEMATOPODIDAE	
Haematopus ostralegus	Ostraceiro
Haematopus moquini	Ostraceiro-preto
RECURVIROSTRIDAE	
Himantopus himantopus	Pernilongo
Recurvirostra avosetta	Alfaiate
BURHINIDAE	
Burhinus oedicnemus	Alcaravão
GLAREOLIDAE	
Cursorius cursor	Corredeira
Glareola pratincola	Perdiz-do-mar
CHARADRIIDAE	
Charadrius dubius curonicus	Borrelho-pequeno-de-coleira**
Charadrius hiaticula	Borrelho-grande-de-coleira
Charadrius vociferus	Borrelho-de-coleira-dupla
Charadrius morinellus	Borrelho-ruivo
Charadrius semipalmatus	Borrelho-semipalmado
Pluvialis apricaria	Tarambola-dourada
Pluvialis dominica	Tarambola-dourada-pequena
Pluvialis fulva	Tarambola-dourada-siberiana
Pluvialis squatarola	Tarambola-cinzenta
Vanellus vanellus	Abibe
SCOLOPACIDAE	
Calidris acuminata	Pilrito-acuminado
Calidris canutus	Seixoeira
Calidris alba	Pilrito-das-praias
Calidris pusilla	Pilrito-rasteirinho
Calidris mauri	Pilrito-miúdo
Calidris minuta	Pilrito-pequeno
Calidris fuscicollis	Pilrito-de-sobre-branco
Calidris melanotos	Pilrito-de-colete
Calidris ferruginea	Pilrito-de-bico-comprido
Calidris maritima	Pilrito-escuro
Calidris alpina alpina	Pilrito-comum
Calidris alpina schinzii	Pilrito-do-báltico
Calidris temminckii	Pilrito-de-temminck
Philomachus pugnax	Combatente
Lymnocryptes minimus	Narceja-galega
Galinago delicata	Narceja-de-wilson
Gallinago gallinago	Narceja
Gallinago media	Narceja-real
Limnodromus sp.	Maçarico-de-bico-curto*
Limosa limosa	Milherango
Limosa lapponica	Fuselo
Numenius phaeopus phaeopus	Maçarico-galego
Numenius arquata	Maçarico-real
Numenius hudsonicus	Maçarico-de-bico-torto
Bartramia longicauda	Maçarico-do-campo
Tryngites subruficollis	Pilrito-canela
Tringa erythropus	Perna-vermelha-bastardo
Tringa totanus	Perna-vermelha
Tringa stagnatilis	Perna-verde-fino
Tringa solitaria	Maçarico-solitário
Tringa nebularia	Perna-verde
Tringa flavipes	Perna-amarela-pequeno
Tringa ochropus	Maçarico-bique-bique
Tringa glareola	Maçarico-de-dorso-malhado

Nome científico	Nome vulgar
Actitis hypoleucos	Maçarico-das-rochas
Actitis macularius	Maçarico-pintado
Arenaria interpres	Rola-do-mar
Phalaropus tricolor	Pisa-n'água
Phalaropus lobatus	Falaropo-de-bico-fino
Phalaropus fulicarius	Falaropo-de-bico-grosso
STERCORARIIDAE	
Stercorarius maccormicki	Moleiro-do-sul
Stercorarius pomarinus	Moleiro-do-ártico
Stercorarius parasiticus	Moleiro-pequeno
Stercorarius longicaudus	Moleiro-rabilongo
Stercorarius skua	Alcaide
LARIDAE	
Ichthyaetus audouinii	Gaivota-de-audouin
Ichthyaetus ichthyaetus	Gaivotão-de-cabeça-preta
Ichthyaetus melanocephalus	Gaivota-de-cabeça-preta
Leucophaeus atricilla	Guincho-americano
Leucophaeus pipixcan	Gaivota-de-franklin
Hydrocoloeus minutus	Gaivota-pequena
Xema sabini	Gaivota-de-sabine
Chroicocephalus ridibundus	Guincho-comum
Chroicocephalus philadelphia	Gaivota-de-bonaparte
Larus delawarensis	Gaivota-de-bico-riscado
Larus canus	Famego
Larus fuscus	Gaivota-de-asa-escura
Larus argentatus	Gaivota-prateada
Larus glaucoides	Gaivota-branca
Larus hyperboreus	Gaivotão-branco
Larus marinus	Gaivotão-real
Larus smithsonianus	Gaivota-prateada-americana
Rissa tridactyla	Gaivota-tridáctila
STERNIDAE	
Gelochelidon nilotica	Gaivina-de-bico-preto
Hydroprogne caspia	Garajau-grande
Thalasseus sandvicensis	Garajau
Sterna paradisaea	Gaivina-do-ártico
Sterna albifrons	Chilreta
Chlidonias hybrida	Gaivina-dos-pauis
Chlidonias niger	Gaivina-preta
Chlidonias leucopterus	Gaivina-de-asa-branca
Onychoprion fuscatus	Andorinha-do-mar-escura **
ALCIDAE	
Alle alle	Torda-miúda
Fratercula arctica	Papagaio-do-mar
COLUMBIDAE	
Columba oenas	Pombo-bravo
Columba palumbus palumbus	Pombo-torcaz
Streptopelia turtur turtur	Rola-brava**
Spilopelia senegalensis	Rola-do-senegal
CUCULIDAE	
Clamator glandarius	Cuco-rabilongo
Cuculus canorus	Cuco
TYTONIDAE/STRIGIDAE	
Otus scops	Mocho-de-orelhas
Asio flammeus	Coruja-do-nabal
Asio otus	Bufo-pequeno
Strix aluco	Coruja-do-mato

Nome científico	Nome vulgar
CAPRIMULGIDAE	
Caprimulgus europaeus	Noitibó-cinzento
Caprimulgus ruficollis	Noitibó-de-nuca-vermelha
APODIDAE	
Apus apus	Andorinhão-preto
Apus affinis	Andorinhão-real
Trachymarptis melba	Andorinhão-pequeno
ALCEDINIDAE	
Alcedo athis	Guarda-rios
MEROPIDAE	
Merops apiaster	Abelharuco
Merops persicus	Abelharuco-de-garganta-vermelha
CORACIIDAE	
Coracias garrulus	Rolieiro
PICIDAE	
Jynx torquilla	Torcicolo
ALAUDIDAE	
Melanocorypha calandra	Calhandra-real
Calandrella brachydactyla	Calhandrinha
Calandrella rufescens	Calhandrinha-das-marismas
Alauda arvensis	Laverca
Lullula arborea	Cotovia-pequena
HIRUNDINIDAE	
Riparia riparia	Andorinha-das-barreiras
Ptyonoprogne rupestris	Andorinha-das-rochas
Hirundo rustica	Andorinha-das-chaminés
Cecropis daurica	Andorinha-dáurica
Delichon urbicon	Andorinha-dos-beirais
Petrochelidon pyrrhonota	Andorinha-de-dorso-acanelado
MOTACILLIDAE	
Anthus campestris	Petinha-dos-campos
Anthus trivialis	Petinha-das-árvores
Anthus pratensis	Petinha-dos-prados
Anthus cervinus	Petinha-de-garganta-ruiva
Motacilla flava flava	Alvéola-amarela
Motacilla flava iberiae	Alvéola-amarela
Motacilla alba alba	Alvéola-branca
Motacilla yarrelli	Alvéola-de-yarrell
Motacilla thunbergi	Alvéola-de-cabeça-escura
Motacilla cinereocapilla	Alvéola-de-cabeça-cinzenta
TROGLODYTIDAE	
Troglodytes troglodytes	Carriça
TURDIDAE	
Hylocichla mustelina	Tordo-dos-bosques
Turdus atrogularis	Tordo-preto
Turdus torquatus alpestris	Melro-de-colar
Turdus ruficollis	Tordo-de-garganta-ruiva
Turdus pilaris	Tordo-zornal
Turdus philomelos	Tordo-pinto
Turdus iliacus	Tordo-ruivo
Turdus viscivorus	Tordoveia
SYLVIDAE	
Sylvia cantillans	Toutinegra-de-bigodes
Sylvia melanocephala	Toutinegra-dos-valados
Sylvia hortensis	Toutinegra-real
Sylvia curruca	Papa-amoras-cinzento

Nome científico	Nome vulgar
Sylvia communis	Papa-amoras
Sylvia borin	Toutinegra-das-figueiras
PHYLLOSCOPIDAE	
Phylloscopus inornatus	Felosa-listada
Phylloscopus plumbeitarsus	Felosa-verde-listada
Phylloscopus bonelli	Felosa-de-papo-branco
Phylloscopus sibilatrix	Felosa-assobiadeira
Phylloscopus collybita	Felosa-comum
Phylloscopus trochilus	Felosa-musical
Phylloscopus ibericus	
ACROCEPHALIDAE	
Acrocephalus schoenobaenus	Felosa-dos-juncos
Acrocephalus palustris	Felosa-palustre
Acrocephalus scirpaceus	Rouxinol-dos-caniços
Acrocephalus arundinaceus	Rouxinol-grande-dos-caniços
Hippolais pallida	Felosa-pálida
Hippolais icterina	Felosa-amarela
Hippolais polyglotta	Felosa-poliglota
Iduna opaca	Felosa-pálida
Iduna pallida	Felosa-pálida
LOCUSTELLIDAE	
Locustella fluviatilis	Felosa-fluvial
Locustella naevia	Cigarrinha-malhada
CISTICOLIDAE	
Cisticola juncidis	Fuinha-dos-juncos
MUSCICAPIDAE	
Muscicapa striata	Taralhão-cinzento
Ficedula parva	Papa-moscas-real
Ficedula hypoleuca	Papa-moscas
Saxicola rubetra	Cartaxo-nortenho
Saxicola rubicola	Cartaxo-comum
Saxicola torquata	Cartaxo
Phoenicurus ochruros	Rabirruivo
Phoenicurus phoenicurus	Rabirruivo-de-testa-branca
Oenanthe isabellina	Chasco-isabel
Oenanthe oenanthe oenanthe	Chasco-cinzento
Oenanthe oenanthe leucorhoa	Chasco-cinzento
Oenanthe deserti	Chasco-do-deserto
Cercotrichas galactotes	Rouxinol-do-mato
Luscinia megarhynchos	Rouxinol
Luscinia svecica	Pisco-de-peito-azul
Monticola saxatilis	Melro-das-rochas
Monticola solitarius	Melro-azul*
ORIOLIDAE	
Oriolus oriolus	Papa-figos
LANIIDAE	
Lanius collurio	Picanço-de-dorso-ruivo
Lanius senator	Picanço-barreteiro
CORVIDAE	
Corvus monedula	Gralha-de-nuca-cinzenta
Corvus frugilegus	Gralha-calva
Corvus corax	Corvo
Corvus corone	Gralha-preta
Corvus ruficollis	Corvo-do-deserto*
Corvus cornix cornix	Gralha-cinzenta
STURNIDAE	
Sturnus vulgaris	Estorninho-malhado
Sturnus unicolor	Estorninho-preto
Sturnus roseus	Estorninho-rosado
Acridotheres tristis	Mainato
Lamprotornis chalybaeus	Estorninho-grande-d'orelha-azul
PASSERIDAE	
Passer domesticus	Pardal
PLOCEIIDAE	
Euplectes afer	Bispo-de-coroa-amarela
Euplectes hordeaceus	Bispo-de-coroa-vermelha*
PRUNELLIDAE	
Prunella modularis	Ferreirinha-comum
FRINGILLIDAE	
Fringilla montifringilla	Tentilhão-montês
Serinus serinus	Milheirinha
Loxia curvirrostra	Cruza-bico
Loxia pytyopsittacus	Cruza-bico-papagaio
Coccothraustes coccothraustes	Bico-grossudo
PARULIDAE	
Dendroica petechia	Mariquita-dos-mangais
Setophaga ruticilla	
EMBERIZIDAE	
Emberiza hortulana	Sombria
Emberiza schoeniclus	Escrevedeira-dos-caniços
CALCARIIDAE	
Plectrophenax nivalis	Escrevedeira-das-neves

Fig. 23 – Tabela das aves não nidificantes no arquipélago da Madeira e no arquipélago das Selvagens, a qual inclui aves raras, excecionais, visitantes ocasionais e migradoras, inclusive espécies com apenas um registo.

* Registos dúbios ou não confirmados.
** Possibilidade/indícios de nidificação.

Bibliog.: impressa: ALCOVER, Josep *et al.*, "Five new extinct species of rails (Aves: Gruiformes: Rallidae) from the Macaronesian islands (north Atlantic ocean)", *Zootaxa*, n.º 4047, 2015, pp. 151-190; BANNERMAN, David A., *Birds of the Atlantic Islands*, vol. 1, Edinburgh/London, Oliver & Boyd, 1963; *Id.*, e BANNERMAN, W. Mary, *Birds of the Atlantic Islands*, vol. 2, Edinburgh/London, Oliver & Boyd, 1965; BERNSTRÖM, John, "Check-list of the breeding birds of the archipelago of Madeira", *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, vol. 5, 1951, pp. 64-82; BISCOITO, Manuel, e ZINO, Francis, *Aves do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Direção Regional do Ambiente, 2002; BORGES, Paulo *et al.*, *A List of the Terrestrial Fungi, Flora and Fauna of Madeira and Selvagens Archipelagos*, Funchal/Angra do Heroísmo, Direção Regional do Ambiente da Madeira/Universidade dos Açores, 2008; CABRAL, Maria João *et al.*, *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*, Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza, 2005; CA' DA MOSTO, Alvise, *Voyages en Afrique Noire d'Alvise Ca' da Mosto (1455 & 1456)*, anot. e org. Fréderique Verrier, Paris, Chandeigne/UNESCO, 1994; CÂMARA, Duarte B., *Guia de Campo das Aves do Parque Ecológico do Funchal e do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Associação dos Amigos do Parque Ecológico do Funchal, 1997; CLARKE, Tony, *Field Guide to the Birds of the Atlantic Islands. Canary Islands, Madeira, Azores, Cape Verde*, London, Christopher Helm, 2006; CORREIA-FAGUNDES, Catarina *et al.*, "Additions and corrections to the 2010 checklist of the birds of the archipelagos of Madeira and the Selvagens II. 2012-2013", *Boletim do Museu de História Natural do Funchal*, vol. 63, art. 336, 2013, pp. 21-24; DELGADO, Cláudia, *Onde Observar Aves no Arquipélago da Madeira*, Funchal, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, 2006; FARIA, Bernardo, "Existence of two *Oceanodroma castro* (Harcourt,

1851) populations on the island of Selvagem Grande, Portugal", *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, sup. 5, 1998, pp. 167-176; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2007; GARCIA-DEL-REY, Eduardo, *Field Guide to the Birds of Macaronesia. Azores, Madeira, Canary Islands, Cape Verde*, Barcelona, Lynx Ediciones, 2011; HAGEMEIJER, Ward, e BLAIR, Michael, *The EBCC Atlas of European Breeding Birds. Their Distribution and Abundance*, London, T. & A. D. Poyser, 1997; HARCOURT, Eduard Vernon, *A Sketch of Madeira*, London, John Murray, 1851; HARTWIG, Waldemar, "Die voegel der Madeira inselgruppe", *Ornis*, vol. 7, 1891, pp. 151-188; JESUS, José *et al.*, "Phylogenetic relationships of gadfly petrels *Pterodroma* spp. from the northeastern Atlantic ocean. Molecular evidence for specific status of Bugio and Cape Verde petrels and implications for conservation", *Bird Conservation International*, vol. 19, 2009, pp. 199-214; OLIVEIRA, Paulo, *A Conservação e Gestão das Aves do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Parque Natural da Madeira, 1999; *Id.*, e MENEZES, Dília, *Birds of the Archipelago of Madeira*, Funchal, Serviço do Parque Natural da Madeira, 2004; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 4.ª ed., 2 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989; RANDO, Juan *et al.*, "A new species of extinct fossil scops owl (Aves: Strigiformes: Strigidae: *Otus*) from the archipelago of Madeira (north Atlantic ocean)", *Zootaxa*, n.º 3182, 2012, pp. 29-42; ROMANO, Hugo *et al.*, "Birds of the archipelagos of Madeira and the Selvagens II. New records and checklist update (1995-2010)", *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, vol. 60, 2010, pp. 5-44; SARMENTO, Alberto A., *Vertebrados da Madeira. Mamíferos – Aves – Répteis – Batráquios*, vol. 1, Funchal, JGDAF, 1948; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; SLOANE, Hans, *A Voyage to the Islands Madera, Barbados, Nieves, St. Christophers and Jamaica, with the Natural History of the Herbs and Trees, Four-Footed Beasts, Fishes, Birds, Insects, Reptiles & c. of the Last of Those Islands*, vol. I, London, B. M., 1707; SVENSSON, Lars *et al.*, *Colins Bird Guide. The Most Complete Guide to the Birds of Britain and Europe*, 2.ª ed., London, Harper Collins, 2009; ZINO, Francis *et al.*, "Birds of the archipelago of Madeira and the Selvagens. New records and checklist", *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, vol. 47, 1995, pp. 61-100; **digital:** *Atlas das Aves do Arquipélago da Madeira*: http://www.atlasdasaves.netmadeira.com (acedido a 2 jun. 2014); *Avibase*: http://avibase.bsc-eoc.org/avibase.jsp?lang=PT&pg=home (acedido a 1 maio 2015); *BirdLife International*: http://www.birdlife.org (acedido a 25 maio 2014); GILL, Frank, e DONSKER, David (eds.), *IOC World Bird List (v 6.3)*, 2016: http://www.worldbirdnames.org (acedido a 22 jul. 2016); *Projecto SOS Freira-do-Bugio*: http://www.sosfreiradobugio.pt (acedido a 9 maio 2016).

JOSÉ JESUS

Azenhas e moinhos

Os cereais assumem um papel fundamental na dieta alimentar das populações e, por isso, estão presentes nos primórdios da criação da sociedade, tal como as estruturas necessárias para a sua produção e posterior transformação em farinha e pão. Em torno do moinho e do forno, estabeleceu-se uma teia de relações socioeconómicas, sob o olhar atento do capitão do donatário, que é quem dispõe do monopólio destes meios para seu usufruto, mediante a contrapartida da meia maquia, *i.e.*, a medida do cereal que fazia o pagamento ao moleiro por cada alqueire de cereal moído, como forma de pagamento pelo serviço de moagem. Até 1821, a renda dos moinhos foi uma importante receita das famílias dos descendentes dos capitães do donatário, continuando-se a manter uma estrutura de cobrança por rendeiros. Em 1693, este rendimento dos donatários atingia os 1.857$500 réis.

Os moinhos e as azenhas partilham uma mesma estrutura, que consiste em duas pedras que definem o processo da moenda do cereal, sendo a sua força motriz a água, no caso da azenha, e o vento ou a força humana e animal, no caso do moinho.

Na Madeira, a aposta foi para as azenhas, devido à fácil utilização da sua força motriz. Muitas vezes, procura-se juntar no mesmo espaço o processo de moenda do cereal e da cana, criando-se um mecanismo de dupla utilização. Aliás, existe na ilha uma situação particular de que há testemunho: estruturas de dupla funcionalidade que atuam, em simultâneo, na moenda do cereal e da cana. O Museu Etnográfico preserva uma estrutura destas, que terá funcionado ainda no séc. XX. Fora da Madeira,



Fig. 1 – Antigo moinho de água da Calheta, reconstrução de c. 1800 (fotografia de José Lemos Silva, 2010).

encontramos mecanismos semelhantes no estado de Santa Catarina, no Brasil, onde a estrutura, que segue o mesmo princípio, atua na moenda da cana e preparação da farinha de mandioca. Situações iguais à Madeira só se encontram na ilha da Jamaica, onde a falta de água obriga à construção de moinhos de vento, como no Porto Santo, onde é visível uma dupla utilização da força motriz do vento para movimentar a pedra do moinho dos cereais e dos cilindros que trituram a cana.

A falta de água no Porto Santo impediu, assim, a utilização das azenhas, havendo necessidade de recurso aos moinhos movidos pelo vento, cuja primeira referência conhecida é de 1791, no sítio das Matas, propriedade da câmara municipal. Para 1901, referem-se 23 moinhos, mas, em 1903, só estavam ativos 7 moinhos de vento no Porto Santo, sendo o panorama, em 1925, o seguinte: 2 na Ponta da Calheta, 6 no Campo de Baixo, 3 no Campo de Cima, 1 na Fontinha, 7 nas Matas, 2 nas Lombas, 1 na Vila, 3 na Serra de Fora e 6 na Camacha. Existe referência ao facto de também terem existido moinhos de dupla moenda no Porto Santo, uma para trigo e outra para a cevada. Gaspar Frutuoso, em finais do séc. XVI, refere a existência de atafonas (engenho movido por animais) no Funchal, dentro da fortaleza de S. Lourenço: "não lhe faltam atafonas, fornos e celeiros para recolher os mantimentos, e ricos aposentos" (FRUTUOSO, 1979, 111). O mesmo também deveria acontecer no Porto Santo, mas não chegou até nós qualquer referência documental.

A toponímia regista, de forma evidente, a presença desta estrutura industrial. Assim, temos topónimos identificados como moinhos: no Funchal, o Beco e Largo dos Moinhos, no Estreito da Calheta e Santa Cruz, o Lombo dos Moinhos. Deveremos ainda assinalar, no âmbito dos Moleiros, os seguintes topónimos: Travessa dos Moleiros (Funchal), Lombo do Moleiro (Serra de Água), sítio (Arco da Calheta, Fajã da Ovelha, Paul do Mar, Faial, Machico, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, Porto da Cruz, Madalena do Mar), Ribeira (Ponta do Pargo), Rua dos Moinhos (Ponta Delgada, Machico). Já quanto à designação toponímica de azenha, esta aparece na Calheta e em Câmara de Lobos (em Jesus Maria José).

Este importante fator da economia cerealífera era monopólio exclusivo dos capitães do donatário. A partir de 26 de setembro de 1433, o infante D. Henrique recebeu das mãos de D. Duarte a posse vitalícia das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta. Tal como estava preceituado na primeira doação de 1433, o infante D. Henrique tinha poder para proceder à divisão das terras das ilhas e distribui-las como entendesse, estando apenas limitado aos direitos adquiridos resultantes da intervenção da coroa. É o caso de João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz, os primeiros obreiros do reconhecimento das ilhas. Eles receberam, em nome do infante, o encargo de coordenarem as tarefas de povoamento dos novos espaços. Tornam-se, por isso, em capitães que representam o donatário, ficando conhecidos como capitães do donatário.

O documento que estabelece juridicamente esta situação não surge em simultâneo para as três áreas, pois entre elas existem alguns anos de diferença. Primeiro, foi Tristão Vaz quem, a 8 de maio de 1440, recebeu o governo das terras entre o Caniço e a Ponta de Tristão, que ficou conhecida como a capitania de Machico. Aqui se estabeleceram os mecanismos de intervenção dos interessados e se preludiou uma nova estrutura de poder. Assim, Tristão Vaz exercia o governo em nome do infante de acordo com a alçada determinada e tinha direito, por isso, a privilégios de fruição própria. Destes, destacamos o monopólio dos moinhos, exceto nos braçais, e o monopólio de fornos de poia, exceto fornalha para uso próprio.

A última carta a ser lavrada foi a de João Gonçalves Zarco, a 1 de novembro de 1450. Nela são copiadas as recomendações das duas anteriores, surgindo já com os acrescentos supra referidos. Assim, em carta ou em instruções dirigidas pelo infante D. Henrique a João Gonçalves Zarco se diz: "mandar a João Afonso que repare outra mó e se faça um moinho de água segundo o de Tomar" (VIEIRA, 1994, 112). Afirma-se que foi o Caniço, fora do Funchal, o

primeiro lugar onde se construiu um moinho, existindo ainda ali um sítio que tem o nome de Azenha.

Na carta de 8 de maio de 1440 a Tristão Vaz, refere-se: "Outro sim me praz que o dito Tristão haja para si todos os moinhos de pão, que houver em a parte da dita Ilha, de que assim lhe dou carrego, e que ninguém não faça aí moinhos somente ele ou quem lhe aprouver e em isto se não entenda mó de braço, que a faça quem quiser, não moendo a outrem nem atafona, se não ele e a quem lhe aprouver. E me praz que todos os fornos de pão em que houver poia sejam seus porém não embargue a quem quiser fazer fornalha, para o seu pão, que a faça e não para outro nenhum" (*Id.*, *Ibid.*, 103).

Desde o início que surgiram problemas quanto ao funcionamento dos moinhos. Daí as insistentes reclamações do povo, e as constantes intervenções do município e do senhorio. Assim, em 1461, D. Fernando determina "que o dito capitão faça os ditos seus moinhos do Funchal de guisa que o povo que em eles moer não receba perda por vento nem per chuva e tenham tais pedras que sejam proveitosas e boas e ponha tais moleiros que deem ao povoo seu direito [...] e quanto aos moinhos feitos no termo do Funchal de que o dito capitão leva a renda aqueles que pagam maquia, mande que quaisquer moinhos que assim forem feitos pelo termo, paguem ao dito capitão sua renda, segundo se com ele haverem e os que neles moerem que pagam a seu dono maquia não sejam teúdos nem paguem ao dito capitão coisa alguma. E se o dito capitão lhe prouver dar a todos moendas em abastança que então leve a maquia do que se moer em eles, segundo se faz nos outros moinhos do Funchal" (MELLO, 1972, XV, 17).

Em resposta aos apontamentos dos moradores, o Infante D. Fernando esclarece ainda os compromissos do capitão quanto aos moinhos. Assim, o capitão tinha o exclusivo na construção destes engenhos de moenda, sendo obrigado a "dar moendas em abastança e moinhos bons e proveitosos e levar de maquia de XIII alqueires um", mas aqueles que existiam conforme reclamação dos moradores eram "feitos de



Fig. 2 – Moinho de vento do Porto Santo, c. 1890 (arquivo particular).

sebe assim que o vento e a chuva vos faz mingua vossas farinhas e isso mesmo más pedras e maus moleiros". Além disso, não provia os engenhos necessários, "porque não têm moinhos em todas as partes de seu termo dá lugar a algumas pessoas de seu termo que as façam com condição que lhes paguem trinta alqueires de trigo e deles mais e menos e dos outros que não têm moinhos em que moíam". Daí a determinação do Infante D. Fernando para que o capitão "faça os ditos seus moinhos do Funchal de pedra ou de madeira cobertos de telha, feitos de tal guisa que o povo que neles moer não receba perda por vento nem por chuva, e tenham tais pedras que sejam proveitosas e boas e ponha tais moleiros que deem ao povo seu direito e não lhe dando sejam teúdos de lhe pagar a perda que lhe fizer". Mais determina que nos moinhos do termo do Funchal "paguem ao dito Capitão a renda segundo se com ele haverem e os que nela moerem que pagam a seu dono maquia não são teúdos nem paguem ao dito Capitão coisa alguma". O direito do capitão à maquia só acontecerá quando "prouver dar a todos moendas em abastança, que então leve maquia do que se moer em eles, segundo se fez nos outros moinhos do Funchal" (*Id.*, *Ibid.*, 17).

Os capitães não prescindiam da meia maquia, embora quase sempre não cumprissem com as suas obrigações de apresentar os

moinhos em condições, de terem moleiros habilitados e cumpridores do seu papel. Em 1490, o senhorio da ilha, D. Manuel, insiste em que as normas que regem os moinhos e a ação dos moleiros sejam as mesmas que as do reino. Ao mesmo tempo, referem-se os moinhos que vão construir: "No Funchal que se reparem bem os moinhos que agora são feitos e que lhe ponham pedras grandes e que façam mais no dito logo do Funchal dois moinhos bons de pedras grandes e alvas" (*Id.*, 1973, vol. XVI, 239). Temos a informação da existência de moinhos suficientes em Câmara de Lobos Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, apenas deverá ser feito um no Caniço o dito capitão.

A meia maquia dos moinhos foi uma importante riqueza dos capitães do donatário, de forma que Manuel Thomás afirmava, na *Insulana*, que "De seus moinhos, a maior usura/pois para sempre os terem bem pagados" (THOMÁS, 1635, 467). Em 1752, esta renda de toda a ilha valia 3.020$393 réis.

Associado aos moinhos estará, a partir de 1635, um donativo para as despesas da guerra, no valor de 200.000 cruzados, que corresponderá a uma maquia por alqueire de trigo.

Os moleiros eram providos pelo rendeiro dos moinhos, uma vez que este era um direito do capitão do donatário, a quem cumpria apresentar fiança e prestar juramento perante a vereação, responsabilizando-se pelo bom serviço das moendas. Pelo desempenho do cargo, tinham direito a 800 réis e um alqueire de pão por semana, pagos pelo rendeiro. Eram obrigados a fazer toda a sua vida no moinho, permanecendo aí dia e noite. Mesmo ao sábado, era obrigatória a sua presença, para receber o trigo até à meia-noite e fazer boas farinhas e pouco farelo. A sua ausência do moinho era punida com a multa de 200 cruzados. O moleiro estava, ainda, proibido de dar alimento a quem quer que fosse e as mulheres não podiam recolher farinha.



Fig. 3 – Moinho de água junto ao curral, litografia de Frank Dillon, Londres, 1850 (coleção particular).

No caso da Ponta de Sol, a nomeação do moleiro para os dois moinhos da vila e o da Madalena do Mar era feita pela vereação, dependendo a sua permanência no cargo do bom ou mau serviço prestado. Assim, João Figueira, por servir mal e ser prepotente, foi destituído do cargo. Em 1681, porque as queixas do povo contra os moleiros se avolumaram, surgindo acusações de roubo e dano nas farinhas, foi-lhes dada ordem de prisão, sendo substituídos por outros. Vários foram também os conflitos surgidos entre o rendeiro dos moinhos, nomeado pelo capitão para superintender a arrecadação dos seus direitos, e os vereadores, em virtude de aquele procurar intervir nos moinhos e dispor dos moleiros a seu bel-prazer. Em 1600, *e.g.*, foi o dito rendeiro surpreendido pela vereação e intimado a não frequentar os moinhos mais do que uma vez por dia, entendendo-se a sua presença como prejudicial ao povo. Alguns anos mais tarde, em 1627, foi mesmo admoestado, desta feita porque retirara do moinho de baixo o moleiro, o que era prejudicial aos interesses do concelho.

A partir das posturas do Funchal do séc. XVI, é possível reconstituiu e estabelecer as limitações que caracterizavam o ambiente quotidiano dos moinhos, que, sendo locais de grande afluência de gentes, eram um dos mais destacados espaços de sociabilidade, razão pela qual estavam sujeitos a normas de conduta rigorosas.

Havia o moleiro e o maquieiro. O primeiro era examinado pela Câmara e só podia moer depois de ter prestado juramento e feito

fiança; caso contrário, ele e o rendeiro sujeitavam-se a uma pena de 1000 réis de cadeia. Para além disso, não podia ser mudado da função sem autorização da Câmara. O maquieiro era ajuramentado na câmara e tinha a obrigação de o fazer de forma correta, de modo que nem o capitão, nem o povo fossem "constrangidos a moer mais do que convém" tudo isto, com o objetivo de "se fazer verdade e farinhas honestas e boas" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, *Livro de Posturas*, fls. 25-30v.).

O moleiro devia dedicar-se em exclusivo ao ofício, estando impedido de ter outra qualquer "granjearia", como "vinhas" ou "herdades de renda", estando o incumprimento sujeito à pena de 10.000 réis pagos da cadeia. Ainda são estabelecidas regras quanto à forma de solucionar a questão das perdas na quantidade da farinha, de forma a não prejudicar o povo. Assim, todo aquele que "danar farinha ou der menos farinha do trigo que recebeu pagará o dano a seu dono". À terceira vez que isto suceda, para além das penas estabelecidas, "será envergonhado e posto na Picota". Além do mais, o moleiro, jurado na câmara, não podia ter ajudante "nem lhe moerá outra pessoa, salvo se a Câmara der licença por algum justo respeito que será estando o moleiro doente ou impedido para não poder trabalhar" (*Ibid.*).

O moinho era um espaço importante na sociabilidade das localidades, pelo que se assistia diariamente a ajuntamentos de pessoas. Daí o estabelecimento de algumas regras de conduta social entre os diversos sexos, estando vedado às mulheres e, de forma especial, às "mancebas dos moleiros nos moinhos onde estiver o marido ou barregão" (*Ibid.*).

A mulher do moleiro estava, assim, limitada no acesso a este espaço, só estando autorizada a levar a comida ao marido nas horas devidas: "às horas devidas a mulher do moleiro leve de comer ao marido". Procurando-se evitar qualquer iniciativa de furto de cereais ou farinha, esta não podia ser encontrada no moinho do seu marido "com farinha nem trigo, somente com o que levar de sua casa para sua provisão que de força há de ser moído nos moinhos e por que não haja dúvida isso a registar e pesar no peso quando o levar em grão e o trouxer em farinha e achando que o leve doutra maneira ou maior quantia do que se a provisão requere, pagarão 500 réis" (*Ibid.*).

A subtração dolosa do produto, cereal, farinha ou farelo, parece ter sido um problema, tendo em conta as limitações impostas. Assim, para impedir que isso acontecesse, instituiu-se que "nenhum moleiro criará porcos, galinhas, adens, patos, nem outra ave nem cão, nem coisas semelhantes". Depois, as mulheres dos moleiros, mancebas ou criados, não serão carreteiras, sob pena de 500 réis; e as carreteiras farão seu caminho direito ao levar ou trazer do pão dos moinhos para casa de seus donos, e serão obrigadas levá-lo ao peso, sob pena de 500 réis" (*Ibid.*).

Ainda em 1725, continua a recomendar-se especiais cuidados para evitar os furtos por parte de criados e escravos ou carreteiras, as vendeiras, porque estes de forma dolosa compravam as farinhas aos moços, escravos e outros, que faziam este serviço de transporte do moinho e, de forma insistente, furtavam parte ao seu dono. O moleiro era responsável por qualquer perda que acontecesse na farinha, sendo obrigado a restituí-la. Deste modo, os moleiros, sob pena de 200 réis, deveriam ter medidas de alqueire e meio alqueire, maquia e meia maquia, afiladas pelo afilador.

Em 1851, as posturas sobre os moleiros mantêm a mesma vigilância, como se pode verificar pelas da Ponta de Sol. Assim, continua a ser obrigatória a licença da Câmara e acrescenta-se que o moleiro não pode ser portador de qualquer moléstia. Nessa data, surgem regras para o processo da moenda: "é proibido aos moleiros, o moera picadura, sem terem primeiro limpado o moinho com cereais seus, trigo ou outro qualquer grão alheio, sob pena de 1500 reis, metade para o Concelho e outra metade para o denunciante, além da indemnização à parte prejudicada. Por outro lado, o moleiro que falsificar a faúlha de qualquer grão, misturando-lhe a de outro de diferente espécie, ou trocando o grão de melhor qualidade pelo de pior, ou que não der o peso ou

medida a seu dono, incorrerá na pena de 2000 réis para a despesa do concelho, além da indemnização à parte queixosa" (RIBEIRO, 1993, 168).

O peso também devia ser cuidado pois "todo o moleiro será obrigado a ter no peso, convém a saber, na casa dele, farinha posta no caixão que para isso lhe assinará o pesador, no qual estará o seu nome, e terá quantidade que abaste para o pesador refazer a falta da farinha que se achar menos nos sacos ou alcofas, vasos, em que vier ao peso, e não se achando pagará por cada vez 200 réis". Ainda, "terão as moeguas afiladas de alqueire e meio alqueire e de dois e três e do mais que nelas couber, afiladas pelo afilador da cidade, e assim maquia e meia maquia, sob pena de 200 réis" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, *Livro de Posturas*, fls. 25-30v.). Especial atenção merecem, assim, as medidas e pesos, devendo o moleiro facultar a quem o pretender o peso do grão e da farinha. Quanto às "moegas, quarta e maquia que pelo menos são obrigados a ter todos os moinhos, deverão ser aferidas e revistas no tempo marcado pela Câmara, sob pena de mil réis para as despesas do Concelho" (*Ibid.*).



Fig. 4 – Moinho de água do Monte, gravura de Heitor através de fotografia, Lisboa, c. 1890 (ABM, Arquivos Particulares).

Recomenda-se ao moleiro que não deve "ter em roda da pedra do moinho isso a que chamam caimbus, portanto é permitido a toda a pessoa varrer toda a farinha produzida do seu grão principalmente quando assistir a moenda e que não queira fazer pesar a mesma farinha" (*Ibid.*).

Dos moinhos e azenhas

No Funchal, a ribeira de Santa Luzia é a atração principal em termos de atividade humana, parecendo que tudo gravita em torno dela. São os engenhos de açúcar e os moinhos de cereais o epicentro de toda a sociabilidade e atividade dos espaços urbano e rural. Desta forma, o sítio dos moinhos, onde se enfileiravam ao longo da Ribeira de Santa Luzia os moinhos do capitão, na periferia da vila, depois cidade, ganhava um desusado movimento. Sobre estes, refere Gaspar Frutuoso, em finais do séc. XVI: "fora da cidade, estão seis casas de moinhos, que moem com a levada com que todos os engenhos, atrás ditos, se servem, que são cinco por todos e estão abaixo deles ao longo desta ribeira, que se chama de Santa Luzia, como já disse" (FRUTUOSO, 1979, 116).

Em 1882, estas estruturas chamam a atenção dos estrangeiros, de modo que Ellen Taylor afirma: "Há moinhos de água para os cereais em toda ilha os quais funcionam bem e, na maioria dos casos são extremamente pitorescos" (TAYLOR, 1882, 80).

O primeiro inventário destas unidades é de 1863, registando-se em toda a ilha 369. Em 1900, referem-se 350 azenhas e, em 1911, apenas 292. Note-se que, nesta época, começaram a aparecer os moinhos a vapor: em 1890, são registadas 3 fábricas de moagem (Companhia Madeirense de Moagem a Vapor, Fábrica Carlos José Zino, Empresa Funchalense de Moagem). Em 1900, são 3 fábricas (Blandy

Brothers & C.ª, Azevedo Santos & C.ª, António Giorgi & C.ª), sendo registadas mais 3 em 1907 (Companhia Madeirense de Moagem a Vapor, Carlos José Zino, Empreza Funchalense de Moagem, Lda.). Na déc.de 30 do séc. XX, a intervenção governamental para a regulação do sector moageiro gerou um movimento popular que ficou conhecido como a revolta da farinha e que foi a antecâmara da chamada Revolta da Madeira.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, *Livro de Posturas*, fls. 25-30v.; **impressa:** BAPTISTA, Arthur José, *Breves Considerações sobre a Indústria de Moagem em Portugal*, Lisboa, s.n., 1908; BRANCO, Jorge de Freitas, *Camponeses da Madeira. As Bases Materiais do Quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, Dom Quixote, 1987; CAMACHO, Rui *et al.*, "Os moinhos de água da Madeira. I – Concelho de Santa Cruz", *Xarabanda*, n.º 2, 1992, pp. 28-32; CÂMARA, Benedita, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002; FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1979; GUIMARÃES, Sílvia, "Moinhos de água no concelho de São Vicente", *Xarabanda*, n.º 7, 1995, pp. 41-42; *Informações para a Estatística Industrial Publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas. Distritos de Leiria e Funchal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1863; MELLO, Luís Francisco de, "Tombo 1.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira*, vols. XV-XVI, 1972-1973; NÓBREGA, Manuel, "Moagem do cereal", *Girão*, vol. 1, n.º 1, 1988, pp. 21-24; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de *et al.*, *Moinhos de Vento. Açores e Porto Santo*, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1965; RIBEIRO, João Adriano, *Ponta de Sol. Subsídios para a História do Concelho*, Ponta do Sol, Câmara Municipal de Ponta do Sol, 1993; *Id.*, "A rua dos Moinhos no século XVIII", *Margem* 2, n.º 2, dez. 1995, pp. 15-24; *Id. et al.*, *Moinhos e Águas do Concelho de Santa Cruz*, Santa Cruz, Câmara Municipal de Santa Cruz, 1995; RÜDT, Käte, "Madeira. Estudo linguístico-etnográfico", *Boletim de Filologia*, vol. V, n.os 1-5, 1937-1938, pp. 59-91 e 289-349; SANTOS, Rui, "Um velho moinho", *Jornal da Madeira*, 23 out. 1993; SOUSA, Élvio, *Duarte Martins, Arqueologia na Área Urbana de Machico. Leituras do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII*, Dissertação de Mestrado em História Regional e Local apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2003; TAYLOR, Ellen, *Madeira Its Scenery and how to See It*, London, Edward Stanford, 1882; TOMÁS, Manuel, *Insulana*, Amberes, Caza de Ioam Mevrsio Impressor, 1635; VIEIRA, Alberto, "Anexo documental", in *O Infante e as Ilhas*, Funchal, CEHA, 1994.

† Alberto Vieira

Azevedo, Álvaro Rodrigues de

Álvaro Rodrigues de Azevedo foi advogado, professor, político, jornalista, escritor e historiador. Nasceu em Vila Franca de Xira, a 20 de março de 1825, e faleceu em Lisboa, a 6 de janeiro de 1898, dois meses antes de completar 73 anos. Apesar de ter nascido no continente, viveu na Madeira durante muitos anos e considerava a Ilha a sua pátria adotiva. Chamava-se José Rodrigues de Azevedo, mas terá mudado de nome quando ingressou na universidade. Era filho de António Plácido de Azevedo, natural de Benavente, e de Maria Amélia Ribeiro de Azevedo. Casou-se com Maria Justina, de quem teve geração.

Concluiu o curso de Direito, em 1849, na Univ. de Coimbra e foi para Lisboa, onde residiu durante cerca de seis anos. Seguiu posteriormente para a ilha da Madeira, onde exerceu funções de professor, ocupando uma vaga através de concurso público. Anteriormente, tinha tentado um lugar na magistratura judicial, mas não teve sucesso. Alguns anos mais tarde, na introdução do livro *Esboço Crítico-Litterário* (1866), explicava a razão pela qual não tinha conseguido aquele emprego e se considerava injustiçado.

No Liceu do Funchal, teve a seu cargo a cadeira de Oratória, Poética e Literatura, que regeu durante 26 anos. Também no mesmo Liceu, foi professor de Português e Recitação e fez parte, como sócio e secretário, da Associação de Conferências, inaugurada a 9 de maio de 1856, com a finalidade de promover o desenvolvimento dos princípios da educação popular e de elaborar uma discussão com vista à escolha dos melhores métodos de ensino. A Associação de Conferências era composta por professores do ensino público e particular da capital do distrito da Madeira.

Em 1856, por ocasião da epidemia de cólera (*cólera-mórbus*), que se propagou na Ilha, causando uma elevada taxa mortalidade, prestou relevantes serviços no desempenho do cargo de administrador do concelho do Funchal. A 24 de julho de 1856, escrevia no periódico *A Discussão*, revelando as medidas tomadas pela Câmara Municipal que, no sentido de tentar combater a epidemia, concedeu 150$000 reis mensais para que o


AS SAUDADES DA TERRA
PELO
DOUTOR GASPAR FRUCTUOSO
HISTORIA DAS ILHAS
DO
PORTO-SANCTO, MADEIRA, DESERTAS E SELVAGENS
MANUSCRIPTO DO SECULO XVI
ANNOTADO POR
ALVARO RODRIGUES DE AZEVEDO
FUNCHAL
TYP. FUNCHALENSE
1873.

Fig. 1 – *As Saudades da Terra* (reed. 2007), de Gaspar Frutuoso (anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo).

administrador do concelho estabelecesse uma sopa económica, a ser distribuída, uma vez por dia, aos mais necessitados. Referia ainda que medidas idênticas tinham extinguido a cólera em algumas regiões continentais. Mencionando nomes de personalidades e respetivos donativos para a causa, reforçava a ideia da importância da alimentação no combate daquele flagelo e considerava que os mais afetados pela doença eram geralmente pobres, pois a principal causa do seu desenvolvimento era a fome e a miséria.

Foi procurador à Junta Geral e membro do conselho de distrito e da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, tendo recusado, em 1870, o cargo de secretário-geral do distrito e a comenda da Conceição. Foi ainda membro do Partido Reformista, participando ativamente na política madeirense e revelando aspirações liberais, sobretudo num período agitado da vida local, iniciado em 1868.

Como jornalista, Álvaro Rodrigues de Azevedo colaborou na imprensa periódica madeirense, sendo redator nos jornais *A Discussão*, *A Madeira*, *A Madeira Liberal*, *O Oriente do Funchal* e *Revista Judicial*, e tendo redigido também alguns artigos no *Diário de Notícias* da Madeira. Publicou ainda o *Almanak para a Ilha da Madeira* para os anos de 1867 e de 1868.

Os artigos publicados na imprensa foram de natureza variada, desde folhetins e artigos de crítica literária até assuntos de interesse social, relacionados com a vida no arquipélago e com o quotidiano dos madeirenses. Em janeiro de 1856, no periódico *A Discussão*, inicia a publicação de um artigo de crítica literária, sob o título "Bosquejo Histórico da Literatura Clássica Grega, Latina e Portuguesa, por A. Cardoso B. de Figueiredo". Este texto saiu, naquele jornal, nos n.os 50, 51, 53 e 55, entre janeiro e março de 1856. Em 1866, edita um estudo em volume, intitulado *Esboço Crítico-Litterário (do Bosquejo Histórico da Literatura Clássica, Grega, Latina e Portuguesa do Sr. A. Cardoso Borges de Figueiredo)*, no qual menciona o seu primeiro artigo crítico à obra daquele autor.

No *Diário de Notícias* da Madeira, em 1877, nos n.os 181 a 183, publicou, como folhetim, um estudo histórico intitulado "A Casa em que Christovão Colombo Habitou na Ilha da Madeira", identificando e descrevendo a casa de Cristóvão Colombo no Funchal. Álvaro Rodrigues de Azevedo é autor de uma vasta obra, de temas diversos. Ainda na juventude, escreveu um drama sob o título *Miguel de Vasconcelos*, que não chegou a ser editado. No entanto, este texto originou uma polémica na imprensa, em 1852, nos n.os 2924, 2927 e 2942 da *Revolução de Setembro*, com o bibliógrafo e publicista, Inocêncio Francisco da Silva, autor do *Diccionario Bibliográphico Portuguez* (1858). Na nota bibliográfica elaborada a Álvaro Rodrigues de Azevedo no referido Dicionário, Inocêncio Francisco da Silva afirma que terá confundido uma crítica desfavorável a outro texto com o mesmo título de *Miguel de Vasconcelos*, mas de outro autor, que terá lido nas *Memórias do Conservatório Real de Lisboa*, tomo II, 1843, p. 114. Tendo conhecimento do texto escrito por Azevedo,

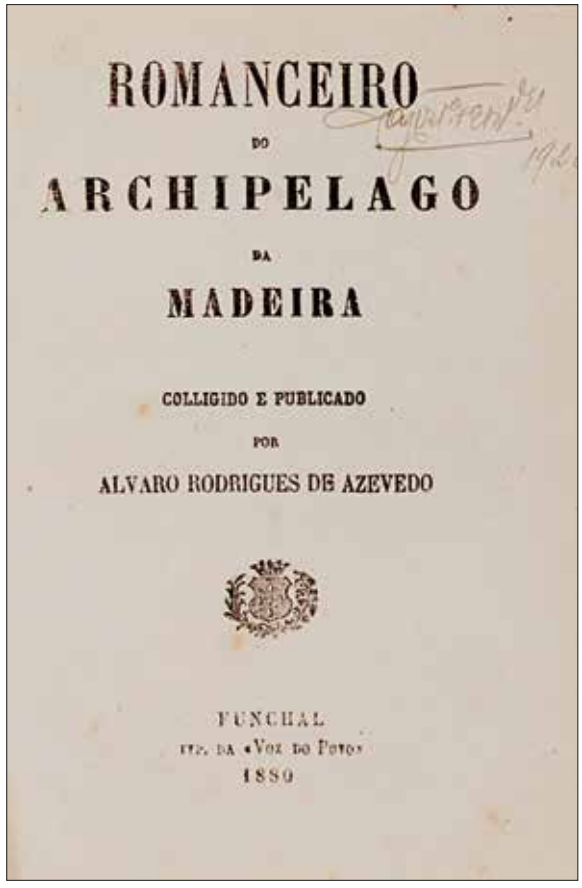

ROMANCEIRO
DO
ARCHIPELAGO
DA
MADEIRA
COLLIGIDO E PUBLICADO
POR
ALVARO RODRIGUES DE AZEVEDO
FUNCHAL
1880

Fig. 2 – *Romanceiro do Archipelago da Madeira* (1880), coligido por Álvaro Rodrigues de Azevedo.

que este lhe havia dado a ler, anos antes, julgou tratar-se do mesmo texto, pois tinham o título idêntico, mas apenas um foi publicado nas *Memórias do Conservatório*, tendo outro ficado em arquivo. Este equívoco terá desencadeando a referida controvérsia, suscitando uma troca de correspondência entre ambos, através da imprensa periódica.

Nas suas produções literárias encontram-se, entre outros, *A Familia do Demerarista. Drama em um Acto* (1859), uma crítica de costumes madeirenses, e *Curso Elementar de Recitação, Philologia e Redacçao* (1869), no qual pretende desenvolver competências de produção linguística.

Como escritor e historiador, produziu importantes trabalhos sobre o arquipélago da Madeira. O seu legado mais importante para a historiografia madeirense foi a publicação do manuscrito *As Saudades da Terra* (1873), redigido por Gaspar Frutuoso, em 1590, na ilha de S. Miguel, Açores. Álvaro Rodrigues de Azevedo redigiu 30 notas que acrescentou ao manuscrito, na parte que diz respeito à Madeira, com o intuito de esclarecer alguns pontos da história do arquipélago. O trabalho de investigação, de pesquisas e de consultas em livros, manuscritos ou outras fontes, que empreendeu para a elaboração das anotações presentes na edição de *As Saudades da Terra* (1873) contribuiu para o desenvolvimento do seu gosto pelo estudo da história da Madeira. Segundo Alberto Vieira, Álvaro Rodrigues de Azevedo "poderá ser considerado o pioneiro da historiografia hodierna na ilha. O seu trabalho publicado em anotação a *As Saudades da Terra*, em 1873, é modelar e surge como uma peça-chave para todos os que se debruçam sobre a história da ilha" (VIEIRA, 2007, 13). Álvaro Rodrigues de Azevedo confessou que teve muitas dificuldades na elaboração destas notas, que foi um processo moroso, fruto de muito trabalho de investigação, de dia, e de escrita, à noite, acumulado com a sua profissão. A obra, encetada em meados de 1870, demorou cerca de três anos a completar. Os trabalhos de investigação foram feitos nos arquivos da Ilha, nas Câmaras do Funchal, de Santa Cruz e de Machico, na Câmara Eclesiástica, na Câmara Militar e no cabido da Sé. Também foram relevantes os textos que reuniu de cronistas como Zurara, João de Barros e Damião de Góis, e os manuscritos do P.e Netto. Teófilo Braga, seu amigo, com quem se correspondia, teve uma grande influência no seu pensamento e na sua escrita, sendo através deste que tomou contacto com a teoria da história positivista, em voga na época. Contou ainda com a colaboração de João Joaquim de Freitas, bibliotecário da Câmara do Funchal, que o ajudou nos trabalhos de revisão textual.

Apesar de todas as dificuldades que teve de ultrapassar, e da obra inédita que deu à estampa, em 1873, não obteve o devido valor e reconhecimento por parte dos seus coevos. Só muitos anos mais tarde é que o seu trabalho foi valorizado pelos eruditos madeirenses. Na verdade, esta obra pioneira na historiografia insular abriu caminho para que outros madeirenses começassem a interessar-se pelo estudo da sua história, do seu passado e das suas raízes. As suas anotações constituíram uma fonte importante para outros estudiosos, sobretudo para os intelectuais da primeira metade do séc. XX e para os homens da chamada Geração do Cenáculo, que recorreram com frequência às investigações do seu antecessor. Antes do trabalho feito nas anotações de Álvaro Rodrigues de Azevedo, os estudos relativos à história do arquipélago eram muito vagos, circunscrevendo-se a breves notas e estudos.

A sua obra teve, assim, um grande impacto em estudiosos como, entre outros, Alberto Artur Sarmento, [só usamos títulos quando o contexto o justifica] Fernando Augusto da Silva, Eduardo Pereira, Visconde do Porto da Cruz, sendo mesmo uma base de referência para a elaboração de obras como o *Elucidário Madeirense* (1921). De facto, são muitas as referências aos apontamentos e ao nome de Álvaro Rodrigues de Azevedo nos três volumes que compõem o *Elucidário*, tendo os seus autores confessado que "são as Saudades da Terra, e sobretudo as suas valiosas e abundantes notas, o mais rico, copioso e seguro repositório de

elementos que possuímos para a história do nosso arquipélago" (SILVA e MENESES, 1998, II, 126). Neste sentido, também outros autores terão consultado e referenciado as notas a *Saudades da Terra*, entre os quais o Visconde do Porto da Cruz, na elaboração dos três volumes de *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira* (1949-1953).

Ainda relativamente à história da Madeira, Álvaro Rodrigues de Azevedo foi o autor de uma série de artigos, nomeadamente, "Machico", "Machim", "Madeira" e "Maçonaria na Madeira", publicados em 1882 no *Dicionário Universal Português Ilustrado*, dirigido por Fernandes Costa.

Em 1880, trouxe à luz da publicidade o *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, um volume de 514 páginas, resultado das suas recolhas da tradição oral em diversas freguesias da Madeira e do Porto Santo, para o qual terão contribuído as influências de Teófilo Braga. As composições foram classificadas por géneros, a saber, "Histórias", "Contos" e "Jogos", os quais, por sua vez, foram divididos em espécies. Nas "Histórias", Álvaro Rodrigues de Azevedo incluiu as seguintes espécies: "Romances ao divino"; "Romances profanos"; "Xácaras" e "Casos". No género "Contos", incluiu as seguintes espécies: "Contos de fadas"; "Contos alegóricos"; "Contos de meninos"; "Lengas-lengas" e "Perlengas infantis". Finalmente, no género "Jogos", contemplou os "Jogos pueris" e os "Jogos de adultos". Terá coligido, igualmente, elementos para a elaboração do cancioneiro, que, porém, não chegou a publicar.

No ano seguinte à publicação do *Romanceiro,* em janeiro de 1881, já jubilado, mas desiludido com a ingratidão dos madeirenses pelo seu trabalho dedicado à cultura e ao progresso da Ilha, acabou por retirar-se para Lisboa, onde fixou residência até ao fim da sua vida. Deixou uma coleção de apontamentos avulsos sobre a história, o romanceiro e o cancioneiro da Madeira, que foi coligindo ao longo do tempo que ali passou, os quais foram adquiridos pela Biblioteca Nacional de Lisboa, após a sua morte.

No distrito de Lisboa, concelho de Oeiras e freguesia de Paço de Arcos, existe uma rua com o seu nome, a "Rua Álvaro Rodrigues de Azevedo". Na Madeira, além da reedição das suas notas, em 2007, não houve, até 2016, qualquer homenagem a este homem que se empenhou pelo progresso da Ilha.

Obras de Álvaro Rodrigues de Azevedo: *O Comunismo. Discurso Proferido na Aula de Practica Forense da Univ. de Coimbra, em que Se Expõe e Combate Esta Doutrina* (1848); *O Livro d'Um Democrata* (1848); *A Familia do Demerarista. Drama em Um Acto* (1859); *Esboço Crítico-Litterário* (1866); *Curso Elementar de Recitação, Philologia e Redacçao* (1869); *Corografia do Arquipélago da Madeira* (1873); *As Saudades da Terra. Pelo Doutor Gaspar Fructuoso. História das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens. Manuscripto do Século XVI Annotado por Alvaro Rodrigues de Azevedo* (1873); "A casa em que Christovão Colombo habitou na ilha da Madeira" (1877); *Romanceiro do Archipelago da Madeira* (1880); *Benavente. Estudo Histórico-Descritivo, Obra Póstuma, Continuada e Editada por Ruy d'Azevedo* (1926).

Bibliog.: A. A., "Crítica literária. Bosquejo historico da literatura classica grega, latina e portuguesa, por A. Cardoso B. de Figueiredo", *A Discussão*, 31 jan. 1856; 7 fev. 1856; 21 fev. 1856; 6 mar. 1856; 26 jun. 1856; 24 jul. 1856; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2007; MARINO, Luís, *Musa Insular: Poetas da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 1959; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, 3 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949-1953; SILVA, António Carvalho, "Apontamentos sobre gramáticas madeirenses (1)", *Islenha*, n.º 18, jan.-jun. 1996, pp. 101-109; *Id.*, "Apontamentos sobre gramáticas madeirenses (2)", *Islenha*, n.º 19, jul.-dez. 1996, pp. 159-170; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. 1, Lisboa, INCM, 1858; VIEIRA, Gilda França, e FREITAS, António Aragão de, *Madeira. Investigação Bibliográfica*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1981-1984.

Sílvia G. Gomes

Azevedo, Amélia Augusta de

Amélia Augusta de Azevedo foi uma musicóloga e executante madeirense que se tornou conhecida não só no meio artístico nacional, mas também em França, onde várias composições suas foram editadas.

Filha de António Pedro de Azevedo, nasceu no Funchal em 1840. Nessa cidade, cedo se evidenciou pela interpretação de peças em machete e braga. O reconhecimento das suas qualidades fez com que se mudasse para Lisboa, onde, a 4 de julho de 1873, se inscreveu como aluna externa no Conservatório Nacional, instituição em que haveria de prestar provas de Rudimentos de Teoria Musical e Solfejo. Embora seja certo que se apresentou ao exame da primeira das disciplinas, no qual foi



Fortaleza de S. João Batista do Funchal, copiada por Amélia Augusta de Azevedo, c. 1869-1870 (DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar).

aprovada, não consta que tenha comparecido ao da segunda.

Partiu depois para Paris, em data que não é possível precisar. O *Elucidário Madeirense* refere-a atuando em concertos em Lião depois de 1885. Ainda em França, Amélia Azevedo terá, possivelmente, continuado a fazer a sua formação musical no Conservatoire Nacionale de Musique et Déclamacion, desta vez em piano.

Para além de intérprete virtuosa, a artista foi também compositora, sendo conhecidas algumas das suas obras, designadamente "Recordações de Cintra", "Alma minha", "Le regret" e "Paris russophile". As duas primeiras peças, uma polca mazurca e uma obra para canto e piano com letra de Luís de Camões, respetivamente, foram publicadas em Lisboa. As outras, uma valsa e um galope, ambas para piano, foram editadas em Paris. Apesar de as duas últimas composições se encontrarem assinadas por Amélie A. d'Azevedo, a certeza da estada de Amélia Azevedo em França, na déc. de 1880, e a semelhança do nome autorizam a conclusão de que se trata da mesma pessoa, corroborada ainda pelo seu registo como aluna do Conservatoire Nacionale de Musique, de Constant Pierre, onde o seu nome figura com a grafia afrancesada.

O facto de "Alma minha" ser uma música inspirada pelos versos de Camões permite integrá-la no conjunto de obras de vários autores portugueses, entre os quais figuram João Domingos Bomtempo, Francisco António Norberto dos Santos e Luís de Freitas Branco, que, nos finais do séc. XIX e princípios do XX, foram influenciadas pelo poeta nacional. Esta circunstância aponta para que a sua publicação tenha ocorrido em 1880, ano das Comemorações dos 400 anos da Morte de Camões, ou em 1881.

"Le regret" traz apensa a indicação de *opus* 23, o que indicia uma produção da autora de pelo menos mais 22 obras. Por outro lado, há que registar que "Paris russophile" foi apresentada no Concours Internacionale de Musique no Trocadéro, onde foi premiada com um segundo lugar e uma menção honrosa.

Em 1898, o *Diário Popular* noticiava que, em concerto, com já algumas dezenas de anos, a Imperatriz Sissi apreciara bastante a execução em machete, tocado por Amélia Azevedo.

Quanto aos últimos anos de vida da artista e ao local da sua morte, em 1913, as informações são vagas, embora se saiba que também se dedicou à fotografia, pelo menos no Funchal, como consta dos arquivos do seu pai, o Gen. António Pedro de Azevedo (1812-1889), na Direção do Serviço de Infraestruturas do Exército, em Lisboa.

Bibliog.: impressa: PINTO, Rui Magno, "Amélia Augusta de Azevedo", in ESTEIREIRO, Paulo (coord.), *50 Histórias de Músicos na Madeira*, Funchal, Associação de Amigos do Gabinete Coordenador de Educação Artística, 2008, pp. 15-16; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984; **digital:** ESTEIREIRO, Paulo, "Semilha ou batata e braguinha ou cavaquinho", *Linkedin*, 22 fev. 2016: https://pt.linkedin.com/pulse/sevilha-ou-batata-e-braguinha-cavaquinho-paulo-esteireiro (acedido a 9 maio 2018); MACEDO, L. S. Ascensão de, *Da Voz à Pluma. Escritoras e Património Documental de Autoria Feminina de Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde. Guia Biobibliográfico*, Ribeira Brava, ed. do Autor, 2013: https://estuwdogeral.sib.uc.pt/handle/10316/44055 (acedido a 9 maio 2018).

CRISTINA TRINDADE
L. S. ASCENSÃO DE MACEDO

Azevedo, Américo Olavo Correia de

Nasceu a 15 de dezembro de 1882, no Funchal, e faleceu a 8 de fevereiro de 1927. Filho de Carlos Olavo Correia de Azevedo e de Maria Adelaide Cabral, era também irmão de Carlos Olavo (1881-1858), figura igualmente destacável da Revolução republicana. Foi militar de carreira, tendo concluído a formação na



Fig. 1 – Cap. Américo Olavo Correia de Azevedo, c. 1916 (BNP, Espólio Bernardino Machado).

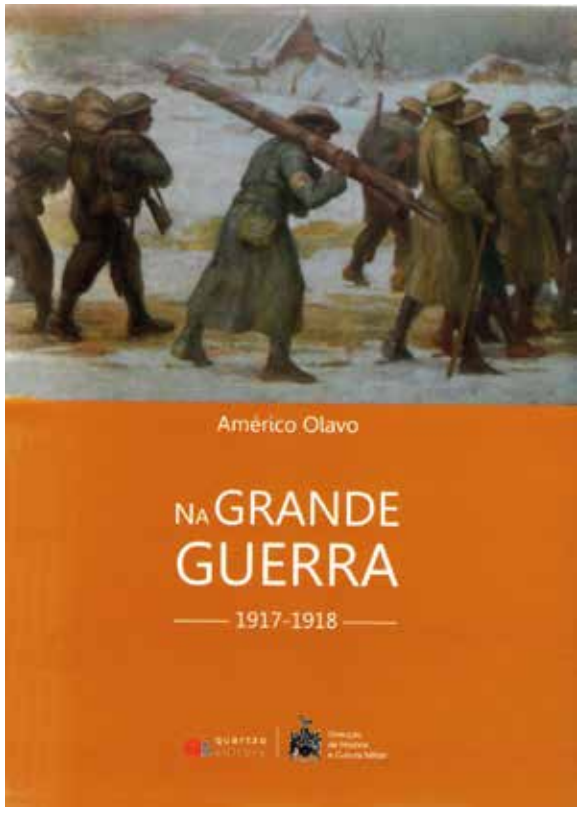


Fig. 2 – *Na Grande Guerra (1917-1918)* (reed. 2017), de Américo Olavo.

Escola do Exército em 1904. Paralelamente, também cursou Direito.

A ação de Américo Olavo enquanto oficial do Exército da arma de Infantaria dá-se com o posto de capitão das tropas portuguesas que se bateram na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em que se destacou a Batalha de La Lys, a 9 de abril de 1918. Acabou por ficar prisioneiro dos alemães durante cerca de oito meses.

Pelos atos de bravura praticados em combate, recebeu várias condecorações militares. Destacam-se a Torre Espada, sendo o primeiro militar a receber esta distinção, a Cruz de Guerra, a Legião de Honra de França, a comenda de Avis, o oficialato de S. Tiago de Espada, a medalha comemorativa das campanhas do Exército português na Flandres, a medalha da vitória e a medalha de prata do comportamento exemplar.

Américo Olavo também desenvolveu, desde muito cedo, atividades políticas e de cidadania. Em 1900, juntamente com outros companheiros de estudos, esteve ligado à fundação da Liga Académica Republicana e aos jornais diários a *Marselhesa* e *Liberdade*. Em 1901, ingressou na maçonaria, e o seu nome aparece sempre associado ao movimento dos Jovens Turcos, de que também faziam parte Álvaro Poppe, Sá Cardoso, Álvaro de Castro e Hélder Ribeiro.

Pelo seu envolvimento nas conspirações republicanas, que se seguiram à ditadura franquista e que se prolongaram até à Implantação da República, teve cargos de destaque no gabinete do ministro da Guerra Correia Barreto e foi eleito, em 1911, deputado da Constituinte. Desempenhou funções como deputado até 1925.

Entre 8 de março e 6 de julho de 1924, foi ministro da Guerra do Governo de Álvaro de Castro. O seu mandato ficou marcado pela revolta dos oficiais aviadores, ocorrida em junho. Durante o golpe republicano contra a Ditadura Militar, instituída a 28 de maio de 1926, o qual se desenrolou de 3 a 10 de fevereiro de 1927, foi assassinado em casa por uma força de sapadores dos caminhos de ferro.

A personalidade de Américo Olavo fica ainda ligada às letras, nomeadamente a partir da sua experiência bélica. Foi o autor do livro memorialista *Na Grande Guerra* (1919). Em coautoria com Chagas Franco, publicou uma coletânea de contos a que deu o nome *Dentro da Vida* (1909).

Obras de Américo Olavo Correia de Azevedo: *Dentro da Vida* (1909) (coautoria); *Na Grande Guerra* (1919).

Bibliog.: impressa: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; OLAVO, Américo, *Na Grande Guerra (1917-1918)*, Viseu/Lisboa, Quartzo/Direcção de História e Cultura Militar, 2017; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; **digital:** "Américo Olavo", *Projecto Vercial*, s.d.: http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/olavo2.htm (acedido a 12 dez. 2018); *Instituto de História Contemporânea*: http://ihc.fcsh.unl.pt/pt/recursos/biografias/item/4452-poppe-%C3%A1lvaro-1879-1972 (acedido a 2 maio 2015).

Carlos Maduro

Azevedo, António Bon de Sousa Schiappa de

Regente florestal de formação, desempenhou importantes funções silvícolas no distrito do Funchal nos finais do séc. XIX e início do séc. XX.

Nasceu em Lisboa em 1870, no seio de uma família distinta, sendo o seu avô materno o Ten.-Gen. Pedro Paulo Ferreira de Sousa, primeiro barão de Pernes. Foi para a ilha da Madeira em finais do séc. XIX, onde casou com uma madeirense, filha de José António de Almada, passando a viver no Funchal.

Desempenhou um importante papel na área florestal, tanto na ilha da Madeira como na ilha do Porto Santo. Na primeira, foi responsável pela preservação das manchas de floresta natural que se encontravam ameaçadas na época; na segunda, foi responsável pelos primeiros trabalhos de reflorestação daquele espaço, que estava há séculos desprovido de um coberto florestal.

Fruto da riqueza existente na floresta indígena da Madeira e do Porto Santo, iniciou-se, após a descoberta destas ilhas, um processo de delapidação do coberto florestal existente com os objetivos de exploração de madeira e carvão, implementação de áreas agrícolas e constituição de pasto para os animais que, de forma asselvajada e desregrada, se alimentavam em zonas serranas. Deste modo, o coberto florestal indígena foi bastante afetado e delapidado na ilha da Madeira, chegando mesmo a desaparecer na ilha do Porto Santo. A falta de técnicos e de pessoas conhecedoras da flora e da floresta madeirense, bem como das consequências da sua devastação, fez com que esta situação se perpetuasse e agravasse durante séculos. A situação na ilha do Porto Santo ainda era mais grave, piorando consideravelmente em meados do séc. XVIII e levando quase à completa desertificação da Ilha. O conhecimento e os principais estudos sobre a floresta madeirense pertenciam, nessa época, a naturalistas estrangeiros que, por diversos motivos, passavam na Madeira ou iam até esse arquipélago atraídos pela riqueza da sua flora e fauna e dos inúmeros endemismos existentes. Segundo Rui Carita, os naturalistas estrangeiros que mais se evidenciaram na época com trabalhos de divulgação da fauna e flora desse território foram o reverendo inglês Thomas Lowe, que preparou os álbuns com que a Madeira



Fig. 1 – António Bon de Sousa Schiappa de Azevedo, c. 1910 (ABM, Photographia Vicente).

participou na célebre exposição internacional de Londres, em 1851, e que forneceu as informações a Charles Darwin, e o padre alemão Ernesto Schmitz, que, tendo-se radicado no Funchal em 1874, depois se naturalizou português e foi o fundador do primeiro museu de história natural da Madeira.

A crescente importância que a floresta ia adquirindo, assente no seu papel imprescindível na captação da água, quer de regra, quer de consumo, e na sustentação dos solos, levou, desde os meados do séc. XIX, à criação de departamentos governamentais que se debruçaram sobre os trabalhos de reflorestação e preservação da floresta das ilhas da Madeira e Porto Santo. Nos finais desse século, a Madeira passou a possuir técnicos portugueses habilitados nessa área, sendo o mais notável o regente florestal António Bon de Sousa Schiappa de Azevedo, que focou a sua ação principalmente na ilha do Porto Santo. A erosão e desertificação nesta ilha era de tal forma grave que Schiappa de Azedo, escolhendo o cume do pico Castelo para iniciar, em 1921, o seu trabalho de reflorestação, teve que armar o terreno e constituir muretes em pedra para suporte e sustentação da pouca terra que existia na encosta, conseguindo assim solo e condições para plantar árvores. Tratou-se de uma obra notável, visível no terço superior da encosta do pico. Para este trabalho, Schiappa de Azevedo utilizou nas suas plantações essencialmente o *Cupressus macrocarpa* e o *Pinus radiata*. Após a sua morte, o seu trabalho foi continuado, tendo-se arborizado a parte alta do pico Castelo utilizando a metodologia de plantação por si desenvolvida.

Na ilha da Madeira, os frondosos *Cupressus macrocarpa* que se encontram na ribeira das Cales junto àquela que se tornaria a estrada regional n.º 103 foram mandados plantar também por Schiappa de Azevedo, tendo infelizmente algumas destas árvores sido afetadas de forma irreversível pelo grande incêndio de 2010, que devastou toda aquela zona.

António Bon de Sousa Schiappa de Azevedo possui uma estátua com o seu busto no pico



Fig. 2 – Busto de Schiappa de Azevedo, bronze de Delfim Maya, 1957, pico Castelo, Porto Santo (arquivo particular).

Castelo em homenagem ao trabalho efetuado no combate à desertificação e à reflorestação naquela ilha. A estátua foi inaugurada em julho de 1957.

António Bon de Sousa Schiappa de Azevedo faleceu no Funchal a 17 de dezembro de 1926.

Bibliog.: impressa: CLODE, Luiz Peter, *Registo Genealógico das Famílias Que Passaram à Madeira*, Funchal, Tip. Comercial, 1952; NEVES, Henrique, "Porto Santo. A vegetação primitiva, presente e futura", *Islenha*, n.º 6, jan.-jun. 1990, pp. 117-123; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 4.ª ed., vol. I, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989; **digital:** CARITA, Rui, "A laurissilva da Madeira, Património Natural UNESCO", *SILBOARTE – Seminário sobre Itinerarios Artísticos del Patrimonio Cultural en la Macaronesia*, 2006: http://www.silbogomero.com.es/multimedia/0001/0001/dir_k5b/ruicarita.pdf (acedido a 2 nov. 2015).

MANUEL ANTÓNIO MARQUES MADAMA DE SOUSA FILIPE

Azevedo, António Pedro de

Os militares representaram um importante papel na vida madeirense, da mesma forma que alguns militares madeirenses também o representaram a nível nacional, tendo sido o seu desempenho nas obras públicas e na informação da decisão política, através da cartografia e da informação, dos contributos mais notáveis nos meados do séc. XIX. As obras públicas


2696

MINISTERIO
DA
GUERRA.

Direcção.
3ª Repartição.

Manda A Rainha pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra que o Inspector Fiscal do Exercito faça abonar ao Capitão do Corpo de Engenheiros Antonio Pedro de [illegible] as comedorias a que tem direito, afim de seguir Viagem para a Ilha da Madeira. Paço de Cintra em 7 de Setembro de 1848

ARCHIVO HISTORICO MILITAR

Barão de Leiria.

Fig. 1 – Abono de António Pedro de Azevedo para seguir para a Madeira, paço de Sintra (7 set. 1848) (AHM, Processos Individuais).

da Madeira dessa época vão ser marcadas por três engenheiros militares: Manuel José Júlio Guerra (1801-1869), cuja atuação não terá sido particularmente notável, Tibério Augusto Blanc (c. 1810-1875) e António Pedro de Azevedo (1812-1889), que, pelo contrário, deixaram uma obra verdadeiramente notável, e que se viriam, entretanto, a desentender aberta e violentamente. Em princípio, não estavam em causa assuntos técnicos e profissionais entre estes dois engenheiros, mas sim filiações ou amizades políticas e partidárias.

António Pedro de Azevedo nascera em Caminha a 9 de fevereiro de 1812 e assentou praça a 4 de setembro de 1826, apenas com 14 anos de idade, sendo promovido a alferes a 9 de julho de 1827 e entrando no ano seguinte para a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho. As alterações políticas dos anos seguintes levaram-no a interromper os estudos, prestando uma comissão de serviço em Elvas e sendo colocado na Madeira em 1830, integrando, depois, as forças absolutistas da reocupação do Porto Santo, a 29 de maio de 1832, quando se procedeu, de novo, à aclamação de D. Miguel. Talvez por isso, nunca deixou de fazer constar nos seus documentos que desde estudante sofrera represálias devido às suas ideias liberais, o que no Funchal, em 1834, era confirmado pelo cônsul Henry Veich (c. 1770-1857).

O futuro engenheiro viria a completar o curso em 1837, sendo promovido a tenente a 5 de setembro desse ano. Estagiaria no continente até finais de 1840, chegaria a capitão a 22 de fevereiro do ano seguinte e seria enviado de novo para a Madeira, então como responsável pelo estabelecimento das linhas telegráficas. Logo nesse ano de 1841, percorre toda a linha de costa da ilha, périplo de que resulta o *Reconhecimento Militar da Ilha da Madeira*, com as plantas das principais vilas e linhas de fortificação, *Reconhecimento* que ainda repetiria, ampliado, em 1860. No ano seguinte, trabalharia com o coronel Alexander Thomas Emeric Vidal (1792-1863) e outros oficiais do vapor de guerra inglês Styx no levantamento das cartas geo-hidrográficas do arquipélago da Madeira, sucessivamente publicadas em Londres nos anos seguintes e, depois, em Lisboa, em 1877, a do Porto Santo, em 1879, a da Madeira, e em 1886, a das Desertas, quando António Pedro de Azevedo era já general reformado.

Os primeiros trabalhos de António Pedro de Azevedo seriam geo-hidrográficos e geodésicos, por vezes com complexas memórias

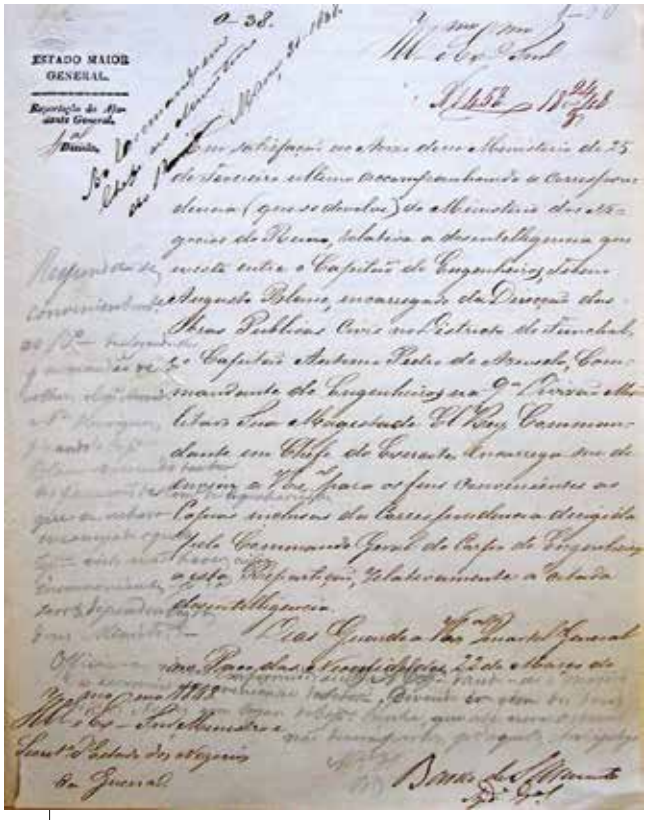


Fig. 2 – Questão entre Tibério Blanc e António Pedro de Azevedo (22 mar. 1848) (AHM, Processos Individuais).

descritivas, como as que acompanharam os seus levantamentos geodésicos, algumas com interessantes descrições botânicas, contando-se por muitas dezenas as plantas, alçados e cortes que chegaram aos nossos dias e, inclusivamente, a planta da casa e quinta que adquirira na rua do Vale Formoso, no Funchal. Casara-se, entretanto, na Madeira, com Maria Rosa Bernes, sendo pai de Elisa Azevedo de Meneses, que se casou depois com o médico Antero Drumond de Meneses (1830-1916), filho de Sérvulo Drumond de Meneses (1802-1867); Antero e Elisa foram pais do naturalista Carlos Azevedo de Meneses (1863-1928), coautor do *Elucidário Madeirense*, que refere como data de nascimento de António Pedro de Azevedo 7 de fevereiro de 1814, embora a que consta nas suas folhas de matrícula militar seja 9 de fevereiro de 1812.

As desavenças entre Tibério Blanc e António Pedro de Azevedo datavam de, pelo menos, os inícios de 1848. Tibério Blanc fora nomeado por despacho régio de 23 de janeiro de 1839,



Fig. 3 – Planta da levada do Rabaçal (9 out. 1845) (DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar).

em comissão de serviço civil, como encarregado da direção das obras públicas civis do distrito, ou seja, passara para a dependência direta do governador civil. Entretanto, com o afastamento de Júlio Ribeiro Guerra, passara o capitão António Pedro de Azevedo a chefiar o Comando da Engenharia da 9.ª Divisão Militar, pelo que entendeu dever Tibério Blanc, embora mais velho, dar-lhe conhecimento dos trabalhos em que andava. A questão entre os dois, por certo de carácter político, chegou a Lisboa e teve como despacho a suspensão de ambos, em 31 de março de 1848, nomeando-se mesmo um capitão engenheiro, de nome Cunha, para substituir ambos, como consta no processo arquivado no Arquivo Histórico Militar.

A suspensão acabou por não ter efeito com a chegada do governador José Silvestre Ribeiro a Lisboa, no mês de junho, e ambos se mantiveram em serviço na Madeira nos anos seguintes. Durante o governo de José Silvestre Ribeiro, Tibério Blanc desenvolvera uma enorme atividade, visitando toda a ilha, especialmente as antigas levadas, dando parecer sobre os melhoramentos a efetuar e das novas obras a empreender. Ao mesmo tempo, ficava no Funchal o capitão António Pedro de Azevedo, trabalhando em São Lourenço e, por certo, em estreita relação com Sérvulo Drumond de Meneses (1802-1867), mais tarde, em 1862, seu compadre.

Os problemas entre os dois engenheiros agudizam-se decididamente após a oficialização da

direção das obras públicas distritais, ocorrida em 1852, na sequência da criação, em Lisboa, do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, em 28 de agosto desse ano, pelo também engenheiro militar António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887). À frente da repartição do Funchal foi colocado Tibério Blanc, que já em 27 de julho de 1847 fora encarregado da inspeção geral e superior das obras da Junta Geral e que estava há mais tempo na Madeira, embora, mais velho, não fosse hierarquicamente mais antigo.

A época corresponde a uma nova inflexão política da regeneração, proclamando-se o Maj. António Pedro de Azevedo adversário político do anterior governador José Silvestre Ribeiro, considerado localmente pelos "novos regeneradores" como pouco dialogante e até autoritário. Com a nova situação, e não tendo sido nomeado como diretor geral das obras públicas do distrito, António Pedro de Azevedo consegue ser nomeado inspetor das mesmas obras, escrevendo então a Tibério Blanc a comunicar-lhe as suas novas funções, solicitando-lhe vários elementos sobre as obras do Rabaçal e, inclusivamente, alojamento no local para proceder à inspeção das mesmas, ofícios depois divulgados nos periódicos do Funchal.

As notícias das desavenças entre os dois engenheiros só poderiam chegar aos periódicos do Funchal através do Maj. António Pedro de Azevedo, mesmo os protestos pelo atraso com que decorria a inspeção à levada do Rabaçal, a primeira a efetuar-se àquela obra, uma das mais importantes obras públicas da Madeira. A questão arrastou-se pelos meses de outubro e novembro de 1852, embora Tibério Blanc tivesse logo colocado toda a obra à disposição de António Pedro de Azevedo, inclusivamente os serviços do apontador-geral, José Maria Passos. Os resultados acabaram por revelar que tudo se encontrava a decorrer conforme os projetos inicialmente definidos, havendo perfeita consonância entre os trabalhos desenvolvidos pelo Maj. Tibério Blanc e a inspeção efetuada pelo Maj. António Pedro de Azevedo, como consta na carta do apontador-geral José Maria Passos, de 20 de novembro desse mesmo ano, divulgada nos periódicos locais, especialmente em *A Ordem* (Funchal, 25 set., 13 nov., 4 e 18 dez. 1852), que representava então uma certa ala esquerda da regeneração.

O Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, em Lisboa, no entanto, parece não ter entendido assim a situação, passando a encarregar logo António Pedro de Azevedo de vários projetos na área das obras públicas e determinando a Tibério Blanc que entregasse o projeto final das obras da levada do Rabaçal. Nessa sequência, em fevereiro de 1853, exonerava Tibério Blanc do cargo da direção das Obras Públicas, indicando que deveria entregar a comissão a António Pedro de Azevedo. A passagem dos diversos materiais e, especialmente, o arquivo das obras públicas do distrito levantou inúmeros problemas, patentes em vários ofícios trocados entre o Governo Civil e o Ministério.

A atividade do Maj. António Pedro de Azevedo na área da cartografia foi verdadeiramente notável, a ele se ficando a dever uma excecional coleção de plantas das diversas vilas e lugares da ilha da Madeira, referentes, essencialmente, à fortificação, mas também ao urbanismo, constituindo o mais importante conjunto iconográfico dos meados do séc. XIX legado à posteridade. A sua atividade como engenheiro construtor, no entanto, conheceu vários percalços. A 3 de outubro de 1853, *e.g.*, a ponte do Porto da Cruz, após ter-lhe sido retirado o "simples", ruiu, o mesmo vindo a acontecer, no mês seguinte, à ponte da vila de São Vicente, que por pouco não vitimava 15 dos trabalhadores que aí se encontravam. Talvez por isso, já a 31 de outubro, o visconde de Fornos de Algodres suspendia o Maj. Azevedo das suas funções de diretor interino das Obras Públicas.

O correspondente do periódico *A Ordem* em São Vicente, que geralmente defendia Tibério Blanc, perante o acidente não deixa de relembrar a atuação do anterior engenheiro, que se não poupava a incómodos e fadigas, expondo-se muitas vezes a perigos eminentes, como quando "mandou abrir a estrada do Passo da Areia, e deu princípio à da Rocha para o

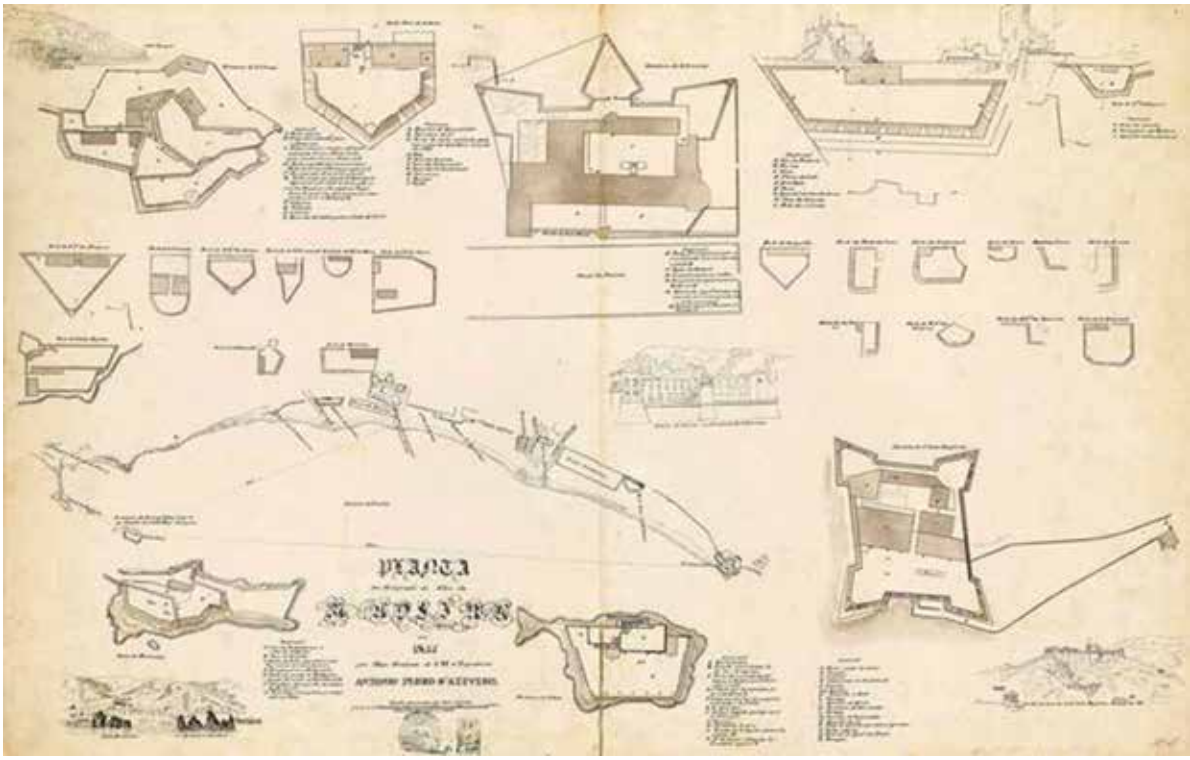


Fig. 4 – *Planta das Fortificações da Ilha da Madeira em 1855* (DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar).

Seixal", só para que as obras não sofressem algum inconveniente, do qual resultasse prejuízo público e à Fazenda (*A Ordem*, 8 out., 5 e 26 nov. e 3 dez. 1853).

O Maj. António Pedro de Azevedo havia de se retirar para Lisboa em meados de 1865, onde Tibério Blanc também já se encontrava, mas conheceria uma outra carreira política. Coronel por dec. de 9 de agosto de 1865, pouco depois de chegar ao continente seria nomeado chefe de gabinete do ministro da Guerra, a 18 de novembro de 1869, e, com essa nomeação, seria general um mês depois, a 13 de dezembro. Passaria ainda a diretor do arquivo da Engenharia Militar, reformando-se a 31 de dezembro de 1878, mas mantendo-se à frente do arquivo e preparando a edição das suas cartas geográficas do arquipélago. Faleceria em Lisboa, a 10 de agosto de 1889.

Nos arquivos da Engenharia Militar, constam quase uma centena de trabalhos assinados e determinados por António Pedro de Azevedo, incluindo as plantas da levada do Rabaçal, mas nenhum com a assinatura de Tibério Augusto Blanc, salvo um mapa de gastos da estrada da Pontinha, de outubro de 1847. Parece, assim, que nos mais de 10 anos em que António Pedro de Azevedo esteve à frente daquele arquivo se não apagou o antagonismo cultivado na Madeira em relação a Tibério Blanc.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivos Particulares, Doação Rui Carita, plantas várias; *Ibid.*, Diplomas; *Ibid.*, Governo Civil, liv. 6, fl. 91v.; liv. 135, fl. 187; liv. 421; AHM, Processos Individuais, cx. 842, *Cunha*; cx. 965, proc. 593-3, *António Pedro de Azevedo*; DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, António Pedro de Azevedo, *Reconhecimento Militar da Ilha da Madeira, Memória de 1841*, 1344, 1A/12A/16 e 1345-43; 1860, 2772, 1A/12A/16; **impressa:** CARITA, Rui (colab. Álvaro Vieira Simões), *Arquitectura Militar da Madeira dos Sécs. XVI a XIX*, catálogo de exposição patente no Teatro Municipal do Funchal por ocasião das comemorações nacionais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, 10 jun. 1981, Funchal, Zona Militar da Madeira, 1981; *Id.*, *Arquitectura Militar da Madeira. Séculos XVI a XIX*, catálogo de exposição patente na Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, Lisboa, FCG, 1982; *Id.*, *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira*, Funchal, DRAC, 1982; *Id.*, *História da Madeira*, vols. VI-VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2003 e 2008; *Documentos para a História das Cortes Gerais*, t. VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889; MENEZES, Sérvulo Drumond de, *Collecção de Documentos Relativos á Construção da Ponte do Ribeiro Seco*, Funchal, Typ. L. Vianna Junior, 1848; *Id.*, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do Dia 7 de Outubro de 1846*, 2 vols., Funchal, Typ. Nacional, 1849-1850; *A Ordem*, Funchal, 25 set. 1852; 13 nov. 1852; 4 dez. 1852; 18 dez. 1852; 8 out. 1853; 5 nov. 1853; 26 nov. 1853; 3 dez. 1853; SANTOS, Rui, "Um capitão de engenheiros (Tibério Augusto Blanc, Santarém, 1810?; m. 1875)", *Jornal da Madeira*, 25 dez. 1991; 5 jan. 1992; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; VITERBO, Sousa, *Diccionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses, 1899-1922*, reedição fac-símile, 3 vols., Lisboa, INCM, 1988.

RUI CARITA

Azevedo, Carlos Olavo Correia de (Júnior)

Advogado, escritor, jornalista e político português, Carlos Olavo Correia de Azevedo Júnior nasceu na cidade do Funchal, às 02.45 h do dia 7 de julho de 1880, tendo sido batizado a 4 do mês seguinte, na igreja paroquial de Santa Maria Maior, templo onde já os seus pais Carlos Olavo Correia de Azevedo e Maria Adelaide Cabral haviam contraído matrimónio, a 15 de junho de 1878. Nascido no seio de uma família nobre madeirense, foi neto paterno de Fernando Correia de Azevedo e de Senhorinha de Velosa, neto materno de António Ferreira Cabral e de Maria Augusta de Freitas Martins, e também bisneto, pela parte paterna, de Domingos Olavo Correia de Azevedo (1799-1855), magistrado que fora administrador-geral da Madeira e que pertencera ao Conselho de Sua Majestade, a Rainha D. Maria II. Carlos Olavo teve dois irmãos: Mauro (1879-1970) e Américo (1882-1927).

Foi um homem de baixa estatura (1,556 m), de cabelo castanho-escuro, de olhos da mesma tonalidade, de rosto redondo, e de boca e de nariz regulares. Casou-se com Vera de Vasconcelos de Bettencourt e tornou-se pai de Maria de Bettencourt Rebelo de Beneducci, um apelido que adveio do casamento desta com Pierre de Beneducci.

Desde cedo, demonstrou interesse por questões literárias e políticas. Em 1900, sendo estudante na Escola Politécnica de Lisboa, fundou, com outros alunos, a Liga Académica Republicana e os diários *A Liberdade* e *A Marselhesa*, extintos por ordem do Juízo de Instrução Criminal de Lisboa. No ano seguinte, foi iniciado como maçon na loja Montanha, com o nome de Saint-Just, vindo, mais tarde, a pertencer às lojas Justiça e Acácia (1929). Em 1903, ingressou na Faculdade de Direito da Univ. de Coimbra, urbe onde fundou um Centro Republicano Académico, a 28 de janeiro de 1906. Na cidade do Mondego, começou por viver em pensões: em 1903-1904, residia na R. do Cotovelo, n.º 14, e, no ano letivo seguinte, na R. da Trindade, n.º 25. Em 1905-1906, passou a residir na R. Couraça de Lisboa, n.º 55, numa casa que arrendara com Alberto Xavier, um amigo que, referindo-se aos tempos de Coimbra, descreveu Carlos como alguém "atraente pela exuberância de temperamento e pela vivacidade de espírito" (XAVIER, 1963, 12). Nessa mesma residência, habitaram José Montês e Ramada Curto.

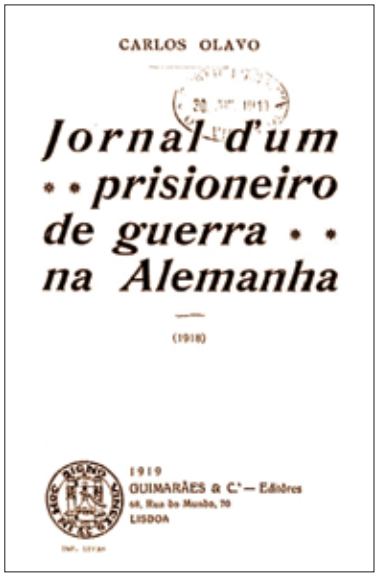
O envolvimento de Carlos Olavo na greve académica de 1907 acabou por ditar a sua expulsão da Universidade, por um período de dois anos. Seria preso por tentar, juntamente com outros colegas que também foram punidos, forçar a entrada nas aulas. Meses depois, foi amnistiado, tendo obtido o diploma, a 27 de julho de 1908, com a nota final de suficiente, com 14 valores.

Regressado a Lisboa, exerceu advocacia até à data da sua morte, ocorrida a 16 de novembro de 1958. Distinto advogado, com a cédula profissional n.º 1154, teve o seu primeiro escritório na R. de São Julião, transferindo-se, mais tarde, para a R. Nova do Almada, n.os 18-20. Na Ordem dos Advogados, fez parte do primeiro Conselho Distrital de Lisboa, eleito na Assembleia realizada a 2 de junho de 1927. No triénio 1930-1932, foi vogal do referido órgão, alcançando a presidência em 1942-1944. Integrou ainda a comissão redatora do *Boletim da Ordem dos Advogados*, cujo primeiro número foi dado à estampa em 1931. Nos últimos 10 anos da sua vida, foi vogal do Conselho Superior da Ordem, o mais alto organismo da instituição.

Em 1910, foi nomeado secretário-geral do Governo Civil de Lisboa, cargo que manteve até 1945. Como membro do Partido Republicano Português, foi eleito deputado, em 1911, à Assembleia Nacional Constituinte pelo círculo do Funchal, o que sucedeu novamente em 1915, em 1919, em 1921 e em 1922. Nos anos 20, aquando da cisão do Partido Republicano Português, acompanhou Álvaro de Castro, aderindo ao Partido Republicano de Reconstituição Nacional, e tornou-se líder parlamentar durante o período em que aquele chefiou o Governo.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), integrou o Corpo Expedicionário Português, como alferes miliciano de artilharia,

tendo partido para a Flandres a 16 de maio de 1917. Dado como desaparecido a 9 de abril de 1918, na fatídica batalha de La Lys, foi feito prisioneiro pelos alemães, sendo conduzido, numa primeira fase, para o campo de prisioneiros de Rastatt e, posteriormente, para o de Bresen. Sobre o infortúnio do cativeiro, que partilhou com seu irmão Américo, capitão de infantaria, escreveu *Jornal d'Um Prisioneiro de Guerra na Alemanha*, obra dada à estampa em 1919. Conseguiria regressar a Portugal, por via terrestre, chegando a Lisboa a 6 de fevereiro desse ano. Pela bravura evidenciada na supramencionada batalha, permanecendo no seu posto apesar de já não ter munições, recebeu a medalha da Cruz de Guerra, de 3.ª classe.



***Jornal d'Um Prisioneiro de Guerra na Alemanha (1918)* (1919), de Carlos Olavo.**

Durante o Estado Novo, foi acusado de não estar devidamente integrado nas doutrinas e nos processos que regiam o regime, tendo sido considerado um funcionário público (secretário-geral do Governo Civil de Lisboa) de pouca confiança, uma suspeita que resultara de um auto de averiguação instaurado após um episódio ocorrido a 1 de dezembro de 1936, na sua casa em Oliveira do Conde, concelho de Carregal do Sal, onde fora passar o dia em companhia de dois amigos de longa data, Alberto Xavier e Xavier da Silva. Procurado por uma comissão cujo fim era angariar donativos para os nacionalistas espanhóis, recusou contribuir. Não só os motivos apresentados para a recusa, mas também a intervenção oral de um dos seus amigos, Xavier da Silva, acabaram por originar uma denúncia. Se bem que Carlos tenha conseguido manter o seu cargo, Xavier acabou por ser preso, acusado de professar ideias comunistas.

Além da advocacia e da política, destacou-se no campo das letras. Foi autor de vários livros, tendo publicado, além do atrás mencionado *Jornal d'um Prisioneiro de Guerra na Alemanha*, também as seguintes obras: *A Vida Turbulenta do Padre José Agostinho de Macedo*; *João das Regras, Jurisconsulto e Homem de Estado*; *A Vida Amargurada de Filinto Elísio*, que dedicou a sua filha Maria de Beneducci; e *Homens, Fantasmas e Bonecos*. Ficou por publicar *A Vida Aventurosa de Bocage*, uma obra em que trabalhou durante alguns anos. Foi igualmente diretor político do jornal *A Victória*, órgão do Partido de Álvaro de Castro, e colaborou em diversos periódicos, *e.g.*: *Primeiro de Janeiro*, *Diário de Lisboa*, e *Revista da Ordem dos Advogados*. Tendo o seu mérito literário sido reconhecido, foi condecorado com o grau de oficial de Santiago de Espada.

Carlos Olavo de Azevedo encontra-se sepultado no cemitério dos Prazeres, em Lisboa, onde a 17 de novembro de 1958, pelas 16.30 h, teve lugar o seu funeral. Na cerimónia fúnebre, compareceram personalidades distintas, designadamente o madeirense Pedro Góis Pita (1891-1974), bastonário da Ordem dos Advogados (1957-1959), o Prof. Inocêncio Galvão Teles (1917-2010), diretor da Faculdade de Direito da Univ. de Lisboa, e Martin Blake, diretor do Instituto Britânico.

Obras de Carlos Olavo Correia de Azevedo Júnior: *Jornal d'Um Prisioneiro de Guerra na Alemanha* (1919); *A Vida Turbulenta do Padre José Agostinho de Macedo* (1939); *João das Regras, Jurisconsulto e Homem de Estado* (1941); *A Vida Amargurada de Filinto Elísio* (1945); *Homens, Fantasmas e Bonecos* (1954).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Registos Paroquiais, Santa Maria Maior, Batismos, liv. 2098, fls. 39v.-40; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Santa Maria Maior, Casamentos, liv. 2130, fls. 13-13v.; AHM, Livro de Matrícula do Pessoal, Registo das Praças do 2.º Batalhão (1901-1905), liv. 47, doc. 957, *Carlos Olavo Correia de Azevedo Júnior*; *Ibid.*, Portugal e Campanhas na Europa, Boletins Individuais de Militares do CEP 1914/1918, Oficiais, cx. 6, *Carlos Olavo Correia de Azevedo*; ANTT, Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Presidente, cx. 10, proc. 302/5, n.º 9; **impressa:** *Annuário da Universidade de Coimbra*, anos letivos de 1903-1904 a 1908-1909, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1903-1909; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; "Dr. Carlos Olavo", *Diário de Notícias*, Funchal, 17 nov. 1958, p. 8; DUARTE, António Paulo, "Azevedo, Carlos Olavo Correia de", in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I,

Lisboa, Assembleia da República, 2013, pp. 343-344; "O funeral do Dr. Carlos Olavo", *Diário de Lisboa*, 17 nov. 1958, pp. 8, 11; LISBOA, Eugénio (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, vol. III, Lisboa, Europa-América, 1994; MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Delta, 1986; *Id.*, *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República, 2000; NOGUEIRA, João Paulo, "Carlos Olavo, um deputado nas trincheiras. Reflexões sobre a Grande Guerra e a República", in *Portugal, 1914-1916. Da Paz à Guerra. Actas do XXIII Colóquio de História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2015, pp. 595-611; REGO, Maria João de Figueiroa, *O Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados*, Lisboa, Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, 2010; SILVA, António de Mattos e, *Anuário da Nobreza de Portugal*, ano III, t. III, Lisboa, DisLivro Histórica, 2006; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998; XAVIER, Alberto, *História da Greve Académica de 1907*, Coimbra, Coimbra Editora, 1963; **digital:** FREITAS, João Abel de, "Carlos Olavo, figura republicana madeirense", *Diário de Notícias*, Funchal, 28 fev. 2016: http://www.dnoticias.pt/impressa/diario/opiniao/571311-carlos-olavo-figura-republicana-madeirense (acedido a 23 maio 2016).

RICARDO PESSA DE OLIVEIRA

Azevedo, Domingos Olavo Correia de

Domingos Olavo Correia de Azevedo nasceu no Funchal, a 29 de agosto de 1799, e foi filho de Matias Correia de Azevedo, natural da freguesia da Sé, e de Antónia da Costa do Monte. Estudou na Univ. de Coimbra, onde se salientou pelas suas ideias liberais, chegando a ser preso na Sala dos Capelos daquela universidade, em 1824, no motim ocorrido por ocasião do regresso a Portugal do infante D. Miguel (1802-1866). Após completar o seu curso em Coimbra, em 1825, regressou ao Funchal, onde começou a advogar, tendo-se casado, a 29 de setembro de 1834, com Maria Cândida de Oliveira (c. 1825-1887), viúva do comerciante e proprietário Francisco de Oliveira.

Com a chegada do primeiro governador liberal ao Funchal, então sob a designação de prefeito, o Ten.-Cor. Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (1792-1846) tornou-se um dos seus principais apoios, sendo nomeado, a 3 de fevereiro de 1835, juiz da levada do Pisão, na freguesia do Monte, onde possuía propriedades, e, em abril do mesmo ano, juiz de fora interino do Funchal. A 3 de outubro desse ano de 1835, recebeu também uma nomeação régia como juiz de distrito de 1.ª instância do julgado ocidental da província da ilha da Madeira e do Porto Santo, ocupando depois o lugar de presidente da Câmara do Funchal. No final do



Fig. 1 – *Pecunia madeirensis*, X réis, 1842 (coleção particular).

mês de outubro de 1835, o seguinte governador civil, o 1.º conde de Carvalhal (1778-1837), nomeou um conselho provisório da província, constituído pelos nomes que iriam fazer carreira no Funchal nos anos seguintes: João Agostinho Jérvis de Atouguia, secretário-geral, Domingos Olavo Correia de Azevedo, depois também secretário-geral e governador civil, e Filipe Joaquim Acciauoli Júnior (uma situação confirmada por Lisboa, a 10 de fevereiro seguinte). A 15 de dezembro de 1835, o conde de Carvalhal abdicou dos seus ordenados a favor do governo civil, para as "urgências do Estado" (ABM Governo Civil, liv. 93, fl. 153v.), tal como os ministros haviam feito em Lisboa (embora esses só houvessem abdicado de metade dos seus salários), e, a 10 de fevereiro de 1836, o novo secretário-geral do governo civil, João Agostinho Jérvis de Atouguia, começou a assinar a documentação. O conde de Carvalhal retirar-se-ia para a sua quinta do Palheiro Ferreiro, aí falecendo a 11 de novembro do ano seguinte.

O jovem Domingos Olavo Correia de Azevedo, em setembro de 1838, assumiria o lugar de secretário da Comissão da Fazenda Pública, presidida pelo contador da Fazenda, Francisco Correia Herédia (1793-1880), depois deputado e avô do visconde da Ribeira Brava (1852-1918), uma das importantes figuras políticas dos finais do séc. XIX e inícios do séc. XX. Aquela Comissão incluía ainda o secretário da Alfândega, Roberto Leal (c. 1790-c. 1850), e José Joaquim da Trindade. Em setembro desse ano, devido às alterações governamentais ocorridas

em Lisboa, ainda seria necessário preencher um lugar de senador, para o qual foi eleito João Gualberto de Oliveira (1788-1852), e também os vários lugares de deputados, para que foram eleitos como deputados substitutos Domingos Olavo Correia de Azevedo e o Cón. Gregório Nazianzeno de Medina e Vasconcelos (1788-1858). Em novas eleições, seria eleito ainda nesse ano, dado ter havido novas vagas, Daniel de Ornelas e Vasconcelos (1800-1878), o futuro barão de S. Pedro, para uma vaga de senador, e Domingos Olavo Correia de Azevedo, novamente para deputado substituto.

Data do governo de Gamboa e Liz a reestruturação da oficina impressora até então montada nas instalações de S. Lourenço, depois transferida para o extinto Convento de São Francisco, com acesso pela porta da R. de São Francisco. A 24 de fevereiro de 1838, aquele administrador-geral mandava distribuir um aviso que fora impresso nas novas instalações, informando que a Tipografia Nacional estava apta a imprimir quaisquer "obras de particulares, em qualquer língua, por preços cómodos e taxados para as obras grandes" (ABM, Alfândega do Funchal, liv. 675, *Aviso* de 24 fev. 1838). O aviso apresentava também uma tabela de preços e informava que as obras em línguas estrangeiras, de que não existissem tradutores oficiais, teriam de ser acrescidas dessa despesa. Divulgavam-se assim os impressos para as várias cerimónias oficiais, com espaços em branco para se acrescentar, em manuscrito, o evento e o horário. A 30 de maio, já o então presidente da Câmara do Funchal, Sérvulo Drumond de Meneses, através de impresso, convidou as restantes autoridades do Funchal para mais um Te Deum na Catedral, "pelas 11 da manhã" do dia 5 de junho pelo aniversário da "nossa Restauração" (*Ibid.*, Alfândega do Funchal, liv. 675, convites de 30 maio e 2 abr. 1838), e em 1840 o presidente seguinte, Domingos Olavo Correia de Azevedo, fez um convite idêntico, então para o Te Deum comemorativo da "Restauração do Governo Legítimo" (*Ibid.*, Alfândega do Funchal, liv. 675, 25 maio 1840).

A administração-geral veio a ser ocupada depois pelo Brig. José da Fonseca e Gouveia (1792-1863), então elevado a barão de Lordelo. O barão, no entanto, pediu a exoneração passado pouco tempo, e o governo começou a ser assegurado pelo 13.º morgado do Caniço, Aires de Ornelas e Vasconcelos (1779-1852), como administrador-geral interino, a partir de 2 de janeiro de 1841. Aires de Ornelas, contudo, pediria igualmente a exoneração, alvitrando dificuldades económicas, sendo o lugar entregue a Domingos Olavo Correia de Azevedo.

Domingos Olavo Correia de Azevedo ocupou a posição de deputado substituto nas eleições seguintes, e, por decreto de 26 de fevereiro de 1841, foi nomeado administrador-geral do distrito, lugar de que tomou posse a 2 de abril do mesmo ano, conforme a portaria de 29 desse mesmo mês. Data do governo de Olavo Correia de Azevedo a instalação da Junta de 1842, reformulada pelo decreto de 8 de março nesse ano, a partir do qual passou a contar com sala própria em S. Lourenço, horário e dias estabelecidos para as reuniões, tendo já o administrador-geral participado nas assembleias preparatórias anteriores. Os procuradores à Junta Geral começaram, a partir de 30 de abril desse ano, a reunir-se em S. Lourenço todos os sábados não feriados, pelo meio-dia, passando as reuniões a ter atas a partir de 9 de maio desse ano. Data desse ano a primeira emissão de uma moeda para circular na Madeira, a pecunia madeirensis, com o valor facial de X réis, uma emissão devida ao então ministro Conde de Tojal que se repetiria nos anos seguintes, embora tais emissões nunca chegassem para as necessidades de circulação monetária da praça do Funchal.

Conta o *Elucidário Madeirense* que o início do governo de Domingos Olavo Correia de Azevedo foi marcado por um interessante episódio de afirmação da soberania nacional. Nos começos de 1841, o patacho britânico *Bernarda* teria sido encontrado a fazer contrabando nas águas da Madeira; obrigado a entrar no porto do Funchal pela fiscalização marítima, foi apreendido e, posteriormente, vendido em hasta pública, de acordo com as leis aduaneiras e internacionais. Pouco tempo depois, a 8 de agosto desse ano, entrou na baía da cidade o

navio de guerra *Savage*, comandado pelo Ten. Bowquer, que, em nome do Alm. Alexander George Woodford (1782-1870), o comandante das forças britânicas de Gibraltar, exigiu a imediata entrega do *Bernarda*, com a ameaça de exercer represálias, se não fosse prontamente atendido. O administrador-geral recusou terminantemente aceder à entrega, tendo a sua posição sido depois louvada pelo Governo de Lisboa. O *Elucidário* refere ainda que o Gen. John Adams Dix (1798-1879), que esteve no Funchal entre 12 de novembro de 1842 e 17 de março de 1843, tendo sido governador de Nova Iorque, entre 1873 e 1875, fez as mais elogiosas referências ao Gov. Domingos Olavo, na sua obra *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*, editada em 1850, dando-o como natural da Madeira, algo que os autores em causa achavam não ser exato (uma dúvida que o Eng.º Peter Clode desfez, entretanto).

Os finais de 1842 foram marcados na Madeira por mais um terrível desastre ecológico: a aluvião de 24 de outubro, que, embora não atingindo os efeitos catastróficos da congénere de 9 de outubro de 1803, com um quantitativo de 600 mortos ocorridos por toda a costa sul da Ilha, não deixou, mais uma vez, de arrasar casas e fazendas, lançando muita gente na mais precária situação económica. Além das terríveis inundações do dia 24, um grande temporal varreu a baía do Funchal dois dias depois, chegando as vagas a atingir a esplanada da fortaleza do Ilhéu. Perderam-se 10 ou 11 embarcações, algumas de grande porte. Contra os arrifes de Santa Catarina foram lançados o bergantim americano *Creole* e a escuna inglesa *Wave* e, sobre o calhau da praia das Fontes, quase em frente a S. Lourenço, foram igualmente lançados o patacho ou o brigue-escuna português *Novo Beijinho*, do mestre Joaquim Trindade, do qual se perderam três tripulantes, e o bergantim inglês *Dart*, do mestre John Avith. O triste espetáculo do *Dart* e do *Novo Beijinho*, lançados na praia do Funchal, ficaria para sempre registado em várias aguarelas da época.

O administrador-geral oficiou de imediato aos deputados da Madeira para pedirem



Fig. 2 – *House of Colombus*, gravura publicada por John Adams Dix (DIX, 1853).

auxílio a Lisboa, enumerando alguns dos principais prejuízos, entre os quais a perda de muita documentação da Alfândega do Funchal, "com imenso prejuízo ocasionado pela aluvião" (ABM, Governo Civil, liv. 93, fl. 17), pelo que, segundo o ofício para o deputado Lourenço José Moniz (1789-1857), a 7 de março do seguinte ano de 1843, foi solicitada a redução das pautas da Alfândega. Pediu-se auxílio igualmente ao antigo prefeito Luís Mouzinho de Albuquerque, então diretor-geral das Obras Públicas. A situação levou à constituição de uma Comissão Central de Auxílio para tentar minimizar os efeitos da catástrofe, que

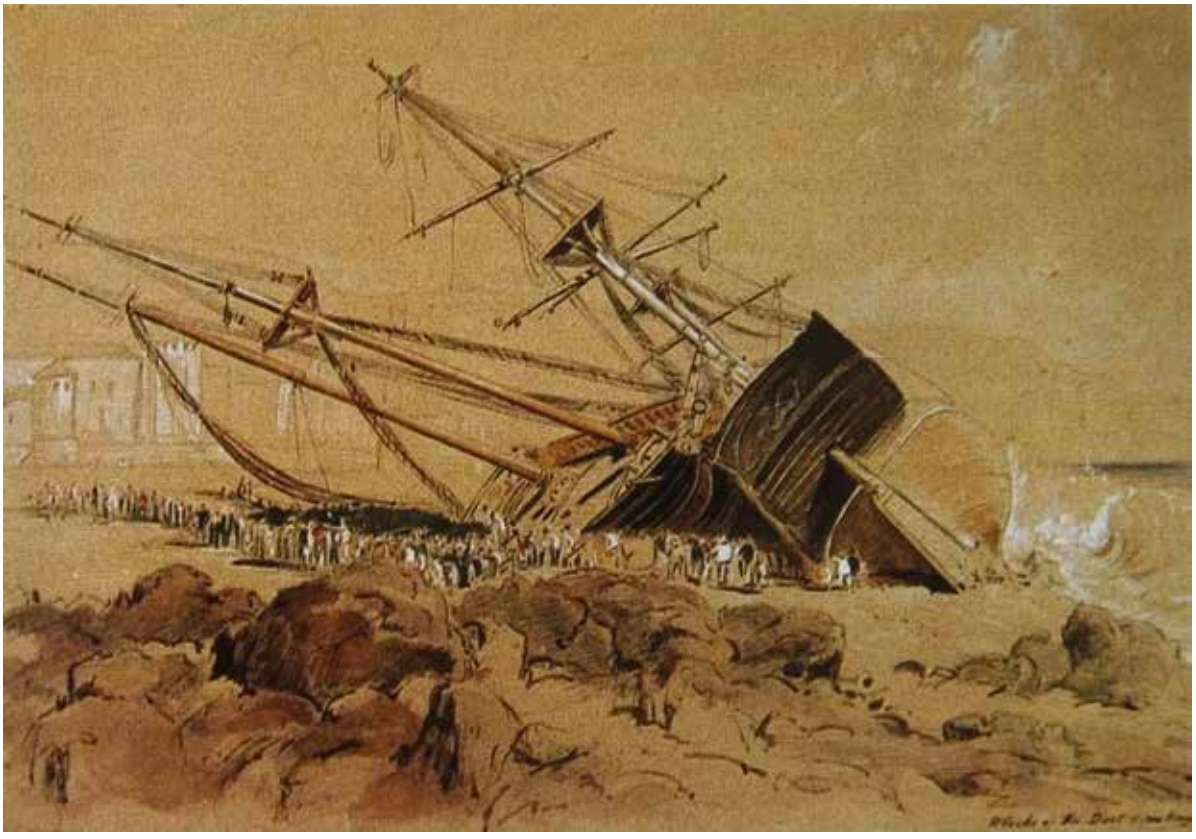


Fig. 3 – *Wrecks of the Dart & Novo Beijinho*, desenho a aguarela de Emily Geneviève Smith (26 out. 1842) (Museu Quinta das Cruzes).

começou a reunir-se em S. Lourenço, a partir de 27 de abril de 1843, e cujas reuniões se prolongaram até 2 de junho de 1844. A essas assembleias também compareceram várias vezes os principais comerciantes ingleses, como João Blandy (1783-1855) e Diogo Selbey, na altura cônsul inglês na Ilha, que conseguiram reunir três contos de réis para apoio das vítimas. Através desses contactos e dos da Associação Comercial do Funchal, ter-se-iam igualmente conseguido outros apoios, especialmente da Câmara de Auxílio de Lisboa, presidida pelo marquês do Faial (1818-1864) e pelo bispo eleito do Porto, assim como dos distritos dos Açores. Em abril de 1843, começavam a chegar as doações, e em 17 de julho, a informação de que a subscrição realizada no continente rendera 600 patacões brasileiros, tendo depois chegado em setembro mais seis contos de réis provenientes dos Açores.

Os últimos meses de 1842 foram dedicados à reestruturação dos quadros diretivos da Madeira que se encontravam estabelecidos no Funchal. A 12 de novembro, e devido ao alvará régio de 1 de outubro desse ano, foram nomeados, como substitutos para a administração do concelho do Funchal, Sérvulo Drumond de Meneses (1802-1867), António João de França e António Joaquim da Câmara Mesquita, sendo exonerados os anteriores: João Agostinho Perry da Câmara, Filipe Joaquim Ferreira Ferro e Telésforo José Inocêncio Camacho. Em dezembro, aconteceu a substituição do administrador, cargo que passou para João Crisóstomo Pereira Uzel, sendo exonerado Manuel Santana e Vasconcelos (1798-1851). No entanto, um mês depois, no final de janeiro de 1843, "usando da faculdade concedida pelo art. 245 do Código Administrativo" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 93, fl. 100), o Gov. Domingos Olavo Correia de Azevedo nomeava Valentim Mendonça Drumond interinamente para substituto da administração do Concelho, visto que o lugar se encontrava vago devido à nomeação de Sérvulo Drumond de Meneses para vogal da comissão do distrito.

Nos inícios de 1842, entretanto, tinham ocorrido novas alterações no continente, sendo dissolvidas as Cortes, por decreto de 10 de fevereiro, e declarada em vigor, novamente, a antiga Carta de 1826, algo que veio mais uma vez a ser celebrado no Funchal por um *Te Deum*, a 27 de fevereiro, em "ação de graças pelo plausível motivo de se achar em vigor a Carta Constitucional de 1826" (ABM, Alfândega do Funchal, liv. 676, convite impresso). Por decreto da data de dissolução das Cortes e pelo decreto de 5 de março, foram marcadas novas eleições, que vieram a ocorrer em junho desse ano. Foram então eleitos Luís Vicente de Afonseca (1803-1878), Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa (1806-1882), João da Câmara Leme Carvalhal Esmeraldo (1831-1888) e o futuro conselheiro Francisco Correia Herédia, mantendo o administrador-geral o lugar de deputado substituto.

Nos inícios de 1844, rebentavam, entretanto, novos pronunciamentos militares, em Torres Novas e em Almeida, e, embora as eleições de 1845 viessem a dar um folgado triunfo aos apoiantes de Costa Cabral (1803-1889), foram-lhes apontadas as maiores irregularidades. Por essa altura, o administrador-geral do distrito, Domingos Olavo Correia de Azevedo, escrevia para o Governo de Lisboa a congratular-se por haver "sido superada a revolta que, iniciada em Torres Novas, terminara em Almeida" (ABM, Governo Civil, liv. 643, fl. 84) e a informar que não tinha havido na Madeira quaisquer mudanças por esse motivo; e, embora, no aspeto político, corresse tudo bem na Madeira, também alertava, mais uma vez, para a possibilidade de acontecer um confronto grave no campo religioso, conforme ele próprio vinha sublinhando há muitos meses, sem que tivesse obtido qualquer resposta ou diretiva de Lisboa para poder enfrentar ou delimitar a situação. Em causa, estavam as atividades proselitistas do reverendo Robert Reid Kalley (1809-1888), que teriam depois profundas repercussões nacionais e internacionais.

A 23 de maio de 1844, o governador informava da chegada ao Funchal, em abril desse ano, de 10 presos políticos, vindos no brigue de guerra *Douro*, mas "sem qualquer indicação do seu destino ou pena" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 643, fl. 117), que foram então enviados para a fortaleza de S. João do Pico. Os presos regressariam ao continente no patacho *Zarco*, em dezembro desse ano, novamente sem indicações especiais, pelo que nem se sabe sequer quem seriam, voltando o governador a escrever para Lisboa a pedir indicação da rubrica orçamental onde deveria indexar a despesa de 150$000 réis que fizera com o transporte dos mesmos "presos políticos" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 643, fl. 118).

Terminada a agitada legislatura de 1842 a 1844 em Lisboa, o decreto de 25 de abril de 1845 ordenou uma reunião das assembleias eleitorais, que ocorreria em agosto do ano seguinte. Nessa altura, a Madeira confrontou-se com a diminuição de quatro para três deputados, devido à atenção atribuída ao censo de 1840, ignorando-se o mais recente, que era do ano anterior. Conforme se queixa a então Junta de 1842, num documento que o governador transcreve para o Ministério do Reino, o decreto entrara em linha de conta com um quantitativo de 25.040 fogos correspondentes ao ano de 1840, que equivalia a três deputados, e não com o de 26.106 fogos, que era o número relativo a 1844, correspondendo aos quatro deputados que o distrito até então elegia. Mas a queixa acabou por não ser aceite em Lisboa, tendo sido eleitos somente três deputados: de novo, Lourenço José Moniz, Luís Vicente de Afonseca e Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa.

No Minho, entretanto, rebentava a chamada revolta da Maria da Fonte e, na sua sequência, foi montada uma junta governativa em Trás-os-Montes, a que se seguiu a Junta do Supremo Governo do Porto, enquanto o Governo de Costa Cabral caía. Para o novo Governo, foi chamado o duque de Palmela (1781-1850), que, para a pasta do Reino, convidou mais uma vez o antigo prefeito da Madeira, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque. O Governo de Lisboa empreendeu então uma série de recuos, suspendeu as leis da saúde pública e da reforma tributária, e exonerou uma série

de quadros superiores, entendidos como fazendo parte do anterior sistema. Entre os suspensos, estava o governador civil do distrito do Funchal, Domingos Olavo Correia de Azevedo, suspenso por ordem de 30 de junho de 1846, tendo o lugar sido entregue ao juiz da Câmara do Funchal, Valentim de Freitas Leal, que começou a ocupá-lo como governador civil interino, tomando posse a 13 de julho seguinte. Olavo Correia de Azevedo começara como administrador-geral e acabaria assim como governador civil.

Domingos Olavo Correia de Azevedo, que fora lançado nas lides políticas pelo prefeito Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, veio a ser demitido pelo mesmo, então como ministro do Reino, sinal absoluto de que a vida política em Lisboa, e também, com certeza, no Funchal, não se encontrava estável. Mouzinho de Albuquerque haveria de falecer em combate, em dezembro de 1846, durante a revolta da Patuleia; o governador do Funchal já antes se tinha apercebido da possibilidade de conflitos, pois apresentara a sua demissão pouco tempo antes, alegando razões de doença. Olavo Correia de Azevedo haveria de se retirar quase de imediato para Lisboa e não regressou ao Funchal; no entanto, ocupou depois durante muitos anos, como deputado substituto, o lugar de representante da Madeira nas Cortes, devido às inúmeras alterações sequentes pelos deputados efetivos eleitos.

O trabalho *Projecto de Regulamento para a Santa Casa da Misericórdia e seu Hospital*, que elaborara no Funchal, em 1844, e enviara para Lisboa, viria a ser impresso somente em 1871, depois de ter falecido em Lisboa, a 9 de março de 1855. Entre os descendentes de Domingos Olavo Correia de Azevedo, contam-se Carlos Olavo Correia de Azevedo (1881-1958), que fora deputado pela Madeira nas eleições de 1911 e de 1915, o irmão Américo Olavo Correia de Azevedo (1881-1927), também deputado pela Madeira, nas eleições de 1918, que depois de ter sido ministro da Guerra, faleceu na revolta de 8 de fevereiro de 1927, e também Mauro Olavo Correia de Azevedo (1879-1970); foram os aguerridos republicanos, bem como combatentes e inclusivamente prisioneiros na Primeira Guerra Mundial, após a batalha de La Liz, de 9 de abril de 1918.

Obras de Domingos Olavo Correia de Azevedo: *Projecto de Regulamento para a Santa Casa da Misericórdia e Seu Hospital* (1871).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Alfândega do Funchal, livs. 675-676; *Ibid.*, Governo Civil, livs. 6, 93, 153, 192, 421 e 643-654; ANTT, Chancelaria de D. Maria II, liv. 4; **impressa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação/Universidade da Madeira, 2008; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; DIX, John Adams, *A Winter in Madeira and A Summer in Spain and Florence*, 3.ª ed., New York, D. Appleton & Company, 1853; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

RUI CARITA

Azevedo, Jaime Boaventura de

Jaime Boaventura de Azevedo (1887-1944) nasceu no Funchal mas muito novo viajou para Lisboa, onde fixou residência.

Licenciou-se em 1916 em Agronomia, foi responsável pela reconstrução do Horto de Química Agrícola, e integrou o Instituto Superior de Agronomia, onde foi docente das disciplinas de Química Geral e Análise e de Química Agrícola, esta última, a partir de 1929.

Ao longo da sua carreira, desenvolveu investigação na área da análise química agrária, que era indispensável para o cálculo da adubação. Não desenvolveu de forma direta a divulgação dos adubos em Portugal, mas contribuiu para o estudo científico destas substâncias.

A sua investigação surgiu no momento do início do fabrico de superfosfatos em Portugal e do começo da comercialização de diversos adubos minerais elementares, que estavam a ser importados.

Boaventura de Azevedo criou o Curso de Aperfeiçoamento de Química destinado a engenheiros agrónomos que exerciam a sua atividade no campo químico da investigação agronómica, cujo principal objetivo seria o de intensificar os conhecimentos de análise química.

Os seus estudos permaneceram no mundo académico através das suas publicações: em 1933, publicou *Apontamentos da Cadeira de Química Agrícola*, o primeiro conjunto de textos de

apoio aos seus alunos, onde contempla vários tópicos, desde a matéria orgânica do solo à fertilização e adubos químicos; em 1939, foi divulgada a obra *Nitreiras sem Moscas*. Outros ensaios estavam a ser preparados; contudo, o falecimento de Boaventura em 1944, aos 56 anos, impossibilitou a sua publicação.

Jaime Boaventura de Azevedo teve, ao longo da sua vida de docente e engenheiro agrónomo, o objetivo de educar as novas gerações para o desenvolvimento agrário, principalmente na região portuguesa.

Obras de Jaime Boaventura de Azevedo: *Apontamentos da Cadeira de Química Agrícola* (1936); *Nitreiras sem Moscas* (1939).

Bibliog.: "A descoberta dos adubos minerais e a sua divulgação em Portugal", *Revista de Ciências Agrárias*, vol. 36, n.º 1, 2013, pp. 104-122; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários da História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953.

Joana Pinto Salvador Costa

Azevedo, João da Costa de Ataíde e

João da Costa de Ataíde e Azevedo Coutinho (c. 1650-1704), de seu nome completo, era filho de Gonçalo da Costa Coutinho – que servira na armada da Costa e tinha participado na fatídica armada de D. Manuel de Meneses, de 1637 – e de D. Isabel de Ataíde e Azevedo, filha única e herdeira de D. João de Ataíde e Azevedo, capitão de cavalos e comissário da cavalaria da província do Alentejo. O novo governador tinha sido capitão de Infantaria dos familiares de Lisboa e depois do terço da Armada. Teve patente de governador e capitão-general da ilha da Madeira a 1 de março de 1701, tomando menagem a 6 de abril e posse, no Funchal, a 12 de junho desse mesmo ano, substituindo o mestre de campo dos auxiliares de Lisboa, D. António Jorge de Melo (c. 1645-1703).

Nesta época, um dos principias assuntos de preocupação dos governadores – e que foi um dos especificamente regulados – era o das salvas, face ao aumento quase exponencial de armadas de outras nacionalidades no porto do Funchal. Nesse quadro, quando o novo governador veio para a Ilha, trouxe, com data de



Armas dos Costas do *Thesouro da Nobreza de Portugal* (1783), de Manuel de Santo António e Silva (ANTT, Casa Real..., liv. 16).

25 de janeiro de 1700, o regulamento de salvas que tinha sido enviado ao seu antecessor e que, entretanto, não teria sido registado. O regimento começa por referir a obrigatoriedade de salvas, mesmo em relação às embarcações inglesas e francesas, "que por vezes não usam" esse tipo de cumprimento. Responder-se-ia com igual número de salvas aos navios de capitanias reais, com menos uma aos navios almirantes e com menos duas aos restantes. Aos navios suecos e dinamarqueses, que não salvavam com números certos, "pois tanto salvam com um tiro, como com quatro ou seis" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, t. 7, fl. 245v.), responder-se-ia sempre, mas com menos um tiro, caso salvassem com vários.

As boas relações entre os governadores e os bispos do Funchal eram essenciais para o funcionamento geral das instituições insulares, como aliás referira um alto funcionário da corte de Lisboa, que pensamos ter sido António de Freitas Branco (1639-c. 1700), madeirense e desembargador da Casa da Suplicação, quando o anterior governador, António José de Melo, solicitara informações "de como se devia portar o governador [...], para fazer bem a sua obrigação, e dos interesses que tinha". Especificava o informador que o novo governador

deveria, logo à chegada, visitar o bispo, com quem, em princípio, deveria manter as melhores relações possíveis, pois nisso "consiste todo o sossego da terra e a sua quietação" (BNP, Coleção Pombalina, cód. 526, fls. 275-282). Deveria mesmo haver uma específica atenção a tudo o que se relacionasse com o prelado diocesano, não permitindo que na sua presença se murmurasse a seu respeito e, no caso de isso acontecer, deveria repreender-se asperamente quem o tivesse feito.

Acontece, porém, que terá havido alguma desarmonia entre estas duas autoridades e, tendo o bispo, D. José de Sousa Castelo Branco (1654-1740), solicitado que o governador colocasse homens da milícia das companhias de ordenanças do Funchal às suas ordens, João da Costa de Ataíde recusou-se a aceder ao pedido e, depois de enviar o assunto ao Rei D. Pedro II (1648-1706), teve o seu apoio expresso em alvará régio, emitido a 15 de janeiro de 1703. As posições devem ter-se extremado e para isso deverá ter contribuído o arcediago da Sé do Funchal, António Correia de Bettencourt (1664-1725), sucessivamente promovido por este prelado e irmão do cronista Henrique Henriques de Noronha (1667-1730).

Assim se explica a defesa do bispo e, acrescente-se, do irmão, que levou Noronha a escrever que, em 1703, D. José de Castelo Branco, "em razão do ofício de bom Pastor, teve algumas dissensões com o governador João da Costa de Ataíde e com o provedor da fazenda real, o desembargador Manuel Mexia Galvão, de cujos procedimentos se queixou a el-rei D. Pedro II". O Rei enviou então um sindicante ao Funchal, "para que chamando o dito Provedor à Câmara, lhe estranhara corretivamente os seus procedimentos, fazendo-o assim saber ao dito Prelado. Tudo consta da provisão passada a sete de janeiro de 1704" (NORONHA, 1996, 127-128). Ora, o que consta da provisão datada de 7 de janeiro de 1704 não é, contudo, isso – e envolve inclusive algo mais grave: os Noronha passam a estar explicitamente envolvidos nos quesitos a serem investigados pelo desembargador.

Em finais de 1703 terá havido uma sedição "no salão da Índia da fortaleza de S. Lourenço", salão de que não temos qualquer outra informação, "e uma conspiração que intentaram fazer os soldados", "tentando tirar a vida" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, t. 7, fl. 245v.) ao governador e ao juiz de fora da câmara, então António de Macedo Velho. No atentado ao governador teria estado envolvido o capitão de artilharia António Nunes, que imediatamente a seguir à sedição se ausentou do Funchal, tal como o provedor da Alfândega. Por causa desta sedição, deslocou-se ao Funchal, com poderes excecionais, o desembargador Diogo Salter de Macedo (1654-c. 1730), com provisão passada em Lisboa, a 7 de janeiro de 1704, que se apresentou na Madeira a 9 de junho desse ano. Em prol da correção das suas averiguações, dever-se-ia fazer sair da cidade o governador, João da Costa de Ataíde, "em distância de dez léguas, para que não fosse, com a sua presença e poder, assistindo" às averiguações, interferir nas mesmas. Nas ordens do desembargador, vinha expresso: "e na mesma embarcação em que fores tirar esta devassa, voltará o provedor da fazenda Manuel Mexia, por não ser conveniente que fique na Ilha depois da vossa chegada, para se não dar tempo a negociações, e por ser o dito Provedor da Fazenda envolvido em mais suspeições" (*Ibid.*).

As questões em causa terão tido uma significativa gravidade e envolvido também o bispo, pois ficou escrito no regimento do desembargador: "E a queixa contra o Bispo deverá ser queimada, para dela não ficar nada, nem memória, e disso deverá ser dado conhecimento ao Bispo, para o mesmo saber como o Rei e as suas Justiças tratam semelhantes casos" – o que não foi aquilo que Henrique Henriques de Noronha acabou por escrever. Neste caso, havia ainda queixas contra a família Noronha, a que pertencia o arcediago, e contra a família do vigário-geral da Diocese, e ainda se encontrava envolvido o juiz de fora da câmara do Funchal, "a quem [os soldados] fizeram uma sátira difamatória" (*Ibid.*). Os autores do *Elucidário Madeirense* seguem de perto as opiniões de Noronha, embora não deixando de salientar ter sido este bispo "estrénuo

defensor dos privilégios e regalias de que gozava a Igreja" (SILVA e MENESES, 1998, I, 260). Sobre o governador limitam-se a dar a sua posse e falecimento.

As ordens dirigidas ao desembargador e corregedor Salter de Macedo foram passadas em janeiro, mas o mesmo só se apresentou na Ilha em junho, pelo que desconhecemos totalmente o que teria conseguido averiguar. Entretanto, já tinha falecido no Funchal o Gov. João da Costa Ataíde, a 8 de março, e já tinha tomado posse Duarte Sodré Pereira (1666-1738). O novo governador tinha sido nomeado em novembro de 1703, "havendo respeito a desobrigar" João da Costa de Ataíde, referindo-se os merecimentos dos anteriores serviços e ainda "por [ser] quem ele é", conforme vem expresso na carta patente de Sodré Pereira (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, t. 7, fls. 233-253v.), parecendo que em Lisboa ainda se não havia tido notícia da sedição. No entanto, o Gov. Duarte Sodré Pereira demorou-se algum tempo em Lisboa, decerto por questões oficiais, pois só em março de 1704 foi nomeado para o Conselho de Estado, chegando ao Funchal quando o anterior governador já tinha falecido.

O Gov. João da Costa de Ataíde foi sepultado na igreja do Colégio da Companhia de Jesus, como aconteceu sempre que um governador faleceu no Funchal e "foram depois levados os seus ossos a Lisboa" (NORONHA, *Ibid.*, 58). Não se casou nem deixou descendência, sucedendo na casa de seus pais o irmão Gaspar da Costa de Ataíde, sucessivamente capitão de mar e guerra, sargento-mor de batalha, fiscal da Armada, alcaide-mor de Sortelha, que tinha passado à Índia em 1701, por capitão-mor das naus daquele Estado, mas não constando também descendência do mesmo. Duas das irmãs foram freiras em S.ta Clara de Lisboa, outra morreu ainda jovem e D. Leonor Maria de Ataíde casou-se com Sebastião de Carvalho e Melo (c. 1625-1719), sendo avó do futuro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), sucessivamente conde de Oeiras e marquês de Pombal.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombo 7; ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 16, Manuel de Santo António e Silva, *Thesouro da Nobreza de Portugal*, 1783; BNP, Coleção Pombalina, cód. 526; **impressa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vols. III-IV, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1992 e 1996; COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal, com as Noticias das Fundações das Cidades, Villas, & Lugares, Que Contem; Varões Illustres, Genealogias das Familias Nobres, Fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, Antiguidades, Maravilhas da Natureza, Edificios, & Outras Curiosas Observaçoens*, t. 2, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1708; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Azevedo, Maximiliano Eugénio de

Nascido no Funchal a 16 de fevereiro de 1850, faleceu em Lisboa a 4 de dezembro de 1911. Mais conhecido por Maximiliano d'Azevedo (com os pseudónimos de Alberto de Magalhães, Silvestre, Zélio e Max), foi coronel no Exército Português, distinguindo-se como autor de diversas obras de carácter histórico e de peças teatrais, jornalista e crítico da arte dramática.

Filho de António Pedro de Azevedo e de Teresa Rosa Bernes, foi afilhado de batismo do príncipe Maximilian von Eichstätt, duque de Leuchtenberg e príncipe de Eichstaedt, o qual, na altura do seu nascimento, se encontrava na ilha da Madeira. Concluiu os estudos secundários no Liceu Nacional do Funchal, frequentou os estudos preparatórios da Escola Politécnica em Lisboa, ingressou depois na Escola do Exército e terminou o curso de Artilharia em 1875.



Fig. 1 – Maximiliano Eugénio de Azevedo (*O Occidente*, 20 dez. 1911).

Iniciou a carreira de oficial de artilharia como 2.º tenente em Santarém

e na Companhia de Artilharia n.º 1 aquartelada na cidade da Horta, nos Açores, onde foi promovido a tenente em 1878. Casou-se aí, em 1879, com Valentina Morisson, mantendo-se na ilha do Faial até 1881, ano em que foi transferido para Lisboa. Construiu na capital o resto da sua carreira, chegando a capitão em 1884, a major em 1897, a tenente-coronel em 1903 e a coronel do Regimento de Artilharia n.º 12 em 1911, posição que detinha quando faleceu.

Aquando da sua morte, a revista *Brasil-Portugal* dedicou a este seu assíduo colaborador, com um relato sentido da celebração fúnebre, uma saudosa secção elogiosa, em que descrevia o coronel de artilharia e o escritor dramático de espírito culto como oficial de uma arma científica dos mais ilustrados, autor de uns contos militares que tiveram muita voga. Acrescentou a mesma revista que o escritor viajou muito e que durante alguns anos foi secretário de Latino Coelho, cujo convívio grandemente contribuiu para a ilustração que tinha, destacando ainda a sua colaboração em numerosos jornais e revistas, o cargo de gerente do Teatro D. Maria II, a infinidade de peças que deixou, principalmente traduções, que escolhia a primor de entre as melhores obras literárias europeias, a sua inteligência e o seu carácter sem mácula. Todavia, terá sido "no teatro que mais deixou vincados os traços da sua individualidade", conhecendo como poucos a "alma popular" ("Maximiliano de Azevedo", *Brasil-Portugal*, 16 dez.1911, 343).

Intelectual e pensador, uniu a sua carreira militar a várias atividades culturais realizadas no contexto militar e na sociedade civil, com destaque para trabalhos no âmbito da historiografia, da arquivística militar e da imprensa, a par da redação de vários jornais. Maximiliano constou também na lista de colaboradores do número prospeto do periódico *Tiro Civil* (1895-1903).

Com pendor para a escrita e a crítica dramáticas, e para a tradução de textos dramáticos, tendo um vasto conhecimento da história teatral nas suas vertentes literária e artística, juntou-se ao conjunto de vogais do Conselho de Arte Dramática e foi comissário do Governo junto do Teatro D. Maria Pia em Lisboa, tendo gerido ainda a companhia Teatro Normal de Lisboa no final da sua vida.

A sua escrita e as suas traduções eram feitas, por vezes, em colaboração com outros autores. *Inez de Castro* (1894) é a sua obra mais popularizada, drama estreado com enorme sucesso no teatro do Príncipe Real em 1894, por contrariar os moldes da geração romântica e acentuar as caracterizações psicológicas das personagens, articuladas com a realidade social e política do quadro histórico em que se moviam, imiscuídas nos seus conflitos sentimentais e com episódios de acentuado melodramatismo. Trata-se de um drama em cinco atos, representado depois em Matosinhos, que inclui um parecer do censor de 1953, classificando a peça para maiores de 13 anos, com respetiva apreciação.

No âmbito militar, foi várias vezes nomeado para missões culturais, entre as quais a organização da biblioteca e do arquivo do Ministério da Guerra (1890), tendo sido também vogal da comissão encarregue de elaborar a história da artilharia em Portugal (1893). Consequentemente, à semelhança do seu pai, veio a colaborar na elaboração de *Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação (1883/1891)*, um conjunto de relatos e contos artísticos e elucidativos da situação histórica do país.

Idóneo jornalista, foi também redator do *Jornal da Noite* entre 1882 e 1884, estando a sua extensa produção escrita igualmente espelhada em diversos periódicos como *Discussão* (na redação, a convite de Pinheiro Chagas), *O Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, *Jornal do Domingo* e *Atlântico*. Colaborou ainda na *Revista das Ciências Militares* e nas revistas *Brasil-Portugal* e *Serões*.

Coadjuvou, com Latino Coelho, durante mais de 10 anos, a preparação da *História Política e Militar de Portugal, desde Fins do Século XVIII até 1834* (três volumes publicados entre 1874 e 1891), colaboração que se iniciou na déc. de 1880 e se estendeu por vários anos. Na função de sócio correspondente nacional do Instituto de Coimbra, viajando pela Europa, entre os

anos de 1889 e 1900, redigiu notas e apontamentos, apresentando longos e exaustivos relatórios dessas viagens.

No âmbito da sua vasta obra, destaca-se *Em Campanha e no Quartel* (Lisboa, 1900), conjunto de 15 contos e narrativas de índole militar com significado histórico, entre as quais se salienta "A execução dos martyres da patria" (contada por um soldado), ilustrada com reproduções a preto e branco e belíssimas aguarelas da autoria de P. Marinho, bem como a coletânea de contos *Histórias das Ilhas. Reminiscências dos Açores e da Madeira* (Lisboa, 1899). Esta última reflete a experiência insulana do autor nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, na época um sucesso editorial. Trata-se de uma agradável e bem-humorada recolha de pequenos contos sobre os arquipélagos portugueses, na qual se consegue sentir, em cada história, a cor das ilhas e o carácter dos ilhéus. Destacam-se, neste contexto, as seguintes narrativas: "O casamento do veterano" (Terceira), "Os filhos do frade" (Madeira), "O primeiro desengano" (Madeira), "Alegria do mar" (Faial), "A lampreia" (São Miguel), "Mau homem" (Terceira), "A licença do domingo" (São Miguel), "O contrabando" (Faial), "Piloto" (Faial), "Na vindima" (Pico), "O jantar do general" (Madeira), "O aprendiz de barbeiro" (Pico), "A alemã" (Madeira), "O marraxo" (Porto Santo), "O pai do Jacinto" (Madeira), "A folga" (Faial), "O paiol" (São Miguel), "As feiticeiras" (São Miguel) e "Mary" (Madeira).

Escreveu ainda, em coautoria com Gervásio Lobato, *O Rapto de Um Noivo*, comédia em um ato representada no Teatro D. Maria II e que trouxe um novo vigor à dramaturgia nacional, destacando-se, a par dos ilustres D. João da Câmara, Eduardo Schwalbch, Marcelino Mesquita, Henrique Lopes de Mendonça, Lino d'Assunção, Ernesto da Silva, António Enes, Lorjó Tavares, Abel Botelho e Alberto Braga, aficionados nacionais da escrita dramatúrgica. Participou ainda como júri de admissão ao conservatório da famosa e genial atriz Maria de Matos, juntamente com Eduardo Schwalbch, D. João da Câmara, Júlio Dantas, Carlos Malheiro Dias e Henrique Lopes de Mendonça.



Fig. 2 – *Em Campanha e no Quartel, Contos e Narrativas Militares* (1900), de Maximiliano de Azevedo.

Foi correspondente nacional do Instituto de Coimbra em 1898, autor da *Enciclopédia do Comerciante e do Industrial* e ainda diretor da revista *A Nossa Pátria*. Na revista *Brasil-Portugal* podemos ver anunciada a colaboração de Maximiliano de Azevedo na peça *Sá da Bandeira e os Dois Patacos*. A revista *Serões* (dez. 1911) acolheu também uma publicação do autor, desta vez sob o pseudónimo de Alfredo Guimarães, com o texto "O jornal do mar" (duas vinhetas e oito ilustrações). Além destes, traduziu e apresentou *Consciência dos Filhos*, drama em quatro atos por Gustave Dévore, como anuncia a revista *Serões* no seu número de maio-junho 1903. A produção e a tradução de várias obras teatrais valeram-lhe a presença no *Diccionario Bibliographico* de Inocêncio Francisco da Silva, continuado por Brito Aranha.

Em *Serões* (1904), é-nos dada a conhecer outra publicação de Maximiliano de Azevedo: *Em Casa do Filho*, comédia em um ato sobre costumes madeirenses, datada de 1905. No número seguinte, em 1905, é-nos apresentado o início do seu extenso texto intitulado "Emilia Adelaide: Recordações de Theatro", em 13 páginas e 16 ilustrações, que fixa memórias da talentosa atriz esquecida que representava papéis masculinos e que, na opinião do autor, seria a segunda melhor atriz portuguesa.

O seu discurso dedicado ao marquês de Pombal, recitado em forma de composição superior no Teatro Valenciano, no sarau literário-musical de 8 de maio de 1882, reflete o espírito elevado deste escritor que, numa longa composição poética, antecedida de uma dedicatória

intitulada "Aos meus amigos", na qual justifica a sua modesta publicação e alude ao seu apreço pelo marquês, nos diz: "I. De joelhos heróis! Baixai a fronte altiva,/Que passa triunfante, aureolada e viva/A sombra de outro herói! – a lusitana gloria/Que há um século morreu para viver na História./[...] É justo que façais dupla consagração:/Ao génio da Epopeia e ao génio da Instrução!"

Ernesto do Canto, no seu artigo "O Gremio Litterario" (1882), atribui a Maximiliano de Azevedo o discurso sobre Garrett proferido no sarau realizado pelo Grémio a 10 de junho de 1880, nas comemorações do tricentenário de Camões.

Num dos momentos sensíveis da sua vida, em maio de 1885, aquando do falecimento do seu grande amigo Gervásio Lobato, Maximiliano de Azevedo fez parte obrigatória da comissão de homenagem à memória do ilustre escritor, com enfáticas dedicatórias.

Em 1909, o dramaturgo coordenou, com D. João da Câmara, José António de Freitas e Raul Brandão, *O Livro das Creanças Portuguezas e Brazileiras*. Ainda com Raul Brandão e João da Câmara, elaborou, em 1903 e 1904, o compêndio *Livro de Leitura para as Escolas de Instrução Primária*, destinado à 1.ª e 4.ª classes, aprovado pelo ministro e pela comissão técnica, tendo sido considerado o modelo de manual perfeito idealizado pelo Governo, sendo visto como um manual inovador no panorama nacional de então, como o considerou João de Barros, diretor-geral na altura, por acreditar no sentido patriótico e moral que o manual transmitia. Com os mesmos autores, Maximiliano de Azevedo organizou *Patria Portugueza* em 1906, destinado aos alunos das escolas de instrução primária.

Dois anos antes da sua morte, em 1909, os conhecimentos fecundos nas áreas bélicas e literárias valeram-lhe a nomeação para integrar a comissão que desenvolveu o programa para as comemorações da Guerra Peninsular, com a participação de todas as bibliotecas do país, juntamente com João Carlos Rodrigues da Costa (general e presidente da comissão), Alfredo Pereira Taveira de Magalhães (coronel do Estado-Maior e vice-presidente), Jaime Leitão de Castro (coronel de artilharia), Adelino Augusto da Fonseca Lage (tenente e tesoureiro), João Severo da Cunha (major de engenharia), Guilherme Luís dos Santos Ferreira (major de infantaria), Cristóvão Ayres de Magalhães Sepúlveda (tenente-coronel de infantaria), Luís Henrique Pacheco Simões (capitão de infantaria) e José Justino Teixeira Botelho (capitão e secretário).

Raul Brandão publica, em 1914, o registo de cariz histórico intitulado *A Conspiração de 1817*, em memória de Maximiliano de Azevedo.

Obras de Maximiliano Eugénio de Azevedo: *O Amor*; *Os Anos da Menina*; *O Às de Paus*; *A Ave Agoureira*; *Os Beijos do Diabo*; *O Capitão de Bandidos*; *Capricho de Sogra*; *Causa Célebre*; *Cinto e Bordão*; *Condecorado*; *Contos e Bordão*; *O Convento do Diabo*; *Crime das Picoas*; *O Demónio dos Mares*; *O Diário do Governo*; *Os Dois Órfãos*; *Duas Crianças*; *Educação Errada*; *Engaiolado*; *Entre a Vítima e o Carrasco*; *O Epílogo*; *O Epílogo, por força!*; *A Feiticeira*; *Os Filhos do Capitão Grant*; *Frou-Frou*; *A Galdéria*; *Gostos não Se Discutem*; *O Homem das 16 Mulheres*; *Um Homem Sério*; *Homenagem ao Marquês de Pombal* (pseud. Alberto de Magalhães); *A Honra*; *Ideias de Mme. Aubry*; *O Incêndio do Lugre Atlântico*; *Os Jesuítas*; *João José*; *Lua Cheia*; *Luis XI e os Senhores Feudais*; *A Mãe da Minha Mulher*; *Marchas e Estacionamentos* (colab. Artur Perdigão); *Margarida do Monte*; *Marido Ó*; *Maridos e Amantes*; *Maridos Que Choram*; *A Mendiga*; *O Mestre de Obras*; *A Moda*; *Naná*; *No Dia do Noivado*; *Um Pai da Pátria*; *Paulo*; *Paulo e Virginia*; *A Pesca Milagrosa*; *Prisioneiro da Palavra*; *Purgatório de Casados*; *Ralham as Comadres*; *Rapto de Um Navio*; *O Romance de Uma Actriz*; *Rosinha do Castelo*; *Santos de Casa*; *O Sargento de 5 de Linha*; *O Segredo do Padre*; *A Sereia*; *Sozinha*; *As Surpresas do Divórcio*; *Susana*; *Templo de Salomão*; *Tiro das Bocas de Fogo*; *A Tosca*; *Veteranos e Galuchos*; *Vida Curada*; *As Vitimas do Folhetim*; *Zefa*; *Inez de Castro* (1894); *Histórias das Ilhas. Reminiscências dos Açores e da Madeira* (1899); *Em Campanha e no Quartel* (1900); "Sá da Bandeira e... os dois patacos" (colab. Ribeiro Carvalho) (1903); *Em Casa do Filho* (1905); "O jornal do mar" (pseud. Alfredo Guimarães) (1911).

Bibliog.: impressa: ANDRADE, Adriano Guerra, *Dicionário de Pseudónimos e Iniciais de Escritores Portugueses*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999; *Boletim das Bibliothecas*, ano 9, n.º 13, 1908; BRANDÃO, Raul, *A Conspiração de 1817. Quem Matou Gomes Freire*, Porto, Typ. da Empresa Literária e Typographica, 1914; CANTO, Ernesto do, "O Gremio Litterario", *Archivo dos Açores*, vol. VI, n.º 49, 1882; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Diário do Governo*, n.º 41, 22 nov. 1910; "Maximiliano d'Azevedo", *Brasil-Portugal*, n.º 310, 16 dez. 1911, p. 343; *O Occidente*, 20 dez. 1911; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, 3 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949-1953; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1965; SILVA, Inocêncio F., *Dicionário Bibliographico Portuguez*, 2.ª ed., vol. XVII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973; "Variedades", *Serões*, n.º 19, maio-jun. 1903, pp. 1-8; n.º 24, 1904; n.º 78, dez. 1911; **digital:** CORREIA, Rita, "*Brasil-Portugal*", *Hemeroteca Digital*, 29 abr. 2009: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/BrasilPortugal.pdf (acedido a 17 mar. 2020); *Id.*, "*Occidente (O). Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*", *Hemeroteca Digital*, 16 mar. 2012: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Ocidente.pdf (acedido a 17 mar. 2020); *Id.*, "*Serões. Revista Mensal Illustrada*", *Hemeroteca Digital*, 24 abr. 2012: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Seroes.pdf (acedido a 17 mar. 2020).

HELENA PAULA F. S. BORGES

Azulejaria

A utilização do azulejo em Portugal é uma herança da cultura islâmica, mas face ao seu baixo custo e às suas capacidades de requalificação arquitetónica, como a higienização dos espaços muito concorridos, em especial das igrejas e capelas, assumiu-se rapidamente como um elemento essencial de decoração e, depois, também de catequização. O azulejo transcende assim a sua função utilitária de revestimento de chãos e paredes nos edifícios religiosos e civis, transformando-se num importante suporte do imaginário estético português e passando aos espaços públicos urbanos. Com as suas diferentes características, desde as possibilidades de uma rápida lavagem, à reflexão da luz ambiente, à possibilidade de ampliar visualmente os espaços e de lhes dar infinitas variantes cromáticas, o azulejo veio a assumir-se como uma das produções mais originais da cultura portuguesa.

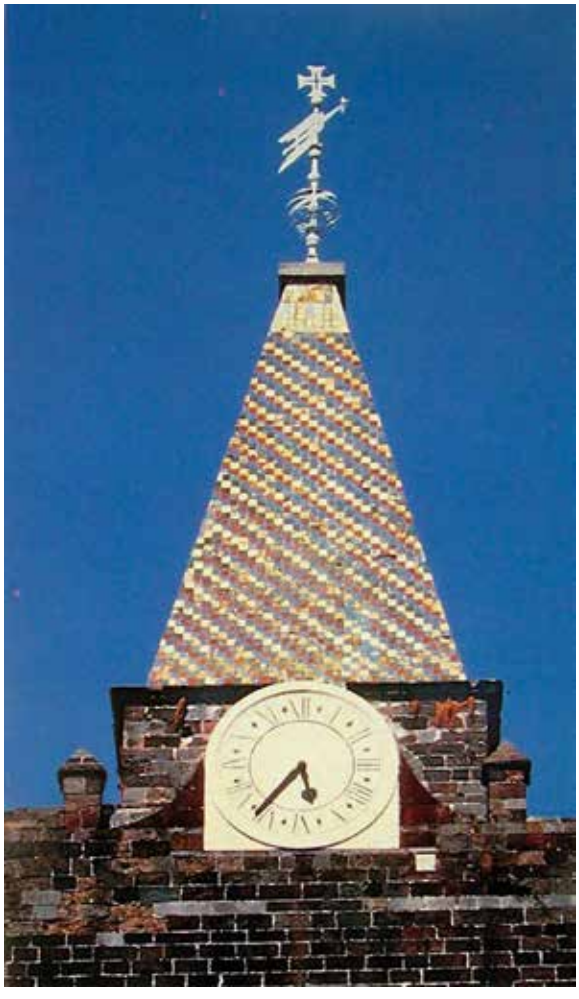


Fig. 1 – Azulejos mudéjares, Sevilha (?), c. 1514 (coruchéu da Sé do Funchal).



Fig. 2 – Azulejos mudéjares do antigo Convento da Piedade, Sevilha, c. 1520 (sacristia da igreja matriz de Santa Cruz).

As ilhas atlânticas, infelizmente, não possuem terrenos capazes de fornecer bons materiais para cerâmica, mas, tal como na generalidade do espaço português, a Madeira é depositária de um acervo notável de azulejaria, cobrindo toda a história desta atividade no nosso país, desde os sécs. XV e XVI à atualidade. Acresce ainda o facto de terem chegado até nós com



Fig. 3 – Azulejos ditos "pisanos", Lisboa, c. 1580 (chão da capela de S. Gonçalo do Convento de S.ta Clara do Funchal).

revestimento de azulejaria sevilhana os coros do Convento de S.ta Clara, os dois únicos pavimentos completos dos princípios do séc. XVI no quadro nacional, tal como a única pia batismal daquelas oficinas andaluzas de tradição islâmica que chegou aos nossos dias e que se encontra ainda em utilização.

Sob a especial influência do rei D. Manuel, que visitou pessoalmente Sevilha em 1498, mas dentro de uma tradição já vigente no território continental, terão sido muito avultadas as importações de azulejaria hispano-mourisca, sobretudo nos inícios do séc. XVI. Diversificada a esmaltagem e a utilização com a colocação de azulejos em paredes, emolduramentos vários, tetos e coberturas, terá vindo para a ilha uma grande quantidade e variedade destes materiais, infelizmente deslocados e retirados nas contínuas obras de adaptação dos edifícios ao longo dos tempos, mas muitos deles também posteriormente reaproveitados em outros espaços e funções.

Entre os vários edifícios decorados com azulejos hispano-mouriscos, poderemos citar o coruchéu da torre sineira da sé do Funchal, por determinação expressa de D. Manuel, em 1514, que sobre o pedido de informação de como deveria ser rematado, respondeu que deveria ser de ladrilho e não de madeira, apresentando por fora azulejos, e assim chegou aos nossos dias. Para além do Convento de S.ta Clara, que referimos acima, igualmente possuiria, por certo, revestimentos cerâmicos mudéjares o Convento de S. Francisco do Funchal, tendo sido recuperadas várias losetas e outros fragmentos nas escavações de 2004, nos entulhos da área do solar de D. Mécia, por certo desse antigo convento. O demolido Convento da Piedade de S.ta Cruz também possuía este tipo de revestimento, encontrando-se parte desses azulejos aplicados na sacristia da matriz do Salvador, outros no Museu Quinta das Cruzes e na coleção Frederico de Freitas, provenientes das escavações arqueológicas de emergência realizadas em 1960 pelo Dr. António Aragão (1924-2008), quando da construção na área do aeroporto de Santa Catarina.



Fig. 4 – Barra de azulejos com "nagas" ou "nagiras", Lisboa, c. 1630 (nave da igreja do Convento de S.ta Clara do Funchal).

Num curto espaço de tempo, e ainda nos meados do séc. XVI, as oficinas de Lisboa produziam também azulejos designados por "majólica", de muito boa qualidade, a avaliar pelos grandes painéis policromos assinados por Francisco de Matos, artista, por certo, flamengo, ativo na déc. de 80. Por essa data, teriam vindo também azulejos desse tipo para a Madeira, subsistindo alguns na Capela de S. Gonçalo de Amarante do Convento de S.ta Clara, aplicados no chão, e existindo igualmente exemplares na coleção Frederico de Freitas. Também por esses anos, foram aplicados azulejos monocromáticos portugueses no chão da pequena Capela de N. S.ª Senhora do Faial, na encosta de Santa Maria Maior, então da família Lomelino e, em 1601, quando se recolocou a grimpa da torre da Sé, derrubada no temporal de 28 de dezembro de 1591, igualmente se utilizaram azulejos monocromáticos, repetindo, sumariamente, o desenho geral da colocação dos mudéjares aplicados por 1514.

Os finais do séc. XVI e os inícios do XVII marcaram o começo da grande produção de faiança azul-e-branca pelas oficinas da área de Lisboa. A faiança é uma forma de cerâmica branca, de massa menos rica em caulino do que a porcelana e associada a argilas mais plásticas, mas também mais porosas, necessitando assim de ser vidrada para o uso doméstico. Os modelos utilizados foram os da porcelana chinesa, que em breve passavam também aos azulejos.

Os primeiros anos do séc. XVII devem ter conhecido uma especial necessidade de revestimentos cerâmicos para várias igrejas, para que isso tivesse sido assumido pela Fazenda Real, responsável pelo equipamento das mesmas. Nesse quadro, entre 1620 e 1630, vieram do continente alguns milhares de azulejos pseudoenxaquetados azuis e brancos para constituírem painéis, tal como barras de anjinhos com albarradas e outras, que decoram ainda hoje as paredes da Capela de N. S.ª de Lourdes da Sé do Funchal, o coro alto e o coruchéu da torre do Convento de S.ta Clara, toda a nave da matriz de S. Pedro e a cruz sobre a entrada do recolhimento do Bom Jesus, subsistindo ainda este tipo de azulejos em rodapés das matrizes de S.ta Luzia e da Calheta, e ainda na torre da matriz de S. Jorge.

A originalidade destes azulejos de padrão é imitarem os chamados painéis de caixilho ou painéis enxaquetados, que utilizavam várias peças de diferentes tamanhos através da pintura a azul-cobalto do engobe branco de esmalte estanífero mas em azulejos únicos, dentro da tradição do alicatado islâmico. Se as barras que os acompanham são muitos comuns no continente, deste tipo de azulejos não se conhecem exemplares, em princípio, fora da Madeira, pelo que deduzimos ser uma encomenda algo retrógrada da Fazenda Régia do Funchal.

Salvo casos pontuais como este, até os inícios do séc. XVII, na generalidade, os azulejos eram entendidos como simples revestimentos de parede, não apresentando especiais cuidados decorativos. No entanto, começaram nestes anos a ocorrer alterações de gosto, especialmente fruto dos contactos com o Oriente. Nesse quadro, quando o Convento de S.ta Clara encomendou novos painéis policromos em Lisboa, teve algumas dificuldades na sua colocação, dados os motivos utilizados serem muito pouco próprios para um convento de freiras clarissas. A barra em questão, e provavelmente os demais painéis que não chegaram até nós, apresentava motivos inspirados nas tradições indianas, como "nagas" ou "nagiras", de seios nus e corpo de serpente, que acabou colocada no remate junto ao teto da igreja, totalmente fora do alcance de qualquer observador.



Fig. 5 – Tapete de azulejos padrão *Santa Clara*, Lisboa, c. 1635 (nave da igreja do Convento de S.ta Clara do Funchal).

Os azulejos do séc. XVII inspiraram-se depois nos têxteis orientais, formando complexos tapetes, assim designados porque o efeito decorativo obtido pela repetição ritmada do padrão utilizado se assemelhava ao dos brocados ornamentais ricos, que ainda hoje preenchem muitas das igrejas da Madeira, acompanhando e realçando os elementos arquitetónicos, emoldurando retábulos e pinturas. Pontualmente, como nas capelas do transepto da igreja do Colégio, apresentam mesmo imaginária religiosa, mas parece ser o único caso que chegou até nós. Alguns conjuntos envolvem vários azulejos diferentes, como na igreja do Convento de S.ta Clara, que apresenta o "padrão Marvila" o mais complexo, com 12 x 12 azulejos. Estes complexos painéis acompanham os do chamado "padrão Santa Clara", mais simples e comum a quase todos os conventos de clarissas portugueses, daí lhe advindo o nome.

Os painéis mais comuns na madeira desta época são os de "massarocas" e de "camélias", nas suas várias versões, comuns por todo o território português, incluindo ainda o Brasil, Cabo Verde, etc., mas pontualmente houve encomendas especiais, como a que cobria as paredes da demolida igreja de N. S.ª de Guadalupe, no Porto da Cruz, de um padrão dos finais do séc. XVII que não se conhece fora da Madeira. Subsistem, entretanto, alguns azulejos deste padrão no salão paroquial da atual igreja do Porto da Cruz.



Fig. 6 – *Anunciação*, painel de azulejos da oficina de Bartolomeu Antunes, c. 1731 (capela do Amparo da Sé do Funchal).

Os finais do séc. XVII marcam a passagem do gosto da decoração da porcelana chinesa para o azulejo, que desde os inícios do século era comum na faiança de uso doméstico e outra, como eram os canudos de farmácia, etc. Nascem assim os azulejos historiados, que passam a preencher as paredes das igrejas e capelas com as principais cenas da vida dos oragos. A primeira oficina a desenvolver este tipo de temática teria sido a de Gabriel del Barco (m. antes de 1708), que deu início ao ciclo dos "grandes mestres". Desta oficina pode ser o conjunto de painéis da vida de S.to António da Capela das Angústias, na atual Qt. Vigia, de cerca de 1690, embora sejam azulejos não assinados, e, com maiores reservas, os painéis da Capela da Nazaré, em São Martinho, no Funchal, que poderiam ter sido executados em colaboração com a oficina inicial de António de Oliveira Bernardes.

A Ilha possui ainda exemplares dos trabalhos das grandes oficinas de Lisboa do séc. XVIII, da chamada época de apogeu dos "grandes mestres" e do reinado de D. João V, oficinas dirigidas pelos mestres António Oliveira Bernardes (m. 1732) e seu filho Policarpo Oliveira Bernardes (m. 1778), responsáveis, provavelmente, pelas grandes urnas com versículos do *Apocalipse* da igreja do Colégio do Funchal, pelos painéis das paredes da entrada e do coro com anjos músicos, datáveis de 1730 a 1735, até porque, poucos anos depois, o mestre Policarpo deve ter pintado os óleos do *Martírio de S.ta Quitéria* desta mesma igreja e os azulejos da capela da Santa, sob o coro.

Outras oficinas poderiam ter trabalhado para a Madeira, como a de Teotónio dos Santos, cujos trabalhos, por vezes, se assemelham com os de outras oficinas, dada a circulação de artífices entre essas várias oficinas. Encontram-se ainda obras atribuíveis às oficinas de Bartolomeu Antunes (1685-1753) e de Nicolau de Freitas (1703-1765), aos quais se poderiam atribuir os trabalhos da Capela do Amparo e da sala da Confraria do Santíssimo da Sé (1731-1735), enviados de Lisboa em 1732. Desta oficina também devem ser os azulejos da matriz da Lombada da Ponta do Sol, existindo deste último mestre o único exemplar assinado e datado conhecido: o registo de N.ª Sr.ª do Carmo colocado nas traseiras da igreja do recolhimento do Bom Jesus, "Nicolau de Freitas fez em 1744".

Da mesma época também devem ser os azulejos da sacristia da igreja do Colégio, tal como os da sala da Confraria do Santíssimo da Sé com cenas bucólicas e profanas, sendo os do colégio de uma outra oficina. A curiosidade é o aparecimento, especialmente nas paredes das sacristias da Madeira, mas também nas do Brasil, de cenas não religiosas e até galantes, ou de caça, como no colégio do Funchal. Esta situação só parece explicável para as sacristias, tal como para as salas das confrarias, por serem locais para reuniões fora do âmbito da igreja, para celebração de contratos, etc., demarcando-se assim do espaço sagrado que são os interiores das igrejas.

De uma oficina ainda não identificada são os magníficos painéis da varanda do antigo paço episcopal, representando as virtudes teologais: Fé, Esperança e Caridade, de muito boa execução e que deveriam estar encomendados, senão mesmo colocados, entre 1760 e 1765. Dos finais do século, entre outros conjuntos de azulejos neoclássicos, ainda subsiste na varanda da atual quinta Vigia uma

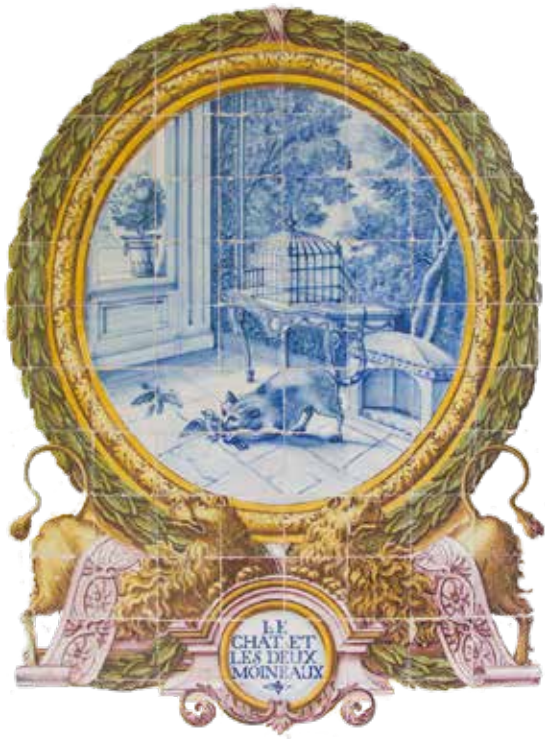


Fig. 7 – Fábula do gato e os dois pardais de La Fontaine, Francisco de Paula e Oliveira (atr.), Real Fábrica do Rato, c. 1790 (Qt. Vigia, Funchal).

coleção das fábulas de Esopo, copiada de gravuras francesas e executada na Real Fábrica da Louça ao Rato pelo pintor Francisco de Paula e Oliveira (c. 1760-c. 1820), pelos anos de 1790. Dado manter, inclusivamente, as legendas em francês, foi encomenda, por certo, do comerciante e cônsul francês no Funchal, Nicolau de La Tuillerie, que habitou por esses anos nessa quinta.



Fig. 8 – *Alminhas*, Lisboa, c. 1790 (claustro do Convento de S.ta Clara do Funchal).

Nos meados do séc. XVIII também se divulgou o azulejo como equipamento público e religioso, como é o caso da divulgação das Alminhas, registos destinados a solicitar orações pelas almas do purgatório, mas também mais utilitário. O primeiro caso que detetámos foi a encomenda pela Misericórdia do Funchal de azulejos para identificarem os prédios que pagavam foro na cidade, encomendados em 1787, no que foi seguida por outras associações, como foi o caso, pelo menos, da Confraria do Rosário da Sé do Funchal, de que resta um azulejo na rua dos Tanoeiros.

O interesse pelos azulejos não esmoreceu ao longo do séc. XIX, como prova a encomenda do vigário do Monte, P.e Francisco José Rodrigues de Almada, em 1884, e cujos rodapés com o seu nome, data e símbolos religiosos se encontram na igreja matriz e em várias capelas da freguesia. Também não esmoreceu ao longo do séc. XX, como é patente na recolha feita nas décs. de 30 e 40 pelo Dr. Mário Perestrelo de França do Nascimento (1870-1941) para a sua casa de família, edifício revivalista e ao gosto da época, onde se encontra hoje a sede da Cruz Vermelha Portuguesa do Funchal. Tal situação manteve-se nos edifícios civis, como na reformulação do edifício da CMF, em 1940, ou nas paredes do novo Tribunal do Funchal, em 1962. O mesmo não aconteceu no séc. XXI, continuando-se a revestir os interiores das igrejas e mesmo de edifícios civis com azulejos.

Ao longo do séc. XX, ainda se incentivou o gosto pelos registos religiosos em azulejos, especialmente após a célebre viagem da imagem peregrina de N.ª Sr.ª de Fátima, em 1948, costume que se manteve nas viagens seguintes, como na ocorrida em 2010. Idêntico gosto se divulgou em algumas autarquias no equipamento de sinalética urbana, identificando ruas, praças e edifícios.

Proveniente de todo este espólio geral, periodicamente desmontado por obras várias e reformulações de gosto, veio o Dr. Frederico



Fig. 9 – Imagem peregrina de Fátima, c. 1948 (igreja matriz da Ribeira Brava).

de Freitas (1894-1978) a reunir no Funchal um acervo notável de azulejos hispano-mouriscos e portugueses, mas também de origem estrangeira, como holandeses, persas, turcos, ingleses, chineses, etc., de grande ecletismo estético. Foi com o seu apoio que o Eng.º João António dos Santos Simões (1907-1972), em 1963, estudou



Fig. 10 – Casa dos Azulejos da Casa-Museu Frederico de Freitas, Maria João Cardoso, 1999, Funchal (arquivo particular).

os azulejos portugueses nos Açores e na Madeira, trabalho depois revisto em parte pelo Dr. Rafael Calado (1937-2006), em 1999, dentro da montagem museográfica desta coleção, entretanto legada à Região e nesse ano aberta ao público na Casa dos Azulejos.

Bibliog.: CALADO, Rafael Salinas, *Azulejaria na Madeira & na Colecção da Casa-Museu Frederico de Freitas*, Funchal, DRAC, 1999; CARITA, Rui, *História da Madeira*, 7 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego, 1986-2008; *Id.*, "A pompa e o aparato das sacristias da expansão", *Oceanos*, n.os 36-37, 1998-1999, pp. 114-124; FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *A Sé do Funchal*, Funchal, JGDAF, 1963; FREITAS, Paulo de, "Azulejaria na Madeira", *Islenha*, n.º 4, jan.-jun. 1989, pp. 25-29; GUERRA, Jorge Valdemar, "O Convento de Nª. Sª. da Piedade de Santa Cruz. Subsídios para a sua história", *Islenha*, n.º 20, jan.-jun. 1997, pp. 125-156; LIZARDO, João, "Arte mudéjar na Madeira. A pia baptismal da matriz da Ponta do Sol", *Atlântico*, n.º 18, 1989, pp. 149-152; *Obras de Referência dos Museus da Madeira, 500 de História de Um Arquipélago*, catálogo de exposição comissariada por Francisco Clode de Sousa, e patente na Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, 21 nov. 2009-28 fev. 2010, Funchal, DRAC, 2009; SAINZ-TRUEVA, José de (coord.), *Convento de Santa Clara do Funchal, Madeira – Roteiro*, Funchal, DRAC, 2000; SIMÕES, João Miguel dos Santos, *Azulejaria Portuguesa nos Açores e na Madeira*, Lisboa, FCG, 1963.

Rui Carita

Bb

Baamas

Independentes desde 1973, as Baamas são um país com mais de 3000 ilhas e ilhéus, tendo como capital Nassau, na ilha de Nova Providência. Foi na ilha de Guanahani (batizada como San Salvador) que desembarcou Cristóvão Colombo, em 1492.

O processo de ocupação destas ilhas foi demorado, devendo assinalar-se desde o séc. XVII o interesse dos Ingleses. Assim, em 1648, ocorreu a fixação de um grupo originário das Bermudas na ilha de Eleutéria e, pouco tempo depois, de outro na ilha de Nova Providência. Em 1670, Charles II concedeu as ilhas, em regime de aluguer, aos *lords* proprietários das Carolinas.

A partir desta presença britânica, na segunda metade do séc. XVII, assinalam-se relações comerciais entre a Madeira e este grupo de ilhas, baseadas no fornecimento de vinho madeirense. Sabemos do consumo de vinho nestas ilhas, sem que existam registos da exportação rumo a este destino, mas a chegada aqui poderia acontecer por via indireta, através de outras Antilhas inglesas.

Bibliog.: *Boletim do Arquivo Regional da Madeira. Série Índices dos Passaportes. 1871-1915*, 2 vols., Funchal, Arquivo Regional da Madeira, 2000; PITA, Gabriel, *A Freguesia dos Canhas. Um Contributo para a Sua História*, Canhas, Junta de Freguesia dos Canhas, 2003; VIEIRA, Alberto, "Emigration from the portuguese islands in the second half of the nineteenth century. The case of Madeira", in HIGGS, David (org.), *Portuguese Migration in Global Perspective*, Toronto, The Multicultural History Society of Ontario, 1990, pp. 42-60; *Id.*, "A emigração madeirense na segunda metade do século XIX", in *Emigração e Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 108-144; *Id.*, "As migrações e os Descobrimentos", in *Imigração e Emigração nas Ilhas*, Funchal, CEHA, 2001, pp. 27-62; *Id.*, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2003.

† Alberto Vieira

Baía

A presença madeirense no território brasileiro afirma-se de acordo com o desenvolvimento e importância que assumem os portos e os territórios que os envolvem. Se, no primeiro momento, esta é notada em Santos, alarga-se, depois, a outras regiões do litoral, como a Baía de Todos os Santos e Recife em Pernambuco. Em todos os lugares onde o açúcar assumiu importância na economia e na valorização dos espaços, é notória a intervenção de madeirenses, tendo em conta que a eles está associada tanto a cana-de-açúcar, como a tecnologia adequada para o fabrico do açúcar. Baltasar de Aragão e Sousa (1564-1613), fidalgo madeirense, é documentado como dono de engenho.

Se, no séc. XV, a Madeira se apresentava como uma dádiva da natureza para os primeiros europeus, o Brasil será a compensação dos deuses para o trabalho hercúleo dos madeirenses no lançamento da cultura açucareira no mundo atlântico. A cultura dá duas colheitas e espaços chãos, fora da proximidade



Fig. 1 – *Planta da Restituicao da Bahia*, João Teixeira Albernaz, o Velho, 1631 (Biblioteca Itamaraty, Rio de Janeiro, Brasil).

dos abismos, para produzir açúcar. Daí a forma rápida como tudo aconteceu e a necessidade de encontrar soluções técnicas capazes de acelerar o processo de fabrico do açúcar, correspondendo à abundância das colheitas de cana. Sucedeu assim em Santos, como na Baía ou Recife. E em todos os lugares mantém-se o rasto da presença madeirense.

É notória a intervenção dos madeirenses na Baía, e as ligações deste porto ao Funchal foram também uma constante ao longo da história do Brasil. A Baía foi um porto de apoio à navegação oceânica e, entre 1553 a 1763, a sede do poder administrativo da colónia brasileira.

Mas existem, ainda, outros vínculos que reforçaram esta ligação com a Baía. A Madeira foi, nos alvores do séc. XV, a primeira experiência de ocupação dos portugueses em que se ensaiaram produtos, técnicas e estruturas institucionais. Tudo isto foi usado, em larga escala, noutras ilhas e no litoral africano e americano. Assim, o Funchal tornou-se uma escala obrigatória nas ligações da Baía com a capital do império. No quadro político institucional, o sistema madeirense apresentava uma estrutura diferente para o espaço atlântico, definida pelas capitanias. Foi a 8 de maio de 1440 que o infante D. Henrique lançou a base da nova estrutura, ao conceder a Tristão Vaz a carta de capitão de Machico. A partir daí, ficou definido o novo sistema institucional que deu corpo ao governo português no Atlântico, tanto nas ilhas como na costa brasileira. Sem dúvida que o facto mais significativo desta estrutura institucional deriva de a Madeira ter servido de modelo referencial para o seu delineamento no espaço atlântico.

O monarca insiste, nas cartas de doação de capitanias posteriores, na fidelidade ao sistema traçado para a Madeira. Assim o comprovam idênticas cartas concedidas aos novos capitães das ilhas dos Açores e Cabo Verde. O mesmo sucede com a estrutura institucional que chegou a S. Tomé e ao Brasil. Na montagem da estrutura de poder municipal, sabemos das ligações à Madeira e do uso dos regimentos e ordens régias que haviam sido dadas para o Funchal. A Madeira foi, assim, a referência institucional, e, em caso de dúvida ou omissão, a resposta vinha célere da coroa a recomendar-se seguir

o padrão madeirense. Assim, ao provedor da Fazenda na Baía, Pedro de Goes, D. João III determina o treslado dos regimentos da Madeira "da maneira que ele dever ser feito e como o é o provedor da minha fazenda na Ilha da Madeira" (SANTOS, 1999, 7).

Mas sem dúvida o fator mais importante nas ligações com a Baía estava nas ligações comerciais, por força da intromissão dos madeirenses no comércio do açúcar brasileiro e de escravos de Angola. Podemos assinalar um quase perfeito circuito de triangulação entre três eixos atlânticos.

O açúcar da Baía no Funchal surge como matéria-prima para assegurar a promissora indústria das conservas de fruta, suprindo as carências que havia dela na ilha. É o açúcar baiano e o vinho da ilha que alimentam esta rede de negócios que perdurou no tempo. A Madeira, que até à primeira metade do séc. XVI havia sido um dos principais mercados do açúcar do Atlântico, cede lugar a outros (Canárias, São Tomé, Brasil e Antilhas). Deste modo, as rotas divergiam para novos mercados, colocando a ilha numa posição difícil: os canaviais foram abandonados na sua quase totalidade, fazendo perigar a manutenção da importante indústria de conservas e doces; o porto funchalense perdeu a animação que o caracterizara noutras épocas. A solução possível para debelar esta crise foi o recurso ao açúcar brasileiro, usado no consumo interno ou como animador das relações com o mercado europeu. Por isso, os contactos com os portos brasileiros adquiriram uma importância fundamental nas rotas comerciais madeirenses do Atlântico Sul. Ainda, as ilhas funcionaram, no período de 1609 a 1621, como ponto de apoio nas ligações com o Brasil e o Rio da Prata. Isto acontecia, de forma direta, ou indireta, através de Angola, São Tomé, Cabo Verde ou Costa da Guiné.

O comércio do açúcar do Brasil, por imperativos da própria coroa ou por solicitação dos madeirenses, foi alvo de frequentes limitações. Assim, em 1591, ficou proibida a descarga do açúcar brasileiro no porto do Funchal, medida que não produziu qualquer efeito, pois, em vereação de 17 de outubro de 1596, foi



Fig. 2 – Câmara Municipal e cadeia de São Salvador da Baía de Todos-os-Santos, Luís Dias, 1550 e seguintes, Brasil (arquivo particular).

decidido reclamar junto da coroa a aplicação plena de tal proibição. Desde 1596, foi evidente uma ativa intervenção das autoridades locais na defesa do açúcar de produção local, prova evidente de que se promovia esta cultura. Em janeiro daquele ano, os vereadores proibiram António Mendes de descarregar o açúcar de Baltazar Dias. Passados três anos, o mesmo surgiu com outra carga de açúcar da Baía, sendo obrigado a seguir para o seu porto de destino sem proceder a qualquer descarga. O não acatamento das ordens do município implicava a pena de 200 cruzados e um ano de degredo. Esta situação repetiu-se com outros navios nos anos subsequentes, até 1611: Brás Fernandes Silveira, em 1597; António Lopes, Pedro Fernandes, o Grande, e Manuel Pires, em 1603; Pero Fernandes e Manuel Fernandes, em 1606; e Manuel Rodrigues, em 1611.

Após a Restauração da Independência de Portugal, o comércio com o Brasil foi alvo de múltiplas regulamentações. Primeiro, foi a criação do monopólio do comércio com o Brasil através da companhia criada para o efeito; depois, o estabelecimento do sistema de comboios para maior segurança da navegação. A esta situação, estabelecida em 1649, ressalva-se o caso particular da Madeira e dos Açores, que, a partir de 1650, passaram a poder enviar, isoladamente, dois navios com capacidade

para 300 pipas com os produtos da terra que seriam trocados por tabaco, açúcar e madeiras. Mais tarde, ficou estabelecido que os mesmos não podiam suplantar as 500 caixas de açúcar.

No séc. XVIII, o movimento comercial amplia-se, não obstante as insistentes recomendações para o respeito da norma limitadora do volume destas trocas, estabelecida no século anterior. Nesta centúria, conseguimos reunir 117 licenças para o período de 1736 a 1775. As autorizações eram concedidas pelo governador exclusivamente aos mercadores madeirenses. Destes, merecem a nossa atenção Bento Ferreira, Francisco Luís Vasconcelos e Francisco Teodoro, pelo número de licenças conseguidas. Por determinação de 1664, os navios pagavam um donativo de 50.000 réis, existindo, no Funchal, um comissário dos comboios que procedia à arrecadação dos referidos direitos: em 1676, era Diogo Fernandes Branco quem os administrava. De acordo com as recomendações do Conselho da Fazenda, a arrecadação dos direitos de entrada do açúcar do Brasil era lançada em livro próprio. Foi a partir de alguns destes dados e de outros soltos, reunidos na documentação, que procurámos avaliar a real importância das relações comerciais entre a Madeira e o Brasil, assentes, predominantemente, no açúcar. Para o período de 1650 a 1691, identificámos 39 navios provenientes da Baía, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão com mais de 10.722 caixas de açúcar. Da Baía, houve 17 navios, que transportaram 2489 arrobas e 29 caixas de açúcar. A partir da Baía, Rio de Janeiro ou Recife chegava o açúcar, farinha de pau e mel.

Facto de particular interesse é a participação das comunidades da Companhia de Jesus da Baía, Rio de Janeiro e Maranhão no comércio, que, usufruindo do privilégio de isenção dos direitos, também colocavam o açúcar das suas fazendas no mercado madeirense. Eles conduziram à ilha 82 caixas de açúcar, sendo 65 da Baía.

A Madeira tinha autorização para realizar comércio direto com duas embarcações que estavam autorizadas apenas a uma viagem anual. Este movimento das embarcações fazia-se com toda a discrição, conforme recomendava o Conselho da Fazenda, mediante as licenças, e a sua entrega deveria ser feita de forma a favorecer todos os mercadores da ilha. Para estes navios havia uma escrituração à parte na Alfândega do Funchal. No período de 1727 a 1799, num total de 184 navios identificados, 42 são provenientes da Baía.

No quadro dos produtos envolvidos neste comércio, o Brasil, a partir de finais do séc. XVI, foi o principal mercado para o vinho Madeira, que era trocado por açúcar. Para o período de 1572 a 1695, das 1997 pipas exportadas, 197 foram para a Baía. O preço de venda à chegada ao mercado de destino tem a ver com os custos fixos para o transporte, os tributos que oneravam a saída da Madeira e a entrada no mercado consumidor, a que se deveriam adicionar as inevitáveis perdas estimadas em cerca de 10%. Mesmo assim, o lucro era elevado. Em 1650, numa pipa de vinho, que à saída do Funchal tinha o valor de 10$000 réis e à chegada à Baía de 40$000 réis, o lucro representava 60% do capital investido.

Nos sécs. XVII e XVIII, o açúcar do Brasil teve um lugar importante na economia madeirense, não apenas por apoiar as indústrias de conservas e casca, mas, fundamentalmente, pelo ativo movimento de reexportação. A déc. de 80 do séc. XVIII marca o início da quebra desse comércio, a qual teve repercussões evidentes no negócio de casca e conservas da ilha. Assim, em 1779, o governador João Gonçalves da Câmara refere que o comércio da casca na ilha estava quase extinto.

Neste circuito de escoamento e comércio do açúcar brasileiro é evidente a intervenção de madeirenses e açorianos. As ilhas tinham para oferecer vinho ou vinagre para o abastecimento do mercado brasileiro, sendo compensadas com o acesso ao rendoso comércio do açúcar, tabaco e pau-brasil. A este se acrescenta o acesso ao tráfico negreiro, cobrindo um circuito de triangulação que ligava o Funchal à costa africana e ao Brasil. Para isso, os madeirenses criaram a sua própria rede de negócios, com compatrícios fixos em Angola e no Brasil. Um exemplo disso é o mercador Diogo Fernandes



Fig. 3 – Armário caixa de açúcar do Brasil proveniente do Convento de S.ta Clara, c. 1620 (Museu Quinta das Cruzes).

Branco. A sua atividade incidia, preferencialmente, na exportação de vinho para Angola, onde o trocava por escravos que ia vender ao Brasil em troca de açúcar. O circuito de triangulação fechava-se com a chegada das naus à ilha, vergadas sob o peso das caixas de açúcar ou rolos de tabaco. A partir daqui, iniciava-se outro processo de transformação do açúcar para fabrico de casca ou conservas. Esta era uma tarefa caseira, que ocupava muitas mulheres na cidade e arredores.

Há um envolvimento direto dos madeirenses na atividade comercial em torno da Baía, onde adquirem fortuna, como sucedeu com Francisco Fernandes. Os mercadores madeirenses, como Diogo Fernandes Branco, coordenavam todo o processo de acordo com as encomendas que recebiam, uma vez que o produto, depois de laborado, deveria ter rápido escoamento. Os principais portos de destino situavam-se no norte da Europa: Londres, Saint-Malo, Hamburgo, Rochela, Bordéus. Esta atividade perdura no séc. XIX, pois temos registos da exportação em 1801, e continua após a independência, com novos dados de saída para os anos de 1843 a 1849. Se sinalizarmos apenas o movimento de navios, vamos encontrar, para o período de 1727 a 1802, nestas ligações da Madeira com o Brasil, uma presença significativa de embarcações, uma vez que, num total de 288 navios, 93 foram para a Baía, que constituiu o principal destino. Já no retorno, em 233 navios, a Baía volta a estar em posição destacada com 85 embarcações. Ora isto releva a importância deste porto no comércio com a Madeira, situação que persiste desde o séc. XVI.

Diogo Fernandes surge-nos neste circuito como o interlocutor direto dos mercadores das praças de Lisboa (no caso Manuel Martins Medina), Londres, Rochela ou Bordéus, satisfazendo a sua solicitação de vinho e derivados do açúcar a troco de manufaturas, uma vez que o dinheiro e as letras de câmbio raramente encontravam destinatário na ilha. A par disso, manteve a sua rede de negócios apoiado em alguns mercadores de Lisboa e nas principais cidades brasileiras. São múltiplas as operações comerciais registadas na sua documentação epistolar. À primeira vista, parece-nos que se especializou em duas atividades paralelas: o comércio de vinho para Angola e Brasil, e o de açúcar e derivados para adoçar os manjares dos repastos da mesa europeia. Brasil e Angola assumem nas suas operações comerciais um lugar de relevo. Para o ano de 1652, são assinalados dois navios no comércio com a Baía. O vinho era um dos produtos mais solicitados para a contrapartida madeirense, tendo na Baía o principal destinatário. Deste modo, para os anos de 1642 a 1655 (correspondendo apenas aos anos de 1642, 1649 a 1651 e 1655), há notícia do envio de 184.000 pipas de vinho. Para o período de 1572 a 1695, as referências a este produto são assíduas. As atividades comerciais da ilha com este porto tiveram continuidade ao longo dos tempos. Neste comércio também se destacam os mercadores William Bolton e João de Saldanha Albuquerque, quando da sua permanência na ilha como governador.

A presença dos madeirenses no Brasil não se resume à cultura e comércio do açúcar. Também outras motivações conduzem-nos à Baía de Todos os Santos. No campo religioso, foram para a Baía Fr. Gregório Baptista, Gonçalo de Gouveia Serpa e D. Pedro Fernandes Sardinha (o primeiro bispo nomeado para a Diocese da Baía, a primeira do Brasil, em 1551). No plano institucional, Duarte Moniz de Menezes, que, em 1560, era alcaide da Baía. No plano militar, a defesa daquele espaço contou com a participação ativa dos madeirenses, nomeadamente quando da ocupação holandesa em 1624.

Foi com algum alarme que os madeirenses receberam no Funchal a notícia da tomada da Baía pelos holandeses, a 25 de julho de 1624. De imediato, os insulares organizam-se para defender esta e as demais possessões, de forma a salvaguardar os interesses comerciais. O capitão Manoel de Azevedo, que comanda uma das quatro companhias do terço de Francisco de Figueiroa para o Recife com a missão de expulsar os holandeses, havia servido já no Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco. Há ainda a assinalar a ação de outro madeirense, Manuel Dias de Andrade, que combateu pela restauração da Baía. A despesa deste serviço é coberta pela Provedoria da Fazenda no Funchal com o dinheiro reservado para a fortificação da ilha. No regresso à ilha, muitos receberam tenças pelos serviços prestados. Heitor Nunes Berenguer, filho de Cristóvão Berenguer, recebeu a comenda e o hábito da Ordem de Cristo, que depois ficou para o seu filho Belchior, e 40$000 réis de pensão pelos serviços prestados na Baía e Pernambuco.

O facto de a Baía ser um primeiro porto de ancoragem após a saída de Lisboa fazia com que muitas embarcações que se dirigiam para sul ali aportassem, muitas vezes à procura de refresco. Foi o que aconteceu, em 1756, com o navio Nossa Senhora da Conceição e Porto Seguro, de que eram capitão e mestre Custódio Francisco e Feliciano Velho Oldemberg, o qual, transportando 85 casais da Madeira, naufragou a 26 de abril, no sítio do Rio Joanes.

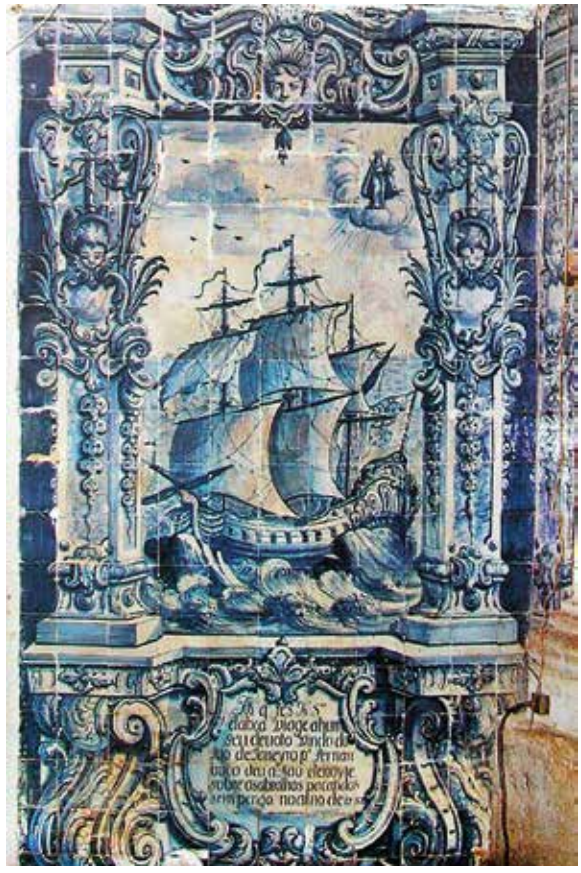


Fig. 4 – Registo de azulejos com navio de longo curso, Bartolomeu Antunes, 1740 a 1745 (igreja da Boa Viagem da Baía, Brasil).

A ligação permanente que se estabelece entre os portos do Funchal e da Baía favoreceu a emigração para esta região brasileira até ao séc. XX. O Brasil foi uma terra de promissão para os madeirenses e, ao longo da história, os madeirenses tiveram sempre a porta aberta e a via facilitada. De 1852 a 1889, emigraram 10 madeirenses. Para o período de 1872 a 1915, os livros de passaportes disponíveis testemunham 84 pedidos de emigração para a cidade da Baía, sendo que a maioria (87 %) ocorreu nos anos de 1897-1898.

Neste trânsito de pessoas entre os dois portos, também se verificam escravos africanos chegados ou naturais da Baía que aparecem no Funchal. Em 1758, Miguel Brum, negro, natural da Mina, casa-se com Suplicia Maria, negra, também da Mina, a qual já havia sido batizada na Baía. No mesmo ano, José dos Santos, negro, natural da Baía, casa-se com Maria Francisca do Rosário de Bissau. Em 1762, Mateus Borges

de Carvalho, negro da Baía, casa-se com Maria da Silva, negra liberta de Angola. Em 1823, há notícia de um lojeiro, conhecido como "o mulatinho Simão", natural da Baía, no Funchal. A Baía também funcionou como porto de degredo para algumas penas a que estavam sujeitos os madeirenses. Em 1768, *e.g.*, o mercador António de Sousa foi deportado para a Baía "por jogar e dar casa a jogos proibidos e livres de malícia" (*apud* CARITA, 1999, 251).

A história do espaço atlântico constrói-se a partir do séc. XVI, baseada nesta teia de relações entre as margens e os portos que definem a vida e importância deste mundo. A Madeira, por ter sido a primeira área de ocupação efectiva no Atlântico, é uma referência constante neste quadro de relações institucionais.

Bibliog.: BARROS, Neli P., *Os Deputados Brasileiros nas Primeiras Constituintes e a Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 2002; *Boletim do Arquivo Regional da Madeira. Série Índices dos Passaportes. 1871-1915*, 2 vols., Funchal, Arquivo Regional da Madeira, 2000; BRAGA, Isabel Drumond, "Madeirenses no Brasil. O contributo das fontes inquisitoriais", *Islenha*, n.º 29, jul.-dez. 2001, pp. 44-54; *O Brasil e as Ilhas. Actas do Colóquio Internacional*, Funchal, CEHA, 2000; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. V, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1999; FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas, "Emigração madeirense para o Brasil no século XVIII", *Islenha*, n.º 2, jan.-jun. 1988, pp. 88-101; FREITAS, Nelly de, *Des Vignes aux Caféiers. Étude Socio-Économique et Statistique sur l'Émigration de l'Archipel de Madère vers São Paulo à la Fin du XIX^e Siècle*, Funchal, CEHA, 2015; GOUVEIA, David Ferreira de, "A manufactura açucareira madeirense (1420-1550). Influência madeirense na expansão e transmissão da tecnologia açucareira", *Atlântico*, n.º 10, 1987, pp. 115-131; *Imigração e Emigração nas Ilhas*, Funchal, CEHA, 2001; OLIVEIRA, Maria Júlia, *Fidalgos-Mercadores no Século XVIII. Duarte Sodré Pereira*, Lisboa, INCM, 1992; REBELO, Helena, "Madeira. A caminho do Brasil", *Xarabanda*, n.º 16, 2007, pp. 64-73; SALDANHA, António Vasconcelos, *As Capitanias. O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina*, Funchal, CEHA, 1992; SANTOS, Maria Licínia Fernandes dos, *Os Madeirenses na Colonização do Brasil*, Funchal, CEHA, 1999; SOUSA, João José Abreu de, "Notas sobre as relações comerciais entre a Madeira e o Brasil no século XVIII", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 9, n.º 39, 1969, pp. 43-44; *Id.*, *Movimento do Porto do Funchal e a Conjuntura da Madeira de 1727 a 1810. Alguns Aspectos*, Funchal, DRAC, 1989; VIEIRA, Alberto (coord.), *A Madeira e o Brasil. Colectânea de Estudos*, Funchal, CEHA, 2004; *Id.*, "Madeira. Um cais de permanentes chegadas e partidas", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, 2010, pp. 1004-1153; *Id.*, "O contrabando na Madeira e o espaço atlântico", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 4, 2012, pp. 9-65.

† ALBERTO VIEIRA

Baiardo, Luiz José

Luiz José Baiardo nasceu a 30 de abril de 1775, não sendo certo se na Madeira, se em Portugal continental. Foi escritor, dramaturgo, tradutor de obras teatrais, escrivão do Juízo Eclesiástico do Funchal e secretário particular de frei Joaquim de Menezes e Ataíde


HISTORIA VERDADEIRA
DOS
ACONTECIMENTOS
DA
ILHA DA MADEIRA
DEPOIS DO MEMORAVEL
DIA 28 DE JANEIRO,
ESCRITA POR ORDEM CHRONOLOGICA
POR
SEBASTIAÕ JOSE' XAVIER BOTELHO,
E COMPROVADA COM TESTEMUNHAS DA MELHOR FÉ
POR SEUS EMPREGOS, JERARQUIA E INDEPENDEN-
CIA; PARA DESTRUIR HUM LIBELLO FAMOSO
IMPRESSO EM LONDRES
POR HUM
CIDADAÕ FUNCHALENSE,
Que sem pejo urdio a seu bel prazer aquelle tecido de ca-
lumnias, o qual precede esta historia, para que os
Leitores possaõ fazer huma idéa exacta, e verda-
deira de todos os acontecimentos.
LISBOA:
NA OFFIC. DE ANTONIO RODRIGUES GALHARDO,
Impressor do Conselho de Guerra.
1821.

***Historia Verdadeira dos Acontecimentos da Ilha da Madeira...* (1821), de Sebastião José Xavier Botelho.**

(1765-1828), Governador do Bispado do Funchal entre 1811 e 1821. A proclamação, na Madeira, da revolução liberal de agosto de 1820 – embora feita tardiamente, sob pressão popular, a 28 de janeiro de 1821 – ocasionou um conflito entre frei Joaquim Ataíde e Sebastião José Xavier Botelho (1768-1840), Capitão-General da Madeira (1819-1824), sendo este acusado de estar por detrás duma conjura contrarrevolucionária. Xavier Botelho escreveu, em sua defesa, a *História Verdadeira dos Acontecimentos da Ilha da Madeira, depois do Memorável Dia 28 de Janeiro, Escrita por Ordem Cronológica*, à qual respondeu Luiz Baiardo, com *Carta Escrita a Um Sujeito da Província da Ilha da Madeira...* O Teatro Grande, no Funchal, foi alvo de tumultos populares em que frei Joaquim Ataíde e Xavier Botelho mediram forças. Os opúsculos do Capitão-General e de Luiz Baiardo são peças importantes, embora não suficientes, para reconstituir a situação

político-social que se viveu na Madeira, na sequência imediata da queda da monarquia absoluta.

Alguns autores colocam a hipótese de algumas das peças teatrais publicadas por Luiz Baiardo terem sido escritas por frei Joaquim Ataíde.

Faleceu em data incerta, em Lisboa, onde residia desde 1821.

Obras de Luiz José Baiardo: *Carta Escripta a Hum Sugeito da Provincia da Ilha da Madeira ou o Lundum dos Bordões, Que Tocou Sebastiaõ Xavier Botelho, com Variações Compostas por Luiz José Baiardo. Em Desforra das Invectivas Que contra Elle Escreveo o Dito Botelho na Sua Historia Verdadeira dos Acontecimentos da Ilha da Madeira, depois do Memoravel Dia 28 de Janeiro, Escripta por Ordem Chronologica* (1821).

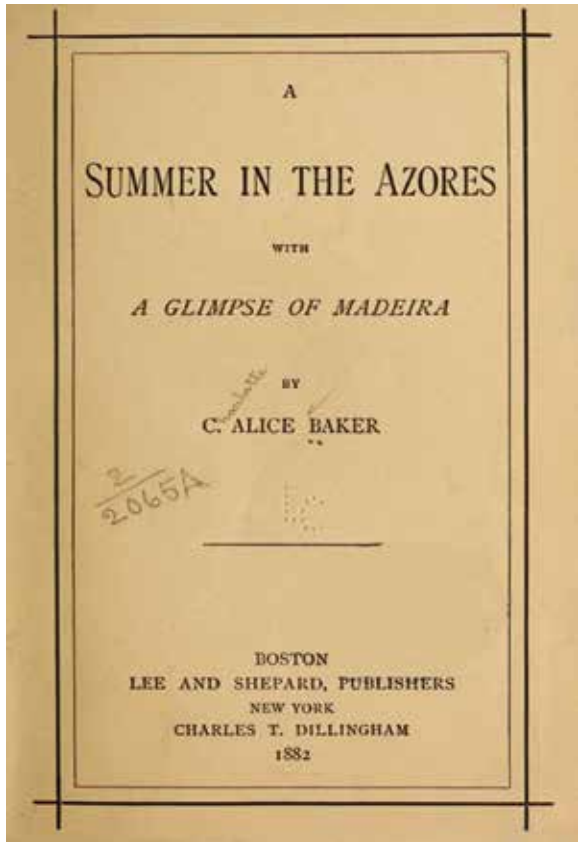
Bibliog.: CARITA, Rui, *História da* Madeira, vol. VI, Funchal, Secretaria Regional de Educação, Juventude e Emprego, 2003; GUERRA, Jorge Valdemar, "A Casa da Ópera do Funchal", *Islenha*, n.º 11, jul.-dez. 1992, pp. 113-149; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da* Madeira, vol. II, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, s.d.; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1965.

GABRIEL PITA

Baker, Charlotte Alice

Charlotte Alice Baker, mais conhecida por Alice Baker, foi uma professora, jornalista, historiadora e escritora norte-americana nascida em Springfield, Massachusetts, a 11 de abril de 1833 e falecida a 22 de maio de 1909, em Boston, no mesmo estado. Oriunda de famílias abastadas pelo lado materno, Alice Baker era filha de Matthew Bridge e Catharine Baker.

Nos anos 40 do séc. XIX, frequentou a Escola Misses Stone, em Greenfield, e posteriormente a Academia de Deerfield, em Massachusetts. Em 1851-1864, Baker foi nomeada professora assistente em Chicago e Illinois. Após o encerramento da Escola, em 1864, regressa a Cambridge, em Middlesex, para exercer cuidados e prestar assistência à sua mãe. É nesse contexto de domesticidade que Alice Baker começa a sua produção escrita. Escreveu recensões críticas de livros e produziu artigos para jornais e revistas sobre arte, literatura e botânica, expressando um particular interesse sobre questões históricas. Alice Baker escreveu e publicou igualmente uma série especialmente dedicada a crianças, intitulada *Pictures from French and English History*.


A

SUMMER IN THE AZORES

WITH

A GLIMPSE OF MADEIRA

BY

C. ALICE BAKER

BOSTON
LEE AND SHEPARD, PUBLISHERS
NEW YORK
CHARLES T. DILLINGHAM
1882

***A Summer in the Azores, with a Glimpse of Madeira* (1882), de C. Alice Baker.**

Alice Baker foi uma das principais apoiantes ligadas à fundação do Franklin County Public Hospital and School of Nursing, estando envolvida em diversos eventos de angariação de fundos para a implementação deste hospital e para outras instituições sociais carenciadas. A sua residência em Deerfield, The Frary House, acolheu inúmeros eventos solidários.

Alice Baker travou uma longa e distinta amizade com a professora, fotógrafa, autora e investigadora Emma Lewis Coleman (1853-1942) e com Susan Minot Lane, professora e pintora, com quem residiu, periodicamente, em The Frary House. Aliás, é acompanhada por estas duas amigas que Alice Baker faz a viagem aos Açores e à Madeira, em 1879, dando posteriormente origem ao diário de viagem *A Summer in the Azores, with a Glimpse of Madeira*, publicado em 1882.

Em 1897, publica a obra *True Stories of New England Captives Carried to Canada during the Old French and Indian Wars*. Este livro é fruto

de uma compilação de 13 artigos sobre cativos americanos, cujo paradeiro era desconhecido, e resulta de uma investigação profunda de registos históricos do séc. XVIII, acompanhada de visitas frequentes a locais e investigação de missões índias do início do período colonial em Nova Inglaterra. Após a publicação e o êxito da obra, e pela sua especialidade em história da Nova Inglaterra, Alice Baker foi convidada a integrar a Sociedade Histórica de Nova Iorque, Montreal e Cambridge. Alice Baker era igualmente membro da Pocumtuck Valley Memorial Association.

Baker fez-se acompanhar por Coleman noutras viagens que fez, nomeadamente ao Quebeque, aquando da investigação que deu origem ao livro *True Stories of New England Captives Carried to Canada during the Old French and Indian Wars* (1897), com o objetivo de ilustrar as suas obras. Emma Coleman terminou inclusive a obra *Epitaphs in the Old Burying-Ground at Deerfield* (1924), publicada postumamente à morte de Baker.

Os dois títulos menos conhecidos da autoria de Alice Baker são *Old Abe, War Eagle of Wisconsin* (1904), uma conferência proferida no Old South Meeting House, em Boston, a 22 de fevereiro de 1879, sobre a águia mascote do 8.º Regimento de Infantaria Voluntário de Wisconsin na Guerra Civil Americana e símbolo da armada norte-americana, e *Books as Tools for Children* (1908), um breve artigo compilado em livro que expõe, de forma concisa, uma reflexão sobre a leitura e a aprendizagem nas crianças.

O diário *A Summer in the Azores, with a Glimpse of Madeira* surge na sequência de uma viagem de Alice Baker aos Açores, realizando uma breve passagem pela Madeira. Esta produção diarística é dedicada, com grande afeição, a S. M. L. e E. L. C., iniciais de Susan Minot Lane e Emma Lewis Coleman, melhores amigas, colegas e companheiras de longa data. A sua visita à Madeira restringe-se a escassos dias. Embora tenha chegado ao porto do Funchal a 9 de setembro de 1879, apenas desembarcou no dia 12, após uma quarentena obrigatória a bordo devido a uma epidemia de febre-amarela que dizimou a maior parte da população de Memphis entre 1873 e 1879, ainda que o navio tenha partido de New Bedford.

Durante a sua estadia na Ilha, entre os dias 12 e 16 de setembro, partindo em seguida novamente para os Açores, Alice Baker visitou essencialmente o Funchal, com particular interesse os lugares de culto religioso, como as igrejas de Santa Clara, da Sé e a de Nossa Senhora do Monte. Ao longo da sua breve visita, deu voz à efervescência e ao frenesim citadino, às levadas, à natureza e às paisagens sublimes. Salienta: "The city of Funchal shows more signs of wealth and comfort than any we have seen in the other islands [A cidade do Funchal exibe mais sinais de riqueza e conforto do que quaisquer outros que tenhamos visto noutras ilhas]" (BAKER, 1882, 142). Destaca a cidade pitoresca que é o Funchal e a aparência de um certo desenvolvimento e riqueza que se desvanece à medida que se afasta do coração da cidade.

Alice Baker faleceu a 11 de abril de 1909 em Boston, Massachusetts. Há registo de que estaria a preparar um novo livro intitulado *Gleanings from New England and Canadian Archives Concerning Captives in the Old Wars*, que nunca viu a luz da publicação.

Obras de Charlotte Alice Baker: *A Summer in the Azores, with a Glimpse of Madeira* (1882); *True Stories of New England Captives Carried to Canada during the Old French and Indian Wars* (1897); *Old Abe, War Eagle of Wisconsin* (1904); *Books as Tools for Children* (1908); *Epitaphs in the Old Burying-Ground at Deerfield* (1924) (coautoria).

Bibliog.: BAKER, Charlotte Alice, *A Summer in the Azores, with a Glimpse of Madeira*, Boston/New York, Lee and Shepard Publishers/Charles T. Dillingham, 1882; *The Biographical Cyclopaedia of American Women*, vol. 2, New York, Halvord Publishing Company, 1926; HIGGINS, Thomas L. *et al.*, *Images of America. Baystate Franklin Medical Center*, Charleston, Arcadia Publishing, 2016; SCANLON, Jennifer, e COSNER, Shaaron, *American Women Historians, 1700's-1990's. A Biographical Dictionary*, Westport, Greenwood Press, 1996.

FERNANDA DE CASTRO

Balança comercial

A balança comercial é a balança de pagamentos no quadro das relações externas, *i.e.*, o deve e haver nas relações comerciais que se estabelecem entre a ilha da Madeira e os vários espaços com que mantém contactos comerciais. É um fenómeno complexo e que, muitas vezes,



Fig. 1 – Pátio interior da Alfândega do Funchal, c. 1940 (ABM, Perestrellos Photographos).

se torna de difícil quantificação. A primeira questão a equacionar prende-se com a disponibilidade e veracidade dos dados alfandegários e com a possibilidade de estes não retratarem com verdade o sistema de relações. Assim, a isenção da dízima dos produtos exportados ou enviados do continente português fazia com que as receitas alfandegárias se conservassem muitas vezes em Lisboa e não na Ilha, não obstante serem produtos a ela destinados ou saídos de lá, com destino a diferentes mercados estrangeiros. O açúcar, uma das importantes receitas do séc. XV e princípios da centúria seguinte, estava envolvido maioritariamente neste quadro. Daí a dificuldade em analisar, de forma clara, a receita das importações e exportações, e muitas das disparidades que se verificam com frequência quando se pretende comparar o quadro da produção local do açúcar com o das exportações. Além de dificultar o estabelecimento, de forma correta, da balança de pagamentos entre a Madeira e o continente, esta situação também dificulta a visão de outros mercados europeus, uma vez que a maioria dos produtos da Ilha se destinava à reexportação.

Existem ainda outras dificuldades, algumas insuperáveis, nomeadamente a falta de documentação contabilística que permita estabelecer esses saldos com a exatidão e retidão a que a contabilidade obriga. Quanto às alfândegas da Ilha, resta a documentação relativa à do Funchal, muito incompleta: os documentos recolhidos no séc. XIX, até ao ano de 1834 foram depositados em Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo; a documentação posterior a esta data, até 1970, recolhida entre 1951 e 1975, foi depositada no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. Faltam os livros dos contadores da Provedoria da Fazenda, os registos completos da Alfândega. No caso da despesa, são de significativa importância os orçamentos do Estado, a partir de 1834, que, embora estivessem já estabelecidos na Constituição liberal de 1822, só tiveram execução a partir daquela data. Os dados estatísticos são posteriores, uma vez que só a partir de 1875 temos informação oficial, através do *Anuário Estatístico*. Mesmo assim, em muitos casos, é manifesta a falta de rigor e continuidade nas séries de dados estatísticos que se seguem.

A isto, deveremos juntar outras realidades muito comuns nos espaços insulares, que se prendem com o contrabando de mercadorias proibidas e o descaminho dos direitos. A informação sobre estas atividades ilícitas surge no séc. XV e mantém-se nos posteriores, demonstrando serem muito comuns nas ilhas. Esta terá sido uma forma usual dos insulares se furtarem aos excessivos direitos que penalizavam alguns produtos de importação e exportação; era também um modo de combate ao regime de monopólio de produção e venda de alguns produtos, como o sal, o tabaco, a urzela e o sabão. Para alguns produtos com peso especial nas exportações, é possível estabelecer uma estimativa das situações de descaminho aos direitos, através de análises comparadas entre os valores da produção e consumo, e os da exportação. Assim, nas ilhas, algumas mercadorias, como o sal, o sabão e a urzela, que estavam sujeitos ao regime de monopólio de produção e comércio, foram alvo de múltiplas situações de contrabando, que, muitas vezes, superaria um quarto do total das transações.

Há um fator determinante a ter em conta na balança de pagamentos, que se prende com a



Fig. 2 – Conhecimento de embarque no brigue *Especulador* de duas pipas de vinho Madeira com destino a São Petersburgo de João Francisco de Oliveira, Funchal (28 abr. 1824) (coleção particular).

tendência dos madeirenses para a monocultura, o que levou alguns a afirmarem que o processo económico do arquipélago se processou por ciclos de produtos económicos.

A economia da Ilha havia-se orientado para a monocultura com interesse mercantil desde finais do séc. XV, que a conduziu a uma dependência extrema do mercado externo. Com a afirmação do vinho, abriu-se o caminho para o domínio dos Ingleses, que cedo passaram a controlar a circulação mercantil, dominando os circuitos abastecedores de trigo e milho americano e de manufaturas europeias a troco do vinho. O total controlo da esfera mercantil fazia com que o lucro fosse elevado. Mas a fragilidade da economia madeirense é uma evidência histórica, sendo resultado da insistente aposta num produto de exportação. O vinho passou a assumir uma posição cimeira nas exportações desde a déc. de 70 do séc. XVI.

Em 1811, segundo uma listagem feita na Alfândega para a cobrança dos direitos de importação, a Inglaterra fornecia uma variedade de tecidos em bruto (algodão, brim, baeta, bombazina, bretanha, bertanjil, camelão, crepe, cassa, colchas, cambraia, casimira, duquesa, duraque, estofo, estamenha, escumilha, fustão, fio de lã e de algodão, florentina, filó, garça, ganga, guingão, linho, lona, lustrina, laia, lapim, melânia, morim, holanda, holandilha, pelúcia, ratina, ruão, sarja, seda, cetim, sargelim, serafina, tafetá, talagarça, veludo) e de produtos acabados (meias, cobertores, botões variados, damasco, colchas, barbas de baleia, botas e botins, camisas, camisolas, casacas, jaquetas, capotes, calças, chapéus, lenços, luvas), fumos para luto, chapéus de sol, castiçais, cadeiras, canapés, camilhas, cómodas e outras peças de mobiliário, carros, seges, cavalos e chicotes para bestas, munições para tiro e caça, bocetas, cofres, descalçadores, estanhos e cobres lavrados, malas e baús, escovas, espelhos e frasqueiras. Juntavam-se ainda objetos de higiene e limpeza, como sabões e sabonetes, pedra-ume e anil; objetos de uso doméstico, como agulhas, ferros para engomar, panelas de ferro e frigideiras, alvaiada, brochas, garrafas, garrafões e boiões, e aprestos vários para navios, como mastros, vergas, cordas, amarras e moitões. Acresce ainda um lote de produtos de uso industrial, como carvão de pedra, antimónio, aço, chumbo, folha de flandres, enxofre, arame, breu e zarcão, cal, cabelo para estofos, graxa, lacre, grude, gesso, pás, pregos, lâminas, navalhas, limas, lixas de papel e óleo de linhaça. Por fim, aparecem os pianos, as cartas de jogar, os cachimbos, os rabos de urso e os

galões de ouro para militares, e ainda os ganchos para espadins.

A tendência para a monocultura condicionou a economia madeirense, marcando a dependência do mercado externo, uma vez que a Ilha necessitava dele para a colocação do açúcar e para se abastecer de produtos alimentares (carne, pescado, legumes, cereais, azeite, sal) e de artefactos (ferro, telha, barro, panos, linho, etc.). Giulio Landi, cerca de 1530, retratava com grande acuidade a ambiência do burgo funchalense. Ali chegavam frequentemente mercadores de países muito distantes, como Itália, França, Flandres, Inglaterra, assim como da península Ibérica, com os produtos referidos, e dela levavam aqueles de que a Ilha era produtora, como açúcar e vinho, por lá haver em grande abundância. O mesmo autor referia que a Madeira se abastecia de cereais nas ilhas vizinhas, e que o vinho era vendido a mercadores que o levavam para a península Ibérica e para outros países setentrionais. Já em 1567 Pompeo Arditi observava que o comércio baseado no açúcar, nas conservas e nos vinhos era abundante, e que a Ilha tinha de assegurar a sua subsistência com os cereais oriundos das Canárias e dos Açores.

A questão do trigo foi uma dominante da história da metrópole e das ilhas, tendo sido, no decurso do séc. XIX, uma das questões que incendiou o debate político. A luta pelo pão foi uma constante da história insular e de modo particular da Madeira, sendo provocada pela desarticulação entre o movimento demográfico e a economia de subsistência. A aposta preferencial estava nos produtos de exportação, com grande solicitação no mercado. A incessante luta pelo pão ateou, em todo o processo histórico, o relacionamento entre as ilhas. O tráfico interinsular assentou fundamentalmente na redistribuição dos meios de subsistência. Daqui resultou a complementaridade, que se tornou mais evidente nos primórdios da criação das sociedades insulares que nos momentos posteriores. Nesta lógica, definiram-se os circuitos interinsulares, e ganhou forma a escala das ilhas num circuito que enlaçava o chamado Mediterrâneo atlântico.

A necessidade de abastecimento de cereais foi um dos principais incentivos à manutenção das relações interinsulares, que foram uma constante no período em causa. Em qualquer dos momentos, o Mediterrâneo atlântico não foi autossuficiente, carecendo da importação dos mercados europeu ou americano. O último tornou-se uma realidade no decurso dos sécs. XVIII e XIX, funcionando para a Madeira como contrapartida ao vinho. No período que decorreu entre 1727 e 1810, entraram no porto do Funchal 4297 embarcações com cereais ou farinha, sendo 2053 (48 %) provenientes da América do Norte, 799 (19 %) de Inglaterra e 687 dos Açores (16 %). A Madeira fazia depender a subsistência do vinho.

A sujeição madeirense em relação ao mercado externo para assegurar a subsistência das populações foi constante, tendo perdurado até ao início do séc. XXI. Implicava, por isso, um peso considerável das importações que, muitas vezes, se refletia, de forma desfavorável, nas balanças de comércio da Ilha. Na Madeira, a situação foi de total dependência das searas dos outros. Em 1625, a produção local dava apenas para quatro meses, aumentando, em 1662 e 1696, para seis meses. No decurso do séc. XVIII, a porção reduziu-se drasticamente, bastando, em 1777, para apenas três meses, o que veio agravar a dependência externa de cereais. O Norte da Europa e a América do Norte foram os principais mercados, sendo o sistema de trocas ativado pelo vinho. Para o período de 1784 a 1786, é possível estabelecer uma relação entre os valores da importação de bens alimentares e os de saída de vinhos. A situação era favorável à Madeira, mas eram os Ingleses que arrecadavam lucros, mercê da política de adiantamentos de manufaturas e mantimentos.

Os Açores, em aliança com as Canárias, tiveram, no decurso do séc. XVI, a missão de suprimento das necessidades frumentárias da Ilha, perdendo-a a favor do novo mercado conquistado com o comércio do vinho. No período de 1510 a 1640, as ilhas acudiram com 69 % do cereal consumido no Funchal, assumindo os Açores uma posição dominante, com 55 %, ficando a Europa numa posição inferior, com 28 %.

A situação mudou no decurso do séc. XIX, com a revolução dos hábitos alimentares nas ilhas. O milho assumiu grande protagonismo, associando-se depois à batata. A crise de fome de 1847 foi provocada pela falta do tubérculo, atacado pela doença.

No decurso do séc. XVII, o vinho teve de partilhar a sua posição com a casquinha, mas o séc. XVIII anunciou-se como a época de afirmação definitiva do vinho. A Câmara, em representação de 1833, dava conta de que o vinho havia sido, nos sécs. XVII e XVIII, a única fonte de receita, dependendo dele o progresso da economia e a felicidade do povo. Vários testemunhos confirmam a situação. Em 1669, o cônsul francês dizia que o negócio principal da Ilha consistia em vinhos. A posição foi reforçada, em 1722, ao afirmar-se que o negócio não consistia mais que em vinhos e aguardentes. Em 1768, James Cook não hesitou em afirmar que o único artigo de comércio que a Madeira produzia era o vinho. Em 1777, persistia esta ideia de que o vinho era a principal e total riqueza da Ilha, produzindo-se entre 109.000 e 112.000 pipas de vinho anualmente, mas tal ainda não assegurava um equilíbrio vantajoso à Ilha, por esta depender da introdução de tudo quanto necessitava para a sua subsistência, que, por isso, excedia a exportação. É este o principal problema para a economia do arquipélago: a necessidade de importar tudo ou quase tudo a troco do vinho, pendendo sempre a balança de pagamentos a favor do estrangeiro, o que significava que toda a riqueza gerada era entregue aos forasteiros, nomeadamente aos Ingleses. Tudo aquilo de que a Ilha necessitava era trazido pelos navios estrangeiros, que juntavam o comércio de importação de manufaturas e comestíveis à exportação de vinho. A situação foi ainda agravada pela existência de uma troca desigual. Perante tais condições, a balança de pagamentos com a Inglaterra foi sempre deficitária.

O quadro das relações com a metrópole é parecido, pois os dados das importações e exportações que temos para as relações comerciais com os arquipélagos da Madeira e dos Açores são igualmente negativos para os anos de 1799 a 1820.



Fig. 3 – Pilar de Banger, 1798 (fotografia de João Anacleto Rodrigues, c. 1900, edição do Bazar do Povo, Funchal).

Talvez por isso a política das pautas do princípio do séc. XIX tenha substituído esta troca direta por dinheiro, o que não surtiu efeito. As pautas de 1837 e 1839 vão precisamente no sentido de afetar essa entrada de produtos estrangeiros, onerando-os com taxas adicionais. A reação madeirense não se fez esperar, reivindicando uma situação especial quanto ao vinho, à aguardente e aos cereais.

Aos estrangeiros, nomeadamente aos Ingleses e Americanos, estava reservado o comércio de importação e distribuição por grosso de víveres. Antes da independência da América, a Madeira recebia da Inglaterra manufaturas, artigos de luxo e farinhas, e do outro lado do Atlântico, farinhas e madeira para pipas. Em 1786, a produção cerealífera local cifrava-se em 5093 moios, que apenas davam para o sustento da população durante quatro meses, o que obrigou à importação, entre 1783 e 1786, de 9386 moios de cereais e de uma média anual de 13.870 barris de farinha. Daqui resultou a situação deficitária do comércio da Ilha, em razão da diferença entre as entradas e as

saídas, e de o vinho ser a única moeda de troca, segundo se dizia em 1799. O inglês J. Banger tinha, em finais do séc. XVIII, o privilégio do negócio das farinhas americanas, mas, em 1795, com a crise de fome, o Erário Régio procurou contrariar esta situação. A Junta da Real Fazenda do Funchal notava, em fevereiro de 1776, que a conjuntura não era favorável: "Havendo-se já em premeditadas considerações da Junta praticado a instante e temível situação, a que estava reduzida a exportação, extração dos vinhos desta ilha na falta do qual, por contribuir de a base de todo o viver dela, lhe ficam inferiores e frustradas todas as especulativas e práticas advertidas no aumento da cultura, manufaturas e giro mercantil, e consequentemente inativo o comércio, no qual se presente se conhece a gravíssima decadência, nenhum giro e a abundante colheita de vinhos, que nem se pode navegar, por estar as impedindo nas terras de seu consumo maior, quais são nos domínios britânicos, pela civil comoção, ou rebelião deles, nem se mover o comércio interior na ilha, e chegando seus habitadores, que os tem em seus armazéns e adegas ao ponto mais pungente de se reputarem de pobres; porque procedendo com géneros de primeira necessidade e sustento e não lhes continuando com este socorro por lhe não aceitarem o pagamento em vinho pela falta de ordem que tinham para a sua extração e não havendo na terra géneros de permutação interior, nem dos estrangeiros pela falta de retorno, [...] não tendo a ilha para seu sustento frutos mais para três meses que a tanto chega a inércia dele. Fornecem pelo único e assaz avultado, que tem em vinho para troca cuja extração se acha abatida e aniquilada, sem outro recurso, que não seja a de espera sem vindas, que não, nem pode haver sem aquele... qual o de uma necessidade nunca vista na ilha, que tendo por princípio a falta de introdução de víveres tinha por fim a consternação e falta pública". Em dezembro, a situação da exportação do vinho era de verdadeira catástrofe: "Senhor a consternação em que se achava esta ilha sem ter para exportar os seus vinhos, que não tendo consumo senão nas terras anglicas, e achando-se substado pela revolução da América, e tem chegado ao ponto deplorável de não terem os habitantes de que vivam, nem que vendam, ou troquem no comércio interno, vista a inação exterior. Porquanto a lavoura, os frutos de pão, legumes, e carnes de forma alguma chegam a sustentação dos três meses, todo o mais fornecimento é introduzido pelos estrangeiros a troco de vinhos, e não tendo este saída, também a entrada daquele é nenhuma, e por consequência nem letras para se suprirem de Lisboa onde não há géneros permutáveis... Estão as casas ricas de vinho, pobres de sustento e de alimento" (ANTT, Provedoria e Junta…, liv. 942, fls. 13-15).

Em 1822, a casa de J. H. March, cônsul americano, foi acusada por Casado Giraldes de ser detentora do monopólio das farinhas. Em 1827, o Gov. José Lúcio Travassos Valdez dava conta das alterações produzidas no mercado do vinho da Madeira a partir de 1815.

Por tudo isto, a Madeira foi historicamente um espaço gerador de riqueza, que, contudo, quase só lhe serviu para acudir, e mal, à subsistência. Muita riqueza foi arrancada à terra pelos madeirenses, mas apenas fez enriquecer o senhorio, a Coroa e os estrangeiros.

A Madeira manteve, desde meados do séc. XV, um comércio assíduo com o reino, ativado pela oferta de madeiras, urzela, trigo e, depois, açúcar e vinho. O movimento alargou-se às cidades nórdicas e mediterrânicas, com o aparecimento de estrangeiros interessados no comércio do açúcar. A evolução das trocas foi rápida e lucrativa para os forasteiros, pelo que, em 1493, a Fazenda Real lançou uma imposição sobre o movimento do porto da cidade do Funchal para a despesa da construção da cerca e dos muros. Da dedução de um vintém sobre a tonelagem, tirou-se o rendimento de 100.000 reais, e quanto ao 1 % sobre as mercadorias, arrecadaram-se 250 reais. Foi com base nisto que, em 1508, D. Manuel justificou a elevação do Funchal à categoria de cidade: "Tem crescido em muito grande população e como nela vivem muitos fidalgos cavaleiros e pessoas honradas e de grandes fazendas pelas quais e pelo grande trato da dita ilha" (VIEIRA, 2003, 331).

Múltiplas razões fizeram com que o Funchal se afirmasse, no séc. XVIII, como centro

das transformações sociopolíticas operadas de ambos os lados do oceano. As ilhas foram protagonistas, concorrendo para isso vários fatores, como a presença da comunidade inglesa num importante eixo da afirmação colonial e marítima. A vinculação ao Império Britânico é evidente no quotidiano e no devir histórico madeirenses dos sécs. XVIII e XIX. Os Ingleses não dispensavam os portos e os vinhos insulares na estratégia colonial. As suas leis de navegação de1660 e 1665, corroboradas pelos tratados de amizade, como o de Methuen (1703), abriram caminho para que as ilhas entrassem na órbita da influência inglesa. Aos poucos, a comunidade ganhou uma posição, por vezes incomodativa, na sociedade madeirense. A feitoria inglesa é uma realidade insofismável no séc. XVIII.

Os Ingleses foram os únicos estrangeiros que conseguiram assumir uma posição privilegiada na sociedade madeirense, criando um mundo à parte e funcionando com instituições próprias. Tinham privilégios exorbitantes, o controlo quase total da economia da Ilha e usufruíam da sua riqueza: "Os lucros provenientes desta ilha são, indubitavelmente, mais consideráveis para a Grã-bretanha do que para a sua Terra mãe (Portugal), como consequência do comércio realizado entre elas e da feitoria britânica aí estabelecida e que consiste, presentemente, em mais de vinte casas comerciais e cujas fortunas adquiridas se centram na Grã-bretanha. As outras nações pouco disputam aos Ingleses neste seu comércio com a Madeira. Mesmo os Portugueses que tentaram competir com eles, raramente prosperaram por terem, como se supõe, menos conhecimento comercial assim como também, provavelmente, um capital e crédito mais pequenos e menos ligações com estrangeiros. Os comerciantes Britânicos controlam, para seu interesse, os cultivadores de vinha, fornecendo-lhes de antemão tudo o que eles necessitam, nos intervalos da vindima e nas estações mais baixas. Os seus negócios com os habitantes portugueses do Funchal também devem ser intensos; excetuando este facto, parecem não existir muitas relações sociais entre eles" (VIEIRA, 2003, 415). Assinale-se que, no decurso do séc. XIX, os réditos arrecadados com a exportação do vinho eram elevados e, durante muito tempo, dominaram o total das exportações.



Fig. 4 – Afonso Costa e a Questão Hinton no Parlamento de Lisboa, bilhete-postal de Francisco Valença, c. 1910 (coleção particular).

Em 1813, com um embarque de menos de 20.000 pipas de vinho, os lucros da Alfândega foram elevados, representando 89,6 % da receita. Passado mais de um século, o vinho perdeu importância, mas continuou a pesar na balança das exportações com 43,2 %, perdendo na economia interna para a manteiga.

No sentido de criar condições para que o Funchal se transformasse num importante porto oceânico de apoio à navegação, tornava-se necessária, para além da construção de um porto adequado às exigências das novas embarcações, a definição de um conjunto de meios que facilitasse a oferta competitiva de serviços, nomeadamente o abastecimento de carvão, através de medidas fiscais menos penalizadoras da sua importação e exportação. Para o período de 1889 a 1914, o carvão assumiu um peso

significativo na balança das importações. Por carta de lei de 27 de maio de 1843, o carvão de pedra deixou de ser taxado à entrada.

A partir de meados do séc. XIX, a política de favorecimento da cultura da cana sacarina obrigou a um conjunto específico de medidas aduaneiras protetoras da produção madeirense, as quais favoreceram o principal engenho de produção pertencente à família Hinton. Todavia, a partir dos primórdios do séc. XX, foi insistente a política no sentido de criar mecanismos que favorecessem a autossuficiência da Ilha, medida que foi reforçada no Estado Novo. A grande aposta estava na definição de um regime de policultura, capaz de garantir uma estabilidade económica à principal riqueza da Ilha, que continuava a ser a exploração agrícola. Em primeiro lugar, procurou-se assegurar o necessário equilíbrio entre as culturas de subsistência e de mercado, para que as primeiras pudessem suprir, o mais possível, as necessidades das populações. Depois, no quadro das culturas de exportação, promoveu-se uma diversificação, de acordo com as solicitações do mercado.

As guerras mundiais tiveram um efeito nefasto na economia madeirense, arrastando a maioria da população para um estado de extrema carência. O porto parou, e a cidade perdeu quase todo o movimento que tinha. Além disso, os madeirenses, porque dependiam do exterior para quase tudo o que precisavam para a sua subsistência, estiveram sujeitos a um regime de racionamento de produtos, que, em muitas situações, conduziu à fome. O Gov. civil José Nosolini, em relatório enviado ao ministro do Interior dando conta desta situação, perguntava-se: "E a economia madeirense tem reservas que lhe permitam suportar esta intensa sangria?". A resposta é imediata: "A Madeira vive de há muito, ou melhor, agoniza de há muito que importa dominar de vez". Mais adiante, é claro quanto ao quadro negro da Ilha: "A Madeira esvai-se irremediavelmente. As suas riquezas diminuem dia a dia. As poucas reservas são diária e metodicamente drenadas para fora da sua economia. [...] A Madeira perde no vinho; sofreu o prejuízo enorme da cana sacarina; assistiu à derrocada da indústria dos bordados; vê decrescer o valor dos lacticínios; compra pão e roupa, desequilibrando sempre a sua balança; paga ao estado tributos que, contrariamente ao que era de prever, ultrapassam o limite dos sacrifícios exigidos ao continente. Nesta Economia empobrecida só duas coisas aumentaram: população e impostos" (VIEIRA, 2014, 628-629).

As pautas aduaneiras foram um importante mecanismo de represália político-económica, como regulador da balança de pagamentos, mas que na Ilha nunca surtiu efeito. Pelo dec. 14, de 20 de abril de 1832, fez-se a reforma da pauta aduaneira, a que se seguiu outra, pelo dec. de 10 de janeiro de 1837. A partir desta data, a pauta passou a ser geral para todo o país, deixando de existir as pautas específicas para cada alfândega. Mesmo assim, em 1843, um decreto permitiu um privilégio especial para a Madeira, melhor dizendo para os Ingleses, ao conceder uma redução de cerca de 50 % nos direitos de entrada e saída. Esta lei de exceção foi acolhida na Ilha e em Inglaterra com regozijo.

A 28 de dezembro de 1852, foi criada uma nova comissão para as pautas aduaneiras que suprimiu a Comissão Permanente e a Comissão Revisora. Uma nova pauta aduaneira foi aprovada por dec. de 31 de dezembro de 1852. É nítida uma intenção livre-cambista, mas a necessidade de receita impediu que se avançasse mais. A 22 de dezembro de 1856, como resultado dos estudos desta comissão, foi aprovada a nova pauta aduaneira, seguindo-se outras, a 18 de dezembro de 1861 e a 10 de maio de 1892. Com a instauração do regime republicano, introduziram-se alterações na cobrança dos direitos, por força da desvalorização da moeda e da Primeira Guerra Mundial, ficando determinado, pelo dec. 41.333, de 18 de abril de 1918, que os direitos de importação deveriam ser pagos em ouro. Criaram-se, desta forma, dificuldades à exportação, assim como à entrada de mercadorias. Por outro lado, o dec. 4682, de 27 de abril de 1918, estabeleceu sobretaxas relativas à importação de diversas mercadorias. Esta oneração fiscal das importações

continuou, pois, por dec. 6263, de 2 de dezembro de 1919, em que foram duplicados todos os direitos e sobretaxas de importação estabelecidos em 1918, permanecendo a exigência, em ouro, de apenas metade do valor. Por outro lado, ainda, o dec. 1193, de 31 de agosto de 1920, determinou que o quantitativo integral dos direitos e sobretaxas fosse exigido em ouro. Pelo dec. 8747, de 31 de março de 1923, foi aprovada nova pauta aduaneira em que são abolidas algumas sobretaxas. Este decreto, revisto pela lei 1668, de 9 de setembro de 1924, não gerou consensos. Esta era uma forma de regularizar o comércio externo no pós-Primeira Guerra Mundial. Com o regime da Ditadura Militar, ocorreu uma reforma da pauta, através do dec. 17.823, de 31 de dezembro de 1929, que era já a expressão plena dessa mudança das conjunturas política e económica mundiais. Todavia, as medidas protecionistas continuaram a marcar presença, como se poderá verificar pelo dec. 20.935, de 26 de fevereiro de 1932, que impõe um adicional de 20 % aos direitos de importação, e pelo dec. 24.115, de 29 de junho de 1934, pelo qual foi estabelecido o regime de proteção de bandeira ao serem taxadas, através de um adicional de 13,5 %, as mercadorias exportadas em navios estrangeiros. Já o dec.-lei 30.252, de 30 de dezembro de 1939, duplicou o valor dos direitos de exportação específicos e fez incidir 2,5 % sobre a taxa dos direitos de exportação *ad valorem*. Esta situação perdurou até 1947.

A balança comercial é um indicador que traduz a diferença entre as exportações e as importações de bens e serviços de uma dada região. A Região Autónoma da Madeira (RAM), pelas limitações associadas à sua insularidade e pelos escassos recursos de que dispõe, apresenta um saldo entre o somatório das saídas e das exportações e o conjunto das entradas e das importações negativo. Na realidade, quando é considerada esta variável, verifica-se que a quase totalidade do consumo da RAM advém do exterior, sendo remetido um valor muito mais baixo.

Ao analisarmos os dados disponibilizados referentes ao comércio com o exterior, notamos que o diferencial entre as entradas e as saídas foi aumentando consideravelmente. Este crescimento foi impulsionado pelos níveis de desenvolvimento que a Região foi ganhando, e que necessitaram de ser nutridos. No ano 1976, o somatório das entradas e importações na Região foi de 16,948 milhões de euros, sendo as saídas e as exportações de 4,851 milhões de euros. O saldo para esse ano foi de -12,097 milhões de euros, enquanto a taxa de cobertura, que representa o quociente das saídas e das entradas, foi de 17,3 %.

No ano seguinte, o saldo ganhava maior expressão com uma variação de 50,4 % em relação ao ano anterior, cifrando-se em -48,230 milhões de euros, com a taxa de cobertura a diminuir para 16,7 %. Nos anos 1978 e 1979, as entradas e as importações voltaram a aumentar em maior proporção que as saídas e as exportações, fixando o saldo em -27,032 milhões de euros e -38,092 milhões de euros, respetivamente.

Durante a déc. de 80, a tendência foi a de aumento anual do diferencial entre as entradas e as importações, e as saídas e as exportações, com exceção de 1984, em que o saldo foi de -109,479 milhões de euros, quando no ano anterior a variável tomou o valor de -112,864 milhões de euros. Em 1990, o saldo ascendeu aos -364,258 milhões de euros, resultantes do facto das entradas, em conjunto com as importações, terem sido de 406,002 milhões de euros, e as saídas, juntamente com as exportações, terem ficado pelos 41,744 milhões de euros, cerca de 10 % das entradas.

Cabe destacar que, ao analisar com uma maior especificidade os valores acima apresentados, a estrutura das entradas na RAM é caracterizada pela predominância do comércio estabelecido com o continente e com a Região Autónoma dos Açores, em comparação com aquele que se desenvolveu com países terceiros. Tome-se como exemplo o ano de 1976, em que as entradas de produtos e serviços provenientes dos Açores e do território continental foram de 13,477 milhões de euros, enquanto as importações se fixaram em 3,471 milhões de euros. Assim sendo, enquanto o mercado

nacional representava 79,5 % das entradas totais, as importações representavam 20,5 %. Em 1991, esta realidade era ainda mais realçada, na medida em que as entradas do mercado nacional ascenderam aos 387,427 milhões de euros, totalizando 87,2 % do total de entradas, sendo que as importações, de 56,974 milhões de euros, representaram 12,8 %.

Não obstante o volume de entradas ser superior ao de importações, cabe destacar que, no que se refere ao comércio internacional, a RAM apresentou, durante um longo período, um decréscimo na taxa de cobertura, sendo cada vez maior a sua dependência em relação aos países terceiros. Se, em 1976, as exportações cobriam em 70,5 % as importações, em 1991, a taxa de cobertura diminuiu para 67,4 %. Em 2010, a diminuição foi ainda mais notável, tendo em conta que as exportações cobriam em 37,0 % as importações.

Todavia, e não obstante a tendência da diminuição da taxa de cobertura, cabe destacar que, a partir de 2011, se verificou um revés naquilo que se constatava até essa data. Isto porque, com variações anuais tendencialmente negativas para as importações e tendencialmente positivas para as exportações, os anos de 2011 e 2012 apresentaram taxas de cobertura de 52,4 % e 83,5 %, respetivamente, sendo que, para 2013, os resultados provisórios indicavam que as exportações cobriam 85 % das importações.

Relativamente aos dados verificados nestes últimos anos, é notável que, em 2011, o aumento significativo da taxa de cobertura tenha sido ocasionado em grande parte pela diminuição abrupta das importações, já que as mesmas apresentaram uma variação anual negativa de 24,6 %, tendo sido verificado um aumento das exportações, na ordem dos 6,8 %, se comparadas com as do ano anterior. Por outro lado, o ano de 2012 revelou-se um marco importante no que a exportações diz respeito, já que, se em 2011 o valor das mesmas era de 62,330 milhões de euros, no ano seguinte aumentaram para 145,06, um crescimento na ordem dos 132,7 %. Apesar de os dados de 2013 indicarem uma queda de 42,7 % nas exportações, a variação negativa das importações foi superior, de 43,7 %, permitindo o aumento da taxa de cobertura.

Quando analisada a estrutura das importações da RAM, verifica-se que embora, nos anos de 1993 e 1994, as importações extra-UE tenham sido superiores às importações intra-UE, a partir de 1995, houve um aprofundamento das relações comerciais entre países pertencentes à UE e a Região, na medida em que as importações intra-UE ultrapassaram significativamente as extra-UE. Tome-se como exemplo o facto de, no ano 2012, para um volume de importações que ascendia aos 173,882 milhões de euros, 157,466 milhões de euros, cerca de 90,6 %, constituírem importações de países pertencentes à UE. Dentro do leque de países que fazem parte da União, os mercados que representam a principal fonte das importações da RAM são a Espanha, que, para 2012, representou 69,131 milhões de euros; a França, com 58,792 milhões de euros, e a Itália, com 7,166 milhões de euros. Em suma, estes três países representavam 85,7 % das importações intracomunitárias.

A estrutura apresentada anteriormente representa um conjunto de alterações que se verificou ao longo dos anos e que lhe concedeu a ordenação que atualmente apresenta, já que em 1988, os países pertencentes à União, e com maior peso nas importações da RAM, eram: o Reino Unido, com 6,448 milhões de euros; a França, com 5,270 milhões de euros, e os Países Baixos, com 4,243 milhões de euros. Estes três mercados constituíam 57,2 % das importações intra-UE.

No que a exportações diz respeito, o mercado europeu e o mercado africano foram assumindo grande relevo, tendo o segundo, em 2011, ultrapassado o primeiro, já que as exportações para o continente africano se situaram nos 30,415 milhões de euros. Os países africanos de língua oficial portuguesa, particularmente Angola, foram os mercados mais importantes em África. Em contrapartida, para o continente europeu, as expedições foram de 25,171 milhões de euros, sendo que os países da UE, com 24,432 milhões de euros, representaram a

quase totalidade das exportações para a Europa, tendo como países com maior proporção no total das exportações a Espanha, a Itália e a França.

Historicamente, o mercado europeu constituiu a principal zona económica de destino das exportações da RAM. Tome-se como exemplo o facto de, em 1988, as exportações da Região terem sido de 27,162 milhões de euros, dos quais 23,068 milhões de euros eram resultantes das expedições para países europeus.

No que concerne à natureza das importações, existe um claro relacionamento com a condição de isolamento, com os recursos de que a Região dispõe e com a capacidade de produção nela instalada. Em 2012, 31,7 % das importações foram relativas ao grupo de produtos onde se incluem os veículos e outro material de transporte. Em segundo lugar, surgem os metais comuns, a representar, com os 31,434 milhões de euros, 18,1 % das importações, aparecendo de seguida os produtos agrícolas, com 17,3 %. Relativamente às exportações, e apesar da importância relativa que têm assumido certos grupos de produtos em determinados anos, *e.g.* o de veículos e outro material de transporte, que em 2012 representou 39,6 % das importações, os produtos agrícolas e alimentares revelam-se como aqueles que estatisticamente têm mantido alguma estabilidade na sua significância nas exportações regionais.

Legislação: decretos: n.º 14, de 20 abr. 1832; 10 jan. 1837; 20 mar. 1841; 31 dez. 1852; 22 dez. 1856; 23 ago. 1860; 18 dez. 1861; 25 jan. 1871; 6 jul. 1882; 14 dez. 1882; 17 dez. 1885; 22 set. 1887; 10 maio 1892; n.º 8471, de 27 mar. 1923; n.º 8747, de 31 mar. 1923; n.º 17.823, de 31 dez. 1929; n.os 37.444 e 37.445, de 9 jun. 1949; **decretos-lei:** n.º 37.977, de 21 set. 1950; n.º 42.656, de 18 nov. 1956; n.º 42.785, de 31 dez. 1959; n.º 43.295, de 5 nov. 1960; n.º 56/76, de 22 jan.; n.º 193/76, de 16 mar.; n.º 225-F/76, de 31 mar.; n.º 426/76, de 1 jun.; n.º 729/76, de 14 out.; n.º 102/78, de 23 maio; n.º 149-A/78, de 19 jun.; n.º 204-A/80, de 28 jun.; n.º 6/81, de 24 jan.; n.º 200/82, de 21 maio; n.º 201/82, de 21 maio; n.º 389/87, de 31 dez.; n.º 19/92, de 19 fev; **leis:** n.º 2/78, de 17 jan.

Bibliog.: manuscrita: ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 942, *Livro de Registo de Assentos Ordinários*, 1775-1805; **impressa:** CABRERA, Manuel Lobo, "Canarias, Madeira y el zumaque", *Islenha*, n.º 1, jul.-dez. 1987, pp. 13-18; CÂMARA, Benedita, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002; CÂMARA, Paulo Perestrelo da, *Breve Notícia sobre a Ilha da Madeira...*, Lisboa, Typ. da Academia de Bellas Artes, 1841; COSME, João dos Santos Ramalho, "Subsídios para a história do movimento comercial do porto do Funchal (1675-1688)", in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993, pp. 383-388; FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas, "O vinho da Madeira no século XVIII. Produção e mercados internacionais", in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. II, Funchal, DRAC, 1990, pp. 935-965; GOMES, José Luís de Brito, "A Madeira e a Rússia", *Atlântico*, n.º 4, 1985, pp. 298-305; LOJA, António Egídio Fernandes, *Crónica de Uma Revolução. A Madeira na Revolução Liberal*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; MAURO, Frédéric, *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*, vol. I, Lisboa, Estampa, 1989; MIRANDA, Susana Munch, "O porto do Funchal. Estrutura alfandegária e movimento comercial (1500-1526)", in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 67-98; OLIVEIRA, Aurélio, "A Madeira nas linhas de comércio do Atlântico", in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993, pp. 917-931; PEREIRA, Fernando Jasmins, *Estudos de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1991; RIBEIRO, J. Adriano, "A casquinha na rota das navegações do Atlântico norte nos séculos XVII e XVIII", in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993, pp. 345-352; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, "A Madeira e os Americanos (séculos XVIII-XIX)", in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993, pp. 389-402; RODRIGUES, Ramon Honorato, *Breves Considerações sobre o Problema Económico Português*, Funchal, Tip. Esperança, 1927; *Id.*, *Subsídios para a Solução do Problema Agrícola da Madeira*, Lisboa, Imprensa Lucas & Cº Lda, 1934; *Id.*, *Questões Económicas*, 2 vols., Funchal, Tip. Jornal da Madeira, 1953-1955; SANTANA, Elisa Torres, "Las relaciones comerciales entre Madeira y las Canarias orientales en el premier cuarto del siglo XVII. Una aproximación a su realidad historica", in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. II, Funchal, DRAC, 1990, pp. 816-843; SERRÃO, Joel, "Em torno da economia madeirense de 1550 a 1640", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 1, n.º 1, 1950, pp. 21-23; *Id.*, "Sobre o 'trigo das ilhas' nos sécs. XV e XVI", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 1, n.º 2, 1950, pp. 1-6; *Id.*, "Rendimento das alfândegas do arquipélago da Madeira (1581-1587)", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 1, n.º 5, 1951, pp. 1-5; vol. 1, n.º 6, 1951, pp. 14-18; SILBERT, Albert, *Uma Encruzilhada do Atlântico. Madeira (1640-1820)*, Funchal, CEHA, 1997; SILVA, José Manuel Azevedo e, "A navegação e comércio vistos do Funchal, nos finais do século XVII", in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993; *Id.*, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*, 2 vols., Funchal, CEHA, 1995; SOUSA, João José de, "O porto do Funchal no séc. XVIII. Alguns aspectos", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 6, n.º 36, 1966, pp. 20-24; *Id.*, "O porto do Funchal e a economia da Madeira no século XVIII", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 7, n.º 37, 1967, pp. 63-80; *Id.*, "Notas sobre as relações comerciais entre a Madeira e o Brasil no século XVIII", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 7, n.º 39, 1968, pp. 43-44; VASCONCELOS, Cláudia Câmara *et al.*, *Madeira. Reflexões sobre o Desenvolvimento*, Funchal, s.n., 2005; VIEIRA, Alberto, *O Comércio Inter-Insular nos Séculos XV e XVI. Madeira, Açores e Canárias*, Funchal, CEHA, 1987; *Id.*, "O arquipélago da Madeira no quadro da economia europeia e atlântica", in *Documentos Congresuales. Economía e Insularidad (Siglos XIV-XX)*, t. 1, La Laguna, Universidad de La Laguna, 2007, pp. 261-287; *Id.*, *O Deve e o Haver das Finanças da Madeira*, Funchal, CEHA, 2014; **digital:** "Série retrospectiva do comércio internacional. 1976-2013", *Direção Regional de Estatística da Madeira*, s.d.: http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now/economica/comercio-pt/comercio-internacional-pt/comerciointernacional-quadros-pt/completa/finish/518-completas/2762-comercio-internacional-de-bens-na-regiao-autonoma-da-madeira-1976-2013 (acedido a 1 fev. 2015).

† Alberto Vieira
Sérgio Rodrigues

Baldy, José Maria

O Brig. José Maria Baldy nasceu em Lisboa, a 16 de maio de 1800, sendo filho do compositor João José Baldy (1770-1816), de uma família de origem italiana, que fora mestre-capela das sés da Guarda e de Faro e que, à data do nascimento do filho, era 2.º mestre da Real Capela

da Bemposta. José Maria entrou na Academia de Fortificação e Desenho em 1816, sendo 2.º tenente em 1822 e 1.º tenente em 1823, tendo feito o tirocínio em Elvas. Em 1825, obteve licença para cursar Matemática em Coimbra, mas adiou os estudos para ir defender a causa liberal. Serviu na divisão constitucional de Coimbra e foi depois pronunciado em devassa pelo corregedor absolutista daquela cidade, mas foi-lhe reformulada a pronúncia em 29 de janeiro de 1830, por falta da necessária prova, ficando, porém, sujeito à vigilância das autoridades competentes e às medidas de prevenção e cautela que parecessem necessárias para a conservação da tranquilidade e da segurança públicas. Já não se encontrava então em Coimbra há mais de um ano, tendo emigrado para a Galiza com as tropas liberais, passando a Inglaterra e depois aos Açores, onde desembarcou na ilha Terceira em março de 1829.

Após o triunfo das forças liberais, voltou a Coimbra, onde concluiu os estudos e obteve capelo gratuito por bom aproveitamento. Em 1837, começa a lecionar na Univ. de Coimbra, atingindo o lugar de lente em 1844. Esteve, assim, afastado do Exército até 21 de setembro de 1846, quando foi nomeado chefe do Estado-Maior do Comando Geral de Artilharia, com o posto de general, pedindo a exoneração de lente em 1851. Passou então pelos lugares de comandante militar das praças de Elvas e da ilha Terceira, nos Açores, sendo nomeado, a 6 de março de 1858, comandante militar e diretor das Obras Públicas da Madeira, lugar de que tomou posse a 26 de abril seguinte. O Brig. Baldy terá acompanhado as várias obras civis e militares em curso e, como antigo lente da Univ. de Coimbra, protegeu as aulas militares de Caçadores 12 no Funchal, onde chegou a lecionar, tal como já fizera na ilha Terceira, quando aí tinha sido governador militar.

A situação em Lisboa, ao longo dos anos de 1857 e 1858, era semelhante à que se vivera na Madeira com a epidemia de cólera em 1856, sendo o mal que afligia a capital uma febre-amarela, que causou, só naquela cidade, 5000 mortos. Com o aproximar das eleições de



Fig. 1 – José Maria Baldy, retrato a óleo, c. 1870 (sede da Cruz Vermelha Portuguesa, Lisboa).

meados de 1858, optou-se pela nomeação de um dos oficiais presentes na Madeira para governador civil interino, com o intuito de evitar a repetição da transferência de pessoal que ocasionara o desastre de 1856. A escolha recaiu no Brig. Eng.º José Maria Baldy, que mandou proceder às eleições, nas quais, entre os habituais deputados da Madeira, foi eleito o anterior governador, o Brig. António Rogério Gromicho Couceiro (1807-1862), que, tendo sido igualmente eleito pelo distrito da sua naturalidade, o de Portalegre, pois nascera em Elvas, teve de optar por esse círculo.

Foi o Brig. José Maria Baldy, como governador interino, que determinou para o Funchal as festas referentes ao casamento real de D. Pedro V (1837-1861) e de D. Estefânia (1837-1859), ocorridas em Lisboa a 18 de maio de 1858, determinadas para 17, 18 e 19 de junho, contando o governador com o patriotismo do povo e com o sentimento de afeição de



Collecção de Listas,

QUE CONTEM

OS NOMES DAS PESSOAS, QUE FICARÃO PRONUNCIADAS

NAS

DEVASSAS, E SUMMARIOS,

que mandou proceder o Governo Usurpador depois da heroica contra-revolução, que arrebentou na mui nobre, e leal Cidade do Porto em 16 de Maio de 1828, nas quaes se faz menção do destino, que a Alçada, creada pelo mesmo Governo para as julgar, deu a cada uma dellas.

OFFERECIDA, E DEDICADA

A

S. M. I. O GRANDE, E IMMORTAL

DUQUE DE BRAGANÇA,

REGENTE EM NOME

DE S. M. F. A SENHORA D. MARIA II,

RAINHA REINANTE

DE PORTUGAL, ALGARVES, E SEUS DOMINIOS

PELO

Bacharel, Pedro da Fonseca Serrão Veloso.

PORTO:

1833.

Fig. 2 – *Collecção de Listas Que Contem os Nomes das Pessoas, Que Ficarão Pronunciadas nas Devassas, e Summarios* (1833), de Pedro da Fonseca Serrão Veloso.

que todos tinham dado provas. A 8 de outubro, entrava no porto do Funchal o infante D. Luís (1838-1889), o primeiro membro direto da família real portuguesa a visitar a Ilha. O infante foi na corveta *Bartolomeu Dias*, de que era comandante, levando em conserva a canhoneira *Sagres*. O infante demorou-se 20 dias na Madeira, participando em festas várias dadas pela nobreza local, mas só a 19 de outubro acedeu a participar numa cerimónia oficial em S. Lourenço, por ocasião da instalação da Sociedade Auxiliar Primária da Ilha da Madeira. Dormiu quase sempre a bordo da corveta *Bartolomeu Dias*, salvo na sua visita ao Rabaçal, tendo então pernoitado na Ponta do Sol, no Lugar de Baixo, na residência do comerciante António Giorgi, em cuja coutada tinha caçado. Na véspera da sua partida e em agradecimento à forma como havia sido recebido, ofereceu uma receção em S. Lourenço, saindo para Lisboa a 27 de outubro.

Em 1858, seguindo o exemplo do seu antecessor, o Brig. João Maria Baldy informava, a 30 de julho, as administrações dos concelhos de Câmara de Lobos e da Ponta do Sol da sua próxima visita às repartições dessas administrações. No entanto, no final do ano, a 30 de novembro, o governador voltava a informar Câmara de Lobos da sua próxima visita, parecendo assim que não fora possível efetuá-la no verão. O ano de 1859 foi marcado em todo o país pelos trabalhos de implantação do novo sistema de pesos e medidas, de base decimal, determinado pelo dec. de 20 de junho do ano anterior, começando primeiro com o sistema métrico e depois com os restantes. A implantação do novo sistema envolveu uma marcação de prazos para a transferência de um sistema para outro, programada para um período de 10 anos, e, mesmo com a circulação de inspetores nacionais para a sua implantação e fiscalização, surgiram problemas. O governo sabia os problemas que a transição iria colocar, pois tal havia já causado problemas noutros países europeus, e não se enganara.

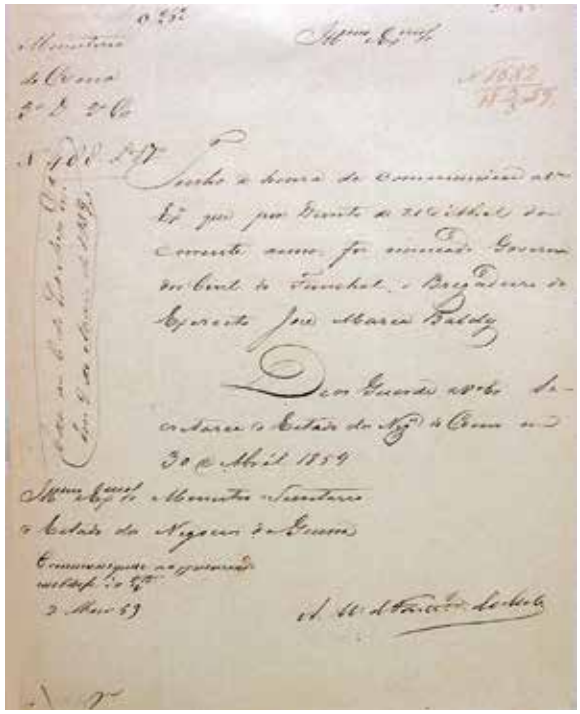


Fig. 3 – Informação de que o Brig. José Maria Baldy fora nomeado governador civil do Funchal por dec. de 21 de abril, António Maria Fontes Pereira de Melo (30 abr. 1859) (AHM, Processos Individuais).

A nomeação do Brig. José Maria Baldy como governador civil do Funchal só veio a ser feita pelo dec. de 20 de abril de 1859, tomando posse a 21 de maio seguinte, como participou às administrações dos concelhos. Ter-se-ia colocado em Lisboa a hipótese da acumulação do lugar de governador civil com o de militar, o que levou a troca de correspondência sobre o assunto, largamente documentada no seu processo individual militar, mas a 20 de maio já se informava que fora somente nomeado como governador civil, pelo que era necessário preencher a vaga de governador militar.

A 16 de dezembro, o Gov. José Maria Baldy enviava uma circular para marcação das eleições para deputados, segundo o dec. de 28 de novembro e a carta de lei de 23 de novembro de 1859, que determinava as eleições para as Cortes Gerais para o dia 26 de janeiro seguinte. A 30 de dezembro, informava, igualmente por circular, de "que tendo de se deslocar a Portugal" (ABM, Governo Civil do Funchal, liv. 8, fls. 126v.-127), entregava, interinamente, o Governo civil ao secretário-geral, Joaquim Pedro Quintela (1801-1869), 2.º conde de Farrobo, depois também governador civil. Pelo seu processo individual militar, sabemos que pedira exoneração e que a mesma lhe foi concedida a 1 de fevereiro de 1860, pelo que a sua deslocação ao continente foi, por certo, para pressionar a mesma exoneração.

Em 1861, já como par do reino, foi convidado para a Pasta da Guerra, mas declinou o convite, sendo nomeado inspetor-geral do Arsenal do Exército, do que veio também a pedir escusa, sendo então promovido ao posto de marechal de campo e a comandante militar de Coimbra. Desde 6 de agosto de 1866 que era presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, falecendo em Coimbra, a 4 de setembro de 1870. Regista o *Elucidário Madeirense* que, apesar do curto período do seu governo, deixou honrosas tradições na administração superior do distrito.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Alfândega do Funchal, liv. 678, of. 611, 27 abr. 1858; of. 620, 18 out. 1858; *Ibid.*, Governo Civil, liv. 8, fls. 82v., 91, 96, 104, 126v.-127; AHM, Processos Individuais, cxs. 807 e 1839, *José Maria Baldy*; **impressa:** SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; VELOSO, Pedro da Fonseca Serrão, *Collecção de Listas Que Contem os Nomes das Pessoas, Que Ficarão Pronunciadas nas Devassas, e Summarios: a Que Mandou Proceder o Governo Usurpador depois da Heroica Contra-Revolução, Que Arrebentou na mui Nobre e Leal Cidade do Porto em 16 de Maio de 1828*, Porto, Typ. de Viúva Alves Ribeiro & Filho, 1833.

Rui Carita

Baleia, caça à

A primeira referência à presença de baleias nas águas da Madeira é de 1595 e diz respeito a um animal observado no porto do Funchal. Nos séculos seguintes, são poucos os registos de baleias na Madeira, com algumas referências de animais que deram à costa ou foram encontrados mortos a flutuar.

A caça à baleia parecia ser uma atividade local esporádica, atestada pela quase ausência de referências à captura destes animais até ao séc. XX, apesar de a sua presença estar confirmada nestas águas, *e.g.* através da referência à área de caça à baleia a oeste da Madeira nos *logbooks* dos navios baleeiros americanos durante o séc. XIX, designada por vezes de *Steen ground*. Entretanto, em 1741, Nicolau Soares tentou iniciar a caça à baleia na Madeira, pedido que foi recusado pelo Rei D. João V, pois tinha atribuído o monopólio da baleação no reino às armações baleeiras do Brasil. A Madeira nunca foi grandemente influenciada pela atividade baleeira desenvolvida por outros países, contrariamente aos Açores, que nos



Fig. 1 – Reboque para esquartejar uma baleia, Caniçal ou Porto Moniz, c. 1950 (arquivo particular).

sécs. XVIII e XIX foram visitados regularmente por navios baleeiros norte-americanos à procura de cachalotes e aí recrutavam tripulantes para as suas caçadas em alto mar. É possível que para tal tenha contribuído uma menor presença de baleias na Madeira, mas também o facto de o clima e os primeiros colonizadores (principalmente agricultores) terem propiciado o crescimento da economia do arquipélago, assente, sobretudo, na atividade agrícola, como atestam os ciclos da cana do açúcar e do vinho. O sucesso da economia terrestre provavelmente não incentivou o aparecimento de atividades alternativas no mar, de maior risco empresarial.

Foi apenas nos anos 30 do séc. XX que voltou a ser considerada a possibilidade de se caçarem baleias na Madeira. Os protagonistas do início da caça à baleia foram Simplício dos Passos Gouveia e Francisco Marcelino dos Reis. O primeiro era oficial a bordo dos navios da Empresa Insulana de Navegação e o segundo negociante de óleo de cachalote e sócio em algumas fábricas de baleias nos Açores; conheceram-se nas viagens que ambos realizavam entre o continente, a Madeira e os Açores. Em 1935, Simplício dos Passos Gouveia tornou-se piloto de barra do porto do Funchal e, nas conversas tidas com Francisco Marcelino dos Reis quando este passava pela Madeira, questionou-se sobre o porquê de não existir baleação na Madeira. Na sequência dessas conversas, o piloto Gouveia perguntou junto de pescadores e arrais das embarcações de cabotagem se viam com regularidade baleias, e assim confirmou a sua presença nas águas da Madeira. Mais tarde, Francisco Marcelino dos Reis envolveu Pedro Cymbron, sócio-gerente da União das Armações Baleeiras de São Miguel, e despertou o seu interesse ao ponto de este fazer uma viagem exploratória à Madeira em 1938 para avaliar as potencialidades da atividade.

Em junho de 1940, iniciou-se na Madeira o empreendimento da baleação, com a vinda do primeiro vigia dos Açores com o apoio local do piloto Gouveia. Foram estabelecidas inicialmente duas vigias, uma no Porto Moniz e outra em Machico, em pontos altos na costa



Fig. 2 – Esquartejamento de uma baleia no forte do Negrito, ilha Terceira, Açores (fotografia de João Anacleto Rodrigues, c. 1900, edição do Bazar do Povo, Funchal).

com boa cobertura do mar para maximizar a localização das baleias. Com a confirmação da presença de cachalotes (a espécie de baleia de interesse para a atividade) ao largo do Porto Moniz, Pedro Cymbron enviou dos Açores, em agosto desse ano, as primeiras baleeiras e respetivas tripulações. Estes homens traziam consigo o conhecimento secular das técnicas artesanais da caça à baleia herdadas dos *yankees*, dos povos indígenas norte-americanos e dos bascos, que engenhosamente adaptaram à realidade das ilhas açorianas. A sua arte e técnica baseavam-se na deteção de baleias, especialmente cachalotes, a partir de pontos altos na costa, seguido da sua perseguição, caça e abate com arpões e lanças utilizando pequenos botes em madeira, propulsionados à vela e a remos.

O atraso da capitania do porto do Funchal na concessão das licenças necessárias impediu o começo da caça à baleia em 1940. Em consequência, nesse ano os vigias apenas recolheram dados estatísticos de avistamentos de cachalotes e foram construídas as instalações, designadas pelos baleeiros de "traiól", para desmanche e derretimento do óleo.

Os dois primeiros cachalotes foram capturados a 2 de fevereiro de 1941 ao largo do Porto Moniz. Esses animais foram inicialmente desmanchados no calhau das Pedras Vermelhas,

na Ribeira da Janela, costa norte da Madeira. No entanto, as árduas condições de trabalho, devidas, sobretudo, ao mar agreste, forçaram a construção de novas instalações na costa Sul, mais abrigada dos ventos e do mar. Assim, a partir de 1942, a maioria das baleias passou a ser desmanchada no calhau do Garajau. Também foi montado um traiól no Porto Santo, em 1944, mas que nunca chegou a operar.

Nos primeiros anos, a atividade foi desenvolvida com um alvará provisório atribuído formalmente pelo Estado português a Pedro Cymbron. Este dispunha dos equipamentos e dos homens com a experiência para começar a atividade e contava com o apoio logístico local e o conhecimento das lides do mar do piloto Gouveia. Em 1940, constituiu seu irmão José Cymbron, funcionário da Alfândega do Funchal, procurador para gerir e administrar a atividade na Madeira.

Três anos após o início da atividade, já existiam nove baleeiras a caçar, apoiadas por quatro lanchas. Estas baleeiras operavam a partir do Porto Moniz, Funchal e Garajau, e caçavam cachalotes sob a coordenação de um responsável, chamado mandador. Nas primeiras duas décadas de atividade, o mandador foi Luís Reis, oriundo da freguesia das Capelas, na ilha de São Miguel (Açores), e substituído, até ao fim da atividade, por seu filho, Eleutério Reis.



Fig. 3 – Vigia da Ribeira Brava, c. 1940 (fotografia de José Lemos Silva, 2014).

O crescimento da baleação na Madeira deveu-se, não apenas à disponibilidade de cachalotes nestas águas, mas também à pronta aprendizagem dos novos vigias e baleeiros – de naturalidade madeirense – que no convívio com os experientes baleeiros do arquipélago vizinho forjaram o seu saber. A rápida adaptação dos homens locais a esta nova faina permitiu que em 1944 todos os vigias e a grande maioria das tripulações das baleeiras fossem madeirenses.

Com o sucesso dos primeiros anos da atividade, foi criada a 2 de dezembro de 1944 a Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira, Lda. (EBAM). Assinaram a escritura de constituição da empresa Pedro de Chaves Cymbron Borges de Sousa, José de Chaves Cymbron Borges de Sousa, Simplício dos Passos Gouveia e Francisco Marcelino dos Reis, com os segundo e terceiro outorgantes a tornarem-se sócios-gerentes da EBAM. A partir de 1946, a concessão exclusiva da atividade baleeira inicialmente atribuída pelo Estado português a Pedro Cymbron foi entregue à EBAM, que a viu ser renovada sucessivamente até 1981.

As primeiras vigias foram construções em madeira com telhado em chapa ondulada de fibrocimento. Estas vigias foram construídas pela armação baleeira de Pedro Cymbron entre 1940 e 1943. Eram um total de oito na Madeira, designadamente em Porto Moniz, São Jorge, Caniçal, Machico, Garajau, São Martinho, Ponta do Sol e Ponta do Pargo, e uma no Porto Santo. Entretanto, a capitania do Porto do Funchal iniciou em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, a construção de uma rede de vigias na ilha da Madeira, no Porto Santo e nas Desertas para controlar visualmente o tráfego marítimo e aéreo na costa, especialmente de navios e submarinos dos países beligerantes que pudessem constituir uma ameaça militar ao arquipélago. Estas vigias, em menor número, foram construídas integralmente em betão, e algumas ao lado das vigias das baleias



Fig. 4 – Interior do Museu da Baleia do Caniçal, 1989 e 2011 (arquivo particular).

existentes. Com o fim da guerra as vigias da capitania do Porto do Funchal foram entregues à EBAM, substituindo as vigias em madeira e expandindo a rede que passou a cobrir todas as costas do arquipélago.

O sucesso inicial da caça ao cachalote fomentou novos investimentos. Na sequência dos investimentos nos meios de caça, também foram melhorados os meios de comunicação e de extração dos produtos das baleias. Nos primeiros anos, as comunicações entre as vigias e as baleeiras eram rudimentares e pouco eficientes – utilizavam-se lençóis brancos ou sinais de fumo. No entanto, a deterioração da visibilidade, provocada por frequentes neblinas, rapidamente afetava essas comunicações visuais, constituindo um problema crucial que limitava o crescimento da atividade. Aproveitando a disponibilidade de excedentes militares norte-americanos da Segunda Grande Guerra, foram comprados pela EBAM rádios-telefones para estabelecer-se uma rede de comunicações sem fio que ligava as vigias entre si e também as embarcações no mar.

Inicialmente, o óleo dos cachalotes era extraído recorrendo a caldeiros alimentados a fogo directo, um método rudimentar e pouco eficiente. A partir de 1947, passaram a utilizar-se autoclaves nas instalações do Garajau. Estes equipamentos funcionavam como grandes panelas de pressão, que recorrendo à elevada temperatura e pressão de vapor extraíam com maior eficácia e qualidade o óleo do toucinho dos cachalotes. Com estes equipamentos, também foram ensaiadas as primeiras experiências de produção de farinhas de baleia. Mas o investimento na capacidade de processamento das baleias não terminou aí. Em 1949, iniciou-se a construção da fábrica de processamento dos produtos da baleia, no Caniçal. A fábrica iniciou o seu funcionamento dois anos mais tarde, coincidindo com o fim do desmanche nos restantes locais. A partir de então, o Caniçal tornou-se no centro da caça à baleia na Madeira.

Os anos 50 trouxeram inovação e maior dinamismo a esta atividade, com avanços no fabrico das baleeiras, que passaram a ser construídas em contraplacado marítimo e onde os motores a gasolina substituíram os remos e as velas como força propulsora.

Além disso, foi nesta época que a EBAM alargou, experimentalmente, a caça às grandes baleias de barbas. A captura destes animais exigia meios diferentes dos utilizados para os cachalotes. Para tal, foram contratados dois navios baleeiros, o *HVAL I*, de pavilhão norueguês, e o baleeiro *Persistência*, pertencente à Empresa Francisco Marcelino dos Reis, Lda., que operava na costa portuguesa continental. Mais tarde, o baleeiro *Persistência* foi adquirido pela EBAM para a função de rebocador. Os navios

baleeiros eram capazes de dar perseguição a estes velozes animais e estavam equipados com um canhão à proa. No entanto, a experiência não foi bem-sucedida, com poucas baleias de barbas caçadas. Assim, a atividade da caça à baleia acabou por se centrar numa única espécie, o cachalote, dada a sua abundância e facilidade de captura.

A partir de meados dos anos 60, a atividade baleeira foi diminuindo na Madeira, primeiro com a redução da frota baleeira e depois com a sua suspensão temporária em 1968, em virtude da diminuição na procura dos produtos do cachalote, o que a tornou economicamente inviável. A partir dos anos 70, os desafios económicos à baleação na Madeira persistiram e foram ampliados com o aparecimento do movimento cívico internacional para a defesa das baleias, que contribuiu decisivamente para a interdição por alguns países ocidentais da comercialização dos produtos destes animais, alguns dos quais tradicionais compradores dos produtos da baleação madeirense. Assim, em outubro de 1981, a Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira encerrou voluntariamente a sua operação.

Bibliog.: CYMBRON, Albano, *A Fase Industrial da Baleação Micaelense (1936-1970)*, Horta, Observatório do Mar dos Açores, 2011; FIGUEIREDO, José Mousinho, *Introdução ao Estudo da Indústria Baleeira Insular*, Lajes do Pico, Museu dos Baleeiros, 1996; RIBEIRO, João Adriano, "A pesca da baleia na Madeira", *História*, n.º 139, abr. 1991, pp. 22-27; SARMENTO, Alberto Artur, *Mamíferos do Arquipélago da Madeira*, Funchal, JGDAF, 1936; *Id.*, *Vertebrados da Madeira*, 2.ª ed., vol. I, Funchal, JGDAF, 1948; SOULAIRE, Jacques, *A la recherche de Moby Dick*, Paris, Hachette, 1959; *Id.*, *Le Grand Cachalot. Histoire Chronologique de la Chasse au Cachalot*, t. III, Paris, SPM, 2007; TOWNSEND, Charles Haskins, "The distribution of certain whales as shown by logbook records of american whaleships", *Zoologica*, vol. 19, n.º 1, 1935, pp. 1-50.

LUÍS FREITAS

Banana

A banana é o fruto da bananeira, uma planta herbácea da família *Musaceae* (género Musa). Originária do Sudeste da Ásia, aparece na Madeira no séc. XVI. A chamada bananeira anã (*Musa nana L.*) chegou à Madeira proveniente de Demerara, entre 1840 e 1843. Antes disso, existia na Ilha a chamada bananeira da terra (*Musa sapientum L.*). Outras variedades foram surgindo ao longo dos tempos ou foram adaptadas, no sentido de corresponder cada vez mais às exigências do mercado, fazendo da Ilha um espaço pioneiro na afirmação deste fruto na Europa. De entre estas, deveremos salientar a chamadas banana ouro e banana prata, que aparecem em muitas quintas e jardins, e que estão presentes no imaginário dos habitantes, cujos frutos são muito apreciados, mas com características que não permitem uma comercialização alargada.

Nos começos do séc. XXI, a bananeira é uma cultura muito presente na vertente Sul e encontra o seu espaço ideal ao nível do mar, podendo desenvolver-se em terrenos até aos 200 m de altitude. É aí que a Ilha apresenta as condições apropriadas para esta cultura, devendo-se salientar a fama alcançada pela Madalena do Mar e pela Fajã do Mar na produção e qualidade deste fruto. Podemos considerar como áreas de cultivo: Funchal, Ponta de Sol, Câmara



Fig. 1 – Cacho de bananas (fotografia de Bernardes Franco, 2019).



Fig. 2 – Bomboteiros no porto do Funchal (arquivo particular, c. 1925 a 1930).

de Lobos, Calheta, Ribeira Brava, Santa Cruz e Machico. O Funchal, que foi durante muito tempo a sua principal área de produção, acabou por perder essa importância, por força da pressão da construção imobiliária.

É a partir do séc. XVII que a informação sobre este fruto se torna mais abundante, nomeadamente pela voz dos estrangeiros que ficam deslumbrados com o seu exotismo. Em 1689, John Ovington define-a como o fruto proibido. Robert Wilson, em obra publicada em 1806, apesar de se referir a expedições realizadas entre 1764 e 1789, enaltece as capacidades de adaptação do solo madeirense a todo o tipo de culturas e árvores de fruto, incluindo aí as bananas. O Rev. Robert Walsh (1772-1852), que esteve na Madeira entre 1828 e 1829, refere, entre os frutos, a banana. A paisagem servida de bananeiras nos jardins deslumbra Wortley em 1854.

Uma das descrições mais pormenorizadas da bananeira é a apresentada por Isabella de França, em 1853: "A própria bananeira é das mais curiosas. Cresce com um caule nu, da grossura de uma perna humana, até sete ou oito pés de altura, e aí divide-se em vários ramos, cada um com uma folha só, de seis ou sete pés de comprido e cerca de catorze polegadas de largo, e uma haste grossa no meio; os lados da folha depressa se rompem até ficarem em franja de cada banda da haste. Do centro da planta nasce um talo nodoso, semelhante a uma espinha dorsal, que se encurva e suporta os frutos num cacho de cinquenta a sessenta, muito parecidos com salsichas pequenas, na forma, a princípio de tom verde-escuro mas que vão amarelecendo ao amadurecer. No fim do talo está a flor, que faz lembrar um coração de vitela. As folhas e hastes são de um verde pálido delicado. O fruto, substancial e doce, mas um tanto insípido. Há várias espécies, algumas maiores do que outras, e a mais apreciada é uma, pequena, chamada banana de prata. Não existe estação própria das bananas; produzem-se em toda a roda do ano. Há uma variedade que não dá fruto, apenas uma linda flor escarlate" (FRANÇA, 1970, 147).

Foi a Madeira que trouxe à Europa a banana, como outros frutos do chamado novo mundo, contribuindo para a sua generalização no gosto e na dieta diária dos europeus. Desde 1848 que esta banana chegava a mercados externos, como Londres e Liverpool, mas a sua importância na economia madeirense era ainda diminuta, uma vez que o deputado Lourenço José Moniz, em 1850, refere que as trocas com o exterior se haviam reduzido 100 %, ficando por umas bagatelas de fruta banana.

A obra de James Yate Johnson (1820-1900) testemunha, para 1883, a exportação de banana, que representava já 13,2 %. Diz-se que, em 1893, Sissi (1837-1898), depois de desembarcar no cais, desapareceu alguns momentos para ir à pastelaria Felisberta comer bananas à mão. Desta forma, a banana é um atrativo para muitos dos visitantes, daí a sua assídua referência nos textos e guias de viagem.

A banana começou a adquirir importância na economia de exportação da Ilha a partir da déc. de 80 do séc. XIX, com os portos ingleses. É, aliás, na Inglaterra que se consolida o mercado estrangeiro da banana madeirense, a que se associa, a partir de 1904, o de Hamburgo. Ainda em 1895, afirma-se que este produto é o mais bem remunerado e de mais fácil mercado na Europa. Assim, em 1904, seguiram para Hamburgo 185 grades com banana, e, no ano seguinte, 182 gigos de banana para Londres, sendo 132 em nome de Leacock & Co. Mas aquilo que parecia ser uma abertura promissora do mercado britânico cedo se revelou uma dificuldade, com a concorrência da banana doutros mercados. As Canárias começaram a apostar nesta cultura de exportação a partir de 1882, e a América Central começou a ter presença visível na Europa desde 1896. Mas foi no séc. XX que se consolidaram estes mercados abastecedores, atuando de forma concorrente com a Madeira: a Jamaica e a Costa Rica a partir de 1907, juntando-se-lhes as Canárias em 1911.

Um dos problemas da exportação da banana prendia-se com o processo de embalagem, de forma a que o fruto não perdesse qualidade. Esta questão já se colocava em 1888 e continuou no tempo. Em 1907, os cachos eram envolvidos em algodão em rama e embalados em caixas ou grades, que se ajustavam às dimensões do cacho. Este processo fazia aumentar os custos da fase de circulação do produto. Daí buscarem-se alternativas, com o recurso à palha seca dos cereais e mesmo da bananeira. Ao mesmo tempo, procurou-se criar condições para que a banana madeirense mantivesse a sua qualidade em termos de aspeto, aroma, sabor, riqueza sacarina e digestibilidade, fatores de valorização face à competição de outros mercados.

A Primeira Guerra Mundial gerou inúmeras dificuldades em termos do mercado externo do arquipélago, refletindo-se nas exportações e no abastecimento de bens de subsistência. Perante isso, o Governo Civil decidiu criar limitações à saída de banana, de forma a prover o mercado local. Em 1911, a Madeira exportava 550.000 kg de banana, subindo para 619.790 kg no ano imediato. Sabemos pela imprensa que, nos anos de 1918 e 1919, a escassez de banana na praça funchalense era evidente, levando à intervenção das autoridades para controlar o seu comércio local e de exportação para Lisboa. Assim, em abril de 1918, fez-se sentir a sua falta nos locais de venda, surgindo, entretanto, a informação de que tinha chegado a Lisboa banana no valor de 15 contos, de contrabando. Em agosto de 1918, o governador autorizou a exportação de 100 grades, ao mesmo tempo que determinou a criação de um depósito aberto para a sua venda, com um lote de 500 kg. A 3 de dezembro de 1919, os exportadores criaram outro depósito para venda de banana num barracão nos paços do concelho. A 21 de dezembro, face à escassez de pão, refere-se a disponibilidade de 300 kg de banana para venda a sete centavos o quilo. A medida proibitiva de exportação repetiu-se em 6 de abril de 1920, e sabemos que cada passageiro apenas estava autorizado a transportar consigo um cacho de bananas.

A banana fazia parte da oferta de produtos regionais que os bomboteiros faziam chegar aos navios, tendo sempre clientes para o fruto desconhecido e apetitoso. Para evitar excessos, um edital do governador civil, de 27 de maio de 1920, determinava que a sua venda a bordo só podia acontecer quando em perfeito estado de maturação. Pensava-se fundamentalmente na ação dos bomboteiros que tinham, neste produto regional, uma grande aposta para as suas vendas a bordo, abastecendo-se nos depósitos do Grémio de Exportadores de Frutas e Produtores Hortícolas da Ilha da Madeira (GEFPHIM) a partir de 1935.

Passados os anos da guerra, a banana da Madeira continuou em expansão, mas aquilo com que os madeirenses não contavam era com a

valorização exponencial de novos mercados abastecedores da Europa. A vantagem da proximidade da Ilha ao mercado consumidor europeu perdeu-se face aos custos baixos das produções africana e sul-americana, que lhes permitia apresentar preços muito competitivos. É a mesma dinâmica competitiva que se verificou no séc. XVI com o açúcar, cuja qualidade não tinha condições para competir face aos preços. Esta nova dinâmica do mercado do açúcar apareceu, de forma clara, na déc. de 20, no período de expansão que se seguiu à Primeira Guerra Mundial. Desta forma, Pio Correia comentaria, em 1926, que a bananeira era, na altura, a planta fruteira mais importante do Mundo, pois era a única que era objeto de comércio marítimo. Aqui como noutras situações, a generalização dos mercados produtores faz com que a Madeira perca capacidades de competição no mercado europeu, apesar de ter sido pioneira na sua generalização nos mercados inglês e alemão.

Em 1927, o marquês de Jácome Corrêa afirmava que a Ilha consumia 1/3 da sua produção de bananas, exportando anualmente cerca de um milhão de frutos anualmente, o que significa que tudo corria muito bem nesta altura. A 30 de setembro desse ano, a comissão administrativa da Câmara Municipal de Câmara de Lobos deliberou aplicar, de novo, o imposto sobre a banana e outros produtos agrícolas, o que motivou, a 4 de novembro, uma manifestação no Estreito, nos paços do concelho.

Em 1928, surgiu a companhia The Ocean Islands Fruit & Co Ltd, que teve uma ação importante na valorização do sector, nomeadamente nas exportações para o estrangeiro. Desta forma, das 1700 t, em 1926, passou-se para 2530 t, em 1929. Neste último ano, Peres Trancoso dava conta de que a banana representava um rendimento de 3500 contos, o que correspondia a 5,5 % das produções da Ilha. No seguinte, informava-se que a exportação tinha sido de 5000 t. Em 1932, A. Samler Brown referiu a exportação de bananas, e outros mais deram conta da importância deste produto nas exportações da Ilha, em que partilham espaço nos barcos para Londres.

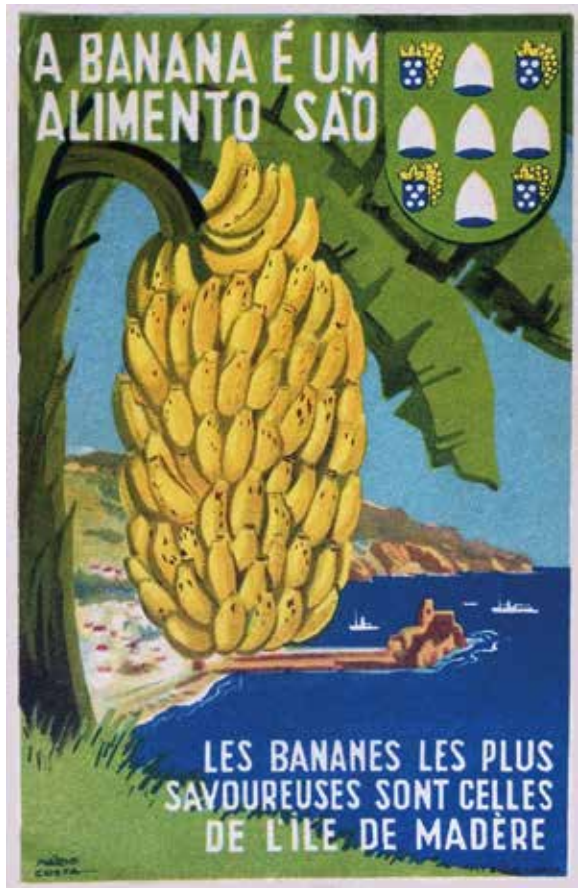


Fig. 3 – *A Banana É Um Alimento São*, bilhete-postal de Mário Costa, c. 1950, Grémio das Frutas da Madeira (coleção particular).

A demanda pela banana acompanha, de perto, as mudanças na economia do arquipélago, que levam a que o fruto tenha um lugar destacado nas exportações para a Europa. Neste contexto, destaque-se o já referido GEFPHIM, criado pelo dec. n.º 25.463, de 5 de junho de 1935 para estabelecer a supervisão da cultura e do comércio desta fruta, e que, em colaboração com o Grémio da Lavoura do Funchal, tinha a missão de defender os interesses da agricultura madeirense. Em 1935, foi criado o Sindicato dos Produtores de Fruta que, em 1946, deu lugar à Cooperativa Agrícola de Produtores de Fruta da Madeira (CAPFM).

No início dos anos 70 do séc. XX, face à crise existente, manifestava-se grande interesse dos expedidores de banana em selecionarem o produto, enquanto os responsáveis políticos falavam na reconversão e na reforma das mentalidades do agricultor, uma vez que a economia

regional, em geral, e as famílias, em particular, estavam seriamente ameaçadas. Entretanto, várias empresas surgiram no mercado regional para se dedicarem à comercialização de banana. A delegação da Junta Nacional das Frutas foi criada a 5 de junho de 1935, por dec. n.º 25.464, para promover a fruticultura, com especial atenção à cultura e ao comércio da banana. Desde a déc. de 30 que se manifesta notória a valorização da fruticultura e horticultura por força da sua exportação, com demanda em diversos países europeus, no continente e nos Açores. De acordo com o aviso de 16 de abril de 1939, o GEFPHIM cobrava uma taxa de $02 por cada kg de banana exportado para Inglaterra. A 31 de dezembro de 1973, o Grémio tinha 28 sócios em nome individual e 39 sócios de associações, sociedades e empresas.

A partir de 1938, é notório que a Ilha produzia excedentes hortícolas e frutícolas, que exportava para o continente português e alguns países europeus, como Inglaterra, Irlanda, Bélgica, Alemanha, Itália, e ainda para África e para os Açores. Com a Segunda Guerra Mundial, de novo se fecharam os mercados europeus, mas manteve-se o português. A imprensa fazia eco da ausência dos vapores da Union Castle Line, a partir de setembro de 1939. Em 1940, as exportações de produtos frutícolas e hortícolas representavam 3960 contos, 6 % do total da receita entrada na Ilha. Neste grupo, a banana representava já um valor significativo, com mais de 99 %.

Terminada a guerra, tudo voltou ao que era antes, com a Madeira a recuperar os seus mercados. Em setembro de 1945, a Madeira reclamou um navio-fruteiro para permitir o escoamento da banana, uma vez que o *Funchalense* não permitia a sua total saída. Em 1964, para uma exportação de 23.557 t, é calculada uma perda de 3532 t.

O Grémio Funchalense dispunha, em Portugal continental, de duas delegações/centros de reexpedição de banana, um em Lisboa e outro em Aveiro. O de Lisboa começou a funcionar em maio de 1936, enquanto o de Aveiro só em 1969. Os dados da reexpedição da banana da Madeira a partir de ambos os centros evidenciam que o seu consumo se havia generalizado no país em 1973, e não se ficava apenas pelos grandes centros. Assim, de uma exportação de 15.779.282 kg, 2.483.523 kg foram enviados para os Açores, 13.294.309 kg para o continente, e 1250 kg como mantimento para navios estrangeiros. Dos 13.294.309 kg que chegavam a Lisboa ou Aveiro, 10.369.083 kg eram distribuídos por todo o país. Até 1953, a Madeira fornecia em exclusivo o mercado continental, surgindo, neste ano, a banana de Cabo Verde e, em 1959, a de Angola.

Ao problema do transporte da banana, associava-se o do seu manuseamento em Lisboa, que fazia com que houvesse uma perda elevada de produto e da sua qualidade. Tardava a disponibilização dos barcos, e as condições de armazenamento das bananas, no Funchal e à sua chegada a Lisboa, não eram as melhores, chegando ao consumidor em condições impróprias para consumo. Esta reclamação terá voz no deputado Agostinho Cardoso, que apontava, em 1964, perdas na ordem dos 15 %. Por isso, havia que tomar medidas urgentes.

A partir de 1955, a banana africana, de Angola e Cabo Verde, passou a ser uma real ameaça à madeirense, o que se confirma em pleno a partir de 1960. Mesmo assim, esta não perdeu valor económico nas exportações, permanecendo em terceiro lugar em 1960, com 100.000 contos, passando para 90.000 contos em 1964.

Os anos 60 marcam uma fase decisiva na evolução do mercado da banana da Madeira. A garantia da sua continuidade implicava que se apurassem os padrões de qualidade face à concorrência de outros mercados, sendo fundamental a publicação, em 21 de novembro de 1964, da port. 20.923, que regulava o comércio interno da banana da Madeira. A disciplina no processo de apanha, na circulação, no armazenamento e na venda da banana implicava novas regras, de forma a garantir a qualidade do produto quando chegasse às mãos do consumidor, competindo ao GEFPHIM e à Junta Nacional das Frutas a missão de fiscalizar o cumprimento destas regras.

Em 1966, alcançou-se o pico da produção madeirense, ganhando esta cultura terreno em

relação à cana sacarina. As exportações atingiram os 32.178.551 kg, mas o continente português contava com mais 11.683.516 kg de banana de Angola e Cabo Verde. Alberto Araújo, na Assembleia Nacional, afirmava que a banana era uma importante riqueza económica da Ilha, ocupando o quarto lugar depois dos bordados, vinhos e vimes. Entretanto, em Angola, a produção e exportação começavam a organizar-se, surgindo uma sociedade anónima, em 1967, que terá repercussões no mercado continental, em prejuízo da Madeira. O ano de 1969 foi bom para esta cultura, mas redobraram as reclamações dos deputados madeirenses face à concorrência da banana africana e à necessidade de criar um sistema adequado de transporte e armazenamento para o abastecimento do principal mercado, o continente português. A par disso, a Madeira debatia-se com um problema: a banana apresentava-se no mercado europeu como o fruto mais caro do mundo. A solução passava pelos armazéns de amadurecimento em Lisboa, que surgiram em 1966, e pelo alívio das taxas e encargos que oneravam a banana madeirense. Com a port. 23.979, de 21 de março de 1969, foi determinada a percentagem do quantitativo da expedição de banana em pencas, da ilha da Madeira para o continente, a embarcar em cada semana.

Alguns dados disponíveis sobre a evolução do volume das exportações da banana evidenciam esta quebra acentuada. Assim, em 1969, foram exportados 32.862.396 kg, em 1970, 29.319.955 kg, no ano imediato, 25.079.821 kg, seguindo-se uma queda abrupta, em 1972, com 17.996.479 kg, e, em 1973, com 15.779.282 kg.

O relatório do GEFPHIM referente a 1973 elucida-nos sobre a forma de intervenção da instituição e a situação do mercado da banana madeirense. Recorde-se que, nesse ano, a port. 571/73, de 20 de agosto, alterou a port. de 1969 quanto à forma de distribuição da banana da Madeira. Embora naquele relatório sejam referidos outros produtos, como os abacates, as anonas, os tomates, a batata e a cebola, quase toda a atenção está voltada para a banana, central na atividade do Grémio, com 15.779.282 kg.

Nesta época, os principais mercados eram o continente português, com 13.294.509 kg, e os Açores, com apenas 2.483.523 kg. Neste mesmo ano, Lisboa recebeu 64.278.167 kg de banana de Angola e 1.283.455 kg de Cabo Verde. Tornavam-se cada vez mais evidentes os efeitos da concorrência da banana da África portuguesa. Assim, o envio da banana madeirense decresceu 3.390.611 kg, enquanto o da de Angola subiu 11.926.466 kg.

Embora a Madeira tenha sido pioneira na oferta de banana ao mercado europeu, cedo perdeu importância em relação aos demais mercados abastecedores. Em 1950, a produção era de 20.000 t, e a exportação para o continente, a Inglaterra e a França chegava até aos 500.000 cachos. Passados cinco anos, a Ilha produzia mais de 20.000 t, das quais 91 % se destinavam ao continente português e apenas 0,3 % ao externo, não alcançando as 80 t. Os mercados estrangeiros, em 1955, eram a Inglaterra, Irlanda e Itália. Paulatinamente, a banana da Madeira, devido aos condicionalismos



Fig. 4 – Bilhete-postal do Grémio das Frutas da Madeira, c. 1970 (coleção particular).

do mercado, afirmou-se como um produto para o mercado nacional, situação que acabou por sair reforçada a partir de 1974, com a desestruturação da economia das ex-colónias portuguesas, nomeadamente de Angola, que se afirmara como o principal concorrente da Madeira no mercado nacional.

O período pós-25 de Abril de 1974, com o processo autonómico, permitiu repensar os rumos da atividade agrícola. A aposta das autoridades dirigiu-se a uma agricultura assente na variedade de culturas. A partir de 1976, o processo autonómico contribuiu para uma mudança radical no panorama socioeconómico madeirense, em que o vinho e a banana concorriam na produção e nas exportações. A perda da posição favorável da banana no mercado continental levou à sua desvalorização a favor do vinho, que assumiu uma posição dominante nas exportações, tornando-se um dos principais fatores de animação da economia da Madeira. Por outro lado, a principal aposta, em termos de cultivo, esteve virada para as culturas da banana e vinha, que mereceram diversos incentivos financeiros.

Uma das tentativas para resolver a crise da banana madeirense foi a criação, a 14 de abril de 1974, do Armazém Regulador do Comércio de Banana A.C.E. Em 1975, a CAPFM desligou-se, passando a atuar individualmente. Foram surgindo cooperativas e sociedades dedicadas ao comércio de banana, que, em julho de 1986, eram já 11: Armazém Regulador, CAPFM, Eurofrutas, Lda, Solfrutas, cooperativas Vitória e Laurencinha, Frumadeira, Banana Santa, Pontassolense, Cooproban e a da Palmeira. Em agosto de 1988, o Armazém Regulador tinha como associadas as seguintes empresas: Fruboa, Frutama, Irmãos Fernandes, José Fernandes & Irmãos, Henriques & Soares, Panagro, Sebal, Soeba e Tiago & Filhos. Num estudo realizado pelo Centro de Estudos e Assistência em Marketing e Economia – Mário Baptista, Lda., em 1992, apontava-se a reunião do sector como forma de solucionar os problemas.

Em 1979, por port. 126/79, de 20 de março, foram ratificadas as normativas de 1969 e 1973. Ao mesmo tempo, foram tomadas várias medidas para a defesa e promoção da banana. Apenas em 1985, pelo dec.-lei 503/85 e pelo dec. reg. 83/85, de 30 de dezembro, o Governo legislou no sentido de definir uma organização nacional de mercado para a banana, determinando normas e centros de recolha, acondicionamento e amadurecimento. Pela port. n.º 113/88, de 27 de outubro, foi criada a marca, denominada Pérola, destinada a promover a qualidade da banana da Madeira. De acordo com a port. 582/90, de 24 de julho, o contingente de exportação de banana para o continente era estabelecido em despacho conjunto do ministro da República para a Madeira e do Ministério do Comércio e Turismo, sendo de 4000 t no mês de outubro, a que se acrescentou mais 1000 t para o mês de dezembro. As mesmas entidades, a partir de 1992, passaram também, pela port. 44-A/92, de 30 de maio, a fixar o preço de referência da banana a importar pelo continente.

No último quartel do séc. XX, a banana ganhou uma grande importância no mercado mundial, sendo de salientar, no chamado mercado da zona dólar (Equador, Costa Rica, Honduras, Colômbia e Panamá), o papel das empresas norte-americanas United Brands Company, Standard Fruit Company e Del Monte Corporation. A Europa é uma grande consumidora de banana, tendo à cabeça a Alemanha, que não tem na sua retaguarda qualquer espaço de produção desta fruta. As questões colocam-se com a França, Portugal e a Espanha. Em 1979, a França começou a reclamar uma Organização Comum de Mercado (OCM) para a banana, o que foi alcançado a 13 de fevereiro de 1993, com a oposição da Alemanha, Bélgica e Holanda. Esta OCM atribuiu uma série de garantias e instrumentos de apoio para salvaguardar as regiões produtoras de banana da União Europeia, nomeadamente através do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Garantia que salvaguardou a produção de banana das regiões europeias. Em 1994, o acordo do Tribunal de Justiça da União Europeia contra a reclamação da Alemanha e a revisão da OCM funcionaram como fator positivo para as regiões produtoras, garantindo mesmo a sua expansão.

O regulamento da CEE n.º 404/93, do Conselho de 13 de fevereiro, instituiu a OCM no sector das bananas (OCM-Banana). Ficaram determinados uma quota de 40.000 t para a Madeira e mecanismos de apoio financeiro, o que não impediu dificuldades no sector. Assim, a produção da Madeira, em 1988, era de 44.000 t, subindo para 50.000 t, em 1990; mas em 1994 desce para 30.000 t e, em 2000, para 20.000 t, atingindo, em 2012, as 16.500 t. Entretanto, pelo dec. leg. regional n.º 6/2011/M, de 15 de março, foi criado o Sistema de Certificação de Origem Garantida dos Produtos da Região Autónoma da Madeira e a marca Produto da Madeira, que inclui a chamada banana da Madeira.

No início do séc. XXI, a manutenção do sector dependia destas condições especiais e da intervenção do Governo regional, através da Empresa de Gestão do Sector da Banana (GESBA), cuja missão principal era a recolha da banana da madeira no produtor, passando pela classificação, a certificação, o embalamento e a preparação para a sua distribuição e o seu comércio.

Entre 1976 e 1990, verificaram-se diversas alterações. Em 1976, a área ocupada pela cultura da banana ascendia aos 1000 ha, sendo a produção de cerca de 23702 t. Nos anos seguintes, a evolução foi tendencialmente positiva no que concerne à produção anual de banana, à exceção de 1981, com 32.260 t, menos 3,7 % que o valor verificado no ano anterior; 1988, em que se verificou um decréscimo de 2,4 %, com 48.738 t; e 1989, em que a diminuição foi de 6,7 %, e a produção se fixou nas 45.476 t.

Apesar das alterações verificadas anteriormente, convém ressaltar o facto de a evolução também se ter revelado na relação entre a área de cultivo e a produção total de banana. Enquanto, em 1976, 1 ha produzia, em média, cerca de 24 t de banana, em 1990, produzia aproximadamente 39 t.

Entre 1991 e 1998, é possível identificar dois períodos: um que se inicia em 1991 e finaliza em 1994, em que se verificou uma tendência de decréscimo anual, pois os valores de produção foram de 39.000 t em 1991 e de 23.601 t em 1994; e um outro, de crescimento, que se inicia em 1996, em que a produção de banana rondava as 23.357 t, e conclui em 1998, no qual a produção era de 28.618 t. Curiosamente, 1995 revelou-se um ano que quebrou as tendências, pois inicialmente poder-se-ia anuir que as 32.703 t produzidas seriam um sinal do início de um período de crescimento contínuo, pois verificou-se um aumento de produção de banana que ascendia aos 38,6 %, quando comparada com a do ano imediatamente anterior; todavia, em 1996, verificou-se uma queda no valor da produção muito significativa, de cerca de 28,6 %, com apenas 23.357 t.

No período compreendido entre 1999 e 2013, verificaram-se taxas de crescimento anual positivas em 2000, 2002, 2003, 2006, 2007, 2008, 2010 e 2012, com taxas de 4,2 %; 6,0 %; 0,1 %; 10,5 %; 9,3 %; 9,7 %; 7,9 % e 9,4 %. Embora esta informação possa representar, em primeira instância, um período positivo para a produção da cultura em apreço, cabe destacar que, apesar do referenciado anteriormente, nos anos nos quais se verificou um decréscimo da produção, comparativamente ao ano anterior, o valor percentual foi tendencialmente mais elevado do que as taxas positivas representantes dos anos de crescimento. A queda da produção chegou a rondar os 33,9 % em 2005, em que a produção foi de 13.737 t, valor muito abaixo das 20.773 t produzidas em 2004.

A alusão anterior é ainda mais notável se se comparar a produção de 2013, com um valor de 16.174 t, com a de 1999, em que a produção foi de 21049 t, o que significa uma queda de 23,2 % entre os dois períodos.

No que diz respeito à comercialização deste produto, os dados fornecidos, que não incluem a banana exportada fora do âmbito da atividade da empresa responsável pela gestão da comercialização da banana, a GESBA, Lda, permitem concluir que houve uma inversão quanto às categorias mais comercializadas.

Em 1998, das cercas de 29.000 t comercializadas, posicionava-se no topo a banana

de segunda categoria, com 15.119 t, representando 52,8 % do total. Para o mesmo ano, foram comercializadas 7342 t de banana de categoria extra e 6156 t de banana de primeira, representando 25,7 % e 21,5 %, respetivamente.

Todavia, esta realidade alterou-se ao longo do tempo. Em 2004, a quantidade de banana de categoria extra comercializada já ultrapassava a quantidade de banana de segunda categoria.

Em 2013, das 15.403 t de banana comercializadas, 9020 t eram de banana de categoria extra, 3256 t eram de banana de segunda e 3126 de banana de primeira categoria. Para cada categoria, os valores percentuais alteravam a ordem estabelecida em 1998, com a banana de categoria extra a ter um peso de 58,6 %, a banana de segunda categoria a representar 21,1 % da banana comercializada, e a banana de primeira a ter uma importância relativa de 20,3 %.

Bibliog.: impressa: BROWN, A. Samler, *Brown's Madeira, Canary Islands and Azores*, 14.ª ed. rev., London, Simpkin, Marshall Ltd, 1932; BUCHELI, M., *The Role of Demand in the Historical Development of the Banana Market*, Stanford, Stanford University, 2001; CÂMARA, Benedita, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002; CÂMARA, Leandro Aguiar, *Fruticultura Subtropical na Ilha da Madeira*, Relatório final do curso de engenheiro agrónomo apresentado à Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 1955; CORRÊA, Jácome, *A Ilha da Madeira. Impressões e Notas Archeologicas, Ruraes, Artísticas e Sociaes*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927; CORREIA, M. Pio, *Dicionário de Plantas Úteis do Brasil*, 6 vols., Brasília, Ministério da Agricultura, 1984; FAWCETT, W., *The Banana. Its Cultivation, Distribution and Commercial Uses*, London, Duckworth and Co., 1913; FRANÇA, Isabella de, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal. 1853-1854*, Funchal, JGDAF, 1970; GENRE, V., "Les enjeux du marché mondial de la banane", *Chambres d'Agriculture*, n.º 856, 1997, pp. 1-4; GOUVEIA, Vicente, *A Banana. Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, 2.ª ed. refundida e ampliada, Funchal, Tip. Funchal, 1939; GUYOMARD, H. *et al.*, "Impact of the common market organization for bananas on European Union markets, international trade, and welfare", *Journal of Policy Modeling*, vol. 21, n.º 5, 1999, pp. 619-631; GUYOMARD, H. *et al.*, *An Assessment of the New (April 2001) Banana Import Regime in the European Union*, s.l., Institut National de la Recherche Agronomique, 2001; JOHNSON, James Yate, *Madeira. Its Climate and Scenery*, 3.ª ed., London, Dulau & Co., 1885; MAILLARD, J. C., *Le Marché Internationale de la Banane. Étude Geographique d'Un Système Comercial*, Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux, 1991; MARRERO, Luís Miguel Perez, "Evolucíon de las técnicas y sistemas de embalage en los comercios del plátano", *Islenha*, n.º 16, jan.-jun. 1995, pp. 102-107; NATIVIDADE, J. Vieira, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, Alcobaça, Junta Nacional das Frutas/Grémio dos Exportadores de Frutas e de Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira, 1947; ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN, *La Economia Mundial del Banano, 1970-1984. Estructura, Desempeño y Perspectivas*, Roma, Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, 1986; *Id.*, *The World Banana Economy. 1970-1984*, Rome, Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1986; REYNOLDS, P. K., *The Banana. Its History, Cultivation and Place among Staple Foods*, Boston, Houghton Mifflin Company, 1927; ROCHE, J., *The International Banana Trade*, Cambridge, Woodhead Publishing Ltd, 1998; RODRÍGUEZ, F. J., "Oligopolio y comercio internacional. Una aplicación al mercado europeo del plátano", *Revista de la Economía Aplicada*, vol. 4, n.º 10, 1996, pp. 93-111; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1978; SOUZA, António Teixeira de, "Sobre a banana da ilha da Madeira", *Revista Agronómica*, vol. 23, t. 3, 1945, pp. 248-279; TAÑO, G. González, "Regimen de importacion de plátanos en la Comunidad Economica Europeia", *Canarias Agraria*, n.º 21, 1993, pp. 52-56; TAYLOR, T. G., "Evolution of the banana multinationals", in JOSLING, T. E., e TAYLOR, T. G. (orgs.), *Banana Wars. The Anatomy of a Trade Dispute*, Wallingford, Centre for Agriculture and Biosciences International, 2003, pp. 67-96; VIEIRA, Alberto, "Açúcar, vinho e banana. Três percursos semelhantes", *Diário de Notícias*, Funchal, 27 ago. 1991; *Id.*, *O Deve e o Haver das Finanças da Madeira. Finanças Públicas e Fiscalidade na Madeira nos Séculos XV a XXI*, Funchal, CEHA, 2013; WILHELM, Eberhard Axel, "*Wein und Bananen. Vinho e Bananas* (1935). Um livro de Arnold Rehm sobre a Madeira e as Canárias", *Girão*, vol. II, n.º 4, ago. 2007, pp. 137-144; WILSON, Robert, *Voyages of Discoveries around the World. Comprehending Authentic and Interesting Accounts of Countries never before Explored*, vol. I, London, James Cundee, 1806; YÁNEZ, H. Dominguez, *Situación del Sector Platanero de Madera. 1995*, s.l., Consejeria de Agricultura, Pescas y Alimentacion del Gobierno de Canarias, 1996; YÁNEZ, Juan Sebastián Nuñez, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas Productoras en Canarias. 1870-2000*, Santa Cruz de Tenerife, Instituto de Estudios Canarios/Asociación de Organizaciones de Productores de Platanos de Canarias, 2005; **digital:** "Série retrospetiva das estatísticas da agricultura e pesca (1976-2013)", *Direção Regional de Estatística da Madeira*, s.d.: http://estatistica.gov-madeira.pt/index.php/download-now/economica/agricultura-floresta-e-pesca/prod-veg-prd-animal-pesca-pt/prod-vegetal-serie-pt/serie-longa/finish/516-serie-longa/1345-serie-retrospetiva-das-estatisticas-da-agricultura-e-pesca-1976-2013 (acedido a 15 dez. 2014).

† Alberto Vieira
Sérgio Rodrigues

Bananeira

A bananeira produzida na Madeira pertence à família das *Musaceae*, género *Musa* e espécie *Musa acuminata* Colla., que tem como centro de origem a China meridional. É uma planta herbácea de grande porte, provida de um pseudotronco constituído pelo conjunto rígido das bainhas das folhas imbricadas, dispostas em espiral, e apertada sobre um pequeno eixo. As raízes são muito fasciculadas, carnudas, frágeis e superficiais. Os entrenós que separam as folhas são extremamente curtos. Nestes e na base das folhas, localizam-se os gomos, que, em condições favoráveis, originam o desenvolvimento de novas plantas, conhecidos na Madeira por "filhos" ou "canhotas". Uma vez que as plantas de valor comercial não produzem semente, a planta assegura assim a sua multiplicação. A bananeira, que, durante um certo período, se limita a emitir um número variável de folhas, diferencia posteriormente, a partir do meristema apical, um escape floral,



Fig. 1 – Bananeiras, Lugar de Baixo (fotografia de Bernardes Franco, 2018).

o qual origina uma inflorescência terminal complexa, com múltiplas brácteas, onde se desenvolvem os frutos comestíveis. A banana da Madeira (o fruto) pertence ao grupo AAA – cultivares triploides originárias de *Musa acuminata*, subgrupo Cavandish, e caracteriza-se por ser uma baga (em rigor, uma pseudobaga) alongada, mais ou menos cilíndrica, com extremidade apical arredondada. A sua superfície é lisa e adquire uma coloração amarelada durante a maturação do fruto.

A presença de bananeiras na Madeira é muito antiga, de acordo com várias fontes bibliográficas. No *Elucidário Madeirense* afirma-se que esta cultura "já existia na ilha em 1552, pois que dela fala Nichols, viajante inglês que esteve aqui naquele ano" (SILVA, e MENESES, 1998, I, 230), numa provável referência à *Musa x sapientum* L. e não à *Musa acuminata* Colla., informação corroborada por Henriques de Gouveia (1939). De igual modo, Hans Sloane, médico e naturalista inglês que visitou o Funchal em 1687, faz referência à presença de bananeiras na Ilha. Mais se refere que, em 1855, o barão de Castelo de Paiva, encarregado pelo Governo e enviado à Madeira para implementar o estudo do estado da ilha da Madeira, referiu: "as bananeiras têm-se quase completamente naturalizado na Madeira; a sua vegetação é tão desenvolvida, e os frutos tão copiosos, perfeitos e saborosos como nos lugares donde são indígenas" (CASTELO DE PAIVA, 1855, 8).

Os primeiros tipos de bananeiras que chegaram à Ilha e que aí se cultivavam eram a bananeira da terra (*Musa sapientum* L.), talvez a primeira a ser cultivada, e a bananeira platina (*Musa acuminata* Colla × *Musa balbisiana* Colla.). Todavia, no séc. XX não há vestígios dessas variedades. Outras variedades foram introduzidas e cultivadas na Madeira, algumas hoje quase totalmente desconhecidas, como a bananeira maçã, a bananeira de senhora, a bananeira roxa, a bananeira de ouro, a bananeira de macaco, a bananeira brasileira e a bananeira de prata. Já Augusto da Silva e Azevedo de Meneses referem que "a bananeira da terra é hoje raríssima na Madeira, e o mesmo se pode dizer acerca da bananeira 'plantina' (*Musa paradisiaca*), cujos frutos muito grandes se comem fritos ou cozidos. A bananeira de frutos roxos, a bananeira maçã e a bananeira de senhora são variedades da *Musa sapientum*, que se não têm vulgarizado" (SILVA, e MENESES, 1998, I, 231). Apenas a bananeira de prata

e a bananeira anã permaneceram em cultura entre os sécs. XIX e XXI. A bananeira de prata começou a ser cultivada na Madeira pelos fins do segundo quartel do séc. XIX, sendo facilmente reconhecida pela sua altura, que atinge os três a 4 m, pelos cachos pequenos, e pela acidez dos seus frutos, possuindo o inconveniente agronómico de estes se desprenderem com facilidade do eixo, o que limita a sua aptidão para a exportação.

No começo do séc. XXI, na Madeira, as principais produções são constituídas pelas seguintes variedades: bananeira anã (ou pequena anã), bananeira robusta, bananeira gal e bananeira grande anã. A bananeira anã, que corresponde à cultura com maior representatividade e importância económica da ilha da Madeira, é uma cultura de fácil cultivo e de baixo porte, o que a torna menos suscetível aos prejuízos provocados pelo vento. A bananeira anã parece ter sido introduzida na região no início da déc. de 40 do séc. XIX, provavelmente proveniente de Demarara, na Guiana, daí ter sido inicialmente também conhecida como bananeira de Demarara. A cultura da bananeira na Região encontra as condições ideais de produção até aos 200 a 250 m de altitude na costa sul da Madeira. O desenvolvimento de uma bananeira dura, em média, cerca de 12 a 14 meses, desde o crescimento da planta até ao corte do cacho de bananas. Salvo muito raras exceções, cada bananeira produz apenas um cacho de fruta, que, em média, pesa cerca de 25 a 30 kg. A cultura da bananeira é exigente no que respeita a água, necessitando que o seu cultivo seja efetuado numa zona que disponha de um bom sistema de irrigação. O sistema de rega mais comumente utilizado na Madeira é o alagamento, com água que percorre os canais de irrigação – as levadas – até chegar aos terrenos, alagando-os por completo. Os investimentos no sector na bananicultura feitos no final do séc. XX conduziram à adoção de sistemas de irrigação mais eficiente no controlo e poupança da água, como são os sistemas de rega gota a gota e os de microaspersão.

Durante a déc. de 20 do séc. XX, a conjugação das limitações oficiais impostas à produção de cana sacarina e do incremento das expedições de banana promoveram a implantação, em 1928, no Funchal, da Companhia The Oceans Insland Fruit & C.ª, Lda., que visou expandir as expedições de banana, mas, em simultâneo, estimulou os agricultores a produzirem, ensinou métodos de amanho mais modernos, e implantou campos experimentais. Todavia,



Fig. 2 – Bananeiras, Madalena do Mar (fotografia de Bernardes Franco, 2019).

durante este período até 1934, os exportadores madeirenses sofreram grandes prejuízos com o comércio, especialmente devido à uma forte concorrência sem controlo, a rivalidades nas empresas de navegação e a uma política de descontos impostas pelos recetores desta fruta.

Visando regularizar o mercado e a produção, bem como uma maior regularização das expedições, mas especialmente a definição de preços mínimos de compra ao produtor, foi criado, em 1935, o Grémio dos Exportadores de Fruta e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira, um organismo cooperativo que se manteve em funcionamento até 1975. Com o fim do Estado Novo, foram criadas cooperativas que visaram a agregação das produções e das suas expedições, das quais se destacam a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Frutas da Madeira, CRL e a Cooperativa de Produtores de Banana da Madeira, CRL. Já em 2008, e na tentativa de ultrapassar graves problemas financeiros das cooperativas, através da implementação de uma reestruturação que tornasse sustentável o sector da banana, o Governo Regional da Madeira criou a Empresa de Gestão do Setor da Banana, Lda. (GESBA). Em 2016, a GESBA recebia a produção dos cerca de 2900 bananicultores, e a banana produzida destinava-se a ser comercializada na Região e em Portugal continental, representando cotas de mercado na ordem dos 15 % e dos 85 %, respetivamente.

A banana da Madeira adquiriu elevada notoriedade e uma imagem bem definida junto dos consumidores, resultando da combinação de parâmetros tais como sabor, aroma, aspeto, tamanho e conservação. Todavia, e apesar de produzida há longa data na Madeira, o seu comércio, especialmente a expedição para Portugal continental, só começou, verdadeiramente, com a viragem do séc. xx. Apesar de ter sido a partir da Madeira que a Europa conheceu este fruto, já em 1848 decorriam pequenas exportações de banana para Portugal continental, para Londres e Liverpool, embora ainda sem relevância económica. Assim, e segundo Henriques de Gouveia (1939), a atividade começou a deter um carácter mais formal e comercial apenas a partir de 1910, já que, em 1911, a Madeira exportou 550.000 kg de bananas, 493.990 kg em 1912, e 619.790 kg em 1913. Refere o mesmo autor que, à data da edição do seu livro, o consumo local de banana era diminuto, e que a generalidade da produção seria exportada, servindo o excedente para abastecer os navios que faziam escala no porto do Funchal.

No decorrer da Primeira Guerra Mundial, a produção regional aumentou ligeiramente, passando de cerca de 600 para 800 t anuais, quantidades que se mantiveram em crescendo gradual no pós-guerra, tendo sido remetidas, em 1925, 1200 t de banana para o mercado nacional. Já durante a Segunda Guerra Mundial, a expedição da banana limitou-se ao mercado continental, expedição essa que foi aumentando gradualmente entre 1940 e 1966, como resultado de um maior número de plantações e, simultaneamente, da procura. No que concerne às exportações, estas foram sempre muito diminutas e a preços pouco estimulantes, só tendo algum significado entre 1953 e 1955, período temporal no qual ocorreram expedições para a Alemanha, a Dinamarca, a Grécia, a Inglaterra, a Irlanda, a Itália e Marrocos.

Durante um largo período, a Madeira foi a principal região fornecedora de bananas do mercado nacional, mas, em 1953, Cabo Verde iniciou as remessas para o mercado continental, que foram gradualmente aumentando, passando de 2500 t em 1960 para cerca de 5324 t em 1970. Nesta última data, Angola passou também a ser fornecedora deste fruto, transformando-se, em cerca de 10 anos, num concorrente sério à banana da Madeira, uma vez que passou de cerca de 1 t em 1960 para cerca de 34.787 t uma década depois, resultado proveniente de um forte investimento em novas plantações naquele território ultramarino. Em igual período, a Madeira produziu para expedição cerca de 25.357 t e 28.953 t, respetivamente, sendo a produção de banana na Madeira em 1970 de cerca de 36.000 t anuais. A concorrência das bananas provenientes de outras províncias ultramarinas teve impacto sobre o consumidor nacional, que, à data, preferia a banana africana, especialmente devido

aos aspetos da qualidade do fruto, ao seu tamanho, à sua cor e ao seu poder de conservação. O problema começava a avizinhar-se de tal modo gravoso para a economia regional que a Comissão de Planeamento da Região da Madeira (CPRM) assinala que "a Madeira, dada a sua condição de único fornecedor do mercado que durante largos anos disfrutou, […] descurou, por vezes, os aspetos fundamentais da qualidade. O próprio produtor dificilmente admitia uma seleção, mesmo que pouco rigorosa, certo como estava de que toda a fruta se vendia, quer fosse de boa ou má qualidade" (COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DA MADEIRA, 1971, 10).

Em 1976, após a Revolução de Abril, a produção de banana da Madeira decresceu significativamente, fixando-se em 23.702 t nesse ano, valores que se mantiveram baixos durante o final da déc. de 70. Com a viragem da década, a produção de banana na Ilha foi aumentando significativamente, pelo que, em 1989, a produção deste fruto foi de 45.476 t, quase o dobro do registado uma década antes, grande parte graças ao significativo incremento de novas áreas dedicadas à produção. Contudo, na déc. de 90, iniciou-se um processo de redução dos terrenos destinados à produção de banana, com notório impacto ao nível da produção anual, pelo que, em 1998, a quantidade de banana produzida foi de apenas 28.618 t. O aumento da especulação imobiliária e o incremento do investimento na rede viária na Madeira continuou a fazer-se sentir ao longo de todo o início do séc. XXI, durante o qual as áreas mais planas e de cotas mais baixas foram especialmente urbanizadas. Uma vez que são estes os habitats preferenciais para a cultura de bananeira, verificou-se um acréscimo de pressão imobiliária sobre as áreas dedicadas a esta cultura, pelo que, em 2009, 696 ha de bananais produziram apenas cerca de 14.651 t. Segundo o recenseamento agrícola de 2009, à data existiam cerca de 4066 explorações de bananeiras numa área total de 696 ha, tendo os bananais maior predomínio no Funchal, com cerca de 189 ha, na Ponta do Sol, com



Fig. 3 – *Recomendado pela Mãe Dolores*, campanha Banana da Madeira, 2016.

150 ha, em Câmara de Lobos, com 126 ha, e na Calheta, com 91 ha.

A área dedicada à produção deste fruto reduziu-se substancialmente ao longo dos últimos 40 anos do séc. XX. Pela análise efetuada pela CPRM, em 1971, a área de bananais era de 1300 ha. Já através da *Análise da Série Retrospetiva das Estatísticas da Agricultura e Pesca 1976-2014*, pode constatar-se que, em 1976, a área dedicada a esta produção era de 1000 ha, aumentando em 1980 para 1250 ha. Todavia, ao longo da déc. de 90, as áreas registaram uma progressiva diminuição, já que, no início deste século, no ano 2000, apenas foram recenseados cerca de 895 ha, cenário que se manteve ao longo da década seguinte, registando-se, em 2009, uma área total de apenas 699 ha de bananal. A partir dessa data, esbateu-se a redução das áreas de produção de banana, tendo ocorrido mesmo um ligeiro aumento ao longo dos anos seguintes – de facto, em 2014, registaram-se 736 ha de bananal na Madeira. As flutuações anteriormente referidas ao nível das áreas produtivas de bananeiras refletiram-se, obviamente, na produção anual do fruto. Assim, em 1976, a produção de banana foi de 23.702 t, aumentando em 1980 para 33.508 t. A redução das áreas na déc. de 90 promoveu a diminuição da produção, pelo que, em 2000, apenas



Fig. 4 – Dolores Aveiro na campanha Banana da Madeira, 2016.

foram registadas cerca de 21.925 t, cenário que se manteve ao longo da década seguinte, pelo que, em 2009, se registou a menor produção de todas as observadas retrospetivamente com cerca de 14.651 t de bananas. A partir dessa data, o cenário inverteu-se, registando-se a produção de cerca 19.079 t de banana da Madeira em 2014.

De acordo com o regulamento da Comunidade Europeia n.º 2257/94, as bananas que se destinem à venda ao consumidor no estado fresco devem respeitar um conjunto de normas de qualidade. Com base no mesmo regulamento, as bananas devem respeitar as seguintes características mínimas de comercialização – estarem verdes, inteiras, firmes, sãs, limpas, praticamente isentas de parasitas, praticamente isentas de ataques de parasitas, com o pedúnculo intacto, despistiladas, isentas de malformações, praticamente isentas de contusões, praticamente isentas de danos devidos a baixas temperaturas, isentas de humidade exterior anormal, e isentas de qualquer odor e sabor estranho.

A norma classifica, igualmente, a banana em três categorias: extra, categoria I (cat. I) e categoria II (cat. II). A banana extra é de qualidade superior, não devendo o fruto apresentar defeitos, com exceção de alterações superficiais muito ligeiras que não excedam, no total, 1 cm^2 da superfície do fruto e desde que não prejudiquem o aspeto geral da penca, a sua qualidade, a sua conservação ou a sua apresentação na embalagem. A banana de cat. I é de boa qualidade, podendo, no entanto, o fruto apresentar ligeiros defeitos, desde que não prejudiquem o aspeto geral da penca, a sua qualidade, a sua conservação ou a sua apresentação na embalagem, tais como um ligeiro defeito na forma, um ligeiro defeito na epiderme resultante da fricção e que estes não excedam 2 cm^2, já que os defeitos nunca podem afetar a polpa do fruto. A cat. II inclui bananas que não podem ser incluídas nas categorias anteriores, mas que correspondem às características mínimas definidas, podendo ser admitidos alguns defeitos, desde que as bananas mantenham as suas características essenciais de qualidade, conservação e apresentação, tais como um defeito na forma, um defeito na epiderme resultante da fricção ou raspagem e que não excedam 4 cm^2, que nunca podem afetar a polpa do fruto. Segundo a análise da *Série Retrospetiva das Estatísticas da Agricultura e Pesca 1976-2014,* verifica-se que a qualidade das bananas processadas foi aumentando. Assim, em 1998, de 28.618 t, apenas foram processadas cerca de 7342 t como categoria extra, perfazendo aproximadamente 26 % do total (22 % cat. I e 53 % cat. II). Em 2005, foram processadas 13.083 t de banana, das quais 4862 t foram classificadas como extra (37 % do total de extra, 21 % cat. I e 41 % cat. II). Já em 2014, foram processadas pelos centros de processamento da GESBA cerca de 18.170 t, das quais cerca de 11.124 t foram classificadas como extra, perfazendo uma percentagem de extra de cerca de 61 % (19 % cat. I e 19 % cat. II).

No começo do séc. XXI, a banana continua a ser o principal fruto de exportação da Madeira,

apesar das flutuações, constituindo um dos pilares fundamentais da economia agrária regional, a par da vinha e da cana sacarina. Segundo a *Análise da Série Retrospetiva das Estatísticas da Agricultura e Pesca 1976-2014*, as expedições de banana para o mercado nacional são uma constante realidade, tendo apresentado um forte decréscimo de 1995 até à primeira década do séc. XXI e, posteriormente, uma ligeira tendência de crescimento.

Bibliog.: CASTELO DE PAIVA, Barão de, *Relatório do Barão do Castelo de Paiva, Encarregado pelo Governo de Estudar o Estado da Ilha da Madeira sob as Relações Agrícola e Económica*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855; COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DA MADEIRA, *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento, Relatório do Grupo de Trabalho da Lavoura*, Funchal, s.n., 1971; DANIELLS, Jeff *et al.*, *Musalogue. A Catalogue of* Musa *Germplasm. Diversity in the Genus* Musa, Montpellier, International Network for the Improvement of Banana and Plantain, 2001; GOUVEIA, Vicente Henriques de, *A Banana. Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, Funchal, Tip. Funchal, 1939; LEÇA, Joaquim, *Agricultando, Agricultando*, Funchal, ed. do Autor, 2011; MABBERLEY, D. J., *The Plant-Book. A Portable Dictionary of the Vascular Plants*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997; *Recenseamento Agrícola de 2009. Região Autónoma da Madeira*, Funchal, Direção Regional de Estatística, 2011; RIBEIRO, L., *A Cultura da Bananeira (*Musa acuminata *Colla, AAA) na Região Autónoma da Madeira*, Trabalho apresentado à Universidade de Évora para conclusão de licenciatura, Évora, texto policopiado, 1992; *Série Retrospetiva das Estatísticas da Agricultura e Pesca 1976-2014. Região Autónoma da Madeira*, Funchal, Direção Regional de Estatística, Funchal, 2015; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998; SLOANE, H., *A Voyage to the Islands Madera, Barbados, Nieves, S. Christophers and Jamaica*, vol. 2, London, s.n., 1725; TELES, Diana Cristina Silva Côrte, *Estudo das Potencialidades de Conversão da Cultura da Bananeira para o Modo de Produção Biológico, Situação Atual e Perspetivas Futuras*, Dissertação de Mestrado em Segurança Alimentar e Saúde Pública apresentada ao Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, Almada, texto policopiado, 2010.

CLÁUDIA DIAS FERREIRA

Bancos e casas bancárias

O facto de a Madeira, por força da importância do açúcar, ter assumido uma grande preponderância no comércio mediterrâneo-europeu, a partir do último quartel do séc. XV, e de ter atraído as atenções das sociedades comerciais conduziu a que as práticas bancárias chegassem cedo à Ilha.

As dificuldades do sistema monetário, uma situação comum na Madeira, não implicaram apenas o recurso à troca produto a produto, mas, de igual modo, a procura de outras formas de pagamento substitutivas da moeda, então em voga na Europa: a carta ou letra de câmbio e o trespasse de dívidas em dinheiro ou em produtos. O Funchal ou Las Palmas surgiram, no séc. XVI, como importantes praças bancárias, situando-se ao nível das de Medina del Campo e de Valência. Os genoveses detinham aí a maior parte do movimento de cédulas. A letra de câmbio teve uma importância igual nas transações comerciais com o exterior. Este meio de pagamento ativou o trato do açúcar, sendo usual nas trocas com o reino, nomeadamente com Lisboa. A existência de uma importante comunidade de italianos e de flamengos, ligada ao comércio do açúcar com as principais praças europeias, contribuiu para a generalização desta forma de pagamento. Os florentinos, experientes nas transações financeiras, surgiram também com grande evidência, sendo particularmente importantes as ações de Feducho Lamoroto e de Francisco Lape. Neste contexto, verificou-se a presença de destacadas sociedades comerciais europeias, que substabeleciam as tarefas a desempenhar em familiares ou concidadãos com o estatuto de societários, de agentes ou de procuradores. Os Welsers, *e.g.*, tinham um feitor em Lisboa (Lucas Rem) e vários agentes substabelecidos no Funchal e em La Palma. A forma mais divulgada de associação e de alargamento da rede de negócios foi a companhia ou sociedade comercial, nas suas diversas modalidades. Estas definiam-se, de um modo geral, pelo seu carácter familiar, pela eventualidade da sua ação e por uma composição variada de intervenientes, que investiam o seu capital ou o seu trabalho. Tratava-se, geralmente, de empresas familiares, que se serviam dos laços de parentesco para assegurar a permanência da sua ação, a solidariedade e a comunhão de interesses. Quando tal se tornava impossível, recorria-se aos compatrícios avizinhados nas principais praças. Esta última forma surgiu, com frequência, na Madeira.

O relacionamento dos intervenientes nestas sociedades fazia-se de acordo com o investimento na empresa: capital e trabalho. Quando um dos societários apenas intervinha com o seu trabalho, poderia ser definido como agente ou feitor. Quando esses laços eram de menor dimensão, surgia o procurador, que, mediante



Fig. 1 – Antigo Banco Nacional Ultramarino, 1925-1926, depois Caixa Geral de Depósitos, Funchal (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

um documento notarial, atuava sobre a fazenda do seu parceiro no mercado local, cobrando, por isso, uma determinada percentagem. Ambas as situações apareceram com grande evidência na praça funchalense, enquanto nas Canárias se afirmou, com muita acuidade, a segunda.

A rede de negócios funchalense, em tomo do trato do açúcar, foi criada e incentivada pelo mercador estrangeiro, alemão ou italiano, que aí apartou depois da reconfortante e vantajosa escala em Lisboa; ele dominou as principais sociedades intervenientes no comércio açucareiro, não obstante ter morada fixa em Lisboa, Flandres ou Génova; o seu domínio atingiu não só as sociedades criadas no exterior com intervenção na Ilha, mas também o grupo de agentes ou feitores e procuradores substabelecidos no Funchal. A escolha destes é criteriosa; primeiro os familiares, depois os compatrícios enraizados na sociedade e, só depois, os madeirenses ou nacionais. Entre as principais casas intervenientes no trato açucareiro madeirense sob esta forma, houve Baptista Morelli, B. Marchioni, Welser, Claaes, Charles Correa, Pero de Ayala, e Pero de Mimença.

Na déc. de 90 do séc. XV, o açúcar madeirense sofreu uma quebra nos preços, não por falta de procura, mas por excesso de oferta da praça funchalense. Os madeirenses reclamaram em vários sentidos e clamaram por medidas da Coroa. A 12 de outubro de 1496, D. Manuel respondeu "vimos uma carta com certos capítulos e apontamentos que nos enviastes em que nos declaras os danos e perdas que tendes recebidas por razão dos contratos e demprestidos e vendas dante mão que se em essa Ilha fazem nos quais entram muitas onzenas donde se seguem grandes demandas de maneira que essa Ilha está em caminho para se perder pedindo-nos por mercê que defendêssemos que tais contratos se não fizessem e que não houvesse um estrangeiro" (MELO, 1973, 350). Foram dadas várias orientações no sentido de atalhar as situações e de procurar estabelecer a regularidade das operações comerciais, dos

empréstimos e das vendas, sem dano para os intervenientes.

A moeda e os usuais meios de pagamento são um fator importante e ativador do movimento de troca. Aliás, o progresso da atividade comercial depende, em última instância, da situação monetária e das condições de crédito. No caso concreto da Madeira, onde se afirmaria uma economia colonial, o instrumento de troca teria uma ação primordial na estrutura económica insular. A moeda e os seus substitutos foram, ainda, necessários para a compra de manufaturas de importação e aquisição dos bens essenciais de que a sociedade insular carecia, pois os produtos dominantes não perfaziam nem contrabalançavam essa entrada.

A situação monetária das ilhas não se apresentava diferente, pois em todas era dominante a falta do metal amoedável e da sua circulação. Esta foi, assim, a característica dominante da sociedade insular, que condicionou, de modo vincado, as operações financeiras e contribuiu para o entorpecimento das relações de troca. Esta questão tornou necessária a criação de novas formas de pagamento e condicionou o aparecimento de novos instrumentos de troca. Assim, ter-se-ia generalizado, nestas ilhas, o pagamento em géneros, a troca produto a produto e, em circuitos mais amplos, o crédito, a letra de câmbio e o trespasse de dívidas.

Embora não haja factos que corroborem e documentos que atestem a importância da praça financeira madeirense, é necessário considerar o volume das operações comerciais em jogo nesta altura e a circunstância de, na Madeira, atuarem alguns dos mercadores e algumas das sociedades europeias mais importantes, que fizeram com que as suas práticas bancárias atingissem a Ilha. Mais tarde, a partir de meados da centúria seiscentista, com a formação da feitoria britânica, a atividade bancária assumiu uma nova dimensão, com o predomínio da letra de crédito, como se constata na correspondência comercial de Diogo Fernandes Branco ou de William Bolton.

Nesta época, a presença da comunidade britânica conferiu outra perspetiva às operações comerciais e bancárias. A Madeira beneficiaria, deste modo, pelo facto de os britânicos terem criado na Ilha uma importante praça bancária, que, muitas vezes, se entrelaçava com as demais operações do império, de forma especial do Brasil.

Apenas no séc. XIX surgiram notícias dos primeiros bancos, tal como hoje se entende. Até então, não se divisava semelhante situação e as operações bancárias eram oferecidas, no caso dos empréstimos, pelas confrarias, pelas misericórdias e por alguns particulares, mas sempre numa postura de medo, tendo em conta a posição declarada da Igreja, que fazia guerra à usura e às onzenas. Assinale-se que, nas constituições sinodais do Funchal, de 1578, 1597, 1615 e 1695, não há qualquer condenação a estas. Mas, já em 1725, o bispo afirmava que "achei [...] muitas usuras e onzenas que são transcendentes por toda a Ilha" (TRINDADE, 2012, 17). Esta atividade foi, assim, denunciada nas visitações de S. Jorge, em 1727, como nas de Ponta Delgada, em 1733. A sua denúncia foi insistente por parte da Igreja. Pela insistência dos prelados nas visitações ao espaço rural contra esta prática, pode-se afirmar que esta foi generalizada em todo o arquipélago, apontando-se assiduamente como alvos desta prática os senhorios e os ingleses. A situação do Porto Santo levaria a coroa a intervir, em 1770, apesar de não ter como controlar a posição e postura inglesa, que assumiu um protagonismo desusado nos sécs. XVIII e XIX, de tal forma que, em 1873, Álvaro Rodrigues de Azevedo referia a "leonina usura". E assim era, pois, em 1791, o ajudante Manuel Figueira de Ornelas cobrava juros de 20 %. Desta forma, o Alf. Nicolau da Ponte foi condenado "visto ser pouco liso nos seus contratos, e querer enriquecer-se à custa e chupando o sangue dos pobres" (TRINDADE, 1999, 154).

A usura, tão generalizada em toda a Ilha, levou a Igreja a assumir uma posição protecionista até ao séc. XIX, através das confrarias, das misericórdias, dos colégios (o caso dos Jesuítas do Funchal), e dos conventos, como o de S.ta Clara, intervindo com uma política de empréstimos, a juros adequados.

As misericórdias faziam empréstimos a todos os que delas se socorressem, menos aqueles que fossem irmãos, embora tenham existido casos que demonstram o não cumprimento desta orientação do compromisso. A Misericórdia recebia dinheiro, ao qual pagava 5 % de juros ao ano e, com este, fazia empréstimo no valor de 6,4 %. O referido dinheiro era entregue com condicionantes quanto ao empréstimo, que raramente eram tidas em conta. Assim, Joseph Ferreira Pazes entregou o seu dinheiro, mediante condições a juro: "doa aos ditos pobres deste Hospital a quantia de duzentos e sessenta e cinco mil réis, os quais logo entregou em moedas de prata corrente nesta Ilha que eles administradores contaram e lhe deram quitação; cuja doação faz com tal condição e declaração que serão obrigados os ditos pobres por seus administradores a porem logo a sobredita quantia a juro, em mão de pessoas da segunda condição que bem pagam os juros, e para isso sejam pessoas ricas e abonadas, por nenhum modo se darão os ditos duzentos e sessenta e cinco mil réis a juro a outras quaisquer pessoas e também se não dará a clérigo algum; e que dos juros dos ditos duzentos e sessenta e cinco mil réis serão obrigados os ditos pobres por seus administradores pagarem a ele doador, durante a sua vida, o juro de cinco por cento da sobredita quantia, pagos aos quartéis juntamente com os oito mil cruzados, que ele tem doado na primeira doação, abatendo-se e tirando-se dez tostões" (AMORIM, 2011, 240).

A entrada do Convento de S.ta Clara deve-se ao facto de a instituição ter sido obrigada, a partir de 1660, a assegurar a sua manutenção, procurando, assim, todos os meios ao seu alcance para o conseguir. Deste modo, houve, a partir de 1673, empréstimos a juros de 5 % e mesmo de 6,25 %. De 1874, encontra-se uma referência à usura de 12 a 24 %. Na segurança das dívidas, os devedores hipotecavam propriedades rústicas e urbanas, objetos de ouro e prata, ou, então, apresentavam fiador.

Os ingleses foram os principais agiotas da usura na Ilha, de forma que ficou testemunho disso no livro *A Arte de Furtar*, publicado em 1625, e que tem sido atribuído a Francisco Manuel de Melo. Aí se relata o caso de um madeirense que, pretendendo emigrar para o Brasil, pedira emprestado 50$00 réis a um comerciante inglês, que, em vez do dinheiro, lhe entregou um lote de tecidos, que, vendidos, dariam de lucro o dinheiro que queria. Como não vendeu, apelou ao dito mercador que os consignara, que aceitou recebê-los aos preços que comprara em Londres. Conclusão: o madeirense acabou por gastar 200$00, mesmo sem sair da Ilha.

No séc. XVIII, insistiu-se na usura dos adelos de Gaula e Santa Cruz, que percorriam toda a Ilha, inclusive o Porto Santo, e acabavam por estabelecer muitas dívidas com os agricultores. Na mesma época, insistiu-se também, acima de tudo, no hábito comum da troca direta e dos adiantamentos da venda dos mercadores britânicos na compra do vinho na Ilha. Por outro lado, a abertura que a comunidade britânica fazia ao mercado financeiro e aos bancos londrinos fazia com que esse fosse o meio mais usual, afirmando o deputado Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira (conhecido como o Giraldes) que eram os "richaços" (ricaços) que guardavam o seu dinheiro nos bancos em Londres. Certamente, por conta disso, as instituições que serviam de bancos atuavam junto das populações, como forma de combater a usura de alguns usurários locais. Estava neste grupo João de Carvalhal Esmeraldo.

A primeira proposta, no sentido de criação de um banco local, data de 1824. Em ofício para Joaquim José Monteiro Torres, ministro da Marinha, José Joaquim de Almeida e Araújo Corrêa de Lacerda apresentaram a necessidade da criação de um banco local de "desconto e depósito", como solução para a crise da agricultura. Também uma representação dos Proprietários e Negociantes da Madeira, de 9 de julho de 1824, insistiu na ideia, afirmando que pretendiam "um Banco, não usurário, mas patriótico e benéfico ocorrerá à maior parte dos males que sofremos. Ele ministrará fundos ao negociante cauteloso, ao especulador prudente, ao ativo e inteligente proprietário para o melhor aumento de suas terras, para promover prados artificiais e o plantio de arvoredos

para a construção d' edifícios e navios; para se afrontar aos estabelecimentos custosos e indispensáveis à criação e conservação dos gados; à abertura d' estradas; e construção de pontes e canais ou levadas; autorizando ou regulando V. Ex.ª o que deverão pagar os que para eles ou d' eles se servirem, e finalmente aos empreendedores espertos e hábeis para estabelecerem fábricas e manufaturas. Um Banco promovendo a indústria e assistindo à atividade individual em todas as classes, sexos e idade aumentará de necessidade o valor das propriedades rurais e urbanas e cortará pela raiz a insaciável usura, os excessivos criminosos lucros, arrancados ao cidadão oprimido, que à custa de pesados sacrifícios quer remir a sua opinião ou sacrifício. Um Banco, finalmente, que distribuindo com igual prudência e segurança capitais moderados pelos cidadãos industriosos, evitará o cúmulo das riquezas em poucos capitalistas e felicitará cento de famílias procurando-lhes uma decente mediocridade, que só faz a base da independência, da moral e da harmonia das famílias e dos povos" (ALMEIDA, 1907, 208, nº. 9783).

Em 1834, o jornal *Imparcial* apresentou uma nova proposta de projeto de regulamento para uma instituição bancária, seguindo-se outra, em *A Ordem*, (no n.º 145), de 1854. No entanto, só no último quartel se começou a desenhar a importância da instituição bancária na Madeira. E este período inicial, tal como, depois, na déc. de 30 do séc. XX, foi marcado pelas piores razões, *e.g.*, pela falência de algumas instituições, o que causaria, na sociedade madeirense, uma suspeita sobre os bancos e as casas bancárias. As dificuldades sentidas por muitas famílias e empresas nessa fatídica déc. de 30 perduraram no tempo e foi perpetuada por algumas gerações.

Em 1875, começou a funcionar o Banco de Portugal no Funchal, sob a gerência do negociante João José Rodrigues Leitão. A agência do Banco de Portugal, no Funchal, enfrentou dificuldades, com a falência do seu responsável, o comerciante João José Rodrigues Leitão, em 1878, recebendo os credores apenas 50 % dos créditos. Entretanto, em 1873, a

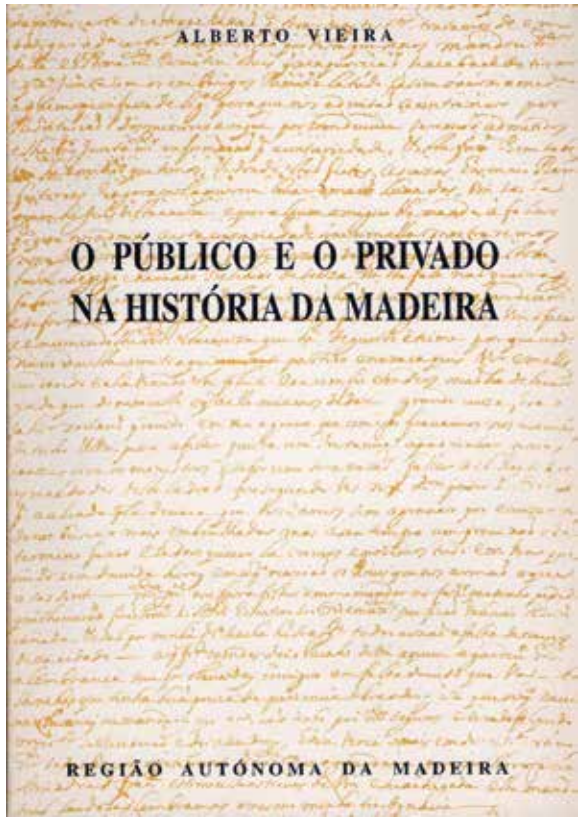


Fig. 2 – *O Público e o Privado na História da Madeira*, vol. I (1996), coordenação de Alberto Vieira.

comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Funchal mantinha empenho na criação de um banco de crédito agrícola, de forma a oficializar uma situação que já existia nesta instituição através da Caixa dos Órfãos, que emprestava dinheiro ao juro de 5 %. Entretanto, surgiu o Banco Comercial do Funchal, a 1 de junho de 1874, com estatutos de 25 de abril deste ano a que estavam associados António Caetano Aragão, Carlos de Bianchi, João de Salles Caldeira, José Paulo dos Santos, Manuel Figueira de Chaves, Manuel Inísio da Costa Lira, Severiano Alberto de Freitas Ferraz, e William Hinton. Porém, não foi fácil a atividade desta instituição, acabando por falir em 1887.

Em 1879, João da Câmara Leme defendeu a ideia de um banco de crédito agrícola como solução para os problemas que envolviam a agricultura, atuando com mecanismo financeiro da sua reabilitação.

Em 1922, Fernando Augusto da Silva retratava assim o panorama bancário na região:

"As casas bancárias estabelecidas agora no Funchal são as de Blandy Brothers & C.ª, Henrique Figueira da Silva, Reid Castro & C.ª, Rocha Machado & C.ª, e Sardinha & C.ª. Estas casas que realizam as operações bancarias exigidas pelo comércio do Funchal, e ainda outras, estão todas em estado bastante próspero, devido à sua excelente administração e à confiança de que gozam no mercado, como para os elevados juros, que eram de 12 a 15 %, podendo mesmo chegar aos 24 % ao ano" (SILVA e MENESES, 1978, I, 116-117).

Já para a déc. de 30, houve notícias de diversas instituições bancárias locais e nacionais com intervenção no crédito. Assim, são conhecidas 4 agências de bancos nacionais – Bancos de Portugal (1878) e Nacional Ultramarino (1919), Companhia de Credito Predial Português, Banco Espírito Santo – e 11 casas bancárias com sede no Funchal – Reid, Castro & Co., Rocha Machado & Co., Teixeira Machado & Co., Rodrigues Simão & Co., Sardinha & Co., Henrique Figueira da Silva, Blandy & Co., Banco Madeira (1920), A. Adida & Co., Rodrigues & Irmão Co., Teixeira & Machado C.ª. De entre estas, destacava-se a casa bancária com o nome do seu proprietário, Henrique Figueira Sardinha (1868-1945), mais conhecida por Banco Sardinha, que se havia popularizado, tendo uma importante carteira de depósitos e de empréstimos, no valor de um milhão de libras esterlinas, a um grupo significativo de empresas madeirenses. A Casa Bancária de Henrique Figueira da Silva, ou Banco Figueira, surgiu em 1898, com instalações na R. dos Murças. Esta casa dominava os financiamentos ao comércio e à indústria da Ilha, sendo de destacar a sua ação nos sectores das moagens e dos engenhos de açúcar e de aguardente com a Fábrica de S. Filipe.

Normalmente, aponta-se a situação ocorrida em 20 de novembro de 1930 como um efeito retardatário da quinta-feira negra de Nova Iorque, de 24 de outubro de 1929. Mas, ao nível da sociedade madeirense, a maioria dos testemunhos apontam para um turbilhão de boatos lançados anonimamente na cidade que apontavam a falta de liquidez desta casa e que levaram a uma corrida desenfreada dos populares ao levantamento das suas economias. Os boatos eram anónimos, mas facilmente identificáveis, sabendo-se do interesse de algumas famílias estrangeiras, com interesses na atividade bancária e em sectores industriais financiados por esta casa. Por outro lado, se se tiver em conta que os dois principais beneficiários da venda em hasta pública do património do banco foram as famílias Blandy e Hinton, não se estará longe de fazer sair do anonimato os principais orquestradores da situação que levou à falência do Banco Figueira e do Banco Sardinha e que teve um efeito negativo na atividade bancária da Ilha, nos anos imediatos, tendo a maioria da população perdido as suas economias por não aceitar os bancos públicos e por preferir a esteira das camas ou um outro sítio que considerava mais seguro.

Para esta situação, também se apontam culpas ao Governo (sendo então ministro das Finanças Oliveira Salazar) por não ter tomado qualquer medida para evitar esta situação de falência, pois, em 1929, havia assumido uma atitude diferente com a casa bancária de Henrique Tota. Mas, se tivermos em conta as facilidades que algumas destas famílias inglesas, beneficiadas com as falências, tinham junto do Governo da República, não será difícil de adivinhar o porquê desta atitude.

A falência destas duas casas bancárias, Sardinha e Figueira, abalou a economia madeirense da déc. de 30, uma vez que ambas representavam 75 % dos depósitos e empréstimos da Ilha. Com a ida do património destas casas bancárias à praça pública, a família Hinton arrematou o seu rival, a Fábrica de S. Filipe, e a família Blandy, as moagens e muitos dos prédios do Funchal. Por outro lado, a casa bancária desta última família foi uma das mais favorecidas com a situação do sistema de depósitos e créditos bancários.

A solução da crise bancária madeirense, mais apregoada na altura, era a da fusão. Esta ideia colhia a concordância dos responsáveis dos bancos da Madeira, Sardinha e Henriques e Irmão e C.ª, e foi aceite pelo Gov. Artur Almeida Cabaço, que, por sua vez, fez a proposta a

Salazar, contando com a participação do Governo, no capital social do banco fundido, com o montante de 15.000 contos. O ministro das Finanças, porém, recusou liminarmente, propondo a constituição de um banco regional "que absorva os estabelecimentos existentes de feição local" (FREITAS, 2014, 68). Este autor falou num grupo de personalidades madeirenses que, porventura, teriam influenciado a posição de Salazar, mas sem as enumerar.

Esta ideia da constituição de um banco regional vem de longa data, pelo menos do início do séc. XIX, quando o Governo recomendou ao Gov. e Cap.-Gen. da Madeira José Manuel da Câmara "a criação duma Caixa de Crédito na Madeira", não existindo, nesta altura, qualquer banco formalmente constituído em Portugal.



Fig. 3 – Banco de Portugal no Funchal, projeto de Edmundo Tavares, 1940 (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

Só em 1920, surgiu o Banco da Madeira, que faliu com a depressão económica de 1929 e que foi reconstituído e fundido com a casa bancária Sardinha e C.ª e Rodrigues, Irmão e C.ª, em 1933.

O Banco da Madeira, fundado em abril de 1920, só viu os seus estatutos aprovados no ano seguinte, tendo como sócios algumas sociedades comerciais como a Viúva de Romano Gomes e Filhos, Luís Gomes da Conceição e F. F. Ferraz e Companhia Ld.ª, e também algumas personalidades madeirenses de renome. Arrancou com o capital social de 2000 contos e criou uma filial em Lisboa, a 17 de fevereiro de 1923, tendo, em janeiro do ano seguinte, aumentado o capital social de 4000 para 6000 contos. A filial de Lisboa prosperou numa fase inicial mas, a certa altura, sofreu denúncias na Inspeção do Comércio Bancário, por má gestão e uso fraudulento de dinheiros, por parte dos gestores aí colocados (Manuel Jorge Pinto Correia e Carlos da Silva Barros) e negócios feitos sem conhecimento da Assembleia do Banco. No entanto, uma inspeção levada a cabo por peritos do Comércio Bancário não chegou a qualquer conclusão, tendo os visados se mantido nos cargos que ocupavam e alguns deles transitado para o novo Banco da Madeira depois da fusão.

A crise económica de finais da déc. de 20, na Madeira, agravada com a suspensão de pagamentos das casas bancárias, Henrique F. da Silva e Sardinha e C.ª, e o encerramento da Reid, Castro e C.ª juntamente com a Revolução da Farinha, seguida da Revolta da Madeira, geraram preocupação em alguns políticos madeirenses que se movimentaram nos meios nacional e local, no sentido de encontrar uma solução para a crise bancária: e a solução apontada era a liquidação da casa Henrique F. da Silva e a fusão dos outros três bancos. No entanto, os depositantes da Casa Sardinha continuaram sem poder aceder aos seus depósitos, devido à continuada falta de liquidez do banco fundido, e só o Estado poderia ajudar, intervindo, porque a reconstituição dos bancos feita sem este apoio poderia gerar uma crise maior. Contudo, Salazar apenas

incentivou a fusão dos três bancos, sem intervenção do Estado.

Assim, a 12 de setembro de 1933, por dec.-lei n.º 23.026, foi instituído o novo Banco da Madeira, mercê da fusão dos três bancos referidos, com o capital social de 10.000.000$00 "e constituído pelo excedente do ativo de cada um dos bancos alvo de fusão e do que ainda for necessário para completá-lo, deduzido proporcionalmente de depósitos e débitos comuns do atual Banco da Madeira e do Banco Sardinha" (*Id.*, *Ibid.*, 107). O decreto autorizou o Banco da Madeira a emitir, logo após a sua constituição definitiva, até 15.000.000$00 de obrigações, preferenciais de 500$00 cada, de forma a prover as dificuldades que surgiriam com a falta ou a fraca liquidez do banco. Os valores apurados pela comissão de avaliação aos bancos fundidos foram os seguintes: como excedente do ativo do Banco da Madeira, 1.672.800$00; Casa Sardinha, 333.300$00; e Rodrigues e Irmão, 420.220$00. As ações da Casa Sardinha de 500$00 foram reavaliadas a 33$00, e as do Banco da Madeira de 100$00 foram revalidadas a 20$00. O conselho de administração do banco ficou constituído por um elemento indicado por cada banco falido: Leonel G. Luís (Banco da Madeira), António Bettencourt Sardinha (Banco Sardinha) e Juvenal Araújo (Rodrigues e Irmão e C.ª) e presidido pelo comissário do Governo, Eduardo Paquete.

Nos primeiros anos da sua existência, este banco continuou com as mesmas dificuldades, tendo-se pensado também na sua liquidação. Para esta situação, contribuiu o facto da excessiva avaliação dos ativos dos bancos fundidos; só com os apoios concedidos pelo Estado o banco foi-se equilibrando até à sua total revitalização, que aconteceu após a Segunda Guerra Mundial. Na déc. de 1960, o movimento bancário fusionista levou a que este se incorporasse no Banco Lisboa e Açores, rentabilizando o negócio.

A casa bancária Blandy Brothers constituiu-se a 29 de novembro de 1920, com o capital social de 550.000 libras esterlinas, através de uma família inglesa radicada na Madeira, desde o início do séc. XIX. A firma Blandy



Fig. 4 – Banco da Madeira, projeto de Raul Chorão Ramalho, 1966 a1968 (arquivo particular).

tinha ligações económicas a quase todos os sectores comerciais da Ilha e ainda mantinha ligações com o exterior, em termos de exportação e importação, designadamente com o mercado inglês que lhe trouxe proventos económicos importantes para se abalançar no negócio bancário, trazendo-lhe maior sustentabilidade e marcando uma posição de realce no financiamento económico e no mercado cambial, no qual apostou grandemente. Os sócios eram John Ernest Blandy, Charles Maurice Blandy, Richard Rober Faber e Dudley Oliveira Davies. Só o primeiro e o último residiam na Madeira e a sociedade tinha, por objeto, o comércio em geral. A 29 de novembro de 1924, alteraram os seus estatutos, com o objetivo de reduzir o capital social em 50.000 libras e de especificar a distribuição do capital, ficando ao primeiro sócio 39 %, ao segundo, 28 %, ao terceiro 22 %, e ao quarto 11 % do capital. A 4 de junho de 1925, foi dissolvida a sociedade Blandy Brothers e C.ª, de nome coletivo, e transformada

em sociedade limitada por quotas. A casa Blandy resistiu à crise de 1929, que levou à falência das outras casas bancárias na Madeira, a par da Rodrigues e Irmão, possivelmente devido às suas raízes e à forte ligação ao exterior, beneficiando da compra de cambiais que viriam a ser importantes para o investimento no comércio e na indústria madeirense. Para o seu êxito, contribuiu, ainda, a compra em hasta pública da moagem de cereais da Fábrica de S. Filipe, pertencente a Henrique Figueira da Silva, ampliando a sua influência no mercado da moagem local, arrematando muitos outros prédios provenientes de falências e comprando lotes de vinho Madeira. Diz-nos J. A. Freitas que este grupo "cresceu e fortificou-se no meio da turbulência da praça do Funchal, porque dispunha de liquidez e, assim, a foi aplicando nos negócios que, nas condições existentes, podia fazer, segundo opções por si definidas no sentido de consolidar os negócios do grupo" (*Id.*, *Ibid.*, 121). A casa Blandy ocupava a terceira posição, em termos de depósitos existentes, com 9344 contos, em 1931, e 8199, em 1932.

O dec.-lei n.º 41.403, de 27 de novembro de 1957, que pretendia regular o sistema bancário português, obrigou os estabelecimentos especiais de crédito a praticar, em exclusivo, o exercício da atividade bancária. O grupo Blandy, reunido em assembleia-geral, a 26 de maio de 1958, decidiu constituir uma nova sociedade por quotas, transitando para a nova sociedade o ativo bancário, incluindo os bens imóveis. A nova empresa assumiu a designação de Blandy Brothers (Banqueiros) Ld.ª, com o capital de 10.000.000$00, dividido em quatro quotas, sendo 8.700.000$00 pertença de Blandy Brothers (Banqueiros) Ld.ª, 100.000$00 de Blandy Brothers e Companhia Limited de Londres, 100.000$00 de Peter Graham Blandy, e os restantes 100.000$00 de John Reeder Blandy. Em 1968, esta sociedade incorporou-se no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa.

A casa bancária Henrique Figueira da Silva foi coletada como cambista em 1902 e como banqueiro, em 1910, não se sabendo ao certo a data da sua fundação. Foi uma casa próspera até a deflação económica de 1929, tendo



Fig. 5 – Caderneta da casa bancária de Henrique Figueira da Silva, 1929 (coleção particular de Ana de Jesus Gonçalves).

detido um grande prestígio e irradiado confiança nos seus depositantes. No final de 1930, tinha 71.678 contos de depósitos que correspondiam a 9.403 depositantes. Foi a maior casa bancária da Madeira nesta época. Até mesmo as caixas económicas faziam aqui os seus depósitos para usufruírem dos altos juros que esta casa praticava, assim como os emigrantes madeirenses. Esta casa suspendeu os pagamentos a 19 de novembro de 1930, sendo nomeado, dois dias depois, como comissário do Governo no banco, o madeirense Eduardo Paquete. Pouco tempo depois, transitava para a casa Sardinha e C.ª, sucedendo-lhe Óscar Baltasar Gonçalves, logo em janeiro de 1931, que exerceu as funções até 4 de maio de 1931. Os presidentes das comissões liquidatárias deste banco também tiveram a mesma sorte e foram sendo nomeados e substituídos com frequência. Em outubro de 1933, já eram cinco: Juvenal Araújo, Brás Alves, Martins Costa, Gonçalves da Silva, e o juiz Carlos Henriques da Silva e Sousa, o que provocou grande instabilidade nos cargos, dificultando a sua gestão. Diz-nos J. A. Freitas que "o desmantelamento de Henrique Figueira da

Silva tornou-se um acontecimento sem retorno e de efeitos muito nefastos na economia da Madeira e dos seus depositantes, de longe a maior casa bancária" (*Id.*, *Ibid.*, 126). Este autor apresenta, como exemplo, o montante do valor dos seus depósitos que correspondiam, ao tempo da falência, ao dobro de todos os outros bancos a trabalhar na Madeira. O banco foi liquidado por via administrativa através do dec. n.º 20.316, de 16 de setembro de 1931, sem prerrogativas ou a possibilidade de poder reconstituir-se, mesmo após o relatório da comissão liquidatária de 31 de dezembro de 1931, onde se refere um ativo de 87.033.509$00, superior ao passivo de 77.861.344$00. A comissão liquidatária requereu a falência desta casa bancária a 19 de novembro de 1931, no tribunal judicial do Funchal. A falência foi decretada por uma votação de 2 votos contra 1. O banqueiro recorreu da sentença para o Tribunal da Relação de Lisboa, em março de 1935, o qual revogou a sentença do tribunal do Funchal, com o argumento de que, para a declaração de falência, não bastava a suspensão de pagamentos: "a falência decorre da relação ativo/passivo do estabelecimento e, neste caso, o ativo é superior" (*Id.*, *Ibid.*, 128). A comissão liquidatária voltaria a recorrer para o Supremo Tribunal que confirmou a decisão da Relação, indicando que, quando esta casa bancária suspendeu os pagamentos, não se encontrava em situação de falência. No entanto, apesar destes reveses, a comissão liquidatária continuava a desfazer-se dos bens do banco em hasta pública e em vendas diretas. João Abel de Freitas diz que esta falência foi "um grande imbróglio de consequências nefastas para a economia da Madeira que serviu determinados interesses e com largos prejuízos para os depositantes" (*Id.*, *Ibid.*, 128). Este autor insinuou que esta falência fora incentivada por terceiros e por forças e interesses que apostaram na sua liquidação e que contou com jogos de influência junto de Salazar para que o fim fosse este. Havia ainda outra tese que defendia a falência, apontando "para uma certa maquilhagem da escrita como argumento para a falência" (*Id.*, *Ibid.*, 130). Opinou o autor referido que esta era, então, uma forma corrente em todas as casas bancárias e perguntou porque se deveria então penalizar apenas esta com a falência e recuperar as outras. Parece ter havido muitos interesses apostados no desmantelamento desta casa bancária, o que, ligado à má gestão do banco, facilitou a vida dos pretendentes, cometendo-se um gravíssimo erro com consequências nefastas para a economia da Madeira, pois não fazia sentido reorganizar a banca madeirense, deixando de fora o maior banco da época. Lembre-se ainda que, na Madeira, a situação bancária era muito frágil, com exceção para a casa Blandy, ficando no ar muitas suspeições.

A casa bancária Reid, Castro e C.ª foi fundada por Henrique Vieira de Castro, oriundo do Porto e colocado, no Funchal, como delegado do Banco de Portugal, fixando residência na Madeira, a partir de 1893. Tendo enriquecido, fundou a casa bancária com esse nome entre outras empresas ligadas aos vários ramos económicos da Ilha. A casa bancária foi constituída como sociedade por quotas, em 1905,



Fig. 6 – Caricatura sobre a falência do Reid, Castro & Co. (*Re-Nhau-Nhau*, 12 dez. 1931).

sob o nome de Reid, Castro e Companhia Ld.ª, com o capital de 60.000$00 réis e com os sócios William James Reid, Alfred Eduard Reid, Henrique Vieira de Castro, Abraham Adida, visconde de Cacongo, Alfred L. Jones, e Eduardo A. Cunha. A 29 de maio de 1912, a empresa foi vendida a William James Reid, Alfred Eduard Reid, Henrique Vieira de Castro e Abraham Adida, e transformada em sociedade comercial em nome coletivo, de responsabilidade ilimitada. A 17 de junho do mesmo ano, o capital social foi aumentado para 100.000$00 réis, distribuídos entre eles da seguinte forma: William e Alfred Reid com 25 contos cada, Henrique Vieira de Castro com 40 contos, e Abraham Adida com 10 contos, tendo Henrique Vieira de Castro sido nomeado gerente, com o vencimento anual de 1.080.000$00 réis e 10 % nos lucros líquidos quando superiores a 8 % do capital social da sociedade. Era um vencimento simbólico. A partir daqui, surgiu a casa bancária propriamente dita, já que a sociedade passou a ter por objetivo as transações bancárias. Em junho de 1925, com a morte de Abraham Adida e, em 1927, com a de Henrique Vieira de Castro, o pacto social foi alterado para registo das quotas em nome dos herdeiros, em virtude do dec. n.º 10.634, de 20 de março de 1925, o que fez com que esta casa bancária solicitasse, a 10 de junho desse ano, a sua inscrição no registo das instituições de crédito. Este processo demorou, por não corresponder a todas as regras do referido diploma, ficando apenas concluído em 1930, com o depósito obrigatório na Caixa Geral de Depósitos e com a apresentação da guia do pagamento do registo no valor de 523$00.

Depois da morte de Henrique Vieira de Castro, o banco perdeu algum fulgor, devido à falta de experiência empresarial dos herdeiros, acusando um atraso, a partir de janeiro de 1931, e originando muitas queixas junto da Inspeção do Comércio Bancário e do Comissário do Governo, na fase de liquidação.

A partir de 7 de dezembro de 1931, foi comunicada à Inspeção do Comércio Bancário e ao ministro das Finanças a suspensão de pagamentos, aguardando-se a nomeação do comissário do Governo, o que aconteceu a 15 de dezembro desse ano, tendo recaído a escolha em Nuno de Vasconcelos Porto, a quem foi retirada a autorização para o exercício da indústria bancária, por portaria de 18 de maio de 1932, com a sua imediata liquidação. A comissão liquidatária, nomeada a 13 de junho desse ano, foi constituída por Juvenal Raimundo de Vasconcelos, que representava os sócios, e José Quirino de Castro, que representava os credores, tomando posse no dia 23 desse mês. Esta comissão não conseguiu cumprir o seu trabalho dentro do prazo previsto, em especial devido à situação de grave crise financeira da praça do Funchal, sendo prorrogado o seu prazo até ao dia 20 de janeiro de 1934. No entanto, o processo de liquidação desta sociedade só se encerrou a 12 de agosto de 1944, após a aprovação das contas de liquidação, sendo apresentado um relatório à Inspeção do Comércio Bancário e resultando daqui elevados prejuízos para os credores comuns, cerca de 324, que perderam tudo, no valor de 14.990.137$00. Sardinha e C.ª, com um crédito de 1.760.714$00, recuperou 1.045.900$00, e Luís da Rocha Machado, com um crédito de 650.072$00, recuperou 200.000$00. A realização da venda do património imobiliário (15 prédios rústicos e urbanos) pouco rendeu e a venda em hasta pública das águas foi pouco transparente, tendo garantido um valor muito abaixo de real.

A casa bancária Rocha Machado teve em Luís da Rocha Machado, um açoriano, emigrante no Brasil e radicado na Madeira, como funcionário da casa Blandy, o seu proprietário. A partir de 1890, deixou a casa Blandy e dedicou-se a vários negócios. Não há muita informação disponível sobre esta casa bancária, sabendo-se que ela se antecipou aos acontecimentos económicos dos finais da déc. de 1920, na Madeira, fundindo-se, a 10 de outubro de 1928, com Cupertino de Miranda e Irmão, Ld.ª e com o Banco Económico Português, dando origem ao Banco do Comércio e do Ultramar, que também sofreu um processo de liquidação, realizado em setembro de 1932. No capital social deste banco, participaram algumas

casas de crédito como a Bernardino Correia e C.ª, Marques Seixas e C.ª, Sá Leitão e C.ª, Matos Vaz e C.ª, Martins Lourenço Aparício, e José Simões Coelho.

A casa bancária Rodrigues, Irmão e C.ª foi constituída a 19 de abril de 1922, no Funchal, e teve, como sócios fundadores, Henrique Augusto Rodrigues, Alfredo Guilherme Rodrigues, João Anacleto Rodrigues, Francisco Roberto Câmara, Juvenal de Araújo, e Francisco Leão de Faria. Era quase uma sociedade familiar, composta por pessoas que detinham outros interesses económicos na praça financeira do Funchal, entre eles o comercial, como era o caso do Bazar do Povo. Tinha um capital social de 750.000$00, repartido entre os irmãos Rodrigues, com uma quota igual a cada um de 200.000$00 e de 50.000$00 aos restantes três. Esta sociedade requereu à Inspeção do Comércio Bancário o seu registo como banqueiros a 9 de junho de 1925. Em 1926, entrou um novo sócio, Alfredo Campanella, em substituição de Francisco Leão de Faria. O ativo desta casa bancária, a 31 de dezembro de 1932, ascendia a 6.662.635$00; os depósitos à ordem e a prazo, nesta data, totalizavam cerca de 2117 contos e os credores cerca de 2200 contos. O capital próprio era inferior a 800 contos. Juntamente com a casa bancária Blandy Brothers, ela constituiu uma das exceções à crise bancária ocorrida na Madeira, após a queda da Bolsa de Nova Iorque de 1929; foi cumprindo a legislação em vigor, nunca necessitando de intervenção estatal. Devido à influência política de alguns dos seus sócios, nomeadamente Juvenal de Araújo, conseguiu posicionar-se estrategicamente para integrar a fusão bancária, ocorrida com a falência dos outros bancos, integrando o novo Banco da Madeira, constituído com o apoio do Estado. Juvenal de Araújo ocuparia uma posição de destaque dentro do novo banco, sendo nomeado membro efetivo do conselho de administração. Com a constituição do novo Banco da Madeira, encerrou-se a atividade da casa bancária Rodrigues, Irmão e C.ª, sendo o único dos três incorporados que tinha cessado pagamentos.



Fig. 7 – Caricatura sobre as comissões liquidatárias dos bancos (*Re-Nhau-Nhau*, 17 mar. 1931).

A casa bancária Sardinha e C.ª foi constituída a 29 de dezembro de 1920, no Funchal. Os seus sócios constituintes foram Manuel Bettencourt Sardinha e Leonardo Bettencourt Sardinha; este último fora emigrante em Demerara e detinha uma avultada fortuna que, depois, investiu na Madeira em vários negócios, entre eles o bancário. Esta casa bancária assumiu a forma jurídica de sociedade comercial em nome coletivo, com o objeto de realizar operações bancárias e outro tipo de negócios. A sociedade tinha um capital social de 400.000$00, entre esse capital 80.000$00 do ativo líquido da sociedade Sardinha e Companhia, entretanto dissolvida, e o restante subscrito pelos dois sócios. Com a morte de Manuel Bettencourt Sardinha, que era o gerente, a gestão foi assegurada por Leonardo Bettencourt Sardinha, que passou a ser o único sócio e gerente, pelo conteúdo de uma das cláusulas da escritura de constituição da sociedade que determinava que, aquando da morte de um dos sócios, o outro continuaria no negócio, pagando aos herdeiros do sócio falecido a

parte correspondente, em prestações semestrais de igual valor, cada uma com um juro de 6 % ao ano, no prazo de 6 anos a contar do dia do óbito. A crise de 1929 e o número exagerado de casas bancárias fizeram com que o sector estagnasse; a instabilidade instalou-se nas casas bancárias e algumas abriram falência. A casa bancária Sardinha e C.ª suspendeu os pagamentos a 21 de novembro de 1931. A 3 de janeiro de 1932, Eduardo Paquete foi nomeado comissário do Governo junto deste banco. A casa bancária Sardinha e C.ª reconstituiu-se sob o nome de Banco Sardinha, por dec. de 30 de abril de 1931, com o apoio do Banco de Portugal e da Caixa Geral de Depósitos, contando com uma grande tolerância por parte de Salazar na sua reconstituição. Esta passou a sociedade anónima, a 21 de maio de 1931, sob a designação de Banco Sardinha "sendo os primeiros outorgantes da escritura de mudança os sócios da casa Sardinha e Companhia e os segundos outorgantes, todas as pessoas, na generalidade credores, que subscreveram o aumento de capital em 3.000 contos" (*Id.*, *Ibid.*, 173). Neste aumento de capital, 7 pessoas subscreveram 50.000$00 e 23 outras subscreveram ações entre 45.000$00 e 10.000$00; no entanto, a desconfiança face à reconstituição das casas bancárias era muito grande e levou a uma corrida aos levantamentos e à exigência de reembolsos dos créditos por completo, havendo necessidade de recorrer a novas moratórias. Prorrogaram-se os prazos, mesmo após a sua transformação em banco, e a suspensão de pagamentos foi-se consolidando com indemnizações tardias, com muitos processos judiciários e com sucessivas prorrogações. Esta era a segunda maior casa bancária da Madeira da época, em número de depósitos. No seu processo de liquidação, ela foi alvo de alguns processos polémicos e judiciais com alguns dos devedores, entre eles, Tiago Matias de Aguiar, F. F. Ferraz e C.ª Ld.ª que mostraram discordância quanto à forma de liquidação dos seus créditos.

Entretanto, com o cimentar da sustentabilidade económica e financeira do Estado Novo, filiais de outros bancos nacionais foram aparecendo na praça financeira do Funchal, como a Caixa Geral de Depósitos, o Banco Espírito Santo, o Banco Pinto e Sotto Mayor, o Banco Fonsecas e Burnay, o Montepio Geral, o Banco Português do Atlântico, o Banco Português de Investimento, o Banco BIC, e a Caixa Económica do Funchal (este foi um banco de raiz madeirense, que passou por algumas dificuldades, após o 25 de Abril, tendo-se transformado no Banco Internacional do Funchal). Com a expansão económica e financeira proporcionada pelas novas condições económicas saídas da Revolução de 1974, proliferam novas filiais de bancos nacionais e estrangeiros.

Tendo em consideração as publicações do Instituto Nacional de Estatística e da Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), é possível verificar o comportamento mais recente de um conjunto de variáveis relacionadas com a atividade da Banca.

Desde o ano 1998, o número de estabelecimentos bancários demonstrou uma evolução como que a dois ritmos, sendo que foi verificado um período inicial favorável e, posteriormente, um outro no qual as variáveis apresentavam um certo ressentimento no sector, seguramente pela própria crise financeira que assolou o mundo e provocou efeitos colaterais na Região. Para o ano 1998, o número de estabelecimentos de bancos e de caixas económicas na RAM era de 133, representando cerca de 2,6 % do total de estabelecimentos a nível nacional. No ano 2000, o número de estabelecimentos ascendia a 150 na Região, com uma proporção de 3,0 % comparativamente ao número de estabelecimentos em Portugal continental. Esta proporção foi tendencialmente aumentando, embora o valor mais elevado tenha sido o de 3,2 %, que se constatou nos anos 2001, 2002 e 2007, onde o número de estabelecimentos na Madeira era de 156, 156 e 171, respetivamente.

Todavia, foi no ano 2009 que se verificou o número mais elevado de estabelecimentos na Região, com 182, quando Portugal tinha 5877 estabelecimentos bancários e caixas económicas. De notar que, a partir do ano 2010, inclusive, verificou-se uma queda no número daqueles. Queda essa que não foi um fenómeno único da Região, mas também de todo o

território nacional, embora seja de interesse ressaltar que a diminuição do número de estabelecimentos foi mais acentuada na Madeira, pois, ao se verificar a proporção do número de estabelecimentos bancários regionais no número de estabelecimentos bancários nacionais para o ano 2013, o valor ficou pelos 2,8 %, um valor percentual inferior ao verificado em anos anteriores, comparável com aqueles que se verificavam nos últimos anos da déc. de 90 do séc. XX.

No ano 2010, o número de estabelecimentos passou para os 178, diminuindo no ano seguinte para 169. No ano 2012, verificou-se uma nova queda para 157, sendo que, no ano 2013, foram encerrados 10 estabelecimentos bancários, passando a RAM a contar com apenas 147.

Outra forma de se analisar a evolução do sector é através do número de pessoas ao serviço nesses mesmos estabelecimentos. No ano 1998, o número de funcionários do sector bancário cifrava-se nos 946, sendo que a partir desse ano verificou-se uma diminuição que faria com que, no ano 2001, o número fosse de 851 pessoas. No entanto, a partir do ano 2002 e até o ano 2004, constatou-se um crescimento, no qual, no ano 2002, o sector bancário contava com 922 colaboradores, passando para 945, no ano seguinte, e para 1098, em 2004.

A partir do ano 2005, voltou a verificar-se uma tendência caracterizada pela diminuição do pessoal ao serviço, muito embora, no triénio 2008-2010, o número tenha superado o milhar de pessoas. A partir do ano 2011, o número decaiu, fazendo com que os dados referentes ao ano 2013 apresentassem um número de funcionários novamente inferior ao ano imediatamente anterior, fixando-se em 842.

Os dados apresentados anteriormente podem ser analisados efetuando induções sobre os motivos que provocaram esta diminuição de pessoal ao serviço, apoiadas, eventualmente, no argumento da melhor utilização e otimização dos serviços. Todavia, cabe destacar que, a partir do ano 2008, o sistema bancário se ressentiu, fundamentalmente, pela crise financeira despoletada.

Este fenómeno não se fez sentir unicamente em território regional, mas também no espaço nacional, porque, se se comparar a proporção do pessoal ao serviço em bancos e em caixas económicas na RAM relativamente ao pessoal ao serviço nas instituições de todo o país, verifica-se que, apesar de ter havido algumas alterações pontuais, o valor percentual se manteve nos 1,6 %.

Uma publicação de 2014 do periódico *Económico* constatava o encerramento de um número elevado de agências bancárias nesse mesmo ano. Segundo a mesma, os bancos com maior presença em Portugal fecharam 200 balcões em território nacional no ano 2014. Na publicação, o encerramento de balcões e o despedimento de colaboradores são explicados não só pelas exigências efetuadas pelas autoridades europeias, após ter-se intervencionado um conjunto de instituições bancárias, mas também pelos prejuízos verificados no sector que obrigaram a elaborar planos de reestruturação assentes parcialmente nestas medidas.



Fig. 8 – Calendário da Caixa Económica do Funchal para 1983 (coleção particular).



Fig. 9 – Calendário da Caixa Económica do Funchal para 1984 e 1985 (coleção particular).

Outro dado de elevado interesse, relacionado com o número de terminais multibanco na Região, permite-nos concluir que foi verificado um crescimento importante daqueles entre o ano 1997 e o ano 2013. Enquanto, no ano 1997, o número de terminais na RAM era de 98, no ano 2013 o número ascendia aos 327. Neste intervalo de tempo, apenas foram verificadas diminuições anuais no ano 2011, momento em que o número caiu para 344, quando em 2010 o número de terminais era de 347, e no ano 2013, altura em que se verificou uma diminuição de 18 terminais multibanco. Relativamente a esta variável, é possível verificar, de igual forma, que, entre o ano 1997 e o ano 2013, a distribuição concelhia desses mesmos terminais sofreu alterações, destacando-se a descentralização dos terminais no concelho do Funchal: no ano 1997, localizavam-se ali 61,2 % do número total, um valor que diminuiu para 55,7 % no ano 2013. Não obstante, apesar de ter havido um aumento da proporção de terminais nos restantes concelhos que não a capital da RAM, verificou-se uma diminuição da mesma em concelhos como: a Calheta, onde a relação passou de 6,1 % para 3,1 %, entre o ano 1997 e 2013; o Porto Moniz, onde, no ano 1997, os terminais multibanco representavam 2,0 % do total regional, e, no ano 2013, um valor inferior situado nos 1,8 %; a Ribeira Brava e São Vicente, que, no ano 1997, representavam 5,1 % e 4,1 %, e, no ano 2013, 4,0 % e 1,8 %, respetivamente.

O número de operações efetuadas em terminais multibanco também aumentou significativamente, quase que quadruplicando entre o ano 1997, ano no qual o número de operações foi de 5411 milhões. No ano 2013, foram registadas 21.010 milhões de operações em território regional. Os números alteraram-se de tal forma que uma análise à caracterização desses mesmos movimentos permite constatar a dinâmica verificada. Tome-se como exemplo o ano de 1997, no concelho de Porto Moniz, onde o número de operações efetuadas foi de 23.000, sendo apenas de 19.000 no concelho da Ponta do Sol.

Sendo uma das principais funções das instituições bancárias a concessão de crédito à economia, determinados dados da DREM revelam que, a 31 de dezembro de 2013, a percentagem de devedores face ao total da população adulta residente na RAM era de 51,1 %, valor inferior ao verificado no território nacional (52,9 %). Cabe destacar de igual forma que cerca de 1 em cada 4 adultos residentes na RAM tinha um empréstimo à habitação, e para 43,2 % foi concedido um empréstimo para consumo e para outros fins, empréstimo esse que, a 31 de dezembro de 2013, ainda estava em dívida.

Bibliog.: impressa: ALMEIDA, Eduardo Castro e, *Archivo da Marinha e Ultramar. Inventário. Madeira e Porto Santo*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1907; AMORIM, Inês, "Dar e haver na Época Moderna. Entre a filantropia e a dependência creditícia – especificidades insulares?", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 3, 2011, pp. 229-243; ARAGÃO, António, *A Madeira Vista por Estrangeiros (1455-1700)*, Funchal, DRAC, 1981; CORREIA, Liliana Martins, *A Família Blandy. Economia e Cultura. Século XIX*, Dissertação de Mestrado em Cultura e Literatura Anglo-Americanas apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2005; FARIA, Cláudia, *Phelps. Percurso de Uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; FREITAS, João Abel, *Salazar na Crise da Banca Madeirense. Uma Teia de Muitos Nós*, Lisboa, Colibri, 2014; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Typ. Funchalense, 1873; GOMES, Eduarda, *O Convento da Encarnação do Funchal. Subsídio para a Sua História. 1660-1777*, Funchal, CEHA, 1995; JARDIM, Maria Dina dos Ramos, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal. Século XVIII. Subsídios para a Sua História*, Funchal, CEHA, 1996; LAINS, Pedro, *História da Caixa Geral de Depósitos. 1910-1974*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2008; MELO, Luís de Sousa, "Tombo 1º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal. 1ª parte", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVII, 1973; *Re-Nhau-Nhau*, 17 mar. e 12 dez. 1931; RODRIGUES, Elisabete, *Os Cossart. Uma Família Inglesa na Madeira Oitocentista*, Funchal, CEHA, 2013; RODRIGUES, Paulo, *A Madeira entre 1820 e 1842. Relações de Poder e Influência Britânica*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; SANTOS, Eugénio, "A sociedade madeirense da época moderna. Alguns indicadores", in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. II, Funchal, Governo Regional da Madeira, 1990, pp. 1212-1224; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal DRAC, 1978; SILVA, Maria Júlia de Oliveira e, *Fidalgos-Mercadores no Século XVIII. Duarte Sodré Pereira*, Lisboa, INCM, 1992; SIMON, André Louis, *The Bolton Letters. The Letters of An English Merchant in Madeira. 1695-1714*, London, T. W. Laurie, Ltd., 1928; TRINDADE, Ana Cristina Machado, *A Moral e o Pecado Público na Madeira na Segunda Metade do Século XVIII*, Funchal, CEHA, 1999; *Id.*, *"Plantar Nova Christandade". Um Desígnio Jacobeu para a Diocese do Funchal. D. Frei Manuel Coutinho. 1725-1741*, Funchal, DRAC, 2012; VALÉRIO, Nuno (coord.), *História do Sistema Bancário Português*, Lisboa, Banco de Portugal, 2006; VIEIRA, Alberto (coord.), *O Público e o Privado na História da Madeira*, vol. I, Funchal, CEHA, 1996; **digital:** "Pessoal ao serviço (n.º) nos estabelecimentos de bancos e caixas económicas por localização geográfica (NUTS – 2002). Anual", *Instituto Nacional de Estatística*, s.d.: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000226&contexto=bd&selTab=tab2 (acedido a 22 dez. 2014).

† Alberto Vieira
Emanuel Janes
Sérgio Rodrigues

Banda d'Além

O grupo de música tradicional madeirense Banda d'Além iniciou a sua atividade em 1995, no Funchal, sendo o seu mentor o professor, músico e compositor Mário André Rosado. O grupo tem como objetivo principal a divulgação das músicas tradicionais da Madeira e do Porto Santo.

A banda surgiu na sequência de um projeto extracurricular da Escola Secundária de Francisco Franco, dinamizado pelo Prof. Mário André, que tinha como propósito a valorização da música tradicional madeirense. Na base da escolha do nome do grupo esteve a existência de diversos locais na Madeira com a denominação de Banda d'Além e também o intuito de olhar para além do passado em busca da tradição e de projetá-la para o futuro, atualizando-a e reinventando-a.

Com um reportório fortemente ligado às raízes populares, o agrupamento tem contribuído, ao longo da sua existência, para a recolha, preservação e divulgação das músicas tradicionais do arquipélago da Madeira. As interpretações do grupo assentam, sobretudo, numa harmonia vocal e instrumental, com maior relevo para os cordofones tradicionais madeirenses (viola de arame, braguinha e rajão). Estes são complementados pelas teclas, percussão, bandolim, viola, violino, acordeão e flauta. Além das escolhas musicais baseadas no cancioneiro madeirense, o grupo evidencia um estilo particular ao recriar composições tradicionais e ao dar voz a poetas contemporâneos.

No seu historial, a Banda d'Além regista a participação em eventos culturais distintos, realizados no arquipélago madeirense, como o Festival Raízes do Atlântico, o Festival de Arte Camachense, a Semana Gastronómica de Machico, a Semana do Mar do Porto Moniz, a Feira do Livro do Funchal e a Festa das Vindimas, entre muitos outros, incluindo os típicos arraiais madeirenses. Do seu roteiro fazem parte, igualmente, apresentações públicas fora da Região, em vários locais do continente, no arquipélago dos Açores e também fora do país. A nível internacional, destacam-se as

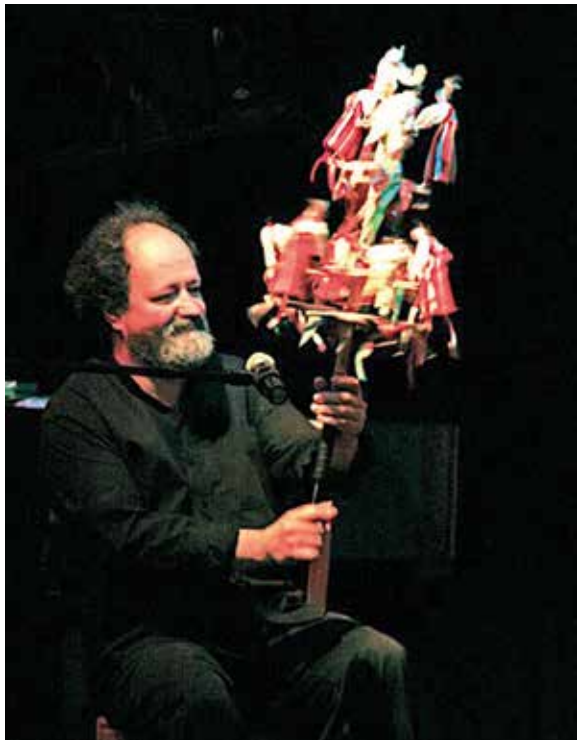


Fig. 1 – Prof. Mário André, mentor do grupo musical Banda d'Além, 2011 (*Banda d'Além – Facebook*).

deslocações à Venezuela, em 2008 e 2011, onde foram atuar no Centro Português de Caracas, primeiro no âmbito das comemorações dos 50 anos do Centro e dos 500 anos da cidade do Funchal e depois para participar no espetáculo comemorativo do Dia da Região Autónoma da Madeira e das Comunidades Madeirenses. Em 2012, integraram o programa de encerramento da VIII Feira Tradicional Arte na Ilha, em Meira, Galiza, e em 2014 viajaram até aos Estados Unidos da América, onde realizaram algumas atuações.

Ao longo da sua carreira, o grupo tem sido promovido nos vários meios da comunicação social, quer na imprensa, em diversos periódicos, quer na *internet*, na rádio ou na televisão. Dentre os vários programas televisivos em que participaram, destacam-se os programas «Atlântida», «Noites de Verão» e «Festa da Flor», por serem transmitidos por diversos canais da RTP, incluindo o canal RTP Internacional, sendo esta uma forma de aproximar os muitos emigrantes espalhados pelo mundo da música popular madeirense e das suas raízes culturais.



Fig. 2 – Grupo musical Banda d'Além em estúdio para a gravação do CD *Ausência*, 2014 (*Banda d'Além – Facebook*).

Na sua atividade, a Banda d'Além conta com a edição de quatro discos, que perpetuam a contribuição do grupo na promoção da música tradicional madeirense. Em 1997, lançam o primeiro álbum, intitulado *Foram-se os Homens ao Mar*, que junta textos poéticos da tradição oral da Madeira e de Irene Lucília Andrade com músicas de Mário André, de Jorge Maggiore e de Décio Abreu. No ano seguinte, dois temas retirados daquele álbum, «Rajão» e «Os Escravos», vêm integrar a primeira antologia de música tradicional madeirense, organizada pela editora Almasud Records e pela Associação Xarabanda, com o apoio do pavilhão da Madeira para a Expo 98. Em 2001, surge *Ementes, Vai-se Cantando*, o segundo álbum, que inclui 14 temas do cancioneiro tradicional do arquipélago da Madeira. O terceiro registo do grupo, intitulado *Raízes*, lançado em 2011, reúne composições diversificadas da tradição, de autores madeirenses e outras da própria Banda d'Além. O disco inclui uma valsa, composição de Drumond de Vasconcelos, datada do séc. XIX, temas do músico Max e dos irmãos Freitas e composições tradicionais. Em 2014, lançam o quarto álbum, cujo título, *Ausência*, alude à emigração, numa referência simbólica à ausência dos conterrâneos, numa época em que o país assiste a uma enorme saída de portugueses, que procuram noutros países melhores condições de vida.

Outra vertente da atividade da banda é a sua integração em programas de animação em hotéis do Funchal, o que lhe tem permitido promover o seu trabalho junto de turistas de várias nacionalidades e, simultaneamente, contribuir para a divulgação, junto de um público mais diversificado, de uma parte da cultura madeirense.

Bibliog.: impressa: "Banda d'Além brilhou no 'Vivamúsica'", *Diário de Notícias*, Funchal, 10 abr. 1998, p. 22; "Banda d'Além dá espectáculo na sexta-feira, Dia da RAM, na Venezuela", *Diário de Notícias*, Funchal, 29 jun. 2011, p. 25; "Banda d'Além no Porto Santo", *Jornal da Madeira*, 11 ago. 2000, p. 10; DRUMOND, Orlando, "Festa das vindimas com cartaz reforçado", *Diário de Notícias*, Funchal, 3 set. 2014, p. 6; GOUVEIA, Odília, "Banda d'Além no seu melhor", *Jornal da Madeira*, 27 jul. 2005, p. 13; MARQUES, João Maurício, "Antologia da música tradicional madeirense", *Revista Xarabanda*, n.º 12, 2.º sem. 1997, pp. 64-66; MENDES, Sílvio, "Reinventar e actualizar a tradição. Objectivo dos Banda d'Além", *Olhar. Jornal da Madeira*, 10 dez. 2005, pp. 20-21; P. H., "Semana gastronómica fecha com Mário André", *Diário de Notícias*, Funchal, 8 ago. 2010, p. 30; *Id.*, "Disco dos Banda d'Além homenageia 'Raízes'", *Diário de Notícias*, Funchal, 12 jul. 2011, p. 23; *Id.*, "Música diversa enriquece 'Art'Camacha 2011'", *Diário de Notícias*, Funchal, 9 ago. 2011, p. 23; "P. Moniz 'pisca o olho' com quatro dias de festa", *Diário de Notícias*, Funchal, 18 jun. 2010, p. 6; SALVADOR, José, "Banda d'Além estreia-se com álbum", *Diário de Notícias*, Funchal, 18 nov. 1997, p. 26; **digital:** *Banda d' Além – Facebook*: https://www.facebook.com/bandadalem (acedido a 30 jan. 2015); "Projetos Banda d'Além. Entrevista a Mário André no programa 'Acerte e Ganhe' do PEF", *Cantinho da Madeira*, 28 ago. 2014: http://cantinhodamadeira.pt/index.php/podcast/entrevistas/item/369-projetos-banda-d-alem (acedido a 30 abr. 2015).

Sílvia G. Gomes

Bandas filarmónicas

O aparecimento das bandas filarmónicas na Madeira dá-se na segunda metade do séc. XIX. A Filarmónica dos Artistas Funchalenses (primeira denominação para a atual Banda Municipal do Funchal) surge em 1850. O século tinha começado com uma guerra e posterior ocupação da ilha da Madeira pelas tropas inglesas. Nesse período conturbado das invasões francesas, os grandes contingentes militares não dispensavam as fanfarras nos seus longos desfiles e na inevitável ordem unida. A presença do exército inglês no Funchal, entre 1801 e



Fig. 1 – Banda dos Artistas Funchalenses, fundada em 1850 (fotografia de Rui Camacho).

1814, vai dar a conhecer aos madeirenses um certo tipo de banda, que será posteriormente desenvolvida em Portugal continental, primeiro na Banda da Armada e depois nos batalhões e regimentos de infantaria espalhados pelo país. Este formato musical, que integrava sopro e percussão, tem uma primeira localização, Lisboa, e um propósito, a reformulação da Marinha Portuguesa e das restantes forças. Será sobretudo a partir de 1828, com a presença da Banda do Regimento e da Banda do Batalhão, que os ouvidos dos madeirenses se concentrarão nos desfiles e concertos ao ar livre destas novas formações musicais.

O modelo, a formação e direção das bandas civis iria ser decalcado das congéneres militares, sendo os seus mestres contratados pelas mais importantes sociedades musicais madeirenses. Assim aconteceu com a Banda Municipal do Funchal (1850), a Banda Municipal de Câmara de Lobos (1872) e a Banda Distrital do Funchal (1872), as três mais antigas formações que durante muito tempo disputavam entre si não só aspetos de rivalidade mas os talentosos mestres militares, únicos ao tempo no saber musical específico para este tipo de agrupamento.

O séc. XIX iria ver nascer muitas bandas tanto no Funchal como no mundo rural, algumas de vida curta, das quais a história se resume a uma ou duas atuações, registadas pelos diários de então. No entanto, é, sem dúvida nenhuma, fora do Funchal que o fenómeno das bandas ganha expressão. Primeiro no Paul do Mar (1874), depois na Ponta do Sol (1882) seguindo-se Faial (1895), Santa Cruz e Machico (1896). Centrando a sua atividade à volta da escola de música, as bandas ganharam a simpatia das populações e a convivência fácil com a comunidade, que as prestigiaram apoiando-as na compra de instrumentos ou contratando os serviços musicais para as diversas festas tradicionais ao longo do calendário, fonte de receitas para manter os ativos, tanto os músicos como os mestres. O arraial madeirense, na sua ideia chave de partilha do profano e do sagrado, encontraria na banda de música o seu perfeito aliado. Dois momentos, o da procissão e o da festa, estariam doravante com acompanhamento musical adequado: marcha grave e música religiosa, por um lado, e, por outro, um repertório que passaria do *pasodoble* à marcha portuguesa e outras melodias popularizadas, primeiro pelo teatro de revista e num segundo momento pela rádio e disco.

Os contratos para estes eventos designavam-se de contrato a seco ou de contrato a comer. No primeiro, a coletividade musical levava o seu próprio cozinheiro, que faria as refeições necessárias às expensas da direção. No segundo caso, a banda ganharia menos dinheiro, uma vez que o festeiro descontava nas refeições por ele cedidas. A banda começava a sua prestação musical pela manhã, logo depois da missa, indo depois tocar à casa do festeiro. A banda podia também ir de porta em porta, acompanhada pelo festeiro e mordomos. Existem episódios em que os músicos contavam centenas de hinos tocados, pois era necessário tocar para todos os que tinham contribuído para a festa. A meio da tarde, servia-se o almoço, geralmente espetada, batatas com atum ou caldeirada de bacalhau. Ao princípio da noite iniciava-se a festa que durava até à meia-noite. No dia seguinte, a procissão era o momento mais alto da prestação musical, seguindo-se uma atuação ao longo da tarde e noite.



Fig. 2 – Filarmónica Recreio dos Lavradores, Câmara de Lobos, 10 de agosto de 1894 (arquivo da revista *Girão*).

Os contratos não eram escritos. Cabia ao festeiro escolher uma banda da sua preferência, a banda da festa, podendo convidar mais uma ou até várias outras bandas, as bandas convidadas. No adro da igreja eram colocados dois coretos: o da direita o era da banda da festa e o outro, o da banda convidada. Quando existiam mais bandas, os coretos espalhavam-se pelos arredores do recinto do arraial. A banda da festa seguia na frente da procissão e a banda convidada atrás. Os mestres das bandas, também angariadores de serviços musicais, tentavam a todo o custo que a sua banda fosse a banda da festa, a banda principal, o que era visto com prestígio.

No mundo hierarquizado das filarmónicas só a direção e eventualmente o mestre saberiam o valor exato do contrato. Os músicos não recebiam todos por igual, existindo a designação de partes, meias partes e quartos de parte, contemplando a antiguidade dos executantes, mas nunca revelando o montante final pelo serviço musical. O fardamento era fornecido pela banda, assim como o instrumento, existindo casos em que o próprio executante adquiria à banda, em prestações, tanto o fardamento como o instrumento. A entrada para a filarmónica dava-se por volta dos 15 anos, aprendendo o jovem primeiro o solfejo e só mais à frente tomando contato com o instrumento.

Nas bandas estudadas, verificou-se uma longa permanência dos instrumentistas. Até 25 de abril de 1974, era frequente os músicos tocarem até aos 70 anos de idade, sendo a experiência da filarmónica a única da sua vida artística. Nas décs. de 30 e 40 do séc. XX, o fato da banda era para o instrumentista o único que possuía, tal como os próprios sapatos, servindo estes para ocasiões solenes. Conta-se que esse foi um dos motivos para nas décadas seguintes as fardas das filarmónicas madeirenses terem várias cores, nomeadamente o dourado, em riscas nas calças ou casaco. O propósito era simples: evitar a utilização do fato fora da atividade musical. Eram tempos de miséria a todos os níveis, mas que, apesar de tudo, serviram para muitos dos executantes aprenderem a ler, escrever e contar, já que cabia também esse papel às próprias bandas.



Fig. 3 – Banda Nova de Câmara de Lobos, 11 de outubro de 1998 (fotografia de Rui Camacho).

Destaca-se nos registos o concelho de Santana, que reunia três filarmónicas: Banda Filarmónica do Faial (1895), Banda Municipal de Santana (1926) e Banda Escola de N. S.ª de Fátima do Arco de São Jorge (1933). A atividade da escola da banda variava conforme os mestres, o seu saber, a sua persistência e o seu carisma. No entanto, há um traço geral quanto ao modo de operacionalizar o estudo e ensaio: duas vezes por semana para acompanhamentos e contra cantos, duas vezes para canto (solistas) e duas vezes ensaio geral, significando, em termos de dias de semana, uma ação que se desenrolava de segunda a sábado. As bandas filarmónicas foram também das primeiras sociedades recreativas que reuniram executantes masculinos de nível socioeconómico e cultural mais humilde.

A formação, mas sobretudo a continuação da atividade, gerava muitos problemas e mesmo obstáculos. O fardamento, os instrumentos, o mestre de música e os músicos, bem como a casa de ensaio, careciam de uma capacidade organizativa, que passava pelas quotas dos sócios e beneméritos, de modo a suprir as despesas contratadas. Isso mesmo se pode entender quando em 1913 surgiu a Federação das Filarmónicas, numa tentativa de apoio às coletividades.

Desde 1850, com o aparecimento da primeira banda civil, a Sociedade dos Artistas Madeirenses, se conjugava nos concertos públicos, na Pç. da Constituição e na Pç. Académica, a já

citada banda e a Banda do Regimento, entre outras formações marciais nacionais e estrangeiras, que estando de passagem pela Madeira se disponibilizavam a tocar num gesto de cortesia. O fenómeno, aos poucos, estendeu-se às vilas e freguesias do sul da ilha, como Câmara de Lobos, Santa Cruz e Machico, incentivado pela colocação de coretos nos centros históricos das localidades. A organização das sociedades musicais remetia-se para os estatutos, onde se plasmavam os direitos e deveres do mestre, dos aprendizes e executantes.

As normas de comportamento, em geral severo, decalcavam-se do modelo militar e impunham restrições e coimas. Em resumo, o dever de assiduidade, pontualidade e respeito à banda, sem esquecer a obediência ao chefe. A disseminação das bandas pelo restante espaço a sul foi rápida, potenciado pela maior densidade populacional, facilidade de transportes terrestres e marítimos e desenvolvimento socioeconómico. Do Paul do Mar até Machico, as sociedades musicais iriam deixar a sua marca até ao fim do séc. XIX. Esta, revelar-se-ia não só no domínio dos sopros, como também nas orquestras características (com cordofones tradicionais), nas orquestras de palheta ao estilo italiano (com instrumentos da família do bandolim e viola dedilhada) e nos pequenos conjuntos de música religiosa e festiva, que atuavam nas igrejas, constituídos, para além das vozes humanas, por violino, violoncelo, flauta transversal e órgão. Era frequente também os mestres das filarmónicas serem convidados a dirigir estes pequenos núcleos musicais ou a fazer arranjos para os seus instrumentos.

A par do padre e do professor primário, o mestre da banda, pelos seus conhecimentos musicais ou patente militar (sargento, tenente, capitão), assumia nestes contextos sociais uma importância acrescida. Por toda a ilha, a presença das bandas fazia-se notar no dia da festa da paróquia, entusiasmando as forças vivas dos concelhos a constituir a sua própria banda. Com a exceção histórica do Porto Moniz e de São Vicente, por alguns motivos já atrás formulados, mas também pelo fenómeno da emigração, não se conhecem dados de tentativa ou constituição de agremiação de sopros. Outros casos existiram de pouca duração, ou que simplesmente não passaram do solfejo inicial.

No mundo rural madeirense, estas bandas, como a do Paul do Mar e Faial, tinham pouco mais de 13 elementos, sendo necessário reforçá-las com elementos vindos do Funchal ou de Câmara de Lobos. Estes músicos disponíveis eram na sua maioria militares das bandas existentes na Madeira. Esta prática persistiu até depois do 25 de abril de 1974. A falta de registos por parte das bandas leva-nos a recorrer aos diários da época para auscultar a sua presença e importância na comunidade e sociedade do seu tempo. Na verdade, o trabalho profícuo de vários investigadores tem trazido novos dados sobre a constituição destas sociedades. Ainda no séc. XIX, e no norte da Madeira, surgiu, por cerca de 1875, a Filarmónica União de S. Jorge, regida pelo mestre Francisco Ribeiro, músico militar, responsável pela Banda Regimental. Outro caso, de grande atividade musical, mas de poucos e incompletos documentos, tem lugar no concelho de Santa Cruz. Uma primeira fundação da Filarmónica União Santacruzense, por volta de 1877, que se iria dividir em 1906 por desentendimentos entre músicos, passando a ser conhecidas pela população como Banda do Sr. Ângelo e Banda do Sr. Franco, tendo este último sido um dos fundadores da Banda Municipal de Santa Cruz em 1922. Também no concelho da Calheta existiu a tentativa de criação de uma banda, na déc. de 50 do séc. XX, pela mão do regente e músico militar Raúl Serrão, que não chegou a atuar. Outras formações de curta duração surgem aqui e ali nas várias investigações, *e.g.* a Filarmónica Recreio União Comercial em 1898, a Filarmónica Recreio Lusitano e a Filarmónica Recreio Artístico do Campanário, ambas na primeira década do séc. XX. A constituição deste tipo de agrupamento chegou também aos Bombeiros Voluntários do Funchal, Polícia de Segurança Pública e Escola das Artes e Ofícios, sendo no caso desta última constituída apenas por alunos internos. Algumas bandas tinham patrono ou mecenas, referindo na sua designação tal facto.



Fig. 4 – Filarmónica da Sociedade da Levada, Hotel Monte Palace, 1927 (ABM, Arquivos Particulares).

A Filarmónica Restauração da Ponta do Sol ficou conhecida como príncipe D'Oldemburgo, como reconhecimento ao tenente-general do exército russo que por cá viveu durante dois anos, ficando conhecido pela sua filantropia. A Filarmónica D. Carlos I, depois Banda Municipal de Machico, adotaria esta nomenclatura em homenagem ao monarca português, possuindo título de autorização para tal designação, passado pelo rei. Também a Filarmónica Artístico Madeirense (depois Banda Distrital do Funchal) se designava de Real Filarmónica Artístico Madeirense, em 1908, por diploma passado pelo já citado rei.

Na vida das diferentes coletividades, muitas personalidades se distinguiram, entre presidentes e benfeitores, mas um lugar de relevo tem de ser dado aos mestres, pois deles dependia a própria atividade da banda, na sua preparação e apresentação pública. Ainda no séc. XIX, o destaque vai para Anselmo Serrão, natural de Câmara de Lobos (1846-1922). Compositor multifacetado, foi também mestre da Banda dos Artistas Funchalenses e regente de orquestras de igreja, uma das quais no Estreito. É o autor do hino da Banda Municipal de Câmara de Lobos. Ângelo Álvares de Freitas, natural de Santa Cruz, surge como outro dos compositores, regentes e fundadores de núcleos musicais de grande evidência, como foi o caso da Sociedade Fraternal e Recreativa de S.ta Cruz, uma sociedade de concertos com estatutos e contabilidade organizada, em atividade por volta de 1886. Destacou-se ainda como orquestrador e educador, fez muitos arranjos para diferentes configurações artísticas e lançou muitos apontamentos para ajudar na formação individual dos executantes, quer de sopro, quer de cordas. Entre as suas composições, destacam-se os hinos, a música sacra e música de dança com que pontuava nos salões do concelho, com orquestras dirigidas por si.

Ao longo do séc. XX, foram muitos os nomes mencionados em vários trabalhos de investigação musicológica. O mestre Francisco da Silva, de Câmara de Lobos, orientou por mais de 50 anos a Banda Municipal de Câmara de Lobos, revelando-se no seu tempo como um dos únicos mestres civis. Desenvolveu a sua atividade entre 1916 e 1966. Em Machico, José da Costa Miranda (1908-1987) salientou-se enquanto mestre da Banda Municipal de Machico, organista e compositor. O seu nome é muito conhecido no meio filarmónico, sendo o seu trabalho reconhecido na sua extensa composição musical, que inclui marchas graves, hinos e repertório ligeiro para banda, sem esquecer a música sacra, que apresentava durante anos na igreja de Machico onde, para além de organista, dirigia o coro. Da Ponta do Sol para o Brasil, onde foi primeiro conhecido, deve ser referido o mestre Moisés Alves Pita (1922-2002). Depois de muitos anos na Banda da Ponta do Sol como executante e uma passagem pela Academia de Música da Madeira, partiu para o Brasil em 1950. Do seu currículo, consta o cargo de mestre e presidente da Banda de Niterói, membro da bancada examinadora de carteiras profissionais, cidadão honorário do Estado do Rio de Janeiro, Ordem de Benemerência de Portugal e medalha de Honra e Mérito. As suas composições alcançaram, tanto no Brasil como em Portugal, um grande reconhecimento artístico. Apresentou algumas das suas obras em Lisboa, dirigindo a Banda de Música da Força Aérea em 1987, por altura da condecoração recebida da Secretaria de Estado da Emigração.

Num leque mais alargado, ao longo das décs. de 50 e 70 do séc. XX, no que diz respeito a direção e composição para banda, o destaque vai para João Ornelas Abreu, Raul Serrão, João Figueira Quintal e Abel Teixeira Mendes, sendo os últimos três músicos militares de carreira que receberam uma sólida formação e que a souberam reverter nas bandas civis por onde passaram.

A presença das bandas nas festas tradicionais, nos concertos públicos patrocinados pelo governador ou Câmara colocou em evidência esta subcultura musical, tornando-se já na primeira década do séc. XX um incontornável ativo cultural. Em 1909, num intercâmbio com as vizinhas canárias, deslocou-se à ilha de Tenerife a Filarmónica Artístico Madeirense (atual Banda Distrital do Funchal) para uma série de concertos e animações. Seria a primeira vez que uma banda madeirense saía em digressão, neste caso para uma atuação na Festa de Maio de Santa Cruz de Tenerife. O acontecimento foi muito relatado nos jornais da época e gerou um grande entusiasmo por parte da população. Em 1913, outra formação, a Banda dos Artistas Funchalenses (atual Banda Municipal do Funchal), teve igual privilégio na participação das mencionadas festas em Tenerife. Fica também registado para a história o facto de nessa digressão se ter tocado, pela primeira vez, o hino republicano português no estrangeiro, o qual é atribuído até hoje apenas a esta banda madeirense.

A Banda dos Artistas Funchalenses seria a protagonista durante décadas de um envolvimento e aprofundamento musical e artístico, devido ao seu maestro e diretor musical, o capitão Gustavo Augusto Coelho, uma personalidade que marcaria também o mundo filarmónico madeirense, enquanto referência por causa da qualidade no desempenho do seu ofício como maestro, compositor e professor. Em 1927, ainda no posto de tenente do exército, orientou a Banda dos Artistas Funchalenses na célebre digressão aos Açores, vencendo a grande dificuldade de entrosamento entre as ilhas portuguesas. E, mais uma vez, pela originalidade de tal evento, esta filarmónica alcançou um grande sucesso, testemunhado pelos jornais da época. A filarmónica apresentava-se com 40 figuras, exibindo também um novo fardamento. O nível do repertório apresentado foi tema de análise pela imprensa. O maestro foi elogiado pelo rumo em que direcionava a coletividade musical, colocando-a num novo ciclo e patamar de qualidade.

A atividade das bandas centrava-se em três grandes áreas: a escola de música, a festa tradicional madeirense (os arraiais) e os concertos públicos. Nem todas as formações conseguiam o pleno nessas linhas mestras. De entre o leque das filarmónicas madeirenses, a Banda Municipal do Funchal, a Banda Distrital do Funchal, a Banda Municipal de Câmara de Lobos e a Banda Recreio Camponês são as mais ativas, atendendo a um período continuado pelas décs. de 30, 40 e 50 do séc. XX. As bandas viviam, sem margem para dúvida, do dinheiro ganho pelos serviços prestados nas principais festas da ilha, entre elas as do Estreito da Calheta, Monte, São Pedro da Ribeira Brava, Ponta Delgada, Loreto e Santo António, que chegavam em certos anos a solicitar 5 a 7 bandas de música. Estas festividades foram potenciadas pelo forte contributo dos emigrantes que se encontravam no Brasil, Curaçau, Venezuela e África do Sul, atingindo o pique da procura das formações musicais nas décs. de 50 e 60 do século passado.

Enquanto atividade interna, dirigida a sócios e familiares, as filarmónicas madeirenses apostavam em bailes e festas por altura do Carnaval e Santos Populares. Desenvolveram-se



Fig. 5 – Banda da Camacha, 16 de setembro de 1994 (fotografia de Rui Camacho).

também grupos de teatro amador e coros que entrelaçavam vários espetáculos anunciados na imprensa diária, alguns incluindo número de variedades, fado, teatro de revista e até projeção de filmes. Destacou-se neste tipo de festa, patrocinado em exclusivo pela banda, o carnaval da Banda Distrital do Funchal. Este, realizado ao estilo brasileiro, reunia toda a formação numa *troupe* musical, com um enredo apropriado. A festa começava com o percurso da Pontinha até ao cais da cidade, como se a banda viesse de fora. Todos os anos havia um ou dois trajes diferentes, e a música, ao estilo brasileiro, era enviada para um dos membros da direção, o Sr. Brazão, que, sendo brasileiro, tinha inúmeros contactos com escolas de samba cariocas. Essa ligação permitia tocar todo o tipo de repertório recente, uma grande vantagem perante as congéneres que se limitavam a tocar temas antigos. O Funchal aderia em massa ao carnaval dos "guerrilhas", o nome pelo qual eram conhecidos pela população. Para além do concerto no Jardim Municipal do Funchal, uma série de bailes animavam a sede da banda, acompanhados por uma formação musical criada no seu seio, que se designava Orquestra Brilhante. Os bailes iam pela noite dentro, até às quatro horas da manhã, com uma autorização especial do governador civil da Madeira. Seguia-se um périplo pelos hotéis da cidade para animação dos turistas. Os músicos atuavam de forma graciosa, sendo todo o dinheiro arrecadado para o cofre da coletividade, que via assim uma nova forma de financiamento para compra de instrumentos e fardamento.

Até 25 de abril de 1974, o movimento artístico das filarmónicas esteve em expansão, quer pelo número de elementos, quer pelas solicitações para atuar. Por esta altura, também as bandas começaram a admitir executantes femininos, sendo a Banda Paroquial da Camacha a primeira a fazê-lo com a admissão de seis elementos, em 1971. Esta banda difere de todas as outras, uma vez que nasceu dentro de uma paróquia fomentada pelo seu mentor, o P.e Martinho. Após a Revolução de Abril, muitas alterações se iriam dar, a mais importante das quais foi o facto de os mestres passarem a ser na sua maioria civis, com cursos de instrumentos, e levarem métodos específicos para cada instrumento e naipe da banda, o que não acontecia antes, pois tudo se concentrava no mestre (que era geralmente um músico militar que ensinava todos os instrumentos).

Outra formação que marcou o mundo das bandas filarmónicas madeirenses foi a Banda Orquestral de Câmara de Lobos – Os Infantes. Nesta, o instrumentário vulgar de uma banda foi acrescentado de bateria, piano, baixo elétrico e guitarra elétrica. As suas atuações, ao contrário das outras bandas, requeriam um palco, já não um coreto. Também o serviço musical de acompanhamento à procissão era executado por uma parte da banda, pressupondo dois tipos de ensaio, um para espetáculo e outro que atendia ao tradicional arraial insular.

O fenómeno das bandas ressurgiu nos anos 90, com a Banda Juvenil do Gabinete de Apoio à Expressão Musical e Dramática, relançando nas camadas mais novas o gosto pelos instrumentos de sopro. Um ponto alto destas formações é a apresentação musical no Encontro de Bandas que se realiza anualmente na Ribeira Brava, no qual têm sido homenageados músicos e mestres que marcaram a história das filarmónicas madeirenses.

Bibliog.: MORAIS, Manuel (coord.), *A Madeira e a Música*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; SARDINHA, Vítor, e CAMACHO, Rui, *Rostos e Traços das Bandas Filarmónicas Madeirenses*, Funchal, DRAC/Associação Musical e Cultural Xarabanda, 2001.

Vítor Sardinha

Bandeiras

A bandeira é o símbolo visual definido classicamente como representativo de um Estado soberano, um país ou uma região, um município ou uma freguesia, uma organização social, civil, profissional ou religiosa, tal como de toda e qualquer entidade constituída, como teria sido o caso das famílias dos capitães-donatários insulares e das dos principais terratenentes, com capacidade para levantar forças militares e obrigação de o fazer. Desde a constituição do Império Romano que as legiões utilizavam



Fig. 1 – Bandeira da Câmara Municipal do Funchal, 1834 e 1850 (Salão Nobre da Câmara Municipal do Funchal).

estandartes, de forma a serem facilmente reconhecidas; na Idade Média, muito provavelmente por influência islâmica, difundiu-se o uso de um panos hasteados num estandarte, com as cores e os sinais identificativos da força militar a que dizia respeito. A mais antiga regulamentação da utilização de bandeiras de que dispomos é a que consta de *Siete Partidas* [*Sete Partidas*] do rei Afonso X, o Sábio (1252-1284), onde são especificadas as diferenças entre o estandarte privativo de um príncipe, os pendões dos seus servidores – os vários comandantes militares –, dispostos hierarquicamente, e as flâmulas, os guiões, os galhardetes, etc., de cada força militar. Mesmo com as complexas modificações advindas da constituição dos Estados modernos, os procedimentos definidos na Idade Média continuarão a estar em uso até ao séc. XXI; deste modo, as bandeiras obedecem a uma determinação precisa quanto à forma, às cores e à maneira de as hastear.

As primeiras bandeiras que apareceram na Madeira terão sido as da Ordem de Cristo. O descobrimento oficial da região foi determinado na sequência do descerco de Ceuta, estando deste encarregados os escudeiros do Infante D. Henrique, administrador daquela ordem militar. Como o povoamento das ilhas atlânticas foi especialmente feito para servir de apoio às praças do Norte de África, as primeiras forças militares que seguiram da Madeira com esse propósito levavam por certo a bandeira da Ordem de Cristo. Data de 1460 a concessão de armas próprias a João Gonçalves Zarco e



Fig. 2 – Bandeira da Ordem de Cristo, Festival Colombo, Porto Santo, 2016 (arquivo particular).

de poucos anos antes (1450-1451) a instituição do município do Funchal, tal como muito provavelmente dos de Machico e do Porto Santo. Só mais tardiamente há referências de tanto os Câmara, capitães do Funchal, como as sedes dos municípios da Madeira terem utilizado símbolos heráldicos próprios, como bandeira e selo de armas.

Data do "primeiro dia de junho" de 1472 a primeira referência, feita pela vereação camarária, ao "selo do capitão", então João Gonçalves da Câmara (1414-1501): o procurador do Concelho mencionou que o povo se queixava de que João Gonçalves da Câmara levava 20 réis pela utilização do selo, "e que todos ficaram de lho fazer saber por que os levava e que razão dava" (COSTA, 1995, 35). Como era o capitão quem presidia ao Concelho, embora então representado pelo irmão mais novo, fica sem se saber se se tratava do selo pessoal dele, se do da Câmara, se, inclusivamente, do da Ordem de Cristo. Em 1461, o Infante D. Fernando (1433-1470), ao assumir a administração da Ordem, como resposta a um pedido da Ilha comunicou que iria enviar, "nos primeiros navios" que fossem para a Madeira, "dois selos, um de minhas armas, com que serão seladas as coisas da justiça e que a meu serviço pertencerem", e outro,



Fig. 3 – Baú de bandeiras, 1550-1620 (Convento de S.ta Clara do Funchal).

com os "sinais que me apraz que esse Concelho traga e [por] isso mesmo vos mandarei a bandeira dos ditos sinais" (MELO, 1972, 15, 19). Aparentemente, 10 anos depois só existia um selo, na posse do capitão.

Com a subida ao trono de D. Manuel (1469-1521), enviou-se carta para a Madeira em outubro de 1495, com ordem para que se levantassem na Ilha "bandeiras e pendões" em seu nome (*Id., Ibid.*, 1973, 16, 313-314). Contudo, somente em 1498 há uma vaga alusão a uma eventual bandeira, mandada executar pela Câmara do Funchal para a procissão do Corpo de Deus. Refere o documento de pagamento ao pintor Martim Lopes que o mesmo recebera 400 réis por ter pintado a "gaiola", a armação que abrigava o Santíssimo Sacramento nessa procissão, a qual fora pintada com as quinas de Portugal de um lado e, do outro, com a "divisa da Ilha" em cor azul (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Avulsos, cx. 4, doc. 484). Ora, a Ilha fora integrada na Coroa portuguesa em 1497, passando a usar as armas reais, pelo que, por "divisa", parece dever entender-se a denominação "Vila do Funchal" (MELO, *Ibid.*, 1974, 18, 363-364), certamente acompanhando as armas da Câmara.

Mais tarde, no auto do voto de 24 de janeiro de 1523, a Câmara decidiu que fosse pintada "na Câmara", supõe-se que no edifício, "e na bandeira e selo da cidade" a imagem de S. Tiago Menor, então eleito padroeiro do Funchal, tal como na bandeira de Lisboa figurava S. Vicente (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombo 1, fls. 358-359v.). Em 1550, aquando da preparação da procissão do Corpo de Deus, mandaram fazer-se quatro bandeiras, tendo representadas as armas reais de um lado e, do outro, as da cidade, muito possivelmente pintadas de forma semelhante ao modo como em 1760 as viria a pintar António Vila Vicêncio (c. 1720-1794) na nova igreja camarária de S. Tiago Menor, posteriormente igreja matriz de S.ta M.ª Maior (já sem a imagem do orago).

Desde meados do séc. XVI que a Câmara possuía alferes de bandeira e, nos finais desse século, ocupava esse posto Lourenço da Gama Pereira, por certo familiar do Dr. António da Gama da Pereira (1520-1604), desembargador do paço e seu contemporâneo. O alferes de bandeira do Funchal, depois mamposteiro-mor dos cativos, viria a ter problemas com o sexto bispo do Funchal, D. Jerónimo Barreto (1543-1589), sobre o lugar da bandeira da Câmara na procissão de Corpo de Deus, ocorrida a 5 de junho de 1582; o alferes obteve sentença favorável a 24 de dezembro desse ano, certamente por influência do desembargador junto de Lisboa. Em 1624, o licenciado Francisco de Spínola foi nomeado alferes de bandeira; a 28 de abril de 1627, preencheria o lugar de mamposteiro-mor dos cativos.

Refere o *Elucidário Madeirense* que, até à proclamação da Constituição de 1834, a bandeira da Câmara do Funchal era branca, tendo de um lado as armas reais e, do outro, as da cidade. Por essa data a bandeira já não era conduzida por alferes, mas pelo procurador do Concelho, que, em exéquias e aclamações de monarcas, ia a cavalo, seguido de dois criados a pé, levando a haste do estandarte sobre o ombro direito. Isabella de França (1795-1880), ao descrever as exéquias de D. Maria II (1819-1853), a 26 de janeiro de 1854, refere que levou a bandeira Nuno de Freitas Lomelino (1820-1880) – morgado das Cruzes e então "vereador fiscal" do Funchal, o "único a cavalo" –, a qual estava coberta de crepes, tal como a montada, com quatro longas fitas "a [em] cujas pontas pegavam outros tantos homens" (FRANÇA, 1970, 179).

Segundo os autores do *Elucidário Madeirense*, nessas exéquias ter-se-ia usado anteriormente

uma bandeira preta (com as armas reais de um lado e as municipais do outro), a qual deixara entretanto de aparecer, colocando-se antes crepes sobre a bandeira branca da cidade. Em 1815, a vereação da Câmara mandara fazer, em Lisboa, um novo estandarte, orçado em 524$000 réis, dos quais 174$000 seriam pagos pelos vereadores. No entanto, nova deliberação camarária fez com que o estandarte, entretanto chegado, fosse integralmente pago pelas verbas do Concelho. Com a implantação do Governo constitucional, a cor dos panos passou a ser o azul e o branco; foi provavelmente nessa altura que o brasão começou a ser ladeado por um ramo de videira e outro de cana-de-açúcar.



Fig. 4 – Bandeira da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, fundada em 1508.

Conhece-se a bandeira da Câmara do Funchal da primeira metade do séc. XIX, bordada, entre outras senhoras, por D. Ana Mascarenhas de Ataíde, mulher do prefeito da Madeira, o Cor. Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (1792-1847), nos inícios de 1835; este lavor foi depois remontado durante a vigência do conselheiro José Silvestre Ribeiro (1828-1901) como governador civil e, muito provavelmente, em anos posteriores. Ao contrário do que acontece com a Câmara do Funchal, pouca ou nenhuma informação se possui sobre as bandeiras – e sobre os brasões de armas – das restantes Câmaras Municipais, dada a escassez da documentação. O governo liberal tentou sensibilizar as Câmaras Municipais no sentido de registarem as bandeiras municipais e os respetivos elementos heráldicos, sem especial sucesso. Os ordenamentos heráldicos municipais e corporativos foram alvo de uma grande reforma durante o Estado Novo, iniciada em 1930; neste âmbito, a aprovação dos diversos elementos heráldicos passou a ter que submeter-se obrigatoriamente ao parecer da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

O aparecimento das bandeiras militares terá sido mais tardio. Tudo leva a crer que date de 1540, ou de pouco depois, o hasteamento da primeira bandeira na fortaleza do Funchal, quando foi nomeado pessoal para a sua guarda e, em seguida, um condestável. Supõe-se ter ali existido uma bandeira real, paga a expensas da Fazenda régia, como ocorria no território continental e nos restantes domínios ultramarinos, mas não se conhece qualquer documentação a esse respeito. Somente a 27 de fevereiro de 1567, após o saque corsário de outubro de 1566, com o envio de Mateus Fernandes III (c. 1520-1597) para a Ilha, o cardeal D. Henrique disponibilizou uma verba de 400$000 réis para a fortificação, mandando que o recebedor desse dinheiro fizesse uma bandeira para o baluarte.

Nos anos seguintes, com a constituição das diversas forças militares, como as permanentes



Fig. 5 – Bandeiras das confrarias da matriz de Machico, 2012 (arquivo particular).



Fig. 6 – Bandeiras de várias confrarias na cerimónia do Corpo de Deus no Estádio dos Barreiros, Funchal (fotografia de Bernardes Franco, 2014).

e as de ordenanças, deve ter-se exponenciado a divulgação das bandeiras, sendo mesmo "bandeira" a designação de uma força militar em movimento ou em exercício. Data de 10 de junho de 1582 o primeiro "alardo general" ["alardo geral"] determinado pelo conde de Lançarote, D. Agostinho de Herrera y Rojas (1537-1598) – repetido a 8 de julho –, com revista às "bandeiras do Funchal", envolvendo aproximadamente 2.000 homens (AGS, Guerra y Marina, leg. 127, doc. 42), entre Portugueses, Castelhanos, canários e Tudescos, o qual teria constituído a prova da aprovação geral do comando militar da Ilha pelo conde de Lançarote. Desconhece-se, no entanto, que bandeiras apresentariam as várias forças: se as chegadas de Lisboa deveriam levar bandeiras portuguesas, as enviadas de Sevilha dificilmente as teriam, muito menos as das Canárias, forças pessoais do conde de Lançarote.

A força de ordenanças deslocada para a área do Gorgulho, face à aproximação de 13 naus holandesas, entre 4 e 15 de novembro de 1600, parece ter possuído uma bandeira. De facto, nas certidões camarárias passadas ao Cap. de arcabuzeiros Francisco Vieira de Abreu, consta que serviu com "uma companhia de gente da cidade, à sua custa, com dois tambores, com pífaro e uma bandeira" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, tombo 3, fls. 25v.-26). Tratando-se de uma força de ordenanças, paga pelo referido capitão, não deveria, em princípio, levar a bandeira real.

Infelizmente, desta época só se possui um elemento iconográfico local em que aparece uma bandeira. Trata-se de uma tela datável de 1616, assinada com o monograma LA por um pintor local não identificado; a tela está colocada no teto da capela do Corpo Santo no Funchal; nela, representa-se uma nau portuguesa, com as armas entalhadas e pintadas no castelo de popa, cujo mastro grande – ou mastro real – tem uma enorme bandeira com as armas pessoais de D. Filipe II.

Os desenhos das fortalezas do Funchal da autoria de Bartolomeu João (c. 1590-1658), datáveis de 1654, não apresentam qualquer bandeira, nem sequer qualquer mastro para colocação da mesma. Segundo o *Livro das Fortificações*, de 1724, nos inícios do séc. XVII praticamente todas as fortalezas do Funchal possuíam uma bandeira "com as armas reais", "com seu mastro e corda, e caixa em que se recolhe", umas vezes de "crepe nova", outras de "filete"; os fortes e redutos dos arredores da cidade e de fora dela não possuíam bandeira, salvo o forte da Graça de Santa Cruz, que possuía "uma bandeira de veludo com as armas reais pintadas", e o do Amparo de Machico, que possuía uma "de panículo", também com as armas pintadas. Nos inícios do século seguinte, com a ocupação do Funchal por forças inglesas, as bandeiras reais portuguesas foram arreadas e hasteadas as inglesas, facto documentado em algumas aguarelas (AHM, 47.ª Sec., doc. 16750).

Nos sécs. XIX e XX, a heráldica militar foi alvo de um especial cuidado, passando todas as unidades a possuir as bandeiras reais e, posteriormente, as nacionais, com o listel identificativo da respetiva unidade, assim como com outros elementos (divisas e gritos de guerra, condecorações, etc.). Mereceram ainda particular atenção os guiões das unidades inferiores e, depois, as flâmulas e os galhardetes dos comandantes militares, cuja disposição começou a ser legislada pelo Exército em 1969, e pela Armada em 1972. No séc. XX, foram muitas vezes os gabinetes de heráldica militar, especialmente os do Exército, que apoiaram as Câmaras Municipais e outras entidades oficiais.

A utilização de bandeiras com as cores e os elementos heráldicos de determinadas famílias tem sido comum na Madeira, especialmente em algumas das chamadas quintas madeirenses, o mesmo se passando com corporações várias, associações profissionais, desportivas, etc., tendo a regulamentação sobre o aspeto das bandeiras das associações corporativas sido aplicada pela primeira vez pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, vulgarmente designada por FNAT.

A Igreja cultivou o uso de bandeiras, primeiramente das da Ordem de Cristo, mas depois de outras. Como consequência, o Rei D. Manuel, tendo enviado um pregador e tesoureiro à Ilha, especificava, em carta de julho de 1515, sobre os peditórios para a "santa Cruzada" – "por serviço de Deus e exaltação da sua santa fé na conquista e guerra de África contra os mouros" –, que nas várias cerimónias e procissões levaria a cruz da Cruzada a pessoa que era "costume levar a bandeira do anjo-custódio" (MELO, 1974, 18, 572). Nos anos seguintes, são inúmeras as questões protocolares a propósito das bandeiras (quer as canónicas e as dos oragos, quer as dos ofícios) e pendões nas procissões, tanto entre a Câmara e as corporações eclesiásticas, como entre aquela e as confrarias; no entanto, apenas se conhecem bandeiras e pendões religiosos do séc. xx. Os lugares cimeiros das confrarias eram muito disputados, e quase sempre que tomavam posse novas mesas eram mandadas pintar novas bandeiras.

O processo de conquista da autonomia fez equacionar a criação da bandeira da RAM. Os arquipélagos insulares assumiram alguma visibilidade política com o aparecimento de movimentos independentistas, como a Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira (FLAMA), que teve a Frente de Libertação dos Açores como parceira, com a qual, por via de regra, se articulou. Data do verão "quente" de 1975 o aparecimento, um pouco por toda a Ilha, da bandeira da Madeira criada pela FLAMA, pintada clandestinamente nas paredes, mas também arvorada em lugares emblemáticos. Embora com várias versões,



Fig. 7 – Bandeira da Região Autónoma da Madeira, 1978 (fotografia de José Lemos Silva, 2010).

habitualmente a bandeira ostentava campo azul, com uma pala de ouro carregada com as cinco quinas de Portugal, continuando a aparecer pela Ilha após a instituição da primeira Assembleia Regional e a tomada de posse do Primeiro Governo Regional da Madeira (GRM), a 1 de outubro de 1976.

A 7 de março de 1978, após alguma polémica, a Assembleia Regional aprovava um projeto de decreto regional para as insígnias próprias da Região, o brasão de armas, o selo e a bandeira, publicado no *Diário da República* de 11 de agosto; a 1 de novembro, as bandeiras passariam a ser içadas nos edifícios do GRM e das Câmaras Municipais. O brasão de armas da RAM passou a ostentar campo azul com uma pala de ouro carregada com a Cruz de Cristo, formulação igualmente utilizada para a bandeira, num arranjo semelhante ao utilizado pela clandestina FLAMA, que optara, no entanto, pela utilização das quinas de Portugal; a Região preferiu, diferentemente, explicitar a

relação com as suas origens, *i.e.*, à Ordem de Cristo. Estas insígnias seriam discutidas na generalidade a 26 de julho e aprovadas dois dias depois; a respetiva regulamentação seria publicada a 12 de setembro.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Avulsos, cxs. 2 e 4; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombos 1 e 3; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, livs. 1550 e 1627; *Ibid.*, Governo Civil, cód. 418, *Livro da Carga das Fortificações*, 1724; AGS, Guerra y Marina, leg. 127; AHM, 47.ª sec., doc. 16.750; ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Avulsos, mç. 4; **impressa:** *30 Anos de Autonomia. 1976-2006*, Funchal, Assembleia Legislativa da Madeira, 2009; ALEXANDRE, Paulo Jorge Morais, *A Heráldica do Exército na República Portuguesa no Século XX*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, texto policopiado, 2009; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1991; COSTA, José Pereira da, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, Funchal, CEHA, 1995; FRANÇA, Isabella de, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal. 1853-1854*, anot. Cabral do Nascimento e João dos Santos Simões, Funchal, JGDAF, 1970; LANGHANS, F. P. de Almeida, *Heráldica, Ciência de Temas Vivos*, 2 vols., Lisboa, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1966; MELO, Luís de Sousa (ed. lit.), *Tombo 1.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal*, vols. 15-18, Funchal, JGDAF, 1972-1974; NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário Genealógico das Famílias Que Passarão a Viver a Esta Ilha d'a Madeira depois do Seu Descobrimento, Que Foi no Ano de 1420*, São Paulo, Revista Genealógica Brasileira, 1948; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998.

RUI CARITA

Bandini, Angelo Maria

Nasceu em Florença, a 25 de setembro 1726 e morreu em 1803, em Fiesole, onde hoje há um museu em sua homenagem. Sacerdote e diretor de importantes bibliotecas florentinas, teve inúmeros compromissos académicos e foi um dos principais estudiosos italianos e europeus. Frequentou a escola pública dos Jesuítas em Florença e a Univ. de Pisa. Colaborou com a revista *Le Novelle Letterarie* (*As Notícias Literárias*), da qual veio a ser diretor. Em 1748, mudou-se para Roma, onde decidiu abraçar o sacerdócio. Regressado a Florença, foi nomeado diretor da Biblioteca Marucelliana, em 1752, e da Biblioteca Laurenziana, em 1756. Em ambos os casos, aumentou o prestígio das instituições, especialmente graças aos catálogos monumentais que compilou: o *Catalogus Codicum Manuscriptorum Graecorum Latinorum Italicorum Bibliotecae Medicea Laurentianae* (1764-1788) e o *Biblioteca Leopoldina Laurenziana* (1791-93), apreciados pela riqueza e precisão das informações reunidas. Narrou diversas vidas e obras de humanistas, de forma sistemática e detalhada, dando provas dos factos históricos, coletando dados biográficos e fazendo estudos filológicos sobre as edições de textos e das correspondências dos autores. Neste leque de trabalhos, está incluída *Vita e Lettere di Amerigo Vespucci, Gentiluomo Fiorentino, Raccolte e Illustrate dall'Abate Angelo Maria Bandini* (*Vida e Cartas de Américo Vespúcio, Cavalheiro Florentino, Recolhidas e Ilustradas pelo Abade Angelo Maria Bandini*), publicada em Florença, em 1745, na Stamperia all'Insegna di Apollo.

Na obra *Vita e Lettere di Amerigo Vespucci*, teve o mérito de dar atenção, pela primeira vez, ao humanista florentino Vespúcio, abrindo um debate animado e acabando por estabelecer Stanislao Canovai como uma fonte "muito louvável", na medida em que confirmou a autoria das cartas de Vespucci, disponibilizando aos estudiosos documentos fundamentais



Angelo Maria Bandini, gravura publicada como guarda em *De Obelisco Augusti* (1750).

sobre algumas viagens e passagens pela Madeira deste explorador. Os trânsitos pela Madeira foram centrais no debate histórico e científico moderno sobre a questão da longitude, que foi resolvida pelos cientistas europeus das gerações posteriores.

Bibliog.: CANOVAI, Stanislao, *Viaggi di Amerigo Vespucci con la Vita, l'Elogio e la Dissertazione Giustificativa di Questo Celebre Navigatore*, Firenze, Dai torchi di Attilio Tofani, 1832; MAZZUCCHELLI, Giam Maria, *Gli Scrittori d'Italia*, Brescia, Bossini Editore, 1758; ROSA, Mario, *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. 18, Roma, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 1963.

VALERIA BIAGI

Baptista, Gregório

Fr. Gregório Baptista nasceu no Funchal em data que, apesar de desconhecida, se pode situar nos finais do séc. XVI.

Alguns dados relativos ao seu percurso podem depreender-se pela leitura do processo de inquirição de apuramento da limpeza de sangue apresentado, em 1623, ao Tribunal do Santo Ofício, a cujo serviço desejava ser admitido.

Segundo esse documento, Fr. Gregório Baptista afirmava ser filho de Francisco Medina e Isabel Dias. O seu avô paterno era Pedro Medina. Pelo lado materno, era neto de Pedro Dias e Simoa Lopes, naturais da freguesia da Sé.

A vida deste escritor madeirense foi marcada por um percurso algo itinerante. Mudou de hábito religioso três vezes e nunca se fixou num local específico, como é atestado pelas testemunhas do processo do Santo Ofício, que indicam que Fr. Gregório Baptista foi pregador na Ponta de Sol, ilha da Madeira, tendo depois viajado até às ilhas dos Açores e de Lançarote.

Sabe-se que iniciou a vida religiosa, ainda muito jovem, na Ordem Seráfica, na província da Catalunha. Contudo, ao tempo do referido processo, Fr. Gregório Baptista professava na Ordem de S. Bento, na qual ingressou na Baía, no Brasil, nela tendo desempenhado as funções de professor. Ficou conhecido entre os seus pares como bom pregador, homem de letras e mestre em teologia.

A admissão de Fr. Gregório Baptista ao serviço do Santo Ofício foi impedida pela suspeita


PRIMEIRA PARTE (a única)

DOS SERMOẼS

DAS DOMINGAS DE TODO O

ANNO QVADRVPLICADOS.

COMPOSTOS PELO P. F. GREGORIO BAPTISTA
natural da Cidade do Funchal na Ilha da Madeira, Religioso da
Sagrada Religião da Seraphico P. S. Francisco, filho da Sancta
Prouincia dos Algarues, & lente da Sagrada Scriptura
em o Conuento de Sancta MARIA de
IESVS de Enxabregas.

DIRIGIDA AO ILLVSTRISSIMO, E
Reuerendiſſimo, S. D. F. Bernardino de Sena Gèral dignissimo
de toda a ordem Seraphica filho do insigne Conuento de
S. Francisco de Lisboa da Obseruante Prouincia do
Reyno de Portugal, Eleito Bispo de Vizeu.

Com todas as licenças necessarias.

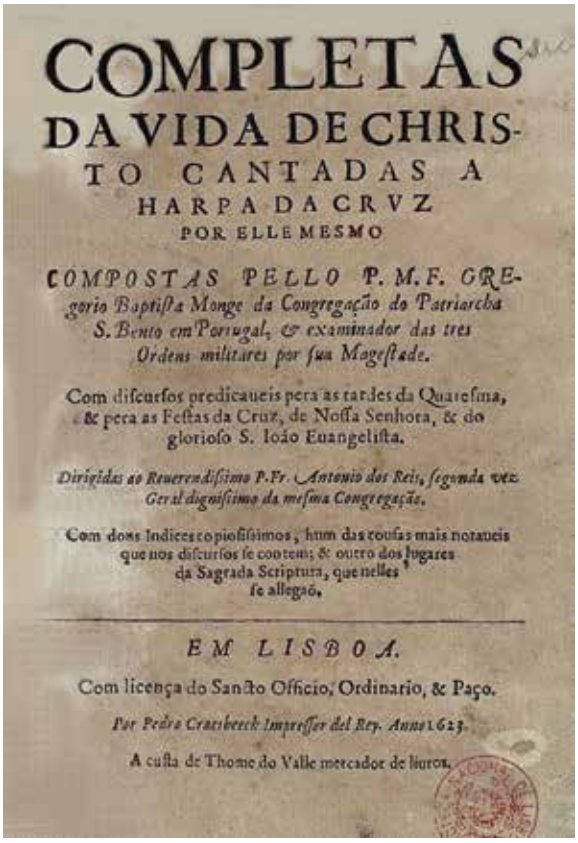
Em Lisboa. Por Antonio Aluarez. Anno 1629.

Fig. 1 – *Primeira Parte dos Sermoens das Domingas de Todo o Anno Quadruplicados* (1629), de Fr. Gregório Baptista.

de ter origem judaica, a qual, mesmo que provavelmente infundada, bastou para que a decisão dos inquisidores fosse desfavorável ao frade, determinando a anulação do processo.

No fim da vida, homenageando a Ordem que o acolheu na juventude, Fr. Gregório Baptista voltou a vestir o hábito franciscano no Algarve, regressando ao ensino das Escrituras como lente no Convento de S.ta Maria de Jesus, também conhecido por Convento de S. Francisco de Xabregas, onde ocupou o lugar de examinador das três ordens militares. Diogo Barbosa Machado refere que o frade morreu na Catalunha depois de 1640.

Fr. Gregório Baptista é considerado um dos autores madeirenses mais prolíferos do seu tempo, tendo as suas obras sido traduzidas para castelhano e italiano. Conhecem-se algumas das que foram publicadas entre 1621 e 1638: *Annotationes in Caput XIII. Sacrosancti Christi Evangelii secundùm Joannem* (Conimbricae, *apud* Nicolaum Carvalho, 1621); *Sermão*


COMPLETAS
DA VIDA DE CHRIS-
TO CANTADAS A
HARPA DA CRVZ
POR ELLE MESMO

COMPOSTAS PELLO P. M. F. GRE-
gorio Baptiſta Monge da Congregação do Patriarcha
S. Bento em Portugal, & examinador das tres
Ordens militares por ſua Mageſtade.

Com diſcurſos predicaueis pera as tardes da Quareſma,
& pera as Feſtas da Cruz, de Noſſa Senhora, & do
glorioſo S. Ioão Euangeliſta.

Dirigidas ao Reuerendiſſimo P. Fr. Antonio dos Reis, ſegunda vez
Geral dignifſimo da meſma Congregação.

Com dous Indices copioſiſſimos, hum das couſas mais notaueis
que nos diſcurſos ſe contem; & outro dos lugares
da Sagrada Scriptura, que nelles
ſe allegão.

EM LISBOA.

Com licença do Santo Officio, Ordinario, & Paço.

Por Pedro Crasbeeck Impreſſor del Rey. Anno 1623.

A cuſta de Thome do Valle mercador de liuros.

Fig. 2 – *Completas da Vida de Christo...* (1623), de Fr. Gregório Baptista.

Pregado na Santa Caza da Misericórdia de Coimbra na I. 6. Feira de Quaresma no Annoo de 1621 (Coimbra, por Nicolao Carvalho, 1621); *Primeira Parte dos Sermoens das Domingas de todo o Anno Quadruplicados* (Lisboa, por Antonio Alvres, 1629); Terceira das *Domingas post Pascha.* Quarta das *Domingas post Pentecosten*; *Completas da Vida de Christo Contadas à Harpa da Cruz por Elle Mesmo com Discursos Predicáveis para as Tardes de Quaresma, e para as Festas da Cruz, de Nossa Senhora, e do Glorioso S. Joaõ Bautista* (Lisboa, por Pedro Crasbeeck, Impressor del Rey, 1623). Esta obra, em particular, foi traduzida para castelhano por Fr. Hernando Camargo, frade agostiniano, para italiano por Pedro Borde, para os dialetos de Perpinhão por Luiz Roure (1633) e para leonês por Lourenço Arnaud.

Em relação ao estilo e à qualidade da produção literária de Fr. Gregório Baptista, sublinhe-se o conhecimento profundo das Sagradas Escrituras, bem como uma prosa assente nas estruturas clássicas com "uma linguagem perfeitamente estruturada e não eivada dos exageros conceptistas", associada à "clarividência das ideias e justeza de uma linguagem simples e convicta, rica de imagens" (BORGES *et al.*, 1987, 40).

Obras de Gregório Baptista: Terceira das *Domingas post Pascha.* Quarta das *Domingas post Pentecosten*; *Annotationes in Caput XIII. Sacrosancti Christi Evangelii secundùm Joannem* (1621); *Sermão Pregado na Santa Caza da Misericórdia de Coimbra na I. 6. Feira de Quaresma no Annoo de 1621* (1621); *Completas da Vida de Christo Contadas à Harpa da Cruz por Elle Mesmo com Discursos Predicáveis para as Tardes de Quaresma, e para as Festas da Cruz, de Nossa Senhora, e do Glorioso S. Joaõ Bautista* (1623); *Primeira Parte dos Sermoens das Domingas de Todo o Anno Quadruplicadas* (1629); *Annotationum in Evangelia Totius Anni tam Dominicarum, Quam Festivitatum* (1638).

Bibliog.: manuscrita: ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, mç. 4, doc. 66, *Gregório*; **impressa:** BORGES, Ángela *et al.*, *Antologia Literária, Madeira. Sécs. XVII e XVII*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1987; MACHADO, Diogo Barbosa, *Biblioteca Lusitânia*, t. II, Coimbra, Atlântica, 1966; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal da Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos Applicaveis a Portugal e ao Brasil*, Lisboa, INCM, 1859-1972; VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal. 1897-1910*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

CARLOS BARRADAS

Barbosa, António José

Machetista, compositor, arranjador, professor de machete e cantor da Sé, António José Barbosa nasceu a 7 de maio de 1822, na freguesia de Santa Luzia, vindo a falecer a 19 de janeiro de 1899, "na casa da sua residência à rua da Carreira desta freguesia de São Pedro, Concelho e Diocese do Funchal" (ABM, Paróquias, Santa Luzia, 1822, liv. 157, fl. 36; ABM, Paróquias, São Pedro, 1899, liv. 6835, fls. 3-3v.).

A primeira menção a António José Barbosa como professor de machete encontra-se no livro da inglesa Ellen M. Taylor (c. 1842-1907), publicado em Londres, em 1882: "Teachers. […] Machête, Snr. Barboza, 600*rs.* the hour [Professores. [...] Machete, Senhor Barbosa, 600 réis à hora]" (TAYLOR, 1882, 28). O seu nome volta a ser citado neste guia turístico, quando a autora, numa carta enviada para Londres, em 1881, escreve que uma amiga, a senhora "D – [...] now she is very much occupied in learning the *machète* with

Senhor Barboza. We got a very full-toned little instrument in the Carreira [D [...] anda muito ocupada em aprender a tocar machete com o senhor [António José] Barbosa. Temos na [R. da] Carreira um pequeno instrumento de sonoridade bem cheia]" (*Id.*, *Ibid.*, 230). Nos inícios da déc. de 20 do séc. xx, o seu nome é de novo mencionado: "Houve no Funchal alguns professores de braguinha, entre eles [...] António José Barbosa" (SILVA e MENESES, 1984, I, 167). Também Carlos M. Santos o cita como "afamado compositor, cantor de igreja e professôr" de machete (SANTOS, 1938, 35).

Desde pelo menos a déc. de 30 do séc. xx que temos notícia da existência de um método pedagógico para machete da autoria do nosso machetista, intitulado *Principios para Machete, Arranjado por A. J. Barboza*. Nesta coletânea manuscrita, depositada no arquivo da Associação Musical e Cultural Xarabanda, do Funchal, foram copiadas 44 peças para o machete madeirense a solo. O manuscrito começa com um diagrama do braço do machete (quatro cordas, afinadas, do grave para o agudo, ré$_3$-sol$_3$-si$_3$-ré$_4$, divididas por 17 trastes), seguido de um grupo de exercícios técnicos ("Escala natural", "Escala cromática", "Salto de 3as", "Salto de 3as unidas" e "Notas ligadas"). A partir destes exercícios (onde foram anotadas dedilhações da mão esquerda), inicia-se a cópia de um repertório muito rico e variado para o machete madeirense oitocentista (MORAIS, 2011, 26-28). Na sua maioria, foram grafadas as típicas danças de salão oitocentistas (valsas, marchas, polcas, quadrilhas, contradanças e galopes), mas também encontramos canções (inglesas, escocesas, alemãs e espanholas), hinos (religiosos e patrióticos) e árias de ópera, todos arranjados por António José Barbosa. Dos compositores escolhidos, destacamos os nomes de J. Strauss, V. Bellini, F. Kücken, D. J. dos Santos (ESTEIREIRO, 2008, 1-3), entre outros. Como compositor, Barbosa está representado por três danças: duas valsas ("Waltz amante esquecida by A. J. Barboza/The ladie that neglects her lover" e "Waltz não te importes by A. J. Barboza") e uma polca ("Polka descahida by A. J. Barboza"). Cândido Drumond de Vasconcelos (fl. 1841-1875) é outro compositor machetista incluído nesta compilação, designadamente com três danças ("Waltz by C. D. de Vasconcellos", "Marcha n.º 1 composta por C. D. de Vasconcellos" e "Clara polka"). Neste manuscrito, quase todos os títulos estão em inglês, embora também haja alguns em português. Destes, uns têm tradução para inglês e outros, escritos originalmente em língua inglesa, apresentam-se traduzidos para português.

Será que estes *Princípios*, seguramente escritos com fins pedagógicos, foram usados por António José Barbosa para dar lições de machete a algumas das senhoras inglesas com quem privou?

Outra questão sobre estes *Principios para Machete* prende-se com a datação da sua cópia. No frontispício, lê-se que foi escrito no "Fx^{al} Madeira", mas não foi acrescentada qualquer data. De acordo com os compositores aqui incluídos, bem como com os tipos de letra empregues na sua feitura, a sua cópia deve ter tido lugar por volta de 1870.

É através do seu assento de óbito que ficamos a saber que António José Barbosa era, além de machetista, também "músico cantor da Sé Catedral", tendo sido "sepultado em jazigo no cemitério público das Angustias" (ABM, Paróquias, São Pedro, liv. 6835, 1899, fls. 3-3v.).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Paróquias, Santa Luzia, liv. 157, 1822, fl. 36; *Ibid*., Paróquias, São Pedro, liv. 6835, 1899, fls. 3-3v.; **impressa:** BARBOSA, António José, "Os princípios para machete", *Xarabanda*, n.º 18, 2010, pp. 106-124; ESTEIREIRO, Paulo (coord.), *50 Histórias de Músicos na Madeira*, Funchal, Associação de Amigos do Gabinete Coordenador de Educação Artística, 2008; MORAIS, Manuel, *António José Barbosa (1822-1899). Princípios para Machete*, texto não publicado; *Id.*, "Achegas para a história da música na Madeira (c. 1584-c. 1897). Os instrumentos populares de corda dedilhada na Madeira", in MORAIS, Manuel (coord.), *A Madeira e a Música. Estudos (c. 1508-c. 1974)*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008, pp. 20-97; *Id.*, "O machete madeirense", in ESTEIREIRO, Paulo (coord.), *5 Olhares sobre o Património Musical Madeirense*, Funchal, Associação Musical e Cultural Xarabanda/Associação dos Amigos do Gabinete Coordenador de Educação Artística, 2011, pp. 21-37; SANTOS, Carlos M., *Tocares e Cantares da Ilha*, Funchal, ed. do Autor, 1938; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984; TAYLOR, Ellen M., *Madeira. Its Scenery, and how to See It. With Letters of a Year's Residence, and Lists of the Trees, Flowers, Ferns and Seaweeds*, London, Edward Stanford, 1882.

Fontes áudio: *O Machete Madeirense no Século XIX*, CD-ROM+áudio, Funchal, Gabinete Coordenador de Educação Artística, 2009; *Sarau Musical no Funchal*, CD-ROM+áudio, Funchal, Gabinete Coordenador de Educação Artística, 2011.

MANUEL MORAIS

Barbosa, Daniel Maria Vieira

Nasceu no Porto, a 13 de julho de 1908, onde estudou, vindo a licenciar-se em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Univ. do Porto em 1935, completando a sua formação com pontuais estágios em centros universitários europeus. Em 1936 já se encontrava a trabalhar para a Direção Técnica da Administração dos Portos do Douro e de Leixões, como engenheiro-adjunto, e no ano seguinte integrou o corpo docente da Faculdade de Engenharia da Univ. do Porto, primeiramente como assistente e, em 1941, como professor auxiliar. Jovem quadro tecnocrata do Estado Novo, manteve, por certo, estreita relação com o presidente da Associação Industrial Portuense, o também Eng.º Mário de Sousa Drumond Borges (1896-1988), natural da Ponta do Sol e na presidência daquela associação desde 1937. Mário Borges entrara como deputado na IV Legislatura da Assembleia Nacional, de 1942 a 1945, e mantivera também estreitos contatos com a Associação Comercial do Funchal, tendo esta e a congénere Industrial Portuense sido as únicas que resistiram ao centralismo corporativista do Estado Novo.

O Eng.º Daniel Maria Vieira Barbosa veio a ser nomeado governador civil do Funchal a 12 de março de 1945, não chegando a estar na Madeira dois anos, profundamente discretos como a época impunha, e iniciando a partir de então uma interessante carreira política no quadro do Estado Novo. Presidia à Junta Geral João Abel de Freitas (1893-1948), então presidente da União Nacional local, que lhe haveria de suceder no Governo civil e à Associação Comercial do Funchal, uma direção constituída por Juvenal Henriques de Araújo (1892-1976), então deputado em Lisboa, tendo como vice-presidente Luís da Rocha Machado (1890-1973) e como secretários Júlio Paulo Cunha Santos (1900-1975) e José Figueira Júnior (1902-1970). Foi com estas duas instituições e os seus quadros diretivos, essencialmente, que se processou o discreto trabalho do novo governador.

A situação do comércio do Funchal durante a Segunda Grande Guerra tinha sido desastrosa,



Daniel Maria Vieira Barbosa, c. 1949 (AHP).

tendo o movimento marítimo diminuído drasticamente. Acontecia ainda que a maioria dos vapores que escalavam o Funchal, geralmente, nem recebia carga, dado virem com as taras preenchidas, como se queixava constantemente a Associação, havendo dificuldade de moeda circulante, de abastecimentos vários, etc., tendo sido nessa área que se processou o trabalho do governador. Nos meados de 1945, já no quadro do pós-Guerra, procedia-se à revisão constitucional (lei n.º 2009, de 17 de setembro) e nos finais desse ano, perante alguma pressão interna, Oliveira Salazar (1889-1970) permitia também que se procedesse a eleições democráticas, autorizando-se a apresentação da oposição às urnas. No entanto, as perseguições desenvolvidas e as dificuldades colocadas aos possíveis candidatos levaram a oposição, quase à boca das urnas, a desistir, deixando a porta aberta para a reeleição de Óscar Carmona (1869-1951).

Um dos primeiros trabalhos do governador foi fazer, ou acompanhar, as alterações pontuais do Estado Novo nos seus candidatos da União

Nacional, nos finais de 1945, que são também pontualmente visíveis na distrital do Funchal. Assim, em vez de Juvenal de Araújo apresentou-se às urnas o irmão, Alberto Henriques de Araújo (1893-1997), que, entre outros cargos, era secretário permanente da Associação Comercial e diretor do *Diário de Notícias*, propriedade da empresa Blandy Brothers. Como número dois manteve-se Álvaro Favila Vieira (1902-1963) e em substituição de Luís Vieira de Castro (1898-1954), demasiado envolvido nos primórdios do Estado Novo, apresentou-se o madeirense Gabriel Maurício Teixeira (1897-1973), então governador de Macau, que seria depois nomeado governador-geral de Moçambique, casado com Maria João Kopke Vieira de Castro, prima do deputado substituído.

Daniel Barbosa cessou funções a 27 de fevereiro de 1947, sendo nomeado para o substituir, a 8 de março seguinte, João Abel de Freitas. A nomeação de Daniel Barbosa para ministro da Economia é, no entanto, logo de 4 de fevereiro de 1947, função que desempenhou até 16 de outubro de 1948 e onde ficou conhecido como "o Daniel das farturas", dado ter vivido uma época de abrandamento do sistema do racionamento da economia de guerra. Nesse ano ascenderia ao lugar de catedrático na Univ. do Porto, mas em 1952, transferia-se para o Instituto Superior Técnico da Univ. Técnica de Lisboa, que chefiou, como professor catedrático de ensino da Economia. Manteria, entretanto, o lugar de deputado na Assembleia Nacional, entre 1949 e 1957, voltando a ocupar uma pasta ministerial, então a da Indústria e Energia, em 1974, no último elenco governativo de Marcelo Caetano (1906-1980) e na sequência de governador do Banco de Fomento Nacional, lugar que ocupava desde 1965. Faleceu em Cascais, em 12 de maio de 1986.

Bibliog.: BARBOSA, Daniel Maria Vieira, *Na Pasta da Economia. Discursos, Declarações e Súmulas das Conferências com a Imprensa*, Lisboa, Portugália, 1948; *Junta Geral do Distrito do Funchal*, 2 vols., Funchal, DRAC, 2016; *ROSAS, Fernando et al., Daniel Barbosa, Salazar e Caetano. Correspondência Política, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002*; **digital:** MALTEZ, José Adelino, "Barbosa, Daniel Maria Vieira (1909-1986)", *Repertório Português de Ciência Política. República*, 2004: http://maltez.info/respublica/topicos/aaletrab/barbosa,_daniel.htm (acedido a 15 maio 2017).

RUI CARITA

Barbosa, Pedro Correa

Cónego da Sé do Funchal e vigário-geral do mesmo bispado, nasceu na cidade do Funchal. Era filho de José Barbosa, homem que vivia das suas fazendas, um estanqueiro que serviu de feitor dos contratadores do tabaco na ilha da Madeira, natural da freguesia de Santa Maria Madalena, em Lisboa, e de sua mulher Maria Correa, natural da freguesia da Madalena do Mar, na ilha da Madeira. Era neto paterno de Duarte Barbosa, um fanqueiro, e de Maria Ferreira, que haviam morado em Lisboa, na rua dos Fanqueiros, artéria onde ficavam localizadas as lojas que vendiam roupas provenientes de fora do Reino. Pela via materna, era neto de Jacinto de Freitas da Silva, um homem nobre, dos principais do Funchal, e de uma mulher com quem aquele mantivera um relacionamento ilícito, chamada Domingas Rodrigues. Pese ser filha natural, a mãe de Pedro Correa Barbosa foi criada por Jacinto de Freitas da Silva "de portas a dentro", o que lhe permitiu adquirir o mesmo estatuto do progenitor, que acabou por a legitimar e dotar.

Na déc. de 70 do séc. XVII, foi estudar para a Univ. de Coimbra, onde, a 1 de outubro de 1673, efetuou uma matrícula em Instituta. No ano seguinte, matriculou-se em Cânones. Alcançou o bacharelato nessa área do saber a 11 de julho de 1678, e a formatura a 16 de maio de 1679, tendo sido em ambos os atos aprovado *nemine discrepante*, classificação que implicou a unanimidade por parte do júri, mas que não esclarece sobre as suas capacidades intelectuais. Existe informação de que, na cidade do Mondego, mas também na do Funchal, serviu na Irmandade dos Terceiros de S. Francisco. A devoção ao dito patriarca levou-o, mais tarde, a consagrar-lhe uma ermida que mandou edificar, dotar e ornar na sua quinta do Pico, freguesia de São Pedro, no Funchal, templo que recebeu autorização para celebrar os ofícios divinos em dezembro de 1697.

D. Fr. José de Santa Maria Saldanha, bispo do Funchal (1690-1696), fê-lo cónego meio prebendado na Sé da sua Diocese, não obstante recair sobre a sua família fama de cristã-novice.

Aliás, em 1647, o rumor já havia sido levantado em relação a seu pai, quando aquele pretendera ocupar a escrivania da Câmara do Funchal, o que apenas conseguiu depois de recorrer ao Desembargo do Paço. O mesmo prelado diocesano designou-o vigário-geral do bispado, o que, mais uma vez, motivou os seus inimigos a publicitar a sua suposta impureza de sangue, por intermédio de pasquins. É de notar que esse importante cargo, que já desempenhava em dezembro de 1694, lhe proporcionava largos proventos (segundo relatório *ad limina* de 1693, a renda em dinheiro do vigário-geral era de 37 ducados de câmara), o que naturalmente intensificou o ódio dos seus contrários. Para tentar colocar cobro à infâmia, recorreu à Casa da Suplicação, correição do cível de Lisboa, tendo conseguido obter justificação *de genere*, sobre a limpeza do seu sangue, em fevereiro de 1699. Como seria expetável, tais rumores, ainda que falsos, persistiram. Porém, esses rumores não impossibilitaram que, anos mais tarde, um sobrinho homónimo e uma sobrinha-neta tivessem conseguido habilitar-se pelo Santo Ofício, o primeiro para obter a familiatura e a segunda para celebrar matrimónio com um familiar do Tribunal da Fé.


SERMAÕ
PANEGYRICO
&Solemniſſima, & Anniverſaria feſta, que o Reverendo Cabido da Santa Sè do Funchal da Ilha da Madeira, faz na tarde do dia oitavo do
CORPO DE DEOS
Prègou-o em os treze de Junho de 1697.
DIA DO GLORIOSO
ANTONIO,
tando em ſuas mãos expoſto o Santiſſimo Sacramento na occaſiaõ, em que a Imagem do Santo foi trasladada para hum novo Altar, & ſumptuoſo Retabolo, precedendo hũa ſolemne Prociſſaõ,
PEDRO CORREA BARBOSA,
Profeſſor dos ſagrados Canones, Conego da meſma Sè, Examinador Synodal do Biſpado, & Vigario Gèral, que foi delle muytos annos:
Offerecido ao meſmo Santo.
LISBOA,
Na Officina de MIGUEL DESLANDES,
Impreſſor de Sua Mageſtade.
Com todas as licenças neceſſarias. Anno de M. DC. XCIX

***Sermão Panegyrico na Solemnissima, & Anniversaria Festa...* (1699), de Pedro Correa Barbosa.**

Pedro Correa Barbosa foi ainda professor de Cânones e examinador sinodal do bispado funchalense. A propósito, recorde-se que, em 1695, o antístite daquela Diocese convocou um sínodo diocesano, no qual foram promulgadas algumas constituições sobre a disciplina eclesiástica, mas que, dada a sua transferência para a Diocese do Porto, acabaram por não ser impressas.

Segundo Diogo Barbosa Machado, autor da famosa *Biblioteca Lusitana*, Pedro Correa Barbosa foi um pregador insigne. Sem prejuízo, conhece-se apenas um sermão impresso da sua autoria, pregado a 13 de junho de 1697, na festa de S.to António, texto que foi dado à estampa em Lisboa, na oficina de Miguel Deslandes, em 1699, com o título *Sermaõ Panegyrico na Solemnissima, & Anniversaria festa, que o Reverendo Cabido da Santa Sè do Funchal da Ilha da Madeira, faz na tarde do dia oitavo do Corpo de Deos.*

Faleceu a 3 de fevereiro de 1709, tendo sido sepultado na capela maior da Sé do Funchal, no jazigo dos padres capitulares. Fez testamento, aprovado pelo tabelião Filipe Rodrigues Cunha, em que instituiu por seu herdeiro universal António Correa Barbosa, seu irmão, deixando-lhe os seus bens em vínculo de morgado com obrigação de, anualmente, no dia em que fosse celebrada a festividade de Nossa Senhora do Amparo na Sé do Funchal, dotar uma órfã com 20.000 réis e mandar dizer uma missa por sua alma. Deixou ainda 30.000 réis aos religiosos de S. Francisco da cidade do Funchal; 20.000 réis à fábrica da Sé; e 4000 réis para os pobres do hospital daquela urbe.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Registos Paroquiais, Sé, Óbitos, liv. 9, fl. 128v.; ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç. 12, n.º 13; *Ibid.*, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, mç. 10, doc. 202, *Gaspar*; mç. 31, doc. 563, *Pedro*; AUC, Atos e Graus, vol. 43, IV-1.ª D-1-1-43, fls. 48v. (1677-1678) e 33 (1678-1679); *Ibid.*, Matrículas, vol. 16, IV-1.ª D-1-3-24, fl. 107v.; vol. 17, IV-1.ª D-1-3-25, fls. 17v., 24, 51v., 53; vol. 18, IV-1.ª D-1-3-26, fls. 82 e 104v.; **impressa:** BARBOSA, Pedro Correa, *Sermaõ Panegyrico na Solemnissima, & Anniversaria Festa, Que o Reverendo Cabido da Santa Sè do Funchal da Ilha da Madeira, Faz na Tarde do Dia Oitavo do Corpo de Deos*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1699; MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana,*

Historica, Critica, e Chronologica, Coimbra, Atlântida Editora, 1966; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; SILVA, Fernando Augusto da, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, vol. 1, Funchal, Tip. O Jornal, 1946; *Id.*, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998; SILVA, Inocêncio Francisco da, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, INCM, 1973; TRINDADE, Ana Cristina M., e TEIXEIRA, Dulce Manuela Maia R., *O Auditório Eclesiástico da Diocese do Funchal. Regimento e Espólio Documental do Século XVII*, Funchal, Instituto Superior de Administração e Línguas, 2003.

RICARDO PESSA DE OLIVEIRA

Barreto, Angelino de Sousa (I)

Angelino de Sousa Barreto foi um padre madeirense nascido a 1 de janeiro de 1905, no Porto Moniz, sendo filho de um casal composto por João Fernandes de Sousa Barreto e Cristina Rosa Jardim, igualmente naturais daquela freguesia. Depois de ter sido aluno do Seminário do Funchal até ao 2.º ano do curso, dali seguiu para Roma, onde se licenciou em Teologia, na Univ. Gregoriana, e se ordenou em 1930. Pretendendo continuar a estudar, matriculou-se depois em Direito Canónico, mas a morte do Cón. Manuel Gomes Jardim, professor no Seminário do Funchal, exigiu o seu regresso à Madeira para ocupar o lugar entretanto vago, pelo que não lhe foi possível concluir o novo curso que iniciara.

Em outubro de 1933, estreava-se como docente na Madeira proferindo a oração de sapiência no Seminário da Encarnação que acabava de ser devolvido à Diocese depois do "sequestro" do edifício pelas forças da Primeira República.

Após alguns anos em que lecionou teologia e latim no Seminário decidiu, em 1943, entrar na Companhia de Jesus, na qual militou até 1952. Nesse período, durante o qual viveu em Lisboa, entregou-se também a várias atividades, entre as quais se contam a de reitor da igreja dos Santos Doze Apóstolos e a de colaborador da Obra de Assistência à Juventude Pobre, tendo ainda sido secretário da Sociedade da Independência. A par destas ocupações, o P.e Barreto mantinha-se como docente, tendo dado aulas de religião e moral nos liceus Passos Manuel e Gil Vicente. Muitas vezes, no fim das aulas, levava os alunos a visitar zonas de grande pobreza na capital, e estes dois aspetos da sua vivência assumem-se como elementos indispensáveis à sua definição enquanto pessoa: a vontade de estar próximo dos jovens, mas também dos mais pobres, e estes dois interesses muito seus acompanhá-lo-iam até ao fim da sua vida.

Desvinculado da Companhia de Jesus em 1952, permanece em Lisboa, mas agora para se dedicar a uma obra social, a Caridade, aí exercendo, durante 14 anos, o seu múnus sacerdotal.

Em 1964, retorna ao Funchal, onde retoma as suas funções docentes, desta vez no Liceu de Jaime Moniz e na Escola do Magistério, estando encarregado de ensinar latim, português e religião e moral.

Sempre fiel aos seus ideais de apoio aos desfavorecidos, fundou a Casa do Pobre, que chega a dispor de uma sede física, no canto do Muro, a qual foi, posteriormente, transformada em jardim de infância e entregue às Irmãs Missionárias de Maria.

Em outubro de 1974, no contexto revolucionário que então se vivia, foi convocado pelo bispo D. Francisco Santana para lançar o Movimento Jovens Cristãos da Madeira, causa que abraçou com o entusiasmo de sempre, tendo igualmente fundado o Molijó – Movimento de Libertação dos Jovens, comprometido com a luta contra os consumos de álcool e drogas. Em simultâneo, era capelão da cadeia dos Viveiros e do Lar dos Velhinhos, no Lazareto. Igualmente indigitado arcipreste do Funchal, não descurava o acompanhamento da juventude e, pouco tempo antes de morrer, já doente, ainda se deslocou a Taizé, na companhia de 300 jovens, assessorado pelo P.e Felício, como assistente dos jovens cristãos. Em 1979, tornou-se diretor do Centro Académico.

Outra faceta da sua vida era a de escritor, condição em que publicou os opúsculos *Beato Nuno Álvares Pereira*, e *Vocação Missionária de Portugal e Deus. Reflexões sobre a Vida*, enquanto colaborava com o Jornal da Madeira.

Haveria de falecer em 1985, em Joanesburgo, onde se encontrava de visita a familiares, acometido por um acidente vascular cerebral.

Obras de Angelino de Sousa Barreto: *Beato Nuno Álvares Pereira* (s.d.); *Vocação Missionária de Portugal e Deus. Reflexões sobre a Vida* (s.d.).

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Jornal da Madeira*, 29 out. 1985, p. 3.

CRISTINA TRINDADE

Barreto, Angelino de Sousa (II)

Angelino de Sousa Barreto nasceu a 13 de novembro de 1931, no sítio da Ribeirinha, freguesia e concelho do Porto Moniz, filho de Manuel Fernandes de Sousa Barreto e de Luísa Fernandes de Sousa Barreto.

Fez o ensino secundário na Escola Apostólica de Macieira de Cambra, em Vale de Cambra, de 1943 a 1948, iniciando o noviciado na Companhia de Jesus a 7 de setembro daquele último ano, no Convento de S.ta Marinha da Costa, em Guimarães, e cursando Humanidades, de 1950 a 1953; seguiram-se os estudos filosóficos na Pontifícia Faculdade de Filosofia de Braga, depois Faculdade de Filosofia da Univ. Católica, de 1953 a 1956. De 1956 a 1959, foi prefeito e professor no Instituto Nun'Álvares, também designado de Colégio das Caldinhas, em Santo Tirso. Iniciou o estudo da Teologia em Frankfurt, na Alemanha, terminando em Dublin, na Irlanda, e depois em Salamanca, em Espanha, em 1964. Entretanto, foi ordenado sacerdote pelo cardeal Cerejeira, na igreja do Colégio de S. João de Brito, a 1 de julho de 1962, celebrando a missa nova na Madeira, em São Roque (para onde fora residir em criança), a 5 de agosto deste mesmo ano. Foi professor no Instituto Nun'Álvares, em 1964-65, no Colégio Apostólico da Imaculada Conceição, em Cernache, Coimbra, em 1965-1969, e, finalmente, na Faculdade de Filosofia da Univ. Católica, em Braga, em 1969-1970. Neste último ano, passou a exercer o cargo de secretário da Língua Portuguesa na Cúria geral, em Roma, onde era também assistente espiritual dos escuteiros. Estava, entretanto, a preparar a tese de doutoramento sobre a filosofia marxista e, segundo o diretor da Faculdade de Filosofia de Braga, Júlio Fragata, havia planos para voltar a Portugal, para a lecionação nesta mesma faculdade.



P.e Angelino de Sousa Barreto ("Faleceu o P.e Dr. Angelino...", *JM*, 26 jul. 1978, 3).

Faleceu no Hospital Umberto I, em Ancona, na sequência dum acidente de viação em Capodarco, arredores de Roma, a 25 de julho de 1978.

L'Osservatore Romano, edição semanal em português, dedicou-lhe, a 30 de julho de 1978, um extenso artigo em que são relevados os seus dotes intelectuais e espirituais. É também de salientar o testemunho do P.e Júlio Fragata, no *Jornal da Madeira*, de 10 de setembro de 1978, à página 8, onde pode ler-se: "Conheci o P.e Angelino há cerca de 25 anos. Já nessa altura me impressionou a sua juventude. Na delicadeza das suas maneiras, ocultava-se a generosidade profunda; na serenidade da sua atuação, a fineza da entrega ao Senhor; na limpidez do seu olhar, o esplendor de Deus; e, na simplicidade do seu modo de ser, a fidelidade ao apelo de Cristo: 'se não vos tornardes como crianças, não entrareis no reino dos Céus'. Não é frequente encontrar jovens para quem tudo isto seja realidade, embora passageira. Continuei a lidar com o P.e Angelino, no decurso destes anos, nalgumas épocas com assiduidade. Tive o gosto de verificar sempre que estas primeiras impressões, longe de se desvanecerem, se consolidavam, adquirindo nele um aspeto

progressivamente adulto e desenvolvendo-se em novas tonalidades: respeitador, fazia-se respeitar; atencioso, atraía a consideração de todos; extremamente dedicado, nada considerava seu, nem sequer o próprio tempo que estava prioritariamente ao serviço dos que dele precisavam; bem informado e clarividente, o seu conselho era sempre calmo e delicado mas eficaz; aberto sem precipitação e firme sem imposições, chocava em profundidade sem ferir, manifestando uma vida psíquica e espiritualmente equilibrada" ("A morte do...", *Jornal da Madeira*, 10 set. 1978, 8).

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; "Faleceu o P.e Dr. Angelino Barreto S. J.", *Jornal da Madeira*, 26 jul. 1978, p. 3; "A morte do P.e Dr. Angelino Barreto, S. J.", *Jornal da Madeira*, 10 set. 1978, pp. 8-9.

GABRIEL PITA

Barreto, Jaime de Gouveia

Nasceu na freguesia de Porto Moniz a 13 de maio de 1887, sendo filho de Jesuíno João Barreto e de Juliana Augusta de Gouveia. Tirou o curso no Seminário Episcopal do Funchal, recebendo ordens de presbítero a 16 de janeiro de 1910. Fora nomeado capelão da Sé do Funchal em 1906 e, em 1910, altaneiro da mesma Sé. Foi coadjutor das freguesias de São Pedro, em 1913, e de Santa Maria Maior, em 1914. Com a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, foi um dos cinco padres madeirenses chamados para frequentar a escola de oficiais milicianos em Lisboa, tendo sido nomeado alferes-capelão do Corpo Expedicionário Português em França, para onde partiu a 23 de maio de 1918 e de onde regressou em junho de 1919.

Terminada a assistência religiosa e militar em França, voltou à Madeira, sendo nomeado vice-reitor do Seminário do Funchal em 1919. Em 1936, era elevado a reitor efetivo do mesmo Seminário, cargo que exerceu até 1956. Desde muito novo que tinha mostrado uma especial predileção pela história natural. Coadjuvou o padre missionário alemão Ernesto Schmitz (1845-1922) na preparação e determinação de exemplares de história natural para o Museu de História Natural do Seminário, sendo mais tarde nomeado diretor do mesmo museu, pela ida do P.e Schmitz para Jerusalém, em 1908. A sua especial área de interesse eram os líquenes e os fungos madeirenses, de que colheu um grande número; estes espécimes foram depois estudados por especialistas internacionais, especialmente da Univ. de Saragoça. Foi sócio da Sociedade de Ciências Naturais daquela cidade.



P.e Jaime de Gouveia Barreto como capelão do Corpo Expedicionário Português, Lisboa, 1916 (ABM, Arquivos Particulares).

Recebeu as honras do canonicato a 24 de outubro de 1936 e, pouco tempo depois, foi distinguido com as insígnias de monsenhor. No pontificado de Pio XII, foi distinguido com as honras de prelado doméstico de Sua Santidade. Em 1943, ainda foi nomeado arcipreste do distrito eclesiástico do Funchal, falecendo nesta cidade, a 12 de julho de 1963.

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

RUI CARITA

Barreto, Jerónimo

Por volta do ano de 1544 nascia, no Porto, o futuro bispo do Funchal D. Jerónimo Barreto, filho de Gaspar Nunes Barreto, senhor dos coutos de Freiriz e Penegote, e Isabel Cardoso. Pelo lado paterno, era sobrinho de três distintos membros da Companhia de Jesus, a saber, D. João Nunes Barreto, patriarca da Etiópia, o padre Belchior Nunes Barreto, que desenvolveu ação missionária na China e no Japão, e ainda Afonso Barreto, teólogo e pregador, que acabou os seus dias no Colégio de Santo



Fig. 1 – D. Jerónimo Barreto, óleo de c. 1790 (Cabido da Sé do Funchal).

Então. Esta forte ligação familiar aos Jesuítas acabou por desempenhar um papel de grande importância na sua carreira, na medida em lhe permitiu gozar da proteção dos madeirenses e igualmente Jesuítas Martim Gonçalves da Câmara, escrivão da puridade de D. Sebastião, e seu irmão Luís Gonçalves da Câmara, confessor do Rei, que usaram da sua influência junto do monarca para o aconselhar na opção por D. Jerónimo para a diocese madeirense. Os irmãos Câmara, com efeito, embora longe de competirem com o cardeal D. Henrique em matéria de influência na área dos provimentos episcopais, não estiveram, contudo, completamente isentos de responsabilidade nesta matéria, e a indicação do nome de D. Jerónimo para a mitra funchalense é disso mesmo um exemplo.

A presença da Companhia de Jesus fez-se sentir logo junto do jovem membro da família Barreto, o qual optou por fazer a sua formação académica no Colégio das Artes, em Coimbra, instituição que, a partir de 1555, passara para a tutela dos Jesuítas, e na qual alcançou o grau de bacharel em Cânones. Atendendo ao reforço da atenção que o recentemente terminado Concílio de Trento votara à formação dos titulares das mitras, aquela habilitação era insuficiente para que se efetivasse o provimento episcopal que, em 1573, o Rei pretendia fazer na pessoa de D. Jerónimo, e essa circunstância levou a que o futuro bispo do Funchal tivesse de se sujeitar, em janeiro do mesmo ano, a um exame realizado por quatro doutores da Univ. de Coimbra, os quais o deram como apto para o exercício do cargo para o qual estava indigitado. A frequência da universidade como fator preferencial para o desempenho de funções episcopais tinha, de facto, durante o reinado de D. Sebastião, assumido uma importância até então nunca vista e é uma das razões que explica, nesta fase, a prevalência de prelados originários do clero secular sobre os oriundos das fileiras das Ordens, uma vez que a formação destes últimos ocorria, muitas vezes, dentro dos seus próprios institutos, à margem da instituição universitária.

A necessidade de se submeter àquele exame especial não foi, contudo, a única singularidade que ocorreu a D. Jerónimo no caminho de acesso à Diocese do Funchal, pois, pelo facto de ter apenas 29 anos à data da sua nomeação, em vez dos 30 requeridos para o exercício do cargo, teve de esperar por uma dispensa papal que o habilitasse para o efeito, e, talvez por isso, só veio a deslocar-se para a Ilha em 1574, onde desembarcou a 30 de outubro, sendo festivamente recebido por uma população que há 13 anos, desde a partida de D. Fr. Jorge de Lemos, não fora honrada pela presença de um antístite.

Chegado à Madeira, e apesar de, segundo Frutuoso, o bispado ainda estar "na boa ordem" em que o tinha deixado D. Fr. Jorge de Lemos (FRUTUOSO, 2008, 226), não demorou o novo prelado a encontrar matéria que requeresse intervenção episcopal, o que, no caso vertente, se traduzia, *e.g.*, na falta de um texto constitucional que, incorporando as determinações tridentinas, permitisse governar a Diocese de acordo com as necessidades da nova conjuntura. Assim, e uma vez que estava



IESVS.

CONSTITVIÇÕES DO BISPADO DO FVNCHAL.

Titulo primeiro, da ſancta Fee Catholica.

Q ue todos cream, & tenham, o q̃ cree, & tem a ſancta madre Igreja de Roma. E como ſaõ eſcomungados os que o contrairo tem, ou fazem, & os que encobrem, & fauorecem os taes.

CONSTITVIÇAM VNICA.

SANCTA Fee Catholica (ſem a qual ninguem ſe pode ſaluar) he o fundamento de toda a religiam, & doutrina Chriſtã, & o verdadeiro caminho pera a ſaluaçam das almas, à qual ſaõ dirigidas eſtas noſſas conſtituiçõeſ. Pello que pella preſente amoeſtamos em o Senhor a todos noſſos ſubditos, q̃ firmemẽte eream, tenham, & confeſſem, tudo o que a ſancta Igreja Catholica de Roma cree, tem, & confeſſa. E lhes mãdamos, que ſabendo de algũa peſſoa de qualquer qualidade & cõdiçam que ſeja, que algũa couſa faz, ou cree contra noſſa ſancta Fee, ou a iſſo da ajuda, fauor, cõſentimẽto, ou conſelho, que com a breuidade & ſegredo poſſiuel no-lo façam ſaber, & em noſſa auſencia a noſſo Prouiſor, pera no tal caſo ſe prouer como for juſtiça. Porque não no fazendo aſsi, & encobrindo, & fauorecendo, ou conſentindo, ſabam (que alem das mais penas do direito) ſaõ excomũgados pellos ſanctos Canones, & eſpecialmẽte pella bulla apoſtolica, que ſe coſtuma leer no dia da cea do Senhor.

Titulo ſegundo. Dos ſacramentos em geeral.

CONSTITVIÇAM VNICA.

AS

Fig. 2 – *Título Primeiro e Único da Santa Fé Católica das Constituições Sinodais do Bispado do Funchal* (1585).

na posse das competências académicas para tal, empreendeu D. Jerónimo a tarefa de redigir umas constituições que foram publicamente apresentadas em sínodo reunido na catedral a 18 outubro de 1578, dia em que se cumpriam 62 anos da sagração daquela Sé. Aproveitando a excepcional latitude com que a Coroa portuguesa recebeu os decretos conciliares, bem como o momento histórico em que se começavam a materializar estratégias de confessionalização e disciplinamento social que faziam dos bispos e da burocratização peças centrais de uma movimento simultaneamente político e religioso, o prelado redigiu um documento que não só normalizava uma série de procedimentos na Diocese, como ainda, no ponto 17 do texto constitucional, alargava os limites da jurisdição eclesiástica a um ponto que a edilidade funchalense considerou inaceitável. Assim, o senado camarário não tardou a apresentar queixa daquilo que reputava como ingerência abusiva da Igreja em prerrogativas seculares e o poder central acabou por lhe dar razão, conforme se pode ver nas anotações às *Saudades da Terra*, onde Álvaro Rodrigues de Azevedo expressamente declara que a Coroa ordenou o não cumprimento de parte do texto (FRUTUOSO, 2008, 570-572).

À margem da contestação, mandou o prelado imprimir, a expensas suas, as *Constituições Synodaes do Bispado do Funchal, Feitas e Ordenadas por D. Jeronymo Barreto, Bispo do Dito Bispado*, e em 1585 foi o texto publicado pela primeira vez.

Imbuído do espírito de Trento, que, par do aumento das qualificações dos titulares das mitras, pugnava também por uma efetiva melhoria da formação intelectual do clero, e dando seguimento a uma questão já levantada em tempo de D. Fr. Jorge de Lemos, tinha D. Jerónimo, ainda antes de sair do reino, decidido concretizar o projeto do Seminário. Desconhecendo o paradeiro do documento que instituía aquele estabelecimento de ensino, solicitara ao Rei nova via da carta régia e, de posse da autorização, tratou, depois de chegado à Diocese, de dar os passos necessários à materialização do desígnio. Para esse efeito, mandou arrendar umas casas, perto, ao que se supõe, não só dos seus próprios aposentos, mas também do colégio dos Jesuítas, nas quais fez instalar os primeiros 10 alunos. Com esta medida, dava D. Jerónimo início ao funcionamento do programa de estudos que visava dotar o clero madeirense das competências que o concílio reputava necessárias a um mais cabal e competente desempenho da função dos pastores de almas, contribuindo para que os fiéis madeirenses passassem a ser mais eficientemente acompanhados.

A conformidade da ação do prelado com os preceitos conciliares, atestada, de resto, por umas anónimas *Memorias Sobre a Creação e Augmento do Estado Eccleziastico na Ilha da Madeira* que afirmam ter sido este bispo "um grande e vigilante executor do Concílio Tridentino" (ARM, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, doc. 273, fl. 36), continua a poder constatar-se na frequência com que visitou o bispado, o

que, segundo as referidas *Memórias*, fazia pessoalmente todos os anos, para "conhecer a suas ovelhas, e elas a ele" (*Ibid.*, fl. 35). Embora não tenham subsistido vestígios que documentem este programa visitacional, a opinião de Gaspar Frutuoso, exarada em *Saudades da Terra*, dá o bispo como protetor dos virtuosos e castigador dos viciosos, procurando extirpar do bispado o pecado público e libertar o território dos vícios promotores de escândalo, o que obviamente corresponde àquilo que se espera de um bispo seguidor dos preceitos conciliares no cumprimento das funções de visitação (FRUTUOSO, 2008, 228).

A atenção à educação do clero e a prática assídua das visitas são apenas dois dos vários aspectos que documentam a identificação deste prelado com o ideário tridentino. Frutuoso, que foi seu contemporâneo, acrescenta àqueles atributos de bispo pastor, que Trento não criou, mas claramente reforçou, outro conjunto de características que tornam D. Jerónimo Barreto um exemplar representante do novo modelo episcopal, capaz de orgulhar D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, de quem recebera ordens sacras, e que logo lhe vaticinara grande futuro como "prelado da igreja de Deus" (NORONHA, 1993, 94). De entre os traços que a seu respeito Gaspar Frutuoso salienta, encontram-se dá-lo como "pai" que tratava todos com mansidão e caridade, ser assíduo nos ofícios divinos, amigo de socorrer os pobres, com quem gastava não só da sua renda, mas até do seu património, protetor dos clérigos castos e honestos, dono de uma casa sem pompa, com trato e serviço "muito chão", e tão convicto dos caminhos que trilhava que, sendo uma ocasião avisado sobre os perigos que corria ao tomar posições contra os poderosos da terra, declarara dar por isso, e de boa vontade, a vida (FRUTUOSO, 2008, 227).

Considerando, ainda, que uma das funções dos bispos é estarem atentos à satisfação das necessidades espirituais dos fiéis, D. Jerónimo entendeu que a configuração paroquial da cidade do Funchal não era a que mais se adequava à realização daquele propósito. Atento à evolução demográfica da Madeira



Fig. 3 – Armas de D. Jerónimo Barreto nas *Constituições Sinodais do Bispado do Funchal* (1579).

e, particularmente, à da macrocefálica cidade do Funchal, que em três freguesias – Nossa Senhora do Calhau, S. Pedro e Sé – concentrava 75 % da população urbana, o bispo decidiu redimensionar a rede paroquial, no sentido de ajustar a prestação de serviços religiosos às novas necessidades do tempo. Assim, conseguiu que, por alvará de 3 de março de 1579, fossem criadas as freguesias de S. Roque e de S. Martinho, que agrupavam a população suburbana da freguesia de S. Pedro, entretanto extinta. Os habitantes remanescentes, os da zona urbana da freguesia desaparecida, voltaram a integrar o conjunto dos fiéis da Sé, cujo corpo de clérigos se viu, portanto, sobrecarregado. Este novo problema exigia, também, solução e D. Jerónimo procurou encontrá-la não só numa reforçada configuração do quadro de pessoal eclesiástico que prestava serviços na Catedral, mas também no reajustamento dos valores recebidos pelos cónegos e outros membros do clero catedralício. Assim, o corpo de pessoal afeto à Sé foi enriquecido com um altareiro, "ministro subalterno do tesoureiro mor", dois capelães cantores, e dois cónegos

meio prebendados, cujo ordenado foi buscar à extinção de quatro benefícios pré-existentes: um em Machico, outro na Ribeira Brava, um terceiro em São Jorge e o último nas Achadas da Cruz (NORONHA, 1993, 97; SILVA, 1946, 115). A escolha destas localidades para serem privadas dos benefícios referidos prende-se, também, com alterações demográficas sofridas, as quais, por razões diversas, implicaram a redução da população residente, o que veio a permitir o redimensionamento da rede de assistência eclesiástica. No quadro desses ajustamentos, foi ainda em tempo deste prelado que se criaram duas novas paróquias, a saber: a dos Canhas e a do Porto da Cruz, instituídas por alvará régio, a primeira a 30 de janeiro de 1577 e a segunda a 20 de setembro do mesmo ano. Como forma de compensar o acréscimo de trabalho que as novas fronteiras da freguesia da Sé acarretaram ao cabido, foram os ordenados dos cónegos aumentados em 6000 reais para cada um e complementados com mais 5000 réis anuais para as missas de vigílias, advento e quaresma, conforme se vê em alvará de D. Sebastião de 26 de setembro de 1577.

A forte ligação à Companhia de Jesus, que desde muito cedo acompanhara a pessoa de D. Jerónimo Barreto, continuou a fazer-se sentir ao longo do seu episcopado madeirense. Com efeito, logo depois do desembarque na Ilha, escolheu o prelado o colégio dos Jesuítas para sua primeira morada no Funchal, enquanto se não arranjavam aposentos para a sua instalação definitiva, e disso mesmo dava conta para Roma o reitor do colégio, Manuel Sequeira, o qual, em novembro de 1574, se regozijava com a chegada do novo prelado, considerando-o grande amigo da Companhia. Esse mesmo reitor, em nova carta enviada para Roma a 28 de janeiro de 1575, afirmava que o bispo amava a Companhia com "estranhado afeto", visitava o colégio com grande frequência, aconselhava-se com os seus padres e "tamanha parte lhes entregava de seu ofício que bem declarava querer ser e parecer todo nosso" (CARITA, 1991, II, 124). A identificação de D. Jerónimo Barreto com o ideário da Companhia foi, de facto, de tão grande magnitude, que Fortunato de Almeida chega mesmo a assumir a sua pertença aos quadros dos inacianos quando acrescenta (num resumo que apresenta dos bispos do Funchal a seguir ao nome de cada prelado) "da Companhia de Jesus": erro que é logo acompanhado de outro, em que o dá como irmão de D. João Nunes Barreto, do qual era o bispo, como se viu, apenas sobrinho (ALMEIDA, 1968, II, 698).

Um dos aspectos, porém, em que a posição de D. Jerónimo Barreto se afastava da dos padres da Companhia encontra-se na adesão que o bispo claramente manifestou ao partido de Filipe II de Espanha na crise dinástica de 1580. De facto, a assunção do apoio do prelado às pretensões castelhanas ao trono de Portugal contrasta com a neutralidade com que a Companhia procurava seguir o evoluir da crise, a qual se pode, eventualmente, atribuir ao facto de, na Ordem, militarem contingentes de portugueses e espanhóis.

No arquipélago da Madeira, havia-se constituído um forte movimento de apoio às pretensões de D. António, prior do Crato, o qual incorporava a presença de alguns eclesiásticos, designadamente o deão, D. Francisco Henriques, e isso implicava, por parte do bispo, uma definição quanto à sua posição no seio do conflito. Alinhando com a maior parte do clero madeirense, que se perfilava no apoio à causa castelhana, o bispo do Funchal "não disfarçava" a sua preferência e essa atitude rapidamente redundou em seu proveito (SARMENTO, 1946, I, 164). De acordo com José Pedro Paiva, os serviços prodigalizados por prelados à causa espanhola foram de grande relevância para o destino de quem os prestou, chegando mesmo a ser recompensados com promoções "estrondosas" (PAIVA, 2006, 375). Foi este o caso de D. Jerónimo Barreto, que, após 12 anos à frente dos destinos da Diocese do Funchal, se viu alcandorado à posição de bispo do Algarve, cuja mitra foi ocupar em 1585, ou seja, no mesmo ano em que deixou vago o lugar na Madeira.

Já a caminho da ocupação das novas funções, teve D. Jerónimo Barreto ocasião de escrever ao cabido do Funchal uma carta onde se despedia, manifestando o amor que o clero e a

Ilha lhe mereciam, e declarando que, se não mostrara mais esse sentimento, no tempo que durara a prelazia, isso se ficava a dever a serem os prelados obrigados a ter mão "nos efeitos do amor que tem a seus súbditos por razão da autoridade que lhes é necessária para o governo e bem das Almas". Cessada, então, essa obrigação, manifestava o bispo vontade de continuar a servir a todos e a cada um dos seus diocesanos, recomendando ainda ao cabido que, na administração do território, tivesse "aquela prudência, conformidade e ordem que de tais pessoas se requer", o que demonstra que, apesar de definitivamente afastado da condução dos destinos dos fiéis madeirenses, mantinha em relação a eles um conjunto de preocupações que só o honravam (DGARQ, CSF, mç. 9, doc. 9).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, doc. 273, fls. 35-36; doc. 283, fl. 10; ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç. 9, doc. 9; **impressa:** ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, 2.ª ed., vol. II, Coimbra, Livraria Civilização, 1968; BARRETO, Jerónimo, *Constituições Sinodais do Bispado do Funchal*, Lisboa, António Ribeiro Impressor, 1585; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. II, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1991; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memorias Seculares e Ecclesiasticas para a Composição da Historia da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, s.n., 1993; PAIVA, José Pedro, *Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006; SARMENTO, Alberto Artur, *Ensaios Históricos da Minha Terra (Ilha da Madeira)*, vol. I, Funchal, JGDAF, 1946; SILVA, Fernando Augusto, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, Funchal, s.n., 1946.

CRISTINA TRINDADE

Barreto, Manuel Agostinho

Manuel Agostinho Barreto nasceu a 7 de dezembro de 1835, em Coentral Grande, localidade situada em Castanheira de Pera, distrito de Leiria. Os seus pais, José Agostinho Barreto e Maria Barreto, velaram por que rumasse a Coimbra, depois de completada a instrução básica, para frequentar o seminário, de onde passou à universidade, na qual, em 1858, concluiu licenciatura em Teologia. Teria começado a carreira de presbítero na sua terra, de onde depois voltou a Coimbra, passando daí para o Porto, levado pela fama que os seus dotes de oratória e escrita já lhe iam granjeando. No Porto, cedo se notabilizou como pregador,



Fig. 1 – D. Manuel Agostinho Barreto, óleo de Alberto Sousa, 1934 (Cabido da Sé do Funchal).

sendo frequentemente escolhido para os sermões mais solenes e as festas de maior relevo. Em crescendo de notoriedade, não tardou que o bispo de Lamego o convidasse para trabalhar na sua Diocese onde, a partir de 1864, veio a desempenhar funções de docente no Seminário e depois, sucessivamente, de cónego, vigário-geral, provisor e governador do bispado, continuando a sua "palavra fácil e pensamento claro, conciso e profundo" a atrair as atenções (COELHO, 2015, 1). Em reconhecimento dos seus extraordinários dotes e serviços, Roma fez dele prelado doméstico de Sua Santidade, uma das dignidades que se abrigam debaixo da designação genérica de monsenhor.

Em 1877, e contrariando as expetativas de Agostinho de Ornelas Vasconcelos, irmão de D. Aires de Ornelas Vasconcelos, anterior bispo do Funchal que, em carta de 22 de abril de 1874 informava o irmão de que, depois de ouvidos os ministros do reino, se dava como sucessor na mitra funchalense o arcebispo de Mitilene ou o bispo de Cabo Verde, Manuel Agostinho Barreto acabou por ser designado

prelado para o arquipélago madeirense. Confirmado em 29 de setembro de 1876, foi sagrado bispo na basílica da Estrela, em Lisboa, a 4 de fevereiro de 1877, e rapidamente se deslocou para a Madeira, onde entrou solenemente a 25 do mesmo mês de fevereiro.

Pouco tempo depois de chegar, a 2 de março, tornava pública a primeira das muitas pastorais que produziu, na qual fazia a sua apresentação aos diocesanos e deixava já algumas pistas para os valores que orientariam o seu episcopado, designadamente algum ultramontanismo, expresso na exaltação que fazia da figura do Papa: "Veneração e amor, caríssimos filhos, respeito e submissão à pessoa e à voz infalível de Pedro, representada e escutada em Pio IX" (BARRETO, 7 abr. 1877, 305).

Dois dias depois desta publicação, suicidou-se, no Funchal, um jovem artista, Coutinho Gorjão, cujo enterramento se fez no cemitério das Angústias com licença da Câmara Municipal, depois de o bispo ter proibido a sua sepultura em solo consagrado. Tendo o facto chegado ao conhecimento do prelado, este de imediato interditou o cemitério e, sem perda de tempo, assumiu, do púlpito da Sé, uma vigorosa posição contra o senado funchalense, que lhe granjeou, com certeza, alguns inimigos, designadamente entre os liberais. O estrépito desta polémica ouviu-se logo na imprensa madeirense e não só, pois até no Porto, na sequência destes acontecimentos, surgiu um folheto intitulado *A Sepultura Eclesiástica e os Suicidas*, que pretendia responder à crítica posição localmente assumida pelo periódico *A Lei*. A reforçar as palavras acesas com que comentou o sucedido em sermão na Sé, D. Manuel Agostinho Barreto publicou uma admoestação pastoral, na qual verberava o suicídio e condenava, sem rebuços, todos os seus praticantes. À semelhança da pastoral anterior e de várias posteriores, também este texto teve honras de publicação na imprensa nacional, pois foi divulgado pelo periódico *Bem Público* – um jornal católico que se publicou em Lisboa entre 1857 e 1877 – a 14 de abril de 1877.

A ação destemida do prelado, a forma como pretendia reganhar um rebanho no qual "a ausência de pastor" se tinha feito sentir "talvez como em parte nenhuma", (COELHO, 2015, 2), a frequência com que publicava pastorais, as visitas à Diocese, o empenho em diversos projetos, contristavam, porém, uma parte da população da Madeira. Em 1881, Frederico Pinto Coelho publicava um opúsculo designado *O Sudario Negro ou Apontamentos para a Biographia de D. Manuel Agostinho Barreto, Bispo do Funchal*, obra onde se compendiavam, contra o bispo, uma série de irregularidades cometidas, ou por ele diretamente ou por uns missionários que tinha levado para pregar na Diocese e a quem se atribuíam os mais escuros desígnios. O bispo via-se acusado de fazer, ou mandar fazer, comércio com catecismos, bentinhos e outros itens semelhantes, de favorecer a delação do segredo da confissão, de obrigar o clero a frequentar formação no Seminário, a fim de se inteirar dos pecados de cada pároco ou cura, e, até, de ter tido comportamentos menos próprios na Diocese de Lamego dos quais teriam resultado filhos. Esta obra, bastante mal intencionada e claramente parcial, foi de pronto contestada pelo Cón. António Aires Pacheco, que lhe respondeu com o *Sudario Negro no Banco dos Reos,* bem como por um autor de Lamego que fez sair um folheto intitulado *O Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo do Funchal Desagravado pelos Lamecenses*, com data de abril de 1882, no qual se reafirmava a honra do prelado e até dos próprios habitantes de Lamego.

Polémicas à parte, D. Manuel Agostinho Barreto foi prosseguindo, na Diocese, com a sua ação pastoral, da qual há que destacar o empenho que pôs na reestruturação do Seminário do Funchal. Tendo chegado à Madeira em fevereiro de 1877, logo em outubro do ano seguinte a sua intervenção no Seminário se tornava visível através da reforma que empreendeu, e que passou pela criação de um ciclo de estudos preparatórios, pelo aumento do número de alunos internos e pela remodelação do espaço. Nesta obra, pôde D. Manuel Agostinho contar com a ajuda de um Alemão, o padre Ernst Schmitz, a quem foram entregues, além da direção do estabelecimento, funções docentes e de modernização curricular, a qual

se materializou, em parte, pela criação de um museu de zoologia de renome, assessorado por um gabinete de física, matérias bastante distintas daquelas que se costumavam ministrar em escolas de formação sacerdotal. A coadjuvar este padre, instalaram-se outros, também provenientes da congregação da Missão, os chamados Lazaristas, sendo toda esta equipa, no seu conjunto, a responsável pela transformação do Seminário do Funchal numa escola responsável pelo "alto nível" que caracterizou o clero madeirense na primeira metade do séc. xx, no dizer de D. Maurílio Gouveia, arcebispo emérito de Évora (COELHO, 2015, 4).

Em prol do seminário, financiaria ainda o prelado, em grande parte a expensas suas, pois aqui gastou os réditos de uma generosa herança que recebera, a construção de um edifício de raiz na cerca do antigo Convento da Encarnação. Esta construção, ainda que não inteiramente pronta, começou a ser ocupada em 1909, mas, logo em 1910, as forças da recém-implantada República haveriam de a confiscar, retirando-lhe a possibilidade da formação de clérigos. No edifício, passou a funcionar a Escola de Belas Artes até 1933, altura em que voltou a ser um seminário. Em 1974, na Revolução de Abril, o Seminário foi ocupado para nele se instalar a Escola Preparatória Bartolomeu Perestrelo, que ali funcionou até 2004.

Outra figura com origens no estrangeiro, que igualmente se notabilizou em ações religiosas na Madeira no tempo do episcopado de D. Manuel Agostinho Barreto, foi a madre Mary Jane Wilson, protestante convertida ao catolicismo que se tornou colaboradora próxima do bispo na obra das escolas paroquiais fundadas por sua iniciativa. Estes estabelecimentos de ensino, designados como Escolinhas de S. Francisco de Sales, espalharam-se pela Ilha, com particular incidência em Machico, no Santo da Serra, em Santana, no Arco de São Jorge e no Porto Moniz, e, além de alfabetizar, também ensinavam catequese, contribuindo, assim, para o desígnio de cativar para o catolicismo as crianças de tenra idade. Nesta função, colaborou de perto a madre Wilson e nela poderá ter estado o gérmen da criação da Congregação das Franciscanas de Maria que Mary Jane haveria posteriormente de fundar, na medida em que, no desempenho daquelas tarefas, a jovem Jane terá tomado consciência das profundas necessidades de formação humana e espiritual de que enfermava a população madeirense.

Outro dos aspectos notáveis do episcopado de D. Manuel Agostinho Barreto foi a produção de pastorais, textos que profusamente publicou e onde se condensa o pensamento religioso do antístite. Quase todas se encontram transcritas no *Livro do Registo de Provimentos e Visitações Pastorais da freguesia de Ponta Delgada (1862-1910)* e foram estudadas por Francisco Senra Coelho, em artigo dedicado à figura deste bispo. De acordo com este autor, o antístite demonstra uma escrita excelente e um pensamento profundo e claro, sendo possível elencar, a partir dos textos, os eixos à volta dos quais se desenvolvia a sua atitude pastoral. Assim, a primeira carta, publicada a 15 de abril de 1877, salienta a dificuldade de conduzir um rebanho indócil, apela à união entre os capitulares e à do cabido com o demais clero e a população, recomenda um comportamento exemplar para os eclesiásticos, apela ao ensino da doutrina, salienta a importância da formação no seminário e releva o papel da ciência naquele contexto. Dirigindo-se, depois, à sociedade civil, relembra as responsabilidades dos pais de família na construção de lares cristãos bem formados, sublinhando o que por todos deve ser evitado, por mau e pernicioso – o teatro e o jornalismo. No tocante às restantes autoridades insulares, a sua preocupação vai para a necessidade de colaboração com as instâncias religiosas e para a atitude de interajuda que deve regulamentar as suas relações com os poderes da Igreja, e termina solicitando que se reze pela Coroa portuguesa, ao mesmo tempo que reafirma a sua fidelidade ao rei, D. Luís. Na segunda carta, que saiu à luz a 2 de fevereiro, na preparação para a Quaresma de 1878, D. Manuel Agostinho Barreto propunha aos seus párocos uma reflexão sobre o valor dos sacramentos, em particular o do batismo, acerca do qual deixava instruções para se poder

inquirir, *a posteriori*, da validade do sacramento quando ministrado por parteiras, nos casos em que surgissem dúvidas. Passava, a seguir, para os preceitos da confissão e a obrigação da renovação anual das licenças para a sua prática, advertia para o uso de uma linguagem inteligível nas pregações, solicitava cuidado nas horas de celebrar missa, a fim de que nenhum freguês dela ficasse privado por permanentes alterações de horário, e terminava com uma chamada de atenção para assuntos do quotidiano das paróquia, como seja o levar viático aos moribundos, e a preparação das crianças para a primeira comunhão e dos noivos para o casamento.

Nestas, como noutras pastorais subsequentes, D. Manuel Agostinho Barreto mostrava-se conservador e preocupava-se com a reafirmação dos valores tradicionais da Igreja, ameaçados pelos turbulentos tempos de liberalismo e anticlericalismo que a sociedade atravessava.

Em visita que pessoalmente efetuou a Ponta Delgada, em 21 de agosto de 1878, o bispo fez registar no livro de provimentos algumas indicações que desde há muito tempo tinham deixado de figurar em tais documentos. Recomendava, então, o prelado ao povo da freguesia que dedicasse um particular cuidado ao cumprimento da devoção ao apostolado da oração, instituição recente da responsabilidade de um dos missionários de que se tinha feito acompanhar desde o reino – o P.e Tomás Vital, precisamente uma das personagens mais atacadas no *Sudario Negro*. Solicitava ao pároco que não se esquecesse de tocar o sino três vezes ao dia, para chamar à oração, que ensinasse frequentemente doutrina, que pugnasse pelo correto comportamento dos fregueses dentro da igreja, elogiando o estado de asseio em que a encontrara, e, finalmente, censurava a ausência de algumas circulares do livro de registos paroquial. Este é um bom exemplo da forma de operacionalização do conteúdo das pastorais que o bispo ia difundindo localmente, de forma adequada à vivência de cada paróquia. Outra estratégia de aproximação entre o bispo e o clero era a promoção anual de retiros espirituais de sacerdotes no Seminário, os quais,



Fig. 2 – Residência e capela da Penha de França, reconstrução de c. 1770 e seguintes (fotografia de Virgílio Gomes, 2004).

acompanhados do antístite, poderiam ser utilizados para, à semelhança do soldado que não pode "defender a pátria sem se adestrar", adquirir utensílios a usar no combate à perda dos valores cristãos (ARM, APEF, doc. 412, fl. 118).

Outra das áreas em que se destacou D. Manuel Agostinho Barreto foi o combate à maçonaria, que seria, no dizer de Eduardo Pereira "o maior obstáculo da época à ação religiosa na Madeira", o que lhe terá valido a colocação de um engenho explosivo na sua residência, na Penha de França, a 28 de março de 1890 (PEREIRA, 1968, II, 454). Este bispo tinha, com efeito, optado por usar permanentemente a residência da Penha, mais discreta, mais austera e mais afastada do centro da cidade, onde vivia com algum ascetismo, sendo a sua vida considerada "modesta e despida de todo o aparato" (SILVA e MENESES, 1984, I, 130). Apesar deste esforço por alguma reclusão, a atividade do prelado não deixava de despertar a consideração de muitos dos seus pares, pelo que chegou a ser convidado para patriarca de Lisboa, o que, porém, se não chegou a concretizar.

Considerado, por muitos como um dos "maiores prelados de Portugal" (PEREIRA, 1968, 454), D. Manuel Agostinho Barreto faleceu no Funchal, após 34 anos de episcopado, a 26 de junho de 1911, muito desgostoso com o destino final do "seu" seminário, que

a república encerrara. Os seus restos mortais foram sepultados no cemitério das Angústias mas, por determinações testamentárias, cinco anos após o falecimento, os seus ossos foram colocados numa urna e definitivamente enterrados no adro da capela da Penha de França.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, doc. 412; **impressa:** ALMEIDA, José Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Barcelos, Livraria Civilização, 1970; BARRETO, Manuel Agostinho, "Pastoral", *Bem Público*, 7 abr. 1877, pp. 305-306; *Id.*, "Admoestação pastoral", *Bem Público*, 14 abr. 1877, pp. 313-314; *Id.* "Pastoral", *Bem Público*, 12 maio 1877, pp. 345-348; *Id.*, "Pastoral", *Bem Público*, 26 maio 1877, pp. 361-363; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, DRAC, 2008; COELHO, Frederico Pinto, *O Sudario Negro ou Apontamentos para a Biographia de D. Manuel Agostinho Barreto Bispo do Funchal*, Funchal, Typ. Funchalense, 1881; *O Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo do Funchal Desagravado pelos Lamecenses*, Lamego, s.n., 1882; GOMES, Fátima Freitas, "Agostinho de Ornelas Vasconcelos. O morgado liberal e a decisão criativa", *Islenha*, n.º 21, jul.-dez. 1997, pp. 79-109; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 3.ª ed., vol. II, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1968; SILVA, António Ribeiro Marques da, *Apontamentos sobre o Quotidiano Madeirense (1750-1900)*, Lisboa, Caminho, 1994; SILVA, Fernando Augusto da, *Diocese do Funchal. Sinopse Cronológica*, Funchal, Tip. Esperança, 1945; *Id.*, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984.

CRISTINA TRINDADE
RUI CARITA

Barreto, Remígio António Gil Spínola

Remígio António Gil Spínola Barreto nasce a 24 de fevereiro de 1869 no concelho de Santa Cruz, ilha da Madeira, e é o primeiro filho do morgado António Sebastião Spínola Ferreira de Carvalho Barreto e de Guilhermina Augusta da Silva Barreto, moradores à calçada de São Gil, no mesmo concelho.



Remígio António Gil Spínola Barreto em uniforme dos bombeiros, c. 1889 (ABM, Photographia Vicente).

Fez os estudos secundários no Liceu do Funchal. Ainda jovem estudante, demonstrou ser um espírito participativo, pois, a 16 de fevereiro de 1889, com a idade de 19 anos, está alistado na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Funchal, a primeira corporação desta natureza existente neste distrito, fundada no ano anterior em sessão camarária de 24 de setembro. Em março, é promovido a aspirante na hierarquia daquela organização e é colocado na guarnição do carro de material. É um dos sócios fundadores desta importante corporação.

Nos anos letivos de 1891/1892 e 1899/1900, frequenta a Univ. de Coimbra, onde é colega de importantes republicanos como António José de Almeida e Afonso Costa e aí se forma bacharel em Direito. Nestes anos, conhece Ermelinda Augusta de Jesus, natural do Luso, concelho da Mealhada, Diocese de Coimbra, com quem vai para a Madeira. Tem 36 anos quando se casa, na freguesia da Sé, a 4 de novembro de 1905. Nesta data, o casal tem dois filhos, nascidos em Coimbra nos anos dos seus estudos, que legitima. Residem, então, à rua dos Ferreiros.

Exerce advocacia no distrito do Funchal e notariado neste concelho (entre 1900 e 1927), e nos de São Vicente (entre 1928 e 1943) e Ponta do Sol (entre 1933 e 1954).

Remígio Barreto participa ativamente na política local. Ainda em tempo de Monarquia Constitucional, nas eleições de 1 de novembro de 1908 para os órgãos administrativos, em que regeneradores e progressistas coligados, com vista à vitória sobre o Partido Republicano, vencem por todo o país, é um dos procuradores monárquicos eleitos à Junta Geral pelo concelho de Santa Cruz, tomando posse a 30 de novembro para o tempo que falta do triénio de 1908-1910.

Iniciada a República, torna-se diretor do bissemanário *O Liberal*, órgão de imprensa do Partido Democrático (Partido Republicano Português de Afonso Costa), que inicia a sua publicação a 1 de maio de 1913. Este periódico, publicado aos domingos e quintas-feiras, é composto e impresso na tipografia Brado do Oeste, na Ponta do Sol, e sofre alguns períodos de interregno sob sua direção.

Com a República instituída, Remígio Barreto, do Partido Democrático, vem a ser vogal efetivo da comissão administrativa da Junta

Geral, nomeada por decreto de 10 de fevereiro de 1913.

A 1 de maio deste mesmo ano, é nomeado para governador substituto, pelo governador civil Ernesto Sá Cardoso, na mesma data em que o Partido Democrático da Madeira inicia a sua atividade. Toma posse deste lugar a 10 deste mesmo mês e ocupá-lo-á até ao início do consulado de Pimenta de Castro, em janeiro de 1915.

A nova ordem republicana será regulamentada, ao nível das administrações, pela lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913, e as primeiras eleições diretas para os corpos administrativos realizam-se a 1 de novembro, mantendo-se no governo a maioria democrática. Os procuradores eleitos à Junta Geral do Funchal serão alguns dos vogais da anterior comissão administrativa, entre os quais se vai integrar, a partir de 1 de maio de 1914, Remígio Barreto, que vem a ser o segundo presidente deste organismo, logo após o período conturbado do consulado de Pimenta de Castro.

Nas eleições gerais para deputados e senadores do Congresso da República de 13 de junho de 1915, é eleito senador pelo Partido Democrático, juntamente com o general Daniel Telo Simões Soares e Vasco Gonçalves Marques. Nesta altura, deixa a direção política de *O Liberal*.

As questões político-partidárias agravam-se no final de 1915 e início de 1916, sobretudo a partir de 9 de março, com a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial. A instabilidade instala-se na administração pública por todo o país, refletindo-se também na Junta Geral, onde muitas sessões não se realizam por falta de *quorum*. Apesar destes factos, este democrático manter-se-á no cargo, que sofre várias interrupções. As eleições administrativas marcadas para novembro de 1916, destinadas à constituição dos novos corpos administrativos para o triénio de 1917-1919, são adiadas sem qualquer previsão de agendamento, em consequência de Portugal ter entrado na guerra, e só se realizam a 18 de novembro de 1917, para o triénio de 1918-1920. Remígio Barreto está entre os procuradores eleitos à Junta Geral e volta a ser presidente, mas este seu mandato será interrompido pelo movimento revolucionário sidonista, que interrompe os trabalhos de todos os organismos administrativos no país. O retorno dos democráticos ao governo colocá-lo-á de novo na presidência da Junta Geral. Após as eleições administrativas de 25 de maio de 1919 para o triénio de 1920-1922, volta a ser escolhido presidente entre os seus pares a 16 de junho daquele ano, na reunião de constituição da mesma.

A sua vida política mudará de rumo numa das divisões entre republicanos. Em 30 de maio de 1920, encontra-se no grupo que constitui a comissão política do novo Partido Republicano de Reconstituição Nacional, também chamado Reconstituinte, criado em reunião realizada na Quinta do Jasmineiro a 30 de maio de 1920.

No exercício da sua cidadania, por diversas vezes representa e preside na freguesia e concelho de Santa Cruz a assembleias eleitorais primárias do distrito.

Em 2 de janeiro de 1963, à beira de fazer os 94 anos, falece na sua residência à calçada de São Gil, freguesia de Santa Cruz, saindo da capela privativa do solar para o cemitério do mesmo concelho. O *Diário de Notícias* da Madeira e *O Jornal* lembram-no como "madeirense entusiasta, possuidor de um forte sentimento regionalista", muito dedicado aos problemas da terra, à qual presta "valiosos serviços" e, com maior interesse e muito carinho, aos problemas do concelho onde nasceu (*DN*, 3 jan. 1963, 1 e 6; *OJ*, 3 jan. 1963, 1 e 8).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Funchal, liv. 31, fl. 38; *Ibid.*, Governo Civil do Funchal, Alvarás, liv. 82; *Ibid.*, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Secretaria, Atas da Junta Geral, livs. 193 (1902-1914) e 2246 (1914-1919); *Ibid.*, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Secretaria, Atas das Sessões da Comissão Executiva/Administrativa, livs. 2255-2261; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Santa Cruz, Batismos, liv. 2496-A; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Sé, Casamentos, liv. 6445-A; **impressa:** *Anuário da Universidade de Coimbra* (anos letivos 1891/1892 a 1899/1900), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892-1900; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Collecção Official de Legislação Portuguesa. Anno de 1906*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907; "A eleição de domingo", *Correio da Tarde*, 19 out. 1908, p. 1; "As eleições", *Diário de Notícias*, Funchal, 13 jun. 1915, p. 2; GOMES, Fátima Freitas, e VERÍSSIMO, Nelson, *A Madeira e o Sidonismo*, Funchal, DRAC, 1983; "Junta Geral do Distrito do Funchal/Edital", *Diário de Notícias*, Funchal, 28 dez. 1916, p. 3; "Junta Geral do Funchal", *Diário de Notícias*, Funchal, 1 maio 1913, p. 1; "O liberal", *Diário de Notícias*, Funchal, 1 maio 1913, p. 2; "O liberal", *Diário de Notícias*, Funchal, 3 maio 1913, p. 2; MARTINS, Teresa Florença, *O Movimento Republicano na Madeira. 1882-1913*, Funchal, CEHA,

2004; "O movimento revolucionário em Portugal", *Diário de Notícias*, Funchal, 23 dez. 1917, p. 1; "Na Quinta do Jasmineiro", *Diário de Notícias*, Funchal, 1 jun. 1920, p. 3; "O novo governo", *Diário de Notícias*, Funchal, 11 dez. 1917, p. 1; "Obituário", *Diário de Notícias*, Funchal, 3 jan. 1963, pp. 1 e 6; "Obituário", *Jornal da Madeira*, 3 jan. 1963, pp. 1 e 8; "A que vimos", *O Liberal*, 1 maio 1913, p. 1; "Registos. Dr. Remígio Barreto", *O Liberal*, 11 maio 1913, p. 1; "Resultado das eleições gerais de deputados e senadores pelo círculo n.º 43 (Funchal) realizadas no dia 13 de junho de 1915", *Diário de Notícias*, Funchal, 14 jun. 1915, p. 2; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. XI, Santarém, Verbo, 1989; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, JGDAF, 1965; "Telegrama", *Diário de Notícias*, Funchal, 3 nov. 1908, p. 1; "Telegrama. O novo ministério", *Diário de Notícias*, Funchal, 12 dez. 1917, p. 1.

MARIA DE FÁTIMA VIEIRA DE ABREU

Barroco

O barroco é considerado o estilo correspondente ao Absolutismo e à Contrarreforma, muitas vezes identificado com a ascensão da Companhia de Jesus, distinguindo-se por um esplendor exuberante, um certo exagero da forma e um quase "horror ao vazio", sendo tudo metodicamente preenchido. Embora o barroco seja uma continuação natural do anterior Renascimento, compartilhando os movimentos um grande interesse pela arte da Antiguidade Clássica, as interpretações são diferentes e ainda mais os resultados finais. Enquanto no Renascimento o tratamento das temáticas se pauta pela moderação, pela economia formal, pela austeridade, pelo equilíbrio e pela harmonia, o tratamento barroco de temas idênticos mostra um novo dinamismo: contrastes mais fortes, maior dramaticidade, exuberância e realismo, com uma tendência pelo decorativo, além de manifestar uma tensão entre o gosto pela materialidade opulenta e as demandas de uma vida espiritual.

O movimento barroco abarcou toda a sociedade e as formas de comunicação, como a poesia e o teatro, tendo ganho um muito especial lugar junto das classes dirigentes nas formas de vestir, nas joias, no mobiliário, etc., mas muito difícil de medir e perspetivar numa sociedade de grande mobilidade como sempre foi a madeirense. Desta época, ficaram alguns registos de inventário das principais famílias, com excecionais quantidades de mobiliário de diversa proveniência, desde a Europa até ao Oriente, de tapeçarias, de peças de aparato e de joias,



Fig. 1 – Nossa Senhora dos Anjos, oficina portuguesa ou brasileira, c. 1740, proveniente do antigo recolhimento do Carmo (Museu de Arte Sacra do Funchal).

e.g., mas quase nada chegou à contemporaneidade, perdendo-se continuamente no espaço de uma a duas gerações. Nesse quadro, foi somente na área da devoção religiosa que algo se preservou, tendo sido, aliás, e de uma forma geral, a Igreja a única instituição que soube, quis ou conseguiu preservar verdadeiramente o seu património.

O período barroco corresponde a todo um novo tipo de vida e de espiritualidade desenvolvido pela Contrarreforma católica que não pode ser entendido se não for enquadrado numa nova forma de entender o mundo, o homem e Deus. Ao longo do séc. XVII, a Igreja conquistou uma presença quase absoluta no quotidiano, desde o nascimento até muito para além da morte, devido à complexa criação de toda uma sequência de estados para o alcance da vida eterna. A Igreja acompanha, assim, o homem no atestamento da sua existência legal

através do batismo, administra-lhe depois os sacramentos que marcam as várias etapas de crescimento, promove a normalização dos seus comportamentos e controla os desvios – instruindo e apoiando a coesão social e proporcionando um espaço de asilo com apertadas restrições à entrada das justiças seculares (VERÍSSIMO, 2000, 37) – para lhe proporcionar, finalmente, o acesso à vida eterna, mediante uma série de sufrágios por sua alma, através de missas, "enquanto o mundo for mundo", como referem muitos testamentos.

Não houve, logicamente, nem a Igreja alguma vez o poderia admitir, um corte com o anterior período do Renascimento, no qual as qualidades de moderação da imagem, da economia formal, da austeridade, do equilíbrio e da harmonia eram as mais procuradas, ainda que progressivamente tudo fosse ganhando um maior dinamismo, contrastes mais fortes, maior dramaticidade, exuberância, realismo, impacto visual e riqueza, dentro de uma certa pompa e circunstância cultivadas na época. De certa forma, vai produzir-se toda uma nova imagem, gradativamente mais ilustrativa e também decorativa, do que se entendia ser o verdadeiro caminho para Deus.

O modelo seguido vai ser o da "Roma dos papas", como era já patente na sé do Funchal, no monumental retábulo da *Ascensão* de Fernão Gomes (1548-1612), que parte de um modelo romano dos inícios do séc. XVI, vincando o apelo aos sentidos e às cores. O caminho para o barroco não foi, entretanto, linear, passando por uma fase de transição caracterizada por uma certa contenção e austeridade, primeiramente designada maneirismo e, depois, protobarroco, na qual se começa a anunciar já toda uma nova forma de representação da chamada Contrarreforma, entrando-se, depois, nos absolutos excessos de decoração com espaços se encontram quase totalmente ocupados por pinturas, talhas e azulejos, sendo tudo preenchido com os mais diversos motivos.

É neste quadro que se compreende o novo cerimonial religioso, o aumento das devoções, das representações dos santos e dos seus milagres, com toda uma procura de exuberância espetacular de jogos de luz e de cores, de efeitos de movimento e de toda uma encenação que pretendia envolver emocionalmente o espectador e afirmar o poder eclesiástico. O domínio visual foi sucessivamente sendo ocupado pela talha dourada e pelos retábulos trabalhados como um todo quase arquitetónico, nos quais a pintura e a escultura passam a fazer parte de um projeto único, o que dará depois origem à "arte total", aliando talha,



Fig. 2 – Retábulo de S.to António da Sé do Funchal, oficina de Manuel Pereira de Almeida, 1697 (fotografia de Bernardes Franco, 2016).



Fig. 3 – Interior da igreja de São Jorge, 1751 (fotografia de Bernardes Franco, 2016).

pintura, escultura, azulejos, pratas e têxteis. Tal é-nos confirmado nos documentos da época, embora muitos desses aspetos não tenham chegado aos nossos dias, especialmente no que se refere à quantidade de cortinados, sedas, tapetes e tapeçarias, dada a reorganização e a depuração dos espaços ocorridas depois nos sécs. XIX e XX.

Assim, não foi por acaso que o bispo D. frei Lourenço de Távora (1566-1629) pretendeu, na sua entrada solene na sé do Funchal, fazê-lo a cavalo e sob pálio, o que para um frade capuchinho é hoje, no mínimo, insólito, tendo sido contrariado pelo gabinete régio filipino. Este prelado desenvolveu depois um intenso programa em prol da incentivação das celebrações das festas dos santos e proclamou como milagroso o caso da visão de uma das filhas de Zarco, à frente da qual a imagem de Cristo do Convento de S. Francisco do Funchal desprendera um dos braços da cruz. Neste novo quadro, nos inícios do séc. XVIII, Henrique Henriques de Noronha (1667-1730), uma das poucas personalidades de que, até ao séc. XVIII, conhecemos um retrato, enumeraria em várias páginas a "Memória dos Santos que são protetores desta Diocese; Relíquias, Santuários e Imagens milagrosas dela" nas suas *Memórias Seculares e Eclesiásticas* (1722), encomendada pela Real Academia da História.

A dinamização desta nova maneira de entender o espaço e de cativar a atenção do espetador deve ter entrado na Madeira pela mão da Companhia de Jesus, que determinou, a partir dos seus principais colégios, a constituição de uma arquitetura quase própria, tal como de oficinas de pintura, de escultura e de talha que fizeram depois circular desenhos do que ali se fazia e gravuras dos temas a utilizar. Perante o erguer da monumental igreja do colégio do Funchal, cuja primeira pedra foi lançada em 1629 e que, por cerca de 1631, já teria as paredes levantadas, sendo da década seguinte a montagem dos enormes retábulos de talha

dourada, o cabido da sé não poderia ter ficado parado.

Terá sido, assim, nessa sequência que os responsáveis da sé do Funchal chamaram o imaginário Manuel Pereira (c. 1604-1679), responsável pelos trabalhos de talha da igreja do Colégio dos Jesuítas. Os trabalhos do novo camarim da sé do Funchal foram entregues àquela oficina, decorrendo entre 1648 e 1652, seguindo-se, entre 1660 e 1670, o coroamento dos arcos das capelas colaterais, embora talvez sem o contributo do mestre principal. A mesma oficina foi, em 1677, responsável pelo retábulo do Bom Jesus, o qual ainda foi reformulado pelo seu sobrinho Manuel Pereira de Almeida (c. 1630-c. 1710), que, em 1697, seria também responsável pelo novo retábulo de S.to António. A sé do Funchal entrava, então, no tratamento global das suas máquinas retabulares, massiva e predominantemente douradas, fazendo a transição do maneirismo para o barroco, apelidado na Ilha de "barroco nacional", na procura de "uma eficácia da imagem" anunciada na sequência do Concílio de Trento, em meados do séc. XVI, e executada no séc. XVII.

Num curto espaço de tempo, o exemplo era seguido pelas restantes igrejas matrizes, que reformulam totalmente os espaços das suas capelas-mores, a que se seguem os das naves e demais capelas paroquiais e privadas. O exemplo da constituição de obras totais e dinâmicas, como o conjunto da igreja do colégio do Funchal, seria seguido por outras instituições, como o recolhimento do Carmo onde, por volta de 1686, se levanta o mais monumental conjunto tumular da região, encomendado em Lisboa à oficina de Luís Nunes Tinoco (1642-1719), seguindo-se, pouco depois, a montagem do magistral retábulo e a encomenda, em Lisboa, à oficina de Bento Coelho da Silveira (1617-1708) da tela da *Imaculada*.

O formulário barroco dominaria, ainda, a matriz de S. Pedro do Funchal com a alteração da capela do Santíssimo por volta de 1660, que seria novamente modificada no século seguinte, datando da déc. de 40 a encomenda do novo retábulo-mor, já anunciando o final do período barroco através da utilização de uma talha vazada de trabalho mais minucioso, dentro do gosto rococó. A mesma equipa procedeu, entretanto, ao trabalho de reformulação da capela do Santíssimo da sé, depois executado por uma ampla equipa de escultores e entalhadores. Nos meados do século, proceder-se-ia, ainda, à redefinição do conjunto de altares da nova igreja matriz de S. Jorge, porventura

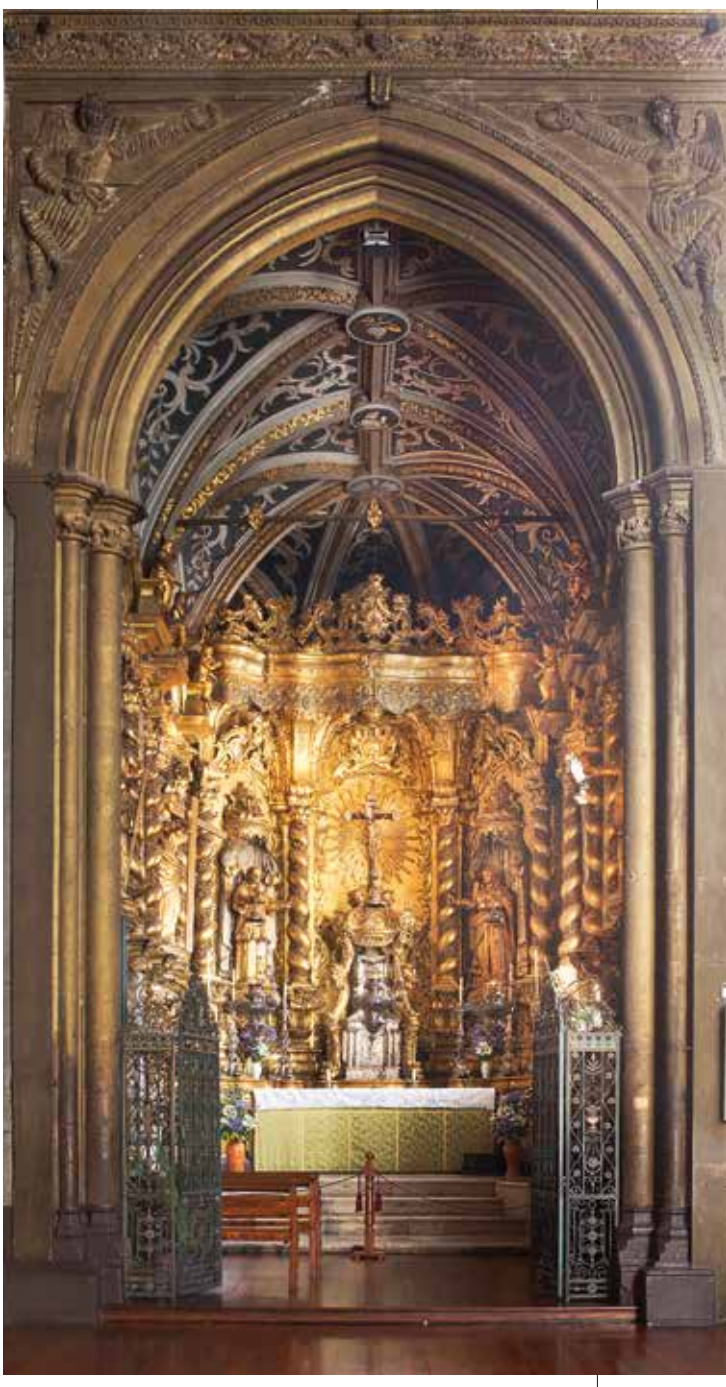


Fig. 4 – Capela do Santíssimo da Sé, oficina de Agostinho José Marques, 1769 a 1772 (fotografia de Bernardes Franco, 2016).



Fig. 5 – Sacristia da igreja do Colégio do Funchal, reforma de c. 1720 (fotografia de Bernardes Franco, 2017).

o mais homogéneo trabalho da transição do apogeu do barroco para o rococó, dentro do espírito da "obra total", no qual a talha do altar-mor se prolonga pelas paredes da capela, servindo de moldura às pinturas, e o teto se apresenta totalmente pintado.

Seria, no entanto, nas sacristias, especialmente na da igreja do Colégio, um dos conjuntos mais conseguidos da região, que o sentido de "obra total" assumiria a sua máxima expressão de luxo e de ostentação: desde o maravilhoso armário paramenteiro de alçado entalhado e preenchido com os principais milagres dos santos da companhia, até aos armários de parede, com molduras de mármores embutidas, tudo ainda emoldurado por azulejos, e, por fim, o conjunto coberto por teto pintado com "brutescos" a envolverem o símbolo do orago. O modelo foi, pouco depois, copiado na sacristia da sé, mas nunca chegou a ser acabado, tal como aconteceu um pouco por toda a Ilha, salvaguardando, claro, as capacidades económicas das paróquias, que dificilmente poderiam ombrear com a poderosa Companhia de Jesus ou com a sé do Funchal.

Bibliog.: CARITA, Rui, *História da Madeira*, vols. III-V, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1993-1999; *Id.*, "A nobreza da Madeira nos inícios do séc. XVIII. O inventário de bens do capitão-cabo Pedro de Faria e Abreu", *Islenha*, n.º 31, jul.-dez. 2002, pp. 46-54; *Id.*, *Colégio dos Jesuítas do Funchal*, Funchal, Associação Académica da Universidade da Madeira, 2013; *Id.*, *A Igreja Nova de São Jorge, Ilha da Madeira*, Funchal, DRAC/Associação dos Amigos de S. Jorge, 2013; FARIA, Higino, "A função das artes decorativas na construção do barroco da capela da Lombada dos Esmeraldos. Esplendor e fé", *Islenha*, n.º 54, jan.-jun. 2014, pp. 55-88; FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, "Inventário de uma fidalga madeirense no século XVIII", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 6, 1939, pp. 71-73; LADEIRA, Paulo Jesus, *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820)*, Funchal, CEHA, 2009; LAMEIRA, Francisco *et al.*, *Retábulos na Diocese do Funchal*, Faro, Universidade do Algarve, 2014; RODRIGUES, Rita, "Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século XVII, e os circuitos de divulgação de modelos para as periferias", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, 2010, pp. 229-325; *Id.*, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira,*

entre 1646 e 1750. A Eficácia da Imagem, 2 vols., Dissertação de Doutoramento em Estudos Interculturais apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2012; SANTA CLARA, Isabel, *Das Coisas Visíveis às Invisíveis. Contributos para o Estudo da Pintura Maneirista na Ilha da Madeira (1540-1620)*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento em História da Arte da Época Moderna apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2004; SERRÃO, Vítor, "O barroco", in *História da Arte em Portugal*, vol. IV, Lisboa, Presença, 2003; TOMÁS, Manuel, *Insulana*, Amberes, Ioam Mevrsio Impressor, 1635; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Barros, João Higino de

Foi um funcionário público, comerciante, jornalista e escritor madeirense, nascido na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos a 11 de janeiro de 1883, filho de Isabel Augusta de Barros e de Francisco António de Barros, sendo legitimado pelo matrimónio de ambos, em 20 de outubro de 1908. João Higino de Barros casou-se por duas vezes, a primeira em 9 de fevereiro de 1901 com Maria Augusta de Gouveia, nascendo deste casamento um filho, e a segunda vez, já viúvo, com Rosa Brígida de Vasconcelos, em São Pedro, a 7 de Setembro de 1907, união da qual nasceram duas filhas.

Sobre a sua infância pouco se sabe, embora a notícia da sua morte refira que João Higino de Barros "veio muito novo para o Funchal" (*DN*, 12 maio 1917, 2). Ainda que não se saiba também onde estudou, temos conhecimento, contudo, de que principiou a carreira profissional como fiscal dos produtos agrícolas, tendo transitado para a empresa comercial Giorgi & C.ª, onde demonstrou probidade durante as suas funções e ocupou um papel de relevo. Sabe-se que, aquando da dissolução da Companha de Tabacos da Madeira, possuía ações comerciais nesta empresa. À data da sua morte, João Higino de Barros desempenhava as funções de gerente técnico da Sociedade Mercantil Insular Lda.

Durante o curto governo de Sidónio Pais, de 8 de dezembro de 1917 a 14 de dezembro de 1918, João Higino de Barros fez parte da comissão administrativa da Câmara Municipal do Funchal.

Cultivou o gosto pelas letras, escrevendo, em colaboração com Albino de Menezes, Baptista Santos, Abel Rocha Gouveia e Domingos Reis, um romance intitulado *Uma Tragédia na Madeira*, editado no Funchal em 1910. A poesia também o cativava, como se pode constatar pelo facto de Luís Marino o ter incluído no conjunto de poetas madeirenses descritos na *Musa Insular*, com uma poesia intitulada "Duas Marias".

Dedicou-se, de igual modo, ao jornalismo madeirense, fazendo parte, ainda jovem, da redação do *Diário Popular* e tendo dirigido, posteriormente, o *Comércio do Funchal*. Colaborou no *Jornal da Madeira* e no *Diário de Notícias*, escrevendo ainda para o *Almanaque Ilustrado do Diário da Madeira* (1913) e para o *Almanaque da Madeira* (1915).

João Higino de Barros assumiu uma posição de relevo como presidente da Direção da Banda Municipal do Funchal, também conhecida por Banda dos Artistas Funchalenses, durante 10 anos. Nesse período, trabalhou com probidade e zelo para que esta banda atingisse elevados patamares de qualidade, o que conseguiu graças à preciosa colaboração do talentoso maestro capitão Gustavo Coelho, tornando a Banda Municipal do Funchal uma das melhores a nível nacional. Partiu de sua iniciativa um dos pontos altos de consagração dessa banda, que, pela primeira vez da sua história, saiu da Ilha em digressão: a 10 de outubro de 1927, a Banda partiu no *Lima* rumo aos Açores, acompanhada por um grupo de excursionistas, tendo regressado à ilha da Madeira a 23 de outubro de 1927, momento assinalado por uma receção apoteótica no cais do Funchal. Por ocasião desta visita aos Açores, João Higino de Barros compôs uma canção intitulada "Homenagem a São Miguel", com música de Gustavo Coelho.

Desta viagem e do sucesso artístico da banda, João Higino de Barros dirá, quando entrevistado pelo *Diário de Notícias*, que "O sucesso artístico excedeu toda a nossa expetativa. Tanto o grupo dramático como a banda, agradaram absolutamente e foram delirantemente aplaudidos" (*DN*, 25 out. 1927, 2).

Em 1930, abandonou o cargo que ocupava na Banda Municipal do Funchal de forma

litigiosa, tendo, nesse mesmo ano, iniciado um ato judicial de arresto dos bens da mesma, por causa da dívida que reclamava, relativa aos seus anos de serviço. Sobre este momento dramático na vida, João Higino de Barros, no sentido de esclarecer a opinião pública funchalense, escreveu em 1931 um pequeno opúsculo intitulado *Dez Anos nos "Artistas"*.

João Higino de Barros morreu em 11 de maio de 1941, de forma repentina, na sua residência. A notícia da sua morte provocou a consternação e a incredulidade geral, escrevendo o *Diário de Notícias* que "a brutalidade da notícia produziu como é natural, um choque violento, especialmente em todos aqueles que privavam com o Sr. João Higino de Barros, tendo tido a ocasião de apreciar as suas qualidades de verdadeiro homem de bem" (*DN*, 12 maio 1941, 2). Foi sepultado no cemitério das Angústias, e durante o seu funeral foi acompanhado pela Banda Municipal e pela Banda Distrital do Funchal, tendo estas colocado, nas suas sedes, o estandarte a meia haste.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Paróquia de Santa Luzia, liv. 6495, fl. 2; *Ibid.*, Paróquia de São Pedro, liv. 6827A, fl. 64; *Ibid.*, Paróquia do Estreito de Câmara de Lobos, liv. 3325A, fl. 10; **impressa:** BARROS, João Higino, *Dez Anos nos "Artistas"*, Funchal, Tip. Sport do Funchal, 1931; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Diário de Notícias*, 7 out. 1927; 11 out. 1927; 25 out. 1927; 12 maio 1941; 13 maio 1941; MARINO, Luís, *Musa Insular: Poetas da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 1959.

CARLOS BARRADAS

Barrow, John

Nascido na aldeia de Dragley Beck, na freguesia de Ulverston, em 1764, John Barrow seguiu depois para o Lancashire, trabalhando, muito novo, numa fundição de ferro em Liverpool e, posteriormente, já com cerca de 20 anos, como professor de Matemática numa escola particular em Greenwich. Teve como aluno o filho de *sir* George Leonard Staunton (1737-1801), botânico da East Indian Company, que o integrou na primeira embaixada britânica à China, em 1792-94, liderada por lorde George Macartney (1737-1806). John Barrow adquiriu então bons conhecimentos da língua chinesa, contribuindo, inclusivamente, com dados para



Fig. 1 – *Sir* John Barrow, óleo de c. 1830 (Ministry of Defence Art Collection, Londres).

a documentação daquela missão, a qual foi depois publicada.

Após o retorno da embaixada em 1794, Barrow foi consultor do governo britânico em diversos assuntos relacionados com a China e, em 1797, já como secretário particular de lorde Macartney, partiu com o mesmo em missão para a recém-adquirida colónia do cabo da Boa Esperança. Decidiu então estabelecer-se na África do Sul, casando-se em 1800 e comprando, inclusivamente, uma casa na Cidade do Cabo. No entanto, a entrega da colónia, em 1802, alterou o projeto, levando-o a regressar a Inglaterra, onde acabou por ser nomeado, em 1804, segundo secretário do Almirantado pelo visconde Melville (1756-1823); ocupou este cargo durante 40 anos, sendo sucessivamente reconduzido ao longo de 11 direções e apenas suspenso no período de 1806-1807, durante a vigência de um Governo liberal em Inglaterra.

Alguns anos depois da edição da documentação oficial da viagem de *sir* George Leonard Staunton à China, em 1797, Barrow editaria, em 1804, outros elementos recolhidos na mesma viagem, essencialmente sobre a China; em 1806, para além dos seus trabalhos sobre a

África do Sul, publicaria também a sua própria descrição da sua viagem inicial, a que anexou então outros elementos que recolhera, entretanto, na África do Sul, com o título *Viagem à Cochinchina*, onde se encontra a descrição da passagem pela Madeira. Adquirira, entretanto, uma boa prática de desenho e também conhecimentos de botânica, que deu à estampa em várias obras. O pequeno apontamento que faz da passagem pela Madeira apresenta dois desenhos da sua autoria, então litografados, mas não fornece especiais dados respeitantes à botânica. O seu texto foi traduzido e publicado no *Heraldo da Madeira*, nos n.os 290 a 292 e 297 a 298, provavelmente pelo Ten.-Cor. Alberto Artur Sarmento (1878-1953), pois uns anos depois (em 1952) voltou a publicá-lo.

John Barrow escreve, acerca da sua chegada ao Funchal, que "com o alvorecer, gradualmente se vão dissipando os nevoeiros e o desenrolar do panorama é cheio de atrativos para um estrangeiro, pela variação do colorido e da novidade. Na límpida baía vem mirar-se a cidade, escoante pela encosta, amparada aos lados por íngremes e escabrosas rochas vulcânicas, e a contrastar singularmente com a branca casaria e a ridente vegetação que vai trepando ao mais alto da montanha. Destacam-se, a cavaleiro, pelos socalcos do aclive, igrejas e capelas, vivendas e conventos, bizarramente dispostas, e casinhas minúsculas, perdidas à distância. A espelhante baía coalhada de embarcações, os pequenos barcos dormentes na praia, o grande ilhéu, lavado da maresia e montado de canhões dão ao conjunto um aspeto soberbo e grandioso" (SARMENTO, 1952, III, 131-132).

O porto do Funchal estava assim coalhado de embarcações e era dominado pelo "grande ilhéu", "montado de canhões", que dava ao conjunto "um aspeto soberbo e grandioso". Era considerado um bom ancoradouro e encontrava-se abrigado em quase todo o tempo, mas, salienta o autor, tornava-se perigoso "quando sopra o rijo vento do sul", citando a ocorrência com o *Hindostan*, naufragado numa dessas situações, enquanto o comandante Makintosh estava em terra, "sem o poder ir socorrer" e toda a tripulação perecera (*Id.*, *Ibid.*, 133).



Fig. 2 – Porto do Funchal, litografia de T. Cadell e W. Davies (BARROW, 1806, 3).

John Barrow esteve somente alguns dias no Funchal, mas visitou a Sé, o hospital da Misericórdia e os conventos de Santa Clara e de S. Francisco. Queixa-se, entretanto, de que "varas de porcos atraídos pelo engodo dos monturos vagueavam em liberdade pelas ruas", o que causava dificuldades aos estrangeiros, tanto mais que os suínos se arrogavam de franca familiaridade, dando, não raro, uma focinhada no transeunte a título de saudação. A cidade do Funchal tinha poucas habitações boas, no seu entender, e essas pertenciam aos vários negociantes ingleses que estavam estabelecidos com negócios de vinho. Eram casas bastante espaçosas, mas que não ofereciam a comodidade e conforto desejados. Escreve que as casas eram cobertas por telhas, sendo reforçadas por "pedras escuras, em contrapeso até aos beirais, para impedir o escorregamento e neutralizar, até certo ponto, a violência do vento que às vezes as faz bailar" (*Id.*, *Ibid.*, 132-133).

O autor refere a utilização de odres feitos de pele de cabra para o transporte de vinho, a preparação do coiro branco para o calçado, o fabrico das lãs grosseiras para os barretes e os tecidos de linho para o vestuário. Anota que os homens vestiam camisa de linho ou de algodão, calças de cotim e usavam um barrete azul ou encarnado, mas não refere o pormenor dos altos espigões dos barretes que impressionaram a maioria dos viajantes, especialmente

alemães. As mulheres do campo, na ceifa e no mato, vestiam apenas camisa, saia e barrete com um lenço atado à cabeça, enquanto as senhoras e donzelas invariavelmente trajavam de preto, com um capucho cobrindo a cabeça. Contrariamente aos costumes dos outros países, onde os pedintes se apresentavam com "aparência que imprime compaixão, aqui os pobres usavam o seu melhor fato na missão de mendigar, tendo observado um de cabeleira e espadim" (*Id.*, *Ibid.*, 133).

A descrição da ilha da Madeira não é assim especialmente importante, embora apresente uma pequena ilustração do porto do Funchal; mas inclui uma litografia inédita da capela dos ossos do Convento de S. Francisco do Funchal, depois copiada noutras publicações.

A viagem de John Barrow integrou-se na época de afirmação do domínio da navegação atlântica, que levaria ao grande conflito das Guerras Napoleónicas. Como secretário permanente do Almirantado britânico, Barrow ficou com a fama de ter sido o proponente da ilha de Santa Helena como local de exílio para Napoleão Bonaparte (1769-1821) após a derrota na batalha Waterloo, em 1815. Foi membro do Raleigh Club, fundado por *sir* Joseph Banks (1743-1820) em 1788 e, depois, um dos fundadores, com *sir* John Franklin (1786-1847) e Francis Beaufort (1774-1857), da Royal Geographical Society. Recebeu, em 1821, o grau académico da Univ. de Edimburgo e, em 1835, foi agraciado com o título de barão, por indicação do ministro *sir* Robert Peel (1788-1850). Nos últimos anos da sua vida, dedicou-se a escrever as suas memórias, somente publicadas em 2009, e a fomentar as viagens científicas no Ártico, ação que iniciara como secretário permanente do Almirantado, tendo ficado vários acidentes geográficos dessa área com o seu nome. Morreu em 1848.

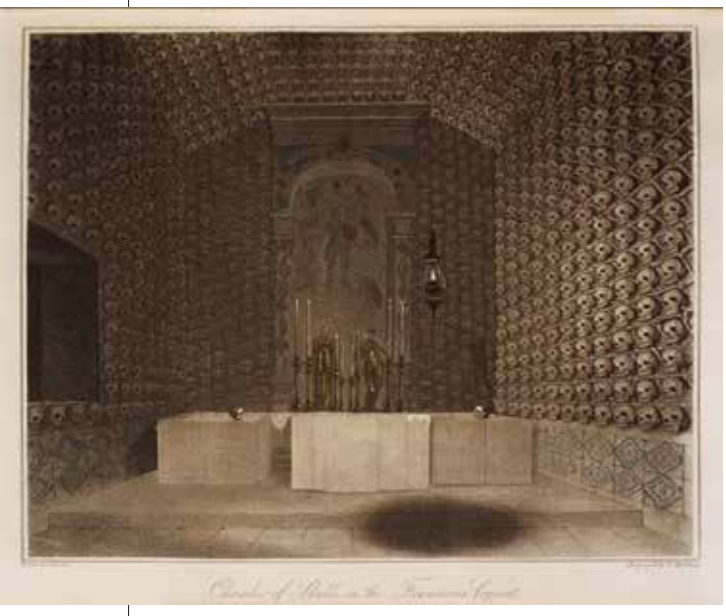


Fig. 3 – Capela dos ossos do Convento de S. Francisco do Funchal, litografia de T. Cadell e W. Davies (BARROW, 1806, 37).

Obras de John Barrow: *Travels in China. Containing Descriptions, Observations, and Comparisons, Made and Collected in the Course of a Short Residence at the Imperial Palace of Yuen-Min-Yuen, and on a Subsequent Journey through the Country from Pekin to Canton* (1804); *A Voyage to Cochinchina in the Years 1792 and 1793, Containing a General View of the Valuable Productions and the Political Importance of This Flourishing Kingdom* (1806); *An Auto-Biographical Memoir of Sir John Barrow, Bart, Late of the Admiralty, Including Reflections, Observations, and Reminiscences at Home and abroad, from Early Life to Advanced Age* (2009).

Bibliog.: BARROW, John, *A Voyage to Cochinchina in the Years 1792 and 1793, Containing a General View of the Valuable Productions and the Political Importance of This Flourishing Kingdom*, London, T. Cadell and W. Davies in the Strand, 1806; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação/Universidade da Madeira, 2008; SARMENTO, Alberto Artur, *Ensaios Históricos da Minha Terra. Ilha da Madeira*, 2.ª ed., 3 vols., Funchal, JGDAF, 1952; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; STAUNTON, George Leonard, *An Authentic Account of an Embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China Including Cursory Observations Made, and Information Obtained in Travelling through That Anciente Empire; together with a Relation of the Voyage Undertaken on the Occasion of His Majesty's Ship The Lion, and the Ship Hndostan, in the East India Company's Service, to the Yellow Sea and Gulf of Pekin, as well as of Their Return to Europe; Taken chiefly from the Papers of His Excellency the Earl of Macartney, Sir Erasmus Gower, and of Other Gentlemen in the Several Departments of the Embassy*, 3 vols., London, W. Bulmer & Co. for G. Nicol, 1797; WILHEM, Eberhard Axel, "Os madeirenses na visão de alguns germânicos. O seu aspecto e carácter e a sua maneira de viver (I) (1825 a 1860)", *Xarabanda*, n.º 7, 1995, pp. 2-13.

RUI CARITA

Batalhão de Voluntários

A formação dos Batalhões de Voluntários enquadra-se na complexa situação de confronto entre liberais e absolutistas no contexto da guerra civil portuguesa de 1828-1834. A primeira força foi determinada pelo Gov. José Lúcio Travassos Valdês (1787-1862), futuro conde do Bonfim, por portaria de 28 de junho de 1828, com denominação de Batalhão de Voluntários Reais de D. Pedro IV, composto por seis companhias de 100 praças cada e dotado

entretanto de algumas armas e munições, inclusivamente vindas posteriormente de Londres. O comando foi depois entregue ao major do Real Corpo de Engenheiros, Jerónimo Martins Salgado, uma vez que na sua formação estava a cargo do futuro conde de Carvalhal (1778-1837), naquela altura sem condições de saúde para o assumir. Como alferes da 1.ª companhia tinha-se alistado um dos filhos do governador, José Bento Travassos Valdês (1814-1881), depois 2.º conde, então com 14 anos, com carta patente de 16 de julho de 1828, logo pouco tempo depois da portaria que determinou a formação do batalhão.

Anexa ao batalhão alguns dias depois de este ser formado e por portaria de 8 de julho, tinha sido igualmente criada a Companhia de Voluntários de Cavalaria, comandada pelo Cap. João José de Bettencourt e Freitas. Teria então cerca de 64 voluntários, metade dos quais devidamente equipados e montados, mas à custa dos próprios, tendo conseguido também receber armamento de Londres. No entanto, eram voluntários e o seu rendimento militar seria sempre condicionado. Neste conjunto, havia ainda a contar 26 peças, entre as quais alguns obuses de calibre grosso, que se encontravam "em parque" no trem de São Lourenço.

À data, a população da Madeira não excedia os 110.000 habitantes e, militarmente, dividia-se em três regimentos de milícias: mal armados, mal equipados e sem qualquer disciplina. Olhando ainda para o conde de Carvalhal como seu coronel, embora há muito a seu pedido afastado, dadas as já precárias condições de saúde, o regimento do Funchal possuía ainda algum fardamento e armamento. Era então comandado pelo Ten.-Cor. Valentim de Freitas Leal (1790-1879). O regimento da Calheta era comandado pelo Cor. João Agostinho de Figueiroa e Albuquerque e o de São Vicente pelo Cor. João Lício de Lagos de Teixeira de Vilhena, ambos sem qualquer força senão a vagamente dissuasória. O batalhão do Funchal, misto de infantaria e artilharia, era então comandado pelo Cor. Francisco Manuel Patrone, recentemente regressado à ilha, e pelo Ten.-Cor. António Fernandes Camacho. Tinha um efetivo oficial de cerca de 850 praças, reduzidas então a 200, 100 das quais recrutas. Restava ainda a velha e estropiada companhia do regimento de Artilharia 2, com quartel no Algarve, que fora para a Madeira com a alçada de 1823. Teria então 68 artilheiros comandados pelo Maj. Joaquim Guilherme da Costa. As guarnições das fortalezas, salvo as do Funchal, que ainda faziam exercícios, embora envolvessem quase 1000 homens dispersos por mais de 26 fortes e redutos, com 220 bocas de fogo, também não ofereciam qualquer garantia, pois tratava-se de milícias sem qualquer preparação militar ou ideológica, pelo que ao primeiro tiro debandariam, como veio a acontecer.



Fig. 1 – Voluntário real de milícias a cavalo, desenho à pena de c. 1822 (AHM).

Conforme previsto pelo governador, a 25 de junho de 1828 aparecia em frente ao porto do Funchal a fragata realista Princesa Real, transportando a bordo o novo governador e capitão-general, capitão de mar e guerra José Maria Monteiro, assim como um novo

corregedor para a comarca e demais magistrados de uma alçada de Justiça, munidos de poderes discricionários, como havia acontecido em 1823. O Gov. Travassos Valdês enviou a bordo um emissário comunicando o estado de espírito na ilha, que se oporia a qualquer desembarque e intimando a fragata à saída imediata das águas da Madeira. De imediato, o governador enviou ordens a todas as tropas de 1.ª e 2.ª linhas, assim como ao sargento-mor do Funchal e aos comandantes dos fortes e redutos da linha costeira, para fazerem face à situação. No mês seguinte, chegava nova esquadra "realista" e o governador preparava a defesa da ilha, essencialmente com base no Batalhão de Voluntários, que, segundo o governador do Porto Santo, o Brig. João José da Cunha Fidié (c. 1790-1856), teria 600 homens. As forças do Rei D. Miguel haveriam de desembarcar em Machico e, avançando para o Funchal, beneficiaram do rebentamento do paiol do forte do Porto Novo, onde se haviam concentrado os principais meios de defesa, que lhes abriu o caminho para a cidade, não tendo havido qualquer outra força que especialmente as enfrentasse.

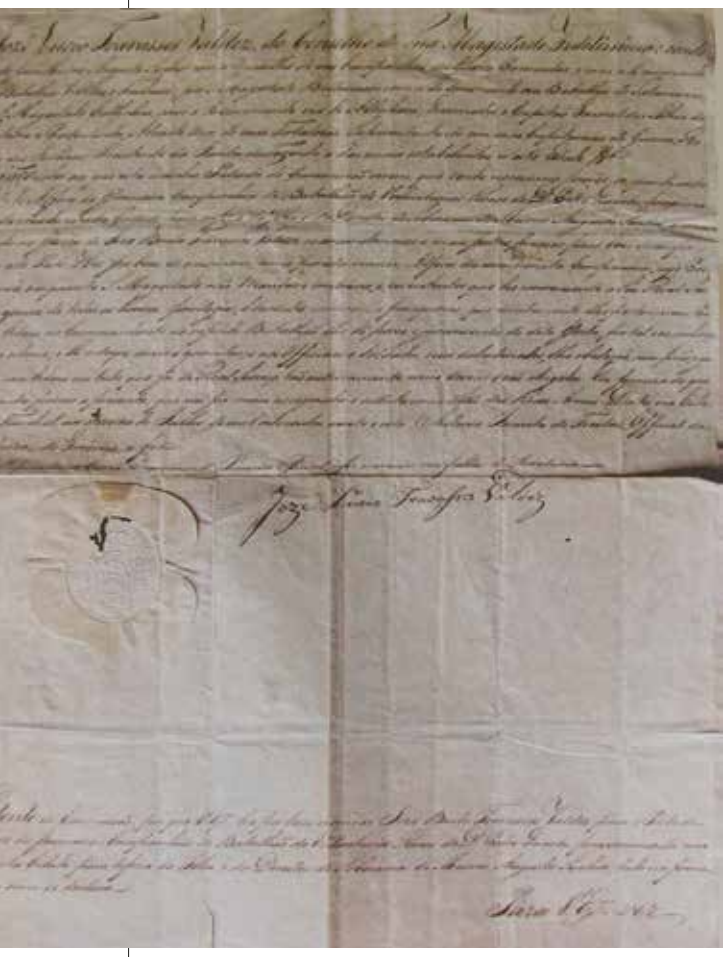


Fig. 2 – Patente de alferes dos Voluntários Reais de D. Pedro IV para José Bento Travassos Valdês, Funchal, 16 de julho de 1828 (ABM, Arquivos Particulares).

No regime seguinte, absolutista, determinou o Gov. José Maria Monteiro, a 6 de setembro de 1828, o alistamento para um corpo de Voluntários Realistas Urbanos da Madeira, com um major comandante e quatro companhias, devendo cada uma ter 1 tenente, 1 alferes, 10 sargentos, 1 furriel, 2 cabos, 2 praças anspeçadas e 52 soldados. Com data de 1 de setembro, já tinha nomeado o tenente de Artilharia Policarpo António Teives para comandar os Voluntários, que seria graduado em major, "atendendo à reconhecida honra e fidelidade" do mesmo (ABM, Governo Civil, 798, fl. 35v.). Segundo os ofícios do seguinte governador, D. Álvaro da Costa de Sousa de Macedo (1789-1835), para o conde de Basto, de 30 de agosto e 9 de setembro de 1831, esse corpo só chegara a ter uma companhia, embora para o mesmo o governador reclamasse os privilégios e regalias concedidos aos voluntários do reino pelo decreto de 26 de setembro de 1828. À data, era capitão e comandante dos Realistas Urbanos Pedro Agostinho Teixeira de Vasconcelos, que a 8 de novembro de 1831 requeria para si e para os seus oficiais subalternos a honra de usar "a medalha de ouro com a Efígie Real" de D. Miguel (AHU, Madeira e Porto Santo, docs. 11955 e 11956). Com a chegada das forças constitucionais de D. Pedro IV, em julho de 1834, não se registou sequer qualquer movimento deste corpo de voluntários realistas urbanos.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivos Particulares; *Ibid*., Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombo 6; *Ibid*., Governo Civil, livs. 178, 192 e 798; AHU, Madeira e Porto Santo, docs. 10.723-10.724, 10.787-10.788, 11.955-11.956 e 12.817; **impressa:** CARITA, Rui, *Paulo Dias de Almeida, Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros, e a Sua Descrição da Ilha da Madeira de 1817/1827*, Funchal, DRAC, 1982; *Id*., *História da Madeira*, vol. v, Funchal, Secretaria Regional de Educação, Juventude e Emprego, 2003; FREITAS, Lourenço de, "A Batalha das Voltas", *Islenha*, n.º 13, jul.-dez. 1993, pp. 138-150; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

RUI CARITA

Batistas

As primeiras comunidades batistas em Portugal nasceram entre o último quartel do séc. XIX e os princípios do séc. XX, na cidade do Porto, através de trabalhos de evangelização entre cidadãos portugueses de homens como o britânico Joseph Charles Jones (1848-1928), o português Jerónimo Teixeira de Sousa (1868?-1928?), que havia emigrado para o Brasil, o canadiano Reginald Young (1867-1923) e o norte-americano Zacarias Clay Taylor (1851-1919), missionário no Brasil. Após o primeiro período de implementação, estas comunidades formaram-se enquanto igrejas, de uma forma mais consistente, no primeiro quartel do séc. XX, espalhando-se pelo Norte e Centro do país, chegando a Lisboa em 1922.

Todavia, para se conhecer a origem da fé batista é necessário recuar ao séc. XVII, quando uma comunidade com cerca de 40 britânicos não conformistas, liderada por John Smyth (c. 1570-1612) e Thomas Helwys (1550-1616), refugiados em Amesterdão, Holanda, por razões de perseguição religiosa na sua nação de origem, renunciou ao batismo na Igreja de Inglaterra, tomando novo sinal de acordo com o rito anabatista, por volta de 1608. É, porém, de regresso a solo inglês que os grupos batistas, com simpatia de separatistas e puritanos, se começaram a disseminar ainda ao longo da primeira metade desse mesmo século. A primeira comunidade batista em Londres ter-se-á formado, em 1612, após o retorno de Helwys e de alguns dos seus seguidores, dando origem aos chamados "batistas gerais", de tendência arminiana. Em 1638, surgem registos de uma comunidade calvinista, cujos membros são denominados "batistas particulares". Estima-se que, em 1660, já existissem cerca de 300 comunidades locais batistas, apenas em Inglaterra, tanto "gerais" como "particulares", não agrupadas entre si nem constituindo qualquer corpo eclesiástico centralizado. Ao mesmo tempo, na América do Norte anglo-saxónica, assistia-se ao despontar do protestantismo puritano com toda a sua diversidade, em muito devido às perseguições religiosas na Europa. Todavia, só a partir do séc. XVIII os batistas começaram a ter uma presença relevante no Novo Mundo, nomeadamente nas colónias do Sul do território. Herdeiras dos princípios genéricos fundamentais consagrados na Reforma protestante do séc. XVI, as igrejas batistas raramente reclamaram para si uma identidade tipicamente luterana ou reformada, preferindo exaltar valores e exemplos da chamada Reforma radical ou anabatista, pelo menos no que de mais distintivo este movimento teve, *i.e.*, na rejeição do pedobatismo, privilegiando assim o batismo administrado apenas a adultos, com base na sua confissão de fé pessoal.

A despeito do enorme espetro doutrinal que tem caracterizado os batistas ao longo de quatro séculos, que permite enquadrar as suas comunidades em vertentes teológicas aparentemente tão distantes umas das outras quanto calvinismo, arminianismo, sabatismo ou mesmo unitarismo, pode-se identificar um conjunto de princípios relativamente uniformes em todas estas igrejas. Em primeiro lugar, o princípio que ficou consagrado na Reforma protestante como *Sola Scriptura*, que os batistas geralmente vertem para a afirmação catequética de que "as Sagradas Escrituras são a única regra de fé e prática". Em segundo lugar, o conceito de que a "verdadeira igreja" é constituída apenas pelos crentes que já fizeram a sua afirmação de fé pessoal, razão pela qual é rejeitado o pedobatismo. Em terceiro lugar, a convicção muito firme, à semelhança dos ensinos dos grandes reformadores magisteriais, mas também dos anabatistas, de que todos os crentes são sacerdotes, não havendo assim um ofício clerical *stricto sensu* e, consequentemente, uma herança ou sucessão apostólica reservada a apenas alguns desses fiéis. Como legado da sua influência congregacionalista, os batistas creem ainda na total autonomia e independência das comunidades locais, não estando, por isso, sujeitos a nenhuma autoridade episcopal, sinodal ou de outra natureza, de âmbito nacional e muito menos supranacional. Finalmente, os batistas são fervorosos adeptos da liberdade religiosa e da separação do Estado das igrejas. Mas é a

diversidade que constitui a mais importante marca de água destas igrejas.

Em Portugal, ao longo do séc. XX, o trabalho batista foi ganhando dimensão, abrangendo as principais cidades do território nacional, contribuindo para tal a constituição de associações de cooperação, geralmente apoiadas por juntas missionárias estrangeiras. Apesar disso, a Madeira nunca foi um território considerado relevante para o trabalho missionário batista em Portugal. Ao contrário dos Açores, onde terá existido um pequeno e fugaz trabalho por volta de 1912, ressurgido em 1974, o arquipélago da Madeira só conhecerá a primeira igreja batista nos finais dos anos 1970. Antes disso, houve contactos com alguns pastores batistas do continente, sobretudo com João Jorge de Oliveira (1883-1958), chegando mesmo este a visitar a Ilha em 1911 e 1912, e com João Gomes Loja (?-?), natural da Madeira, pastor da Igreja Baptista Portuguesa de Cambridge, Massachusetts, nos EUA, que esteve na Madeira em 1924, colaborando com a Missão Metodista Episcopal ali instalada. Mas é apenas em 1976 que chegam à Madeira os primeiros missionários batistas, de nacionalidade norte-americana, Edgar R. Potter e Abigail Louise Potter, como enviados da Igreja Batista de Santa Cruz do Rio Pardo, Brasil, onde trabalharam entre 1972 e 1975. Edgar Potter, com formação na área da construção civil, conheceu o trabalho batista em Portugal através do antigo padre católico António Gonçalves Pires, que, na déc. de 70 do séc. XX, era pastor em São Paulo, Brasil. Após saber da ida dos missionários Francisco António e Márcia Venturini Souza para os Açores e da ausência de trabalho na Madeira, em 1975, Potter preparou-se para ir para esta região. Com o apoio de igrejas locais e de crentes batistas, o casal instalou-se, em 1976, em Santa Cruz, onde, no ano seguinte, inaugurou a Missão Baptista. De forma a poder sustentar financeiramente o trabalho, Edgar Potter lecionou Inglês e dedicou-se a realizar traduções de inglês para português. O casal abriu ainda uma livraria e, mais tarde, entre 2001 e 2013, Potter assumiu o cargo de cônsul dos EUA no Funchal.

Em 1980, pela primeira vez na Região, a igreja realizou batismos: um dos filhos do casal e uma jovem madeirense. A Igreja Baptista de Santa Cruz viria a ser organizada a 31 de janeiro de 1981, com seis membros, realizando, logo na semana seguinte, mais um culto de batismos. Foi a 1 de dezembro de 1982 que esta igreja abriu o primeiro lugar de culto no Funchal, mais precisamente na Choupana, de onde se mudou, em 1984, para a R. das Murças. Em 1985, a igreja mudou a sua designação para Igreja Baptista do Funchal e abandonou, no ano seguinte, a vila de Santa Cruz. Em 1987, foi inaugurado um novo lugar de culto no Funchal, na posteriormente denominada R. Silvestre Quintino de Freitas, mais no centro da cidade, num espaço destinado a garagem e que foi substituído, em 2004, por um novo edifício, construído propositadamente para instalar a igreja.



Igreja Batista do Funchal (R. Quintino de Freitas) (fotografia de Bernardes Franco, 2020).

Desde a sua fundação, o trabalho iniciado pelos missionários Potter não tem tido uma ligação formal com qualquer organização batista portuguesa, mantendo, contudo, uma cooperação pontual com outras igrejas portuguesas e com a Convenção Baptista Portuguesa. De resto, a presença deste casal foi, ao longo dos anos, relativamente discreta, sendo pouco conhecida para a larga maioria dos batistas portugueses. O *Semeador Baptista*, principal e mais antigo órgão do movimento em Portugal em publicação, ao invés do que acontecia com o trabalho nos Açores, não fará mais do que breves referências a esta comunidade funchalense, mencionando por duas ou três ocasiões a presença de um trabalho naquela cidade.

Na déc. de 80 do séc. XX, a Igreja Baptista do Funchal teve um programa de rádio, que emitiu durante dois anos, e manteve como fonte de divulgação do seu trabalho um blogue na Internet intitulado *Voz Baptista Madeirense*. No início do séc. XXI, continuava ainda presente nas redes sociais.

Em 2016, Edgar Potter anunciou o regresso ao seu país de origem, exatamente 40 anos após a chegada da família à Região. Para o substituir na liderança da igreja, foi escolhido José Carlos Ribeiro Gonçalves, natural do Porto, que para o efeito foi constituído pastor.

A Igreja Baptista do Funchal tem cerca de 45 membros e realiza serviço de culto aos domingos, em línguas inglesa, russa e portuguesa, tendo uma assistência conjunta de 70 a 80 pessoas. Mantém igualmente ativo o projeto "A Porta" que procura transmitir o evangelho a crianças, adolescente e jovens da ilha da Madeira. Dinamizado pelo casal Ismael e Vânia Luzia, membros da igreja, o projeto leva a cabo diversas atividades como clubes bíblicos, megaclubes, retiros e acampamentos, aliando uma componente lúdica ao ensino centrado na Bíblia.

Bibliog.: impressa: BRIGGS, John, "The english baptists", in DOWLEY, Tim (ed.), *Eerdmans' Handbook to the History of Christianity*, Grand Rapids, Eerdmans, 1987; FAIRCLOTH, Samuel D., *Esboço da História dos Baptistas. Súmula do Livro "A History of the Baptists" por Roberto G. Torbet, Ph. D.*, Leiria, Vida Nova, 1959; FELIZARDO, Herlânder, *História dos Baptistas em Portugal*, Lisboa, Centro Baptista de Publicações, 1995; JOHNSON, Robert E., *A Global Introduction to Baptist Churches*, Cambridge, Cambridge University Press, 2010; *Voz da Madeira*, ano IV, n.º 39, set. 1911; ano V, n.º 50, ago. 1912; ano V, n.º 53, nov. 1912; ano XII, n.º 132, abr. 1924; ano XII, n.º 133, maio 1924; ano XII, n.º 134, jun. 1924; **digital:** *Igreja Baptista do Funchal*: www.funchalbaptistchurch.com (acedido a 17 jun. 2020); *Voz Baptista Madeirense*: http://vozbaptistamadeirense.blogspot.com (acedido a 25 jan. 2021).

Fontes orais: POTTER, Edgar, entrevistado por Rúben Baptista de Oliveira, 1 abr. 2015 [registo na posse do autor].

RÚBEN BAPTISTA DE OLIVEIRA

Bazenga, Gil

Gil França Bazenga nasceu em 1933, no Funchal, e faleceu em 2013. Nos anos 50, frequentou o curso de Arquitetura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e nas décs. de 60 e 70 viveu em Moçambique, onde foi docente e onde dinamizou várias atividades culturais, destacando-se o desempenho na coordenação do Auditório e Galeria de Arte da Cidade da Beira e do Centro de Cultura e Arte da Beira. Em finais dos anos 70, regressa ao Funchal, onde conclui, no Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira (ISAPM), o curso de Artes Plásticas, na sua variante de Escultura.

Escultor de formação, Bazenga destacou-se também enquanto docente de Artes Visuais, tendo pertencido ao quadro de professores da Escola Secundária de Francisco Franco, no Funchal. Para além da sua atividade como docente, desenvolveu uma prática contínua especializada na área da cerâmica, explorando com rigor e criatividade diversas possibilidades técnicas desta linguagem. Neste contexto, foi um dos protagonistas da intensa movimentação cultural e artística ocorrida no Funchal nos anos 80, tendo participado em diversas exposições coletivas, das quais se destacam as mostras promovidas pelo ISAPM, a primeira das quais na própria galeria do ISAPM, em 1981; outra no Museu de Arte Sacra do Funchal, em 1983; e outras duas novamente na galeria do ISAPM, em 1984 e 1989.

Ainda em 1982, fez parte da Exposição de Artistas Madeirenses que teve lugar no Salão Nobre do Teatro Municipal Baltazar Dias; uma mostra de pintura, escultura e cerâmica onde Gil Bazenga partilhou o espaço com a pintora Alice Sousa e o escultor Franco Fernandes, colegas que o acompanharam ao longo



Cerâmica vidrada, Gil Bazenga, 1998.

da sua carreira, expondo em conjunto e realizando trabalhos em coautoria. São de salientar ainda outras coletivas desta década: a exposição na galeria da Secretaria Regional de Turismo e Cultura (SRTC), com Alice Sousa e Luís Amado, em 1985; a coletiva itinerante ISAPM/85 – 30 Anos do Ensino Superior Artístico na Madeira, do mesmo ano; a Exposição Colectiva de Artes Plásticas patente na Escola Secundária Francisco Franco; e a I Mostra da Circul'Arte – Associação de Artistas Plásticos da Madeira, integrada na Feira de Arte Marca Madeira 87, no Teatro Municipal Baltazar Dias. Fora da Região, Gil Bazenga mostrou o seu trabalho na coletiva 24 Artistas Madeirenses nos Açores, na cidade de Ponta Delgada, em 1983; na coletiva Panorâmica – Arte & Cultura, na Galeria do Casino Estoril, em 1985; e na exposição Olhares Atlânticos – Mostra de artes da Madeira, realizada na Biblioteca Nacional de Lisboa, em 1991.

Para além da criação de objetos cerâmicos, quer numa versão mais experimental e escultórica, quer numa versão mais tradicional, de que são exemplos objetos como pratos ou potes, o escultor realizou também esculturas de parede e pequenos painéis cerâmicos. No que diz respeito a obras de maior envergadura, patentes em espaços públicos, destaca-se o painel cerâmico do Mercado da Penteada, no Funchal, realizado em coautoria com Celso Caires, em 1988. Este painel é composto por um conjunto de azulejos desenhados por Caires, acompanhados por um conjunto de peças quadrangulares em volume, texturizadas e sem figuração, da responsabilidade de Bazenga. Trata-se de uma composição dinâmica e ao mesmo tempo equilibrada, que 30 anos mais tarde se encontrava em bom estado de conservação. Outra peça de relevo, também criada em coautoria, desta vez com o escultor Franco Fernandes, é o painel de título *Água Viva,* realizado em 1993, que se encontra nas instalações do Clube Naval do Funchal. Neste caso, foi realizada uma composição à volta da representação do nu feminino de carácter mitológico, acompanhado por desenvolvimentos abstratizantes de rico colorido e inspiração orgânica, elementos característicos dos trabalhos do autor que assina a pintura deste painel.

Podem ser encontradas outras intervenções do escultor em espaços visitáveis, nomeadamente no interior da Escola Secundária Francisco Franco, no Colégio de Santa Teresinha e no Hotel Éden Mar. Para espaços exteriores, Bazenga executou um painel para o antigo Complexo Balnear do Lido, o qual, após remodelação, foi retirado.

Ainda nos anos 90, o autor participou em várias mostras no Funchal, expondo novamente com Alice Sousa, na Galeria da SRTC (1991); com Marcos Milewsky, no mesmo espaço (1995); na coletiva Marca Madeira/97; no Madeira Tecnopolo (1997); e na coletiva Na Torre do Tempo, na Galeria de Arte Francisco Franco (1999). Já entrado o novo século, voltou a expor com Alice Sousa numa mostra intitulada À Tarde, em Frente, na Galeria de Arte Francisco Franco (2002).

Em 2012, foi organizada uma exposição retrospetiva intitulada Cerâmica. Magia do Fogo. Retrospetiva na Casa de Cultura de Santana. Nesta mostra, a única individual apurada por esta investigação, pôde ser vista a diversidade

de experiências realizadas e os diferentes tipos de objetos criados por Gil Bazenga, destacando-se uma clara influência estética com raízes num modernismo de carácter orgânico e abstratizante, onde se salienta uma forte presença de um cromatismo brilhante e de fortes contrastes, compensado por algumas peças de pendor mais térreo e brutalista.

Bibliog.: VALENTE, António Carlos Jardim, *As Artes Plásticas na Madeira (1910-1990). Conjunturas, Factos e Protagonistas do Panorama Artístico Regional no Século XX*, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 1999.

CARLOS VALENTE

Beatriz de Portugal

A duquesa D. Beatriz exerceu ao longo da sua vida uma intensa atividade política, por vezes pouco avaliada, intervindo na direção da Ordem de Cristo, de que foi por largo tempo administradora, muito provavelmente ainda no tempo do infante D. Fernando e, decididamente, após o falecimento do mesmo, em 1470. Posteriormente, como tia da Rainha de Castela, Isabel, a Católica (1451-1504), e como sogra do Rei D. João II (1455-1495), desempenhou um papel determinante na aproximação das coroas de Portugal, Castela e Aragão, mas, na sequência dos acontecimentos, viria a perder o genro e, depois, o filho mais velho. O projeto acordado com a sobrinha, no entanto, manter-se-ia e, com uma determinação notável e, por certo, com o apoio da filha, a Rainha D. Leonor (1458-1525), colocaria depois no trono de Portugal o filho mais novo D. Manuel (1469-1521).

D. Beatriz era filha do infante D. João (1400-1442), mestre da Ordem de Santiago e 3.º condestável de Portugal, e de sua meia sobrinha D. Isabel de Barcelos (1402-1465), tendo nascido provavelmente em Barcelos ou em Alcácer do Sal, por volta de 1420. Educada entre a administração da Ordem de Santiago e a casa de Barcelos, D. Beatriz veio a casar-se, em 1447, com seu primo D. Fernando (1433-1470), duque de Viseu e filho do Rei D. Duarte (1391-1438), tendo o casal tido nove filhos, dos quais somente cinco chegaram à idade adulta: D. João de Viseu (1448-1472), falecido sem descendência; D. Diogo de Viseu (1451-1484), depois assassinado por seu primo e cunhado D. João II, em 1484, dado que, no mínimo, mantinha contactos com a corte de Castela e Aragão; a Rainha D. Leonor, mulher de D. João II; D. Isabel de Viseu (1459-1521), depois duquesa de Bragança, tendo o marido, entretanto, sido sentenciado em Évora, a 21 de junho de 1483; e o Rei D. Manuel. O irmão mais velho de D. Beatriz, D. Diogo (1425-1443), faleceu prematuramente e a irmã D. Isabel (1428-1496) casou-se com João II de Castela (1405-1454), sendo mãe de Isabel, a Católica.

Não se encontra especialmente estudada a influência do infante D. João dentro da dinastia de Avis, apagada pela quase omnipotência e presença de seu irmão D. Henrique (1394-1460), a quem quase sempre se opôs e por quem, também quase sempre, foi derrotado. Foi Mestre da Ordem de Santiago e 3.º



Fig. 1 – Infanta D. Beatriz de Portugal, óleo de 1678 (Museu Regional de Beja).

condestável do reino, sucedendo a D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431), e, quando lhe foi pedido, por seu irmão D. Duarte, o parecer sobre as guerras do Norte de África, votou contra a infeliz empresa de Tânger, com sólidas razões de prudência, e perdeu. Consumado o desastre e reunidas as cortes de Leiria, para tratar do resgate do infante D. Fernando (1402-1443), votou pelo seu resgate a qualquer preço, mesmo à custa da entrega da praça de Ceuta e foi igualmente vencido, não conseguindo salvar o irmão. Não espanta assim que, nas questões da menoridade de D. Afonso V (1432-1481), tomasse o partido do infante D. Pedro (1392-1449), o que não deve ter deixado de, uma vez mais, reacender as suas desinteligências com D. Henrique. Tomando em consideração as possessões da Ordem de Santiago, maioritariamente na orla costeira, perante as da Ordem de Cristo, essencialmente interiores e rurais, ressalta de imediato uma maior vocação de Santiago para a futura expansão; no entanto, D. Henrique iria desmentir essa hipotética vocação. Mais tarde, foi a filha do infante D. João, a duquesa D. Beatriz, que concretizou com vontade férrea a vocação expansionista marítima da Ordem de Cristo na época de D. Afonso V, o qual se encontrava muito mais virado para a ocupação do Norte de África, e, depois, do próprio país, colocando à sua frente o filho, o futuro Rei D. Manuel.



Fig. 2 – Carta da infanta D. Beatriz informando a tomada de posse, Setúbal, 18 de outubro de 1470 (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombo 1).

A infanta D. Beatriz, título que logo usou após a morte do marido, teve a tutoria oficial dos filhos por delegação e mercê de D. Afonso V, em carta datada de Lisboa, de 10 de outubro de 1470. O papa Sisto IV (1414-1484) outorgou-lhe essa tutoria oficialmente, e a governação da Ordem de Cristo pelo breve *Super caríssimo*, de 19 de junho de 1475, que dirigiu à duquesa. O Rei comunicou para a Madeira, de Alenquer, a 16 de outubro de 1470, que como fizera mercê da "Ilha de juro e herdade" ao irmão, com o seu falecimento, "a infanta, minha muito prezada irmã", iria mandar tomar posse da Ilha através de Gonçalo Godinho, "seu cavaleiro", em nome de D. João, seu filho, "duque de Viseu e de Beja, senhor da Covilhã e de Moura, meu muito amado sobrinho" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, RG, t. 1, fl. 3). A 18 de outubro seguinte, também a infanta, em carta enviada de Setúbal, dava conhecimento do envio de Gonçalo Godinho para a tomada de posse, para tal munido de um seu regimento.

A administração da infanta e duquesa cedo se fez sentir. A 27 de junho de 1471, pretendendo a Câmara do Funchal eleger novos vereadores, solicitou a opinião de D. Beatriz sobre a constituição das futuras listas e quais "os que se lançavam fora da Câmara e dos que são escusos por alvarás" (COSTA, 1995, 19). A situação conheceu alguma crispação no Funchal ao longo de dezembro, com o pedido de pareceres a alguns dos notáveis locais, como os genros de Zarco (c. 1390-1471), recentemente falecido, Martim Mendes de Vasconcelos e Diogo Afonso de Aguiar, mas também a Diogo

de Teive, Mendo Afonso, João Afonso Mealheiro, João Gomes, o Trovador e, inclusivamente, ao 2.º filho de Zarco, Rui Gonçalves da Câmara (1430-1497), depois capitão da ilha de S. Miguel, nos Açores. A 1 de novembro, entretanto, já tinha ordenado D. Beatriz, através de carta trazida depois de Lisboa por Álvaro Eanes, escudeiro do duque D. Diogo, que todos os chamados homens bons servissem nos pelouros de oficiais dos concelhos, anulando quaisquer alvarás anteriores que eventualmente possuíssem. Do encargo, apenas se escusava o contador Diogo Afonso.

A carta da infanta foi presente à vereação realizada a 31 de janeiro do ano seguinte de 1472, à qual, para além do capitão João Gonçalves da Câmara (1414-1501), assistiram seus irmãos, os fidalgos Rodrigo Gonçalves e Garcia Rodrigues, bem como Diogo de Teive, Rodrigo Lopes, Pero Lourenço, Mendo Afonso, Pero Álvares, escudeiros, Gonçalo Anes, escrivão, João Preto, escrivão, Afonso Lopes, tabelião, João do Porto, sapateiro, Antão Gonçalves, João do Porto, barbeiro, Pero Gonçalves, Gonçalo Jara, João de Sintra, sapateiros, e muitos outros, levantando-se vários protestos, dado cancelarem-se privilégios considerados adquiridos. A voz do escudeiro Rui Lopes, que detinha um alvará emitido pelo infante D. Fernando e confirmado pela duquesa, conforme referiu, expressava a indignação sentida pelos atingidos, como Mendo Afonso, que invocou também possuir um alvará emitido pelo infante D. Henrique, confirmado posteriormente pelos infantes D. Fernando e D. Beatriz. Rui Lopes acusou então Álvaro Eanes, embora citando-o como seu amigo, de não ter defendido os seus interesses, como era seu dever, trazendo para a ilha uma decisão contida numa "carta de mulher" (*Id.*, *Ibid.*, 29). Na vereação de 3 de fevereiro o assunto voltaria à discussão, e Rui Lopes, fora de si, esgrimiu ainda outras razões, essas pessoais, pois que vindo a ser eleito para qualquer dos lugares camarários, como obrigado, "nunca havia de servir bem em nenhuma cousa" (*Id.*, *Ibid.*, 31).

Acrescente-se que, em vida de D. Fernando, o concelho já se havia queixado relativamente aos pedidos de escusa, tendo o infante respondido nos seus apontamentos de 7 de novembro de 1466 que "os alvarás que tenho dado são tão poucos que os não entendo brigar em nenhuma maneira" (MELO, 1972, 36-37). Tinha faltado assim alguma coragem ao infante, em 1466, que sobrou à sua viúva, em 1471. O conflito acabou por ser dirimido, em consonância com as disposições da duquesa, e, em sessão realizada a 5 de fevereiro, a convocatória seguinte a todos os homens bons do Funchal já previa uma multa de 5$000 reais a quem se não apresentasse. Os recalcitrantes haviam sido derrotados pela sombra da duquesa.

Pouco depois, em finais desse mês de janeiro, tendo conhecimento de que o bispo de Tânger, D. Nuno de Aguiar, em princípio natural da Madeira, tentava integrar a Ilha na sua diocese e, inclusivamente, visitar canonicamente a mesma, a infanta, em coordenação com o vigário de Tomar, sede da Ordem Cristo, opôs-se terminantemente. Esse monge cisterciense acompanhara D. Afonso V às jornadas de África, tendo estado presente nas tomadas de Arzila e Tânger, vindo assim a ser apresentado como bispo dessa nova diocese em 1468. Não havendo limites perfeitamente definidos, o novo bispo tentou englobar na sua diocese a população das ilhas atlânticas portuguesas, assunto que, de imediato, requereu para Roma, sendo atendido pelo Papa Paulo II (1417-1471), por breve de 28 de fevereiro de 1468.

A posição de D. Nuno de Aguiar era de certa forma lógica, quer pela posição geográfica da nova Diocese, quer pelo povoamento dos arquipélagos atlânticos, feito na sequência da conquista de Ceuta. Por outro lado, havia ainda que considerar o papel das ilhas em relação a todo o Norte de África, verdadeiro teatro de operações, especialmente da Madeira, onde quase todos os mancebos, principalmente nobres, iam cumprir, passe a expressão, o serviço militar. Assim, existindo já a Diocese de Ceuta, correspondente ao território marroquino mediterrâneo, ao criar-se uma nova diocese portuguesa para o território atlântico, a mesma deveria logicamente englobar as novas ilhas aí povoadas pelos portugueses.

A petição do bispo de Tânger era, no entanto, entendida pela Ordem de Cristo como invalidada pelas doações conseguidas pelo infante D. Henrique, não se tendo tomado, de imediato, quaisquer providências de que se saiba. Mas a situação viria a alterar-se em 1472, quando o bispo resolveu visitar a Madeira. Assim, a infanta D. Beatriz, como tutora de seu filho D. João e, portanto, como administradora da Ordem de Cristo, opôs-se à visita do prelado que se intitulava "bispo das ilhas", enviando carta aos capitães "e a todos os juízes e justiças oficiais", ordenando "que não deixem entrar em esta ilha nenhum bispo", "nem alguma outra pessoa" por sua licença ou representação (*Id.*, *Ibid.*, 58-60). Esta ordem tem a data de 21 de janeiro de 1472 e acompanhava uma outra do vigário de Tomar, o "Dom Prior e Comendador mor de Requerimento", então frei Pedro Vaz, em que recomendava "que não usurpe ninguém a Jurisdição Espiritual destas ilhas", carta enviada também à Câmara Municipal do Funchal, tendo estado ambas presentes na vereação de 2 de junho desse ano. A carta em nome do prior de Tomar exorta mesmo a população a que não se agaste, pois "cedo, com o favor divino, esperava el-Rei, nosso Senhor, criar bispo da mesma Ordem na ilha" (*Id.*, *Ibid.*).

No final desse ano, falecendo o duque D. João, envia a infanta à Ilha o seu contador Diogo Afonso para tomar posse da mesma em nome do novo duque D. Diogo. A partir de então, a administração da Ilha seria acompanhada com a presença de um contador, Luís de Atouguia, que se manteria depois, inclusivamente com o duque D. Manuel. A infanta interfere, entretanto, nos mais diversos campos, quando, *e.g.*, os moradores acusavam os estrangeiros vindos do continente de prejudicar o comércio, solicitando a sua expulsão: uma posição que encontrara eco durante a gestão de D. Fernando. Não foi essa a posição da duquesa, que entendeu que a economia da Ilha se iria ressentir e assim o fez saber, através de carta datada de Beja, a 15 de março de 1473, recomendando "alguma temperança, que seja para bem da terra e a eles de não tanto agravo". Face à situação, informa ainda que iria enviar o contador Luís de Atouguia, que fora guarda-roupa do infante, para superintender ao assunto, o que haveria de fazer dois meses depois, com "carta de crença" de 23 de maio e como contador do duque seu filho na ilha da Madeira (*Id.*, *Ibid.*, 67-69).

Os anos seguintes foram de guerra com Castela, cujas armadas chegam a assediar a Madeira, para o que as gentes da Ilha se apressaram a apoiar as armadas montadas por D. Afonso V, esforço que o Rei agradece a 7 de agosto de 1473. Nessa sequência, viriam os moradores a solicitar a D. Beatriz a construção de uma fortaleza, uma pretensão a que a duquesa, em carta datada de Bragança, de 20 de fevereiro de 1476, se escusa por ir onerar a sua Fazenda, ao momento sobrecarregada com outras despesas. A altura não podia ser pior, pois o infante D. João de Portugal casara-se, em 1471, com D. Leonor, filha da infanta, e tivera um filho em 1475, como a jovem princesa comunicou à ilha da Madeira. O Rei D. Afonso V, entretanto, entregara a regência ao futuro D. João II e invadira Castela para defender as pretensões ao trono de sua sobrinha D. Joana (1462-1530), a Beltraneja, e, em janeiro de 1476, o futuro D. João II entregara, por sua vez, a regência à jovem mulher e invadira igualmente Castela em apoio do pai, ocorrendo a desastrosa batalha de Toro a 2 de março desse ano. Por essa razão se encontrava a infanta D. Beatriz, mãe da Rainha regente, com a mesma em Bragança, pelo que a situação era muito delicada para decidir assuntos sobre obras de fortificação na Madeira.

A dimensão política da infanta D. Beatriz à época é revelada na sua presença no conselho régio, reunido no Porto, em agosto desse ano de 1476, nas vésperas da partida de D. Afonso V para França, em busca do auxílio de Luís XI (1423-1483), tentando reverter o desastre de Toro, sendo a única figura feminina presente. Era a primeira guerra luso-castelhana depois do início dos Descobrimentos e logo as novas áreas sob a influência portuguesa foram envolvidas no conflito. A Rainha Isabel de Castela pretendia retomar a política de seu pai, o Rei João II (1406-1454), que sempre se opusera

ao avanço das caravelas portuguesas ao longo da costa da Guiné, ao contrário de seu irmão Henrique IV (1454-1474), que nunca se interessara especialmente pelo assunto. Por isso, várias armadas castelhanas foram enviadas à Guiné, na tentativa de controlar a região da Mina. Os navios castelhanos atacaram pelo menos as ilhas de Porto Santo e de Santiago, em Cabo Verde. O interesse de Isabel pelo Atlântico colocava em causa os domínios da Ordem de Cristo, pelo que, no campo das moedas de troca, quando a diplomacia fosse chamada a sarar as feridas da guerra, teria na administradora daquela Ordem uma das primeiras interessadas. A guerra luso-castelhana foi decisiva para a recomposição do mapa político peninsular, unindo as coroas de Castela e de Aragão, pois Isabel, a Católica, era casada com Fernando de Aragão (1452-1516); quando o conflito caiu num impasse, com a abdicação de D. Afonso V, em 1477, embora só efetiva alguns anos depois e sendo o governo partilhado com o futuro D. João II, foi D. Beatriz quem representou Portugal no encontro que veio a decidir os termos da paz entre os reinos ibéricos.

A Rainha Isabel de Castela era filha da homónima D. Isabel, irmã de D. Beatriz, o que as colocou numa posição de maior proximidade pessoal para tentarem resolver o conflito. Em meados de março de 1479, D. Beatriz, seguida por um pequeníssimo séquito, cruzou a fronteira luso-castelhana em Segura e dirigiu-se para Alcântara, onde era esperada pela sobrinha, em situação idêntica, numa povoação próxima da fronteira portuguesa, sem ter um exército a protegê-la. As conversações duraram cerca de uma semana e no final conseguiu-se um acordo, que é conhecido nos seus termos gerais: Portugal reconhecia a realeza de Isabel e comprometia-se a impedir que Joana, a Beltraneja, continuasse a ser pretendente ao trono castelhano; Castela ficava com o direito de conquistar o arquipélago das Canárias, mas reconhecia o direito de Portugal sobre os arquipélagos dos Açores, da Madeira e de Cabo Verde, tal como sobre a costa da Guiné a partir do paralelo das Canárias.

O tratado viria a ser depois assinado em Alcáçovas, a 4 de setembro de 1479, por D. Afonso V e pelo príncipe D. João II, confirmado por Isabel, a Católica, em Trujillo, a 27 do referido mês, e ratificado em Toledo, por Fernando e Isabel, a 6 de março de 1480. Depois, foi D. Beatriz quem reuniu em Moura, nas célebres Terçarias, D. Joana – a Excelente Senhora em Portugal, mas a Beltraneja em Castela – e os infantes de Portugal e de Castela: o seu neto D. Afonso (1475-1491) e a sua sobrinha-neta D. Isabel (1470-1498), confiados à sua guarda e educação. Os infantes eram assim os reféns que ambos os reinos entregavam como penhores da paz; D. Beatriz entregava igualmente um dos seus filhos, alternadamente D. Diogo e D. Manuel, que também permaneceram como reféns em Castela. Em agosto de 1481, era inclusivamente comunicado para a Madeira, em carta expedida de Moura, que algumas questões então levadas pelo procurador Duarte Pestana, dado o duque D. Diogo e também a infanta estarem de partida para Castela, teriam de ser adiadas.

A administração da Ordem de Cristo havia-se consolidado decididamente no quadro do Atlântico, reformulando mesmo a inicial divisão das capitanias no arquipélago dos Açores. Durante o governo das ilhas por D. Fernando (1461-1470), a atenção da administração da Ordem de Cristo concentrara-se sobretudo no desenvolvimento económico da ilha da Madeira e no início do povoamento da ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde. D. Beatriz distinguiu-se pela atenção especial que prestou às ilhas dos Açores, tendo promovido a troca do capitão de S. Miguel, que passou a ser Rui Gonçalves da Câmara, 2.º filho de Zarco, que adquiriu a capitania, iniciando uma dinâmica totalmente diferente e tendo dividido a ilha Terceira em duas capitanias.

O impulso que veio a imprimir à Madeira também foi notório, pressionando ao cumprimento da justiça, para o que estabeleceu prazos e coimas dos testamentos e resíduos e, muito especialmente, a instituição de postos alfandegários, a fim de as mercadorias carregadas e descarregadas poderem ser realmente

avaliadas, controlando todo o movimento dos navios, e para que se pudessem conhecer e arrecadar os respetivos direitos, sedeando-se um posto no Funchal e outro na capitania de Machico. Deve-se também à administração de D. Beatriz a determinação de 25 de junho de 1481, indicando que os procuradores dos mesteres fossem recebidos na Câmara quando fossem requerer, devendo ser "acatados com honra", tendo-se acrescentado à margem, no registo camarário, que até então "os mesteres não vinham às vereações e requeriam de fora" (*Id.*, *Ibid.*, 114). Dois anos depois, a 21 de dezembro de 1483, seria o duque D. Diogo a determinar a instituição no Funchal da casa dos 24 mesteres "para requererem pelo povo miúdo" (*Id.*, *Ibid.*, 134-135).

Um dos principais problemas destes anos, no entanto, foi o pedido de 1.200.000 réis feito à Madeira por D. Afonso V a 17 de agosto de 1478, para as despesas de guerra com Castela, que colocou em polvorosa os moradores. No ano seguinte, a 25 de julho, será o príncipe D. João a insistir na contribuição, então designada como peita e já só de 1.000.000, com o pormenor de a carta se encontrar registada como do "Rei D. João", embora no texto se referira sempre "a mim e meu filho", ou seja, D. Afonso V e o futuro D. João II. Os moradores ainda tentaram junto da infanta, que tratam por "Muito alta e muito excelente princesa e muito virtuosa senhora", escusar-se ao pagamento (*Id.*, *Ibid.*, 96-98); depois foram mesmo procuradores ao reino, a infanta tentou aliviar a contribuição, mas uma grande parte acabou por ser paga.

D. Beatriz assistiu depois à execução de seu genro, o duque de Bragança, em 1483, e ao assassinato de seu filho D. Diogo, a 27 de agosto de 1484, que D. João II comunicou à Madeira logo a 28 se agosto, enviando Gil Eanes, cavaleiro, especialmente para explicar o que se passara. A 13 de setembro, já era o duque D. Manuel a assumir a administração do ducado de Beja e Viseu, escrevendo de Setúbal para a Ilha, para que lhe enviassem os assuntos que estivessem pendentes da vigência de sua mãe e do falecido, embora só a 26 de novembro D. João II comunique que "outorgara ao duque, meu muito amado e presado primo", o que pertencera ao seu falecido irmão (*Id.*, *Ibid.*, 140-141) e só a 10 de janeiro seguinte, de Montemor-o-Novo, escreva a comunicar ter feito mercê das ilhas ao duque de Beja, "meu muito presado e amado primo, o qual temos por filho" (*Id.*, *Ibid.*, 144-145). A partir de então, parece ter sido discreta a ação de D. Beatriz, mas apoiando por certo o seu último filho, D. Manuel, na governação.

Quando seu neto, o príncipe D. Afonso, morreu de acidente em Santarém, em 1491, D. Beatriz congregou as forças da sua casa com o apoio da filha, D. Leonor, para defender os direitos de D. Manuel à sucessão de D. João II. Viveu os últimos anos da sua vida em regra retirada em Beja, embora saibamos que, *e.g.*, no Natal de 1500 estava em Lisboa, tendo participado nos festejos organizados por D. Manuel I, o mesmo acontecendo em 1502. A 6 de junho desse ano, na alcáçova real de São Jorge, em Lisboa, nasceu o príncipe D. João (1502-1557), futuro D. João III, que teve depois como padrinho o doge de Veneza, o célebre Leonardo Loredan (1436-1521), representado pelo seu embaixador em Lisboa e, como madrinhas, sua tia D. Leonor, viúva de D. João II, e sua avó D. Beatriz, duquesa de Beja. Segundo a tradição, teriam sido as rainhas velhas a encomendar o depois célebre *Auto da Visitação* ou *Monólogo do Vaqueiro*, da autoria de Gil Vicente, que foi representado pelo próprio, a 7 de junho, uma terça-feira, na câmara da Rainha D. Maria, espetáculo a que assistiu o Rei, as madrinhas e a duquesa viúva D. Leonor de Bragança, para além de outros elementos da corte.

D. Beatriz veio a falecer no seu convento de Beja, a 30 de setembro de 1506, onde, já sob sua tutela, se haviam formado 10 anos antes as primeiras freiras que, idas da ilha da Madeira, regressariam depois ao Funchal para fundar o Convento de S.ta Clara.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Avulsos, mç. 1, doc. 12; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombo 1; AGS, Patronato Real, n.º 4089, leg. 49, doc. 44; ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, liv. 312; *Ibid.*, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 21; *Ibid.*, Gavetas, gaveta 17, mç. 6, doc. 16; *Ibid.*, Leitura Nova, liv. 3 de místicos, 1516; **impressa:** *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. xv, 1972; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. I, Funchal,

Secretaria Regional da Educação, 1999; COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I. Um Príncipe do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates, 2007; COSTA, José Pereira da, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, Funchal, CEHA, 1995; DÁVILA, Maria Barreto, *A Mulher dos Descobrimentos. D. Beatriz, Infanta de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2019; FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *A Sé do Funchal*, Funchal, JGDAF, 1963; FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, Lisboa, Temas e Debates, 2007; GOMES, Saul António, *D. Afonso V o Africano*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; LOPES, Sebastiana, *O Infante D. Fernando e a Nobreza Fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)*, Beja, Câmara Municipal de Beja, 2003; MARTINS, Maria Odete Sequeira, *D. Brites. Uma Mulher da Casa de Avis*, Matosinhos, Quidnovi, 2009; MENDONÇA, Manuela, "Sinais de solidariedade no processo de (re)construção do Estado nos finais do século xv. A acção de D. Brites, duquesa de Viseu", *Iacobus*, n.os 13-14, 2002, pp. 193-212.

Rui Carita

Beckett, Samuel

Nasceu em Dublin, em 1906, morreu em Paris, em 1989, e viveu uma temporada no arquipélago da Madeira, entre 1968 e 1969. O dramaturgo e escritor irlandês chegou ao Funchal a 2 de dezembro de 1968, mas mudou-se logo depois para a ilha do Porto Santo, permanecendo aí até meados de fevereiro de 1969.

Deste período madeirense de Samuel Beckett, é conhecida correspondência diversa, que, além do interesse biográfico inerente – pois, para alargar e completar o conhecimento dos grandes homens, publicam-se-lhes as cartas, todos os papéis íntimos e até as contas do alfaiate, dizia Eça de Queirós –, apresenta um valor testemunhal e documental ímpar sobre o ambiente urbano do Funchal e a vivência no Porto Santo naquele tempo.

Samuel Beckett contava 62 anos quando, como tantos outros desde o séc. xix, procurou a Madeira pela fama do seu suposto clima profilático e terapêutico, ideal para os que sofrem de patologias de âmbito respiratório. Mas o bulício e o barulho rodoviário do Funchal, e sobretudo o mau tempo e a humidade extrema, não lhe facultaram a tranquilidade esperada.

Numa carta de 5 de dezembro de 1968 enviada a Barbara Bray, tradutora, crítica literária e amiga chegada, começa por dar nota do seu desagrado e compara a cidade do Funchal a um buraco sombrio e sinistro, emparedado pelas vertentes montanhosas, onde se precipitava em vagas uma chuva grossa; ao amanhecer, camiões com bananas, aves e hortaliças atravessavam a roncar a estrada Monumental,

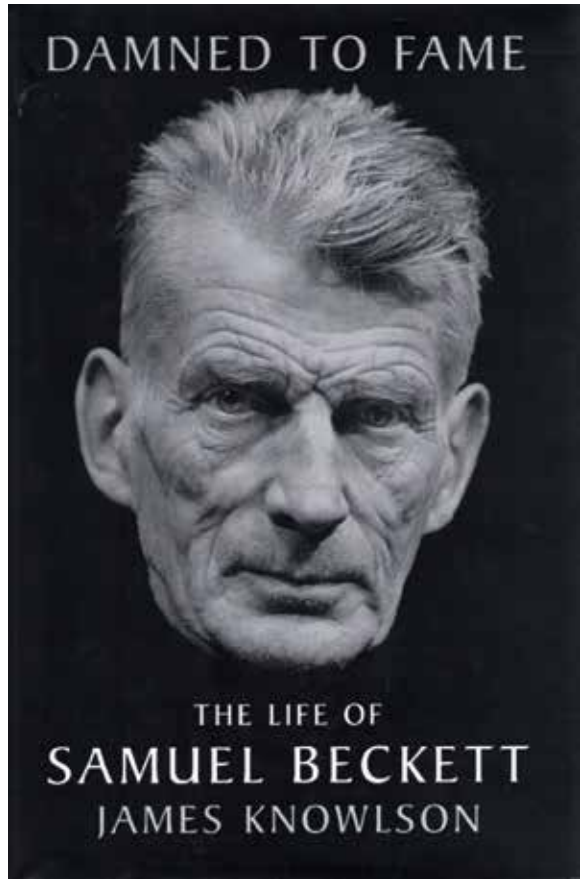


Fig. 1 – *Damned to Fame. The Life of Samuel Beckett* (1996), de James Knowlson.

sob a janela do seu quarto na Vila Marina, seguindo para o mercado dos lavradores. Na mesma data, afiançava ao amigo pintor Henri Hayden que o Funchal era uma cidade ainda mais ruidosa do que Paris, enxameada de táxis e densa de edificações, encavalitadas pela encosta acima. E, apesar do mau tempo, a cidade efervescia, entregue ao formigueiro dos adventícios preparativos da festa natalícia.

Enclausurado no hotel pela borrasca, vendo que o Funchal não lhe proporcionaria o ambiente e o bem-estar que procurava, Samuel Beckett decide partir logo que possível para o Porto Santo; a Ilha Dourada tinha-lhe sido recomendada – talvez por Luís Jardim, agente de turismo na Madeira – como sendo um pouco mais quente e seca. No caso de não haver condições para ali permanecer, seguiria para o Algarve ou para Cascais, no início do ano novo. Na carta de 11 de dezembro de 1968, anuncia a Barbara Bray a partida para

o Porto Santo, fugindo assim à cidade do Funchal, que descrevia outra vez a traços de chumbo, tomada por um excesso de automóveis fumarentos e ruidosos, cheirando a gasolina, com chuva, vento e frio, a neve nos picos, sob um céu pesado.

Na circunstância descrita, a impressão pessoal que Samuel Beckett retém e que nos deixou do Funchal é, pois, bastante negativa, na perspetiva de quem esperava encontrar durante o inverno um local pacato e de clima ameno para uma temporada de restabelecimento da saúde.

Samuel Beckett aterrou na Ilha Dourada a 12 de dezembro de 1968 e instalou-se no Hotel Porto Santo – então o único alojamento turístico moderno, inaugurado poucos anos antes, em 1962. Num postal telegráfico para Barbara Bray, mostra-se muito satisfeito com a quietude e ambiência da pequena ilha, o sossego do hotel, que dava para a praia esplêndida, o clima suave. O Porto Santo agradou a Samuel Beckett desde o primeiro momento. O isolamento da ilha mantinha-o afastado do mundo – correio, só três vezes por semana; jornais, os que a tripulação da TAP deixava no hotel. Passava os dias tranquilamente, entre caminhadas pela praia e, mais raramente, passeios à vila, a uma distância de uns 10 minutos a pé. Uma vez por outra, uma breve incursão ao interior insular, ou à Camacha, no Norte. A falta de estradas condicionava as deambulações. Impressionava-o a aridez da paisagem ilhoa.



Fig. 2 – Porto Santo, bilhete-postal (Foto Perestrellos, c. 1950).

Nesta quadra do ano, o Hotel Porto Santo acolhia poucos hóspedes – apenas alguns Alemães se deixavam ficar, pelo conforto do meio inverno meridiano. Apesar da monotonia, Samuel Beckett sentia-se bem e foi adiando a partida.

Com o sol de janeiro, pode experimentar-se uma ilusão de primavera na Ilha Dourada. E, na delícia de uma hora dessas, Samuel Beckett não esconde o seu fascínio pelo Porto Santo: numa carta do dia 28, confidencia a Barbara Bray que esta pequena ilha seria o sítio ideal para se passar com simplicidade e harmonia os derradeiros dias da vida, numa casita chã de frente para o mar, com um quintal em redor. E, com certo humor, acrescenta que só tinha pena que não houvesse dentistas por ali – até aos anos 80, os habitantes do Porto Santo consumiam a água salobra das nascentes da ilha e por isso os seus dentes adquiriam uma aparência acastanhada resultante da acentuada oxidação.

Samuel Beckett deixou o Porto Santo a 14 de fevereiro de 1969, num voo da TAP para Lisboa. Deteve-se em Cascais durante duas semanas e regressou a Paris a 2 de março. Nesse mesmo ano, ser-lhe-ia atribuído o Prémio Nobel da Literatura. Esta passagem e permanência de Samuel Beckett em Portugal é referida, designadamente, na biografia de referência *Damned to Fame. The Life of Samuel Beckett* (1996), de James Knowlson.

Grande parte da correspondência de Samuel Beckett está depositada na Beckett International Foundation, na Univ. de Reading; no Harry Ransom Humanities Research Center e no Trinity College da Univ. de Dublin (caso das cartas a Barbara Bray referidas); na Irish Literary Library, Emory University, Austin, Texas; e na John J. Burns Library, Boston College, Massachusetts. Nestes arquivos, encontram-se também postais ilustrados do Porto Santo, com vistas da Foto Perestrellos, alguns endereçados ao seu editor, Robert Pinget. A Beckett Foundation/Cambridge University Press, em parceria com várias instituições universitárias, começou a publicar sistematicamente, em 2009, a correspondência de Samuel Beckett, mas as cartas remetidas do Porto Santo, designadamente para

Barbara Bray e Henry Heiden, permaneciam inéditas em 2016, altura em que estava prevista a sua inclusão no volume IV da coleção *The Letters of Samuel Beckett*. O acesso ao conteúdo destes manuscritos foi obtido graças à generosidade do diretor da Beckett International Foundation, Mark Nixon, e ao envolvimento de David Murray e Jennie Wadley, Ingleses residentes no Porto Santo.

Bibliog.: KNOWLSON, James, *Damned to Fame. The Life of Samuel Beckett*, New York, Simon & Schuster, 1996.

JOSÉ CAMPINHO

Bello, Anastácio (pseud.)



Fig. 1 – Fotografia do passaporte de Manuel Anastácio da Silva (Anastácio Bello [pseud.]), 1920 (arquivo particular).

Nasceu no sítio dos Arrifes, freguesia de São Pedro, Funchal, a 11 de maio de 1868, filho de Cândido da Câmara, nascido na freguesia da Sé, e de Rosa da Silva, nascida na vila e concelho de São Vicente.

Casou com Leocádia Bello Perestrelo a 14 de junho de 1888 na freguesia da Sé, filha de João Perestrelo e de Catarina da Silva Perestrelo, naturais da ilha do Porto Santo. O casal teve dois filhos: Álvaro, nascido a 17 de setembro de 1889, e Maria, nascida a 24 de março de 1894, ambos da freguesia de São Pedro, Funchal.

Este desenhador a *crayon*, artista de mérito comprovado pela sua técnica inconfundível, foi um dos alunos fundadores da extinta Escola Industrial Josefa d'Óbidos, no Funchal, posteriormente designada Escola de Desenho Industrial de António Augusto de Aguiar, na qual esteve entre 1889 e 1893, tendo privado com o pintor retratista espanhol Manuel de la Cuadra y Estévez (1835-1903), que aí lecionou.

Através do *Diário de Notícias* da Madeira (12 maio 1897), temos conhecimento de que viveu alguns anos nos Açores, onde lecionou a disciplina de desenho na Escola Industrial Gonçalo Álvares Cabral, em Ponta Delgada.



Fig. 2 – Retrato de desconhecido, desenho de Anastácio Bello, 1902 (coleção particular).

Tirou passaporte para o Rio de Janeiro em 10 de julho de 1920, mas desconhecem-se pormenores da sua estada nesta cidade.

São referência da sua obra os retratos do rei D. Carlos de Bragança e da rainha D. Maria Amélia de Orleães, assim como o conjunto de retratos de presidentes da CMF, datados do final do séc. XIX e princípio do séc. XX, pertencentes ao espólio do Teatro Baltazar Dias do Funchal.

Faleceu com 69 anos, vítima de cancro na laringe, no Asilo dos Velhinhos, à Calçada de Santa Clara em São Pedro a 14 de janeiro de 1938, onde esteve recolhido no último ano de vida, tendo sido sepultado no Cemitério das Angústias. Apesar de o seu percurso de vida ser pouco conhecido, a obra de Anastácio Bello está presente na casa de muitas famílias burguesas da época, perpetuando os seus ancestrais em expressivos retratos, de grande formato, desenhados a lápis de carvão.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Passaporte n.º 2849, cx. 23, cap. 4610-07-1920; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Óbitos, liv. 278, doc. 12, 1938; *Ibid.*, Registos Paroquiais, São Pedro, Batismos, liv. 1372, 1868, fl. 34; liv. 1394, 1890, fl. 49v.; liv. 6795, 1895, fl. 10; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Sé, Casamentos, liv. 1324, 1888, fl. 16; **impressa:** *Diário de Notícias*, Funchal, 12 maio 1897; 4 jan. 1938.

TERESA MARGARIDA LOPES BRAZÃO CUPERTINO DA CÂMARA

Belo, João Fradesso (I)

Professor de música, organista e compositor, João Fradesso Belo nasceu em Vila Viçosa, em Portugal continental, em 1799, e residiu durante vários anos no Funchal, na Madeira, considerando-se filho adotivo desta ilha. Faleceu com 62 anos no Funchal, na freguesia de São Pedro, a 15 de maio de 1861.

Era filho de Agostinho Martins e de Ana Joaquina Belo, e neto, da parte do pai, de Bento Martins e de Rita Joaquina e, da parte da mãe, de Manuel Xavier Belo e de Filipa Maria.

Casou-se com Cláudia Maria Rosa Fradesso, da ilha de São Jorge, no arquipélago dos Açores, de quem teve quatro filhos: João Fradesso Belo Júnior, batizado a 4 de novembro de 1814, na paróquia de São Pedro, e que se casou na mesma paróquia, a 2 de maio de 1874, com Vitória Osório de Meneses, natural de Câmara de Lobos, filha de Manuel Roiz Serrão e de Vitorina de Mendonça e Meneses, ambos naturais também de Câmara de Lobos; Carlota Fradesso Belo, batizada a 21 de outubro de 1815 na paróquia de Serra de Água; Joaquim Fradesso Belo, batizado a 22 de abril de 1818 na paróquia de São Pedro; e Carolina Fradesso Belo, batizada a 8 de julho de 1819 também na paróquia de São Pedro.

João Fradesso Belo estudou no Seminário Patriarcal, foi discípulo de Fr. José Marques e mestre de capela da Sé Catedral do Funchal, cargo que, pode-se afirmar, de um modo geral, os mestres de capela da Sé acumularam com o de professor de música no Seminário do Funchal. Deixou ainda várias produções musicais de apreciável valor e colaborou em vários jornais da ilha da Madeira, havendo registo de algumas composições poéticas de elevado quilate.

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d.; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978.

ANTÓNIO JOSÉ BORGES

Belo, João Fradesso (II)

Funcionário público, professor particular e poeta, João Fradesso Belo nasceu em São Pedro, no Funchal, em 1864, e faleceu na casa de sua residência, com 39 anos, a 5 de novembro de 1901.

Os seus pais eram João Fradesso Belo e Victorina Osório de Fradesso, casados em São Pedro a 2 de maio de 1874.

Casou-se na Sé do Funchal, a 17 de novembro de 1892, com Elisa Amélia de Freitas, filha de João de Freitas da Câmara e de Elvira de Jesus, de quem teve dois filhos: Gabriel Fradesso Belo, batizado na paróquia da Sé do Funchal a 2 de dezembro de 1894, e Alice Fradesso Belo, batizada na mesma paróquia a 18 de março de 1897.

Colaborou em vários jornais da ilha da Madeira, onde deixou alguns poemas dignos de apreciação.

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983.

ANTÓNIO JOSÉ BORGES

Beneden, Charles van

Nasceu na Bélgica, a 4 de julho de 1854, e faleceu no mesmo país, em dezembro de 1929.

Fixou-se no Funchal, estabelecendo moradia no arquipélago durante muitos anos, na Qt. dos Cedros, em Santo António e, em fins do séc. XIX, na ilha do Porto Santo. Contraiu matrimónio na Madeira com D. Isabel Constança, filha da 3.ª viscondessa e 1.ª condessa de Torre Bela (D. Filomena Gabriela Correia Brandão Henriques de Noronha, em títulos de Correias e Uzeis, e de Russel Manners Gordon, 1.º conde de Torre Bela, pelo seu casamento, em título de Gordon), de quem não teve filhos.

Apesar de ser um súbdito belga, o barão Charles van Beneden considerava afetuosamente a Madeira como a sua terra adotiva.

Apreciado como distinto escritor no país de origem, era famoso pelos seus conhecimentos de literatura. Publicou várias obras,



Qt. dos Cedros, estudo de Max Römer, 1924 (coleção de João Pedro Ferraz, Funchal).

nomeadamente *Au Nord-Ouest de l'Afrique. Madère, les Îles Canaries, le Maroc*, em Bruxelas, em 1882.

Colaborador na revista belga *La Jeune Wallonie*, publicou a interessante narrativa *Voyage aux Îles Salvages*, que ocupa 50 páginas da mesma revista e que vem acompanhada de excelentes gravuras. Há quem afirme que nas comédias deste autor *Les Titularisés* e *Le Mariagicide* se encontram incarnadas em várias personagens algumas pessoas conhecidas na sociedade funchalense (SILVA e MENESES, 1978, 264).

Existe um estudo bibliográfico de 1911 sobre Charles van Beneden (*Etude Bibliographique sur Charles van Beneden*), da autoria de Joseph Chot, com 116 páginas, publicado em Bruxelas pela Dechenne.

Obras de Charles van Beneden: *Au Nord-Ouest de l'Afrique. Madère, les Îles Canaries, le Maroc* (1882); *Entre Névropathes* (1888); *Généalogie* (1891); *Le Mariagicide. Comédie Humaine en Cinq Actes et Six Tableaux* (1898); *Michel Côme* (1899); *Les Titularisés* (1902); *Une Interview au Transformisme* (1905); *Attale. Tragédie en 5 Actes* (1908); *Clara Camacho* (1908); *La Floche du Soldad* (1908); *La Peste de Trigalet. Tragi-Comédie en Trois Actes et Quatre Tableaux* (1908); *Pendant Dix-Sept Ans* (1911); *L'Empire de Belzébuth* (1920).

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; VIEIRA, Gilda França, e FREITAS, António Aragão de, *Madeira. Investigação Bibliográfica*, vol. I, Funchal, Centro de Apoio de Ciências Históricas, 1981.

António José Borges

Beneficência

A assistência social teve diversas formas de expressão ao longo da história: caridade, filantropia, benemerência, assistência e política social. A Igreja define a caridade como uma forma de apoio aos necessitados, mas, no séc. IV, o Imperador Juliano refere uma forma de intervenção social não cristã que ficou conhecida como filantropia. Nos sécs. XIX e XX, esta ganhou uma nova expressão com o mutualismo e a assistência social.

É a Constituição republicana de 1911 que define e obriga o Estado à responsabilização pela assistência pública, levando à criação do Fundo Nacional de Assistência. Contudo, a plenitude desta função social do Estado só será definida com o Governo da Ditadura Militar, saído da Revolução de 1926. Desta forma, num primeiro momento, o sistema assistencial e de beneficência é de iniciativa privada, tendo a Igreja Católica um papel fundamental no seu incentivo e na sua manutenção.

No entanto, as principais reformas do sistema de segurança social acontecem a partir de 1929: o dec. 16.667, de 27 de março, cria a Caixa Nacional de Aposentações e a Caixa Nacional de Previdência, que unem todos os processos de aposentação e reforma. Em 1934, é constituído o Montepio dos Servidores do Estado, que atribui pensões de sobrevivência aos herdeiros dos funcionários públicos. Relativamente aos demais trabalhadores, foi aprovado o estatuto do Trabalho Nacional, pela lei 1884, de 6 de março de 1935, que institui o seguro na doença. Neste mesmo ano, foi criada a Caixa Nacional de Pensões. As reformas concluem-se com a criação, em 1942, do abono de família e, em 1965, da Assistência na Doença aos Servidores do Estado.

Na Madeira, onde o cristianismo está presente desde o séc. XV, as diversas instituições que surgem têm relação com a caridade. Assim, temos múltiplas iniciativas particulares de mercearias, confrarias e misericórdias, que se associam nesta função assistencial.

Hospitais e outras instituições de saúde

Em 1459, João Gonçalves Zarco doou um chão junto à capela de S. Paulo para a construção de um hospital. Funcionou durante cerca de 15 anos. Temos ainda referências a outros três hospitais de iniciativa particular: o de Gonçalo Eanes Velosa, para agasalhar pobres e enfermos, autorizado, em 1469, pelo infante D. Fernando; o de Pero Vaz de Alcoforado, referido em 1471; e o de Duarte Pestana, mencionado em vereação de 1486. Constança Rodrigues, mulher de João Gonçalves Zarco, deixou, por testamento de 1484, cinco casas térreas, que funcionaram como mercearias para albergar cinco pessoas idosas.

A partir de finais do séc. XV, o sistema assistencial foi alvo de uma reforma, por intervenção papal. Assim, em 1485, o Papa Inocêncio VIII recomendou que os pequenos hospitais fossem anexados aos maiores. De acordo com este espírito, a Coroa aprovou, em 1498, o "compromisso" do Hospital de Lisboa, que veio a congregar todos os demais aí existentes. O mesmo princípio foi seguido em todas as vilas do reino, por autorização papal de 23 de outubro de 1501, reforçada por carta régia de 1507.

Na Madeira, foi D. Manuel quem tomou a iniciativa, sendo favorável à construção do Novo Hospital no chão de Bartolomeu de Marchena.

O primeiro hospital da Misericórdia funcionou na zona de Nossa Senhora do Calhau, no espaço onde hoje existe a rua com o topónimo de Hospital Velho. Este passou, a partir de 1514, para a alçada da Misericórdia do Funchal. As condições precárias oferecidas por estas instalações obrigaram à sua transferência, no séc. XVII, para o novo hospital mandado construir junto do terreiro da Sé, que ficou conhecido como o Hospital de S.ta Isabel. As obras prolongaram-se entre 1685 e 1688. Em 1695, estava já definitivamente instalado o novo hospital, uma vez que se procedeu à venda das antigas instalações. Os Ingleses instalaram aí, em 1807, a sua enfermaria. As suas instalações foram também utilizadas para os cursos de Medicina da Escola Médico Cirúrgica, sucessora da Aula Médico-Cirúrgica do Funchal. Perante um início do séc. XIX marcado por diversas epidemias, que causaram elevada mortandade e colocaram a necessidade de um adequado desenvolvimento dos serviços de saúde, surgiu, em 1816, a Aula Médico-Cirúrgica do Funchal, que pretendia dar um salto qualitativo nos cuidados de saúde. Esta Aula funcionou apenas até 1821, sendo retomada em 1836, já sob a forma de Escola Médico Cirúrgica. A vida da Escola foi atribulada, pela conjuntura política liberal. Mesmo assim, funcionou até 11 de dezembro de 1910 e formou 240 médicos.

No decurso do séc. XIX, eram evidentes as ações de filantropismo da comunidade britânica na Ilha, que iam da ajuda para acudir a situações de fome, à construção de pontes e estradas. E mesmo hospitais, como sucedeu, em 1823, com uma dádiva da firma Phelps Page & Co. para o Hospital do Funchal. "A filantropia dos Srs. Phelps Page & Co. negociantes Britânicos desta Praça, já tão proclamada por muitos, e repetidos atos de beneficência, que lhes tem granjeado um nome distinto entre nossos Concidadãos, acaba de dar outro testemunho da cordialidade com que cada vez mais se esclarecem. Apenas souberam de um Facultativo do Hospital as necessidades deste respeitável estabelecimento, eles mandaram vir de Inglaterra 100 cobertores, que ofereceram para uso do mesmo Hospital. A Mesa Administradora tem-lhes significado sua gratidão, e nós nos apressamos a anunciar tão generosa ação para que ninguém possa ignorar o quanto apreciamos com os bons, ações tão recomendáveis" (*O Patriota Funchalense*, 21 maio 1823, 4).

Ainda nessa centúria, registe-se o surgimento de um outro serviço. Em 1844, foram

registados, na Madeira, vários focos de infeção. O procurador e médico Dr. Pita propôs à Junta Geral a criação de uma instituição vacínica, com ramificações em todas as freguesias da Ilha. Esta proposta foi discutida na reunião de 19 de junho de 1844, em que o autor da mesma explicou as vantagens da sua instituição. A Junta, em harmonia com as ideias do Dr. Pita, deliberou autorizar o governador civil a estabelecer no Funchal uma instituição vacínica, com delegados em todas as vilas da província, fazendo os regulamentos necessários, sendo pagas pelo cofre do distrito as despesas que pudesse exigir a referida instituição. A 26 de julho de 1848, este assunto voltou à reunião da Junta Geral do Distrito, que reconhecia a grande utilidade da Instituição Vacínica, chegando, contudo, à conclusão de que não poderia continuar a suportar os seus custos.

Na Madeira, merece também referência um facto particular ligado à assistência hospitalar. Nos sécs. XVIII e XIX, a Ilha, devido às suas condições climáticas, atuou como hospital de cura da tísica pulmonar, atraindo destacadas personalidades europeias. Existiram alguns projetos para a criação destas infraestruturas, como, em 1903, o projeto alemão de estabelecimento de um sanatório, que começou a construir-se nos Marmeleiros. Todavia, o Governo português, por pressão britânica, foi forçado a rescindir, em 1909, a concessão. O imóvel passou a cumprir semelhante função em 1931, altura em que foram transferidos para aí o Hospital de S.ta Isabel e a Misericórdia, ficando o edifício que ocupavam reservado para a instalação dos serviços da Junta Geral.

Confrarias e misericórdias

As confrarias assumiram-se como associações de solidariedade social e espiritual dos irmãos, recrutados de acordo com a situação socioprofissional ou a devoção a um determinado santo patrono.

Destacam-se as misericórdias, instituições seculares, que vêm dos tempos medievais, que se converteram numa ação organizada com o objetivo de ajudar as classes mais desfavorecidas. Aparecem primeiro em Florença, em 1244, por ação de S. Pedro Mártir, chegando a Portugal no reinado de D. João II. Na Madeira, refira-se o surgimento de misericórdias no Funchal (1507) e, depois, em Machico (1529), na Calheta (1535), em Santa Cruz

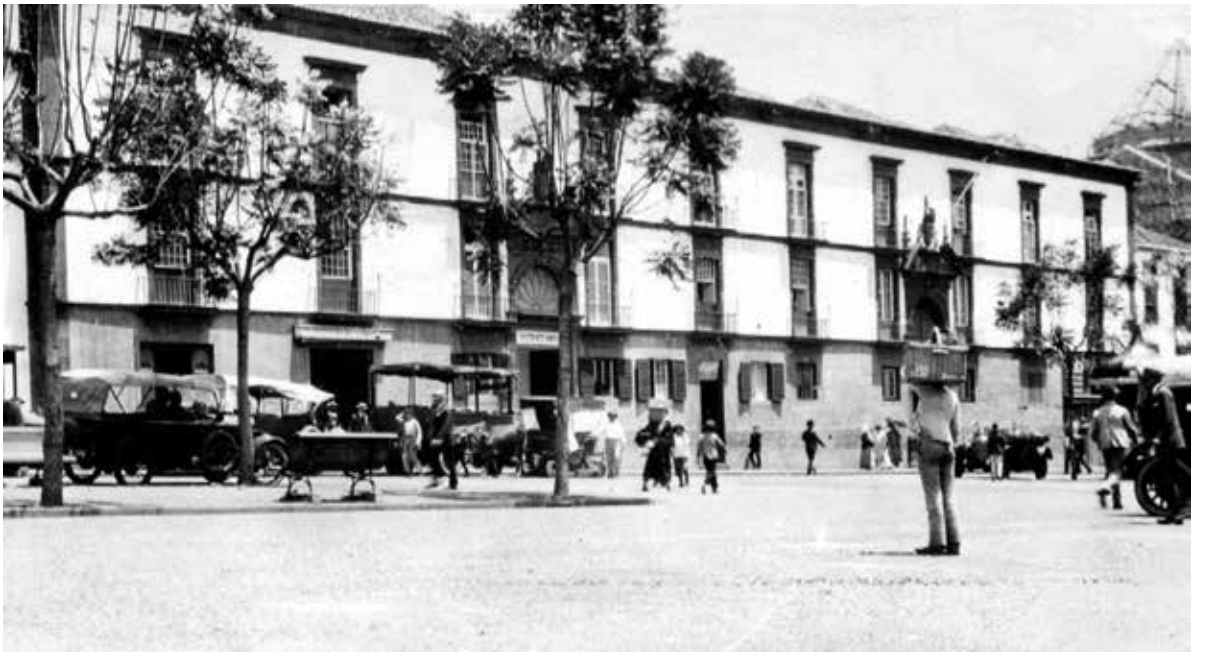


Fig. 1 – Santa Casa da Misericórdia do Funchal, c. 1925 (arquivo particular).

(1520) e no Porto Santo (1767). Nas confrarias ligadas às misericórdias, os irmãos tinham assegurada a assistência hospitalar e espiritual. Estas instituições viveram sempre com grandes dificuldades, agravadas em meados do séc. XIX, devido às circunstâncias económicas em que se encontrava o distrito.

Em 1839, a Junta Geral do Distrito deu grande destaque nas suas reuniões aos problemas relacionados com as confrarias e misericórdias, e propôs a criação de um asilo de mendicidade. A 18 de julho desse ano, foi decidido, ao abrigo dos arts. 6.º e 10.º do dec. de 21 de outubro de 1836, pedir à Administração Geral esclarecimentos sobre as confrarias extintas no distrito e o montante dos bens jacentes de cada uma, quais as que tinham sobras dos seus rendimentos e o montante dessas sobras para ser aplicado em beneficência, sendo nomeada uma comissão para analisar esta questão e apresentar um parecer sobre a mesma. A 30 de julho de 1839, foi proposto que, face ao estado lastimável de miséria e de completa ruína da Santa Casa da Misericórdia do Funchal e ao abandono em que se encontravam os presos na cadeia, as sobras dos rendimentos das confrarias existentes dessem entrada na tesouraria da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, como subsídio para encargos dessa instituição, assim como a criação de uma caixa de socorro para os pobres que se achavam encarcerados. A partir desta caixa, deviam ser asseguradas as despesas com a sustentação e o vestuário, a limpeza e os reparos das prisões.

O procurador à Junta Geral, Cón. José Joaquim de Sá, na reunião de 4 de maio de 1854, apresentou uma proposta para que a Misericórdia pudesse fazer lotarias, cedendo o Governo, a favor do mesmo estabelecimento, os 5 % que delas recebia, propondo ainda a suspensão das execuções fiscais para todas as dívidas contraídas até 1852. Na reunião de dia 12 desse mês, o mesmo procurador apresentou outro projeto, aprovado por unanimidade, para que a Junta pedisse ao Governo que a Santa Casa da Misericórdia do Funchal passasse a ser administrada por um provedor e uma mesa, na forma do seu antigo compromisso, e que lhe fosse aplicada legislação particular e privilégios iguais aos concedidos pelo Governo à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e ao Hospital de S. José. Nesse ano, a Junta Geral pediu ao Governo autorização para dispor dos rendimentos das extintas confrarias a favor do Asilo de Mendicidade e do Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal. O Governo concedeu a aplicação dos rendimentos e bens próprios das extintas confrarias de Nossa Senhora da Piedade, dos Reis Magos e das Almas ao Asilo e ao Hospital da Misericórdia. O governador civil solicitou à Junta Geral a criação de um rendimento fixo para estes estabelecimentos, dando ao pouco que restava dos socorros públicos uma aplicação mais conforme com a sua instituição. Esta medida foi atendida pelo Governo, por alvará régio de 13 de março de 1855.

O Governo central, através de portaria do Ministério do Reino de 28 de abril de 1855, mandou o governador civil proceder à reforma do Compromisso da Misericórdia, em conformidade com a port. de 3 de abril de 1852.

A 28 de novembro de 1864, Manuel José Vieira Júnior foi encarregado de examinar o estado de decadência da Misericórdia e do Hospital do Funchal, e de indicar as medidas necessárias para a resolução desse problema. Em 1868, as misericórdias de Machico, Santa Cruz e Calheta não possuíam os meios necessários para satisfazer as despesas do tratamento gratuito dos doentes dos seus concelhos, tendo estes que se deslocar para o efeito ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

Asilo de Mendicidade do Funchal

Em 1844, o governador civil do distrito, reconhecendo as vantagens do estabelecimento, no Funchal, dum asilo de mendicidade, pedia à Junta Geral o seu apoio e concorrência com as sobras dos rendimentos das extintas confrarias, sem prejuízo da sua antiga aplicação para o Hospital da Misericórdia do Funchal. A 8 de junho de 1844, a Junta Geral aprovou

a constituição dum asilo de mendicidade, deixando à sua disposição a soma proveniente dos rendimentos das extintas confrarias, que seria aplicada na Misericórdia do Funchal e no Asilo de Mendicidade. Foi também decidido que parte destes rendimentos seria usada para a construção de uma enfermaria de mendigos e inválidos que padecessem de moléstias, disformes, cegos, surdos e velhos decrépitos.

O Asilo de Mendicidade do Funchal foi então criado em 1847, depois da grave crise agrícola e comercial por que passou o distrito nos anos de 1846 e 1847, cabendo tal feito ao governador civil da Madeira, José Silvestre Ribeiro (1846-1852).

Em 1856, houve uma epidemia de cólera, que vitimou muitos madeirenses, deixando muitas crianças na orfandade e desamparadas, para as quais era necessário procurar abrigo. O governador civil de então decidiu adaptar algumas dependências do extinto Convento de S. Francisco, instalando ali um asilo destinado exclusivamente a crianças, ficando a sua direção a cargo do Asilo de Mendicidade, que, devido à falta de recursos para mantê-los separados, os uniu, em 1862, no Asilo de Mendicidade e Órfãos. Este estabelecimento pio não tinha bens próprios e vivia exclusivamente da caridade pública, o que lhe causava problemas em tempos de crise, pondo-se em causa por várias vezes a sua existência. O governador civil Jacinto António Perdigão (1863-1868) empenhou-se na defesa desta instituição de caridade, organizando e aprovando os seus estatutos, e obrigando a Câmara Municipal do Funchal a pagar-lhe uma dívida de cinco contos de réis de que o Asilo era credor, constituindo com este dinheiro o seu fundo permanente.

No entanto, o Asilo lutou sempre contra muitas dificuldades, que iam sendo ultrapassadas com a comparticipação da Junta, das câmaras municipais e do governo. Existia apenas um estabelecimento destes para uma população de mais de 100.000 habitantes. Por estas razões, a conservação dum estabelecimento deste género era de suma utilidade para o distrito. Mas não tinha fundos próprios. Os meios extraordinários de que se lançava mão (bazares, espetáculos, rendimentos de confrarias extintas, etc.) eram insuficientes para a sua manutenção. As comparticipações de beneméritos eram quase irrisórias. A Junta Geral contribuía com os meios que podia. A solução era a de que as câmaras votassem uma lei de dotação ao Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal, a exemplo do que acontecia em outros distritos. Além destas sugestões, a Junta decidiu autorizar o chefe do distrito a aplicar neste estabelecimento todos os rendimentos pertencentes às extintas confrarias, recomendando que este usasse todos os meios ao seu alcance para obrigar todos os devedores ao cofre dos socorros públicos a pagarem as suas dívidas para que fossem aplicadas no Asilo e na Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

A 6 de julho de 1863, o Cón. Filipe José Nunes propunha que a Junta Geral solicitasse ao Governo uma lei de dotação ao Asilo de Mendicidade e Órfãos desse distrito, sem o que tinha necessariamente de fechar-se a porta. Dois dias depois, apresentou, por parte da comissão do Asilo de Mendicidade e Órfãos, o seu parecer, recomendando ao governador civil que empregasse todos os meios ao



Fig. 2 – Abrigo de Nossa Senhora da Conceição, antigo Asilo de Mendicidade e Órfãos de 1850, Av. do Infante, Funchal (arquivo particular).

seu alcance para obrigar todos os devedores ao cofre dos socorros públicos a pagar as dívidas, cumprindo as condições a que se tinham obrigado perante o Governo Civil, pagando o capital e os juros. Pedia também ao Governo que as obras não se realizassem com o dinheiro dos pobres. Sugeria ainda que o Governo comprasse inscrições no valor dos cinco contos de réis que devia ao cofre das pensões da Companhia dos Trabalhos Braçais da Alfândega e que o rendimento dessas inscrições fosse aplicado à dotação dos asilos, com a obrigação de serem socorridos em suas casas, pelos mesmos asilos, os trabalhadores da Alfândega que ficassem inválidos.

O relatório do Governo Civil, apresentado à Junta em 1869, congratulava-se com os progressos do Asilo e chamava a atenção da Junta para a crescente mendicidade nas ruas da cidade, entendendo-se como mais correto deslocar os mendigos para o concelho da sua residência e impedir que recorressem à caridade pública os que não carecessem de socorrer-se dela, procedendo-se à matrícula de todos os mendigos que esmolava. Determinava ainda a criação, em todos os concelhos, de comissões permanentes que se incumbissem de obter nas suas localidades donativos em benefício do Asilo.

Em março de 1873, a questão volta a ser a mesma. Pedia-se ao Governo para que fosse concedido um subsídio de 50.000 réis mensais ao Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal, pagos pelo cofre central do distrito. No ano seguinte, propunha-se ao Governo que, de acordo com as leis de 12 de dezembro de 1844 e de 30 de junho de 1860, isentasse de todo o imposto os estabelecimentos de caridade, asilos e misericórdias.

Expostos

Os expostos também constituíam uma preocupação para os governantes madeirenses. Segundo as Ordenações Manuelinas de 1521, competia às câmaras municipais suportar o custo do sustento e da educação das crianças abandonadas, nos respetivos concelhos, até



Fig. 3 – Caridade, oficina de Bartolomeu Antunes e Nicolau de Freitas, c. 1730 (igreja da Lombada dos Esmeraldos, Ponta do Sol).

aos sete anos de idade. Devido às constantes crises que afetaram a Madeira, as câmaras, por não terem fundos, deixaram de poder cumprir com esse preceito, sendo necessário tomar providências para evitar o descalabro neste serviço fundamental para a comunidade.

No início do Liberalismo, devido às dificuldades, as câmaras deixaram de remunerar as amas que cuidavam dos expostos, ficando em dívida para com elas durante muitos anos, e deixando de cumprir a lei de 7 de outubro de 1837, que as obrigava a pagar. Havia a consciência pública da enorme dívida das câmaras às amas e da impossibilidade em que se encontravam os municípios de fazerem esse pagamento. A Junta Geral entendia que devia proporcionar às câmaras os meios necessários para a regularização do serviço de amas, de forma a assegurar aos expostos um bom tratamento. A port. de 17 de dezembro de 1840 dava preferência ao pagamento

da dívida às amas dos expostos em relação a todas as outras despesas municipais, impondo que os pagamentos atrasados fossem feitos num curto espaço de tempo, em prestações mensais.

Em 1854, pelas contas relativas à sustentação dos expostos, sabe-se que as câmaras do distrito deviam às amas, até 31 de março desse ano, a quantia de 18.379.232 réis. A Junta Geral entendia que era urgente criar uma receita específica para fazer face a esta despesa, sugerindo a criação dum imposto sobre o mel e os figos importados, mas, reconhecendo os problemas que causaria à comercialização desses produtos, decidiu solicitar ao Governo um auxílio extraordinário para pagamento daquela dívida, comprometendo-se as câmaras, a partir dali, a cumprir o integral pagamento anual desta despesa. Para impedir o progressivo aumento de expostos, cuja despesa poderia absorver a maior parte dos rendimentos das câmaras, recomendava uma vigilância apertada sobre as mulheres solteiras em estado de gravidez, para que fossem obrigadas não só a apresentar os filhos como a criá-los. Para a regular sustentação dos expostos, a comissão administrativa entendia que devia manter-se a deliberação da Junta de 18 de junho de 1845, a qual estabelecia que as câmaras concorressem para a caixa dos expostos com uma quota proporcional à sua receita.

Em 1855, na apresentação do seu relatório, o governador civil informava a Junta de que tinham sido adotadas medidas para normalizar a administração dos expostos. No entanto, esta situação parecia insolúvel. Em 1858, assumia-se que as dívidas das câmaras às amas dos expostos eram demasiado avultadas, não lhes sendo possível acertar as contas, mesmo que recorressem à criação de novos impostos e novas derramas, que, nesse momento, eram considerados incompatíveis com a miséria da população. Muitas amas, a quem as câmaras deviam avultadas quantias, querendo emigrar, abdicavam da totalidade da dívida para poderem receber uma parte, mas as câmaras não podiam aceitar tais propostas por lhes ser impedido por lei essa faculdade.

No final do ano de 1857, o número de expostos em todo o distrito era de 972 (dois anos antes, ordenara-se às câmaras que colocassem um cognome aos expostos no ato do batismo, a fim de melhor serem conhecidos no recenseamento), e a despesa com a sua sustentação atingiu 12.385.910 réis, a qual foi distribuída pelas câmaras municipais, através de quotas calculadas segundo a receita de cada uma no decurso desse ano. Da falta de meios com que lutavam as câmaras municipais, resultava que as amas dos expostos eram credoras de 37.145.475 réis, quantia que dificilmente seria amortizada sem o lançamento de uma derrama para este fim.

Em 1863, o Cón. Filipe José Nunes, que fazia parte da comissão dos expostos, considerava que as rendas do concelho do Funchal eram, na sua quase totalidade, consumidas pelos expostos. Solicitava que se determinasse que as câmaras municipais, sempre que fosse possível, fizessem com que os expostos fossem criados por amas domiciliadas no mesmo concelho e não por amas que residissem noutros concelhos. Desse modo, seria mais fácil não só evitar alguns abusos, mas também fiscalizar o bem-estar dos expostos.

A 11 de julho desse ano, a verba de 8850.000 réis, proposta no orçamento e aprovada para sustentação dos expostos a cargo das câmaras municipais do distrito, foi distribuída na proporção das contas da receita das referidas câmaras no ano civil de 1862.

CONCELHOS	RECEITAS	QUOTA
Funchal	24.980.431	5.592.715
Santa Cruz	1.939.703	434.267
Machico	1.670.592	374.018
Santana	772.788	173.014
São Vicente	1.035.005	231.720
Porto do Moniz	664.714	148.818
Calheta	1.614.325	361.420
Ponta do Sol	3.162.820	708.103
Câmara de Lobos	2.620.950	586.787
Porto Santo	1.068.137	239.138
Totais	39.529.465	8.850.000

Fig. 4 – Tabela das quotas dos concelhos para os expostos em 1862 (em réis) (relatório da Junta Geral do Distrito).

A verba de 3.581.160 réis, destinada à amortização da dívida das câmaras relativa à criação dos expostos, foi, pela mesma forma e proporção, distribuída por elas, como mostra a tabela seguinte.

CONCELHOS	DÍVIDA	QUOTA
Funchal	24.980.431	2.263.099
Santa Cruz	1.939.703	175.726
Machico	1.670.592	157.346
Santana	772.788	70.010
São Vicente	1.035.005	93.765
Porto do Moniz	664.714	60.219
Calheta	1.614.325	146.249
Ponta do Sol	3.162.820	286.535
Câmara de Lobos	2.620.950	237.444
Porto Santo	1.068.137	96.767
Totais	39.529.465	3.581.160

Fig. 5 – Tabela do subsídio da Junta Geral para a amortização da dívida relativa à criação dos expostos em 1862 (relatório da Junta Geral do Distrito).

A 7 de dezembro de 1864, a Junta Geral, sob proposta do governador civil, tomou a decisão de criar, no Governo Civil, uma repartição central, a cujo cargo ficava exclusivamente o serviço dos expostos e dos estabelecimentos pios e de beneficência do distrito, exercendo uma assídua e ativa fiscalização da administração dos mesmos serviços, de forma a poder diminuir a despesa com a sustentação das crianças enjeitadas.

Em 1864, a verba de 6850$000 réis, proposta no orçamento e aprovada para a sustentação dos expostos a cargo das câmaras municipais do distrito, foi distribuída na proporção das contas de receita das respetivas câmaras no último ano económico, como demonstra a tabela seguinte.

CONCELHOS	RECEITAS	QUOTA
Funchal	310.041.030	4.618.000
Santa Cruz	2.034.590	298.000
Machico	1916.290	286.000
Santana	851.740	126.000
São Vicente	733.450	110.000
Porto do Moniz	845,890	116.000
Calheta	2.134.000	320.000
Ponta do Sol	4.235.310	660.000
Câmara de Lobos	1.407.430	210.000
Porto Santo	727.000	106.000
Totais	45.924.730	6.850.000

Fig. 6 – Tabela das quotas dos concelhos para os expostos em 1864 (em réis) (relatório da Junta Geral do Distrito).

A verba destinada à amortização da dívida das câmaras relacionada com a criação dos expostos foi, pela mesma forma e na devida proporção, distribuída pelas câmaras do modo seguinte:

CONCELHOS	DÍVIDA	QUOTA
Funchal	27.561.600	2.756.160
Santa Cruz	2.289.045	2.28.904
Machico	839.645	83.964
Santana	149.755	14.975
São Vicente	293.090	29.309
Porto do Moniz	-	-
Calheta	2.704.180	270.418
Ponta do Sol	1.014.300	101.430
Câmara de Lobos	1.091.715	109.171
Porto Santo	-	-

Fig. 7 – Tabela do subsídio da Junta Geral para a amortização da dívida relativa à criação dos expostos em 1864 (relatório da Junta Geral do Distrito).

A partir de 1865, o serviço de expostos deixou de ser municipal para passar a ser distrital, e a partir desse ano, as contas desse serviço deviam ser apresentadas ao respetivo tribunal, tendo a administração dos expostos melhorado sensivelmente. O governador civil dava conta da melhoria da situação dos expostos, tendo o seu número baixado de 657, em 1863, para 527, em 1865. O número médio de exposições nos seis anos decorridos entre 1857 e 1862 foi

de cerca de 171. A despesa média anual, em cada um dos anos do referido período, foi de 10.090.389 réis. Em 30 de junho de 1865, o número de expostos em criação estava reduzido a 456. O número de crianças expostas em todo o ano foi de 83, das quais 18 foram entregues aos pais, ficando por isso reduzidas a 65.

Durante o mesmo ano, foram contabilizadas 48 mortes, ou seja, 1 em cada 12 expostos faleceu. A despesa, em todo o ano, foi de 5.804.780 réis, incluindo a verba destinada aos subsídios às mães pobres. Estes números eram considerados a recompensa pelo trabalho desenvolvido neste campo. Os estabelecimentos de beneficência melhoraram também sensivelmente nas suas condições económicas e no seu regime interno, devido aos esforços e ao zelo das administrações a que estavam confiados.

Os resultados foram surpreendentes. Em 1865, o governador civil constatava que a despesa com o serviço dos expostos tinha sido de 5.390.080 réis, e no projeto de orçamento para o ano de 1866, a previsão era de 5.100.000 réis. No entanto, as dívidas às amas continuavam sem solução à vista. Em outubro de 1869, foi enviado à Junta Geral um requerimento de várias amas, pedindo que lhes mandasse pagar os ordenados vencidos há três anos. Em 1868 e 1873, as quotas para o serviço de expostos ficaram assim distribuídas:

CONCELHOS	QUOTA DE 1868	QUOTA DE 1873
Funchal	2.367.800	1.649.000
Santa Cruz	253.000	212.000
Machico	343.500	205.000
Santana	321.700	202.000
São Vicente	210.000	187.500
Porto do Moniz	245.000	96.600
Calheta	286.500	277.900
Ponta do Sol	297.400	235.000
Câmara de Lobos	287.500	171.000
Porto Santo	138.600	103.000
Totais	4.751.000	3.339.000

Fig. 8 – Tabela das quotas dos concelhos para os expostos em 1868 e 1873 (em réis) (relatório da Junta Geral do Distrito).

No início do ano de 1873, existiam, em todo o distrito, 222 expostos (104 do sexo masculino e 118 do sexo feminino), tendo sido de 2.713.785 réis a despesa com a sua sustentação. No ano seguinte, existiam 227 expostos (109 do sexo masculino e 118 do sexo feminino), tendo-se mantido a mesma verba para a sua manutenção. A mortalidade, nos anos de 1871 e 1872, foi de 25, e nos de 1872 e 1873, de 14.

Em 1873, a epidemia de varíola causou 1007 vítimas, sendo a primeira infância a mais afetada; nos concelhos da Ponta do Sol e de Câmara de Lobos, onde existiam mais de 2/3 dos expostos, a epidemia fez 209 vítimas. Foi diminuto o número de casos fatais havidos nos expostos devido à eficácia da vacina preventiva dessa doença.

No orçamento do distrito para os anos de 1874 e 1875, previa-se que as câmaras municipais contribuíssem para a sustentação dos expostos, em 1875, com um total de 3.486.000 réis.

Mutualismo

Nos sécs. XIX e XX, a assistência e a solidariedade ganham novas formas de manifestação laicas, através do mutualismo, que tem diversas formas de expressão, por meio de associações de socorros mútuos, de associações mutualistas, que contemplam grupos socioprofissionais ou apenas aqueles que manifestam o desejo de se apoiar mutuamente, assumindo uma atitude laica e substituindo-se ao Estado, que só virá a assumir esta posição de proteção social muito mais tarde. Relativamente a estas instituições, destaque-se a criação, em 1840, por um grupo de funcionários do Estado, do Montepio dos Empregados do Estado.

Ainda em termos de associações de cariz filantrópico, neste caso com a finalidade de apoiar e promover o ensino, existiam a Sociedade Auxiliadora da Instrução Primária (19 out. 1858), a Associação Académica do Funchal (1 nov. 1884); a Associação de Protecção e Instrução do Sexo Feminino Funchalense

(1878); a Associação Filantrópica dos Estudantes do Funchal (13 maio 1892); e a Assistência Protectora dos Estudantes Pobres (1907). Juntava-se ainda a Sociedade Filantrópica Académica (23 dez. 1849), fundada pelo madeirense Feliciano Augusto de Bento Correia, quando estudava Direito em Coimbra.

Em 1863, a população do distrito em idade própria para receber a instrução primária não excederia muito as 6000 almas. A frequência, em 1862, fora de 2704 indivíduos, distribuídos do seguinte modo: 1341 nas escolas municipais e 620 nas particulares. Dos 2704 alunos, 1113 pertenciam ao sexo feminino. Constatava-se que, havia poucos anos, apenas existia uma escola régia para o sexo feminino em todo o distrito. Nessa altura, a educação da mulher era completamente descurada pelo homem. Nesse ano, já contava o distrito com nove escolas régias para o sexo feminino e algumas outras particulares. A Junta, entusiasmada com estes números, ia criando escolas mais próximas das populações.

Os únicos meios considerados eficazes para combater e cortar pela raiz a mendicidade eram a difusão da instrução, a generalização dos princípios económicos, disseminados pelas massas, revestidos com a linguagem própria e a elas acessível, e o amor pela religião. Assim sendo, a Junta Geral tentou, pelos meios ao seu alcance, divulgar entre a população as vantagens da instrução pública, embora reconhecesse que o quadro de dificuldades não fosse propício ao desenvolvimento da escolaridade, mesmo tendo as estatísticas da época revelado alguns progressos. O número de escolas era então muito limitado, e o acesso a elas era muito difícil.

Relativamente a um outro sector, o dos bordados, entre finais do séc. XIX e meados do seguinte, este era um dos que espelhava maiores carências, que só vieram a ser contempladas pela Caixa de Previdência a partir de 1946. Todavia, para atender à pobreza das bordadeiras, surgiram formas de apoio social. Em 1894, surgiu a Sociedade José Júlio Rodrigues de Protecção das Bordadeiras e, em 1907, as casas de bordados criaram uma caixa de socorro.

No início do séc. XX, o Hospital do Funchal, que desde há vários anos caminhava em progressiva decadência, começava a levantar-se dia a dia do abatimento em que jazia, e diminuíam as dificuldades penosíssimas que lhe eram já quase vida normal. O Asilo de Mendicidade tinha melhorado sucessivamente, devido ao empenho dos poderes do distrito e às verbas que ali tinham sido investidas. As maiores dificuldades encontradas advinham da falta de estatutos aprovados que dessem vida legal. A administração das confrarias continuava atestando a necessidade de acudir-lhe com alguma providência que habilitasse esses estabelecimentos a satisfazerem melhor os fins da sua instituição e a produzirem o bem que se esperava deles.

Em 1913, já com a república implantada no país, a Junta Geral, atenta à questão social, decidiu auxiliar diferentes instituições de solidariedade social com um subsídio anual, cabendo à Santa Casa da Misericórdia do Funchal e ao Asilo de Mendicidade 1.000.000 réis, aos órfãos do Funchal, 800.000 réis, ao Auxílio Maternal, 300.000 réis, à Assistência de Crianças Fracas, 300.000 réis. Foi ainda decidido pedir ao Governo a dispensa da contribuição de 1500$000 réis para o fundo especial de beneficência, que em nada aproveitava ao distrito, devendo essa verba reverter para benefício do Hospital Civil, para tratamento de tuberculosos indigentes. A 15 de maio de 1916, foi decidido subsidiar a sopa económica com a quantia de 200.000 réis, e a Assistência Protectora dos Estudantes Pobres com igual verba.

A Junta Geral comparticipou apoios à beneficência, em 1915, com cerca de 30.000.000 réis, e, no ano seguinte, com uma verba semelhante, distribuída pelo Manicómio Câmara Pestana, expostos e desvalidos, Asilo dos Velhinhos, Sopa Económica, Assistência Protectora dos Estudantes Pobres, Vítimas dos Temporais na Ribeira da Janela. A Junta mantinha ainda 20 alunos pobres na Escola de Utilidades e Belas Artes, e também no posto de desinfeção, fornecendo gratuitamente aos pobres colchões, enxergões e roupa de cama, entre outros materiais.

Esta política assistencial do Estado na Madeira ganha expressão em algumas das classes profissionais mais desfavorecidas, como os pescadores, com a criação das casas dos pescadores do Paul do Mar e da Madalena do Mar, e da assistência médica em Câmara de Lobos, Paul do Mar (1944), Funchal (1952), Caniçal (1954), etc.

Estatutos: *Estatuto da Congregação de Nossa Senhora da Soledade*, Funchal, 1857; *Estatuto da Associação de Beneficência do Funchal*, Funchal, 1862, 1872 e 1979; *Estatuto da Sociedade Humanitária do Funchal*, Funchal, 1863; *Estatuto da Associação Catholica do Funchal com o Regulamento para a Execução dos Art.ºs 4.º e 48.º*, Funchal, 1874 e 1876; *Estatuto da Sociedade Cooperativa de Consumo e Credito do Funchal*, Funchal, 1875; *Estatuto da Companhia de Seguros Madeirense*, Funchal, 1877; *Estatuto da Associação Madeirense Promotora do Bem Publico e do Auxilio Mútuo*, Funchal, 1878; *Estatuto da Confraria de S. Paulo Erecta na Capela do Mesmo Nome*, Funchal, 1880; *Estatuto da Sociedade de Socorros Mútuos Denominada Associação de Beneficência do Funchal*, Funchal, 1888; *Estatuto da Associação Protectora dos Pobres*, Funchal, 1889; *Estatuto da Associação Philantropica dos Estudantes Funchalenses*, Madeira, 1892; *Estatuto da Associação de Socorros Mutuos "4 de Setembro de 1862"*, Lisboa, 1895; *Estatuto da Associação de Classe dos Industriais Madeirenses*, Funchal, 1901; *Estatuto da Associação de Socorros Mútuos do Monte Pio Marítimo Funchalense*, Funchal, 1902; *Estatuto da Associação de Soccorros Mutuos do Sexo Feminino do Funchal "15 de Setembro de 1901"*, Funchal, 1902; *Estatuto da Associação de Beneficência Auxilio Maternal do Funchal*, Funchal, 1903; *Estatuto da Caixa Económica Districtal Funchalense*, Funchal, 1904; *Estatuto da Associação de Socorros Mutuos Monte Pio Madeirense*, Funchal, 1905; *Estatuto da Associação de Soccorros Mutuos Reforma dos Operarios Madeirenses*, Funchal, 1905; *Estatuto da Associaçao de Soccorros Mutuos "4 de Setembro de 1862"*, Funchal, 1907; *Estatuto da Companhia de Seguros Garantia Funchalense*, Funchal, 1907; *Estatuto da Associação Assistencia a Creanças Fracas*, Funchal, 1908; *Estatuto da Associação de Soccorros Mutuos Monte Pio Madeirense e da Caixa Economica Adjunta*, Funchal, 1913.

Compromissos: *Compromisso da Confraria da Misericordia*, Funchal, 1631, 1906 e 1942; *Compromisso da Confraria de N. Senhora da Graça, Orago da Parochial Igreja da Freguesia do Estreito de Câmara de Lobos*, Lisboa, 1829; *Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Monte do Carmo Estabelecida na Igreja do Mesmo Nome*, Funchal, 1890; *Compromisso da Confraria do Escapulario e Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, do Funchal*, Funchal, 1894; *Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Rosário Erecta na Freguesia de S. Vicente*, Funchal, 1902; *Compromisso da Confraria do Santissimo Sacramento da Freguesia de Santa Luzia*, Funchal, 1910; *Compromisso da Confraria do S. S. Sacramento da Freguesia do Caniço*, 1902; *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia do Funchal*, Funchal, 1927.

Regimentos: *Regimento ou Regulamento do Hospital Real de Santa Isabel da Cidade do Funchal Ilha da Madeira, Sendo Provedor da Mesma Santa Casa o Excellentissimo [...] D. Fr. Joaquim de Menezes Attaide. Anno de 1816, Confirmado por Provisão Régia de 19 de Outubro de 1819*; *Regimento do Hospital Real de Santa Isabel da Cidade do Funchal [...] Sendo Provedor D. Fr. Joaquim de Menezes e Athaide*, Lisboa, 1819; *Regimento do Hospital Nacional e Real de Sancta Isabel da Cidade do Funchal, Provincia da Madeira. Anno de 1834*, Funchal, 1840; *Regimento do Hospital Nacional e Real de Santa Isabel da Cidade do Funchal*, Funchal, 1840.

Regulamentos: *Regulamento Interno do Hospital da Santa Casa da Misericordia do Funchal*, Funchal, 1907; *Regulamento Interno da Santa Casa da Misericórdia do Funchal*, Funchal, 1928.

Bibliog.: *O Patriota Funchalense*, 21 maio 1823.

† Alberto Vieira
Emanuel Janes

Bens da Igreja

Seguindo o padrão de heterogeneidade que caracteriza a Igreja, os seus bens revestem, igualmente, múltiplas formas, montantes e categorias, o que os torna difíceis de contabilizar, e logo, de estudar. A Igreja madeirense padece de similar inconveniente, ao qual se deve aliar a quase ausência de estudos específicos. Excetua-se o verbete "Bens" da autoria de Fernando Jasmins Pereira (PEREIRA, 1991, 325-349) e os capítulos dedicados à economia das instituições religiosas. A quase impraticabilidade do estudo reside na multiplicidade dos bens, quer do clero secular, quer do regular, como das diversas instituições para-religiosas de carácter assistencial, de que são exemplo as confrarias, as Misericórdias e os hospitais, ou as instituições de ensino, como colégios e seminários, além das comendas, das Ordens Militares e da Inquisição. Nessa tentativa de estudar os bens da Igreja madeirense numa perspetiva

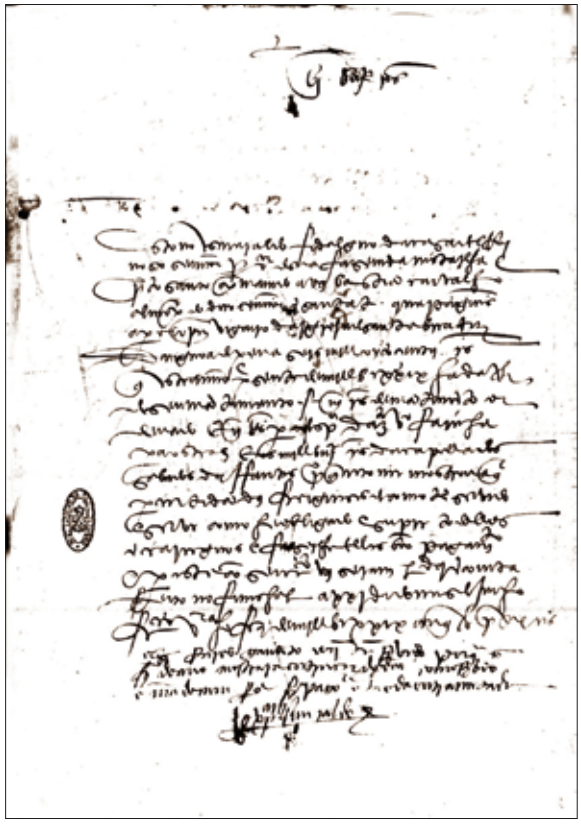


Fig. 1 – Mandato de pagamento da côngrua para o vigário da igreja de S.ta Beatriz de Água de Pena na ilha da Madeira, Lisboa, 20 de julho de 1530 (ANTT, Corpo Cronológico).

histórica, será imprescindível atentar tanto aos de raiz como aos móveis, e igualmente aos rendimentos auferidos ao longo dos séculos e transversalmente às instituições referidas.

Clero secular

A Ordem de Cristo marcou indelevelmente a história da Igreja madeirense. Apesar de se tratar de um período de relativa curta duração, a doação, a 26 de setembro de 1433, de todo o governo espiritual das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas a essa instituição senhorial, pelo monarca D. Duarte, irá definir toda a interação entre a coroa e a mitra funchalense nos tempos seguintes. Este apanágio garantia à Ordem, além de amplos poderes decisórios sobre a administração eclesiástica do arquipélago, a cobrança do dízimo. Porém, o direito de coleta e a jurisdição recebida obrigava a diversos encargos, tanto espirituais como temporais. O dízimo, imposto eclesiástico de um décimo que recaía sobre o trabalho e sobre os produtos produzidos, colhidos e comercializados, era a parcela que "Deus para si reservou, dos bens que deu ao povo", como definem as *Constituições Sinodais* (BARRETO, 1585, 134). Todavia, D. Manuel I, simultaneamente grão-mestre da Ordem de Cristo e monarca da coroa portuguesa, de forma a legitimar a cobrança do dízimo, tornou, em 1497, as ilhas "realengas". Desde esse momento, e principalmente após 1515, ano em que se outorgaram forais às vilas do Funchal, Calheta, Machico, Ponta do Sol e Santa Cruz, os dízimos sobre os cereais (trigo, cevada, milho e centeio), vinho, gado, animais domésticos e seus derivados (leite, queijo, manteiga, ovos e lã), pescado, hortaliças, fruta, cera e mel passaram a ser cobrados pela Fazenda Régia. Os condicionalismos que a Ordem de Cristo impôs à Igreja secular madeirense advêm das incumbências que a possibilidade de cobrarem os direitos eclesiásticos acarretava, mormente em relação aos preceitos económicos. Só esse facto explica a persistência dos pedidos de autorização efetuados pelo bispo à Mesa da Consciência e Ordens e ao monarca, pois a bula *Pro Excellenti Proemientia*, fundadora do bispado do Funchal em 1514, extinguiu *de jure* as prerrogativas da Ordem no arquipélago. Todavia, *de facto*, o monarca, que sempre fez questão de se intitular governador e perpétuo administrador da Ordem, foi invariavelmente consultado quando havia necessidade de se dispensar fundos para a administração do culto.

Eram encargos temporais da Ordem de Cristo a manutenção do culto católico e a sustentação dos seus ministros. O primeiro referia-se à construção e conservação dos templos e à compra ou doação das alfaias litúrgicas necessárias ao culto, enquanto o segundo consistia na atribuição das côngruas. Apesar de ser considerada uma competência exclusiva dos fiéis, que deveriam utilizar as verbas provenientes de doações e de peditórios públicos, a edificação das igrejas recebeu regularmente a comparticipação estadual. A catedral funchalense é exemplo disso. Após a doação do "campo do Duque", em 1485, D. Manuel canalizou diversos fundos, como a renda da imposição do vinho ou a metade das penas pecuniárias devidas à Ordem e ao senhorio, para a construção da nova igreja. De igual modo, a coroa despendeu, a título de exemplo, em 1690, 2.231.600 réis ["réis" é a designação do real após 1581] para a construção da igreja paroquial da Ponta do Pargo e, em 1744, 7.980.000 réis para a do Faial, e desembolsou, em 1688, 900.000 réis para as obras de reparação da igreja de N. S.ª do Monte. Porém, em algumas situações,



Fig. 2 – Lampadário de prata da Sé do Funchal, c. 1590 (Museu de Arte Sacra do Funchal) (fotografia de Pedro Clode de Sousa, 2005).

ao que parece, a coroa auxiliou construindo ou conservando somente a capela-mor, deixando o corpo daa igreja a cargo dos fiéis. Assim aconteceu em 1688, pagando a Fazenda Régia 345.000 réis pela capela-mor da igreja do Porto da Cruz, e em 1754, gastando 2.400.000 réis na capela-mor da igreja de S. Jorge. Além dessas contribuições esporádicas, D. Manuel estipulou, desde 1487, a doação de 5000 reais anuais para a compra de ornamentos, alfaias litúrgicas ou pequenas reparações.

Ao considerar os bens de raiz da Igreja, as casas dos párocos necessitam de ser referenciadas, ainda que pouco se saiba sobre elas. Tratando-se de um meio necessário aos ministros para a administração do culto, principalmente após a obrigatoriedade tridentina de o pároco residir na paróquia onde exerce funções, deveria ser obrigação da Ordem de Cristo a construção dessas casas. Todavia, terá sido quase sempre o povo, ou mesmo o pároco, a despender os gastos para a edificação. Assim aconteceu em São Martinho, no final do séc. XVI. Nas visitações pastorais a esta paróquia, em 1588, D. Luís de Figueiredo de Lemos referiu que a casa do pároco tinha sido construída no adro da igreja, prejudicando as procissões que aí deveriam ocorrer. De modo a solucionar o problema, incitava aos fregueses a que doassem uma porção de terreno defronte da igreja para que o pároco fizesse a sua casa. No ano seguinte, o visitador informou que o pároco não construiu a casa, apesar de já possuir o terreno, pedindo que os fiéis o ajudassem por a sua renda ser diminuta.

Contrariamente ao que sucedeu no continente, a Igreja madeirense não foi dotada de bens patrimoniais que assegurassem a sua subsistência. Isto, porém, não significa que não possuísse propriedades, mas que estas foram poucas e que delas não se auferia grandes rendimentos. A existência desse património é comprovada pelas *Constituições Sinodais* de 1585. Nelas se estabelecia que cada pároco deveria manter um tombo de propriedades da fábrica da igreja e que era obrigado a explorá-las, diretamente ou através do seu aforamento. Foi assim com as sete casas foreiras à fábrica da Sé, que



Fig. 3 – Título dos foros de juro das confrarias da matriz do Caniço, 1733 (fotografia de Fábio Correia, 2006).

rendiam anualmente 30.000 réis, ou seja, 14 % das receitas da fábrica desse ano. Porém, se o património imobiliário não produzia a maioria dos rendimentos do clero secular e a arte sacra e as alfaias não traziam proventos regulamente, pois normalmente eram reaproveitadas e não vendidas, o clero secular subsistia através dos rendimentos que auferia pelo seu trabalho.

No que concerne às rendas auferidas, é necessário distinguir entre as receitas dos clérigos seculares e as das suas igrejas. O principal provento dos clérigos resultava da côngrua recebida. Todavia, para estes alcançarem os cargos de maior valor necessitavam ascender a clérigos de ordens sacras – subdiáconos, diáconos ou presbíteros –, o que implicava possuir uma renda prévia. Segundo as *Constituições Sinodais*, em 1585, aos aspirantes a ordens sacras exigia-se a posse de um património, pessoal e a título perpétuo, no valor anual de 10.000 réis, para que se pudessem autossustentar, evitando os trabalhos impróprios e a mendicidade, ofensivas à dignidade clerical. Porém, por esse valor não bastar, devido ao incremento do preço dos produtos e ao decréscimo da produtividade das propriedades, D. Luís Figueiredo de Lemos aumentou o valor para 16.000 réis em 1597. Este rendimento não poderia ser dissolvido ou doado sem a autorização episcopal, devendo somar-se o valor da côngrua e outros rendimentos para se conhecer integralmente o valor do vencimento clerical.

A côngrua consistia num estipêndio pago pela Fazenda Régia que correspondia à compensação atribuída à clerezia pelos serviços espirituais. Esse vencimento, estipulado pelo monarca sob proposta do bispo, era pago em dinheiro ou de forma mista, entre numerário e géneros, e variava consoante os serviços ou cargos exercidos, o lugar do exercício das funções e, desde 1572, o número de paroquianos. A primeira informação relativa às côngruas data de 1485 e informa que D. Manuel definiu para o vigário do Funchal 50.000 reais anuais, para o de Machico 20.000 reais e para cada um dos nove raçoeiros nessas localidades 8000 reais. Já em 1490, D. Manuel I atribuiu ao vigário do Funchal, Fr. Nuno Cão, 3000 reais, três moios de trigo, duas pipas de vinho, doze cabritos, doze frangos, duas arrobas de açúcar e 2/3 do pé-de-altar. Para os sécs. XVI e XVII, os documentos relativos aos pagamentos dos clérigos, presentes no Corpo Cronológico ou no fundo do Cabido da Sé do Funchal na Torre do Tombo, são abundantes. Fernando Jasmins Pereira estudou em profundidade este tema, publicando a maioria dos valores das côngruas e a sua evolução. É conveniente distinguir as côngruas dos clérigos das igrejas paroquiais das do clero catedralício. Sabe-se que este último possuía os rendimentos mais elevados. O bispo recebia a maior côngrua da ilha. Quando a mitra foi constituída, a côngrua ficou estabelecida em 200.000 reais, sendo constantemente acrescentada até valer 1200 réis, 10 moios de trigo e 5 de cevada em 1603. Porém, em 1673, com D. Gabriel de Almeida, os rendimentos foram alterados, fixando-se o vencimento em 266.600 réis, 49 moios e 26 alqueires de trigo, 2,5 moios de cevada e 101 pipas e 9 almudes de vinho. Além destas quantias, o bispo recebia ainda ajudas de custo para pagar a deslocação ao bispado, a realização de visitações, a expedição de bulas e breves papais, os vencimentos ao provisor do bispado e ao vigário-geral e para despender em esmolas. Em 1736, D. Fr. Manuel Coutinho recebeu 100.000 réis para pagar aos oficiais e 160.000 para esmolas. É de notar que esta côngrua era vitalícia por o bispado ser um cargo inserido no sistema beneficial. De igual modo, alguns dos cargos da Sé recebiam perpetuamente o seu vencimento. Assim acontecia com as dignidades, os cónegos, os meios-cónegos e o mestre da capela. Os cónegos começaram por receber 12.000 reais, sendo aumentados até receberem 60.000 réis em 1595. Os outros elementos da Sé, como o sacristão, o sineiro, o escrivão, o organista, o pregador, os capelães, os curas, o subchantre, os moços do coro, o altareiro, o porteiro e o aljubeiro, recebiam a sua côngrua durante o ano ou anos que serviam, podendo ser substituídos caso o bispo ou o cabido pretendessem. A título de exemplo, sabe-se que, em 1736, os dois curas da Sé receberam, cada um, um moio e 36 alqueires de trigo, sete pipas, 17 almudes e duas canadas de vinho. Já cada um dos 10 capelães, no mesmo período, recebeu 8700 réis, um moio e 23 alqueires de trigo e três pipas de vinho. Ao analisar-se as côngruas em valor monetário apercebemo-nos de que, a partir do séc. XVII, o seu valor baixou bruscamente, como demonstram as tabelas apresentadas por Fernando Jasmins Pereira. Essa quebra é justificada pelo pedido dos capitulares ao monarca para lhes modificar as côngruas, adotando-se o modelo da Diocese de Angra, onde os vencimentos recebidos correspondiam a 2/3 em trigo e vinho e o restante em dinheiro, com a equivalência de 6000 réis por cada moio de trigo e 3000 réis por pipa de vinho.

Os eclesiásticos que serviam nas paróquias recebiam igualmente os seus rendimentos provenientes da Fazenda Régia. Analogamente ao ocorrido na Sé, estes receberiam perpetuamente a côngrua caso fossem párocos, beneficiados ou tesoureiros, ou consoante o período dos seus ofícios se fossem curas ou organistas. Critérios de isolamento ditaram as diferenças entre os vencimentos dos párocos. Porém, desde 1572, e até 1577, aplicou-se a mesma medida que à diocese angrense – ainda que neste caso tenha sido feita por carta geral –, uniformizando os vencimentos dos párocos consoante o número de paroquianos. Os presbíteros que cuidassem de menos de 100 fiéis receberiam 20.000 réis, enquanto nas paróquias que continham entre 100 e 200 crentes os párocos

auferiam 25.000 réis e os que tivessem mais de 200 paroquianos a seu cargo arrecadavam 34.000 réis (*Ibid.*, 336). E também estes viram os seus rendimentos comutados em géneros.

Para o pagamento das côngruas, o bispo ou o cabido escolhiam um prioste, que poderia ser clérigo ou leigo, que era encarregado de distribuir os valores devidos a cada eclesiástico. Este valor era pago pela Fazenda Régia, através dos almoxarifados da ilha. O dinheiro era dividido em três parcelas para ser pago aos quartéis do ano, enquanto os géneros eram solvidos pelos recebedores dos diversos sítios de onde se recolhia o dízimo e entregues por estes aos sacerdotes nas alturas das colheitas. Mas os atrasos nos pagamentos, mormente do trigo e do vinho, foram constantes. Observe-se que, em 1626, o cabido e a clerezia se queixavam da falta de pagamentos pontuais, devendo a Fazenda Régia cerca de 91 moios e 45 alqueires de trigo e 203 pipas de vinho desde 1614.

Além das côngruas, os clérigos recebiam outros rendimentos. Por exemplo, os párocos e os beneficiados das colegiadas auferiam parte do pé-de-altar, um rendimento pago pelos fiéis pelo cumprimento de serviços como batizados, casamentos e enterros. Outro rendimento destinado somente aos párocos correspondia à gratificação pela realização das Missas dos Infantes, no valor de 3000 réis anuais. Tratava-se do rendimento destinado por D. Manuel I para memória do infante D. Henrique, sendo inicialmente de seis marcos de prata, mas sete para Fr. Nuno Cão para que organizasse a realização das missas, aos sábados, em todas as paróquias da ilha. Outros eclesiásticos recebiam pela prestação desse serviço. Por exemplo, o cónego penitenciário recebia 20.000 réis, além da sua côngrua, pela prestação desde serviço; o escrivão da visitação de São Martinho, em 1588, recebeu 200 réis pelo seu serviço; e certamente que os clérigos extravagantes, por não possuírem nenhuma côngrua, eram recompensados pelos possuidores de capelas e ermidas que lhes pagavam pelas missas oficiadas ou, num regime mais recorrente, recebiam capelanias que os sustentavam.

Em 1581, estas despesas correspondiam a 39 % dos gastos em dinheiro que a Fazenda



Fig. 4 – Cura, seminarista e vigário, litografia *Priests in Different Atires*, Londres, 1821 (ABM, Arquivos Particulares).

Régia despendia no arquipélago da Madeira (MIRANDA, 1994, 167). Nos anos e séculos seguintes, deveriam corresponder a muito mais. Porém, é difícil avaliar se as côngruas e os restantes rendimentos serão avultados para a sociedade em questão. É verdade que, efetuando-se determinadas comparações, como fez Azevedo e Silva, comparando a côngrua do bispo do Funchal, em 1594 – 600.000 réis, 10 moios de trigo e 5 de cevada – com o vencimento de 20.000 réis anuais de um médico, se constata uma grande discrepância. Todavia, não nos esqueçamos de que os rendimentos eram muitas vezes pagos com atraso, de que nem todos os clérigos recebiam tão avultada quantia e de que falta correlacionar os preços dos produtos e os dados do consumo médio, diário ou anual, da população.

Os rendimentos das igrejas são administrados pelas suas fábricas e pelos funcionários que nelas exercem os seus ofícios, como é o caso do fabriqueiro, do tesoureiro e do escrivão. Estas administravam os fundos para a conservação do templo, a compra de alfaias e ornamentos, além da organização das cerimónias inerentes ao culto. A sua renda teve uma proveniência heterogénea. A maioria provinha da doação anual de 5000 réis da Fazenda Régia, destinada por D. Manuel I, valor ao qual se deverá somar diversas outras doações destinadas à compra de ornamentos, alfaias, sinos e a consertos

necessários. Além destes valores, as fábricas administravam as oblatas, doações e esmolas dos fiéis, o dinheiro resultante da venda de sepulturas e capelas, os foros dos bens de raiz, os juros do dinheiro emprestado e o dinheiro devido pelos fiéis, para pagamento de sufrágios pelas almas e pelas penas pecuniárias impostas por eclesiásticos. Esporadicamente, as fábricas lucravam com a venda de ornamentos ou alfaias danificados ou excedentes e com o dinheiro que não era pago aos clérigos, por motivos da sua vacatura ou por faltas no serviço destes (SILVA, 1995, I, 538). Já em 1691, a receita da fábrica da Sé ascendeu aos 209.687 réis, compondo este valor os 40.000 réis da doação anual da Fazenda Régia, dos foros das casas, das sepulturas, da venda de vinho, cevada e centeio, de ofertas em dinheiro e de outras proveniências (*Ibid.*, 539).

O liberalismo, ao contrário do ocorrido com o clero regular, não gerou especiais modificações nos rendimentos do clero secular, diminuindo ligeiramente as côngruas, mas atualizando-as posteriormente. Todavia, a Primeira República eliminou as doações à Igreja e substituiu por pensões o regime de côngruas, que regressou com a implementação do Estado Novo, embora noutro quadro.

Clero regular

Ao contrário do clero secular, as duas ordens religiosas instaladas no arquipélago madeirense – franciscana e jesuíta – foram acumuladoras de bens de raiz, destacando-se, ao longo do Antigo Regime, como importantes instâncias económicas das ilhas. Todavia, esta situação não é generalizada. Os conventos masculinos franciscanos e o Convento feminino das Mercês foram dedicados a ordens de extrema observância, cumprindo rigorosamente o seu voto de pobreza e não acumulando bens além do estritamente necessário para subsistirem e efetuarem os ofícios religiosos. Assim, viveram da pequena horta ou cerca existente no interior das muralhas do convento, das esmolas dos fiéis, de doações de pequena monta ou da venda de produtos por estes produzidos. No entanto, é necessário atentar nos conventos de S.ta Clara, no Convento da Encarnação e no Colégio dos Jesuítas, que possuíam uma base económica distinta.

Os conventos franciscanos femininos foram todos constituídos através das rendas outorgadas pelos seus fundadores. Essa dotação inicial, fundamental para a construção do cenóbio e das suas dependências, poderia ser efetuada em numerário ou em património que pudesse, rapidamente, dar os proventos necessários à edificação. A título de exemplo, os fundadores do Convento das Mercês, Gaspar Berenguer de Andrade e Isabel de França Andrade, sua mulher, dotaram-no com 160.000 réis anuais desde 1654. Já o cónego Henrique Calaça de Viveiros, em 1645, dotou o cenóbio da Encarnação com quatro propriedades urbanas e 24 rústicas. O Convento de S.ta Clara teve o patronato de João Gonçalves da Câmara, segundo capitão do donatário no Funchal, e o apoio de D. Manuel, grão-mestre da Ordem de Cristo, que incitou os oficiais camarários a auxiliarem nas obras iniciais do Convento, pois "has freyrasque em elle amde emtrar nom am de seer estramgeyras mas filhas e paremtas dos primcipaees da terra". Foi Gonçalves da Câmara que dotou o Convento de uma das suas mais rentáveis e famosas propriedades, o "curral grande" ou "Curral das Freiras" (FONTOURA, 2000, 97).

Os dotes de entrada das noviças ou de senhoras que se recolhiam no cenóbio auxiliaram



Fig. 5 – Convento de S. Francisco do Funchal com as suas hortas, pormenor da planta do Funchal de c. 1567 (BNB).

nessa acumulação de bens patrimoniais. Veja-se, *e.g.*, o caso seguinte: Emília de Santiago, quando, nos inícios do séc. XVII, se recolheu ao Convento de S.ta Clara, deixou testamentado que doava dois cerrados de canas, perto da levada de Santa Luzia, avaliados em 305.000 réis, um terreno de vinha na serra, estimado em 100.000 réis e o seu escravo, Pedro, ao Convento (SILVA, 1995, II, 933).

Porém, nem todas as propriedades foram adquiridas por doação. As propriedades que os Jesuítas possuíam foram todas compradas e, através de criteriosa administração, largamente rentabilizadas. Em 1577, a quinta do Pico do Cardo foi vendida aos padres por 100.000 reais, além dos 30.000 reais anuais que o contrato estipulava que se desse ao antigo proprietário até este falecer. No ano seguinte, compraram diversas casas a Garcia Homem de Sousa; em 1595, adquiriram a quinta Grande; e, em 1600, obtiveram a quinta dos Frias.

Assim, o património imóvel pertencente ao clero regular era múltiplo e em avultado número, distinguindo-se em três parcelas: o cenóbio – o complexo habitacional e laboral destes clérigos –, as propriedades rústicas e os prédios urbanos, que explorava. O Convento de S.ta Clara totalizou as 104 propriedades rurais além de diversas casas na cidade do Funchal. Para o Convento da Encarnação, Eduarda Gomes contabilizou 11 propriedades urbanas e 66 rústicas. Já o colégio dos Jesuítas chegou a possuir 28 propriedades rurais.

No que concerne à exploração destes bens, sabe-se que a cerca ou a horta eram exploradas pela própria comunidade conventual e pelos seus serventuários. Os prédios urbanos eram arrendados ou vendidos. Já as propriedades rústicas eram exploradas em regime de meação, o que significa que o convento cedia o domínio útil da terra mediante o pagamento de uma renda ou foro. Essa era paga normalmente em dinheiro ou em géneros. João José Abreu de Sousa estudou os contratos celebrados pelo Convento de S.ta Clara, detetando que estes eram na sua maioria de arrendamento de 9 ou 18 anos, ainda que existam alguns exemplos de contratos enfitêuticos perpétuos. O pagamento desenrolava-se em três fases: nos primeiros três anos, o colono não pagava ou entregava uma galinha; nos três seguintes, era-lhe cobrado 1/3 da produção; nos últimos anos, pagaria metade da produção. Mas é de notar que nem todas as propriedades eram colocadas a render. Por exemplo, o Convento da Encarnação deixava algumas terras em baldio destinadas à pastorícia.

Os rendimentos que os conventos auferiam provinham de múltiplas origens. As mercês régias foram deveras importantes para alguns conventos. Já se referiu a importância que o Convento de S.ta Clara tinha para D. Manuel I, ao ponto de este incitar a Câmara a apoiar a sua construção. Também o Convento das Mercês recebeu o auxílio da Coroa. D. Luísa de Gusmão, rainha regente, doou 16.000 réis anuais ao Convento; D. João V outorgou 40.000 réis e D. José ofereceu uma arroba de cera anual para as festividades em honra do seu santo homónimo. Também os Jesuítas foram bafejados pela mercê régia, pois em 1569 receberam uma dotação de 600.000 reais. Porém, em 1594, decidiu-se que esse valor deveria ser retirado dos dízimos da Ribeira Brava, cobrando-se também dos dízimos do Campanário, Tabua e Serra de Água. E se esse valor estava inicialmente estimado em 600.000 reais, no triénio de 1759-1761 o montante recolhido foi de 17.011.650 réis.

Os dotes de entrada eram uma das principais rendas dos conventos. Em S.ta Clara, o dote estava fixado em 300.000 reais, enquanto na Encarnação era de 400.000 réis, 300.000 para a compra de bens e colocação a juros e 100.000 para as obras do convento. Porém, por diversas vezes esse valor foi ultrapassado, e, não raras vezes, as professas legavam todos os seus bens aos cenóbios. Assim aconteceu com Francisca de Carvalho, que, em 1620, entrou com um dote avaliado em 800.000 réis, entre dinheiro e propriedades, no Convento de S.ta Clara (SILVA, 1995, II, 932-934). No Convento das Mercês, onde a regra proibia a acumulação de bens, os dotes das noviças eram colocados a render, através do juro a 5 ou a 6,25 %. O rendimento proveniente era aplicado nas despesas da igreja e do culto divino e, caso



Fig. 6 – Fé, Esperança e Caridade, painéis de azulejos de oficina de Lisboa, c. 1760, varanda da torre do antigo paço episcopal, hoje Museu de Arte Sacra do Funchal (fotografia de Virgílio Gomes, 2014).

houvesse excedente, era destinado a colmatar determinadas necessidades da comunidade. Em 1764, este convento tinha 116 contratos de empréstimo, que lhe rendiam 765.470 réis de juros, além dos 15.309.400 réis emprestados. No Convento da Encarnação, o valor dos juros auferido em 1666 foi de 8.114.900 réis e, nos meados do séc. XVIII, o Convento de S.ta Clara recolheu 1.302.178 réis só em juros.

Os conventos também recebiam importâncias elevadas das suas propriedades aforadas. Por exemplo, o Convento de S.ta Clara recebeu, em 1644, 1.168.521 réis, 2567 alqueires de trigo, 129 galinhas, 2 coelhos e 25,5 arráteis de linho, valores que ascenderam, em 1687, para 2.038.920 réis, 2444 alqueires de trigo, 154 galinhas e 4 arráteis de linho. Em 1676, o Convento da Encarnação recebeu das suas propriedades 1.837.658 réis. Já os Jesuítas auferiam, das suas fazendas, entre 1759 e 1761, 4.878.650 réis. Receberam igualmente foros de fazendas associadas às capelas da sua igreja, avaliados em 4.939.500 réis.

As capelas e os legados pios também traziam alguns rendimentos para os conventos. Em 1598, no Convento de S.ta Clara, o valor dos legados ascendia aos 47.600 réis. Deixavam dinheiro e géneros, como o caso do Dr. José Ferreira Pazes, que deixou para o Convento das Mercês 70 canadas de azeite, além de cera, vinho e 5000 réis para ornar o altar de S.to António, antes de 1764. Além destas rendas, os conventos recebiam esmolas dos fiéis e de outros elementos do clero, em géneros e em numerário, algumas regulares e outras incertas, das quais é muito difícil de contabilizar a importância para a economia do cenóbio.

Em 1759, a Companhia de Jesus foi extinta. Compilou-se uma lista de bens e transferiram-nos para a Fazenda Régia, enquanto a igreja e as capelas permaneceram nas mãos da diocese. O liberalismo, pela lei de 28 de maio de 1834, decretou igualmente a extinção dos restantes conventos. Os masculinos foram logo dissolvidos, enquanto os femininos só podiam ser extintos após a morte da última irmã, ficando proibida a entrada de novas professas. Os seus bens passaram para a mão do Estado e, na maior parte, foram vendidos em hasta pública, embora mais tarde se devolvessem alguns desses espaços a outras ordens religiosas e a diocese tivesse, inclusivamente, recuperado outros.

Instituições pararreligiosas

As instituições pararreligiosas são organismos que não pertencem à Igreja mas que pelas suas ações, pelos elementos integrantes, ou por serem tuteladas pela Igreja ou por clérigos, devem ser abordadas. Refira-se somente os casos da Misericórdia do Funchal e de algumas confrarias.

Os bens de raiz da Santa Casa da Misericórdia do Funchal advinham de doações de particulares em troca de serviços religiosos, como a instituição de capelanias ou missas para sufrágio da alma, com a obrigação perpétua de missas e outras obras pias. Os prédios urbanos eram, na sua maioria, casas térreas, na cidade do Funchal, ainda que se conheça algumas que eram sobradadas, possuindo uma loja no piso térreo. Somente quando apresentavam algum problema de rentabilidade é que se realizavam contratos de arrendamento ou vendas, pois o normal seria efetuar um contrato enfitêutico do prédio. Nos finais do séc. XVIII, por acórdão da Mesa, de 28 de março de 1783, os prédios urbanos pertencentes à Misericórdia foram etiquetados com azulejos; em março de 1787, concluiu-se a inventariação, colocando-se perto de 250 azulejos. Aos começos do



Fig. 7 – Azulejo da casa foreira à Misericórdia do Funchal, 1784 (Museu Quinta das Cruzes).

séc. XXI só chegaram cerca de três azulejos no sítio original. Além destes prédios urbanos, a Misericórdia possuía mais de 20 propriedades rústicas, que arrendava, obtendo diversos foros daí provenientes.

As confrarias adquiriam os seus bens imóveis de forma análoga. Normalmente estes chegavam às mãos das confrarias por legados pios, fossem eles expressos de forma testamentária ou doações em vida. O rol das "Capelas e Obrigações da Confraria do Senhor Bom Jesus da Sé", datado de 1768, atesta que a esta confraria tinham sido doadas casas, chãos, lojas ou os foros desses bens. Já a confraria do Bom Jesus, da Sé, possuía cinco fazendas, onde se cultivava trigo, vinha, árvores de fruto e inhame, cuja posse lhe tinha sido transmitida por um testamento. Não se conhecem muitos exemplos de escambos ou de compra de propriedades, não querendo isso dizer que não tenham existido.

As restantes rendas das confrarias e das Misericórdias eram de vária índole, embora muitas confrarias só possuíssem dois tipos de rendimentos: esmolas e quotas dos associados. As esmolas eram recolhidas através de uma caixa pequena situada em cada altar ou através de peditórios efetuados pelos mordomos das confrarias ou por pessoas por estes pagos, que percorriam a cidade e o campo. Todavia, estes eram valores muito inconstantes. Por exemplo, o peditório pela cidade, em 1673, rendeu à Confraria do Santíssimo Sacramento 15.375 réis. Já entre 1768 e 1772 a Confraria das Almas recebeu somente três esmolas no valor de 2400, 900 e 100 réis, enquanto a Confraria de S. Jorge, entre 1745 e 1767, registava regularmente quantias entre os 6250 e os 17.550 réis. As quotas, para as confrarias que as instituíram, eram pagas anualmente pelos associados. Os valores deveriam variar consoante as confrarias, e nas que possuíam outros tipos de rendimentos, poderia nem existir quota. Sabe-se que, em 1745, 61 dos confrades de S. Jorge pagaram 500 réis cada um; em 1747, as quotas aumentaram para os 36.600 réis. Os associados também pagavam um valor de entrada na confraria, de modo a que se assegurasse o sufrágio pela sua alma, que variava entre os 300 e os 600 réis consoante as confrarias. Além destes valores, os confrades das confrarias profissionais deveriam requerer a sua examinação. As confrarias passavam então certificados que confirmavam que o proposto a exame estava apto a executar o ofício. Cada exame, com o custo de 600 réis para a confraria de S. Jorge, era pago pelo proposto e somava-se nas receitas das instituições.

Os juros de 5 % sobre os empréstimos eram também rendimentos de grande importância. Estes correspondiam a 41 % das receitas em dinheiro que a Misericórdia do Funchal recebeu. Porém, apesar de a Misericórdia ser uma instituição procurada para o crédito, esta assegurava-se de que os credores podiam pagar o empréstimo, fosse hipotecando bens próprios ou apresentando fiador credível.

A Misericórdia era administradora de diversas capelas às quais estavam consignados diversos bens legados pelos seus instituidores, que geravam distintos proventos. Por exemplo, entre 1683 e 1691, a capela instituída por Maria Brandão acusou despesas no valor de 1.842.149 réis, porém, as suas receitas foram de 5.278.709 réis; ou seja, a capela era três vezes mais rentável. Às capelas estavam associados diversos foros provenientes de bens patrimoniais. E os bens de raiz da Misericórdia, aforados, também geravam rendimentos. Em

1700, a Misericórdia recebeu 370.323 réis das suas propriedades rústicas. Já os valores recebidos em géneros eram vendidos no dia da festa do santo padroeiro.

Também constituíam receitas das confrarias os laudémios. Estes consistiam no imposto sobre a transferência de propriedade, e, apesar de rentáveis, não eram regulares. Um outro rendimento da Misericórdia era proveniente dos enterramentos. Representando 5 % das receitas, consistia no dinheiro angariado pela venda das sepulturas na igreja da Misericórdia, que era depois utilizado para amparar os pobres.

Bens móveis

Muito se poderia escrever sobre o património móvel das instituições referidas anteriormente. Poder-se-ia, para algumas delas elaborar listas do espólio que as igrejas, os conventos e os altares de algumas confrarias possuíram. Alguns autores já as elaboraram, publicando róis feitos no passado ou estudando as peças. Assim o fizeram Pita Ferreira para a sé ou Nídia Estreia para as confrarias da sé, além de muitos outros. Os bens móveis da Igreja madeirense consistiam, *grosso modo*, em obras de arte sacra e em alfaias litúrgicas e ornamentos. As primeiras, além da função de embelezamento, tinham um papel catequético muito importante, guardando-se as segundas para a celebração dos ofícios divinos.

Estes bens chegavam à Igreja e às instituições pararreligiosas por doação ou por compra. Quando por doação, eram de particulares mas também da coroa. São exemplo disso, as diversas peças – como uma cruz peitoral de cristal com engastes de ouro – e os tecidos doados por morte do bispo D. Fr. Gabriel de Almeida à fábrica da Sé, em 1674 e as vestimentas doadas por D. Manuel às igrejas madeirenses. As fábricas paroquiais também despendiam verbas na compra de bens móveis. A do Porto Santo, em 1593, necessitou de adquirir uma lâmpada de vidro para a capela-mor, e um novo missal, no início do século seguinte. Os livros devem também ser considerados bens e peças de arte, pois a qualidade dos materiais utilizados e a técnica necessária para a escrita, iluminura e encadernação encareciam o produto. Assim se justifica que, ao extinguir-se o Colégio dos Jesuítas, se tenha efetuado um inventário dos livros existentes na sua biblioteca.

Os bens móveis das confrarias baseavam-se essencialmente em alfaias litúrgicas. Estas seriam na sua maioria compradas, ou reaproveitadas de peças mais antigas e estragadas, ainda que algumas fossem doadas, tanto no caso das confrarias como nos conventos e nas igrejas seculares. A celebração do culto divino a isso obrigava. Observe-se que, em 1670, a confraria do Santíssimo Sacramento do Funchal possuía um sacrário e um retábulo de Jesus Cristo, dois lampadários de prata, quatro castiçais de prata grandes, dois cálices, um turíbulo, além de cinco peças de ornamento branco, um frontal, um pano do sepulcro, quatro alvas e outros objetos necessários à correta celebração da missa. Se algum destes objetos foi doado, sabe-se que as mordomas da confraria compraram os quatro castiçais de prata por 46.860 réis.



Fig. 8 – Lampadários da capela do Santíssimo da Sé, João da Silva Esteves, 1767.

Algumas destas peças resistiram aos efeitos do tempo, encontrando-se nos locais de origem ou tendo sido transferidas para o Museu de Arte Sacra, grande recetáculo de arte religiosa, quando em meados do séc. XX organizou diversos catálogos de arte e subsequentemente se resguardou no antigo Paço Episcopal, convertido em museu.

Os bens da Igreja foram heterogéneos devido à sua múltipla proveniência, mas também devido à sua diversa índole. E foi esta heterogeneidade que permitiu que o clero madeirense subsistisse ao longo dos séculos.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, mf. 685, doc. 68; *Ibid*., Registos Paroquiais, São Martinho, liv. 9122; AHU, Madeira e Porto Santo, cx. 1, docs. 1-3; ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç. 15, doc. 38; mç. 20, doc. 28; **impressa:** *Arquivo Histórico da Madeira*, vols. XV-XIX, 1972-1990; BARRETO, Jerónimo, *Constituições Synodaes do Bispado do Funchal, Feytas e Ordenadas por Dom Ieronymo Barreto, Bispo do Dito Bispado*, Lisboa, António Ribeiro Impressor, 1585; CARITA, Rui, "A Igreja da Madeira na expansão portuguesa", in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. I, Funchal, CEHA, 1986, pp. 325-343; *Id*., *O Colégio dos Jesuítas do Funchal*, 2 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1987; *Id*., *História da Madeira*, vols. I-IV, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1991-1996; COSTA, Bruno Abreu da, O *Estado Eclesiástico na Madeira. O Provimento de Benefícios (Séculos XV-XVII)*, Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, texto policopiado, 2013; ESTREIA, Nídia M. C. B. M., *As Confrarias do Cabido da Sé do Funchal*, Funchal, CEHA, 2002; FONTOURA, Otília Rodrigues, *As Clarissas na Madeira. Uma Presença de 500 Anos*, Funchal, CEHA, 2000; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2007; GOMES, Eduarda M. de S., *O Convento da Encarnação do Funchal. Subsídios para a Sua História (1660-1777)*, Funchal, CEHA, 1995; MIRANDA, Susana Münch, "Para a história da estrutura eclesiástica da ilha da Madeira (segunda metade do século XVI). Côngruas, paróquias e paroquianos", in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993, pp. 541-555; *Id*., *A Fazenda Real na Ilha da Madeira. Segunda Metade do Século XVI*, Funchal, CEHA, 1994; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 4.ª ed., 2 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989; PEREIRA, Fernando Jasmins, *Documentos sobre a Madeira no Século XVI Existentes no Corpo Cronológico*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990; *Id*., "Bens eclesiásticos. Diocese do Funchal", in PEREIRA, Fernando Jasmins, *Estudos sobre a História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1991, pp. 325-349; SILVA, José Manuel Azevedo e, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*, 2 vols., Funchal, CEHA, 1995; SOUSA, João José Abreu de, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1991; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

BRUNO ABREU COSTA

Benzoni, Girolamo

Girolamo Benzoni nasceu em Milão, numa família de condições humildes, em 1519; não se sabe a data da sua morte. Aos 22 anos, deixou a cidade natal para chegar a Espanha, fazendo posteriormente uma viagem que, das Canárias, o levou


LA HISTORIA DEL
MONDO NVOVO
DI M. GIROLAMO BENZONI
MILANESE.
LAQVAL TRATTA DELL'ISOLE,
& Mari nuouamente ritrouati, & delle nuoue
Città da lui proprio vedute, per acqua
& per terra in quattordeci anni.
Con Priuilegio della Illustrissima Signoria
di Venetia, Per anni XX.

***La Historia del Mondo Nuovo di M. Girolamo Benzoni Milanese. La Qual Tratta dell'Isole & Mari Nuovamente Ritrovati & delle Nuove Città da Lui Proprio Vedute, per Acqua & per Terra in Quattordeci Anni* (1572), de Girolamo Benzoni.**

primeiro para o Haiti e, depois, para Cuba, em 1544. Em seguida, viajou para o Panamá, Peru e Nicarágua. Em 1556, durante a viagem de regresso a Milão, passou pela Madeira, sobre a qual escreveu na obra *La Historia del Mondo Nuovo di M. Girolamo Benzoni Milanese*, publicada em Veneza por F. Rampazetto, em 1565, e republicada em 1572, novamente em Veneza (a pedido dos irmãos Pietro e Francesco Tini), numa segunda edição que apresenta muitas variantes.

A obra que Benzoni deixou está dividida em três livros ricos em digressões: o primeiro livro narra a história da descoberta da América e defende o espírito italiano e o conhecimento do mar de Cristóvão Colombo, dando notícias da sua vida na Madeira. Benzoni afirma que foi justamente navegando nas águas portuguesas que Colombo "observou com muita diligência, que em certas épocas do ano, alguns ventos sopravam de Oeste [...] e sabendo

que não poderiam vir de outro lugar que da terra [...] decidiu tentar a viagem" (BENZONI, 1572, 12). No segundo livro, trata do comércio de escravos, enquanto no terceiro se centra na conquista do Peru por Pizarro. O estilo é moderno, embora às vezes um pouco simples; os momentos de particular vivacidade resultam de queixas contra os espanhóis e das experiências diretas que despertaram emoções fortes no autor. Pela utilização que faz das obras de outros autores, *La Historia del Mondo Nuovo* foi, no passado, considerada plágio e injustamente subestimada pelos estudiosos contemporâneos, que acusaram Benzoni de má preparação científica. No entanto, o trabalho teve muita fama, tanto na Itália como no exterior, razão pela qual foram feitas 32 edições.

Em relação à Madeira e a Colombo, Benzoni recorreu, no primeiro livro, a várias fontes da sua época, incluindo o tratado *Delle Navigationi et Viaggi* (3 vols., 1550-1606), de Giovanni Battista Ramusio, e a *Historia de las Nuevas Indias Occidentales* (1560), do espanhol Francisco Lopez de Gomara. Em três páginas de conteúdo interessante, Benzoni relata que, de acordo com algumas fontes, Colombo, "já marinheiro", teria tido notícias do novo mundo através de um navegador que "fazia comércio nas ilhas Canárias e Madeira" (*Id.*, *Ibid.*, 11). De acordo com outras fontes, o mesmo navegador, chegado à Madeira, tinha ficado em casa de Colombo "onde lhe contou da viagem feita e as novas terras que tinha visto para que [...] as colocasse nos mapas, que comprava, e levava muitos para fora; e no caso de morrer, deixava-lhe o traçado, e o que sabia das novas terras" (*Id.*, *Ibid.*).

Obras de Girolamo Benzoni: *La Historia del Mondo Nuovo di M. Girolamo Benzoni Milanese. La Qual Tratta dell'Isole & Mari Nuovamente Ritrovati & delle Nuove Città da Lui Proprio Vedute, per Acqua & per Terra in Quattordeci Anni* (1565).

Bibliog.: BENZONI, Girolamo, *La Historia del Mondo Nuovo di M. Girolamo Benzoni Milanese. La Qual Tratta dell'Isole & Mari Nuovamente Ritrovati & delle Nuove Città da Lui Proprio Vedute, per Acqua & per Terra in Quattordeci Anni*, Venezia, Pietro e Francesco Tini, 1572; *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. 8, Roma, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 1966; FRACCACRETA, Augusto, *Alcune Osservazioni su l'*Historia del Mondo Nuovo *di G. Benzoni*, Roma, Tip. Terme, 1939; MAZZUCHELLI, Giammaria, *Gli Scrittori d'Italia*, vol. II, pt. II, Brescia, Giambatista Bossini, 1760; ROMEO, Rosario, *Le Scoperte Americane nella Coscienza Italiana del Cinquecento*, Roma/Bari, Laterza, 1989.

VALERIA BIAGI

Beresford, William Carr

Nascido na Irlanda, em 1768, tinha 39 anos e era brigadeiro-general quando tomou formalmente a Madeira para a Coroa britânica, a 26 de dezembro de 1807, com a assinatura da capitulação. No ano anterior, participara no equívoco que fora a expedição a Buenos Aires (onde foi feito prisioneiro).

Entrou no Exército britânico em 1785, pelo que, em 1807, tinha já uma vasta experiência militar e de combate, desde o Cerco de Toulon



William Carr Beresford, óleo sobre papel de *sir* William Beechey, 1830 (National Portrait Gallery, Londres).

(em 1793) até à captura da cidade do Cabo da Boa Esperança (onde comandou uma brigada), em 1806, passando pela expedição enviada em Egito (entre 1801-1803).

Depois da missão na Madeira, serviu com John Moore na península (1808-1809). De resto, a atividade em Portugal do futuro conde de Trancoso, marquês de Campo Maior e duque de Elvas é conhecida. O que muitas vezes a historiografia portuguesa e estrangeira esquece é o seu desempenho como governador-general da Madeira, entre dezembro de 1807 e abril de 1808, em nome de Jorge III, onde começou a adotar, nas forças locais, algumas das iniciativas que depois tentou implementar no Exército português.

Saiu do Funchal em finais de agosto de 1808. Foi promovido a general em 1825. Terá morrido em 1854.

PAULO MIGUEL RODRIGUES

Bermudas

Grupo de ilhas no Atlântico, próximas dos Estados Unidos da América, sob dependência da Grã-Bretanha. O grupo é constituído por 150 pequenas ilhas, ilhéus e rochedos. A designação tem origem em Juan Bermúdez que as encontrou na primeira década do séc. XVI. Foi ocupado pelos Ingleses em 1609, mas só em 1684 assumiu o estatuto de colónia.

As ligações das Bermudas à Madeira ganham importância a partir do séc. XVII, quando os britânicos estabeleceram, no Funchal, um centro de apoio à navegação oceânica para as suas colónias. A legislação promulgada por Cromwell em 1660 estabelece condições especiais para o relacionamento do porto madeirense com as colónias britânicas. Note-se que, em julho de 1698, os governadores de Barbados, São Cristóvão e Bermuda fizeram escala no Funchal, onde permaneceram oito dias.

Estas ilhas da América Central podem ser consideradas um mercado e uma área de navegação muito intensa em termos inter-regionais. Apesar de, muitas vezes, os passageiros/emigrantes e os produtos não terem como destino um determinado porto, esse acaba por se tornar o seu destino final, havendo um mecanismo de redistribuição interna, que escapa ao investigador que apenas faz a leitura da informação documental desde o ponto de partida.

A política comercial britânica, a partir do séc. XVII, favoreceu o comércio do vinho Madeira para as colónias britânicas. Desta forma, as Bermudas receberão vinho e aguardente da Ilha em condições muito favoráveis, em troca de trigo, milho, óleo e tabaco. Há, ainda, a referência à importação de 16 escravos. A 8 de agosto de 1728, aportou ao Funchal a balandra *Vitória*, oriunda das Bermudas com destino a Barbados, que transportava trigo, farinha, óleo e tabaco; a 5 de novembro, aportou no mesmo porto, com destino às Bermudas, a balandra *Isabel*, propriedade de Bristol Brown, das Bermudas, que fazia a rota da Terra Nova transportando bacalhau.

Em 1747, houve a ideia de criar nas Bermudas um vinhedo com castas oriundas da Madeira, sendo os primeiros trabalhadores madeirenses levados para essa colónia. Embora não tenha tido sucesso, esse projeto terá sido o princípio da emigração madeirense para este destino, que ganhou importância a partir da déc. de 40 do séc. XIX. O registo de passaportes para o período de 1872 a 1910 refere alguns pedidos de madeirenses com a intenção de viajar para este destino. O primeiro registo é de João Gonçalves Cabral, que manifestou esse desejo em 1890. Mas, antes disso, já muitos madeirenses tinham partido nesta direção, sem que se tenha o registo na documentação.



***East Broadway Bermuda*, bilhete-postal de c. 1900 (coleção particular).**

Note-se ainda que Arthur Raleigh Blandy Cossart, oficial do Exército Britânico ligado a importantes famílias inglesas residentes na Ilha, prestou serviço nas Bermudas, em 1896.

Por fim, assinala-se o naufrágio, nas Achadas da Cruz, do iate americano *Varuna*, de Eugene Higgins, que teve lugar em 16 de novembro de

1909; a embarcação saíra das Bermudas a 7 de novembro do mesmo ano, tendo como destino o Funchal. Em torno deste naufrágio criou-se uma lenda da caça ao tesouro, pois corria que o proprietário da embarcação, que era milionário, teria perdido um riquíssimo colar de pérolas.

Bibliog.: ARMITAGE, David, e BRADDICK, Michael J. (orgs.), *The British Atlantic World. 1500-1800*, 2.ª ed., Hampshire, Palgrave Macmillan, 2009; *Boletim do Arquivo Regional da Madeira. Série Índice dos Passaportes. 1871-1915*. 2 vols., Funchal, Arquivo Regional da Madeira, 2000; JOHNSON, Howard, *The Bahamas from Slavery to Servitude, 1783-1933*, Gainesville, University Press of Florida, 1996; MUDD, Patricia Marirea, "Bermudians of portuguese descent", *The Bermudian Magazine*, ed. especial, maio 1992; PETIT, Eduarda M. S. Gomes, *A Madeira na Primeira Metade de Setecentos*, Funchal, CEHA, 2009; TUCKER, Terry, *Bermuda. Today and yesterday. 1503-1980s*, London, R. Hale, 1983; VIEIRA, Alberto, "Emigration from the portuguese islands in the second half of the nineteenth century. The case of Madeira", in HIGGS, David (org.), *Portuguese Migration in Global Perspective*, Toronto, The Multicultural History Society of Ontario, 1990, pp. 42-60; *Id.*, "A emigração madeirense na segunda metade do século XIX", in *Emigração e Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 108-144; *Id.*, "As migrações e os Descobrimentos", in *Imigração e Emigração nas Ilhas*, Funchal, CEHA, 2001, pp. 27-62; *Id.*, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2003.

† ALBERTO VIEIRA

Bernardes, Lília

Lília João Bernardes de Freitas nasceu na freguesia de São Pedro, no Funchal, a 5 de março de 1956, filha de João Clímaco de Freitas, originário da mesma cidade, e de Adelaide da Conceição Bernardes de Freitas, natural de Bragança. Casou, em 1976, com João José Magalhães Ferreira, com quem teve uma filha. Em 1986, o casamento foi dissolvido, consumando-se o divórcio por decisão judicial de 12 de fevereiro.

Moradora na Est. Monumental, n.º 346, em São Martinho, no Funchal, Lília Bernardes frequentou o Liceu Jaime Moniz e, bastante mais tarde, licenciou-se em Comunicação, Cultura e Organizações pela Univ. da Madeira, tendo depois realizado a pós-graduação em Guerra de Informação/Competetitive Intelligence pela Academia Militar. Em termos de formação profissional, frequentou o curso intensivo de Segurança e Defesa ministrado pelo Instituto de Defesa Nacional.

Aos 19 anos, Bernardes iniciou a carreira profissional na empresa então designada Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT).



Fig. 1 – Lília Bernardes, janeiro de 2015 (arquivo particular).

No departamento da direção de coordenação dos CTT na Madeira, integrou o gabinete comercial e de *marketing*, tendo orientado, mais tarde, o gabinete de comunicação, documentação e informação. Participou ainda na equipa do projeto de implementação da rede de televisão por cabo na Madeira – TV cabo madeirense.

Neste período, começou a escrever pontualmente para o *Diário de Notícias* da Madeira, primeiro com um artigo de opinião no suplemento, depois, na revista de domingo do mesmo jornal, com artigos sobre temas ambientais, como "Lobos-marinhos nas ilhas desertas. A última morada".

Com este tipo de trabalhos, tomou contacto e gosto pelo jornalismo. Numa entrevista publicada no *Diário de Notícias* a 6 de outubro de 2010, Lília Bernardes declarou: "Comecei nesta profissão pelas palavras minhas. Passei depois pela reportagem, ficando-me o gosto pelo contar histórias de gente, pessoas com vidas, fotografadas, ainda, a preto e branco. Portanto há um lado afetivo que nunca poderei esquecer." (OLIVEIRA, *DN*, 6 out. 2010, 2).

Em 1993, decidiu optar definitivamente pelo jornalismo quando passou a ser correspondente permanente do *Diário de Notícias* de Lisboa na Madeira, atividade que manteve até 2014.

Escreveu a amiga e jornalista Fernanda Câncio no obituário "Dela ficou o som dos

pássaros", que foi publicado na edição eletrónica de 28 de abril de 2016 do *Diário de Notícias* de Lisboa, jornal "para o qual reportou das ilhas [...], numa frente de resistência ao jardinismo que lhe valeu [...] ser denominada em 2012 pelo PSD regional […] como 'inimiga da Madeira'" (CÂNCIO, *DN*, 28 abr. 2016). Lília Bernardes não cedeu nunca ao que considerava serem tentativas de condicionamento da liberdade dos jornalistas. A pressão política era tanta que o *Diário de Notícias* de Lisboa optou por abrir uma delegação oficial no Funchal, em 1995, para que a jornalista ficasse mais protegida.

Lília Bernardes é um nome de referência no jornalismo madeirense do final do séc. XX. Ao longo da carreira, cobriu para o *Diário de Notícias* de Lisboa grandes acontecimentos, como o julgamento do P.e Frederico Cunha e a morte de vários jovens trabalhadores na obra da abertura do túnel rodoviário para o Curral das Freiras, no concelho de Câmara de Lobos, tendo igualmente relatado atos eleitorais para todos os órgãos de poder. Acompanhou, por várias vezes, visitas oficiais de presidentes da República e do Governo regional. Escreveu sobre temas algumas vezes polémicos na área cultural, como "A cultura na Madeira. Que política é seguida?"; um texto no qual abordou o *lobby gay* no sector cultural; e "Repensar a escultura madeirense", onde questionou o conjunto escultórico da Ilha. Ainda no âmbito da cultura, a jornalista escreveu sobre a importância de preservar a história da Madeira através do "Photografia Museu 'Vicentes'. Foram os primeiros". Para o público nacional, Lília Bernardes alertava o país para questões sociais regionais, como a decadência de atividades económicas tradicionais, entre elas o bordado Madeira, uma "espécie" em vias de extinção. Publicou diversas entrevistas, como a de Alberto João Jardim com o título "Confesso-me uma vez por ano e sou absolvido".

Num âmbito mais científico, a jornalista também colaborou com revistas especializadas, como a *Islenha* e *Margem 2*. Na primeira, editou o artigo "*A Revolta do Leite, Madeira 1936* de João Abel de Freitas", testemunhando a autora que "Apresentarei o livro tal como o li, ou melhor, tal como o vivi" (168). Na segunda publicação, escreveu "Uma história de amor".

Numa altura em que os direitos das mulheres se consolidavam por todo o país, também na Madeira movimentos mais ou menos feministas se afirmavam. Era importante debater questões relacionadas com a mulher. Esse foi o principal propósito da realização, no Funchal, de um congresso internacional sobre o tema. Neste encontro, participou como interveniente Lília Bernardes.

No seguimento da mesma temática, mas no *Jornal da Madeira*, a jornalista publicou uma entrevista à escritora Helena Marques com o título "É difícil imaginar um país onde não se podia escrever", na qual as questões da liberdade feminina estão bem vincadas.

Ao longo da sua carreira, além do *Diário de Notícias* de Lisboa, Lília Bernardes realizou trabalhos para *O Público* e o *Observador*, passou pela rádio TSF-Madeira, onde fazia

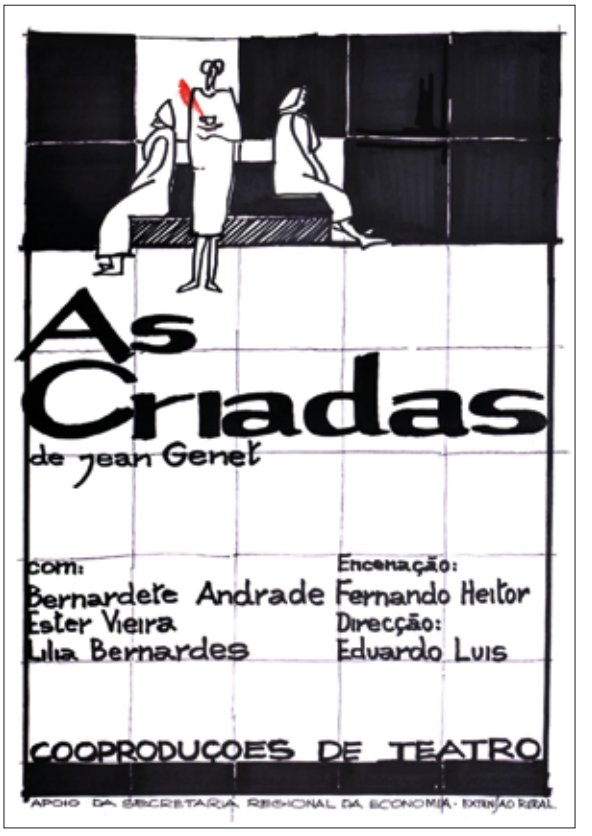


Fig. 2 – Cartaz da peça *As Criadas*, Funchal, 1986.

comentário político, pela RDP-Madeira, onde participou na radionovela de grande sucesso "Neto herói", nos anos 80, e pela RTP-Madeira, apresentando programas como "Conversas soltas", "Histórias que a vida conta", "Tem a palavra", "Parlamento" e "Negócios em dia", entre outros. Foi coautora, com o companheiro João Abel de Freitas e Raimundo Narciso, do blogue *Puxa Palavra*, no qual essencialmente escrevia opinião.

Lília Bernardes integrou o núcleo fundador do Teatro Experimental do Funchal em 1975. Desde cedo, esteve ligada ao teatro, quer como atriz, na peça *As Criadas*, de Jean Genet, encenada por Eduardo Luiz, quer como dramaturga. Em 1996, escreveu *Soprou Vento de Leste*, peça que estreou no Teatro Municipal Baltazar Dias e esteve em itinerância até 2006. Antes, em 1989, escreveu *Um Dia em Cada Ano*, dando origem a um teledramático realizado por Paulo Valente para a RTP-Madeira. Ainda no mesmo ano, uma versão continuada desse texto estreou no Festival de Teatro Madeirense, promovido pelo INATEL, na Camacha, com o título "Gente".

Mulher com gosto pelas coisas da cultura, Lília Bernardes passou também pelo cinema.



Fig. 3 – Fotografia promocional de *Até amanhã Mário*, de Solveig Nordlund, Funchal, 1994 (arquivo particular).

No filme *Até amanhã Mário*, de Solveig Nordlund, estreado em 1994, interpretou o papel de mãe do protagonista. O filme sobre a vida de um rapaz que pedia esmolas assumiu particular relevância por ter surgido na altura do polémico processo de abuso sexual de menores em que as vítimas eram "os meninos das caixinhas", crianças de Câmara de Lobos que pediam dinheiro aos turistas no Funchal. Lília Bernardes dedicou-se a este processo não só do ponto de vista profissional, como jornalista, mas também pessoal. Colaborou de forma decisiva na orientação dos familiares das vítimas para seguirem com um processo judicial. O seu empenho resultou na condenação de um cidadão belga ao pagamento de indemnizações.

Ao longo de uma carreira de jornalista de mais de duas décadas, foi processada 10 vezes, mas nunca perdeu nenhum processo. Abandonou o jornalismo quando foi incluída num despedimento coletivo no *Diário de Notícias* de Lisboa, que a deixou profundamente magoada pela forma como foi tratada. Seguiu em frente, até ao fim da vida, a trabalhar como adjunta, para a área da comunicação, do presidente do Governo regional da Madeira, Miguel Albuquerque, sucessor de Jardim no Governo e no PSD.

Chegou a dizer que "Nunca pensei entrar aqui [Qt. Vigia, de onde chegou a ser expulsa por Alberto João Jardim] todos os dias, ser este o meu local de trabalho. O que é que ele [Alberto João] há de pensar?" (CÂNCIO, *DN*, 28 abr. 2016).

A morte da jornalista surpreendeu pessoas de todos os quadrantes, que manifestaram grande pesar, como, *e.g.*, Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República. Em memória de Lília Bernardes, tanto na Assembleia da República como na Assembleia Legislativa da Madeira, fez-se um minuto de silêncio, e nesta foram aprovados votos de pesar apresentados por várias forças partidárias. Todos lhe reconhecem coragem e integridade pessoal e profissional.

No Dia da Região Autónoma da Madeira e das Comunidades Madeirenses de 2016, foi agraciada, a título póstumo, com a insígnia

autonómica de valor, atribuída pelo Governo social-democrata de Albuquerque.

Lília Bernardes morreu no Hospital Dr. Nélio Mendonça, no Funchal, a 27 de abril de 2016, vítima de doença prolongada. Foi sepultada no cemitério de Nossa Senhora das Angústias, em São Martinho.

Bibliog.: manuscrita: Conservatória do Registo Civil do Funchal, assento de nascimento n.º 2291/2015; **impressa:** BERNARDES, Lília, "Lobos marinhos nas ilhas Desertas. A última morada", *Revista Diário*, 18 out. 1992, pp. 5-8; *Id.*, "É difícil imaginar um país onde não se podia escrever. Helena Marques", *Jornal da Madeira*, 25 abr. 1994, pp. 22-23; *Id.*, "Photografia – Museu 'Vicentes'. Foram os primeiros", *Revista Diário de Notícias*, Funchal, 19 mar. 1995, pp. 13-15; *Id.*, "Repensar a escultura madeirense", *Revista Diário de Notícias*, Funchal, 7 maio 1995, pp. 15-17; *Id.*, "Bordados da Madeira. Uma espécie em vias de extinção", *Notícias Magazine*, Lisboa, 5 maio 1996, pp. 32-38; *Id.*, "Confesso-me uma vez por ano e sou absolvido. Alberto João Jardim", *Notícias Magazine*, Lisboa, 5 maio 1996, pp. 32-38; *Id.*, "Uma história de amor", *Margem* 2, n.º 5, dez. 1996, p. 60; *Id.*, "A cultura na Madeira. Que política é seguida?", *Diário de Notícias*, Funchal, 26 set. 1998, p. 21; *Id.*, "A *Revolta do Leite. Madeira 1936* de João Abel de Freitas", *Islenha*, n.º 49, jul.-dez. 2011, pp. 168-172; CAMACHO, Paulo, "A mulher em debate para igualar o homem", *Diário de Notícias*, Funchal, 4 maio 1993, p. 3; OLIVEIRA, Ricardo Miguel, "Bem informados para bem informar", *Diário de Notícias*, Funchal, 6 out. 2010, p. 2; **digital:** CÂNCIO, Fernanda, "Lília Bernardes. 'Dela ficou o som dos pássaros'", *Diário de Notícias*, 28 abr. 2016: https://www.dn.pt/media/interior/lilia-bernardes-dela-ficou-o-som-dos-passaros-5147168.html (acedido a 16 ago. 2018); *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*, sér. I, n.º 107, 20 jun. 2016: http://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano%20de%202016/ISerie-107-2016-06-20.pdf (acedido a 16 ago. 2018); "Lília Bernardes", *Funchal Noticias*, s.d.: https://funchalnoticias.net/tag/lilia-bernardes/ (acedido a 16 ago. 2018); "Lilia Bernardes", *IMDb*, s.d.: https://www.imdb.com/name/nm0076434/?ref_=tt_cl_t9 (acedido a 16 ago. 2018); LUIZ, Eduardo, "Associação Teatro Experimental do Funchal", *Aprender Madeira*, 4 out. 2016: http://aprenderamadeira.net/associacao-teatro-experimental-do-funchal/ (acedido a 16 ago. 2018); "Morte de Lília Bernardes gera surpresa e emoção", *Diário de Notícias*, 28 abr. 2016: http://www.dnoticias.pt/impressa/hemeroteca/diario-de-noticias/583960-morte-de-lilia-bernardes-gera-surpresa-e-emocao-MHDN583960 (acedido a 16 ago. 2018).

António José Macedo Ferreira

Bernes, família

O pintor Luís António Bernes era neto do comerciante José Maria Bernes e filho de António José Bernes, professor e compositor de música para piano, que casou em 1851 e faleceu em 1880. Era natural da freguesia de Santa Maria Maior (n. 1865), contraiu matrimónio por duas vezes, primeiro com Silvina Augusta Bernes e por óbito desta com Maria Adelaide Gomes. Faleceu em 1936, referindo-se neste ano que, na Madeira, na gravura "ninguém o igualou no nosso meio – depois do grande Vicente Gomes da Silva –, como na pintura a óleo" ("Luiz António Bernes", *DM*, 23 out. 1936, 1) e comparando-o com Henrique Franco e Alfredo Miguéis:



Fig. 1 – *Imaculada Conceição*, óleo de Luís Bernes, pormenor do teto da igreja matriz da Ponta do Sol, 1918 (arquivo particular).

"segundo os entendidos, [as pinturas] apresentam uma ou outra vacilação e por vezes revelam falta de escola […] o que se explica […] tendo vivido sempre afastado dos grandes mestres" ("Artistas Madeirenses", 25 out. 1936, 1).

Luís Bernes, além dos trabalhos *in loco* em tetos, laborava no ateliê de gravura Vicentes, na R. da Carreira, onde deverá ter aprendido o ofício, sendo também apontados diversos locais em ruas do Funchal onde instalou a sua oficina, um deles a sua casa.

Em 1892 matricula-se na Escola Industrial do Funchal, no curso noturno de Desenho Ornamental, que concluiu em 1897. Apresenta-se como gravador, serviço que publicitava com o de pintura decorativa (1905), executando trabalhos jornalísticos publicitários, *e.g.*, um para o Bazar do Povo, em 1913. No *Diário da Madeira* e na *Revista Madeirense* existem, respetivamente,

um e cinco retratos em gravura assinados – "Bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira" (*DM*, 7 mar. 1915, 1) "Major José Maria de Gouveia" (*Revista Madeirense*, 3 fev. 1901, 81), "Padre João Maurício Henriques" (*Revista Madeirense*, 29 dez. 1901, 42), "Conde de Canavial" (*Revista Madeirense*, 23 fev. 1902, 97), "Almeida Garret" (*Revista Madeirense*, 08 jun. 1902, 217), "Conselheiro Carlos Maria de Vasconcelos Sobral" (*Revista Madeirense*, 06 jul. 1902, 248) –, entre outros que lhe são atribuídos pela semelhança de traço, destacando-se ainda algumas paisagens ao gosto romântico: "Ponte Monumental no Funchal" (*Revista Madeirense*, 20 abr. 1902, 166), "Capela de São Vicente" (*Revista Madeirense*, 04 maio 1902, 188), "Ponte Nova no Funchal" (*Revista Madeirense*, 29 jun. 1902, 244).

De sua autoria são conhecidas diversas pinturas em tela a óleo e tetos, ornamentos e douramentos para diversos templos na Madeira. As pinturas dos tetos das igrejas de São Pedro e de São Martinho, ambas no Funchal, alusivas a São Pedro, são os dois primeiros trabalhos conhecidos, datam de 1900 e estão assinados. Na igreja de São Sebastião, em Câmara de Lobos, Luís Bernes tem uma pintura assinada no teto do subcoro. Na capela de N.ª Sr.ª da Conceição, em Câmara de Lobos, pintou, em 1908, o teto e restaurou/repintou alguns quadros do pintor Nicolau Ferreira, de finais do séc. XVIII, assinando o painel *Fuga para o Egito*. Nas obras realizadas em igrejas, nas décs. de 10 a 30 do séc. XX, é comum a realização de obras de pintura em tetos, em simultâneo com a pintura de novas telas figurativas (cópias) ou restauro/repinte de antigas, das que se encontravam em mau estado, assinando por vezes as pinturas intervencionadas; por vezes em simultâneo construíam-se novos retábulos em talha.

Para a igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos, Luís Bernes (re?)pinta, em 1910, o teto da capela-mor; em 1909/1910 repinta e pinta telas para a capela-mor: a *Anunciação*, a *Visitação*, a *Ceia em Casa de Emaús*, um jarrão com flores, a *Eucaristia* e, em 1913, pinta um retábulo para o altar-mor. Ficou encarregue, neste ano, da pintura dos tetos das salas do palácio de São Lourenço, e para a igreja da Serra de Água realizou dois quadros, referindo-se na comunicação social que ia em breve dar início aos trabalhos de pintura ornamental. Por esta altura afirmava-se que como pintor não há "ninguém aí que o não conheça ou ao menos que não tenha ouvido falar do seu nome" ("Artistas Madeirenses…", *DM*, 14 fev. 1914, 1). Em 1915, nas obras realizadas na igreja do Jardim do Mar, em parceria com o pintor João Firmino Fernandes, executou a pintura dos altares e marmoreados no coro, de ornamentação e figurativa nos tetos, assinando João Firmino o painel central. Para esta igreja pinta, em 1923, três quadros, um da Ceia de Cristo para o altar do Santíssimo e dois para as paredes laterais. Em 1918, na igreja da Ponta do Sol, realizou a pintura do teto onde representou e assinou diversas cenas de Nossa Senhora da Luz. No ano seguinte, aquando das intervenções na igreja do Curral das Freiras, pinta para o altar-mor um painel do Anjo da Guarda, podendo ser-lhe atribuído o outro painel da mesma temática. Em 1920, pintou um quadro alegórico para a capela batismal da igreja paroquial de São Vicente, aquando dos marmoreados executados em estilo gótico pelo pintor José Zeferino Nunes, e trabalhou no teto da igreja de São Brás, no Arco da Calheta, onde são visíveis vários estilos pictóricos nos painéis, assinando Luís Bernes os de Nossa Senhora da Boa Hora, São Brás e Nossa Senhora da Conceição. Entre 1920 e abril de 1922, realizaram-se diversas obras de melhoramento na igreja da Camacha, entre as quais a pintura do coro e do teto, onde constam nove painéis. Os trabalhos de pintura foram dirigidos por Luís Bernes, que assinou, coadjuvado por João Firmino Fernandes e contando no final com a participação na pintura decorativa da oficina de pintura Cirilo (José Zeferino Nunes) & Velosa. Em 1921, a equipa de Luís Bernes, João Firmino e José Joaquim Mendonça pintaram o teto do salão grande do edifício onde funcionou o Seminário e depois a Escola Preparatória de Bartolomeu Perestrelo.

Nestes anos são executadas muitas obras. Por exemplo, entre 1922 e 1924, na igreja da Fajã da Ovelha, são realizados sob sua direção e com

participação do pintor José Zeferino Nunes os trabalhos de pintura decorativa, entre outros melhoramentos. Esta parceria realizou, em 1923, a pintura do teto de uma capela no sítio das Amoreiras, no Arco da Calheta; em 1922, a pintura e decoração da igreja de Santo António da Serra; e em 1921/1924, o mesmo tipo de trabalho para a igreja de Santo António no Funchal. Nesta última, procedeu-se ao restauro e douramento da talha das paredes laterais e do retábulo da capela-mor, à execução das pinturas ornamentais nas bocas dos arcos das capelas, à pintura e decoração do coro da igreja, dos tetos da capela-mor e da nave; alguns quadros da via-sacra foram restaurados, outros substituídos por novos e as pinturas das paredes laterais da capela-mor foram igualmente substituídas por novas, estas realizadas por Luís Bernes. Finalizada esta obra, Luís Bernes difundiu o orago da igreja através de uma série de duas estampas realizadas em xilogravura. Refira-se que José Zeferino Nunes, filho do pintor Cyrilo Nunes (m. 1917), que executou diversos trabalhos de pintura durante longos anos na Madeira, também era diplomado com o curso da Escola Industrial do Funchal.

Aquando do bombardeamento por um submarino alemão durante a I Grande Guerra, foi destruída parte do teto da igreja do Convento de S.ta Clara. Em 1923, afirmava-se na imprensa escrita que Luís Bernes ia dar começo à pintura de um retábulo a imitar a Imaculada Conceição de Murilo, destinado ao altar-mor da igreja; no entanto, o quadro lá existente é de 1930 e da autoria do pintor madeirense Alfredo Miguéis. Luís Bernes tinha uma predileção por pintar Nossa Senhora, principalmente da Conceição, inspirada/copiada em Murilo. Em 1919, referia-se a propósito da pintura de uma cópia que "primorosamente executou, conservando, quase absolutamente, a modelação, transparências e toda a beleza de colorido do quadro original [a par de outras telas] todas reveladoras dum corretíssimo desenho e dum grande escrúpulo de factura que todas fazem honra às faculdades plásticas desse modesto mas habilíssimo pintor" ("Pintura artística", *DM*, 11 out. 1919, 1). Nos tetos, a representação de Nossa



Fig. 2 – *Paisagem da Camacha*, óleo de Luís Bernes, c. 1930 (coleção particular, Santo António, Funchal).

Senhora da Conceição está presente na capela homónima em Câmara de Lobos; na capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos; na igreja da Camacha – aqui representadas nas bordas cenas alusivas ao Antigo e Novo Testamento; e o Imaculado Coração de Maria na igreja de Santo António (Funchal). Outras vezes, pintava ao centro o orago da igreja, como fez com S.to António na capela-mor da igreja de Santo António, com Nossa Senhora do Rosário (Jardim do Mar), com S. Pedro (Funchal) e com Nossa Senhora da Luz (Ponta do Sol).

Luís Bernes estruturava os tetos de forma simétrica em filas ao longo da nave, onde dispunha vários painéis em forma de medalhões retangulares ou ovais com recortes e preenchidos com pinturas alusivas ao orago do templo. Os espaços entre os painéis de cenas religiosas eram intercalados por gradeamentos deixando transparecer fundos azulados e criando uma ilusão de profundidade. No intercalamento dos painéis, representava ainda cartelas adornadas com motivos sobretudo em forma de "C", inspirados e conjugados com elementos vegetais e florais, concheados e grotescos, numa boa combinação de contraste de cores intensas como os cinzas, ocres, os azuis e os laranjas.

Além destes trabalhos de tetos e quadros, Luís Bernes realizou outras pinturas a óleo,


CONVITES

Luiz Antonio Bernes

FALECEU

R. I. P.

Maria Gomes Bento Bernes, Alberto Bernes, Luiz Bernes, Alfredo Bernes, Maria Alexandre Bernes, Celina Bernes, Gab iela Batista Bernes, noras, genro e demais familia participam o fale-cimento do seu saudoso marido, pai, sogro e parente e que o seu funeral realiza-se hoje, ás 3 horas, saindo da Travessa do Pimenta, 24, para o cemiterio das Angustias, agradecendo reconhecidos desde já a todos que se dignarem acompanhar o extinto á sua ultima morada.

Funchal, 23 de Outubro de 1936.

A Direcção da Sociedade 2[illegible]

Fig. 3 – Notícia do falecimento do pintor Luís António Bernes (*DN*, 23 out. 1936, 3).

que expôs na Livraria Popular, nas montras do Golden Gate e da Casa Santa Teresinha, na R. da Carreira: uma "cópia dum quadro holandês do seculo XVI" que representa "um grupo de quatro indivíduos em volta duma pipa que se esboroa de velha, todos eles com aspectos de quem passa o tempo no gasto de fumo e álcool e ao fundo, bem nítido, destaca-se um outro grupo em preparativos d'uma refeição" (1914) ("Artistas madeirenses…", *DM*, 14 fev. 1914, 1); uma cópia do quadro de João Gonçalves Zarco, existente no palácio de S. Lourenço, que foi rifado para angariar dinheiro a favor dos pobres da freguesia do Monte; um quadro representando a chegada da "caravela" de Gonçalves Zarco à Madeira (rifado no valor de 300$00 por ocasião do V centenário da descoberta da Madeira); uma Virgem das Graças "destacada d'um fundo de nuvens de tempestade, a surgir sobre a cidade do Funchal" […] deixando ver através dum rasgo de nuvens o molhe da Pontinha." (1917) ("Quadro a óleo", *DM*, 11 jan. 1917, 2); dois quadros, um representando a Ponta dos Corvos, no Seixal, e o outro a caravela supracitada (1925) e um quadro que "representa um veleiro americano, tendo nas proximidades uma baleeira tripulada por três rudes marinheiros, tendo um deles, nos braços, a venerada imagem do Senhor dos Milagres, de Machico, por eles encontrada no alto mar, após o aluvião que assolou a Madeira" em 1803 (1928) e que se encontra na capela dos Milagres em Machico ("Quadro artístico", *DN* Madeira, 21 nov. 1928, 1). Realizou ainda a pintura do estandarte da Câmara Municipal do Funchal (1914) e uma aguarela que serviu de reclame da Escola de Utilidades e Belas Artes da Madeira (1916).

Dos sete filhos de Luís António Bernes, quatro continuaram o ofício, nomeadamente Alfredo Pedro, Luís António, Alberto e Leontina.

Quanto ao pintor Alberto Bernes (n. 1905), desconhecemos referências aos seus trabalhos. De Luís Bernes Júnior (n. 1909) sabemos que era gravador da casa Leacock e morava no caminho do Palheiro. Leontina Bernes (n. 1892, m. antes de 1936) desenvolvia o ofício no Hospício da Imperatriz D. Amélia (1915) e com seu pai no ateliê da Photografia Vicentes (1916), realizando variados trabalhos: pintura decorativa em vidro e bandejas; flores em cetim e seda; tabuletas de luxo; envernizamento de mapas; dourados e prateados em igrejas; gravuras em chapas de latão, ouro ou prata; conserto e encarne de imagens, tendo sido responsável em 1927 pelo encarne da imagem do orago da capela de São João Batista da Ribeira. Segundo a imprensa, em 1923 Leontina Bernes já tinha o seu nome ligado a importantes trabalhos de decoração.

Alfredo Bernes (n. 1911) foi o que mais se destacou. Morava na R. das Maravilhas, n.º 12, e em 1924 publicitava os seus trabalhos na área da pintura em casas e estabelecimentos. Como gravador, estudou na Escola Industrial do Funchal no biénio letivo de 1929/1931 o curso de Aperfeiçoamento, frequentando a disciplina de Desenho Geral (1.º e 2.º anos), que concluiu com 15 valores.

Comparada com as obras de seu pai, a sua produção pictórica revela uma paleta menos rica e mais ingénua. Foi autor de tetos e quadros, pintando em diversas igrejas, caso dos tetos na igreja paroquial da Madalena do Mar, onde assinou os dois painéis centrais que representam cenas de Maria Madalena, o *Lava-Pés* e *Noli Me Tangere*; na igreja paroquial de Ponta Delgada, em parceria com os pintores António Gouveia e João Silvino, foi responsável pela pintura dos tetos das capelas principal e duas laterais, e por quadros para as mesmas, tendo assinado alguns (1932); foi autor dos tetos e quadros para a igreja da freguesia de Boaventura (1933); o teto da capela-mor representando *Deus Pai, Cristo Ressuscitado e Custódia com a Hóstia* (1952) e o teto da nave da igreja paroquial do Curral das Freiras, onde assina o painel central de Nossa Senhora do

Livramento envolta de nuvens sobre uma representação do Curral das Freiras (1952); realizou a decoração da igreja nova de São Martinho, no Funchal, em parceria com João Silvino João e Henrique Afonso Costa, assinando os três pintores o painel central em 1957. Além da pintura sacra, também efetuava retratos: em 1939, *e.g.*, pintou um quadro a óleo do Presidente da República Óscar Carmona.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Registos Notariais, Notário Lacerda, liv. 3260, fls. 44-47v.; liv. 884, fls. 60-62v.; *Ibid*., Registos Paroquiais, Santa Luzia, Casamentos, liv. 165, 1851, fls. 53v.-54; *Ibid*., Registos Paroquiais, Santa Maria Maior, Batismos, liv. 2083, 1865, fls. 24v.-25; *Ibid*., Registos Paroquiais, São Pedro, Casamentos, liv. 6826A, 1908, fl. 87; Arquivo da Escola Secundária Francisco Franco, liv. de matrículas n.º 11, p. 555; liv. de matrículas n.º 12, p. 219; **impressa:** "Alberto Bernes Pintor", *Diário de Notícias*, Funchal, 20 jan. 1924, p. 4; "Artistas madeirenses", *Diário da Madeira*, 25 out. 1936, p. 1; "Artistas madeirenses", *Diário de Notícias*, Funchal, 28 maio 1939, p. 2; "Artistas madeirenses. Dois valiosos trabalhos: um de esculptura e outro de pintura", *Diário da Madeira*, 14 fev. 1914, p. 1; "Artistas madeirenses. Gonsalves Zarco em tela", *Diário da Madeira*, 18 ago. 1916, p. 1; "Bispo do Funchal. Uma data festiva", *Diário da Madeira*, 7 mar. 1915, p. 1; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; "O *Diário da Madeira* na Camacha", *Diário da Madeira*, 17 abr. 1920, p. 2; "Doença repentina", *Diário de Notícias*, Funchal, 15 ago. 1936, p. 3; "Egreja da Camacha. Trabalhos de pintura", *Correio da Madeira*, 26 ago. 1920, p. 2; "Egreja da Quinta Grande. Pintura no altar mór e tecto", *Diário da Madeira*, 7 jul. 1914, p. 1; "Egreja do Jardim do Mar", *Diário da Madeira*, 10 dez. 1915, p. 1; "Escola de Utilidades e Bellas Artes", *Diário da Madeira*, 3 ago. 1916, p. 1; "Funerais", *Diário da Madeira*, 24 out. 1936, p. 2; "Igreja da Camacha", *Diário de Notícias*, Funchal, 23 fev. 1922, p. 1; "Igreja da Camacha", *Diário de Notícias*, Funchal, 20 abr. 1922, p. 1; "Igreja da Fajã da Ovelha", *Diário de Notícias*, Funchal, 25 fev. 1922, p. 1; "Igreja da Fajã da Ovelha", *Diário de Notícias*, Funchal, 9 jan. 1924, p. 3; "Igreja de Gaula", *Diário da Madeira*, 24 out. 1933, p. 1; "Igreja de Santa Clara", *O Jornal*, 1 maio 1930; "Igreja de Santo António", *Correio da Madeira*, 16 dez. 1922, p. 1; "Igreja de Santo António", *Diário de Notícias*, Funchal, 15 jan. 1924, p. 1; "Igreja do Caniço", *Diário da Madeira*, 3 jun. 1927, p. 2; "Igreja do Santo da Serra", *Diário de Notícias*, Funchal, 19 abr. 1922, p. 4; "Igrejas da Diocese", *Diário da Madeira*, 13 jan. 1920, p. 1; "Leontina Bernes", *Correio da Madeira*, 28 jan. 1923, p. 3; "Luiz António Bernes", *Diário da Madeira*, 23 out. 1936, p. 1; "Luiz Antonio Bernes", *Diário de Notícias*, Funchal, 23 out. 1936, p. 4; "Melhoramentos numa igreja", *Diário de Notícias*, Funchal, 31 jan. 1922, p. 1; "Os mortos. Cyrillo Nunes", *Diário da Madeira*, 18 mar. 1917, p. 2; "Na Boaventura. Capela do S. C. de Maria", *Diário da Madeira*, 26 maio 1927, p. 3; "Na oficina d'um artista. Uma obra digna de apreciação", *Diário da Madeira*, 23 ago. 1915, p. 1; "No Arco da Calheta. Nova capela", *Correio da Madeira*, 10 jun. 1923, p. 1; "Palácio de S. Lourenço", *Diário de Notícias*, Funchal, 31 jul. 1913, p. 1; "Pintura", *Diário da Madeira*, 12 out. 1916, p. 2; "Pintura artística", *Diário da Madeira*, 11 out. 1919, p. 1; "Pintura de imagens", *Diário da Madeira*, 5 dez. 1915, p. 2; "Quadro a óleo", *Correio da Madeira*, 18 jan. 1923, p. 1; "Quadro a óleo de Luiz Bernes", *Diário da Madeira*, 18 jul. 1916, p. 2; "O quadro a óleo de Luiz Bernes", *Diário da Madeira*, 30 set. 1916, p. 1; "Quadro a óleo. Exposição", *Diário da Madeira*, 11 jan. 1917, p. 2; "Quadro artístico", *Diário de Notícias*, Funchal, 21 nov. 1928, p. 1; "Quadros a óleo", *Diário de Notícias*, Funchal, 8 mar. 1925, p. 1; "Retábulo", *Diário de Notícias*, Funchal, 1 ago. 1913, p. 1; *Revista Madeirense*, 3 fev. 1901, p. 81; 29 dez. 1901, p. 42; 23 fev. 1902, p. 97; 20 abr. 1902, p. 166; 4 maio 1902, p. 188; 8 jun. 1902, p. 217; 29 jun. 1902, p. 244; 6 jul. 1902, p. 248; SAINZ-TRUEVA, José de, "Tectos madeirenses armoriados. Achegas para um brasonário insular", *Islenha*, n.º 1, jul.-dez. 1988, pp. 105-124; *Id*., "Presença de Nicolau Ferreira um pintor madeirense do séc. XVIII na vila de Câmara de Lobos", *Girão*, n.º 5, 2.º sem. 1990, pp. 201-203; SILVA, Fernando Augusto da, *A Freguesia de Santo António. Alguns Subsídios para a Sua História*, Funchal, ed. do Autor, 1929; *Id*., e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1998; "Trabalhos de pintura", *Diário da Madeira*, 13 jul. 1913, p. 2; "Trabalhos de pintura", *Diário de Notícias*, Funchal, 15 mar. 1922, p. 1; "Vida artística. Mais uma tela de Luiz Bernes", *O Progresso*, 14 jan. 1917; "Vida artística. Trabalhos de pintura", *Diário de Notícias*, Funchal, 8 abr. 1923, p. 1.

PAULO LADEIRA

Berredo, António Pereira de

O reinado de Filipe II (1527-1598) foi marcado, na sua última fase, pelo desastre da Invencível Armada, funesto acontecimento que deixou profundas marcas na Península Ibérica e comprometeu ainda mais a manutenção e a defesa do Império português, então em franco declínio. O Rei, ainda príncipe, tinha-se casado em 1553 em Inglaterra, mas, com o falecimento da Rainha Maria Túdor (1516-1558), não foi possível juntar as duas Coroas. A situação religiosa da Inglaterra era uma profunda afronta ao catolicismo hermético da Península Ibérica, pelo que Filipe II queria, a todo o custo, representar a voz e o poder capazes de abater o foco protestante que ali se instalara e pretendia difundir-se. Essas razões, bem como a atuação dos corsários ingleses, principalmente de Francis Drake (1540-1596) e de John Hawkins (1532-1595), que constantemente atacavam a

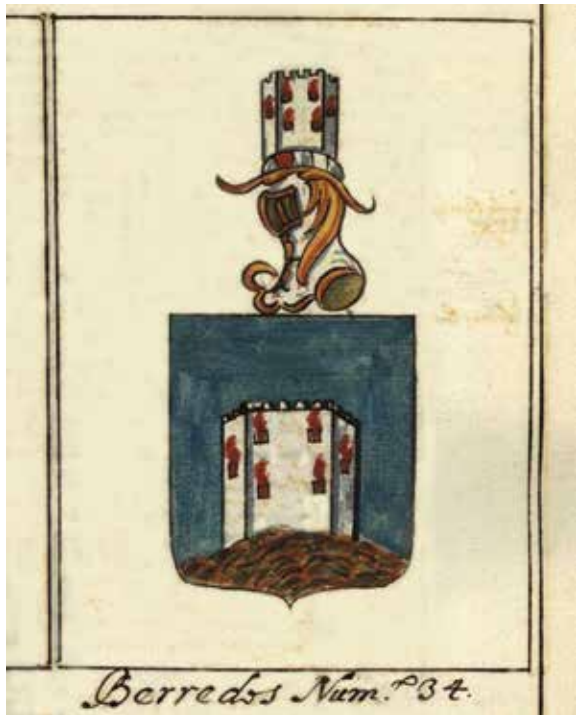


Fig. 1 – Armas dos Berredos do *Thesouro da Nobreza de Portugal* (1783), de Fr. Manuel de Santo António Silva (ANTT, Casa Real..., liv. 16).

navegação portuguesa e espanhola no Atlântico e ambas as faixas costeiras do mesmo oceano, levavam a que a Inglaterra fosse uma das preocupações da Coroa filipina. Aumentava o poderio naval inglês e o refúgio de D. António, prior do Crato (1531-1595), em Inglaterra, a partir de 1585, que ainda aumentavam mais os receios da Coroa filipina. Por outro lado, o suplício infligido à Rainha católica Maria Stuart da Escócia (1542-1587), que a Rainha Isabel (1558-1603) mandou executar a 8 de fevereiro de 1587, deu ao Monarca ibérico o pretexto final para uma intervenção alargada contra o poderio britânico.

Neste quadro, o Rei organizou a mais poderosa Armada do séc. XVI, crendo-a invencível, mas à qual o destino, e não só, reservou um estrondoso fracasso. Em maio de 1588, concentrou-se em Lisboa uma Armada que possuía 130 naus, cujo comando foi entregue ao duque de Medina-Sidónia (1550-1615), que não tinha grande experiência marítima, encontrando-se nos restantes postos de comando nobres sem quaisquer conhecimentos de guerra naval. A Armada largou a 27 de maio de 1588, com nevoeiro e mau tempo, para o canal da Mancha, onde defrontou uma Armada inglesa mais ligeira e com navios muito mais manobráveis. Na noite de 6 para 7 de agosto, após uma semana de desgaste, os ingleses, aproveitando ventos fortes e desfavoráveis para os grandes galeões ibéricos, lançaram uma série de pequenas embarcações carregadas de combustível inflamado. Esta ação obrigou os principais navios da Armada ibérica a dispersar e provocou incêndios noutros, fracionando todo o conjunto. Aproveitando a situação, os pequenos e rápidos navios ingleses infligiram uma memorável derrota à dita Invencível Armada. O cronista Pero Roiz Soares, em Lisboa, refere que "desta maneira se perdeu tão grande máquina, sem se salvar quase nada, nem dela tornar galeão, nau, nem navio, nem coisa que prestasse" (SERRÃO, 1979, 36-37).

A Madeira concorreu com pessoal para esta aventura, embora não haja na documentação madeirense coeva dados sobre a mesma participação. Em *Ensaios Históricos da Minha Terra: Ilha da Madeira*, escreveu Artur Alberto Sarmento (1878-1953) que D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666), descendente de Zarco, nas suas *Epanaphoras de Varia Historia Portuguesa* (1660), refere a participação do galeão *S. Filipe*, com 28 peças de artilharia, nesta Armada, sob o comandado de Manuel Dias de Andrade (1580-1638), que foi depois mestre-de-campo, aditando que a guarnição era composta por grande número de madeirenses. Referia ainda este autor que muitos nobres da Ilha embarcaram na Armada, como António Gonçalves da Câmara, filho de João Fogaça de Eça (c. 1550-c. 1620), que fora governador da Madeira, mas que não tinha os seus nomes tão presentes como desejava (SARMENTO, 1946, 177). No entanto, a ação do *S. Filipe* e de Manuel Dias de Andrade refere-se ao desastre da Armada portuguesa de D. Manuel de Meneses (c. 1540-1628), relatado na "Epanáfora Trágica" de 1627 (MELO, 1660, 153-272). Não conhecemos diretamente as implicações deste desastre na Madeira. No entanto, uma informação dos livros do cabido da Sé atesta o facto de se ter passado por um mau momento na Ilha. Assim, em 1589, ordenou o bispo D. Luís Figueiredo de Lemos (1544-1608) a transferência "desta cidade para a serra, de toda a prata e demais ornamentos da Sé, por esperar a chegada dos ingleses que tinham ido a Lisboa. E foi a prata para Nossa Senhora do Monte e por não parecer estar segura, a tornaram a trazer aqui e foi para o Estreito de Câmara de Lobos com os ditos ornamentos. E depois para a vila da Calheta em seis arcas encoiradas e dali se tornou a trazer. E se despendeu em tudo com as bestas, carretos, fretes e outras despesas com a ida e a vinda e conserto das arcas ao todo" 3$495 reis (ANTT, Cabido da Sé do Funchal, liv. 6, fl. 178v.).

Desta Armada de triste memória, foi para a Madeira o novo Gov. António Pereira de Berredo (c. 1550-c. 1614), que tinha ficado cativo em Alcácer Quibir e participara depois na "armada da perdição, onde fora cabo de dez galeras" (NORONHA, 1996, 49). Este experiente militar tinha prestado serviço como fronteiro em Tânger, onde estava em 1573, quando ali perdeu a vida o Cap. Rui de Sousa de Carvalho e ele uma vista, sendo depois comendador de



Fig. 2 – *A Invencível Armada*, 1588, óleo de c. 1700 (National Maritime Museum, Londres).

Arganil e da Castanheira, na Ordem de Cristo. Era filho de António Lopes Homem e de Maria Pereira, sua mulher, sendo o pai figura próxima do secretário Miguel de Moura (1538--1600), que viria depois a integrar o Conselho de Regência (1593-1598) e que sucedeu ao cardeal e arquiduque Alberto de Áustria (1559--1621) quando este saiu para se tornar governador dos Países Baixos. Não descortinámos, no entanto, os ascendentes familiares aos quais foi buscar o apelido Berredo.

António Pereira de Berredo assumiu Governo da ilha da Madeira por patente de 30 de dezembro de 1590, tomando posse a 21 de agosto do seguinte ano de 1591. A carta vem transcrita com a data de posse na Câmara Municipal do Funchal, como "Carta de El-Rei Nosso Senhor a Esta Camara sobre o Geral Antonio Pereira", informando: "Eu mando ora Antonio Pereira do meu concelho para ora me servir de geral dessa Ilha e superintendente das coisas da guerra dela" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombo 3, fl. 183v.), sendo o registo da provisão do capitão geral na Provedoria da Fazenda da mesma data. As coisas não lhe correriam muito bem no Funchal, como largamente se haveria de queixar para Lisboa a 29 de abril de 1592. Primeiro, todos os seus haveres tinham sido tomados por corsários, daí que os 2000 cruzados com que fora dotado para o Governo não lhe tenham chegado para as despesas. Depois, chegado à fortaleza, descobriu que os soldados do presídio não eram pagos há mais de um ano, acabando por fazer face às suas necessidades com roubos à população, pelo que pouco lhe obedeciam. Nesse aspeto, acabavam por ter a cobertura do Cap. João Carrião Pardo, situação a que a frouxidão do desembargador António de Melo, que tomara posse a 17 de agosto de 1591 e que desempenhava igualmente as funções de provedor da Fazenda, não ajudava.

O governador, que já então não gozava de muito boa saúde, o que também se passava

com sua mulher, Mariana de Portugal, queixava-se amargamente para Lisboa da situação do presídio, dos capitães castelhanos e portugueses. Refere numa carta que, em todo o tempo que fora militar, "não houve algum que me perdesse o respeito e que hoje, sem fundamento, me têm assim maltratado" (ANTT, Gavetas, XX, mç. 15, doc. 104), e que se sentia tão desconsiderado, que temia francamente o futuro. Cita então um fidalgo recentemente chegado ao Funchal, Simão de Atouguia (1552-?), neto de João Fernandes de Amil e sobrinho de Manuel de Amil, tesoureiro das fortificações e depois escrivão de guerra, com quem já teria tido problemas em Tânger, e o próprio capitão castelhano João Carrião. Deste capitão, diz o governador que tinha sofrido "alguns desatinados termos e muitas desordens, a que se com brevidade não acudira, seriam causa de muitos males". E acrescenta: "Este capitão não entrou nesta fortaleza, nem tratou de mim em coisa alguma e confesso a Vossa Majestade, que me receio dele pela grande natureza que tem de fazer conluios e folgar com novidades" (*Ibid.*). Por outro lado, dava as melhores referências do tenente do presídio, Luís de Benevides, embora com a situação vigente dos pagamentos pouco o pudesse ajudar. Em face da situação, o governador propõe nesta carta "que destas duas companhias se fizesse uma só, e sendo assim, nesta fortaleza se podiam alojar, e seria menos gasto, e os donos das casas que ora servem de quartel receberiam nisso grande esmola e mercê" (*Ibid.*).

Nesta carta, o governador conta também o sucedido com a Armada que se deslocava para a Índia e que incluía o célebre galeão *S. Pantaleão.* Os navios tinham passado na Madeira um pouco dispersos, o que levou a que uma urca fosse tomada por três navios ingleses. Na urca, seguia Gaspar de Figueiredo, ouvidor-geral da Índia, que os corsários colocaram em terra, na ilha do Porto Santo. Os corsários tinham tentado negociar com o governador da Madeira a vida do ouvidor e do mestre dessa urca, tal como as mercadorias e a restante gente que seguia no navio, ameaçando levar tudo para o Norte de África (Berberia, como se cita) se não acedessem aos seus pedidos. O governador recusou-se a negociar, com base na gente do Porto Santo, que se encontrava em armas, pronta a defender a ilha, e por ter sido informado de que essas naus inglesas deveriam fazer parte dos navios de Francis Drake e do conde de Cumberland (1558-1605), que em 1589 saqueara a vila Horta nos Açores e que António Pereira conhecia da Invencível Armada. A carta termina por, mais uma vez, solicitar a "mercê de licença para me poder ir a minha casa" (*Ibid.*), no que não foi atendido.

A 5 de setembro do mesmo ano de 1592, o governador voltou a escrever para Lisboa, dando conta da maneira como se resolvera o assunto dos corsários ingleses no Porto Santo e das aquisições de pólvora e de mosquetes. A pólvora destinava-se aos exercícios de barreira efetuados todos os domingos e controlados pelo governador, sargento-mor e capitães entertenidos, ou seja, sem comando de companhia. Nesta carta, descreve alguns incidentes ocorridos na Madalena do Mar, onde se fizera um exercício de fogo de barreira a 28 de agosto. O governador tinha ido acompanhado de Lisboa pelo Cap. Pero de Faria, adjunto para assuntos militares que, na Madalena, tinha tentado prender os vários negligentes do serviço de vigias e alardos. Os populares tinham então apedrejado o Cap. Pero de Faria e um dos seus criados, o qual "feriram muito mal, de cima dumas rochas, onde se fizeram fortes" (ANTT, Gavetas, XX, mç. 15, doc. 105). Esta carta dá ainda parte do movimento de navios no mar da Madeira, com a passagem de vários navios do porto de Marselha, que tinham ido comerciar açúcar em Cabo de Gué e que haviam informado da presença de cerca de 12 navios ingleses também nesse comércio. O governador tinha apresado, a 23 de agosto, um desses navios de Marselha, uma setia, barco comprido, afilado de boca aberta, de velas e remos, extremamente rápido. Para que não pudesse sair do porto, apreendera-lhe as três velas grandes, pensando que assim não se poderia fazer ao mar.

Apesar dos pedidos, Lisboa manteve o governador e as duas companhias do presídio. Assim, D. António Pereira, como começa a

ser referido, teve de reformular a Junta Militar criada pelo conde de Lançarote, D. Agustín de Herrera y Rojas (1537-1598), também chamada sala de Governo, dividindo-a ao meio e só reunindo com dois capitães de cada vez. Este órgão era formado pelos quatro capitães das ordenanças, para além do comandante da guarnição da fortaleza, nessa altura o Cap. Luís de Benevides, dada a saída em finais de 1588, ou princípios de 1589, do Cap. Juan de Aranda. Este órgão não tinha sido muito desenvolvido por Tristão Vaz da Veiga (1537-1604), se é que este alguma vez o reuniu. Efetivamente, parece que teria tido razões para isso, pois com o novo governador estes elementos acabaram por se envolver em intrigas várias, que incluíram o próprio D. António Pereira e que levaram a uma alçada do licenciado Pero de Alfaro, e depois a outra, presente no Funchal a 29 de agosto de 1594, presidida por Miguel de La Plaza. A primeira alçada derivou de queixas e arbitrariedades dos capitães castelhanos com os pagamentos recebidos pela Fazenda, mas a segunda deve ter-se deslocado à Ilha também motivada pelo escândalo causado pela visitação de 1592, que envolvera alguns dos militares da guarnição castelhana, embora por razões que posteriormente seriam consideradas ridículas.

O Funchal foi visitado pela primeira vez por um oficial do Santo Ofício, Jerónimo Teixeira Cabral (c. 1540-1614), depois bispo de Angra e, sucessivamente, de Miranda e de Lamego, visitação que ocorreu em 1591. A visitação envolveu um prolongado processo contra os cristãos-novos e acabou por envolver também um quantitativo populacional importante, principalmente do Funchal. Assim, acabaram por se ver envolvidos com a Inquisição muitos dos militares do presídio castelhano estacionado na fortaleza de S. Lourenço, inclusivamente alguns dos oficiais superiores, como o Ten. Alonso de Segura, natural de Castelo Branco, da companhia do Cap. Luís de Benevides, e o próprio Cap. João Carrião Pardo, da outra companhia. Nesta visitação, foram ainda envolvidos os soldados Alonso de Vila Real, natural de Castro Monte; Belchior Simões; Francisco de Velasco; Garcia Sanches, das Astúrias; Jerónimo Lopes; João Carrilho, de Aguilar de Campo; João de Gambôa, natural de Escoitia, no reino de Biscaia, Guipúscua; João Rodrigues, de Badajoz; e Pedro Sans, todos da companhia de Luís de Benevides. Da companhia do Cap. João Carrião Pardo, foram envolvidos os soldados Afonso Gomes de Segóvia; Francisco Ortiz; Miguel Fernandes; Diogo Lopez, mosqueteiro, natural de Valladolid, e Roque de Penafiel, também de Valhadolid. No entanto, tratou-se tudo de pequenos delitos incluídos nas preposições, geralmente denunciados por camaradas da mesma companhia, que alguns – como Belchior Simões – nem confessaram, acabando todos por ver os seus processos despachados no Funchal.

Passando em revista estes processos, ressalta, essencialmente, o isolamento então vivido por esses soldados do presídio castelhano e até uma certa má vontade contra os mesmos por parte da população civil. O principal processo envolve o soldado Pedro Sans, já citado, e uma série de companheiros. Em linhas gerais, estando alguns soldados na igreja do Colégio, no Funchal, a assistir a uma prédica do P.e Lopo de Castanheta, aliás escrivão da visitação, estes murmuraram ao ouvir o pregador referir que os soldados eram maus porque haviam feito mal a Jesus. Teriam então murmurado os soldados que maus eram os soldados romanos, pois eles, castelhanos, eram cristãos e bons, e nunca fariam mal a Jesus. Tal bastou para de imediato serem presos no aljube da Sé. No complicado processo que se seguiu, foram chamadas, ou apareceram a depor, as mais diversas pessoas, algumas das quais, para além de se identificarem, quase não disseram mais nada. Depuseram alguns dos assistentes à cerimónia, como os ourives de ouro Pedro Gonçalves de Negro, cristão-novo, e Manuel Fernandes, cristão velho, o ourives de prata Salvador Rodriguez, de 33 anos, e o alfaiate Simão Gonçalves, entre outros. O processo acabou por ser despachado no Funchal e por não levar a especiais penas.

Outro processo, praticamente só envolvendo soldados do presídio, roda à volta de uma partida de dados, jogada na casa da guarda da

fortaleza Velha, em meados de 1591. O soldado Francisco Velasco, cansado de não ter sorte aos dados, disse num determinado momento, na febre do jogo, que renegaria a sua fé se não tivesse sorte na jogada seguinte. Não teve. Isso bastou para ser acusado do crime de proposição herética, ou seja, renegação da fé, pelos seus camaradas de jogo e para dar origem a mais uma série de processos.

A notícia da partida do inquisidor foi dada pelo governador em carta de 29 de abril de 1592. O visitador Jerónimo Teixeira partira a 18 desse mês numa nau escocesa, viagem "bem negociada, da qual o capitão ficou aqui em terra, e é homem conhecido, segundo me dizem, e o preço foi muito moderado porque foi de caminho fazer sua viagem" (ANTT, Gavetas, xx, mç. 15, doc. 106).

Com os pedidos do governador e os casos da Inquisição, que não devem ter deixado de pesar nas preocupações de Lisboa e Madrid, ou com as alçadas que se deslocaram nesses anos à Madeira, voltou-se a tentar colocar em ordem os pagamentos das companhias do presídio do Funchal. Aparecem a receber os quantitativos, em Lisboa, a condessa da Calheta, Maria de Alencastre, na menoridade do filho, Fernando Martins Mascarenhas, mas que não seria o então bispo do Algarve (1548-1628) – que não era menor –, e Rui Dias da Câmara (c. 1542-c. 1600), seu primo por afinidade. As letras de câmbio foram passadas por João de Valdavesso Aldamar para Jerónimo de Aranda, pagador do exército. No ano seguinte, 1593, há mandados do Cap.-Gen. João da Silva (1528-1601), 4.º conde de Portalegre, para Jerónimo de Aranda fazer diversos pagamentos, nomeadamente ao Sarg.-mor Pedro Borges de Sousa e a António Bocarro. Nestes anos, há igualmente registo de pagamentos pontuais a diversos soldados que devem ter acabado o seu serviço na Madeira. Encontrámos elementos sobre Diogo de Naba, Garcia de Gusmão, que, porque culpado duma morte, não teve direito a soldo algum, e Fernando de Torres.

Um dos pagamentos mais interessantes foi o que se fez a António Bocarro, de 1.600$000, recebido por Manuel Bocarro a 8 de janeiro de 1592 e sancionado por mandado do Cap.-Gen. João da Silva. Ora o quantitativo é francamente elevado para ser um simples soldo, devendo tratar-se de uma obra de empreitada e envolver mesmo aquisições importantes de material. A família Bocarro foi uma das principais famílias de fundidores portugueses, tendo tido o seu expoente máximo em Manuel Tavares Bocarro (at. 1625-1652), na fundição de Macau. Descendente de várias gerações de fundidores, o seu avô materno, o fundidor Francisco Dias, era irmão de João Dias e tio de Baltazar Gomes e António Gomes Feo, todos fundidores de artilharia nos inícios e meados do séc. xvi. Este António Bocarro, a ser membro da mesma família, em princípio ter-se-ia deslocado ao Funchal em finais do 1591 para preparar a fundição de S. Lourenço, que sabemos a laborar alguns anos depois, embora, tanto quanto temos conhecimento, esta não tenha chegado a fundir bocas de fogo.

O Gov. D. António Lopes Pereira de Berredo, como também depois aparece referido, entregou o Governo a 20 de abril de 1595, data em que tomou posse o novo Gov. Diogo de Azambuja de Melo (c. 1530-1599). António Pereira, que, em 1592, no Funchal, se queixava de falta de saúde e desejava voltar para a sua casa no continente, ainda assumiria o lugar de capitão de Tânger, em agosto de 1599, substituindo Aires de Saldanha (1542-1605), que foi nomeado vice-rei da Índia, lugar que ocupou até setembro de 1605, quando foi substituído por Nuno de Mendonça (c. 1560-c. 1633). Em 1613, foi também enviado a Marrocos como inspetor das fortificações e com instruções para reformar parte das mesmas, intento localmente muito pouco aceite. Teria ainda sido nomeado para a Índia com o governo da parte do Sul, a primeira sucessão do Estado e outras mercês, mas nada aceitou, dada a avançada idade. Deve ter falecido em 1614.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombos 2-3; AGS, Guerra y Marina, leg. 238; ANTT, Cabido da Sé do Funchal, liv. 6; *Ibid*., Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 16, Manuel de Santo António e Silva, *Thesouro da Nobreza de Portugal*, 1783; *Ibid*., Corpo Cronológico, pt. II, mços. 239, 261-263, 267 e 269; *Ibid*., Gavetas, gaveta 20, mç. 15; *Ibid*., Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 694; *Ibid*., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de

Lisboa, liv. 790, procs. individuais 1595, 2149, 9683 e 10.975; **impressa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. II, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1991; MELO, Francisco Manuel de, *Epanaphoras de Varia Historia Portuguesa. A el Rey Nosso Senhor D. Afonso VI, em Cinco Relaçoens de Sucessos Pertencentes a Este Reyno, Que Contem Negocios Publicos, Politicos, Amorosos, Belicos, Triunfantes*, Lisboa, Officina de Henrique Valente Oliveira, 1660; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; SALGADO, Augusto, e VAZ, João Pedro, *Invencível Armada 1588. A Participação Portuguesa*, Lisboa, Tribuna da História, 2002; SARMENTO, Alberto Artur, *Ensaios Históricos da Minha Terra. Ilha da Madeira*, 3 vols., Funchal, JGDAF, 1946-1951; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Verbo, 1979.

RUI CARITA

Bettencourt, Anastácio Moniz de

Nasceu no Funchal e faleceu na ilha Terceira, nos Açores, onde residiu durante largos anos. Desconhecem-se as datas do seu nascimento e do seu falecimento.

Casou-se em 1808, na freguesia de S. Pedro, no Funchal, com Ana Jacinta de Bettencourt Pita. Um dos seus filhos foi Nicolau António de Bettencourt.

Era médico e possuía o grau de bacharel em Cânones pela Univ. de Coimbra. A 18 de maio de 1801, foi nomeado professor substituto das cadeiras de Retórica e de Filosofia, que na altura havia no Funchal, e, a 30 de março de 1803, professor da cadeira de Filosofia Racional. Pouco tempo depois, foi viver para a ilha Terceira.

Dedicou-se ainda à poesia, escrevendo composições que, apesar de manifestarem as influências próprias da época, afirmam um estilo original.

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. I, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978.

ANTÓNIO JOSÉ BORGES

Bettencourt, António João de França

António João de França Bettencourt nasceu na Calheta, em 19 de outubro de 1827, filho de António João de França Bettencourt e de Ana Rita Telo de Meneses. Tendo cursado o Liceu do Funchal, inscreveu-se na Faculdade de Teologia da Univ. de Coimbra, em 6 de outubro de 1854, onde se doutorou e recebeu o capelo a 27 de julho de 1862.

Apesar de se ter distinguido durante os seus anos de estudo na universidade, apenas em 1872 viria a concorrer para lente de Teologia, tendo competido, nessa ocasião, com Luís Maria da Silva Ramos e alcançado o primeiro lugar. Tornou-se no primeiro madeirense a reger a cadeira de Teologia na Univ. de Coimbra depois da reforma pombalina. Publicou então o estudo que o distinguiu, *Verdade Philosophica do Mysterio da Encarnação*, de que se fizeram duas edições sucessivas.

Os anos que se seguiram foram de uma grande atividade. Foi professor de Teologia no Seminário de Coimbra e lecionou História e Hebraico no liceu coimbrão. Pertenceu a várias sociedades científicas e ao Instituto de Coimbra, de que foi segundo vice-secretário. Foi o fundador e um dos principais redatores da *Revista de Theologia*, com grande projeção no seu tempo. Enfim, foi um dos mais ativos e zelosos provedores da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, cargo que ocupou em 1877.

Como outros professores da faculdade teológica coimbrã, o lente madeirense foi um acérrimo defensor do tomismo e um opositor às novas filosofias oitocentistas: o materialismo, o positivismo, o ateísmo e o evolucionismo.

António João de França Bettencourt viria a falecer em Coimbra, a 29 de outubro de 1882, com 55 anos.

Obras de António João de França Bettencourt: *Verdade Philosophica do Mysterio da Encarnação* (1872); "O atheismo dos nossos dias" (1877-1878); "Catholicismo" (1877-1878); "O christianismo e a crítica" (1877-1878).

Bibliog.: impressa: AZEVEDO, Carlos A. M., "L'insegnalento nella Facoltà di Teologia di Coimbra nel contesto europeo del secolo XIX", in CLEMENTE, Manuel *et al.*, *A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 295-306; FIGUEIRA, Maria F. Reis, "A Faculdade de Teologia perante o materialismo (1861-1905)", *Revista de História das Ideias*, vol. 1, 1977, pp. 205-235; LOPES, Maria Antónia, "Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e fontes de poder", *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, 2002-2003, pp. 203-274; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. 1, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949; RODRIGUES, Manuel Augusto, "Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu", *Análise Social*, vol. XVI, n.os 61-62, 1980, pp. 407-428; SILVA,

Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998; **digital:** FERREIRA, Licínia Rodrigues, *Sócios do Instituto de Coimbra (1852-1978)*, Coimbra, s.n., 2015: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21258/3/Lista%20de%20s%c3%b3cios_2015.pdf (acedido a 24 abr. 2018); "Presidentes e direção", *Universidade de Coimbra*, s.d.: www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/instituto/presidentes (acedido a 24 abr. 2018).

PORFÍRIO PINTO

Bettencourt, Carlos Cristóvão da Câmara Leme Escórcio de

↗ Cristóvão, Carlos (nome literário)

Bettencourt, Edmundo de

De seu nome completo Edmundo Alberto de Bettencourt (Funchal, 7 de agosto de 1899-Lisboa, 1 de fevereiro de 1973), revelou-se como poeta quando era ainda aluno do Liceu do Funchal, tendo publicado o primeiro poema (sonetilho) no *Diário de Notícias*. Findo o curso liceal, partiu em 1918, com 19 anos, para Lisboa, onde, por pouco tempo, frequentou a Faculdade de Direito da Univ. de Lisboa, transferindo-se, mais tarde, para a de Coimbra, cidade da sua sagração como poeta-cantor, mas sem chegar a licenciar-se.

Colaborador assíduo da imprensa insular e continental, destacou-se como membro fundador da revista *presença* (1927), tendo-se-lhe juntado mais tarde Casais Monteiro e Miguel Torga. Conhecida também como *Folha de Arte e Cultura*, congregou um movimento vanguardista, digno herdeiro do *Orpheu*. Edmundo de Bettencourt colaborou também noutras importantes revistas, com destaque para *Bysâncio*, *Vértice*, *Ocidente* e *Seara Nova*. Foi incluído por António Pedro no *Cancioneiro do 1º Salão dos Independentes*, por Campos de Figueiredo, na *Breve Antologia de Poesia Moderna* e, por João Carlos, no *Cancioneiro de Coimbra*. O seu estro refletiu-se ainda na *Gacete Literaria de Madrid*, bem como noutras revistas estrangeiras, tendo sido incluído por Vitorino Nemésio e Carlos Queirós noutras antologias.



Fig. 1 – Edmundo de Bettencourt, c. 1950 (ABM, Arquivo Particular de José de Sainz-Trueva).

Em 1930, rompeu definitivamente com o movimento presencista, no que foi secundado por Branquinho da Fonseca e Miguel Torga, por achar que os presencistas se haviam demitido da defesa de valores sociais e políticos pelos quais sempre se batera, e ainda por desejar seguir um caminho novo, eminentemente moderno. Recusou-se, também por isso, a colaborar na revista dissidente *Sinal*, mantendo-se, a partir de então, à margem de grupos literários, deixando igualmente de cantar e gravar discos, e fixando-se definitivamente em Lisboa.

Republicano, laico e anarquista convicto, pautava a sua vida pela vivência de ideais, tendo sempre recusado servir-se da política para benefício pessoal. Repudiava abertamente o salazarismo, tendo sido perseguido, sobretudo quando, por altura da Segunda Guerra Mundial, apôs a assinatura num abaixo-assinado de reivindicação sindical. Era então trabalhador na Comissão Reguladora do Comércio de Metais, na capital. Exerceu ainda outras profissões, a última das quais foi a de delegado de propaganda médica.

Por haver, nos seus tempos de Coimbra, ousado cantar "Samaritana", de Álvaro Leal, foi altamente atacado pela hierarquia da Igreja Católica, mas debalde, pois a sua voz de "rouxinol da Madeira" ou "bicho canoro" (como era conhecido) celebrizou para sempre esta canção.

Publicou em vida quatro livros de poesia, nos quais reuniu poemas de vários anos, a saber: *O Momento e a Legenda* (1917-1930); *Rede Invisível* (1930-1933), que Herberto Helder muito elogiou; *Poemas*



Fig. 2 – Revista *Presença*, n.º 5 (4 jun. 1927).

Surdos (1934-1940) e *Ligação* (1936-1962). Anos mais tarde, em 1963, o poeta Herberto Helder, de quem se tornou grande amigo e com o qual participou nas tertúlias dos cafés Gelo, Royal e Montanha, reuniu a sua poesia toda sob o título *Poemas de Edmundo de Bettencourt*, prefaciou-a e fê-la publicar pela Portugália Editora, na coleção Poetas de hoje. Por sua vez, a Assírio & Alvim, em 1981, procedeu a uma reedição de *Poemas Surdos*, livro no qual o poeta revela a sua faceta surrealizante.

Herberto Helder considerou-o, com toda a justiça, uma das mais importantes vozes do modernismo português, bem como precursor do surrealismo em Portugal. João de Brito Câmara, outro poeta "madeirense" próximo da *presença*, na importante entrevista que lhe fez para a separata literária do semanário *Eco do Funchal*, em 1944, aquando de uma breve passagem pela Madeira, levou-o a discorrer sobre a modernidade, afirmando-se então Bettencourt como um poeta 100 % moderno. Não fora a sua natural timidez e o seu progressivo afastamento dos meios literários, mais cedo teria sido reconhecido como o grande poeta que efetivamente foi.

Revelou-se também um exímio intérprete da canção de Coimbra, que revolucionou, e de canções populares, ombreando com António Menano, Paradela de Oliveira e Armando Góis, entre outros. Foi na república do Funchal, em Coimbra, que estilizou a arte canora, acompanhado, à guitarra, por Artur Paredes, mestre neste desempenho. Com ele e António Menano, realizou digressões a Espanha, atuando em Valhadolid, Salamanca e Madrid, e ao Brasil. Teve um retumbante êxito. Gravou na altura muitos discos, que lhe renderam bom dinheiro. Entusiasmado com o seu estro, o maestro Fernando Lopes Graça transformou o seu poema "Liberdade" num canto heroico. Foi elogiado por Manuel Alegre e Zeca Afonso, que o considerou o maior cantor de fados de sempre e precursor da canção de intervenção em Portugal.

Edmundo de Bettencourt foi ainda crítico de cinema, tendo tentado introduzir, em Portugal, a fotografia experimental, no que foi pioneiro.



Fig. 3 – *Fados de Coimbra* (1984), de Edmundo de Bettencourt (EMI-Valentim de Carvalho).

Pelo seu alto valor como poeta-cantor, mereceu as caricaturas que dele fizeram vários artistas. Em 1999, aquando do centenário do seu nascimento, o Governo regional da Madeira homenageou-o com uma sessão pública e a colocação de uma placa de metal na casa onde nasceu, à R. dos Murças, no Funchal. No mesmo ano, a então Direção Regional dos Assuntos Culturais editou, em parceria com a Assírio & Alvim, a sua obra completa, *Poemas de Edmundo de Bettencourt*, bem como o livro de António Nunes, intitulado *No Rasto de Edmundo de Bettencourt. Uma Voz para a Modernidade*. Pela mesma altura, publicaram-se alguns estudos, mormente na revista *Islenha*, sobre a sua poesia.

Obras de Edmundo Bettencourt: *O Momento e a Legenda* (1930); *Rede Invisível* (1933); *Poemas Surdos* (1940); "Liberdade" (1946); *Ligação* (1962); *Poemas de Edmundo de Bettencourt* (1963).

Bibliog.: ABREU, Paula, "Edmundo de Bettencourt. Poesia e voz da Madeira no fado de Coimbra", *Olhar. Jornal da Madeira*, 8 dez. 2007, pp. 8-9; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; DIONÍSIO, Fátima Pitta, "Edmundo de Bettencourt. O vigor surrealizante de *Poemas Surdos* em 'Balada dos lobos e a virgem'", *Islenha*, n.º 24, jan.-jun. 1999, pp. 23-26; "Inéditos de Edmundo de Bettencourt", *Atlântico*, n.º 2, 1985, pp. 136-137; MARINO, Luís, *Musa Insular: Poetas da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 1959; NEMÉSIO, Vitorino, "Se bem me lembro... Edmundo de Bettencourt", *Islenha*, n.º 24, jan.-jun. 1999, pp. 27-30; NUNES, António, *No Rasto de Edmundo de Bettencourt. Uma Voz para a Modernidade*, Funchal, DRAC, 1999; *Id.*, "Aproximações ao espólio fotográfico de Edmundo de Bettencourt", *Islenha*, n.º 34, jan.-jun. 2004, pp. 58-64; PEREIRA, Teresa, "Bettencourt e a *Presença*", *Islenha*, n.º 24, jan.-jun. 1999, pp. 13-21; *Id.*, "Edmundo de Bettencourt", *Saber*, n.º 8, jun. 2004, pp. 24-25; *presença*, n.º 5, 4 jun. 1927; ROCHA, Luís, "Edmundo de Bettencourt. A voz silenciosa", revista do *Diário de Notícias*, 8-14 ago. 1999, pp. 13-16; SEIXO, Maria Alzira, "A ventura do canto em Edmundo de Bettencourt", *Islenha*, n.º 24, jan.-jun. 1999, pp. 5-12; SILVA, Margarida Macedo, "Lembrar Edmundo de Bettencourt", *Islenha*, n.º 15, jul.-dez. 1994, pp. 46-48; TEIXEIRA, Mónica, "Edmundo de Bettencourt entre a vanguarda e a tradição", *Islenha*, n.º 16, jan.-jun. 1995, pp. 43-48; *Id.*, *Tendências da Literatura na Ilha da Madeira nos Séculos XIX e XX*, Funchal, DRAC, 2005; VERÍSSIMO, Nelson, "Samaritana", *Diário de Notícias*, Funchal, 29 jan. 1995, pp. 70-72.

FÁTIMA PITTA DIONÍSIO

Bettencourt, Emiliano Augusto

Nasceu em Lisboa, a 12 de novembro de 1825.

Arquiteto do corpo auxiliar de engenharia civil, trabalhou como desenhador de primeira classe, na Repartição Técnica do Ministério das Obras Públicas, e foi autor de várias cartas geográficas e do projeto do mercado de Santa Clara, na freguesia de São Vicente de Fora, em Lisboa, aprovado em 1876.

Era membro da Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, e da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. Foi um dos membros fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1875.

Publicou vários livros e mapas, entre os quais: *Dicionário Corográfico Português*; *Atlas Pecuário de Portugal*; *Memória sobre a Descoberta das Ilhas de Porto Santo e Madeira (1418-1419)*; *Descobrimentos. Guerras e Conquistas dos Portugueses em Terras do Ultramar nos Séculos XV e XVI*; e *Noções de Chorographia de Portugal. Seguidas da Carta Geographica do Continente e de Um Planispherio onde Se Indica a Posição Geographica das Possessões Portuguezas*.

Na *Memória sobre a Descoberta das Ilhas de Porto Santo e Madeira (1418-1419)*, Emiliano Bettencourt defende a prioridade portuguesa na descoberta do arquipélago da Madeira, refutando o inglês Major, que, no livro *The Life of Prince Henry of Portugal*, toma como verdadeira a lenda de Machim e a enquadra na descrição da


MEMORIA
SOBRE A DESCOBERTA
DAS
ILHAS DE PORTO SANTO E MADEIRA
1418—1419
(FRAGMENTO DE UM LIVRO INEDITO)
POR
PORTO
1875

***Memória sobre a Descoberta das Ilhas de Porto Santo e Madeira (1418-1419)* (1875), de Emiliano Augusto Bettencourt.**

descoberta feita pelos cronistas portugueses da época. A argumentação de Bettencourt apoia-se na discrepância das três versões da lenda, divulgada por António Galvão, Valentim Fernandes e Francisco Manuel de Melo, na data posterior da mesma em relação ao descobrimento oficial, 1418-1419, alegando também que o facto de a Madeira já constar em mapas de 1317 e 1351 não prova nada, já que eram vulgares esses "adicionamentos" "sem ideia de falsificação", porque "no XV século, época das principais descobertas, carta alguma poderia andar em dia com o rápido progresso destes feitos e que por consequência estes adicionamentos eram então uma necessidade tanto mais instante na ocasião, quanto mais prejudicial para a História; porque sendo todas essas cartas manuscritas, podiam nelas admitir-se muitas inserções nos espaços claros, sem deixarem vestígios de terem sido retocadas ou acrescentadas" (BETTENCOURT, 1875, 22).

Faleceu em Lisboa, a 5 de junho de 1886.

Obras de Emiliano Augusto Bettencourt: *Atlas Pecuário de Portugal* (1870); *Dicionário Corográfico Português* (1870); *Memória sobre a Descoberta das Ilhas de Porto Santo e Madeira (1418-1419)* (1875); *Descobrimentos. Guerras e Conquistas dos Portugueses em Terras do Ultramar nos Séculos XV e XVI* (1881-1882); *Noções de Chorographia de Portugal. Seguidas da Carta Geographica do Continente e de Um Planispherio onde Se Indica a Posição Geographica das Possessões Portuguezas* (1889).

Bibliog.: BETTENCOURT, Emiliano Augusto, *Memória sobre a Descoberta das Ilhas de Porto Santo e Madeira (1418-1419)*, Porto, Tip. Comércio do Porto, 1875; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983.

GABRIEL PITA

Bettencourt, J. d'Almada (pseud.)

↗ Rosa, Manuel Ferreira

Bettencourt, Matilde Isabel de Santana e Vasconcelos Moniz de

↗ Nogueiras, viscondessa das

Bettencourt, Nicolau Anastácio

Nasceu no Funchal, na freguesia de São Pedro, a 7 de fevereiro de 1810, filho do médico Anastácio Moniz de Bettencourt e de Ana Jacinta de Bettencourt Pita.

Em 1825, matriculou-se na Univ. de Coimbra, no curso de Filosofia, para aceder depois a Medicina. No entanto, em 1827, interrompeu os estudos, para participar na luta liberal contra o absolutismo instalado por D. Miguel, integrando-se no Batalhão Académico, comandado por António José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha, conde de Vila Flor, mais tarde, duque da Terceira.



Cons. Nicolau Anastácio Bettencourt, óleo de c. 1870 (coleção particular Açores).

Teve de emigrar para a Inglaterra, em 1828, onde se juntou ao exército liberal que desembarcou na ilha Terceira, nos Açores, a 14 de fevereiro do ano seguinte, integrado no Batalhão de Voluntários da Rainha. Participou no desembarque de Mindelo, sob as ordens de D. Pedro, a 8 de julho de 1832, e na Batalha da Serra do Pilar, no Porto, a 13 de agosto desse mesmo ano, num destacamento de voluntários, com José Estêvão Magalhães, futuro deputado setembrista, e José Silvestre Ribeiro, futuro governador civil da Madeira, entre outros.

Após o triunfo do liberalismo, em 1834, desempenhou o cargo de secretário-geral da Prefeitura de Angra do Heroísmo, até 1836, e depois de Ponta Delgada, nos Açores, vindo mais tarde a ser governador civil deste último distrito. Transitou, no mesmo cargo, para Aveiro, em 1843, e para Angra do Heroísmo, no ano seguinte, tendo aqui fundado a Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra e o Asilo da Infância Desvalida (depois, Lar do Livramento), empenhando-se no ensino, nomeadamente na organização do liceu. Em 1853, foi eleito deputado, pelo Partido Regenerador, pelo círculo da Horta, mas renunciou ao mandato, não chegando a tomar posse. Os últimos cargos que exerceu foram os de governador civil de Aveiro (1854-1859) e de Portalegre (1859-1862), tendo-se aposentado a 30 de julho de 1862, quando ocupava este último posto.

Colaborou com vários jornais, em prosa e poesia, sobretudo com o jornal do Grémio Literário de Angra. Publicou, em 1848, sem nome do autor, uma coleção de vários escritos administrativos e, em 1857, *Exposição dos Factos Que Se Deram no Distrito de Angra do Heroísmo Relativos à Exportação de Cereais no Presente Ano Agrícola*.

Era conselheiro da Casa Real e comendador das ordens de Cristo e da Conceição.

Faleceu a 7 de março de 1874 em Angra do Heroísmo, onde fixara residência após a aposentação.

Obras de Nicolau Anastácio Bettencourt: *Exposição dos Factos Que Se Deram no Distrito de Angra do Heroísmo Relativos à Exportação de Cereais no Presente Ano Agrícola* (1857).

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1965; SOUSA, Paulo Silveira e, "Bettencourt, Nicolau Anastácio de (1810-1874)", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República/ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005, p. 382.

GABRIEL PITA

Bíblia

Na *Constituição Dogmática Dei Verbum sobre a Revelação Divina*, o Concílio Vaticano II escreve: "As palavras reveladas por Deus, que se encontram escritas e manifestas na Sagrada Escritura, foram redigidas por inspiração do Espírito Santo. Com efeito, a Santa Mãe Igreja, por fé apostólica, tem como sagrados e canónicos os livros inteiros do Antigo e Novo Testamento com todas as suas partes, porque escritos por inspiração do Espírito Santo (cf. Jo. 20, 31; 2 Tim. 3, 16; 2 Pd. 1, 19-21; 3, 15-16), têm Deus por autor e como tais foram confiados à própria Igreja" (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, 11).

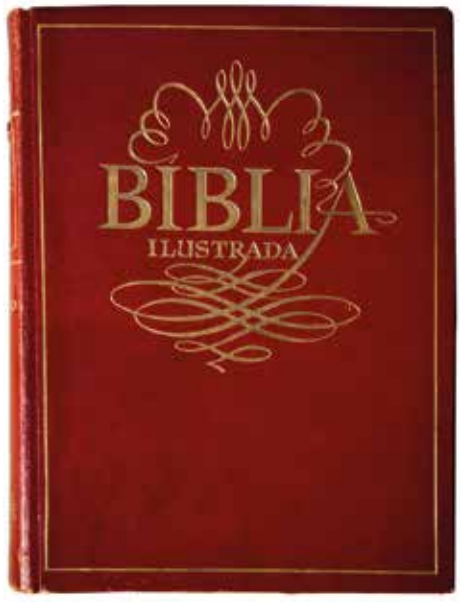


Fig. 1 – *Bíblia ilustrada* (Editorial Universus, 1957 a 1970).

É da máxima importância para os cristãos, e também para os judeus, acreditar que Deus falou aos homens, um Deus pessoal iniciou um diálogo, devendo os homens ouvir as suas palavras e responder.

As palavras de Deus são revelação e o Homem responde a Deus com a fé. A fé bíblica é mais importante do que propostas intelectuais, é uma obediência a um Deus pessoal. Deus revela-se a si próprio, depois revela a sua vontade e intenção. A revelação divina é destinada ao maior bem de todos os homens e mulheres.

Deus revelou-se ao Homem ordenando-lhe ações. A Abraão mandou-lhe que saísse da sua terra. Depois, Deus revela-se falando através dos seus servos, os patriarcas, reis e profetas, e, finalmente, manda-lhes escrever, e desta forma possuímos as Escrituras Sagradas, cujo autor é o Espírito Santo, que se serviu de homens, línguas e estilos para comunicar uma mensagem de salvação para toda a humanidade.

Toda a Escritura é inspirada, mas nem toda é revelada, ela descreve as reações dos homens, a sua fé ou falta dela. No Concílio de Trento (1545-1553), houve dificuldade em traçar uma linha comum entre as tradições que faziam parte dos usos antigos na Igreja e a revelação feita por Jesus Cristo. No Concílio Vaticano II, havia já um grande progresso, devido à reflexão e estudo dos teólogos, biblistas e historiadores, embora nem todas as questões ficassem resolvidas.

A regra da fé não pode ser medida pela Igreja, ela pode e deve desenvolvê-la e ensiná-la, mas não a pode falsificar. Um texto escrito necessita de ser interpretado e comentado ao longo dos séculos. Para responder às questões e perguntas que surgem ao longo das várias gerações sem cair em erros, a Sagrada Escritura precisa do magistério da Igreja, que conta com a presença do espírito de Jesus Cristo,



Fig. 2 – *Dei Verbum, Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina* (2011).



Fig. 3 – *Biblia Sacra Vulgatae Editionis* (1598).

que prometeu assistir os seus apóstolos enviando o Espírito Santo.

O texto da *Dei Verbum* dá grande importância à Sagrada Escritura, à tradição e ao magistério da Igreja. As três funções, em conjunto, são necessárias para a vida da comunidade cristã.

Nos arts. 22 e 25, o Concílio insiste com os fiéis para que leiam e meditem a palavra de Deus contida na Bíblia, tendo em conta a tradição e o magistério. A palavra de Deus foi confiada à Igreja, está escrita numa linguagem humana, Deus serviu-se dos escritores inspirados para nos transmitir as palavras que Ele inspirou através do Espírito Santo e protege-nos do erro através do magistério da Igreja.

Vulgata

A Bíblia é o conjunto dos livros do Antigo e Novo Testamento, ela mostra-nos a ação de Deus na história humana da salvação. A palavra "bíblia" vem do grego e significa livro ou escritura, e já se encontra na própria Bíblia, quando nela se está a querer referir o Antigo Testamento. Em relação à ressurreição de Jesus, S. João escreve: "Acreditaram na Escritura e nas palavras que Jesus tinha dito" (Jo 2, 22). S. Paulo, ao falar da lei dada aos hebreus, escreve: "A Escritura encerrou tudo debaixo do pecado" (Gl 3, 22).

A Bíblia, sendo a palavra de Deus, não pode ser interpretada sem ser relacionada com o modo de pensar dos homens nos diversos períodos da história humana. A ciência bíblica, através de critérios científicos, procede a uma interpretação das comunidades que a receberam e, em parte, colaboraram na sua formação, como acontece nos Evangelhos. A Bíblia, portanto, sendo palavra de Deus, serve-se do modo de pensar e do ambiente dos homens.

O Antigo Testamento foi escrito na língua hebraica e grega, o Novo Testamento foi escrito em grego. O texto que acompanhou a Igreja



Fig. 4 – Bíblia, *Liber Genesis Hebraice Beresith* (1576), Veneza (BGUC).

latina desde S. Jerónimo (sécs. IV e V) é conhecido por Vulgata, mas desde o princípio que apareceram traduções sírias, coptas, árabes, etiópicas, arménias e geórgicas.

No séc. XV, os monges de Alcobaça traduziram alguns livros da Bíblia para português, mas só muito mais tarde, no séc. XVIII, aparece a tradução completa, feita por António Pereira de Figueiredo, da Congregação do Oratório, sendo publicada em Lisboa entre os anos 1778--1781. Apareceram depois outras traduções, feitas principalmente por igrejas protestantes. Uma outra tradução da Vulgata, difundida em Portugal e no Brasil, foi feita por Matos Soares,



Fig. 5 – S. Jerónimo, Marinus van Reymerswaelle (atr.), c. 1521 a 1540, do antigo Convento da Encarnação do Funchal (Museu de Arte Sacra do Funchal).

entre os anos 1927-1930. Seguiram-se depois outras traduções dos textos originais, ainda usadas em Portugal e no Brasil no séc. XXI. A mais conhecida é a Bíblia de Jerusalém, de origem francesa e traduzida por grupos de especialistas na Sagrada Escritura.

A Vulgata, escrita em latim, era conhecida pelos que conheciam esta língua, principalmente padres e estudiosos das universidades. Na Idade Média, os pregadores citavam os pontos principais da Bíblia nos sermões e nas catequeses; nas igrejas, os fiéis viam as pinturas destas cenas, principalmente as do Natal, da Quaresma, da Paixão, da Páscoa e do Pentecostes – raramente viam cenas do Antigo Testamento. Esta forma de passar conhecimentos chamava-se *Biblia pauperum* (Bíblia dos pobres). Nestas pinturas, entravam também cenas dos chamados livros apócrifos, que, para terem autoridade, eram atribuídas a apóstolos.

Franciscanos e Bíblia

Os padres franciscanos acompanharam os povoadores portugueses desde os primeiros dias da sua chegada à Madeira, eram essenciais para se poder celebrar a missa, administrar os sacramentos e educar os fiéis na fé católica. Os primeiros povoadores já eram cristãos, conheciam as narrações bíblicas, catequizaram os seus filhos, compraram pinturas para colocar nas igrejas, capelas, oratórios e suas casas. Só os Portugueses mais cultos, que conheciam o latim, é que podiam ler, consultar ou ter acesso, mesmo que indireto, à Bíblia, tendo em conta que a missa também era celebrada em latim, assim como os sacramentos, até ao Concílio Vaticano II, no séc. XX.

Entre os Franciscanos, houve um português, nascido em Lisboa, chamado Fernando. Estudou em Coimbra, onde ensinavam professores muito capacitados, pois recebiam a sua formação teológica na Univ. de Paris. Quando os Franciscanos chegaram a Portugal, vindos da Itália, ainda no tempo de S. Francisco, este jovem padre tomou o hábito franciscano e recebeu o nome de António. Devido à doença

que o atacou em Marrocos, onde fora evangelizar os mouros, teve que voltar para Portugal, viagem durante a qual foi levado por uma tempestade para o mar Mediterrâneo, até chegar à Sicília, na Itália. Dirigiu-se para Assis, numa altura em que os Franciscanos estavam reunidos com S. Francisco num capítulo geral, chamado das Esteiras (1221). Foi colocado num eremitério em Montepaolo, perto de Forli, junto a uns religiosos que desejavam que lhes celebrasse a missa, já que era o único religioso padre. Aprofundou o conhecimento da Sagrada Escritura com o estudo e a oração que realizou e S. Francisco permitiu que ele ensinasse nas universidades e pregasse a palavra de Deus. António foi muito carismático no seu tempo, escreveu o livro *Os Sermões*, com temas para os Franciscanos lerem, meditarem e prepararem as suas pregações, foi convidado a ir a Roma falar com o Papa e com os cardeais, e diz-se que os seus conhecimentos da Bíblia causaram tanta admiração que o Papa lhe chamou "arca do Testamento". A tradição explica o significado desta designação dizendo que, se por acaso e desgraça se perdessem os livros da Bíblia, António seria capaz de os reproduzir por completo. A iconografia representa S.to António com o Menino Jesus nos braços sobre um livro que representa a Sagrada Escritura.

Os Franciscanos mais cultos que foram enviados para a Madeira com os povoadores portugueses conheciam a Sagrada Escritura e rezavam o Breviário em latim, e alguns irmãos que não eram sacerdotes sabiam todos os salmos de cor, para em conjunto rezarem o ofício divino.

Apesar de o povo cristão não ter nessa época do séc. XV nenhuma tradução da Bíblia, tinham mais conhecimentos da Sagrada Escritura do que muitos cristãos atuais, que nunca a leram, ou que leram somente alguns livros do Novo Testamento. Felizmente, no séc. XXI, e principalmente após o Concílio Vaticano II, a Bíblia encontra-se em quase todas as casas de cristãos, alguns começaram a lê-la e a meditá-la, e a palavra de Deus tornou-se alimento espiritual.



Fig. 6 – S.to António, oficina de Diogo de Contreiras (?), c. 1550 (Convento de S.ta Clara do Funchal).

De Jesus aos evangelhos

No séc. I, em toda a bacia do Mediterrâneo oriental, em Roma, capital do Império, em algumas terras da Ásia Menor e Norte de África, em algumas regiões vizinhas dos rios Tigre e Eufrates, começou a aparecer uma religião nova que, devido ao nome do seu fundador, Cristo, toma o nome de cristã. No primeiro quartel do séc. II, os grandes escritores romanos, Tácito, Suetónio, Plínio, o Jovem, atestam conhecer este movimento que o escritor judeu Flávio Josefo recorda nos seus livros.

Josefo, que esteve presente na tomada de Jerusalém, no ano 70, refere-se ao fundador desta religião com termos honrosos, apesar de Jesus ter sido condenado à crucifixão, fala também de João Batista e de Tiago, primo de Jesus. O escritor Plínio nota que este movimento tinha chegado à Bitínia cerca do ano 112, e Minúcio Fundano, procônsul na Ásia (atual Turquia), institui processos contra os cristãos. Antes do ano 160, o livrinho chamado Didaké ou Didaché, as cartas de Inácio de Antioquia (m. 110) e a primeira carta aos Coríntios de Clemente Romano (cerca do ano 96) atestam a fé e a espiritualidade de uma comunidade que se alimenta espiritualmente da fé em Jesus Cristo.

Além destes escritores que estabelecem uma relação com a nova fé, existem diversos livros sacros do Novo Testamento, que vão desde o ano 50 ao ano 95, sendo, portanto, anteriores a todos estes testemunhos de escritores romanos.

Entre a morte de Jesus, cerca do ano 30 da nossa era, e os escritos do Novo Testamento, decorreu um período de pregação oral. O Evangelho foi anunciado de viva voz antes de os textos serem fixados por escrito.

O substantivo "evangelho" e o verbo "evangelizar" significam boa notícia, nova e alegre mensagem. Durante o período apostólico, este termo nunca foi usado como título de um livro. A mensagem de Jesus, antes de ser escrita, foi pregada, anunciada, ouvida. Antes de ser livro, o Evangelho foi palavra.

Na sinagoga de Nazaré, Jesus diz: "O Espírito do Senhor enviou-me a anunciar a Boa Nova aos pobres" (Lc 4, 18-21). A citação evoca o profeta Isaías, que, por sua vez, desenvolve a noção de evangelizar: "como são belos sobre os montes os pés do que anuncia a boa nova [evangelizar], traz a paz, anuncia a felicidade [evangelizar], traz a salvação" (Is 52, 7).

Evangelizar designa, na pregação dos apóstolos, algo mais do que a mensagem oral de Jesus. Envolvia toda a sua vida, os seus sofrimentos, a sua morte, a sua ressurreição, a vinda do Espírito Santo. Os apóstolos deviam anunciar "tudo o que ele tinha feito e o que tinha ensinado" (At 1, 1). Jesus era não somente o objeto, mas também o sujeito da pregação, porque era nele que se manifestava o poder de Deus, que obriga os que o ouvem a acreditar ou então a escandalizar-se (cf. Mt 11, 5ss.; Mc 6, 3).

Na literatura bíblica, evangelizar diz respeito ao anúncio alegre de Deus, a sua palavra realiza o que proclama, o Antigo Testamento diz respeito ao futuro, às realidades messiânicas.

Os apóstolos e a Igreja das origens escolheram, entre as palavras e as ações de Jesus, as que eram mais apropriadas para o dar a conhecer. Quando a pregação tomou a forma escrita, a palavra "evangelho" começou a designar os próprios escritos.

No livro Didaché, o termo "evangelho" parece referir-se aos escritos e não à mensagem propriamente dita dos ensinamentos de Jesus. S. Justino (m. 165) refere-se às memórias dos apóstolos que foram escritas usando o termo "evangelhos". Embora houvesse quatro escritos dos evangelhos, a catequese apostólica era uma só, assim como a fé em Jesus Cristo. O simbolismo dos quatro animais que representam os evangelistas é tirado do profeta Ezequiel (cf. Ez 1, 5-14). A aplicação é muito antiga: o homem é Mateus, o leão é Marcos, o vitelo é Lucas e a águia é João.

Evangelho oral e escrito

Entre a ascensão de Jesus ao Céu e a publicação do primeiro evangelho, a mensagem foi transmitida à comunidade cristã sob a forma oral, confiada aos apóstolos (cf. Mc 16, 15) e aos ministros da palavra (cf. Lc 1, 2), em

conformidade com o mandato de Jesus (cf. At 6, 4; Rm 10, 17).

O berço do cristianismo, como do Evangelho, foi a comunidade de Jerusalém, vivificada pelo Espírito Santo no dia de Pentecostes, com a presença de Maria, Mãe de Jesus. Daqui se espalhou a mensagem pelos povos: Judeia, Samaria, Galileia, Fenícia, Chipre, Antioquia da Síria, Norte de África, Ásia Menor, Grécia e Roma.

Os Atos dos Apóstolos informam-nos desta evangelização que teve como principal missionário o apóstolo dos gentios, S. Paulo. Os crentes aderiam "à doutrina dos apóstolos e perseveravam nela" (At 2, 42). Entre os doze, Pedro goza de uma autoridade e prestígio especial, ele toma as iniciativas e fala em nome de todos (cf. At 1, 15; 2, 14; 4, 8, etc.).

Paulo, após a sua conversão e estadia na Arábia, vem a Jerusalém para encontrar Pedro, passando com ele quinze dias (cf. Gl 1, 18). O cristianismo partiu dos doze apóstolos e de Jerusalém, a cidade da revelação divina. Não aparecem nas fontes comunidades independentes, democráticas, sem relação com os apóstolos; os contactos das novas comunidades com a Igreja mãe de Jerusalém são frequentes (cf. At 11, 27ss.; 15, 2; 1Cor 16, 3; 2Cor 8, 14).

A autoridade eclesiástica controlava a expansão da comunidade e interessava-se pela fiel transmissão das tradições. Paulo insiste na ideia desta transmissão, quer quando fala da ressurreição de Jesus: "transmito-vos aquilo que recebi" (1Cor 15, 3); quer quando fala da eucaristia: "Porque eu recebi do Senhor o que também vos ensinei" (1Cor 11, 23). Antes de morrer, pede ao seu discípulo Timóteo para confiar aquilo que ouviu a "homens de confiança", os quais deviam estar em condições de por sua vez o transmitir a outros (2Tm 2, 2).

S. Policarpo, bispo de Esmirna, falava da sua relação com o discípulo S. João e com os outros discípulos que tinham visto o Senhor, recordava também as palavras e as coisas que tinha ouvido contar a respeito de Jesus, os milagres e ensinamentos, etc.

Quanto ao conteúdo da mensagem dos apóstolos, o centro é o Reino de Deus, inaugurado com a doutrina, os milagres, a morte e a ressurreição de Jesus. Este conteúdo encontra-se nas cartas de S. Paulo, o primeiro a deixar textos escritos, e no livro dos Atos dos Apóstolos. A catequese ou primeiro anúncio (*kérygma*) era adaptada aos ouvintes e às circunstâncias, importando se eram judeus ou pagãos, catecúmenos ou cristãos. Em alguns textos bíblicos, encontramos as formas e esquemas de pregação adotadas. Por exemplo, nos Atos, no discurso de S. Pedro (cf. At 2, 22ss.); no discurso de Estêvão (cf. At 7, 2-53); do diácono Filipe (cf. At 8, 30-33); de S. Paulo, em Antioquia da Pisídia (cf. At 13, 16-41); na pregação de S. Pedro em casa de Cornélio (cf. At 10, 34-43); no discurso de S. Paulo em Atenas, no Areópago (cf. At 17, 21-31); no discurso de despedida em Mileto (cf. At 20, 18-35). Neste esquema ou quadro geral, simples e ágil, encontra-se o testemunho da Boa Nova, onde se poderiam colocar outras unidades didáticas que nos dão o modelo das catequeses. S. Lucas, no livro dos Atos, mostra a Teófilo a razão do seu livro: "escrever-te de um modo ordenado [...] para que verifiques a solidez dos ensinamentos que recebestes" (Lc 1, 4).

É provável que, antes dos evangelhos escritos, houvesse recolha de textos escritos para ajudar a pregação. O estilo oral, comum entre os semitas e documentado entre o povo judeu, era constituído de maneira a gravar-se na memória e a impressionar o coração dos ouvintes. S. Mateus escreve: "Quando Jesus revelou estes discursos, estavam as multidões admiradas com a sua doutrina" (Mt 7, 28).

A escolha dos temas da catequese correspondia às situações e exigências concretas das comunidades a que se dirigiam os pregadores da Boa Nova. Nos discursos aos judeus, era necessário apresentar o Senhor como o Messias anunciado pelos profetas do Antigo Testamento. Já os gentios ignoravam esta espera do Salvador prometido a Israel, a eles mostrando-se como Jesus passou fazendo o bem e curando todos aqueles que tinham caído no poder do demónio (cf. At 10, 38). Com a narração dos milagres, mostra-se o poder de Jesus sobre a

natureza, os demónios e a morte: expulsa os demónios (cf. Mc 5, 1-15), ressuscita os mortos (cf. Mc 5, 35-42), multiplica os pães (cf. Mc 6, 38-44), anda sobre as águas do lago (cf. Mc 6, 47-50).

O mais importante não era mostrar o lugar histórico onde Jesus falou ou operou milagres, mas o que Ele tinha ensinado e feito para a salvação das pessoas. A preocupação dos pregadores era levar a mensagem de salvação adaptada da melhor forma e em conformidade com a vida quotidiana dos ouvintes.

A celebração da eucaristia deu lugar a um conhecimento e desenvolvimento da narração da paixão, morte e ressurreição de Jesus, como aconteceu com S. Paulo aos Coríntios (cf. 1Cor 11, 23). A liturgia da comunidade cristã deixa algumas marcas na futura constituição escrita dos evangelhos. O mais importante é reconhecer que os quatro evangelhos nasceram na Igreja, para a Igreja e são da Igreja; o seu valor perene está ligado à fé e à vida da Igreja; são o espelho de uma pregação e de uma vida, antes de serem um escrito. Foram uma vivência que deixou marcas e testemunhos de uma comunidade dos tempos apostólicos.

Os evangelhos são diversos da historiografia científica ou retórica, embora conservem factos históricos. Eles são fundamentados naquilo que os apóstolos ouviram e viram do Senhor Jesus, sobre o que a Igreja viveu, acreditou e testemunhou com uma finalidade religiosa e salvífica, o que os leva a proclamar a presença e a divindade de Jesus Cristo Salvador. Jesus é uma figura histórica, por isso, os escritos assumem também um carácter histórico. Tratam da história de uma comunidade viva e salvífica que apela à fé. Podemos afirmar, com Huby, que "A Igreja é a esposa de Jesus Cristo, os evangelhos são as suas joias, o tesouro que conserva com amor vigilante" (HUBY, 1954, 1-10).

A Igreja existiu antes dos evangelhos, o espírito antes da letra, a religião da autoridade antes da religião de um livro, por mais sublime que seja. Como diz o autor anteriormente citado, "A Igreja não é fundada sobre os evangelhos escritos, estes nasceram, quando ela resplandecia de juventude e beleza [...] O que Jesus Cristo estabelecera neste mundo não era uma escola filosófica, uma academia de literatos, um cenáculo escolhido de investigadores de textos, uma religião de pergaminhos e de filólogos, mas uma sociedade viva, fundada sobre lugares vivos da caridade e da autoridade" (*Id.*, *Ibid.*, 1-16).

Comissão Bíblica

Em 1902, o Papa Leão XIII criou uma comissão para promover os estudos bíblicos e também para proteger a Bíblia dos erros. A Comissão incluía cardeais e consultores escolhidos entre os melhores estudiosos da Bíblia dessa época. Em 1904, o Papa Pio X concede à Comissão a faculdade de examinar os candidatos que se preparavam para receber graus académicos em Sagrada Escritura, tanto mais que alguns seriam professores nos seminários. A autoridade da Comissão Bíblica aumentou de tal forma que os seus decretos chegaram a ter a mesma autoridade que os decretos das congregações romanas.



Fig. 7 – Papa Leão XIII, Roma, 1878 (arquivo particular).

A Comissão foi instituída no momento em que os protestantes tinham alcançado um alto nível no estudo bíblico e influenciavam os estudos bíblicos dos católicos. Era a época do modernismo, entre os anos 1905-1915. As respostas da Comissão diziam respeito aos perigos para a fé típicos deste período.

Quando os estudos dos exegetas católicos atingiram maturidade e capacidade para distinguir as opiniões prováveis das seguras, a Comissão, mais do que tratar da correção de erros, começou a encorajar o trabalho científico dos estudiosos católicos. As universidades católicas, o Pontifício Instituto Bíblico, em Roma, e, a mais antiga, a École Biblique, em Jerusalém, tinham já produzido grandes exegetas, como Lagrange, Roland de Vaux, na arqueologia bíblica, Linet, nas cartas de S. Paulo, Agostinho Bea, SJ, mais tarde cardeal, Martini, SJ, insigne arcebispo e cardeal de Milão, que desenvolveu livros e textos bíblicos para retiros e meditações conhecidos em todo o mundo.

Quando, nos anos 50 e 60, se estudava em Roma, ou em Jerusalém, podia perceber-se que a Comissão Bíblica era raramente citada, apenas o sendo para mostrar que a Igreja sempre guardou com amor e carinho a palavra de Deus e a defendeu de perigos e erros que poderiam ser difundidos também nas escolas católicas. A Igreja ama os seus fiéis, alimenta-os com a eucaristia e a palavra de Deus, quer preservar o estudo científico não só de erros, mas também de hipóteses de trabalho que podem ser tomadas como certezas entre os fiéis, indica os perigos a que um exegeta católico não se deve expor, mesmo quando procura aprofundar uma verdade da fé. Com o Concílio Vaticano II e a *Constituição Dei Verbum*, o estudo científico da Sagrada Escritura continua, e a Comissão pode até rever e explicitar melhor as decisões que foram tomadas numa determinada época, quando não se tinha ainda estudos científicos próprios para dirimir algumas questões, embora continuem sempre a surgir ao longo dos tempos problemas de interpretação, de crítica textual e literária, etc.

Bíblia e povo cristão

De uma forma geral, podemos dizer que o povo cristão, até há poucos anos, não tinha acesso aos livros da Bíblia. Estava escrita em latim, só os bispos, padres, professores ou leigos cultos a estudavam e conheciam; até para quem dominava o latim se tornava de difícil acesso, uma vez que não havia bíblias para comprar. O povo judeu sabia ler e escrever de forma a poder consultar o Antigo Testamento. No Templo de Jerusalém, havia textos para consulta. Em cada sinagoga dispersa pela terra de Israel, conservava-se um rolo da Bíblia, que era lido nas reuniões, aos sábados, nas festas e em outras ocasiões. É provável que, nas zonas mais abastadas, houvesse um outro exemplar da Bíblia; tendo em conta que um pergaminho era muito caro, nos lugares pobres e pequenos, era unicamente a sinagoga que possuía um exemplar, que podia ser consultado pelos fiéis. O texto era em hebraico, mesmo quando a língua falada era o aramaico.

O povo cristão conhecia a Bíblia através das leituras, homilias, catequeses e missas, e via muitas cenas pintadas em igrejas e capelas, também possuía em suas casas imagens em madeira ou barro, ou então gravadas e impressas em pergaminho ou papel. Os grandes ciclos litúrgicos – Advento, Natal, Quaresma, com as procissões dos Passos e vias-sacras, Semana Santa, Páscoa, com a procissão da Ressurreição, do Espírito Santo, com as visitas às casas dos paroquianos – eram ensinados na catequese e as cenas bíblicas decoravam as paredes ou altares das igrejas ou capelas. Havia muita devoção aos santos padroeiros, cujas vidas e milagres se conheciam através de sermões, festas, procissões e pinturas ou imagens que estavam colocadas nos altares e nas próprias casas.

Como a escola era deficiente e só atingia uma parte da população, as imagens e pinturas belas e incisivas constituíam o que, como já se havia adiantado, se chamava a *Biblia pauperum* (Bíblia dos pobres). No séc. XXI, com tantas traduções, preços acessíveis, e sendo até oferecida por ocasião dos sacramentos, não podemos afirmar que a Bíblia seja lida em proporção.



Fig. 8 – Santoral do cadeiral sul da Sé do Funchal, c. 1514 (fotografia de Virgílio Gomes, 2014).

Pelo contrário, é pouco consultada; o Antigo Testamento é ainda mais desconhecido que o Novo e necessita de uma introdução antes da leitura, o que se manifesta ainda mais necessário em alguns livros. O Novo Testamento, além dos temas dos grandes ciclos litúrgicos e de algumas partes dos Atos dos Apóstolos, também não é muito conhecido. Quanto às cartas e ao Apocalipse, os textos são conhecidos, em parte, por via da liturgia, mas só algumas cenas. Após o Concílio Vaticano II, devido à catequese e aos cursos bíblicos, a situação modificou-se, mas não ainda de forma suficiente.

Antes, os livros de teologia dogmática para provar a doutrina apresentavam os argumentos da autoridade da Igreja, que era depois confirmada com alguns textos da Sagrada Escritura. Depois, pelo contrário, a primazia é dada à Sagrada Escritura e só depois à autoridade da Igreja e patrologia.

Bíblia dos pobres

Entrando em nossas igrejas e capelas, encontramos magníficas pinturas, esculturas, miniaturas e reproduções das mais belas obras do génio humano, principalmente sobre os ciclos natalício, quaresmal e pascal. É um tema interessante de estudo rever nos retábulos e pinturas das igrejas e capelas os temas bíblicos representados, para conhecer a importância que os nossos antepassados davam ao conhecimento da Sagrada Escritura.

O santoral, com pinturas, esculturas, imagens de santos e, principalmente, de Nossa Senhora, ocupa uma parte central e elucidativa da piedade popular e da catequese e pregação que era ministrada aos cristãos.

Em relação à Bíblia, há uma profunda diferença entre católicos e protestantes, principalmente após a revolta de Lutero contra a Igreja de Roma. Lutero traduziu a Bíblia para alemão, trabalho considerado pioneiro e obra de arte. Mas não foi apenas nos tempos da Reforma protestante que a Bíblia foi descurada na catequese e até na pregação. Havia um certo receio de que os católicos lessem a Bíblia como faziam os protestantes, a interpretassem cada um a seu modo, provocando ainda mais divisões na Igreja. Para a aprovação da Bíblia católica era necessário introduções e notas, o que de facto é muito útil e ajuda a compreender o lugar onde o texto nasceu, que influência sofreu e qual o sentido autêntico das palavras do escrito original. Como já foi dito, a primeira tradução completa da Bíblia apareceu tarde, no séc. XVIII, mas não provocou uma corrida dos fiéis à sua posse e leitura. Se muitos a compraram, poucos a leram e meditaram.

Paul Claudel, grande poeta francês, convertido na Catedral de Notre Dame, em Paris, na noite de Natal, escrevia, em 1948, referindo-se ao povo francês, que sempre teve um contacto com a Bíblia superior, *e.g.*, ao do povo português, que o respeito que os católicos devotavam à Bíblia não tinha fim, o que era notório, sobretudo, no seu afastamento relativamente à Sagrada Escritura. O Concílio Vaticano II diminuiu esta distância, a maioria dos cristãos passaram a possuir uma Bíblia em casa. Ao mesmo tempo, a catequese, a liturgia, as homilias, a pastoral e a espiritualidade passaram a servir-se ainda mais da palavra de Deus para fundamentar a doutrina cristã.

Devemos ter em conta que para aceder a um texto bíblico, na sua vertente divina e humana, histórica e eterna, é necessário possuir

uma certa formação histórica, literária e teológica, caso contrário, corre-se o perigo de assumir uma posição fundamentalista, que é o que acontece com tantos movimentos religiosos rígidos, ou então de considerar a Bíblia como obra literária, inferior à literatura clássica do seu tempo. Assim aconteceu com o grande Doutor da Igreja S.to Agostinho, antes da sua conversão, na cidade de Milão. O espiritualismo vago, que extrai do texto aplicações genéricas sem precisar o sentido real, pode colocar na palavra de Deus os próprios sentimentos, emoções, o que se deseja e não o que Deus quer dizer-nos com o texto inspirado.

A palavra de Deus incarnou num homem da nossa raça, Jesus de Nazaré, mas também numa história concreta, num território limitado do Médio Oriente, num contexto preciso, santificado por Deus com sinais da revelação divina e da nossa salvação.

Na língua grega, há uma palavra sobre a qual temos que refletir, "hermenêutica", que significa interpretação. Quando aplicada à Bíblia, significa que o Espírito Santo, segundo escreve S. João, "nos ensinará todas as coisas e recordará tudo aquilo que foi dito na Revelação" (Jo 14, 26).

A Bíblia, palavra de Deus

Os judeus, como outros povos na Antiguidade, acreditavam que a palavra falada era uma realidade com um poder especial. As palavras tinham força nas alianças, nos matrimónios, nos contratos. Os hebreus usavam a palavra para indicar uma realidade, aquilo a que nós chamamos coisa.

No Antigo Testamento, a palavra de Deus refere-se geralmente à palavra pronunciada pelos profetas. Deus põe as suas palavras na boca do profeta (cf. Jr 23, 16-28). Jeremias recebe a palavra de Deus na boca, Ezequiel come o rolo no qual estava escrita essa mesma palavra de Deus. O texto diz que a palavra se "cumpre", "vem", "realiza" o que significa, "cria" (Gn 1; Is 40, 26). No livro do Deuteronómio, a lei escrita é palavra de Deus (cf. Dt 4, 13), é a vida de Israel (cf. Dt 32, 47).

No Novo Testamento, o termo "palavra" aparece poucas vezes em S. Mateus e S. Marcos, significando o evangelho proclamado por Jesus (cf. Mc 2, 2; Mt 13, 18); em S. Lucas e nos Atos dos Apóstolos, a palavra indica também o evangelho pregado por Jesus (cf. Lc 5, 1; 4, 32). S. Lucas usa muitas vezes a expressão "palavra de Deus" para designar o Evangelho. O trabalho dos apóstolos é o ministério da palavra.

Nos escritos de S. Paulo, o termo "palavra" indica geralmente o Evangelho (cf. 1Cor 14, 36; Gl 6, 6). Paulo chama-lhe "palavra de Deus", "palavra de Cristo", que é revelada por meio da pregação (cf. Tt 1, 3), que é o objetivo da catequese (cf. Gl 6, 6). A fé vem da escrita e a escrita vem da pregação da palavra.

Nas outras cartas apostólicas e livros do Novo Testamento, o termo "palavra" também é indicativo de evangelho (cf. Hb 13, 7), de palavra de Deus (cf. 1Pd 1, 23). A palavra é uma semente imortal, ela faz com que o fiel renasça de novo (cf. 1Pd 1, 23). Na carta aos Hebreus, é uma espada de dois gumes, é a espada do Espírito Santo (cf. Hb 4, 12).

Nos escritos de S. João, o termo "palavra" não é indicativo de evangelho, mas das palavras do próprio Jesus Cristo, ou então das palavras do Pai pronunciadas por Jesus. Quando Jesus fala da "minha palavra" (Jo 5, 24), esta não é sua, mas do Pai (cf. Jo 8, 55). O Pai ordena o que Jesus deve dizer.

No prólogo, S. João refere-se ao que os apóstolos ouviram, viram, contemplaram e tocaram com as mãos, "a palavra da vida" (1Jo 1, 1-3). Neste mesmo prólogo (cf. 1Jo 1, 1-14), Jesus é identificado com o Pai (cf. 1Jo 1, 1), é a vida da comunidade (cf. 1Jo 1, 4-10), é luz que traz a vida (cf. 1Jo 1, 4ss.).

Não é fruto da especulação grega, nem do filósofo Filão o lugar onde S. João foi beber a teologia e o fundamento da palavra de Deus. A sua base encontra-se na Bíblia.

Concílio de Trento e Sagrada Escritura

O Concílio de Trento reuniu-se no Norte da Itália, em Tirol, nesse tempo território independente, entre os anos 1545-1563. Teve 25

sessões. Procurou responder aos problemas e doutrina que a Reforma de Martinho Lutero tinha trazido à Igreja, havia 28 anos, no centro da Europa. Quando o Concílio se reuniu, Lutero já estava muito velho, tendo morrido um ano mais tarde, mas os outros reformadores, na Suíça, ainda estavam vivos e ativos.

No primeiro período do Concílio, os padres trataram de Sagrada Escritura e Tradição. Era o maior problema, ao qual se devia dar uma resposta. O Concílio colocou a Bíblia no mesmo plano da Tradição. Afirmou que a tradução da Vulgata em latim era suficiente para qualquer discussão dogmática e que só o Magistério da Igreja tinha o direito de interpretar as Escrituras. O Concílio admitiu no cânone bíblico os livros chamados deuterocanónicos. Estes decretos provocaram uma divisão na cristandade, católicos dum lado, protestantes do outro (valdenses, de Pedro Valdo, anabatistas, luteranos, presbiterianos, de Calvino); a grande divisão dos ortodoxos acontecera em 1504.

Em 1540, foi fundada a Companhia de Jesus, por S.to Inácio de Loiola, para através do estudo e criação de universidades se tornar um instrumento de defesa da doutrina da Igreja. A Univ. Gregoriana, em Roma, e, mais tarde, o Pontifício Instituto Bíblico, na mesma cidade, formaram o ambiente intelectual e científico de grande parte dos bispos, professores e padres da Igreja Católica.



Fig. 9 – Última sessão do Concílio de Trento, 1563 a 1575, óleo de c. 1633 (Museu Diocesano Tridentino, Trento).

Quando terminou o Concílio de Trento, que procurou educar e defender os cristãos das teses extremistas de Lutero, assinaram as atas 217 padres conciliares, de 15 nações diferentes. Portugal teve sempre uma forte participação, principalmente no último período, com o B.º Fr. Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga.

Os reis portugueses protegeram e favoreceram a participação de bispos no Concílio e, depois, a aplicação das orientações do Concílio nas dioceses. Um dos resultados práticos foi a construção de seminários para a formação de sacerdotes, o que, na Madeira, em relação ao ensino, ficou a cargo dos padres jesuítas.

A Madeira forneceu à Companhia de Jesus homens de grande valor espiritual e intelectual, distinguindo-se entre eles Leão Henriques, natural da Ponta do Sol, e Manuel Álvares, da Ribeira Brava, autor da célebre *A Gramática Latina do Pe. Manuel Álvares*, que teve diversas edições na Europa, Ásia e Brasil. O bispo D. Jerónimo Barreto, com o auxílio dos padres da Companhia de Jesus, instalou um seminário para a educação e formação do clero. O Seminário abriu as suas portas a 20 de setembro de 1566.

A 18 de março de 1570, chegaram ao Funchal os padres Manuel de Sequeira, reitor do Colégio, Pedro Quaresma, professor de teologia moral, e Belchior de Oliveira, para desempenhar funções religiosas, o diácono Vasco Batista, professor de latim e retórica, e mais dois religiosos. No seu Colégio, ensinavam lógica e retórica, correspondendo a um curso intensivo de humanidades. Com a abertura do Colégio, os cursos funcionavam nas aulas do pátio, dependência do mesmo edifício. Com a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, os padres permaneceram um ano presos no Funchal, e a 16 de julho de 1760 tomaram o barco para Lisboa. Nos estudos, ministravam-se aulas de teologia e a Sagrada Escritura servia para provar a doutrina da Igreja. Quanto à Bíblia dos pobres, na pintura e escultura, representam-se cenas da paixão, morte e ressurreição de Jesus, da via-sacra e do evangelho da Infância.

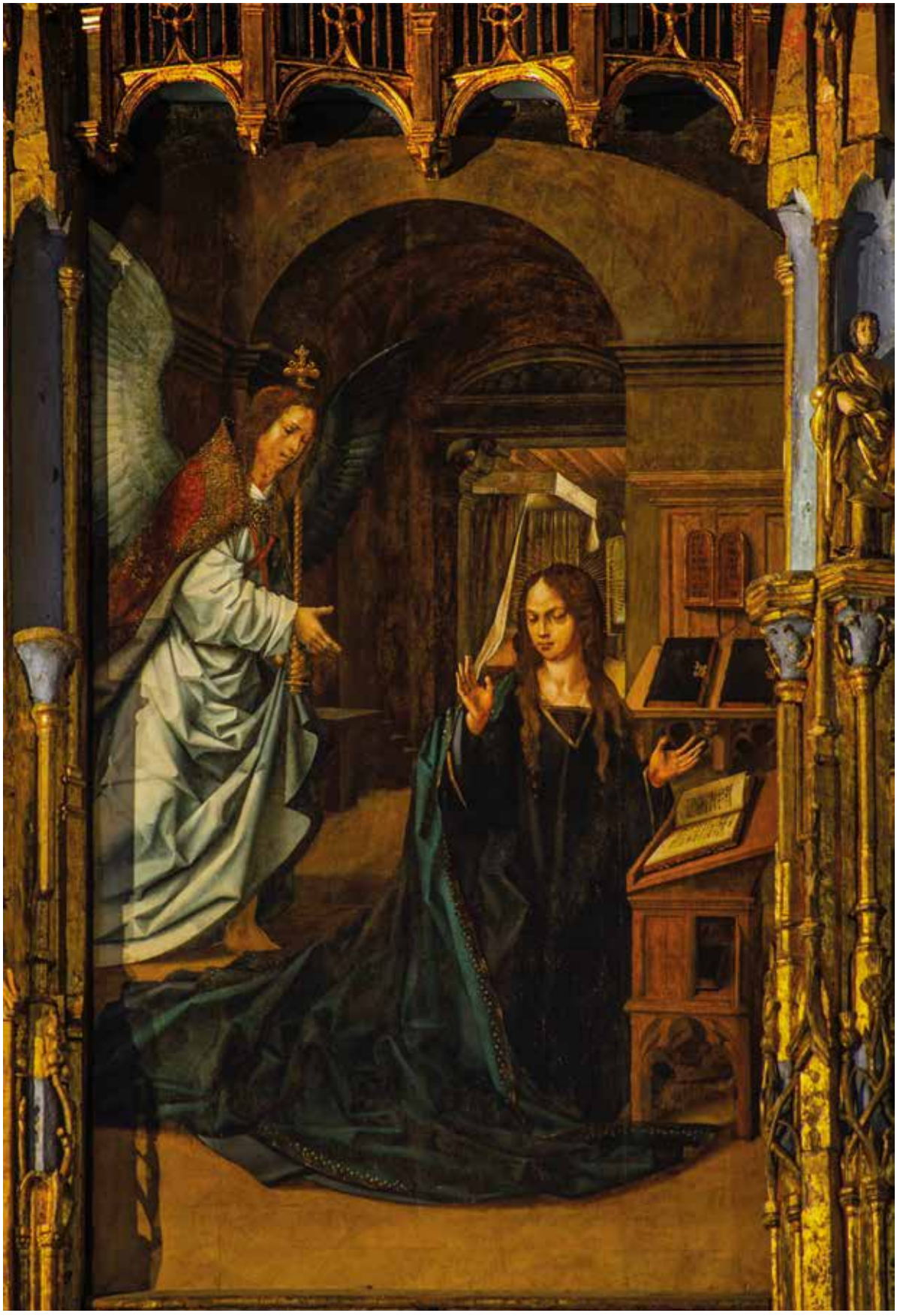


Fig. 10 – *Anunciação*, pormenor do retábulo do altar-mor da Sé do Funchal, c. 1514 (fotografia de Bernardes Franco, 2015).



Fig. 11 – *Descida da Cruz*, pormenor do retábulo do altar-mor da Sé do Funchal, c. 1514 (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

Se considerarmos as pinturas nos retábulos das igrejas da Diocese, notamos que elas encerram três ciclos: um dedicado à paixão, morte e ressurreição de Jesus, outro ao tempo natalício e um outro à eucaristia. O retábulo que melhor representa esta divisão é o da Sé do Funchal, mandado construir pelo Rei D. Manuel. O Antigo Testamento é pouco representado. Prefere-se, geralmente, o Novo Testamento, embora para a oração fossem usados os salmos, na reza do Ofício, com pausas no meio e no fim do versículo. O Natal influenciou a representação da Árvore de Jessé, por causa da ascendência de Jesus, que encontramos numa magnífica pintura no Convento de S.ta Clara, na igreja de Machico, na talha do altar do Sagrado Coração de Jesus, etc.

As pinturas do retábulo da Sé, mandado pintar pelo Rei D. Manuel I, são atribuídas ao pintor flamengo Francisco Henriques ou ao Mestre da Lourinhã. Na parte superior, colocava-se habitualmente a escultura do Senhor Crucificado; ao lado do nicho, apresenta-se a oração de Jesus no Horto e o Senhor com a cruz às costas; do lado oposto, a descida da cruz e a ressurreição. No repartimento do centro, temos a anunciação do Senhor e o nascimento de Jesus; na parte central, a Senhora da Assunção; e, do outro lado, a vinda do Espírito Santo e a assunção de Nossa Senhora ao Céu. No terceiro repartimento, foi colocado o sacrifício de Melquisedec e a instituição da eucaristia; do lado oposto, o milagre do sacrifício de S. Gregório e a recolha do maná no deserto.

No altar do Senhor Jesus, o retábulo apresenta *O Encontro de São Joaquim com Santa Ana*, narrado num livro apócrifo, *A Fuga para o Egito*, *A Circuncisão* e a *Adoração dos Magos*, sendo estes dois quadros do pintor flamengo Coxie. No altar de S.to António, o retábulo representa S. Jerónimo e S. Lourenço, e, do pintor Coxie, *A Vocação de São Mateus* e *Os Estigmas de São Francisco*.

Todas as igrejas paroquiais têm os quadros da via-sacra, sendo esta devoção muito popular durante a Quaresma e Semana Santa. Para obter um conhecimento geral da Sagrada Escritura, tudo isto é pouco, tendo em conta o Novo Testamento, e muito pouco, tendo em conta o Antigo. Embora nas pregações os oradores sacros citem mais algumas cenas, temos de confessar que a Sagrada Escritura não era muito conhecida dos cristãos, sendo mais manuseada pelos protestantes. A autoridade da Igreja regulava as questões disputadas pelos protestantes, embora nas universidades os mestres, e, no caso da Madeira, os Jesuítas, fossem competentes nestes assuntos. A Bíblia dos pobres, pintura e escultura, não era suficiente para um conhecimento da Bíblia. A devoção aos santos, tanto aos populares como aos patronos, tinha um peso muito maior. Sob este aspeto, o Concílio de Trento não conseguiu colocar a Bíblia na mão dos cristãos, mesmo defendendo a integridade e validade da Vulgata.

Traduções da Bíblia em português

O povo judeu guardou como tesouro precioso os livros sagrados conservados no rolo da Sagrada Escritura. Os textos encontrados nas grutas do Qumran por Roland de Vaux, da École Biblique de Jerusalém, e o magnífico texto de Isaías conservado no Museu de Jerusalém são relíquias que o tempo não consumiu. O povo hebreu não só conservou como leu a Bíblia, não precisando de traduzi-la, mesmo quando a língua falada era o aramaico. Os meninos judeus, que desde os quatro anos de idade aprendiam a ler os rolos da Lei, eram acompanhados de traduções vernáculas quando nascidos e educados no estrangeiro, como aconteceu com Saulo, na cidade de Tarso, o futuro S. Paulo. Jesus recebeu o texto bíblico como era lido nas sinagogas e no Templo.

O Novo Testamento, antes de ser escrito, foi anunciado pelos apóstolos e missionários, sobressaindo entre eles Paulo de Tarso, que nos deixou nas suas cartas os primeiros textos inspirados do Novo Testamento, escritos em grego. A Escritura Sagrada foi escrita em hebraico, aramaico e grego. O latim, língua do Império Romano, conheceu a Bíblia através da Vetus Latina e da Vulgata, traduzida por S. Jerónimo.

As igrejas orientais serviam-se de traduções nas suas línguas (siríaca, copta, arménia, georgiana, etíope, gótica, eslava) desde os sécs. III a V.

A Bíblia foi transcrita em magníficos pergaminhos, chegou aos países que receberam o cristianismo em latim e só as pessoas letradas da Igreja tinham a possibilidade de a ler. O povo cristão conhecia a Bíblia através da liturgia, das catequeses, dos sermões, dos comentários dos Padres da Igreja, das pinturas, das iluminuras e dos salmos, de que se servia para a oração.

"Traduzir é trair", diziam os antigos. Traduzir é já interpretar, e as traduções refletem visões particulares, por vezes apaixonadas, que grupos dissidentes da Igreja explicam a seu favor, originando divisões e perigos para a vida de fé das comunidades. Neste sentido, o magistério da Igreja intervinha e, para defender a unidade de fé na Igreja, não favorecia as traduções. Entretanto, os espíritos sedentos de Deus queriam poder ler a Escritura Sagrada na sua totalidade.

O amor à palavra e a sua defesa exigiam, assim se pensava, que ela não fosse exposta nas línguas vivas, e julgou-se melhor proibir as suas traduções, para conservar intacto o conteúdo da mensagem divina salvífica, velando-o para que não fosse alterado. Ao longo dos séculos, encontramos vários atos condenáveis: fogueiras a consumir milhares de exemplares da Bíblia; tradutores a serem também queimados, torturados e decapitados. Apesar de tudo, o desejo de ler e conhecer a Bíblia continuava inalterado. Em 1199, o Papa Inocêncio III criticou a Diocese de Metz, admitindo que o desejo de compreender as Divinas Escrituras era coisa boa e desejável, mas condenava o facto de se "explica-las às escondidas e prega-las uns aos outros". Dizia que a profundidade da Escritura Divina era tal que não se chegava a penetrar nela, "não só os iletrados mas nem sequer os inteligentes e doutos" (BERGER, 1884).



Fig. 12 – Bíblia de Cantuária, ou Bíblia de Lyghifield, c. 1300, França ou Inglaterra (Catedral de Cantuária).

Algumas traduções da Bíblia apareceram em francês, como a de S. Luís IX, traduzida do latim em 1226, pedida pela Rainha Branca de Castela, para educar o seu filho Luís. Apesar disso, os cristãos franceses não liam a Bíblia, uma vez que tal era proibido pelo clero. A grande tradução da Bíblia de Jerusalém adquiriu tal renome e autoridade que foi traduzida em português, espanhol, italiano, inglês, alemão, etc., entre 1947 e 1955.

O povo inglês sempre teve um carinho muito especial, em todos os tempos, pela Bíblia. No séc. VII, o bispo S. Beda Venerável explicava aos anglo-saxões as histórias bíblicas. Tornou-se célebre a versão completa do Novo Testamento do padre católico William Tyndale, feita a partir do texto original, que está na base das futuras versões inglesas, incluindo a King James Version. Tyndale fugiu da Inglaterra, foi perseguido na Europa, cortaram-lhe a cabeça e depois foi queimado (1536). A King James Version influenciou a língua inglesa moderna, é uma autêntica obra literária. Em 1970, publicou-se a sua nova versão inglesa católica nos Estados Unidos da América, The New American Bible.

Os alemães têm uma tradução da Sagrada Escritura em língua gótica desde o séc. IV, conhecida como Bíblia de Wulfile. A tradução mais célebre é a de Martinho Lutero, pelas consequências que teve na Reforma protestante. A tradução completa é de 1534. Lutero usa uma linguagem poética, musical e popular, trata-se de uma verdadeira obra literária em alemão. Em 1997, em linguagem acessível, apareceu a Bíblia da Boa Nova, resultado da colaboração entre evangélicos e católicos.

Em Espanha, até meados do séc. XII, a Bíblia era lida em latim, embora os judeus da península lessem o rolo do Antigo Testamento em hebraico; só mais tarde é que a Bíblia foi traduzida para as línguas vernáculas. Tanto em Espanha como em Portugal, encontram-se bíblias medievais romanceadas. É célebre a Bíblia de Alba, iluminada com texto, glosas e miniaturas, fruto da colaboração entre judeus e cristãos. As heresias dos albigenses, cátaros e valdenses, que insistiam na leitura da Bíblia em língua vulgar, levou a Inquisição a queimar publicamente tais versões da Bíblia, sendo proibida a leitura da Sagrada Escritura em vernáculo, para não expor a perigos a vida espiritual dos cristãos. Os judeus, por seu lado, continuaram a ler o texto hebraico nas suas reuniões e sinagogas.

No Concílio de Trento, os bispos espanhóis e seus teólogos consideravam perigoso ler a Bíblia sem que alguém explicasse o seu sentido, opinião que não era partilhada pelos bispos alemães, italianos e franceses. Em 1559, devido ao pedido da Inquisição, o *Índice* de Paulo VI retirava de circulação as bíblias traduzidas, os sermões, os tratados, as orações ou os manuscritos que tratassem da Sagrada Escritura e até os livros com citações bíblicas eram proibidos. As traduções, impressões, publicações, posse e leitura da Bíblia em qualquer língua vulgar não eram permitidas. Luís de Granada, de origem judia, lamentou os exageros destas proibições, que provocavam a ignorância da palavra de Deus entre o povo cristão. No séc. XX, uma das melhores traduções da Bíblia em espanhol é a de Alonso Skökel, SJ, e Jan Mateos, sendo o primeiro um dos mais renomados professores do Instituto Bíblico de Roma.

As traduções da Bíblia em português são tardias; infelizmente, a leitura da Bíblia era rara entre os leigos; no séc. XX e XXI, mesmo com tantas, boas e acessíveis traduções, isso ainda continua a acontecer. Nos sécs. XV e XVI, não havia uma tradução da Bíblia em Portugal, incluindo a Madeira. Os letrados, bispos e padres liam a Bíblia em latim. Em 1942, quem entrava no seminário recebia a Vulgata, em latim. D. João I (1433) mandou traduzir a partir da



Fig. 13 – Bíblia de Alba ou Bíblia de Arragel, 1420 a 1430 (Fundação da Casa de Alba, Madrid).

Vulgata os evangelhos, os Atos dos Apóstolos, as epístolas de S. Paulo e o Livro das Horas, com os salmos. Os monges de Alcobaça traduziram o texto bíblico em língua portuguesa. Os grandes escritores, Gil Vicente e Camões, ilustraram as suas obras com citações bíblicas.

As traduções em língua castelhana atrasaram a tradução em português. Entretanto, nos sécs. XVI e XVII, os estudos da Bíblia foram abundantes nas universidades de Coimbra e Évora. A primeira tradução da Bíblia em Português, incompleta, pois não continha os livros chamados deuterocanónicos, foi a de João Ferreira Annes de Almeida (1628-1691), membro da Igreja Calvinista Reformada, realizada quando vivia na colónia holandesa das Índias Orientais (1642). Esta Bíblia foi impressa num só volume em 1819. No séc. XVII, era proibida a tradução da Bíblia em português, mas como o tradutor era protestante, não se sentia vinculado à legislação católica. Dela foram feitas 2000 edições, atingindo 150 milhões de exemplares impressos. Tal número mostra o desejo e a fome do povo cristão de conhecer a palavra de Deus. Ela serviu também para expandir a língua portuguesa no Oriente. Como provinha de um protestante, a Igreja Católica não recebeu esta tradução.

Entre 1725 e 1797, apareceu a tradução de António Pereira de Figueiredo, da Congregação do Oratório, teólogo da confiança do Marquês de Pombal. Esta tradução foi editada num só volume em 1821. A tradução é feita com base na Vulgata, tem mérito literário, foi editada por católicos e protestantes. Nesta altura, o ambiente já era mais favorável à tradução e publicação da Bíblia; embora com grande atraso em relação a outros países da Europa, a Bíblia acaba por também ser publicada integralmente em português.

Desde então, apareceram outras traduções de partes da Bíblia, assim como resumos da história bíblica ou narrativas do Velho e Novo Testamento.

Teve grande difusão entre nós a Bíblia Sagrada, traduzida por Matos Soares, da Diocese do Porto, a partir da Vulgata e publicada pelas Paulinas (Lisboa, 1942).

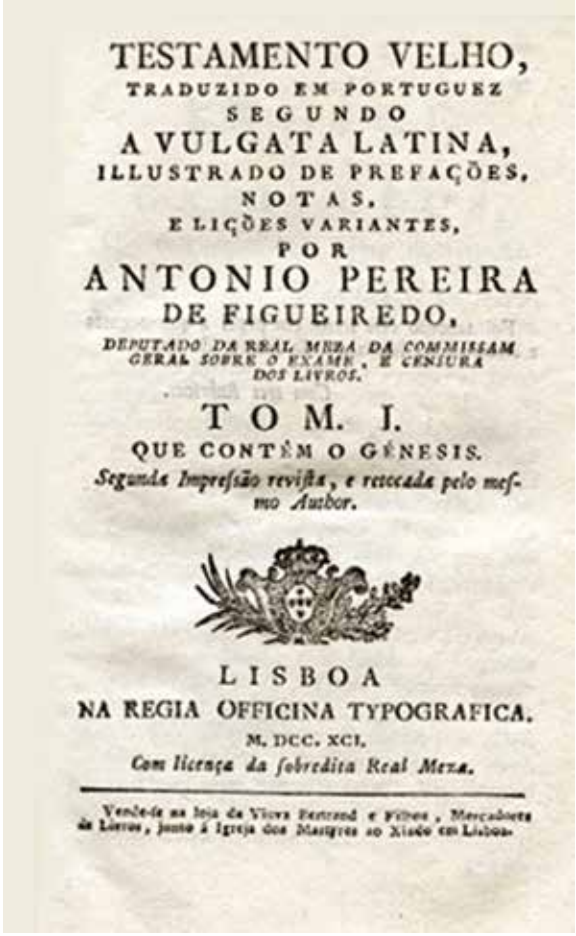

TESTAMENTO VELHO,
TRADUZIDO EM PORTUGUEZ
SEGUNDO
A VULGATA LATINA,
ILLUSTRADO DE PREFAÇÕES,
NOTAS,
E LIÇÕES VARIANTES,
POR
ANTONIO PEREIRA
DE FIGUEIREDO,
DEPUTADO DA REAL MEZA DA COMMISSAM GERAL SOBRE O EXAME, E CENSURA DOS LIVROS.
TOM. I.
QUE CONTÉM O GÉNESIS.
Segunda Impreſsão reviſta, e reccada pelo meſmo Autor.
LISBOA
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.
M. DCC. XCI.
Com licença da ſobredita Real Meza.
Vende-se na loja da Viuva Bertrand e Filhos, Mercadores de Livros, junto á Igreja dos Martyres ao Xiado em Lisboa.

Fig. 14 – *Vulgata* (1791), de António Pereira de Figueiredo.

O documento pontifício de Pio XII aos exegetas católicos *Divino Afflante Spiritu* (1943) encorajou o estudo, a tradução e o ensino da Sagrada Escritura.

Luiz Gonzaga da Fonseca, professor do Pontifício Instituto Bíblico e diretor espiritual do Pontifício Colégio Português, fez uma revisão do texto de Matos Soares, que foi editada num só volume em 1956.

No Brasil, também começaram a ser publicadas Bíblias em português. Merece menção a Bíblia Sagrada, traduzida pelos Franciscanos de Petrópolis (1950-1982). Seguiram-se depois a Tradução Ecuménica da Bíblia (1994) e a Bíblia de Jerusalém (2002).

A tradução do Pontifício Instituto Bíblico de Roma, dirigida por Vaccari, foi traduzida e publicada pelas Paulinas (São Paulo, 1967; Lisboa, 1978).

De 1957 a 1970, a Editora Universus publicou a Bíblia Ilustrada, com lâminas a cores. Foi a primeira tradução portuguesa dos textos originais. Os Franciscanos capuchinhos, através da Difusora Bíblica, têm publicado diversas edições da Bíblia desde 1962. A Difusora Bíblica editou a Boa Nova, tradução interconfessional de biblistas católicos e protestantes a partir do texto original.

Em 1980, a Difusora Bíblica publicou uma nova tradução a partir dos textos originais. Em Portugal, a Conferência Episcopal Portuguesa encomendou e patrocinou a tradução da Bíblia para a liturgia e catequese, que foi assumida pelos biblistas da Associação Bíblica Portuguesa.

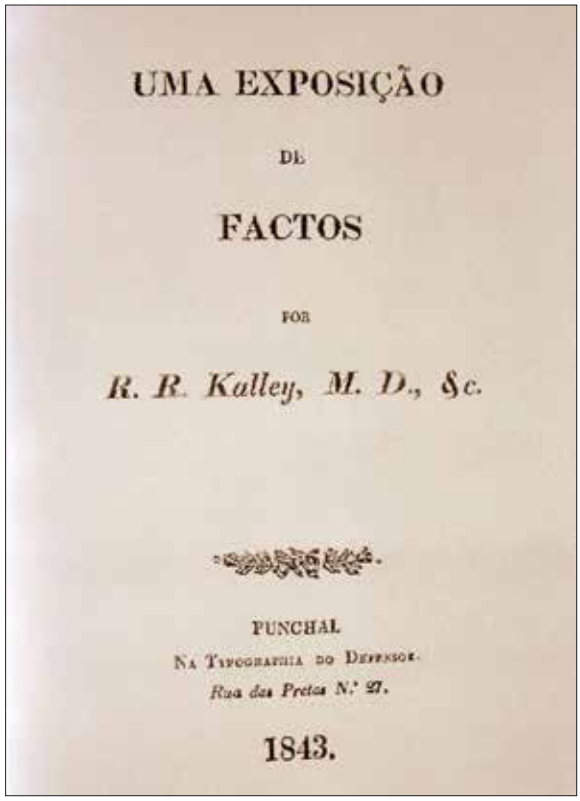
No princípio do séc. XIX, a Bíblia estava traduzida em 78 línguas, no princípio do séc. XXI, em mais de 2426 línguas das 6500 que se julgam existir no mundo. Nenhum outro livro foi tão traduzido como a Bíblia. Deus, segundo o autor da epístola aos Hebreus, "tendo falado outrora muitas vezes e de muitos modos aos nossos pais pelos profetas, nestes dias que são os últimos, falou-nos por meio de Seu Filho, a quem constituiu herdeiro de tudo, por Quem criou o mundo" (Hb 1, 1-2).

A 12 de outubro de 1838, chegou ao Funchal Robert Kalley, nascido na Escócia a 6 de

setembro de 1809. Era um homem profundamente religioso, protestante, com uns laivos de proselitismo. Como médico era um homem de grande talento e dotado de uma grande capacidade de falar e captar as multidões. Segundo alguns críticos, era um fanático, um pregador e propagandista incansável, que não deixava grande espaço a opiniões diversas da sua. Criou um ambiente desfavorável entre os católicos madeirenses e um problema grave ao bispo diocesano. No princípio, dedicou-se ao exercício gratuito da clínica, como forma de ajudar os doentes pobres, criando simpatia entre a sociedade madeirense pela sua filantropia. Passado algum tempo, a sua proverbial caridade tornou-se uma terrível propaganda de ideias religiosas. Retornando à Inglaterra, ligou-se a dirigentes de sociedades bíblicas que atacavam os católicos.

Ao regressar à Madeira, com espírito sectário, aumentou a sua propaganda anticatólica, num ambiente em que as pessoas pouco sabiam de Sagrada Escritura. Os Jesuítas tinham saído do Funchal em 1760, deixando os fiéis católicos madeirenses sem um válido interlocutor ou defensor contra as ideias de Kalley. Os ânimos inflamaram-se e um grupo de madeirenses queria atacar a casa do protestante, que estava cercada pela polícia. A reação que se seguiu provocou tumultos e as autoridades locais intervieram por causa da paz e da ordem, de forma a evitar cenas degradantes e até mortes. Kalley era cidadão britânico, pelo que era preciso agir com cautela e prudência. Apesar de prometer terminar com a propaganda religiosa e com a agressão ao catolicismo, dizendo que pregaria apenas aos estrangeiros residentes na Madeira, não cumpriu e os ânimos continuavam exaltados. A polícia vigiava continuamente a casa de Kalley para evitar as piores consequências da ira dos populares. O médico continuava a exercer a sua missão benéfica a favor dos doentes, distribuindo medicamentos grátis e esmolas aos pobres.

Certa vez, a casa foi cercada por uma multidão de populares, de tal maneira que a polícia não a podia conter. Cometeram-se exageros, arrombaram-se portas e procurou-se o


UMA EXPOSIÇÃO

DE

FACTOS

POR

R. R. Kalley, M. D., &c.

PUNCHAL

Na Typographia do Defensor.

Rua das Pretas N.º 27.

1843.

Fig. 15 – *Uma Exposição de Factos* (1843), de Robert Reid Kalley.

médico em toda a casa, que, tendo fugido, encontrou refúgio em lugar seguro, evitando ser linchado.

O cônsul inglês aconselhou-o a deixar a Madeira. Vestido de mulher, foi conduzido a uma praia onde o esperava um navio inglês, deixando a Ilha definitivamente. Dirigiu-se aos Estados Unidos da América, tendo chamado para junto de si alguns madeirenses que tinham aderido à sua pregação e doutrina.

Este facto desagradável, numa época em que ainda não se falava de espírito ecuménico, deu lugar a que os jornais do tempo e alguns folhetos se referissem a Kalley, tanto no Funchal como em Londres (cf. *An Account of the Recent Persecutions in Madeira, in a Letter to a Friend (1844)*).

Ecumenismo na Madeira

Fernando Portal, dos Padres da Missão, que na Madeira procurou a cura da tuberculose, encontrou-se aí com *lord* Halifax (que acompanhava um seu filho atacado pelo mesmo mal), testemunhando, por isso, a grandeza espiritual

desse anglicano. Nos seus longos passeios em comum, falaram da unidade da Igreja. Quando seguiram para a Europa, encontraram-se com o cardeal Mercier, arcebispo de Malines. Surgiram conversações e estudos destes encontros que o Espírito Santo, no Concílio Vaticano II, inspirou os padres conciliares a defender, votando estes a favor do *Decreto Unitatis Redintegratio sobre o Ecumenismo*, aprovado a 21 de novembro de 1964.

A comunidade anglicana, notável pela sua tolerância, respeita a fé católica dos madeirenses, e é também respeitada em toda a Diocese. Após o Concílio, tem estabelecido as melhores relações com os bispos diocesanos, a começar por D. Teodoro de Faria. O seu templo, aberto ao público em 1822, continua a receber a comunidade anglicana que vive na Madeira e os turistas que nos visitam.

Há outra comunidade, de rito escocês, com templo no Funchal a receber os fiéis da igreja luterana, o que evidencia que a Madeira está aberta ao verdadeiro ecumenismo. A pastora Ilse Berardo, luterana, é convidada pelos católicos para encontros de estudo e oração, sendo as suas alocuções e dissertações respeitadas e admiradas devido ao seu espírito ecuménico, bíblico e científico.

No séc. XXI, todos estes cristãos se servem da Sagrada Escritura nos atos religiosos. E, no mês de janeiro, reúnem-se em oração pela unidade das igrejas, num espírito de devoção e respeito pelas diversas confissões religiosas.

No decreto sobre o ecumenismo, pode ler-se: "todos na Igreja, segundo o ofício designado a cada um, quer nas várias formas de vida espiritual e da disciplina, quer na diversidade dos ritos litúrgicos, até mesmo na elaboração teológica da verdade revelada, embora mantendo a unidade nas coisas necessárias, conservam a devida liberdade; em tudo, porém respeitem a caridade" (PAULO VI, 1964, 4).

Bibliotecas dos mosteiros

Em Portugal, as ordens religiosas foram extintas em 1834, era então bispo do Funchal D. Francisco José Rodrigues de Andrade (1821-1838). Em 1864, era bispo D. Patrício Xavier de Moura (1859-1872), que governou a Diocese durante 13 anos, tendo adquirido uma importante biblioteca sobre teologia, Sagrada Escritura, direito canónico e outros temas, a partir de livros provenientes de conventos extintos em Portugal, como o de Alcobaça, e do Mosteiro da Ordem dos Eremitas de São Paulo, em Lisboa.

O bispo D. Patrício lutou pela integridade da fé e procurou elevar o nível moral do clero. A aquisição destes livros talvez tivesse essa finalidade, num tempo em que a política tornou o seu episcopado turbulento, com perseguições dentro do próprio presbitério. Indicou como seu sucessor D. Aires de Ornelas (1872-1874), primeiro bispo madeirense, natural da Diocese, que, não obstante a sua conduta irrepreensível e qualidades de governo, só dirigiu a Diocese durante dois anos, devido às intrigas de liberais e maçónicos.

Entre os volumes adquiridos, há vários comentários da Sagrada Escritura: *Biblia Sacra*, edição da Vulgata, reconhecida pelos Papas Xisto V e Clemente VIII, publicada em Veneza em 1749, com 28 volumes; *Commentarius Litteralis in Omnes Libros Veteris et Novi Testamenti*, mais antiga, de Augustin Calmet, obra escrita em francês pelo autor e depois traduzida para latim, sendo esta a versão existente, publicada em Veneza em 1667, em 8 volumes; *Sacra Biblia*, obra publicada em Veneza em 1747 (são quatro volumes, que pertenciam à Ordem dos Eremitas de S. Paulo, passando a ser propriedade do Seminário do Funchal em 1864; segundo estes exemplares memoráveis, a mesma terá sido antes impressa em Antuérpia, em 1615); *Commentariorum et Disputa*, de Bento Pereira Valentini, jesuíta, publicado em Lion no ano de 1599 (pertencia à livraria do Mosteiro de Alcobaça); relacionada com o apóstolo S. Paulo, temos a obra *Commentarium in Omnes B. Pauli Apostoli et Septem Canonicas Aliorum Apostolorum Epistulas*, de Liberto Fromondo, publicada em Lovaina em 1661.

Entre todos estes volumes, tem um valor inestimável a Bíblia Hebraica, escrita em

hebreu, com tradução em latim, sob o texto hebraico, de Pagnini Lucensis, publicada em Antuérpia, na oficina de Cristóvão Plantini, em 1684.

Com a extinção das ordens religiosas, as suas bibliotecas foram vendidas e dispersas, chegando ao Funchal centenas, talvez milhares, de volumes encadernados, uns com títulos dourados e outros com capas em pergaminho branco.

As estantes que continham estes volumes estavam dispostas ao longo de uma sala de aulas do Seminário da Encarnação. O lugar era o menos indicado: os alunos dos primeiros anos divertiam-se a abrir livros e rasgar páginas com figuras, antes de os professores chegarem para dar as aulas. Além disso, a traça e a formiga-branca atacaram alguns volumes, que foram queimados no pátio de recreio do mesmo Seminário. O cónego Fulgêncio, que estudara teologia em Roma, condenava estas fogueiras, num tempo em que estes livros ainda eram consultados pelos alunos que discursavam nas sessões académicas. Com a abertura do Seminário na R. do Jasmineiro, a biblioteca foi transferida para este edifício. Ainda são recordadas as consultas que os alunos de teologia realizavam para os trabalhos a apresentar aos professores. Após a Revolução dos Cravos e a ocupação do Seminário da Encarnação, a pupila dos olhos do bispo D. Manuel Agostinho Barreto, a biblioteca foi levada para o paço episcopal, ocupando as paredes do salão nobre. Por fim, com a construção do novo edifício da Cúria diocesana pelo Bispo D. Teodoro, os livros foram colocados na biblioteca do arquivo, onde se encontram atualmente. Infelizmente, alguns livros desapareceram, como o grande comentário ao evangelho de S. Mateus do exegeta jesuíta flamengo Cornelius a Lapide (1567-1637), um dos volumes mais atraentes e dourados, que se encontrava em boas condições de conservação.

Louvamos os bispos que apreciaram e compraram estes livros, numa época em que liberais e maçónicos dominavam e exerciam uma ação repressiva sobre a religião católica e dificultavam a vida aos seminários em Portugal, encontrando-se muitos deles encerrados por falta de meios de subsistência.

Com a nomeação de D. Manuel Agostinho Barreto (1876-1911), um dos bispos que regeneraram a Diocese, foi colocado à frente do Seminário um padre religioso alemão, o P.e Ernst Johann Schmitz, que conseguiu formar um escol de sacerdotes, de onde provieram bispos, cientistas, músicos, professores, e enviou para estudar em Roma alguns alunos – um deles nomeado reitor do Pontifício Colégio Português, D. Teodósio Clemente de Gouveia, mais tarde cardeal e arcebispo de Lourenço Marques, depois Maputo.

A tradição de estudar a Sagrada Escritura, enviar alunos para Roma e enriquecer a biblioteca do Seminário continuou com o bispo D. António Manuel Pereira Ribeiro (1914-1957).

Quando as universidades católicas quiseram aprofundar o estudo da Bíblia, que nessa época era estudada e ensinada cientificamente pelos protestantes, o dominicano francês M. J. Lagrange fundou em Jerusalém a École Biblique et Archéologique Française. Passado muito pouco tempo, a École tornou-se conhecida no mundo científico. Os livros de Lagrange tiveram uma larga difusão. A Diocese do Funchal procurou atualizar-se comprando todas as obras que publicava na Editora Gabalda, em Paris. No séc. XXI, conservam-se na biblioteca da Cúria diocesana os seguintes livros de Lagrange: *Évangile selon Saint Luc* (1927), *Évangile selon Saint Marc* (1929), *Évangile selon Saint Matthieu* (1927), *L'évangile de Jésus Christ* (1929), *Évangile selon Saint Jean* (1927), *Saint Paul, Épître aux Galates* (1926); *Saint Paul, Épître aux Romains* (1922), *M. Loisy et le Modernisme* (1932).

Fazem parte do recheio desta biblioteca os comentários do Antigo e Novo Testamento de José Knabenbauer, SJ, livros publicados desde 1907 até 1923.

As aquisições continuaram, porque a Diocese enviava alunos para Roma para estudar a Sagrada Escritura, além de teologia, filosofia, direito, história eclesiástica, moral e música sacra.

Foram professores de Sagrada Escritura no Seminário do Funchal e formados em Roma no Pontifício Instituto Bíblico José Maurício de Freitas (1952), Teodoro de Faria (1962-1966), Emanuel Eleutério de Ornelas, José Tolentino Calaça de Mendonça, Tony Vítor de Sousa (em Paris) e José Ornelas Carvalho, dehoniano e professor na Univ. Católica.

As aulas de teologia e Sagrada Escritura na Diocese exigiam que os bispos diocesanos encontrassem professores competentes, enviando jovens sacerdotes a estudar em Roma nas universidades pontifícias para esse efeito, alguns dos quais mais tarde foram chamados ao episcopado. Sem aulas no Seminário Maior, a Diocese não prepara professores, chamando do continente padres e bispos para a atualização de sacerdotes e leigos. A longo prazo, a Diocese fica empobrecida. Embora com os alunos a estudar na Univ. Católica, nenhum deles se especializa no ramo de ciência teológica e bíblica.

A Diocese do Funchal tinha encontrado um equilíbrio quando os alunos frequentavam dois anos de teologia no Funchal e outros quatro na Univ. Católica, em Lisboa. Durante o episcopado do bispo D. Teodoro de Faria, houve sempre alunos a estudar em Roma e, durante 21 anos, também em Paris. Uma diocese isolada no Atlântico como a Madeira precisa de ter membros do clero preparados para responder a perguntas e refutar objeções e erros que se levantam em todas as épocas, sem ter de recorrer a cada momento a técnicos ou professores do continente.

Filhas de São Paulo e semanas bíblicas

Por ocasião do Concílio Vaticano II, em 1974, as Irmãs Paulinas abriram no Funchal uma livraria com livros religiosos, principalmente bíblias e temas bíblicos. Foi uma realização feliz, as religiosas empenharam-se não apenas na venda de livros, mas também na organização de semanas bíblicas em quase todas as paróquias da Diocese, além dos programas religiosos na rádio, que eram do agrado da população.

As semanas bíblicas eram organizadas pelas religiosas quando recebiam convites dos párocos para proceder à sua organização, que abrangia a celebração da eucaristia quotidiana, visitas aos doentes nas paróquias, catequeses a crianças e adolescentes, convites ao bispo e a professores de Sagrada Escritura para fazerem as homilias, que naturalmente eram sobre temas bíblicos. Por fim, preparavam um encerramento mui festivo, com um cortejo de figuras bíblicas, vestindo trajes da época, seguindo-se a eucaristia dominical, sempre com muita participação da comunidade cristã. Durante a semana, montavam na paróquia uma exposição com livros sobre a Sagrada Escritura e a piedade cristã, que os participantes podiam adquirir.

Estas semanas realizavam-se durante todo o ano e atingiram quase todas as paróquias. As duas religiosas que organizavam a semana tornaram-se muito conhecidas e respeitadas na Madeira, pedindo a ajuda e participação de muitos fiéis, homens e mulheres, que se comprometiam com muito gosto em todos os serviços e organização. Délia Moreira Lopes e Maria Rosa Gonçalves Dias exerceram estes cursos bíblicos com competência, generosidade e dedicação durante vários anos, deixando marcas profundas na comunidade cristã e um grande amor à Sagrada Escritura.

Com a Bíblia na mão

Os homens visitaram as terras da Bíblia em todos os tempos, tanto no tempo do Antigo como no do Novo Testamento. A própria Bíblia fixou as datas das grandes festividades, alturas em que o povo judeu devia subir até ao Templo de Jerusalém, a casa de Deus: Páscoa, Pentecostes e Tabernáculos. Jesus, com a sua família, subia a Jerusalém cantando os salmos das ascensões, como fazem ainda, no séc. XXI, os peregrinos.

No ano 70 da nossa era, com a destruição do Templo pelo imperador Tito, o povo judeu foi disperso, mas Jerusalém, com os cristãos bizantinos, tornou-se de novo centro de oração e peregrinações; os desertos e lugares íngremes

foram ocupados por eremitas e contemplativos que deixaram restos arqueológicos, alguns ainda habitados e que tanto admiramos. No séc. VII, com as invasões dos maometanos, estes lugares santos foram ocupados, e alguns destruídos, mas as peregrinações, mesmo diminutas, continuaram.

No séc. XI, com os cruzados, Jerusalém foi de novo retomada pelos cristãos, mas os exércitos árabes dirigidos por grandes conquistadores, como Saladino, expulsaram os cristãos e reocuparam de novo a Terra Santa; apesar disso, as peregrinações continuaram, com muitos perigos e perdas de vidas. Em 1220, em Damieta (Egito), a permissão dada a S. Francisco pelo sultão Melek al Kamel autorizava-o, bem como aos Franciscanos, a visitar os lugares santos sem pagar a taxa dos peregrinos, o que acabou por ter como resultado a permanência dos filhos de S. Francisco, que nunca mais abandonaram Jerusalém nem a terra de Israel. Esta circunstância facilita a conservação dos santuários e a receção de peregrinos, que, no séc. XXI, atingem um elevadíssimo número, contando que reine um clima de paz entre israelitas e muçulmanos. Os Franciscanos participam ainda em numerosas escavações arqueológicas, além de ensinar a Sagrada Escritura em Jerusalém. As dificuldades e constrangimentos são um contínuo para os peregrinos, mas estes enfrentam qualquer obstáculo para visitar a terra escolhida por Deus para a Revelação do seu plano salvífico.

Lagrange, dominicano francês, homem de grande visão e amor à Bíblia, concebeu um plano para o estudo da palavra de Deus no próprio lugar escolhido pelo Senhor para se revelar aos homens. Numa época em que os protestantes estudavam cientificamente a Bíblia, e para que os católicos se apressassem a fazer o mesmo, fundou a École Biblique de Jerusalém, com a *Revue Biblique*, que tinha como objetivo difundir as novas aquisições exegéticas, históricas e arqueológicas, e os textos sagrados traduzidos, para a língua francesa, das línguas originais – hebraico, aramaico e grego.

Benoit, exegeta de renome internacional, um dos professores mais ilustres da École, dizia que os estudiosos da Bíblia do centro da Europa deveriam visitar e estudar no Médio Oriente; conhecendo o ambiente onde nasceu a Bíblia (*sitz im leben*), em contacto com a geografia e as tradições que ainda no séc. XXI se mantêm nas populações, principalmente de origem árabe, que conservaram os nomes bíblicos dos lugares e costumes ancestrais, mudariam muitas das suas opiniões.

A organização turística moderna permitiu que as peregrinações se tornassem frequentes e seguras, diminuindo os perigos das viagens, devorando as distâncias com os voos aéreos. Ao mesmo tempo, a hotelaria preparou-se condignamente para receber inúmeros visitantes, sem preços excessivos, exigindo segurança e tempos de paz.

Os professores dominicanos da cidade santa, além de bons mestres e religiosos de intensa piedade, incutem nos seus alunos um grande amor ao Livro Santo e uma familiaridade com a terra de Israel, com frequentes visitas e, no fim do período escolar, um estudo das viagens de S. Paulo na Turquia, durante 31 dias, com saída e entrada em Jerusalém. Com o Concílio Vaticano II e após a *Constituição Dei Verbum*, numa época em que a Sagrada Escritura começou a ser difundida, conhecida e amada, o povo cristão começou a possuir e manusear a Bíblia, a meditá-la, a participar em cursos, semanas de estudos, conferências, etc., de maneira que a palavra de Deus se tornou alimento da vida cristã. Provavelmente, esta dinâmica é que deu origem ao aumento do número de pedidos para visitar os lugares santos.

Anualmente, são vários os grupos de peregrinos que vão até à Terra Santa e aos países relacionados com a Bíblia, como a Jordânia, o Egito, o Sinai, a Síria, o Líbano, a Turquia, a Tunísia, a Geórgia, a Arménia e, em particular, o Iraque e o Irão. O entusiasmo, interesse e encanto pela Bíblia penetrou no espírito de tantos sacerdotes, religiosas e cristãos leigos que são muitos aqueles que são acompanhados aos

lugares santos desde a Madeira, do continente e do estrangeiro.

Nos vários grupos, cria-se sempre um ambiente de comunidade viva, todas as pessoas se ajudam umas às outras, sabendo sorrir perante algumas situações menos agradáveis, participando na eucaristia diária, na oração comunitária, na reza do terço, na leitura dos textos bíblicos, na visita aos lugares históricos; vive-se um ambiente de sã alegria e de louvor a Deus pela graça da visita da revelação divina à Terra.

Alguns dos peregrinos participam mais de uma vez nesta experiência espiritual, que revivem sempre quando na missa se lê a Bíblia ou quando se servem dela para a oração particular ou para contemplar a palavra de Deus. Por exemplo, uma das figuras bíblicas que se apresenta para tema de meditação é a do apóstolo Paulo, tanto em Jerusalém, quando foi detido no Templo, como em Cesareia, onde esteve preso até ser enviado para Roma.

Paulo orientou todas as suas energias para servir exclusivamente Jesus Cristo e o evangelho: "Ai de mim se não evangeliza" (1Cor 9, 17). Este apóstolo é caracterizado pelo seu universalismo, tema importante para os participantes nas peregrinações que vivem numa diocese onde se misturam povos e confissões religiosas, como, *e.g.,* a Madeira, terra de turismo, onde se encontram visitantes que percorrem serras, vales, levadas e abismos, e que necessitam por vezes de auxílio, que entram nas igrejas e participam nas festas, mesmo nas religiosas.

Nesta Diocese, temos de respirar universalidade e ecumenismo; como Paulo, é preciso "fazer tudo a todos" (1Cor 9, 22). A vida do apóstolo foi uma contínua luta contra as dificuldades: "perigos nos rios, perigos de bandidos, perigos dos nacionais, perigo dos pagãos, perigos na cidade, perigos no deserto, perigos no mar, perigos nos falsos irmãos" (2Cor 11, 26ss.). Tudo isto sofreu o apóstolo porque "o amor de Cristo nos impele […] para que os que vivem não vivam para si mesmos, mas para aquele que morreu e ressuscitou por eles" (2Cor 5, 14).

Há uma grande conclusão a tirar quando se coloca Jesus Cristo no centro da nossa vida: estamos em comunhão com Ele. Com a sua palavra, tudo se torna possível. Na Terra Santa, a Bíblia nunca saía das nossas mãos, e na Diocese não pode sair das nossas vidas, para contemplação e deleite interior.

Renovamento Bíblico na Diocese do Funchal

Antes do Concílio, quando o Seminário Diocesano recebeu os sacerdotes formados em Roma, no Pontifício Colégio Português, a Diocese viu com grande satisfação um renovamento espiritual e cultural, que correspondia a uma aspiração antiga e satisfazia o pedido que o Papa Pio XII fizera aos bispos portugueses, na visita *ad limina*, para que enviassem ao menos dois alunos de cada diocese a hospedarem-se no Colégio de Via Banco Santo Spirito, edifício magnífico do arquiteto Júlio Romano.

Em 1975, foram enviados do Funchal dois jovens sacerdotes, Maurílio Jorge Quintal de Gouveia e Teodoro de Faria, o primeiro para estudar teologia e o segundo a Sagrada Escritura, devendo, entretanto, estudar também teologia, para obter a licenciatura e matricular-se no Instituto Bíblico. No ano seguinte, foram seguidos por Abel Augusto da Silva, que foi estudar história eclesiástica e arte cristã, e Arnaldo Rufino da Silva, que se dedicou ao estuda da música sacra.

O bispo diocesano era então D. David de Sousa, OFM, também formado na Sagrada Escritura. Em 1962, a 11 de outubro, começou o Concílio Vaticano II, cuja preparação se iniciara quando os quatro professores e educadores do Seminário ainda estudavam em Roma e o P.e Teodoro em Jerusalém.

A Ação Católica estava então florescente. As paróquias renovaram-se com o início dos Cursos de Cristandade, com a presença e participação assídua de leigos apostólicos, destemidos na forma como apresentavam externamente a sua fé. O desejo de saber mais teologia, Sagrada Escritura e também história da Igreja destes cristãos, alguns convertidos

recentemente, levou os professores do Seminário a programar aulas semanais, geralmente ao fim de semana, para estes leigos e para todos os que as desejassem frequentar, e encheram uma grande sala do Colégio de S.ta Teresinha, das Irmãs Vitorianas. O interesse suscitado pelos leigos foi um momento de grande riqueza espiritual. O entusiasmo por conhecer melhor a Bíblia, a palavra de Deus, levou as Irmãs Vitorianas a pedir ao seu capelão, Teodoro de Faria, para lhes ministrar um pequeno curso de Sagrada Escritura, num tempo em que as religiosas eram numerosas e até jovens, algumas das quais se preparando para serem enviadas para Moçambique como missionárias. A irmã encarregada da formação espiritual e cultural destas religiosas organizou as aulas ao domingo, após a eucaristia da manhã, havendo dezenas de religiosas interessadas em melhor conhecer a palavra de Deus.

Nesta época, o Movimento dos Cursos de Cristandade reunia muitos membros ativos e apostólicos, formados por professores, médicos, advogados e muitos operários que, entre si, se tratavam por irmãos, como nas primitivas comunidades cristãs. O interesse era muito grande e o estudo fazia parte do chamado tripé (oração, ação e estudo), sendo o mais descurado. Os temas sobre a Bíblia foram saudados e recebidos por todos como necessários e prioritários. Todas as semanas, numa sala junto à igreja do Colégio dos antigos Jesuítas, alugada pelos estudantes, os membros do secretariado estudavam a Sagrada Escritura, descobrindo e agradecendo o tesouro que o Senhor Jesus lhes oferecia cada semana.

Entretanto, chegavam as notícias do Concílio Vaticano II, as questões levantadas, a abertura de espírito e a simpatia do Papa João XXIII, bem como as diferenças entre os dois grupos respeitantes à Europa Central e Sul do continente, com visões divergentes mas não antagónicas, que durante quatro anos seriam debatidas nas diversas sessões do Concílio e depois comentadas entre nós com entusiasmo e abertura de espírito – tanto mais que, normalmente, os professores do Seminário seguiam as notícias pela leitura de *L'Osservatore Romano*



Fig. 16 – Concílio Vaticano II, Roma, 1962 (arquivo particular).

Quotidiano. Dizia-se, com certo humor, que "as águas do Reno desaguavam no Tibre", na cidade de Roma.

Foram tempos muito belos e de grande valor para o futuro da igreja diocesana, num momento em que o comunismo amordaçava e oprimia grande parte dos países do Norte da Europa, confiando no triunfo do ateísmo. Os alunos do Seminário Diocesano sentiam que a preparação para o sacerdócio era feita com métodos novos, abertura dos espíritos, responsabilidade pessoal, seriedade nos estudos, investigação científica, abertura à Igreja universal. Surgiu então, o que é normal, uma certa inquietação entre os sacerdotes e cónegos mais idosos, que diziam: "Então vai tudo mudar? Deixaremos de vestir a batina quando andarmos pelas ruas? Esperaremos pelo que dirá o Concílio".

Durante quatro belos anos, ou seja, durante o tempo que durou o Concílio, havia uma comunicação contagiante do amor pela palavra de Deus aos alunos e leigos que assistiam aos diversos cursos de Sagrada Escritura. Tempos diversos dos atuais, numa altura em que a televisão ainda era a preto e branco e a Internet era completamente desconhecida. Era o tempo risonho da rádio, através da qual se transmitia o terço do Santíssimo Rosário, a missa e os colóquios sobre a palavra de Deus.

Cerca de duas décadas depois, encontravam-se ainda na Diocese muitos dos antigos militantes da Ação Católica e dos Cursos de Cristandade, que, devido à nova situação criada pelos partidos políticos, se encontravam à espera de quem os reconhecesse como leigos organizados. De facto, a Revolução dos Cravos desorganizou os grandes movimentos, que perderam os seus membros. A Juventude Operária Católica, outrora tão forte e atraente para os jovens, estava desfeita e desapareceu em pouco tempo.

Surgiu então um novo movimento juvenil, o Jovens Cristãos da Madeira (JCM), fundado pelo bispo D. Francisco Santana, que agregou muitos jovens, mas sem a organização eficiente e disciplinada da Ação Católica. Com um novo assistente eclesiástico e carismático, mas muito doente, o P.e Felício, o JCM congregou centenas de jovens que partilhavam da espiritualidade de Taizé (França), que visitaram algumas vezes. O JCM, enquanto teve bons líderes, conseguiu uma forte influência entre a juventude madeirense, decaindo depois, embora, no séc. XXI, conserve ainda um pequeno número ativo, formado por antigos membros.

As Semanas Bíblicas, organizadas pelas Irmãs Paulinas, vieram colmatar as deficiências a nível dos cursos de Sagrada Escritura. A Diocese reflorescu de novo com o serviço bíblico ministrado nas diversas paróquias por estas irmãs. Recorde-se o entusiasmo e dedicação das irmãs Délia e Rosa. Entretanto, os padres capuchinhos iniciaram em Fátima semanas de estudo sobre a Sagrada Escritura, dedicadas às diversas dioceses portuguesas. Algumas religiosas e vários leigos madeirenses também participaram, mas em número muito reduzido. Felizmente, os padres capuchinhos decidiram vir ao Funchal realizar esses mesmos cursos, embora tivessem de ser mais reduzidos. Era no Convento de S.ta Clara que eles se desenrolavam, com grande recetividade dos cristãos madeirenses, que pediam sempre ao bispo diocesano para celebrar a eucaristia e, por vezes, também para expor um tema.

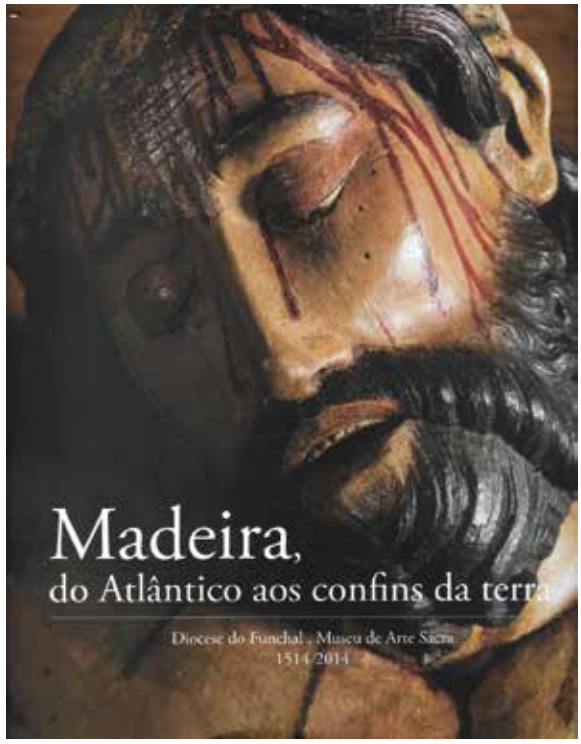


Fig. 17 – *Madeira, do Atlântico aos Confins da Terra*, exposição comemorativa dos 500 anos da Diocese, projeto e organização de Luiza e Francisco Clode de Sousa, Museu de Arte Sacra do Funchal, 2014 e 2018.

Estas semanas de estudo e oração não foram interrompidas até ao jubileu dos 500 anos da criação da Diocese pelo Papa Leão X, em 1514. Neste ano, o tema foi de grande importância para a Igreja: "Bíblia, evangelho da família. Ser família, hoje, na Igreja e no mundo". Através destes cursos, o livro da Sagrada Escritura entrou praticamente em todos os lares dos madeirenses, não como um ornamento ou objecto de arte que não se toca para não estragar, mas como algo que é para uso quotidiano, para uma leitura breve em família ou para a meditação individual. Esta é a mentalidade e a prática que é apresentada, embora conheçamos as reticências que o nosso povo tem em ler. Estes exercícios também ajudam as pessoas a familiarizar-se com outros livros, opúsculos ou até músicas referentes à Bíblia, à sua geografia e ao seu mundo. A história demonstra que, geralmente, se chega a Jesus passando pela Igreja.

O jubileu dos 500 anos da criação da Diocese deve permitir-nos dizer, como o apóstolo

S. Paulo ao seu discípulo Tito: "Tu, porém, ensina o que está conforme com a sã doutrina [...] Sê tu mesmo um modelo de boas obras em tudo, na pureza da doutrina, na dignidade, na palavra sã e irrepreensível" (Tt 2, 6-8).

Bibliog.: AZEVEDO, C. M., *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002; BARBAGLIO, J., *El Evangelio y Jesús de Nazaret*, Madrid, Central Catequística Salesiana, 1955; BERGER, Samuel, *La Bible Française au Moyen Âge*, Paris, Imprimerie Nationale, 1884; BEST, E., *Disciples and Discipleship. Studies in the Gospel according to Mark*, Edinburgh, T. & T. Clark, 1986; *Biblia Sacra Vulgatae Editionis*, Romae, Typ. Vaticana, 1598; BONSIRVEN, J., *Teologia del Nuovo Testamento*, Torino, Marietti, 1952; BROWN, R., *El Nascimiento del Messias. Comentario a los Relatos de la Infancia*, Madrid, Cristiandad, 1982; BULTMANN, R., *Theology of the New Testament*, 2 vols., New York, Scribner's, 1951-1955; CONCÍLIO VATICANO II, *Constituição Dogmática* Dei Verbum *sobre a Revelação Divina*, 1965; COUSIN, H., *Le Monde où Vivait Jésus*, Paris, Cerf, 1998; DECAUX, A., *L'Avorton de Dieu. Une Vie de Saint Paul*, Paris, Perrin/Desclée de Brouwer, 2003; *Dei Verbum, Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina*, São Paulo, Edições Paulinas, 2011; DODD, C. H., *A Interpretação do Quarto Evangelho*, São Paulo, Paulinas, 1953; *Id.*, *The Authority of the Bible*, New York, Harper Torchbooks, 1958; EICHRODT, W., *Theologie des Alten Testaments*, Stuttgart, Klotz Verlag, 1961; FARIA, T., *Paulo. De Jerusalém a Roma*, Prior Velho, Paulinas, 2011; *Id.*, *Maria, Mãe de Jesus*, 2.ª ed., Lisboa, Paulinas, 2012; *Id.*, *Jesus, "Subimos a Jerusalém". O Sudário e a Paixão do Senhor*, Prior Velho, Paulinas, 2014; FEUILLET, A., e ROBERT, A., *Introduction à la Bible*, 2 t., Tournay, Desclée & Cie, 1957-1959; FIGUEIREDO, António Pereira, *Vulgata*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1796; FRABO, M., *Jesus y los Marginados. Utopia y Esperanza Cristiana*, Madrid, Cristiandad, 1977; FRAGNITO, G., *La Bibbia al Rogo*, Bologna, Il Mulino, 1997; GAMA, M. N., *Dicionário das Festas, Romarias e Devoções da Madeira*, Funchal, DRAC, 2014; GRELOT, P., *Sens Chrétien de L'Ancien Testament*, Paris, Desclée, 1962; HAMEL, Ch., *The Book. A History of the Bible*, London, Phaidon Press, 2001; HUBY, Joseph, *L'Évangile et les Évangiles*, ed. rev. e aum. Xavier Léon-Dufour, Paris, Editions Beauchesne, 1954; JEREMIAS, J., *Jerusalem en Tempos de Jesus*, Madrid, Cristiandad, 1982; *Id.*, *As Parábolas de Jesus*, 5.ª ed., São Paulo, Paulinas, 1986; KALLEY, Robert Reid, *Uma Exposição de Factos*, Funchal, Typ. do Defensor, 1843; *Id.*, *An Account of the Recent Persecutions in Madeira, in a Letter to a Friend (1844)*, London, John F. Shaw, 1984; LAGRANGE, M. J., *L'Evangile de Jesus Christ*, Paris, Gabalda, 1929; LÉON-DUFOUR, X., *Vocabulaire de Théologie Biblique*, Paris, Cerf, 1962; *Id.*, *Jesus y Pablo ante la Muerte*, Madrid, Cristiandad, 1982; MCKENZIE, J. L., *The Two-Edged Sword*, Milwaukee, Bruce, 1956; *Id.*, *Dicionario Biblico*, 9.ª ed., São Paulo, Paulus, 2005; *Le Monde de la Bible*, Bayard Press; MORALDI, L., e LYONNET, S., *Introduzione alla Bibbia*, 4 vols., Torino, Marietti, 1959-1978; MOSCATI, S., *The Face of the Ancient Orient*, New York, Doubleday Anchon, 1962; NEVES, Carreira das, *Jesus de Nazaré, Quem És Tu?*, Braga, Franciscanos, 1991; O'CONNOR, J. M., *Paulo*, Prior Velho, Paulinas, 2004; PAGOLA, J., *Jesus, Uma Abordagem Histórica*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2008; PASSOS, J., *Portugal, Três Séculos da Expansão e Descobrimentos*, Amadora, Ibis, 1976; PAULO VI, *Unitatis Redintegratio*, 1964; PITA, F., *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, Funchal, JGDAF, 1959; QUESNELL, Q., *This Good News*, Milwaukee, Bruce, 1964; RICCIOTTI, G., *Vita di Gesù Cristo*, Milano, Rizzoli, 1941; RIGAUX, B., "La formation des évangiles", *Ephthl*, n.º 31, 1955, pp. 653-665; SCAGLIA, F., *I Custodi di Gesù*, Milano, Mondadori, 2000; SCHAMA, S., *A História dos Judeus*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2014; SILVA, Fernando Augusto da, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, Funchal, Tip. O Jornal, 1946; *Id.*, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; SMART, J. D., *The Interpretation of Scripture*, Philadelphia, Westminster Press, 1961; STENDAHL, K., *The Scrolls and the New Testament*, New York, Harpers, 1957; VAUX, R. de, *Ancient Israel. Its Life and Institutions*, New York, McGraw Hill, 1961; VAZ, A. S., "Depois das antigas traduções da Bíblia", *Didaskalia*, vol. XLIV, fasc. 1, 2014, pp. 57-103; WIKENHAUSER, A., *New Testament Introduction*, New York, Herder and Herder, 1938.

TEODORO DE FARIA

Bibliotecas

As primeiras bibliotecas de que temos notícia na Madeira estão intimamente ligadas às instituições de ensino, estando estas, por sua vez, dependentes da religião e Igreja Católicas e situadas em espaços como o da Sé, as grandes igrejas, os conventos, os recolhimentos e determinadas escolas paroquiais. É provável que também existissem bibliotecas em casas nobres, onde assessoravam professores particulares que aí ensinavam.

O Seminário Diocesano do Funchal, instituído em 1566, e o Colégio de S. João Evangelista, fundado no Funchal em 1570 pela Companhia de Jesus, que hegemonizou o ensino na Ilha (conhecido depois como o Colégio dos Jesuítas, onde foi instalada a Reitoria da Univ. da Madeira (UMa)), criaram as suas bibliotecas, conforme afirma Alice Mendonça: "Encontramos na Madeira algumas instituições como o Paço Episcopal, a Sé, o Seminário e os vários Conventos do Funchal que possuíam as suas próprias livrarias, dotadas de livreiros e encadernadores e na transição entre os sécs. XVII e XVIII" (MENDONÇA, 2006, 85).

Nos primórdios da colonização, as bibliotecas (livrarias) existentes na Madeira estavam incluídas e anexadas ao sistema de ensino e de aprendizagem assegurado pela Igreja, sendo a Companhia de Jesus, através do Colégio dos Jesuítas,



Fig. 1 – Livros em biblioteca (fotografia de Bernardes Franco, 2019).

a expressão desse domínio. Em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, são reformadas as ordens religiosas e concretiza-se a expulsão dos Jesuítas, seguindo-se a confiscação dos seus bens, depois integrados na Fazenda Régia. Nesta sequência de factos marcantes da era pombalina, as escolas anexas às ordens religiosas e as que seguiam a doutrina e o método jesuíticos tiveram, paulatinamente, de aderir ao ideário pombalino e iluminista. Refere a mesma autora que, em 1772, ao criar um novo imposto – o Subsídio Literário –, no reino e nas ilhas dos Açores e da Madeira, o Marquês de Pombal pretendia atingir o objetivo de anular o poder do ensino dos Jesuítas e transferi-lo para a competência do Estado. O imposto começa a ser cobrado em 1775, financiando as aulas de Ler, de Escrever e de Contar, de Gramática Latina, de Língua Grega, de Retórica e de Filosofia, que, com o devir do tempo, são lecionadas na igreja de São João Evangelista do Colégio do Funchal e, em 1789, passam a acumular com as aulas do Seminário. As cadeiras de Ler, de Escrever e de Contar são também lecionadas em Santa Cruz, São Vicente, Machico, Porto Santo, Calheta, Campanário, Ribeira Brava e Ponta do Sol. As cadeiras mencionadas e lecionadas eram acompanhadas das bibliografias adequadas, tendo as bibliotecas do Colégio dos Jesuítas (com ou sem os Jesuítas), do Seminário e dos conventos existentes assumido papéis determinantes nesse contexto. De acordo com o *Elucidário Madeirense*, os acervos das bibliotecas (livrarias) dos conventos, extintos por decreto de 28 de maio de 1834, foram incorporados na Biblioteca Municipal do Funchal (BMF) em 1863.



Fig. 2 – Biblioteca da sala do Cabido da Sé do Funchal, 1734 e seguintes (arquivo particular).

A instituição do ensino superior ocorreu na Madeira no séc. XIX, através da antiga Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, fundada em 1816 (mas só oficialmente criada em 1836, iniciando atividade no ano seguinte) e encerrada em 1910. Localizada no antigo Colégio dos Jesuítas, a sua biblioteca era rica, constituída por "mais de duas mil obras", que foram depois transferidas para a BMF (COSTA *et al.*, 1992, 21). O perfil do seu acervo diz respeito à gestão hospitalar, anatomia, farmacologia, cirurgia e mais assuntos relacionados com a saúde, a medicina, as curandices e outros, tendo muitos destes livros sido oferecidos pelo Dr. Nathaniel Lister, médico inglês.

Os regimes liberal e republicano deram ênfase à instrução escolar, mas, regra geral, privilegiaram o livro único, pelo que as bibliotecas escolares eram desnecessárias.

Em 1819, Joseph Phelps, comerciante de origem britânica que se fixou na Madeira e construiu a firma vinícola Phelps Page & Co., dedicou-se, também, a promover a instrução dos madeirenses, criando a Escola Lancasteriana, com o apoio de sua mulher, Elisabeth Phelps. A Ir. Mary Wilson, que chegou à ilha da Madeira em 1881, como enfermeira de uma doente britânica, dedicou-se posteriormente à catequese das crianças, aos doentes e à educação da juventude, formando, nos finais do séc. XIX e princípios do séc. XX, várias escolas no Porto Santo, no Arco de São Jorge, em Santana, no Santo da Serra, em Machico e em Câmara de Lobos. Em 1838, o médico Robert Kalley dedicou-se ao ensino primário, atividade que manteve durante os 10 anos seguintes. É presumível que estas escolas, cujo método de ensino não se identificava com o método nacional, tivessem beneficiado de pequenos fundos documentais para apoiar a aprendizagem dos alunos.



Fig. 3 – Sala de leitura do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Funchal (arquivo particular).

O *Elucidário Madeirense* refere a existência da Biblioteca do Seminário Episcopal, cujo acervo era constituído por obras de Teologia, originárias na sua maior parte, a partir de 1788, do então recém-extinto Colégio dos Jesuítas.

Bibliotecas escolares

As bibliotecas escolares do séc. XX foram o espelho da realidade do ensino e da aprendizagem no país. Numa escola que privilegiava a memória, em que o professor omnipotente e enciclopédico debitava as aulas e os alunos escreviam os apontamentos/palavras ditas pelo professor, as bibliotecas escolares não faziam grande sentido, constituindo o livro único, os apontamentos e as sebentas o acervo destas. E se nalgumas escolas existiam bibliotecas, estas eram o elo mais fraco da gestão escolar, uma vez que beneficiavam de um espaço inadequado, ficando, regra geral, ancoradas num vão de escada ou numa sala imprópria e exígua, sem pessoal adequado; raramente possuíam máquina fotocopiadora (os alunos utilizavam a máquina fotocopiadora de outros serviços) e o professor responsável pela biblioteca era, regra geral, um professor que sofria de problemas de saúde (não podia ouvir ruídos nem levantar-se, porque as maleitas da doença não o permitiam). Aos alunos, era-lhes exigido somente que reproduzissem as ideias, os conceitos e o saber do professor. Existia uma correspondência entre o ensino, o sector empresarial e o funcionalismo público, em que a linha de montagem não exigia inovação e criatividade. Neste contexto, não fazia sentido o Estado empenhar-se e investir nas bibliotecas escolares e voltadas para a cidadania, tanto mais que a Fundação Calouste Gulbenkian desempenhava o papel de Ministério da Cultura, e antes dela as bibliotecas conventuais e dos seminários, como já referido, cumpriam a função da promoção do livro, da leitura e do conhecimento.

Com a instauração do regime democrático, em 1974, e com a conquista da autonomia regional, em 1976, o ensino e a aprendizagem abrem-se a novas teorias e novos modelos já praticados na maioria dos países europeus e noutros cantos do mundo. Refiram-se alguns momentos mais relevantes deste processo, como o novo quadro legislativo sobre o ensino, assente na lei n.º 46/86 – Lei de Bases do Sistema Educativo, em que a biblioteca escolar passa a preencher um espaço central, com valor, ocupando o segundo lugar no capítulo dos recursos educativos. Outros diplomas se lhe seguem, e, em 2005, a nova versão consolidada, a lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, mantém a mesma posição das bibliotecas escolares como recursos educativos privilegiados, a exigirem especial atenção. Associam-se-lhes o *Manifesto da Biblioteca Escolar*, de 1999, atualizado sucessivamente, e as *Directrizes para Bibliotecas Escolares*, de 2006, documentos publicados pela IFLA/UNESCO, com o primeiro a definir a biblioteca escolar como um recurso que fornece informação, permite a construção do conhecimento e desenvolve nos alunos competências que servirão para a aprendizagem ao longo da vida e da cidadania. Para além destes, existem diversos documentos vinculativos internacionais e nacionais, bem como inúmeras instituições, que se dedicam à investigação e ao estudo da nova biblioteca escolar, considerando-a importante para que crianças, jovens e adolescentes desenvolvam o gosto pela leitura e a imaginação. Em Portugal, a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), lançada em 1996, e o Plano Nacional de Leitura são, igualmente, projetos que devem ser considerados relevantes.

Com a introdução destas novas medidas, a realidade do ensino altera-se radicalmente: o professor passa a ser considerado um agente educativo com novas competências (orientador, professor, investigador, monitor) e o aluno um agente ativo que, mantendo a função memória, procura também outras competências (aprender, comunicar, conhecer, partilhar, ser), recorrendo, para o efeito, a informação na biblioteca, nas mediatecas escolares e nas bases de dados que correm nas redes virtuais. As bibliotecas escolares passam, assim, a ser o coração da escola, um "direito irrenunciável" (ITURBE, 1998, 11), sendo através delas que a informação de apoio ao ensino corre transversalmente na escola. A literatura e os projetos curriculares e educativos valorizam o papel do professor bibliotecário e do bibliotecário escolar, que, em conjunto, orientam o aluno no processo de pesquisa da informação e na metodologia a aplicar nos seus trabalhos individuais ou em grupo, anulando o "aluno Wikipédia". A informação e o conhecimento passam a ser as máquinas inorgânicas e imateriais que vieram substituir as máquinas da linha de montagem. Nasce o aluno e o trabalhador do conhecimento. Tal como refere Jean Piaget, o conhecimento não é estático, é construído através de um processo que está sempre em devir. Lev Vygotsky defende que os alunos constroem o conhecimento individualmente e em simultâneo com os outros. A educação deixa de ser monocultural e linear e privilegia a educação intercultural. Jürgen Habermas propõe a razão crítica, argumentativa, reflexiva, prática e teórica, em lugar da razão acrítica e estática. Esta literatura e legislação simbolizam uma visão pró-ativa e regeneradora para a biblioteca escolar, que colabora na nova aprendizagem, centrada no aluno, sendo para ele que tudo e todos convergem.

A Região Autónoma da Madeira (RAM) formou os seus assistentes especialistas no âmbito das bibliotecas, e em 2006/2007 foi criada na UMa a pós-graduação em Ciências Documentais (Arquivo, Biblioteca e Documentação), com o intuito de formar o número suficiente de bibliotecários para garantir a modernização das suas bibliotecas.

De entre as inúmeras bibliotecas escolares da Região (veja-se o portal do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), o Órgão Coordenador do Programa da RBE na RAM, e o portal da Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos (SRERH)), salientam-se duas, pré e pós-autonomia: a do então Liceu Jaime Moniz e a da Escola Industrial e Comercial do Funchal.

Biblioteca da Escola Secundária Jaime Moniz

O antigo Liceu do Funchal data originalmente de 12 de setembro de 1837, tendo dado origem, em 1919, ao Liceu Jaime Moniz. Mudou diversas vezes de instalações, mas o edifício onde existia no começo do séc. XXI foi inaugurado a 28 de maio de 1946 e compreendia a biblioteca escolar, sendo, portanto, uma construção do Estado Novo. Em 1980, passa a designar-se Escola Secundária Jaime Moniz. A biblioteca da Escola Jaime Moniz situa-se no 3.º andar da Escola Secundária Jaime Moniz. Foi herdeira do espólio do Liceu do Funchal, que incluía o livro antigo e deu origem ao fundo antigo, composto por um total de 632 monografias, de que se destaca uma obra de Ovídio datada de 1725 e intitulada *Metamorphoseon Libri XV: Expurgati*. O acervo da biblioteca do antigo Liceu constitui um espólio que caracterizou o ensino no arquipélago e as interações sociais e culturais relevantes durante os sécs. XIX e XX, tendo sido, por razões de conservação, colocado à guarda do ABM, através de um protocolo celebrado entre as duas instituições.

Com o advento das tecnologias da informação e comunicação (TIC), a biblioteca modernizou-se, aderindo ao programa PORBASE (Base Nacional de Dados Bibliográficos) e beneficiando das redes computacionais para acesso à Internet. Em 2015, encontravam-se registados 37.867 títulos na base de dados, e estavam referenciados 55.478 nos livros de registos da biblioteca, havendo ainda espólio por indexar. A biblioteca integrava também uma hemeroteca e uma coleção de jornais. Continuamente enriquecida com a doação de livros por parte dos professores, destacavam-se as



Fig. 4 – Biblioteca da Escola Secundária Jaime Moniz, Funchal (arquivo particular).

doações efetuadas pelos familiares da Dr.ª Margarina Morna e do Dr. Jorge Pestana, antigos professores da escola, que contribuíram para o enriquecimento da biblioteca. Quer o fundo antigo, quer o fundo geral podem ser consultados no *site* do ABM.

O universo de utilizadores da biblioteca é constituído por alunos, professores e funcionários da escola, investigadores e alunos do ensino secundário em geral, que têm ao seu dispor vários serviços. Assim, nas primeiras décs. do séc. XXI, para além da consulta e do empréstimo de livros, a biblioteca facultava apoio pedagógico aos alunos na realização de trabalhos de pesquisa, promovia concursos nos âmbitos da leitura e da escrita, com a colaboração do ABM e de outras entidades, e organizava conferências. Promovia ainda outros momentos de aprendizagem, com a colaboração de professores e alunos, sobre conteúdos programáticos e realizava exposições variadas e outras atividades ligadas ao quotidiano escolar. Os recursos humanos eram todos qualificados e a coordenação da biblioteca era da responsabilidade de professores.

Biblioteca da Escola Secundária de Francisco Franco

A Escola Secundária de Francisco Franco foi construída em 1958, sendo então denominada Escola Industrial e Comercial do Funchal. É uma construção do Estado Novo, pelo que a sua arquitetura obedece ao ideário político e educativo desse período. A 11 de janeiro de 1979, o Governo Regional da Madeira (GRM) decreta que a escola deverá ter como patrono uma figura ilustre da região, passando a chamar-se Escola Secundária de Francisco Franco, em homenagem ao escultor madeirense.

Construída igualmente em 1958, a ampla biblioteca desta escola tinha, em 2015, um acervo de cerca de 12.000 unidades documentais, 700 revistas e 600 unidades de material não livro (MNL) (DVD, CD áudio e CD-ROM), cujo perfil estava virado para o apoio ao ensino e à aprendizagem. A Sala Dr. Vasco Mendes, criada em homenagem à memória desse antigo professor da escola, valorizou o acervo e as atividades letivas: as obras aqui expostas constituem o espólio do antigo docente e da sua família, que, através da filha, Maria da Luz S. Pereira Mendes, doou este acervo à biblioteca.

A escola não se alheou do paradigma informático, que favoreceu naturalmente a biblioteca, permitindo a coabitação dos dois ambientes: o clássico e o neomoderno. Contava com uma ampla sala de leitura, uma videoteca, uma mediateca, uma ludoteca e um polo cultural, onde se realizavam diversas atividades, dentre as quais se destacavam o espaço de leitura, recitais de poesia, debates e encontros culturais. Aqui, os professores podiam também lecionar as suas aulas, uma vez que se tratava de um espaço integrado na biblioteca, beneficiando da utilização de fontes impressas e eletrónicas.

De acordo com as normas gerais de utilização, os alunos podiam realizar as seguintes atividades: pesquisar em documento livro (papel) ou documento virtual (Internet); estudar; fotocopiar documentos consultados; requisitar livros para leitura domiciliária; ler a imprensa diária regional; consultar revistas de especialidade; digitalizar documentos; visionar filmes e jogar. Para o tratamento técnico da informação, a Classificação Decimal Universal (CDU) era o único instrumento utilizado para o sistema de cotagem, permitindo distribuir o acervo em regime misto no acesso às estantes.

Esta era a única biblioteca escolar que, em 2015, tinha no seu quadro de pessoal não

docente um técnico superior com formação pós-graduada na área das ciências documentais, três assistentes técnicos com formação no âmbito de biblioteca e documentação, e dois professores coordenadores. A informação corria transversalmente na escola através do seu *site* oficial.

Restantes bibliotecas escolares: pós-autonomia

Segundo informação proveniente da Secretaria Regional de Educação (SER), entre 2012 e 2013 existiam na RAM os seguintes totais de estabelecimentos de ensino, distribuídos pelos níveis de escolaridade em vigor: no ensino público, 142, e no ensino privado, 65. A maioria destes estabelecimentos de ensino foi construída depois de 1976. Sobre estes, pode afirmar-se o seguinte, para o período indicado: 1) Todas as escolas do ensino público dos 2.º e 3.º ciclos e secundárias, sem exceção, beneficiavam de bibliotecas escolares; 2) Todas as escolas do ensino básico do 1.º ciclo, as creches, os estabelecimentos de ensino pré-escolar e os infantários possuíam uma sala (se não no próprio espaço, pelo menos em espaço anexo), que dava origem à ludoteca, com materiais diversos que contribuíam para desenvolver e compreender a leitura, a imaginação e o desenvolvimento de competências cognitivas das crianças e dos jovens, com atividades que iam desde a promoção da leitura à realização de trabalhos lúdicos e manuais, nomeadamente palestras com o apoio de um animador de biblioteca, que assegurava entre duas a três horas de atividades semanais com todas as turmas da escola. Este cenário era semelhante ao ensino particular. No entanto, não se tratava, tecnicamente, de bibliotecas, dado que não estavam organizadas de acordo com os princípios das ciências documentais e tecnológicas; 3) Os estabelecimentos de ensino beneficiavam de rede computacional, que se estendia à biblioteca escolar ou aos espaços anexos; 4) As bibliotecas escolares, tecnicamente assumidas como bibliotecas, beneficiavam de pessoal qualificado no domínio das ciências documentais; eram geridas por uma equipa de professores coordenadores, que faziam interagir o programa da biblioteca com os *curricula*.

Baú de Leitura

O Baú de Leitura foi um projeto escolar implementado na RAM em 2001, cujo objetivo principal era promover hábitos de leitura e de escrita junto dos alunos de todos os níveis de ensino. Cada escola possuía um baú de livros que, mensalmente, ia de escola em escola, sendo alvo de atividades de animação da leitura durante a permanência em cada escola. Juntamente com os livros, um *kit* com propostas lúdicas concebido por cada dinamizador permitia a partilha de atividades; este *kit* tinha como missão implementar o gosto pela leitura nas crianças e nos jovens e promover o intercâmbio entre bibliotecas escolares.

Todos os estabelecimentos de ensino público e privado do pré-escolar, do 1.º, 2.º, 3.º ciclos e do secundário podiam beneficiar deste projeto, razão pela qual algumas escolas do pré-escolar, os infantários, as creches e as EB1 não possuíam bibliotecas escolares tecnicamente organizadas. Contudo, o projeto podia ser dinamizado pelos animadores socioculturais de biblioteca, professores, educadores de infância e técnicos bibliotecários, que desenvolviam diversas atividades de natureza lúdica relacionadas com o livro, das quais se mencionam as mais frequentes: tertúlias literárias, atividades de escrita criativa, investigação temática,



Fig. 5 – Logótipo do projeto Baú de Leitura, Secretaria Regional da Educação, 2001.

dramatizações, gincanas, concursos, visitas de estudo, intercâmbios culturais, atividades de expressão artística e plástica, visionamento de filmes, audição de histórias, encontro de escritores e comemorações de efemérides.

A sede de coordenação do projeto situava-se na Escola Básica e Secundária da Calheta, sob a tutela da SREHR. No caso do 1.º ciclo/PE, o Baú de Leitura era coordenado por um coordenador geral e pelos coordenadores concelhios. Ao nível das escolas do 2.º e 3.º ciclos e do secundário, o projeto era coordenado por duas coordenadoras gerais.

Bibliotecas infantojuvenis. O Jardim e a Biblioteca de Educação Permanente A Árvore

A 5 de maio de 1979, foi inaugurada no concelho do Funchal a biblioteca infantil, sendo esta a primeira biblioteca da Rede de Bibliotecas Infantojuvenis (RBIJ) O Jardim, designação que a passa a identificar a partir de 1982. Já a 31 de março do mesmo ano havia sido inaugurado um *atelier* de leitura infantil e lançada uma experiência museológica de campo que esteve na génese da referida rede de bibliotecas. Maria Margarida Macedo Silva foi a fundadora e diretora deste projeto. Profissional competente, inovadora e criativa, construiu uma obra muito avançada para uma realidade ainda atrasada do ponto de vista dos hábitos de leitura e culturais, lançando sementes que cresceram nas crianças que tiveram acesso às bibliotecas O Jardim e às suas atividades informativa e formativa. Para Margarida Silva, a leitura promovia o pensamento, a reflexão, o espírito crítico e a metacognição, princípios orientadores da nova escola, na qual as bibliotecas deveriam funcionar como autênticos laboratórios dessa aprendizagem. Criada em 1979, a RBIJ é resultado da ausência das bibliotecas escolares, tanto mais que, à data, a RAM não beneficiava de uma rede suficiente de infraestrutura escolar. Assim, as bibliotecas infantojuvenis O Jardim foram bibliotecas escolares criadas fora do espaço físico da escola, que se mantiveram ao longo de cerca de 16 anos.

Existiu um projeto para a criação de uma biblioteca infantojuvenil O Jardim na ilha de Jersey, mas que nunca foi concretizado. A RBIJ teve o seu termo entre 1993 e 1995, tendo o seu acervo sido incorporado nas bibliotecas das escolas então construídas. Na fig. 6 apresenta-se uma tabela com as bibliotecas que constituíram a rede infantojuvenil O Jardim.

As bibliotecas da rede O Jardim tinham uma agenda de formação exigente e planificada, que envolvia docentes do ensino primário, estagiários(as) do Magistério Primário, educadoras de infância e de outros níveis de escolaridade, bem como discentes da Escola de Magistério Primário. Apresentam-se alguns exemplos das agendas de trabalho da RBIJ O Jardim e da Biblioteca

Localização	Local	Data de criação
Funchal	Qt. das Angústias, R. Imperatriz D. Amélia, 21	5 maio 1979
	Hospital Cruz de Carvalho (a biblioteca funcionava na sala de pediatria)	S.d.
Porto Santo	Casa do Povo	19 nov. 1979
São Martinho	Escola Básica de São Martinho	1 ago. 1980
Curaçau	Curaçau (Antilhas Holandesas)	1 out. 1980
Campanário	Casa do Povo	31 nov. 1980
Santo António	Posto Clínico	15 nov. 1980
Ponta do Pargo	-	30 ago. 1982
Ribeira Brava	Câmara Municipal da Ribeira Brava	5 jan. 1983
Gaula	Sala da igreja de N.a S.ra da Luz	1986

Fig. 6 – Tabela das bibliotecas que constituíram O Jardim (SILVA, 1999; FREITAS, 2015).

A Árvore, de que falaremos adiante: criação de clubes de leitura, dedicados a escritores portugueses; momentos de poesia e musicais; encontros com a Região, seguidos de debate; criação do projeto Fazendo Artes na Alfabetização, com recurso à linguagem dos cartazes, à confeção de grelhas para enriquecimento de vocabulário, à utilização da "roda de palavras" e do teatro de bonecas, passando pela construção e organização de ficheiros de alfabetização e ficheiros de leitores; iniciação de leitores na investigação literária e jornalística; criação de uma oficina de artesanato e de bonecos e realização de teatro de mesa para conhecer Gil Vicente; exposições; e a criação do Museu do Livro Escolar, passando por debates com autores madeirenses. No que diz respeito à educação permanente, refere Margarida Silva que "os meses de férias foram os mais produtivos, e estamos certos de que preenchendo tempos livres, sob este aspeto informal, abrimos pistas à juventude madeirense para uma Educação Permanente" (SILVA, 1999, 123). As atividades eram executadas com a participação dos bibliotecários como animadores, trabalhando em grupo.

Porém, a RBIJ O Jardim tornou-se insuficiente para os utentes de uma faixa etária superior, pelo que em 1982 é criada a Biblioteca de Educação Permanente A Árvore, que funcionou paredes meias com O Jardim de Santo António, numa linha interdisciplinar e de partilha entre a escola e a comunidade, como refere Margarida Silva: "Se 'O Jardim' Biblioteca Infantil é um complemento da Escola (não o seu substituto), a 'A Árvore', Centro de Educação Permanente, não substitui os cursos de alfabetização, apenas constitui uma forte motivação fazendo a ligação Escola-Comunidade" (*Id.*, *Ibid.*, 37-38). A biblioteca A Árvore seguiu os conceitos da UNESCO no que diz respeito à Educação Permanente, depois designada por "educação ao longo da vida".

Biblioteca da Escola do Magistério Primário

Criada em 1943, a Biblioteca da Escola do Magistério Primário era constituída por um acervo cujo perfil convergia para o ensino e aprendizagem dos futuros professores do ensino primário. Totalizava 4.193 unidades documentais, de acordo com o livro de registos, sendo o pedagogo Jean Piaget o autor de eleição.

Biblioteca da Escola Superior de Educação

A Escola Superior de Educação, criada a 12 de novembro de 1985, funcionou no antigo Colégio dos Jesuítas, tendo a sua biblioteca herdado o acervo da biblioteca da antiga Escola do Magistério Primário, que totalizou 4.175 unidades documentais, de acordo com o livro de registo. A sua extinção ocorreu em 1989, através do dec.-lei n.º 391/89, de 9 de novembro, e o seu acervo foi integrado na Biblioteca da UMa.

Biblioteca da Universidade da Madeira

A Biblioteca da Universidade da Madeira (UMa) foi fundada aquando da criação da mesma Universidade, em 1988, pelo dec.-lei n.º 319-A, de 13 de setembro desse ano. Correspondia a um espaço físico lacónico cujo acervo era constituído pelos acervos das escolas que estiveram na génese da Universidade: o da Escola do Magistério Primário (com 4.193 unidades documentais), o da Escola Superior de Educação (com 4.175) e o das extensões universitárias (cujo acervo totalizava 4.020 unidades). O acervo era orientado para os âmbitos científicos das Ciências da Educação e das Políticas de Ensino e da Aprendizagem, num total de cerca de 12.378 unidades documentais, e encontrava-se verdadeiramente desatualizado e empobrecido face às novas teorias que emergiam nos referidos domínios científicos, não satisfazendo as necessidades informacionais dos cursos que iam sendo desenhados e consolidados na nova estrutura de ensino superior. Além disso, os recursos humanos afetos à biblioteca eram reduzidos, com horários descontínuos, desadaptados aos diplomas laborais em vigor e destituídos de qualificações, características que deram origem a uma biblioteca doméstica, empírica, personalizada e estagnada cientificamente.

Em 1992-1993, ano em que a Biblioteca da UMa integrou recursos humanos qualificados, surgiu um novo lema, baseado na máxima "Transformar tudo e todos". Formar e reconverter recursos humanos, atualizar o acervo, disponibilizá-lo em regime de livre acesso e tratá-lo, em termos técnicos e informáticos, de acordo com normas internacionais que permitissem a transferência da informação sem obstáculos – o que culminou com a construção do catálogo informatizado, através do programa Mini Micro CDS/ISIS (PORBASE) –, aceder à Internet (em 1993), desenvolver as figuras do empréstimo domiciliário e do EIB (Empréstimo Inter-Bibliotecas, nacional e internacional – foi aberto um canal com The British Library) e cooperar com a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), com vista a alimentar o catálogo bibliográfico nacional (PORBASE) e integrá-lo no universo dos seus cooperantes, foram os objetivos que alimentaram a nova visão, concretizados com sucesso. A transformação foi acompanhada pelo Grupo de Docentes para a Biblioteca, e esta recebeu a designação de Centro de Documentação e Informação.

A partir de setembro de 1997, quando a Biblioteca da UMa beneficiou de um espaço físico mais adequado no edifício universitário do *Campus* da Penteada, ao desenvolvimento científico, técnico e cultural que contribuiu para o inevitável progresso da tríade ensino/aprendizagem/investigação correspondeu um novo lema: "Integrar e flexibilizar tudo e todos". Atualizar as metodologias documental e informática, modernizar a sala de leitura, dotando-a de rede local e de computadores que permitissem ao utilizador realizar as suas pesquisas, agilizar processos documentais e assegurar uma abordagem mais flexível com o utilizador interno e a abertura à sociedade civil foram metas atingidas com êxito.

A biblioteca assumiu várias designações, em conformidade com as alterações dos seus estatutos: Centro de Documentação e Informação, em 1993; Serviços de Documentação e Informação, em 1996; Sector de Documentação e Arquivo, Unidade de Documentação Arquivo, em 2008; e, em 2013, Unidade de Biblioteca e Arquivo. Com o lema: "Informar para formar rumo à cognição, à criação do conhecimento", a entrada no séc. XXI conduziu à criação de uma biblioteca verdadeiramente científica, em que os acervos (documental e digital) se foram construindo em interação com os professores e investigadores da academia, relação que representou o ícone de uma nova cultura organizacional e informacional, onde todos participavam e assumiam a responsabilidade da adequação dos acervos aos *curricula* lecionados na UMa e ao ideal europeu, razão pela qual se lhe associou o acervo do Centro de Documentação Europeia (CDE). A reestruturação do lema reforçou a implementação de uma atitude informacional orientada para a academia e exógena a ela, *i.e.*, tanto para o utilizador interno, como para o externo.

Em 2014, o acervo documental, em suporte papel, totalizava 121.216 unidades documentais, distribuído pelas seguintes coleções: 59.000 monografias; 27.842 fascículos de publicações periódicas; 6612 MNL (cassetes, disquetes, CD-ROM e DVD); 3822 trabalhos académicos (dissertações de mestrado e teses de doutoramento); 6552 monografias CDE; 16.038 publicações periódicas CDE e 1350 MNL CDE – total adquirido por via da compra e raramente por via da oferta; e a coleção digital, que continha milhares de documentos digitais de carácter científico.

Os utilizadores da biblioteca eram constituídos maioritariamente pelos elementos da academia, concretamente pelos utilizadores internos: alunos, professores, investigadores e funcionários. Estimava-se em cerca de 3000 os utilizadores inscritos na unidade de biblioteca, número que correspondia à população da academia. Simultaneamente, a biblioteca estava aberta a utilizadores externos, distribuídos essencialmente por investigadores, mestrandos, doutorandos e população em geral, que procurava neste sector informação científica, em particular a digital e o serviço de EIB, para desenvolver os seus trabalhos de investigação.

Em 2013, a Biblioteca da UMa contava com 11 profissionais qualificados no âmbito das ciências documentais: um doutorado neste

âmbito; um mestre no âmbito da gestão do *marketing*; um técnico superior bibliotecário; três assistentes especialistas qualificados, com o curso de biblioteca, arquivo e documentação; dois assistentes administrativos; e três assistentes operacionais. O apoio informático era fornecido pelos serviços informáticos da UMa. Nos anos anteriores, diversos alunos haviam tido funções na biblioteca, tendo dois deles, da área da engenharia informática, ficado nos quadros de pessoal.

A adesão às bases de dados científicas, tais como a Web of Knowledge, ocorreu em 2002; à Biblioteca do Conhecimento Online (B-On), que contém cerca de 17.500 títulos de publicações periódicas de reconhecido mérito científico internacional, em 2006; à Plataforma DeGóis e às bases de dados científicas SPORTDiscus e JSTOR, em 2009. A Biblioteca aderiu ao projeto de acesso aberto comunitário (Digital Repository Infrastructure Vision for European Research (DRIVER), depois OpenAIRE) também em 2009, com o Repositório Institucional da UMa (designado DigitUMa), em maio de 2010; ao Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), também em 2010; e o acesso à eLibraryUSA, em 2013. Os diversos *links* direcionados para os catálogos e bases de dados nacionais e internacionais eram as mais proeminentes bases de dados do acervo digital.

Em maio de 2010, o DigitUMa foi integrado no RCAAP, sustentado pelos princípios do Open Access Initiative, contando com centenas de milhares de documentos científicos (digitais) produzidos nas academias portuguesas. Constituído pelos repositórios ou bibliotecas digitais das universidades públicas portuguesas, e na qualidade de repositório nacional, o RCAAP seguiu as diretrizes técnicas do projeto DRIVER, depois assumido por OpenAIRE, repositório europeu fundado pela Comissão Europeia que tem como principal objetivo a reunião num só acesso livre de toda a produção científica europeia, alimentada pelos repositórios nacionais e/ou institucionais. O paradigma clássico de comunicar a investigação, um modelo contraditório, moroso, caro e individualista, deu origem a outro paradigma, assente em princípios que privilegiam a divulgação do conhecimento científico produzido nas universidades, à escala global, e através da Internet, de acordo com o movimento internacional conhecido por Open Acess Initiative (OAI), ou Acesso Livre ao Conhecimento (AL), ou Open Access (OA), que se concretiza na disponibilização livre na Internet de cópias gratuitas da produção cientifica avaliada por pares (*peer-reviewed*), bem como de relatórios técnicos, dissertações de mestrado, teses de doutoramento e outros documentos de trabalho. Em síntese, os documentos existentes no DigitUMa tornaram-se passiveis de ser pesquisados e consultados a nível nacional no RCAAP e a nível europeu no OpenAIRE. Deste modo, a europeização/internacionalização/webização da UMa foi afirmada à escala global, através do depósito dos conteúdos científicos produzidos pelos professores/investigadores, discentes e funcionários da UMa.

Até 2006, os recursos documentais foram tecnicamente tratados no ambiente PORBASE 5, adquirido à BNP. Este *software* tornou-se inadequado, uma vez que não era interoperável com os *softwares* da UMa, atrasando as mais diversas exigências qualitativas da gestão organizacional da informação. Nesse ano, a Biblioteca passou a beneficiar de uma plataforma informática integrada, interoperativa e escalável, adquirida com o apoio de fundos comunitários, expressão máxima da sua webização. Dois *softwares* constituíram a referida plataforma: o Aleph, responsável pela gestão integrada da documentação e que interage com os diversos interfaces existentes na academia, deu origem ao catálogo informatizado e integrado, conhecido por BibUMa. O segundo *software*, designado por Digitool, foi o responsável pela gestão de conteúdos académicos ou científicos, tendo desenvolvido o DigitUMa. Em maio de 2010, o Digitool foi substituído pelo *software* DSPACE, em regime de *open source*. Os *softwares* utilizados são idênticos aos das bibliotecas universitárias portuguesas e de inúmeras bibliotecas universitárias internacionais, permitindo a adesão da Biblioteca da UMa ao grupo USE.pt, grupo no qual as bibliotecas universitárias portuguesas

têm assento. Em 2015, a FCCN/FCT (Fundação para a Computação Científica Nacional, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia) era a fundação portuguesa que reunia as bibliotecas portuguesas, entre as quais a Biblioteca da UMa, concretizando projetos avançados no âmbito das TIC, da política do OAI em 2002 e de programas financeiros europeus, entre outros, e projetando as bibliotecas universitárias portuguesas à escala global. Enquanto a PORBASE, sediada na BNP, projetou, em 1993, a biblioteca para Portugal, o OAI, em 2002, e a FCCN/FCT e a USE.pt, em 2013, projetaram-na para o mundo webizado.

A Biblioteca oferecia os seguintes serviços: técnicos, digital (gestão das bases de dados) e de referência (incluindo a gestão do catalogo, o atendimento, a sala de leitura, os empréstimos, o *marketing* documental – que compreendia a formação de utilizadores nas unidades curriculares e na própria Biblioteca, uma formação muito solicitada pelos docentes, uma vez que incide no Processo de Pesquisa de Informação no catálogo e nas bases de dados mais relevantes; visitas de estudo de alunos das mais diversas escolas da RAM e de grupos de cidadãos; a realização de um *workshop* anual; lançamentos de livros; diversos seminários; e agenda cultural).

Os empréstimos (domiciliário, permanente e interbibliotecas) eram realizados pelo serviço de referência, juntamente com o serviço digital. Todos os documentos podiam ser objeto de empréstimo, com exceção das publicações periódicas e das obras de referência, podendo também o utilizador externo beneficiar do empréstimo domiciliário. Os produtos que a Biblioteca disponibilizava eram os seguintes: BibUMa, DigitUMa, B-On, Web of Knowledge, RCAAP, OpenAire, a eLibraryUSA, ColCat (Catálogo Coletivo, que permite a pesquisa integrada), PORBASE, Facebook e *Webpage*, que ofereciam aos membros da academia inúmera informação científica, técnica e cultural.

Se em 1992-1993, a Biblioteca beneficiou da ligação à rede computacional, que permitiu o acesso à Internet; em 2006, a rede sem fios expandiu-se na UMa, em particular na Biblioteca. A fácil usabilidade dos computadores portáteis pelos utilizadores na Sala de Leitura desenvolveu a interação entre as fontes eletrónicas e as fontes impressas. Podemos concluir que a Unidade de Biblioteca estava em condições de acompanhar o progresso científico promovido na UMa e de atuar como espaço transversal de informação científica, técnica e cultural na academia, sendo um dos epicentros da Universidade e uma biblioteca científica na RAM. Era igualmente uma porta aberta para o exterior e para a sociedade científica. Essa era a contribuição da Biblioteca da UMa para a RAM e para a sociedade de economias de informação e do conhecimento, sustentadas pelos fundamentos filosóficos da razão comunicativa, argumentativa e crítica de Jürgen Habermas.

Biblioteca do Centro de Estudos de História do Atlântico

As instalações do Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA), situadas na R. das Mercês, no Funchal, desde 1 de outubro de 2009, permitiram oferecer serviços à população madeirense, bem como aos estudiosos nacionais e estrangeiros que visitam este Centro.

A biblioteca do CEHA tem fundos documentais próprios, que se formaram através do intercâmbio com diversas instituições. Em 2013, contava com um total de 1121 livros e 111 publicações periódicas, enquanto a biblioteca de Alberto Vieira, fundo documental doado ao Centro em 2010, registava um total de 4846 livros e 317 publicações periódicas.

A biblioteca e o fundo documental de Alberto Vieira contemplavam bibliografia especializada sobre a história da Madeira e demais ilhas do mundo, com especial destaque para o espaço Atlântico (Madeira, Açores, Canárias, Cabo Verde, São Tomé e Santa Catarina), com fundos especiais, em diversas línguas, sobre a história da escravatura, da ciência e técnica, da autonomia, do açúcar e do vinho.

Em 2015, previa-se que a biblioteca do CEHA não tardasse a ficar totalmente disponível em formato digital; parte do acervo de história da Madeira já se encontrava disponível. O CEHA disponibilizava ainda um conjunto de

publicações para empréstimo domiciliário, no total de 653 títulos. O acesso ao catálogo fazia-se através do ABM.

Biblioteca do Conservatório – Escola das Artes Eng.º Luiz Peter Clode

A biblioteca do Conservatório – Escola das Artes Eng.º Luiz Peter Clode localiza-se no 1.º andar do edifício do Conservatório. A avaliar pelo registo no livro de tombo, o livro mais antigo nela depositado datava de maio de 1957, embora se encontrassem diversos exemplares integrados com datas anteriores, sem que se soubesse exatamente quando. Presume-se, assim, que a Biblioteca foi criada por volta de 1957, tendo tido o primeiro funcionário com a categoria de bibliotecário/catalogador em 1978.

Em 2015, esta biblioteca não dispunha de acervo em suporte digital. O catálogo foi concebido no programa Access da Microsoft, mas estava nesta data a ser construído no ambiente PORBASE, com o apoio do ABM. Teria 4859 obras em geral e 5787 partituras, algumas do séc. XIX. O seu acervo fazia desta biblioteca uma biblioteca escolar e simultaneamente uma biblioteca especializada em obras musicais.

Os seus utilizadores eram os alunos, professores e funcionários do Conservatório, encarregados de educação e outros familiares dos alunos. A Biblioteca estava também aberta à comunidade em geral, sendo frequentada por leitores (por vezes estrangeiros) que necessitavam de consultar partituras, utilizadores da UMa e outros interessados em música.

Segundo o *site* do Conservatório, anexa à biblioteca, funcionava a mediateca, que dispunha de 8700 CD, 59 DVD, 50 vídeos e cerca de 3000 LP, aquisições feitas pela escola e através de doações de particulares, das quais uma das mais valiosas foi a de John Ranalow. A sala possuía uma aparelhagem áudio, que permitia aos alunos a audição e gravação de música, e de uma televisão, para visionamento de documentários musicais.

A biblioteca contava com uma responsável, mestre em Ciências da Informação e Documentação, vertente de Biblioteconomia, e um funcionário do Conservatório, que zelava pela abertura do espaço.

Biblioteca da Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia (DSEAM)

Criada em setembro de 2004, a biblioteca da Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia (DSEAM) tinha um total de acervo em papel de cerca de 22.000 documentos, dos quais aproximadamente 18.500 já estavam, em 2015, catalogados em Catwin e disponibilizados na rede PORBASE (cooperante efetivo) e no seu *site*.

Com aproximadamente 250 utilizadores registados, os principais utentes eram os professores, educadores, investigadores e colaboradores da própria DSEAM e alunos universitários. Os serviços que oferecia à comunidade eram: documentação especializada em música (teoria e prática), educação e artes, embora tivesse um catálogo razoável nas áreas de literatura, ciências sociais e história; biblioteca *online* (catálogo), onde se incluíam aproximadamente 4000 documentos digitais; e portal de recursos digital, incluindo os mesmos 4000 documentos (disponibilizados em Pacwin, mas também no Portal de Recursos Educação Artística).

A biblioteca contava com pessoal com formações de curta duração na BN e no Arquivo Regional da Madeira (ARM); um dos colaboradores tinha realizado um estágio no Centro de Estudos Musicológicos da BN. Em 2015, esta equipa era coordenada pelo Dr. Paulo Esteireiro, que também estagiara no Centro de Estudos Musicológicos, em contexto curricular da Univ. Nova de Lisboa, e frequentara várias ações de formação na BN, nas áreas da indexação, catalogação e Catwin.

A biblioteca tinha o maior número de documentação musical manuscrita (partituras) catalogada na Madeira (4400 partituras históricas). As partituras históricas madeirenses estavam organizadas em aproximadamente 15 coleções, de acordo com a sua proveniência. A biblioteca tinha partituras de bandas filarmónicas, orquestras e grupos de bandolins, orquestras de salão

e de igreja, música vocal sacra variada, música para piano, música para viola, etc. Para além disso, dispunha também de um extenso acervo na área do vídeo e áudio (CD).

Centro de Informação e Documentação

O Centro de Informação e Documentação (CID), integrado, em 2015, no Departamento de Ciência e Recursos Naturais da Câmara Municipal do Funchal (CMF), era composto por dois núcleos documentais: a Biblioteca Professor Luiz Saldanha da Estação de Biologia Marinha do Funchal, e a Biblioteca do Museu de História Natural do Funchal (MHNF).

A Biblioteca Professor Luiz Saldanha da Estação de Biologia Marinha do Funchal deve a sua designação à figura deste professor e oceanógrafo de prestígio internacional, que doou à Biblioteca o seu espólio científico, para servir de apoio à investigação. Foi criada a 28 de setembro de 1999, integrada na Estação de Biologia Marinha do Funchal.

Encontravam-se depositados na Biblioteca Professor Luiz Saldanha três espólios ou acervos de elevada relevância para a comunidade científica, a saber: o espólio Professor Günther Edmund Maul, composto por monografias (algumas delas com uma certa raridade), revistas, correspondência científica, relatos de viagens, manuscritos, etc., alargando-se a todas as áreas da história natural; o espólio Professor Luiz Vieira Caldas Saldanha, composto por monografias, revistas, correspondência científica, desenhos, postais, etc. (grande parte do espólio cobre as áreas da biologia marinha, oceanografia e ictiologia); e o espólio Professor Doutor Armando Almeida, composto essencialmente por trabalhos científicos abrangendo áreas das ciências do mar, concretamente ecologia costeira e ictiologia.

A partir de 1933, o segundo núcleo documental formou a Biblioteca do Museu de História Natural do Funchal, que está em contacto permanente com outras bibliotecas, centros de documentação de universidades e outras instituições científicas em todo o mundo, com o objetivo de trocar e divulgar informações, enriquecendo assim o seu património cultural científico. O engrandecimento do acervo documental desta biblioteca efetuava-se de três formas: compra, oferta e permuta. Esta última era feita através da edição de duas publicações científicas, o *Boletim do Museu Municipal do Funchal* e o *Suplemento do Boletim do Museu Municipal do Funchal*, que contêm trabalhos científicos de grande relevo nas diversas áreas da história natural da Macaronésia. Para além destes, publicava ainda a revista *Bocagiana*, destinada não só à descrição de espécies novas, mas também à divulgação de artigos carenciados de publicação urgente. Estas revistas eram distribuídas gratuitamente a diversas instituições de investigação científica, universidades e bibliotecas a nível mundial.

Em 2015, os utilizadores do CID eram essencialmente estudantes do nível secundário e superior, docentes e investigadores. O acesso era livre, podendo os utilizadores (internos e externos) consultar as bibliotecas de acordo com a área de interesse, quer na Biblioteca da Estação Biologia Marinha do Funchal, quer na Biblioteca do MHNF.

O total do acervo do CID correspondia, nesta altura, a aproximadamente 13.000 documentos (monografias, revistas e MNL). Para além do suporte em papel, o Centro assegurava ainda o acesso eletrónico em suporte



Fig. 7 – Biblioteca do Museu Municipal do Funchal (arquivo particular).

digital. Duas bases de dados permitiam o acesso aos documentais digitais: Prisma (módulo de catalogação e gestão de monografias e de publicações em série) e Procite/Endnote. O CID facultava o acesso à informação de carácter científico e técnico da Biblioteca da Estação de Biologia Marinha do Funchal, nas áreas, em particular, da biologia marinha, oceanografia e pesca, e da Biblioteca do MHNF nas restantes áreas, como biologia terrestre, história natural da Macaronésia e geologia. Estimava-se que muito em breve o Centro estaria disponível para prestar o serviço de empréstimo interbibliotecas. Contava com acesso eletrónico à informação científica em linha, ou através de suporte digital, e a consulta do catálogo bibliográfico.

O CID beneficiava de recursos humanos qualificados no âmbito das ciências documentais.

Centro de Documentação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

O Centro de Documentação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (ALRAM) foi criado, em simultâneo com o edifício da Assembleia, a 4 de dezembro de 1987, designando-se, à época, biblioteca da Assembleia Legislativa Regional. Em 2015, era composto por dois sectores – o arquivo e a biblioteca, de acordo com a estrutura orgânica da ALRAM – e assumia a designação de Centro de Documentação, ao qual competia: a) recolher, organizar, tratar, armazenar e difundir a informação nacional e estrangeira nas várias áreas do conhecimento; b) produzir e difundir cadernos de informação, ou outros produtos, adequados aos temas em apreciação nos vários órgãos da ALRAM; c) recolher, selecionar, tratar e conservar todos os documentos referentes aos deputados e a atos e factos da ALRAM; d) recolher, registar, catalogar, indexar e zelar pela conservação de todas as espécies do espólio documental da ALRAM; e) prestar informações sobre a bibliografia e documentação existentes no acervo e facultar o respetivo acesso, nos termos do regulamento interno; f) promover e colaborar em atividades de divulgação do património documental e propor a edição e difusão de publicações com interesse para a ALRAM e as que respeitam à história do Parlamento, em estreita colaboração com o Departamento de Relações Externas e para a Comunicação Social; g) gerir o acervo e o funcionamento da biblioteca da ALRAM; h) organizar e assegurar a manutenção do Arquivo Histórico-Parlamentar e o arquivo corrente de todos os serviços da ALRAM.

O seu acervo era, nesta data, constituído pela produção documental que resulta das atividades legislativas, por coleções de monografias, publicações periódicas e bases de dados, cujos perfis se adequam às atividades parlamentares. O Centro de Documentação beneficiava de pessoal qualificado, conferindo qualidade ao tratamento e à disseminação da informação legislativa e parlamentar.

Administrações pública e local, os laboratórios e os museus

Nas Secretarias Regionais do GRM existiam, em 2015, centros de documentação e informação que beneficiavam de núcleos documentais ao serviço dos seus funcionários.



Fig. 8 – Biblioteca da Assembleia Regional, 1987, Funchal (arquivo particular).

Os laboratórios existentes na RAM, que têm assegurado estudos relevantes para a Região (a saber: o Laboratório Regional de Engenharia Civil, o Laboratório de Metrologia da Madeira Dr. José Agostinho Gomes Pereira de Gouveia, o Laboratório de Saúde Pública, o Laboratório Regional de Controlo de Qualidade da Água, entre outros), bem como os museus e o Jardim Botânico da Madeira, beneficiavam, nesta data, de bibliotecas, algumas com núcleos documentais antigos, ricos e variados, que apoiavam e valorizavam as atividades dos seus funcionários que se dedicavam à investigação.

Centro de Documentação Europeia

O Centro de Documentação Europeia (CDE) (específico e não completo) foi alojado na Biblioteca da UMa em 1995, altura em que a Universidade se lançou a uma candidatura comunitária para a sua aquisição. A UMa forneceu o espaço físico, o pessoal qualificado e as ferramentas informáticas, desde o *hardware* ao *software*, enquanto a UE, através da Comissão Europeia e da representação da Comissão Europeia em Portugal, forneceu o acervo documental, quer em suporte papel, quer em suporte digital.

O Centro tinha por objetivo divulgar o ideário comunitário junto da academia, razão pela qual se realizavam eventos e inúmeras exposições nesse âmbito. Em 2015, o seu acervo estava estimado em 23.940 unidades (cujas referências se encontravam no catálogo da Biblioteca da UMa), distribuído pelas seguintes tipologias documentais: 6552 monografias, 16.038 fascículos de publicações periódicas, 1359 unidades de MNL. Estavam também disponíveis milhares de documentos digitais, que podiam ser acedidos através do portal da Europa.

Biblioteca de Assuntos Europeus – Casa da Europa da Madeira

Integrada na Casa da Europa da Madeira, o seu acervo era constituído por publicações de carácter específico relacionadas com questões europeias, quer em suporte papel, quer em suporte digital, através das bases de dados que a UE colocava ao dispor do cidadão.

Centro de Informação Europe Direct

A RAM beneficiava de um Centro de Informação Europe Direct Madeira (CIED Madeira), criado em 2013 e localizado no Edifício Casa da Cultura, na freguesia de Câmara de Lobos. O Centro dependia hierarquicamente da representação da Comissão Europeia em Portugal e destinava-se à população em geral. Relativamente ao seu acervo, contava com 196 unidades, em atualização em 2015, distribuídas por: 103 publicações; 27 revistas/*newsletters*; 46 panfletos/brochuras; e 20 cartazes/*posters*.

Era objetivo do CIED Madeira prestar um serviço de proximidade adaptado às necessidades locais/regionais, permitindo ao público em geral obter informações, orientações, assistência e respostas a perguntas sobre a UE no que respeita ao seu funcionamento, prioridades, legislação, políticas, programas e possibilidades de financiamento, mas também, e fundamentalmente, aos seus direitos enquanto cidadãos europeus. O Centro disponibilizava igualmente na sua sede um conjunto de publicações sobre as mais diversas temáticas de intervenção da UE.

O CIED Madeira organizava sessões informativas para o público em geral, e em particular para as escolas da área de abrangência do Centro e para alunos das diversas faixas etárias. Nestas sessões, eram tratados temas de interesse que iam ao encontro de possíveis necessidades de informação sobre a UE, de carácter mais geral ou mais específico, consoante os objetivos da ação. As apresentações para o público escolar tentavam, através de jogos e da distribuição de material publicado pela UE, estimular o interesse para as questões europeias.

Biblioteca da Direção Regional de Juventude e Desporto

O Ponto Jovem, nome pelo qual foi designada a biblioteca da Direção Regional de Juventude

e Desporto (DRJD), foi criado a 15 de março de 2013 na sequência da integração do sector da juventude na DRJD, criada pelo dec. reg. regional n.º 14/2012/M, de 26 de junho. Este espaço já tinha tido outras denominações, sucessivamente alteradas de acordo com as restruturações orgânicas dos serviços.

Sendo o grosso dos seus utilizadores os jovens e o público em geral, a biblioteca oferecia os seguintes serviços à comunidade: espaço para consulta e leitura de documentação; espaço multimédia (Loja de Juventude), onde os utilizadores tinham ao seu dispor a rede sem fios gratuita, 12 postos com computadores e posto braile equipado com linha e impressora braile, para utilizadores invisuais; espaço para utilização de equipamento informático pelo utilizador; espaço para realização de trabalhos individuais e/ou em grupo; balcão de informação, no qual eram prestados os seguintes serviços: prestação de informações em áreas de interesse juvenil; divulgação de atividades, eventos e classificados de interesse juvenil; obtenção e renovação do Cartão Jovem; e o Ponto Oficial de *bookcrossing*. Além destes serviços, a biblioteca facultava igualmente à comunidade o acesso aos conteúdos em suporte digital disponibilizados na Internet, através dos postos existentes no espaço, bem como aos conteúdos em suporte papel, disponíveis no local para consulta presencial.

O total do acervo em suporte papel era, em 2015, de cerca de 1500 títulos. A coleção de monografias estava distribuída pelos seguintes assuntos: ciências sociais; desporto; geografia; história (da arte, do mundo, de Portugal e da Madeira); literatura (infantil, juvenil e portuguesa); e obras de referência para consulta (dicionários e enciclopédias). A coleção de publicações periódicas era constituída pelos seguintes títulos: *Jornal da Madeira*; *Revista Demografia Federada*; *Revista Flor de Lis*; *Revista Islenha*; agendas culturais de diversos municípios do país; e revistas em braile (*Visão*, *Visão Júnior* e *Ativa*).

Os recursos humanos afetos à Biblioteca eram constituídos, nesta data, por duas técnicas de biblioteca e documentação.

Teatroteca Fernando Augusto

Inaugurada a 30 de novembro de 2005, a Teatroteca Fernando Augusto – Biblioteca de Teatro, no Funchal, reunia o espólio recolhido pelo TEF Companhia de Teatro (Teatro Experimental do Funchal), e a biblioteca de teatro de Élvio Camacho, com cerca de 1500 livros do acervo pessoal do encenador e dramaturgo Fernando Augusto, doado ao ator. A Teatroteca estava aberta a todos os leitores, artistas e grupos de teatro interessados na matéria.

Biblioteca John dos Passos

O Centro Cultural John dos Passos foi inaugurado em setembro de 2004, na Ponta do Sol, contando com duas secções ou unidades documentais: a Biblioteca John dos Passos e a Sala Dr. John Randolph dos Passos (reservados). Compostas, em 2015, por cerca de 5500 livros, estas duas secções/unidades documentais tinham um catálogo presencial.

A Biblioteca era de acesso livre e o seu fundo documental variado, quer a nível temático, quer a nível da nacionalidade dos autores, não sendo composto apenas pelas obras de John dos Passos, mas também por bibliografia estrangeira, nacional e regional (monografias, publicações periódicas, cartazes e material multimédia). Contudo, o acervo mais importante encontrava-se na sala de reservados e reunia a obra deste escritor norte-americano de ascendência madeirense, traduzida em 18 línguas, e ainda alguns estudos sobre a sua vida e obra. De acesso restrito, esta sala era reservada aos estudiosos que pretendessem pesquisar e investigar a vida e obra do escritor, que, em português, contava com traduções de oito dos seus livros: *Três Soldados*; *Manhattan Transfer*; *Paralelo 42*; *1919*; *Dinheiro Graúdo*; *Aventuras de um Jovem*; *Fadado para Vencer*; *Os Melhores Tempos: uma Biografia não Oficial* e *Portugal: Três Séculos de Expansão e Descobrimentos*.

A Biblioteca John dos Passos possuía, à data, os seguintes serviços: serviço de referência; serviço de apoio à investigação (referente à vida e obra de John dos Passos); serviços educativos;



Fig. 9 – Biblioteca do Centro Cultural John dos Passos, 2008, Ponta do Sol (arquivo particular).

serviço de empréstimo; e serviço de fotocópias. Para além de prestar serviço à camada estudantil, servia também docentes, investigadores e população em geral.

Ao longo do ano, realizavam-se diversas atividades dirigidas aos alunos das escolas do concelho da Ponta do Sol, tais como: a hora do conto; *peddy-papers*; visitas guiadas em português e inglês; exposições temáticas; seminários; conferências; celebração de efemérides; e elaboração de material didático, entre outras atividades.

Bibliotecas itinerantes e fixas da Fundação Calouste Gulbenkian

As bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) surgiram em 1953 com a criação (da iniciativa de Branquinho da Fonseca, bibliotecário-arquivista e escritor) de uma biblioteca circulante no Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, em Cascais, que tinha por objetivo cobrir o território nacional e arquipelágico com as bibliotecas circulantes. Contudo, foi em 1958 que a FCG criou o Serviço de Bibliotecas Itinerantes (SBI), pelo mesmo Branquinho da Fonseca, que permaneceu no SBI até 1974, ano da sua morte. Nesse ano, foram colocadas em circulação 15 bibliotecas itinerantes na região de Lisboa e litoral.

Portugal vivia uma conjuntura politicamente desmotivada para a promoção da leitura, do livro, do ensino e da aprendizagem, privilégio dos segmentos populacionais mais abastados de então. Era difícil promover a leitura junto das populações isoladas e pobres e reduzir os índices de incultura e de analfabetismo que caracterizavam o país, incluindo a população do arquipélago da Madeira. A solução passou pela utilização de serviços móveis, ou seja, pela utilização de uma carrinha, que transportava os núcleos documentais das bibliotecas itinerantes, com cerca de 2000 livros, em estantes de regime de acesso aberto, privilegiando a figura do empréstimo domiciliário e a gratuitidade do mesmo e levando mais longe as ideias e o saber. As estantes destas carrinhas tinham a seguinte disposição: as prateleiras de baixo estavam reservadas aos livros infantis; as do meio à literatura, ficção e biografias; e as de cima aos livros menos pedidos (filosofia, poesia e ciências). Nelas trabalhavam dois funcionários: o auxiliar e o encarregado e responsável pela biblioteca.

A FCG criou parcerias com as autarquias, no sentido de partilha das obrigações: o fornecimento do acervo bibliográfico, o biblio-carro, o pagamento dos honorários do pessoal, o combustível, as despesas de manutenção e conservação e outras ficavam a expensas da FCG, enquanto as autarquias concediam instalações para o depósito dos livros e contribuíam com despesas pontuais, ou seja, o apoio logístico. As bibliotecas itinerantes não satisfaziam as exigências de utilizadores mais letrados, com grau mais elevado de exigência intelectual e cultural, pelo que foi necessário complementá-las, na déc. de 60, com outra tipologia de biblioteca: as fixas.

Em 1963, a Madeira beneficiou da primeira biblioteca itinerante, com sede no Funchal. No arquivo da FCG, não existe documentação sobre a criação e a extinção da maior parte das bibliotecas que fizeram parte das redes de bibliotecas criadas pela Fundação. Contudo, através das datas-limite da documentação existente e do livro publicado pela FCG no seu 25.º aniversário, em 1983, bem como do *Boletim Cultural*, n.º 2 de 1984, deduz-se a existência no arquipélago das bibliotecas itinerantes constantes na fig. 10.

Na déc. de 70 do séc. xx, o projeto do SBI tornou-se insustentável no âmbito da gestão financeira da FCG, e em 1972 a Fundação chegou a tentar concluir a rede de bibliotecas itinerantes e fixas, ideia reforçada após o 25 de Abril de 1974. Contudo, entre 1981 e 1996, David Mourão Ferreira deu novo impulso à animação da leitura e à difusão literária e cultural, privilegiando atividades que garantissem maior rentabilidade intelectual e cultural: exposições, debates, encontros com autores, leitura de contos e poesia, lançamento de livros e de novos autores, entre outras atividades. O SBI foi reestruturado e, em 1983, passou a designar-se Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da FCG (SBIF). O arquipélago da Madeira passou então a contar com as bibliotecas fixas elencadas na fig. 11.

A estas, acrescentamos ainda os postos de leitura criados nos bairros sociais: a Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian – Penteada (1988) e a Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian – Nazaré (1989). Assim, de acordo com as diferentes tipologias, a FCG criou no Arquipélago da Madeira um total de: 3 bibliotecas itinerantes; 11 bibliotecas fixas; e diversos postos de leitura nos bairros e complexos sociais acima referidos.

É de destacar a Biblioteca Fixa n.º 48, no Funchal, inaugurada a 10 de julho de 1964 (data que não está de acordo com a data do quadro fornecido pela FCG, que refere 1961), que estava localizada no edifício da CMF, onde permaneceu até 1985. Até 1987, a Biblioteca funcionou provisoriamente no Teatro Municipal Baltazar Dias. De 1987 a 1995, mudou de instalações para o edifício da R. Elias Garcia. Após este período, regressou ao Teatro Municipal Baltazar Dias até 2011, ano em que a documentação começou a ser incorporada na BMF e na nova Biblioteca de Santo António do Funchal.

A promoção do livro e da leitura através da rede de bibliotecas itinerantes, e mais tarde das bibliotecas fixas, durante o regime salazarista foi uma iniciativa arrojada mas coerente, que transformou a FCG no "Ministério da Cultura" português, que incluía o arquipélago da Madeira. As bibliotecas itinerantes não transportavam somente livros, mas promoviam a leitura, o nascimento de ideias e do saber, motivando a aprendizagem da leitura em muitos cidadãos iletrados. As bibliotecas fixas funcionaram como bibliotecas públicas,

BIBLIOTECAS ITINERANTES NA MADEIRA					
Concelho	**Código identificativo**	**Data de criação**	**Data de extinção**	**Código referência do processo de arquivo**	**Âmbito cronológico do processo de arquivo**
Funchal	BI049	1963	1983?	PT FCG FCG:SBAL-S010-P0015	1983/08/25-2000/11/21
Ponta do Sol	BI061	196?	1983?	PT FCG FCG:SBAL-S010-P0001	1986/11/25-2002/10/08
São Vicente	BI050	196?	1983?	PT FCG FCG:SBAL-S010-P0006	1983/08/25-1999/11/22

Fig. 10 – Tabela com dados sobre as bibliotecas itinerantes FCG na Madeira (dados fornecidos pela Biblioteca de Arte e pelo Arquivo da FCG) (FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1983; FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN e SERVIÇO DE BIBLIOTECAS ITINERANTES E FIXAS, 1984).

BIBLIOTECAS ITINERANTES NA MADEIRA					
Concelho	**Código identificativo**	**Data de criação**	**Data de extinção**	**Código referência do processo de arquivo**	**Âmbito cronológico do processo de arquivo**
Calheta	BF075	1980 (ou 1973)/09/30	2002/11/13	PT FCG FCG:SBAL-S002-P0029	1964//04/17-2002/11/13
Câmara de Lobos	BF012	1980/01/10	2002/11/13	PT FCG FCG:SBAL-S002-P0006	1979/05/08-2002/11/13
Funchal	BF048	1961	2002/11/13	PT FCG FCG:SBAL-S002-P0100	1961/04/24-2002/11/13
Machico	BF074	1964/09/14	2002/11/13	PT FCG FCG:SBAL-S002-P0108	1963/09/16-2002/11/13
Ponta do Sol	BF077	1963	2002/11/13	PT FCG FCG:SBAL-S002-P0104	1963/09/25-2002/11/13
Porto Moniz	BF083	1964?	2002?	PT FCG FCG. SBAL-S002-P0007	1964/08/10-2002/07/19
Porto Santo	BF078	1964/12/05	2002/11/13	PT FCG FCG:SBAL-S002-P0058	1963/01/16-2002/11/13
Ribeira Brava	BF082	1964/09/30	2002	PT FCG FCG:SBAL-S002-P0062	1964/09/21-2001/12/10
Santa Cruz	BF073	Julho 1964	2002/11/13	PT FCG FCG:SBAL-S002-P0039	1964/05/21-2002/11/13
Santana	BF076	1964?	2002/11/13	PT FCG FCG:SBAL-S002-P0053	1964/06/08-2002/11/13
São Vicente	BF175	1978/01/22	2002	PT FCG FCG:SBAL-S002-P0002	1990/01/03-2002/08/22

Fig. 11 – Tabela com dados sobre as bibliotecas fixas FCG na Madeira (dados fornecidos pela Biblioteca de Arte e pelo Arquivo da FCG) (FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1983 e FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN e SERVIÇO DE BIBLIOTECAS ITINERANTES E FIXAS, 1984).

tendo como público-alvo o cidadão mais letrado que procurava informação e conhecimento. Em suma, as bibliotecas da FCG promoveram uma verdadeira revolução cultural, uma vez que tudo é transportável, incluído o conhecimento.

Em 1987, o Programa Nacional de Leitura Pública, que tinha por objetivo criar e desenvolver bibliotecas públicas modernas e adequadas às linhas orientadoras do Manifesto da UNESCO sobre as Bibliotecas Públicas, terá debilitado o serviço e objetivos do SBIF da FCG. Contudo, em 1993, este é reestruturado e adaptado à nova temporalidade, passando a designar-se Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura (SBAL), que em 2002 foi completamente extinto. O acervo das bibliotecas fixas foi integrado nas bibliotecas municipais que foram sendo criadas em todos os municípios.

Biblioteca do Hospital Dr. Nélio Mendonça

A biblioteca do Hospital Dr. Nélio Mendonça, no Funchal, surgiu três anos após a inauguração do Hospital, em 1976, e ficou localizada no piso 0 do mesmo. Tratava-se de uma biblioteca tradicional especializada na área da Saúde, tendo como principal objetivo auxiliar o trabalho de pesquisa dos profissionais de saúde da instituição e servir um vasto leque de utentes: médicos, enfermeiros, investigadores, técnicos

de saúde, alunos de pré e pós-graduação em Medicina e Enfermagem, administradores e gestores hospitalares.

Até 2013, esta biblioteca disponibilizava os seguintes serviços: leitura e empréstimo; referência e pesquisa de informação; difusão de informação; e sala multimédia. Integrada no espaço da biblioteca, existia uma sala polivalente destinada a conferências, reuniões e cerimónias oficiais, entre outros eventos.

Eram competências da Biblioteca: apoiar proativamente todas as especialidades do Serviço de Saúde da RAM, E.P.E (SESARAM); promover uma maior acessibilidade à informação, apoiando e formando o utilizador; cooperar em redes e projetos através de métodos e tecnologias de informação utilizados universalmente pela biblioteconomia; gerir aquisições e atualizações dos recursos bibliográficos, preferencialmente eletrónicos (bases de dados, *ejournals*, *ebooks*); promover uma correta política de aquisições de recursos bibliográficos para o SESARAM, procedendo à avaliação de propostas de aquisição, avaliando a pertinência dos recursos e fazendo prospeção de mercado de fornecedores, para obtenção da melhor relação custo/qualidade; e apoiar e promover a produção científica e a divulgação da informação.

À data, o seu acervo bibliográfico era composto por: obras de referência (cerca de 50 exemplares); monografias (cerca de 200 livros); e publicações periódicas, na sua maioria técnicas e científicas (mais de 200 títulos de revistas registados *online*). A partir de 2009, a Biblioteca adquiriu maioritariamente publicações periódicas com acesso *online*, que, desde 2013, disponibilizou juntamente com o acesso à base de dados *online*.

A Biblioteca contava com pessoal qualificado: gestão e coordenação da Biblioteca: diretor do serviço de formação e investigação do SESARAM, E.P.E.; responsabilidade técnica da Biblioteca: técnico superior do SESARAM, E.P.E.; assistente Técnica com formação na área das bibliotecas; assistente técnica de apoio administrativo à Biblioteca.

Biblioteca Pública Regional da Madeira

A pintora Sara Maria de Portugal da Silveira Henriques de Freitas foi fundadora e primeira diretora da então sala de documentação contemporânea, inaugurada em 1979, no edifício seria posteriormente instalada igualmente a Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC), com o objetivo de prestar apoio educativo às extensões universitárias criadas na RAM com o processo da autonomia.

Em 2003, foi instituída oficialmente a Biblioteca Pública Regional da Madeira (BPRM), sucedendo à biblioteca de documentação contemporânea, pelo dec. reg. regional n.º 14/2003/M, de 23 de maio (Orgânica da SRTC). Alicerce conceptual da BPRM foi o conjunto de disposições legais que a tornaram beneficiária do depósito obrigatório de todas as obras publicadas no país, nomeadamente por força do dec.-lei n.º 74/82, de 3 de março.

Esta instituição fez inicialmente parte da DRAC, passando, a 19 de junho de 2007, para a tutela da Secretaria Regional de Educação e Cultura (SREC), onde se manteve até 2011. A 9 de novembro desse ano, mudou novamente para a tutela do Turismo, com a nova designação de Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes (SRCTT). Em 2009, a BPRM comemorou 30 anos de serviço público, instituindo o dia 26 de outubro como seu dia. Por força da port. n.º 50/2016, de 19 de fevereiro, que define a orgânica da Direção Regional da Cultura, a BPRM e o ARM foram fundidos numa só entidade, que passou a ser designada por Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM).

O ABM – a Biblioteca – foi criado como um espaço com diferentes ambientes e acervos, espaço de cultura, conhecimento, lazer e informação, aberto a todos os cidadãos. Tinha por objetivos: tratar, conservar e divulgar os seus diferentes acervos de cultura, nomeadamente o acervo bibliográfico do Depósito Legal; preservar e divulgar a língua e cultura portuguesas a diferentes públicos; e promover o livro, a leitura, a informação e o

conhecimento. Com o objetivo de ser a mais completa biblioteca da RAM, tinha como valores: inovação, transparência, ética, responsabilidade e melhoria contínua; equidade no tratamento, abertura e disponibilidade à diferença; adequação e rapidez de resposta; e cultura de projetos.

O ABM – a Biblioteca – era, na RAM, a instituição pública empenhada na conservação do património documental, o que advém do estatuto de recetora do Depósito Legal, que lhe permite receber da BNP pelo menos um exemplar de todas as publicações editadas em Portugal, acrescentando-lhe a característica de pró-especializada em diversas áreas temáticas. O facto de ser beneficiária do Depósito Legal potenciou a sua missão e alargou os seus objetivos, especialmente perante a RAM e os madeirenses, na preservação da sua história, língua e cultura. Foi a partir de 1982 que a Biblioteca se constituiu mais fortemente como fonte de informação científica e técnica e assumiu definitivamente o seu perfil patrimonial, com a responsabilidade de preservar e divulgar a produção documental de origem intelectual, nacional e regional. A Biblioteca era também depositária do acervo bibliográfico da biblioteca da Escola Secundária Jaime Moniz, disponibilizado *online* em catálogo para consulta através da colaboração do ABM.

Relativamente ao seu acervo, estima-se que, em 2015, o total fosse de mais de 294.405 documentos, com um crescimento anual de 10%: 192.649 exemplares de monografias (correspondentes a 172.676 títulos) e 121.729 exemplares de publicações periódicas (correspondentes a 4088 títulos). A maior parte dos fundos documentais era contemporânea e generalista, embora possuísse algumas coleções de obras mais antigas. Os fundos documentais eram: fundo geral – monografias e periódicos; reservados – livros raros, primeiras edições, documentos em mau estado de conservação; iconográfico – mapas, cartazes, postais; cartografia – mapas, séries cartográficas, atlas; leitura para deficientes visuais – recursos braile e recursos áudio; multimédia – DVD, CD, CD-ROM; fundo local – memória local e coletiva da RAM.



Fig. 12 – Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Funchal (arquivo particular).

A aquisição dos documentos era feita principalmente através do Depósito Legal, mas também por compra ou por oferta de particulares e instituições da administração pública. Destes, destacava-se a biblioteca Mário Sardinha, pelo valor e a raridade das espécies bibliográficas, assim como as bibliotecas da escritora Carmo Rodrigues e de Fátima Dionísio e Avelino Costa, e a biblioteca António Montes, acervo importante por integrar um número considerável de títulos que completaram as coleções anteriores à criação da Biblioteca. A maior doação particular foi a da biblioteca Rebelo Quintal (2013). António Rebelo Quintal (1931-2013) reuniu, ao longo de anos, milhares de livros e revistas, constituindo principalmente uma grande biblioteca jurídica, considerada por muitos a melhor da RAM e provavelmente uma das melhores do país. Alguns dos referidos documentos foram oferecidos por distintas personalidades, mas a maior parte foi adquirida em livrarias nacionais e estrangeiras.

O ABM é o órgão coordenador da Rede de Bibliotecas Públicas da RAM, pelo dec. leg. regional n.º 15/2002/M, de 22 de agosto, e pelo dec. reg. n.º 10/2002/M, de 13 de março, e é o órgão coordenador do Programa da Rede de Bibliotecas Escolares, de acordo com o Programa da RBE (Gabinete RBE do Ministério da Cultura). Até à instalação

e ao desenvolvimento de bibliotecas municipais no âmbito da Rede Regional de Bibliotecas Públicas (RRBP), a então BPRM disponibilizou às escolas de todos os graus de ensino da Região consultoria técnica nas áreas de arquitetura (no caso de escolas em construção ou com áreas em reconstrução e adaptação), mobiliário, fundos documentais e tratamento técnico documental.

Rede regional de bibliotecas públicas (RRBP)

A 24 de fevereiro de 2002, foi celebrado um protocolo entre o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB) e a Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC), da Secretaria Regional de Turismo e Cultura (SRTC) da RAM, no sentido de estabelecer a cooperação técnica e financeira entre estas entidades para a conceção e o desenvolvimento de uma rede de bibliotecas públicas na Região e, assim, concretizar a extensão da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas à Madeira, num total de 11 concelhos.

A rede regional de bibliotecas públicas (RRBP) da RAM foi criada pelo dec. leg. regional n.º 15/2002/M, de 13 de agosto, e regulamentada pelo dec. leg. regional n.º 10/2003/M. Entretanto, fruto do trabalho conjunto entre o IPLB e a DRAC, foi definido um programa-base destinado a regular e orientar as candidaturas dos municípios, que foi apresentado oficialmente a 3 de novembro de 2003, data que correspondeu à abertura do período para a apresentação das candidaturas por parte dos municípios. Foram cinco os municípios a apresentar candidatura: Funchal, Machico, Câmara de Lobos, Porto Moniz e São Vicente, tendo sido selecionados os quatro primeiros. No caso de Machico, a obra das novas instalações da biblioteca já se encontrava concluída, pelo que não seria comparticipada pelo IPLB: o município concorreria apenas a apoios para aquisição de mobiliário e equipamento, fundos documentais e informatização. As quatro candidaturas aprovadas foram homologadas pelo secretário regional do Turismo e Cultura a 11 de novembro de 2004. O passo seguinte consistiu na assinatura de um protocolo de intenções entre os municípios com as candidaturas aprovadas, a DRAC e o IPLB, protocolo exigido pelo Instituto de Fundos Comunitários (IFC) para aprovar as candidaturas das autarquias a financiamento comunitário. Os protocolos de intenções foram celebrados a 8 de novembro de 2006, exceto no caso de Machico, assinado a 8 de março de 2007. Relativamente ao investimento a realizar, foi definido que a comparticipação do IPLB seria de 30 % (em todas a rubricas: obra, equipamento, fundos documentais e informatização) dos custos definidos como elegíveis e que o IFC teria a comparticipação de 70 %.

A Biblioteca Municipal de Machico foi inaugurada a 3 de março de 2008 e a Biblioteca Municipal de Câmara de Lobos a 3 de maio de 2009. O processo de candidatura da BMF foi encerrado por inviabilidade de reabilitação ou construção de um novo espaço. O Porto Moniz não pôde avançar com a construção do edifício por falta de verbas.

Ao abrigo do protocolo DRAC/municípios, a BPRM continuou a prestar apoio especializado na área da biblioteconomia aos municípios que o solicitem.

Biblioteca de Culturas Estrangeiras

Integrada no ABM, e tutelada pela DRAC desde 2011, a Biblioteca de Culturas Estrangeiras constituiu-se uma instituição pública regional que conta com o apoio das embaixadas dos países representados.

O projeto para esta biblioteca tinha o intuito de proporcionar, especialmente aos estudantes, uma informação mais profunda e de fácil acesso a outras culturas. A recetividade e o envolvimento dos consulados e das embaixadas revelaram excelentes resultados.

Criada em 1987, na sequência da doação de uma coleção de livros pelo Governo da Venezuela à RAM, a Biblioteca marcou o início de um espaço que iria envolver outros países num projeto posteriormente denominado Biblioteca de Culturas Estrangeiras, o qual foi aprovado

em 1993, tendo recebido, desde então, personalidades de destaque na área da política, das letras, da história, das ciências e das artes.

Com um acervo que resulta essencialmente de doações, englobava, em 2015, várias salas de leitura: as salas Simón Bolívar, American Culture Corner, Zwanayo, Sir Winston Churchill, France, Deutschland e Italia. Além dos livros em língua estrangeira das salas mencionadas, a Biblioteca possuía também uma vasta coleção de livros em russo, norueguês, finlandês e sueco. Do seu acervo faziam parte monografias, publicações periódicas, material multimédia e cartazes pertencentes às diversas salas de leitura, e com informação cultural, histórica e literária dos diferentes países representados.

A Biblioteca tinha como principais objetivos promover ações de carácter cultural, tendo em vista a divulgação das culturas dos países representados. Deste modo, pretendia alargar a outras culturas um valor acrescido à cultura da RAM, educar e informar, proporcionando também, especialmente aos estudantes, um profundo e fácil acesso a informação de outras culturas. Todos os núcleos existentes na Biblioteca abrangiam as diversas áreas do conhecimento, tendo cada sala o seu catálogo organizado segundo autor/título/assunto, seguindo as normas da CDU e da Dewey Decimal Classification.

Embora a Biblioteca fosse na sua maioria consultada por estrangeiros, residentes ou visitantes da RAM, os seus leitores eram também alunos e professores de escolas (1.º, 2.º e 3.º ciclos e secundário), estudantes universitários, das áreas de línguas e culturas estrangeiras, e o leitor madeirense. A Biblioteca dispunha de vários serviços: leitura presencial; empréstimo domiciliário; serviço de referência e informação; acesso à Internet; relações públicas e dinamização cultural; serviço de fotocópias; acesso ao catálogo presencial e *online* e ao fundo de documentos reservados.

Biblioteca Municipal do Funchal

A 13 de janeiro de 1838, foi criada a Biblioteca Municipal do Funchal (BMF) por deliberação camarária, sob a presidência de Sérvulo Drumond de Meneses, ocupando à época uma sala na CMF. A 19 de setembro de 1929, a Biblioteca muda de instalações para o palácio de S. Pedro, no Funchal. Em agosto de 2009, muda novamente de instalações, desta feita para um piso do Edifício 2000, situado na Av. Calouste Gulbenkian, sem que tivesse beneficiado do programa da RRBP da RAM. Dos seus bibliotecários mais importantes até 2015, merecem destaque Carlos Azevedo de Meneses, que trabalhou na Biblioteca até à sua morte, aos 65 anos, e Adolfo César de Noronha, mais tarde nomeado diretor, o grande impulsionador não só da biblioteca, mas também do museu.

Os recursos humanos da BMF possuíam, em 2015, qualificações adequadas ao desempenho documental e tecnológico. Assim, além de organizar, preservar, conservar e divulgar a herança pública que constitui o acervo desta biblioteca, a BMF tinha como missão: facilitar o acesso à informação de forma igualitária e democrática; ser um suporte para a educação e investigação quer a nível individual, quer a nível de instituições; oferecer meios e serviços destinados a satisfazer as necessidades individuais, educativas e de investigação dos utilizadores; fornecer a informação de forma célere e eficaz, recorrendo para o efeito às TIC; e cooperar, sempre que possível, com outras organizações. As atividades mais relevantes para os munícipes passavam pela Hora do Conto, e as conferências e visitas guiadas à BMF.

O seu acervo contava, a esta data, com cerca de 300.000 obras, algumas do séc. XIX, incidindo sobre a história, geografia, biologia e outras vertentes do conhecimento relativas à ilha da Madeira. Quanto aos periódicos, possuía 95 títulos de jornais regionais desde 1821, dentre os quais se destacavam *A Aurora Litteraria*, *A Chronica*, *A Cruz: Semanário Catholico*, *A Discussão* e *O Patriota Funchalense*. Havia coleções que se destacavam: a coleção Hinton; as coleções de William e Alfredo Reid; a coleção de obras sobre a ilha da Madeira; e a coleção do historiador Joel Serrão. Na coleção digital, incluía-se o *Diário de*

Notícias desde 1900 a 1922, cerca de 300 digitalizações de monografias da temática Madeira e outras que se encontravam em mau estado de conservação.

Segundo o *Elucidário Madeirense*, a BMF incluiria no seu acervo a coleção da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal; ao longo dos anos, todavia, esta coleção dispersou-se e em 2015 a Biblioteca ainda não a reunira na globalidade. Beneficiou do acervo da biblioteca fixa da FCG n.º 48, do Funchal, cujo acervo foi incorporado na BMF e na Biblioteca de Santo António do Funchal. A BMF tinha sob a sua alçada as bibliotecas dos bairros da Penteada, inaugurada em 1988, e da Nazaré, em 1989, que pertenceram à FCG, e a biblioteca de Santo António, inaugurada a 6 de julho de 2013.

A BMF foi depositária de uma coleção verdadeiramente madeirense, rica e heterogénea, quer em monografias, quer em jornais (possuindo, *e.g.*, um título de um jornal insular datado de 1821, após a revolução liberal).

Biblioteca Municipal da Calheta

Inaugurada em 1996, a Biblioteca Municipal da Calheta – Casa das Mudas foi construída tendo por base a biblioteca fixa n.º 75 da FCG, Casa da Cultura, instalada na Calheta desde 1973 (a FCG refere a data de 1980) até 2002, ano em que se torna uma unidade orgânica da Câmara Municipal da Calheta, beneficiando do apoio e do empenho financeiro desta.

A Biblioteca é constituída por três polos de leitura, assim distribuídos: polo do Arco da Calheta (1991), depois designado por Biblioteca Municipal do Arco da Calheta; polo do Paul do Mar (2001), depois designado por Biblioteca Municipal do Paul do Mar; e polo do Jardim do Mar (2002), depois designado por Biblioteca Municipal do Jardim do Mar.

Em 2015, o seu acervo em suporte papel estava estimado em 9000 obras e o MNL era constituído por 76 DVD, 7 jogos e 2 CD. Os serviços e os produtos prestados eram disponibilizados aos utilizadores pelo bibliotecário, dentro do espaço da Biblioteca. Para além da oferta de obras nas diversas áreas do saber, contava com uma área de leitura/estudo, equipada com ligação sem fios.

Biblioteca Municipal de Câmara de Lobos

A Biblioteca Municipal de Câmara de Lobos, uma biblioteca pública, municipal, do tipo BM2, possuía em 2015 dois polos de leitura: um no Estreito de Câmara de Lobos e outro no Curral das Freiras.

Desde meados da déc. de 60 até 1980, Câmara de Lobos recebeu com periodicidade mensal a biblioteca itinerante da FCG. Numa parceria entre a FCG e a Câmara Municipal (a FCG fornecia os equipamentos e materiais e a Câmara os recursos humanos e o espaço), a 1 de outubro de 1980 abriu a biblioteca fixa n.º 12, no Lg. do Poço, mudando de instalações, em 2004, para a Casa da Cultura de Câmara de Lobos. As negociações com o ex-IPLB para a instalação de uma nova biblioteca, virada para o futuro e para a comunidade, resultaram na inauguração, a 3 de maio de 2009, da nova Biblioteca, o único projeto de raiz aprovado na RAM no âmbito da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Este novo espaço passou a ser a base da rede de bibliotecas do concelho e a base técnica, orientada para a uniformização dos serviços e para a informatização de todos os dados referentes ao fundo documental a nível central, que, posteriormente, se distribui pelos polos do Estreito de Câmara de Lobos



Fig. 13 – Biblioteca Municipal de Câmara de Lobos, projeto da Arqt. Joana Rodrigues, 2004 (arquivo particular).

(que começou, de igual modo, como uma biblioteca fixa da FCG, em 1982, e passou para um novo edifício em 2006) e do Curral das Freiras (aberto em 2010).

A rede de bibliotecas do concelho de Câmara de Lobos possuía, em 2015, mais de 35.000 documentos em papel, cerca de 500 documentos sonoros, mais 1500 documentos audiovisuais e 200 CD-ROM.

Biblioteca Municipal de Machico

Em 1964, com o apoio da FCG, foi instalada uma biblioteca nos paços do concelho da Câmara Municipal de Machico, no salão do 1.º andar. A 14 de setembro de 1964, foi inaugurada a biblioteca fixa n.º 74 da FCG, embora a biblioteca itinerante da FCG de São Vicente servisse, também, a população deste concelho. Anos passados, e para responder às necessidades dos leitores, a Biblioteca foi transferida para uma maior área da Câmara. Assim, a 3 de março de 2008 é inaugurada a Biblioteca Municipal de Machico no Edifício Fórum Machico, passando a contar com um espaço digno ao serviço de toda a comunidade. O município concorreu ao programa da RRBP (IPLP/DRAC) apenas para apoios à aquisição de mobiliário e equipamento, fundos documentais e informatização.

Em 2015, a Biblioteca disponibilizava cerca de 18.500 livros para todas as idades, distribuídos em regime de livre acesso às estantes. Existia uma coleção de livros que se encontrava resguardada, cujo interesse residia sobretudo na área da literatura e dos estudos literários portugueses, que exigia um pedido de pesquisa aos técnicos. Para além dos livros, a Biblioteca contava também com MNL, em particular CD de todo o género de música, filmes vários e CD-ROM (num total de cerca de 50 unidades), sobre muitas áreas do conhecimento, promovendo aos munícipes o empréstimo domiciliário, serviços de fotocópias, digitalização de documentos, atividades de promoção de leitura, entre outros. Em 2013, foi inaugurada uma extensão desta Biblioteca no Museu da Baleia.

Biblioteca Municipal da Ponta do Sol

Criada em 1963 a partir da biblioteca fixa n.º 77 da FCG, cujo acervo absorveu, a Biblioteca Municipal da Ponta do Sol era um serviço público que tinha por finalidade facilitar o acesso à cultura, à informação, à educação e ao lazer, contribuindo para elevar o nível cultural e a qualidade de vida dos madeirenses.

Como centro de recursos educativos, a Biblioteca tem como principais objetivos: estimular o gosto pela leitura e fomentar a compreensão do mundo; criar condições para a fruição da criação literária, científica e artística, proporcionando o desenvolvimento da capacidade crítica do indivíduo; conservar, valorizar, promover e difundir o património escrito, em especial o respeitante ao fundo local, o qual irá contribuir para o reforço da identidade cultural da região; e difundir documentação e informação útil e atualizada, em diversos suportes e relativa às várias áreas do saber, satisfazendo, assim, as necessidades dos utilizadores e dos diferentes grupos sociais.

Biblioteca Municipal do Porto Moniz

A Biblioteca Municipal do Porto Moniz foi inaugurada a 22 de julho de 1988 e instalada na sede da Câmara Municipal, no rés-do-chão. Anteriormente, ocupava um espaço no edifício onde estava instalada a antiga Câmara. O município de Porto Moniz beneficiou da biblioteca fixa n.º 83 da FCG, instalada por volta de 1964, que foi a base da Biblioteca Municipal, que contou com o apoio financeiro da Câmara; esta candidatou-se ao programa da RRBP, mas não foi possível avançar com a construção do edifício por falta de verbas.

Em 2015, o seu acervo estava estimado num total de 10.474 volumes, sendo composto por monografias e revistas que se enquadravam no perfil do utilizador do município. O empréstimo de livros, a leitura de revistas, o apoio aos leitores e a existência de terminais informáticos com ligação à Internet eram os principais serviços e produtos que a Biblioteca oferecia à comunidade de utilizadores.

Biblioteca Municipal do Porto Santo

A Biblioteca Municipal do Porto Santo teve a sua génese na biblioteca da FCG n.º 78, criada em 1960 (data que não está de acordo com a data fornecida pela FCG; 1964 é a data mais provável) e desativada em 2003, e esteve instalada, de 1960 a 1990, no rés-do-chão da Câmara Municipal do Porto Santo. Em 1990, passou outro edifício da Câmara até 1994, ano em que transita para um antigo quartel do exército, até 1998. Neste ano, regressa ao segundo espaço da Câmara Municipal, que não foi construído de raiz, nem beneficiou do apoio financeiro da RRBP, mas apenas do apoio financeiro camarário.

A Biblioteca dispunha, em 2015, um acervo em papel de 23.545 exemplares, distribuído por monografias, publicações periódicas, vídeos, CD-ROM e DVD. Não possuía catálogo *online*, mas promovia as leituras domiciliárias e presenciais. Para além disso, realizava eventos culturais, tais como: hora do conto; palestras e conferências; lançamento de livros; concursos, entre outros. Os seus utilizadores eram sobretudo turistas, alguns investigadores e estudantes

Biblioteca Municipal da Ribeira Brava

A Biblioteca Municipal da Ribeira Brava teve a sua génese na biblioteca fixa da FCG n.º 82, inaugurada a 30 de setembro de 1964 e desativada em 2003. A construção da Biblioteca foi possível graças à sensibilidade para as questões da cultura e da literacia dos representantes autárquicos. Totalmente remodelada e inaugurada a 20 de novembro de 2001, a Biblioteca Municipal possuía em 2015 um acervo de obras e documentos em suporte papel no total de 15.694, disponível a todos os munícipes.

Os serviços que prestava aos leitores eram: leitura de monografias e das publicações de diários e jornais; acesso a computadores e rede sem fios; exposições e atividades culturais de apoio à educação e promoção do desenvolvimento cultural do concelho.

Biblioteca Municipal de Santa Cruz

A Biblioteca Municipal de Santa Cruz teve por base a biblioteca fixa n.º 73 da FCG, a segunda biblioteca fixa de que a Madeira beneficiou e a primeira num concelho rural, inaugurada em julho de 1964 e instalada no edifício do Tribunal, tendo mudado de espaço físico diversas vezes. Em 1991, com o apoio da Câmara Municipal de Santa Cruz, e não do programa financeiro da Rede de Leitura Pública, foi inaugurado um edifício para a Biblioteca na Qt. do Revoredo.

Em 2015, a Biblioteca prestava um serviço inteiramente gratuito, com livre acesso às estantes, quer para leitura presencial, quer domiciliária, e tinha ao dispor dos utilizadores um considerável fundo bibliográfico, constituído por livros e diários regionais, entre outros, estimado em cerca de 20.000 unidades. Em 2000, a FCG entregou a biblioteca à Câmara Municipal, aumentando o seu acervo.

As suas instalações incluíam, à data, a receção, uma sala infantojuvenil, duas salas abertas ao público adulto e ainda um anfiteatro ao ar livre, espaços que convidavam à leitura e à realização de eventos.

Biblioteca Municipal de Santana

A Biblioteca Municipal de Santana teve a sua génese na biblioteca fixa da FCG n.º 76, fundada por volta de 1964 e desativada em 2010, cujo acervo foi incorporado na Biblioteca com o empenho financeiro da Câmara Municipal de Santana. Em 1997, o edifício da Câmara foi alvo de um projeto de ampliação, que não beneficiou do programa financeiro da Rede de Leitura Pública, e se revelou uma obra de cariz moderno, que incluiu a construção do salão nobre e da Biblioteca Municipal; esta última começou a funcionar, em janeiro de 2010, nas instalações da Casa da Cultura de Santana.

O seu acervo era constituído, em 2015, por documentos em suporte papel, e estimado em 18.000 títulos, distribuídos por monografias, publicações periódicas e MNL.

Biblioteca Municipal de São Vicente

Inaugurada em 1986, a Biblioteca Municipal de São Vicente ocupou um espaço no edifício da Câmara Municipal de São Vicente, sendo um serviço cultural da Câmara que não beneficiou do programa financeiro da Rede de Leitura Pública. Nasceu da biblioteca itinerante BI50 e da biblioteca fixa FCG n.º 175, designada Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian de São Vicente, inaugurada a 22 de janeiro de 1987 e desativada em 2002. A FCG doou os seus acervos ao município, ou seja, à Biblioteca Municipal, que em 2013 contava com um total de 21.998 unidades em suporte papel e 12.724 unidades em suporte digital.

A Biblioteca disponibilizava diversos serviços e produtos aos munícipes: a consulta de um vasto número de documentos, impressos e multimédia, para além de empréstimo domiciliário, quer de livros quer de documentos audiovisuais, e serviço grátis de fotocópias. Disponibilizava ainda outros apoios, nomeadamente: serviço na área da animação cultural, procurando dar respostas às necessidades de informação, cultura, lazer e educação a todos os munícipes; aconselhamento à leitura e apoio a trabalhos escolares, apoiando também, quando solicitadas, as bibliotecas escolares.

No concelho de São Vicente, ficavam situadas a Biblioteca Municipal de Boaventura, pertencente à Casa do Povo de Boaventura, e a Biblioteca Municipal da Ponta Delgada, pertencente à Casa do Povo da Ponta Delgada, servindo ambas as respetivas populações locais.

Bibliog.: impressa: CALIXTO, José António, *A Biblioteca Escolar e a Sociedade da Informação*, Lisboa, Caminho, 1996; COSTA, José Pereira *et al*., *Assistência Médico-Social na Madeira e a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1992; FERNANDES, Margarida Ramires, *Mudança e Inovação na Pós-Modernidade*: *Perspectivas Curriculares*, Porto, Porto Editora, 2000; FINO, Carlos Manuel Nogueira, *Novas Tecnologias, Cognição e Cultura: Um Estudo no Primeiro Ciclo do Ensino Básico*, Dissertação de Doutoramento em Educação apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2000; *Id.*, "Vygotsky e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP): três implicações pedagógicas", *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 14, n.º 2, 2001, pp. 273-291; FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, *Fundação Calouste Gulbenkian, 1956-1981: 25 Anos*, Lisboa, FCG, 1983; *Id.*, *Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura*, Lisboa, FCG, 1994; *Id*. e SERVIÇO DE BIBLIOTECAS ITINERANTES E FIXAS, *Boletim Cultural*: *Vinte e Cinco Anos ao Serviço da Leitura*, VI sér., n.º 2, jun. 1984; GOUVEIA, Maria Ferreira Faria, *Phelps: Percursos de Uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos*, Dissertação de Mestrado em Cultura e Literatura Anglo-Americanas apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2005; HABERMAS, Jürgen, *Théorie de l'Agir Communicationnel*: *pour Une Critique de la Raison Fonctionnaliste*, vol. 2, Paris, Fayard, 1987; ITURBE, Kepa Osorio (coord.), *La Biblioteca Escolar: Un Derecho Irrenunciable*, Madrid, Asociación Española de Amigos del Libro Infantil y Juvenil, D.L., 1998; MENDONÇA, Alice Maria Justa Ferreira, *A Problemática do Insucesso Escolar: a Escolaridade Obrigatória no Arquipélago da Madeira em Finais do Século XX (1994-2000)*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia da Educação apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2006; PIAGET, Jean, *Psicologia e Epistemologia: para Uma Teoria do Conhecimento*, 3.ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1977; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; SILVA, Maria Iolanda Pereira da, *A Biblioteca Escolar e as TIC: Modelo para Novas Aprendizagens. Estudo de Caso em Três Escolas Secundárias da Região Autónoma da Madeira 2005/2006*, Dissertação de Doutoramento em Ciências da Informação apresentada à Universidad Complutense de Madrid, Madrid, texto policopiado, 2008; SILVA, Maria Margarida Macedo, *A Sementeira do Livro*, Barcelos, ed. do Autor, 1999; SOUSA, Jesus Maria Angélica Fernandes, *La Dimension Personelle dans la Formation des Enseignants de l'Enseignement de Base du 1er Cycle à Madère*, Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação apresentada à Université de Caen, Caen, texto policopiado, 1995; **digital:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, *Estrutura Orgânica da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira*, s.d.: http://www.alram.pt/images/stories/II.LEGISLATIVA/ESTRUTURA.ORGANICA.ALRAM/Estrutura.Organica.da.ALRAM.pdf (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca da Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia*: http://bibliotecadseam.madeira-edu.pt e http://www.recursosonline.org (acedidos a 10 out. 2015); *Biblioteca da Direção Regional de Juventude e Desporto/Ponto Jovem*: http://www02.madeira-edu.pt/drjd/juventude/tabid/218/ctl/Read/mid/913/InformacaoId/2071/UnidadeOrganicaId/4/Default.aspx (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca da Escola Secundária de Francisco Franco*: http://escolas.madeira-edu.pt/esffranco/Escola/Servi%C3%A7os/Biblioteca/tabid/14821/Default.aspx (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca da Escola Secundária Jaime Moniz*: http://www.jaimemoniz.com (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca da Universidade da Madeira*: http://uda.uma.pt, http://www3.uma.pt/Sectores/SDA/index.php?menu_item=2 e http://europedirect.aigmadeira.com (acedidos a 10 out. 2015); *Biblioteca de Assuntos Europeus – Casa da Europa da Madeira***:** http://www.visitmadeira.pt/pt-pt/o-que-fazer/eventos/pesquisa/biblioteca-de-assuntos-europeus--casa-da-europa-na-madeira (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca de Culturas Estrangeiras*: http://www.bprmadeira.org/site/index.php/noticias/448-catalogo-biblioteca-cultura-estrangeiras (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca do Centro Cultural John dos Passos*: http://cultura.madeira-edu.pt/ccjdp/OCentroCultural/Biblioteca/tabid/910/language/pt-PT/Default.aspx (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca do Centro de Estudos de História do Atlântico*: http://ceha.gov-madeira.pt/CEHA/biblioteca (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca do Conservatório – Escola das Artes Eng.º Luiz Peter Clode*: http://www.conservatorioescoladasartes.com/site/index.php?pagina=biblio (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca Municipal da Calheta*: http://www.cmcalheta.pt/pt/viver/equipamentos/bibliotecas (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca Municipal da Ponta do Sol*: http://www.cm-pontadosol.pt/biblioteca-municipal (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca Municipal da Ribeira Brava*: http://www.cm-ribeirabrava.pt/index php?lang=pt&s=directorio&pid=177&title=biblioteca_&ppid=142 (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca Municipal de Câmara de Lobos*: http://www.cm-camaradelobos.pt/Default.aspx?ID=1151#.VhumcCugs2w (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca Municipal de Machico*: www.cm-machico.pt/view-equipamento.php?publicacao_id=971 (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca Municipal de Santa Cruz*: http://cultura.madeira-edu.pt/agendacultural/Bibliotecas/BibliotecaMunicipaldeSantaCruz/tabid/885/language/pt-PT/Default.aspx (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca Municipal de Santana*: http://www.cm-santana.com/pt/areas-de-atuacao/cultura/biblioteca (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca Municipal de São Vicente*: http://www.cm-saovicente.pt/?page_id=274 (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca Municipal do Funchal*: http://bmfunchal.blogs.sapo.pt e http://www.cm-funchal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=226&Itemid=284 (acedidos a 10 out. 2015); *Biblioteca Municipal do Porto Santo*: http://cultura.madeira-edu.pt/agendacultural/Bibliotecas/BibliotecaMunicipaldoPortoSanto/tabid/891/language/pt-PT/Default.aspx (acedido a 10 out. 2015); *Biblioteca Pública Regional da Madeira*: http://www.bprmadeira.org (acedido a 10 out. 2015); *Centro de Informação e Documentação*: http://www.cm-funchal.pt/ciencia/

index.php?option=com_content&view=article&id=206&Itemid=328 (acedido a 10 out. 2015); *Centro de Informação Europe Direct Madeira*: http://europedirect.aigmadeira.com (acedido a 10 out. 2015); *Digital* Repository Infrastructure Vision for European Research: http://www.driver-support.eu (acedido a 10 out. 2015); INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS/UNESCO, "A biblioteca escolar no ensino-aprendizagem para todos: manifesto da biblioteca escolar da IFLA/UNESCO", *IFLA*, 1999: http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portug.pdf (acedido a 10 out. 2015); *Id.*, "Directrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares", *IFLA*, 2006: http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt.pdf (acedido a 10 out. 2015); "Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas", *Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas*, 1994: http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/Paginas/manifestoUnescoBibliotecasPublicas.aspx (acedido a 10 out. 2015); "Mary Jane Wilson", *Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias*, s.d.: http://www.cifnsv.com/2009/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=34&lang=pt (acedido a 10 out. 2015); NEVES, Rui, *As Bibliotecas em Movimento. As Bibliotecas em Portugal*, comunicação apresentada no II Congresso de Bibliotecas Móviles, Barcelona, 21-22 out. 2005: http://www.bibliobuses.com/documentos/ruineves.pdf (acedido a 10 out. 2015); *Projeto Baú de Leitura*: http://projetos.gov-madeira.pt/baudeleitura (acedido a 10 out. 2015); SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS, *Anuário 2011: Estatísticas da Educação e do Desporto (2010/2011)*, 2012: http://www02.madeira-edu.pt/Main/Pesquisar/tabid/84/ctl/ReadInformcao/mid/432/InformacaoId/1900/UnidadeOrganicaId/1/Default.aspx (acedido a 10 out. 2015); *Teatroteca Fernando Augusto*: http://cultura.madeira-edu.pt/agendacultural/Bibliotecas/TeatroTecaFernandoAugusto/tabid/897/language/pt-PT/Default.aspx (acedido a 10 out. 2015).

Fontes orais: FREITAS, Maria Jaime, entrevistada por Iolanda Silva [comunicação pessoal], Funchal, 2015.

Iolanda Silva

Biddle, Anthony Joseph Drexel

Anthony Joseph Drexel Biddle nasceu a 1 de outubro de 1874, em Filadélfia, cidade do estado da Pensilvânia, nos EUA, vindo a falecer a 27 de maio de 1948, na sua cidade natal.

Oriundo de uma família de banqueiros abastados da aristocracia de Filadélfia, Anthony Biddle herdou uma fortuna considerável, o que lhe possibilitou concretizar uma série de projetos pessoais e lhe granjeou a fama de excêntrico.

Cultivou o gosto pelos desportos de combate, sendo considerado um dos grandes entusiastas do boxe amador nos EUA. Foi também pioneiro em técnicas de combate militar corpo a corpo, tendo sido um dos responsáveis pela introdução desta metodologia de treino de combate nas diversas esferas militares americanas, tendo publicado um livro/manual sobre a matéria. Combateu na Primeira Grande Guerra, sendo promovido ao lugar de tenente-coronel pelos serviços do Exército americano.



Fig. 1 – Anthony Joseph Drexel Biddle, janeiro de 1918 (Library of Congress, Washington).

Dedicou parte dos seus projetos pessoais à escrita, trabalhando em diversos periódicos em Filadélfia como repórter e também em jornais humorísticos. Fundou uma editora com o seu nome, a Drexel Biddle Publishing House, onde publicou alguns dos seus trabalhos. Para além do supramencionado manual de combate, escreveu romances, histórias para crianças, relatos de viagens e uma autobiografia. A vida de Anthony Biddle foi romanceada por Kyle Crichton, tendo posteriormente sido realizado um filme musical, no qual o próprio Walt Disney trabalhou, intitulado *The Happiest Millionaire* (1967).

Anthony Biddle pertenceu a diversas instituições científicas de Filadélfia, de acordo com o modo como o próprio se apresenta nos seus livros, sendo sócio da Sociedade Americana de Arqueologia e Numismática, membro da Sociedade Geográfica de Filadélfia e do Departamento de Arqueologia e Paleontologia da Univ. de Pensilvânia. A sua vida ilustre não impressionou Fernando Augusto da Silva, que, na

entrada que lhe dedica no seu *Elucidário Madeirense*, rejeita algumas das observações que o autor americano escreveu sobre a ilha da Madeira.

Sem citar particularmente alguma passagem dos livros de Anthony Biddle, Fernando Augusto da Silva destaca o segundo título que aquele escreveu, *The Land of the Wine*, o único que leu com alguma atenção e interesse, não pela qualidade da obra, mas sim pela "série de erros e de dislates que contém". Acrescenta ainda, lançando uma crítica pessoal assaz irónica, num registo pouco usual na sua escrita, que o "Sr. Biddle", já que se apresentava como sócio de três instituições científicas americanas, deveria também pertencer a "alguma das muitas sociedades de temperança do seu país", porque, assim, "talvez tivesse produzido obra mais honesta e exata do que aquela que ousou publicar sobra a nossa Ilha" (SILVA e MENESES, 1984, I, 152).

Sabe-se com relativa certeza que Anthony Biddle residiu com a família na ilha da Madeira entre 1889 e 1891, onde ficou hospedado no Hotel Miles Carmo, como o próprio indica. Durante esta estadia na Ilha, Anthony Biddle estabeleceu contactos com as autoridades comerciais madeirenses, como se depreende pelo facto de se apresentar, no vol. II de *The Madeira Islands*, como "Delegado, com especial nomeação, da Associação Comercial do Funchal", para o Congresso Internacional de Comércio, em Filadélfia (EUA), em 1899, e vice-presidente para a Madeira do conselho consultivo do Museu Comercial da Madeira (BIDDLE, 1896-1899, II, 5).

As duas obras escritas por Anthony Biddle, *The Madeira Islands* e *The Land of the Wine*, divididas em dois volumes, foram o resultado da sua inesgotável curiosidade sobre a Ilha e os madeirenses; como o próprio escreveu: "Everything is curious [é tudo muito curioso]" (*Id.*, *Ibid.*, I, 1). Os volumes estão profusamente ilustrados com mapas, fotografias e desenhos.

No vol. I do livro *The Madeira Islands*, Anthony Biddle ensaia em traços gerais muitos dos temas que irá depois reescrever e aprofundar no livro *The Land of the Wine*, dividindo as suas impressões em oito artigos. Em cada um deles, o autor americano discorre sobre as mais variadas temáticas, sem apresentar uma organização digna desse nome. Por exemplo, no segundo artigo, tanto discorre sobre a influência inglesa na Ilha, como descreve o clima ou os vários "distritos" rurais. Este livro apresenta-se em todos os aspetos como um registo de impressões de viagens. A estrutura do vol. II, publicado em 1899, que nos é apresentada por Biddle, não coincide com a organização em "artigos" constante no vol. I, estando divido em quatro partes, com numeração iniciada na 4.ª parte, sendo a última a 7.ª parte. Apesar da incoerência, Biddle constrói um formato esquematizado, coincidente com uma ideia de descrição científica das várias temáticas abordadas. De facto, este volume recria na estrutura e na forma os dois volumes precedentes de *The Land of the Wine*.

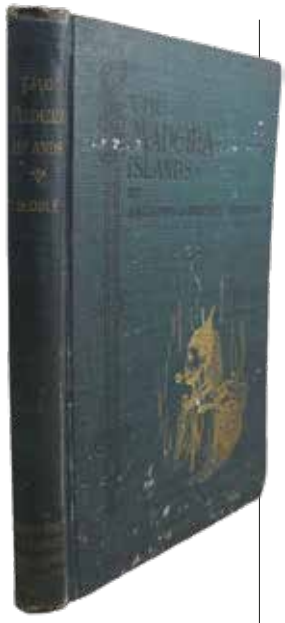


Fig. 2 – *The Madeira Islands* (1896), de Drexel Biddle.

No prefácio de *The Land of the Wine*, Anthony Biddle elucida que os dois volumes, ambos publicados em 1901, foram preparados durante 12 anos, pretendendo que estas obras sejam, por um lado, livros de referência e de estudo, para consulta de estudantes, com tabelas e índex de referência e, por outro, um livro lúdico que narra a experiência de viagem, de aventura e descoberta, ao gosto dos amantes de literatura de viagem, apresentando pistas e informações essenciais para quem quiser descobrir a ilha da Madeira. Os 2 volumes estão divididos em 7 partes contendo um total de 28 capítulos. O início de cada parágrafo é seguido de um pequeno título sobre o tema estudado. No vol. I, a 1.ª parte é dedicada à história da Ilha, a 2.ª parte é sobre a viagem e os locais turísticos, a 3.ª parte é dedicada à geografia e à geologia, sendo acompanhado por um prefácio e um posfácio. Os temas tratados no vol. II são, por ordem, os madeirenses,

as suas características, religião, leis e os seus costumes, a flora, as vinhas e os vinhos, e por fim, a fauna.

Uma leitura atenta aos quatro volumes editados por Anthony Biddle revela certas opiniões que provavelmente estarão na origem da reação crítica de Fernando Augusto da Silva a estas obras. A título exemplificativo, Anthony Biddle, ao falar sobre as feições dos madeirenses, refere que regra geral eram de compleição negra, considerando que não são verdadeiros Portugueses, sobretudo os de classe mais baixa, por terem sangue africano, uma vez que, depois da abolição da escravatura, os escravos se haviam misturado com os europeus. Acrescenta, ainda, a este propósito, que os madeirenses têm uma mistura de sangue mouro, muito graças à pirataria que havia nas águas do Mediterrâneo e do Atlântico, e ao facto de muitos desses piratas se terem fixado na Ilha. Outra afirmação duvidosa de Anthony Biddle acerca dos madeirenses é que os ilhéus se sentem indignados quando são considerados portugueses, pois os madeirenses têm uma ardente admiração pelos Americanos, havendo entre eles a ideia de que os Americanos desejam anexar a Ilha porque precisam da sua ajuda. Sobre este assunto, Anthony Biddle explica que, se alguém perguntar a um madeirense de inteligência mediana o que pensa sobre a América, este responderá com toda a convicção que a anexação da Ilha por parte dos Americanos está planeada, apenas esperando uma boa oportunidade para libertar os madeirenses do jugo monárquico.

Por outro lado, Anthony Biddle manifesta uma genuína afeição e maravilhamento pela Ilha, referindo que a aproximação à cidade do Funchal revela "the most sublimely grand and beautiful sights probably to be found in the world [provavelmente uma das paisagens mais grandiosas e sublimes do mundo]" (BIDDLE, 1896-1899, I, 40).

O autor americano enaltece a beleza e os cuidados que os madeirenses têm com os jardins, sejam eles públicos ou privados. Quando

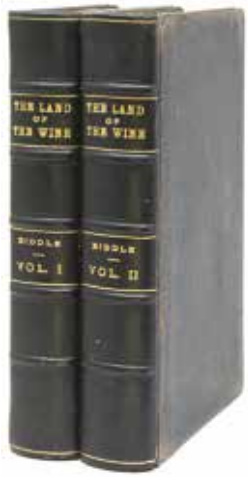


Fig. 3 – *The Land of the Wine* (1901), 2 vols., de Drexel Biddle.

descreve os lavradores madeirenses, apesar de os considerar simples e estúpidos, enaltece as qualidades de bons trabalhadores, poupados e devotos. Se o avistamento da natureza luxuriante madeirense provoca em Biddle maravilhamento e admiração durante o dia, o mesmo acontece durante a noite madeirense, tendo o escritor dedicado um parágrafo à descrição romântica da sensação de beleza estranha que provocam no viajante as noites de luar, e, do mesmo modo aquelas em que o céu escuro e limpo releva os astros, escrevendo que estes se mostram ao olhar mais resplandecentes do que em qualquer outra parte do mundo. Percebe-se também o cuidado em Anthony Biddle aprender um pouco de português aquando da sua estadia na Ilha, percetível quando descreve a variedade dos frutos e produtos hortícolas, e tem a preocupação em registar os nomes em dupla grafia, apresentando a palavra em português e em inglês.

Os escritos sobre a Madeira de Anthony Drexel Biddle, pela sua abrangência temática, apesar de não terem merecido a consideração do insigne autor do *Elucidário Madeirense*, constituem um interessante, embora por vezes caricato, documento de literatura de viagem de um alegre milionário americano, reveladora da crescente influência da riqueza americana no mundo, que se reflete em alguns espaços mais pequenos, como acontece com a ilha da Madeira.

Obras de Anthony Joseph Drexel Biddle: *The Madeira Islands* (1896-1899); *The Land of the Wine. Being An Account of the Madeira Islands at the Beginning of the Twentieth Century and from a New Point of Vue* (1901).

Bibliog.: BIDDLE, Anthony Joseph Drexel, *The Madeira Islands*, 2 vols., Philadelphia, Drexel Biddle Publisher, 1896-1899; *Id.*, *The Land of the Wine. Being An Account of the Madeira Islands at the Beginning of the Twentieth Century and from a New Point of View*, 2 vols., Philadelphia, Drexel Biddle Publisher, 1901; LEONARD, John W. (org.), *Who's Who in America. A Biographical Dictionary of Notable Living Men and Women of the United States. 1901-1902*, Chicago, A. N. Marquis Publishers, 1901; SILVA, A. Marques da, "Visitantes estrangeiros na Madeira. Uma tradição de violência. O tipo físico e o carácter do madeirense", *Atlântico*, n.º 1, 1985, pp. 20-53; *Id.*, *Passaram pela Madeira*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984.

CARLOS BARRADAS

Bilhardice

O estudo do regionalismo madeirense "bilhardice" tem como escopo a sua individualização em relação a outros termos que a língua portuguesa oferece e que poderiam aparecer como sinónimos deste regionalismo sem qualquer diferenciação semântica. A riqueza semântica do termo "bilhardice" obrigará a testes vários no eixo paradigmático e no eixo sintagmático, consoante a nomenclatura de Ferdinand Saussure. A semântica deste termo é mais sustentada em conhecimentos pragmáticos resultantes da sua realização em concreto, da experiência própria de sujeito falante do português madeirense e da sustentação ideológica em diferentes campos científicos, mais ou menos implícitos, nomeadamente da linguística, da semântica, da psicologia, da sociologia e de outros ramos gnosiológicos, incluindo o da filosofia. Com efeito, a consulta de dicionários e enciclopédias da língua portuguesa revela que este vocábulo não regista nenhuma entrada nessas obras. Exceção a esta situação é o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP), online*, que o regista como tendo o mesmo significado de "bisbilhotice". A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, autoridade científica de reconhecido prestígio, na sua edição de 1936, registava uma entrada de um termo cognato de "bilhardice" e definia assim "bilhardeira": "o mesmo que mexeriqueira, intrigante, na ilha da Madeira; ordinária ou de fraco valor moral em Évora. Em Beja, mulher de mau génio". Já nas últimas edições, entre 1998 e 1999, o termo deixa de aparecer. A sua formação morfológica fez uso das potencialidades do sistema aplicadas à forma, tendo-se o sujeito falante, por intuição linguística, limitado a acrescentar ao radical adjetival "bilhard-" o sufixo "-ice", que se junta a adjetivos para formar nomes, como em sovin- + ice > sovinice ou tol- + ice > tolice.

Assim, sem grandes meios de consulta do ponto de vista de dicionários ou enciclopédias que registassem o verbete do regionalismo "bilhardice", *i.e.*, aquilo a que a lexicografia designa o conjunto de aceções, exemplos



Fig. 1 – Camponeses conversando no alto da serra, aguarela de viajante britânico, 1860 (Casa-Museu Frederico de Freitas).

e informações acerca de um termo, o recurso a exemplos construídos em situações possíveis de comunicação de fala foi a base essencial do estudo deste regionalismo. Em tal situação, este trabalho não pôde contar com o registo sistemático do termo "bilhardice" em dicionários ou enciclopédias, que costumam reivindicar para si a objetividade, como se se situassem acima das determinações socio-históricas em que um vocábulo surge e é usado, quando é certo que as definições de um verbete, em dicionários e enciclopédias, podem trazer implícitas perspetivas ideológicas e culturais, mesmo que possam não ter sido objeto de um ato reflexivo. Contudo, esse obstáculo tornou-se um desafio e determinou o método da pesquisa e da elaboração do mesmo, partindo da consulta de trabalhos já efetuados sobre o mesmo assunto, os quais tiveram e anotaram as mesmas dificuldades, mas cujos autores têm o conhecimento da realidade da língua em contexto, do contexto sociocultural madeirense, da língua portuguesa tal como é falada na Madeira e do

uso muito peculiar do termo "bilhardice" pela população da região. Com efeito, as diferentes aceções de um termo resultam também daquilo a que Saussure chama "realidade da língua", ou seja, da relação do sujeito com os signos que usa, porque a compreensão do signo linguístico e a sua realização se dão num determinado contexto sociocultural e, nesse contexto, ele adquire uma significação que vai para além da mera equivalência de significantes inscritos na paradigmática da sinonímia, o que implica a variação de valores de acordo com a realidade sociocultural em que se movimenta o sujeito falante, pois cada palavra de uma linha sintagmática se relaciona com as entidades no sintagma, mas igualmente com outras que são suscetíveis de o substituir na coluna paradigmática. Para além disso, os dicionários e enciclopédias são produto de autores que são fruto de contextos socioculturais que os condicionam e lhes proporcionam o material necessário para o seu trabalho, em que um exemplo ilustrativo pode ser, exatamente, este excurso sobre o termo "bilhardice". Já o uso do verbo "bilhardar" e de "bilhardeiro" pode anotar-se no *DPLP* ("Bilhardar: Picar duas vezes a bola com o taco. Picar duas bolas ao mesmo tempo quando estão juntas. Jogar a bilharda. Regionalismo, o mesmo que *bisbilhotar*"; "Bilhardeiro: Jogador de bilharda. Mandrião, calaceiro. O mesmo que *bisbilhoteiro*"),



Fig. 2 – Conversa de rua, pormenor da litografia *Franciscan Convent*, de Frank Dillon, Funchal, 1850.

e na versão *online* da edição de 1913 do *Novo Diccionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo encontram-se duas entradas para o verbo "bilhardar" e uma para "bilhardeiro": "Bilhardar, 1 v. i. Dar duas vezes na bola com o taco ou tocar duas bolas ao mesmo tempo, no jogo do bilhar. (Fr. *billarder*); bilhardar, 2 v. i. Jogar a bilharda. Pop. Vadiar". "Bilhardeiro, m. Jogador de bilharda. Vadio, garoto". O termo "bilhardice" também não se encontra neste dicionário, facto já observado por outros autores, que, por sua vez, citam outros: "A palavra *bilhardice* é um termo regional para as palavras bisbilhotice, mexerico, coscuvilhice. O que a torna interessante, de facto, é tratar-se de um regionalismo, e ser usada, frequentemente, em detrimento das anteriores. Curiosamente, não constitui entrada de dicionários e é *apenas referida como 'falso testemunho, alveiosia. Aquelas raparigas não faze m senão bilhardar'*" (BARBEITO, "Para a Compreensão…"). Note-se que o trecho da citação colocado em itálico tem por autor Jaime Vieira dos Santos, em "Vocabulário do Dialecto Madeirense", artigo publicado na *Revista de Portugal*. Em *Palavras d'Aquintrodia*, de Ana Cristina de Figueiredo, o termo aparece registado com várias aceções: "Ato de conversar animadamente (Cavaqueira). 'Aquelas parecem duas comadres: sempre na bilhardice!'" ou "ação de comentar a vida alheia e de arranjar intrigas ou mexerico sobre a vida de outrem (alcovitice, bisbilhotice, coscuvilhice, mexerico)" (FIGUEIREDO, 2011, 104-105).

Interessante será referir o que diz sobre "bilhardice" David Pinto Correia: "Quanto à 'bilhardice', termo felicíssimo exclusivamente madeirense, que sintetiza, com os seus próximos 'bilhardeiro' e 'bilhardeira' e 'bilhardar' (interessante será verificar que este verbo quase só se conjuga no infinitivo ou em formas perifrásticas), e com uma sonoridade bem expressiva, muito do que outras palavras de sentido próximo (como, *e.g.*, 'intriga', 'bisbilhotice', 'mexeriquice') não conseguem exprimir: a sua complexidade semântica integra a principal significação de 'difundir uma situação', mormente 'reservada', 'que não era necessariamente divulgável', ou mesmo 'que devia ser

mantida em segredo', mas também a de uma crítica velada ou de reprovação ao ato em si, ao mesmo tempo que contém muito de ironia, e de caracterização de tal prática como lúdica (como se se quisesse indicar que 'é um dizer por dizer', 'divulgar por divulgar', sem procurar consequências graves para o que é divulgado ou sobretudo para quem é posto em causa pela divulgação, o que está longe de ser verdade), uma espécie de hábito atavicamente gratuito, inofensivo" (CORREIA, 1999, 25). Esta longa citação justifica-se não só pela autoridade científica do autor, mas, sobretudo, por colmatar a ausência já anotada do termo em dicionários académicos, na medida em que a sua riqueza semântica serve de fonte autorizada para este verbete. Pela mesma linha do carácter lúdico-narrativo para aqueles que praticam a "bilhardice" envereda Teresa Brazão, ao dizer que "A *bilhardice* é o curioso e permanente hábito que têm as pessoas, de saber pormenores acerca daquilo que não lhes diz respeito, especialmente quando se trata da vida alheia. De cultivar e fazer crescer desmesuradamente esses pormenores, que acabam tão maiores quão enorme o desejo dos seus insaciáveis criadores […] A Madeira, meio pequeno, que, apesar de tudo, já não é assim tão pequeno, foi, desde tempos imemoriais, solo fértil para o cultivo de tal hábito social" (BRAZÃO, 2005, 68). A autora não deixa, contudo, de notar não só o jogo social que está por detrás da sua prática em favor de elementos mais bem situados na esfera social, mas igualmente os efeitos que tal pode provocar nos alvos da "bilhardice", que, nesse caso, seriam mais frágeis na hierarquia social, ou a desigualdade entre o homem e a mulher: "Era mesmo assim. Na mesma medida em que se exageravam e chafurdavam os defeitos de alguns, exaltava-se e engrandecia-se a virtude de outros. Esses outros alimentavam a *bilhardice*, porque ela lhes era favorável. Quanto mais mal se dissesse dos outros, mais bem se diria deles próprios, numa espécie de equação matemática ou regra dos termos da lógica aristotélica. Assim, as suas poses, estudadíssimas e refinadíssimas, refletiam a sua enorme embora só aparente virtude. […] As principais vítimas eram os mais fracos, ou senão mais fracos, os menos compensados socialmente" (*Id., Ibid.*). Neste jogo social, a autora observa a mudança que a liberdade política e cultural veio a ter na mudança das mentalidades: "A liberdade tendeu a desmontar esta coisa toda, graças a Deus. Foram inúmeras as personagens desmascaradas, e hoje fala-se das pessoas doutra maneira. Parecia que a mentalidade dos madeirenses estava a crescer. O número de pessoas aumentou, e deixou de ter o mesmo impacto saber que a dona Sílvia do monte andava a encontrar-se com o senhor Silva da zona velha. Porque ninguém os conhece. E também hoje as pessoas assumem muito mais o que fazem, e não tem graça nenhuma falar de coisas que as próprias pessoas assumem". E afirma, nessa sua abordagem sociocultural da liberdade, que "A iliteracia do estado novo alimentava a bilhardice. Por isso, agora, temos de investir mais em cultura. Só assim a sociedade ficará melhor, para todos vivermos confortavelmente nela, com a tão propagada qualidade de vida" (*Id.*, *Ibid.*). Este excurso de Teresa Brazão revela-se bastante pertinente neste verbete, uma vez que a autora, ao situar socioculturalmente a "bilhardice" num meio pequeno e ao perspetivá-la em outras vertentes, nomeadamente a político-cultural, confere a esta característica um cunho marcadamente regional, pela importância que ela assume na sociedade madeirense em todos os extratos socioculturais; ou seja, fica aqui claro não se tratar de uma característica exclusivamente popular, como, por vezes, se possa pensar ou dizer. O conhecimento desta realidade contribui para o enriquecimento da semântica do vocábulo "bilhardice" e, de certo modo, ajuda a preencher a lacuna que deriva da sua ausência sistemática em dicionários e enciclopédias.

No estudo de um determinado regionalismo, a primeira questão que se coloca é a de saber se existem palavras no idioma que possam substituir, com propriedade ou total equivalência, esse regionalismo. E logo aqui deparamos com a questão da sinonímia. Outra é a de saber se a palavra em questão cumpre uma função que nenhuma outra cumpre para

os sujeitos falantes dessa região. Posta assim a questão, o madeirensismo "bilhardice" pode ser comparado com outros termos que lhe são correlatos na língua portuguesa, como "coscuvilhice", "mexerico", "bisbilhotice", "intriga", "alcovitice" ou até mesmo "fofoca", que, note-se, nos remete mais para o português brasileiro, pois não provém do português lusitano e tem etimologia africana, mais propriamente da língua banta. Apesar de os dicionários darem de "fofoca" o sinónimo "mexerico", esse termo não deixa de ter um contexto de significação que, não obstante a etimologia africana, tem ressonância nitidamente brasileira. Assim, ao ouvir o termo "fofoca", um europeu tende a evocar de forma espontânea contextos exóticos, aquilo a que Sartre chama o "estado de consciência", que implica uma espécie de inércia, de passividade reflexiva ao ouvir um determinado signo face à realidade que ele designa. Assim, se é certo que pode haver múltiplos sinónimos para o termo "fofoca", tantos quantos aqueles que nos devolve um bom dicionário, a verdade é que nenhum deles ecoará melhor no nosso imaginário como significativo de um ambiente brasileiro.

O que fica dito acerca do brasileirismo "fofoca" aplica-se, com a mesma propriedade, ao madeirensismo "bilhardice". O uso de um signo provoca uma atitude de consciência que integra esse signo numa estrutura mental que não depende de um objeto particular (o signo "árvore" é o universal de todas as árvores, mas não se esgota em nenhuma delas em particular). O signo "bilhardice", que não designa um objeto, uma realidade física, tangível, mas uma realidade fisicamente intangível, só pode ser entendido ligando-o à realidade exterior que lhe deu origem, em correlação com uma linguagem interior traduzida em imagens mentais que não se ativam de forma reflexiva, mas de forma inconsciente e automática, o que remete não só para o campo da psicologia, da sociologia, da cultura, do folclore, dos hábitos, da geografia e do meio, mas também para uma fronteira que define o que é ser madeirense. Nessa perspetiva, o madeirensismo "bilhardice" não é suscetível de ser substituído por outros termos que se reivindiquem como seus sinónimos sem que isso tenha um custo de esvaziamento mental, do ponto de vista cultural, em quem ouve e em quem fala, no caso de falantes madeirenses, perdendo-se o contexto sociocultural de uma mundividência que só pode ser traduzida por este termo enquanto regionalismo compósito de uma realidade cultural. Esteja o sujeito falante na Madeira ou em qualquer parte do mundo, a "bilhardice" evoca a ida à igreja, os arraiais em seu redor, a conversa entre vizinhas, ou vizinhos, a aldeia, a rua, o bairro, a cidade e o campo, enfim, a Madeira e as suas duas ilhas.

Ou seja, a relação necessária do uso de um signo com determinado contexto habita no sujeito falante em função de uma opção que lhe é imposta por um contexto sociocultural. A opção do sujeito falante pelo termo "bilhardice", nesse caso, deriva de ele julgar que é o que melhor traduz a realidade que quer transmitir. Pode haver a tentação de o argumento do nível sociocultural do falante explicar o uso deste termo em detrimento de outros que poderiam ser tomados como sinónimos e com a mesma eficácia, contudo, tal não se verifica, pois observa-se o seu uso por indivíduos de diferentes extratos sociais. Também quando à questão diafásica, a opção ou não por este termo não difere da que é feita por qualquer outro que se apresente como sinónimo, *e.g.*, em situação solene, onde não se fala de coscuvilhice e termos equivalentes; e se, após o ato solene, houver



Fig. 3 – Conversa na praia do Calhau, pormenor da litografia *The Governor's House*, de Frank Dillon, Funchal, 1850.

cavaqueira, o termo "bilhardice", mesmo nos salões dos diferentes *fora* regionais – políticos, culturais, sociais –, antepor-se-á a outros tomados como equivalentes. Resta a variação diatópica, e é nela que devemos prosseguir, visto tratar-se de um regionalismo. Sobre a questão da relação intrínseca entre o significante e o significado no interior do signo, ressalvando a voluntária construção pleonástica da frase, e se o significado de um signo é assumido como representação mental coletiva de um ente, ser concreto ou abstrato, aduz-se que um signo não pode subsistir, ontologicamente, numa espécie de mundo platónico das ideias sem uma necessária ligação a um referente exterior a si, que é a razão da sua existência. As situações em concreto do uso da palavra remetem para a sua riqueza semântica e negam qualquer sinonímia simplificada. Tal implica considerar, para além do nome abstrato "bilhardice", o verbo "bilhardar" e o adjetivo "bilhardeiro" (incluindo a sua forma correspondente ao grau aumentativo, "bilhardão"), classes morfológicas importantes para um quadro semântico variado destes termos. Vejamos casos concretos de aplicação: "Olhe, venho aqui fazer-lhe uma bilhardice". Nesta enunciação, estão pressupostas a cumplicidade entre os dois sujeitos falantes, a confiança e a proximidade, quer humanas, quer geográficas, tipo porta com porta, no aspeto espacial. Que significará, então, aqui "bilhardice"? Confidência, segredo, maledicência ou não, dependendo do conteúdo. Imaginemos vários exemplos: "– Olhe, venho aqui fazer-lhe uma bilhardice. Sabe que Maria tem um amante?! – Não me diga! E ela que se tinha por melhor que as outras!": aqui, o caso é nitidamente de conversa de maldizer. "– Olhe, venho aqui fazer-lhe uma bilhardice. Sabia que Maria tem um tumor? – Ah, coitada da rapariga, tão nova, com filhos pra criar!": aqui, o caso é de solidariedade, uma confidência, em que a "bilhardice" implica uma obrigação solidária, em que todos sabem de uma triste realidade que merece discrição, pelo menos perante Maria, e todos têm o dever de passar a ser compassivos com ela. Como se vê, a imagem mental do signo "bilhardice" varia de acordo com as circunstâncias, e a sua prática só pode ser entendida em meios geográficos pequenos, em que todos se conhecem. O mais importante, contudo, é que não é possível criar uma rede de sinónimos do mesmo campo semântico, visto que o vocábulo se estende em várias linhas significativas. Perguntar-se-á se nos casos exemplificados o termo "bilhardice" poderia ser substituído por outras palavras no campo da sinonímia. A resposta é "não", uma vez que, entre os sujeitos falantes, se dá ao termo "bilhardice" um significado de acordo com as circunstâncias, o que é relevante, porque os significados chegam a cair no campo da antonímia. Retenham-se, além dos exemplos já dados, mais dois: "Maria é uma pessoa a quem se pode fazer uma bilhardice!": aqui, o sinónimo é "confidência", claramente antónimo de "coscuvilhice", a ideia de que Maria é discreta. "Helena andou a fazer bilhardices sobre Maria": aqui, o termo "bilhardice" é sinónimo de "coscuvilhice", veiculando a ideia de que Helena é indiscreta. Ou ainda outros casos, desta vez ilustrativos dos vários sentidos do nome "bilhardice": "Não me venhas com bilhardices, que eu já te conheço, gostas é de espalhar confusão!": aqui, significa intriga e origem de conflito. "Aquelas três estão há mais de duas horas numa bilhardice pegada!": aqui, o termo adquire o sentido de cavaqueira, conversa, sem qualquer tipo de insinuação ou acusação.

Para completar este excurso argumentativo e afastar de vez a hipótese de sinonímia absoluta de "bilhardice" com outros vocábulos da nossa língua, aduzo, em defesa da diferenciação deste vocábulo em relação a termos que se apresentam como sinónimos, outros exemplos: com dois adjetivos da mesma família: "António é um bilhardeiro. Contei-lhe um segredo e logo espalhou por todo o lado!": António, aqui, é um indivíduo que não merece confiança. "Maria é um bilhardão! Ouve aqui e conta acolá e, ainda por cima, distorce tudo!": Maria, além de coscuvilheira, é enredadeira e, subentende-se, mentirosa. Outro exemplo, em que o significado muda radicalmente, com recurso ao verbo "bilhardar": "Estás a bilhardar, eu não disse nada disso!": neste caso, a mentira

é a base da significação. Como se pode inferir destes exemplos de vocábulos cognatos de "bilhardice", cada palavra é o centro de uma gramática de interpretação da vivência humana em cada lugar e em cada circunstância, e há que concluir que os madeirenses procuraram novas palavras por necessidade de traduzir aquilo que mais nenhuma comunidade viveu. Por isso, a palavra "bilhardice" pode ser sinónimo de outras palavras, mas essoutras palavras não traduzem exatamente aquilo que os madeirenses viveram.

Vejamos, a propósito deste assunto, a teoria de Gottlob Frege, esclarecendo, porém, *a priori*, a nomenclatura deste autor com a equivalente terminologia saussuriana: o sinal ou nome próprio é equivalente a signo; a referência ou realidade designada é o referente saussuriano; o significado é o mesmo que em Saussure (significado). Como é que a relação no interior do sinal ou nome próprio, em Frege, estabelece a ligação entre a referência (que é realidade designada) e o significado, ou seja, qual é a diferença entre o significado em Saussure e em Gottlob Frege, se ambos usam o mesmo termo? É que em Saussure tudo se passa no interior do signo, que é um universal abstrato, mas em Frege o significado é o modo como o referente, físico ou abstrato, se realiza na mente do sujeito falante: aquilo que cada um pensa ou sente ao ouvir um signo, seja ele qual for, é determinado pela sua experiência subjetiva, como adiante veremos. No caso em estudo, a mesma realidade pode ser designada por um sujeito falante não madeirense por outro termo que não "bilhardice"; já para um sujeito falante madeirense, a imagem da realidade contextual que ele pretende transmitir a outro sujeito madeirense só tem uma representação mental adequada se for designada pela palavra "bilhardice". Para corroborar esta ideia, recorro-me do exemplo clássico de Frege, que vai mais longe, ao defender que a mesma referência pode, inclusive, ter significados diferentes em função do contexto em que é dita. O planeta Vénus não deixa de ser o mesmo em qualquer altura do dia, mas o ato elocutório ganha semânticas diferentes consoante a hora em que é designado: "estrela da manhã" ou "estrela da tarde". Ou seja, a representação subjetiva do signo linguístico "estrela" muda de acordo com o contexto e com a sua vivência. Por sua vez, enquanto o signo saussuriano é uma imagem universal e objetiva, apreendida coletivamente, ao sinal (o signo de Saussure, recorde-se) Frege associa outra componente: a representação que o sujeito falante associa a esse sinal, e que é inteiramente subjetiva. Entre o signo de Saussure e o sinal de Frege não há diferença quanto à universalidade e à representação de uma imagem apreendida coletivamente. A questão está em que, para Frege, a representação mental associada ao sinal é inteiramente subjetiva.

Não é fácil encontrar na língua portuguesa um termo que traduza, com a mesma eficácia e fidelidade, a realidade sociológica madeirense veiculada pelo termo "bilhardice", até porque ela mesma, como vimos nos exemplos expostos ao longo deste excurso, tem uma pluralidade semântica que difere de acordo com o sintagma em que se insere. Convém ler, para estabelecer um paralelo de situação, o seguinte texto sobre a palavra "saudade": "Saudade é substantivo abstrato, tão abstrato que só existe na língua portuguesa. Os outros idiomas têm dificuldade em traduzi-la ou atribuir-lhe um significado preciso: 'Te extraño' (castelhano), 'J'ai [du] regret [de]' (francês) e 'Ich vermisse dish' (alemão). No inglês têm-se várias tentativas: 'homesickness' (equivalente a saudade de casa ou do país), 'longing' e 'to miss' (sentir falta de uma pessoa), e 'nostalgia' (nostalgia do passado, da infância). Mas todas essas expressões estrangeiras não definem o sentimento luso-brasileiro de saudade. São apenas tentativas de determinar esse sentimento que sentem os povos de cultura portuguesa. Assim, essa palavra 'saudade' não é apenas um obstáculo ou uma incompatibilidade da linguagem, mas antes, e principalmente, uma característica cultural daqueles que falam a língua portuguesa" (LESSA, "O Mito da Palavra Saudade"). Donde se deduz que "bilhardice" está para o falar madeirense como "saudade" está para a língua portuguesa, no sentido em que

nenhuma delas, no seu âmbito, encontra um sinónimo que a possa traduzir absolutamente. Explanada na sua polivalência semântica e, ao mesmo tempo, na sua singularidade, e mesmo reconhecendo que o termo "bilhardice" se integra na categoria de regionalismo, podia acontecer que adquirisse um estatuto idêntico ao de outros termos que também não são considerados como parte da norma padrão, nomeadamente os brasileirismos, como é o caso de "fofoca", mas que nem por isso deixam de ser usados correntemente como se o fossem. Para que a riqueza cultural, psicológica, linguística, sociológica e humana de "bilhardice" se tornasse comum ao mundo da lusofonia, como aconteceu, nos começos do séc. XXI, com alguns brasileirismos, veiculados, nomeadamente, pelas telenovelas produzidas no Brasil, seria necessário que houvesse a mesma intensidade de produção mediático-cultural do lado lusitano, sobretudo no rincão madeirense, que existe do lado brasileiro.

Se uma mesma palavra tem um sentido geral e abstrato e, todavia, tem em cada sujeito falante uma representação mental que é subjetiva, o que acontece quando estamos perante um signo diferente, como "bilhardice", oriundo de uma determinada região, no contexto mais geral da língua portuguesa? Já vimos isso com o signo "árvore" ou outro signo qualquer: o que pensa cada um quando o profere ou quando o ouve está dependente da experiência subjetiva. O signo "bilhardice" obteve, desde há muito, um significado que é geral e abstrato no contexto cultural madeirense, que deriva da vivência de uma comunidade e que se concretiza em cada ato de fala particular, como resultado da memória, da experiência e da vivência do falante, as quais conferem a essa palavra uma representação mental, segundo a tese de Frege. É esta referência ao mundo real, à própria vida dos sujeitos falantes, que justifica a diferença que, de facto, existe entre o termo "bilhardice" e os vocábulos que se apresentam como seus sinónimos na nossa língua. A bilhardice é, portanto, um conceito cuja amplitude semântica não encontra paralelo em qualquer outro termo da língua portuguesa.

Bibliog.: impressa: ALLEAU, René, *A Ciência dos Símbolos*, Lisboa, Edições 70, 2001; ARON, Raymond, *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Lisboa, Dom Quixote, 2010; ASCENÇÃO, Rui *et al.*, "As tabernas", *Xarabanda*, vol. 3, jan.-jun. 1993, pp. 35-40; BASÍLIO, Cecília, e BASÍLIA, Rita, *A Palavra, Realidade Interdimensional. Uma Leitura de M. A. K. Halliday*, Porto de Mós, Diferença, 1999; BENVENISTE, Émile, *Problemas de Linguística Geral*, vol. I, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1991; "Bilhardice", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 3, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, 1936, p. 712; BLEICHER, Josef, *Hermenêutica Contemporânea*, Lisboa, Edições 70, 1992; BRAZÃO, Teresa, "A bilhardice", in FIGUEIREDO, Fernando *et al.* (orgs.), *Crónica Madeirense (1900-2006)*, Porto, Campo das Letras, 2007, pp. 282-284; CAIRES, Marta, e GOUVEIA, Sérgio, "A inveja e a 'bilhardice' das terras pequenas", *Diário de Notícias*, Funchal, 18 fev. 2002, p. 8; CARVALHO, José G. Herculano, *Teoria da Linguagem*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1984; CORREIA, João David Pinto, "Memória e identidade insulares", in LUZ, Carlos *et al.*, *Aguarelas de Carlos Luz*, Funchal, DRAC, 1999, pp. 13-26; CUNHA, Celso, e CINTRA, Luís Filipe Lindley, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, João Sá da Costa, 1984; *Dicionário Houaiss*, Lisboa, Temas e Debates, 2005; ECO, Umberto, *Tratado Geral de Semiótica*, São Paulo, Perspectiva, 1980; FIGUEIREDO, Ana Cristina, *Palavras d'Aquintrodia (Estudos sobre Regionalismos Madeirenses)*, Lisboa, Fonte da Palavra, 2011; FIGUEIREDO, Cândido de, *Novo Diccionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, A. M. Teixeira Porto/Typ. da Empresa Litteraria, 1913; FOUCAULT, Michel, *As Palavras e as Coisas*, Lisboa, Edições 70, 1998; FRANCO, José Eduardo (dir.), *Cultura Madeirense. Temas e Problemas*, Porto, Campo das Letras, 2008; FREGE, Gottlob, *Lógica e Filosofia da Linguagem*, São Paulo, Cultrix/Universidade de São Paulo, 1978; FREITAS, Alfredo Vieira, *Era Uma Vez... na Madeira. Lendas, Contos e Tradições da Nossa Terra*, Funchal, ed. do Autor, 1964; *Id.*, *O Amor no Folclore Madeirense*, Funchal, Junta de Freguesia de Gaula, 1988; MONTEIRO, Manuela, *Dicionário de Biografias*, Porto, Porto Editora, 2001; PERES, João Andrade, e MÓIA, Telmo, *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa, Caminho, 1995; PESTANA, César A., *A Madeira. Cultura e Paisagem*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1985; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953; SANTOS, Jaime Vieira dos, "Vocabulário do dialecto madeirense", *Revista de Portugal, Série A, Língua Portuguesa*, vol. VIII, 1945-1947, pp. 61-64, 145-149 e 208-211; SARTRE, Jean-Paul, *L'Imaginaire*, Saint-Amand, Gallimard, 1940; SAUSSURE, Ferdinand, *Curso de Linguística Geral*, São Paulo, Cultrix, 1970; SILVA, António Marques da, *Linguagem Popular da Madeira*, Funchal, DRAC, 2013; SILVA, João Henrique, *Essa Coisa Que Nos Olha no Espelho*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, 1998; TODOROV, Tzvetan, *Poética*, Lisboa, Teorema, 1993; **digital:** BARBEITO, Ricardo, "Para a compreensão da bilhardice", *Ricardo Barbeito*, s.d.: http://www.ricardobarbeito.com/Para_a_compreensao_da_bilhardice.pdf (acedido a 22 jul. 2016); *Dicionário Priberam*: http://www.priberam.pt/DLPO/ (acedido a 22 jul. 2016); LESSA, Luísa, "O mito da palavra saudade", *Gosto de Ler, História e Literatura*, s.d.: http://www.gostodeler.com.br/materia/19056/o_mito_da_palavra_saudade.html (acedido a 22 jul. 2016); REBELO, Helena, "A arte de criar palavras ou de 'bilhar' à 'bilhardice'", *A_Bilhardice/Arte Pública/Happening_Instalação/Avenida Arriaga Salão Nobre do Teatro Municipal Baltazar Dias*, 23 jan. 2009: http://a-bilhardice.blogspot.pt/ (acedido a 22 jul. 2016); RODRIGUES, Fábio della Paschoa, "O arbitrário do signo, o sentido e a referência", *Universidade Estadual de Campinas*, s.d.: http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/a00001.htm (acedido a 22 jul. 2016).

MIGUEL LUÍS DA FONSECA

Biodiversidade

Em 1985, durante a preparação de um fórum sobre a diversidade biológica, Walter G. Rosen utilizou pela primeira vez a palavra "biodiversidade", mais tarde popularizada a partir da publicação da mesma por E. O. Wilson nas atas desse fórum. Inicialmente, o conceito de

diversidade biológica estava associado ao número de espécies que habitavam um determinado espaço geográfico. No entanto, com o passar do tempo, este conceito foi sendo alterado no sentido de incorporar outros aspetos, tais como a abundância dessas espécies no ambiente e a variação entre os organismos da mesma espécie. Posteriormente, a noção de diversidade biológica procurou referir e integrar toda a variedade e variabilidade que possamos encontrar em organismos vivos e nos ambientes nos quais estão inseridos. "Biodiversidade", sinónimo de "diversidade biológica", de acordo com o texto elaborado na Convenção sobre Diversidade Biológica, assinado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, consiste na variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, bem como os complexos ecológicos de que fazem parte, incluindo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.



Fig. 1 – Aspeto da diversidade biológica (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

Nos começos do séc. XXI, estavam identificadas nos arquipélagos da Madeira e das Selvagens mais de 7500 espécies e subespécies terrestres, das quais cerca de 1500 são endémicas desta região. Do total de espécies conhecidas, 42 % pertencem a fungos e plantas, 58 % correspondem a animais, sendo a maioria destes pertencente ao grupo dos invertebrados, com destaque para os moluscos e os artrópodes. No contexto biogeográfico da Macaronésia, a ilha da Madeira destaca-se por ser a segunda ilha mais rica em número de taxa nos arquipélagos atlânticos dos Açores, da Madeira, das Selvagens, das Canárias e de Cabo Verde, apenas ultrapassada pela ilha de Tenerife, no arquipélago das Canárias. No entanto, a ilha de Tenerife é muito maior do que a da Madeira, o que nos leva a afirmar que a Madeira é claramente um *hotspot* de biodiversidade. A fauna e a flora terrestres indígenas dos arquipélagos da Macaronésia apresentam uma grande afinidade com as espécies existentes nos continentes europeu e africano. No caso concreto dos arquipélagos da Madeira e das Selvagens, as espécies indígenas têm essencialmente afinidades com a região mediterrânica, com a península Ibérica e com o Norte de África. De acordo com José Jesus *et al.*, a maioria das espécies da Macaronésia terá dispersado para estas ilhas no Miocénico e Pleistocénico, aquando da glaciação e da desertificação do Norte de África, que levou a extinções massivas e à migração e dispersão de muitas espécies de animais e de plantas. Devido ao isolamento, estas ilhas atlânticas são de extrema importância para a compreensão de muitos processos de natureza evolutiva e ecológica, nomeadamente a especiação, *i.e.*, a formação de novas espécies, mais concretamente os endemismos. É por esta razão que cerca de 20 % das espécies terrestres identificadas para os arquipélagos da Madeira e das Selvagens são endémicas.

A biodiversidade marinha dos arquipélagos da Madeira e das Selvagens, tal como a terrestre, apresenta afinidades predominantemente

europeias e mediterrânicas, além de possuir alguns elementos anfiatlânticos e mesmo de outros oceanos, em particular ao nível da fauna profunda. No entanto, o grau de especiação das espécies neste ambiente é muito inferior ao do meio terrestre, tendo em conta que o mar é um meio contínuo, onde o isolamento é praticamente inexistente, explicando deste modo que existam apenas alguns endemismos macaronésicos, não se conhecendo, até aos primeiros anos do séc. XXI, nenhuma espécie marinha endémica para os arquipélagos da Madeira e das Selvagens. Como o mar é um meio contínuo, muito mais homogéneo do que o meio terrestre, a natureza e a intensidade dos fatores ambientais variam com a profundidade, com a distância à costa, etc., combinando-se para criar uma série de zonas com características próprias, povoadas por formas de vida igualmente bem adaptadas às condições de cada zona. A distribuição das comunidades marinhas, mais concretamente as de natureza bentónica, é determinada de acordo com os diferentes graus de adaptação dos organismos que as compõem, relativamente aos fatores ecológicos abióticos a que estão sujeitos, como a humectação, a iluminação, a temperatura, a salinidade, o movimento das águas, a quantidade de oxigénio e de matéria orgânica e ainda o tipo de substrato, para além da pressão. Muitos destes fatores, como a luz, a temperatura e o movimento da água do mar, variam em função da profundidade. Para além dos fatores abióticos a que os organismos estão sujeitos, existem ainda outros fatores que condicionam a sua distribuição – os fatores bióticos – devido às múltiplas interações existentes entre os diversos organismos num determinado nicho ecológico. A distribuição da biodiversidade marinha dos arquipélagos da Madeira e das Selvagens, tendo em conta que a pouca distância da costa se atingem profundidades bastante elevadas, devido à natureza geológica destas ilhas, é fortemente condicionada pelos fatores abióticos, tais como a luz e a profundidade.

De uma forma geral, o conhecimento da biodiversidade marinha é muito inferior ao da biodiversidade terrestre, devido essencialmente às dificuldades técnicas e aos elevados custos financeiros necessários ao desenvolvimento da investigação marinha. Não obstante, já foram assinalados milhares de espécies marinhas na região. A flora marinha é um grupo de organismos extremamente importantes para o equilíbrio dos ecossistemas marinhos, contribuindo para elevar a biodiversidade destes, pois, para além de produzirem oxigénio, estão na base da cadeia alimentar. Já foram assinaladas na Madeira e nas Selvagens mais de 350 espécies de algas marinhas e uma espécie de planta fanerogâmica marinha. Relativamente aos vertebrados marinhos, já foram assinaladas nas águas do arquipélago da Madeira 19 espécies de mamíferos marinhos, das quais 18 pertencem à ordem Cetácea e uma espécie (o lobo-marinho) à ordem Carnívora. As aves marinhas pelágicas estão representadas por oito espécies nidificantes, das quais duas são endémicas. Das sete espécies de tartarugas marinhas existentes em todo o mundo, cinco estão assinaladas no arquipélago da Madeira. A maioria dos peixes identificados pertence à categoria dos peixes ósseos, existindo mais de 600 espécies. Quanto aos peixes cartilagíneos, mais conhecidos



Fig. 2 – Manta, *Buteo buteo harterti* (Swann, 1919) (fotografia de Virgílio Gomes, 2020).

por tubarões e raias, já foram assinaladas 67 espécies diferentes. Os invertebrados marinhos ocupam sem dúvida o grupo de animais com maior número de espécies assinaladas. Assim, estão contabilizadas na Madeira e nas Selvagens 215 espécies de crustáceos decápodes, 27 de crustáceos cirrípedes e 750 espécies de moluscos. Muitos outros filos de invertebrados podem ser encontrados nestes arquipélagos, mas, em 2016, o número de espécies ainda não se encontrava contabilizado.

Bibliog.: impressa: ARAÚJO, Ricardo, e WIRTZ, Peter, "The decapod crustaceans of Madeira island. An annotated checklist", *Spixiana*, vol. 38, n.º 2, 2015, pp. 205-218; ARAÚJO, Ricardo *et al.*, *Eco-Parque Marinho do Funchal*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 2006; BISCOITO, Manuel, e ABREU, António Domingos, *Os Mares*, Funchal, Edicarte, 1998; BORGES, Paulo A. V. *et al.*, *A List of the Terrestrial Fungi, Flora and Fauna of Madeira and Selvagens Archipelagos. Listagem dos Fungos, Flora e Fauna Terrestres dos Arquipélagos da Madeira e Selvagens*, Funchal/Angra do Heroísmo, Direção Regional do Ambiente da Madeira/Universidade dos Açores, 2008; FREITAS, Luís *et al.*, *Mamíferos Marinhos do Mar do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Direção Regional do Ambiente, 2002; JESUS, José *et al.*, *Vertebrados Terrestres dos Arquipélagos da Madeira e Selvagens. Répteis e Mamíferos*, Funchal, Direção Regional do Ambiente, 2009; ROMANO, Hugo *et al.*, "Birds of the archipelagos of Madeira and the Selvagens. II – Checklist update and new records", *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, vol. 60, n.º 326, 2010, pp. 5-44; SEGERS, Willy *et al.*, *Marine Molluscs of Madeira*, Zwijndrecht, Snoeck Publishers, 2009; WIRTZ, Peter *et al.*, "Cirripedia of Madeira", *Helgoland Marine Research*, vol. 60, n.º 3, 2006, pp. 207-212; **digital:** FRANCO, José Luís de Andrade, "O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação. Da preservação da *wilderness* à conservação da biodiversidade", *História (São Paulo)*, vol. 32, n.º 2, jul.-dez. 2013, pp. 21-48: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742013000200003&lng=en&nrm=iso (acedido a 19 fev. 2017).

Manuel Biscoito
Ricardo Araújo

Biogeografia

As ilhas possuem um longo historial e uma importância considerável no que concerne ao desenvolvimento das ciências biológicas. É difícil apontar uma paternidade histórica relativamente ao reconhecimento da relevância biológica das ilhas, mas não existem dúvidas de que a comunicação, em 1880, na Sociedade Lineana, de *sir* Joseph Dalton Hooker, "Insular floras", foi um marco crucial na definição das ilhas como modelos biológicos.

Tal como refere R. J. Berry no seu estudo "Hooker and islands" (2009), existe uma linha ininterrupta de naturalistas que, desde o séc. xviii, contribuiu para revelar o interesse do estudo das ilhas no âmbito das ciências biológicas, destacando-se Thomas Pennant, George-Louis Leclerc (conde de Buffon), Carolus von Linnaeus, Joseph Banks (que visitou a Madeira em 1768, a bordo do *Endeavor*, comandado por James Cook) e Georg Forster (outro visitante da Madeira, acompanhando a segunda viagem de James Cook, em 1772). Estes autores, por seu lado, constituem certamente uma influência para Alexander von Humboldt (que não visitou a Madeira, mas Tenerife), autor crucial na forma como a distribuição dos seres vivos, sobretudo das plantas e dos tipos de vegetação, passou a ser explicada, bem como na interpretação biogeográfica da diversidade biológica, tendo tido uma influência decisiva em todo o séc. xix (e posteriormente).

A análise da diversidade insular e os novos dados resultantes das suas viagens são aspetos fundamentais da influência de Humbolt no posterior desenvolvimento da produção científica de Charles Darwin, que, embora não tenha visitado a ilha da Madeira, nela encontrou, através de dados publicados ou de informação em primeira mão enviada por outros naturalistas, muita da informação crucial para a elaboração de *Origin of the Species*. De facto, a maioria dos múltiplos exemplos biológicos citados por Darwin na referida obra, sobretudo no que diz respeito a insetos, teve origem em Thomas Wollaston, naturalista residente na Madeira. Mas pertence a Alfred Russel Wallace, com a sua obra *Island Life*, o maior marco na biogeografia de ilhas do séc. xix, sendo considerado, por muitos autores, o fundador deste campo de estudo da biologia. O título original da sua obra, *Island Life, or, The Phenomena and Causes of Insular Faunas and Floras, including a Revision and Ateempted Solution of the Problem of Geological Climates*, pode considerar-se uma primeira formulação da biogeografia insular como campo científico. Tal como sugere Lawrence R. Heaney na introdução que, em 2013, fez à referida obra, as preocupações científicas de Wallace correspondiam com clareza ao cerne do que posteriormente se designou por "biogeografia de ilhas" ou "biogeografia insular", *i.e.*, por que razão está a presença de

espécies distintas, bem como as suas filogenias, ligada de forma tão clara à geografia e, particularmente, por que motivo existem nas ilhas espécies tão peculiares?

No séc. XX, são fundamentais os trabalhos e as contribuições de muitos autores, com destaque para Julian Huxley, Charles Elton e Sherwin Carlquist, cujas publicações acerca das formas de crescimento de plantas, nomeadamente tipos de crescimento secundário, incluem muitos exemplos da flora da Madeira. Com o advento de estudos moleculares e a possibilidade de esclarecer relações filogenéticas, são cruciais as contribuições de Peter Grant e de Tod F. Stuessy.

Tal como referem Robert J. Whittaker e José María Fernández-Palacios, na obra *Island Biogeography* (2007), a simplicidade relativa dos sistemas biológicos insulares transforma as ilhas em laboratórios biológicos em que o controlo dos fatores, sendo mais simples, permite simultaneamente uma melhor interpretação e o teste de hipóteses biológicas.

Num sentido restrito, a biogeografia é a ciência que tem por objeto a distribuição espacial dos seres vivos na Terra. Numa perspetiva mais abrangente, as teorias biogeográficas analisam os fatores ecológicos, climáticos, geológicos, evolutivos e paleoecológicos (e paleontológicos) que estão na origem da distribuição dos organismos, dos ecossistemas ou biomas da Terra. Devido ao carácter relativamente fixo da vegetação, por comparação com o das populações animais, e à correspondência que tem com o clima e a geologia, utilizam-se com vantagem os ecossistemas vegetais como base para a divisão da Terra em bio ou ecorregiões relativamente estáveis. Num sentido restrito, trata-se, portanto, de fitogeografia, ou geografia das plantas.

As unidades territoriais podem caracterizar-se através da distribuição de um ou vários táxones (família, género, espécie), que, achando-se exclusivamente num dado território, o caracterizam univocamente como biorregião uniforme e de características exclusivas. Por analogia, fazendo uso de ecossistemas ao invés de apenas táxones, as unidades biogeográficas são ecorregiões. O estudo da distribuição espacial de táxones designa-se por "corologia"; tratando-se de ecossistemas, formações vegetais ou biomas, usa-se a designação "sincorologia". As unidades de diferente categoria da corologia ou sincorologia são designadas *phytochorion,* no singular, e *phytochoria,* no plural. Os diferentes sistemas de classificação biogeográfica constituem um sistema hierárquico composto por unidades de generalidade e dimensão decrescentes, que são o reino, a região, a província, o sector, o distrito, o complexo paisagístico ou tesselar e a tessela. Esta última é o *phytochorion* elementar e caracteriza-se por ser uma porção de território ambientalmente uniforme que contém apenas um tipo de ecossistema.

O arquipélago da Madeira possui uma grande originalidade biogeográfica devido não só ao grande número de plantas endémicas, mas também à composição original dos seus ecossistemas naturais. As razões desta distinção relativamente aos territórios continentais europeus, africanos e americanos, que partilha com os outros arquipélagos da Macaronésia, são de natureza paleobiogeográfica, geológica e histórica. No seu conjunto, os arquipélagos da Macaronésia (Açores, Madeira, Selvagens, Canárias e Cabo Verde) possuem graus, maiores ou menores, de semelhança entre si. A vegetação da Macaronésia, e do arquipélago da Madeira em particular, tem sido interpretada como uma relíquia da vegetação do Terciário que existiu em torno do oceano arcaico Tethys (que unia os oceanos Atlântico e Índico, estando na origem do mar Mediterrâneo). A vegetação florestal *tethysiana* seria dominada por florestas mesofíticas de carácter subtropical, com árvores de folhas largas, brilhantes e persistentes, e designada por *Geoflora*, sendo dominada por famílias como as lauráceas, celastráceas, oleáceas, mirsináceas e ramnáceas (que correspondem a uma laurissilva). Significativamente, a vegetação florestal zonal da Madeira e das Canárias é dominada por lauráceas (*Laurus novocanariensis*, *Apollonias barbujana*, *Ocotea foetens* e *Persea indica*) e, secundariamente, por oleáceas (*Picconia excelsa*) ou outras famílias



Fig. 1 – Aspeto geral da laurissilva madeirense (fotografia de Bernardes Franco, 2015).

tropicais, como as mirsináceas (*Heberdenia excelsa*). Nas áreas continentais em torno do Tethys, vários eventos ambientais violentos e de escala global, ligados à dinâmica tectónica alpina e ao surgimento do clima mediterrânico durante o Terciário Médio e Tardio (Miocénico principalmente), deram origem a uma disrupção dramática da vegetação e ao aparecimento de novas pressões evolutivas. Nas áreas continentais, surgiu também a oportunidade global para o estabelecimento de novas floras através de vias migratórias leste-oeste e norte-sul, nomeadamente da flora estepária neomediterrânica com origem na Eurásia e da flora caducifólia vinda das regiões circumárticas (flora artoterciária).

As ilhas da Macaronésia não foram afetadas significativamente por estes fenómenos, aos quais, nos continentes, acresceram ainda, durante o Pleistoceno, as sucessivas vagas de ciclos glaciares, que corresponderam a extinções de ecossistemas e floras, sobretudo durante os períodos frios e secos. Assim, a Macaronésia reteve (e serviu-lhe de refúgio), em grande medida, a flora tropical *tethysiana* em latitudes relativamente elevadas. A partir do referido remanescente *tethysiano* e de plantas entretanto chegadas de áreas continentais, por via de dispersão de longa distância (zoocoria), iniciou-se um intenso processo de especiação, descrito como "radiação adaptativa", que foi facilitado pelo isolamento insular e pela ausência de herbívoros (cuja introdução pelo Homem é a causa de extinções massivas em ambientes insulares, sendo até considerada a primeira causa de extinções em ilhas). Surgiram assim inúmeros táxones de plantas neoendémicas (endemismos recentes), que coexistem com os paleoendemismos herdados da vegetação terciária, ainda que estes últimos possam ter chegado à ilha da Madeira de forma faseada, em resultado da presença de uma ilha muito mais antiga como é o Porto Santo, num processo denominado de "stepping-stone", através de outras paleoilhas que constituíram a denominada "paleo-Macaronésia". No estudo "A reconstruction of palaeo-Macaronesia, with particular reference to the long-term biogeography

of the Atlantic island laurel forests" (2011), é descrita a importância biogeográfica da "paleo--Macaronésia", nomeadamente nas laurissilvas.

Os elementos florísticos neoendémicos mais notáveis da Macaronésia, em particular do arquipélago da Madeira, são elementos lenhosos (com crescimento secundário anómalo na maior parte dos casos, como demonstra, em diversos estudos, Sherwin Carlquist) pertencentes a grupos taxonómicos que correspondem normalmente a plantas herbáceas em áreas continentais, entre os quais se encontram os antepassados dos endemismos insulares. Refira-se, a este propósito, que os processos de retrocolonização, *i.e.*, o regresso, por assim dizer, de plantas com hábito lenhoso insular a territórios continentais, são incomuns, mas incluem *Convolvulus fernandesii*, endemismo português do cabo Espichel que teve origem em *Convululus massonii*, endemismo da Madeira. Assim, são frequentes ou específicos da Macaronésia e, consequentemente, também do arquipélago da Madeira vários géneros, subgéneros, secções (divisões dos subgéneros) ou espécies exclusivas de um arquipélago ou grupo de arquipélagos. No extremo territorial oposto, existem espécies endémicas apenas de uma ilha ou até de um único rochedo.

Os táxones mais característicos e ricos em endemismos são: asteráceas (*Tolpis*, *Sonchus*, *Pericallis*), boragináceas (*Echium*) e campanuláceas (*Musschia* na Madeira, *Azorina* nos Açores, *Canarina* nas Canárias e *Campanula* nas Canárias e em Cabo Verde). Exclusivamente endémicos da Madeira, para além do já citado *Musschia*, refiram-se, entre os mais notáveis, *Monizia*, *Melanoselinum* (apiáceas), *Sinapidendron* (brassicáceas) e *Chamaemeles* (rosáceas). Outros grupos, como *Aeonium*, *Plantago*, *Sideritis* e *Euphorbia* (subsecção *Macaronesicae*), possuem inúmeros endemismos exclusivos ou partilhados com outras áreas da Macaronésia. Alguns géneros, como *Apollonias* e *Pittosporum*, têm os seus únicos representantes fora dos trópicos na Macaronésia. Assim, notavelmente, *Pittospporum coriaceum*, endémico da Madeira, é o único representante do género em todo o reino holártico (Eurásia e América do Norte).

Muitos destes neoendemismos correspondem ao chamado "síndrome lenhoso insular" e exibem rosetas de folhas nos extremos distais dos caules (caulirrosuladas) e inflorescências ramificadas em forma de candelabro. No passado, alguns autores tomaram este grupo fisionómico de plantas como uma herança arcaica da floresta terciária (paleoendemismos), mas estudos moleculares têm revelado tratar-se de neoendemismos com origem em eventos de dispersão raros ou mesmo únicos e recentes com origem em antepassados continentais, tal como já referido. Outros grupos de plantas não florestais e que exibem carácter lenhoso são os matagais altos paleomediterrânicos termófilos dominados por plantas de folhas rijas e coriáceas (*e.g.*, *Olea maderensis* e *Syderoxylon mirmulans*) ou de folhas e caules suculentos (*e.g.*, *Euphorbia piscatoria* e *Dracaena draco*). Este tipo de vegetação tem afinidade com um elemento florístico designado por Rand flora, de distribuição circum-mediterrânica, da periferia do continente africano e da península Arábica, e de características subtropicais xéricas e semidesérticas, e sem afinidade com a flora mais continental africana e europeia.

De forma resumida, a vegetação da Madeira deve a sua grande originalidade à combinação de seis elementos paleobiogeográficos principais: flora florestal subtropical terciária (árvores e ptéridofitos [fetos]); flora neoendémica de hábito lenhoso insular (*Echium*, *Isoplexis*, *Musschia* e *Euphorbia*); flora lenhosa paleomediterrânica suculenta e esclerofila xérica (*e.g.*, no género *Olea* e *Maytenus*, e nas espécies da subsecção *Macaronesicae* do género *Euphorbia*); vestígios de flora continental euro-siberiana temperada (*Sorbus maderensis*); flora neomediterrânica continental (*Sideritis*, *Micromeria* e *Lavandula*); e flora antropogénica, *i.e.*, introduzida pelo Homem.

O arquipélago da Madeira é comummente incluído na região macaronésica. O termo "macaronésia", de origem grega (significa "ilhas afortunadas"), é também muitas vezes usado no sentido de região biogeográfica, *i.e.*, da hierarquia de *phytocoria* em que a Madeira se inclui. É relevante referir dois modelos. O primeiro,

de base florística, enfatiza a unidade biogeográfica da Macaronésia pela partilha de táxones entre os diferentes arquipélagos, ao nível genérico, infragenérico e ainda de algumas espécies. Note-se ainda que, ao nível específico, a maioria das espécies partilhadas pela Madeira com outros arquipélagos é escassa, exceção feita, talvez, para o arquipélago das Canárias. Por outro lado, existem noutros arquipélagos outras plantas taxonomicamente próximas (do mesmo género ou grupo de espécies: secção ou subsecção) que ocupam nichos ecológicos análogos e têm fisionomia e função ecológica próximas. Estas espécies dizem-se "vicariantes".

A unidade taxonómica da Macaronésia baseia-se, portanto, não na partilha das mesmas espécies, mas tão-só na partilha de inúmeras espécies vicariantes. Analogamente, os tipos de vegetação dominados por espécies vicariantes designam-se por "vegetação sinvicariante". São exemplo as comunidades de *Euphorbia piscatoria* madeirenses e as comunidades de *Euphorbiae* das Canárias (*e.g.*, *E. regis-jubae* e *E. atropurpurea*).

Assim, a classificação de A. L. Takhtajan descrita na obra *Floristic Regions of the World* (1986) considera o arquipélago da Madeira como constituindo a província madeirense da região macaronésica, por sua vez pertencente ao reino holártico, a par das regiões mediterrânica, euro-siberiana, circumboreal, leste-asiática, norte-americana, madreana (Califórnia e México) e saro-arábica.

Por seu turno, nas classificações apresentadas por S. Rivas-Martínez, juntamente com outros autores, nos estudos "Biogeography of Spain and Portugal, preliminary typological synopsis" (2014) e "Geobotanical survey of Cabo Verde islands (West Africa)" (2017), as diferenças ecológicas na vegetação zonal, ao nível dos biomas e do macrobioclima, são consideradas mais relevantes para a distribuição das unidades biogeográficas por diferentes regiões de reinos distintos. Cite-se apenas que, em termos de macrobioclima, os Açores são de clima temperado, pelo que pertencem à região euro-siberiana do reino holártico; a Madeira e as Canárias são maioritariamente de clima mediterrânico (com exceção da porção montanhosa da Madeira, que é temperada), pelo que pertencem à região mediterrânica do reino holártico; e Cabo Verde é de macrobioclima tropical, pelo que se inclui no reino paleotropical. Outro argumento apresentado no referido estudo de 2017 é o de que cada um dos arquipélagos ou conjunto de arquipélagos possui muito maior afinidade composicional, funcional e paleobiogeográfica dos seus tipos de vegetação (ecossistemas) com as unidades até ao nível de reino onde se inserem do que entre si, na Macaronésia. Assim, a Macaronésia, segundo este mesmo estudo, não é uma unidade biogeográfica, mas sim uma unidade geográfica informal.

Como tal, a posição da Madeira, de acordo com os dois sistemas, é a seguinte:

A. L. Takhtajan (1986):
1) Reino holártico
   a) Região macaronésica (província madeirense, província açoreana, província Canárias e província Cabo Verde)

S. Rivas-Martínez *et al.* (2017):
2) Reino holártico
   a) Região euro-siberiana (Europa temperada e boreal e Ibéria ocidental)
      i) Sub-região atlântica-central europeia (Europa temperada oceânica e subcontinental)
         (1) Província açoreana
   b) Região mediterrânica
      i) Sub-região canário-madeirense
         (1) Província madeirense (sector Madeira, sector Porto Santo e sector Desertas)
         (2) Província Canária
            (a) Subprovíncia Canária Oriental
               (i) Sector lanzarotense
                  (1) Distrito Selvagens
3) Reino paleotropical (velho mundo tropical) + Sub-reino afrotropical (África tropical)
   a) Região Sara tropical (deserto tropical do Sara)
      (1) Província cabo-verdiana

É certo que a diversidade taxonómica num espaço insular decorre de fatores enunciados por R. H. MacArthur e E. O. Wilson, em 1967, na sua obra *The Theory of Island Biogeography*, em que demonstram que a diversidade depende da taxa de extinção, da emigração, da dimensão e, indiretamente, da distância a outros espaços (nomeadamente continentes), através da sua Teoria do Equilíbrio da Biogeografia de Ilhas. Em 2008, Robert J. Whittaker, K. A. Triantis e R. J. Ladle desenvolveram modelos explicativos da diversidade insular mais complexos, denominando-se General Dynamic Theory ou General Dynamic Model, conhecido por GDM. Nele se incorporam aspetos cruciais da dinâmica de uma ilha, à escala evolutiva, e se integram os processos geológicos, bem como as consequências na evolução temporal do isolamento, da área, da altitude, da topografia e do dinamismo destes sobre as taxas de imigração, especiação e extinção.

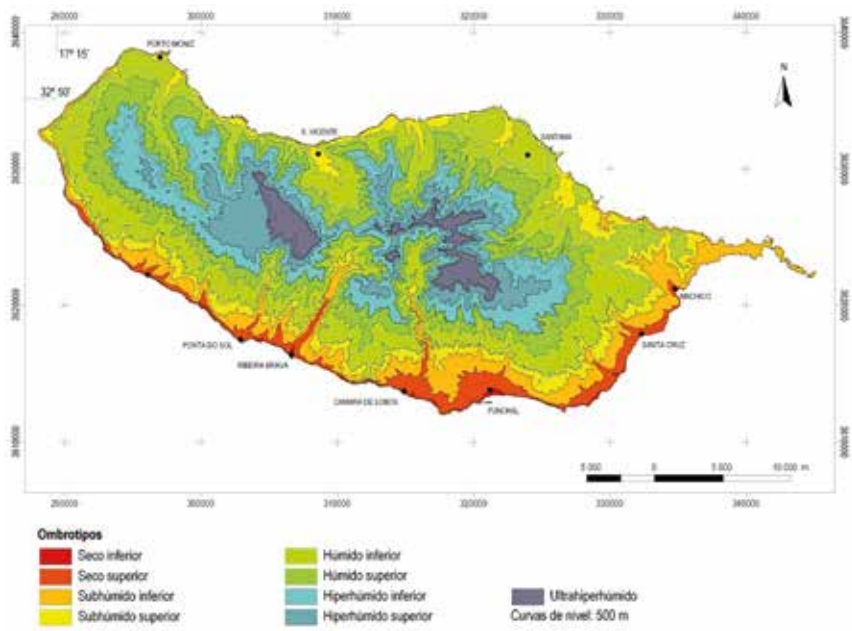


Fig. 2 – Mapa de ombrotipos da ilha da Madeira (MESQUITA *et al.*, 2007, 330).

Sendo certo que a diversidade associada a um espaço insular pode e deve ser explicada pelo dinamismo dos fatores isolamento, altitude, topografia e área sobre as taxas de extinção e imigração, é também certo que a distribuição arquipelágica ou altitudinal de taxa e ecossistemas responde de forma unívoca às características do biótopo. Neste aspeto, a bioclimatologia debruça-se sobre as condições de temperatura, precipitação e outros parâmetros climáticos que, condicionando o desenvolvimento das plantas, determinam a sua distribuição geográfica. Assim, o estabelecimento de uma classificação bioclimática implica o reconhecimento de áreas uniformes no que respeita às características climáticas determinantes para as plantas e que, consequentemente, têm também elementos florísticos e faunísticos característicos. Note-se que os limites de distribuição de cada espécie, ou das comunidades vegetais, são geralmente determinados não pela ação direta do fator climático, mas pelo efeito continuado da competição com outras plantas ou formações vegetais, com melhores adaptações ao clima desse local.

A classificação bioclimática da Terra de S. Rivas-Martínez é um sistema de classificação de bioclimas baseado no conhecimento de alguns índices de cálculo aritmético simples, a partir de parâmetros climáticos de uso corrente. O índice de continentalidade é uma medida das amplitudes térmicas anuais. Permite distinguir os climas oceânicos, que estão associados a massas de ar húmido cuja temperatura varia pouco, dos climas continentais, que, pelo contrário, estão associados a massas de ar seco e têm grandes contrastes térmicos, entre o dia e a noite e entre as estações quente e fria. Relativamente ao índice de termicidade, este traduz as limitações que a temperatura impõe ao desenvolvimento vegetativo, por ser muito elevada ou muito baixa. Os danos causados por temperaturas demasiado altas são os desarranjos metabólicos das células e o aumento da transpiração, o que pode levar à desidratação da planta. A exposição a temperaturas demasiado baixas provoca também a desregulação do metabolismo celular e a formação de gelo

nos tecidos, o que causa a morte celular. Por último, os índices ombrotérmicos procuram traduzir a disponibilidade de água no solo para as plantas, combinando dados de precipitação e de temperatura (total anual ou dos dois, três e quatro meses mais secos, de modo a considerar também medidas da severidade da secura do verão). Estes índices assumem que uma determinada quantidade de chuva é mais eficazmente aproveitada pelas plantas se a temperatura for baixa, uma vez que, nestas condições, as perdas de água da chuva por evaporação direta e por transpiração são menores. As plantas têm mecanismos que lhes permitem manter o seu conteúdo em água, mesmo em situações de seca, embora dentro de certos limites.

Este sistema de classificação considera cinco macrobioclimas, dois dos quais estão representados na Madeira: o mediterrânico e o temperado. O macrobioclima mediterrânico é caracterizado por um período seco de verão de, pelo menos, dois meses; o temperado é um clima fresco, sem secura estival. Estas unidades, por sua vez, subdividem-se em bioclimas, reconhecendo-se, no território em análise, os tipos mediterrânico pluviestacional hiperoceânico (que abrange quase toda a encosta sul, com exceção das cotas mais elevadas), mediterrânico xérico hiperoceânico (apenas numa estreita faixa junto ao mar) e temperado hiperoceânico (nas cotas mais altas da encosta sul e na maior parte da encosta norte). Adicionalmente, em cada bioclima reconhecem-se intervalos – termotipos e ombrotipos –, com base, respetivamente, nos valores do índice de termicidade compensado e no índice ombrotérmico. Na Madeira, ocorrem os termotipos inframediterrânico (mais quente, ao longo da costa sul), termomediterrânico e mesomediterrânico, e ainda infratemperado, termotemperado, mesotemperado e supratemperado (este último apenas nos picos mais altos). E os ombrotipos seco, sub-húmido, húmido, hiper-húmido e ultra-hiper-húmido.

O reconhecimento de tipos bioclimáticos e a sua espacialização em cartografia constituem uma ferramenta fundamental para a cartografia de vegetação potencial, uma vez que, em contexto insular, o clima é determinante. Na Madeira, "observa-se que as condições de solo são bastante homogéneas […] uma vez que os solos se formam a partir de materiais semelhantes em praticamente toda a ilha […]. Por outro lado, a correlação entre andares de vegetação e clima é particularmente elevada nos territórios insulares que, como a Madeira, apresentam um relevo bastante simples" (MESQUITA *et al.*, 2007, 331-332). Para cada uma das séries de vegetação que se reconhece ocorrerem na ilha da Madeira, e tendo em conta o conhecimento que existe acerca da ecologia das mesmas, é possível determinar quais as combinações de tipos bioclimáticos que lhe correspondem e assim mapear a sua área de ocorrência.

Na cartografia de séries de vegetação, as unidades representadas correspondem às condições médias de *habitat* de cada local, referindo-se à vegetação

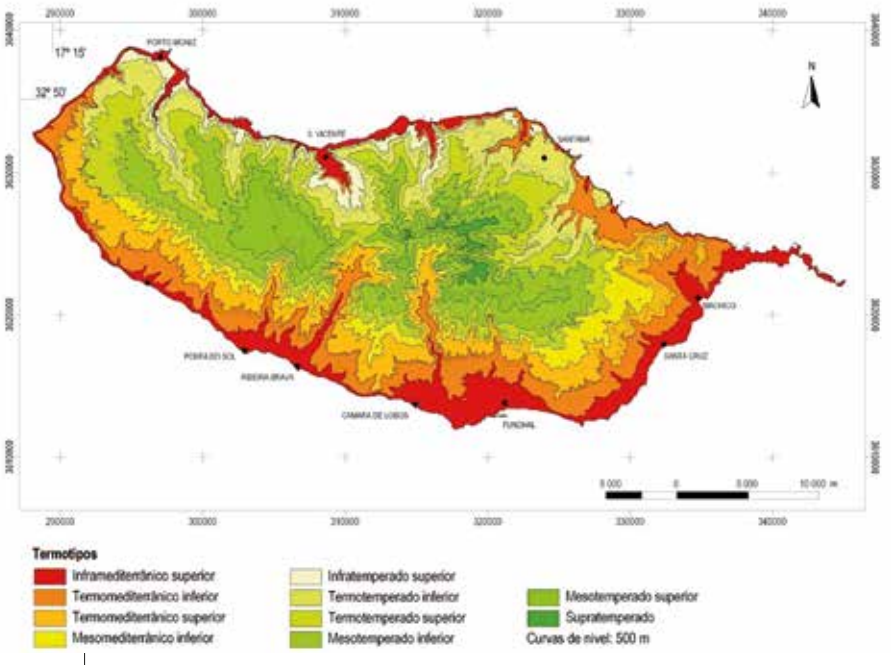


Fig. 3 – Mapa de termotipos da ilha da Madeira (MESQUITA *et al.*, 2007, 329).

zonal, *i.e.*, àquela que corresponde às condições médias de cada local. Uma série de vegetação é constituída pelo conjunto das várias comunidades que podem ocorrer nesse local – bosque, matagal, mato baixo, arrelvado vivaz e prado anual. Estes mapas não fornecem informação relativa às espécies que existem, de facto, em determinado local, mas sim acerca da potencialidade do território, o que permite, *e.g.*, escolher as espécies que estão mais bem-adaptadas às condições desse local e, como tal, mais aptas para aí se desenvolverem plenamente. Este tipo de informação é essencial para fundamentar um ordenamento do território com base em critérios de sustentabilidade ambiental, assim como para aplicar em projetos de enquadramento paisagístico de grandes obras, recuperação de áreas degradadas e planeamento e gestão florestal.

A questão central na biogeografia das ilhas macaronésicas tem sido não só o debate acerca da verdadeira ocorrência de uma região biogeográfica (com resultados contrastantes entre diversos modelos biológicos e aproximações), mas também a necessidade de explicar os diferentes níveis de diversidade encontrados nos diversos arquipélagos. De facto, no que respeita à diversidade florística, os Açores e Cabo Verde possuem uma taxa reduzida de endemicidade, ao contrário da Madeira e das Canárias. O denominado "Azores diversity enigma" tem sido explicado de forma distinta por diversos autores. K. A. Triantis, juntamente com outros autores, em estudo de 2012, explica as diferenças arquipelágicas de padrões de diversidade com base em variáveis biogeográficas, argumentando que a juventude do arquipélago dos Açores implicaria uma homogeneidade ecológica e dos *habitats* e, consequentemente, uma menor biodiversidade. M. A. Carine e H. Schaefer, no estudo "The Azores diversity enigma. Why are there so few azorean endemic flowering plants and why are they so widespread?" (2010), relacionam os mesmos padrões com diferentes taxas de esforço no que respeita à descrição taxonómica, e não com fatores biogeográficos. Já R. Jardim e M. Menezes de Sequeira, em "As plantas vasculares (*Pteridophyta* e *Spermatophyta*) dos arquipélagos da Madeira e das Selvagens" (2008), relacionam a complexidade topográfica com diferentes graus de conservação (quanto maior a complexidade, maior a conservação), postulando uma destruição humana seletiva dos ecossistemas, relacionada com uma topografia e orografia mais simples nos Açores (e em Cabo Verde).



Fig. 4 – Expressão cartográfica do modelo biogeográfico da Macaronésia (baseada em RIVAS-MARTÍNEZ *et al.*, 2017).

Bibliog.: impressa: BERRY, R. J., "Hooker and islands", *Biological Journal of the Linnean Society*, vol. 96, 2009, pp. 462-481; CAPELO, J. *et al.*, "Guia da excursão geobotânica dos V Encontros ALFA 2004 à ilha da Madeira", in CAPELO, J. (ed.), *A Paisagem Vegetal da Ilha da Madeira, Quercetea*, vol. 6, 2004, pp. 5-59; CAPELO, J. *et al.*, "Biologia e ecologia das florestas das ilhas. Madeira", in SILVA, J. (ed.), *Árvores e Florestas de Portugal*, vol. 6, Lisboa, Público/Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento/Liga para a Protecção da Natureza, 2007, pp. 81-134; CARINE, M. A., e SCHAEFER, H., "The Azores diversity enigma. Why are there so few azorean endemic flowering plants and why are they so widespread?", *Journal of Biogeography*, vol. 37, n.º 1, 2010, pp. 77-89; CARINE, M. A. *et al.*, "Relationships of the Macaronesian and Mediterranean floras. Molecular evidence for multiple colonizations into Macaronesia and back-colonization of the continent in *Convolvulus* (Convolvulaceae)", *American*

Journal of Botany, vol. 91, n.º 7, 2004, pp. 1070-1085; FERNÁNDEZ-PALACIOS, José María *et al.*, "A reconstruction of palaeo-Macaronesia, with particular reference to the long-term biogeography of the Atlantic island laurel forests", *Journal of Biogeography*, vol. 38, 2011, pp. 226-246; GÓIS-MARQUES, C. *et al.*, "Inventory and review of the Mio-Pleistocene São Jorge flora (Madeira island, Portugal). Palaeoecological and biogeographical implications", *Journal of Systematic Palaeontology*, vol. 16, n.º 2, 2017, pp. 159-177; HEANEY, Lawrence R., "Introduction and commentary", in WALLACE, Alfred Russel, *Island Life, or, The Phenomena and Causes of Insular Faunas and Floras, including a Revision and Ateempted Solution of the Problem of Geological Climates*, Chicago/London, The University of Chicago Press, 2013, pp. XI-LXXI; JARDIM, R., e SEQUEIRA, M. Menezes de, "As plantas vasculares (*Pteridophyta* e *Spermatophyta*) dos arquipélagos da Madeira e das Selvagens", in BORGES, P. A. V. *et al.* (eds.), *A List of the Terrestrial Fungi, Flora and Fauna of Madeira and Selvagens Archipelagos*, Funchal/Angra do Heroísmo, Direcção Regional do Ambiente da Madeira/Universidade dos Açores, 2008, pp. 157-178; MACARTHUR, R. H., e WILSON, E. O., *The Theory of Island Biogeography*, New Jersey, Princeton University Press, 1967; MÉDAIL, F., e QUÉZEL, P., "The phytogeographical significance of S. W. Morocco compared to the Canary islands", *Plant Ecology*, vol. 140, 1999, pp. 221-244; MESQUITA, S., "Subsistemas da estrutura ecológica nacional. Vegetação", in MAGALHÃES, M. R. (coord.), *Estrutura Ecológica Nacional. Uma Proposta de Delimitação e Regulamentação*, Lisboa, Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista "Professor Caldeira Cabral"/Instituto Superior de Agronomia Press, 2013, pp. 105-120; MESQUITA, S., *et al.*, "Distribuição das principais manchas florestais", in SILVA, J. (ed.), *Árvores e Florestas de Portugal*, vol. 6, Lisboa, Público/Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento/Liga para a Protecção da Natureza, 2007, pp. 323-335; RIVAS-MARTÍNEZ, S., "Les étages bioclimatiques de la végetation de la péninsule Ibérique", *Anales del Jardín Botánico de Madrid*, vol. 37, n.º 2, 1981, pp. 251-268; RIVAS-MARTÍNEZ, S., *et al.*, "Las comunidades vegetales de la isla de Tenerife (islas Canarias)", *Itinera Geobotanica*, vol. 7, 1993, pp. 169-374; RIVAS-MARTÍNEZ, S. *et al.*, "Biogeography of Spain and Portugal, preliminary typological synopsis", *International Journal of Geobotanical Research*, vol. 4, 2014, pp. 1-64; RIVAS-MARTÍNEZ, S. *et al.*, "Geobotanical survey of Cabo Verde islands (West Africa)", *International Journal of Geobotanical Research*, vol. 7, 2017, pp. 1-103; SCHMITHÜSEN, J., *Allgemeine Vegetationsgeographie*, vol. 4, Berlin, Dritte Auflage, 1968; SILVA, A. R. Pinto da, e TELES, A. N., "*Convolvulus fernandesii* Pinto da Silva et Teles, um notavel endemismo portugues de origem macaronesica", *Boletim da Sociedade Broteriana*, sér. 2, vol. 54, 1981, pp. 233-237; TAKHTAJAN, A. L., *Floristic Regions of the World*, Berkeley, University of California Press, 1986; TRIANTIS, K. A. *et al.*, "The island species-area relationship. Biology and statistics", *Journal of Biogeography*, vol. 39, n.º 2, 2012, pp. 215-231; VARGAS, P., "Are Macaronesian islands refugia of relict plant lineages? A molecular survey", in WEISS, Steven, e FERRAND, Nuno (eds.), *Phylogeography of Southern European Refugia*, New York, Springer, 2007, pp. 297-314; WHITTAKER, Robert J., e FERNÁNDEZ-PALACIOS, José María, *Island Biogeography*, 2.ª ed., Oxford, Oxford University Press, 2007; WHITTAKER, Robert J. *et al.*, "A general dynamic theory of oceanic island biogeography", *Journal of Biogeography*, vol. 35, n.º 6, 2008, pp. 977-994; **digital:** KONDRASKOV, P. *et al.*, "Biogeography of Mediterranean hotspot biodiversity. Re-evaluating the 'Tertiary relict' hypothesis of Macaronesian laurel forests", *PLoS ONE*, 2015: https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0132091#abstract0 (acedido a 26 dez. 2018); *Worldwide Bioclimatic Classification System*: www.globalbioclimatics.org (acedido a 22 jan. 2019).

Jorge Capelo
Miguel Sequeira
Sandra Mesquita

Biologia marinha

A biologia marinha é a ciência que estuda a vida nos mares, os organismos e as relações entre si e com o ambiente marinho. Trata-se de uma divisão dos organismos baseada no ambiente e não em taxonomia. Essa separação é tradicionalmente efetuada somente no domínio marítimo, já que quase nunca se refere o seu contraponto lógico, que seria a biologia terreste. No entanto, é necessário compreender que a maioria das disciplinas biológicas se pode aplicar aos organismos marinhos, como sejam a ecologia, a genética, o comportamento, a fisiologia, etc., sendo que a biologia marinha abrange todas estas áreas.

O mar ocupa cerca de 71 % da superfície terrestre. No entanto, a verdadeira dimensão do mar enquanto *habitat* é tridimensional, pelo que, ao contrário dos *habitats* terrestres, que são essencialmente bidimensionais, a área marítima total de 361.900.000 km^2 corresponde a um volume de 1.335.000.000 km^3, com uma profundidade média de 3688 m e uma profundidade máxima de 10.803 m. A água dos oceanos representa 97 % do total de água no nosso planeta. Todo este volume é habitado e representa o maior *habitat* interconectado do nosso planeta.

É geralmente aceite que a biodiversidade marinha é muito inferior à terrestre, estimando-se que o mar contenha somente cerca de 2 % do total de espécies, pesem embora a imensidão do *habitat* disponível e o facto de a vida se ter originado no mar e, consequentemente, o tempo evolutivo disponível ser muito mais longo do que em terra, podendo pressupor-se que a diversidade fosse maior. No entanto, o mar alberga uma maior diversidade de taxa mais elevados: 43 filos são marinhos e 90 % de todas as classes são marinhas, enquanto em terra essa diversidade é muito menor (28 filos). Estão descritas cerca de 300.000 espécies marinhas, o que representa cerca de 16 % do total de espécies descritas.

A diversidade marinha não se encontra distribuída no mar de forma equitativa, existindo padrões. Os maiores repositórios de espécies marinhas são os recifes de coral e o mar profundo, devido à enormidade da área que ocupam. Em termos de diversidade espacial, existem gradientes: (1) um gradiente latitudinal com uma maior diversidade em áreas tropicais; (2) um gradiente longitudinal com

uma diversidade que se reduz de oeste para leste ao longo dos trópicos nos oceanos Atlântico e Pacífico; e (3) um gradiente de profundidade com menor biodiversidade em zonas profundas. A variabilidade espacial da diversidade marinha segue dois padrões distintos: (1) diversidade costeira com um máximo no Pacífico Ocidental e (2) diversidade oceânica com máximos em bandas latitudinais médias em cada bacia hemisférica oceânica à volta dos 30° de latitude. A Madeira situa-se nesta última banda, estando portanto, inserida nos denominados *hotspots* de diversidade oceânica.

O ambiente marinho é tradicionalmente subdividido em função da distância de terra, da profundidade do mar e de se tratar da coluna de água ou dos fundos. A área da coluna de água é denominada "domínio pelágico", enquanto os fundos são "domínio bentónico". Em função da profundidade, distinguem-se as camadas epi-, meso-, bati-, abisso- e hadalpelágicas, e os fundos têm terminologia correspondente. A camada de água que consegue ser penetrada pela luz solar denomina-se "zona eufótica".

Os continentes prolongam-se mar adentro, numa área denominada "plataforma continental", que termina com o declive continental. Essa área que geologicamente faz parte dos continentes é designada por "zona nerítica"; a restante área marinha denomina-se "zona oceânica". Ilhas oceânicas não têm plataforma continental, pelo que se fala em "plataforma insular". A zona das marés, ou intertidal, é subdividida em zonas que diferem de acordo com o tempo de submersão e emersão. Começa com a zona dos salpicos, denominada "supralitoral", passando à zona da variação das marés, designada por "médiolitoral" e terminando com a zona permanentemente submersa, denominada "sublitoral".

O mar da Madeira

As ilhas que compõem o arquipélago da Madeira são ilhas oceânicas de origem vulcânica e erguem-se da planície abissal da Madeira

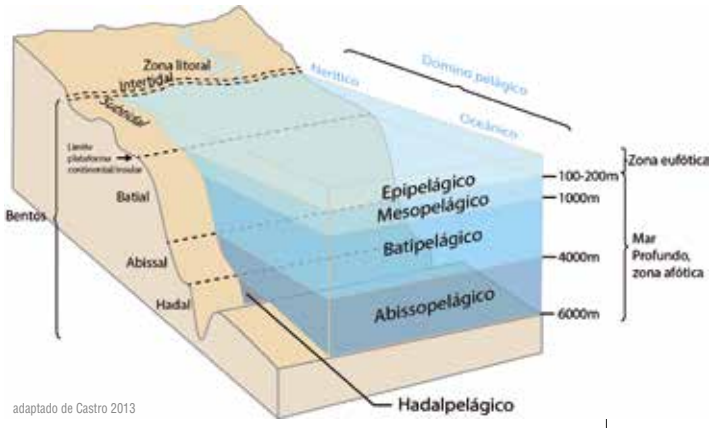


Fig. 1 – Principais *habitats* dos oceanos, em função da distância da costa e da profundidade.

com profundidades médias de 5400 m. A sua plataforma insular é reduzida, e os declives são acentuados, pelo que a poucas centenas de metros da costa o mar já atinge grandes profundidades. Este facto é também essencialmente responsável pela falta de praias de areia nas costas madeirenses, que são geralmente escarpadas e abruptas.

Em biologia marinha, como em qualquer disciplina ecológica, os seres vivos são afetados por fatores abióticos, *i.e.*, físicos, como a temperatura, a salinidade ou as correntes, e por fatores bióticos, *i.e.*, as outras espécies.

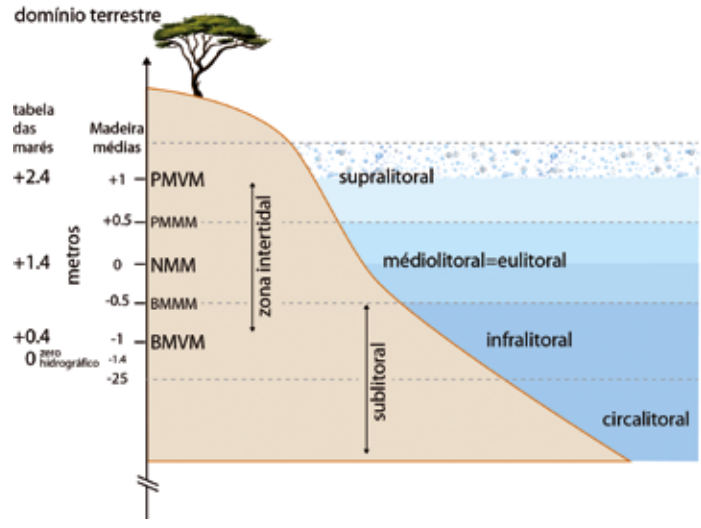


Fig. 2 – Classificações usuais da zona litoral marinha e sua correspondência à amplitude de marés na Região Autónoma da Madeira (PMVM – preia-mar da maré viva média; PMMM – preia-mar da maré morta média; NMM – nível médio do mar; BMMM – baixa-mar da maré morta média; BMVM – baixa-mar da maré viva média).

Reveem-se aqui alguns dos fatores abióticos, primeiro, para depois se abordar os *habitats* e as comunidades bióticas.

Fatores abióticos

O arquipélago da Madeira situa-se na latitude de 32-33º N. Esta é uma zona de calmarias, situada entre as zonas dos ventos de oeste (30-60º N) e a zona dos ventos alísios de nordeste (0-30º N). No entanto, são os ventos alísios de nordeste que exercem a influência predominante, atuando sobre o mar e influenciando as correntes superficiais. Estas correntes de superfície na área do arquipélago da Madeira têm predominantemente uma direção a sudeste. Inserem-se num sistema de correntes denominadas "giro oceânico do Atlântico Norte". Tradicionalmente, este giro é descrito como iniciando-se com a corrente do golfo que se origina no golfo do México, acompanha o continente americano e atravessa o Atlântico Norte, de sudoeste a nordeste. Um pouco a sudoeste dos Açores, subdivide-se em dois braços: a corrente do Atlântico Norte, que vai banhar o Norte do continente europeu, e a corrente dos Açores, que posteriormente se designa por "corrente de Portugal" junto à costa continental portuguesa, e "corrente das Canárias", mais ao largo. Este sistema de correntes sofre um natural alargamento e enfraquecimento com a sua migração para este da bacia oceânica, girando gradualmente no sentido sudeste. Estas correntes acabam por se integrar nas correntes subtropical e equatorial do Norte que voltam a atravessar a bacia oceânica em direção a oeste para fechar o giro. São as correntes dos Açores e das Canárias com direção sudeste que influenciam o arquipélago da Madeira. A corrente dos Açores subdivide-se a sul dos Açores em dois braços: o superior, meandrando em direção ao golfo de Cádis, e o inferior, passando através da Madeira em direção às Canárias, variando ainda de forma sazonal, passando mais perto da Madeira de inverno que de verão. Esta corrente, ao embater nas plataformas das ilhas, é desviada pelas mesmas. Origina assim correntes diversas ao longo das costas, incluindo levantamentos localizados. Por exemplo, na costa sul da ilha da Madeira, a direção predominante da corrente costeira é de oeste para este.

A ondulação é gerada pela ação dos ventos ao passarem sobre a superfície da água. Essas ondas são desviadas progressivamente em relação ao vento que as originou devido à ação da rotação da Terra. Na Madeira, existe uma predominância de ventos alísios de nordeste, gerando uma ondulação contínua que embate nas costas destas ilhas, com uma média de 350 ondas por hora. A ondulação é geralmente mais acentuada na costa norte da ilha, estando a costa sul a sotavento protegida pelas montanhas. A ondulação é frequentemente fraca ou moderada, com rumos predominantes de noroeste a nordeste na costa norte e sudoeste a sudeste na costa sul. Os temporais ocasionais procedentes de sudoeste são os que maiores estragos ocasionam nas costas da Madeira, especialmente na costa sul, já que essa ondulação não é quebrada pela barreira protetora constituída pela ilha da Madeira e pelas ilhas Desertas.

No arquipélago da Madeira e das Selvagens, as marés são do tipo semidiurno regular, com duas preia-mares e duas baixa-mares em cada dia lunar. A maior amplitude de maré viva é de 2,74 m. Em todo o arquipélago, os máximos e os mínimos das marés ocorrem quase em simultâneo, sendo as amplitudes também aproximadamente iguais. Os valores teóricos das preia-mares e baixa-mares de águas vivas e mortas apresentam-se na fig. 5 e servem de pontos de referência para a zonação da área litoral.

A temperatura da água do mar na zona do arquipélago da Madeira é fortemente influenciada pelo efeito da corrente das Canárias com um aporte de água relativamente fria. O valor médio é de 19,5 °C, variando entre 16 e 26 °C, de acordo com a boia ondógrafo do Instituto Hidrográfico situada na costa sul da Madeira, gerida pela Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, ou com dados aferidos através



Fig. 3 - Gráfico da ondulação indicando a altura significativa e a direção da ondulação para as três boias ondógrafo do Instituto Hidrográfico fundeadas no Funchal, no Caniçal e no Porto Santo. A ondulação prevalecente é condicionada pela localização da boia. No Funchal, observa-se, de forma clara, que ondas maiores correspondentes aos temporais vêm de direções sudoeste.

de satélite. A temperatura diminui com o aumento da profundidade. A termoclina, *i.e.*, o gradiente de temperatura mais acentuado que separa as massas de água superficiais mais quentes das massas inferiores, varia de profundidade ao longo das épocas do ano, num padrão típico de mares temperados. No outono e no inverno, essa termoclina é praticamente inexistente, formando-se durante a primavera e o verão. De facto, no verão são mensuráveis duas termoclinas: uma pelos 40 m de profundidade, outra pelos 100 m. O facto de os ventos e as correntes prevalecentes virem de nordeste cria uma zona mais quente do lado de sotavento durante os meses de verão.

A salinidade e a temperatura definem a densidade das massas de água e são características destas. Na Madeira, as águas de superfície têm uma salinidade média de 36,7 ppt (36,7 g de sal por cada quilo de água). Com o aumento da profundidade, a salinidade tende a diminuir, caracterizando a massa de água do Atlântico Norte com temperaturas de 2-4 ºC e salinidades de 34,9 ppt. Relevante é ainda o núcleo de águas mediterrâneas nas profundidades de 900-1200 m com temperaturas (aproximadamente 12 ºC) e salinidades (36,5 ppt) bem superiores, zona em que se efetua a pesca do peixe-espada-preto. Um estudo, de 2012, de Manfred Kaufmann e Manuela Maranhão determinou que a salinidade das águas costeiras variou entre 36,8 e 38,0 ppt.

Relativamente aos nutrientes, aqueles compostos químicos que variam em função dos processos biológicos e que servem de sustento aos organismos autotróficos na base das cadeias alimentares, no mar trata-se

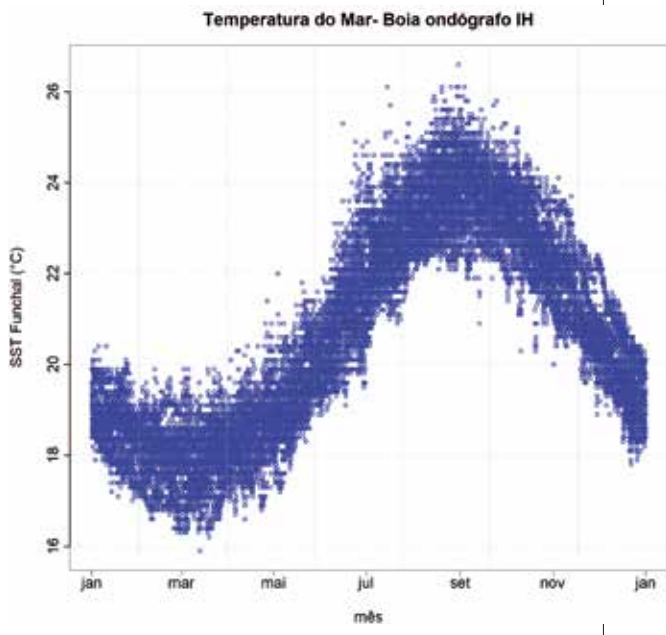


Fig. 4 - Gráfico da temperatura de superfície (*sea surface temperature* [SST]) da Madeira com base em dados recolhidos pela boia ondógrafo do Instituto Hidrográfico fundeada frente ao Funchal e gerida pela Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, SA. Os dados usados abrangem o período de 1996-2011.

essencialmente de nitratos (NO3-), fosfatos (PO43-) e silicatos (SiO2), fundamentais para a produção primária. A Madeira está situada distante das costas continentais de onde a maioria dos nutrientes provém, daí o mar ser essencialmente oligotrófico, contendo concentrações muito baixas de nutrientes, inferiores a 1 µM nas águas superficiais. Somente a nível localizado é que seriam de esperar níveis mais elevados, essencialmente devido ao aporte através das águas das ribeiras, como de facto foi determinado no estudo já referido de Manfred Kaufmann e Manuela Maranhão.

Espécies e *habitats*

Em termos biogeográficos, a Madeira situa-se na província marinha Lusitana e, dentro desta, na ecorregião dos "Açores, Canárias, Madeira" (SPALDING *et al.*, 2007). Tradicionalmente, tem-se definido esta área como pertencente à região marinha da Macaronésia, com alguns autores a incluir também Cabo Verde. No entanto, com base em dados biogeográficos concretos, esse uso foi desaconselhado, propondo-se o termo "Webbnesia" para a ecorregião marinha da Madeira, das Selvagens e das Canárias (FREITAS *et al.*, 2019).

O meio marinho da Madeira tem sido relativamente bem estudado a nível taxonómico, embora não em todos os grupos. No entanto, existem poucas publicações que descrevam as biocenoses e comunidades bentónicas litorais. Nenhum estudo compara a variação geográfica nas diferentes costas do arquipélago ou retrata as diferenças existentes em função do grau de exposição ao mar. Essa lacuna foi em parte abordada no âmbito dos planos de ordenamento da orla costeira. O último mapeamento exaustivo de *habitats* e espécies costeiras publicado foi efetuado por Cláudia Ribeiro e Pedro Neves em 2020.

A Diretiva Habitats nomeia, no seu Anexo BI, os "tipos de habitats naturais de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação" (diretiva do Conselho das Comunidades Europeias n.º 92/43/EEC, de 21 maio; dec.-lei n.º 140/99, de 24 abr.). Esta listagem tem uma forte preponderância de *habitats* terrestres e é claramente insuficiente para abranger a diversidade de *habitats* marinhos existentes. Poucos *habitats* aplicáveis ou equiparáveis ao domínio marinho existente na Madeira constam dessa diretiva.

Na Madeira, *habitats* importantes e ameaçados são as pradarias da planta fanerogâmica *Cymodocea nodosa*. Estas pradarias poderão ser equiparadas ao *habitat* prioritário 1120 (bancos de *Posidonia*), tendo uma composição faunística semelhante a estas. O *habitat* é ameaçado pela sedimentação com terras, pela construção costeira, especialmente de molhes, pela emissão de águas residuais e por algumas modalidades de pesca.

Devido à orografia acidentada e à predominância de falésias nas costas do arquipélago, os fundos rochosos têm uma expressão importante. No entanto, o declive acentuado faz com que a sua extensão seja reduzida. Estas áreas, tanto no circa- como no infralitoral, são importantíssimas em termos de diversidade e produtividade biológica e estão ameaçadas por vários fatores antropogénicos, entre os quais se destacam a construção costeira, a sedimentação com detritos terrígenos e a emissão de águas residuais.

Um importante *habitat* infralitoral são os fundos de "maërl", constituídos por algas do género *Lithothamnion* que crescem em forma de rodólitos, *i.e.*, em forma de esferas soltas, e que cobrem o fundo em grandes áreas da Madeira e do Porto Santo. Uma das áreas deste *habitat* foi protegida com a criação do Parque Natural Marinho do Cabo Girão, em 2017. Outros *habitats* importantes incluem as praias de calhau rolado e as raras praias de areia no supra- e médiolitoral. Enclaves como as cavernas no sublitoral e as poças intertidais são raros e, como tal, fortemente ameaçados por atividades humanas. A sua elevada diversidade e a fauna e flora específicas fazem deles importantes componentes para a conservação do meio marinho.

Ao nível do mar profundo, têm sido feitas prospeções regulares tendo como alvo espécies específicas, especialmente as que têm potencial pesqueiro, no âmbito do projeto PESCPROF. O projeto Madeira Mar Profundo, promovido pela Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente, já obteve dados inovadores neste âmbito.

Os montes submarinos que se situam na Zona Económica Exclusiva da Madeira e que se inserem no complexo geológico Madeira-Tore (entre o território do continente e a ilha da Madeira) são também um *habitat* importante, tendo sido alvo de prospeção no âmbito do projeto Biometore.

Várias áreas marinhas encontram-se protegidas, como a Reserva Natural das Ilhas Desertas, a Reserva Natural das Ilhas Selvagens e a Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo. Foram ainda criados o Parque Marinho do Cabo Girão, em 2016, e o Parque Natural Marinho da Ponta do Pargo, em 2018. Também foi aprovada a inclusão do Sítio de Importância Comunitária "Sítio Cetáceos da Madeira". Áreas protegidas contribuem ativamente para um aumento da biodiversidade.

Investigação

Historicamente, a investigação em biologia marinha existe desde o séc. XIX. Na Madeira, vários organismos têm-se dedicado à investigação em biologia marinha. A mais antiga instituição com investigação contínua nesta área é o Museu Municipal do Funchal, fundado em 1929 como Museu de Ciências Naturais, sob proposta de Adolfo César de Noronha. Foi no âmbito desta instituição que investigadores como Günther E. Maul fizeram a sua carreira. O Museu Municipal do Funchal publica também as únicas revistas científicas dedicadas a esta área desde 1945: *Boletim Museu Municipal do Funchal* e *Bocagiana*. A segunda instituição na área aplicada foi a Direção Regional das Pescas, integrada na Secretaria Regional de Agricultura e Pescas do Governo regional, cuja função é a recolha de informação estatística sobre as pescas regionais, assim como a promoção e melhoria do acesso a estes recursos. Em 1988, estabeleceu-se a Univ. da Madeira, que, a partir de 1992, integrou docentes e investigadores da área marinha. A partir desta data, mais instituições se juntaram, com relevo para o Centro de Maricultura da Calheta, o Museu da Baleia, o Observatório Oceânico da Madeira, o Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental da Madeira e o MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente da Madeira. A área tem apresentado bastante dinamismo e visibilidade científica.

Legislação: diretiva do Conselho das Comunidades Europeias n.º 92/43/EEC, de 21 maio; dec.-lei n.º 140/99, de 24 abr.; resolução da Presidência do Governo Regional n.º 699/2016, de 17 out.; dec. leg. regional n.º 4/2017/M, de 30 jan.

Bibliog.: impressa: ALVES, F. *et al.*, "Local benthic assemblages in shallow rocky reefs find refuge in a marine protected area at Madeira Island", *Journal of Coastal Conservation*, vol. 23, n.º 2, 2019, pp. 373-383; ALVES, J. M. R. *et al.*, "Dynamics and oceanic response of the Madeira tip-jets", *Quarterly Journal of the Royal Meteorological Society*, vol. 146, n.º 732, 2020, pp. 3048-3063; AUGIER, H., "Première contribution à l'étude et à la cartographie des biocénoses marines benthiques de l'île de Madère", *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, vol. 37, 1985, pp. 86-129; BIANCHI, C. N. *et al.*, "Sublittoral epibenthic communities around Funchal (Island of Madeira, NE Atlantic)", *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, sup. 5, 1996, pp. 59-80; BRIGGS, J. C., "Species diversity: land and sea compared", *Systematic Biology*, vol. 43, n.º 1, 1994, pp. 130-135; *Id.*, *Global Biogeography. Developments in Palaeontology and Stratigraphy*, vol. 14, Amsterdam/New York, Elsevier, 1995; CABIOC'H, J., "Un fond de maërl de l'archipel de Madère et son peuplement végétal", *Bulletin de la Société Phycologique de France*, vol. 19, 1974, pp. 74-82; CALDEIRA, R. M. A., e LEKOU, S., *Madeira, Um Oásis no Atlântico. Uma Introdução aos Estudos Oceanográficos no Arquipélago da Madeira*, Funchal, Direcção Regional de Formação Profissional, 2000; CALDEIRA, R. M. A. *et al.*, "Sea-surface signatures of the island mass effect phenomena around Madeira Island, Northeast Atlantic", *Remote Sensing of Environment*, vol. 80, n.º 2, 2002, pp. 336-360; FREITAS, R. *et al.*, "Restructuring of the 'Macaronesia' biogeographic unit: a marine multi-taxon biogeographical approach", *Scientific Reports*, vol. 9, 2019; GESTOSO, I. *et al.*, "Marine protected communities against biological invasions: a case study from an offshore island", *Marine Pollution Bulletin*, vol. 119, n.º 1, 2017, pp. 72-80; GUIDETTI, P., e BUSSOTTI, S., "Effects of seagrass canopy removal on fish in shallow Mediterranean seagrass (*Cymodocea nodosa* and *Zostera noltii*) meadows: a local-scale approach", *Marine Biology*, vol. 140, 2002, pp. 445-453; INSTITUTO HIDROGRÁFICO, *Roteiro do Arquipélago da Madeira e Ilhas Selvagens*, 2.ª ed., Lisboa, Marinha Portuguesa – Instituto Hidrográfico, 1979; INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO DAS PESCAS, *Programa de Apoio às Pescas na Madeira. IV Cruzeiro de Reconhecimento de Pesca e Oceanografia 020390582*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação das Pescas, 1984; JOHNSON, J., e STEVENS, I., "A fine resolution model of the eastern North Atlantic between the Azores, the Canary Islands and the Gibraltar strait", *Deep Sea Research*, vol. 47, 2000, pp. 875-899; KAUFMANN, M., e MARANHÃO, M., *GESMAR (Gestão Sustentável dos Recursos Marinhos): Relatório Final do Projeto. PCT 2007-2013 GESMAR (MAC/2/C068)*, Funchal, Universidade da Madeira, 2012; LEDOYER, M., "Aperçu sur la faune vagile de quelques biotopes de l'archipel de Madère. Comparaison avec les biotopes méditerranéens homologues", *Arquivos do Museu Bocage*, vol. 1, n.º 19, 1967, pp. 415-424; LONGHURST, A. R., *Ecological Geography*

of the Sea, 2.ª ed., Amsterdam/Boston, Academic Press, 2007; MARTINS, A. *et al.*, "Sea surface temperature (AVHRR, MODIS) and ocean colour (MODIS) seasonal and interannual variability in the Macaronesian islands of Azores, Madeira, and Canaries", *Remote Sensing of the Ocean, Sea Ice, and Large Water Regions*, 6743, proc. SPIE – The International Society for Optical Engineering, 2007, pp. A1-15; NEVES, P. *et al.*, *Resultados do Programa de Monitorização da Biodiversidade Marinha dos Habitats Naturais e Artificiais Subtidais na Ilha do Porto Santo. Relatório Científico CORDECA*, Funchal, Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental da Madeira, 2018; PENMAN, H. L., "The water cycle", *Scientific American*, vol. 223, n.º 3, 1970, pp. 98-108; REAKA-KUDLA, M. L., "The global biodiversity of coral reefs: a comparison with rain forests", in REAKA-KUDLA, M. L. *et al.* (eds.), *Biodiversity II: Understanding and Protecting Our Biological Resources*, Washington, DC, Joseph Henry Press, 1997, pp. 83-108; RIBEIRO, C., e NEVES, P., "Habitat mapping of Cabo Girão Marine Park (Madeira island): a tool for conservation and management", *Journal of Coastal Conservation*, vol. 24, n.º 2, 2020; SALA, E., e KNOWLTON, N., "Global marine biodiversity trends", *Annual Review of Environment and Resources*, vol. 31, n.º 1, 2006, pp. 93-122; SCHÄFER, S. *et al.*, "Lost and found: a new hope for the seagrass *Cymodocea nodosa* in the marine ecosystem of a subtropical Atlantic Island", *Regional Studies in Marine Science*, vol. 41, 2021; SPALDING, M. D. *et al.*, "Marine ecoregions of the world: a bioregionalization of coastal and shelf areas", *BioScience*, vol. 57, n.º 7, 2007, pp. 573-583; STRAMMA, L., e SIEDLER, G., "Seasonal changes in the North Atlantic subtropical gyre", *Journal of Geophysical Research: Oceans*, vol. 93, n.º C7, 1988, pp. 8111-8118; TITTENSOR, D. P. *et al.*, "Global patterns and predictors of marine biodiversity across taxa", *Nature*, vol. 466, n.º 7310, 2010, pp. 1098-1101; TROMM, R., *Oceanografia Sísmica da Planície Abissal do Arquipélago da Madeira*, Dissertação de Mestrado em Ciências Geofísicas (Geofísica Interna) apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2017; **digital:** EAKINS, B. W., e SHARMAN, G. F., *Volumes of the World's Oceans from ETOPO1*, 2010: https://www.ngdc.noaa.gov/mgg/global/etopo1_ocean_volumes.html (acedido a 10 jan. 2021); WIRTZ, P., *The Fauna of Madeira. A List of the Species Lists*, 2014: https://www.researchgate.net/profile/Peter-Wirtz/publication/261992435_The_Fauna_of_Madeira_Island_-_a_list_of_the_species_lists/data/0c96053624861e6e27000000/FAUNMAD.doc.

THOMAS DELLINGER

Blanchard, Pierre

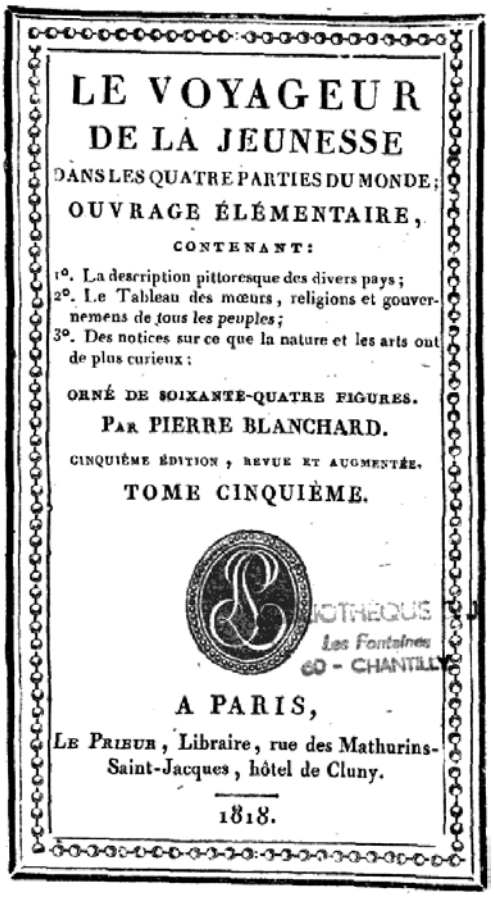
Autor, editor e educador, Pierre Blanchard nasceu em Dammartin em 1772 e faleceu em Angers em 1856. Dedicou-se às letras desde cedo, publicando os primeiros textos no período da Revolução Francesa com os pseudónimos Platon Blanchard e P. B**. Em 1800, inaugurou em Paris uma instituição para jovens. Estabeleceu-se como livreiro em 1809, a fim de comercializar e divulgar as obras de educação de sua autoria. Trabalhou em associação com Alexis Eymery entre 1811 e 1812. Em 1834, passou a outro editor a licença da livraria.

Dedicou-se à escrita de textos de teor didático, tendo como principal finalidade a educação das crianças e dos jovens. No conjunto da sua obra, destacam-se *Les Accidents de l'Enfance*; *Le Trésor des Enfants: Divisé en Trois Parties. La Morale, la Vertu, la Civilité*, com tradução portuguesa, que em 1879 já ia na 36ª edição; e *Le Voyageur de la Jeunesse dans les Quatre Parties du Monde. Ouvrage Élémentaire*, em seis volumes. Também deste último texto foram muitas as edições, contando-se numa década cerca de quatro. A divulgação dos conhecimentos que transmitia foi por isso muito vasta, servindo durante largos anos para a educação dos jovens franceses.

No quarto volume desta última obra, Blanchard começa a viagem no Indostão, passa pela Pérsia, pelas Arábias, por algumas ilhas do Mediterrâneo, pelas ilhas da Ásia, pela África, pela Abissínia, pelo que denomina "Estados Barbáricos" ou "Barbárie" (nos quais inclui Tripoli, Tunísia, Argélia, o Império de Marrocos e Biledulgerid), pelo Sahara e, finalmente, do grande deserto chega às "Ilhas da Madeira", com as quais fecha o tomo (BLANCHARD, 1818, 438).

O autor transmite o que considera ser a informação mais pertinente sobre o arquipélago: a constituição e dimensão das ilhas; a história do descobrimento e a caracterização da sua economia. Apesar de se enganar na data da descoberta, provavelmente fruto de uma gralha, situando assim a chegada dos Portugueses em 1519, Blanchard parece conhecer bem a bibliografia sobre as ilhas. Refere o incêndio no início do povoamento, a forte arborização e fertilidade dos terrenos e o papel da cana-de-açúcar na economia da ilha e na difusão desta cultura no Brasil. Considera o açúcar da Madeira muito bom e afirma que deixa na boca um odor de violeta, forte e agradável. Em relação ao vinho, afirma que a cultura da vinha ultrapassou as esperanças dos cultivadores, produzindo-se na ilha da Madeira diversos vinhos que estão a par dos melhores que existem, sendo os seus nomes Madeira, Malvasia e Alicante. A Madeira, segundo o autor, exportava cerca de 20.000 barricas por ano para as colónias ocidentais e para os Barbados.

Além do açúcar e do vinho, a Ilha era famosa pela comercialização do mel, da cera, do couro


LE VOYAGEUR
DE LA JEUNESSE
DANS LES QUATRE PARTIES DU MONDE;
OUVRAGE ÉLÉMENTAIRE,
CONTENANT:
1°. La description pittoresque des divers pays;
2°. Le Tableau des mœurs, religions et gouvernemens de tous les peuples;
3°. Des notices sur ce que la nature et les arts ont de plus curieux:
ORNÉ DE SOIXANTE-QUATRE FIGURES.
PAR PIERRE BLANCHARD.
CINQUIÈME ÉDITION, REVUE ET AUGMENTÉE.
TOME CINQUIÈME.
A PARIS,
LE PRIEUR, Libraire, rue des Mathurins-Saint-Jacques, hôtel de Cluny.
1818.

***Le Voyageur de la Jeunesse dans les Quatre Parties du Monde* (5.ª ed., 1818), de Pierre Blanchard.**

e de frutas frescas e tratadas. Estas últimas, em compotas, são consideradas das melhores do mundo, tendo um excecional odor, especialmente as de laranja e de limão.

Segundo o autor, os bosques têm muita caça, como javalis e outros animais selvagens, não existindo nenhum animal venenoso. As casas, no meio das vinhas e das plantações, criam um efeito "encantador", e a única cidade da Madeira, "Fonchal", situa-se na costa sul, "essa bela encosta", numa grande baía (*Id.*, *Ibid.*, 440).

Porto Santo é referido como uma ilha pequena, e as outras apenas como rochedos estéreis, sem importância.

Blanchard, de forma resumida, dá aos seus jovens leitores uma imagem da Madeira como um lugar agradável (um *locus amoenus*), simples, mas de uma grande riqueza, baseada nos produtos da terra. A descrição da Ilha e do que exporta é pautada pelo elogio e pelo carácter superlativo, em comparação com outros lugares e produtos. O autor repete, assim, os *topoi* da fertilidade e da excelência ligados à Madeira e o deslumbre do europeu continental.

Obras de Pierre Blanchard: *Le Voyageur de la Jeunesse dans les Quatre Parties du Monde. Ouvrage Élémentaire* (1804); *Les Accidents de l'Enfance, Présentés dans des Petites Historiettes, Propres à Détourner les Enfants des Actions Que Leur Seraient Nuisibles* (1813); *Le Trésor des Enfants. Divisé en Trois Parties. La Morale, la Vertu, la Civilité* (1814).

Bibliog.: BLANCHARD, Pierre, *Le Voyageur de la Jeunesse dans les Quatre Parties du Monde. Ouvrage Élémentaire*, 5.ª ed., Paris, Le Prieur-Libraire, 1818.

LUÍSA M. ANTUNES PAOLINELLI

Blanc, Tibério Augusto

Tibério Augusto Blanc nasceu em Santarém, cerca de 1810, entrando para o Real Colégio Militar em 1822, onde foi inscrito com o número 34 e já se não encontra registado com os últimos apelidos. Terminado o curso, ingressou como cadete, a 9 de setembro de 1828, na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, onde "foi o primeiro em todos os exames" (SANTOS, 1991). Seria depois promovido a 2.º tenente, a 24 de julho de 1833, e a 1.º tenente, a 5 de setembro de 1837, sendo colocado nesse mês na ilha da Madeira. Fixou residência no Funchal, na rua de Santa Maria, onde veio a conhecer a futura esposa, Marta Carolina de Abreu Rego, da família dos capitães de Ponta Delgada, com quem se casou a 16 de fevereiro de 1838. Passou depois a residir na antiga rua das Portas Novas, atual rua do Carmo, e, depois, junto à ponte do Ribeiro Seco, quando foi colocado à frente daquelas obras.

Tibério Augusto Blanc parece ter ido para a Madeira a pedido do administrador-geral António Gambôa e Liz (1778-1870) e, provavelmente, por indicação do futuro barão de Lordelo, que fora nomeado para o Funchal, em 1835, embora só se tenha aí apresentado em setembro de 1838. Tibério Blanc casar-se-ia no Funchal em fevereiro de 1838 e, em abril do ano seguinte, nascer-lhe-ia uma filha, da qual, em agosto, foram padrinhos de batismo

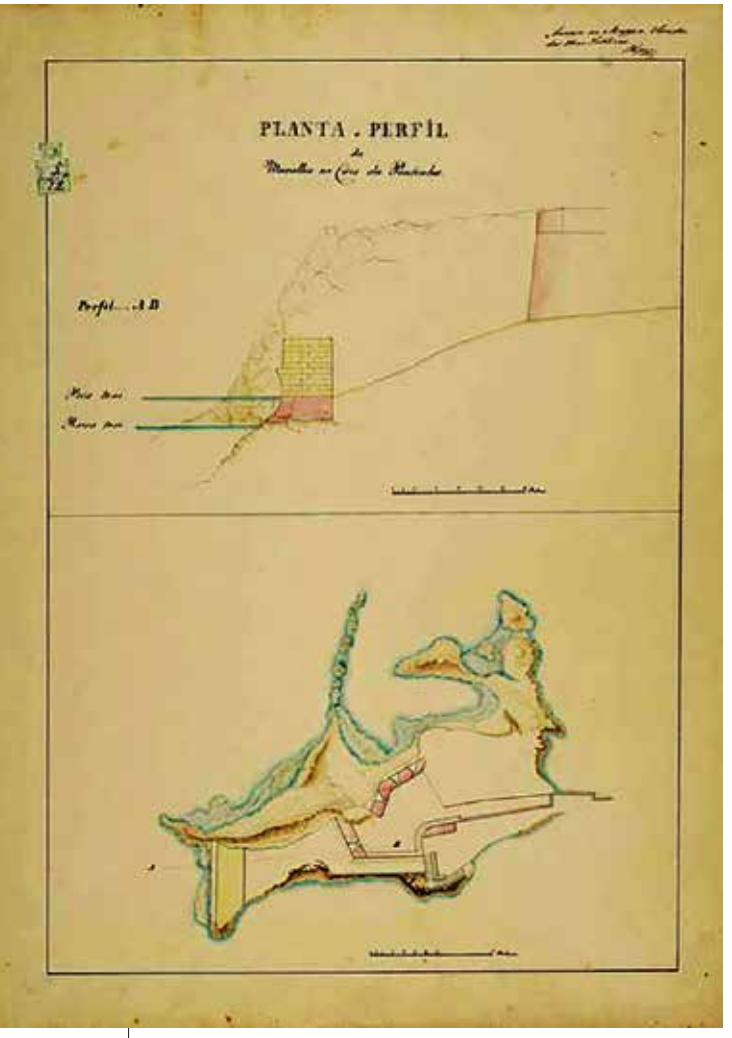


Fig. 1 – *Planta e Perfil da Muralha no Caes da Pontinha*, c. 1835 (DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos..., 1346-1A-12-15).

os barões de Lordelo, José da Fonseca e Gouveia, administrador-geral do Funchal, e Maria Leopoldina, sua esposa, demonstrando as boas relações que mantinha com as mais altas autoridades do distrito.

Tibério Blanc terá ido para a Madeira trabalhar na canalização das ribeiras do Funchal, monumental obra que fora iniciada pelo brigadeiro Oudinot em 1804, após a aluvião do ano anterior. Integrou assim a comissão nomeada para superintender na inspeção e direção dos trabalhos de limpeza das ribeiras da cidade em 1839 e, no mesmo ano, ainda foi encarregado do conserto da igreja de S. Lourenço da Camacha. Em 1840 seria encarregado de verificar o estado da igreja matriz de Machico e orçamentar os reparos necessários, assim como igualmente o estado das muralhas da ribeira daquela vila, indicando os melhoramentos urgentes de que necessitava, "visto recear-se qualquer desastre" (ABM, Governo Civil, liv. 132, fls. 104 e 131v.), o que viria a acontecer dois anos depois, com uma nova e destrutiva aluvião.

Nesse ano de 1840 ainda veio a ser encarregado de vistoriar se os cemitérios de Machico, Água de Pena, Santo António da Serra e Caniçal estavam de acordo com as determinações dos decretos de 21 de setembro e de 8 de outubro de 1835, vindo, no final desse ano, a vistoriar também um terreno em Machico, no sentido de avaliar se tinha condições para servir de cemitério àquela vila, embora a sua autorização para ser destacado para o serviço do Governo Civil só tivesse vindo no ano seguinte. Em 1841, o Ten. Tibério Blanc procedeu à medição das águas da levada do Furado e orçamentou os reparos de que a mesma necessitava, vindo a ser o trabalho das levadas um dos aspetos mais relevantes da sua atividade na Madeira.

No final de 1842, face à importante aluvião, era chamado à Comissão Central de Auxílio, encarregada de avaliar os trabalhos a serem feitos. Nas reuniões e na presença do então administrador-geral, o Dr. Domingos Olavo Correia de Azevedo (1799-1855), estavam presentes os engenheiros militares da ilha: o então novo diretor das obras públicas, Manuel José Júlio Guerra (1801-1869), e os engenheiros Tibério Augusto Blanc, António Pedro de Azevedo (1812-1889), recentemente regressado à Madeira, e o velho e experiente Vicente de Paula Teixeira (c. 1790-c. 1850), como representante das obras camarárias do Funchal. A aluvião ocorrera a 24 de outubro desse ano, tendo sido despachado para o Funchal, a 26 de novembro, o então Maj. Manuel José Júlio Guerra, experiente militar liberal, com larga folha de serviço nos Açores, no Porto, no Algarve e em Setúbal, mas, em princípio, sem as capacidades científicas dos outros dois engenheiros na altura também presentes na ilha. A sua colocação à frente das

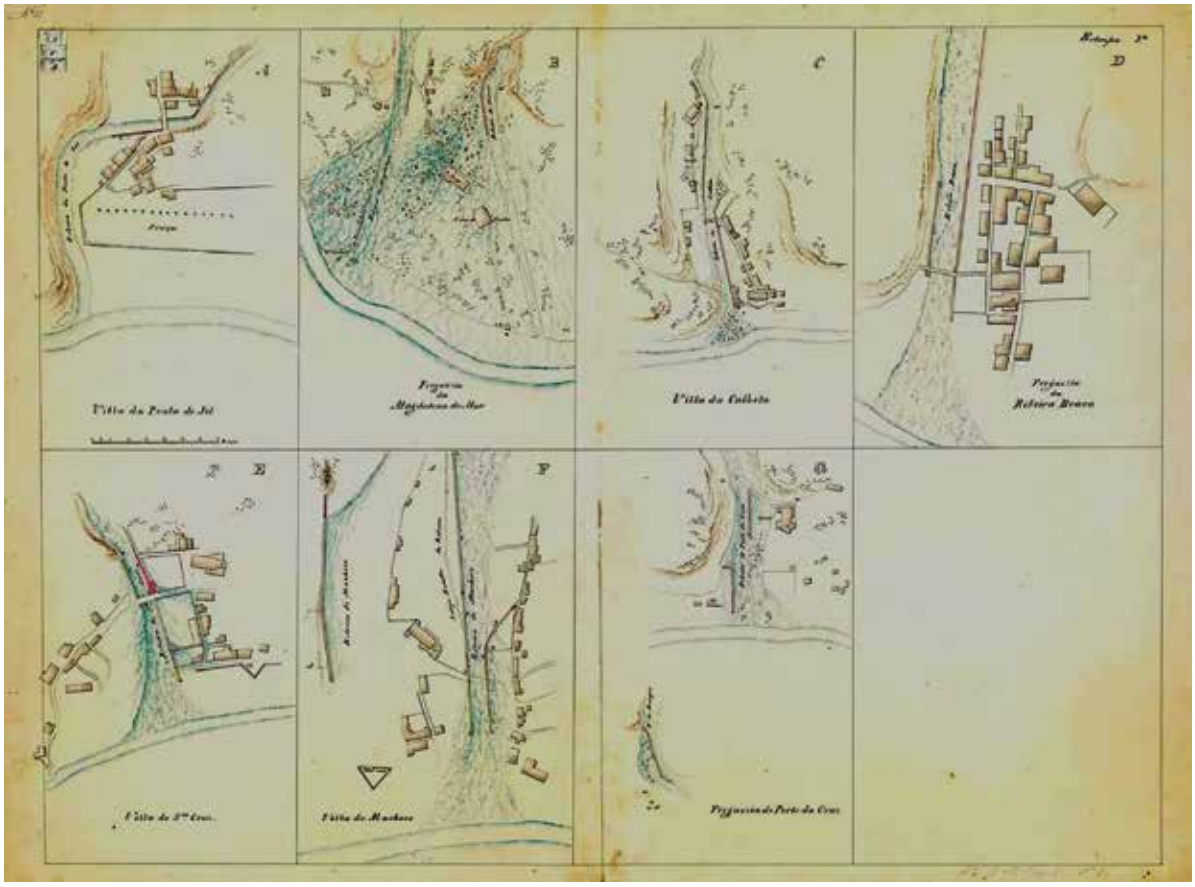


Fig. 2 – *Estragos da Aluvião de 1842*, cópia de 1844 (DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos..., 1340-1A-12-15).

obras públicas não deve ter agradado a Tibério Blanc, que, até certo ponto, se apaga nos anos seguintes, assim como a António Pedro de Azevedo, que pouco tempo depois volta para o continente, embora regressasse, também em pouco tempo, à Madeira.

Entre as mais importantes obras públicas da Madeira dos meados do séc. XIX, encontram-se a ponte do Ribeiro Seco, a Estrada Monumental para Câmara de Lobos e as várias pontes para tal construídas, assim como a levada do Rabaçal. Este conjunto de obras teve a direção do Eng.º Tibério Augusto Blanc e, dados os interesses políticos e económicos que envolveu, foi objeto de ampla discussão nos periódicos da época. Não lograram assim estes trabalhos, durante a sua execução, face aos sucessivos encargos que todos tiveram e que quase duplicaram os orçamentos iniciais, a larga aceitação que viriam a conhecer após a sua conclusão.

Em fins de 1846, já o conselheiro José Silvestre Ribeiro (1807-1891) iniciara as consultas sobre o modo de levar a efeito a obra da ponte projetada pelo seu antecessor, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (1792-1847), mas só em 1848 se pôde dar começo aos trabalhos, depois de o conselheiro ter obtido a promessa de donativos que chegassem para satisfazer a quarta parte das despesas em que haviam sido orçados os trabalhos. A arrematação das obras da ponte teve lugar a 27 de fevereiro de 1848, e, a 6 de março seguinte, começaram os trabalhos, tendo pouco antes o governador aberto uma subscrição para os gastos da ponte. Em junho desse ano, José Silvestre Ribeiro partiria de licença para o continente, não deixando de, antes de partir, louvar Tibério Blanc pelos trabalhos já desenvolvidos na ponte e no traçado da futura Estrada Monumental.

As obras da ponte do Ribeiro Seco foram arrematadas pela quantia de quase 6 contos

de réis, sendo arrematantes o mestre de obras José Pereira e seus sócios António Joaquim Marques Basto, João António Bianchi e Francisco Luís Pereira. Os trabalhos ficaram acabados em fevereiro de 1849, altura em que Tibério Blanc comunicou ao governador civil interino, Sérvulo Drumond de Meneses (1802--1867), em ofício de 5 de dezembro do mesmo ano, estar concluída a grandiosa obra, com toda a "solidez e perfeição" requeridas, tendo o governador interino louvado a forma como tinha "dirigido a execução do plano que habilmente traçara da mesma obra". Mais tarde, toda a documentação respeitante à obra seria publicada em volume independente, integrada nas várias obras respeitantes à atuação da administração de José Silvestre Ribeiro (MENEZES, 1848).

Tibério Blanc, talvez para poder acompanhar mais de perto a obra da Estrada Monumental, tinha adquirido um terreno junto à ponte do Ribeiro Seco, onde fizera construir uma residência. Assim, em breve era atacado pelo jornal *O Archivista*, insinuando-se que na execução dessa casa se servira dos materiais do Estado destinados à Estrada Monumental. Face às insinuações, o engenheiro enviou um ofício ao governador dando conta do andamento dos trabalhos e, ao mesmo tempo, demonstrando que nada de censurável havia feito. Acrescentava ainda que resolvera entretanto vender a dita casa e regressar à que adquirira anteriormente, em setembro de 1848, no Salto de Cavalo. *O Archivista* viria a publicar os esclarecimentos de Tibério Blanc, mas acrescentaria que, apesar de tudo, o engenheiro deveria de futuro fazer a sua residência um pouco mais afastada das obras que dirigia.

O incidente não deve ter afetado a ação e aceitação institucional de Tibério Blanc, que desde 1850 integrava a direção da Sociedade Agrícola Madeirense, composta por quase 30 pessoas, dando nesse ano orçamento para umas obras a executar na cadeia da cidade para a construção de uma lareira e respetiva chaminé, a fim de evitar que os presos fizessem lume ao longo dos muros, provocando fumos. Também no final desse ano se deslocara a Santa Cruz para escolher o terreno para o futuro cemitério. No ano seguinte, continuaria os seus trabalhos e, inclusivamente, responderia, por indicação também do Gov. José Silvestre Ribeiro, aos quesitos apresentados pela Câmara Municipal do Funchal sobre a iluminação a gás da cidade.

O problema mais grave viria a ocorrer, entretanto, em relação à levada do Rabaçal. O Eng.º Tibério Blanc fora colocado em agosto de 1848 à frente dos trabalhos da construção da levada, cujos primeiros estudos datavam dos meados do século anterior, de outubro de 1768, do tempo do sargento-mor Francisco de Alincourt (1733-1816), do ajudante Salustiano da Costa (c. 1745-c. 1820) e do Gov. João António de Sá Pereira (1719--1804). Os trabalhos de perfuração do importante túnel decorreram nos dois anos seguintes, comunicando o engenheiro, a 5 de novembro de 1850, em ofício escrito do lugar do Rabaçal, a finalização daquela fase dos trabalhos. No mesmo documento dava ainda conta de ter informado os vigários da Calheta, Estreito, Prazeres, Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo, localidades que mais tarde haveriam de beneficiar dos trabalhos em curso. Acrescentava também que encarregara os portadores das cartas de, nos adros das respetivas igrejas, darem girândolas de foguetes pela consumação do importante túnel de ligação das partes norte e sul do monte das Estrebarias.

As questões entre Tibério Blanc e António Pedro de Azevedo, no entanto, datavam de, pelo menos, os inícios de 1848. Tibério Blanc fora nomeado por despacho régio de 23 de janeiro de 1839, em comissão de serviço civil, encarregado da direção das obras públicas civis do distrito, ou seja, passara para a dependência direta do governador civil. Ora, com o afastamento de Júlio Ribeiro Guerra, passara o Cap. António Pedro de Azevedo a chefiar o Comando da Engenharia da 9.ª Divisão Militar, pelo que entendeu dever Tibério Blanc dar-lhe conhecimento dos trabalhos em que andava. A questão entre os dois chegou a Lisboa e teve como despacho a suspensão de ambos a 31 de março desse ano de 1848,

nomeando-se mesmo um capitão engenheiro, de nome Cunha, para substituí-los, como consta do processo arquivado no Arquivo Histórico Militar. A suspensão acabou por não ter efeito, com a chegada de José Silvestre Ribeiro a Lisboa, no mês de junho, e ambos se mantiveram em serviço na Madeira nos anos seguintes.

No Governo de José Silvestre Ribeiro, em meados de 1849, ainda se havia iniciado um interessante trabalho, que era o de classificar as várias acessibilidades, atribuindo-se depois as responsabilidades de conservação às várias autoridades concelhias e distritais. A iniciativa começou pela publicação de um edital convocando a Junta Geral para a discussão de um projeto sobre as estradas, apelando-se à participação dos cidadãos interessados no assunto. A junta veio a nomear uma comissão para a elaboração de um *Projeto para as Estradas e Caminhos da Ilha da Madeira e do Porto Santo*, que propôs então a sua classificação em estradas, caminhos do concelho, caminhos vizinhais e caminhos rurais, propondo ainda a constituição de uma Junta das Estradas e de um inspetor das estradas. O trabalho foi publicado na tipografia do palácio de S. Lourenço, mas parece que as contingências políticas posteriores o deixaram cair no esquecimento.

O Eng.º Tibério Blanc desenvolveu uma espantosa atividade durante o Governo de José Silvestre Ribeiro, visitando toda a ilha e, especialmente, as antigas levadas, dando parecer sobre os melhoramentos a efetuar e as novas obras a empreender nas mesmas. Em outubro de 1848, receberia na levada do Rabaçal o então tenente de engenharia António Maria Fontes Pereira de Melo, que chegou no bergantim *Mariana*, a caminho de Cabo Verde, tal como em meados de 1849 receberia o príncipe Maximiliano de Beauharnais (1817-1852), duque de Leuchtenberg e irmão da ex-imperatriz do Brasil, D. Maria Amélia de Bragança (1812-1873), que muito apreciou aquele empreendimento, vindo a contribuir monetariamente para o mesmo.

Com a montagem do novo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria de Fontes Pereira de Melo, Tibério Augusto Blanc foi mantido à frente das obras públicas do distrito do Funchal, situação que se conservou na vigência do novo governador, o visconde de Fornos de Algodres, João Maria de Abreu Castelo Branco Cardoso e Melo (1789-1878). As obras da levada do Rabaçal continuavam, entretanto, com a abertura de novo túnel, o das Levadinhas, para aumentar o caudal das águas. A época corresponde a uma nova inflexão política da regeneração, proclamando-se o Maj. António Pedro de Azevedo adversário político do anterior governador, José Silvestre Ribeiro, considerado localmente pelos "novos regeneradores" pouco dialogante e até autoritário. Com a nova situação, e não tendo sido nomeado diretor-geral das obras públicas do distrito, António Pedro de Azevedo consegue ser nomeado inspetor das mesmas obras, oficiando então a Tibério Blanc a comunicar-lhe as suas novas funções, solicitando-lhe vários elementos sobre as obras do Rabaçal e alojamento no local para proceder à sua inspeção.

O assunto foi acompanhado pelos periódicos do Funchal, que protestavam contra o atraso com que decorria a inspeção, a primeira a efetuar-se àquela obra, uma das mais importantes obras públicas da Madeira, chegando a alvitrar-se não estar o Maj. António Pedro de Azevedo a cumprir cabalmente as suas funções, colocando-se mesmo a hipótese de não ter sido a pessoa certa para proceder à inspeção. A questão arrastou-se pelos meses de outubro e novembro de 1852, embora Tibério Blanc tivesse logo colocado toda a obra à disposição de António Pedro de Azevedo, incluindo os serviços do apontador-geral, José Maria Passos. Os resultados acabaram por revelar que tudo estava a decorrer conforme os projetos iniciais definiam, havendo perfeita consonância entre os trabalhos desenvolvidos pelo Maj. Tibério Blanc e a inspeção efetuada pelo Maj. António Pedro de Azevedo, como consta na carta de 20 de novembro do apontador-geral (*A Ordem*, 25 set., 13 nov., 4 e 18 dez. 1852).

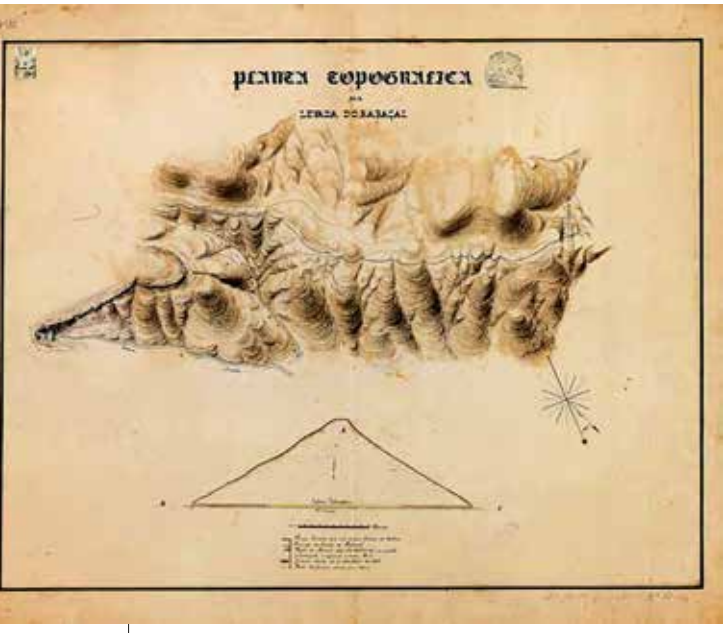


Fig. 3 – *Planta Topografica da Levada do Rabaçal: Galeria Aberta até 9 d'Outubro de 1845* (DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos..., 1346-1A-12-15).

O Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, em Lisboa, no entanto, parece não ter entendido assim a situação, passando a encarregar logo António Pedro de Azevedo de vários projetos na área das obras públicas e determinando a Tibério Blanc que entregasse o projeto final das obras da levada do Rabaçal. Na sequência disso, em fevereiro de 1853, exonerava Tibério Blanc do cargo da direção das obras públicas, indicando que deveria entregar a comissão a António Pedro de Azevedo. A passagem dos diversos materiais, especialmente o arquivo, levantou inúmeros problemas, patentes em vários ofícios trocados entre o Governo Civil e o Ministério. O visconde de Fornos de Algodres encarregou de superintender à passagem de funções o administrador do concelho do Funchal, e, face à dispersão dos materiais pelas várias frentes de obras, os arquivos de plantas e projetos levaram imenso tempo a ser entregues.

O assunto levou à intervenção do Ministério, que questionava se Tibério Blanc se recusava a entregar o arquivo, como se deduzia dos ofícios de António Pedro de Azevedo. O problema só se encontrava encerrado nos finais de março de 1853, com a entrega do relatório e do inventário do arquivo, assim como com a resposta taxativa do administrador do Funchal de desconhecer se o Maj. Tibério Blanc se recusara a entregar o arquivo em causa e dizendo que a elaboração do inventário final levara algum tempo a entregar por causa da acumulação de serviço no Funchal.

Tibério Augusto Blanc acabou por ser destacado para diretor das obras públicas de Ponta Delgada, nos Açores, entendendo Fontes Pereira de Melo que, dado existirem dois engenheiros no Funchal, e não havendo nenhum nos Açores, um deveria seguir para ali. A ordem para um dos oficiais engenheiros da Madeira passar a São Miguel foi assinada a 31 de outubro de 1853, mas sobre o ofício o ministro dos Negócios da Guerra informou que já a 14 de outubro se determinara o envio para os Açores do Maj. Tibério Augusto Blanc. A sua atuação nos Açores deve ter sido bem aceite, pois a 19 de janeiro de 1861 era nomeado inspetor-geral das obras públicas dos Açores e do Funchal.

Tibério Blanc optara, entretanto, por se radicar definitivamente no continente, indo em 1854 à Madeira recolher a família, embarcando então para Lisboa no *Galgo*, acompanhado da esposa, da mãe, de três filhas, de uma irmã e da criada. No entanto, não teria sido impunemente que passara 17 anos ao serviço das obras públicas da Madeira, e, nos anos seguintes, regressaria pontualmente ao Funchal para a assinatura de uma escritura com o 2.º conde de Carvalhal (1831-1888) e Nuno de Freitas Lomelino (1820-1880), em 1858, subscrevendo uma sociedade para execução de uma levada em Boaventura destinada a regar a Ponta Delgada, altura em que vende algumas propriedades que ainda possuía na Madeira. Voltaria ainda em 1860 e em 1862, neste último ano como inspetor das obras públicas, altura em que publica um artigo defendendo a sua obra da levada nova do Rabaçal, então atacada pelo jornal *Voz do Povo*. Voltaria ainda em 1866 e 1867, desta última vez para vistoriar aspetos da construção de uma

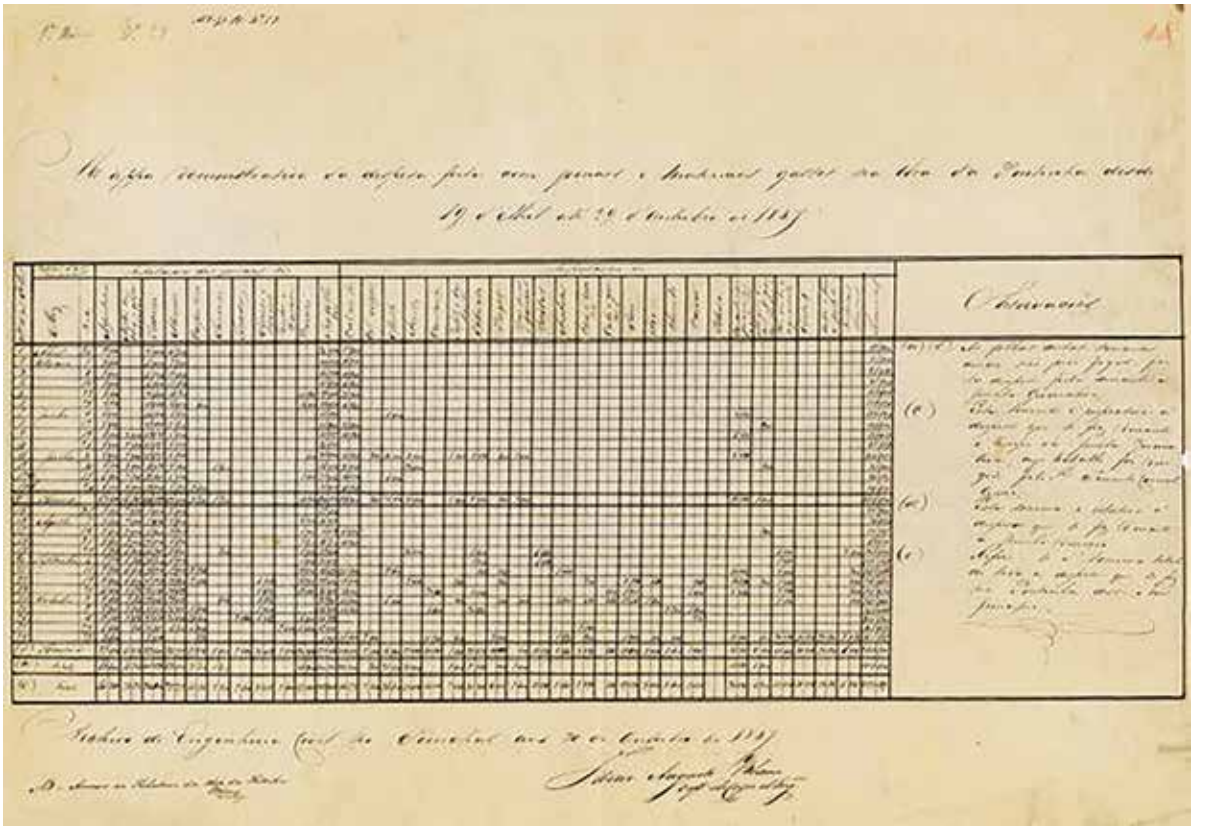


Fig. 4 – *Mappa Demonstrativo da Despeza Feita com Jornaes e Materiaes Gastos na Obra da Pontinha: desde 19 de Abril ate 29 d'Outubro de 1847* (DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos..., 1321-2-22A-109).

"docka" no porto do Funchal, assim como em 1873 e 1875, quando a sua saúde já se encontrava bastante abalada, acabando por falecer em Lisboa em setembro desse último ano.

O Maj. António Pedro de Azevedo teria idêntico percurso, também se retirando para Lisboa em meados de 1865, onde foi promovido a general a 13 de dezembro de 1869, passando depois a diretor do arquivo da Engenharia. Reformado a 31 de dezembro de 1878, manteve-se à frente daquele arquivo até falecer em Lisboa, a 10 de agosto de 1889. Salvo melhor opinião, a ele se deve não ter ficado uma única planta assinada por Tibério Blanc nos arquivos militares, das inúmeras que do Funchal para ali foram enviadas ao logo de quase 20 anos.

O único documento assinado por Tibério Blanc que resta é um mapa de gastos das obras da Pontinha, de outubro de 1847, e, se restam algumas plantas da sua autoria, como as da fortaleza do Ilhéu, do forte de S. José da Pontinha ou dos estragos da aluvião de 1842, só escaparam porque não estão assinadas. Inclusivamente desapareceu quase todo o conteúdo do seu processo individual nos arquivos de pessoal do Exército, só dali constando seis documentos soltos provenientes de outros fundos.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Administração do Concelho do Funchal, liv. 319, fls. 71 e 72v.; *Ibid.*, Alfândega do Funchal, liv. 677; *Ibid.*, Governo Civil, liv. 6, fls. 3-3v.; liv. 54, fl. 101v.; liv. 97, fl. 175v.; liv. 111, fls. 22-23v.; liv. 132, fls. 40--40v., 89, 104, 130 e 131v.; liv. 135, fls. 145v. e 150; liv. 153, *Actas*; liv. 526, fl. 41; liv. 633, fls. 6 e 8v.; liv. 653, fl. 14v.; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Sé, Batismos, liv. 282, fl. 243; AHM, Processos Individuais, cx. 798, *José Júlio Guerra*; cx. 842, *Tibério Augusto Blanc*; cx. 965, proc. 593-3, *António Pedro de Azevedo*; DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, 1310, 1311, 1321-2--22A-109, 1340-1A-12-15, 1346-1A-12-15; **impressa:** *O Archivista*, 9 out. 1851; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2008; MENEZES, Sérvulo Drummond de, *Collecção de Documentos Relativos á Construção da Ponte do Ribeiro Seco*, Funchal, Typ. L. Vianna Junior, 1848; *Id.*, *Uma Epoca Administrativa da Madeira e Porto Santo a Contar do Dia 7 de Outubro de 1846*, 2 vols., Funchal, Typ. Nacional, 1849-1850; SANTOS, Rui, "Um capitão de engenheiros (Tibério Augusto Blanc, Santarém, 1810?; m. 1875)", *Jornal da Madeira*, 25 dez. 1991, 5 jan. 1992; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

RUI CARITA

Blandy, família e casa comercial

Estamos perante uma família e casa comercial que, nos últimos anos, tem despertado desusado interesse na sociedade madeirense. É uma entre muitas e muitas famílias inglesas que, no decurso do séc. XIX, se fixaram na Madeira, na mira do comércio do vinho Madeira, e que, rapidamente, acabaram por adquirir um lugar proeminente na economia do arquipélago. Sabemos que, de acordo com a tradição inglesa, a afirmação destas casas comerciais prima por uma política global de intervenção, capaz de estabelecer uma cadeia própria que atinja a vida económica e financeira no seu todo, sendo servida quase sempre de um órgão ao nível da comunicação social. A tradição manteve-se na Madeira e talvez tenha sido a razão da origem da sua continuidade no arquipélago, ao contrário de outras, que, por apostarem preferencialmente num sector, acabaram por perder protagonismo e ter de sair.

Nos últimos anos, a referida casa comercial e família tem merecido algum interesse editorial. Fizeram-se estudos monográficos, com teses académicas, e publicaram-se livros. Qualquer um destes livros, e outros que se publicaram sobre a Madeira nos sécs. XIX e XX, traz informação e dados que, em muitos aspetos, evidenciam, de forma mais clara, o protagonismo desta família, dando conta dos múltiplos pontos positivos, bem como dos negativos, da sua intervenção. Mas felizmente a História não é um tribunal, tão-pouco os historiadores poderão assumir o papel de acusadores ou defensores desses protagonistas.

Um dos textos mais recentes sobre a família Blandy é de Marcus Binney (2011). Não é um romance, e está também longe de ser a história completa da presença desta família na Ilha. O autor reuniu factos, testemunhos, poucos documentos, e procurou tecer uma biografia da família em forma de panegírico. Por pouco, a história da Madeira dos últimos 200 anos teria apenas um protagonista, uma família no centro de tudo. Felizmente que a história da Madeira é outra realidade, muitas vezes negra, em que a presença desta família nem sempre



Fig. 1 – Ex-líbris de John Blandy, 1791 (ed. c. 1910).

se tece da melhor forma. Os ingleses, onde quer que se fixem e afirmem, nunca estarão isentos de controvérsia, e a Madeira não será uma exceção.

A leitura do livro de Marcus Binney, em confronto com a tese de mestrado de Liliana Correia (2005) sobre a mesma família no séc. XIX, permite um duplo olhar sobre a sua presença e importância. De um lado, apresenta-se a saga quase mítica desta família na Ilha. Do outro, surgem-nos as referências que permitem descobrir a sua forma de intervenção e esclarecer como atingiu a dimensão que teve e legou aos seus descendentes.

O recurso ao estudo de Liliana Correia permite-nos o inventário de algumas das situações que contribuíram para o crescimento do património fundiário dos Blandys. Entre 1844 e 1850, foram 16 os casos, no Santo da Serra, de moradores que, em dificuldades por pertencerem ao movimento protestante do Rev. Kaley, foram obrigados a emigrar, entregando o seu património a John Blandy (1783-1855). Depois, entre 1878 e 1907, são sinalizados 74 novos atos notariais em que são partes Richard

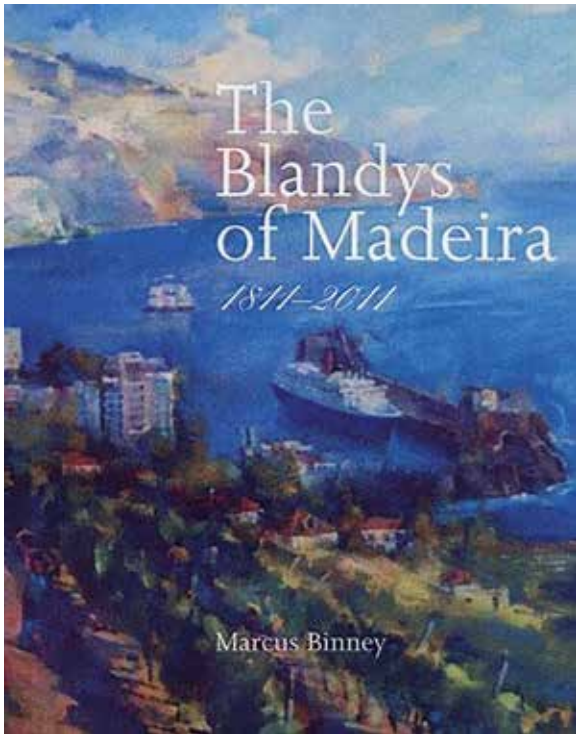


Fig. 2 – *The Blandys of Madeira. 1811-2011* (2011), de Marcus Binney.

Ridpath Blandy e John Burden Blandy, na sua maioria favoráveis à firma ou família Blandy. De novo, dívidas e situações de incumprimento de empréstimos levam à perda dos bens hipotecados. De igual modo, a compra da Qt. do Palheiro Ferreiro, em 1885, resulta de uma situação de hipoteca em que era parte interessada também a família Blandy. Já antes havia acontecido o mesmo com a quinta de João Bruno Accioly, em Santa Luzia, que, a 15 de janeiro de 1824, foi adquirida por João Blandy, na sequência de uma execução fiscal da Junta da Real Fazenda do Funchal por falta de pagamento de impostos. A situação repete-se nos anos 20 e 30 com a crise bancária e económica que serviu de impulso às Revoltas da Farinha e da Madeira. Desta forma, poderemos dizer que esta outra face da moeda ainda está por esclarecer devidamente. Só então será possível posicionar nos pratos da balança o deve e haver desta família e de muitas outras que fizeram da Ilha o centro dos seus negócios, a sua Ilha do tesouro.

Queremos realçar a importância da documentação notarial no estudo das empresas, mas também alertar para alguns perigos. Por vezes, a falta de cuidado leva a que se tirem algumas conclusões precipitadas quanto à dimensão e papel de uma empresa através dos registos notariais. Junto com o número de operações notariais, deverá ter-se em conta não só os valores em jogo, como o tipo de relação que o ato público denuncia entre as duas partes. Não foi por acaso que muitos dos estudiosos e utilizadores das fontes notariais insistiram em inúmeras recomendações sobre a forma de uso e tratamento deste tipo de fontes no discurso histórico. Desta forma, um discurso histórico credível deverá ter em conta a necessidade de questionar a autenticidade e a fiabilidade das fontes e dos seus informantes, como também de equacionar a representatividade das informações recolhidas e a sua suficiência para o motivo que nos ocupa.

Neste quadro de atuação, deveremos assinalar a família Blandy, que, de forma rápida, entre o período que medeia o último quartel do séc. XIX e as três primeiras décadas do seguinte, conseguiu reunir um património assinalável na cidade e no espaço rural. O facto de deterem uma posição hegemónica na economia da Ilha – abarcando as suas atividades, o comércio, a navegação e as finanças – permitiu-lhes aproveitarem-se da situação de crise para aumentar o património fundiário, quer urbano quer rural.

A propósito, convém referir que esta ampla forma de intervenção da Casa Blandy na sociedade não indicia uma intenção benemérita ou social dos ingleses, mas enquadra-se numa estratégia comum a esta comunidade de comerciantes, que atuam em simultâneo como exportadores, atacadistas, revendedores, banqueiros e seguradores. O modelo acontece tanto na Madeira como nos Estados Unidos da América, nos sécs. XVIII e XIX. Partindo desta estratégia da Casa/firma Blandy, claramente definida no último quartel do séc. XIX, consideramos que seria importante rastrear qual a situação para o séc. XX, nomeadamente no período conturbado que se viveu, por força das guerras e da crise financeira mundial que teve

grande impacto na Ilha, com a falência de diversas casas bancárias.

Boatos e testemunhos apontam quase sempre o dedo acusador à firma Blandy pela situação criada com a falência das casas bancárias. Neste quadro, por falta de documentos oficiais e na ausência de informações na imprensa da época, vimos nos livros notariais uma possibilidade de encontrar algum rastro dessa denúncia, entretanto ainda por provar. Foi por isso que, no quadro dos estudos que coordenamos sobre a economia e influência das comunidades estrangeiras, solicitámos a participação de José Luís de Sousa para proceder ao levantamento de todos os atos notariais em que a firma Blandy participou, durante o período de 1910 a 1974, no sentido de perceber a sua forma de atuação face à realidade socioeconómica do período em questão.

No estudo destas empresas, é fundamental o recurso aos arquivos privados, quando estão disponíveis ou o seu acesso facilitado. Neste caso, os atos tombados nos registos notariais e, acima de tudo, o acervo privado de cartas comerciais e demais livros da contabilidade das empresas, que sabemos existirem para esta família e que já tivemos oportunidade de manusear, são fundamentais para o estudo no domínio da chamada história empresarial, que, entre nós, ainda não alcançou adeptos. As cartas comerciais obedecem a uma lógica, uma vez que são um instrumento fundamental da atividade comercial entre distintos mercadores e seus agentes. Muitas vezes, o sucesso deste sistema de circulação de produtos depende da forma expedita com que as mesmas circulam e chegam ao destinatário. A sua utilização na construção da História tem sido múltipla, buscando-se os dados que inferem sobre as mercadorias em troca, os portos de destino e os meios de pagamento, mas raras vezes se olha para estas de outra forma, na busca da intimidade e vivências dos seus interlocutores.

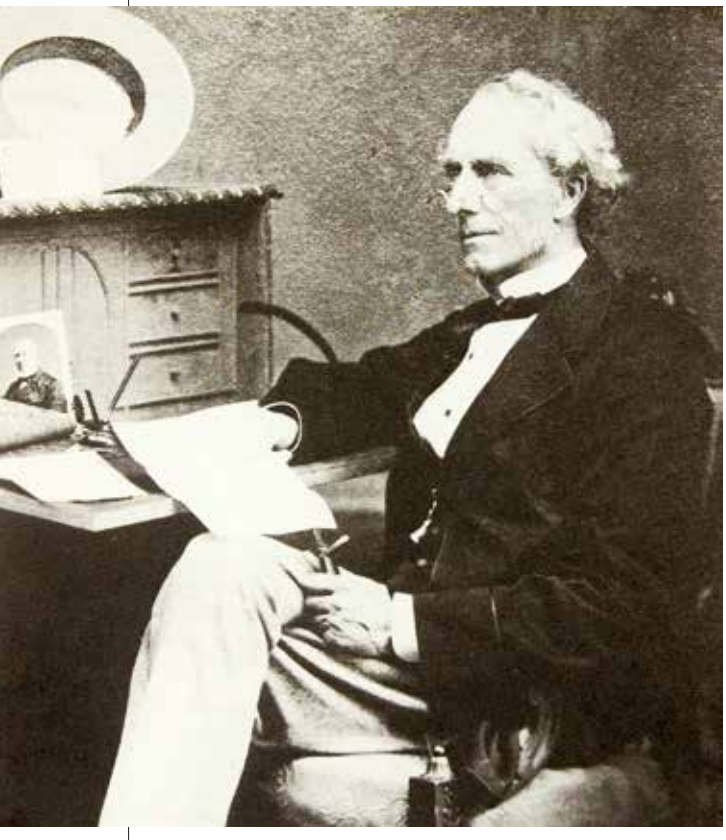


Fig. 3 – Charles Ridpath Blandy, c. 1875 (Arquivo Cossart).

Em 1980, no quadro dos estudos que tínhamos em curso, quisemos proceder a um levantamento da documentação empresarial ligada ao sector do vinho a partir do achado da documentação de algumas das empresas que se haviam associado para dar origem à Madeira Wine Association (MWA), hoje Madeira Wine Company (MWC). Com as facilidades concedidas pela sua direção, procedemos à organização dos referidos arquivos, com o fito de procedermos, na época, à sua microfilmagem para, num futuro, podermos realizar um estudo mais abrangente da história do vinho que incidisse sobre o vinho Madeira. Entretanto, faltou entendimento a quem de direito para que esta missão se concretizasse, e parte significativa deste espólio acabou desmantelado. O que sobrou está disponível no museu da MWC, nas Adegas de S. Francisco (ASF).

Não podemos esquecer que a história da Madeira, a partir de meados do séc. XVII, embora a sua presença seja anterior, não pode ser entendida sem esta comunidade, que assume um papel dominante no comércio do vinho, na navegação e demais sectores económicos da sociedade madeirense. Muitos, porque faziam do negócio do vinho a sua principal atividade e fonte de lucro, partiram com as crises

de 1852 e 1872. Outros aproveitaram-se desta e de outras crises para reforçar posições e ganhar dimensão económica. Na verdade, foram os momentos de crise da economia madeirense que deram a vantagem para esta afirmação da casa comercial. Foi assim na segunda metade do séc. XIX, com a crise do comércio do vinho, bem como na déc. de 30, com a crise bancária.

A tradição aponta a presença de John Blandy desde 1807, como furriel das forças do Gen. Beresford. Entretanto, Emmanuel Berk encontrou, em agosto de 2006, uma carta de apresentação datada de 23 de dezembro de 1807 e dirigida à firma Newton, Gordon, Murdoch & Co. em que se revela a vinda deste súbdito de Sua Majestade para a Ilha a fim de cuidar da sua saúde, oferecendo os seus préstimos para um qualquer emprego de contabilidade. É mais um entre muitos britânicos que a Madeira acolhe em busca dos efeitos benfazejos do clima na cura de doenças e que acaba por se fixar e fazer vida na Ilha.

Blandy Brothers Lda., popularmente conhecida como a Casa Blandy, é a cara visível, em termos comerciais, da família Blandy no arquipélago. Começou com os vinhos em 1811 e, como todas as famílias inglesas, alargou o ramo de negócios a todos os sectores da atividade comercial, com particular incidência na navegação marítima, em 1862, como agente, em 1878, como abastecedora de água e carvão aos navios, em 1855, como interventora na cabotagem marítima, em 1897, e, ainda, na construção naval, em 1896. O leque das suas atividades alarga-se depois à água, através da chamada "levada Blandy", e ao abastecimento doméstico de água, à moagem dos cereais, em 1930 [?], aos fornos de cal, em 1945, e mesmo à imprensa, com o *Diário de Notícias*, a partir da déc. de 30 do séc. XX. Está também assinalada como banqueira, a partir de 1880, mas a Casa Bancária Blandy Brothers [banqueiros] Lda. só começou em 1923, estando associada à crise bancária que aconteceu em 1931, partilhando, com a Casa Hinton, o património ligado ao banco de Henrique Figueira da Silva, vendido em hasta pública por insolvência. Ainda na déc. de 30, passa a intervir na hotelaria, com a compra do Hotel Reids, que foi vendido em 1996, mas a sua situação saiu reforçada neste sector, em 2000, com o Porto Bay Group, que se expande para o Brasil (2007) e para o Algarve (2008).

Foi no negócio do vinho que John Blandy consolidou os seus negócios na Ilha e fez erguer o império que a casa hoje detém. Em 1811, começou a negociar vinhos, adquirindo rapidamente uma posição destacada no sector das exportações. Um facto curioso sucedeu em 1816, com a entrada de duas vasilhas com 92 garrafas de vinho do Porto, pedidas por John Blandy para curar uma moléstia da mulher. Nos dados das exportações de 1823, sabemos que exportou 10 pipas, subindo para 152, em 1824. Os principais destinos foram Londres, Índia, Jamaica, Demerara, Baltimore e Filadélfia. Foi o seu filho, Charles Ridpath Blandy (1812-1879), que assumiu a gerência da Casa em 1855, quem deu o golpe de mestre, ao avançar com um investimento na compra dos *stocks* de vinhos velhos existentes em diversas casas da Ilha. Foi precisamente no ano que assumiu esta direção que comprou a Qt. do Palheiro Ferreiro, propriedade do conde de Carvalhal, que havia sido penhorada por dívidas à Fazenda Real. Com isto construiu uma reserva que se manteve até à atualidade como o maior património vínico do arquipélago e que propiciou às futuras gerações, nomeadamente no período das crises resultantes do oídio, mas acima de tudo da filoxera, em 1872, dar continuidade e importância à casa de vinhos. Esta política teve continuidade com o filho, John Burden Blandy (1839-1912), que assumiu a direção da casa em 1878.

As ASF, no Funchal, onde hoje se encontra a Blandy's Wine Lodge, foram adquiridas à Câmara Municipal do Funchal depois de 1836, altura em que foram expropriadas à família madeirense de Pedro Jorge Monteiro e do cônsul francês Nicolau de La Tuelliére, casado com uma filha do primeiro, uma família historicamente ligada aos vinhos e com grande poder neste comércio no decurso da segunda metade do séc. XVIII, mas que agora estava falida.

A Casa envolveu-se no comércio com o vinho americano. Em 1863, Charles Blandy, em carta a Jefferson Davis, presidente dos Estados Confederados, reclamava o pagamento dos danos causados com a perda de mercadoria provocada pelo afundamento do barco *Lauraetta* pelo barco *Alabama*. Nos primeiros anos do séc. xx, a firma Blandy Brothers & Co. ocupava o segundo lugar, depois da Cossart Gordon & Co., no conjunto das firmas estrangeiras exportadoras de vinho Madeira.

A 9 de agosto de 1913, foi constituída, por escritura notarial, a firma MWA, reunindo algumas empresas ligadas ao comércio de vinhos: Harry Hinton, Blandy Madeira Lda. (1811), John Frothingham Welsh, Cunha e Co. Lda. e Henriques & Câmara, a que aderiram, depois, Donaldson e Krohn Brothers. É a consequência inevitável da crise do mercado do vinho, nos princípios do século, agravada, nos anos imediatos, com as guerras mundiais. Passados 12 anos, ganhou nova dimensão, passando a ocupar as instalações da firma Blandy no centro do Funchal, as ASF, e a contar com a adesão de outras casas comerciais: Abudarham & Filhos, Luís Gomes da Conceição & Filhos (1863), Miles Madeira Lda., F. F. Ferraz & Cia. e T. T. da Câmara Lomelino (1820). Cossart Gordon & Co. Lda. (1745) foi o último a juntar-se ao grupo, em 1953. A partir de 31 de dezembro de 1981, a firma alterou a designação para MWC. Iniciou-se aqui uma nova fase que levou a que a família Blandy assumisse, em 1979, uma posição maioritária. A partir de 1989, partilhou o património com a família Symington, que adquiriu o controlo da empresa, situação que acabou por se reverter em 2011.

Em setembro de 2000, foi atribuída à MWC a certificação de qualidade na produção, pela norma ISO 9001. Na R. de S. Francisco permanecem os antigos armazéns que foram da firma Blandy, como espaço museológico e de provas, enquanto no Lg. Severiano Ferraz se instalou todo o espaço de vinificação e engarrafamento, com o recurso às mais modernas tecnologias. É aqui que podemos ainda encontrar em funcionamento as estufas de madeira e cimento.

A família também assumiu uma posição destacada nas moagens, a partir de 1900,

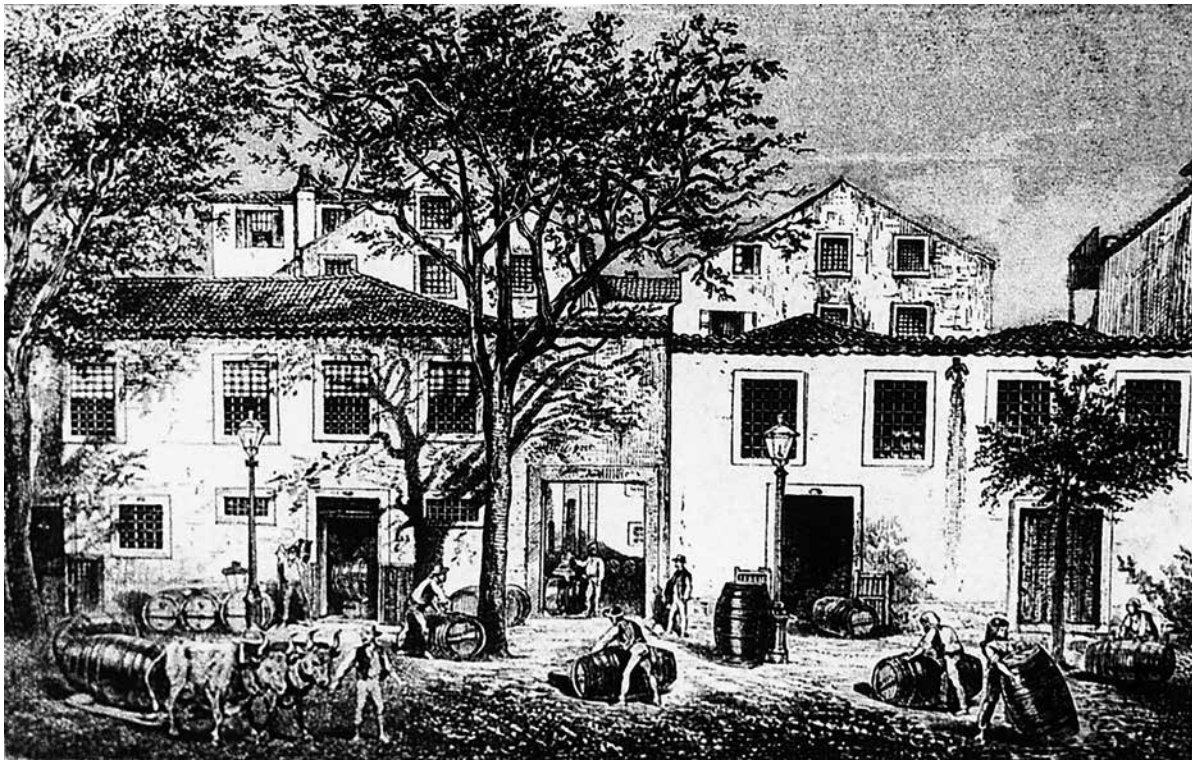


Fig. 4 – Armazéns Blandy, Passeio Público, gravura de Henry Vizetelli, 1880 (coleção particular).

mantendo-a até a atualidade. Aliás, refere-se que a chamada Revolta da Farinha, que ocorreu em fevereiro de 1931, está relacionada com esta moagem, acusada de querer monopolizar o sistema, pela forma como a legislação tratou de regulamentar o sector moageiro, com a publicação, a 26 de janeiro de 1931, do dec. 19.273, conhecido como o "decreto da fome", que criava o regime de monopólio controlado por um grupo de proprietários das fábricas de moagens, entre os quais a família Blandy, conhecidos como "os moageiros". A partir de 1930, a família Blandy, com serviço de moagem, associa-se à Companhia Insular de Moinhos (CIM), criada a 1 de maio de 1929, por iniciativa de um grupo de nove empresários ligados ao sector da panificação. Daí que a CIM tivesse sido um dos principais alvos da revolta e do assalto dos populares, por materializar esta tendência monopolista.

À família também se atribuem várias iniciativas, entre as quais a importação do gado lanígero de Inglaterra, a construção da primeira fábrica de manteiga, tal como a importação do relógio da Achada [Camacha]. Este relógio veio diretamente de Liverpool para a torre construída de propósito por Michael Grabham, em 1896, na sua Qt. da Camacha.

Devemos acrescentar, ainda, para além da casa bancária, a existência, em termos financeiros, de mecanismos de atuação que foram usuais por falta de dinheiro circulante e que permitiram situações de favorecimento. Por um lado, tivemos diversas formas de empréstimo em produtos, sob caução da colheita do vinho em setembro, que permitia aos ingleses uma situação privilegiada na relação com os produtores de vinho. Depois, o recurso a fichas, sob a forma de papel ou metal, neste caso imitando mesmo as moedas, que substituíam as moedas de menor valor. As fichas Blandy eram muito populares e tinham aceitação, não só na Casa Blandy, como em muitas casas comerciais da cidade.

No decurso do séc. XIX, a comunidade inglesa residente na Madeira era muito interventiva na vida local. Assim, tanto controlava a direção da Associação Comercial, como



Fig. 5 – Fichas Blandy, c. 1940 (Museu da Madeira Wine).

intervinha ativamente e com assiduidade nas suas reuniões. A família Blandy é um caso evidente desta realidade. Aliás, a comunidade era muito unida e tinha reuniões periódicas na defesa dos seus interesses. John Blandy integrou a direção em 1839, enquanto Charles Ripath Blandy entrou em 1843, na qualidade de tesoureiro, situação que manteve até 1956, uma vez que no ano seguinte assumiu o cargo de presidente.

Um dos episódios mais propalados desta Casa prende-se com a passagem de Napoleão Bonaparte pelo Funchal, a caminho de Santa Helena, quando o cônsul inglês quis presentear o imperador deposto com vinho Madeira, que este não bebeu. Desta forma, após a sua



Fig. 6 – Armazéns Blandy na Penha de França, 1940 a 1950 (bilhete-postal Perestrellos) (coleção particular).

morte, Henry Veitch solicitou, em 1822, a devolução do vinho, vendendo-o depois à Blandy Brothers, que o engarrafou, em 1840, na condição de vinho velho e da roda. Churchill, de férias no Funchal, em 1950, foi presenteado com uma destas garrafas do vinho que o deposto imperador não bebeu.

Bibliog.: BINNEY, Marcus, *The Blandys of Madeira. 1811-2011*, London, Frances Lincoln, 2011; BLANDY, G. (org.), *The Bolton Letters. The Letters of An English Merchant in Madeira*, vol. II, Funchal, s.n., 1960; CLODE, Luiz Peter, *Algumas Famílias Inglesas Que Passaram a Esta Ilha*, Funchal, Tip. Comercial, 1950; CORREIA, Liliana Martins, *A Família Blandy. Economia e Cultura. Século XIX*, Dissertação de Mestrado em Cultura e Literatura Anglo-Americanas apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2005; COSSART, Noel, *Madeira, the Island Vineyard*, London, Christie's Wine Publications, 1984; GREGORY, Desmond, *The Beneficient Usurpers. A History of the British in Madeira*, London, Associated University Presses, 1988; HANCOCK, David, *Citizens of the World. London Merchants and the Integration of the British Atlantic Community. 1735-1785*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997; *Id.*, *Oceans of Wine. Madeira and the Emergence of American Trade and Taste*, Yale, Yale University Press, 2009; MINCHINTON, Walter, "Britain and Madeira to 1914", in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1986, pp. 498-523; *Id.*, "British residents and their problems in Madeira before 1815", in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 477-492; OLIVEIRA, Maria João, "O varadouro de S. Tiago", *Xarabanda*, vol. 10, 1996, pp. 45-52; SAINZ-TRUEVA, José de, "Quinta do Palheiro Ferreiro", *Atlântico*, n.º 15, 1988, pp. 222-232; SOUSA, José Luís de, *A Dialéctica da Blandy Brothers & Companhia Limitada na Economia da Madeira [1920-1974]*, Funchal, ed. do Autor, 2012; VASCONCELOS, Mota de, *Almanaque para o Desportista Madeirense, Ano de 1945*, Funchal, Tip. Comércio do Funchal, 1945; VIEIRA, Alberto, "A propósito de contratos e quebra de contratos dos registos notariais na história e da história das empresas", in *Anuário 2012*, Funchal, CEHA, 2012, pp. 358-401; VIZETELLY, Henry, *Facts about Port and Madeira. With Notices of the Wine Vintaged around Lisbon and the Wines of Tenerife*, London, Ward Loch and Co., 1880.

† Alberto Vieira

Bloco de Esquerda

Esta formação política nasceu em 1999, essencialmente a partir da direção nacional da União Democrática Popular (UDP), de independentes e de outros elementos de esquerda ou de extrema-esquerda, como o Partido Socialista Revolucionário (PSR) e o movimento Política XXI. Os contactos vinham do ano anterior, e o ideal comum que levou à fusão foi a defesa do socialismo em liberdade, a crítica às experiências soviéticas e outras ao socialismo dito real. Nesta nova formação, entraram depois igualmente os elementos da UDP Madeira e da União do Povo da Madeira (UPM), que desde 1974 e 1975 vinham mostrando uma interessante representação eleitoral para uma formação dada como de extrema-esquerda, logo fundamentalmente vocacionada para a luta de rua e não para eleições democráticas. O mesmo caminho, aliás, viria a trilhar o Bloco de Esquerda (BE), mas mais de 20 anos depois do que fizera a UDP Madeira. Esta nova plataforma não invalidou que continuassem, no terreno, a existir elementos arvorados em representantes das anteriores formações revolucionárias.

As ideias marxistas entraram em Portugal no final do séc. XIX e nos inícios do séc. XX, embora só algum tempo depois apareçam na Madeira, através de panfletos, provavelmente produzidos noutro lugar. Nos meados do séc. XX aparecem no meio universitário com outro cariz, inspiradas nos conflitos e debates do Maio de 1968, em França, mas através de formações que mudavam constantemente de nome, de fugaz existência e linguagem panfletária, pelo que dificilmente registáveis pela História. Com o (re)aparecimento do semanário *Comércio do Funchal*, em 1966, uma certa juventude intelectual de formação universitária e não só, pois que um dos suportes deste semanário foi o trabalho voluntário da Juventude Operária Católica (JOC), gravitou à volta daquela publicação, organizando tertúlias e fornecendo e editando material.

Das primeiras formações de extrema-esquerda do pós-25 de Abril, a UPM nasceu assim de elementos ligados ao *Comércio do Funchal*, ao Centro de Cultura Operária e ao professorado da Ilha, desenvolvendo com forças populares, de longe, a mais ativa e reivindicativa campanha da conturbada época. Apresentou-se pela primeira vez num comício no Pavilhão Gimnodesportivo do Funchal, em junho de 1974, e promoveu, logo a



Fig. 1 – Logótipo do Bloco de Esquerda.

1 de agosto, um primeiro comício no jardim municipal contra a não aplicação da lei do salário mínimo na Madeira, determinada no anterior mês de maio, tendo mesmo avançado para o edifício da antiga Junta Geral, onde decorria uma reunião para ponderar a aplicação dessa medida, dando origem a graves alterações da ordem pública e, depois, a inúmeros comunicados. Elementos desta formação, sempre mais ou menos mesclada com outros elementos, estiveram envolvidos na manifestação de 3 para 4 de outubro de 1974, no molhe da Pontinha, contra a presença do iate *Apollo*, dado então como ligado à CIA.

Alguns dias depois, a 30 de outubro, um grupo de estudantes e professores do Liceu Jaime Moniz, com elementos que haviam participado nos pronunciamentos anteriores, embora, em princípio, nem todos dados como afetos à UPM, decidiu ocupar as instalações vazias do antigo seminário, que o bispo D. Francisco Santana (1924-1982) mandara encerrar, até se definirem as relações do Estado e da Igreja a propósito do ensino religioso. O bispo, avisado a tempo, encerrara-se no edifício, ficando ali fechado durante todo o dia e obrigando à intervenção das forças armadas, mas acabou por concordar em alugar o edifício à Junta Geral, que lá instalou a Escola Básica Bartolomeu Perestrelo. Em princípios de abril de 1975, organizou ainda a UPM, com produtores e trabalhadores ligados à plantação da cana-de-açúcar, uma memorável manifestação, que tentou, inclusivamente à força, a entrada no palácio de S. Lourenço.

A UPM, com as suas teses marxistas-leninistas-maoistas, a fragmentação e a radicalização das diferentes fações ideológicas no interior do *Comércio do Funchal,* rompendo com a linha de esquerda moderada até aí prosseguida por Vicente Jorge Silva, conseguiu assumir uma certa preponderância e, num curto prazo, eliminou as restantes fações, tornando o semanário no seu porta-voz. Mais tarde, a comissão de trabalhadores saneou os elementos maoistas da UPM, tentando outra sustentabilidade para o jornal, mas o mesmo veio a encerrar algum tempo depois.

Em Lisboa, entretanto, a 16 de dezembro de 1974, a partir de três grupos marxistas-leninistas, fundava-se a UDP, que teve o seu primeiro congresso a 9 de maio de 1975, definindo uma linha ideológica genericamente tida por maoísta e o regime da Albânia como o de eleição no Leste Europeu. Já tinham sido elementos da UDP mesclados com os da UPM a entrar nas manifestações de abril de 1975, e, quando se convocaram as primeiras eleições para a Assembleia Regional da Madeira, para 27 de junho de 1976, já só apareceu a concorrer a UDP, que viria a eleger dois deputados. A presença desta formação seria praticamente contínua no Parlamento regional, conquistando um pequeno eleitorado de agricultores e trabalhadores do sector do artesanato, tendo tido em Paulo Martinho Martins (1953-2014) o seu principal dirigente regional. Paulo Martins apresentaria a sua renúncia de deputado na sessão de 8 de outubro de 2002 da Assembleia Legislativa Regional por motivos de saúde, e, para surpresa do presidente da mesa, após o anúncio e o elogio traçado ao então decano dos deputados madeirenses, com 25 anos de casa, sem figura regimental adequada, todos os restantes grupos parlamentares pediram a palavra e teceram os maiores elogios à sua atuação.

Ao contrário do que se passou no continente, onde o BE foi constituído também por uma



Fig. 2 – Bancada da União Democrática Popular, 1985 (ABM, Arquivos Particulares).

série de pessoas oriundas de organizações de génese trotskista, na Madeira o BE foi constituído essencialmente por marxistas, leninistas e estalinistas provenientes da UDP.

A UDP Madeira levou algum tempo a passar a usar a designação de BE, surgida em 1999, ainda não usando essa sigla nas eleições de 2000, mas já o fazendo nas eleições de 2004. Nas eleições de 2011, o BE Madeira não conseguiu eleger nenhum deputado, mas a 29 de março de 2015 já conseguiu dois, e, a 4 de outubro desse ano, conseguiria mesmo eleger um deputado pela Madeira para a Assembleia da República.

Bibliog.: AZEREDO, Carlos de, *Trabalhos e Dias de Um Soldado do Império*, Porto, Civilização, 2004; CALISTO, Luís, *Achas na Autonomia, Viagem ao Interior da FLAMA*, Funchal, *Diário de Notícias*, 1996; GOUVEIA, Gregório, *Madeira, Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, Funchal, *O Liberal*, 2002; SILVA, Vicente Jorge, *O Comércio do Funchal e a Autonomia*, Lisboa, Viver a Madeira, 2006.

RUI CARITA

Boa imprensa

Na Madeira, durante todo o séc. XIX e até ao primeiro quartel do séc. XX, a imprensa católica, chamada "boa imprensa", permite-nos analisar o discurso normativo segundo os cânones do catolicismo, face a um mundo europeu em transformação em todos os sectores, nomeadamente nos campos filosófico e ideológico, o que, obviamente, terá reflexos profundos de natureza teológica. Se é um facto histórico que a autoridade da Igreja Católica e do papa já havia sido contestada pela Reforma Protestante de Lutero e Calvino, no início do séc. XVI, enquanto, no interior do cristianismo, a sua essência não era questionada, o período em análise é o tempo em que a própria autoridade das religiões reveladas, não apenas o cristianismo, mas igualmente o judaísmo e o islamismo, começa a ser equacionada e até refutada. Vista a questão a partir do séc. XXI, é possível uma outra panorâmica do que então aconteceu, pois, sempre que se analisa uma determinada época do passado, parte-se da perspetiva cultural do momento em que essa análise é feita e do percurso empreendido desde essa época até ao presente da recensão.

A análise da "boa imprensa" madeirense é feita no contexto de uma sociedade munida da "utensilagem mental" (para usar a expressão de Fernand Braudel) que nos conferem o Concílio Vaticano II e todas as correntes de pensamento que atravessaram os séculos referidos e mesmo o séc. XXI. Na verdade, temos de ter em conta que a "boa imprensa" formula como objetivo a doutrinação da sociedade, através de uma normatização, que inclui uma determinada conceção de família e do seu papel na sociedade. Este trabalho foi feito, justamente, no momento em que o sínodo dos bispos, patamar eclesiástico anterior a um concílio, acabava de se realizar em Roma, sob o múnus do Papa Francisco, em torno do tema da família, cujos cânones clássicos continuam a ser os mesmos: família monogâmica, casamento para toda a vida, sem a existência do divórcio, que continua a ser vedado no direito canónico, mas constantemente efetivado após uma vida conjugal que, *ab initio*, se quis até que a morte separasse os membros do casal.

Esta realidade levanta novos desafios à Igreja Católica, nomeadamente quanto à confissão e absolvição, bem como quanto à comunhão dos divorciados e recasados, *i.e.*, face às leis civis. Outro desafio, não menos atual, é o da união conjugal de indivíduos do mesmo sexo, questão que esse sínodo episcopal não se absteve de debater, tal como a questão do batismo de crianças de pais solteiros ou separados. A Igreja Católica sempre foi apontada como uma instituição a quem fogem os tempos hodiernos de cada época, na medida em que a sua visão do tempo nem sempre coincide, segundo os seus críticos, com aquela que é a visão atualíssima, mas sempre efémera, visto que cada moda é sempre sufocada pela vaga sucessiva, dentro do ciclo ininterrupto que cada época tem para oferecer. A esta ideia, a Igreja sempre contrapôs a dos valores eternos. Esta mutação constante dos tempos, geradora de insegurança, teria como alternativa, numa visão conservadora ou clássica, conforme a perspetiva, a segurança ontológica do

lar, com os papéis bem definidos, com o modelo do homem, como pai e chefe de família, e o da mulher, como esposa e mãe, no quadro completo de uma relação tendencialmente procriadora, em que os filhos encontravam o tal universo seguro face à insegurança do mundo exterior. A este mundo interior da família, a Igreja oferecia, no espaço exterior, uma simbologia religiosa em que se incluía a devoção mariana, o culto dos santos, com o seu lado sacro e profano, as procissões e romarias e a exigência da penitência para poder participar, de forma plena, no sacramento essencial da transubstanciação eucarística. É assim, neste cenário, que a barca de Pedro atravessa as vagas dos tempos: a família e o lar, a comunidade católica, com as datas simbólicas do calendário litúrgico, com dias consagrados aos santos, a par dos feriados públicos, que mudam ao sabor dos regimes.

A manutenção do universo católico, que viveria a pairar acima da incontingência dos tempos, tinha de ombrear com uma imprensa que não partilhava dos valores pregados pela Igreja, a "má imprensa", os quais não só divergiam dos da "boa imprensa" como os combatiam sistematicamente. Era um combate recíproco: cada adversário considerava que o outro mantinha uma posição ilegítima, sendo que ambos os lados estavam convencidos de que eram detentores de uma crença que, metafísica e/ou religiosa, se propunha salvar a humanidade, numa linha utópica e salvífica que remonta à Antiguidade clássica grega. A "boa imprensa" pretendia ser, e declarava-se, o baluarte dos valores face a um mundo que se dissolvia nas correntes que queriam substituir a crença em Deus pela crença na ciência, nas ideologias que tinham a mesma estrutura teleológica, como o marxismo, mas que, em vez de situar a salvação na outra vida, queriam uma sociedade perfeita neste mundo. Contra isso, a "boa imprensa" tinha uma missão: desejava abarcar todos os aspetos da vida, não apenas a religião, mas igualmente a arte, a literatura, a própria ciência, criando uma cosmovisão que pretendia dispensar a "imprensa má" e conduzir o rebanho nos caminhos de Deus. A "boa imprensa" não se limitava à esfera estrita do religioso, dos sacramentos, das verdades da fé, como primeira instância do catolicismo. Antes ambicionava oferecer uma identidade de vida cujas bases estivessem fundadas sobre o catolicismo. A normatização da vida terrena e a relação do Homem com o Alto através da Igreja têm marcos ao longo dos séculos. Com efeito, desde os fins da Idade Média, podemos destacar três momentos marcantes na construção da identidade católica como norma, com o Concílio de Trento (1545-1563), o primeiro Concílio Vaticano (1869-1870) e o Concílio Vaticano II (1962-1965).

Tudo isso levanta a questão dos novos desafios e valores com que a Igreja se vê confrontada, sobretudo desde o séc. XVIII. É nessa encruzilhada da História que é convocado o Concílio Vaticano II, em 1961, pela bula papal *Humanae Salutis*, de João XXIII, concluído já no pontificado de Paulo VI. Este Concílio, em contraste com os anteriores da história da Igreja, que, muitas vezes, significaram um maior enclausuramento da Igreja Católica face ao mundo, tem uma natureza diversa, de abertura ao mundo, o que representou, segundo algumas leituras, o fim do complexo de fortaleza em que a Igreja tendeu a fechar-se depois da Idade Média.

No tempo medieval, a Igreja confundia-se com o próprio mundo conhecido dos católicos, em grande medida o mundo europeu. Mas, se os três concílios referidos são marcos na história do catolicismo, a doutrina de normatização da vida dos católicos levada a cabo pela Igreja, mesmo no plano secular, sempre existiu, desde os seus primórdios, e isso traduz-se no facto de ter havido 21 concílios ao longo destes mais de 2000 anos. A questão é saber se essa normatização coincide com a mensagem de Cristo, que aceitava o mundo na sua diversidade, como se vê quando conta a parábola do samaritano, ou quando convive com a mulher adúltera, ou com o cobrador de impostos, porque a todos quer imbuir do seu amor. Ou seja, Cristo inclui na sua mensagem a alteridade, o outro que é recusado, constantemente, por sectores fundamentalistas nas diversas

culturas. A atitude da recusa torna-se um obstáculo à comunhão universal.

A interpretação das igrejas cristãs da doutrina de Cristo é suscetível de ser alterada ao longo dos séculos, isso provam-no vários factos. Basta ver que, ainda no séc. XXI, algumas igrejas cristãs consideram autênticos, e, portanto, de inspiração divina, livros que as outras principais igrejas cristãs não aceitam. A Igreja Ortodoxa da Etiópia reconhece o *Pastor de Hermas* e os Atos de Paulo; a Igreja Apostólica Arménia ora aceita a Terceira Epístola aos Coríntios, ora não a inclui entre os livros canónicos do Novo Testamento; a mesma Igreja não incluía na sua Bíblia o Apocalipse até 1200. Já a Bíblia copta, adotada pela Igreja do Egito, continua a incluir as duas epístolas de Clemente. Poder-se-á arguir que estas igrejas não comungam da mesma perspetiva doutrinal que a Igreja de Roma. Por um lado, todas estas igrejas cristãs, sem incluir as designadas igrejas protestantes, se consideram lídimas intérpretes da doutrina de Cristo; por outro, temos o exemplo do Apocalipse, que, durante muito tempo, não foi considerado autêntico pela própria Igreja Católica. Isto alerta-nos, desde logo, para duas coisas: primeira, a Igreja não é uma instituição estática e imune ao espírito do tempo, como alguns, dentro e extra muros, julgam; segunda, é preciso saber ler na doutrina o que ela contém de marca do eterno, do divino ou do humano. Qual a importância destes factos? Revelar que a análise das opções culturais, ideológicas e religiosas deve passar pelo conhecimento de que nem sequer o sagrado da mesma confissão, neste caso o cristianismo, chega, necessariamente, ao estatuto de universal nas suas diferentes igrejas, o que deve prevenir os fiéis contra uma aceitação cega de crenças e convicções, obrigando-os a precaver-se contra os fundamentalismos e a uma incessante busca do que é, efetivamente, de natureza universal.

A busca da síntese de um corpo por natureza plural como é o corpo da Igreja será permanente. A pluralidade sociológica da Igreja é a origem da tensão permanente no seu seio, o que, aliás, se verifica desde os primórdios da sua existência, e inclui não apenas a questão ideológica e política dos seus membros, mas também a polémica da masculinização da doutrina, que, nos primeiros séculos, teria levado à ascendência de uma perspetiva esvaziada do papel da mulher. Nesse processo, incluir-se-ia a postergação de um hipotético evangelho apócrifo atribuído a Maria Madalena, cuja liderança incomodaria os apóstolos. Se o documento é real, a sua autoria fica por confirmar. Contudo, do ponto de vista simbólico, significa a existência de dois modelos de Igreja paralelos, um quase estático e outro dinâmico, capaz de atribuir à mulher um estatuto idêntico ao do homem.

O Concílio Vaticano II questiona esse desfasamento temporal e revela, no seio da Igreja, aquilo que tinha vindo a ser ocultado, pelo menos desde o séc. XIX: a multipolaridade de identidades sociais e políticas que faziam a sua própria leitura da doutrina, até então oficializada numa versão essencialmente conservadora e normalmente veiculada pela "boa imprensa", que, sob a capa da normatização, oferecia e impunha uma certa visão do mundo dentro da própria Igreja Católica, apresentando-se como sendo a desta. Ao abrir-se à sua pluralidade interna, a Igreja abria-se ao mundo como um todo, mas na sua heterogeneidade. É óbvio que essa abertura expunha a Igreja aos ventos da mudança e a confrontava com a sua própria unidade. A dialética social, que sempre existira no interior da Igreja, tornava-a agora vulnerável e suscetível de ver a sua unidade abalada, uma unidade que, tantas vezes, sufocara o processo dinâmico inerente a qualquer instituição humana, ainda que se reivindicando, naturalmente, de natureza divina. Era agora a vez de as forças progressistas quererem impor a sua visão da doutrina. O equilíbrio entre os diferentes sectores no seio da Igreja, que tinham ligações ao exterior, revelava-se, portanto, muito complexo. Afinal, não é a isso que se assiste, ou seja, às várias tentativas de apropriação sectorial do carisma do Papa Francisco na sua ligação com o mundo?

Desde aquele instante em que o universo emergiu da incubação em que sempre se

mantivera, a natureza iniciou o seu processo infindável de se auto-organizar, ainda antes de o ser pensante ter a veleidade de repetir, ele mesmo, o gesto inicial do *fiat lux*, tenha ele aqui o sentido literal ou literário da passagem do caos à ordem natural das coisas, porque é disso mesmo que se trata; em cada momento e em todos os tempos, há que reorganizar, refundar e ordenar os elementos que se dispersam caoticamente se não forem absorvidos e submetidos a um sistema que lhes dê a ordem necessária. Todas as tentativas que, ao longo dos séculos, se propuseram e nos propuseram a construção de uma sociedade perfeita têm em si duas ideias propulsoras: o mundo está uma desordem; é preciso ordená-lo. E uma estrutura imanente: a do momento do *fiat lux*, em sentido teológico e/ou científico, que supere as trevas. Ao querer repetir esse momento inaudito e irreproduzível em termos absolutos, os homens sempre quiseram reservar para si o papel do demiurgo. E, concomitantemente, sempre tenderam do politeísmo para o monoteísmo, *i.e.*, não só quiseram repetir o instante da criação, como sempre quiseram ser únicos no sistema que propunham, porque esta é a natureza das coisas: se o modelo de sociedade que se propõe é aquele que melhor a serve, por que razão se haveria de discutir outro modelo que concorra com ele? E, a partir daí, entendiam que o seu modelo estaria para o já existente, no tempo ou na avaliação do que é proposto, como a luz está para as trevas. E é neste instante que começa a recusa do outro. Qualquer modelo filosófico, cultural ou religioso traz no seu ADN a ideia de proposta e a ideia de recusa. Se essa tensão não for superada, através de um processo dialógico, essa recusa mútua trará a rutura a qualquer sociedade, exatamente o oposto do que propõe cada um dos vários modelos. Mas não haverá legitimidade em cada um dos modelos? Enquanto proposta, opção e direito à recusa do modelo alternativo, sim; enquanto recusa do conhecimento do outro, do direito à existência do outro e do diálogo com ele, não. E não, porque o Homem não é Deus, mesmo que, aceitando o princípio teológico de que tenha sido feito à sua imagem e semelhança, que não quer dizer igualdade absoluta, isso não signifique que não tenha o direito de querer caminhar em direção ao absoluto, num processo hegeliano do espírito em busca de si mesmo.

A República, de Platão, *A Cidade de Deus,* de S.to Agostinho, *A Cidade do Sol,* de Campanella, a *Utopia,* de Thomas More, todas estas obras são proposições de arquétipos de sociedades perfeitas a construir na Terra, tal como a proposta marxista de uma sociedade sem classes, onde não haveria mais exploração do Homem pelo Homem; ao contrário do que acontece numa sociedade capitalista, em que o Homem é o lobo do próprio Homem, a igualdade seria perfeita. Todos estes modelos defendem a harmonia entre os homens e são compatíveis com o "amai-vos uns aos outros" de Cristo, só que Ele, que era filho de Deus, segundo os cristãos, ainda assim, não teve a veleidade de querer propor um sistema, político ou mesmo teológico, perfeito – "o meu Reino não é deste Mundo" (Jo 18, 36). Mas ninguém o levou a sério e foi crucificado, e note-se que não é metáfora, como pode parecer neste (con)texto, mas facto histórico que todos aceitam. Já aqueles modelos eram e são todos deste mundo e pronunciam-se sobre os aspetos da vida humana.

A propósito do chocolate, proveniente da América Central, e que aparece na Europa no final do séc. XVI, José Tolentino de Mendonça lembra uma questão teológica e religiosa: o uso do chocolate quebra ou não a lei do jejum no tempo da Quaresma? Uns defendem que sim e outros que não, pois, se é alimento quando sólido, violando o jejum, já diluído em água, torna-se bebida. Afirma Tolentino de Mendonça: "a questão de fundo não é tanto o chocolate em si quanto o que ele representa: o confronto de modos de interpretar o mundo. De um lado, perfila-se uma posição ascética de rutura; de outro, expressa-se um entendimento do valor do mundo e da criação" (MENDONÇA, *Revista Expresso*, 6 set. 2014, 8). Portanto, nada fica de fora dos sistemas de valores que se outorguem o papel de ordenadores de uma sociedade, com autoridade para se pronunciar sobre o que existe ou sobre o que aparece.

O catolicismo é um dos vários sistemas de valores que se propõem às sociedades. E afirma-se não apenas no aspeto religioso, mas igualmente na representação cultural e normativa que pretende para a sociedade em que se insere, sem descurar a questão política. Na sociedade madeirense, isso é visível na imprensa católica, a chamada "boa imprensa"; boa justamente porque, segundo a própria, veiculava os valores bons e deles fazia eco e múnus doutrinário. Esse modelo de sociedade manteve-se em todo o séc. XIX, até ao Concílio Vaticano II, em que o diálogo ecuménico veio instituir uma nova relação com as outras confissões religiosas e, assim, alterar o conceito de alteridade, desde sempre presente na cultura ocidental. Que a imprensa católica não se confinava nem se pretendia confinar ao carácter religioso di-lo logo, inclusive, a denominação de alguns periódicos. Em 1879, circulava na imprensa regional um jornal que se intitulava *Religião e Progresso*, que já no nome traz implícita a mensagem de que a religião não era incompatível com o progresso, ideia, a de progresso, muito divulgada desde o Iluminismo, em que havia a difusão da crença de que a razão vinha ocupar o lugar de Deus na vida do Homem, que se acentua com as doutrinas filosóficas materialistas; estávamos então nas vésperas do auge das teorias marxistas, que vieram a sustentar a Revolução de Outubro (1917), ano em que do Céu desciam as anunciadas aparições de Fátima.

O jornal *Religião e Progresso*, como se pode ler na sua capa, autodefinia-se como "jornal religioso, litterário, politico e scientifico", na grafia da época e antes da reforma ortográfica radical de 1911, o que significa que este periódico, embora declarando-se, desde logo, religioso, bem como mostrando ao que vinha, não deixa de dizer que cobria vários campos do saber, dispensando, assim, outras publicações que se apresentassem como literárias, políticas ou científicas, porque ali tudo podia ser encontrado. Intenção que se percebe muito bem, porque, se o objetivo era a normatividade, essa normatividade devia abranger todos os aspetos da vida em sociedade e não podia deixar-se ultrapassar nem ser considerada ultrapassada. Essa autocaracterização teria ainda como intenção não dar oportunidade a que a leitura de outras publicações, nos vários campos do saber, induzisse outros valores incompatíveis com o modelo de sociedade que a "boa imprensa" pretendia incutir na Madeira. Assim, a doutrinação era multidisciplinar, mesmo que partisse do campo religioso.

Neste jornal, na edição de 6 de dezembro de 1879, o artigo de fundo era precisamente "A penitência", começando por falar sobre a forma de proceder dos apóstolos: "Se quisermos mais uma prova da maneira de proceder dos Apóstolos, abramos mais uma vez a Escritura" (*Religião e Progresso*, 6 dez. 1879, 1). E conta o artigo o caso de um homem de nome Simão que havia sido convertido pelo apóstolo Filipe e a forma como reagiu ao ver o poder dos apóstolos: "Tempos depois do batismo deste converso, vendo ele que pela imposição das mãos dos Apóstolos sobre a cabeça dos novos convertidos, descia sobre eles o Espírito Santo, pretendeu comprar este poder. Simão pensava naturalmente que lhe seria de muita vantagem alcançar este poder; porque, exercido, lhe seria bem rendoso" (*Ibid.*). A questão teológica é saber como é que Simão seria perdoado desta iniquidade. E aqui levanta-se uma polémica entre catolicismo e protestantismo: "Se a fé somente é o que justifica o homem, bastar-lhe-á recordar os artigos que o apóstolo S. Filipe lhe havia ensinado antes do batismo", diz o articulista, e prossegue: "Não foi isso, porém, o que lhe prescreveu São Pedro. Terminantemente lhe disse: *Poenitentiam age ab hac nequitia tua*: faze penitência dessa maldade" (*Ibid.*). E, neste ponto, afirma: "Creio que o Protestantismo não negará a um Apóstolo, o conhecimento daquilo que é necessário para a remissão dos pecados" (*Ibid.*). E prossegue lembrando: "Simão era crente: *Tunc et ipse credit*: mas, se apesar da fé de Simão, o apóstolo obrigou-o a fazer penitência […] que devemos concluir? Que não é somente a fé que justifica o homem, mas sim acompanhada da penitência, a qual é absolutamente necessária para a justificação, e que, por consequência, é erro considerá-la inútil" (*Ibid.*).

Este é um ponto crucial num órgão da imprensa católica, uma vez que a penitência e o perdão do pecado são um dogma essencial ao catolicismo e um poder inalienável sobre os crentes, a quem não bastava ter fé para lhes serem perdoados os pecados, questão que o autor do artigo levanta: "Se isto assim é, se a penitência é necessária para a remissão dos pecados, como é possível que Jesus Cristo quisesse dizer [ou seja, tivesse dito]: *pregai o Evangelho; os pecados serão perdoados àqueles que acreditarem?! Serão perdoados pela fé, sem a penitência?!* Por acaso, pode a Escritura estar em desacordo com Jesus Cristo? Não, por certo" (*Ibid.*). E, finalmente, o articulista chega ao pomo da discórdia: "Se há desacordo, é porque a interpretação do Protestantismo é errada; atribui à Escritura o que ela não diz. Tira dela o que lhe apraz e não o que lá se acha" (*Ibid.*). Portanto, a posição do protestantismo sobre a questão da importância da fé na salvação do Homem só pode resultar de uma má interpretação da Escritura. E de falta de senso: "Apelemos para o bom senso. Quem será que ouvindo estas palavras – *os pecados serão perdoados àqueles a quem os perdoardes, serão retidos àqueles a quem os retiverdes* – entenderá o seguinte: *os pecados serão perdoados àqueles que acreditarem, serão retidos* àqueles *que não acreditarem?!*" (*Ibid.*).

Então, qual é o ponto essencial para o qual o articulista pretende chamar a atenção, além da discórdia na interpretação e da atribuição de falta de senso ao protestantismo? É o poder do sacerdote de perdoar os pecados, sem o qual não há salvação. Esse poder desapareceria se bastasse a fé do crente: "Jesus Cristo não sujeita o perdão dos pecados à fé, mas sim ao poder que confere aos Apóstolos: *mitto vos… quorum remiseritis, quorum retinueritis peccata*" (*Ibid.*); portanto, o poder de perdoar ou de não perdoar, de reter ou de não reter, "segundo se verificarem ou não certas condições" (*Ibid.*). O Evangelho e a sua pregação abrangem todos, mas o perdão não: "Mandando pregar o Evangelho, ordena que seja a todos: *omni creatura*; mandando perdoar pecados, não ordena que seja a todos: *quorum retinueritis*. […] Jesus Cristo mandando pregar o Evangelho ordena que seja a todos: *omni creatura*; mandando perdoar os pecados, deixa ao juízo dos Apóstolas [*sic*] o julgar se os homens têm ou não arrependimento" (*Ibid.*). Portanto, o articulista, "C.", como ele assina, "deixa ao juízo dos Apóstolos" (*Ibid.*), que são homens, não só perdoar, mas decidir se há arrependimento ou não da parte do pecador, o que pode perfeitamente ser subjetivo, pelo que se trata de um poder discricionário e terrível para um crente.

O papel da "boa imprensa" fica clarificado quando compaginado com escritos que se lhe opõem e denunciam os seus objetivos. É preciso notar que a missão da "boa imprensa" não tem fronteiras, é uma estratégia que conheceu divulgação por todo o mundo católico, inclusive com legislação que não escondia o seu objetivo. Nos finais de 1841, o Governo prussiano aprovava um decreto em que considerava oficialmente hostil qualquer publicação que o mesmo poder público considerasse ofensivo à religião. Acontece que o mesmo decreto censório revela que, na conceção ideológica dos seus autores, religião e política se confundiam – deliberadamente ou não, visto que poderiam confundir religião e política sem a intenção de o fazer. Sendo ambas conservadoras, não podia nenhuma delas, nem a fé nem a política, ser, de modo algum, progressista.

Contra este sincretismo levantavam-se vozes por todo o lado. A 5 de maio de 1842, no dia do seu 24.º aniversário, Karl Marx estreia-se com o seu primeiro trabalho jornalístico, justamente com um artigo que era uma verdadeira declaração de guerra a essa nova lei do Governo da Prússia e, assim, à "boa imprensa" prussiana. O artigo foi escrito no novel periódico *Rheinische Zeitung*, o qual, justamente à luz do decreto referido, veio a ser alvo de censura e finalmente encerrado. Marx procura desconstruir os argumentos do decreto, que, no seu entendimento, era absurdo, recorrendo, com eloquência e acutilância, à literatura, mas de uma forma cómica e sarcástica, procurando demonstrar que o decreto acabaria por provocar consequências contrárias aos seus objetivos: "A liberdade faz [de tal modo] parte da essência do homem que até os seus oponentes a implementam quando

combatem a sua realidade; querem apropriar para si mesmos, como o ornamento mais precioso, aquilo que rejeitaram como ornamento da natureza humana" (MARX, *Rheinische Zeitung*, 5 maio 1842, 1). E depois procura demonstrar que ninguém logra combater a liberdade em si mesma, mas a liberdade do outro: "Nenhum homem combate a liberdade; quando muito combate a liberdade de outros. Assim, toda a liberdade existiu sempre num momento como um privilégio especial e noutro como um direito universal. A questão tem agora um significado consistente, pela primeira vez. A questão não é se a liberdade de imprensa deve existir, pois ela existe sempre. A questão é se a liberdade de imprensa é um privilégio de indivíduos particulares ou um privilégio da mente humana" (*Id., Ibid.*, 1). Essa era a questão essencial: a liberdade de imprensa existe sempre para quem tem toda a liberdade de defender as suas ideias, se elas forem permitidas pelo poder, mas não existe para aqueles que possam defender ideias que o poder, qualquer que ele seja, não consente. Por isso, Marx afirma nesse artigo: "A censura não abole a luta [entre "boa imprensa" e "má imprensa"], fá-la unilateral, converte uma luta aberta numa luta escondida, converte a luta sobre princípios numa luta de princípios sem poder contra um poder sem princípios. A verdadeira censura, baseada na própria essência da liberdade de imprensa, é a crítica. […] A censura é a crítica como monopólio de poder" (*Id.*, *Ibid.*, 1).

A análise de Marx do decreto do Governo da Prússia toca no ponto essencial da questão: o decreto não abole a luta entre a "boa imprensa" e a "má imprensa", apenas a oculta. O que é que Marx critica e denuncia? Que as duas imprensas não possam pelejar em campo aberto e que a uma seja dada a luz do dia, a "boa imprensa", enquanto a outra, a "má imprensa", se tem de esconder para existir e criticar aquela. Esse é o âmago da questão: que as duas não possam ser legítimas e que não possam considerar mutuamente "má imprensa" a levada a cabo pela posição oponente e "boa imprensa" a própria. E, sobretudo, critica que ambas ambicionem viver sozinhas, sem concorrência, impondo a sua visão do mundo a toda a sociedade. Marx estava longe de imaginar – ou será que imagina? – que, em seu nome, a "boa imprensa", católica, haveria de ser proibida em países e regimes que se reclamaram da sua doutrina. Ou melhor, que a "boa imprensa", nesses regimes, passaria a ser aquela que veiculava *a* ou *uma* nova versão oficial, contraposta à antiga versão oficial conservadora que a antiga "boa imprensa", a católica, veiculava. A "boa imprensa", então, passara a ser a imprensa progressista. Este é um ponto que não pode ser torneado em todas as suas latitudes e azimutes aqui.

Este jornal prussiano, contudo, não terá beneficiado daquela intimidade de que goza a imprensa regional, que tem como características a proximidade e a familiaridade, como assinala António Rego, num artigo justamente intitulado "A dignidade da imprensa regional". A imprensa regional fala aos crentes quase familiarmente. Como assinala o mesmo prelado, são os "jornais regionais uma espécie de reserva ecológica da imprensa", sendo constituídos por "defeitos dos pequenos espaços circulares onde as narrativas da aldeia falam mais de pessoas que de ideias. Ou das ideias de apenas algumas pessoas" (REGO, *Ecclesia*, 13 fev. 2007). Ora, o autor não deixa de assinalar também – não obstante relevar o papel da Igreja na criação da imprensa regional e no seu desenvolvimento, correspondendo ao apelo da Igreja universal – que a mesma imprensa regional, no "nosso país surgiu, na linha da *boa imprensa*", desde diários, semanários e mensários, "que faziam circular as ideias nas dioceses e nas aldeias mais longínquas" (*Id., Ibid.*). Não deixa de se queixar da desconfiança com que o poder político olhou para este "vaivém de informações" (*Id., Ibid.*), certamente um poder político que não se revia nos valores veiculados pela "boa imprensa", ou que até talvez fosse visado como sendo um poder que estava do lado oposto ao desses valores.

Na dicotomia política entre esquerda e direita, o poder político que olhava de soslaio para a "boa imprensa" tenderia a ser identificado com a esquerda, ao passo que a direita política, cultural e sociológica, não se sentia visada,

antes representada e identificada com a "boa imprensa". Rego, contudo, reconhecido como cidadão do mundo por todos, não procede a essa dicotomia fácil e simplista, limitando-se a assinalar, a propósito do porte pago (uma forma de apoio à imprensa regional), que as flutuações do poder, sob o pretexto de apoiar os órgãos de imprensa mais fortes, deixam cair os mais pequenos. A generosidade da ideia, contudo, trazia no bojo o propósito de "favorecer a criação de alternativas a uma imprensa cristã já existente por outra que, com mais apoios oficiais, autárquicos e nacionais refletisse a voz dos donos" (*Id.*, *Ibid.*).

Este artigo de António Rego não deixa de ser simétrico, e até parece redarguir, quanto ao lugar donde parte, de defensor da "boa imprensa", ao de Karl Marx de 5 de maio de 1842, contra o decreto prussiano de finais de 1841, já antes referido, em que Karl Marx se insurge contra o decreto por, na prática, defender os valores veiculados pela "boa imprensa". E nessa posição simétrica à do artigo de Marx, Rego queixa-se da forma como estava a ser usado o apoio à imprensa, nomeadamente através do apoio ao porte pago, para dificultar a vida da "boa imprensa", que, normalmente, tinha dimensão local ou regional, em favor de uma imprensa de maior dimensão, mas que, na prática, já não partilhava os valores da "boa imprensa", ou seja, que já não era prosélita como a "boa imprensa", mas, pior ainda, no seu ver, era de um outro proselitismo, porque laica e aparentemente neutra, portanto, mais difícil de combater.

Ambos os autores eram, em termos absolutos, *i.e.*, quando não enquadrados em sectores ditos conservadores ou progressistas, de direita ou de esquerda, rigorosamente equipolentes na defesa de um determinado tipo de empresa em desfavor de outro, posição cuja legitimidade não pode ser contestada enquanto não propugnar, objetivamente, a extinção e a perseguição ao outro tipo de imprensa. Ao mesmo tempo, o esquema cultural com que se encara os dois lados não pode, a não ser em termos epistemológicos, situar à esquerda ou à direita, em termos de progressistas ou conservadores, cada um dos sectores, pois bem sabemos que essa "utensilagem mental" nem sempre corresponde à realidade política nas diferentes épocas e latitudes. Não é verdade que a implantação da República no Brasil se deveu a um ato culturalmente de esquerda – visto no séc. XXI assim – da princesa Isabel, que aboliu a escravatura? E que os democratas americanos, de esquerda em termos europeus, no Sul dos Estados Unidos, eram esclavagistas, e que os republicanos, considerados conservadores, eram favoráveis à abolição da escravatura?

Em qualquer caso, o que se nota é um proselitismo em função da posição religiosa, política ou ideológica de cada um, que se pode revelar quer pela afirmação dos seus princípios, quer pelo combate aos princípios alheiros. É óbvio que, nos sectores e territórios em que uma determinada crença ou ideologia é maioritária ou tem o privilégio da exclusividade, sendo proibidas as outras correntes ideológicas ou religiosas, não é preciso combater a posição oposta nem se afirmar contra ela. Nos casos em que as correntes minoritárias são consentidas, estas têm tendência para se afirmar, desde logo, perante a corrente dominante. No caso da Madeira, em que o catolicismo sempre foi maioritário, era normal que alguns órgãos de comunicação se afirmassem em função dele, procurando demarcar-se nessa afirmação identitária, como é o caso, no séc. XIX, da *Revista Histórica do Proselitismo Anti-Católico*, dirigida por Robert Reid Kalley, cujo título não deixa margem para dúvidas.

Voltando à questão do artigo publicado no jornal *Religião e Progresso*, a sua importância não podia ser maior no contexto da "boa imprensa". Por um lado, versava sobre a penitência e o poder consequente de perdoar; por outro, sobre a polémica explícita com o protestantismo, que entende que basta a fé, sem os atos, segundo o artigo ali publicado. Subtilmente, pode ainda dar-se a entender que os não católicos não têm salvação, uma vez que o poder de perdoar está reservado aos apóstolos, conforme lhes foi conferido por Cristo, ou seja, aos sacerdotes, e que, sem esse perdão, ninguém poderia ter salvação. Querer-se-á lançar anátema

maior sobre os pecadores que não têm acesso livre a esse perdão? Aos pecadores que não se arrependiam, desde logo, aos protestantes, imediatamente a seguir! E aos que não partilhassem dos valores veiculados pelo catolicismo? Aos que não liam a imprensa que os veiculava? Aos que, concretamente, não liam aquele jornal? Estas são as questões que se levantam.

Depois, outro artigo do mesmo jornal, que também se intitulava político, fala de um ato eleitoral. Penariam, também eternamente, os que não partilhassem das ideias políticas que o jornal veiculava, porque, se há um sistema de valores, ele não se esgota na religião, antes estende-se a todos os campos, inclusive aos da política, ou seja, também os eleitores, por certo, não escapariam à retenção da absolvição. Mera especulação intelectual do leitor, inferência ilegítima do que ali não está? Não estão as deduções no campo da doutrina política, mas estão, claramente, as posologias da doutrina religiosa católica para os males do mundo. Sem perdão não há remissão.

Não sendo este um tratado de teologia, importava aqui perceber o conceito de pecado. Pecado é a ausência do bem; é a ausência de Deus que origina o mal. O Diabo não é, como pareceu ser em certas correntes ultramontanas, o outro lado de Deus, o seu oposto equivalente, porque, então, dessa equivalência de duas potências poderia, numa oposição de contrários, caminhar-se para uma síntese hegeliana de superação dessa dicotomia. Sendo Deus aquele que é, "Eu sou aquele que é" (Ex 3, 14), o Diabo existe, neste caso, como alegoria do mal, como aquele que não é. O mal tende, numa homologia perigosa e de equipolência, a ser aquele que não é como nós, ou seja, o outro de nós mesmos, problema que subsiste na cultura ocidental desde que ela existiu. Ora, se o Diabo, como ausência do bem, deve ser extirpado, então o outro – que é aquele que não é como eu (sou) – tende, primeiro culturalmente e depois em situações de afirmação radical de sistemas absolutos que a si mesmo se consideram perfeitos, a ser eliminado fisicamente, porque perturba a ordem instituída. Como é que se entende a eliminação física dos não católicos, mesmo sendo crentes do mesmo Deus, pelas fogueiras da Inquisição, senão por se ser o outro em relação ao conceito de sociedade que a maioria defende e, nessa sociedade, ao conceito que ela pretende impor da própria ideia de Deus? "A cultura ocidental, erigida sob a égide da ontologia grega, historicamente relegou o outro em sua alteridade ao esquecimento, numa supremacia do ser que justificou as cruzadas, a colonização, a escravidão, os regimes totalitários como o fascismo e o nazismo, entre outros […]. A modernidade fundada no racionalismo de Descartes, voltada para a ideia da perfeição e das verdades inatas (divinas), sem a perspetiva da existência do outro, dará luz ao eu gestado no Ocidente desde Platão" (ESTEVAM, 2008, 275). Essa recusa do outro manifesta-se na religião, não só entre as religiões, mas dentro das próprias religiões e das suas diferentes correntes. No cristianismo, verificamos as guerras permanentes entre católicos e protestantes, na Irlanda do Norte. No islamismo, entre sunitas, xiitas, waabamitas, em que cada seita se considera verdadeiro intérprete do pensamento do profeta.

A designação de "boa imprensa" traz consigo uma valoração implícita decorrente do adjetivo "bom". Ao autor de um artigo de dicionário ou de enciclopédia põe-se a mesma questão que se coloca ao sociólogo, que é a de saber se deve analisar os factos e as instituições sem emitir juízes de valor sobre os mesmos. No caso da análise da "boa imprensa", ou seja, da imprensa católica, deverá o autor do texto limitar-se a observar, abstendo-se de ajuizar, mesmo que veja nela valores morais que possa considerar essenciais numa sociedade; situá-los num determinado tempo e lugar ou admitir que os valores que ela veicula são comuns a outros credos religiosos, cristãos ou não? A reflexão não tem de ter uma resposta explícita, mas não podia deixar de ser feita. Em qualquer circunstância, o enquadramento de um facto no seu tempo e na linha do tempo deve ser a resposta para a sua compreensão, o que, assim, obvia a apologia ou a condenação, que não lhe é exigida. Tem sido essa a linha que segue este

artigo: entender a boa imprensa no interstício de vários tempos e correntes doutrinárias.

O jornal *Pregador Imparcial da Verdade, da Justiça e da Lei*, na sua edição de 6 de dezembro de 1823, em tom grandiloquente, anunciava, num artigo intitulado "Alemanha", que o governo daquele país tinha dado ordens severas contra as sociedades secretas, visando a maçonaria: "todo aquele que aspirar aos Empregos, tanto civis como eclesiásticos, está obrigado, para ser admitido aos exames, a apresentar certidões de Polícia, que façam fé, de não ser parte em nenhuma destas associações, e deve ter-se muito em vista que se verifique esta condição, mormente quando se tratar de prover os lugares de ensino público". O "pregador imparcial da verdade" não só publica como incentiva a que a medida se propague: "Publiquem-se pois em todas as Nações os quadros de todas as Lojas" ("Alemanha", *Pregador Imparcial da Verdade, da Justiça e da Lei*, 6 dez. 1823, 1).

Segundo o espírito do articulista, a publicação das listas dos maçónicos resulta da obrigação de servir o bem público. As instituições não podem ser dominadas por indivíduos que possam contaminá-las. Se as instituições resultam de um conjunto de circunstâncias, segundo Montesquieu, podemos concluir que as que existem são as melhores possíveis, porque resultam de uma determinada influência social. Portanto, impor-se-ia saber o que é necessário fazer para se atingir os objetivos desejados da melhor forma possível. Ora, segundo o articulista, atingir da melhor forma possível os interesses sociais de uma instituição é varrer dela os indivíduos que, pertencendo a uma associação secreta, como a maçonaria, se supõe não poderem ter direito a ser titulares das mesmas instituições; inversamente, obviamente, para o articulista, estes titulares deveriam ser portadores dos valores que eram veiculados pela "boa imprensa".

Poder-se-ia concluir, talvez por extensão ilegítima, que o articulista do *Pregador Imparcial da Verdade* concordava com a máxima de Montesquieu segundo a qual "a legislação resultou do espírito de uma nação", devendo as leis-comando submeter-se ao espírito da nação. Claro que esta é uma adaptação ilegítima, porque o articulista transmite o sentimento de parte da nação, que não pode ser tomada como representante do espírito nacional, que é o todo e não a parte. Assim é, quer viva a nação em monarquia ou em república, sendo que a igualdade, que, em teoria, a república implica, deveria ser ainda mais impeditiva de que isso acontecesse, ou seja, de que os cidadãos fossem privados de pertencer a instituições públicas por não professarem uma ou outra religião, ou por, professando-a, pertencerem a uma ala progressista ou conservadora desse credo religioso. Nem mesmo a natureza do regime, ao tempo monárquico, poderia ser respaldo para defender tal iniquidade. Não é a natureza do regime, monárquico ou republicano, que determina a justeza das leis, que devem consagrar o sentido da justiça, que é anterior às leis positivas universalmente aceites: "Dizer que não há nada justo a não ser o que ordenam ou proíbem as leis positivas é dizer que antes de ser traçado o círculo nem todos os seus raios eram iguais" (ARON, 2010, 57). Avisado será, porém, que, se a justeza não for consagrada nas leis positivas, estas sejam feitas ou refeitas até consagrarem a justeza, sob pena de cair uma sociedade na arbitrariedade do juízo individual. De facto, não se pode considerar válidos critérios cujos efeitos sejam a exclusão de uma parte da sociedade, mas sim aqueles critérios ou leis que, anotando as diferenças de uma determinada realidade social ou política, ou religiosa, sejam capazes de garantir o respeito por essas diferenças. Ora, o que diz o articulista é que a lei a aplicar deve considerar válidos para integrar as instituições públicas os cidadãos que não tenham pertença a organismos de carácter secreto.

Essa recusa do outro enquanto indivíduo que não partilha dos mesmos valores é um fenómeno resultante da vida em sociedade, porque o Homem, no seu estado natural, *i.e.*, anterior ao estado de vida em sociedade, vive "uma verdadeira paz, pelo menos um estado alheio à distinção paz-guerra" (*Id.*, *Ibid.*, 58). Esta atitude resulta, segundo Montesquieu, da vida em sociedade, ao contrário do que pensa Hobbes,

para quem o Homem vive, naturalmente, em estado de guerra permanente contra o seu semelhante. Trata-se de uma diferença antagónica: segundo Hobbes, o Homem é um ser por natureza inimigo do Homem, sendo esta inimizade intrínseca ao estado de natureza, ao passo que, para Montesquieu, o conflito é um fenómeno social, não sendo possível regressar à pureza do Homem no estado de natureza, antes de viver em coletividade, estado que é agora apenas imaginável. Como concebeu Jean-Jacques Rosseau, há necessidade de superar o conflito em sociedade através da aceitação do outro, referindo-se portanto à questão da alteridade na cultura ocidental. Esse equilíbrio social só pode ser conseguido através da constatação de que a ordem social é, por regra, heterogénea, e a liberdade de todos não pode senão resultar da inclusão social de todos os membros de uma sociedade.

Hobbes defende um poder absoluto, de forma a resolver o conflito social de permanente guerra. Neste ponto, o articulista coincide com Hobbes e não com Cristo, ao defender que os maçónicos, ou pedreiros-livres, não devem ter acesso a certos empregos, nomeadamente ao ensino público, e que as polícias deveriam imprimir as listas dos seus membros – se não as fizessem, é "porque apareceriam talvez marcados com este ferrete o Duque, o Marquês, o Conde, o Cavalheiro, o Magistrado, o Frade, o Clérigo" ("Alemanha", *Pregador Imparcial da Verdade, da Justiça e da Lei*, 6 dez. 1823, 1) –, e acrescenta que não poderia haver mal em tal coisa, porque sabiam da existência da lei.

Se o autor de um artigo se deve dispensar do papel de julgar as instituições, não deve eximir-se ao dever de fornecer todos os dados a quem o deve fazer: ao leitor. A equação dos dados num artigo deve permitir ao leitor desempenhar o papel de julgar ou de aferir. Se aqui a atitude do articulista do texto "Alemanha" deriva da sua ideia de organização da sociedade e dos valores que defende, essa atitude deve ser confrontada com o que pensam sobre a questão da organização social os grandes pensadores de correntes diversas. Assim, será possível verificar e comparar a finalidade imanente das atitudes humanas com as do autor daquele artigo e, sobretudo, o momento histórico em que aquele é escrito.

Há, com efeito, dois aspetos culturais claramente identificáveis no jornal. Por um lado, esta atitude da "boa imprensa" de recusar tudo o que saia dos cânones da doutrina católica, atitude que tem um contexto histórico-cultural. Antes de mais, convém esclarecer que a existência da "boa imprensa" é em si mesma uma prova de que o tempo da afirmação inquestionável da autoridade teológica já passara. O aparecimento da "boa imprensa" coincide com a necessidade de reafirmar e manter a unidade da mensagem católica, num tempo em que outro tipo de autoridade começava a surgir e abalava a autoridade teológica. Passara o tempo em que as autoridades política e religiosa coincidiam e juntas formavam a autoridade universal. O tempo histórico da sociedade europeia nos princípios do séc. XIX haveria de conhecer profundas alterações. Se o poder político era afirmado pela força das armas, o poder religioso era firmado pelo poder teológico sustentado na infalibilidade papal. É nesse contexto que o Concílio Vaticano I proclama a infalibilidade papal, dogma da teologia católica que confere ao papa o dom de definir a interpretação e clarificação certas em matéria de fé e moral, na medida em que ele, em comunhão com o Sagrado Magistério, o faz no gozo da assistência sobrenatural do Espírito Santo, ficando, por isso, imune a todo o erro. A função de Magistério da Igreja é múnus do papa e dos bispos em comunhão com ele.

Auguste Comte assevera que o início do séc. XIX assiste ao fim de um tipo de sociedade que teve origem na Idade Média, em que o poder se caracteriza por ser teológico e militar. Esses poderes, teológico e militar, partilhavam a supremacia, numa sociedade claramente marcada pela hierarquia eclesiástica e militar. A sociedade que dá supremacia a esses poderes está em vias de ceder o lugar a um outro tipo, a sociedade científica: "A sociedade que nasce é científica no mesmo sentido em que a sociedade que morre era teológica" (ARON, 2010, 59).

Segundo Comte, a forma de pensar dos tempos passados, a dos teólogos, estava a ser substituída pela forma de pensar dos sábios. A sociedade do início do século tinha agora uma nova categoria social que lhe fornecia a base intelectual e moral, que era a dos sábios, que herdavam o poder espiritual dos padres, passavam a ditar o novo modelo de pensar e eram a nova fonte das ideias que serviam a nova ordem social; ao mesmo tempo, os industriais haviam de substituir os militares. Nesta nova ordem, a força militar desapareceria e os detentores da nova sociedade exerciam o poder pelo pensamento científico, e não pela força.

Analisando a nova sociedade que despontava, Auguste Comte conclui que a reforma social a que se assistia implicaria uma reforma intelectual, e isso só se faria com a síntese da ciência e de uma política positiva. Neste cenário, em que o poder teológico cede o passo aos sábios (a nova classe intelectual proposta por Comte), é natural que a "boa imprensa" sinta a necessidade de reafirmar o modelo de sociedade e de família proposto pela doutrina católica, que se confronta, ainda por cima com perturbações sociais derivadas das contradições de uma sociedade em crise de mudança. São vários os modelos que se confrontam. O modelo proposto por Comte visa superar as contradições sociais resultantes do confronto entre a ordem antiga, teológica e militar, e a nova ordem, científica e social. Ao lado destes dois modelos, surge o grande doutrinador da revolução, Karl Marx. Montesquieu, por sua vez, defende a doutrina das instituições livres. Em confronto com estes três modelos, temos o modelo proposto pela "boa imprensa", para a qual as verdades são eternas, imutáveis e indiscutíveis, e, desde o Vaticano I, reforçadas com a infalibilidade papal, que, obviamente, é uma resposta à nova autoridade – científica – que surge. Como contestar o que existe por inspiração divina, através do Espírito Santo? Além de querer divulgar esse modelo à sociedade, a missão da "boa imprensa" visa reforçar a unidade interna da Igreja.

A sociedade tinha de ser vista no seu todo para ser compreendida, e esse era o objetivo da sociologia. Nenhum facto devia ser entendido isoladamente, sobretudo a partir de uma ciência como a biologia. Já não bastava analisar os fenómenos *per se*, mas integrados epistemologicamente. As ciências já não podem ser puramente analíticas, mas devem ter carácter sintético, o que origina a conceção sociológica da unidade histórica. Ora, não se pode entender a sociologia como se ela fosse uma ciência de natureza inorgânica de carácter analítico. Tal como a biologia, que não pode explicar um órgão ou uma função sem o integrar anatomicamente, não se pode compreender um acontecimento, por mais relevante, sem o situar na sincronia, *i.e.*, no seu tempo, e na corrente diacrónica, ou seja, sem conhecer os seus antecedentes e, eventualmente, estabelecer, prospetivamente, eventuais desenvolvimentos futuros.

Um cientista não pode cortar uma parte do organismo para saber como ele funciona. Pode deter-se, epistemologicamente, sobre ele, mas só o pode explicar no todo, porque estamos a falar da vida e não da morte. Essa inserção do elemento no todo da biologia transfere-se para a sociologia, em que o todo tem primazia sobre o elemento. Segundo Comte, "Não compreendemos a situação da religião […] numa sociedade particular, se não considerarmos o todo dessa sociedade" (*Id.*, *Ibid.*, 86). Não é possível compreender o papel da "boa imprensa" sem conhecer a evolução histórica da sociedade no seu todo e a própria evolução e reinterpretação da doutrina da Igreja à luz do evangelho, é certo, mas também à luz da sua adaptação constante à sociedade do seu tempo, o que contradiz a ideia comum de que a Igreja Católica não é capaz de introduzir no seu seio dinâmicas vivas capazes de a reatualizarem – o estudo dos 21 consílios da sua história milenar certamente elucida este ponto. A Igreja poderá sempre ser acusada de estar mais preocupada em manter o *statu quo ante* do que a autoridade incontestável do seu Magistério na pessoa do papa, mas nunca de ignorar a passagem do tempo, elemento fundamental do porvir, uma vez que olha os tempos que passam com a sabedoria do tempo eterno de

que é detentora, não apenas enquanto instituição, mas também enquanto representante do Verbo, tal como se proclama.

Enquanto a "boa imprensa" propõe a prática da doutrina cristã na Terra para ganhar o Paraíso, o positivismo advoga o progresso humano com base nos avanços da ciência – etimologicamente, *scientia*, note-se, porque é aqui importante, como meio para a transformação da humanidade. Já o marxismo propõe-se construir uma sociedade justa através da dialética que afirma ser imanente a uma sociedade dividida em classes. Assim, as três correntes de pensamento convergem em dois aspetos: a *scientia*, a ciência, e o seu carácter teleológico. Pela ciência, o conhecimento da verdade, a "boa imprensa" promete ao crente o alcance do Céu; com o progresso da ciência, podemos alcançar o progresso ilimitado da humanidade, defendem os positivistas; com a ciência da sua circunstância e conhecendo os limites da sua vontade no momento da sua escolha – "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade; em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado" (FRANKLIM, 2018, 204) –, o Homem construirá a grande síntese final, que é a sociedade sem classes. Assim, as três correntes caminham para um fim previsível, o Paraíso, sendo que, enquanto a "boa imprensa", *i.e.*, a religião católica, nos propõe vencer as agruras deste mundo com o Paraíso no outro, o positivismo e o marxismo propõem-se construir um outro mundo ainda neste mundo. Perante isto, é de concluir – con[s]ciência certa – que, se não desistirem da sua caminhada, ainda que por percursos diversos e até divergentes, hão de encontrar-se todos às portas de uma Nova Jerusalém, e também nesse caso serão vencidas as fronteiras entre este mundo e o outro: "Vi um novo céu e uma nova terra, porque o primeiro céu e a primeira terra desapareceram, e o mar já não existia. Vi a cidade santa, a Nova Jerusalém, que descia do céu de junto de Deus" (Ap 21, 1-2).

Tanto Comte como Marx pretendem uma nova forma de organização do poder temporal, *i.e.*, do poder político, mas, enquanto Marx propõe a revolução, os positivistas de Augusto Comte acreditam que o poder temporal pode ser reformado pelo poder espiritual, o que seria levado a cabo pelos sábios e filósofos, que teriam o mesmo papel que caberia aos padres na idade teológica, segundo a sua conceção: "O poder espiritual deve regrar os sentimentos dos homens, uni-los em vista de um trabalho comum" (ARON, 2010, 97). Para os marxistas, não só todas as estruturas do velho poder devem ruir pela força da revolução, como o papel de construir uma sociedade nova competia às vanguardas revolucionárias, quais sacerdotes de uma nova metafísica revolucionária.

A "boa imprensa" segue a linha que defende que o poder de transformar o coração dos homens deve continuar a ser da Igreja e do seu Magistério – sacerdotes, bispos e papa –, cuja autoridade advém da verdade que lhe(s) inspira o Espírito Santo, fonte da renovação constante da Igreja, cabendo a esta espalhar, desde o tempo de Cristo, a conversão interior dos homens e da humanidade. Para a "boa imprensa", o catolicismo era a verdadeira religião da humanidade, e a Igreja, católica por natureza, *i.e.*, universal, tinha o direito e o dever de divulgar a sua mensagem através dos meios de comunicação ao seu dispor.

Os positivistas, por seu lado, propunham-se instituir a sua religião da humanidade, uma nova religião, de que as religiões do passado eram apenas formas provisórias, procurando no sobrenatural e nos deuses aquilo que devia ser procurado no cerne da própria humanidade, cuja unidade moral e humana era o ser supremo de si mesma. À escolástica de Tomás de Aquino e dos Padres da Igreja, que tanto tinham influenciado e fundamentado o catolicismo, Comte contrapunha a filosofia positivista como fundamento da sua nova religião. Embora positivista, esta nova religião não dispensava, todavia, os seus templos e capelas, e até um novo calendário, o calendário positivista,

composto por 13 meses de 28 dias, com base no calendário lunar, e tinha como ideal o altruísmo, palavra criada por Comte.

Em síntese espontânea: em que é que diverge o espírito semântico do amor ao próximo de Cristo do altruísmo de Comte e da igualdade de Karl Marx? O que sabemos, porque observamos a passagem do tempo e do que ele deixa prevalecer, é que o poder espiritual que subsiste é exercido pelas igrejas do passado ou pelo poder de ideólogos, e não pelos verdadeiros sábios ou filósofos, como idealizava Comte na sua nova religião. Se Comte pretendia uma desvalorização dos conflitos ideológicos e do poder temporal, *i.e.*, do poder político, ambição comum aos doutrinadores da "boa imprensa", a verdade é que, no séc. XX, a Europa e o mundo sucumbiram por duas vezes a esses conflitos que tiveram por base a questão ideológica e que fizeram perecer milhões de seres humanos. Comte preferia a desvalorização do conflito ideológico e do poder da hierarquia temporal e uma ascendência do poder espiritual dos sábios sobre a organização social, mas isso está longe de ser uma realidade: "Provavelmente os homens preferem sempre o que os divide ao que os une. Provavelmente cada sociedade é obrigada a insistir no que tem de particular e não nos traços comuns que compartilha com todas as sociedades" (*Id.*, *Ibid.*, 98).

As ideias e os valores que, numa sociedade, são, subtilmente, insinuados por uma determinada doutrina religiosa, ou por uma corrente ideológica ou cultural, têm uma eficácia muitas vezes maior do que aqueles que são explicitamente expostos. Quando os revolucionários franceses mudaram o calendário gregoriano por um calendário próprio, ou quando os positivistas pretenderam impor o seu calendário, sabiam que isso era uma forma de incutir os valores simbólicos que esse calendário implicava. No séc. XXI, em países maioritariamente católicos, como o nosso, é frequente determinadas confissões religiosas minoritárias reivindicarem a legitimidade de lhes ser concedido o dia de guarda da sua religião, *e.g.*, no caso de judeus e adventistas, o sábado, para o descanso, tal como os católicos têm o domingo; ou os momentos diários de oração e meditação, no caso dos muçulmanos. Os rituais e implicações culturais de um calendário religioso não deixam de ser reivindicados pela "boa imprensa", numa reafirmação dos valores católicos face ao movimento de secularização da sociedade, que vinha já dos séculos passados: "a rivalidade medieval entre o papado e o império, a Reforma protestante, o século das Luzes, para citar apenas as etapas principais da secularização das sociedades europeias" (BINDÉ, 2006, 35-36). Essa secularização tem ainda outros momentos importantes na crescente secularização, como a Revolução Tecnológica, sobretudo no séc. XIX, e a crescente urbanização da sociedade, o que leva "à 'perda do centro', isto é, a dissolução das tradições comuns e das crenças nos mesmos valores, seja do ponto de vista religioso, seja do ponto de vista ideológico" (*Id.*, *Ibid.*, 37). Esse movimento de secularização tem assim um largo rastro. Alguns, nomeadamente os arautos da "boa imprensa", queriam impedi-lo; outros, que o observavam e não o desejavam, nada lamentavam, como Nietzsche ou Spengler, para os quais significava o crepúsculo do Ocidente, esquecendo, como lembra Vattimo, que o crepúsculo, ou "alpardinho", no dizer madeirense, "não é apenas o declínio do Sol no poente, mas aquela luz lenta e insegura que anuncia uma nova aurora" (*Id.*, *Ibid.*). A "boa imprensa" não deixava de estar atenta a esse movimento da secularização. Num artigo de 11 de dezembro de 1909, no jornal *Brado d'Oeste*, defendia-se o descanso semanal e criticava-se o seu incumprimento: "um abuso que não deve continuar" ("Descanço semana", *Brado d'Oeste*, 11 dez. 1909, 1). Aqui a questão era a do trabalho e a do direito ao descanso semanal, mas a questão das datas importantes do calendário litúrgico e dos valores da família era uma constante neste bissemanário da imprensa católica. No próprio dia 25 de dezembro, dia de Natal, no editorial do *Brado d'Oeste*, o editorialista escreve: "Veem-se ali cumpridos oráculos e profecias" (*Brado d'Oeste*, 25 dez. 1909, 1).

A profecia era a concretização do que tinha sido anunciado no passado sobre o futuro, e assim se fundem a lembrança do passado e a espera do futuro, numa espécie de plenitude do ser, situado naquilo a que Derrida designa por "logocentrismo", na medida em que essa plenitude se situa na realidade ontológica do ser, para além da circunstância do ente no tempo dividido da existência humana, a dimensão temporal da existência humana. Nessa realidade "logocêntrica", o Homem ultrapassaria a sua dimensão socio-político-religioso-cultural, situando-se no plano ontológico, em que se dissolvem as diferentes visões do mundo. Isso não significa que essa realidade ontológica seja conseguida à custa do fim das civilizações, mas que todas elas saberiam situar-se e compreender-se como uma das várias manifestações do ser na sua plenitude, como condição para a unidade da humanidade na sua pluralidade. Assim, a "boa imprensa" não deixaria de ser entendida como uma das faces da realidade, na afirmação dos seus valores, como um dos contributos inalienáveis na afirmação da unidade do ser. Mesmo que ela e os que se definiam contra ela se considerassem, recíproca e simultaneamente, como representantes únicos da verdade, excluindo a outra parte, esse antagonismo só reforçaria o vitalismo de cada um, o que significa dizer que só os fazia andar mais depressa, na senda de uma visão teleológica da realidade.

Todas as manifestações religiosas, culturais e civilizacionais participam, numa perspetiva hegeliana, da caminhada do Espírito sobre a Terra até à realização da consciência da razão na sua plenitude final, mas é normal que nenhuma delas, ou nem todas elas, tenha a noção do papel insubstituível e único que cada uma protagoniza e de que ele não é exclusivo na consecução da plenitude da humanidade. Se a História, na visão kantiana, corresponde à realização dos planos secretos da natureza, é natural que os seus protagonistas, muitos deles, não tenham a noção exata do seu papel no grande drama humano. Não se pode, desse modo, pedir a todos e a cada um que, além de saberem de cor o seu papel, tenham a ciência exata do sentido da grande narrativa da humanidade. Assim, as ideologias, as religiões, as culturas, as civilizações, são manifestações parcelares da humanidade, na medida em que não a representam no seu todo, mas nenhuma delas deve ser extinta violentamente, porque isso seria decepar algumas das formas em que o espírito humano se manifesta. O mesmo não acontece quando uma determinada civilização se transforma ou se deixa absorver, paulatinamente, por outra, porque, na verdade, ela não desaparece, a não ser superficialmente, antes passa a estar incluída no âmago da cultura em que foi absorvida, que deixa de ser o que era, na medida em que, ao absorvê-la, se deixou também absorver.

Os factos não têm sentido quando considerados individualmente, ganhando-o apenas quando integrados no percurso dos acontecimentos. Na sua dupla dimensão, a História atende à realidade dos factos que se vão inscrevendo na linha do tempo (*a res gestae*), ao passo que é o relato desses factos, a narrativa (*rerum gestarum*), que lhe confere sentido e racionalidade. Esse é o papel da "boa imprensa": atribuir uma dimensão transcendente àquilo que, no quotidiano, não tem significado que o ultrapasse. Se a um facto não for conferida dimensão transcendente, ele esgota-se por si mesmo. Se, porém, ele for compreendido numa dimensão mais vasta que o ultrapassa, tal circunstância dá-lhe uma dimensão simbólica. O nascimento de um menino numa gruta é um facto da natureza humana. Mas, se a interpretação desse acontecimento for determinante na marca da humanidade, ele sobreleva o quotidiano da sua realização.

Quando o articulista do editorial *Brado d'Oeste*, no já citado artigo sobre o Natal, afirma que se completam "ali os multiplicados votos de milhares de gerações, sonhos dourados de homens e promessas infalíveis de um Deus", e que "Um passado calamitoso e sombrio termina ali" e "um futuro de venturas brilhantes dali se desenrola", acrescentando que a partir "Do recinto tenebroso de uma gruta raia uma aurora de duração eterna", está não só a proceder à inscrição de um facto localizado no "recinto

tenebroso de uma gruta", numa leitura providencial da História, mas, igualmente, a proceder à interpretação do facto de acordo com a característica linear e judaico-cristã do tempo. A "duração eterna" de que fala não funciona apenas para o futuro, a partir do momento em que a esperança se realiza, mas absorve, igualmente, o passado em que essa esperança nasceu e sobreviveu no coração de "milhares de gerações". Dá-se assim a unidade do ser, e o "caos do passado recua". A igualdade dá-se ali pelo "efeito […] edificante, admirável e prodigioso […] do Natal do Homem-Deus", porque "O escravo sacode e despedaça as algemas; o senhor […] curva a cerviz; a mulher proclama os seus direitos; o pobre, o desgraçado, reconhecem alfim que são criaturas de Deus; a religião transforma e humaniza o homem" (*Brado d'Oeste*, 25 dez. 1909, 1). O efeito miraculoso da igualdade entre o escravo, o senhor, a mulher e o pobre, que se reconhecem como criaturas de Deus, é alcançado por esse Homem-Menino-Deus.

Ao proceder a essa leitura, a "boa imprensa", na sua ânsia de absorver a realidade da vida, supera-se a si mesma e eleva à ontologia do ser aquilo que, em princípio, é um facto da vida quotidiana dos entes. Mesmo aqueles que não concordam com a leitura transcendente daquele facto não podem negar que essa leitura é uma leitura universal e não facciosa da realidade. Ao proceder assim, qualquer religião exerce um movimento ascendente em relação a si mesma e em relação à realidade concreta, que é, por natureza, fragmentada e caótica, logrando a unidade. Essa consecução da unidade não é, portanto, incompatível com a diversidade religiosa, embora não seja esse, consabidamente, o pensamento ou o sentimento do articulista.

Augusto Comte pensou a unidade da espécie humana através da constância da sua natureza essencial, que podia observar, contudo, através da diversidade das instituições históricas no plano social. Na sua conceção, "a afirmação da unidade humana […] implica uma certa conceção do homem, da sua natureza, da sua vocação e da relação entre o indivíduo e a coletividade" (ARON, 2010, 114). Mas há, desde logo, uma diferença radical, ou seja, de raiz: enquanto o articulista concebe a unidade do Homem pela intervenção do transcendente, a unidade preconizada pelo positivismo é uma unidade imanente. Se é certo que desde o séc. XIX todas as doutrinas sociológicas propõem que se passe do pensamento à ação, ou da ciência à política, enquanto fundador de uma nova religião, a religião da humanidade, o positivismo desvaloriza o económico e o político em favor da ciência e da moral, e não acredita que seja através da mudança do regime ou da constituição que o Homem ponha termo às convulsões da sociedade. Comte inscreve-se na linha de Kant, que acreditava no papel da natureza na marcha inexorável do tempo, e de Hegel, na espiral ascensional do espírito. Para Kant, Hegel e Comte, o tempo é o grande senhor da História.

Comte admite que apenas o tempo fará passar das sociedades fragmentadas e injustas passadas e atuais às sociedades reconciliadas do futuro, mas acredita que o esforço dos homens de boa vontade, aliado ao sentido inexorável da evolução, pode ser mais ou menos longo: "Na duração e nas modalidades da evolução, em si própria inevitável, exprime-se a parte de liberdade reservada aos homens". Comte não é profeta da violência revolucionária, como Marx, mas acredita que os seres humanos têm uma "margem de *modificabilidade* da fatalidade" (*Id.*, *Ibid.*, 115). Tal como o cristianismo, o positivismo e o marxismo têm subjacente uma estrutura teleológica e acreditam num aperfeiçoamento crescente da humanidade. Ou entra a revolução, ou a reforma, que são ou da sociedade ou do indivíduo. Tanto o positivismo como o cristianismo repudiam o recurso à violência como forma de atingir uma sociedade justa. Já Comte e Marx partilham a ideia de que a única transformação social possível é aquela que implica o fim do pensamento teológico, com a diferença de que o primeiro é apologista do pensamento reformador pela ciência e o segundo pela revolução.

A relação entre as conceções religiosas e os comportamentos económicos é vista por Max

Weber como uma das causas das transformações económicas das sociedades, na medida em que uma determinada interpretação do protestantismo vai favorecer a criação do sistema capitalista, fundamentada na conformidade, intelectual ou espiritual, entre o espírito da ética protestante – ou de uma certa ética protestante – e o espírito do capitalismo. A tese de Max Weber é que há uma adequação significativa entre o espírito do capitalismo e o espírito do protestantismo: "A ética protestante a que Max Weber se refere é, essencialmente, a conceção calvinista" (*Id.*, *Ibid.*), segundo a qual Deus predestinou cada ser humano para a salvação ou para a condenação; portanto, o Homem não pode, pelas suas obras, alterar a decisão divina, de antemão fixada. Mas, pelo menos, é concebível uma outra interpretação. Segundo Max Weber, é através do trabalho que "certas seitas calvinistas acabam por descobrir no êxito temporal, eventualmente no sucesso económico, a prova da escolha de Deus" (*Id.*, *Ibid.*). Assim, o trabalho seria a melhor forma para ultrapassar a dúvida na própria salvação e obter a certeza da graça, sendo também por isso a melhor forma de ultrapassar a angústia religiosa. A "boa imprensa" reconhece ao trabalho o seu papel de transformador do mundo e o facto de ser um fator do progresso. No editorial do periódico *Brado d'Oeste* de 15 de dezembro de 1909, o articulista afirma, convictamente, o seu "relevante e grandioso papel […] no seio das sociedades de todos os tempos. […] O que seria, sem ele, finalmente, do desenvolvimento, do progresso? […] Ele é a mola propulsora de todo o progresso, de toda a civilização, de toda a felicidade" (*Id.*, *Ibid.*). O trabalho é visto como forma de combater o ócio e de afirmar um valor moral. De um modo ou de outro, católicos e protestantes são levados a agir, embora uns para se salvar e outros para ver o sinal da salvação.

A nossa conceção de tempo linear provém da cultura judaico-cristã, que veio substituir a ideia do "eterno retorno" herdada das antigas civilizações euroasiáticas, nomeadamente da antiga Babilónia, ou ameríndias, maia e hindu. Essa cosmologia do tempo, que nos é dada pelos movimentos de translação ou de rotação da Terra ou do retorno das estações, em que tudo recomeça, deu-nos uma ideia de renovação que se foi inscrevendo na nossa cultura ocidental e que o próprio folclore absorveu – "a primavera vai e volta sempre", diz uma canção do folclore madeirense –, como se o tempo se estivesse a renovar ciclicamente. Na conceção do tempo ciclo, o passado não tem o peso que advém de se julgar que afeta as futuras civilizações e não há a inscrição da ideia de futuro, porque o tempo é encarado como algo que se renova incessantemente.

O judaísmo, ao anunciar a vinda de um Messias, vem instituir, pela primeira vez, uma ideia de futuro, um futuro de luz e esperança, que o cristianismo há de confirmar mais tarde, com o nascimento de Cristo, mas, sobretudo, com a sua ressurreição, provando que o futuro messiânico e salvífico tinha sentido. Essa ideia de futuro mantém-se com a parúsia, a segunda vinda de Cristo. Essa esperança no futuro inicia a ideia de tempo linear, porque incute nos povos o sentimento de caminhada em direção a algo, a um tempo em que a realização plena do Homem acontecerá. Essa conceção de caminhada para um fim imbuiu ainda as ideologias de matriz materialista, como o marxismo, o que significa que o futuro se transformou em tempo de utopia, fosse qual fosse a doutrina, religiosa, política, ou filosófica: o judaísmo, à espera do Messias; o cristianismo, em que a promessa de uma recompensa no Céu anula a própria ideia de morte definitiva do Homem, enquanto ser espiritual; o positivismo, com a sua religião da humanidade; o materialismo marxista, com a promessa de uma sociedade sem classes e igualitária, em que a luta contra a exploração ganha um sentido de futuro.

Quer o cristianismo quer o marxismo criam no Homem o desejo de futuro, porque é lá que se situa ou a salvação ou a utopia, a crença numa sociedade em que, em qualquer caso, haverá o reconhecimento de que todos os homens são iguais, o que o cristianismo reconhece à partida (mas que só é possível quando o Homem se insere no projeto de salvação) e o marxismo visa garantir, desde que todos os

cidadãos desencadeiem um processo de luta contra as desigualdades. O cristianismo implica uma consciência moral e o reconhecimento do outro, ao passo que o marxismo exige uma ética de entrega a uma luta contra a exploração, em nome desse futuro. Ambas as doutrinas, a cristã e a marxista, são imbuídas de coesão ideológica sólida, porque conduzem os seus sequazes em nome desse futuro. Essa coesão, todavia, só é possível quando há convicção e adesão profunda a essa ideia de porvir; só a convicção garante a longa espera, quiçá espera sem fim, pela realização dessa expectativa, sob pena de a própria doutrina se fragmentar e originar a deserção dos seus prosélitos. Talvez isso explique o desmoronamento dos regimes políticos que se ergueram com base nessa expectativa utópica. Enquanto o ideal do socialismo nunca foi atingido (ao fim de longas décadas pôde observar-se isso), as religiões permanecem coesas, apesar das vicissitudes (a esperança no Paraíso ultraterreno nunca foi desmentida). Essas utopias, nomeadamente as de cariz ideológico e filosófico, iniciaram-se com o Iluminismo, prosseguiram com o racionalismo e o positivismo e tiveram uma versão iminentemente ideológica com o materialismo marxista – construído, note-se, a partir do idealismo hegeliano e da sua dialética –, ao longo dos sécs. XVIII e XIX, com o marxismo a fazer prova da sua eficácia ao longo de quase todo o séc. XX. Mas essas ainda eram épocas em que o tempo se projetava *à la longue*; o tempo das longas viagens de barco e de comboio e em que a própria vida amorosa tinha o seu tempo de espera e de consumação. Ao invés, os tempos que correm não se compadecem com tão longa espera. De repente, todos fomos tomados pelo carácter imediato das realizações humanas. Todas as atividades humanas, mesmo as de carácter pessoal, foram atingidas pela fugacidade do tempo, em que tudo se deve realizar já. Normalmente, o afeto e o amor precisam de tempo para ser profundos. Se olharmos para os transportes e para os meios de comunicação, vemos que foram tomados pela urgência; da mesma forma, a carta, o diário, o telégrafo, foram ultrapassados pela ligação em tempo real da Internet. A crise financeira tem como um dos seus principais fatores a questão do tempo, com resultados catastróficos a nível social, económico e humano: "a urgência desorganiza a estrutura do tempo e retira a legitimidade à utopia" (BINDÉ, 2006, 421). Enquanto no passado era costume o Homem sacrificar o presente em nome do futuro dos seus descendentes, o Homem do séc. XXI parece estar a sacrificar as futuras gerações em nome do presente, como se o tempo, de repente, houvesse sido abolido, como se o presente estivesse a fazer um saque ao futuro, gastando todos os recursos conseguidos ao longo de várias gerações e ameaçando não só o bem-estar das futuras gerações, mas também o próprio equilíbrio do planeta e, por via disso, a própria vida humana. Cansado de se projetar no futuro, lugar da promessa não cumprida, o ser humano, como se sentisse que tinha caído num logro, quer o futuro com urgência. Aliás, é frequente observarmos frases publicitárias que anunciam que "o futuro é já hoje!". Com a chegada do cristianismo, a noção de tempo linear, baseada no facto único da morte – e ressurreição – de Cristo, fez a sua aparição: a ideia de temporalidade linear que preside à conceção de *A Cidade de Deus*, de S.to Agostinho: "No momento da queda do Império Romano […] Santo Agostinho ilumina a história do ponto de vista transcendente, a partir da Cidade de Deus; a distinção entre as duas cidades vai regular, a partir daí, o modelo cristão da temporalidade" (RUSS, 1997, 54). S.to Agostinho, em *A Cidade de Deus*, afirma que "O Cristo morreu uma vez pelos nossos pecados e, depois de ressuscitado, nunca mais morrerá".

Para que a atual geração não faça um saque sem fundo sobre o futuro dos vindouros e estes não nos cobrem o que estamos a fazer com o tempo que é nosso, e que é sempre irreversível, terá de haver um contrato geracional, um pacto do tempo, em que possa haver um investimento no presente com efeitos imediatos, mas com consequências positivas para as gerações futuras. Só com base nesse equilíbrio, na gestão criteriosa do tempo, é que é possível recolocar o mesmo tempo nos carris da História

e retomar o comboio da viagem com todas as carruagens, do passado, do presente e do futuro, de forma a que os passageiros dos diferentes tempos não se sintam desconfortáveis porque os passageiros das outras carruagens invadiram o seu espaço-tempo. Nessa perspetiva, poderemos pedir uma concessão de tempo ao futuro, para que não fiquemos sufocados pela ditadura da urgência. Esse contrato geracional deve abranger todos aqueles que, crentes ou ateus, católicos ou protestantes, cristãos ou muçulmanos, entendem que é preciso, para usar a expressão de Jérôme Bindé, "alargar a comunidade ética" que acha que é necessário estabelecer compromisso com o futuro, tendo a noção de que as decisões que tomarmos hoje não podem ser apenas na expectativa do bem-estar individual de cada um, dos resultados financeiros a apresentar ao fim do trimestre, dos resultados eleitorais de uma nova eleição, mas que terão consequências a longa prazo: "O reforço das capacidades de antecipação e de prospetiva é portanto uma prioridade para os governos, as organizações internacionais, as instituições científicas, o sector privado, os intervenientes da sociedade e para cada um de nós" (BINDÉ, 2006, 422).

Este é o tempo em que à cultura do instantâneo temos de responder com a cultura do compromisso, para que as decisões que foram tomadas no passado possam ser salvas, desde que integradas num projeto de futuro. Não haverá futuro se todos nos deixarmos envolver por interesses que se deixam consumir pela recompensa imediata. A cultura de compromisso dos melhores será a melhor forma de a todos envolver. Temos todos de nos empenhar no futuro a partir das lições do passado. Se nos detivermos todos a olhar, contemplativamente, o passado, ficaremos divididos. Se, porém, estivermos cientes do nosso passado comum, empenhar-nos-emos coletivamente, seremos capazes de construir o futuro de que necessitamos, para que o horizonte não se afaste de nós porque não o pensamos bem. Como dizia Pascal, "esforcemo-nos para pensar bem: é este o princípio da moral" (*Id.*, *Ibid.*, 424).

Um programa que implique uma nova moral implica uma ligação entre a doutrina e a prática. Desse ponto de vista, o cristianismo vem representar uma verdadeira revolução, não só porque modificou a nossa ideia de Deus, como também da sua relação com o Homem. Os deuses antigos imanentes à natureza são substituídos por um Deus transcendente, que, não obstante a sua natureza transcendente – mistério da Encarnação –, se faz homem: "Cristo, o Homem-Deus, aliança de Carne e de Luz, estabelece uma ponte entre o homem e o Absoluto: ele garante uma mediação entre as duas ordens e, pelo seu sacrifício, resgata a humanidade. É a Boa Nova que se anuncia" (RUSS, 1997, 51). E, paradoxalmente, é através do seu corpo, o corpo que no Homem é sede do pecado, que Cristo vai salvar a humanidade em queda e reerguê-la, como se o Homem recuperasse, de novo, o ser: "o homem só é homem na medida em que desperta para o ser" (DURAND, 1996, 295); ao Homem é-lhe devolvida, de novo, a dignidade de se ver como um ser livre. É essa condição de Homem livre que a "boa imprensa" destaca, ilibando Deus da existência do mal, visto que o Deus do catolicismo, ao contrário do Deus do calvinismo, não decide de antemão a sorte do Homem, antes lhe confere a responsabilidade e a liberdade de começar de novo. Camus compara o Homem a Sísifo, que empurra o rochedo, suportando o seu fardo desde sempre, mas com a grandeza e a dignidade de quem nunca cessa de o fazer. Camus, contudo, fala de um mundo sem Deus e sem a eternidade. A "boa imprensa", por sua vez, transmite a esperança de uma luz que oferece a eternidade da salvação. Será feliz o Homem que procura dar sentido a um mundo que parece estar submerso no absurdo e na ausência de sentido? – "A própria luta na direção do cume basta para encher o coração de um homem. Temos de imaginar que Sísifo era feliz" (*Id.*, *Ibid*, 297). O humanismo que impregnou várias correntes do pensamento do séc. XX, incluindo o humanismo marxista, desde Mounier a Gide e a Sartre, não deixou de (re)colocar o Homem no centro da História, onde ele, aliás, já estava

desde o momento em que foi chamado a construir o seu destino, "assim na Terra como no Céu", onde, ainda assim, se cumpre a vontade de Deus. E não é assim desde o suspiro no Calvário, em que Cristo pede o afastamento do cálix do sofrimento? Contudo, Ele diz: "faça-se a Sua vontade" (Lc 22, 42), a de Deus. Por um breve momento, Cristo colocou-se diante do instante eterno, a escolha entre beber o cálix até ao fim e fazer a vontade de Deus ou fazer o mais fácil, olhando só para o presente. Afinal, que vontade prevaleceu, a de Cristo Homem ou a de (Cristo) Deus? O que houve foi uma coincidência entre a vontade de Deus Pai e a de Deus Filho, *et bien sûr*: Cristo escolheu, voluntariamente, a liberdade de não cair, e com Ele o Homem, no abismo do nada. Parecia, assim, estar a dar uma resposta, com vinte séculos de antecedência, ao humanismo ateu, que era fundamentalmente niilista, segundo os proponentes do existencialismo cristão, como Gabriel Marcel, Emmanuel Mounier, Jacques Maritain, entre outros, que também, à sua maneira, procuravam a síntese das várias dialéticas do séc. XX, entre o ateísmo e o sagrado, a liberdade da renúncia humana e a transcendência divina. Superando essas angústias existenciais que a reflexão sobre a morte traz, a "boa imprensa" apresentava a imagem da sobrevivência contra a ideia de morte. Era necessário reconstruir o compromisso entre os desafios que se colocam ao cristão no dia a dia e o horizonte que a vinda de Cristo representou para nós. A "boa imprensa" tem no seu sintagma o adjetivo "boa", que a demarca da restante imprensa, mas isso não significa necessariamente que ela não tenha como objetivo último a divulgação de uma mensagem e de uma doutrina que se considera universais – "Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura" (Mc 16, 15) – e que a si mesma se atribua uma missão cujo limite é atingir o pleno da divulgação dos valores da mensagem, que é a do amor ao outro, que é o próximo. Esta dimensão universal da mensagem, que decorre das palavras do próprio Cristo, teria condições de futuro? Estabelecendo uma distinção entre mundialização e universalidade, Jean Baudrillard afirma: "Entre os termos *mundial* e *universal* existe uma analogia enganadora. A universalidade é a dos direitos do homem, das liberdades, da cultura, da democracia. A mundialização é a das técnicas, do mercado, do turismo, da informação" (BINDÉ, 2006, 49). E depois chama a atenção para as dinâmicas de ambas, defendendo a tese de que a mundialização ganhou uma dinâmica irreversível, ao passo que a universalidade estaria em recuo ou até em vias de desaparecer. Assim, verificamos que, num momento em que os avanços tecnológicos poderiam ser um meio de divulgar valores como os direitos do Homem, a liberdade, a cultura, a democracia, o amor ao próximo, valores inseparáveis da Modernidade ocidental, os mesmos podem recuar em função do predomínio, em potência, das técnicas do mercado, que, afinal, mesmo nesse campo, podem falhar, por falta de uma ética que as sustente, como a crise que se verifica acentuada na passagem do séc. XX para o séc. XXI veio confirmar. Será possível afirmar, a esta distância, que, ainda no dealbar do séc. XIX, a "boa imprensa" já teria a noção de que a secularização da sociedade em curso não teria, afinal, força suficiente para se impor em termos definitivos? O que aconteceu, afinal, à nova religião da humanidade, com os seus templos e os seus sábios e filósofos, representantes dessa nova espiritualidade? Tiveram sucesso os anunciadores de uma nova ética capaz de substituir a moral cristã que era propagada pela "boa imprensa"? Com efeito, haveríamos de assistir, desde o início do séc. XIX até ao princípio do séc. XXI, a um movimento de secularização dupla, ou com duas fases. Numa primeira fase, Auguste Comte enuncia a lei dos três estados, que correspondem ao longo percurso da história humana. Este pensador afirma que a humanidade viveu o estado teológico, em que Deus está presente em tudo, seguido do estado metafísico, em que a ignorância da realidade ou a falta de crença num Deus todo-poderoso leva a pensar que há relações misteriosas entre todas as coisas e entre estas e os espíritos. Em face disso, para inaugurar uma segunda fase, Comte estabelece o estado positivo, em que a humanidade, finalmente liberta da presença

de qualquer crença e guiada pelo espírito científico, busca o conhecimento absoluto e substitui toda a influência teológica pela observação dos factos científicos. Comte, porém, não advoga o fim do culto, apenas a substituição do culto de Deus, que substitui pelo culto do "Grande Ser" hipostasiado, por ser "o conjunto dos seres passados, futuros e presentes que concorrem livremente para o aperfeiçoamento da ordem universal" (COMTE, 1983, 30). Comte não só substitui o culto de Deus pelo do "Grande Ser", como defende que "O culto dos homens verdadeiramente superiores forma uma parte essencial do culto da Humanidade. Mesmo durante a vida objetiva, cada um deles constitui uma personificação do Grande Ser. Todavia, esta representação exige que sejam idealmente afastadas as graves imperfeições que, muitas vezes, alteram as melhores naturezas" (*Id.*, *Ibid.*, 63). Em rigor, o positivismo de Comte deixa de crer em Deus para passar a crer na ciência e na humanidade. Se o "Grande Ser" é tão abstrato como o Deus da religião, o positivismo de Comte pode fazer desaparecer o Deus que a "boa imprensa" defende, esse Deus que se fez homem e, depois de morto e sepultado, ressuscitou ao terceiro dia, para logo o reencarnar no "Grande Ser", o ser de toda a humanidade; tal como Deus encarnou em Cristo, também o "Grande Ser", além de se concretizar em "o conjunto dos seres passados, futuros e presentes", pode ser personificado, durante a vida, por cada um desses homens superiores e sábios que passam a ser a nova autoridade moral na nova sociedade.

No séc. XX, como se sabe, os positivistas nunca conseguiram que a superioridade ética desses seres prevalecesse sobre o poder temporal. Este é o momento em que se dá a morte das crenças em entidades superiores, sejam elas Deus, o "Grande Ser" ou as grandes utopias, todas elas teleologicamente dirigidas para um tempo de plena afirmação da humanidade. Fosse qual fosse a natureza e o percurso da participação do singular no universal, por transcendência ou imanência, a perda desse carácter universal levou "à exterminação de todos os nossos valores, o que é uma 'morte má'", no dizer de Jean Baudrillard, que afirma ainda que "O universal era uma cultura da transcendência, da reflexão do tema e do conceito, uma cultura com três dimensões, a do espaço, do real e da representação. O espaço virtual é o do ecrã, da rede, da imanência, do numérico" (BINDÉ, 2006, 49). Ou seja, a transcendência era comum a todas as doutrinas, fossem elas a da utopia marxista, do espírito de Hegel, do positivismo de Comte ou a propagada pela "boa imprensa", porque todas eram detentoras de valores que consideravam universais. Desde o séc. XVIII, procuravam-se sucedâneos ou sucessores para o Deus dos cristãos: razão, natureza, História, progresso, Homem, Iluminismo e a própria Europa, como utopia, que nós vamos vendo soçobrar como distopia, essa Europa onde nasce o humanismo que lhe dá a base cultural: "O humanismo está ligado a uma Europa que tem a vocação do Universal e que encarna 'uma grande república divida em vários Estados' (Voltaire)" (RUSS, 1997, 180). O cristianismo era colocado em causa no seu todo, "tanto o Deus dos católicos como o de Calvino, processo global e não singular que inflamava os espíritos" (*Id.*, *Ibid.*, 181).

A "boa imprensa" nasce, assim, num contexto em que nem sequer era o catolicismo que se contestava, mas sim a própria ideia de Deus, um Deus cuja existência não se podia provar. É certo que a "boa imprensa", de tendência proselitista, e tantas vezes de natureza local, poderia, muitas vezes, julgar que se tratava de uma guerra inter-religiosa, mas a questão era muito mais funda e muito mais vasta: era a própria ideia da morte de Deus que se prenunciava desde o Iluminismo e que é posta em julgamento, com a natureza a constituir-se como o fundamento de uma religião natural desde os inícios do séc. XVIII.

Jean Meslier, eclesiástico e ateu, afirma, em testamento publicado por Voltaire, que o cristianismo não era uma instituição divina e contrariava as leis da natureza. Seguem-se, na sua esteira, "Voltaire, Montesquieu, Helvétius e, de um modo geral, os Filósofos que, sem realizar estudos de exegese, censuram ao cristianismo o facto de exigir demasiado à razão,

que não admite nem milagres, nem revelação, nem sobrenatural […]. Apenas no seio da Natureza e da Razão, paradigmas fundamentais do pensamento da *Aufklarüng*, existe uma crença válida" (*Id.*, *Ibid.*, 182). Contra os livros sagrados e a revelação, ergue-se, em pleno, a *ratio*, o dinamismo religioso da *Aufklarüng*, "uma força universal que não pode reduzir-se às representações singulares da fé. Pois o século XVIII, embora critique a lei revelada, também faz o alargamento da ideia de Deus […] Confúcio situa-se ao lado de Cristo" (*Id.*, *Ibid.*, 184). Esta posição filosófica de conceber um (novo) Deus como ser supremo através da razão e não por revelação divina dos textos sagrados (Talmude, Bíblia ou Alcorão), e a que se convencionou chamar deísmo, alastrou por toda a Europa. Ter-se-ia esta religião deísta baseado na natureza e na razão e não na revelação? Ter-se-ia libertado da "tirania" da crença e da fé, de que era acusada a velha Igreja? – "Ao mesmo tempo que o respeito dos homens pela Igreja se desmorona, o deísmo impõe-se e o culto do Ser Supremo, caro a Robespierre e à Revolução Francesa, não está longe. Como esquecer esse *culto deísta*, instituído pelo decreto de 7 de maio de 1974? Robespierre, influenciado por Rousseau, rejeita as tendências ateístas dos seguidores de Herbert e contrapõe-lhes a religião natural e o reconhecimento do Ser Supremo" (*Id.*, *Ibid.*, 185-186), isto por um lado; por outro, ao "Grande Ser" da religião positivista, Comte advoga o culto, mas não via como boas as dúvidas sobre a sua existência. Ou seja, os apóstolos das novas correntes deístas eram tão dogmáticos quanto os das religiões reveladas, e os ateus, que não criam nem numas nem noutras, sentiam o fenómeno da rejeição. Os sacerdotes dos novos credos, tal como os fautores da "boa imprensa", estavam imbuídos de proselitismo em toda a semântica da palavra, procurando fazer o apostolado das suas ideias, como qualquer prosélito, que, além de convertido, se porta de forma sectária, *i.e.*, como membro de uma seita. Por sua vez, os partidários das novas utopias materialistas dos sécs. XIX e XX não se mostrariam menos intransigentes contra aqueles que não aceitavam os novos projetos de sociedade que eles propunham, sobretudo quando se tratou de as levar ou tentar levar à prática. Como reconstruir, então, a universalidade dos valores a partir das crenças monoteístas, deístas ou utópicas, no tempo da relativização de todos os valores ou, segundo os niilistas, já sem valores, de que estavam imbuídos todas aqueles doutrinas, que, crentes ou ateias, tinham sentido teleológico e de caminhada para uma sociedade humana perfeita, algures no devir histórico ou teológico? Fará sentido colocar essa questão no âmbito deste artigo sobre a "boa imprensa"? Esse é o desafio que se nos coloca como forma de volver ao universal, onde todas as formas de expressão se podem encontrar, não um universal por abstração, situado acima do mundo real, mas obtido com a inclusão de cada um, ou seja, de todos. Quando o Deus dos cristãos nos manda amar o próximo, Ele exemplifica pela ação. Jesus come com os publicanos e pecadores: "E sucedeu que, estando ele em casa, à mesa, muitos publicanos e pecadores vieram e tomaram lugar com Jesus e seus discípulos" (Mt 9, 10). Quando criticado, Jesus redarguiu: "Os sãos não precisam de médico, e sim os doentes. Ide, porém, e aprendei o que isto significa: misericórdia e não holocaustos (Mt, 12, 13). Note-se que, nesta passagem do Evangelho de Mateus, a palavra "holocaustos" aparece algumas vezes em lugar da palavra "sacrifício", o que, em termos práticos, conduz ao mesmo resultado, visto que o sacrifício implicava a imolação pelo fogo e o significado da palavra "holocausto" é, etimologicamente, *holo* (todo) e *kausto* (queimado), palavra historicamente sugestiva, sabendo que o Holocausto, que está historicamente próximo do séc. XXI, significou a recusa completa da alteridade. Ora, uma cultura de liberdade admite o outro como essencial ao todo. Só podemos chegar ao universal pela inclusão de todos, o que significa incluir um por um, até atingir essa universalidade. Não se pode amar o universal nem ele existe se se excluir uma parte de si. Repare-se no que diz Hannah Arendt,

citada por Hélé Béji, ao ser acusada de não gostar o bastante dos judeus, a propósito do processo de Eichmann: "Esse povo já só acredita em si mesmo? Que espera ganhar com isso? Não tenho qualquer amor ao povo judeu, nem aos povos alemão, francês, ou americano, nem à classe operária. A única espécie de amor em que acredito é no amor das pessoas. Esse amor pelos judeus, uma vez que eu própria sou judia, é suspeito" (BINDÉ, 2006, 60). O que Arendt nos explica é que amar um povo é amar um universal abstrato, tal como amar a classe operária; só acredita no amor das pessoas, de cada pessoa, seja ela do proletariado ou de outra classe social, ou seja de que nacionalidade for, como o bom samaritano, que era estrangeiro: "o pertencer a uma mesma cultura ou a uma mesma religião não é uma garantia de tolerância ou de felicidade política, porque não é a ligação cultural que faz a ligação política, mas antes a ligação civil", como afirma Hélé Béji (*Id.*, *Ibid.*, 59). Tomando a diferença conceptual entre religioso e espiritual, a propósito do diálogo de culturas, Béji afirma que a reivindicação da identidade, quando é feita à custa da universalidade, está eivada de uma violência de natureza religiosa, no sentido da crença vivida como tirania, e não da espiritualidade e da liberdade de pensamento. O que é que sobreleva na "boa imprensa": a espiritualidade ou a tirania da crença religiosa? O que ali estava à superfície era, de facto, a tirania da crença. Contra essa tirania, e em nome da liberdade, vão revoltar-se a civilização e a razão, mas logo estabelecem novas tiranias, usando a mesma nomenclatura, o que é natural, como filhas dessa primeira crença. Só que nessa aparente tirania da crença propagandeada pela "boa imprensa" germinava também a liberdade da sua contestação, o que era perfeitamente plausível, numa doutrina provinda de quem, como Jesus, não escolhia as companhias para comer. "Quando olhamos os esquemas de civilização (Ciência, Razão, Progresso, República, Moral e outras 'entidades com maiúsculas em estado de prostração', segundo a expressão de Marcel Gaucher), verificamos que o indivíduo moderno sofre as suas consequências, nessa forma de escravidão moderna a que os médicos chamam *stress*, vítima de ser o seu próprio senhor […] compreendemos que a necessidade de *identidade* tenha destronado a *liberdade*" (*Id.*, *Ibid.*, 58). Esses valores hipostasiados foram erguidos em nome da liberdade contra o obscurantismo religioso, mas o que se verifica é que o Homem moderno se perdeu num "individualismo que é uma ideologia de massas e já não uma singularidade criadora" (*Id.*, *Ibid.*). Perguntamo-nos: qual dos dois é mais livre: o homem individualista subsumido nas massas anónimas ou o homem a quem era dado o dom de dialogar, intimamente, com o seu Deus, esse Deus que se sacrificara por ele, segundo a doutrina cristã divulgada pela "boa imprensa"? Béji afirma que "um dos sinais mais desumanos da cultura é a separação do religioso e do espiritual". Afinal, não era esse o caminho, o da liberdade, que se iniciara desde o Iluminismo? No séc. XXI, o Homem está só perante a multidão, e, nas redes sociais, tem milhares de amigos virtuais, mas sem a convivialidade de outrora. No jornal *A Verdade* de 5 de fevereiro de 1916, num artigo intitulado "Miasmas d'alma", com o subtítulo "Estudo psycologico", o articulista escreve: "a vida é uma tragédia escrita por Deus e representada no Teatro do Universo… Nela se identificam em biliões de atores os géneros de carácter disfarçadas pela ação da peça ou pelas exigências do enredo. […] Subiu o pano. […] Principia a representar-se a Vida, peça d'um só ato […] Que grandes atores tem a tragédia escrita por Deus. […] Que génios! Com que arte alguns representam o papel de honestos! […] Ao entrarem, porém, no *camarim* que é o seu lar, passam a esponja pela face, e ficam o que eram: hipócritas, falsos, aventureiros do destino. Outros abraçam a religião, tudo perdoam, tudo esquecem, amam os seus inimigos, se levam uma bofetada na face direita entregam como Cristo a face esquerda, aconselham a essência do bem, guiam os fracos, choram a desdita dos seus irmãos, mas finda a cena, recolhem a bastidores, passam a esponja e lá ficam, no

que são: covardes, intriguistas de escada, especuladores e párias! Que exuberante é o Teatro do Universo!". Que questão se poderá colocar ao artigo escrito por quem acredita em Deus quanto ao seu sentido? Como pode esse Deus, origem do bem, encher o mundo destas personagens que "representam o papel de honestos", "hipócritas, falsos, aventureiros do destino", ou que "abraçam a religião, tudo perdoam, tudo esquecem, amam os seus inimigos", "aconselham a essência do bem", para depois, tendo recolhido aos bastidores, se revelarem "intriguistas de escada, especuladores e párias!"? Pode Deus ser o autor do "Teatro do Universo" com este tipo de personagens? Ou o autor entrou em contradição com a doutrina que divulga? Coloca-se aqui a questão da teodiceia, da justificação racional de Deus e da sua coexistência com o mal, aporia da cultura ocidental e da cultura oriental. "O teólogo contemporâneo Maurice Zundel dizia, com alguma ironia, que, se o mal existisse realmente, Deus seria a sua primeira vítima, quase fazendo suas as célebres palavras de Stendhal, segundo as quais a única desculpa de Deus em face do mal e do sofrimento só poderia ser a Sua inexistência" (CORREIA, 2006, 35). Contudo, o editorialista, católico, não poderia ter subentendido essa ideia de que Deus, autor do teatro da vida, seria o responsável do mal provocado pelas personagens da vida no palco do mundo, numa paráfrase vicentina. O que ele critica é justamente que o mal exista, não por vontade de Deus, mas por ação das personagens, que são, na realidade, a humanidade. Trata-se da questão essencial do Homem colocado perante a responsabilidade de construir o seu destino, segundo o seu livre-arbítrio e uma ética da responsabilidade que não deixa ficar a teodiceia desarmada perante esta questão: "a teodiceia não ficou sem recursos. Com efeito, é possível surpreender vários modelos teóricos que visam mostrar que não existe qualquer incompatibilidade lógica entre a existência de Deus e o problema do mal", tendo como base "o paradigma que é invocado por vários filósofos teístas contemporâneos e que se funda, a meu ver, no postulado ético da responsabilidade" (*Id.*, *Ibid.*, 40). Essa ética da responsabilidade deve ser exercida na busca e no exercício de valores absolutos, como a verdade, o bem, o sagrado, a beleza, valores intemporais e independentes da História, englobados numa ética cuja consumação tornaria o mundo esteticamente harmonioso, o que contribuiria para a ressurreição de Deus, ou do bem absoluto, como ideal a atingir em cada circunstância, sabendo habitar o tempo e o lugar.

Existe, a um tempo, a marca do efémero e do eterno. Quando a "boa imprensa" se concede o direito de divulgar os valores em que acredita e exclui o próximo por divergências confessionais, ela comporta-se como qualquer poder temporal, para o qual o que mais conta é a autoridade, e menos a revelação de que a doutrina cristã é filha. Mas quando, e apesar disso, ela é genuinamente crente nos valores que propaga, então, torna-se num espaço de diálogo e supera os muros do poder profano, literalmente o poder que está além e acima das barreiras que dividem. Qualquer corrente ideológica, religiosa ou filosófica que se coloca nas margens do universal e recusa o diálogo adquire características que a confundem com qualquer corrente fundamentalista e, a breve trecho, acaba por perder a possibilidade de construir o espaço em que todos se devem encontrar. Essa recusa torna o conflito inevitável. Um cenário que não tem de ser imaginado, seja quando se pensa nas fogueiras da Inquisição, seja nos campos de concentração de todos os lugares e azimutes ou no apogeu da recusa da alteridade que foi a Segunda Guerra Mundial, onde, em nome de ideologias absolutas que se consideravam prenhes de razão, não se concedeu lugar ao espaço de diálogo e se cedeu o passo à loucura do desumano, de onde a justiça se afastou ou foi afastada violentamente.

Emmanuel Levinas exprime a exigência do nosso tempo ao afirmar que a justiça só é justiça numa sociedade onde não exista distinção entre próximos e afastados, mas também onde exista a impossibilidade de passar ao largo do mais próximo. No caso da "boa imprensa", ela revela a sua visão do mundo, mas, na sua visão

singular, não deixa de especular, quer dizer, de espelhar o universal, visto que o singular não deixa de ser uma face do poliedro, que é universal. E, descendo até ao mais local, a imprensa católica madeirense teceu as linhas do universal na sua diocese, até à mais humilde capela do mais recôndito lugarejo, no esconso do mais remoto cabeço. Afinal, aquilo que no séc. XXI se considera universal é o que se divulga em todo o globo a partir de um determinado local. Aquilo que é local em cada momento está apenas à espera de uma oportunidade de ascensão a partir do monte das Oliveiras. Não dizemos nós que as Sagradas Escrituras não podem ser tomadas à letra? Todo o texto religioso é metafórico, e todo o texto literário carece de uma exegese, como se fora religioso, e só assim ele pode atravessar a passagem do tempo e ser atual em todas as épocas. Nenhum universal, que deve ser o objetivo de toda a manifestação humana, se pode construir quando não vemos em cada instante o sinal do eterno. A espiritualidade é saber ver o universal no singular. Se se diz que o amante vê o ser que ama em todo o lado, e que se não virmos a verdade naquilo que é diferente é porque não estamos suficientemente apaixonados, por não termos para Leyla os mesmos olhos de Majnun, então é porque temos um longo caminho a percorrer entre o amor do ser singular que julgamos amar – pessoa, pátria, cultura, língua – até podermos ver essa pessoa, essa pátria, essa cultura e essa língua em todas as pessoas, pátrias, culturas e línguas, e então, e só então, estaremos verdadeiramente apaixonados, porque atingimos o patamar do amor universal induzido a partir do singular e a ele volvendo em cada diverso ser e em todos os seres.

A verdade é pura, branca e una, mas a sua singularidade constrói-se a partir da pluralidade que a forma, pois o branco é a síntese das sete cores do arco-íris, o símbolo da aliança entre o transcendente e o imanente. Ou seja, a exclusão de qualquer uma das sete cores tornaria impossível a unidade traduzida pelo branco. Assim, o universalismo só o pode ser se integrar todos os matizes em que se realiza e que o realizam. Ou, por outras palavras, é possível ver o rosto de Cristo em cada ser humano, situando-se a frase na semântica do religioso ou da metáfora, conforme a queira entender o leitor, senhor último da palavra.

Bibliog.: impressa: "A penitência", *Religião e Progresso*, 6 dez. 1879, p. 1; "Alemanha", *Pregador Imparcial da Verdade, da Justiça e da Lei*, 6 dez. 1823, pp. 1-2; ALLEAU, René, *A Ciência dos* Símbolos, Lisboa, Edições 70, 1976; ARON, Raymond, *As Etapas do Pensamento Sociológico*, 9.ª ed., Alfragide, Dom Quixote, 2010; AZEVEDO, Joaquim, e RAMOS, José, *Inventário da Imprensa Católica Portuguesa entre 1820 e 1910*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 1991; BINDÉ, Jérôme, *Para onde Vão os Valores?*, Lisboa, Instituto Piaget, 2006; *Brado d'Oeste*, 25 dez. 1909, p. 1; COMTE, *Os Pensadores*, São Paulo, Victor Civita, 1983; CORREIA, Carlos João, "Questões de teodiceia na cultura ocidental", *Philosophica*, n.º 27, abr. 2006, pp. 35-52; "Descanço semana", *Brado d'Oeste*, 11 dez. 1909, p. 1; DURAND, *Campos do Imaginário*, Lisboa, Instituto Piaget, 1996; ESTEVAM, José Geraldo, "O reconhecimento da alteridade como possibilidade de construção de um novo paradigma na cultura ocidental em Joel Birman e Emmanuel Lévinas", *Horizonte*, vol. 6, n.º 12, jun. 2008, pp. 169-179; LÉNINE, V. I., *O Que É o Marxismo*, Lisboa, Estampa, 1976; MARTINS, Manuela Brito, *Mediae Valia*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1992; MARX, Karl, "Debatten über preßfreiheit und publikation der landständischen verhandlungen", *Rheinische Zeitung*, 5 maio 1842; MENDONÇA, Tolentino de, "Religião e chocolate", *Revista Expresso*, 6 set. 2014; "Miasmas d'alma. Estudo psycologico", *A Verdade*, 5 fev. 1916; NIETZSCHE, Friedrich, *Ecce Homo*, Lisboa, Europa-América, 2001; PASCOAES, Teixeira de, *Arte de Ser Português*, 2.ª ed., Lisboa, Guide, 1993; RUSS, Jacqueline, *A Aventura do Pensamento Europeu: Uma História das Ideias Ocidentais*, Lisboa, Terramar, 1997; **digital:** FRANKLIN, Rúben Maciel, "Da revolução, a modernidade e o progresso: a emergência da filosofia da história em Kant, Hegel e Marx", *Revista de Teoria da História*, n.º 6, dez. 2011, pp. 203--229: https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28984/16153 (acedido a 21 jul. 2018); "On freedom of the press", *Marxists Internet Archive*: https://www.marxists.org/archive/marx/works/1842/free-press/index.htm (acedido a 14 nov. 2018); REGO, António, "A dignidade da imprensa regional", *Ecclesia*, 13 fev. 2007: http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/editorial/a-dignidade--da-imprensa-regional/ (acedido a 21 jul. 2018); RIBAS, Ana Cláudia, "A boa imprensa, a política e a família: os discursos normatizantes no jornal *O Apóstolo* (1929-1959)", *Revista Espaço Plural*, n.º 24, 2011, pp. 96-106: http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/7240/5312 (acedido a 21 jul. 2018); SILVEIRA, Diego Omar, "A peleja pela 'boa imprensa': reflexões sobre os jornais da Igreja, a romanização dos costumes e a identidade católica no Brasil", 9.º Encontro Nacional de História da Mídia, 30 maio-1 jun. 2013: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-impressa/a-peleja-pela-201cboa-imprensa201d--reflexoes-sobre-os-jornais-da-igreja-a-romanizacao-dos-costumes-e-a--identidade-catolica-no-brasil (acedido a 21 jul. 2018).

MIGUEL LUÍS DA FONSECA

Bocage, José Vicente Barbosa du

José Vicente Barbosa du Bocage (1823-1907) formou-se em Medicina na Univ. de Coimbra, foi lente de Zoologia na Escola Politécnica de Lisboa e, posteriormente, foi nomeado diretor da secção de Zoologia do Museu Nacional de Lisboa. Como naturalista, é conhecido sobretudo pelos seus trabalhos em taxonomia africana. Foi cofundador da Sociedade de Geografia de Lisboa e sócio da Academia Real das Ciências e da London Zoological Society.

Além de naturalista, Barbosa du Bocage esteve também envolvido na política, chegando a ser deputado pelo Partido Regenerador e responsável pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, entre 1883 e 1886 e, novamente, em 1890.

Nasceu no Funchal a 2 de maio de 1823, segundo filho de João José Barbosa du Bocage, primo do famoso poeta português Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805), e de Josefa Teresa Ferreira Pestana, irmã do Gen. José Ferreira Pestana (1795-1885), lente da Univ. de Coimbra, que, devido às suas ideias liberais, foi enviado para o desterro em Angola, tendo conseguido fugir para o Rio de Janeiro em 1829. Por esta mesma razão, a família de José Vicente Barbosa du Bocage foi obrigada a sair do Funchal e fugiu para o Rio de Janeiro em 1830, onde o seu pai ajudou o cunhado, o Gen. Pestana, no colégio que este tinha posto em andamento nesta cidade. Foi aqui que o irmão mais velho de José Vicente morreu ainda em criança. Só após D. Miguel abdicar do trono é que a família Bocage voltou para a Madeira, em 1834, onde José Vicente Barbosa du Bocage acabaria os estudos no Liceu do Funchal.

Em 1839, foi enviado para o continente para realizar os estudos superiores na Univ. de Coimbra, onde, em 1846, obteve o grau de bacharel em Medicina. Alistou-se no Batalhão Académico nas lutas contra as tropas do Mar. Saldanha, que acabariam com a Convenção de Gramido, e, depois de um período na Madeira, decidiu voltar ao continente, onde começou a trabalhar como facultativo no Hospital de S. José, em Lisboa. Em 1849, foi nomeado lente substituto da Escola Politécnica de Lisboa, ficando encarregado das cadeiras de Anatomia Comparada, Zoologia e Introdução à História Natural. Após a morte do lente proprietário, Francisco de Assis de Carvalho (1789-1851), Barbosa du Bocage fica com a efetividade e assume, também, o papel de mediador entre a coordenação das coleções da Academia das Ciências e a Escola Politécnica, começando então a sua carreira como proeminente zoólogo. Em 1851, aos 28 anos, casa com Teresa Morato Roma.



José Vicente Barbosa du Bocage, gravura de P. Marinho, *O Ocidente*, 1907, a partir de fotografia de João Francisco Camacho, 1906.

Em 1857, com base no estudo das coleções zoológicas existentes em Portugal, Barbosa du Bocage publica o seu primeiro estudo científico: *Memoria sobre a Cabra Montês da Serra do Gerês, Apresentada e Lida à Primeira Classe da Academia Real das Ciências*. Em 1858, as coleções que faziam parte do Museu da Academia em Lisboa passam a ser da tutela da Escola Politécnica, e, em 1862, é formado por decreto-lei o Museu Nacional de Lisboa, com base nestas coleções. O Museu Nacional era composto por duas secções: a secção zoológica e a secção mineralógica. Barbosa du Bocage é nomeado diretor da primeira secção, reforçando assim a sua dedicação total ao melhoramento e estudo destas coleções. O seu projeto era tornar estas coleções significativas e relevantes, não só a nível nacional, mas também a nível internacional, dedicando-se, sobretudo, a melhorar a coleção dos espécimenes de fauna portuguesa, inclusivamente das regiões ultramarinas.

Em 1859, pede autorização para fazer uma viagem pela Europa e visitar outros museus, a fim de estabelecer colaborações, aprender como outras instituições semelhantes organizavam as suas coleções e, também, adquirir mais espécimenes que ajudassem a melhorar e completar as coleções portuguesas. Barbosa du Bocage estabelece, assim, as linhas orientadoras do museu: aumentar a diversidade de exemplares de determinados grupos taxonómicos que melhor representem a fauna portuguesa continental e das possessões do ultramar. Em 1863, publica a lista dos mamíferos e répteis de Portugal na *Revue et Magasin Zoologie* de Paris, e em 1866 funda o *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes* no seio da Academia das Ciências, também com a finalidade de o intercambiar com revistas periódicas de outros museus e instituições científicas.

Barbosa du Bocage é nomeado membro do Conselho Superior de Instrução Pública em 1866, cargo que ocupará até à dissolução deste Conselho. Em 1875, é nomeado vice-presidente da Academia Real das Ciências, tendo ocupado um lugar distinto na comissão central permanente de Geografia, sendo depois nomeado presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa. Em 1877, publica *Ornithologie d'Angola* e, nesse mesmo ano, parte de Lisboa para África na expedição de Serpa Pinto, Capelo e Ivens. Esta expedição tinha como objetivos explorar as regiões entre Angola e Moçambique, assim como estudar as bacias hidrográficas de Zaire e Zambeze. Em 1879, Barbosa du Bocage é eleito deputado da nação e faz parte das comissões de Instrução Pública, Saúde e Negócios Estrangeiros e do Ultramar. Em 1881, reforma-se como lente proprietário e toma posse como par do Reino em janeiro de 1882. Enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, foi responsável por negociações importantes, como a do tratado de 1884 com Inglaterra sobre o domínio territorial do Zaire e as negociações com Alemanha e França sobre a disputa das margens do Congo, nomeadamente a preparação do Mapa Cor-de-Rosa.

Nos seus últimos anos de vida, continuou com os seus estudos sobre a fauna portuguesa e ainda publicou, em 1903, a *Contribution à la Faune des Quatre Îles du Golfe de Guinée*, embora já tivesse ficado cego. Nesse mesmo ano, foi homenageado com a medalha de honra da Sociedade de Geografia, numa sessão presidida pelo Rei D. Carlos. Em 1905, a secção de Zoologia do Museu Nacional de Lisboa foi nomeada Museu José Vicente Barbosa du Bocage em sua honra.

Entre a sua vasta produção científica, contam-se as diversas instruções práticas que escrevera no Museu Nacional de Lisboa sobre como preparar e organizar coleções zoológicas. Estas instruções eram um conjunto de regras com o intuito de disciplinar os viajantes e investigadores sobre como recolher e enviar exemplares de modo sistematizado ao museu. Estes manuais foram enviados não só aos diferentes museus portugueses, mas também aos museus localizados nas regiões do ultramar. Um exemplar destas instruções encontra-se, inclusivamente, no *Catalogue of Books and Manuscripts* publicado no British Museum de Londres em 1903.

José Vicente Barbosa du Bocage recebeu inúmeras honras e condecorações: Grã-Cruz das ordens de S. Tiago e do Mérito Naval, de Espanha, e de Francisco José, de Áustria; comendador das ordens da Rosa, do Brasil, e de Isabel a Católica, de Espanha, e oficial da Legião de Honra, de França. Tem o seu nome numa avenida em Lisboa (Av. Barbosa du Bocage), na zona do Campo Pequeno. Morreu em Lisboa, a 3 de novembro de 1907.

Obras de José Vicente Barbosa du Bocage: *Memoria sobre a Cabra Montês da Serra do Gerês, Apresentada e Lida à Primeira Classe da Academia Real das Ciências* (1857); *Ornithologie d'Angola* (1877); *Contribution à la Faune des Quatre Îles du Golfe de Guinée* (1903).

Bibliog.: impressa: MADRUGA, Catarina, *José Vicente Barbosa du Bocage (1823-1907). A Construção de Uma Persona Científica*, Dissertação de Mestrado em História e Filosofia das Ciências apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2002; *O Ocidente*, 1907; **digital:** PEREIRA, Esteves, e RODRIGUES, Guilherme (ed.), *Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Lisboa, João Romano Torres, 1904-1915: http://www.arqnet.pt/dicionario/00002n.html (acedido a 15 mar. 2018).

PAMELA PUPPO

Boletins

Raphael Bluteau, no seu *Vocabulário Portuguez & Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico*, datado do séc. XVIII, mais especificamente no vol. II, dá uma definição de "boletim" como sendo um "recado militar por escrito", e refere, a esse propósito, duas citações em que o termo é empregado em contextos militares. A primeira, da autoria de Brito, é de uma obra intitulada *Guerra no Brasil*, em que, num contexto de uma batalha, um "tambor" (mensageiro), na presença de um general, lhe deu um papel, em cuja margem estava escrito "boletim", no qual havia uma mensagem dos soldados. A segunda citação faz menção do uso do termo por Francisco Manuel de Melo na obra *Epanáfora Triunfante*. Nesta, o autor escreve que o general da Armada Portuguesa, aproveitando a discórdia do lado inimigo, ordenou que "se passassem, e repartissem Boletins, escritos nas três línguas de Holanda, Inglaterra, e França; em que se convidasse em prémio, e liberdade aos soldados, que se reduzissem a nosso partido" (MELO, 2007, 513). Noutra página, percebe-se que os "boletins" ordenados pelo general da Armada tiveram o efeito pretendido, uma vez que, nas palavras do mesmo autor, acabaram "passando-se aos Portugueses muitos dos soldados estrangeiros" (*Id.*, *Ibid.*, 523).

Depreendemos destas citações que o boletim, na sua significação original, era um escrito militar, utilizado para a troca de mensagens entre as altas patentes do Exército com informação militar para os soldados.

O *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* elucida que o termo "boletim" é originário do italiano "bolletino" ou "bulletin", diminutivo de "bolleto/boleto", que teve origem no étimo latino *bŭlla*, explicando que este termo serve para designar "um escrito breve, dado por competente autoridade, com certo fim", indicando, como anteriormente referimos, que foi Francisco Manuel de Melo quem no séc. XVII utilizou pela primeira vez o termo na língua portuguesa (MACHADO, 1995, 445).

José Tengarrinha explica que foi no princípio do séc. XIX, mais precisamente em 1809, que se



Fig. 1 – *Arquivo Histórico da Madeira* (1990).

deu "o grande surto da imprensa política e noticiosa", no contexto resultante da primeira invasão francesa e do esforço empreendido pelas autoridades portuguesas em "desenvolver uma atividade de propaganda" (TENGARRINHA, 2013, 161). A imprensa então surgida era patrocinada tanto pelo governo como pela iniciativa privada, e ajudou a constituir o primeiro grande "espaço público de debate político" em Portugal. Este espaço era, apesar de tudo, limitado e circunscrito aos interesses nacionais e do governo, estando a liberdade de imprensa fortemente cerceada, sendo proibida qualquer reação contra o Governo português ou manifestação a favor dos ideais liberais.

Foi este o contexto em que apareceu, pela Impressão Régia, o *Boletim*, impresso em Lisboa, que segundo Tengarrinha era "de carácter noticioso", não havendo mais informação sobre esta folha informativa. Atendendo ao aparecimento deste *Boletim*, será muito provavelmente no princípio do séc. XIX que o

boletim, enquanto documento de exclusiva natureza militar e informativa, passa a servir também os interesses do Estado e a consequente esfera dos assuntos públicos.

A *Memoria ácerca das Imprensas do Governo, Obras Subsidiadas pelo Estado, Bibliothecas, Archivos, Boletins das Provincias Ultramarinas Periodicos e Livros Publicados no Ultramar, Bibliographia Ultramarina*, da autoria de Lúcio Travassos Valdez, lança algumas luzes sobre a legislação e impressão dos *Boletins* subsidiados pelo Estado, ainda que o autor se limite a analisar os boletins publicados no ultramar. Lúcio Travassos Valdez elucida que foi graças aos esforços do visconde de Sá da Bandeira e de António Manuel Lopes Vieira de Castro que foi introduzida a imprensa nas províncias ultramarinas, designadamente através do decreto da reforma administrativa do ultramar de 7 de dezembro de 1836, que ordenava que em todas as referidas províncias se imprimisse um *Boletim Official*, que devia conter "as ordens, peças, oficiais, e tudo o mais que fosse do interesse público" (VALDEZ, 1880, 13). As dificuldades de execução desta determinação, que levou 15 anos a acontecer em Moçambique e quase 20 em São Tomé, explicam que se volte a sublinhar a necessidade de se publicar um *Boletim Official* conforme consta da lei 1 de dezembro de 1875.

As disposições do decreto de 1836 determinavam que a redação do *Boletim* era da responsabilidade do secretário do governo. Outra determinação de 14 de fevereiro de 1855 dispunha sobre a regulação e os moldes nos quais os boletins deveriam ser redigidos, ordenando que fossem publicados documentos históricos importantes existentes nos respetivos arquivos.

Os boletins ultramarinos tornaram-se textos importantes pelos conteúdos neles publicados, tais como, nas palavras de Valdez, "documentos valiosos, descrições de países, roteiros de viagem, histórias, estatísticas, tratados, etc." (*Id.*, *Ibid.*, 16).

Travassos Valdez assinala, ainda, que os boletins do governo são em geral "pouco conhecidos no continente do reino, nas ilhas dos Açores e Madeira, no Brasil e até nas províncias ultramarinas", recomendando que fosse realizado um esforço para que estas publicações tivessem uma maior circulação, propondo o envio de exemplares para várias bibliotecas (*Id.*, *Ibid.*, 18).

Atendendo às palavras de Travassos Valdez, é provável que a ideia de editar uma folha noticiosa oficial do Estado em Portugal tenha origem no ultramar, com a suprarreferida necessidade de as autoridades governamentais consolidarem e fomentarem a influência e o poder em terras longínquas que estavam a ser colonizadas, dando a conhecer e, ao mesmo tempo, a promover o trabalho realizado nas colónias, garantindo assim, por meio do boletim, a presença e a autoridade, bem como uma aproximação à população que procurava colonizar aquelas terras, que podia ser mais facilmente ignorada. É curioso notar que o termo "boletim" aparece, precisamente, citado no contexto de guerra no império ultramarino português, na reconquista de Pernambuco, no Brasil.

Na ilha da Madeira, o primeiro boletim a ser editado por um órgão oficial data de 1847, da responsabilidade da Junta Governativa do Distrito do Funchal, fruto do contexto revolucionário que então Portugal vivia. Na sequência dos levantamentos da Revolta da Maria da Fonte contra as reformas de Costa Cabral, e da Patuleia, revolta originada no Porto que levou ao pronunciamento da Junta do Porto e à guerra civil, o país ficou dividido entre cartistas, por um lado, e a aliança paradoxal dos setembristas e dos absolutistas, por outro. A Madeira, neste contexto, tal como outras zonas do país, aderiu, a 29 de abril de 1847, à Revolta da Patuleia, liderada por um grupo de revolucionários que formou uma junta governativa, tendo substituído o então governador da Madeira José Silvestre Ribeiro. Este boletim intitulava-se, à semelhança dos boletins publicados nas colónias ultramarinas, *Boletim Official*. Não se sabendo a data da edição do primeiro número, pensamos que foi muito pouco tempo depois do pronunciamento da Junta Governativa do Funchal, já que o segundo número data

de 3 de maio de 1847. Como apontou Álvaro Rodrigues de Azevedo, nas *Notas e Comentários*, alguns dos números do *Boletim Official* vinham sem título e publicavam uma ata ou uma declaração ao povo pela Junta Governativa. De uma maneira geral, o *Boletim Official* vinha editado com uma parte oficial, na qual anunciava as exonerações, nomeações e declarações do conselho que presidia a Junta, e uma secção não oficial, que noticiava o estado dos acontecimentos da revolução em que Portugal se encontrava. Este boletim era editado no palácio de S. Lourenço.

O *Boletim Official* foi substituído pela folha informativa *O Funchalense*, quando os desenvolvimentos da Revolta da Patuleia se precipitavam para o fim, resultando na consequente extinção da Junta Governativa do Funchal, que o mantinha como órgão oficial dos revoltosos e com os mesmos conteúdos noticiados pelo *Boletim Official*. De facto, seria editada uma série de publicações de carácter semioficial e oficial do Governo ou publicados na tipografia oficial do Governo madeirense, situada no palácio de S. Lourenço. Apesar de algumas vezes não serem sempre claros os limites entre o boletim e um periódico, é pertinente referir pelo menos as folhas informativas oficiais e semioficiais a que Álvaro Rodrigues de Azevedo alude nas *Notas e Comentários às Saudades da Terra* relativas à imprensa madeirense. Segundo o anotador de *Saudades da Terra*, em 1850 surgia o *Archivista*, órgão semioficial que era editado pela imprensa do governo no palácio de S. Lourenço. Em 1852, surgiu *A Ordem*, que substituiu o *Archivista* como órgão oficial.

Em 1854, tendo como diretor Januário Justiniano de Nóbrega, apareceu *O Semanario Official*, editado na tipografia oficial do governo no palácio de S. Lourenço, o qual tinha por objeto de publicação os "atos mais salientes e interessantes não só da administração local, como do corpo legislativo e governo da metrópole, em relação às necessidades do Distrito do Funchal", razão pela qual, ainda que não ostentando oficialmente a designação de "boletim", cumpria na prática as funções daquele tipo de periódico. A vocação desta folha


Num. 1. Anno 1842.

BOLETIM OFFICIAL

DO GOVERNO GERAL DE CABO-VERDE.

QUARTA FEIRA 24 DE AGOSTO.

INTERIOR.

PARTE OFFICIAL.

GOVERNO GERAL DA PROVINCIA DE CABO-VERDE.

Fig. 2 – *Boletim Official do Governo Geral de Cabo-Verde* (organização de Sérvulo de Paula de Medina e Vasconcelos), n.º 1 (1842).

informativa aparecia explícita numa subtil nota em parêntesis, na primeira página, referente ao interesse público da informação por ela prestada – "Publicação d'Interesse Público" (*Semanario Official*, 6 maio 1854, 1).

Em 1862, na imprensa madeirense, viria a nascer mais uma folha informativa apresentando a designação de "boletim": *Boletim Official do Districto Administrativo do Funchal*, um órgão de pleno direito do poder central madeirense, tendo o primeiro número vindo a público a 1 de março de 1862. A intenção por parte da Administração do Distrito do Funchal ao publicar o órgão oficial, à semelhança de outras folhas informativas oficiais, era pôr "ao alcance do público a sequência dos seus atos governativos", e, neste sentido, nas suas páginas, a par das "peças oficiais recebidas pelo governo civil", constariam "artigos de utilidade pública", que "inspirem aos Funchalenses o desejo de melhorar a agricultura e outras indústrias", excluindo assim das suas páginas a "política geral e local" (*Boletim Official do Districto Administrativo do Funchal*, 1 mar. 1862, 1).

Depois dos boletins oficiais patrocinados pelo governo, o primeiro periódico que se

encontrou nos arquivos madeirenses como "órgão" de uma identidade privada foi a folha impressa pela Associação Madeirense Promotora do Bem Público e de Auxílio Mútuo, organização fundada por João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, intitulada *O Districto do Funchal*, tendo o primeiro número surgido a 24 de maio de 1877. A publicação desta folha informativa revelava os ideais fundadores da agremiação que representava, tendo a linha editorial a missão de, por um lado, informar o público dos "negócios de interesse geral" e, por outro, de uma maneira mais concreta, numa linha informativa/educacional, publicar um conjunto de textos "originais", no qual se incluíam "excertos e traduções de escritos que parecem mais próprios para espalhar noções, das mais úteis, sobre instrução, indústria, agricultura, comércio" (*O Districto do Funchal*, 24 maio 1877, 1).

Nesse mesmo ano, mais precisamente a 22 de novembro de 1877, foi publicado o primeiro número do *Boletim Judicial*, pela agremiação profissional de funcionários judiciais, escrivães e tabeliães da comarca do Funchal. Este boletim servia exclusivamente o propósito especial, como explicam os diretores, "de esclarecer qualquer ponto duvidoso sobre a ordem e fórmula do processo civil; e bem assim sobre direito, para cujo fim se socorreram aos nobres jurisconsultos, advogados neste juízo, os quais se prestaram dispensar o seu valioso auxílio", acrescentando que este boletim era alheio a qualquer polémica associada a jornais de índole política (*Boletim Judicial*, 22 nov. 1877, 1). Foi publicado entre 22 de novembro de 1877 e 11 de abril de 1878, num total de 25 números.


VISITA DO SENHOR
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
AO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA
JUNTA GERAL DO DISTRITO AUTÓNOMO DO FUNCHAL
1955

Fig. 3 – *Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal* (1955).

Nos finais do séc. XIX, surge no panorama da imprensa madeirense um boletim de vocação religiosa patrocinado pela Diocese do Funchal, sendo muito provavelmente o primeiro boletim de cariz religioso, intitulado *Boletim Mensal Diocesano da Obra de S. Francisco de Sales*, órgão da Obra de S. Francisco de Sales. Depreende-se dos exemplares números 32-33 de agosto e setembro de 1896 que a publicação já tinha três anos, sendo que o primeiro número terá surgido na imprensa madeirense em julho/agosto de 1893, ano em que a Obra de S. Francisco de Sales terá sido fundada na ilha da Madeira, tendo continuado a sua publicação até 1900. O boletim tinha como subtítulo *Para Defesa e Conservação da Fé na Diocese do Funchal* e pela assiduidade da publicação, terá sido um dos boletins com maior circulação nos finais do séc. XIX na Ilha. Na viragem para o séc. XX, este boletim é integrado conjuntamente com o *Domingo Catholico* (1890) na *Quizena Religiosa da Ilha da Madeira*, órgão do bispado, da Liga pela Santificação do Domingo e da Obra de S. Francisco de Sales.

Foi a partir do séc. XX que na ilha da Madeira se assistiu a uma disseminação deste formato informativo na sociedade e na imprensa, surgindo boletins de vária índole, patrocinados tanto por órgãos governativos, nomeadamente a nível do poder central e local, como por associações culturais, religiosas, militares, desportivas, científicas e educativas, empresas privadas, movimentos de índole política, etc.

Se alguns destes boletins tiveram uma presença significativa e assídua resultante da importância e força das instituições que os patrocinavam, outros nem tanto, circunscrevendo a sua publicação a um curto espaço de tempo.

Entre os boletins de maior peso, contam-se as folhas editadas pelos órgãos governativos relativos ao poder central, entre os quais se destaca o boletim editado pela Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal entre janeiro de 1953 e novembro de 1974, tendo sido publicado mensalmente. No primeiro número pode ler-se que a Junta Geral, ao editar o boletim, tinha por objetivo estreitar o contacto com os madeirenses e informá-los sobre a vida administrativa da Junta Geral do Funchal, para assim "sentir os seus anseios e dar realização às suas aspirações" (*Boletim da Junta Geral do Distrito do Funchal*, 1953, 1). Este boletim tinha um suplemento dedicado à agricultura, publicado entre 1958 e 1974.

Em anos mais recentes, foram publicados alguns boletins que partiram da iniciativa das secretarias regionais, *e.g.*, o boletim da Direção Regional do Trabalho, editado em 1982, sendo relançado novamente em 2003 um boletim intitulado *Prios*. Em 2000, a Secretaria Regional da Educação editou também o seu primeiro boletim, exemplo seguido, também, pela vice-presidência do Governo regional, iniciando a publicação de um boletim informativo em 2006.

Relativos ao poder local, a partir dos finais do séc. XX, as diversas câmaras municipais da ilha da Madeira, e inclusive algumas das suas freguesias, iniciaram a publicação de boletins, o que muito contribuiu para a popularização deste formato no espaço público dos municípios. Apenas para mencionar alguns, pela sua regular publicação, destaque-se o *Boletim da Câmara Municipal do Funchal*, lançado em 1985, o *Boletim Municipal de Santa Cruz*, em 1987, o *Boletim Municipal de Câmara de Lobos* e o *Boletim Municipal de São Vicente*, em 1995. De entre as juntas de freguesia madeirenses que publicaram boletins, destacam-se a Junta de Freguesia do Porto da Cruz, em 1989, e a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, em 1993.

Dos boletins relativos às instituições desportivas, temos conhecimento de um, quinzenal, do Club Sport Marítimo, editado em 1952 por Manuel Rodrigues Gouveia.

Da parte de algumas escolas madeirenses partiu a iniciativa de publicar um boletim, como aconteceu, *e.g.*, com o *Boletim Bibliográfico, Escola Secundária Francisco Franco*, editado por esta escola secundária, em 1982; o *Gente Nova*, boletim mensal da Escola Salesiana de Artes e Ofícios dirigido pelo P.e David Bernardo, em 2003; e o *Ideias Vivas*, da Escola de Santana B+S Bispo D. Manuel Ferreira Cabral.

No que aos boletins de carácter eclesiástico/religioso diz respeito, contam-se algumas publicações madeirenses sob a égide da Diocese do Funchal, que tiveram, no início do séc. XX, assídua publicação e continuidade. Como já mencionámos anteriormente, foi editado o *Quinzena Religiosa da Ilha da Madeira*, sendo o primeiro número datado de 1 de janeiro de 1901 e o último de 15 de janeiro de 1912.



Fig. 4 – *Boletim da Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais*, n.º 84 (jun. 1956).

Nesse mesmo ano, a 1 de março de 1912, foi editado o *Boletim Ecclesiastico da Madeira*, sendo o diretor, proprietário e editor o P.e M. F. Camacho, e estando a redação e a administração a cargo da Câmara Eclesiástica do Funchal, tendo sido impresso na Typografia Camões. O primeiro número deste boletim inicia-se com uma exortação do cónego da Sé do Funchal e vigário capitular da Diocese em sede vacante, António Manuel Pereira Ribeiro, apelando ao ânimo dos fiéis que "sofrem" com "os atentados cometidos contra a nossa sacrossanta [*sic*] Religião, as perseguições movidas contra a santa Madre Igreja e os seus ministros" (*Boletim Ecclesiastico da Madeira*, 1 mar. 1912, 2). A edição deste boletim foi uma resposta da Diocese do Funchal às consequências da implantação do regime republicano em Portugal, nomeadamente à lei da separação do Estado e da Igreja, que deixou a Diocese e os padres numa "tristíssima situação" (*Ibid.*, 6). Ao mesmo tempo, há neste boletim uma intenção de aproximar e de unir os fiéis aos seus párocos e à Diocese, num tempo conturbado que a Igreja então vivia, aconselhando o Cón. António Manuel Pereira Ribeiro aos párocos a leitura do boletim "à estação da missa conventual" (*Ibid.*, 7). Este boletim tinha uma periodicidade mensal, e a sua publicação teve a sua última edição em 1919.

Outro boletim diocesano que se destacou foi *A Vida Diocesana*, boletim da Diocese do Funchal, propriedade da Empresa da Vida Diocesana. A sua publicação foi iniciada a 3 de junho de 1921, e tinha como diretor e editor o Cón. Dr. Manuel Gomes Jardim, estando a administração a cargo da Câmara Eclesiástica, sendo impresso nas oficinas tipográficas de *O Correio da Madeira*. A Diocese do Funchal seguia assim o modelo adotado por "todas as Dioceses bem organizadas", publicando também o seu boletim oficial, sendo este boletim a "voz autorizada" que une hierarquicamente os milhares de cristãos madeirenses à Diocese (*A Vida Diocesana*, 3 jun. 1921, 1). Existem no Arquivo Regional da Madeira exemplares deste boletim até 1 de fevereiro de 1925.

Algumas paróquias também editaram os seus boletins, como aconteceu, *e.g.*, com o boletim da paróquia de Santo António, que tinha como diretor e editor o P.e Fernando Augusto da Silva e se publicou entre 8 de março de 1914 e 22 de fevereiro de 1915, tendo um total de 24 números, ou, ainda, o boletim da paróquia de Santa Maria Maior, intitulado *O Sino de Santa Maria*.

Ainda no âmbito eclesiástico, surgiu a edição de publicações associadas a congregações e causas religiosas, de que são exemplo o boletim trimestral dedicado a Mary Jane Wilson, intitulado *A Boa Mãe – Irmã Maria de S. Francisco Wilson*, que ainda se publica, e o boletim consagrado à causa da beatificação da M.e Virgínia Brites da Paixão, intitulado *Boletim da Madre Virgínia: Mensageira do Imaculado Coração de Maria*, iniciado em 2008.

Com presença assídua no panorama editorial madeirense, encontravam-se os boletins dedicados aos assuntos agrícolas e agropecuários. Sendo a agricultura um tema de suma importância para os madeirenses, base da economia e sustento de muitas famílias, os boletins dos órgãos governativos incluíam uma secção dedicada à agricultura, expondo os desafios e informação útil aos agricultores. Nos inícios do séc. XX, surgiu o mais antigo boletim dedicado em exclusivo à temática agrícola publicado na Madeira, já se encontrando em circulação um boletim agrícola a nível nacional da responsabilidade da Direção Geral da Agricultura.

Com efeito, a 17 de fevereiro de 1924 foi editado o *Boletim Agrícola*, folha informativa da Estação Agrária do Funchal, com periodicidade quinzenal, dirigida pelo engenheiro agrónomo Dr. Aurélio Botelho Moniz, que teve a última edição a 1 de maio desse mesmo ano.

Outro boletim que achamos de relevo mencionar neste âmbito, e por todo o contexto que lhe está associado, e que reporta à Revolta do Leite, é o boletim da Junta dos Lacticínios da Madeira, intitulado *Boletim de Informação e Publicidade*, editado entre 1938 e 1953. Este boletim pretendia ser um espaço de análise e estudo sobre os problemas e desafios que a indústria

de lacticínios madeirense enfrentava, integrada na missão para a qual a Junta de Lacticínios fora criada, a da coordenação e modernização do sector industrial agropecuário na Madeira.

Algumas associações de cariz comercial e empresas adotaram também o boletim como forma de divulgação das suas atividades, tendo também estes periódicos relativa expressão no meio editorial madeirense. A título de exemplo, a Associação Comercial do Funchal, instituição fundada em 1836, publica o *Boletim Comercial da Madeira*, em novembro de 1929, sendo esta folha lançada mensalmente. Do mesmo modo, a Associação Comercial e Industrial do Funchal regista também a autoria do boletim informativo editado entre 1982 e 1998.

Em agosto de 1923, integrado no movimento monárquico madeirense, foi publicado o *Boletim do Centro Monárquico da Madeira*, editado pela associação do mesmo nome, sendo suspenso em novembro do mesmo ano, quando contava apenas com dois números. Este boletim assumia uma vocação propagandística da causa monárquica e informava os seus sócios e simpatizantes das suas atividades e projetos, bem como, numa altura em que as monarquias europeias entravam em declínio face aos ideais republicanos, do estado "geral da ideia monárquica, quer em Portugal, quer no Estrangeiro" (*Boletim Monárquico da Madeira*, ago. 1923, 1).

Das associações culturais, nomeadamente dos núcleos museológicos, foram editados boletins que em muito contribuíram para a divulgação e promoção destes espaços. Entre os boletins editados, destacamos o *Boletim da Casa-Museu Dr. Horácio Bento de Gouveia,* editado em 1998, e o *Boletim Museu Quinta das Cruzes,* que veio a lume em 2004, o qual teve uma versão para crianças lançada em 2008. De igual modo, a Associação Cultural Encontros da Eira lançou um boletim comemorativo dos seus 11 anos de existência, intitulado *Associação Cultural Encontros da Eira: Uso e Costumes da RAM, Boletim de Aniversário: 11 Anos a Recolher e a Divulgar a Tradição Musical da Madeira.*

Do mesmo modo, as instituições madeirenses de vocação científica, seja na área das ciências seja na das letras, adotaram o boletim como canal de divulgação da sua produção científica.



Fig. 5 – *Boletim Infantil do Museu Quinta das Cruzes*, n.º 10 [2020].

Um dos boletins mais emblemáticos de uma das mais antigas e respeitadas instituições madeirenses, o Arquivo Histórico da Madeira, lançou em março de 1931 o primeiro número daquela que já foi considerada a mais importante revista madeirense sobre investigação e divulgação histórica, o *Boletim do Arquivo Histórico da Madeira*. Era então diretor do Arquivo Histórico da Madeira João Cabral do Nascimento, e secretário Álvaro Manso, sendo o boletim editado pela Câmara Municipal do Funchal, com o curioso subtítulo *Revista Trimestral Ilustrada*. Este boletim nasceu das deliberações da comissão administrativa da Câmara Municipal do Funchal, que na sessão de 10 de março de 1931 deu o aval para a criação de uma revista de carácter histórico, sendo uma resposta, segundo os redatores, à "velha aspiração de alguns dos nossos conterrâneos",

tendo em Álvaro Rodrigues de Azevedo e Fernando Augusto da Silva os principais arautos da necessidade de criar uma "revista em que sejam transcritos documentos inéditos de valor histórico (e onde também se publicariam artigos de carácter arqueológico e artístico)" (*Arquivo Histórico da Madeira*, 1931, 2). Este *Boletim* tem a particularidade de ser anterior à instalação do próprio Arquivo Histórico da Madeira.

Sob a égide do Museu Municipal do Funchal (História Natural), foi publicado um boletim de vocação científica de estudo da fauna marinha madeirense, tendo o seu primeiro número vindo a lume em agosto de 1945, editado pela Câmara Municipal do Funchal. Este boletim constituiu um importante meio de divulgação do conhecimento natural e da biodiversidade do mar da Madeira.

No âmbito das artes plásticas, em maio de 1979 surge o *Boletim do Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira*, tendo como diretor e redator António Gorjão, na redação Isabel Santa Clara e na orientação gráfica Maurício Fernandes e Tolentino de Nóbrega. A edição deste boletim no meio editorial madeirense pelo Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira assumia vários objetivos, quer na sua componente pedagógica, quer como meio de divulgação das atividades, ao mesmo tempo que, num sentido mais lato, se configurava como uma revista de cultura.

Desde os fins do séc. XIX e até aos nossos dias, o boletim conquistou um espaço importante na forma como as diversas instituições, tanto públicas como privadas, comunicam com um determinado público, respondendo às exigências de uma sociedade em constante procura por informação especializada e personalizada. Com o advento da era digital, os boletins renascem sob a forma anglo-saxónica da *newsletter*, mantendo em tudo a função original.

Os boletins anteriormente descritos mostram, por um lado, no particular contexto da ilha da Madeira, o pioneirismo comunicacional entre as mais variadas instituições e um determinado público, e, por outro, também a compreensão por parte dessas mesmas instituições de que, mais do que ser um edifício em pedra, uma determinada instituição existe porque tem capacidade de fazer chegar as suas ideias e valores à sociedade.

Boletins: *ACIF – Boletim da Associação Comercial e Industrial do Funchal*, 1982-1998; *O Archivista*, 7 dez. 1850-27 dez. 1850; *Arquivo Histórico da Madeira: Boletim do Arquivo Distrital do Funchal*, 1931-1939; 1949-1951; 1958--1960; 1962; 1964; 1972-1974; 1990; 2013; *Assicom – Boletim (Associação dos Industriais de Construção da Madeira)*, 1980; *Associação Cultural Encontros da Eira: Uso e Costumes da RAM*, 2008; *Biodiversidade e Natureza*, 2015-2016; *A Boa Mãe: Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Boletim Trimestral*, 1989-2018; *Boletim Agrícola*, 2003; *Boletim Bibliográfico [da] Escola Secundária Francisco Franco*, 1982; *Boletim Climatológico do Funchal, Observatório do Infante D. Luís*, 1939-1945; *Boletim Comercial da Madeira*, 1929-1930; *Boletim da Casa-Museu Dr. Horácio Bento de Gouveia*, 1998-2007; *Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal*, 1953-1973; 1974; *Boletim da Madre Virgínia: Mensageira do Imaculado Coração da Madeira*, 2008; *Boletim de Informação dos Centros de Abastecimento Agrícola da Madeira*, 1999-2005; *Boletim de Informação e Publicidade*, 1938; 1940; 1950-1952; 1954; *Boletim do CEN*, 1995-1997; 1999; *Boletim do Centro Monarquico da Madeira*, ago. 1923-nov. 1923; *Boletim do Clube Filatélico da Madeira*, 1965; *Boletim do Districto Administrativo do Funchal*, 1 mar. 1862-19 dez. 1863; *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, 1945; 1956-1970; 1972-1976; 1980; 1982-1996; 1999-2000; 2002-2006; 2008-2009; *Boletim Ecclesiastico da Madeira*, 1 mar. 1912-1 fev. 1918; *Boletim Informativo*, 2000; *Boletim Informativo – Antral – da Delegação Autónoma da Madeira*, 1983; *Boletim Informativo da Câmara Municipal da Calheta*, 2002; *Boletim Informativo da Direcção Regional do Trabalho*, 1982; *Boletim Informativo da Junta de Freguesia de Santo António*, 1995; *Boletim Informativo da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira*, 1998-1999; *Boletim Informativo da Universidade da Madeira*, jul. 2005-mar. 2009; *Boletim Informativo da ZMM*, 2006; *Boletim Informativo O Curioso*, 1999-2004; *Boletim Judicial, Orgão dos Empregados Judiciaes da Ilha da Madeira*, 22 nov. 1877-11 maio 1878; *Boletim Mensal das Observações Meteorológicas no Arquipélago da Madeira*, 1934-1978; *Boletim Mensal Diocesano da Obra de S. Francisco de Sales: para Defeza e Conservação da Fé na Diocese do Funchal*, 1896-1900; *Boletim Municipal da Câmara Municipal da Ponta de Sol*, 2009; *Boletim Municipal da Câmara Municipal de Câmara de Lobos*, 1995-1998; 2000-2003; 2007-2010; *Boletim Municipal da Câmara Municipal do Funchal*, 1985-1993; *Boletim Paroquial de Santa Luzia*, 1992-1996; *Boletim Semanal: Delegação Regional da Madeira Banco de Portugal*, 1985; *Bolletim Official*, 20 ago. 1846-15 maio 1847; *Buzico: Boletim da Comunidade Educativa de S. Vicente*, 2008; 2010-2011; *O Camacheiro: Boletim Informativo da Casa do Povo da Camacha*, 2003; *Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA): Boletim Informativo*, 1998; 2001; 2004; 2006; *Conservação e Natureza: Boletim Informativo do Serviço do Parque Natural da Madeira*, 2006-2010; 2012-2013; *O Corvo: Boletim Informativo da Câmara Municipal de São Vicente*, 1993; 1995-2001; *CRIMA – Boletim Semanal Centro Regional de Informação Mercados Agrícolas*, 1988-2001; *Dar Vida aos Anos: Boletim dos Ginásios da Câmara Municipal do Funchal*, 2003; *O Districto do Funchal*, 24 maio 1877-24 mar. 1878; *O Domingo Catholico*, fev. 1885-dez. 1889; *Educação Especial*, 1984; *Espaço Arte: Boletim do Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira*, 1979-1981; 1987-1990; *O Funchalense*, 3 maio 1847-27 jun. 1847; *A Gaivota: Boletim Escolar*, 2000; *Gente Nova: Boletim Mensal da Escola Salesiana de Artes e Ofícios*, 2002-2004; *Ideias Vivas, Clube de Jornalismo, Boletim*, 2002-2003; 2009-2011; *O Jovem: Boletim Interno da Juventude Evangélica da Madeira*, s.d.; *O Marítimo: Boletim Quinzenal do Club Sport Marítimo*, 1952; *Museu Quinta das Cruzes: Boletim*, 2004; 2006; 2008; 2010; 2012; *Museu Quinta das Cruzes: Boletim Infantil*, 2008; 2010; *Notícias Horários: Boletim Informativo*, 2004; *A Ordem*, 5 jan. 1852-1 set. 1860; *Parochia de Santo Antonio do Funchal*, 1914-1915; *Porto Santo: Boletim Municipal*, 2000; *PRIO: Boletim Informativo*, 2003; *Protecção Civil: Boletim*, 2010; *A Quinzena Religiosa*, 1 jan. 1901-15 jan. 1912; *Rotary Clube do Funchal: Boletim Mensal*, 2005; 2008; *Semanário Official*, 6 maio 1854-15 fev. 1860; *O Sino de Santa Maria: Boletim Paroquial de Santa Maria Maior*, s.d.; *Sorveira: Boletim Informativo do Parque Ecológico do Funchal*, jul./ago. 2003-jun. 2008; *Suplemento Agrícola do Boletim Distrital*, 1958-1974; *Vice-Presidência: Boletim Informativo*, 2006; *Vida Diocesana*, 1 jul. 1921-abr./jun. 1925.

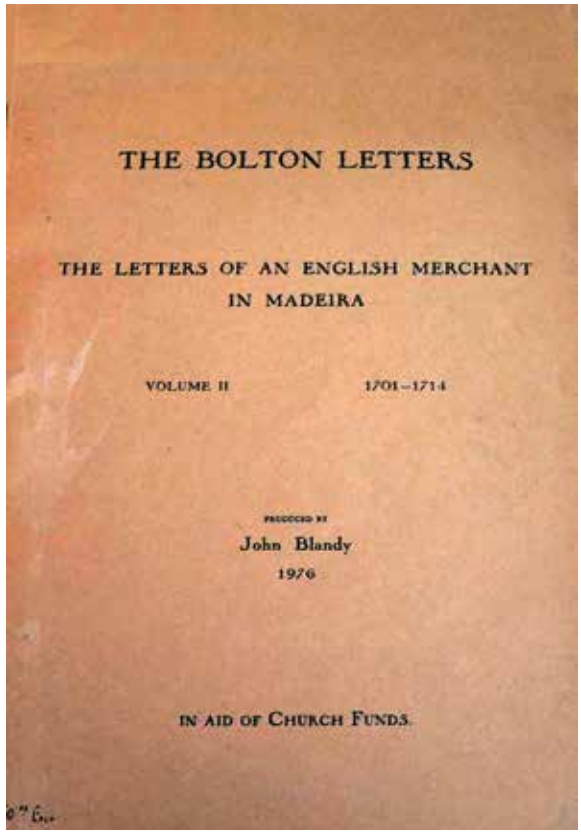
Bibliog.: *Arquivo Histórico da Madeira*, 1931, 1951; BLUTEAU, Rafael, *Vocabulário Portuguez & Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico*, vol. II, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728; *Boletim da Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais*, n.º 84, jun. 1956; *Boletim da Junta Geral do Distrito do Funchal*, 1953; 1955; *Boletim Ecclesiastico da Madeira*, 1 mar. 1912; *Boletim Infantil do Museu Quinta das Cruzes*, n.º 10, 2020; *Boletim Judicial*, 22 nov. 1877; *Boletim Monárquico da Madeira*, ago. 1923; *Boletim Official do Districto Administrativo do Funchal*, 1 mar. 1862; *Boletim Official do Governo Geral de Cabo-Verde*, n.º 1, 1842; *O Districto do Funchal*, 24 maio 1877; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2007; MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.ª ed., vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 1995; MELO, Francisco Manuel de, *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, Coimbra, Centro de Linguística Geral e Aplicada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007; *Semanário Oficial*, 6 maio 1854; TENGARRINHA, José, *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das Origens a 1865*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013; VALDEZ, Lúcio Travassos, *Memoria ácerca das Impressas do Governo, Obras Subsidiadas pelo Estado, Bibliothecas, Arquivos, Boletins das Provinvias Ultramarinas, Periodicos e Livros Publicados no Ultramar, Bibliographia Ultramarina*, Lisboa, Typ. Lisbonense, 1880; *A Vida Diocesana*, 3 jun. 1921.

Carlos Barradas

Bolton, William

William Bolton (c. 1650-1750) foi um comerciante de Warwickshire que, beneficiando de uma lei britânica de 1663 cujo objetivo era aumentar o capital proveniente do comércio com as colónias, se transferiu para a Madeira por volta de 1695, onde se instalou como comerciante e banqueiro.

Desde a sua chegada à Ilha, e nos 20 anos em que aí permanecerá, William Bolton mantém uma constante correspondência com os seus associados em Londres, Robert, William e Gyles Heysham. Escritas entre 1695 e 1714, as cartas originais foram depositadas na Kenneth Spencer Research Library da Univ. do Kansas, nos EUA. Em 1928, André L. Simon, fundador e presidente da Wine & Food Society, publicou em Londres parte do acervo, com o título *The Bolton Letters: The Letters of An English Merchant in Madeira, 1695-1714*. Simon planeava publicar dois volumes, mas deu à estampa apenas o primeiro, que inclui as cartas datadas de 1695 a 1700. Em 1960, Graham Blandy fez uma edição a *stencil* do restante conjunto de cartas, que compreende o período de 1701 a 1714. Alguns pequenos excertos das cartas do volume editado por André L. Simon foram traduzidos e publicados por António Marques da Silva, em *Passaram pela Madeira*, em 2008.



***The Bolton Letters. The Letters of An English Merchant in Madeira*, vol. II (1976), edição de John Blandy.**

As cartas de William Bolton são consideradas pelos historiadores muito importantes como documentos primários para o conhecimento do comércio atlântico e da economia da Madeira, mas também para o quotidiano da época, do qual o autor dava conta. Richard W. Clement afirma que o conteúdo da correspondência é fundamental para a investigação, já que constitui um testemunho não só para a história económica do arquipélago, mas também dos "day-to-day details of political news, naval movements, and trade gossip [pormenores das notícias políticas do dia a dia, da atividade naval e dos mexericos do comércio]" (CLEMENT, 1989, 196). As cartas de Bolton são também importantes para o estudo da cultura do vinho, sendo citadas no livro do prestigiado enólogo inglês Richard Mayson, *Madeira: The Islands and Their Wines*, pelas informações sobre a qualidade e quantidade das colheitas em diferentes anos (MAYSON, 2015, 7). Falta, no entanto, como sublinha Clement, uma

edição crítica e académica da totalidade das cartas. O estudioso aconselha também a leitura cruzada com o *Letter-Book* de Daniel Prior, capitão do brigue *Abigail*, de Boston, que na déc. de 1790 se dedicou ao comércio no Atlântico, podendo os investigadores, assim, adquirir uma imagem mais completa e documentada do comércio que unia a Europa à América.

Bolton dá conta de um comércio florescente que passava pela Madeira: o vinho seguia da Ilha para as Índias Ocidentais, para as colónias americanas, a Inglaterra e a Irlanda, sendo também na Ilha abastecidos os navios com produtos alimentares frescos e manufaturados; de Inglaterra, chegavam o trigo e os produtos de lã, seda e algodão, o mobiliário e produtos manufaturados; da Irlanda, provinham a carne e os lacticínios; da Terra Nova, o peixe; de Boston e Nova Iorque, o óleo de baleia e as madeiras; da Virgínia e das Carolinas, o arroz e o milho; das Índias Ocidentais, o açúcar.

É igualmente interessante a rivalidade existente entre os comerciantes ingleses, de que dá conta, chegando mesmo Bolton a ser preso por problemas criados pelos seus rivais (SILVA, 2008, 43-47).

Obras de William Bolton: *The Bolton Letters. The Letters of An English Merchant in Madeira. 1695-1714* (2 vols., 1928 e 1960).

Bibliog.: CLEMENT, Richard W., "Manuscript resources for the study of portuguese history in the Kenneth Spencer Research Library, University of Kansas", *Mediterranean Studies*, vol. 1, 1989, pp. 191-202; MAYSON, Richard, *Madeira. The Islands and Their Wines*, Oxford, Infinite Ideas Limited, 2015; SILVA, António Marques da (ed. lit.), *Passaram pela Madeira, Textos de Autores Anglo-Saxónicos Que Visitaram a Ilha (1687-2000)*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008.

Luísa M. Antunes Paolinelli

Bombardeamentos, Primeira Guerra Mundial

Durante a Primeira Guerra Mundial, a baía e a cidade do Funchal foram atingidas por dois bombardeamentos realizados por submarinos alemães: o primeiro ocorreu na manhã de 3 de dezembro, pelo *U38*; o segundo, na manhã de 12 de dezembro de 1917, pelo *U156*. O Funchal foi o único espaço português no hemisfério norte a sofrer um ataque de tal dimensão, ao qual se podem ainda juntar os momentos em que se registou ou houve apenas notícia da atividade dos *U-boats* no mar do arquipélago, com todas as consequências, políticas e militares, que daí resultaram.

A canhoneira francesa *La Surprise*, em serviço de escolta, e o vapor *Dácia*, usado na reparação de cabos submarinos, chegaram a 3 de dezembro de 1916, pelas 8.30 h, provenientes de Gibraltar. A missão do *Dácia* era desviar para Brest o cabo alemão da América do Sul. No Funchal, já se encontrava então o vapor armado francês *Kanguroo*, desde 24 de novembro, proveniente de Bordéus e utilizado para o transporte e para a reparação de submersíveis. Seguindo-os, e à sua espera, estava o *U-38*, sob o comando do Cap.-Ten. Max Valentiner.

A primeira explosão deu-se cerca de 30 minutos depois de o *Dácia* e a *Surprise* terem fundeado, em frente ao cais. A canhoneira foi a


Portugal na guerra

Fig. 1 – Ataque do submarino alemão ao porto do Funchal a 3 de dezembro de 1916 (*Ilustração Portugueza*, jan. 1917).

primeira a ser atingida e começou logo a submergir. A confusão que se gerou não permitiu que se tivesse percebido o que estava a suceder. Como a *Surprise* foi atingida no paiol, deduziu-se que a deflagração fora acidental. Junto à canhoneira, encontrava-se uma barca de abastecimento, da Firma Blandy, que se afundou.

O *Kanguroo*, fundeado em frente ao Mercado do Peixe, foi atingido por um segundo torpedo, cinco minutos depois, adornando para estibordo. Só após esta explosão se percebeu que era um ataque. O *U-38* passou ao largo, pela popa do *Kanguroo*, e, com o seu terceiro torpedo, atingiu o *Dácia*, fundeado em frente ao Campo Almirante Reis, fazendo-o submergir. Tudo se passou entre os 200 e 400 m da praia, e a única resposta foram os 25 disparos efetuados pelo *Kanguroo*, antes de adornar. Ao largo, encontrava-se uma barca dos EUA, a *Eleonor H. Percy*, e, na Pontinha, várias embarcações pequenas. Nenhuma delas foi atingida.



Fig. 2 – Afundamento do SS *Dácia*, 3 de dezembro de 1916 (bilhete-postal Perestrellos) (coleção particular).

O objetivo do *U-38* era afundar o *Dácia* e a sua escolta. A presença, inesperada, do *Kanguroo* condicionou a abordagem, mas a sequência dos torpedeamentos comprova como tudo foi facilmente ultrapassado, com rapidez e eficácia, algo que também se deve alargar aos disparos sobre a cidade.

A este respeito, o *U-38* também mostrou ter alvos definidos, sendo evidente que o Cap. Valentiner possuía informações detalhadas sobre a sua localização. Este facto também nos ajuda a negar a ideia (defendida na época) de que o submarino não teria atacado os alvos terrestres se as baterias não tivessem ripostado. Embora não sendo estes os seus alvos principais, a verdade é que os disparos efetuados a quatro milhas, com uma peça de 105 mm, de tiro rápido, visaram a amarração do cabo submarino, a central elétrica, a bateria da Qt. Vigia e o forte de S. Tiago (onde estavam as defesas). Foram mais de 50 granadas, que a distância e a agitação marítima terão impedido de atingir os alvos com precisão, pois em nenhum deles se registaram danos significativos.

A resposta da artilharia terrestre, mesmo sem a qualidade pretendida, foi suficiente para afastar o submarino, obrigando-o a colocar-se numa posição de onde os disparos eram menos certeiros. Surpreendidas pelo ataque, as forças de defesa sofreram diversos reveses, não só devido à má qualidade dos apetrechos, à lentidão e ao reduzido alcance do tiro, mas também devido à circunstância de se tratar de um submarino, unidade contra a qual nenhum dos artilheiros alguma vez disparara. Por outro lado, se as peças de 8 tinham um tiro pouco certeiro, as de 15 eram impróprias para alvos móveis. Assim, quando o submarino se colocou ao largo, a defesa tornou-se obsoleta. Aliás, o Com. Ricardo Martinho de Andrade mandou suster o fogo, procurando induzir o submarino a aproximar-se, mas tal não sucedeu.

Apesar de tudo, logo que se percebeu o que estava a suceder, as peças de S. Tiago e da Qt. Vigia abriram fogo, disparando 18 e 34 vezes, respetivamente. Na Qt. Vigia, uma das peças explodiu, ficando fora de serviço e provocando alguns feridos. Ambas as baterias se queixaram do mau funcionamento das culatras e do rebentamento de muitas granadas à boca dos obuses. A causa era simples: as munições estavam carregadas havia alguns anos e, para além disso, encontravam-se expostas à humidade, pois o paiol no forte de S. Tiago ficava quase paredes-meias com o mar.

Convém também esclarecer que a peça Krupp, desembarcada em agosto, ainda não tinha sido montada, por falta de financiamento. Por



Fig. 3 – Boias dos navios *Kanguroo* e *SS Dácia* e da canhoneira *Surprise*, afundados no Funchal a 3 de dezembro de 1916 (Museu da Liga dos Combatentes).

causa deste atraso, que ainda mais se evidenciou devido ao bombardeamento, verificou-se uma acesa polémica entre os capitães de artilharia e os do porto. O assunto chegou aos periódicos e a peça acabou por ser montada ainda em dezembro de 1916.

Cumprida a missão, o *U-38* rumou para Leste, tendo sido visto na Ponta de S. Lourenço, quando seguia em direção ao Porto Santo. Toda a operação durou cerca de duas horas e cifrou-se na morte de 34 tripulantes da *Surprise*, de 5 carregadores de carvão e de 1 empregado da firma Blandy. Em terra, os feridos (dois praças e um sargento) resultaram do incidente que se referiu com uma das peças da Qt. Vigia.

Os prejuízos nos edifícios não foram significativos, e apenas a estação do cabo poderia ter sido gravemente atingida, se não tivesse sido protegida por uma casa alta, que ficava à sua frente, onde embateu um dos projéteis.

O segundo bombardeamento, a 12 de dezembro, foi substancialmente diferente do primeiro. Começou mais cedo, pelas 6.20 h, e visou apenas alvos terrestres. A ação só demorou 30 minutos, e o *U-156*, sob o comando do Cap.-Ten. Konrad Gansser, usou peças de calibre 120 e 150 mm de tiro rápido.

O submarino foi avistado em frente ao forte de S. Tiago, por pescadores, a duas léguas de distância de terra. Dado o alerta, ainda assim, quando o *Dekade I* iniciou a perseguição, já o submarino efetuara entre 40 a 50 disparos. Depois, vindo de oeste, surgiu o *Mariano de Carvalho*, que começou a ripostar a 700 m. Esta ação concertada contribuiu para que o submarino se afastasse.

As baterias (Qts. Vigia, das Neves e S. Tiago) não participaram no confronto, justificando-se o comandante militar, mais tarde, com a distância a que se encontrava o submarino e com a proximidade a que dele estavam os vapores portugueses. A conhecida imprecisão de tiro e a escuridão que ainda se verificava também contribuíram para aquela opção.

Na cidade, os alvos foram o cabo submarino, a estação de TSF (contígua ao Convento de S.ta Clara), o palácio de S. Lourenço, as plataformas de artilharia e o forte de S. Tiago. Apesar de tudo, nenhum dos alvos foi seriamente danificado, e as consequências mais graves foram a morte de cinco civis, os vários feridos e o pânico generalizado. Pela relativa precisão do tiro, aumentaram as suspeitas de que os submarinos alemães estariam a receber informações provenientes da Ilha.

Logo após o bombardeamento de 1917, foi proibida a iluminação noturna, o que se manteve até ao fim da guerra, e nomeado um novo governador civil, Carlos José Barata Pinto Feio. Em Lisboa, foi criada uma comissão com o objetivo de apresentar uma proposta para a remodelação da defesa das ilhas. Para o Funchal, foi enviada, entretanto, uma companhia de artilharia de guarnição.

Contudo, um pouco à semelhança do que sucedera em 1916, a maior consequência do bombardeamento foi ter apressado o pedido de ajuda aos EUA, por intermédio do agente consular na Madeira, Humberto dos Passos Freitas, que solicitou ao chefe da divisão naval norte-americana, estacionada nos Açores, o envio de um *destroyer* para a defesa do porto. O pedido não foi atendido de imediato, mas, passados dois meses, foi destacada uma canhoneira da marinha americana para patrulhar as águas madeirenses. Firmou-se depois um acordo para o estacionamento da referida unidade no Funchal, a fim de levantar o espírito da população. Ao mesmo tempo, solicitou-se ao Governo de Lisboa a presença de um caça-minas. Na prática, contudo, pouco ou nada se concretizou.



Fig. 4 – Capela-mor da igreja de S.ta Clara, alvo do bombardeamento do submarino alemão, 12 de dezembro de 1917 (bilhete-postal Perestrellos) (coleção particular).



Fig. 5 – Estilhaço de granada do submarino alemão lançada sobre o Funchal a 12 de dezembro de 1917 (Museu Militar da Madeira).

Ainda assim, tentou-se delinear uma aproximação da Madeira aos EUA e com ela a construção de um novo paradigma militar, que representava o início do fim da multissecular inserção do arquipélago na esfera de influência britânica. Depois, em tempo de crise, regressaram, como já sucedera no passado, a aposta no aumento da produção da cana sacarina e, com o fim da guerra, o desenvolvimento da indústria turística. Por último, com as crises, regressou também o debate sobre a questão da autonomia insular, que se iria prolongar pela déc. de 20.

Bibliog.: FOURNIER, António, "Max Valentiner e a síndrome de von Richthofen", *Islenha*, n.º 48, jan.-jun. 2011, pp. 121-132; GIBSON, R. H., *Histoire de la Guerre Sous-Marine 1914-1918*, Paris, Payot, 1932; GIBSON, R. H., e PRENDERGAST, Maurice, *The German Submarine War 1914-1918*, Annopolis, Naval Institute Press, 2003; HALPERN, Paul G., *A Naval History of World War I*, Annapolis, Naval Institute, 1994; *Ilustração Portugueza*, jan. 1917; RODRIGUES, Paulo Miguel, "A ilha da Madeira durante a Grande Guerra (1914-1918). Tópicos de política e defesa", *Nação e Defesa*, n.º 139, 2014, pp. 64-83; TARRANT, V. E., *The U-Boat Offensive 1914-1945*, New York, Sterling, 1989; WILHELM, Eberhard Axel, "O ataque de um submarino alemão ao porto do Funchal, em 1916", *Islenha*, n.º 48, jan.-jun. 2011, pp. 97-120.

PAULO MIGUEL RODRIGUES

Bombardeiros

Nos sécs. XV e XVI, a artilharia era servida por artífices especialmente contratados, que muitas vezes eram também fundidores e construtores e, localmente, tinham outras profissões. Depois de separadas as funções, foi estabelecido um número fixo de bombardeiros, aquilo a que posteriormente se chamaria "os efetivos", que eram examinados e depois inscritos como bombardeiros da Nómina. A instituição da Nómina dos Bombardeiros de Lisboa, ou seja, a criação de uma lista nominal (donde a designação) com 100 elementos, todos "nossos naturais e moradores nesta cidade de Lisboa" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombo 7, fls. 36-37), data de 1515 e terá sido uma organização extensiva ao Funchal, embora só tenha sido registada bastante mais tarde, num treslado do séc. XVII. Como era apanágio das corporações à época, a Nómina também tinha um santo padroeiro, neste caso S.ta Bárbara, santa evocada em caso de trovoada

e pelos que trabalhavam com artifícios pirotécnicos, como os artilheiros, engenheiros e arquitetos militares. Esta organização manteve-se mesmo depois de 1675, quando a função passou para o foro exclusivamente militar e os bombardeiros passaram a soldados regulares, designados por "artilheiros".

O primeiro bombardeiro de que temos conhecimento na Ilha terá sido o moço de câmara do capitão do Funchal, Jerónimo Cabreira, nomeado, em 1542, para guardar o baluarte, ou seja, a futura fortaleza do Funchal, nessa data em construção, depois denominada de S. Lourenço. É possível que tenha havido outros bombardeiros na Ilha, dado que os primeiros privilégios dos artilheiros têm a data de 1515 e as bocas de fogo para a fortaleza vieram em 1529. Dada a qualidade do material, referido posteriormente como do melhor que havia no reino, é possível que não tenha chegado sozinho. No entanto, nominalmente, o primeiro bombardeiro referido na Madeira é Álvaro Afonso, que, em novembro de 1551, surge na documentação da Santa Casa da Misericórdia do Funchal como "condestabre dos bombardeiros do castelo e fortaleza desta cidade" (ABM, Misericórdia do Funchal, liv. 710, fl. 226v.). Mais tarde, refere-se que, sobre o ordenado inicial de 8$000 réis, tendo em conta o tempo que tinha já servido de bombardeiro e a certidão do capitão-donatário do Funchal, lhe eram acrescentados mais 4$000 anuais. Em 1561, existe referência ao contrato de mais um bombardeiro, em princípio fora da Nómina, que só mais tarde foi instituída no Funchal: Fernão da Costa. Em 1566, chegado de Lisboa, foi nomeado condestável da fortaleza Gonçalo Fernandes, que Gaspar Frutuoso refere, durante o ataque dos corsários desse mesmo ano, como «português, já entrado em anos, grande bombardeiro». Veio a morrer nesse mesmo ataque, «com o seu bota-fogo na mão» (FRUTUOSO, 1968, 329), não lhe tendo o governador deixado fazer fogo sobre os navios quando os mesmos passaram ao alcance das suas peças na baía do Funchal.



Fig. 1 – Trons, ou bombardas, montados em reparo com mantelete, c. 1475; pormenor da tapeçaria do cerco de Arzila (Colegiada de Pastrana, Espanha).

Gonçalo Fernandes surge em meados de 1566, com um alvará datado de 20 de junho desse ano, registado na Alfândega, com a missão de levantar a Nómina do Funchal, com oito bombardeiros, que deveriam então ser os próprios guardas da Alfândega do Funchal. O condestável teria de ordenado 24$000 réis, havendo igual ordenado para a Nómina, logo 3$000 réis para cada homem, a que acrescentava o ordenado de 12$000 que já recebiam como guardas da Alfândega. Os guardas da Alfândega terão sido examinados como bombardeiros pelo condestável (supõe-se assim que já teriam alguma instrução rudimentar nesta área) e aprovados pelo 5.º capitão do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara (1512-1580), ausente em Lisboa nesta data e substituído por seu tio, Francisco Gonçalves da Câmara (c. 1510-c. 1586). Mantém-se assim o espírito com que foi determinada, em Lisboa, a construção da fortaleza do Funchal: proteção à Fazenda Régia, sendo o



Fig. 2 – S.ta Bárbara, padroeira dos bombardeiros, 1680 (Diocese do Funchal).

provimento de bombardeiros da fortaleza feito com os guardas da Alfândega. No entanto, no mesmo ano de 1566, e no mesmo dia, 20 de junho, chegou novo regimento para a Nómina dos Bombardeiros do Funchal, também sobre a forma de alvará. Alargou-se o âmbito da Nómina para 12 bombardeiros, eleitos (é o termo empregue) entre os moradores da cidade e os mais hábeis neste campo, que seriam depois instruídos pelo condestável, com barreira mensal, ou seja, exercício de fogo real. O número oficial mantinha-se em oito, sendo os restantes destinados à reserva. Os bombardeiros da Nómina teriam um ordenado de 15$000 réis e gozariam dos privilégios dos bombardeiros da corte, instituídos por D. Manuel em 1515. Não sendo possível comparar os dois alvarás, pois o de 1515 é o treslado do de Lisboa, pensa-se que os 12 bombardeiros eleitos, depois de examinados, iriam entrando nas vagas deixadas pelos oito guardas da Alfândega. Entretanto, esta nómina não deve ter chegado a ser implantada, pois com o ataque francês de 1566 tudo foi repensado e ampliado. E dizemos que esta nómina não deve ter sido implantada porque os vários cronistas referem a presença do condestável Gonçalo Fernandes nas muralhas da fortaleza durante o ataque, e não a de qualquer bombardeiro ou guarda da alfândega. Quase até aos finais do séc. XVI não conhecemos pagamentos a estes homens.

Esta época não deve ter, assim, reunido as condições necessárias para a instituição da nómina, e só com a implantação do regimento de fortificação de 1572 e a vinda dos artilheiros alemães com o conde de Lançarote voltará a haver referências a este assunto. Assim, a nomeação do bombardeiro Martim Fernandes para o lugar de condestável de Gonçalo Fernandes, morto no ataque francês de 1566, só foi efetuada 20 anos depois, a 27 de janeiro de 1586. O assunto dos bombardeiros volta a constar na documentação através de uma carta de Filipe II, de junho de 1596, em que ordenava que do dinheiro da fortificação se pagasse aos quatro capitães da Ilha, bem como aos três bombardeiros. Desta forma, recebendo os capitães 80 mil réis cada e os bombardeiros 36 mil réis, a despesa era de 428 mil réis cada ano, "pelo que ainda fica muito para a fortificação", como mandou escrever o rei (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Avulsos, mç. 2, docs. 236 e 237). Mas isto não seria bem verdade, pois que a situação económica das cortes de Lisboa e Madrid então já não era brilhante, nem a da Alfândega do Funchal, pelo que o governador mandou o sargento-mor, Roque Borges de Sousa (c. 1550-1610), à Câmara para explicar a situação, comparecendo à sessão de 23 de setembro de 1596, na qual os vereadores, embora concordando com ele, informaram que «escreveriam a Sua Majestade sobre isso» (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1312, fl. 60v.). Não se resolvendo a situação, os vereadores voltaram a reunir-se no ano seguinte, por causa da necessidade de verbas, e o governador deslocou-se pessoalmente à Câmara a fim de pedir dinheiro para os assuntos da defesa, sem que nada se resolvesse mais uma vez.

Pelo Livro de Receita e Despesa da Fortificação, dos finais do séc. XVI e inícios do XVII, percebe-se as dificuldades com as verbas (ABM, Câmara Municipal do Funchal, n/cat., *Receita e Despesa da Fortificação. 1600 a 1611*). A prioridade foi para a construção dos muros frente ao mar, junto à fortaleza Nova, e as verbas que restaram quase se limitaram aos encargos fixos, pagos em quartéis, onde se mencionam os três bombardeiros do Funchal: Miguel Fernandes, Estêvão Álvares e Gaspar Rodrigues, recebendo 1$000 réis cada um. Estes pagamentos não tinham data fixa, podendo mesmo atrasar-se um ano ou mais e, devido a outras dificuldades, ser pagos anualmente, como aconteceu em 1604 com João Gonçalves, bombardeiro da Calheta, ou com os três bombardeiros de Machico, pela mesma data. As dificuldades económicas e a falta de liquidez contínua dos dinheiros da Alfândega do Funchal levaram a disciplinar os pagamentos dos bombardeiros contratados, aumentando os ordenados pagos em géneros, mormente com vinho. Foi assim o caso dos bombardeiros Manuel Fernandes e Jerónimo Gonçalves de Sousa, tanoeiro, entre 1632 e 1634, que, dado o falecimento dos bombardeiros Afonseca Rodrigues, Fernandes Coelho e Domingos Fernandes, o "Sábio", este último carpinteiro, passaram a ser abonados com uma pipa de vinho em vez de com quantia de 3$000 réis, que até aí tinham recebido os bombardeiros anteriores.

A reformulação da situação dos bombardeiros, civis de profissões várias, que pontualmente exerciam essa função, aparece a partir de 1640, com a aclamação de D. João IV e a progressiva e lenta constituição dos novos corpos militares permanentes. A primeira ordem régia deu-se logo a 15 de setembro de 1641, com a reforma da companhia do presídio e com a indicação de que se provessem as fortalezas "dos necessários artilheiros, para serem todos pagos à maneira das fortalezas do reino". No entanto, a 14 de dezembro de 1642, o rei determinava ao governador que fizesse "assentar na dita companhia uma praça de bombardeiro, a João Amorim, com soldo diário de $050 réis, entrando no número dos 100 homens de que se compunha a mesma companhia" (BNP, IGRAPRFF, fl. 11), voltando-se assim à designação de "bombardeiro". Curiosamente, algumas das nomeações nesta época aparecem registadas na chancelaria da Ordem de Cristo e sem correspondência nos registos da Fazenda do Funchal. Entre os nomeados, regista-se Manuel Soares (Pinheiro), com carta de condestável da fortaleza Nova da Praia, por certo a de S. Filipe, da praça do Pelourinho, com data de 22 de março; José Pires, para bombardeiro da vila de Machico, com carta de 23 de abril; António de Sousa Maciel, para condestável da ilha da Madeira, com carta de 6 de julho; Pedro Rodrigues, com carta da praça de bombardeiro da fortaleza de S. Lourenço, com data de 3 de agosto, todos de 1641; e Domingos Francisco, para artilheiro da mesma fortaleza, com carta de 9 de agosto de 1642.

Nos anos seguintes, foram preenchidos e atualizados os lugares e as situações dos bombardeiros e artilheiros da Madeira. Por exemplo, em 1647, a carta de bombardeiro da fortaleza de S. Lourenço de Simão Gonçalves Florença, com 36$000 réis ao ano, refere que servia no lugar há 20 anos e que o mesmo estava vago pelo falecimento de seu pai, António Gonçalves Florença; em 1648, o provimento de Inácio Luís, tanoeiro, do ofício de bombardeiro era dotado com 3$000 réis ao ano, e a praça de bombardeiro de S. Lourenço, de Manuel de Lima, que entretanto tinha falecido, era a praça ocupada por António Mendes, com 3$000 réis de ordenado. Em 1648, os artilheiros da Madeira ainda registavam na Câmara Municipal do Funchal



Fig. 3 – Bala, ou pelouro de ferro, sécs. XVI/XVIII, emparedada em S. Lourenço e recuperada nas obras de 1992 (Museu Militar da Madeira).

os antigos privilégios dos bombardeiros portugueses outorgados por D. Manuel em 1515, sinal da vigência dos privilégios em questão e do seu possível usufruto ao nível da organização camarária.

No último quartel do séc. XVII, funcionando a fortaleza do Ilhéu como registo do porto do Funchal, com a obrigação de salvar os navios de guerra que entravam, esta teve de ser independentemente artilhada, deixando assim de depender de S. Lourenço. Com o aumento do movimento do porto, as despesas em pólvora aumentaram, assistindo-se a um contínuo pedido de provisões desde 1675 até 1689. Perante este esforço suplementar pedido aos artilheiros do Ilhéu e de S. Lourenço, o rei concedeu-lhes um suplemento de "meio tostão por dia, na forma como são os soldados pagos do dito castelo de S. Lourenço" (ANTT, JPRFF, liv. 966, fls. 4-4v.). A designação de "bombardeiro" manteve-se até ao início do séc. XVIII, como demonstra a nomeação do Cap. António Nunes como capitão da artilharia da ilha da Madeira, em setembro de 1689, referindo-se que até então fora condestável dos bombardeiros do Funchal.

Nos inícios do séc. XVIII, *e.g.*, regista-se na "fé de ofício" do artilheiro Inácio Miranda que era natural da cidade do Funchal e que fora da fortaleza de S. Lourenço, servindo "nesta ilha da Madeira em praça de bombardeiro e artilheiro na fortaleza de N. S.ª da Conceição do Ilhéu, na do Pico e em S. Lourenço, 36 anos, 5 meses e 17 dias começados ao 1.º de janeiro do dito ano de 1674", em que fora provido posto de artilheiro com um soldo de 3$000 réis pelo Gov. Diogo de Mendonça Furtado, "até 17 de junho de 1700, dia antecedente ao do seu falecimento" (*Ibid.*, liv. 971, fls. 22v-23). Esta "fé de ofício" fora pedida pelo seu filho a 7 de dezembro de 1735. Alguns anos mais tarde, em 1738, houve também a "fé de ofício" de Benedito dos Ramos, condestável do forte de N.ª S.ra da Penha de França. O condestável tinha servido 31 anos, 4 meses e 8 dias, dos quais 12 anos, 10 meses e 16 dias como praça de artilheiro e o restante tempo como condestável. Encontrava-se colocado no forte do Ilhéu desde 12 de outubro de

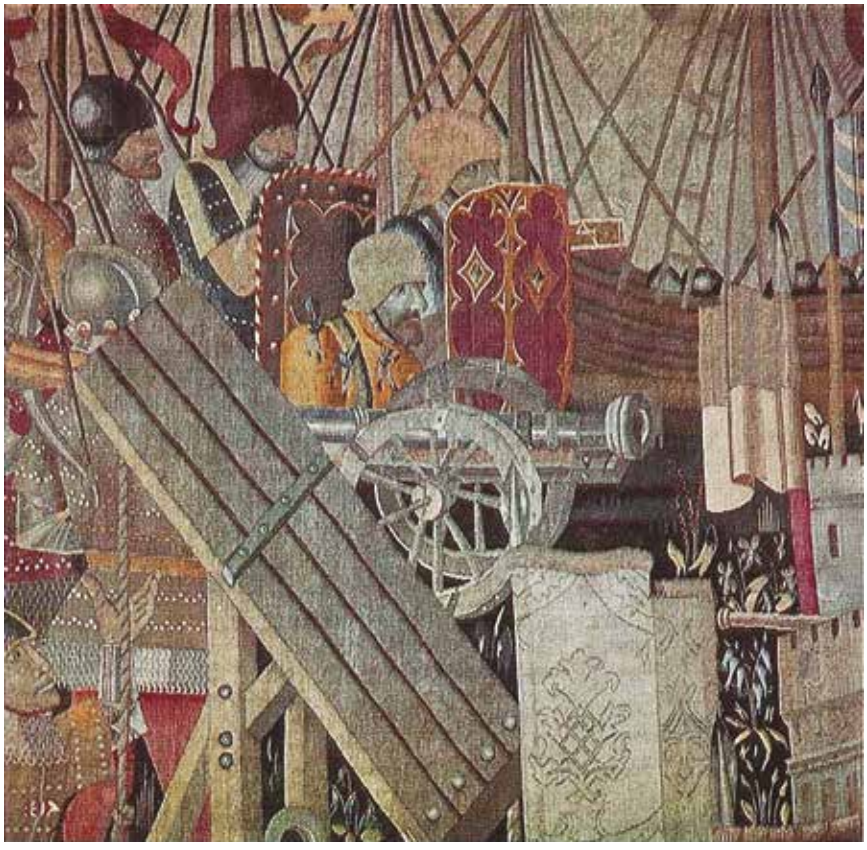


Fig. 4 – Trom, ou bombarda, montado em reparo com rodas, c. 1475; pormenor da tapeçaria do cerco de Arzila (Colegiada de Pastrana, Espanha).

1707, provido com 3$000 réis de soldo, sendo depois transferido como condestável para a Penha de França. Nos anos seguintes, a designação «bombardeiro» desapareceu progressivamente, integrando-se os artilheiros nas forças regulares regionais, mas mantendo-se ambas as designações até meados do séc. XVIII.

No *Mapa do Presídio Militar Pago da Dita Ilha; do das Milícias da Ordenança Que a Guarnecem; das Suas Fortalezas; Armas; Munições e Apetrecho*, enviado pelo Gov. Manuel de Saldanha de Albuquerque (1712-1771), em 1754, ainda surgem referidos nas 16 fortalezas da capitania do Funchal e nas 7 da de Machico 11 condestáveis, 24 artilheiros e 14 bombardeiros, como "presídio pago da Ilha", sendo assim a maioria dos fortes, que o mapa não distingue, citando-se tudo como "fortalezas com capitães, cabos e redutos" (AHU, Madeira, doc. 48), preenchidos por elementos das ordenanças. Em 1771, no mapa dos encargos financeiros do pessoal militar, para além dos diversos quadros e dos condestáveis das fortalezas da Ilha, consta ainda um total de 438$000 réis, correspondentes aos 50 réis por dia de todos os artilheiros de S. Lourenço e do Ilhéu, e mais 262$800 de acrescentamento.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Avulsos, mç. 2, docs. 236-237; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Tombo Velho, tombos 1-3 e 7; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, livs. 1312 e 1313, fls. 40v. e 44; *Ibid.*, Misericórdia do Funchal, liv. 710; *Ibid.*, Receita e Despesa da Fortificação, 1600 a 1611, n/ catalog.; AHTC, Erário Régio, liv. 3574; AHU, Madeira e Porto Santo, doc. 48; ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, liv. 36; *Ibid.*, Corpo Cronológico, pt. II, mç. 157, doc. 68; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 964, 965-966, 968, 971 e 980; BNP, Reservados, cód. 8391, *Index Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda*; **impressa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vols. I e III, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1999 e 1991; *Id.*, *Arquitectura Militar na Madeira. Séculos XV a XVII*, Lisboa/Funchal, s.n., 1998; *Fortaleza-Palácio de São Lourenço*, catálogo da exposição permanente da Fortaleza-Palácio de S. Lourenço, Funchal/Lisboa, Zona Militar da Madeira, 1994; FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Bombeiros

O combate aos incêndios, no meio rural ou urbano, é o principal objetivo da sua ação. Os bombeiros surgiram com esta missão, contudo, ao longo do tempo, a sociedade passou a

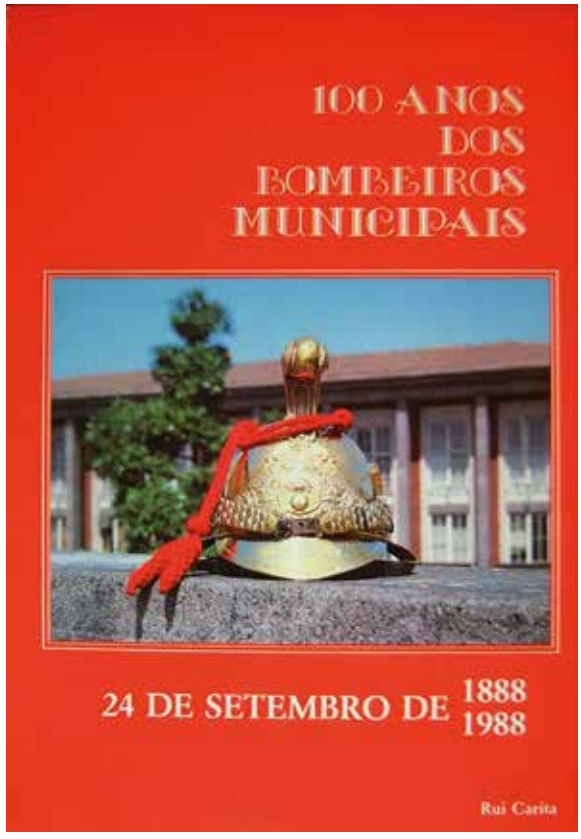


Fig. 1 – *100 Anos dos Bombeiros Municipais, 24 de Setembro de 1888-1988* (1988), de Rui Carita.

exigir-lhes mais, colocando-os em operações de resgate de grande risco na montanha, de salvamento a náufragos e em situações de catástrofe, com as derrocadas, chuvas intensas e aluviões.

A configuração da ilha da Madeira, marcada por escarpas muito íngremes, coloca diversas situações de risco para as populações que assentaram casa à beira do abismo. Estas condições particulares da Ilha obrigam a um esforço redobrado por parte destes profissionais. Reforçam-se os cuidados relativos aos perigos da orografia traiçoeira, por força do número de visitantes, que aproveitam os momentos de lazer para os passeios a pé nas levadas e na montanha, e as missões de resgate, de mortos ou vivos, locais ou turistas, que caem nos diversos precipícios sobranceiros aos caminhos florestais ou nas levadas, o que também acontece com frequência. Esta diversidade de serviços obriga ao apetrechamento de material e de viaturas, que devem estar de acordo com as exigências da sociedade atual. As ambulâncias e

automacas prestam um inestimável serviço de transporte de doentes, enquanto os carros de desencarceramento atuam, com frequência, nos desastres de viação, uma das principais tragédias dos dias de hoje.

Também apelidados de "soldados da paz", em oposição aos que intervêm apenas no campo de batalha, os bombeiros são uma presença imprescindível para a sociedade, como garante da nossa salvaguarda em face da ameaça de incêndios, catástrofes e de situações que acontecem cada vez mais no quotidiano. Eles são a nossa "boia de salvação" onde o perigo está sempre à espreita. Por tudo isto, e pela forma de intervenção desinteressada, são merecedores do seu reconhecimento e valorização. Os bombeiros são o exemplo da dedicação ao outro. Para eles, o combate está na defesa do homem e dos seus haveres contra os efeitos devoradores do fogo e o impacto das catástrofes, atuando sempre na linha da frente de combate aos incêndios, no resgate de mortos e feridos, no socorro a náufragos e no apoio em caso de catástrofe natural, quer sejam voluntários, quer sejam profissionais.

Os sécs. XIX e XX madeirenses foram marcados pelas aluviões que devastaram a cidade do Funchal e demais populações ribeirinhas, sinónimo de destruição, tragédia e muito trabalho para voluntários e, depois, no séc. XX, bombeiros. A partir de 1929, a intervenção dos bombeiros faz-se notar com as as aluviões e cheias que, sucessivamente, ocorreram na Ilha entre 1901 e 2010. Por outro lado, a História assinala, de forma evidente, os efeitos devastadores do fogo. A sua descoberta pelo Homem revolucionou o modo de vida e veio a colocá-lo perante um novo perigo e a necessidade de o combater. O poder do fogo foi, desde muito cedo, ritualizado, e a ele se liga uma persistente tradição, de que são exemplo as fogueiras de S. João, assumindo uma dimensão mágica e dominando o imaginário humano. O fogo assume, deste modo, um papel fundamental na história da ilha da Madeira.

Os primórdios da ocupação da Ilha associam-se ao fogo, e foi através do seu poder que ela ofereceu aos europeus o açúcar e o vinho. Foi através dele que o europeu purificou a terra e a ilha, afugentou o mal, abriu clareiras para assentar morada e lançar as sementes à terra. Alguns textos dizem-nos que este primeiro incêndio durou sete anos, mas nada há que possa abonar em favor de tamanha durabilidade das chamas. Na hipótese de o fogo ter ardido sete anos, sem ter em conta a época das chuvas, não teria sobrado floresta e as madeiras não assumiriam o valor económico que detiveram nos primeiros anos de ocupação e exploração económica. A imagem do incêndio duradouro, que afugentou os espíritos do mal e enriqueceu a terra de cinzas para a primeira lavra, deve ser entendida como uma figura de estilo, com o fim de evidenciar a dimensão e o efeito aterrador resultante das primeiras fogueiras. O fogo, porém, assumiu um papel benéfico, tendo espaço livre para avançar no terreno. Foi assim que se abriu caminho à humanização do espaço.

As queimadas eram uma prática comum dos europeus no processo de arroteamento das terras. É daí que vem, certamente, o nome das Queimadas, em Santana. E na Ilha, não obstante os efeitos do primeiro fogo, o agricultor não abandonou esta prática. Em 1466, passados 46 anos sobre o início da ocupação, ainda se faziam queimadas para abrir novas áreas de cultivo, contudo, o duque D. Fernando impediu tal prática, ordenando que este serviço passasse a ser feito a machado. Foi também esta preocupação que levou a população rural, a viver maioritariamente em casas de palha, a separar o espaço da cozinha do resto da casa. O mesmo infante recomendava, em 1482, ao Senado do Funchal o cumprimento da proibição de "se tirarem abelheiras com fogo na serra" (MELO, 1973, 242-244), tendo em conta a destruição dos incêndios que daí poderiam resultar. A situação continuou, e, em 1493, D. Manuel acusava a vereação do Funchal de desleixo no cumprimento dos regimentos sobre os fogos. Contudo, a teimosia era mais forte que a prevenção, pelo que, ainda hoje, muitos dos incêndios que acontecem por toda a Ilha são fruto das queimadas agrícolas.

Outro foco e origem dos incêndios na floresta era resultado da ação dos carvoeiros.



Fig. 2 – Grande incêndio na área de São Gonçalo e Palheiro Ferreiro, a 19 de julho de 2012 (fotografia de Virgílio Gomes).

Estes, por força da necessidade de carvão para venderem na cidade, acendiam fogueiras que depois escapavam ao seu controlo. A primeira vítima terá sido o próprio João Gonçalves Zarco, traído por uma mudança de vento que fez com que o fogo atingisse a sua casa, refugiando-se, com a família, nas águas do oceano. Os municípios consideravam os carvoeiros quase sempre os responsáveis pelos fogos que se ateavam na serra. Um deles, em 1919, causou o maior incêndio de que há memória na Ilha, depois do primeiro que abriu a porta aos europeus no séc. xv.

A imagem aterrorizadora e destrutiva do fogo obrigou as autoridades a definir medidas no sentido de controlar as fogueiras, bem como os materiais de construção das casas dos diversos aglomerados populacionais. Esta preocupação incidia mais nos núcleos de povoamento, cujas construções eram feitas de materiais inflamáveis, que, desse modo, eram focos fáceis de incêndios. Se tivermos em conta que as primeiras casas construídas na Ilha eram de palha e madeira, fácil será de entender que o perigo estava sempre à espreita. Desde 1461 que se nota especial atenção à defesa do Funchal contra incêndios. Assim, determina-se que os engenhos sejam cobertos de telha e recomenda-se o mesmo para as casas da rua dos Mercadores. Mas em 1493 este trabalho ainda não tinha sido feito, de forma que as casas de cobertura de palha se arrastam no tempo, sendo interminável, desde o séc. xv, o conjunto de regulamentos, ordenações e posturas sobre o assunto. A 9 de março de 1490, o donatário recomendava: "tanto que se viir fogo que se presuma que es em lugar de dapno da povoaçam que mays perto estever repicaram logo e yram la o juyz e o allcayde e seus homens e alguüs outros que pareça que abastaram pera o apagar [...] e achando qualquer pesoa ou pesoas culpadas no dito caso ou emdicios por que se presuma ellas o poerem os premderam logo e [...] se dem grandes pennas aos sobreditos asy nos corpos como nas fazendas segundo a calidade das pesoas e o dapno que ho dito foguo fezer" (MELO, 1972, 242).



Fig. 3 – Grande incêndio no Funchal em agosto de 2016, Monte (arquivo particular).

A luta incessante das autoridades madeirenses poderá resumir-se a duas situações: preservação daquilo que existe, através de medidas limitativas do abate de árvores, e recuperação desse coberto florestal, através de uma política de reflorestação das zonas ermas ou em abate. Neste contexto, assumem um papel destacado em cada município o alcaide e o meirinho da serra.

Mas a floresta tinha um papel de grande relevo na economia da Ilha. Os habitantes começavam por limpar o terreno através de um incêndio, após o que lançavam a semente à terra. A sucessão das queimadas levou a Coroa a procurar obstar a esta situação, mas, ainda assim, ficaram para a História os grandes incêndios de 1807, 1910 e 1919, todos provocados por mão humana.

Já em 1593 está documentado um fogo do céu, que causou elevados danos na cidade e no manto florestal. Desta situação resultou a designação das ruas das Queimadas, no Funchal, onde se queimaram muitas casas: o fogo alastrou aos quarteirões acima da Sé, cujas ruas, em memória do sucedido, ficaram conhecidas como as ruas da Queimada de Cima e de Baixo. Antes disso, em 1566, a invasão dos franceses, que saquearam impunemente a cidade, causou diversos incêndios em edifícios, nomeadamente igrejas, provocados de forma intencional. Atitude idêntica tinham os corsários argelinos quando, a partir do séc. XVII, atacavam a ilha do Porto Santo, chegando o fogo aos templos e aos espaços públicos onde se encontrava a documentação. Semelhante postura, de apagar a memória documental, desta feita tributária, pelo fogo, acontece no séc. XX, com as revoltas de 1936 em Machico e na Ribeira Brava, sucedendo o mesmo, em 1948, em São Vicente.

Dominado num primeiro momento pelas casas palhaças, o Funchal poderá ser considerado um verdadeiro barril de pólvora. Deste modo, no sentido de conseguir a salvaguarda dos haveres e a segurança dos funchalenses, a Coroa e o município apostaram na cobertura das casas com telha. As posturas municipais evidenciaram esta insistente preocupação das autoridades, estabelecendo medidas

de controlo das fogueiras feitas no campo e penas severas para os infratores. O combate aos incêndios era uma preocupação do município, que, por todos os meios, condenava os prevaricadores. Em 1472, João Rodrigues de Santa Cruz foi condenado por fogo posto nas serras. A fiscalização estava a cargo do juiz dos danos e meirinho da serra, cargo criado em 1480.

O desenvolvimento económico da Ilha não prescindiu do fogo, assumindo este, aliás, um papel fundamental nos seus momentos áureos. Nos sécs. XV e XVI, com o açúcar, tivemos a proliferação das fornalhas e, mais tarde, desde finais do séc. XVIII, das estufas para cozer os vinhos. A cidade estava assim cercada pelo fogo, que não raras vezes era um perigo para pessoas e haveres. No decurso do séc. XIX, são constantes os incêndios resultantes das fornalhas, das estufas de vinho e doutras situações. O facto de estas proliferarem pela cidade anexas às lojas de vinho gerou alguma apreensão. Contra isto manifestaram-se os mercadores de vinho, alegando os poucos casos acontecidos. Em 1803, os comerciantes contrapunham à pretensão de encerrar as estufas da cidade o seguinte: "O fundamento com que se impugna a existência das estufas na Cidade, é o do perigo dos incêndios, e o do dano terrível, que causam os fumos do carvão à saúde dos povos. [...] A primeira estufa levantada nesta ilha, se fabricou no ano de 1794 e 1795, e depois dela, se levantaram sucessivamente muitas outras, que todas têm trabalhado até os últimos meses passados. Em todo o decurso de tão longo, e dilatado tempo, assim mesmo sendo tantas, só se tem sabido de 3 ligeiras ameaças de fogo, o qual instantaneamente se apagou, e extinguia, sem contudo nem os vizinhos, nem o proprietário da estufa, sofrerem mais consequente prejuízo" (VIEIRA, 2003, 238-239). De maneira que, a 7 de maio de 1804, foram novamente permitidas as estufas dentro e fora da cidade do Funchal.

A história da Madeira regista inúmeros incêndios. Pelas 4 h da madrugada do dia 15 de dezembro de 1898, a estufa do conde de Canavial, à rua 5 de Junho, onde coziam 300 pipas de vinho do próprio e de outros comerciantes, foi palco das chamas, acudindo os Bombeiros Voluntários do Funchal com duas bombas e toda a corporação. Um fogo como este, de grandes proporções, mobilizava sempre a corporação de bombeiros, que contava com o apoio de uma força militar da polícia. As autoridades e uma multidão de curiosos eram também uma presença assídua nestes trágicos eventos. O mesmo sucedeu pelas 23.50 h do dia 25 de novembro de 1916, quando o fogo se descontrolou na casa de destilação da fábrica Hinton & Sons. O combate foi feito com a bomba do próprio engenho e com outras dos bombeiros, que prontamente ocorreram.

O quotidiano da urbe nunca prescindiu do uso do fogo, tão necessário para a alimentação como para algumas indústrias, onde se incluem, entre outras, as padarias, as forjas, as oficinas de tanoaria e as olarias. O fogo está presente em todo o lado e o perigo espreita a qualquer momento, não perdoando qualquer distração. O processo de urbanização e de afirmação das cidades fez com que o perigo do fogo fosse permanente. Contudo, tardou muito até que se definisse uma política de extinção dos fogos. É certo que na Antiguidade existiam as vigias noturnas para alertar e combater o fogo. Na Madeira, temos, desde o início, funcionários nomeados pelo município encarregues de vigiar as terras e alertar para a presença do fogo. Quando este aparecia, dava-se o alerta e todos eram chamados a combatê-lo. Em 1925, são referenciadas quatro estações de bombeiros: a central, na rua 5 de Outubro; a de S. Paulo, no largo Ribeiro Real; a do Teatro; e a das Torneiras, na rua Bela de São Tiago.

O combate aos incêndios foi, durante muito tempo, uma tarefa comum a que estavam obrigados todos os cidadãos, que acudiam ao repicar dos sinos do campanário da igreja. Assim o determinava um regimento de 1480 onde se dizia que, após o repicar dos sinos, deveriam acudir o juiz, o alcaide e homens do lugar. Enquanto os últimos combatiam o fogo, os primeiros averiguavam as causas e investigavam a autoria. Os principais meios de alarme e sinais

de manobra eram dados pelo sino da igreja, sirenes e foguetes. No caso do Funchal, havia-se estabelecido um sistema de sinais para avisar a deflagração de um incêndio, através dos sinos da catedral. Para as freguesias da cidade, havia um conjunto de badaladas que avisava da existência de fogo, uso que desapareceu em finais do séc. XIX.

Desta forma, os incêndios são uma presença constante na história da Madeira, ficando registada a memória daqueles que mais se evidenciaram. Até ao aparecimento das primeiras corporações de bombeiros, em finais do séc. XIX, devemos registar incêndios todos os anos a partir de 1883, com frequência no espaço urbano, em oficinas, armazéns, padarias, lojas, mercearias e igrejas, e outros que deflagraram nas serras em 1419 e em 1919, 1946, 1949, 1951 e 1953. Estes últimos aconteceram com alguma irregularidade até à déc. de 90 do séc. XX, tornando-se, a partir de então, uma presença constante durante o período estival.

A definição de medidas para o combate aos incêndios em Portugal está documentada a partir de 1395, altura em que D. João I atribui esta função aos municípios, compromisso que se manteve até à revolução liberal sob o arbítrio destes. Pelo decreto de 16 de maio de 1832 determinou-se que esta passaria a ser uma função a cargo do provedor do concelho, ficando mais tarde, de acordo com o código administrativo de 1842, o serviço de prevenção de incêndios, inundações e naufrágios dependente do administrador do concelho. Finalmente, em 1867, os municípios passaram as competências respeitantes ao socorro para a extinção dos incêndios e inundações. Foi de acordo com esta orientação que, na Câmara, um dos vereadores passou a assumir o pelouro dos incêndios, sendo o primeiro no Funchal, o Dr. José Joaquim de Freitas. Nesta época, o serviço de incêndios era ainda incipiente, contudo, estavam disponíveis várias bombas de particulares e de instituições que acudiam em caso de incêndio, sendo de destacar as da Casa Blandy, do engenho do Hinton e da Alfândega. O município era também detentor de uma bomba de incêndio, mas o serviço era considerado ineficaz perante a constância e proporções dos incêndios que se atearam na cidade. A imprensa, ao mesmo tempo que relatava o sucedido, clamava por medidas no sentido de o município constituir uma companhia de bombeiros, como era sua atribuição. A 19 de agosto de 1886, o administrador do concelho, solicitado pelo governador civil, interpelou a vereação sobre a necessidade de organizar um serviço de incêndios. Foi assim que, em 1898, surgiu a Associação dos Bombeiros Voluntários do Funchal.

O alargamento do serviço de bombeiros aos demais municípios não se cumpriu de acordo com as determinações oficiais. O primeiro município fora do Funchal a dispor de um serviço de bombeiros foi o de Santa Cruz, em 1932, por iniciativa de Joaquim Vasconcelos de Gouveia. Machico só teve igual serviço em 1948,



Fig. 4 – Inauguração dos Serviços de Incêndios do Funchal, a 7 de abril de 1889 (ABM).

com a primeira bomba portátil, uma oferta do Conselho Nacional de Incêndios. Depois disso, só o município da Ponta de Sol montou, em 1960, o serviço de bombeiros voluntários. Em 1968, o município de São Vicente aponta a necessidade de criação de uma companhia de bombeiros, mas a falta de meios financeiros impede-o de concretizar o desejo, de forma que o concelho só terá uma companhia de bombeiros em 1994. A cobertura integral dos municípios da Ilha apenas ficaria completa nos finais do séc. XX.

O serviço a prestar pelos bombeiros não se resumia apenas a apagar incêndios, incidindo também no socorro a náufragos e no apoio em caso de calamidade. As aluviões que fustigavam a Ilha na época invernal foram um dos principais motivos e preocupações, bem como uma evidência, do prestimoso serviço dos bombeiros, a partir de finais do séc. XIX. Os sécs. XIX e XX foram pautados por diversas aluviões que espalharam o terror e a morte em toda a Ilha, mas de forma especial nas localidades assentes no leito das ribeiras. Por outro lado, devemos ter em conta o facto de a baía do Funchal nunca oferecer as condições adequadas de apoio à navegação, sendo que até à construção do porto muitos foram os naufrágios de embarcações que, a partir de finais do séc. XIX, passaram a contar com o serviço de socorros a náufragos dos bombeiros. A partir de 1926, esta missão foi atribuída à Associação de Bombeiros Voluntários Madeirenses. O serviço dos bombeiros alargou-se, também, ao apoio aos feridos de manifestações e revoltas, como sucedeu entre abril e maio de 1931, com a célebre Revolta da Madeira.

Até ao aparecimento da imprensa madeirense, no séc. XIX, com o primeiro jornal, o *Patriota Funchalense*, publicado a 1 de julho de 1821, não existe um registo completo dos incêndios que deflagraram no espaço urbanizado e florestado. No largo período de mais de três séculos, ficou apenas o registo de dois grandes incêndios, já referidos: o primeiro, para abrir caminho aos povoados, seguindo-se o fogo do céu, em 1593. O séc. XVII revela-nos os incêndios no palácio de S. Lourenço, em 1699, e no paço episcopal. Para o séc. XVIII, ficou apenas o registo do incêndio no Teatro Grande, que



Fig. 5 – Carro dos Serviços de Incêndios da Câmara Municipal do Funchal, c. 1890 (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Bombeiros Municipais do Funchal, 2627, 3).

privou os madeirenses da representação teatral em finais da centúria. A partir do séc. XIX, a imprensa foi porta-voz dos difusos incêndios que deflagraram na Ilha, sendo possível acompanhar os registos daqueles que assumiram maior dimensão e dano, juntamente com aqueles de que apenas ficou o temor. Estas notícias eram acompanhadas de comentários apelando a medidas por parte das autoridades municipais.

A 15 de setembro de 1821, o *Patriota Funchalense*, aproveitando a oportunidade do relato de um incêndio, comenta a atitude de desleixo das autoridades. Com efeito, a 9 do mesmo mês, incendiara-se uma casa na rua do Colégio, sendo o alerta dado pelo toque dos sinos, a que acudiu toda a população. Tudo funcionou como previsto, menos as duas bombas de apagar os incêndios, ditas "da nação" (VIEIRA, 2001, 26). A solução passava quase sempre pela prontidão dos populares e, na cidade, pelo apoio dado pelas bombas dos ingleses, nomeadamente as da Casa Newton Gordon & Cia. A situação repete-se noutro incêndio noticiado a 20 de dezembro de 1821, apelando-se à revolta popular: todos os cidadãos devem protestar contra as autoridades competentes pela negligência com que tratam a segurança e propriedade destes. Esta reclamação foi ouvida pela vereação, que, em 1837, adquire a primeira bomba contra incêndios, e, no sentido de disciplinar estes serviços, é referido que, em 1856, o governador civil, o Brig. António Rogério Gromicho Couceiro, pretendia criar uma companhia de bombeiros.

Os acontecimentos trágicos da déc. de 70 do séc. XIX tornaram inevitável a criação da primeira companhia de bombeiros voluntários. A 12 de maio de 1876, uma forte tempestade fez naufragar a escuna inglesa *Asprey*, sendo complicado o socorro prestado por falta de um serviço de socorro a náufragos. A 20 de agosto de 1878, um pavoroso incêndio deflagrou na firma J. Payne & Son. Acudiram as cinco bombas existentes – as do município, as de Severiano Ferraz, as de Henrique Camacho e as de Hinton – e muitos voluntários, mais tarde louvados pelo governador. Mais uma vez, foi notícia a falta de equipamento e de pessoal instruído para este serviço. O governador civil, que

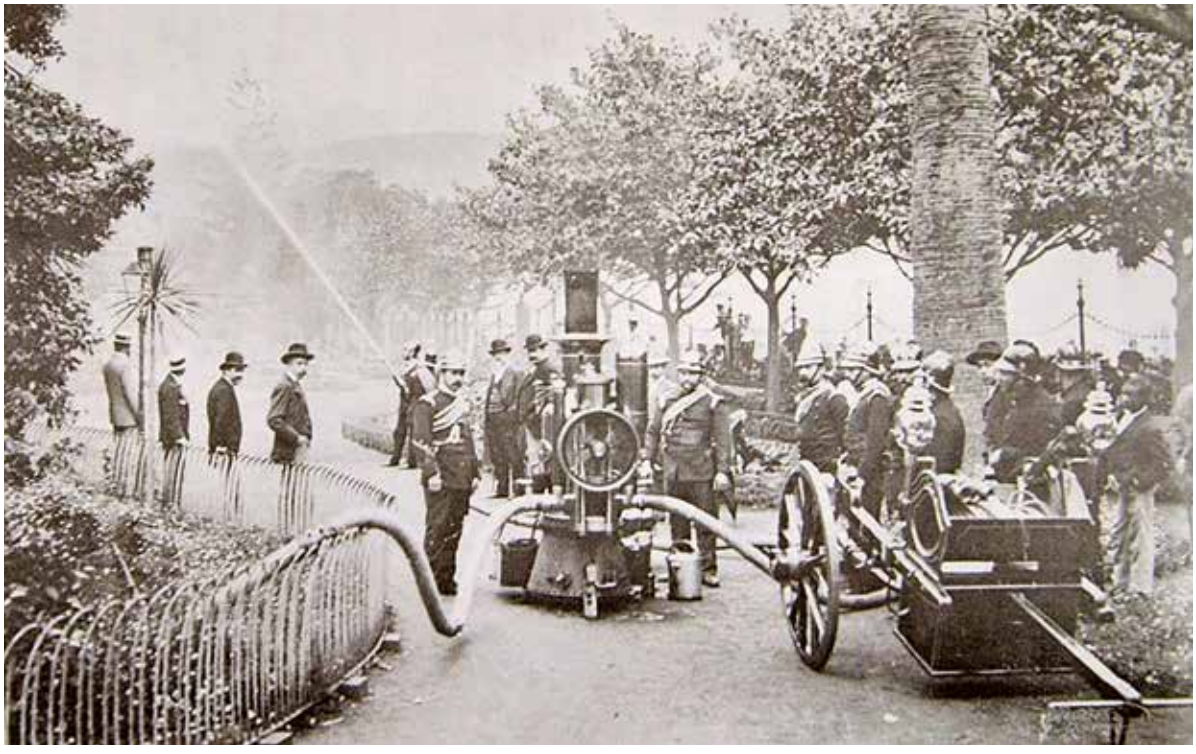


Fig. 6 – Inauguração da bomba a vapor no Jardim Municipal, 1900 (ABM).

havia presenciado o facto, decidiu assim, a 23 de agosto, nomear uma comissão para proceder à instalação de uma companhia de bombeiros voluntários, porém, demorou muito tempo até que se procedesse à sua instalação. Em 1881, referia a imprensa o empenho na criação de duas companhias, sendo uma de municipais e a outra de voluntários. Entretanto, os incêndios sucediam-se com uma frequência assustadora. Contudo, é só em 1883 que a Câmara estabelece um salário mensal de 6$000 réis para Manuel de Gouveia Caramujo, capataz da bomba de incêndio.

De acordo com o código administrativo, competia aos municípios organizar os serviços de extinção dos incêndios. Foi no seguimento desta medida que o município do Funchal pôde dispor, em 1887, de um vereador com o pelouro dos incêndios. O Dr. José Joaquim de Freitas, o primeiro a assumir tais funções, apresentou à vereação do dia 10 de março de 1887 um projeto de regulamento para este serviço. Todavia, só no ano imediato se avançou com a desejada companhia de bombeiros. A 26 de julho, a vereação convidou todos os funchalenses a alistarem-se como candidatos a bombeiros voluntários. Finalmente, a 24 de setembro, a Câmara, presidida pelo visconde de Ribeiro Real, aprovou o regulamento e procedeu à instalação da Companhia de Bombeiros Voluntários do Funchal. A nova corporação teve comando a partir de 17 de fevereiro de 1889, sendo 1.º e 2.º comandantes, respetivamente, António Augusto Nunes de Paiva e Alfredo César de Oliveira e Coito. A instalação da corporação e treino dos bombeiros aconteceu nos primeiros meses de 1889, sendo a primeira prova de fogo o incêndio de 27 de março no Hotel Ride Carmo. As três bombas da corporação estavam distribuídas pela cidade. De acordo com o mesmo espírito, surge a 2 de abril de 1889 a primeira companhia de seguros contra incêndios, designada Alliança Madeirense, junto da intervenção de destacadas personalidades, como o Dr. Manuel José Vieira e José Leite Monteiro. A segunda companhia madeirense, a Garantia Funchalense, surge a 6 de janeiro de 1907.

A Companhia dos Bombeiros Voluntários do Funchal foi fundada em sessão camarária de 24 de setembro de 1888 e o seu regulamento aprovado em sessão de 4 de abril de 1889. Neste mesmo ano, a corporação criou uma banda filarmónica. O alvará de 25 de novembro de 1926 aprova os estatutos desta corporação. Os Bombeiros Voluntários tinham como finalidade "prestar socorros aos habitantes do Funchal e arredores, por ocasião de incêndios ou de outras calamidades, tais como: inundações, desabamentos, terramotos, e outras a que possam ser aplicados os elementos de que a Associação dispuser" (VIEIRA, 2001, 109). A Associação era composta por quatro classes de sócios: ativos, auxiliares, honorários e protetores. Foi o incêndio ocorrido a 20 de agosto de 1878 na firma J. Payne & San, na rua da Alfândega, que motivou a fundação da primeira guarnição de bombeiros. De facto, passados três dias, a 23 de agosto de 1878, o governador civil, Afonso de Castro, nomeou uma comissão para a organização de uma Companhia de Bombeiros Voluntários, composta por vários cidadãos. Em sessão de 30 de agosto de 1883, a Câmara Municipal do Funchal deliberou comprar em Inglaterra uma escada e uma mangueira.

Só em fevereiro de 1889 os Bombeiros Voluntários tiveram o seu primeiro uniforme. A primeira ordem de serviço registada em livro data de 18 de março de 1889 e refere-se ao estabelecimento da preferência de comando dos primeiros e segundos patrões, bem como à constituição das guarnições das diversas máquinas: carro de material n.º 1 e bombas n.ºs 1, 2 e 3. Para instruir os primeiros bombeiros, deslocou-se até à Madeira Luís da Terra Pereira Viana, bombeiro voluntário da cidade do Porto, que, juntamente com o governador civil, D. João de Alarcão Velasques Osório, e o major do Exército em comissão nas Obras Públicas, Randolfo R. Correia Mendes, foi nomeado comandante honorário a 4 de abril de 1889. A Companhia dos Bombeiros Voluntários também muito deveu ao empenho do vereador da Câmara do Funchal, Dr. José Joaquim de Freitas, seu sócio fundador e honorário.

A serviçal e obstinada atuação dos Bombeiros Voluntários tem merecido distinções e louvores por parte das diversas instituições. Assim, a Câmara do Funchal, em sessão de 15 de dezembro de 1898, tece um elogio e louvor pela forma como atuara no incêndio que deflagrou nessa madrugada nas estufas do conde de Canavial; a Associação é agraciada com o grau de oficial da Ordem Militar de Cristo, a 5 de outubro de 1928; e o decreto-lei de 6 de novembro de 1928 considera-a instituição de utilidade pública, atendendo aos relevantes serviços prestados à sociedade.

Ao longo do tempo, sucederam-se os incêndios em casas particulares, edifícios públicos, no hospital e nos engenhos de açúcar. Perante esta situação, foi necessário continuar a apostar na melhoria do serviço, através da aquisição de novo equipamento. As autoridades socorreram-se, então, de um adicional de 5 % lançado sobre todos os impostos municipais cobrados pela Alfândega, assim como de dádivas particulares.

Os incêndios de 1926, num prédio da Casa Blandy e no estabelecimento de géneros alimentares por atacado de José Paulo Fernandes, levaram a que o *Diário de Notícias* (DN) reclamasse, a 10 de setembro desse ano, um melhor serviço: "Não temos uma corporação de bombeiros que pela sua organização constitua uma garantia séria contra os riscos do fogo [...]. Precisamos ter um corpo de bombeiros que represente para toda a população do Funchal um penhor de garantia contra os riscos de incêndios" (VIEIRA, 2001, 40). O combate aos incêndios era considerado algo desastroso, pelo que tudo poderia acontecer. Na verdade, tudo aconteceu com o incêndio num prédio à rua do Phelps, em meados de outubro de 1926. O grito de reclamação do *DN* ecoou junto das autoridades, conduzindo à necessária informação do serviço de incêndios. Deste modo, um grupo chefiado pelo Maj. João Carlos de Vasconcelos, o primeiro comandante, criou os Bombeiros Voluntários Madeirenses. Em carta publicada no mesmo jornal, os iniciadores do projeto (Jaime da Gama, António Alberto Melim e Remígio Francisco de Araújo) davam



Fig. 7 – Vicente Gomes da Silva Júnior fardado de bombeiro municipal, 9 de abril de 1889 (ABM, Photographia Vicente, sem número).

conta das motivações: "Em virtude dos sucessos a que deu origem o último incêndio ocorrido nesta cidade […], um grupo de condutores profissionais de automóveis resolveu lançar as bases para uma Corporação de Bombeiros Voluntários com sede nesta cidade" (*Id.*, *Ibid.*, 41). A 5 de novembro de 1926, no dia imediato à Assembleia Geral, os proponentes da ideia comunicaram à Câmara a sua criação, esperando poder contar com o seu apoio para o arranque do projeto. O presidente da comissão administrativa da Câmara, o Cor. Luís Correia Acciaiuoli de Menezes, colocou à disposição o material da Câmara para os treinos. Os Estatutos foram aprovados pelo governador civil, a 24 de novembro 1926, data de oficialização da Associação e marco oficial para a evocação anual.

A preparação dos bombeiros foi também tida em conta pelos dirigentes dos "Voluntários" e pelo município. Deste modo, em novembro de



Fig. 8 – Diogo Sarsfield, 30 de abril de 1889 (ABM, Photographia Vicente, chapa n.º 4958).

1930, deslocou-se ao Funchal António Rodrigues, chefe-instrutor dos Bombeiros Municipais de Lisboa. O exercício final, que decorreu a 21 de dezembro, contou com a presença das autoridades. A 3 de julho de 1931, os "Voluntários" receberam a primeira motobomba, que trabalhava com duas ampulhetas com um jato de 30 a 35 cm, chegando este aos 45 m de altura apenas com uma ampulheta.

O reconhecimento dos serviços prestados pelos voluntários não merecia a necessária retribuição financeira para atender às inadiáveis despesas da corporação. Deste modo, em junho de 1934, chegou-se ao cúmulo de a corporação não dispor de dinheiro para pagar o telefone. Veja-se, a este respeito, o protesto de Alfredo Camacho no *DN*: "Há que respeitar aqueles que num alevantado gesto de abnegação sacrificam a vida pela vida do próximo e, dia e noite, velam pelos nossos interesses" (*Id.*, *Ibid.*, 45). Este clamor levou a uma onda de solidariedade que permitiu a aquisição de um novo pronto-socorro, benzido em cerimónia pública que decorreu no palácio de S. Lourenço, a 28 de maio de 1935. A geminação, em 1986, com os voluntários da cidade alemã de Leichelingen, por iniciativa do Com. Werdert Widen, contribuiu para o salto qualitativo da corporação.

Na preparação dos bombeiros, ficou célebre o "esqueleto municipal", situado no Campo da Barca, no local onde depois se ergueu o edifício do Governo Regional da Madeira. Esta infraestrutura de apoio à formação dos bombeiros foi considerada um marco para as diversas gerações de bombeiros do séc. xx. Também para a História ficou o exercício realizado pela Secção de Socorros a Náufragos, a 30 de abril de 1961, entre a Qt. Vigia e a Pontinha.

A publicação *O Bombeiro*, uma iniciativa de Alberto Malho e Vasco Florentino Campos, foi o porta-voz na Ilha dos interesses e ideais dos soldados da paz madeirenses. Em 1961, os seus promotores tiveram a ideia de fundar um museu, com o apoio da Câmara Municipal do Funchal, o qual só viria a ser criado em 1967 por Vasco Florentino Campos, tendo inaugurado a 21 de maio desse ano. Uma das raridades aí expostas era a primeira bomba que chegou à Ilha em 1889 e que, desde 1932, estava ao serviço dos bombeiros de Santa Cruz. O museu foi posteriormente desativado, sendo os materiais depositados em armazém.

Impostos

O imposto para o serviço de incêndios, tal como o seu nome indica, era um imposto dedicado a financiar os serviços de incêndios. Criado pelo decreto-lei n.º 288/79, de 9 de dezembro de 1979, consistia numa taxa sobre os prémios de seguro de incêndios, transporte de mercadorias pesadas e seguros agrícolas e pecuários para o usufruto do Serviço Nacional de Bombeiros (SNB), passando a integrar o antigo imposto para o serviço de incêndios, criado em 1949. Pela lei n.º 101/89, de 29 de dezembro de 1989, o governo foi autorizado



Fig. 9 – *O Bombeiro Madeirense e a Sua História* (1963), de Vasco F. Campos e Alberto Malho.

a legislar no sentido do alargamento da base tributável do imposto para o SNB, de forma a harmonizar a respetiva base tributável, com a do extinto imposto, para o serviço de incêndios e, ainda, para os prémios de seguro de transporte de mercadorias perigosas, incluindo o seguro de carga e o das viaturas especificamente destinadas a este tipo de transporte. De acordo com o Código Administrativo, a matéria coletável é constituída pelo valor patrimonial dos prédios não seguros, pela diferença entre o valor tributável dos prédios, se este for superior, e o valor pelo qual estes se encontram seguros contra incêndios, pelo valor determinado para os estabelecimentos comerciais ou industriais não seguros e pela diferença entre o valor determinado para os estabelecimentos comerciais ou industriais e o valor pelo qual estes se encontram seguros contra incêndios. A taxa aplicável varia entre 0,5 % e 13 %. A parte lançada e cobrada, diretamente, pela Câmara incidia, mediante a taxa de $50 por cada $1000, sobre o valor matricial dos prédios urbanos não seguros. Este imposto foi abolido pelo art. 42.º da lei n.º 2/88, de 26 de janeiro de 1988, passando a estar integrado no imposto para o SNB.

Proteção civil

A proteção civil começa na déc. de 30 do séc. XX, altura em que surgiu, em Paris, a Organização Internacional de Proteção Civil. A sua consolidação dá-se em 1935, com um conjunto de medidas implementadas pela Sociedade das Nações, e depois, em 1950, com o aparecimento da Associação de Proteção Civil, que em 1958 ganha dimensão internacional. Em Portugal, a sua organização torna-se uma realidade após a Segunda Guerra Mundial, pelo que desde 1958 existe a Organização Nacional da Defesa Civil do Território.

A partir de 1970, a chamada Defesa Civil dá lugar à Proteção Civil, o que acontece na Madeira a 30 de junho de 2009, passando a organismo de cúpula que superintende todos os serviços de proteção e socorro aos cidadãos nas diversas vertentes. Esta situação atual resulta da evolução correspondente do serviço criado a 17 de fevereiro de 1982, conhecido como Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira, que funcionava na dependência direta da Presidência do Governo Regional, tendo passado, desde 9 novembro de 1988, para a Secretaria Regional da Administração Pública. Em 1992, transita para a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais. A partir de 30 de março de 2006, com a criação do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros da Madeira, todos os sectores que pertenciam ao Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira passam a integrar este serviço de coordenação de proteção civil e de socorro. Finalmente, a 30 de junho de 2009, foi criado o Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, com o consequente Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira (RAM).



Fig. 10 – Quartel dos Bombeiros Voluntários da Calheta (fotografia de Bernardes Franco, 2018).

Todos os municípios dispõem atualmente de uma corporação de bombeiros municipais, e todos os concelhos da RAM dispõem de corporações de bombeiros voluntários, fazendo com que o serviço esteja presente em toda a Ilha. Apenas o Funchal dispõe de uma segunda corporação de bombeiros municipais. Assim, temos as seguintes corporações: Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Calheta, fundada a 21 de maio de 1992; Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Câmara de Lobos, fundada a 13 de agosto de 1949 e desativada após o 25 de Abril, só voltando a funcionar a partir de 12 de julho de 1991, com a inauguração das novas instalações; Associação de Bombeiros Municipais de Machico, fundada em 1960, mas só devidamente dinamizada pelo município a partir de 1968; Associação de Bombeiros Voluntários do Porto Santo; Associação de Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava, fundada a 21 de dezembro de 1986; Associação de Bombeiros Municipais de Santa Cruz, que serve o aeroporto desde a sua inauguração, a 8 de julho de 1964; Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santana, fundada a 8 de dezembro de 1974; e Associação de Bombeiros Voluntários de São Vicente e Porto Moniz, fundada a 3 de junho de 1994.

Bibliog.: ALMEIDA, Paulo Dias de, "Descrição da ilha da Madeira", in CARITA, Rui, *Paulo Dias de Almeida. Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros e a Sua Descrição da Ilha da Madeira de 1817-1827*, Funchal, DRAC, 1982, pp. 51-83; ANDRADE, Eduardo de Campos, *Repovoamento Florestal no Arquipélago da Madeira (1952-1975)*, Lisboa, Direção-Geral das Florestas, 1990; BANKOFF, Greg *et al.*, *Flammable Cities. Urban Conflagration and the Making of the Modern World*, Madison, University of Wisconsin Press, 2012; BRANCO, Jorge Freitas, *Camponeses da Madeira. As Bases Materiais do Quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, Dom Quixote, 1987; CAMACHO, João Henriques, *Notas para o Estudo da Rearborização da Ilha da Madeira*, Dissertação inaugural apresentada ao Conselho Escolar para complemento do curso de engenheiro-silvicultor, Lisboa, texto policopiado, 1920; CÂMARA, Paulo Perestrelo da, *Breve Noticia sobre a Ilha da Madeira ou Memorias sobre a Sua Geographia, Historia, Geologia, Topographia, Agricultura, Commercio, etc.*, Lisboa, Typ. da Academia das Bellas Artes, 1841; CARITA, Rui, *100 Anos dos Bombeiros Municipais, 24 de Setembro de 1888--1988*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1988; CRUZ, Francisco Ignacio dos Santos, *Memoria sobre os Differentes Meios de Atalhar os Incendios, de Salvar as Pessoas, e os Objectos delles Ameaçados, e de os Prevenir Quanto Possivel, etc.*, Lisboa, Academia de Sciencias de Lisboa, 1850; FÉLIX, José Ricardo, *Bombeiros Municipais de Machico. 50 Anos de História*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2010; FONTVIEILLE, Jean, "A lenda de Machim. Une découverte bibliographique à la Bibliothèque-Musée du Palais de Bragance à Vila Viçosa (Portugal), in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. III, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 197-238; MELO, Luís Francisco de Sousa, "Tombo primeiro do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal. Primeira parte", *Arquivo Histórico da Madeira*, vols. XV-XVIII, 1972-1974; NASCIMENTO, João Cabral do, "*De rebus pluribus*: casas foreiras. Um diário de incêndios e um caderno de factos

históricos: ainda Torriani. Colecção de documentos: parque na cidade: conferências culturais: estampas da Madeira: arquivo distrital: publicações recebidas", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IV, n.º 2, 1935, pp. 125-128; NATIVIDADE, J. Vieira, *Madeira. A Epopeia Rural*, Funchal, JGDAF, 1954; SEQUEIRA, Manuel Braz, *Opusculo de Propaganda. Argumento a favor da Arborização Obrigatória das Serras da Ilha da Madeira*, Funchal, s.n., 1913; SILVA, Fernando Augusto da, *Dicionário Corográfico do Arquipélago da Madeira*, Funchal, ed. do Autor, 1934; *Id.*, *O Revestimento Florestal do Arquipélago da Madeira*, Funchal, s.n., 1946; VIEIRA, Alberto, *Os Bombeiros Voluntários Madeirense. Breves Apontamentos Históricos*, Funchal, Associação dos Bombeiros Voluntários Madeirenses, 2001; *Id.*, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV-XX*, Funchal, CEHA, 2003.

† Alberto Vieira

Bombote e bomboteiros

Do inglês "bumboat", que define as pequenas embarcações que proviam, de forma direta, os barcos que escalavam os portos com objetos e produtos da região. Em Singapura, *e.g.*, são sinónimo dos táxis aquáticos. No linguajar madeirense, a atividade é apresentada como o "bambote", *i.e.*, uma pequena embarcação a remos que estava autorizada a aproximar-se das embarcações que aportavam ao Funchal e aí proceder à venda direta dos produtos regionais. Na expressão popular, os homens que se dedicavam a esta atividade eram conhecidos como bamboteiros/bomboteiros, uma figura que está presente no quotidiano do porto e do movimento dos navios que o escalavam. Maria Lamas refere-a, em 1956, como "bombota".

Semelhante atividade existia no porto de Las Palmas, sendo conhecida como "cambullón", e os que se dedicavam a ela conhecidos como "cambulloneros". Não obstante alguns apontarem a origem portuguesa da palavra, que terá chegado aí a partir da Madeira, hoje sabemos que a palavra "cambullón" é uma deturpação da expressão inglesa "come buy on" (em português: "vem comprar").

O bombote é um dos aspetos característicos do quotidiano da baía do Funchal, tendo como principal assento a zona dos pescadores e barqueiros, nas praias de São Lázaro. Aí varavam as embarcações e se situavam as arrecadações, perto do calhau. No mundo e quotidiano do mar funchalense, está sempre presente a figura do bomboteiro, que, não obstante estar documentada apenas a partir do séc. XVIII, deverá existir desde que, na baía funchalense, lançaram âncora as primeiras caravelas ou naus em busca de refresco.



Fig. 1 – *Funchal from the Bay*, litografia de Andrew Picken, 1840 (coleção particular).

O burburinho que se regista em algumas fotografias dos anos 40 e 50 do séc. XX deveria acontecer já no séc. XV – um amontoado de canoas, cheias de diversos refrescos, abeirando-se das embarcações, cuja altura do calado era menor que a dos navios, prontas a vender todo o tipo de produtos que a Ilha tinha para oferecer. É certo que os chamados "refrescos por grosso" eram contratados pelos comandantes das embarcações com os seus representantes e contratadores, assim como as embarcações ao serviço da Coroa, que tinham um serviço de refresco contratado pelos funcionários da Fazenda da Coroa na Ilha, mas a cada um dos marinheiros ou passageiros sempre fazia falta algum produto que a Ilha e os seus bomboteiros ou barqueiros estavam disponíveis para oferecer.

Nos sécs. XV e XVI, não se chamavam "bomboteiros", tendo sido certamente designados como tal pelos Ingleses quando, a partir da déc. de 60 do séc. XVI, começaram a acudir, com frequência, à baía do Funchal para refresco e carga de vinho. Nesta primeira época, serão simplesmente definidos como barqueiros e gente do mar, que os barcos de passagem sempre atraíam para qualquer serviço ou comércio que assegurasse o seu ganha-pão.

A atividade do bombote estava legalizada pela Alfândega do Funchal através de uma licença que possibilitava que os bomboteiros exercessem a atividade. No bombote, misturava-se o pequeno comércio e o contrabando, nos pequenos barcos usados para a condução dos passageiros a bordo dos navios ancorados na baía do Funchal, ou especificamente preparados para o efeito, e que eram alugados aos seus proprietários. Vendiam-se bordados, móveis de vimes, frutas, vegetais, postais ilustrados, aves e diversos *souvenirs*.



Fig. 2 – Bomboteiros no porto do Funchal, Henry Bachelor Turnbull, 7 de dezembro de 1904 (coleção Phil Moir, Inglaterra).

Sabemos que a atividade dos bomboteiros no porto do Funchal é muito antiga, mas, até ao presente, não descortinámos quando terá começado. Os dados mais antigos apontam para o séc. XVIII, altura em que o vice-cônsul inglês, Robert Cock, se queixava da exploração de que eram vítimas os marinheiros britânicos. Por outro lado, parece que a sua insistência e presença era considerada inoportuna, sendo corridos, por vezes, com baldes de água quente e tiros. Idêntica atitude desfavorável tinham as autoridades alfandegárias, que quase sempre associam esta gente do pequeno comércio ao contrabando, pelo que, em 1775, a Junta da Real Fazenda se vê obrigada a tomar medidas, no sentido de evitar esta atividade paralela. Assim, decide pôr em ação uma pragmática de 1749 que proibia os vendedores a retalho e um alvará de 1765 que determina, de forma perentória, que fossem queimadas as pequenas embarcações, conhecidas como "catraios", que enxameavam a baía à espera de vender produtos locais ou estavam prontas a recetar qualquer tipo de contrabando. Facto curioso é que, nesta época, ainda não eram conhecidos como "bomboteiros" e estavam mais associados ao contrabando.

A designação deverá ter começado apenas no séc. XIX. E apenas em 1844, no periódico *O Defensor*, de 6 de abril, colhemos a expressão "ir no bombote", que significa o ato de ir a bordo dos navios ancorados no porto vender fruta. A 28 de março de 1844, foram julgados e condenados Francisco de Andrade, o Russo, e José Fernandes Castro, o Lage, pela morte de um marinheiro do barco de guerra inglês *Megera*. Este episódio terá acontecido às 20 h do dia 29 de janeiro, quando foram contactados para conduzir a bordo o soldado. Pelo

facto de este não querer pagar a viagem, decidiu o Lage fazer justiça por suas próprias mãos, matando-o. É a partir do processo que decorreu, e que foi transcrito no referido jornal, que sabemos da importância da atividade, sendo este o registo documental mais antigo que temos da prática do bombote. Sabemos, aliás, que, em 1920, os bomboteiros podiam comprar banana aos produtores ou no depósito para venderem a bordo. Nesta época, é nítida a preocupação das autoridades quanto à venda deste fruto, chegando-se a fiscalizar o seu estado de maturação para venda ao público. Desta forma, vemos em edital, publicado a 28 de dezembro de 1920 no *Diário de Notícias*, que a venda a bordo pelos bomboteiros só poderia ser feita no perfeito estado de maturação.

Ao contrário destas vozes, a maioria das impressões que se colhem em textos de visitantes é muito favorável a este grupo de agentes do pequeno comércio flutuante, que facilitavam a compra dos chamados "souvenirs", sem haver o incómodo do desembarque em terra. Certamente que, quando o Funchal, nos anos 60, ficou servido de um porto adequado ao embarque e desembarque de passageiros, esta atividade perdeu importância e teve de concorrer com idênticas situações de venda em terra seca, feita com melhores condições de segurança para quem as exercia. Atente-se que, em 1957, estavam registados na Alfândega 171 bomboteiros, e, após 1964, com a inauguração do novo porto artificial, estes começam a perder importância numérica, nomeadamente na década seguinte. Com o novo porto em pleno funcionamento, a baía do Funchal perdeu todo o movimento a que estava sujeita diariamente, aquando da chegada de um navio.

De acordo com um edital do capitão do porto de 30 de maio de 1920, era elevado o número de embarcações registadas ao serviço do porto: barcos de bombote, de pesca do Funchal, de pesca de costa, de carga e passageiros de costa e de bagagem, de passageiros, de rocega e de

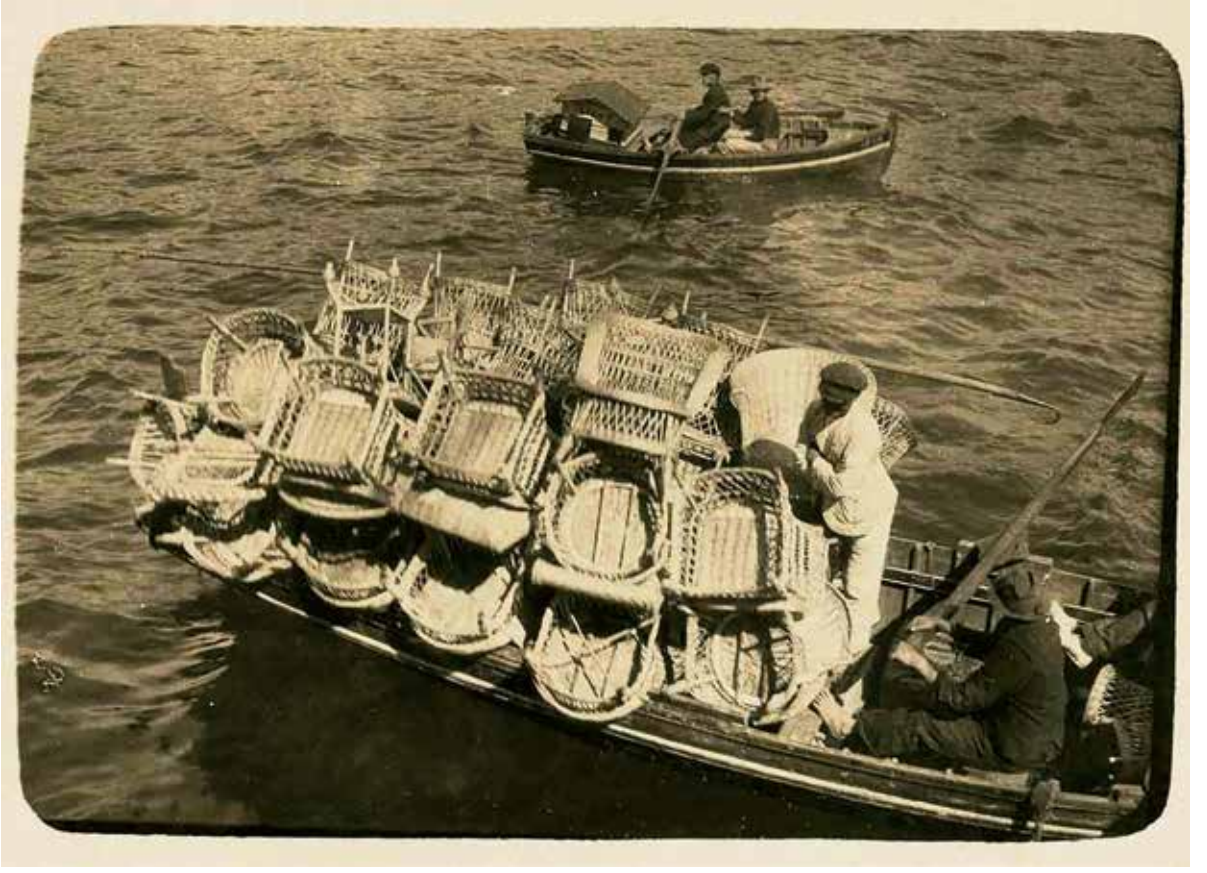


Fig. 3 – Bomboteiros com vimes no porto do Funchal, bilhete-postal, c. 1930 (coleção Melim Mendes).

lenha. Em 1914, temos referência ao registo de 537 embarcações de pesca e de 519 dedicadas a outros serviços, como o bombote, carga, descarga e passageiros. No sentido de disciplinar a atividade, o presente edital estabelece que os barcos do bombote devem varar no calhau, junto ao teatro-circo, na direção da ribeira de S. João. Para além disso, estes barcos deveriam ostentar o respetivo número em tabuleta preta, pregada na parte mais alta do capelo da proa.

No mesmo edital, são determinadas várias regras sobre o exercício da atividade do bomboteiro. Assim, este só poderia aproximar-se do navio depois de receber o sinal favorável da guarda do barco do registo. Ao mesmo tempo, estabelecem-se regras para a decência do vestuário, assim como outras impeditivas de qualquer atividade de contrabando, como o contacto com outras embarcações que não as do bombote e com os navios ancorados, ou o transporte para bordo de qualquer bebida sem a licença da Alfândega. Por norma, a atividade do bombote terminava ao sol-posto e a embarcação deveria varar no calhau antes do anoitecer. Todavia, se o capitão autorizasse, os bomboteiros poderiam continuar a trabalhar. O mesmo sucedia quando chegava qualquer navio; caso o comandante o permitisse, poderiam fazer as suas vendas.

Sabemos, por aviso publicado no *Diário de Notícias* a 14 de setembro de 1905, que os arrais e donos dos barcos denominados bombote n.os 41, 209, 263, 573, 847, 2310, 2326, 2493, 2630, 2781 e 2802 tinham sido intimados a comparecer perante o administrador do concelho por infração ao regulamento. A 8 de agosto de 1907, outro aviso diz-nos que os bomboteiros n.os 119, 839, 847, 2654 e 2781 tinham sido multados por terem atracado ao vapor da mala real inglesa antes da visita da Alfândega. A 31 de maio de 1920, um grupo de 10 bomboteiros publicou, no *Diário de Notícias*, um aviso em defesa da sua honra, repudiando afirmações do *Diário da Madeira*, que os acusava de comércio ilícito ou contrabando. A 13 de abril de 1923, o senador madeirense Procópio de Freitas explicava perante o Senado da República que recebera informação de que a Alfândega estabelecera uma ordem de serviço para atalhar "várias irregularidades e faltas de respeito



Fig. 4 – Bomboteiros com vimes no porto do Funchal, Franz Grasser, *Kraft durch Freude*, 1936 a 1939 (Deutsche Fotothek).

pelas autoridades fiscais e marítimas e desmandos, praticados pelos bomboteiros, que são os vendilhões que vão a bordo dos navios" (AHP, *Diário*, n.º 29, 13 abr. 1923).

A 24 de dezembro de 1929, a Direção-Geral das Alfândegas regulamentou, pelo dec. n.º 17790, o exercício da atividade de venda a bordo de artigos regionais e tradicionais portugueses. De acordo com esta regulamentação, todos os que pretendessem dedicar-se à venda a bordo deveriam, para além desta licença, estar munidos da cédula de inscrição marítima, nos termos do dec. n.º 15335, de 21 de março de 1928. A licença de venda era passada pela alfândega da área do porto, enquanto a cédula marítima estava a cargo da capitania deste. Desta forma, na déc. de 30, os bomboteiros deveriam estar munidos de ambas as licenças. A Alfândega do Funchal dispõe do livro de registo destas licenças.

A atividade destes homens não está devidamente definida na legislação e instituições oficiais. Dos documentos que tivemos oportunidade de consultar, encontramos cédulas marítimas passadas pela Alfândega em 1932, em que a categoria profissional é definida como "vendilhão". Já na mesma autorização passada pela capitania do porto, em 1983, era definida como "bomboteiro", enquanto em documento da Direção Regional de Comércio e Indústria é definida como "vendedor ambulante [marítimo]".

De acordo com os dados disponíveis, podemos assinalar os seguintes produtos de venda: artefactos regionais, artigos de ourivesaria, artigos e fruta, rendas e bordados, câmbios, flores, jornais, metais preciosos, postais ilustrados da Madeira e propaganda de vinhos madeirenses. O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi florescente nesta atividade, que começou a perder importância a partir da inauguração da última fase das obras do porto, em 1964.

Em colóquio sobre o turismo realizado a 31 de dezembro de 1965, foram feitas recomendações no sentido da salvaguarda e valorização desta atividade, tendo em conta os serviços prestados ao turismo. Mas a atividade havia entrado definitivamente na fase de agonia.



Fig. 5 – Bomboteiros no porto do Funchal, 1954 (coleção não identificada).

A aparição do novo molhe parece ter matado os bomboteiros. Entretanto, o *Re-nhau-nhau* de 10 de novembro de 1967 e de 13 de janeiro de 1968 diz-nos que, com o novo porto, os bomboteiros foram impedidos de entrar no molhe e subir a bordo dos barcos, ficando privados do seu trabalho e ganha-pão.

Ainda hoje encontramos resquícios desta atividade, e alguns bomboteiros persistem em mantê-la, agora em modo de venda ambulante, à saída da nova gare do porto do Funchal. Os expositores e os *souvenirs* só são montados em dia em que há barco ancorado no porto, o que não acontece diariamente, como noutros tempos.

Bibliog.: FARIA, Cláudia, e ALVES, Graça, "Atividades sócio-poéticas. O bombote, a mergulhança", *Anuário 2013*, 2013, pp. 261-279; FRANÇA, João, *Mar e Céu por Companheiros*, Lisboa, *O Século*, 1979; GOUVEIA, Horácio Bento, *Lágrimas Correndo Mundo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959; LAMAS, Maria, *Arquipélago da Madeira. Maravilha Atlântica*, Funchal, *Eco do Funchal*, 1956; MARSH, A., *Holiday Wanderings in Madeira*, London, Sampson Low, Marston & Co., 1892; NEPOMUCENO, Rui Firmino, *A Madeira Vista por Escritores Portugueses (Séculos XIX e XX)*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; SANABRIA, Juan Medina, *Isleta Puerto de la Luz. Raíces*, Las Palmas de Gran Canaria, Gráficas Yeray, 1996; SILVA, António Marques da, *Passaram pela Madeira*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; SILVA, Elisabete, "Bomboteirismo. A arte de uma profissão", *Xarabanda*, n.º 4, 1993, pp. 13-14; SILVA, Iolanda (coord.), *A Madeira e o Turismo. Pequeno Esboço Histórico*, Funchal, DRAC, 1985; SIMÕES, Álvaro *et al.*, *Transportes na Madeira*, Funchal, DRAC, 2002; SOUSA, João José Abreu de, *O Movimento do Porto do Funchal e a Conjuntura da Madeira de 1727 a 1810. Alguns Aspectos*, Funchal, DRAC, 1989; *Id.*, "O porto do Funchal no século XVIII. Alguns aspectos", *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 36, 1996, pp. 20-24; VIEIRA, Alberto, "A Madeira e o contrabando no espaço atlântico", *Anuário 2012*, 2012, pp. 9-16.

† Alberto Vieira

Bonaparte, Napoleão

O conhecido líder militar, estratega e político, que se destacou durante as chamadas guerras da Revolução Francesa, coroado imperador com o título de Napoleão I, esteve em 1804 (até 1814, e depois, durante um breve período – dos famosos Cem Dias –, em 1815) ligado à Madeira em dupla perspetiva: por um lado, no quadro dos interesses expansionistas e imperiais da França, durante as Guerras Napoleónicas e também no início da Guerra Peninsular; por outro, pelo facto de ele próprio ter estado durante dois dias estacionado na baía do Funchal, na segunda quinzena de agosto de 1815, a bordo do *HMS Northumberland*, feito prisioneiro e a caminho do seu exílio definitivo, na ilha de Santa Helena. Esta foi, aliás, a única vez em que o Imperador esteve efetivamente em território português – neste caso, mais precisamente, em águas portuguesas. Uma vida, note-se, que parece ter sido determinada por espaços insulares: nasceu na Córsega, nunca conseguiu invadir uma ilha (a Grã-Bretanha), esteve preso em Elba e acabou exilado em Santa Helena.

Existindo publicados milhares de páginas a respeito de Napoleão, entre as quais se podem destacar – para além dos clássicos de Norvins (1827), Thiers (1845-1862), Michelet (1875), Bainville (1931) e Madelin (1937-1948) – as várias obras de Jean Tulard (1988, 1997, 2006 e 2015), assim como as posteriores de Paul Johnson (2002), Andrew Roberts (2014), Charles Esdaile (2007), afigura-se-nos de todo desnecessário desenvolver aqui uma apresentação de cariz biográfico, daí a opção por um texto que tenha por objeto exclusivo as supra referidas ligações à Madeira.

Neste sentido, a primeira associação dos interesses da França napoleónica à Madeira deu-se no âmbito e na sequência da Guerra das Laranjas (maio- junho de 1801), quando, perante a eventual ameaça aos interesses britânicos no espaço peninsular e, em particular, àqueles que estavam relacionados com Portugal, as forças britânicas, lideradas pelo Gen. William Henry Clinton (1769-1846), desembarcaram



Fig. 1 – Napoleão Bonaparte, Jacques-Louis David, 1812 (National Gallery of Art, Washington).

na Madeira, em julho de 1801, aí permanecendo até janeiro de 1802, concretizando assim a primeira ocupação britânica, por receio de que a (cedência da) Ilha pudesse fazer parte de um entendimento ou acordo secreto entre Portugal e a França.

O segundo momento, bastante mais agudo, mas na sua génese até muito semelhante ao primeiro, deu-se em 1807, quando, na sequência da nova viragem da França para a península e para Portugal, com o envio e a presença efetiva de tropas napoleónicas no terreno continental, a Ilha foi tomada pelos Britânicos, em dezembro, desta vez na sequência da primeira invasão francesa (liderada por Junot) e da fuga da corte

portuguesa para o Brasil. Também em 1807 se receavam os interesses da França napoleónica a respeito da importante posição geoestratégica da Madeira. Esta tomada, que implicou a perda de soberania portuguesa sobre a Ilha, transformou-se em segunda ocupação britânica, em março-abril de 1808, quando ficou claro que a Coroa portuguesa se iria opor à presença das tropas napoleónicas em território continental e, por acréscimo, também na Madeira. Nesta conjuntura, a soberania foi devolvida à Coroa portuguesa, mantendo os Britânicos o comando militar (até outubro de 1814).

Por fim, a efetiva passagem de Napoleão pela Madeira (onde chegou a 22 de agosto), integrado numa divisão naval formada por três naus de linha, entre estas o já mencionado *HMS Northumberland*, a bordo do qual seguia o ex-Imperador, que fundeou na baía do Funchal na noite de 24 de agosto de 1815, sob o comando do Alm. George Cockburn. Da divisão naval faziam ainda parte três fragatas e seis brigues. A nau que transportava Bonaparte tinha ordens para não ancorar em porto algum, pelo que na verdade andou quase sempre à vela.

A estadia ficou depois associada, inclusive, a alguns aspetos lendários. Desde logo ao mau tempo que terá provocado, com um agudo vento leste e a consequente forte vaga de calor, neste caso também acompanhada de poeiras provenientes da costa africana, com efeitos nefastos em algumas culturas, em particular na vinícola; passando pelas moedas de ouro com que teriam sido pagos os seus pedidos para terra e que mais tarde Henry Veitch teria colocado nos alicerces da igreja britânica; terminando na pipa de vinho da Madeira oferecida pelos comerciantes locais, que o Imperador nunca terá bebido por temer estar o vinho envenenado.

Sobre a viagem, temos o clássico texto do conde de Las Cases, *Memorial de Santa Helena* (original de 1822-1823, revisto e reeditado ao longo dos sécs. XIX e XX), o qual, aliás, contribuiu sobremaneira para a criação e projeção do mito napoleónico e do bonapartismo, enquanto corrente do pensamento político. Este testemunho pode ainda ser cruzado com o de outros intervenientes na viagem, como são os casos de M.



Fig. 2 – Transferência de Napoleão da *Bellerophon* para a *Northumberland*, em Plymouth, agosto de 1815; óleo de John James Chalon (National Maritime Museum, Londres).

J. R. Glover (secretário do Alm. Cockburn); dos *Diários* do próprio almirante (1888); das memórias do barão de Gourgaud (*Sainte-Hélène, Journal Inédit de 1815 à 1818*, 1899); das memórias da condessa de Montholon (*Souvenirs de Sainte-Hélène (1815-1816*), 1901), assim como do seu marido, o general conde de Montholon (*Récits de la Captivité de l'Empereur Napoléon à Sainte Hélène*, 1847). Para um levantamento das diversas fontes a respeito da viagem de Bonaparte, veja-se o primeiro volume da obra de Octave Aubry *Sainte-Hélène*, 1941.

Na chegada à baía, a comunicação com terra não se revelou fácil, quer pelas habituais medidas de segurança, quer pela situação meteorológica, de vento forte. O *Northumberland* recebeu a



Fig. 3 – Napoleão de ouro, XX francos, 1811 (coleção particular).



Fig. 4 – Napoleão em Santa Helena, aguarela de Franz Joseph Sandmann, c. 1820 (coleção Château de Malmaison, Rueil-Malmaison, França).

visita do cônsul britânico, Henry Veitch (o único autorizado a subir a bordo), e toda a esquadra reforçou os seus aprovisionamentos (com gado, outros animais, água e víveres, como legumes e frutas, tendo Las Cases reservado os seus elogios para as uvas e os figos madeirenses). Sabe-se que Bonaparte pediu ao Alm. Cockburn para encomendar alguns livros na Madeira, ilha a respeito da qual também inquiriu, quer aquele almirante, quer em especial o cônsul Veitch, quando com ele privou a bordo, pretendendo receber informações sobre a sua história, os seus habitantes e as suas produções.

Os relatos de Glover e de Cockburn coincidem na afirmação de que ao fazer perguntas sobre as diversas ilhas do Atlântico Bonaparte revelara uma ignorância que para aqueles era espantosa, por afirmar não saber a quem pertenciam.

No relato que remeteu para o Foreign Office em finais de agosto, o cônsul Veitch afirma que Bonaparte parecia estar conciliado com a sua situação.

O *Northumberland* fez-se à vela a 25 de agosto, com destino a Santa Helena, onde chegou a 13 de setembro; o antigo Imperador morreu nessa ilha a 5 de maio de 1821.

Em 1840, passados 19 anos sobre a morte de Bonaparte e 25 desde a sua passagem pelo Funchal, fundeou na baía a fragata francesa *Belle Poule*, sob o comando do príncipe de Joinville. Seguia, por ordem do Rei Luís Filipe, para a ilha de Santa Helena, de onde ia resgatar o corpo do antigo imperador, retirando-o do vale dos Gerânios e levando-o para França (onde, em 1861, seria definitivamente depositado em Les Invalides).

A passagem desta comitiva (em 1840), assim como a da anterior, do próprio Napoleão (em 1815), foi romanceada e interligada pelo escritor madeirense João dos Reis Gomes (1869-1950) em *O Anel do Imperador*, obra publicada no Funchal em 1934.

Bibliog.: BAINVILLE, Jacques, *Napoléon*, Paris, Arthème Fayard, 1931; CÂMARA, Paulo Perestrelo da, *Breve Notícia sobre a Ilha da Madeira*, Lisboa, A. das Bellas Artes, 1841; ESDAILE, Charles, *Napoleon's Wars. An International History. 1803-1815*, London, Allen Lane, 2007; JOHNSON, Paul, *Napoleon*, London, Weidenfeld & Nicolson, 2002; MADELIN, Louis, *Histoire du Consulat et de l'Empire*, 16 vols., Paris, Hachette, 1937-1953; MARCHAND, Louis-Joseph, *In Napoleon's Shadow. Being the First English Language Edition of the Complete Memoirs of Louis-Joseph Marchand, Valet and Friend of the Emperor. 1811-1821*, San Francisco, Proctor Jones Pub. Co., 1998; NORVINS, Jacques Marquet de Montbreton de, *Histoire de Napoléon*, Paris, Ambroise Dupont, 1827; ROBERTS, Andrew, *Napoleon. A Life*, London, s.n., 2014; RODRIGUES, Paulo, *A Política e as Questões Militares na Madeira. O Período das Guerras Napoleónicas*, Funchal, CEHA, 1999; *Id.*, "*O Anel do Imperador* (1934), de João dos Reis Gomes, entre a história e a ficção. Napoleão e a Madeira", *Carnets, Invasions & Évasions. La France et Nous; Nous et la France*, n.º especial, outono-inverno, 2011-2012, pp. 81-97; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984; THIERS, Adolphe, *Histoire du Consulat et l'Empire Faisant Suite à l'Histoire de la Révolution Française*, Paris, s.n., 1845-1862; TULARD, Jean (dir.), *Dictionnaire Napoléon*, Paris, Fayard, 1988; *Id.*, *Napoléon. Le Pouvoir, la Nation, la Légende*, Paris, Librairie Générale Française, 1997; *Id.*, *Napoléon. Les Grands Moments d'Un Destin*, Paris, Fayard, 2006; *Id.*, *Le Monde selon Napoléon*, Paris, Tallandier, 2015; VENTURA, António, "Prefácio. Napoleão e a Madeira", in RODRIGUES, Paulo Miguel, *A Política e as Questões Militares na Madeira. O Período das Guerras Napoleónicas*, Funchal, CEHA, 1999, pp. 15-19.

PAULO MIGUEL RODRIGUES

Bonfim, 1.º barão e 1.º conde do

↗ Valdez, José Lúcio Travassos

Bordadeiras

Na Madeira, a atividade de bordar remonta, com certeza, aos tempos do povoamento, uma vez que era praticada no continente português, de onde era oriunda a maioria dos povoadores. Até meados do séc. XIX, bordava-se por três razões principais: as senhoras da nobreza, por recreação e necessidade de preencher o tempo, uma vez que nada as obrigava a fazê-lo, e as mulheres de escalões sociais inferiores para os seus próprios dotes de casamento ou por encomenda. Este mester não se podia considerar uma profissão propriamente dita, uma vez que ninguém se dedicava a ele a tempo inteiro, podendo, nos casos em que havia encomendas, receber-se alguma recompensa financeira, ainda que essa atividade não fosse a única ocupação das mulheres que a praticavam. Ser bordadeira é um ofício duro, meticuloso, lento, que requer grande precisão, bons olhos e umas costas resistentes, porque a posição em que se executa o bordado penaliza o corpo, e os rendimentos que permite nunca correspondem aos verdadeiros tempo e esforço que lhe são dedicados. Mesmo assim, o bordado ocupou, durante séculos, um lugar importante no quotidiano das mulheres madeirenses.

Porém, a situação alterou-se na déc. de 40 do séc. XIX, quando uma jovem inglesa tomou uma iniciativa que mudou definitivamente este cenário. Trata-se de *miss* Elizabeth Phelps, mais conhecida por Bella, precisamente para a distinguir da mãe, Elizabeth, que, por outras razões, era também uma senhora importante dessa época, pois em conjunto com o marido, Joseph, era fundadora da escola lancasteriana. Bella, filha de um casal empreendedor e abastado graças a negócios com vinhos, herdou dos pais o espírito destemido e decidiu fundar no Funchal uma escola de bordar que se aventurou na importação de tipos de pontos não praticados ainda na Madeira. A escola



Fig. 1 – Bordadeiras da Madeira, aguarela de Max Römer, c. 1945 (coleção de Edward Kassab).

passou a ser frequentada por jovens madeirenses, que, pela primeira vez, faziam uma formação mais estruturada naquela arte. Esta iniciativa abriu às jovens possibilidades de evolução técnica, e o resultado deste progresso foi mostrado numa exposição no palácio de S. Lourenço, organizada, em 1850, pelo governador para apresentar o melhor da produção regional. Esta mostra foi inaugurada em abril, mês que registava a maior concentração de estrangeiros, e a estratégia resultou, pois na Grande Exposição Mundial de 1851, em Londres, o bordado foi exposto e deu nas vistas, o que seria determinante para o seu futuro. A partir desse momento, o mercado alargou-se a uma escala internacional, e o bordado começou a conquistar apreciadores em diversas partes do mundo, o que fomentou um outro tipo de produção, mais voltada para maiores consumos. Esta diferença veio autorizar, até certo ponto, que o bordado passasse a ser encarado como uma ocupação profissional e fosse praticado para além das horas vagas que anteriormente se lhe dedicavam.

Além de devedor da intervenção inglesa no seu sistema de produção, o bordado da Madeira é também tributário da presença de Alemães, que, a partir dos fins do séc. XIX, irão participar de forma significativa no sector. Assim, alguns súbditos germânicos chegados

à Ilha por razões de saúde acabaram por se interessar pelo assunto. Na viragem do século, 8 das 10 casas de bordados eram alemãs. A mudança de "tutela" no sector fez-se acompanhar de outras alterações que segmentaram o processo de produção, aproximando-o mais daquilo que eram as exigências trazidas pela industrialização em curso. Surgiram, assim, novas profissões que passaram a integrar o processo de trabalho: desenhadores, estampadores, intermediários entre as bordadeiras domésticas e as lojas de bordados, e ainda as bordadeiras de fábrica, completamente dedicadas à profissão. Os Alemães introduziram ainda o uso do papel vegetal (sobre o qual se faziam os desenhos), as máquinas de picotar, a estampagem em série e até outros tecidos e linhas. Em consequência destas alterações, o número de bordadeiras disparou. Das 1029 referenciadas em 1863, localizadas sobretudo no Funchal e em Câmara de Lobos, passou-se para 32.000 em 1906, já espalhadas por todos os concelhos, e para 60.000 em 1950, o que representava 21,2 % da população total. A Primeira Guerra Mundial, contudo, abalou os alicerces da presença germânica na Madeira. O lugar dos Alemães no sector dos bordados foi ocupado pelos Sírios, com os quais o número de casas de bordados continuou a aumentar, passando então para cerca de 100, registadas em 1923.



Fig. 2 – Bordadeiras de campo (fotografia de Wilhelm Tobien, 1933, publicada em *The National Geographic Magazine*, jul. 1934).



Fig. 3 – Bordadeira de campo com familiar junto de casa de colmo, bilhete-postal de 1950 (coleção particular).

Entretanto, outras modificações iam ocorrendo, nomeadamente a do reconhecimento do trabalho duro, paciente e mal remunerado das bordadeiras. Em 1894, José Júlio Rodrigues criou a Sociedade de Proteção das Bordadeiras, e, em 1907, as casas de bordados alemãs estabeleceram uma Caixa de Socorros para as suas empregadas. Em 1935, foi fundado o Grémio dos Industriais de Bordado, que disponibilizou àquelas profissionais novas escolas de bordado, protegeu a atividade com um selo de garantia de qualidade e disponibilizou, em 1961, 30 moradias para as profissionais e as suas famílias. A verdadeira dignificação profissional da classe, porém, só surgiu em 1976, com a fundação do Sindicato Livre dos Trabalhadores da Indústria de Bordados, Tapeçarias, Têxteis e Artesanato da Região Autónoma da Madeira, instituição que lutou pelos direitos das suas associadas e conseguiu obter para elas o aumento de ordenado, subsídio de

desemprego e melhor acesso à segurança social, entre outros benefícios.

Bibliog.: impressa: GARRIDO, Georgina da Conceição Branco, *Dos Conventos ao Economuseu, Patrício & Gouveia, Lda. – Fábrica de Bordados*, Dissertação de Mestrado em Museologia apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, texto policopiado, 2015; GOMES, Márcia Cristina Sousa, *O Bordado Madeira. Preservação de Uma Técnica Artesanal*, Projeto final de Mestrado em Design de Moda apresentado à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2019; KLUT, Ana Teresa de Macedo, *Economuseu Casa de Bordados*, Dissertação de Mestrado em Museologia apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, texto policopiado, 2003; **digital:** VIEIRA, Alberto, *O Bordado da Madeira*, Funchal, CEHA, 2004: https://www.academia.edu/23162436/O_BORDADO_MADEIRA (acedido a 25 mar. 2021).

Cristina Trindade

Bordado

O bordado Madeira faz parte do panorama da arte têxtil nacional e é o resultado de inúmeras influências que convergiram para o arquipélago desde o seu povoamento, no decorrer dos diversos ciclos económicos por que passou, factos que encaminharam para o arquipélago forasteiros provenientes de todo o mundo, os quais para aí levaram conhecimentos, objetos e hábitos de outras sociedades que contribuíram para a formação de uma cultura local, que se expressou, ao nível artístico e técnico, na criação de uma linguagem própria reconhecida mundialmente como sendo de grande qualidade, o bordado.

Inicialmente, bordava-se no seio das famílias, e raras eram as peças que saíam desse meio. Bordava-se para fruição própria, para promover encontros, pela necessidade de bem-vestir, para presentear alguém, para realizar enxovais de casamento ou de batizado. O desenho do bordado era riscado a carvão diretamente sobre o tecido. Tinha uma composição simplista de motivos espontâneos, livres, ordenados com ou sem simetria, que eram distribuídos em arco, círculo, espirais ou filas em que se utilizavam pontos, com mais ou menos relevo, da classe dos bastidos – como o ponto corda, cordão, pé ou pau e grilhão –, que contornavam os elementos, preenchiam e construíam caules, ou da classe dos caseados – como pontos de remate em forma de nó para acabamentos de bainhas. Estes pontos são considerados os principais do bordado Madeira, como a base de outros por derivação ou conjugação. A execução era feita pelo próprio criador em materiais produzidos localmente, como fios e panos de linho e de lã de cor natural ou clareados. O saber-fazer era passado de geração em geração.

O importante papel da Igreja na Região fez surgir diversos locais de culto no sul da Ilha, e os claustros dos conventos femininos eram por excelência lugares de produção de bordado para decorar vestes sacerdotais e alfaias litúrgicas, produzindo-se designadamente toalhas de altar, alvas e outros artigos em tecido. O elegante desenho utilizado era inspirado na eucaristia, na flora local ou em alfaias litúrgicas



Fig. 1 – Vestido de manhã, bordado Madeira, c. 1887 (Museu do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira).

vindas de diversas partes do mundo para ornamentar os locais de culto, *e.g.*, as pinturas realizadas por artistas renascentistas, italianos e flamengos, que também criavam e projetavam desenhos para serem bordados, aplicados na criação de rendas e retratados nas suas obras. A execução era feita pelas religiosas e por meninas das classes mais abastadas que com elas aprendiam a arte do saber-fazer. Bordava-se com materiais produzidos na Região ou adquiridos, no Funchal, a mercadores. Os fios de ouro e prata eram utilizados, bem como o fio de seda aplicado a ponto matiz sem urdidura, que conseguia dar efeitos harmoniosos de cor e desenho aplicados sobre o pano, que poderia ser o linho, o morim (tecido leve de algodão), a cambraia (só depois do início do séc. XVI), a seda (depois do séc. XVII) ou o damasco. Estes locais de culto eram procurados por aqueles que visitavam a Ilha, e através deles os magníficos trabalhos foram sendo divulgados.

A industrialização com início em Inglaterra e alargada ao resto da Europa, ao longo do séc. XIX, democratizou o bordado, que se difundiu no seio de uma sociedade burguesa de consumo, em ascensão e cosmopolita. O bordado a branco e as rendas como símbolo de pureza, leveza, higiene, honestidade e *status* entraram na moda divulgada por revistas de especialidade, em conformidade com o gosto das novas correntes artísticas do neoclássico e do romantismo. Os estrangeiros presentes na Região reconheceram o trabalho magnífico das bordadeiras locais, promoveram o incremento das indústrias caseiras e apoiaram o ensino feminino, que se desenvolvia na Região por intervenção de entidades públicas e privadas. As encomendas foram surgindo e as vendas aumentaram, mas grande parte dos artigos saía da Região clandestinamente. O desenho passou a ser preestabelecido, personalizado e a obedecer a padrões relacionados entre si, geométricos, florais, monogramas, isolados, repetidos, em arco, com simetria ou não, impressos no tecido através de carimbos em madeira de superfície plana ou em rolo com pigmento preto ou azul, geralmente na origem da encomenda, mas também na Região. A execução era feita por bordadeiras locais, nas suas casas, seguindo as instruções de pontos, das diferentes classes, que vinham sendo introduzidos na Região por professoras chegadas da Europa, que os ensinavam através do método lancasteriano, no sentido de obter padrões coerentes e leves, de acordo com o que se vinha realizando na Europa. Na classe dos bastidos, eram já conhecidos, para além dos pontos de contorno, as folhas fechadas feitas a ponto chão ou com urdidura, os garanitos, as viúvas, as solteirinhas e o pesponto. A classe dos caseados passou a ter, para além do caseado simples liso, outras configurações, como a forma de unha, curva, bico ou misto. Na classe dos abertos, que permitem transparências, através do recorte no tecido, e o respetivo rebordo urdido de ligação entre elementos a ponto caseado e/ou ponto cordão, eram conhecidos o ilhó aberto de forma circular, o ilhó aberto de grega de forma oval, a folha aberta, a cavaca circular com aberturas recortadas, as estrelas e as rosetas de cinco ou sete pontas abertas e com um garanito ao centro. Na classe dos arrendados, que também permitiam transparências, através da retirada de fios do tecido, na vertical e na horizontal, e das aberturas presas com linha de bordar, encontramos o crivo ou óculo de rede, a cruzinha, o olho de passarinho, a latadinha, o ponto ana e o ponto escada. Na classe dos diversos, para além do ponto matiz, houve a adaptação de pontos a várias finalidades, em que encontramos o ponto *richelieu* e o oficial, com aparência próxima à renda, tal como o



Fig. 2 – Livro de desenhos de bordados, c. 1945 (coleção de Bordal, Bordados da Madeira, Lda.).

ponto *filet*, o pesponto ou ponto de areia, utilizado no preenchimento de superfícies lisas e sombreamento de tecidos, o ponto francês ou ponto Paris, o remendo, o aplique, o sombra ou revés, que, todos eles, envolvem mais do que um tecido, e o ponto chão, sem relevo, também feito na oblíqua. Os materiais utilizados no bordado a branco eram o linho, o algodão e a cambraia – muitos deles oriundos de países industrializados ou das suas respetivas colónias –, e as linhas eram geralmente de cor branca. Os bordados e as rendas eram aplicados em barras, florões decorativos, debruados e franzidos sobre tecido de diversos padrões e cores que compunham o vestuário (vestidos, camisas, capas, roupa interior e familiar, anáguas, golas, punhos, etc.) ou os acessórios (lenços de mão, chapéus e carteiras).

Do último quartel do séc. XIX até à Primeira Grande Guerra, a Região assistiu a uma revolução na forma de trabalhar o bordado, fundamental e decisiva para o sector passar a ser considerado indústria, não quanto à forma de executar o bordado, mas quanto à organização, ao número de profissões que definiu, à dimensão atingida e à forma como organizou a cidade e envolveu a Região. O bordado passou a ser mais aberto e arejado, confortável e luxuoso, muito ao gosto francês e à moda da *belle époque*. A evolução da ciência permitiu a descoberta de novos pigmentos, utilizados na indústria têxtil para tingimento de panos, novos produtos químicos para a lavagem de tecidos e outros materiais que revolucionaram a produção têxtil. O bordado manual diferenciou-se do executado à máquina e foi valorizado por movimentos, contrários à indústria, que defendiam os objetos criados artesanalmente. O turismo de compras e os grandes armazéns de luxo da Europa e dos EUA divulgaram os artigos, e o turismo terapêutico da Região revelou que o sector era um elemento diferenciador de uma cultura.

A evolução nos transportes facilitou as deslocações e a distribuição da mercadoria. A Região estava nas rotas internacionais de navios que ligavam os países europeus às suas colónias em África, na Ásia e na América, e o Funchal passou a ter um porto com uma grande



Fig. 3 – Desenhador de bordado da Madeira Art Hand Embroidery, 1916 (ABM, Perestrellos Photographos).

área de acostagem que fornecia carvão para as embarcações e tinha uma aura de exotismo que interessava à moda da época. Alguns industriais europeus criaram filiais das suas empresas na Região, conhecida por produzir artigos de grande qualidade feitos à mão e a baixo



Fig. 4 – Compassos e esquadro para pantógrafo de indústria do bordado Madeira, c. 1930 (coleção de Bordal, Bordados da Madeira, Lda.).

custo. Esses industriais organizaram e desenvolveram o sector no sentido de aumentar e acelerar o processo produtivo, de manter a qualidade, de alargar a oferta e de aumentar as exportações. O bordado foi alargado à decoração. Foram criadas condições que favoreceram a importação de tecidos de algodão e a exportação de bordado para países de língua alemã, que dominaram o sector de 1890 a 1914. O número de bordadeiras na Região passou de 1029 para 32.000 (de 1862 a 1906). Esses industriais procuravam inspiração nas suas viagens e nas coleções de tecidos antigos, percebiam as tendências da época e tinham desenhadores permanentes que alteravam, criavam e registavam os seus próprios padrões, fazendo moldes, livros, catálogos e amostras dos pontos de bordado e dos tecidos utilizados. Introduziram formas que garantiram a qualidade do desenho através da arte de desenhar em papel vegetal; trouxeram máquinas de picotar e um processo em série de estampagem; garantiram também a qualidade do bordado, criando escolas nas suas fábricas para a prática de diversos pontos; valorizaram o ponto sombreado a negro, o ponto matiz, e as rendas em ponto de veneza, *valencienes*, *nadelspitze*, bilros. Faziam-se bordados com linhas francesas e inglesas, de seda, de ouro e prata, com linha branca e linha azul e cru sobre linho branco. Introduziram o linho de cor crua bordado a linha castanha e foi reforçado o gosto por tecidos de algodão, musselina, *piquet*, seda, cetim e veludo. Os tecidos vinham diretamente do produtor para a Região – linhos, cambraia de linho, algodões e organdis da Suíça, da Irlanda, de Inglaterra e de Portugal. Produziam-se em grandes quantidades lenços de mão com 20, 23 e 30 cm, golas, peitos e costados de camisa, vestidos, casacos, coletes, aventais, rendas e bordados para aplicar em vestidos de senhora, toucas, carteiras, babetes, toalhas de mão, toalhas de mesa até 225 cm, guardanapos de 35, 40, 45, 55 e 60 cm, naperons de diversas formas e tamanhos, e conjuntos decorativos de diversas dimensões.

A importância do sector levou à criação no Funchal, em 1893, de uma escola de desenho industrial para ministrar cursos de três anos para debuxador de bordados, reservados aos empregados da indústria de bordados.



Fig. 5 – Corante anil, azul-ultramarino, para a indústria do bordado Madeira, c. 1920 (coleção de Bordal, Bordados da Madeira, Lda.).

Depois de 1914, os industriais de língua alemã foram afastados da Região. Outros, chegados dos EUA, tomaram o seu lugar e associaram-se a locais que vinham a tomar posição no sector no sentido de continuar a produção e garantir o fornecimento ao mercado norte-americano, uma vez que a Europa tinha paralisado devido ao seu envolvimento na guerra. Muitos desses industriais tinham sede na 5.ª Avenida, em Nova Iorque, tendo adotado os EUA como residência, mas, na sua maioria, eram originários ou descendentes de europeus e de estados e países árabes. Reuniram esforços para reduzir custos e aumentar a produção, diminuíram a



Fig. 6 – Curvímetro para medir os pontos na indústria do bordado Madeira, c. 1960 (coleção de Bordal, Bordados da Madeira, Lda.).

quantidade de linha utilizada no bordado, alargaram a sua utilização à roupa de cama e introduziram novos desenhos e novos modelos de roupa. O mercado cresceu, e o Funchal passou a ter mais de uma centena de casas associadas ao sector e cerca de 60.000 bordadeiras de casa.

No final da déc. de 20, a expansão foi perturbada. A passagem do domínio da economia mundial de Inglaterra para os EUA causou instabilidade, e o *crush* da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, arrastou os EUA para uma das piores crises da História e, com ele, a economia mundial.

Com a instalação do regime político do Estado Novo em Portugal, empreendeu-se a regulamentação e desburocratização do sector do bordado, na tentativa de melhorá-lo. Renovaram-se artigos, alargaram-se mercados, alteraram-se e simplificaram-se desenhos, introduziram-se linhas de diversas cores e recuperaram-se antigas técnicas de bordar. Depois da Segunda Grande Guerra, a Região passou a confecionar roupa de criança e pontas de lenço, anteriormente produzidas na Ásia para o mercado europeu e norte-americano.

Desde o último quartel do séc. XX, apesar dos esforços, o sector tem vindo a decrescer, sendo que o número de fábricas e de locais de comércio de bordado não chega a uma dezena, e o número de bordadeiras de casa é apenas de algumas centenas, o que se explica pela abertura ao mercado asiático, pelo fim do modelo cooperativista, pelo fim das barreiras alfandegárias, pela introdução da moeda única europeia e pela pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 em 2020-2022.

Bibliog.: FELGUEIRAS, Margarida Louro, e MENEZES, Maria Cristina (orgs.), *Rogério Fernandes. Questionar a Sociedade, Interrogar a História, (Re)Pensar a Educação*, Porto, Afrontamento, 2004; FERNANDES, Rogério, *Os Caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras: do Pombalismo a 1820*, Porto, Porto Editora, 1994; GARRIDO, Georgina, *Dos Conventos ao Economuseu, Patrício & Gouveia Lda – Fábrica de Bordados*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2016.

GEORGINA GARRIDO

Bordado, comércio do

O bordado é uma das marcas da identidade comercial madeirense a partir do séc. XIX. O produto afirmou-se como bordado da Madeira e adquiriu fama e importância pela qualidade do trabalho. De facto, há tendência para considerar a história do bordado da região quase só a partir do séc. XIX, ignorando a tradição que sempre existiu, desde os inícios do povoamento da Ilha. A valorização do papel de Ms. Phelps é pertinente apenas na afirmação do bordado da Ilha e na criação de condições para a sua exportação para Inglaterra. Felizmente, foram feitos diversos estudos que permitiram esclarecer a situação e dar conta do contributo de outras comunidades, como a alemã, para a evolução tecnológica do produto, ou a síria, no que diz respeito ao comércio do mesmo.

Os Ingleses e a iniciativa dessa jovem britânica permitiram, realmente, abrir uma via de

exportação e de valorização do bordado da Madeira no mercado inglês. Mas não podemos esquecer, depois, o aporte alemão, em termos de técnicas e de definição de outros mercados tão promissores como o inglês, a que apenas as guerras mundiais vieram pôr um travão. A Sr.ª Auguste Werlich, que esteve na Madeira entre 17 de novembro de 1854 e 4 de julho de 1855, deu especial relevo ao bordado, que considerava rico e magnífico. Estas fontes estrangeiras afirmam que as madeirenses são excelentes bordadeiras de branco. Em 1857, o Prof. Schacht referia-se à mulher madeirense das classes baixas como indolente mas exímia na arte de bordar, pois apresentava bordados finos de toda a espécie. Já em 1864, o médico Rodolfo Schultze ficou impressionado com o movimento de chegada de navios ao porto do Funchal, onde os estrangeiros compravam obras de vimes, bordados, trabalho de croché e flores artificiais para presentear familiares e amigos. Em 1909, Boedecker ficou maravilhado com os produtos da indústria caseira, destacando o bordado, especialmente exportado por firmas alemãs. E, no ano imediato, Meyer notou que as raparigas e mulheres se dedicavam ao bordado.

Na verdade, podemos afirmar que foi com o impulso destas duas comunidades que o bordado, considerado um produto para uso e consumo caseiro, passou a assumir uma dimensão relevante na economia familiar dos madeirenses e da Ilha, por força da grande procura e valorização por parte dos estrangeiros, facto que obrigou a uma profunda transformação de hábitos, nomeadamente com o aparecimento das casas de bordados e dos exportadores especializados no seu comércio.

Recorde-se que antes de o forasteiro oitocentista descobrir o bordado madeirense ele já existia na Ilha, mantendo-se reservado ao consumo familiar e à atividade caseira. Bordava-se para fruição própria ou para presentear familiares e amigos. Para a donzela, a tradição do enxoval de casamento era, muitas vezes, o motivo de tão paciente dedicação ao



Fig. 1 – Bordadeiras de campo em São Jorge, c. 1890 (ABM, Perestrellos Photographos).

trabalho da agulha. Raras eram as peças que saíam do circuito familiar. Estávamos perante um bordado ancestral que seguia uma tradição familiar, adequando-se a novas formas e ao gosto do seu criador, que era também o executor. A segunda metade do séc. XIX foi o momento de viragem desta realidade, com o estabelecimento de regras e padrões para a produção do produto.

A partir de meados de Oitocentos, o bordado da Madeira passou a ser uma referência assídua nos roteiros turísticos e nos diários de viagem. Mesmo assim, em 1901, Ellen M. Taylor refere a ignorância que existia sobre o superior trabalho realizado na Ilha pelas bordadeiras. Todavia, isto não era impedimento para que as exportações fossem elevadas, chegando às 25 toneladas. Ainda no mesmo ano, o norte-americano Anthony J. Drexel Biddle afirmava que a Madeira era famosa pelo bordado, ocupando esta indústria o sexo feminino, na cidade e no campo. O trabalho de Ms. Phelps na promoção desta atividade, a partir de 1856, é motivo de orgulho para os Britânicos.

A imagem de grandes toalhas de bordado, assoalhadas no porto pelos bomboteiros, foi uma referência do quotidiano do porto. Com efeito, os bomboteiros aparecem associados ao comércio no porto, fazendo um mostrador sobre o mar com as toalhas bordadas; de resto, a forma delicada da exposição destas mesmas toalhas nas casas de bordados era algo que impressionava qualquer um. De 1932 a 1933, Ferreira de Castro ficou cativo da beleza dos bordados e da imagem bucólica das bordadeiras, visível em toda a Ilha. O romance *Eternidade*, publicado em 1933, é o testemunho disso. O mesmo aconteceu depois, noutro texto de viagens do autor, *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*, de 1937.

Para António Montês, em *Terras de Portugal*, obra publicada em 1939, o mais comovente da visita à Ilha foram os ajuntamentos de mulheres a bordar. Também Luís Chaves faz uma exaltação do bordado madeirense no volume *A Arte Popular em Portugal. Ilhas Adjacentes e Ultramar*, de 1968. E Maria Lamas deixou-nos um verdadeiro poema à terra de exílios, em *Arquipélago da Madeira. Maravilha Atlântica*, de 1956, com breve referência histórica ao bordado, bem como em *As Mulheres do meu País*, de 1948, onde presta homenagem à bordadeira madeirense.

O madeirense Horácio Bento de Gouveia dedicou um dos seus romances do quotidiano da Ilha à vida da bordadeira. Trata-se de *Lágrimas Correndo Mundo*, de 1959, que pode ser considerado um livro de homenagem à bordadeira madeirense da primeira metade do séc. XX. O convívio com a vida difícil das bordadeiras de Ponta Delgada da freguesia do concelho de São Vicente levou-o a concluir que as peças de bordado são "lágrimas que correm mundo, transformadas em regalo dos olhos por mãos pacientes de ignoradas artistas".

Calvet de Magalhães, no magistral texto *Bordados e Rendas de Portugal*, de 1963, dedica largo espaço aos segredos do bordado da Madeira. Com efeito, a fama e importância desta tradição mantiveram-se na déc. de 60, tendo o bordado continuado a despertar a atenção dos visitantes. A exaltação da arte do bordado e do paciente labor das bordadeiras surgiu novamente num testemunho literário português em 1969, na obra de A. Lopes Oliveira *Arquipélago da Madeira, Epopeia Humana*.

Na história do bordado não devemos esquecer a sua ligação direta ao vestuário. Com efeito, desde o momento em que o homem sentiu a necessidade de cobrir o corpo, surgiram os tecidos elaborados com diversos produtos e com o recurso a técnicas de confeção com aplicações de bordado. Na Madeira, as formas de vestir obedeceram ao padrão dos locais de origem dos colonos e às disponibilidades do meio e mercado. Cultivou-se o linho, e o pastoreio de ovelhas foi uma atividade significativa pelo fornecimento de lã para a indumentária local. De acordo com um relatório da indústria da Madeira, em 1862 existiam 559 teares de linho e lã. A maior incidência ocorria em Santana e na Calheta, com 160 e 165 teares, respetivamente. No Funchal, a concentração de teares era menor, pois o porto abria-lhe a possibilidade de acesso aos panos de importação.

Desde o séc. XV que a Coroa promoveu, sem sucesso, a cultura da seda. A animação



Fig. 2 – Bomboteiros no porto do Funchal com bordados, 1954 (coleção não identificada).

comercial provocada pelo comércio do açúcar e do vinho atraiu os vendedores de tecidos da Flandres e de Inglaterra. A riqueza propiciada por ambos os produtos conduziu a que o luxo chegasse também à Ilha, sendo as sedas, os brocados e as peças ricamente bordadas bens com presença regular na casa das principais famílias madeirenses. Temos, em 1566, um testemunho desta opulência, com o assalto francês à cidade. Segundo Gaspar Frutuoso, em relato de finais da centúria, o saque foi valioso, pois a cidade estava "mui rica de muitos açúcares e vinhos e os moradores prósperos, com muitas alfaias e ricos enxovais, muito pacífica e abastada, sem temor nem receio do mal que não cuidavam" (FRUTUOSO, 1919, 227). E nestes ricos enxovais estarão muitas peças bordadas.

A Coroa interveio no sentido de travar a ostentação no vestuário, pelo que, em 1686, D. Pedro fez publicar uma pragmática contra tal ostentação. O principal alvo eram "todos os bordados que chamam de seda", que não podiam levar prata ou ouro, e "todas as rendas que se chamam bordados" (VIEIRA, 2006, 86). Já em 1749, D. João V condescendeu com algumas peças de vestuário bordadas, nomeadamente roupa branca bordada de branco ou de cores, bordada no reino ou nos seus domínios, não de outra manufactura. Em 1780, as leis sumptuárias no concelho de Machico determinavam que a nobreza e os homens da governança não podiam usar botões bordados. As leis sumptuárias, ao atacarem as peças de vestuário bordadas, evidenciam que esta era uma tradição comum a todo o reino e que abrangia muitas das peças de vestuário masculino (camisas, calções, etc.) e feminino (saia, colete, manto, capa, etc.).

O séc. XIX iniciou uma mudança no modo de vestir marcada pela simplicidade e pelo aspeto prático da indumentária, bem como uma tendência para a uniformização do vestuário, através da imposição da moda vinda de França, mas que apenas conquistou adeptos entre as classes abastadas, uma vez que o traje popular continuava a manter as mesmas cores e formas. E o bordado é uma presença constante nestas peças de vestuário, dando um toque de beleza, principalmente ao traje domingueiro.

A partir de meados de Oitocentos, o aparecimento das casas de bordados e o interesse cada vez maior por parte dos estrangeiros (nomeadamente Ingleses, Alemães, Norte-Americanos e Sírios) pelas peças bordadas conduziram à passagem do processo artesanal de fabrico do bordado para o industrial. A partir de então, foram os clientes a definir o tipo de encomendas, cabendo às casas a função de disciplinar o trabalho, as técnicas e os materiais. Assim, o bordado deixou de ser de livre criação da bordadeira, entrando num processo de laboração que começava com o traçado das linhas e os desenhos ajustados à solicitação do mercado ou da exigente clientela. A criação passou para a mão do desenhador, ficando a forma final dependente da maestria das mãos da bordadeira. Por ser um trabalho eminentemente feminino, a concretização ocorria em casa, de forma a poder conjugar-se a azáfama doméstica diária com o trabalho da agulha.

O bordado foi a tábua de salvação do madeirense face à difícil situação da agricultura da Ilha, desde meados do séc. XIX. A crise da viticultura obrigou à procura de formas de sobrevivência alternativas, de que o bordar será exemplo. O quotidiano da Ilha transformou-se e a mulher prendeu-se cada vez mais à casa , sendo que o ato de bordar acontecia no ambiente

familiar. Deste modo, no meio rural, o contacto entre a bordadeira e as casas fazia-se através dos agentes e caixeiros que percorriam todas as localidades à descoberta das ágeis mãos capazes de dar forma e relevo aos desenhos estampados nas peças de linho e cambraia.

Na cidade do Funchal, as casas de vinhos cederam lugar às dos bordados e a animação comercial transferiu-se para novos cenários e arruamentos. No porto, os passageiros dos navios, nomeadamente dos chamados "vapores do Cabo", passaram a ser assediados por minúsculas embarcações onde os bomboteiros exibiam as toalhas bordadas. O séc. XX anunciou-se como uma nova época de prosperidade, sob o signo do bordado. Mas depois adveio a dificuldade, com as guerras mundiais. Perderam-se mercados, encerraram-se muitas das casas, saíram as bordadeiras e aumentou a concorrência do bordado de outras regiões, nomeadamente a oriental. Mesmo assim, o bordado manteve-se na economia local, confirmando-se, juntamente com o vinho, como marca indelével da Madeira.

Bordado caseiro e industrial

Tal como afirmámos, o bordado está presente na Ilha desde os primitivos tempos da ocupação. A tradição de bordar do local de origem dos povoadores acompanhou-os na travessia atlântica e instalou-se no novo espaço. Assim, borda-se na Ilha desde o início do povoamento. Bordava-se em linho, algodão, seda e organdi, para se fazer toalhas de mesa, peças decorativas, jogos de cama e peças de vestuário, nomeadamente feminino. A leitura de alguns testamentos revela que muitas daquelas peças de vestuário passavam de pais para filhos não apenas pelo valor sentimental, mas também pela raridade e riqueza do bordado.

O mais antigo testemunho sobre o bordado madeirense surge nos finais do séc. XVI, no volume das *Saudades da Terra* que Gaspar Frutuoso dedicou à Madeira. A propósito do casamento de Isabel de Abreu, da Calheta, com António Gonçalves, o autor refere que as mulheres da Ilha eram extremadas na perfeição



Fig. 3 – *Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations*, Londres, 1851; litografia de Dickinson Brothers, Londres, 1854.

em pano com polidos lavores. Daqui resulta que o bordado da Madeira se manteve por muito tempo no segredo das arcas das criadoras. Era trabalho de inestimável valor, pelo que não podia ser vendido, sendo apenas de usufruto familiar, prenda de enxoval ou legado por morte. Durante muito tempo, o bordado foi considerado um produto não vendável, saindo raramente do circuito familiar.

Note-se que os estrangeiros que escreveram sobre a Ilha até meados do séc. XIX não fizeram referência ao bordado. Aquilo que mais lhes chamava a atenção eram as flores artificiais feitas pelas freiras do Convento de S.ta Clara. No relato das três viagens de James Cook (1768, 1772 e 1776) não surge qualquer indicação sobre o bordado, mas sim sobre as ditas flores. E sabemos que nos conventos femininos, como o de S.ta Clara, o bordado ocupava as freiras nos momentos de lazer; todavia, a maioria dos estrangeiros de então apenas se detinha nas flores artificiais e na doçaria.

Até meados do séc. XIX não existem referências à venda ou à exportação do bordado da Madeira. E, já o dissemos, nas diversas descrições das atividades artesanais não é mencionado o bordado, como se poderá constatar na memória de 1822 de João Pedro Drumond (GUERRA, 1993) ou no livro publicado por Paulo Perestrelo da Câmara em 1841.



Fig. 4 – Funcionários da zona de lavagens, Casa J. A. Teixeira, c. 1935 (ABM, Perestrellos Photographos).

A exposição das indústrias madeirenses que decorreu no palácio de S. Lourenço, a partir de 1 de abril de 1850, revelou o bordado como mercadoria salvadora da economia familiar. Desde então, procedeu-se ao seu aproveitamento capitalista, assumindo-se as peças bordadas como um produto de grande rentabilidade económica. A exposição em causa foi organizada pelo governador civil José Silvestre Ribeiro, com o objetivo de promover junto dos madeirenses e visitantes as diversas indústrias e artesanato do arquipélago. A escolha do mês de abril deveu-se ao facto de ser o mês em que havia maior número de estrangeiros na Ilha. O sucesso da iniciativa revelou-se, em parte, na valorização comercial das obras de artesanato expostas, nomeadamente o bordado.

Graças ao empenho pessoal do governador, a exposição foi um êxito e a mais completa amostra das potencialidades socioeconómicas do arquipélago. No caso dos bordados, o relatório sobre a exposição não podia ser mais elogioso: "bordados em seda a matiz com guarnições de froco, de mastro, e de ouro, em diferentes quadros, tudo feito com muito asseio e beleza. Bordados de passe em filó, bem acabados e de bom gosto" (MENEZES, 1850, 388). Referem-se também bordados brancos diversos de qualidade. Como forma de incentivo aos expositores, distribuíram-se medalhas e louvores; no sector dos bordados e lavores, foram atribuídas duas medalhas para premiar os bordados brancos de Luísa e Carolina Teives.

O interesse britânico por esta exposição foi enorme, recebendo a Madeira um convite para estar presente em Londres na exposição universal que decorreu no ano seguinte. Mais uma vez, sob o impulso do governador civil José Silvestre Ribeiro, a Madeira apresentou um "rico bordado feito pela senhora Breciano" (*Id., Ibid.*, 366) com reprodução de flores da Madeira, flores de penas das freiras do Convento de S.ta Clara.

Ambas as exposições foram um marco decisivo na afirmação do bordado nos mercados local e londrino, abrindo uma nova via de comércio. O primeiro registo referenciado das exportações é de 1849 e dá conta do envio para Lisboa de "esguião de Linho bordado" (VIEIRA, 2006, 33), mas foi nas exportações para o mercado britânico, a partir de 1854, que começou a delinear-se o primeiro e promissor mercado para o bordado da Madeira.

Para o mercado londrino, as primeiras exportações aconteceram por iniciativa da já referida Ms. Elizabeth Phelps, filha de Joseph Phelps, um destacado mercador de vinhos que se havia instalado no Funchal nos finais do séc. XVIII. Foi ela a responsável pela propaganda do bordado madeirense junto de algumas famílias, tendo também uma ativa intervenção no ensino do trabalho da agulha. Em meados de Oitocentos, juntamente com outras senhoras funchalenses, Ms. Phelps criou uma escola lancasteriana feminina. Aqui, para além do ensino básico, sem recurso à palmatória, ensinava-se as jovens a trabalhar com a agulha. O ensino das técnicas do bordado inglês influenciou de forma decisiva o bordado da Madeira nos primeiros anos, de tal forma que Émile Bayard afirmava que este era conhecido como bordado inglês.

A afirmação do mercado britânico justificava-se pela sua ancestral ligação e influência na região. A presença e assiduidade dos Ingleses resultava de diversas circunstâncias. Na segunda

metade do séc. XVIII, a Madeira assumira um outro papel, com a revelação da Ilha como estância para o turismo terapêutico, mercê das então consideradas qualidades profiláticas do clima na cura da tuberculose, o que cativou novos forasteiros.

A tísica propiciou, ao longo do séc. XIX, o convívio com poetas, escritores, políticos e aristocratas. Não obstante a polémica causada em torno das possibilidades deste sistema de cura, a Ilha permaneceu, por muito tempo, como local de acolhimento de doentes, sendo considerada a primeira e principal estância de cura e convalescença do velho continente. A presença cada vez mais assídua de doentes provocou a necessidade de criação de infraestruturas de apoio, como sanatórios, hospedagens e agentes que serviam de intermediários entre os forasteiros e os proprietários de tais espaços de acolhimento. De facto, as modernas viagens de recreio davam os primeiros passos, e foi como corolário desse facto que se estabeleceram as primeiras infraestruturas hoteleiras e que o turismo passou a ser uma atividade organizada com uma função relevante na economia da Ilha.

A partir de meados do séc. XIX, os visitantes ingleses começaram a dar atenção ao bordado. Assim, entre 1853 e 1854, Isabella de França, no diário da visita que fez à Ilha, dá conta, de forma clara, da presença do bordado na indumentária madeirense. Na romagem de Santo António da Serra, em outubro, observou um homem com casaca azul "recamada de magníficos bordados a ouro" (FRANÇA, 1970, 132). Do vestuário feminino, destacou um corpete "de fustão amarelo ou material semelhante muito bem bordado a ponto branco" (*Id., Ibid.*, 120). E na inevitável visita a Maria Clementina, no Convento de S.ta Clara, desperta-lhe de novo a atenção o bordado da camisa: "tinha um peitilho franzido em volta do pescoço, de cassa tão fina e clara que mostrava a extremidade bordada da camisa a despontar por baixo [...]. Na mão sustinha um lenço bordado, da mesma casa (*Id., Ibid.*, 70).

À medida que o produto foi ganhando importância e procura em Inglaterra, surgiram intermediários. Robert e Frank Wilkinson foram os primeiros estrangeiros envolvidos neste negócio. As relações comerciais com a Madeira eram assíduas desde o séc. XVII, fruto da ligação madeirense ao processo de afirmação colonial britânica, que teve no porto do Funchal um dos seus centros de apoio no Atlântico. A presença de ingleses era frequente no Funchal, e a sua atividade alargava-se a todos os produtos com valor mercantil, pelo que os Britânicos foram os primeiros a interessar-se pelo comércio do bordado.

Esta valorização do bordado como mercadoria de exportação teve implicações diretas no processo de fabrico. Assinale-se a necessidade de recrutamento de cada vez mais mão de obra, de forma a atender às solicitações. Assim, em 1862, temos mais de 1000 bordadeiras em toda a Ilha.

Paulatinamente, o bordado conquistou novos mercados, fruto da divulgação que fizeram os Britânicos, nomeadamente nos roteiros e na literatura de viagens. A fama ultrapassou as fronteiras e chegou à Alemanha. As primeiras peças de bordado foram para aí conduzidas



Fig. 5 – Bordadeiras, painel de azulejos da antiga Associação Comercial do Funchal da Av. Arriaga, 1932.

em 1881, por iniciativa de Otto von Streit, que havia fixado morada no Funchal no ano anterior, na busca da cura para a tísica pulmonar. Foi o início da intervenção alemã no sector, realidade que perdurou até 1916, ano em que Portugal entrou na Primeira Guerra Mundial.

A intervenção dos industriais e comerciantes alemães foi um marco importante na história do bordado madeirense. A partir da déc. de 80, provocou uma verdadeira revolução no processo de fabrico do bordado. A primeira alteração ocorreu ao nível dos tecidos e linhas. A linha azul, usada até então, foi substituída pela branca. Ao mesmo tempo, introduziu-se uma nova técnica de aplicação direta dos desenhos sobre o tecido, acabando-se com os desenhos alinhavados por baixo. Assim, os desenhos, que até então eram criação das bordadeiras, passaram a ser feitos e estampados no tecido por outrem antes de serem entregues às mesmas. Para facilitar o processo, introduziram-se as máquinas de picotar. A técnica obrigou ao estabelecimento de casas comerciais no Funchal com a função de procederem ao trabalho de preparação e à distribuição do tecido e linhas pelas bordadeiras. Junto destas atuavam os caixeiros, que procediam à distribuição dos panos pelas bordadeiras, recolhendo-os depois já bordados. A tarefa de acabamento, lavagem, engomar e embalar dos bordados estava reservada à casa, que tinha sede no Funchal.

A cada vez maior procura de bordado implicou as necessárias inovações técnicas devidas aos Alemães, o aumento da mão de obra no bordado e o aperfeiçoamento da rede de agentes de distribuição e recolha. O facto de os panos a bordar serem apresentados às bordadeiras já estampados com os desenhos facilitou a adesão de muitas mulheres a esta atividade, que podia ser partilhada com os afazeres da vida diária.

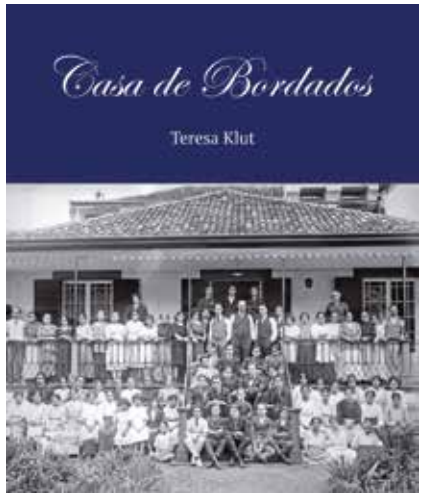


Fig. 6 – *Casa de Bordados* (2017), de Teresa Klut.

Como referimos, os Alemães intervieram no comércio do bordado a partir da déc. de 80 do séc. XIX, fazendo-o entrar no circuito internacional através do porto franco de Hamburgo. A Casa Grande de Otto Von Streit começou por enviar os bordados em bruto para Hamburgo, onde eram depois preparados para a exportação, com destino aos EUA, facultando-lhes um fácil controlo dos ciclos produtivo e comercial. Assim, se por qualquer motivo o trabalho das bordadeiras não satisfizesse os seus interesses, procuravam mão de obra em outros mercados, uma vez que eram detentores dos padrões usados.

Não obstante a animosidade britânica, os Alemães conseguiram firmar uma posição de destaque no comércio do bordado entre 1890 e 1914. A sua hegemonia tornou-se notória a partir de 1895, altura em que a Alemanha recebeu 33.173 kg de bordados contra os 2751 kg de Inglaterra. Note-se que estes valores não refletem a realidade das exportações, uma vez que estavam excluídos os bordados enviados para o porto franco de Hamburgo, um dos principais destinos do produto.

A consolidação da presença da comunidade alemã neste comércio só foi possível com a presença de um influente grupo, diretamente implicado no fabrico e exportação do bordado. Em 1912, o negócio era assegurado por seis casas: Wilhelm Marum, Georg Wartenberg, R. Kretzschomar, Otto von Streit, Dutting & Gaa, Wolflenstein & Horwitz. A saída dos Alemães, em 1916, foi compensada pela chegada dos Sírios, que rapidamente, e até 1925, dominaram o bordado madeirense. Depois, foi o mercado norte-americano, que desde 1910 vinha adquirindo importância, a dominar as exportações.

A declaração de guerra da Alemanha a Portugal em 1916 e a pronta resposta de Portugal, com a criação da Intendência do Inimigo, por decreto de 4 de maio do mesmo ano, levaram ao

arresto dos bens dos Alemães e à sua deportação para os Açores, na Terceira. Esta situação foi duplamente prejudicial para a Ilha, pois a fuga dos Alemães não os impediu de prosseguir com o comércio de bordado, apenas desviando a atenção para novos mercados, de mão de obra barata. O afrontamento das comunidades britânica e alemã deverá ter pesado na pronta fuga dos Alemães. Ainda em 1916, deu-se o primeiro bombardeamento alemão à cidade do Funchal, em dezembro, ocorrendo o segundo no ano seguinte e naquele mesmo mês. Tudo isto conduziu a um ambiente de hostilidade à comunidade alemã.

Os primeiros anos do séc. XX foram ainda marcados pela concorrência desenfreada. Internamente, ela envolveu os industriais relacionados com o fabrico e comércio do bordado; externamente, a Madeira teve de competir com os mercados produtores da Boémia, Alsácia, Irlanda e Suíça. No caso da Suíça, o processo de mecanização em curso desde a déc. de 60 do séc. XIX trazia vantagens acrescidas, uma vez que reduzia drasticamente os custos de produção. A única garantia para a Madeira continuava a ser os custos baixos da sua mão de obra, aspeto que permitia manter a produção local competitiva. As inovações tecnológicas no sentido da mecanização do processo de fabrico do bordado, ocorridas a partir da segunda metade do séc. XIX, não impediram a Madeira de manter a procura do bordado, não só pela qualidade do trabalho, mas, acima de tudo, pelo referido custo da mão de obra.

Crise do bordado

A situação da economia mundial durante a primeira metade do séc. XX, marcada pelas duas guerras mundiais, condicionou o comércio do mercado do bordado. A guerra isolou a Madeira, impedindo-a de contactar com os mercados fornecedores de matéria-prima e consumidores de bordado. Pior do que isso foi a crise económica que lhe andou associada e que condicionou o poder de compra dos potenciais clientes. E, como o bordado era considerado um produto caro, não era fácil encontrar saída. Ao mesmo tempo, sucederam-se entraves em alguns mercados; *e.g.*, a Inglaterra estabeleceu, em 1917, a proibição de importação do bordado da Madeira, sendo secundada, no ano imediato, pelos EUA.

Com a Primeira Guerra Mundial, tivemos a saída dos Alemães, como referimos, e a sua substituição pelos Sírios, que vieram consolidar as exportações para o mercado americano, a principal esperança da indústria do bordado da Madeira à data. Porém, a partir de 1924, o peso das pautas aduaneiras levou à saída dos Sírios, que entregaram as casas aos madeirenses, passando estes a controlar o sector. Nos anos seguintes, manteve-se o número elevado de empresas do ramo.

O movimento autonomista dos anos 20 manteve-se atento aos bordados e, nos seus planos, dedicava espaço ao debate e defesa desse produto regional, que continuava a ser considerado uma indústria fundamental, quanto mais não fosse para a preservação da identidade madeirense. O governo da Ditadura, saído da Revolta de 28 de maio de 1926, estabeleceu algumas medidas de apoio a esta atividade. A 9 de setembro de 1926, permitiu a importação de tecidos de seda e linho para o bordado, em regime de *drawback*. A mesma medida alargou-se, em 1928, aos fios de tecido.

Em 1929, o golpe fatal da economia norte-americana, com o *crush* da Bolsa de Nova Iorque a arrastar os EUA para uma das piores crises da História, riscou este destino do mapa das exportações. Entretanto, a crise do mercado norte-americano foi contrabalançada com a valorização do mercado brasileiro, que se manteve até 1956.

Mas os anos 30 foram muito complicados para a sociedade madeirense e para a sobrevivência do bordado. Deste modo, o governo saído da Revolta da Madeira, a 4 de abril de 1931, procurou intervir na salvaguarda do sector, abrindo uma linha de crédito de mil contos a favor da indústria, logo a 20 de abril seguinte. Em 1935, o bordado continuava a ser um sector sob a vigilância e especial proteção do governo, tal como refere Salazar em carta escrita ao Dr. João Abel de Freitas, presidente da



Fig. 7 – A crise do bordado, capa do *Re-Nhau-Nhau* (22 ago. 1931).

Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. Assim, à criação do Grémio dos Industriais do Bordado da Madeira, em 1935, juntou-se, no ano imediato, a isenção de direitos de importação e das imposições locais sobre a matéria-prima necessária ao bordado.

Nos anos 40, de novo, a guerra provocou redobradas dificuldades ao sector e à economia familiar, uma vez que as mulheres estavam quase por completo entregues ao bordado e os homens ao vime. A emigração para o Brasil, Venezuela, África do Sul e Austrália, por esses anos, veio a dar o golpe mortal na indústria. Primeiro saíram os homens, deixando todos os afazeres do casal a cargo da mulher, que passou a dispor de menos tempo para bordar. Depois, a restante família, que se foi juntar àquele, fazendo diminuir drasticamente a mão de obra disponível. Orlando Ribeiro refere, a propósito, a concorrência dos mercados e bordado das Canárias e das Filipinas. No período pós-guerra, tudo fazia indicar que o comércio do bordado da Madeira estava definitivamente perdido e que dificilmente retornaria aos tempos dourados do princípio da centúria.

Nos anos 60, surgiram novas dificuldades, provocadas pela instabilidade económica dos principais mercados à data: EUA, África do Sul e Rodésia. A tudo isto havia que juntar a concorrência dos bordados feitos à mão, provenientes da China, Filipinas, Tailândia e Coreia, e daqueles feitos à máquina, oriundos da Suíça e de Hong Kong.

O 25 de Abril de 1974 aconteceu num dos momentos mais difíceis da história do bordado da Madeira, implicando a necessidade de uma redobrada atenção pelo Executivo regional. Em 1977, foi criado o Instituto do Bordado e Tapeçarias e Artesanato da Madeira, com o objetivo de intervir no sentido da valorização, preservação e promoção do artesanato madeirense. Das atividades deste organismo, destaca-se a criação da marca Bordado da Madeira, do Núcleo Museológico do Bordado e do Centro de Moda e Design.

Casas de bordados

O comércio do bordado da Madeira foi marcado, ao longo dos últimos 150 anos, por uma elevada instabilidade que denuncia a fragilidade da indústria no mercado mundial. Para isso contribuiu não só a conjuntura internacional, mas também a precariedade das casas de bordados criadas por estrangeiros, designadamente ingleses, alemães e sírios. A cada grupo correspondeu uma forma de intervenção e mercados distintos, como referimos antes.

A partir de 1890 tivemos a afirmação das casas de bordados em detrimento dos exportadores. A diferença estava em que estes se limitavam a adquirir o bordado às bordadeiras, enquanto as casas passaram a intervir diretamente no processo produtivo, dando às bordadeiras o tecido já com os desenhos estampados. Para isso, montaram uma rede de agentes em toda a Ilha que procedia à distribuição dos panos e depois os recolhia, já bordados.

A ideia das casas de bordados surgiu com os Alemães. No primeiro quartel do séc. xx, são

referenciadas as seguintes: A. J. Fróes, Casa Bradwil, Casa Grande, Casa Hougas, Casa Maru, Casa Suíça, Companhia Portuguesa de Bordados, H. C. Payne, Hamú, José Clemente da Silva, Mallouk Bros, M. R. Silva Diniz, Wagner, Schinitzer, União Madeirense de Bordados e Casa Americana. Na déc. de 40, Orlando Ribeiro refere a atividade de 91 casas empenhadas no comércio e exportação do produto. Em 1953, um relatório do Grémio anota a existência de 103, mas sucede que 61 delas não ultrapassavam os 50 contos de exportações mensais, sendo estabelecimentos de pequena dimensão. Apenas 12 casas faturavam mensalmente mais de 7000 contos. Em 1969, são referenciadas 88 casas de bordados.

A política de associação e classe do Estado Novo também atingiu a indústria dos bordados. Assim, pelo dec.-lei n.º 25643, de 20 de julho de 1935, foi criado o referido Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira, com a missão de orientar a indústria no campo da produção e comércio. Tal como enuncia um folheto publicitário deste organismo, em 1958, a defesa dos interesses do sector estava assegurada, pois o Grémio não deixaria que se repetissem na sua vigência as crises periódicas que antes tanto afligiram a economia da indústria e os seus trabalhadores.

Em 1936, com a portaria n.º 8337, foi estabelecida uma taxa sobre o valor das exportações e das vendas locais para acudir às despesas da agremiação. Foi com os fundos resultantes desta taxa que se construiu a sede do Grémio, o atual edifício do Instituto do Vinho e do Bordado da Madeira, inaugurado nos anos 50. O Grémio dispunha de armazéns para a reserva de tecidos e linhas para abastecer o sector, situação ainda hoje garantida no mesmo edifício. Merece referência o trabalho do industrial Luís de Sousa (1895-1971) à frente da instituição, pelas suas diversas iniciativas de defesa e promoção dos bordados.

O Grémio, para além da função reguladora, atuava no sentido da defesa do bordado, promovendo o ensino do bordar às jovens, com as escolas criadas em Câmara de Lobos e Machico. Ao mesmo tempo, estabeleceu os preços



Fig. 8 – Bordadeiras da Madeira Embroidery Co., 1911 (ABM, Perestrellos Photographos).

mínimos da mão de obra, baseados numa unidade de medida conhecida como "pontos industriais". Entre 1935 e 1958, houve uma valorização significativa do trabalho da bordadeira, passando-se dos 35 centavos por 100 pontos para 24$20. Esta melhoria atingiu também as 750 operárias das casas de bordados, que, em 1935, recebiam entre 3$00 a 6$00 de salário e logo passaram a auferir entre 11$00 e 20$00.

A criação, a 1 de março de 1937, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados da Madeira foi também favorável à valorização do trabalho da bordadeira. Anos mais tarde, em 1974, a agremiação sindical passou a chamar-se Sindicato Livre da Indústria de Bordados da Madeira, integrando no seu seio também as bordadeiras domésticas.

A missão do Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira estava definida no seu boletim de propaganda do seguinte modo: "À indústria de bordados cumpria, naturalmente, como atividade integrada na organização corporativa, ordenar a produção, valorizar



Fig. 9 – Funcionários da indústria do bordado Madeira, c. 1930 (ABM, Perestrellos Photographos).

o trabalho, conferir novos direitos aos trabalhadores, defender a qualidade dos produtos, possibilitar a criação de novos mercados de consumo, dignificar o comércio e promover a expansão das vendas". Ainda na senda da ação do Grémio, criou-se a obrigatoriedade do selo de garantia do bordado, por decreto-lei, a 8 de dezembro de 1938.

O 25 de Abril de 1974 destronou o regime e as estruturas económicas criadas pelo Estado Novo consideradas seu sustentáculo. Os grémios deram lugar às associações, surgindo, no caso do bordado da Madeira, a Associação dos Produtores do Bordado, Tapeçarias e Artesanato e Obra de Vimes da Madeira. Depois, o Instituto do Bordado e Tapeçaria do Artesanato da Madeira, por decreto regional, em 1977, veio a atribuir uma nova dinâmica e intervenção do Governo regional no sector. A defesa da qualidade do bordado continuou a ser uma aposta, definindo-se o uso do selo holográfico, a partir de 2000, para evitar falsificações.

A aposta na inovação levou o Governo regional a criar o Centro de Moda e Design, de cujos objetivos fazia parte a aposta na criação de novos produtos com recurso às tecnologias de ponta. A partir daqui, abriu-se uma nova oportunidade para o sector do bordado. Hoje é evidente que o bordado da Madeira conquistou um lugar na moda, tendo surgido vários estilistas da região a apostar, com sucesso, na utilização do mesmo no vestuário, algo que não é novo e que está bem documentado na história do arquipélago, em alguns registos escritos e imagens.

Bordadeiras

Em todos os momentos da história do bordado, a referência mais comum é ao labor da bordadeira. É ela que, com mãos de fada, dá o toque de beleza aos pontos do bordado. A sua destreza, dedicação e sacrifício são motivo de constante panegírico e admiração por todos os que descobriram o bordado. Preservou-se na Ilha a tradição ancestral de bordar e, antes que, em meados do séc. XIX, interviessem os estrangeiros a dominar o circuito de produção, foi a bordadeira quem criou os desenhos e quem tão graciosamente os esculpiu à linha sobre o pano.

O labor incansável da bordadeira, em longas noites, está testemunhado nas peças bordadas que encantam os naturais e os visitantes, embelezam quem as veste, engrandecem as receções e os repastos e enriquecem o aconchego dos lençóis e travesseiros. A marca indelével do seu trabalho está presente em todo o lado.

É já imagem de bilhete-postal o quadro típico da bordadeira sentada em frente do casebre que a abriga durante a noite. Foi um quadro frequentemente mantido na retina dos visitantes, desde finais do séc. XIX. A este trabalho isolado somou-se outra imagem, a dos grupos de mulheres que se juntavam à beira de caminhos e atalhos. Em toda a Ilha, eram habituais estes ajuntamentos de mulheres casadas, donzelas, idosas e crianças, cujas mãos bordavam, mas o seu pensamento estava no quotidiano próprio e alheio. Bordava-se, mas também se conversava sobre a vida de uns e de outros.

Podemos afirmar que o bordado é o testemunho da arte da mulher madeirense e também das suas dificuldades quotidianas, uma vez que

bordava não por prazer, mas por necessidade, de forma a garantir o magro sustento da casa. A sobrevivência do bordado continua, ainda hoje, a depender do seu paciente labor. A bordadeira tinha a liberdade de escolher os tecidos, linhas e padrões a bordar. Concluído o trabalho, calcorreava a cidade ou ia de porta em porta a oferecer o lavor por uns magros tostões, algo que garantisse a sua sobrevivência e a da família. Muitos estrangeiros que foram cativados por estas autênticas obras de arte testemunharam-no, referindo que era neste contexto que se encontrava o melhor bordado feito na Ilha.



Fig. 10 – Bordadeira da Madeira, aguarela de Max Römer, c. 1945 (coleção de Edward Kassab).

As exigências das exportações conduziram ao aparecimento de novos agentes no ramo, implicando uma mudança radical na confeção do produto. Como antes apontámos, a bordadeira perdeu o controlo do processo, passando a atuar como mera executante do bordado sobre tecidos já estampados por outrem. Em troca, recebia uma magra recompensa, contabilizada em pontos.

Note-se que, embora o trabalho da bordadeira seja ancestral, a primeira referência ao número de mulheres dedicadas à atividade surge só em 1863, no relatório de Francisco de Paula Campos e Oliveira sobre as indústrias do arquipélago durante o ano de 1862. Neste documento já se considera o bordado "uma indústria caseira muito importante" que ocupava 1029 mulheres em toda a Ilha. Não obstante esta ser uma atividade doméstica usual, era na cidade e nas freguesias vizinhas do recinto urbano que se notava uma maior incidência de bordadeiras. Com efeito, o Funchal e Câmara de Lobos totalizavam mais de 97 % do total. Isto resultava, certamente, da proximidade do local de venda e de ainda não estar montada a rede de distribuição e recolha organizada pelas casas comerciais. O norte da Ilha não assumia ainda qualquer importância nesta atividade.

O período que decorre da segunda metade do séc. XIX até meados do seguinte foi marcado por um movimento ascendente de mão de obra feminina, indispensável para a afirmação do bordado. O relatório das indústrias feito por Vitorino Santos para o ano de 1906, em plena época de afirmação da indústria, evidencia esta realidade, apresentando um total de 32.000 bordadeiras, quando, em 1862, eram apenas 1029. O Funchal e Câmara de Lobos, com 58 %, continuavam a dominar, mas as bordadeiras estavam presentes em todos os concelhos.

Para o resto do séc. XX, os dados de que dispomos sobre o número de bordadeiras são avulsos. Diz-nos Orlando Ribeiro, em 1949, citando um relatório de 1940, que eram 50.000 as bordadeiras rurais; estas, junto com as da cidade e as empregadas das lojas, faziam elevar a mão de obra ligada ao bordado para 70.000. Note-se que o número



Fig. 11 – Bordadeiras e encarregado ou aprendiz da Madeira Embroidery Co., 1911 (ABM, Perestrellos Photographos).

mais alto se registou em 1950, com a presença de 60.000 mulheres dedicadas ao bordado, o que representava 21,2 % da população. A informação disponível diz-nos que o valor médio de bordadeiras era de cerca de 30.000. Os dados de 1983 apontavam para 33.000, e, no primeiro ano do novo milénio, o valor rondava apenas 6000.

A distribuição geográfica das bordadeiras, nas décs. de 70 e 80 do séc. XX, demonstra uma mudança na configuração geográfica dominante em épocas anteriores, com o Funchal e Câmara de Lobos a perderem em favor de concelhos como a Ribeira Brava e Machico.

Em plena euforia da indústria do bordado, que ocupava mais de 30.000 mulheres, o aparecimento de epidemias como a *colera morbus*, em 1911, teve reflexos evidentes na indústria. Em 1910, a despesa com a mão de obra fora de 760.000$00, descendo, no ano imediato, para 480.000$00, o que reflete uma diminuição acentuada da mão de obra disponível, uma vez que não se assinalou qualquer alteração no valor dos pontos pagos, tão-pouco houve uma quebra da procura.

No primeiro registo da mão de obra relacionada com o bordado, em 1862, surgem apenas dados sobre as bordadeiras, mas, em 1906, elas são já diferenciadas dos demais trabalhadores das casas de bordados, que eram então 2000. Este número inclui todos os profissionais necessários para a última fase do processo de preparação do bordado a exportar e todos os que se ocupavam da preparação dos desenhos e tecidos a entregar às bordadeiras. Isto significa que a instalação e o pleno funcionamento das casas de bordados aconteceram apenas a partir da déc. de 60 do séc. XIX.

A técnica de produção de bordado que foi imposta pelos Alemães, a partir da déc. de 80 do séc. XIX, retirou à bordadeira o domínio exclusivo do processo de fabrico. Entrou-se num ciclo de produção que passou a ter diversos atores, como os desenhadores, estampadores, agentes, verificadoras e engomadeiras. Ao lado da bordadeira caseira, surgiu a profissional que trabalhava nas casas de bordados. A estas juntaram-se ainda outros trabalhadores intervenientes no processo. Todavia, este grupo era diminuto. Em 1922, eram 2500, que trabalhavam nas 70 casas, enquanto em 1968 as 88 casas empregavam apenas 450 e estavam servidas de 1500 agentes. De entre estes, devemos notar a figura do debuxador de bordados, aquele que criava o esboço para estampar os tecidos, destacando, *e.g.*, Cesário João Nunes, Carlos Henriques Menezes Cabral, Alírio Sequeira Nunes, Gastão Faria Dinis e Carlos Maximiliano de Menezes Cabral.

Um dos aspetos que chamam a atenção de todos os que descrevem esta indústria e elogiam o trabalho primoroso das bordadeiras é o baixo preço da sua atividade. Já em 1863 a bordadeira era, de entre todas as ocupações femininas, a trabalhadora mais mal paga: 100 réis no Funchal, enquanto as demais recebiam salários médios superiores a 300 réis.

Nos anos 20, a concorrência feroz de novos mercados fez reverter o ónus da situação para a bordadeira. As autoridades, conscientes desta realidade, ordenaram o estabelecimento de uma comissão, em 1929, para estudar a possibilidade do aumento do preço do trabalho da bordadeira através da fixação de um preço mínimo. A tudo isto juntava-se a necessidade de as socorrer na doença e invalidez, cabendo destacar o pioneirismo das casas alemãs, que criaram, em 1907, uma caixa de

socorros para o pessoal que trabalhava nos seus estabelecimentos.

A persistência de um pagamento baixo do trabalho da bordadeira de casa evidencia uma exploração do trabalho feminino. A razão da resignação da bordadeira resultava do facto de este ser um trabalho executado nos intervalos das lides caseiras ou nas longas noites, não sendo, em muitos casos, uma atividade que as ocupasse o dia inteiro. Os centavos dos pontos eram sempre bem-vindos. Em 1952, os 47.252 contos contemplavam mais de 50.000 famílias em toda a Ilha, o que representava 18 % do total da população.

A proteção e o apoio aos profissionais do sector aconteceram já em 1894, com a criação da Sociedade José Júlio Rodrigues de Proteção às Bordadeiras Madeirenses, associação de beneficência sobre a qual pouco se sabe. A partir de dezembro de 1907, como se disse, a iniciativa coube às casas alemãs. Nesta data, as casas Wilhelm Marum, R. Kretzchan e George Wartenberg criaram uma caixa de socorros para os cerca de dois mil trabalhadores que empregavam. Todos passaram a usufruir de assistência médica e de medicamentos gratuitos, sendo os fundos para a manutenção deste serviço resultantes do desconto mensal de 50 réis por trabalhador feito por cada casa. O alargamento deste sistema de proteção social só sucedeu a partir de 1946, com a criação da Caixa de Previdência.

O Grémio dos Industriais dos Bordados, que, como vimos, foi fundado em 1935, teve também uma ação de relevo no apoio ao sector e às bordadeiras. Em 1961, criaram-se escolas infantis em Câmara de Lobos e Machico que permitiram o ensino do trabalho da agulha a mais de 691 crianças. Atente-se a que, já em 1914, o Colégio Lisbonense ensinava as técnicas dos diversos pontos do bordado nos lavores femininos. E, mais tarde, em 1961, as bordadeiras foram apoiadas através da construção de um bairro residencial com 30 moradias.

O séc. XX foi marcado pela dispersão dos madeirenses por diversos destinos de acolhimento. A crise e as dificuldades provocadas pelas guerras mundiais e pela situação de abandono e subdesenvolvimento conduziram à forte pressão da emigração, nomeadamente nos anos 50 e 60. Muitos madeirenses saíram rumo ao Brasil, Venezuela e África do Sul, em busca de melhores condições de vida, primeiro os homens e depois os restantes elementos do núcleo familiar, como comentámos antes. A todo o lado onde chegou a mulher madeirense chegou também o bordado. A arte e tradição do bordado são-lhe inseparáveis. No caso do Brasil, é conhecido o facto de, nos anos 50, existir um apelo e promoção da imigração de bordadeiras madeirenses. No Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Ceará, é notória a presença do bordado madeirense. No morro de São Bento, em Santos, o bordado já não tem a qualidade dos anos 60 e está em vias de desaparecimento. Todavia, em Itapajé, no Ceará, em Fortaleza, mantém-se vivo. Aqui, a cidade é conhecida como a capital do bordado, que é uma das suas principais atividades económicas. Na Venezuela, os testemunhos de muitas das mulheres madeirenses que saíram da Ilha nos anos 50 revelam que não se perdeu o hábito de bordar, havendo casos em que se enviaram as peças desde o Funchal, devolvendo-as depois já bordadas.

A homenagem à atividade da bordadeira, insistentemente louvada por todos os que conheceram o seu trabalho, só aconteceu a 30 de junho de 1986, com a inauguração da estátua do escultor Anjos Teixeira nos jardins do então Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira.

Técnicas e materiais

Tal como notámos antes, a segunda metade do séc. XIX foi marcada por profundas alterações nas técnicas usadas no bordado, bem como nos tecidos e nos padrões bordados, que foram ajustados aos padrões mais solicitados pelos mercados de destino do produto. Primeiro os Ingleses, através de Ms. Phelps, e, depois, os Alemães deram o contributo mais significativo para a revolução do bordado e a afirmação deste no mercado externo.

Os tecidos mais comuns para bordar eram o algodão de cassa, a cambraia, o linho e a seda



Fig. 12 – Roda de fiar, roca e fuso, c. 1940 (coleção de Bordal, Bordados da Madeira, Lda.).

natural, sendo aplicada a linha branca baça e raramente a azul e vermelha. O bordado em algodão e seda foi promovido pelos Alemães, que também apostaram na linha branca. Mas a introdução do bordado em seda é considerado um contributo da Sr.ª Counis. Quanto ao tecido usado, temos algumas referências de 1849 a dar nota de que se terá enviado para Lisboa bordados em esguião de linho. E, no ano imediato, na exposição organizada pelo Governo Civil, há peças de bordado apresentadas em seda matiz e de "passe em filó" (uma espécie de renda) e brancos.

A maior parte dos tecidos para bordar era de importação. De Inglaterra e da Holanda chegava o linho, enquanto da Alemanha vinha o algodão. A presença deste algodão foi promovida de forma clara, a partir de 1897, pelo Governo alemão, através do sistema aduaneiro conhecido como *drawback*, *i.e.*, os tecidos de algodão que saíam do país e retornavam valorizados com o bordado para depois serem reexportados estavam isentos de direitos. Esta situação persistiu até 1906, quando a generalização do uso do linho importado de Inglaterra levou as autoridades alemãs a aumentarem os direitos que oneravam os bordados de linho, a partir de 1 de março.

Nesta época, os direitos cobrados na Alfândega do Funchal sobre os bordados de algodão e linho eram motivo de polémica, apelando-se à intervenção do governo no sentido de uma redução dos direitos sobre os panos importados para bordar, apontando-se inclusive a necessidade de seguir o exemplo da Alemanha e o seu sistema de *drawback*. A atitude do Governo português foi sempre de agravamento, de modo que as dificuldades sentidas nos anos 60 resultam de medidas aduaneiras prejudiciais. Em 1967, o bordado da Madeira não beneficiava das regalias da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) se o tecido não fosse expedido de um Estado membro, sendo assim tributado com as taxas da pauta mínima dos tecidos sem obra, estabelecida em 1953.

No séc. XX, as mais significativas alterações resultaram da utilização da linha castanha e do uso do linho cru, operando-se uma simplificação na forma de bordar trazida pelos Alemães. A partir do momento em que o bordado passou a ser feito por encomenda e o processo de fabrico comandado pelas casas, as mudanças foram evidentes em todos os sentidos. Ms. Phelps trouxe os motivos do bordado inglês, como os ilhós e as cavacas. Depois, nos anos 20 do séc. XX, a crise do sector levou os industriais a buscarem uma saída, o que resultou numa adequação ao bordado de outras regiões europeias. Deste modo, o bordado começou

a apresentar-se como uma mistura do francês (com o *richelieu*), suíço e veneziano. Note-se que os Italianos, nos anos 50, impuseram os seus desenhos. Aqui foi notória a aproximação dos diversos motivos bordados às tendências artísticas dominantes, como a *art nouveau* e *déco*. Desde então, até começos do séc. XXI, tem-se mantido este tipo, subordinado a uma criadora arte de imaginação. Neste processo de transformação do bordado madeirense ocorrido no séc. XX enquadra-se a policromia dos trabalhos feita por apelo dos mercados consumidores. O bordado exportado para Inglaterra começou por consistir apenas em tiras de pano bordadas que, já no destino, eram aplicadas sobre as peças de roupa de vestir ou de cama.

O bordado da Madeira, perante as dificuldades evidentes de um mercado limitado e exigente, não agonizou. Pelo contrário, soube vencer as dificuldades, diversificando as saídas económicas e ajustando-se às exigências dos clientes. A inovação esteve sempre presente na história do bordado, em especial a partir dos anos 80 do séc. XX. Esta situação continuou até aos dias de hoje, e as novas tecnologias e o *design* entraram no sector como uma tábua salvadora da tradição de bordar no novo milénio. Em todo este processo foi fundamental o trabalho e a paciência da bordadeira anónima, a peça fundamental do universo em questão, mas a que menos dele fruiu.

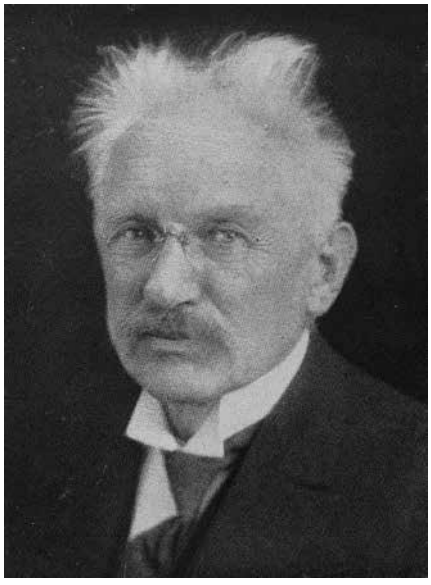
A História regista dois produtos que, ontem como hoje, são a imagem de marca do arquipélago: o vinho e o bordado. Eles correram mundo e foram, e continuam a ser, produtos de grande interesse económico que sempre deram aos estrangeiros a mais elevada maquia e ao madeirense uma magra esmola. O bordado pode muito bem ser entendido como uma obra de arte, mas aqui o artista é anónimo, tanto o desenhador, que traça de forma primorosa os motivos florais e a composição, como a bordadeira, que dá forma e relevo ao traço dele.

Bibliog.: ARAÚJO, Ana Lídia Pereira Garanito, "Memórias bordadas", *Girão*, n.º 3, 2006, pp. 58-60; CÂMARA, Benedita, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002; CÂMARA, Paulo Perestrelo da, *Noticia sobre a Ilha da Madeira*, Lisboa, Typ. da A. das Bellas Artes, 1841; CLODE, Luiza, "Bordados. Indústria caseira", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 8, n.º 38, ano XVIII, s.d., pp. 31-40; *Id.*, "Madeira. A propósito de duas exposições", *Atlântico*, n.º 8, 1986, pp. 245-257; CLODE, Luiza, e BRAZÃO, Teresa, *Bordados-Madeira. 1850-1930*, Funchal, DRAC, 1987; DIONÍSIO, Fátima Pitta, "Lágrimas correndo mundo. O bordado madeirense como dor e como arte", *Islenha*, n.º 30, jan.-jun. 2002, pp. 107-109; FERREIRA, Duarte Nuno Fernandes, "Bordadeiras de Câmara de Lobos. Honra, espaço e bordado", *Xarabanda*, n.º 1, maio 1992, pp. 12-14; FRANÇA, Isabella de, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal (1853-1854)*, Funchal, JGDAF, 1970; FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1979; GONÇALVES, Manuel, *As Raparigas dos Bordados*, Funchal, s.n., 1902; GOUVEIA, Horácio Bento, *Lágrimas Correndo Mundo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959; GUERRA, Jorge Valdemar, "Uma memória de 1822 do funchalense João Pedro Drumond", *Islenha*, n.º 12, jan.-jun. 1993, pp. 181-208; *Indústria de Bordados da Madeira*, Funchal, Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira, 1958; KLUT, Teresa, "Economuseu Casa de Bordados. Para um projecto de museologia dedicado ao bordado da Madeira", *Islenha*, n.º 43, jul.-dez. 2008, pp. 185-198; *Id.*, *Casa de Bordados*, Funchal, DRAC, 2017; LIMA, Fernando de Castro Pires de (dir.), *A Arte Popular em Portugal, Ilhas Adjacentes e Ultramar*, vol. 1, Lisboa, Verbo, 1968; LIMA, Rui de Abreu de, *O Bordado Tradicional Português*, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional, 1994; LUCENA, Vasco, "Os bordados da Madeira", in BARREIRA, João (dir.), *Arte Portuguesa. As Artes Decorativas*, vol. 2, Lisboa, Excelsior, s.d., pp. 285-297; "Madeira", *Modas e Bordados*, ano XX, n.º 1146, 24 jan. 1934; MAGALHÃES, M. M. de Calvet, *A Bordadeira*, Lisboa, Secretariado Nacional de Informação, s.d.; *Id.*, *Bordados e Rendas de Portugal*, Lisboa, Direcção-Geral do Ensino Primário, 1963; MATOS, Maria Izilda Santos de, "Costura batalhar. O cotidiano de trabalho e de luta feminino. São Paulo (1900-1930)", *Textos de História*, vol. 8, n.ºs 1-2, 2000, pp. 269-284; MENEZES, Sérvulo Drumond de, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo*, vol. 2, Funchal, Typ. Nacional, 1850; NASCIMENTO, Francisco Ribeiro do, *Bordados da Madeira nos Morros de Santos*, Santos, Prefeitura Municipal, 1992; *The National Geographic Magazine*, jul. 1934; *Re-Nhau-Nhau*, 22 ago. 1931; SANTOS, Teresa Catarina, *O Bordado Madeira. O Processo Criativo do Bordado Madeirense*, Dissertação de Mestrado em Museologia apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, texto policopiado, 2005; SANTOS, Victorino José dos Santos, "Indústrias madeirenses bordados, artefactos de verga e embutidos", *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 5, 1906, pp. 3-29; SILVA, A. Marques da, "Industrias caseiras da Madeira. O bordado", *Mensário das Casas do Povo*, n.º 126, 1956, p. 22; SILVA, Elisabete, "Bomboteirismo. A arte de uma profissão", *Xarabanda*, n.º 4, 1993, pp. 13-14; SOLEDADE, Maria da, *Os Bordados da Madeira. Viagem numa Fábrica de Bordados*, Funchal, Eco do Funchal, 1957; VIEIRA, Alberto, "Ofícios e artesãos na história da Madeira", *Xarabanda*, n.º 13, 2000-2001, pp. 3-9; *Id.*, *O Bordado da Madeira*, Funchal, Bordal, 2006; WALTER, Carolyn, e HOLMAN, Kathy, *The Embroidery of Madeira*, New York, Union Square Press, 1987; WILHELM, Eberhard, "Estrangeiros na Madeira. João Wetzler industrial de bordados, antiquário e doador duma colecção de pratas", *Islenha*, n.º 2, jan.-jun. 1988, pp. 69-76; *Id.*, "As casas alemãs de bordados entre 1880 e 1916 e a família Shnitzer", *Islenha*, n.º 7, jul.-dez. 1990, pp. 52-60; *Id.*, "João Wetzler. Vendendo bordados e antiguidades, um refugiado judeu fez fortuna na ilha da Madeira", *Revista de Estudos Judaicos*, n.º 3, 1996, pp. 83-92.

† ALBERTO VIEIRA

Borge, Oscar Fredrik

Biólogo limnologista e político ativo no movimento operário sueco, nasceu a 21 de janeiro de 1862 em Estocolmo e faleceu nessa cidade a 4 de janeiro de 1938. Estudou em Estocolmo e Uppsala, onde se doutorou em 1895. Participou na expedição à Patagónia organizada pelo antropólogo sueco Erland Nordenskiöld em 1899. Foi membro do conselho da cidade de Estocolmo e deputado no Parlamento pelo



Oscar Fredrik Borge, c. 1925 (arquivo particular).

Partido Social Democrata Sueco. Fez parte da direção da Biblioteca Pública de Estocolmo.

Como biólogo, destacou-se no estudo das algas de água doce, tendo em 1911 publicado um pequeno trabalho sobre as algas de água doce colhidas na Madeira por Carl Lindman em 1885, no qual estão referidas nove espécies, cinco de algas verdes e quatro de cianobactérias.

Obras de Oscar Fredrik Borge: *Australische Süsswasserchlorophyceen* (1896); *Algologische Notizen. 7. Süsswasseralgen aus Madeira* (1911); *Die von Dr. A. Löfgren in Sao Paulo gesamelten Süsswasseralgen* (1918).

Bibliog.: BORGE, Oscar, "Algologische notizen. 6-7", *Botaniska Notiser*, vol. 2, 1911, pp. 197-207; WESTRIN, T., *Nordisk Familjebok. Konversationslexikon och Realencyklopedi*, Trettiofjärde Bandet I. Ö-Öyslebö, sup. AA-Cambon, Stockholm, 1922.

MANUEL BISCOITO

Borges, João Gonçalves

João Borges nasceu a 22 de setembro de 1922 na freguesia do Monte, concelho do Funchal, e faleceu nesta cidade a 26 de novembro de 2008. Empresário, desportista náutico e governante, destacou-se sobretudo nos sectores do turismo e do mar.

A sua paixão pelo mar veio de muito novo, quando, sendo asmático, encontrou no mar alívio para a sua maleita. Ficaram célebres os seus mergulhos no Lido, pelo tempo que permanecia imerso. Foi pioneiro na caça submarina na Madeira, tendo ganhado o primeiro lugar no primeiro concurso desta modalidade organizado pelo Clube Naval do Funchal, no Paul do Mar, a 27 de setembro de 1953. Foi também pioneiro no mergulho com escafandro autónomo, tendo acompanhado a equipa do Com. Cousteau durante a sua visita à Madeira em agosto de 1956. Em julho de 1966, acompanhou também os mergulhos do batiscafo francês *Archimède* na Madeira, tendo promovido uma conferência proferida no Funchal pelo Com. Georges Houot e pelo Eng.º Henri-Germain Delauze, responsáveis pelo batiscafo.

No plano associativo, pertenceu aos corpos dirigentes do Clube Naval do Funchal desde 1962 até 1988, tendo sido comodoro, vice-presidente e presidente da respetiva Assembleia-Geral.

O entusiasmo pelo mar levou-o a interessar-se pela colónia de lobos-marinhos, *Monachus monachus*, das ilhas Desertas, que nos anos 80 do séc. XX estiveram muito perto da extinção. Fruto deste interesse e das suas observações, participou na 1.ª Conferência Internacional sobre o Lobo-Marinho, realizada em Rodes em



Fig. 1 – João Gonçalves Borges, "Mr. Madeira", c. 2000 (fotografia de Paulo Camacho).

1978. Nesta apresentou uma comunicação intitulada "The monk seals of Madeira", na qual deu conta da situação precária em que estes mamíferos marinhos se encontravam. Efetuou também várias deslocações às ilhas Selvagens, na companhia do seu amigo Paul Alexander Zino, tendo colaborado nos estudos sobre as aves marinhas realizados por este ornitólogo amador.

A sua capacidade de comunicação, as suas áreas de interesse e a fluência em línguas estrangeiras fizeram de João Borges um relações-públicas nato, levando-o a contactar com inúmeras personalidades que visitaram a Madeira. Em 1953, o realizador de cinema John Houston deslocou-se à Ilha para realizar algumas cenas do seu filme *Moby Dick*, tirando partido da existência, nessa época, de atividade baleeira. João Borges participa no filme, vestindo a pele de uma baleia branca.

Na sua qualidade de "homem dos sete ofícios", João Borges foi também um técnico de precisão muito conceituado, tendo fundado a relojoaria Big Ben em 1947, na então recentemente aberta Av. de Zarco. Na sua oficina, reparou muitos equipamentos náuticos de precisão, não só de desportistas locais, como também de iatistas que escalaram a Madeira. Esta sua aptidão levou-o a ser cronometrista de muitas provas náuticas, entre elas a Regata Oceânica Lisboa-Madeira, cuja primeira edição teve lugar em 1950.

O seu talento para os contactos pessoais conduziu-o inevitavelmente ao sector do turismo. Assim, em 1969, ingressa na Delegação de Turismo da Madeira, ao lado de José Ribeiro de Andrade e António Bettencourt da Câmara, ficando responsável pelos sectores da promoção e das relações públicas. Torna-se assim o primeiro promotor oficial do turismo da Madeira, cargo que desempenhará por muitos anos e que o levará aos principais países de onde são originários os turistas que visitam a Ilha.

Na sequência da Revolução de 25 de abril de 1974, foi nomeado membro do Gabinete de Informação, situado no palácio de S. Lourenço, e encarregado de dar informações aos jornalistas estrangeiros presentes, assessorando a primeira conferência de imprensa dada pelas novas autoridades no Funchal.



Fig. 2 – Esboço para caricatura de João Gonçalves Borges, Paulo Sá Brás, 1979 (ABM, Arquivos Particulares).

Já na Direção Regional de Turismo, foi nomeado em 1981 diretor dos serviços de promoção, relações públicas e publicidade, e recebeu nesse ano o Golden Helm, galardão atribuído pela Associação Internacional de Relações Públicas. A 10 de janeiro de 1984, foi nomeado diretor regional de Turismo, cargo que ocupou até à sua aposentação, em 1992. A 18 de maio de 1986, o Governo Regional da Madeira atribuiu-lhe a Medalha de Ouro de Mérito Turístico, e em 1987 recebeu a Medalha de Mérito Turístico instituída pela Associação Portuguesa das Agências de Viagem e Turismo, no decurso do seu XIII Congresso, em Marraquexe. Aquando da sua aposentação, os diretores dos centros de turismo de Portugal, reunidos no Funchal, homenagearam João Borges oferecendo-lhe uma placa na qual se lê a seguinte inscrição: "Ao ilustre embaixador da Madeira em todo o mundo,

João Gonçalves Borges, como homenagem pelos relevantes serviços prestados ao turismo português". A 10 de junho de 1993, foi agraciado com o grau de comendador da Ordem de Mérito pelo Presidente da República, Mário Soares.

João Borges foi casado com Deirdre Mary Isabella Shanks Borges, de quem teve dois filhos.

Obras de João Gonçalves Borges: "The monk seals of Madeira" (1978).

Bibliog.: impressa: CAIRES, Victor, e FERNANDES, Catanho, *50 Anos de História do Clube Naval do Funchal*, Funchal, Clube Naval do Funchal, 2002; CUNHA, António *et al.*, *Histórias do Mar e do Naval*, Funchal, *O Liberal*, 2013; **digital:** CAMACHO, Paulo Silva, "João Borges. Mr. Madeira: a vida a promover", *Biografias da Madeira*, 12 mar. 2012: http://biografiasmadeira.blogspot.pt/2011/08/joao-borges.html (acedido a 6 de mar. 2017).

MANUEL BISCOITO

Borges, Vasco

Nascido em Lisboa, a 23 de setembro de 1882, licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Univ. de Coimbra, devendo ter estabelecido, logo como estudante e naquela cidade, ou em Lisboa, entre 1904 e 1905, quando se fixou como advogado, relações estreitas com os membros do Partido Republicano Português. Com 32 anos, nas vésperas da Primeira Grande Guerra, foi nomeado governador civil do Funchal. A sua nomeação foi determinada pelo dec. de 4 de abril de 1914, tomando posse deste cargo a 27 do mesmo mês, tendo sido recebido no cais regional pelo presidente da Junta Geral, Gen. Daniel Telo Simões Soares (1864-1938), e pelo deputado Francisco Correia de Herédia (1852-1918), antigo visconde da Ribeira Brava.

O governador deve ter ficado muito pouco tempo na Madeira, pois a correspondência da Associação Comercial do Funchal nos meses seguintes, sobre o racionamento de bens de primeira necessidade, já era dirigida ao Maj. José Vicente de Freitas (1869-1952), como governador substituto. A situação também era muito complicada em Lisboa, inclusivamente nas várias fações do Partido Republicano, prevalecendo uma linha mais dura onde militava Ribeira Brava, sendo Vasco Borges substituído pelo filho do antigo visconde, Sebastião de Herédia (1876-1958), que, nomeado em dezembro desse mesmo ano, tomou posse a 8 de janeiro seguinte, mas também para um curto mandato. Porém, em Lisboa, "Madame Vasco Borges" ainda conseguiu angariar donativos para a "Sopa Económica" do Funchal, depois conhecida como "Sopa do Cardoso", numa vitalidade verdadeiramente notável, donativos que dão entrada na Associação Comercial em março de 1915 (CARITA, 2002, 67).

A fação mais conservadora do Partido Republicano, onde militava Vasco Borges, viria a reforçar depois a sua posição política, aproximando-se do Maj. Sidónio Pais (1872-1918). Embora Sidónio tenha sido assassinado a 14 de dezembro de 1918, tal como o antigo visconde, a 16 de outubro do mesmo ano, em 1920, Vasco Borges integrou, como ministro da Instrução Pública, o Governo do Cor. António Maria Baptista (1866-1920); em 1922, como ministro do Comércio e Comunicações, o Governo do Cor. Carlos Henrique da Silva Maia Pinto (1866-1932); também em 1922, como ministro do Trabalho, os dois governos do Eng.º António Maria da Silva (1872-1950); em 1925, como ministro dos Negócios Estrangeiros, o Governo de Domingos Leite Pereira (1882-1956); e, entre 1925 e 1926, como ministro dos Negócios Estrangeiros, o 4.º Governo de António Maria da Silva, derrubado pelo golpe de 28 de maio desse ano, que



Fig. 1 – Vasco Borges como deputado, c. 1936 (AHP).



Fig. 2 – Chegada de Vasco Borges ao Funchal, sendo recebido pelo Gen. Simões Soares e pelo deputado Ribeira Brava, 1914 (*Ilustração Portugueza*, 1 jun. 1914, 703).

implantou uma ditadura e conduziu ao Estado Novo.

A posição política de Vasco Borges transitou então de uma ativa participação governativa na Primeira República para o grupo dos elementos apoiantes do Estado Novo, onde era apontado como um dos confidentes de António de Oliveira Salazar (1889-1970), como descrito na sua nota biográfica parlamentar, em relação à então Assembleia Nacional, onde esteve como deputado na Primeira e Segunda Legislaturas, entre 1935 e 1942. Nesta nota, constam as suas participações como ministro nos vários governos da Primeira República, mas não a sua passagem pelo lugar de governador civil do Funchal. Foi feito comendador da Ordem Militar de Cristo a 28 de junho de 1919, elevado à Grã-Cruz da mesma Ordem a 2 de dezembro de 1924 e faleceu em Lisboa a 19 de novembro de 1942.

Bibliog.: impressa: *Ilustração Portugueza*, 1 jun. 1914; MELLO, Luís de Sousa, e CARITA, Rui, *Associação Comercial e Industrial do Funchal. Esboço Histórico (1836-1933)*, Funchal, Edicarte, 2002; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; **digital:** "Vasco Borges", *App Parlamento*, s.d.: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/b/borges_vasco.pdf (acedido a 10 maio 2018); "Vasco Borges", *Grão-Mestre das Ordens Honoríficas Portuguesas*, s.d.: http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=153 (acedido a 10 maio 2018).

Rui Carita

Botelho, Sebastião Xavier

A 15 de junho de 1818, foi nomeado governador e capitão general da Madeira o juiz desembargador Sebastião Xavier Botelho, que chegou ao Funchal a 12 de maio do ano seguinte e tomou posse três dias depois na Câmara Municipal do Funchal, como era hábito. O novo governador embarcara em Lisboa a 27 de abril na fragata *Vénus*, mas ficou no Tejo durante oito dias "por causa dos ventos duros e contrários, só se fazendo à vela" a 6 de maio, pelo que só chegou "às sete horas da tarde" do dia 12 de maio ao Funchal, como informou dois dias depois (ABM, Governo Civil, liv. 202, fls. 105v.-106).



Fig. 1 – Provável retrato de Sebastião Xavier Botelho, oficina de Joaquim Leonardo da Rocha (atr.), c. 1820 (fotografia de Bernardes Franco, São Lourenço, 2015).

Nessa fragata, e com o anterior Gov. Florêncio Correia de Melo (1766-1834), regressaria a Lisboa o embaixador António Saldanha da Gama (1778-1839), depois conde do Porto Santo, que obtivera um ano de licença depois da sua estadia em São Petersburgo, recolhendo-se em casa dos sogros, na Ribeira Brava, aguardando a chegada da *Vénus* desde os finais do ano anterior. O ministro D. Miguel Pereira Forjaz (1769-1827) escrevera-lhe várias vezes a solicitar o seu regresso para se encontrar com o conde de Palmela (1781-1850), mas ele escusara-se pela falta de segurança das embarcações e do mar, entre a Madeira e Lisboa, infestado de "corsários insolventes" (ANTT, Arquivos de Pessoas Singulares…, cartas de 14 dez. 1818, 12 e 25 jan. 1819).

O novo governador era filho natural do Ten.-Cor. Tomás João Xavier Botelho, comandante do 2.º Regimento de Infantaria do Minho, por sua vez filho dos 4.ºs condes de São Miguel, tendo nascido em Viana do Castelo, ou Lisboa, a 8 março de 1768. Tratava-se de uma personalidade invulgar e que, embora filho natural, pois



Fig. 2 – Entrada do Gov. Sebastião Xavier Botelho e da mulher para a Confraria da Soledade, março de 1820 (ABM, Governo Civil, liv. 235).

o pai nunca chegou a casar, havia conseguido um largo reconhecimento, principalmente no campo da jurisprudência. Bacharel pela Univ. de Coimbra, tinha sido juiz de direito da Casa de Bragança e desembargador da Relação do Porto. Durante as campanhas peninsulares, tinha sido juiz privativo do Comissariado Britânico e inspetor-geral dos Transportes, pelo menos em 1811, passando depois ao Rio de Janeiro, onde desempenhou as funções de deputado fiscal das Juntas dos Arsenais, Fábricas e Fundições do Brasil, de inspetor dos Teatros e de desembargador da Casa da Suplicação, de onde saiu para o Governo da Madeira. Dotado de rara inteligência e ilustração, imprimiu um ritmo totalmente diferente ao governo da Ilha e, principalmente, à fortaleza e palácio de

S. Lourenço, que passaria a desempenhar um papel e a ter uma visibilidade bastante diferentes do que até então tinha acontecido.

Início de funções

No final de maio de 1819, apenas 15 dias depois de tomar posse, já tinha traçado – e deu-o a conhecer, em ofícios, ao conde de Arcos e a Tomás Vila Nova de Portugal, respetivamente ministros da Marinha e Ultramar e do Reino, no Rio de Janeiro – um panorama geral sobre a realidade insular, os seus problemas e aquelas que eram, na sua perspetiva, as áreas prioritárias de intervenção. As suas observações, apesar do seu carácter subjetivo (por razões diversas, que vão do preconceito à simples ignorância, e que resultam, em parte, do pouco tempo de que dispusera para conhecer o espaço e as pessoas), permitem-nos, no entanto, apresentar um quadro genérico da Ilha, que considerava poder "melhorar muito", à entrada da déc. de 20. Para Botelho, os madeirenses eram "naturalmente hábeis para as artes e para as ciências", embora "faltos de estímulos", vivendo alguns deles na "ociosidade", de onde entendia resultarem as "desarmonias das famílias, os ditos vagos, as palavras indecentes, e certas liberdades". Tudo isto considerava, no entanto, "ser suscetível de remédio", bastando para tal pôr em observância as leis de polícia e tratar de abrir um teatro, para os "entreter e distrair" (RODRIGUES, 2008, 787).

No seu novo cargo, começou por contactar com os seus serviços e com os comandos militares e por percorrer a fortificação do Funchal, mandando elaborar um estudo sobre o estado das fortalezas e das forças que as guarneciam. Um dos problemas que imediatamente o alertaram foi a proliferação dos "abusos, relaxações e uma facilidade mal entendida nos mancebos ociosos e de nenhuma educação", pelo que mandou "pôr em observância as Leis de Polícia", que pouco depois mandaria publicar em edital (AHU, Madeira, doc. 4746), embora, e ao mesmo tempo, começasse também a "trabalhar para abrir o Teatro para os distrair" (*Ibid.*, Madeira, doc. 4656), como comunicou para o Rio de Janeiro. Profundo conhecedor de teatro, escreveu algumas peças que foram representadas para subsidiar a reabertura do Teatro Grande. Mais tarde, ainda tentará criar uma lotaria, embora a anterior, levada a efeito pelo Gov. José Manuel da Câmara (c. 1760-c. 1825), não tivesse dado resultado, ficando por vender grande parte dos bilhetes.

Em relação aos comandos militares, ficou sem saber o que deveria fazer com os oficiais que tinham vindo com os governadores anteriores e haviam ficado na Madeira, como era o caso de Luís de Melo Correia, sobrinho do governador anterior, e de Miguel Seabra da Silva Beltrão, que casara com uma filha de Henrique Correia de Vilhena Henriques (1769-c. 1830), irmão do conde de Torre Bela (1768-1821), militares que se mantinham como sendo do Exército de Portugal e não integrados nas forças da Ilha. Por outro lado, em relação à composição do Batalhão de Artilharia, esse aspeto poderia ter outro interesse. O Batalhão era totalmente constituído "por naturais deste país e filhos de colonos", pelo que na perturbação ocorrida no ano anterior "se tinha acomodado àquele tumulto". Acrescia que, "no exame" que se fizera "às mãos ocultas que semearam a discórdia", as mesmas "ficaram soltas", e, como o assunto continuava de pé, era muito possível que se voltasse a atear, "e para se extinguir ou reprimir cabalmente", carecia "de misturar com a força de filhos da terra, outra força estranha que os possa conter" (ABM, Governo Civil, liv. 202, fls. 117-117v., 119).

Sobre a Junta da Fazenda e a sua orgânica, o governador informou que "a administração da Junta se acha em bom estado, o Erário com crédito e a contabilidade exata". No entanto, teria detetado "alguma irregularidade no sistema", fruto do aglomerado de ordens e "portarias singulares", que logicamente não conduziam a "um resultado metódico". O sistema poderia melhorar se o rei autorizasse a execução de "um projeto de Finanças relativo a esta Capitania" (AHU, Madeira, doc. 4624). Esse projeto permitiria resolver de imediato pelo menos três questões: 1. a consulta sobre a possibilidade do cultivo e exportação de urzela,



Fig. 3 – Vista do antigo Colégio dos Jesuítas, Edward Hawke Locker, julho de 1805 (ABM, Arquivos Particulares).

tendo em conta que a Coroa só autorizava que tal se fizesse em Cabo Verde; 2. a anuência ao requerimento, de janeiro de 1817, para que se proibisse a entrada de rum e de outras bebidas espirituosas; 3. a compra dos vinhos que se pretendia efetuar por conta da Fazenda Real, com o objetivo de os vender em Londres, para encontrar um meio alternativo de financiamento da Coroa (pretensão que remontava a dezembro 1818).

Detetara igualmente um atraso na arrecadação, na ordem dos "quatrocentos contos, o que provém dos muitos devedores falidos". Achava assim que "arrecadar com execuções vivas este débito" seria "um sistema destrutivo dos habitantes da Ilha, cujos cabedais têm diminuído progressivamente". O melhor sistema seria proceder a "consignações módicas, conciliando os interesses da Fazenda Real com os dos habitantes desta Capitania" (*Ibid.*, Madeira, doc. 4624).

Como jurista que era, deu também, logo de início, especial atenção aos assuntos dessa área. Por exemplo, com a morte do bacharel José Julião de França e Vasconcelos, proprietário do ofício de juiz dos órfãos de Machico, o governador mandou perguntar como havia de proceder para o preencher. Em julho de 1819, tinham-se apresentado o novo juiz de fora, Luís Ribeiro de Sousa Saraiva, e o novo corregedor, Luís Gomes de Sousa Teles, ambos chegados à Ilha sem carta régia de nomeação devidamente assinada. Embora lhes tenha dado posse do lugar, não deixou de insistir várias vezes nas dificuldades que causavam incorreções desse género. O anterior juiz e corregedor, Manuel Caetano de Almada e Albuquerque, tinha seguido para o Rio de Janeiro a 16 de janeiro de 1817, aliás com muito boa informação do anterior governador, pelo que Sebastião Xavier Botelho optou por lhes dar posse do lugar, dado que a falta das autoridades superiores dessa área era altamente gravosa para a Ilha.

Pouco tempo depois, haveria de alvitrar para o Rio de Janeiro que se aplicasse na Junta do

Crime ou Junta das Justiças da Madeira a lei de 15 de novembro de 1810, que instituía e enquadrava idêntico órgão nos Açores. Uma das suas principais preocupações foi o sustentáculo económico desse órgão, que assentava no dinheiro das condenações, de que era depositário Joaquim Coelho de Meireles. Foi com base nesta Junta que, em setembro, Xavier Botelho difundiu as novas instruções sobre o Registo do Porto e que, no ano seguinte, ainda ampliava as instruções de polícia com 22 artigos sobre os procedimentos a observar na chegada das embarcações, nas visitas aos navios e no controlo dos passaportes. Como governador e jurista, igualmente se interessou por um assunto que até então, embora objeto de reparos, não havia encontrado solução: os honorários dos oficiais de justiça da Ilha. No quadro da Junta das Justiças mandou então reunir, em meados de novembro de 1820, todos os advogados do Funchal, nessa altura 16, para se tentar encontrar um consenso com vista à unificação das suas remunerações. A 22 desse mês de novembro surgia então um regulamento provisional com vista à regulamentação dos salários dos oficiais de justiça da Ilha.

A situação eclesiástica também lhe mereceu juridicamente algumas reservas. Desde a chegada à Ilha do bispo de Meliapor e eleito de Elvas, D. Fr. Joaquim de Meneses e Ataíde (1765-1821), que a situação era delicada, tendo havido, pelo menos inicialmente, uma franca oposição do cabido ao novo administrador diocesano. Embora alguns cónegos não merecessem, por vezes, muita confiança, como já informara o anterior governador, Xavier Botelho colocava algumas dúvidas em relação à prisão do Cón. Gregório Rodrigues de Abreu, às ordens do prelado. O cónego teria insultado o bispo e outros cónegos da Sé, apelidando-os de pedreiros-livres. Em causa estaria a recente alteração dos estatutos do cabido da Sé, feita pelo administrador diocesano e onde o mesmo assumia um novo papel na área da nomeação dos cónegos. Não só por o bispo eleito de Elvas não ser bispo do Funchal, mas somente administrador diocesano, como por todo o desenrolar do processo, Xavier Botelho levantou algumas dúvidas em relação à jurisdição eclesiástica do Funchal.

Quanto à organização administrativa insular, para além de fortes críticas ao desempenho dos poderes locais, Sebastião Xavier Botelho advogou, em 1821, a necessidade de rever a divisão do território, algo que acabaria por acontecer após 1834/1835. A este respeito, convém não esquecer que Xavier Botelho era apenas o segundo governador a não ter de lidar com a presença militar britânica e com tudo o que esta trouxera, social, política e economicamente, desde a divisão de poderes imposta (entre 1807 e 1814) até ao relacionamento, relativamente próximo, que os comandantes militares britânicos haviam fomentado com os naturais da Ilha e os poderes locais, alheando-se, frequentes vezes, das autoridades insulares (governador, corregedor e juntas). Quanto às acusações que fez contra os poderes locais e os seus "abusos", "violências" e "extorsões", apesar de estarem, por vezes, baseadas em relatos de terceiros ou resultarem de uma análise superficial ou intuitiva de alguns casos, para além de serem fruto dos próprios interesses de consolidação do poder do novo governador, a verdade é que se apontavam práticas em relação às quais as queixas já eram antigas. O que então estava em causa seria uma das constantes da primeira metade do séc. XIX na Madeira, como o foi no reino: a (elevada) corrupção nas estruturas administrativas (centrais, insulares ou locais), que ia desde a simples cobrança indevida de custos, taxas e emolumentos até ao desvio de fundos e à gestão fraudulenta dos recursos existentes, passando pelo benefício e usufruto de um conjunto de facilidades e de privilégios que a lei não previa.

Visita de reconhecimento à Ilha

Logo nestes primeiros meses do seu governo, Sebastião Xavier Botelho resolveu visitar toda a Ilha, saindo em finais de agosto do Funchal, pelo Oeste, e pensando levar nessa volta cerca de 20 dias, assunto que comunicou para o Rio de Janeiro. O governador fez-se acompanhar pelo Brig. Jorge Frederico Lecor (c. 1775-1822) e pelo Ten.-Cor. Paulo Dias de Almeida (c. 1778-1832), saindo do Funchal a 20



Fig. 4 – *Planta da Costa e Vila de Santa Cruz*, Paulo Dias de Almeida, 1820 (DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, 3546-II-3-31-43).

de agosto e enviando da Calheta, a 27 desse mês, as primeiras impressões. Tinham visto "a fortificação, milícias, igrejas, estradas, cultura, águas, ribeiras, levadas e o estado de espírito público" (ABM, Governo Civil, liv. 202, fls. 122v.-124v.). Pensavam então atravessar a Ilha em direção à costa norte e ao Porto do Moniz, fazendo o trajeto pela "serra e passando à vila de S. Vicente, cabeça das terras que ficam a esse lado da Ilha, para observar as nascentes de águas chamadas Rabaçal, que aproveitadas e bem dirigidas repararão as terras, que se abandonaram ou cultivam mal por muito áridas" e que assim diminuiriam "as desavenças dos lavradores, que contínuo sucedem por esse objeto" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 202, fls. 122v.-124v.).

O problema das fontes do Rabaçal era muito antigo e já tinha sido levantado, em meados do século anterior, pelo Gov. António de Sá Pereira (1731-1813), que enviara aí o Eng.º Francisco de Alincourt (1733-1816) para estudar o assunto. O Governo do Rio de Janeiro pediu informações a esse respeito no ano seguinte, mas o assunto só veio a ter desenvolvimento em meados desse século, com os trabalhos dos capitães de engenheiros Tibério Augusto Blanc (c. 1810-1875) e António Pedro de Azevedo (1812-1889), chegando a obra a ser visitada em 1848 pelo Eng.º António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), depois chefe de governo. O Gov. Xavier Botelho estava de regresso ao Funchal a 7 de setembro, depois de ter dado a volta à Ilha, ouvindo as queixas e representações dos povos.

Com a visita à Ilha, foram afloradas inúmeras ideias, como a depois estrada central, mas o seu curto governo e os reflexos da Revolução do Porto, entre os finais de 1820 e os inícios de 1821, não lhe permitiram muito mais margem de manobra. Também sobre as câmaras rurais, onde detetou inúmeras irregularidades, não foi possível ir além do elenco das mesmas. Ainda escreveu que, para melhor se observar o sistema municipal, havia de "se reduzir os termos e os concelhos da ilha da Madeira", pois quando os mesmos tinham sido determinados estavam corretos, mas então a realidade era outra, "pela extinção de algumas povoações, cabeças de Termos", havendo assim necessidade

da "ereção de outras novas" câmaras (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 202, fls. 130-131), porém, não se passou da equação do problema.

Outra das suas preocupações foi o estado sanitário da Ilha: por um lado, o das forças militares da Madeira, que exigiam um outro hospital que não o da Misericórdia, e, por outro, o próprio Hospital da Santa Casa, que não oferecia já as condições necessárias de salubridade, dado o local em que se encontrava. Em janeiro de 1820, o governador oficiava para Lisboa sobre o hospital que se pretendia para o Batalhão e, no mesmo dia, sobre a mudança do Hospital da Misericórdia para o velho Convento da Encarnação, passando a funcionar no antigo edifício o celeiro público, que tinha ficado em projeto. No antigo edifício da Misericórdia, dada a sua centralidade, podiam ainda ficar a funcionar as aulas públicas. O governador achava não haver condições no atual edifício, "construído no centro do Passeio Público" e "amargurando (os passantes) com o espetáculo miserável dos doentes e expondo-os à infeção com o ar menos puro", para além de que a situação das órfãs "expostas aos olhos da mocidade ociosa" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 202, fls. 151-153v.) também não era a mais conveniente. Acrescia ainda que era igualmente necessário pensar num novo lazareto, assunto que fora determinado pelo alvará de 22 de janeiro de 1810, mas que ainda não encontrara solução.

No início de março, ainda voltaria ao assunto, acusando o anterior bispo, D. Luís Rodrigues Vilares (c. 1740-1810), pela sua demora em Lisboa, de não ter executado as ordens que tinha para a transferência das freiras da Encarnação para Santa Clara. Acontecia ainda que "as suas moléstias haviam de sobremaneira afrouxado o seu espírito na última época do seu episcopado, pelo que só tivera tempo de se preparar para morrer". Por tudo isso e pela "rebeldia, desobediência e relaxação das religiosas, a anexação se tornava urgente". Acrescentava ainda que as freiras tinham contraído imensas dívidas, que tinham dificuldade em pagar, mas que mantinham um "trato sucessivo de novos empréstimos para se poderem manter" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 202, fls. 158-159).

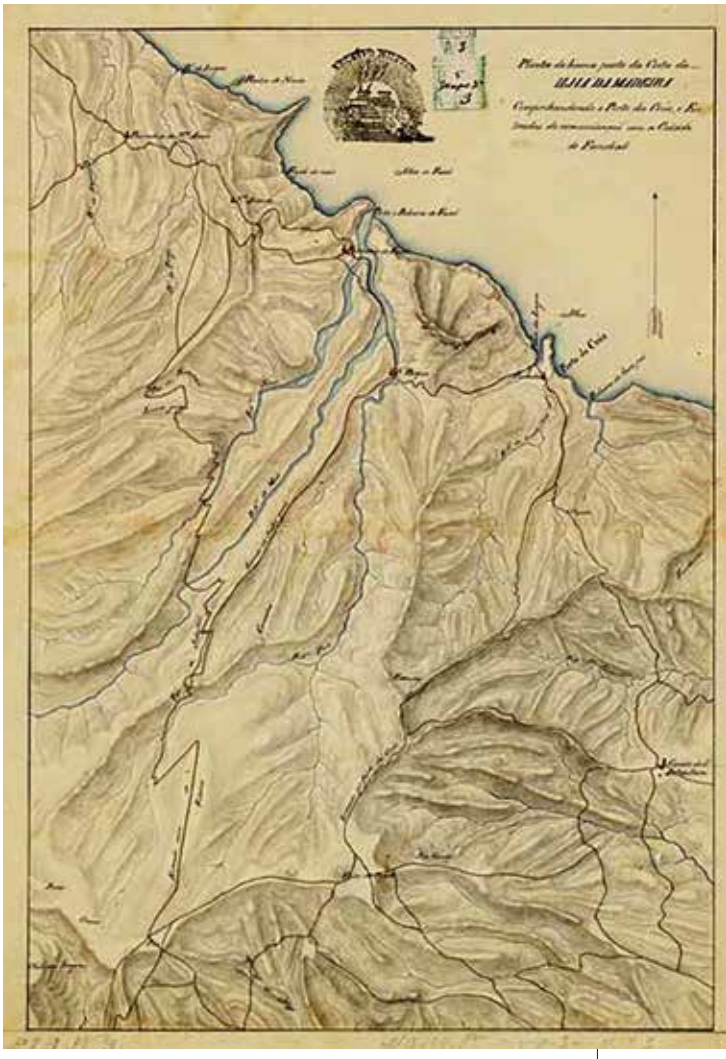


Fig. 5 – *Projeto da Estrada Central ao Norte da Ilha,* Paulo Dias de Almeida, 1820 e 1828 (DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, 1337-1A-12-15).

Mais tarde, o governador viria a saber que o novo vigário diocesano também tinha recebido ordem para a transferência das freiras, mas escondera o documento.

Defesas da ilha da Madeira

Nesse mês de setembro de 1819, Xavier Botelho enviava para o Rio de Janeiro uma série de relatórios sobre o que tinha observado, mas acrescentados com as impressões que tinha trocado com os dois oficiais que o acompanharam, assim como com outras informações que tinha solicitado no Funchal. A 20 de setembro de 1819, escrevia ao conde dos Arcos

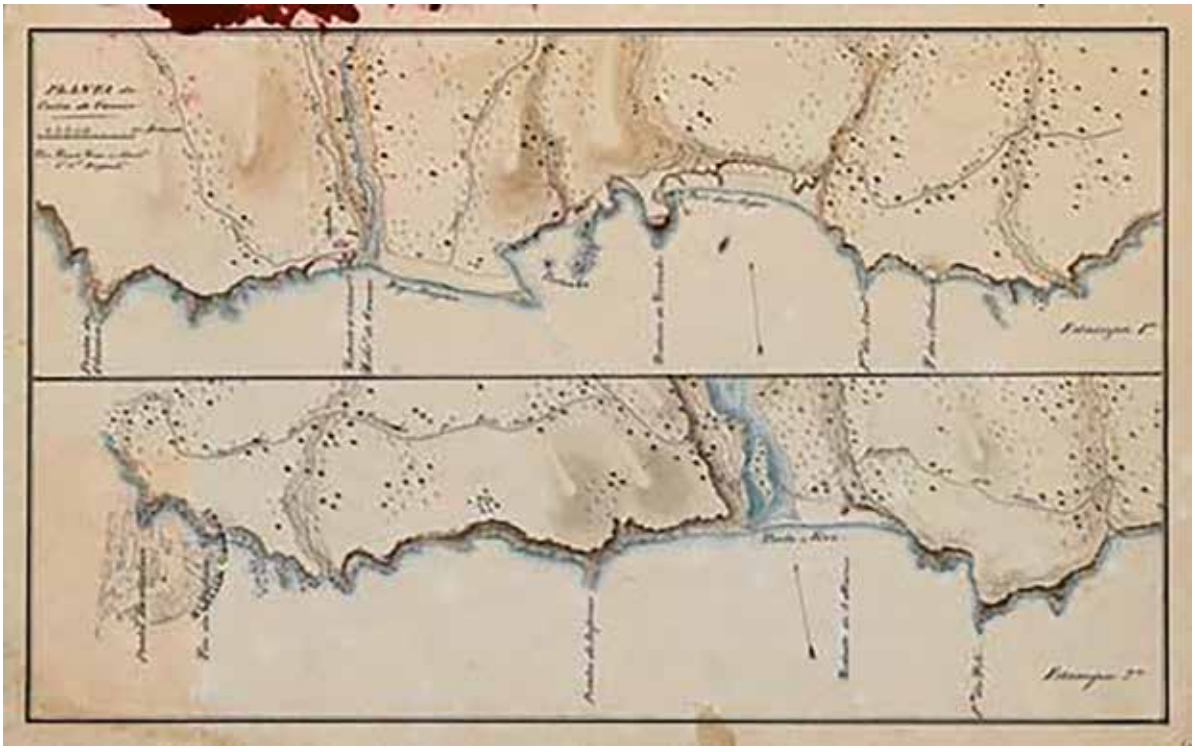


Fig. 6 – *Planta da Costa do Caniço*, Paulo Dias de Almeida, 1820 (DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, 3546-II-3-31-43).

(1771-1828) referindo que "em roda da Ilha, por mal-entendido sistema de fortificação haviam-se mandado estabelecer uma, 2, ou mais peças de diversos calibres no cume das montanhas que ladeiam as povoações. É de notar que a ilha da Madeira é uma grande montanha [...]. As peças estão ferrugentas, sem nenhum reparo, sem nenhuma fortificação e já condenadas por inúteis" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 202, fls. 130ss.). Havia assim que repensar a defesa das povoações ao longo das costas da Ilha, pois havia "a possibilidade dos piratas insurgentes fazerem alguma tentativa sobre os gados e mantimentos daquelas povoações" (AHU, Madeira, doc. 4697). Face a essa situação, acionou imediatamente a revisão da fortificação da Ilha, e um ano depois estavam em obras os fortes da costa do Funchal até Machico. Destes trabalhos, na área do Caniço, Porto Novo e Santa Cruz, deixou-nos Paulo Dias de Almeida uma série de mapas e desenhos muito pormenorizados.

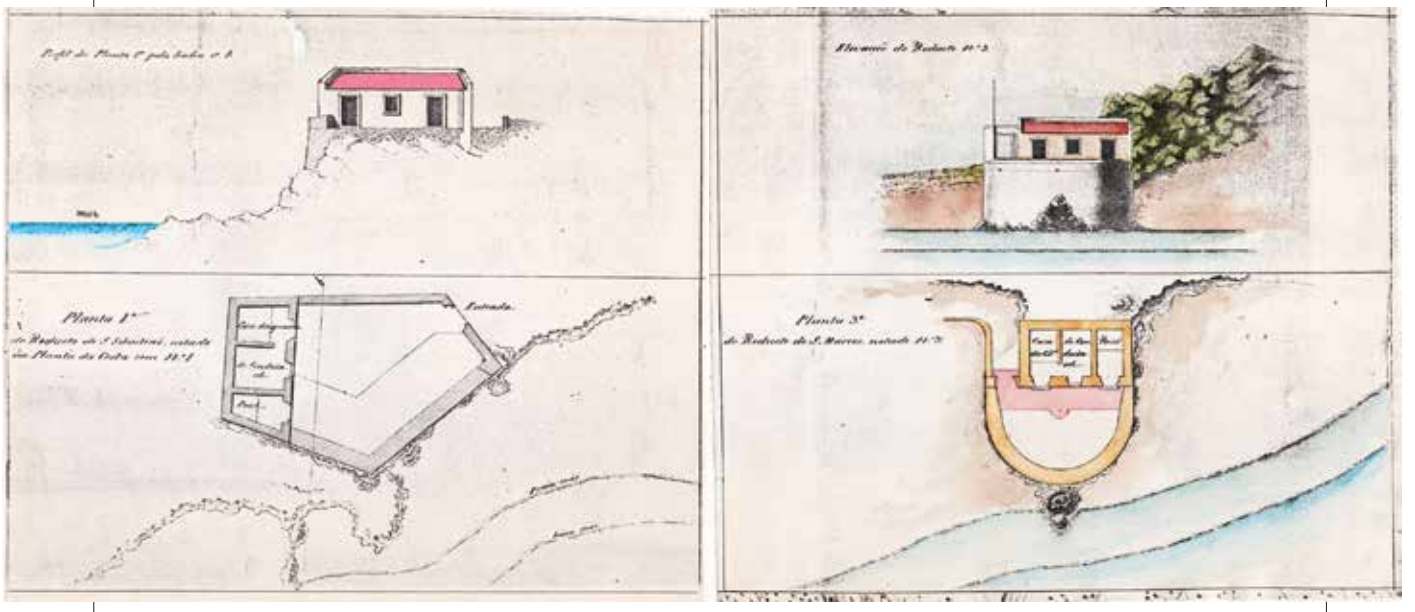
Em junho de 1819, já Sebastião Xavier Botelho acionara os trabalhos da fortaleza do Ilhéu de que se falava há anos, com a montagem de dois paióis, assim como a execução de um outro, fora da mesma e junto à fortaleza do Pico de São João, o depois paiol geral, mandando medir o terreno pelo então Ten.-Cor. Joaquim Casado Geraldes (c. 1785-1845) e aprovando a nomeação do comandante, o major de milícias José Joaquim de Freitas e Abreu. Nessa altura, alterava também o sistema de registo do porto com base na fortaleza do Ilhéu. Tinha havido problemas com um navio britânico, o *Tortouse*, no tempo de Florêncio José Correia de Melo, dado se encontrar estabelecido que as embarcações não podiam ancorar durante a noite, "disparando o Ilhéu um tiro seco, repetindo outro com bala e não cessando o fogo até eles obedecerem". No entanto, essa determinação não se observava com os navios de guerra, "que levantam como e quando lhes convém". Não concordando com o sistema, o governador estabeleceu "uma barca, para em lugar dos tiros, avisar as embarcações de noite que não podiam entrar no porto" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 202, fls. 117, 127-128v.). Como

anteriormente, essa determinação continuava a não se aplicar aos navios de guerra.

Igualmente a este governador se devem os novos estudos sobre o porto do Funchal, nessa época pensado para nascer nas baixas da fortaleza de S. Tiago, e a montagem de "um trapiche" em frente às "casas da Alfândega" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 723, fl. 239v.) para varar pequenas embarcações, local depois conhecido como Cabrestante. Com as dificuldades do inverno, as embarcações de cabotagem encalhavam na praia de calhau, partindo-se ou danificando-se e perdendo as cargas. Estudados os fundos e a sua consistência, foi acordada a área em frente à Alfândega como a mais apta para receber um pontão de madeira, amovível e capaz desse serviço.

Os problemas marítimos continuaram a pontuar esta época, mantendo-se a presença dos corsários insurgentes das Américas, assunto que preocupava igualmente os restantes arquipélagos do Atlântico. Em setembro de 1819, o governador da Madeira respondia a um pedido de António Perich, governador de Cabo Verde, que o mesmo fizera para o envio de casais pobres da ilha da Madeira, que tivessem alguns conhecimentos de agricultura, para povoamento da ilha de São Vicente. O governador escusou-se a dar resposta ao pedido, embora não se opusesse à hipótese. No final do ofício, referia que sobre os corsários de Buenos Aires de momento não tinha especiais informações a dar.

No ano seguinte, os corsários insurgentes rondavam inclusivamente a baía do Funchal e podiam ser observados da fortaleza de S. Lourenço, conseguindo o governador a presença de um bergantim de guerra português para lhes dar caça. Sebastião Xavier Botelho tinha mesmo recebido informação do cônsul português nas Canárias, Laureano José de Vasconcelos, sobre o apresamento do brigue português *Providência*, comandado pelo Ten. Nicolau Atanázio da Cruz Pagone. Em 1820, esteve ao serviço da Madeira o bergantim *Infante D. Miguel*, de que era comandante o Cap. D. Francisco de Sousa Coutinho. Em abril, receava-se que os corsários esperassem a nau da Índia *S. Francisco Xavier* nos mares da Madeira, assim como se temia pelo destino do correio do Rio de Janeiro, aguardado há mais de um mês e de que não havia notícias. Mas, para desespero de Sebastião Xavier Botelho, o bergantim nunca chegou ao contacto com os referenciados corsários insurgentes. Entretanto, com os acontecimentos políticos ocorridos no Porto, o bergantim *Infante D. Miguel* acabaria por ficar retido em Lisboa



Figs. 7 e 8 – Alçado e planta dos redutos dos Reis Magos e de S. Marcos, Paulo Dias de Almeida, Caniço, 1820 (AHMOP, Madeira 1820).

Um nobre de corte no palácio de S. Lourenço

O Gov. Sebastião Xavier Botelho era descendente do conde de São Miguel, D. Álvaro Xavier Botelho de Távora (1708-1789), que fora governador da Madeira em meados do séc. XVIII, de onde passara para governador de Goiás, no Brasil. Acresce que desenvolvera já uma certa atividade como escritor teatral, tendo sido um dos mais apreciados escritores do seu tempo e de quem Alexandre Herculano de Carvalho Araújo (1810-1877), aquando da sua morte, escreveu e proferiu no Conservatório Real de Lisboa um elogio histórico. Ocupando o lugar de um dos seus antepassados, embora filho natural, não deixou, talvez por isso, de procurar honrar o lugar de governador com a pompa e circunstância requeridas. Casou com D. Teresa Maria Antónia Álvares Fernandes de Carvalho, natural de Condeixa, com quem viajou para a Ilha, e quando, a 12 de março de 1820, entrou com a esposa para irmão da Confraria da Soledade do Convento de S. Francisco do Funchal, forneceu o seu brasão de armas de Botelho e Távora encimado por uma coroa de sete pérolas, a que não teria, por certo, direito e que nem heraldicamente existe. Não admiram assim os seus escritos teatrais, a forma como organizou a sua vida social no Funchal, tal como todo o rigor por que pautou a sua atuação como governador na defesa do que entendia por legalidade.



Fig. 9 – Pormenor da entrada do governador para a Confraria da Soledade com armas com coroa de conde, março de 1820 (ABM, Governo Civil, liv. 235).

Foi assim que, logo após ter tomado posse, com certo espanto, constatou o tratamento de Majestade dado à Junta da Agricultura, "mas sem lei, nem ordem régia" (ABM, Governo Civil, liv. 202, fl. 118v.), pelo que solicitou um parecer à corte sobre o que devia fazer perante tão inusitado uso. Nesse quadro, deve registar-se também o seu interesse na revisão das patentes dos cônsules acreditados na praça do Funchal, principalmente dos Estados Unidos, mas também das restantes nações, pelo que, saindo do Funchal, só se voltariam a registar patentes consulares em março 1823. Em julho de 1819, chegava à Madeira a notícia de ter nascido a primeira filha legítima do infante D. Pedro de Alcântara (1798-1834), futuro D. Pedro IV, D. Maria da Glória (1819-1853), princesa da Beira e futura Rainha D. Maria II. De imediato o governador aproveitou a oportunidade para celebrar o acontecimento com festas várias, a que associou ainda um especial indulto pelo acontecimento. Os festejos duraram três dias e encerraram com um importante baile no palácio de S. Lourenço, a 25 desse mês.

Ao longo de todo o seu governo, sucederam-se as festas e receções em S. Lourenço, levando a que, logo nesse ano de 1819, Sebastião Xavier Botelho pedisse que os seus vencimentos fossem pagos tendo em conta a "depreciação da moeda da Madeira". Alegava que tinha imensas despesas de representação, "a que continuamente o obrigavam as visitas dos navios estrangeiros" (AHU, Madeira, doc. 4685), o que não deixava de ser verdade, mas as contínuas festas que dava em S. Lourenço também deviam onerar bastante a sua estadia. O ordenado do governador da Madeira era até então de 4000$00 réis anuais e mais 1 conto para despesas particulares, passando, a partir de 6 de agosto desse ano, para 6 contos, mas entrando nesse "assentamento" o anterior conto de réis, "que cessava" (ABM, Governo Civil, liv. 723, fls. 68v.-69).

No ano seguinte, o governador iria ainda mais longe e, a 25 de maio, informava a maneira como festejara o aniversário de D. João VI (1767-1826) e o retrato que mandara executar para

esta cerimónia, ainda hoje patente na sala de audiências do palácio, pintado por Leonardo Joaquim da Rocha (1756-1825). À tarde, o governador mandara formar o Batalhão de Artilharia e o Regimento de Milícias do Funchal no Campo da Barca, recentemente arranjado pela Câmara Municipal do Funchal e então especialmente preparado para o efeito, tendo havido salvas e revista. À noite, houve receção no palácio, com cerca de 600 convidados, que desfilaram perante "a imagem de Sua Majestade" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 201, fls. 188-189). A cerimónia teve música, dança e poesia, após o que foram postas mesas para 200 pessoas de cada vez, que se revezaram por três vezes, e se seguiu um baile.

Para o aniversário real, o governador mandara construir "uma barraca de pau, com madeira bruta, e que cortava o pátio em dois" (AHU, Madeira, doc. 5018). A construção nasceria na atual sala de entrada do palácio e ocuparia grande parte do pátio. No piso superior, serviria de sala de jantar para grandes receções e, no inferior, para arrecadações várias para apetrechos militares. Graças à informação de Xavier Botelho sobre esta obra, ficámos com a primeira descrição da articulação do palácio, com as quatro salas de receção que desde então subsistem. O Gov. Sebastião Xavier Botelho enviou a planta ao rei, por certo feita por Paulo Dias de Almeida ou Vicente de Paula Teixeira (1785-1855), explicando que, embora se tivesse ocupado o pátio, o mesmo já não era preciso, porque a fortaleza estava desguarnecida de artilharia e o Batalhão aquartelado no Colégio, que fora dos Jesuítas. Pedia assim a aprovação expressa do rei para a obra. O tempo, no entanto, acabou por fazer desaparecer a barraca de pau, tendo o Gov. D. Manuel de Portugal e Castro (1787-1854) ordenado a sua demolição em dezembro de 1824, não só "pela sua inutilidade, mas pela próxima e total ruína que ameaça" (ABM, Governo Civil, liv. 797, fl. 27).

Este espírito de comemorações e festas não agradaria a toda a gente, comentando-se, por certo, no Funchal as festas e a vida social de Sebastião Xavier Botelho em S. Lourenço. A 2 de agosto de 1820, o governador mandava o juiz de fora ouvir o comendador João Bettencourt



Fig. 10 – Retrato de D. João VI, Joaquim Leonardo da Rocha, c. 1820 (palácio de S. Lourenço, 2017).

de Freitas e Meneses, que teria espalhado a seu respeito coisas menos corretas, difamando-o e atribuindo-lhe atitudes e posições "falsas e indecorosas" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 723, fls. 346v.-347v.).

As relações agravavam-se, não só por causa da propensão para festas, celebrações públicas e outras comemorações do género, que o comendador considerava exageradas em Xavier Botelho, mas, acima de tudo, pela alegada utilização que este fazia de tais momentos para atingir fins políticos e particulares. Sendo certo que estas celebrações eram uma prática habitual, em particular nos aniversários natalícios, para além daqueles que tinham um carácter religioso, na verdade, Sebastião Xavier Botelho, pelo empenho, teor dos relatos, descrição dos festejos e até por um ou outro efetivo exagero festivo comprovado, deu mostras de pretender transmitir uma imagem de união e comunhão total entre a Ilha, a Coroa e a corte brasileira, isto numa conjuntura política muito complexa e volátil, a todos os níveis, que passava também pela gradual oposição das elites locais e insulares à política por ele seguida.

Nesse quadro, viria a casar, no Funchal, a 24 de junho de 1821, a sua filha primogénita, D. Teresa Xavier Botelho (1807-c. 1850), com João Francisco da Câmara Leme de Carvalhal Esmeraldo de Atouguia Bettencourt Sá Machado (c. 1800-1843), sobrinho do 1.º conde de

Carvalhal (1778-1837). João Francisco de Carvalhal tivera alvará de moço fidalgo durante o Governo de Sebastião Xavier Botelho e seria depois senador e deputado pela Madeira. O futuro 2.º conde de Carvalhal (1831-1888) era assim neto de Sebastião Xavier Botelho, ao qual haveria de suceder também como par do Reino.

Pronunciamento liberal de 1820

A 24 de agosto de 1820, na Pç. de Santo Ovídeo, no Porto, um grupo de militares e intelectuais ligados ao Sinédrio, aos quais não eram estranhas as lojas maçónicas, proclamou a necessidade de instalação de uma junta governativa que restaurasse as antigas liberdades e propiciasse o reencontro do rei com a nação. O pronunciamento, realizado em nome do rei, que, instalado no Rio de Janeiro, o desconhecia, foi impulsionado pela vitória das forças constitucionais espanholas, lideradas por Rafael de Riego (1784-1823), que em janeiro desse ano tinham forçado Fernando VII (1784-1833) a repor "La Pepa", a Constituição de Cádis. Graças à ausência do Gen. William Beresford (1768-1854), nessa altura no Rio de Janeiro, em breve o pronunciamento se estendia a Lisboa, a 15 de setembro, onde igualmente se formava uma junta ou governo interino de que fazia parte o comerciante madeirense Luís Monteiro, como representante do alto comércio lisbonense. Depois de acordado entre as duas juntas, do Porto e de Lisboa, num curto espaço de tempo, a 27 de outubro iniciavam-se os trabalhos para a convocação das futuras Cortes Constituintes, nomeando-se uma Junta Provisória Preparatória das Cortes, para a qual foi convocado também o comerciante Luís Monteiro.

As notícias do que se estava a passar no continente só chegaram à Madeira em meados do mês de setembro. Um navio inglês que se dirigia de Londres para o Rio de Janeiro levou as proclamações dos rebeldes e dos governadores do Reino. Um dos passageiros era Joaquim Inácio de Andrade Carreiro, sargento-mor de caçadores do Regimento de Lisboa, e um outro era um comerciante que vinha de Londres. O comerciante recebera as informações por carta do seu correspondente em Lisboa, um negociante inglês, pelo que as proclamações do Porto vinham naquela língua, embora a dos governadores do Reino viesse já em português e impressa. O governador teve acesso à documentação através do sargento-mor e imediatamente a mandou traduzir e transmitir à corte no Rio de Janeiro, acrescentando: "Aqui nada consta por navios que tenham chegado dos portos de Portugal e foi esta a primeira notícia a semelhante respeito" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 204, fls. 11, 13-13v.).

A notícia foi depois confirmada pelo bergantim escuna português *Providência*, que entrou no porto do Funchal a 25 de setembro e já

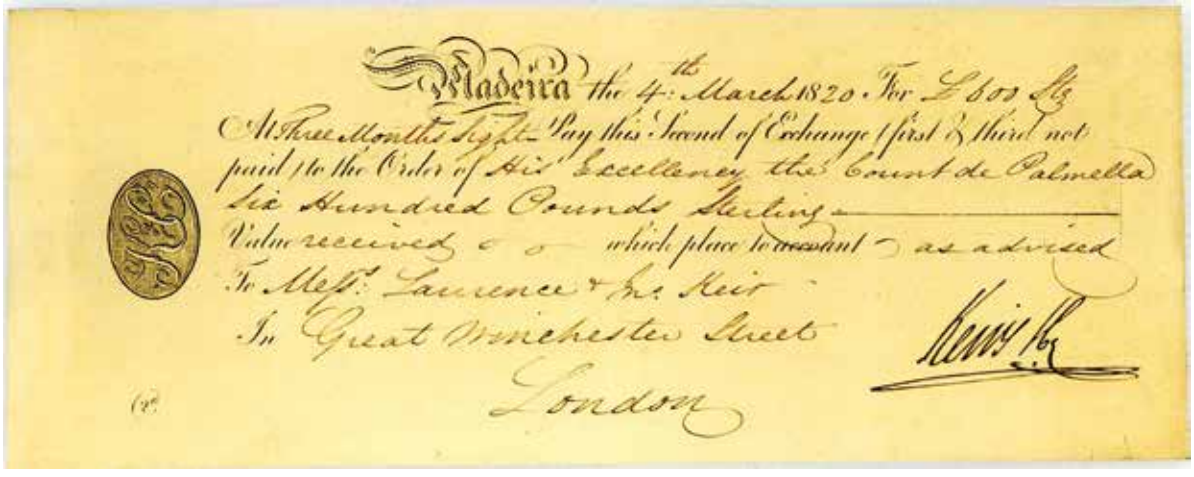

Madeira the 4th March 1820. For £ 800 Stg
At three Months Sight Pay this Second of Exchange (First & Third not
paid) to the Order of His Excellency the Count de Palmella
Six Hundred Pounds Sterling
Value received & which place to account as advised
To Messrs Lawrence & Sr. Keir
In Great Winchester Street
London

Fig. 11 – *Letra Emitida na Ilha da Madeira para Pagamento ao Conde de Palmela em Londres;* Keir Brothers, Madeira, 4 de março de 1824 (coleção de Adelino Adrião Melo Caravela).

trazia cartas e gazetas, voltando Sebastião Xavier Botelho a informar o conde dos Arcos dos acontecimentos, acrescentando que os mesmos não haviam produzido nenhuma sensação nem comoção popular, pelo que a população se conservava indiferente a eles. Mesmo assim, tinha adotado as necessárias providências para evitar qualquer alteração da ordem pública na Ilha e que se preparasse qualquer movimento de adesão. Relata que a Revolta do Porto também se estendera a Lisboa, mas que unanimemente foram juradas a manutenção da religião católica, a conservação da Casa de Bragança e a obediência e a fidelidade ao rei, ao trono e às leis. Ficara assim subsistindo a administração de todos os ramos do Estado com os mesmos funcionários, magistrados, leis e as mesmas formas, tudo em nome do rei e debaixo da mesma bandeira. Não se alterara o sistema judicial e conservou-se a ordem geralmente estabelecida.

Sebastião Xavier Botelho não cortara a comunicação com Lisboa, pois isso acarretaria terríveis consequências para a vida do arquipélago, que dependia de Lisboa em vários aspetos administrativos, e não só, assunto que voltaria a referir a 24 de janeiro do ano seguinte. De qualquer forma, reforçara o controlo das entradas e saídas do porto da cidade do Funchal, aspeto de que encarregara o Cor. António Rebelo Palhares, e mandara o Brig. Frederico Lecor rever toda a fortificação dos arredores. Nos finais de setembro, o Gov. Xavier Botelho recebeu pelo correio o *Infante D. Sebastião,* a comunicação oficial do Governo Provisório, assinada pelo secretário barão de Molelos (1779-1852), acerca da nova ordem de coisas políticas que se tinham dado no país. Cautelosamente, o governador voltou a transmitir tudo para o Rio de Janeiro, mantendo as mais sérias reservas em relação a esses acontecimentos "do governo intruso de Portugal" (AHU, Madeira, docs. 6185-6187) e esperando uma posição oficial de D. João VI.

A notícia enviada do Funchal teria chegado ao Rio de Janeiro em meados de novembro, pois nessa data a corte informaria a "concordância de Sua Majestade" em relação à atitude do governador de "não ter feito cargo algum da comunicação do Governo Intruso estabelecido em Lisboa" (ABM, Governo Civil, liv. 200, fls. 95v.-96). No mesmo dia, também se escrevia sobre as notícias enviadas da Madeira acerca dos acontecimentos no Porto e em Lisboa, referindo "a indiferença com que os habitantes da Ilha haviam olhado" para tais acontecimentos, louvando os "reconhecidos talentos do governador" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 200, fls. 96-97) e a sua atitude de distanciamento em relação aos pronunciamentos. Curiosamente, estes ofícios só viriam a chegar ao Funchal muito tempo depois, em março de 1821, quando a situação já se havia alterado completamente.

Por meados de novembro de 1820, escalou o porto do Funchal o conde de Palmela, em viagem de Londres para o Rio de Janeiro, onde há muito era esperado, reunindo-se então com o governador, o qual lhe volta transmitir a informação de que na Madeira a ordem era completa e não se receava qualquer perturbação. Claro que a situação não era real, desagradando profundamente aos partidários dos pronunciamentos do Porto e de Lisboa a posição do governador, pelo que já tinham aparecido afixados uns pasquins nas paredes das ruas mais centrais da cidade incitando o povo à revolta e, consequentemente, à violência, para que a Madeira se pronunciasse favoravelmente em relação ao que se passava em Portugal continental. Depois de trocar impressões com o conde de Palmela, o governador desvalorizava a situação, informando que, como em toda a parte, havia mal-intencionados que se aproveitam das circunstâncias e que também tinha recebido cartas anónimas contra o Governo e os magistrados, pedindo reformas na administração das coisas públicas, etc. No entanto, essas ações não tinham produzido nenhum efeito, tendo encarregado o então corregedor, Luís Gomes de Sousa Teles, e o juiz de fora, José Ribeiro de Sousa Saraiva, de tentarem localizar os autores dos pasquins.

O governador, contudo, tinha mandado organizar rondas noturnas civis e militares, embora dentro da maior discrição, sem aparato,

como refere. Convocara os principais quadros militares, que lhe haviam assegurado que tanto no Batalhão de Artilharia como nos Regimentos de Milícias a situação era tranquila, todos aguardando a decisão real. Sebastião Xavier Botelho preconizava assim uma política maleável e sem grande coação. Havia que ter em conta o interesse de Inglaterra por tudo o que se passava na Madeira, mas lembrava que ainda existia um certo descontentamento entre os colonos, que dois anos antes se haviam recusado a pagar as meias das produções dos terrenos. Ora, como muitos dos soldados e milicianos eram oriundos das populações rurais, era uma situação a ter sempre em linha de conta.

Em face da situação, o governador adiantou-se e optou mesmo por fazer um edital em que suspendia dois dos impostos mais discutidos: a décima funerária e as sisas "do que eles chamam aqui benfeitorias", que é "sumo gravame aos lavradores e de nenhum proveito para a Fazenda Real". Calculava que não renderiam anualmente 600$000 réis líquidos e eram de "enormes custas" para "esta miserável gente" (AHU, Madeira, doc. 6194). Ciente do que estava a fazer, colocava mesmo em causa o seu procedimento, mas confessava ser o que julgava correto, pelo que acrescentava: "se há desacertos na conduta que tenho seguido, virão das minhas poucas luzes", mas "nunca da fidelidade do meu coração" (*Ibid.*, Madeira, doc. 6195).

Em meados do mês seguinte, o governador volta a enviar para o Rio de Janeiro o seu ponto de situação na Ilha, insistindo que a tranquilidade continuava e voltando a enumerar as várias ações desenvolvidas. No entanto, não deixa de salientar que, não obstante o povo madeirense ser considerado pacífico, reconhecia-se que "nas circunstâncias atuais de miséria nesta Ilha", com "a pouca produção dos vinhos, a dificuldade de os exportar e vender, os tributos que lhe sobrevieram" e que estavam na disposição de não pagar "as obras fabris introduzidas de países estrangeiros por muito menor preço, e os abusos que sempre acontecem em todas as coisas, têm, a meu ver, entristecido os ânimos e desejam um sistema de melhoramento debaixo da vontade de El Rei Nosso Senhor" (*Ibid.*, Madeira, docs. 6240-6241). Assim, se, por um lado, como governador e jurista, não podia condescender com a situação de insurreição, mesmo levada a efeito em nome do rei e da Coroa, por outro, não perdeu a oportunidade de acionar algumas medidas que entendia, até certo ponto, desanuviarem a situação. Estava, porém, perfeitamente consciente de que estava a ultrapassar as suas competências, como foi o caso de não ter imediatamente cortado as ligações com Lisboa, o da suspensão unilateral da décima funerária e o da sisa das benfeitorias. Por isso, a 16 de janeiro de 1821, voltava a escrever para o conde dos Arcos, mais uma vez expondo as razões da suspensão dos impostos em causa, num longo ofício sobre o comércio dos vinhos da Ilha e os excessivos tributos que pagavam os agricultores.

Não nos restam hoje dúvidas da tentativa de distanciamento de Sebastião Xavier Botelho em relação aos revoltosos de Lisboa e do Porto, assim como, depois, aos liberais mais ortodoxos, embora se viesse a intitular liberal. Também na Madeira a sua posição foi sempre intransigentemente legalista. Nesse quadro, enquanto não houve comunicação da corte do Rio de Janeiro sobre a posição de D. João VI relativamente aos acontecimentos de Lisboa e Porto, não autorizou qualquer manifestação ou alteração ao que estava estabelecido.

O governador, ao longo destes meses, teria pressionado os comandos superiores militares para apoiarem a sua posição, enviando para o conde dos Arcos, no Rio de Janeiro, sucessivas representações das forças militares a pedir a sua recondução. No entanto, não se manifestaram as câmaras ou outras forças civis. Em janeiro de 1821, a situação continuava tensa, mas o governador, a 22 desse mês, não deixou de comemorar mais um aniversário real com a solenidade, a pompa e o aparato que achava que o acontecimento merecia e como havia feito anteriormente, encerrando não com baile em S. Lourenço, mas com uma récita levada a efeito por militares do Batalhão de Artilharia, no Teatro do Bom Gosto.

Pronunciamento de 28 de janeiro de 1821 no Funchal

Somente a partir de 23 de janeiro de 1821, perante a chegada do correio *Leopoldina* com as notícias e as gazetas de Lisboa e de Londres comunicando que, no Rio de Janeiro, D. João VI reconhecia o novo estado de coisas e o princípio do sistema representativo, Sebastião Xavier Botelho reconheceu também oficialmente a situação. Como refere ao conde dos Arcos, as notícias das gazetas de Lisboa, que eram conformes às de Londres, anunciavam que D. João VI ou o infante D. Pedro viriam a Lisboa, pelo menos para aprovação da futura Constituição. Nestes finais de janeiro de 1821, o governador adivinhava perfeitamente o que se estaria a passar no Rio de Janeiro, onde a confusão era completa em relação à posição a tomar por D. João VI. Aliás, só no final do mês seguinte, e após a tomada de posse do novo ministro da Marinha e Ultramar, o Alm. Joaquim José Monteiro Torres (1761-1826?), com a comunicação da sua nomeação, se expedia o aviso de que "Sua Majestade aprovava a Constituição que se está fazendo em Lisboa, ordenando que assim se faça constar" (ABM, Governo Civil, liv. 200, fls. 104-104v.). Ora, nessa altura, a 27 de fevereiro, já há mais de um mês que a Madeira aderira à causa constitucional.

O pronunciamento veio a ocorrer no dia seguinte, a 28 de janeiro de 1821, pelas 10 h, afluindo uma enorme multidão ao Lg. da Fortaleza e ao passeio público, a que se juntou a tropa da guarnição da cidade, calculando-se que se teriam juntado perto de 7000 pessoas. O governador mandou logo chamar o juiz de fora, o juiz do povo e as autoridades militares da guarnição, acabando por receber uma delegação de liberais portadora de uma representação, inclusivamente assinada por parte dos mais altos quadros militares da guarnição, elementos do clero, funcionários, etc., acabando por assomar à guarita da fortaleza sobre o passeio público, posteriormente Av. Arriaga, e daí dar igualmente, com o público presente, vivas ao rei, às futuras Cortes, à futura Constituição e ao Governo Supremo do Reino. Sebastião Xavier Botelho, o seu estado-maior e



Fig. 12 – Pronunciamento de 28 de janeiro de 1821 no Funchal, João José do Nascimento, c. 1821 (Museu Quinta das Cruzes, n.º invent. 2345 MQC).

as entidades presentes dirigiram-se, em seguida, para a Sé, onde se cantou um solene *Te Deum* com a assistência do cabido e de muitos membros do clero, dirigindo-se depois para os paços do concelho, então junto à Sé, e ali se lavrando um auto, que foi assinado por um número ainda mais considerável de cidadãos, envolvendo muitas pessoas que não haviam assinado a inicial representação.

O ex-bispo eleito de Elvas, D. Fr. Joaquim de Meneses e Ataíde, no entanto, não assinou, vindo depois a envolver-se numa série de problemas complicados, intitulando-se arcebispo, querendo ser aclamado governador e entrando à socapa no palácio, pressionando a reconstrução da demolida capela de S. Sebastião e acabando por ter de ser afastado da Ilha. Como o governador escreveu para a corte, "em matéria tão grave, não podia decidir" sozinho, pelo que convocou toda a oficialidade do Funchal, o vigário capitular, o corregedor, o juiz de fora, "nobreza, comércio e advogados", todos concordando "unanimemente na saída do bispo" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 723, fls. 411-412), assunto que se comunicou ao mesmo.

Aprontou-se então uma embarcação, a escuna *Andorinha*, colocada à disposição pelo 1.º conde de Carvalhal, fez-se-lhe "a matulagem" e o governador enviou uma guarda de honra "e uma força que julguei necessária para conter qualquer efervescência popular". O bispo ainda manifestou "algumas dúvidas e protestos", mas embarcou pelas 18 h desse dia, "com geral satisfação e tanto os espíritos se manifestaram contra ele, que em menos de quatro horas se aprontou tudo e saiu com todas as honras" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 202, fls. 36-39v.). Para o acompanhar, enviou-se o Ten.-Cor. José Caetano César de Freitas e o Cap. Jacinto Feliciano de Oliveira, comunicando-se a situação ao Governo do Reino e ao governador do Porto Santo.

Quase de imediato, a regência, em Lisboa, aprovava o procedimento de Sebastião Xavier Botelho "a respeito do Arcebispo bispo de Elvas", louvando mesmo "a prudência e circunspeção que V. Ex.ª houve em negócio de tanta prudência e melindre" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 194, fls. 2-2v.). Em breve se publicavam folhetos contra Sebastião Xavier Botelho em Londres, a que o governador responderia depois em Lisboa e a que responderia o meirinho eclesiástico, apoiante do prelado, também em Lisboa. Com as várias alterações da situação política, o prelado viria mesmo a ser nomeado par do Reino em 1826, tal como também aconteceria a Sebastião Xavier Botelho. No entanto, nos anos seguintes, ter-se-ia assustado com as perseguições miguelistas e viria a fugir para Gibraltar em 1828, aí falecendo de peste, a 5 de novembro desse ano.

Nos dois dias imediatos ao pronunciamento do Funchal, estabeleceram-se ainda as comunicações a fazer para o Rio de Janeiro e para Lisboa, enviando-se ali uma delegação, o que foi saudado pelas Cortes, dado ter sido a primeira adesão efetiva fora do território continental. Com o juramento a 28 de janeiro e a saída de uma delegação para Lisboa para apresentar em seu nome e no da Ilha a adesão à nova situação, e, por outro lado, com os louvores das Cortes e da Regência à posição tomada pela Madeira, Xavier Botelho viu-se confrontado com a difícil situação de se encontrar sob a tutela de dois governos: um no Rio de Janeiro, a largos meses de distância e a cujas diretivas em tempo útil não tinha acesso, e outro em Lisboa, a poucos dias de viagem, mas que pressentia que num breve lapso de tempo lhe seria hostil. Acrescia que a movimentação política da Ilha o ultrapassava em determinados aspetos, pelo que optou por acionar as eleições dos deputados pela Madeira para as Cortes Constituintes, aspeto que até então, por lapso das mesmas Cortes, não se encontrava previsto.

Perante o evoluir da situação, Sebastião Xavier Botelho mandou abrir no seu gabinete novos livros de registo de correspondência, nos quais se passou a registar a correspondência enviada e recebida de Lisboa, livros que entregou à responsabilidade do 2.º oficial António Jacinto Freitas. A partir de 28 de março, passou assim a corresponder-se também com as duas novas entidades governativas:

as Cortes e a Regência, não deixando, contudo, de referir sempre para Lisboa a figura tutelar de D. João VI, das mãos do qual recebera o Governo da Ilha. Com um certo desfasamento, continuou também a manter correspondência com a corte do Rio de Janeiro. Em breve recebia as Bases da nova Constituição política, que tinham sido aprovadas a 9 de março e logo enviadas para todo o país para serem juradas, cuja receção prudentemente não acusou de imediato para o Rio de Janeiro, mas acataria depois a ordem da Regência para mandar proceder ao seu juramento. A 26 de março de 1821, tinham sido eleitos deputados da Madeira às Constituintes, que quase logo seguiram para Lisboa.

Final do Governo de Sebastião Xavier Botelho

A situação na Ilha entretanto complicava-se e assim se manteria ao longo do período liberal, tendo inclusivamente aparecido um panfleto impresso, em maio de 1821, contra o governador, o que era uma novidade. Tinham também ocorrido mais alguns problemas com o padre (e também advogado) Dr. Crisóstomo Spínola de Macedo, o que já era um hábito e continuaria a sê-lo. Teriam vindo umas cartas do continente dirigidas ao P.e Crisóstomo que, por engano ou de propósito, o juiz de fora tinha mandado abrir, o que motivou um processo movido pelo advogado em questão. Também chegara a informação ao governador de que tinha sido suspenso o juiz dos órfãos, Dr. José Julião de França e Vasconcelos, que servia aquele ofício desde outubro de 1807, suspensão efetuada pelos juízes ordinários de Machico e São Vicente, "sem que de tal procedimento me dessem parte" (*Ibid.*, Governo Civil, liv. 195, fls. 41v.-42v.), como escreve Xavier Botelho. Tendo-se averiguado o que se passava, chegou-se à conclusão de que a base jurídica tinha sido dada pelo P.e Crisóstomo.

Por todas estas e outras razões, já desde o final de abril corria o rumor de que o Reino perdera a confiança em Sebastião Xavier Botelho e se preparava para o remover, como na verdade acabou por acontecer um mês depois. Um dos motivos – eventualmente o catalisador – teve que ver com o facto de o governador se opor ao envio de tropas do reino para o Funchal, algo que, na perspetiva dos poderes da metrópole, se temia que pudesse estar ligado à (receada) intenção de D. João VI (ou do príncipe regente D. Pedro) tentar desembarcar na Ilha antes de jurar as Bases da Constituição, algo completamente inaceitável, como é evidente, pela ameaça concreta que poderia representar para a manutenção política do poder instituído no reino.

A 17 maio de 1821, as Cortes Gerais e as Constituintes optavam pelo afastamento do governador da Madeira, nomeando para o substituir D. Rodrigo António de Melo, que seria porém retardado algumas semanas em Lisboa para se oficializar a alteração do título, que passou a ser somente "governador da ilha da Madeira", desaparecendo assim a designação de "capitão-general". O novo governador saiu de Lisboa apenas a 11 de junho, e só chegaria ao Funchal na noite de 25 desse mês, com 14 dias de viagem, o que não era normal. Por acordo com Sebastião Xavier Botelho, que desconhecia a nomeação de um sucessor, aguardou até ao dia seguinte para desembarcar, tomando posse a 30 de junho, nos paços do concelho, e, do Governo da Ilha a 2 de julho, tendo o ex-governador regressado na mesma fragata, cinco dias depois.

O desembargador Sebastião Xavier Botelho ainda seria nomeado, a 23 de junho de 1824, governador de Moçambique, cargo que deteve até 1829, e depois governador dos Açores e de Angola, mas não chegou a tomar posse, alegando, para a escusa, o facto de não ser militar de carreira. Foi então encarregado de negócios da delegação portuguesa em Paris e, ao abrigo desta função, recebeu vários adiantamentos pagos pela Junta da Fazenda da Madeira (em março de 1835, estava registado como devedor de 1750$00 réis). Mais tarde, foi também membro da Regência do Brasil, tendo sido nomeado par do Reino a 4 de janeiro de 1836. Regressando a Portugal continental, conservou-se

mais ou menos alheio às agitações políticas do país durante o Governo absoluto, entregando-se então à sua memória estatística e a outros trabalhos literários, tendo sido um notável poeta e escritor do seu tempo.

Deixou uma extensa e diversificada produção literária, em prosa e poesia, campo em que foi prolífico e entre cujos títulos publicados se podem destacar *Historia Verdadeira dos Acontecimentos da Ilha da Madeira depois do Memoravel Dia 28 de Janeiro, Escrita por Ordem Chronologica […] para Destruir Hum Libello Famoso Impresso em Londres por Hum Cidadão Funchalense…* (1821), *Resumo para Servir de Introdução à Memoria Estatistica sobre os Dominios Portuguezes na Africa Oriental* (1834), *Memoria Estatistica sobre os Dominios Portuguezes na Africa Oriental* (1835) ou *Escravatura, Beneficios Que Podem Provir às Nossas Possessões d'Africa da Prohibição Daquelle Trafico* (1840). Foi tradutor de, entre outros, Metastasio, Racine e Voltaire. Faleceu em Lisboa, a 21 de maio de 1840.

Escreveu duas peças de teatro, *Inês de Castro* e *Zulmira*, ambas representadas, e traduziu várias outras, algumas das quais também representadas, tendo imprimido uma nova vida ao teatro no Rio de Janeiro, tal como fez no Funchal. Como nobre de corte, transformou o palácio de S. Lourenço num centro de receção social, onde fez obras e que decorou com pinturas, o que não deixou de lhe trazer alguns problemas. Face ao pronunciamento liberal em Portugal, ensaiou uma tentativa de distanciamento em relação aos revoltosos de Lisboa e do Porto, os quais, porém, após a parcial concordância da corte do Rio de Janeiro, se viu obrigado a aceitar, enviando uma delegação à Regência, em Lisboa, e determinando depois a eleição dos deputados da Madeira para as Cortes Constituintes. Veio a tornar-se um escritor de certa nomeada e, embora


MEMORIA
ESTATISTICA
Sobre
OS DOMINIOS PORTUGUEZES
NA
AFRICA ORIENTAL
por
Sebastião Xavier Botelho
Par do Reino
Lisboa
LISBOA

Fig. 13 – *Memoria Estatistica sobre os Dominios Portuguezes na Africa Oriental* (1835), de Sebastião Xavier Botelho.

se viesse a intitular liberal, manteve sempre um grande afastamento dos liberais mais ortodoxos, mas também, depois, dos absolutistas de D. Miguel, pelo que granjeou fortes críticas de ambos os lados. No entanto, as suas posições mereceram sempre o maior respeito de todos os sectores, e não foi por acaso que o seu elogio fúnebre foi assumido por Alexandre Herculano.

Obras de Sebastião Xavier Botelho: *Zulmira*; *Inês de Castro* (1816); *Historia Verdadeira dos Acontecimentos da Ilha da Madeira depois do Memoravel Dia 28 de Janeiro, Escrita por Ordem Chronologica […] para Destruir Hum Libello Famoso Impresso em Londres por Hum Cidadão Funchalense…* (1821); *Resumo para Servir de Introdução à Memoria Estatistica sobre os Dominios Portuguezes na Africa Oriental* (1834); *Memoria Estatistica sobre os Dominios Portuguezes na Africa Oriental* (1835); *Escravatura, Beneficios Que Podem Provir às Nossas Possessões d'Africa da Prohibição daquelle Trafico* (1840).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1368, fls. 135v., 159, 174v., 181; *Ibid.*, Confrarias, liv. 235; *Ibid.*, Governo Civil, liv. 194, fls. 2-2v. e 9-11; liv. 195, fls. 24-29, 33-36v. e 41v.-42v.; liv. 200, fls. 32, 79, 83-83v., 95v.-97, 104-104v. e 192v.; liv. 201, fls. 188-189; liv. 202, fls. 36-39v., 47, 102-102v., 117-117v., 118v.-129, 130-131, 137-138, 151-153v., 158-159, 175-176, 185-186, 195, 256v.-258v. e 310; liv. 204, fls. 11, 13-13v; liv. 235; liv. 723, fls. 68v.-69, 238, 239v., 248v., 323v., 346v.-347v., 379-379v., 381-381v., 399v.-400v., 406-408v. e 411-412; liv. 797, fl. 27; AHM, 1.ª div., 14.ª sec., mç. 16, doc. 52; AHMOP, Madeira 1820; AHU, Madeira, docs. 4609-4616, 4624, 4656-4658, 4685, 4697, 4746, 4912-4913, 4951, 4991-4992, 4997-4998, 5014, 5018, 6175-6176, 6185-6187, 6194-6195, 6240-6241, 6271 e 6347-6356; ANTT, Arquivos de Pessoas Singulares, António Saldanha da Gama, Vária, cartas de 14 dez. 1818, 12 e 25 jan. 1819; DSIE, Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, 1337-1A-12-15, 3546-II-3-31-43, 3546-III-3-31-43, 3941 I-III, 1A-12-15; **impressa:** BAIARDO, Luís José, *Carta Escripta a Hum Sugeito da Provincia da Ilha da Madeira, ou o Lundum dos Bordões, Que Tocou Sebastião Xavier Botelho…*, Lisboa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1821; BOTELHO, Sebastião Xavier, *Historia Verdadeira dos Acontecimentos da Ilha da Madeira depois do Memoravel Dia 28 de Janeiro, Escrita por Ordem Chronologica por Sebastiaõ José Xavier Botelho, e Comprovada com Testemunhas da Melhor Fé por Seus Empregos, Jerarquia e Independencia; para Destruir Hum Libello Famoso Impresso em Londres por Hum Cidadão Funchalense, Que sem Pejo Urdio a Seu Bel Prazer Aquelle Tecido de Calumnias, o Qual Precede Esta Historia…*, Lisboa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1821; *Id.*, *Carta ao Duque de Bragança, Dom Pedro IV*, Londres, Taylor, 1833; *Id.*, *Reflexões Politicas em Julho de 1834*, Lisboa, Imprensa Nevesiana, 1834; *Id.*, *Resumo para Servir de Introdução à Memoria Estatistica sobre os Dominios Portuguezes na Africa Oriental*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834; *Id.*, *Elogio ao Duque da Terceira*, Lisboa, Tip. Nacional, 1835; *Id.*, *Memoria Estatistica sobre os Dominios Portuguezes na Africa Oriental*, Lisboa, Typ. de José Baptista Morando, 1835; *Id.*, *Segunda Parte da Memoria Estatistica sobre os Dominios Portuguezes na Africa Oriental Contendo a Resposta à Crítica Feita à Dita Memoria, e Inserta na Revista de Edimburgo n<o> 130 de Janeiro de 1837*, Lisboa, Typ. de

A. J. C. da Cruz, 1837; *Id.*, *Escravatura, Beneficios Que Podem Provir às Nossas Possessões d'Africa da Prohibição daquelle Trafico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VI, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2003; *Diário das Cortes Gerais, Constituintes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, 7 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1822; GUERRA, Jorge Valdemar, "A Casa da Ópera do Funchal. Breve memória", *Islenha*, n.º 11, jul.-dez. 1992, pp. 113-149; HERCULANO, Alexandre, "Elogio histórico do sócio Sebastião Xavier Botelho pelo sócio Alexandre Herculano", in *Memórias do Conservatório Real de Lisboa*, vol. II, Lisboa, Conservatório Real de Lisboa, 1850, pp. 25-34; LOJA, António (coord.), "Um bispo reaccionário", *Atlântico*, n.º 8, 1986, pp. 313-317; *Id.*, "Instruções aos deputados", *Atlântico*, n.º 10, 1987, pp. 153-158; PEREIRA, João Manuel Esteves, e RODRIGUES, Guilherme (eds.), *Portugal. Diccionario Histórico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismático e Artístico*, vol. VII, Lisboa, João Romano Torres, 1915; *Relação Circunstanciada do Modo com Que Se Desenvolveu, Se Promoveu e Se Proclamou a Constituição na Ilha da Madeira no Memorável Dia 28 de Janeiro de 1821*, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1821; RODRIGUES, Paulo Miguel, *A Madeira entre 1820 e 1842. Relações de Poder e Influência Britânica*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; SORIANO, Simão da Luz, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal (1777-1834)*, 3 t., Lisboa, Imprensa Nacional, 1879-1880; "Xavier Botelho (Sebastião)", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 37, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d., pp. 72-73.

PAULO MIGUEL RODRIGUES
RUI CARITA

Bowdich, Thomas Edward

Thomas Edward Bowdich, escritor e viajante inglês, nasceu em Bristol a 20 de junho de 1791 e faleceu em Banjul, capital da Gâmbia, a 10 de janeiro de 1824.

Na sua juventude estudou em escolas públicas em Bristol, demonstrando maior inclinação para as letras do que para as ciências. Inicialmente, pensou seguir advocacia, mas seu pai, fabricante de chapéus e comerciante, colocou-o como sócio na firma. Em 1813, casou-se com Sarah Wallis, com a qual partilhava o interesse pela natureza, as viagens e a aventura. Inscreveu-se ainda em Oxford, mas não concluiu os estudos aí. Em 1814, conseguiu um lugar de escriturário na Royal African Company e partiu para a cidade de Cabo Corso, no Gana. Em 1816, integrou uma missão, que acabou por chefiar, ao Império Asante, na Costa do Ouro, tendo obtido um acordo com o rei no qual se assegurava a paz e se preservavam os interesses ingleses na região.

Regressado a Inglaterra em 1818, Bowdich denunciou a corrupção e a ineficiência na Royal African Company. Mudou-se, dois anos depois, para Paris, onde estudou matemática, física e história natural. Aí tornou-se íntimo do



Fig. 1 – Thomas Edward Bowdich, litografia de James Thomson, 1834 (National Galleries of Scotland, Escócia).

barão Georges Cuvier, assim como de Alexander von Humboldt e outros eminentes sábios, que o receberam muito bem e o ajudaram na consolidação da sua cultura científica. Durante a sua estada em Paris publicou diversos trabalhos científicos, incluindo de história natural. Ficou famoso o seu ensaio sobre as superstições, os costumes e as artes comuns aos Egípcios, Abissínios e Asantes, que constitui o primeiro grande estudo da cultura e história da África Ocidental.

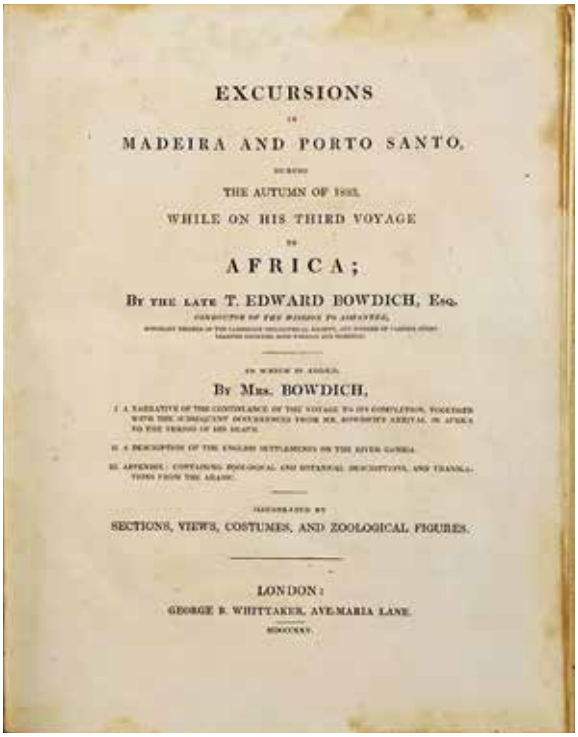
Em 1822, viajou com a mulher para Lisboa, onde esteve pouco mais de um mês, consultando aí arquivos públicos e privados e escrevendo um trabalho sobre as descobertas dos Portugueses em Angola e Moçambique que viria a ser publicado em 1824.

De Lisboa seguiu para o Funchal, onde chegou a 14 de outubro de 1822. Permaneceu na Madeira um ano, tendo sido hóspede do comerciante e cônsul inglês Henry Veitch. Efetuou várias viagens pela Ilha, visitando também Porto Santo. Durante esta estadia, efetuou observações meteorológicas, assim como colheitas

de plantas e animais. Observou os costumes da população e anotou as suas impressões sobre a política e a sociedade madeirenses. Todas estas observações ficaram registadas numa obra cuja publicação se deveu à sua mulher, a qual também a ilustrou, sendo editada em 1825, um ano após a sua morte. Este trabalho inclui também listagens, ou simples referências, de plantas, insetos, moluscos, aves e peixes. Neste último caso, incluiu a descrição original do chicharro, *Seriola picturata*, posteriormente chamado *Trachurus picturatus*, com a respetiva ilustração, da autoria de sua mulher. Neste trabalho, Bowdich denota um grande interesse pelas medições de temperatura, pressão, humidade relativa e altitude durante as suas excursões pela Madeira, uma característica que lhe foi sem dúvida incutida por Humboldt durante a sua estada em Paris. Embora a obra seja detalhada na descrição e até ilustração de aspetos da geologia da Madeira e do Porto Santo, Bowdich não soube, contudo, interpretá-los e determinar a origem das ilhas, negando a sua origem vulcânica submarina. Contudo, esta e outras incorreções não desmerecem o valor desta obra, pela riqueza e diversidade de observações registadas, não só de âmbito natural, mas também cultural, social e político da Madeira do primeiro quartel do séc. XIX.



Fig. 2 – Costumes da Madeira, gravura de Sarah Bowdich, 1825 (coleção particular).



EXCURSIONS

IN

MADEIRA AND PORTO SANTO,

DURING

THE AUTUMN OF 1823,

WHILE ON HIS THIRD VOYAGE

TO

AFRICA;

BY THE LATE T. EDWARD BOWDICH, Esq.

CONDUCTOR OF THE MISSION TO ASHANTEE,

AND

BY MRS. BOWDICH,

I. A NARRATIVE OF THE CONTINUANCE OF THE VOYAGE TO ITS COMPLETION, TOGETHER WITH THE SUBSEQUENT OCCURRENCES FROM MR. BOWDICH'S ARRIVAL IN AFRICA TO THE PERIOD OF HIS DEATH.

II. A DESCRIPTION OF THE ENGLISH SETTLEMENTS ON THE RIVER GAMBIA.

III. APPENDIX: CONTAINING ZOOLOGICAL AND BOTANICAL DESCRIPTIONS, AND TRANSLATIONS FROM THE ARABIC.

ILLUSTRATED BY

SECTIONS, VIEWS, COSTUMES, AND ZOOLOGICAL FIGURES.

LONDON:

GEORGE B. WHITTAKER, AVE-MARIA LANE.

MDCCCXXV.

Fig. 3 – *Excursions in Madeira and Porto Santo during the Autumn of 1823* (1825), de Thomas Edward Bowdich e Sarah Bowdich.

Bowdich, a mulher e os três filhos deixaram a Madeira a 26 de outubro de 1823, num brigue americano, em direção a Cabo Verde, dada a inexistência de navios com destino à Serra Leoa, o objetivo desta sua terceira viagem a África. Em Cabo Verde, onde chegou por volta de 10 de novembro, fez observações idênticas às que tinha feito na Madeira na ilha da Boavista, onde permaneceu algumas semanas. Visitou ainda a ilha de Santiago durante um dia, tendo prosseguido para Banjul, à época Bathurst, na Gâmbia, onde chegou no início de dezembro de 1823. Aí iniciou de imediato um trabalho de colheita de plantas e animais e o levantamento topográfico da foz do rio Gâmbia.

Atacado pelo paludismo, viria a morrer a 10 de janeiro de 1824. Sarah Bowdich e os três filhos regressaram a Inglaterra, e um ano depois da morte do marido foi publicado o livro sobre a sua derradeira viagem a África.

Obras de Thomas Edward Bowdich: *Mission from Cape Coast Castle to Ashantee, with a Statistical Account of that Kingdom, and Geographical Notices of Other Parts of the Interior of Africa* (1819); *Essay on the Superstitions, Customs, and Arts Common to the Ancient Egyptians, Abyssinians, and Ashantees* (1821); *An Introduction to the Ornithology of Cuvier* (1821); *Elements of Conchology*

Including the Fossil Genera and the Animals (1822); *An Account of the Discoveries of the Portuguese in the Interior of Angola and Mozambique* (1824); *Excursions in Madeira and Porto Santo [...]* (1825) (coautoria).

Bibliog.: impressa: BOWDICH, Thomas E., e BOWDICH, Sarah, *Excursions in Madeira and Porto Santo during the Autumn of 1823, while on His Third Voyage to Africa to Which Is Added by Mrs Bowdich a Narrative of the Continuance of the Voyage to Its Completion, together with the Subsequent Occurrences from Mr. Bowdich's Arrival in Africa to the Period of His Death. A Description of the English Settlements on the River Gambia. Appendix: Containing Zoological and Botanical Descriptions and Translations from the Arabic*, London, Whittaker, 1825; **digital:** WESTBY-GIBSON, John, "Bowdich, Thomas Edward (1791(?)-1824)", *Oxford Dictionary of National Biography*, Oxford, Oxford University Press, 2004: http://www.oxforddnb.com/view/article/3027 (acedido a 6 mar. 2017).

MANUEL BISCOITO

Braga, António Alfredo de Santa Catarina

António Alfredo de Santa Catarina Braga foi um frade franciscano, pertencente ao Convento de S.to António do Vale da Piedade, no Porto, nascido na mesma cidade em data incerta, mas situável nos fins do séc. XVIII.

Em 1806, e segundo palavras do próprio, foi "promovido ao magistério público", tendo lecionado Filosofia Racional, Moral e Teologia Dogmática até 1819 na instituição em que professara. Adepto dos ideais liberais, abandonou o convento e a Ordem Seráfica em 1820, passando a clérigo secular, condição em que foi colocado como pároco na Abadia de S. Salvador da Aveleda, da qual saiu "como vítima das vicissitudes políticas de 1823" (CARDOZO e COUTINHO, 1849, I, 6), rumo ao desterro em Cabo Verde.

Dali partiu, em 1826, para o Brasil, onde teve a honra de "ser o primeiro eclesiástico português chamado ao real serviço de Sua Majestade, a Rainha" (*Id.*, *Ibid.*). Nessa corte, pronunciou, a 30 de outubro do ano da chegada, um sermão por ocasião do "solene juramento dos súbditos portugueses ali residentes à carta constitucional da Monarquia Portuguesa". O texto dessa "Oração", publicado no Porto em 1827, está eivado de louvores à nova situação política, e nele abundam referências à "Sublime CARTA", ao "Magnífico Libertador da Monarquia Portuguesa", D. Pedro IV, e ao "Santo Código" (BRAGA, 1827, 6-7), nome por que designa a Constituição, demonstrando, sem margem para dúvidas, o seu compromisso político para com o liberalismo.

O regresso de D. Miguel ao trono e a reimplantação do Absolutismo em 1828 voltaram a causar dissabores a Santa Catarina Braga, que se refere a esse período afirmando ter trabalhado "incessantemente, adido à legação portuguesa, nos tempos mais arriscados e mais calamitosos" que flagelavam os súbditos da rainha "nos mundos ambos" (CARDOZO e COUTINHO, 1849, I, 7), e nesta situação se manteve até ao regresso a Portugal, em 1834.

De novo no reino, foi "despachado Cónego da Sé Metropolitana da Extremadura" (*Id.*, *Ibid.*) e, perto do fim desse ano de 1834, enviado para a Madeira na qualidade de governador do bispado, cargo que assumiu por decreto de 7 de novembro.

Chegado ao seu destino, Santa Catarina Braga envolveu-se muito rapidamente numa ação polémica que visava extinguir uma devoção antiga e muito enraizada na população madeirense, sobretudo entre os moradores de Câmara de Lobos, que consistia na veneração prestada a Fr. Pedro da Guarda, um franciscano dos primórdios do povoamento que o povo considerava santo. Atendendo a que, de facto, o processo de beatificação do frade nunca se completara, não obstante



Convento de S. Bernardino, em Câmara de Lobos, litografia de Luís Bernes, 1898 (*Semana Ilustrada*, n.º 28, 1898).

alguns esforços desenvolvidos nesse sentido em tempo anterior, o governador do bispado entendeu não estarem reunidas as condições devidas ao culto e, em devassa extraordinária realizada a 2 de junho de 1835, mandou destruir os vestígios da presença do santo servo de Deus, como também era conhecido Fr. Pedro da Guarda.

Segundo noticia a *Flor do Oceano*, que transcreve na íntegra o texto da devassa, Santa Catarina Braga ordenou a abertura da capela do extinto Convento de S. Bernardino, onde estavam as relíquias do religioso, e, por ter visto que no retábulo da parte superior do altar "estava pintada a Efígie de um Religioso Leigo ornada de emblemas característicos da Santidade quando esta é Canonicamente reconhecida" (*Flor do Oceano*, 21 jun. 1835, 1-2), mandou que a pintura se desfizesse, sendo raspada de modo a que ninguém mais a visse nem reconhecesse. Quanto à imagem e a uns restos de tecidos que se conservavam em homenagem, o seu destino foi o fogo, sendo de imediato ali queimados. A semelhança desta atitude com um auto de fé, a publicação de uma provisão, logo no dia seguinte, a proibir toda a espécie de culto ao frade, cominando penas severas aos eclesiásticos que não obedecessem, e a intempestiva rutura que impôs à velha crença das populações concitaram grande animosidade contra o Cón. Braga e marcaram-lhe, de certo modo, o exercício do cargo.

Apesar deste começo atribulado, Santa Catarina Braga nunca desistiu de se assumir como um liberal fervoroso, e algumas das suas ações seguintes disso dão cabal testemunho. Assim, depois de um alerta lançado a 28 de agosto de 1835 sobre os perigos e dificuldades da emigração para Demerara, no ano seguinte, em junho, o governador do bispado apelava aos pais de família para que se vacinassem, e aos filhos, contra as bexigas, e, na exortação pastoral dedicada a este assunto, alertava para as vantagens do procedimento, pedindo aos párocos para informarem o povo dos lugares, dos tempos e dos peritos encarregados da inoculação. Em 1836, a 18 de dezembro, era a vez de o governador emitir um mandado pastoral em que anunciava a distribuição de bíblias em língua vulgar de acordo com a versão do iluminista António Pereira de Figueiredo, o oratoriano que durante 18 anos se tinha entregado a essa laboriosa tarefa de tradução.

Dois anos mais tarde, em 1838, a 26 de março, Santa Catarina Braga publicava nova carta pastoral, agora para abordar o momentoso assunto dos enterramentos nos cemitérios recentemente criados, para que se pudesse acabar com a prática da sepultura nas igrejas e nos adros, vista como insalubre e ultrapassada. A medida impunha-se, pois, apesar de a primeira legislação naquele sentido datar de 1835, a aceitação fora difícil e, em certas zonas do país, impossível, pelo que era mister insistir. Nesse documento, além de advogar os inúmeros benefícios advindos da nova solução, Santa Catarina Braga ainda apontava as condições em que a recente portaria, que reiterava os propósitos do dec. de 21 de setembro de 1835, tinha de ser cumprida: logo que os cemitérios dos lugares estivessem prontos e benzidos, deixava de se aceitar que os enterros se fizessem nas igrejas, independentemente dos desejos e do estatuto social dos falecidos. No fim do texto, assinalava-se que, no Funchal, as determinações tinham efeito nas quatro freguesias da cidade – Sé, Socorro, São Pedro e Santa Luzia – logo que fosse benzido o cemitério das Angústias, mandado construir pela Câmara Municipal. Este cemitério, com efeito, estava a ser ultimado, e as suas obras concluíam-se em maio de 1838, tendo sido benzido pelo próprio governador do bispado a 8 de julho, em cerimónia revestida do "maior brilho e imponência" (SILVA e MENESES, 1984, I, 70).

Para além deste lado mais progressista de António Alfredo de Santa Catarina Braga, outros registos da sua passagem pelo Funchal mostram um governador do bispado também comprometido com tarefas mais tradicionais, como a que diz respeito, *e.g.*, às penas que atribuiu a um casal que havia cometido incesto e que foi condenado a assistir à missa conventual à porta da igreja, cada prevaricador com

a sua vela acesa, acrescido de outras punições só para o homem: varrer a igreja e a sacristia todos os sábados durante dois meses e deitar água benta nas pias. Outros registos mostram o cónego a cumprir o seu programa visitacional e a atuar sobre a geografia paroquial, mandando, *e.g.*, anexar a freguesia de Água de Pena à recém-criada paróquia de Santo António da Serra (13 de junho de 1836).

A 26 de março de 1840, António Alfredo de Santa Catarina Braga cessou as suas funções no Funchal, destinando-se essa exoneração, que o próprio considera "muito honrosa", a permitir-lhe restabelecer as forças físicas e morais, embora depois comente que "via declinar a estação favorável sem poder aproveitá-la". Referia-se o cónego à sua indigitação para o bispado de Bragança, que se via compelido a declinar, uma vez que, embora nunca se tivesse recusado a cumprir o serviço da Igreja e do Estado, sentia estarem os seus "dias adiantados e debilitada em extremo" a sua saúde para "ir afrontar o inverno iminente, em um dos países [*sic*] mais rigorosos do Norte de Portugal", tanto mais que havia "residido por mais de dezassete anos em regiões nimiamente áridas, ou abrasadas por um sol ardente". Por isso, suplicava humildemente à rainha que se dignasse escusá-lo "desta nova comissão", a qual não podia "desempenhar satisfatoriamente" (CARDOZO e COUTINHO, 1849, I, 7)

Sem que se saiba exatamente como o cónego acabou os seus dias, um documento curioso e muito parcial da autoria do P.e Teodoro João Henriques dá para isso algumas explicações, que devem, no entanto, ser lidas com reserva, dado o enviesamento da prosa. Diz o P.e Teodoro Henriques ter tido conhecimento do destino de Santa Catarina Braga através do testemunho de um criado do cónego, que sobre ele tinha opinião muito desfavorável, uma vez que o acusava de ser de "muito mau génio e de mau coração", pois "parecia não dormir para pensar em fazer mal ao próximo". O dito criado tinha outras razões para não estimar o cónego, uma das quais era ter sido preso às suas ordens, por "lhe constar que falava mal do novo governo liberal". A isto acrescentava que o cónego não cumpria a abstinência, "dizendo aos criados que lhe preparassem galinha nos dias de jejum". Sempre de acordo com a mesma fonte, Santa Catarina Braga recomendava aos criados que comessem peixe, embora para ele devessem preparar a dita ave, uma vez que pretendia "deitar a bênção a esta galinha e ela fica logo convertida em tainha". Estes não seriam os únicos pecados do governador do bispado, dado que, chegado a Lisboa, se teria entregado a vários negócios, entre os quais o de uma fábrica de manteiga e depois o de uma de papel. Acompanhando as memórias do criado, o cónego, já velho, acabaria por se retirar para a casa de um parente na Covilhã, onde ficara entrevado, ainda que se mantivesse "muito amigo de mulheres", as quais mandaria que lhe passassem à frente e "como não podia fazer outra coisa, acenava-lhes com o dedo indicador que era o único que podia mover" (*Revista do Arquivo…*, 2016, 306, mç. 1, doc. 61).

Estas apreciações, bastante preconceituosas, são feitas sobre um homem a quem Inocêncio Francisco da Silva, no seu *Dicionário Bibliográfico*, se refere afirmando que teve carta de pregador régio e foi condecorado com o grau de cavaleiro das ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição, e que ainda considera ter "gozado por muitos anos dos créditos de insigne orador sagrado" (SILVA, 1858, I, 70).

Obras de António Alfredo de Santa Catarina Braga: *Oração Recitada na Igreja de S. Francisco de Paula da Corte do Rio de Janeiro, por ocasião do Solemne Juramento dos Súbditos Portuguezes ali Residentes, à Carta Constitucional da Monarquia Portugueza, em 30 de Outubro de 1826* (1827).

Bibliog.: manuscrita: ACDF, cx. 45, docs. 32-33 e 148.3; **impressa:** BRAGA, António Alfredo de Santa Catarina, *Oração Recitada na Igreja de S. Francisco de Paula da Corte do Rio de Janeiro, por ocasião do Solemne Juramento dos Súbditos Portuguezes ali Residentes, à Carta Constitucional da Monarquia Portugueza, em 30 de Outubro de 1826*, Porto, Imprensa do Gandra, 1827; CARDOZO, Francisco de Sales Gomes, e COUTINHO, Francisco Jozé (orgs.), *Miscellanea ou Collecção Curiosa de Varios Escriptos Religiosos, Civis, Políticos, Moraes e Literários de Diversos Authores, a Principiar pel'os do Insigne e Eloquente Orador Fr. Antonio Alfredo de Santa Catharina Braga, Egresso do Exctinto Convento de S. Antonio do Valle da Piedade no Porto*, t. I, Porto, Typ. Commercial, 1849; *Flor do Oceano*, 21 jun. 1835; *Revista do Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XXIII, 2016; *Semana Ilustrada*, n.º 28, 1898; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984; SILVA, Francisco Inocêncio, *Diccionario Biobibliogaphico Portuguez, Applicaveis a Portugal e ao Brasil*, ts. I e VIII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.

CRISTINA TRINDADE

Braga, Teófilo de

Filho de Joaquim Manuel Fernandes Braga e Maria José Albuquerque, aristocratas liberais açorianos, nasceu em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, Açores, a 24 de fevereiro de 1843.

Começou a atividade literária ainda muito jovem, na tipografia A Ilha, colaborando nos periódicos açorianos *O Meteoro* e *O Santelmo*. Cessados os estudos em Ponta Delgada, matricula-se em Direito na Univ. de Coimbra, vindo a doutorar-se em 1868. Toma parte na célebre polémica Questão Coimbrã com o texto *Teocracias Literárias,* colocando-se ao lado de Antero de Quental e opondo-se, assim, a António Feliciano Castilho. Em 1872, foi admitido como lente na cátedra de Literaturas Modernas no Curso Superior de Letras, cargo disputado por Manuel Pinheiro Chagas e Luciano Cordeiro.

Teófilo de Braga torna-se uma das figuras mais respeitadas nos círculos intelectuais da segunda metade do séc. XIX e inícios do XX em Portugal. Trabalhador incansável, escritor prolífero, deixou uma vasta obra multidisciplinar, tanto a nível literário como científico, reveladora do seu génio brilhante e determinado. Como escritor, destacou-se na poesia, no conto fantástico e no romance histórico, realizando também algumas traduções. Enquanto académico, dedicou-se aos estudos literários, à história da literatura, à filosofia e à etnografia, sendo um precursor dos estudos sociológicos em Portugal. O seu pensamento científico estava imbuído da doutrina positivista de Auguste Comte, da qual Teófilo de Braga foi arauto em Portugal, dirigindo, em parceria com Júlio de Matos, a revista *O Positivismo* (1878-1882), órgão de divulgação da filosofia positivista.

Dedicou-se à política, em particular à causa republicana, mais intensamente entre 1870 e 1890, atingindo a sua carreira política dois pontos altos: o primeiro momento, a 5 de outubro de 1910, na ressaca do sucesso da revolução republicana, sendo nomeado para a presidência do Governo Provisório da República, e o segundo, a 14 de maio de 1915, quando substitui na Presidência da República Manuel de Arriaga, após um levantamento militar, tornando-se o segundo presidente da República Portuguesa.



Teófilo de Braga enquanto Presidente da República, 1915 (Estúdio António Novais).

Relativamente à Madeira, Teófilo de Braga consagra o segundo capítulo do livro *Poetas Palacianos* aos poetas madeirenses presentes no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende. Este capítulo aparece transcrito por Álvaro Rodrigues de Azevedo nas suas anotações no livro *Saudades da Terra,* de Gaspar Frutuoso (1873). Teófilo de Braga refere, assim, autores como Manoel de Noronha, Tristão Teixeira das Damas, João Gonçalves e Pero Correia, observando que estes constituem uma escola poética madeirense que germinou no tempo do Rei D. Duarte. O insigne académico intitula tal escola "Ciclo Poético da Ilha da Madeira", defendendo que esta foi influenciada pela poesia aragonesa, com impressões da tradição lendária inglesa denunciadas pela lenda de Machim e Ana de Arfet, e que constituiu

um ramo diferente dos poetas palacianos do continente do reino presentes no *Cancioneiro Geral*.

Contudo, o anotador de *Saudades da Terra*, Álvaro Rodrigues de Azevedo, faz alguns reparos às ideias de Teófilo de Braga, escrevendo que "o grupo dos poetas madeirenses deste período não constitui ciclo distinto, é apenas ramo do ciclo continental, porque não tem tipo próprio" (FRUTUOSO, 1873, 173). Não obstante, Teófilo de Braga tem o mérito de lançar as bases de uma historiografia literária madeirense.

Apesar de tal desacordo, Teófilo de Braga manterá com Álvaro Rodrigues de Azevedo correspondência e amizade. No seu livro *Quarenta Anos de Vida Literária (1860-1900)* (1902), podemos ler um total de 12 cartas, com datas compreendidas entre 1861 e 1880, enviadas por Álvaro Rodrigues de Azevedo. Do conteúdo das cartas, destaca-se a influência e inspiração que Teófilo de Braga exerceu em Álvaro Rodrigues de Azevedo, nomeadamente na sua recolha etnográfica e folclórica dos contos e cantigas populares da ilha da Madeira, que originou o livro *Romanceiro do Arquipélago da Madeira* (1880). Ao mesmo tempo, pela leitura das missivas, acompanhamos o processo de elaboração do livro por Álvaro Rodrigues de Azevedo, as reflexões, as dúvidas e os constantes pedidos de orientação a Teófilo de Braga.

Teófilo de Braga morre em Lisboa a 28 de janeiro de 1924.

Obras de Teófilo de Braga: *Contos Tradicionais do Povo Portuguez. Com um Estudo sobre a Novelística Geral e Notas Comparativas* (s.d.); *Gomes Freire de Andrade* (séc. XIX); *Na Tomada de Jerusalem. Às Nações Alliadas, Comemorando o Feito das Tropas Oritannicas e dos Contígentes Francezes e Italianos* (séc. XIX); *Folhas Verdes* (1859); *Tempestades Sonoras* (1864); *Visão dos Tempos* (1864); *Contos Fantásticos* (1865); *As Theocracias Litterarias* (1865); *A Ondina do Lago* (1866); *Camões e* Os Lusíadas. *Estudo Crítico Publicado por Ocasião do Tricentenário* (1867); *Cancioneiro e Romanceiro Geral Portuguez. Confecção e Estudos* (1867); *Historia da Poesia Popular Portugueza. Ciclos Épicos* (1867); *Caracteristicas dos Actos Comerciais* (1868); *Floresta de Vários Romances* (1868); *História do Direito Portuguez. Os Foraes* (1868); *Theses Escolhidas de Direito* (1868); *Torrentes. Últimos Versos* (1869); *História do Teatro Portuguez* (1870-1871); *Epopêas da Raça Mosárabe* (1871); *Historia dos Quinhentistas* (1871); *Poetas Palacianos* (1872); *Historia das Novellas Portuguezas de Cavalleria de Amadis de Gaula* (1873); *Historia de Camões* (1873); *Manual da História da Litteratura Portugueza. Desde as Suas Origens até ao Presente* (1875); *Bocage. Sua Vida e Época Litteraria* (1876); *Traços Geraes de Philosophia Positiva. Comprovados pelas Descobertas Scientificas Modernas* (1877); *Historia Universal. Esboço de Sociologia Descriptiva* (1878-1882); *Theoria da Historia Litteraria Portuguesa. Da Aspiração Revolucionaria e a Sua Disciplina Democrática* (1879); *Camões. Drama Histórico em 5 Actos* (1880); *Historia das Ideias Republicanas em Portugal* (1880); *História do Romantismo em Portugal* (1880); *História do Romantismo em Portugal. Ideia Geral do Romantismo. Garrett – Herculano – Castilho* (1880); *Os Homens d'hoje* (1880); *Origens Poéticas do Christianismo* (1880); *Dissolução do Systema Monarchico-Representativo* (1881); *Memórias de Paulina. Episódio do Séc. XVII* (1881); *Camões. A Tipografia e as Ciências do Século* (1882); *Systema de Sociologia* (1884); *Curso de Historia da Literatura Portugueza* (1885); *O Mandato Imperativo* (1887); *As Lendas Christãs* (1892); *As Modernas Ideias na Litteratura Portugueza* (1892); *A Tipografia e as Ciências do Século XVI* (1892); *Historia da Universidade de Coimbra nas Suas Relações com a Instrução Publica Portugueza* (1892-1902); *Dom Francisco Lemos e a Reforma da Universidade de Coimbra* (1894); *A Pátria Portugueza. O Território e a Raça* (1894); *Sá de Miranda e a Eschola Italiana* (1896); *Bernardim Ribeiro e o Bucolismo* (1897); *O Baptismo das Náos. Poemeto* (1898); *Eschola de Gil Vicente e Desenvolvimento do Teatro Nacional* (1898); *Obra Posthuma* (1898); *Arcádia Lusitana. Garção, Quita, Figueiredo, Diniz* (1899); *Mais Mundos. Poemeto Comemorando o IV Centenario do Descobrimento do Brazil* (1900); *Sobre as Estampas ou Gravuras nos Livros Populares Portuguezes* (séc. XX); *Camões e o Sentimento Nacional* (1901); *Eça de Queiroz e a Sua Obra* (1901); *Quarenta Anos de Vida Litteraria: 1860-1900. Cartas…* (1902); *Garrett e o Romantismo* (1903); *Alma Portugueza. Viriatho, Narrativa Epo-Historica* (1904); *Frei Gil de Santarem. Lenda Faustiana da Primeira Renascença* (1905); *Garret e os Dramas Românticos* (1905); *Quem Foi o Auctor do Segundo Don Quixote?* (1905); *Spinosa. Conferência Philosophica e Histórica* (1905); *Joaquim Silvestre Serrão e a Música Religiosa em Portugal* (1906); *Romanceiro Geral Portuguez. Romances Heroicos, Novellascos e de Aventuras* (1906-1909); *Alma Portugueza. Gomes Freire, Drama Histórico* (1907); *Camões. Época e Vida* (1907); *Historia da Literatura Portugueza* (1909-1914); *O Martyr da Inquisição Portugueza Antonio José da Silva* (1910); *Discursos sobre a Constituição Política da República Portugueza* (1911); *Stoicismo Divino por Joaquim de Araújo* (1912); *Tristão, o Enamorado. Quadros de Conjunto do Romanceiro Popular Português* (1914); *Camilo Castelo Branco. Esboço Biográfico* (1916); *Os Dois Naufrágios de Camões* (1916); *Gil Vicente Ourives e Gil Vicente Poeta* (1916); *Os Seiscentistas* (1916); *Os Amores de Camões. Commentario Biográfico* (1917); *João de Deus. Escorço Biográfico* (1930).

Bibliog.: impressa: BASTOS, Teixeira, *Theophilo Braga e a Sua Obra*, Porto, Lugan & Genelioux, Successores, 1892; BRAGA, Teófilo de, *Poetas Palacianos*, Porto, Imprensa Portugueza, 1872; *Id.*, *Quarenta Anos de Vida Literária (1860--1900)*, Lisboa, J. A. Rodrigues e C.ª, 1915; CARREIRO, José Bruno (org.), *A Vida de Teófilo Braga. Resumo Cronológico*, Coimbra, s.n., 1955; CIDADE, Hernâni, *Doutor Teófilo Braga. As Directrizes da Sua Obra de História Literária*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Typ. Funchalense, 1873; *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Typ. Voz do Povo, 1880; **digital:** "Braga (Joaquim Teófilo Fernandes)", *O Portal da História*, s.d.: http://www.arqnet.pt/dicionario/bragateofilo.html (acedido a 30 jun. 2015); "Teófilo Braga", *Infopédia*, s.d.: http://www.infopedia.pt/$teofilo-braga (acedido a 30 jun. 2015); "Teófilo Braga", *Presidência da República Portuguesa*, s.d.: http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=37 (acedido a 30 jun. 2015).

CARLOS BARRADAS

Branco, Alfredo António de Castro Teles de Meneses de Vasconcelos de Bettencourt de Freitas

↗ Porto da Cruz, visconde do

Branco, João de Freitas

Médico, músico, naturalista e escritor madeirense, nasceu no Funchal a 5 de agosto de 1854. Estudou na Faculdade de Medicina da

Univ. de Coimbra, tendo sido um aluno brilhante. Completou os seus estudos em Inglaterra, tendo-se relacionado, em Londres, com os intelectuais mais importantes e de maior evidência da época. Porém, as artes interessavam-no mais do que a medicina, nomeadamente a música, a literatura e o teatro, áreas onde se destacou.

Em França, na Alemanha e na Áustria, aprofundou os seus conhecimentos musicais, quer ao nível da interpretação – tocava piano, órgão, cravo e violoncelo –, quer ao nível da composição, tendo-se debruçado sobre o estudo da composição dos grandes mestres. No campo literário, especializou-se na história da literatura dos povos nórdicos. Na Noruega, onde viveu algum tempo, dedicou-se ao estudo da obra do dramaturgo Henrik Ibsen, que conheceu pessoalmente.

Regressado a Portugal, João de Freitas Branco fixou-se em Lisboa. A sua casa tornou-se um centro de encontro e reunião dos mais distintos intelectuais e artistas do país e do estrangeiro. Através dele, ficaram conhecidas em Portugal as obras de Rudyard Kipling, Maeterlink, Bijorson, entre outros. Trouxe para Portugal a escola ibseniana, uma corrente moderna que veio revolucionar o teatro: "O teatro ibseniano, grandemente filosófico e esmerilhador da alma humana, reclama para seu entendimento alta contenção de espírito, entrechoque de ideias que têm de depurar-se por si mesmas na consciência individual e, importando por isso um singular esforço de cerebração, de prever é que não encontre fácil albergue na razão e na emotividade de uma raça essencialmente amante da linha e da cor e absolutamente despida – em sua expressão coletiva – do utilíssimo desejo de penetração à essência das cousas e dos factos" (SILVA, 1902, 6).

João de Freitas Branco escreveu algumas obras para teatro que tiveram grande aceitação junto do público – *O Homem das Mangas*, *Festa de Inauguração*, *A Aranha d'Ouro*, *Califa*, *Os Inocentes*, entre outras. Contudo, foi a crítica incisiva das comédias *Os Doidos com Juízo*, *José do Egipto* e *Doutor Micróbio* que fez sensação no Teatro Ginásio, em Lisboa, tendo estas peças ficado em cartaz durante alguns anos. Traduziu e adaptou obras de dramaturgos noruegueses, suecos, dinamarqueses e alemães praticamente desconhecidos em Portugal, *e.g.*, *Casa de Bonecas* e *Os Esteios da Sociedade*, de Ibsen, *Os Penedos do Inferno*, de Blumenthal; *O Fim de Sodoma*, de Suderman, e *Uma Falência*, de Bijorson.

Colaborou em revistas literárias em Portugal e no estrangeiro, tendo para tal contribuído o facto de dominar várias línguas, sendo "considerado, mesmo no estrangeiro, como um dos mais poliglotas, pois falava, lia e escrevia corretamente oito línguas, além do português", afirma o sobrinho, o visconde do Porto da Cruz, num artigo sobre o tio (PORTO DA CRUZ, 1950, 40) onde reitera a influência que João de Freitas Branco exercia sobre os sobrinhos, que, graças à sua orientação, se notabilizaram: Luís de Freitas Branco (professor e compositor), o mestre Pedro de Freitas Branco e o visconde do Porto da Cruz.

Obras de João de Freitas Branco: *A Aranha d'Ouro*; *Califa*; *Doutor Micróbio*; *Festa de Inauguração*; *José do Egipto*; *O Homem das Mangas*; *Os Doidos com Juízo*; *Os Inocentes*.

Bibliog.: CARITA, Rui, e MELO, Luís Francisco de Sousa, *100 Anos do Teatro Municipal "Baltazar Dias"*, Funchal, s.n., 1988; PORTO DA CRUZ, Visconde do, "Dr. João de Freitas Branco", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 1, n.º 4, nov.-dez. 1950; *Id.*, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, 2 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1951; SILVA, Ernesto da, *Theatro Livre & Arte Social*, Lisboa, Typ. do Commercio, 1902.

Graça Maria Nóbrega Alves

Branco, João Soares

João Soares Branco nasceu em Alcácer do Sal em 1863. Tendo-se envolvido, como outros militares, no Partido Progressista, veio a ser nomeado para governador civil do Funchal, por dec. de janeiro de 1906, lugar de que tomou posse a 30 desse mês; porém, a 22 de maio seguinte, era exonerado pelo novo governo do Partido Regenerador, voltando ao Funchal, pela terceira vez, José Ribeiro da Cunha (1854-1915), que tomou posse como governador civil a 29 desse mês. O Maj. João Soares Branco, no entanto, manteve contactos



Fig. 1 – Maj. João Soares Branco, c. 1909 (ACMF, Secretaria-Geral do Ministério das Finanças).

na Madeira e interessou-se por vários assuntos, concorrendo pelo círculo do Funchal nas eleições de 5 de abril de 1908, dentro dos complexos arranjos no interior dos partidos, juntamente com José Ribeiro da Cunha, tendo sido ambos eleitos. Soares Branco não teria, entretanto, tomado assento nas Cortes, pois a sua ficha não se encontra nos arquivos da Assembleia da República. Foi ministro da Fazenda no curto Governo do Gen. Sebastião Custódio de Sousa Teles (1847-1921), entre 11 de abril e 14 de maio de 1909, e no seguinte, de Francisco António da Veiga Beirão (1841--1916), de 11 de abril de 1909 a 26 de junho de 1910.

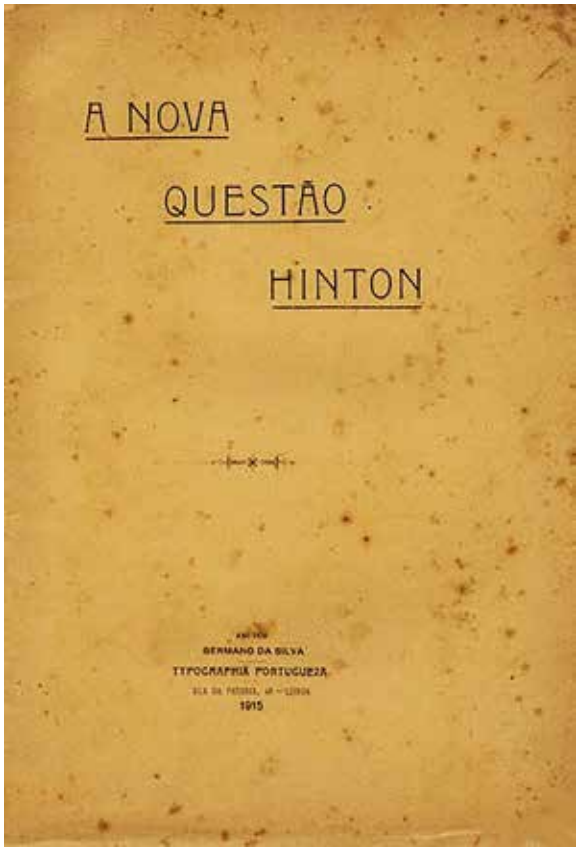


Fig. 2 – *A Nova Questão Hinton* (1915), de João Soares Branco.

Em 1915, daria à estampa os artigos publicados por vários autores no periódico *O Paiz*, sobre a nova Questão Hinton, ou seja, o complexo monopólio sacarino da Madeira, assunto que atravessara toda a sua gestão no Ministério das Fazenda e um dos que levaram à queda do Governo.

O antigo governador civil do Funchal faleceu em Lisboa, em abril de 1929.

Bibliog.: BRANCO, João Soares, *A Nova Questão Hinton. Artigos Publicados no Jornal "O Paiz" Um Amigo da Madeira*, Lisboa, Typ. do Annuario Comercial, 1915; CRUZ, Mário Pinho da (coord.), *Dos Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos Ministros das Finanças (1788-2006). Uma Iconografia*, Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2006; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

Rui Carita

Branco, Maria Tereza Castro Leal de Freitas

Natural do Funchal, era filha de Luís Vicente de Freitas Branco e de Ana Augusta Leal de Freitas Branco, e irmã do escritor Alfredo de Freitas Branco, visconde do Porto da Cruz.

Recebeu, segundo afirma Luís Marino, uma formação esmerada, tendo estudado em Inglaterra e Itália e possuindo "grande cultura literária e artística" (MARINO, s.d., fl. 51).

Foi presidente da Liga Católica Feminina em 1856 e dedicou-se a diversas causas caritativas. Colaborou na imprensa periódica, por vezes com o pseudónimo de Sarete, com artigos em *Revista Esperança*, *O Jornal*, *O Jornal da Madeira* e *Diário de Notícias*. Dirigiu, em 1950, a "Página feminina", de *O Jornal*, tratando de assuntos

religiosos e relativos ao papel da mulher na sociedade.

Proferiu várias conferências sobre religião e sociedade, colaborando ativamente na vida cultural da época. Colaborou com sua mãe e sua irmã Maria do Carmo na Liga da Ação Social Cristã e na Juventude Católica Feminina, organizando conferências e eventos de carácter caritativo. Morreu em 1965

Obras de Maria Tereza Castro Leal de Freitas Branco: "Juventude Católica Feminina" (1929); "Acção de mulheres" (1950); "Cristo-Rei. Abertura do novo ano social da Acção Católica" (1956); "O lactário ou a assistência a crianças pobres e fracas" (1957).

Bibliog.: MARINO, Luís, "Branco, Maria Tereza de Castro Teles de Menezes Leal de Freitas", in *Panorama Literário do Arquipélago da Madeira*, vol. 2, texto não publicado, fl. 51.

Cristina Trindade
Luísa M. Antunes Paolinelli

Brandão, Gaspar Afonso da Costa

A 18 de dezembro de 1703, Gaspar Afonso da Costa Brandão (1703-1784) batizava-se em Águeda, cidade onde nasceu. O seu registo de batismo não deixa margem para dúvidas quanto ao lugar do seu nascimento, invalidando o que, durante muito tempo, se afirmou, quando era dado como natural de Vila Cova de Sub-Avô, terra de seu pai. Era filho de Bento de Figueiredo Brandão e de Dona Ângela Josefa da Fonseca Pinto Serra, "gente principal" da terra e que vivia segundo a "lei da nobreza", como declaram as testemunhas chamadas a pronunciar-se na sua habilitação *de genere* (PAIVA, 2001, 46), pelo que tinha raízes na nobreza provincial. Ainda criança, mudou-se, na companhia dos pais, para Vila Cova de Sub-Avô, localidade que só abandonou quando foi viver para Coimbra, para prosseguir os estudos universitários. Concluída a licenciatura em Leis, acabaria por se doutorar em 1726. Somente depois de completada a sua formação académica decidiu enveredar pela vida eclesiástica, tendo recebido a prima tonsura e ordens menores em setembro de 1729 e as restantes ordens sacras a partir de maio de 1731. Após ter-se tornado sacerdote do hábito de S. Pedro, D. Gaspar foi designado prior da igreja de S. Paio de Gouveia, lugar de que abdicou em favor de um irmão, em 1739, para, em 1742, se tornar docente substituto de *Instituta*, na universidade, tendo assumido a titularidade da posição em 1743. Enquanto residente em Coimbra, foi, igualmente, desembargador da mesa episcopal daquela diocese. Em 1748, viria a ocupar o lugar de prelado da patriarcal, que naquela altura se configurava como "um viveiro de candidatos ao episcopado" (PAIVA, 2006, 532).

D. Gaspar Afonso Brandão possuía predicados que o recomendavam, à luz dos novos critérios de provimento episcopal determinados pelo Marquês de Pombal, para ascender à qualidade de bispo. Com efeito, durante o consulado pombalino, e mercê das alterações que então se imprimiram em largos sectores da vida em Portugal, os pressupostos para a ocupação de uma mitra sofreram alguns ajustamentos, dentro dos quais cabia uma pessoa com o perfil de Gaspar Afonso da Costa Brandão. Em primeiro lugar, queriam-se, agora, pessoas oriundas de famílias de boa linhagem, mas sem ligações àquela nobreza



Fig. 1 – D. Gaspar Afonso da Costa Brandão, 17.º bispo do Funchal, oficina continental, c. 1757 (Cabido da Sé do Funchal).

tradicional que o marquês pretendia afastar dos centros de decisão. Em segundo, cada vez mais se procurava para o lugar de prelado gente com estudos superiores e com provas dadas no desempenho de funções importantes, como eram, neste caso, o magistério universitário, o lugar de desembargador da mesa episcopal e a posição na patriarcal. Em terceiro lugar, finalmente, o ministro do Reino preferia gente madura e que comungasse da visão que subscrevia quanto ao lugar e funções que à Igreja deviam estar destinados no emergente mundo das Luzes. A maturidade, no caso de Gaspar Afonso, era-lhe dada pela própria idade, pois, quando foi chamado para bispo do Funchal, contava já 53 anos. Quanto à sua adequação à mundividência pombalina, o tempo se encarregaria de demonstrar que, também neste caso particular, o Marquês não se enganara.

Assim, e por se encontrar há três anos vaga a Diocese do Funchal, D. José I chamou Gaspar Afonso da Costa Brandão para lhe entregar a responsabilidade daquele bispado, opção ratificada pela bula *Apostolatus Officium*, de 20 de junho de 1756. A sagração episcopal ocorreu no ano seguinte, o qual também registou a entrada solene do novo bispo no Funchal, a 5 de agosto.

No decurso da preparação para se encarregar da Diocese, D. Gaspar Brandão entendeu necessário fazer-se acompanhar de dois sacerdotes vicentinos, os padres J. Alásio e José dos Reis, a quem incumbiu de usar os púlpitos na cidade, de fazer pregações evangélicas em diversas paróquias e de visitar os conventos em relação aos quais se suspeitasse de forte abrandamento no cumprimento das regras da respetiva ordem. Os registos que esses sacerdotes deixaram da sua ação nos conventos vieram, de facto, confirmar que a prática quotidiana intramuros se afastara muito dos ideais da vida em reclusão e que esta mereceu dos padres observações pouco abonatórias. Assim, em relação ao Convento da Encarnação, afirmaram eles que as freiras "traziam véus de seda veiados de pano fino, e ornavam a testa (pouco juízo havia nela!) com um bico mui comprido". Como resultado destas informações, muito se esforçou o bispo por reconduzir as irmãs ao uso do burel das Clarissas, do que resultou uma revolta de 45 freiras, cujos elementos mais recalcitrantes acabaram por ser enclausurados e, em casos extremos, excomungados (PEREIRA, 1993, 48). Nos outros conventos de clarissas, a situação não era muito diferente. Para o das Mercês, o que se ofereceu ao P.e Alásio afirmar foi que as freiras tinham caído em "tal relaxação […] que apenas tinham o nome e a mortalha de religiosas e alguns atos externos de piedade". Esta situação verificava-se igualmente em Santa Clara, onde só após o retiro de 1764 a grande maioria decidiu obedecer ao prelado e conformar o hábito com o preconizado pela regra (*Id.*, *Ibid.*, 48-49).

Como resultado dos relatos produzidos pelos dois missionários na sua estadia de 10 anos no Funchal, o bispo foi encarregado, extraordinariamente, de visitar e reformar todos os conventos e recolhimentos da cidade, o que lhe trouxe inúmeros problemas, oposições e resistências que ele se foi esforçando por resolver



Fig. 2 – Cruzeiro da Missão dos Padres Vicentinos, c. 1760 (igreja matriz de Santa Cruz).

e que configuram um dos aspetos difíceis do seu episcopado. Como consequência desta atividade visitacional, adotou-se um conjunto de medidas novas, umas de carácter disciplinar e outras relativas a aspetos administrativos, nomeadamente relacionados com a admissão de noviços, a qual foi restringida e passou a ser alvo de mais criteriosa seleção.

Poucos meses depois de ter chegado ao Funchal, entre fevereiro de 1758 e maio de 1759, D. Afonso Brandão viu-se encarregado de assumir o governo militar do arquipélago, por ausência do Gov. Manuel Saldanha e Albuquerque. Ainda no exercício das suas funções como governador, o bispo informava o ministro de Estado Tomé Joaquim de Corte-Real terem chegado ao seu conhecimento uns documentos relativos aos "excessos e maquinações" dos jesuítas portugueses e espanhóis contra o Tratado dos Limites, na América do Sul, com data de 1750, o que começava a configurar os enormes problemas que se avizinhavam, tendo no centro a Companhia de Jesus (CARITA, 1996, 401).

De facto, e tomando como pretexto o comportamento dos Jesuítas em terras do Brasil, o Marquês de Pombal decidira pôr em marcha um plano para diminuir ou, mesmo, extinguir o domínio que os padres da Companhia exerciam não só no ultramar, mas mesmo no reino, onde eram senhores do ensino e muito próximos da corte, na qual tinham vindo a desempenhar papéis de precetores de infantes e de confessores de membros da família real.

Uma das estratégias seguidas para desacreditar os Jesuítas em Portugal continental foi a de os associar aos motins que, no Porto, se tinham levantado contra a implantação da Companhia Real dos Vinhos do Porto (em fevereiro de 1758), a que se seguiram a expulsão da corte dos padres da Companhia, queixas para Roma criticando-lhes a conduta e, finalmente, a implicação dos mesmos no atentado contra D. José I, a 3 de setembro de 1758. Em consequência desta acusação, foi determinado o sequestro dos bens da Companhia, o enclausuramento dos seus membros, onde quer que se encontrassem, a posterior dissolução das comunidades e o fim das suas atividades de ensino. Paralelamente, avisaram-se os bispos das diversas dioceses de que deveriam emitir pastorais que sublinhassem a intervenção dos Jesuítas no atentado contra D. José.

Devidamente informado, D. Gaspar Afonso da Costa Brandão não perdeu tempo e, a 29 de maio do mesmo ano, apanhando de surpresa os jesuítas do Funchal, mandou cercar-lhes o colégio por tropas ao serviço do governador.

Logo de seguida, a 27 de junho de 1759, fez publicar a primeira das pastorais contra a Companhia de Jesus, na qual se afirmava que, "fazendo-se público neste nosso bispado", em fevereiro anterior, a sentença do Tribunal da Inconfidência, que dava conta do atentado contra o rei, e que, na mesma sentença, "se declaravam corréus daquela execranda conjuração os Religiosos pervertidos da Sagrada Companhia de Jesus, usando estes de doutrina falsa e escandalosa com que se fomentou aquele horroroso atentado", se impediam, por isso, os referidos religiosos do "Ministério de pregar e confessar nesta nossa diocese" (ACDF, cx. 45, doc. 25). Mais adiante, acrescentava que se mandava a todos os súbditos que "não admitam nem ensinem, nem deem apenso ou credulidade alguma às doutrinas e proposições acima referidas".

A 4 de julho de 1760, o monarca enviava uma missiva em que informava ter mandado suspender "com os regulares da mesma Companhia compreendidos naquele infame e escandaloso atentado [...] as demonstrações a que como Rei [...] me achava necessitado", igualmente ordenando que "fossem obstados até aqueles procedimentos de que se não devem dispensar", dado que se fazia indispensável não dilatar por mais tempo "a indefetível defesa em que devo sustentar o meu Real decoro", sendo que nada mais lhe restava senão determinar que "os sobreditos regulares corrompidos" fossem considerados como "notórios Rebeldes, Traidores, Adversários e Agressores" e fossem "pronta e efectivamente exterminados, desnaturalizados, proscritos e expulsos de

todos os meus Reinos e Domínios". Na sequência desta missiva, o bispo voltou a publicar uma nova pastoral (ACDF, cx. 45., doc. 25).

O documento, com data de 3 de setembro de 1760, torna manifesto que, "Desejando Nós com a mais eficaz diligência satisfazer a obrigação de fiel vassalo de Sua Majestade na pronta execução dos seus invioláveis mandados", era fundamental para o prelado exortar os eclesiásticos e seculares do arquipélago a que "com o mais ardente zelo e fidelidade hajam de tributar uma exata obediência ao nosso Augustíssimo Monarca […], reconhecendo todos que na obediência, amor e fidelidade ao Soberano […] consiste a saúde da República, a conservação da união […] e a felicidade da Monarquia" (ACDF, cx, 45, doc. 26).

A total e plena aceitação de todas as instruções dimanadas do reino demonstra bem como D. Afonso Brandão tinha sido uma atilada escolha do Marquês, o qual não viu, assim, as suas expectativas minimamente defraudadas na Madeira – como, de resto, foi sublinhado por José Pedro Paiva, quando dá conta de um episódio em que o bispo do Funchal se dirigiu ao ministro, a 21 de março de 1759, reportando haver recebido uma missiva do monarca, a qual logo havia mandado cumprir, referindo depois que o mesmo "invariavelmente farei observar e tudo o mais que for serviço de sua Majestade" (PAIVA, 2001, 50).

Depois de um ano de prisão, os 18 jesuítas que se encontravam cercados foram, a 16 de junho de 1760, embarcados para Lisboa sem levarem mais que os hábitos que vestiam.

Mas a produção de pastorais deste bispo não se confinou aos textos veementes que produziu contra a Companhia de Jesus. Outras preocupações lhe ocupavam o espírito e justificavam que, a 16 de agosto de 1765, publicasse nova pastoral destinada a extirpar o pecado da usura. A 24 de julho de 1768 tornou público um texto longo, virado sobretudo para o clero, em que alertava para a importância de os eclesiásticos não terem em suas casas mulheres abaixo dos 50 anos, de não se dedicarem a negócios de nenhuma espécie, de insistirem no ensino da doutrina, de virem examinar-se regularmente para confessores, extravagantes incluídos, e de fazerem retiros anuais, entre outras recomendações. Para a emissão destas diretivas poderá ter contribuído um ofício do Corr. Francisco Moreira de Matos ao Gov. Sá Pereira, no qual, em relação ao clero, afirmava que padres existiam em abundância, mas confessores muito poucos, a ponto de serem necessários "valimentos para qualquer pessoa de menor condição poder gozar deste sacramento, tudo nascido da falta de sacerdotes aprovados que, pela sua ignorância, só dizem com verdade *Domine non sum dignus*" (AHU, Madeira, cx. 1, doc. 288).

A forma relativamente autoritária como D. Gaspar Brandão abordava os problemas esteve na origem de alguns diferendos que lhe ensombraram o episcopado. Assim, por se ter

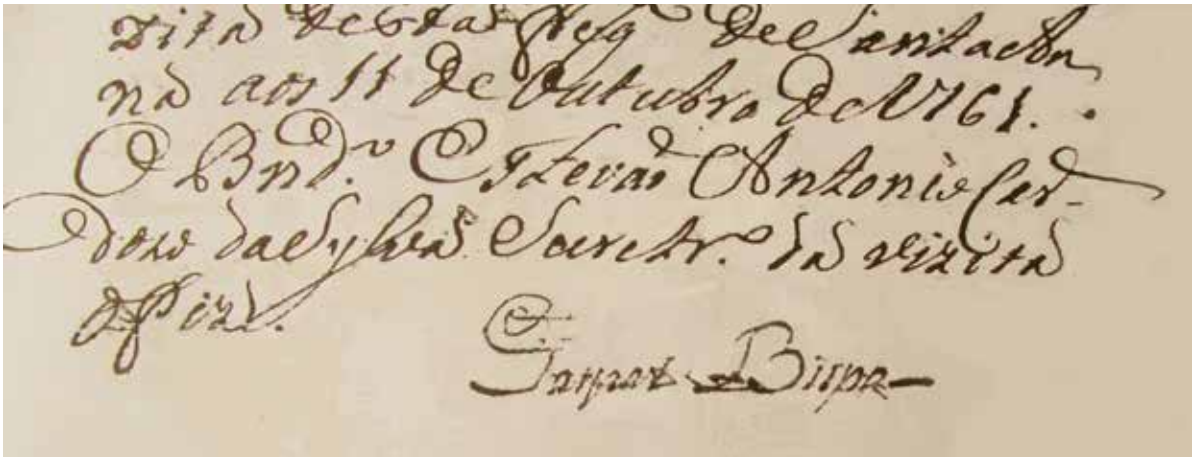


Fig. 3 – Assinatura de D. Gaspar Afonso da Costa Brandão, 1761 (Cabido da Sé do Funchal).

envolvido na prisão, aparentemente indevida, de um cónego, Francisco Eleutério Tavares, foi obrigado pelo rei a libertá-lo. Num outro caso, que determinou o encarceramento de um advogado que defendera o cónego, contou com o apoio do Gov. António de Sá Pereira, seu amigo, mas incorreu na ira do irmão do advogado, que chegou a apodar o prelado de "mentecapto", o que igualmente lhe valeu o cárcere (CARITA, 1996, 387).

Outra situação geradora de atritos entre o bispo e a Coroa prendeu-se com o conflito sobre quem tinha jurisdição para confirmar os compromissos das confrarias. O rei, por provisão de 17 de novembro de 1766, e invocando o seu estatuto de governador da Ordem de Cristo, exigiu que lhe fossem enviados os estatutos, ao que o bispo se opôs, alegando possuir ele próprio as competências para esse efeito. O rei não desistiu, e as confrarias acabaram por se submeter à vontade do monarca, o que constituiu uma desautorização da autoridade episcopal.

Em 1777, com a morte de D. José e o afastamento do Marquês de Pombal, o Gov. Sá Pereira viu-se obrigado a regressar a Lisboa, sendo substituído por D. João Gonçalves da Câmara, debaixo de cujo exercício se assistiu a mais um episódio espoletado pela prisão, às ordens do juízo eclesiástico, de um bacharel, advogado no Funchal e responsável pela emissão de um parecer que versava assuntos da Igreja. Tal atitude foi entendida como "ofensa grave" ao vigário-geral, pelo que a prisão se manteve. Este diferendo deu origem à troca de várias missivas entre o governador, o bispo e a corte, tendo as queixas do governador para Lisboa dado origem a uma vigorosa reprimenda da parte de "um ministro velho com alguma experiência do mundo" (Martinho de Melo e Castro), que lhe assegurava haver na Ilha "um Bispo respeitável, não só pela qualidade de Prelado, mas pelas suas virtudes e provecta idade" (AHU, Madeira, cx.2, doc. 74), pelo que devia deixar correr os assuntos pelos canais já determinados e não insistir nas queixas contra o antístite. O assunto acabou por se encerrar com uma salomónica disposição para que se soltasse o advogado, sem que, ao mesmo tempo, se condenasse o vigário-geral.

Foi, ainda, durante este episcopado que se assinalaram os primeiros pedreiros-livres na Madeira, designadamente Francisco de Alincourt, Bartolomeu Andrieux e o madeirense Aires de Ornelas Frazão, escrivão da Alfândega. Embora já referenciados como maçons, a verdadeira perseguição a esta organização virá a registar-se já debaixo da autoridade do bispo seguinte, D. José da Costa Torres.

Cansado, idoso e doente, acusando, com certeza, o desgaste que lhe provocara o exercício de um poder que o levara a ser enxovalhado por observações como a de "mentecapto", ainda que equilibradas por outras que o consideravam muito capaz, D. Gaspar Afonso da Costa Brandão decidiu ir ao continente, mais concretamente às Caldas da Rainha, buscar remédio para os seus males. Não o encontrando, porém, regressou à Madeira, onde veio a falecer a 14 de janeiro de 1784, tendo sido sepultado na capela-mor da Sé.

Bibliog.: manuscrita: ACDF, cx. 45, docs. 25-27 e 29; AHU, Madeira, cx. 1, doc. 288; cx. 2, doc. 74; **impressa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. IV, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1996; FRANCO, José Eduardo, "O 'terramoto' pombalino e a 'desjuitização' de Portugal", *Lusitania Sacra*, 2.ª sér., n.º 18, 2006, pp. 147-218; GRAÇA, Serafim Gabriel Soares da, "O bispo do Funchal D. Afonso Gaspar da Costa Brandão", *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIII, 1967, sep.; PAIVA, José Pedro, "Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino", *Penélope*, n.º 25, 2001, pp. 41-63; *Id.*, *Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006; PEREIRA, José António Correia, *S. Francisco de Assis na Madeira. História, Lendas, Tradições*, Braga, Franciscana, 1993; SILVA, Fernando Augusto, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, Funchal, s.n., 1946.

Cristina Trindade
Rui Carita

Brandão, João Antonino da Ascensão de Paiva de Faria Leite

Nascido em Braga, a 10 de maio de 1877, era filho de João Alexandre de Paiva Leite de Faria Brandão (1845-1884) e da sua segunda mulher, Adelaide Maria José Raio (1844-1885), natural do Brasil e filha do célebre financeiro Miguel José Raio (1814-1875), que ali fizera fortuna e, mais tarde, remodelou em

Braga o palácio que veio a ter o seu nome e foi o 1.º visconde de S. Lázaro. Tendo-se casado, a 1 de maio de 1905, com D. Teresa de Jesus Maria José de Sousa e Holstein Beck (1880-c. 1909), filha de D. Tomás de Sousa e Holstein Beck (1839-1887), 1.º marquês de Sesimbra, que fora governador civil do Funchal entre 1868 e 1869, tornou-se, assim, cunhado do conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos (1866-1930), também casado com uma filha do falecido marquês de Sesimbra. Com a demissão do Governo do Cons. João Franco (1885-1929), que integrara Aires de Ornelas, após o assassinato do Rei D. Carlos (1863-1908) e do príncipe D. Luís Filipe (1887-1908), foi constituído um "governo de aclamação", ou seja, com o acordo de todos os partidos, naquele momento, chefiado pelo Alm. Francisco Ferreira do Amaral (1844--1923), que tomou posse a 4 de fevereiro de 1908. Foi este governo que, a 22 de fevereiro seguinte, nomeou João Antonino Leite Brandão 47.º governador civil do Funchal, quase com certeza por indicação do Cons. Aires de Ornelas, que, ao longo desse ano, inclusivamente, se retirou para a sua Qt. das Almas, na Camacha, perto do Funchal.

A gestão política de João Antonino Leite Brandão foi quase notável, dado o complexo período vivido, quase passando despercebido e conseguindo sobreviver ao longo de dois anos, o que para a época foi excecional. Manteve-se, assim, com o Governo de Artur Campos Henriques (1853-1922), dado como próximo da ala conservadora dos regeneradores, do Gen. Sebastião de Sousa Teles (1847-1921), governo que só durou 33 dias, e de Venceslau de Lima (1858-1919). Parece já não ter ido para o Funchal com a esposa, cuja data de falecimento se desconhece, casando-se segunda vez, a 11 de setembro de 1909, com Maria Vera de Castelbranco Machado (1885-1972), filha de um conhecido médico e polemista do Funchal, Dr. Vicente Cândido Machado (1855-1911), e de sua mulher, Maria Gabriela de Castelbranco. Veio a ser substituído como governador civil, a 11 de janeiro de 1910, com o governo progressista de Francisco da Veiga Beirão



Fig. 1 – Palácio do Raio, projeto de 1754-1755 e seguintes (Santa Casa da Misericórdia de Braga).



Fig. 2 – Interior do palácio do Raio, reposição de 2005 (Santa Casa da Misericórdia de Braga).

(1841-1916), que tomara posse a 22 de dezembro anterior, por Afonso de Melo Pinto Veloso (1878-1968), membro daquele partido, que pouco tempo estaria no lugar, mas que como sidonista ao mesmo voltaria depois. João Antonino Leite Brandão faleceu em Braga, a 15 de dezembro de 1975.

Bibliog.: impressa: BARROS, Fátima, "A Quinta das Almas ou Quinta Ornelas na Camacha", *Islenha*, n.º 21, jul.-dez. 1997, pp. 110-115; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; **digital:** MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, *Governadores Civis. 1835-2008*, Lisboa, Divisão de Documentação e Arquivo, 2008: http://gov-civil-Lisboa.ivisa.com/portal2010/images/arquivo/ficheiros/GovernadoresCivis_1835_2008.pdf (acedido a 13 maio 2018).

Rui Carita

Brandão, Pedro de Lima

Pedro de Lima Brandão, nascido cerca de 1640, era o segundo filho de Fernando de Lima Brandão (c. 1610-1662), comendador de São Veríssimo de Lagares, e de sua mulher, Mariana de Noronha e Meneses, filha de António de Alcáçova Carneiro e neta, ou bisneta, do célebre secretário Pedro de Alcáçova Carneiro (c. 1510-c. 1590), conde de Idanha, ou das Idanhas. Os pais do futuro governador sempre viveram algo afastados da corte e muito envolvidos na administração da capela de S.ta Ana, que o célebre Duarte Brandão, judeu sefardita de origem inglesa e cristão-novo em Portugal, instituíra no Convento do Carmo de Lisboa, no tempo de D. João II (1455-1595). Escreveu-se, mais tarde, que Fernando de Lima Brandão e a mulher teriam mesmo pretendido fundar um novo convento carmelita e que, convidado para ocupar o lugar de vice-rei da Índia, Fernando de Lima, por modéstia, não aceitara.

O futuro governador da Madeira, como filho segundo, tinha sido capitão de cavalos na província do Alentejo. Teve patente do governo da Ilha a 29 de maio de 1683, de que tomou menagem em Lisboa, a 23 de março do ano seguinte, e posse no Funchal, a 18 de abril, perante o anterior governador, João da Costa de Brito (c. 1630-c. 1700). A sua passagem pelo governo da Madeira foi o mais discreta possível, provavelmente por ter estado no Funchal, no ano anterior, o desembargador Domingos de Matos Cerveira, em sindicância



Fig. 1 – Armas dos descendentes de Duarte Brandão (ANTT, Casa Real..., liv. 20, fl. 18v.).

à Fazenda do Funchal, e pelos problemas que teria havido com o Ten.-Gen. Inácio da Câmara Leme (1630-1694), mas, essencialmente, pelo espírito do próprio governador, que na documentação, inclusivamente, aparece quase que somente como Pedro de Lima, talvez para se demarcar da origem sefardita de seu tetravô.

Pedro de Lima Brandão entregou o controlo das companhias de ordenanças ao tenente-general. Encarregou-o, igualmente, de proceder à resenha geral das armas da Coroa entregues aos capitães, dando conhecimento ao Conselho de Guerra, a 20 de fevereiro de 1687, do estado das mesmas.

As suas relações com o novo bispo do Funchal, D. Estêvão Brioso de Figueiredo (c. 1620-1689), que aliás recebeu na cidade, a 17 de abril de 1685, também teriam sido o mais cordatas possível. O bispo fora transferido de Pernambuco, onde fora o primeiro prelado, para o Funchal, dados os inúmeros problemas que ali enfrentara, chegando a sua residência a sofrer fogos cruzados de arcabuz advindos de rixas locais. Mas a sua saúde estava já muito abalada, acabando por se retirar para o continente, onde faleceu.

O governador entregou o bastão, a 13 de abril de 1688, a D. Lourenço de Almada (1645-1729), retirando-se para Lisboa. Em junho de 1690, os oficiais da Câmara do Funchal protestaram por o juiz de fora ter sido encarregado de tirar residência ao ex-governador, argumentando que havia muitos meses que o mesmo, alegando doença, fora escusado do cargo na Câmara e substituído pelo vereador mais velho; logo, se não podia ser juiz de fora da Câmara, também não podia tirar residência ao ex-governador.

Pedro de Lima Brandão não se casou. Dedicou-se, em Lisboa, a reformar a capela de S.ta Ana do Convento do Carmo, capela que passou depois a um ramo lateral. Faleceu em Lisboa, sendo conselheiro de Guerra, em 1718.

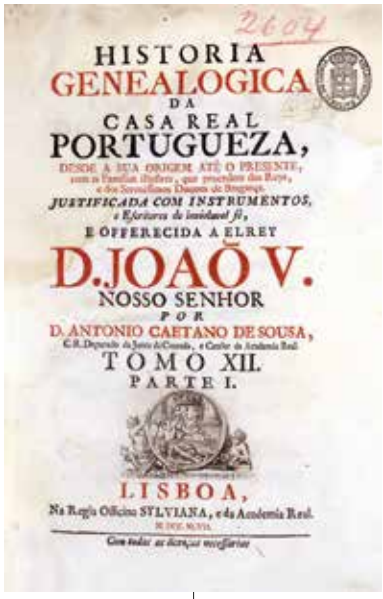

HISTORIA
GENEALOGICA
DA
CASA REAL
PORTUGUEZA,
DESDE A SUA ORIGEM ATÉ O PRESENTE,
JUSTIFICADA COM INSTRUMENTOS,
E OFFERECIDA A ELREY
D. JOAÕ V.
NOSSO SENHOR
POR
D. ANTONIO CAETANO DE SOUSA,
TOMO XII.
PARTE I.
LISBOA,
Na Regia Officina SYLVIANA, e da Academia Real.

Fig. 2 – *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, t. XII, pt. I (1747), de António Caetano de Sousa.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombo 7, 1672-1720; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1339, 1690-1694; ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 20, António Godinho, *Livro da Nobreza e Perfeiçam das Armas*, séc. XVI, fl. 18v.; **impressa:** NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; SANTA ANNA, Joseph Pereira de, *Chronica dos Carmelitas da Antiga e Regular Observância*, Lisboa, Herdeiros de António Pedroso Galrão, 1745; SOUSA, António Caetano de, *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, t. XII, pt. I, Lisboa, Oficina Sylviana, 1747; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Brandão, Raul Germano

Nascido no Porto a 12 de março de 1897, Raul Germano Brandão frequentou o curso de Letras da Univ. de Coimbra, mas acabaria por enveredar pela carreira militar por influência dos pais. Sem vocação para o Exército, seriam as letras o seu grande legado. Escreveu numerosos artigos em jornais e revistas e publicou contos, impressões de viagem, peças de teatro e ensaios históricos, entre os quais se podem destacar: *Impressões e Paisagens* (1890); *A Farsa* (1903); *Os Pobres* (1906); *Húmus* (1917); *Memórias* (1919-1933); *Os Pescadores* (1923); *O Gebo e a Sombra*, *O Rei Imaginário*, *O Doido e a Morte* (1923); *As Ilhas Desconhecidas* (1926); *O Avejão* (1929); *Pobre de Pedir* (1931).

Óscar Lopes e António José Saraiva realçam que "o aspeto mais importante da obra de Raul Brandão é a sua dor de consciência perante a humanidade explorada" (SARAIVA e LOPES, 1987, 1035). Esta é uma característica transversal à sua obra e que também se faz presente no livro de viagens *As Ilhas Desconhecidas*, no qual o autor narra uma viagem que

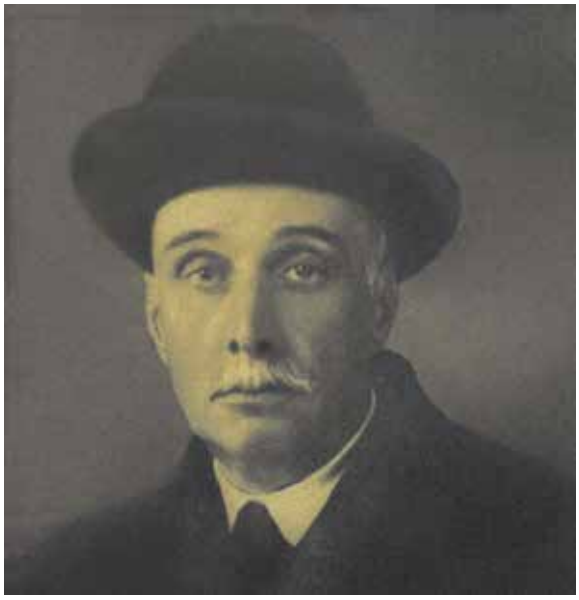


Fig. 1 – Raul Brandão (arquivo particular).

fez aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, descrevendo com mestria a paisagem, mas também a solitária e ímpar condição insular. Nesta obra, a par do deslumbre que sente perante a paisagem madeirense, Brandão mostra-se sensível à vida difícil que marca o quotidiano dos madeirenses.

No capítulo "Visão da Madeira", Raul Brandão escreve: "Nunca mais me esqueceu a manhã virginal da Madeira, as cores que iam do cinzento ao doirado, do doirado ao azul-índigo – nem a montanha entreaberta saindo do mar diante de mim, a escorrer azul e verde" (BRANDÃO, 2011, 179). Mas o deslumbramento pela Ilha, que nasce com a observação da paisagem marítima, não ignora as dificuldades adivinhadas na própria orografia: "Acentua-se a dureza, as chapadas, as ravinas, os cortes perpendiculares e cor de ferro, adivinha-se o drama que deve ter sido este parto, cheio de convulsões e de desmoronamentos, quando o grande cataclismo dilacerou e desmembrou o continente submerso, deixando patentes, neste resto, feridas que ainda hoje sangram" (*Id.*, *Ibid.*, 180).

Nas páginas seguintes, Raul Brandão, fascinado pela paisagem da Ilha, narra os seus passeios, descrevendo o declive, as cores, as vistas dos picos mais altos. No entanto, passado o "primeiro entusiasmo", declara: "Vejo tudo a frio. Esta ilha é um cenário e pouco mais – um cenário deslumbrante com pretensões a vida sem realidade e desprezo absoluto por tudo o que lhe não cheira a inglês. Letreiros em inglês, tabuletas em inglês e tudo preparado e maquinado para inglês ver e abrir a bolsa. Eles saem dos paquetes – e logo o Funchal se arma como um teatro" (*Id.*, *Ibid.*, 194 e 195).

É "a frio" que conclui que os negócios do turismo, do álcool e do açúcar degradaram o povo e enriqueceram apenas alguns. A sua visão humanista leva-o a afirmar que, com o teatro "para inglês ver", "lucraram os negociantes e os hoteleiros", enquanto "cada vez se cava mais funda a separação entre as classes chamadas superiores e as outras". "O vilão, que antigamente passava com papas de milho três vezes por dia e dormia feliz com toda a

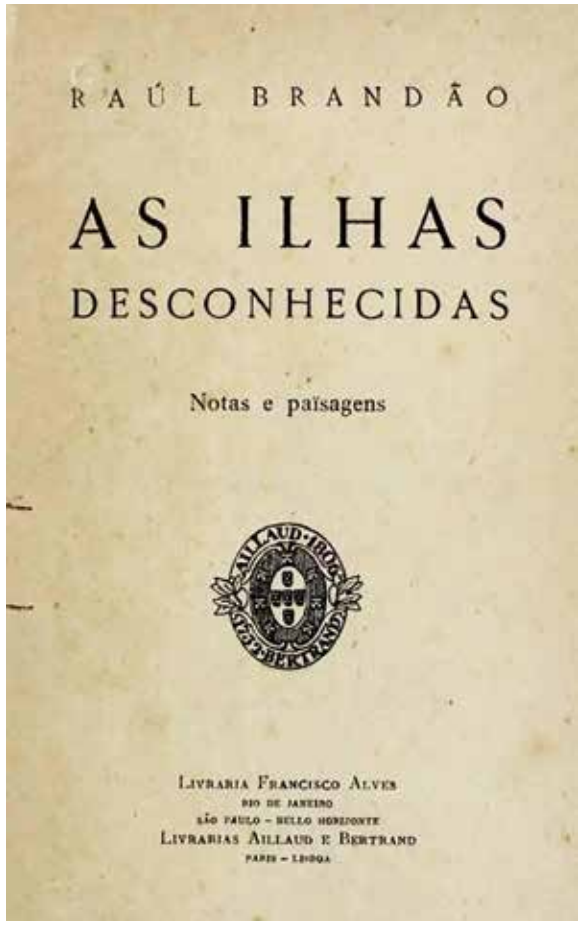


Fig. 2 – *As Ilhas Desconhecidas* (1926), de Raul Brandão.

família num buraco térreo, é hoje um alcoólico inveterado, que até desaprendeu de rir" (*Id.*, *Ibid.*, 197). Diz mesmo que o álcool nem as mulheres deixou de fora, as quais "acompanham o homem no grogue e dão às crianças de mama chuchas de álcool". Apesar das suas descrições impressionistas, descrevendo paisagens como quem pinta um quadro, não deixa de fazer um retrato amargo das gentes que vivem na Ilha, como se a paisagem tivesse contaminado o destino dos homens e das mulheres. Um destino anunciado logo ao avistar a Ilha, onde, "a cada momento que passa, mais alto e mais escuro se me afigura o paredão que nos interceta o mundo. Só há uma vaga claridade para o lado do mar; o resto é negrume alcantilado e monstruoso colaborando com a espessura da névoa e o indistinto da noite. É o homem, subvertido, duas vezes isolado entre a montanha e o mar. É uma alma. E essa pequenina luz humilde chega a ser para mim extraordinária de grandeza: é uma estrela que me faz cismar" (*Id.*, *Ibid.*, 181).

Todo o relato desta viagem à Madeira surge, assim, entre o encanto que a Ilha provoca, com as suas paisagens e o seu clima ameno, e a fria e real descrição das condições de vida das populações. A narrativa de viagem oscila entre o poema inspirado pela natureza e o carácter de reportagem crítica da realidade, exprimindo o significado que o mar e a terra encerram na condição insular. O próprio Raul Brandão reconhece, no início do livro, que este "é feito de notas de viagem, quase sem retoques", embora amplie um ou outro quadro, sem tirar a frescura das primeiras impressões. "Não poder eu pintar com palavras alguns dos sítios mais pitorescos das ilhas, despertando nos leitores o desejo de os verem com os seus próprios olhos!…" (*Id.*, *Ibid.*, 10). O que se segue, contudo, é um quadro perfeito de uma época, pintado por um viajante que recusa a mera descrição impressionista, para traçar um retrato crítico que não é esbatido pela poesia da paisagem.

Raul Brandão integrou a Geração de 90 (séc. XIX), a qual foi influenciada pela estética decadentista-simbolista de matriz parisiense. Seria um dos elementos do cenáculo portuense responsáveis pela elaboração do opúsculo *Os Nephelibatas* (1892), manifesto em prol da arte moderna e *pastiche* decadentista. O esteticismo e o ludismo decadente e libertário foram conceções que compartilhou com outras vozes suas contemporâneas, como as de António Nobre, Alberto de Oliveira, Júlio Brandão, Justino de Montalvão e D. João de Castro.

Depois da fase "nefelibata" e do artificialismo dândi, Raul Brandão transitou para uma fase de responsabilização ética, na qual fundaria a sua sensibilidade estética. Os textos publicados no *Correio da Manhã* teriam um elevado sentido ético-social, refletindo sobre um mundo em crise de valores. As questões sociais e religiosas podem ser encontradas em obras como *História d'um Palhaço* (1896), enquanto o naturalismo se espelha em *Impressões e Paisagens* (1890).

Parte integrante da sua obra é também o catastrofismo finissecular de pendor apocalíptico, acompanhado pela reivindicação da necessidade de uma revolução humanitarista, presente em obras como *Húmus*, *Memórias* e *O Pobre de Pedir*.

As suas narrativas de viagens, onde se incluem as obras *Os Pescadores* e *As Ilhas Desconhecidas*, anteriormente mencionada, são verdadeiros quadros de paisagem ao jeito impressionista de quem pinta.

Faleceu a 5 de dezembro de 1930, em Lisboa.

Obras de Raul Germano Brandão: *Impressões e Paisagens* (1890); *História d'Um Palhaço* (1896); *A Farsa* (1903); *Os Pobres* (1906); *Húmus* (1917); *Memórias* (1919-1933); *Os Pescadores* (1923); *Teatro. O Gebo e a Sombra, o Rei Imaginário, o Doido e a Morte* (1923); *As Ilhas Desconhecidas* (1926); *O Avejão* (1929); *Pobre de Pedir* (1931).

Bibliog.: impressa: BRANDÃO, Raul, *As Ilhas Desconhecidas. Notas e Paisagens*, pref. António Machado Pires, Ponta Delgada, Artes e Letras, 2009; *Id.*, *As Ilhas Desconhecidas. Notas e Paisagens*, Lisboa, Quetzal, 2011; NEPOMUCENO, Rui Firmino Faria, *A Madeira Vista por Escritores Portugueses (Séculos XIX e XX)*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; PIRES, António Machado, *O Essencial sobre Raul Brandão*, Lisboa, INCM, 1997; SARAIVA, António José, e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1987; **digital:** REYNAUD, Maria João, "Raul Brandão e Vitorino Nemésio. Afinidades espirituais e estéticas", *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, vol. XVIII, 2001, pp. 221-230: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3032.pdf (acedido a 26 jul. 2016); VIÇOSO, Vítor, "Raul Brandão", *Camões. Instituto de Cooperação e da Língua*, s.d.: http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/raul-brandao-35424.html#.Vz3rWfkrLIU (acedido a 26 jul. 2016).

RAQUEL GONÇALVES

Brasil

As ligações da Madeira ao futuro Brasil prendem-se com as primeiras viagens do séc. XV, os reconhecimentos preparatórios do Tratado de Tordesilhas e o início da ocupação da colónia, e mantiveram-se como uma constante ao longo do tempo, enquanto duraram as navegações à vela. Gentes e produtos materializaram assim as ligações do Funchal com toda a costa atlântica da América do Sul, desde a foz do rio Amazonas até Santa Catarina e à Colónia do Sacramento, posteriormente território do Uruguai. A Madeira foi uma ponte para o Brasil, assim como do Brasil para a Europa, não apenas como centro de contrabando, como insistem as autoridades desde o séc. XVI, mas, essencialmente, como porto de escala nas viagens de ida, dado o regime de ventos e a navegação em arco no Atlântico.



Fig. 1 – "Terra do Brasil", Luís Teixeira, c. 1587 (BA, ms. 51-IV-38).

No séc. XVI, foram os lavradores e mestres de açúcar; depois, os soldados que defenderam a Baía e o Nordeste e contribuíram para expulsar os Holandeses, para libertar o Maranhão, em 1642, o que foi obra de António Teixeira Melo, enquanto em Pernambuco a resistência ao Holandês foi organizada, desde 1645, por João Fernandes Vieira. Também a defesa da soberania lusíada foi conseguida com o envio de companhias de soldados a partir da Ilha. Assim, temos: em 1631, de João de Freitas da Silva, uma companhia de 100 homens à sua custa, e, em 1632, de Francisco de Bettencourt e Sá. Em 1646, Francisco Figueiroa comandou um terço militar custeado por si próprio. Outros madeirenses se notabilizaram nestas campanhas, como Manuel Dias de Andrade, Tristão de França e Zenóbio Acciaioli. O envio de militares continuou a partir do último quartel do séc. XVII, para o Maranhão, Rio de Janeiro e Santa Catarina, com sucessivas levas militares, pois quase todos os novos governadores do Brasil desses séculos, passando pela Madeira, levavam daí uma companhia e, mais tarde, também grupos de casais para o povoamento das terras do Sul, *e.g.*, no último quartel do séc. XIX, o povo do meio rural para as plantações paulistas e do interior do Rio de Janeiro. O séc. XX deu continuidade ao fenómeno migratório, contribuindo para isso as dificuldades ligadas às duas guerras mundiais. Por força destas circunstâncias, manteve-se um vínculo quase permanente entre a Ilha e o Brasil, uma atitude materializada no reconhecimento e quase veneração de muita da classe política e intelectual brasileira, que não se esqueceu da Madeira.

Desta forma, são mútuas as influências, que se estendem desde a prática de cultos e tradições religiosas madeirenses no Brasil, como as do Espírito Santo, quase sempre mais madeirenses que açorianas, até ao tão popularizado jogo do bicho, que persiste em ambos os lados do Atlântico. Também se vislumbram nos topónimos subsistentes na Madeira, como Lombo do Brasil (Calheta), levada do Brasileiro (Porto

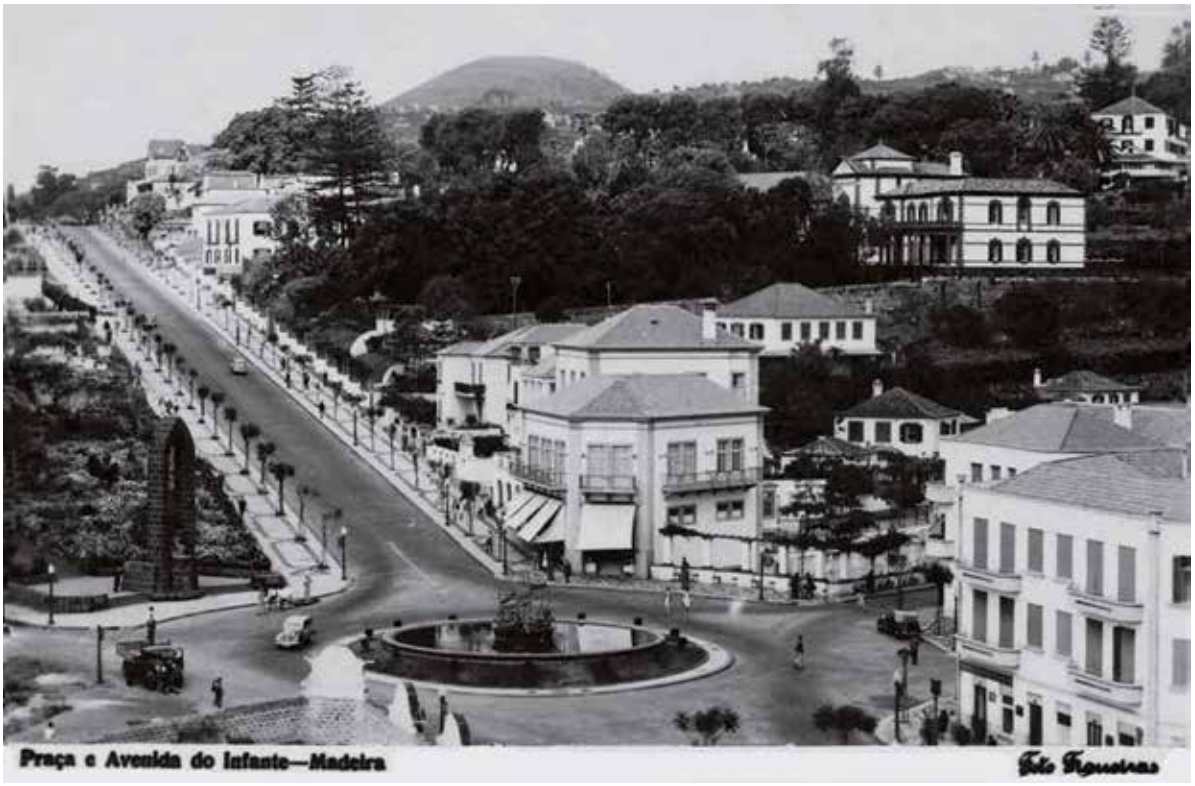


Fig. 2 – Edifício Minas Gerais da Pç. do Infante (Foto Figueiras, 1950).

Moniz), Furna do Brasil (Porto da Cruz), Sítio da Brasileira (São Gonçalo, Funchal), chácara Brasil (Colégio Missionário, Funchal) e assim sucessivamente. Na Ilha e no Brasil, existem testemunhos reconhecendo esse intercâmbio, como é o caso do monumento ao libertador de Pernambuco, João Fernandes Vieira, no Funchal, que também existe no Brasil, e do monumento aos casais ilhéus, em Portalegre, no Sul do Brasil.

Esse interesse manteve-se no séc. xx, com o ensaio da viagem aérea de Gago Coutinho (1869-1959) e Sacadura Cabral (1881-1924) ao Brasil, em 1922, realizado no ano anterior entre o continente e a Madeira. Em 1930, Júlio Prestes de Albuquerque (1882-1946), o presidente eleito do Brasil, que não tomaria posse, pois, entretanto, veio a ser instalada uma ditadura, foi recebido pelo governador da Madeira, o Cor. José Maria de Freitas (1879-c. 1950), no palácio de S. Lourenço. O historiador Afrânio Peixoto (1876-1947) afirmava, em 1936, que a Madeira fora um entreposto e uma estância de passagem para o Brasil, tal como o célebre sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre (1900-1987) – que visitou a Ilha, em 1952, para conhecer a sua realidade e alguns testemunhos da sua ancestral ligação ao Brasil –, que definia de forma clara esse relacionamento: "A irmã mais velha do Brasil é o que foi verdadeiramente a Madeira. E irmã que se extremou em termos de mãe para com a terra bárbara que as artes dos seus homens [...] concorreram para transformar rápida e solidamente em nova Lusitânia" (FREYRE, 1952, 440-446, 448-449).

Às culturas e técnicas de transformação a elas adjacentes juntam-se as formas de povoamento, governação e administração, inicialmente com as capitanias e depois com as instituições seguintes, pois a Coroa determinou que as primeiras estruturas de administração periférica seguissem o modelo e a legislação estabelecidos para a Madeira. O sistema institucional madeirense apresentava uma estrutura peculiar, definida pelas capitanias, de amplas liberdades e isenções, que funcionavam como atrativos para o povoamento, assim como meio



Fig. 3 – "Terras de engenho e fazendas de Olinda", 1586 a 1587 (BA, ms. 51-IV-38).

para a sua afirmação. O modelo foi seguido para as ilhas dos Açores, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, chegando, a 16 de fevereiro de 1504, à ilha que ficaria para a história como Fernão de Noronha. Depois, seguiram-se as chamadas capitanias hereditárias da faixa atlântica e interior.

A partir da Madeira, ficou assim definido o sistema institucional que deu corpo ao Governo português nos primórdios do Atlântico insular e brasileiro. O monarca insistia, nas cartas de doação de capitanias posteriores, na fidelidade ao sistema traçado para a Madeira, referindo, inclusivamente, que, em caso de dúvida ou omissão, se devia aplicar o padrão madeirense. O mesmo haveria de se seguir com toda a estrutura da administração religiosa, pois a primeira diocese dos novos territórios ultramarinos, que não os do Norte de África, nasceu no Funchal, em 1514, e incluía o Brasil no seu imenso território. Após a fundação da Diocese da Baía, em 1551, o regime de bens e toda a estrutura desenhada através da Ordem de Cristo para o Funchal foram passados a Terras de Vera Cruz.

As relações insulares com o Brasil estão patentes nas propostas de envio de colonizadores para lá, feitas por João de Melo da Câmara, então na ilha de São Miguel, nos Açores, que resumia, em 1532, de uma forma perspicaz, o protagonismo madeirense na abertura de novas fronteiras no espaço atlântico, fazendo notar que o seu bisavô João Gonçalves Zarco (1390-1471) povoara a ilha da Madeira, o seu avô Rui Gonçalves da Câmara (1430-1496), desde 1474, a de São Miguel e o seu tio Antão Rodrigues da Câmara, "o Mulato", a de São Tomé. A família era assim portadora de uma longa e vasta experiência, dando o aval necessário à proposta e abrindo perspetivas para a sua iniciativa no Brasil.

Uma das principais contribuições madeirenses para a construção do Brasil, no entanto, terá sido a safra açucareira. Desde 1515 que a Coroa solicitava os bons ofícios de alguém que pudesse erguer ali o primeiro engenho. Em 1530, o novo governador de São Vicente, Martim Afonso de Sousa (c. 1490-1564), terá passado pela Madeira, levando consigo socas de cana e alguns técnicos capazes de erguer novos engenhos. Destes, referem-se Paulo Dias Adorno e António e Pedro Leme, que construíram, em 1534, o primeiro engenho de açúcar na ilha de São Vicente (Santos), como atestam as escavações arqueológicas no chamado engenho do Governador, o primeiro que terá sido construído por carpinteiros madeirenses no Brasil. A cultura expandiu-se, entretanto, para norte, e na Baía temos também informação de que terá sido um outro madeirense, João Velosa, em 1555, a construir o primeiro engenho, ao qual se seguiram Francisco de Araújo e Gonçalo Rodrigues.

Este movimento de migração de mão de obra especializada acentuou-se na segunda

metade do séc. XVI, por força das dificuldades da cultura em solo madeirense. O Brasil, nomeadamente Pernambuco, passou a ser a terra de promissão para muitos. Os dados, embora avulsos, evidenciam a presença dos madeirenses em todas as capitanias onde chegou o açúcar, como purgadores, carpinteiros, mestres, mas também como senhores de engenhos. Muitos arrastaram consigo as famílias, algumas das quais se notabilizaram. Em 1579, referia-se que Manuel Luís, mestre de açúcar, que exercera o ofício na Ilha, estava então em Pernambuco. Muitos outros mantinham contactos com a Ilha, nomeadamente quanto ao comércio de açúcar, como foi o caso de Francisco Álvares e João Roiz. Deste modo, em Pernambuco e na Baía, entre os oficiais e proprietários de engenho encontram-se madeirenses, sendo de salientar que alguns se tornaram importantes proprietários, como foram os casos de Mem de Sá, de João Fernandes Vieira (1596-1681) e, depois, do "libertador" de Pernambuco, Manuel Luís, de Jacinto de Freitas da Silva, de Egas Moniz e de Francisco Berenguer de Andrade.

Foi a partir dos meados e até finais do séc. XVI que se estabeleceram estes vínculos económicos com a Madeira, continuados através do trato ilegal de açúcar para o Funchal e para o mercado europeu, com a designação da "Madeira". Este movimento seguia as ancestrais ligações entre os que, do outro lado do Atlântico, viam florescer a cultura e aqueles que, na Ilha, ficavam sem os seus benefícios. Veja-se, *e.g.*, o caso de Cristóvão Roiz de Câmara de Lobos, que, em 1599, declara ter crédito em três mestres de açúcar de Pernambuco, de cerca de 100.000 réis de uma companhia que teve com Francisco Roiz e Francisco Gonçalves. Nos anos seguintes, ainda há referência a António de Sá de Albuquerque, em Itamaracá, a João de Souto, na Paraíba, e a carpinteiros de engenho, como Luís e Pedro Góis, na Paraíba, e assim sucessivamente.



Fig. 4 – Pão de Açúcar do Rio de Janeiro (arquivo particular, 2019).



Fig. 5 – Nau de Rui Melo da Câmara da armada da Índia de 1559 (ACL).

O açúcar foi, sem dúvida, um dos principais móbeis da atividade, quer nas ilhas, quer no Brasil. A par disso, o relacionamento com os portos nórdicos facilitou uma maior permeabilidade às ideias protestantes, o que gerou inúmeros cuidados por parte do clero e do Santo Ofício. A incidência do comércio da Madeira no açúcar, no pastel e no vinho conduziu ao estabelecimento de contactos assíduos com os portos da Flandres e de Inglaterra, com a presença ali de uma importante comunidade comercial com ligações à Madeira e ao Brasil, o que avolumou as preocupações dos inquisidores do Santo Ofício.

As ligações da comunidade judaica ao Brasil surgem por força das perseguições que no reino se moveram contra a mesma e que terão levado à sua passagem para a Ilha e, daí, para o outro lado do Atlântico. A Madeira e o Brasil pareciam atuar como terras francas e de pretensa tolerância religiosa, permitindo que a comunidade judaica estabelecesse uma larga teia de negócios, com especial destaque para a ligação à cidade de Recife. A comunidade judaica já tinha assumido um papel de destaque no processo dos Descobrimentos portugueses, e a judeus foram atribuídas responsabilidades na definição das rotas comerciais que ligavam o Atlântico então descoberto aos mercados do Norte da Europa. Por sua iniciativa, estabeleceram uma rede familiar de negócios que foi um dos principais suportes da rede comercial resultante dos Descobrimentos. Desde a Madeira, com o incremento do açúcar, que a sua presença é evidente. Nem a criação do Tribunal da Inquisição os demoveu desta atividade. Note-se que, à medida que as intervenções do Tribunal da Inquisição de Lisboa nos novos espaços atlânticos se ampliavam, os judeus iam avançando para novos destinos ou refugiavam-se nas praças do Norte da Europa, mas sem perder o vínculo aos mercados e espaços de origem. Certamente que a criação dos colégios dos Jesuítas no Funchal, em Angra e em Ponta Delgada, bem como as visitas do Santo Ofício realizadas em 1575, 1591 e 1618-1621, contribuiu para afastar a comunidade para Cabo Verde e, depois, para o Brasil.

A situação do mercado açucareiro atlântico alterou-se profundamente ao longo dos sécs. XVI e XVII, com uma maior capacidade concorrencial por parte das grandes fazendas sul-americanas, pelo que o açúcar insular estava irremediavelmente perdido. Os canaviais foram desaparecendo paulatinamente das terras madeirenses e dando lugar aos vinhedos. As autoridades ainda tentaram colmatar a situação, no sentido de evitar a concorrência do açúcar sul-americano e, especialmente, do das colónias espanholas, como sucedeu em 1647. O comerciante de origem inglesa Richarte Piqueforte vendera um escravo, oficial de açúcares, a um mercador francês, que o pretendia conduzir a São Cristóvão. A Coroa entendia que a saída não deveria ser autorizada e que o escravo deveria ser adquirido e embarcado para o Rio de Janeiro às ordens do provedor da Fazenda, para aí então ser vendido.



Fig. 6 – Retábulo-mor da Catedral Basílica de São Salvador da Baía, antiga igreja do Colégio, 1665 a 1679 (arquivo particular).

No séc. XVII, o grosso das exportações de açúcar a partir da Ilha tinha origem no Brasil: em 1620, do açúcar exportado, 23.560 arrobas eram provenientes do Brasil e 1992 da Madeira; em 1650, surgem só 83 caixas do Brasil e 111 arrobas da Madeira. Para o período de 1650 a 1691, identificam-se 53 navios provenientes da Baía, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, da Paraíba, do Pará e do Maranhão, que conduziram ao Funchal mais de 10.000 caixas de açúcar. O açúcar do Brasil assumiu um lugar importante na economia madeirense, não apenas por apoiar as indústrias de conserva e casca, mas, fundamentalmente, pelo ativo movimento de reexportação.

A conjuntura da déc. de 40 do séc. XVII foi marcada por certo incremento da cultura, sem necessidade de recurso a medidas protecionistas, uma vez que o mercado do Nordeste Brasileiro se encontrava sob controlo holandês. Com isso, fechou-se a rota do açúcar brasileiro: a correspondência do comerciante Diogo Fernandes Branco (filho) (c. 1636-1683) referia a ausência destes navios entre 1649 e 1650. Neste último ano, dizia-se que havia 18 anos que o pau-brasil e o açúcar não chegavam de Pernambuco, mas, em 1657, já os lavradores se queixavam que o contrato estabelecido com os mercadores não se cumpria. Perante tudo isto, os canaviais voltaram a estar verdejantes. Segundo Diogo Fernandes Branco, o ano de 1649 foi de grande produção, apesar de a mesma não ter sido suficiente para cobrir as necessidades da indústria de conservas, tendo-se importado açúcar, em outubro, de Cabo Verde. Sucede, porém, que as levadas estavam abandonadas e faltavam engenhos para moer a cana. Deste modo, a intervenção das autoridades foi no sentido de promover a cultura através de uma política de incentivos, materializada nos apoios à reconstrução dos engenhos. Este conjunto de medidas culmina, em 1688, com a redução dos direitos que oneravam a produção, passando de um quinto para um oitavo.

Nos sécs. XVIII e XIX, as ligações comerciais das ilhas mantêm-se, suportadas na oferta de vinho e vinagre, mantendo-se o retorno de açúcar e aguardente. O comércio com o Brasil foi



Fig. 7 – João Fernandes Vieira, Univ. de Pernambuco, 2000 (arquivo particular).

sempre ativo, conservando a Madeira, fora do monopólio das companhias, vigente até 1808, o privilégio de enviar anualmente duas embarcações, abrindo, segundo alguns, uma porta ao contrabando de açúcar, ouro e outros produtos do Brasil na baía do Funchal. Este privilégio está documentado em 1664, 1736 e 1739, sendo derrogado em 1748, mas retornando em 1758. Com esta rota, que se impunha para dar saída ao vinho da Ilha e, em momentos diversos, para o retorno do açúcar, tornou-se necessária regulamentação, como forma de impedir o contrabando nos dois sentidos. Assim, em 1736, os navios foram limitados à capacidade de 500 caixas de porte cada um. Além disso, a fiscalização do ato de descarga era rigorosa. Em 1748, este privilégio de fazer seguir dois

navios foi alargado, permitindo o envio de quatro embarcações.

Sem dúvida que os principais móbeis para estas relações comerciais foram os produtos que cada um oferecia. Desde muito cedo, o Brasil consumia o vinho da Madeira, que também mantinha ali uma tradição de vinho de missa, pelo facto de não avinagrar. São conhecidos pedidos de vinho com este objetivo, em 1575, para a Companhia de Jesus, na Baía. Exportavam-se ainda vinagre e aguardente. Em 1717, António Cordeiro afirmava que o vinho saía continuamente para o Brasil e para Angola, enriquecendo muito toda a Ilha. Esta tradição do vinho perdurou no tempo, juntando-se, no séc. XX, à do bordado.



Fig. 8 – Guarita do forte dos Louros de Diogo Fernandes Branco, 1645 e seguintes (fotografia de José Lemos Silva, 2005).

Apenas a conjuntura da segunda metade do séc. XIX permitiu o retorno à plantação de cana-de-açúcar. Mas foram efémeras as tentativas para a sua produção, e, mesmo assim, só possíveis mediante uma política protecionista. Os canaviais perderam a sua função de produtores de açúcar, o ouro branco dos insulares, mas, em contrapartida, favoreceram uma produção alternativa de mel e aguardente. Já não se fala do ouro branco das ilhas, mas sim do rum ou aguardente e do mel, os herdeiros da cultura na Madeira, nas Canárias e em Cabo Verde.

A emigração dos sécs. XIX e XX revela outro lado desta ancestral ligação da Madeira ao Brasil. O Funchal foi, durante muito tempo, para muitas companhias com origem na Europa, uma ponte nas rotas de navegação com destino ao Brasil, favorecendo desta forma a saída de madeirenses. Antes disso, algumas das rotas e alguns dos comboios do comércio do Brasil já incluíam a escala na Madeira, como sucedeu em 1643, a 21 de abril de 1655 e a 27 de maio de 1747. Certamente que um dos objetivos era o abastecimento de vinho, que se sabe ter ocorrido na primeira data.

Para além desta condição favorável do porto do Funchal na rota da emigração atlântica, devemos considerar a questão dos sistemas de contrato, que se vulgarizaram na segunda metade do séc. XIX e fizeram com que muitos madeirenses fossem atraídos para as plantações de café no Brasil. A oferta da viagem e de alguns meios de apoio iniciais era muito aliciante para a maioria destes madeirenses, que se encontravam numa terra em quase total abandono e em que as culturas pouco rendiam além da subsistência. A partir dos portos de Belém, do Rio de Janeiro e de Santos, entraram no Brasil, apenas entre 1886 e 1899, 13.606 madeirenses, número que aumentaria para 15.017 contabilizando-se os clandestinos. Destes, 4335 foram para o estado de São Paulo. Embora com maior incidência em Araraquara, na capital e em Ribeirão Preto, a sua distribuição atingiu diversos locais do estado. É de salientar que apenas 115 (2,65 %) ficaram em Santos, o porto de chegada. Dos referidos 13.606 que chegaram



Fig. 9 – Plano de Santa Catarina, José Correia Rangel, 1786 (AHM).

ao Brasil, 9192 tinham contrato e 8527 eram subvencionados.

A saída da Casa Real para o Rio de Janeiro e a ocupação do arquipélago pelas forças inglesas criaram uma situação especial em relação à Madeira, permitindo o estabelecimento de uma via de comunicação direta entre as autoridades do arquipélago e a corte, nomeadamente da Junta da Fazenda.

A vinda do rei, D. João VI, para Portugal, como consequência da Revolução Liberal, ocorrida em 1820, esteve na origem de um episódio que envolveu a Madeira e uns deputados brasileiros que tinham participado na Assembleia Constituinte. Já depois de reunida a referida Assembleia em 1821, à qual tinham assistido, alguns destes deputados, imbuídos de um espírito autonomista, recusaram aceitar e jurar a Constituição de 1822, que propunha a manutenção da ligação entre os dois reinos, com um ascendente de Portugal sobre o Brasil. Os deputados dissidentes, temendo pela sua segurança, conseguiram evadir-se para Inglaterra, donde embarcaram com destino ao Brasil. O navio em que viajavam fez, como era habitual, escala na Madeira, e os deputados mantiveram-se discretamente a bordo, na esperança de passar despercebidos, o que não aconteceu. Identificados por um escrivão que se deslocara à embarcação, a sua presença rapidamente foi comunicada ao governador, António Manuel de Noronha, que, sem saber bem o que fazer, decidiu ouvir um conselho de magistrados e ainda o capitão do navio e o cônsul inglês. Depois de muita discussão, a maioria optou por deixar seguir o navio em paz, assim se resolvendo uma questão que se poderia ter transformado num incidente diplomático envolvendo Portugueses e Ingleses. Outros dois deputados de Pernambuco regressaram em março de 1823, com a mesma escala, mas sem qualquer alvoroço. Proclamada a independência do Brasil, os deputados madeirenses foram dos primeiros a reclamar o reatar das relações com o novo reino, em intervenção de João Francisco de Oliveira, a 10 de fevereiro de 1823.

Nos princípios do séc. XIX, a ida da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro favoreceu novas correntes migratórias. No entanto, foi, sem dúvida, no período conturbado da Revolução Liberal que o Brasil se transformou no principal refúgio dos perseguidos políticos. As alçadas de 1823 e 1828 forçaram o exílio de muitos madeirenses empenhados na atividade política do momento. Muitos deles eram



Fig. 10 – Armário baixo de caixa de açúcar, oficina madeirense, c. 1620 (Museu Quinta das Cruzes, n.º invent. 845 MQC).

figuras destacadas, com formação jurídica e gosto pela escrita. Para o ano de 1828, podemos referir o caso de Alexandre Luís da Cunha (m. 1852), António Gil Gomes (1803-1868), Rafael Coelho Machado (n. 1814), P.e Caetano Alberto Soares (1790-1867), José Vicente Barbosa du Bocage (1823-1907), depois ministro em Lisboa, P.e João Manuel de Freitas Branco (1773-1821) e Francisco João Moniz (m. 1848).

Aqui ficam apenas alguns registos: P.e Caetano Alberto Soares, que fora deputado em 1826 e que, em 1828, saiu para o Brasil, onde foi advogado da Casa Real; D. Mateus de Abreu Pereira (1756-1824), bispo de São Paulo entre 1797 e 1824, que teve uma ação relevante na independência do Brasil; Joaquim de Oliveira Álvares (1776-1835), um militar que atingiu o posto de marechal e que comandou os artilheiros voluntários de São Paulo que, em 1816, estiveram na batalha que derrotou o Gen. José Gervásio Artigas (1764-1850), em Montevideu; Pedro António João Lessa (1774-1856), natural da Madalena do Mar e deputado; o Cón. Jerónimo Alves da Silva Pinheiro (1770-1861), que assinava as suas crónicas no *Patriota Funchalense*, preso, acabou por fugir para a Baía, onde esteve até 1834; Francisco João Moniz (m. 1848) partiu em 1828 e permaneceu no Rio de Janeiro, onde foi depois vice-cônsul português, tendo também pertencido à Beneficência Portuguesa do Rio; o seu filho, Patrício Moniz (1820-1898), foi teólogo e pregador renomado, muitas vezes comparado ao P.e António Vieira.

Com a passagem da corte da Baía para o Rio de Janeiro, ainda foi solicitada à Madeira nova colaboração, então no calcetamento da nova capital do império, até porque tal não podia ser solicitado a Lisboa, ocupada pelos Franceses. A Ilha enviou várias levas de calceteiros para o Rio de Janeiro, de que conhecemos, inclusivamente, os nomes. Estes calceteiros foram os autores dos célebres calçadões, que não são, no entanto, os que ficaram depois famosos, pois a cidade conheceu um fulgurante desenvolvimento nos anos seguintes, transformando-se, posteriormente, numa das maiores metrópoles da América Latina.

Uma família do Campanário assumiu um lugar de destaque em São Paulo: a Gonçalves de Andrade. Francisco Justino Gonçalves de Andrade foi conselheiro e professor da Faculdade de Direito da Univ. de São Paulo; P.e Jacinto Manuel Gonçalves de Andrade foi vigário de São José da Paraíba e deputado entre 1862 e 1869; João Jacinto Gonçalves de Andrade foi cónego e professor da Faculdade de Direito da Univ. de São Paulo; Joaquim Manuel Gonçalves Andrade foi vice-presidente da província e arcediago de São Paulo; e Manuel Joaquim Gonçalves Andrade (1767-1847) foi deputado provincial, governador e bispo de São Paulo. De entre os emigrantes madeirenses que ganharam importância no Brasil, não podemos esquecer Francisco Eduardo Alves Viana, um próspero comerciante do Rio de Janeiro, que foi um dos fundadores do Gabinete Português de Leitura, em 1837, com José Marcelino da Rocha Cabral.

Por outro lado, as ilhas não ficaram imunes às influências brasileiras. Estas evidenciam-se tanto na arquitetura, com as chácaras, como nas artes decorativas, com o recurso às madeiras brasileiras (jacarandá, sicupira) no mobiliário religioso e profano. As madeiras das caixas que transportaram o açúcar, predominantemente

de um determinado mogno mais leve, porque reutilizadas, quer na Madeira quer nos Açores, deram mesmo origem à designação de mobiliário "caixa-de-açúcar", reaproveitando-se, algumas vezes, quase toda a estrutura da caixa, com os seus malhetes em "cauda-de-andorinha" à mostra, sendo então as portadas almofadadas, as prateleiras interiores, etc., executadas com outras madeiras entendidas como mais "ricas", como o jacarandá ou a sicupira, já acima citadas. Estes armários estão presentes em muitos dos museus madeirenses e em coleções particulares.

Bibliog.: manuscrita: BA, ms. 51-IV-38, Luís Teixeira, *Roteiro de Todos os Sinais*, 1587; **impressa:** *Actas da III Semana de Estudos de Cultura Açoriana e Catarinense*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993; *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, 1993; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org.), *Presença Açoriana em Santo António da Patrulha e no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Edições Est, 1997; BELO, Raimundo, "A emigração açoriana para o Brasil", *Boletim do Instituto Histórico Ilha Terceira*, vol. v, 1947, pp. 165--176; BOITEUX, Lucas Alexandre, "Açorianos e madeirenses em Santa Catarina", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 219, 1953, pp. 122-169; BRAGA, Isabel Drumond, "Madeirenses no Brasil. O contributo das fontes inquisitoriais", *Islenha*, n.º 29, jul.-dez. 2001, pp. 44-54; EVERAERT, John G., "Les Lem, alias Leme. Une dynastie marchande d'origine flamande au service de l'éxpansion portugaise", in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993, pp. 817-838; FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas, "Emigração madeirense para o Brasil no século XVIII", *Islenha*, n.º 2, jan.-jun. 1988, pp. 88-101; FREITAS, Delly de, *Des Vignes aux Caféiers. Étude Socio-Economique et Statistique sur l'Emigration de l'Archipel de Madère vers São Paulo à la Fin du XIXe Siècle*, Paris, Université Paris-Sorbonne, 2013; FREYRE, Gilberto, *Aventura e Rotina*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1952; GILBERT, Vera Jane, "Os primeiros engenhos de açúcar", *Sacharum*, n.º 3, 1978, pp. 5-12; GONÇALVES, Ernesto, "Os madeirenses na Restauração de Portugal", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 6, n.º 35, 1965, pp. 1-12; GOUVEIA, David Ferreira de, "Um colono madeirense em S. Paulo no século XVI (visto através de inventários)", *Atlântico*, n.º 2, 1985, pp. 142-147; *Id.*, "A manufactura açucareira madeirense (1420-1550). Influência madeirense na expansão e transmissão da tecnologia açucareira", *Atlântico*, n.º 10, 1987, pp. 115-131; GOUVEIA, Horácio Bento de, "Aspectos da emigração madeirense para o Brasil nos reinados de D. João V e D. José", *Das Artes e da História da Madeira*, 1948, pp. 16-20; *As Ilhas e o Brasil*, Funchal, CEHA, 2000; *Imigração e Emigração nas Ilhas*, Funchal, CEHA, 2001; JÚNIOR, Manuel Diégues, "Contribuição de casais ilhéus à fixação do '*uti possidetis*'", in *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*, vol. II, Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950; MAGALHÃES, Basílio de, *O Açúcar nos Primórdios do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Álcool, 1953; MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, *Arquitectura Popular Açoriano-Brasileira. Subsídios para o Seu Estudo*, Angra do Heroísmo, Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1996; MELLO, José António Gonçalves de, *João Fernandes Vieira. Mestre de Campo do Terço da Infantaria de Pernambuco*, vol. II, Recife, Universidade do Recife, 1956; MENDONÇA, Luís, e ÁVILA, José, *Emigração Açoriana (Sécs. XVIII a XX)*, Lisboa, s.n., 2002; MENESES, Avelino de Freitas de, "Os Açores e o Brasil. As analogias humanas e económicas no século XVIII", *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, n.º 10, 1995, pp. 23-42; MENESES, Manuel de Sousa, "Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. X, 1952, pp. 40-104; NASCIMENTO, João Cabral do, "Carta de João Fernandes Vieira, mestre de campo nos estados do Brasil. 1672", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. II, n.º 3, 1932, pp. 165-167; *Id.*, "Colonização do Brasil por madeirenses", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. V, n.º 1, 1937, pp. 49-54; *Id.*, "A colaboração de Vieira na restauração do Brasil", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VII, n.º 3, 1949, pp. 156-162; *Id.*, "*De rebus pluribus*. Os Gonçalves de Andrade no Brasil: 'Saudades da Terra', quanto custava ser visconde", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VIII, n.º 2, 1950, pp. 119--120; *Id.*, "João Fernandes Vieira e o problema da sua biografia", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VIII, n.º 1, 1950, pp. 71-80; NUNES, Naidea, "Os caminhos da palavra 'garapa'. Brasil, Cabo Verde e Madeira", in *Livro de Comunicações do Colóquio "Caminhos do Mar"*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 2001, pp. 175-186; PEREIRA, Jaime Azevedo, "O valeroso Lucideno", *Atlântico*, n.º 17, 1989, pp. 62-71; PIAZZA, Walter F., "A grande migração açoriana de 1748-56", in *Memorial de Luís da Silva Ribeiro*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1982; *Id.*, "Madeirenses no povoamento de Santa Catarina (Brasil) século XVIII", in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. II, Funchal, DRAC, 1990, pp. 1268-1286; *Id.*, *A Epopeia Açórico-Madeirense (1746-1756)*, Funchal, CEHA, 1999; RAU, Virgínia *et al.*, "Dados sobre a emigração madeirense para o Brasil no século XVIII", in *Actas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, s.n., 1965, pp. 495-505; REBELO, Helena, "Madeira. A caminho do Brasil", *Xarabanda*, n.º 16, 2005-2006, pp. 64-73; SALDANHA, António Vasconcelos, *As Capitanias. O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina*, Funchal, CEHA, 1992; SANTOS, Maria Licínia Fernandes dos, *Os Madeirenses na Colonização do Brasil*, Funchal, CEHA, 1999; SILVA, António Dinis da Cruz e, "Ode a João Fernandes Vieira, restaurador de Pernambuco", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 5, 1951, pp. 28-31; SILVEIRA, Enzo, *A Ilha da Madeira nos Destinos do Brasil e de Portugal*, Funchal, JGDAF, 1956; *Id.*, "José Adorno, o madeirense que foi um dos maiores vultos da colonização no Brasil", *Diário Popular*, 11 abr. 1978, p. 123; SOUSA, Francisco de Vasconcellos e, "A Companhia Geral do Comércio do Brasil e a ilha da Madeira", *Islenha*, n.º 6, jan.-jun. 1990, pp. 9-10; *Id.*, "A primeira frota da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil", *Islenha*, n.º 8, jan.-jun. 1991, pp. 55-56; *Id.*, "O general João Rodrigues de Vasconcelos (2.º conde de Castelo Melhor) governador geral do Estado do Brasil. Suas acções na Companhia Geral do Comércio do Brasil e no Governo geral do referido Estado", *Islenha*, n.º 35, jul.-dez. 2004, pp. 158-162; SOUSA, João José Abreu de, "Notas sobre as relações comerciais entre a Madeira e o Brasil no século XVIII", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 9, n.º 39, 1969, pp. 43-44; *Id.*, "Emigração madeirense nos séculos XV a XVII", *Atlântico*, n.º 1, 1985, pp. 46-53; *Id.*, *O Movimento do Porto do Funchal e a Conjuntura da Madeira de 1727 a 1810. Alguns Aspectos*, Funchal, DRAC, 1989; STELLA, Roseli Santaella, "Integração do Brasil no comércio das ilhas atlânticas durante a união peninsular", in *História das Ilhas Atlânticas (Actas da Sessão de Arquivos do IV Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas)*, vol. I, Funchal, CEHA, 1997, pp. 303-319; VERÍSSIMO, Nelson, "Dois madeirenses, bispos de São Paulo", *Diário de Notícias*, revista, 30 ago. 1998; *Id.*, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000; VERLINDEN, Charles, "Les origines coloniales de la civilization atlantique. Antécédents et types de structure", *Journal of World History*, vol. 4, 1953, pp. 378-398; *Id.*, *Précédents Médiévaux de la Colonie en Amérique*, México, Fournier, 1954; *Id.*, *Les Origines de la Civilization Atlantique*, Nêuchatel/Paris, La Baconière/Albin Michel, 1966; VIEIRA, Alberto, *Os Escravos no Arquipélago da Madeira. Séculos XV a XVII*, Funchal, CEHA, 1991; *Id.*, "A emigração madeirense na segunda metade do século XIX", in *Emigração e Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 108-144; *Id.*, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2004; *Id.* (coord.), *A Madeira e o Brasil. Colectânea de Estudos*, Funchal, CEHA, 2004; *Id.*, "As ilhas. As rotas oceânicas, os Descobrimentos e o Brasil", in ZEFERINO, Augusto César (org.), *Anais do VII Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas – 2003 e do Seminário Nacional sobre Ilhas Costeiras e Ilhas Oceânicas: Conceitos, Direitos e Usos – 2002*, Florianópolis, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2006, pp. 111-198; *Id.*, "A emigração portuguesa nos Descobrimentos. Do litoral às ilhas", *Portuguese Studies Review*, vol. 15, n.os 1-2, 2007, pp. 63-101; *Id.*, *O Bordado Madeira*, Funchal, Bordal Lda, 2007; *Id.*, "As ilhas e a expansão da cultura e tecnologia da cana-de-açúcar no Atlântico nos séculos XV a XIX", *Revista Labor & Engenho*, vol. 2, 2008, pp. 1-23; *Id.*, "Madeira. Um cais de permanentes chegadas e partidas", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, 2010, pp. 1004-1153; *Id.*, "O contrabando na Madeira e o espaço atlântico", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 4, 2012, pp. 9-65; *Id.*, *O Deve e o Haver das Finanças da Madeira. Finanças Públicas e Fiscalidade na Madeira nos Séculos XV a XXI*, Funchal, CEHA, 2014; WIEDERSPHAN, Henrique Oscar, *A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia S. Lourenço de Brindes/Instituto Cultural Português, 1979.

† ALBERTO VIEIRA

Brasões de armas

A descrição e o estudo dos brasões de armas ou escudos encontra-se a cargo da heráldica, ciência muito complexa e com uma linguagem que escapa à maioria das pessoas não iniciadas nesse tipo de estudos. As origens da heráldica remontam aos tempos da Idade Média, em que era imperativo distinguir os participantes nas batalhas e nos torneios, pelo que havia a necessidade de utilizar bandeiras ou estandartes reconhecíveis a uma certa distância e, depois, de recorrer a outros elementos facilmente reconhecíveis a menor distância. A diferenciação era definida pelo soberano através da atribuição de determinadas cores e de outros elementos identificativos a serem pintados nos escudos dos seus principais servidores. A complexidade progressiva da corte portuguesa, entre os finais do séc. XV e os inícios do XVI, levou à nomeação de um rei de armas, que tinha por função organizar o arquivo dos brasões atribuídos e equacionar os novos, a atribuir, propondo quem os deveria possuir, juntamente com as cores e as peças que deveriam figurar nos respetivos escudos. Os primeiros brasões consistiam essencialmente numa cor, depois definida como sendo um esmalte ou um metal, este último quando se tratava de ouro ou de prata. Quase ao mesmo tempo, foi colocado sobre esse fundo, que em heráldica se designa "campo", um animal ou uma parte do mesmo, ou até outra figuração, nomeada "peça" e identificativa da personalidade em questão ou da família. Este elemento, ou um outro, era ainda geralmente colocado sobre o elmo, constituindo o chamado "timbre". Acresce que, para os torneios medievais e outros exercícios militares, as cores utilizadas nos esmaltes e nos metais eram ainda aplicadas nas vestes, definindo-se também assim, heraldicamente, o paquife, herdeiro dos antigos mantos vestidos pelos cavaleiros, e o virol, formado por um entrelaçado, em princípio, feito com os mesmos tecidos, com uma das cores do esmalte do escudo e com uma outra de um dos metais, e colocado sobre o elmo, lembrando o torçal que defendia o cavaleiro dos golpes de espada. Portanto,



Fig. 1 – Armas da família Câmara, c. 1460 e 1525 (ANTT, Casa Real..., liv. 20).

os elementos definidores dos brasões de armas iniciais foram o escudo, o paquife e o virol e o timbre. Progressivamente, anexaram-se inúmeros outros, como os tenentes ou suportes do escudo, os coronéis de nobreza, por vezes impropriamente designados por "coroas" (só se devem assim nomear quando reais), os listéis com motes, divisas, lemas e gritos de guerra, terrados, etc.

A passagem de toda esta linguagem e figuração para a Madeira não foi direta. Com efeito, o aparente isolamento da sociedade insular propiciou, senão algumas inovações, pelo menos alguns abusos. Num contexto geral, o primeiro degrau de nobreza era constituído pelos escudeiros, como o nome indica, aqueles que levavam os escudos dos cavaleiros, sendo recrutados entre os pajens e tendo, na Idade Média, entre 7 e 14 anos. Conforme o seu desempenho e, inclusivamente, a sua posterior prestação em combate, ao atingir a idade adulta, entre os 18 e os 20 anos, podiam ser armados cavaleiros, ascendendo assim ao degrau de



Fig. 2 – Arca tumular de Martim Mendes de Vasconcelos, c. 1493 (igreja do Convento de S.ta Clara do Funchal).

nobilitação seguinte. Sendo alguns escudeiros de origem fidalga, porventura teriam já direito a possuir um brasão de armas próprias. Aqueles que eram armados cavaleiros, em princípio, e num futuro mais ou menos próximo, seriam dotados com brasão de armas. Caso o cavaleiro tivesse o pai ainda vivo, e porque o brasão de armas era pessoal, este seria acrescido de uma brica ou diferença, geralmente colocada no cantão direito do chefe, ou seja, no canto superior direito do portador, dado a leitura de um brasão ser feita na perspetiva do utilizador e não do observador.

A organização do povoamento da Madeira, até aos meados do séc. XV, inviabilizou um pouco esta organização, que era a que vigorava no continente do reino. João Gonçalves Zarco (c. 1395-c. 1471), *e.g.*, embora tenha sido armado cavaleiro, em princípio em Ceuta, antes de ser enviado na missão de que resultou o descobrimento da Madeira, só veio a ser agraciado com brasão de armas a 4 de julho de 1460. Tanto quanto se sabe, nem ele nem o filho João Gonçalves da Câmara (1414-1501) parecem ter utilizado o respetivo brasão de armas, pois estes não constam nas lápides sepulcrais de ambos, na capela-mor da igreja de S.ta Clara do Funchal. Em 1452, o primeiro capitão do Funchal terá solicitado, a D. Afonso V, quatro pequenos fidalgos para casarem com as suas filhas, uma vez que a Madeira era "terra nova", não havendo "com quem pudessem casar, segundo o merecimento de suas pessoas". Segundo escreveu Gaspar Frutuoso, repetindo quase literalmente o que o Cón. Jerónimo Dias Leite lhe mandara da Madeira, resultou destes casamentos "a mais ilustre e nobre geração da Ilha" (FRUTUOSO, 1968, 217).

Ao que sabemos, nenhum dos genros de Zarco possuía brasão de armas e, embora fossem fidalgos, não eram primogénitos. Mas, num curto espaço de tempo, os mesmos ou os seus descendentes assumiram escudos com as armas plenas dos seus antepassados. Assim aconteceu com Martim Mendes de Vasconcelos (c. 1432-c. 1493), que casou com Helena Gonçalves da Câmara, "matrona de tanta virtude que se justifica falar-lhe muitas vezes o crucifixo milagroso de S. Francisco do Funchal", como escreveu Henriques de Noronha (NORONHA, 1948, 518), numa alusão ao milagre ocorrido a 26 de dezembro de 1482, que depois foi mandado certificar e publicar pelo bispo D. frei Lourenço de Távora (1566-1618), por alvará episcopal de 24 de outubro de 1615. Com efeito, Martim Mendes de Vasconcelos era um terceiro filho, e o seu pai e homónimo não era, quase certamente, o representante dos "Vasconcelos de Portugal", como veio a referir depois, de modo abusivo, o mesmo Henriques de Noronha (*Id.*, *Ibid.*). Porém, as armas que mandou lavrar no seu túmulo, ainda hoje existente na igreja de S.ta Clara do Funchal, são as da principal linha dessa família.

O mesmo terá acontecido com os restantes genros de Zarco, embora não tenha chegado até nós nenhum exemplar dos seus brasões de armas iniciais: Diogo Afonso de Aguiar, que casou com Isabel Gonçalves da Câmara e que se terá fixado em São Martinho do Funchal, sendo sepultado no Convento de S. Francisco;



Fig. 3 – Armas da família Perestrelo, c. 1525 (ANTT, Casa Real..., liv. 20).

Diogo Cabral (c. 1432-1496), que desposou Beatriz Gonçalves da Câmara e era o irmão mais novo do senhor de Belmonte e, em princípio, tio do futuro Alm. Pedro Álvares Cabral, fixando-se o casal em Vale de Amores, na Calheta, e sendo aí sepultado; Garcia Homem de Sousa, que seria filho de João Homem de Sousa e que "se entendia ser" neto de Pedro Homem, um dos "doze de Inglaterra" (*Id.*, *Ibid.*, 329), que contraiu matrimónio com Catarina Gonçalves da Câmara e veio a levantar a chamada torre do Capitão, a Santo Amaro do Funchal. Não consta qualquer carta de brasão de armas destes parentes de Zarco.

Também não possuímos informações concretas sobre as armas dos capitães de Machico, sendo o primeiro capitão, inicialmente, quase apenas designado por Tristão ou Tristão da Ilha e tendo o seu filho e segundo capitão usado o apelido da mãe, sendo assim Tristão Vaz Teixeira. O capitão do Porto Santo, Bartolomeu Perestrelo, possuiria já brasão, pois existiam armas de família, mas não temos muitas referências da sua utilização nessa época, muito menos naquela ilha, onde só se deslocava pontualmente. Bartolomeu Perestrelo foi o primeiro a ter carta de doação da sua capitania, passada a 1 de novembro de 1446, o que parece indiciar uma condição social mais elevada, tal como indicam os dois casamentos que contraiu no continente, sempre com famílias de elevada qualidade social. A sua descendência veio a entroncar-se na dos capitães de Machico e, depois, também na dos capitães do Funchal.

Dentro dos arranjos matrimoniais da emergente nobreza madeirense, o segundo capitão do Funchal, João Gonçalves da Câmara, começou por casar com uma cunhada, Isabel Homem, filha de João Homem de Sousa e irmã de Garcia Homem de Sousa. Não houve geração desta união, e, falecida D. Isabel, o segundo capitão voltou a casar, então em Ceuta, com D. Maria de Noronha, filha de D. João Henriques e D. Beatriz de Mirabel. D. Beatriz foi depois dada como fidalga aragonesa e o seu marido como filho segundo de D. Diogo Henriques, bastardo do infante D. Afonso de Noronha, conde de Gijón e filho de D. Henrique II de Castela. Os descendentes daquele casamento vieram a optar quase todos pelo apelido Noronha, salvo o primogénito, que, por determinação real e para poder aceder à capitania do Funchal, teve de voltar a usar o apelido anterior, Câmara de Lobos, ficando assim Simão Gonçalves da Câmara (1463-1530).

A partir de meados do séc. xv, os principais filhos-família da Madeira passaram a combater no Norte de África, no quadro do serviço régio, recompondo-se assim, de certa forma, o quadro medieval de nobilitação. Ao mesmo tempo, estabeleceu-se uma rede de casamentos de primos cruzados entre as principais famílias terratenentes da Ilha, até para a manutenção do património fundiário. E muitas dessas famílias passaram a enviar os seus filhos para serem educados na corte de Lisboa, primeiro como pajens, em seguida como escudeiros, vindo depois estes indivíduos, geralmente, a ser referidos como tendo sido educados no paço. Nos finais de Quatrocentos, no entanto, emergiu

também na Madeira uma nova sociedade de escudeiros, mas agora nobilitados pelo serviço régio da Fazenda e da Justiça, que, logicamente, não tinham acesso a brasão de armas.

As dificuldades iniciais do registo dos brasões de armas ficaram logo patentes nas insígnias dos Câmara de Lobos atribuídas a João Gonçalves Zarco e seus descendentes. Nelas deveriam figurar dois lobos-marinhos afrontando uma torre, porém, ao serem executadas, na corte de Lisboa, por alguém que nunca terá visto tal animal, no lugar dele foram representados dois lobos continentais, espécie que nunca existiu na Madeira, mas que passou a ser a utilizada por todos os descendentes de Zarco, nomeadamente o bispo de Lamego D. Manuel de Noronha (c. 1491-1569) e depois, de forma plena, os vários ramos da família, especialmente o açoriano, dos condes da Ribeira Grande (embora, neste caso, com o campo do escudo em negro).

As armas que parecem ter sido seguidamente atribuídas a um residente da Madeira foram as de António Leme, desta feita



Fig. 4 – Armas de António Leme, c. 1509 (ANTT, Casa Real..., liv. 19).



Fig. 5 – Armas de João Esmeraldo (ANTT, Casa Real..., liv. 20).

por D. Afonso V, a 2 de novembro de 1475 e por intercedência do príncipe D. João, devido à sua participação na tomada de Arzila e de Tânger, para onde foi enviado pelo pai, Martim Leme de Bruges, da Flandres. A carta de armas refere, inclusivamente, que, embora "da parte de seu pai pudesse trazer armas com diferença", D. Afonso V lhe atribuía armas "sem diferença alguma" e como "chefe delas" (ANTT, *Leitura Nova*, Místicos, liv. 3, fl. 15). Trata-se de uma distinção excecional, somente compreensível à luz de um conjunto de serviços muito importantes prestados à Coroa pelo seu destinatário, incluindo, certamente, os das navegações executadas a cargo do futuro D. João II. António Leme, nos finais da déc. de 70, encontrava-se radicado na vila do Funchal, fornecendo informações a Cristóvão Colombo sobre a existência de terras para ocidente. Em março de 1485, apareceu na Câmara como um dos homens-bons do concelho e, em agosto, foi citado como cavaleiro e morador na mesma vila, passando a assumir

os negócios da família, dado o falecimento do irmão, Martim Leme, que tinha negócios na Madeira, pelo menos, desde agosto de 1481 e usava também armas plenas em Portugal. A partir de outubro, passou a surgir como vereador ao lado do também navegador Álvaro de Ornelas, sendo de abril de 1489 a última referência que temos da sua atividade nesse cargo e da sua presença no Funchal.

De 20 de fevereiro de 1485 são as armas de João Fernandes do Arco, filho do segundo casamento de Fernão Dias de Andrada e que adquirira as propriedades de seu irmão, Diogo Fernandes de Andrada, que regressara a Castela, no Arco da Calheta. As armas em questão, com um sagitário em campo de ouro, encontram-se registadas tanto no *Livro do Armeiro-Mor,* de João de Cró, de 1509, como no *Livro da Nobreza e da Perfeição das Armas,* de António Godinho, elaborado depois, entre 1521 e 1541, com o pormenor de estar o sagitário virado para a direita neste e para a esquerda no outro. Parece que nenhum ramo dos seus descendentes voltou a utilizar estas armas, não as reivindicando, até porque passaram a usar o apelido Abreu. Com efeito, João Fernandes do Arco (c. 1450-1527) casou com Beatriz de Abreu, e deste matrimónio houve 13 descendentes, todos conhecidos pelo apelido Abreu. Os filhos distinguiram-se no Norte de África, inclusivamente acompanhando o pai, passando depois à Índia, onde António de Abreu ganhou uma notável reputação. A maioria da descendência masculina passou assim à Índia e, depois, ao Brasil, tendo poucos fixado residência na Madeira. As filhas entraram para as principais famílias madeirenses, mas não só, pois Beatriz de Abreu, homónima de sua mãe, casou com Bartolomeu de Paiva, vindo a ser ama-de-leite do futuro D. João III e uma das principais figuras da corte de D. Manuel I, pelo que o marido passou a ser conhecido como "o Amo". Uma outra filha de João Fernandes do Arco, D. Joana de Abreu, veio a casar, por volta de 1510, com D. João Henriques, segundo filho de D. Fernando Henriques, senhor das Alcáçovas, e de D. Filipa de Noronha, filha do terceiro capitão do Funchal, tomando assento na Ponta do Sol. Desta família notabilizou-se o padre jesuíta D. Leão Henriques (c. 1515--1589), que fora criado em Lisboa, em casa de seu tio D. Fernando Henriques, e veio a ser o primeiro reitor do Colégio do Espírito Santo, Univ. de Évora, confessor do cardeal D. Henrique, ao longo de 24 anos, e, depois, seu testamenteiro. Uma pedra de armas desta família, dos meados do séc. XVII, encontra-se hoje na casa do Pé do Pico, em Câmara de Lobos, propriedade da família Henriques de Gouveia.

Entre os finais do séc. XV e os inícios do XVI, devem ter sido atribuídas, ou pelo menos confirmadas, várias cartas de armas, cuja documentação porém não perdurou. Tiveram carta de brasão, muito provavelmente, Álvaro de



Fig. 6 – Lápide tumular de Álvaro de Ornelas e de Branca de Abreu, 1526 (Sé do Funchal).

Ornelas, o Velho, pois o filho, Álvaro de Ornelas Saavedra, requereu e recebeu nova carta de armas, como as que usavam seu pai e avô, em 1513; ainda consultámos o documento original na Qt. das Almas, encontrando-se atualmente com os descendentes, em Paris. O referido *Livro do Armeiro-Mor,* de João de Cró, já regista este brasão, e a magnífica laje sepulcral de Álvaro de Ornelas Saavedra, em calcário-brecha da serra da Arrábida, com as suas armas esculpidas em baixo-relevo, já existiria na Sé do Funchal, onde ainda hoje se encontra, por volta de 1515 e 1526, como se infere dos codicilos do seu testamento, de mão comum com a sua segunda mulher, D. Branca Fernandes de Abreu.

Mais tarde, também recebeu carta de armas o flamengo João Esmeraldo, com data de 1520 e depois registada no *Livro da Perfeiçam das Armas,* de António Godinho, elaborado entre 1521 e 1541. Este códice regista uma série de brasões de armas que não constam do livro de João de Cró, que aliás simplifica a emblemática, não registando os timbres, e apresenta também o dos Câmara de Lobos, na mesma página do de João Esmeraldo, o dos Perestrelo e o de João Fernandes do Arco, entre outros. João Esmeraldo havia casado com Joana Gonçalves da Câmara, filha de Martim Mendes de Vasconcelos e de Helena Gonçalves da Câmara, e, enviuvando, casou com Águeda de Abreu, filha de João Fernandes do Arco, vindo a falecer em 1536. No entanto, a sua laje tumular não tem brasão de armas, mas sim o seu retrato e da sua segunda mulher, que terá mandado fazer a peça na Flandres.

Entre as cartas de brasão mais antigas que não chegaram até nós, estará a de Gonçalo de Freitas, filho do tesoureiro do infante D. João, mestre da Ordem de Santiago, que se mudou para a Madeira com o filho, João de Freitas, na sequência do assassinato do duque de Viseu, em Setúbal, por D. João II, a 28 de agosto de 1484, e a cuja casa então pertenciam. Fixaram-se na área de Santa Cruz, na capitania de Machico, e, muito provavelmente, a eles se deve a determinação da instalação da alfândega ducal naquele local, decidida anteriormente, em 1477, pela infanta D. Beatriz, filha do falecido



Fig. 7 – Armas de João de Freitas, Flandres, 1533 (capela-mor da igreja matriz de Santa Cruz).

infante D. João. Em julho de 1486, João de Freitas representou, com mestre Batista, os proprietários de Santa Cruz numa reunião ocorrida no Funchal; a partir de março de 1496, surge na documentação como homem-bom de Machico, em abril, como vereador, e, em maio, como juiz. Desconhecemos a sua carta de armas, como afirmámos, mas conhecemos o pedido que fez para ser enterrado com a sua mulher, Guiomar de Lordelo, na capela da matriz do Salvador de Santa Cruz, de cuja construção fora encarregado, em 1500. Esse pedido foi deferido a 19 de setembro de 1533, atendendo ao dinheiro que gastara na igreja "e à qualidade da sua pessoa" (NORONHA, *Ibid.*, 283-284). A laje tumular veio da Flandres, e o brasão de armas que exibe deve ser o mais interessante que hoje existe dessa época, caracterizando-o uma grande qualidade formal, com cinco estrelas de seis pontas e utilizando como timbre uma estrela idêntica entre duas asas, marcando a diferença para os Freitas do continente, que utilizavam como timbre duas garras de leão segurando uma flecha.

Com a importância económica da cultura açucareira, inúmeros comerciantes italianos, flamengos e de outras origens tiveram igualmente carta de brasão, nos inícios do séc. XVI, embora a maioria das armas atribuídas não figure nos livros de João de Cró e de António

Godinho, dado serem, em princípio, versões de armas que apresentaram como pertencentes às suas famílias de origem. Provavelmente, esse será o caso dos Bettencourt, Berenguer, Catanho, Drumond ou Escórcio, Florença, Lomelino, Salvago, Spínola, Teive, Valdavesso e outros. Existem algumas arcas tumulares destas famílias de origem estrangeira, *e.g.*, na matriz de Santa Cruz, igreja de S. Salvador, mas, infelizmente, os brasões iniciais foram apagados. O principal panteão insular destas famílias terá sido o Convento de S. Francisco do Funchal, mas as constantes obras a que foi sendo sujeito e a sua própria demolição, nos finais do séc. XIX, levaram a que se tivesse perdido quase todo esse património.

Ao longo do séc. XVII, as principais famílias madeirenses ganharam um novo ascendente social, principalmente advindo da sua participação na expansão ultramarina ibérica e do seu desempenho na América Latina. Neste quadro, construindo algumas das famílias em causa as suas capelas, assumiram, pura e simplesmente, as armas que entenderam. O exemplo mais evidente será o dos túmulos parietais da igreja do Carmo do Funchal, onde António de Carvalhal Esmeraldo, casado com Maria Brandão, usou as armas plenas dos Câmara, e os seus cunhados, no túmulo em frente, as dos Brandões do continente, embora a família fosse proveniente de lavradores da Ribeira Brava.



Fig. 8 – Túmulo de António de Carvalhal Esmeraldo e de Maria Brandão, 1686 (capela-mor da igreja do Carmo do Funchal).

Existe um certo vazio de documentação sobre a atribuição de cartas de armas ao longo desse século e mesmo do XVIII. Mas a atividade conheceu novo incentivo nos finais da última centúria e propagou-se exponencialmente ao longo de Oitocentos, justificando-se, sobretudo, enquanto retribuição de serviços políticos, com a correspondente componente económica, deixando de ser apenas um retrato da antiga fidalguia. Divulgaram-se então armas de costados com as representações das armas dos avós, quando não dos bisavós, trisavós, ou outros, inclusivamente, pelo nome, e nem sempre pertencendo a essas linhagens. Em pouco tempo, o cartório de nobreza da corte de Lisboa abandonaria a relação com os anteriores elementos heráldicos de identificação, passando a emitir as chamadas armas novas, quase nada relacionadas com o pensamento subjacente às do passado. De facto, esta nova cultura desenvolveu-se um pouco por toda a Europa, em especial na Alemanha.

A questão das mercês novas foi objeto de vários trabalhos, mostrando, inclusivamente, a incongruência de algumas das soluções apontadas. Se algumas armas novas dificilmente encontrariam enquadramento na heráldica tradicional, outras há em relação às quais não se compreende a opção tomada. Na primeira situação, encontra-se, *e.g.*, o caso de João Rodrigues Leitão (1843-1925), que, tendo tido larga atividade comercial em Cabinda e conseguindo estabelecer muito boas relações na área, foi um dos responsáveis pelo reconhecimento da presença portuguesa naquele território pelos membros da Conferência de Berlim, em 1883. Sendo agraciado com o título de visconde de



Fig. 9 – Armas do conde do Canavial em rótulo comercial, c. 1890 (coleção particular).

Cacongo, em 1900, houve que encontrar elementos algos abstratos para as armas que lhe eram atribuídas: campo de prata com três faixas vermelhas carregadas com flores-de-lis, tendo como tenentes ou suportes um leão e um grifo. Por sua vez, uma das soluções pouco felizes, e logo no título escolhido, foi a encontrada para o visconde e depois conde do Canavial, João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos (1829-1902), a quem se atribuiu um escudo partido, tendo, num lado, uma figura de mulher vestida de azul, sentada num rochedo sobre o mar, com um ramo de videira e um pão-de-açúcar em cada mão, em alusão à ilha da Madeira, e, no outro, uma mão de prata com uma pena de oiro, numa alegoria às suas imensas publicações, não se tendo optado pelos elementos das inúmeras famílias de que descendia, o que é um paradoxo.

A partir dos meados do séc. XVIII, e depois no XIX, foram ainda utilizados inúmeros brasões de armas pelos elementos da feitoria britânica radicada no Funchal, especialmente em ex-líbris e em sepulturas do cemitério britânico, mostrando todas uma certa economia de meios e contenção, e que não eram comuns na Europa coeva. O brasão mais antigo será o de James Murdoch (1744-1806), seguindo-se o de Thomas Holloway (1751-1816), o de William Mills (1794-1834) e os de outros tantos. Entre os abundantes ex-líbris, podemos citar os de Robert Page (1775-1829), com as armas circundadas pelas insígnias da Ordem Militar da Torre e Espada, de que era somente titular honorário, por despacho do Rio de Janeiro, de 15 de novembro de 1817, ou referir os de James Charles Duff, de cerca de 1860, cuja família chegou a deter o palacete da R. do Esmeraldo, através da firma Gordon and Duff, e em cujo logradouro chegou a funcionar o primeiro cemitério britânico.

Relativamente à heráldica eclesiástica, o seu uso não se deve ter estendido de imediato à Madeira. Os Franciscanos, que forneceram os primeiros quadros eclesiásticos durante as décadas iniciais do povoamento, não eram propensos a esse tipo de ostentação, e os primeiros vigários paroquiais, nomeados pela Ordem de Cristo e que não provinham especialmente da nobreza senhorial portuguesa, também não. Os primeiros bispos da Diocese do Funchal não se deslocaram pessoalmente ao território, pelo que, até aos meados do séc. XVI, não terá havido heráldica eclesiástica na Madeira. O primeiro prelado a viajar até à Ilha, D. João Lobo (?-1542), bispo titular de Tânger e com armas atribuídas por D. Manuel I, não parece ter tido especiais cuidados nesse campo, não tendo ficado qualquer referência sobre o tema na sua passagem pela Madeira, em meados de 1508.



Fig. 10 – Ex-líbris com as armas de Robert Page, c. 1790 (coleção particular).

A base da heráldica eclesiástica comunga das normas que regem o desenho geral dos brasões, embora nela se use, prioritariamente, a forma oval para o escudo, diferenciando-se assim, em especial, nos ornamentos exteriores, seguindo os cânones e disposições da Igreja. Com efeito, não utiliza o conjunto elmo, paquife e virol, identificativo do exercício da função militar, mas sim o galero, chapéu eclesiástico por excelência, descendente dos chapéus de abas largas dos peregrinos, sendo a hierarquia definida pela ordem de borlas do mesmo. Pontualmente, podem usar coronéis de nobreza, como aconteceu com o 11.º bispo do Funchal, D. Fr. António Teles da Silva (c. 1610-1682), que se fez sepultar com coronel de conde, título que nunca teve. Mais tarde, sob o galero, apareceu uma cruz episcopal e, por vezes, um báculo; depois, ao longo do séc. XX, surgiu uma mitra a substituir o galero, podendo figurar sob ela uma cruz episcopal e um báculo cruzados.

Os elementos do alto clero sempre assumiram armas próprias, em especial após a divulgação das normas do Concílio de Trento, ganhando elas um sentido quase pessoal e afastando-se das regras específicas da heráldica familiar, nomeadamente com o uso de brica e de diferenças. Se tal aspeto ainda aparece em 1509, quando João de Cró representa as armas do bispo D. João Lobo, marcando as armas dos Lobo com um castelo de ouro como diferença, por certo em alusão à praça-forte de Tânger, o mesmo não sucede depois na maioria das armas eclesiásticas, que assumem a diferença somente nos ornatos. Assim fez o bispo de Lamego D. Manuel de Noronha (c. 1491-1569), empregando as armas plenas dos Câmara,



Fig. 11 – Lápide tumular de D. Fr. António Teles da Silva, c. 1682 (capela-mor da Sé do Funchal).



Fig. 12 – Lápide tumular de D. Manuel de Noronha, bispo de Lamego, mas como arcebispo, 1569 (capela dos claustros da Sé de Lamego).

usadas pelo pai, Simão Gonçalves da Câmara (1463-1530) e pelo irmão mais velho, João Gonçalves da Câmara (III) (1489-1536). O seu isolamento em Lamego e o facto de ter estado em Roma levaram a que se intitulasse camareiro secreto do Papa Leão X (1475-1521), fazendo-se enterrar sob laje sepulcral com quatro ordens de borlas, insígnias de arcebispo que nunca foi.

Determinadas liberdades ocorreram, depois, com outros prelados do Funchal. Por exemplo, D. Luís Figueiredo de Lemos (1544--1608) assumiu as armas dos apelidos dos quatro avós, da ilha de Santa Maria, Açores: Velho, Figueiredo, Cabral e Lemos. Como pormenor, nas várias representações das suas armas, mandou carregar as dos Figueiredo com uma merleta, que na Madeira era usada pelos Leme, de origem flamenga. Esta diferença, em princípio identificativa do prelado Leme, manteve-se, no entanto, no quartel dos Figueiredo, quando mandou, num outro quartel, lavrar as armas dos Lemos, como aparecem na sua lápide tumular.

Não se encontram levantados os brasões de armas dos bispos do Funchal, salvo a partir dos meados do séc. XIX, pelo que os iniciais terão de ser apurados a partir dos selos de armas dos primeiros prelados. Não constam, inclusivamente, da maior parte dos retratos mandados pintar para a sala do cabido da Sé do Funchal, a partir de 1790, em princípio. Assim acontece com o de D. Jerónimo Barreto (1543-1589), que utilizou as armas dos Barreto na impressão das *Constituições Synodaes* de 1579, mas que não figura com elas no retrato que lhe mandaram pintar, muito depois. No entanto, tal não se verifica no retrato do seu sucessor, D. Luís Figueiredo de Lemos, que, tendo também mandado imprimir as suas insígnias nas *Extravagantes*, em 1601, surge com elas representado.

Os retratos dos bispos do Funchal parecem ter tido início com o de D. Gaspar Afonso da Costa Brandão (1703-1784), que o terá mandado pintar em Lisboa, por volta de 1757. Na sequência deste, e usando-o vagamente como modelo, depois, foram sendo pintados os dos prelados anteriores. Parece que o cabido não





Figs. 13 e 14 – Brasões de armas de D. António Carrilho, 2007, e de D. Nuno Brás, 2011 (Catedral do Funchal).

era muito sensível aos aspetos heráldicos, embora ele próprio utilizasse selo com armas, pois só um número muito reduzido de retratos apresenta brasão de armas. Nos retratos dos bispos mais antigos, tal só acontece no de D. Luís Figueiredo de Lemos, talvez porque as respetivas armas se encontram na fachada da sua capela de S. Luís, no paço episcopal e na sua lápide sepulcral. No entanto, não figuram armas no retrato de D. frei António Teles da Silva (c. 1620-1682), que as havia mandado gravar na sua lápide tumular, na capela-mor da Sé do Funchal, inclusivamente, encimadas por coronel de 11 pérolas, atributo dos condes. Esse espírito algo laico da sociedade madeirense parece ter sido corrente em muita da sociedade madeirense nos finais do séc. XVIII, pois, tendo sido pintados também os retratos de alguns antigos governadores e capitães--generais para o palácio de S. Lourenço, também ali existem poucos brasões de armas, o que é algo surpreendente, quando verificamos que todos os governadores, até ao liberalismo, eram obrigatoriamente oriundos da nobreza de corte, pelo que eram todos portadores de armas pessoais. Com efeito, recorreram a elas para autenticar a correspondência oficial, tendo passado a fazê-lo, depois, para a correspondência governamental da Madeira, com o selo das armas reais.

A heráldica estendeu-se também às ordens religiosas, embora os exemplares existentes na Madeira sejam, em princípio, bastantes tardios.



Fig. 15 – Pote de faiança com as armas de fé dos Franciscanos, c. 1650 (paço episcopal do Funchal) (fotografia de Virgílio Gomes, 1995).

Quase todos os edifícios foram da responsabilidade da Fazenda Régia, pelo que tanto o paço episcopal, datável de 1610, como o Colégio dos Jesuítas do Funchal, cujo elemento heráldico mais antigo, a antiga porta da cerca da R. dos Ferreiros, está datado de 1619, ostentam as armas reais. Chegaram até nós algumas armas de fé dos Franciscanos, entre elas a pedra de armas do antigo convento do Funchal, datável de cerca de 1750 e hoje no jardim municipal, associada às armas reais, indicativo de que a campanha de obras em causa fora paga pela Fazenda Régia; ou, *e.g.*, as armas existentes no Convento de S. Bernardino de Câmara de Lobos, provavelmente da campanha de 1763. A pedra de armas similar que está no portal da entrada do Convento de S.ta Clara, datável, talvez, de data próxima a 1770, poder ter vindo do demolido convento masculino do Funchal, pois dali também vieram outros elementos, designadamente painéis de azulejos. É ainda possível que tenha existido, como é vulgar no continente, loiça conventual decorada com armas religiosas, em S. Francisco do Funchal e em S.ta Clara, mas, até ao momento, e nas escavações arqueológicas realizadas nessas áreas, embora haja milhares de fragmentos de faiança exumada, nada parece ter sido detetado. Nas coleções do paço episcopal, no entanto, existe uma bilha ou pote de faiança com as armas de fé dos Franciscanos que a tradição aponta como sendo proveniente do convento do Funchal.

Das restantes ordens religiosas, somente conhecemos as armas de fé dos Carmelitas, na fachada da igreja do recolhimento do Carmo, que devem ser dos finais do séc. XVIII, período em que toda a fachada da igreja foi remodelada. Os Jesuítas nunca usaram armas de fé propriamente ditas, somente uma espécie de emblemática, que, aliás, copiaram do franciscano S. Bernardino de Siena: o trigrama cristológico IHS, que significa *Jesum Habemus Socium* ("temos Jesus como companheiro"), colocado sobre um sol, como aparece na fachada da igreja de S. João Evangelista do Funchal, logo abaixo das armas reais. Este símbolo ou monograma aparece, por vezes, acompanhado da legenda *Ad Maiorem Dei Gloriam* ("para a maior glória de Deus"), surgindo invertida, no teto da mesma igreja, em princípio, para ser lida do alto pelo Pai e não pelos filhos que demandam o interior do templo. Existem mais duas pedras com este símbolo ou emblema, uma delas numa situação muito interessante: na porta do paço episcopal do Funchal, no acesso à antiga cerca, depois Lg. do Município. O facto de este bloco do paço ter sido mandado edificar pelo bispo jacobeu D. João do Nascimento (c. 1690--1753), que professara no Convento franciscano de Varatojo e dirigira pessoalmente parte das obras do novo corpo edificado, levanta a hipótese de ter sido o próprio prelado a mandar colocar ali aquele emblema, precisamente quase perante a fachada da igreja dos Jesuítas, recuperando assim, para os Franciscanos, a sua antiga simbologia. A outra pedra hoje existente está no pequeno jardim do pátio da Assembleia Legislativa e foi encontrada na intervenção de reabilitação ali efetuada, em 1990, podendo ter vindo de obras realizadas no edifício do Colégio dos Jesuítas pela antiga Fazenda Régia.



Fig. 16 – Armas reais do antigo edifício da Câmara do Funchal, 1820 (Museu Quinta das Cruzes) (fotografia de Bernardes Franco, 2017).

As ilhas da Madeira e do Porto Santo possuem uma quantidade apreciável de brasões de armas reais portuguesas, uma vez que a grande maioria do património edificado, militar, civil e religioso, foi construída sob a responsabilidade da Fazenda Régia. Tal é o caso da Sé do Funchal e, depois, do baluarte de S. Lourenço e demais fortificações militares. Mas, também, da maior parte das igrejas matrizes, cujos edifícios eram incumbência régia, acontecendo o mesmo com o respetivo recheio, encontrando-se brasões de armas reais em grande parte dos retábulos das suas capelas-mores. O mesmo se verifica em outros edifícios: referimos antes o do paço episcopal, mas poderíamos apontar ainda os das misericórdias insulares. Este aspeto transitou, igualmente, para os edifícios das câmaras municipais, parte dos quais levantados também com verbas da Fazenda Régia, levando a que as armas reais rematassem grande número deles, inclusivamente o da Câmara do Funchal, onde figurariam, juntamente com as armas da cidade, na fachada ou no interior.

Do antigo edifício do Lg. da Sé que pertencera à casa comercial de D. Guiomar, onde a Câmara do Funchal se instalou, nos últimos anos do séc. XVIII, subsiste um importante brasão de armas nacional, assente em esfera armilar, datável, assim, de data próxima a 1819 ou 1820, quando se criou o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. O imóvel foi demolido em 1916, dentro da reforma programada pelo Arqt. Ventura Terra, e o brasão recolheu, então, ao palácio de S. Pedro, onde se previa organizar um museu regional.

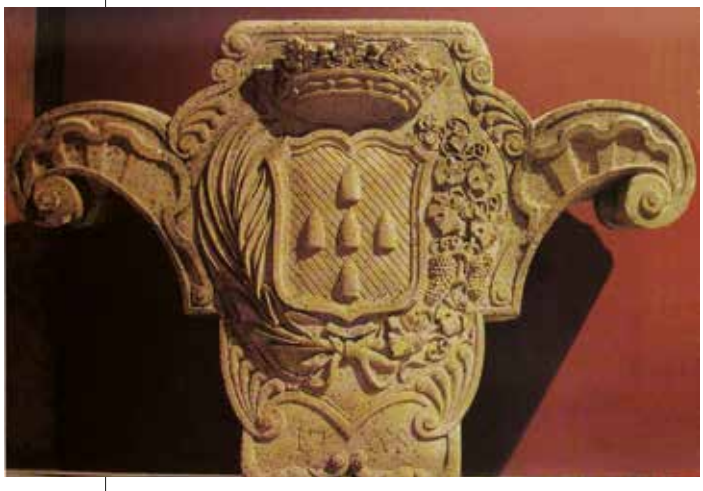


Fig. 17 – Armas da Câmara do Funchal, 1758 (Museu A Cidade do Açúcar, Funchal).

O Funchal deve ter tido armas próprias ainda no séc. XV, porém, só conhecemos exemplares da centúria seguinte. O mais antigo, em princípio, é o que está gravado na campainha de prata da Câmara, que serviria para chamar um empregado, *e.g.*, ou para mandar entrar os peticionários, e que se encontra datado de 1584. Apresenta cinco pães de açúcar dispostos em cruz e ladeados por duas canas-de-açúcar. Mais tarde, o poeta e intérprete dos navios estrangeiros Manuel Tomás (1585-1665), na sua *Insulana*, de 1635, refere cinco formas de açúcar, "cor de fogo", colocadas num campo de prata e rodeadas por duas canas-de-açúcar (TOMÁS, 1635, 128), o que repete Henrique Henriques de Noronha, em 1722 (NORONHA, 1996, 43). As armas do Funchal voltam a surgir numa salva de prata dos inícios do séc. XVII, neste caso encimadas por uma cruz de Cristo, e num areeiro de tinteiro do mesmo período.

No séc. XVIII, começam a aparecer informações sobre o facto de se usar também um ramo de videira nas armas da cidade do Funchal, existindo uma pedra de armas, hoje no núcleo museológico da Prç. Colombo, com a data de 1758, onde já não figuram as formas de açúcar, mas pães, estando o escudo ladeado por uma cana e um ramo de videira e as armas encimadas por coronel de nobreza. Sendo os pães de açúcar representados em prata, não poderiam, heraldicamente, assentar igualmente em prata, devendo datar dessa época a definição do campo do escudo em verde, pelo que tanto a cana-de-açúcar como o ramo de videira passaram para o enquadramento do escudo. A partir de então, começou a vigorar, assim, campo verde, com cinco pães de açúcar de prata ladeados por uma cana-de-açúcar e um ramo de videira, embora com pequenas variantes, pois podem aparecer duas canas-de-açúcar e as armas podem apresentar-se com coronel de nobreza e com coroa real.

Na segunda metade do séc. XIX, entre 1860 e 1862, foi editada, por Inácio de Vilhena Barbosa, a vasta obra *As Cidades e Villas da Monarchia*

Portugueza Que Teem Brasão d'Armas, onde as armas do Funchal aparecem ladeadas por uma cana-de-açúcar e um ramo de videira. Nesta publicação, figuram, igualmente, as armas da vila do Porto Santo, ostentando um dragoeiro, mas não as das restantes vilas madeirenses. Este conjunto de brasões teve reedição, em 1881, com um outro emolduramento, mas só conhecemos os dos referidos locais do arquipélago.

A configuração das armas do Funchal manteve-se até à proposta do heraldista Afonso de Ornelas Cisneiros (1880-1944), que assinava por vezes "Affonso Dornellas". Nos inícios da déc. de 30 do séc. XX, ele bateu-se pela reforma da heráldica municipal, conseguindo fazer aprovar, em 1935, armas novas para a Câmara Municipal do Funchal, bem ao gosto dito tradicionalista do Estado Novo. As armas mantiveram o campo verde, mas os pães de açúcar passaram a ouro e foram avivados com um espiralado a púrpura, cor do domínio eclesiástico, em memória do protagonismo da Diocese do Funchal nos Descobrimentos; foram ainda acrescentados quatro cachos de uvas de sua cor, carregados com as quinas de Portugal, tornando o conjunto, à primeira vista, perfeitamente irreconhecível.

Não possuímos qualquer referência sobre as primeiras armas municipais de Machico, Santa Cruz, Calheta, Ponta do Sol e Porto Santo, sendo certo que todas as tiveram, pelo menos, na época manuelina. Tem havido alguma confusão com as armas de Machico, que são dadas, nos meados do séc. XX, como tendo tido a esfera armilar manuelina, o que seria inviável, na medida em que um brasão de armas é uma forma de identificar uma entidade pessoal ou coletiva e um rei não poderia ter os elementos das suas armas individuais a identificar uma câmara municipal. O mesmo se passa com a Câmara de Santa Cruz, que por vezes alega serem suas as armas reais que encimam a porta do edifício municipal, o que também não é possível. Os Paços do Concelho do Porto Santo são igualmente encimados pelas armas reais, mas elas indicam apenas que o edifício foi feito pelo mestre das obras reais, Domingos Rodrigues Martins (c. 1710-1781), em 1774, e que as obras correram pela Fazenda Régia, aspeto que referenciámos antes.



Fig. 18 – Armas novas da Câmara do Funchal, 1940 (Faiança Battistini, escadas da Câmara do Funchal).

A grande reforma da heráldica municipal iniciou-se com a circular de 14 abril de 1930 da Direção-geral da Administração Pública, que, tentando regularizar a situação, obrigava as comissões administrativas das câmaras municipais a legalizar os brasões segundo o parecer compulsório da secção de heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses. A situação do estabelecimento de selo, armas e bandeira de cada localidade veio a integrar, inclusivamente, através do dec. 31.095, de 31 de dezembro de 1940, o Código Administrativo, através dos artigos 14 e 48. Data desses anos a instituição do coroamento dos escudos municipais com coronéis de torres aparentes, hierarquizadas entre as cidades e as vilas com cinco e quatro torres, o que foi alargado às juntas de freguesia, em 1991, com três. Entretanto, também na Região Autónoma da Madeira (RAM) se procedeu a reforma idêntica, parte da qual assumida pelas autarquias, como aconteceu na vila de São Vicente, onde se aprovou uma raridade



Figs. 19 e 20 – Selo da Alfândega do Funchal, c. 1550 (Museu A Cidade do Açúcar, Funchal).

iconográfica, com o orago a empunhar uma grelha em vez de uma embarcação.

Outras entidades terão tido armas, como é o caso da Alfândega do Funchal e, provavelmente, de Santa Cruz, conhecendo-se dois selos de chumbo daquela, datáveis de 1520 a 1550, exumados nas escavações arqueológicas na Pç. Colombo, em 1989, com a esfera armilar envolta pela legenda "Alfândega do Funchal", com o pormenor de estar rematada por um pequeno escudete com as quinas de Portugal e, do outro lado, ter as armas reais com coroa aberta. Pontualmente, os elementos



Fig. 21 – Guião da Companhia de Caçadores de Diu, antigo Estado Português da Índia, do Batalhão Independente do Funchal, 1959 (Núcleo Museológico do Regimento de Guarnição N.º 3).

heráldicos foram utilizados por instituições de ensino, como a Escola Afonso Domingues, em 1889, que veio a dar origem à Escola Industrial e Comercial do Funchal, e, em 1989, a Univ. da Madeira (UMa).

Data dos meados e finais do séc. XIX o aparecimento, na Madeira, de um esboço de heráldica corporativa, assumida, entre outros, pelas sociedades agrícolas e, depois, pelos grémios, sindicatos e diversas associações. Com o advento do Estado Novo, o assunto veio a ser encarado noutros moldes, solicitando-se propostas a essas instituições, mas, na maior parte das vezes, impondo-se as soluções finais. Tal ocorreu nas associações mais caras ao governo, designadamente nas casas do povo e dos pescadores, conhecendo-se o brasão da Casa do Povo de Santo António, no Funchal, e o brasão da Camacha, em Santa Cruz, ambos apresentados em Lisboa na Exposição de Heráldica do Trabalho, por altura dos festejos do 20.º aniversário da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT). No ano seguinte, Franz Paul de Almeida Langhans editou o *Manual de Heráldica Corporativa*, onde figura ainda o da Casa dos Pescadores do Funchal. No catálogo da exposição dos 20 anos da FNAT, o organizador da mesma, Mário de Albuquerque, ao apresentar o brasão da Casa do Povo da Camacha, comenta ter sido deixado em branco o brasão da Câmara Municipal de Santa Cruz por o concelho "não as ter ordenadas e aprovadas" (ALBUQUERQUE, 1955, 114).

As unidades militares não terão usado brasões de armas próprios até ao séc. XX, devendo ter-se limitado a utilizar bandeiras com as armas reais e com uma legenda da unidade em questão. O mesmo não se terá passado com as unidades de ocupação britânicas, nos inícios do século anterior, de que se exumaram, nas escavações de emergência de 1992, efetuadas no pátio dos estudantes do antigo quartel do Colégio dos Jesuítas, alguns botões de farda, indicativos de terem distintivos próprios, pelo menos os correspondentes aos uniformes de artilharia. Ao longo desse século, as unidades portuguesas destacadas para a Madeira



Fig. 22 – Brasão de armas da Região Autónoma da Madeira, 1990 (Reitoria da Univ. da Madeira).

parecem ter utilizado somente uma emblemática com o número da força em causa, algarismos que foram ficando registados na calçada da antiga parada do mesmo quartel do Colégio, hoje integrada na Reitoria da UMa.

Data das décs. de 80 e 90 a reforma geral heráldica do Exército, passando as unidades militares da Madeira a possuir brasão de armas próprio. Estas armas foram sendo adaptadas ao longo das várias reformas das forças em causa. A reforma estendeu-se, entretanto, às restantes forças militares da Marinha e da Força Aérea e, depois, ao Comando-Chefe das Forças Armadas da RAM, tal como à Companhia Independente da Guarda Fiscal e ao Comando da Polícia de Segurança Pública.

O assumir de armas próprias pela RAM foi feito de forma consistente, em 1991, quando a Região completou as armas do seu brasão. O arquipélago tinha constituído os seus símbolos próprios numa relação direta com as suas origens, assentando a bandeira e o escudo em campo azul, uma pala de ouro e a mesma carregada com a cruz da Ordem de Cristo. As insígnias foram discutidas, na generalidade, a 26 de julho, sendo aprovadas dois dias depois, e a respetiva regulamentação foi publicada a 12 de setembro. Estas armas foram completadas, depois, por proposta de dois historiadores locais, decidindo-se a utilização do elmo de "boca-de-sapo", geralmente atribuído a D. João I e existente no Museu Militar de Lisboa, dado ter sido este rei quem determinou o povoamento do arquipélago. No entanto, em rigor, esse elmo será, muito mais provavelmente, aquele que veio do mosteiro da Batalha, em 1901, e que se encontrava no túmulo de D. João II. Assim, o elmo de ouro apresenta-se de frente e forrado a vermelho. Como timbre, optou-se por uma esfera armilar, pela sua ligação aos Descobrimentos e a D. Manuel I, existindo este elemento em inúmeros edifícios públicos do Funchal. Como suportes, dois lobos-marinhos, vivos e de sua cor, simbolizando a homenagem da Região aos únicos grandes mamíferos encontrados quando da chegada dos primeiros povoadores. Como divisa, inicialmente, foi proposto o seguinte fragmento de *Os Lusíadas* alusivo à Madeira: "Das que nós povoámos a primeira" (CARITA e SAINZ-TRUEVA, 1990, 103-107). Porém, nos inícios do ano seguinte, em reunião de Governo, veio a decidir-se pelo verso "Das ilhas as mais belas e livres" (Decreto Legislativo Regional n.º 11/91/M, de 24 de abril).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivos Particulares, Cartas Patentes, n/ catalog.; *Ibid*., Câmara Municipal do Funchal, Avulsos, mços. 2 e 4; *Ibid*., Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombos 1 e 3; *Ibid*., Fundo Ornelas e Vasconcelos, cx. 33; *Ibid*., Juízo de Resíduos e Capelas, cx. 11; ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 20, António Godinho, *Livro da Nobreza e Perfeiçam das Armas*, séc. XVI; *Ibid*., Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 19, João de Cró, *Livro do Armeiro-Mor*, 1509; *Ibid*., Leitura Nova, livs. 2-3 de místicos; *Ibid*., Ministério do Reino, mç. 498; **impressa:** ALBUQUERQUE, Mário de, *Brasonário Corporativo na Exposição de Heráldica do Trabalho. XX Aniversário da F.N.A.T.*, Lisboa, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1955; ARAGÃO, António, *As Armas da Cidade do Funchal no Curso da Sua História*, Funchal, DRAC, 1984; BARBOSA, Inácio de Vilhena, *As Cidades e Villas da Monarchia Portugueza Que Teem Brasão d'Armas*, 3 vols., Lisboa, Tip. do Panorama, 1860-1862; BARRETO, Jerónimo, *Constituições Synodaes do Bispado do Funchal, Feitas & Ordenadas por D. Ieronymo Barreto, Bispo do Dito Bispado*, Lisboa, António Ribeiro, 1585; CARITA, Rui, *Museu da Cidade do Funchal*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1986; *Id*., *Escavações nas Casas de João Esmeraldo – Cristóvão Colombo*, catálogo de exposição patente no Teatro Municipal do Funchal, dez. 1989, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989; *Id*. (org.), *O Pátio dos Estudantes do Colégio dos Jesuítas do Funchal. A Nova Entrada da Universidade da Madeira*, Funchal, Lourenço Simões & Reis, 2001; *Id*., *30 Anos de Autonomia. 1976-2006*, Funchal, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2008; *Id*., e SAINZ-TRUEVA, "O brasão de armas da Região Autónoma da Madeira. Proposta para o seu completamento", *Islenha*, n.º 6, jan.-jun. 1990, pp. 103-107; COSTA, José Pereira da, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, Funchal, CEHA, 1995; CRÓ, João de, *Livro do Armeiro-Mor*, Lisboa, Academia

Portuguesa da História/Inapa, 2000; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Typ. Funchalense, 1873; GODINHO, António, *Livro da Nobreza e Perfeiçam das Armas*, Lisboa, Inapa, 1986; *Heráldica. Ciência de Temas Vivos*, 2 vols., Lisboa, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1966; LANGHANS, Franz Paul de Almeida, *Manual de Heráldica Corporativa*, Lisboa, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1956; LEMOS, Luís Figueiredo de, *Constituições Synodaes do Bispado do Funchal. Com as Extravagantes novamente Impressas por Mandado de Dom Luis Figueiredo de Lemos*, Lisboa, Pedro de Crasbeeck, 1601; MORAIS-ALEXANDRE, Paulo Jorge, "A formação da heráldica do Exército no Estado Novo", *Congresso de Heráldica Militar*, Lisboa, Academia Portuguesa de Heráldica, 2000, pp. 9-16; *Id.*, *A Heráldica do Exército na República Portuguesa no Século XX*, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, texto policopiado, 2009; NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da, *Compêndio Português de História de Família*, Lisboa, Mediatexto, 2003; NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário Genealógico das Famílias Que Passarão a Viver a Esta Ilha da Madeira depois do Seu Descobrimento, Que Foi no Ano de 1420*, São Paulo, Revista Genealógica Brasileira, 1948; SAINZ-TRUEVA, José de, "Heráldica inglesa no 'Old Burial Ground'", *Atlântico*, n.º 1, 1985, pp. 60-64; *Id.*, "Igrejas, casas, fortalezas e capelas brasonadas da ilha da Madeira e Porto Santo", *Atlântico*, n.º 11, 1987, pp. 182-196; *Id.*, "Tectos madeirenses armoriados. Achegas para um brasonário insular", *Islenha* n.º 1, jul.-dez. 1987, pp. 111-124; *Id.*, "Brevíssima memória sobre as armas dos Monizes e Perestrelos", *Islenha*, n.º 5, jul.-dez. 1989, pp. 89-93; *Id.*, "Tectos madeirenses armoriados, continuando um inventário", *Islenha*, n.º 6, jan.-jun. 1990, pp. 75-81; *Id.*, "Heráldica de prestígio em rótulos de vinho Madeira", *Islenha*, n.º 9, jul.-dez. 1991, pp. 62-69; *Id.*, "Heráldica de apelidos estrangeiros na ilha da Madeira", *Islenha*, n.º 18, jan.-jun. 1996, pp. 110-121; *Id.*, "Heráldica em iconografia relacionada com a Madeira", *Islenha*, n.º 24, jan.-jun. 1999, pp. 57-70; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998, TOMÁS, Manuel, *Insulana*, Amberes, Caza de Ioam Mevrsio Impressor, 1635; VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Cartas de Brasão Modernas (1872-1910). Complemento do Arquivo Heráldico-Genealógico do Visconde Sanches de Baêna*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1935.

RUI CARITA

Brassey, Anna

A baronesa Anna Brassey, mais conhecida por Annie Brassey, nasceu a 7 de outubro de 1839, em Londres, e faleceu a 14 de setembro de 1887, entre a Austrália e a Indonésia. Descendente de uma família abastada ligada ao comércio do vinho, Annie Brassey era filha de John Allnutt e de Elizabeth Harriet Burnett. Foi escritora, fotógrafa amadora e viajante, sobejamente conhecida pelos seus relatos e diários de viagem. Órfã de mãe precocemente e educada em casa, cedo Annie Brassey ganhou grande afeição pela leitura, as línguas e a botânica.

Aos 21 anos, a 9 de outubro de 1860, contraiu matrimónio na igreja de Saint George, em Londres, com o barão Thomas Brassey, filiado no Partido Liberal, membro do Parlamento inglês e governador do estado da Victoria, Austrália (1895-1900), de quem teve cinco filhos. A família Brassey viveu em Beauport Park, Hastings, e em Normanhurst, Catsfield, Sussex, tendo iniciado as suas viagens à descoberta do mundo em 1869. As viagens da família Brassey estavam intimamente ligadas ao Império colonial Inglês, na medida em que eram frequentemente pedidos a Thomas Brassey, como membro do Parlamento, estudos e investigações profundas *in loco* sobre as culturas e as economias de outros países. É neste contexto que Annie Brassey inicia a sua produção literária de viagem, como simples relatos e entradas de diário com o intuito de informar a sua família.

A família Brassey realizou uma viagem à volta do mundo, com duração de um ano, com partida e chegada a Inglaterra, a bordo do seu *yacht* privado *Sunbeam*, alcunha pela qual era conhecida uma das filhas de Annie Brassey que faleceu precocemente. É esta viagem familiar de descoberta do mundo e dos horizontes que dá



Fig. 1 – *Lady* Anna Brassey ("Annie"), fotografia animada, 1866 (Hastings Museum & Art Gallery, Inglaterra).

origem ao seu livro de maior sucesso editorial, publicado em 1878, *A Voyage in the "Sunbeam". Our Home on the Ocean for Eleven Months*, que foi traduzido em diversas línguas e teve mais de vinte edições.

Além de *A Voyage in the "Sunbeam"*, Annie Brassey escreveu outros diários de viagem, nomeadamente *The Flight of the "Meteor"* (1869), *A Cruise on the Eöthen* (1872), *Sunshine and Storm in the East* (1880), *In the Trades, the Tropics, and the Roaring Forties* (1885) e *The Last Voyage* (publicado postumamente e editado pela sua amiga Mary Ann Broome, em 1889), diário que relata a derradeira e infrutífera viagem realizada em 1886, com destino à Índia e com o objetivo de buscar novos ares para revigorar a saúde. Esteve igualmente envolvida em trabalhos litográficos para o livro *Tahiti: a Series of Photographs* (1882), da autoria de Henry Stuart-Wortley.

Annie Brassey viajava sempre com toda a sua família, aproveitando as viagens para fugir dos ares londrinos, impiedosamente frios e polutos, que lhe afetavam frequentemente a saúde. Nos seus jornais de viagem, descreve, ilustra e documenta com grande detalhe e minúcia os lugares por onde passa, não menosprezando na sua narrativa os costumes e as culturas dos povos. Com a sua lente, capta paisagens, jardins, a natureza, estradas, pessoas, hábitos, locais de interesse político, institucional e intelectual, arquitetura e arte. Manifesta especial interesse pelas paisagens, as fortificações britânicas espalhadas por todo o Império inglês, a vida colonial, as plantas exóticas e os indígenas, nativos e animais.

Em 1873, Annie Brassey torna-se membro efetivo da Photographic Society of London, realizando diversas exposições nos anos 80 do séc. XIX. O seu espólio encontra-se maioritariamente na Biblioteca de Huntington, em San Marino, Califórnia, e na Biblioteca de Hasting, Inglaterra. Era igualmente reconhecida pelo seu trabalho caritativo e filantrópico na St. John Ambulance Association, instituição dedicada a ensinar e prestar primeiros socorros. Em 1881, é nomeada *dame chevalière* da Ordem de St. John of Jerusalem e, no mesmo ano, é condecorada pelo último rei do Hawaii, Kalakaua, com a Real Ordem de Kapiolani, pelo seu contributo para a descrição e difusão de conhecimentos relativos ao reino. Annie Brassey não só escreveu sobre destinos, povos e culturas, como também recorreu a outros meios, como a fotografia, como forma de documentar o outro. Ainda que apenas amadora, era dotada de um olhar profundamente observador, metódico, histórico e curioso, recolhendo ao longo dos anos um riquíssimo espólio fotográfico, etnográfico, geológico, botânico e arqueológico.

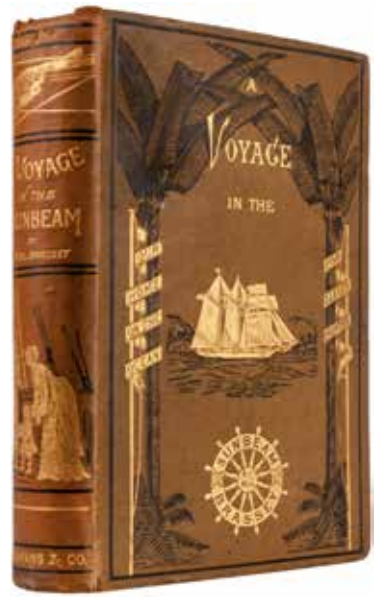


Fig. 2 – *A Voyage in the "Sunbeam". Our Home on the Ocean for Eleven Months* (1878), de Anna Brassey.

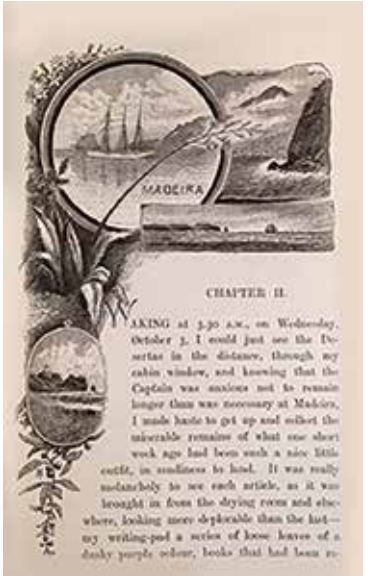
Na sua vasta coleção fotográfica, é possível encontrar mais de 5000 fotografias de diversos locais por onde passou com a família, nomeadamente o Egito, Jerusalém, Síria, Malta (a bordo do navio *Meteor*, em 1869), Canadá e Estados Unidos da América (no navio *Eöthen*, em 1872). No *Sunbeam*, navegou para destinos como a Noruega e todo o Círculo Polar Ártico (1874); países do Mediterrâneo e Turquia (1874-1875/1878); à volta do mundo (1876-1877); Egito, Índias Ocidentais, Bermudas, Jamaica, Açores (1883); Noruega, Escandinávia (1885, na companhia do primeiro-ministro inglês William Ewart Gladstone); e Índia, África e Austrália (1886-1887).

Annie Brassey visitou Portugal, incluindo os Açores e a Madeira. Percorreu Lisboa, Sintra, Monserrate, Belém, Porto, Viseu e Santa Cruz das Flores, nos Açores. Já a sua passagem pela Madeira foi mais prolongada. Visitou-a por duas vezes: a primeira, em 1876-1877, numa visita de apenas quatro dias, que se encontra narrada em *A Voyage in the "Sunbeam"*, e a segunda, em 1883, durante cerca de dez dias, narrada em *In the Trades, the Tropics, and the Roaring Forties*. Celebrou na Madeira não só o seu 44.º aniversário, mas também o 23.º aniversário de casamento. Da Ilha, conheceu o Funchal, onde visitou o Cemitério Britânico, a ribeira dos Socorridos, o Til, Monte, Campanário, Rabaçal, Penha d'Águia, Porto da Cruz, Machico, Caniçal, Curral das Freiras, pico Ruivo, Câmara de Lobos, cabo Girão, Calheta, Vinte Cinco Fontes, Palheiro Ferreiro, Camacha, Águas Mansas, Caminho do Meio, pico do Poiso, Ribeiro Frio, Santana, Faial, Lamaceiros, São Jorge, entre outros pontos de passagem.

A escritora dá conta da vegetação madeirense, classificando-a como luxuriante e exótica. Hospedada no Hotel de Santa Clara, propriedade da família Reid, descreve a beleza das magnólias, azálias e buganvílias que envolvem a cidade do Funchal, mencionando as bananeiras, as figueiras, as vinhas e as pitorescas levadas madeirenses. Não se limita a fazer uma descrição do que vê, mas recorre igualmente a referências históricas e a lendas madeirenses, como a de Roberto Machim e Ana d'Arfet, mencionando a descoberta da Madeira, as invasões francesas e os milagres de Nossa Senhora do Monte. Na Ilha, contacta com famílias ilustres da sociedade, como os Blandy, os Reid, os Grabham, os Hinton e os Acciaioli. Deixou um legado composto por cativantes narrações da vida no desconhecido, incluindo descrições da vida a bordo, fotografias e artefactos de destinos distantes.

Annie Brassey sofria de bronquite crónica, tendo uma saúde frágil desde a infância. Contraiu malária na viagem à Síria, em 1869, tendo-se a sua saúde deteriorado consideravelmente. Faleceu a 14 de setembro de 1887, vítima de malária, a bordo do navio em que viajava, ao largo da Austrália e da Indonésia, quando se dirigia para a ilha Maurícia. O seu corpo foi sepultado no mar, ao largo de Macaçar, na Indonésia, deixando um grande sentimento de consternação em terra. À época do seu falecimento, foram publicadas, na imprensa, diversas homenagens e memórias do seu espírito beneficente, sendo considerada uma das mais prolíficas escritoras de relatos de viagem do mundo: "Yet no lady has died recently whose decease has caused so general a regret as Lady Brassey [De entre as senhoras recentemente falecidas, a que causou mais pena em todos foi *lady* Brasset]" (*Hastings*, 22 out. 1887, 7). "The lady of the House has died far off on distant seas,/It took place on board the Sunbeam, the yacht which was her pride,/ with her husband and children all weeping by her side./[…] And many a church bell tower the mournful news doth tell,/But none rand out so sadly as did the *Sunbeam* bell [A senhora da Casa morreu longe em mares distantes,/a bordo do *Sunbeam*, o iate que era o seu orgulho,/com o marido e os filhos chorando a seu lado./[…] E se as fúnebres notícias soaram em muitas torres de igreja,/Em nenhuma tocaram mais tristes que o sino do *Sunbeam*]" (*Hastings*, 15 out. 1887, 6).





Figs. 3 e 4 – *In the Trades, the Tropics, & the Roaring Forties* (1885), de Anna Brassey.

Obras de Anna Brassey: *The Flight of the "Meteor"* (1869); *A Cruise on the "Eöthen"* (1872); *A Voyage in the "Sunbeam". Our Home on the Ocean for Eleven Months* (1878); *Sunshine and Storm in the East* (1880); *In the Trades, the Tropics, & the Roaring Forties* (1885); *The Last Voyage* (1889).

Bibliog.: "Death of lady Brassey", *Faringdon Advertiser and Vale of the White Horse Gazette*, 15 out. 1887, p. 5; "Lady Brassey", *Hastings and St. Leonards Observer*, 15 out. 1887, p. 6; MARSHALL, Edward Henry, "Brassey, Anna", in LEE, Sidney, *Dictionary of National Biography*, London, Smith, Elder & Co, 1901, pp. 261-262; "A metropolitan tribute", *Hastings and St. Leonards Observer*, 22 out. 1887, p. 7; MICKELWRIGHT, Nancy, *A Victorian Traveler in the Middle East. The Photography and Travel Writing of Lady Annie Brassey*, Burlington/Vermont, Ashgate, 2003.

FERNANDA DE CASTRO

Brazão, Manuel de Sousa

Nasceu a 21 de abril de 1884, na freguesia de São Vicente, e faleceu a 21 de dezembro de 1923. Filho de Daniel de Sousa Brazão e de Luísa Cândida Oliveira de Sousa Brazão, frequentou o Liceu do Funchal e a Escola do Exército.

Foi militar de carreira, ingressou no Exército a 12 de agosto de 1903, sendo promovido a alferes cinco anos depois, a 15 de novembro de 1908. A 20 de setembro de 1916, ascendeu a capitão, posto militar pelo qual veio a ficar conhecido. Os serviços prestados no Exército decorreram na ilha de São Tomé, tendo também feito parte das expedições militares ao Sul de Angola e a Moçambique, no quadro da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Pelos serviços prestados, recebeu várias condecorações militares: medalha de prata da classe de Comportamento Exemplar, em reconhecimento por 15 anos de serviço militar efetivo, sem qualquer punição disciplinar ou criminal; Bons Serviços com letra C; oficialato de Avis e Cristo, e medalhas da Vitória e do Exército Português com a legenda Sul de Angola e Moçambique.

Paralelamente, Sousa Brazão desenvolveu atividades políticas enquanto militante da União Republicana, liderada por Brito Camacho, tendo sido eleito deputado da Nação na sessão legislativa de 10 de julho de 1921, pelo círculo eleitoral da Madeira, local onde foi o fundador deste partido.

Do seu interesse pela vida pública, regista-se ainda o jornalismo, nomeadamente através da fundação e direção do jornal *O Tempo*, um bissemanário da tarde publicado no Funchal, na


O TEMPO
BISSEMANARIO DA TARDE
Expediente
NOTAS SOLTAS
POETAS
PALAVRAS SERENAS

***O Tempo* (5 out. 1912).**

Tipografia do Trabalho e União. O primeiro número veio a lume a 5 de outubro de 1912 e o último a 29 de novembro de 1918. Sousa Brazão deixou o cargo de diretor a 13 setembro de 1913, sucedendo-lhe Adolfo Brazão.

No n.º 100 do jornal, de 17 de setembro de 1913, é registado o seguinte na coluna de notas soltas: "O tenente Sousa Brazão, que se encontra doente, deixou a direção deste jornal por terem-no transferido para a inspeção dos serviços administrativos da 5.ª Divisão Militar. Não deixará, porém, 'O Tempo' de publicar-se, verberando, talvez em termos mais violentos que a disciplina militar não permitia…" (*O Tempo*, 17 set. 1913, 1).

Bibliog.: impressa: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *O Tempo*, 5 out. 1912; 17 set. 1913; **digital:** *Arquivo Histórico Militar*: http://arqhist.exercito.pt/germil/details?id=79070 (acedido a 2 maio 2015).

CARLOS MADURO

Breyner, Francisco Manuel de Melo

Nascido em Lisboa no seio de uma importante família aristocrática, a 27 de julho de 1837, desde cedo revelou especial interesse pela botânica. Terá sido esse interesse que levou o primeiro gabinete do açoriano António José de Ávila (1807-1881), já conde de Ávila, do grupo fusionista, participado por regeneradores e históricos, dois dias depois de tomar posse, a nomeá-lo 16.º governador civil do Funchal, a 16 de janeiro de 1868. Acabaria por não tomar o lugar, pois a 25 do mesmo mês e ano era exonerado e nomeado para o cargo o Maj. D. João



Francisco Manuel de Melo Breyner, conde de Ficalho, c. 1885 (arquivo do antigo Museu Botânico de Lisboa).

Frederico da Câmara Leme (1821-1878), membro dos fusionistas e depois do Partido Popular, "dada a desistência do coronel Francisco de Mello Breyner" (AHM, Proc. Ind. João, 6-19). Câmara Leme teve de abandonar este cargo pouco depois, pois a 9 de setembro já era nomeado para o mesmo D. Tomaz de Sousa e Holstein Beck, marquês de Sesimbra (1839-1887), 14.º filho do duque de Palmela (1781-1850).

Francisco Manuel de Melo Breyner viria a fundar, em 1878, o Jardim Botânico de Lisboa, com seu amigo e professor João de Andrade Corvo (1824-1890), que estivera na Madeira em 1853, encarregado pela Academia Real das Ciências de estudar a doença da vinha. Como neto da marquesa de Ficalho, D. Eugénia Maurícia de Almeida Portugal (1784-1859), Francisco de Melo Breyner veio a ser elevado, em 1893, a 4.º conde de Ficalho, nome por que passou à História, integrando o célebre grupo dos Vencidos da Vida, ao lado de Ramalho Ortigão (1836-1915), Guerra Junqueiro (1850--1923), Eça de Queiroz (1845-1900) e outros. Faleceu em Lisboa, a 19 de abril de 1903.

Bibliog.: manuscrita: AHM, Processos Individuais, *João*, 6-19 (docs. n.n.); **impressa:** ORTIGÃO, Ramalho, *O Conde de Ficalho (Retrato Íntimo)*, Lisboa, Aillaud, 1919; **digital:** MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, *Governadores Civis. 1835-2008*, Lisboa, Divisão de Documentação e Arquivo, 2008: http://gov-civil-Lisboa.ivisa.com/portal2010/images/arquivo/ficheiros/GovernadoresCivis_1835_2008.pdf (acedido a 14 maio 2018).

RUI CARITA

Brinquedos e jogos populares

Alguns brinquedos e jogos praticados na Madeira resultam da evolução ou adaptação de outros já existentes. Neste texto dar-se-á relevo àqueles que, pela sua frequência e por utilizarem materiais da Ilha, são tidos como madeirenses.

No início do séc. XX, as crianças brincavam "ao gigante, às escondidas, ao ferrolhinho, à berlinda" (TERESA, 1922, 31, 144, 192, 193, 295). Na déc. de 1950, ainda era frequente ver as meninas a bordar folhas de begónia ou de couve, usando como agulha um pico de tabaibeira ou de roseira, ou mesmo as agulhas pontiagudas

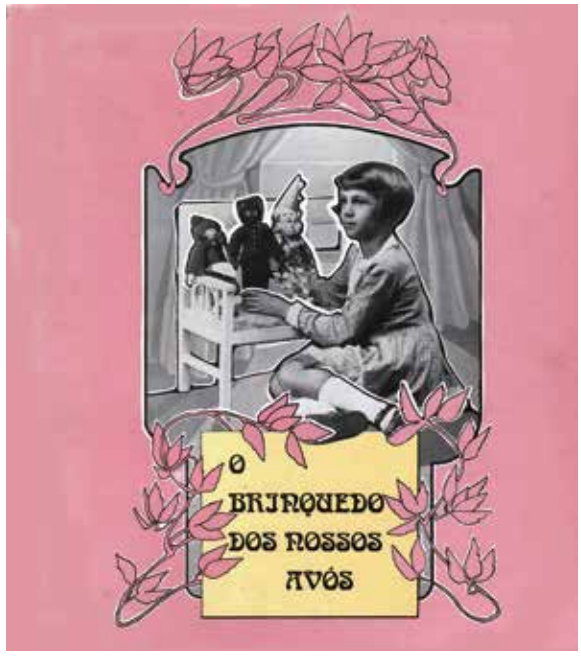


Fig. 1 – *O Brinquedo dos Nossos Avós* (1986), catálogo de Gilberta Paula Caires *et al.*

de pinheiro, para picotarem desenhos, imitando os bordados das mães, ou a tecer cordel num carro de linhas vazio, onde se espetavam quatro pequenos pregos de cabeça rebatida. Por sua vez, os rapazes entretinham-se construindo e guiando carros feitos de cana-vieira (*Arundo donax L.*) e arame, mais ou menos elaborados, com travões e velocidade, dependendo da habilidade do artista construtor, ou correndo atrás de um arco de ferro retirado de pipas velhas, tocado por um gancho de ferro ou de arame, ou apenas por um pau. Podíamos, também, vê-los a hastear joeiras com formas geométricas bem delineadas, salientadas pelas cores garridas do papel de seda, que ganhavam brilho ao sol dos dias de primavera e verão.

As meninas brincavam ainda "às casinhas", que eram sempre ornamentadas com flores silvestres e preenchidas com mobiliário feito de materiais naturais, nomeadamente cestinhos de erva milhã, uma erva da família das gramíneas, ou relógios do fruto de bico-de-cegonha (*Erodium cicutarium*), e "ao pai e à mãe", brincadeira na qual os filhos eram representados por bonecas feitas de trapos, de carolos de maçarocas ou mesmo de uma pedra mais oval, quase sempre envoltas em folhas de couve ou vinha a fazer de lençol. Os rapazes mais novos puxavam pequenas latas de sardinha vazias, às quais atavam um cordel, imaginando carroças que carregavam com bolotas ou frutos pecos caídos das árvores. Os mais velhos divertiam-se deslizando em "carros de se arrastar", que iam desde tábuas rasas que untavam com cebo, para melhor escorregarem nas ladeiras, a carros mais elaborados, utilizando, muitas vezes, caixas de sabão cedidas pelos merceeiros da localidade. Uns e outros passavam horas a fazer bolas de sabão, utilizando um tubo de cana-vieira ou mesmo o caule das folhas de aboboreira ou pepineleira (*Sechium edule*) molhado em água de sabão azul, treinando, assim, a subtileza do sopro para ver quem conseguia fazer a maior bola. Jogavam também "às graças" com um pequeno arco feito de vime, com cerca de 30 cm de diâmetro, e dois paus, também de vime e de idêntica medida, que, enfiados no arco e por extensão dos braços do



Figs. 2 e 3 – Rocas com apito em prata para brinquedo de criança, Espanha, c. 1770, e Inglaterra, c. 1830 (Museu Quinta das Cruzes, Doação Wetzler).

jogador, deveriam fazê-lo chegar ao adversário, que o receberia com os seus paus e repetiria o gesto anterior, mantendo o arco no ar o maior tempo possível. Julgamos ser este um verdadeiro jogo madeirense, quer pelo material utilizado, quer pelo facto de não o vermos referenciado em outros locais.

Frequente era, também, ver os rapazes ou mesmo os homens a jogarem "às damas", de 12 ou 21, escarranchados nos muros das estradas, onde riscavam, com cacos de telha de barro, os tabuleiros onde moviam as peças, também elas de pequenos pedaços de telha, arredondados por fricção em paredes ásperas ou mesmo no chão. De barro eram também as cinco pedrinhas com as quais jogavam as meninas, com espantosa habilidade, o jogo do mesmo nome. Mais tarde, essas pedrinhas foram substituídas por berlindes de vidro, ou mesmo de ferro, cedidos pelas oficinas de automóveis, os quais introduziram uma variante no jogo, ressaltando depois de atirados ao ar e antes de serem recolhidos.

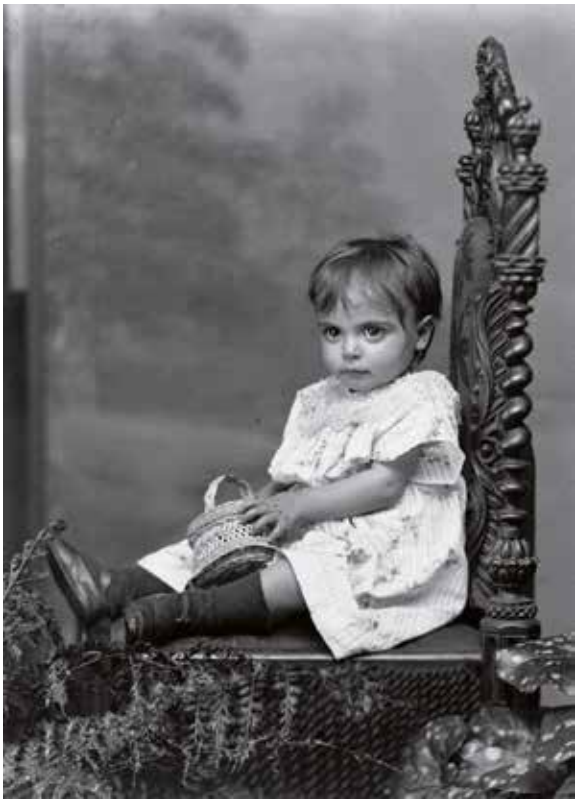


Fig. 4 – Menina com cesto em miniatura, Funchal, 1894 (ABM, Photographia Vicente, 9470).



Fig. 5 – Menino a cavalo, Funchal, 1906 (ABM, Photographia Vicente, 9590).

As experiências rítmico-sonoras eram realizadas através das cantigas de roda e de outras brincadeiras cantadas, com pífaros, assobios e *num-nuns* feitos de cana-vieira, ou mesmo soprando as flores cor de laranja da trepadeira bignónia (*Bignónia venusta ker-Gawl*), tão conhecida na Região por "gaitinhas do Natal", ou percutindo o "grilinho" de casca de noz, que não podia faltar na época do "pão por Deus" (1 de novembro), ou ainda pelo saltar à corda ao som de lengalengas como "A rainha dos mares" ou "Dois cavalinhos a saltar à corda".

Outros jogos eram ainda praticados pela juventude madeirense, sobretudo nas tardes de domingo, nos adros das igrejas, nas eiras ou mesmo nas estradas, já que o movimento automóvel era reduzido. Assim, também se faziam brincos de cereja, cestinhos de giesta, colares de flores silvestres e barquinhos de casca de pinheiro para viajarem nas levadas, sobretudo nas horas de "giro" (forma de regadio madeirense que permite que a água de rega passe periodicamente por vários regantes, os heréus), até serem apanhados no local onde a água mudava de dono. Para matar lagartixas, não faltavam as "laçadas", feitas da conhecida "erva rija", e, para treinar a pontaria, lá estavam as "forquilhas" (fisgas) aproveitando os galhos bifurcados das árvores e os restos de borracha (visgos) das câmaras de ar. As lutas de peões de madeira, feitos por artesãos da localidade, aconteciam quando o "sono" do peão não era suficientemente demorado, de modo a permitir que o seu dono o passasse, habilidosamente, do chão para a palma da sua mão. Por castigo, era o brinquedo colocado no chão e sujeito às "bicadas" dos outros peões, podendo ser destruído. Sentir-se "gigante" a passear sobre umas andas, andadeiras ou andilhas era passatempo também muito do gosto da rapaziada. Estas eram feitas a partir de varas às quais se pregavam transversalmente, a alturas variadas do chão (20 a 30 cm ou mais), duas pequenas tábuas, ou mesmo duas latas de folha vazias, sobre as quais se apoiavam os pés. As mãos, essas, agarravam-se às varas e, em equilíbrio, lá se fazia a caminhada.

Nas escolas brincava-se ainda à "mãe cambada", à "correia", à "pilhagem", ao "lenço", ao "lume", à "condessa", à "mamã dá licença", às "infusas", aos "cabritinhos", à "roda", às "escondidas", ao "ferrolhinho" e à "1, 2, 3, meia-lua", entre outros. Ter destreza no atirar e apanhar do ringue e ser ágil e certeiro no jogo da "matança" eram garantia de prestígio entre a criançada.

Para saber quem iniciaria os jogos ou escolheria as equipas, "dava-se a letra", usando lengalengas e cantilenas que eram ditas por um elemento, ritmadamente, tocando em cada um dos restantes. O elemento que coincidia com o terminar da lengalenga era o iniciador ou responsável pelo desenrolar do jogo.

Vejamos como se executam alguns destes jogos, tendo como referência a revista *Folclore* de julho de 1997, que apresenta uma recolha de jogos populares madeirenses, e o livro *Brinquedos Tradicionais Cantados, Trava Línguas e Lengalengas* (BRAZÃO, 1985).

Jogos

Da vassourinha, do pisca-pisca, do fogo, do anel, do farelo, da corda ou puxar do cabo, do cabrito, do corre, corre sapatinhos, do inhame, dos botões, da vela, dos riscos, do rête-rête, das argolas, passa volante, do relógio, gato pintado, da sapatinha, da barraquinha, das prendas, do quinau, do cabritinho, a malha, a cabra-cega e bicho burro, da manhã, do anelinho, os pauzinhos ou espadinha, a bilhardeira, belamente, a berlinda, a paredinha, damas de 12 ou 21, a rolha, a pilhagem, meia-lua, do lume, mamã dá licença, matança, correia ou café com leite.

Belamente

É um jogo praticado por crianças, jovens ou adultos durante a quadra da Quaresma. É jogado aos pares. Os elementos participantes combinam os dias e as horas em que devem "dar o belamente". Nos momentos combinados, os jogadores devem cumprimentar-se dizendo a palavra "belamente", tentando cada um ser o primeiro a proferi-la e, dessa forma, ganhar um ponto. O que ganhar mais pontos recebe do outro, geralmente em Sábado de Aleluia ou Domingo de Páscoa, um saco de amêndoas, chocolates ou outra guloseima própria da época.

Berlinda

Os jogadores ficam, geralmente, em fila ou em roda, sendo que um deles é destacado para ficar "na berlinda" (em evidência). Outro elemento recolhe, em segredo, opiniões acerca daquele que está na berlinda e, perante todos, apresenta-as. O jogador que está na berlinda escolhe uma das opiniões apresentadas e aquele que a tiver proferido ocupa o seu lugar.

Damas de 12

Utilizando um caco de barro, risca-se o tabuleiro da dama no chão. Numa das extremidades colocam-se doze pedras vermelhas (pedaços de telha) e, na outra extremidade, doze pedras pretas (pequenos seixos basálticos), dando-se início ao jogo.

Regras: as pedras só podem mover-se para a frente e lateralmente, deslocando-se de casa em casa, não podendo saltar por cima de uma casa, exceto para "comer" a pedra adversária; podem ser "comidas" várias pedras de uma só vez, se entre elas houver um intervalo de uma só casa; quando uma pedra consegue atingir o ponto A fig. 6 toma o nome de "dama"; a "dama" pode mover-se em todas as direções e saltar quantas casas quiser; caso haja uma pedra em condições de ser vencida e o jogador não o faça, será penalizado com a perda de três pedras (assopro); vencerá o jogador que conseguir vencer as pedras todas ao adversário.

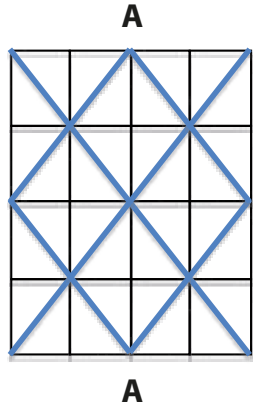


Fig. 6 – Damas de 12.

Damas de 21

É uma variante das damas de 12, apresentando pequenas alterações: utilizam-se 21 pedras em vez de 12; considera-se dama quando uma pedra alcança um dos pontos A, B, ou C

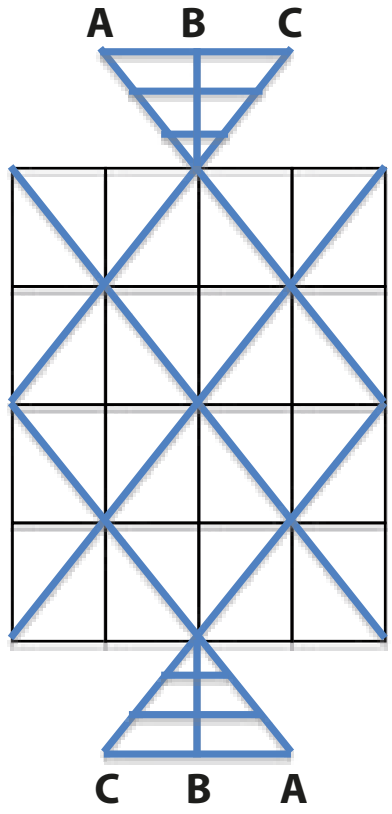


Fig. 7 – Damas de 21.

Gigante ou reizinho

De um número ilimitado de jogadores escolhe-se um para ser o "gigante". Os restantes escolhem, em segredo, um fruto para ser adivinhado pelo gigante, segundo as características que lhe hão de ser fornecidas. O grupo dirige-se ao gigante e um porta-voz diz: – Senhor gigante, comemos um fruto do seu quintal. Quando está verde é… Quando está maduro é… (referem as respetivas características). O gigante tenta adivinhar, tendo direito a três tentativas. Se consegue, corre atrás dos companheiros, que tentam refugiar-se num lugar defeso, previamente combinado; se algum é apanhado, passa a ser o gigante.

Infusas

Os jogadores agrupam-se em trios e colocam-se lado a lado, atrás de uma linha. Em cada trio um elemento coloca-se de cócoras, com as mãos dadas debaixo das pernas e a boca cheia de água, imitando uma infusa. Os outros dois elementos seguram, um de cada lado, as asas da "infusa". A um sinal dado tentam transportá-la até um local previamente combinado. Ganham os trios que conseguirem alcançar o local sem que a infusa perca, pelo caminho, a água ou as asas.

Jogo do lume

Desenham-se no chão vários círculos, sempre um a menos em relação ao número de jogadores. Dentro de cada círculo coloca-se um jogador. O jogador que fica sem círculo dirige-se a um dos outros e pergunta: – A vizinha dá-me lume? Responde-lhe o colega, apontando para outro: – Acolá fumega! Neste momento, todos os jogadores trocam de lugar, enquanto o jogador que estava de fora tenta ocupar um dos círculos vazios. O elemento que ficar sem círculo irá pedir lume.

A matança

Dois grupos de jogadores com o mesmo número de elementos colocam-se frente a frente, separados por uma linha que não pode ser ultrapassada. Escolhe-se a equipa que deverá iniciar o jogo e todos os elementos se distribuem pelos seus campos. O capitão da equipa escolhida tenta atingir, com uma bola, um elemento da equipa adversária.

Quando algum jogador é atingido, sem ter conseguido apanhar a bola, fica "morto" e vai colocar-se atrás do grupo adversário, que fica na posse da bola. O jogo recomeça e cada equipa tenta apanhar a bola para atingir os adversários ou passá-la, taticamente, aos seus elementos "mortos", que estão mais próximos do adversário, para que os possam atingir. Ganha a equipa que primeiro conseguir matar todos os elementos da equipa adversária ou aquela que conseguir manter o maior número de elementos vivos num período de tempo predeterminado.

A pardinha

Neste jogo utilizam-se moedas ou caricas. Toma-se um ponto como referência, *e.g.*, uma parede, um degrau, etc. A uma certa distância marca-se o ponto de onde cada jogador, um por um, lançará as caricas ou moedas. O objetivo do jogo é atirar a moeda com precisão, de modo que fique o mais perto possível da parede. Quem o conseguir marcará um ponto. Se alguma das moedas atiradas bater noutra atirada anteriormente, a jogada é considerada nula e deverá ser repetida. Repetem-se as jogadas e ganha o jogador que primeiro alcançar seis pontos.

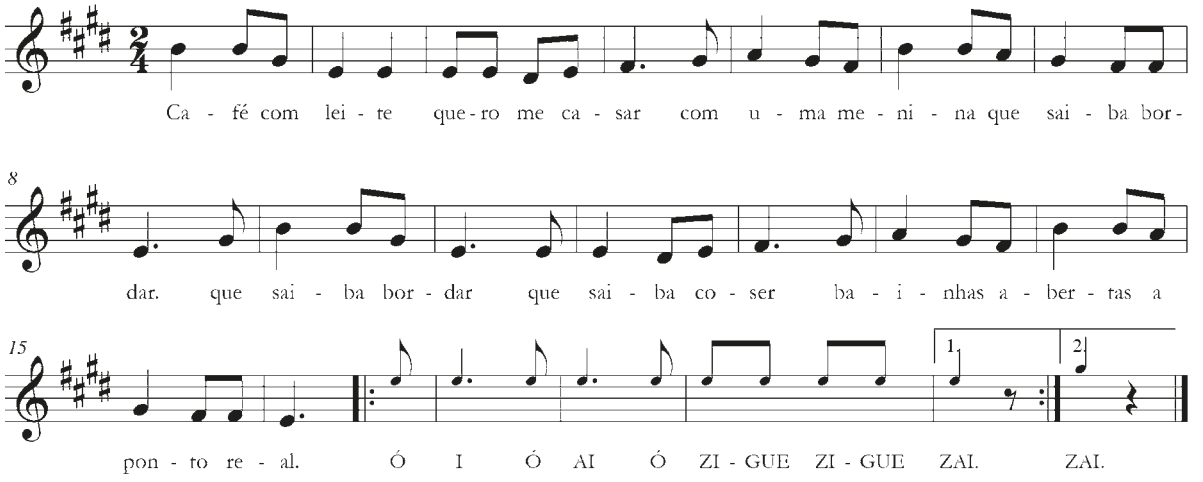
A pilhagem

É tirado à sorte um elemento para "apilhar" (apanhar). Os jogadores dispersam-se pelo espaço e o jogador que "apilha" tenta tocar um dos companheiros que, por sua vez, se tentam esquivar. Se algum jogador é tocado, invertem-se os papéis, passando o apanhador a fugitivo e vice-versa.

Vejamos agora alguns jogos que integram canções ou cantilenas:

Café com leite

Recolha: Lígia Brazão



Movimento: as crianças dispõem-se em roda, de mãos dadas, e deslocam-se durante as duas quadras em sentido contrário aos ponteiros do relógio. Ao chegar a "ponto real", param viradas para o centro, com as mãos nos quadris, e saltam, alternadamente, para a direita e para a esquerda, enquanto cantam "ó i, ó ai". Logo de seguida, dão uma volta completa sobre si mesmas, dando três pequenos saltos a pés juntos enquanto cantam "ó zi-gue, zi-gue zai".

Dois cavalinhos

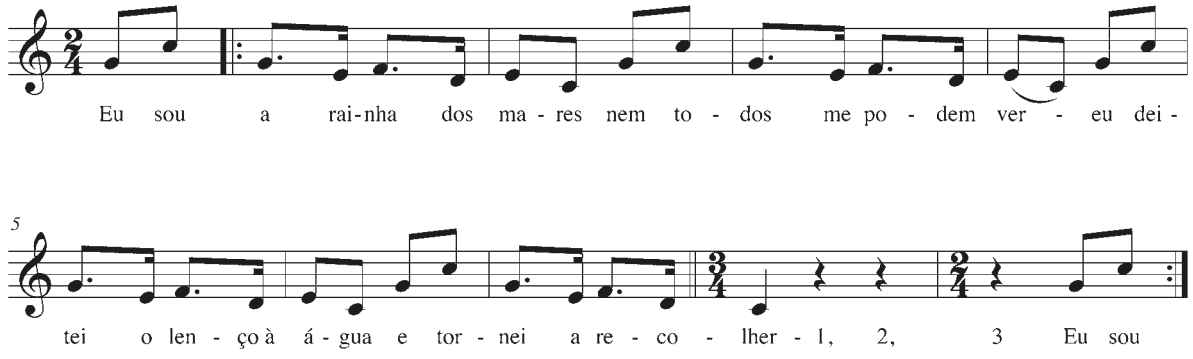
Recolha: Lígia Brazão



Movimento: duas crianças "dão a corda", enquanto outras duas (o Pedro e o Paulo) saltam cantando a canção. Previamente já combinaram quem é o Pedro e quem é o Paulo e fazem como a letra indica. Cantam "1, 2, 3", para de novo recomeçarem com a entrada do que saiu. O jogo prossegue até que algum perca. A canção é também cantada pelas crianças que aguardam a sua vez de saltar.

Rainha dos mares

Recolha: Lígia Brazão



Movimento: duas crianças "dão corda" enquanto uma terceira canta saltando. Ao dizer que deita o lenço à água, atira ao chão um lenço, ou qualquer objeto, substituindo-o, e depois recolhe-o, tal como a própria letra da canção indica. Canta "1, 2, 3", para de novo recomeçar. Só deixará o jogo quando perder, *i.e.*, quando se embaraçar na corda ou não conseguir apanhar o lenço.

São Guiné

Recolha: Lígia Brazão



2. São Guiné, São Guiné
   Quantas terras tem maré
   Venha o rei de Portugal
   Que nos faça assentar.

3. São Guiné, São Guiné
   Quantas terras tem maré
   Venha o rei de Portugal
   Que nos faça já deitar.

Movimento: as crianças fazem uma roda simples de mãos dadas, balançando os braços enquanto cantam. Tal como a letra indica, todas as crianças se ajoelham, sentam, deitam, de novo se sentam, ajoelham e levantam.

O meu ganha-pão

Recolha: Lígia Brazão



Movimento: as crianças formam uma roda simples de pares que se desloca de mãos dadas, no sentido contrário aos ponteiros do relógio, durante os dois primeiros versos; largam as mãos durante o terceiro e quarto versos, para fazerem com o braço do lado de fora o gesto do homem pequenino, e levantam-no de seguida, fazendo com os dedos a referência a meio tostão.

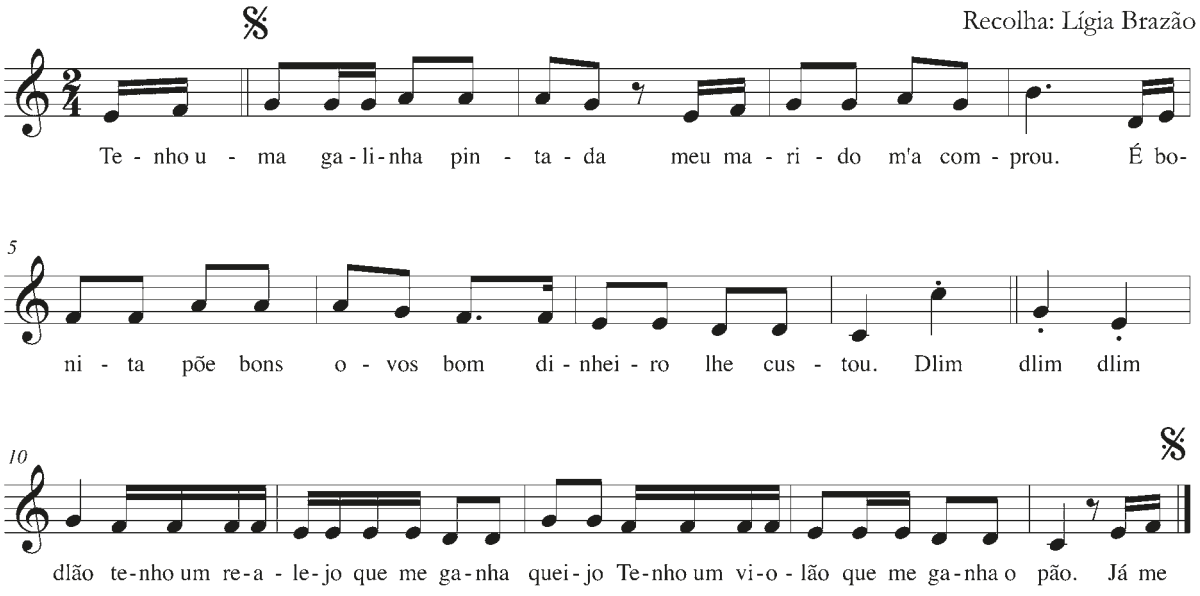
No primeiro e segundo versos da segunda quadra, param para fazer com o braço esquerdo e direito, alternadamente, a referência "um vintém... o outro para pão". Seguem na roda nos dois últimos versos, levantando os braços e abanando as mãos indicando "o resto".

Ao iniciar-se a terceira quadra, os pares agarram-se pela cintura, inclinando-se, alternada e desencontradamente, para a direita e para a esquerda, durante os dois primeiros versos; nos dois últimos versos, agarram-se, metendo alternadamente o braço direito e o esquerdo no par e dando uma volta completa.

Ao acabar a volta, o rapaz fica atrás da rapariga e ambos, virados para o centro e de mãos dadas, "espreitam" em sentidos contrários durante os dois primeiros versos, com pequena deslocação lateral, indo a rapariga para a direita e o rapaz para a esquerda; ao bisar, em "fadigas", a rapariga fica à esquerda do rapaz. Nos dois últimos versos, saltitam para o centro com extensão anterior alternada das pernas. Ao bisar, a rapariga passa para a direita.

Galinha pintada

Recolha: Lígia Brazão



2. Já me deram pelo bico
   Uma casa em Machico
   Com isso não me contento
   Xô galinha lá p'ra dentro.

Refrão
   Dlim, dlim, dlim, dlão
   Tenho um realejo
   Que me ganha o queijo
   Tenho um violão
   Que me ganha o pão.

3. Já me deram pelas asas
   Um fogareiro de brasas
   Com isso não me contento
   Xô galinha lá p'ra dentro.

4. Já me deram pelo pescoço
   Uma saca de tremoço
   Com isso não me contento
   Xô galinha lá p'ra dentro.

5. Ja me deram p'la moela
   Uma saca de canela
   Com isso não me contento
   Xô galinha lá p'ra dentro.

6. Ja me deram pelas patas
   Uma saca de batatas
   Com isso não me contento
   Xô galinha lá p'ra dentro.

Movimento: durante as quadras, as crianças deslocam-se em roda, de mãos dadas, saltitando alternadamente com o pé esquerdo/direito. Durante o estribilho, que se canta entre cada quadra, param para fazer os gestos sugeridos pela letra da canção.

Bibliog.: AMADO, João da Silva, *Função Educativa dos Brinquedos Tradicionais Populares*, Coimbra, ed. do Autor, 1992; BRAZÃO, Maria Lígia Lopes, *Brinquedos Tradicionais Cantados*, Lisboa, O Livro, 1985; CABRAL, António, *Jogos Populares Infantis*, Porto, Domingos Barreira, 1991; CAIRES, Gilberta Paula *et al.* (orgs.), *O Brinquedo dos Nossos Avós*, catálogo de exposição patente no Teatro Municipal (festas do fim do ano de 1985), Funchal, DRAC, 1986; SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS, *Folclore. 24 Horas a Bailar*, Funchal, Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, 1997; SOLE, Maria de Borja, *O Jogo Infantil*, Lisboa, Instituto de Apoio à Criança, 1992; TERESA, Maria Francisca, *Em Casa da Avó na Ilha da Madeira*, Lisboa, Livraria Clássica, 1922.

LÍGIA BRAZÃO

Briófitos

As ilhas oceânicas são geralmente pequenos afloramentos nos oceanos, mas de grande importância para o conhecimento de muitos processos evolutivos e ecológicos. Devido ao seu isolamento geográfico, a evolução de plantas e de animais com características particulares é favorecida, compreendendo por isso um elevado número de espécies únicas. Adicionalmente, os diferentes níveis altitudinais que ocorrem frequentemente nas ilhas oceânicas vulcânicas resultam numa menor capacidade de as espécies poderem aumentar os seus limites de distribuição, tornando-as mais vulneráveis a alterações nas condições ambientais, comparativamente com as áreas continentais.

A biodiversidade é essencial para o funcionamento dos ecossistemas, e são vários os estudos que demonstram uma correlação positiva entre a riqueza de espécies num ecossistema e a sua produtividade, estabilidade e sustentabilidade. Admite-se que as alterações climáticas estão já a conduzir à perda diferencial de populações em zonas marginais quentes da sua área de distribuição, o que é agravado pela alteração e fragmentação dos *habitats*, contribuindo para o empobrecimento dos ecossistemas. A fragmentação reduz a probabilidade de dispersão e fixação das espécies, bem como o aparecimento ou o reforço de outras populações com diferente variabilidade genética e capacidade de adaptação a condições ambientais distintas. Na Madeira, é expectável que as alterações climáticas afetem os ecossistemas e, portanto, a biodiversidade de todos os grupos taxonómicos, o que terá impactos ainda pouco quantificados e imprevisíveis.

A região da Madeira, constituída pelos arquipélagos da Madeira e das Selvagens, fica localizada no oceano Atlântico, na intersecção dos Neotrópicos, Paleotrópicos, América do Norte e Europa, sendo composta por vários conjuntos de ilhas vulcânicas. As Selvagens constituem o território mais meridional de Portugal, e na ilha da Madeira encontramos uma das maiores elevações do país (Pico Ruivo, 1862 m de altitude). Na sua totalidade, estas ilhas apresentam



Fig. 1 – *Briófitos Endémicos da Madeira* (2001), de Susana Fontinha *et al*.

uma área aproximada de 828 km² e cerca de 256 km de costa, o que representa 1% da superfície do país. Embora de pequena dimensão a uma escala nacional, e ainda menor a nível mundial, a Madeira comtempla uma elevada diversidade biológica. As ilhas da Madeira, de Porto Santo, Desertas e Selvagens, bem como as restantes ilhas atlânticas que constituem o arquipélago das Canárias, incluem-se no *hotspot* de biodiversidade do Mediterrâneo, e a ilha da Madeira salienta-se como a segunda mais rica em termos de biodiversidade para briófitos entre os arquipélagos da Macaronésia, sendo apenas suplantada pela ilha de Tenerife, nas Canárias, a qual é consideravelmente maior.

Os briófitos são plantas simples, mas de grande importância ecológica, desempenhando um papel pioneiro nos ecossistemas terrestres. São muito sensíveis às alterações ambientais, entre elas a destruição dos *habitats*, as alterações climáticas e a poluição, daí serem frequentemente utilizados como bioindicadores. São o

segundo maior grupo de plantas terrestres, e também o mais antigo, sendo conhecidos fósseis desde o Devónico Superior. Estas plantas, que não apresentam nem verdadeiras raízes, nem caules e folhas, nem um verdadeiro sistema de vasos condutores, encontram-se amplamente distribuídas na Madeira, desde as zonas costeiras expostas, muito próximas do nível do mar, até às regiões montanhosas, apresentando estratégias e ciclos de vida completamente adaptados às diferentes características de cada um desses *habitats*. Deste modo, o conhecimento da diversidade, das afinidades biogeográficas e do estado de conservação dos briófitos da Madeira é de elevada importância, podendo vir a ser utilizado para prever as consequências das alterações ambientais nos seus ecossistemas. Adicionalmente, aprofundar o conhecimento sobre este grupo de plantas contribuirá para o fomento da sua proteção.

Entre os ecossistemas presentes nesta ilha, destaca-se a floresta laurissilva, considerada uma das florestas perenes laurifólias mais bem preservadas da Macaronésia e onde ocorre uma grande diversidade de briófitos. Também se destacam outros ecossistemas, quer na região do maciço montanhoso central, quer nas zonas costeiras, igualmente com grande diversidade e abundância de espécies, embora integrando comunidades distintas de briófitos. Apesar de a flora de briófitos das zonas costeiras ser menos abundante e diversa, ela integra um elenco de espécies únicas, como endemismos e espécies com afinidades com a região mediterrânica.



Fig. 2 – ***Os Briófitos da Laurissilva da Madeira. Guia de Algumas Espécies. The Bryophytes of Laurisilva. Guide to Some Species* (2006), de Susana Fontinha *et al.***

Foi no final do séc. XVIII, em 1787, com Forster, e no início do séc. XIX, em 1825, com Bowdich, que se efetuaram as primeiras coleções de briófitos na Madeira e as primeiras publicações sobre este tema. Porém, foi só no início do séc. XX que vários botânicos e naturalistas, com base em numerosas saídas de campo, intensificaram as publicações acerca da brioflora da Madeira. Entre eles, são de salientar os trabalhos de Luisier e de Persson, entre 1907 e 1956, que podemos considerar os verdadeiros promotores da briologia no arquipélago da Madeira. São de destacar ainda, nesse período, as prospeções de Barreto nas décs. de 30 a 50, as de Een, que colheu principalmente com Persson, e ainda as de Nóbrega, que se iniciaram na déc. de 40 do mesmo século, em colaboração com Persson ou com Luisier, e que prosseguiram para além desse período.

A primeira listagem dos musgos e hepáticas da Madeira deve-se a Geheeb & Herzog em 1910. São ainda de realçar os trabalhos desenvolvidos por Hübschmann em 1971, por Sjögren em 1975 e por Eggers em 1982 – que publicou uma distribuição detalhada dos briófitos em todos os arquipélagos da Macaronésia –, bem como o trabalho de Koppe & Düll em 1986. Deve-se a Nóbrega o desenvolvimento de um intenso trabalho de prospeção, identificação e colheita de briófitos na Madeira, que originou as grandes coleções de MADS (Museu de História Natural do Seminário do Funchal) e, mais recentemente, de MADJ (Jardim Botânico da Madeira). Na déc. de 80, assistiu-se a uma notória intensificação dos estudos de briologia na Madeira. Tal incremento deve-se a Cecília Sérgio, entre 1980 e 1995, o qual esteve associado a diversas colaborações, entre elas com a World Wild Fund (WWF) e

com a European Committee for the Conservation of Bryophytes (ECCB), que culminaram com a publicação do primeiro catálogo anotado dos briófitos da Madeira e de uma listagem de espécies para os arquipélagos da Madeira e Selvagens. Desenvolveu-se ainda a coleção de briófitos da Madeira em LISU (Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa – Jardim Botânico). Também neste período intensificaram-se as prospeções na Madeira por botânicos portugueses e estrangeiros e efetuaram-se numerosas novas adições para a flora deste arquipélago, tendo sido descritas novas espécies para a ciência. Salientam-se as investigações desenvolvidas por Sim-Sim (a partir de 1989) e Fontinha (a partir de 1990), bem como a publicação da flora de musgos pleurocárpicos da Madeira por Hedenäs em 1992. Mais recentemente, e no âmbito de vários projetos de investigação envolvendo investigadores nacionais da Univ. de Lisboa, da Univ. da Madeira, do Parque Natural da Madeira e do Jardim Botânico da Madeira e investigadores estrangeiros, os estudos acerca da diversidade de briófitos do arquipélago da Madeira têm abordado aspetos relacionados com a origem e afinidades biogeográficas e visado a caracterização ecológica das diferentes comunidades, abrangendo diferentes ecossistemas (desde a floresta laurissilva da Madeira até às comunidades ripárias e de zonas costeiras, quer da ilha da Madeira, quer das restantes ilhas do arquipélago). Deste modo, tem sido possível incrementar e atualizar as coleções de MADJ e de LISU com a inclusão anual de centenas de espécimes, permitindo ainda a preparação de duplicados de espécies representativas da brioflora madeirense.

Riqueza florística

A flora de briófitos da Madeira é muito rica em número de espécies, tendo em consideração a dimensão reduzida da região, bem como os impactos de origem antropogénica que ocorreram desde a colonização. Nesta região, os briófitos estão presentes praticamente em todos os ecossistemas terrestres, naturais e humanizados, desde as zonas costeiras mais áridas, como são as Selvagens, até aos picos das montanhas mais altas, na ilha da Madeira. Mas é na floresta laurissilva do til, principalmente entre os 700 e os 1300 m de altitude, na vertente norte da Ilha, que os briófitos existem em maior abundância, diversidade e incidência de espécies endémicas. Dados recentes indicam que, na Madeira, 58 % da biodiversidade terrestre corresponde aos animais, ficando em segundo lugar os fungos e as plantas, que representam os 42 % restantes. Os briófitos estão, por sua vez, representados com cerca de 7 % da biodiversidade total. Com base na revisão de material, e com os resultados de colheitas e publicações recentes, é possível indicar, para a Madeira, um total de 538 taxa de briófitos, dos quais 6 são antocerotas, 172 são hepáticas e 360 são musgos. Os taxa endémicos (considerando os endemismos da Madeira e da Macaronésia) representam cerca de 7% da totalidade dos taxa. Os briófitos endémicos da Madeira compreendem 11 musgos, um dos quais do género *Nobregaea*, também endémico e monoespecífico (*N. latinervis*), e 4 hepáticas, uma delas *Riccia atlantica*, o único briófito endémico comum a todas as ilhas desta região. É ainda de salientar a família *Echinodiaceae*, a única endémica da Macaronésia e Europa, com uma maior incidência de endemismos na Madeira.

Nas zonas costeiras da Madeira pode ser encontrada uma comunidade de briófitos muito típica, que se desenvolve em rochas e solos expostos e que contém espécies com afinidades mediterrânicas e com estratégias de vida muito particulares. Aí, este tipo de ambiente está restrito à encosta sul da Ilha e ocupa uma área relativamente pequena. Porto Santo, Desertas e Selvagens são caracterizados por uma elevada ocorrência de ambientes secos e expostos, com elevada influência oceânica, e os briófitos que aqui podem ser encontrados apresentam características morfológicas que correspondem a adaptações que lhes permitem colonizar e sobreviver em condições extremas. Desenvolvem frequentemente ciclos de vida curtos ou efémeros de modo a beneficiarem ao máximo das

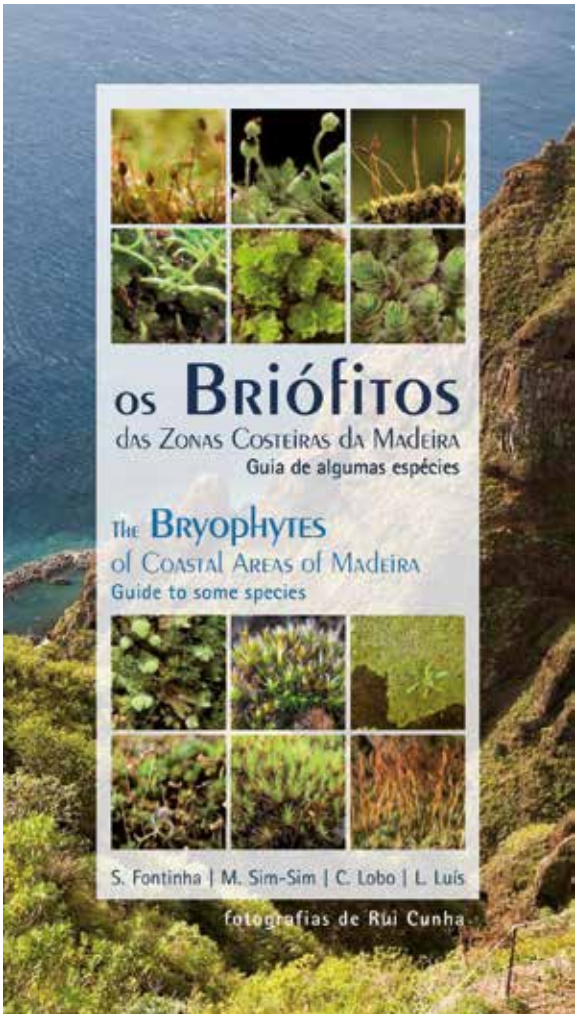


Fig. 3 – *Os Briófitos das Zonas Costeiras da Madeira. Guia de Algumas Espécies. The Bryophytes of Coastal Area of Madeira. Guide to Some Species* (2011), de Susana Fontinha *et al.*

chuvas e se protegerem das elevadas temperaturas do período estival. Entre as espécies mais frequentes neste tipo de *habitat*, podemos referir, para as hepáticas e antocerotas, *Anthoceros agrestis*, *Fossombronia caespitiformis*, *Plagiochasma rupestre* e *Riccia subbifurca* e, para os musgos, *Bryum canariense*, *Ptychomitrium nigrescens*, *Tortella flavovirens*, *Tortula muralis* e *Trichostomum brachydontium*.

As áreas mésicas na zona inferior da Ilha são principalmente caracterizadas por formações termófilas e mediterrânicas que constituem a transição para a floresta de laurissilva do til (*Clethro arboreae-Ocoteo foetentis sigmetum*). A vegetação natural deste nível altitudinal intermédio (Laurissilva Mediterrânica do Barbusano, entre a floresta laurissilva *sensu stricto* e as zonas costeiras) está presentemente bastante fragmentada, dado que se estabeleceram muitas zonas agrícolas em socalcos e plantações de espécies exóticas nesta área, onde as condições climáticas e a orografia são favoráveis. Neste tipo de *habitat* podem ser encontradas, com alguma frequência, mesmo em locais alterados pelo Homem, *Bartramia stricta*, *Dialytrichia mucronata*, *Homalothecium sericeum*, *Kindbergia praelonga*, *Oxyrrhynchium hians*, *Trichostomum brachydontium* e *Timmiella barbuloides*, entre os musgos, e *Fossombronia angulosa*, *Frullania azorica*, *Heteroscyphus denticulatus*, *Marchantia polymorpha*, *Riccardia chamedryfolia* e *Targionia hypophylla*, entre as hepáticas.

É na Madeira que atualmente pode ser encontrada a maior e mais bem preservada mancha de floresta laurissilva da Macaronésia. Esta caracteriza-se por uma humidade atmosférica elevada e constante ao longo do ano, a qual favorece o desenvolvimento de uma comunidade de briófitos muito diversificada. Nesta floresta, os briófitos colonizam diferentes micro-*habitats* e formam uma componente significativa do biota, por vezes cobrindo quase 100 % do tronco e ramos das árvores ou em taludes húmidos. Na floresta, os briófitos têm um papel fundamental na interceção dos nevoeiros, favorecendo a transformação das minúsculas gotículas de água em precipitação útil. Algumas hepáticas, nomeadamente as pertencentes aos géneros *Frullania*, *Radula* e *Lejeunea*, têm adaptações para minimizar a perda de água, tais como a diferenciação de lobos ventrais em forma de bolsas, que funcionam como sacos aquíferos. As hepáticas dos géneros *Plagiochila*, *Scapania* e *Porella* apresentam o arranjo dos lobos em canais, formando sistemas capilares que servem para conduzir a água entre os lobos e entre os lobos e os caulóides.

Entre as espécies dominantes e mais frequentes da floresta laurissilva do til, destacam-se *Andoa berthelothiana*, *Fissidens serrulatus*, *Isothecium prolixum*, *Leucobryum juniperoideum* e *Tetrastichium virens*, entre os musgos, e *Diplophyllum albicans*, *Drepanolejeunea hamatifolia*, *Frullania* spp. (*F. teneriffae*, *F. tamarisci*, *F. microphylla*), *Harpalejeunea molleri*, *Lejeunea*

spp. (*e.g.*, *L. amacerina*, *L. flava* subsp. *moorei*, *L. eckloniana*), *Lophocolea bidentata*, *Metzgeria furcata*, *Microlejeunea ulicina*, *Plagiochila bifaria*, *Plagiochila stricta*, *Porella canariensis*, *Radula carringtonii*, *Radula lindenbergiana* e *Saccogyna viticulosa*, entre as hepáticas.

As formações de *Erica*/urzes estão geralmente presentes em encostas bastante inclinadas e expostas, de solos pobres em nutrientes e pouco espessos, sendo caracterizadas por variações climáticas acentuadas e por uma maior continentalidade relativamente à floresta laurissilva *s.l.* Trata-se de uma formação que ocorre principalmente acima dos 1400 m e onde as formações de *E. arborea* se tornam dominantes. A composição da flora de briófitos é bastante distinta da que se pode observar na floresta laurissilva do til, sendo caracterizada por formações de *Scapanio gracilis-Dicranetum scottiani*. Assim, além de *Scapania gracilis* e de *Dicranum canariense*, os musgos mais comuns neste tipo de comunidade são *Atrichum undulatum*, *Hypnum cupressiforme*, *Pogonatum aloides*, *Polytrichum commune*, *P. juniperinum* e *Pseudoscleropodium purum*, e as hepáticas dominantes são *Drepanolejeunea hamatifolia*, *Frullania teneriffae*, *Lejeunea lamacerina*, *Microlejeunea ulicina*, *Plagiochila exigua* e *Plagiochila punctacta*.

Os *habitats* de montanha no arquipélago da Madeira estão restritos a uma pequena área da ilha principal, acima dos 1650 m, onde dominam a vegetação herbácea e comunidades de arbustos de pequeno porte, quase com ausência total de árvores. Este é provavelmente um dos *habitats* mais ameaçados na Madeira, devido essencialmente a incêndios e derrocadas, à presença de espécies invasoras e aos cenários de alterações climáticas. Os briófitos mais comuns estão restritos a um pequeno grupo de taxa, em que se salientam *Andreaea* spp., *Antitrichia curtipendula*, *Campylopus pilifer*, *Grimmia* spp., *Isothecium prolixum*, *Ptychomitrium polyphyllum* e *Racomitrium* spp., entre os musgos, e *Frullania tamarisci*, *Marsupella emarginata* e *Scapania compacta*, entre as hepáticas.

Os *habitats* aquáticos, na Madeira, são representados por cascatas, levadas, paredes verticais com queda constante de água e, ainda, por numerosas ribeiras de regime torrencial com um desnível muito elevado entre as zonas de nascente e a zona da foz, originadas maioritariamente na zona do planalto superior. Como resultado do desenvolvimento urbano e do incremento das atividades turísticas e práticas agrícolas, tem-se verificado um aumento no consumo de água, resultando num decréscimo dos fluxos nos cursos naturais de água, bem como num declínio na qualidade das águas, a qual poderá ser agravada pelos efeitos das alterações climáticas.



Fig. 4 – Musgos (briófita *stricto sensu*), hepáticas (briófita *lato sensu*), licófitas do género *Selaginella*, pteridófitas e outras espécies junto a uma levada, Ribeiro Frio (fotografia de Virgílio Gomes, 2008, e descrição de Paulo Perneta, 2020).



Fig. 5 – Musgos e líquenes, entre os quais *Usnea* sp., desenvolvendo-se sobre uma lapa numa zona ripária no interior da laurissilva madeirense, Ribeiro Frio (fotografia de Virgílio Gomes, 2009, e descrição de Paulo Perneta, 2020).

Neste tipo de *habitat*, podem ser encontradas, com maior frequência e maior área de cobertura, espécies de briófitos como *Atrichum androgynum*, *Brachythecium rivulare*, *Didymodon insulanus*, *Fissidens* spp. (*F. sublineaefolius*, *F. asplenioides*, *F. taxifolius* var. *pallidicaulis*), *Fontinalis antipyretica*, *Hygroamblystegium fluviatile*, *Leptodictyum riparium*, *Philonotis rigida*, *Plagiomnium undulatum*, *P. undulatum* var. *madeirense*, *Rhynchostegium riparioides*, *Rhizomnium punctatum* e *Thamnobryum alopecurum*, entre os musgos, e *Lunularia cruciata*, *Scapania undulata* e *Conocephalum conicum*, entre as hepáticas.

Padrões biogeográficos

Admite-se que a Macaronésia representou um refúgio para muitas espécies de plantas desde o início da era Cenozoica, a qual compreendeu um longo período de glaciações que conduziu a uma elevada redução na área de distribuição das florestas tropicais e boreotropicais que cobriam grande parte da superfície terrestre. Os arquipélagos que constituem esta região são os locais onde sobreviveu a flora subtropical que se extinguiu da Europa continental, por isso considerada uma flora paleoendémica. Diversas investigações desenvolvidas ao longo da última década têm demonstrado



Fig. 6 – Filídeos de musgos e hepáticas sobre a rica camada de húmus da floresta laurissilva, Ribeiro Frio (fotografia de Virgílio Gomes, 2008, e descrição de Paulo Perneta, 2020).

que a flora de briófitos da Madeira, além de incluir taxa relíquia, paleoendemismos com afinidades com a flora tropical que se extinguiu na Europa, apresenta ainda afinidades com a flora da região mediterrânica e com a flora africana e neotropical.

Salienta-se novamente a floresta laurissilva, que é caracterizada por albergar uma flora de origem terciária que desapareceu da região mediterrânica durante as glaciações do Pleistocénico e a desertificação do Norte de África, sendo o *habitat* por excelência da família *Echinodiaceae*, a única endémica da Europa, com um único género, *Echinodium*. De acordo com o conceito de refúgio, os endemismos da Macaronésia devem ser considerados paleoendemismos, e as espécies de briófitos atuais desta floresta deveriam revelar afinidades biogeográficas com a Europa atlântica e com a península Ibérica, dadas a proximidade geográfica e as condições climáticas atuais.

Durante a última década, os estudos desenvolvidos revelaram uma origem biogeográfica muito mais diversificada para a brioflora da Macaronésia do que a que é explicada apenas pela hipótese de uma flora relíquia. De facto, a flora de briófitos da Macaronésia, e em particular da Madeira, tem revelado afinidades tanto com os neotrópicos e paleotrópicos, como com a Europa. Em alguns casos, os eventos de dispersão terão sido seguidos por uma especiação *in situ*, tendo conduzido a uma combinação de neoendemismos e de paleoendemismos na brioflora da Macaronésia.

Em contraste com os elevados níveis de endemismos e o vasto conhecimento acerca dos processos de radiação que ocorreram nas angiospérmicas da Macaronésia, são poucos os géneros de briófitos que incluem mais de uma espécie endémica da Macaronésia. Podemos referir, como exemplo, três géneros monoespecíficos (*Andoa*, *Hedenasiastrum* e *Nobregaea*) e cinco géneros (*Echinodium*, *Leucodon*, *Rhynchostegiella*, *Tetrastichium* e *Thamnobryum*) com dois a três endemismos. Os avanços recentes sobre a origem e evolução das espécies de briófitos endémicas têm revelado a ocorrência de taxa com origem ancestral a par de outros com uma origem

mais recente, os neoendemismos, com origens geográficas distintas. Na mesma família podem ocorrer simultaneamente paleo- e neoendemismos. Por exemplo, com base em dados moleculares, foi possível concluir que o musgo *Hedenasiastrum percurrens* pode ser considerado uma espécie relíquia anterior à formação da Macaronésia, com cerca de 40 Ma, enquanto *Rhynchostegiella* spp. terá evoluído mais recentemente, há cerca de 8-1 Ma. Também para o musgo endémico, *Leucodon treleasei*, se admite uma origem recente, a partir de antepassados do continente norte-americano. Pelo contrário, *Echinodium* pode representar um grupo muito antigo que presentemente inclui apenas três espécies, todas elas endémicas da Macaronésia, sendo uma exclusiva da Madeira. Por seu lado, tanto *Homalothecium mandonii*, característico da laurissilva, como *Alophosia azorica*, uma espécie de musgo de ocorrência pouco comum em zonas muito elevadas da Madeira, mas comum nos Açores, podem ser considerados exemplos de paleoendemismos. De igual modo, para alguns grupos de hepáticas frequentes na floresta de laurissilva, foram observadas afinidades biogeográficas distintas, nomeadamente para o género *Plagiochila*, em que se verificou uma forte influência neotropical na brioflora da Madeira, bem como para o género *Radula*, onde ocorrem espécies com afinidades neotropicais e com a Europa atlântica, para além das espécies endémicas, como *R. jonesii*.

Contudo, muito ainda resta por esclarecer acerca da origem e afinidades da flora de briófitos de alguns ecossistemas, como os ecossistemas costeiros e de alta montanha. Nos ambientes costeiros existe uma nítida dominância de espécies de briófitos com afinidades mediterrânicas e africanas, e nos *habitats* de alta montanha ainda existe um grande desconhecimento acerca das afinidades biogeográficas da brioflora.

Dados recentes, com base em modelos de nicho ecológico, suportam ainda o papel de refúgio climático que a Macaronésia tem desempenhado, mas que se encontra fortemente ameaçado como resultado das alterações climáticas em curso.

Conservação

As elevadas alterações na composição da vegetação e no uso do solo que ocorreram na Madeira nos últimos 40 anos devem-se principalmente ao desenvolvimento urbano e turístico. De facto, o desenvolvimento turístico tem resultado numa forte pressão nas áreas costeiras. Por outro lado, o desenvolvimento urbanístico, a agricultura, a exploração dos recursos hídricos e a gestão florestal foram os principais responsáveis pela introdução e expansão de espécies exóticas e invasoras nas zonas de média altitude, conduzindo ao desaparecimento ou degradação de grandes áreas de vegetação natural.

Nas zonas elevadas da Madeira, as atividades pastorícias, principalmente em zonas de Ericáceas, resultaram na degradação da vegetação e dos respetivos *habitats* em muitos locais. As atividades de origem antropogénica também conduziram a um aumento da ocorrência de fogos e à fragmentação dos *habitats*, com um impacto cumulativo na integridade da vegetação natural.

As investigações desenvolvidas durante os últimos 20 anos permitiram aprofundar o conhecimento acerca da brioflora da Madeira, facilitando assim a aplicação dos critérios da



Fig. 7 – Musgos e líquenes desenvolvendo-se em rocha vulcânica, em ambiente ripário, Baixa de Santana (fotografia de Santana Madeira Biosfera, 2017, e descrição de Paulo Perneta, 2020).

União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) para os arquipélagos da Madeira e das Selvagens. A aplicação dos critérios da IUCN, recentemente adaptados para as ilhas, tornou possível a quantificação de taxa ameaçados nestes arquipélagos (24 %) e nos seus diferentes tipos de *habitats*. Tal avaliação representa assim um importante contributo para a identificação dos briófitos e das áreas com prioridade para a conservação, ao mesmo tempo que dá indicação acerca dos *habitats* e taxa cujo conhecimento necessita de ser aprofundado.

Na Lista Vermelha dos briófitos dos arquipélagos da Madeira e Selvagens estão assinalados 127 taxa (cerca de 24 % da brioflora), sendo que, especificamente, 5 (1 %) estão Criticamente em Perigo (CR), 22 (4 %) em Perigo (EN) e 100 (19 %) são considerados Vulneráveis (VU). Considerando os endemismos da Madeira e da Macaronésia, 13 estão incluídos numa categoria de ameaça (58 %). Um número relativamente elevado de taxa (62) está na categoria dos Quase Ameaçados (NT) (12 %), a qual inclui alguns dos taxa endémicos. Os taxa não ameaçados ou Pouco Preocupantes (LC) representam 49 % da brioflora da Madeira (263 briófitos), e 15 % incluem-se na categoria Informação Insuficiente (DD).

Os dados obtidos indicam duas espécies de briófitos endémicas da Madeira como Extintas (EX) (*Fissidens microstictus* e *Nobregaea latinervis*) e duas espécies como Regionalmente Extintas (RE) (*Brachymenium philonotula* e *Fissidens fontanus*).

Existe um número significativo de briófitos dos *habitats* costeiros e de baixa altitude que se encontra ameaçado, como resultado da perda de *habitat*, devido, principalmente, à expansão urbana e à atividade turística, aliadas à pequena área deste tipo de *habitat*. Entre os taxa ameaçados, salientamos os musgos *Acaulon muticum* e *Acaulon triquetrum*, ambos com o ciclo de vida anual e uma área de ocorrência restrita à zona da Ponta de São Lourenço. Por seu lado, *Frullania sergiae* é uma hepática endémica da Madeira, com uma área de distribuição muito restrita na zona mais elevada das Desertas, embora ocorra em Porto Santo, numa zona onde a pressão humana é bastante mais elevada. Também é considerada Vulnerável *Riccia atlantica*, uma hepática endémica com uma área de distribuição restrita, que se desenvolve em solos pobres de zonas expostas, muitas vezes próximos de declives ou escarpas.

Nas zonas de Laurissilva Mediterrânica do Barbusano, presentemente muito alteradas, apenas em alguns vales fechados e próximo de linhas de ribeiros podem ainda ser encontrados restos da flora de briófitos característica desta formação. *Fissidens ovatifolius* é um dos musgos que se encontra muito ameaçado, principalmente devido às atividades de origem antropogénica, bem como aos deslizamentos de terras.

Embora a maior e mais bem preservada área de laurissilva da Macaronésia possa ser encontrada na Madeira, existem várias ameaças que devem ser consideradas, entre elas o impacto das atividades turísticas e a invasão de espécies exóticas. Neste *habitat*, observa-se uma elevada ocorrência de espécies endémicas (c. 39 %) e ameaçadas (c. 3 8%), o que por si só revela a importância da manutenção da biodiversidade desta floresta e da sua gestão adequada.

Aphanolejeunea azorica, *Cololejeunea shaeferi*, *Lejeunea canariensis*, *Porella inaequalis*, *Tylimanthus madeirensis* e *Echinodium spinosum* (um musgo referido no Anexo II da Diretiva) são exemplos de espécies endémicas ameaçadas, as quais se encontram presentemente restritas às áreas de laurissilva mais bem conservadas. Também nos bordos da floresta de Ericáceas é possível encontrar algumas espécies exclusivas ameaçadas, entre elas a hepática *Plagiochila spinulosa* e o musgo *Rhytidiadelphus loreus*. A destruição da vegetação como consequência dos fogos e do pastoreio, principalmente no passado, tem sido a principal causa de ameaça para este *habitat*, resultando no declínio da sua qualidade e das populações de briófitos, cujo desenvolvimento estava dependente do ensombramento fornecido pela flora vascular.

É nas zonas de grande altitude da Madeira que existem mais espécies ameaçadas (48 %),

o que se deve em parte à pequena área deste *habitat*, mas também à ocorrência, nas últimas décadas, de fogos e de pastoreio, os quais terão contribuído para a destruição significativa e para o declínio da área de ocupação dos briófitos. Por exemplo, espécies como *Andreaea flexuosa* subsp. *luisieri*, *A. heinemannii* subsp. *heinemannii*, *A. rupestre*, *Anacolia webbi* e *Schistidium strictum* existem na Madeira acima dos 1500 m, apresentando por isso uma área de distribuição limitada. Consequentemente, a influência antropogénica nos *habitats* de grande altitude da Madeira, bem como as atuais projeções dos efeitos causados pelas alterações climáticas, representa novos desafios à sobrevivência destas espécies.

Salientamos algumas espécies endémicas da Madeira, como a *Bryoxiphium madeirense*, cujo desenvolvimento está altamente dependente da manutenção da qualidade e quantidade de água do *habitat*. Esta espécie de musgo possui uma ecologia muito particular, estando restrita a paredes rochosas verticais com escorrência de água permanente. Em 2010, durante um dos incêndios, um fogo atingiu uma das maiores populações de *B. madeirense*, a qual ficou reduzida a menos de metade. Outro exemplo de um endemismo madeirense é o musgo *Thamnobryum fernandesii*, que se desenvolve em *habitats* permanentemente molhados (rochas e quedas de água até cerca de 1000 m, principalmente na parte central da ilha da Madeira). Por fim, lembramos ainda o musgo *Rhamphidium purpuratum*, que se encontra presentemente na categoria dos Quase Ameaçados (NT) e que é considerado uma espécie vulnerável nas Canárias, pelo que as suas populações requerem atenção especial.

A conservação dos briófitos é sem dúvida um tema crucial, uma vez que este grupo taxonómico tem um papel fundamental no funcionamento dos ecossistemas, estando envolvido nos ciclos do carbono e de outros nutrientes, nomeadamente na fixação de azoto em associação com cianobactérias. Podem formar extensos tapetes em diversos ecossistemas, influenciando por isso numerosos processos ecológicos (*e.g.*, são abrigo para insetos e auxiliam no controlo da erosão). O valor económico dos briófitos encontra-se ainda subestimado, dado que em muitas regiões, incluindo a região da Madeira, não são considerados parte essencial e integrante do capital natural. Um passo importante tomado em sentido contrário seria a avaliação dos serviços ecológicos providenciada pelos briófitos em diferentes *habitats* e a definição de áreas importantes para a conservação de briófitos com base nos resultados da Lista Vermelha.

Será então importante fazer a identificação de *hotspots* para os briófitos, especialmente com base nos taxa que constam na Lista Vermelha, contribuindo deste modo para a definição de microrreservas e para ações de conservação e de gestão especificamente direcionadas para a sustentabilidade dessas áreas.

De acordo com os resultados obtidos na Lista Vermelha, Montado dos Pessegueiros, Ponta de São Lourenço, pico do Areeiro, pico Ruivo, Fanal, Ribeiro Frio/Fajã da Nogueira e Encumeada/parte superior do Vale de Boaventura são as áreas mais adequadas para a implementação destas medidas.

Para uma área pequena como é a Madeira, a diversidade da brioflora é de facto extremamente elevada. Em comparação com o território continental e com as Canárias, regiões igualmente com elevada biodiversidade mas com áreas bastante maiores, a Madeira salienta-se com um *hotspot* de diversidade de briófitos no Atlântico Norte.

Apesar do enorme avanço na informação disponível sobre este grupo taxonómico nos arquipélagos da Madeira e das Selvagens que se verificou nas últimas décadas, existem ainda áreas de conhecimento que devem ser exploradas e que contribuirão seguramente para uma gestão mais eficiente dos recursos naturais.

Bibliog.: CAPELO, Jorge *et al.*, "Guia da excursão geobotânica dos V Encontros ALFA 2004 à ilha da Madeira", *Quercetea*, vol. 6, 2004, pp. 5-45; FONTINHA, Susana *et al.*, *Os Briófitos Endémicos da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, 2001; FONTINHA, Susana *et al.*, *Os Briófitos da Laurissilva da Madeira. Guia de Algumas Espécies/The Bryophytes of Laurisilva. Guide to Some Species*, Lisboa, Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais/

Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2006; *Id.*, *Os Briófitos das Zonas Costeiras da Madeira. Guia de Algumas Espécies. The Bryophytes of Coastal Area of Madeira. Guide to Some Species*, Lisboa, FCT, 2011; HALLINGBÄCK, Tomas *et al.*, "Guidelines for application of the revised IUCN threat categories to bryophytes", *Lindbergia*, vol. 23, 1998, pp. 6-12; HEDENÄS, Lars, "Flora of madeiran Pleurocarpous Mosses (Isobryales, Hypnobryales, Hookeriales)", *Bryophytorum Bibliothca*, vol. 44, 1992, pp. 1-165; KÜRSCHNER, Harald *et al.*, "New data on bryophytes from the ilhas Desertas (Madeira archipelago)", *Nova Hedwigia*, vol. 87, n.os 3-4, 2007, pp. 529-543; LUÍS, Leena *et al.*, "Bryofloritic evaluation of the ecological status of Madeiran streams. Towards the implementation of the european water framework directive in Macaronesia", *Nova Hedwigia*, vol. 96, n.os 1-2, 2013, pp. 181-204; SÉRGIO, Cecília, e SIM-SIM, Manuela, "*Andreaea flexuosa* R. Brown bis subsp. *luisieri* Sérgio et Sim-Sim (Andreaeaceae), a new taxon from Madeira island", *Cryptogamie Bryologie*, vol. 33, n.º 3, 2012, pp. 271-277; SÉRGIO, Cecília *et al.*, "Evaluation of the status of the bryophyte flora of Madeira with reference to endemic and threatened european species", *Biological Conservation*, vol. 59, 1992, pp. 223-231; SÉRGIO, Cecília *et al.*, *Annotated Catalogue of Madeiran Bryophytes*, sup. *Boletim do Museu Municipal do Funchal*, vol. 10, 2006; SIM-SIM, Manuela *et al.*, "A new *Frullania* species (subg. *Frullania*) from Deserta Grande, Madeira archipelago, *Frullania sergiae sp. nov*", *Nova Hedwigia*, vol. 71, n.os 1-2, 2000, pp. 185-193; *Id.*, "The Selvagens islands bryoflora and its relation with islands of the Madeira and Canary islands archipelagos", *Nova Hedwigia Beiheft*, vol. 138, 2010, pp. 187-199; SIM-SIM, Manuela *et al.*, "The genus *Plagiochila* (Dumort.) Dumort. (Plagiochilaceae, Hepaticophytina) in Madeira archipelago. Molecular relationships, ecology, and biogeographic affinities", *Nova Hedwigia*, vol. 81, n.os 3-4, 2005, pp. 449-462; SIM-SIM, Manuela *et al.*, "New data on the status of threatened bryophytes of Madeira", *Journal of Bryology*, vol. 30, 2008, pp. 226-228; SIM-SIM, Manuela *et al.*, "Epiphytic bryophyte diversity on Madeira island. Effects of tree species on bryophyte species richness and composition", *Bryologist*, vol. 114, n.º 1, 2011, pp. 142-154; SIM-SIM, Manuela *et al.*, "Bryophyte conservation on a North Atlantic hotspot. Threatened bryophytes in Madeira and Selvagens archipelagos (Portugal)", *Systematics and Biodiversity*, vol. 12, n.º 3, 2014, pp. 315-330; STECH, Michael *et al.*, "Explaining the 'anomalous' distribution of Echinodium Jur. (Bryopsida). Independent evolution in Macaronesia and Australasia", *Organisms Diversity and Evolution*, vol. 8, 2008, pp. 282-292.

MARIA MANUELA SIM-SIM

Brito, João da Costa de

Os dados familiares disponíveis sobre o Gov. João da Costa de Brito são os coligidos pelo genealogista Henrique Henriques de Noronha (1667-1730), que, por certo, o conheceu pessoalmente no Funchal. Regista este autor que João da Costa de Brito, nascido cerca de 1630, havia servido com satisfação nas guerras do Brasil e nas da Aclamação, tendo sido governador da praça de Peniche, de onde passou ao governo da Madeira, por patente de 2 de fevereiro de 1680. Tomara menagem em Lisboa, a 2 de abril desse ano, e, logo no dia 10 desse mês, tomou posse no Funchal, na presença do anterior governador, Alexandre de Moura de Albuquerque (c. 1620-1681), que completara o seu triénio.



Armas da família Brito (ANTT, Casa Real..., liv. 19, fl. 63).

A rapidez da tomada de menagem e, ainda mais, o curto lapso de tempo entre esta e a posse, no Funchal, quando, por vezes, tal levava vários meses, só podem ser entendidos pela presença na Madeira do bispo D. Fr. António Teles da Silva (c. 1620-1682), membro da casa dos condes de Tarouca e com uma muito especial audiência na corte de D. Pedro II (1648-1706). O bispo preparava então um pomposo sínodo, que esteve para ocorrer no ano anterior, mas que se adiou para 8 de julho 1680. D. Fr. António Teles da Silva teria tido um diferendo com a Câmara do Funchal pelas precedências protocolares na procissão de Corpus Christi: a Câmara entendia que devia ocupar o lugar que se seguia ao do bispo e este considerava que, logo após a sua pessoa, teria de estar o caudatário, figura que, como o nome indica, tinha por missão segurar as vestes episcopais, convicção partilhada pelo rei, que apoiou o bispo. D. Fr. António Teles da Silva faleceu, no Funchal, a 14 de fevereiro de 1682, tendo sido sepultado no pavimento da capela-mor da Sé catedral. Ao seu funeral terá já assistido o governador. Após a morte deste prelado, houve

três anos de sé vagante (1682-1685), já não tendo sido este governador a receber o novo bispo do Funchal.

João da Costa de Brito prestou especial atenção às obras de fortificação do Funchal, em especial da muralha da frente mar, que, em novembro de 1681, ainda estavam por acabar. O Conselho de Guerra, a 24 de novembro desse ano, apreciou uma carta do governador na qual informava faltarem somente 29 varas (cerca de 54 m) de muro "para se fechar a cidade", os quais julgava poderem concluir-se no verão seguinte, apesar de considerar muito limitada a consignação que tinha para a fortificação (ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, cx. 11, mç. 40A, n.n.). A obra, no entanto, tardou ainda mais de 10 anos, tendo o Gov. Lourenço de Almada (1645-1729) recebido ordem, no início de abril de 1688, para dar continuidade à muralha, "a qual o governador João da Costa de Brito deixou quase em defesa" (ANTT, Ministério do Reino, Decretos, mç. 8, n.º 13). Seria aquele governador a encerrar, em 1689, esse troço com o portão dos Varadouros.

João da Costa de Brito deve ter percorrido, pelo menos, a costa sul da Madeira, interessando-se pela sua defesa, pois o provimento para vigia e facheiro de António da Gama foi assinado em Machico, a 5 de agosto de 1681. Refere o provimento que, como do pico do Facho, em Machico, se descobria o mar e se viam "as partes mais solícitas e de investidas" dos mouros, designação dos piratas das costas de Argel e, nessa época, também de Marrocos, especialmente da área de Salé, era o sítio ideal para se dar sinal de "prevenção das partes mais retiradas do povoado" (ANTT, Provedoria…, liv. 966, fl. 213). Este governador não terá delegado parte das funções militares no Ten.-Gen. Inácio da Câmara Leme (1630--1694), assunto que percorreu todos esses anos, recebendo ordem, de 30 de abril de 1683, com várias considerações sobre a relação que deveria ter com o mesmo e com a recomendação de que colocasse à sua porta a guarda a que tinha direito, mas que lhe era recusada sob vários pretextos.

Durante o Governo de João da Costa de Brito, ocorreram alguns problemas na capitania de Machico. Em outubro de 1681, *e.g.*, o juiz ordinário de Machico, Filipe Moniz Barreto, realizou mais uma diligência na costa norte, então a vistoria das ribeiras de São Jorge e do Faial, para inventariar os bens do concelho. A deliberação camarária, no entanto, suscitou a revolta dos moradores do Faial, que, amotinados, prenderam o juiz e deslocaram-se à cidade do Funchal para o entregarem ao governador, como registam as vereações a 6 de dezembro desse ano. Também os cortes de madeira naquela capitania levantaram problemas, envolvendo o ouvidor da capitania e o provedor da Fazenda, tendo o assunto sido presente ao governador. Nessa sequência, o provedor da Fazenda, Ambrósio Vieira de Andrade, apresentou as ordens régias a esse respeito, enviadas ao príncipe regente a 25 de setembro de 1680. A resposta, dada a 20 de fevereiro de 1682, determinava que as devassas sobre os cortes de madeira e esmoutadas pertenciam à jurisdição do provedor, devendo o ouvidor suspender a sua atuação nessa área.

Este e outros assuntos levaram ao envio de uma alçada ao Funchal, com o desembargador Domingos de Matos Cerveira, em janeiro de 1683, especialmente para sindicar os assuntos da Provedoria da Fazenda, o que levou, depois, à deslocação do provedor a Lisboa para explicar a situação, mas pouco se teria apurado contra o mesmo, pois voltou ao seu lugar. Cerca de um ano depois, a 29 de maio de 1684, João da Costa de Brito entregou o bastão ao novo governador, Pedro de Lima Brandão (c. 1640-1718), e, passando a Lisboa, faleceu, cerca de 1700, no Conselho da Junta do Comércio.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal de Machico, Vereações, liv. 107; *Ibid*., Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombo 7, 1672-1720; ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 19, João do Cró, *Livro do Armeiro-Mor*, 1509, fl. 63; *Ibid*., Conselho de Guerra, Consultas, cx. 11, mç. 40A, n.n.; *Ibid*., Ministério do Reino, Decretos, mç. 8; *Ibid*., Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 396, 966; **impressa:** NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Brito, Óscar Spínola de

Nasceu a 21 de agosto de 1909, na freguesia da Sé, Funchal, filho de Manuel Alexandre de Brito e de D. Amélia da Conceição. Em julho de 1941, casou com D. Cecília Maria Lucas Rodrigues Spínola de Brito, tendo tido dois filhos: Maria Manuela Rodrigues Spínola de Brito e Teófilo Manuel Rodrigues Spínola de Brito.

Cumpriu o ensino liceal no, então, Liceu Jaime Moniz, no Funchal. No final do curso liceal, ingressou no curso de Medicina, na Faculdade de Medicina da Univ. de Coimbra, tendo depois transitado para a Faculdade de Medicina da Univ. de Lisboa, onde se licenciou a 15 de novembro de 1935. Especializou-se em Pediatria e em Medicina Sanitária. Seguiu toda a sua carreira de médico na Madeira, tendo exercido múltiplas funções. Em 1940, foi nomeado médico municipal do concelho do Funchal, tendo, a partir dessa data, dirigido a consulta de Pediatria no serviço municipal de saúde. Foi ainda perito médico do Tribunal Judicial da Comarca do Funchal, de 1958 a 1965, pediatra da ex-Caixa de Previdência do Distrito Autónomo do Funchal, desde o início da sua criação, em 1945, dirigiu a consulta de Tuberculose Infantil do Dispensário do Instituto Nacional de Assistência aos Tuberculosos, foi pediatra do Preventório de S.ta Isabel, diretor clínico do Hospital Pediátrico da Fundação Cecília Zino e integrou o corpo clínico de diversas instituições madeirenses, tendo colaborado muito ativamente em programas de proteção materno-infantil da Madeira e com o Centro de Educação Especial.



Óscar Spínola de Brito condecorado pelo Presidente da República, 1995 (fotografia cedida pelo seu filho, Teófilo Spínola de Brito).

Desenvolveu, além do seu desempenho profissional enquanto médico pediatra, uma considerável e muito apreciada intervenção cívica na sociedade madeirense, visível, entre outras participações, nos órgãos de comunicação social da região. Notabilizando-se pelo conteúdo claro e pela abrangência das suas intervenções, o Dr. Óscar Spínola de Brito não só revelou um sentido pedagógico da prática da medicina, como também, e dada a amplitude dos seus interesses e da sua cultura, se notabilizou como um sabedor e um homem social.

Como forma de reconhecimento público da RAM pela sua dedicação e mérito profissional, a 13 de dezembro de 1985 foi inaugurado o Centro de Saúde Dr. Óscar Spínola de Brito, que tem oferecido, ao longo da sua existência, um serviço de referência na área da saúde familiar. Em 1995, o Dr. Óscar Spínola de Brito foi agraciado pelo Presidente da República com o título de comendador da Ordem do Mérito, vendo, desta forma, a sua ação tornar-se um exemplo, de modo particular para a RAM, e de modo geral para Portugal.

Faleceu a 23 de fevereiro de 1999.

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; PERDIGÃO, Carlos, "Centro de Saúde Dr. Óscar de Brito, 10 anos de medicina familiar", *Islenha Médica*, n.º 1, jul.-set. 1995, pp. 18-20.

Fontes orais: BARRETO, Manuela Silva, entrevistada por Carla Ferreira [comunicação pessoal]; BRITO, Teófilo de, entrevistado por Carla Ferreira [comunicação pessoal].

CARLA FERREIRA

Brjullov, Karl

Karl Pawlowitsch Brjullov nasceu em São Petersburgo, a 12 de dezembro de 1799, sendo filho do pintor e decorador Pavel Bryullov, de origem francesa, ligado à Academia Real de Belas-Artes, onde seus filhos Karl e Alexander (1798-1877) estudaram entre 1809 e 1821. Os dois irmãos foram depois bolseiros em Roma, entre 1823 e 1835, viajando por quase toda a Itália e regressando ambos à Rússia, onde entraram para professores da Academia Imperial das Artes. Alexander havia-se dedicado à arquitetura, mas o protagonismo era então de Karl, como pintor, embora também fosse dado como arquiteto, especialmente após o seu trabalho final e monumental como bolseiro, *O Último Dia de Pompeia* (1832-1833), que lhe granjeou renome internacional, tendo sido exposto em Roma e Milão. Karl Brjullov, como também surge mencionado, teria sido o primeiro pintor russo a ter reconhecimento internacional, marcando a passagem do classicismo para o romantismo. Tornou-se assim num dos artistas preferidos da alta nobreza russa, executando uma série de retratos já decididamente românticos, mas de grande espontaneidade e perspicácia psicológica, especialmente em aguarela, também a óleo e em grande formato.

A presidência da Academia Real, entretanto, foi entregue ao príncipe Maximiliano de Leuchtenberg (1817-1852), que em julho de 1839 se tinha casado com a grã-duquesa Maria Nicolaevna da Rússia (1819-1876), filha do Imperador Nicolau I. Entre os irmãos do príncipe Maximiliano, estavam a ex-Imperatriz D. Amélia de Leuchtenberg (1812-1873), casada em agosto de 1829 com o Imperador D. Pedro I do Brasil, a Rainha Josefina de Leuchtenberg (1807-1876), casada com o Rei Óscar I da Suécia, e o príncipe Augusto de Beauharnais (1810-1835), que se casara com a Rainha D. Maria II, na Sé de Lisboa, a 26 de janeiro de 1835, mas que havia falecido inopinadamente, a 28 de março seguinte, com uma angina. Terá sido, em princípio, no contexto das ligações familiares do príncipe Maximiliano que Brjullov pintou, em 1834, a *Morte de Inês de Castro*, igualmente



Fig. 1 – Autorretrato de Karl Brjullov, 1838 (Galeria Tretyakov de Moscovo).

quadro de apreciáveis dimensões e ainda pintado em Itália.

Karl Brjullov teria alguns contactos com a família imperial russa, tendo retratado a grã-duquesa em 1837, embora o retrato tivesse ficado por um esboço a óleo, e tendo-lhe sido encomendada pelo czar a decoração da cúpula



Fig. 2 – Vista da fortaleza do Pico, Karl Brjullov, 1850 (Galeria Tretyakov de Moscovo).

da Catedral de S.to Isaac, em São Petersburgo, obra que não acabou. Atacado, entretanto, por tuberculose, Karl foi aconselhado a passar algum tempo na Madeira, para onde partiu em meados de 1849, aí se demorando cerca de nove meses, tendo sido assistido pelo Dr. António Alves da Silva (1822-1854), médico que se formara na Univ. de Coimbra (interrompera o curso em 1846, dadas as convulsões políticas desse ano, vindo a apresentar o trabalho final na Univ. de Paris, em dezembro de 1848). Alves da Silva deve ter entrado pouco depois para professor da Escola Médico-cirúrgica do Funchal, tendo tido nomeação de lente e demonstrador de Anatomia por dec. de 11 de março de 1850.

Não sabemos se Karl Brjullov chegou sozinho à Madeira, mas durante os cerca de nove meses que aí passou continuou a pintar, inclusivamente obras de alguma dimensão, assim como trabalhos incontornáveis no seu legado artístico. Neste grupo de obras, encontra-se o retrato do duque Leuchtenberg, o mais divulgado desta alta figura da aristocracia europeia, anos depois reproduzido em gravura, assim como um outro trabalho onde, para além do duque, figuram o príncipe e cientista Pyotr Romanovich Bagration (1818-1876), a princesa Anna Alekseyevna Martynova Bagration (1824-1885), sua mulher, o casal Eugène Mussart e Ye. I. Mussart, M. I. Zheleznov, N. A. Lukashevich, o médico Alves da Silva e o próprio Karl Brjullov, como grupo de turistas em passeio pela Madeira, utilizando um carro de bois e uma rede, e encontrando-se ainda acompanhantes a cavalo.

"Sua alteza sereníssima", o duque de Leuchtenberg, tinha chegado à Madeira na fragata russa *Kamtchatka*, a 23 de agosto de 1849, mas esta ficou de quarentena e os passageiros só desembarcaram no dia 27. O príncipe instalou-se na Qt. das Angústias, depois Qt. Vigia, com a sua comitiva, constituída pelo príncipe Pyotr Bragation, na correspondência dado como Pierre Bagratin, o conde de Ojarowski, o Cap. Pauchine, o secretário, Eugène Mussar, o médico, S. Fisher, e 15 criados (SILVA e MENESES, II, 1998, 234-235). O príncipe foi visita habitual do Gov. José Silvestre Ribeiro (1807-1891) em S. Lourenço, sendo, inclusivamente, padrinho do primeiro filho do Cap. Eng.º António Pedro



Fig. 3 – Turistas russos em carro de bois e rede, Karl Brjullov, 1850 (coleção particular).

de Azevedo (1812-1889). O príncipe visitou os pontos de maior interesse da Ilha, como as fontes e levada do Rabaçal, onde foi recebido por Tibério Augusto Blanc (c. 1810-1875), vários concelhos e, inclusivamente, a ilha do Porto Santo, assim como as Canárias, sempre apoiado pelo Cons. José Silvestre Ribeiro, que foi escrevendo às várias autoridades, inclusivamente a José Crosa, cônsul português em Canárias.

O príncipe saiu da Madeira na fragata russa *Pallas*, a 23 de abril de 1850, na qual visitara, nos dois meses anteriores, o Porto Santo e as Canárias. Desconhecemos se na mesma fragata também seguia Karl Brjullov, que saiu da Madeira nesse mês de abril, ou no mês seguinte, embora depois seguisse para Itália, enquanto o duque de Leuchtenberg havia seguido para São Petersburgo. Karl veio a falecer em Manziana, nos arredores de Roma, a 23 de julho de 1852, e o duque, igualmente tuberculoso, razão por que também se deslocara à Madeira, em São Petersburgo, a 1 de novembro do mesmo ano.

Da estadia de Karl Brjullov na Madeira ficaram mais trabalhos, como uma pequena aguarela da fortaleza do Pico, apanhando as margens da ribeira de São João, com uma senhora em palanquim, um mendigo, uma junta de bois transportando pipas, etc. A mais interessante obra, no entanto, é um pequeno óleo também da fortaleza do Pico, em violentos tons de vermelho, ultrapassando assim a época do romantismo e apontando para épocas seguintes, mais expressionistas. Este óleo foi oferecido pelo autor ao seu médico do Funchal, passando depois a João dos Lemos Gomes (1906-1996). Localizado pelos especialistas da galeria estatal Tretyakov, de Moscovo, depositária de parte da obra deste artista, veio a ser adquirido pela mesma em 2000. Na Madeira, realizou ainda os retratos a cavalo do secretário Eugène Mussar e de sua esposa, dos seus mais conhecidos e reproduzidos trabalhos, tal como o pequeno retrato da princesa Bagration e o de M. Abaz, provavelmente um viajante russo que se encontrava nessa altura na Ilha. Sabe-se que havia pintado também o retrato do seu médico pessoal, o Dr. António Alves da Silva, o qual foi, entretanto, adquirido pela Região Autónoma



Fig. 4 – Apontamento aguarelado da fortaleza do Pico, Karl Brjullov, 1850 (coleção particular).

da Madeira e se encontra no Museu Quinta das Cruzes. Alves da Silva morreu muito novo, aos 31 anos, também vítima de uma tuberculose pulmonar, muito provavelmente contaminado por um dos seus doentes.

A memória dos nove meses do pintor russo na Madeira, e da importante comunidade russa que passou esses meses no Funchal, e que ele pintou, representativa da época do turismo terapêutico e do romantismo, foi enaltecida em conferências realizadas no Funchal, com a presença de especialistas nacionais e russos, incluindo o embaixador russo em Portugal, Oleg Belous, culminando na inauguração, a 20 de setembro de 2013, de um busto deste pintor, da autoria de Luís Paixão, no jardim municipal da cidade do Funchal.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Alfândega do Funchal, vol. 677; *Ibid*., Governo Civil, vols. 7, 93 e 97; **impressa:** "Brjullov, Karl Pavlovic", in *Enciclopedia Italiana Treccani*, vol. I, apêndice, Roma, Istituto Giovanni Trecani, 1938; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação/Universidade da Madeira, 2008; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; LEONTYEVA, Galina, *Karl Briullov. The Painter of Russian Romanticism (Great Painters)*, London, Parkstone Press Ltd., 1997; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; **digital:** CAZZOLA, Piero, "Karl Brjullov, eccelso pittore russo a Roma nell'Ottocento", *Strenna dei Romanisti*, 2003: http://archive.is/8xwKH (acedido a 13 jun. 2018); SILVA, Rui Gonçalves da, "Karl Briullov", *Rui Gonçalves da Silva*, 1 set. 2013: http://www.ruigoncalvessilva.com/arte/-karl-briullov---pintor-russo--na-madeira (acedido a 10 abr. 2015).

RUI CARITA

Bruxaria

A prática de convocar o além para dar sentido à vida quotidiana das gentes, e de remeter para esse mesmo além os pedidos de uma humanidade que, entregue a si própria, sentia que não se bastava, é tão antiga quanto a própria humanidade. Em tempos de recoletores/caçadores, do seio de tribos que dependiam grandemente da caça para a sobrevivência, a necessidade de apelar por bons resultados justificou a emergência de personagens a quem se atribuía a função da mediação entre este mundo e o outro, as quais foram instituindo rituais de invocação das forças sobrenaturais (os deuses), paramentadas com chifres e vestidas de peles de animais, em tributo ao que mais importava – a carne dos grandes herbívoros.



Fig. 1 – Cartaz do seminário Aqui Há Madeira – O Diabo, as Bruxas e as Superstições Madeirenses (Museu de Imprensa, 31 de janeiro de 2020).

À medida que a sedentarização se instalava, estes primitivos intercessores foram evoluindo para uma classe social cada vez mais poderosa e organizada, o clero, que monopolizava a relação com o divino, com esse mundo do sobrenatural cujas boas graças era preciso, incessantemente, convocar. A chefiar a plêiade de deuses responsáveis pelos mais diversos aspetos da vida da humanidade, surge, numa fase inicial, a figura da grande deusa – a deusa mãe, que zela pela fertilidade dos solos e a gravidez das mulheres, dois fenómenos centrais para a reprodução das sociedades. A acompanhar o processo em que o homem – ser masculino – vai encontrando estratégias para reforçar o seu próprio poder perante esse mal compreendido universo feminino, o reino dos Céus vai, também, alterando a sua configuração, e a figura da deusa mãe empalidece a favor das famílias celestiais: o pai, a mãe e o filho, que lideram panteões de deuses e deusas mais ou menos vastos.

O aparecimento do cristianismo, religião que sempre se afirmou monoteísta, operou-se num contexto que o forçou a competir com os cultos já instalados, obrigando-o a adotar algumas das crenças em vigor, designadamente a que implicava a valorização das figuras da mãe e do filho – a Virgem e Jesus –, embora, em simultâneo, fosse lutando por vencer outras práticas coevas que mantinham universos politeístas e pontuados de cerimónias estranhas aos olhos da sua doutrina. De entre as estratégias escolhidas para o combate às práticas condenadas, podem contar-se a da demonização dos primitivos sacerdotes, cujos atributos – chifres e pés de cabra – passam a caracterizar o Diabo cristão, e a da marginalização de uma figura feminina demasiado poderosa, capaz de curar, mas também de prejudicar, e até de matar: a bruxa, ou feiticeira.

Porque os primeiros séculos foram de afirmação, de evangelização e de cativação de seguidores, o cristianismo primitivo não podia ser particularmente rigoroso com os que se dedicavam a práticas menos ortodoxas, e foi,

portanto, tolerando a coexistência de invocações marginais, transformadas em superstições, que povoavam o imaginário dos povos pagãos europeus – celtas, eslavos, germânicos e bálticos. Apesar disso, a existência de personagens, sobretudo mulheres, que se arrogavam poderes de curar, interagir com os mortos, adivinhar, promover amores ou desamores e transformar pessoas em animais foi sempre olhada com desconfiança, quer pela Bíblia, que já condenava as *incantationes*, quer pelos romanos, que também atacavam a *incantatrix*, e esse estado de espírito em relação a tais figuras será transportado para realidades subsequentes, nas quais se verão apelidadas de bruxas ou de feiticeiras, tornando-se objeto de punição mais ou menos violenta.

A tolerância que caracterizou os primeiros tempos do cristianismo foi-se, porém, desvanecendo com a maior aceitação do credo e com o surgimento de movimentos dissidentes no seu seio, os quais obrigavam a um maior rigor na observação das práticas. Assim, e para o caso de Portugal, os primeiros sinais desta mudança de atitude entreveem-se nas conclusões de um sínodo realizado em Braga em 1281, onde se condena sem rebuços a prática de artes mágicas ou adivinhações. Este cunho proibitivo continua plasmado nos textos de diversas constituições sinodais, entre as quais se contam as primeiras produzidas no bispado do Funchal, publicadas em 1585. Afirma, então, esse documento, no seu título 26, dedicado aos "feiticeiros e benzedeiros", que "mui abominável é a reprovável arte de feitiçaria, adivinhações e agouros de que algumas pessoas em grande ofensa de Nosso Senhor usam em diversas maneiras, usurpando para si o que somente é de Deus" (BARRETO, 1585, 154-155), considerando-se aqui infringido o primeiro mandamento que postula o amor a Deus sobre todas as coisas. Proíbe-se, ainda, a todos, o uso de pedras de ara e corporais – ingredientes comuns da superstição –, bem como a invocação de espíritos diabólicos e o fazerem-se "encantadores, adivinhadores ou agoureiros" (*Id.*, *Ibid.*), sob pena de serem multados pecuniariamente, ou com



Fig. 2 – Marta Diabo, aguarela de António Martins (de Almeida), Funchal, c. 1700, enviada como denúncia à Inquisição de Lisboa a 10 de agosto de 1701 (ANTT, Tribunal do Santo Ofício..., liv. 922, fl. 735). Fotografia de Rita Rodrigues.

excomunhão, prisão e exposição pública à porta da igreja, mecanismo que, por via do exemplo, se pretendia fortemente dissuasor. A vigilância a exercer sobre este tipo de delitos estava confiada aos párocos das freguesias, que, se lhes não conseguissem pôr cobro, os deveriam reportar ao bispo, a fim de não passarem impunes. Sede privilegiada de prospeção destas culpas eram as visitações, que se verificavam todos os anos, ou em anos alternados, às paróquias, as quais eram precedidas da leitura de um edital no qual se sumariavam as culpas a averiguar e que trazia elencadas, em lugar de destaque, as culpas que diziam respeito às superstições e práticas afins. Assim, logo no início, rezava o edital que se devia denunciar a existência de qualquer pessoa que "tenha pacto com o demónio ou que

use de invocação dele, ou de arte nigromântica, ou de qualquer superstição ou seja para adivinhar ou desligar ou para quaisquer efeitos, por feiticeira ou bruxa, ou para as sobreditas coisas de favor ou ajuda" (TRINDADE, 1999, 200).

Lido todo o documento, dava-se, então, início à parte espiritual da visita, a chamada "devassa", de que ficaram registos que permitem averiguar a incidência deste tipo de práticas no arquipélago. Dessa prospeção se conclui que, neste âmbito, o comportamento mais frequente era o que dizia respeito às curas supersticiosas, consideradas condenáveis na medida em que implicavam o recurso a orações pronunciadas em circunstâncias de tempo, lugar e postura não sancionadas pela Igreja. De entre as maleitas que se procuravam curar, avultam, a larga distância das demais, as que derivavam do mau-olhado, seguidas do mal de aberto, patologia já do foro da luxação, ou da rotura muscular. Os curandeiros, ou, mais frequentemente, as curandeiras, eram pessoas que não exigiam pagamento pelo serviço prestado, o qual envolvia procedimentos que perduraram e que passavam pelo uso de azeite e água, ou pelo mais analógico método de coser um novelo de linha por nove vezes, o que supostamente induziria a reparação do músculo afetado. Outros pecados que também se encontram referenciados nas visitações, embora de forma muito mais esparsa, reportam a ações de feitiçaria ou bruxaria, aqui entendidas como modos de convocar o além para provocar o bem do cliente ou o mal de alguém que se quer prejudicar. Aquilo que distingue um curandeiro de um bruxo ou feiticeiro é o pagamento que os últimos exigem e a possibilidade de as invocações realizadas se destinarem a provocar prejuízo a terceiros, situação que nunca se põe quando se consulta um curandeiro.

Apesar do empenho, continuado e persistente, desde sempre colocado pela Igreja na repressão destes comportamentos, a verdade é que eles se identificam desde muito cedo na história do povo madeirense, sendo, talvez, o caso dos "profetas do Porto Santo" um dos mais remotos exemplos que se podem arrolar. Aquilo que aconteceu, e que de tal modo marcou o porvir que os naturais do Porto Santo ficaram conhecidos por "profetas", foi que um tal Fernão Nunes e a sua sobrinha entrevada, Filipa Nunes, conseguiram, em 1532, "enganados pelo espírito mau", convencer os habitantes da ilha de que eram dotados de poderes sobrenaturais que lhes permitiam prever o futuro e adivinhar os pecados de cada um (FRUTUOSO, 2008, 55-61). Crédulos, população e clero entraram em pânico, desdobrando-se em rezas e orações para esconjurar o demónio que agia por intermédio do casal possuído. Esta encenação apenas se desvendou por intervenção do Corr. João Afonseca, que, chamado à pressa da Madeira, se deslocou à ilha e prendeu os vigaristas, os quais foram expiar as culpas para a porta da Sé de Évora, onde ficaram expostos "em uma escada, cada um com sua carocha de papel com letras que diziam 'Profetas do Porto Santo' […] ela vestida e ele nu da cintura para cima" (*Id.*, *Ibid.*, 61).

A persistência destes comportamentos pode também testemunhar-se a partir das denúncias feitas ao Tribunal do Santo Ofício, nas duas visitas que o mesmo realizou à Madeira, em 1591 e 1619, nas quais foram arrolados por práticas de feitiçaria 7 e 13 casos, respetivamente. Do conjunto das denúncias e das condenações efetuadas, cumpre sublinhar que todas as implicadas são mulheres, o que vem claramente reforçar a dominância do feminino neste universo desviante. São, com efeito, sempre mulheres as que praticam, beneficiam e encomendam os serviços, que nestes casos específicos se centram na coscinomância – a adivinhação, através do uso de uma peneira –, na localização de pessoas ausentes e na previsão do futuro.

São, também, femininas as figuras que povoam o imaginário insular de bruxas que se colocam às costas de homens incautos que se deixam teletransportar, levando-as onde pretendem, e regressam sem saber como, ou as que se recusam a morrer sem ter passado o "novelo", entidade indefinida, mas que corporiza os saberes e os poderes daquela que está de partida. Desse mesmo imaginário fazem, ainda, parte histórias de galinhas e cabras que

se transformam em mulheres, de luzes que se entreveem ao longe e se presume serem bruxas que se vão reunir com o Diabo, de furnas onde habitam demónios, de roupas cortadas por ação maléficas e de crianças por batizar cujo sangue foi sugado.

As crenças ancestrais em feiticeiras, curandeiros e demónios mantinham-se ainda no começo do séc. XXI, e a prová-lo estão publicações que ainda elencam as orações que se hão de pronunciar para curar patologias diversas, de que são exemplos as publicadas na revista *Xarabanda* (n.os 1 e 2) ou as que constam de uma obra de 2013 que, ao tratar de *Plantas e Seus Usos Tradicionais*, compendia, num dos seus capítulos, um conjunto de práticas terapêuticas alternativas, bem como as rezas que se hão de dizer para lhes potenciar os efeitos.

Bibliog.: manuscrita: ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, liv. 922, fl. 735; **impressa:** BARRETO, Jerónimo, *Constituições Synodaes do Bispado do Funchal, Feitas e Ordenadas por D. Jeronymo Barreto, Bispo do Dito Bispado*, Lisboa, António Ribeiro Impressor, 1585; FREITAS, Alfredo Vieira de, *Era Uma Vez...na Madeira. Lendas, Contos e Tradições da Nossa Terra*, 2.ª ed., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1984; FREITAS, Fátima, e MATEUS, Graça, *Plantas e Seus Usos Tradicionais*, Funchal, Serviço do Parque Natural da Madeira, 2013; MOTA, Conceição, "Rezas tradicionais", *Xarabanda*, n.º 1, maio 1992, pp. 17-21; *Id.*, "Rezas tradicionais", *Xarabanda*, n.º 2, nov. 1992, pp. 43-45; PAIVA, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num País sem Caça às Bruxas (1600-1774)*, 2.ª ed., Lisboa, Notícias Editorial, 2002; TRINDADE, Ana Cristina Machado, *A Moral e o Pecado Público na Madeira na Segunda Metade do Século XVIII*, Funchal, CEHA, 1999.

CRISTINA TRINDADE

Buch, Christian Leopold von

Christian Leopold von Buch, filho de Adolf Friedrich von Buch II, barão de Gehmersdorf, e de Charlotte von Arnien-Suckow, nasceu em Stolpe an der Order, Brandenburg, Prússia (1774), e faleceu em Berlim (1853). Foi um proeminente geólogo e paleontólogo e dedicou-se ao estudo do vulcanismo, dos fósseis e da definição do sistema jurássico. Fez a escola secundária em Freiberg, Saxónia, e frequentou as universidades de Halle e Göttingen.

Foi considerado por Humbolt o melhor geólogo do seu tempo e, em 1842, recebeu a medalha Wollaston, o mais importante prémio concedido pela Sociedade de Geologia de Londres.



Christian Leopold von Buch, gravura de c. 1860 (BNF, SG portrait 10059).

No campo da mineralogia, conta-se a sua obra *Versuch einer Mineralogischen Beschreibung von Landeck* (Breslau, 1797), traduzida para francês (1805) e inglês (1810), seguida dos estudos sobre a Silésia, *Entwurf einer Geognostischen Beschreibung von Schlesien* (1802). A observação da erupção vulcânica do Vesúvio, em 1805, feita com Humboldt e Gay Lussac, permitiu-lhe corrigir interpretações erróneas sobre o vulcanismo. O resultado das suas viagens geológicas originou a obra *Geognostische Beobachtungen auf Reisen durch Deutschland und Italien* (Berlim, 1802-1809). Na Escandinávia, pôde obter os dados que lhe permitiram publicar *Reise durch Norwegen und Lappland* (Berlim, 1810).

Em 1815, na companhia do botânico norueguês Christian Smith, visitou as ilhas Canárias, cuja origem vulcânica constituiu o ponto de partida para o estudo da sua atividade sísmica, atestada na obra *Physicalische Beschreibung*

der Canarischen (Berlim, 1825), na qual manifesta a convicção de que estas e outras ilhas atlânticas estiveram na base de um continente preexistente. Nesta viagem, de Londres às Canárias, teve oportunidade de visitar a Madeira em abril de 1811, na companhia de outro norueguês, Chetien Smith, descrevendo o deslumbramento sentido perante a vegetação desconhecida que contemplava: "après une heureuse traversée, nous mîmes pied à terre le 21 avril à Funchal dans l'île de Madère. Nous restâmes douze jours sur cette île fortunée, occupés à faire de petites courses sur les montagnes et à étudier, en tant que pût le permettre la pluie qui tomba continuellement pendant notre séjour, la végétation nouvelle, et pour nous inconnue, qui se développait sous nos yeux [após uma travessia sem incidentes, pusemos pé em terra a 21 de abril, no Funchal, ilha da Madeira. Permanecemos 12 dias nesta ilha afortunada, fazendo pequenas excursões pelas montanhas e estudando, tanto quanto nos permitiu a chuva, que não parou de cair durante toda a nossa estadia, a vegetação nova, para nós desconhecida, que se apresentava diante dos nossos olhos]" (BUCH, 1836, 1). Nesta obra, insere a lista de plantas da Madeira, organizada pelo botânico britânico Robert Brown, resultante da sua visita à Ilha em 1802.

Segundo o *Elucidário Madeirense,* "é de Robert Brown, e não de Leopold von Buch, o trabalho intitulado *Vermzeichniss der auf Madeira Wiedwachsenden Pflanzen,* que quase todos atribuem a este último autor, por razão de ter sido incluído na obra que publicou, em 1825, sob o título de *Physicalische Beschreibung de Canarishen Inseln*" (SILVA e MENESES, 1978, I, 341).

Obras de Christian Leopold von Buch: *Versuch einer Mineralogischen Beschreibung von Landeck* (1797); *Entwurf einer Geognostischen Beschreibung von Schlesien* (1802); *Geognostische Beobachtungen auf Reisen durch Deutschland und Italien* (1802-1809); *Reise durch Norwegen und Lappland* (1810); *Narrative of An Expedition to Explore the River Zaire, usually, Called the Congo, in South Africa in 1816, under the Direction of Captain J. K. Tuckey* (1818) (coautoria); *Physicalische Beschreibung de Canarishen Inseln* (1825); *Psysicalische Beschreibung der Canarischen* (1825); *Îles Canaries* (1836).

Bibliog.: BUCH, Léopold de, *Îles Canaries,* Paris, F. G. Levrault, Librairie Éditeur, 1836; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense,* vol. 1, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; VIEIRA, Gilda França, e FREITAS, António Aragão, *Madeira. Investigação Bibliográfica,* vol. II, Funchal, Centro de Apoio de Ciências Históricas, 1984.

ANTÓNIO MONIZ

Budismo

O Buda histórico, Siddhartha Gautama, era conhecido como Shakyamuni (de "Sakya", país dos sakyas, e "muni", sábio) e terá nascido no séc. VI a.C., num reino situado entre a Índia e o Nepal. A palavra "buda" deriva dos termos sânscritos "boud", que significa "totalmente desperto do sono da ignorância", e "dha", eclosão perfeita da potencialidade fundamental, ou "bodhisattva", ser iluminado (de "bodhi", iluminado, e "sattva", ser). O budismo refere-se a um estado de consciência plena ou presença amorosa para com toda a existência, beneficiando todos os seres sencientes. Este estado, que nos começos do séc. XXI recebeu a denominação de estado de *mindfullness* ou "atenção plena", foi neste período muito preconizado como técnica de meditação com efeitos terapêuticos. No entanto, no budismo, não se trata de um estado momentâneo, mas sim de um estado permanente do ser com um objetivo espiritual.

O budismo surgiu dentro do hinduísmo ou bramanismo (religião em que o conhecimento sagrado dos sacerdotes brâmanes passava de pai para filho) e tornou-se uma religião que, desde então, é um caminho para a superação do sofrimento e a autorrealização ou desenvolvimento da perfeita potencialidade humana. Não contempla a existência de um deus criador, como as outras religiões, mas de um grande mestre, Buda, pelo que, não é teísta. Trata-se do caminho da libertação, através do conhecimento do *dharma* (princípio de respeito pelas leis sagradas da natureza, ação correta no mundo, sabedoria) ou autorrealização. É aqui que encontramos o principal ponto de contacto com o *yoga* e o hinduísmo.

Os ensinamentos de Buda são chamados *Dhammapada*, "o caminho da retidão". Por isso, a essência do conhecimento alcançado e transmitido por Buda resume-se nas seguintes palavras: "Vós sois o vosso próprio mestre, tudo assenta sobre os vossos ombros, tudo depende de vós". Deste modo, o nobre caminho da verdade, para a superação do sofrimento humano, é composto por oito preceitos: visão correta, intenção correta, fala correta, ação



Fig. 1 – Logótipo do Centro Budista da Madeira, c. 2015.

correta, viver corretamente, esforço correto, atenção correta e concentração correta ou plena atenção.

A expansão dos ensinamentos de Buda na Ásia ocorreu a partir da Índia para o Nepal, Tibete (donde provém o Dalai Lama reinante em 2016: "Dalai", oceano, e "Lama", mestre – oceano de sabedoria) e outros países asiáticos, adquirindo métodos e estilos diferentes em cada cultura, o que originou diferentes tradições religiosas, sem comprometer, todavia, os seus valores essenciais. Assim, da história do budismo no Ocidente do séc. xx fazem parte várias tradições budistas, como o budismo *zen* e, sobretudo, o budismo tibetano, cujos primeiros *rinpoche* (palavra do tibetano que significa "precioso", título que se junta ao nome de um grande mestre) foram Kalu Rinpoche (que estabeleceu vários centros do *dharma* na Europa) e, posteriormente, Dudjom Rinpoche, que foi para França juntamente com a família de Kangyur Rinpoche (entretanto falecido), nomeadamente a viúva, Amalá, que faleceu em Portugal (para onde tinha ido ensinar o budismo), em 1973, e o filho mais velho, Tulku Pema Rinpoche, a quem se deve a grande divulgação do budismo tibetano em Portugal.

A União Budista Portuguesa (UBP) foi fundada para reunir todas as tradições budistas autênticas presentes em Portugal, apoiar as suas atividades, bem como exercer e promover a prática dos seus ensinamentos. A fundação da UBP, a 24 de junho de 1997, resultou da união de vários grupos do budismo *zen* e do budismo tibetano que faziam *yoga* e meditação em Portugal. A UBP organizou a primeira conferência budista na Madeira a 22 de novembro de 1998, passando a visitar com frequência a região oradores e mestres para darem ensinamentos budistas. A delegação da UBP da Madeira foi criada a 27 de abril de 1999, tendo como sede a sala G do n.º 26 da R. das Mercês. No ano seguinte, Tulku Pema Rinpoche, na sua visita a Portugal, visitou pela primeira vez a Madeira, tendo-se deslocado novamente à Ilha em 2009 e em 2012, a convite da delegação da UBP da Madeira, tal como muitos outros mestres budistas. A 19 de novembro de 2010, chegou à Madeira a Exposição de Relíquias do Buda e de Outros Grandes Mestres Budistas. A delegação da Madeira da UBP tem promovido, entre outras atividades, palestras, ensinamentos e retiros com vários mestres budistas.



Fig. 2 – Cartaz de atividade do Centro Budista da Madeira, 5 de setembro de 2020.

Na Madeira, existe uma delegação do Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (CASA), de inspiração budista, desde outubro de 2007 (um mês depois de esta associação ter começado a sua atividade em Lisboa, a 22 de setembro de 2007, no último dia de ensinamentos do Dalai Lama em Portugal, em que Tulku Pema Rinopoche distribuiu comida e roupas aos sem-abrigo), como forma de contribuir para atenuar o sofrimento dos mais pobres e para o bem-estar de todos os seres. Na Madeira, em finais de 2015, a associação tinha já 250 voluntários, no Funchal, Calheta, Ponta do Sol e Santa Cruz. Nas diferentes delegações da CASA, a chamada "Casa Amiga" – espalhada por muitos outros países da Europa e do mundo – vai também semanalmente à residência das pessoas desfavorecidas levar um cabaz de alimentos. Também a associação ecologista Mother Earth, outro projeto de Tulku Pema Rinpoche para proteger o planeta, ou "mãe" Terra, está na Madeira desde 2014, tendo sido criada em Portugal a organização internacional Protector of Life, a 30 de maio de 2012, com o propósito de libertação de um milhão de vidas de animais por ano.

Outra linha de orientação do budismo que existiu na Madeira foi a Nova Tradição Kadampa, do inglês New Kadampa Tradition (NKT), introduzida na Ilha em 2002. Esta linha do budismo surgiu em Inglaterra nos anos 80 do séc. XX e tem o seu principal centro no Noroeste de Inglaterra, onde se encontra o Kadampa World Peace Temple. Foi em maio de 1991 que Geshe Kelsang Gyatso deu o nome de NKT a esta orientação budista que segue a doutrina dos seus livros. Na Madeira, a Nova Tradição Kadampa teve um centro de meditação denominado Centro Avalokiteshvara (Buda da Compaixão), que oferecia aulas de meditação e organizou várias atividades de âmbito espiritual, como retiros espirituais budistas e ensinamentos de mestres budistas do NKT. Terminou as suas atividades no verão de 2008.

No começo do séc. XXI, havia 400 milhões de budistas espalhados pelo mundo, nas suas diversas tradições, sendo o budismo a quarta grande religião mundial.

Bibliog.: impressa: DALAI LAMA, *A Sabedoria para Viver. Dalai Lama em Portugal*, Lisboa, Ésquilo, 2007; KAY, David N., *Tibetan and Zen Buddhism in Britain. Transplantation, Development and Adaptation*, London/New York, Routledge Curzon, 2004; KHARISHNANDA, Yogi, *O Evangelho de Buda. Transcrito dos Pitakas, as Escrituras Sagradas do Budismo*, São Paulo, Pensamento, 2004; RICARD, Matthieu *et al*., *O Budismo e a Natureza da Mente*, Lisboa, Mundos Paralelos, 2005; RINPOCHE, Sogyal, *O Livro Tibetano da Vida e da Morte*, Lisboa, Prefácio, 2001; SILVA, Georges da, e HOMENKO, Rita, *Budismo, Psicologia do Autoconhecimento. O Caminho da Correta Compreensão*, São Paulo, Pensamento, 2001; TEIXEIRA, António Coelho, "Estudos. História do budismo em Portugal e da União Budista Portuguesa", *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, ano VI, n.º 11, 2007, pp. 225-244; **digital:** *Fundação Kangyur Rinpoche*: http://www.krfportugal.org/pt/mestres.php (acedido a 11 ago. 2016).

NAIDEA NUNES

Bulas

As cartas papais do Arquivo Histórico da Diocese do Funchal (AHDF) incluem bulas do bispado e do arcebispado, bulas e transuntos de bulas de confirmação dos bispos, tendo por vezes agregados papéis referentes à sagração e posse destes, bem como um "Sumário" da Bula da Cruzada, pertencentes quer ao Arquivo do Bispado, quer ao do Cabido da Sé. Algumas bulas foram identificadas por Orlando de Freitas Morna e microfilmadas pelo Arquivo Regional da Madeira (ABM) em 1998, outras poderão integrar o Arquivo dos Bispos.

Entre 2010 e 2014, tiveram início a pesquisa e o tratamento sistemáticos destas bulas, sendo identificadas oito bulas propriamente ditas (sete das quais lamentavelmente despojadas dos selos pendentes). A exemplo de quantos publicaram as principais bulas do Funchal – D. António Caetano de Sousa, Luís Augusto Rebelo da Silva, Ricardo Augusto de Sequeira, Fernando Augusto da Silva, Charles-Martial de Witte, Manuel Juvenal Pita Ferreira –, Orlando de Freitas Morna e Maria da Cunha Paredes pesquisaram e transcreveram bulas e transuntos de bulas, certidões e treslados destas lançados em livros de registo, elaborando, respetivamente, traduções e sumários.

Bulas do bispado e do arcebispado (1514-1551)

Todas datadas de 12 de junho de 1514, a *Pro Excellenti Praeeminentia*, carta de fundação da Diocese do Funchal, a *Gratiae Divinae Praemium* (dirigida ao rei) e a *Hodie Ecclesiae Nostrae*

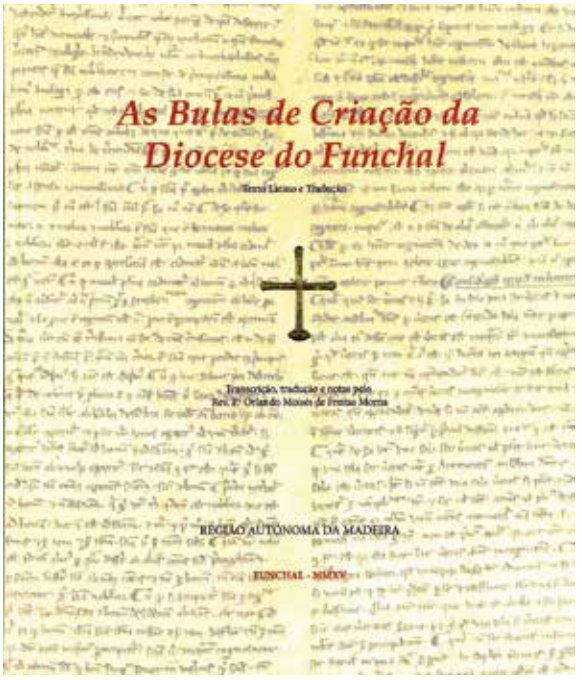


Fig. 1 – *As Bulas de Criação da Diocese do Funchal* (2015), texto latino, trad. e notas de Orlando Moisés de Freitas Morna.

Funchalensis (ao Cabido da Sé) foram entregues ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Só a bula *Hodie Ecclesiae Funchalensis*, comunicando ao clero a nomeação do primeiro bispo, ficou na posse do AHDF. O Arquivo Secreto do Vaticano (ASV) tem o registo da bula *Aequum Reputamus* de ereção do arcebispado e o das bulas do arcebispo D. Martinho de Portugal, cuja data (3 de novembro de 1534) e emissão foram questionadas. Não obstante, uma cédula consistorial de 31 de janeiro de 1533 endereçada ao Governo português (no ANTT) e os termos da bula *Romani Pontificis Circunspectio* de 8 de julho de 1539 comprovam a criação do arcebispado, tendo esta última bula, aliás, sido trasladada [1586] no tombo do Cabido da Sé como *Bulla da Erecção e Confirmação de Metropolitana e Primâs do Oriente à Jgreja do Funchal*. As transferências de jurisdição do espiritual deste arquipélago, as alterações da sua organização eclesiástica, serviram um plano de afirmação do poder régio que "degenerou" em "absorvente" centralização administrativa, com resultados catastróficos para as ilhas da Madeira (AZEVEDO, 1873, 313-314). O recém-criado arcebispado foi desmembrado pela bula *Gregis Dominici* (5 de agosto de 1536) e extinto pela *Super Universas Orbis Ecclesias* (1551), de que o AHDF conserva um transunto em forma probante cujo selo foi cortado.

Bulas dos bispos

Teve a Diocese, até 2015, um arcebispo e 32 bispos. Encontram-se no AHDF a bula de D. Diogo Pinheiro já referida, bulas de D. Luís de Figueiredo (duas), D. Lourenço de Távora (duas) e de D. António Teles da Silva (uma), bem como transuntos das de D. João do Nascimento, D. João Joaquim Bernardino de Brito, D. Francisco José Rodrigues de Andrade e D. José Xavier da Cerveira e Sousa. Não se encontraram quaisquer bulas de D. Fernando de Távora (1570-1573), D. Jerónimo Barreto (1574-1585), D. Jerónimo Fernando (1618-1650) ou D. Luis Rodrigues Vilares (1797-1810), não obstante estas terem sido guardadas no arquivo secreto da Câmara

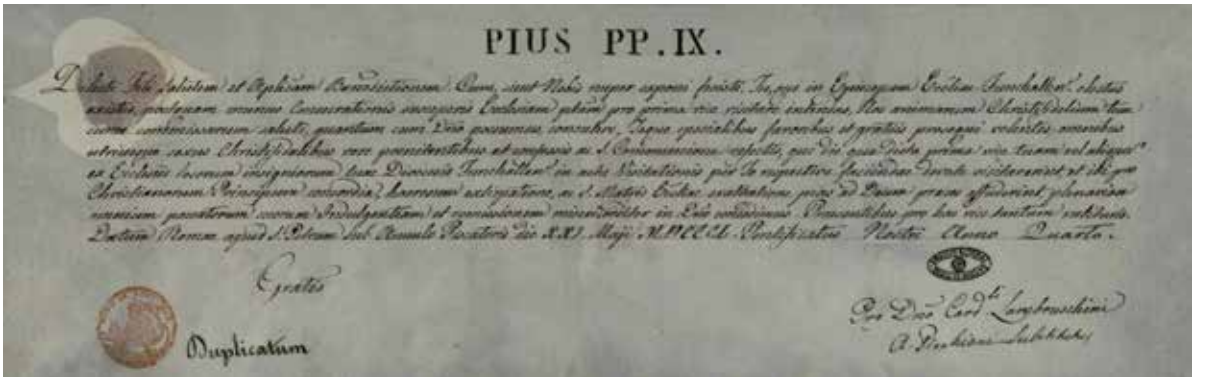


Fig. 2 – Transunto da bula *Apostulatus Officium*, do Papa Pio IX, provendo a D. Manuel Martins Manso no bispado do Funchal, 20 de maio de 1850 (ANTT, Bulas, mç. 60, n.º 8).

Eclesiástica, conforme anotado à margem de um livro de registo.

A coleção Bulas do ANTT tem as cartas *ad regem* confirmando diversos prelados funchalenses. D. Joaquim de Menezes e Ataíde, nomeado vigário apostólico em 1810 por breve do núncio D. Lourenço de Calepio, arcebispo de Nisibi, sofreu pertinaz oposição de membros do Cabido e nunca foi provido bispo, apesar dos importantes serviços que prestou – conferiu novos estatutos à Sé, concluídos em 1814, e um moderno e completíssimo regulamento ao hospital da Misericórdia do Funchal. As cartas papais formalizando a investidura episcopal atestam que a Santa Sé confirmava o eclesiástico nomeado pelo soberano em razão das suas virtudes e competências, autorizando-o a receber a sagração de qualquer bispo "em graça e comunhão" com a Igreja e remetendo-lhe a fórmula do juramento de fidelidade a prestar ao papa, como pode ler-se, *e.g.*, na bula *Cum Nos pridem*, dirigida, a 3 de junho de 1740, ao bispo eleito, D. frei João do Nascimento, que governou de 1741 a 1753. O juramento e a profissão de Fé Católica do "eleito" eram enviados para Roma, com uma informação da sua vida e costumes e outra acerca da igreja a que ele era candidato. Em contrapartida, o papa exortava autoridades, clero e povo diocesanos a que lhe obedecessem com reverência, sob pena de ratificação da sentença por ele proferida contra os rebeldes.

Bula de Fermo

José António Segurado e Campos traduziu uma bula datada de 16 de novembro de 1569 que em nada diz respeito à Madeira e cuja presença no arquivo diocesano é ainda um mistério. Segundo aquele latinista, neste documento do tipo DIGNVM Pio V impõe a Lorenzo Lenzi, bispo de Fermo, o universitário Giovanni da Gasparis para administrador das capelas de S.ta Maria dos Anjos e de S. João Evangelista na igreja paroquial de Lapedona (*Castrum Lapidone*). Poderá ter existido um litígio entre o candidato favorecido pelo pontífice e outros apresentados por patronos diferentes, nomeadamente o abade do mosteiro beneditino de Santa Cruz, em Fonte Avelana, o qual, desde o séc. XII, tinha direitos reconhecidos pelos bispos de Fermo sobre algumas igrejas da diocese. De todas as bulas do AHDF, só esta conserva a «bolla» de chumbo que servia para validar o documento e cerrar o pergaminho que, meticulosamente dobrado, compunha o seu próprio invólucro, pequeno e resistente.

Summario da Bulla da Santa Cruzada Concedida pelo Santíssimo Padre Leão XIII

Documento impresso e assinado em 1899 pelo comissário e executor geral da bula, António, bispo de Betsaida, concede a Manuel Gomes Pestana – pela oferta de 40 réis para as igrejas mais pobres da monarquia e para os seminários dedicados a formar o clero, consagrado à propagação do evangelho – a indulgência plenária dispensada por bula de Leão XIII (21 de maio de 1898) ao rei, aos seus súbditos e aos fiéis moradores nos seus reinos: este papa, como os seus antecessores, estimulava a colaboração de Portugal no esforço missionário. Para alcançar as graças prometidas na bula, deviam os fiéis dar a esmola taxada e receber o *Summario* "com seus nomes nele escritos, e de outro modo lhes não valerá", ao que se chamava "tomar a bula", ou "tomar o sumário". Mandava o santo padre que os pregadores da bula, aprovados pelo ordinário do lugar, nada propusessem além do expresso na mesma e que não obrigassem, apenas exortassem, os fiéis a concorrer com suas esmolas.

Documentação complementar

Existe documentação complementar no AHDF, no Arquivo do Cabido da Sé do Funchal, no ABM, no ANTT e no Arquivo Histórico Ultramarino. D. Teodoro de Faria (bispo do Funchal entre 1982 e 2007) ofereceu ao AHDF imagens digitais de diversos documentos do ASV relacionados com as bulas dos bispos.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal; ACDF, Arquivo do Bispado, Bulas do Bispado e dos Bispos; *Ibid*., Arquivo do Bispado, Registo Geral da Câmara Eclesiástica; *Ibid*., Arquivo do Cabido da Sé,

Tombo, liv. 104; ANTT, Bulas, mç. 60, n.º 8; *Ibid.*, Cabido da Sé do Funchal; **impressa:** BRUNET, Jean-Louis, *Le Parfait Notaire Apostolique et Procureur des Officialitez, Contenant les Regles et les Formules de Toute Sorte d'Actes Ecclesiastiques...*, Paris, Claude Robustel, 1730; *As Bulas de Criação da Diocese do Funchal*, texto latino, trad. e notas de Orlando Moisés de Freitas Morna, Funchal, Região Autónoma da Madeira, 2015; FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *A Sé do Funchal*, Funchal, JGDAF, 1963; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. Historia das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*, Funchal, Typ. Funchalense, 1873; MORNA, Orlando de Freitas, e PAREDES, Maria da Cunha, *Bulário Funchalense I. Sumários, Transcrições e Traduções das Bulas de Criação do Bispado, do Arcebispado e dos Bispos (1514-2007)*, texto não publicado; SILVA, Fernando Augusto da, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, vol. 1, Funchal, s.n., 1946; *Id.*, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; WITTE, D. Charles--Martial de, "Les bulles d'érection de la province ecclésiastique de Funchal", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XIII, 1962-1963, pp. 79-136.

Maria Favila Vieira da Cunha Paredes

Bulwer, James

O reverendo inglês James Bulwer nasceu em Aylsham, Norfolk, a 21 de março de 1794, falecendo em Blickling a 11 de junho de 1879. Tendo estudado no Colégio de Jesus, em Cambridge, onde obteve o grau de mestre em 1823, teve lições de pintura com John Sell Cotman (1784-1842), tornando-se depois naturalista e membro da Linnean Society. Estabeleceu contactos com outros naturalistas e especializou-se em moluscos, deslocando-se por duas vezes à Madeira, onde efetuou desenhos que seriam, dois anos depois, passados a litografia em Londres e que constituem alguns dos mais antigos elementos iconográficos das ilhas da Madeira e do Porto Santo.

James Bulwer ordenara-se diácono em 1818 e padre anglicano em 1822, tornando-se cura da paróquia de Booterstown, em Dublin, no ano seguinte. Passou depois para Bristol, em 1831, e para a capela de St. James, em Picadilly, em 1833. Deixou Londres em 1839, regressando a Norfolk, onde ocupou os lugares de cura em Blickling e, depois, em Hunworth. Passou, entretanto, alguns invernos em Portugal continental, em Espanha e na ilha da Madeira. Enquanto esteve na Ilha, contou com a companhia do seu amigo naturalista, filósofo e também reverendo Alfred Lyall (1796-1865), e juntos estudaram a fauna marinha da Região. Embora amador, tornou-se um pintor aguarelista de certa nomeada, entre o romantismo e o naturalismo, editando alguns dos seus



Fig. 1 – Rev. James Bulwer, Frederick Sandys, 1858 (National Gallery of Canada).

desenhos de Portugal continental e da Madeira. Foi igualmente antiquário, estando na base da recolha da Norfolk Collection, iniciada pelo seu professor e amigo John Sell Cotman. Trabalhou também como arquiteto na adaptação da *prior's door* da Catedral de Ely, em Cambridgeshire, em que se reconhece a influência de Johan Ruskin e dos pré-rafaelitas.

Das suas estadas na Madeira – na primavera de 1825, nos finais desse ano e nos inícios de 1826, esta última com Alfred Lyall, que fora acompanhar a sua irmã doente – resulta o seu trabalho *Views in the Island of Madeira*, litografado por William Westall (1781-1850) e outros e editado em Londres, em 1827. Na mesma altura, Alfred Lyall editou *Rambles in Madeira, and in Portugal*, publicado em 1827 e 1828, trabalho que deve ter realizado, de certa forma, com o reverendo anglicano, pela maneira como se completam, contendo várias referências um ao outro. O álbum de James Bulwer apresenta 26 paisagens urbanas e naturais do arquipélago e mais 3 pequenas vinhetas, sendo



Fig. 2 – *Views in the Madeiras, Executed on Stone by Messes, Westall, Nicholson, Harding, Nash, Villeneuve Gauci, &c. &c. after Drawing Made from Nature by the Revd. James Bulwer* (1827), de James Bulwer.

dedicado ao cônsul George Sttodart (1795-c. 1860), ao qual agradece a gentileza e amabilidade dispensadas nas suas estadas. O autor explica que procurou ser fiel à realidade e, como critério de execução dos desenhos, apresentar mais os aspetos notáveis das localidades do que os seus atrativos pitorescos. Nos pequenos textos que acompanham as litografias, faz ainda sumárias apreciações sobre as mesmas e remete para as edições de Lyall quanto aos aspetos mais globais, *e.g.*, o clima.

Na viagem que fez à Madeira na primavera de 1825, Bulwer deslocou-se à Deserta Grande, onde pernoitou, tendo contacto com as aves marinhas que ali nidificavam. É muito provável que tenha sido nessa altura que colheu um exemplar de alma-negra, que mais tarde, em 1828, foi descrito por William Jardine e Prideaux John Selby, em sua honra, como *Procellaria bulwerii*, depois designado *Bulweria bulwerii* (*Bulwer's petrel*, em inglês). Este holótipo foi depositado na coleção de aves do Museu de História Natural de Tring, em Inglaterra.

Com bons conhecimentos nas áreas da arquitetura e da paisagem humanizada, James Bulwer soube captar aspetos importantes da Madeira e do Porto Santo, sendo seus os mais antigos registos iconográficos da ilha do Porto Santo, mas também da Calheta, do Curral das Freiras e de Santa Cruz, destacando-se o registo que fez do pelourinho desta última vila como um dos poucos que se conhece. Desenhou também a vila de Machico, entre outros



Fig. 3 – Porto Santo, cidade, litografia de desenho do Rev. James Bulwer (BULWER, 1827).

lugares, tornando-se os seus desenhos imprescindíveis para o estudo da arquitetura, do urbanismo e dos aspetos singulares das paisagens regionais. Com a dispersão da sua coleção particular, ainda não foi possível localizar qualquer dos trabalhos originais feitos por Bulwer na Madeira.

James Bulwer, enquanto pároco da capela de Saint James, em Piccadilly, Londres, esteve presente na coroação da Rainha Vitória, em 1838, e, no ano seguinte, deixou Londres com destino ao condado de Norfolk, onde exerceu o seu magistério em diversas paróquias. Foi casado com Eliza Redfoord, com quem teve três filhos e uma filha.

Bibliog.: BULWER, James, *Views in the Madeiras, Executed on Stone by Messes, Westall, Nicholson, Harding, Nash, Villeneuve Gauci, &c. &c. after Drawing Made from Nature by the Revd. James Bulwer*, London, C. & J. Rivington, 1827; BURY, Stephen, *Benezit Dictionary of British Graphic Artists and Illustrators*, New York, Oxford University Press, 2012; CAMACHO, Ana Margarida Sottomayor Araújo, "James Bulwer", in *Obras de Referência dos Museus da Madeira. 500 Anos de História de Um Arquipélago*, catálogo de exposição comissariada por Francisco Clode de Sousa, e patente na Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, 21 nov. 2009-28 fev. 2010, Funchal, DRAC, 2009, pp. 372-377; LYALL, Alfred, *Rambles in Madeira, and in Portugal in the Early Part of M.DCCC.XXVI with An Appendix of Details, Illustrative of the Health, Climate, Produce and Civil History of the Island*, London, C. & J. Rivington, 1827; MEARNES, Barbara, e MEARNES, Richard, *Biographies for Birdwatchers. The Lives of Those Commemorated in Western Palearctic Bird Names*, London, Academic Press, 1988; NASCIMENTO, João Cabral do, *Estampas Antigas da Madeira*, Funchal, Club Rotário do Funchal, 1935; SAINZ-TRUEVA, José de (org.), *Viagens na Madeira Romântica*, catálogo de exposição comissariada por José de Sainz-Trueva, e patente no Teatro Municipal do Funchal, dez. 1988-jan. 1989, Funchal, DRAC, 1988; SOUSA, Francisco Clode de, "Aparências e permanências", in *Estampas, Aguarelas e Desenhos da Madeira Romântica*, catálogo de exposição patente na Casa-Museu Frederico de Freitas, jul.-dez. 1988, Funchal, DRAC, 1988, pp. 15-38.

MANUEL BISCOITO
RUI CARITA

Busk, George

George Busk, cirurgião e naturalista, trabalhou durante 25 anos para a Seamen's Hospital Society (SHS), em Greenwich, Reino Unido, e fez importantes contribuições para os campos da epidemiologia e da parasitologia. Como naturalista, estudou os invertebrados marinhos do filo Bryozoa e descreveu 45 espécies com base nos exemplares fornecidos por James Y. Johnson.

Busk nasceu a 12 de agosto de 1807, filho de colonos ingleses, em São Petersburgo, Rússia. Completou todos os seus estudos no Reino Unido, primeiro na Dr. Hartley's School, em Yorkshire, e, depois, na Royal College of Surgeons, em Londres. Como médico, contribuiu para o conhecimento de diferentes epidemias. Em 1838, *e.g.*, publicou, juntamente com o seu colega George Budd, um relatório sobre 20 casos de cólera (*Report of Twenty Cases of Malignant Cholera that Occurred in the Seamen's Hospital-Ship*) e escreveu relatórios para a SHS sobre outras doenças, como o escorbuto e a varíola. Também no campo da parasitologia, fez valiosas descobertas, tendo, em 1843, descrito 14 vermes parasitários do duodeno. Estes trematodes foram depois chamados *Fasciolopsis buski* em sua honra. As suas aportações nesta área tornaram-no tão conhecido que, numa carta a Charles Darwin de 1863, Joseph Hooker descreve Busk como "o cérebro mais fértil que conheço em tudo o que diz respeito ao estômago" ("George Busk", *Darwin Correspondence…*), facto que levou Darwin a escrever-lhe para pedir conselho sobre os seus próprios sintomas gástricos. Darwin também escrevera a Busk para pedir a sua opinião sobre outros assuntos, nomeadamente se haveria alguma relação entre a cor do cabelo e a suscetibilidade às doenças tropicais nos soldados britânicos, e sobre a evolução dos Bryozoa. Em 1864, Busk, na altura membro do conselho da Royal Society, foi um dos que persuadiram a Sociedade a outorgar a Darwin a medalha Copley, a condecoração de maior prestígio no domínio das ciências.

Durante a sua vida, especialmente após a sua reforma da SHS, em 1855, George Busk dedicou-se ao estudo dos Bryozoa (ou Polyzoa). Embora não haja registos de ter estado alguma vez na Madeira, recebeu muitas amostras de Bryozoa desta ilha enviadas por James Yate Johnson (1820-1900) e fez uma contribuição importante para o seu conhecimento, descrevendo no total – como se referiu – 45 espécies nos vários artigos que publicou no *Quarterly Journal of Microscopical Science*: "Zoophytology", "On some Madeiran Polyzoa", e "Catalogue of the Polyzoa, collected by J. Y. Johnson, Esq. at Madeira in the years 1859 and 1860", tendo a sua coleção sido depositada no

Museu de História Natural de Londres. Um novo género de Bryozoa, *Buskia*, foi-lhe dedicado por Alder, em 1856.

George Busk também se interessou pela paleontologia. Traduziu o trabalho no qual Shaaffhausen descrevia os restos de esqueletos humanos descobertos no vale de Neander ("o homem de Neandertal") e, em 1863, viajou até Gibraltar para visitar a caverna onde tinha sido descoberto, em 1848, o primeiro crânio adulto de Neandertal. Foi o responsável por levar para Londres este "crânio de Gibraltar", publicando o resultado das suas observações em 1864, no *The Reader*, com o título "Pithecoid priscan man from Gibraltar".

Casou-se, em 1843, com uma prima direita, Ellen, de quem teve duas filhas. Foi membro de muitas sociedades científicas e ganhou vários reconhecimentos. Por exemplo, foi um dos fundadores da Microscopical Society, em 1839, foi nomeado membro da Linnean Society, em 1846, da Royal Society, em 1850, da Zoological Society, em 1856, e da Geological Society, em 1859. Recebeu a medalha Real, em 1871, a medalha Lyell, em 1878, e a medalha Wollaston, em 1885.

Faleceu na sua residência em Londres, a 10 de agosto de 1886.

Obras de George Busk: *Report of Twenty Cases of Malignant Cholera That Occurred in the Seamen's Hospital-Ship* (1838) (coautoria); "Zoophytology" (1858); "On some madeiran polyzoa" (1858-1859); "Catalogue of the polyzoa, collected by J. Y. Johnson, Esq. at Madeira in the years 1859 and 1860" (1860--1861); "Pithecoid priscan man from Gibraltar" (1864).

Bibliog.: impressa: COOK, Gordon, "George Busk, FRS (1807-1886). Surgeon, zoologist, parasitologist and palaeontologist", *Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, n.º 90, 1996, pp. 715-716; FRIDAY, Adrian, "George Busk", in PEARN, Alison (org.), *A Voyage round the World*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009, p. 67; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; **digital:** "Busk, George (1807--1886)", *Plarr's Lives of the Fellows Online*, The Royal College of Surgeons of England, 2006: http://livesonline.rcseng.ac.uk/biogs/E000197b.htm (acedido a 8 set. 2016); "George Busk", *Darwin Correspondence Project*, s.d.: https://www.darwinproject.ac.uk/george-busk (acedido a 8 set. 2016).

Pamela Puppo

Cabaço, Artur de Almeida

Nascido em 1881, Artur de Almeida Cabaço foi um militar português que desempenhou as funções de governador civil do distrito do Funchal, entre 9 de fevereiro de 1931 e 20 de dezembro de 1933.

No decorrer dos levantamentos populares ocorridos entre 4 e 9 de fevereiro de 1931, que ficaram conhecidos como a Revolta da Farinha, em protesto contra o famigerado dec. n.º 19.273, de 26 de janeiro de 1931, António Oliveira Salazar envia para a ilha da Madeira o coronel de Infantaria Feliciano António da Silva Leal, nomeado pelo dec. n.º 19.316, de 9 de fevereiro de 1931, delegado especial das ilhas adjacentes, concedendo-lhe poderes ilimitados. Silva Leal chegara à ilha da Madeira apoiado pela Companhia de Caçadores 5, comandada pelo Cap. Artur de Almeida Cabaço, tendo chegado ao Funchal na manhã de 9 de fevereiro de 1931, no vapor *Pedro Gomes*.

A Unidade de Caçadores 5 era composta, segundo o *Diário de Notícias*, por 120 praças e coadjuvada pelo Ten. Sílvio Pelico, pelo Ten. Camões e pelo tenente-médico Saavedra, com uma secção de metralhadoras n.º 1, com 40 praças e 2 sargentos, comandada pelo Alf. Ferreira e Sacadura.

As primeiras medidas tomadas por Silva Leal, enquanto delegado especial, foram exonerar do cargo de governador civil do distrito do Funchal o coronel de Infantaria n.º 13, José Maria de Freitas, e nomear o Cap. Artur de Almeida Cabaço.

O *Diário de Notícias* apresentava em breves pontos uma biografia de Artur A. Cabaço, classificando-o como "um dos oficiais mais disciplinadores e distintos" da unidade que há três anos então comandava, apresentando, assim, uma "longa e brilhante folha de serviços", nos quais ocupou "vários cargos de responsabilidade", nomeadamente o de comissário de polícia de Macau, bem como a benéfica ação na



Chegada do Cap. Artur de Almeida Cabaço e do Cor. Silva Leal, delegado especial do Governo, março de 1931, Funchal (arquivo de Faria Paulino).

"pacificação de Timor" ("Os ultimos acontecimentos…", *DN*, 11 fev. 1931, 1-2). O Estado Novo quis recompensar esses serviços com a atribuição da experiência na "missão pacificadora" de que ambos estavam incumbidos, por Salazar, na ilha da Madeira. No discurso de posse, Artur A. Cabaço, num "tom de simplicidade e sinceridade", assinalava que aceitara o cargo atendendo à "necessidade do momento", sem chamar para si quaisquer "pretensões", pois toda a sua carreira era a de um militar. Terminou o discurso dirigindo-se ao então secretário-geral, António Joaquim Cautela Júnior, referindo que esperava deste não apenas a mera lealdade que a hierarquia exigia (*Ibid.*, 2).

Na manhã de 4 de abril de 1931, um mês depois da Revolta da Farinha, que levou o Cap. Artur A. Cabaço à Madeira, a Companhia 5, que o próprio comandara, iniciava um movimento revolucionário, que ficou para a História como a Revolta da Madeira, ou também como a Revolta dos Deportados, por ter sido liderada na sua maioria por militares expatriados. O Cap. Artur A. Cabaço, juntamente com Silva Leal, José Mara de Freitas e outros oficiais que não alinharam com os revoltosos, permaneceu preso, primeiramente, na prisão do Lazareto, tendo sido transferido para o palácio de S. Lourenço e voltando novamente para a prisão do Lazareto, onde permaneceu até ao fim da Revolta, a 2 de maio de 1931.

Com o epílogo da Revolta, o Cap. Artur A. Cabaço retomou de imediato as funções de governador civil, tendo emitido uma nota oficiosa, às 14.00 h do dia 2 de maio de 1931, apelando a todos os funchalenses para que, com a mais absoluta urgência, a cidade retomasse a normalidade, prosseguindo assim cada um nos seus ofícios e ocupações e, deste modo, "trabalhando para o progresso desta linda Madeira e para o engrandecimento da Pátria e da República Portuguesa", furtando-se de qualquer manifestação pública ("O pronunciamento militar da Madeira", *DN*, 3 maio 1931, 2).

O Cap. Artur A. Cabaço pediu a demissão do cargo de governador civil a 20 de dezembro de 1933, tendo sido nomeado para o substituir António Correia Caldeira Coelho. Na imprensa regional, a notícia do pedido de exoneração do Cap. Artur A. Cabaço foi acompanhada por textos assaz laudatórios que exaltavam a sua benéfica ação enquanto governador civil "num dos períodos mais difíceis da vida madeirense" ("Governador civil do Funchal…", *DN*, 23 dez. 1933, 1). Tanto o *Diário de Notícias* como *O Jornal* eram unânimes em elevar as suas qualidades enquanto governante estudioso e atento da difícil realidade madeirense, tendo realizado, segundo *O Jornal*, "relatórios e trabalhos extensos sobre muitas das mais importantes questões da Madeira, que, se não podem vir a lume pela sua especial natureza, ficarão porém constituindo, nas estações superiores, uma valiosa documentação" ("Governador civil do Funchal", *O Jornal*, 23 dez. 1933, 1). O *Diário de Notícias* publicava ao lado do texto de homenagem a fotografia do Cap. Artur A. Cabaço, lembrando que durante o período de governação não esquecera as classes mais desprotegidas, devotando-lhes "particular carinho" ("Governador civil do Funchal…", *DN*, 23 dez. 1933, 1).

Ainda na vigência do seu cargo de governador do distrito do Funchal, o Ministério do Interior viria a propor a concessão da comenda da Ordem Militar de Cristo. Artur A. Cabaço viria a falecer em 1955.

Bibliog.: manuscrita: ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 459, pt. 21/81; **impressa:** "Governador civil do Funchal", *O Jornal*, 23 dez. 1933, p. 1; "Governador civil do Funchal, capitão Almeida Cabaço", *Diário de Notícias*, Funchal, 23 dez. 1933, p. 1; "O pronunciamento militar da Madeira", *Diário de Notícias*, Funchal, 3 maio 1931, pp. 1-2; "Os últimos acontecimentos", *Diário de Notícias*, Funchal, 8 abr. 1931, pp. 1-3; "Os ultimos acontecimentos no Funchal", *Diário de Notícias*, Funchal, 11 fev. 1931, pp. 1-2.

CARLOS BARRADAS

Cabedo, João Octávio da Costa

Nasceu no Funchal, na freguesia de Santa Luzia, a 2 de agosto de 1885, filho do Alf. João Augusto da Costa Cabedo, natural de Angra do Heroísmo (aposentado no posto de tenente-coronel), e de Matilde Amélia Fernandes Cabedo, natural do Funchal, tendo sido batizado a 12 de setembro desse mesmo ano. Casou com Madalena Cuibem Jardim, a 2 de agosto de 1906, na igreja paroquial de S.ta Luzia.



O ATENTADO DA MOITA

Durante os acontecimentos motivados pela gréve, o administrador da Moita, sr. João da Costa Cabedo, foi agredido barbaramente por um grupo armado e faleceu em 5 de fevereiro, no hospital de S. José, vitima dos ferimentos recebidos.

Os espiritos andavam agitados e ele, no cumprimento do seu dever, mandou prender alguns individuos, que dentro em pouco uma comissão ia pedir-lhe para soltar, ao que não acedeu, sendo, ao regressar á administração do concelho, atacado á machadada por um grupo.

Procurando defender a cabeça com a mão direita o machado decepou-lhe dois dedos e o desditoso com o craneo fendido, ficou na rua n'uma poça de sangue, sendo pouco depois conduzido para Lisboa, onde desveladamente o dr. Francisco Gentil pretendeu salval-o.

O sr. João da Costa Cabedo tinha 26 anos de edade, fôra estudante da Universidade, mas renunciára á sua carreira todo levado pela sua vocação literaria. Com o pseudonimo de *João Claro* assignára no *Intransigente*, de que era redator desde a sua fundação, algumas cronicas interessantes e esperava sair de Lisboa para um consulado longinquo, onde começaria a sua primeira novela, a que daria a sua inteligencia, a sua cultura, a sua fórma artistica, tão significativamente reveladas nos seus anteriores trabalhos.

Notícia do falecimento de João Octávio da Costa Cabedo (*Ilustração Portugueza*, 12 fev. 1912, 205).

Concluído o ensino secundário no Liceu Nacional do Funchal, matriculou-se em Direito na Univ. de Coimbra, onde foi aluno de Afonso Costa, passando a participar nos comícios do Partido Republicano nos finais do regime monárquico. Abandonou, entretanto, Direito, acabando por matricular-se no Curso Superior de Letras, em Lisboa.

Com apenas 17 anos, foi diretor interino do jornal *O Direito*, do Funchal, e colaborou com vários jornais, nomeadamente o *Rebate*, *O Povo* e o *Jornal dos Açores*. Após o triunfo da república, a 5 de outubro de 1910, colaborou, com temas políticos, com o jornal *O Povo de Aveiro* e foi um dos redatores do *Intransigente*, onde usou o pseudónimo de João Claro.

Faleceu no Hospital de S. José, a 5 de fevereiro de 1912, na sequência de um linchamento perpetrado, na madrugada do dia 1 de fevereiro, por trabalhadores rurais em greve, na Moita, distrito de Setúbal, onde era administrador do concelho, por se ter recusado a libertar alguns dos grevistas que estavam presos. Após a sua morte, foi concedida ao seu filho menor, João da Costa Cabedo, que só então foi perfilhado, uma pensão anual de 360$000 réis, até atingir os 21 anos.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Registos Paroquiais, Santa Luzia, Batismos, liv. 1491, 1885, fl. 42v.; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Santa Luzia, Casamentos, liv. 6500 A, 1906, fl. 10v.; **impressa:** "Os acontecimentos da Moita. Uma cena de selvagens. A morte do madeirense João Octávio da Costa Cabedo", *O Povo*, 8 fev. 1912, p. 1; *Actas da Câmara de Deputados*, sessão de 14 maio 1913; "Administrador linchado", *Diário de Notícias*, Funchal, 3 fev. 1912, p. 1; "Agredido à machadada. A morte dum nosso patrício", *Diário de Notícias*, Funchal, 9 fev. 1912, p. 1; "O atentado da Moita", *Ilustração Portugueza*, 12 fev. 1912, p. 205; "O caso da Moita. Todos os réus foram condenados a penas maiores", *Diário de Notícias*, Funchal, 17 maio 1912, p. 3; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; "Crónica fúnebre. Costa Cabedo", *O Povo*, 2 fev. 1912, p. 2; "É preso o suposto agressor do administrador da Moita", *Diário de Notícias*, Funchal, 13 fev. 1912, p. 2; "Pensão", *Diário de Notícias*, Funchal, 21 maio 1912, p. 1; *A República nos Concelhos da Margem Sul. Actas do Colóquio*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2011.

GABRIEL PITA

Cabedo, Maria Dulcelinda da Costa de

Filha do oficial do Exército Maj. João Augusto da Costa Cabedo e de Matilde Amélia Fernandes Cabedo, e neta de um dos heróis do Mindelo, Maximiliano Cabedo, a escritora nasceu



Fig. 1 – Maria de Cabedo, *cliché* Perestrelo, 1927 (*Ilustração Portugueza*, 16 out. 1927, 21).

em Santa Luzia, no Funchal, a 3 de julho de 1890, e faleceu, em Lisboa, em 1968. Casou-se com Nuno Catarino Cardoso (1887-1969), escritor cabo-verdiano, a 4 de maio de 1931, em Lisboa. Segundo o editor do *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, Maria de Cabedo descendia de Hugo Capeto, o primeiro rei da dinastia dos Capetos, que sucedeu à carolíngia, em França, reino do qual é oriunda a família que mais tarde se fixou em Espanha, no seu solar nas montanhas de Oviedo, e, depois, veio para Portugal. O primeiro membro da família a vir para o reino teria sido, segundo o mesmo autor, Diogo Pais de Cabedo, que acompanhou o filho de João I, o infante D. Pedro. Pela bisavó, Diogo de Cabedo descendia de nobres franceses, os Chermont, pelo que usava no seu ex-líbris o escudo desta família. O brasão da família de Maria de Cabedo é constituído por um fundo azul, tendo, de um dos lados, três flores-de-lis douradas e uma caldeira e, do outro, uma bandeira vermelha com dois crescentes. O escudo é encimado por uma flor-de-lis.

A família de Maria de Cabedo tinha vários membros ligados às letras, contando-se entre eles o irmão, João Octávio de Costa Cabedo, jornalista, colaborador em diversas publicações periódicas e cronista, com o pseudónimo João Claro, sob o qual escrevia "Carteira de um exótico", rubrica publicada no *Intransigente*, e o tio António de Cabedo, poeta e autor de *Cacholetas Literárias*. Não admira, assim, que Maria de Cabedo também se tenha interessado pela literatura, tendo publicado o livro *Phantasias e Realidades*, coleção de crónicas escritas para o *Diário da Madeira*, com prefácio de Alfredo Pimenta, e vários artigos literários em periódicos, nomeadamente na *Crónica Feminina,* na *Eva* (na qual assinava como Ivete), no *Diário de Notícias* (Funchal) (ocupando-se da rubrica "No meu caderno", dedicada aos bons ensinamentos e à doutrina) e no *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*. Neste assina, em 1932, dois textos sobre a Madeira: "A ilha da Madeira e as suas fontes de água pura", em que pinta um retrato idílico da Ilha, e "Um poeta madeirense desconhecido", sobre João Severino de Bettencourt Jardim, barão do Jardim e Torre. A autora aproveita este último para lamentar os poetas "perdidos por entre a turba! A alma portuguesa cheia de ternura e de sonhos nunca se cansa de expandir-se em suaves harmonias" (CABEDO, 1932, 370).

Maria de Cabedo fez diversas conferências em lugares de grande destaque, como o Teatro Politeama, em Lisboa, e nos Colóquios Olissipianos. O editor do *Almanaque* afirma que se dedicava com afinco à escrita, tendo preparado um livro de viagens sobre França, Suíça e Itália, uma novela intitulada *À Procura do Infinito* (de que publica um excerto na revista *Portugal Feminino*, dirigida por Maria Amélia Teixeira, publicação que reunia textos de escritoras e poetisas tão prestigiadas como Teresa Leitão de Barros, Fernanda de Castro e Florbela Espanca), de que se desconhece a edição, e um livro de crónicas.

Phantasias e Realidades é constituído por 26 capítulos, correspondentes a 26 textos de diversos estilos e temáticas, nas quais se incluem, como mais recorrentes, a morte, o amor e a religiosidade. Alfredo Pimenta salienta o espírito multifacetado da autora, as "tintas festivas", as frases sonoras, a "alma estruturalmente

emotiva, servida por uma imaginação exuberante", o espírito culto, nascido e criado "num meio quase cosmopolita como o do Funchal", que sabe impor a sua personalidade. Talvez o maior elogio que faz ao livro se prenda com a inexistência dos "processos lastimáveis" (que não explica) comuns a muitos exemplares de literatura feminina, interessando pela delicadeza do estilo (PIMENTA, 1927, 12-13).

Além dos textos de teor amoroso ou religioso, em que, na descrição de lugares e ambientes, opta por traços impressionistas ("Que me tem dito a paisagem, a luz, a cor? – Imenso e nada afinal – impressões, de tantas, vão a enevoar-se em doçura sem nome" (CABEDO, 1927, 87)) e tons líricos, a escritora inclui igualmente notas sobre as mulheres, a sua educação e a situação que as senhoras vivem na Madeira. No texto "Chronica feminina", ainda que julgue difícil as generalizações, já que cada ser é diferente por causa da educação, do temperamento e do meio envolvente, acredita que na mulher o que vence é a sua parte emotiva, o coração. Ainda que este não anule o uso da razão, tem sempre a vitória do seu lado, e é isso que caracteriza a sensibilidade do ser feminino.

A autora volta a tratar da mulher quando, no texto "Conversar", descreve a época de turismo na Madeira, com as "*touristes*, que alegram a nossa terra, espalhando risos, esquissando gestos" (*Id.*, *Ibid.*, 122), "*very smart*, num fundo de paisagem acolhedora" (*Id.*, *Ibid.*, 123). A comparação entre as estrangeiras e as nativas faz as madeirenses parecerem feias e ridículas, pela excessiva pretensão da maquilhagem e das roupas, arranjando-se como "*poupées demi-mondaines*" (as senhoras que, no séc. XIX, em França, eram sustentadas pelos amantes ricos), em contraste com a frescura e inocência das europeias. Maria de Cabedo aproveita para criticar a *coquetterie* e a falta de gosto artístico, considerando que as mulheres são como cartazes do seu interior, devendo, por isso, cultivar os talentos e o espírito e mostrar-se com simplicidade: "*Le monde marche*, mas certas mulheres parecem ainda estagnadas no charco de uma vaidade tola" (*Id.*, *Ibid.*, 134). Este pensamento é coerente com o que escreve em "Ler", texto

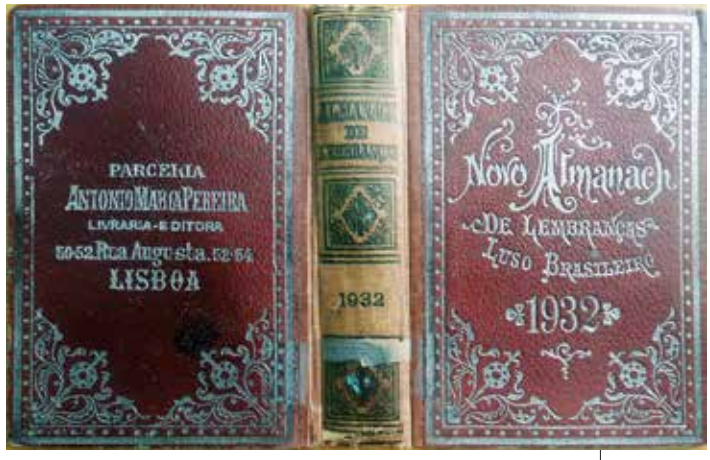


Fig. 2 – *Novo Almanach de Lembranças Luso Brasileiro*, 1932.

no qual, a propósito da biblioteca Utile Dulci, existente no Funchal, lamenta a pouca procura da mesma por parte das mulheres, que desviam a atenção para outras coisas e, "renegando o alimento espiritual" (*Id.*, *Ibid.*, 167), acabam por se revolver numa ignorância que provoca pena na autora.

Às elegantes e gentis, boas bailarinas e conversadoras, falta-lhes, segundo Maria de Cabedo,


OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXVI — JULHO DE 1963 — NÚMERO 103

Director, o Presidente da Junta Directiva
FERNANDO FREITAS SIMÕES

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"
Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º – Tel. 32 27 11
Tip. de Romes, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16

SUMÁRIO

Pág.
O Lugar de Mentula e a Quinta da Mitra por Ralph Delgado ... 131
Uma preciosa Capela reconhecida ao grande público por D. Maria de Cabedo Cardoso ... 142
Um centenário de Rafhael Bordallo Pinheiro pela Dr.ª Ana Maria Pereira da Gama ... 148
Sport Lisboa e Sport Lisboa e Benfica (Dois números «anti» de dois periódicos lisboenses) pelo Dr. Gilberto Monteiro ... 150
A Exposição Antoniana no Grupo «Amigos de Lisboa» ... 155
Actividade Cultural ... 160
Feira da Ladra ... 166

Capa: Estrela Gótica (Alfama), por José A. Vilares
Vinhetas de Figueiredo Sobral

Distribuição gratuita a todos os sócios
Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

Fig. 3 – *Olisipo* (jul. 1963).

o espírito, pois deixam-se levar pelo enfeite, pelo encanto ilusório, pelos atavios. No fundo, a escritora denuncia a falta de investimento intelectual, de leitura e dos conhecimentos que se conseguem através dela, criticando os preconceitos que ainda existem em relação à mulher letrada, ao afirmar que não é a leitura que perverte, desequilibra ou desorienta, muito menos os livros escolhidos da Utile Dulci. Em relação ao acervo desta biblioteca, lamenta a falta de livros em português, considerando, no entanto, que entre os livros de estudo se encontram obras essenciais: *L'Éducation de la Volonté*, de Payot, e *La Femme de demain*, de Étienne Lamy. A leitura desta última é aconselhada a todas as meninas da sua terra, pois nela se explica que a educação da mulher data de tempos remotos e que o seu valor e talento não é uma inovação do feminismo.

A educação feminina é, na sua opinião, de grande importância, pelo que não se coíbe de criticar as mulheres que não aproveitam para alargar os horizontes e a possibilidade de se educarem e serem cooperadoras do homem nas ciências modernas e na resolução dos problemas sociais. A educação não significa a recusa da mulher em ser calma, doce e detentora de especial compreensão espiritual, mas a conjugação dos atributos femininos com o conhecimento.

De tom poético e de natureza delicada, os textos de Maria de Cabedo caracterizam-se por breves impressões e apontamentos de lugares e de sentimentos. Apesar de não deixar de demonstrar uma certa ironia, principalmente quando se refere a um determinado mundo feminino, mais preocupado com a aparência e com a vida mundana do que com o cultivo do espírito, a autora investe principalmente nas descrições de paisagem e na forma como o efeito do espaço da Ilha se inscreve no espírito. As narrativas curtas têm como temática pequenos episódios e centram-se na efemeridade da vida, no amor e na espiritualidade.

A autora publicou ainda um artigo na revista *Olisipo*, em 1963, que assinou como D. Maria de Cabedo Cardoso, da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul, intitulado "Uma valiosa capela desconhecida do grande público", que saiu em separata e voltou a ser publicado em 1970.

Obras de Maria Dulcelinda da Costa de Cabedo: *À Procura do Infinito* (s.d.); *Phantasias e Realidade* (1927); "A ilha da Madeira e as suas fontes de água pura" (1932); "Um poeta madeirense desconhecido" (1932); "Uma valiosa capela desconhecida do grande público" (1963).

Bibliog.: impressa: CABEDO, Maria de, *Phantasias e Realidade*, Lisboa, Aillaud/Bertrand, 1927; *Id.*, "Um poeta madeirense desconhecido", *Novo Almanach LusoBrasileiro*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1932, pp. 369--370; CARDOSO, Maria de Cabedo, "Uma valiosa capela desconhecida do grande público", *Olisipo*, ano XXVI, n.º 103, jul. 1963, pp. 142-147; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; "D. Maria de Cabedo", *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, Lisboa, Parceira António Maria Pereira, 1931; *Ilustração Portugueza*, 16 out. 1927; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953; **digital:** MACEDO, L. S. Ascensão de, *Da Voz à Pluma. Escritoras e Património Documental de Autoria Feminina de Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde. Guia Biobibliográfico*, Ribeira Brava, ed. do Autor, 2013: file:///C:/Users/MariaJos%C3%A9/Downloads/Da_Voz_a_Pluma_Escritoras_e_patrimonio_d%20(2).pdf (acedido a 5 dez. 2017).

LUÍSA M. ANTUNES PAOLINELLI

Cabido

O cabido é um órgão colegial que, inicialmente, tinha por funções assegurar o serviço religioso da sé ou igreja a que pertencia, não só a celebração das missas, mas também, principalmente, a Liturgia das Horas, tendo, entretanto, alargado a sua função ao aconselhamento do bispo ou do seu vigário-geral. Este



Fig. 1 – Selo do cabido da Sé do Funchal, 1590 (ABM, Arquivo do Paço Episcopal).

órgão é formado por elementos eclesiásticos, ligados por uma "regra" devido à qual são designados como cónegos, num número máximo de cinco dignidades. No Funchal, chegaram a existir 21 elementos: deão, arcediago, arciprestes, chantre e mestre-escola, podendo haver um tesoureiro-mor e devendo ter, na generalidade, os ofícios de teologal, penitenciário, secretário e fabriqueiro, dependendo dos cabidos e das épocas. O cabido, seja catedralício ou colegial, é obrigado a ter estatutos próprios, estabelecidos e aprovados em reunião capitular e, posteriormente, aprovados pelo prelado diocesano.

Deve datar de 1508 a organização da futura Diocese do Funchal, após a sagração do edifício da nova igreja, ainda em construção, quando foi recebida a ordem de D. Manuel (1469-1521) para se iniciar a construção do novo hospital da Misericórdia no bairro de Santa Maria Maior. Nesse ano, ainda não se celebravam aí os ofícios divinos, mas já se configurava uma nova estrutura eclesiástica, pois, a 28 de agosto de 1508, o Rei prometia criar mais quatro beneficiados no Funchal, para "complemento dos doze" que haveria de ter a futura Sé, acrescentando que, "por mais honra e enobrecimento da dita cidade, me apraz que tanto que a igreja for acabada e para ela mudarem os ofícios divinos" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, tombo 1, fls. 280-281) lhe assentava tal acrescento de beneficiados, o que veio depois a acontecer.

Com a elevação da então "igreja principal" a sé da Diocese, em 1514, passou o antigo vigário de Santa Maria Maior a deão do cabido, sendo este constituído pelos anteriores doze beneficiados, então promovidos a cónegos. A bula de criação do bispado instituiu assim quatro dignidades: o deão, então Fr. Nuno Cão (c. 1460-1530), o arcediago, João Álvares, o chantre, João Rodrigues Bório, e o tesoureiro-mor, João Fernandes, assim como um cabido com 12 cónegos: João Dias, Gonçalo de Matos, Gonçalo Martins, Vicente Gonçalves, João Esteves, Álvaro Lopes, Francisco Mendes, Amador Lopes, Baltazar Mourato, Lucas Álvares, Antão Borges e Diogo Fernandes.

A 20 de março de 1513, D. Manuel I determinara o regimento a observar nas eleições dos beneficiados da Sé, ou seja, dos futuros cónegos, extensivo às restantes igrejas colegiadas. Os candidatos teriam de ser "clérigos de bom exemplo e de vida honesta, e que saibam algum latim, e que o tempo em que se opuserem para entrar nas ditas rações da Sé, sirvam na dita Sé", devendo ainda, para além das "sobreditas qualidades", ser "filhos de homens de bem, naturais da terra". Conforme fossem vagando os lugares, determinava-se ao vigário que elaborasse "um rol" dos mesmos e, apartados "em cabido no coro da sé, com os raçoeiros que forem de ordens sacras", o futuro deão lhes daria "juramento dos Santos Evangelhos, que bem e verdadeiramente deem seus votos àqueles que mais aptos e pertencentes lhes parecerem para entrar". A eleição deveria ocorrer a "três vozes", e "àquele que sair a mais vozes" se passaria carta assinada e selada "com o selo da Ordem" de Cristo, que passou depois a ser o selo do cabido, pois a Sé ainda não estava instituída, enviando-se-lhe para obter uma confirmação, com a data da eleição, relativamente às pessoas que tinham votado e à razão por que vagara o lugar (*Ibid.*, Tombo Velho, fls. 310-310v.).

O Rei D. João III ainda revogaria a forma de apresentação dos futuros cónegos, determinando por alvará régio, em 1545, que "revogo e hei em todo revogado" o conteúdo desse regimento, porque "quando os tais benefícios vagarem eu apresentarei a eles quem me bem parecer sem intervir vossa eleição" (FERREIRA, 1963, 355-357). Porém, nos anos seguintes, o costume manteve-se, por certo, pois o cabido sempre fez eleições internas e possuía acórdãos e resoluções desde 1525. Assim, só chegariam ao Rei os nomes propostos internamente pelo cabido, até pela pouca ou nenhuma presença do prelado na sua cátedra do Funchal. Mais tarde, instituiu-se por regimento interno, embora indo sempre os nomes à confirmação régia através da Mesa da Consciência e Ordens. Com a sequente nomeação dos bispos da Diocese, foram sendo colocados eclesiásticos da sua confiança como principais

dignidades, passando muitos depois ao cabido; no entanto, a maioria seria, num curto espaço de tempo, de "filhos de homens de bem, naturais da terra", como se escrevera em 1513 (ABM, Tombo Velho, fl. 310).

Nos anos seguintes, o quadro de ministros da Sé foi sendo aumentado, tendo o primeiro bispo, D. Diogo Pinheiro (c. 1450-1525), criado o lugar de mestre-escola, mencionado em 1514, mas só dotado em 1527. Com o segundo bispo, D. Martinho de Portugal (c. 1485--1547), e a elevação do Funchal a arcebispado, em 1536, foi a Sé dotada de quatro "capelães de sobrepeliz" e de dois cónegos meios--prebendados (BNP, *Índice…*, fls. 66-66v.). O cabido seria ainda dotado de açougue próprio, assunto evocado na carta de D. Manuel de 2 de dezembro de 1521, mas só efetivado por provisão régia de 25 de janeiro de 1594. O número de ofícios e de capelães ainda cresceria nos anos seguintes, constituindo o cabido da Sé do Funchal – até porque muitas vezes em sé vacante – um corpo político, económico e social que atravessará a história da Madeira.



Fig. 2 – Edifício do cabido da Sé do Funchal, reconstrução de 1734 (projeto de Diogo Filipe Garcês) (arquivo particular).

No cabido, foram tendo assento os filhos segundos das principais famílias insulares, representando, a par e em estreita colaboração com o senado da vizinha Câmara Municipal do Funchal, os seus interesses e opondo-se, por vezes terminantemente, aos poderes enviados pelo continente do reino. A Câmara situava-se então nas traseiras da Sé, e nela tinham assento, muitas vezes, os morgados representantes dessas famílias, que seriam, se não os irmãos, pelo menos os parentes mais próximos dos vários cónegos.

Nos primeiros tempos, e enquanto os primeiros prelados não se deslocaram à sua diocese, o governo eclesiástico foi assegurado por vigários-gerais, por vezes já como cónegos do Funchal, competindo aos mesmos cónegos, com poucas exceções, as visitações anuais a quase todas freguesias, exarando os seus provimentos e mantendo não só uma uniformização de procedimentos, como também um amplo e profundo quadro de governação, intervindo no quotidiano e corrigindo e disciplinando os aspetos mais particulares dos paroquianos, como nenhuma entidade governativa alguma vez conseguiu. As primeiras visitações decorreram com delegados do bispo e do arcebispo do Funchal enviados do continente, mas, com a obrigação de residência na sua diocese determinada pelo Concílio de Trento, na maior parte dos casos, após a tomada de posse, os prelados efetuavam pessoalmente uma visitação, delegavam as seguintes no cabido e também, em casos pontuais, nos vigários das principais freguesias. Pouco tempo depois, retiravam-se para o continente, alegando doença ou conseguindo transferência para outra diocese e entregando o governo ao deão e ao cabido. Contam-se quase pelos dedos de uma mão os prelados que, até ao séc. XX, faleceram na Diocese do Funchal.

O cabido, entretanto, era ainda o órgão que substituía o bispo em caso de falecimento, até à posse do novo, sendo então a diocese governada pelo deão, em nome do mesmo cabido. Após os tristes acontecimentos de 1642 – os tumultos ocorridos após a aclamação de D. João IV (1604-1656), que chegaram ao assassinato de corregedores régios –, o bispo D. Jerónimo Fernando (c. 1590-1650) retirava-se para Lisboa a breve trecho. Falecido o prelado em 1650, dadas as dificuldades de apresentação de bispos pela corte portuguesa em Roma, o Funchal só renovou o prelado em 1671, chegando a ocorrer uma sedição, em 1668, em princípio liderada pelo deão, em que o governador foi preso e enviado para o continente.

O novo bispo do Funchal, D. frei Gabriel de Almeida (c. 1710-1674), começou por tomar posse da Sé do Funchal pelo Cón. António Valente de Sampaio, que se apresentou no cabido a 24 de julho de 1671 com as bulas apostólicas, lavrando-se auto. Este foi assinado pelo arcediago licenciado Simão Gonçalves Cidrão, pelo tesoureiro-mor António Gonçalves de Almeida, pelo mestre-escola António Spranger Rocha, pelos cónegos Gaspar da Cunha, António de Vasconcelos, Inácio Spranger Bazilir, Manuel Ribeiro Neto, Manuel Pereira da Silva, João de Saldanha, teólogo da sé, Manuel da Câmara da Silva, Amador Simões de Vasconcelos, Pedro de Castro, Marcos Freitas, António Veloso de Lira e António Valente de Sampaio, e pelos cónegos de meia prebenda Salvador Pacheco de Andrade e Gregório Coelho de Medina. Refere-se, ainda, que se encontravam enfermo "o reverendo deão" Pedro Moreira e "fora da cidade o reverendo chantre" (ANTT, Cabido da Sé do Funchal, liv. 3, fls. 31-31v.).

O prelado haveria de chegar ao Funchal a 4 de março do ano seguinte, mas teria um curto e tribulado episcopado, tendo surgido desinteligências com os frades franciscanos que pregavam na Sé, o que lhe abreviou a existência. Dois frades franciscanos envolveram-se em despiques na Sé, "desonrando-se" mutuamente no púlpito, o que levou o bispo a publicar um decreto, datado de 22 de outubro de 1672



Fig. 3 – Eleições para tesoureiro do cabido da Sé do Funchal, sendo escrivão o Cón. Jerónimo Dias Leite, sacrista da Sé, 25 de setembro de 1576 (ANTT, Cabido da Sé do Funchal, liv. 2, fl. 129v.).

(*Ibid.*, fls. 32ss.), embora o padre comissário de S. Francisco se tenha colocado ao lado dos dois frades. Os franciscanos acabaram mesmo por ser proibidos de confessar e pregar em toda a Diocese. O prelado veio a falecer a 12 de junho de 1674, mas não o assunto, e, tendo a Diocese conhecido um novo bispo, D. António Teles da Silva (c. 1620-1682), também falecido no Funchal, a 16 de janeiro de 1684, quase 10 anos depois do incidente com os franciscanos, e perante novos desacatos, "se juntaram os capitulares ao som de campa tangida" para, mais uma vez, proibirem os frades franciscanos de pregar no púlpito da Sé (*Ibid.*, fls. 47ss.).

O cabido conheceu então um novo incremento com a presença do Cón. António Lopes de Andrada (1640-c. 1700), que, em 1677, D. frei Teles da Silva enviou a Roma para dar a obediência *ad limina apostolorum* ao Papa Inocêncio XI, depois das faustosas cerimónias

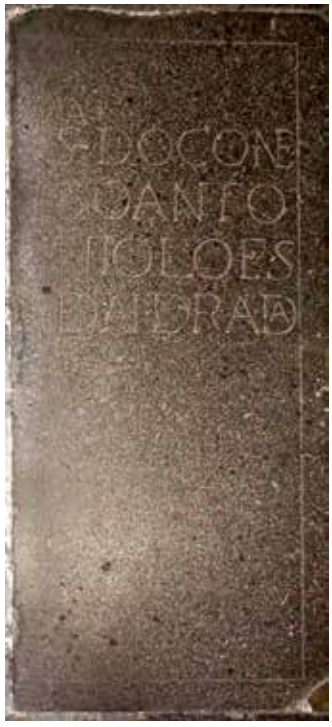


Fig. 4 – Lápide sepulcral do Cón. António Lopes de Andrada, 1704 (Sé do Funchal).

para o concílio que fez reunir em 1680, encontrando-se, pela primeira vez, um nobre de corte à frente da Diocese do Funchal. Nos anos seguintes, os cónegos da Sé aparecem, inclusivamente, ligados ao tráfego internacional atlântico, dando aval à fama que a maioria possuía de ligação aos comerciantes cristãos-novos da Baía, com relações com comerciantes de Amesterdão, como o chantre Domingos de Andrade e Alvarenga e o Cón. António Lopes de Andrada, e a vários comerciantes ingleses, entre outros, tendo-se verificado que o último cónego era irmão do administrador da Companhia Real da Guiné e Cacheu, o Cap. Gaspar de Andrada (1642-c. 1700), que já fora administrador do comboio no Funchal.

A prosperidade do comércio madeirense na época e o protagonismo do Cón. António Lopes de Andrada, filho do almoxarife Diogo Lopes de Andrada e de Inácia Pereira, cristã-nova, levaram mesmo a que se tentasse colmatar as dificuldades do pagamento do clero de Cabo Verde com as sobras da Fazenda do Funchal. Em 1676, a pedido do bispo de Cabo Verde, D. frei António Dionísio, foi concedido àquela diocese que se pudessem pagar as suas ordinárias dos sobejos das rendas da Alfândega da Madeira, uma vez que não podiam ser pagas pelos rendimentos do comércio de Cabo Verde, uma situação que se repetiu, entre 1684 e 1695, com o seguinte bispo, D. frei Vitoriano do Porto.

Em meados do séc. XVII, a Sé atingia o seu máximo esplendor de pessoal, com cinco dignidades: deão, arcediago, chantre, tesoureiro e mestre-escola, assim como um cabido constituído por 12 cónegos, onde entrava um teologal e mais quatro meios-cónegos, ou cónegos de meia prebenda. A indefinição do estatuto dos cónegos de meia prebenda foi um assunto que se arrastou ao longo de anos, discutindo-se se teriam ou não voz no cabido, como interferiam no cerimonial, se teriam ou não direito de murça com capelo, etc., questões que somente foram resolvidas em 1628, pelo bispo D. Jerónimo Fernando (c. 1590-1650). O assunto foi tratado pelo Cón. e vigário-geral Manuel Ribeiro Neto (c. 1610-1681) sob o título *Alegação sobre as Meias Conezias do Funchal*, trabalho editado em Lisboa, em 1660, um sinal do interesse que havia despertado no meio da jurisprudência eclesiástica.

As questões de salvaguarda do prestígio social dos elementos do cabido surgem logo em 1584, na sequência das constituições de D. Jerónimo Barreto (1543-1589) e da implantação da organização tridentina. As constituições foram publicamente apresentadas em sínodo reunido na Catedral, a 18 outubro de 1578, dia em que se comemorava a sagração da Sé. Nesse quadro, o cabido deliberou que não fossem dali em diante "a uma solenidade de confraria, fora das da Sé, sem que pelo caminho se dessem dois mil réis, fora a esmola da missa e dos ministros que se vestem para ela, que será o que somente costumam dar" (ANTT, Cabido da Sé do Funchal, liv. 2, fls. 151v.-152). Conscientes da exigência de preservação da sua imagem, por ac. de 2 de julho de 1678, voltavam a determinar não participar em funerais de pessoas de qualquer estado, qualidade ou preeminência e outros serviços ou funções exteriores à Sé. Referem, inclusivamente, que tudo isso era para "guardarem o decoro, e estimação devida às suas pessoas, e a autoridade de que os Sagrados Cânones e Sua Santidade lhes encomendam". Em relação aos funerais, alegam também que padeciam de incómodos de calor e chuva, esperas por irmandades e outros inconvenientes (*Ibid.*, liv. 3, fls. 39-40).

Estas e outras atitudes levaram o reverendo anglicano John Ovington (1653-1731), que

esteve na Madeira em abril de 1689, a caminho de Surrat, a tecer uma série de comentários sobre o Funchal e os madeirenses, que publicaria em Londres, em 1696. É dele a referência de que os cónegos eram homens corpulentos e indolentes, e que até atrasavam o relógio da Sé para se levantarem uma hora mais tarde para as orações da manhã. Tendo em consideração que este reverendo anglicano tece complicadas e raivosas opiniões sobre os padres jesuítas, caracterizando-os como pessoas de grande "incapacidade cultural, facilmente denunciada na sua ignorância, tão grande, que apenas um em três com quem conversei, compreendia o latim" (ARAGÃO, 1981, 204), dificilmente se podem validar as suas afirmações.

Nos finais do séc. XVII, o bispo D. frei José de Santa Maria, nascido Saldanha (c. 1650-1708) e que viria a falecer como bispo do Porto, enviou para Roma, por carta, o relatório da visita *ad sacra limina*, com data de 16 de setembro de 1693. Começa o relatório com o bispo a lamentar não poder mandar um cónego à Santa Sé, por serem "as rendas muito ténues e haverem grandes perigos de mar e corsários", passando, logo de seguida, a uma descrição relativamente pormenorizada do bispado. Por ela se fica a saber o quadro de servidores da Sé: 5 dignidades, 12 prebendados, 4 meios-prebendados, 1 sub chantre, 20 capelães, sendo um deles mestre de cerimónias, 2 curas, 1 sacristão, 1 altareiro, 1 organista, 1 mestre de capela, 6 meninos de coro, 1 porteiro da maça e 1 sineiro, num total de 47 ministros (ABM, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, doc. 60).

O conjunto de ministros da Sé por volta de 1720, segundo Henrique Henriques de Noronha (1667-1730), cuja família sempre teve, ao longo do Antigo Regime, pelo menos um elemento no cabido da Sé, para além das dignidades, dos cónegos e meios-cónegos, ainda incluía 1 penitenciário, criado na sequência das diretivas do Concílio de Trento, 1 sub chantre, 1 mestre de cerimónias, 1 mestre de capela, 10 capelães de sobrepeliz, 1 tesoureiro-menor, 1 altaneiro, 1 organista e 2 curas. Do pessoal em serviço da Sé, ainda constavam 6 moços de coro, vários sacristães afetos a outras estruturas,



Fig. 5 – D. Fr. José de Santa Maria (c. 1650-1708), nascido Saldanha (ANTT).

como eram as confrarias, quase todas também sob supervisão do cabido, 1 porteiro de maça, 1 sineiro e, inclusivamente, 1 perreiro (NORONHA, 1996, 150).

Ainda segundo Noronha, o cabido da Catedral do Funchal usava por armas uma cruz episcopal, apresentada como sendo a da "milícia de Cristo, de que usam por armas os prelados de Tomar", com uma inscrição que os prelados ultramarinos antigamente traziam, demonstrando, no entanto, uma diferença na orla do escudo: "Do Cabido da Sé do Funchal e assim o foram continuando até hoje". Todos os capitulares tinham obrigação de coro, na capela-mor, tal como as suas semanas de missas. Na primeira instância, nenhum podia ter estatuto sem residir primeiro seis meses, e, se obtivessem uma promoção na mesma Sé, então só três meses. Nos dias em que as dignidades diziam a "missa da festa", eram obrigados os cónegos a dizer os evangelhos, e os meios-cónegos as epístolas. Nas "festas da obrigação", assim como nas missas pontificais, eram obrigadas as dignidades aos evangelhos e os cónegos às epístolas, "mas por pauta e escolha do prelado". A Catedral



Fig. 6 – Antigo reposteiro do cabido da Sé do Funchal, c. 1720 (igreja do Colégio).

mantinha, desde o tempo em que fora arcebispado, algumas prorrogativas somente permitidas às metropolitanas, entre as quais o uso de seis maças, de estolão e de os capitulares forrarem as murças de vermelho, "singularidade que não tem muitos" (*Id.*, *Ibid.*, 150-152).

O séc. XVIII marcou um longo braço de ferro entre os membros do cabido e os bispos jacobeus, destacando-se especialmente D. frei Manuel Coutinho (1673-1742), que decididamente coloca à frente deste órgão elementos da sua inteira confiança e, ao mesmo tempo, reforma toda a área de serviço do cabido com a construção de um importante edifício, que permaneceu um marco da sua passagem pela Diocese. A centralização do poder régio ao longo dos anos seguintes foi limitando progressivamente o papel político, económico e social do cabido, mas, ao longo do séc. XIX, ainda é muito importante e interessante a sua ação, não tendo ficado, *e.g.*, na época absolutista quase nenhum cónego na Ilha, pois eram quase todos de feição liberal. Em meados do séc. XVIII, o termo "cabido" estendia-se às várias colegiadas das matrizes, assim parecendo em alguns dos compromissos de confrarias, como no da Confraria do Corpo Santo do Funchal, de 1745, onde se refere que, nos oitavários dos defuntos, se deveria fazer um ofício de nove lições, com suas vésperas, "na nossa igreja, pelo prior do cabido da freguesia" (ABM, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, *Compromisso...*, cap. 3.º, § 1.º).

Os membros do cabido da Sé integraram quase sempre as listas concorrentes às várias eleições madeirenses a partir da segunda metade do séc. XIX, como as de 1879, onde foi eleito o Cón. Alfredo César de Oliveira (1840-1908), fundador e diretor do *Diário de Notícias*, pelo círculo do Funchal, e o Cón. Feliciano João Teixeira (1842-1896), pelo da Ponta do Sol, tendo a Madeira ficado a dever a este último a recuperação da cruz processional da Sé, que estava para integrar o Museu Nacional de Belas Artes. Já nos inícios do séc. XX, uma nova figura do cabido da Sé, onde fora escrivão da câmara eclesiástica, viria a ter uma larga projeção: o Cón. António Homem de Gouveia (1869-1961), tal como, no Estado Novo, o Cón. Agostinho Gonçalves Gomes (1912-2002).

Com as diretivas emanadas na sequência do Concílio Vaticano II, por carta apostólica de 6 de agosto de 1966, o Papa Paulo VI promulgou as normas para aplicação do Concelho Presbiteral, "constituído por um senado de padres destinado a ajudar no seu governo o bispo de cada diocese" (PEREIRA, II, 1967, 442). A nova diretiva seria implantada no Funchal pelo bispo D. João António da Silva Saraiva (1923-1976), logo a 7 de março de 1967, designando a constituição do seu conselho presbiteral, primeiro com elementos de sua nomeação e, depois, acrescido de outros elementos escolhidos pelo próprio clero da Diocese, que se reuniu pela primeira vez a 20 de abril de 1967.



Fig. 7 – Sala de reuniões do cabido da Sé, c. 1743 a 1800 (arquivo particular).

O cabido da Sé, que chegara a ter 21 capitulares e se reduzira a 12 desde a Concordata de 1940, embora não fosse extinto e mantendo personalidade própria, viu reduzida uma grande parte do seu anterior papel, relativamente à representatividade do conselho presbiteral, apresentando outro âmbito de consulta e, ao mesmo tempo, outra dinâmica. Embora em muitas dioceses fosse autorizada a manutenção do cabido com o antigo papel institucional, como na Diocese do Funchal, a sua função tornou-se essencialmente de diferenciação hierárquica na organização eclesiástica, e a sua ação bastante diminuta, em relação ao que já fora.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, *Compromisso da Confraria do Glorioso S. Frei Pedro Gonçalves Telmo, vulgarmente Chamada do Corpo Santo, Funchal*, 1745 (n/ catalog.); *Ibid.*, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, doc. 60; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombos 1 e 3, e tombo velho; ANTT, Avulsos, mç. 7; *Ibid.*, Cabido da Sé do Funchal, livs. 1-4; BNP, reservados, cód. 8391, *Índice do Registo da Provedoria da Real Fazenda do Funchal*; **impressa:** ARAGÃO, António (coord. e notas), *A Madeira Vista por Estrangeiros. 1455-1700*, Funchal, DRAC, 1982; CARITA, Rui, *A Sé do Funchal. 1514-2014*, Funchal, DRAC, 2015; FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *A Sé do Funchal*, Funchal, JGDAF, 1963; GUERRA, Jorge Valdemar, e BARROS, Fátima, *Rol dos Judeus e Seus Descendentes*, Funchal, DRAC, 2003; NETO, Manuel Ribeiro, "Allegaçam sobre as meas conezias do Funchal", in *Três Allegações de Direito*, Lisboa, s.n., 1660; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira, antigamente Primaz de Todas as Conquistas, Distribuída na Forma do Systema da Academia Real da História Portuguesa, Anno de 1722*, Funchal, CEHA, 1996; SILVA, Fernando Augusto da, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, Funchal, s.n., 1946; *Id.*, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

Rui Carita

Cabo submarino

A posição da Madeira, no caminho para África e América, fez com que assumisse uma função primordial na rede de cabos submarinos. Foi a partir da Ilha que se fizeram, em 1874, as primeiras ligações transatlânticas. Todavia, o incremento deste meio, em princípios do séc. XX, veio a confirmar o porto da Horta (Faial, Açores) como o principal eixo do emaranhado de cabos que estabeleciam as ligações entre o continente americano e a Europa: para o período entre 1893 e 1928 estão registados 15 cabos que aí amarravam.

A ideia do cabo submarino havia sido sugerida em 1795, pelo catalão Salvat, numa comunicação sobre o uso da corrente elétrica para transmissão à distância, apresentada à Real



Fig. 1 – Antigo edifício da Madeira Eastern Telegraph Company, Calç. de Santa Clara (arquivo particular).

Academia de Ciências e Artes de Barcelona. Três anos mais tarde, era lançado, em Madrid, o primeiro circuito, com 44 km, mas só a partir da déc. de 40 da centúria seguinte este meio ganhou novo incremento. Para tal, terá contribuído o facto de o português José de Almeida ter trazido da Malásia para a Europa a *gutta-percha*, apresentada, em 1843, na Royal Asiatic Society de Londres. Este produto passou a ser utilizado como isolador dos cabos submarinos a partir de 1845.

O período que se sucedeu foi marcado por múltiplos lançamentos do cabo e pela criação de companhias para a sua exploração. Em 1856, surgiu a Atlantic Telegraph Company, e, em 1873, a Brazilian Submarine Telegraph Co., esta última responsável pelo lançamento e exploração de um circuito entre Portugal e o Brasil, com passagem pelo Funchal e São Vicente (Cabo Verde). A imersão do cabo começou a 28 de agosto de 1873, sendo executada pelo vapor inglês *Seins*. A 19 de março de 1874 estava concluída a ligação com o Funchal, estabelecendo-se de imediato a prestação do serviço público. O contrato para a exploração deste cabo foi assinado a 2 de novembro de 1872.

A ligação entre a Madeira e São Vicente foi realizada pelo vapor *Hibernia*, ficando concluída a 11 de março de 1874, altura em que foram trocados telegramas entre a Câmara de São Vicente e a sua congénere no Funchal. Em janeiro de 1876, rebentou o cabo no percurso de Lisboa ao Funchal, o que levou a companhia a propor o lançamento de outro, concretizado em 1882, mas com o dobro dos circuitos. O lançamento do cabo esteve a cargo de William Thomson, que casara com Ann Blandy, filha de Richard Blandy, a 24 de junho de 1874.

Assim, a partir de 1874, a Madeira ficou ligada ao continente com um meio de comunicação que fazia com que as notícias chegassem de forma célere, para serem atempadamente publicadas na imprensa local, permitindo aos madeirenses ter uma via mais rápida de comunicação com as instituições e autoridades, de maneira a que a sua voz se fizesse sentir também de forma célere. No decurso da déc. de 80, foi insistente o recurso a este meio, designadamente por parte da Associação de Comércio Funchalense, das câmaras municipais e das associações, para fazer chegar a sua voz e as suas reclamações aos ministérios ou ao Parlamento. O telegrama era, assim, um instrumento de reivindicação, combate e afirmação da presença dos madeirenses na metrópole. Talvez por isso, em 1921, o governador civil Acácio Augusto Correia Pinto queixava-se da falta de dinheiro para enviar qualquer telegrama, uma vez que a sua expedição era feita a pronto pagamento.

Entretanto, a ligação dos Açores a Lisboa só veio a acontecer em 1892. Porém, em 1879, já se refere a possibilidade de uma ligação entre Lisboa, Madeira e a ilha de São Miguel. Depois, a 17 de fevereiro de 1882, foi autorizado o contrato sem concurso público para o lançamento de um cabo submarino entre Lisboa, Açores e América, passando pela ilha da Madeira. A partir de 1889, a companhia de exploração do cabo passou a chamar-se Western Telegraph, e foi ela a responsável pelo lançamento de um novo cabo, em 1901. A 21 de setembro, foi assinado um outro contrato com a Eastern Telegraph Company para um cabo submarino que iria ligar a Inglaterra à África do Sul.



Fig. 2 – Estação telegráfica do Mindelo, em Cabo Verde, bilhete-postal enviado por Geo W. Worsell Esq, 1905 (antiga coleção Nellie Worsell, da Casa Cory/Johan Cunha, Funchal).

A instalação de cabos submarinos nos espaços insulares atlânticos, a partir da déc. de 70 do séc. XIX, revela mais um papel importante atribuído aos espaços insulares na conexão da Europa com a América e África. Na Madeira, São Vicente e Faial estabeleceram-se instalações de apoio à amarração dos diversos cabos que foram servidas por funcionários das companhias envolvidas, muitas das quais provenientes dos países proprietários. Rapidamente se criou, em cada uma das ilhas, a comunidade dos cabos submarinos, que estabeleceu e manteve ligações diretas com a comunidade residente. Assim, na Madeira, eram frequentes os convívios com os locais, despertando esse grupo estrangeiro a atenção de todos. Acrescente-se que a eles se deve a prática de diversas modalidades desportivas, como o futebol e o críquete.

A estação do cabo nas proximidades do Convento de S.ta Clara era alvo da atenção de todos. Com a Primeira Guerra Mundial, tornou-se um centro nevrálgico, em termos de circulação de informações, que importava salvaguardar. Desta forma, a partir de março de 1916, foram estabelecidas medidas especiais de segurança do recinto pela polícia cívica. As piores previsões confirmaram-se quando, a 3 de dezembro de 1916 e a 12 de dezembro de 1917, os submarinos alemães bombardearam de forma relâmpago a cidade do Funchal, tendo em linha de mira a estação de S.ta Clara (as bombas acabaram por cair no Convento).

A afirmação do cabo submarino como um meio privilegiado de comunicação com o exterior foi efémera. A concorrência da telegrafia sem fios, mercê dos progressos técnicos gerados por Marconi, e a afirmação do correio aéreo, associados à Depressão de 1929, conduziram a que aqueloutro meio se tornasse obsoleto e com elevados custos, dando lugar a uma complexa rede de telegrafia sem fios. Este foi o primeiro passo para um rápido enlace de todo o mundo, conseguido em pleno na atualidade, com a geração dos satélites. Não obstante as primeiras experiências de rádio serem de 1825, foi em finais do séc. XIX, com Guilherme Marconi, que se deram os grandes progressos na transmissão pela telegrafia sem fios. Com efeito, foi em 1896, após um ano de experiências, que o mesmo registou a patente, em

Londres, criando a Wireless Telegraph Company no ano imediato.

A Madeira começava a ficar ligada de diversas formas aos continentes vizinhos. Assim, em 1947, foi estabelecido um novo cabo entre Gibraltar e o Funchal; em 1960, um outro amarrou no Lazareto e, finalmente, em 1972, foi inaugurada uma nova geração de cabos por iniciativa da Marconi. A companhia inglesa do cabo submarino havia encerrado oficialmente as suas instalações a 31 de dezembro de 1970.

Desde o verão de 1971, ficou estabelecido que a Madeira ficaria servida de um novo cabo submarino, capaz de atender às solicitações dos madeirenses, substituindo assim o antigo e abandonado cabo dos Ingleses. As obras iniciaram-se em dezembro de 1971 e, a 11 de maio do ano seguinte, deu-se início ao lançamento do cabo submarino, que seria inaugurado a 2 de setembro. Este, com 160 circuitos telefónicos, abriu novas possibilidades às ligações com o exterior e à disponibilização de novos serviços, como o telex. Em 1980, esta oferta de serviços foi ampliada para 144 canais, com a instalação de um sistema duplicado de vias. Com esta nova linha de comunicação, a Marconi não desmantelou as estações de telegrafia sem fios do Garajau e Caniçal, mantendo-as no ativo, como reserva para qualquer eventualidade, até ao aparecimento de um novo meio alternativo, o satélite, em 1982. Durante este período, as estações trabalharam apenas algumas horas por dia, de modo a não se perder a soberania das frequências.

A substituição deste cabo teve lugar com o lançamento de dois novos em fibra ótica: o Euráfrica e o Sat-2. O primeiro estabeleceu a ligação entre o continente, França e Marrocos, passando pela Madeira, enquanto o segundo se estendeu até à Cidade do Cabo. O desmantelamento do CAM-1 (continente, Açores, Madeira) ocorreu pelas 11 horas do dia 29 de junho de 1993. O cabo submarino de sistema analógico, ao fim de 21 anos de serviço, passava à história, dando lugar à tecnologia digital. A sua entrada em funcionamento contribuiu para uma melhoria significativa das comunicações com o exterior, uma vez que, aos seis circuitos de rádio existentes, vieram juntar-se os 120 do cabo. O crescimento destes circuitos duplicou com a estação terrena de satélites, atingindo, na atualidade, com os novos cabos submarinos, mais de 15.000 circuitos. Entretanto, concretizou-se o Euráfrica, cujo acordo de construção e manutenção foi assinado a 3 de julho de 1989, com participação francesa, marroquina e portuguesa. Este cabo substituiu o Tágide, o



Fig. 3 – Jogo de futebol, no antigo Campo de D. Carlos, entre elementos do futuro Marítimo e da Madeira Eastern Telegraph Company, 1909 ou 1910 (antigo arquivo do Marítimo/Campo Almirante Reis).

Amite, o Atlas e o CAM-1, estabelecendo uma ligação entre Saint Hilaire de Riez (França), Sesimbra, Funchal e Casablanca. A 28 de setembro de 1992, abriu-se esta via, fornecendo aos utentes um amplo leque de serviços de telecomunicações.

Vale a pena destacar o Sat-1, inaugurado a 18 de fevereiro de 1969, que se estendia ao longo de 10.787 km, ligando a Cidade do Cabo a Lisboa, com amarrações em Ascensão, Cabo Verde e Canárias: tinha capacidade para 360 canais e atingiu, em 1978, o limite da sua utilização, pelo que se tornou necessário lançar um novo cabo, o Sat-2, que surgiu em sua substituição. Este cabo de fibra ótica liga o continente à Madeira, Canárias e África do Sul, tem uma extensão de 9000 km e capacidade para 15.000 circuitos bidirecionais e 30 canais de televisão. A 8 de março de 1990, foi assinado um acordo de intenção, subscrito pela Companhia Portuguesa Rádio Marconi, Correios e Telecomunicações de África do Sul, France Telecom, Telefónica de Espanha, British Telecom, Bundespost Telekom.

Bibliog.: BAGLAHOLE, K. C., *A Century of Service. A Brief History of Cable and Wireless Ltd. 1868-1968*, London, Boumehall, 1970; BLACK, Robert M., *The History of Electric Wires and Cables*, London, Peter Peregrinus Ltd., 1983; BRIGHT, Charles, *Submarine Telegraphs. Their History, Construction and Working*, London, C. Lockwood, 1898; BROWN, Frank J., *The Cable and Wireless Communications of the World*, London, Pitman & Sons, 1927; COOKSON, Gillian, *The Cable. The Wire that Changed the World*, Stroud, Tempus, 2003; FARIA, Miguel Figueira de, *Marconi. 75 Anos de Comunicações Internacionais*, Lisboa, Companhia Portuguesa Rádio Marconi, 2000; HAIGH, K. R., *Cableships and Submarine Cables*, London, Adlard Coles, 1968; HARRIS, Robert Dalton, e DEBLOIS, Diane, *The Transcendental Cable. An Atlantic Telegraph*, New York, The Ephemera Society of America, 1994; HEARN, Chester G., *Circuits in the Sea. The Men, the Ships, and the Atlantic Cable*, Westport, Praeger, 2004; KENNEDY, P. M., "Imperial cable communications and strategy. 1870-1914", *The English Historical Review*, vol. LXXXVI, 1971, pp. 728-752; *MARCONI'S WIRELESS TELEGRAPH COMPANY LIMITED, The Marconi Jubilee 1897-1947*, Chelmsford, England, 1947; NEWALL, R. S., *Facts and Observations Relating to the Invention of the Submarine Cable*, London, E. & F. N. Spon, 1882; ROGERS, Francis M., *Atlantic Islanders of the Azores and Madeiras*, North Quincy, Christopher Publishing House, 1979; SAWARD, Georg, *The Trans-Atlantic Submarine Telegraph. A Brief Narrative of the Principal Incidents in the History of the Atlantic Telegraph Company. Compiled from Authentic and Official Documents by the Late George Saward Secretary to the Company*, London, s.n., 1878; SCHENCK, H. H. (org.), *The World's Submarine Telephone Cable Systems*, Washington, United States Department of Commerce, 1975; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998; VIEIRA, Alberto, *A Companhia Portuguesa Rádio Marconi na Madeira. 1922-1995*, Funchal, Marconi Comunicações Globais, 1995; WESTON, F. S., "Os cabos submarinos nos Açores", *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 3, n.º 2, 1963; WINSECK, Dwayne R., e PIKE, Robert M., *Communication and Empire. Media, Markets, and Globalization. 1860-1930*, Durham, Duke University Press, 2007.

† ALBERTO VIEIRA

Cabo Verde

O descobrimento das ilhas de Cabo Verde integrou-se no processo gradual de exploração do litoral africano iniciado com o povoamento da ilha da Madeira e levado a cabo pelos navegadores ao serviço de Portugal, que, a partir de 1434, começara a afastar-se da política de pirataria pura, passando a privilegiar outro tipo de contactos e de instalação. Embora os navegadores portugueses tenham chegado à costa da Guiné em 1444, o tipo de navegação dos primeiros navios portugueses, as barcas, que navegavam à bolina e à vista da costa, não lhes permitia aventurarem-se no mar alto. Assim, só cerca de 15 anos depois, quando aqueles navegadores já haviam entrado no golfo da Guiné e atingido a Serra Leoa, numa viagem de retorno, por certo já



Fig. 1 – Pormenor das ilhas atlânticas na carta do *Atlântico Norte*, Lopo Homem e Reineis (atr.), 1519 (2.ª carta de atlas *Miller* da BNF).

em caravela, é que encontraram acidentalmente algumas das ilhas do arquipélago de Cabo Verde.

A descoberta das ilhas de Santiago, de Maio, do Fogo, da Boavista e do Sal, em finais de 1459 ou, mais provavelmente, em 1460, foi reivindicada por três navegadores: os italianos Luís de Cadamosto (1432-1488) e António da Noli (1415-1497) e Diogo Gomes (c. 1402-1420-c. 1502), almoxarife de Sintra. O descobridor teria sido António da Noli, na companhia do qual teria navegado Cadamosto; este, no entanto, escrevendo depois sobre essa e outras viagens, chamou a si os louros da exploração. Nos finais de 1461 ou inícios de 1462, em nova viagem, o navegador Diogo Afonso (c. 1390-1498), contador da ilha da Madeira e escudeiro do infante D. Henrique (1394-1460), teria avistado as ilhas Brava, de São Nicolau, de Santa Luzia, de Santo Antão, de São Vicente e os ilhéus Raso e Branco. Segundo os relatos da época, as ilhas estavam desertas, não havendo qualquer indício de presença humana, como depois também escreveu Cadamosto: "não se encontrando nelas senão pombos e aves de estranhas sortes, e grande pescaria de peixe" (MARQUES, sup. I, 1988, 232-233).

Segundo veio a escrever Diogo Gomes, reivindicando o descobrimento das ilhas de Cabo Verde para si, as ilhas haviam sido avistadas por ele e por António da Noli, cada um em sua caravela, depois de dois dias e meio de viagem a partir do rio dos Barbacins. Decidindo ambos aproximar-se, como a caravela de Diogo Gomes era mais veleira, ele teria chegado primeiro, reconhecendo uma praia de areia branca que lhe pareceu um bom porto, onde fundeou, seguido por António da Noli. Diogo Gomes insistiu em ir a terra primeiro e, tendo realizado a sua intenção e não tendo visto qualquer sinal de vida humana, nomeou a nova terra "ilha de Santiago", a qual "assim se chama até hoje" (GODINHO, I, 1982, 93-94). Regressando a Portugal, passaram pela ilha da Madeira, mas uma tempestade arrastou-os depois para os Açores. António da Noli permaneceu algum tempo na Madeira, mas, aproveitando vento favorável, chegou depois a Portugal antes de Diogo Gomes e pediu a capitania da ilha de Santiago a el-rei, tendo-a recebido e conservado até morrer.

A defesa da tese de um povoamento anterior assenta em vagas informações do navegador Duarte Pacheco Pereira (1460-1533), que



Fig. 2 – Terraços dos Carvoeiros, ilha de São Nicolau (fotografia do projeto CHRONOS/Univ. da Madeira, 2005).

esteve em Cabo Verde várias vezes nos finais do séc. XV, e na notícia divulgada por um autor anónimo nos finais do séc. XVIII: "Esta ilha [de Santiago] se achou já habitada de muitos homens pretos, que, por tradição, se dizia terem procedido de um rei Jalofo, que, por causa de uma sublevação, tinha fugido do seu país com toda a família a buscar refúgio, em uma canoa, na costa do continente do mesmo Cabo Verde. Mas porque foi acometido de uma veemente tempestade de vento leste, que são frequentes nesta costa desde maio até outubro, o ímpeto dos ventos fez aportar a canoa nesta ilha" (*Notícia Corográfica…*, 1784, 125).

A ilha de Santiago foi dividida em duas capitanias: uma a sul, com sede na Ribeira Grande, e outra a norte, centrada em Alcatrazes, tendo a primeira sido entregue a António da Noli e a segunda a Diogo Afonso, que participara no descobrimento das ilhas de Barlavento. A documentação conhecida é no entanto bastante tardia, de 1497, de uma altura em que D. Manuel I (1469-1521) já era rei; porém, refere documentos anteriores, de 1485, em relação a Diogo Afonso, e do mesmo ano de 1497, relativamente a António da Noli.

A ocupação efetiva do arquipélago, que começara pela ilha de Santiago, em 1462, com o infante D. Fernando (1433-1470), conheceu muitas dificuldades devido ao seu afastamento do reino e por não dispor das condições naturais de clima e de temperatura para um povoamento europeu. Por outro lado, o processo de povoamento com gente das costas africanas também se ressentiu das condições insulares cabo-verdianas, pois aquela população estava habituada a outro tipo de clima e de vegetação. Ao contrário da Madeira, com um magnífico revestimento florestal que, inclusivamente, levara à reformulação das embarcações portuguesas, então dotadas de outra envergadura e melhores mastros, e contrariamente aos Açores, com enormes potencialidades para a agricultura, Cabo Verde, logo de início, apresentou limitações.

Se, nos primeiros anos, houve uma forte dificuldade em colocar povoadores na ilha de Santiago, como, aliás, aconteceu na Madeira



Fig. 3 – Pelourinho da Cidade Velha, 1512 a 1520, ilha de Santiago (fotografia de Jorge Bruno, 2010).

e nos Açores, recorrendo-se, inclusivamente, a degredados, depois, com "as liberdades e franquezas" da carta de 12 de junho de 1466, as coisas mudaram substancialmente (ANTT, Chancelaria D. Afonso V, liv. 14, fl. 104). Tendo-se permitido aos residentes de Santiago comerciarem diretamente com a vizinha costa africana, a ilha tornou-se bastante mais apetecível; com efeito, a partir dessa data, passaram a poder resgatar com os seus navios na costa da Guiné até ao limite da pequena ilha de Arguim, pertencente à Mauritânia nos princípios do séc. XXI. O rei concedeu ainda aos moradores a isenção do pagamento da dízima dos produtos das suas herdades e dos direitos comerciais, pelo que podiam efetuar ligações diretas com as costas africanas, tal como com os portos europeus, transformando Santiago numa base avançada do comércio africano.

A situação mudou em 1469, quando D. Afonso V (1432-1481) concedeu a Fernão Gomes o direito exclusivo de comerciar no golfo da Guiné, mediante o pagamento de uma verba

fixa e a obrigação de continuar as viagens de exploração naquela costa. A concessão de 1469, entretanto, entrava em conflito com a efetuada aos residentes em Santiago, tendo o rei sanado o litígio através da carta régia de 1472 que alterou por completo a concedida em 1466: os habitantes de Santiago podiam comerciar, mas só entre Arguim e a Serra Leoa, restringindo-se esse comércio às produções locais: "senão aquelas que eles de suas novidades e colheitas da dita ilha houverem; porque essas tais somente queremos e mandamos que lá possam levar se quiserem e outras algumas não" (ANTT, Livro das Ilhas, fls. 2v.-4).

Os capitães das ilhas de Cabo Verde ter-se-ão deslocado poucas vezes às suas capitanias, salvo os primeiros, que aí teriam estado pontualmente e de passagem, mas, em breve, muitos delegariam as suas funções em familiares mais ou menos afastados, ou, por falecimento, nos descendentes ou em quem com os mesmos casasse. Com a progressiva passagem das ilhas para a Coroa, houve que proceder à nomeação de funcionários régios para arrecadar os impostos, tendo-se referenciado, logo nos primeiros anos, por volta de 1471, um almoxarife das ilhas, então Diogo Lopes, com assento na ilha de Santiago. Devido às dificuldades de uma vida tão afastada do reino, o almoxarife recebia o dobro da quantia geralmente paga, cabendo-lhe a cobrança dos direitos reais, o arrendamento dos bens da Coroa e o pagamento das despesas públicas, pelo que, pouco depois, foi criado o cargo de escrivão do almoxarifado.



Fig. 4 – Interior da igreja de São Domingos de Alcatrazes, 1470 e seguintes, ilha de Santiago (fotografia de Jorge Bruno, 2010).

Com o aumento do povoamento, houve que proceder à ampliação do quadro dos funcionários, assim como à sua diversificação pelas capitanias e pelas ilhas. Teria, entretanto, sido criado outro almoxarifado, na parte dos Alcatrazes de Santiago, e também, nos inícios do séc. XVI, um feitor dos algodões do Fogo. A Fazenda régia passou a dispor então de almoxarifes, de escrivães, de contadores e de feitores. Do mesmo modo, desenvolveu-se a organização da Justiça, estabelecendo-se o cargo de corregedor, que teria um escrivão ou um meirinho, e os capitães, entretanto, acabariam por nomear ouvidores, dado não estarem nas suas capitanias. Os processos assemelhavam-se aos da ilha da Madeira. Esta crescente proliferação de funcionários, se, por um lado, demonstra a necessidade de dotar o arquipélago das estruturas administrativas essenciais ao seu funcionamento, à semelhança do reino e da Madeira, por outro, aponta já o crescimento dos privilégios e das regalias de uma determinada classe não produtiva, num complexo quadro ultramarino, muito separado do principal centro de decisão. O funcionamento futuro da administração colonial portuguesa enfermou dessa complexa burocratização, que, progressivamente, deixaria de ter o suporte populacional e económico necessário para o seu sustento.

A ligação do povoamento de Cabo Verde à Madeira é patente ainda na enorme quantidade de topónimos semelhantes nos dois arquipélagos – semelhanças que se encontram também nos Açores e nas Canárias –, indicando a contínua circulação entre estes arquipélagos, determinada pelo regime de ventos e de correntes que, quase obrigatoriamente, pelo menos na viagem de ida, levava as embarcações dos sécs. XV e XVI a escalarem a Madeira para chegarem a Cabo Verde, como acontecera no caso das caravelas de António da Noli,



Fig. 5 – Olifante com as armas reais de Portugal, 1495-1525 (antiga coleção de Filipe II, Museu Nacional de Artes Decorativas de Madrid).

de Diogo Gomes e de Diogo Afonso, contador da ilha da Madeira. Aqui eram reabastecidas com água, frescos e pessoal, sendo muitos os elementos radicados na Ilha que acompanharam essas viagens, como Álvaro Fernandes, sobrinho de Zarco, que participou na exploração da embocadura do Senegal e da área continental de Cabo Verde, e que daria depois nome ao arquipélago. Em 1446, *e.g.*, teria participado na expedição de Lançarote de Lagos e, no ano seguinte, dirigiu a expedição que ultrapassou aquele cabo e terá atingido a célebre ilha de Goreia.

Quase todos os navegadores acima referidos e envolvidos no descobrimento daquelas ilhas de Cabo Verde escalaram a ilha da Madeira à ida ou à vinda. Acresce que a concessão, feita a Fernão Gomes, do comércio e da exploração das costas da Guiné assentava no reabastecimento em trigo das armadas na Madeira, tendo estimulado a instalação de vários comerciantes nacionais e estrangeiros na praça do Funchal. Quase de imediato, a sua atividade estendeu-se a outras áreas, como foi o caso dos irmãos Boa Viagem, dos quais resta o topónimo da rua, antigamente atrás da igreja de N.ª S.ra do Calhau e junto ao demolido primeiro hospital da Misericórdia do Funchal, denominada nos princípios do séc. XXI R. do Hospital Velho. Martim Enes Boa Viagem surge na Câmara do Funchal como mercador, ligado ao contrato do trigo para a Costa da Guiné e aos contratos de açúcar, e Fernão Nunes Boa Viagem, em junho de 1470, era o feitor dos dentes de elefante do infante D. Fernando, os quais, esculpidos com as armas reais portuguesas e sob a designação de "olifantes", se dispersaram pelos grandes museus da Europa e da América.

Nos finais do séc. XV, ou, mais provavelmente, nos inícios do XVI, teria sido exportada para Cabo Verde a tecnologia açucareira madeirense, que, no entanto, só muito pontualmente, e especificamente nas ilhas de Santo Antão e de Santiago, se mostrou minimamente rentável. As técnicas de humanização da paisagem seguiram igualmente para estas ilhas, com os poios e as levadas, subsistindo nelas ainda a produção de aguardente e de rum, denominado "grogue", em princípio por influência inglesa, através de técnicas artesanais, com a utilização de trapiches, em tudo semelhantes aos utilizados na ilha da Madeira nos meados do séc. XVI. Nos meados do séc. XVIII, dever-se-á ter popularizado, entretanto, a confeção da bebida à base de grogue denominada "ponche", que inclui limão e açúcar, semelhante à poncha da ilha da Madeira, denunciando assim a mesma raiz.

Ao equacionarem-se as estruturas administrativas e institucionais, o modelo seguido foi o utilizado no arquipélago madeirense, e, quando, em 1514, se instituiu o bispado do Funchal, as ilhas de Cabo Verde estavam incluídas no mesmo, aliás como todos os novos territórios portugueses dos Descobrimentos. Em 1527, já havia sido nomeado almoxarife da Ribeira Grande, na ilha de Santiago, o madeirense Lopo Aires, embora não tivesse chegado a ocupar o lugar. Nesse quadro, em 1562, a Madeira conseguia carta régia para a importação de escravos dos rios da Guiné e de Cabo Verde,



Fig. 6 – Trapiche do engenho do Paul de Santo Antão (fotografia do projeto CHRONOS/Univ. da Madeira, 2005).

por dois anos, controlados a partir daquele arquipélago, por especial mercê aos lavradores dos açúcares madeirenses. A autorização era dada alegando-se que se fazia tal para atenuar as grandes despesas com as diárias dos trabalhadores e dos homens de soldada. A mercê foi prorrogada, tendo havido nova licença em 1567, então por cinco anos, devendo os escravos ser transportados em navios armados à custa dos madeirenses, que teriam conduzido para a Ilha 150 escravos – então denominados "peças", embora a designação nem sempre tenha equivalido a um indivíduo –, destinando-se 100 para o Funchal e 50 para a Calheta.

Desde os finais do séc. XV, com os dentes de elefante, e os inícios do XVI, com o comércio de couros, *e.g.*, foram estabelecidas rotas comerciais que ligavam a ilha de Santiago à da Madeira. A 23 de julho de 1523, aportou no Funchal um navio proveniente de Santiago, do qual desembarcaram cerca de 3300 peles de cabra e 22 arrobas de sebo. Além destas peles, estavam a bordo mais 1100 destinadas a Lisboa, em obediência a ordens dali emanadas. À primeira vista, este navio devia ser um dos da rota Santiago-Lisboa; todavia, escalou a Madeira para descarregar o excesso de peles de cabra, proibido por lei de entrar em Lisboa. Cerca de três meses mais tarde, a 30 de outubro, partiu do Funchal para Santiago um navio em que seguiam frutas, conservas de varejo e marmelada, incentivando a conclusão de que se trocavam couros de Cabo Verde por frutas e conservas da Madeira.

Comércio esclavagista

A partir dos meados do séc. XVI, entretanto, Cabo Verde configurou-se como um importante centro de distribuição de escravos no quadro geral do Atlântico e, mais especificamente, para o grande mercado que passara a ser o brasileiro. Face às limitações impostas por Lisboa, que sempre pretendeu centralizar ali todo esse comércio, as ilhas atlânticas estabeleceram um circuito próprio, onde Cabo Verde e a Madeira funcionaram como centros de circulação e de distribuição, circuito esse que deve ainda ter prosperado com a União Ibérica, embora então alargado ao arquipélago das Canárias, que, face às alterações políticas, imediatamente começou dali a importar escravos, fornecendo em troca vinho, em concorrência com o da Madeira. O comércio com Cabo Verde mantinha-se na Ilha, no entanto, com os produtos anteriores, como era o caso da cera, largamente referida nos livros de despesa da Sé do Funchal entre os finais do séc. XVI e os inícios do XVII.

Desde os meados do séc. XVI que as ilhas atlânticas se configuraram como interpostos da guerra de corso que varreu o Atlântico e onde participaram pilotos conhecedores das rotas e das ilhas, incluindo alguns provavelmente naturais da Madeira, como foi o caso de Manuel Serradas, que articulou a sua ação em Cabo Verde com John Hawkins (1532-1595) e com Francis Drake (c. 1540-1596). Nesse quadro, procedeu-se à fortificação da capital de Cabo Verde, então a cidade da Ribeira Grande (chamada, nos inícios do séc. XXI, Cidade Velha), para onde foi enviado o Cap. Gaspar Luís de Melo, que integrara as forças enviadas para a Madeira por Filipe II (1527-1598) e, em outubro de 1583, entregara a D. Francés de Alava y Belmonte (1518/19-1586) dois desenhos das defesas do Funchal. Para Cabo Verde seguiu também o fortificador João Nunes, e



Fig. 7 – Fortaleza real de S. Filipe, Cidade Velha (fotografia do projeto CHRONOS/Univ. da Madeira, 2005).

os projetos elaborados por ambos foram presentes na corte de Madrid, a 12 de julho de 1586, tendo começado a construção por volta de 1588, quando começaram a ser cobradas as verbas para a construção. O projeto da fortaleza de S. Filipe, na Cidade Velha, não se afasta assim dos congéneres levantados por essa época no Funchal e, depois, em Setúbal, demonstrando que se manteve toda uma idêntica política de defesa da União Ibérica, com circulação de plantas e de técnicos sob o controlo da Provedoria das Obras de Lisboa.

Nos primeiros anos do povoamento de Cabo Verde, o clima daquelas ilhas era tido como muito saudável, dado aliar alguma secura com áreas mais temperadas. No entanto, essa fama começou a apagar-se muito rapidamente, tornando-se habitual considerar aquele arquipélago como francamente insalubre e propício a várias doenças. Pontualmente, entretanto, a inicial fama era reavivada, e, entre outros, veio a procurar aquele arquipélago o pregador e cónego do Funchal P.e Francisco de Castro (c. 1600-1665), que fora também pároco de Santo António do Funchal. Segundo o presbítero Diogo Barbosa Machado (1682-1772), o célebre pregador madeirense procurara as ilhas de Cabo Verde "a buscar remédio para o mal da lepra", mas ali viria a "passar a melhor vida" em 1665 (SILVA e MENESES, I, 1998, 252-253).

Os meados do séc. XVII levaram à constituição da Companhia Geral do Comércio do Brasil, com base na ação do P.e António Vieira (1608-1697) e nas suas ligações com os cristãos-novos, estabelecendo-se assim uma vasta rede comercial em que entravam os cristãos-novos de Pernambuco e do Maranhão, no Brasil; de São Miguel, nos Açores; do porto de Viana, no reino; de Amesterdão, na Holanda; do Funchal, na Madeira; e da Ribeira Grande, na ilha de Santiago de Cabo Verde. O célebre pregador jesuíta tinha circulado pelos arquipélagos atlânticos, conhecendo assim os circuitos em questão e as vantagens de um controlo centralizado. A Companhia ficou com alguns monopólios, mas, dada a tradição de contrabando do porto do Funchal, dificilmente este monopólio teria sido cumprido aqui. A situação ainda continuaria problemática quando esta Companhia passou a pessoa coletiva e se ligou ao comboio, administrado localmente por um delegado, e também durante a altura em que a Madeira passou a ter autorização para associar à mesma, primeiro, dois e, depois, quatro

navios. O mesmo se passou, por certo, em Cabo Verde.

Em relação à Madeira, estes anos foram de certo incremento no comércio com o Brasil, nomeadamente com base na parceria de João Fernandes Vieira (1613-1681) e do mercador Diogo Fernandes Branco, especialmente interessado no comércio esclavagista. A Companhia Geral do Comércio do Brasil foi fundada em 1649, à frente de cuja primeira viagem se colocou o 2.º conde de Castelo Melhor, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa (1595-1658), herdeiro do condado da Calheta e recém-nomeado governador-geral do Brasil. O comércio com o Brasil começou a ser organizado nestes anos através do chamado comboio marítimo, oferecendo assim uma maior segurança. Os navios partiam de Lisboa e estacionavam no porto do Funchal, onde aguardavam a incorporação de navios de outros portos, seguindo depois na rota de Cabo Verde e, daí, para o Brasil. Com o aumento do tráfego no porto do Funchal, foi criado o lugar de comissário dos comboios, cargo de nomeação régia, por três anos, que foi ocupado por Diogo Fernandes Branco e, em 1673, pelo Cap. Gaspar de Andrada (1642-c. 1700), que voltaria a ocupá-lo em 1677, tendo passado depois o irmão deste, o Cón. António Lopes de Andrada (1640--1704), a destacar-se progressivamente no panorama económico insular e atlântico.

Em 1675, foi fundada a Companhia de Cacheu, tendo como administrador o Cap. Gaspar de Andrada, que, a 19 de maio de 1676, viu

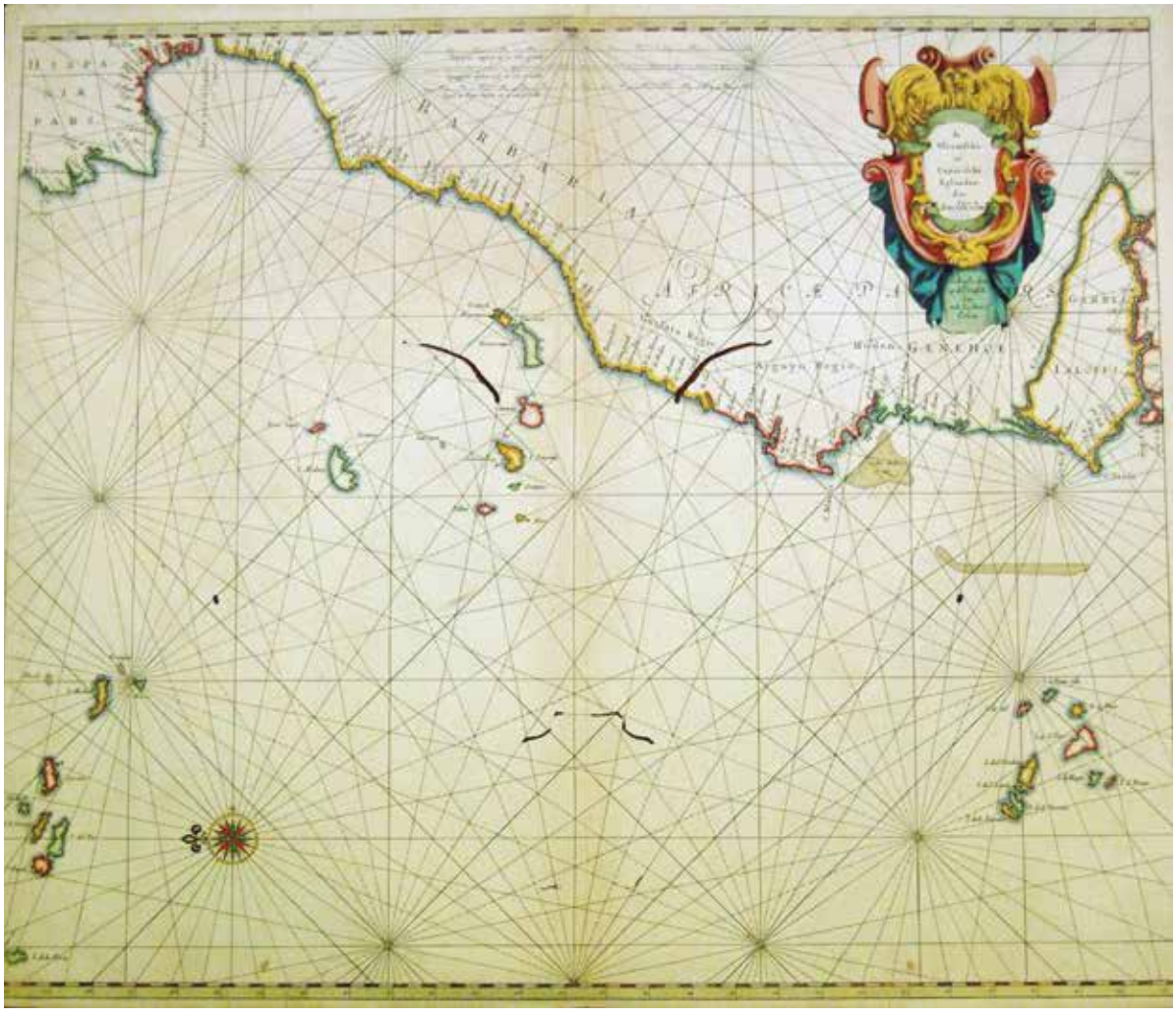


Fig. 8 – Mapa da costa de África e dos arquipélagos atlânticos, Arnold Colom, Amesterdão, 1690 (cart. digital, Instituto Açoriano de Cultura).

os seus privilégios confirmados por seis anos. Tinha o direito de tráfico na costa da Guiné e no arquipélago de Cabo Verde, assim como de comércio de escravos para a Europa, para os domínios portugueses ultramarinos e, inclusivamente, para a América espanhola. A Companhia tinha assim a escravatura como primeira ocupação e, 15 anos mais tarde, viria a ser refundada com a designação de Companhia de Cacheu e Cabo Verde. Entrando, entretanto, em concorrência com os armadores cabo-verdianos, não teve qualquer apoio especial naquele arquipélago, acabando os seus privilégios por não ser prorrogados no séc. XVIII. Foi extinta temporariamente, mas voltaria a ser implantada noutros moldes, pelo gabinete pombalino.

As alfândegas das ilhas eram constantemente criticadas por fazerem contrabando com o Brasil, como sucedeu a 24 de julho de 1709, insistindo-se no assunto a 27 de janeiro de 1712. Os madeirenses e os açorianos conseguiram, a 29 de julho de 1715, uma ordem régia dirigida ao provedor-mor do estado do Brasil em que se determinava que essas restrições não abrangiam os frutos e os géneros produzidos nos Açores e na Madeira, bastando somente provar terem sido despachados nas respetivas alfândegas. Pouco depois, em 1724, surge uma referência a problemas com carregamentos madeirenses, sugerindo a existência de movimentos, em princípio, pouco legais. Assim, Caetano da Costa, morador na ilha da Madeira, requereu justiça nessa data, por lhe terem sequestrado um carregamento no Rio de Janeiro, alegando que o seu bergantim se dirigia a Cabo Verde e que o tinham obrigado a alterar a rota para se deslocar ao Brasil.

A prosperidade do comércio madeirense levou, entretanto, a que se tentasse mesmo colmatar as dificuldades do pagamento do clero de Cabo Verde com as sobras da Fazenda do Funchal. A Diocese da Ribeira Grande tinha sido desmembrada da grande Arquidiocese do Funchal nos meados da primeira metade do séc. XVI, e, já ao longo desse século, a Sé do Funchal apoiara as suas congéneres de Cabo Verde e de São Tomé, enviando sanguinhos,



Fig. 9 – Lápide sepulcral do bispo D. Fr. António de São Dionísio, igreja do Rosário da Cidade Velha (fotografia de Konstantim Richter, 2005).

toalhas e outras alfaias religiosas de que essas dioceses tinham necessidade. Em 1676, e a pedido do bispo de Cabo Verde, D. Fr. António de São Dionísio (c. 1610-1684), foi concedido àquela Diocese que se pudessem pagar as suas ordinárias a partir dos sobejos das rendas da Alfândega da Madeira, uma vez que não podiam ser pagas pelos rendimentos do comércio de Cabo Verde.

Os pagamentos na Madeira devem ter conhecido dificuldades, pelo que o bispo de Cabo Verde passou procuração ao Cón. António Lopes de Andrada, irmão de Gaspar de Andrada, para o mesmo tentar receber esse dinheiro,

o mesmo fazendo os cónegos, vigários e curas. O assunto, no entanto, arrastou-se pelos anos de 1684 a 1695, mesmo após o falecimento do bispo de Cabo Verde, passando para o seguinte, D. Fr. Vitoriano do Porto (1651-1705), também dado como Vitoriano Portuense, mas não sabemos se alguma vez conseguiram ser pagos nesta época pela Provedoria da Fazenda do Funchal. Nos inícios do século seguinte, no entanto, quando era bispo de Cabo Verde o jacobeu D. Fr. José de Santa Maria Jesus (1670--1736) e tesoureiro da Sé de Cabo Verde Manuel Leitão Manuel, surgiram de novo registos de documentação sobre esse assunto, inclusivamente depois da morte do prelado, estando a Ribeira Grande em sede vacante. Assim, em princípio, só teria havido pagamentos ao clero de Cabo Verde no triénio de 1736 a 1738, quando era almoxarife do Funchal Francisco Rodrigues Baptista e tesoureiro Félix de Azevedo, altura em que se mencionam 426$000 para os vigários de Cabo Verde.

Nos sécs. XVI e XVII, a exportação do pastel para o Norte da Europa gerara uma conjuntura de certa prosperidade, entrando nesse comércio os três arquipélagos atlânticos, mas, na centúria de Setecentos, seria o valor comercial da urzela a impor-se. A relevância económica da urzela fundamenta a resolução régia de 9 de julho de 1739, que estabeleceu a sua comercialização em regime de monopólio. O novo contrato abrangia as ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde e reunia os interesses dos conselhos da Fazenda e Ultramarino. Na génese desta determinação, entrava a extração efetuada pelos Ingleses, principalmente nos Açores e em Cabo Verde, passando, então, a representar contrapartidas para a Coroa portuguesa. O soberano prescrevia a arrematação trienal no Conselho Ultramarino e estipulava a exclusividade na compra e na exportação da urzela em terras de donatários, de câmaras ou mesmo de particulares. O contrato proibia o aproveitamento individual ou coletivo dos baldios que, à data da arrematação, produzissem urzela e isentava os arrematantes do pagamento de taxas aduaneiras nos portos do reino. Para prevenir fraudes, os arrematantes podiam nomear conservador, meirinho e feitor em cada um dos arquipélagos.

A tinturaria utilizando a urzela, o drago, o pastel e outros materiais encontra-se intimamente ligada à tecelagem e parece não ter sido uma grande atividade na Madeira, ficando, até muito perto do princípio do séc. XXI, como uma atividade de carácter exclusivamente artesanal e caseiro. No Funchal, teria funcionado, ao longo do séc. XVI e até ao XVIII, nas margens da ribeira de Santa Luzia, na área denominada Tintureira, cujas muralhas estavam continuamente em obras. Nos finais do séc. XVII, a 19 de janeiro de 1684, não haveria mesmo nenhum oficial de tinturaria, solicitando Maria de Sousa, viúva que "ficara, por morte de seu marido, com três filhos, passando muitas misérias e necessidades", que lhe fosse passada carta do dito ofício e autorização para que pagasse a respetiva fiança, "na forma do estilo". A vereação mandou que apresentasse "umas meias, que se disse, tingisse de preto e, por estarmos informados de que fazia bem o ofício de tintureira e não haver outro oficial nesta cidade", foi-lhe passada "carta de examinação" e



Fig. 10 – Dragoeiros do Cachaço, ilha de São Nicolau (fotografia do projeto CHRONOS/Univ. da Madeira, 2005).

a autorização para "usar do dito ofício de tintureira" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, tombo 8, fls. 77-77v.). Pelo contrário, em Cabo Verde, sempre foi uma atividade de grande divulgação com algum valor comercial e tradicional, dentro da denominada panaria, dos *panu di terra* e *pano d'obra bicho*, patentes, em 2015, nos museus portugueses e cabo-verdianos.

Dos inícios do séc. XVIII, possuímos um livro de registo alfandegário, com o título *Os Escravos Vindos do Brasil*, a partir do qual vemos que todo o comércio com a baía da Guiné e com Angola, dados os ventos alísios e a consequente navegação em arco, passava pelo Brasil. Possuímos a listagem dos escravos importados entre 1718 e 1721, contabilizados num livro da Fazenda, por determinação do Prov. José de Sequeira (c. 1640-1715), e escriturados pelo Cap. Pedro de Faria e Abreu, escrivão da Mesa Grande que, por estar ocupado no serviço de Sua Majestade, deu comissão ao escrivão dos autos e da Fazenda, António Rodrigues da Silva. Este livro regista, a 13 de abril desse ano de 1718, a chegada da embarcação *Nossa Senhora do Bom Sucesso e Nazaré*, de que era mestre Sebastião de Abreu, proveniente do Rio de Janeiro, transportando pau de jacarandá e dois escravos, um "moleque e uma moleca", avaliados em 100$000 réis. A 24 de outubro, levava mais dois "moleques pequenos", avaliados em 50$000 réis e destinados ao Cón. Bartolomeu de Brito e Abreu, citando-se que pagaram "os 10 % da lei". Em 1719, a 20 de junho, chegou um escravo para o Cap. António Correia Henriques Lomelino, depois para o condestável Benedito dos Ramos, etc., custando, então, um escravo adulto cerca de 60$000 a 90$000 réis, uma escrava 40$000, e os moleques, entre 30 e 50$000 reis (ANTT, Provedoria…, liv. 1510).

Degredo e colónias penais

A ligação entre os arquipélagos atlânticos fortalece-se ao longo do séc. XVIII, então com o predomínio da navegação britânica, que utilizou os portos insulares para recrutamento, quase sempre ilegal, de marítimos. Apresentando uma pálida ideia da situação geral dos



Fig. 11 – Aguada na Praia, litografia de Alexis Noel, 1871 (AHU).

estratos economicamente mais desfavorecidos da população madeirense, um registo notarial de 1786 revela que Pedro António, de Câmara de Lobos, então preso, vendeu metade de um certo conjunto de benfeitorias na Palmeira, reservando a outra metade para os seus filhos: João Rodrigues, que tinha sido recrutado para o Rio Grande do Sul, no Brasil; António Gonçalves, "que foi desta ilha com os ingleses e não se sabe para onde"; e Manuel António, "que anda embarcado e fez viagem para Cabo Verde" (ABM, Registos Notariais, liv. 2246, fl. 122). A circulação era extensiva a outros estratos populacionais e, inclusivamente, às novas ideias políticas, como se queixou, nos finais do século, o Gov. João António de Sá Pereira (1719-1804). Uma das suas lutas como governador foi a tentativa de encerrar as lojas maçónicas do Funchal, de onde provinham queixas e representações contra o seu governo iluminista e centralizador, lojas que acusa de criarem um amplo movimento maçónico que já se havia alargado ao continente e, então, também às ilhas dos Açores e de Cabo Verde.

As penas de degredo determinadas na Madeira ao longo do séc. XVIII designavam geralmente Angola como destino, colónia que se pretendia povoar com população europeia, mas, nos inícios do XIX, a prioridade parece ter passado para Cabo Verde, com especial

incidência nos processos disciplinares militares, depois maçónicos e, finalmente, políticos. Um dos processos, *e.g.*, envolveu o soldado Teodoro Moniz Bettencourt, obrigado a assentar praça no Batalhão de Artilharia do Funchal, "por causa do seu péssimo comportamento" e por se "entregar ao ócio, não fazendo senão insultar de palavras as pessoas e famílias que encontrava na rua ou nos caminhos", pelo que foi depois condenado a degredo para Cabo Verde. O Gov. Pedro Fagundes Bacelar de Antas e Meneses (c. 1760-1813) teve, entretanto, notícia de que o mesmo fugira para a corte no Brasil, acabando por solicitar àquela "que lhe fosse aplicado o merecido castigo". O assunto teria envolvido também o Maj.-Gen. Robert Mead, pois, quase na mesma altura, também este escrevia para a corte pedindo ao 5.º conde das Galveias, D. João de Almeida de Melo e Castro (1756-1814), o julgamento e a condenação do mesmo soldado (ABM, Governo Civil, liv. 203, fls. 179-179v.; AHU, Madeira..., docs. 2568, 2571 e 2861-2867).

No quadro geral destes contactos, em setembro de 1819, o governador da Madeira Sebastião Xavier Botelho (1768-1840) respondia a um pedido de António Perich, governador de Cabo Verde, sobre um outro que o mesmo fizera para o envio de "casais pobres" da ilha da Madeira, que tivessem alguns conhecimentos de agricultura, para o povoamento da ilha de São Vicente. O governador, no início do seu governo e numa altura politicamente instável, escusa-se a dar uma resposta ao pedido, embora não se opusesse à hipótese. O ofício abordava igualmente o problema dos corsários de Buenos Aires, que interferiam na navegação portuguesa e espanhola dessa época, acrescentando também que, naquele momento, não tinha informações especiais a dar (*Ibid.*, fls. 257v.-258).

Alguns anos depois, a alçada absolutista enviada à Madeira cumpriria o desejo manifestado pelo Governo de Cabo Verde, enviando para ali dezenas de elementos. Nesta alçada, foi sentenciado o tabelião e poeta Francisco de Paula Medina e Vasconcelos (1768-1824), condenado em oito anos de degredo para Angola, depois comutados para Cabo Verde, com inabilidade para os ofícios de Justiça e da Fazenda, e



Fig. 12 – Mergulhança no porto do Mindelo, bilhete-postal enviado por Geo W. Worsell Esq, 1905 (antiga coleção Nellie Worsell, da Casa Cory/Johan Cunha, Funchal).

multado em 50$000 mil réis, tal como o oficial da Alfândega António Rodrigues Pereira, castigado com dois anos de degredo também em Cabo Verde. A sentença estendeu-se aos capitães de ordenanças Joaquim Melchior Gonçalves, punido com quatro anos de degredo nas mesmas ilhas e 200$000 réis, e Nicolau Gonçalves Henriques, irmão do anterior, com um ano de degredo, mas no Porto Santo, e 50$000 réis; ao morgado e Cap. António João Favila, com 10 anos em Cabo Verde e 400$000 réis; a Tertuliano Turíbio de Freitas, com seis anos de degredo nas ilhas de Cabo Verde e 100$000 réis; a Vicente Ferreira Esmeraldo, com seis meses em Cabo Verde e 100$000 réis; entre outros.

O célebre poeta e liberal madeirense Francisco de Paula Medina e Vasconcelos acabou os seus dias na cidade da Praia, em 1824, deixando descendência e encontrando-se o seu nome ainda ligado, através da viúva de seu filho Sérvulo Drummond Medina e Vasconcelos (1828-1854), a um dos maiores poetas cabo-verdianos, Eugénio de Paula Tavares (1864-1930), um dos primeiros poetas a cultivar o crioulo e a promovê-lo pela poesia. O futuro poeta cabo-verdiano nasceu na ilha Brava e, tendo a mãe falecido de parto, veio a ser criado pela madrinha, Maria Eugénia de Vera Cruz Medina e Vasconcelos, viúva do escritor Sérvulo Medina e Vasconcelos e filha do médico José Martins de Vera Cruz (1828-1920), diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, presidente da Câmara Municipal da ilha do Sal e, depois, da Brava. Da família da madrinha, a quem chamava "Badinha" e que sempre tratou como mãe, recebeu a educação liberal e romântica, e nos inícios do séc. xx, quando se dedicou ao jornalismo, já revelava o seu sonho de autonomia para Cabo Verde.

Dos inúmeros liberais exilados para Cabo Verde, fez parte o P.e João Henrique Moniz (c. 1790-1847), cuja integração final não foi porém a melhor. Formado em Cânones pela Univ. de Coimbra, foi ordenado presbítero por volta de 1820, acabando por se ver envolvido na célebre alçada que foi à Madeira em 1828, sendo enviado para Lisboa e, daí, deportado para Cabo Verde. Residiu na ilha Brava, no



Fig. 13 – "Badinha", D. Eugénia Martins de Vera Cruz Medina e Vasconcelos, com cadeira de vime da ilha da Madeira, ilha Brava, c. 1875 (Casa Museu Eugénio Tavares, Vila Nova Sintra).

Porto do Judeu, onde desempenhou funções paroquiais e se dedicou à instrução, fundando duas escolas. Restabelecido o Governo constitucional, foi nomeado governador do bispado de Cabo Verde, em 1835, o que lhe terá criado algumas inimizades. Com o restabelecimento das relações com a Santa Sé, veio a ser, em 1841, apresentado bispo daquela diocese, mas só em 1844 se deslocou a Lisboa para receber a ordenação. Regressou a Cabo Verde em fevereiro de 1847, mas o cabido recusou-lhe a posse, e o governador, sem o termo de posse oficial, também o não reconheceu como prelado. Faleceria a 1 de julho seguinte, vítima de uma febre, rumorejando-se que havia sido envenenado.

Desse enorme conjunto de liberais exilados em Cabo Verde no início do Liberalismo, a Madeira recebeu depois o Cón. Alfredo de

Santa Catarina Braga (c. 1780-c. 1845), natural do Porto, como administrador do bispado do Funchal. Quase duas décadas depois, como bispo do Funchal, foi apresentado o anterior bispo de Cabo Verde, D. Patrício Xavier de Moura (c. 1795-1872), que não teve, todavia, um episcopado feliz. Já tinha idade avançada e teria aguentado um difícil governo na Diocese de Cabo Verde, a tal ponto que preferiu estabelecer residência na pequena ilha do Fogo e, depois, na de São Nicolau, em vez de na de Santiago. Alegando motivos de saúde, conseguiu ser transferido para o Funchal. Confirmado por Pio IX em abril de 1859, tomou posse, por procuração, a 28 de maio e entrou no Funchal a 26 de agosto seguinte. Faria a sua entrada solene na Sé do Funchal a 18 de setembro de 1859, algo que já não se enquadraria na época, devendo ter-lhe acarretado depois vários problemas.

Ao longo do séc. XIX, as ligações entre os dois arquipélagos manter-se-iam, até pela proximidade de alguns dos quadros diretivos, como foi o caso do último governador absolutista da Madeira, D. Álvaro da Costa de Macedo (1789-1835), cujo irmão mais novo, D. Duarte da Costa de Sousa de Macedo, era governador-geral das ilhas de Cabo Verde. No final do verão de 1832, *e.g.*, as principais preocupações do governador da Madeira estavam relacionadas com o apoio ao irmão, a braços com uma das maiores secas da história daquelas ilhas. O governador da Madeira procurou este apoio junto do cônsul português em Londres, do inglês e do espanhol na Madeira, e, dentro das dificuldades

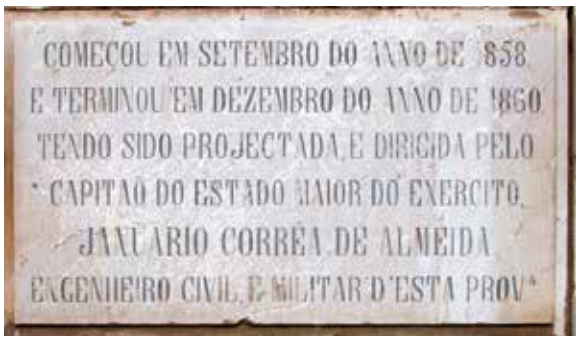


Fig. 14 – Inscrição da antiga Alfândega do Mindelo, 1858 a 1860 (fotografia do projeto CHRONOS/Univ. da Madeira, 2005).

também vividas, conseguiu ainda enviar um carregamento de 10.000 libras de bolachas e de farinhas, embarcadas em novembro num brigue americano. Em todas as cartas, no entanto, não deixava de expressar o seu "ardente desejo de chegarem notícias sobre a destruição dos inimigos" do Rei D. Miguel (ABM, Governo Civil, liv. 192, fls. 112-113 e 123v.-125; AHU, Madeira..., 12096-12097), o que continuava a não se verificar, e também de exprimir esse desejo aos cônsules em causa, abertamente liberais. Aliás, o irmão, pouco tempo depois, a 8 de setembro de 1833, ao ter conhecimento das alterações em Lisboa, mandou reunir uma junta governativa na cidade da Praia e retirou-se para a Gâmbia.

Acrescente-se, no entanto, que em momentos de dificuldade também o arquipélago de Cabo Verde ajudou a Madeira, como na catástrofe do oídio, em 1853. O então governador visconde de Fornos de Algodres, João Maria de Abreu Castelo Branco (1789-1878), chegou a pedir auxílio aos descendentes de madeirenses na América do Norte e à Associação Comercial de Pernambuco, no Brasil, assim como por todo o território português. O auxílio de Pernambuco chegaria em novembro desse ano, sob a forma de dinheiro obtido em subscrição pública, tendo-se agradecido então a Joaquim Baptista Moreira, cônsul de Portugal naquela região. A situação teria sido tão grave, que até do arquipélago de Cabo Verde, que não poucas vezes tinha sido auxiliado pela Madeira nas suas cíclicas e constantes crises de subsistência – como, aliás, acontecera dois anos antes, quando houve uma crise de fome na ilha de São Vicente e o Gov. José Silvestre Ribeiro (1807-1891) enviou barris de farinha e garrafas com óleo, organizando depois uma subscrição pública –, vieram auxílios, que o governador mandou distribuir no concelho de Machico e no do Porto Santo, como referem os anais daquele município.

No contexto dos estreitos contactos entre os dois arquipélagos, especificamente a 10 de setembro de 1848, o então jovem tenente de Engenharia António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887) chegou à Madeira no bergantim *Mariana* e seguiu para Cabo Verde, a 26

do mesmo mês, indo ocupar o lugar de ajudante às ordens do pai, então governador-geral. O engenheiro prontificou-se, nos 15 dias que permaneceu na Ilha, a visitar as obras da levada do Rabaçal com o antigo colega, o também tenente de engenheiros Tibério Augusto Blanc (c. 1810-1875). Em 1863, outro engenheiro militar, Januário Correia de Almeida (1829-1901), depois de desempenhar o cargo de diretor das obras públicas de Cabo Verde, entre 1857 e 1860, seria nomeado governador da Madeira. Entretanto, outros madeirenses se radicavam em Cabo Verde, de que o nome mais importante deverá ter sido o de Pedro Maria Gonçalves de Freitas (1839-1915), depois visconde Gonçalves de Freitas, que, ali pontualmente radicado como advogado, representou aquele arquipélago como deputado nas Cortes e defendeu a abolição da escravatura, o que constituiu um acontecimento do qual toda a imprensa da capital se ocupou.

Pouco tempo depois, surge a extraordinária melhoria das comunicações que iria aproximar ainda mais os dois arquipélagos: o telégrafo submarino. Este sistema foi instalado na Madeira em 1874 e, pelo contrato estabelecido com a Brazilian Telegraph Company, ligou a Madeira ao continente, sendo o centro de controlo em Carcavelos, junto de Lisboa. Entre 1883 e 1884, ainda seria lançado novo cabo submarino. Esta companhia seria substituída pela Western Telegraph Company em 1900, já quando se tinha estabelecido na Madeira a Eastern Telegraph Company, passando assim os cabos de ligação da Inglaterra ao Brasil e à África do Sul pelo Funchal e pela cidade de Mindelo, na ilha de São Vicente, em Cabo Verde. Este aspeto ligou ainda mais a Madeira àquele arquipélago, circulando, desde os finais do séc. XIX e inícios do XX, muitos dos funcionários destas companhias entre o Funchal e a cidade do Mindelo. Existe, inclusivamente, um conjunto de álbuns de bilhetes-postais enviados por um desses funcionários, George W. Worsell Esq., entre 1904 e 1906, quando prestava serviço na estação telegráfica inglesa, para a mulher, Nellie Worsell, da Casa Cory, no Funchal.

Nos inícios da República, mantiveram-se os contactos e mesmo os apoios, como no caso do contrato de pessoal para as obras públicas, nas cíclicas crises de fome por que passou o arquipélago de Cabo Verde. Com o alargamento das



Fig. 15 – Capitania de São Vicente, bilhete-postal enviado por Geo W. Worsell Esq, 1905 (antiga coleção Nellie Worsell, da Casa Cory/Johan Cunha, Funchal).



Fig. 16 – Reabilitação do Comando do Tarrafal de São Nicolau, 1932 (fotografia do projeto CHRONOS/Univ. da Madeira, 2005).



Fig. 17 – Campa de Manuel Ferreira Camões, 1968, cemitério da Assomada da Ribeira Grande de São Nicolau (fotografia do projeto CHRONOS/Univ. da Madeira, 2005).

competências da Junta Agrícola à rede viária, em 1915, *e.g.*, foram contratados trabalhadores naquele arquipélago, e dos mesmos ficou a designação de Caminho dos Pretos para a estrada então construída na freguesia do Monte.

Ao longo do séc. xx, a Madeira e Cabo Verde manteriam os mesmos contactos, com o acrescento de para ali ter sido deportada, *e.g.*, uma

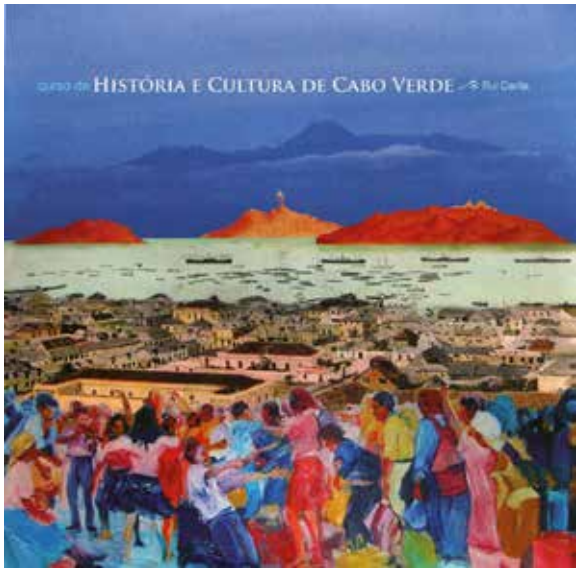


Fig. 18 – Capa do CD *Curso de História e Cultura de Cabo Verde*, 2008 (projeto CHRONOS/Univ. da Madeira).

boa parte dos implicados na Revolta da Madeira, de 1931. Se a maior parte dos deportados haveria de regressar à Madeira e ao continente, os jovens tenentes que tinham sido os rostos mais conhecidos no início daquele pronunciamento militar, o médico Manuel Ferreira Camões (1898-1968) e Manuel Sílvio Pélico de Oliveira Neto (1900-1955/60), optariam depois por ficar na ilha de São Nicolau, em Cabo Verde. Os deportados começaram por ficar instalados no antigo seminário-liceu da cidade da Ribeira Grande de São Nicolau e, ainda em 1931, foram deslocados para uma colónia penal, que os próprios haveriam de construir, designada por Comando do Tarrafal. Ali haveriam de falecer alguns dos deportados políticos, como José Loureiro Rabaça (1886-1952) e outros, sepultados no cemitério da Assomada. A colónia penal de São Nicolau foi desativada, em 1936, com a construção da nova Colónia Penal do Tarrafal, na ilha de Santiago, mas uma parte dos detidos ficou por São Nicolau.

O ex-Ten. médico Manuel Ferreira Camões regressaria a Portugal, em 1952, mas acabaria por voltar a São Nicolau, onde possuía família e era uma verdadeira referência de resistência política, pois durante anos se opusera ao recrutamento de pessoal para as roças de São Tomé e Príncipe, conseguindo, mediante atestados médicos e outras pressões, salvaguardar muitos dos jovens daquela ilha. Encontra-se enterrado no cemitério da Tabuca, na Assomada, frente à Ribeira Brava, e a casa em que habitou na encosta tornou-se uma referência local. Do mesmo modo, o ex-Ten. Sílvio Pélico de Oliveira Neto faz parte da memória local, tendo estado na base da reestruturação das pescas e da montagem de uma fábrica de conservas, que se diz construída com pessoal ido da ilha da Madeira.

Independência

Depois da independência de Cabo Verde e da constituição das suas instituições democráticas, que foram apontadas como um exemplo nos novos países africanos, na abertura do séc. xxi reativaram-se os antigos contactos,

estabelecendo-se parcerias políticas, económicas e culturais, não só com os países europeus, mas especialmente com os arquipélagos atlânticos, através dos programas europeus inter-regionais e outros. Vários especialistas madeirenses foram chamados para dar o seu parecer sobre trabalhos de reabilitação patrimonial e escavações arqueológicas na Cidade Velha e em Alcatrazes, tendo-se estabelecido diversos programas de cooperação também nas áreas culturais.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Alfândega do Funchal, liv. 677; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Avulsos, mç. 2; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombos 7-8; *Ibid.*, Governo Civil, livs. 192-193 e 203; *Ibid.*, Registos Notariais, liv. 2246; AGS, Guerra y Marinha, MP XIX; *Ibid.*, Secretarias Provinciales, liv. 1550; AHM, Direção de Justiça e Disciplina, 1-433 e 1-448; AHU, Baía, docs. 8131, 8133 e 8135; *Ibid.*, Madeira e Porto Santo, docs. 1-3, 2568, 2571, 2861-2867, 12.096-12.097; *Ibid.*, Papéis Avulsos, 1724; ANTT, Cabido da Sé do Funchal, liv. 7; *Ibid.*, Chancelaria de D. Afonso V, livs. 14 e 31; *Ibid.*, Chancelaria de D. Filipe I, liv. 19; *Ibid.*, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 29; *Ibid.*, Leitura Nova, Livro das Ilhas; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 1510; *Ibid.*, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, procs. 17.291 e 17.621; **impressa:** ALBUQUERQUE, Luís de, e SANTOS, Maria Emília Madeira (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, 2.ª ed., 3 vols., Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001; *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XV, 1972; BARROS, Vítor, *Campos de Concentração em Cabo Verde*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009; CABRAL, José J., *Caminho(s) Que Trilharam*, Lisboa, Ecos da História, 2014; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vols. VI-VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2003-2008; COSTA, José Pereira da, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal*, vol. I, Funchal, CEHA, 1995; GODINHO, Vitorino de Magalhães, *Documentos para a Expansão Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Gleba, s.d.; *Id.*, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2.ª ed., 4 vols., Lisboa, Presença, 1982-1984; MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimentos Portugueses*, 2.ª ed., 3 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988; *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde. 1784*, Lisboa, Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1985; SANTANA, Elisa Torres, "El comercio gran canario con Cabo Verde a princípios del siglo XVII", in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1989, pp. 761-778; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; VIEIRA, Alberto, e RIBEIRO, José Adriano, *Anais do Município do Porto Santo*, Porto Santo, Câmara Municipal do Porto Santo, 1989; **digital:** CARITA, Rui, *História e Cultura de Cabo Verde*, CD, Funchal, Universidade da Madeira, 2008.

RUI CARITA

Cabral, Guilherme Read

Guilherme Read Cabral, de nome de nascimento William Read Cabral Júnior, nasceu em Portsmouth, Inglaterra, pensa-se que no ano de 1821, filho de John Harding Read. Chegou a Ponta Delgada, nos Açores, ainda na primeira infância, com o pai e a irmã, Louise Mitchell Read. Por morte do pai, Guilherme Read Cabral e a irmã foram educados pelo tio, o então cônsul inglês nos Açores e amigo pessoal de D. Pedro IV de Portugal, William Harding Read.

Fez os estudos liceais em São Miguel, obtendo, posteriormente, a nacionalidade portuguesa, adotando o sobrenome do cunhado, António Bernardo da Costa Cabral, futuro conde de Tomar e uma das figuras mais destacadas do Liberalismo em Portugal, que casara com a irmã, Louise Read.

A relação de Guilherme Read Cabral com a ilha da Madeira estabeleceu-se tanto ao nível profissional, ocupando o lugar de diretor da Alfândega do Funchal, como literário, tendo escrito sobre a Ilha.

Foi a 23 de abril de 1892 que o Funchal recebeu a notícia da nomeação de Guilherme Read Cabral, comendador e 1.º oficial das alfândegas, para chefe da delegação aduaneira funchalense. O *Diário de Notícias*, com palavras elogiosas, apontava não só os méritos profissionais, como também os de escritor: "O sr. Read Cabral, além de ser um funcionário ilustrado e digno, é escritor primoroso. Numa das suas obras literárias, s. ex.ª faz as mais lisonjeiras referências a esta ilha" ("Delegação aduaneira", *DN*, 23 abr. 1892, 1). A notícia prossegue com



Fig. 1 – Guilherme Read Cabral, litografia (*Álbum Açoriano*, c. 1850).

palavras que mostram um claro voto de confiança e reconhecimento das competências de Guilherme Read Cabral nas funções para que fora nomeado: "estamos convencidos de que há de desempenhar-se superiormente da sua importante comissão de serviço" (*Ibid.*, 1).

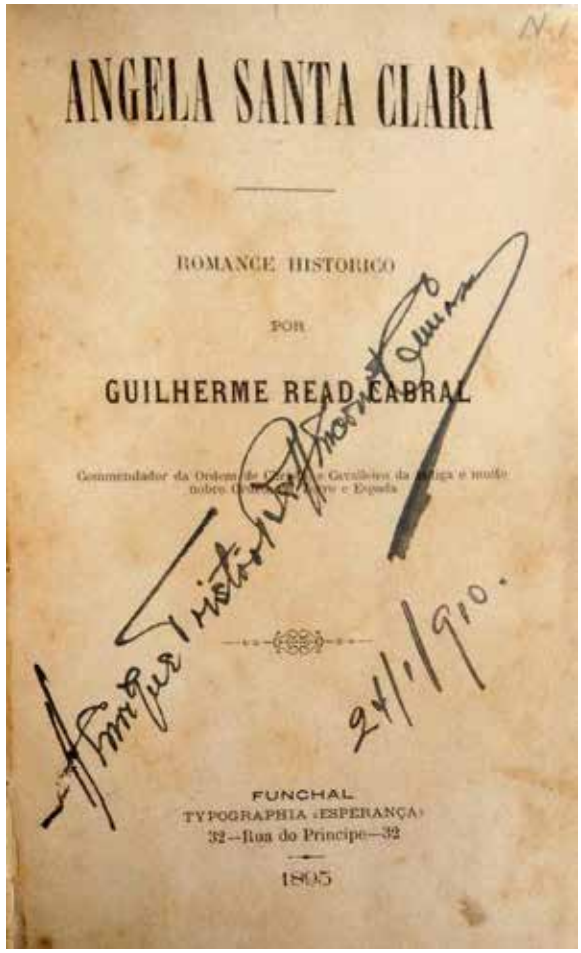
Guilherme Read Cabral desembarcou no Funchal a 8 de maio de 1892, vindo de Lisboa, no vapor *Portugal*, tomando posse como diretor da Alfândega no dia seguinte, a 9 de maio de 1892. A notícia da sua tomada de posse pelo *Diário de Notícias* surgia acompanhada por uma extensa nota biográfica que atestava "a inteligência e as aptidões do funcionário distinto e honrado" ("Alfandega do Funchal", *DN*, 10 maio 1892, 1). Sobre a nota, ficava bem claro para os madeirenses que Read Cabral realizara toda a sua carreira profissional na área da fiscalização alfandegária. Começou, precisamente, em Ponta Delgada, no cargo de guarda-mor da Alfândega, o que lhe valeu, pelos valorosos serviços, a condecoração da Ordem de Torre e Espada e o título de comendador. Ascendeu à 1.ª categoria de oficial das alfândegas, tendo depois assumido o cargo de diretor da Alfândega de Ponta Delgada, sendo um dos responsáveis pela implementação da Alfândega na Horta, na ilha do Faial. Foi diretor da 1.ª repartição da Alfândega de Lisboa, tendo realizado melhoramentos na fiscalização dos vinhos. Neste sentido, os anos de serviço de Read Cabral, os cargos relevantes para o qual fora nomeado, bem como alguns estudos inéditos sobre fiscalidade que publicou, tornavam-no um dos primeiros especialistas sobre a matéria em Portugal.

Guilherme Read Cabral ocupou o cargo de diretor da Alfândega do Funchal durante 16 meses, entre 9 de maio de 1892 e 21/22 de setembro de 1893, altura em que foi nomeado para o cargo de governador civil do distrito da Horta, tendo sido substituído por Carlos Sobral.

Pouco tempo depois de ter assumido o cargo, a 11 de maio de 1892, a imprensa noticiava que a Alfândega do Funchal, depois da reforma geral das alfândegas, voltaria a ser autónoma, deixando assim de ter o estatuto de delegação do círculo aduaneiro do Sul.

A poucas semanas de Read Cabral partir para os Açores, mais precisamente a 5 de setembro de 1893, a imprensa madeirense noticiava uma grande destruição nas ilhas do Pico, de São Jorge e do Faial, provocada por um ciclone a 28 de agosto de 1893. Logo no dia seguinte, Guilherme Cabral, açoriano de coração, organizava uma comissão, com outros dois conterrâneos, Gabriel Samora Moniz e Narciso Xavier de Andrade, no sentido de angariar donativos a favor das vítimas do ciclone. Esta comissão conseguiu angariar, segundo o *Diário de Notícias*, um total de "trezentos e sessenta e tantos mil reis" ("Cyclone dos Açores", *DN*, 22 set. 1893, 2).

Nos 16 meses em que esteve na ilha da Madeira, Read Cabral confirmou a boa impressão que causara com a notícia da sua vinda na


ANGELA SANTA CLARA

ROMANCE HISTORICO

POR

GUILHERME READ CABRAL

FUNCHAL
TYPOGRAPHIA «ESPERANÇA»
32—Rua do Principe—32

1895

Fig. 2 – *Angela Santa Clara* (1895), de Guilherme Read Cabral.

sociedade funchalense de então, como comprovam as palavras do *Diário de Notícias* ao informar sobre a sua partida para a ilha do Faial: "Sentimos deveras a partida de tão bom amigo e distinto funcionário; e fazemos votos para que tenha feliz viagem" ("Partida", *DN*, 22 set. 1893, 2).

A admiração era mútua, pois já Read Cabral, na faceta de "mavioso poeta e distinto escritor", tinha escrito sobre a ilha da Madeira, referindo-se a esta e aos seus habitantes com "generosidade e distinção", conforme escreveu o *Diário de Notícias* ("Alfandega do Funchal", *DN*, 10 maio 1892, 1). Na verdade, os madeirenses letrados e os órgãos de informação conheciam relativamente bem a sua obra, havendo já notícia das suas publicações antes de este ter chegado à Ilha.

Durante a sua estada, Read Cabral publicou um poema épico em folhetim, datado de 10 de outubro de 1892, intitulado *Colombo*, no contexto das celebrações do IV Centenário da Descoberta da América, dedicando a obra ao então governador da ilha da Madeira, Luís do Canto e Castro Merens de Távora. O poema épico narra a descoberta da América por Colombo, exaltando a ligação do descobridor genovês à Casa Perestrelo e às ilhas do Porto Santo e da Madeira, sua boa "madrasta", onde o "génio" de Colombo floresceu (CABRAL, 1892, 6).

Passados dois anos, em 1895, Read Cabral viria novamente a publicar dois livros na Ilha. A primeira obra a ser editada intitula-se *Angela Santa Clara*, um romance histórico dedicado ao povo madeirense, em resposta e reconhecimento à generosidade com que os madeirenses replicaram à subscrição organizada por Read Cabral para apoiar as vítimas do ciclone ocorrido a 28 de agosto de 1893. O romance narra a história de amor entre a bela Ângela de Ornelas e o militar inglês *sir* George Glendover, no contexto das Guerras Napoleónicas e das duas ocupações da Madeira pelos Ingleses, no qual o autor descreve episódios lendários e, também, históricos da ilha da Madeira, a história de Machim e Ana de Arfet ou o ataque dos corsários huguenotes franceses.

O *Diário de Notícias* anunciava, em primeira mão, a 13 de março de 1895, que estava a imprimir no Funchal um romance histórico, da autoria de Read Cabral, inspirado num acontecimento "galante" ocorrido no Convento de S.ta Clara ("Angela de Santa Clara", *DN*, 13 mar. 1895, 2). A 20 de abril de 1895, em primeira página e coluna, o *Diário de Notícias* publicava a apreciação crítica das 144 páginas impressas, a que tivera acesso, não havendo, ainda, a edição final. O romance era recebido com louvor pelo referido periódico, adjetivando-o de "excelente, honesto e instrutivo". *Angela Santa Clara* era, assim, uma obra com uma linguagem "fluente e correta", que prenderia a atenção do leitor "desde a primeira à última folha". Quanto ao enredo, o *Diário de Notícias* classificava-o de "simples", sem "as peripécias absurdas, os lances inverosímeis da escola rocambolesca, as divagações fastidiosas no campo naturalista ou filosófico". Era, por isso, de qualidade superior a obra de Read Cabral, pois, "tanto na forma como na ideia, o romance é honesto e moral, sem deixar de ser patético e dramático, como todos os quadros das grandes paixões humanas", e, por ter nas suas páginas "certa cor local madeirense", seria prezado pelos leitores madeirenses ("*Angela de Santa Clara*", *DN*, 20 abr. 1895, 1). Um excerto da obra de Read Cabral viria a ser publicado pelo *Diário de Notícias* a 1 de maio de 1895.

O P.e Fernando Augusto da Silva, ao referir-se ao romance de Read Cabral no verbete que consagra ao autor, em que, erroneamente, o chama de "Henrique", escreveu que é uma obra de "pura ficção", contendo em si "muitos anacronismos e várias inexatidões históricas" (SILVA e MENESES, 1998, 181), crítica que poderá, eventualmente, estar associada ao conteúdo do texto, revelador de uma faceta do comportamento de uma freira que não podia deixar de desagradar ao padre que Fernando Augusto da Silva era.

Nesse mesmo ano, meses depois da publicação da obra *Angela Santa Clara*, Read Cabral voltaria a editar um pequeno livro intitulado *Um Novo Mundo*, um romance científico ou, como hoje classificamos, de ficção científica, na linha



Fig. 3 – *Um Novo Mundo* (1895), de Guilherme Read Cabral.

dos romances escritos por Júlio Verne, e que foi, provavelmente, uma das primeiras obras deste género a ser publicada na Ilha. A história conta o fantástico encontro entre um cientista terrestre e uma mulher que habita o centro da Terra, e a descoberta de um novo mundo, uma espécie de paraíso perdido.

Guilherme Read Cabral viria a falecer a 18 de junho de 1897, em Ponta Delgada. Na Madeira, a sua morte só foi noticiada a 23 de junho de 1897, evocando a memória do "distinto cavaleiro" que, pelas "qualidades de coração e inteligência", era acarinhado por todos ("Necrologia", *DN*, 23 jun. 1897, 2). No final do ano de 1897, a 8 e 11 de dezembro, o *Diário de Notícias* publicava ainda em folhetim um texto da autoria de Read Cabral, "Antilia ou a ilha das Sete Cidades", uma meditação sobre a existência da lendária ilha de Antília.

Obras de Guilherme Read Cabral: *Colombo* (1892); *Angela Santa Clara* (1895); *Um Novo Mundo* (1895); *Antilia ou a Ilha das Sete Cidades* (1897).

Bibliog.: impressa: "Alfandega do Funchal", *Diário de Notícias*, Funchal, 10 maio 1892, p. 1; 11 maio 1892, p. 1; "Angela de Santa Clara", *Diário de Notícias*, Funchal, 13 mar. 1895, p. 2; 20 abr. 1895, p. 1; "Angela de Santa Clara, Excerpto", *Diário de Notícias*, Funchal, 1 maio 1895, p. 1; "Antilia ou a ilha das Sete Cidades", *Diário de Notícias*, Funchal, 8 dez. 1897, p. 1; 11 dez. 1897, p. 1; CABRAL, Guilherme Read, *Colombo*, Funchal, s.n., 1892; *Id.*, *Angela Santa Clara*, Funchal, Typ. Esperança, 1895; *Id.*, *Um Novo Mundo*, Funchal, Typ. Esperança, 1895; "Cyclone dos Açores", *Diário de Notícias*, Funchal, 22 set. 1893, p. 2; "Delegação aduaneira", *Diário de Notícias*, Funchal, 23 abr. 1892, p. 1; *Diário de Notícias*, Funchal, 9 jul. 1879; "Necrologia", *Diário de Notícias*, Funchal, 23 jun. 1897, p. 2; "Partida", *Diário de Notícias*, Funchal, 22 set. 1893, p. 2; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1998; **digital:** "Cabral, Guilherme Read", *Enciclopédia Açoriana*, s.d.: http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=431 (acedido a 30 nov. 2018).

CARLOS BARRADAS

Cabral, João Read da Costa

Bacharel e político português, filho do 1.º conde de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral, e de Louise Mitchell Read da Costa Cabral, sendo irmão do 2.º conde de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral.

Foi nomeado em meados de junho ou julho de 1879 para o cargo de governador civil do Funchal, lugar que não aceitou, segundo noticiava o *Diário de Notícias* de 9 de julho de 1879. O mesmo jornal, a 23 de julho seguinte, voltaria a confirmar que João Read da Costa Cabral efetivamente não tomaria posse como governador civil. Para o lugar de João Read da Costa Cabral foi nomeado João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, futuro visconde do Canavial.

Bibliog.: *Diário de Notícias*, Funchal, 9 jul. 1879; 23 jul. 1879; 8 ago. 1879.

CARLOS BARRADAS

Cabral, Júlio Ferreira

Político e empresário madeirense, nascido no Funchal a 26 de setembro de 1869, filho de António Ferreira Cabral e de Maria Augusta Ferreira. Contraiu matrimónio com Maria Esmeraldo da Câmara Leme Cabral, sem deixar geração.

Terá realizado os estudos liceais no Funchal. Ingressou, nos finais do séc. XIX, na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, como comprova o requerimento da autoria de Júlio Cabral de 27 de março de 1900. No mesmo, pedia uma redução da pena de expulsão por dois anos, por tempo já cumprido, solicitação que

foi alvo do parecer do então procurador-geral da Coroa e Fazenda, António Cândido Ribeiro da Costa. A expulsão de Júlio Ferreira Cabral da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa terá tido origem num desentendimento grave com um dos professores, impedindo-o assim de prosseguir os estudos.

Desempenhou os primeiros cargos públicos no concelho de Machico, tendo sido nomeado administrador do concelho a 5 de novembro de 1910 e exonerado a 20 de dezembro de 1913, embora tenha sido posteriormente nomeado várias vezes para esta posição. Foi eleito, também, presidente da Câmara Municipal de Machico, em data desconhecida.

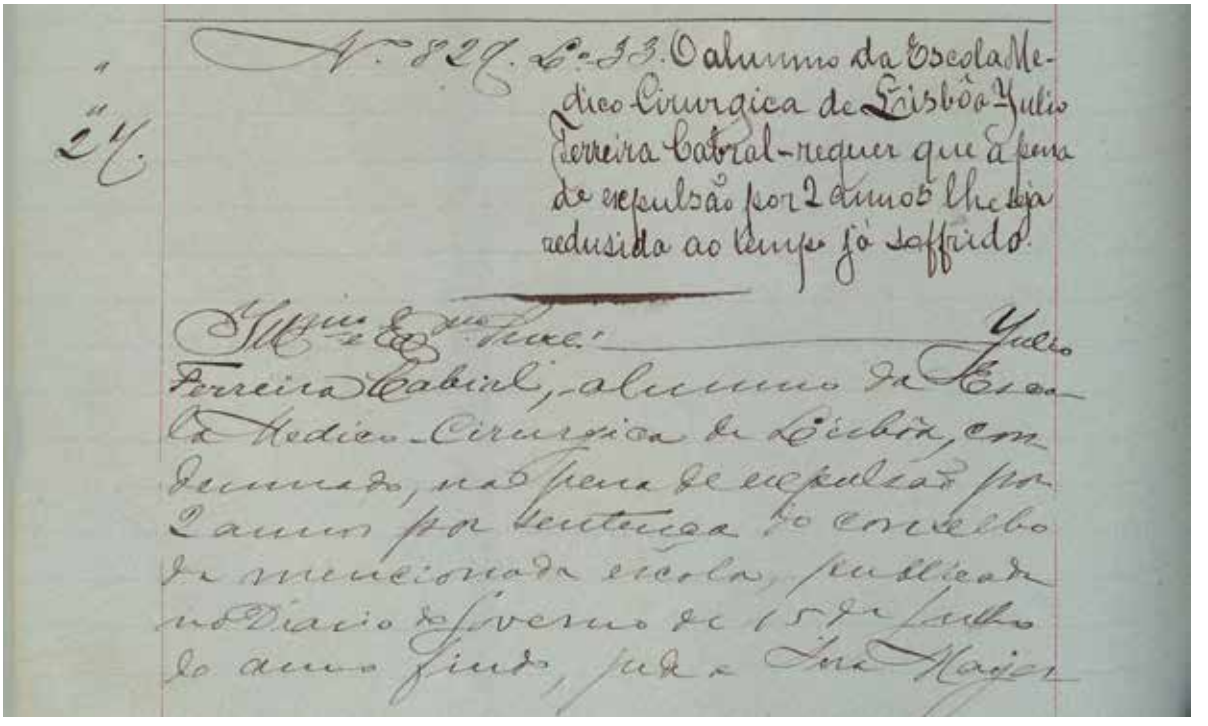
Júlio Ferreira Cabral atingiu o auge da carreira política ao ser nomeado pelo então ministro do Interior, Sá Cardoso, por despacho datado de 5 de janeiro de 1924, para o lugar de governador civil do distrito do Funchal, em substituição do Gen. Simões Soares, tomando posse três dias depois. No discurso inaugural, Júlio Cabral prometia um desempenho no cargo "orientado na máxima imparcialidade e da máxima independência" ("Novo governador civil…", *DN*, 9 jan. 1924, 1), prometendo ficar alheio a questões partidárias.

Desempenhou as funções de governador durante nove meses, terminando o mandato a 20 de setembro de 1924. Em vésperas da sua exoneração do cargo de governador civil, chegava ao Funchal a notícia da imposição do dec. n.º 10.046/1924 do Governo português à Madeira, com a taxa de navegação, pondo em causa os interesses económicos dos madeirenses.

Júlio Ferreira Cabral faleceu a 23 de setembro de 1930 na vila de Machico, com 61 anos, tendo sido sepultado no jazigo de família no cemitério das Angústias. À data da morte, desempenhava as funções de oficial de registo civil da Conservatória de Machico.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Conservatória de Machico, Óbitos, liv. 1395, fl. 84v., proc. 168; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Sé, Batismos, liv. 1271, fls. 33v.-34; AHPGR, Procuradoria-Geral da República, Registo de Pareceres e Informações para o Ministério do Reino, doc. 88, 27 mar. 1900, fls. 49v.-53v.; ANTT, Ministério do Interior, Decretos, mç. 250, cx. 69; **impressa:** CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; "Júlio Ferreira Cabral", *Diário de Notícias*, Funchal, 25 set. 1930, p. 2; "Novo governador civil do Funchal", *Diário de Notícias*, Funchal, 9 jan. 1924, p. 1; "A taxa de navegação", *Diário de Notícias*, Funchal, 19 set. 1924, p. 1.

CARLOS BARRADAS



Minuta do requerimento de Júlio Ferreira Cabral, 27 de março de 1900 (AHPGR, Procuradoria-Geral da República..., doc. 88, 27 mar. 1900, fl. 49v.).

Cabral, Manuel Ferreira

D. Manuel Ferreira Cabral foi o 10.º prelado a nascer em solo madeirense, ainda que tenha exercido as suas funções episcopais em territórios distantes da sua terra natal, pois foi bispo da Beira, em Moçambique, e bispo auxiliar de Braga por duas vezes.

Nascido no sítio do Cedro Gordo, na freguesia de São Roque do Faial, a 10 de fevereiro de 1918, era filho de Manuel Ferreira Cabral e de Alexandrina de Freitas. Depois de completada a sua formação eclesiástica no Seminário do Funchal, aí se tornou professor, sendo, segundo os seus alunos, de destacar a forma "dedicada e eficiente" que escolheu para dar as suas aulas ("Morreu D. Manuel...", *JM*, 13 dez. 1981, 1). Ainda a propósito da sua carreira docente, cumpre salientar que também ensinou na Escola Industrial do Funchal e no Liceu Jaime Moniz, onde lecionou entre 1953 e outubro de 1956, sendo ainda nomeado vice-reitor do Seminário do Funchal. A partir de 1958, e na sequência da criação do Seminário Maior do Funchal, por ação de D. David de Sousa, foi convidado para o lugar de vice-reitor da nova instituição. Aceitando o desempenho das funções que lhe eram propostas, em breve (1961) assumiria o cargo de reitor desse mesmo Seminário. A sua carreira académica prosseguiu, nos inícios da déc. de 60, com a realização de um doutoramento em Direito Canónico na Univ. Gregoriana de Roma, findo o qual regressou à Diocese do Funchal para aí se tornar vice-vigário-geral e secretário diocesano para a catequese. Em paralelo, mantinha-se como reitor do Seminário Maior do Funchal, acumulando ainda todas as funções referidas com a de administrador do *Jornal da Madeira*.



Fig. 2 – Cálice de D. Manuel Ferreira Cabral, c. 1965, paróquia de São Roque do Faial (fotografia de Pedro Clode, 2015).



Fig. 1 – D. Manuel Ferreira Cabral, Braga, 1965 (arquivos da Arquidiocese de Braga).

O percurso eclesiástico tinha sido, por seu turno, iniciado em 1939, com a receção de ordens menores, a que se seguiram a de subdiácono, em setembro de 1940, a de diácono, assumida em agosto de 1941, terminando o percurso a 28 de fevereiro de 1942, quando se tornou presbítero.

A 21 de janeiro de 1965, Paulo VI nomeou-o bispo auxiliar da Arquidiocese de Braga e, a 25 de março do mesmo ano, recebeu, na Sé do Funchal, a sua ordenação episcopal, em cerimónia que pela primeira vez se realizou na catedral insular.

Dois anos depois, em 1967, foi indigitado bispo da Beira, em Moçambique, lugar onde se manteve por quatro anos, regressando, de seguida, ao lugar que anteriormente ocupara – o de bispo auxiliar de Braga. Entre 1972 e 1981, ano em que morreu, D. Manuel Ferreira Cabral foi, ainda, bispo titular de Dume.

Estando já muito doente, foi distinguido pelo Papa Paulo VI com o envio de uma bênção apostólica, onde o Sumo Pontífice indicava estar a rezar "para que na luz da esperança e com o sofrimento redentor possa serena, resignada e meritoriamente a provação" ("Morreu D. Manuel...", *JM*, 13 dez. 1981, 4). Faleceu em Braga a 12 de dezembro de 1981.

Bibliog.: "Morreu D. Manuel Ferreira Cabral", *Diário de Notícias*, 13 dez. 1981, pp. 1 e 13; "Morreu D. Manuel Ferreira Cabral", *Jornal da Madeira*, 13 dez. 1981, pp. 1 e 4.

CRISTINA TRINDADE

Cabral, Manuel Joaquim Monteiro

Machetista, violista, arranjador, professor e coletor, Manuel Joaquim Monteiro Cabral nasceu a 23 de novembro de 1807 na freguesia de Santa Luzia. Casou a 27 de abril de 1850, na igreja de Nossa Senhora do Monte, com Rosa Perpétua Nunes, natural da freguesia de Santa Maria Maior. Desta união nasceu, a 20 de abril de 1864, uma filha que recebeu o nome de Maria, "filha legítima e primeira deste nome de Manuel Joaquim Monteiro Cabral, músico, [...] e de Dona Rosa Perpétua Cabral" (ABM, Paróquia de Santa Luzia..., liv. 1470, fls. 17-17v.).

A primeira menção a Manuel Joaquim Monteiro Cabral como músico, desta feita como violista, data de 1846, quando figura no arranjo das partes de viola para acompanhar os originais para machete solo compostos por Cândido Drumond de Vasconcelos. Ainda como violista, o seu nome surge numa coletânea manuscrita madeirense oitocentista para viola, como autor de uma peça a solo intitulada "Polka mazurka arranjada por M[anuel] J[oaquim] M[onteiro] Cabral".

Como machetista, arranjador e professor, Manuel Joaquim Monteiro Cabral tem uma obra imensa, muito mais extensa e variada do que a do seu conterrâneo António José Barbosa.

Comecemos por mencionar e analisar os *Estudos para Machete Arranjados por Manuel Joaquim Monteiro Cabral*, obra escrita com fins didáticos. Depois de ter referido a tradicional



Fig. 1 – *Escalas e Estudos para Machete Arranjados por Manoel Joaquim Monteiro Cabral*, c. 1850 (coleção de Manuel Morais).

afinação do machete madeirense oitocentista, seguem-se dois exercícios ("Escala natural", "Escala cromática"), precedidos por um diagrama do braço do machete (quatro cordas, afinadas, do grave para o agudo, $ré_3$-sol_3-si_3-$ré_4$, divididas por 17 trastes); a este diagrama juntam-se mais seis exercícios técnicos, todos com as respetivas dedilhações da mão esquerda ("Salto de 3as", "Salto de 3as unidas", "Notas ligadas", "Notas soltas", "Trinado", "Notas ligadas"). Caso raro nestes pequenos métodos é a inclusão de "Acordes em cadência nos tons mais usuais (C. maior, A. menor, G. maior, E. menor, D. maior, B. menor, A. maior, F# menor, E. maior, C# menor, F. maior, D. menor, B. maior, G. menor e E. maior, C. menor, A. maior e F. menor)". Neste pequeno método, juntam-se ainda cinco peças recreativas, nomeadamente "Waltz", "Dança camponeza", "Galope", "Rule britannia" e "God save the king". Este pequeno sistema surge com um título mais alargado – *Escalas e Estudos para Machete Arranjados por Manoel Joaquim Monteiro Cabral* – a abrir a maior coletânea manuscrita que conhecemos deste autor. Com arranjos deste machetista, esta compilação contém ainda muitas peças a solo, sobretudo de compositores ingleses, bem como as típicas danças de salão oitocentistas (valsas, polcas, quadrilhas, marchas, contradanças, galopes, cotilhão e passo dobre). Além

deste repertório escrito para se tocar o instrumento a solo, vamos também aqui encontrar exemplos de peças arranjadas para dois machetes afinados ao uníssono: o primeiro machete toca a parte solista, enquanto o segundo acompanha com simples acordes.

Em qualquer das coletâneas conhecidas, mesmo em peças oriundas da Madeira, o seu nome nunca aparece como compositor, mas só como arranjador. Ainda que o machetista António José Barbosa distribua a letra sobre o pentagrama em só duas peças, Monteiro Cabral estende este procedimento a um número muito alargado de canções com texto em inglês, permitindo, deste modo, a sua execução, que poderá ser cantada pelo mesmo tocador ou por outro intérprete.

Outra faceta que vamos encontrar em Manuel Joaquim Monteiro Cabral é a de coletor de cinco romances madeirenses arranjados, por volta de 1860, para canto (soprano), acompanhados por um ou dois machetes: *Sou Menina Inocente* (*o Papão*); *Diga Senhora Viuva*; *Huma Velha Tinha Um Gato*; *Rubros Fiambres* e *Menina não Sejas Tola*.



Fig. 2 – Avô com viola e neta com machete, bilhete-postal animado, Bazar do Povo, c. 1890 (coleção particular).

Não temos quaisquer dúvidas de que todas estas coletâneas manuscritas, quer na forma de "princípios para o instrumento", quer em compilação de um repertório muito variado, se destinavam ao estudo do machete por parte de "muitos dos estrangeiros que outrora aportavam à Madeira" (SILVA e MENESES, 1984, I, 167).

Manuel Joaquim Monteiro Cabral faleceu a 16 de outubro de 1882, na freguesia da Sé, "de idade de setenta e cinco anos, casado com Dona Rosa Perpétua Cabral [...]. Não fez testamento e deixou uma filha. Foi sepultado no cemitério público das Angústias em campa particular" (ABM, Paróquia da Sé..., liv. 1352, fls. 18v.-19).

Nos inícios da déc. de 20 do séc. xx, o seu nome era ainda mencionado como professor de braguinha: "Houve no Funchal alguns professores de braguinha, entre eles Manuel [Joaquim Monteiro] Cabral" (SILVA e MENESES, 1984, I, 167).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Registos Paroquiais, Nossa Senhora do Monte, Casamentos, liv. 191, fls. 130-131v.; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Santa Luzia, Batismos, liv. 1470, fls. 17-17v.; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Sé, Óbitos, liv. 1352, fls. 18v.-19; CABRAL, Manuel Joaquim Monteiro, *Compilação Manuscrita para Machete, Encadernada, Constituída por 59 Folhas de Papel*, c. 1860 (manuscrito na posse de Manuel Morais); **impressa:** AZEVEDO, Álvaro Rodrigues de, *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, Funchal, Typ. Voz do Povo, 1880; KING, John, "Um método desconhecido para o machete madeirense", in MORAIS, Manuel (coord.), *A Madeira e a Música. Estudos (c. 1508-c. 1974)*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008, pp. 589-602; *Id.*, "O machete madeirense", in ESTEIREIRO, Paulo (coord.), *5 Olhares sobre o Património Musical Madeirense*, Funchal, Associação Musical e Cultural Xarabanda/Associação dos Amigos do Gabinete Coordenador de Educação Artística, 2011, pp. 21-37; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984; VASCONCELOS, Cândido Drumond, e MORAIS, Manuel, *Coleção de Peças para Machete, 1846. Collection of Pieces for Machete, 1846*, estudo e revisão Manuel Morais, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2003.

Fontes áudio: *O Machete Madeirense no Século XIX*, CD-ROM+áudio, Funchal, Gabinete Coordenador de Educação Artística, 2009; *Música para Viola/Music for Classical Guitar*, CD-ROM+áudio, Funchal, DRAC, 2012; *Sarau Musical no Funchal*, CD-ROM+áudio, Funchal, Gabinete Coordenador de Educação Artística, 2011.

MANUEL MORAIS

Cabral, William Read (Júnior)

↗ Cabral, Guilherme Read

Cacongo, visconde de

João Rodrigues Leitão, nascido em Ponte da Barca, em 1843, fixou-se no Funchal, aos 10 anos, com o tio, João José Rodrigues Leitão, um financeiro do Norte de Portugal. Cresceu naquela cidade, ali fez os seus estudos e dali seguiu, em 1861, para África, ao serviço da casa bancária do tio. Esteve então nas províncias de Luanda, Zaire e, depois, em Landara, Cacongo, *i.e.*, na margem oposta do rio Congo, onde adquiriu uma fortuna e estabeleceu uma série de boas relações com os régulos locais.

Tendo conhecimento de que a França pretendia estender a sua influência desde a colónia do Gabão até às margens do Congo, ocupando, inclusivamente, o Luango e a Ponta Negra, conseguiu que o governador-geral de Angola, o Cons. Ferreira do Amaral, enviasse, em 1883, a corveta *Rainha de Portugal*, comandada pelo Cap.-Ten. Guilherme de Brito Capelo, ocupando-se assim os territórios de Cacongo e Massabi. A sua presença e as suas relações nessa área levaram à aceitação da presença portuguesa, alegação depois apresentada pelos delegados portugueses na Conferência Internacional de Berlim, sustentando que esse território era português desde 1883, tendo sido aceite.

O trabalho de João Rodrigues Leitão seria de imediato reconhecido em Lisboa, nos meados de 1884, tendo sido agraciado com o título de visconde de Cacongo, por decreto e carta régia de 1 de agosto desse ano, e carta de brasão de armas, mercê nova, por alvará de 24 de novembro de 1900 e carta de 22 de dezembro do mesmo ano.

O visconde era casado com uma prima, D. Fermina Maria Rodrigues Leitão (c. 1845-c. 1925), e os interesses da sua casa comercial em África ficaram, entretanto, a cargo do filho de ambos, João José Rodrigues Leitão Júnior. Falecido precocemente João José, aos 23 anos, a 17 de setembro de 1898, em Landana, Cabinda, passaram os interesses gerais da família para o sobrinho, Carlos Ernesto Rodrigues Leitão (1878-1958), filho de Pedro Petropolitano Rodrigues Leitão (1852-1904), nascido em Petrópolis, no Brasil, onde a família possuía



Fig. 1 – Visconde de Cacongo, Funchal, c. 1900 (ABM, Photographia Vicente).

igualmente interesses. Estabelecendo-se no Funchal, Pedro Leitão ocupou o lugar de vice-cônsul do Brasil na Ilha.

O visconde de Cacongo administrou, a partir do Funchal, os seus interesses em África e no



Fig. 2 – Viscondessa de Cacongo, Funchal, c. 1900 (ABM, Photographia Vicente).

Brasil, seguindo de perto a economia do distrito e associando-se aos vários empreendimentos em curso, como foi o caso do caminho de ferro do Monte, de que foi um dos acionistas iniciais, colaborando depois na fundação do Manicómio Câmara Pestana e na construção do cais, que viria a ter o seu nome. Tendo fixado residência na Qt. Mãe dos Homens, em Santa Maria Maior, colaborou também com a Câmara do Funchal na construção de várias das acessibilidades, vindo a edilidade a dar o seu nome igualmente à estrada que percorre toda a meia-encosta alta daquele bairro, tal como, depois, à escola básica ali instalada.

Os viscondes de Cacongo viriam a receber, no Funchal, D. Carlos (1863-1908) e D. Amélia (1865-1951), inclusivamente, a 23 de junho de 1901, na sua Qt. do Pomar, à Choupana, onde foi servido um almoço. Foi na sequência da visita régia à Madeira que se devem ter reunido as condições para que o príncipe alemão Frederick Charles de Holenlohe Oehringen, em 1903, se propusesse levar a efeito, na Madeira, um vasto projeto de sanatórios marítimos e de altitude, alguns exclusivamente destinados a doentes ricos. Estas instituições foram logo dotadas dos anexos indispensáveis de jardins e parques, assim como de outros, destinados à população de menos recursos e que funcionavam como contrapartida da futura sociedade. O projeto foi aprovado pelo Governo português, mediante parecer da comissão executiva da Assistência Nacional aos Tuberculosos, e teria tido apoio da Rainha D. Amélia, amiga pessoal do príncipe alemão.

A 22 de setembro de 1903, o príncipe Hohenlohe chegou ao Funchal com uma vasta comitiva alemã e portuguesa, sendo ali recebidos por, entre outros, o comendador Manuel Gonçalves (1867-1919), um dos administradores da Companhia do Caminho de Ferro do Monte, e os viscondes de Cacongo, saindo da Madeira a 3 de outubro seguinte.

No ano imediato, chegou uma nova comitiva, com o importante financeiro Ernest Hofmann, um dos nomes do mundo das finanças

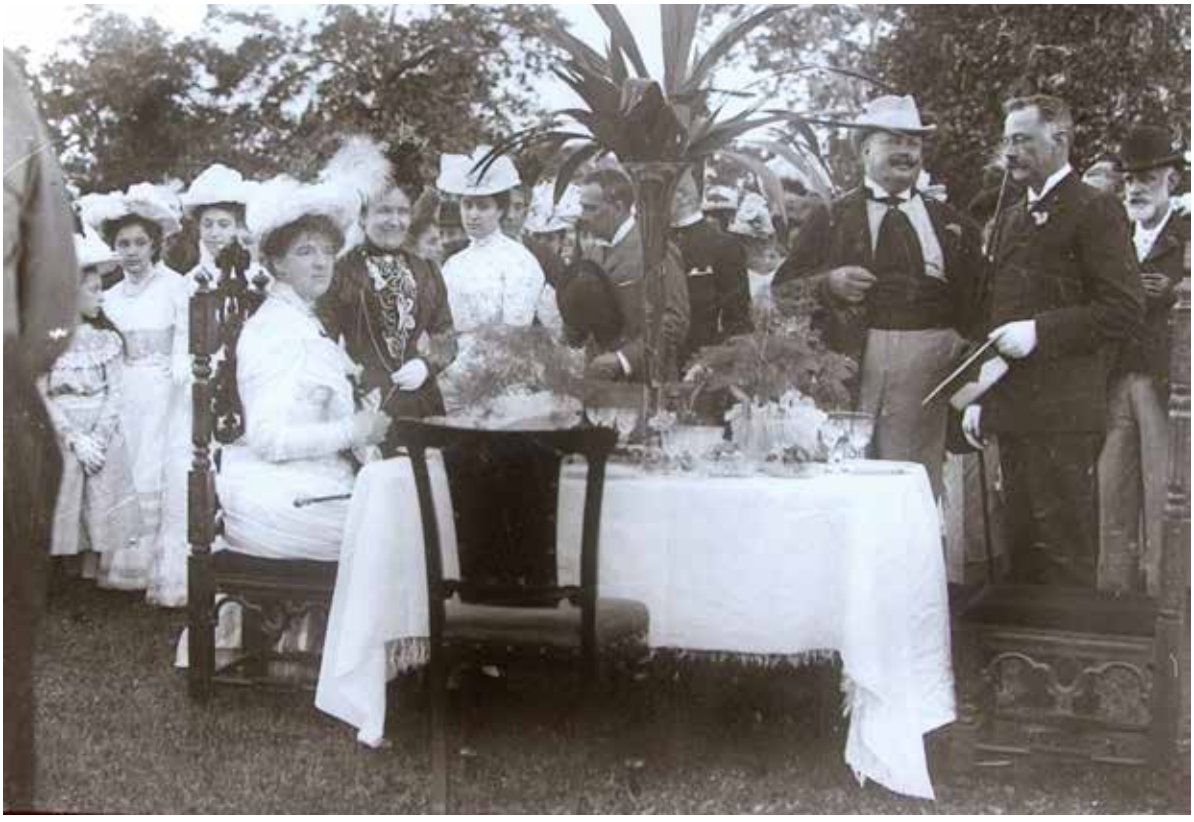


Fig. 3 – Rainha D. Amélia e Rei D. Carlos com a viscondessa de Cacongo, Qt. do Pomar, Monte, 23 de junho de 1901 (ABM, Visconde de Vale Paraíso).

de Berlim, que, dentro de um igualmente curto espaço de tempo, passou a liderar um importante projeto de turismo terapêutico, com a construção de várias unidades hospitalares, como foram o Hospital dos Marmeleiros, o "sanatório popular" e o Sanatório de Santana, igualmente no Monte, já para classes mais abastadas.

Os problemas da Companhia dos Sanatórios ocorreram com a aquisição das quintas Lambert, Vigia, Pavão e Bianchi (duas das quais logo obtidas), praticamente as mesmas que vieram a dar lugar ao futuro Casino Park Hotel (1970). No entanto, os Ingleses inviabilizaram o projeto, com a residência do médico inglês Ronald Eduardo Stuart Krohn (1867/1868-1916) na Qt. Pavão, que cedeu os seus direitos aos Blandy. O empreendimento, que já avançava para outras vertentes, como as facilidades de navegação para o Funchal, prevendo a instalação de um depósito de carvão de pedra não só para os navios que iam servir os hotéis e sanatórios como para a restante navegação, ficou assim gorado, e o Governo português teve de pagar uma pesada indemnização à companhia alemã por não ter assegurado as facilidades inicialmente contratadas.

O visconde de Cacongo parece ter-se logo demarcado do projeto dos sanatórios, tendo a responsabilidade sido atribuída, pelos jornais da época, ao comendador Manuel Gonçalves. Ainda mais se deve ter resguardado quando, nos inícios de 1908, foram assassinados, em Lisboa, o Rei D. Carlos e o príncipe real D. Luís Filipe, na sequência dos escândalos da questão dos sanatórios da Madeira e dos adiantamentos da Casa Real, que levaram a que fosse instalada uma ditadura liderada por João Franco.

Praticamente não existem notícias sobre o visconde de Cacongo nesses anos, salvo as relativas à encomenda a Francisco Franco (1885-1955), em 1913, de um busto seu para colocar no jardim, a algumas ações filantrópicas e à existência, na sua Qt. da Mãe dos Homens, no Caminho do Meio, de um "potente realejo, que quando tocava se fazia em quase todo o Funchal" (CALDEIRA, 1964, 172), o que era um exagero. Tratava-se do célebre *orchestrophone* dos Limonaire Frères, executado em Paris, em 1900, e que foi adquirido para o Museu Quinta das Cruzes, em 1978, onde, depois de restaurado entre 2004 e 2006, se encontra patente e a tocar, quase sem se ouvir fora do jardim.



Fig. 4 – *Orchestrophone*, Limonaire Frères, Paris, 1900 (Museu Quinta das Cruzes, n.º invent. 1977 MQC).

A família recolhia-se na quinta do Caminho do Meio. Inclusivamente, deixou de sair para assistir aos serviços religiosos, mantendo um capelão privativo, o que então era já algo raro, o jovem P.e Eduardo Clemente Nunes Pereira (1887-1976), depois autor de várias obras literárias de carácter histórico, como *Ilhas de Zargo* (1939).

O visconde de Cacongo, como outros elementos da sociedade madeirense, já em 1901 se demarcara do caminho que levava a monarquia portuguesa, recusando a elevação a conde, por considerar não fazer sentido. O mesmo teriam feito John Burden Blandy (1841-1912), face ao escândalo do Ultimato britânico de 11 de janeiro de 1890, alvitrando que ficaria muito mais honrado se recebesse uma aguarela de D. Carlos, e o comendador Manuel José Vieira

(1836-1912), então administrador do conselho, que somente aceitou a grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, dado achar muito dispendioso aceitar um título nobiliárquico.

Os monárquicos funchalenses reapareceram, entretanto, com a instalação da República Nova de Sidónio Pais. O primeiro encontro de monárquicos no quadro da nova situação realizou-se nos inícios de abril de 1918, no palácio Torre Bela, à R. dos Ferreiros. Entre os seus promotores, destacavam-se o visconde de Cacongo, o Cons. José Leite Monteiro (1841-1920), Júlio Paulo de Freitas (1863-1946), Pedro José Lomelino (1864-1930), Rui Bettencourt da Câmara (1874-1946), Henrique Augusto Vieira de Castro (1869-1926), Manuel Perestrelo Favila Vieira (1875-1923), entre outros. As conclusões foram dar o voto a Sidónio Pais e "contribuir para a constituição de maiorias que apoiem um Governo de ordem, reservando-se uma representação afirmativa do seu prestígio" (*Diário da Madeira*, 5 abr. 1918). Desta reunião teria saído o apoio aos nomes propostos por Lisboa, em que constavam dois madeirenses de franco relevo, um da monarquia e outro da nova situação vigente, o antigo ministro da monarquia Aires de Ornelas de Vasconcelos (1866-1930), então lugar-tenente de D. Manuel II no exílio, e o Maj. José Vicente de Freitas (1892-1952), anterior governador civil do Funchal, e os elementos acordados com as estruturas continentais: Duarte Melo Ponce de Carvalho, e, como senadores, Alberto Correia Pinto de Almeida e Adolfo Augusto Baptista Ramires. Salvo os dois primeiros, todos os restantes eram desconhecidos na Madeira, pelo que *A Sentinela*, que na Ponta do Sol substituíra *A Época*, entretanto apreendida, escreveu que se tinham elegido senadores e deputados "todos eles independentes... dos eleitores, que nem de nome conheciam tão ilustre gente nova" (*A Sentinela*, 23 jun. 1918).

O visconde de Cacongo não assistiu, no entanto, ao reajustamento da situação política por que se haviam batido os monárquicos e os católicos, iniciada com o 28 de Maio de 1926, pois falecera no ano anterior, a 15 de junho, no Funchal.

Bibliog.: CALDEIRA, Abel Marques, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX, 1900-1925*, Funchal, Eco do Funchal, 1964; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2008; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Diário da Madeira*, 5 abr. 1918; SAINZ-TRUEVA, José de, "Quinta Mãe dos Homens", *Atlântico*, n.º 17, 1989, pp. 5-16; *A Sentinela*, 23 jun. 1918; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; VERÍSSIMO, Nelson, "A questão dos sanatórios da Madeira", *Islenha*, n.º 6, jan.-jun. 1990, pp. 124-144.

RUI CARITA

Cadamosto, Luís

Luís Cadamosto (Alvise Da Mosto) foi um explorador, navegador e escritor italiano. Nascido em Veneza em 1429, morreu em 1483, deixando aos descendentes um relato das suas viagens, desenvolvimento de uma série de notas tomadas durante a viagem e redigidas talvez depois do seu regresso a Veneza. Os geógrafos e os homens de cultura da época apreciaram de imediato os testemunhos nele contidos pela fidelidade das observações, fonte preciosa para os estudos sobre as descobertas geográficas, e, em particular, por causa das informações sobre a Madeira.

Devido a dificuldades familiares, e em busca de honras e riquezas, em 1454 Cadamosto embarcou num navio da Flandres, desembarcando no cabo de São Vicente, no lugar de retiro de D. Henrique, o infante de Sagres, ou Navegador, o qual demonstrou por ele um vivo interesse. Cadamosto era um exímio conhecedor de especiarias, e D. Henrique procurava um navegador capaz de contribuir para as novas explorações.

Tendo partido a 22 de março de 1455, Cadamosto chegou primeiro ao Porto Santo. A ilha é descrita como um pequeno lugar seguro, sem porto, mas protegida dos ventos, rica e abundante em carne bovina e outras espécies animais. É eficaz a descrição que faz de um delicioso fruto semelhante às cerejas, mas de cor amarela. Cadamosto deixa transparecer o seu envolvimento ao narrar seja aquilo que ele mesmo viu e constatou, seja o que lhe foi reportado. Ao autor interessam em particular os nomes: a ilha do Porto Santo, assim chamada porque descoberta no dia de Todos os Santos; a ilha da Madeira, ou "ilha dos lenhos",



Palácio Ca' da Mosto, reforma de c. 1300, em Veneza, onde nasceu Luís Cadamosto (arquivo particular).

por causa das grandes árvores às quais se teve que lançar fogo para que houvesse extensão de terra para lavrar. A descrição da Madeira, à qual Cadamosto chegou, por sua vez, a 28 de março, é especialmente sugestiva. A Ilha, constituída por quatro capitanias principais (Machico, Santa Cruz, Funchal e Câmara de Lobos) surge-lhe como uma terra montanhosa como a Sicília, mas fertilíssima, rica de água e de vinhas. Entre as árvores, destaca o cedro e o teixo, muito bonito e de cor róseo-encarnada. As casas são despojadas de qualquer fausto, e os habitantes notabilizam-se pela temperança – quase como os antigos Germanos de Tácito.

Os relatos de Cadamosto, traduzidos para latim, alemão, francês, inglês e português, apareceram pela primeira vez na obra *Paesi nuovamente Ritrovati et Novo Mondo da Alberico Vesputio Florentino Intitolato*, de Francanzio da Montalboddo, publicado em Vicenza, em 1507; nas obras de Simone Gryaneus (1532), e no volume 1 da obra de Giovanni Battista Ramusio, intitulado *Delle Navigationi et Viaggi* (1550). Entre as narrativas que os compõem, as descrições do Porto Santo e da Madeira são as mais completas e têm detalhes fascinantes. As ricas informações de Cadamosto oferecem ao leitor um atraente testemunho dos lugares e da vida de navegadores e comerciantes que se aventuravam por novas rotas e novas terras. Cadamosto foi sensível ao aspeto da pluridimensionalidade da experiência humana: nas suas anotações prevalecem a curiosidade e um agudo sentido de observação.

Bibliog.: *Annuario Geografico Italiano*, Bologna, Libreria Rusconi, 1845.

CATERINA ARCANGELO

Cadeirais

Os cadeirais eram um complemento importante das grandes igrejas conventuais e das catedrais, onde o clero beneficiado e o cabido oficiavam em conjunto os serviços religiosos. Geralmente composto por duas fileiras de cadeiras em cada lado, de acordo com a hierarquia dos monges e dos clérigos, o cadeiral apresenta quase sempre uma elevação dos espaldares das cadeiras da fila posterior que compõe as paredes laterais do coro, com cada assento a apresentar apoios para os braços e uma divisória para os assentos contíguos. O assento pode ser recolhido na generalidade, de modo a permitir a permanência de joelhos ou em pé, possuindo na parte inferior um apoio, a misericórdia, que possibilita algum repouso nas permanências de pé nas longas celebrações litúrgicas.

A utilização dos cadeirais nos coros estendeu-se igualmente aos conventos, como os das Clarissas, a maioria das vezes dois, em andares sobrepostos de acordo com a hierarquia dentro dos conventos, tal como se estendeu às igrejas colegiadas, ou seja, onde havia um certo número de clérigos, e que, à semelhança das catedrais, celebravam ofícios religiosos em conjunto. Na Idade Média, os cadeirais das catedrais envolviam o presbitério, ou capela-mor, fechando-se aos fiéis. Nos inícios do séc. XVI passaram para os compartimentos



Fig. 1 – Coro de cima do Convento de S.ta Clara do Funchal, c. 1500 e seguintes (arquivo particular).

laterais dessas capelas e, depois, para cima das entradas das igrejas, como quase todos os que chegaram aos nossos dias.

Com a instalação das confrarias nas grandes igrejas, foram também levantados cadeirais nas suas capelas, onde os membros da confraria assistiam aos ofícios divinos em destaque e faziam as reuniões. Nos sécs. XVII e XVIII, foi introduzida uma mesa nos cadeirais das confrarias, onde o escrivão fazia a ata das reuniões e, depois, os irmãos a iam assinar, evitando-se assim a assinatura das atas em cima dos altares, como se recomendava inúmeras vezes nas visitações. Na transição do séc. XVIII para o XIX, e com a centralização do governo eclesiástico, a maioria das confrarias foi progressivamente afastada das suas capelas iniciais, que passaram para o controlo da autoridade eclesiástica, passando as reuniões a decorrer, por vezes, em instalações anexas à igreja. Os cadeirais das confrarias passaram então para as paredes da nave, junto às entradas e logo abaixo do coro, assentes em consolas, de onde os confrades assistiam aos ofícios religiosos, demarcando assim a sua condição social da dos restantes fregueses.

O primeiro cadeiral levantado na ilha da Madeira deve ter sido o do coro de cima do Convento de S.ta Clara, nos últimos anos do séc. XV ou nos primeiros do séc. XVI, dado que as freiras ocuparam as suas instalações no Funchal entre os finais de 1496 e os inícios de 1497, estando já prontas desde o ano anterior, só aguardando a sua chegada do continente. O coro de cima apresenta uma ordem de cadeiras separadas por pilastras oitavadas e bancos amovíveis com misericórdias não esculpidas, assentes em estrado de madeira e chão revestido por azulejos sevilhanos



Fig. 2 – Coro de baixo do Convento de S.ta Clara do Funchal, c. 1500 e seguintes, cadeiral reformado em 1736 (arquivo particular).

mudéjares, relevados e vidrados com óxido de cobre verde-escuro. O coro de baixo apresenta igualmente chão semelhante, mas com diversos tipos de azulejos mudéjares, tendo sido o cadeiral reformulado por volta de 1736, data inscrita na cadeira da madre vigária da casa.

Também deveriam ter tido cadeirais semelhantes os restantes conventos femininos do Funchal, embora o das Mercês só tivesse um coro, tal como os conventos de S. Francisco, do Funchal, de S. Bernardino, de Câmara de Lobos, ou da Piedade, de Santa Cruz, mas nada desses chegou até nós, mesmo na forma de outra informação documental. Os pequenos conventos da Ribeira Brava e da Calheta, dado o escasso número de irmãos, provavelmente não devem ter tido este tipo de mobiliário.

O cadeiral da Sé do Funchal é o exemplar mais notável da sua época em Portugal e o único que se encontra no local original. Durante a montagem, esteve para ser colocado sobre a porta principal, em 1515, a pedido da Câmara Municipal do Funchal, mas entretanto o Rei D. Manuel mudou de ideias e não se cumpriu a ordem, muito provavelmente porque o cadeiral já devia estar a ser instalado na capela-mor e a sua remoção significaria custos acrescidos, pois muito raramente aquele rei recuou em relação às suas ordens.

Tendo sido projetado no gabinete régio, em Lisboa, onde trabalhava D. Diogo Pinheiro (c. 1437-1525), bispo do Funchal, o conjunto de cadeiral, altar e retábulo da Sé fechava-se, por certo, ao corpo da igreja, como também determinara, em princípio, D. Manuel na carta de janeiro de 1517. Deveria possuir em frente ao retábulo, na parede com que se fechava ao transepto, uma cadeira especial destinada ao bispo do Funchal, assim como deveria encerrar junto aos degraus de acesso ao retábulo com outras duas cadeiras ligeiramente mais altas e destacadas, destinadas ao rei e à rainha, no caso de se deslocarem à Madeira, como teria acontecido com os cadeirais de Tomar, de Alcobaça e em quase todos os castelhanos e aragoneses.

O cadeiral do Funchal foi, entretanto, "reparado" em 1587 e 1588, como consequência da implantação das diretivas de Trento, na vigência do bispo D. Luís de Figueiredo de Lemos (1544-1608), altura em que foi desmanchada a fiada de cadeiras frente ao altar-mor. Nessas obras foram colocados uns "topos de cantaria" nos degraus da capela-mor e, no ano seguinte, aberta a porta para a capela do Amparo e retiradas "umas cadeiras do coro, que não serviam", embora se refira que se guardaram então numa das arrecadações da cerca da Sé (FERREIRA, 1963, 249).

O cadeiral do Funchal é composto hoje por duas ordens de cadeiras: uma superior, com 11 cadeiras altas de cada lado para os capitulares, e outra inferior, com oito cadeiras, que se destinava aos capelães, sendo o acesso à ordem superior feito pelos espaços entre as segundas e terceiras cadeiras inferiores de ambos os lados. A ordem superior possui sobrecéu, dossel ou guarda-voz e espaldar com santoral, com as primeiras cadeiras superiores destacadas, sendo a do lado do Evangelho destinada a ser ocupada pelo deão e a do lado da Epístola, pelo



Fig. 3 – Cadeiral e santoral da capela-mor da Sé do Funchal, c. 1514 (arquivo particular).

arcediago, a que se seguiam o chantre e o tesoureiro. As cadeiras dos capelães apresentam espaldar com um pequeno friso de talha já de feição renascentista, utilizando como sobrecéu e guarda-voz o parapeito da estante superior dos cónegos.

As cadeiras são dotadas de braçais superiores, onde os elementos do cabido e os capelães apoiavam os braços nas longas leituras feitas de pé, os quais, nos mais complexos cadeirais de Espanha, também aparecem com elementos decorativos, sendo os do Funchal mais simples. Todo o conjunto é rematado por um baldaquino entalhado, que esconde o guarda-voz, com as divisórias das cadeiras marcadas superiormente por flechas entalhadas. Os espaldares da ordem superior do cadeiral do Funchal são decorados com nichos cobertos por baldaquinos também finamente entalhados abrigando imagens em baixo-relevo dos principais santos, apóstolos e profetas, na sequência dos antigos santorais ou repositórios de devoções.

A mensagem da Igreja Triunfante ocupa assim o local mais destacado do coroamento superior, comunicando diretamente ao espectador o sentido da religiosidade através das representações das suas figuras cimeiras. Entretanto, nos espaços mais baixos e menos visíveis, aparece uma série de elementos escultóricos mais ou menos dissonantes, com referências aos bestiários medievais e à marginália, muito comum nos congéneres europeus. No cadeiral do Funchal, essas referências aparecem logo em algumas das mísulas do santoral, sem especial relação com as grandes figuras representadas superiormente, nos pomos dos espaldares das cadeiras inferiores, nas paciências dos apoios das mãos e, nem sempre visíveis, nas misericórdias.

Os cadeirais de coro medievais devem ser os locais em que a decoração melhor espelha o cariz estremado e contraditório da realidade religiosa e social dessa época, como vários autores têm referido. Na sua decoração confluem pacificamente o sagrado e o profano, o erudito e o popular, o quotidiano e a lenda, numa série de referências históricas ancestrais a que não falta algum sentido de humor. Esta tradição desenvolve-se na marginália que decorre nos locais mais escondidos, como nas altas gárgulas medievais de algumas catedrais, quase fora do alcance visual do transeunte e fora do local sagrado que é o templo, mas interpenetrando-se com a iconografia de cariz sacro no seu interior. A sua apresentação no interior dos templos ocorre somente nos cadeirais e, mais especificamente, nas misericórdias, dado o facto de ficarem escondidas, acrescido do próprio uso privado a que se destinavam, explicando assim em grande parte a aceitação do cariz tão licencioso e profano de algumas dessas representações.



Fig. 4 – Cadeiral da colegiada da igreja matriz de São Pedro do Funchal, Manuel Pereira (atr.), 1633 (arquivo particular).

O cadeiral do Funchal apresenta ainda uma série de representações que parecem remeter para o quotidiano local, como a de um camponês a pisar as uvas, a de outro a encher um tonel, a de homens transportando borrachos e bebendo, etc. Estas figurações nascem dos tradicionais trabalhos dos meses, mas revelam aqui uma preocupação quase documental que se sobrepõe aos modelos divulgados pelas gravuras, que serviram, por certo, como matriz para muitas das esculturas. No Funchal, entretanto, parece haver uma maior abundância de referências aos escravos negros, representados a tocar tambor ou a apanhar cocos ou bananas, tal como uma relativa abundância de macacos e outros animais exóticos, como um camaleão, que ligam e documentam a instituição da "igreja grande" como sede da diocese dos Descobrimentos portugueses.

A autoria da complexa máquina retabular e do cadeiral do Funchal tem sido atribuída à parceria de Machim Fernandes com o "carpinteiro de Tomar" João do Tojal, de momento a hipótese mais viável e plausível. O mestre Machim fora recrutado em Toledo e executara alterações no cadeiral da igreja de S.ta Cruz de Coimbra; em fevereiro de 1513, estava à frente da oficina que executava várias obras na igreja matriz de S. João Batista de Tomar, entre as quais a talha para o cadeiral dos cónegos. Em novembro seguinte, a obra estava pronta e, em fevereiro de 1514, o Rei D. Manuel deslocava-se a Tomar para ver pessoalmente os trabalhos. Entre 1514 e 1519, não existe documentação sobre os trabalhos ou presença destes mestres em Portugal, tudo levando a crer que Machim Fernandes e João de Tojal teriam sido contratados para a montagem do retábulo e execução do cadeiral da "igreja nova" do Funchal.

Ao longo do séc. XVI, devem ter tido cadeirais as várias igrejas matrizes com colegiada, mas só chegou aos nossos dias o cadeiral da matriz de S. Pedro do Funchal, datado por cartela maneirista numas das misericórdias com "Anno 1633". Este cadeiral não deixou qualquer rasto na documentação que temos consultado até ao momento, mas é uma obra insular cimeira, que inclui referências bastante



Fig. 5 – Cadeiral da colegiada da igreja matriz de Machico, reforma de c. 1790 (arquivo particular).

eruditas, como a representação de um rinoceronte como braço de uma das cadeiras, indiscutivelmente inspirado na célebre gravura de Albrecht Dürer, editada pela primeira vez em 1515, tal como a de um elefante.

Ao contrário do cadeiral da Sé, no entanto, o de S. Pedro é uma obra já tridentina, "contrarreformista", bastante contida e sem vestígios do cariz licencioso e pícaro do congénere levantado haveria cento e poucos anos antes na Catedral. Tudo leva a crer que os modelos utilizados foram objeto de apertado controlo por parte dos eclesiásticos, entre os quais, muito provavelmente, figurava o futuro administrador do bispado, o "todo-poderoso" deão Dr. Pedro Moreira (c. 1600-1674), natural da Ponta do Sol e então beneficiado naquela igreja. A autoria do cadeiral parece apontar para o entalhador Manuel Pereira (c. 1605-1679), que teria oficina na freguesia de São Pedro, integrando com o título de "imaginário", *e.g.*, a Confraria das Almas da Igreja de S. Pedro, onde foi eleito mordomo em 1630 e, de novo, em 1632, em conjunto com importantes



Fig. 6 – Cadeiral do Santíssimo da igreja matriz da Calheta, c. 1770 (fotografia de Bernardes Franco, 2017).

proprietários locais e o P.e Pedro Moreira, beneficiado daquela igreja, pelo que já era decididamente um elemento de grande recorte local. Assim, encontrando-se nessa época em construção o cadeiral do coro daquela igreja, datado numa das misericórdias de 1633, de certeza que Manuel Pereira fazia parte da equipa que o entalhava.

Entre os finais do séc. XVIII e meados do XIX, processaram-se profundas alterações na organização religiosa, primeiro com a centralização régia, que de certa forma restringiu a atividade das confrarias, depois com a centralização do poder eclesiástico, que levou o bispo D. José da Costa Torres (1741-1813), entre outras ações, a extinguir as confrarias das antigas irmandades de ofícios da Sé do Funchal, por provisão episcopal de 18 de abril de 1792, alegando a sua "irregular ou nula administração", passando os seus documentos e receitas para a fábrica da Sé, que se encarregou do cumprimento das respetivas obrigações pias. Ficavam assim somente as irmandades do Santíssimo e as dos oragos das igrejas matrizes, ainda que muitas tenham resistido durante mais algum tempo. Deve datar, assim, desses finais do séc. XVIII a colocação dos cadeirais da confraria do Santíssimo e dos do orago da freguesia, já de feição neoclássica, polidos e com contidos apontamentos de talha dourada, no início das naves das igrejas matrizes, como subsistem em inúmeras igrejas da região, costume que perdurou até aos inícios do séc. XX, período dos mais recentes, já somente polidos ou pintados.

A situação, no entanto, nem sempre foi linear, e, pelos finais do séc. XVIII, a matriz de N.ª Sr.ª da Conceição de Machico voltou a repor o cadeiral da colegiada na capela-mor, como se fazia até aos primeiros anos do séc. XVI. Os altos alçados apresentam-se pintados com um santoral atribuível à oficina de Nicolau Ferreira e encimados por sobrecéu, sobre o qual, de um lado, assentam o órgão e, do outro, uma tribuna. A Confraria do Santíssimo da Sé, em 1806, também mandava renovar a antiga mesa dos confrades, ou seja, o cadeiral onde faziam as suas reuniões e assistiam, em destaque, às cerimónias religiosas, dado que estava "inteiramente indecente, pela sua antiguidade e grosseria" (FERREIRA, 1963, 313). Foi então construída uma nova estrutura sob a direção do mestre Manuel Fernandes (*Id., Ibid.*) ao gosto neoclássico da época, com painéis de madeira embutidos representando vasos com flores, retirado para o Museu de Arte Sacra nos inícios de 1970.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombo 1, fl. 315v.; ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Avulsos, mç. 6, n.º 1; *Ibid*., Ministério das Finanças, Conventos Extintos, Funchal, cx. 2076; **impressa:** BRAGA, Maria Manuela Correia, "Apontamentos acerca do cadeiral", *Monumentos*, n.º 19, 2003, pp. 56-63; CARITA, Rui, "Cadeiral da Sé do Funchal", dossiê de *Invenire*, n.º 9, jul.-dez. 2014, pp. 30-39; COSTA, José Pereira da, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, Funchal, CEHA, 1995; FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *A Sé do Funchal*, Funchal, JGDAF, 1963; LADEIRA, Paulo Jesus, *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820)*, Funchal, CEHA, 2009; MOREIRA, Rafael, "Os autores do retábulo e cadeiral (1514-1516)", *Monumentos*, n.º 19, 2003, pp. 64-65; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira, antigamente Primaz de Todas as Conquistas, Distribuída na forma do Sysrema da Academia Real da História Portuguesa. Anno de 1722*, Funchal, CEHA, 1997; RODRIGUES, Rita, "Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século XVII, e os circuitos de divulgação de modelos para as periferias", *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, 2010, pp. 229-325; **digital:** BRAGA, Maria Manuela Correia, "A marginália satírica nos cadeirais do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e Sé do Funchal", *Medievalista*, 2005: http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA1/medievalista-marginalia.htm (acedido a 19 fev. 2015).

Rui Carita

Cadernos Ilha

Coleção de 11 títulos de 8 autores, fundada e dirigida por José António Gonçalves, entre 1988 e 2001. Inaugura-a com *20 Textos para Falar de Mim (Poemas de 1970-1985*), qual "Litania insular", título do derradeiro poema, em que desagua o geral discurso *da* Ilha (originário da, escrito no e sobre "o dorso" da Ilha), e este projeto editorial: "não sinto nunca a necessidade de escrever/um poema magnífico/como o silêncio/dum crepúsculo lento//creio que isto causa apreensão a qualquer artista/mas a obra urge surgir sem apetrechos decorativos, branca e nua/como uma ninfa em pântanos indescortináveis/e distribuir-se simples e concreta – um sorriso breve –/num rosto claro de mulher/ou como o pão fresco e saboroso/sobre a mesa/que bem o conhece e o espera//só assim será possível a conquista de espaços transparentes/na penumbra dos quotidianos aflitos e possessivos/e as manhãs possuirão aquela luz da novidade e da esperança/que apenas os barcos aprenderam a trazer até aos rebordos verdes/– trespassados pela monotonia ecoante do mar rasgando as rochas –/da ilha infatigavelmente prostrada no centro dos horizontes/aguardando certamente a chegada da gaivota calada e serena/para em cada voo erguer o grito do mar sob os céus mais infinitos". Numa lírica de minúsculas e verso branco libérrimo – assumida pelo octeto –, é nesta coletânea que, ainda assim, há visos de rima. No geral, não há rasgos formais a assinalar.

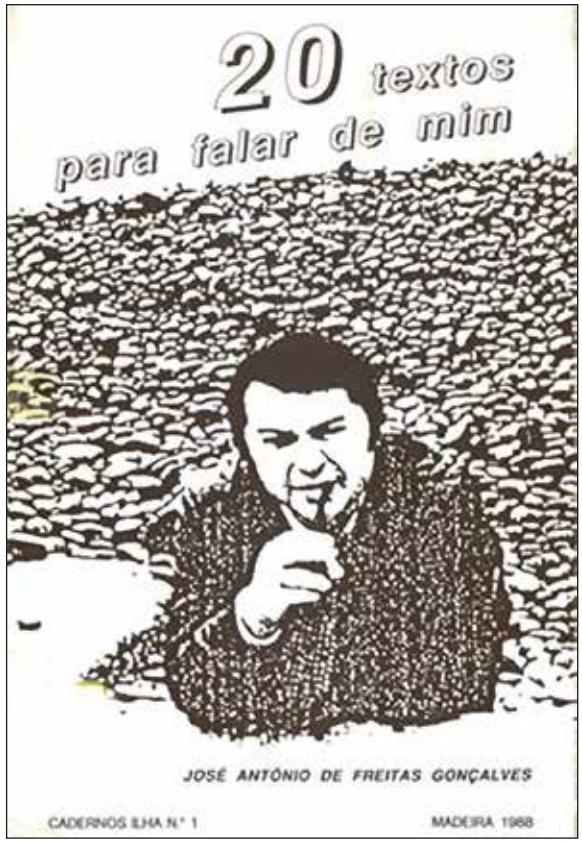


Fig. 1 – *20 Textos para Falar de Mim* (1988), de José António de Freitas Gonçalves (Cadernos Ilha n.º 1).

Na página 2, explica-se a iniciativa, "fruto da constatação da imperiosidade de criação de um espaço literário aberto e responsável, integrado porém no espírito que presidiu aos alicerces do Movimento ILHA: afirmação cultural do âmago dos contornos que definem a insularidade como tema criativo". Os volumes *Ilha 1* e *Ilha 2* eram de 1975 e 1979; os seguintes, de 1991, 1994, 2008: significava isso a necessidade de outra experiência, por autor, e não em grupo? Não só: temendo a asfixia de assunto em parcos cultores ilhéus, J. A. Gonçalves inaugura, antes do último título, e com título seu, *Noites de Insónia* (1998), a Coleção Livros de Cordel, extensiva aos que, também continentais, não tinham forçosamente afinidades eletivas com o arquipélago. Agora, impõe-se uma

"temática insular" de autóctones ou residentes, com preferência pela poesia, que será exclusiva, e avança-se "derrotando o alheamento e sufocando lacunas – limando o calhau com a força do mar, ali mesmo, sempre presente como uma fronteira".

Além de convidar artistas locais para a ilustração da capa e de prefaciar quatro dos partícipes, outra preocupação animava J. A. Gonçalves: a lembrança *post mortem*, e justo reconhecimento, de A. J. Vieira de Freitas (1940-1982) e Jorge Freitas (1921--1960), com, respetivamente, *14 Poemas Inéditos* (n.º 2, 1988) e *Alguns Poemas Insulares e Outros Textos* (n.º 7, 1995). Daquele, atento ao social entre laivos surrealizantes, já *Ilha 3* (1991) se quisera "homenagem póstuma", com outros inéditos, cujo roteiro sensacionista de lugares nos adentrava no fenómeno ilhéu como estádio mais vasto da condição humana. Este interviera em edições coletivas entre 1952 e 1958, tendo lançado a expensas suas *Alguns Poemas Insulares* (1954), tão--somente seis, de sabor marinho e parca originalidade; agora, acrescem 34 *outros textos* desde 1946 retirados de espólio mais largo. A soltura da voz, livre, sem peias vocabulares, mantém-se viva, refrescante, quer na reiterada reflexão sobre o fazer poético, quer nas associações insólitas e lições de vida deste velho companheiro de Herberto Helder e Carlos Camacho, em *Poemas Bestiais* (1954). Veja-se "Calcanhar d'Aquiles", anúncio de exercícios por outros articulados nas décadas seguintes: "Sagitário feriu/o calcanhar do mundo/e homero e virgílio/escreveram os lusíadas/que luís vaz camões/escrupulosamente assinou./ Então, judas comprou uma guita/por trinta dinheiros/e içou a humanidade/ao infinito". Ou estoutro: "Li hoje um poeta/Daqueles que fazem versos,/Só versos./Que estúpido animal./E pensarmos nós/Que há tanta besta desta/Em Portugal".

Dalila Teles Veras, emigrada desde 1957 em São Paulo, onde *Madeira: Do Vinho à Saudade* (n.º 3, 1989) teve segunda edição (1997), relembra a atividade vinícola, ou "via profana em cinco atos", e, a par de evocações de gentes e momentos fortes ("Cena domingueira", "Bordadeira", "Meu avô José", "Fragmento", "Gosto de cereja madura"), revisita lugares-chave do turismo (cabo Girão, Porto Santo): "De que divindade te alimentas/fantástica goela escancarada para os céus?/Falta-te o mar, sobram-te mistérios/e o assombro perene permanece em teu vale/prenhe de lendas e verde.//[…]Pequena e rendida, observo-te/frémito de medo e êxtase/e das flores do rochedo onde me agarro/faço um ramo agreste em oferenda/ aos deuses deste lugar" ("Curral das Freiras").

A Mão Que Amansa os Frutos (n.º 4, 1990), de Irene Lucília Andrade, é um eurítmico périplo em 26 etapas regulares: "Longos caminhos percorri/curvos (que é como eu gosto dos caminhos)/e descansei à sombra do silêncio/ atrás de ocultos encontros". Nomear os frutos é conjugar os elementos (em particular, terra e água) – discreta metáfora para cantar, após genesíacas reminiscências ou a "luz grega" de setembro, a reedificada Pasárgada que o poeta em si variamente colhe e acarinha. Essa euritmia volta, contudo, num alfabeto incompleto e solar, apesar de dor, dúvida e protesto se insinuarem.

Antologia Verde (Poemas, 1973-1979; n.º 5, 1991), no nome completo José António de Freitas Gonçalves, é a primeira antologia deste, desde o coletivo *Movimento* até ao título esgotado *A Crista de Neptuno*. Se há poetas de *antologia* – no que isso representa de balanço regular e revisão de impurezas, fazendo-se novo rosto –, J. A. Gonçalves é um deles, na sua permanente inquietação. Explicita-se, logo, assumida "homenagem à ilha, fonte primeira da imagética que à palavra deu cor. É também a assunção da verdura – roupagem indisfarçável no corpo dos poemas escritos na juventude – que alimenta os textos coligidos […]". Mais consistente, e coerente, será *Aventura na Casa dos Livros* (n.º 10, 2000). A par do discurso à volta do "livro" (índice, biblioteca, guia, lombada e outros vocábulos da respetiva semântica), que não deixa de ser o desenvolvimento de um conceito resumido ao génesis de *outro* mundo – o universo da criação literária –, em que o sujeito também descansa ao sétimo dia

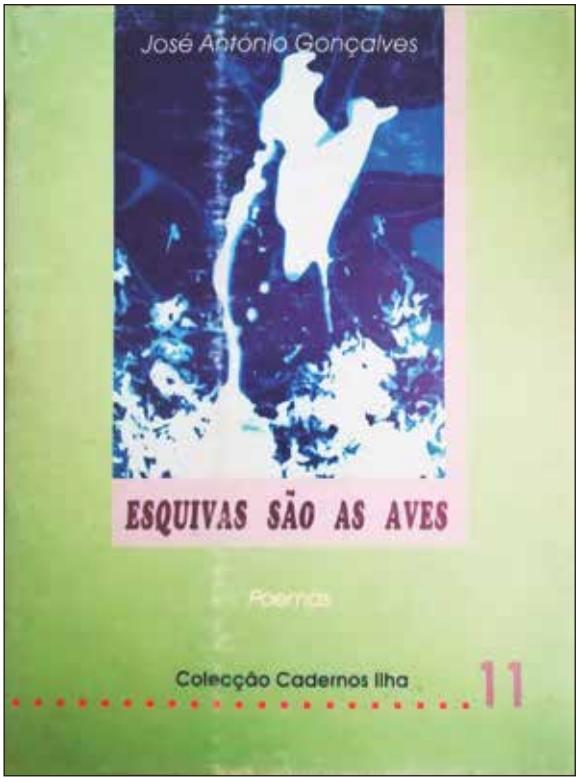


Fig. 2 – *Esquivas São as Aves. Poemas* (2001), de José António Gonçalves (Cadernos Ilha n.º 11).

(ver segundo poema), e pese, ainda, algum tom imperativo, os velhos encavalgamentos vão-se reduzindo a inflexões menos sonoras e, esbatido esse galope, impõe-se "retrato breve", com diluição metafórica, fixando instantes, "crónica citadina", poetas e músicos, amigos. Sobrevém o desejo de uma sintaxe, de maiúsculas e pontuação correntes, pulverizadas ou ausentes na produção anterior. Encerrando uma coleção decerto desigual, com sacrifício inclusive financeiro de J. A. Gonçalves, *Esquivas São as Aves* (n.º 11, 2001) está discretamente invadido de pequenos desaires, maus augúrios, vazio crescente… O verso é mais rápido, fechando em desconforto, quando não desinteresse. E outra é, enfim, a "Ilha dilacerada": "Tenho uma ilha dilacerada nas mãos/desfeita em bocados de terra quente e viva/explodindo o seu verde pelos meus dedos.//[…]//É uma ilha dilacerada por ausências/com memórias de vinhos e de açúcares/na sua madeira carcomida pelo tempo." Deve ser lido com *As Sombras no Arvoredo* (2004) – início de outra coleção –, onde o poema "Destino" enuncia a preocupação crescente com o lugar, glosado em ilha, calhau, funcho, meada e tear do destino.

Falta referir os números 6, 8 e 9: Carlos Nogueira Fino, *Contemplação do Olhar* (1992); São Moniz Gouveia, *Cartas para Um Tenente* (1996); e Teresa Souto, *Um Olhar além de Mim* (1998). Aqui, é um tropel de sensações – "volúpia antiga" não isenta de interrogações – em estreia que aguarda confirmação. Na também estreante São Moniz Gouveia (assina, hoje, Laura Moniz), as várias frentes (caso de "W. B. Yeats e Batman numa banheira") denunciam dispersão e aleatório atrás de um motivo firme em índices de sensualidade: um *corpo feito sentidos*, cuja consumação vencesse angústias e mágoa: "queria que fosses/um primeiro sentido do orgasmo/fome de sexo permanente/que se curva à luz solar/e eu manto de veludo quente/ruído de lágrimas/transpirada em gargalhadas/por toda a tua pele" ("Simbiose").

O continental Carlos Nogueira Fino há muito conquistara outra pátria. No primeiro de 71 *sketches*, vislumbra-se argumento de uma existência: "pátria pode ser a transparência/do chão onde se enxerta a alma/no mais puro perfume do silêncio//onde se acendem as íntimas janelas/que se abrem para as árvores". Na irrupção de dícticos (os demonstrativos "este", "esta", a par de mais raros "aqui", "agora") e interlocução dirigida a uma segunda pessoa – na participação de *Ilha 4* (1994), ressalta um tom imperativo ("vem", "assentemos") –, percebe-se o espírito do lugar, convidando à contemplação de paisagens interiores.

Bibliog.: ANDRADE, Irene Lucília, *A Mão Que Amansa os Frutos*, Funchal, s.n., 1990; FINO, Carlos Nogueira, *Contemplação do Olhar*, Funchal, José António Gonçalves/Grafimadeira, 1992; FREITAS, A. J. Vieira de, *14 Poemas Inéditos*, Funchal, José António Gonçalves, 1988; FREITAS, Jorge, *Alguns Poemas Insulares*, Funchal, s.n., 1995; GONÇALVES, José António Freitas, *20 Textos para Falar de Mim*, Funchal, José António Gonçalves, 1988; *Id.*, *Antologia Verde*, Funchal, José António Gonçalves, 1991; *Id.*, *Aventura na Casa do Livros*, Funchal, Correio da Madeira, 2000; *Id.*, *Esquivas São as Aves. Poemas*, Funchal, Correio da Madeira, 2001; GOUVEIA, São Moniz, *Cartas para Um Tenente*, Funchal, Correio da Madeira, 1996; SOUTO, Teresa, *Um Olhar além de Mim*, Funchal, Correio da Madeira, 2000; VERAS, Dalila Teles, *Madeira. Do Vinho à Saudade*, Funchal, José António Gonçalves, 1989.

ERNESTO RODRIGUES

Cadet, Maria Rita Colaço Chiappe

Maria Rita Colaço Chiappe Cadet (1836-1885) foi provavelmente adotada por Maria Madalena Chiappe Colaço e Barnabé Martins de Pancorvo; com efeito, a futura escritora, poetisa e dramaturga foi exposta na Roda da Santa Casa de Lisboa em 1836. Foi professora primária, ensinou francês, dirigiu um colégio feminino na capital e foi gerente da editora Lallement et Frères. Casou-se com João Baptista dos Santos Cadet, em 1857.

Antes do casamento, já tinha publicado diversas composições poéticas, tendo contribuído, entre outros, em 1852, para o jornal *A Beneficência*, dirigido por Antónia Pusich. Dedicou-se à tradução e à colaboração em diversos periódicos, entre os quais *O Almanaque de Senhoras* e o *Jornal das Damas*. Fez também letras para composições musicais, como a que escreveu para a banda militar do mestre de música de D. Luís, Manoel Inocêncio Liberato, incluída no *Cancioneiro de Músicas Populares* (NEVES, 1895, 166-167). A preocupação com a educação leva-a a publicar, em 1880, *Flores da Infância, Contos e Poesias Morais Dedicados à Mocidade Portuguesa*, obra que foi considerada de utilidade para uso das escolas em Portugal e no Brasil. As suas obras no campo da literatura infantil, quer contos, quer peças de teatro, fazem da escritora uma das precursoras da literatura infantojuvenil moderna. Uma delas, *O Lunch na Quinta – Comédia em Um Acto,* publicada em 1884, é dedicada à viscondessa da Ribeira Brava, D. Joana Gil de Borja de Meneses e Macedo, que dirigiu na Madeira a Delegação da Cruzada das Mulheres, e aos seus filhos.

A escritora tem uma ligação profunda à Madeira, onde viveu de 1870 a 1875, tendo privado com a viscondessa das Nogueiras, D. Matilde Isabel de Santana e Vasconcelos Moniz de Betencourt, autora de *Diálogos entre Uma Avó* e *Sua Neta – Para Uso das Creanças* (1862), adotado pelo Conselho de Instrução a nível nacional, poetisa reconhecida e intelectual atenta à importância da educação feminina. O convívio com a viscondessa, de quem



Fig. 1 – Maria Rita Colaço Chiappe Cadet, gravura a partir de fotografia, c. 1880 (coleção particular).

era amiga e a quem dedica, em 1870, a poesia "Horas vespertinas – No album da excellentissima senhora viscondessa das Nogueiras (Meditação)" (provavelmente escrita no álbum de poesias que a viscondessa teria e no qual recolheria as suas composições e as das amigas), publicado em *Sorrisos e Lágrimas*, teve certamente grande influência no desenvolvimento intelectual e artístico de Maria Rita Chiappe Cadet. De facto, a partir do seu regresso a Lisboa, vai dedicar-se de forma continuada à escrita para crianças, aliando o intuito pedagógico ao incentivo à leitura e à sua fruição.

A Ilha e a sua paisagem marcam a autora de forma profunda, como demonstra no poema "Canto à ilha da Madeira – Ao chegar": a



Fig. 2 – *Os Contos da Mamã* (1883), de Maria Rita Chiappe Cadet.

Madeira surge no horizonte como uma "náiade encantada" (CADET, 1875, 75), formosa, verde, florida, e, como a ilha dos amores, enfeitiça quem a vê. Numa verdadeira paródia do poema do brasileiro Gonçalves Dias, "Canção do exílio", que refere os primores do Brasil e o canto do sabiá, pedindo a Deus que não o leve antes de voltar para o Brasil, Cadet escreve: "As aves que ouço em torno/têm mais suave encanto,/têm notas como um pranto/[…]// […] Oh! Eu quisera sempre,/n'esta ilha, sozinha,/o cantar da avezinha/ouvir até morrer" (*Id.*, *Ibid.*, 76). A poetisa repete, à semelhança dos autores continentais e estrangeiros, o *topos* edénico da Madeira e o motivo do deslumbre, ligando, igualmente, a Ilha, pela sua natureza, à aproximação privilegiada do indivíduo à providência e à fé.

O poema "Adeus à Madeira" (*Id.*, *Ibid.*, 114-115), de 1871, revela o carinho que, entretanto, desenvolvera pela Ilha, tratada de forma personificada como uma companheira, e o medo de não voltar. Deixara no Funchal também várias amigas, a quem dedicou poemas na imprensa periódica, incluídos depois em *Sorrisos e Lágrimas*, como Maria J. Morão Pinheiro e Teresa da Cunha Menezes.

Na Madeira, contribuiu para a imprensa periódica, como é o caso de *O Direito*, com diversas composições poéticas, como as elencadas por Laureano de Macedo (MACEDO, 2013, 369): "Que pensas?" (11 fev. 1871); "Charité" (18 fev. 1871); "O canto do segador" (25 fev. 1871); "Saudades" (04 mar. 1871); "Resigna-te" (18 mar. 1871). Participou, igualmente, em recitais de poesia, como atesta o poema "Caridade", publicado em *Sorrisos e Lágrimas* (CADET, 1875, 94-99), com a indicação de que foi recitado num concerto a favor do Asilo de Mendicidade da cidade do Funchal.

Obras de Maria Rita Chiappe Cadet: *Hymno de S. M. el Rei D. Luiz I. Composto para a Sua Acclamação Poesia de D. Maria Rita Chiappe Cadet. Musica de Manoel Innocencio Liberato dos Santos, Mestre de Sua Magestade* (1862); *Versos* (1870); "O canto do segador" (1871); "Charité" (1871); "Que pensas?" (1871); "Resigna-te" (1871); "Saudades" (1871); *Sorrisos e Lágrimas. Poesias de D. Maria Rita Chiappe Cadet* (1875); *Flores da Infância. Contos e Poesias Moraes Dedicados a Mocidade Portuguesa* (1880); *Caprichos do Luizinho* (1883); *Os Contos da Mamã* (1883); *A Mascarada Infantil* (1883); *A Boneca* (1884); *As Fadas Improvisadas* (1884); *O Lunch na Quinta* (1884); *O Primeiro Baile* (1884); *O Segredo de Helena* (1884); *O Último Dia de Férias* (1884); *A Preguiça e a Mentira* (1885).

Bibliog.: impressa: CADET, Rita Chiappe, *Sorrisos e Lágrimas. Poesias de D. Maria Rita Chiappe Cadet*, Lisboa, Typ. Lallemand Frères, 1875; *Id.*, *Os Contos da Mamã*, Lisboa, Marie François Lallemant, 1883; MACEDO, L. S. Ascensão de, *Da Voz à Pluma. Escritoras e Património Documental de Autoria Feminina de Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde do Século XVI até ao Século XX. Guia Biobibliográfico*, Ribeira Brava, ed. do Autor, 2013; NEVES, César, e CAMPOS, Gualdino de, *Cancioneiro de Músicas Populares Contendo Letra e Música de Canções, Serenatas, Chulas, Danças, Descantes, Cantigas dos Campos e das Ruas, Fados, Romances, Hymnos Nacionaes, Cantos Patrióticos, Cânticos Religiosos de Origem Popular, Cânticos Litúrgicos Popularisados, Canções Políticas, Cantilenas, Cantos Marítimos, etc. e Cançonetas Estrangeiras Vulgarisadas em Portugal*, vol. 2, Porto, César, Campos e Cia., 1895; **digital:** CASTRO, Andreia, "Maria Rita Chiappe Cadet", *Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas/Portuguese Association of Women in Science*, s.d.: http://debategraph.org/Details.aspx?nid=425342 (acedido a 6 mar. 2017).

Luísa M. Antunes Paolinelli

Caetano, João Vieira

Sacerdote, jornalista, escritor e político sempre defensor dos princípios do Estado Novo, nasceu na freguesia de Santa Cruz a 11 de dezembro de 1883, sendo filho de João Vieira Caetano e de Maria Rosa Vieira Caetano. Faleceu na Ponta do Sol a 25 de janeiro de 1967.

Foi ordenado presbítero a 9 de junho de 1906, tendo estudado no Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho. Nomeado pelo prelado diocesano a 1 de maio de 1907, foi coadjutor da paróquia de Santa Cruz. A 18 de dezembro de 1913, passou a coadjutor da freguesia da Ponta do Sol, e, a 14 de agosto de



P.e João Vieira Caetano, c. 1925 (arquivo particular).

1924, foi nomeado vice-vigário do Estreito da Calheta. Desde 5 de fevereiro de 1930 até à data do seu falecimento, foi pároco da igreja da Ponta do Sol.

Fundou o Patronato da Ponta do Sol, que muito acarinhava, e o Governo, reconhecendo os seus méritos, agraciou-o, pouco tempo antes do seu falecimento, com o grau de comendador da Ordem de Benemerência.

Sacerdote com uma cultura assinalável, escritor, poeta – de que é exemplo a poesia "A primeira missa", composta a 4 de setembro de 1941 para o Congresso de Machico e recitada na sessão solene por Ângela Leal Fernandes – e jornalista de reconhecido mérito, de linguagem fluente e acessível a um vasto público de leitores, foi colaborador assíduo dos jornais da Madeira, nomeadamente do *Jornal*, do *Correio da Tarde* e da *Revista Esperança*. Neles publicou artigos doutrinais muito apreciados.

Foi fundador do semanário *Brado do Oeste*, que se publicou na Ponta do Sol, tornando-se diretor e redator principal, e sustentou algumas polémicas na imprensa, que muito interessaram aos leitores da Madeira. Neste periódico, publicou em fascículos, em 1917, um romance histórico com o título *Da Choça ao Solar*, com motivos madeirenses e que narra um episódio passado na vila da Ponta do Sol em tempos mais recuados, voltando a ser publicado, em segunda edição, pela Editorial Eco do Funchal, em 1957, com prefácio do P.e Joaquim Plácido Pereira.

Assinou alguns dos seus magníficos artigos, de prosa firme e substancial, apenas com as iniciais "P. C.".

Além da sua vasta cultura literária, é autor de uma importante súmula de trabalhos de investigação histórica respeitante ao arquipélago da Madeira, de que constitui exemplo "Da Madeira e não dos Açores", publicado em *Das Artes e da História da Madeira*, no Funchal (1948-1949).

A sua personalidade foi destacada no *Eco do Funchal*, que refere a amplitude do seu reconhecimento, pois o P.e João Vieira Caetano foi soldado, poeta inspirado e jornalista de grande respeito, salientando-se também pela beleza dos seus textos e pelo profundo conhecimento dos assuntos que abordou. Um mestre do jornalismo, pleno de bom senso e elevação na abordagem aos assuntos, mas também corajoso nas suas posições.

Obras de João Vieira Caetano: *Da Choça ao Solar* (1917); "Da Madeira e não dos Açores" (1948-1949).

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d.; MARINO, Luís, *Musa Insular: Poetas da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 1959; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949; VIEIRA, Gilda França, e FREITAS, António Aragão de, *Madeira. Investigação Bibliográfica*, vol. I, Funchal, Centro de Apoio de Ciência Históricas, 1981.

ANTÓNIO JOSÉ BORGES

Caiado, João de (pseud.)

↗ Nascimento, João Cabral do

Caires, Ângela

Maria Ângela Moreira de Caires, nascida no Funchal a 31 de agosto de 1939, foi uma escritora, jornalista e *copywriter*. Era filha de José Jacinto de Caires, professor de Inglês e jornalista, e de Maria Teresa Moreira de Caires. Casou com Emanuel José Pinto Fernandes em 1959, tendo-se divorciado a 28 de junho de 1976.

É uma figura que cedo se começa a evidenciar no mundo da escrita. Desde nova que



Fig. 1 – Ângela Caires, 2005 (Sindicato dos Jornalistas).

demonstra essa apetência, conquistando prémios por contos que escreve numa fase ainda precoce da sua vida. O seu primeiro texto foi publicado em 1955, com o nome "Primavera e outono", no *Jornal da Mocidade Portuguesa*. Nesse ano, conquistou o 2.º prémio de um concurso de contos infantis organizado pela revista *Lusitas*.

As suas principais obras integram a categoria da literatura policial, surgindo a primeira, *O Segundo Homem*, em 1957, com a qual conquista o 1.º prémio num concurso de novelas policiais, organizado em Lisboa pela Agência Portuguesa de Revistas, no mesmo ano. Seguem-se *Madrugada Cinzenta* (1959) e *Yolanda* (1960), assinados pelo seu pseudónimo Sofia Madeira, ou, em inglês, Sophie Wood. Publica, em 1964, a novela intitulada *As Pedras Envelhecem*, que obtém o prémio de revelação do conto, instituído pela Sociedade Portuguesa de Escritores. No romance, publica *Daqui em diante só Há Dragões* (1988, *O Amante da Bela Otero* (1989) e o *Capitão Tormenta* (1990).

Em relação à escrita de contos, Ângela Caires tem uma vasta obra. Em 1958, obtém uma menção honrosa do concurso do Secretariado Nacional de Informação pelo conto "O primeiro ano de casada". Em 1960, foi distinguida com o 1.º prémio na modalidade, nos Jogos Florais da Costa do Sol e do Ateneu Comercial do Funchal.

O *Jornal da Madeira*, a 15 de outubro de 1958, dá conta de que passará a publicar um conto por semana da autoria de Sofia Madeira, mencionando o seu pseudónimo, embora sem referir que se trata de Ângela Caires. Os contos da autora versam diversos temas, como a condição humana, a inevitabilidade da morte, o amor, as preocupações com o ser humano, assim como a propensão para a reflexão sobre a vida. Em "O empecilho", trata a questão da solidão, da velhice, do fim da vida e da falta de respeito pelos mais idosos. Já em "O último espectáculo" e "O sonho branco", reflete sobre as relações humanas e a felicidade. O conto "O ideal peregrino" foca a ambição e a avareza. Algumas coletâneas e antologias de contos madeirenses contemplam a figura de Ângela Caires.





Figs. 2 e 3 – *Daqui em diante só Há Dragões* (1988) e *O Amante da Bela Otero* (1989), de Ângela Caires.

Como jornalista, colaborou com o *Diário de Lisboa*, *O Jornal*, *Sempre Fixe*, *O Inimigo* na *Visão*, entre outros. O conhecido jornal satírico *Re-Nhau-Nhau*, que se publicou no Funchal, também teve o seu contributo. O romance *Daqui em diante só Há Dragões* viria a servir de influência para a série televisiva *O Café do Ambriz*, rodada pela RTP.

Ângela Caires vem a falecer a 27 de agosto de 2013, em Mafra, vítima de doença oncológica. A sua morte foi noticiada nos diversos periódicos regionais e nacionais.

Obras de Ângela Caires**:** "Primavera e outono" (1955); *O Segundo Homem* (1957); "O empecilho" (1958); "O ideal peregrino" (1958); "O primeiro ano de casada" (1958); "O sonho branco" (1958); "O último espectáculo" (1958); *Madrugada Cinzenta* (1959); *Yolanda* (1960); *As Pedras Envelhecem* (1964); *Daqui em diante só Há Dragões* (1988); *O Amante da Bela Otero* (1989); *Capitão Tormenta* (1989-1990).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Conservatória do Registo Civil do Funchal, liv. 4022, fls. 21-21v.; **impressa:** CAIRES, Ângela, *Daqui em diante só Há Dragões*, Lisboa, Bertrand Editora, 1988; *Id.*, *O Amante da Bela Otero*, Lisboa, Bertrand Editora, 1989; *Jornal da Madeira*, 15 out. 1958; 22 out. 1958; 29 out. 1958; 5 nov. 1958; MARINO, Luís, *Panorama Literário do Arquipélago da Madeira*, vol. 13, texto não publicado, fl. 76; PACHECO, Luiz, *Textos Sadinos*, pref. Baptista Bastos, epitáfio Ângela Caires, Setúbal, Plurijornal, 1991; VERÍSSIMO, Nelson (org.), *Narrativa Literária de Autores Madeirenses*. Séc. XX, Funchal, DRAC, 1990; *Id.* (org.), *Contos Madeirenses*, Porto, Campo das Letras, 2005.

JOÃO PAULO FREITAS

Caires, Celso

Celso Emílio Silva de Caires nasceu em Torres Novas, em 1958, mas viveu sempre na Madeira. Concluiu em 1982 o curso de Artes Plásticas, na variante de Escultura, no Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira (ISAPM). Ali desempenhou funções docentes em áreas como escultura, fotografia, desenho e *design* gráfico. Foi um dos principais responsáveis, junto com Maurício Fernandes, pela implementação da licenciatura de *Design* naquele Instituto.

Fez parte da Circul'Arte, uma associação responsável pela dinâmica artística a que o Funchal assistiu nos anos 1980. Participou, em 1982, na coletiva Fragmentos e, em 1984, numa coletiva de fotografia, ambas realizadas no Teatro Municipal Baltazar Dias (TMBD). Também esteve representado nas seguintes coletivas: Sinais Convencionais, realizada na galeria do ISAPM em 1986; Coleção de Inverno, que teve lugar na galeria da Secretaria Regional do Turismo e Cultura (SRTC) no mesmo ano; Cenas e Objetos, realizada na galeria da SRTC em 1987; Insinuações e Propostas, que teve lugar no TMBD em 1988; e Situações, realizada na galeria da SRTC no mesmo ano.

Fora da Região, na mesma década, apresentou trabalho em coletivas como a I Bienal de Arte dos Açores, em 1985; a Panorâmica-Arte e Cultura, que teve lugar na galeria do Casino Estoril, em 1985; Dezassete Graus Oeste, realizada na galeria Altamira, de Lisboa, em 1986; Artistas Madeirenses, que teve lugar em Coimbra, na galeria Cinco, em 1988; Fórum de Arte Contemporânea, realizada em Lisboa em 1988; e Olhares Atlânticos, realizada na Biblioteca Nacional, em 1991.

Expôs individualmente na Ilha em 1989, 1992 e 1993, sempre na galeria Funchália. Desta fase destacam-se os seus trabalhos a pastel seco, que manifestam um grande domínio técnico e uma simbiose entre desenho e pintura, grandemente influenciados pela composição e o realismo do instantâneo fotográfico. Contudo, são desenhos onde a forma e as texturas ganham protagonismo em detrimento do conteúdo descritivo. A sua investigação nesta área levou-o a prestar provas públicas, em 1997, para o cargo de professor agregado de Belas-Artes.



Fig. 1 – Celso Caires, no Ateneu Café, Funchal, 2013 (arquivo particular).

Em 1987, participou na feira de arte Marca Madeira, sendo colaborador e artista expositor e representando a galeria Quetzal. Também nesse ano, participou na mostra coletiva Circul'Arte, que teve lugar no TMBD. Em 2011, fez parte do grupo de artistas que participaram no projeto de arte pública Lonarte, realizado na Calheta, onde apresentou um trabalho denominado *Terra*. Nele confronta a textura natural, desenhada à mão, com a reprodução artificial em lona, que a amplifica.

O desenho explorado profissionalmente está na base do seu trabalho como ilustrador e *designer* gráfico. Destacam-se as suas colaborações em projetos de autor na área editorial, nomeadamente em livros de poesia, com Carlos Fino, de que são exemplo os seguintes: *XXII Poemas Ilhamar*, editado no Funchal em 1987; *Simbiose*, editado pela SRTC em 1988; e *Este Cais Vertical*, editado em 1990. Ilustrou e paginou o *Roteiro Histórico-Turístico da Cidade*, editado em 1997, e fez a imagem gráfica de vários simpósios e encontros internacionais.

Celso Caires experimentou e aprofundou outras técnicas e linguagens, *e.g.*, a fotografia.



Fig. 2 – *Do Outro Lado do Oceano*, de Celso Caires, 2005 (Av. do Mar, Funchal, arquivo particular).

Além de a praticar continuamente, participou em congressos e publicou artigos sobre esta área, tais como: "A introdução da fotografia – Daguerreotipia, ambrotipia e ferrotipo", um artigo editado na revista *Atlântico* em 1985; "O mundo cativo", editado em 1987 na revista *Espaço Arte*; e Retomar a Imagem, em 1992. Em 1987, apresentou uma comunicação acerca do ensino artístico e dos novos meios de produção de imagem no Congresso de Arte Portuguesa Contemporânea, realizado no Funchal.

Escultor de formação, também trabalhou nesta área, tendo sido responsável pela medalha comemorativa dos 15 anos da Univ. da Madeira e publicando, em 2012, uma reflexão "Sobre as medalhas do escultor Ricardo Veloza", editada na revista *Islenha*. Deixou ainda obra de escultura pública, de que é exemplo a figura alegórica em betão intitulada *Do Outro Lado do Oceano*, que foi colocada em 2005 na Av. do Mar, no Funchal.

Mas foi sobretudo enquanto docente que Celso Caires contribuiu para o ensino do desenho na Região, procurando sempre uma síntese entre a tradição manual e as novas tecnologias. Disto é exemplo o blogue sobre desenho e *design* que criou em 2008 e em que publicou até 2014, ano em que faleceu. Além de servir como apoio às suas aulas, este recurso *online* permitiu divulgar a sua investigação teórica, reflexões diversas e alguns dos seus trabalhos práticos, constituindo um arquivo da sua obra.

Bibliog.: impressa: BERNARDES, Lília, "Celso Caires, simbiose de cores", *Diário de Notícias*, revista, Funchal, 22 dez. 1991, p. 25; CAIRES, Celso, *Jonas e a Baleia*, Funchal, Funchália, 1993; SANTA CLARA, Isabel, *Celso Caires*, Funchal, Funchália, 1989; *Id.*, *Celso Caires*, Funchal, Funchália, 1991; **digital:** CAIRES, Celso, *Desenho e Design*: http://dedsign.wordpress.com (acedido a 1 nov. 2015); "Celso Caires. Entrevista – Lonarte", *Youtube*, 19 mar. 2012: https://www.youtube.com/watch?v=gSWZPj7e1gY (acedido a 1 nov. 2015).

CARLOS VALENTE

Caires, João de

Nasceu no Funchal, em 1862, e faleceu a 18 de dezembro de 1939, em Lisboa. Casou-se com a escritora Lutgarda Guimarães de Caires, de quem teve um filho, Álvaro Guimarães de Caires, médico, natural de Alcobaça.

Escritor e bacharel, formado em Direito na Univ. de Coimbra em 1889, abriu escritório em Lisboa, onde conquistou um lugar de relevo como advogado. Foi juiz de Óbidos e administrador de Alcobaça.

Fundou, com Mendonça e Coito, a Sociedade de Propaganda de Portugal, tendo dirigido esta agremiação sob a presidência do Cons. Fernando de Sousa até à proclamação da República.

Cultor das letras, organizava em sua casa serões literários muito participados, segundo refere Maria Luísa V. de Paiva Boléo. Colaborou nas secções literárias de diversos jornais e revistas. Em 1909, nos Jogos Florais Hispano-Portugueses de Salamanca, recebeu, com o livro *Paixão do Arcebispo*, o prémio de novela.

Obras de João de Caires: *Paixão do Arcebispo*.

Bibliog.: impressa: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d.; **digital:** BOLÉO, Maria Luísa de Paiva, "Lutgarda de Caires (1873-1935). A fundadora do Natal dos Hospitais", *Leme*, 22 dez. 2004.

ANTÓNIO JOSÉ BORGES

Cais da entrada da cidade

O cais da entrada da cidade, por vezes indevidamente designado por cais regional, nasceu da determinação feita, quando da passagem pelo Funchal da princesa D. Maria Leopoldina de Áustria (1797-1826), em setembro de 1817, de que deveria ser feita "uma ponte para o cómodo e decente desembarque da mesma Augusta Senhora", assim como preparar-se com o devido "asseio e arranjo na Casa do Governo" instalações para a princesa (ARM, Governo Civil, liv. 198, fls. 33-34v.; AHU, Madeira e Porto Santo, doc. 3965). Configurou-se, assim, o arranjo do espaço frente ao palácio e fortaleza de S. Lourenço para a entrada solene da arquiduquesa de Áustria no Funchal, então perene, mas a partir de 1839, demolidas as portas e casa da Saúde, onde até então a Câmara procedia ao controlo sanitário, foi a área transformada em entrada de honra da cidade.

O cais de desembarque do porto do Funchal fora feito na base do ilhéu do forte de S. José, em 1756, pelo Eng.º Francisco Tosi Columbina (1701-c. 1770), mas não só era então muito distante do centro da cidade, como muito acanhado. Em 1824, ensaiou-se um novo cais de desembarque, então nas baixas frente à fortaleza de S. Tiago, projeto da autoria do Brig. Francisco António Raposo e execução do Ten.-Cor. Paulo Dias de Almeida (c. 1778--1832), em cujos trabalhos se gastaram então 37 contos de réis, tendo tudo sido levado pelo mar. A 17 de fevereiro de 1829, inclusivamente, mandava-se retirar de S. Tiago os degraus de cantaria "que se destinavam ao cais que se projetara construir" para se utilizarem no molhe do cais da Pontinha (ARM, Governo Civil, liv. 798, fl. 51v.).

A oportunidade da construção de um cais frente à entrada da cidade veio a surgir após a aluvião de 24 de outubro de 1842. Um mês depois, a 26 de novembro, foi despachado para o Funchal o então Maj. Manuel José Júlio Guerra (1801-1869), experiente militar liberal com larga folha de serviço nos Açores, Porto, Algarve e Setúbal, mas, em princípio, sem as capacidades científicas dos outros dois engenheiros à época também presentes na Ilha: António Pedro de Azevedo (1812-1889) e Tibério



Fig. 1 – *Dezembarque de S.A.R. a Sereníssima Senhora Princeza Real Leopoldina, na Ilha da Madeira no Dia 11 de Setembro de 1817 às 4 da Tarde*, aguarela de Armand Julien Palliere (coleção dos herdeiros de Alfredo Allen, Porto).

Augusto Blanc (c. 1810-1875), mas um somente capitão e o outro tenente. O mais importante e inglório trabalho de obras públicas desenvolvido nestes anos pelo novo diretor das obras públicas, Maj. Manuel José Júlio Guerra, foi o cais em frente à entrada da cidade, mas a breve trecho viria a perder-se, como o ensaiado nos baixios de S. Tiago.

A Câmara Municipal do Funchal, por resolução de 23 de abril de 1843, por certo após acordo com o Maj. Guerra, propunha a construção de um cais de pedra em frente à entrada da cidade, votando, para isso, a verba de 1200$000 réis. O assunto foi presente ao conselho do distrito a 6 de maio seguinte, ficando encarregado de dirigir a obra o Maj. de engenharia Manuel José Júlio Guerra, que a 24 do mesmo mês solicitava um reforço de mais um conto de réis para colocar depois as obras a coberto do inverno. O custo da obra não parava de aumentar, tendo-se já gasto em fevereiro de 1844 mais de quatro contos de réis, pedindo ainda o Maj. Guerra mais um reforço de 18 contos de réis, quantia que a Câmara não via maneira de poder satisfazer. Em sessão camarária de 6 de março de 1844, foi colocado o assunto, surgindo uma proposta de criação de uma comissão para dirigir as obras do cais, entregando-se a presidência ao Maj. Guerra, mas constituindo um corpo com um delegado camarário, o Dr. Manuel Joaquim Moniz, os engenheiros militares Cap. António Pedro de Azevedo e Ten. Tibério Augusto Blanc e o Eng.º camarário Vicente de Paula Teixeira (1785-1855). A proposta acabou por não ser aprovada superiormente, continuando as obras sob a desastrosa direção do Maj. Guerra. Entretanto, assumindo a direção dos destinos da Ilha a Junta de Governo, na sequência das revoltas da Maria da Fonte e da Patuleia, que afastou o Gov. José Silvestre Ribeiro (1807-1891) e chegou a ter por presidente o já então Ten.-Cor. Eng.º Manuel José Júlio Guerra, ainda viriam a ser desbloqueadas importantes verbas para as obras do cais da entrada da cidade. Com o regresso do governador ao palácio de S. Lourenço, as obras pararam e o Ten.-Cor. Guerra seria transferido para o continente, não voltando à Madeira.

Mais tarde, em 1853, Isabella de França (1797--1880) descreveria que, "perto do sítio onde desembarcámos, notam-se vestígios de um cais, planeado há já alguns anos. Nele se gastaram quantias importantes e se desperdiçaram materiais e trabalho que bem poderiam ter sido úteis". A autora refere ainda que as obras, não devidamente acauteladas, haviam sido praticamente desfeitas por um temporal. Acrescenta ainda que "em Portugal, como na maioria das nações, a utilidade pública é a razão que se alega para todas as obras; infelizmente trata-se só de um pretexto; o primeiro objetivo reside na glorificação pessoal, se não nos emolumentos que os funcionários auferem. Nestas condições iniciam-se obras de vulto; os que as projetaram deixam os seus cargos antes que elas terminem – e ei-las abandonadas, para darem lugar a outras, do mesmo modo superiores aos recursos do país". As obras haviam sido planeadas pelo Maj. Guerra, acrescentando a autora que, "numa das efémeras revoluções que então desvairaram Portugal, colocou-se ele à frente de um movimento para destituir o governador e estabelecer uma junta, de que seria, é



Fig. 2 – Reconstrução do cais da entrada da cidade do Funchal, 1889-1892 (ABM, Photographia Vicente).

claro, presidente". Reconduzido o governador, o Maj. Guerra fora "enviado para o continente e posto a meia-ração. Noutro país teria sido fuzilado!". Com a sua saída, as obras tinham paralisado "e ninguém se incomodou em garantir o que estava feito, pois as honras reverteriam para ele" (FRANÇA, 1970, 51-52). Desconhecia a atenta inglesa que o Maj. Guerra, colocado no polígono de Tancos, conseguiria ainda candidatar-se a deputado por Vila Nova da Barquinha e ser eleito, acabando os seus dias como general.

O desenvolvimento do turismo, especialmente o terapêutico, começou a condicionar, a partir dos inícios e meados do séc. XIX, de uma forma cada vez mais determinante, a situação geral da ilha da Madeira, quer económica quer social. Esse caminho encontrava-se já perfeitamente definido na época da governação do Cons. José Silvestre Ribeiro, que a todo o momento evocava para as suas determinações "a presença de inúmeros estrangeiros que nos visitam", etc. Na época da sua governação, especialmente, encontram-se na Ilha três das mais altas figuras da aristocracia europeia: a Rainha viúva Adelaide de Inglaterra (1792-1849), de origem alemã, nascida Saxe-Meiningen; o príncipe Maximiliano de Beauharnais, duque de Leuchtenberg (1817-1852), que seria pintado na Madeira por Karl Briullov (1799-1852); e a sua irmã, a imperatriz viúva do Brasil, D. Amélia de Bragança (1812-1873), tendo todas essas visitas sido cuidadosamente preparadas e, também, aproveitadas para melhoramentos vários na Madeira.

Quando da preparação da visita da imperatriz viúva D. Amélia e da sua filha, a princesa D. Maria Amélia (1831-1853), em agosto de 1851, *e.g.*, um ano antes da chegada dessas senhoras, determinou de imediato o governador ao Eng.º Tibério Blanc "o maior desembaraço na construção do cais da Pontinha", ou seja, na remodelação do mesmo, "para desembarque de Sua Majestade Imperial, a Senhora Duquesa de Bragança e filha", recomendando que "a obra seja executada de forma a ficar para sempre". Aproveitou ainda para determinar ao mesmo engenheiro que mandasse "os moradores da zona caiarem as casas e limparem os entulhos", assim como determinou que fossem feitos alguns "trabalhos na estrada nova do Ribeiro Seco, de modo a ficar perfeita e que S. M. I., possa ir até à Praia Formosa", determinações que de imediato foram publicadas nos jornais da época (*A Época*, 31 ago. 1851). Os portos e os cais de desembarque eram assim uma constante preocupação das autoridades locais. Na fase final da sua estadia na Madeira, ainda o encarregou José Silvestre Ribeiro, mais uma vez, da revisão de todos os cais da Ilha. O Eng.º Tibério Blanc elaborou assim uma extensa lista dos cais que necessitavam de obras de melhoramento e reformulação, como eram os casos do cais do Pesqueiro, na Ponta do Pargo, Paul do Mar, Ponta da Galé, Ponta do Sol, Câmara de Lobos, Ponta da Cruz, Gorgulho, Ponta da Oliveira, Ponta do Guindaste e Ponta Delgada, assim como um novo ancoradouro na baía de Machico.

As décs. de 80 e 90 do séc. XIX apresentaram o progressivo aumento do turismo, já não especificamente terapêutico, mas essencialmente de lazer, que já começava a representar algum peso na economia nacional, pelo que passou a despertar um certo interesse nas secretarias do Governo de Lisboa. A repartição das obras públicas distritais conheceu mesmo algum incremento, por ela passando os Caps. Júlio Augusto de Leiria (c. 1838-1878) e Henrique de Lima e Cunha (1843-1915), tendo cabido a este último os primeiros trabalhos conducentes à execução do novo cais da entrada da cidade. Com o aumento da circulação de passageiros no porto do Funchal, por portaria de 17 de setembro de 1879 voltava a estudar-se, finalmente, o que fazer do amontoado de ruínas em que se transformara o cais da entrada da cidade. Foi então encarregado do estudo o capitão de Artilharia Henrique de Lima e Cunha, voltando a propor-se a execução de um cais idêntico e no mesmo local, com toda uma outra solidez, claro, à frente da entrada da cidade, proposta aprovada em Lisboa, a 17 de julho de 1881, mas que só avançaria em 1886, quando já se encontrava aprovado o prolongamento do molhe da Pontinha através da união dos dois ilhéus. O projeto teve ainda



Fig. 3 – Cais da entrada da cidade, c. 1953 (ABM, Photographia Vicente).

alterações, pelo Eng.º José Bernardo Lopes de Andrade, em 1887, e veio a ser adjudicado pelos Engs. franceses Fréderic Combemale, Jules Michelon e Arthur Mury, que já em 1885 haviam conseguido a execução das obras do molhe da Pontinha.

As obras do cais regional iniciaram-se a 18 de janeiro de 1889, envolvendo um montante de 87.000$000 réis – vindo a ser depois reconhecido a estes empreiteiros, na ocasião do ajuste de contas, vários trabalhos executados fora do projeto inicial ajustado, ainda receberam mais 92.005$485 réis – e demonstrando a complexidade do projeto. A obra ficou concluída a 27 de abril de 1892, sendo recebida provisoriamente nessa data, mas a receção definitiva só teve lugar a 27 de abril de 1895. Por parecer da Junta Consultiva das Obras Públicas, de 30 de maio do mesmo ano, foram os empreiteiros julgados quites para com o Estado de todas as obrigações que haviam contraído, o que consta da portaria de 10 de julho de 1895.

Ao longo destes anos, decorreram assim igualmente as obras do molhe do porto do Funchal, cuja iniciativa se ficou a dever ao governador civil, António de Gouveia Osório (1825-c. 1905), visconde de Vila Mendo, que, no seu ofício de 15 de outubro de 1881, voltara a chamar a atenção para as vantagens que a baía do Funchal ganharia com a construção de um cais e porto de abrigo, ação saudada pelos comerciantes do Funchal. O molhe proposto, no entanto, era insatisfatório, sendo "apenas um ponto de partida para a futura construção de uma doca regular", que devia completar-se pelo seu prolongamento em direção a leste, como refere a direção da Associação Comercial do Funchal (*A Época*, 25 abr. 1884, 16 jun. e 19 out. 1885), chegando, inclusivamente, a colapsar com o grande temporal ocorrido no último dia de fevereiro e nos primeiros dias de março de 1892, que arruinou de forma drástica uma grande parte da obra já feita e a destruiu quase por completo. As obras seriam recomeçadas em 1893, estando prontas em 1895; porém, as condições de acostagem dos grandes navios sempre foram deficientes nesta fase do molhe, acabando os paquetes por ficar ao largo e os passageiros a ser transferidos por lancha para o cais da entrada da cidade.

Assim que, até à ampliação do molhe de acostagem, nos meados do séc. XX, para leste da fortaleza do Ilhéu, o movimento de passageiros do porto do Funchal foi feito pelo cais frente à

entrada da cidade, ou cais regional. Com o aumento do movimento de passageiros, impôs-se o aumento deste cais, tendo a Junta Autónoma das Obras do Porto aberto concurso para essa realização, que terminou a 30 de outubro de 1930, sendo a construção adjudicada à casa Nederlandsche Maatschappij Voor Havenwerken pela importância de 4763.000$00 escudos. O acrescentamento do cais seria feito pela colocação de cinco grandes módulos de 3337 m^3, tendo o primeiro sido colocado a 25 de junho de 1932 e o quinto e último em janeiro de 1933. A inauguração oficial ocorreu a 28 de maio desse ano, data especialmente comemorada pelo Governo da Ditadura. A importância deste cais é patente na imensa documentação fotográfica existente, que, graças aos novos meios de comunicação, não deixa de aumentar.

O aumento da capacidade de acostagem do molhe do porto do Funchal e, muito especialmente, o advento e a democratização dos transportes aéreos roubaram protagonismo e interesse ao cais em frente à entrada da cidade, como aliás também à mesma. No entanto, todo este espaço se mantém como importante zona de lazer da cidade até aos dias de hoje, tanto para visitantes como residentes.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Governo Civil, livs. 198, 725 e 798; AHM, Processos Individuais, cx. 798, *Manuel José Júlio Guerra*; AHU, Madeira e Porto Santo, doc. 3965; Antigo Arquivo da ACIF-CCIM, atas de 27 out. 1881, 25 abr. 1884, 16 jun. e 19 out. 1885, cópias digitais; **impressa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vols. VI-VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2003 e 2008; *Id.*, e MELLO, Luís de Sousa, *Associação Comercial e Industrial do Funchal. Esboço Histórico (1836-1933)*, Funchal, Edicarte, 2002; *A Época*, Funchal, 31 ago. 1851; 25 set. 1852; FRANÇA, Isabella de, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal (1853-1854)*, anot. Cabral do Nascimento e João dos Santos Simões, Funchal, JGDAF, 1970; LOUREIRO, Adolfo, *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. V, pt. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910; SANTOS, Rui, "Um capitão de engenheiros (Tibério Augusto Blanc, Santarém, 1810?-m. 1875)", *Jornal da Madeira*, 25 dez. 1991; 5 jan. 1992; SARMENTO, Artur Alberto, *Ecos da "Maria da Fonte" na Madeira*, Funchal, Tip. do Diário de Notícias, 1932; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

RUI CARITA

Calçada, conde da

Diogo de Ornelas de França Carvalhal Frazão e Figueiroa era filho de Diogo de Ornelas de França Carvalhal Frazão e Figueiroa e de Ana Emília de França Dória e Andrade. Seu pai era proprietário da chamada Casa da Calçada,



Fig. 1 – Armas dos condes da Calçada, c. 1882 (Casa-Museu Frederico de Freitas).

abaixo do Convento de S.ta Clara, e também do morgado de Gaula e de outros nos Açores. Sua mãe era filha do morgado Bartolomeu de França Dória da Conceição, proprietário do morgado da Conceição, no Estreito da Calheta, que o neto haveria de herdar. O conde nasceu a 29 de agosto de 1812, na freguesia de Santa Luzia, no Funchal, e casou-se na Sé, a 14 de maio de 1831, com sua prima Carlota Augusta de Freitas Albuquerque (n. 1817). Esta era filha do coronel de milícias João Agostinho de Brito Figueiroa de Freitas Albuquerque (1793-1862), que também usava o nome de João Agostinho de Figueiroa Albuquerque e Freitas – nome segundo o qual se mandou pintar por volta de 1822, "em uniforme rigoroso" (SAINZ-TRUEVA, 1999, 62), por João José do Nascimento (1784-c. 1850) –, e de sua mulher, Carlota Amália de Ornelas e Vasconcelos, irmã do futuro barão de São Pedro, Daniel de Ornelas e Vasconcelos (1800-1878).

A entrada de Diogo de Ornelas de França Carvalhal Frazão e Figueiroa para a vida

política deve ter sido feita pelo tio de sua mulher, o advogado e futuro barão de São Pedro, senador pela Madeira na legislatura de 1838 a 1840, lugar para que foi eleito numa vaga, em abril de 1839, e depois par do Reino, etc. Na sua residência do Funchal, na R. dos Ferreiros, onde se instalou depois a Direção Regional dos Assuntos Culturais, faziam-se reuniões de carácter político, pois Daniel de Ornelas passava então mais tempo em Lisboa que no Funchal. As primeiras informações recolhidas sobre o mesmo são sobre a sua presença no concelho do distrito em junho de 1851, quando, com os membros do senado camarário, assina uma petição solicitando a D. Maria II (1819-1853) a manutenção como governador do Cons. José Silvestre Ribeiro (1807-1891).

Não se lhe conhece especial filiação partidária, embora nas eleições de maio de 1870 pareça ter apoiado o morgado Agostinho de Ornelas e Vasconcelos (1836-1901), membro destacado do então Partido Popular, que se opunha ao Fusionista. Nas contas dessas eleições, há documentos que comprovam pagamentos de despesas feitas por Diogo de Ornelas, os quais se encontram nos arquivos da família Ornelas e Vasconcelos. Não terá sido, assim, por acaso que, por decreto de 17 de janeiro e carta de 25 de fevereiro de 1871, foi agraciado com o título de visconde da Calçada, em homenagem à casa secular em que vivia na Calç. de Santa Clara, onde depois se instalou a Casa-Museu Frederico de Freitas. Por essa altura, a 5 de março de 1871, o deputado Agostinho de Ornelas refere numa carta enviada ao irmão, D. Aires de Ornelas (1837-1880), bispo do Funchal em maio desse ano, mas já administrador apostólico, estar em Lisboa a tratar de um título para o morgado Diogo Berenguer de Freitas Neto (1812-1875), depois visconde de São João.

O visconde da Calçada foi agraciado com o título de conde a 4 de outubro desse ano, data em que também foi oficialmente nomeado governador civil substituto, situação não muito comum. Tomou posse desse lugar a 10 do mesmo mês. Era governador civil substituto na altura das célebres eleições suplementares de 1882. Nestas eleições concorreram o advogado açoriano e republicano Manuel de Arriaga (1840-1917), que se apresentou na Madeira, e, por indicação do líder do Partido Regenerador e presidente do Conselho de Ministros, António Maria de Fontes Pereira de Melo (1819-1887), o líder da oposição, o Cons. Anselmo José Braamcamp (1819-1885), à frente do Partido Progressista, depois de já ter sido líder do Partido Histórico. A estranha imposição das cúpulas partidárias continentais levou a que a maior parte dos eleitores madeirenses, inclusivamente monárquicos e ligados ao Partido Regenerador, colocasse abertamente a hipótese de apoiar o candidato republicano. Efetivamente, estava em causa o funcionamento do sistema parlamentar, e o Cons. Braamcamp havia perdido as eleições pelo seu círculo, sendo importante para o parlamento a sua presença no mesmo como deputado. Contudo, tal era um problema de Lisboa, e não da Madeira.

Na primeira volta adivinhava-se já o desastre, e o *Diário de Notícias*, que indiciava o visconde da Calçada como apoiante da situação, escrevia o seguinte: "Os regedores de paróquia que trabalham ostensiva e declaradamente contra a monarquia e pelo candidato republicano ainda não foram demitidos. Parece que o



Fig. 2 – Fachada da Casa da Calçada, à Calç. de Santa Clara, reforma de c. 1800 e seguintes (Casa-Museu Frederico de Freitas).

sr. administrador do concelho ficou muito satisfeito com este serviço e que o sr. governador civil substituto também ficou muito contente" (*DN*, 8 nov. 1882). Os resultados dessa primeira volta foram comunicados a Lisboa a 13 de novembro pelo governador substituto, que continuava a assinar visconde da Calçada, do que se pode pensar que a informação da atribuição do título de conde só foi conhecida depois, embora Diogo de Ornelas de França Carvalhal Frazão e Figueiroa continuasse a utilizar, mesmo nos anos seguintes, somente o título de visconde.

O governo de Lisboa enviou ao Funchal o governador efetivo, o juiz conselheiro António de Gouveia Osório (1825-1915), visconde de Vila Mendo, que voltou a tomar posse do lugar temporariamente, o que não impediu a vitória final de Manuel de Arriaga, retirando-se de novo o governador civil para Lisboa, onde então era conselheiro do Tribunal de Contas, e entregando outra vez o governo ao visconde da Calçada. Foi este que depois suspendeu os direitos dos cereais importados, assunto que atravessou a política dos anos 1883 e 1884. O visconde continuaria a ocupar o lugar na vigência do governador, uma vez que o juiz conselheiro Tomás Nunes de Serra e Moura (c. 1840-1917), nomeado em finais de dezembro de 1883 e que tomou posse nos primeiros dias de janeiro seguinte, após ter organizado a coligação monárquica que fez frente aos candidatos republicanos nas eleições desse ano, também se retirou para o continente. Foi, por isso, o visconde da Calçada, já velho, a ver-se na contingência de ter de requisitar o vapor de fiscalização da Alfândega, em agosto de 1884, para transportar para a Ribeira Brava uma força de 20 praças que tinha como objetivo reforçar o destacamento militar local face ao tumulto ali ocorrido, que tivera como resultado sete mortos.



Fig. 3 – Fachada do pátio superior da Casa da Calçada, reforma romântica com projeto do Arqt. George Somers Clarke (atr.), c. 1891 (Casa-Museu Frederico de Freitas).

Nos anos seguintes, a política madeirense foi varrida pela figura contundente e truculenta do visconde do Canavial (1829-1902), que levou ao levantamento popular da Parreca, talvez o mais importante levantamento ocorrido no séc. XIX. Perante a contestação geral, o visconde do Canavial veio a apresentar a sua demissão a 26 de março de 1888, tendo o governo sido entregue, uma vez mais, ao visconde da Calçada, pois o governador civil seguinte, João de Alarcão (c. 1850-1917), embora nomeado a 5 de abril, só tomaria posse a 8 de maio seguinte.

Nos anos seguintes, pouco sabemos da atuação política do conde da Calçada, que parece ter-se retirado para a sua residência, de onde pouco teria saído. Na visita régia de 1901, *e.g.*, não é mencionado.

O interessante edifício da calçada de Santa Clara teve obras em 1851, conforme consta no empedrado da entrada, logo a seguir ao portão gradeado com as suas armas de conde, que usam brasão esquartelado de Ornelas (moderno), Carvalhal (Benfeito), Frazão e Franqui (por França?), com timbre de Ornelas, tendo-se escrito ser de uso muito antigo nesta família, mas ignorando-se a quem foi concedido (CLODE, 1983, 87). Pensa-se que o projeto de reforma da casa seja do arquiteto e egiptólogo George Somers Clarke (1841-1926), que trabalhava em parceria com John Thomas Micklethwaite (1843-1906) e que passou pela Madeira em 1890. Os trabalhos deste arquiteto

seguiam os modelos revivalistas em uso na época, mas com abundante utilização de estruturas de ferro fundido e pintado, tendo sido da sua autoria a reformulação e ampliação do Reid's Palace Hotel e da nova residência da Qt. do Palheiro Ferreiro, já então propriedade da família Blandy, atribuindo-se-lhe também a antiga residência do Santo da Serra, depois Estalagem Serra Golf.

O conde da Calçada faleceria na sua residência, a 18 de setembro de 1906, não tendo o título, dado que concedido em sua vida, sido revalidado.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Alfândega do Funchal, livs. 684, 685 e 686; *Ibid.*, Arquivos Particulares, Família Ornelas e Vasconcelos, cx. 34, n.º 61; *Ibid.*, Governo Civil, liv. 651; **impressa:** *O Archivista*, 28 jun. 1851; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2008; CLODE, Luiz Peter, *Descendência de D. Gonçalo Afonso D'Avis Trastâmara Fernandes, o Máscara de Ferro Português*, Funchal, DRAC, 1983; *Id.*, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Diário de Notícias*, Funchal, 8 nov. 1882; GOMES, Fátima Freitas, "Agostinho de Ornelas e Vasconcelos. O morgado liberal e a decisão criativa", *Islenha*, n.º 21, jul.-dez. 1997, pp. 79-109; SAINZ-TRUEVA, José de, "Heráldica em iconografia relacionada com a Madeira", *Islenha*, n.º 24, jan.-jun. 1999, pp. 57-70; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

RUI CARITA

Calçada madeirense

No séc. XVI, Gaspar Frutuoso, na sua obra *Saudades da Terra*, trata com admiração e elogio as "calçadas de pedra miúda" (FRUTUOSO, 1968, II, 117). De acordo com Sainz-Trueva, a utilização de seixos pretos e brancos na calçada madeirense atingiria o apogeu nos sécs. XVIII e XIX. Todavia, a partir de 1950, a atividade sofrerá um grande declínio, motivado, essencialmente, pelos seguintes fatores: desinteresse por essa tradição, falta de mão de obra e de motivação da existente, pouco apreço pelo ofício, baixos salários, menor disponibilidade da pedra natural local e utilização de novos tipos de materiais para pavimentação. Ainda segundo Sainz-Trueva, "as severas mudanças no 'rosto' da cidade e arredores ajudaram a apagar os traços mais característicos da Madeira antiga, cada vez mais confrontada com ventos do progresso, que nem sempre contemplam da melhor forma os testemunhos de uma herança secular" (SAINZ-TRUEVA, 1991, 132 e 133).

A calçada madeirense é muito anterior à chamada calçada portuguesa, dela distinta, a qual utiliza pedra facetada, de morfologia aproximadamente cúbica ou paralelepipédica, de cores preta (identificada como sendo basalto) e cinzenta-escura, branca ou rosada (identificada como sendo calcário). A calçada portuguesa, nacional e internacionalmente prestigiada, foi criada em 1842 pelo Ten.-Cor. e Eng.º Eusébio Pinheiro Furtado, quando no comando do Batalhão de Caçadores 5, que, querendo combater o ócio dos seus soldados, os pôs a revestir a parada do quartel com pedrinhas pretas e brancas. A calçada madeirense constitui uma autêntica referência histórica e patrimonial do arquipélago e é um símbolo da geodiversidade litológica local, sendo por vezes confundida com a calçada portuguesa propriamente dita.

Em 2004, João Baptista Pereira Silva e Celso de Sousa Figueiredo Gomes desenvolveram um conjunto de investigações com os seguintes objetivos: caracterizar a pedra natural aplicada na calçada madeirense dos pontos de vista textural, petrográfico, químico, mineralógico e físico-mecânico; identificar os locais de proveniência da pedra natural; homenagear os profissionais com um papel ativo na preservação do secular trabalho que envolve a aplicação de pedra de seixo ou de calhau rolado, contribuindo desta forma para a preservação dos ofícios tradicionais; desenvolver uma ação pedagógica de divulgação da calçada madeirense junto da população e das entidades competentes, sensibilizando-as para a importância da preservação desta técnica, em vez de se proceder à substituição da pedra natural por outros materiais; valorizar o património edificado e dignificar a arte dos trabalhos concebidos com pedra natural, pequena e rolada.

Materiais e amostragem

A pedra natural local, de origem vulcânica e sedimentar, potencialmente adequada à aplicação na calçada madeirense, e que foi objeto da referida investigação, foi amostrada em depósitos de praia, em pequenos afloramentos de rocha carbonatada e em obras de recuperação



Fig. 1 – Separação de materiais pétreos utilizando uma saranda na praia do Porto dos Frades, Serra de Fora, Porto Santo (fotografia de João Baptista, 2012).



Fig. 2 – Afloramento de calcários recifais no percurso turístico geológico da Rota da Cal, que compreende uma antiga zona de extração de pedra (fotografia de Paulo Duarte, 2007).

de calçadas sitas nos concelhos do Funchal, de Câmara de Lobos, da Ponta do Sol, de Santa Cruz, de São Vicente e também na ilha do Porto Santo. Nos textos consultados e nos diálogos mantidos com alguns estudiosos e profissionais do sector, é frequente referir-se serem os seixos brancos feitos de calcário originário de Portugal continental, tendo provavelmente servido de lastro em navios que outrora aportavam ao Funchal. Foi propósito da já mencionada investigação referir os locais de proveniência da pedra natural utilizada nas calçadas. Tendo em conta quer o levantamento já efetuado, quer a extensão da sua aplicação em todo o arquipélago, admite-se que a pedra aplicada foi recolhida em vários depósitos de praia das costas sul e norte da Madeira e do Porto Santo.

Atualmente, a recolha dos materiais está restringida a depósitos de algumas praias (fig. 1) – Formosa (Funchal), Porto Novo (Santa Cruz), Madalena do Mar (Ponta do Sol) e Calhau da Serra de Fora e Calhau da Serra de Dentro (Porto Santo) –, devidamente autorizada pelas autoridades regionais competentes (Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus da Região Autónoma da Madeira e capitania do Porto do Funchal).

A amostragem dos materiais nas praias foi feita na baixa-mar, por duas razões: a primeira, porque a secção da praia é mais ampla; a segunda, porque a recolha de material é feita em maior segurança durante a maré baixa.

No que diz respeito às rochas carbonatadas, identificadas como sendo calcários recifais marinhos, elas apresentam as cores seguintes: castanha-avermelhada, branca leitosa, branca amarelada ou branca avermelhada. Trata-se de materiais com origem no concelho de São Vicente, na ilha da Madeira (fig. 2), no ilhéu da Cal ou de Baixo e no vale da Ribeira da Serra de Dentro, ilha do Porto Santo. No caso dos calcários que ocorrem no afloramento do sítio dos Lameiros (à cota de 475 m), em São Vicente, eles são, essencialmente, recifais, associados a tufos de cor castanha-avermelhada, e aglomerados, cujos fósseis marinhos identificados correspondem a várias espécies de lamelibrânquios, gastrópodes, equinodermes, coraliários, crustáceos e foraminíferos. Dados de geocronologia isotópica apontam a idade de sete milhões de anos (Miocénico Superior) para os calcários fossilíferos. Na segunda déc. do séc. XXI, puderam ser observados alguns dos antigos depósitos de calcário recifal no sítio da Achada do Furtado do Barrinho, Lameiros, ao percorrer o itinerário turístico-geológico denominado Rota da Cal (fig. 2).

Na ilha do Porto Santo, os calcários ocorrem entre as cotas 0-165 m, correspondendo-lhes idades compreendidas entre os 13,5 e os 18 milhões de anos (Miocénico Inferior), tendo sido neles identificados foraminíferos, celentrados, briozoários, equinodermes, crustáceos, anelídeos e grande variedade de espécies de



Fig. 3 – Pormenor de fóssil de alga em calhau rolado de calcário recifal (fotografia de João Baptista, 2010).

lamelibrânquios e de gastrópodes, *i.e.*, nos calcários figuram quase todos os grandes grupos de invertebrados, bem como restos de seláceos e algas coralinas. O paleontólogo Gumerzindo Silva atribui aos calcários da ilha do Porto Santo e dos seus ilhéus uma fácies recifal edificada sob clima tropical a profundidade que não devia exceder os 40 m; normalmente, este tipo de calcários pode exibir cor branca leitosa e/ou cor branca amarelada.

No Museu de História Natural do Jardim Botânico da Madeira pode ser observado um rico e diversificado espólio de exemplares de fósseis marinhos originários das ilhas da Madeira e do Porto Santo. No conjunto, destacam-se, entre os fósseis mais representativos, lamelibrânquios, gastrópodes, equinodermes e algas coralinas, fósseis que apresentam, na generalidade, um elevado grau de preservação, situação que permite a fácil identificação das respetivas espécies.

Nos seixos e calhaus de rocha carbonatada aplicada na calçada madeirense observam-se os exo-esqueletos de várias espécies de fósseis marinhos (fig. 3).

Aspetos texturais

A população designa vulgarmente a pedra aplicada na calçada madeirense por seixo, calhau ou cascalho rolado, mas, em termos técnicos e científicos, as denominações "seixo" e "calhau"



Fig. 4 – Pormenor da colocação de seixo (fotografia de João Baptista, 2004).

não têm o mesmo significado. Efetivamente, em termos técnicos e científicos, os referidos nomes correspondem a designações que estão intimamente relacionadas com aspetos texturais, *i.e.*, com a dimensão e a forma das peças individuais do material pétreo.

A escala granulométrica de Chester K. Wentworth, utilizada em sedimentologia, estabelece designações e limites dimensionais para as partículas constituintes dos sedimentos. Nesta escala, a designação "calhau" é aplicada à classe granulométrica cujos limites são 256 mm e 64 mm, e a designação "seixo" é aplicada à classe granulométrica cujos limites são 64 mm e 4 mm. Por outro lado, o estudo morfométrico dos materiais pétreos, *i.e.*, o estudo das diferentes geometrias dos calhaus e seixos aplicados na calçada, permite, de acordo com a classificação de Theodor Zingg, definir que eles apresentam, normalmente, forma oblata ou discoidal.

Os seixos e calhaus de rocha vulcânica apresentam-se lisos, polidos, entre arredondados e bem arredondados, e a cor escura que exibem é normalmente devida à patine que vão adquirindo ao longo do tempo, efeito da poluição e da sujidade acumulada.

Tipologias e propriedades

No âmbito da referida investigação, a caracterização petrográfica, mineralógica e química dos materiais pétreos (calhaus e seixos) amostrados nas calçadas madeirenses foi realizada no departamento de Geociências da Univ. de Aveiro, tendo permitido o estabelecimento das tipologias relevantes.

No que diz respeito às rochas vulcânicas, utilizando a relação entre a percentagem de sílica (SiO_2) e a percentagem de alcalis ($Na_2O + K_2O$) adotada no sistema classificativo das rochas vulcânicas proposto por Peter Francis, foi possível definir as litologias seguintes: traquibasalto, traquiandesito e traquito, que apresentam tonalidades que vão desde o cinzento-escuro até ao cinzento-claro; basalto, hawaiíto e representantes do grupo *minor varieties*, que inclui diversos tipos de rochas vulcânicas menos comuns; normalmente, estes tipos litológicos apresentam cor preta.

Os resultados da análise química obtidos por fluorescência de raios-X indicam que as amostras estudadas de seixos ou calhaus de calcário do arquipélago da Madeira apresentam teores muito baixos de sílica (SiO_2) e de alumina (Al_2O_3), sempre inferiores a 200 ppm. Diferentemente, no caso das amostras de calcário utilizado em calçada portuguesa (técnica também presente no arquipélago da Madeira), provenientes das localidades de Porto de Mós, Alcanena, Albufeira e Lagoa, em Portugal continental, os teores de sílica



Fig. 5 – Calcamento e nivelamento do pavimento com calcão mecânico (fotografia de João Baptista, 2004).



Fig. 6 – Pormenor da calçada madeirense em que se observa a utilização de seixos inteiros e partidos pela metade no pavimento do Prq. de Santa Catarina, Funchal (fotografia de João Baptista, 2014).

(SiO_2) e alumina (Al_2O_3) variam entre 0,40 % e 3,19 %. Assim sendo, os resultados analíticos obtidos permitem identificar a origem do seixo e do calhau de calcário aplicados na calçada madeirense, a qual está relacionada com rochas carbonatadas locais (calcário recifal muito puro). De facto, as investigações realizadas mostram que a pedra calcária aplicada foi recolhida em vários depósitos de praia das costas sul e norte das ilhas da Madeira e do Porto Santo (figs. 2 e 3).

Por sua vez, as propriedades físico-mecânicas dos principais tipos de pedra natural utilizados na calçada madeirense foram avaliadas no Laboratório de São Mamede de Infesta (Porto), afeto ao antigo Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (posteriormente, Laboratório Nacional de Energia e Geologia).

A determinação da resistência ao desgaste por abrasão em vários provetes de pedra natural foi realizada através do método de desgaste de Capon. Os resultados obtidos permitem concluir que a rocha traquibasáltica é a que apresenta menor desgaste (0,6 mm), em oposição ao calcário recifal (4,2 mm).

Se observarmos alguns pavimentos sobre os quais há grande circulação de pessoas, verificamos facilmente que a superfície superior e exposta da pedra calcária se apresenta plana, ou seja, com maior grau de desgaste, quando comparada com a superfície superior e exposta da

pedra vulcânica contiguamente aplicada, que se apresenta abaulada ou convexa.

Aplicação da calçada madeirense

A calçada madeirense é uma manifestação do património insular madeirense, sendo também testemunho da atividade desenvolvida por trabalhadores de ofícios tradicionais. Feita na maior parte das vezes por mãos anónimas, revela a sensibilidade *naïve* dos seus autores (*e.g.*, fig. 7) e é um testemunho cultural que merece ser divulgado e preservado.

Na feitura da calçada madeirense, a aplicação dos materiais pétreos no terreno poderá realizar-se diretamente sobre uma camada de solo silto-argiloso (designado localmente por "cerro"). Caso contrário, a aplicação dos materiais passa por diversas etapas: preparação do fundo de caixa com aplicação de *tout venant* sobre o terreno e colocação de pó de pedra sobre o *tout venant* e tirada de pontos; colocação da pedra segundo o seu eixo maior (*i.e.*, para um sistema de eixos XYZ, em que X representa o comprimento máximo, Y a largura máxima e Z a espessura máxima) (fig. 4); betonagem das juntas entre as pedras, com uma mistura líquida de calda de areia e cimento, numa proporção de três partes de areia para cinco de cimento; calcamento e nivelamento do pavimento com calcão mecânico e acabamento com maço de madeira de plátano (fig. 5); colocação de areia fina sobre o pavimento, com o objetivo de remover o excedente da calda de cimento, e, finalmente, a lavagem, a escovagem e o varrimento.

Para se ter noção do grau de exigência que esta arte de pavimentação implica, marcou-se no chão, com motivo em espinha, a área de 1 m^2. Verificou-se que em cada metro quadrado foram aplicados, em média, 1023 seixos. Este valor é elucidativo dos milhares de seixos que foram utilizados para fazer o pavimento de calçada madeirense que existe no Jardim Municipal do Funchal. Tendo em conta a proveniência dos materiais, pode dizer-se que se assemelham a praias que foram transferidas para o espaço urbano e rural.

Na déc. de 1960, o Arqt. Fernando Santos Pessoa introduziu uma alteração à calçada madeirense tradicional, a variante de calçada madeirense com pedra partida. Trata-se de um pavimento menos escorregadio e que oferece maior atrito ao calçado, permitindo melhor andamento e mais conforto (fig. 6).

Motivos

A calçada madeirense pode ser construída utilizando unicamente calhaus e seixos de rochas vulcânicas, de tonalidade cinzenta mais ou menos escura, cuja monocromia é quebrada devido às diferentes orientações conferidas pela disposição dos materiais (fig. 6). Quando são utilizadas rochas vulcânicas e sedimentares, a policromia a preto e branco apresenta uma grande diversidade de padrões e temas



Fig. 7 – Pormenor de vaso com planta (fotografia de João Baptista, 2007).



Fig. 8 – Pormenor em flor ou representação do ponto *richelieu*, do bordado da Madeira (fotografia de João Baptista, 2007).



Fig. 9 – Pormenor em flor ou representação do ponto granito, do bordado da Madeira (fotografia de João Baptista, 2007).

geométricos e florais estilizados que ornamentam e embelezam ruas, átrios, igrejas, palácios, casas, quintais e jardins (figs. 7-9). Muitos dos motivos dos pontos do bordado da Madeira – tais como oficial, bastido, chão, corda, granitos e *richelieu* – foram aproveitados pelos calceteiros para serem representados na decoração da calçada madeirense. O adro da igreja de S. Martinho, no Funchal, é talvez o local que reúne a maior diversidade de padrões e de motivos geométricos e florais estilizados, com vários pontos de bordado da Madeira.

No pavimento, predomina geralmente o material mais abundante, *i.e.*, calhaus e seixos de rochas vulcânicas, sendo apenas utilizadas rochas sedimentares para realçar alguns aspetos florais, brasões de armas, monogramas, datas e a cruz de Cristo (fig. 10). Os pavimentos de calçada madeirense apresentam pouca reflexão da luz e são facilmente limpos utilizando a tradicional vassoura de urze.

Preservação

Em meados da segunda déc. do séc. XXI, a calçada foi modificada e adulterada em alguns espaços, com a aplicação de materiais estranhos a esta técnica e com a remoção de motivos. A pedra rolada foi substituída por cubos e paralelepípedos de mármore e coberta por argamassas de areia, cimento e material betuminoso, ou por alcatrão (fig. 11).



Fig. 10 – Motivos geométricos, religiosos e da data da pavimentação do adro da igreja de N.ª Sr.ª da Piedade, Porto Santo (fotografia de João Baptista, 2007).

Também nesta altura, na rua D. Carlos I, na zona velha do Funchal, foi observada a existência de diferenças cromáticas entre as argamassas em algumas obras de recuperação, viu-se serem muito diferentes as dimensões dos seixos utilizados e serem os espaços entre pedras roladas – porque grandes – preenchidos por argamassa. Nas travessas da Malta e do Redondo, o pavimento de calçada madeirense foi coberto por tapete betuminoso.

Na requalificação urbana que ocorreu no núcleo histórico de Câmara de Lobos, o antigo brasão do concelho, que estava colocado no adro da igreja de S. Sebastião, fazendo parte de um tapete de pedra rolada, deu lugar a um pavimento de "calçada madeirense" de blocos e calhaus partidos; perdeu-se, assim, o único exemplo de heráldica



Fig. 11 – Aplicação de paralelepípedos de mármore na letra P do logograma do Hotel do Porto Santo (fotografia de João Baptista, 2015).



Fig. 12 – Estado de degradação do pavimento do passeio na Est. Doutor João Abel de Freitas, Funchal (fotografia de João Baptista, 2015).

municipal em calçada madeirense construída no arquipélago, restando dela apenas registos fotográficos.

Noutros locais, verificou-se ser total o abandono da calçada, como no caso dos passeios na Est. Doutor João Abel de Freitas e na Est. da Boa Nova, e advir grande perigo, tanto para peões como para utilizadores de viaturas motorizadas, das pedras, encontrando-se estas soltas entre a estrada e o passeio (fig. 12).

No adro da capela de N.ª Sr.ª da Graça, na ilha do Porto Santo, observou-se a presença de grandes manchas de cera, com origem no pagamento de promessas feito por alguns fiéis (com velas) e na ausência da sua posterior remoção.

O desenvolvimento das raízes das árvores de grande porte destruiu e soergueu por vezes o pavimento, como aconteceu na capela de N.ª Sr.ª da Graça, no Instituto do Vinho da Madeira e no Hospício Princesa Dona Maria Amélia, carente de trabalhos de manutenção regulares.

Durante a referida investigação, teve-se oportunidade de acompanhar diversas obras de recuperação de antigas calçadas e de construção de novas pavimentações. Exemplos disso são o antigo palacete dos Zinos, posteriormente palacete do Lugar de Baixo, recuperado em 2004 pelo Governo Regional da Madeira



Fig. 13 – Recuperação do pavimento em calçada madeirense na Univ. da Madeira em julho de 2007 (fotografia de João Baptista, 2007).

(GRM); os jardins de Santa Luzia, recuperados em 2004 pela Câmara Municipal do Funchal e pelo GRM (ao projeto, da autoria do Arqt. Luís Paulo Ribeiro, foi atribuída uma menção honrosa na categoria de espaços exteriores de uso público, no quadro do Prémio Nacional de Arquitectura Paisagista, em 2005); o pavimento onde está representado o cronograma dos vários batalhões de Infantaria e dos Caçadores na Univ. da Madeira, recuperado por calceteiros da Câmara Municipal do Funchal, em 2008 (fig. 13).

A preservação da calçada madeirense, nas antigas quintas e jardins públicos e privados, casas particulares, ruas, estradas, etc., reveste-se de uma importância crucial, especialmente para os núcleos e zonas históricas das ilhas da Madeira e do Porto Santo. Deste modo, a profissão e a formação do calceteiro é imprescindível para a manutenção dos referidos espaços. Além disso, o património material da calçada madeirense constitui um legado de grande valor, sob os vários aspetos da sua composição, da diversidade dos materiais geológicos utilizados, com presença de fósseis marinhos, e da diversidade de padrões construídos e desenhados.

Bibliog.: ADAMS, A. E. *et al.*, *Atlas of Sedimentary Rocks under the Microscope*, Harlow, Longman, 1984; FRANCIS, Peter, *Volcanoes. A Planetary Perspective*, Oxford, Clarendon Press, 1993; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, vol. II, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968; NUNES, João Carlos, "Novos conceitos em vulcanologia. Erupções, produtos e paisagens vulcânicas", *Geonovas*, n.º 16, 2002, pp. 5-22;

ROMARIZ, Carlos, "Notas petrográficas sobre rochas sedimentares portuguesas. Parte XII: calcaritos afânicos da ilha da Madeira", *Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências*, vol. 12, n.º 1, 1971, pp. 55-65; SAINZ-TRUEVA, J. M., "A preto e branco", *Islenha*, n.º 8, jan.-jun. 1991, pp. 129-135; SILVA, Gumerzindo, "Fósseis do Miocénico marinho da ilha de Porto Santo", *Memórias e Notícias*, n.º 75, 1959, pp. 47--88; SILVA, João B. P., "Calçada madeirense. Bordados de pedra", *Revista Saber Madeira*, n.º 89, out. 2004, pp. 16-23; *Id.*, "Calçada madeirense. Importância do seu conhecimento, divulgação e preservação", in SILVA, João B. P. (coord.), *Simpósio Internacional de Escultura em Pedra. SINEP 2004. 17 a 31 de Maio 2004*, Câmara de Lobos, Câmara Municipal de Câmara de Lobos/Madeira Rochas--Divulgações Científicas e Culturais, 2004, pp. 151-156; *Id. et al.*, "Natural stone of the Madeira archipelago. Commercial types and properties", in *Eurock2002. Workshop on Volcanic Rocks*, Funchal, s.n., 2002, pp. 115-124; WENTWORTH, Chester K., "A scale of grade and class terms for clastic sediments", *The Journal of Geology*, vol. 30, n.º 5, jul.-ago. 1922, pp. 377-392; ZINGG, Theodor, *Beitrag zur Schotteranalyse*, Zürich, A. G. Gebr. Leemann & Co., 1935.

CELSO DE SOUSA FIGUEIREDO GOMES
JOÃO BAPTISTA PEREIRA SILVA

Caldeira, António Manuel de Sales

António Manuel de Sales Caldeira nasceu a 27 de janeiro de 1912, no Porto da Cruz. Filho de João Pedro Sales Caldeira e de Maria Ana Larica Sales Caldeira, casou-se com Rita de Acácio Silva Oliveira de Sales Caldeira, natural de Lisboa, com a qual teve três filhos: Maria Emília Oliveira Sales Caldeira, João Pedro Sales Caldeira e Rita de Acácia Sales Caldeira.

Após a conclusão do liceu, Sales Caldeira matriculou-se na Faculdade de Direito da Univ. de Lisboa, onde se licenciou com 23 anos.

Foi subdelegado do Tribunal do Trabalho e posteriormente abriu banca de advogado, tendo muita clientela, primeiro na R. Gonçalves da Câmara, de onde transitou para a R. das Pretas, n.º 7, e, depois, na R. João Tavira, n.º 31-1.º. Além de ter sido consultor jurídico de várias empresas comerciais e industriais, esteve também ligado à política. Foi um dos fundadores do Partido Social Democrata (PSD) após o 25 de Abril, e à data da morte era presidente do Congresso Regional do PSD.



António Manuel de Sales Caldeira, c. 1970 (ABM, Arquivos Particulares).

Muito ligado ao desporto, ao qual dedicou um incontestável apoio, chegou a ser presidente do Clube Desportivo Nacional e do Club Sports Madeira. O *Jornal da Madeira* de 22 de dezembro de 1981 chega mesmo a referir que o Clube Desportivo Nacional lhe fica a dever dedicação ilimitada. Ainda relacionado com o desporto, Luiz Peter Clode refere que António Manuel de Sales Caldeira foi o precursor do Rally da Madeira a nível europeu.

Faleceu no Funchal a 21 de dezembro de 1981, tendo sido sepultado no cemitério de São Martinho a 22 do mesmo mês.

As participações do seu falecimento no *Diário de Notícias* de 22 de dezembro de 1981 incluem as da família, do PSD, do grupo parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa Regional, do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, da Assembleia Geral da Ordem dos Advogados, da Direção do Clube Sports Madeira e também das funcionárias dos cabeleireiros Capucine, dos quais Sales Caldeira era proprietário.

Já no *Jornal da Madeira* da mesma data pode ler-se um artigo que evidencia as qualidades de Sales Caldeira, descrevendo-o como uma figura bastante conhecida e prestigiada da advocacia madeirense, sendo um homem dinâmico e íntegro.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Registo de óbito de António Manuel de Sales Caldeira, assento de óbito 1629; **impressa:** CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio--Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Diário de Notícias*, Funchal, 22 dez. 1981; *Jornal da Madeira*, 22 dez. 1981.

CLÁUDIA NEVES

Caldeira, João da Silveira

Uma importante informação abre a entrada relativa a João da Silveira Caldeira no *Elucidário Madeirense*: "escassos dados possuímos para a biografia deste madeirense" (SILVA e MENESES, 1984, I, 366). Ainda assim, o *Elucidário* apresenta-o como um médico e investigador na área da química, nascido na Madeira

no terceiro quartel do séc. XVIII, que terá sido lente na Escola Militar do Rio de Janeiro e provedor da Casa da Moeda nessa cidade, informação que, no entanto, não nos parece correta. Confrontando estas indicações com outras, nomeadamente com uma relação de "Irmãos e Irmãs sepultados no Cemitério [de Catumbi, São Francisco de Paula, Rio de Janeiro] a partir de 1850, em carneiros arrendados e/ou em perpetuidade" (BARATA, *Colégio Brasileiro de Genealogia*, s.d.), parece-nos haver uma confusão entre dois homónimos – pai e filho –, na medida em que as referências apresentadas pelos dois documentos são similares, exceto no local e na data de nascimento: no registo n.º 54 desta relação, há referência a um João da Silveira Caldeira, filho de um outro João da Silveira Caldeira e de Bárbara Joaquina, sepultado no cemitério de S. João Batista, no bairro de Botafogo, dado como nascido a 28 de junho de 1800, no Rio de Janeiro, e falecido na mesma cidade, a 4 de julho de 1857, vítima de suicídio. Neste sentido, o pai terá nascido na Madeira e saído para o Brasil, onde terá nascido o filho, João da Silveira Caldeira, que veio a ser uma figura importante da cultura.

João da Silveira Caldeira, filho portanto, era, então, médico formado pela Univ. de Edimburgo, na Escócia, detentor do grau de doutor, com tese escrita em latim. Destacou-se na química, área na qual desenvolveu algumas investigações e trabalhos. Aperfeiçoou os seus estudos em Paris, tendo privado e aprendido com os químicos Louis Nicolas Vauquelin (1763-1829) e André Laugier (1770-1832)e com o mineralogista René Just Haüy (1743-1822). Publicou, em 1926, a tradução anotada do *Manual do Ensaiador* de Vauquelin.

Sobre a personalidade, refere Joaquim Augusto Simões de Carvalho, na *Memoria Historica da Faculdade de Philosophia*: "químico muito apreciado […]. É autor da memória sobre o ondeado metálico, publicada nos Annaes das Sciencias e Artes, e de outros trabalhos realizados no laboratório químico de Paris" (SILVA e MENESES, 1984, I, 188).

Em Paris, foi preparador do Jardim das Plantas, cargo que manteve até regressar ao Brasil,



João da Silveira Caldeira, desenho a lápis a partir de óleo de c. 1850 (antigo acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro).

onde, juntamente com o bispo de Anemuria e Manuel de Arruda Câmara, procedeu à revisão e publicação da obra *Flora Brasiliensis*, de José Mariano da Conceição Veloso.

Em 1823, fez parte da junta de diretores de uma escola do método de ensino mútuo para instruir as corporações militares. Nesse ano, foi nomeado diretor do Museu Imperial e Nacional e, no ano seguinte, criou o laboratório químico do Museu, o primeiro laboratório para análises fundado no país, do qual foi, também, o primeiro diretor. O imperador, percebendo a importância deste laboratório, autorizou a compra, em Paris, de instrumentos solicitados por João da Silveira, que, deste modo, pôde contribuir para o desenvolvimento da investigação médica e da mineração do Brasil, realizando, então, as primeiras análises de combustíveis nacionais e de amostras de pau-brasil.

Foi durante a sua gestão que o Museu passou a ser um estabelecimento consultivo, tendo, por essa época, o governo imperial incentivado a participação de vários naturalistas estrangeiros, como Natterer, von Sellow e Langsdorff, tendo este último oferecido ao Museu a sua própria coleção de mamíferos e aves da

Europa. Durante a sua direção, o Museu recebeu ainda acervos vários, nomeadamente múmias, estatuetas funerárias, vasos, mãos e pés mumificados de origem egípcia, bem como vários objetos etnográficos oriundos do Pará e das ilhas do Pacífico.

Na correspondência enviada para publicação, há referência a diversas pesquisas realizadas, nomeadamente em torno da obtenção do ácido cítrico puro e de zircónia pura, descoberta cujos créditos dividiu com o químico francês M. du Bois-Reymond.

A *Nova Nomenclatura Química Portuguesa*, um dos primeiros compêndios de assuntos químicos no Brasil, datada de 1825, é assinada por João da Silveira Caldeira.

Obras de João da Silveira Caldeira: *Nova Nomenclatura Química Portuguesa* (1825).

Bibliog.: impressa: CARVALHO, Joaquim Augusto Simões, *Memoria Historica da Faculdade de Philosophia*, Coimbra, s.n., 1872; *Correio do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tip. de Silva Porto & C., 1822-1823; *Revista Trimestral de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brazileiro*, n.º 5, abr. 1840; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, vol. I, Funchal, DRAC, 1984; **digital:** BARATA, Carlos Eduardo de Almeida, "Cemitério Catumbi. São Francisco de Paula, Rio de Janeiro", *Colégio Brasileiro de Genealogia*, s.d.: http://www.cbg.org.br/baixar/cemiterio_catumbi_3.pdf (acedido a 17 maio 2016); "João da Silveira Caldeira", *Universidade Federal de Juiz de Fora*, s.d.: http://www.ufjf.br/nehc/historia-da-quimica-no-brasil-3/joao-da-silveira-caldeira (acedido a 17 maio 2016).

Graça Maria Nóbrega Alves

Calheta

O concelho da Calheta deve o seu nome à configuração da sua costa. Segundo António Carvalho Costa, em *Corografia Insulana* (1713-17??), "quando se descobriu, fizeram à mão uma calheta, de que tomou o nome a Vila, que depois ali se povoou" (NASCIMENTO, 1949, 71). Paulo Dias de Almeida, em 1821, refere uma qualidade especial deste concelho, dizendo que "É nestas freguesias que as mulheres trabalham mais que os homens. São elas que levam os gados ao pasto, que conduzem o gado à serra, que fazem o corte das lenhas, e por isso são mais robustas e os homens muito acanhados" (CARITA, 1982, 82).

Este lugar foi terra de gente ilustre. Para além da ligação muito forte aos capitães do donatário do Funchal, existem referências que nos elucidam sobre outras famílias que aí se fixaram. Assim testemunha Gaspar Frutuoso tal riqueza: "É esta vila tão nobre em seus moradores, como abastada pelos muitos e baratos mantimentos que nela acham. Desta saíram em companhia dos capitães do Funchal muitos e nobres cavalheiros a servir El-Rei à sua custa os lugares de África, e nos socorros que os capitães levaram: onde todos, além de darem mostras de suas pessoas, gastaram muito do seu, porque eram ricos, pelas grossas fazendas que nesse termo há, como a do Arco, tão afamada". E remata afirmando que "foi o condado do Ilustríssimo Capitão Simão Gonçalves da Câmara, Conde desta vila nova da Calheta" (FRUTUOSO, 1979, 90).

Numas notas de recomendação apresentadas em 1698 ao novo governador, António Jorge de Melo (1698-1701), refere-se que a Madeira é dividida em duas capitanias: a da Calheta, que tem como donatário o conde de Castelo Melhor, e a de Machico. Este título foi dado, segundo se explica, "por virtude do condado deste título" (NASCIMENTO, 1927, 59). Esta valorização da Calheta manifesta-se igualmente em designações como "capitania do Funchal" e "casa da Calheta".

Os filhos de Zarco foram os primeiros proprietários de terras. Assim, o título de conde de Vila Nova da Calheta foi dado, a 20 de agosto de 1576, por D. Sebastião a Simão Gonçalves da Câmara (1512-1580), título que deixou de ser usado com D. Luís de Vasconcellos, que preferiu o de 3.º conde de Castelo Melhor. O de Valledeamores pertenceu a Duarte Pestana de Brito, que fora armador-mor de D. João II e D. Manuel e um conhecido poeta representado no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende. A toponímia local espelha estas primeiras presenças. Assim, o Lombo do Doutor regista a fixação, em 1480, do valenciano Pedro Berenguer; o Lombo do Atouguia deve o seu nome a Luís de Atouguia, fidalgo de Beja; já o sítio dos Florenças tem origem no florentino João Salviati.

Temos ainda outros fidalgos estrangeiros que aí assentaram morada, como o galego João Fernandes de Andrade, conhecido como



Fig. 1 – Vista geral da vila da Calheta (fotografia de Bernardes Franco, 2017).

João Fernandes do Arco, por assentar morada no Lugar do Arco. Foi ele quem recebeu de D. João II, em 1486, a capitania de qualquer ilha ou terra firme que descobrisse. Outro estrangeiro, João Polonês, recebeu terras no Estreito, sendo o seu filho, João de França, o fundador da capela de N.ª S.ª da Graça. Refere-se ainda, na Serra de Água, João Fernandes, que, segundo alguns, será filho de D. Afonso V e de D. Joana. Salienta-se ainda Diogo Perestrelo, quinto donatário do Porto Santo, que viveu na vila da Calheta. Era casado com D. Maria, filha de Gaspar Homem, que havia estabelecido um morgado dos Reis Magos no Estreito da Calheta.

No decurso do séc. XVI, muitos destes vizinhos da Calheta deram uma boa parte do seu dinheiro para apoio e defesa das praças portuguesas do Norte de África, como foi o caso de Francisco de Abreu e António de Abreu, filhos de João Fernandes do Arco. António de Abreu,



Fig. 2 – Cruz processional da igreja matriz da Calheta, c. 1520 (exposição As Ilhas do Ouro Branco, Encomenda Artística na Madeira – Séculos XV a XVI, no Museu Nacional de Arte Antiga, novembro de 2017) (arquivo particular).

depois de ter estado no Norte de África, partiu para a Índia, em 1511, com Afonso de Albuquerque, onde participou em diversas campanhas militares e de descoberta, sendo considerado o descobridor das Molucas e o primeiro europeu a avistar a Austrália. Em 1526, depois de ter regressado ao reino, foi nomeado capitão de Malaca. Outros, como o Cap. Francisco de Figueiroa, tiveram um papel de destaque nas guerras de restauração da Baía e Pernambuco, no Brasil.

Temos ainda de recordar o episódio do rapto de Isabel de Abreu por António Gonçalves da Câmara, que tão bem relata Gaspar Frutuoso. D. Isabel de Abreu, viúva de João Rodrigues de Noronha, filho do 3.º capitão-donatário do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara, vivia no Arco do Calheta. Conta Gaspar Frutuoso: "foram feitas grandes festas e bodas, em que comeram todas aquelas pessoas que os acompanharam. Estavam na sala primeira dos seus paços quatro potes de prata fina em quatro cantos dela, que levaria cada um deles três almudes de água, com quatro púcaros de prata: [...] comeram todos em baixela de prata, sem se entremeter no serviço coisa de barro, nem estanho, onde se gastaram ricos e esquisitos manjares de toda a sorte, como os sabem fazer as delicadas mulheres da ilha da Madeira" (FRUTUOSO, 1979, 263). Entretanto, Águeda de Abreu, sua irmã, denunciou a situação junto da Coroa, tendo vindo um desembargador resolver o caso. Como desfecho, algumas penas de morte e desterro, a fuga de António Gonçalves para as Canárias e o recolhimento de Isabel de Abreu no Convento de S.ta Clara.

Muitos destes importantes vizinhos da Calheta tinham propriedades ou casa na cidade. É o caso de Francisco de Abreu Florença, do Arco da Calheta, que, em 1642, tinha casas no Funchal e terras de semeadura e gados na freguesia.

Administração

O município foi criado a 1 de junho de 1502, sendo a sede designada Vila Nova da Calheta. Até 1835, incluíam-se as freguesias que nesta data deram lugar ao município do Porto Moniz. A vila situava-se na foz da ribeira e tinha pelourinho, documentado em 1618. Também sabemos existirem os aposentos da alfândega local, pois que, em 1520, Francisco Homem recebeu 40.000 réis referentes ao eirado que derrubaram



Fig. 3 – Câmara Municipal da Calheta, antiga Santa Casa da Misericórdia (arquivo particular, 2008).

para serventia da alfândega. Em termos eclesiásticos, sabemos da criação de uma ouvidoria com jurisdição sobre a vila e o seu termo e sobre as freguesias de Porto Moniz e Seixal.

Antes de 1502, a Calheta estava na alçada do município do Funchal, que se representava na área através dos juízes pedâneos e dos alcaides pequenos. O signatário do lugar era apresentado pelos calhetenses e apresentava-se em vereação no Funchal para tomar posse do cargo com dois jurados. Havia ainda os homens-bons, alguns da Calheta, que se apresentavam, muitas vezes, às reuniões da quarta-feira. Estes eram assim definidos por ordem régia, para poderem assistir à vereação, e faziam parte da lista dos que poderiam ser eleitos para os cargos municipais. A estes juntavam-se os oficiais ligados à safra do açúcar, como os lealdadores e o escrivão, os recebedores e os escrivães dos quintos, que faziam parte da estrutura da comarca açucareira da Calheta. De acordo com ordem régia de 1461, o capitão tinha o direito de confirmar os juízes da vereação eleitos, mas os oficiais da Câmara da Calheta recusavam-se a tal, tendo por isso sido admoestados em 1624 e 1691.

No princípio do séc. XIX, a Calheta continuava a ser uma jurisdição para arrecadação de imposto, existindo outras no Funchal, Ponta de Sol, Santa Cruz, Machico, São Vicente e Porto Santo, com escrivão e tesoureiro. No caso do rendimento da sisa, era o segundo contribuinte, a seguir ao Funchal.

O município da Calheta integra as freguesias do Arco da Calheta, Calheta, Estreito da Calheta, Fajã da Ovelha, Jardim do Mar, Paul do Mar, Ponta do Pargo e Prazeres, mas nem sempre foi assim. A partir de 1835, surgiu o município do Porto Moniz, desmembrando-se da Calheta as freguesias de Santa, Porto Moniz e Achadas da Cruz. Esta situação perdurou até 1849, altura em que foi extinto o município e as freguesias passaram para o da Calheta. No entanto, em 1855, tem lugar a restauração do concelho do Porto Moniz. A freguesia da Ponta do Pargo voltou a ser incorporada na Calheta, passando definitivamente para tal concelho por lei de 26 de junho de 1871, certamente em apoio de uma representação dos moradores que reivindicavam esta situação.



Fig. 4 – Calheta, litografia aguarelada de James Bulwer, 1827 (ABM, Arquivos Particulares).

A designação da freguesia do Arco da Calheta advém da configuração semicircular dos seus montes e da proximidade à freguesia da Calheta. Trata-se de um dos mais antigos locais de ocupação da Ilha. Aí se fixou João Fernandes Andrade, conhecido como "do Arco", senhor de terras de pão e canaviais, engenho e escravos, que instituiu uma casa vincular com capela e capelão privativo. A capela já existia em 1461, e temos notícia do capelão em 1472. No séc. XVII, ficaram famosos os pêssegos produzidos nesta freguesia, que são celebrados por Manuel Thomaz na *Insulana,* mas foram fundamentalmente os canaviais que deram riqueza e importância ao local. Alguns destes proprietários, como Fernão Domingues do Arco, usaram essa riqueza para financiar viagens de exploração para Ocidente, antes de 1492.

A freguesia da Calheta enquadra-se no grupo de paróquias criadas nos anos que se seguiram à morte do infante D. Henrique, em 1460. O seu nome, segundo Giulio Landi, deve-se "à abundância de pedrinhas que lá há, chamadas calhaus pelos portugueses" (*apud* ARAGÃO, 1981, 83). Desde o começo do povoamento da Ilha, este local ganhou importância devido à ligação da família de Zarco e dos povoadores que aí se fixaram, como os já referidos



Fig. 5 – Retábulo da capela de Jesus, Maria e José, Lombo do Atouguia, 1708 (fotografia de Bernardes Franco).

Dr. Pedro Berenguer de Lemilhana, que deu o nome ao sítio do Lombo do Doutor, e Luiz de Atouguia, que está ligado ao Lombo do Atouguia; João Rodrigues Mondragão, natural da Biscaia; e Francisco Homem de Gouveia, juiz dos órfãos e escudeiro fidalgo, que criou o morgadio e a capela dos Reis Magos, no Estreito da Calheta. Recorde-se que o título de conde da Calheta foi concedido a Simão Gonçalves da Câmara por alvará de 20 de agosto de 1576, como prémio pelos seus feitos nas praças africanas. Em 1600, o título foi incorporado no condado de Castelo Melhor.

A sua importância, derivada da produção açucareira, manifesta-se na profusão de capelas (S. José, S.ta Quitéria, Jesus-Maria-José, S. Pedro de Alcântara, N.ª Sr.ª da Piedade, S. João Batista, N.ª Sr.ª da Boa Morte, S. Francisco Xavier, N.ª Sr.ª da Penha de França, N.ª Sr.ª da Estrela, N.ª Sr.ª da Vida, N.ª Sr.ª de Monserrate, Almas, N.ª Sr.ª do Bom Sucesso, N.ª Sr.ª da Nazaré e S.ta Catarina), bem como na existência de um Convento de S. Francisco e de uma misericórdia. Sobre esta freguesia, diz-nos Gaspar Frutuoso: "Neste lugar da Calheta, […] se fundou a Vila, que tomou o nome da Calheta, a mais fértil de todas as da ilha, por ter maior comarca […]. Esta Vila da Calheta e seu termo foi o condado do Ilustríssimo Capitão Simão Gonçalves da Câmara, Conde desta Vila Nova da Calheta, como se dirá em seu lugar" (FRUTUOSO, 1979, 90).

A freguesia do Estreito da Calheta deverá ter sido criada no princípio do séc. xv. A designação "estreito" (desfiladeiro, vale ou profundidade) deve-se, segundo se conta, ao facto de a passagem para tal território ser estreita. A primitiva povoação teve a sua origem numa fazenda concedida no séc. xv ao fidalgo, natural da Polónia, André Gonçalves de Franças. Foi o seu filho, João de França, que fez construir a capela de N.ª Sr.ª da Graça, onde, depois, se criou e instalou a nova paróquia, sendo também a sede do morgadio que fundou em 1503.

A freguesia da Fajã da Ovelha deve o seu nome, segundo a tradição, a um acontecimento que envolveu a perda de uma ovelha. A paróquia surgiu em 1550. A 18 de novembro de 1895, a freguesia das Achadas da Cruz, por extinção do concelho do Porto Moniz, foi-lhe anexada. Esta freguesia teve um lugar de notário desde 1923.

O Jardim do Mar foi um curato dependente dos Prazeres ou do Paul, com criação no



Fig. 6 – Quinta Pedagógica dos Prazeres (arquivo particular).

segundo quartel do séc. XVIII. No séc. XIX, ficou conhecido pela qualidade dos seus vinhos, das castas malvasia e sercial. O local apresentava-se como uma fajã, daí certamente o nome de Paul do Mar. Aí, destacam-se as salinas dos sítios das Lagoas e Serra da Cruz.

A freguesia da Ponta do Pargo terá sido criada em data anterior a 1560. Sobre a origem do nome, diz-nos muito claramente Gaspar Frutuoso: "Da Calheta passou o capitão abaixo até à derradeira ponta sobre o mar, donde parece que não há mais terra; e estando aqui, lhe trouxeram os do batel de Tristão e do batel de Álvaro Afonso um peixe, que parecia pargo, de maravilhosa grandura, e o maior que até àquele tempo tinham visto; por razão do qual peixe ficou nome aquela Ponta a do Pargo. Desta Ponta do Pargo vira a terra para o Norte até outra ponta, que distará desta uns dizem duas, outros três léguas" (*Ibid.*, 90).

O nome da freguesia dos Prazeres provém de uma pequena ermida dedicada a N.ª Sr.ª dos Prazeres que foi edificada nesse território muito antes da criação da paróquia. Esta freguesia tornou-se independente a 18 de dezembro de 1676, e uma nova igreja foi mandada construir pelo Conselho da Fazenda a 20 de novembro de 1745. Posteriormente, foi criada a Quinta Pedagógica dos Prazeres, onde se realizam várias atividades ligadas ao mundo rural, como a Festa da Cidra, a Bênção dos Animais, o Leilão de Animais e a Festa de Debulha do Trigo.

População

Em 1598, um recenseamento da Ilha refere, relativamente à Calheta, que "A vila da Calheta tem a igreja principal do Espírito Santo; um hospital com casa da Misericórdia e tem dentro da freguesia 3 ermidas: Nossa Senhora da Estrela; São Sebastião; e Corpo Santo. Tem de fogos, como limite, 297, que contêm em si 1129 almas de sacramento" (GOMES, 1932, 32). Note-se que Gaspar Frutuoso refere para a vila 400 fogos. O mesmo adianta os demais lugares: "A freguesia do Arco tem a igreja principal de São Brás e 2 ermidas: Nossa Senhora da Consolação e Nossa Senhora do Loreto. Foi antigamente rica de açúcar e ainda tem 2 engenhos. Tem 123 fogos e 490 almas de sacramento" (FRUTUOSO, 1979, 125). Quanto ao Arco, Frutuoso apenas assinala os povoadores ilustres. Em 1598, diz-se igualmente que "No Estreito sobre a Calheta está a freguesia de Nossa Senhora da Graça, com a ermida dos Reis Magos. Tem 154 fogos [e] 553 almas de sacramento". Gaspar Frutuoso nada diz em termos de fogos e população. O documento apresenta ainda a seguinte informação: "A Fajã da Ovelha tem como igreja principal São João Batista e 2 ermidas: São Lourenço e Santo Amaro, no Paul, ao longo do mar. Tem esta freguesia 70 fogos e 271 pessoas de confissão. Sobre a Ponta do Pargo está a freguesia de São Pedro, que tem 63 fogos e 198 almas de confissão" (GOMES, 1932, 34-35). Frutuoso, por sua vez, apenas assinala a Ponta do Pargo, com 200 fogos.

António Carvalho Costa, em *Corografia Insulana* (1713-17??), refere a existência de 300 vizinhos da paróquia. Em 1722, segundo Henriques de Noronha, o concelho da Calheta

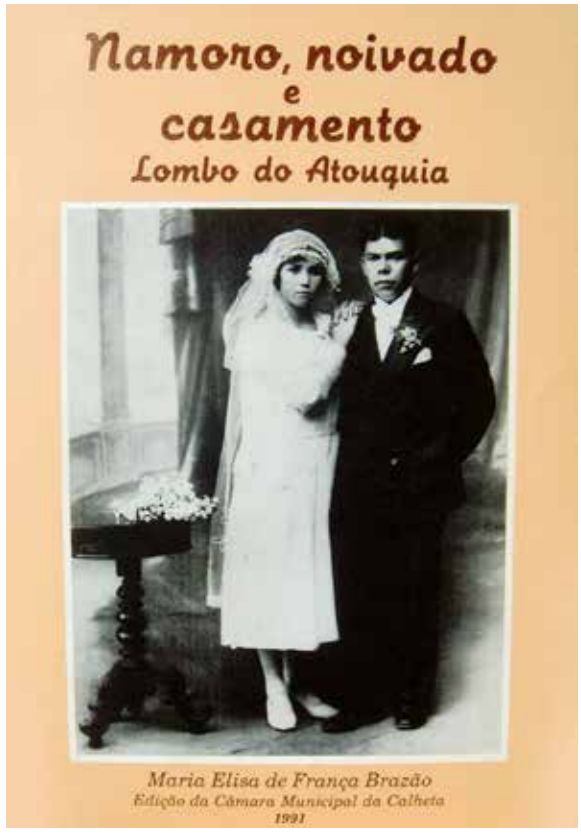


Fig. 7 – *Namoro, Noivado e Casamento, Lombo do Atouguia* (1991), de Maria Elisa de França Brazão.

apresentava-se com 7775 almas e 1678 fogos, servido por 16 clérigos. A situação do concelho é ainda relatada pelo mesmo autor: "Corre a povoação estreita pela margem da Ribeira, e na parte mais interior tem a sua Paróquia, a qual antigamente esteve na Igreja de Nossa Senhora da Estrela, quando se erigiu freguesia que foi no ano de 1461. A que hoje tem a vila é Igreja grande// mas antiga; o seu orago é o Espírito Santo tem Colegiada, cujos Ministros são um vigário com púlpito, Cura, quatro Beneficiados, Tesoureiro e Organista. [...] Tem esta vila, casa de Misericórdia com muito boa Igreja, e um Hospital de Incuráveis, a que deu princípio no ano de 1535. Seu primeiro Provedor o Doutor Pedro Giralte Cavalheiro Florentino que passou a viver nesta parte onde casou com D. Catherina Berenguer [...]. Além deste Templo tem muitas Igrejas, e ermidas no seu distrito; quais são: Duas das Almas; a do Corpo Santo, a de Nossa Senhora do Monserrate, do Bom Sucesso, da Boa morte e da Piedade, a dos Santos Cosme, e Damião, a de Santo António, de S. Francisco Xavier, de S. João, de S. José, a de Jesus Maria José, e a de Santa Catarina, situada no Lombo do Doutor, assim chamada por ser habitação do Dr. Pedro Berenguer de Leminhana [...]" (NORONHA, 1996, 211-212).

Como resultado das devassas realizadas, entre 1794 e 1795, pela Diocese ao concelho, temos disponível um registo da população. Assim, para o Arco da Calheta temos, em 1795, a referência a 1977 residentes, sendo 195 menores. Para o Estreito, em 1794, temos 1678 moradores, sendo 91 menores. Na Fajã da Ovelha, em 1794, eram 1502 os moradores, sendo 125 menores. Em 1794, na Ponta do Pargo, temos 1233 e 95 menores. Para os Prazeres, eram 523, com 35 menores. Paulo Dias de Almeida, na descrição que faz da Ilha em 1821, refere que esta área era considerada o sétimo distrito militar e tinha 12.658 habitantes e 2858 fogos.

Em 1827, a Calheta encontrava-se dividida em dois julgados: da Calheta (Madalena do Mar e Arco da Calheta) e Estreito da Calheta (Estreito, Paul do Mar, Prazeres e Fajã da Ovelha), com 11.779 habitantes. Para o período de 1835 a 1850, nota-se um movimento crescente da população, que abranda com a crise de fome de 1847. Assim, em 1835, temos 2781 fogos e 13.133 almas, e, em 1843, 2979 fogos e 13.733 almas. Para 1847, registam-se 11.522 habitantes, para 1863, 12.360, e, para 1877, eram já 16.580. Em 1911, temos 20.062 habitantes, sendo 13.756 da Calheta, onde ocorreram 692 mortes.

O censo de 1930 refere para a Calheta 21.960 habitantes, número que passa para 23.996 em 1940, 24.255 em 1950, 24.078 em 1960, 21.799 em 1970, 1505 em 1980 e 12.954 em 1990. Tenha-se em consideração que, no período de 1955 a 1966, foram contados 616 emigrantes legais.

No séc. XVI, a Calheta foi alvo de assalto de corsários que geraram uma situação estranha de convívio com a população, explicada pelo seu alheamento relativamente ao meio urbano e poder civil e militar. Esses terão, depois, seguido o seu destino rumo aos Açores em busca de embarcações castelhanas vindas da América. Neste contexto, temos de assinalar que tiveram morada nesta área alguns corsários importantes, como foi o caso de João Rodrigues Mondragão. Por outro lado, este lugar da Calheta era desprotegido em termos de fortificação militar, pois só temos notícia da fortaleza de S. Jorge na vila, em 1688. Além disso, em 1570, organizou-se as companhias das ordenanças, surgindo a Calheta como um distrito com duas companhias. Para o período de 1627 a 1700, registam-se 30 destas companhias distribuídas pela vila, Ponta do Pargo, Paul do Mar, Lombo da Estrela, Lombo de Atouguia, Lombo da Azenha e Serra de Água, Jardim do Mar, Fajã da Ovelha e Estreito da Calheta. Para 1688, no distrito da Calheta, o serviço de defesa das ordenanças apresentava-se com 13 capitães, 12 alferes, 24 sargentos e 1531 soldados. Note-se que depois, em 1818, o distrito de milícias da Calheta tinha 10 companhias com 800 homens.

Vários documentos expressam a situação das localidades do concelho em termos económicos e populacionais, permitindo entender a sua evolução. Sabemos, *e.g.*, que a aluvião de 1803 deixou a vila da Calheta muito arruinada, tendo sido arrasadas 30 casas, além do forte. No referido documento de 1817, Paulo Dias de Almeida faz-nos uma descrição do arquipélago e de

alguns aspetos em termos militares. A partir daqui, sabemos do estado da fortificação, bem como do estado dos caminhos e da dificuldade de comunicação entre as freguesias. Relativamente ao Arco da Calheta, apenas assinala como favorável o bom vinho, que se produzia em quantidade. Quanto ao Jardim e Paul do Mar, diz que são evidentes as dificuldades de circulação e de acercar por mar. Já relativamente à Ponta do Pargo, destaca as suas riquezas agrícolas.

Economia

O lugar da Calheta dominou uma importante área de canaviais, afirmando-se, desde o séc. XV, como o embarcadouro para o escoamento do açúcar. Daqui resultou a sua valorização em detrimento do alto – a Estrela –, onde João Gonçalves Zarco, o primeiro donatário, havia feito doações de terras importantes aos filhos, João Gonçalves da Câmara e D. Beatriz. Em 1502, o lugar foi elevado à categoria de vila, integrando, no seu perímetro, os mais importantes canaviais, pelo que, em termos administrativos, se cria uma comarca ligada às cobranças fiscais.



Fig. 8 – Ovelhas da Quinta Pedagógica dos Prazeres (arquivo particular, 2018).

A vila anicha-se na margem da ribeira, atuando como porta de entrada e de saída para a Ilha e para o mundo. Aí estava assente o poder municipal, como o posto alfandegário de controlo do escoamento do açúcar, daí a concentração dos engenhos nas margens das ribeiras. Em 1599, o madeirense Manuel Constantino refere que "é a Calheta a maior das vilas [deverá querer dizer todo o município] da Madeira, quer pelo grande número de cidadãos e de edifícios, quer pelos núcleos de população" (CONSTANTINO, 1930, 17).

A Calheta foi também terra de muita produção de cereal, situação que perdura no tempo, pois, na déc. de 40 do séc. XIX, a produção rondava 1186 moios de trigo e 211 dos outros cereais. Todavia, no Arco da Calheta, encontramos terras mais produtivas, nomeadamente a Casa de João França, com 120 arrobas de açúcar, 3 moios de trigo e 3 pipas de vinho.

Por seu turno, a atividade em torno da produção de gado assumia uma importância fundamental no concelho, dominado por uma importante área de pastos. Assinale-se o planalto do Paul da Serra, partilhado com os municípios de São Vicente, Ponta do Sol e Calheta, cujo usufruto deu azo a motins nas três vilas, em 1755. Ainda em 1884, os proprietários da Calheta referem que o trigo que os do Seixal semeavam no Fanal lhes pertencia.

As ovelhas adquirem, neste contexto, importância, graças à existência de pastos e à utilização da lã. Em 1858, o concelho tem lojas de distribuição e venda de tecidos, nomeadamente Mr. W. Hayward, na Ponta do Pargo, e Messrs Smith e W. Hayward, nos Prazeres. A par disso, destaca-se a produção de panos no concelho, com matéria-prima local. Para além da cultura do linho, que era importante, existe em 1863 o registo de 1958 ovelhas que davam a lã. O tecer do linho era muito importante no abastecimento de tecidos, como provam os diversos teares existentes em 1863, sendo 78 de linho no Estreito da Calheta, 36 na Calheta, 4 no Arco, 6 no Jardim do Mar, 19 nos Prazeres, 18 na Fajã da Ovelha e 4 no Paul do Mar.

A comarca açucareira e município da Calheta foi, no decurso dos sécs. XV e XVI, a que teve



Fig. 9 – Engenhos da Calheta, reformulação de c. 1940 e reabilitação de 2000 (fotografia de Bernardes Franco, 2010).

maior produção de açúcar, tendo sido também terra de gente importante e com grandes ligações a João Gonçalves Zarco, capitão do Funchal, bem como a gente próxima do mundo açucareiro, como Leonel Rodrigues, mestre de engenho na ilha de La Palma e natural da Madeira, onde havia adquirido este estatuto em 12 anos de trabalho na profissão. Em 1494, a maior safra situava-se nas partes do fundo, englobando as comarcas da Ribeira Brava, Ponta de Sol e Calheta, com 64 % da produção, enquanto o Funchal e Câmara de Lobos tinham apenas 16 %. Uma análise em separado das diversas comarcas mostra que a do Funchal domina a produção, com 33 %, seguindo-se a Calheta, com 27 %.

Terra de canaviais é, também, sinónimo de terra de engenhos, que aparecem nas proximidades das ribeiras, fundamentalmente junto à orla costeira. Na déc. de 80 do séc. XVI, a jurisdição da Calheta tinha, segundo Gaspar Frutuoso, 10 engenhos de açúcar. Destes, o autor faz referência detalhada aos seguintes: "[A] Um quarto de légua desta Lombada de Gonçalo Fernandes está outra, que se chama Arco, ou Lombada do Arco, que foi de João Fernandes, irmão de Gonçalo Fernandes, fazenda também muito grossa, que tem engenho, e muitas terras de canas, e grandes aposentos de casas e igreja e capelão. [...] Acima da Vila, pela terra dentro um quarto de légua, está o engenho dos Cabrais e, perto dele, está outro do Doutor da Calheta, físico, chamado mestre Gabriel. E logo perto de uma légua da Calheta está a fazenda de João Rodrigues Castelhano, que se chamou assim por falar castelhano, sendo ele genovês de nação, que é grossa fazenda de canas com seu engenho e capelão [...]. Da fazenda deste João Rodrigues Castelhano a uma légua está outro engenho de Diogo de França, que teve doze filhos, nobres e ricos, boa fazenda de canas e vinhas, e águas e frutas" (FRUTUOSO, 1979, 126).

Ao longo do tempo, persistiu, neste lugar, o ofício de quintador do açúcar – que, no Jardim e no Paul do Mar, pertenceu a Mr. Smith –, a provar a persistência da cultura. A cultura nunca desapareceu deste concelho, de tal modo que, a partir de meados do séc. XIX, as planícies que nos sécs. XV e XVI haviam sido locais onde medravam os canaviais voltaram a recebê-los com igual pujança. Com o retorno da cultura, na segunda metade do séc. XIX, a Calheta voltou a ser terra de canaviais. Assim, se em 1863 são referenciados apenas dois engenhos, entre 1902 e 1909 eram já sete, subindo para oito em 1912,

sendo de destacar que estes produziam igualmente aguardente. Sabemos, assim, que a cana-de-açúcar se divulgou em toda a vertente sul e que a Calheta foi uma das mais importantes áreas de produção nesse tempo, tendo preservado um importante nicho da sobrevivência da cultura sacarina na Ilha.

O litoral da vila ganha importância com os engenhos de água de Vicente Lopes (1894), que, em 1901, dão lugar a outros, a vapor, como o da firma Lopes & Duarte e, em 1908, o de António Rodrigues Brás, de que restaram vestígios nos jardins da vila. Este engenho, tendo surgido como fábrica de destilação de aguardente, firmou sociedade, algum tempo depois, com a Firma Lopes & Duarte. Deste engenho, apenas restou a parte da fornalha e da chaminé, integradas no jardim público da vila.



Fig. 10 – Portal da igreja matriz da Calheta, c. 1502 e reposição de 1609 (arquivo particular, 2000).

O Hotel Saccharum ergueu-se precisamente nas ruínas de um dos engenhos que surgiram no séc. XIX para sustentar uma nova fase da agricultura açucareira madeirense. Situa-se no litoral, numa das margens da ribeira da Serra de Água, tendo sido mandado construir em 1857 por Diogo de Ornelas Frazão, funcionando como fábrica de destilação de aguardente, com um moinho de três cilindros e dois alambiques. As despesas com a construção do edifício foram de 8000$000 réis, e a referida maquinaria do engenho de 6300$000.

O engenho que se manteve ativo na vila da Calheta é herdeiro daquele a vapor que surgiu em 1901. Nesse ano, o engenho já existente foi alvo de uma profunda remodelação, com a instalação de uma máquina a vapor para espremer a cana, que veio substituir a que existia, movida a água.

Relativamente à Calheta, deveremos ainda salientar os engenhos de Luís Agostinho Henriques, no Estreito da Calheta (1895), e de Francisco João Vasconcelos, no Jardim do Mar (1900). Ainda em 1901, surgiram novos engenhos de aguardente no Estreito da Calheta, um de D. Juliana Lopes Jardim e outro de Tibúrcio Justino Henriques & Ca. Finalmente, em 1905, destaca-se o engenho de José Gomes Henriques, no Paul do Mar. De acordo com o decreto de 1954, procedeu-se à concentração das diversas unidades industriais fora do Funchal, em três empresas distintas: Sociedade de Engenhos da Calheta Ltda., Companhia de Engenhos de Machico Ltda. e Companhia de Engenhos do Norte.

Património

O património resultante do açúcar não se confina aos engenhos. Outras manifestações patrimoniais perduraram no tempo, a começar pela igreja matriz, construída no séc. XV. Entra-se por um portal em ogiva e, perante nós, depara-se a única nave coberta de um teto de alfarge, que atinge inegável beleza na capela-mor, dominada

pelo sacrário em ébano, com incrustações de prata. A cruz processional do séc. XVI foi oferta do Rei D. Manuel. A pintura está representada através de dois painéis laterais de um tríptico, invocativos da Virgem da Anunciação e do Anjo, que passaram a estar disponíveis no Museu de Arte Sacra do Funchal.

Na vila, surgiu, no princípio de 1670, o oratório de S. Sebastião, fundado por Pedro de Bettencourt de Atouguia, que havia herdado o morgado da casa de seu pai, a 13 de abril de 1654. Em 1751, este oratório apresentava-se com sete frades e três irmãos leigos.

No Estreito da Calheta, na primitiva povoação, surgiram algumas capelas vinculadas, sendo de destacar a dos Reis Magos, construída em cerca de 1529 por Francisco Homem de Sousa. Nela, causa deslumbramento o retábulo da escola flamenga, em madeira de carvalho policromada e dourada, representando a Adoração dos Reis Magos.

No Loreto, destaca-se a célebre capela de N.ª Sr.ª do Loreto, local de romaria e grande devoção. A capela, que esteve integrada num solar, apresenta um alpendre sustentado por colunas de mármore branco de origem sevilhana. No interior, o teto é de alfarge.

Personalidades

Como já referido, a Calheta foi terra de gente importante que teve uma participação muito ativa no processo do descobrimento no Atlântico, na defesa das praças africanas de Marrocos, na conquista do Índico e descoberta do Pacífico. Estas atividades iam ao encontro do espírito da época e eram uma forma de granjear o reconhecimento social e de conseguir a gratidão da Coroa, através de novas doações ou títulos. Por força disto, organizava-se viagens de exploração e descobrimento de novas terras, sendo solicitadas junto da Coroa as terras que se descobrissem. Arriscava-se a vida e a fortuna na defesa das praças africanas, assim como na conquista de terras no Oriente. Foi disso exemplo António de Abreu, filho de João Fernandes de Andrade do Arco, que esteve nas campanhas de Afonso de Albuquerque na Índia.



Fig. 11 – Imagens e Memória do Concelho da Calheta, exposição na Casa das Mudas, Museu de Arte Contemporânea, 2019 (Comissão dos 600 Anos e Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira).

Outros naturais tiveram lugares de destaque, como Aleixo de Abreu do Arco, que foi médico da câmara de Filipe III de Portugal, Duarte Pestana de Brito, que foi armador-mor no tempo de D. João II e D. Manuel, e o P.e Crisóstomo de Mondragão, filho de João Rodrigues Mondragão da Biscaia, que se afirmou no Vaticano no tempo do Papa Paulo III.

Ainda na Calheta, outros se afirmaram pela sua atividade intelectual: António da Gama Pereira (1520-1595), doutor nas universidades de Bolonha e Salamanca, foi desembargador do Paço; António de Veloso Lira (1616-1691) formou-se em Teologia na Univ. de Salamanca, sendo bispo no Funchal e deixando vários escritos, de que salientamos *Espelho Lusitano*; António João de França Betencourt (1827-1882) foi professor de Teologia na Univ. de Coimbra, tendo publicado *Verdade Philosophica do Mystério da Encarnação*. Outro homem das letras apareceu na Ponta do Pargo: Manuel da Costa Dias

(1883-1930), major de administração militar que foi deputado e lente da Escola da Guerra. Publicou *Campanha contra Soult. As Subsistências no Exército Aliado Anglo-Luso* (1909) e *Recordações da Guerra* (1930). No Estreito, destacam-se João de França e Andrade e Manuel Gomes Uzel, que, viúvos, decidiram professar, chegando este último a cónego da Sé do Funchal.

Bibliog.: ARAGÃO, António, *A Madeira Vista por Estrangeiros*, Funchal, DRAC, 1981; *Arquivo Histórico da Madeira. Índice dos Registos de Casamentos do Concelho da Calheta (1540-1893)*, Funchal, DRAC, 2002; *Arquivo Histórico da Madeira. Série Índices dos Registos Paroquiais*, vols. 1-16, Funchal, Arquivo Regional da Madeira, 2000-2005; BRAZÃO, Maria Elisa de França, *Namoro, Noivado e Casamento, Lombo do Atouguia*, Calheta, Câmara Municipal da Calheta, 1991; *Id.*, "O município da Calheta no século XIX (1800-1834)", in *O Município no Mundo Português*, Funchal, CEHA, 1998, pp. 349-374; CARITA, Rui, *Paulo Dias de Almeida. Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros e a Sua Descrição da Ilha da Madeira de 1817/1827*, Funchal, DRAC, 1982; CASTRO, António Manuel de, e BRAZÃO, Maria Elisa de França, *Histórias com História*, Calheta, Câmara Municipal da Calheta/DRAC, 1992; CONSTANTINO, Manuel, *História da Ilha da Madeira*, Funchal, Tip. do Diário da Madeira, 1930; COSTA, Mário Jorge Martinho da *et al.*, "Alguns aspectos de demografia histórica através da exploração comparativa dos livros de registos paroquiais do Estreito da Calheta. 1894-1902", *Islenha*, n.º 49, jul.-dez. 2011, pp. 87-100; FERREIRA, Bernardo Gomes, "Jardins do Arco da Calheta (família de John dos Passos, escritor americano, do nosso século, de grande nomeada)", *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 40, 1969, p. 3; FRANÇA, João, *António e Isabel do Arco da Calheta. Romance*, Funchal, DRAC, 1985; FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Açoriano de Cultura, 1979; GOMES, José L. de Brito, "Reçençeamento dos foguos almas fregesias, e mais igrejas que tem a ilha da Madeira, tirado pellos rois das confições, assi em geeral como em particular", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. II, n.º 1, 1932, pp. 28-35; GONÇALVES, Ernesto Marçal Martins, "João Afonso do Estreito", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 111, n.os 17-18, 1954, pp. 4 e 44; MENDES, Duarte, *Matriz Toponímica da Fajã da Ovelha*, Calheta, ed. do Autor, 2010; NASCIMENTO, João Cabral do, *Os Pedreiros Livres na Inquisição e Corographia Insulana*, s.l., s.n., 1949; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; RIBEIRO, João Adriano, "O Calhau do Pesqueiro na Ponta do Pargo", *Margem* 2, n.º 4, set. 1996, pp. 31-37; *Id.*, *Calheta. Subsídios para a História da Freguesia*, s.l., Calcamar, 2006; SOUSA, J. J. Abreu de, "D. Isabel de Abreu e António Gonçalves da Câmara", *Islenha*, n.º 21, jul.-dez. 1997, pp. 59-62; TRINDADE, Cristina, *A Moral e o Pecado Público no Arquipélago da Madeira na Segunda Metade do Século XVIII*, Funchal, CEHA, 1999.

† ALBERTO VIEIRA

Calheta, 6.º conde da

↗ Sousa, Luís da Câmara de Vasconcelos e

Calheta, condes da

A família Câmara gozou de um certo prestígio na corte de Lisboa, nos meados do séc. XVI. Tinha-se ali fixado o terceiro filho do segundo capitão do Funchal, Pedro Gonçalves da Câmara, que casara com D. Joana de Eça, dama da Rainha D. Catarina, dando origem à Casa



Fig. 1 – Armas de D. Manuel de Noronha, 1557, claustro da Sé de Lamego (arquivo particular).

do Almotacé-Mor. Com o seu apoio, muito provavelmente, o sobrinho Manuel de Noronha (c. 1491-1569) partiu para Roma, onde terá sido ordenado, sendo depois portador do capelo de cardeal para o infante D. Afonso (1509-1540), enviado pelo Papa Leão X, em 1516, de acordo com os cronistas insulares (na verdade, segundo parece, tal terá acontecido somente em 1517). D. Manuel de Noronha foi bispo de Lamego em 1547, intitulando-se no final da vida "camareiro secreto" de Leão X e mandando esculpir a sua lápide sepulcral com as armas de arcebispo.

Os filhos de João Gonçalves da Câmara (II) (1489-1536), quarto capitão do Funchal, devem ter usufruído do apoio do tio bispo de Lamego, entrando para a Companhia de Jesus. O P.e Luís Gonçalves da Câmara (1518-1575) tornar-se-ia uma figura notável do seu tempo e, em Roma, foi escolhido pelo geral e futuro santo Inácio de Loyola para confidente, tendo-lhe ditado as suas memórias, assunto há muito solicitado pelos padres da Companhia, mas sempre adiado por aquele. Regressado

a Portugal, seria indicado para precetor do jovem D. Sebastião, pelo geral Diogo Laines, à Rainha D. Catarina, em carta de 4 de junho de 1559. Por sua indicação, o irmão mais novo, P.e Martim Gonçalves Câmara (c. 1539-1613), que fora o primeiro reitor da Univ. de Coimbra, seria depois escrivão de puridade do novo rei, função semelhante à de chefe de gabinete de governo na atualidade.

O quinto capitão do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara (II) (1512-1580), casou com D. Isabel de Mendonça (c. 1512-1561), dama da corte da Rainha D. Catarina e que tinha vindo com esta de Castela, num casamento de corte, a 4 de outubro de 1538, tendo sido acompanhado pelo infante D. Luís e pelo arcebispo de Lisboa, demonstrando a importância da família nessa cidade. O Cap. Simão (II) fixou-se definitivamente na corte em 1555, entregando o governo da capitania ao "meio-tio" Francisco Gonçalves da Câmara (c. 1510-c. 1586). Com o saque de corsários franceses ao Funchal, em 1566, que assustou as cortes de Lisboa e de Madrid, levando à intervenção de Filipe II junto do seu embaixador em França, para que os culpados fossem presos, a Madeira usufruiu de uma particular atenção por parte da Coroa, recebendo especialistas militares, regimentos e verbas para o levar a cabo.

O futuro quinto capitão do Funchal tinha já participado em várias expedições ao Norte de África, sendo mesmo aclamado capitão de Santa Cruz de Cabo de Guer, hoje Agadir, em maio de 1533. Tendo acompanhado o Rei D. Sebastião na sua primeira jornada a África, em 1575, seria agraciado com o título de conde da Calheta, algo por que os seus irmãos jesuítas se teriam já batido junto do Rei. Aliás, este, ao regressar de Marrocos e perante o falecimento do seu precetor, o P.e Luís Gonçalves da Câmara, chorou-o sentidamente, como não havia feito pela avó D. Catarina.

A atribuição do título de conde da Calheta, a 20 de agosto de 1576, e não o de conde do Funchal, indica já uma centralização régia por parte da Coroa portuguesa e, inclusivamente, a independência da câmara da cidade do Funchal em relação à futura casa dos condes da Calheta. O conde Simão Gonçalves da Câmara passará a intitular-se como "do Conselho de El-Rei Nosso Senhor, Capitão e Governador da Justiça na ilha da Madeira e na jurisdição do Funchal, vedor da sua fazenda em toda a ilha e na do Porto Santo, Senhor das lhas Desertas, etc." (NORONHA, 1948, 113), vindo os seus sucessores a incluir também o título de alcaide-mor da fortaleza do Funchal, que em 1576 estaria ainda em reformulação.

O 1.º conde da Calheta só pontualmente voltou à Madeira, fazendo-o, em princípio, por causa das alterações levadas a cabo pelos padres da Companhia na aquisição dos terrenos para o futuro colégio, vindo a falecer no Funchal. Os seus descendentes, como nobres da corte, não voltariam à Madeira. Alguns anos depois, em 1607, a situação conheceu uma tentativa de alteração, provavelmente



Fig. 2 – Armas dos condes da Calheta e marqueses de Castelo Melhor, pátio do palácio da Rosa, Pereira Cão, 1904-1906 (arquivo particular).

procurando-se explorar algum vazio de poder, tendo a Câmara do Funchal, face à conjuntura económica então vivida, pedido o regresso à Ilha do Cap. Simão Gonçalves da Câmara (III) (1565-c. 1630), 3.º conde da Calheta. O Conselho de Portugal ainda se pronunciou favoravelmente, mas advertiu que o conde não deveria tornar ao Funchal enquanto aí estivessem as tropas castelhanas do presídio de S. Lourenço, opinião que foi secundada pelo vice-rei de Portugal, D. Pedro de Castilho, bispo de Leiria, que antes fora bispo de Angra. O assunto voltaria a ser abordado em 1630, mas os condes da Calheta não voltariam à Madeira e, poucas décadas depois, o título passava à Casa dos condes e depois marqueses de Castelo Melhor.

O 1.º conde da Calheta faleceu no Funchal, a 4 de março de 1580, e o filho faleceu em Almeirim, em julho do mesmo ano, deixando um herdeiro de poucos anos de idade, Simão Gonçalves da Câmara (IV) (1565-c. 1630), 3.º conde da Calheta, que, segundo consta, nunca usou o título. Este veio a contrair matrimónio com D. Maria de Vasconcelos e Meneses, filha do 1.º conde de Castelo Melhor, e o seu herdeiro, João Gonçalves da Câmara (V) (1590-1656), usou o título de 4.º conde da Calheta. Depois de a sua primeira mulher ter falecido de parto, o 4.º conde da Calheta voltou a casar e teve uma filha, D. Mariana de Lencastre Vasconcelos e Câmara (c. 1610-1698). Esta, por sua vez, casou com o primo João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa (1593-1658), 2.º conde de Castelo Melhor, e usou o título de condessa da Calheta e de Castelo Melhor, e, depois de viúva, como camareira-mor da Rainha D. Sofia, usou ainda o título de marquesa de Castelo Melhor, tendo sido uma mulher de grande prestígio, que não recusou assumir pessoalmente a defesa da praça de Monção durante as campanhas da Aclamação.

Ao longo dos sécs. XVII e XVIII, a condessa e marquesa de Castelo Melhor manteve os proventos e as prorrogativas que herdara na capitania do Funchal, pelo que teve de se bater em tribunal com a sua irmã, D. Inês de Noronha, marquesa de Nisa por casamento com D. Vasco Luís da Gama, e depois com outros primos. A condessa nomeava o ouvidor, tinha o exclusivo da venda de sal, o padroado do Convento de S.ta Clara e da mercearia de S.ta Catarina, etc., proveitos que passaram aos seus descendentes até à extinção das capitanias, em 1766.

Em meados do séc. XVII, os condes da Calheta tinham levantado um importante palácio na encosta de Belém, em Lisboa, com uma impressionante arcaria, que se manteve nos séculos posteriores, debruçada sobre um espelho de água.



Fig. 3 – Antigo palácio dos condes da Calheta, c. 1650, onde posteriormente se instalaram serviços do Instituto de Investigação Científica Tropical (arquivo particular).

Mais tarde, este palácio veio a ser sucessivamente ocupado por serviços do Estado: nele decorreram os interrogatórios do processo Távora, em 1758, e foram depois instalados os arquivos militares; desde 1906, os serviços do Jardim Museu Agrícola Tropical, sucessor do Museu Agrícola Colonial, e, posteriormente, o Centro de Documentação e Informação do Instituto de Investigação Científica Tropical.

Bibliog.: manuscrita: AGS, Secretarias Provinciales, liv. 1476; ANTT, Corpo Cronológico, pt. I, 103-94; **impressa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. II, Funchal, Secretaria Regional de Educação, 1991; *Id.*, *História da Madeira*, 2.ª ed. rev. e atualizada, vol. I, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1999; CENIVAL, Pierre de (trad. e anot.), *Chronique de Santa-Cruz du Cap de Gué (Agadir)*, Paris, Paul Geuthner, 1934; FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968; NORONHA, Henrique Henriques, *Nobiliário Genealógico das Famílias Que Passarão a Viver a Esta Ilha da Madeira depois do Seu Descobrimento, Que Foi no Ano de 1420*, São Paulo, Revista Genealógica Brasileira, 1948; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; VERÍSSIMO, Nelson, "A capitoa-donatária", *Islenha*, n.º 3, jul.-dez. 1988, pp. 74-90; *Id.*, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 2000.

RUI CARITA

Califórnia

É certo que foi um português, João Rodrigues Cabrilho, a primeira pessoa a desembarcar na baía de San Diego, em 1542, ao serviço dos reis de Espanha. Mais tarde, já em 1769, surgiu o primeiro assentamento, mas foi a partir de 1848, com a descoberta do ouro, que propriamente se iniciou o povoamento do território e que a Califórnia começou a ganhar importância como destino de emigração europeia. A corrida ao ouro naquela região aconteceu a partir de 24 de janeiro de 1848, quando este foi encontrado, pela primeira vez, em Sutter's Mill.

A presença de madeirenses nesta região não resulta de uma ligação direta à Madeira, o que só sucedeu muito mais tarde. As primeiras abordagens acontecem de forma indireta, através doutras regiões norte-americanas da costa leste ou do Havai. Desta forma, no primeiro momento, serão madeirenses já assentes no continente americano que fazem a travessia de costa a costa, e só depois chegam aqueles que são atraídos pelos efeitos da notícia e que levam à loucura da busca pelo ouro californiano. Esta notícia espalhou-se rapidamente na Europa e chegou também à Madeira. E parece que todos seguiram, de forma cega, o apelo, como o testemunha um poeta madeirense: "Sim, apronta o teu baú,/E, sem perda de um momento,/Lá da bela Califórnia/Vai primeiro ao Sacramento" (TEIXEIRA, 1848, II, 202).

Um dos primeiros madeirenses a serem atraídos por esta corrida ao ouro é John Pereira, que percorreu mais de 25.000 km desde Nova Orleães até Jamestown, onde criou um império à custa das primeiras pepitas de ouro que conseguiu, em 1849. Nesse mesmo ano, a notícia do ouro californiano chegava à Madeira e os jornais madeirenses faziam eco da descoberta, motivando a partida de muitos madeirenses para tão longínquo destino. Todavia, a maior valorização deste espaço aconteceu a partir da déc. de 30 do séc. XX, com emigrantes da costa leste, nomeadamente de New Bedford, apanhados pelos efeitos nefastos da depressão norte-americana. Foi o que sucedeu, *e.g.*, a Pedro Prudêncio da Costa. Já a partir do Havai, uma diversidade de madeirenses tentou a sorte na costa californiana, como foi o caso de Manuel e Francisco dos Ramos, da Serra de Água, que haviam saído em 1885 com destino ao Havai.



Fig. 1 – *Homenagem ao Pescador do Paul do Mar*, ateliê de António Mendanha, 2004 (fotografia de José Lemos Silva, 2010).

A pesca e a indústria atraíram muitos destes madeirenses a New Bedford ainda no princípio do séc. XIX, e daí foram partindo para outros destinos considerados mais promissores. De entre esta mobilidade interna dos madeirenses nos Estados Unidos, podemos assinalar uma diversidade de situações, de que também podemos dar alguns exemplos. Em 1890, José Abreu Silva parte de Nova Iorque rumo à Califórnia. Já António Vieira de Freitas Jr. morre aos 81 anos, a 13 de maio de 1972, na Califórnia, depois de passar muito tempo em New Bedford, onde havia chegado em 1914.

Neste contexto, é ainda de referir os pescadores do Paul do Mar, que formaram um grupo significativo de emigrantes nos Estados Unidos. Muitos foram atraídos pela atividade do mar, primeiro na costa leste e depois na costa oeste. "São de lá os emigrantes, pescadores de grande nomeada, que se fixam na América do Norte, sobretudo na Califórnia, e que formam uma comunidade muito abastada" (COUTINHO, 1962, 214). Eduardo Pereira atribui mesmo o declínio do núcleo piscatório do Paul do Mar à emigração dos seus pescadores: "[a] população deste já reduzido núcleo piscatório decresce devido à emigração dos seus mais válidos, corajosos e ativos pauleiros que debandam fascinadoramente para terras estranhas como Estado da Califórnia, Panamá e África do Sul, onde enriquecem. Os velhos e os novos é que se dedicam às campanhas do atum" (PEREIRA, 1989, II, 125).



Fig. 2 – Vitrina da Madeira no The Portuguese Historical Museum de São José da Califórnia (arquivo particular, 2015).

No séc. XIX, surgem, na imprensa madeirense, referências às diligências efetuadas no sentido de providenciar o transporte de comboio para aquele destino. Assim, no *Diário de Notícias* de 13 de janeiro de 1886, encontramos um anúncio de viagem de embarcações de Cardiff para São Francisco, na Califórnia, mas, entre 1903 e 1916, encontramos anúncios de barcos para a costa leste americana, possibilitando-se o destino californiano por via terrestre. Todavia, nestes primeiros anos do séc. XX, é reduzido o número de madeirenses que embarcam nesta aventura. De acordo com o registo de passaportes para o período de 1875 a 1915, sabemos que só entre 1902 e 1913 foram feitos pedidos para viagens com destino à Califórnia. Estão registados 13 casos, sendo 4 do Funchal, 3 dos Canhas e 1 de cada uma das seguintes localidades fora do Funchal: Arco da Calheta, Estreito da Calheta, Machico, Ribeira Brava, Santa Cruz, Faial e Prazeres.

Por outro lado, a atestar a importância que os madeirenses começam a ter nesta área, temos o enraizar de tradições de origem madeirense, que se assume como fator de coesão social e da sua valorização como comunidade. Em 1913, um grupo de madeirenses radicados em Oakland, na Califórnia, funda a Associação Madeirense do Estado da Califórnia. Além do mais, em 1918 e 1926, estes mesmos madeirenses criam uma comissão para reunir dinheiro para distribuir aos pobres na ilha da Madeira. Em 1918, reuniram 420 escudos, que enviaram para o Funchal.

Parece que esta comunidade madeirense de Oakland adquiriu desusada importância nos primeiros anos do séc. XX. Não há muita informação sobre a forma como esta emigração aconteceu, mas a imprensa madeirense atesta, de forma clara, a pujança desta comunidade. E parece existir uma ligação muito direta ao Funchal, pois vimos muitas vezes, na imprensa funchalense, notícias sobre ela. Um exemplo disso é o caso de Maria de Jesus Rebelo,

irmã de Joaquim Franco, de Machico, que em 1916 apresenta justificação junto ao Tribunal da Ponta do Sol para a herança dos bens do irmão, que falecera em Oakland. Em 1918, a imprensa refere aspetos da vida social desta comunidade, como foi o caso dos casamentos de Jaime Menezes, do Porto Santo, com Bela Drumond e de Nicolau Tolentino, de São Gonçalo, com Rose Correia, descendente de madeirenses de Honolulu.

Também o monumento à paz que se ergueu em 1927 no Terreiro da Luta, por iniciativa do P.e José Marques Jardim, teve um valioso contributo financeiro destes emigrantes na Califórnia. E, em 1946, foi nesta comunidade que surgiu a iniciativa de reunir o dinheiro necessário para a compra de uma ambulância para o serviço da Cruz Vermelha no Funchal.

A comunidade madeirense na Califórnia apresenta, em diversos momentos, um grande dinamismo, não só por esta constante lembrança e apoio aos que ficaram na Ilha, como pela ação de madeirenses de nome destacado na arte do espetáculo, como foram os casos de Max e de Nuno Lomelino Silva. O primeiro esteve em Oakland em 1957 e 1958, enquanto do segundo temos notícia de um espetáculo em 1957. A comunidade dispunha também, por iniciativa do madeirense Armando Santos, de um posto emissor de rádio.

O facto de, a partir de 1919, o P.e António de Sousa, também ele madeirense, assumir a coordenação da paróquia de Eask Oakland contribuiu ainda mais para essa coesão social da comunidade. Por fim, não podemos esquecer o facto de João da Silva Pita, natural de São Gonçalo, ter sido eleito, em 1918, deputado às Cortes de Washington.

A tradição refere a importância das Festas de S.to Amaro para os emigrantes madeirenses na cidade de San Diego. Estas festividades, ligadas à evocação de S.to Amaro, relacionam-se com a freguesia de Santa Cruz e foram iniciadas em 1943 por Manuel da Mata Fernandes, natural da referida freguesia, e Manuel Gonçalves, do Paul do Mar. Estes são dois locais que muito terão contribuído para a emigração madeirense para a Califórnia nesta primeira fase.



Fig. 3 – The Portuguese Historical Museum, 1997, São José da Califórnia (arquivo particular, 2018).

Os madeirenses de Oakland ficaram conhecidos pela jardinagem e floricultura, transpondo para esta região um pouco da realidade dos jardins floridos da Ilha. Por outro lado, no campo da botânica, temos indicações que conduzem a uma aproximação entre a Madeira e a região geográfica da Califórnia. Assim, registam-se algumas espécies botânicas daí oriundas: palmeira-de-leque-da-califórnia (*Washingtonia filifera*), papoila-da-califórnia (*Eschscholzia californica*) e cipreste-da-califórnia, ou cipreste-de-monterey (*Cupressus macrocarpa*). Contudo, não sabemos se a sua rota de chegada à Madeira aconteceu de forma direta ou se terão passado por outros destinos antes de serem plantadas na Ilha.



Fig. 4 – R. Cidade de Oakland, Funchal (arquivo particular, 2020).

O The Portuguese Historical Museum de São José, na Califórnia, é um repositório e testemunho desta diáspora portuguesa para a costa californiana e faz referência a muitos insulares e madeirenses que emigraram para os Estados Unidos da América.

Além disso, a primeira geminação da cidade do Funchal foi com a de Oakland, no início na déc. de 1970. Foi na sequência desse protocolo que surgiram, no Funchal, as seguintes designações toponímicas: Trav. de Oakland, R. Cidade de Oakland e impasse 1 da R. da Cidade de Oakland.

Bibliog.: ABREU, José Manuel de, *George Day Welsh nas Relações entre a Madeira e os Estados Unidos da América (Primeira Metade do Século XIX)*, Dissertação de Mestrado em Cultura e Literatura Anglo-Americanas apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2004; ARQUIVO HISTÓRICO DA MADEIRA, *Índices dos Passaportes. 1901-1915*, Funchal, DRAC/Arquivo Regional da Madeira, 2005; CALDEIRA, Susana Catarina de Oliveira e Castro, *Da Madeira para o Hawaii. A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, Funchal, CEHA, 2010; COUTINHO, Fernando António de Sousa, *Cruzeiro Atlântico*, Lisboa, s.n., 1962; *Estatutos do Conselho Supremo da Associação Protectora União Madeirense do Estado da Califórnia, Organizada a 11 de Março de 1913, Incorporada a 16 de Março de 1914*, Oakland, Hayward Review Press, 1925; FONTES, Manuel da Costa (ed.), *Romanceiro Português do Canadá*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979; *Id.*, *Romanceiro Português dos Estados Unidos*, 2 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra, 1980-1983; *Id.*, e FONTES, Maria-João Câmara, "Sete novos romances da ilha da Madeira", *Elo*, n.os 13-14, 2007-2008, pp. 117-138; MAGALHÃES, José Calvet de, *História das Relações Diplomáticas de Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*, Mem Martins, Europa-América, 1991; MENDONÇA, Duarte, *Da Madeira a New Bedford. Um Capítulo Ignorado da Emigração Portuguesa nos Estados Unidos da América*, Funchal, DRAC, 2007; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 2 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989; SILBERT, Albert, *Uma Encruzilhada do Atlântico. Madeira (1640-1820)*, Funchal, CEHA, 1997; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Augusto de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; SOARES, João de Nóbrega, *Um Ano na América*, Funchal, Typ. da Gazeta da Madeira, 1868; TEIXEIRA, J. A. Monteiro, *Obras Poéticas*, Funchal, Tip. de L. Vianna Junior, 1848-1849; VASCONCELOS, Joaquim do Espírito Santo Mota de, *Epopeia do Emigrante Insular. Subsídios para a Sua História, Movimento para a Sua Consagração*, Lisboa, ed. do Autor, 1959; VIEIRA, Alberto, "A emigração madeirense na segunda metade do século XIX", in PEREIRA, Miriam Halpern *et al.* (coords.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993; *Id.*, "O vinho Madeira. Valorização e importância económico social através dos testemunhos da literatura e arte", *Douro. Estudos e Documentos*, vol. VII, n.º 13, 2002, pp. 155-172; *Id.*, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA, 2003; WARRIN, Donald, "Um madeirense no Eldorado. John Pereira de Jamestown, Califórnia", in *Imigração e Emigração nas Ilhas*, Funchal, CEHA, 2003, pp. 201-214.

† Alberto Vieira

Cal, indústria da

O desenvolvimento da indústria da cal no arquipélago da Madeira está naturalmente dependente da disponibilidade de calcário e de combustível, dado que a calcinação do carbonato de cálcio em fornos implica grande dispêndio de lenha e/ou carvão mineral. A matéria-prima existe no ilhéu de Baixo, ou ilhéu da Cal, no



Fig. 1 – Forno do Barrinho durante a cozedura (fotografia de Dinis Gouveia Pacheco, 2011).

Porto Santo e no Cascalho, em São Vicente. A proteção do coberto florestal do arquipélago, os direitos dos donatários, a divulgação do cimento Portland e o desenvolvimento da indústria química condicionaram a indústria da cal, culminando no seu desaparecimento nas últimas décadas do séc. XX. A importação de pedra de cal remonta ao séc. XV. Na resposta ao pedido de isenção de dízima sobre este produto, em 1461, D. Fernando alegava tratar-se de uma prerrogativa régia sobre um bem pouco utilizado. A importação da cal volta a ser mencionada numa determinação de 1470 relativa à cobertura das casas da rua dos Mercadores. Face ao surto construtivo das últimas décadas do séc. XV, D. Manuel isentou, em 1485, a dízima sobre a pedra durante três anos; em 1500, já coroado rei, estendeu esta regalia à cal fabricada na Madeira para as obras da igreja da Sé. Porém, em 1519, este monarca proibiu a importação de pedra de cal e dos fornos para a cozer, com o intuito de reservar a lenha para o fabrico de açúcar. Esta proibição pareceu vigorar durante todo o séc. XVI, como se depreende da provisão régia de 7 de junho de 1600.

A produção e a comercialização de cal também se encontram sob a alçada municipal. Já no séc. XV a edilidade funchalense publicava uma postura para punir a venda de cal sem fiscalização do almotacé. Por pregão de 1518, a Câmara do Funchal punia a importação de calcário com multa de 20 cruzados. Além disso, regulamentava o preço da cal e registava os seus rendimentos em livro próprio: *e.g.*, Pedro Alvarez comercializou 18 moios de cal em 1531, no montante de 10$600 réis, e Gonsalo Annes prestou contas de 23 moios e 5 alqueires de cal em 1598, cujo rendimento ascendeu a 11$680 réis.

A realização de obras de fortificação no séc. XVII parece ter sido indissociável da exploração de pedreiras calcárias no ilhéu de Baixo. Nesta centúria, surgem referências à laboração de fornos de cal, designadamente em Machico e Porto da Cruz. Em 1794, remodelou-se um forno em Porto da Cruz, para que passasse a funcionar a carvão de pedra, um combustível alternativo que parece ter impulsionado a



Fig. 2 – Trabalhadores no forno do Barrinho (fotografia de Dinis Gouveia Pacheco, 2011).

produção de cal. Adriano Ribeiro sinaliza 49 fornos de cal no arquipélago, a maior parte dos quais em laboração nos sécs. XIX e XX; todavia, nesse conjunto não figuram, *e.g.*, um forno do séc. XV, usado por Vasco Fernandes, no Funchal, ou os fornos do séc. XX de António Maria de Freitas e da Sociedade Industrial de Cal (SICAL), em São Vicente.

No séc. XVIII, extraiu-se do ilhéu de Baixo pedra para cal e cantaria, para utilização na ilha da Madeira, sendo que os rendimentos desta extração pertenciam ao sargento-mor do Porto Santo. Todavia, em 1769, após o seu óbito, apresentou-se uma proposta no sentido de atribuir aquela receita – que ascendia a 92$700 réis de média anual desde 1764 – à Câmara Municipal do Porto Santo. Por fim, por carta de lei de 13 de outubro de 1770, D. José I extinguiu a donataria e procurou solucionar a crise frumentária do Porto Santo com a reserva dos ilhéus para pasto comum, pelo espaço de uma década.

O governador e capitão-general da ilha da Madeira, D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, numa informação de 1794 (relativa a um requerimento para construir um forno de cal no



Fig. 3 – Ilhéu de Baixo, ou ilhéu da Cal, Porto Santo (fotografia de Ricardo Caldeira, 2004).

Funchal), relembrou a provisão régia de 30 de julho de 1519. A este propósito, D. Diogo destacou os problemas do abastecimento de madeira, da indisponibilidade de água para a agricultura e dos perigos da erosão. Assim, proibiu o uso de madeira nos fornos de cal, designadamente em quatro fornos do Funchal, permitindo no entanto a utilização de carvão de pedra em fornos licenciados e situados em locais ermos, devido ao calor e fumo libertados, nomeadamente em dois fornos de Tomé José Pereira, localizados à beira-mar.

Uma exposição anónima aos deputados da Nação, presumivelmente do início do séc. XIX,



Fig. 4 – Forno de cal junto de São Lázaro, Funchal, c. 1890 (ABM, Photographia Vicente).

contestava a ocupação do ilhéu de Baixo por diversos indivíduos da Madeira para dele extraírem pedra calcária. Não obstante reconhecer que "em tempos mais remotos se fabricava n'esta Ilha a cal que se consumia na Província pela falta de pedra calcária nos outros Concelhos", o texto lembrava que, em 1770, D. José reservara aquele e outros ilhéus para criação de gado, mas "há alguns anos perderam aquele pasto por que lhos matavam, e comiam os que abusivamente ali se haviam introduzido" (ABM, Câmara Municipal de Porto Santo, cx. 2507, capilha 1, doc. 3).

As diretrizes económicas dos governos da monarquia constitucional corresponderam a uma abordagem de sentido liberalizador no que respeita às pedreiras. A maior abertura à iniciativa privada pretendia dinamizar a exploração mineira e reduzir a intervenção do Estado, a qual passa a restringir-se quase exclusivamente a questões de natureza fiscal, de lavra e de arbitragem de conflitos. Nesta ordem de ideias, o proprietário do solo tinha liberdade para explorar ele próprio as pedreiras ou para ceder a sua exploração a terceiros, bastando para o efeito comunicar a sua intenção ao administrador do concelho ou ao governador civil.

D. Maria II, por carta de lei de 29 de março de 1836, autorizou as câmaras municipais dos arquipélagos dos Açores e da Madeira a proceder ao lançamento de taxas para acorrerem às suas despesas. Contudo, a medida teve carácter excecional e vigorou apenas um ano. Assim, a 7 de novembro de 1836, a Câmara Municipal do Porto Santo conseguiu a aprovação do imposto de 1$000, 800 ou 500 réis a aplicar aos carregadores da pedra de cal do Ilhéu, consoante a tonelagem da embarcação. Este imposto acabou por tornar-se definitivo com a carta de lei de 4 de junho de 1859, através da qual D. Pedro V determinou a cobrança de 300 réis por tonelada de pedra calcária extraída em Porto Santo ou nos ilhéus confinantes, quando transportada para a Madeira. Os montantes arrecadados na Alfândega do Funchal constituíam parte da receita mensal da Câmara Municipal do Porto Santo.

A exploração de pedreiras no ilhéu de Baixo deu origem a um contencioso fiscal, pois a junta de repartidores que elaborou a matriz predial do Porto Santo, nos anos de 1863-1864, exigiu um pagamento a D. Isabel de Ornelas e outros industriais da cal, por decreto de 15 de dezembro de 1869. Não obstante, a Câmara Municipal do Porto Santo registou 84 requerimentos para a exploração de pedreiras no período de 1896 a 1916, os quais são solicitados por 13 indivíduos ou sociedades, com particular destaque para a firma Blandy Brothers & Companhia. O número de registos é claramente superior em 1896 (25 % do total), seguido de 1902 (15 %) e 1911 (13 %); registando-se 43 % do período sem quaisquer ocorrências. A título de exemplo, um contrato celebrado por 82 interessados, incluindo sociedades comerciais, reuniu, em 1907, um conto de réis para a pesquisa de minas na Madeira e no Porto Santo.

A cartelização dos industriais da cal ocorre nos primeiros anos do séc. XX. Em 1903, os detentores ou arrendatários de fornos de cal no Funchal – Blandy Brothers & Companhia, António Joaquim de Freitas, Andrade & Marques, e João Frederico Rego – acordam o frete do caixão de pedra de cal do Porto Santo, o sistema de medida, o valor do moio ou alqueire de cal virgem, o tipo de sacas para entregas dentro ou fora da cidade, o preço dos carretos e a clientela de cada fornecedor. Esta associação entre detentores ou arrendatários de fornos de cal parece justificar o decréscimo no registo de pedreiras, sem esquecer as limitações da própria geografia insular, a menor disponibilidade de afloramentos calcários e o deflagrar da Primeira Guerra Mundial, com as subsequentes dificuldades de abastecimento de carvão de pedra para laboração dos fornos de cal.

A repartição de lucros e prejuízos do cartel respeitava o número de fornos e a média de vendas nos 18 meses anteriores. Assim, 35 % dos proveitos pertenciam à firma Blandy Brothers & Companhia, 23 % a António Joaquim de Freitas, 21 % à firma Andrade & Marques e 21 % a João Frederico Rego. Caso decidissem estabelecer depósitos de venda em qualquer ponto da Ilha, o abastecimento e os lucros respeitavam as referidas percentagens. A venda, o arrendamento e a sublocação de fornos de cal careciam do consentimento dos restantes contratantes, ficando os novos industriais obrigados a respeitar este acordo.



Fig. 5 – Forno de cal de Câmara de Lobos, reconstrução de 1875 (fotografia de José Lemos Silva, 2010).

O cartel da cal manteve a sua composição na renovação do contrato em 1904, embora com um aditamento e precisando as condições de exploração das pedreiras no ilhéu de Baixo. Assim, a transferência da exploração de um forno de cal implicaria que o novo industrial fosse do agrado dos demais e que respeitasse as cláusulas contratualizadas. A fim de evitar conflitos nas pedreiras, os capatazes percorriam-nas semanalmente e comunicavam quaisquer irregularidades.

Em 1910, Manuel Gomes da Silva e Anacleto Joaquim Telo constituíram a Sociedade das Quebradas, em ordem à exploração de três pedreiras no ilhéu da Cal e do forno no larguinho de São João, no Funchal. Contudo, decorridos cerca de dois anos, Anacleto Joaquim Telo

vendeu a sua quota a Blandy Brothers & Companhia, William Hinton & Sons, Andrade & Filhos, Pereira & Farinha, e António Joaquim de Freitas, os quais já possuíam a outra metade.

A cartelização da indústria da cal resistiu ao passar dos anos, o que justificou a formação, em 1913, de uma sociedade para a importação de cal de fabrico nacional ou estrangeiro.

A criação de fornos de cal no Campo de Baixo, em Porto Santo, e as limitações impostas à sua laboração em espaço urbano alteraram a taxação sobre esta matéria-prima. Além do imposto sobre a pedra de cal, criado no séc. XIX, o decreto de 25 de agosto de 1919 impôs uma taxa de $00(3) por litro de cal importada. A Alfândega do Funchal procedeu à cobrança deste novo imposto, cuja receita se destinou, em parte, à edilidade porto-santense.



Fig. 6 – Forno de cal da praia do Porto Santo, c. 1920, Hotel Torre Praia (arquivo particular, 2016).

Todavia, face à enorme desvalorização monetária do pós-guerra, o dec. n.º 13.787, de 16 de junho de 1927, atualizou para 15$00 o imposto da tonelada de cal e para 3$50 o da pedra calcária, cuja cobrança passou a ser da responsabilidade da Câmara Municipal do Porto Santo, com reserva de 2 % para o Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal. Estas taxas foram atualizadas pelo dec.-lei n.º 42.925, de 16 de abril de 1960, passando a ser de 25$00 por tonelada para a cal e de 6$00 para a tonelada de pedra calcária, a que acrescia uma taxa intermédia sobre o carbonato de cálcio, no valor de 7$00 por tonelada.

Merece especial destaque a criação da Empresa de Exploração de Cal do Porto Santo, em 1920. Esta sociedade, com sede no Funchal, detinha um forno de cal na serra de Fora, na ilha do Porto Santo, e uma pedreira no ilhéu de Baixo. Em 1921, surgiu a Empresa dos Cimentos do Porto Santo, a qual agregava 37 quotas e dois requerimentos de patente para "novo cimento artificial" e "calcário artificial para o fabrico de cal" (ABM, Registos Notariais, n.º 1499, fls. 36-42v.). Poucos meses antes da publicação do dec. n.º 13.787, a direção assinou um contrato de arrendamento da fábrica da Fontinha com Ralph Henry Dickson e Herman Koenig, válido por 10 anos.

O transporte de calcário do ilhéu de Baixo e o de cal da ilha do Porto Santo estão documentados entre 1928 e 1974 (ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, n.ºs 246-251, 2028-2031, 2193). Após a Segunda Guerra Mundial, verificou-se uma quebra acentuada tanto no número de industriais envolvidos no negócio do calcário como na tonelagem de calcário transportado para a Madeira, por oposição ao negócio da cal, cujo auge ocorreu no início da déc. de 1960, coincidindo com a atualização da taxação sobre estes bens. Apesar de se ter tornado esparsa, encontramos referências à exportação de cal do Porto Santo para a Madeira até meados da década seguinte. Em ciclo oposto, a tonelagem de carbonato de cálcio duplicou nas décadas de 60 e 70 do séc. XX.

A exploração do afloramento de sedimentos marinhos carbonatados de baixa profundidade

existente na margem norte da ribeira de São Vicente remonta, pelo menos, ao séc. XVII. O forno mais antigo localizar-se-ia na proximidade da igreja matriz; há, ainda, referência ao forno do Moisés, nos arredores da vila (RIBEIRO, 1990, 9). No séc. XX, há notícia dos fornos de cal de João Andrade, Barrinho, Queimadinha e Sociedade Industrial de Cal.

Em testamento de 1680, o P.e Francisco Pestana doava a pedreira à confraria do Santíssimo Sacramento, com a intenção de ajudar as obras da igreja matriz da freguesia. No final do séc. XIX, a pedreira "apenas é explorada à crusta de onde se extrai cal para consumo da freguesia" (*Inquérito…*, 1888, 78). Todavia, havia quem aventasse que a construção de uma estrada daria tal impulso a esta indústria, que poderia vir a abastecer-se toda a costa norte da Madeira e a fornecer pedra de cal a outras localidades. A importação de cal de outros pontos da Ilha para as obras municipais de São Vicente parece terminar no dealbar do séc. XX, pois encontra-se uma primeira alusão à existência de minas em 1903. Este ano coincidiu com o requerimento de João Pedro de Faria para o estabelecimento de um forno de cal no sítio do Barrinho, cuja propriedade passou, em 1915, para Gregório Januário de Oliveira, João Januário de Oliveira, Manuel Nunes de Freitas, João Nunes de Freitas e Manuel José de Castro Júnior.

Em 1943, António Maria de Freitas requereu licença para a construção de um armazém térreo coberto de telha e de um forno para cozer pedra de cal no sítio da Queimadinha, nos Lameiros, com a área de 10 m x 4 m. Decorridos cerca de três anos, Serafim de Andrade forneceu cal e cal virgem para as obras municipais, tendo solicitado licença para realizar melhoramentos no seu estabelecimento industrial, no sítio do Cascalho. Existem registos de apenas duas pedreiras: uma de João Romão de Freitas e Gregório Januário de Oliveira, de 1945, e outra de Eduardo Mendes e João de Andrade, de 1959.

Em meados da déc. de 1960, o Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências da Univ. de Lisboa analisou o carbonato de cálcio dos Lameiros, tendo-o considerado de grande qualidade e uma mais-valia para a economia local. Na sequência destes resultados, a indústria da cal renasceu em São Vicente, com a criação da firma SICAL. No âmbito do novo impulso dado à indústria da cal, em 1968 foram construídos dois armazéns na Qt. do Calhau. Todavia, em 1974 invoca-se o encerramento da fábrica para desistir do abastecimento de água àquele prédio urbano (os referidos armazéns).



Fig. 7 – Interior do forno de cal da praia do Porto Santo, c. 1920, Hotel Torre Praia (arquivo particular, 2016).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal de São Vicente, n.os 13, 28, 30, 33, 173, 608; *Ibid.*, Câmara Municipal do Porto Santo, n.os 120, 246-253, 2028-2031, 2193; *Ibid.*, cx. 2507, capilha 1, doc. 3, *Exposição Anónima de Habitantes da Madeira aos Deputados da Nação acerca da Posse e Administração do Ilhéu de Baixo*, primeira metade do séc. XIX; *Ibid.*, Governo Civil do Funchal, n.os 80, 519; *Ibid.*, Registos Notariais, n.os 1499, 2454, 2467, 2976, 3046, 3072, 3174, 3299, 6250; **impressa:** ARAGÃO, António, *Para a História do Funchal*, 2.ª ed. rev. e aum., Funchal, DRAC, 1987; *Biblioteca Digital das Ilhas. Arquivo Histórico da Madeira (1931-2001)*, Funchal, Núcleo Estratégico da Sociedade de Informação/Secretaria Regional de Educação, 2002; COSTA, José Pereira da, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, Primeira Metade do Século XVI, e Apenso Vereações da Câmara de Santa Cruz, 1515-1516*, vol. II, Funchal, CEHA, 1998; *Id.*, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Segunda Metade do Século XVI*, vol. III, Funchal, CEHA, 2002; COSTA, Mário Alberto Nunes, "A ilha do Porto Santo em 1770", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. X, 1958, pp. 9-54; *Inquérito sobre a Situação Económica da Ilha da Madeira e Medidas Convenientes para a Melhorar, Ordenado por Decreto de 31 de Dezembro de 1887*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888; NUNES, João Paulo Avelãs, "A indústria mineira em Portugal continental desde a consolidação do regime liberal ao I Plano de Fomento do Estado Novo (1832-1953). Um esboço

de caracterização", *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV, 2001-2002, pp. 421--464; PACHECO, Dinis Gouveia, "A cal e a indústria sacarina. As experiências de João Higino Ferraz na Fábrica do Torreão (1900-1940)", in *O Açúcar. Paisagens, Civilização Material e Economia (Séculos XV-XX)*, texto não publicado; RIBEIRO, Adriano, "A indústria da cal em S. Vicente (1680-1903)", *Diário de Notícias*, Funchal, 14 out. 1990, p. 9; *Id.*, "A indústria da cal em Câmara de Lobos", *Girão*, 1.º sem. 1991, pp. 251-255; *Id.*, *A Indústria da Cal (Séculos XV-XX). Um Factor de Aproximação entre as Ilhas do Porto Santo e da Madeira*, Dissertação complementar para prestação de provas de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 1995; RIBEIRO, João Adriano, *Porto Santo. Aspectos da Sua Economia*, Porto Santo, Câmara Municipal do Porto Santo, 1997; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; SOUSA, Élvio Duarte Martins, "O património arquitectónico e arqueológico do ilhéu da Cal, Porto Santo", *Ilharq*, n.º 5, 2005, pp. 21-29.

Dinis Gouveia Pacheco

Camacho, Augusto da Silva Branco

Advogado, juiz, primeiro-oficial do Governo Civil da Madeira, chefe de gabinete do governador civil, governador substituto do Governo Civil da Madeira, presidente da direção do Clube Sports da Madeira, provedor da Santa Casa da Misericórdia, segundo-secretário do Governo Civil de Aveiro, primeiro-secretário do Governo Civil de Ponta Delgada nos Açores, governador substituto do Governo Civil dos Açores, secretário-geral do Governo Civil dos Açores e escritor madeirense, nascido a 10 de abril de 1907, na freguesia das Canhas, Ponta do Sol, filho de Augusto Camacho, médico e professor, e de Elisa da Silva Branco Camacho. Neto paterno de João Augusto Camacho e de Maria Guilhermina Camacho e materno de António Francisco da Silva Branco e de Teresa Augusta da Silva Branco, Augusto da Silva Branco Camacho casou a 27 de novembro de 1937 com Elisa da Silva Branco Camacho, filha de José Maria Malheiro, juiz auditor, e Eugénia das Mercês Fernandes Malheiro.

Augusto da Silva Branco Camacho frequentou a Escola Secundária Jaime Moniz, ingressando depois na Faculdade de Direito da Univ. de Coimbra no ano letivo de 1924-1925, onde se licenciou em Direito, em 1929. De volta à Madeira, abriu um escritório de advocacia na vila de Ponta de Sol em 1930, ano em que se torna colaborador do jornal *Novidades*. Haveria de colaborar ainda no *Comércio do Funchal*, *Correio dos Açores*, *Diário de Notícias*, *Eco do Funchal*, *O Jornal* e na *Gazeta de Coimbra*.



Fig. 1 – *O Distrito no Código Administrativo de 1940 e no Estatuto dos Distritos Autónomos* (2.ª ed., 1947), de Augusto da Silva Branco Camacho.

Antes de exercer funções no Governo Civil da Madeira, foi advogado nas comarcas do Funchal e de Ponta de Sol e juiz municipal no julgado de São Vicente. Sendo primeiro-oficial do Governo Civil e chefe de gabinete do governador civil, desempenhou "com muito aprumo e zelo" (*DN*, 24 nov. 1939, 1) o cargo de governador civil interino em diversas ocasiões.

Foi o 13.º presidente da direção do Clube Sports da Madeira durante o ano de 1940 e provedor da Santa Casa da Misericórdia.

A 17 de janeiro de 1948, Augusto da Silva Branco Camacho foi nomeado secretário-geral do Governo Civil de Aveiro, após apresentar uma dissertação num concurso de obras públicas do Ministério do Interior.

Já em Ponta Delgada, Açores, ocupou as funções de primeiro-secretário do Governo Civil,



Fig. 2 – *Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes* (2.ª ed., 1972), de Augusto da Silva Branco Camacho (coautoria de Mário Luís Jesus Carvalho).

a partir de fevereiro de 1950, servindo também como governador interino várias vezes. Viria, todavia, a ser o secretário-geral do Governo Civil nesta Região.

Incentivado pelo jornalista Dr. José de Medeiros em 1959, escreve seis artigos sobre a autonomia administrativa das ilhas adjacentes no *Correio dos Açores*, que acabariam por ser reunidos e publicados no livro *Em defesa da Autonomia Administrativa das Ilhas Adjacentes* (1961). No prefácio desta obra, José Almeida Pavão Júnior, vice-reitor do Liceu de Ponta Delgada, alega que o autor evidenciou uma "robusta inteligência, aliada a uma sólida cultura jurídica que se não confinava à esfera profissional, denunciando uma curiosidade permanente por todos os problemas locais de interesse comum" (CAMACHO, 1962). Não seria esta a única obra que prova a sabedoria e o gosto pela política e administração pública de Augusto da Silva Branco Camacho, pois igualmente o comprovam *O Distrito no Código Administrativo de 1940 e no Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes* (1946), *O Chefe de Estado em Santa Maria e S. Miguel* (1962), *A Eleição do Chefe do Estado e a Organização Corporativa* (1962), "Considerações sobre o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes" (1965), o *Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes: Actualizado e Anotado* (1965) e *O Bem Comum: 40 Anos de Administração Distrital (1926-1966)* (1966).

O texto "Considerações sobre o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes", da autoria do Dr. Branco Camacho, pode ser lido em *Livro da III Semana de Estudos dos Açores* (1965) e em *A Açorianidade e Autonomia: Páginas Escolhidas* (1989).

Augusto da Silva Branco Camacho faleceu a 1 de julho de 1991, aos 84 anos, na freguesia e no concelho de Almada.

Obras de Augusto da Silva Branco Camacho: *O Distrito no Código Administrativo de 1940 e no Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes* (1946); *Em defesa da Autonomia Administrativa das Ilhas Adjacentes (1961); A Eleição do Chefe do Estado e a Organização Corporativa* (1962); *O Chefe de Estado em Santa Maria e S. Miguel* (1962); "Considerações sobre o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes" (1965); *Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes: Actualizado e Anotado* (1965); *O Bem Comum: 40 Anos de Administração Distrital (1926-1966)* (1966).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Conservatória do Registo Civil do Funchal, liv. 85, fl. 449; *Ibid*., Registos Paroquiais, Canhas, liv. 7293, fl. 34v.; **impressa:** CAMACHO, Augusto Branco; "Um estudo de direito administrativo da autoria do Dr. Augusto Branco Camacho", *Diário de Notícias*, 25 nov. 1947, pp. 1 e 4; *Id*., "Juventude sem rumo", *Diário de Notícias*, 17 out. 1958, p. 1; *Id*., "Sim. Bom senso", *Diário de Notícias*, 22 out. 1958, p. 1; *Id*., "Crédito bancário", *Diário de Notícias*, 8 set. 1959, p. 1; *Id*., "A responsabilidade da indústria perante a Convenção de Estocolmo", *Diário de Notícias*, 17 ago. 1960, p. 1; *Id*., "Tema de reflexão", *Diário de Notícias*, 1 out. 1960, p. 1; *Id*., "Novos rumos em lacticínios", *Diário de Notícias*, 23 fev. 1961, p. 1; *Id*., "A grande empresa na economia moderna", *Diário de Notícias*, 20 maio 1961, p. 1; *Id*., "Do ultramar português. A nossa razão", *Diário de Notícias*, 28 dez. 1962, p. 1; *Id*. e CARVALHO, Mário Luís Jesus, *Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes*, Ponta Delgada, Tip. Gráfica Açoriana, Lda., 1965; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; CORDEIRO, Carlos *et al*., *A Açorianidade e Autonomia. Páginas Escolhidas*, Ponta Delgada, Marinho Matos Brumarte, 1989; "A crise da Madeira. A exportação de vinhos", *Diário de Notícias*, 10 mar. 1940, p. 1; "Donativo do Sr. governador civil", *Diário de Notícias*, 10 maio 1944, p. 1; "Dr. Branco Camacho", *Diário de Notícias*, 24 nov. 1939, p. 1; "Dr. Branco Camacho", *Diário de Notícias*, 25 nov. 1939, p. 2; "Dr. Branco Camacho", *Diário de Notícias*, 25 jul. 1940, p. 1; "Dr. Branco Camacho", *Diário de Notícias*, 5 fev. 1948, p. 1; "Inauguração da séde do Centro n. 3 da M. P.", *Diário de Notícias*, 30 maio 1944, p. 1; INSTITUTO AÇORIANO DE CULTURA, *Livro da III Semana de Estudos dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada/Instituto Açoriano de Cultura/FCG, 1961; MARINO, Luís, *Panorama Literário do Arquipélago da Madeira*, vol. 2, texto não publicado, fls. 136-138; "Ontem à noite", *Diário de Notícias*, 5 nov. 1939, p. 1; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953; "Realiza-se hoje no Teatro Municipal uma sessão patriotica integrada na Semana das Colonias", *Diário de Notícias*, 6

maio 1944, p. 1; VIEIRA, Gilda França, e FREITAS, António Aragão de, *Madeira. Investigação Bibliográfica*, vol. I, Funchal, Centro de Apoio de Ciências Históricas, 1981; **digital:** CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO CULTURAL DE PONTA DELGADA, *Catálogo Bibliográfico*, s.d.: http://www.icpd.pt/biblioteca/index.php?titulo=CAMACHO%2C+Augusto+da+Silva+Branco&sendNow= (acedido a 4 dez. 2018); COSTA, João Carlos, "Sousa, Arthur Rodrigues", *Aprender Madeira*, 10 fev. 2017: http://aprenderamadeira.net/sousa-arthur-rodrigues-de/ (acedido a 4 dez. 2018).

ANDREIA CAROL DE CARVALHO

Camacho, Carlos Agapito

↗ Melo, Santiago de (pseud.)

Camacho, Carlos José Teodoro Baeta

Nasceu na freguesia de São Martinho, na ilha da Madeira, a 2 de abril de 1925, sendo filho de Manuel de Avelino Camacho e de D. Ester Albertina Henriques Baeta Camacho. Casou a 26 de abril de 1952 com D. Ester Conceição Henriques.

Estudou no Liceu do Funchal e acabou o curso em 1942, ano em que entrou no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa, onde veio a concluir o curso de Engenharia Agrónoma, em novembro de 1947. Foi depois admitido a técnico de 3.ª classe, já na Região Autónoma da Madeira, na Junta dos Laticínios da Madeira e, em resultado destas funções, foi enviado à Escócia, onde fez um estágio de dois meses na Central Leiteira de Edimburgo e visitou tudo o que tinha que ver com o Milk Marketing Board.

Voltaria a Inglaterra, em 1955, para frequentar um curso de Criação de Gado na Univ. de Reading. A 23 de julho de 1961, foi nomeado para desempenhar funções de delegado da Direção-Geral dos Serviços Agrícolas na Região Autónoma da Madeira e vogal do Conselho Regional da Agricultura da XVI Região, e, passados três dias, a 26 de julho, era indicado para delegado da Junta Nacional das Frutas.

Em 1966, tornou-se representante da Direção-Geral dos Serviços Agrícolas, cargo no âmbito do qual se debruçou sobre a indústria de laticínios da Madeira. Continuando a sua carreira de engenheiro agrónomo, acabou por ser promovido ao lugar de engenheiro de 1.ª classe do quadro do Ministério da Agricultura e Pescas. Já no quadro do Governo regional, tornou-se responsável pelos Serviços de Extensão Rural da recém-criada Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, a 13 de abril de 1982. No ano seguinte, a 27 de janeiro de 1983, foi nomeado para o cargo de secretário regional da Agricultura, por Alberto João Jardim.

O Eng.º Baeta Camacho publicou vários artigos na imprensa regional e apresentou palestras na Estação Rádio Madeira sobre a produção de laticínios. A 1 de novembro de 1951, realizou para esta estação de rádio uma palestra intitulada "Breves considerações sobre o custo de produção do leite", que viria a ser publicada no *Diário da Madeira*, a 6 de novembro do mesmo ano. Publicou um folheto, em 1952, intitulado "Breves considerações sobre o custo de produção do leite" e, em data que desconhecemos, um folheto intitulado "Algumas considerações sobre a pasteurização das natas para o fabrico de manteiga", da responsabilidade editorial da Junta de Laticínios da Madeira. O artigo "Alguns Aspectos da Produção de Leite" foi publicado simultaneamente no *Diário de Notícias* e no *Jornal da Madeira*, a 4 de maio de 1956. A 1 de setembro de 1957, falava aos microfones da Estação Rádio Madeira tecendo "Algumas considerações sobre o abastecimento de leite à cidade." No âmbito do programa desta estação de rádio, "A Rádio ao Serviço da Agricultura", proferiu a palestra "Algumas considerações sobre a preparação de estrumes", que foi publicada no *Diário de Notícias*, a 21 de fevereiro de 1958. Publicou, também, em data que desconhecemos, mas pensa-se que durante a déc. de 50, as seguintes palestras: "O leite como alimento, sua composição, conservação e higiene", "O leite esterilizado" e "Algumas considerações sobre o XIV Congresso Internacional de Leitaria".

O Eng.º Baeta Camacho faleceu no Funchal, a 23 de abril de 1996.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Conservatória do Registo Civil, Nascimentos, liv. 607, 1925, p. 152; **impressa:** CLODE, Luís Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses: Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; "O Eng.º Baeta Camacho", *Diário de Notícias*, Funchal, 25 jul. 1961, p. 1; MARINO, Luís, *Panorama Literário do Arquipélago da Madeira*, vol. 2, texto não publicado, fl. 140; "Participação", *Diário de Notícias*, Funchal, 24 abr. 1996, p. 27; "Secretario regional da Agricultura", *Diário de Notícias*, Funchal, 28 jan. 1983, p. 8.

SARA ALVES

Camacho, Carlos Manuel Araújo Andrade

Nasceu na freguesia da Sé, no Funchal, a 15 de fevereiro de 1926. Desconhece-se a data e o local do seu falecimento.

Filho do poeta e jornalista Carlos Agapito Camacho (de seu pseudónimo Santiago de Melo) e de Maria Assunção Araújo Andrade Camacho, frequentou o Liceu do Funchal, seguindo depois as pisadas de seu pai e tornando-se funcionário da filial do Banco Nacional Ultramarino na cidade do Funchal.

Foi poeta de pendor modernista, coautor das obras *Areópago* (coletânea de cinco poetas da nova geração, que até à data não se tinham revelado publicamente, a não ser Jorge de Freitas, um dos colaboradores da publicação *Arquipélago* – os restantes quatro autores da coletânea são Albino Sequeira Nunes, Carlos Manuel Camacho, Paulo de Sá Brás e Adolfo Brazão Vieira) e *Poemas Bestiais*, igualmente uma coletânea, na qual participa também Herberto Helder, obra que foi alvo da censura. As duas obras foram publicadas no Funchal. Publicou ainda *Alguns Poemas de Antecedência*, também no Funchal.

Constituem exemplo da sua arte poética os poemas "Canto negro" e "Intercepto", que Luís Marino regista em *Musa Insular*.

Obras de Carlos Manuel Araújo Andrade Camacho: *Areópago* (1952) (coautoria); *Alguns Poemas de Antecedência* (1954); *Poemas Bestiais* (1954) (coautoria.)

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; MARINO, Luís, *Musa Insular: Poetas da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 1959; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949.

António José Borges

Camacho, João Francisco

Nascido no Funchal em 1833, João Francisco Camacho era filho de Francisco Militão Camacho (1800-1868) e de Maria Helena Pombo. A primeira ocupação que se lhe conhece é a de encadernador, ofício que exercia na oficina do pai.

O seu contacto com a fotografia virá a dar-se em Paris, para onde viajou com uma bolsa atribuída pela ex-Imperatriz do Brasil, D. Amélia Beauharnais Leuchtenberg de Bragança (1812-1873), que, em 1852, chegara à Madeira procurando alívio para a doença da sua filha. Provavelmente por o considerar promissor, decidiu patrocinar-lhe formação em encadernação. Manteve-se em Paris entre 1852 e 1856.

De regresso à Madeira, voltou ao ofício da encadernação, desta vez em estabelecimento próprio, no n.º 10 da R. João de Tavira. Em 1860, mudou-se para o Lg. da Sé e, em 1862, abriu uma loja dedicada à venda de papel. Em 1863, iniciou, finalmente, a atividade de fotógrafo, instalando o seu primeiro estúdio na R. Conselheiro José Silvestre Ribeiro, não sem antes ter voltado a Paris, onde permaneceu entre julho e setembro desse mesmo ano e onde adquiriu todo o material necessário ao início da nova atividade. Uns anos depois, mudou-se para a R. de São Francisco, continuando como



Fig. 1 – João Francisco Camacho, Lisboa, c. 1880 (cópia em ABM, Arquivo Particular José de Sainz-Trueva).



Fig. 2 – Anúncio do ateliê de fotografia de João Francisco Camacho em Lisboa e no Funchal, 1887 (*Almanach Ilustrado do Occidente*, 1887).

fotógrafo, que se foi enriquecendo de conhecimento ao viajar pelo mundo, tendo estado em Berlim, nos Estados Unidos e em Viena, cidade na qual participou na exposição mundial de 1873 e de onde trouxe uma medalha de mérito. A partir de 1877, começou a deslocar-se frequentemente a Lisboa, para onde se mudou definitivamente em 1878, acompanhado pela família, acabando por se estabelecer no Chiado, no Hotel Gibraltar. Em 1880, contudo, um incêndio devastou o primeiro estúdio, obrigando-o a mudar-se para a R. Nova do Almada, onde se instalou no n.º 116.

A ida para Lisboa não o levou a desfazer-se das instalações comerciais que tinha no Funchal, as quais passou primeiro para um Pinto Coelho e, mais tarde, entre 1881 e 1882, para as mãos de Júlio Siza, outro fotógrafo, acabando por ficar na posse de um alemão, Schorbell. Em 1889, decidiu finalmente desfazer-se do estúdio, que vendeu a uma sociedade constituída por Joaquim Augusto de Sousa (1853-1905) e Augusto César dos Santos, a qual passou a chamar-se Photographia Camacho – Sucessores Souza & Santos.

Tendo tido por mestre André Disdéri (1819-1889), quando da estada em Paris, dele replicou o conceito de *carte-de-visite*, uma inovação no campo do retrato que, pelo seu tamanho pequeno (9,5 x 6 cm) e custo reduzido, "democratizou" o acesso à fotografia, assim ao alcance



Fig. 3 – *Carte-de-visite* da Photographia Camacho, Funchal, c. 1885 (ABM, Arquivos Particulares).

de camadas menos privilegiadas da sociedade. Não limitava a sua arte, porém, a este formato, tendo-se distinguido também por fazer "cartes álbum, promenades, *petit portrait*. Retratos de família e ampliações – Retratos e grande coleção de vistas de Lisboa, Belém, Cintra, Alcobaça e Batalha", conforme se pode ler num anúncio publicado no *Almanaque Illustrado do Occidente* em 1887 (*apud* SAINZ-TRUEVA, 1995, 22).

Em Lisboa, o fotógrafo contactou e retratou "a elite da sociedade Lisbonense", afirmação que consta numa nota explicativa publicada pela revista *O Occidente* (1 de fevereiro de 1880), que, na ocasião, trazia a público uma gravura de um carro de bois da Madeira, feita "segundo uma fotografia do Sr. Camacho", que era acompanhada de um texto que o identificava como "inteligente fotógrafo daquela ilha, e há tempos em Lisboa" (*O Occidente*, 1 fev. 1880, 20 e 22).

De entre as figuras eminentes que João Francisco Camacho registou, deve salientar-se a própria família real, com a qual privou e trabalhou entre 1884 e 1897, o que lhe valeu a atribuição do título de "fotógrafo da Casa Real portuguesa", à semelhança do que já antes acontecera com a Imperatriz do Brasil, que o agraciara, por carta régia, com a atribuição de idêntica honra, que o tornava "fotógrafo de Sua Majestade a Imperatriz do Brasil". Orgulhoso, João Francisco Camacho gravava nas fotografias de sua autoria a representação das armas brasileiras, bem como, por vezes, a medalha que recebera em Viena. A comprovar a proximidade que mantinha com a Casa Real portuguesa encontra-se a oferta que fez ao Rei D. Luís (1838-1889) de um álbum, encadernado por si, com os *Sketches in the Island of Madeira*, da autoria de Frank Dillon (1822-1909), um pintor inglês que estivera na Ilha entre 1848 e 1849. A acompanhar a oferta, uma nota esclarecia que, ainda que ao Rei não faltassem "recordações desta ilha" (pela qual D. Luís, de facto, passara já duas vezes), considerava o conjunto de estampas de grande qualidade, "representando com a maior fidelidade alguns sítios e costumes dos mais pitorescos d'esta terra", pelo que se atrevia a oferecê-lo (*apud* SAINZ-TRUEVA, 1995, 23).

Muitas outras figuras importantes do seu tempo passaram também pela lente de João Francisco Camacho, de entre as quais se podem destacar Paul Langerhans (1847--1888), cientista de renome; Serpa Pinto (1864-1900), explorador; D. Aires de Ornelas Vasconcelos (1837-1880), arcebispo de Goa; Latino Coelho e Luciano Cordeiro, *e.g.*, a que se juntaram outras à epoca desconhecidas, mas que vieram a ter um grande destaque depois, como aconteceu com Fernando Pessoa (1888-1935), a quem retratou ainda bebé, com três anos e já um pouco mais crescido. Do seu círculo de relações fazia ainda parte Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), que, em sua honra, fez um prato com motivos marinhos, talvez em homenagem ao ilhéu que era, em cuja base inscreveu como dedicatória "Ao Camacho, o grande Fotógrafo, testemunho da amizade, Rafael Bordalo Pinheiro, Caldas da Rainha, 1893" (*apud* SAINZ-TRUEVA, 1995, 25).



Fig. 4 – Fernando Pessoa em bebé, fotografia de João Francisco Camacho, Lisboa, c. 1885 (cópia em ABM, Arquivo Particular José de Sainz-Trueva).



Fig. 5 – Prato Camacho, "Ao Camacho, o grande Photographo, testemunho de amizade. Raphael Bordallo Pinheiro, Caldas da Rainha, 1893" (Arquivo Nacional de Fotografia, Lisboa).

João Francisco Camacho foi, também, colaborador de variados periódicos – *Mala da Europa* (1896-1897), o já referido *O Occidente* (1886-1897), *Branco e Negro* (1856-1898) e o *Boletim Photographico* (1900-1902) –, que frequentemente publicavam gravuras feitas a partir de imagens recolhidas pelo fotógrafo. O *Boletim Photographico*, começado a publicar-se já depois da morte do fotógrafo, ocorrida em 1898, ainda o recorda em 1900, quando, no seu número 7, de julho daquele ano, mostra a Torre de Belém, da autoria de João Francisco, que fez acompanhar de um texto que se lhe refere nestes termos: "Em tempos que a máquina de mão não estava divulgada, foi feita pelo saudoso mestre João F. Camacho esta fotografia da Torre inexcedida depois disso. A câmara que lhe serviu era por assim dizer um caixote… mas as mãos que amparam esse pequeno caixote eram umas mãos abençoadas" (*Boletim Photographico*, jul. 1900, 105-106).

A atestar a atividade intensa que desenvolveu ficam as referências à sua participação em diversos certames, para além do de Viena: Exposição Universal de Filadélfia (1876); Exposição Fotográfica na Casa Portuguesa, em Paris (1886); Exposição Nacional de Fotografia do Porto (1886); Exposição Nacional das Indústrias Fabris (1888); Exposição Internacional de Paris (1892), na qual recebeu uma medalha de prata; e Exposição Insular e Colonial Portuguesa (1894).

Irmão do também fotógrafo Augusto Maria Camacho (1838-1927) – que, ainda que menos conhecido, levou trabalhos seus a uma outra exposição universal, desta feita em Paris, em 1878, onde obteve uma medalha de prata, como consta nos cartões do seu estúdio, à Pç. da Constituição, no Funchal, estúdio que passou depois para Manuel Olim Perestrelo (1854-1929) –, João Francisco Camacho faleceu a 8 de novembro de 1898. A revista *O Occidente*, da qual fora colaborador assíduo, referiu-se-lhe em termos de grande admiração, lamentando a morte de "um artista de raça", que nascera na Madeira e cultivara a arte de Daguerre "com tanta inteligência e conhecimento que bem lhe poderemos chamar o primeiro fotógrafo português". Um pouco adiante, acrescentava que "Camacho vinha precedido da fama dos seus trabalhos e conquistou logo para o seu 'atelier' a elite da sociedade Lisbonense. Mas não era só o artista apreciável, mas também o homem de fina educação, e perfeito cavalheiro que cativava pelo seu trato quantos se lhe aproximavam" (*O Occidente*, 20 nov. 1898, 263).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivo Particular José de Sainz-Trueva; **impressa:** *Almanach Ilustrado do Occidente*, 1887; *Boletim Photographico*, julho de 1900; *Obras de Referência dos Museus da Madeira*, catálogo, Lisboa/Funchal, Instituto dos Museus e da Conservação/DRAC, 2010; *O Occidente*, 1 fev. 1880; 20 nov. 1898; SAINZ-TRUEVA, José, "João Francisco Camacho. Notas para a sua fotobiografia", *Islenha*, n.º 15, jan.-jun. 1995, pp. 15-28; **digital:** "João Francisco Camacho", *Facebook – Museu de Fotografia da Madeira, Atelier Vicente's*, 18 ago. 2020: https://www.facebook.com/mfmvicentes/videos/jo%C3%A3o-francisco-camacho/645301043055736/ (acedido a 16 abr. 2021); "João Francisco Camacho (1833-1898)", *Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira*, s.d.: https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=671364 (acedido a 16 abr. 2021).

Cristina Trindade

Camacho, Manuel Francisco

O P.e Manuel Francisco Camacho foi uma das figuras marcantes do clero madeirense nos primeiros 70 anos do séc. xx, pelo protagonismo que assumiu na clerezia e na vida regional. A sua presença na história da Diocese do Funchal foi marcante, como pároco, pregador, administrador eclesiástico, político e homem empenhado em causas sociais, mas acima de tudo pelo papel que assumiu entre 1924 e 1970, como vigário-geral.

Filho de José Militão Rodrigues e de Maria do Monte, nasceu a 2 de agosto de 1877, na freguesia do Curral das Freiras, onde o seu pai foi regedor durante muito tempo, e faleceu no Funchal, a 14 de dezembro de 1970, com 93 anos.

Em 1897, entrou para o Seminário do Funchal, ordenando-se presbítero a 2 de outubro de 1904. A sua atividade no serviço eclesiástico paroquial teve início a 5 de março de 1904, como cura de Santa Maria Maior.

A 1 de outubro de 1912, num período particularmente difícil para a Igreja Católica, motivado pela separação entre o Estado e a Igreja, foi nomeado vice-reitor do Seminário do Funchal, manifestando nesse cargo elevada prudência, aliada a uma grande firmeza.



Fig. 1 – Cón. Manuel Francisco Camacho, c. 1960 (ABM, Arquivos Particulares).

Em 1917, assumiu as funções de escrivão do Juízo Eclesiástico, cargo que manteve até 1 de outubro, quando foi indigitado pároco de São Jorge. A 28 de agosto, assumiu, com o P.e Manuel Pombo Fernandes, o arciprestado de São Jorge, que integrava as paróquias de São Jorge, Santana, São Vicente e Porto Moniz.

A 17 de outubro de 1922, foi provido pároco da Ponta do Sol, onde se manteve até 1924, altura em que foi nomeado para funções de relevo na Diocese, que marcaram a vida da mesma. A 24 de janeiro de 1924, foi designado cónego capitular da Sé. Por provisão de 1 de fevereiro desse ano, foi indicado para vigário-geral da Diocese, sendo, nessa altura, elevado à dignidade de prelado doméstico de Sua Santidade Pio XI, com o título de monsenhor. Na época, acumulava as funções de juiz do Tribunal Eclesiástico e de reitor da igreja de S. João Baptista, no Funchal.

A ação desenvolvida por monsenhor Cón. Manuel Francisco Camacho na Diocese foi muito vasta e abrangeu diversos campos de atividade da vida regional: entre 1907 e 1917, foi capelão da capela da Vitória, em São Martinho; entre 1923 e 1927, prestou assistência religiosa no Hospital da Santa Casa da Misericórdia; e, entre 1927 e 1947, foi capelão da casa-mãe da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias.

Como vigário-geral da Diocese, presidiu a várias cerimónias que marcaram a política regional até 1970, sendo ele a figura protocolar, em representação do bispo, nos atos públicos, nas receções, nas visitas de personalidades nacionais e estrangeiras e nas inaugurações. Dirigia as missas ou bênçãos das infraestruturas.

A 16 de maio de 1956, assistiu, na Estação Experimental da Qt. do Bom Sucesso, à sessão inaugural do I Curso de Férias de Formação Agrícola, para professores primários e finalistas da Escola do Magistério Primário. Ainda nesse mês, em Santa Cruz, presidiu às cerimónias do 28 de Maio, com uma parada da Mocidade Portuguesa, onde benzeu a bandeira nacional. A 23 de setembro, presidiu à missa campal do ato de entrega das terras aos



Fig. 2 – Residência do Cón. Manuel Francisco Camacho, Calç. do Pico, Funchal, 1926 (arquivo particular).

colonos da primeira lombada na Ponta Delgada, assim como à inauguração da rede de iluminação elétrica no Santo da Serra, a 23 de novembro.

A 19 de maio de 1957, esteve presente na bênção da igreja paroquial do Porto da Cruz. A 19 de junho, presidiu à missa campal do regresso da Índia da 1.ª Companhia Independente da Madeira, expedicionária na Índia.

Com a morte do bispo D. António Manuel Pereira Ribeiro, a 22 de março de 1957, assumiu, em nome do cabido da Sé do Funchal, as funções de vigário capitular até à chegada do novo prelado, D. David de Sousa, a 8 de dezembro de 1957. Havia estado em Lisboa a 10 de novembro, nas cerimónias de sagração de D. David de Sousa. A saudação da sua entrada na Diocese ficou a cargo do vigário capitular, que dava conta dos tempos difíceis que o esperavam: "os tempos atuais reclamam pastores que defendam a grei cristã e católica, com ardor e firmeza, com fé ardente, contra os Golias que ameaçam conspurcar, com ensinamentos nefastos, a doutrina pura e santa do Evangelho" (*Boletim...*, 1957, 4).

Foi provedor da Santa Casa da Misericórdia durante vários períodos de 1928 a 1935 e de 1954 a 1958. A sua intervenção conduziu a que se procedesse à transferência do hospital da Av. da Arriaga para os Marmeleiros, em novembro de 1930.

Pertenceu à comissão organizadora e executiva da Exposição de Ourivesaria Sacra, realizada no Convento de S.ta Clara em setembro-outubro de 1951, sendo, depois, o presidente da comissão responsável pela direção do Museu Diocesano de Arte Sacra, cargo que exerceu desde a fundação do museu até à sua morte, em 1970. Foi, ainda, entre 1937 e 1960, tesoureiro da Comissão de Assistência aos Indigentes da Madeira e assistente do clero junto da Juventude Católica.

Aprimorou-se a manusear a palavra escrita e oral, evidenciando-se como pregador e colaborador da imprensa católica funchalense, tendo sido diretor e editor do *Boletim Eclesiástico do Funchal*, entre 1 de março de 1912 e 1 de junho de 1918.

Até ao princípio da déc. de 70, foi uma figura incontornável da sociedade madeirense, que marcou a história do arquipélago pela sua presença e intervenção em múltiplas áreas. Para além da sua atividade religiosa, social e cultural, haverá a registar ainda uma breve passagem pela política, tendo sido nomeado para vogal da comissão administrativa da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, para o triénio de 1905-1907, cargo para o qual foi empossado a 2 de janeiro de 1905, mas cujo mandato não chegou a terminar.

Bibliog.: impressa: ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Porto/Lisboa, Livraria Civilização, 1970; *Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal*, n.º 12, dez. 1957; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Id.*, e FERREIRA, Manuel Juvenal de Pita, *Catalogo Ilustrado da Exposição de Ourivesaria do Museu de Arte Sacra. Realizada no Convento de Santa Clara no Funchal em 1951*, Funchal, JGDAF, 1951; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 2.ª ed., 2 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1957; PITA, Gabriel de Jesus, "A Igreja Católica na Madeira do Liberalismo ao Estado Novo", *Newsletter Ceha*, n.º 43, 2012, pp. 18-20; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; SILVA, Paulo Sérgio Cunha da, *D. António Manuel Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal (1915-1957). Igreja e Sociedade nos Inícios do Século XX no Funchal*, Dissertação de Mestrado em Teologia apresentada à Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, texto policopiado, 2012; SOUSA, Vitor Manuel Baeta de, *D. Frei David de Sousa, Bispo do Funchal, 1957-1965. Igreja e Sociedade Madeirense na Segunda Metade do Século XX*, Dissertação de Mestrado em Teologia apresentada à Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, texto policopiado, 2015; **digital:** FREITAS, Manuel Pedro, "CAMACHO, Cónego Manuel Francisco", *Câmara de Lobos. Dicionário Corográfico*, s.d.: http://www.concelhodecamaradelobos.com/dicionario/camacho_conego_manuel_francisco.html (acedido a 27 dez. 2018).

† Alberto Vieira

Camacho, Rui

Alfredo Rui Craveiro Camacho nasceu no Funchal, na freguesia de São Pedro, a 19 de junho de 1936 e faleceu em Lisboa a 5 de agosto de 2014. Era filho de Alfredo Higino Camacho, jornalista e administrador do *Diário de Notícias*, e de Adelina Rosa Craveiro Camacho. Casou-se com a escritora Helena Marques, a 18 de agosto de 1958, na capela da Encarnação, tendo a boda sido celebrada pelo P.e Agostinho Jardim Gonçalves; dessa união nasceram quatro filhos.

Faz no Liceu do Funchal o curso complementar de ciências, que concluiu em 1953, continuando os estudos superiores no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, durante dois anos.



Rui Camacho e Helena Marques, Café Funchal, c. 1994 (fotografia de Manuel Nicolau).

Iniciou a sua prolífera e vasta carreira de jornalista no *Diário de Notícias* da Madeira, entrando para o quadro redatorial em 1956. Em 1961, embarcou numa curta experiência jornalística em Lisboa, trabalhando para o *Diário Ilustrado,* regressando, tempos depois, ao *Diário de Notícias*, onde foi redator e secretário-geral da empresa, acumulando com o cargo de correspondente do *Diário de Lisboa*, da Associated Press e da *Paris Match*. Durante este período, conciliou a vida de jornalista com a de professor do ensino secundário na Escola de Hotelaria e Turismo do Funchal e com a de adjunto da direção da Madeira Engineering.

No *Diário de Notícias*, Rui Camacho assinava os artigos de diferentes formas, tais como Craveiro Camacho, C.C, R.C e Rui Camacho, tendo alguns dos seus artigos sido publicados em diferentes jornais da imprensa madeirense, como o semanário *Comércio do Funchal* e o *Jornal de Notícias*.

A 13 de fevereiro de 1969, proferiu uma conferência na biblioteca da Escola Industrial do Funchal intitulada "A imprensa como comunicação de massa e os seus problemas atuais", integrada nas celebrações do V Centenário de Gutenberg.

Em 1971, partiu para Lisboa, onde fixou residência, acompanhado da mulher e dos filhos. Na capital, dirigiu a revista *Flama* entre 1971 e 1973, para além de desempenhar o cargo de chefe de redação adjunto no *Jornal do Comércio* e de ser colaborador das agências Ciesa, Latina e Penta.

Ainda na déc. de 70, Rui Camacho ocupou os cargos de subchefe de redação do *República*, de 29 maio a 15 de julho de 1975. A 25 de agosto de 1975, conjuntamente com a antiga direção e um grupo de redatores do jornal *República* liderado por Raul Rêgo (1913-2002), fundou o jornal *A Luta*, onde exerceu as funções de chefe de redação adjunto.

Foi chefe de redação da ANI – Agência Noticiosa de Informação –, lugar em que foi incumbido de elaborar o projeto da ANOP, Agência de Notícias de Portugal, futura Agência Lusa, da qual foi chefe de redação entre 1978 e 1985.

Na televisão, na déc. de 80, ocupou o cargo de coordenador geral das redações da RTP e de chefe de redação da RTP – Informação 2.

Foi, ainda, responsável pela chefia da revista *Negócios* e do semanário *Tempo*, fundado pelo jornalista Nuno Rocha. Em 1989, foi dirigir o *Diário de Lisboa*, cargo que ocupou até ao fim da sua publicação, em novembro de 1990.

Na déc. de 90, desempenhou algumas funções em agências internacionais, tais como a Marconi, a Imago e a Hill and Knowlton.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivo de Luís Marino, vol. 12, fls. 48. e 132; *Ibid.*, Conservatória do Registo Comercial do Funchal, liv. 170, fls. 435-435v.; **impressa:** *Comércio do Funchal*, 21 jan. 1968; 24 mar. 1968; *Diário de Notícias*, 1 jan. 1955; 5 fev. 1956; 19 ago. 1958; 1 nov. 1958; 25 dez. 1958; 23 maio 1959; 4 jul. 1959; 6 jul. 1959; 2 out. 1959; 6 nov. 1959; 1 jan. 1960; *Jornal da Madeira*, 1 jan. 1966; 6 jul. 1971; **digital:** "Faleceu o jornalista Rui Camacho", *Jornal Tribuna de Macau*, 7 ago. 2014: http://jtm.com.mo/ultimas/faleceu-jornalista-rui-camacho/ (acedido a 24 jul. 2017); "Morreu o jornalista Rui Camacho", *Público*, 5 ago. 2014: https://www.publico.pt/2014/08/05/portugal/noticia/morreu-o-jornalista--rui-camacho-1665541 (acedido a 24 jul. 2017); "Rui Camacho", *Jornalistas*, s.d.: http://www.jornalistas.eu/?n=9282 (acedido a 24 jul. 2017).

CARLOS BARRADAS

Camacho, Sérgio Valentim

Filho de José do Nascimento Camacho e de Henriqueta Zeferina Nunes Camacho, nasceu na freguesia de Santa Luzia, concelho de Funchal, a 14 de fevereiro de 1914 e faleceu a 26 de agosto de 2010, no Funchal.



Sérgio Valentim Camacho, c. 1965 (arquivo da Escola Secundária Jaime Moniz).

Foi professor agregado no Liceu Nacional do Funchal, de 6 de outubro de 1942 até 1948, foi nomeado professor efetivo do Liceu da Horta, ilha do Faial, Açores, durante o ano letivo de 1947/1948.

Desde o ano letivo de 1948/1949 até ao de 1978/1979, exerceu as suas funções no Liceu Nacional do Funchal. Neste estabelecimento de ensino, foi diretor do 1.º ciclo no período de 1951 a 1954, do 2.º ciclo (3.º, 4.º e 5.º anos dos liceus) em 1955/1956 e do 3.º ciclo (6.º e 7.º anos) em 1959/1960.

Foi nomeado diretor de Instalações de Física pela portaria de 5 de setembro de 1950 para o ano letivo de 1950/1951 (*Diário do Governo*, n.º 223, Série II, 23 set. 1950), tendo tomado posse a 30 de setembro do mesmo ano.

Foi responsável pela gerência do conselho administrativo conjuntamente com o Dr. Paulo Ramos, o Dr. Horácio Bento de Gouveia e o Dr. Luís Pinto Canedo Morais, tendo sido vice-reitor no ano letivo de 1961/1962 (*Diário do Governo*, n.º 270, II Série, 19 out. 1961).

Orientou o estágio de Matemática em 1978/1979, para o que foi nomeado após a informação do presidente do Conselho Diretivo de onde transcrevemos as seguintes linhas: "Declaro que o professor Sérgio Valentim Camacho, efetivo do 8.º grupo, reúne todas as condições para o provimento do lugar de professor orientador de estágio do ramo clássico".

Do seu processo constam Polígonos de Frequências das classificações por período/turma e anuais, bem como os testes de avaliação dos seus alunos.

Licenciou-se em Ciências Matemáticas pela Univ. de Coimbra, com a classificação de 16 valores, e obteve 14 valores no exame de Estado.

Iniciou a sua carreira, como professor contratado, no Liceu Alexandre Herculano, no Porto, para o serviço de exames, entre 26 de junho e 30 de julho de 1941.

Pediu a aposentação a 31 de outubro de 1979, tendo obtido a pensão definitiva de aposentação a 28 de abril de 1982.

Bibliog.: Arquivo da Escola Secundária Jaime Moniz.

MARIA FRANCISCA TERESA SOUSA LINO DA SILVA

Câmara, Alfredo Bettencourt da

Professor e escritor madeirense, nascido a 21 de abril de 1857, na freguesia de Santa Maria Maior, no Funchal, filho de João Joaquim Bettencourt da Câmara, empregado da Administração do Concelho, e de Alexandrina Adelaide Bernes Bettencourt da Câmara, neto paterno de Tristão Joaquim Bettencourt da Câmara e de Rita Genoveva Bettencourt da Câmara, e materno de José Maria Bernes e Teresa Rosa Bernes.

Alfredo Bettencourt da Câmara foi professor particular da instrução primária, tendo publicado quatro obras de pendor pedagógico destinadas ao ensino primário, nomeadamente *Nova Tabuada, Sistema Métrico Decimal e Noções de Aritmética*, em 1904, *Gramática Portuguesa. Em harmonia com a Reforma Ortográfica ultimamente Publicada*, em 1912, obra adotada nas escolas de ensino primário, e *Exercícios sobre a Conjugação dos Verbos Regulares e Irregulares I e II*, em 1915.

O autor define *Gramática Portuguesa. Em harmonia com a Reforma Ortográfica Ultimamente Publicada* como sendo um "tratado que ensina as regras para falar e escrever corretamente a língua portuguesa" (CÂMARA, 1912, 3). Dividida em três capítulos principais, esta obra contempla as áreas de estudo da fonologia, da morfologia e da sintaxe, contendo, igualmente, conhecimentos básicos sobre verbos, palavras invariáveis, orações, vícios das orações, modelos de análise e exercícios de pontuação.

Destaque-se o livro *Nova Tabuada, Sistema Métrico Decimal e Noções de Aritmética*, deliberadamente produzido para uso das escolas primárias e que contém toda a informação essencial sobre o ensino da matemática no ensino primário. O seu conteúdo programático tem como temas os algarismos, as "tabuadas de somar, diminuir, multiplicar e dividir, unidades de diversas ordens e suas relações com a

unidade simples, unidade – número e suas espécies" (CÂMARA, 1904, índice), o modo de ler os números inteiros, a numeração romana, o sistema monetário, as frações ordinárias e decimais, o sistema métrico, as medidas lineares, de superfície, valor, capacidade e massa.

Homem esclarecido na história e apaixonado pela literatura, Alfredo Bettencourt da Câmara era descrito por Alfredo de Freitas Branco, visconde do Porto da Cruz, como sendo um homem "de grande cultura literária e […] um gramático distinto" (PORTO DA CRUZ, 1953, 36). Exerceu a atividade de docência no magistério primário privado durante muitos anos, tendo igualmente ensinado no Colégio Lisbonense, no Funchal.

Alfredo Bettencourt da Câmara faleceu a 26 de janeiro de 1921, aos 63 anos, na sua residência, na R. Imperatriz Dona Amélia, no Funchal, vítima de congestão pulmonar. Por altura da sua morte, a imprensa madeirense descreveu-o como homem dedicado, "tendo exercido o seu mister com notável proficiência e distinção" ("Os mortos", *DM*, 27 jan. 1921, 2).

Obras de Alfredo Bettencourt da Câmara: *Nova Tabuada, Sistema Métrico Decimal e Noções de Aritmética* (1904); *Gramática Portuguesa. Em harmonia com a Reforma Ortográfica ultimamente Publicada* (1912); *Exercícios sobre a Conjugação dos Verbos Regulares e Irregulares I e II* (1915).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Conservatória do Registo Civil do Funchal, Extrato de Registo de Óbito, liv. 1950, fl. 27v.; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Santa Maria Maior, liv. 2078, fls. 29-29v.; **impressa:** CÂMARA, Alfredo Bettencourt da, *Nova Tabuada, Sistema Métrico Decimal e Noções de Aritmética para Uso das Escolas Primárias*, 17.ª ed., s.l., Henrique A. Rodrigues & C.ª, Lda, 1904; *Id.*, *Gramática Portuguesa. Em harmonia com a Reforma Ortográfica ultimamente Publicada*, Funchal, Henrique A. Rodrigues & C.ª, Lda, 1912; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; "Os mortos", *Diário da Madeira*, 27 jan. 1921, p. 2; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953; "Registo civil", *Diário da Madeira*, 28 jan. 1921, p. 1; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1992; VIEIRA, Gilda França, e FREITAS, António Aragão de, *Madeira. Investigação Bibliográfica*, vol. I, Funchal, Centro de Apoio de Ciências Históricas, 1981.

ANDREIA CAROL DE CARVALHO
FERNANDA DE CASTRO

Câmara, António Bettencourt da

António Bettencourt da Câmara era natural da freguesia de São Pedro, concelho do Funchal. Nascido a 20 de janeiro de 1879, é o primeiro dos cinco filhos de José Joaquim Bettencourt da Câmara, tenente de Caçadores 12, e de Maria Rita Jardim da Câmara, proprietários em São Martinho, residentes ao sítio do Ribeiro Seco.

Filho de militar, segue a mesma carreira, iniciando aos 17 anos os estudos no Real Colégio Militar, onde frequenta o curso da arma de Infantaria. Assenta praça no Regimento de Cavalaria n.º 2 d'el-Rei, a 24 de julho de 1896, onde permanece até 10 de novembro de 1899, período em que é promovido a alferes, tornando-se, por decreto desta mesma data, aspirante a oficial do Regimento de Infantaria n.º 27. Aí, será professor do 2.º curso das escolas regimentais de Infantaria por períodos entre 1900 e 1904.

É alferes quando se casa aos 24 anos, a 31 de outubro de 1903, com Joana Sultana Abudarham, nascida no Funchal, mas registada com nacionalidade francesa no vice-consulado de França desta cidade, como seu pai e tios. O matrimónio realiza-se na conservatória da Administração do Concelho do Funchal e na sacristia da igreja de S. Pedro, tendo o facto de a noiva professar o culto israelita exigido a dispensa do impedimento *mista relegionis* do prelado diocesano. A morte inesperada de Jacob Abudarham, pai da noiva, em setembro poderá ter acelerado o casamento, do qual vêm a nascer duas filhas.



Ten.-Cor. António Bettencourt da Câmara, março de 1925 (ABM, Photographia Vicente).

É promovido a tenente por decreto de 1 de dezembro do último ano referido. A 27 de julho de 1908, é colocado no Regimento de Infantaria n.º 27. Por decreto de 15 de novembro de 1911, é promovido a capitão e, a 9 de dezembro de 1912, passa ao Estado-Maior de Infantaria, sendo encarregado da instrução militar preparatória desta arma no distrito administrativo do Funchal. Exerce o cargo de adjunto no Comando Militar da Madeira a partir de 8 de maio de 1915 e é promovido a major em 1917, por decreto de 27 de agosto, sendo colocado no regimento de Infantaria n.º 27. Passa à situação de adido quando lhe é concedida licença ilimitada por decreto de 27 de fevereiro de 1919 e ascende à patente de tenente-coronel por decreto de 18 de outubro de 1921.

Ao longo da carreira, recebe algumas condecorações. Enquanto major, em março de 1918, é proposto pelo comandante militar da Madeira para ser agraciado com a medalha de prata da classe de Comportamento Exemplar, recebida a 1 de junho desse ano. Conta ainda com a medalha de ouro comemorativa das campanhas do Exército Português, com a legenda "Funchal-Defesa Marítima 1916-1918", atribuída por via da lei n.º 1123, de 4 de março de 1921, e com a medalha da Vitória nos termos do dec. n.º 8993, de 17 de julho de 1923. Passa à situação de adido por lhe ter sido concedida licença ilimitada em fevereiro de 1919.

A par da sua carreira militar, é admitido, em 1901, como leitor no Gabinete de Leitura da Associação Comercial do Funchal, aproximando-se do mundo empresarial, meio onde se envolve por imperativos do falecimento de seu sogro. A 18 de junho de 1904, Meny Abudarham, último filho de Jacob e, à data, único representante da firma Viúva Abudarham & Filhos após o falecimento do pai, realiza, num cartório da cidade, um contrato de administração com António Justino Henriques de Freitas e o casal Bettencourt da Câmara, a quem entrega "a gerência e administração de todos os negócios" daquela firma (ABM, 3.º Cartório Notarial do Funchal, liv. 1408, fl. 66). António Bettencourt, com 25 anos, estaria, aparentemente, a iniciar-se na atividade empresarial da família, mas só a viria a praticar a tempo inteiro após aposentação militar. A concentração de esforços financeiros para a consolidação de empresas leva-o a associar-se, em fevereiro de 1908, a Max Abecassis, casado com Mary Abudarham, e a António Justino Henriques de Freitas, constituindo a firma Henriques & Câmara & C.ª Ld.ª, com sede na rua dos Ferreiros, n.º 115. A 9 de agosto de 1913, o casal Bettencourt da Câmara, através daquela firma, torna-se parte interessada noutra sociedade comercial constituída nesta data, denominada The Madeira Wine Association Limitada.

Tem o posto de major quando, a 14 junho de 1919, na Assembleia Geral da Associação Comercial e Industrial do Funchal (ACIF), convocada para eleição de novos corpos gerentes, é eleito seu presidente, numa equipa da qual fazem parte John Ernest Blandy (vice-presidente), José da Costa (tesoureiro), José Quirino de Castro, Leonídio Casimiro Cunha e Charles Blandy Cossart. Esta equipa conta ainda, segundo o *Diário de Notícias* do dia seguinte, com os empresários Carlos José Zino, Carlos de Almeida Fernandes e Manuel Jorge Pinto Correia. A direção tem a duração de um ano. A 28 de junho, após tornar-se presidente da ACIF, constitui, com John Frotingham Welsh e Ricardo Justino Henriques de Freitas, a Sociedade de Bordados da Madeira, Ld.ª, com sede na rua do Dr. Vieira, n.º 192, entrando assim noutro ramo de negócios da praça madeirense. Em 1925 toma, por cedência, as quotas dos irmãos Justino Henriques, que se desligam da Madeira Wine.

Com a instauração da Ditadura Militar, este tenente-coronel aposentado será nomeado em 1926, por alvará de 14 de agosto do novo governador civil do distrito, Francisco Luzignam de Azevedo, para fazer parte da comissão administrativa interina da Junta Geral do Distrito do Funchal, que também o indigita para a sua presidência. São vogais efetivos desta comissão Abel Magno de Vasconcelos (capitão), Alexandre da Cunha Telles, Samuel da Conceição Vieira (primeiro-tenente), Luís Portugal Rodrigues dos Santos e respetivos substitutos. Este foi um período muito instável para

os corpos administrativos. O governador civil apresenta o seu pedido de exoneração a 5 de março de 1927; na sequência deste pedido, e por solidariedade para com quem o nomeara, de quem era também amigo, António Bettencourt da Câmara apresenta idêntico pedido, no que é acompanhado por Alexandre da Cunha Telles e Luís Portugal Rodrigues dos Santos. São exonerados por alvará datado de 7 de março, do mesmo governador, que declara terem os demissionários exercido o cargo "com o mais acrisolado patriotismo, inexcedível zelo e comprovada competência" (ABM, Governo Civil do Funchal, liv. 83, fl. 194v.). A representação solicitando o regresso à Junta Geral deste grupo, apresentada a 31 de março ao novo governador civil e subscrita por inúmeras pessoas de todas as classes sociais da Ilha, não faz voltar Bettencourt da Câmara à presidência da comissão administrativa da Junta Geral.

Vem a falecer poucos meses após a demissão deste cargo, no qual, segundo o *Diário de Notícias*, este cidadão de "carácter impoluto" e "finíssimo trato, lhano, afável" "nunca quebrou a elegância mental e moral que o caracterizava, orientando toda a sua ação num alto sentimento de justiça e de utilidade coletiva" (*DN*, 1 set. 1927, 1). Um ano depois, o mesmo periódico acrescentaria que este homem de ação, de "inteligência lúcida e esclarecida […], deu provas da rigidez do seu carácter e do seu largo espírito de iniciativa pela forma como honrou o lugar […] À sua benéfica ação ficou devendo esta ilha valiosos e inestimáveis serviços", pelo que merece um "lugar de destaque no alto comércio desta ilha, tendo dedicado uma extraordinária atividade a favor do desenvolvimento e expansão da indústria dos vinhos da Madeira" e assumido um papel de muito relevo na promoção deste produto madeirense no estrangeiro (*DN*, 31 ago. 1928, 1).

Ao longo da sua vida de casado, viveu, primeiro, no beco de São Luís, freguesia de Santa Luzia; em 1919, no Muro da Coelha, São Roque; e, finalmente, na rua dos Ilhéus, n.º 29, freguesia de São Pedro, residência onde veio a falecer a 31 de agosto de 1927, com apenas 48 anos. Foi a sepultar no cemitério das Angústias.

Bibliog.: manuscrita: ABM, 1.º Cartório Notarial do Funchal, livs. 3171 e 3223; *Ibid*., 3.º Cartório Notarial do Funchal, livs. 1408 e 1429; *Ibid*., Governo Civil do Funchal, liv. 83, *Alvarás*, 1919-1927, fl. 175; *Ibid*., Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Secretaria, livs. 2264-2265, *Atas das Sessões da Comissão Executiva/Administrativa*, 1925-1928; *Ibid*., Registos Paroquiais, São Pedro, Batismos, liv. 1383; *Ibid*., Registos Paroquiais, São Pedro, Casamentos, liv. 6821-A; AHM, DIV/3/7/1620; **impressa:** "Associação Comercial do Funchal", *Diário de Notícias*, Funchal, 15 jun. 1919, p. 2; "Associação Comercial. Reunião da assembleia geral", *Diário de Notícias*, Funchal, 11 jun. 1919, p. 1; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; "Junta Geral do Funchal", *Diário de Notícias*, Funchal, 8 mar. 1927, p. 1; MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, 1978; MELO, Luís de Sousa, *Associação Comercial e Industrial do Funchal. Esboço Histórico (1836-1933)*, Funchal, Edicarte, 2002; SANTOS, Rui, "O cemitério israelita do Funchal", *Islenha*, n.º 10, jan.-jun. 1992, pp. 125-164; *Id*., "A família Abudarham no Funchal", *Islenha*, n.º 12, jan.-jun. 1997, pp. 108-140; "Tenente-coronel António Bettencourt da Câmara", *Diário de Notícias*, Funchal, 1 set. 1927, p. 1; 31 ago. 1928, p. 1.

MARIA DE FÁTIMA VIEIRA DE ABREU

Câmara, António de Carvalhal Esmeraldo e

Nasceu na Madeira, cerca de 1662. Desconhece-se parte do seu percurso de vida e aponta-se como data do seu falecimento aproximadamente 1731.

Muito pouco ou nada conhecida ficou a obra deste inspirado poeta seiscentista, com acérrimo interesse pelas letras. De ascendência fidalga, era filho de Simão Gonçalves da Câmara e



António de Carvalhal Esmeraldo e Câmara, aguarela da *Cithara de Aonio* (BNP, cód. 11521).

de Maria Correia, e recuperou o mesmo nome do avô paterno, António de Carvalhal Esmeraldo (casado com Jerónima Pereira). Parece ter crescido sem a presença do pai a partir de 1677, data em que aquele terá falecido.

Desempenhou o cargo de vereador da Câmara Municipal do Funchal (CMF) em 1727, cargo em que foi considerado indómito e temerário, e foi ainda fidalgo cavaleiro da Casa Real (por alvará de 1662). António Carvalhal, distinto membro dos Correias, era, por essa razão, homem dos principais da terra, como se comprova pelo desempenho do cargo de vereador e pela ocupação de alguns lugares na Misericórdia do Funchal, na qual, à semelhança de muitos dos seus colegas de vereação, foi escrivão de 1.ª condição em 1707, 1713, 1714, 1720 e informador em 1716, circunstâncias reveladoras do prestígio social de que usufruía. Com efeito, a passagem pela Misericórdia era muito significativa, sinónimo de elevado estatuto social, pois os 100 irmãos de 1.ª condição que a constituíam eram recrutados entre pessoas da mais elevada estirpe social, que precisavam de disponibilidade económica e presencial para se poderem dedicar às funções que lhes estavam cometidas.

Da amizade próxima com Henrique Noronha, a quem pediu a diligência de lhe corrigir a obra, resulta uma profunda dedicatória deste a António Carvalhal nas *Memórias Seculares e Eclesiásticas*: "Meu amigo. Estas Memórias que por obrigação dos Estatutos, se devem dedicar a El Rei, buscam primeiro na vossa correção, aquela decorosa emenda, com que devem aparecer em público reverentes; porque saindo da minha mão informes, só assim conseguiram nas vossas, pela doutrina, o carácter que por minhas desmerecem. E se por voto, se oferecem nas aras de uma Majestade Augusta, por afetos se dedicam a uma amizade recíproca" (NORONHA, 1996), retribuída por António Carvalhal, na página seguinte, com um soneto, que assina como A. A. Edo: "As Memórias da pátria Antiguidade/Contai Henrique e saiba o Tejo afano,/Se sois ArgolaLusa, Maropusulano,/Que Lípio também sois na nossa idade.// Para viver a par da eternidade/Grande assento vos deu se não me engano,/No seu Museu, Congresso soberano,/A Lusitana, e Régia Majestade.//Mas cale a minha Euterpe que se infama/Em querer requintar as vossas glórias,/ Por quem de balde sei quem vos aclama.// Da Real Academia entre as Histórias/Lá viverá eternal a vossa fama,/Por quem vão imortais estas Memórias" (*Id.*, *Ibid.*).

Com descendência dos Carvalhal, de Ponta Delgada, conhecida como a corte do Norte, pelo facto de aí ter existido um grupo significativo de famílias importantes com muitos interesses fundiários, a sua ascendência remonta a Manuel Afonso Sanha, seu 5.º avô, escudeiro do infante D. Fernando, 2.º senhor da Ilha e pai de D. Manuel I, que viera para a Madeira com comissões da Fazenda do Infante, fazendo o seu assento naquela freguesia, no tempo de Afonso V. O seu 3.º avô, António Carvalhal, "o das forças", fora cavaleiro do hábito de Cristo e fidalgo escudeiro, por mercê de D. Filipe I de Portugal e II de Castela, falecido em 1598.

Terá escolhido o pseudónimo Poeta Aónio, segundo António Aragão, pela relação direta à região da Grécia antiga, a Aónia, região da Beócia, de inspiração das musas e dos deuses, também cognome de Baco Hércules e Apolo; tal era o nome que os poetas atribuíam aos montes Parnaso e Hélicon, onde teria vivido Áon.

Julga-se que nunca terá saído da Ilha, local que só por si já o inspirava, recitando os seus poemas provavelmente acompanhado do som da viola. Contrariamente à ideia de que teria estado preso numa fortaleza por motivos amorosos, a julgar por elementos autobiográficos indiciados pelo soneto 42 da sua obra magistral, *Cithara de Aonio*, António Carvalhal, então vereador da cidade do Funchal, conheceu o cárcere em 1727, por um período aproximado de três anos, por desentendimentos político-religiosos, mais concretamente por ter defrontado o bispo, D. Fr. Manuel Coutinho, manifestando, juntamente com seu sobrinho, António Correia Lomelino (procurador do concelho), ideias contrárias às do prelado e conformes às da CMF no que respeitava às ordens e incumbências resultantes de um edital acerca da procissão do Corpo de Deus na cidade. Carvalhal e Lomelino nada mais fizeram do que acelerar

um conflito já mais ou menos latente entre o bispo e o senado funchalense, representativo da elite insular, denunciador de exigências do prelado. Entretanto, e com o conhecimento e consentimento de D. João V, que demorou cerca de três anos a pronunciar-se sobre este assunto delicado de índole regional, António Carvalhal obtém, finalmente, ordem para ser libertado, mas o seu estado débil de saúde não lhe permitiu resistir, vindo entretanto a falecer.

Apesar de não se ter casado, teve um descendente, a 18 de outubro de 1700, o P.e Félix Lucas de Carvalhal Esmeraldo (que se recusou a obedecer ao bispo na questão do exame para confessores e que veio a tornar-se procurador da Câmara, em Lisboa, representando o senado em causas contra o prelado). Lucas de Carvalhal foi um presbítero do hábito de S. Pedro que se dedicou com desvelo à compilação, ao arquivo, à correção e aos comentários dos poemas de seu pai, formando um manuscrito de 626 páginas intitulado *Cithara de Aonio, Poema Erótico Dividido em Seis Descantes* (ou assuntos, que surgem tematicamente distribuídos em cânticos: "Requebros", "Desprezos", "Carinhos", "Ciúmes", "Delícias" e "Lágrimas"), que esteve durante muito tempo na posse de António Aragão Correia (1921-2008), sendo depois depositado na Biblioteca Nacional. Desconhece-se outra obra produzida por António Carvalhal, para além de sonetos dispersos. António Aragão refere a existência de três volumes do autor em latim e português, mas esta hipótese parece pouco provável, uma vez que Félix Lucas de Carvalhal apenas refere na prefação (ver abaixo) que, "compondo com o natural furor e com o adquirido estilo nas Línguas Italiana, Castelhana, e na Portuguesa já em heroico e já em lírico Epitalâmios, Epicédios, Genetilíacos, Parenéticos, Epibaterions, Panegíricos, Perpenticons, Eucarísticos, Sotérias, e outras muitas obras como Festins, Loas, Bailes, Folias e Entremeses; de forma q. se fizesse coleção de todas as obras poéticas, que fez em vulgar, e em latim faria, sem encarecim.to, ou dúvida alguma, três grandes volumes" (BNP, Reservados, António do Carvalhal Esmeraldo, *Cythara*, "Prefação").

No *Catálogo de Manuscriptos* da Biblioteca Pública Eborense, existem alguns sonetos em português, outro em castelhano e um epigrama em latim, integrados numa compilação de poesias de vários autores, "em louvores dos sucessos gloriosos, e ações heroicas, que no Estado a Índia fez o Ex.mo Sr. Vasco Fernandes Cesar, Vice-Rei, e Capitão General daquele Estado: oferecidas ao Ex.mo Sr. Luiz Cesar de Menezes pelo P. M. Fr. Francisco Xavier de Santa Tereza, Leitor de terça era a Sagrada Teologia" (RIVARA, 1850). A *Gazeta de Lisboa Occidental* dá conta de uma notícia, confirmando que houve "um certame Poético intitulado: Triunfo Académico, dos melhores engenhos daquele povo" na ilha da Madeira (*Gazeta de Lisboa Occidental*, 12 ago. 1728), reproduzida por Teófilo Braga na *Arcádia Lusitana*, onde menciona que, a 24 de maio de 1728, nesse "Triunfo académico por ocasião ou em obséquio dos felices casamentos dos sereníssimos Príncipes dos Brasis e das Astúrias foi celebrada no palácio do governador da ilha da Madeira D. Filipe de Alarcão Mascarenhas, recitaram Epitalâmios, Epigramas latinos, Sonetos, Romances e Glosas, os seguintes personagens: Domingos de Sá Martins, P. António Pereira da Costa; F. António do Sacramento, António do Carvalhal Esmeraldo, Fr. Manoel da Visitação, Pedro Valente, Gregório Carlos Bettencourt, Fr. Manoel de San Thomaz e o Dr. Agostinho de Órnellas e Vasconcellos" (BRAGA, 1899). Teófilo Braga refere a existência destes textos manuscritos no acervo da Biblioteca Nacional, nos reservados da Coleção Pombalina, onde haverá epigramas latinos, uma glosa e sonetos epitalâmicos da autoria de António de Carvalhal Esmeraldo.

Segundo António Aragão, o manuscrito ainda desconhecido de Carvalhal, *Cithara de Aonio*, foi encontrado no Convento de S.ta Clara. Trata-se, de facto, de uma preciosidade literária, "em ótimo estado de conservação, capa de cabedal, com lombada larga, dourada a ouro fino, e caligrafia que se desenvolve sempre num desenho muito certo, claro e cuidado" (ARAGÃO, 1964, 34). Outra informação curiosa que nos fornece é a de que, por altura do terramoto de Lisboa (1755), o

P.e Félix Lucas de Carvalhal se encontrava retirado num convento, conseguindo salvar-se, e consigo o texto, como se tivesse feito promessa a seu pai, por quem nutria uma enorme admiração, como o afirma no prefácio, e que lhe confiou a tarefa de escriba, de emendar e reformar a obra, tal a confiança e crença na sua erudição e nos seus méritos literários. Esse manuscrito, no qual se contam 50 sonetos caracteristicamente heroicos e elegíacos, corrigidos, respondidos ou comentados, inicia-se com um longo prefácio ("Prefação – segundo o original: Ao Poema Erótico intitulado *Cithara de Aonio*"), pela mão de Félix Lucas de Carvalhal, com mais de 100 páginas, enlaçado por notas ou reformas aconselhadas, laterais e em rodapé, que inclui a transcrição de citações de clássicos, como Ovídio, Vergílio, Horácio, Séneca, Plauto, comparando-os com grandes poetas seus contemporâneos. Inclui poemas e louvores de amigos dirigidos a António Carvalhal e, em nota de abertura, a dedicatória de Carvalhal a Henrique Noronha Pina (Lício) e a Francisco de Vasconcelos Coutinho.

No longo prefácio que Lucas de Carvalhal Esmeraldo dedica ao pai, apoiado nos autores clássicos e confrontando-o com os da época que opinaram sobre a sua escrita, diz que "se dá uma breve notícia de A. deste Poema, em que, para o eximir da Rigorosa censura, se declara o motivo, que teve p.a fazer os Sonetos, e Razões que o precisaram a ordenar delas o mesmo Poema, em que se faz juízo Apologético sobre as palavras […], por serem sem necessidade de novo inventadas, em q. finalm.te se pede ao sapientíssimo e erudito N. a Revisão desta poética obra, e a emenda dos seus defeitos, erros, e vícios, sobre os quais também superficialm.te se toca. António de Carvalhal Esmeraldo, Cavaleiro da Casa de Sua Majest., por alvará passado no ano de 1676, […] natural da Ilha da Madeira, a versar e instruir-se nas Universidades, Colégios e nas Academias […], sabia as Línguas Francesa, Italiana, Castelhana e Portuguesa […] tinha bebido das fontes da poesia as puras lições […] e os graves estilos das melhores Musas […], compunha com elegância Poemas Heroicos, Elegíacas e Líricas, que eram com louvor aprovados, não só pelos naturais, mas ainda pelos melhores Poetas Portugueses, e Latinos, que passavam desta Corte p.a aquela Ilha. Igualmente foi inclinado à poesia vulgar, e ainda que a natureza p.ª esta o considerava, com tudo, como ignorava os primores, e preceitos da arte, p.ª com a melhor arte a exercitar, se lhe fez preciso aprendê-los, não pelas Artes métricas, ou versificatórias […] mas sim pela Arte Poética de Aristóteles, de Horácio […] como também na Poetic. Aristot. de Paulo Belini, de António Minturo, de Moratori, e pelas de outros, que todos estes, com os magistrais, e mais famigerados poetas […] se instruía na lição deles, lhe ia está dispondo, e facilmente com Entusiasmo, porque assim como o estudo sem engenho não faz o poeta, assim também não o faz a natureza sem arte, […] porque para conseguir está, por meio de estudo, muito neste, p.ra com mais ligeiro curso alcançar a arte por prémio" (BNP, Reservados, António do Carvalhal Esmeraldo, *Cythara*, "Prefação"). Alude-se, nesta extensa introdução, ao facto de que António de Carvalhal fora, por diversas vezes, e pelos seus melhores conselheiros poéticos e amigos, aconselhado a publicar estas suas composições, revestidas de talento e erudição. Contudo, recusava-o com os sólidos fundamentos de que certamente serviria mais de descrédito do que de abono aos seus sérios e adiantados anos, porque nesta obra se publicariam somente as verduras da sua mocidade, do quanto nesta fizera, tão cheias de puerilidade, certamente considerando-as incapazes desse êxito, por poderem "ofender o paladar com o seu amargo mel" (*Id.*, *Ibid.*). Mais adiante, surge-nos a informação de que Lucas de Carvalhal Esmeraldo ponderou alterar o título da obra atribuído por seu pai, alvitrando outras possibilidades, fundamentalmente com receio dos censores. Contudo, a obra *Chitara de Aonio* manteve a designação original: *Cithara de Aonio, Poema Erótico Que Compunha e Escrevia Antonio de Carvalhal Esmeraldo, Fidalgo Cavalleiro da Caza de Sua Magestade Fidellissima.*

António Carvalhal poderá ser recordado como o poeta aflito e perdido de amor

platónico, de fina lira infeliz, mas de irrequieta sensibilidade, autor de mui belos sonetos de inspiração clássica firme e elevada, bem ao tom de uma *Fenix Renascida ou Obras Poéticas dos Melhores Engenhos Portugueses*. Como ele próprio se autocaracteriza, na dedicatória da sua *Cithara*, "um fino namorado, outro verso achado em penas, se de amor perdido" (BNP, Reservados, António do Carvalhal Esmeraldo, *Cythara*). O manuscrito deste desconhecido e inspirado poeta madeirense, que, segundo Noronha, foi um bom poeta, em tudo constitui um marco nas mais antigas poesias insulares barrocas, se não nas primeiras de que se tem conhecimento.

Obras de António de Carvalhal Esmeraldo e Câmara: *Cithara de Aonio. Poema Erótico Dividido em Seis Descantes.*

Bibliog.: manuscrita: BNP, Coleção Pombalina, Miscelâneas, n.º 126, fls. 152--174; *Ibid.*, reservados, cód. 11521, António do Carvalhal Esmeraldo, *Cithara de Aonio. Poema Erótico Dividido em Seis Descantes*; **impressa:** ARAGÃO, António, "António de Carvalhal Esmeraldo, Aónio. Desconhecido e inspirado poeta madeirense que viveu na época de Seiscentos", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 6, n.º 34, 1964, pp. 33-35; BORGES, Ângela *et al.*, *Antologia Literária, Madeira. Sécs. XVII e XVIII*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1987; BOTELHO, Sebastião José X., *História Verdadeira dos Acontecimentos da Ilha da Madeira depois de Memorável Dia 28 de Janeiro, Escrita por Ordem Chronolgica por Sebastiaõ José Xavier Botelho e Comprovada com Testemunhos da Melhor Fé dos Seus Empregos, Jerarquia e Independencia para Destruir Hum Libello Famoso Impresso em Londres por Hum Cidadaõ Funchelense*, Lisboa, Officina de António Rodrigues Galhardo, 1821; BRAGA, Teófilo, *História da Literatura Portuguesa. Arcádia Lusitana*, Lisboa, Imprensa Moderna, 1899; *A Fenix Renascida ou Obras Poeticas dos Melhores Engenhos Portuguezes*, 2.ª impr. acrescentada por Mathias Pereira da Sylva, Lisboa, Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1746; *Gazeta de Lisboa*, 21 jul. 1832; *Gazeta de Lisboa Occidental*, 12 ago. 1728; JARDIM, Maria Dina dos Ramos, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal. Século XVIII*, Funchal, CEHA, 1996; MARINO, Luís, *Musa Insular: Poetas da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 1959; NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário da Ilha da Madeira*, São Paulo, Revista Genealógica Brasileira, 1948; *Id.*, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal, na Ilha da Madeira*, transcr. e notas Alberto Vieira, Funchal, CEHA, 1996; RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, *Catálogo de Manuscriptos da Biblioteca Pública Eborense, Que Comprehende a Noticia dos Codices e Papeis Relativos ás Cousas da America, Africa e Asia*, t. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Typ. Esperança, 1965; TRINDADE, Ana Cristina Machado, *Plantar Nova Christandade. Um Desígnio Jacobeu para a Diocese do Funchal. O Episcopado de D. Frei Manuel Coutinho. 1725-1741*, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Universidade da Madeira, Funchal, texto policopiado, 2011.

HELENA PAULA F. S. BORGES

Câmara, António Rosa da

António Rosa da Câmara nasceu a 4 de setembro de 1915 na freguesia de São Pedro, Funchal, filho de António Agostinho Câmara e de Guilhermina da Conceição Câmara. Morreu a 7 de fevereiro de 1982 no Funchal.

Foi ordenado presbítero a 23 de setembro de 1939, celebrando missa nova no dia seguinte e passando a ser conhecido como Rev. P.e Rosa. Logo a partir desse ano, tornou-se professor e prefeito do Seminário Diocesano do Funchal.

O sacerdote diocesano foi, a partir da déc. de 40, vigário no Caniço (Santa Cruz). Em 1954, é-lhe dedicada uma publicação intitulada *Versos de Homenagem ao Rev.º Padre António Rosa Câmara*, da autoria de uma paroquiana anónima (M. J. C.), que, em 16 páginas e 112 quadras, relata a tristeza da perda do padre, que partiu para outra paróquia, o desejo do seu regresso e as suas várias obras e ações na paróquia, entre outras: alterações numa capela da Mãe de Deus (para o financiamento da qual se editava aquele livro), organização de concertos na casa paroquial, construção de um escritório, compra de paramentos novos, renovação das sacristias e do sacrário de Jesus, construção de uma corredoura para o púlpito e de uma sede de reuniões, compra de um motor e de bancos para a igreja, construção de novos confessionários, renovação dos passos da via-sacra e das portas de guarda-vento, compra de uma figura de St. Antão (orago da freguesia) e outra de Nossa Senhora de Fátima, renovações nas figuras da Senhora do Livramento e de St. António, compra de uma figura de S. João de Brito, colocação de novas árvores e de um assento à frente da igreja, de azulejos com representações do Coração de Maria e de Jesus Deus humanado perto da entrada da igreja e de azulejos com a Imaculada Conceição nas fontes. A par do P.e Rosa, saíram também o P.e Camacho e o P.e Alfredo.

Foi ainda pároco na Ribeira Brava (de 1956 a 1960, ano em que se dá a cisão da paróquia em três, tendo como cura Joaquim Roque F. Dantas), em Santo António (Funchal), na Visitação (Funchal), em São Pedro (a partir de 29 de setembro de 1966), da Sagrada Família (Funchal) e em São José (desde 30 de setembro de 1969).

Foi nomeado vogal da Comissão Diocesana de Liturgia e Música Sacra a 6 de outubro de 1967 e, no ano seguinte, a 13 de julho, foi apontado como cónego honorário da Sé do Funchal. Mais tarde, mandou reconstruir a

casa paroquial de S. Pedro, em mau estado de conservação.

António Rosa da Câmara faleceu aos 66 anos. A missa de corpo presente realizou-se na igreja de S. Pedro e foi celebrada pelo vigário-geral da Diocese em representação do bispo do Funchal, D. Francisco Santana, que se encontrava gravemente doente e viria a morrer no mês seguinte. Atualmente, o seu corpo repousa no cemitério de N.ª Sr.ª das Angústias, em São Martinho, Funchal.

Bibliog.: impressa: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; MATOS, António Marinho, *Ribeira Brava. Evangelização, Devoção e Património Cultural. Subsídios para a História da Sua Paróquia*, Funchal, Diocese do Funchal, 2003; M. J. C., *Versos de Homenagem ao Rev.º Padre António Rosa Câmara, Ex-Vigário da Freguesia do Caniço, em benefício das Obras da Capela da Mãe de Deus/Funchal*, Funchal, Tip. Comercial, 1954; RIBEIRO, João Adriano, *Arciprestado de Ribeira Brava e Ponta do Sol*, org. Diocese do Funchal, Ribeira Brava/Ponta do Sol, Arciprestado-Fábrica Paroquial dos Canhas, 2012; **digital:** "História", *Seminário Diocesano do Funchal*, s.d.: http://www.seminariofunchal.com/historia (acedido a 26 out. 2018).

Catarina Encarnação Pereira

Câmara, Cândido Álvaro

Nasceu no Porto Santo em 1867 e faleceu em Lisboa em 1945. Foi oficial do Exército, tendo ocupado os postos de tenente e capitão do Regimento de Infantaria 27. À data da sua morte, ocupava o posto de coronel.

Foi prosador, dedicando-se ao estudo do folclore madeirense e de outros assuntos regionais, que divulgava através das suas colaborações regulares no *Diário da Madeira* e no *Diário do Comércio*.

Também foi poeta, tendo publicado diversos poemas em vários jornais madeirenses. Neste âmbito, foi ainda colaborador fixo da *Revista Madeirense*, um periódico semanal que, em 84 números vindos à estampa entre junho de 1901 e julho de 1902, visou dar a conhecer a literatura, o comércio, a agricultura e a indústria do arquipélago. Publicou, na secção "Artes & Letras", os poemas "Rústica: mas quem?", "Ruínas", "O moinho velho", "Santelmo", "Joeiras", "Retábulo", "Espírito gentil" e "A morte do clarim". Na secção "Lira madeirense", destaca-se o seu poema "A apanha da cana". Nestes poemas, manifestou e reforçou a sua especial sensibilidade pela cultura popular, rural e regional, já expressa na prosa jornalística.

É de mencionar ainda a sua tradução do drama *A Casa da Boneca*, de Henrik Ibsen, que foi publicada na *Revista Madeirense* a 14 de abril de 1901.

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983.

António Moniz

Câmara de Lobos

Câmara de Lobos apresenta uma ligação muito evidente com a família do primeiro capitão do Funchal e com o início da ocupação do arquipélago. O nome da baía e do lugar terá sido inspirado pela provável abundância de lobos-marinhos (*Monachus monachus*) que os navegadores, acompanhantes de João Gonçalves Zarco, teriam visto numa furna. O topónimo foi, depois, integrado no nome de João Gonçalves Zarco (c. 1390-1471), quando recebeu a carta de armas de 4 de julho de 1460, que lhe atribuiu o apelido de "Câmara de Lobos", embora depois os descendentes tenham usado apenas o de "Câmara".

Diz o cronista Gaspar Frutuoso (1522-1591) que "em uma rocha delgada à maneira de ponta baixa, que entra muito no mar; e entre esta rocha e outra fica um braço de mar em remanso, onde a natureza fez uma grande lapa, ao modo de câmara de pedra e rocha viva. Aqui se meteram com os batéis e acharam tantos lobos-marinhos, que era um espanto; e não foi pequeno refresco, e passatempo para a gente; porque mataram muitos deles, e tiveram na matança muito prazer e festa. Pelo que o Cap. João Gonçalves deu nome a este remanso Câmara de Lobos, donde tomou o apelido, […] e deste lugar tomou suas armas, que El-Rei lhe deu, tornando ao reino" (FRUTUOSO, 2008, 39-40). Esta descrição levanta hoje dúvidas a alguns investigadores, pois não consta assim da inicial descrição de Alcoforado, "que foi a tudo presente", e teria sido acrescentada pelo Cón. Jerónimo Dias Leite (c. 1537-c. 1593), mais de 150 anos depois, após ter estado



Fig. 1 – Vista geral da cidade de Câmara de Lobos (fotografia de Bernardes Franco, 2017).

como capelão em Arguim, onde, aí sim, eram os lobos-marinhos abundantes e se praticava a sua caça.

Para além deste episódio, deve-se considerar que o território deste concelho foi marcado pela imponência do cabo Girão, uma referência na paisagem madeirense. A designação, segundo a tradição, resultou do facto de os navegadores, no séc. xv, ao chegarem à Ilha na primeira viagem de reconhecimento, terem feito o retorno ou giro ao ponto de partida. Um dos testemunhos mais importantes foi dado, em 1854, por Isabella de França (1797-1880): "É impressionante olhar para tamanha altura, com os penhascos vermelhos a brilhar a luz, como se fossem os limites de um céu que pendesse sobre outro mundo para lá do nosso. Sucedia-se uma longa fila de rochas sobranceiras ao mar, de altitude variável e aqui e ali aplanadas em manchas de vinhedos e outras culturas. Havia camponeses a trabalhar em sítios onde parecia não existir espaço para assentar um pé; dir-se-ia que estavam colados à rocha. Na verdade, só os poderia comparar a moscas deslocando-se num espelho, e, no entanto, moviam-se cá e lá e andavam acima e abaixo como se tivessem o poder de sustentar-se no ar, independentes de todas as leis da locomoção humana" (FRANÇA, 1970, 90-91).

A proximidade deste território ao Funchal sempre impediu que Câmara de Lobos ganhasse a importância devida em termos administrativos, mantendo-se como uma periferia agrícola distante do município funchalense até 1835, altura em que assumiu autonomia municipal. Em 1817, Paulo Dias de Almeida (c. 1778-1832) referia que, embora sendo "um dos lugares mais bem povoados e o mais próximo



Fig. 2 – Cabo Girão, óleo de John Fredrick Eckersberg, 1852 (Museu Quinta das Cruzes).

da cidade, está inteiramente sem defesa e muito sujeito a ser saqueado por qualquer corsário de pequena força" (CARITA, 1982, 60), provando a pouca atenção e a situação de abandono que persistiam em princípios do séc. XIX. A criação do município, em 1835, porém, seria um caminho para a sua valorização e rápida afirmação.

Concelho de Câmara de Lobos

A separação do Funchal foi uma das mais antigas reivindicações, mas tardou a acontecer. A sede da capitania era muito distante, o que prejudicava os interesses dos moradores deste lugar, sobretudo no que tocava à justiça, "que lhes é grande opressão e perdimento de suas fazendas", o que vem justificar a intenção de "fazer jurisdição sobre si". O infante D. Fernando (1433-1470), contudo, em sentença de 6 de agosto de 1468, determinou que o lugar de Câmara de Lobos deveria continuar a ser "termo e jurisdição da vila do Funchal" (SILVA, 1995, I, 661). A pretensão das populações de Câmara de Lobos a um estatuto concelhio só veio a ser concretizada pela portaria de 25 de maio de 1835, que estabeleceu uma reestruturação da estrutura municipal madeirense. Até então, os funcionários com jurisdição para atuar naquele território limitavam-se a juízes pedâneos, *i.e.*, que julgavam de pé, e, depois, a um juiz e a um alcaide do lugar, documentados a partir de princípios do séc. XVI.



Fig. 3 – Câmara de Lobos, litografia aguarelada de Andrew Picken, 1842 (Secretaria Regional de Turismo e Cultura).

Foi com a alteração da situação política do Liberalismo, com reflexos no poder local, que foram criados os novos municípios de Câmara de Lobos, Santana e Porto Moniz. De acordo com o *Elucidário Madeirense* (1978), a instalação do concelho ocorreu a 16 de outubro de 1835, mas as investigações de Manuel Pedro de Freitas conduziram à retificação desta data, estabelecendo, como fundador, o dia 4 de outubro, data de registo da primeira ata das eleições e de juramento dos oficiais eleitos. Esta sessão decorreu na sacristia da igreja de S. Sebastião, em Câmara de Lobos, sendo a mesa eleitoral presidida por João Crisóstomo Urel, vereador da Câmara do Funchal. Por força desta circunstância, o dia do concelho, que, desde 1977, era assinalado a 16 de outubro, passou a ser celebrado a 4 de outubro.

Com o tempo, a sua jurisdição territorial foi sendo alterada. A 6 de maio de 1914, a freguesia do Campanário passou para a jurisdição do concelho da Ribeira Brava, entretanto criado. A 15 de setembro de 1994, a sede da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos foi elevada à categoria de vila, e, a 3 de agosto de 1996, a sede do concelho passou à categoria de cidade. O município tinha sido constituído pelas freguesias de Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, Jardim da Serra, Curral das Freiras e Quinta Grande, que tinham estado integradas no Funchal.

A valorização económica do espaço e a consciência política dessa elite favoreceram a nova

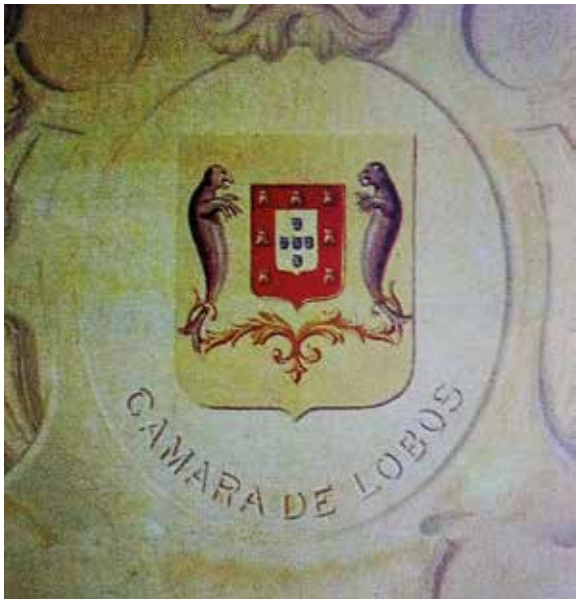


Fig. 4 – Armas da antiga vila de Câmara de Lobos, teto do antigo salão nobre do palácio da Encarnação da Junta Geral, 1921 (arquivo particular).

realidade e a afirmação do município, pelo que, de acordo com recolha de Manuel Pedro de Freitas (1999), a galeria de todos aqueles que exerceram o cargo de presidente é maioritariamente originária das freguesias de Câmara de Lobos e de Estreito de Câmara de Lobos.

A tardia valorização da utilização dos elementos heráldicos resultou, em princípio, do pouco interesse que os mesmos assumiam em termos práticos no quotidiano. Embora se tenha documentado um vago brasão de armas do concelho desde 1921, num dos tetos pintados do antigo salão do palácio da Encarnação da Junta Geral, no Funchal, só em 1940, por ocasião da Exposição do Mundo Português, se sentiu a necessidade de dispor da heráldica do concelho, que foi aprovada em sessão camarária de 6 de setembro de 1944, e do estandarte, em março de 1949. Sinal desse desinteresse é a publicação do brasão de armas somente no *Diário do Governo* de 4 de janeiro de 1957 (n.º 3, série II). A última alteração foi de 9 de janeiro de 1997, por força da elevação do lugar de Câmara de Lobos à categoria de cidade, surgindo as quatro torres acasteladas. Estas armas apresentam dois lobos-marinhos, em memória do primeiro encontro dos Portugueses com a futura Câmara de Lobos.

Organização do povoamento

Nos primeiros tempos do povoamento, o futuro capitão do Funchal deve ter considerado a hipótese de estabelecer aqui a sua primeira morada, sendo, depois, preterida em favor do Funchal. Diz o cronista Gaspar Frutuoso: "Chegando a um alto sobre a Câmara de Lobos, traçou ali onde se fizesse uma igreja do Espírito Santo; passando mais abaixo a umas serras muito altas, ali traçou outra igreja da Vera Cruz. E todos estes altos tomou para seus herdeiros". A proximidade e o crescimento do Funchal conduziram à dependência de Câmara de Lobos, cuja zona urbanizada se caracterizava, segundo o cronista, como pequena, tendo "duzentos fogos e uma só rua principal e muito comprida, e, no cabo dela, a igreja, muito boa e bem consertada" (FRUTUOSO, 1968, 87 e 122).

O processo de povoamento começou a partir da baía e foi, com o tempo, subindo a encosta e alargando-se para poente. Assim, o lugar do Estreito de Câmara de Lobos deverá ter começado em 1440, com o eremitério dos Franciscanos, tendo rapidamente ganhado importância, pois em 1460 já existia uma capelania, e a paróquia terá sido criada entre 1515 e 1520.

A freguesia da Quinta Grande foi criada a 24 de julho de 1848, definindo-se o seu território por áreas desanexadas às freguesias de Câmara de Lobos e do Campanário. A 8 de fevereiro de 1820, havia sido elevada à categoria de curato. A designação "Quinta Grande" é anterior aos Jesuítas, pois em 1501 a área era já referida como a Quinta do Cabo Girão, sendo propriedade de João Gonçalves da Câmara



Fig. 5 – Armas da cidade de Câmara de Lobos, 1957 e 1997.



Fig. 6 – Qt. do Jardim da Serra, litografia inglesa aguarelada, c. 1850 (Casa-Museu Frederico de Freitas).

(c. 1414-1501), filho de Zarco, que a passou ao seu filho Manuel de Noronha. Sobre esta quinta, refere o cronista: "Tem esta quinta boas terras de canas e de trigo e centeio, mas vinhas poucas, por ser a terra alta, ainda que ao longo do mar tem o mesmo Luís de Noronha uma fajã de grande pomar e vinhas de muito preço, e passatempo, que dá cada ano 40, 50 pipas de malvasias. E está a ribeira dos Melões, que parece que os há naquela parte muitos e, sobretudo, estremados, que dá também muitas canas e, em parte, algumas vinhas" (*Id.*, *Ibid.*, 123).

A capela da Vera Cruz é atribuída à família dos capitães do Funchal. Mas, certamente, o facto de toda a área ter sido propriedade dos Jesuítas, entre os sécs. XVI e XVIII, não deverá ser alheio à perpetuação do seu nome de "Quinta dos Jesuítas". Esta foi-lhes vendida a 27 de abril de 1595, por Fernão Gonçalves da Câmara. Diz-se que o sítio da quinta era onde estava situada a casa e capela dos Jesuítas. Todavia, em 1770, depois do confisco dos bens daqueles, passou ao domínio privado, por venda em hasta pública.

O Curral das Freiras foi buscar o nome ao facto de a propriedade ter integrado o dote de freiras da família Câmara, quando do seu ingresso no recém-fundado Convento de S.ta Clara. O sítio estava dedicado a pastagens de gado, das quais as freiras do Convento passaram a tirar um elevado benefício em carne e manteiga para o seu consumo diário. A tradição aponta que, em 1566, quando do assalto de B. de Montluc ao Funchal, as freiras se teriam escondido nesta sua quinta. Diz o cronista Gaspar Frutuoso: "As freiras e o Curado, com alguns frades e o homem que as defendeu, enquanto isto do baluarte passou, saíram por entre os canaviais e se acolheram e não pararam até o seu Curral, que dista bom pedaço da cidade, e, assim se foram, deixando tudo no mosteiro, sem salvar nenhum ornamento; salvo a custódia do Santíssimo Sacramento, que um padre comungou, e alguns cálices, que puderam levar nas mangas, tudo o mais foi roubado" (*Id.*, *Ibid.*, 345). As terras do Curral haviam sido doadas por João Gonçalves Zarco a João Ferreira, mas, em 1480, passaram, por venda, para a posse do capitão-donatário João Gonçalves da Câmara, que as entregou ao Convento, como dote das filhas Elvira e Joana, dando assim início à posse por aquela comunidade. Em termos de jurisdição paroquial, pertencia à freguesia de Santo António, mas, a 17 de março de 1790, assumiu o estatuto de paróquia independente.

O Jardim da Serra tem o seu nome tradicionalmente ligado ao cônsul inglês Henry Veitch, que ali fez construir uma quinta com um jardim, que deslumbravam todos os que ali passavam, embora o *Diário de Notícias* de 13 de outubro de 1903 se limite a indicar que o topónimo decorre apenas do facto de ser "um vale de montanhas no interior que mereceu este nome por força da vegetação que o reveste". A freguesia só foi criada a 5 de julho de 1996, no local da paróquia de São Tiago, criada em 1961.

Em meados do séc. XX, por iniciativa de D. David de Sousa (1957-1965), bispo da Diocese do Funchal, o arciprestado de Câmara de Lobos apresentou nove paróquias, resultantes da reforma de 24 de novembro de 1960: as quatro paróquias anteriores de Câmara de Lobos, orago de S. Sebastião (1430?); a do Estreito de Câmara de Lobos, de Nossa Senhora da Graça (1509?); a do Curral das Freiras, de Nossa Senhora do Livramento (17 de março de 1790); e a da Quinta Grande, de Nossa Senhora dos Remédios (24 de julho de 1848); e as novas cinco, pela divisão de Câmara de Lobos em três paróquias (Câmara de Lobos, Carmo e Santa Cecília) e do Estreito de Câmara de Lobos em mais quatro (a antiga do Estreito de Câmara de Lobos e as novas paróquias de Nossa Senhora da Encarnação; do Garachico, com invocação de Nossa Senhora do Bom Sucesso; e de São Tiago). Quanto à paróquia da Quinta Grande, só seria alvo de alterações em termos de área geográfica.

Nos princípios do séc. XXI, o município era constituído pelas freguesias civis administrativas de Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, Curral das Freiras, Quinta Grande e Jardim da Serra (5 de julho de 1996).

Sociedade

O lugar de Câmara de Lobos começou o povoamento no tempo de João Gonçalves Zarco, que ali distribuiu terras a alguns dos seus companheiros. Através dos livros de manifesto da produção do vinho e da receita do subsídio literário, que recaía sobre o mesmo, é possível rastrear esta realidade e estabelecer uma ideia da elite fundiária. Recorde-se que a área que vai do Funchal ao Campanário, que inclui a área de Câmara de Lobos, foi dominada por terras de morgadio. Assim, num registo para 1819-1834, tinham-se estabelecido mais 12 morgados em Câmara de Lobos, a acrescentar aos preexistentes. Podemos destacar os mais importantes: do visconde de Torre Bela, de João de Carvalhal, de Aires de Ornelas e Vasconcelos, de João da Câmara Leme, de José Ferreira, de António Ferreira, de Carlos Vicente, de Henrique Fernandes e de Fernando da Câmara. Nestas terras, predominou o contrato de colonia, sendo de assinalar que, em 1829, o número de senhorios era superior a 30, com

especial realce para Pedro Santana, o visconde de Torre Bela, e João da Câmara.

O crescimento demográfico da área do concelho foi atestado em diversos momentos por múltiplos testemunhos, desde que Frutuoso a descrevera como tendo 200 fogos. Em 1598, o "recenseamento dos fogos" diz que "no Lugar de Câmara de Lobos há a igreja principal de S. Sebastião e duas ermidas: N.ª Sr.ª da Conceição, que foi a segunda igreja que nesta se fez, e a do Espírito Santo. Tem logo fora do lugar um mosteiro de S. Bernardino, com 10 a 12 religiosos. […]. Tem este lugar 134 fogos e 510 almas de sacramento […]. No Estreito sobre Câmara de Lobos está a freguesia de Nossa Senhora da Graça, que tem 97 fogos e 404 pessoas de confissão" (CARITA, 1991, 235 e 239).

Em 1722, Henrique Henriques de Noronha (1667-1730), natural deste lugar, descreveu assim Câmara de Lobos: "No seu porto faz este lugar uma baía, acompanhada por uma e outra parte de rocha, com 170 passos de largo, a tiro de mosquete pelo mar dentro, compõem-se de uma só, mas grande rua, que principia no desembarcadoiro, onde está uma boa Igreja de N.ª Sr.ª da Conceição, e se termina na da Paróquia da invocação de S. Sebastião, Igreja colegiada hoje de moderno reedificada. Tem Vigário, Cura, quatro Beneficiados, Tesoureiro, e organista; compreende 390 fogos, com 1820 almas […] Por cima deste lugar fica outra freguesia que chamam do Estreito de Câmara de Lobos, mais para o sertão; cuja paróquia é da invocação de N.ª Sr.ª da Graça; tem um Vigário, e Cura; que administram os Sacramentos a 1048 almas, em 288 casas dispersas; no seu distrito estão as ermidas de S. António, de N.ª Sr.ª da Encarnação, e do Socorro" (NORONHA, 1996, 223-224).

Paulo Dias de Almeida, em princípios do séc. XIX, referiu o lugar de Câmara de Lobos como "sendo este um dos lugares mais bem povoados e o mais próximo da cidade […]. Compreende duas freguesias com 6550 habitantes, 1348 fogos, 1642 pipas de vinho e 92 moios de trigo e centeio" (CARITA, 1982, 60 e 79).



Fig. 7 – Convento de S. Bernardino depois das obras de reabilitação de 2014 a 2015 (arquivo particular).

Economia e riqueza dos recursos

Câmara de Lobos é um concelho que se divide entre o mar e a terra. As populações ribeirinhas, aproveitando as condições da baía, têm-se dedicado à pesca, nomeadamente do peixe-espada. É tradição do local a indústria da secagem da gata, um peixe que vem com a captura do principal. No princípio, porém, era um local agrícola, dizendo-se mesmo que ali se plantaram as primeiras videiras, a que se seguiram os canaviais. A maior valorização agrícola do território aconteceu, de forma particular, a partir de 1952, com a abertura da levada do Norte, que possibilitou o desenvolvimento de culturas de regadio. Daí que o ato de inauguração da levada tivesse sido muito celebrado pela população da Quinta Grande, do Estreito e de Câmara de Lobos. Refere, assim, Gaspar Frutuoso: "Tem mais dois engenhos de açúcar, um, que foi de António Correia, e outro de Duarte Mendes, e muitas canas e vinhas de boas malvasias, e muitas frutas de toda sorte, e muita água". E, encosta acima, assinala "os pomares do Estreito, que têm muita castanha e noz, e peros de toda sorte muito doces, e vinhas e criações" (FRUTUOSO, 1968, 120 e 122).

A concorrência do açúcar das restantes áreas produtoras do Atlântico, bem como a peste de 1526 e a falta de mão de obra, apenas veio a agravar a situação de queda. A tudo isto acresceu, em finais do século XVI, os efeitos do bicho sobre os canaviais, como foi testemunhado para os anos de 1593 e 1602. O último quartel do século foi o momento de viragem para culturas de maior rendibilidade, como a vinha. A documentação testemunha a mudança. Assim, em 1571, Jorge Vaz, de Câmara de Lobos, declarou, em testamento, um chão que "sempre andou de canas e agora mando que se ponha de malvasia para dar mais proveito" (ABM, Juízo dos Resíduos e Capelas, fls. 499v.-500v.).

Há, ainda assim, uma continuidade da cultura açucareira nas centúrias seguintes. Em Câmara de Lobos verificou-se a presença de vários engenhos, de que não restam vestígios. Um dos mais antigos estava no sítio da Palmeira, erguido em 1847, por ação de Manuel Martins e João da Silva. Na vila, mais propriamente na R. da Carreira, havia, em 1854, o segundo engenho, de Tibúrcio Justino Henriques, preparado para aguardente e melaço. Na déc. de 50, assinalaram-se ainda outros dois. Em 1857, João Figueira Quintal construiu um no sítio do Ribeiro Real, e, no ano imediato, Joaquim Figueira & Co. construiu o do sítio de Jesus Maria José. Na linha de fronteira, na margem da ribeira dos Socorridos, que separa o município do Funchal do de Câmara de Lobos, construiu-se o engenho dos Socorridos, o único que se manteve em atividade no decurso do séc. XVIII, demonstrativo da persistência da cana nas proximidades. De entre os inúmeros proprietários, assinala-se a figura de Guiomar Madalena de Sá Vilhena (1705-1789), grande empresária, ligada, sobretudo, ao comércio de vinhos. Desta estrutura vincular, no entanto, persistiu apenas a capela.

No princípio do séc. XXI, a agricultura continuou a assumir um papel destacado na economia do concelho. Assim, na freguesia de Câmara de Lobos, dominou a banana, mas, na freguesia do Estreito, tornou-se evidente a viticultura, tal como a horticultura na Quinta



Fig. 8 – Vinhedos do Estreito de Câmara de Lobos, bilhete-postal de 1970 (coleção particular).

Grande, no Jardim da Serra e no Curral das Freiras.

Em 1854, Andrade Corvo (1824-1890) afirmou que "o concelho de Câmara de Lobos é um dos concelhos em que se produz mais vinho e de melhor qualidade". No enunciado das castas disponíveis na área, refere a sercial, a tinta-negra mole e a malvasia, que dá "um vinho muito precioso, e estimado" (CORVO, 1855, 23). Em 1884, Henri Vizetelly (1820-1894) considerou que a melhor área para a produção de vinho na Ilha se situava na Torre, em Câmara de Lobos. Há uma ideia muito divulgada, entre os nacionais e os estrangeiros, da excelência dos vinhos do concelho. Deste modo, Eward Harcourt (1825-1891), em 1851, afirmou que "os melhores vinhos da Madeira são produzidos nas freguesias de Câmara de Lobos, São Martinho e São Pedro, nas partes mais baixas de Santo António, no Estreito de Câmara de Lobos, no Campanário, em São Roque e em São Gonçalo. As partes mais altas das últimas cinco freguesias produziam apenas vinhos de segunda e terceira qualidade. Os melhores Malvasia e Sercial são da Fajã dos Padres no sopé do Cabo Girão e do Paul e Jardim do Mar. As parras de malvasia são as melhores para suportar um enxerto. A melhor vinha para plantar no Sul é a verdelho, obtida tanto do Norte como do Curral das Freiras" (VIEIRA, 1993, 362). Uma memória sobre o vinho, publicada em 1851 por José Silvestre Ribeiro (1807-1891), reafirma a importância da área do concelho de Câmara de Lobos na produção de muitos e bons vinhos: "O melhor vinho que a Madeira produz é a malvasia e sercial da Fajã dos Padres. Na freguesia de Campanário, concelho de Câmara de Lobos [...]. Dizem que o bual e o verdelho de Campanário são os melhores vinhos da Madeira; há preferência ao de Câmara de Lobos. Câmara de Lobos é a freguesia que produz o melhor vinho da Madeira, exceto malvasia e sercial. A freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, do sítio do Salão para baixo, dá vinho igual, ou quase igual, ao de Câmara de Lobos" (*Id.*, *Ibid.*, 170).

Henri Vizetelly, em 1880, traçou o quadro da Ilha após a filoxera, dizendo que Câmara



Fig. 9 – Emblema heráldico da firma Henriques & Henriques, 1960 (fotografia de José Lemos Silva, 1990).

de Lobos, terra de produção de mais de 3000 pipas de vinho, então produzia apenas 100, porque "quase todas as vinhas deterioraram-se e plantou-se cana-de-açúcar no seu lugar" (*Id.*, *Ibid.*, 382), mas, por certo, mantiveram-se as vinhas nas terras mais altas do Estreito. Esta situação marcou uma viragem que conduziu à valorização e ao retorno da antiga cultura da cana-de-açúcar e, depois, no séc. XX, da bananeira. A recuperação definitiva de muitos dos vinhedos só aconteceu de forma clara a partir dos anos 80 do séc. XX, por incentivo do Governo regional.

A ligação do concelho ao vinho é muito evidente. Primeiro, com os vinhedos que dominam a paisagem; depois, com as instalações de apoio da firma Barbeito de Vasconcelos e com os armazéns da firma Henriques & Henriques. No Estreito de Câmara de Lobos existiu, ainda, a partir 17 de agosto de 1990, um armazém de vinho Madeira, propriedade da empresa Silva Vinhos Lda., que foi desativado, e apenas se regista um outro armazém da empresa Henriques & Henriques. A família Henriques está ligada aos primórdios da ocupação e ao cultivo da vinha no arquipélago. Até à déc. de 70 do séc. XX, foi detentora de importantes terras

de colonia, ocupadas com vinha, nos sítios da Torre e da Quinta Grande. A partir de 1850, João Joaquim Gonçalves Henriques (1836-1895), com base nas propriedades da família em Belém (Câmara de Lobos), instalou-se como partidista do vinho Madeira, fornecendo as principais casas. Em 1913, surgiu a atual empresa, resultado da fusão da Casa de Vinhos da Madeira Lda., da Belém's Madeira Lda., da Carmo Vinhos Lda., da António Eduardo Henriques Sucrs. Lda. e da António Filipe Vinhos Lda. Em 1960, foi a vez da Freitas Martins Caldeira & Cia. se juntar ao grupo. A firma esteve, no princípio do séc. XXI, nas mãos dos sócios A. N. Jardim, Peter Cossart e Nunes Pereira. Em 1992, iniciou um processo de modernização, transferindo-se do Funchal para o concelho de Câmara de Lobos. Na vila, junto à ribeira do Vigário, localizavam-se as instalações de vinhos, as lojas de vendas e o escritório, enquanto na Quinta Grande ficavam 10 ha de vinha das diversas castas nobres e as instalações de receção da uva, vinificação e estufa.

Na época das vindimas, o Estreito é um local de grande atividade e animação. Neste contexto, assinala-se a primeira festa das vindimas, celebrada em 1963, que voltou a ser realizada em 1979, com grande animação, tendo continuidade nos anos posteriores.

Os Jesuítas foram detentores de extensas áreas de vinha no Funchal e na Quinta Grande. No séc. XIX, a Quinta Grande foi uma das freguesias que não foi molestada pelos efeitos nefastos da filoxera, persistindo na Fajã dos Padres, de acordo com a tradição, os bacelos da primitiva casta de malvasia. A Companhia de Jesus está ligada à Fajã dos Padres e ao malvasia, o mais celebrado dos vinhos aí produzido.

A malvasia-cândida manteve-se, por muito tempo, a rainha das videiras, quer no Mediterrâneo, quer no Atlântico, tendo, por assento, *e.g.*, a Madeira e as Canárias. Na Europa do séc. XVI, este vinho foi celebrado por poetas e dramaturgos, *e.g.*, por William Shakespeare (1564-1616). A fama condicionou a opção do infante D. Henrique (1394-1460) de recomendar aos povoadores as videiras de malvasia-cândida. O senhor da Ilha pretendia cultivar o vinho no novo espaço. Todavia, nunca previu que havia de se tornar no mais afamado da Madeira, levando o seu nome aos quatro cantos do mundo. Em meados do séc. XV, o veneziano Luís Cadamosto (1429-1483) fazia fé nessa realidade. Aliás, em 1530, outro italiano, Giulio Landi (1498-1579), proclamava que o malvasia madeirense era reputado melhor do que o vinho de cândida. A fama persistiu, sendo o malvasia o mais considerado de todos os vinhos da Ilha. A produção foi sempre reduzida, mas a procura foi elevada. Em 1757, a produção foi de apenas 50 pipas, muito disputadas pelos mercadores funchalenses. Ali, incluíam-se algumas pipas da Fajã dos Padres, zona que se confunde com o próprio vinho. Os Jesuítas destacaram-se na produção de vinho, sendo acusados, em 1689, por



Fig. 10 – Fajã dos Padres, 1970 (Willy Heinzelmann/Delegação de Turismo da Madeira).

John Ovington (1653-1731), de quase monopólio da malvasia: "Eles asseguram aqui o monopólio do malvasia do que existe em toda a Ilha apenas uma boa e grande vinha – na dita fajã – de que são os únicos possuidores" (ARAGÃO, 1981, 198).

A Qt. dos Jesuítas de Campanário, definida como Quinta Grande, indiciava uma faixa de terreno que ia até ao mar, contemplando a ubérrima Fajã, isolada no litoral, cujo acesso se fazia apenas por mar. Não há muitas informações sobre a Fajã, para além daquelas sobre o afamado malvasia que aí se produziu. O isolamento do lugar e os vestígios sobre o terreno indiciam a presença permanente de colonos, tendo-se construído uma capela da invocação de Nossa Senhora da Conceição. Apenas sabemos da sua existência em 1626, quando foi profanada por corsários, mas a construção deverá ser de inícios da centúria, se tivermos em consideração a data da aquisição pelos Jesuítas, em 1595. A ermida foi referida, em 1722, por Henrique Henriques de Noronha, sendo deixada, 40 anos depois, ao abandono, com a expulsão e o sequestro dos bens dos Jesuítas na Ilha. A memória material da sua presença quase se apagou no tempo, tendo restado, numa das habitações, a pia para a água benta. Aí, deveria existir uma pequena comunidade de jesuítas e de colonos, que tratavam do amanho da terra, sendo certamente um local de veraneio dos frades, como sucedia na Qt. do Cardo, no Funchal. As construções existentes são testemunho disso. Seguramente, os piratas argelinos não assaltariam um lugar ermo, sem vivalma e sem interesse económico. O assalto provocou uma devassa, pelo facto de as gentes de Câmara de Lobos, nomeadamente os pescadores, não terem acudido ao rebate dos sinos.

Saíram os Jesuítas, mas ficou o nome na designação do local, Fajã dos Padres, e o interesse pelo vinho aí produzido continuou até 1920, altura em que a Fajã logrou o último afamado malvasia, sobrevivendo apenas algumas parreiras. Em 1940, encontrou-se uma, de onde se retiraram bacelos que foram plantados em Câmara de Lobos, nas terras



Fig. 11 – Curral das Freiras, litografia da Madeira de Max Römer, 1935 (coleção particular).

de Dermot Francis Bolger (1900-1975). Em 1979, a operação foi repetida pelo então proprietário, Mário Jardim Fernandes, que enviou um exemplar ao Instituto Gulbenkian, para proceder à clonagem e para o plantar no local. Nos princípios do séc. XXI, a Fajã estava rejuvenescida, e os largos e dourados cachos de uvas regressaram ao recanto junto ao precipício. Recuperou-se a memória e a técnica do afamado malvasia, ao mesmo tempo que se redescobriu um recanto paradisíaco, refúgio de locais e estrangeiros.

Destaca-se ainda a importância que assumiu a cultura da banana, que conviveu com a vinha, com produtos hortícolas e com outras atividades, *e.g.*, a pesca. Na verdade, o concelho de Câmara Lobos demarcou duas áreas diferenciadas de atividade: a zona baixa, definida pela vila, e o antigo ilhéu, onde dominou a atividade piscatória. Por outro lado, no âmbito da utilização dos recursos do meio, merece

referência o aproveitamento da cereja do Jardim da Serra e da castanha, da ginja e da cidra do Curral das Freiras, que, por tradição, sempre esteve ligado ao Funchal, por pertencer ao património do Convento de S.ta Clara desde finais do séc. XV. De notar as festividades alusivas a estes recursos, *e.g.*, a Festa da Cereja e a da Castanha, destacando-se a primeira, por se realizar desde 1953.

A riqueza da área do concelho era diversificada e muito importante para a economia da Ilha. Do mar, vinha o peixe que se vendia para o Funchal, nomeadamente para os conventos. Em terra, verificavam-se as disponibilidades de lenhas e madeiras das zonas altas, das pedreiras do Estreito e do cabo Girão para a construção de edifícios no Funchal. Juntando-se a estas atividades, existia um forno de cal em laboração, que se abastecia de matéria-prima no Porto Santo ou em São Vicente.

A pedra explorada nas diversas pedreiras do concelho (Covão, Gimbreiros, Laurencinha, Palmeira, cabo Girão) era muito usada na construção dos edifícios da cidade. Desde o séc. XV que a exploração das pedreiras foi um recurso importante para o concelho. Assim, desde finais desse século, as obras de construção da Sé do Funchal alimentaram-se da exploração da cantaria em pedra mole do cabo Girão. Da pedreira no Estreito, certamente do sítio do Covão, nos sécs. XVI e XVII, "se arrancou grande quantidade de pedra de cantaria fina, a qual se acarretou até Câmara de Lobos e de Câmara de Lobos até ao Colégio, com grande trabalho e extraordinário dispêndio, e muitas e grandes pedras e colunas, que estavam em Câmara de Lobos há muitos anos, e parecia a todos impossível acarretar-se em barco" (CARITA, 1987, 50).

Na freguesia de Câmara de Lobos, por força da proximidade do mar e da baía que a serve, criou-se também um núcleo muito importante de homens ligados ao mar, que atuaram como barqueiros ou pescadores. Segundo Maria Lamas (1893-1983), "os pescadores de Câmara de Lobos [eram] considerados,



Fig. 12 – Capela da Conceição e de Santelmo, Câmara de Lobos, litografia de Frank Dillon, 1850 (DILLON, 1990).

desde os tempos dos Descobrimento, os principais abastecedores da Madeira, especializados, além disso, na pesca do espada" (LAMAS, 1956, 146).

Por toda a Ilha, barqueiros e pescadores, desde o Caniçal ao Paul do Mar, estavam na mira dos oficiais do contrabando, pois eram os interlocutores diretos e ativos deste processo, do qual retiravam não negligenciáveis lucros. Na primeira metade do séc. XIX, era evidente o conluio dos pescadores de Câmara de Lobos com esta atividade, fazendo da baía do lugar um destacado centro de contrabando. Deste modo, em 1838, o diretor da Alfândega apelava ao governador civil no sentido de se estabelecer uma vigilância permanente nesta baía com oito praças. Na verdade, os terços auxiliares e as tropas regulares de artilharia cumpriam também esta função de vigilância auxiliar à Alfândega.

É manifesta a imagem que o lugar sempre transmitiu da sua ligação à pesca e ao mar. Santelmo, na versão portuguesa de S. Pedro Gonçalves Telmo (1190-1246), ou Corpo Santo, sempre foi a invocação óbvia em momentos de tempestade. A ele se associavam as centelhas luminosas que apareciam nas extremidades dos mastros dos navios, provocadas pela eletricidade atmosférica. Este fenómeno ficou conhecido como fogo de Santelmo. A devoção ao santo ocorria com particular incidência no Funchal, junto ao cabo do Calhau, em Câmara de Lobos e na Calheta. Nestes portos piscatórios, existiu uma capela da sua invocação, cujo culto era assegurado por uma confraria da responsabilidade dos mesmos pescadores. Cada barco deveria entregar uma cotização à confraria, para a possibilidade de auxílio em caso de naufrágio ou de morte. Todo esse apoio passou a estar, desde 1939, centralizado na Casa dos Pescadores.

O quotidiano do ilhéu e da vila marcou, durante muitos anos, a imagem de Câmara de Lobos. Maria Lamas descreve assim esse mundo: "Lá do seu bairro, construído sobre o Ilhéu e nas ruelas onde as suas habitações se comprimem, constituíam uma colónia fechada. Pouco expansivos, mas solidários nas grandes ocasiões, como na desafronta de ofensas que atingem alguns da sua classe, casam sempre dentro do seu meio, têm o seu dialeto, o seu código e o seu conceito de honra, que lhes dita as atitudes. Pena é o hábito de esbanjar nas tabernas o ganho de dias e dias de trabalho, de que resulta tanta miséria. Vêm do mar com os membros lassos, o cérebro entorpecido, a boca a saber a sal; e a excitante poncha de aguardente aquece-lhes o sangue e dá-lhes a sensação de se libertarem, momentaneamente, dos barcos, das redes, das maresias e da penúria" (*Id.*, *Ibid.*, 149). No entanto, nem sempre a proximidade do mar e a presença de uma comunidade de pescadores significavam uma disponibilidade de pescado, pelo que um pescador de Câmara de Lobos, certamente atraído pelo melhor preço do pescado no mercado do Funchal, foi "condenado por não vender metade do seu peixe ao povo do lugar" (SILVA, 1995, 298).

Nesta ligação ao mundo do mar e aos pescadores, aparece-nos associada a poncha como a bebida favorita, a qual acabou por adquirir um estatuto de bebida regional, servida em toda a Ilha. Segundo Maria Lamas, em meados do séc. XX, o consumo e a fama da poncha já estavam difundidos: "Aguardente de cana, sumo de limão, água e açúcar, tudo batido com um pauzinho apropriado que se faz rolar rapidamente, entre as palmas das mãos – é a receita da bebida cem por cento madeirense a que chamam 'poncha' ou 'ponchinha', um diminuitivo popular de muito apreço. Bebem-na especialmente os pescadores, é certo, mas grande consumo lhe dão também pastores e outros homens da montanha – nem há nada melhor para dar calor e levantar o ânimo, sobretudo nas friagens do Inverno […]. A de Câmara de Lobos tem fama – em nenhuma outra freguesia há quem saiba prepará-la como ali" (LAMAS, 1956, 149).

Outro recurso eram as madeiras e as lenhas, que tinham uma utilização diversa no concelho e no Funchal. Até meados do séc. XIX, a floresta foi um meio indispensável à sobrevivência e às comodidades humanas, com o



Fig. 13 – É Prá Poncha, Câmara de Lobos, 2010 (arquivo particular).

fornecimento de lenhas e madeiras. Em todos os tempos, a riqueza de uma região dependeu da reserva que delimitava a fronteira do espaço agrícola e humanizado. As madeiras da ilha da Madeira foram muito apreciadas, no séc. XV, na construção naval, no reino e na Ilha. O seu uso imoderado nesta e noutras atividades conduziu à paulatina desarborização da Ilha, pelo que as autoridades concelhias atuaram no sentido da defesa do parque florestal madeirense, restringindo o uso das madeiras a sectores essenciais da vida local. Por outro lado, deve-se ter em consideração as necessidades de lenhas para o fabrico do açúcar. Na ribeira dos Socorridos, os dois engenhos geravam uma atividade constante ao longo dela, assim descrita por Gaspar Frutuoso: "toda a lenha que se gasta nos dois engenhos que estão nela e em outros dois, que tem Câmara de Lobos, que está perto, trazem por ela abaixo, que podem ser 80.000 cárregas de azémola cada ano, antes mais que menos" (FRUTUOSO, 1968, 119).

Apenas mais uma referência: no Estreito de Câmara Lobos, houve, em princípios do séc. XX, uma fábrica de manteiga, propriedade do médico José Sabino de Abreu (1874-1954).

Património

Em Câmara de Lobos, Isabella de França, em 1854, visitou a igreja matriz e exaltou o contraste da pobreza do meio com a riqueza do interior do templo: "A igreja de Câmara de Lobos fica no extremo da vila, e, como a porta estivesse aberta, nós entrámos, em parte para ver o templo e em parte para escapar aos mendigos. Neste local tão bravio, incivilizado, de aspeto primitivo, onde se diria só passar gente rude, é curioso deparar-se-nos uma igreja adornada de magníficas colunas de ouro e prata, pinturas de cores brilhantes, embora, sem arte no desenho, lampadários, obra de talha, toda a espécie de coisas inadequadas a semelhante lugarejo. Faz-me confusão pensar como é que veio ter a Câmara de Lobos



Fig. 14 – Altar-mor e altares colaterais da igreja matriz de S. Sebastião, reforma de c. 1700 e seguintes (fotografia de Bernardes Franco).

tanto ouro e tanta prata!" (FRANÇA, 1970, 197). Não refere esta atenta viajante a pequena capela da Conceição, sede da Confraria de São Pedro Gonçalves Telmo, ainda com vestígios da inicial capela gótico-renascentista, visíveis no campanário, mas obra de completa reformulação barroca do início do séc. XVIII, uma das poucas campanhas de obras em edifícios religiosos de que conhecemos documentalmente os autores do retábulo, neste caso a oficina de talha de Manuel Câmara, pai e filho, em 1723. As paredes encontram-se revestidas de telas com a vida de S. Telmo, umas dos finais do séc. XVIII e da oficina de Nicolau Ferreira, outras dos primeiros anos do séc. XX, de Luís Bernes (1865-1936).

Nas diversas freguesias, criaram-se instituições culturais e desportivas que desenvolveram um papel relevante no concelho, editando revistas, como a *Girão*, publicada a partir de 1988, e criando diversos grupos folclóricos ou festas regionais, como a da Castanha, no Curral das Freiras, e a da Cereja, no Jardim da Serra. No centro da cidade, funciona uma biblioteca municipal, com interessante atividade, e o Museu da Imprensa da Madeira.

Personalidades

De entre as várias personalidades deste concelho, para além das já mencionadas, destacam-se, entre outros: Jaime César de Abreu (1899-1967),

da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos; Luiz Vicente de Afonseca (1803-1878), médico do Estreito de Câmara de Lobos; António Rodrigues de Aguiar (1932-1981), de Câmara de Lobos, emigrante na Venezuela desde 1947, onde criou a cadeia de lojas TIA; João Crisóstomo de Aguiar (n. 1935), economista, nascido no sítio da Torre; P.e José Gonçalves de Aguiar (n. 1831), doutor em Teologia, nascido na vila de Câmara de Lobos; D. Manuel Joaquim Gonçalves Andrade (n. 1767), da Quinta Grande, bispo na cidade de São Paulo, no Brasil; António Joaquim Gonçalves de Andrade (1795-1865), da Quinta Grande; João Isidoro de Araújo Figueira (1859-1934), comerciante do Estreito de Câmara de Lobos; Francisco Vieira da Silva Barradas (1821-1897), bacharel formado em Direito pela Univ. de Coimbra e proprietário, nascido no concelho de Câmara de Lobos; João Higino de Barros (1883-1941), nascido na freguesia de Câmara de Lobos; José de Barros Sousa (1859-1930), magistrado, nascido na freguesia de Câmara de Lobos; José Lino da Costa (1891-1945), sacerdote, nascido no Estreito de Lobos; João Pedro de Freitas Drummond (1760-1825), advogado e escritor, nascido em Câmara de Lobos; Agostinho Figueira Faria (1923-1980), cónego da Sé do Funchal e orador; Francisco Figueira Ferraz (1861-1948), proprietário e comerciante, nascido no Estreito de Câmara de Lobos, sócio-gerente da firma F. F. Ferraz & Ca.; Francisco de Araújo Figueira (m. 1914), comerciante e proprietário, nascido na freguesia de Câmara de Lobos, diretor da Companhia do Caminho-de-Ferro do Monte e diretor da Companhia da Luz Eléctrica da Madeira; Alfredo Isidoro Gonçalves (1882-1965), comerciante, sobrinho de António Isidoro Gonçalves, fundador da Companhia Vinícola da Madeira; João Isidoro Gonçalves (m. 1909), médico pela Escola Médico-Cirúrgica do Funchal; João Joaquim Henriques (1879-1968), proprietário e comerciante, conhecido como João de Belém, fundador da firma exportadora de vinhos Henriques & Henriques; João de Sousa Henriques Júnior (m. 1959), licenciado em Matemática, nascido em Câmara de Lobos; Luís Soares de Sousa Henriques Júnior (m. 1939), médico pela Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, nascido em Câmara de Lobos; João Evangelista Lopes (1909-1967), sacerdote católico, nascido na freguesia de Câmara de Lobos; António José de Macedo (1840-1912), advogado, nascido no Estreito de Câmara de Lobos; Eduardo Clemente Nunes Pereira (1887-1976), sacerdote, professor e jornalista da vila; D. Mateus de Abreu Pereira (1742-1824), da Quinta Grande, bispo na cidade de São Paulo, no Brasil; Eduardo Antonino Pestana (1891-1963), professor, advogado, publicista e jornalista; Henrique Augusto Rodrigues (1856-1934), proprietário e comerciante da freguesia de Câmara de Lobos, coproprietário do Bazar do Povo, no Funchal; Anselmo Baptista de Freitas Serrão (1846-1922), de Câmara de Lobos, regente da Filarmónica dos Artistas Funchalenses; e Ernesto Baptista Serrão (1893-1937), nascido na freguesia de Câmara de Lobos, segundo-sargento, músico que deixou um legado de composições musicais.

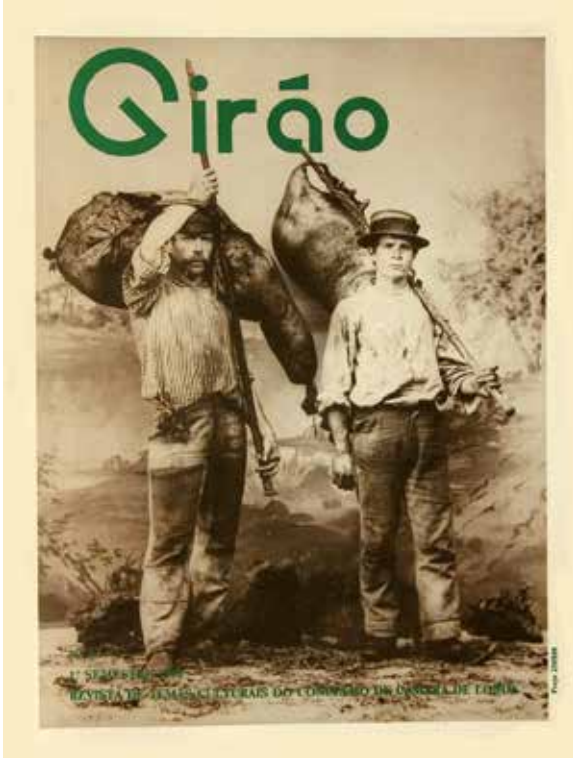


Fig. 15 – Revista *Girão*, n.º 4 (1.º sem. 1990), direção de Manuel Pedro S. Freitas, Grupo Desportivo do Estreito de Câmara de Lobos.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Juízo dos Resíduos e Capelas, *Testamento de 30 de Maio de 1571*, fls. 499v.-500v.; **impressa:** ARAGÃO, António, *A Madeira Vista por Estrangeiros*, Funchal, DRAC, 1981; BOWDICH, Thomas Edward, *Excursions in Madeira and Porto Santo during the Autumn of 1823, while on His Third Voyage to Africa*, London, G. B. Whittaker, 1825; CARITA, Rui, *Paulo Dias de Almeida. Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros e a Sua Descrição da Ilha da Madeira de 1817/1827*, Funchal, DRAC, 1982; *Id.*, *O Colégio dos Jesuítas do Funchal*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1987; *Id.*, *História da Madeira*, vol. II, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1991; CASTRO, José Manuel, *Descobrimento da Ilha da Madeira Ano 1420. Epanáfora Amorosa: a Lenda e a História acerca do Par Amoroso Machim e Ana de Harfet, as Viagens de João Gonçalves Zarco por D. Francisco Manuel de Melo Baseado na Famosa Relação de Francisco Alcoforado aqui Incluída*, Lisboa, Ler, 1975; CORVO, João de Andrade, *Memória sôbre a Mangra, ou Doença das Vinhas, nas Ilhas da Madeira e Pôrto Santo*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1855; COSTA, António Carvalho, "Corografia insulana", in NASCIMENTO, João Cabral do (org. e notas), *Documentos para a História das Capitanias da Madeira*, Lisboa, Ottosgrafia, 1930, pp. 53-85; COSTA, José Pereira da, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Primeira Metade do Século XVI*, Funchal, CEHA, 1998; *Diário de Notícias*, 13 out. 1903; DILLON, Frank, *Sketches in the Island of Madeira*, reed. de Paul Alexander Zino, Porto, Litografia Nacional, 1990; DRIVER, John, *Letters from Madeira in 1834*, London, Longman & Co, 1838; FRANÇA, Isabella de, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal. 1853-1954*, Funchal, JGDAF, 1970; FREITAS, Duarte Manuel Roque de, "Contributos para uma transcrição integral do livro do tombo da igreja de Câmara de Lobos, 1729, parte I", *Girão*, vol. II, n.º 4, 2007, pp. 29-39; *Id.*, "Contributos para uma transcrição integral do livro do tombo da igreja de Câmara de Lobos, 1729, parte II", *Girão*, vol. II, n.º 5, 2009, pp. 49-88; FREITAS, Manuel Pedro S., "O município de Câmara de Lobos. A sua criação e o exercício do poder ao longo de 164 anos", in *O Município no Mundo Português*, Funchal, CEHA, 1998, pp. 403-414; *Id.*, *O Concelho de Câmara de Lobos e os Seus Presidentes da Câmara (1835-1999)*, Câmara de Lobos, Câmara Municipal de Câmara de Lobos, 1999; *Id.*, "Município de Câmara de Lobos. Criação, instalação, armas e feriado", *Girão*, n.º 1, 2.º sem. 2005, pp. 7-24; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Typ. Funchalense, 1873; *Id.*, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968; *Id.*, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; *Girão*, n.º 4, 1.º sem. 1990; GOMES, J. L. de Brito, "Reçençeamento dos foguos almas fregresas, e mais igrejas que tem a ilha da Madeira tirado pellos rois das confiçois, assi em geral como em particular", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. II, 1932, pp. 28-35; GONÇALVES, João Luís Rodrigues, *Campanário. A Freguesia e Sua Gente*, Campanário, Junta de Freguesia do Campanário, 2004; LAMAS, Maria, *Madeira. Maravilha Atlântica*, Funchal, Eco do Funchal, 1956; MENEZES, Sérvulo Drummond de, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo, a contar do Dia 7 de Outubro de 1846*, 3 vols., Funchal, Typ. Nacional, 1849-1852; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal*, Funchal, CEHA, 1996; RIBEIRO, Ana Maria *et al.*, "A pesca em Câmara de Lobos", *Xarabanda*, n.º 4, 1993, pp. 8-12; RIBEIRO, João, "Riqueza florestal do concelho de Câmara de Lobos (antes da sua fundação)", *Girão*, n.º 2, 1989, pp. 62-63; *Id.*, "Indústria e manufactura no concelho de Câmara de Lobos no séc. XIX", *Girão*, n.º 9, 1992, pp. 431-435; *Id.*, "As indústrias no concelho de Câmara de Lobos", *Girão*, n.º 9, 1993; *Id.*, "A actividade económica do concelho de Câmara de Lobos nos primórdios da sua fundação", *Girão*, n.º 12, 1.º sem. 1994, pp. 31-40; *Id.*, *A Pedra de Cantaria na Madeira*, Funchal, Calcamar, 2003; SANTOS, Manuela, "Notas sobre a fundação do concelho de Câmara de Lobos", *Girão*, n.º 11, 1988, pp. 8-11; *Id.*, "Notas sobre a freguesia do Estreito", *Girão*, n.º 14, 1990, pp. 131-135; *Id.*, e FREITAS, Graça, "Notas sobre a freguesia de Câmara de Lobos", *Girão*, n.º 5, 1990, pp. 177-180; SARMENTO, Alberto Artur, *As Freguesias da Madeira*, Funchal, Tip. do Diário de Noticias, 1932-1953; *Id.*, *Corografia Elementar do Arquipélago da Madeira*, 2.ª ed., Funchal, s.n., 1936; SILVA, Fernando Augusto da, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal. 1425-1800*, Funchal, s.n., 1946; *Id.*, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; SILVA, José Manuel Azevedo e, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*, 2 vols., Funchal, CEHA, 1995; SOUSA, João de, "Curral das Freiras", *Girão*, n.º 5, 1990, pp. 222-223; TRINDADE, Ana Cristina Machado, *A Moral e o Pecado Público na Madeira na Segunda Metade do Século XVIII*, Funchal, CEHA, 1999; VERÍSSIMO, Nelson, *O Convento de S. Bernardino em Câmara de Lobos. Elementos para a Sua História*, Câmara de Lobos, Centro Social e Paroquial de Santa Cecília, 2002; VIEIRA, Alberto, *História do Vinho da Madeira. Documentos e Textos*, Funchal, CEHA, 1993; WILHELM, Eberhard Axel, "O concelho de Câmara de Lobos entre 1850 e 1910 visto por alguns germânicos", *Girão*, n.º 5, 1990, pp. 185-195; *Id.*, *Curral das Freiras na Visão de Viajantes Estrangeiros (Séc. XIX e XX)*, Funchal, Calcamar, 1999.

† Alberto Vieira

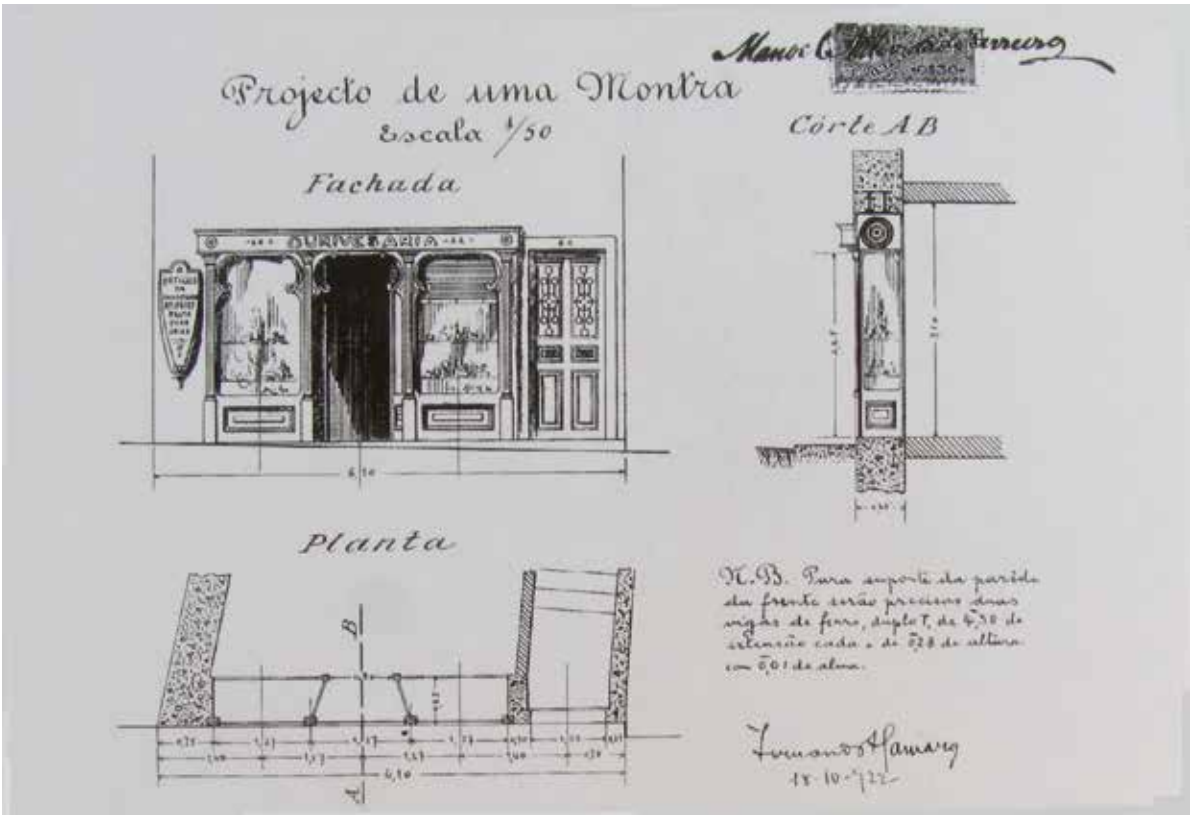
Câmara, Fernando Augusto

Fernando Augusto Câmara nasceu na freguesia de Santa Luzia, a 11 de junho de 1880. Seus pais eram João Urbano Câmara e Luzia Augusta da Piedade Câmara, que fixaram residência nos Açores. Foram seus irmãos João Urbano Câmara Júnior e Luís Câmara, que também se estabeleceram nos Açores. Era tio-avô do caricaturista açoriano Vítor Câmara, que passou pela Madeira por alturas do Natal de 1947.

Augusto Câmara exerceu funções de alta responsabilidade na Direção das Obras Públicas da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, demonstrando uma elevada aptidão para o desenho. Era, com efeito, um exímio artista decorador e cenógrafo, tendo executado vários trabalhos para o Teatro Municipal e deixado, embora dispersa, uma obra que atesta os seus talentos como desenhador.

Entusiasta da educação física, foi um dos mais antigos dirigentes do movimento desportivo da Madeira. Entre 1932 e 1933, Fernando Augusto Câmara foi presidente do Club Sport Marítimo, que, em 2015, contava com cerca de 24.000 sócios inscritos. Fundado a 20 de setembro de 1910, a sua principal modalidade é o futebol, apresentando igualmente as práticas do andebol, do automobilismo, do atletismo, do basquetebol, do futsal, do hóquei em patins, da patinagem, do karaté, da natação, da pesca desportiva, do tiro e do voleibol.

Augusto Câmara foi também um grande impulsionador do charadismo na Madeira e colaborou em diversas revistas da especialidade, quer em Portugal quer no estrangeiro. Atentando na imprensa jornalística e em outras publicações da Madeira e do continente,



Projeto para uma montra na R. dos Ferreiros, desenho de Fernando Augusto Câmara, 18 de outubro de 1922 (fotografia de Teresa Vasconcelos, 2006).

verifica-se que escreveu no *Diário de Notícias*, no *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, no *Almanaque de Lembranças Madeirenses*, no *Almanaque da Madeira*, no *Almanaque Ilustrado do Diário da Madeira*, no *Diário Popular*, no *Eco do Funchal* e noutros jornais do Funchal. Mais tarde, dedicou a maior parte do seu tempo à leitura, isolando-se entre os seus livros, consagrando-lhes a sua melhor atenção.

Entusiasmou-se com os primeiros Jogos Florais da Madeira e enviou para o concurso uma composição dedicada a António Gomes, que também se dedicava às letras; publicou outros poemas em jornais e revistas.

Luís Marino, na obra *Musa Insular*, destaca os poemas "Ilha dos Amores", um soneto acróstico no qual sobressai, lendo a primeira letra de cada verso ao longo do poema, a expressão "perolado oceano", e "Balada", composto por três sugestivas e expressivas estrofes (sextilhas), ambos com data de 1904 e publicados no Funchal.

Importa referir ainda que se dedicava ao estudo da filologia. Na verdade, na altura em que faleceu no Funchal, a 30 de junho de 1949, tinha em mãos a preparação de um dicionário de mitologia.

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; MARINO, Luís, *Musa Insular: Poetas da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 1959; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949; VIEIRA, Gilda França, e FREITAS, António Aragão de, *Madeira. Investigação Bibliográfica*, vol. I, Funchal, Centro de Apoio de Ciências Históricas, 1981.

António José Borges

Câmara, Jaime de Barros

Nascido em São José, estado de Santa Catarina, no Brasil, a de 3 de julho de 1894, era filho do segundo matrimónio do escrivão de órfãos Joaquim Xavier de Oliveira Câmara com Anna de Carvalho Barros, sendo dado, pelos seus biógrafos brasileiros, como descendente direto,



Fig. 1 – Papa Pio XII com D. Jaime de Barros Câmara, cardeal do Rio de Janeiro, Roma, 1956 (Arquivo da Arquidiocese do Rio de Janeiro).

por linha paterna, de João Gonçalves Zarco (c. 1390-1471), embora os ascendentes do pai fossem simplesmente emigrantes de Câmara de Lobos. Estudou em Florianópolis e no Seminário de S. Leopoldo, no Rio Grande do Sul, sendo ordenado em 1920. Entre 1927 e 1936, foi reitor do Seminário N.ª Sr.ª de Lourdes Azambuja-Brusque e do Santuário de N.ª Sr.ª do Caravaggio de Azambuja.

A 18 de abril de 1935, foi nomeado camareiro secreto do Papa Pio XI (1857-1939), passando a usar o título de monsenhor. Foi, assim, sucessivamente, o primeiro bispo de Mossoró, no Rio Grande do Norte, a partir de 19 de dezembro de 1935, diocese que havia sido criada no ano anterior, e arcebispo de Belém do Pará, por nomeação de 15 de setembro de 1941, sendo transferido, a 3 de julho de 1943, para a Arquidiocese do Rio de Janeiro. No consistório de 18 de fevereiro de 1946, foi nomeado cardeal pelo Papa Pio XII (1872-1958), com o título dos santos Bonifácio e Aleixo, tomando posse no dia 22 seguinte.

Entre as inúmeras atividades desenvolvidas no seu trabalho episcopal, salienta-se o grande apoio que deu ao estabelecimento de igrejas orientais no Brasil, como na ereção da paróquia de São Basílio, no Rio de Janeiro, do rito greco-católico melquita, em 1941, com bispo próprio, que reunia elementos da comunidade síria, árabe e ortodoxa. Mais tarde, a 14 de novembro de 1951, foi, inclusivamente, designado ordinário para os fiéis de rito oriental. No ano anterior, a 6 de novembro, também o cardeal do Rio de Janeiro foi nomeado ordinário militar, função em que permaneceu até 9 de novembro de 1963, mantendo, assim, importantes contactos no meio. Nesse quadro, apoiou decididamente o Golpe Militar de 1964, ocorrido entre 31 de março e 1 de abril, tendo-se deslocado à rádio, no primeiro dia, para louvar o patriotismo dos militares e a religiosidade com que organizavam, a partir de Juiz de Fora, a Marcha da Vitória sobre o Rio de Janeiro, marcha que derrubou, no dia seguinte, o presidente eleito, João Goulart (1919-1976).

D. Jaime Barros Câmara tinha, entretanto, aceitado como bispo auxiliar D. Helder Pessoa Câmara (1909-1999), por certo também de ascendência insular, que ordenara naquela cidade, a 3 de março de 1952, mas que se opôs terminantemente ao Golpe Militar, tendo sido afastado do Rio de Janeiro. A história da Igreja do Brasil e da Ditadura Militar seria marcada, nos anos seguintes, por estas duas figuras de apelido Câmara. D. Helder foi ainda nomeado arcebispo de Olinda e Recife, a 12 de março de 1964, onde foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e grande defensor dos direitos humanos durante todo o regime militar. Pregava uma Igreja simples, voltada para os pobres, e a não-violência,

tornando-se uma referência internacional. Pela sua atuação, recebeu diversos prémios internacionais, chegando a ser várias vezes indicado para Prémio Nobel da Paz. Tendo participado também no Concílio Vaticano II, veio a assinar, em Roma, o célebre Pacto das Catacumbas, a 16 de novembro de 1965, que teve forte influência na teologia da libertação, o que o projetou ainda mais internacionalmente.

O cardeal D. Jaime Barros Câmara manteve relações próximas com o cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), com quem já teria contactado na sua primeira visita ao Brasil, em 1934, e com quem voltou a contactar em 1946, tal como em Roma, nas inúmeras reuniões eclesiásticas em que ambos participaram. Igual relação se estabeleceu com o cardeal D. Teodósio Clemente de Gouveia (1889-1962), presente no XXXVI Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro, organizado especialmente pelo então bispo auxiliar, D. Helder Câmara, em julho de 1955.



Fig. 2 – D. Helder Câmara, Pernambuco, 1974 (Arquivo da Arquidiocese de Olinda e Recife).

D. Jaime Barros Câmara foi agraciado, a 29 de maio de 1959, com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo de Portugal. Faleceu em 1971.

Bibliog.: CALLIARI, Ivo, *D. Jaime Câmara. Diário do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Léo Christiano, 1996; GUIMARÃES, Alfredo, *Cardeal Cerejeira no Brasil*, Rio de Janeiro, Alba, 1935; PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, 2 vols., Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1968.

Rui Carita

Câmara, Jaime Sanches

Nasceu no Funchal, na R. das Cruzes, freguesia de São Pedro, a 13 de março de 1881, e faleceu na mesma cidade, a 24 de dezembro de 1946. Era filho de António José Câmara e de Helena Celisa Gomes Câmara, e casou com Maria Alice Spranger Conceição Rodrigues.

Passou a sua vida na Madeira, onde trabalhou como ajudante de conservador do Registo Predial, exercendo também funções como presidente da assembleia geral da Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1862 e vice-presidente da direção do Club Sports da Madeira.

Poeta e jornalista, Jaime Câmara era, na opinião dos seus contemporâneos, um homem de carácter inquieto e com um núcleo limitado de amigos. Chegou mesmo a envolver-se em polémicas com outras personalidades do meio funchalense da época, estando no centro de contendas com o jornalista Ciríaco de Brito Nóbrega e com o escritor Gastão de Nóbrega Pereira, depois de ter publicado *Sátira* (1910) e *Versos Humorísticos* (1914). Também se desentendeu com Armando Pinto Correia, por este ter publicado no *Diário de Notícias* da Madeira uma crítica literária a *Fructos* (1920), o seu então recente livro de poemas. A apreciação não terá agradado ao autor, dando origem a querelas entre os dois intelectuais. Entre novembro e dezembro de 1920, Pinto Correia fez sair cinco missivas naquele periódico, nas quais criticou veementemente o poeta, refutadas num artigo assinado com o pseudónimo

Urraca Gomes e com a publicação, no ano seguinte, de *Carta em Prosa*. A polémica não ficaria por aqui, chegando a resposta dois meses depois deste último texto, com o opúsculo *Um Poeta em Frangalhos*, no qual o alferes aviltava publicamente o autor da *Carta*.



Fig. 1 – Jaime Sanches Câmara, c. 1930 (ABM, Arquivos Particulares).

Jaime Câmara participou em tertúlias do restrito grupo Artistas Independentes (1918-1933), que se reunia no café Golden Gate, do qual também faziam parte os irmãos e artistas Henrique e Francisco Franco, o pintor Alfredo Migueis, o naturalista Adolfo de Noronha e o médico João Francisco de Almada, mas acabou por se afastar devido a discrepâncias com os companheiros.

Nas letras, dedicou-se essencialmente à poesia, género predominante na sua produção literária, tendo publicado na imprensa e em volume. Usando a ilha da Madeira como musa para compor grande parte das suas criações, estreou-se em 1907, com o livro *Poema Antigo*. Mais tarde, deu à estampa *Fructos* (1920), *Estela* (1926) e *Poemêtos da Ilha: Insulares* (1929).

É o autor dos versos intitulados "Suave responso", que figuram no *Monumento aos Mortos na Manhã de 3 de Dezembro de 1916*, uma obra do escultor Francisco Franco, inaugurada a 3 de dezembro de 1917 no antigo cemitério das Angústias, à R. Imperatriz D. Amélia, e transferida em 1946 para o cemitério de N.ª S.ª das Angústias.

Em 1921, no Teatro Dr. Manuel de Arriaga, foram declamados os seus poemas "A sombra", numa festa de homenagem à atriz Maria Matos e "Último dia na Madeira", na despedida da companhia de teatro Maria Matos-Mendonça de Carvalho.

Em 1922, por ocasião das comemorações centenárias do descobrimento do arquipélago, Jaime Câmara colaborou, junto com outros intelectuais madeirenses, no opúsculo intitulado *V Centenário do Descobrimento da Madeira*, da responsabilidade da Comissão de Propaganda e Publicidade, com a coordenação do P.e Fernando Augusto da Silva.

Escreveu as peças de teatro *Júnia: Episódio de Tragédia* (1918), alusiva aos tempos do Império Romano, com música de César Santos e ilustrações de Alfredo Miguéis, que foi representada no Teatro Funchalense, e *Auto dos Vilões* (1923). Nesta última, o poeta, inspirado na Madeira quinhentista, criou um original auto de Natal cuja ação se desenrola em volta do presépio. A obra, composta em linguagem arcaica, mas de enredo simples, revela quadros de vida do povo madeirense, o seu falar pitoresco, os seus cantares, as suas festas e o seu forte espírito religioso. Estão, assim, reunidos na peça elementos do folclore da Madeira, dos tempos da descoberta e do povoamento, que o autor recriou e contribuiu para preservar.

Na verdade, as suas composições literárias revelam interesse pela Madeira e pelo seu



Fig. 2 – Legenda do torso do *Monumento aos Mortos na Manhã de 3 de Dezembro de 1916* (fotografia de José Lemos Silva, 2008).

povo, destacando-se, neste sentido, os *Ensaios de Etnografia* (1931), as crónicas *De San Lourenço: Prosas do Estio e do Outono* (1932) e *Senhora da Luz: Subsídios Etnográficos* (1938), textos de teor etnográfico nos quais Jaime Câmara retratou o povo ilhéu. Nestas narrativas, percorreu diferentes lugares do arquipélago, do campo à cidade, descrevendo paisagens e dando a conhecer alguns costumes e tradições, como as comemorações dos santos populares (Santo António, São João e São Pedro), entre outros festejos e arraiais típicos, realizados em diferentes épocas do ano. Nos textos sobre a vida na cidade, fez uma breve descrição de ruas do Funchal, a origem dos seus nomes, os serviços e os estabelecimentos comerciais ali existentes, a vida intelectual, o futebol, o teatro e o cinema, e demais aspetos da vida social e cultural do meio urbano. Estes escritos permitem conhecer vivências da população da Madeira em épocas passadas e contribuem para preservar uma parte da identidade cultural madeirense, firmando o nome do seu autor entre os intelectuais que trabalharam em prol da cultura do arquipélago.

Na sua atividade jornalística, dirigiu de 1908 a 1910, com António Feliciano Rodrigues, os três primeiros volumes do *Almanach de Lembranças Madeirense*, nos quais publicou poemas, biografias, informações diversas sobre a Ilha e textos de teor etnográfico. Colaborou na imprensa madeirense, nomeadamente no *Heraldo da Madeira*, no *Diário de Notícias*, no *Diário Popular* e no *Diário da Madeira*. Na imprensa nacional, foi colaborador nas revistas *Ilustração Portuguesa*, *Renascença*, *Instituto* e no *Almanaque Bertrand*.

Foi agraciado com o grau de oficial da Ordem de Santiago da Espada pelo Estado português e era sócio do Instituto de Coimbra.

Obras de Jaime Câmara: *Poema Antigo* (1907); *Almanach de Lembranças Madeirense* (1908-1910) (coautoria); *Sátira* (1910); *Versos Humorísticos* (1914); *Júnia. Episódio de Tragédia* (1918); *Fructos* (1920); *Carta em Prosa* (1921); *Auto dos Vilões* (1923); *Estela* (1926); *Poemêtos da Ilha. Insulares* (1929); *Ensaios de Etnografia* (1931); *De San Lourenço. Prosas do Estio e do Outono* (1932); *Senhora da Luz. Subsídios Etnográficos* (1938).

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Diário de Notícias*, 1920-1922; FIGUEIREDO, Fernando *et al.*, *Crónica Madeirense (1900-2006)*, Porto, Campo das Letras, 2007; GOUVEIA, Horácio Bento de, "Um poeta esquecido, Jaime Câmara", *Diário de Notícias*, 13 dez. 1964, pp. 3-6; "Jayme Câmara", *Diário de Notícias*, 25 dez. 1946, p. 8; MARINO, Luís, *Musa Insular: Poetas da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 1969; PORTO DA CRUZ, Visconde do, "Das letras, das sciencias e das artes", *Independência*, n.º 3, 24 jun. 1928, p. 2; *Id.*, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998; VIEIRA, Gilda França, e FREITAS, António Aragão de, *Madeira. Investigação Bibliográfica*, vol. II, Funchal, DRAC/Centro de Apoio de Ciências Históricas, 1984.

SÍLVIA G. GOMES

Câmara, João Agostinho Pereira de Agrela e

Nasceu no Funchal, em março de 1777, e faleceu na mesma cidade a 28 de fevereiro de 1835. Seus pais eram João Agostinho Teles de Meneses e Ana Francisca de Castelo Branco e Câmara, casados a 26 de junho de 1776. Não chegou a contrair matrimónio com Vicência Teles de Meneses Esmeraldo, filha de Cristóvão Esmeraldo Teles e de Maria de Mendonça, uma vez que aquela faleceu na véspera do casamento, mas dela teve dois filhos. Casou-se por procuração com Quitéria Francisca Esmeraldo da Câmara, falecida a 25 de agosto de 1856 em Santa Cruz. Tiveram três filhos: Pedro Agostinho de Agrela e Câmara, Gaspar Agostinho Pereira de Meneses e Maria Antónia, que casou com José Cupertino da Câmara.

Simpatizava com as ideias liberais, tendo sido, por este motivo, preso em 1825 e enviado para Lisboa, onde permaneceu um ano na fragata *D. Pedro* e outro ano na cadeia do Limoeiro. Regressou à Madeira somente em 1834.

Exerceu a função de escrivão na Câmara do Funchal e foi sócio efetivo da Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências e das Artes. Possuía, com efeito, a mais importante livraria que no seu tempo houve na ilha da Madeira.

Ao longo da vida, dedicou-se aos estudos literários e históricos, muito em especial às investigações genealógicas, tendo sido um escritor muito estimado.

Teve a iniciativa de, no princípio do séc. XIX, mandar extrair a cópia de *Saudades da Terra*



Solar dos Reis Magos, ou Casa do Agrela, campanha de c. 1750, Reis Magos, Caniço (fotografia de Rui A. Camacho, 2009).

que veio a servir de texto à publicação que desta obra fez Álvaro Rodrigues de Azevedo em 1873.

É da sua autoria uma coleção de memórias genealógicas, manuscrita em seis volumes com 2276 folhas, intitulada *Genealogias da Ilha da Madeira*, que abrange quase todas as famílias nobres madeirenses, encontrando-se, segundo afirmava Rui Bettencourt da Câmara, na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, uma vez que integra o importante fundo de manuscritos que Ernesto do Couto doou à mesma. Em 1873, esse manuscrito encontrava-se na posse do seu filho Pedro Agostinho Pereira de Agrela e Câmara. Supõe-se, todavia, que o trabalho que ali está é composto somente por apontamentos que serviram à preparação da obra, cujo paradeiro se desconhece.

Bibliog.: "Agrela e Câmara, João Pereira de", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 1, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d., p. 587; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983.

António José Borges

Câmara, João de Brito

João de Brito Câmara foi poeta e advogado, colaborou com a revista *Presença* e apoiou, a partir da Madeira, as candidaturas de Norton de Matos e Humberto Delgado à presidência da República. O homem que dá o nome a uma das maiores ruas do Funchal escreveu vários livros de poesia e ensaios sobre advocacia e conduziu uma das mais importantes entrevistas ao poeta Edmundo Bettencourt, publicada em capítulos durante vários meses no suplemento literário do jornal *Eco do Funchal*, sob o título "O Modernismo em Portugal".

João de Brito Câmara nasceu em Lisboa em 1909, mas era filho de madeirenses e, à exceção dos tempos de estudante em Coimbra, viveu sempre na Madeira. Concluiu o liceu no Funchal e logo depois, em 1927, inscreveu-se em Direito na Univ. de Coimbra, onde completou o curso com 17 valores.

Recém-licenciado, iniciou a vida profissional como delegado do procurador da República, mas exerceu esta função por pouco tempo. Em outubro de 1932, abriu o seu escritório de advogado. Da carreira na advocacia, deixou dois livros publicados sobre dois casos comerciais. Antes de morrer, tinha em preparação um livro a que deu o título de *Trabalhos e Casos*. Em 1953, foi eleito delegado da Ordem dos Advogados na Madeira. João de Brito Câmara considerava que as questões jurídicas na Madeira decorriam de "graves deficiências sociais ou da ineficácia dos serviços de investigação" (TEIXEIRA, 2002, 299).

Durante o regime salazarista, o advogado e homem das letras assumiu-se como político. Já em 1931, quando estava em Coimbra, com o meio académico incendiado pela guerra entre republicanos, independentes e integralistas, tinha sido eleito presidente da Associação Académica. Regressado à Madeira, manteve-se como oposicionista a Oliveira Salazar. A 14 de abril de 1960, chegou a ser detido no Funchal para averiguações devido às suas posições políticas. Foi libertado em julho, depois de pagar uma fiança. O processo acabou por ser arquivado.

O interesse pela poesia e pelo jornalismo começou quando ainda era aluno do liceu, altura em que fundou, com Pedro Gonçalves Preto e Nuno Rodrigues dos Santos, o quinzenário *Alma Nova*, da academia do Funchal, cujos colaboradores eram todos alunos do liceu. O jornal só teve três números, mas influenciou o jornalismo e as letras madeirenses. Pedro Gonçalves Preto foi depois diretor do jornal humorístico *Re-Nhau-Nhau* e João de Brito Câmara seria, além de poeta e advogado, um dinamizador cultural. Enquanto delegado da Associação Portuguesa de Escritores na Madeira, promoveu saraus artísticos, exposições de arte e inscreveu muitos conterrâneos nesta associação, sem olhar às simpatias políticas de cada um.



Fig. 1 – João de Brito Câmara, fotografia de c. 1940 (ABM, Arquivos Particulares).



Fig. 2 – Bilhete de identidade da Associação Académica de Coimbra pertencente a João de Brito Câmara, 1931 (ABM, Arquivos Particulares).

Nos anos 40 e 50 do séc. XX, grande parte da vida cultural da Madeira girava em torno do jornal *Eco do Funchal*, fundado em 1941. O *Eco* foi um importante meio de divulgação de poetas madeirenses, como Herberto Hélder e Florival dos Passos. Brito Câmara foi diretor do suplemento literário deste jornal, o *Eco Literário*, e foi nessa qualidade que entrevistou Edmundo Bettencourt.

O seu primeiro livro de poesia foi publicado em 1927, com o título *Manhã* e prefácio de João Cabral do Nascimento. Nesse prefácio louvam-se as qualidades do livro, que não cedeu à "velharia tão espalhada entre a gente nova que dá pelo nome de modernismo" (CÂMARA, 1967, 21). Sublinha-se ainda a qualidade do conteúdo, escrito por um rapaz de 18 anos, e prevê-se que o escritor terá um futuro auspicioso nas letras: "Por certo que estamos em face de uma criatura que pensa: aí labuta o gérmen de futuras especulações filosóficas, uma alma que interroga Deus sôfrega de conhecer o porquê das coisas e o mistério universal em que a humanidade se debate. Num rapaz de 18 anos, idade em que os seus confrades fazem da poesia um divertido xadrez de palavras sonoras, esta preocupação mental dá-nos o direito de profetizar para João de Brito alguma coisa mais que um banal futuro de versejador esperto" (CÂMARA, 1967, 22).

Em Coimbra, o madeirense juntou-se ao grupo de estudantes universitários fundadores da *Presença*. Dois dos seus poemas foram publicados nesta revista, onde também escrevia Miguel Torga: "Dolência", que está incluído na *História da Poesia Portuguesa* de João Gaspar Simões como ícone da "Geração Presença", "exprime uma dimensão introspetiva no que diz respeito a sentimentos de mágoa" (TEIXEIRA, 2002, 311); e "Paisagem", que "pode ser considerado o exemplo da diversidade presencista". (TEIXEIRA, 2002, 313).

No seu segundo livro, *Relance*, publicado em 1942, nota-se a evolução do olhar de Brito Câmara de uma perspetiva individualista para uma perspetiva social, com nítidas influências do neorrealismo, fruto do que via passar pelo tribunal.



Fig. 3 – João de Brito Câmara, caricatura de Teixeira Cabral, 1943 a 1945 (ABM, Arquivos Particulares).

Além de poesia de intervenção, João de Brito Câmara escreveu outros géneros literários. O *Auto da Lenda* é um poemeto que recria a lenda de Machim, os seus amores contrariados e a descoberta da Madeira. Esta ideia terá nascido de uma conversa com o famoso médico psiquiatra Aníbal Faria, seu contemporâneo. O poeta nunca escondeu o fascínio e a paixão pela Madeira. Ao longo da vida recusou vários convites para seguir a carreira de professor universitário em Coimbra, e, mais tarde, também a possibilidade de ir trabalhar para Curaçau.

A sua inspiração vinha da Ilha, do mar, da terra, e quando se retirava para a casa de campo na Choupana tinha esta vista da Madeira. Esta casa serviu de título a um dos seus livros, *Casa do Alto* (1967). Era o seu refúgio e também o espaço onde acolhia os amigos de passagem pela Madeira, nos quais se incluíam personalidades importantes das letras e da política dos anos 40 e 50. Alguns nomes destes amigos figuram na compilação *Poesias Completas*, de 1967.

Este livro é uma despedida do poeta, que estava doente quando o escreveu e sabia que ia morrer. Os poemas foram dedicados a amigos como Mário Soares, Branquinho da Fonseca, Maria Lamas, Miguel Torga, entre outros. O prefácio, de Fernando Namora, tem como título "Um poeta da ilha da Madeira"; no seu desenvolvimento, consolida-se a ideia de este poeta ser "ilhéu no cerne e no timbre da sua poesia" (CÂMARA, 1967, 10). Fernando Namora, que era visita da casa da Choupana, sublinhava no mesmo prefácio que o "mar é uma estrada que chama o ilhéu para todos os continentes, mas também é o fosso que o limita; por mais que esse ignoto penedo rodeado de abismo imite e ouça o mundo, a ansiedade sente-se ali aprisionada" (CÂMARA, 1967, 11). Namora diz ainda sobre João de Brito Câmara que este é um poeta sem grandes ousadias, mas que a sua poesia mantém uma toada única de um homem a lutar contra a tentação de se confinar a si mesmo: "O ilhéu pode misturar-se com as vidas que ao seu desterro arribam todos os dias do ano, pode sentir como



Fig. 4 – *Auto da Lenda* (1943), de João de Brito Câmara.

seus os problemas alheios, mas o mar é sempre um cerco. O ambiente, por muito que a inquietude o dilate, asfixia a solidão" (CÂMARA, 1967, 11)

João de Brito Câmara morreu a 26 de dezembro de 1967, no primeiro dia da oitava do Natal, antes de ver o seu último livro publicado. Na entrevista concedida ao *Comércio do Funchal* e publicada um ano após a sua morte, o poeta lamentava a morte, que sabia aproximar-se, dado o seu estado de saúde: "Eu gostaria de viver alguns anos mais. Creio que para o ano que vem já não verei estas árvores. Você não conhece ainda esta obsessão de voltar aos lugares que são nossos e que em breve estarão já perdidos" (TEIXEIRA, 2002, 290). Morreu aos 59 anos, na Madeira, e deixa escrito no poema "Resquício" o seu último desejo: "Mais por Beleza do que por Fama/Então – Senhor! – só peço que reste ao menos/Um verso só do meu rude canto!"

Obras de João de Brito Câmara: *Manhã* (1927); *Relance* (1942); *Auto da Lenda* (1943); *Lei, Verdade, Justiça! (História Breve de Uma "Taluda"... Em Branco)* (1950); *Duma Gerência Técnica à Incompetência Absoluta (De Premeio com a Má Fé Contratual e a Renúncia)* (1960); *Casa do Alto* (1967); *Poesias Completas* (1967).

Bibliog.: CÂMARA, João Brito, *Poesias Completas*, Coimbra, Atlântida, 1967; CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico da Madeira. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; TEIXEIRA, Mónica, *Tendências da Literatura na Ilha da Madeira nos Séculos XIX e XX*, Funchal, CEHA, 2002; *Id.*, *Legados para a História. Doações ao Arquivo Regional*, Funchal, DRAC, 2009.

MARTA CAIRES

Câmara, Jorge da

A opção do Conselho de Portugal em Madrid, após os cinco anos de governo de D. Manuel Pereira Coutinho (c. 1550-c. 1635), recaiu em D. Jorge da Câmara, a quem chamaram "o Poeta" (NORONHA, 1996, 50), filho natural de Rui Gonçalves da Câmara (c. 1520-c.1590), capitão de Barcelor, de Ormuz e capitão-mor do mar da Índia, onde falecera. Rui Gonçalves era o quinto filho do Cap. João Gonçalves da Câmara (1489-1536), irmão de Simão (1512-1580), 1.º conde da Calheta, e dos padres Luís (1518-1575) e Martim (c. 1539-1613), e cunhado do Alm. D. Lopo de Azevedo, que se casara com a sua irmã D. Isabel de Vilhena. O jovem Jorge da Câmara acompanhou o pai à Índia, aí



Fig. 1 – Selo branco com as armas de Jorge da Câmara, 1605 (ABM, Mis Funchal, 41).

ganhando alguma notoriedade, e, com o seu falecimento, veio para Portugal, onde a família o deve ter acolhido e protegido, para passar a ser tratado por D. Jorge, passar a usar as armas dos Câmara – embora com uma diferença: uma pequena cruz sobre a torre – e vir a ser votado no Conselho de Estado ou no Conselho de Portugal para governador da Madeira.

A provisão de governador para D. Jorge da Câmara foi assinada a 18 de janeiro de 1614, mas a fixação do seu ordenado e o agendamento da sua menagem atrasaram a sua deslocação para a Madeira. Entretanto, também a situação da justiça na Ilha se havia complicado, com as queixas da Câmara contra o governador e vice-versa. O Gov. D. Manuel Pereira encontrava-se ligado à família dos Carvalhos, provedores das obras reais, e devia ter um conhecimento muito apurado de gestão de obras públicas, pelo que os conflitos com a Câmara do Funchal foram muitos. A edilidade funchalense não entendia ou não queria entender os gastos do governador com as obras militares, estando em construção as fortalezas de S. João do Pico e de Santiago, instituída a fragata de patrulhamento dos mares do arquipélago, que a Câmara conseguiu suspender, e a permanência no Funchal de um presídio castelhano.

Nesse quadro, com a saída pontual do Gov. D. Manuel Pereira e a entrega do governo ao bispo do Funchal D. Fr. Lourenço de Távora (1566-1629), sobrinho de D. Cristóvão de Moura, já a Câmara deve ter pedido para Madrid a saída do presídio. O governador, entretanto, regressou ao Funchal, mas a 14 de julho de 1614 conseguiu autorização para voltar ao continente, tornando a entregar o governo ao bispo. A Câmara deve ter voltado a insistir para Madrid, pois o despacho de D. Filipe II, do palácio do Prado, a 18 de novembro de 1614, informa que se murmurava na cidade contra o presídio castelhano e que a Câmara escrevera ao vice-rei D. Pedro de Castilho (c. 1540-1615) para se tirar da Ilha "o presídio de soldados espanhóis que nela há" (AGS, SP, liv. 1511, fl. 225). O vice-rei enviara o pedido para Madrid a 18 de julho, e em novembro o rei escrevia ao seu sucessor, entretanto arcebispo de Braga, D. Aleixo de Meneses (1559-1617), que parecia "dizer-lhes que não convém por agora tratar desta matéria" (*Id.*, *Ibid.*).

A corte de Lisboa, na saída de D. Manuel Pereira e na passagem para o governo do bispo D. Lourenço de Távora, em julho de 1614, enviara uma alçada à Madeira, mas, perante a situação encontrada pelo licenciado Manuel Álvares Frausto, foi enviada nova alçada, desta vez acompanhada de forças militares e deslocando-se em transporte próprio. Veio como presidente o doutor Gonçalo de Sousa, "desembargador dos agravos", acompanhado de alabardeiros, podendo sentenciar até morte natural. Entre as várias indicações que trazia, deveria saber das "entradas no mosteiro das freiras, mortes, resistências, tiradas de pistoletes, espingardas, cutiladas pelo rosto de que houvera aleijão, força feita a mulheres, roubos graves, traições e aleivosia, falsidades de escrivães e juramentos falsos", etc. Tinha ainda como indicação sobre as devassas anteriores: "Parecendo-vos que não estão bem tiradas, as queimareis" (ABM, RG, Tombo Velho, fls. 270-272).

Só depois da chegada desta alçada tomou posse o Gov. D. Jorge da Câmara, porque também só a 4 de novembro tinha prestado menagem do lugar. Tomou posse a 18 de dezembro de 1614 e foi o primeiro a ver instituído o seu ordenado em 600$000 réis anuais, por alvará datado de 6 de setembro desse ano, quantitativo que se manteve ao longo de todo o séc. XVII. D. Jorge da Câmara ficou à frente dos destinos da Ilha durante quatro anos, durante os quais tentou fazer frente aos problemas de defesa, mas, infelizmente, em relação ao Porto Santo, que aliás não dependiam diretamente dele, com muito maus resultados.

A tomada de posse do governo com um desembargador em serviço na Ilha levou a curto prazo à incompatibilização das duas autoridades, queixando-se o governador disso a Madrid, por cartas de 8 de abril e 2 de maio de 1615. A primeira questão teve por base o pagamento dos soldados do presídio, dado que o desembargador Gonçalo de Sousa também tinha vindo para a Ilha com forças próprias.

Os soldados que acompanharam o desembargador viriam pagos de Lisboa e, sendo depois alojados em S. Lourenço, envolveram-se em brigas com os que lá estavam, que havia muito tempo que aguardavam pagamento, acabando por insultar, como representante do governo central, o desembargador Gonçalo de Sousa. A situação foi reconhecida pela corte em Valladolid, pedindo-se informação ao Conselho da Fazenda sobre o assunto do pagamento dos soldados do presídio do Funchal.

As desinteligências entre o governador e o desembargador, no entanto, estenderam-se a outros assuntos, queixando-se D. Jorge da Câmara a D. Filipe II de Gonçalo de Sousa o ter impedido no provimento dos ofícios, o que motivou cartas da corte de Madrid para a de Lisboa, a 10 de junho, 24 de outubro e 29 de novembro do mesmo ano. O novo governador deve ter tido alguma dificuldade em se impor, e o provedor da Alfândega Francisco de Andrade, ao enumerar as interferências dos governadores em assuntos da Fazenda, em carta de 30 de agosto de 1646, menciona que D. Jorge da Câmara teria chegado a invadir a Alfândega com soldados e a ameaçar prender o provedor.

O governador conseguiu, entretanto, equilibrar a sua situação, e, nos inícios de 1617, encontravam-se em obras as fortalezas de S. Lourenço, S. João do Pico e Santiago, sendo com certeza difícil arranjar dinheiro para uma tão grande atividade. Para agravar a situação, começam a surgir notícias alarmantes da saída de corsários de Argel, que, tudo indicava, pensavam deslocar-se ao arquipélago da Madeira, já tendo saqueado povoações das ilhas Canárias. Os corsários de Argel já tinham invadido a ilha do Porto Santo em 1615, tendo sido desalojados por uma expedição comandada por Manuel Dias de Andrade, que, mais tarde, haveria de se notabilizar por serviços prestados no Brasil. A expedição expulsou "os mouros que a entraram", acudindo ao mesmo tempo "às pessoas que estavam no mato". Também participou nesta expedição outro militar que mais tarde se celebrizou no Brasil: Francisco de Figueiroa, que "ajudou a desalojar dela o inimigo que a ocupava" (GUERRA, 1991, 63).

Em julho de 1616, cerca de 500 mouros, num navio de certo porte e em dois patachos, voltaram a surgir no Atlântico, em princípio para assaltarem as naus que regressassem da Índia. Malogradas as suas intenções, atacaram a pequena ilha de Santa Maria, nos Açores, saquearam-na e levaram parte da população. Permaneceram ali oito dias e levaram ao todo 222 pessoas. Na viagem para Argel, fundearam ao largo do Porto Santo, não desembarcando e parecendo avaliar as condições de defesa da ilha. O governador da Madeira mandou ali sete navios, comandados por Manuel Rodrigues Atouguia, mas não se travou qualquer confronto, tendo-se os Argelinos retirado.

O alerta foi dado a 4 de janeiro de 1617, pelo capitão do presídio Bartolomeu de Oliveira, que compareceu na sessão camarária com um requerimento a este respeito. Contou então que estava à "espera de inimigos pelas novas que tinha" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1320, fls. 33) e que, para além das fortificações e da guarnição, seria necessário providenciar abastecimentos.



Fig. 2 – Xaveco marroquino do tipo utilizado nos assédios piratas à Madeira e ao Porto Santo, maqueta de 1877 (Museu Naval de Paris).

Alertou também o provedor da Fazenda, António Gomes, para que se tomassem as devidas cautelas. De imediato, a Câmara deve ter escrito ao rei a pedir aumento de verbas para fortificação e defesa. A resposta veio com data de 15 de maio desse ano, aplicando-se um reforço de 5000 cruzados para acabar a muralha ao longo do mar e aplicar no resgate dos cativos. A verba foi recolhida através de finta no ano seguinte, por ordem do "governador, provedor da fazenda e procuradores dos vinte e quatro mesteres", na ordem dos 15.000 cruzados, "dos quais se abatem da esmola do Rei para a fortificação, 5.000 cruzados, para acabar o muro frente ao mar" (ABM, Registo Geral, t. 3, fls. 116v.-117). Perante o volume de obras em curso e a ordem de se continuar esta muralha e, com certeza, se proceder ao seu encerramento, que era o forte de Santiago, perguntou-se ao rei se se devia interromper as obras do forte do Pico, ao que se respondeu que não. Assim, continuou-se igualmente a fortaleza do Pico, que a partir de julho passou a ter já oficialmente um tenente, com acréscimo de ordenado para lenha, água e azeite para a casa da guarda.

A corte de Lisboa enviou ainda uma provisão régia para que livremente pudessem desembarcar armas sem pagarem direitos e que as pessoas em condições de comprá-las fossem obrigadas a prover-se delas. No entanto, as requisições feitas oficialmente não foram atendidas, conforme referido na mesma provisão: "por ora se escusam os mosquetes que pedis" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1320, fl. 29). Quanto à pólvora pedida, entendia-se que a que existia nas fortalezas era suficiente. O assunto adquiriu tal relevância que, na vereação geral de 22 de julho de 1617, compareceu, além do governador, o capitão do presídio e novo bispo da Diocese, D. Jerónimo Fernando (c. 1590-1650). Na abertura da sessão, "logo pelo dito Geral foi dito que ele tivera duas cartas de Argel pelas quais era avisado estarem para sair muitos navios que vinham sobre esta ilha" (*Id.*, *Ibid.*, fl. 30v.). Novamente se discutiu a necessidade de abastecer a fortaleza de S. Lourenço de trigo, para o caso de ser necessário recolher ali população. Assentou-se a aquisição de 50 moios de trigo, que, não havendo dinheiro, foi adquirido fiado. No entanto, ao que se saiba, nada foi na altura comunicado ao Porto Santo ou a Machico.

Devido a esta situação, o governador já ultimara algumas obras da fortificação e aproveitou também para remeter à Câmara algumas contas antigas. Assim, na vereação de 8 de julho, apresentou-se na Câmara o ajudante do sargento-mor, Jácome Caldeira, com um requerimento por escrito "em que pedia aos ditos oficiais mandassem pagar as portas desta cidade, por quanto a tinha fortificado, e feitas as ditas portas ficava a cidade fechada e mais forte e segura para se defender e ofender ao inimigo, de que tinha novas ser saído". No entanto, acrescentava o requerimento: "assim por ter feito outras provisões, que não só com o dinheiro da fortificação, mas antes de sua casa tinha muita despesa em serviço de Sua Majestade, pelo que não era bastante o dinheiro aplicado à fortificação". Curiosamente, e ao contrário da atitude assumida com o anterior governador, D. Manuel Pereira, os vereadores "disseram que não somente as ditas portas se pagariam do terço da imposição que toca a este concelho", como "com suas fazendas e pessoas acudiriam ao que fosse serviço de Sua Majestade" (*Id.*, *Ibid.*, fl. 29) e segurança da cidade e dos seus moradores, acrescente-se.

Como era de esperar, nos primeiros dias de agosto desse ano de 1617, o Porto Santo sofreu um terrível saque a que quase nada escapou. Apanhados de surpresa, os habitantes ainda esboçaram uma vaga resistência, organizada pelo sargento-mor João de Viveiros, mas acabaram por ser quase todos presos. Dos cerca de 900 habitantes da ilha, terão escapado somente 18 homens e 7 mulheres, escondidos nas fráguas e faldas da serra. Tudo o mais foi queimado e estropiado pelos piratas argelinos. A história do Porto Santo ficou para sempre ligada a este desastre e às complexas negociações para recuperar essa população. Na *Genealogia* de Henrique Henriques de Noronha, encontram-se ecos vários destes acontecimentos, que não pouparam as principais famílias madeirenses, como Aires

de Ornelas de Vasconcelos, filho de Aires de Ornelas e D. Catarina de Moura, da família do vice-rei, "que morreu em Argel, cativo, sem geração" (NORONHA, 1948, 425), e "Cecília de Paiva, que estava cativa em Argel, quando os mouros tomaram o Porto Santo, em agosto de 1617, e lá casou com António de Mesquita, maiorquino, também cativo" (*Id.*, *Ibid.*, 446), e resgatados viveram depois na ilha da Madeira.

A 28 de agosto desse ano, o governador comparecia novamente na sessão geral camarária do Funchal para comunicar a dolorosa notícia, acrescentando-se que "foram ouvidas pelos ditos mouros muitas ameaças dizendo que o mesmo haviam de fazer a esta Ilha" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1320, fls. 33-34). Logicamente, espalhou-se um grande temor por toda a cidade e não só, pois em Machico, *e.g.*, até ao mês de outubro, não se realizaram as habituais vereações camarárias "por andarem todos estes tempos com as armas às costas em defensão desta ilha, pelos mouros estarem à vista e tomarem a ilha do Porto Santo" (ABM, Câmara Municipal de Machico, liv. 99, fl. 51), como se registou a 7 desse mês de outubro.

No Funchal, foi então decidido acabar rapidamente a muralha frente ao calhau, até à fortaleza de Santiago. Porém, uma vez mais, não havia dinheiro para o efeito, recorrendo-se ao lançamento de uma finta pelos moradores, que se mostraram algo renitentes nesse assunto. No entanto, as necessidades eram muitas, e os receios mais ainda, solicitando-se ao rei que se fizesse uma reunião para angariação de fundos e alvitrando-se para a cobrança João de Caus, mercador de origem francesa mas já nacionalizado, parente do anterior vice-rei Cristóvão de Moura (1538-1613), entretanto falecido. Dado servir de governador o então bispo do Funchal, o rei determinou a reunião "na casa da dita Câmara, ou em alguma igreja" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, t. 3, fls. 117-117v.). Com a chegada a Lisboa da notícia do saque ao Porto Santo, foi enviado à ilha, em dezembro desse ano, Bartolomeu Arias de Olivares, com especial recomendação de que, "sucedendo cometerem os turcos essa



Fig. 3 – Xaveco marroquino do tipo utilizado nos assédios piratas à Madeira e ao Porto Santo, maqueta de Carlos Montalvão, 2007 (Museu Naval de Salé, Marrocos).

Ilha, a achem já fortificada e tão posta em defensão, que a resistência que se fizer os desengane de suas pretensões" (*Id.*, *Ibid.*, fl. 115v.).

O Gov. D. Jorge da Câmara, entretanto, já tinha saído da Madeira, em princípio para tratar dos assuntos de defesa da Ilha em Lisboa, entregando o governo a D. Jerónimo Fernando, que, no despacho de Bartolomeu Arias de Olivares, vem referido como "governador, bispo, provedor de minha fazenda e ouvidor do conde-capitão da dita Ilha" (*Id.*, *Ibid.*), sinal de que se tratava do bispo. O despacho desse documento, no entanto, é já do novo governador, Pedro da Silva (c. 1580-1639), que tomara posse a 6 de julho de 1618 e viria a falecer como vice-rei da Índia.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal de Machico, liv. 99; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombos 3 e 6; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1320; AGS, Secretarias Provinciales, liv. 1511; ANTT, Desembargo do Paço, Correspondência, liv. 2; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 397; BNP, reservados, cód. 8391, *Index Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda do Funchal*; **impressa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1992; *Id.*, *A Arquitetura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII*, Funchal/Lisboa, Universidade da Madeira, 1998; GUERRA, Jorge Valdemar, "O saque dos argelinos à ilha do Porto Santo em 1617", *Islenha*, n.º 8, jan.-jun. 1991, pp. 57-78; NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário da Ilha da Madeira*, São Paulo, Revista Genealógica Brasileira, 1948; *Id.*, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Câmara, José Bettencourt da

José Bettencourt da Câmara (Matos Noronha) nasceu a 19 de abril de 1844, segundo Fernando Augusto da Silva, na Qt. do Descanso, Santa Luzia. Era filho de José Manuel Câmara e de Efigénia Constança Moniz de Meneses e neto do 4.º morgado dos Alecrins, Tristão Joaquim Bettencourt da Câmara.

Estudou no Liceu Nacional do Funchal entre 1858 e 1866, matriculando-se, primeiramente, em Latim, língua materna, Francês e História Elementar e, depois, em Geometria, Aritmética, Álgebra e Desenho.

Casou-se com Júlia de Freitas e Albuquerque, a 28 de novembro de 1872, tendo nascido, como fruto do casamento, um filho, o futuro bacharel em Direito e proprietário Rui Bettencourt da Câmara. O casamento realizou-se na igreja do Colégio, na capela de S. Francisco Xavier, pertencente à família do nubente. Foram madrinhas do casamento Maria Telles da Graça e Júlia de Freitas Albuquerque e testemunhas o barão da Conceição, José Manuel da Câmara, e o comendador D. João Frederico da Câmara Leme. Estiveram ainda presentes no casamento a marquesa de Niza e a baronesa da Conceição, entre damas e cavalheiros da mais fina nata da sociedade funchalense de então, o que é bem revelador do *status* do casal.

A presença de José Bettencourt da Câmara na imprensa da época coincide com o tempo em que foi estudante, colaborando nos periódicos filiados no Liceu Nacional do Funchal, assinando os textos como J. B. da Câmara ou J. B. da C.

Foi colaborador do periódico literário dos alunos do Liceu do Funchal, *O Recreio*, onde publicou um interessante estudo intitulado "A philologia". Neste artigo, José Bettencourt da Câmara escreveu sobre as origens da filologia, os principais autores e as teorias defendidas por estes, evidenciando a importância desta ciência na relação com a literatura e a cultura.

Numa altura em que os liceus se dividiam em categorias – primeira e segunda –, sendo que apenas a primeira garantia a entrada na universidade, José de Bettencourt da Câmara publicou em *O Noticioso* uma carta na qual discorre



Qt. do Descanso, reforma de c. 1770 e seguintes, c. 1950 (ABM, Photographia Vicente).

sobre a vantagem de o Liceu Nacional do Funchal ser elevado à primeira categoria, já que, deste modo, facilitava aos alunos madeirenses o ingresso no ensino superior, evitando que estes se deslocassem ao continente para realizar exames nos liceus de primeira categoria.

Em maio de 1863, iniciou a colaboração com o periódico literário *Archivo Litterário*, apresentando uma coluna dedicada à história da Madeira intitulada "Ilha da Madeira, curiosidades históricas, 1418 a 1580". Esta rubrica teve um total de nove capítulos, contendo apontamentos e comentários breves sobre a história da Ilha.

José Bettencourt da Câmara foi redator e diretor do periódico literário *O Crespúsculo* conjuntamente com Maurício Carlos de Castelbranco Manoel. Este periódico, publicado pela primeira vez a 15 de fevereiro de 1865, foi herdeiro, segundo o próprio José Bettencourt da Câmara, dos periódicos literários *O Recreio* e o *Archivo Litterário*, sendo seu propósito colmatar a falta de um jornal de literatura, já que os jornais políticos abundavam na imprensa regional. O periódico contou com 12 números, tendo cessado a publicação a 31 de julho de 1865.

Segundo Fernando Augusto da Silva e o visconde do Porto da Cruz, Bettencourt da Câmara dedicou-se a estudos de genealogia e heráldica, contribuindo com algumas notas sobre estes assuntos para *Saudades da Terra*. Em 1974, foi eleito sócio honorário da Associação Recreio Académico.

José Bettencourt da Câmara morre, segundo o registo de óbito, a 19 de outubro de 1875, com 31 anos, em Câmara de Lobos, vindo de viagem do Estreito da Calheta. Na altura da sua morte, trabalhava na secretaria do Governo Civil. A morte de José Bettencourt da Câmara provocou uma onda de comoção, como evidenciam alguns jornais da época. No periódico *O Direito*, a notícia do seu falecimento abre a primeira página com um texto intitulado "Um túmulo", que é um lamento sentido à súbita morte de um jovem cheio de futuro e esperança e de um "talento tão cultivado e no 'arredol doirado da manhã da vida', quando descortinava larga existência, quando sonhava a ventura da esposa, o futuro do filhinho querido". José Bettencourt da Câmara era lembrado também como filho e esposo exemplar, e como amigo que dava os conselhos mais prudentes, as lições mais proveitosas e ensinamentos leais, em que todos reconheciam o valor e "lhe admiravam a nobreza da sua alma, a sinceridade do coração" (*O Direito*, 26 abr. 1875, 1).

O periódico *A Voz do Povo* refere que o malogrado José Bettencourt da Câmara já se sentira incomodado de saúde, acrescentando que o jovem nutria simpatias gerais e que era um mancebo talentoso (*A Voz do Povo*, 23 out. 1875, 2). A gazeta *O Popular* anuncia a morte de José Bettencourt da Câmara com um artigo assinado por Pinto Coelho e intitulado "À morte do meu amigo José Bettencourt da Câmara", no qual, num triste adeus, ressalva as características pessoais de "Bom amigo, bom esposo, bom cidadão", que conquistara a afeição de todos com quem privava. Pinto Coelho lembrava a humildade e o talento do seu amigo como "conhecedor profundo do pátrio idioma", ficando conhecido pelo seu estilo, caracterizado pelo "vigor e amenidade da linguagem", sem nunca ter sido arrastado para as lutas partidárias (*O Popular*, 27 out. 1975, 4).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Liceu Nacional do Funchal, 468, n.º 51, fl. 30; *Ibid.*, Registos Paroquiais, Óbitos, liv. 1347, n.º 61, fl. 16; **impressa:** *Archivo Litterario*, 6 maio 1863; 13 maio 1863; 27 maio 1863; 3 jun. 1863; 10 jun. 1863; 17 jun. 1863; 3 jul. 1863; 10 jul. 1863; 22 jul. 1863; *O Crepúsculo*, 15 fev. 1865; 31 jun. 1865; *O Direito*, 26 out. 1875; *O Noticioso*, 26 nov. 1863; *O Popular*, 27 out. 1975; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953; *O Recreio*, 26 nov. 1863; 28 jan. 1864; 13 jun. 1864; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; *A Voz do Povo*, 23 out. 1875.

CARLOS BARRADAS

Câmara, José Manuel da

A escolha de um novo governador e capitão-general para a Madeira, em 1800, recaiu sobre um elemento da corte com relações na Madeira, em princípio neto do 4.º conde da Ribeira Grande (1712-1757): D. José Manuel da Câmara (c. 1760-c. 1825), que a 21 de março desse ano recebeu "aviso de nomeação" e patente a



Fig. 1 – Entrada do Gov. José Manuel da Câmara para a Confraria da Soledade, 20 de fevereiro de 1801 (ABM, Governo Civil, liv. 235).

8 de maio desse ano, de que prestou juramento a 26 do mesmo mês (ABM, Governo Civil, liv. 197, fl. 1). Com a necessidade de elaboração de novas instruções para o governador, que devem ter tido várias versões, embora acabando por não se afastar muito das anteriores, enviadas a D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho (1726-1799), as mesmas só foram assinadas a 17 de julho desse ano, pelo que o governador só veio a prestar menagem a 15 de outubro e a tomar posse do governo da Ilha quase no final do ano, a 4 de dezembro.

As honras de receção no Funchal ficaram a cargo do bispo D. Luís Rodrigues de Vilares (c. 1740-1810), que o foi receber "em um muito decente escaler", passando depois à fortaleza do Ilhéu e daí à cidade, visitando primeiro a Sé do Funchal e só então se deslocando a S. Lourenço, "palácio que lhe pareceu decentissimamente arranjado". Aí, na sala do dossel, tomou posse, recebendo do bispo a "bengala de capitão-general", como no dia seguinte escreveu para Lisboa (ABM, Governo Civil, liv. 198, fls. 1-1v.). O governador ficou muito bem impressionado com o bispo, antigo professor da Univ. de Coimbra, achando muito agradável o seu discurso e corteses as suas maneiras, opinião que ao longo da sua estadia iria desaparecer por completo.

O Gov. José Manuel da Câmara optou por uma certa encenação de pompa e circunstância na sua estadia no Funchal, a que não seria estranha, por certo, a opinião do prelado que o recebeu, e que deverá tê-lo orientado na tomada de posse; contudo, tal encenação não lhe granjeou muitas simpatias. Ter tomado posse em S. Lourenço e não na Câmara, como era costume, foi a primeira afronta que fez no início do seu governo; e quando, mais tarde, voltou a ultrapassar a Câmara na procissão de *Corpus Christi*, o Senado juntou as duas. Nos finais de março de 1802, perante o "despotismo do governador", que no ano anterior se tinha colocado "indevidamente" atrás do pálio "e adiante da Câmara", "iludindo os privilégios do Senado e alvarás régios", os membros do Senado acordaram que o procurador do concelho informasse o governador de que deveria "abster-se daquele procedimento para o futuro". Nessa altura, também deveria o procurador solicitar ao governador que enviasse à Câmara "o aviso por que Sua Alteza mandara que este Senado fosse dar-lhe posse de seu cargo ao palácio de sua residência", a fim de ser registado na documentação camarária (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1356, fls. 47-48v.). O governador não enviou o aviso, até porque não o tinha, e no ano seguinte mandou o juiz de fora informar que voltaria a pegar no pálio.

D. José Manuel da Câmara não assumiu regalias de que os seus antecessores não tivessem pontualmente usufruído, pois ao longo do século anterior também temos indicações de as posses terem ocorrido em S. Lourenço, mas o facto de as ter institucionalizado de forma tão rígida e pomposa não poderia ter sido bem aceite. Quando, no início do verão, se deslocou para a Qt. do Descanso, *e.g.*, determinou o seguinte

detalhe de serviço de guarnição: "A guarda do Quartel da Quinta, vulgarmente chamada de Diogo Aires, estará pronta para fazer as continências à chegada de Sua Ex.ª o Il.mo e Ex.mo Sr. General deste Estado e arvorará a bandeira logo que o avistarem; Esta bandeira será permanente e se retirará quando S. Ex.ª se recolha de todo para o seu palácio (S. Lourenço); Saindo S. Ex.ª em palanquim ou qualquer outra comodidade que não seja de cavalo, o sargento com uma guarda de 4 homens o acompanharão como indo de cadeirinha; A casa de campo que vai servir de quartel-general se denomina daqui em diante, dos Reais Próprios" (SARMENTO, 1952, 155-156).

Esta tomada de posição não deve ter agradado à antiga nobreza insular, e deve ter sido nesse confronto que ocorreu o incidente com Henrique Correia de Vilhena Henriques (1769-c. 1830), irmão do futuro visconde de Torre Bela (1768-1821). O morgado não se teria apeado do cavalo, quando passara perante o palanquim do governador no final do verão de 1803 e perto da Qt. do Descanso, pelo que José Manuel da Câmara o mandou prender de imediato na fortaleza do Ilhéu, a pior prisão do Funchal. A corte de Lisboa também não aprovou a posição do governador e, logo que se soube da prisão, o visconde da Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo (1755-1809), mandou libertar Henrique Correia de Vilhena.

Nos dias seguintes à sua tomada de posse, o governador assumiu a presidência da Junta da Fazenda; logo a 9 de dezembro, visitou a contadoria, um dos assuntos que lhe tinha sido especificamente encomendado em Lisboa, passou revista às tropas e visitou as principais obras fortificadas do Funchal, mostrando interesse em fazer o mesmo aos restantes trabalhos dessa área num curto espaço de tempo. A situação das forças armadas insulares deixou-o bem impressionado, parecendo-lhe não se encontrarem no "pior pé", mostrando mesmo "firmeza nas suas marchas" e até alguma "regularidade decente nos fogos", como comunicou para Lisboa (AHU, Madeira e Porto Santo, doc. 1170).

As obras de fortificação entretanto levadas a cabo infelizmente mereceram-lhe as maiores reservas, achando terem sido feitas "exorbitantes despesas" e ter sido "imprópria e mal lograda" quase toda a obra "que ultimamente se fez" (*Ibid.*). Esta opinião colocou-o contra os membros do anterior governo interino, assim como contra os oficiais que mais diretamente tinham acompanhado as obras em causas. Nesse quadro, logo a 12 de dezembro, não tinha dúvida em solicitar a vinda de um oficial do Real Corpo de Engenheiros com a patente de tenente-coronel. Alvitrou que este fosse o então Cap. Pedro José Botelho, o que até ao final do seu mandato não conseguiria. Todo o Governo de José Manuel da Câmara veio a ser pontuado por longos braços-de-ferro, que não conseguiu ultrapassar por razões várias. Mesmo assim, a situação que melhor resolveu foi a da ocupação inglesa, dadas as razoáveis relações que conseguiu estabelecer com o Brig. William Henry Clinton (1769-1846) e com o Cor. Thomas William Gordon.

Num curto espaço de tempo, na sequência da chamada Guerra das Laranjas e do acordo celebrado entre Portugal, Espanha e França,



Fig. 2 – *British Camp*, desenho, de T. W. Gordon, do aquartelamento britânico nos Ilhéus, 6 de janeiro de 1802 (ABM, Arquivos Particulares).

que colocava em causa os interesses ingleses nas costas portugueses, ocorreria a primeira ocupação inglesa da Madeira. Esta ocupação encontrou a Ilha sem qualquer possibilidade de resposta. Na hipótese de Inglaterra perder o acesso aos portos do continente português e à passagem estratégica de Gibraltar, não lhe restava outra alternativa senão a de recuar essa linha de defesa, ocupando a ilha da Madeira para manter no mínimo a segurança das suas rotas no Atlântico.

A 23 de julho de 1801, uma esquadra inglesa de cinco navios de guerra apresentava-se à vista do Funchal e, a 24, formava "em linha de batalha, fundeando ao longo desta capital, em distância de tiro de espingarda, amarrando-se por todos os lados", como mais tarde o Gov. D. José Manuel da Câmara informou para Lisboa (AHU, Madeira e Porto Santo, doc. 1293). O Cor. Clinton e o Cap. James Bowen desembarcaram e dirigiram-se ao palácio de S. Lourenço, informando o governador de que, "em consequência da estreita aliança e íntima amizade que há anos tem unido as cortes de Lisboa e Londres, desejando na presente e perigosa crise prestar todo socorro e auxílio", mandava ocupar a Ilha por "uma esquadra de suas naus de guerra", pelo que o governador dispunha de duas horas para aceitar, de forma incondicional, a presença britânica. Estas forças abandonariam a Ilha assim que as ameaças internacionais se desvanecessem (ABM, Câmara Municipal do Funchal**,** Vereações, liv. 198, fls. 23-24).

Perante a chegada das forças britânicas, José Manuel da Câmara reuniu de imediato um conselho militar com as principais figuras insulares, salvo o bispo, o corregedor e o juiz de fora, que não se encontravam na cidade. Perante o isolamento da Ilha e a formação de combate da força naval britânica, não restava outra alternativa senão aceitar as condições inglesas e esperar que se cumprissem as promessas de abandono da Madeira logo que as condições internacionais o permitissem, o que aliás se cumpriu. As forças ficaram instaladas num acampamento militar na área dos ilhéus, mas, com a chegada do inverno, haveriam de transitar para o futuro quartel do colégio. O comando britânico ocupou a fortaleza de S. Lourenço, de onde o governador foi obrigado a sair, recolhendo-se à Qt. do Descanso, na R. de Santa Luzia, propriedade de Diogo Aires, onde habitualmente os governadores da Madeira passavam o verão.

Em outubro de 1801, eram assinados os Preliminares de Londres, com vista à celebração de uma paz geral entre os interesses ingleses e franceses, pelo que já não havia justificação para a manutenção das chamadas tropas auxiliares inglesas na Madeira. Acrescia que se somava uma série de pequenos incidentes entre aquelas e a população local, especialmente alguns rapazes "que pelas ruas da cidade arremedavam os oficiais auxiliares britânicos" (RODRIGUES, 1999, 155-156), o que, somado também aos elevados custos que a campanha estava a representar para o Tesouro britânico, levou à ordem de retirada das forças inglesas, dada a 13 de novembro. No entanto, as forças britânicas só viriam a sair do Funchal em janeiro do ano seguinte, mas ainda antes da celebração do Tratado de Amiens, assinado dois meses depois, em março de 1802.

A estadia das tropas britânicas mereceu os maiores elogios das autoridades locais, pelo menos oficialmente, e salvaguardando o bispo da Diocese do Funchal, que se absteve nesse aspeto. Na preparação do embarque, o patrão da ribeira, António da Silva Carvalho, recebeu ordem, a 13 de janeiro, para mandar preparar "todos os barcos do cabrestante prontos para conduzirem a bordo dos transportes toda a bagagem" da tropa britânica e foi avisado o vice-cônsul inglês para fazer transportar a mesma bagagem para o calhau da praia, e que, se não bastassem os barcos do cabrestante, "mandará apressar os barcos das vilas que vir suficientes [para que] não sofra demora" o embarque (SARMENTO, 1952, 162-163). O Brig. William Clinton entregou as chaves da fortaleza de S. Lourenço a 17 de janeiro, e, a 19, as tropas começaram a embarcar, tendo o brigadeiro-general apresentado as despedidas finais a 27 do mesmo mês.

O Brig. Gen. graduado William Clinton seguiu para Londres no *Arcthusa*, comandado pelo Cap. Wooley, e o 1.º batalhão do 85.º regimento, a bordo da nau *Ruyter* e no navio de transporte *Calcutá*, seguiu para a Jamaica, nas Índias Ocidentais inglesas, onde viria a servir sob as ordens do Maj.-Gen. Nugent. William Clinton viria a servir na Suécia, depois do que foi promovido a major-general, em 1808, e nas campanhas da Catalunha, então com tropas portuguesas, onde foi promovido a tenente-general, em 1823. Em janeiro de 1827, desembarcaria em Lisboa à frente das tropas inglesas que vieram apoiar a regência da infanta D. Isabel Maria.

Os primeiros meses de governo de José Manuel da Câmara tinham sido ocupados, entre outros assuntos, com o problema da baldeação do vinho na praça do Funchal e com uma série de denúncias relacionadas com essa área, assuntos que lhe haviam sido entregues em Lisboa. Teria comunicado o assunto à Câmara, pelo que a 23 de maio de 1801 recebia uma representação do Senado e dos "homens bons da Casa dos 24" protestando novamente contra a pretensão de Domingos de Oliveira e acusando-o de no porto do Funchal, "ou fora dele, misturar aqueles com estes vinhos e fazê-los passar por vinhos da Madeira, com que estes se desacreditarão, perdendo o seu grande preço" (AHU, Madeira e Porto Santo, docs. 1203-1204). Para além da representação camarária, foi também enviada uma representação do cônsul inglês Carlos Murray, em nome dos comerciantes estrangeiros e nacionais radicados na Ilha.

José Manuel da Câmara responderia ao gabinete real a 25 de maio exclusivamente sobre o problema da "baldeação" do vinho do Faial, depreendendo-se que tudo o resto de que fora incumbido por D. João VI teriam sido vagas acusações. José Manuel da Câmara mandara o presidente e juiz de fora da Câmara do Funchal ouvir novamente a "nobreza e povo" sobre a entrada do vinho do Faial e entendia que o assunto era "sem dúvida um dos problemas de maior consideração e peso dos que me foram incumbidos antes da minha chegada a esta Ilha". Enviava assim nova informação, "cujos sentimentos" lhe pareciam "muito bem fundados e igualmente semelhantes aos anteriores procedimentos" dos seus "predecessores neste lugar". O Gov. José Manuel da Câmara não duvidava, assim, da mesma, "por estar dignamente persuadido de que sendo os vinhos da Madeira a sua principal moeda, que tudo o que tenda a falsificá-los ou confundi-los é preparar a sua ruína, e nesta a dos reais direitos de V. A. R. que tanta consideração se prova serem pelas avultadas remessas que tão frequentemente se dirigem ao Erário Régio dessa capital do Reino" (ABM, Governo Civil, liv. 198, fls. 11v.-12).

As grandes dificuldades que no entanto imediatamente se lhe depararam foram as da corte de Lisboa, que não compreenderia a situação da Madeira, nem sequer o que tinha mandado o governador executar, preocupando-se, em primeiro lugar, em assegurar os seus rendimentos na Ilha. Por outro lado, localmente, deparou com uma burocracia governamental instituída, principalmente por parte da Junta da Fazenda, mas também por um certo *status quo*, inclusivamente com possibilidades de relações paralelas com a capital, o que não só lhe boicotava determinadas iniciativas, como lhe reservava um espaço de manobra excecionalmente limitado.

Os problemas surgiram logo na implantação do novo sistema militar que lhe fora determinado em Lisboa. Depois de avaliar a situação ao longo de cinco meses, o governador propôs para a corte a nomeação dos principais quadros para os vários distritos e para o corpo de artilharia, tendo o cuidado de evitar que as propostas aumentassem as despesas da Fazenda Real, e cumprir o que lhe fora determinado, de prover as faltas com elementos residentes. Teve mesmo o cuidado de escolher a data do aniversário real para a proposta e de informar que os oficiais em causa, para além de serem os mais aptos, se destinavam à "formatura do Batalhão" que, "conforme as Reais Ordens", se estava a montar (AHU, Madeira e Porto Santo, docs. 1194-1196).

Mesmo depois da primeira ocupação inglesa e da constatação na corte de que a organização

militar da Ilha não correspondia minimamente às necessidades, nenhuma das propostas de nomeação feitas pelo Gov. José Manuel da Câmara foi aprovada. Acresce que se tratava de um plano que, em geral, já havia sido sancionado e que fazia inclusivamente parte das instruções que lhe tinham sido entregues ainda em Lisboa. À época, a situação da corte era de tal forma inoperante – tendo-se mantido assim mesmo com os governadores seguintes – que, em 1805, se pedia nova proposta sobre o assunto, quando já muito antes se tinham despachado as diretivas gerais da organização militar.

Perante a inoperância de Lisboa, o governador limitou-se a gerir a situação de crise vigente, provendo as fortalezas de reparos de artilharia, mesmo de forma limitada, e mandou preparar a plataforma para montar o guindaste do forte de S. José da Pontinha. Com a saída das forças inglesas, tentou-se de alguma forma implantar os principais elementos estudados em colaboração com os comandos ingleses, tanto na área do Funchal como em Machico e no Porto Santo, mas sempre muito aquém do inicialmente previsto, por dificuldades económicas e de articulação com os elementos da Junta da Fazenda.

O governador presidia à Junta da Fazenda e logo de início tentou ter algum controlo sobre essa instituição, mas os elementos da Junta correspondiam-se diretamente com o Erário Régio e facilmente encontravam cobertura por parte do novo presidente desta instituição, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745-1812), conde de Linhares e secretário de Estado da Fazenda. Com a saída das forças britânicas e a assinatura da Paz de Amiens, o Erário Régio passou a limitar as verbas para os aspetos imediatos de defesa, afastado que estava, em princípio, o espectro da guerra. Assim, embora por vezes implicitamente, o presidente do Erário Régio acabou por dar cobertura a todas as resistências da Junta da Fazenda em relação às despesas com obras militares.

Nesse quadro, entendem-se as contínuas reservas às ordens do governador, mormente pelo contador geral interino, Inácio da Silva Carvalho Ferreira, que o governador chegou a mandar prender na fortaleza de Santiago, em abril de 1802, e que o secretário de Estado mandou libertar em setembro. A situação também não era melhor com o escrivão deputado interino, Manuel Gonçalves de Abreu. O governador chegou mesmo a escrever que, quanto menor fosse a sua capacidade de intervenção, menor seria a sua "responsabilidade" na ação da Junta (ABM, Governo Civil, liv. 198, fl. 26v.), assim como que só com um "golpe de autoridade suprema" se poderia repor o funcionamento da mesma, pois em sua opinião os rendimentos reais estavam a ser gravemente prejudicados. O ministério ainda tentou suavizar as atitudes impulsivas do governador, através de um "brinde real" de um conto de réis, em agosto de 1802, tecendo-lhe elogios à atuação e, especificamente, premiando-o pelo "aumento das rendas reais" apresentado na conta de 20 de fevereiro desse ano (RODRIGUES, 1999, 185-186).

Os rendimentos da ilha da Madeira apresentavam, com efeito, um aumento regular, que se manteria até 1815, e, face ao brinde real, o governador passou a insistir em várias obras do domínio das fortificações, sem consulta ao Erário Régio, como estava obrigado, o que lhe valeu novas repreensões. O visconde de Anadia repreendeu-o, *e.g.*, em setembro de 1802, por mandar executar obras sem autorização e o "conselho de experientes", arriscando-se a torná-las mais dispendiosas e, futuramente, "desnecessárias e demolíveis", como já tinha acontecido. A Junta da Fazenda era um órgão colegial, pelo que o governador não podia atuar de forma unilateral, até porque "seria estranho exemplo instituir uma nova jurisdição sobre a Junta" (ABM, Governo Civil, liv. 197, fl. 49). O próprio presidente do Erário Régio repreendeu o governador no mês seguinte, pedindo-lhe a "atenção para as enormes despesas da fortificação", assim como "o respeito que lhe deveriam merecer os oficiais da Fazenda". Acrescentava ainda que "cairia no real desagrado se o não fizesse, agravando o seu procedimento, por ser praticado por um militar com palavras insultantes e excessivas ameaças, sem admitir resposta ou escusa" (ANTT, Provedoria

e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 778, fls. 23v.-24).

Em maio de 1803, a situação internacional voltou a ensombrar-se com o rompimento da Paz de Amiens, pelo que o visconde de Anadia não teve outra alternativa senão recomendar as "medidas e preocupações de defesa" que a situação aconselhava. Acrescentava no entanto que, de momento e mais uma vez, a posição portuguesa era de neutralidade, "enquanto for possível" (ABM, Governo Civil, liv. 197, fl. 59), o que para a Madeira, isolada no meio do Atlântico, era a pior hipótese. Nos meses seguintes, o governador voltou a incentivar as obras de fortificação e até a pensar na construção de um novo edifício para quartel, mas uma terrível aluvião, ocorrida a 9 de outubro desse ano, fez suspender todos os trabalhos de fortificação militar.

As maiores dificuldades ocorreram com o bispo do Funchal, D. Luís Rodrigues de Vilares. O bispo assumira o governo interino da Madeira e afastara-se inclusivamente dos restantes membros do triunvirato, ou seja, o governo interino constituído após a morte do Gov. D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho (1726--1798). A posição do bispo é patente, *e.g.*, no livro das eleições da Confraria da Soledade do Convento de S. Francisco do Funchal, para onde os governadores, após a tomada de posse, tradicionalmente entravam. O bispo entrou para a confraria a 12 de abril de 1779, mandando exarar "bispo e governador deste estado" com uma cartela semelhante aos restantes. No entanto, a 21 de abril de 1800, mandava pintar na folha de rosto desse livro uma aparatosa cartela com as suas armas de fé encimadas por coroa de conde, intitulando-se presidente da Confraria e, de novo, "bispo e governador deste estado" (ABM, Governo Civil, liv. 235, fl. 1).

Quando da chegada do novo governador e aos primeiros contactos, depois de o ter recebido em dezembro, aparentemente muito bem, a 8 de fevereiro o bispo solicitava diretamente a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois de o felicitar pela sua nomeação para presidente do Real Erário, para se deslocar a Lisboa, "para tratar da sua saúde" (AHU, Madeira e Porto Santo, doc. 1173). No dia seguinte ainda escrevia sobre "a falta de ilustração do clero" da Madeira, numa alusão muito provável à situação do Colégio dos Jesuítas e das dificuldades que tinha em prover as diversas paróquias e benefícios eclesiásticos, enumerando as vagas que possuía (AHU, Madeira e Porto Santo, doc. 1174).

Ora, tudo leva a crer que estas cartas teriam surgido após a troca de impressões ocorrida com o governador, onde este, com certeza, trocou informações sobre a situação da Ilha, pois o bispo do Funchal era o número dois da hierarquia insular. Também terá dado conta, em princípio, das instruções de que vinha incumbido. Mesmo que D. José Manuel da Câmara não o tivesse feito diretamente, na Ilha não é fácil guardar segredo. Acontece que pelo menos dois aspetos destas instruções não podiam agradar ao prelado. Primeiro, a alusão de que "debaixo do pretexto de religião" se poderiam violar os direitos reais e de que era ao governador que competia a inspeção das escolas públicas (ABM, Governo Civil, liv. 197, fls. 32--38); este aspeto parece ser o que levava o bispo a querer ir a Lisboa. Segundo, a ordem entregue ao governador em Lisboa, que concedia o Colégio dos Jesuítas para "celeiro público" (*Ibid.*, fl. 4v.).

O bispo não se deslocou a Lisboa, mas o afastamento entre as duas entidades começou a definir-se aquando da chegada das forças inglesas, quando D. Luís Rodrigues de Vilares se recusou a regressar ao Funchal e a participar nas reuniões, arvorando-se em defensor dos interesses da Coroa portuguesa. O afastamento piorou com a proposta do governador de cedência do Colégio para aquartelamento das forças britânicas e continuou quando o bispo, adiantando-se ao governador, assim que houve conhecimento da assinatura dos Preliminares de Londres, a 26 de novembro de 1821, mandou celebrar três dias de luminárias e um *Te Deum* na Sé do Funchal, ao qual, por ordem do governador, nenhum militar compareceu.

Com a saída das forças inglesas, o governador, que já tinha manifestado a sua vontade de



Fig. 3 – *Quartel Militar de S. João*, pormenor da planta do Funchal de Oudinot, 1804 (IGP).

ficar com o Colégio para aquartelamento, protelou a entrega das chaves deste edifício, alegando a ordem que tinha para a sua utilização para celeiro público e o facto de ali terem ficado provisões inglesas, que não haviam sido embarcadas. Como entretanto a corte também não tomou posição sobre o destino do edifício, a 13 de maio de 1803 mandou oficialmente aquartelar no Colégio o batalhão de artilharia. O bispo D. Luís Rodrigues de Vilares já se havia queixado para Lisboa de que não lhe queriam entregar o Colégio, enviando cópias das doações anteriores, e, embora ainda tenham mandado devolver-lhe as chaves do edifício, acabaria por não voltar para a posse da Diocese.

Nos finais de 1801, o governador oficiava para Lisboa que, conforme instruções que tinha, o Colégio estava destinado para aquartelamento militar e celeiro público. Tinham estado lá uns 15 ou 20 seminaristas, mas que "aliás estavam bem no lugar em que estão, que é muito perto". Em fevereiro seguinte, ainda acusava o prelado de não lhe ter dado as chaves a ele, "mas sim ao brigadeiro Clinton", pelo que não se sentia no dever de lhas entregar, afirmando que a "renda do Seminário pelo dinheiro régio supria a do edifício" (ABM, Governo Civil, liv. 198, fls. 19v.-20). Em junho de 1802, voltava a insistir, perante as reclamações do bispo, que "as provisões inglesas tinham ficado no Colégio" e com isso se "poupava à Fazenda Real duzentos mil cruzados". Sobre a necessidade do edifício para a educação do clero, alegada pelo prelado, respondia que não sabia se prejudicava a "educação do clero da Ilha, que provera ao Céu fosse presentemente mais regular" (*Ibid.*, fls. 26v. e 31-32).

Teria sido na sequência desta questão que o governador resolveu assumir um dos encargos até essa época da responsabilidade da Igreja. Com base na situação de muitas raparigas expostas, "que vagueavam sem destino", propõe em março de 1802 a criação, também na Ilha, de uma Real Casa Pia, onde essas raparigas pudessem ser recolhidas e educadas (*Ibid.*, fl. 29). D. José Manuel da Câmara retorna o assunto em junho desse ano, propondo que a sede da Real Casa Pia seja na capela de S. João da Ribeira, e volta a escrever a este respeito em outubro. Esta capela tinha sido sede do primeiro núcleo franciscano da Madeira e fora totalmente reconstruída pelo conde de S. Miguel, D. Álvaro Xavier Botelho de Távora (1708-1789), quando este ocupara o cargo de governador da Madeira, entre 1751 e 1754, e oferecera inclusivamente os painéis de azulejos da capela-mor. A capela estava entregue à paróquia de São Pedro e com os anexos ocupados por recolhidas franciscanas leigas. Como a Casa Pia era uma organização de carácter régio, à semelhança da de Lisboa, era mais uma tentativa de intromissão na área até então do prelado do Funchal.

Com um certo afastamento entre as cortes de Lisboa e de Londres, e a consequente aproximação à esfera de influência francesa, os comerciantes ingleses da Madeira começaram a movimentar-se, criando dificuldades à ação do governador. Entre as ações desenvolvidas, conta-se uma série de reuniões efetuadas "à porta fechada" entre o bispo e o cônsul José Pringle, assim como uma série de "faltas de consideração e respeito" à pessoa do governador e ao Governo central (RODRIGUES, 1999, 191). O bispo não compareceu à festa comemorativa do aniversário real, a 13 de maio, em S. Lourenço, o chamado "brinde real", mas esteve

presente na festa com baile em casa do cônsul britânico, por ocasião do aniversário de Jorge III de Inglaterra. Como o governador comunicou para Lisboa, "para grande males, grandes e eficazes remédios" (AHU, Madeira e Porto Santo, docs. 1355-1358), e em junho de 1803 fixou-lhe residência no Santo da Serra, proibindo-o de entrar no Funchal, decisão revogada a 22 de agosto pelo Governo de Lisboa. Em causa estariam não só as várias faltas de cortesia entre as duas individualidades, mas também as reuniões secretas realizadas entre o bispo, o cônsul José Pringle e outros elementos, que os informadores do governador indicavam como maçons da Madeira, informação que não se devia afastar da verdade, pois funcionavam então no Funchal várias e ativas lojas maçónicas, e tanto o cônsul como o vice-cônsul eram membros das mesmas, tal como os membros das principais famílias madeirenses. Entre estes, encontrava-se Henrique Correia de Vilhena Henriques, irmão do futuro visconde de Torre Bela, que o governador mandara prender no verão de 1803 e que, já em dezembro de 1791, em Lisboa, fora ouvido pelo Tribunal do Santo Ofício por frequentar lojas maçónicas no Funchal. O governador acusa também o bispo de ser pedreiro-livre, levanta-lhe um processo e alvitra mesmo para Lisboa se, como lhe fora determinado nas instruções que recebera, não o deveria mandar prender e enviar para o continente.

O bispo, no entanto, possuía também contactos em Lisboa, pelo que, em julho desse ano, o governador da Madeira se queixava ao visconde da Anadia de que o andariam a denegrir na corte. Assim, só um novo "barão de Alverca" poderia "decepar" o mal, mas mesmo assim necessitaria de apoio no ministério (*Ibid.*, doc. 1293). A referência ao antigo governador da Madeira, João António de Sá Pereira (1719-1804), que tomara atitudes verdadeiramente ímpares no Funchal e para as quais sempre tivera o apoio do Marquês de Pombal, era quase perfeita, pois o barão de Alverca era tio do visconde da Anadia. No entanto, o tempo não era o mesmo e, principalmente, Sá Pereira nunca tivera o mais pequeno desentendimento com o então bispo do Funchal.

As questões entre a comunidade inglesa e o governador chegaram a levar à prisão de um influente membro da praça comercial britânica, William Penfold (1776-1835), que D. José Manuel da Câmara mandou inclusivamente prender no consulado britânico, em outubro de 1803, por alegado desrespeito à sua autoridade. A decisão era tão inusitada que foi contestada por todo o corpo consular acreditado na Ilha e, inclusivamente, não teve o apoio do corregedor, José Pedro de Lemos.

A ação do Gov. D. José Manuel da Câmara teve, assim, alguns aspetos difíceis, que extravasaram muito as suas competências. Logo que chegara ao Funchal, *v.g.*, o governador planeara uma série de obras mais ou menos megalómanas, entre as quais uma grande praça para levantar uma estátua em bronze de D. João, príncipe regente, a cavalo e sobre um pedestal, em reconhecimento "pelos incomparáveis benefícios geralmente recebidos" (ABM, Governo Civil, liv. 198, fls. 30-32v.). Claro que Lisboa não se opôs à ideia, mas lembrou que naquela altura "não convém diminuir a sobra das rendas reais, que se remetem para o Erário", pelo que a obra se deveria "depois executar com mais vagar" (*Ibid.*, liv. 197, 28 maio 1802).

Também se encontrou muitas vezes em confronto com a Câmara. Um dos problemas mais graves nestes anos era a importação de "vinhos de fora", que não poucas vezes serviam para "baldear" com o vinho local, prática a que o Senado camarário se opunha terminantemente. Sobre este assunto, o governador já trouxera de Lisboa, para averiguar, queixas chegadas à capital. O governador, no entanto, em breve também pretendia desembarcar 50 pipas de vinho de Málaga, atitude a que o Senado se opôs por unanimidade, demonstrando uma posição muito firme nesse âmbito.

Dentro desses conflitos, e perante queixa apresentada em Lisboa pela Câmara, na sessão de vereação de 18 de outubro, *v.g.*, era mostrada a resposta régia. Estranhava o príncipe D. João que o governador "andasse a afixar editais e ordens suas", leia-se, a mandar afixá-las, com certeza, "nas portas das igrejas do campo", segundo se queixara a Câmara.

Acrescentava-se ainda que o governador não tinha direito a "lugar e cadeira nos presbitérios das igrejas" durante as celebrações eucarísticas e religiosas, assim como deveria devolver as chaves e permitir livre acesso ao edifício do Colégio, o que, como sabemos, não cumpriu, até porque Lisboa veio a alterar essa posição (ABM, Câmara Municipal do Funchal, liv. 1365, fls. 92-92v.).

Em relação à Câmara, desde a sua chegada que o governador insistia na necessidade de abrir um mercado de frescos no meio da cidade, não se conseguindo chegar a acordo sobre o local. Como era seu hábito, o governador



Fig. 4 – *São Sebastião*, imagem flamenga, de 1520 a 1530, que pertenceu à capela demolida em 1803 (Museu A Cidade do Açúcar).

oficiou à edilidade, a 15 de janeiro de 1803, que deveria demolir a capela de S. Sebastião e duas casas anexas, tudo propriedade camarária. A velha capela encontrava-se em avançado estado de ruína, mas o Senado ter-se-ia escusado a cumprir a ordem, limitando-se a fazer transferir as imagens para a capela de Santiago, igualmente propriedade camarária. Na sessão de 22 de janeiro, perante novo ofício do governador, os vereadores acabaram por aceitar a demolição, se é que o assunto não fora anteriormente acordado entre alguns dos vereadores e o governador, alegando-se na vereação que o prelado já havia "transferido as imagens" (*Ibid.*, fls. 82-82v.). Na manhã seguinte, a capela apareceu arrasada, acabando por ser o bispo do Funchal a única entidade a protestar contra o sucedido, pois não havia sido consultado. A 27 de janeiro, o governador comunicava para Lisboa o início dos trabalhos da praça pública, que "frívolos e cansados protestos" tentavam protelar, nesta "falta de polícia, de que aliás não carece mesmo aldeia alguma do reino". Os trabalhos de nivelamento do solo e de construção das barracas duraram pouco tempo, já se vendendo "na nova praça hortaliças e algumas frutas" desde 21 de maio (ABM, Governo Civil, liv. 198, fls. 46-46v.), realizando-se a inauguração do mercado a 18 de junho. Em janeiro de 1821, quase 20 anos depois e perante a aclamação na Madeira da revolução constitucional de agosto do ano anterior, em reação à situação, tentou-se a reconstrução da velha capela, mas sem qualquer sucesso. A cidade habituara-se à nova praça, e a Câmara delimitara mesmo aquela zona para venda de comestíveis, pressionando, em 1823, os vendedores de pão das redondezas a transferirem-se para ali.

Não poderemos deixar de salientar que se ficaram a dever a D. José Manuel da Câmara os primeiros projetos para o alargamento da cidade do Funchal para poente, a chamada nova cidade das Angústias, assunto de que já se falava desde os finais do século anterior e que com o desastre da aluvião de 9 de outubro de 1803 se tornou urgente. O assunto foi logo presente à vereação de 11 de novembro desse



Fig. 5 – Armas da provável residência de José Manuel da Câmara na Junqueira, em Lisboa, c. 1770 (palácio dos condes e depois marqueses da Ribeira Grande) (arquivo particular).

ano, sob a forma de um "plano simétrico" projetado para se levantar de Santa Catarina até ao Ribeiro Seco (ABM, Câmara Municipal do Funchal, liv. 1365, fl. 97v.-98). Por essa altura surgiu outro projeto menos ambicioso, envolvendo um loteamento na área da Torrinha. O projeto das Angústias seria depois desenhado pelo Brig. Reinaldo Oudinot (c. 1747-1807) e arrastar-se-ia por todo o séc. XIX e inícios do séc. XX. Em causa estavam inúmeras e complexas expropriações, que levaram à Câmara, em sucessivas sessões, "a nobreza e o povo", por vezes sob a presidência do governador ou do corregedor.

Perante as dificuldades sentidas na Ilha já a 15 de setembro de 1802, D. José Manuel da Câmara pedia para regressar ao reino. No entanto, o gabinete de Lisboa optara por lhe exigir que cumprisse escrupulosamente os três anos de governo, como era hábito, não dando assim azo para que quer o governador, quer o bispo saíssem beneficiados nas suas quezílias. O governador era informado da sua substituição a 21 de novembro, com a indicação de que deveria regressar na mesma fragata, a *Carlota Joaquina*, onde ia o seu sucessor. O novo governador, Ascenso de Sequeira Freire (c. 1760-c. 1825), foi acompanhado do juiz desembargador Joaquim António de Araújo para proceder a uma "sindicância" sobre as atitudes do governador e do bispo, com carta régia datada de 15 de outubro (ABM, Governo Civil, liv. 199, fl. 5), tendo o bispo e o governador regressado ao continente quase em simultâneo, nos dias 10 e 11 do mesmo mês, em navios diferentes, para que na Ilha não interferissem no trabalho do desembargador.

A acusação do bispo e do governador veio a ser feita pelo Desembargo do Paço, em meados de 1805, altura em que "foi tomad[o] em madura consideração" todo o material recolhido. Concluiu-se que o governador não se portara bem com o bispo, mas que este também não tivera um comportamento exemplar com o governador, tendo-o injuriado "com palavras impróprias" de um prelado, que deveria apresentar "mansidão e paciência evangélica do seu pastoral carácter". No entanto, o príncipe regente veio a perdoar a ambos, autorizando o bispo a regressar à sua Diocese, o que só viria a acontecer mais tarde, e concedendo ao governador a honra e mercê de ir "beijar a minha real mão". Futuramente, sobre este assunto deveria ser "guardado perpétuo silêncio" (ABM, Governo Civil, liv. 199, fls. 24v.-25v.). O bispo só regressaria ao Funchal alguns anos depois, e já bastante debilitado, falecendo em 1810. Em 1811, D. José Manuel da Câmara ainda haveria de ser indigitado para representar os interesses portugueses em Washington, mas a situação política não seria muito clara e o antigo governador da Madeira teria feito tudo para se esquivar ao lugar, vindo a ocupá-lo, no ano seguinte, o célebre abade Correia da Serra (1750-1723).

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, livs. 1356 e 1365-1368; *Ibid.*, Governo Civil, livs. 197-199 e 235; AHU, Madeira e Porto Santo, docs. 1170, 1173-1174, 1191, 1194-1196, 1203-1204, 1218-1222, 1273-1279, 1285-1308, 1355-1358, 1383-1389, 1390-1398, 1406-1408 e 1708; ANTT, Ministério do Reino, Avulsos, mç. 498; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 778; *Ibid.*, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, cx. 28, proc. 85797; BNP, reservados, cód. 8022, *Coleção de Ordens e Providências*; **impressa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VI, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2003; MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal*, 3 vols., Lisboa, Presença, 1990-1997; RODRIGUES, Paulo Miguel, *A Política e as Questões Militares na Madeira. O Período das Campanhas Napoleónicas*, Funchal, CEHA, 1999; *Id.*, *Estudos sobre o Século XIX na Madeira, Política, Economia e Migração*, Funchal, Imprensa Académica, 2015; SARMENTO, Alberto Artur, *Ensaios Históricos da Minha Terra. Ilha da Madeira*, 3 vols., Funchal, JGDAF, 1952; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

RUI CARITA

Câmara, Luís Gonçalves da

Luís Gonçalves da Câmara nasceu na Madeira, por volta de 1519, e faleceu na capital do reino, em 1575. Padre da Companhia de Jesus, foi confidente de Inácio de Loyola, confessor e preceptor do príncipe herdeiro, D. João Manuel, e, anos mais tarde, mestre, encarregado da instrução moral e intelectual do filho daquele, o Rei D. Sebastião, tornando-se também seu confessor e o seu mais íntimo conselheiro. Privou e correspondeu-se com importantes figuras seiscentistas, sendo uma personagem tenaz que recolheu ódio e admiração, algo que Camões terá até referido nos seus cantos, e cujos percurso e legado são de uma importância indiscutível para a história da sua ordem e do seu país.

Era trineto de João Gonçalves Zarco, o primeiro capitão do donatário do Funchal, e filho de João Gonçalves da Câmara, quarto capitão-donatário do Funchal, e de D. Leonor de Vilhena. Os seus avós paternos eram Simão Gonçalves da Câmara, terceiro capitão do Funchal, e D. Joana Valente, filha do primeiro governador da Casa do Cível. Os seus avós maternos, de ascendência nobre, eram D. João de Meneses, conde de Tarouca, prior do Crato e mordomo-mor dos Reis D. João II e D. Manuel I, e D. Joana de Vilhena. Era primo de D. João de Menezes, outro jesuíta célebre. A vida religiosa também foi abraçada por outro dos seus irmãos, o P.e Martim Gonçalves da Câmara. Era sobrinho de D. Manuel de Noronha, bispo de Lamego, e o seu irmão Simão Gonçalves da Câmara tornou-se o quinto capitão do Funchal e, a partir de 1576, conde da Calheta – para a atribuição do título, além da sua participação na caça às armadas de corsários, foi decisiva a influência que os seus dois irmãos tinham na corte. No séc. XVI, em plena época de ouro da cana-de-açúcar madeirense, a família do capitão do Funchal foi alcançando notoriedade na corte.

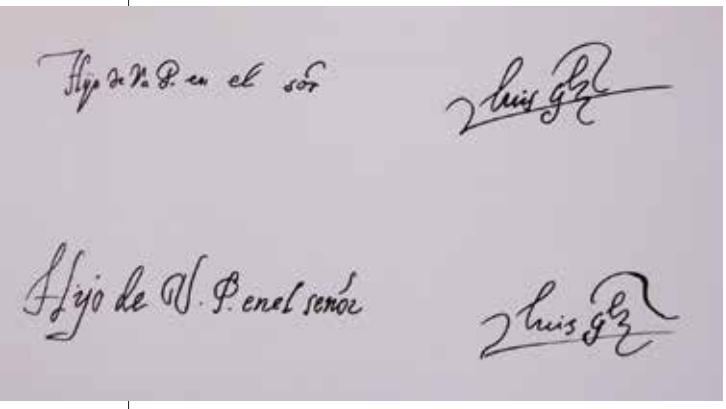


Fig. 1 – Assinaturas do P.e Luís Gonçalves da Câmara, Lisboa, 1573 e 1574 (ARSI, Roma, Lusitânia, 66, 63 e 111).

Da sua juventude, nada é conhecido, até ingressar, em 1535, como bolseiro do Rei D. João III no Colégio de S.ta Bárbara da Univ. de Paris, cujo principal era o português Diogo de Gouveia, o Velho. Francisco Rodrigues, em *História da Companhia de Jesus na Assistência a Portugal*, confirma a sua naturalidade, "*Lodovicus Goncalve de Camara nobilis funiculensis dioecesis*" ["Luís Gonçalves da Câmara, nobre da Diocese do Funchal"], através do livro das atas reitorais da Univ. de Paris (RODRIGUES, 1931-1950, I, 1, 447). No tocante à sua ida para Paris, deveremos ter em consideração a importância que a rede de parentescos nisso desempenhou, numa altura em que esta cidade constituía um dos grandes centros de cultura europeia. Foi na capital francesa que Inácio de Loyola obteve o grau de mestre em Artes e de onde partiu, em fevereiro de 1535, sete anos após chegar a Paris, rumo à sua cidade natal. Será, portanto, pouco provável que o jovem Gonçalves da Câmara se tenha cruzado com Loyola nesse período, ao contrário da proximidade que estabeleceu com o francês Pedro Fabro, o único fundador da Companhia que era padre a 20 de agosto de 1534, data de celebração da cerimónia que esteve na génese da futura ordem. Em 1538, Câmara prestou juramento universitário.

Após a conclusão dos seus estudos em Paris, onde alcançou o grau de mestre, também em Artes, regressou a Portugal, indo para a Univ. de Coimbra. Segundo António Franco, em *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus…*, com a refundação da Univ. de Coimbra, D. João III mandou regressar os Portugueses que estudavam em Paris. Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, em *Elucidário Madeirense*, e Maria Augusta Cruz, em *D. Sebastião*, referem que Câmara foi um dos escolhidos pelo

Rei para fazer parte do corpo docente da Universidade. Em 1544, reencontrou Fabro, que estava de visita a Coimbra, a quem foi atribuída a sua vocação. Depois desse encontro, Câmara retirou-se para a Vila de Coja, onde, afastado de tudo e de todos, pôde realizar os exercícios espirituais da Companhia. Ingressou na ordem a 27 de abril de 1545, cinco anos depois do reconhecimento papal dessa jovem congregação. A sua entrada ocorreu um ano após ter sido revogado o limite de 60 professos na congregação, que tinha sido imposto por Paulo III na bula de fundação, possibilitando assim que a Companhia respondesse aos apelos de novos ingressos; nesse ano, começaram a chegar relatos de práticas penitenciais estranhas por parte dos estudantes do Colégio de Coimbra, parcialmente instigadas pelo padre provincial português, o mestre Simão Rodrigues.

Gonçalves da Câmara fez o seu noviciado no novo Colégio de Valença, onde era reitor o P.e Diogo de Miró, retornando depois para Coimbra, devido a uma enfermidade nos olhos. Tendo de se deslocar a Madrid, o madeirense reencontra-se com o P.e Pedro Fabro, em janeiro de 1546. Regressa a Coimbra cinco dias depois do encontro, que parece ter sido proveitoso, como se depreende da carta de recomendação que ele e o seu companheiro de viagem, Gonçalo Fernandes, receberam para entregar ao reitor do Colégio de Jesus.

Em 1547, foi ordenado sacerdote e nomeado reitor do Colégio de Coimbra, numa subida meteórica, substituindo o P.e Martinho de Santa Cruz, reitor quando Câmara ingressou na Companhia. Em pouco mais de dois anos, Luís Gonçalves da Câmara ingressa na ordem e chega a reitor de um dos seus colégios. Já no séc. XVII o P.e António Franco relatava, na sua narrativa afetuosa e parcial, que Simão Rodrigues o retirou do cargo de reitor, atribuindo-lhe a função de cozinheiro, "no qual ofício se houve, como se só para ele entrara na Companhia" (FRANCO, 1930, 145). Aliás, o próprio Simão Rodrigues afiançava, em carta ao padre-geral da ordem, que "mais se gozava e maior contentamento recebia em ser cozinheiro da Companhia de Jesus do que mestre e confessor do príncipe", num sinal que Rodrigues interpretou como de simples humildade, situação que Câmara, todavia, não iria reconhecer com complacência e que seria o prefácio do confronto que iria abalar a província portuguesa (RODRIGUES, 1931-1950, I, 2, 31).

Em 1547, quando o madeirense era o reitor do Colégio, Loyola escrevia à comunidade do Mondego sobre as práticas adotadas por aqueles estudantes, parcialmente instigadas por Simão Rodrigues, como anteriormente referido, e que estavam a chocar a comunidade e a comprometer a posição da ordem em Portugal. Inspirados por interpretações erradas de algumas passagens dos *Exercícios* inacianos, alguns estudantes desfilavam por Coimbra carregando crânios e vestidos de forma pouco séria, numa atitude excessiva que Loyola repudiava. A carta do geral atesta a preocupação do líder da Companhia perante os testemunhos que chegavam a Roma: "Quando tal moderação está ausente, o bem é transformado em mal e a virtude em vício" (*Monumenta Ignatiana…*, 1903, 504).

Em 1548, o padre madeirense parte para a primeira missão jesuíta em Tetuão (Marrocos), pretendendo prestar ajuda espiritual aos Portugueses e visitar os cristãos cativos, acabando por regressar a Lisboa, novamente devido a doença. Francisco Rodrigues relata que, nesse ano, nascia em Roma a intenção de substituir o provincial português, cuja liderança não satisfazia inteiramente Loyola. Desde 1545, chegavam relatos da província portuguesa sobre a insubordinação de alguns membros da Companhia, incluindo do próprio provincial, perante as ordens oriundas de Roma. O P.e Simão, pela incoerência e pela imprudência que demonstrava ter em algumas das suas missivas – e de acordo com os relatos de outros padres –, estava a desagradar à cúpula da Companhia em Roma. A 9 de dezembro de 1550, quando Simão Rodrigues obteve do Rei a desejada licença para se ausentar para Roma, deixou o ofício de confessor do príncipe regente D. João ao P.e Gonçalves da Câmara, nomeado pelo próprio geral, que se ocuparia dessa missão até meados de 1552. O cargo conferia grande destaque à ordem a que pertencesse o escolhido, e é certo que o confessor e

o precetor possuíam alguma influência nas decisões políticas que eram tomadas. Ampliava-se, deste modo, uma teia de interesses que criou muitos inimigos aos Inacianos e lhes provocou muitos dissabores.

No início da déc. de 50 do séc. XVI, a província portuguesa da Companhia viveu um período de "grande tribulação" (RODRIGUES, 1931-1950, I, 2, 10), com uma profunda cisão no seu seio, a qual teve dois protagonistas: o próprio Simão Rodrigues, provincial desde 1546 e um dos *prime patris* da ordem, e Luís Gonçalves da Câmara. Confrontavam-se, assim, os partidários de uma posição mais moderada e os adeptos de uma linha mais rigorosa, onde se inseria o madeirense. O cisma instalado acabou por conduzir a uma divisão interna na Companhia, prolongando-se durante as décadas seguintes. A 18 de agosto de 1551, atendendo a um pedido de D. João III, o padre valenciano Diogo Miró chegou, por determinação do geral, a Coimbra, onde se inteirou sobre a veracidade das críticas dirigidas ao provincial. As acusações contra Simão acumulavam-se e Loyola decidiu, por fim, afastá-lo do governo da província, sendo expulso do reino em 1553. Não parece haver registo dos delatores e das acusações finais contra o provincial, pela ausência de correspondência conservada. No início de 1552, são remetidas as missivas de Loyola que depunham o provincial. Após o seu afastamento, o cargo transitou para Miró e Simão foi designado líder da nova província de Aragão, que foi propositadamente erigida neste contexto. Nesse período, outros jesuítas tornaram-se confessores das personalidades mais influentes do reino, potenciando as tensões externas contra a província portuguesa da ordem, agravadas pela própria celeuma interna.

Alguns investigadores acusam Gonçalves da Câmara de desacreditar Simão Rodrigues perante a cúpula da Companhia, o que pode ser verificado nas críticas por si enviadas a Roma, mediante as quais pretendia que o provincial, para além de deixar o governo da província, abandonasse Portugal. A (alegada) estima de outrora havia desaparecido por completo, e a tensão entre ambos é relatada de tal forma que, "só de ouvir o nome do P.e Simão Rodrigues, [Câmara] acendia-se de tal modo, que parecia sair fora dos seus sentidos" (RODRIGUES, 1931-1950, I, 2, 83). Nas cartas de Câmara estão patentes uma certa extrapolação que fez dos acontecimentos, o pendor negativo que conferiu à atuação do provincial e a interpretação fantasiosa das consequências do seu afastamento para a província. Nas suas palavras, os aliados do antigo provincial sairiam da ordem ou seriam expulsos, por compactuarem com as suas ideias perversas. Após a expulsão de Rodrigues, pouco tempo passou até que o P.e Gonçalves da Câmara reincidisse na sua visão crítica sobre o governo da província e escrevesse para Roma indicando a falta de habilidade de Miró para a liderança.

Em 1553, Câmara deixou Portugal, chegando a 23 de maio a Roma, onde executou um trabalho que o perpetuou na história da Companhia. Quando se encontra com Loyola, o impacto é tão grande que o próprio Pedro Fabro, tão admirado pelo madeirense, parecerá, aos seus olhos, uma criança em comparação com a grandiosa figura do geral. No início de dezembro, para esclarecer o diferendo contra Simão Rodrigues, Loyola estabeleceu um julgamento e nomeou Gonçalves da Câmara como um dos acusadores. A 7 de fevereiro de 1554, foi pronunciada a sentença que ratificava a saída de Rodrigues do reino e do cargo. O padre madeirense saiu, uma vez mais, vencedor.

A ida de Câmara a Roma estava relacionada com os problemas da província portuguesa, conforme amplamente relatado nas várias missivas trocadas entre Roma e Portugal ao longo dos anos, mas Câmara acabaria por ter aí uma missão ainda mais importante. O padre fundador recebia vários apelos para que deixasse um registo da sua vida, principalmente do período anterior ao reconhecimento da ordem. O jesuíta madeirense acabou por ser o escolhido – segundo alguns relatos internos, devido à sua memória prodigiosa – para o elaborar. Certamente, preferiu-se Gonçalves da Câmara devido ao seu empenho na resolução dos problemas da província portuguesa e à lealdade a toda a rede de influências de que se cercava, a qual crescia. As

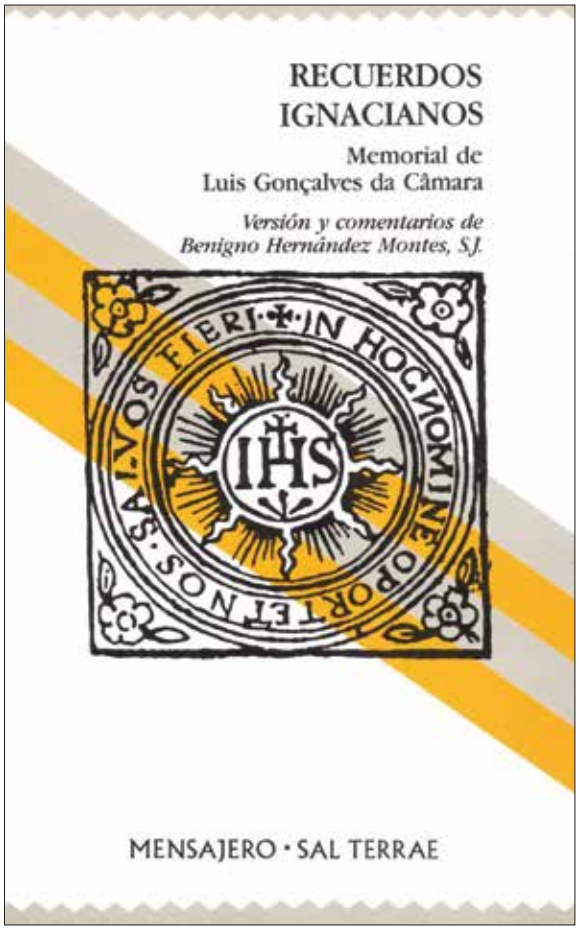


Fig. 2 – *Recuerdos Ignacianos, Memorial de Luis Gonçalves da Câmara* (1992), de Luís Gonçalves da Câmara.

diligências e o comportamento de Câmara, durante todo o período de crise, e a sua intervenção na gestão desse processo turbulento foram decisivos para impedir uma cisão profunda entre Roma e Portugal, que comprometeria até a expansão da ordem pelos novos domínios e a unidade e a continuidade de uma congregação tão jovem. A 26 de março de 1553, por sugestão do madeirense, Loyola escreve aquela que ficou conhecida como a "carta de obediência", que selou o fim do conflito.

Em agosto, começa a escrever a narrativa ditada por Inácio de Loyola em três curtos períodos: de agosto a setembro de 1553, em março de 1555 e de setembro a outubro de 1555. Câmara ouviu as memórias do fundador, fez breves apontamentos e depois ditou-os a um cronista. O madeirense assumiu os papéis de confidente e secretário do geral da Companhia, além do de ministro da sua casa, a partir de setembro de 1554. Devido à ausência de título nos vários manuscritos de Câmara, a obra ditada por Loyola acabou por ser publicada com diferentes nomes ao longo do tempo: *Atas do P. Inácio*, *Feitos do P. Inácio*, *Autobiografia*, entre outros, sendo apenas citada como *Autobiografia* por J. F. O'Connor, em 1900. Os relatos ficaram, durante vários séculos, nos segredos da ordem. Depois do último encontro entre os dois, que teve lugar entre 20 e 22 de outubro de 1555, o madeirense deixa Roma, e os relatos da entrevista acabam por ser transcritos na cidade de Génova, em italiano. Anos mais tarde, em 1566, o terceiro geral da Companhia, Francisco de Borja, mandaria recolher todos os relatos dos manuscritos inacianos, proibindo a sua leitura e difusão, alegadamente por estarem incompletos, e encarregou o P.e Ribadeneira de executar uma biografia, que acabou por se traduzir numa versão em castelhano, de estilo clássico, dos próprios originais de Câmara. Entre os vários aspetos a serem investigados na biografia do madeirense, está a relação entre a desconsideração que os seus escritos tiveram no governo de Borja, que se propagou no tempo, e a fama que o cargo na corte portuguesa lhe deu.

Após quatro meses a desempenhar funções de secretário, em finais de janeiro de 1555 Câmara decidiu fazer o seu próprio registo acerca do que entendeu ser importante para ser recordado sobre o fundador, escrevendo o que seria o *Memorial de lo Que Nuestro Padre Me Responde acerca de las Cosas de Casa, Começado á 26 de Henero del Año de 1555*, guardado, com alto secretismo, durante séculos. A sua presença discreta é mais importante do que se possa pensar. O *Memorial* assume-se como uma obra ímpar, que funciona como um precioso complemento da biografia inaciana. A 9 de março de 1555, poucos meses após a sua decisão sobre a escrita do *Memorial*, os trabalhos ditados por Loyola, que tinham sido interrompidos, recomeçaram. A partir desse momento, o tempo de escrita de Câmara foi repartido entre a *Autobiografia* e o *Memorial*. O labor foi interrompido com a morte do Papa Júlio III e retomado apenas a 22 de setembro. Em setembro e outubro, a narrativa da autobiografia absorveu Câmara quase por

completo, devido ao ritmo acelerado imposto pelo fundador. Na véspera do seu regresso a Portugal, os relatos tinham fim. Cinco dia antes, a 18 de outubro, o jesuíta interrompera os trabalhos do *Memorial*, retomados apenas em 1573, quando se encontrava em Évora. A narrativa ditada pelo fundador representa um documento histórico único, de valor incalculável, sendo a biografia espiritual de Loyola mais importante e a mais difundida. O método de trabalho para as duas obras foi distinto. Com Loyola, durante a preparação da *Autobiografia*, Câmara privou, por diversas vezes, na chamada "torre vermelha", onde memorizava as conversas com o geral; após o encontro, recolhia-se na sua cela para ditar ao cronista o que tinha ouvido. Para a elaboração do *Memorial*, o madeirense registou o que viu e ouviu na presença do próprio Inácio, durante as atividades do quotidiano; posteriormente, também ditou estes escritos ao seu secretário pessoal; o objetivo foi a execução de um diário com o máximo possível de informações sobre o padre fundador, o qual foi composto durante pouco mais de seis meses.

Durante a sua estadia em Roma, Gonçalves da Câmara manteve correspondência com D. João III. O Monarca não escondeu o desejo de ver o madeirense de regresso a Portugal. Quando deixou Roma, a 23 de outubro de 1555, fez-se acompanhar de vários jesuítas e levou consigo várias cartas de recomendação. Além disso, Loyola atribuiu-lhe importantes prerrogativas: nomeou-o colateral do provincial português, o castelhano Miguel de Torres, que passava assim a partilhar o governo da província com o madeirense; isentou-o da obediência a qualquer superior da província, respondendo apenas ao Rei D. João III; concedeu-lhe escolher a casa da Companhia em que preferisse residir; e deu-lhe poder para declarar e determinar sobre a missão na Etiópia. A combinação desse poder com o temperamento explosivo de Câmara acarretou muitos problemas e queixas, que tinham origem no provincial, referindo a natureza colérica do madeirense, e até nos seus companheiros de ordem. Em 1556, um jesuíta escreveu que o governo da província estava partido entre Miguel de Torres, Luís Gonçalves da Câmara e Inácio de Azevedo. Ao seu regresso, o madeirense visitou vários colégios e analisou os problemas que a Companhia, por se encontrar "bastante desacreditada", enfrentava nos estudos cuja superintendência lhe fora confiada (RODRIGUES, 1931-1950, I, 2, 362). As reformas que conduziu pareceram produtivas, e acabou por desempenhar um papel importante junto do Rei na manutenção da tutela da Companhia sobre o Colégio de Jesus.

Em 1556, a Companhia perdeu o seu geral e idealizador, a 31 de julho, e o governo foi entregue ao vigário-geral, o P.e Diogo Laynez. A congregação que elegeu o segundo geral teve início a 19 de junho de 1558. A 9 de maio, chegaram a Roma os cinco padres eleitores portugueses, que se juntaram ao P.e Simão Rodrigues. Entre eles, estava Luís Gonçalves da Câmara. Os enviados foram escolhidos, em novembro de 1556, na congregação provincial que foi celebrada na casa de S. Roque. O novo geral acabou eleito a 2 de julho de 1558, com 13 votos dos 20 eleitores. Poucos dias depois, o padre madeirense foi eleito para o Conselho Supremo da Ordem, com o cargo e o nome de assistente de Portugal. No final dos trabalhos, Câmara permaneceu em Roma. Ainda nesse ano, e no seguimento das decisões tomadas pela congregação, no sentido de organizar o governo da Companhia em "assistências", Câmara foi nomeado um dos quatro assistentes.

Em 1557, a morte do rei português deu outro rumo e outro impulso à posição de Câmara, mesmo que alguns autores afirmem que tais acontecimentos ocorreram contra a sua vontade. Três dias após a morte do Monarca, a Rainha D. Catarina reuniu o Conselho e assumiu a regência e a tutoria do futuro rei. Enquanto o nome do aio do jovem D. Sebastião foi escolhido pacificamente, o do seu mestre, que seria o responsável pela sua instrução intelectual e moral, não teve a mesma sorte. Amador Rebelo, padre jesuíta que coadjuvou Gonçalves da Câmara no seu ofício e autor da *Relação da Vida d'El Rei D. Sebastião* (1685-1700), refere que a escolha, tanto do aio como do mestre, correspondeu a um desejo expresso de D. João III e muito apoiado pelo seu irmão, o cardeal D. Henrique.

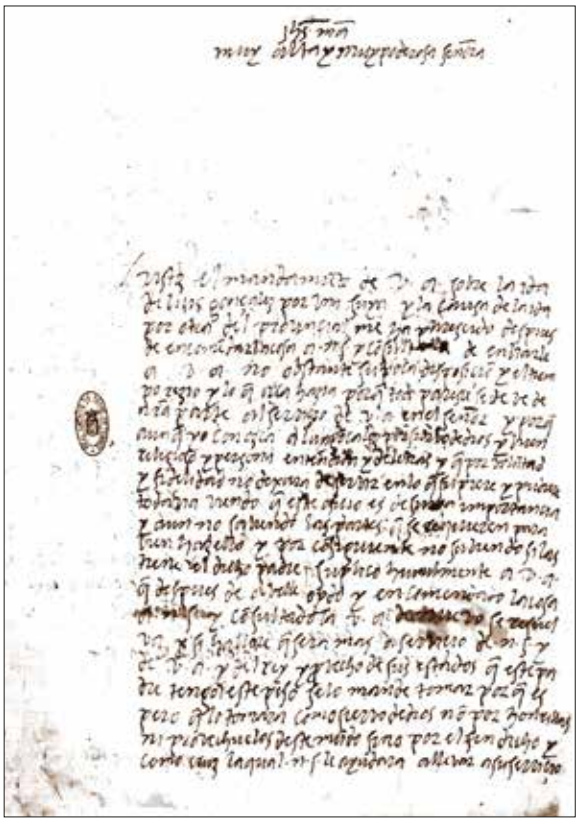


Fig. 3 – Carta do geral Diogo Laines a recomendar o P.e Luís Gonçalves da Câmara para tutor do príncipe D. Sebastião, Roma, 4 de junho de 1559 (ANTT, Corpo Cronológico, pt. I, mç. 103, doc. 94).

A escolha do tio-avô de D. Sebastião "recaíra desde o início no padre Luís Gonçalves da Câmara" (CRUZ, 2012, 77), enquanto a Rainha preferiria um religioso de outra ordem. A influência exercida pelo jesuíta Miguel de Torres, que foi confessor da mãe de D. Sebastião, acabou ajudando as pretensões do cardeal para que a nomeação incidisse sobre o madeirense, mas há autores que afirmam que a Rainha "escolheu e preferiu de própria vontade aquele religioso" (RODRIGUES, 1931-1950, II, 2, 253-254). Em pouco tempo, D. Catarina arrepender-se-ia de tal decisão.

Em 1559, aquando da protelada deliberação dos governantes portugueses, Câmara estava, novamente, em Roma. Era certo que a presença de um jesuíta num cargo de tamanha importância dava destaque à ordem, mas também acarretava ódios e intrigas e poderia fazer suspeitar da humildade que a Companhia pregava, dada a influência e dado o destaque da função. A 17 de abril desse ano, D. Catarina solicita ao geral, Diogo Laynez, a dispensa do madeirense, para que ele pudesse assumir e desempenhar as funções para as quais fora nomeado. O relevo e a preponderância que os Jesuítas ganham ao longo do tempo, acrescidos da juventude do instituto, irão contribuir para uma intensificação da oposição aos padres da Companhia. Em julho de 1559, Câmara parte de Roma rumo a Lisboa, onde só chega em dezembro. As funções iniciam-se apenas em meados do ano seguinte, quando o Rei já caminha para os seus sete anos. A relação estabelecida entre o mestre e o seu pupilo é descrita como sendo a "única afetivamente normal" de que pôde gozar o príncipe, "assumindo contornos de uma relação entre pai e filho" (CRUZ, 2012, 81).

O contacto do mestre com o herdeiro do trono – sempre acompanhado do seu aio, D. Aleixo – era frequente: "Duas vezes no dia passava lição ao rei, e lha tomava" (FRANCO, 1719, I, 49). O P.e Câmara foi coadjuvado pelo P.e Amador Rebelo, que, além de ser o "mestre do A. B. C.", como ele próprio se intitulava, assumiu o encargo da catequese. A primeira confissão de D. Sebastião acontece nos primeiros meses de trabalho de Gonçalves da Câmara, sendo este o seu confessor (CRUZ, 2012, 82). Ao longo do tempo, com o contacto diário, aumentava a proximidade entre o Monarca e o seu mestre. À sua visão diminuída, provavelmente devido a uma doença contraída na missão em Marrocos, juntavam-se vários problemas de saúde, que acabariam por dificultar e condicionar as deslocações diárias do mestre do Colégio de Santo Antão-o-Velho até ao paço da Ribeira, onde as lições tinham lugar. Os dois jesuítas teriam autorização para tomar a refeição intermédia no paço (o chamado "jantar") e, nas deslocações da corte para outros paços (Boavista, Xabregas, Almeirim, Sintra, etc.), integravam o séquito. A função do mestre do Rei não teve fim na fase de instrução literária, que terminou por volta dos 12 anos. Gonçalves da Câmara desempenhou funções até aos 20 anos de D. Sebastião, tornando-se "a pessoa que mais intimamente o conheceu", sendo "o suporte da constância afetiva, da confiança tranquilizadora

e da dedicação inabalável" (CRUZ, 2012, 88). Porém, em 1566, o madeirense afasta-se das funções que desempenhava, sendo substituído por Luís de Montoya, frade agostinho. Ainda nesse ano, em outubro, a Madeira sofre um ataque corsário francês, o que desperta no P.e Luís Gonçalves da Câmara e no seu primo, o P.e Leão Henriques (confessor do cardeal D. Henrique), o alegado desejo de embarcar na armada de socorro que foi enviada ao Funchal. Câmara acabou por não ser autorizado pelo Rei a fazê-lo, tal como não obteve autorização para realizar outras deslocações que o afastariam de si. Segundo alguns investigadores, os irmãos Câmara desempenhavam uma influência certeira para que D. Sebastião preterisse o cardeal, na disputa que o tio-avô e a avó protagonizavam.

Após cerca de dois anos de ausência, o madeirense regressa ao cargo por insistência do Rei, quando este atinge a maioridade. Os historiadores diferem sobre o período de afastamento do P.e Gonçalves da Câmara, em que o agostinho desempenhou o cargo de mestre. A sua saída foi justificada, por um investigador americano, como estando relacionada com abusos sexuais infligidos pelo madeirense ao jovem Rei. Johnson, em "Um pedófilo no palácio…", alega que a enfermidade de que o Rei sofria, relatada desde 1563 e relacionada com a "expulsão de pequenos cálculos renais" (CRUZ, 2012, 124), e que tem nos historiadores vários diagnósticos (espermatorreia, uretrite, infeção bálano-prepucial, crise renal, etc.), era uma doença venérea, gonorreia ou clamídia (ou ambas), causada por abusos sexuais perpetrados por Câmara, que teria sido contaminado na sua ida a Marrocos no final da déc. de 40. Considerada como uma versão apócrifa dos acontecimentos, não existem indícios credíveis que sustentem esta teoria, que está embrenhada e apoiada em algumas interpretações enganosas ou parciais e envolve contradições e erros na sua argumentação.

A 20 de janeiro de 1568, quando completou 14 anos, D. Sebastião assumiu o governo do reino; em maio, já havia notícias da reintegração do P.e Gonçalves da Câmara como seu confessor, adensando o confronto entre o cardeal e D. Catarina, que vinha desde as acusações da influência castelhana da rainha-mãe na luta pela regência, o que também refletia a disputa, dentro da Companhia, entre os partidários da linha próxima de Câmara e os seus opositores. Francisco de Borja, que se tornou o terceiro geral da ordem, ainda tentou remover Câmara do cargo de confessor, mas sem êxito. Dentro da própria congregação, a posição e a influência do madeirense incomodavam. A carta do jesuíta António Correia ao geral retratava as intrigas do reino: "Dizem que Luís Gonçalves governa, e o cardeal é seu instrumento" (ARSI, *Epistolae Lusitanae,* n.º 62, 274).

Em nada contribuiu para acalmar as hostes a ascensão a determinados cargos e a visibilidade do seu irmão, o P.e Martim Gonçalves da Câmara, que foi "sacerdote do hábito de S. Pedro [e, mais tarde, jesuíta], doutor teólogo e antigo reitor da universidade" de Coimbra (ALMEIDA, 2003, 420), além de ser uma figura afeta ao círculo do cardeal. Martim assumiu a liderança da Mesa da Consciência (em 1564), do Desembargo do Paço e dos restantes tribunais, além do cargo de escrivão de puridade (em 1569). Também foi vedor da Fazenda no Conselho Real. Com o protagonismo que Martim Gonçalves ganhava, muito por influência do cardeal, os ânimos de D. Catarina exasperaram-se, em virtude da sua crescente aversão ao poder que os irmãos Câmara ganhavam. A ascensão do madeirense nos negócios do reino era justificada, por D. Henrique, pela importância que o jovem e inexperiente rei tinha, fazendo-se cercar de ministros que zelassem pelos interesses do reino. Agora, eram dois Gonçalves da Câmara. Por altura da deslocação do Rei a Coimbra, chega às mãos do P.e Luís Gonçalves da Câmara uma carta anónima contra si, o seu irmão e a Companhia em que se reflete toda esta celeuma, aguçada com as diligências em torno do casamento do Rei, e em que se defrontavam vários intervenientes, sendo cada vez mais forte a campanha de descrédito contra o madeirense. O confessor privava cada vez mais com o Rei, chegando às três horas por sessão, o que provocava e atiçava os seus críticos. Numa das deslocações à Universidade, a receção pouco amistosa que o Rei recebeu, com uma forte pateada, deve-se

em parte aos irmãos Câmara. Os dois madeirenses eram personagens centrais na troça a D. Sebastião, difundida nomeadamente nos pasquins da cidade, em que se justificava o facto de o Rei não contrair matrimónio com o estar abarregado (amigado) com os dois irmãos. Não podemos esquecer que já há muitos anos a Universidade e a Companhia estavam envolvidas em grandes disputas, que cessariam com a assinatura de um contrato, em 1572. Este documento assegurava que a Universidade pagaria uma renda ao Colégio das Artes, entre outras prerrogativas conseguidas para a Companhia. A intervenção do madeirense foi fulcral para o processo, o que terá fomentado os movimentos opositores e críticos à sua figura.

Sobre os matrimónios falhados do Monarca, interessa dissipar a maquinação criada para culpar os irmãos Câmara, difundida durante o reinado e ampliada nos séculos seguintes. Quando a esposa de Filipe II, Isabel de Valois, morreu, em 1568, seria natural que o Monarca desposasse a sua cunhada, Margarida. França enviou uma embaixada a Madrid, mas o monarca de Castela mostrou-se pouco decidido no apoio à pretensão de Carlos IX, irmão de Margarida. Face a tão reservada resposta, o rei de França buscou um enlace na corte portuguesa, o que agradou aos partidários do cardeal. A esse respeito, Fortunato cita um manuscrito da Biblioteca de Paris: "Martim Gonçalves da Câmara, e o Mestre seu irmão, […] foram de parecer que convinha muito ao reino de Portugal aquela aliança de parentesco com França" (ALMEIDA, 2003, 421 e 422). Tudo foi alterado quando Filipe II pediu a D. Sebastião que não aceitasse desposar a irmã do rei francês. O Rei concordou e deixou ao seu primo o ónus da escolha da futura esposa. Estava combinado que D. Sebastião desposaria a arquiduquesa Isabel e Carlos IX a arquiduquesa Ana. Ambas eram filhas de Maximiliano, imperador do Sacro Império Romano-Germânico e primo de Filipe II. A todos o arranjo pareceu bem e foi relatado que os irmãos Câmara concordavam com tal perspetiva. Tudo se alteraria, novamente, quando Filipe II decidiu desposar Ana e ao rei de França era deixada a prometida do rei português, Isabel, sendo os matrimónios concretizados. D. Sebastião desposaria Margarida de Valois, que tinha sido por ele recusada a mando do seu primo. Fortunato volta a referir documentação coeva, indicando que o rei português não respondeu, por conselho dos irmãos Câmara, a três cartas sobre a mudança de planos que Filipe II lhe remeteu. Além de Filipe II alegar que se tinha visto forçado a dar D. Isabel ao rei de França, em prol do cristianismo, refere que se comprometeu, com o cardeal de Guise, em relação ao casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois (CRUZ, 2012, 152-153). Tal ingerência, em favor do poder de Castela e do Sacro Império nos negócios portugueses, provocou duras críticas até da Rainha D. Catarina, castelhana de nascimento. Quando D. Sebastião recusa o casamento proposto por Filipe II, os inimigos do P.e Luís Gonçalves da Câmara começam a imputar-lhe a culpa pela rejeição do Rei, esquecendo ou minimizando a intromissão do monarca de Castela. Sobre as acusações recebidas, o padre madeirense responde ao geral, recordando o que já tinha manifestado aquando da sua escolha para mestre do Rei: "Dei por escrito muitas causas, para não dever tomar este cargo, e uma delas era que todas as coisas que não fossem bem recebidas do mundo, a culpa delas se daria aos que andassem junto do rei" (ARSI, *Epistolae Lusitanae*, n.º 64, fls. 98-99v.).

Ao contrário do que os seus críticos pregavam, para o jesuíta os grandes problemas enfrentados pelo Rei estavam na sua política reformadora, conforme atestava a sua missiva ao geral em Roma. Tais reformas causavam ao Monarca fortes dissabores, agravados pela derradeira ameaça de D. Catarina se retirar para Castela, de acordo com o pedido feito pelo seu sobrinho. O madeirense, já muito doente e quase cego, referiu ao geral o seu cansaço e a sua vontade de permanecer retirado no Colégio de Coimbra por mais algum tempo, o que teria feito, não fosse a insistência do Rei para que regressasse à corte. Ainda nesse ano, o jesuíta Miguel Torres foi dispensado do seu ofício de confessor, alegadamente pela influência nociva que Gonçalves da Câmara teve sobre ele. D. Catarina escreveu ao seu sobrinho, a 8 de junho de 1571, descrevendo um suposto complô que os

três confessores jesuítas da corte desenvolveram para criar a discórdia entre o Rei, o seu tio-avô e ela própria. No mesmo dia, a Rainha enviou uma missiva ao Papa sobre a necessidade do matrimónio real para libertar o seu neto da sujeição aos irmãos Câmara.

A relativa acalmia nas relações entre o neto e a avó, após uma breve reaproximação, foi interrompida quando o Rei se recusou a cumprir os seus desejos, que incluíam o afastamento dos irmãos Câmara e do próprio cardeal, e quando esses pedidos vieram a público. Foi notório o apoio de Filipe II, que escreveu à sua tia indicando a premência em afastar Gonçalves da Câmara do Rei, sendo necessário reunir esforços e apoiantes, entre os quais o geral e o próprio Papa, para alcançar esse objetivo.

Em 1571, a Rainha D. Catarina escreve ao Papa Pio V, atribuindo ao madeirense a culpa pelo ódio generalizado à Companhia. A colagem ao poder e a alegada intromissão nos assuntos políticos estão entre as críticas dirigidas aos padres inacianos, conforme é manifesto na missiva da Rainha ao Papa: "Não posso deixar de sentir o ódio que também por esta causa têm geralmente à Companhia, sendo a culpa particular deste padre [Luís Gonçalves da Câmara]" (RODRIGUES, 1931-1950, II, 2, 625). E a contestação ao poder dos irmãos Câmara, segundo alguns dos seus detratores desse período, também está patente n'*Os Lusíadas*: "Nem Camenas, também, cuideis que cante/Quem, com *hábito honesto e grave*, veio,/Por contentar o Rei no ofício novo,/A despir e roubar o pobre povo" (VII, 85, 5-8, itálico nosso); "Nem tão-pouco direi que tome tanto/Em grosso a consciência limpa e certa,/Que se enleve *num pobre e humilde manto*/Onde a ambição acaso ande encoberta" (VIII, 55, 1-4, itálico nosso). Uma interpretação coeva, combatida por alguns, mas que encontra suporte até no séc. XXI, nomeadamente em Vítor Aguiar e Silva.

Apesar de a carta da Rainha ao Sumo Pontífice não ter tido o efeito esperado, o geral, seu amigo de infância, visitou, no final de 1571, as províncias espanhola e portuguesa, também movido pelos seus apelos, acompanhado do legado papal, o cardeal Alexandrino, que no futuro seria um fortíssimo crítico da presença dos irmãos Câmara na corte. Quando o P.e Francisco de Borja chegou a Madrid, D. Catarina enviou D. Juan de Borja, embaixador espanhol em Lisboa e filho do geral, para que ele pedisse a Filipe II que o P.e Luís Gonçalves da Câmara fosse chamado pelo geral, o que o rei de Castela se recusou a fazer. Já em Portugal, o P.e Borja pede paciência à Rainha e promete enviar o madeirense para Roma, o que nunca se chegou a concretizar. O padre geral só chegaria a Roma a 28 de setembro de 1572 e faleceria passados três dias. Ainda durante a visita do legado papal a Portugal, o jesuíta madeirense escreve a D. Sebastião, reiterando o cansaço já manifestado e a vontade de se retirar: "Parece que não me querem já matar, ando, todavia, sem gosto algum, ainda que trabalho pelo encobrir o mais que posso" (SERRÃO, 1987, 218).

Com a morte de Francisco de Borja, a 30 de setembro de 1572, a Rainha vê mais uma oportunidade para afastar, definitivamente, Câmara do Rei. Se o seu jogo de influências fosse vitorioso, conseguiria que o madeirense fosse eleito padre-geral e rumasse, permanentemente, para Roma. Na congregação provincial celebrada em Évora durante o mês de dezembro foi debatida a antiga polémica envolvendo os primos Gonçalves da Câmara e Leão Henriques: "Se conviria que os dois […] se depusessem o cargo de confessores […] o que perturbava o sossego da vida regular, e desdizia inteiramente de nosso Instituto" (RODRIGUES, 1931-1950, II, 2, 388). A congregação concluiu que os confessores não deveriam renunciar, ignorando as "murmurações do povo ignorante ou de homens sem religião" (*Id.*, *Ibid.*, 388). Para possível ressentimento do P.e Gonçalves da Câmara, e desespero da Rainha, D. Sebastião não autoriza a ida do padre jesuíta à terceira congregação geral, que elegeu o novo líder da ordem, apesar de o madeirense ter sido um dos delegados designados para esse efeito na congregação provincial. A posição defendida pela comitiva portuguesa, liderada pelo seu primo, o P.e Leão Henriques, na qualidade de vice-provincial, era a de que o próximo padre geral não fosse castelhano nem cristão-novo, numa clara oposição à eleição do P.e Juan Afonso

de Polanco, homem de confiança dos três anteriores gerais, que se enquadrava nesse retrato. Aliás, essa posição foi apoiada pelo Rei e pelo seu tio-avô, que remeteram missivas nesse sentido ao Papa Gregório XIII, a Filipe II e à congregação. A congregação geral, que reuniu 47 religiosos da Companhia, acabou por ser favorável aos desejos dos Portugueses, apoiados pelos Italianos, defensores do processo de "des-Hispanización [desispanização]" (CASTRO, 2012, 199), e elegeu o P.e Everardo Mercuriano, belga, com 27 votos, a 22 de abril de 1573.

No início de 1574, a 11 de janeiro, um acontecimento perturbará e marcará o Rei: o P.e Luís Gonçalves da Câmara, alegando motivos de saúde e espirituais, parte para Évora, abandonando a corte. Alguns meses depois, Câmara remeteu uma missiva ao geral, referindo que se sentira preso nos seus 14 anos de serviço a D. Sebastião e que já não possuía "forças espirituais nem corporais para sofrer o cativeiro" (ARSI, *Epistolae Lusitanae*, n.º 65, 208). Estava-se, pois, perante um homem com grandes dotes intelectuais, descrito como feio, cego de um olho e extremamente gago, de "presença bruta" (CRUZ, 2012, 81), e completamente esgotado. Apesar dos constantes pedidos para se afastar da corte, nunca tal tinha sido autorizado, mas agora, logo após a eleição do novo geral, o seu desejo seria concretizado. Outra possibilidade é a de que o afastamento do preceptor não corresponderia a um verdadeiro desejo seu, mas sim a uma imposição por pressão da corte, em consequência de desgaste, ou mesmo pelo retorno de um antigo inimigo. Em abono desta interpretação, refira-se um acontecimento ocorrido no ano anterior. Em setembro de 1573, o P.e Simão Rodrigues, afastado há várias décadas da província portuguesa, num processo em que Câmara teve um papel decisivo, tinha regressado ao reino, motivado e legitimado pela missão de que o novo geral o incumbira, no sentido de o informar sobre o antigo desacordo existente na província. Continuavam a existir duas fações: na sua ala mais conservadora e rigorosa, destacava-se a influência do padre madeirense; na outra, liderava o P.e Manuel Rodrigues, que seria eleito padre provincial do reino.



Fig. 4 – Igreja do Espírito Santo, 1559 a 1573, depois integrada no colégio jesuíta de Évora (arquivo particular, 2016).

Em Évora, em consonância com o pedido feito pelo geral da Companhia, e também pelo reitor do Colégio, o madeirense Manuel Álvares, o P.e Gonçalves da Câmara retoma os trabalhos do *Memorial*, interrompido, há quase duas décadas. Conclui a sua redação por volta da Festa de Pentecostes de 1574. Apesar de fisicamente afastado da corte, a sua influência não se desvaneceu com facilidade. Afinal, o jesuíta Maurício Serpe, que o substituiu como confessor do Rei, acompanhara o madeirense enquanto professor de Latim e responsável pelos moços fidalgos companheiros do Rei.

A posição de Câmara era contrária à incursão real em territórios africanos e coadunava-se com a política do cardeal D. Henrique, que defendia que o matrimónio deveria preceder qualquer campanha militar, para garantir que a linha de sucessão do trono não ficasse comprometida. Recolhido em Évora, o jesuíta desloca-se ao paço da Boa Vista, em Lisboa, por ordem do provincial, para tentar demover o Rei da sua incursão armada em África. Apesar das acusações de controlo do P.e Gonçalves da Câmara sobre o Monarca, o madeirense não terá sucesso na sua missão.

Em 1574, o P.e Simão Rodrigues escreve ao geral, a partir de Coimbra, retratando Câmara

como um homem "excessivamente caprichoso, […] eficacíssimo em suas fantasias e apreensões". Se a sua vontade não fosse atendida, tinha "desmaios, ânsias e dor de coração" (RODRIGUES, 1931-1950, I, 2, 87). O tempo nunca sanaria as feridas das lutas do passado. No mesmo ano, D. Sebastião segue para África, apesar da forte objeção da sua avó, do seu tio-avô e do próprio Gonçalves da Câmara. O madeirense ruma para Coimbra, onde o seu estado de saúde se agrava. Escreve ao Rei pedindo o seu regresso, o que acontece em novembro, quando o jesuíta, já em Santo Antão, recebe a visita do Monarca. Entre as cartas enviadas a D. Sebastião apelando ao seu retorno, nenhuma teve tanto impacto, e prova disso poderá ser o facto de a visita real acontecer no dia seguinte à atracagem em Lisboa.

Nos meses posteriores, a sua saúde degrada-se irremediavelmente, até que, a 15 de março de 1575, às 04.30 h da manhã, morre em Lisboa. Um conterrâneo seu, o P.e Manuel Álvares, vice-reitor do Colégio, dá a notícia da sua morte a Roma. Durante os últimos meses de vida, o seu estado de saúde esteve sob os cuidados do seu "companheiro inseparável", o P.e Amador Rebelo.

Certo é que a sua morte provocou grande consternação no Rei, que se fechou no quarto durante três dias, recusando falar. Depois, encerrou-se no Mosteiro de N.ª Sr.ª do Espinheiro por cerca de mais 10 dias. "Que quereis que faça, se eu não conheci outro pai nem outra mãe, senão ao P.e Luís Gonçalves da Câmara", terão sido, segundo o P.e António Franco, as palavras com que o Rei terá exprimido o seu desgosto (FRANCO, 1930, 148). O Monarca não demonstrou tamanha comoção com a morte da sua mãe, nem a demonstraria com a da avó ou a da tia, declarando, em jeito de epitáfio, que "ninguém sabia quanto devia ao padre Luís Gonçalves da Câmara, senão ele só" (RODRIGUES, 1931-1950, II, 2, 270-271). Em Lisboa, o Rei visitou a sepultura do madeirense no Colégio de S.to Antão e assistiu a uma missa em sua memória. Em maio de 1576, o seu irmão, Martim Gonçalves da Câmara, abandonou a corte e os cargos que desempenhava, numa posição que já estava muito desgastada.

Em 1578, a morte de D. Sebastião e a desastrosa missão africana, que acarretou a perda da independência, constituíram "um *locus* paradigmático utilizado de maneira recorrente pela literatura antijesuítica" (FRANCO, 1996, 1, 121). Essa crítica foi muito alimentada pelo poder, pelo protagonismo e pela influência dos irmãos Câmara. A sua influência e a sua posição na corte fomentaram o mito contra a Companhia, com vários autores a recorrerem à narrativa que lhes atribuía parte da responsabilidade (ou toda ela) pelo desastre de Alcácer-Quibir. Essas críticas foram potenciadas pela posição de destaque de outros jesuítas que eram confessores na corte, o que, combinado com a política de apoio à Companhia, contribuiu para consolidar suspeitas e acusações.

Para além de tudo o que o P.e Luís Gonçalves da Câmara atingiu em vida, os seus escritos perpetuaram e difundiram elementos únicos da biografia inaciana. A sua atuação despertou sentimentos antagónicos, nunca sendo indiferente aos seus companheiros, amigos e inimigos.

Bibliog.: manuscrita: ANTT, Corpo Cronológico, pt. I, mç. 103, doc. 94; ARSI, Roma, Lusitânia, 66, 63 e 111; *Ibid*., *Epistolae Lusitaniae*, n.º 62, 274, 3 out. 1568; n.º 64, 17 set. 1570, fls. 98-99v.; n.º 65, 208, 13 jun. 1573; **impressa:** ALDEN, Dauril, *The Making of An Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond. 1540-1750*, California, Stanford University Press, 2012; ALMEIDA, Fortunato de, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Bertrand, 2003; CÂMARA, Luís Gonçalves da, *Recuerdos Ignacianos, Memorial de Luis Gonçalves da Câmara*, Bilbao/Santander, Mensajero/Sal Terrae, 1992; CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, s.l., Moderna Editorial Lavores, 2000; CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Maia, Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2012; FRANCO, António, *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra em Portugal*, t. I, Évora, Officina da Universidade de Evora, 1719; *Id*., *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal*, Porto, Biblioteca do Apostolado da Imprensa, 1930; FRANCO, José Eduardo, *O Mito dos Jesuítas. Em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*, vol. 1, Lisboa, Gradiva, 1996; JOHNSON, Harold B., "Um pedófilo no palácio ou o abuso sexual de el-Rei D. Sebastião de Portugal (1554-1578)", in JOHNSON, Harold B., *Dois Estudos Polémicos*, Tucson, Fenestra Books, 2004, pp. 45-83; *Monumenta Ignatiana, ex Autographis vel ex Antiquioribus Exemplis Collecta*, vol. 1, Matriti, Typis G. Lopez del Horno, 1903; O'NEILL, Charles E., e DOMÍNGUEZ, Joaquín M., *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús*, vols. 1-4, Roma, Institutum Historicum, S. I., 2001; RODRIGUES, Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência a Portugal*, t. I-IV, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1931-1950; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerário de el-Rei D. Sebastião (1568-1578)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1987; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998; SILVA, Vítor Aguiar e, *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, Caminho, 2011.

Luís Eduardo Nicolau

Câmara, Mardónio (pseud.)

↗ Ribeiro, Manuel

Câmara, Maria Celina de Sauvayre da

A escritora Maria Celina de Sauvayre da Câmara, filha de João Sauvayre da Câmara e de Matilde Lúcia de Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt, nasceu no Funchal, na freguesia de Santa Luzia, a 1 de setembro de 1856 e faleceu em Lisboa, em 1929. A sua data de nascimento levantou nos estudiosos algumas dúvidas, já que as informações fornecidas por diversos investigadores ao longo dos tempos não encontravam confirmação nos documentos de registo da época. Autores como o visconde do Porto da Cruz, Alfredo de Freitas Branco (1890-1962), em *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira*, bem como Fernando Augusto da Silva e Carlos Meneses de Azevedo, no volume I do *Elucidário Madeirense*, situam o nascimento da escritora em 1857, indicando os últimos a data de 1 de setembro. No entanto, no registo paroquial dos batismos da Sé, nesse ano, encontra-se apenas a informação sobre o nascimento, a 9 de setembro, de uma sua irmã, Maria Matilde. Já na paróquia de São Pedro, no ano de 1858, registou-se o batismo de Maria da Graça. Em 1864, nasce Maria das Dores, e, em 1868, João. Matilde Olímpia, a mais nova das irmãs, como surge referenciado em algumas notícias de jornais da época, nasce em 1871. Tendo os pais contraído matrimónio em 1854, e considerando a ligação privilegiada que Maria Celina de Sauvayre da Câmara tem com a avó, a viscondessa das Nogueiras, era provável que fosse uma das irmãs mais velhas. Encontra-se, de facto, a notícia do seu batismo no registo paroquial de Santa Luzia, e não nos registos paroquiais da Sé ou de São Pedro, nos quais estão lavradas as notícias dos batismos dos seus irmãos.

Proveniente de uma família da aristocracia funchalense, cuja história se liga ao panorama literário e cultural da Ilha, a autora cresce num ambiente letrado, pautado por uma educação moderna, atenta à literatura e às artes. Neta da escritora madeirense Matilde de Sant'Ana e de Vasconcelos (1805-1888), a viscondessa das Nogueiras, que publicou, em 1862, *Diálogos entre Uma Avó e Suas Netas*, escolhido pelo Conselho Superior de Instrução Pública para uso nas escolas, e que foi a primeira senhora a escrever para o *Almanaque Luso-Brasileiro de Lembranças*, como se pode comprovar pelo estudo levado a cabo por Vania Chaves e Isabel Lousada (2014), Maria Celina teve o privilégio de privar com uma das mulheres mais notáveis do séc. XIX da Madeira. Profunda conhecedora das línguas inglesa e francesa, a viscondessa das Nogueiras traduziu Lamartine para português e foi autora de uma retroversão para francês de *Eurico, O Presbítero*, de Alexandre Herculano. O visconde do Porto da Cruz escreveu, nas suas *Notas e Comentários para a História*



Fig. 1 – Maria Celina de Sauvayre da Câmara, fotografia de Alexandre Camacho, Madeira, 1895 (dedicada à 3.ª condessa de Vila Real) (Arquivo da Casa de Mateus, Vila Real).

Literária da Madeira (vol. II), que a viscondessa tinha sido uma das figuras mais proeminentes da intelectualidade portuguesa do séc. XIX, atribuindo-lhe qualidades que a distinguiam no cenário literário da época.

Bulhão Pato – amigo de Jacinto Augusto de Sant'Anna e Vasconcelos, filho da escritora e tio de Maria Celina – conta, nas suas *Memórias*, a visita que fez à viscondessa, referindo as suas qualidades precisamente como escritora: "compunha versos, admiráveis de mimo e sentimento. Escrevia prosa adorável. Num meio mais largo teria sido uma escritora de primeira ordem" (PATO, 1894, 279). No mesmo sentido se dirigem as palavras de Alberto F. Gomes, que a considerou um espírito superior e uma mulher pouco vulgar para a época e para o meio, dando "exemplo de estreito contacto com o público e de estímulo às senhoras que escreviam nessa época" (GOMES, 1953, 20).

Responsável pela educação nas letras das netas, a quem dedica o volume dos *Diálogos*, a viscondessa contribuía com composições poéticas para os periódicos da época, não descurando, como afirma numa das suas poesias, o papel de educadora em prol do de poetisa. Esta posição explica o cuidado que teve na instrução das netas e a forte impressão que deixou em Maria Celina.

Na família da escritora não era só a avó a ter uma forte propensão para as letras: o tio Jacinto Augusto de Sant'Anna e Vasconcelos era poeta, autor de um livro de versos prefaciado por Latino Coelho, "com muito aplauso" (PATO, 1894, 278), e fazia parte do círculo ao qual pertenciam, em Lisboa, Mendes Leal, A. Pedro Lopes de Mendonça, José Maria d'Andrade Ferreira, Luiz de Vasconcelos, António Correia Herédia e Bulhão Pato. Também a sua tia-avó, Maria do Monte de Sant'Ana e de Vasconcelos, irmã do visconde das Nogueiras, colaborava na imprensa, mantinha um encontro regular de letrados em sua casa e dedicava-se à escrita, tendo publicado obras na área do romance histórico.

A irmã mais nova de Maria Celina, Matilde Olímpia, destacou-se como compositora, poetisa e autora de comédia. Aquando da visita à Madeira dos Reis D. Carlos e D. Amélia, em 1901, presenteia-os com *Morto à Força*, comédia representada no Teatro D. Maria Pia (sala cuja construção tinha sido iniciada com o apoio de João Sauvayre da Câmara, quando este fazia parte do executivo camarário) e cujos atores foram a própria autora e uma das irmãs, Maria das Dores, além de várias figuras da elite social madeirense.

Maria Celina obteve considerável notoriedade no meio social e cultural português, como comprovam as notícias publicadas no *Diário Illustrado*, de Lisboa, na secção "High-Life", que dão conta dos seus passeios na avenida, do seu iminente regresso de Jerusalém e da sua chegada do estrangeiro, a 11 de maio de 1898. No *Diário de Notícias*, aquando do seu falecimento, é descrita como "senhora madeirense das mais ilustres pelo sangue, pelo espírito, pela inteligência" (*DNM*, 28 fev. 1929, 2). Na residência que tinha na capital, reunia a alta aristocracia portuguesa em serões que lembravam os tempos "em que ainda em Lisboa se juntavam tantos e tantos que marcaram em Portugal pela sua distinção e seu talento" (*Ibid.*). O jornal lembra a publicação do seu livro de impressões de viagem e considera a autora "invulgarmente culta" (*Ibid.*). De facto, a escritora não só tinha uma educação esmerada, como também possuía um vasto conhecimento, que adquirira com as várias viagens que realizara pela Europa e pelo Médio Oriente.

É à avó que Maria Celina de Sauvayre da Câmara dedica, lembrando "aquela que semeou em minha alma o gérmen de todas as virtudes" (CÂMARA, 1899, I), o seu livro *De Napoles a Jerusalem (Diario de Viagem)* – relato das lembranças e impressões de uma longa viagem que tinha levado a autora da cidade italiana de Nápoles a Jerusalém (passando por Alexandria, Cairo e Jafa) –, com edição em Lisboa de 1899. A abertura de espírito e o gosto pela literatura, que alarga os horizontes, especialmente das mulheres, são os traços definidores que a autora assume como direta influência da avó. Se o texto abre com uma dedicatória que a recorda, termina com a declaração da "saudade eterna" (*Id.*, *Ibid.*, 196) que a sua figura representa, saudade esta que conduz a autora a refletir

sobre o sentido da própria existência ("A sensação do vácuo, da imensidade, levadas por uma frágil embarcação que levantou âncora!... A última página deste jornal que emudeceu e fechei!... A saudade eterna da minha querida avó!..." – *Id.*, *Ibid.*), encontrando, em parte, resposta nos lugares com forte carga evocativa que a autora visita, como é o caso de Jerusalém.

A ideia que a escritora madeirense concebe da viagem em *De Napoles a Jerusalem*, e das palavras que a contam e fixam na memória, é a de algo dinâmico, que permite a mudança do ser que viaja e do leitor que experimenta as impressões da deslocação através das palavras. À união da imaginação com a investigação, que caracteriza as motivações da viajante e também da escritora, é aliado o plano da comparação: esse plano permite as viagens mentais entre o espaço que ocupa e trilha e o espaço afetivo da terra pátria, uma deslocação em pensamento à Madeira, lugar de saudade, mas igualmente de mudança, já que Maria Celina da Câmara também vê e imagina com o objetivo de comunicar e aplicar à Madeira aquilo que julga ser válido. Em Jaffa, comenta: "Os Irmãos das escolas cristãs têm aqui dois colégios para rapazes, as Irmãs de S. José da Aparição um outro para meninas. Além destes cada rito tem as suas escolas e hospitais, nós latinos temos um muito bem montado com um dispensário gratuito. (Assim tivéssemos um na Madeira!)" (*Id.*, *Ibid.*, 66). Com a sua morte, o que considerara no seu livro como necessário à Ilha torna-se possível, através da doação de uma das suas residências (na R. da Mouraria, n.º 29) para instalação de um dispensário.

A obra de Maria Celina de Sauvayre da Câmara insere-se no ambiente social e cultural do séc. XIX, quando a viagem começa a fazer parte do mundo da mulher, com o surgimento da ideia de "tempo livre" (na segunda metade do século) e da viagem pedagógica, o *grand tour* – longa viagem de "educação" e "europeização" das camadas mais elevadas da sociedade, que incluía paragens em Londres, Paris, Bruxelas, Roma –, iniciando-se, assim, o turismo feminino. O périplo pelos países mais desenvolvidos do continente era entendido como importante para a ilustração social, histórica e cultural das jovens e das senhoras que se podiam permitir viajar. As mulheres começavam a ganhar, assim, através das deslocações a outros países – que as levavam para longe da esfera da proteção familiar, parental ou marital –, a autonomia que conduziria a uma maior autodeterminação. Os novos espaços percorridos, ao corresponderem a uma abertura de horizontes, que resultava no incentivo a uma maior liberdade de espírito, potenciavam também uma maior capacidade feminina de intervenção, como refere a autora madeirense. Esta independência da mulher advinha, segundo a escritora, da possibilidade de imaginar, ver e adquirir um novo olhar sobre os valores, as tradições, os costumes e as religiões de outros povos, redimensionando a própria cultura, história e mesmo o seu próprio ser. A autora não raro refere o exemplo de inglesas, americanas e holandesas, de mulheres cuja sociedade vê com naturalidade que viajem para aprender e para se divertir, ao contrário das portuguesas, menos aventureiras e mais fechadas.

Misto de diário de viagem turístico e de diário de peregrinação, o livro da escritora madeirense, cuja narração se centra principalmente no Médio Oriente, deixando muito pouco espaço para algumas pequenas indicações sobre Nápoles, contém uma parte que fornece recomendações de viagem (melhores agências a contratar, custos, alojamento, duração das deslocações entre cidades, restaurantes, ementas, lugares de diversão), chegando a transcrever um contrato de viagem, e apontamentos sobre os monumentos, as paisagens, as gentes, os costumes, bem como uma outra em que se dedica à descrição dos espaços simbólicos do cristianismo e dos sentimentos que esses lugares provocam. Esta última parte relaciona-se de forma mais evidente com o modo do diário de peregrinação no interior do género da literatura de viagens, ocupando-se a autora da viagem espiritual que os lugares santos permitem, percorrendo os espaços num ritual de expiação, com a promessa de salvação. Daí a referência privilegiada aos sentimentos, à introspeção, ao guia dos percursos a seguir,

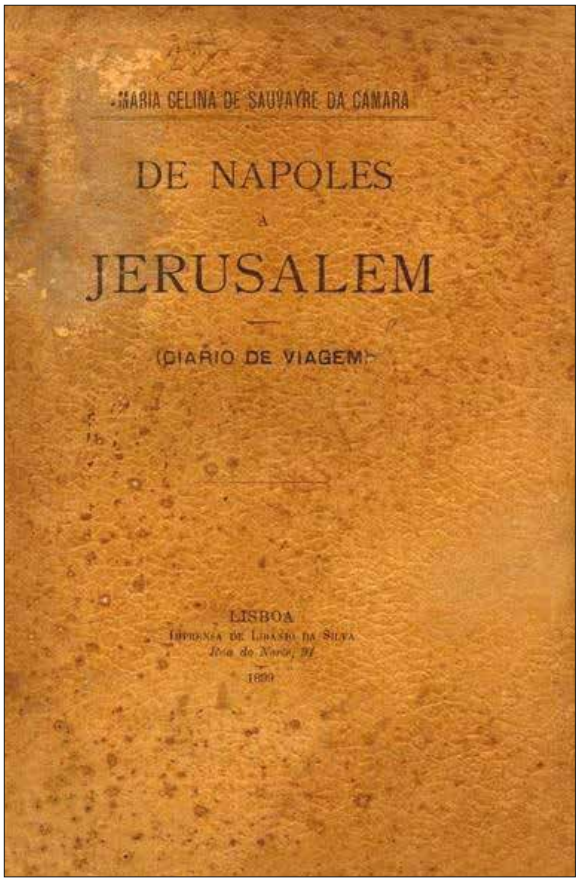


Fig. 2 – *De Napoles a Jerusalem (Diario de Viagem)* (1899), de Maria Celina de Sauvayre da Câmara.

às leituras bíblicas ou ligadas aos lugares visitados, a orações e à possibilidade de obtenção de indulgências.

No entanto, com o receio de cansar o leitor e de afastá-lo do livro, designadamente com a exposição dos dias passados nos lugares santos, este jornal de viagem apresenta o relato de episódios do quotidiano dos companheiros de viagem e alojamento, não raras vezes contados com recurso a um humor quase sterniano, com "notas alegres no meio das narrações as mais sérias" (*Id.*, *Ibid.*, 118), fazendo uso da caricatura para traçar o perfil das várias personagens que a rodeiam. Se é certo que a espiritualidade ganha uma presença mais preponderante na visita aos lugares santos, a autora não deixa de continuar a fazer comentários sobre os costumes, a arquitetura, o espírito dos lugares e pequenas digressões sobre variados temas.

Com um ritmo vivo e com a paisagem de fundo, a autora cria através da escrita quadros de cor e movimento, em que evoca pessoas e respetivos costumes, traços dos monumentos e da natureza, luzes, cores e sons. Trata-se de autênticas sinestesias que transportam os leitores aos lugares descritos e que permanecem na memória de uma longa galeria de lugares. As descrições são como bilhetes-postais animados, imagens do olhar de Maria Celina, de uma visualidade que transporta facilmente o leitor ao espírito do lugar.

Além dos retratos dos espaços e das gentes, o relato contém, igualmente, uma preocupação com a mulher e a condição que esta ocupa na sociedade, com a visão do "outro", de cultura e religião diferente, e com o diálogo possível entre Oriente e Ocidente. Pode-se considerar, assim, que o texto de Maria Celina não constitui apenas um relato, mas uma verdadeira viagem de reflexão e de um aprofundar de conhecimento, que, segundo se depreende do que declara a autora, se quer tão dinâmico como a própria viagem.

O texto da autora madeirense afigura-se essencial para a perspetivação do ambiente literário e cultural da Ilha, mas também português e europeu, pela sua modernidade e pela voz feminina que se afirma autónoma, culta, de espírito cosmopolita. No início do séc. XXI, o seu livro foi em parte objeto de um estudo académico dedicado à temática mais ampla das impressões de viagem relacionadas com as cidades europeias, caso da tese de doutoramento de Helena de Azevedo Osório e de alguns ensaios da autoria de Luísa Marinho Antunes, mas a sua riqueza literária e cultural merece uma maior divulgação e interesse científico por parte dos estudiosos.

Obras de Maria Celina de Sauvayre da Câmara: *De Napoles a Jerusalem (Diario de Viagem)* (1899).

Bibliog.: CÂMARA, Maria Celina de Sauvayre da, *De Napoles a Jerusalem (Diario de Viagem)*, Lisboa, Imprensa de Libanio da Silva, 1899; CHAVES, Vania *et al.*, *As Senhoras do Almanaque. Catálogo da Produção de Autoria Feminina*, Lisboa, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa/Biblioteca Nacional de Portugal, 2014; *Diário de Notícias*, Funchal, 28 fev. 1929; *Diário Illustrado*, 18 dez. 1892; 1 maio 1898; 11 maio 1898; GOMES, A. F., "Algumas notas sobre os poetas das 'Flores da Madeira'", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 3, n.º 15, 1953, pp. 20-24; OSÓRIO, Helena de Azevedo, *Impressões sobre a Arte e o Património nas Cidades Europeias mais Visitadas por Viajantes Portugueses (Londres, Madrid, Nápoles e Paris). Notas para o Estudo de Uma Sensibilidade Estética (1860-1910)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada

à Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, texto policopiado, 2014; PATO, Bulhão, *Memórias, Homens Políticos*, t. II, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1894; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vols. II-III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1915-1953; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978.

Luísa M. Antunes Paolinelli

Câmara, Martim Gonçalves da

Martim Gonçalves da Câmara era filho de João Gonçalves da Câmara, 4.º capitão-donatário do Funchal, e de sua mulher, D. Leonor de Vilhena. Foi o quarto de um total de 12 filhos do casal, sendo irmão do ilustre Simão Gonçalves da Câmara, o Magnífico, 5.º capitão-donatário do Funchal e 1.º conde da Calheta, e do padre jesuíta Luís Gonçalves da Câmara, tutor e confessor de D. Sebastião.

Não se sabe exatamente a data de nascimento de Martim Gonçalves da Câmara, mas os estudiosos apontam-na para cerca de 1539, não havendo, igualmente, registos da sua infância.

Frequentou o Colégio das Artes, juntamente com seu irmão Rui Gonçalves da Câmara. Com o valimento do cardeal D. Henrique, Martim Gonçalves da Câmara foi um dos principais apoiantes da ordem de Inácio Loyola em Portugal, ao lado de seu irmão Luís Gonçalves da Câmara.

Recebeu benefícios de seu tio D. Manuel de Noronha, camareiro-mor do Papa Leão X, tendo sido nomeado cónego de Silves e pároco de uma igreja em Penafiel e de outra em Britiande, benefícios que lhe rendiam um total de 500.000 réis.

A 31 de maio de 1538, sendo bacharel em Teologia e mestre de Artes, é eleito para fazer parte do conselho-mor da Univ. de Coimbra. A influência do cardeal D. Henrique e o claro apoio à ordem jesuíta, a 16 de junho de 1563, promovem Martim Gonçalves da Câmara ao cargo de reitor da Univ. de Coimbra, que acumula com os cargos de presidente da Mesa de Consciência e do Desembargo do Paço e vedor da Fazenda do Conselho Geral.

Segundo Nuno Gonçalves Porto, Martim Gonçalves da Câmara foi um dos responsáveis pela severa condenação do piloto Gaspar Caldeira, por ter sido cúmplice do corsário Pierre-Bertrand de Montluc, cuja armada guiou aquando do ataque de outubro de 1566.

Por volta de 1570, Martim Gonçalves da Câmara, o P.e Leão Henriques, também madeirense, e o P.e Jorge Serrão, por mercê do cardeal D. Henrique, são nomeados para o Conselho Geral da Santa Inquisição, sendo os primeiros padres jesuítas a ocupar cargos oficiais no Tribunal do Santo Ofício.

A governação efetiva de D. Sebastião inicia-se em 1568, tendo como modelo uma monarquia administrativa, estabelecida por um Conselho de Despacho. O Conselho de Despacho era constituído por personalidades políticas da época, que representavam uma fação nacionalista afeta ao cardeal D. Henrique, e outro grupo de nobres simpatizantes da Rainha viúva D. Catarina de Áustria e favorável a Castela.

O Rei D. Sebastião, porém, acabaria por dissolver esta governação tripartida, procurando



Fig. 1 – Verso do alvará régio de mantimento para o vigário de São Pedro do Funchal, assinado pelo P.e Martim Gonçalves da Câmara e pelo cardeal D. Henrique, Lisboa, 23 de julho de 1566 (ABM, Arquivos Particulares).

instituir um modelo de governação própria imbuído no espírito da Contrarreforma, centralizando a autoridade real como parte do desígnio divino e defensor da afirmação da cristandade pela força das armas. Neste modelo de governação, o Rei delega poderes a um escrivão da puridade, figura equivalente a um primeiro-ministro.

Para o cargo de escrivão da puridade, primeiramente, mantém Pedro d'Alcáçova Carneiro, nobre da confiança de D. Catarina de Áustria. No entanto, por influência de Luís Gonçalves da Câmara, o Rei acabaria por colocar em 1569 Martim Gonçalves da Câmara no lugar de escrivão da puridade. Com os diversos cargos que assumia, Martim Gonçalves da Câmara exercia o seu poder livremente no reino, encarregando-se de todas as matérias de Estado. Escreve Bernardo da Cruz, na *Crónica de El Rei D. Sebastião*, a este propósito: "De tal modo cresceu a autoridade de Martim Gonçalves ante el rei, e o povo, pelo muito zelo da justiça que mostrava e diligência que respondia aos despachos das partes, que viu quase em tudo a descarregar os cuidados nele e ficar mais livre em seus honestos passatempos" (CRUZ, 1837, 20).

Outro cronista da época, Pero Roíz Soares, descreve a influência que Martim Gonçalves da Câmara detinha sobre D. Sebastião, afirmando que "ele foi tanto na privança e mando que era tudo neste tempo e nada el-Rei fazia senão o que ele queria" (SOARES, 1953, I, 13).

Foi descrito por Henrique Henriques de Noronha como um homem que, apesar de privado do Rei, "já mais de aproveitar do dito valimento para si, nem para os seus parentes; antes lhes não aceitou as nominatas do Bispo de Coimbra, e a de Arcebispo de Évora" (NORONHA, 1996, 389).

A hegemonia na corte por parte dos irmãos Câmara agudizou os ódios dos nobres do partido de D. Catarina de Áustria. Houve uma profusa contestação aos irmãos Câmara, que foram acusados do falhanço das negociações do casamento do Rei e das atitudes e escolhas irresponsáveis deste que colocavam em perigo a independência do reino.

Foram escritos vários folhetos de forte conteúdo satírico atingindo os irmãos Câmara, designadamente um onde se podia ler "El-Rei nosso senhor por fazer mercê a Luís Gonçalves, e a Martim Gonçalves, e aos padres da Companhia, há por bem de não casar estes quatro anos e estar com eles aberrado" (VELOSO, 1935, 131). Outro texto, da autoria de Simões de Castro, procurava, na mesmo toada cómica, criticar "Um mancebo sem experiência/e um velho sem saber/dois irmãos sem consciência/deitaram este Reino a perder" (*Id.*, *Ibid.*, 42).

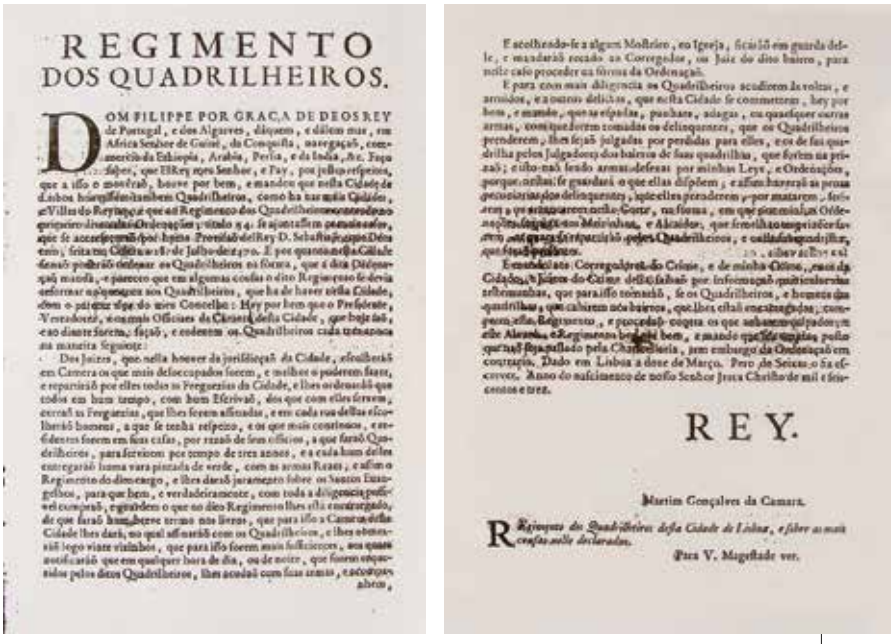
A campanha contra os padres jesuítas Luís e Martim Gonçalves da Câmara lançaria um epíteto negro à ordem. Na verdade, mais precisamente no séc. XVIII, ao tempo do Marquês de Pombal, e no séc. XIX, durante a Revolução Liberal, as vozes contrárias à ordem de Inácio de Loyola reacendiam a suposta responsabilidade dos Jesuítas na perda da independência e na consequente decadência com o reino que se viu confrontado.

A História veio a provar infundadas as acusações contra os Câmara. Apesar da grande autoridade de que estes gozaram no ensinamento de moralidade ortodoxa cristã ao Monarca, que influenciou a edificação do seu carácter, os irmãos Câmara aconselharam o Rei no sentido de ajustar matrimónio, sendo também contrários aos intentos de D. Sebastião no tocante à campanha africana.

A morte de seu irmão Luís Gonçalves da Câmara, a 15 de março de 1573, acabará por ditar o início da queda de Martim Gonçalves da Câmara e o consequente afastamento dos negócios do reino.

Em 1574, a ida do Rei D. Sebastião para Marrocos deixou Martim Gonçalves da Câmara com plenos poderes nas decisões do reino. Porém, desentendimentos posteriores com o cardeal D. Henrique, por se recusar a servir sob o seu jugo, levariam a que deixasse o paço para viver no Convento de S. Domingos de Benfica.

Com o retorno do Rei D. Sebastião de África, Martim Gonçalves da Câmara regressa às antigas funções, vendo-se, no entanto, envolvido em intrigas perpetradas por nobres a favor



REGIMENTO
DOS QUADRILHEIROS.

DOM FILIPPE POR GRAÇA DE DEOS REY de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem mar, em Africa Senhor de Guiné, da Conquista, navegação, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber, que Elrey meu Senhor, e Pay, por justos respeitos, que a isso o moverão, houve por bem, e mandou que nesta Cidade de Lisboa houvesse também Quadrilheiros, como ha na mais Cidades, e Villas do Reyno, e que ao Regimento dos Quadrilheiros [illegible] principio [illegible] Ordenações, titulo 54. se ajuntassem mais estas, que se accrescentarão por bem. Provisão delRey D. Sebastião, que Deos tem, feita em Cintra a 18. de Julho de 1570. E por quanto na Cidade devem poderão defender os Quadrilheiros as festas, que a dita Ordenação manda, e parece que em algumas cousas o dito Regimento se devia enformar melhor aos Quadrilheiros, que ha de haver nella Cidade, com o parecer [illegible] do meu Conselho: Hey por bem que o Prefeyto, Vereadores, e mais Officiaes da Camera della Cidade, que hoje são, e ao diante forem, fação, e ordenem os Quadrilheiros cada trimestre na maneira seguinte:

Dos Juizes, que nella houver da jurisdicção da Cidade, elegerão em Camera os que mais desocupados forem, e melhor o poderem fazer, e repartirão por elles todos as Freguezias da Cidade, e lhes ordenarão que todos em hum tempo, com hum Escrivão, dos que com elles servem, entrem as Freguezias, que lhes forem assinadas, e em cada rua dellas elejão hum homem, a que se tenha respeito, e os que mais continuos, e verdadeiros forem em suas casas, por razão de seus officios, a que farão Quadrilheiros, para servirem por tempo de tres annos, e a cada hum delles entregarão huma vara pintada de verde, com as armas Reaes, e assim o Regimento do dito cargo, e lhes darão juramento sobre os Santos Evangelhos, para que bem, e verdadeiramente, com toda a diligencia possivel cumprão, e guardem o que no dito Regimento lhes ella encarregado, de que farão hum livro termo nos livros, que para isso a Camera della Cidade lhes dará, no qual assentarão com os Quadrilheiros, e lhes ordenarão logo visitar visinhos, que para isso forem mais sufficientes, aos quaes notificarão que em qualquer hora de dia, ou de noite, que forem requeridos pelos ditos Quadrilheiros, lhes acudão com suas armas, e cavallos, ou sem elles,

E acolhendo-se a alguns Mosteiro, ou Igreja, ficarão em guarda delle, e mandarão recado ao Corregedor, ou Juiz do dito bairro, para nelle caso proceder na forma da Ordenação.

E para com mais diligencia os Quadrilheiros acudirem às voltas, e arroidos, e a outros delictos, que nella Cidade se commetterem, hey por bem, e mando, que se espalhe, pucharo, adagas, ou quaesquer outras armas, com que forem tomadas os delinquentes, que os Quadrilheiros prenderem, lhes sejão julgadas por perdidas para elles, e os de sua quadrilha pelos Julgadores dos bairros de suas quadrilhas, que forem na prezaõ; e alto-naõ lendo armas defesas por minhas Leys, e Ordenações, porque nellas se guardará o que ellas dispõem; e afim haverem as pessoas peçonhentas dos delinquentes, aquellas que acharem, por matarem, ferirem, ou armarem nelle Corte, na forma, em que por minhas Ordenações [illegible] os Meirinhos, e Alcaides, que lenhão o mesmo cargo [illegible] pelos Quadrilheiros, e outras [illegible] que [illegible]

E encommendo aos Corregedores do Crime, e de minha Corte, assi da Cidade, e Juizes do Crime della sabão por informação quaes são os taes homenhas, que para isso nomeará, se os Quadrilheiros, e homens das quadrilhas, que cahirem nos bairros, que lhes ellas encarregadas, comprem ella Regimento, e procedaõ contra os que achassem culpados na dita Alcada, e Regimento [illegible] bem, e mando que [illegible] pello que mando ser publicado pela Chancellaria, sem embargo da Ordenação em contrario. Dado em Lisboa a doze de Março. Pero de Seixas o fez escrever. Anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e seiscentos e tres.

REY.

Martim Gonçalves da Camara.

Regimento dos Quadrilheiros desta Cidade de Lisboa, e fóra as mais cousas nelle declaradas.

Para V. Magestade ver.

Figs. 2 e 3 – *Regimento dos Quadrilheiros de Lisboa* (12 de março de 1603), de Martim Gonçalves da Câmara (ABM, Arquivos Particulares).

de D. Álvaro de Castro, e o regresso de Pedro d'Alcáçova Carneiro à esfera de influência do Rei acabaria por levá-lo sair do paço em maio de 1576. Desta época surge a história fantasiosa de que Martim Gonçalves da Câmara, numa ação prepotente, teria humilhado sua cunhada D. Maria de Noronha, viúva de Nuno Gonçalves da Câmara, por se ter casado com um homem de baixa condição, e de que esta atitude provocou o descontentamento e o descrédito do Rei. Este relato é fantasioso, pois Martim Gonçalves da Câmara não tinha nenhum irmão chamado Nuno, nem uma cunhada Maria de Noronha.

Depois da derrota portuguesa em Alcácer Quibir, no malogrado reinado do cardeal D. Henrique, Martim Gonçalves da Câmara ainda desempenhou funções no Conselho de Estado. Durante a crise de sucessão, procurou por todos os meios impedir que o reino caísse nas mãos da Coroa espanhola, ensaiando a criação, com seu primo D. João Telo de Menezes, de uma força de defesa do Estado para impedir a invasão castelhana; neste sentido, procurou que o clero exortasse o povo a que protegesse o reino de Portugal. Primeiramente, apoiou a causa dinástica de D. Catarina de Bragança e, depois, a sucessão de D. António Prior do Crato, participando nas cortes em Sintra que o aclamaram como rei de Portugal.

Depois de 1580, estas ações acabariam por despertar o ódio de Cristóvão de Moura, que o perseguiu, prendeu e desterrou para Castela, onde permanecia em 1583. Por volta do ano de 1595, é autorizado a voltar a Portugal para se recolher numa das igrejas da ordem da Companhia de Jesus.

Morreu a 6 de outubro de 1613 e foi sepultado na Casa Professa de S. Roque, na capela que edificou para si.

Henrique Henriques de Noronha cita o elogio do Poeta de Guimarães, que escreveu: "Este que com mil datas afluentes,/Cobra nome



Fig. 4 – R. do Padre Gonçalves da Câmara, Funchal (arquivo particular).

real, pela largueza,/Parco só para si, e seus parentes,/E como tal julgado da Nobreza,/Porto de altos varões, e de prudentes,/Professa nisto estilo de grandeza,/Com que amizades conservar pretende,/E alta quietação seu zelo empreende" (NORONHA, 1996, 389).

Bibliog.: CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. II, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1991; CRUZ, Bernardo da, *Chronica de el-Rei D. Sebastião*, Lisboa, Impressão de Galhardo e Irmãos, 1937; LEITE, Jerónimo Dias, *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da Dita Ilha*, Lisboa, Alfa, 1989; *Memorial de Pero Roiz Soares*, Coimbra, Atlântida, 1953; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, CEHA, 1996; PORTO, Nuno de Vasconcelos, "Três madeirenses nacionalistas, esboços biográficos, Martim Gonçalves da Câmara", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 5, n.º 25, 1957, pp. 45-53; RODRIGUES, Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, 8 vols., Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1931-1950; SERRÃO, Joel (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Lisboa/Porto, Figueirinhas, 1999; TEIXEIRA, António José, *Documentação para a História dos Jesuítas em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1899; VELOSO, J. M. de Queirós, *D. Sebastião. 1555-1578*, Lisboa, Empresa Nacional da Publicidade, 1935; *Id.*, *O Interregno dos Governadores e o Breve Reinado de D. António*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1953.

CARLOS BARRADAS

Câmara, Matilde Olímpia Sauvayre da

Poetisa, dramaturga, compositora, charadista, cantora e intérprete de piano e guitarra, nasceu no solar dos Viscondes de Nogueiras, na rua da Mouraria, freguesia de São Pedro, Funchal, a 23 de março de 1871, filha de João Sauvayre da Câmara de Vasconcelos e de Matilde Lúcia de Santana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt e irmã (mais nova) de Maria Celina Sauvayre da Câmara (1857-1929) e de Maria das Dores Sauvayre da Câmara (1864-1941). Neta da escritora, poetisa e tradutora madeirense Matilde Isabel de Santana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt, viscondessa de Nogueiras (1805-1888) – autora de um opúsculo intitulado *Diálogo de Uma Avó e Sua Neta*, publicado em 1862, escolhido pelo Conselho Superior de Instrução Pública para uso das escolas –, com ela terá aprendido, tal como suas irmãs, as "arts d'agrement", tendo recebido uma aprimorada formação literária e artística.

Maria Celina foi uma reconhecida autora literária. Maria das Dores dedicou-se sobretudo à prática pianística, tendo-se apresentado, desde criança, nos eventos musicais funchalenses de finais do séc. XIX. Matilde Sauvayre da Câmara dedicou-se a ambas as áreas artísticas – literatura e música –, bem como ao charadismo. Apresentou-se primeiramente como cantora, em eventos semiprivados nos quais participava a sua irmã Maria das Dores, como, *e.g.*, os saraus em casa do médico Adriano Augusto Larica e dos viscondes de Monte Belo, em janeiro de 1893. Na récita de Carnaval realizada no palácio dos Viscondes de Torre Bela em fevereiro de 1893, Matilde iniciou também, precocemente, a apresentação da sua própria produção musical e dramática, tendo sido interpretadas algumas das suas canções que integravam a opereta lírica *Charada* (*Em Quatro Sílabas*) (também intitulada *Charada Característica em forma de Sílaba*), composta em coautoria com Carolina Dias de Almeida (?-1895). No concerto de amadores em benefício da Casa dos Pobres Desamparados



Fig. 1 – Matilde Olímpia Sauvayre da Câmara, Funchal, 1909 (ABM, Photographia Vicente).



Fig. 2 – Participantes na récita de gala Arraial Madeirense da visita régia, Teatro D. Maria Pia, 22 de junho de 1901 (Photographia Vicente, reeditada na Alemanha).

e da Associação Protetora dos Estudantes Pobres, realizado a 20 de novembro de 1897 no Teatro D. Maria Pia, Matilde interpretou *Acanhamento* (monólogo e cançonetas), peça de sua possível autoria, bem como *Parais à ta Fênetre*, serenata para canto e piano de Antoine Queyriaux e Louis Gregh. A demais produção teatral e dramático-musical de Matilde Sauvayre da Câmara compreende a opereta *Dois Dias em Paris*, estreada a 24 de junho de 1901 no Teatro D. Maria Pia, a comédia *Morto à Força* e o quadro *Arraial Madeirense*, estreados numa récita de gala dedicada ao Rei D. Carlos e à Rainha D. Amélia, realizada no mesmo teatro a 20 de junho de 1901, aquando da visita dos monarcas à Região. A comissão responsável pela administração desta récita de gala, constituída pelo conde de Torre Bela (Thomas Russel Manners Webster Gordon), o barão de Uzel (Luís Alexandre Ribeiro de Mendonça), Nuno Jardim e o comendador Luís Vicente de Freitas Branco, terá determinado atribuir a direção do evento a Matilde Sauvayre da Câmara, à época a compositora diletante de maior renome no Funchal. A biografada foi responsável pela autoria, ensaio e interpretação da maior parte do repertório apresentado, tendo recebido pelo seu excelente desempenho os encómios do conde de Arnoso, secretário do Rei. A primeira obra apresentada, a comédia *Morto à Força*, foi interpretada pela autora (no papel principal), por sua irmã Maria das Dores, pelos membros da comissão organizadora barão de Uzel e Luís Vicente de Freitas Branco e por Adelaide Pestana, Júlia Affonseca, João Teles de Menezes Cabral e Dr. João Leite Monteiro. *Arraial Madeirense*, interpretado na terceira parte da récita, é uma obra de carácter ocasional, destinada à exibição das características folclorísticas regionais à comitiva real, bem como à laúde da Rainha. O quadro compreende uma cena campestre, com "jovens da mais alta sociedade" em trajes de "vilão" e "viloa", com bailares e cantares, mormente "descantes ao desafio", acompanhados por violas e pela orquestra; danças regionais por 20 pares de crianças com acompanhamento de orquestra; e um coro dedicado à Rainha D. Amélia, da autoria da biografada, interpretado por todos os intérpretes do quadro (NÓBREGA, 1901; FREITAS BRANCO, 1949-1953, III, 89). Terá cabido exclusivamente a Matilde Sauvayre da Câmara a interpretação

dos números vocais que, a par de duas obras instrumentais, constituíram a segunda parte desta récita. A biografada cantou *L'Averse* e a *Bluette C'est le Jeune Siècle*. Embora o conde de Arnoso atribua ambas as peças a Matilde Sauvayre da Câmara, não foram ainda identificadas quaisquer obras de sua autoria para canto em língua francesa, o que sugere que se trataria de obras de outros autores, como se verifica com *L'Averse*, possivelmente a *chanson* de Victorien Sardou e Louis Verney, ou a *chanson villageoise* de Charles L'Expert e Jules Couplet. Pouco mais se sabe da atividade de Matilde Sauvayre da Câmara após 1901.

A composição para canto de Matilde Sauvayre da Câmara toma como fonte a sua própria produção poética, tendo sido apenas identificadas canções em língua portuguesa até 2014. A sua produção para canto com acompanhamento instrumental (caracterizada pelo uso de uma estrutura com estribilho a solo e refrão com coro) compreende *O Meu Testamento*; *As Últimas Flores*; *Serenada (Folhas das Rosas Caídas)*; *Alguém*; *Risos, Cantos, Saudades*; *Cantares (É nos Olhos Que se Espelha)*; *Saudades*; *Balada (Se Uma Estrela me Pedisses)*; *Nuvens*; *Os Três Corações*; *Ilusões*; *Perguntas ao Luar* e *Canção da Serra*. Este conjunto de obras, que parece constituir apenas parte da produção da autora neste género, remanesceu em cópias limpas para canto e piano. Curiosamente, as 12 primeiras peças (para canto e piano) foram reunidas num ciclo de 12 canções para canto com acompanhamento de guitarra (*Canções à Viola*), o que sugere que a autora terá apresentado este repertório acompanhada ao piano e/ou à guitarra. Por outro lado, a designação do mesmo ciclo como Livro I, a par com a existência de outras obras conhecidas, como a *Canção da Serra*, permite inferir que várias outras canções terão sido compostas por Matilde Sauvayre da Câmara. Entre estas, figurariam possivelmente *O Último Dia do Ano* e *Oração*, que conhecemos apenas na sua forma poética. Não é conhecido o período de produção ou de estreia do seu repertório para canto com acompanhamento, mas é crível que se tenha destinado sobretudo a uma realização semiprivada, no âmbito de eventuais saraus realizados nas suas moradias, na freguesia do Monte, na Qt. Florença ou na vila Acácia, nas Cruzes.



Fig. 3 – Matilde Olímpia Sauvayre da Câmara, Funchal, 1927 (ABM, Photographia Vicente).

Matilde Sauvayre da Câmara foi reconhecida pela sua "cultura humanística muito fora do vulgar para a época" (CLODE, 1983, 182). Alfredo de Freitas Branco sublinhava o seu conhecimento das línguas estrangeiras e a sua atenção para com as correntes literárias coevas, fazendo notar, certamente acerca da sua produção teatral, o seu "notável espírito de crítica fina e […] humorismo impregnado de uma sensibilidade artística muito curiosa" (FREITAS BRANCO, 1949-1953, 89). Por sua vez, a sua produção para canto e piano/guitarra assevera o seu conhecimento e gosto pela produção musical francesa para canto da época, sobretudo as *chanson* e *chansonette*.

Matilde Sauvayre da Câmara morreu, solteira e sem descendência, no Funchal, a 11 de

dezembro de 1957. O seu espólio foi legado ao compositor e professor Jorge Croner de Vasconcelos, filho do seu primo, Alexandre Moniz de Bettencourt (1868-1945) – neto dos viscondes de Nogueiras, professor de violino e de música de câmara do Conservatório Nacional de Lisboa. O seu espólio musical, que ficou ao cuidado de Laura Moniz de Bettencourt, sobrinha de Jorge Croner de Vasconcelos, em Oeiras, Lisboa, compreende a sua produção literária e musical, nomeadamente a sua obra para canto e piano/guitarra e a opereta *Dois Dias em Paris*, bem como as coleções de música e teatro musical de Carolina Dias de Almeida e de música da sua irmã Maria das Dores. A sua epistolografia está à guarda de Jacinto Moniz de Bettencourt.

Bibliog.: manuscrita: ABM, 1.ª Repartição de Finanças do Funchal, *Processo de Sucessão de Matilde Sauvayre da Câmara*; Arquivo da Família Bettencourt, Fundo Musical Matilde Sauvayre da Câmara, Espólio de Jorge Croner de Vasconcelos; **impressa:** "Apontamentos da viagem de Sua Magestade", *Diário de Notícias*, 24 jun. 1901; BETTENCOURT, J. Moniz de, *Os Bettencourt. Das Origens Normandas à Expansão Atlântica*, Lisboa, ed. do Autor, 1993; CLODE, Luís Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; "Concerto", *Diário de Notícias*, 18 nov. 1897, p. 2; "Espectáculos. Teatro D. Maria Pia", *Diário de Notícias*, 19-20 nov. 1897, p. 3; ESTEIREIRO, Paulo, *50 Histórias de Músicos na Madeira*, Funchal, Associação de Amigos do Gabinete Coordenador de Educação Artística, 2008; *Id.*, *Emergência e Declínio do Piano na Vida Quotidiana Madeirense (1821-1930)*, Dissertação de Doutoramento em Ciências Musicais apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2011; "Festa encantadora", *O Direito*, 15 fev. 1893, p. 2; GOMES, Alberto F., "Algumas notas sobre os poetas das 'Flores da Madeira'", *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 15, 1953, p. 20; Nóbrega, Ciríaco de Brito, *A Visita de Suas Majestades os Reis de Portugal ao Arquipélago Madeirense. Narração das Festas*, Funchal, Tip. Esperança, 1901; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentário para a História Literária da Madeira*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949-1953; "Récita e baile. Grande festa no palácio Torre Bela", *Diário de Notícias*, 18 fev. 1893, p. 3; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; "Soirée", *Diário de Notícias*, 2 fev. 1893, p. 2; **digital:** ESTEIREIRO, Paulo, "Matilde Sauvayre da Câmara", *Dicionário de Músicos na Madeira. Séculos XIX e XX*, s.d.: http://www.recursosonline.org/index.php?option=com_sobipro&pid=54&sid=77:CAMARA-Matilde-Sauvayre-da&Itemid=0 (acedido a 21 out. 2014).

Rui Magno Pinto

Câmara, Paulo Perestrelo da

Paulo Perestrelo da Câmara nasceu na cidade do Funchal, na ilha da Madeira, em 1810, filho do morgado Bento José Perestrelo da Câmara e de Ana Perestrelo da Câmara. A sua história é pouco conhecida, e as suas publicações apontam para o facto de ter vivido em Lisboa, entre 1830 e 1833. Em 1841, seguiu para o Brasil, de onde regressou em 1853. Após alguns meses na Europa, retornou novamente ao Rio de Janeiro, onde veio a falecer a 4 de fevereiro de 1854. Em 1833, casou-se, no Funchal, na paróquia de São Pedro, com Ana Madalena de Freitas Lomelino, com quem teve uma filha, Maria Augusta Perestrelo.

Na obra *Diccionario Bibliographico Portuguez*, de Inocêncio Francisco da Silva, o trabalho empreendido por Paulo Perestrelo da Câmara foi destacado no volume VI, publicado em 1862. Inocêncio Francisco da Silva afirma, no verbete que lhe dedica, ter conhecido e convivido com Paulo Perestrelo da Câmara entre 1830 e 1833. Pelas suas referências, Câmara partira para o Rio de Janeiro em 1841, onde permaneceu até 1853, quando retornou para Portugal "por conveniências de interesse particular". A sua estadia em Lisboa foi curta e logo regressou ao Rio de Janeiro, falecendo no começo de fevereiro, quando contava 44 anos.

Considerando o conjunto das obras que publicou, é possível observar que Paulo Perestrelo da Câmara se dedicou ao estudo da matemática e à redação de textos sobre história e geografia de Lisboa e Portugal. As suas obras, apesar de algumas imprecisões, revelam um autor preocupado com a história e a memória do seu país, onde a ilustração ganha contornos nítidos.

Obras de Paulo Perestrelo da Câmara: *Grammatica das Grammaticas da Lingua Portuguêza*; *Theoria de Fracções Complexos e Proporções...*; *Descripcao Geral de Lisboa em 1839, ou Ensaio Historico de Tudo Quanto Esta Capital Contem de mais Notável, e Sua Historia Política e Literária até o Tempo Presente* (1839); *Memorias sobre a Ilha da Madeira,/Breve Noticia sobre a Ilha da Madeira, ou Memorias sobre a Sua Geographia, Historia, Geologia, Topographia, Agricultura e Commercio* (1841); *Guia de Viajantes em Lisboa e Suas Vizinhaças* (1845); *Novo Tratado de Arithmetica Commercial, ou Desenvolvimento Simplificado de Todas as Regras de Arithmetica Relativas ao Commercio...* (1846); *Collecção de Provérbios, Adágios, Rifões, Anexins, Sentenças Moraes e Idiotismos da Lingua Portugueza* (1848); *Diccionario Geographico, Historico, Politico e Literário de Portugal e Seus Domínios...* (1850); *Nova Descripcao de Lisboa, dos Seus Arredores, e de Cintra, Pena e Mafra, com Um Ensaio Histórico de Tudo Que Esta Capital Contém de mais Notável, Ornado com Algumas Estampas* (1853).

Bibliog.: FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra*, Funchal, Typ. Funchalense, 1873; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862.

Paulo de Assunção

Câmara, Rui Bettencourt da

Natural do Funchal, onde nasceu a 19 de abril de 1874, era filho de José Bettencourt da Câmara, historiador, genealogista e jornalista, e de Júlia Amélia de Freitas Albuquerque. Casou-se com Margarida Pimbet da Rocha Machado, filha de Luís da Rocha Machado, natural dos Açores, e de Maria Josefina Celina Ângela Pimbet, de quem teve sete filhos.



Dr. Rui Bettencourt da Câmara, Funchal, c. 1920 (ABM, Arquivos Particulares).

Após o curso liceal no Funchal, formou-se bacharel em Direito na Univ. de Coimbra. Em 1901, foi colocado como secretário-geral do Governo Civil de Bragança, cargo que exerceu até 1910, data da Implantação da República.

No regresso à Madeira, assumiu as funções de sócio-gerente da casa bancária madeirense Rosa Machado & C.ª.

Possuía telas e espécies bibliográficas de grande valor, revelando a sua sensibilidade para a cultura e o belo artístico.

Colaborou, com o pseudónimo Yur, em vários jornais e revistas madeirenses.

Faleceu no Funchal, a 24 de abril de 1946.

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983.

ANTÓNIO MONIZ

Caminho de ferro do Monte

Os meados do séc. XIX mudaram progressivamente os hábitos europeus e, consequentemente, o tipo de viagens e de lazer das sociedades mais abastadas. Se na primeira metade do século o turismo na Madeira era essencialmente terapêutico, a alteração dos hábitos trouxe algumas importantes figuras da mais alta aristocracia europeia, o que foi aproveitado para a criação de uma nova imagem da Ilha. A mudança é patente, entre outros exemplos, no título do álbum de viagens de Edward Vernon Harcourt (1825-1891), *A Sketch of Madeira, Containing Information for the Traveller, or Invalid Visitor*, com litografias da mulher, Susan Vernon Harcourt (nascida Susan Harriet Holroyd), editado em Londres, em 1851, em que a primazia já é dada ao "traveller", passando o "Invalid Visitor" para segundo lugar.

Os mecanismos de divulgação da Madeira, essencialmente direcionados para os doentes, passam, progressivamente, a salientar outros aspetos, como um certo exotismo da paisagem, um clima mediterrâneo em pleno Atlântico, uma excelente temperatura da água do mar e uma vida urbana altamente cosmopolita. Os anos 80 marcam também uma outra forma de visitar a Madeira, muito mais rápida, deixando assim a visita de ser de meses para passar a semanas e, gradualmente, para somente alguns dias, mas com um número muito maior de visitantes, o que fez crescer uma série de serviços de apoio a essas rápidas estadias.

O desenvolvimento turístico e portuário da baía do Funchal constituiu um instrumento de novas políticas sociais, envolvendo grandes investimentos públicos e privados nas áreas dos transportes, saneamento básico, redes de distribuição de água ao domicílio, iluminação pública e até no arranjo urbanístico da baixa da cidade. Se numa primeira fase essas obras visavam os turistas estrangeiros, toda a população residente acabou por ser beneficiada, pela produção de serviços, pela criação de novas oportunidades de emprego e pela mudança radical de toda a estrutura urbana da cidade.



Fig. 1 – Vista do Funchal com a linha do caminho de ferro do Monte em construção, 1890 (ABM, Arquivos Particulares).

O projeto do caminho de ferro do Monte surge na Madeira neste quadro, como resultado de diferentes fatores que se conjugaram entre si. Aparece para responder à necessidade de dotar a Ilha de um transporte mais seguro, que não expusesse os seus visitantes e habitantes aos perigos do relevo insular, para reduzir o tempo de viagem até ao Monte, para satisfazer o anseio de querer acompanhar o progresso ao nível dos transportes que se verificava na Europa, para apoiar o desenvolvimento turístico, especialmente no percurso do Funchal ao Monte, e para satisfazer interesses económicos de algumas entidades da Ilha. Sendo a freguesia do Monte um local de grande afluência de residentes e forasteiros, o caminho de ferro trouxe não só a facilidade de deslocação, mas também proporcionou às freguesias do Monte e de Santa Luzia um crescimento urbanístico, pois valorizou os terrenos circundantes e proporcionou aos seus proprietários e investidores a edificação de numerosas habitações.

A ideia nasceu com António José Marques, natural de Lisboa, primeiro concessionário do empreendimento, cuja proposta foi apresentada na Câmara Municipal do Funchal (CMF), na sessão de 17 de fevereiro de 1887. O projeto conheceu alguns impasses, vindo a concessão a ser assumida pelo Cap. Manuel Alexandre de Sousa, segundo concessionário, situação aceite em sessão camarária de 24 de julho de 1890. A Sociedade do Caminho de Ferro do Monte acabou por ser constituída a 17 de outubro desse ano, integrando, entre os principais acionistas, Luís da Rocha Machado (1848-1912), o vereador municipal João Luís Henriques, Porfírio de Oliveira e o inglês Walter Hastings Coward, que passaria a representar a companhia em Londres.

Os principais comerciantes ingleses residentes na Ilha demarcaram-se do projeto, chegando mesmo a boicotá-lo, e os grandes proprietários madeirenses limitaram-se a entrar com pequenas quantias. No entanto, entraram

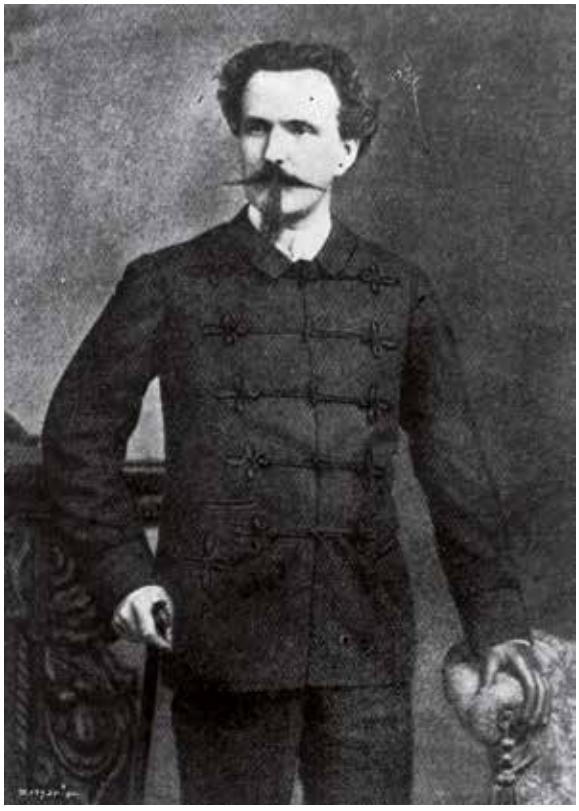


Fig. 2 – Eng.º Raoul Mesnier du Ponsard, gravura a partir de fotografia, c. 1912 (AML).

como acionistas os condes da Calçada e do Canavial, Diogo de Ornelas Frazão (1812-1906) e Dr. João Câmara Leme Homem de Vasconcelos (1829-1902), José Júlio de Lemos (1855-1914), Pedro Rodrigues Leitão (1852-1904), viscondes de Vale Paraíso e de Cacongo, João Bianchi (1862-1928) e João Rodrigues Leitão (1843-1925), e o visconde e general da Casa Branca, Alexandre César Mimoso (1817-1899), entre outros. A análise da lista dos iniciais acionistas, no entanto, não é de fácil leitura e interpretação, pois muitas ações foram adquiridas por interpostas pessoas, distribuídas por diversos membros de uma mesma família, etc.

O empreendimento foi assumido tecnicamente pelo Eng.º Raoul Mesnier du Ponsard (1849-1914), que esteve na Madeira para fazer o reconhecimento do relevo, em janeiro de 1886, e cremos que noutras alturas que não foi possível determinar, talvez a caminho de Moçambique, onde viria a falecer. A escolha deste engenheiro para desenhar os contornos do projeto ficou a dever-se à sua obra por vários locais do espaço português, como o elevador de Santa Justa, em Lisboa, uma edificação que ainda hoje é um dos ícones da capital, e o elevador do Bom Jesus de Braga, o primeiro ascensor do género inaugurado na península Ibérica, ainda em funcionamento.

Após o estudo de viabilidade económica, o sistema de comboio a utilizar na Madeira foi o de montanha, que havia sido testado na Suíça e assentava num tipo de linha férrea de estrutura de cremalheira, que servia de apoio à locomotiva através de uma roda dentada situada na parte inferior da mesma, permitindo a subida íngreme de montanha, o que a energia a vapor, por si só, não conseguia fazer. Apesar de este tipo de solução ter surgido na Suíça, o material fixo e circulante teve a sua proveniência na Alemanha, o que indicia a participação, em princípio, do futuro comendador Manuel Gonçalves (1867-1919), que posteriormente se viria a tornar um dos elementos determinantes no desenvolvimento do empreendimento e da sua ligação aos capitais alemães e à futura Sociedade dos Casinos.

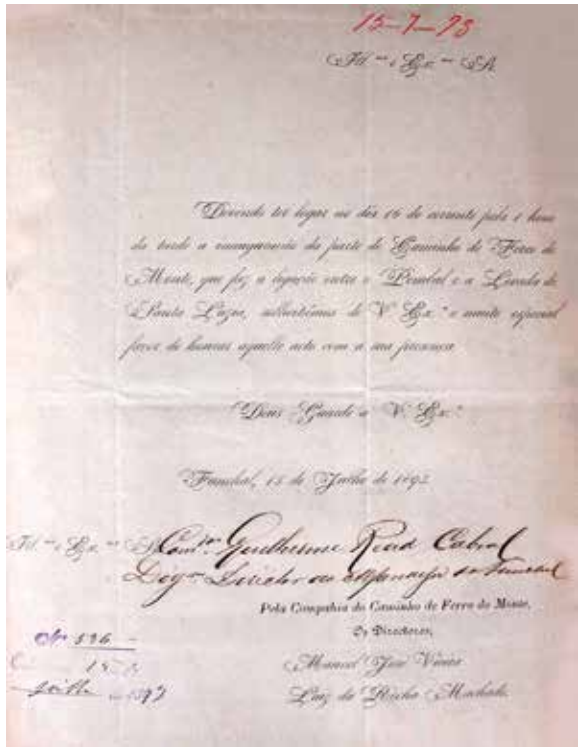


Fig. 3 – Convite para a inauguração do primeiro troço do caminho de ferro do Monte dirigido ao comendador Guilherme Read Cabral, 15 de julho de 1893 (ABM, Alfândega do Funchal, 687).

No processo de crescimento e aplicação do projeto, vários sectores da sociedade madeirense ofereceram o seu apoio à Companhia do Caminho de Ferro do Monte (CCFM), através da aquisição de ações. Foram os casos do clero, dos comerciantes, de instituições públicas e de alguns estrangeiros, entre outros. Os estrangeiros residentes na Ilha não foram muito participativos, tendo em conta o seu poder económico. Devemos, contudo, enfatizar o contributo de um inglês, Walter Hastings Coward, sócio insular de *sir* Herbert Hay Langham (1840-1909), que se tornou o maior acionista da Companhia, contrariando um pouco a tendência dos seus compatriotas.

Ao nível do Governo central, o apoio não foi muito evidente, exceto na isenção de impostos que concedeu à CCFM, aquando da entrada na Alfândega do Funchal do material fixo e circulante para a via-férrea. Para além disso, não nos foi possível encontrar qualquer tipo de apoio ou legislação que fosse aplicável ao projeto. Na Madeira, contou com o apoio da Junta Geral, que adquiriu algumas ações, e, especialmente, da CMF, através do vereador João Luís Henriques e do presidente, o visconde do Ribeiro Real (1841-1902), tendo esta adquirido 250 obrigações e enfrentado a oposição dos comerciantes ingleses.

Dentro da sociedade madeirense, como em geral acontece sempre que novos paradigmas atingem as sociedades, as polémicas em torno da construção do caminho de ferro fizeram-se ouvir intensamente. De facto, a imprensa fez eco da luta de interesses em confronto: por um lado, aqueles que defendiam e lideravam o projeto, como, *e.g.*, os diretores da CCFM; por outro, a fação contrária, que receava ver os seus interesses beliscados por um empreendimento proveniente de iniciativa privada que não a sua, como a família Blandy ou os irmãos Reid. A materialização dessa realidade foi explicitamente defendida pelas direções de órgãos da comunicação escrita da época, o *Diário de Notícias*, já propriedade dos Blandy, versus *O Direito* e *A Lucta*, que eram controlados pelos líderes que defendiam as posições contrárias.



Fig. 4 – Cremalheira do caminho de ferro do Monte, c. 1915 (ABM, Arquivos Particulares).

Todo o processo de concessão do empreendimento foi alvo de alterações, nomeadamente o trespasse da concessão dos direitos de construção da via-férrea de António Joaquim Marques para o Cap. Manuel Alexandre de Sousa. Para tal, a CMF teve de aprovar essa alteração, impondo ao novo concessionário a data de três meses para entregar o projeto, o que foi cumprido a 23 de outubro de 1890. Essas transformações envolveram a Câmara, uma vez que tinha de analisar o pedido de trespasse e a sua atribuição a outros concessionários. Após a constituição da CCFM, verifica-se um novo trespasse, desta vez de Manuel Alexandre de Sousa para esta nova instituição.

A constituição da Companhia fez-se ao abrigo de um capital social de 112.500$00 reis, divididos em 12.500 ações. Os acionistas obtinham o direito de voto nas assembleias desta instituição, decorrente da compra das ações. O número de votos obedecia a um regulamento registado nos estatutos da Companhia. Note-se que as obrigações e ações emitidas ao portador representavam um número significativo de votos, mas, porque os portadores compraram um número de títulos inferior a cinco, a soma de votos que lhes cabia não era utilizada nas assembleias da empresa. É de realçar também que 61,1 % das ações e 56,8 % das obrigações adquiridas estavam nas mãos de 39 acionistas integrados num conjunto de subscritores. Esta situação demonstra como o poder económico se concentrava nas mãos de poucos, embora saibamos que muitos madeirenses abastados não arriscaram investir o seu capital num empreendimento inédito na Ilha e com dimensões pouco vulgares.

O caminho de ferro do Monte esteve sujeito a duas fases de construção, e a execução da primeira aconteceu em duas etapas. A primeira delas foi inaugurada a 16 de julho de 1893, e a segunda a 5 de agosto de 1894, tendo o percurso atingido o Monte. A segunda fase foi inaugurada a 24 de julho de 1912, entre o Monte e o Terreiro da Luta. No processo de negociações preliminares para levar por diante a construção do caminho de ferro, para a primeira fase da obra, salientam-se duas datas correspondentes a duas deliberações importantes do município funchalense: 17 de fevereiro de 1887, com a celebração do contrato com a CCFM, e 22 de janeiro de 1891, com a aprovação camarária do projeto e do seu orçamento.

Na primeira fase de construção, foram expropriados 56 proprietários, numa área que ia desde o Pombal até ao Monte. Na segunda, expropriaram-se mais 38, desde o Monte até ao Terreiro da Luta. O início das expropriações deu-se a 2 de julho de 1891. Parece-nos evidente que o traçado inicialmente projetado para o caminho de ferro do Monte sofreu alterações quanto ao local do seu término. Não se sabe ao certo as causas dessa mudança, motivo de larga discussão pública à época, mas não fáceis hoje de ajuizar, pelo que, em vez das Laginhas, como constava na proposta inicial, o final do troço acabou por se situar no Atalhinho. A polémica levou ao afastamento do Cap. Manuel Augusto de Sousa do posto de fiscal técnico da Companhia, a 29 de agosto de 1893, e à sua substituição pelos irmãos engenheiros Adriano Augusto Trigo (1862-1906) e Aníbal Augusto Trigo (1865-1944).

No contrato inicial, a CMF concedeu o exclusivo da exploração da linha do Monte por 99 anos à CCFM, tendo esta a obrigação de efetuar os estudos para as expropriações a realizar por parte do município, durante os anos de 1891 e 1892. Do contrato constava, ainda, que a Câmara ficava obrigada a pagar 6 % do valor das expropriações e construção da estrada, assim como 500$000 reis anuais durante 10 anos, correspondentes a 2 % do montante a investir pela Companhia. No final dos 99 anos concessionados, a CMF teria o direito de ficar com o património da Companhia, a estrada, o material circulante e os imóveis, como veio a acontecer.

Outro momento importante neste processo foi a aprovação municipal do projeto, em 1891, que originou o avanço das expropriações nos meses seguintes, através da ação de algumas personalidades camarárias que não foi possível determinar. Apenas foram identificados o presidente, o vice-presidente e os

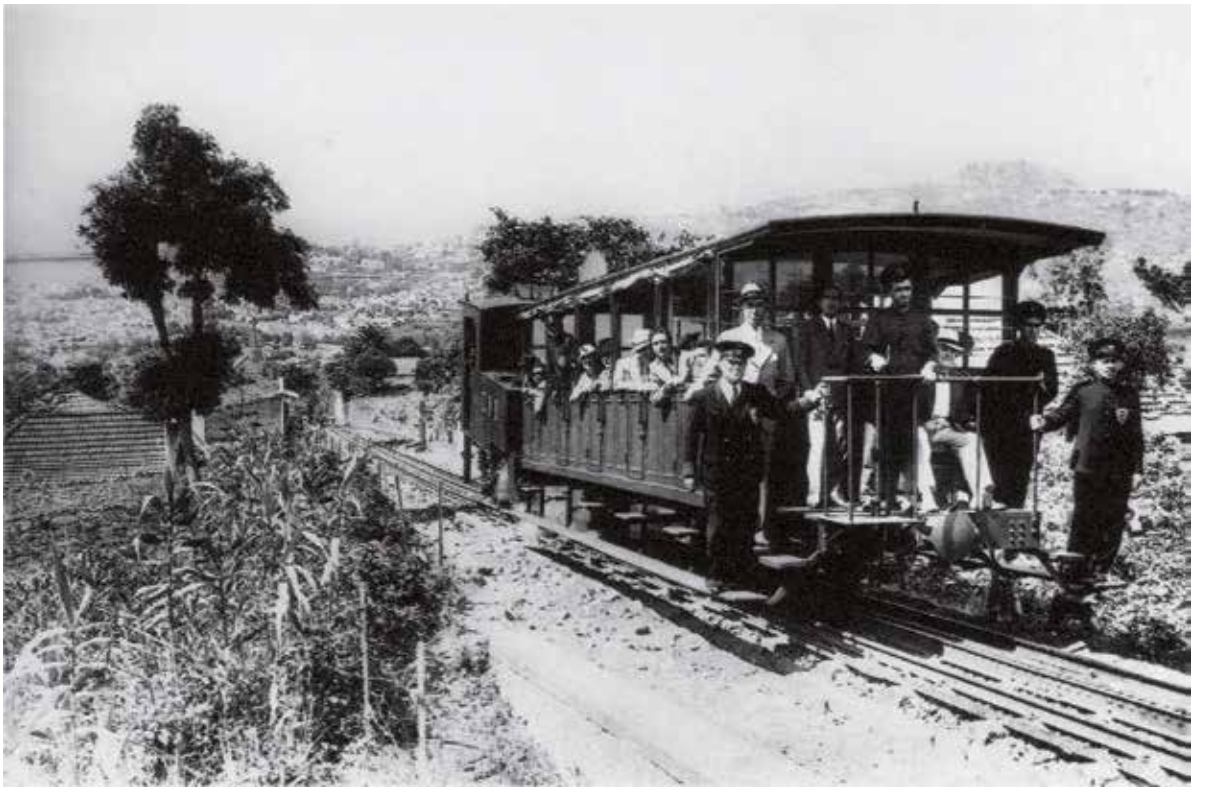


Fig. 5 – Funcionários e passageiros no caminho de ferro do Monte, c. 1920 (ABM, Arquivos Particulares).

vereadores da CMF na época estudada. A ação da Câmara também se estendeu à vistoria das obras, nomeadamente a 17 de março de 1893, para averiguar as condições de segurança para a abertura da linha ao público. De facto, fizeram a vistoria o diretor das obras públicas, o subdelegado da saúde e os engenheiros já citados, os irmãos Trigo, o que deve ter levado ao afastamento, em agosto, do Cap. Manuel Augusto de Sousa.

Os sucessivos diretores da CCFM estiveram, amiudadas vezes, direta ou indiretamente implicados no confronto com outros poderes privados instalados. Inicialmente, foi o caso de Luís da Rocha Machado, em confronto com John Burden Blandy (1839-1912) relativamente à polémica do término da linha férrea no Monte, na década de 90 do séc. XIX. Posteriormente, embora essa luta não seja tão explícita, ela mantém-se, dado o mesmo John B. Blandy oferecer um conjunto de serviços à população que, em determinados sectores económicos, eram diretamente concorrentes com os do diretor da Companhia, o comendador Manuel Gonçalves. São os casos das agências bancárias, de navegação, de carvão, tipografias, entre outros. Todos eles, implicitamente, tanto poderiam complementar o funcionamento do comboio do Monte, como poderiam ser diretamente concorrentes.

Após a inauguração e início da exploração do caminho de ferro do Monte, cuja estação principal e os escritórios da Companhia se sedearam na rua do Pombal, todos os sectores da sociedade madeirense aplaudiram esse feito. Se estivermos perante um sentimento verídico, as lutas e rivalidades anteriores teriam sido mera manobra de persuasão; caso contrário, não teriam passado de pura hipocrisia de alguns que nunca acreditaram, ou nunca quiseram, que a iniciativa privada conseguisse levar a cabo o empreendimento.

Não se pode afirmar com precisão que o comboio foi o maior responsável pelo aumento da construção das habitações pela encosta, uma vez que a cidade se estendeu por toda a montanha envolvente. Contudo, deve referir-se que os requerimentos dos cidadãos das freguesias



Fig. 6 – Estação do Pombal, reforma de 1919-1920 e seguintes (arquivo particular).

de Santa Luzia e do Monte para construção de imóveis foram aumentando progressivamente de 1890 a 1913. O impacto da construção do caminho de ferro está patente, entre outros documentos, nas sucessivas fotografias tiradas da baía, onde, em algumas, são visíveis as obras para a montagem da linha férrea e, depois, o aumento do casario à sua volta.

A implementação do projeto do caminho de ferro do Monte implicou a execução de grandes aterros e a construção de muros de suporte, muitos deles ainda hoje existentes, mas integrados na malha urbana da cidade. A movimentação das terras dos aterros foi excessiva, relativamente aos suportes onde foi necessário depositá-las. Ao alterar o relevo, surgiu também a problemática das ribeiras sobre as quais se lançaram aquedutos, pontões e pontes, todos construídos com materiais provenientes da Ilha. Inserida neste último caso está a ponte sobre o ribeiro de Nossa Senhora do Monte, de grande valor histórico e arquitetónico e que ainda hoje é utilizada para o tráfego automóvel.

Entre a praça da Constituição e o Pombal, existiu desde 1896 até pouco tempo antes de 1915, altura em que os "ralis" foram levantados, o chamado "carro americano" ou "caminho de ferro americano", cujos carros eram



Fig. 7 – Viagem inaugural do segundo troço do comboio do Monte, 2 de agosto de 1894 (ABM, Arquivos Particulares).



Fig. 8 – João Gonçalves Zarco, bronze de Francisco Franco (1914), restaurante do Terreiro da Luta, aguarela de Max Römer, 1922 (Casa-Museu Frederico de Freitas).

puxados por três cavalos e se deslocavam sobre carris. Estes carros circulavam diariamente e estabeleciam a ligação entre a referida praça e a rua do Pombal, onde estava, e está, a estação do elevador do Monte. O "carro americano" estacionava no largo da Restauração, ao sul da praça da Constituição e junto das traseiras da fortaleza de S. Lourenço, como atestam várias fotografias.

Em termos de viabilidade económica, as previsões não só foram atingidas, como foram superadas, segundo o *Relatório de Contas da Companhia* relativo ao ano de 1897. Neste ano, a empresa liquidou o seu passivo, obtendo ainda os primeiros lucros resultantes da sua atividade, pelo que, consolidada a situação, a 12 de julho de 1910, a CCFM, em assembleia geral, decidiu prolongar o comboio até ao Terreiro da Luta. A pretensão foi aprovada pela CMF, a 4 de agosto desse ano. Cerca de dois anos depois, a 24 de julho de 1912, o comboio chegava finalmente ao Terreiro da Luta, a 850 m de altitude, ficando, no total, com uma extensão de 3911 m e as seguintes paragens: Pombal, Levada de Santa Luzia, Livramento, Quinta Sant'Ana (Sant'Ana), Flamengo, Confeitaria, Atalhinho (Monte), Largo da Fonte e Terreiro da Luta.

Na mesma data, inaugura-se na estação do Terreiro da Luta o Chalet Restaurant-Esplanade, um restaurante panorâmico que era explorado pela própria CCFM, com capacidade para 400 clientes e considerado, então, do melhor a nível internacional. O restaurante não deixou de melhorar o seu enquadramento e de cuidar da sua imagem, pelo que, em 1914, foi encomendada para o jardim uma escultura de um romântico e jovem Zarco a Francisco Franco (1885-1955), e, a partir de 1922, data em que se fixou na Madeira o aguarelista austríaco Max Römer (1878-1960), este, em nome e por encomenda da Mount Railway Co., cuidou largamente da imagem da companhia.

O caminho de ferro do Monte era uma via-férrea de cremalheira do sistema Riggenbach. Desenvolvia-se em via única de bitola métrica, exceto nas estações do Livramento e do Monte, onde havia um desvio para permitir o cruzamento de comboios. As composições eram formadas por uma única carruagem, que era empurrada (no sentido ascendente) ou sustida (no descendente) pela locomotiva; o peso da carruagem mantinha-a em contacto com a locomotiva, pelo que não havia necessidade de atrelagem. A companhia chegou a possuir cinco locomotivas, quatro construídas pelas firmas alemãs Maschinen-Fabrick Esslingen, de Estugarda, e uma pela Schweizerische Lokomotiv-und Maschinenfabrik, de Sitz, em

Winterthur, e cinco carruagens de passageiros com capacidade para 60 pessoas, uma das quais se encontra hoje no Museu do Caminho de Ferro de Berlim. Existiam ainda alguns vagões mais pequenos e baixos para transporte de bagagem.

A exploração do comboio do Monte não foi imune às crises e conjunturas económicas ao nível europeu das primeiras décadas do séc. XX. Foi o que aconteceu durante a Primeira Guerra Mundial, em que o menor fluxo de visitantes e a redução do abastecimento de carvão foram significativos. Nesse sentido, medidas de contenção de despesas, usando menos carvão e menos água de refrigeração na locomotiva, levaram à explosão da caldeira de uma das locomotivas. Nos inícios de 1903, já tendo sido tornado público que algumas das locomotivas se encontravam em mau estado de funcionamento, foi ordenado à Companhia que seguisse várias precauções, de forma a garantir a segurança pública. Nesses primeiros anos do século, a CCFM possuía três locomotivas, uma nova e duas antigas, que, apesar de terem sido sujeitas a várias reparações, ofereciam pouca segurança.

Um violento desastre ocorreu a 10 de setembro de 1919, quando o comboio subia em direção ao Monte, dando-se uma explosão na caldeira da locomotiva, que a destruiu totalmente. Deste acidente resultaram quatro mortos e vários feridos, entre os 56 passageiros que seguiam a bordo. As viagens foram suspensas até 1 de fevereiro do ano seguinte. Pouco mais de 10 anos depois, a 11 de janeiro de 1932, ocorreu novo desastre, desta vez por descarrilamento.

A partir de então, turistas e habitantes viraram as costas ao caminho de ferro, considerando-o demasiado perigoso, e, com a concorrência do automóvel, tal como com o deflagrar da Segunda Guerra Mundial, a partir de 1939, verificou-se uma quebra muito significativa de turistas na Madeira, e a CCFM entrou em crise,

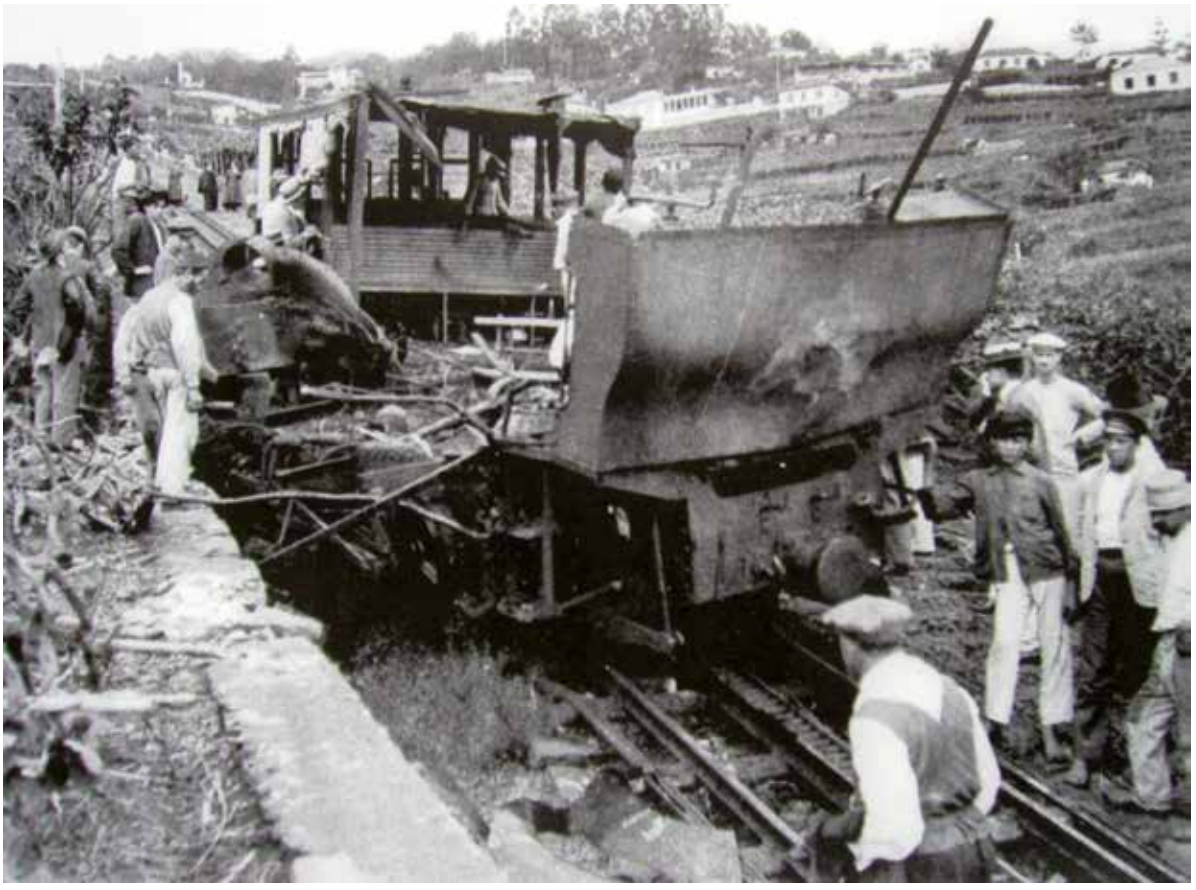


Fig. 9 – Desastre do comboio do Monte, setembro de 1919 (ABM, Arquivos Particulares).



Fig. 10 – *Madeira, Elevador do Monte*, bilhete-postal animado do Bazar do Povo, c. 1905 (ABM, Arquivos Particulares).

acumulando uma grande dívida. Esse conjunto de fatores levou a que o governo, por dec-lei n.º 32724, de 29 de março de 1943, tivesse mandado encerrar a linha, o que aconteceu logo em abril seguinte, vindo a CMF a abrir concurso público para vender em leilão todo o material, desde as máquinas às vias.

O produto do leilão foi aplicado no pagamento das dívidas da empresa. Parte do material resultante do desmantelamento, nomeadamente os carris, foi para a sucata e parte foi utilizada pelo arrematador na reparação do elevador do Bom Jesus, em Braga. Uma das velhas locomotivas do caminho de ferro ainda faria uma última viagem a 17 de maio de 1943, pois o comerciante do Porto que comprara o espólio do caminho de ferro do Monte, Francisco Alves de Sousa, teve a ideia de convidar um grupo de amigos a acompanhá-lo numa última viagem do comboio.

Fazendo um paralelismo com o atual teleférico, que liga o centro da cidade do Funchal ao Monte, podemos dizer que os objetivos de ambos os empreendimentos se cruzam: apoiar o turismo, dotar a cidade de um transporte rápido e fomentar o desenvolvimento socioeconómico da Ilha, tendo cada um deles deixado marcas visíveis na paisagem urbana que podem bem servir de elementos iconográficos da cidade funchalense. O comboio ou elevador do Monte será sempre parte integrante da história da Ilha, assim como as influências por ele deixadas no desenvolvimento urbanístico do Funchal, na vida quotidiana de muitos madeirenses e no imaginário de muitos dos forasteiros que nele viajaram para o idílico sítio do Monte.

Em outubro de 2003, a CMF lançou um concurso público internacional para a reconstrução do caminho de ferro do Monte, dado constituir uma absoluta "mais-valia patrimonial", como referiu então o presidente da edilidade (NÓBREGA, 3 out. 2003, 50). O caderno de encargos, que consignava um direito de exploração de 50 anos, pressupunha um troço em funicular entre o largo do Monte e o Terreiro da Luta e uma ligação por comboio de animação turística daí até ao largo das Babosas, local de chegada do atual teleférico do Monte, bem como a recuperação, com materiais da época,

dos edifícios de apoio que ainda subsistem. Os constrangimentos económicos dos anos seguintes fizeram, entretanto, suspender a ideia para uma melhor oportunidade.

Bibliog.: CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação/Universidade da Madeira, 2008; *Id.*, e MELLO, Luís de Sousa, *Associação Comercial e Industrial do Funchal. Esboço Histórico (1836-1933)*, Funchal, Edicarte, 2002; GOMES, Luís Valentim, *O Caminho do Comboio e as Alterações Urbanísticas do Funchal*, Funchal, CEHA, 2005; HARCOURT, Edward Vernon, *A Sketch of Madeira, Containing Information for the Traveller, or Invalid Visitor*, com litografias de Susan Vernon Harcourt, London, J. Murray, 1851; NÓBREGA, Tolentino da, "Funchal reabilita antigo caminho-de-ferro. Concurso público a nível europeu", *Público*, 3 out. 2003, p. 50; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998.

RUI CARITA

Caminho Neocatecumenal

O Caminho Neocatecumenal, definido pelo Papa João Paulo II como "itinerário de formação cristã" (JOÃO PAULO II, 1990), é uma realidade eclesial dotada de personalidade jurídica pública e que tem como objetivo a iniciação cristã, antes do batismo, ou a redescoberta da iniciação cristã após um período de vida cristã de afastamento ou de vivência pouco ativa, rumo a uma fé adulta. A aprovação definitiva dos estatutos, que contemplam também as diferenças da liturgia e da catequese, foi dada pelo decreto de 11 de maio de 2008 do Conselho Pontifício para os Leigos, após uma aprovação provisória, *ad experimentum*, concedida cinco anos antes.

Através de uma espécie de retorno às primitivas comunidades cristãs, o Caminho Neocatecumenal pretende ser uma fuga ao anonimato e à massificação vigente em algumas assembleias paroquiais, facto agravado pela escassez de clero, e uma resposta às determinações do Concílio Vaticano II (1962-1965) no sentido de uma maior renovação do papel dos leigos na evangelização. O pintor espanhol Francisco José Gomes Argüello (Kiko), nascido em Léon em 1939, e Carmen Hernandez, nascida perto de Ólvega em 1931, licenciada em Química e Teologia e ex-religiosa da Ordem das Missionárias de Cristo Jesus, foram os iniciadores desta nova realidade eclesial, em 1964, nas barracas



Fig. 1 – Kiko Arguëllo (arquivo particular).

de Palomeras Altas, arredores de Madrid, na sua maioria habitadas por ciganos, prostitutas e ex-presidiários. Kiko Argüello atravessava, então, uma crise existencial; Carmen vivia entusiasmada pelas novas orientações pastorais emanadas do Concílio Vaticano II. Posteriormente, em 1970, associou-se a esta realidade o padre italiano Mario Pezzi (1941), missionário comboniano que, em 1992, deixou a sua congregação religiosa para se dedicar inteiramente ao Caminho. Este dispõe hoje de um seminário missionário internacional, Redemptoris Mater, situado em Roma e fundado em 1986, e de 99 outros, espalhados por vários países. Estão já a funcionar também três seminários Redemptoris Mater em Portugal: um em Lisboa, um no Porto e outro em Évora. Estes seminários são diocesanos e missionários, erigidos pelos bispos mas custeados pelo Caminho; a formação de base é a mesma de qualquer seminário diocesano, frequentando os candidatos ao sacerdócio, no caso português, a Faculdade de Teologia da Univ. Católica Portuguesa, em Lisboa. O Caminho reúne as várias comunidades, de 20 a 50 membros dos dois sexos,



Fig. 2 – P.e Mario Pezzi e Carmen Hernandez na Arena de Amesterdão (arquivo particular).

integrados a partir dos 14 anos, que se formam nas paróquias, de onde surgem equipas de catequistas itinerantes, geralmente três, que se dirigem a outras dioceses do país ou do estrangeiro, acompanhadas por um padre, com a autorização do respetivo ordinário, bispo ou superior de ordem religiosa. Tem promovido convívios de bispos em diversas partes do mundo e enviado em missão para o estrangeiro várias famílias e jovens (*missio ad gentes*) com a bênção papal.

Semanalmente, cada comunidade celebra a eucaristia numa sala anexa à igreja paroquial, com uma liturgia própria que apresenta algumas peculiaridades em relação ao rito latino da Igreja. Os fiéis recebem a comunhão sob as duas espécies, e em pão ázimo com o formato normal, sentados nos seus lugares. O altar está normalmente colocado no centro da sala, com a assembleia sentada à volta; antes da homilia, são apresentados testemunhos de experiências vivenciais ou problemas pelos participantes que desejem fazê-lo; o abraço da paz tem lugar antes da consagração; no final da missa, dança-se e canta-se à volta do altar. O batismo é administrado por imersão a crianças e a adultos. Para além da celebração da eucaristia, geralmente ao sábado, a comunidade reúne-se noutro dia da semana para ouvir a Palavra de Deus e, uma vez por mês, encontra-se durante um domingo.

A formação do catecúmeno decorre em três fases e tem, geralmente, a duração total de 12



Fig. 3 – P.e Mario Pezzi na Jornada Mundial da Juventude, em 2011 (arquivo particular).

a 14 anos, embora cada comunidade possa dispor de um ritmo próprio. A primeira fase, o "pré-catecumenato", é direcionada para a aquisição da "humildade" e decorre num período de quatro anos. A segunda, denominada "catecumenato", tem a duração de seis anos e visa a aquisição da "simplicidade", compreendendo uma primeira iniciação à oração, a *traditio* ou "entrega" e a *redditio symboli* ou "devolução", e uma segunda iniciação à oração e respetiva entrega do Pai-Nosso. Para coroar esta fase, é organizada uma peregrinação a um santuário mariano. Finalmente, a terceira fase, denominada "eleição", tem como meta a aquisição do "louvor", dura dois a quatro anos, terminando com a cerimónia solene de renovação das promessas do batismo na Vigília Pascal da sé respetiva, na presença do bispo, e é encerrada com uma peregrinação à Terra Santa. Concluída a formação, a comunidade não se desfaz, continuando, os que desejarem, a reunir-se semanalmente e a participar em convívios mensais e em encontros nacionais e internacionais.

Em 2014, existiam 25.000 comunidades neocatecumenais em 124 países, que congregavam

mais de 1.000.000 de membros, sendo a Itália o país que registava o maior número, seguindo-se a Espanha. Em Portugal, à data, havia já 300 comunidades, dispersas por 19 das 20 dioceses do país; a primeira foi fundada na paróquia de Nossa Senhora da Penha de França, em 1968, a pedido do P.e João de Brito, missionário dos Sagrados Corações.

O Caminho Neocatecumenal chegou à Madeira em outubro de 1993, tendo-se formado a primeira comunidade na paróquia de Santa Maria Maior. Esta comunidade acabou por perder alguns elementos, sendo os restantes transferidos para uma outra, que entretanto se formou na paróquia da Graça, na freguesia de Santo António. Na Diocese do Funchal, existiam, em 2014, 15 comunidades neocatecumenais espalhadas por oito paróquias: no concelho do Funchal, duas na Nazaré, duas na Graça (Santo António) e uma no Livramento; no concelho de Câmara de Lobos, cinco no Estreito de Câmara de Lobos, uma no Garachico e uma no Carmo; no concelho da Ribeira Brava, uma em São Bento (Vila); no concelho de Santa Cruz, uma no Caniço; e, no concelho de Santana, uma em São Jorge. Os responsáveis de cada comunidade da Diocese do Funchal, escolhidos por eleição, dependem e são orientados por uma equipa de catequistas itinerantes que superintendem nas comunidades das regiões autónomas da Madeira e dos Açores e de Cabo Verde. Esta equipa está em contacto com os bispos das respetivas dioceses, com quem se reúne sempre que necessário para informar do decurso da atividade evangelizadora do Caminho Neocatecumenal.

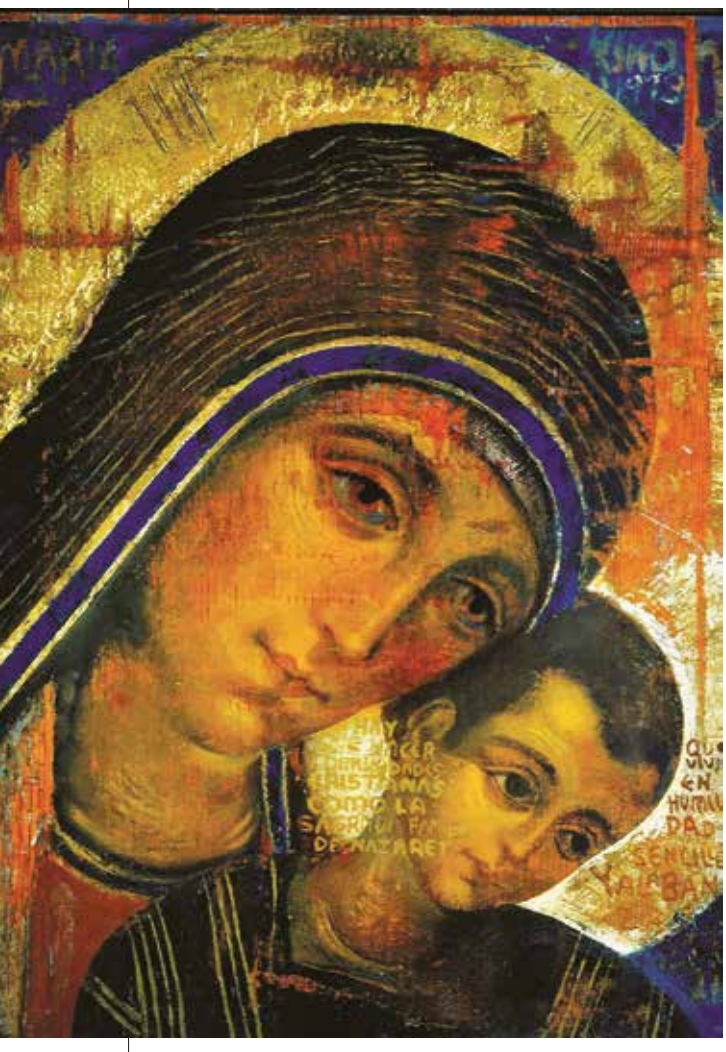


Fig. 4 – Ícone da Virgem pintado por Kiko Arguëllo (coleção particular).

O Caminho tem já proporcionado vocações sacerdotais e religiosas em Portugal e noutros países. Na Diocese do Funchal, esta experiência é partilhada por vários sacerdotes. Embora ainda restrito a poucas paróquias, maioritariamente localizadas na costa sul, o Caminho Neocatecumenal tem já trazido ao seio da Igreja, nesta diocese como em outras, pessoas que por uma ou outra razão viviam alheadas da sua fé cristã, e os testemunhos que têm prestado publicamente revelam esse reencontro com a fé e uma maturidade e militância cristã que a elas próprias surpreendeu.

O financiamento das grandes despesas com os seminários e, pontualmente, com as viagens internacionais dos catequistas itinerantes provém da fundação diocesana Sagrada Família de Nazaré, com duas sedes, uma em Roma e outra em Madrid, sendo que a equipa internacional do Caminho apenas tem o direito de se pronunciar sobre a aplicação do fundo financeiro. O pagamento das despesas correntes e de deslocação de equipas de catequistas é assegurado pela comunidade de origem dos catequistas e pela comunidade recetora, através de coletas voluntárias, não havendo lugar a quotas estipuladas.

Bibliog: ARGÜELLO, Kiko, *O Kerigma. Nas Barracas com os Pobres*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013; *Id.*, e HERNANDEZ, Carmen, *Estatutos do Caminho Neocatecumenal*, Lisboa, Paulinas, 2008; BLÁZQUEZ, Ricardo,

Comunidades Neocatecumenais, Porto, Perpétuo Socorro, 1988; CENTRO NEOCATECUMENALE DI ROMA, *Il Cammino Neocatecumenale nei Discorsi di Paolo VI, Giovanni Paolo II e Benedetto XVI* (Pro manuscripto), 5.ª ed., Roma, 2011; DRAKE, Virgínia, e ARGÜELLO, Kiko, *El Camino Neocatecumenal. 40 Años de Apostolado*, Madrid, La Esfera de los Libros, 2009; JOÃO PAULO II, "Oniqualvolta", *Acta Apostolicae Sedis*, 82.90, 30 ago. 1990, pp. 1513-1515; VICENTE, Andrés Fuentes, *O Caminho Neocatecumenal. Uma Iniciação Cristã*, Porto, Perpétuo Socorro, 1998.

GABRIEL PITA

Camões, Luís de

O nosso maior épico nacional liga-se à história das representações da Madeira ao dedicar uma farta oitava de *Os Lusíadas* a esta Ilha, que a engrandece e a faz superar outras ilhas famosas da Antiguidade clássica, cujos feitos, geografia, cultura e modelos literários se constituem, como era prática naquele dealbar da Modernidade, como referência deste poeta maior do humanismo renascentista português. Eram esses modelos clássicos referência não só para imitar, mas mais ainda para atualizar e superar. As narrativas dos humanistas portugueses, como Duarte Pacheco Pereira, Fernando Oliveira, João de Barros, entre tantos outros, sobre as gestas decorrentes das viagens marítimas de descobrimento dos caminhos dos mares e da construção do primeiro império da Modernidade são atravessadas pelo escopo de engrandecimento das realizações portuguesas por comparação com as gestas dos impérios antigos, reforçando a tese de que estes foram ultrapassados em muitos aspetos. Ora, a descrição da Madeira enquadra-se neste ideário. Camões coloca na boca de Vasco da Gama, ao discursar perante o rei de Melinde, precisamente uma caracterização da Madeira como a ilha pioneira dos Descobrimentos, porque a primeira a ser oficialmente encontrada e povoada no âmbito do movimento expansionista marítimo promovido pela Coroa portuguesa e pelas suas ordens e outras instituições que lhe eram afetas. Aqui citamos na íntegra essa famosa estrofe de Camões: "Passámos a grande ilha da Madeira,/ Que do muito arvoredo assi se chama,/Das que nós povoámos, a primeira,/Mais célebre por nome que por fama;/Mas nem por ser do mundo a derradeira/Se lhe aventajam



Fig. 1 – Luís de Camões, cópia do retrato de Fernão Gomes (Lisboa, 1570 a 1573), Luís José Pereira de Resende, c. 1820 (aquisição pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses) (ANTT, n.º invent. 3347).

quantas Vénus ama,/Antes, sendo esta sua, se esquecera/De Cipro, Gnido, Pafos e Citera" (CAMÕES, 2018, V, 5).

A Madeira é elevada a um estatuto superior ao das antigas ilhas clássicas que tinham santuários dedicados a Vénus, apontando a beleza, as condições amenas, as potencialidades naturais e a posição estratégica desta Ilha situada num dos pontos da grande área do extremo ocidental do mundo conhecido até à sua descoberta. Realmente, tinha passado cerca de século e meio sobre o achamento e o povoamento deste arquipélago da Madeira, que garantiria a Portugal uma espécie de porto de abrigo e rampa de lançamento das viagens marítimas, e, ao mesmo tempo, tinha-se constituído ali uma espécie de laboratório bem-sucedido de experimentação de novas culturas, novas técnicas e novos modelos de organização social, que depois foram transplantados para outros

pontos do território do Império Português, já consolidado no tempo de Camões. A posição geográfica da Madeira e o sucesso de alguns produtos agrícolas ali plantados, nomeadamente do açúcar e, depois, do vinho, começaram a dar a esta Ilha a celebridade que Camões já exalta e que mais tarde será ainda mais enfatizada em cognomes usados para caracterizá-la, como "rainha das ilhas", "pérola do Atlântico", "flor do oceano" e "jardim do mundo".

Fernando Augusto da Silva dedicou um estudo aprofundado ao lugar da Madeira na epopeia camoniana, que se torna obrigatório para quem pretenda aprofundar este tema e onde encontramos a resenha circunstanciada do debate observado entre alguns estudiosos que chegaram a defender que a descrição da Ilha dos Amores patente nos cantos IX e X de *Os Lusíadas* corresponderia à Madeira ou teria como modelo esta Ilha, além de dar conta da questão também problemática, que envolveu especialistas em navegação, como Gago Coutinho, de saber se a armada de Vasco da Gama teria passado e acostado à Madeira na sua primeira viagem. O mesmo estudioso madeirense e autor do *Elucidário Madeirense* traz à colação as críticas duras exaradas, em especial nas estrofes 84 e 85 de *Os Lusíadas*, sobre os maus e ambiciosos conselheiros que rodeavam o Monarca português D. Sebastião. A historiografia de timbre antijesuítico, que tinha por referência a grelha pombalina de interpretação que sobrevalorizava a influência nefasta da Companhia de Jesus na corte portuguesa, identificou perentoriamente os Jesuítas e, em particular, dois irmãos madeirenses na altura muito influentes como o alvo privilegiado das invetivas de Luís de Camões: o padre jesuíta e amigo de Inácio de Loyola Luís Gonçalves da Câmara, que tinha sido precetor do jovem Rei, e o seu irmão Martim Gonçalves da Câmara, este padre secular e escrivão da corte, ambos filhos de João Gonçalves da Câmara, quarto capitão-donatário do Funchal.

Estas figuras relevantes do teatro político do reinado de D. Sebastião nunca são diretamente nomeadas por Camões. Por isso, as conjeturas dos intérpretes estão impregnadas de uma natural margem de subjetividade interpretativa que não nos permite inferir conclusões definitivas. O P.e Fernando Augusto da Silva, no seu citado estudo, não dá como concluído este velho debate, não arriscando optar claramente por uma das teses em equação, ou seja, ou pela identificação dos alvos da crítica camoniana com estes irmãos Câmara, ou pela referência genérica a outras personalidades influentes que não estes colaboradores próximos. De qualquer modo, Fernando Augusto da Silva termina o seu estudo com uma observação

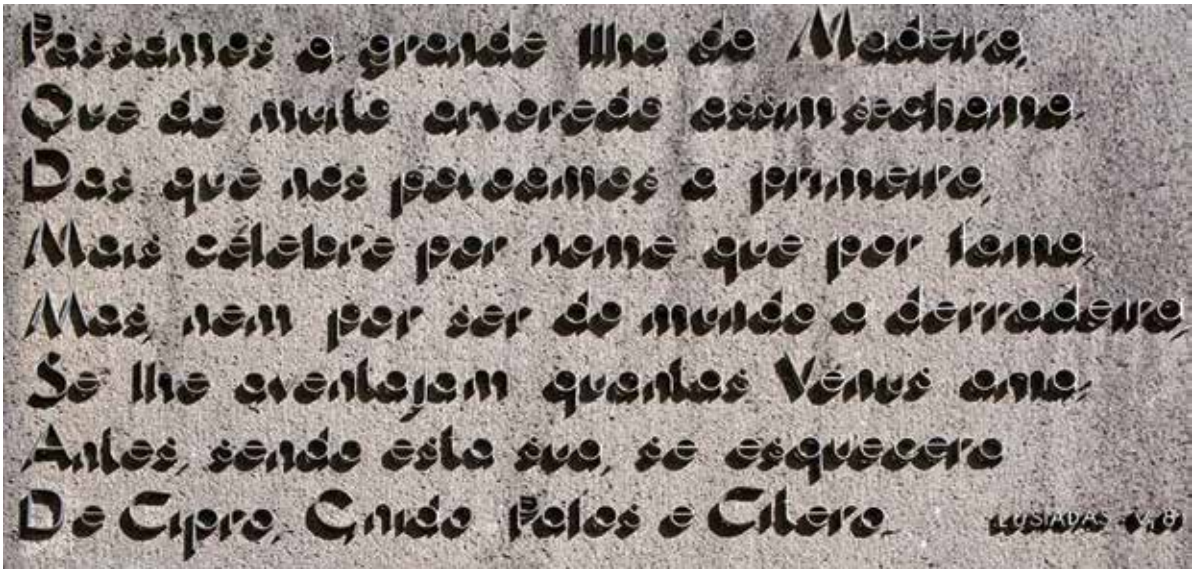


Fig. 2 – Estrofe de *Os Lusíadas* sobre a Madeira, Prq. de Santa Catarina, Funchal (arquivo particular, 2016).

pertinente que lhe permite fazer uma interrogação significativa que aqui expomos sumariamente. Se as invetivas cáusticas patentes nas referidas estâncias de *Os Lusíadas* tivessem claramente no tempo visado os referidos conselheiros madeirenses, teria o P.e Martim Gonçalves da Câmara, que haveria de falecer também numa casa da Companhia de Jesus, assumido a iniciativa, como é sabido, de restaurar e melhorar a sepultura de Camões, que encontrou em mau estado, e lhe colocar versos latinos laudatórios da pena do jesuíta Matos Cardoso? Não nos cabendo a nós aqui averiguar as intenções que subjazem aos supracitados versos de Camões, que se tornaram objeto de longa polémica, o que é importante registar é o lugar da Madeira e dos madeirenses na chamada Bíblia da nacionalidade que é a epopeia camoniana. Interessa conhecer e compreender essa referência ao que ao arquipélago madeirense diz respeito no quadro da chamada história das representações e das interpretações ideologicamente condicionadas.

Bibliog.: CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, vol. 17 das *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, coord. José Carlos Seabra Pereira e Martinho Soares, dir. José Eduardo Franco e Carlos Fiolhais, Lisboa, Círculo de Leitores, 2018; SILVA, Fernando Augusto, *Camões e a Madeira*, Funchal, ed. do Autor, 1934.

José Eduardo Franco

Camões Pequeno

↗ Nóbrega, Francisco Álvares de

Campos, João Francisco de Barbosa Azevedo de Sande Aires de

↗ Ameal, João (pseud.)

Campos, Sigfredo Ventura da Costa

Coronel, paraquedista, exportador e reativador dos mercados de vinho Madeira, nasceu a 5 de janeiro de 1930, em Lisboa.

Foi o primeiro militar a estudar, teorizar e publicar, em 1981, o chamado binómio homem/cão, assunto que vinha a ser desenvolvido desde a déc. de 1930 e que foi depois



Fig. 1 – Cor. Sigfredo Ventura da Costa Campos, Cancela, 1994 (arquivo particular).

a base de instalação dos módulos cinotécnicos das Forças Paraquedistas, da Polícia do Exército e da Unidade Especial da Polícia de Segurança Pública. Foi também o primeiro comandante do Centro de Instrução do Batalhão de Grupos Especiais Paraquedistas no Dondo, em Moçambique, que abriu, inclusivamente, à sociedade civil, e "Um dos Últimos Defensores do Império Português em África" (MARTINS, 2008, 2).

Sigfredo Ventura da Costa Campos finalizou a carreira militar como coronel, porém manteve-se ligado ao Exército até à sua morte, sendo presidente da mesa da assembleia da Associação de Grupos Especiais e Grupos Especiais Para-quedistas.

Depois de deixar a vida militar, Sigfredo Costa Campos tornou-se empresário e adquiriu diversas empresas degradadas financeiramente, conseguindo restaurá-las para depois as vender. É neste contexto que, em 1981, se torna proprietário da Vinhos Justinos Henriques, denominada posteriormente Justino's Madeira Wines, S.A.

Outrora conhecido pela elevada qualidade, o vinho Madeira viu a sua comercialização declinar após a Segunda Guerra Mundial, recuperando moderadamente na déc. de 70. No entanto, a imagem do vinho Madeira estava

geralmente denegrida, sendo considerado um vinho de baixa qualidade. A exportação do vinho Madeira a granel possibilitava a sua adulteração, já que era engarrafado no país de destino, reduzindo a qualidade da bebida e, por seguinte, prejudicando a sua reputação. Perspicaz, Sigfredo Costa Campos constata este e outros problemas do mercado vinícola madeirense e decide agir a fim de reverter esta situação. Encabeça um movimento, com o apoio de outros produtores, visando a proibição da venda de vinho Madeira a granel, o que alcançou em 2001. A partir desta data, o vinho Madeira tornou a ser conhecido pela sua qualidade e pelo seu sabor genuíno, conseguindo marcar um lugar de prestígio no mercado vinícola. No início do séc. XXI, nas palavras do coronel, o vinho Madeira "surpreende em degustações ao redor do mundo" (BURGOS e FARAH, 2007).

Quanto ao seu papel na Justino's Madeira Wines, S.A., Sigfredo Costa Campos tornou-se um dos maiores produtores de vinho Madeira graças à sua estratégia económica: investimento na promoção do vinho, abertura de novos mercados e expansão dos já existentes. Em 1993, associou-se ao maior grupo francês de distribuição de bebidas, o La Martiniquaise, aliança que propiciou a aposta na modernização do espaço e dos equipamentos, além da contratação de pessoal técnico qualificado, tendo sido das primeiras empresas, se não a primeira, a instalar-se e a operar no complexo industrial da Cancela. Deste modo, em 2007, a Justino's Madeira Wines, S.A. controlava quase 50 % da exportação de vinho Madeira da Ilha para países como a Alemanha, o Brasil, a França, a Hungria, a Inglaterra, o Japão, a República Checa, a Rússia, entre outros onde se degusta vinho da Justino's Madeira Wines, S.A. A qualidade deste vinho comprova-se pelas dezenas de prémios que tem vindo a receber desde 2005.

Sigfredo Ventura da Costa Campos faleceu aos 78 anos, a 11 de maio de 2008. Mais tarde, seria distinguido, pelo "seu trabalho em prol do desenvolvimento, da comunidade, da sociedade, da cultura, e da economia da Região Autónoma da Madeira" (CARDOSO, *DN*, 2 jul. 2008, 17), com o Cordão Autonómico de Bons Serviços, título póstumo com que foi agraciado na Cerimónia de Imposição Solene de Insígnias Honoríficas Madeirenses de 1 de julho de 2008, celebrada no âmbito das comemorações do Dia da Região Autónoma da Madeira e das Comunidades Madeirenses.



Fig. 2 – "Fine Madeira Wine Justino's Malmsey", rótulo da Justino Henriques Filhos Lda., c. 1960 (ABM, Arquivos Particulares, José de Sainz-Trueva).

Obras de Sigfredo Ventura da Costa Campos: *O Cão Militar* (1981).

Bibliog.: impressa: CAMPOS, Costa, *O Cão Militar*, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1981; CARDOSO, Francisco José, "Orgulho no passado, confiança no futuro", *Diário de Notícias*, 2 jul. 2008, p. 17; LIDDELL, Alexander, *Madeira. The Mid-Atlantic Wine*, London, Hurst & Company, 2014; RODRIGO, Morais, "CMG Maxfredo Ventura Costa Campos", *O Desembarque*, n.º 27, jun. 2017, pp. 10-17; TOLEDO, João, "Estatuto político-administrativo 'nem sempre foi respeitado'", *Diário Cidade*, 2 jul. 2008, p. 7; **digital:** BRUSTOLIN, Jackson, "Madeira Justino's perde Cel. Costa Campos", *QVinho*, 15 maio 2008: http://www.qvinho.com.br/variedades/noticias/madeira-justinos-perde-costa-campos/(acedido a 5 dez. 2018); BURGOS, Christian, e FARAH, Fábio, "O Madeira é melhor que o Porto", *Adega*, n.º 20, jun. 2007: https://revistaadega.uol.com.br/artigo/o-madeira-e-melhor-que-o-porto_7136.html (acedido a 5 dez. 2018); MARTINS, Luís Fânzeres, "Não partirá do coração de quem fica", *Portal URT*, 12 maio 2018: https://www.yumpu.com/pt/document/view/50090958/coronel-para-quedista-sigfredo-ventura-da-costa-campos-ultramar (acedido a 5 dez. 2018); "Prémios", *Justino's Madeira Wines*, 2018: http://www.justinosmadeira.com/pages.php?page_id=142 (acedido a 5 dez. 2018); "Sigfredo Ventura da Costa Campos", *Geneall*, s.d.: https://geneall.net/pt/nome/222361/sigfredo-ventura-da-costa-campos/ (acedido a 5 dez. 2018); "Somos os maiores produtores de vinho da Madeira", *Mundo Português*, 10 abr. 2007: https://www.mundoportugues.pt/49602/ (acedido a 5 dez. 2018).

ANDREIA CAROL DE CARVALHO

Canadá

A presença portuguesa no Canadá não é uma realidade do séc. XX, pois a História refere-nos uma longa tradição que vincula o Português, ilhéu ou não, a esse mundo ocidental desde a segunda metade do séc. XV. Aliás, Jaime Cortesão, com base em Bartolomeu de las Casas, afirma perentoriamente ter sido o madeirense Diogo de Teive, com Pedro de Velazco, quem descobriu a Terra Nova, em 1452, na sua segunda viagem, e que, no regresso, terão encontrado as ilhas das Flores e do Corvo. Por outro lado, Gaspar Frutuoso refere que, por volta de 1472, João Vaz Corte Real teria descoberto a Terra Nova dos Bacalhaus, numa viagem organizada em parceria com Álvaro Martins Homem.

O cartógrafo João Vaz Dourado, no séc. XVI, corrobora essa informação e chama "terra de João Vaz" a uma extensão da costa situada a norte e leste de Terra Nova. Por outro lado, o globo de Gemma Frisius, de 1537, refere, entre o continente Ártico e o Canadá, o estreito dos três irmãos, numa alusão aos irmãos Corte Reais.

Em 1487, mais um madeirense, João Afonso do Estreito, em parceria com Fernão Dulmo, está presente noutra tentativa de descoberta de terra firme a ocidente. Segue-se-lhes João Fernandes, lavrador da ilha Terceira. No mapa de Cantino, de 1502, e no de Jorge Reinel, de 1519, surge a Gronelândia como a Terra do Lavrador. Depois, foi a vez dos irmãos Gaspar e Miguel Corte Real, em 1499 e 1502, a quem são atribuídas três viagens, sendo a terceira fatídica para Gaspar Corte Real, que se perdeu; desta viagem restaria apenas como testemunho a Pedra de Dighton, em Massachussetts.

Para as historiografias inglesa e canadiana, o grande descobridor do Canadá foi John Cabot, entre 1497 e 1498, um Italiano ao serviço de Henrique VII de Inglaterra. De acordo com essa tradição, o barco *Mathew*, chefiado por John Cabot, aportou na Terra Nova a 24 de junho de 1497, dois dias após a sua partida de Bristol.

Os bancos do Bacalhau da Terra Nova continuaram a ser por muito tempo um domínio de intervenção direta dos pescadores portugueses. Traçado o percurso, o reconhecimento da costa americana prolongou-se por todo o séc. XVI, partilhado por Ingleses, Franceses e Castelhanos.



Fig. 1 – Reprodução da Pedra de Dighton, Miguel Corte-Real, 1511; oferta dos madeirenses de Rhode Island (EUA), 2008, *promenade* do Lido, Funchal (fotografia de José Lemos Silva, 2010).

Antes de 1953, altura em que se iniciou a emigração organizada de Portugueses para o Canadá, já esta região estava incluída nos destinos dos emigrantes. A rota do bacalhau ganhou alguma familiaridade nestas paragens e conduziu à presença permanente de alguns. Os primeiros Portugueses que se fixaram no Canadá surgem já no séc. XVII. São eles: Jean Rodrigues e Pierre da Sylva, de Lisboa, e Martin Pierre, de Braga. O primeiro açoriano de que há notícia, de apelido Miranda, surge em 1680. E o primeiro originário da Madeira é Walter Peter Leacock, que sai da Ilha em 1763 e organiza a sua vida e família naquele país.

Em 1846, surge pela primeira vez na Madeira uma perseguição oficial aos súbditos da Coroa britânica, pelas suas convicções religiosas. Em 1842, Robert Kalley tornou-se pregador da Igreja da Escócia, arrastando centenas de populares do Santo da Serra e de Machico. A reação da Igreja madeirense não se fez esperar e, em janeiro de 1843, o Cón. Carlos Teles de Menezes apresentava a posição da hierarquia religiosa madeirense, definindo o movimento como herético. Em setembro, o pastor foi proibido de exercer a medicina na Madeira, sendo preso a 9 de agosto de 1846 e expulso da Ilha,



Fig. 2 – *Férias no Monte*, óleo de Martha Telles, Canadá, 1960 (coleção do Centro de Arte Moderna, Fundação Calouste Gulbenkian).

e a sua residência na Qt. do Vale Formoso saqueada pelos populares.

Da perseguição movida aos seguidores do Dr. Kalley resultou a fuga de alguns para as Antilhas e, depois, para América do Norte. Esta situação ia ao encontro dos interesses britânicos, uma vez que a abolição da escravatura tornava imprescindível o recrutamento de mão de obra livre.

O primeiro madeirense certamente deste grupo terá sido Francis Silva (1841-1920), que surge em Halifax, em 1861, nos registos da Igreja Batista de Hantsport. Esta situação levou David Higgs a afirmar que Silva terá saído da Ilha entre 1848 e 1849, enquadrando-o no grupo de adeptos do Rev. Kalley, perseguidos pelo Estado e pela ira dos populares. Este é considerado um dos mais ilustres portugueses que aportaram ao Canadá no séc. XIX.

O facto de Francis Silva ter pintado sete murais e de este património ter sido acarinhado pela Nova Scotia Art Gallery, que, entre 25 de março e 10 de maio de 1982, organizou uma exposição com este espólio, manteve a sua memória e o mérito da sua obra para a posteridade. É uma arte de cariz *naïf* que faz, segundo David Higgs, inúmeras alusões à ilha da Madeira. O universo insular deste pintor é dominado pelo mar; o basalto e as colinas íngremes da Ilha também fazem parte das fixações pictóricas deste artista espoliado por força das suas crenças religiosas.

No período de 1872 a 1915, em que está organizado o registo de passaportes, há apenas três referências de saída de madeirenses para o Canadá. Em 1910, surge Augusto Alberto Decano de Bianchi, e em 1911 João Gonçalvez e Manuel Baeta, da Fajã da Ovelha.

A partir da déc. de 1950, ocorre uma nova vaga de emigração portuguesa para o Canadá, com o primeiro embarque a acontecer em 1953. Candidataram-se 123 madeirenses, mas apenas uma centena teve franqueadas as portas do navio grego *S.S. Hellas*, a 26 de maio desse ano. A 1 de junho, desembarcaram em Halifax, sendo depois conduzidos para Toronto, onde foram distribuídos pelo trabalho no campo, em Niagara Falls e na empresa R. F. Welsh, de Toronto. Nesta mesma década emigraram mais 285 madeirenses; nos anos 60, seriam 139 madeirenses, que chegariam aos 358 na década seguinte.

O Português venceu todas as resistências e conseguiu singrar na sociedade canadiana, através duma dupla orientação da sua cidadania. A capacidade de realização e de sacrifício fez desta comunidade uma referência rara no multiculturalismo que deu origem ao Canadá.

A 2 de junho de 1963, foi criado em Toronto o Canadian Madeira Centre. Passavam então 10 anos sobre a chegada do primeiro grupo de madeirenses a estas paragens. O ano de 1963 é importante para a comunidade madeirense

de Toronto, que cresce a olhos vistos e ganha algum fulgor económico. Para trás, haviam ficado os tempos de grande dificuldade; acalenta-se agora a busca das origens, através do espírito associativo que deu forma à materialização das festas populares. Para isso, adquiriu-se um vasto espaço, o Madeira Park, onde terão lugar as festas madeirenses, com especial destaque para a de Nossa Senhora do Monte.

A força e a capacidade de iniciativa da Casa da Madeira Community Centre ficarão bem demonstradas nas suas múltiplas iniciativas para reviver a terra de origem. Nesse Centro, existe uma sala cultural que é um verdadeiro recanto madeirense, onde tudo remete à Ilha.

A partir do processo autonómico, estabeleceram-se contactos com esta comunidade e promoveram-se múltiplas atividades. Em 1980, o bispo D. Francisco Santana, numa visita que fez aos Estados Unidos, passou por Toronto, e, na déc. de 90, muitos intelectuais e professores universitários participaram na Semana da Madeira nessa cidade.

Por outro lado, sabemos que, desde meados do séc. XIX, existiam relações comerciais com este país, sendo o Canadá um mercado de consumo do bordado madeirense. Esta procura manteve-se pelo menos até 1923, com dados visíveis nos registos de exportação. Alguns dados soltos referem o nome isolado de madeirenses rumo a este destino, por razões distintas da emigração. Em 1962, Maria Adília Clode foi para Montreal, onde constituiu família, enquanto António José Luís dos Reis fez o doutoramento na Univ. de Waterloo, no Canadá, e aí trabalhou entre 1974 e 1977. Também a pintora madeirense Marta Teles, ou Martha Telles, fez formação na Univ. do Quebeque e na de McGill, de Montreal, tendo grande parte da sua obra, com especial referência às suas raízes madeirenses, sido ali produzida.

Bibliog.: ALPALHÃO, João António, e ROSA, Vítor M. P. da, *A Minority in a Changing Society. The Portuguese Communities of Quebec*, Otawa, University of Ottawa Press, 1980; ANDERSON, G. M., e HIGGS, David, *A Future to Inherit. The Portuguese Communities of Canada*, Toronto, McClelland e Stewart, 1976; ANTUNES, Conceição, *O Associativismo em Toronto. Estudo de Quatro Associações Portuguesas*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, texto policopiado, 2000; BARROS, Fátima, *Índice dos Passaportes. 1872-1900, Série Índice dos Passaportes 1*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira, 2000; *Id.*, *Índice dos Passaportes. 1901-1915, Série Índice dos Passaportes 2*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira, 2005; HIGGS, David, "Francis Silver (1841-1920), ou seja, Francisco da Silva no contexto da migração portuguesa para o Canadá antes de 1940. Arte e uma odisseia atlântica", in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 401-413; *Id.*, *Portuguese Migration in Global Perspective*, Toronto, Multicultural History Society of Ontario, 1990; OLIVEIRA, Manuel Armando, e TEIXEIRA, Carlos, *Jovens Portugueses e Luso-Descendentes no Canadá. Trajectórias de Inserção em Espaços Multiculturais*, Oeiras, Celta Editora, 2004; TEIXEIRA, Carlos, "The portuguese in Toronto. A community on the move", *Portuguese Studies Review*, vol. 4, n.º 1, 1995, pp. 57-75; *Id.*, "Cultural resources and ethnic entrepreneurship. A case study of the portuguese real estate industry in Toronto", *Canadian Geographer*, n.º 42, 1998, pp. 267-281; *Id.*, *Portugueses em Toronto. Uma Comunidade em Mudança*, Angra do Heroísmo, Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1999; *Id.*, e LAVIGNE, Gilles, *Os Portugueses no Canadá. Uma Bibliografia. 1953-1996*, Lisboa, Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, 1998; TEIXEIRA, Carlos, e ROSA, Victor P. da (org.), *The Portuguese in Canada. From the Sea to the City*, Toronto, University of Toronto Press, 2000.

† Alberto Vieira

Cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar, *Saccharum officinarum* L., é uma gramínea (família *Poaceae*, tribo Andropogoneae) pertencente ao género *Saccharum L.*, que inclui cerca de 40 espécies. O nome *Saccharum* provém da palavra sânscrita "karkara" ou "carkara". A cana-de-açúcar é, na verdade, um agregado complexo de híbridos em que se reconhecem várias espécies e em que as cultivares atuais possuem origem híbrida, seja entre variedades de *S. officinarum*, seja com outras espécies do género. A *Saccharum officinarum* terá sido



Fig. 1 – Cana-de-açúcar (fotografia de Bernardes Franco, 2017).

domesticada provavelmente na Nova Guiné e inicialmente utilizada como alimento animal.

Trata-se de uma planta robusta cujos caules (colmos) podem atingir os 3 a 6 m de altura e diâmetros até 5 cm, possuindo folhas largas, por vezes com mais de 1 m de comprimento. De todas as plantas cultivadas pelo Homem, a cana-de-açúcar é a que apresenta maior produtividade em termos de quilocalorias por unidade de área. Além do seu uso como planta alimentar, foi também desde sempre utilizada como planta medicinal (uso refletido no restritivo específico "officinarum" e que também ocorre na Madeira).

A primeira utilização humana da cana terá sido pela ingestão dos sucos da parte interna do colmo, prática que se manteve posteriormente. Embora não existam dados concretos quanto à data inicial, é certo que terá sido no Sul da Ásia que o conteúdo líquido foi extraído pela primeira vez, recorrendo a uma prensa simples, e que este terá sido concentrado através de fervura. A primeira referência à palavra "açúcar" surge em textos em sânscrito que localizam a produção no Norte da Índia. A cultura teve uma expansão asiática até à China e, paralelamente, para o Mediterrâneo. Quando os Árabes levaram a cana-de-açúcar da Índia, através da Pérsia, para o Médio Oriente, a palavra tornou-se "sakkar" ou "sukkar". Mais tarde, quando os Gregos a introduziram na Ásia Menor, tornou-se "sakchar" ou "sakcharon". Os Romanos tomaram a palavra dos Gregos quando a escreveram como "saccharum". Assim, através da Pérsia, a cana-de-açúcar chegou ao Egito e daí passou para a Síria, a Sicília, Marrocos, Espanha e Bizâncio. Após os europeus tomarem conhecimento da cana-de-açúcar no período das Cruzadas, a cultura entrou rapidamente nos hábitos alimentares da aristocracia europeia, sendo de 995 a primeira informação relativa à entrada de açúcar no porto de Veneza. No entanto, as primeiras referências europeias à cana-de-açúcar são bastante mais antigas e resultam da expansão do império de Alexandre Magno.

O uso da cana-de-açúcar evoluiu de uma utilização direta para a extração do seu suco e, posteriormente, para a sua fermentação ou evaporação para a obtenção de açúcar (conhecida, pelo menos desde o séc. XIII, pelos Turcos Otomanos). Foram os Árabes os responsáveis pela expansão da cultura desta planta em todo o Mediterrâneo, incluindo a península Ibérica, pelo menos desde o séc. IX. O cultivo em Portugal, sobretudo no Sul, está bem documentado e parece ter abrangido áreas significativas no início do séc. XV.

A cultura da cana-de-açúcar chegou à Madeira em 1425, com origem em plantas vindas da Sicília, por ordem do próprio infante D. Henrique, embora alguns historiadores proponham uma origem ibérica a partir da região de Valência.

O início da cultura da cana-de-açúcar na Ilha foi marcado pela permanente intervenção da Coroa, do senhorio e do município nas fases de cultivo, transformação e comércio (a documentação oficial para o período de 1450 a 1550 é testemunho disso), facto que demonstra o interesse económico pela nova cultura. Uma vez que o açúcar da Região era de excelente qualidade, destinava-se preferencialmente às cortes, tanto à nacional como às europeias.

Na fase da moenda da cana, utilizaram-se inicialmente os meios técnicos conhecidos à época, mas a disponibilidade de recursos hídricos conduziu a aperfeiçoamentos, como a criação do primeiro engenho de água na Madeira, registado em 1452 por Diogo de Teive (escudeiro do infante D. Henrique, enviado por este à Madeira para edificar o primeiro engenho na Região). Esta cultura foi de particular relevância para o contexto socioeconómico da Ilha, particularmente evidente nos contornos da sua estrutura social (a escravatura), técnica (engenho de água) e mesmo urbana.

Do açúcar consumido globalmente, cerca de 80 % é produzido a partir de cana-de-açúcar, amplamente cultivada em países tropicais e subtropicais. Os restantes 20 % são produzidos a partir de beterraba sacarina, que é cultivada principalmente nas zonas temperadas do hemisfério norte.

Tendo a cana-de-açúcar encontrado na Madeira excelentes condições edafoclimáticas para a sua produção, a mesma prosperou até meados do séc. XVI, época em que na Região se

chegaram a produzir "300.000 arrobas de açúcar" (aproximadamente 4406,4 t) (SILVA e MENESES, 1998, 435). Todavia, em simultâneo, o açúcar do Brasil e das colónias espanholas começou a surgir em grande quantidade na Europa. Na déc. de 1530, agravou-se a crise da economia açucareira na Madeira, e os agricultores foram obrigados a abandonar os canaviais e a substituí-los por vinha, especialmente a partir de meados desse século. Esta explicação concorrencial para a redução do cultivo da cana-de-açúcar é a seguida pela maior parte dos historiadores madeirenses. No entanto, existem motivos de índole ecológica relacionados com o esgotamento ou, pelo menos, a forte redução da matéria-prima florestal fundamental como combustível para a evaporação da guarapa e produção de açúcar. Jason Moore descreve com detalhe as necessidades de lenha relativas às exportações de açúcar da Madeira nos sécs. XV e XVI, das quais terá resultado o abate de uma grande parte da floresta pristina da Região. Assim, no início do séc. XXI, parecia claro que a substituição do cultivo da cana-de-açúcar pelo da vinha se deveu antes de mais ao esgotamento da matéria-prima florestal e, simultaneamente, dos solos, resultante da exigente cultura da cana-de-açúcar. Esta relação é suportada diretamente, *e.g.*, pelo comentário de João de Barros: "conta que o Infante muito sentiu, e parece que como profecia viu esta necessidade que a Ilha tem de lenha; porque dizem que mandava que todos plantassem matas, pelo negócio dos açúcares, de que a Ilha logo deu mostra gastar tanta, que era certo vir a esta necessidade" (*Da Asia...*, 1778, 34). Diversos autores relatam o cultivo progressivo de distintos territórios resultantes dos Descobrimentos portugueses até à chegada ao Brasil, facto que também é narrado nos comentários de outros cronistas dos sécs. XV e XVI. O papel do cultivo da cana-de-açúcar na destruição do coberto vegetal é bem conhecido, tendo ocorrido na Madeira tal como em muitas outras áreas do mundo para onde a cultura se expandiu. De facto, alguns documentos do séc. XVI parecem demonstrar uma preocupação ecológica com o corte da floresta para combustível, quando, na verdade, uma melhor leitura demonstra antes uma preocupação em deixar as espécies que pudessem ser utilizadas na construção de engenhos ou em assegurar que a matéria-prima florestal fosse utilizada, exclusivamente, na produção de açúcar.

Com a entrada no arquipélago do oídio (a mangra, em regionalismo madeirense), que ataca fortemente a vinha, e tentando combater os riscos da monocultura, ocorre o ressurgimento da cana sacarina e esta ganha novo folgo, na déc. de 1820, como uma das alternativas viáveis para a diversificação da produção agrícola, surgindo, em consequência, novas áreas desta cultura. Mas foi apenas com o colapso quase total da vinha, em meados do séc. XIX (com o aparecimento da filoxera, que quase dizimou totalmente os vinhedos madeirenses da altura), que a cana-de-açúcar voltou a expandir-se. Inicialmente limitada aos terrenos baixos do Sul, foi, progressivamente, abrangendo até zonas não aconselhadas para a sua produção. Todavia, este período de novo fulgor da cultura terminou quando, entre 1882 e 1886, se deu, mais uma vez, a quase destruição dos canaviais, em consequência do aparecimento de uma nova doença, provocada pelo fungo *Coniothyrium melasporum*. Mas não foram apenas os canaviais madeirenses a ser afetados. De facto, desde 1880 que se verificava a expansão da doença e consequente redução da produção em todo o mundo.

Foi apenas depois de 1920 que a utilização de novas variedades, resultantes de hibridação com outras espécies do género *Saccharum* (a nobilização da cana), permitiu obter não só maior resistência a doenças como maior produção de sacarose. A introdução de novas variedades possibilitou a reconstrução dos canaviais, que, a partir de 1890, se expandiram novamente, alimentando a indústria açucareira e o fabrico de rum agrícola (que, entre os madeirenses, é normalmente conhecido como aguardente de cana) e álcool, para além da sua aptidão forrageira. Este desenvolvimento manteve-se até aos finais da déc. de 1930, quando a cultura chegou a ocupar uma área de cerca de 6500 ha, tendo posteriormente voltado a decair, estimando-se que, em 1952, ocupasse apenas uma superfície total de 1420 ha. Esta tendência de decréscimo



Fig. 2 – Corça com cana-de-açúcar, Lg. António Nobre, Funchal, bilhete-postal animado de c. 1900 (ABM, coleção da Direção Regional dos Assuntos Culturais).

manteve-se de forma acentuada durante toda a segunda metade do séc. xx.

Deste facto faz referência a Comissão de Planeamento da Região da Madeira, que, num relatório de 1971, indica mesmo que "a crise da cana sacarina resulta principalmente dos altos custos de produção da cultura quando comparados com os de outras regiões com condições ecológicas mais favoráveis. […] O álcool obtido a partir da cana é também caro e a sua comercialização só é possível à custa dum preço desfavorável ao consumidor […]. A única fábrica de açúcar e álcool existente está desatualizada e, dada a constante redução verificada na produção, está já a trabalhar abaixo do mínimo de laboração económica". Em nota de conclusão, a mesma Comissão infere que, "dos outros produtos resultantes do aproveitamento da cana, só as aguardentes e o mel e, eventualmente, os sumos não fermentados poderão ter alguma viabilidade económica" (COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DA MADEIRA, 1971, 40).

Através da análise da *Série Retrospetiva das Estatísticas da Agricultura e Pesca 1976-2014*, pode-se constatar que, em 1976, a área dedicada a esta produção era de 1290 ha, diminuindo, em 1981, para 800 ha. Até finais da déc. de 1980, verificou-se um abaixamento substancial da área de cultivo (em 1989, os estudos registam a existência de apenas 89 ha desta cultura em toda a Região), essencialmente relacionado com o encerramento de diversas unidades industriais de grande importância para o escoamento da produção, como a empresa Hinton e o engenho de Machico. Efetivamente, este facto levou a um colapso da cultura, por falta de vias de escoamento.

Para promover o cultivo da cana sacarina, o Governo regional, na déc. de 1990, passou a garantir um preço fixo aos produtores, tendo também implementado ajudas no âmbito das ações de apoio às produções locais estabelecidas no Programa de Opções Específicas para o Afastamento e Insularidade da Madeira e Açores, um projeto instituído pela União Europeia, através da decisão 91/315/CEE do Conselho, de 26 de junho de 1991, estimulando assim não só os agricultores, mas também

os engenhos ainda em laboração (engenhos da Calheta e do Porto da Cruz, Fábrica de Mel do Ribeiro Seco e, posteriormente, engenho novo da Madeira). Com a viragem do século, as áreas de cana-de-açúcar recuperaram ligeiramente e, em 2001, registou-se já a existência de cerca de 103 ha desta cultura. Esta tendência incremental manteve-se até ao final da série (2014), com o registo de uma área total de cana-de-açúcar na ordem dos 156 ha.

As flutuações anteriormente referidas ao nível das áreas produtivas de cana-de-açúcar tiveram reflexos na produção anual da cultura. Assim, em 1976, a produção foi de 28.408 t, diminuindo, em 1981, para 21.674 t, tendo-se registado o mínimo de 2871 t já em 2000. Com o estímulo ao incremento de novas áreas da cultura, na viragem para o séc. XXI, a cultura da cana registou, em 2014, uma produção de cerca de 7586 t.

Agronomicamente, a cana-de-açúcar encontra na Madeira as melhores condições de cultivo na costa sul até aos 300 m de altitude e na costa norte até aos 200 m, em zonas de boa exposição solar. Em 2009, contava com um total de 1114 explorações em cerca de 114,8 ha. A produção estava localizada preferencialmente nos concelhos da Ponta do Sol (freguesias da Ponta do Sol e Canhas), com cerca de 29 % da área regional de cana-de-açúcar e 33,19 ha; de Machico (Machico e Porto da Cruz), com cerca de 28 % da área e 31,69 ha; de Santana (Faial), com cerca de 14 % da área e 16,02 ha; e, finalmente, da Calheta (Arco da Calheta, Calheta e Estreito da Calheta), com cerca de 8 % da área e 9,09 ha, como referido no *Recenseamento Agrícola de 2009*.

A instalação do canavial é fundamental para o sucesso desta cultura, sobretudo a preparação do solo, especialmente porque as plantações de cana sacarina podem atingir, sem problemas de maior, um tempo de vida entre os 20 e os 25 anos. Na Região, a plantação na costa sul deve ser realizada de finais de fevereiro até maio; a norte, a mesma deve ser mais serôdia, decorrendo de abril a junho, através de estacas que devem ser divididas em propágulos de três a quatro olhos (numa densidade de cerca de 700



Fig. 3 – Corça com cana-de-açúcar no fontanário do Torreão, c. 1890 (arquivo particular).

kg/ha), dispostos no fundo de manta, com ligeira sobreposição.

As variedades usadas na Região tiveram uma elevada variação ao longo dos tempos. Com a chegada do fungo *Coniothyrium melasporum*, promoveu-se a introdução de novas variedades, mais resistentes à doença, para a reconstituição dos canaviais. É o caso da "bambu" (que podia chegar em boas condições de produção até zonas mais altas) e da "yuba" (com grande resistência à secura). Mais tarde, na déc. de 1930, devido a alguns problemas ocorridos com as anteriores, são introduzidas novas variedades, de Java, da Austrália e da Luisiana. No começo do séc. XIX, após estudos efetuados para dar resposta às exigências das unidades industriais, a produção de cana-de-açúcar assentou nas variedades "POJ-2725" e "NCO-310", as que melhor garantiam uma maior resistência ao vírus do rajado ou do mosaico da folha e as que tinham maior densidade/maior teor em sacarose (usualmente refletido pelo grau Brix previsível).

O primeiro engenho para espremer cana doce que existiu na Madeira foi construído em 1452, mas o número de engenhos que laboraram na Ilha nunca foi consensual. No estimo de 1494, são referenciados apenas 14 engenhos, quando noutro documento, de 1493, se dá conta da existência de 80 mestres de açúcar. Edmund von Lippermann refere existirem no Funchal 150 engenhos no início do séc. XVI, todavia, este valor parece pouco razoável para a extensão arável da Ilha e a produção dos canaviais. Em finais do séc. XVI, Gaspar Frutuoso faz referência a várias dezenas de engenhos, número que contrasta com o referido por Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses para o ano de 1826, mencionando existir um único engenho em toda a Ilha. Os mesmos autores referem que, em 1851, havia quatro fábricas na



Fig. 4 – Transportes de cana-de-açúcar junto da Fábrica Hinton, c. 1910 (arquivo particular).

Madeira e, em 1856, em toda a Região, existiam 28, todas para destilação de aguardente. No início da déc. de 1860, existiam 29, das quais cinco se destinavam à produção de açúcar. Já na viragem para o séc. XX, o número de engenhos era de 49, dos quais três manipulavam o açúcar: os de W. Hinton, Silva Manique e José de Faria & Ca. Finalmente, à data da publicação do *Elucidário Madeirense*, existiam 51 engenhos, distribuídos pelos concelhos de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente. Destes, enquanto vigorou o regime sacarino estabelecido pela lei de 24 de novembro de 1904 e o decreto de 11 de março de 1911, 49 só destilavam aguardente a 26 º Cartier (destinada toda ao consumo público da Madeira), estando apenas dois autorizados ao fabrico do açúcar e do álcool a 40 º para o tratamento dos vinhos.

No começo do séc. XXI, pela informação disponibilizada pelo Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato da Madeira, são agentes económicos de rum da Madeira as empresas Abel Fernandes, Lda., Engenho Novo da Madeira, Lda., Florentino Izildo de Gouveia Ferreira, J. Faria & Filhos, Lda. e Sociedade dos Engenhos da Calheta, Lda., que se localizam no Porto da Cruz (Machico), no Estreito da Calheta (Calheta), em Santa Cruz, no Funchal e na Calheta, respetivamente.

A cana-de-açúcar, depois de colhida, é triturada e esmagada para se extrair o sumo de cana, conhecido por guarapa ou garapa. Este líquido é depois sujeito a uma tripla filtração e a uma cozedura, para evaporação da água e produção do xarope. A fase final consiste na concentração da matéria, em caldeira de vácuo, até à obtenção dum produto estável, livre de cristalização e altamente nutritivo, que desde sempre foi utilizado pelos madeirenses, quer como suplemento alimentar, quer, principalmente, como ingrediente fundamental na



Fig. 5 – Broas de mel de cana da Fábrica S.to António, Funchal, 2018.

confeção de vários produtos da doçaria tradicional, entre os quais se destacam o bolo de mel de cana e as broas de mel de cana, produtos nos quais é utilizado como matéria-prima principal, seguindo os modos tradicionais de produção que integram e distinguem o património industrial e gastronómico regional.

Contudo, a Região assistiu a situações de adulteração dos produtos tradicionais, com a colocação no mercado de bolos e broas comercializados com a indicação de bolos e broas de mel, quando, na verdade, são produzidos com melaços provenientes de fora da Madeira. Para ultrapassar estas situações de concorrência desleal e promover a preservação da qualidade e genuinidade destes produtos, foram criadas as marcas de certificação "Mel-de-cana da Madeira", "Bolo de mel-de-cana da Madeira" e "Broas de mel-de-cana da Madeira" e os respetivos selos de autenticação, através do dec.-lei. regional n.º 20/2006/M, de 12 de junho.

Por sua vez, o rum da Madeira é uma bebida espirituosa produzida exclusivamente por fermentação alcoólica e destilação do sumo de cana-de-açúcar regional e que apresenta as características aromáticas específicas do rum. Possui um teor de substâncias voláteis igual ou superior a 225 g/hl de álcool a 100 % vol., cumprindo o estabelecido no regulamento n.º 110/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro, que fixa as regras aplicáveis à definição, designação, apresentação e rotulagem das bebidas espirituosas, bem como as relativas à proteção das indicações geográficas de algumas destas bebidas. O rum da Madeira também se encontra reconhecido como indicação geográfica através do mesmo diploma. Para além de ter uma elevada procura para consumo direto como aguardente nova ou como aguardente

envelhecida, este rum é o ingrediente fundamental na produção da poncha da Madeira, que é o licor típico da Ilha.

A evolução da produção de mel de cana verificada entre 2004 e 2014, considerando a quantidade de mel de cana expressa em litros (com uma densidade de cerca de 1,4 kg/l), denota algumas oscilações, mantendo-se, porém, sempre acima dos 100.000 l, apesar de, em 2005, ter ocorrido uma elevada quebra (78.000 l); o máximo foi atingido em 2008, com 160.000 l. Segundo os dados da *Série Retrospetiva das Estatísticas da Agricultura e Pesca 1976-2014*, em 2014, a produção de mel de cana foi de 118.000 l.

A produção de rum em litros (rum agrícola a 100 %) rondou, em 2010, os 132.000 l e, a partir dessa data, apresentou uma evolução francamente positiva, tendo ultrapassado os 220.000 l em 2014.

Bibliog.: BAKKER, H., *Sugar Cane Cultivation and Management*, New York, Springer, 1999; COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DA MADEIRA, *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento, Relatório do Grupo de Trabalho da Lavoura*, Funchal, Comissão de Planeamento da Região da Madeira, 1971; *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1778; DIREÇÃO REGIONAL DE ESTATÍSTICA, *Recenseamento Agrícola de 2009*, Funchal, Direção Regional de Estatística, 2011; *Id., Série Retrospetiva das Estatísticas da Agricultura e Pesca. 1976-2014*, Funchal, Direção Regional de Estatística, 2015; FERRÃO, José E. Mendes, *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992; FLANDRIN, Jean-Louis, e MONTANARI, Massimo, *História da Alimentação*, vol. 1, Lisboa, Terramar, 1996; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; KIPLE, Kenneth, e ORNELAS, Kriemhild, *The Cambridge World History of Food*, vol. I, Cambridge, Cambridge University Press, 2000; LEÇA, Joaquim, *Agricultando*, Funchal, ed. do Autor, 2011; MOORE, Jason, "Madeira, sugar, and the conquest of nature in the 'first' sixteenth century. Part I: from 'island of timber' to sugar revolution, 1420-1506", *Review*, vol. 32, n.º 4, 2009, pp. 345-390; *Id.*, "Madeira, sugar, & the conquest of nature in the 'first' sixteenth century. Part II: from regional crisis to commodity frontier, 1506-1530", *Review*, vol. 33, n.º 1, 2010, pp. 1-24; PRANCE, Ghillean, e NESBITT, Mark (eds.), *The Cultural History of Plants*, New York/London, Routledge, 2005; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; VIEIRA, Alberto, "O açúcar na Madeira. Produção e comércio nos séculos XV e XVI", in *Actas del II Seminário Internacional Produccion y Comercio del Azucar de Caña en Epoca Preindustrial*, Motril, Diputación Provincial de Granada, 1991; *Id.*, e CLODE, Francisco, *A Rota do Açúcar na Madeira*, Funchal, CEHA, 1996.

Cláudia Dias Ferreira

Canárias

A presença portuguesa nas Canárias aconteceu preferencialmente através da Madeira, pelo facto de ter sido o primeiro espaço de ocupação portuguesa, assim como um dos principais eixos do movimento de expansão de pessoas, produtos e técnicas no Atlântico. Os Portugueses assumiram aí um lugar de relevo, situando-se entre os principais obreiros da valorização económica das ilhas, como agricultores, pescadores, pedreiros, sapateiros, mareantes e

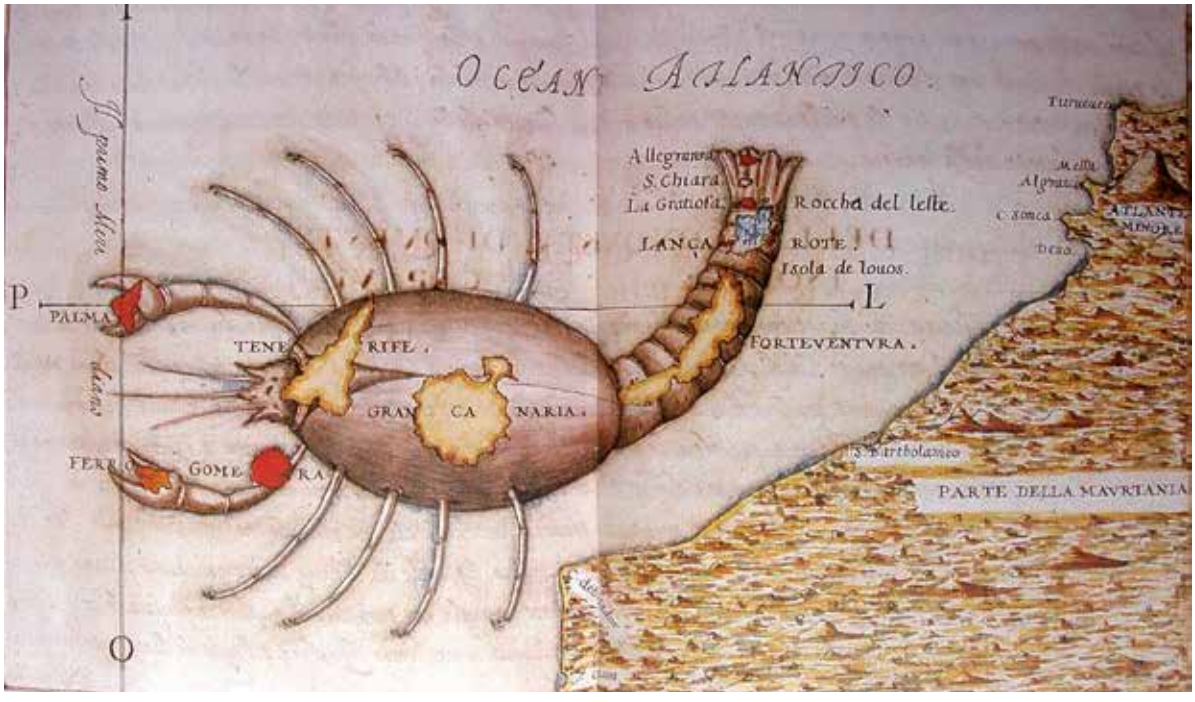


Fig. 1 – *Canárias sob o Trópico de Câncer*, Leonardo Turriano, 1582 a 1592 (BGUC, ms. 314).

artesãos. Porque se integraram, desde o início, de forma pacífica, deixaram marcas indeléveis da portugalidade na sociedade das Canárias.

A verdadeira descoberta das ilhas foi obra de Ingleses, Alemães e Franceses. Na segunda metade do séc. XVIII, a Madeira e as Canárias assumiram um novo papel para os europeus. O turismo desenvolveu-se em ambos os arquipélagos a par da busca de soluções para a cura da tísica pulmonar e dos estudos e trabalhos de recolha das espécies vivas indígenas do quadro natural, de acordo com as exigências da ciência e das instituições europeias. Esta proximidade da Madeira com as Canárias manteve-se no tempo. Ao impacto da presença portuguesa deveremos juntar as ligações que se sedimentaram por força das rotas de navegação marítima e aérea. Acresce que a entrada na Comunidade Económica Europeia – nomeadamente com o enquadramento no grupo das chamadas regiões ultraperiféricas – favoreceu este relacionamento, nomeadamente através de intercâmbio científico e institucional.

A História revelou que a complementaridade destes espaços insulares não é eterna e que depende quase sempre de razões conjunturais. A partir do séc. XIX, os caminhos dos dois arquipélagos deixaram de se cruzar e a complementaridade deixou de estar presente, dando lugar à concorrência entre os dois espaços pelo controlo da navegação no espaço atlântico e pelo turismo europeu. Esta parece ter sido uma luta inglória para os madeirenses. As Canárias ganharam-na porque souberam construir portos oceânicos e criar condições fiscais para atrair a navegação marítima, através da criação do porto e da zona franca, avançando, também, de forma rápida, com a aposta na navegação aérea como incentivo ao crescimento do mercado turístico.

No decurso do séc. XX, houve vários intercâmbios culturais, nomeadamente com a ilha de Tenerife, com a presença da Filarmónica Artística Madeirense (1909), da Banda dos Artistas Funchalenses (1913), do grupo musical de Passos Freitas (1914 e 1922), do Trio Madeirense (1931) e do Orfeão Madeirense (1966 e 1971). No sentido contrário, em 1888



Fig. 2 – Visita à Madeira de Jerónimo Saavedra, presidente do Governo Autónomo de Canárias, 1982 (coleção de Universo de Memórias de João Carlos Abreu).

deslocou-se ao Funchal uma companhia de teatro e, em 1955, um grupo folclórico participou na Festa das Vindimas. A partir da déc. de 60, as Canárias adquiriram um papel de destaque como estância de veraneio e destino preferencial da viagem final dos setimanistas madeirenses. Inversamente, a descoberta da Madeira como destino turístico para as populações do arquipélago vizinho ganhou importância na déc. de 90. A par disso, estreitaram-se contactos em termos políticos e empresariais, através de várias cimeiras; procurou-se estabelecer roteiros comuns para um turismo insular; abriram-se caminhos para um intercâmbio cultural e científico; e pretendeu-se estabelecer uma rota de intercâmbio comercial entre os dois arquipélagos. Mas quase todas estas propostas foram adiadas ou ficaram por cumprir, por força dos condicionamentos políticos e comunitários.

O mundo insular atlântico, que se afirmou com os diversos arquipélagos, é uma realidade a partir do séc. XV e resulta da partilha feita pelos reinos peninsulares, legitimada nos tratados estabelecidos para o controlo do espaço oceânico. A conjuntura política subjacente ao momento inicial de ocupação do espaço atlântico e as formas de relacionamento entre as coroas peninsulares foram importantes na forma como se estabeleceram e persistiram as conexões

canário-madeirenses. No séc. XV, a vinculação da Madeira a Lanzarote filia-se na célebre disputa entre as coroas peninsulares pela posse das Canárias. Já em finais do século seguinte, a reafirmação e o alargamento dos contactos a todo o arquipélago canário foram resultado da ocupação da ilha da Madeira, em 1582, por D. Agustin Herrera, ato que materializou a união das coroas peninsulares e estreitou ainda mais os laços entre as comunidades das ilhas da Madeira e de Lanzarote. Estabeleceram-se vínculos familiares entre famílias madeirenses e alguns dos soldados das forças que o acompanharam, que acabaram por se casar na Ilha.

Dois momentos pautaram a forma de relacionamento dos arquipélagos. O primeiro permitiu a afirmação madeirense em Lanzarote, enquanto o segundo, para além do reforço das ligações canário-madeirenses, condicionou a presença canária no Funchal, que nunca foi muito significativa. Se à componente política se deverá conceder o mérito de abertura e incentivo das ligações humanas, ao fator económico atribuir-se-á a missão de reforçar e sedimentar este relacionamento. Este intercâmbio só alcançou a plenitude nos sécs. XVI e XVII, incidindo preferencialmente no comércio de cereais dos mercados de Tenerife, Fuerteventura e Lanzarote, dado que a Madeira tinha nestas ilhas o seu principal *granero* de cereais. Nas centúrias seguintes, o movimento continuou, mas sem a mesma pujança e dimensão deste primeiro momento. Pouco a pouco, cada um dos arquipélagos foi definindo rumos diversos que, em vez de propiciarem a complementaridade, conduziram ao confronto e à concorrência de produtos e serviços.

O papel da Madeira neste sistema de inter-relações e a importância da comunidade madeirense neste arquipélago são destacados por todos os autores que se têm dedicado ao tema, sendo que os inúmeros estudos realizados nos últimos anos vão no sentido desta valoração. É certo que estamos perante uma presença variada de portugueses de todas as regiões do país, mas esta familiaridade canário-madeirense foi dominante no quadro dos relacionamentos, desempenhando a Ilha um papel chave.

Como referenciado acima, a intervenção madeirense na empresa canária conduziu a uma maior aproximação entre os dois arquipélagos, ao mesmo tempo que influenciou o traçado de



Fig. 3 – Vista do porto de Arrecife, Lanzarote, Leonardo Turriano, 1582 a 1592 (BGUC, ms. 314).

vias de contacto e comércio entre eles. Pela Madeira houve, primeiro, o saque fácil de mão de obra escrava para a safra do açúcar e, depois, o recurso ao cereal e à carne, necessários à dieta alimentar do madeirense. Por seu turno, as Canárias foram refúgio para alguns dos primeiros conquistadores. Em 1476, com a conquista levada a cabo por Diego de Herrera, muitos colonos europeus saíram de Lanzarote para a Madeira ou Castela. Tenha-se em conta que, para muitos madeirenses, as Canárias foram também, desde o início, um espaço de fuga. Aconteceu assim, no séc. XVI, com muitos judeus, mas também com outros contextos, como foi o caso de António Gonçalves da Câmara, da Ribeira Brava, que, homiziado, se refugiou neste arquipélago. Mais tarde, nos sécs. XVIII e XX, esta proximidade foi aproveitada, de novo, como trampolim para a fuga de maçons perseguidos pela Inquisição ou de prisioneiros de causas políticas, como aconteceu, em 1919, com um grupo de monárquicos da Revolta do Monsanto, presos no Lazareto de Gonçalo Aires, que, com ajuda de pescadores, da empresa João de Freitas Martins e da Agência Blandy, se refugiaram em Tenerife.

A corrente migratória das Canárias para a Madeira, resultante do descontentamento gerado pelo processo de conquista e ocupação do arquipélago, havia começado já em meados do séc. XV, sendo arauto Maciot de Bettencourt, que, amargurado com a evolução do processo e em litígio com os interesses da burguesia de Sevilha, cedeu, em 1448, o direito de senhorio de Lanzarote ao infante D. Henrique, mediante avultada soma em dinheiro, fazendas e regalias na Madeira. O sobrinho do conquistador de Lanzarote preferiu o sossego da vila do Funchal ao governo da sua ilha. Foi o primeiro passo de ramificação atlântica desta família normanda. Maciott de Bettencourt foi para o desterro acompanhado da sua filha Maria e dos seus sobrinhos Henrique e Gaspar; todos conseguiram uma posição de prestígio e avultadas fazendas, mercê do relacionamento matrimonial com as principais famílias da Madeira. Maria de Bettencourt, *e.g.*, casou-se com Rui Gonçalves da Câmara, filho



Fig. 4 – Casas de salão canárias, c. 1900, Centro de Dia de Antiqua, Fuerteventura, ilhas Canárias (fotografia do projeto CHRONOS/Univ. da Madeira, 2005).

segundo do capitão-donatário do Funchal. Iniciava-se, assim, uma nova vida para esta família de origem normanda que, das Canárias, passou à Madeira e aos Açores, relacionando-se aí com a principal nobreza da terra, o que lhe valeu uma posição destacada na sociedade madeirense e micaelense do séc. XVI. Os filhos de Maciot de Bettencourt, Henrique e João, evidenciaram-se, na época, pelos serviços prestados à Coroa, tendo recebido, em troca, muitos benefícios. Henrique de Bettencourt preferiu o sossego das terras da Band'Além, na Ribeira Brava, onde vivia em riquíssimos aposentos; instituiu um morgadio e teve uma ativa intervenção na vida municipal e nas campanhas africanas. Os seus descendentes destacaram-se na vida local e em diversas campanhas militares em África, na Índia e no Brasil.

Se a primeira vaga migratória traçou o rumo e o destino madeirenses, a expedição pacificadora de D. Agustin Herrera, conde de Lanzarote, em 1582, sedimentou e estreitou os contactos entre a Madeira e as Canárias, de forma especial com a ilha de Lanzarote. O próprio conde de Lanzarote, na sua curta estadia na Ilha, foi um dos arautos deste relacionamento, pois ligou-se aos Acciaioli, importante casa de mercadores e terratenentes florentinos, fixada na Ilha desde 1515. As hostes seguiram-lhe o exemplo, tendo muitos dos 300 homens do presídio criado família na Ilha. No período de 1580 a 1600, os espanhóis surgem em primeiro lugar na imigração madeirense. O fim da união peninsular e



Fig. 5 – *Plano de Santa Cruz de Tenerife*, Leonardo Turriano, 1582 a 1592 (BGUC, ms. 314).

o descerco, em 1640, trouxeram consigo consequências funestas para tal relacionamento, com os madeirenses residentes em Lanzarote a serem alvo de represálias, sendo de referir o confisco dos bens do filho varão de Simão Acciaioli, que se casara com a filha do conde de Lanzarote.

Desde muito cedo que está documentada a presença lusíada nas ilhas Canárias, em La Palma, Lanzarote, Tenerife e Grã-Canária, tendo a Madeira como um dos principais eixos do movimento. Os Portugueses assumiram um lugar de relevo, situando-se entre os principais obreiros da valorização económica das ilhas. A tradição bélica e aventureira de alguns madeirenses levou-os a participar ativamente nas campanhas de conquista de Tenerife, recebendo por isso, como recompensa, inúmeras ofertas de terra. Daí resultou a forte presença lusíada nesta ilha, onde, em localidades como Icode e Daute, surgem como o grupo maioritário. Aliás, Granadilla foi fundada por Gonzalo Gonzalez Zarco, filho de João Gonçalves Zarco, capitão-donatário do Funchal.

A prova mais evidente da importância da comunidade lusíada na ilha está documentada nos Acuerdos del Cabildo de Tenerife, existentes desde 1497, onde são constantes as referências a portugueses com lugar de destaque na sociedade, sendo sempre referenciados em segundo lugar. O mesmo se poderá dizer sobre a ilha de La Palma, onde os Portugueses marcaram uma presença muito forte, tendo a testemunhá-lo a existência de alguns registos paroquiais feitos em português. De acordo com uma relação de 1626, a maioria destes portugueses, não constando da relação as ilhas de Fuerteventura, La Gomera e El Hierro, residia na ilha de Tenerife e era maioritariamente da ilha de São Miguel, nos Açores. São insistentes as informações que testemunham uma incidência distinta deste grupo de insulares, donde se destaca uma maior incidência de madeirenses para as ilhas de Lanzarote e Grã-Canária.

São múltiplos os testemunhos que atestam a importância da comunidade portuguesa nas diversas ilhas. O próprio Gaspar Frutuoso, que escreveu em finais do séc. XVI, chama a atenção para este facto, destacando a importância desta comunidade em Icod de Los Vinos em Tenerife, bem como em Garafia, Santa Cruz, Tazacorte, San Andrés e Los Sauces, na ilha de La Palma. Esta ilha foi uma das que receberam maior

número de judeus fugidos às perseguições da Inquisição portuguesa. Este aspeto particular da presença da comunidade judaica portuguesa em todas as ilhas das Canárias é, aliás, um dos aspetos mais salientados pela Inquisição das Canárias, que destaca a importância desta comunidade. A Madeira funcionou, assim, como um trampolim para a fuga dos judeus portugueses que chegaram às vizinhas Canárias, bem como a outros espaços no Atlântico, como o Brasil.

As mudanças operadas na conjuntura política a partir dos acontecimentos de 1640 condicionaram a presença do madeirense, que, até então, usufruía de um estatuto preferencial na sociedade e economia lanzarotenhas, *e.g.*, fazendo-o desaparecer paulatinamente do seu palco de ação. Não sabemos se isto tem algum significado, mas o certo é que, depois disso, os poucos madeirenses rastreáveis na documentação procuram ignorar ou apagar a sua origem, surgindo apenas como vizinhos, sem outra referência. A situação coincide com o fim das trocas comerciais incidindo sobre os cereais das Canárias, pois, a partir de 1641, deixaram de aparecer no Funchal, tendo sido substituídos pelos açorianos ou pelos provenientes dos novos mercados, como a Berbéria e a América do Norte. Não é evidente se esta ausência do cereal das Canárias terá sido resultado da crise da cultura cerealífera canária ou fruto da ambiência de mútua represália peninsular.

Os conflitos entre Portugal e Espanha prolongaram-se por algum tempo, mas com a assinatura das pazes, em Madrid, em 1668, estava aberta a via para o restabelecimento dos contactos inter-arquipélagos. Entretanto, Portugal havia já firmado alguns compromissos com alguns aliados, nomeadamente com a Inglaterra, em 1661, que estabeleciam uma forma diferente de controlo e domínio do espaço atlântico, consolidando, assim, a hegemonia crescente dos Ingleses. A partir do momento em que se abrem os portos dos arquipélagos a uma troca mútua isenta de entraves e embargos, estão criadas as condições para a mobilidade de gentes e produtos entre os arquipélagos. A História documenta esta continuidade, mas não mais com a mesma pujança de momentos anteriores.



Fig. 6 – Planta da ilha de La Palma, Próspero Casola, 1636 (New York Public Library/MMCanárias).

A Madeira desfrutava de condições de prosperidade com uma situação preferencial de exportação do seu vinho para o mercado colonial britânico, e os madeirenses já não viam as Canárias como terra de promissão, pois que as portas do mercado do outro lado do Atlântico estavam abertas, sem necessidade de recurso às ilhas das Canárias. Mesmo assim, o movimento foi retomado nos dois sentidos. Assim, pode-se assinalar, para o séc. XVIII, os casos de Manuel Alvarez Pereira, importante mercador de Lanzarote, empenhado na troca de cereais por barrilha, assim como de Alvarez Rixo, entre 1812 e 1814.

A presença e influência portuguesa nas Canárias registou-se a vários níveis da sociedade e economia deste arquipélago. O movimento permanente de gentes portuguesas trouxe associado formas de falar, usos e costumes, mas também técnicas e produtos de que as mesmas acabaram por ser as promotoras, porque

surgem também na qualidade de agricultores e operários especializados dedicados às diversas tarefas de transformação dos produtos. É evidente a associação dos madeirenses à divulgação das culturas do pastel, da vinha e da cana-de-açúcar. O leque de atividades em que os Portugueses se empenharam é variado, indo desde o comércio às atividades produtivas ligadas ao sector agrícola e aos diversos ofícios.

A cana-de-açúcar, pelo alto valor económico no mercado europeu-mediterrânico, foi um dos primeiros e principais produtos que a Europa legou e definiu para as novas áreas de ocupação no Atlântico. O percurso iniciou-se na Madeira, alargando-se depois às restantes ilhas e ao continente americano. Na primeira experiência além-Europa, a cana sacarina evidenciou possibilidades de desenvolvimento fora do *habitat* mediterrânico. Tal evidência catalisou os interesses do capital nacional e estrangeiro, que apostou no crescimento da cultura e do comércio. Em 1483, quando o Gov. D. Pedro de Vera quis tornar produtiva a terra conquistada nas Canárias, a Madeira disponibilizou as socas de cana para que aí surgissem os canaviais e o primeiro engenho, em 1484. Todavia, o mais significativo foi a forte presença portuguesa no processo de conquista e adequação do novo espaço das Canárias à economia de mercado. Os portugueses, em especial os madeirenses, surgem com frequência nas ilhas, ligando-se ao processo de arroteamento das terras, como colonos que recebem ofertas de terras na condição de trabalhadores especializados à soldada, ou de operários especializados que constroem os engenhos e os colocam em movimento. Alguns são trabalhadores sazonais que procuram estas ilhas em épocas de maior atividade agrícola. Em 1624, Miguel Rodrigues, do Estreito da Calheta, faleceu num naufrágio quando regressava duma dessas viagens a Lanzarote.

No caso de La Palma, refere-se um Leonel Rodrigues, mestre de engenho que ganhou o estatuto em 12 anos de trabalho na Madeira. Na lista dos madeirenses referenciados no tribunal da Inquisição de Las Palmas, temos outros relacionados com o cultivo e safra açucareira. É de referir, também, idêntico papel para as ilhas Canárias na projeção da cultura às colónias castelhanas do novo mundo.

As Canárias são apontadas como uma das áreas concorrentes da Madeira, sendo o facto mais significativo o de terem sido os próprios madeirenses a promovê-la, estando a afirmação inegavelmente ligada à sua presença. Os incentivos à produção de canaviais nas ilhas de Grã-Canária e de Tenerife permitiram que muitos madeirenses abandonassem a Madeira e nelas se fixassem. Foi no momento de crise do açúcar na Madeira que mais se notou aí a presença de madeirenses, o que prova a emigração orientada dos técnicos ligados à cultura. As socas de cana chegaram às ilhas de Grã-Canária, Tenerife, La Palma e La Gomera, não alcançando as ilhas de Lanzarote, Fuerteventura e El Hierro, devido à sua esterilidade e, fundamentalmente, à falta de água.

Em Tenerife, a presença, nos livros de ofertas de terras, de um grupo significativo de portugueses, certamente maioritariamente da Ilha, tem a ver com esta situação. A crise da produção madeirense das primeiras décadas do séc. XVI refletiu-se no sistema de propriedade, tendo permitido um reforço dos grandes fazendeiros em detrimento dos demais que abandonam as terras, certamente rumo às Canárias.

O incremento da cultura dos canaviais em solo madeirense obrigou a avanços tecnológicos significativos que, a partir das décadas finais do séc. XV, só poderiam ser concretizados mediante a disponibilidade de mais terras por proprietário de engenho, o que não seria possível na Madeira, onde não havia mais terras para distribuir. Assim, abria-se uma nova possibilidade nas Canárias, de tal modo que aqueles que montavam um engenho tinham direito a um número determinado de *fanegadas* de terra e a água, precisamente para rentabilizar o novo projeto tecnológico de fabrico de açúcar, que teve aqui a plena concretização.

Uma análise sumária da carga fiscal que onerava os agricultores madeirenses nos primeiros anos da ocupação evidencia o seu peso excessivo sobre produtos agrícolas, como sucedeu com o açúcar; os direitos senhoriais oneravam o açúcar em cerca de 25 %, sendo que nas Canárias não ultrapassavam, no início, os 5,5 %. Na

Grã-Canária, os impostos resumiam-se a 2,5 % do *diezmo*, mais 3 % *ad valorem* na alfândega, que foi subindo até se situar em 6 % em 1528. Nas ilhas de La Palma e Tenerife, manteve-se o regime de isenção fiscal aduaneira até 1522. Esta constatação do peso dos encargos sobre a mesma cultura e o mesmo produto no arquipélago vizinho deverá ter influenciado o forte surto da emigração madeirense rumo ao novo espaço, onde os encargos fiscais eram menores e maiores as possibilidades de lucro da exploração, contribuindo para uma forte presença madeirense nestas ilhas, ligada à atividade agrícola.

A desigual situação dos encargos fiscais e, subsequentemente, dos lucros da exploração agrícola refletiu-se, de igual modo, na evolução do sistema de exploração económico da cultura, colocando a Madeira numa posição desigual face à concorrência de mercado. Começou aqui o processo de concorrência económica entre os dois arquipélagos, que irá marcar, de forma clara, a sua vivência a partir de meados do séc. XIX. Não há dados documentais que corroborem a ida de cepas madeirenses para as Canárias, mas é muito natural que assim tenha acontecido. Os testemunhos da linguística e etnografia atestam diversas similitudes em algumas designações e técnicas, que deverão estar ligadas a esta influência de colonos madeirenses. Atente-se que, em finais do séc. XVIII, foi relevante o aporte madeirense ao processo de vinificação em Tenerife. Francisco Chacon, cônsul no Funchal, remeteu, a 20 de outubro de 1786, um relatório discriminado sobre o processo de vinificação do vinho da Madeira. Com data provável de 1784, há outro documento, referido por Guimerá Ravina e encontrado no Archivo Brier Ponte Ximénez, que descreve, de igual modo, o processo de vinificação madeirense, mas que não está assinado. Ambos os documentos revelam o interesse no arquipélago vizinho em adequar os processos de vinificação, de forma a poder concorrer em pé de igualdade nos mesmos mercados que o Madeira.

O aspeto mais evidente que une os dois arquipélagos em torno da cultura prende-se com a disputa do mercado e a posição preferencial que a Madeira assumiu no mercado colonial britânico, por força dos tratados luso-britânicos, dando azo às situações que se seguem. Já no séc. XV o vinho das Canárias concorria de forma direta com o da Madeira no mercado britânico, a atestar pelas referências de Shakespeare, enquanto o vinho dos Açores só começou a concorrer a partir do séc. XVII. A grande luta foi sempre entre o malvasia da Madeira e os caldos de Tenerife. Da disputa pelo mercado europeu passou-se ao colonial.

O séc. XVII foi o momento de viragem do mercado atlântico do vinho, conseguindo a Madeira a preferência do mercado norte-americano e suas colónias nas Antilhas. O vinho da Madeira estava na moda. Os viticultores e comerciantes de Tenerife, para poderem sobreviver, tiveram de se sujeitar ao fabrico de um vinho semelhante ao Madeira, ou à baldeação com o de Tenerife, para, depois, o venderem com o rótulo de Madeira. O séc. XVIII foi, pois, a época de afirmação do falso e verdadeiro Madeira. Em princípios do séc. XVI, fala-se da malvasia das Canárias no mercado londrino, numa posição concorrencial com a da Madeira, mas só a partir de meados da centúria o vinho adquiriu dimensão de relevo nas exportações. Sabe-se ainda que, até à déc. de 30, Tenerife necessitou de importar vinho, definindo-se medidas limitativas da sua importação desde meados da centúria. Deste modo, as Canárias, a exemplo da Madeira, repartem o vinho entre a velha Europa e os novos espaços de ocupação do outro lado do Atlântico, como Puerto Rico, República Dominicana e Cuba.

A partir de meados do séc. XVII, as Canárias competem diretamente com a Madeira no domínio do mercado do vinho britânico. A união peninsular não terá sido favorável ao vinho madeirense, uma vez que abriu as portas do mercado colonial ao vinho das Canárias. A conjuntura económica que se anunciou em 1640 abriu novas perspetivas para o malvasia da Madeira, com o retorno da posição de privilégio no mundo português e britânico. O seu competidor direto era apenas o vinho dos Açores, produzido nas ilhas da Graciosa e do Pico.

Os pactos de amizade entre as coroas de Portugal e Inglaterra sedimentaram as relações

comerciais, favorecendo a oferta dos vinhos madeirense e açoriano nas colónias britânicas da América Central e do Norte, como determinavam as leis da navegação, aprovadas em 1641 por Carlos II. A situação de privilégio concedida ao vinho dos arquipélagos portugueses repercutiu-se negativamente na economia das Canárias, tendo sido um travão ao desenvolvimento da economia vitivinícola a partir de finais do séc. XVII. O casamento de Carlos II de Inglaterra com D. Catarina de Bragança foi o prelúdio da conjuntura favorável aos vinhos Madeira, sendo referido por Viera y Clavijo como um "golpe tan feliz para la isla de la Madera como infausto para las Canárias [golpe tão feliz para a ilha da Madeira como infausto para as Canárias]" (LORENZO-CÁCERES, 1941, 19). A guerra de Cromwell contra Espanha levou ao encerramento do mercado londrino ao vinho das Canárias, no período de 1655 a 1660, e ao estabelecimento de medidas preferenciais para o das ilhas portuguesas.

Com o fim da guerra de fronteiras entre Portugal e Espanha e a assinatura das pazes em Madrid, a 5 de janeiro de 1668, ratificadas a 13 de fevereiro em Lisboa, restabeleceram-se os contactos entre os dois arquipélagos. O reforço das relações é testemunhado pela presença de Bento de Figueiredo no Funchal como cônsul castelhano. Não acabaram aqui as dificuldades, pois apenas com as pazes de Ultrecht, em 1713, se abriram novas perspetivas de negócio, numa altura em que os vinhos madeirenses e açorianos haviam conquistado uma posição sólida no mercado colonial e britânico. A questão persistiu no decurso do séc. XVIII e, goradas as iniciativas diplomáticas, houve que esperar até 1778, quando se anunciou uma nova era para o vinho da Madeira, com o livre comércio para as Índias e a abertura do mercado norte-americano, em consequência da independência proclamada em 1776. A situação reflete-se, de forma positiva, nas exportações entre 1790 e 1814. Da parte das Canárias, há que referir a aportação da cochinilha, trazida em 1837 por Miguel Camacho Almeida. O comércio entre as ilhas dos três arquipélagos atlânticos resultou não só da complementaridade económica, definida pelas assimetrias propiciadas pela orografia e o clima, mas também da proximidade e assiduidade dos contactos. O intercâmbio de pessoas, produtos e técnicas dominou o sistema de contactos entre os arquipélagos. As relações comerciais aliaram-se à presença de madeirenses, ao serviço do infante D. Henrique, na disputa pela posse do arquipélago e à atração que as ilhas de Lanzarote e Tenerife exerceram sobre os madeirenses. O Funchal foi, por muito tempo, um porto de apoio aos contactos entre as Canárias e o velho continente. Se é certo que a maioria dos contactos com os arquipélagos advém da posição privilegiada da Madeira, entre as Canárias e a Europa, não é menos certo que o trato comercial resulta das necessidades e solicitações internas, que impelem para uma aproximação. E também da necessidade de recurso a uma nova fonte de provimento de cereais, face à recusa dos açorianos a esse fornecimento, a que podemos associar ainda as solicitações da comunidade portuguesa residente nas Canárias, de que fazia parte um grupo numeroso de madeirenses, que ansiavam por estabelecer contactos com os locais de origem.

O trigo foi, sem dúvida, o principal móbil do comércio canário-madeirense. Os cereais surgem como os principais ativadores e suportes do sistema de trocas entre a Madeira e as Canárias. De acordo com Giulio Landi, "a ilha produziria em maior quantidade se semeasse. Mas a ambição das riquezas faz com que os habitantes, descuidando-se de semear trigo, se dediquem apenas ao fabrico do açúcar, pois deste tiram maiores proveitos, o que explica não se colher na ilha trigo para mais de seis meses. Por isso há uma carestia de trigo pois em grande abundância é importado das ilhas vizinhas" (VIEIRA, 1987, 104). A Madeira surge, desde finais do séc. XV, como uma área carente de cereal, necessitando de importar mais de metade do que precisava para o seu consumo. A garantia do abastecimento interno de cereais, que havia sido uma palavra de ordem no início do povoamento da Madeira, não resistiu ao assalto das culturas europeias para exportação que, em pouco tempo, invadiram quase todo o território arável.

O arquipélago madeirense, composto apenas por duas ilhas, sendo uma delas de fracos recursos, tinha necessariamente de assegurar o abastecimento do exterior, socorrendo-se, para tal, das ilhas vizinhas. Em 1546, dos 12.000 moios consumidos, apenas um terço foi produzido localmente, sendo o restante importado das ilhas próximas ou da Europa. No séc. XVI, a oferta de cereal das Canárias e dos Açores representou cerca de metade das entradas. Para o caso açoriano, ele era quase todo proveniente de São Miguel e do Faial, enquanto nas Canárias provinha maioritariamente das ilhas de Lanzarote, Fuerteventura e Tenerife. A rota de abastecimento de cereais, definida em princípios do séc. XVI, manteve-se com toda a pujança até meados do século seguinte. As primeiras referências ao envio de trigo das Canárias para a Madeira surgem em 1504, para o trigo remetido de La Palma, e em 1506, para o de Tenerife.

O comércio do cereal a partir das Canárias firmou-se através da regularidade dos contactos com a Madeira, sendo apenas prejudicado pelos embargos temporários, enquanto o dos Açores foi imposto pela Coroa, uma vez que a burguesia e a aristocracia açorianas, nomeadamente de São Miguel, não se mostravam interessadas em manter esta via. O *cabildo* da Catedral de Grã-Canária queixava-se de não receber a sua parte dos dízimos, que era escoada para a Madeira, tendo ordenado, em 1532, o seu embargo.

A rota canária impõe-se pela dominância dos contactos assíduos entre os dois arquipélagos, não os impedindo as crises de produção, nem as limitações impostas pelo *cabildo* de Tenerife. O cereal era o principal produto e a justificação para a permanência deste elo de ligação, traçado em princípios do séc. XV pela comunidade normanda daí oriunda.

A permanência desta rota implicou o alargamento das trocas comerciais entre os arquipélagos, uma vez que ao comércio do cereal se associaram outros produtos, como contrapartida favorável às trocas. A oferta madeirense alargou-se à fruta verde, às liaças de vime, ao sumagre e aos panos de estopa, burel ou liteiro. Nestas relações com as ilhas Canárias, o vinho surge, muitas vezes, aliado a outros produtos como moeda de troca dos cereais. Assim, em 1521, Juan Pomar, mercador vizinho da Madeira, enviou a Juan Garcia de Lós, mercador vizinho da Grã-Canária, algumas pipas de vinho. E, em 1525, enviou uma pipa e um quarto de vinho e um quarto de vinagre. Entretanto, em 1523, sai do Funchal o navio de Lourenço Morais com vinte pipas de vinho para o mesmo destino; e, finalmente, em 1563, o mercador João Nunes envia ao seu cunhado, residente nas Canárias, três pipas de vinho para que este lhe envie trigo. Este comércio entre a Madeira e as Canárias remonta a meados do séc. XV, altura a partir da qual a Madeira passou a receber escravos canários, carne, queijo e sebo, trato que não era do agrado do infante D. Fernando, senhorio da Ilha, uma vez que recusou a solicitação dos seus naturais para isenção da dízima dos produtos que daí vinham, dizendo a propósito "que tam bão trauto e das minhas ylhas dos Açores e tam bõo retorno averem e milhor que de canaria se em elle quiserem emtrar" (VIEIRA, 1987,144), não obstante os vizinhos do Funchal insistirem em manter os seus contactos com as Canárias. Em 1477, Nuno Cayado, mercador madeirense, há mais de quinze anos ocupado nesse comércio, recebeu um salvo-conduto dos Reis Católicos para comerciar nessas ilhas. E, em 1513, ao ser apresada na Grã-Canária uma caravela portuguesa que levava a bordo um malfeitor, o regedor local receou represálias por parte dos madeirenses.

Um dos mais importantes produtos fornecidos pelo mercado madeirense, e que tinha saída fácil nas Canárias, era o sumagre, que terá contribuído para o desenvolvimento da indústria de curtumes na Grã-Canária. A uma primeira remessa, solicitada em 1569, seguiu-se, a partir de 1570, a intervenção da classe mercantil neste trato. Por exemplo, em 1571, Anton Solis e Juan de Cabrejas, mercadores vizinhos da Grã-Canária, criaram uma companhia para comerciar o sumagre da Madeira. E, ainda nesta década, surgiram outras companhias com a mesma finalidade, o que atesta a importância deste produto no comércio com a Grã-Canária. A documentação continua a ser

incompleta no testemunho deste relacionamento comercial. Mesmo assim, para o período da primeira metade do séc. XVII, existem referências à saída de embarcações do Funchal com destino a Lanzarote, transportando vinho, sumagre, mel, tecidos, nozes, açúcar, conservas e marmelada.

As Canárias ofereciam à Madeira os produtos alimentares de que esta carecia e, em troca, recebiam, para além do vinho e sumagre, uma série de artefactos de produção local ou de importação. A Madeira tinha neste arquipélago vizinho não só o seu celeiro, mas também o seu açougue, fornecedor de gado e seus derivados, como a carne, o sebo e o queijo. Em 1527, Joana Falcão declarava, em vereação, que o seu marido, Joam Novo, que detinha o exclusivo da venda de carne no açougue municipal, estava ausente nas ilhas Canárias, onde fora buscar carnes, como era hábito. Esse gado e essa carne eram habitualmente adquiridos nas ilhas de Fuerteventura e Lanzarote.

O arquipélago canário afirmou-se, desde princípios do século XVI, como um novo celeiro do Atlântico, fornecendo o excedente necessário ao abastecimento do litoral africano, da costa peninsular e da ilha da Madeira. Do trigo saído no século XVI da ilha de Tenerife, cerca de 53 % destinou-se a Portugal e à Madeira, e o restante ao mercado insular canário e castelhano. O mercado peninsular totalizou 69 % desse cereal, ficando apenas a parte sobrante para as ilhas. O cereal exportado para o litoral peninsular orientava-se no sentido das principais praças comerciais: Lisboa, Sevilha e Cádis. No caso de Castela, são as cidades gaditanas as principais consumidoras do cereal canário destinado a Espanha. Quanto ao comércio da cevada, o maior número de moios foi canalizado para Portugal, nomeadamente para o porto de Lisboa, sendo de salientar um único embarque de 66,5 moios de cevada para o arquipélago açoriano em 1511.

O ano de 1640 é apontado como o fim do relacionamento humano e comercial entre os dois arquipélagos portugueses e as Canárias, como consequência ou represália do fim do domínio filipino no império lusíada. É certo que a conjuntura político-institucional foi desfavorável aos relacionamentos entre os arquipélagos enquanto o conflito durou, rompendo os contactos entre estas ilhas vizinhas, por força das mútuas vindictas. Todavia, quando foram serenados os ânimos e levantados paulatinamente os embargos, o movimento de barcos, pessoas e mercadorias foi retomado, embora nunca mais com o anterior fôlego.

A Madeira havia, entretanto, assumido um papel distinto na economia atlântica, que lhe propiciava o acesso a outros mercados produtores de cereais, que complementavam o açoriano no seu abastecimento. As condições favoráveis para o comércio com as colónias norte-americanas propiciaram um novo mercado de acesso aos cereais em troca do vinho. Isto não significou o corte de relações comerciais com as Canárias, nem que a Madeira tivesse dispensado, de forma definitiva, o cereal deste arquipélago, pois, à medida que as relações diplomáticas entre as duas coroas peninsulares se iam normalizando, os contactos comerciais eram restabelecidos.

Os escravos foram mais um produto no sistema de trocas entre a Madeira e o vizinho arquipélago das Canárias, com especial relevo para a ilha de Lanzarote. No período de 1619 a 1643, os documentos testemunham a troca de escravos por cereal. Tal recurso à mercadoria humana nas transações com Lanzarote resulta não só da sua disponibilidade no mercado madeirense e da sua falta na sociedade lanzarotenha, mas, e acima de tudo, também da necessidade de assegurar uma contrapartida vantajosa à rota do comércio de cereal com a ilha da Madeira. No período de 1619 a 1643, foram remetidos 44 escravos do Funchal para as Canárias, sendo a quase totalidade destinada a Lanzarote, pois apenas um foi vendido a um vizinho da Grã-Canária. Os escravos eram maioritariamente (73 %) de origem africana.

Para o período de 1695 a 1714, a informação consignada nas cartas comerciais de Diogo Fernandes Branco reporta o movimento de 11 barcos oriundos das Canárias contra 12 da Madeira, enquanto no período de 1695 a 1700 as cartas de William Bolton dão conta da entrada



Fig. 7 – *Aborígenes de Gran Canaria*, Leonardo Turriano, 1582 a 1592 (BGUC, ms. 314).

de dois navios das Canárias e da saída de oito, sendo sete para Las Palmas.

O séc. XVIII foi ainda um momento marcado por contactos assíduos entre os dois arquipélagos, mantendo-se a função abastecedora do celeiro das Canárias, a troco, muitas vezes, de manufaturas reexportadas, nomeadamente tecidos provenientes de Londres.

Para o período de 1731 até 1810, são apontadas diversas embarcações das Canárias para a Madeira, das quais 127 com cereal, destacando-se uma maior envolvência nas duas décadas



Fig. 8 – *Baía da Luz de Las Palmas*, Jordão da Luz Perestrello, 1912 (coleção particular, Funchal).

finais do séc. XVIII. Assinale-se o movimento de mercadorias provenientes das Canárias e Berbéria para este período de 1727 a 1810, em que se sublinha, de novo, a presença de cereais. Mas o elemento mais importante a destacar é o facto de um grupo significativo de embarcações, 28 %, vir a lastro, *i.e.*, sem qualquer movimento de mercadoria associado, o que deverá ser demonstrativo de que as relações comerciais entre os dois arquipélagos deixaram de ser complementares e importantes. A presença do cereal, embora aqui ainda seja significativo no movimento entre os dois arquipélagos, uma vez que representa 27 % das embarcações em movimento, não representa quase nada no conjunto das embarcações que atracaram ao Funchal com cereal, uma vez que fica apenas pelos 2 %. Neste momento, o grande mercado fornecedor da Ilha é definitivamente a América do Norte, representando 62 % das embarcações entradas com cereais e farinhas, ficando as ilhas dos Açores com apenas 15 %. A rota norte-americana do mercado do vinho madeirense abriu novas possibilidades de abastecimento de cereais e farinhas e obrigou a alterações nas relações entre as ilhas. Embora no séc. XVIII já se fizesse sentir a concorrência do mercado das Canárias, por força do contrabando de vinho, um motivo de atrito que se prolonga pela primeira metade da centúria seguinte, o principal fator de confronto para os dois arquipélagos será a disputa pelo mercado de navegação e de turismo europeus.

A Madeira é um espaço atlântico que sempre apresentou uma identidade própria, mas que nunca se livrou da concorrência de outros espaços vizinhos, como as Canárias. Na verdade, a sua posição no mar Atlântico conduziu a que sempre se estabelecesse uma disputa pela melhor posição no apoio à navegação. Não o entendeu assim a metrópole, e as políticas fiscais das diversas pautas e de obras públicas não tiveram em conta esta situação específica de disputa. Perdeu-se o porto oceânico, a zona franca, o turismo e a possibilidade de futuro. As principais infraestruturas, que abriram as portas deste progresso, tardaram, e, quando chegaram, as Canárias já haviam consolidado a sua posição de entreposto do Atlântico para a navegação marítima e para o turismo.

A possibilidade de trazer parte da navegação oceânica para a Madeira, como forma de aumentar o movimento do porto comercial, passava por medidas que favorecessem esta preferência, face às condições então oferecidas por outros portos, como os das Canárias. Era urgente o estabelecimento de condições mais favoráveis à entrada e saída no porto do Funchal, através da construção de infraestruturas e da criação de medidas fiscais que não fossem penalizadoras, nomeadamente quanto à entrada e saída do carvão.

O porto do Funchal perdeu importância e movimento comercial. A situação, embora considerada resultado das melhores condições oferecidas pelos portos das Canárias, não demoveu as autoridades portuguesas no sentido da construção de um novo porto, do estabelecimento de medidas favoráveis e capazes de



Fig. 9 – *Revendedoras*, Jordão da Luz Perestrello, Funchal, 1908 (coleção dos herdeiros de Joan Cunha).

atrair a navegação, da criação do porto franco e da alteração das taxas alfandegárias sobre o carvão. Os comerciantes e os políticos madeirenses não conseguiram fazer vingar a política do porto franco, como forma de recuperação económica do arquipélago. Nas últimas décadas do séc. XIX, a questão continuava presente nos debates parlamentares, assim como na reivindicação por parte dos madeirenses, tornando-se cada vez mais pertinente.

Em 1921, os efeitos nefastos da política tributária niveladora eram evidentes na Madeira. O dec. n.º 7822, de 22 de novembro, havia estabelecido um imposto de comércio sobre a navegação em que se incluía uma taxa de entrada para os turistas, com o imposto especial de 20 % sobre o valor das passagens e o pagamento dos direitos em libras. No entanto, o imposto de farolagem foi suspenso na Madeira, e as leis de 23 de abril de 1880 e de 21 de maio de 1896 definiram vantagens especiais para os vapores que fizessem escala no Funchal.

Por fim, a mobilidade de gentes entre os arquipélagos propiciou múltiplas influências no quotidiano que podem ser testemunhadas de diversas formas, nomeadamente através da toponímia e da linguística. Em quase todas as ilhas, mas de forma especial em La Palma, são evidentes os portuguesismos na nomenclatura dos ofícios, utensílios e produtos a que os portugueses estiveram ligados: açúcar, vinho, pesca, construção civil e fabrico de calçado. Muitas das técnicas e da nomenclatura associada a estas atividades estão indissociavelmente ligadas aos madeirenses e mostram, na maioria dos casos, que são de proveniência portuguesa, quase sempre com passagem pela Madeira. Para a cana-de-açúcar, foram as técnicas de regadio, como também os engenhos de moenda, enquanto para a vinha são as latadas de La Palma, bem como as tipologias dos lagares. Recorde-se a este propósito que a Madeira fornecia estas ilhas de arcos e madeira para pipas.

A situação é ainda patente na participação da família Blandy, radicada na Madeira e com interesses no turismo, que na construção do inicial Santa Catalina Hotel, em 1888, pela companhia The Grand Canary Island Company Ltda, entra com parte dos terrenos em Las Palmas. Assim se explica a deslocação para as Canárias do fotógrafo madeirense Jordão da Luz Perestrello, que edita depois vários bilhetes-postais, havendo, inclusivamente, imagens identificadas como sendo das Canárias e que mais parecem ser da Madeira, tal como depois de regressado aos estúdios da família no Funchal também aparecem edições de fotografias dos Perestrellos, como de costumes, que mais parecem daquele arquipélago.

Um dos aspetos mais destacados da presença da comunidade portuguesa nas Canárias está na sua capacidade de integração na sociedade local, sem que se tenham perdido alguns dos valores da sua cultura. Esta situação é relevada por diversos estudiosos e é quase sempre apontada como o fator de sucesso da presença e sobrevivência portuguesa na história e cultura das Canárias. É significativo que esta situação tivesse conduzido a casos de bilinguismo, pois que, em algumas comunidades, as duas línguas eram faladas e entendidas por ambas as partes, existindo mesmo casos de registos paroquiais escritos em português em algumas paróquias de Tenerife, porque, na verdade, muitos dos clérigos eram portugueses. Esta situação do bilinguismo nesta época acontecia também na península, com casos paradigmáticos na literatura portuguesa, como Gil Vicente, Camões, André e Garcia de Resende e João de Barros. Por outro lado, houve casos de portugueses de sucesso em diversas ilhas, quer na exploração da terra, quer no comércio. Esta integração da comunidade portuguesa é o prelúdio de um diálogo intercultural que tem por palco as ilhas e que está para além de todas as adversidades e conflitos materializados pelas coroas.

Bibliog.: manuscrita: BGUC, ms. 314, Leonardo Turriano, *Descrittione et Historia del Regno de l'Isole Canarie già Dette Fortunate com il Parere delle Loro Fortificationi*, 1592-1594 (edições 1987 e seguintes); **impressa:** ARMAS, António Rumeu de, "El conde de Lanzarote, capitán general de la isla de la Madera (1582-1583)", *Anuario de Estudios Atlanticos*, n.º 30, 1984, pp. 404-406; CABRERA, Manuel Lobo, "Canarias, Madeira y el zumaque", *Islenha*, n.º 1, jul. dez. 1987, pp. 13-18; *Id.*, "El comércio entre Canárias y Madeira en el siglo XVI", in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993, pp. 623-634; CADENAS, Carlos Teixidor, "Historia de la fotografia en Canárias y Madeira", *Gaceta de Canárias*, ano III, n.os 9-10, pp. 128-131; CASOLA, Próspero, *Visita de Las Yslas y Reyno de La Gran Canaria Hecha por Don Iñigo de Brizuela*, 1636 (c.), ed. fac-símile de manuscrito da The New York Public Library, Obadiach Rich Collection 94, ed. Juan Tous Meliá, Santa Cruz

de Tenerife, Museu Militar de Canarias, 2000; CASTELO-BRANCO, Fernando, "Pirataria nas águas das Canárias-Madeira nos inícios do século XIX", in *VIII Coloquio de Historia Canario-Americana*, vol. II, Las Palmas, s.n., 1991, pp. 83-95; CORREIA, Luísa, "Estruturas escavadas na rocha na ilha da Madeira. Algumas hipóteses de relacionamento com o começo do povoamento", *Islenha*, n.º 23, jul.-dez. 1998, pp. 79-88; DELGADO, Juan Alvarez, "El episodio de Juan Machin en la Madera", *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 6, n.º 31, 1961, pp. 41-62; *Id.*, "Juan Machin, vizcaino del siglo XV, gran figura historica de Madera y Canarias", *Anuario de Estudios Atlanticos*, n.º 7, 1961, pp. 133-213; *Fotografia e Fotógrafos Insulares. Açores, Canárias e Madeira*, catálogo de exposição patente no Museo Canario, out. 1990, Madeira/Açores/Canárias, CEHA/DRAC/Museo Canario, 1990; HERNANDEZ, Lothar Siemens, e BARRETO, Liliana, "Los esclavos aborigenes canarios en la isla de la Madera (1455-1505)", *Anuario de Estudios Atlánticos*, n.º 20, 1974, pp. 111-143; *Id.*, "Descubrimiento de una reserva de cabras canarias prehispanicas", *Aguayro*, n.º 87, 1979, pp. 7-9; *Id.*, "La expedicion a la Madera del conde de Lanzarote desde la perspectiva de las fuentes madeirenses", *Anuario de Estudios Atlanticos*, n.º 25, 1979, pp. 289-305; HERNÁNDEZ, Luís Alberto Anaya, e ESPÍNDOLA, Francisco Fajardo, "Una comunidad judeoconversa de orígen portugués a comienzos del siglo XVI, en la isla de La Palma", in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 685-700; *Id.*, "Relaciones de los archipiélagos de Azores y Madera según las fuentes inquisitoriales", in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 846-877; LIZARDO, João, e GUERRA, Luísa, "Estruturas escavadas na rocha na ilha da Madeira", *Islenha*, n.º 23, jul.-dez. 1998, pp. 79-88; MELENDEZ, Santiago de Luxan, "Los soldados del presidio de la Madera que fueron 'desechados' a Lanzarote en 1641. Contribución al estudio de la coyuntura restauracionista portuguesa", in *IV Jornadas de Historia de Lanzarote e Fuerteventura*, vol. I, 1989, pp. 93-109; RÁFOLS, Elias Serra, *Los Portugueses en Canarias. Discurso Inaugural del Año Académico 1941-42*, La Laguna, Universidad de La Laguna, 1941; RAVINA, Agustin Guimerá, "Las islas del vino (Madeira, Azores y Canarias)", in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, DRAC, 1989, pp. 900-934; SARMENTO, Alberto Artur, *Fasquias e Ripas da Madeira*, Funchal, s.n., 1931; *Id.*, *Fasquias da Madeira*, Funchal, Tip. do Diário de Notícias, 1935; SUAREZ, S. F. Bonnet y, "La expedición del marqués de Lanzarote a la isla de Madera", *El Museo Canario*, n.os 31-32, jul.-dez. 1949, pp. 59-68; *Id.*, "Familias portugesas de La Laguna", *Revista de Historia*, t. 17, n.os 93-94, 1951, pp. 111-118; *Id.*, "Sobre la expedición del primer marqués de Lanzarote a la isla de Madera", *Revista de Historia*, t. 22, n.os 115-116, 1956, pp. 33-44; VERLINDEN, Charles, "La découverte portugaise des Canaries", *Revue Belge de Philosophie et Histoire*, vol. 36, 1958, pp. 1173-1209; *Id.*, "Le rôle des Portugais dans l'economie canarienne au début du XVIe siècle", in *Homenaje a Elias Serra Rafols*, vol. 3, La Laguna, s.n., 1970, pp. 411-423; *Id.*, "Henri le navigateur songea-t-il a créer un 'état' insulaire?", *Revista Portuguesa de História*, vol. XII, 1989, pp. 281-292; VIDAL, José Pérez, "Aportación portuguesa a la población de Canárias", *Anuario de Estudios Atlánticos*, n.º 14, 1968, pp. 41-106; VIEIRA, Alberto, *O Comércio Inter-Insular nos Séculos XV e XVI. Madeira, Açores e Canárias (Alguns Elementos para o Seu Estudo)*, Funchal, CEHA, 1987.

† ALBERTO VIEIRA

Canavial, Maria Eugénia

Maria Eugénia da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, também conhecida por Maria Eugénia Canavial, devido ao título nobiliárquico atribuído à sua família pelo Rei D. Luís I de Portugal, foi uma dama da sociedade madeirense reconhecida pelos seus atos de caridade. Nasceu na cidade do Funchal, na freguesia de São Pedro, a 17 de setembro de 1863, filha dos condes de Canavial, João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos e D. Maria Amélia da Fonseca da Câmara Leme. Foi batizada, inicialmente, com o nome de Valentina, posteriormente alterado para Maria Eugénia. Neta paterna de Francisco da Câmara Leme de Vasconcelos e de D. Carolina Augusta da Câmara Leme e materna do pianista Ricardo da Fonseca e de Ludovina Tavares da Fonseca.



Fig. 1 – Maria Eugénia Canavial, c. 1940 (Escola Maria Eugénia de Canavial).

Maria Eugénia Canavial fundou a instituição benemérita de Assistência a Crianças Fracas e Pobres, devendo-se à sua iniciativa a fundação do Lactário, em 1908, do qual foi presidente, e um pavilhão-jardim Sol, localizado inicialmente na R. das Mercês, obra que visava combater a mendicidade e apoiar as crianças desfavorecidas e carenciadas e que, em 1930, foi deslocado para a R. da Mouraria. Deixou a sua obra caritativa nas mãos das Irmãs da Apresentação de Maria, congregação internacional que dirigia o Colégio da Apresentação de Maria, fundado em 1926, na R. das Mercês, n.º 25, depois Externato da Apresentação de Maria.

Pertenceu à Congregação das Filhas de Maria Imaculada, grupo instituído no Hospício D. Maria Amélia. Maria Eugénia Canavial foi presidente das Zeladoras do Apostolado da Oração do Centro Paroquial de S. Pedro, fundadora e presidente da Assembleia Geral da Associação Católica da Obra Internacional de Proteção às Raparigas na Madeira, instituição de solidariedade de dimensão internacional, e presidente do Secretariado Feminino da Adoração do Coração de Jesus. Foi igualmente impulsionadora da Associação das Três Rosas do Escolhido e sócia da Associação das Damas de Caridade. Destaca-se a sua cooperação na Ação Católica Portuguesa, tendo integrado a Liga das Senhoras da Ação Católica.

Maria Eugénia Canavial foi agraciada com a comenda do Grande Oficialato da Ordem de Benemerência, por sugestão de Francisco Gentil, após uma viagem deste à Madeira e uma visita ao Lactário, em setembro de 1937, tal como, em dezembro de 1924, tinha sido agraciada com o oficialato da Ordem de Cristo e, em igual mês de 1973, a título póstumo e pela obra desenvolvida, com o grau de comendadora da Ordem do Infante D. Henrique.

Faleceu a 21 de janeiro de 1945, aos 81 anos, solteira, no seu solar à R. da Carreira, n.º 193, na freguesia de São Pedro. Foi sepultada no cemitério de Nossa Senhora das Angústias, em São Martinho. A notícia da sua morte causou grande comoção e consternação na sociedade funchalense, pois Maria Eugénia Canavial era, segundo o jornalista João Luso, a "figura da mais peregrina e elevada projeção na primeira sociedade do Funchal […] a extinta, cujo nome prestigiosíssimo ressoa, com o maior respeito e simpatia, entre a população desta cidade, que não ignorava os invulgares e prestimosos merecimentos de tão nobre Senhora […] a sua alma generosíssima se expandia em mil cuidados e carinhos, vencendo dificuldades e suportando sacrifícios, que nunca lhe enfraqueceram a sua firmeza de ânimo, no exercício magnânimo da caridade, a que se dedicou durante toda a sua vida […] com o seu amoroso e bonníssimo coração, a dar auxílio, a aconselhar, a animar, a confortar" (LUSO, *Eco do Funchal*, 25 jan. 1945, 1).

Maria Eugénia Canavial foi descrita pela imprensa periódica da sua época como sendo uma distinta senhora benfeitora, profundamente católica, cujos sentimentos de caridade, piedade e cristandade sempre beneficiaram os mais necessitados nas instituições que geriu e a que presidiu. Após o seu falecimento, o Lactário recebeu o nome da sua fundadora: Centro Infantil e Escola do 1.º Ciclo Maria Eugénia Canavial.



Fig. 2 – Cruz de grande oficial da Ordem da Benemerência atribuída, em setembro de 1937, a Maria Eugénia Canavial (Escola Maria Eugénia de Canavial).

Bibliog.: manuscrita: ABM, 1.ª Repartição de Finanças do Funchal, proc. 12.562, cx. 251, cap. 12, fls. 1-1v. e 3v.-4; *Ibid.*, Conservatória do Registo Civil do Funchal, Registo de Óbito, liv. 310, fl. 57; *Ibid.*, Registos Paroquiais, São Pedro, liv. 1368, fls. 22-22v.; **impressa:** CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; "D. Maria Eugénia da Câmara Leme Homem de Vasconcelos (Canavial)", *Diário de Notícias*, 22 jan. 1945, p. 1; "Eco lutuoso", *Eco do Funchal*, 25 jan. 1945, p. 7; LUSO, João, "D. Maria Eugénia da Câmara Leme Homem de Vasconcelos (Canavial)", *Eco do Funchal*, 25 jan. 1945, p. 1; "Participações", *Diário de Notícias*, 22 jan. 1945, p. 2; "Uma grande senhora. D. Maria Eugénia da Câmara Leme Homem de Vasconcelos (Canavial)", *O Jornal*, 23 jan. 1945, p. 1; **digital:** "Entidades nacionais agraciadas com ordens portuguesas", *Ordens Honoríficas Portuguesas*: https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=153 (acedido a 1 dez. 2020).

Andreia Carol de Carvalho
Fernanda de Castro

Canavial, visconde e conde do

↗ Vasconcelos, João da Câmara Leme Homem de

Cancioneiro Geral

Beneficiada por uma conjuntura extremamente favorável, em que as grandes potências europeias se deparavam com conflitos internos e guerras entre as potências do coração do Velho Continente, com a chegada dos Turcos otomanos aos limites do Império Bizantino e o início da decadência dos estados italianos de Génova e Veneza, a nação portuguesa, com uma paz firmada desde a ascendência da Dinastia de Avis, abraçou o desafio civilizacional de conduzir o Ocidente à conquista do grande mar oceano.

Em contacto com os grandes centros comerciais do Norte da Europa (Flandres), os Estados Italianos e a Corte Pontifícia, e com relações permanentes com a potência ibérica, Castela, a influência cultural não tardou a acompanhar o crescimento económico advindo da Expansão pelo Norte de África até à conquista do caminho marítimo para Índia, nos dois reinados que marcaram o apogeu do Império Português (D. João II e D. Manuel I), à época o maior do Ocidente.

Na corte, há muito que se ansiava pela emancipação cultural portuguesa e pela respetiva afirmação no seio da Europa. Chegam mestres italianos, castelhanos e flamengos, atraídos pela pujança económica da corte portuguesa e pelo clima de paz e de experimentalismo humanista que a Expansão ofereceu. Assim, além dos textos filosóficos de cariz humanista que surgirão ao longo do séc. XVI, a corte, no que toca ao cultivo das letras, começa a incentivar uma produção própria, que recolhe a essência poética portuguesa adaptada aos ventos culturais da Europa. É neste contexto que surgem Garcia de Resende e outros poetas palacianos – tendo o eborense a predominância inovadora, em Portugal, de recolher a poesia palaciana que se cultivava na época – e que se adivinha o aparecimento de vultos literários que marcaram o mundo português, como é exemplo maior Camões, nas vertentes épica e lírica.

O *Cancioneiro* de Resende acompanha a finalização da construção dos principais monumentos (coincidindo com o acabamento dos Jerónimos, perto da praia do Restelo, local de partida das caravelas) que marcam os Descobrimentos portugueses e alia-se, assim, ao facto de a nação necessitar de exibir um fundo cultural que a legitime perante as grandes nações europeias.



Fig. 1 – Garcia de Resende (1470-1536), poeta e cronista, Évora (António Paiva, 1974).

Intelectual português nascido em Évora em 1470, tendo morrido na mesma cidade em 1536, Garcia de Resende foi trovador, tangedor, desenhador e entendido em arquitetura militar, tendo-se distinguido como poeta, cronista, historiógrafo, músico, desenhista e arquiteto. Em 1490, era moço de câmara de D. João II (1455-1495) e, em 1491, passou a moço de escrivaninha (secretário particular). Com D. Manuel I (1469-1521), foi designado secretário-tesoureiro da embaixada (12 de março de 1514) presente ao Papa Leão X (1475-1521) e liderada por Tristão da Cunha (1460-1540).

Garcia de Resende é considerado por muitos o criador do "Ciclo dos Castros", por ser o autor dos mais antigos poemas acerca do episódio da morte de Inês de Castro, conhecidos como *Trovas à Morte de Inês de Castro*. No entanto, obteve o seu maior reconhecimento com o *Cancioneiro Geral*, publicado em 1516, no qual reúne a poesia produzida nas cortes de D. Afonso V (1432-1481), D. João II e D. Manuel I. O prólogo é dedicado ao príncipe D. João (futuro D. João III) e o livro é finalizado com 48 trovas da autoria do compilador.

Impresso em 1516 em Lisboa, na oficina de Hermão de Campos, o *Cancioneiro Geral* é uma volumosa coletânea reunida e organizada por Garcia de Resende. Das suas páginas constam composições poéticas de 289 poetas portugueses e 29 castelhanos, pelo que é uma obra com poemas em português e em castelhano. Tem o mérito de ter sido a primeira coletânea de poesia impressa em Portugal e o principal repositório de poesia portuguesa da época.

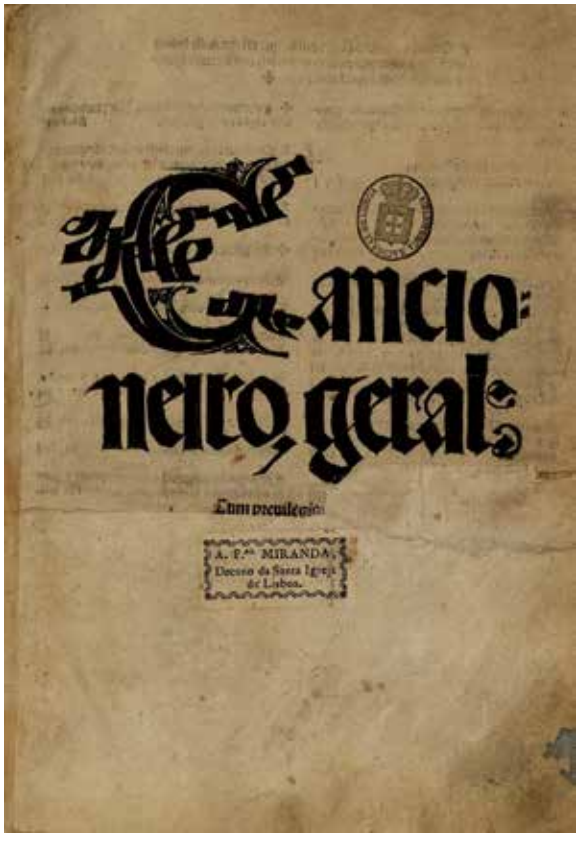


Fig. 2 – *Cancioneiro Geral* (1516), de Garcia de Resende (BNP, reservados, 111 A.).

Por se encontrar em contacto com as realidades galaico-portuguesa e castelhana, o *Cancioneiro* de Resende segue os modelos castelhanos do *Cancionero de Poetas Antiguos Que Fizo é Ordenó é Compuso é Acopiló el Judino Johan Alfon de Baena* (1445), composto por Juan Alfonso de Baena (c. 1375-c. 1434), o mais antigo texto deste estilo em castelhano, conhecido como o *Cancioneiro de Baena*, e o *Cancionero General de Muchos y Diversos Autores* (1511), de Hernando del Castillo (n. em Segóvia), e nasce com o propósito de auxiliar a memória, lembrando as composições cultivadas nos serões palacianos. Assim, Garcia de Resende reuniu cerca de 1000 poemas (150 em castelhano e o restante em português) de 318 autores, abrangendo desde a metade do séc. XV até ao início do séc. XVI. Ao contrário do cancioneiro de Hernando del Castillo, os poemas do *Cancioneiro* de Resende não se encontram organizados por temas.

Os temas de Resende são de natureza palaciana, havendo ainda poesia religiosa, amorosa, elegíaca e de temática épica. Entre a época medieval e a época moderna, há uma continuidade com a poesia medieval, através de composições satíricas e géneros como o pranto ou a tenção e a poética amorosa, e uma outra linha que reflete a chegada da cultura clássica e as influências de Petrarca e de Dante Alighieri. Esta poesia é diferente da medieval, uma vez que não é escrita para ser cantada e bailada. Além do próprio autor, destacam-se aqui nomes como os do conde de Vimioso, Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro, Duarte de Brito, Diogo Brandão e João Roiz de Castel Branco.

No *Cancioneiro* de Resende, são-nos apresentadas novas formas poéticas, vilancetes, cantigas, esparsas, trovas (em redondilha maior ou menor) e ainda composições de arte maior, além da poesia satírica e de algumas manifestações elegíacas, encomiásticas, heroicas e religiosas. Na compilação, os registos mais assinaláveis são os de temática amorosa, através da expressão casuística amorosa e das suas antinomias: morte/vida, cuidar/suspirar, querer/desejar, ver/cegar.

Nesta panóplia de insignes vultos da literatura portuguesa, estão presentes alguns poetas

madeirenses do séc. xv. Disso nos dá conta Teófilo de Braga (1843-1924), que se refere, no seu estudo "Poetas palacianos" (1871), ao "ciclo poético da ilha da Madeira", durante o reinado de D. Duarte I (1391-1438), no qual insere os seguintes nomes que constam no *Cancioneiro* de Resende: João Gomes, Tristão Vaz Teixeira (conhecido como Tristão das Damas e filho do 1.º capitão-donatário de Machico), João Gonçalves da Câmara (2.º capitão-donatário do Funchal), Manuel de Noronha (filho de João Gonçalves da Câmara), Pêro Correia, ou Pedro Correia (2.º capitão-donatário do Porto Santo), Duarte de Brito (casado com uma neta de Zarco), Rui de Sousa (igualmente casado com uma neta de Zarco), Rui Gomes de Grã (igualmente casado com uma neta de Zarco) e João de Abreu (casado com uma neta de Tristão Vaz). O capítulo "El-Rei D. Duarte e o ciclo poético da Madeira" é comentado em *Saudades da Terra* (1873) por Álvaro Rodrigues de Azevedo (1825-1898).

Segundo os comentários de Rodrigues de Azevedo em *Saudades da Terra*, os poetas da Madeira são fortemente influenciados pela escola aragonesa, com alguns motivos da Europa Central e do Norte, provavelmente advindos da colonização de origem flamenga, durante a época do açúcar. No que respeita à existência de um verdadeiro ciclo na Madeira, distinto do ramo continental, é algo que não se vislumbra, quer a nível temático, quer a nível estrutural, fazendo estes poetas parte de um todo nacional. Alfredo António de Castro Teles de Meneses de Vasconcelos de Bettencourt de Freitas Branco, visconde do Porto da Cruz (1890-1962), é de opinião contrária à de Álvaro Rodrigues de Azevedo, afirmando, com Teófilo de Braga, que a Madeira tinha, de facto, no tempo de D. Duarte I, uma escola poética distinta da continental. Pela análise, o comentador de *Saudades da Terra* tem uma leitura exata, pois a questão do "ciclo poético da ilha da Madeira" parece uma falsa questão, uma vez que nos poetas oriundos da Madeira não se distingue uma temática ou estrutura diferentes. Provavelmente, a expressão de Teófilo de Braga deveria remeter-nos para a origem e não para a matéria, língua e estilo poéticos, apesar de não ser esse o entendimento do intelectual açoriano.

Álvaro Rodrigues de Azevedo considera que os principais poetas madeirenses representados no *Cancioneiro* são Tristão Teixeira, João Gonçalves da Câmara, Pedro Correia e Manuel de Noronha.

De João Gomes, de quem o *Cancioneiro* apresenta composições, desconhece-se se a sua origem é a Madeira ou o continente português, surgindo citado como João Gomes da Ilha ou João Gomes, o Trovador. Casou no Funchal com D. Guiomar Ferreira, filha de Gonçalo Aires Ferreira, companheiro de Zarco. Teve terras de sesmaria nas margens da ribeira sua homónima. Foi pajem do infante D. Henrique e faleceu em 1495. Além das 13 composições presentes na disputa de "O cuydar e o sospirar", existem mais



Fig. 3 – Armas do príncipe D. João e folha inicial de "O cuydar e sospirar" do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende (BNP, reservados, 111 A.).

20 poemas subordinados ao título "De Joham Gomez da Ylha". De todos os poetas do denominado "ciclo poético da Madeira", o ascendente de Tristão Gomes de Castro, o autor de *Argonáutica de Cavalaria*, é, provavelmente, o mais famoso. Como exemplo da lírica de João Gomes, sob a rubrica "Joam Gomez da Jlha", apresenta-se uma estrofe em que o tema do "cativo", que será caro à lírica camoniana, é uma referência: "Eu vy no tempo passado/affirmasse por verdade/catyuidade de grado/ser jnteyra lyberdade/mas por çerto meu motiuo/he contra quem se catyua,/ledo forro sempre vyua/quem se lyura de catyuo". (RESENDE, 1910, I, 238).

Quanto a Tristão Vaz Teixeira (conhecido como Tristão das Damas e filho do 1.º capitão-donatário de Machico), surge no *Cancioneiro* com a designação "De Tristam teyxeyra capitãao de Machyco", uma vez que foi o segundo capitão-donatário deste município. Nasceu no continente português e morreu, provavelmente, em Machico, onde foi sepultado na capela de S. João, que mandara erigir. Ficou conhecido como Tristão das Damas por ser muito cortesão e fazer muitas composições para as damas, além de ser eloquente no falar. De Tristão das Damas, registamos os seguintes versos do *Cancioneiro*, nos quais se nota, claramente, o seu talento com as palavras: "Da pena a mays pequena/peroo tarde macordey,/meus olhos, taparuos ey./Ho menos nam sentirey/o que vista mays mordena.//De v' ver ou nã v' vendo/nam sey çerto qual quisesse,/por que tal prazer ouuesse,/que nam viuesse morrendo./Ca me vejo com tal pena,/sem me poder rremediar,/que mee forçado tapar/os olhos, por nam olhar/q vendo mays mal mordena" (*Ibid.*, II, 148-149).

Outro poeta madeirense foi João Gonçalves da Câmara, 2.º capitão-donatário do Funchal. Era filho de João Gonçalves Zarco e tem três composições poéticas no *Cancioneiro,* sob a rubrica "Joam gonçalves capytão da Ilha", das quais referimos a seguinte, que visa os insucessos amorosos de D. Francisco de Biveiro: "Se sse soffrer em verão,/eu v' tenho enculcada/enuençam,/que vem cosyda, & talhada./

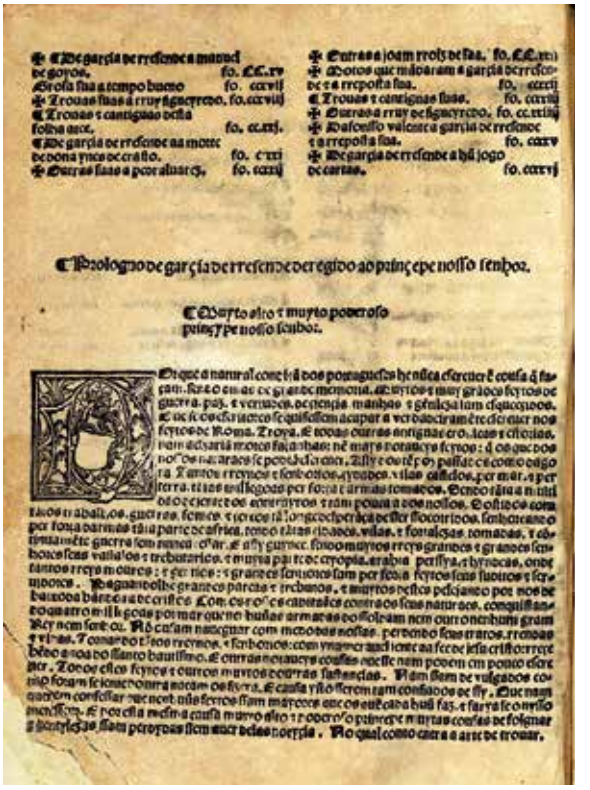


Fig. 4 – Prólogo do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende (BNP, reservados, 111 A.).

Loba aberta alaranjada,/quaquy fez hũ bom senhor,/com quyra muy bem betada,/& mays vestida de cor (*Ibid.*, IV, 362). Nasceu por volta de 1414 e faleceu no Funchal a 25 de março de 1501, estando sepultado no Convento de S.ta Clara (do qual foi o fundador e doador da propriedade do Curral das Freiras, como dote das filhas), perto dos degraus do altar-mor da igreja. Foi responsável pela continuação da colonização iniciada por Zarco e pelo engrandecimento do Funchal no ciclo do açúcar. Participou em várias contendas portuguesas em Marrocos.

Sobre Manuel de Noronha, sabe-se que nasceu no Funchal e que era filho de João Gonçalves da Câmara. É mais conhecido pelos seus bravos feitos nos empreendimentos militares no Norte de África. Noronha apresentara-se na corte castelhana em ceroulas, o que provocou da parte dos poetas castelhanos e portugueses reações distintas. Por um lado, os castelhanos procuraram troçar e ridicularizar os portugueses, através da indumentária menos própria de

Noronha; por outro, os portugueses procuraram defender o reino, transmitindo a imagem de uma ilha onde imperava o maravilhoso, a ingenuidade e a ignorância. Assim, o ato de Manuel de Noronha deu origem a vários ataques e contra-ataques, sendo que, no fim, o causador de toda esta polémica remata com um irónico perdão a António de Valhasco, como resposta a todas as afrontas de que foi alvo por parte dos poetas castelhanos: "Antes que de chamalote/fyzera desse rryfam/çeroylas paro veram.//E mays das copras farey/outra loba de que rria,/que seja casy tam frya/coma curta de solya,/que v' eu ja perdoey./E assy escaparey/nas copras, & no rryfam/das calmas deste veram" (*Ibid.*, IV, 229).

Quanto a Pêro Correia, ou Pedro Correia, consta que foi o 2.º capitão-donatário do Porto Santo, cuja donataria comprou por morte do seu sogro, Bartolomeu Perestrelo, o 1.º capitão-donatário daquela ilha. Quando, no entanto, o filho de Bartolomeu Perestrelo atingiu a maioridade, a compra da donataria foi impugnada pelo rei. Pedro Correia foi, igualmente, donatário da ilha Graciosa, antes de se fixar no Porto Santo. No *Cancioneiro*, está presente com um texto de oito versos, que anotamos: "Soes galante syngular,/& dyno de muyta fama,/poys em tam fermosa dama/v' soubestes empreguar./Oxala vos fosse eu,/nam dyguays que volo disse,/que tam bem seria seu,/se mo ela consentisse" (*Ibid.*, IV, 81).

Tanto no *Elucidário Madeirense* como no texto de Teófilo de Braga, são apontados outros quatro poetas madeirenses com composições presentes no *Cancioneiro*: Duarte de Brito, Rui de Sousa (m. c. 1522), Rui Gomes de Grã (m. c. 1515) e João de Abreu (m. c. 1507). Destes poetas, anotamos esta composição de Rui Gomes de Grã: "Cõ gram dor, cõ gram cuidado,/com muy sobeja tristeza/he força fazer mandado/de vossa grande crueza./A qual sempre mal obrando/contra nos,/nos manda partir de vos,/brassamando" (*Ibid.*, IV, 285). No *Elucidário Madeirense*, além destes, são ainda referidos como poetas da Madeira o conde de Tendilha, que surge referido no *Cancioneiro* numa composição de Francisco da Silveira, e Manuel Correa, que, segundo citação de Aida Fernandes Dias (DIAS, 2003, VI, 203), parece ser natural da Ilha, ao ser referido num verso de Garcia de Resende como "Fostes cá trazido d'Ilha".

Dos poetas citados, nota-se uma predominância do tema do amor, com exceção de Manuel de Noronha, cujas composição assente no *Cancioneiro* e respetiva panóplia de respostas e contra-respostas nos dão a jocosidade poética e uma questão de defesa nacional, o que torna o "ciclo poético da Madeira" uma continuação das temáticas caras à lírica portuguesa da época.

Bibliog.: ANTUNES, Luísa Marinho, "A burla às ceroulas de chamelote de D. Manuel de Noronha ao *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende", *Islenha*, n.º 24, jan.-jun. 1999, pp. 31-38; BELTRAN, Vicente, "*Cancioneiro de Baena*", in LANCIANI, Giulia, e TAVANI, Giuseppe (orgs. e coords.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa, Caminho, 2000, pp. 126-128; DIAS, Aida Fernanda (org.), *História Crítica da Literatura Portuguesa. Idade Média*, vol. 1, Lisboa/São Paulo, Verbo, 1998; *Id.*, Cancioneiro Geral *de Garcia de Resende. Dicionário (Comum, Onomástico e Toponímico)*, vol. 6, Lisboa, INCM, 2003; FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, "Tristão das Damas", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XI, 1959, pp. 157-171; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2007; GOES, José Laurindo, "Estabelecimento e evolução do Ateneu Comercial do Funchal", *Atlântico*, n.º 2, 1985, pp. 127-133; GONÇALVES, Ernesto, "João Gomes da Ilha", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XI, 1959, pp. 9-82; MAGALHÃES, Isabel Allegro de, *História e Antologia da Literatura Portuguesa, Século XVI. Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, Lisboa, FCG, 1999; MENDES, Margarida Vieira, "*Cancioneiro Geral*", in LANCIANI, Giulia, e TAVANI, Giuseppe (orgs. e coords.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa, Caminho, 2000, pp. 128-132; PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. 1, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949; RESENDE, Garcia de, *Cancioneiro Geral*, ed. preparada por A. J. Gonçalves Guimarães, 5 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1910-1917; *Id.*, *Cancioneiro Geral*, texto estabelecido, pref. e anot. Álvaro Júlio da Costa Pimpão e Aida Fernanda Dias, 2 vols., Coimbra, Centro de Estudos Românicos/Instituto de Alta Cultura, 1973-1974; *Id.*, *Antologia do Cancioneiro Geral*, sel. e introd. Maria Ema Tarracha Ferreira, Lisboa/São Paulo, Verbo, 2009; ROCHA, Andrée Crabbé, *Garcia de Resende e o Cancioneiro Geral*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1979; *Id.*, "Garcia de Resende", in LANCIANI, Giulia, e TAVANI, Giuseppe (orgs. e coords.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa, Caminho, 2000, pp. 288-289; SARAIVA, António José, e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 9.ª ed., Porto, Porto Editora, 1976; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978.

PAULO FIGUEIRA

Candomblé e umbanda

O candomblé é a religião afro-brasileira dos escravos africanos levados para o Brasil, que aí mantiveram algumas das tradições culturais das religiões de várias partes de África, nomeadamente o culto dos *orixas* (termo iorubano que significa "ser sobre-humano" ou

"Deus") – manifestações do grande deus Olorum (criador de tudo) que representam as forças da natureza –, que constitui uma forma de xamanismo. Trata-se de uma religião com uma base filosófica, mistérios, crenças e rituais específicos: tem uma teologia própria (estudo dos orixás, experiência da divindade e conhecimento da formação do seu mundo religioso), uma liturgia (todos os ritos, públicos e secretos, existentes na religião para os iniciados, como cantos e danças) e dogmas que sustentam a doutrina desta tradição religiosa.

A religião dos orixás – entendidos como entidades espirituais ancestrais dos reis e das rainhas que existiram nas terras africanas e foram levados como escravos para o Brasil – formou-se na Baía no séc. XIX, sendo parte das tradições do povo ioruba (nome do idioma) ou nagô, também chamado nação Ketu. A maioria das religiões de origem africana que se firmaram no Brasil sofreu grande influência deste povo do antigo reino africano, onde surgiriam a República Popular do Benim e a Nigéria. A nação Ketu é considerada a verdadeira raiz africana, enquanto a nação Angola é vista como um braço do Ketu que tornou os seus preceitos ou obrigações mais brandos, mantendo os mesmos fundamentos: resguardo e respeito. O Ketu tornou-se uma espécie de modelo para o conjunto das religiões dos orixás, pelo que as outras nações (assim chamadas por corresponderem a povos) acabaram por incorporar algumas das suas práticas ou rituais. Foram principalmente os candomblés baianos das nações Ketu (ioruba) e Angola (banto) que mais se propagaram no Brasil. A nação banto ou Angola, dos povos do Congo e Angola, tinha como idioma o quimbundo, sendo facilmente reconhecida pela forma diferente de dançar, cantar e tocar atabaques. Esta nação incorporou os orixás iorubanos, utilizando nomes dos *inkices* ou divindades bantas. Existem ainda outras variantes de cultos do candomblé no Brasil, mas todas têm o mesmo propósito nas suas crenças e liturgia: o equilíbrio entre os homens e as divindades como ligação do mundo material com o sagrado. Por isso, praticamente todas as variantes seguem as mesmas determinações: iniciação, cânticos (na linguagem original), toque de atabaques, oferendas e sacrifícios.

Tradicionalmente, esta religião afro-brasileira vive do conhecimento dos orixás, que determinam as características e o destino pessoal



Ritual de prosperidade em honra de Iemanjá conduzido por Pai Nélio d'Oxalá (Tenda Espírita e Mensageiro de Oxalá), Caniçal, 31 de dezembro de 2016 (fotografia de *Funchal Notícias*).

dos crentes. O santo de proteção ou orixá da cabeça (*ori*) é conhecido através do jogo de búzios feito pela mãe (*iaolorixá*) ou pelo pai (*babalorixá*) de santo. Estes comandam as sessões ritualísticas com a ajuda dos seus filhos de santo, iniciados ou *iaôs*, que têm funções específicas no terreiro, onde se realizam os cultos e os religiosos recebem ou incorporam os santos e/ou orixás que "baixam". O barracão é a casa central de um terreiro de candomblé, onde acontecem as festividades, os rituais religiosos e as incorporações dos orixás nas pessoas iniciadas, ao som dos tambores. Um iniciado é uma pessoa que é escolhida para ser filho ou filha de santo, passando por anos de aprendizagem sobre a religião, as músicas, os cânticos, as folhas e ervas utilizadas nos trabalhos espirituais ou *ebós*, maneiras de andar, dançar e estar diante de um pai ou mãe de santo, a história dos povos africanos e os seus *eguns* (espíritos), entre outras coisas.

Enquanto religião, o candomblé foi muito perseguido, mas, no Brasil, a Igreja Católica acabou por aceitar os pais e as mães de santos trajados com os seus filhos de santos. Esta religião sofreu, assim, transformações ao longo dos séculos: por um lado, sincretizou o seu conteúdo com a Igreja Católica; por outro, preservou os elementos essenciais da identidade cultural dos negros africanos escravizados no Brasil. Como escravos de senhores católicos, os negros foram proibidos de cultuar a sua religião, sendo obrigados a assistir às missas nos portais das igrejas. Numa tentativa de fazer sobreviver a sua cultura, começaram a estabelecer paralelos entre as suas divindades e os santos da Igreja Católica; num gesto de sincretismo religioso. Cada orixá tem as suas características, o seu dia, a sua cor, a sua dança, os seus instrumentos, frutas e comidas favoritas e saudações. Também há uma correspondência entre os orixás e os signos do zodíaco.

No que diz respeito à presença do candomblé na Madeira, existem pais e mães de santo na Ilha que vieram do Brasil ou que foram formados no Brasil ou por brasileiros e africanos no continente português. O barracão de candomblé ou roça de santo/casa de santo é um lugar considerado sagrado, onde ocorre a *gira* para cultuar o orixá. O terreiro engloba o quarto do orixá, o salão para fazer as festas, cantar, exaltar e receber o orixá, etc.

Num terreiro de umbanda, tal como no candomblé, a *gira* é a entrada no recinto da mãe ou pai de santo, ou seja, a abertura para receber uma entidade com o propósito de cura e orientação espiritual. A umbanda ("arte de curar", do quimbundo de Angola) é uma religião formada dentro da cultura religiosa brasileira, que sincretiza vários elementos: índios (indígenas ancestrais ou caboclos), negros (ancestrais pretos-velhos de África, da religião afro-brasileira candomblé), brancos (religião católica) e da doutrina espírita de Kardec. Uma das principais diferenças em relação ao candomblé é que, na umbanda, os orixás não incorporam, devido à sua elevada posição na hierarquia divina. A prática da caridade é a característica principal deste culto, que tem por base o evangelho. Ao longo do tempo, a umbanda passou por várias transformações e criou diversas ramificações. Assim, as entidades ou guias que cultua estão ligados a diferentes linhas espirituais: pretos-velhos (linhagem africana), caboclos (sobretudo índios), baianos (também chamados Zés e marinheiros), boiadeiros, povo do Oriente, crianças (*erés*), *exus* e pombagiras, entre outros.

Na Madeira, existem pais de santo de umbanda que realizaram a sua "feitura", o "assentamento" ou "fundamento" (cerimónia ou ritual de iniciação) de preto-velho no Brasil ou em Lisboa, na linhagem africana, sendo médiuns de incorporação que juntam o espiritismo e o catolicismo, bem como a sua intuição e visão, na sua atividade. Desde agosto de 2006, existe o Umbanda Center na Madeira, começando a divulgação da religião e a realização de rituais. Este centro ou terreiro de umbanda está ligado a uma casa de santo do Rio de Janeiro e foi fundado com o seu apoio. Designando-se primeiramente Tenda Espírita Sete Luas, o seu nome foi depois alterado para TEMO – Umbanda Center, designação que significa Tenda Espírita Mensageiro de Oxalá – Centro de Umbanda.

A aceitação do candomblé e da umbanda na Madeira revelou-se um processo lento devido ao preconceito oriundo do desconhecimento destas religiões, que são conotadas negativamente como práticas de macumba e de feitiçaria.

Bibliog.: DIAS, Rosana de Queiroz, *Os Orixás em Nossas* Vidas, São Paulo, Adonis, 2006; LIGIÉRO, Zeca, *Iniciação ao Candomblé*, 7.ª ed., Rio de Janeiro, Nova Era, 2002; PETROVICH, Carlos e MACHADO, Vanda, *Ivê Ayó. Mitos Afro-Brasileiros*, Salvador/Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2004; PRETTO, Nelson de Luca e SERPA, Luiz Felippe Perret (org.), *Expressões de Sabedoria: Educação, Vida e Saberes. Mãe Stella de Oxóssi Juvany Viana*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2002; SALES, Nívio Ramos, *A Fala dos Orixás: Búzios, Caídas, Significados, Leituras*, Rio de Janeiro, Pallas, 2005; SARACENI, Rubens, *Código de Umbanda*, São Paulo, Madras, 2004.

NAIDEA NUNES

Cane, irmãs

Ella Mary du Cane, mais conhecida por Ella du Cane, nasceu a 4 de junho de 1874, em Hobart, na Tasmânia (Austrália). Florence Gertrude Louisa du Cane, comummente conhecida por Florence du Cane, nasceu a 21 de maio de 1869, também na mesma cidade. Eram dois dos cinco filhos de *sir* Charles du Cane e de Georgiana Susan Copley, residentes em Braxted Park, Essex, Inglaterra. Ella e Florence eram netas de John Singleton Copley, 1.º barão de Lyndhurst, e bisnetas do pintor John Singleton Copley. Ella e Florence eram descentes, pela linhagem paterna, de Jean du Quesne. Ella du Cane foi uma notável aguarelista, e Florence uma exímia escritora e *designer* de jardins.

Após a morte do seu pai, em Essex, Ella e Florence du Cane viajaram pelo mundo, compondo obras de suma importância relativamente à flora, à fauna e aos povos dos países que visitaram. Antes de colaborar proficuamente com a sua irmã, Ella du Cane ilustrou os livros *The Italian Lakes* (1905), da autoria do inglês Richard Bagot, e *Japan* (1907), de John Finnemore, da coleção Peeps at many Lands. Estas produções, sob a alçada da editora Adam and Charles Black, constituíram um impulso para ambas realizarem as suas próprias viagens e publicarem obras conjuntas: Ella ilustrava e Florence escrevia.

Livros como *The Flowers and Gardens of Japan* (1908), *The Flowers and Gardens of Madeira* (1909, reed. 1926) e *The Canary Islands* (1911) nasceram desta colaboração, exibindo e descrevendo paisagens, jardins luxuriantes e o quotidiano popular não só através das aguarelas de Ella, mas também pelas minuciosas descrições de Florence. O sucesso das aguarelas de Ella du Cane é patente no patrocínio da Câmara Municipal do Funchal, que chancela ambas as edições, e, nos anos seguintes, na circulação de inúmeros bilhetes-postais dos seus trabalhos na ilha da Madeira. A obra de maior sucesso editorial das irmãs Cane foi *The Flowers and Gardens of Japan*, por ser considerada um diário de viagem ou uma espécie de diário paisagístico que capta o exotismo do Oriente, alimentando o fascínio do Ocidente pelos jardins e pela paisagem natural japonesa.

Em 1895, a Rainha Vitória, admirada com o trabalho de Ella du Cane, adquiriu diversos quadros da sua autoria. As pinturas de Ella foram exibidas na New Society of Painters in

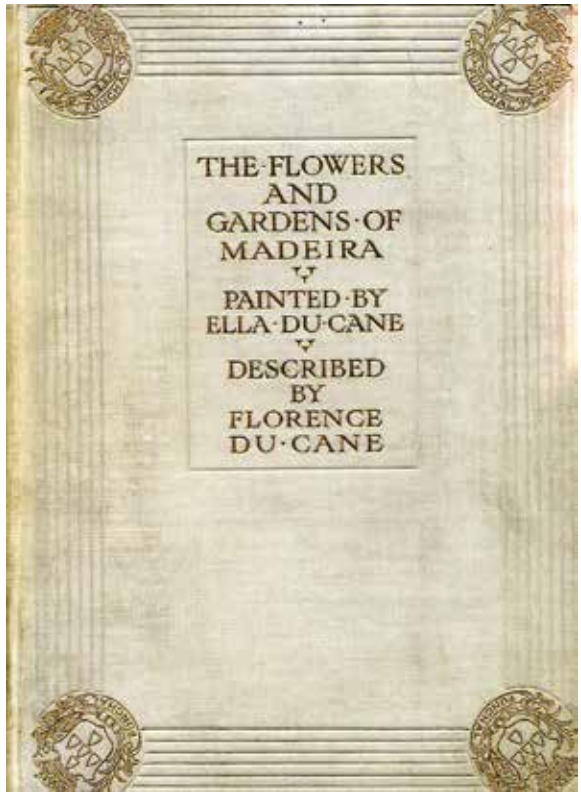


Fig. 1 – *The Flowers and Gardens of Madeira* (1909), de Florence du Cane e Ella du Cane.



Fig. 2 – *Poinsettia on the Mount Road*, manhãs-de-páscoa no caminho do Monte, Ella du Cane, 1904 (coleção particular).



Fig. 3 – *Jackaranda Tree*, jacarandá da Trav. das Capuchinhas, Ella du Cane, 1904 (coleção particular).

Water Colours, na The Fine Art Society e na Graves Gallery, em Inglaterra. Nestas galerias, expôs as aguarelas sobre a sua viagem com Florence à Madeira, em 1910.

Em 1913, Ella ilustra e Florence colabora na obra de John Aiton Todd, intitulada *The Banks of the Nile*. Nos anos 20-30, Ella expõe e publica um conjunto de aguarelas relativas ao Egito, intitulado *The Nile Watercolours* e *Egypt*. Segundo a imprensa da época, as aguarelas de Ella "radiated sunshine and their subtle colouring stirs the imagination [irradiavam luz solar e a sua coloração subtil agita a imaginação]" (*Belfast Newsletter*, 31 out. 1905, 9).

Ella e Florence viajaram e visitaram a Madeira, as Canárias, o Egito, a China, o Sri Lanca e o Japão, registando extensas descrições sinestésicas e aguarelas. Durante a sua viagem à Madeira, as irmãs Cane visitaram o Palheiro, a Camacha, o Monte, a Qt. dos Ilhéus, a Qt. Vigia, a Qt. Stanford, Santa Luzia, a Qt. do Til, Torrinhas, a Qt. da Levada, entre outros locais de destaque no Funchal. Relembram passagens históricas e lendárias, desde a descoberta até à lenda de Machim, e revisitam livros de outros viajantes, estudiosos e cientistas que visitaram e estudaram a Madeira, como Gaspar Frutuoso, Ellen Taylor, Piazzi Smyth e Edward Bowdick. Florence e Ella destacam a exuberância da paisagem e das plantas que decoram as diversas quintas privadas e os jardins públicos madeirenses: "By April the wistaria takes its place, and the road becomes all mauve, as nowhere in the whole of Funchal are there so many beautiful wistarias collected together; all along this road they seem to have been planted with a lavish hand [Em abril, a glicínia toma o seu lugar e a estrada fica toda malva, em lugar algum do Funchal há tantas glicínias bonitas reunidas; ao longo de toda esta estrada elas parecem ter sido plantadas por uma mão extravagante]" (CANE, 1909, 41).

Após as viagens, Ella dedicou-se ao mister da pintura e Florence ao *design* de jardins. Segundo a imprensa inglesa, Florence, além de descrever de forma exímia as paisagens e os locais por onde passava, era considerada uma distinta jardinista, sendo comparada a Gertrude Jekyll, insigne escritora e *designer* de jardins britânica.

Ella du Cane faleceu a 25 de novembro de 1943, e Florence a 3 de julho de 1955, em Maldon, Essex, Inglaterra. Florence du Cane legou toda a herança ao sobrinho, o conhecido engenheiro naval e comandante da Marinha Real inglesa, Peter du Cane.

Obras de Florence Gertrude Louisa du Cane (com ilustrações de Ella Mary du Cane): *The Flowers and Gardens of Japan* (1908); *The Flowers and Gardens of Madeira* (1909); *The Canary Islands* (1911).

Bibliog.: BAGOT, Richard, e CANE, Ella du, *The Italian Lakes*, London, Adam and Charles Black, 1912; *Belfast Newsletter*, 31 out. 1905; *Bromyard News*, 26 mar. 1903; CANE, Florence du, e CANE, Ella du, *The Flowers and Gardens of Madeira*, London, Adam and Charles Black, 1909; *Daily Telegraph & Courier*, 23 abr. 1910; FOSTER, Joseph, *The Peerage, Baronetage and Knightage of the British Empire*, Westminster, Nichols and Sons, 1881; GRIFFITHS, Mark, *The Lotus Quest. In Search of the Sacred Flower*, London, Chatto & Windus, 2009; MACEDO, L. S. Ascensão de, *Da Voz à Pluma. Escritoras e Património Documental de Autoria Feminina de Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde. Guia Biobibliográfico*, Ribeira Brava, ed. do Autor, 2013; *Mid Sussex Times*, 22 maio 1900; MILLAR, Delia, *The Victorian Watercolours and Drawings in the Collection of Her Majesty the Queen*, London, Philip Wilson, 1995; *Portsmouth Evening*, 25 out. 1955; REDFOOT, Alison, *Victorian Watercolorist Ella Mary du Cane. A Study in Resistance and Compliance of Gender Stereotypes, the Professional Art World, Orientalism, and the Interpretation of Japanese Gardens for British Society*, Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à California State University, Long Beach, texto policopiado, 2011; *Sheffield Independent*, 7 fev. 1898; *The Times*, 8 jul. 1955.

Fernanda de Castro
L. S. Ascensão de Macedo

Canonização, processo de

A santidade não é um luxo de poucos, um privilégio de uns tantos, mas uma meta que Deus propõe ao Homem, feito à sua imagem e semelhança, uma proposta que se torna mandamento: "Sede santos, porque Eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo" (Lv 19, 2). De atributo divino, a santidade passa, assim, a ser vocação de todo o Homem. O que a Igreja tem feito é reconhecer publicamente que alguns fiéis chegaram a essa santidade, ou pelo martírio que aceitaram, ou pelas virtudes cristãs que praticaram heroicamente. Na segunda metade do séc. XX, durante o seu prolongado ministério de 26 anos, o Papa João Paulo II proclamou cerca de 1340 beatos e 482 santos. Os papas que se lhe seguiram, Bento XVI e Francisco, prosseguiram esse caminho.

Os santos e a santidade são identificados num movimento de baixo para cima: o povo cristão, reconhecendo pela intuição da fé a fama de santidade, indica ao seu bispo, titular da primeira fase do processo, e, em seguida, à Congregação competente da Santa Sé os candidatos à canonização. Nem a Congregação para as Causas dos Santos nem o papa "inventam" ou "fabricam" santos. O objetivo final de uma causa não são os beatos ou os santos, mas os fiéis, que têm necessidade de que a Igreja continue a propor novos modelos de santidade.

Para compreender a Igreja, é necessário conhecer os santos, que são o seu sinal e o seu fruto mais amadurecido e eloquente. Para contemplar o rosto de Cristo, é preciso olhar para os santos. A Igreja proclama santos em nome daquele anúncio da santidade que a enche e a transforma em instrumento de santidade no mundo.

Ao longo dos séculos, as causas dos santos sofreram uma grande evolução, não só quanto ao método e à autoridade competente, mas também quanto à investigação que precede a canonização. As causas de canonização têm a sua origem na vida da Igreja dos primeiros tempos, na homenagem espontânea que prestava aos mártires, como fruto do entusiasmo e da veneração dos fiéis para com aqueles que consideravam seus modelos. No tempo de paz iniciado no reinado de Constantino, o culto aos mártires atinge o seu esplendor e o dia do aniversário de martírio é celebrado solenemente pelos fiéis com peregrinações aos respetivos túmulos. Mais tarde, começa-se a tributar culto também aos cristãos que se distinguiam pela sua firmeza em defesa da fé, os chamados confessores – conceito posteriormente alargado aos fiéis que se distinguiam pelo seu trabalho apostólico, pelos seus escritos ou pelas suas virtudes.

Entre os sécs. VI e X, não se pode ainda falar propriamente de investigação ou de processo de canonização, nem se pode dizer que



Fig. 1 – *Vera Effigies Fr. Petri da Guarda*, gravura de c. 1760 (BNP, cód. 1365388).

haja um estudo crítico da vida e das virtudes; há essencialmente uma avaliação da fama de santidade e da fama de sinais, graças e milagres. A voz do povo e as peregrinações aos sepulcros eram suficientes para que o bispo do lugar ou um sínodo decretasse o culto ao servo de Deus.

Nos inícios do séc. XII, surge o costume de convidar o papa para as canonizações locais e de lhe pedir a autorização para prestar o referido culto, dando origem, entre os canonistas, ao parecer de que só o papa podia canonizar. Em 1234, nas decretais de Gregório IX, as canonizações são reservadas exclusivamente para o pontífice romano, o que não impediu que continuassem a existir canonizações realizadas por bispos até 1588. Nesse ano, o Papa Sisto V cria a Sagrada Congregação dos Ritos, a quem atribui, entre outras, competência para as causas dos santos. Com a legislação de Urbano VIII, promulgada em 1642, foi definitivamente retirada aos bispos qualquer faculdade de conceder culto público em honra de um servo de Deus. Será o próprio papa, em alguns casos, a autorizar primeiro o culto público local, chamado beatificação, e posteriormente a estender esse mesmo culto a toda a Igreja, chamando-lhe canonização.

Um importante passo foi dado pela obra do cardeal Lambertini, posteriormente Papa Bento XIV, *Sobre a Beatificação dos Servos de Deus e Canonização dos Beatos*, cujas normas estiveram vigentes durante quase dois séculos, passando depois para o can. 17 do Código de Direito Canónico. Existiam então os processos de autoridade ordinária. Ao bispo competia a instrução de três processos: 1) recolha dos escritos do servo de Deus; 2) investigação da fama de santidade de vida, virtudes e milagres em geral (*super fama santitate vitae, virtutum et miraculorum in genere*); 3) investigação da ausência de culto. A Sagrada Congregação dos Ritos recebia todo este material da diocese e procedia ao estudo e discussão do processo sobre a fama de santidade em geral. Existindo fundamento para tal, o santo padre ordenava a publicação do decreto de introdução da causa, com o qual se procedia ao processo apostólico, que versava sobre as virtudes em particular.

Muitas causas portuguesas foram abandonadas ou esquecidas depois de realizados os processos ordinários, não chegando a ser decretada a introdução da causa pelo papa. A legislação introduzida no séc. XX permitiu reavivá-las, na qualidade de causas antigas ou históricas. Com efeito, em 1930, Pio XI instituiu uma secção histórica na Sagrada Congregação dos Ritos e, em 1939, tornou supérfluo o processo apostólico paras as causas históricas. Outro passo importante foi dado pelo Papa Paulo VI com a carta apostólica *Sanctitas Clarior*, de 18 de maio de 1969, que estabeleceu que, para as causas mais recentes, em lugar do processo ordinário e apostólico, se fizesse um único processo de investigação ou de recolha de provas, instruído pelo bispo, com prévia licença da Santa Sé. O mesmo Papa desdobrou a Sagrada Congregação dos Ritos em Sagrada Congregação para o Culto Divino e Sagrada Congregação para as Causas dos Santos, que, em 1988, com a constituição apostólica *Pastor Bonus*, de João Paulo II, passa a ser designada Congregação para as Causas dos Santos.

O Código de Direito Canónico (CDC) de 1983 estabelece, no seu cân. 1403, § 1, que as causas de canonização dos servos de Deus se regem por lei pontifícia peculiar, e, no § 2, que a estas causas se aplicam os preceitos deste Código, sempre que na mesma lei se remeter para o direito universal ou se tratar de normas que, pela natureza das coisas, afetem também estas causas. Simultaneamente à promulgação do CDC de 1983, o Santo Padre João Paulo II promulgou também a constituição apostólica *Divinus Perfectionis Magister*, que entrou em vigor a 25 de janeiro de 1983. Com o fim de assistir todos aqueles que são responsáveis pela instrução da causa na fase diocesana, o Santo Padre confiou à Congregação para as Causas dos Santos o dever de publicar as normas da instrução diocesana. Foram publicadas, assim, as *Normas Que Devem Ser Observadas na Instrução a Realizar pelos Bispos nas Causas dos Santos*, aprovadas pelo mesmo Papa a 7 de fevereiro de 1983; em 36 pontos, estas *Normas* descrevem o procedimento que deve ser seguido na instrução diocesana. Assim, os vários processos (ordinário e apostólico) da legislação anterior foram substituídos por uma causa que começa com uma investigação diocesana, com o objetivo de recolher provas, que depois são enviadas para Roma, onde decorre a chamada fase romana; nesta altura, tem lugar o juízo, o estudo acerca da validade jurídica e do mérito da causa.

A competência para instruir uma causa é do bispo em cuja diocese o servo de Deus morreu, enquanto a competência para instruir um processo sobre um possível milagre é do bispo da diocese onde ocorreu o dito milagre. Em circunstâncias concretas, a Congregação pode dar a prorroga de competência. A 17 de maio de 2007, a Congregação para as Causas dos Santos publicou a instrução *Sanctorum Mater*, com o objetivo de ajudar a aplicar todas as normas existentes.



Fig. 2 – Zita e Carlos de Áustria saindo da Sé do Funchal, com o Cón. Homem de Gouveia, 8 de dezembro de 1921 (ABM, Perestrellos Photographos).

Causas instruídas na Diocese do Funchal

Um dos processos instruídos no Funchal foi o que levou à beatificação, a 3 de outubro de 2004, do Imperador Carlos de Áustria (1887-1922). Um processo histórico, entretanto um pouco esquecido, é o processo de Fr. Pedro da Guarda, falecido na ilha da Madeira em 1505. Outros processos de beatificação em curso em 2015 são os da Ir. Mary Jane Wilson, fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias (1840-1916); da M.ª Virgínia Brites da Paixão (1860-1929), abadessa do Mosteiro das Mercês; e da Ir. Maria do Monte Pereira (1897-1963), religiosa hospitaleira do Sagrado Coração de Jesus.

Beato Carlos de Áustria

O arquiduque Carlos Francisco José nasceu a 17 de agosto de 1887, no castelo de Persenbeug, na Áustria. Em 1911, casou-se com a princesa Zita de Bourbon-Parma. Em 1914, tornou-se herdeiro do trono, por morte do arquiduque Francisco Ferdinando em Serajevo. Em 1916, com a morte do Imperador Francisco José, tornou-se automaticamente imperador da Áustria e rapidamente afirmou a sua vontade de acabar com os horrores da guerra. Com o fim da guerra e o desmembramento do império, partiu para o exílio na Suíça e depois para a ilha da Madeira, onde foi viver para uma casa sem condições, acabando por adoecer com um resfriado e por morrer a 1 de abril de 1922, aos 34 anos. A 3 de outubro de 2004, foi beatificado pelo Papa João Paulo II.



Fig. 3 – Descendentes e familiares do B.º Carlos de Áustria, Funchal, 1 de abril de 2010 (Câmara Municipal do Funchal).

Em 1923, o Presidente da Áustria, Guilherme Miklas, apresentou ao cardeal arcebispo de Viena, D. Frederico Gustavo Piffl, o pedido de abertura do processo de canonização do Imperador. Em 1925, tem início o processo diocesano para reunir provas e depoimentos, entrevistar testemunhas e compilar uma biografia definitiva. Em 1994, a *positio* do servo de Deus Carlos de Áustria é publicada em Roma: detalha a vida de Carlos, contendo uma completa e pormenorizada biografia, os seus escritos e os testemunhos de todas as pessoas vivas que o conheceram; é composto por dois volumes, somando mais de 2650 páginas. A 12 de abril de 2003, o Santo Padre João Paulo II proclama as virtudes heroicas do servo de Deus, dando ao Imperador Carlos o título de Venerável. No mesmo ano, a 20 de dezembro, um decreto promulgando um milagre atribuído ao venerável servo de Deus foi lido diante de João Paulo II. O milagre relaciona-se com uma religiosa polaca encarregada de um hospital no Brasil, que ficou acamada porque sofria de graves problemas nas pernas. Foi operada algumas vezes, mas sem qualquer êxito. A religiosa rezou ao Imperador Carlos e no dia seguinte encontrava-se completamente curada. Era o passo necessário para a beatificação. Na sequência desta cerimónia, a Liga de Oração do Imperador Carlos continuou a promover a causa, tendo recebido notícia de muitas graças e milagres obtidos por intercessão do B.º Carlos de Áustria.

Frei Pedro da Guarda

Nasceu na Guarda em 1435, sendo filho de João Luís, tecelão de panos, e de Ângela Gonçalves. Com 20 anos feitos, por volta de 1455, entrou no noviciado da vigararia observante da província franciscana de Portugal, provavelmente no Convento de S.ta Cristina, perto de Tentúgal. Concluído o noviciado, Fr. Pedro professou como irmão leigo e dedicou-se a trabalhos domésticos em diversos conventos do reino durante cerca de 30 anos. Em 1485, com

o beneplácito dos superiores, passou à ilha da Madeira e incorporou-se no Convento de S. Bernardino de Câmara de Lobos, onde serviu durante 20 anos como cozinheiro, vindo a falecer a 27 de julho de 1505. Nos seus 50 anos de vida consagrada, o dia a dia de Fr. Pedro desenrolou-se à volta de três eixos fundamentais: penitência, oração e caridade. Depois da sua morte, logo cresceu a veneração popular a Fr. Pedro, a quem se atribuiu a designação de servo de Deus. O seu culto estendeu-se a toda a Ilha, com a sua imagem colocada em todas as igrejas, "dando-lhe culto, como o têm os santos canonizados", refere Soledade. Em 1835, o vigário capitular do Funchal, o Cón. António Alfredo Braga, franciscano muito influenciado pela ideologia liberal e que considerava nefasto obscurantismo o culto prestado a Fr. Pedro da Guarda, decidiu suprimir toda a devoção popular ao santo frade e mandou queimar a sua imagem e relíquias, sob pretexto de que ele não tinha sido beatificado do modo expresso no direito canónico. Apesar deste incidente, o culto ao "santo servo de Deus", embora sofresse abrandamento, não se extinguiu. A 18 de julho de 1905, no quarto centenário do falecimento de Fr. Pedro, o bispo D. Manuel Agostinho Barreto promoveu e presidiu a uma reunião extraordinária do Tribunal Eclesiástico do Funchal que decretou a ilegitimidade da proibição do culto de Fr. Pedro pelo vigário capitular em 1835.

Terão sido elaborados 11 processos com vista à sua beatificação. Tudo indica que nem todos terão seguido para Roma. O primeiro deve ter sido aberto em 1597, aquando da trasladação dos restos mortais para a igreja do convento; provavelmente terá sido apenas uma recolha de milagres. Organizou-se outro em 1620 e mais um em 1623, este último apresentado em Roma, ao Papa Urbano VIII, que a 30 de agosto de 1625 mandou que o bispo D. Jerónimo Fernando fizesse nova inquirição por autoridade apostólica. O processo pedido pelo Papa ficou concluído em 1628 e dele se fizeram duas cópias. Uma foi para Roma e perdeu-se por descuido dos agentes, outra ficou no Funchal, mas já estava incompleta em 1652. Entretanto,



Fig. 4 – Fr. Pedro da Guarda, relicário, c. 1670 (paróquia de Santa Cecília).

apareceu publicado em Nápoles, em 1626, outro processo para a beatificação do servo de Deus. Em 1652, o deão Pedro Moreira, então provisor do bispado do Funchal em situação de sé vacante, elaborou outro processo com novos casos de milagres. Pelo mesmo ano, Fr. Baptista de Jesus organizou dois processos, um no Funchal e outro em Lisboa, e partiu para Roma para tratar pessoalmente do assunto, mas regressou à Madeira sem nada conseguir. Seguiram-se ainda mais dois processos de milagres para efeito de beatificação: um em Lisboa, em 1655, e o segundo no Funchal, mais tardio, no tempo do bispo D. Fr. Manuel Coutinho (1722-1739). Os próprios reis se interessaram pela beatificação de Fr. Pedro da Guarda e cuidaram de garantir receitas para acorrer aos encargos do processo. Com essa finalidade, saíram provisões régias em 1653, 1729 e 1753

(de D. João IV, D. João V e D. José I, respetivamente), determinando que metade das condenações judiciais decretadas na Madeira fosse canalizada para a beatificação do Fr. Pedro. O último processo foi organizado no Funchal por iniciativa de D. Manuel Agostinho Barreto, em 1905, no quarto centenário do passamento de Fr. Pedro da Guarda, do qual saíram publicadas algumas peças em forma avulsa em 1908. Há notícia de alguma correspondência sobre a situação deste processo em Roma em 1912 e 1926. Neste mesmo ano, o P.e João Vieira Caetano, para apoio documental do processo, escreveu uma monografia intitulada *O Santo Servo de Deus Frei Pedro da Guarda (1435-1505): Breve Resumo da Sua Vida, Culto e Milagres Que Lhe São Atribuídos*, que não chegou a ser impressa. A 24 de novembro de 1624, a Câmara Municipal da Guarda pediu a sua beatificação e, a 24 de outubro de 1905 (ano jubilar do servo de Deus), a Câmara Municipal de Câmara de Lobos solicitou o restabelecimento do culto público e oficial do Santo Servo de Deus. Em 2015, o processo continuava em aberto.

Irmã Mary Jane Wilson

Nasceu em Hurryhur, Mysore, Índia, a 3 de outubro de 1840. Seus pais, ingleses, educaram-na na religião anglicana, que fervorosamente praticavam. Órfã na infância, foi entregue aos cuidados de uma tia, em Inglaterra, que lhe proporcionou esmerada educação. Na juventude, foi assaltada por dúvidas relativas à sua religião, que a aproximaram da Igreja Católica. A dificuldade mais resistente, que dizia respeito à presença real de Cristo na eucaristia, terá sido vencida graças a uma intervenção particular de N.ª Sr.ª das Vitórias, a 30 de abril de 1873. A 11 de maio seguinte, recebeu, sob condição, o batismo católico, em Boulongne-Sur-Mer, França. A 26 de maio de 1881, chegou à ilha da Madeira como enfermeira de uma doente inglesa. Fixando-se no Funchal, dedicou-se à catequese das crianças, aos doentes e à educação da juventude, tendo instituído diversas obras a favor dos pobres. A 15 de janeiro de 1884, com a sua primeira colaboradora, Amélia Amaro de Sá, fundou a Congregação das Irmãs Franciscanas de



Fig. 5 – M.e Mary Jane Wilson, c. 1910 (Núcleo Museológico Madre Mary Wilson).

Nossa Senhora das Vitórias, tomando o nome de Ir. Maria de S. Francisco. Em 1907, deu testemunho da sua caridade quando uma forte epidemia de varíola assolou a região sul da Madeira. Correndo todos os perigos, a Ir. Wilson e suas irmãs socorreram de tal modo os doentes, que mereceram, na pessoa da fundadora, a condecoração Torre e Espada, que lhe foi atribuída pelo Rei D. Carlos. Em outubro de 1910, com a revolução republicana, a Congregação foi extinta e a fundadora, depois de presa, foi expulsa para Inglaterra. Após um ano de exílio, conseguiu regressar e, no escondimento, reuniu e deu nova vida à Congregação que fundara. A 8 de maio de 1916, recebeu a aprovação diocesana dos estatutos, e a 18 de outubro do mesmo ano, quando, a pedido do bispo, lançava as bases de um pré-seminário, faleceu piedosamente, aos 76 anos.

O seu processo de beatificação e canonização foi aberto no Funchal a 18 de agosto de 1991, com a tomada de posse dos membros do tribunal. A fase diocesana foi encerrada a 30 de abril de 1993. Recebeu o decreto de validade jurídica a 28 de janeiro de 1994 e nesse mesmo ano foi nomeado relator Mons. José Luís Gutierrez. A 20 de outubro de 1997, foi concluída a *positio* sobre as virtudes e a fama de santidade, que recebeu o voto favorável da comissão histórica a 27 de outubro. No ano em que a diocese celebrava os seus 500 anos, a serva de Deus Ir. Wilson foi proclamada Venerável pelo santo padre. Em 2015, os seus devotos imploravam com fé a sua intercessão junto de Deus e aguardavam a realização do milagre necessário para a beatificação.

Madre Virgínia Brites da Paixão

Nasceu no Lombo dos Aguiares, freguesia de Santo António, no Funchal, a 24 de outubro de 1860. Aos 16 anos, entrou no Mosteiro de N.ª Sr.ª das Mercês, no Funchal, onde professou em 1883. Aquando da Implantação da República, em 1910, era a abadessa do Mosteiro. Expulsas as religiosas dos seus mosteiros, a madre recolheu à casa que fora dos seus pais, onde manteve o hábito capuchinho e teve experiências místicas. Faleceu a 17 de janeiro de 1929.

Depois de recebido o *nihil obstat* da Santa Sé, procedeu-se, na Diocese do Funchal, à abertura solene do processo diocesano de beatificação e canonização. A cerimónia decorreu na capela do Mosteiro de N.ª Sr.ª da Piedade, da Ordem de Santa Clara, em Câmara de Lobos, a 29 de dezembro de 2006.

Irmã Maria do Monte Pereira

Nasceu a 10 de abril de 1897 no Funchal. Sendo catequista na sua paróquia de Santo António, sentiu o chamamento vocacional e consagrou-se a Jesus Cristo seguindo a vida e missão hospitaleira, no serviço aos doentes e necessitados. Viveu a sua consagração religiosa em oração, caridade e generosa oblação ao Pai. A 18 de dezembro de 1963, consumou santamente o sacrifício da sua vida, no silêncio do seu compromisso com Deus e com a pessoa que sofre.



Fig. 6 – M.ª Virgínia Brites da Paixão e uma irmã clarissa, Santo António (?), c. 1925 (Núcleo Museológico do Convento do Lombo dos Aguiares).

A sua causa de beatificação e canonização teve a sua primeira sessão a 4 de março de 2007, quando 39 testemunhas foram ouvidas pelo tribunal. A 11 de março, a comissão histórica, composta por Teresa Pereira, Ir. Preciosa Silvério e Ir. Natividad de Jesus, irmãs da Ordem Hospitaleira do Sagrado Coração de Jesus, entregou ao tribunal da causa toda a documentação escrita e a relação histórica, prestando o seu depoimento. A sessão de encerramento da fase diocesana ocorreu a 18 de dezembro de 2008 e o processo foi enviado para Roma.

Bibliog.: CONGREGAÇÃO DAS CAUSAS DOS SANTOS, *Normae Servandae in Inquisitionis ab Episcopi Faciendis in Causis Sanctorum*, 7 fev. 1983; *Id.*, *Sanctorum Mater*, 17 maio 2007; FARIA, Teodoro de, *Beato Carlos da Áustria. Os Habsburg na Madeira*, Funchal, DRAC, 2011; GOMES, Manuel Saturino, "Religiosos e religiosas portugueses no caminho da canonização", *Forum Canonicum*, vol. VI, n.º 2, jul.-dez. 2011, pp. 91-103; GONÇALVES, Marcos Fernandes, "Como se inicia uma causa de beatificação?", *Forum Canonicum*, vol. I, n.os 1-2, jan.-dez.

2006, pp. 179-187; GUTIÉRREZ, José Luis, *Studi Sulle Cause di Canonizzazione*, Roma, Giuffrè Editore, 2005; JOÃO PAULO II, *Divinus Perfectionis Magister*, 25 jan. 1983; MOREIRA, António Montes, "Evocação de frei Pedro da Guarda no quinto centenário da sua morte", *Islenha*, n.º 37, jul.-dez. 2005, pp. 26-41; RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, Lisboa, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 1989; RODRIGO, Romualdo, *Manuale delle Cause di Beatificazione e Canonizzazione*, Roma, Institutum Historicum Augustinianorum Recollectorum, 2004; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998; VERAJA, Fabijan, *Commento alla Nuova Legislazione per le Cause dei Santi*, Roma, Congregação das Causas dos Santos, 1983.

MARCOS GONÇALVES

Canovai, Stanislao

Stanislao Canovai nasceu a 27 de março de 1740 em Florença e nesta mesma cidade morreu a 17 de novembro de 1812. Foi um dos matemáticos e físicos mais famosos do séc. XVIII e é considerado o iniciador da corrente científica que se afirmou na segunda metade deste século, nas Escolas Pias de Toscana. A par disto, Canovai foi considerado pelos seus contemporâneos um grande escritor, pela sua doutrina e pelo seu estilo preciso e eloquente.

Estudou em Florença e Pisa, como iniciante na Ordem dos Esculápios, e, em 1765, foi nomeado para a cátedra de Filosofia e Teologia no seminário episcopal de Cortona, onde lecionou Matemática durante 15 anos. Em 1768, interrompeu, por um período muito curto, o seu ensino em Cortona para ensinar Física Matemática no Colégio Real de Parma. Em seguida foi chamado para ensinar Hidráulica no colégio florentino dos Esculápios.

Publicou em Florença, com o editor Giovacchino Pagani, o volume *Elogio di Amerigo Vespucci, Che Riportò il Premio dalla Nobile Accademia Etrusca di Cortona nel Dì 15 Ottobre dell'Anno 1788. Con Una Dissertazione Giustificativa di Questo Celebre Navigatore,* obra que se apresentava bem fundamentada e historicamente fundada. Canovai confrontou códices e publicações e discutiu as escolhas e declarações de estudiosos anteriores, como Angelo Maria Bandini. A obra visava sobretudo considerar e enquadrar o significado cultural do empreendimento de Vespúcio num âmbito crítico e científico mais amplo e acabou por provocar um debate animado. Canovai, como eminente cientista, queria estabelecer a jornada de Vespúcio de forma conclusiva e, em particular, decidiu examinar as rotas, a fim de resolver a questão da longitude. A passagem pela Madeira era crucial, dado que a Ilha e o arquipélago eram um dos pontos geográficos fundamentais, tanto para os cálculos de Canovai, como para confirmar a verdade histórica das várias viagens de Vespúcio.

Obras de Stanislao Canovai: *Elogio di Amerigo Vespucci, Che Riportò il Premio dalla Nobile Accademia Etrusca di Cortona nel Dì 15 Ottobre dell'Anno 1788. Con Una Dissertazione Giustificativa di Questo Celebre Navigatore* (1798).

Bibliog.: CORNIANI, Giambattista, *I Secoli della Letteratura Italiana dopo il Suo Risorgimento Commentario [...] Continuato Fino all'Età Presente da Stefano Ticozzi*, t. II, pt. II, Milano, Vincenzo Ferrario, 1834; DELSEDIME, Piero, *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. 18, Roma, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 1975; POZZETTI, Pompilio, *Elogio di Stanislao Canovai Scritto da Pompilio Pozzetti, Professore Emerito e Bibliotecario nella Regia Università di Bologna*, Bologna, Tip. de Fratelli Masi, 1812; TIRABOSCHI, Girolamo, *Storia della Lettereratura Italiana*, vol. IV, Milano, Antonio Fontana, 1833.

VALERIA BIAGI

Cantigas ao desafio

↗ Repentismo

Capelas

As capelas são lugares sagrados para a Igreja Católica. A sua origem confunde-se com os começos da vida cristã mais ou menos organizada, quando surgem várias construções em que os cristãos se reúnem para a oração e o culto. Consta que os primeiros lugares de reunião dos cristãos para a celebração do culto foram peças da *domus* romana, como o *tablinium* ou *atrium*, ou então uma sala qualquer. Segundo os especialistas, é muito provável que muitas das igrejas posteriores fossem, originariamente, capelas edificadas por nobres para favorecer os cristãos dos seus domínios no cumprimento dos seus deveres religiosos. Com as grandes construções de igrejas, aparecem pequenos edifícios contíguos a estas ou até integrados no mesmo edifício, com altar e alguma invocação particular.

O termo "capela" e/ou "capelania" consubstanciou também um significado canónico diferente em momentos históricos longínquos, que não se identificava com a dimensão espiritual e pastoral. Era uma entidade canónica,

de muitas e variadas modalidades, que consistia em um fundador atribuir perpetuamente uma massa de bens para que, com os seus rendimentos, se executassem determinados encargos piedosos que, normalmente, consistiam na celebração de missas num altar ou numa determinada capela, daí o seu nome. O Código de Direito Canónico (CDC) de 1983 contempla essa realidade nas chamadas fundações pias, autónomas ou não, conforme o legislado nos cc. 1303-1310.

A instituição destes legados revigorou-se no período medieval, no qual Jacques Le Goff situa o início da crença no Purgatório, que está na origem da concomitante tendência para "um crescente apelo dos vivos em favor dos mortos", realizado através da celebração de inúmeros sufrágios (MARQUES, 2000, 587). Com efeito, desde o séc. XIV que se celebravam as chamadas orações ou missas de S. Gregório, constituídas por sete preces curtas e outros tantos pai-nossos e ave-marias, tendo sido essas cerimónias de preces vertidas em estampas representando S. Gregório, papa, a celebrar perante um Cristo ressuscitado. Essas imagens tornaram-se populares e alguns exemplares sobreviveram, como aconteceu com um que pertence ao políptico da Sé do Funchal (c. 1514) ou o do alçado do arcaz da sacristia do colégio do Funchal (c. 1640).

Esse conjunto de bens vinculados, constituídos por vinhas, terras de pão ou prédios arredados, *e.g.*, para maior facilidade de cumprimento dos encargos pios, levavam, muitas vezes, à construção de um edifício próprio para satisfação das missas – uma capela ou, por vezes, uma ermida, algumas das quais foram depois, inclusivamente, instituídas em matrizes de freguesias, ficando a anterior capela no interior da igreja. Outras, pelo contrário, mantiveram-se na dependência da residência do morgado, escapando melhor à fiscalização eclesiástica.

As instituições vinculares sob forma de capelas, em Portugal, remontam igualmente à Idade Média e foram regulamentadas pelas diversas Ordenações – afonsinas, manuelinas e filipinas –, o que permite, de um ponto de vista legal, distingui-las de outro tipo de vínculo,



Fig. 1 – Capela de N.ª Sr.ª da Consolação, reconstrução de c. 1770, R. da Torrinha, Funchal (fotografia de Bernardes Franco, 2018).



Fig. 2 – Capela dos Reis Magos, c. 1520, Estreito da Calheta (fotografia da Direção Regional da Cultura, 2009).

os morgadios. Assim, e segundo aqueles normativos, está-se em presença de um morgadio quando o rendimento da fundação se destina, quase exclusivamente, ao administrador, enquanto para haver capela é necessário que os bens vinculados revertam, sobretudo, a favor da realização de objetivos de carácter religioso, como a oferta de esmolas, a sustentação de obras pias ou a celebração de ofícios divinos.

A criação deste tipo de vínculos servia uma série de propósitos, para além do já enunciado resgate das almas, o que contribui para explicar o sucesso de que se revestiu a adoção desta prática. Com efeito, a fundação de uma capela apresentava uma série de vantagens, nomeadamente a de permitir a um eclesiástico, membro da família instituidora, que assim se tornava capelão, ganhar a vida sem ter de se submeter aos concursos para cargos beneficiais, ao mesmo tempo que garantia serem as orações rezadas por um parente. Por outro lado, possibilitava, ainda, eximir terras à posse da Igreja, na medida em que a propriedade que gerava os rendimentos permanecia nas mãos dos instituidores, ficando disponível por morte do capelão, de modo a poder ser atribuída a outro familiar. Para além disto, as capelas eram, igualmente, formas de criar um património para os filhos segundos, que ficavam deste modo na posse do rendimento da propriedade que sobrava do custo do encargo. Através das capelas podia-se, ainda, fomentar as ligações clientelares com ramos colaterais da família e alardear o valor do sangue, pois concediam o direito de fazer sepulturas em lugares destacados, exibindo armas e heráldica. Para a Igreja, as capelas tornavam-se igualmente vantajosas, dado representarem uma forma de rendimento continuado e pelo facto de muitas dessas fundações estipularem os encargos "enquanto o mundo for mundo" ou "enquanto o mundo durar".



Fig. 3 – *Missa São Gregório*, retábulo-mor da Sé do Funchal (fotografia de Virgílio Gomes, 2014).

Este conjunto de fatores justifica o aumento do volume de instituições vinculares que se foi verificando desde os tempos medievais até aos finais do séc. XVIII, altura em que a publicação da lei de 9 de setembro de 1769, que proibia a criação de capelas sem autorização régia, ao mesmo tempo que exigia que, nas já fundadas, o dispêndio com os encargos pios não fosse superior a um décimo do rendimento líquido da propriedade (exceto para os casos da Estremadura e da corte), veio infligir um duro revés àquela prática.

Muito conotada com os sectores mais elevados da sociedade, pelas razões já referidas, que favoreciam particularmente as casas mais poderosas, a instituição das capelas não foi, contudo, apenas usada pela nobreza, antes se estendendo a outros estratos sociais que, movidos pelo mesmo desejo de resgatar as almas dos parentes e ansiosos por beneficiar da elevação de estatuto que tal procedimento permitia, não se eximiram de, igualmente, estabelecer vínculos perpétuos.

Esta prática de mimetismo social encontra-se bem referenciada por Cabral do Nascimento, que refere supor muita gente que "os

fundadores de morgados eram sempre pessoas fidalgas pelo sangue, ou, pelo menos, nobres e possuidoras de avultados haveres", o que não correspondia à realidade, pois "ao lado das casas opulentas havia vínculos modestíssimos, criados por indivíduos mecânicos ou rústicos" (NASCIMENTO, 1935, 67). O mesmo autor considera, ainda, ser a Madeira uma das terras portuguesas onde os vínculos existiram e se desenvolveram em maior número, situação que levaria D. Fr. Manuel Coutinho, bispo da primeira metade do séc. XVIII, a dizer que nos morgadios madeirenses não havia "um palmo de terra que não tenha [...] pensão de missas" e a considerar que a execução dos legados pios seria um dos fatores que mais dificuldades lhe tinha trazido no exercício do poder episcopal (ABM, Paço Episcopal do Funchal, doc. 270, fl. 57v.).

O estabelecimento de vínculos onerados com encargos pios é, na Madeira, tão antigo como o povoamento. Isso mesmo se constata pelo aforamento realizado por Constança Rodrigues, mulher de João Gonçalves Zarco, que, em 1484, já viúva, instituía uma capela com pensão de 5000 réis anuais a favor de cinco recolhidas que tinha abrigado na mercearia de Santa Catarina, o que também vem documentar a existência de vínculos não totalmente afetos à celebração de ofícios divinos, mas destinados também a fins caritativos. Importa, no entanto, ressalvar que as merceeiras, ou seja, as mulheres que recebiam a mercê de uma casa para viver, tinham a obrigação de rezar pela alma da instituidora, pelo que a intenção do resgate do Purgatório continuava bem presente. Outro exemplo de capela com objetivos para além dos da celebração de ofícios divinos pode encontrar-se em São Martinho, onde, em 1591, um provimento regista que "o instituidor desta capela de São Martinho deixou em cada um ano dois mil rs em seu testamento para reparo dela", contribuição que, igualmente, se destinava a ser paga em missas, mas que, mais uma vez, demonstra a diversidade das situações que podem subjazer à instituição (ABM, Registos Paroquiais, São Martinho, *Livro de Provimentos*, fl. 26).



Fig. 4 – Capela de S.ta Catarina do Funchal, reconstrução de c. 1680, bilhete-postal, c. 1970 (coleção particular).

Um caso muito conhecido e que cedo entra na história das capelas na Madeira é o das missas dos Infantes, que recorrentemente surgem na documentação e provêm de uma disposição testamentária do infante D. Henrique, que determinou que, não só na Madeira mas por todo o império, se celebrassem, todos os sábados, missas para a sua salvação, para o que legava o montante de "seis marcos de prata" (NORONHA, 1996, 68). Em 1503, porém, ou porque a devoção afrouxara, ou por outras razões, o Papa Alexandre VI mandava documento pontifício a D. Manuel recordando-o da necessidade do exato cumprimento do estipulado, o que mostra que o espaço de uma geração era suficiente para fazer perigar o compromisso.

Se se olhar, agora, para o testamento do filho de Constança Rodrigues, João Gonçalves da Câmara, 2.º capitão do Funchal, volta a encontrar-se a instituição de capelas no seu sentido mais comum, ou seja, naquele que impõe o cumprimento de uma obrigação de missas, neste caso diárias, pelas almas do pai, da mãe, da mulher e da sua, para o que afetou um rendimento de 14.000 réis. Este legado

testamentário tem, porém, o interesse de permitir analisar a desvalorização do valor afeto às celebrações, na medida em que o testamento data de 1499, ano em que o preço da missa rondaria os 38 réis, valor que, transposto para uns séculos mais tarde, claramente se mostra insuficiente; assim, *e.g.*, em 1734, D. Fr. Manuel Coutinho publicava um edital que estipulava 120 réis como valor de cada missa, mas, em 1768, o preço já era de 150 réis. Se se fizerem as contas do legado de 14.000 réis do capitão, logo se conclui que o valor estipulado havia muito que não chegava para cobrir as despesas inerentes. Este é, com efeito, um problema que cedo se põe e que ameaça o cumprimento das últimas vontades dos testadores, "carregando a consciência" dos testamenteiros e até a do bispo, na medida em que também é corresponsável pela execução dos legados.

A preocupação dos prelados com o incumprimento das vontades testamentárias percorre os diversos episcopados funchalenses e encontra-se expressa pelos bispos quase desde os primeiros registos de provimentos de visitações pastorais. As visitações mais antigas de que há vestígios documentais na Madeira datam de 1538 e 1541 e encontram-se transcritas pelo consciencioso vigário da Madalena do Mar, João Leandro Afonso, que em 1589, por se aperceber de que o texto estava a ficar comprometido, resolveu copiá-las para um livro de batismos, casamentos e óbitos, o que acabou por permitir que os séculos futuros soubessem que, pelos anos 30 da centúria de Quinhentos, o cumprimento dos encargos pios não era ainda problemático, por não fazerem aqueles provimentos qualquer referência ao assunto.

O mesmo já não acontece a partir dos finais do séc. XVI, quando, por determinação de D. Jerónimo Barreto, se publicam as primeiras *Constituições Sinodais* da Diocese, cujo título XXII, sobre testamentos, começa por dizer que sabia o prelado que "muitos testamenteiros em grande cargo de suas consciências deixam de cumprir muitos testamentos e legados pios por muito tempo, por negligência e por outras ocasiões e interesses, por cuja causa as



Fig. 5 – Teto mudéjar da capela dos Reis Magos, c. 1520, Estreito da Calheta (fotografia da Direção Regional da Cultura, 2005).



Fig. 6 – Capela do Corpo Santo, c. 1470, reformulada por 1520 e 1594, Funchal (fotografia de Direção Regional da Cultura, 2018).

almas dos testadores não são socorridas com os sufrágios", pelo que ele, bispo, a quem sobre isso incumbia zelar, passava a exarar as determinações convenientes à boa execução futura das últimas vontades (*Constituições Synodaes…*, 1585, 141).

A partir do momento da publicação do texto sinodal, passam a abundar nos provimentos referências a testamentos, encargos e incumprimentos, que desde esse momento se encontram em praticamente todas as visitas realizadas a qualquer freguesia, tornando-se, mesmo, um dos temas mais recorrentemente abordados.

Assim, na Sé, a 15 de abril de 1588, D. Jerónimo Barreto deixava em provisão que achava "neste bispado muita remissão no cumprimento das capelas, missas e aniversários a que são os ministradores obrigados e que muita parte desta falta é por os priostes das igrejas não procurarem pelas ditas obrigações para as distribuírem e fazerem dizer em suas igrejas tomando outras de esmola melhor parada. Pelo que mandamos ao prioste desta sé […] sob pena de um marco de prata […] que saiba todas as capelas e missas da obrigação dela e as distribuía pelos capitulares" (DGARQ, Cabido da Sé do Funchal, mç. 33, fls. 2v.-3). Este provimento estava tão adequado à realidade que o prelado seguinte, D. Luís de Figueiredo Lemos, o transcreveu, quase *ipsis verbis*, para o texto das suas *Constituições Extravagantes*, onde figura na Constituição IX.

À semelhança do que acontecia na Sé, também nas freguesias rurais a questão do incumprimento das capelas se punha com acuidade, conforme se pode concluir dos provimentos que foram sendo exarados no Seixal, em 1590 e em 1599, na Fajã da Ovelha, em 1588, 1590,

1606 e 1625, na Tabua, em 1587 e 1591, e em São Martinho, em 1589, para dar apenas alguns exemplos.

Os assuntos versados nestes registos vão desde a necessidade de se arranjar um livro onde fiquem tombados os encargos pios, a fim de que se possam atempadamente satisfazer, o abuso que clérigos e mordomos praticavam com os preços dos sufrágios, o desleixo no seu cumprimento e, ainda, a necessidade de se instituir uma confraria com o particular objetivo de velar pelas almas dos falecidos, como, de resto, tinha sido recomendado pelo Concílio de Trento e se materializou na criação de confrarias das Almas dos Fiéis Defuntos.

Na Fajã da Ovelha, *e.g.*, em 1588, D. Luís Figueiredo Lemos deliberava a constituição de uma confraria dos Fiéis de Deus, por ter constatado a "grande necessidade que as almas dos fiéis cristãos retidas no fogo do Purgatório têm dos sacrifícios e sufrágios da Igreja para que por meio deles mais facilmente se livrem" (ACDF, Fajã, *Livro de Provimentos*, fl. 2v.), a que se juntava a celebração de enterramentos sem a pompa devida, tudo fatores a que a referida confraria poderia obviar.



Fig. 7 – Capela da Penha de França, reconstrução de 1683, Faial, Santana (fotografia de Santana Madeira Biosfera, 2015).

Estas confrarias em particular, como, de resto, as confrarias em geral, tornaram-se também fiéis depositárias de testamentos e respetivas obrigações pias, sendo mesmo a celebração de missas afetas aos legados pios uma das fontes de rendimento confraternal, embora o correr do tempo viesse a transformar essa putativa renda numa despesa incomportável.

Todas estas questões que o tempo não resolvia, mas, pelo contrário, agravava, levaram a que, em 1615, outras constituições diocesanas promulgadas por D. Fr. Lourenço de Távora dispusessem, no seu ponto 15, que, por saber que capelas não se cumpriam "por as propriedades e bens sobre que foram instituídas renderem hoje tão pouco que não basta para se dizerem as missas que os […] instituidores mand[e]m dizer", decidia o prelado que os administradores de capelas em dificuldades não fossem obrigados a cumprir mais que o respeitante a dois terços dos encargos (COSTA, 1987, 18).

Para ajudar a resolver os muitos problemas que poderiam surgir, e surgiram, no cumprimento dos encargos pios, desde muito cedo se criou o cargo civil de juiz dos Resíduos e Capelas, que primitivamente se designava juiz dos Resíduos e provedor de Capelas, Hospícios, Albergarias, Gafarias e Órfãos da Madeira, cujo titular mais antigo foi João do Porto, seu ocupante em 1489. O conteúdo da função era o de velar pelo cumprimento dos legados, bem como pelo registo eficaz das propriedades sobre as quais recaíam os encargos. A jurisdição deste magistrado conflituava, por vezes, com a da Igreja, na medida em que as duas entidades tinham as mesmas preocupações em relação a capelas, e esta circunstância determinou que o desrespeito pelo instituído, primitivamente tratado como caso de foro misto, passasse, depois, a ser regido pela chamada regra da Alternativa, que estipulava que a responsabilidade pelo assunto pertencia, em meses alternados, ao Juízo dos Resíduos e à Igreja, pertencendo a esta última os meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro.

Esta solução híbrida não foi, no entanto, suficiente para dirimir o contencioso, na medida



Fig. 8 – Promessa na capela de N.ª Sr.ª do Faial, no Funchal, litografia de Pitt-Springett, 1843 (reedição de Paul Alexander Zino, 1991).

em que o juiz dos Resíduos, normalmente homem da terra, preferia, muitas vezes, omitir-se a criar problemas com os poderosos, o que, por sua vez, conduzia ao choque entre as jurisdições civis e as religiosas. Para tentar minimizar a tensão, em período de sé vacante, ocorrido entre 1721 e 1725, o então governador do bispado, Pedro Álvares Uzel, tinha decidido abdicar das prerrogativas eclesiásticas na gestão das capelas, atribuindo-as todas ao juiz dos Resíduos e provedor das Capelas. Quando o novo bispo, D. Fr. Manuel Coutinho, tomou posse do bispado, foi, portanto, confrontado com um incumprimento generalizado dos encargos pios, razão pela qual, em pastoral que promulgou a 29 de setembro de 1725, muito pouco tempo depois de chegar, já falava da necessidade de os párocos, dentro de um mês, reportarem os testamentos por cumprir. Segundo se pode concluir de um longo documento com as memórias deste prelado, a questão do incumprimento das vontades testamentárias era a que "lhe dava mais peso" no governo da Diocese, pois envolvia os "maiores", que lhe opunham "resistência e contradição", sobretudo por não haver "Provedor que os obrigue" (*Ibid.*, fl. 8v.). Esta omissão do provedor levou o bispo, inclusivamente, a propor ao rei, por carta de 22 de fevereiro de 1732, a criação de um lugar "de novo" para um ministro que não se ocupasse de mais nada a não ser de execuções testamentárias (*Ibid.*, fl. 60), mas o único resultado que obteve foi o da transferência daquelas competências do juiz dos Resíduos para o juiz de fora, o qual, sem tempo para dedicar ao problema, deixou que tudo continuasse na mesma.

Não admira, assim, que uma pastoral do prelado seguinte, D. Fr. João do Nascimento, publicada a 31 de janeiro de 1744, voltasse a abordar a problemática, através do pedido endereçado a todos os administradores de capelas para apresentarem aos respetivos párocos "certidão ou sentença do Juiz dos Resíduos"

dando conta do seu cumprimento até aos finais de 1743 (ACDF, cx. 45, doc. 20, fl. n.n.). Em 1763, o corregedor da comarca queixava-se ao governador das arbitrariedades cometidas pelo juiz dos Resíduos no âmbito das suas funções, entre as quais se contava a usurpação de muitas capelas à Coroa ou aos instituidores, constatáveis através da análise de uma compilação de registos que se vinha fazendo desde 1590. Propunha-se, de novo, a criação de um cargo que se dedicasse apenas a este problema, à semelhança do que já tinha tentado D. Fr. Manuel Coutinho. Ainda que se desconheça que medidas foram tomadas a partir desta denúncia, sabe-se que, em 1800, vieram à luz novos abusos, desta vez praticados pelo escrivão dos Resíduos, que desviara em proveito próprio verbas dos legados, para o que não hesitara em falsificar documentos (SILVA e MENESES, 1984, II, 193).

A fundação de capelas, já atingida pela legislação pombalina, acabou por desaparecer através de uma lei liberal, de 19 de maio de 1863, que extinguia as propriedades vinculadas. Terminava, assim, uma instituição que durante séculos intercedeu pelas almas do Purgatório, gerou solidariedades, garantiu funerais condignos, geriu patrimónios imensos, movimentou muito dinheiro proveniente da "ganância espiritual em forma de missas" (FERNÁNDEZ TERRICABRAS, 2005, 29) e promoveu conflitos profundos entre testamenteiros e tomadores de contas, e entre jurisdições civis e religiosas.

O CDC atual da Igreja Católica classifica os lugares sagrados em: igrejas (cc. 1214-1212), oratórios e capelas privadas (cc. 1223-1229) e santuários (cc. 1230-1234).

A capela privada é definida no cân. 1226 do CDC como local destinado, com licença do ordinário do lugar, ao culto divino, em favor de uma ou mais pessoas físicas. Este ordinário do lugar é o bispo e/ou o vigário-geral.

A capela diferencia-se de outros lugares destinados ao culto, como as igrejas e os oratórios, que se destinam ao público em geral ou com algumas restrições; a legislação determina que as capelas privadas se destinam somente a uma ou várias pessoas físicas. Deste modo, a norma exclui que os institutos de vida consagrada e as sociedades de vida apostólica possam ter este tipo de capelas. Outra diferença significativa em comparação com as igrejas é que as capelas são lugares sagrados se forem benzidas segundo o rito litúrgico próprio. Exclui-se para as capelas e os oratórios qualquer outra utilização distinta do culto, mesmo que não tenham sido benzidas.



Fig. 9 – Capela de N.ª Sr.ª da Conceição, R. da Carreira, Funchal, aguarela de Max Römer, 1928 (coleção particular).

Um caso particular é o das capelas privadas dos bispos. O direito reconhece a todos os bispos, eleitos e eméritos, a faculdade de terem uma capela privada, não sendo necessário obter autorização eclesiástica.

Para serem celebrados a eucaristia e outros atos litúrgicos, é necessária a autorização do ordinário do lugar, que pode estar incluída na licença. De notar que, no caso de ser celebrada a Santa Missa com certa frequência, convém que o lugar seja benzido, pois o cân. 932, §1, exige um "lugar sagrado" para a celebração da eucaristia. Desde que se justifique, e com a devida autorização do ordinário do lugar, poder-se-ão celebrar nesse local os mesmos atos de culto que nos oratórios. Por exemplo, a Santa Missa, com conservação da reserva eucarística e exposição do Santíssimo Sacramento, e o sacramento da penitência.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, doc. 270; *Ibid*., Registos Paroquiais, Madalena do Mar, Mistos, liv. 1147; *Ibid*., São Martinho, *Livro de Provimentos*, 1588-1599; ACDF, cx. 32, doc. 59; cx. 45, docs. 15 e 20; *Ibid*., Fajã da Ovelha, *Livro dos Provimentos das Visitações da Igreja de S. João da Fajã da Ovelha*, 1588-1730; *Ibid*., Seixal, *Visitações e Provimentos*, 1590-1756; *Ibid*., Tabua, *Livro de Provimentos de Visitações*, 1587-1703; ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç. 33, fls. 1-39; **impressa:** BARRETO, Jerónimo, *Constituições Synodaes do Bispado do Funchal*, Lisboa, António Ribeiro Impressor, 1585; COELHO, Maria de Fátima, "O instituto vincular. Sua decadência e morte", *Análise Social*, vol. XVI, n.os 61-62, 1980, pp. 111-131; COSTA, José Pereira da, "Dominicanos bispos do Funchal e de Angra (na esteira de frei Luís de Sousa)", in *Actas do II Encontro de História Dominicana*, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1986, sep.; COSTA, Susana Goulart da, "Da eternidade à historicidade. Traços das fundações pias setecentistas na ilha de S. Miguel", *Arquipélago. História*, 2.ª sér., vol. IX, 2005, pp. 309-322; ESTREIA, Nídia Maria Carreiro Baptista Moura, *As Confrarias do Cabido da Sé do Funchal*, Funchal, CEHA, 2002; FERNANDES, Paula Sofia, "Legados de missas. Salvar a alma protegendo parentes capelães", in SANTOS, Carlota (coord.), *Família, Espaço e Património*, Porto, Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011, pp. 175-186; GARCÍA-PEÑUELA, José María Vázquez, "Capellanía", in OTADUY, Jorge *et al.* (coords.), *Diccionario General de Derecho Canónico*, vol. I, Cizur Menor, Thomson Reuters Aranzadi, 2012, pp. 830-831; HESPANHA, António Manuel, *História de Portugal Moderno. Político-Institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995; JARDIM, Maria Dina dos Ramos, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal. Século XVIII*, Funchal, CEHA, 1996; LEMOS, Luís Figueiredo de, *Constituições Extravagantes do Bispado do Funchal*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1601; MARQUES, João Francisco, "A renovação das práticas devocionais", in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 564; NASCIMENTO, João Cabral (transcr.), "Testamentos. João Gonçalves da Câmara, 2.º capitão-donatário do Funchal (1499)", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IV, fasc. I, 1934, pp. 17-25; *Id*., "Capelas e morgados da Madeira", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IV, fasc. II, 1935, pp. 65-72; *Id*., "Constança Rodrigues, a Velha, dona viúva do capitão Zarco", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IV, fasc. II, 1935a, pp. 101-103; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memorias Seculares e Ecclesiasticas para a Composição da Historia da Diocesi do Funchal*, Funchal, CEHA, 1996; *Ordenações Filipinas*, Lisboa, FCG, 1984; PEÑACOBA, Ernesto, "Capilla", in OTADUY, Jorge *et al.* (coords.), *Diccionario General de Derecho Canónico*, vol. I, Cizur Menor, Thomson Reuters Aranzadi, 2012, pp. 832-833; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1984; SOARES, Franquelim Neiva, *A Arquidiocese de Braga no Século XVIII*, Braga, texto policopiado, 1993; TERRICABRAS, Ignasi Fernández, "Entre ideal y realidad. Las elites eclesiásticas y la reforma católica en la España del siglo XVI", in MONTEIRO, Nuno G. *et al.* (orgs.), *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 13-45.

CRISTINA TRINDADE
SATURINO GOMES

Capitães do donatário

Na sequência da delegação efetuada no início do povoamento do arquipélago da Madeira, com o envio de dois escudeiros de sua Casa, e na posse da doação de D. Duarte (1391-1438), o infante D. Henrique (1394-1460) trespassou, oficialmente, parte da sua donataria aos seus delegados; "oficialmente", pois que já desde o início do povoamento, entre 1421 e 1425, os mesmos estavam instituídos daquela delegação: a capitania de Machico a favor de Tristão (c. 1395-1480), a 8 de maio de 1440; a de Porto Santo a favor de Bartolomeu Perestrelo (c. 1400-1458), que fora da Casa do infante



Fig. 1 – Infante D. Henrique, Francisco Franco, 1931, Porto Santo (fotografia de Virgílio Gomes, 1 jul. 2018).

D. João (1400-1442), passada a 1 de novembro de 1444; e a do Funchal a favor de João Gonçalves Zarco (c. 1390-1471), a 1 de novembro de 1450.

Na primeira carta de doação a Tristão, o infante começa por referir que lhe "apraz que ele possa dar por suas cartas, a terra desta parte, forra pelo foral da Ilha", referindo-se, por certo, ao anterior foral de seu pai, D. João I (1357-1433). No entanto, também refere o seguinte: "e o que hei de haver na dita Ilha, é contido no foral que para ela mandei fazer" (BNP, *Index Geral…*, fls. 1v. e 119v.-120v.), deduzindo-se daqui que já tinha feito, ou estava a fazer, ainda outro. Nestes documentos, sensivelmente iguais, o infante D. Henrique delimita, com o máximo rigor possível, as áreas das capitanias, indo então mais longe do que tinha ido o seu irmão D. Duarte, trespassando-lhes "a jurisdição [...] do cível e do crime, ressalvando a morte ou talhamento de membro" (*Ibid.*, fl. 1v.). Tristão não cumpriria devidamente o seu papel; porém, em tais casos, o infante estipulava que a apelação deveria ser mandada para ele – um abuso em relação ao que lhe tinha sido dado, pois estes assuntos deveriam subir ao rei. O infante não alienou todos os poderes, pois advertiu, de forma expressa, que os seus "mandados e correições sejam cumpridos como em coisa minha própria" (*Ibid.*).



Fig. 2 – Carta de doação das ilhas da Madeira, de Porto Santo e Deserta do Rei D. Duarte ao infante D. Henrique de forma vitalícia, Lisboa, 23 de setembro de 1433 (ANTT, Chancelaria de D. Duarte, liv. 1, fl. 18).

A ressalva da morte ou talhamento de membro, como atributo real, foi reposta nas posteriores doações de D. Afonso V (1432-1481), que obrigaram o infante D. Henrique a alterar, inclusivamente, as doações aos seus capitães. Ciente da ultrapassagem das prorrogativas reais do sobrinho, veio a alterar o seu testamento ao irmão do rei, o infante D. Fernando (1433-1470), que constituíra como seu herdeiro, e, inclusivamente, a doar ao rei algumas das ilhas dos Açores.

Os capitães tinham direitos sobre os moinhos da área das suas capitanias, sobre os fornos de pão e sobre o sal, podiam criar um imposto sobre as rendas já taxadas para o infante – era o chamado direito de redízima – e era-lhes permitido distribuir as terras das suas capitanias, podendo as distribuições ser consideradas prescritas ao fim de cinco anos, caso os beneficiários as não tivessem aproveitado devidamente durante esse período. Saliente-se que as disposições de 1425 ou 1426 eram um pouco diferentes, sendo os terrenos reconfirmados aos seus utentes ao fim de um período de ocupação de 10 anos: "E toda aquela [terra] que nos ditos dez anos aproveitarem lhes passará, e não a outra que não aproveitarem. E pedirão de novo autoridade minha [ou seja, ao Rei D. João I] para o poderem aproveitar, e nas madeiras, paus, lenhas, matos, arvoredos, fontes, tornos e olhos de água, pastos, ramos e ervagens, bagas, bolotas, glandes das árvores, praias e costas do mar, rios e ribeiras, particular algum não terá [...]" (BNP, *Index Geral…*, fls. 24-25v.).

Tratou-se aqui de um verdadeiro comunitarismo agrícola, na medida em que os produtos e os meios da Ilha eram de usufruto comum, uma forma de tentar evitar o acréscimo da riqueza privada, desenvolvendo as riquezas da terra em proveito geral. Aqui não se vislumbrava qualquer domínio ultramarino do tipo

feudal, como foi a posterior doação do espiritual das ilhas à Ordem de Cristo, a requerimento do infante D. Henrique. No reinado de D. Duarte e, com a morte prematura deste, na regência do infante D. Pedro (1392-1449), as disposições irão alterar-se continuamente. O próprio Zarco foi senhor efetivo das suas terras, a partir de 14 de fevereiro de 1454, conforme a escritura que mandou lavrar no Funchal, de que conhecemos transcrições no cartório do Convento de S.ta Clara. Nessa data, tomou para si, para a mulher e para os seus descendentes as terras de Santa Catarina e outras no Funchal, em Câmara de Lobos, na Ribeira Brava, etc.

Morto o infante D. Pedro na Batalha de Alfarrobeira, em 1449, as capitanias foram confirmadas pelo jovem D. Afonso V, a pedido de seu tio D. Henrique, "por os anteriores alvarás se terem deteriorado com o tempo" (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombo 1, fls. 128-132), razão em que é difícil acreditar. Por outro lado, o infante estendeu progressivamente a sua influência mais direta sobre o arquipélago dos Açores, eliminando algumas das chefias flamengas ali colocadas por indicação de D. Pedro e deslocando depois, inclusivamente, gente da Madeira para aquele arquipélago. Por essa altura, o povoamento da Madeira sofreu um franco impulso, sendo as sedes das capitanias, a curto prazo, elevadas a vilas: *e.g.*, o Funchal, por volta de 1452 (embora em 1454 ainda se refira como lugar), Machico, um pouco mais tarde, mas por certo ainda em vida de Tristão, 1.º capitão-donatário, falecido em Silves em 1470, e também, provavelmente, o Porto Santo.

As suas funções de capitães eram igualmente de comando de homens em armas, o que à época era indissociável da função de chefia. Tendo o povoamento da Madeira ocorrido no quadro da conquista e da ocupação das praças do Norte de África, em quase todas as principais operações ali ocorridas estiveram presentes os capitães da Madeira, a começar pela frustrada tentativa de conquista de Tânger, em 1437. A vida da Ilha era igualmente indissociável da manutenção daquele novo espaço português.



Fig. 3 – Carta de doação do infante D. Henrique a Bartolomeu Perestrelo, 1 de novembro de 1446 (ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 33, fl. 85).

Até finais do séc. XV, a Ilha continuou a crescer em importância, sendo Zarco nobilitado por D. Afonso V, em 1460, com brasão de armas e apelido, então Câmara de Lobos. Já entre 1435 e 1445, o capitão do Funchal solicitara ao rei a vinda do reino de "homens da sua qualidade" (BNP, *Index Geral…*, fls. 24-25v.), a fim de poder casar as suas filhas. O rei enviou-lhe quatro pequenos fidalgos do centro e do norte do país: Diogo Cabral, Diogo Afonso de Aguiar, Garcia Homem de Sousa e Martim Mendes de Vasconcelos. Mas, com a incorporação da Madeira na Coroa pelo Rei D. Manuel (1469-1521), em 1497, deixaram de existir os capitães do donatário, como até então tinham existido, ficando os antigos capitães na mesma situação de outros senhorios continentais e ultramarinos: embora designados, por vezes,

por capitães-donatários, eram essencialmente donatários de bens da Coroa e senhores de jurisdição sobre esses territórios. Como membros da nobreza portuguesa, eram capitães, e as suas terras designavam-se como capitanias; em todo o caso, não tinham funções militares nas mesmas, salvo na capitania do Porto Santo, onde a situação só muito mais tarde veio a ser definida. A situação, entretanto, não foi de forma alguma linear, tendo surgido fortes tensões, *e.g.*, entre o 3.º capitão do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara (1463-1530), e o Rei D. Manuel I. No entanto, embora afastados das suas capitanias, os capitães manteriam importantes interesses económicos e institucionais na Ilha, interferindo na organização camarária e, muito especialmente, dirigindo a quase totalidade dos ofícios de justiça.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombo 1; ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 33, fl. 85; *Ibid*., Chancelaria de D. Duarte, liv. 1, fl. 18; *Ibid*., Convento de Santa Clara do Funchal, Avulsos, mç. 1; *Ibid*., Manuscritos da Livraria, n.º 516; BNP, reservados, cód. 8391, *Index Geral do Registo da Antiga Junta e Provedoria da Real Fazenda do Funchal*; **impressa:** ALBUQUERQUE, Luís de, e VIEIRA, Alberto, *O Arquipélago da Madeira no Século XV*, Funchal, DRAC, 1987; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. I, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1999; FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *O Arquipélago da Madeira, Terra do Senhor Infante, de 1420 a 1460*, Funchal, JGDAF, 1959; *Id*., *O Infante D. Henrique e a Descoberta e Povoamento da Ilha da Madeira*, Funchal, JGDAF, 1960; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2007; MARQUES, João Martins Silva, *Descobrimentos Portugueses, Documentos para a Sua História*, 3 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988; NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário da Ilha da Madeira...1700*, São Paulo, s.n., 1947; *Id*., *Memórias Seculares e Eclesiásticas. 1722*, Funchal, CEHA, 1997; SALDANHA, António Vasconcelos de, *As Capitanias. O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Funchal, CEHA, 1992; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; SOUSA, João José de, "Capitães donatários do Funchal, sécs. XV a XIX", *Islenha*, n.º 1, jul.-dez. 1987, pp. 66-85; *Id*., "As propriedades de Zarco no Funchal", *Islenha*, n.º 3, jul.-dez. 1988, pp. 35-45; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Capitanias

A instituição do regime de capitanias-donatarias, ensaiado no povoamento da Madeira e depois exportado para os Açores, Cabo Verde, São Tomé e Brasil, marcou profundamente a gesta dos Descobrimentos portugueses. No entanto, em meados do séc. XVI, este modelo parece ter atingido o limite do seu período de duração. Assim, as tentativas da sua reimplantação, nomeadamente por D. Sebastião (1554-1578), com a criação da capitania de Angola, em 1571, e por Filipe III (1578-1621), com a criação da capitania da Serra Leoa, em 1606, mostraram que este modelo estava já fora da sua época. O processo de centralização do Estado empreendido ao longo do séc. XVII, embora se compadecesse com a sua existência, dificilmente tolerava a sua proliferação.

Com a integração das donatarias na Coroa, os capitães-donatários ficaram responsáveis perante a mesma pela manutenção das capitanias "em justiça e em direito", como referem as respetivas cartas de doação (BNP, cód. 8391, fls. 1v.-2v.ss., 119v.-120v.ss., 403-405ss.), sendo os aspetos de justiça, em princípio, os mais importantes. Saliente-se que os capitães-donatários não eram verdadeiramente proprietários das terras das mesmas, que



Fig. 1 – João Gonçalves Zarco, gravura de 1873 (FRUTUOSO, 1873).

pertenciam à Coroa, embora aí pudessem ter, pontualmente, propriedades. Com o tempo, as iniciais funções militares tornaram-se meramente honoríficas, restringindo-se à apresentação dos alcaides pequenos, com função de policiamento, o mesmo acontecendo em relação aos assuntos da Fazenda régia, pois, embora os capitães-donatários em Lisboa usassem o título de vedor-mor da Fazenda, essa função há muito que passara a estar cometida a um provedor.

As cartas de doação dos sécs. XVI e XVII eram, geralmente, omissas relativamente à atribuição dos ofícios, mas essa mercê foi algumas vezes atribuída e confirmada, em documentos próprios, como recompensa por certos serviços ou pelo mérito e linhagem dos capitães-donatários. Essa prorrogativa de "data dos ofícios", como se designava, era geralmente concedida em uma ou duas vidas, ou seja, na vigência do donatário e do seu sucessor, embora fosse posteriormente confirmada nos sucessores. Era este o caso da apresentação de ofícios, essencialmente na área da justiça, como de alcaides, carcereiros, escrivães vários, tabeliães, meirinhos, inquiridores, contadores e distribuidores. A condessa da Calheta, D. Maria de Vasconcelos, *e.g.*, conseguiu obter para o filho e para o neto, a 18 de agosto de 1624, a data dos ofícios concedidos ao seu marido, 5.º capitão e 3.º conde da Calheta, Simão Gonçalves da Câmara (c. 1565-c. 1620), somente em uma vida. Tratava-se, assim, da apresentação dos ofícios de escrivão dos órfãos do Funchal, da almotaçaria, alcaidaria e imposição da cidade, de meirinho da serra, de tabeliães do público e do judicial dos lugares da sua jurisdição, de meirinho da cidade, de inquiridores, contadores e distribuidores da vila da Calheta e lugares da capitania, assim como de juízes e oficiais da vila da Calheta.

Na Madeira, as capitanias sofreram um rude golpe nos finais do séc. XVI com a nomeação de um superintendente das coisas da guerra ou encarregado dos negócios da guerra, que tinha a função de capitão-general das capitanias do Funchal e de Machico. O Rei Filipe II (1527-1598) teve um especialíssimo cuidado nessas



Fig. 2 – Tristão Vaz Teixeira, Anjos Teixeira, Machico, 1971 (fotografia de Virgílio Gomes, 2008).

nomeações, começando por escolher um descendente de João Gonçalves Zarco (c. 1390-1471) a quem tinha já feito mercê da capitania de Machico: Tristão Vaz da Veiga (1537-1604). Saliente-se ainda que, logo na altura da nomeação, escreveu à jovem capitoa viúva do Funchal mostrando a urgência do preenchimento do lugar e informando que não esqueceria os direitos do jovem capitão-donatário, seu filho.

Face à incapacidade dos descendentes dos primeiros capitães, muito especialmente do 4.º capitão, Diogo Teixeira (c. 1500-1540), dado como incapaz em 1538, a capitania de Machico foi entretanto entregue a João Simão de Sousa,

vagando depois para a Coroa na sequência da morte do 4.º capitão, em 1540, dado que não tinha descendência legal. Em 1541, D. João III fez mercê da mesma a António da Silveira, que tinha sido capitão de Diu. No entanto, este vendeu-a num curto espaço de tempo, em 1549, com licença e faculdade de D. João III, a Francisco de Gusmão, mordomo da infanta D. Maria, para dote da sua filha, D. Luísa de Gusmão. Esta veio a casar com D. Afonso de Portugal (1519-1579), 2.º conde de Vimioso, que incorporou na Casa dos Vimioso a capitania de Machico. O 2.º conde viria a falecer em Alcácer Quibir, passando então a usar o título o seu filho mais velho, D. Francisco de Portugal (1550-1582), que viria a aderir à causa de D. António e a falecer em combate ao largo de Vila Franca do Campo, nos Açores. Ficando a capitania de Machico uma vez mais nas mãos da Coroa, esta foi entregue por Filipe II a Tristão Vaz da Veiga.

O irmão mais novo dos Vimioso, D. Nuno Álvares de Portugal (c. 1555-c. 1625), move, ainda em vida de Filipe II, um processo à Coroa, alegando que o pai teria ficado vivo em Alcácer Quibir, pelo que o irmão assumira ilegalmente o título e a capitania de Machico. Assim, tendo falecido o assumido 3.º conde, D. Francisco de Portugal, em 1582, o irmão considera que a capitania não deveria ter vagado para a Coroa, pois o pai ainda poderia estar vivo algures em Marrocos. Falecido Filipe II, este longo e algo bizarro processo teve seguimento, conseguindo a Casa dos Vimioso, falecido Tristão Vaz da Veiga, em 1604, reaver a capitania.

Ao longo do séc. XVII, as capitanias da Madeira encontravam-se, assim, na posse dos seus anteriores donatários. Dada a estadia na corte dos capitães do Funchal e de Machico – os condes de Castelo Melhor e os de Vimioso e, depois, os marqueses de Valença –, as funções de comando de tropas propriamente ditas continuaram no governador e no capitão-general, mas a capitania ficou como título, mantendo as rendas, uma certa intervenção camarária e as funções judiciais. O donatário passou a fazer-se representar na sede da capitania por um ouvidor e lugar-tenente, que, em Machico, podia estar ligado, de alguma forma, a um certo ascendente militar, daí se justificando um certo alheamento, ou afastamento, do governador da Madeira em relação a Machico. Registam-se presenças várias dos governadores da primeira metade do séc. XVIII nas vilas da capitania do Funchal, mas não nos ocorre nenhuma nas vilas de Machico e Santa Cruz. Os ouvidores das capitanias regiam-se pelas Ordenações de Filipe II, especialmente pelo título LX, "Corregedores das comarcas e ouvidores dos mestrados e de senhores de terras".

A situação das capitanias do Funchal e de Machico, com os capitães a residirem na corte e as mesmas a serem regidas por ouvidores, nunca foi extensível à capitania do Porto Santo, dada a presença física, no arquipélago, do respetivo capitão-donatário. As coisas alteraram-se algumas vezes nos sécs. XVII e XVIII, nas ocasiões em que o donatário, por motivos vários, abandonou o arquipélago. Nesses casos, o próprio capitão do Porto Santo nomeou um governador durante a sua ausência e, quando tal se deu compulsivamente, a nomeação foi efetuada pelo governador e capitão-general da Madeira, antes da extinção das capitanias.

Capitania do Funchal

A evolução desta instituição não foi de forma alguma linear, até pela diferença nos seus rendimentos, provindos das rendas territoriais, de terras e foros, da redízima e do selo, bem como de moinhos, serras de água, sabão e sal. Para uma comparação, veja-se que, em 1653, *e.g.*, o conde-capitão do Funchal pagou a importância de 100$000 réis respeitantes ao donativo para as despesas de guerra. Em 1662, as décimas dos dois primeiros quartéis foram orçadas em 130$000 réis para a condessa da Calheta e capitoa do Funchal, enquanto para o conde de Vimioso, donatário de Machico, foram orçados em 20$000 réis. A situação económica da capitania do Porto Santo era pior. Em 1693, *e.g.*, a redízima, no valor de 76$800 réis, somente conseguia pagar o ordenado do capitão-mor Jorge Moniz de Meneses, nomeado a 31 de outubro de 1653, e o mesmo já havia acontecido

com o anterior governador, Martim Mendes de Vasconcelos, nomeado em 1564.

A sucessão por varonia da capitania do Funchal foi interrompida em meados do séc. XVII. O 8.º capitão do Funchal, João Gonçalves da Câmara (c. 1600-1656), faleceu sem descendência, pelo que assumiu a capitania a sua irmã, D. Mariana de Alencastre Vasconcelos e Câmara (c. 1605-1689), condessa de Castelo Melhor pelo seu casamento com o conde João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa (1593-1658). Já viúva, D. Mariana passou a utilizar também o título de condessa da Calheta e, ocupando o cargo de camareira-mor da Rainha D. Francisca Isabel de Saboia (1646-1683), o de marquesa de Castelo Melhor, título que só viria a entrar nos seus descendentes muito mais tarde, em 1766.

A futura condessa da Calheta defrontou em tribunal os seus parentes mais próximos, pois, tendo a capitania a natureza de bem da Coroa, havia cabimento na sucessão para a aplicação da Lei Mental (que permitia a reversão de tal bem para a Coroa). Por alvará de 2 de outubro de 1539, o Rei D. João III concedera dispensa dessa lei, para efeitos de sucessão, ao 5.º capitão da capitania do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara (1512-1580), por duas vidas: uma por morte do dito capitão, sem filho nem outro descendente varão legítimo, e outra quando um qualquer donatário morresse sem filho nem descendente varão lídimo. O processo movido por D. Mariana conheceu, assim, sentença a seu favor em 1660 e, ainda, sobressentença em 1677, confirmando a entrada da capitania na Casa de Castelo Melhor.

Com a extensão à Madeira do regimento dos corregedores das ilhas dos Açores, deu-se o primeiro passo para a reforma da organização da justiça, à qual, no entanto, se opõe, na corte de Lisboa, a Casa de Castelo Melhor. Em 1747, foi nomeado um novo juiz de fora de origem açoriana, Miguel de Arriaga Brum da Silveira (c. 1690-1755). Incumbido do lugar de juiz de primeira instância "com predicado de correição por 3 anos", acumulou, sucessivamente, os lugares de mamposteiro-mor dos cativos e de provedor da Fazenda dos defuntos e ausentes



Fig. 3 – D. Mariana Câmara e Vasconcelos, marquesa de Castelo Melhor, Pereira Cão, 1904 (Palácio da Rosa, Câmara Municipal de Lisboa).

(ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, t. 9, fls. 95v.-99). No entanto, quase imediatamente, voltam a registar-se as doações do conde de Castelo Melhor, "confirmadas por carta assinada pela Real Mão" (*Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, t. 9, fls. 116-131v.), e as anteriores questões entre o corregedor e o ouvidor, então levantadas pela Casa do conde. Abria-se, assim, caminho para a centralização da justiça e para a posterior extinção das capitanias e das ouvidorias.

Capitania de Machico

As primeiras especificidades que se destacam relativamente à capitania de Machico são o incumprimento da determinação de obrigatoriedade da nomeação de um letrado para este lugar, como existia no Funchal, e, ao mesmo

tempo, a nomeação quase preferencial de um militar, acrescida da indicação diferenciada dos cargos de ouvidor e de locotenente. Este aspeto é de tal forma ressalvado que a nomeação é quase sempre primeiramente relativa a ouvidor e só depois, em alvará separado, a locotenente, diferenciando-se assim perfeitamente as duas. Pode, pois, depreender-se a sobrevivência, em Machico, das obrigações político-militares do capitão-donatário. Este aspeto parece igualmente explicar, até certo ponto, o quase não provimento, na primeira metade do séc. XVII, do posto de sargento-mor das ordenanças desta capitania.

Parece ter havido algumas dificuldades na Casa dos condes de Vimioso na apresentação dos seus ouvidores, locotenentes e outros oficiais nos inícios do séc. XVIII, como o juiz dos órfãos da capitania de Machico, associado ainda às rivalidades entre as câmaras



Fig. 4 – D. José Miguel de Portugal e Castro, 9.º conde de Vimioso e 5.º marquês de Valença, c. 1730 (BNP, cód. 1365388).

de Santa Cruz e de Machico. Houve também uma franca descoordenação entre as nomeações do marquês de Valença (título de que os Vimioso passaram a usufruir) e as apresentações dos ouvidores nestas décadas, acabando o governador da Madeira por ter de interferir nas ouvidorias, nomeando ouvidores interinos. Teria sido, provavelmente, o problema das ouvidorias que levou a mais uma alçada, desta feita de Manuel Vieira Pedrosa da Veiga, "corregedor com alçada por Sua Majestade, que Deus guarde, com especial ordem do dito Senhor em toda a ilha da Madeira", que, no final de 1735, se apresentava em Machico como juiz de fora. Conforme se registou, não se faziam correições na Madeira desde 1684, pelo que o corregedor assumiu também as funções de ouvidor de Machico, dada a "ordem de correição às ouvidorias" que possuía, com "uma carta de D. João V sobre os excessos que se cometiam em várias vilas da Madeira", vindo igualmente com ordem para investigar as "arrecadações dos bens dos concelhos" (ABM, Câmara Municipal de Machico, liv. 81, fls. 472v.-480), o que também ocorreu no Funchal.

A Casa dos Vimioso e Valença deparou-se, entretanto, com algumas dificuldades económicas logo no início do século, abdicando do pleito sobre a capitania de Pernambuco para poder manter o título de marquês. A situação económica não se teria equilibrado, e, tal como o marquês de Valença não conseguiu fazer valer os seus direitos à capitania de Machico na chancelaria régia ao longo do séc. XVIII, ainda que fosse presidente da Mesa da Consciência e Ordens, também a vereação camarária mostrou francas reservas em aceitar a nomeação de ouvidores e locotenentes para a capitania, mesmo antes da sua extinção pelo gabinete pombalino. Assim, a 1 de janeiro de 1765, quando o ouvidor se apresentou em Machico para assistir à distribuição dos pelouros para o triénio seguinte, a Câmara recusou a sua presença, o que levou à intervenção do juiz de fora do Funchal no mês seguinte. O Rei D. José I despacharia favoravelmente o processo, comunicando à



Fig. 5 – Provável residência de Bartolomeu Perestrelo, Casa Colombo-Museu do Porto Santo (fotografia de Bernardes Franco, 2018).

Câmara de Machico: "Tenho por bem dizer-vos, que tendes obrado bem em não consentirdes, que o suplicante servisse de ouvidor findo o seu tempo". Na sequência destes acontecimentos, em setembro do mesmo ano, era admoestado o Gov. José Correia de Sá devido à "falta de seriedade e reverência com que tratara o caso do ouvidor de Machico", admoestação que seria transmitida à Câmara (*Ibid.*, liv. 86, fls. 69v.-70). Não mais voltou a haver ouvidor em Machico, apesar dos pedidos do governador.

Capitania do Porto Santo

A situação desta capitania foi ainda mais nebulosa, não só pela pobreza das suas condições e habitantes, situação que piorou consideravelmente ao longo do séc. XVIII, como pelo consequente abandono a que, até certo ponto, foi votada pelos seus capitães-donatários. Em face disso, desde o séc. XVII que o governador da Madeira nomeava governadores para o Porto Santo sempre que se verificava vazio de poder na ilha, visto que a mesma tinha governo próprio, na pessoa do seu capitão-donatário. Assim, toda a documentação oficial produzida em Lisboa em relação ao Governo da Madeira foi sempre omissa em relação à ilha do Porto Santo, embora alguns governadores tenham proposto a Lisboa o alargamento das suas competências àquela capitania.

Nos inícios do séc. XVII, o Porto Santo foi alvo de duas alçadas dos corregedores – primeiro, de António Ferreira, em 1606, e, depois, de Simão Cardoso Cabral, em 1610 –, que visavam averiguar as queixas dos moradores contra o comportamento de Diogo Perestrelo Bisforte (c. 1560-1616), donatário da ilha. Na primeira vez, o governador foi afastado da ilha e teve ordem para se apresentar em Lisboa, regressando, no entanto, em 1610, altura em que a situação piora. Assim, nesse mesmo ano, teve nova ordem para se apresentar em Lisboa, onde ficaria seis anos, sendo perdoado a 15 de outubro de 1616. Desta feita, não terá regressado ao Porto Santo, pois faleceu no Funchal a 20 de dezembro desse ano.

Afastado o Cap. Diogo Perestrelo Bisforte do Porto Santo, somente em abril de 1654 tomaria conta da capitania o herdeiro Diogo de Bettencourt Perestrelo (c. 1684), até porque, logo em 1617, a ilha foi devastada por piratas argelinos, quase não tendo restado habitantes no seu território. Em 1606, após o primeiro afastamento do capitão, foi nomeado João de Ornelas Rolim como locotenente, com ordenado pago pelo donatário. Aquando do segundo afastamento do Cap. Diogo Perestrelo Bisforte, o governador da Madeira nomeou, em 1619, Martim Mendes de Vasconcelos como governador e capitão-mor do Porto Santo, a que se seguiram Roque Ferreira de Vasconcelos e Jorge Moniz de Meneses.

Nos inícios do séc. XVIII, a capitania era governada pelo 9.º donatário, o Cap. Estêvão de Bettencourt Perestrelo, que presidiu, *e.g.*, às eleições para a Câmara a 1 de janeiro de 1705 e às sessões seguintes para eleição dos vários agentes camarários, como o alcaide e os almotacés. O 9.º capitão surge em funções em 1674, embora o seu pai, Diogo Perestrelo, ainda fosse vivo em 1684, data em que mandou lavrar testamento. Após 12 anos de suspensão, por ter deixado "entrar na dita Ilha duas embarcações francesas" (*Anais do Município do Porto Santo*, 1989, 16), este capitão foi restituído à sua capitania em fevereiro de 1703. Em 1707, ainda se encontra no Porto Santo, tendo sido "nas suas mãos" que o novo sargento-mor, Duarte Pestana de Velosa, prestou menagem (ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 165, fl. 31). No entanto, perante novo desastre do assalto corsário de 1709, no qual, mais uma vez, a população não mostrou qualquer sinal de resistência, D. João V mandou-o apresentar-se, sob pena de prisão, em Lisboa, não voltando à sua capitania. O incidente encontra-se registado como ocorrido a 27 de junho de 1709, tendo desembarcado na ilha várias pessoas que, transitando numa barca proveniente da freguesia de São Vicente e com destino ao Porto Santo, haviam sido aprisionadas por um navio corsário francês. Mais uma vez, a população não reagiu, tendo o corsário francês feito o seu desembarque normalmente (*Anais do Município do Porto Santo*, 1989, 30).

A capitania ainda foi revalidada no 10.º donatário, Vitoriano Bettencourt Perestrelo, a 5 de setembro de 1722, mas não há qualquer informação sobre a sua presença no arquipélago. No entanto, como este donatário não vem referido no *Índice da Antiga Junta e Provedoria*, partimos do princípio de que não se apresentou como donatário do Porto Santo no arquipélago, pois que, para efeitos de abono, a sua apresentação constaria dos registos da Fazenda. A capitania ainda voltou a ser revalidada, em 1747, em Estêvão de Bettencourt Perestrelo, filho de Vitoriano de Bettencourt e Vasconcelos, anterior "proprietário e senhor donatário da ilha do Porto Santo e governador dela" (ANTT, Junta e Provedoria da Real Fazenda..., liv. 972, fl. 217v.), então falecido, e confirmada em 1749. A mercê do novo capitão-donatário era citada como "do senhorio e governo" da ilha do Porto Santo, "em que sucedeu a seu pai, por ser de juro e herdade" (*Ibid.*, Junta e Provedoria da Real Fazenda..., liv. 972, fl. 230v.). Cita-se, no alvará, que era até então governador da ilha Jorge Correia de Miranda, efetivando-se, ao mesmo tempo, a colocação do tio do novo capitão-donatário, Nicolau Bettencourt Perestrelo de Noronha, como sargento-mor do Porto Santo. O governador e capitão-donatário não se deslocou de imediato para a ilha, mas conseguiu logo ter acesso às redízimas.

Estêvão de Bettencourt Perestrelo tomou ainda menagem das mãos de D. José I, a 11 de março de 1755, e posse no Funchal, a 4 de junho de 1757, perante o governador da Madeira, o que foi até certo ponto uma originalidade, pois marcou a subordinação do lugar de capitão-donatário do Porto Santo ao governador da Madeira. Aliás, a distância entre as datas da carta da donatária (1747), da menagem (1755) e da posse no Funchal (1757) revela bem as dificuldades experimentadas pelo capitão-donatário para alcançar, na altura, os "seus direitos" (*Ibid.*, Junta e Provedoria da Real Fazenda..., liv. 974, fl. 1).

É muito provável que não tenha sequer fixado residência no Porto Santo, pois, no ano

seguinte, a 15 de junho de 1756, em carta enviada do Funchal, apresenta uma representação ao secretário de Estado Diogo Corte Real sobre a difícil situação da ilha do Porto Santo, marcada pela esterilidade dos últimos anos, pedindo milho e farinha para acudir à fome dos habitantes. Na sequência do relatório elaborado pelo Eng.º Francisco de Alincourt (1733-1816), de abril de 1769, e do edital do Gov. João António de Sá Pereira (1719-1804), citando "o ócio e a indigência dos moradores do Porto Santo" (AHU, Madeira, docs. 355, 356, 360-363), a situação catastrófica do Porto Santo teve de ser encarada de outra forma.

Reformas pombalinas

Com a criação, a 2 de agosto de 1766, de um governo centralizado para os Açores cometido a um governador e capitão-general e a consequente extinção das capitanias-donatarias naquelas ilhas, o gabinete do Marquês de Pombal nomeou dois juristas práticos nestes assuntos, os desembargadores José Francisco Alagoa e Bartolomeu Geraldes de Andrade, para reverem toda a situação dos donatários insulares e "dos títulos dos sobreditos [...] que tiverem direito para serem conservados" (BNP, cód. 341, fls. 339-341). Logo a 4 de setembro do mesmo ano, foi elaborado, no palácio da Ajuda, um contrato de compensação ao conde de Castelo Melhor, que o conde registou, a 9 de setembro, no tabelião António da Silva Freire. Do processo completo, seria solicitada, mais tarde, em 1785 e 1788, confirmação a D. Maria I e enviada documentação à Câmara do Funchal para respetivo registo, em 1790 e 1792.

Desta forma, a 4 de setembro de 1766, eram incorporadas na Coroa as capitanias da Casa de Castelo Melhor – a de Santa Maria, nos Açores, e a do Funchal, na ilha da Madeira –, alegando o Rei D. José a existência de "motivos justíssimos" e o "benefício da utilidade pública e do bem público e comum" dos seus vassalos. Revertiam, assim, para a Coroa as antigas "datas das sesmarias" e as jurisdições e nomeações dos ouvidores, dos oficiais de justiça, da Câmara, dos órfãos, das almotaçarias e dos tabeliães. Para além disso, as capitanias ficavam reduzidas às alcaidarias-mores, sendo também reduzidos os privilégios exclusivos "dos fornos de pão de poia, moendas e serrarias aos termos em que menos ofenderem ao direito divino, natural e das gentes, e fizessem calar aos atendíveis clamores dos habitantes das referidas duas ilhas" de Santa Maria e da Madeira (*Ibid.*).

O antigo capitão do Funchal ficava, essencialmente, com o título da alcaidaria-mor e a redízima de todos os rendimentos reais da antiga capitania, praticamente sem encargos, o que significava que o que perdia em prerrogativas sociais ganhava em dinheiro. Ficavam francamente reduzidos os antigos privilégios de venda de sal, que não podiam exceder o preço taxado pelas antigas doações, já citadas, assim como o monopólio dos fornos de "pão de poia", podendo os habitantes ter fornos particulares para o seu consumo doméstico e para "padejarem". Viam-se igualmente reduzidos os antigos monopólios das moendas de água e das serrarias. Em contrapartida, o antigo capitão ficava com o título de marquês de juro e herdade, duas dispensas da Lei Mental e o título de conde da Calheta para o primogénito. Ficavam, igualmente, para a Coroa as fábricas de sabão branco de Lisboa e de Almada, mas eram cedidas ao futuro marquês a Qt. da Labruja, na Golegã, e parte dos terrenos da cerca de São Roque, em Lisboa, na base dos quais se veio a levantar o magnífico e célebre palácio no qual viveu o conde da Foz, que lhe deu nome, e onde estiveram outras entidades e instituições, como o Secretariado Nacional de Informação. Ainda no que respeita a bens patrimoniais, o marquês ficava com 10.000 cruzados anuais de juro, para constituir um vínculo.

Nesta sequência se compreende a ordem do Conselho da Fazenda, de 20 de outubro do seguinte ano, 1767, dada ao provedor do Funchal para tomar posse "da capitania das vilas de Machico e Santa Cruz". O ofício da Fazenda especifica que a capitania se achava vaga "desde o óbito do 5.º conde de Vimioso, D. Luís de Portugal (1656), sem sucessão, em que depois sem



Fig. 6 – Palácio Foz, antigo palácio dos marqueses de Castelo Melhor, 1777 e seguintes (arquivo particular, 2020).

título se introduziu seu irmão, o 6.º conde de Vimioso, D. Miguel de Portugal (falecido em 1680), e depois muito menos, o filho natural deste, o marquês de Valença, Dom Francisco de Portugal (1679-1749), e o atual seu neto, Dom José Miguel de Portugal (e Castro) (1709-1775), os quais todos, não tirarão cartas, nem mercê têm para a poderem requerer". Este ofício aproveitava ainda para solicitar que fossem revistos os demais bens da Coroa, não fossem encontrar-se em idênticas situações. Pedia-se que fossem enviadas ao Conselho as listagens desses bens com a indicação da respetiva situação, para se refazer o arquivo "que se incendiou pelo terramoto do primeiro de novembro de mil setecentos cinquenta, e cinco" (ANTT, Junta e Provedoria da Real Fazenda..., liv. 975, fls. 184-184v.). Em 1772, regista-se na Alfândega toda a documentação respeitante à capitania de Machico, parecendo o assunto ficar encerrado.

Tentando acompanhar o que fizera o marquês de Castelo Melhor, os antigos capitães de Machico iniciam também a reivindicação das antigas rendas. Em 1783, conseguiu D. Afonso Miguel de Portugal e Castro (1748-1802), marquês de Valença, como tutor do seu filho, conde de Vimioso (1780-1840), receber 1443$330 réis da sua antiga capitania. Saliente-se que, entre 17 de junho de 1779 e 28 de outubro de 1782, a redízima tinha rendido 11.990$522. D. Afonso Miguel, sendo nomeado governador-geral do Estado da Baía em 1775, conseguiu, antes de partir, que D. Maria I o nomeasse marquês de Valença e o confirmasse donatário da "extinta capitania de Machico", com o título de conde para o herdeiro e direito aos "bens, rendimentos e direitos da extinta capitania de Machico no mesmo Estado", como especifica a Rainha (ANTT, Junta e Provedoria da Real Fazenda..., liv. 977, fls. 97-99). O novo marquês vice-rei ficou, assim, com mais um título e, tal como o marquês de Castelo Melhor em relação ao Funchal, com os rendimentos da alcaidaria da antiga capitania de Machico, que, em 1825, viriam a ser penhorados pelos seus descendentes.

Muito diferente foi a situação da capitania do Porto Santo, que, nestes meados do séc. XVIII, conheceu um dos piores momentos da sua existência, ao ponto de se tentar transferir toda a sua população para a Madeira. Desde os inícios do séc. XVIII que se vivia na ilha uma situação catastrófica marcada por inúmeros períodos de fome, o que tinha levado a população a um completo imobilismo. Quase todos os governadores alertaram Lisboa para esta situação, mas só se vieram a tomar medidas efetivas com Manuel de Saldanha de Albuquerque (1712-1771) e, sobretudo, com João António de Sá Pereira.

A capitania foi extinta por diploma de 13 de outubro de 1770, após a morte do donatário em Lisboa, não se coibindo o próprio Rei D. José I de apelidar os portossantenses de vadios, referindo que "os sobreditos moradores cuidam em alegar genealogias para fugirem ao trabalho" (*Anais do Município do Porto Santo*, 1989, 16). Com a extinção da capitania, em 1770, foram liquidados de imediato os rendimentos em atraso dos donatários, e, em maio do ano seguinte, o próprio governador da Madeira, António de Sá Pereira, deslocou-se à ilha, acompanhado do Corr. Francisco Moreira de Matos e do oficial Eng.º Francisco Salustiano da Costa (c. 1745-c. 1820), do seu médico, o Dr. João Joaquim Curado Calhau, e de 25 soldados. A Provedoria recebeu ordens para fretar o iate de Francisco Teodoro e Manuel da Silva Carvalho, assim como para preparar provisões de biscoito e uma lista de remédios fornecida pelo médico do governador.

João António de Sá Pereira procedeu a nomeações várias no Porto Santo, a primeira das quais foi a do Cap. Pedro Teles de Meneses como inspetor da agricultura, recebendo as primeiras instruções em 1770. A nomeação foi depois comunicada à Câmara do Porto Santo e ao Marquês de Pombal, que a levou ao "Real Arbítrio", recebendo a aprovação de D. José I (AHTC, Erário Régio, liv. 395, fls. 306-309). Na ilha, o Gov. Sá Pereira procedeu ao emparcelamento dos terrenos e à reorganização geral da população, assunto entregue ao corregedor. Como alguns ofícios



Fig. 7 – Câmara Municipal do Porto Santo, Domingos Rodrigues Martins, 1774 (fotografia de Bernardes Franco, 24 abr. 2016).

tinham desaparecido por completo, nos finais do ano de 1770 já vários rapazes tinham sido transferidos para o Funchal e entregues a vários oficiais, que ficaram encarregados de os ensinar. O Governo acabou por tomar a seu cargo a sua manutenção – alimentação, vestuário, alojamento e instrução –, nomeando, inclusivamente, um médico-cirurgião para os acompanhar, ao qual também foi entregue um dos rapazes. Entre os ofícios que estes jovens aprenderam, estavam os de sapateiro, alfaiate, oleiro, carpinteiro, pedreiro, ferreiro, cirurgião e sangrador.

A nomeação e o trabalho do novo inspetor da agricultura não foram, como já era habitual neste domínio, pacíficos, pois, interferindo com muitos interesses, principalmente os dos proprietários madeirenses, o inspetor foi acusado de inúmeras irregularidades. Assim, ainda que a ilha do Porto Santo tenha sido de imediato dotada de regimento da agricultura, datado de 13 de junho de 1771, os resultados não foram muito animadores. Em finais de 1774, deslocava-se ao Porto Santo o mestre das obras reais, Domingos Rodrigues Martins (c. 1710-1781), para inspecionar as fortificações, transformando-se, por sua decisão, o pequeno reduto de S. José no forte que viríamos a conhecer. Entretanto, devem ter sido executadas obras na Câmara Municipal – também elas, certamente, orientadas e dirigidas pelo mestre Domingos Rodrigues Martins –, a ajuizar pelas armas que passou a ostentar, talvez ligeiramente anteriores às do forte de S. José. Também por essa altura se devem ter iniciado outras obras, como as da casa nobre que posteriormente seria ocupada pelo tribunal, ostentando tal edifício, no lintel da entrada, a data de 1788.

O cargo de governador da ilha continuou a ser desempenhado pelo sargento-mor Nicolau Bettencourt de Noronha, tio do antigo Cap. Nicolau Bettencourt Perestrelo, entretanto falecido a 9 de abril de 1768. Nessa altura, o governador escreveu para Lisboa a alvitrar a nomeação do ajudante do sargento-mor de Machico, Matias Moniz de Bettencourt, que servia igualmente na sala do Governo do Funchal. Explica, então, que, encontrando-se o donatário "há anos nessa corte" (ABM, Governo Civil, liv. 530, fls. 17-18v.), com a morte do sargento-mor e governador, ficava a ilha a ser governada pela Câmara e pelo capitão mais antigo. Ora, como a ilha ainda tinha 300 homens de ordenanças, deveria ter um sargento-mor e governador para o controlo geral dessa gente. No entanto, só após a morte do donatário e a extinção da capitania tal pedido teve despacho de Lisboa. A proposta da nomeação do filho do falecido sargento-mor, Manuel da Câmara Perestrelo de Noronha, foi de 15 de maio de 1782, sendo confirmada apenas a 23 de setembro de 1785. Este ramo da família foi sendo todo nobilitado, devendo ter movido influências para não perder tal lugar.

Este lugar passou, entretanto, a ser subordinado ao governador da ilha da Madeira, como consta das nomeações de Manuel Ferreira Nobre Figueira, sargento-mor do Regimento de Milícias de Vila Real, nomeado em 1797. Efetivamente, este sargento prestou menagem de tal lugar em S. Lourenço, nas mãos do governador da Madeira, a 27 de setembro desse ano, e o mesmo viria a acontecer com João Baptista Rofle, capitão-tenente da Armada, nomeado em 1800.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Arquivos Particulares, *Processo da Capitania de Machico*, n/ catalog.; *Ibid.*, Câmara Municipal de Machico, livs. 81, 86-87, 110 e 149; *Ibid.*, Câmara Municipal de Santa Cruz, liv. 327; *Ibid.*, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombos 3, 6-9 e 13; *Ibid.*, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 165; *Ibid.*, Governo Civil, livs. 526-530; *Ibid.*, Registos Paroquiais, São Pedro, Óbitos, liv. 131; AHTC, Erário Régio, liv. 395; AHU, Madeira e Porto Santo, docs. 18, 74, 306, 355-356, 360-367 e 394-397; ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, livs. 15 e 31; *Ibid.*, Conselho de Guerra, Consultas, mços. 14 e 124; *Ibid.*, Convento de Santa Clara do Funchal, Avulsos, mç. 1; *Ibid.*, Desembargo do Paço, mç. 1871; *Ibid.*, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 426, 958, 965A, 969-970, 972, 974-977; BNP, Coleção Pombalina, cód. 341; *Ibid.*, reservados, cód. 8391, *Index Geral do Registo da Antiga Junta e Provedoria da Real Fazenda do Funchal*; **impressa:** ALBUQUERQUE, Luís de, e VIEIRA, Alberto, *O Arquipélago da Madeira no Século XV*, Funchal, DRAC, 1987; *Anais do Município do Porto Santo*, introd. e notas Alberto Vieira e João Adriano Ribeiro, Porto Santo, Câmara Municipal do Porto Santo, 1989; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. I, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1999; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Typ. Funchalense, 1873; *Ordenações Filipinas*, 3 vols., Lisboa, FCG, 1985; SALDANHA, António Vasconcelos de, *As Capitanias. O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Funchal, CEHA, 1992; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; SOUSA, João José de, "Capitães donatários do Funchal, séc. XV a XIX", *Islenha*, n.º 1, jul.-dez. 1987, pp. 66-85; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

Rui Carita

Capitão-geral

Com a vigência de Filipe II no trono de Portugal e as conjunturas interna e externa que se seguiram, acrescidas, principalmente, das posições e dificuldades experimentadas pelas casas dos Câmara e dos Vimioso, a direção geral e superior da defesa da ilha da Madeira foi entregue a um cabo de guerra, governador e capitão-geral de ambas as capitanias. Esse governador passou a ser recrutado nos quadros da corte, por três anos, conforme os interesses pontualmente em causa e segundo informação do Conselho de Portugal. A função era especificamente de "geral e superintendente das coisas da guerra de ambas as capitanias" (VERÍSSIMO, 2000, 133-134), ou seja, das capitanias do Funchal e de Machico, mantendo o governo militar da capitania do Porto Santo autonomia nesse novo enquadramento.

Nos finais do séc. XIX e inícios do séc. XX houve alguma polémica sobre estas designações e sobre a posição do Des. João Leitão, o primeiro a desempenhar essas funções na Madeira, embora sem específica carta patente para tal, situação perfeitamente compreensível dada a época que se vivia com o início da União Ibérica e, especialmente, com a presença de D. António, Prior do Crato, nos Açores, apoiado por forças navais francesas e inglesas, que não pretendiam, de forma alguma, a união de Portugal a Castela.

Depois, igualmente surgiu polémica por se entender que durante a União Ibérica se usou a designação de "geral" e após a Restauração a de "general", ideia que fora lançada por Álvaro Rodrigues de Azevedo (1825--1898), nas suas anotações às *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso, no que foi contrariado, depois, por Damião Peres (1889-1976), que fora professor no Liceu do Funchal, em trabalhos editados no Porto em 1924 e 1925. No Funchal, a posição de Álvaro Rodrigues de Azevedo foi defendida por Carlos de Azevedo de Meneses (1863-1928), nas páginas do *Diário da Madeira*, em artigos de setembro de 1925, "com poderosos argumentos" (SILVA e MENESES, 1998, II, 100).



Sala dos Retratos dos Governadores e Capitães-Gerais do palácio de S. Lourenço, óleos de c. 1790 e seguintes (reforma de 1942-2007) (arquivo particular).

A polémica tinha contornos essencialmente políticos, como de imediato se constata pelo *Elucidário*, cuja edição a que nos referimos é comemorativa dos centenários do Estado Novo, quando se escreve que "com o domínio filipino terminou o governo dos Capitães-Donatários", quando os capitães do Funchal, que se tinham fixado em Lisboa desde 1550, e os condes de Vimioso nunca se tinham deslocado a Machico. O texto continua com a indicação de que o arquipélago tinha passado a ser "administrado por Governadores-Gerais, da imediata nomeação do governo espanhol" (*Id.*, *Ibid.*, 99), o que também não é de forma alguma correto, pois que ao tempo de Filipe II, *e.g.*, nunca se utilizou o termo "espanhol", para além de que os governadores da Madeira, até aos finais do séc. XVIII, nunca superintenderam sobre a capitania do Porto Santo.

Acresce que as nomeações do período filipino privilegiaram, inclusivamente, a descendência de João Gonçalves Zarco, nomeando para governadores da Madeira Tristão Vaz da Veiga (1537-1604), em 1585, bisneto de Zarco e filho de Diogo Vaz da Veiga e de Brites Cabral; João Fogaça de Eça (c. 1550-c. 1620), em 1603, segundo neto por varonia de João Gonçalves da Câmara, 2.º capitão do Funchal e filho de António Gonçalves da Câmara, caçador-mor de D. João III; e Jorge da Câmara

(c. 1570-c. 1630), o Poeta, em 1614, neto do 4.º capitão do Funchal e filho natural de Rui Gonçalves da Câmara, que fora capitão-mor de Barcelor e de Ormuz, na Índia, onde falecera. Com a vigência da Dinastia de Bragança, somente nos finais do séc. XVIII, entre 1777 e 1781, se voltou a sentar em S. Lourenço um Câmara: João Gonçalves da Câmara Coutinho (ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Registo de Mercês, liv. 1, fl. 293).

Deixou pois de fazer especial sentido a antiga polémica "geral" versus "general", até por "geral" ser uma comum abreviatura de "general", e o que está em causa são as funções desempenhadas. A partir dos finais do séc. XVI, o governo da Madeira passou a ser entregue a um governador e capitão-geral, ouvido o Conselho de Portugal e sendo depois nomeado pelo monarca, cargo sempre entregue a um elemento português da nobreza da corte, com mais ou menos experiência militar, o que vai continuar por todo o Antigo Regime até ao Liberalismo.

Em julho de 1607, *e.g.*, o Conselho de Portugal apreciou os nomes propostos pelo vice-rei D. Pedro de Castilho, bispo de Angra, para o governo da Madeira, tendo o conde de Salinas, D. Diogo da Silva e Mendonça, filho de Rui Gomes da Silva, proposto o nome do castelhano D. Diogo de Carcamo, o que acabou por não passar na votação do conselho. Os restantes conselheiros alvitraram que não seria por certo bem recebido por ser castelhano, para além de poder vir a favorecer o presídio castelhano de S. Lourenço em prejuízo dos naturais, o que não seria conveniente, pelo facto de ser "a gente daquela ilha pouco quieta" e estar "em parte apartada, aonde o remédio (quando for necessário) chegará tarde" (VERÍSSIMO, 2000, 134). Acabou por ser nomeado D. Manuel Pereira Coutinho, que tomou posse a 22 de novembro de 1607 (ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombo 3, fl. 69v.), o qual tinha sido capitão-mor das naus da Índia e depois foi governador de Angola, entre 1630 e 1635.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, tombo 3, fl. 69v.; ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Registo de Mercês, liv. 1, fl. 293; **impressa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. II, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1991; FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, anot. Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Typ. Funchalense, 1873; PERES, Damião, *O Desembargador João Leitão. Primeiro Governador Geral da Madeira*, Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto, s.d.; *Id.*, "O problema dos governadores gerais da Madeira", *Revista de Estudos Históricos*, ano 2, 1925, sep.; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998; VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, DRAC, 2000.

RUI CARITA

Cardoso, Agostinho Gabriel de Jesus

Agostinho Gabriel de Jesus Cardoso foi um médico, político e jornalista madeirense nascido no Funchal a 10 de julho de 1908, filho de Domingos Cardoso e de Maria Natividade de Jesus. Casou-se com Maria Prado de Almada, com quem teve dez filhos.

Após o ensino secundário no Funchal, frequentou a Faculdade de Medicina da Univ. de Coimbra, tendo completado os estudos na Faculdade de Medicina da Univ. de Lisboa.

Como médico pneumatologista, Agostinho Cardoso iniciou a sua carreira clínica no Funchal, em 1933, pondo a funcionar o Dispensário Antituberculoso, então inaugurado. Como médico-chefe, abriu e organizou o Sanatório Dr. João Almada em 1940, procedendo, mais tarde, à sua ampliação e reequipamento.

Como subdelegado do Instituto Nacional de Assistência aos Tuberculosos da Madeira, promoveu a construção do Preventório S.ta Isabel e do Centro de Diagnóstico e Profilaxia do Funchal, responsáveis pela assinalável baixa da mortalidade por tuberculose.

Como subdelegado de saúde do Funchal, planeou e organizou o Serviço de Saúde Municipal do Funchal, com quatro postos clínicos nas áreas suburbanas, um posto no Funchal e um Dispensário Higiénico Infantil.

Participou no Congresso Internacional de Gerontologia, em Washington, e no Congresso da União Internacional contra a Tuberculose, em Nova Iorque. Foi sócio do American College of Chest Phisicians.

Foi presidente diocesano da Juventude Escolar da Ação Católica e do Conselho Central



Fig. 1 – Agostinho Gabriel de Jesus Cardoso, 1961 (AHP).

das Conferências de São Vicente de Paulo, que procurou dinamizar, tendo participado, como conferencista, nas Jornadas Nacionais comemorativas do Centenário da Sociedade de São Vicente de Paulo, em Lisboa.

Como político, alinhou no ideário do Estado Novo e sua estrutura organizativa. Foi membro da Legião Portuguesa, desde a sua constituição, tendo sido nomeado comandante de lança-médico. Foi presidente da Comissão Municipal da União Nacional, o partido único do Estado Novo, e da Comissão Distrital, entre 1950 e 1960 – no exercício desta função, combateu a candidatura do Gen. Humberto Delgado às eleições presidenciais (1958), apoiando a do contra-almirante Américo Tomaz.

Entre 1969 e 1974, foi deputado da Assembleia Nacional pela Madeira, tendo sido eleito pela União Nacional/Associação Nacional Popular. Neste âmbito, contribuiu, com as suas intervenções, para a discussão da Lei do Serviço Militar, base jurídica da Guerra Colonial, para o estabelecimento dos Estatutos de Saúde e Assistência e da Saúde Mental, para a Proteção do Funcionalismo e para a Reforma Administrativa do Estado. Além disso, manifestou abertura política no sentido de promover os interesses da Madeira, insistindo, ainda que sem grande sucesso, no planeamento regional, na promoção do turismo e do desenvolvimento económico e na criação de um instituto industrial e comercial.

Agostinho Cardoso foi sensível à problemática da terceira idade, numa época em que esta temática era pouco discutida e promovida. Neste sentido, foi autor do aviso prévio sobre "Problemas da população idosa do nosso país – necessidade duma política de velhice em Portugal", que esteve na origem de uma comissão de estudo presidida pelo ministro de Estado. Participou, como conferencista, nas I Jornadas Sociais sobre os Problemas da Terceira Idade, organizadas, em Lisboa, pelo Conselho Internacional de Serviços Sociais.



Fig. 2 – "Guerra á tuberculose", Paulo Sá Braz, 1944 (*Re-Nhau-Nhau*, 20 jun. 1944).

Foi autor de alguns trabalhos, entre os quais uma obra em defesa da Guerra Colonial, de 1961 (data da sua eclosão em Angola e no chamado Estado Português na Índia), intitulada *A Agressão Anticolonialista a Uma Pátria Pluri-Racial*, onde seguia a linha ideológica do regime do Estado Novo; escreveu, igualmente, *A Madeira e o Turismo Nacional*, *Portugal no Mundo de hoje e de amanhã* e *O Fenómeno Económico-Social da Emigração Madeirense*. Com alguns destes trabalhos, manifestou estar atento à problemática social que se vivia em Portugal antes da revolução de 25 de abril de 1974. A propósito da concessão, pelo Governo Sueco, do grau de cavaleiro da Ordem Vasa a este cidadão madeirense, em razão da sua ação como médico do Hospício D. Maria Amélia, Luiz Peter Clode lamenta ter sido a "única condecoração que possuía depois de tanto bem fazer a toda a população madeirense que não escondeu a sua gratidão com a presença por ocasião do seu enterramento" (CLODE, 1983, 109).

Agostinho Cardoso faleceu no Funchal a 16 de dezembro de 1979.

Obras de Agostinho Gabriel de Jesus Cardoso: *A Agressão Anticolonialista a Uma Pátria Pluri-Racial* (1961); *A Madeira e o Turismo Nacional* (1964); *Portugal no Mundo de hoje e de amanhã* (1967) *O Fenómeno Económico-Social da Emigração Madeirense* (1968).

Bibliog.: CLODE, Luiz Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; *Re-Nhau-Nhau*, 20 jun. 1944; TRINDADE, Cristina, "Agostinho Cardoso", in TRINDADE, Cristina (coord.), *Madeira Empreendedora. 40 Figuras Empreendedoras da Cultura Madeirense*, Lisboa/Porto/Viseu/Aveiro, Edições Esgotadas, 2019, pp. 191-196.

ANTÓNIO MONIZ

Cardoso, Alfredo Ernesto de Sá

Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, de seu nome completo, nasceu em Lisboa, a 6 de junho de 1864, cidade onde faleceu, a 24 de abril de 1950. Militar de carreira, professor e escritor, foi um ativo membro do Partido Republicano no final da monarquia, já então maçon, tomando parte em quase todas as movimentações republicanas, chefiando tropas na Rotunda, no 5 de Outubro de 1910, e sendo, depois, governador civil do Funchal, entre 1913 e 1914. Participando, em seguida, na Revolução de 14 de

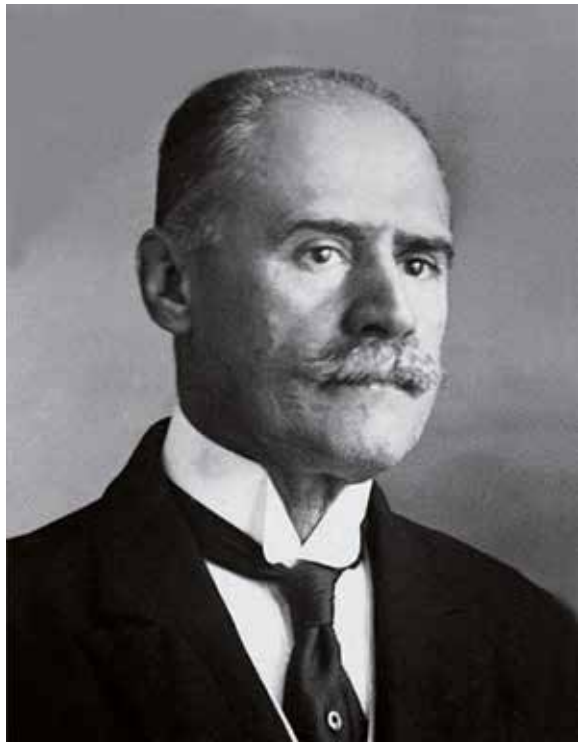


Fig. 1 – Cor. Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, 1922 (AHP).

Maio de 1915, chefiou por duas vezes o Governo, integrou o Corpo Expedicionário Português (CEP) e ainda voltou depois ao Governo, tendo sido, assim, uma das figuras incontornáveis da Primeira República.

Fez os seus estudos no Colégio Militar, na Escola Politécnica e na Escola do Exército, onde cursou Artilharia, assentando praça em 1880 e sendo promovido a alferes em 1886, data em que foi mobilizado para Angola. Fixou-se então em Luanda, trabalhando no governo do distrito, de que foi secretário, e, em 1888, ainda ocupou o lugar de governador da fortaleza de São Paulo de Luanda, ano em que regressou ao continente e foi promovido ao posto de tenente do Exército.

Animado pelos ideais republicanos, filiou-se no Partido Republicano Português e alinhou nas várias revoltas antimonárquicas, como na de 31 de janeiro de 1891. Dois anos depois, em 1893, foi iniciado na maçonaria, na loja Portugal, com o nome simbólico de Alaíde. Mais tarde, já como capitão, posto que alcançou em 1900, fundaria com o também capitão de

Artilharia José Afonso Pala (1861-1915) e os tenentes Hélder dos Santos Ribeiro (1883-1973) e o madeirense Américo Olavo Correia de Azevedo (1881-1927) os Jovens Turcos da República, grupo de oficiais que se destacou em 1907 e 1908 na luta contra a monarquia. Integrou, nessa sequência, o comité militar para a Implantação da República, tendo sido um dos organizadores do plano da revolta do 5 de Outubro de 1910, com o Cap. Afonso Pala, entre outros, comandando ambos as tropas entrincheiradas na Rotunda, em Lisboa, que se haveriam de desentender com o comissário naval António Maria de Azevedo Machado dos Santos (1875-1921), retirando dali as suas forças militares e deixando-lhe o comando, essencialmente, de elementos civis da Carbonária.

Com a Implantação da República, no Governo Provisório presidido por Teófilo Braga (1843-1924), Sá Cardoso tornou-se chefe de gabinete do ministro da Guerra, o coronel de Artilharia António Xavier Correia Barreto (1853-1939), com quem trabalhara na Fábrica da Pólvora. Este Governo durou até 3 de setembro de 1911. Ambos regressaram depois à Fábrica da Pólvora, tendo Sá Cardoso, nesse ano de 1911, sido promovido ao posto de major.

O início do ano de 1913 foi marcado pela organização das listas das eleições legislativas para o Congresso da República, com duas câmaras, integrando Sá Cardoso nesse ano a junta consultiva do Partido Republicano Português, tal como a lista dos candidatos pelo distrito de Viana do Castelo. Assistiu-se então a uma profunda fragmentação da família republicana e, no Funchal, o então governador civil, João Maria de Santiago Prezado (1883-1971), acabou por se ver envolvido em toda essa turbulência, que varreu quase todos os distritos portugueses, sendo acusado de falta de neutralidade, e, alegando motivos de saúde, embora tivesse somente 27 anos, pediu a demissão em março, sendo nomeado governador civil da Madeira, a 20 desse mês, o Maj. Alfredo Ernesto de Sá Cardoso.

A situação política madeirense não iria melhorar com o novo governador civil, e a fragmentação dos republicanos manter-se-ia. Para



Fig. 2 – Maj. Sá Cardoso na varanda da Câmara Municipal de Lisboa, 14 de maio de 1915 (fotografia de Joshua Benoliel, AML).

além dos inúmeros periódicos locais já existentes, inclusivamente fora do Funchal, como os da Ponta do Sol, a 1 de maio de 1913 apareceu um novo bissemanário, *O Liberal*, tendo como diretor o advogado Remígio Gil Spínola Barreto (1869-1963) e editor e administrador o médico José Maria Ferreira. Este periódico tinha instalações na R. dos Ferreiros, no Funchal. Apresentando-se como órgão do Partido Republicano Português e subscrevendo, logicamente, as posições do novo governador, poucos dias depois, Sá Cardoso nomeava Spínola Barreto como governador substituto.

A família republicana madeirense encontrava-se dividida em três tendências, quando se aproximavam as eleições suplementares de 16 de novembro de 1913: os "democráticos", apoiantes de Afonso Costa (1871-1937) e onde se encontrava o governador, os "unionistas" e os "evolucionistas". Ainda se tentaram acordos, mas o governador acabou por assumir a direção dos republicanos democráticos, que escolheram como candidato o engenheiro agrónomo João da Câmara Pestana (1871-1927),



O novo governo fotografado, após o ato da sua posse, no salão de receções do ministerio do interior. Sentado o coronel sr. Sá Cardoso, presidente do ministerio e ministro do interior. De pé, da esquerda para a direita, os srs. drs. J. Domingos dos Santos e Joaquim d'Oliveira, major d'engenharia Francisco da Cunha Rego Chaves, dr. Lopes Cardoso, capitão de fragata Ernesto Rodrigues Gaspar, major Helder Ribeiro e engenheiro agronomo Lima Alves, respetivamente ministros do trabalho, da instrução, das finanças, da justiça, das colonias, da guerra e da agricultura.

Fig. 3 – Governo de Sá Cardoso de 1919 (*Ilustração Portuguesa*, 14 jul. 1919, 34).

diretor-geral da Agricultura e irmão do falecido médico bacteriologista Luís da Câmara Pestana (1863-1899), que haveria de ganhar as eleições, mas abdicaria do lugar, dado também ter sido eleito como senador por outro círculo.

Resolvidas as eleições, a 24 de janeiro de 1914 abandonava o lugar de governador civil do Funchal e regressava a Lisboa, onde ocuparia o seu lugar de deputado. Mas, um ano e pouco depois, participou no movimento que depôs o Gen. Joaquim Pimenta de Castro (1846-1918) da presidência do Governo, proclamando, a 14 de maio de 1915, na varanda da Câmara Municipal de Lisboa (CML), o restabelecimento da Constituição, suspensa que fora pelo executivo derrubado. Neste mesmo ano, foi reeleito deputado, tal como sucedeu em 1919 e 1922. Foi também eleito, várias vezes, presidente da Câmara de Deputados e, inclusivamente nesse cargo, foi um dos defensores da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, tendo mesmo abandonado essas funções para integrar o CEP, onde, como coronel, entre 1917 e 1918, comandou a Artilharia.

Veio, entretanto, a opor-se militarmente ao golpe de Sidónio Pais (1872-1918), pelo que foi preso, mas, assassinado esse, veio a participar militar e pessoalmente na ofensiva contra a Monarquia do Norte e a assumir o lugar de presidente do Ministério, de 29 de junho de 1919 a 21 de janeiro de 1920, acumulando a pasta do Interior. Apoiante depois de Álvaro de Castro (1878-1928), foi um dos fundadores dos "reconstituintes", alinhando ainda com os "nacionalistas" e aderindo à dissidência da Aliança Republicana. Assumiria o cargo de ministro do Interior no Governo de Álvaro de Castro, de 18 de dezembro de 1923 a 6 de julho de 1924, alcançando nesse ano o posto de general. Com o Movimento de 28 de Maio de 1926, seria de novo preso e desterrado para

Cabo Verde e, depois, para os Açores, de onde regressou em 1934, quando passou à reserva, por ter atingido o limite de idade. Contudo, ainda aceitou a presidência da Comissão Executiva dos Padrões da Grande Guerra, onde tentou desenvolver alguma atividade política à sombra dos antigos valores da Comissão, fazendo palestras na então Escola Militar, no Porto e em outros locais, inclusivamente publicadas. Sá Cardoso compreendeu, entretanto, que, com a entrada oficial no Estado Novo, a época era outra, procedendo ao encerramento da Comissão dois anos depois, a 10 de novembro de 1936, e publicando o relatório geral da mesma Comissão (1921-1936), na tipografia da Liga dos Combatentes, até certo ponto herdeira daquele ideário. Retirou-se então da vida política ativa.

Bibliog.: BRANDÃO, Pedro Ramos, e FIDALGO, António Chaves, *A Maçonaria e a Participação de Portugal na I Guerra Mundial*, Lisboa, Casa das Letras, 2014; CARITA, Rui, *Roteiros Republicanos. Madeira*, Matosinhos, QuidNovi, 2010; *Ibid.*, "A Comissão dos Padrões da Grande Guerra do general Gomes da Costa; padrões, monumentos e túmulos do Soldado Desconhecido", in *Atas do XXVIII Colóquio de História Militar. 1916-1918: Portugal, do Armistício à Ditadura Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2018, pp. 383-396; *Ilustração Portuguesa*, 14 jul. 1919; MARQUES, A. H. Oliveira *et al.*, *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Lisboa, Afrontamento, 2000; MARTINS, Teresa Florença, *O Movimento Republicano na Madeira. 1882-1913*, Funchal, CEHA, 2004.

Rui Carita

Cardoso, Edgar

Edgar Cardoso nasceu no Porto, a 11 de maio de 1913. Estudou Engenharia na Faculdade de Engenharia da Univ. do Porto. Apesar do seu inicial interesse por Engenharia Eletrotécnica, acabou por se formar em Engenharia Civil, iniciando a sua carreira profissional na Divisão de Pontes da Junta Autónoma de Estradas, em Lisboa.

Integrou, em 1951, o corpo docente do Instituto Superior Técnico, como professor catedrático de Pontes. O próprio considerava-se um engenheiro para idealizar e realizar, pelo que afirmava que a sua atividade como professor era uma obrigação para com o seu país: de ensinar o que tinha estudado ou conhecido. Jubilou-se em 1983.

Foi o Eng.º Edgar Cardoso que projetou a primeira ampliação do aeroporto da Madeira. A pista foi aumentada, entre 1982 e 1986, para 1800 m e executada em vigas de betão prefabricadas, assentes sobre pilares de betão armado. Os seus estudos sobre a ampliação do aeroporto da Madeira seriam, mais tarde, adaptados pelo Eng.º António Segadães Tavares para o projeto de extensão da pista, parcialmente construída em laje sobre o mar.

Centenas de estudos e projetos de pontes, aeroportos, portos e grandes edifícios em todo o mundo constituem a obra do Eng.º Edgar Cardoso.

"O Engenheiro genial, o Professor singular, o investigador sem paralelo, o inventor de prodigiosa diversidade, o artista plástico das pontes, o inovador incansável no domínio das soluções, o homem invulgarmente inteligente e humanista, o amigo de tantos que a ele recorreram, o Mestre entrou na história da



Eng.º Edgar Cardoso, c. 1995 (*Engenho e Arte*, João Bastos, jun. 2020).

Engenharia e na de Portugal do séc. xx" (SOARES, 2003).

Morreu com 87 anos, em julho de 2000. A sua morte foi assinalada com um voto de pesar da Assembleia da República, que o referiu como um grande português.

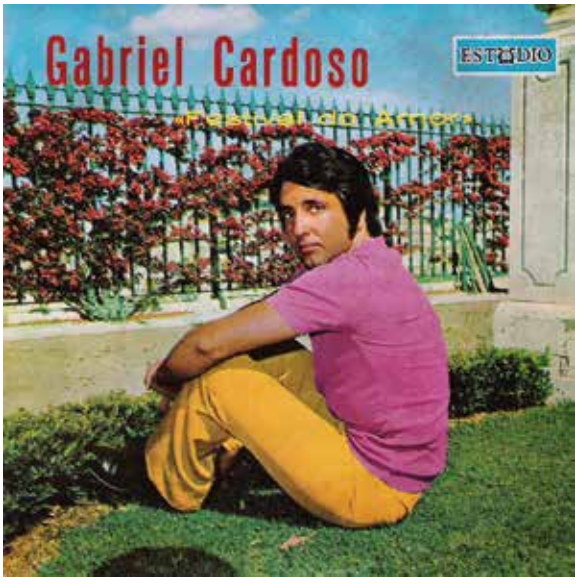
Bibliog.: *Edgar Cardoso. Vida e Obra*, Resende, Museu Nacional de Resende, 2006; PAULINO, Francisco Faria, e SILVA, Susana, *Aeroporto da Madeira. A História de Um Sonho*, Funchal, Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira/ Edicart, 2000; SOARES, Luís Lousada, *Edgar Cardoso. Engenheiro Civil*, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2003.

Ana Rita Londral

Cardoso, Gabriel

Gabriel Faustino de Abreu Cardoso é o nome de um cantor português de música ligeira nascido no Arco de São Jorge a 15 de março de 1943. Era filho do maestro e fundador da banda da freguesia do Arco de São Jorge e irmão de Cecília Cardoso, também cantora, conhecida com vários discos gravados. Gabriel Cardoso integrou, com outros estudantes, o movimento estudantil musical gerado pela "febre dos Beatles" na déc. de 60 do século xx.

Cumpriu o serviço militar em Angola, para o que teve de interromper os estudos em Direito. De regresso à pátria, estreia-se nos Açores, no Teatro Micaelense, de Ponta Delgada.



Gabriel Cardoso, 1970 (single "Festival do amor", Estúdio SIM).

Em janeiro de 1967, foi lançado num programa da RTP, *Lugar aos Novos*, produzido pelo maestro Melo Pereira. No mesmo ano, lançou o EP *Como Um Calhau Rolado*. Foi convidado a integrar o elenco da revista *Pois, Pois...*, que estreou no Teatro Variedades, ao Parque Mayer, em Lisboa, a 9 de dezembro de 1967. Participou como convidado no programa de entretenimento *Riso e Ritmo*, da RTP.

Em 1970, venceu o título de Rei da Rádio, atribuído pela Rádio Antena 1. Na déc. de 1980, foi diretor artístico da discoteca Monte Carlo, mais tarde denominada Loucuras. De Carlos Paião, gravou os temas "Tímido" e "Engarrafamento". Com produção de Toy, gravou "Viver a cantar 25 anos". Entre os seus maiores sucessos, merece especial destaque "Festival do amor", "Ericeira" e "Venham amigos".

Participou em diversos festivais de música, programas de televisão e digressões, tanto em Portugal como no estrangeiro, designadamente nos Estados Unidos e no Canadá, em espetáculos junto das comunidades portuguesas.

Morreu em Lisboa, a 8 de fevereiro de 2000.

Discog.: *Canto Estes Dias Felizes, Limão*; *Cigano, Vão as Nuvens Vem o Sol*; *De Dia para Dia, É Inútil, Quem Manda neste Mundo É o Dinheiro, Poema a Meu Irmão*; *Emigrante, Miragem*; *Ericeira, Custa a Crer*; *Eu já não Creio*; *Moreninha*; *Tu Sabes, Um Certo Outono*; *Vamos Sorrir e Cantar, Amiga Dê Tempo ao Tempo*; *Viver a Cantar 25 Anos, Sonho por Sonho*; *Como Um Calhau Rolado* (1967); *Festival do Amor, ao Meu Amor* (1970); *Estrada Minha Verdade* (1971); *Oh Meu Amor, Engarrafamento* (1982); *Tímido, Aleluia para o Sonho* (1985).

Bibliog.: VILELA, Joana Stichini, e MROZOWSKI, Nick, *LX 60. A Vida em Lisboa nunca mais Foi a Mesma*, Lisboa, Dom Quixote, 2012; **digital:** "Gabriel Cardoso", *Facebook*, s.d.: http://www.facebook.com/pages/GabrielCardoso/280476458654601 (acedido a 21 jul. 2015); "Gabriel Cardoso", *Ié-Ié*, 9 fev. 2010: http://guedelhudos.blogspot.pt/2010/02/gabriel-cardoso.html (acedido a 21 jul. 2015); "Gabriel Cardoso", *Wikipédia*, s.d.: http://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel_Cardoso (acedido a 24 mar. 2015).

Teresa Norton Dias

Caricaturistas

A caricatura política no âmbito da comunicação social e do desenho mais ou menos humorístico não ganhou especial visibilidade na Madeira antes dos finais do séc. xix e inícios do xx, quando no continente europeu era prática de há muito comum. Na área das alcunhas pessoais, na maioria das vezes nascidas



Fig. 1 – "Eleição do Funchal. Uma lição d'independencia", Rafael Bordalo Pinheiro, 1882 (*O António Maria*, 30 nov. 1882, 486).



Fig. 2 – "O grande terramoto politico", caricatura da dissolução da Sociedade Alemã dos Sanatórios, 1907 (*A Chacota*, 25 fev. 1907).

da caricatura física e social, no entanto, parece sempre ter tido ampla divulgação, como testemunharam alguns viajantes estrangeiros nos meados do séc. XIX. A atenta inglesa Isabella de França (1794-1880), *e.g.*, elenca inúmeras alcunhas na Madeira, mesmo em relação às principais famílias, dando os madeirenses como tendo "extraordinária propensão geral para as alcunhas" (FRANÇA, 1970, 94). A princesa Maria Carlota de Áustria (1840-1927), pela mesma época, refere que o administrador do concelho, então Tarquínio Torcato da Câmara Lomelino (1818-1888), era apelidado sempre na folha local *O Direito* de "o paxá de três caudas" (MAXIMILIANO DE HABSBURGO e CARLOTA DA BÉLGICA, 2011, 113-114). Na Madeira, a caricatura social e a política teriam, assim, permanecido nas alcunhas ou apelidos e só muito mais tarde teriam passado à representação gráfica.

Circulavam, no entanto, na Ilha, por certo, caricaturas em litografias, como é o caso das editadas por Rudolph Ackermann (1764-1834) e, em especial, as desenhadas por Thomas Rowlandson (1756-1827). Os acontecimentos em Portugal não escaparam à sátira política britânica da época, nomeadamente o assédio às freiras portuguesas pelos oficiais britânicos (ROWLANDSON, 1811), pelo que devem ter chegado ao Funchal. Ackermann, inclusivamente, publicou *A History of Madeira* (1821) com ilustrações caricaturais, dadas como feitas por alguém há muito residente em Portugal ou na Madeira, que pode ter sido o Ten.-Cor. Paulo Dias de Almeida (c. 1778-1832) ou, mais provavelmente, o Cap. Vicente de Paula Teixeira de Nóbrega (c. 1790-c. 1850), mestre das obras municipais, pois que desenhos muito semelhantes acompanham as várias versões da *Descrição da Ilha da Madeira*, de 1817, daquele

tenente-coronel, com quem sempre trabalhou Vicente de Paula.

As primeiras publicações madeirenses que conhecemos que utilizaram a caricatura parecem ter sido *A Chacota*, periódico que iniciou a sua publicação a 9 de dezembro de 1906 e terminou a 3 de setembro do ano seguinte, tendo saído 25 números, a que se seguiu *O Seringa*, entre 3 de junho de 1918 e 21 de agosto do mesmo ano. O primeiro caricaturou a situação da Sociedade dos Sanatórios, e o segundo a crise que levou ao poder Sidónio Pais (1872-1918). Tudo aponta, assim, face à curta vigência destes periódicos, para ter sido muito difícil a introdução da publicação de caricaturas no meio social madeirense.

Os modelos gerais seguidos, tanto em *O Seringa* como nos seguintes periódicos, foram os divulgados por Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), inclusivamente nas caricaturas respeitantes à Madeira e à eleição de Manuel de Arriaga (1840-1917), em 1882, como deputado. Na célebre caricatura publicada em *O António Maria*, o artista português criou, à semelhança do seu Zé Povinho, um Zé Madeirense com barrete de vilão, figura que, com poucas variantes, se manteve na comunicação social madeirense (PINHEIRO, 30 nov. 1882, 486). *O Seringa* copia mesmo desenhos de Bordalo Pinheiro, como em "Um instantâneo… do natural", onde o Zé Madeirense é metido numa prensa pelas Autoridades e pelo Comércio (*O Seringa*, 10 jun. 1918), ou emparedado, como "diversos gajos queriam fazer ao Seringa" (*O Seringa*, 21 ago. 1918).



Fig. 3 – "Um instantaneo... do natural". A crise de subsistências de 1918, representada pelo Zé Madeirense prensado por duas senhoras, identificadas como A Brandura da Autoridade e A Especulação do Comércio (*O Seringa*, 10 jun. 1918).

Re-Nhau-Nhau

O panorama de aceitação da caricatura política mudou bastante com o aparecimento do trissemanário humorístico *Re-Nhau-Nhau* (1929-1977), porventura o periódico de mais longa duração do género em Portugal: 48 anos. O primeiro número, de perto dos finais de 1929, ostentava um guarda obeso fardado, de bigode abundante, empunhando um nabo, numa caricatura da Estátua da Liberdade, recortando-se sobre uma cruz aureolada, num pequeno pedestal e com um cão mais ou menos sarnento aos pés. Apresenta como título, a partir do nabo, "donde irradia a Ordem e o Progresso!" (*Re-Nhau-Nhau*, 20 dez. 1929). Poucos dias depois, o n.º 2, mais contido, apresentava o Ano Velho com barrete de vilão com o rolo dos intermináveis planos para o porto do Funchal, planos de que o Ano Novo, logicamente, se demarca (*Re-Nhau-Nhau*, 31 dez. 1929).

O *Re-Nhau-Nhau* foi fundado por jovens entre os 17 e os 24 anos, e foi dirigido por João Miguel e Pedro Alberto Gonçalves Preto, que humoristicamente, nos meados da déc. de 60, se apresentava por vezes como Alberto Gonçalves "de cor ausente". Para as suas páginas trabalharam os melhores caricaturistas madeirenses de então, não deixando os mesmos, no entanto, de colaborar noutros periódicos, também no continente. Com uma equipa constituída por elementos quase todos politicamente enfeudados e alguns, por vezes, presos, desenvolveram uma bem-sucedida estratégia para escapar à censura, instituída precisamente pelas alturas da fundação do periódico, estratégia assente numa certa educação e numa velada crítica

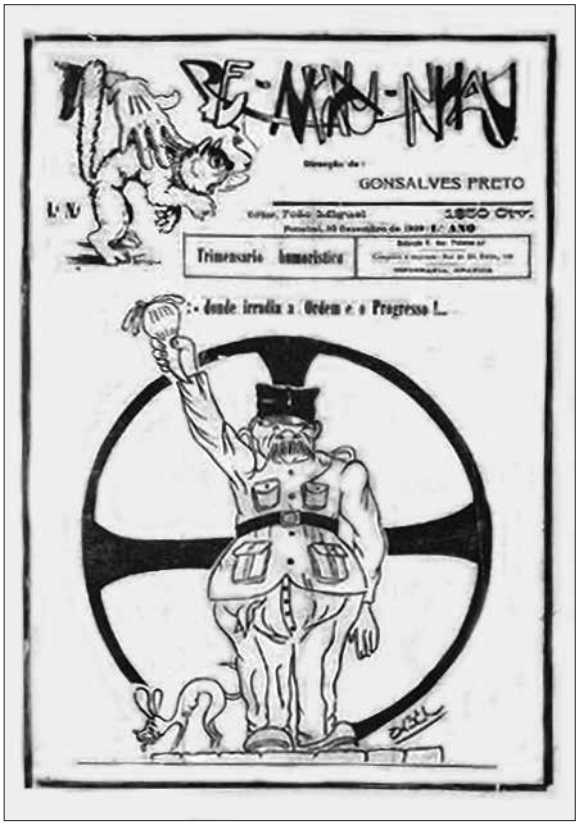


Fig. 4 – "[O nabo] donde irradia a Ordem e o Progresso" (*Re-Nhau-Nhau*, 20 dez. 1929).

às autoridades, mas também congratulando-se com a nomeação de algumas figuras para cargos diretivos e com o trabalho desenvolvido por outras.

Ficaram assim célebres, *e.g.*, as caricaturas de Fernão Ornelas (1908-1978), que, assumindo os destinos da autarquia do Funchal, em janeiro de 1935, somente com 27 anos, foi caricaturado tomando posse de triciclo (*Re-Nhau-Nhau*, 19 jan. 1935); nos anos seguintes, seria caricaturado de quase toda a forma e feitio, mas acabou por merecer os mais rasgados elogios deste periódico no final do seu mandato, referindo-se, inclusivamente, a forma como tinha sido apresentado e colocando-o ao colo do Zé Madeirense. Descreve-se então na primeira folha que "Bem o merece. O Dr. Fernão Ornelas, que já passou por esta página de variadíssimas formas, de triciclo, de automóvel, de avião, de tanque bombardeiro, etc., hoje passa ao colo do respetivo Zé como filho amado da nossa família municipal" (*Re-Nhau-Nhau*, 10 out. 1946).

O *Re-Nhau-Nhau* veio a ser adquirido, com o falecimento de Gonçalves Preto, pela ativa empresária açoriana Maria da Trindade de Mendonça (1916-1997), mas não resistiria ao período conturbado da implantação da democracia e da autonomia. Nos inícios da déc. de 90 voltaria a surgir, essencialmente com o mesmo espírito, mas tendo sido alterado o gato do cabeçalho, que ganhou outro destaque e também uma outra agressividade, típica da época; acrescentaria ao título, nas encadernações, *A História Alegre da "Madeira Nova"*, bem indicativo de ser então bastante mais irreverente. Apareceu, no entanto, de forma discreta e quase clandestina, sendo vendido por assinatura e em fotocópias.

Caricaturistas do *Re-Nhau-Nhau*

O caricaturista Roberto Luís Paiva e Cunha (1904-1966), da fundação do inicial *Re-Nhau-Nhau*, que assinava Terrique, foi o autor do desenho do cabeçalho que celebrizou a publicação, um gato de alguma forma também inspirado nos de Bordalo Pinheiro. Miniaturista e ceramista de grande sensibilidade, empregado da casa inglesa Cable and Wireless, acabou por abandonar o grupo de trabalho inicial, comprometendo-se a desenhar as capas dos números de aniversário do periódico. A semelhança com alguns trabalhos posteriores, que, salvo na indicação das autorias, parecem da mesma mão, leva-nos a pensar que teria mantido alguma parceria com os outros elementos do grupo dos caricaturistas. O mais prolífero caricaturista, no entanto, terá sido João Ivo Ferreira (1910-1980), que, embora tivesse somente a 4.ª classe, tinha uma grande capacidade inventiva e uma forte motivação política, tendo colaborado no *Notícias da Madeira* em maio de 1931, quando ocorreu a Revolta da Madeira.

Outros elementos foram trabalhando para o *Re-Nhau-Nhau*, como o caricaturista Abel, logo no primeiro número, depois Mendonça Rosa, que, pelo menos em 1931, colaborou também com o quinzenário *O Fixe*, onde já tinham trabalhado Gonçalves Preto, Cardoso, Ferroso, Rex e outros, figuras de que dificilmente se



Fig. 5 – "Pilar de Banger que Deus haja...", João Abel de Freitas, Fernando Augusto da Silva, Carlos Santos e a condessa de Torre Bela, D. Isabel Constança Gordon Bolger; Paulo Sá Brás, 1939 (*Re-Nhau-Nhau*, 20 jun. 1939, 10).

conseguiram recuperar outros elementos para a história. Não teria assim sido por acaso que, na ampliação de 1940 do *Elucidário Madeirense*, obra por excelência do Estado Novo, não consta este trissemanário, já então gozando de enorme divulgação, tal como também se não refere *O Fixe*, fundado em 1927. A caricatura era, efetivamente, à época, uma forma de arte muito pouco amada, e o severo Fernando Augusto da Silva (1863-1949), autor principal do *Elucidário*, não deve ter apreciado ser caricaturado por Paulo Sá Brás (1919-2003) a defender, de espingarda na mão, o Pilar de Banger (*Re-Nhau-Nhau*, 20 jun. 1939, 10). Pelas páginas do *Re-Nhau-Nhau*, entre 1930 e 1934, também passou o caricaturista madeirense António Teixeira Cabral (1910-1980), radicado em Lisboa desde os anos 20. Tinha começado a sua atividade na capital como caricaturista no *Sempre Fixe*, em 1928, seguindo-se, no início dos anos 30, uma ligação ao *Diário de Notícias* e, a partir daí, uma carreira de sucesso pela mão do artista brasileiro radicado em Lisboa Thomaz de Mello, Tom (1906-1990), sócio da Galeria UP. Nesta galeria, a primeira galeria moderna comercial da capital portuguesa, embora algo efémera – só funcionou entre 1933 e 1936 –, Teixeira Cabral passou a expor os seus trabalhos com os maiores artistas portugueses do seu tempo, datando desses anos a colocação em quase todos os seus trabalhos de uma pequena autocaricatura, em articulação ou não com a sua assinatura. Seguindo as pisadas de Thomaz de Mello, que, além da caricatura, se dedicara, a partir da fundação da galeria, a uma pintura decorativa que marcou aquela época e as suas diversas exposições nacionais e internacionais, Teixeira Cabral desenvolveu um estilo pessoal de enorme poder inovador de síntese, apresentando a caricatura "com a sua arguta visão e interpretação", num trabalho "elegante, original e inteligente" (MACEDO, 1934, 3). Caricaturou assim o meio intelectual da época, com especial destaque para alguns madeirenses, como o poeta Edmundo Bettencourt (1889-1973) e o Arqt. Raul Lino (1879-1974), que, não sendo natural da Ilha, trabalhava então para a Câmara Municipal do Funchal.

Por 1938, aparece a colaborar no *Re-Nhau-Nhau* o jovem Paulo Sá Brás, que não contava ainda 19 anos e cujo trabalho sobre o comendador Harry Hinton (1859-1948), como "3.º rei da Garapa" (*Re-Nhau-Nhau*, 8 ago. 1938), teve logo honras de primeira página. Nascido no Funchal, a 16 de setembro de 1919, deve ter entrado para a caricatura pela mão de João Ivo Ferreira, membro do Partido Comunista, pois que em 1936 aparecem ambos referidos na Revolta das Águas da Ponta do Sol. O seu trabalho, no entanto, iria evoluir rapidamente, tornando-o talvez o elemento de maior qualidade até ao final deste trissemanário. Esse lugar seria assumido neste periódico através do especial destaque gráfico dado a alguns dos seus trabalhos, como as caricaturas de Harry Hinton de 1939 (*Re-Nhau-Nhau*, 22 abr. 1939) e de 1940 (*Re-Nhau-Nhau*, 6 abr. 1940), e as de Fernão Ornelas (*Re-Nhau-Nhau*, 16 mar. 1940), com impressão a duas cores, o



Fig. 6 – Raul Lino, Teixeira Cabral, 1956 (coleção particular).

que para a época, e para este periódico, era um luxo.

Nos últimos anos do *Re-Nhau-Nhau*, Paulo Sá Brás já surge a publicar também trabalhos no célebre e refundado *Comércio do Funchal* (1966--1975), e a capa que criou para a edição de 1 de maio de 1974, com os ex-governantes Marcelo Caetano (1906-1980) e Américo Tomás (1894--1987), "à sombra amena da bananeira" (*Comércio do Funchal*, 1 maio 1974), contribuiria decididamente, com a equipa daquele periódico e a manifestação desse dia, para uma mudança total da vida política da Madeira. Sá Brás manteria a sua colaboração naquele periódico até ao desaparecimento do mesmo, com algumas caricaturas notáveis à época, tais como a de António de Spínola (1910-1996) (*Comércio*, 20 jun. 1974) e as dos membros da anterior oposição democrática da Madeira (*Comércio*, 20 maio, 13 jun. 1974). Colaborou também na exposição de caricaturas das festas de fim de ano de 1974, exposição que veio a ser encerrada compulsivamente nos primeiros dias do ano seguinte, dado o aparecimento de caricaturas da Igreja madeirense. Nos anos seguintes, limitaria os seus trabalhos a caricaturas de um grupo restrito de amigos na Madeira, trabalhando a *crayon* de óleo sobre cartolina, mas afastando, em princípio, a hipótese da sua publicação. Regressaria, no entanto, nos finais da déc. de 80 com caricaturas na revista *Atlântico* e, na década seguinte, como um dos elementos de referência da ilustração da nova versão do *Re-Nhau--Nhau*. Retirar-se-ia entretanto para Lisboa, aí falecendo a 3 de janeiro de 2003, mas o seu legado permaneceria nos anos seguintes através do traço de Toríbio e depois de outros.



Fig. 7 – "Cartaz turístico, à sombra amena da bananeira", Marcelo Caetano e Américo Tomás na Madeira; Paulo Sá Brás, 1974 (*Comércio do Funchal*, 1 maio 1974).

Os finais do séc. XX e os inícios do XXI propiciaram o aparecimento do *cartoon*, desenho humorístico mais sintético, com pequenas tiras sequenciais e apontamentos de caricatura política, nos principais periódicos madeirenses, onde chegou a trabalhar pontualmente Maurício Fernandes (1951-2001), mas sem o âmbito alargado dos anteriores periódicos de sátira política. Na sequência do último *Re-Nhau-Nhau*, apareceram também outros periódicos, como o *Garajau* e, depois, o *Quebra-Costas*, entre outros, mas de carácter quase panfletário, cujo estudo terá de esperar alguns anos de afastamento para um correto enquadramento e análise.

Periódicos com caricaturas: *Atlântico*, n.º 20, 1989, pp. 248-249, 252-253 e 257; *A Chacota*, 9 dez. 1906-3 set. 1907; *Comércio do Funchal*, 1 maio 1974; 20 maio 1974; 20 jun. 1974 (ed. regional); 13 jun. 1974; *Re-Nhau-Nhau*, 20 dez. 1929; 31 dez. 1929; 19 jan. 1935; 8 ago. 1938; 22 abr. 1939; 20 jun. 1939; 16 mar. 1940; 6 abr. 1940; out. 1946; *O Seringa*, 10 jun. 1918; 21 ago. 1918.

Bibliog.: *O António Maria*, 30 nov. 1882; CARITA, Rui, *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira*, Funchal, DRAC, 1982; *A Chacota*, 25 fev. 1907; *Comércio do Funchal*, 1 maio 1974; FRANÇA, Isabella de, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal. 1853-1854*, Funchal, JGDAF, 1970; GOMES, Fátima Freitas, e VERÍSSIMO, Nelson, *A Madeira e o Sidonismo*, Funchal, DRAC, 1983; *A History of Madeira. With a Series of Twenty Seven Coloured Engravings Illustrative of the Costumes, Manners, and Occupations of the Inhabitants of That Island*, London, Rudolph Ackermann, 1821; MACEDO, Diogo de, "O caricaturista Teixeira Cabral visto pelo escultor Diogo de Macedo", *Diário de Lisboa*, 30 maio 1934, p. 3; MAXIMILIANO DE HABSBURGO, e CARLOTA DA BÉLGICA, *Memórias da Minha Vida e Um Inverno na Madeira*, Lisboa, Sopa das Letras, 2011; *Re-Nhau-Nhau*, 20 dez. 1929; 20 jun. 1939; ROWLANDSON, Thomas, *Pastime in Portugal or A Visit to the Nunnerys*, London, Thomas Tegg, 1811; *O Seringa*, 10 jun. 1918; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998.

RUI CARITA

Carlos I

D. Carlos I nasceu em Lisboa a 28 de setembro de 1863. Filho primogénito do Rei D. Luís I e da Rainha D. Maria Pia de Saboia, subiu ao trono em 1889, tendo sido o penúltimo rei de Portugal. Morreu a 1 de fevereiro de 1908, quando foi atingido a tiro no Terreiro do Paço no momento em que seguia com a família em direção ao palácio das Necessidades.

Sete anos antes, o monarca e a mulher, a Rainha D. Amélia, haviam realizado uma visita aos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Foi uma deslocação histórica, pois foi a primeira grande visita de Estado portuguesa do século XX.

A importância da deslocação dos monarcas a território insular está aliás bem patente nos relatos da imprensa da época. A visita dos soberanos à Madeira decorreu entre os dias 22 e 25 de junho de 1901, mas o assunto era já notícia nas semanas anteriores, com os jornais a comunicarem pormenores da agenda real e a vincarem a importância do acontecimento para as gentes insulares. Um dia antes da chegada do Rei, o *Diário de Notícias*, na sua edição de 21 de junho de 1901, escrevia que "a viagem de Suas Majestades às ilhas da Madeira e Açores constitui nos dois arquipélagos o assunto predominante em torno do qual volitam, como enxame em volta do cortiço, as discussões e comentários do público". O matutino explicava que o entusiasmo popular poderia trazer o benefício de "atrair as simpatias dos chefes de estado para esta formosa ilha, cuja recordação jamais se lhes olvidará", além de ser capaz de "insuflar na monotonia da vida normal da população uma atividade social e comercial, embora transitória, mas de gerais e benéficas consequências". O texto terminava realçando que, "no estrangeiro, ministros e chefes de Estados conhecem perfeitamente todas as províncias dos seus países. Bom é que isto suceda igualmente na monarquia portuguesa" (*DN*, 21 jun. 1901, 1).

Um dia depois da chegada dos monarcas à Madeira, o mesmo *Diário de Notícias*, na edição de 23 de junho de 1901, fazia primeira página com uma gravura do Rei D. Carlos e da



Fig. 1 – D. Carlos I, Adolfo Rodrigues, 1895 (coleção da Câmara Municipal do Funchal).

Senhora D. Amélia, num artigo que realçava a importância da deslocação oficial e o seu carácter inédito. Nessa edição, narrava-se uma cidade engalanada para corresponder à "altíssima honra de hospedar os Augustos Monarcas Portugueses". Afinal, "pela primeira vez, após quasi cinco séculos da sua feliz descoberta, pelos arrojados navegantes João Gonçalves Zargo e Tristão Vaz Teixeira, recebe a Madeira a inolvidável distinção da visita dos seus Reis". O longo artigo não se limitava, no entanto, a ser elogioso, mas deixava bem claras as condições de vida das populações e a necessidade de estas se tornarem conhecidas para o reino:



Fig. 2 – Arco triunfal da visita régia na entrada da cidade, Vicente Gomes da Silva (filho), 22 de junho de 1901 (ABM, Photographia Vicente, cx. 292, n.º 5).

"Aqui verão Suas Majestades a exuberância fertilíssima deste solo, a ridente paisagem destas montanhas, a pureza deste céu, a amenidade deste clima. […] A Flor do oceano tudo deve à natureza e pouco ou nada à arte e proteção dos poderes públicos". De qualquer modo, o jornal destaca que o povo humilde e trabalhador recebe em festa os seus monarcas, descrevendo "os rodilhões de fumo das salvas de artilharia que saudaram as Majestades […] e os brados d'entusiasmo unânime soltados por milhares de bocas". E acrescenta o matutino: "Um povo que mostra aos Reis que apesar dos justos motivos de queixa que tem contra os homens da pública governação, do abandono e esquecimento a que tem sido condenado, sabe manter-se com brio, à altura dos seus créditos de povo hospitaleiro e amante dos seus Monarcas". No artigo, refere-se a visita como uma oportunidade para a Coroa ficar a conhecer o estado de abandono e atraso da terra. O artigo dirige-se diretamente ao Cons. Hintze Ribeiro, a quem apela para fazer eco dos queixumes do povo e acabar "com a triste lenda […] da Irlanda Lusitana" (*DN*, 23 jun. 1901, 1).

Pesem embora as queixas, a verdade é que todos os jornais da época relatam uma cidade transformada para receber os soberanos, que percorreram vários locais do Funchal sempre seguidos por uma enorme multidão. O entusiasmo pela visita estava, aliás, bem patente nas primeiras páginas da imprensa. O *Correio da Tarde*, que se assumia como católico e noticioso, publicou mesmo, a 22 de junho de 1901, "um número especial destinado a consagrar e perpetuar esta honrosa e auspiciosa visita". Em várias páginas, nas quais também se reproduziam duas gravuras de D. Carlos I e da Rainha D. Amélia, descrevia-se que "nunca tamanha gala esta terra viu nem tamanho entusiasmo nela palpitou" (*Correio da Tarde*, 22 jun. 1901, 2).



Fig. 3 – D. Carlos e D. Amélia em carro de bois, Lg. do Chafariz, 23 de junho de 1901 (ABM, Photographia Vicente).

Mas, enquanto o povo palpitava de entusiasmo perante a inédita situação de hospedar em território insular tão real presença, os jornais dos dias seguintes não perdiam a oportunidade para, a par do relato da visita, chamar a atenção para as necessidades da terra e das suas gentes. Novamente o *Diário de Notícias*, na sua edição de 25 de junho de 1901, embora admitindo que a altura festiva não era propícia para os jornais estarem a reclamar das necessidades do povo, apelava ao Cons. Hintze Ribeiro para "em qualquer oportunidade, pois que lhe escasseia o tempo de o fazer agora, percorrer esta ilha onde a par de muitas belezas naturais encontraria o mais deplorável atraso de melhoramentos públicos – especialmente no que respeita a estradas e levadas de irrigação, fatores indispensáveis de fomento agrícola, fonte primacial da riqueza d'esta ilha" (*DN*, 25 jun. 1901, 1).

Fica claro que a visita do Rei D. Carlos I gerou grandes esperanças de uma maior consciência do poder central face às dificuldades insulares. Disso fizeram eco os jornais, embora toda a visita tivesse decorrido em ambiente de festa e sem qualquer reclamação ou manifestação por parte do povo.

Bibliog.: BRANCO, Maria de Fátima Ramos, e MONGE, Maria de Jesus, "Palácio de São Lourenço: símbolo e espelho do poder", *Islenha*, n.º 50, jan.-jun. 2012, pp. 23-32; CARITA, Rui, *A Visita do Rei D. Carlos à Companhia de Artilharia de Guarnição em 24 de Junho de 1901*, catálogo de exposição patente no Teatro Municipal do Funchal, Funchal, texto policopiado, 1987; *Id.*, "Uma mesa de embutidos madeirense", *Atlântico*, n.º 17, 1989, pp. 35-38; *Id.*, *História da Madeira*, vol. VII, Funchal, Secretaria Regional da Educação/Universidade da Madeira, 2008; *Id.*, "A visita régia de D. Carlos à Madeira em 1901", in *Política Diplomática, Militar e Social do Reinado de D. Carlos no Centenário da Sua Morte, XVIII Colóquio de História Militar. Actas*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2009, pp. 61-72; *Id.*, *Roteiros Republicanos, Madeira*, Lisboa/Porto, Comissão Nacional para a Celebração dos 100 Anos da República/Diário de Notícias/Jornal de Notícias, 2010; *Correio de Tarde*, Funchal, 22 jun. 1901; *Diário de Notícias*, Funchal, 21 jun. 1901; 23 jun. 1901; 25 jun. 1901; GONÇALVES, Manuel, *O Feiticeiro do Norte. A Chegada de Suas Magestades (22 de Junho de 1901)*, Funchal, Tip. Livraria Popular, 1929; NÓBREGA, Cyriaco de Brito, *A Visita de Suas Majestades os Reis de Portugal ao Archipélago Madeirense. Narração das Festas*, Funchal, Tip. Esperança, 1901.

RAQUEL GONÇALVES

Carlos de Áustria

Carlos de Áustria foi beatificado a 3 de outubro de 2004. Os seus restos mortais estão sepultados na Igreja Paroquial de N.ª Sr.ª do Monte, onde é visitado constantemente por devotos, tanto madeirenses como estrangeiros, especialmente da Áustria, sua terra natal. A sua comemoração litúrgica celebra-se a 21 de outubro. Neste dia, reúnem-se numerosos fiéis junto do seu túmulo a prestar-lhe homenagem, cheios de reconhecimento, gratidão, súplica e fé na intercessão do beato, que, apesar de ter sido rei e político, está inscrito no reino dos Céus.

Nasceu a 17 de agosto de 1887, um sábado. Filho de Otão Francisco, sobrinho de Francisco José, e Maria Josefa, foi batizado a 19 de agosto. Foi educado sob a influência direta da mãe. Os anos da infância são "serenos e tranquilos" (FARIA, 2011, 20). Aos nove anos, recebe pela primeira vez o sacramento da Reconciliação e entra na Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, usando o escapulário até à morte. Aos 12 anos, faz a primeira comunhão, e é crismado a 8 de setembro de 1900. Ainda aos 12 anos, é enviado para o Colégio beneditino Schottengymnasium. Fala bem o inglês e o francês, aprende o húngaro e o checo. Com 13 anos, visita diversos países do império, tomando nota dos seus problemas económicos e culturais. Visita Paris e o Louvre e parte da França. Aos 16 anos, encontra-se em Inglaterra e na Alemanha. Demonstra grande facilidade em fazer amigos. Aos 18 anos, entra para o Exército, vive numa caserna e toma parte nas refeições dos oficiais. Inscreve-se na Univ. de Praga como arquiduque herdeiro, em virtude da morte do filho do imperador, estudando Direito e Ciências Sociais. Em 1905, é agraciado pelo Imperador Francisco José com a Ordem do Tosão de Oiro, a mais alta condecoração da Dinastia dos Habsburgo. A morte do pai, aos 41 anos, a 1 de novembro de 1906, torna o jovem de 19 anos um sério pretendente ao trono.



Fig. 1 – B.º Carlos de Áustria, reprodução a óleo de 2005 (igreja do Monte, Funchal).

A 13 de junho de 1911, Carlos e Zita de Bourbon realizam os desposórios casando a 21 de outubro seguinte. Zita é filha de Roberto de Bourbon, duque de Parma, e de Maria Antónia de Bragança, filha de D. Miguel, rei de Portugal. Na véspera do casamento, Carlos diz a Zita: "Agora vamos ajudar-nos mutuamente a ir para o Céu" (*Id.*, *Ibid.*, 25). Nas alianças, gravam o *Sub tutum praesidium*: "À tua proteção nos refugiamos, Santa Mãe de Deus". Os esposos peregrinam ao Santuário mariano de Mariazelli, dedicado à *Magna Mater Austriae* ("Grande Mãe da Áustria"). Passam a lua de mel nas costas do Adriático. Depois regressam à vida normal.

Assassinados o duque Ferdinando e sua esposa em Sarajevo, Carlos torna-se herdeiro do trono. Entretanto, surge a Primeira Grande Guerra entre as diversas nações europeias. Carlos discorda, mas será o bode expiatório que irá carregar a derrota, a destruição do império e o exílio.

A 11 de novembro de 1916, às 21h05, falece Francisco José. O príncipe Lobkowicz



Fig. 2 – Casamento de Zita de Bragança Bourbon-Parma com Carlos de Áustria, Carl Pietzner, balcão do castelo de Schwarzau, 21 de outubro de 1911 (Arquivo Casa da Áustria, Viena).

aproxima-se de Carlos, faz-lhe o sinal da cruz na testa e diz-lhe: "Deus abençoe Vossa Majestade" (*Id.*, *Ibid.*, 29). Carlos torna-se imperador aos 29 anos, e Zita imperatriz aos 24.

A sua preocupação é a paz: "Eu quero fazer tudo para acabar, no mais breve tempo possível, os horrores e os sacrifícios da guerra, para conceder aos meus povos as bênçãos da paz" (*Id.*, *Ibid.*, 29), escreve no seu primeiro comunicado. É coroado rei da Hungria, a 30 de dezembro de 1916, na igreja de Matheus. Os países em guerra anelam esmagar o império e o Imperador. Maquinam a sua derrota, enquanto ele quer a paz. Não aceitando o jugo da abdicação das suas funções de imperador, só lhe resta a solução do caminho do exílio.

A Conferência dos Embaixadores (dos Aliados) decide exilar o soberano. A 31 de outubro de 1921, Carlos e Zita são levados de comboio para Baja, junto do Danúbio, onde são confiados à autoridade do comandante da frota inglesa. A 1 de novembro, embarcam no *Glowworm*, navio de guerra inglês. A ordem vem de Londres: seguir para o Funchal, aonde chegam a 19 de novembro de 1921. Bento XV comunica ao bispo para atender da melhor forma o novo hóspede e ajudá-lo em tudo o que seja necessário. As autoridades civis têm instruções precisas. O cônsul britânico sobe a bordo. O bispo envia o Cón. Homem de Gouveia a oferecer ajuda. Carlos pede apenas que lhe seja permitido ter em casa uma capela com o Santíssimo Sacramento, o que lhe é concedido. O casal imperial fica hospedado na Casa Vitória, uma dependência do Reid's Hotel. Dois dias depois, recebe a visita do bispo D. António Manuel Pereira Ribeiro, que lhe concede a devida licença para a capela privada e nomeia seu capelão o referido Cón. Homem de Gouveia, que se tornará grande amigo e devoto do Imperador.

Aos filhos, que ficam lá longe, é-lhes permitido corresponder-se com os pais. O casal imperial está sem dinheiro. Portugal concede asilo político, mas recusa-se a cuidar das questões de subsistência. Os estados que sucedem à dupla



Fig. 3 – Família imperial da Áustria no jardim da Qt. do Monte, fevereiro de 1922 (ABM, Perestrellos Photographos, cx. 122, n.º 2).



Fig. 4 – Carlos de Áustria em câmara-ardente, Qt. do Monte, 3 de abril de 1922 (ABM, Perestrellos Photographos).

monarquia, Checoslováquia, Polónia, Jugoslávia e Roménia, de nada se responsabilizam e jamais entregam um cêntimo à família real, que está mais pobre que Job. A venda de algumas joias alivia a primeira situação. Com o passar do tempo, os madeirenses começam a admirar a família real, vendo nela um modelo de verdadeiros cristãos, frequentando a missa na Catedral ou na capela da Penha de França e aceitando resignadamente os acontecimentos. Entretanto, os filhos vêm juntar-se aos pais, agravando-se a situação económica. Luís Rocha Machado empresta a Qt. do Monte, sua casa de férias junto da igreja paroquial. Fazem a mudança. A sala é adaptada a capela. Estão felizes por estarem juntos, mas ao frio e à fome, sem queixas nem revoltas contra o destino, confiados na Providência e cheios de esperança. Carlos escreve nessa data: "Estou grato a Deus, por tudo quanto me manda" (*Id.*, *Ibid.*, 55). Em janeiro de 1922, chega ao Funchal o P.e Zsamboki, capelão da casa imperial, vindo proporcionar maior confiança e esperança.

A 14 de março, depois de uma descida ao Funchal, Carlos confessa não se sentir bem. Tem uma bronquite generalizada. Os dois pulmões estão infetados. Carlos sente-se corajoso e não se lamenta. Todos oram pela sua saúde, colocando um altar no quarto, onde é celebrada a eucaristia todos os dias. O povo associa-se. A 26 de março, organiza uma procissão para pedir a cura do Imperador, que há 12 dias está retido no leito. Ele, porém, não se lamenta nem permite que o façam à sua frente. "Devo sofrer, para que o meu povo continue unido de novo" (*Id.*, *Ibid.*, 57), afirma. Zita pede à Ir. Virgínia que interceda pela saúde de Carlos. Depois de orar e fazer as suas petições, ela comunica a mensagem recebida de Jesus: "O Senhor não restituiria a saúde ao imperador. Tinham chegado à Madeira espiões da Europa com a missão de assassinar o Imperador e o filho Otão. Deus queria poupar o seu servo de uma morte ignominiosa, morreria de morte natural" (*Id.*, *Ibid.*, 58). Não obstante, Zita continua a rezar. A 1 de abril, Sábado Santo, baixa a febre para volver a subir. Carlos diz a Zita: "Tenho dificuldade em respirar". Paralisam as articulações. Os médicos dizem a Zita que é uma questão de horas. O capelão dá-lhe o sagrado viático e expõe o Santíssimo no seu quarto. Carlos pede a Zita que se sente junto dele. Ela vai estar durante quatro horas junto do seu leito, segurando a mão de Carlos

com a cabeça encostada ao seu ombro. Otão, o filho mais velho, também está presente. Carlos diz que ama a esposa e os filhos, acusando porém estar muito cansado. Carlos entra em agonia. Balbucia algumas palavras. Zita convida-o a repousar e a pensar somente agora no Salvador. Ainda dirige uma prece pedindo a sua cura, mas acrescentando "se for da Vossa vontade" (*Id.*, *Ibid.*, 60). Reza ainda pela sua família. A cabeça do exilado descai sobre o ombro de sua esposa e exclama: "Jesus, vem, vem" (*Id.*, *Ibid.*, 60). Ainda encoraja a esposa. E murmura: "Meu Jesus, quando Tu quiseres" (*Id.*, *Ibid.*, 60). Após um momento de silêncio profundo, suspira "Jesus" (*Id.*, *Ibid.*, 60) e dá o último suspiro. A Imperatriz fecha-lhe os olhos, coloca-lhe nas mãos o crucifixo oferecido por Pio X, ajoelha-se com o filho Otão, ora e soluça.

A notícia do seu falecimento rapidamente se espalha pela Madeira e Europa. Os sinos tocam a finados em Viena e Budapeste. O cardeal primaz da Hungria celebra a missa de *Requiem*. As exéquias são marcadas para o dia 5 de abril. Na Madeira, é decretado luto: as lojas fechadas e uma multidão vinda de todas as partes da Ilha sobe ao Monte a prestar homenagem ao falecido imperador e a pedir-lhe graças. Na quarta-feira, 5 de abril, pela tarde, realiza-se o funeral. Durante o percurso, encontram-se muitas pessoas que se ajoelham à passagem da urna que encerra o cadáver do Imperador, tendo os homens os chapéus na mão. Na igreja do Monte, é levantado um catafalco coberto de crepes, sobre o qual é colocado o ataúde, rodeado de seis tocheiros de prata e ornamentado com muitas flores. O bispo procede à oração do *Libera Me* e à absolvição. São cantados responsórios. A imperatriz Zita com o filho Otão e os arquiduques estão presentes. Procede-se à soldagem do caixão, que termina cerca das 20h. A Imperatriz Zita, seu filho Otão e outros membros da família imperial voltam de novo à igreja, assistindo à colocação do ataúde sob o altar da capela lateral, até que seja construído o lugar definitivo na capela de S.to António. A Imperatriz, juntamente com Otão e os filhos, despede-se da assistência com um



Fig. 5 – Funeral de Carlos de Áustria saindo da Qt. do Monte a caminho da igreja, 5 de abril de 1922 (ABM, Perestrellos Photographos).

"muito obrigado" (*Id.*, *Ibid.*, 63) em português e seguem para a Qt. do Monte.

A cidade do Funchal promove a 27 de abril, na Catedral, exéquias solenes. A Sé está repleta de fiéis. Zita e familiares estão presentes. Preside o bispo do Funchal, e o Cón. Homem de Gouveia profere a oração fúnebre. Começa a sua homilia com uma citação do Livro da Sabedoria: "A sua alma era agradável ao Senhor, e por isso Ele apressou-se a tirá-lo do meio da maldade" (Sab 4, 14). Ao saudar a Imperatriz, diz: "Permiti que invada o santuário da vossa dor… que avive chagas que, embora nunca cicatrizem, podem lenificar… Seja-me permitido fazer votos por que um dia possamos ver venerado nos altares aquele que foi um escrínio de virtudes, que vós tão de perto apreciastes" (*Id.*, *Ibid.*, 64). Falou do Imperador como chefe do Exército, diplomata e político, chefe de família e crente.

A ideia de beatificar o Imperador nasce na Madeira. Entretanto, muitos milhares de pessoas, na Áustria e no mundo inteiro, acreditam que Carlos é um santo. Em 1929, a Gebetsliga (Liga de Oração) recebe aprovação eclesiástica para serem feitas orações pela canonização do Imperador, a qual irá reunir muitos

testemunhos de católicos que afirmam ter invocado o Imperador nas suas orações.

A 11 de julho de 1949, o cardeal Innitzer, em Viena, assina a carta da introdução do exame para a causa da canonização de Carlos. A 3 de novembro desse ano, a Rádio Vaticana anuncia oficialmente a abertura do processo de beatificação e canonização. No Funchal, em 1952, o bispo, D. António Manuel Pereira Ribeiro, introduz também o mesmo processo. Em 1954, são entregues em Roma os atos do processo na Congregação dos Ritos, hoje chamada Congregação para as Causas dos Santos.

A 1 de abril de 1972, Sábado Santo, faz-se o ato de reconhecimento dos restos mortais do servo de Deus, exigência do processo de beatificação. Passados 49 anos, ou seja, a 12 de abril de 2003, a mesma congregação apresenta o decreto sobre a santidade do servo de Deus, e a 20 de dezembro do mesmo ano, na presença do santo padre, é promulgado o decreto sobre o milagre.



Fig. 6 – *Kapelle mit dem Sarkophag des Exkaisers Karl I von Oesterreich-Ungarn. Tomb of the Ex-Kaiser Karl I, in the Monte Church, Madeira*, túmulo de Carlos de Áustria na igreja do Monte, bilhete-postal de Max Römer, 1925 (coleção dos herdeiros de Joan Cunha).

A 10 de maio de 2004, é dada a notícia de que o ato de beatificação está programado para o dia 3 de outubro seguinte, conjuntamente com outros quatro servos de Deus. A 20 de julho do mesmo ano, Mons. Piero Marini, arcebispo titular de Martiano e mestre das cerimónias litúrgicas pontifícias, envia uma carta a D. Teodoro de Faria comunicando o cerimonial da beatificação do servo de Deus, Carlos da Áustria. A 3 de outubro, a partir das 10h, realiza-se a grande solenidade da beatificação, presidida por João Paulo II, na presença de alguns cardeais, muitos bispos, familiares do Imperador e ainda de muito povo, incluindo os peregrinos idos do Funchal, entre os quais se encontra o presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Alberto João Jardim, e o bispo D. Teodoro de Faria, que é quem oficialmente pede a beatificação. No Monte, o povo enche toda a igreja para presenciar a cerimónia da beatificação, transmitida pela RAI através dum ecrã gigante.

O 21 de outubro é o dia escolhido para a comemoração litúrgica do B.º Carlos, por ser o dia do seu casamento. Esse dia é imediatamente comemorado na igreja do Monte, com a celebração da eucaristia presidida pelo então bispo do Funchal, com o templo repleto de fiéis devotos. Participa também neste ato o filho mais velho do Imperador, o arquiduque Otão de Habsburgo. Por vez primeira se invoca litúrgica e publicamente o B.º Carlos de Áustria. A partir de então, todos os anos, a 21 de outubro, tem sido celebrada a eucaristia dos confessores da Fé, na igreja do Monte, junto aos seus restos mortais, intensificando a devoção ao B.º Carlos de Áustria.

Bibliog.: FARIA, Teodoro, *Beato Carlos da Áustria. Os Habsburg na Madeira*, Funchal, DRAC, 2011.

MANUEL GAMA

Carlota de Áustria

A princesa Maria Carlota (1840-1927) era a filha mais nova do Rei Leopoldo de Saxe-Coburgo (1790-1865), que a revolução de 1831 fizera eleger rei da Bélgica, e de Luísa Maria de Orleães (1812-1850), princesa de França, tendo nascido no castelo de Laeken, nos arredores de Bruxelas, a 7 de junho de 1840. Dentro da política de casamentos e alianças entre as casas reinantes europeias, chegou a colocar-se a hipótese do príncipe e futuro Rei D. Pedro V de Portugal (1837-1861), mas a opção foi para o seu casamento, a 27 de julho de 1857, com o arquiduque Ferdinando Maximiliano de Habsburgo-Lorena (1832-1867), futuro e malogrado Imperador do México, tornando-se, assim, arquiduquesa de Áustria e, depois, Imperatriz do México. O arquiduque fora nomeado vice-rei da Lombardia e de Veneza, reino dependente do Império Austríaco, por pressão ou sugestão do Rei Leopoldo da Bélgica, fixando-se o casal em Milão. A evolução da Guerra de Independência de Itália, entretanto, levou à ampliação do antigo reino da Sardenha com a Lombardia, em meados de 1859, e ao afastamento do arquiduque Maximiliano de Milão, passando para Trieste e voltando à armada austríaca, onde anteriormente prestara serviço.



Fig. 1 – Maximiliano de Habsburgo e Carlota de Saxe-Coburgo, arquiduques de Áustria, Viena, 1857 (Arquivos Imperiais).

Frustrada viagem ao Brasil

A 6 de dezembro de 1859, Maximiliano e Carlota, no vapor de guerra austríaco *Elisabeth* – em homenagem à Imperatriz Sissi, Isabel de Áustria (1837-1898) –, entravam no porto do Funchal, dando depois vários passeios pelos arredores da cidade, que o arquiduque já conhecia. Os arquiduques, desembarcando, passaram a residir na Qt. Bianchi – designada, na altura, como Qt. da Pontinha –, colocada à sua disposição pelo cônsul da Áustria, Carlo de Bianchi (1834-1910), espaço depois incorporado no complexo do Casino. Uma das primeiras deslocações foi à Qt. do Monte, onde foram recebidos por Teodósia Arabela Pollock Gordon, referida por Carlota como uma "velha inglesa muito simpática, cujo filho casou há pouco tempo com uma portuguesa, filha do visconde de Torre Bela". Nessa sequência, tinham descido para o Funchal em carro de cesto do Monte a "uma velocidade estonteante", chegando à cidade "como por encanto". Tendo ido ao Hotel Milles, deram-lhe a provar "todas as espécies de compotas da região" e frutas tropicais da Madeira, que não lhe agradaram. Carlota escreveu, inclusivamente, nada existir, na sua opinião, "de tão desagradável ao gosto e ao olfato", salvaguardando os ananases. Achava serem "detestáveis, como as bananas, ou então espalham, como as goiabas, um odor infeto, e possuem um gosto tão horrível, que tive de engolir muitas tangerinas antes de me livrar dele" (HABSBURGO e BÉLGICA, 2011, 92). Na Qt. Bianchi também já lhe tinham dado a

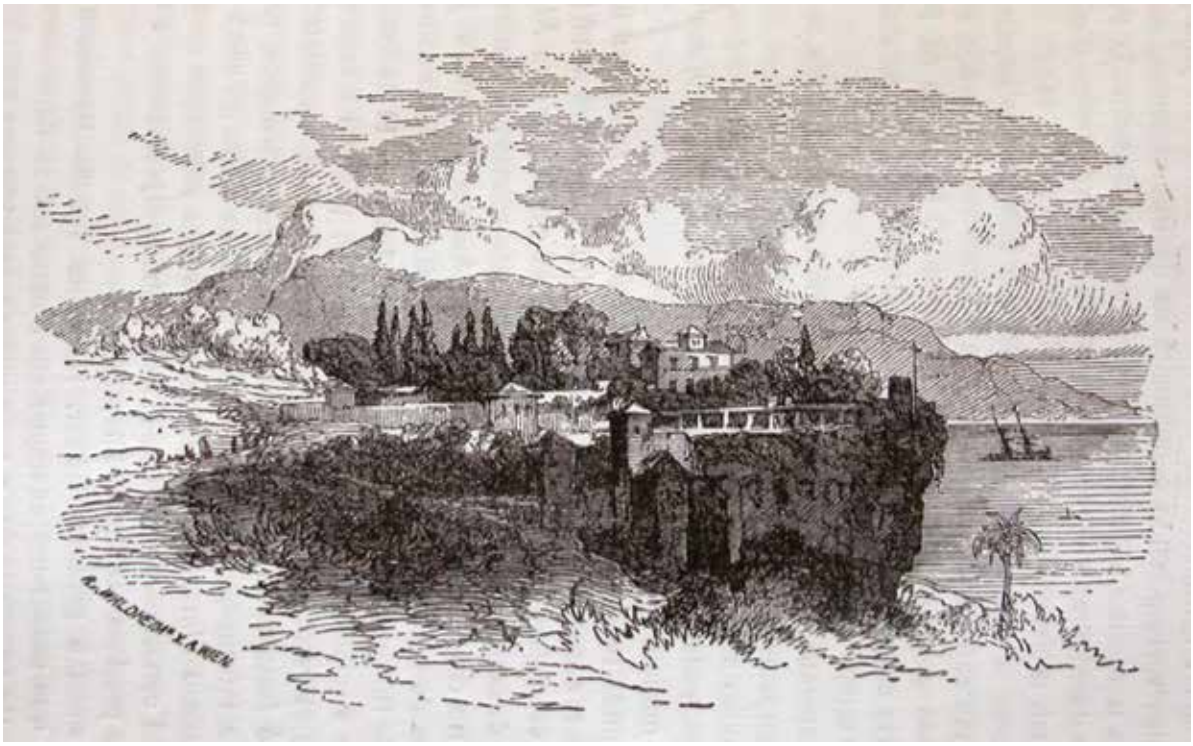


Fig. 2 – Qt. Bianchi, no Funchal, Carlota de Saxe-Coburgo, 1860 (*Un Hiver à Madère...*, 1863).

provar outro "fruto aquoso e detestável duma passiflora a que os portugueses chamam maracujá" (*Id.*, *Ibid.*, 89), mas que agradou bastante ao marido. Mais tarde, mostrou interesse em provar cana-de-açúcar, cujo sabor achou muito agradável, assim como refere então "um encantador costume da Ilha que consiste em lavar as mãos após o jantar em taças cheias de rosas vermelhas desfolhadas" (*Id.*, *Ibid.*, 96). Toda a paisagem natural da Madeira, no entanto, a encantou profundamente, considerando-a "um espetáculo tão grandioso como imponente" (*Id.*, *Ibid.*, 98), como se refere à vista do pico Grande sobre o Curral das Freiras. As descrições das quintas e dos jardins visitados são igualmente quase sempre encomiásticas.

Os arquiduques saíram do Funchal a 15 de dezembro, com destino a Cabo Verde e ao Brasil, em viagem de estudo, chegando às Canárias, ao porto de Orotava, na ilha de Tenerife, a 17 seguinte, mas não lançando âncora, dadas as condições do mar. O mau tempo alterou totalmente o plano de viagem, assim como a autonomia do *Elisabeth*, que não estava preparado para as grandes viagens atlânticas. O navio levou Carlota e a sua comitiva de volta para o Funchal, ficando a arquiduquesa na Madeira nesse inverno de 1859-1860, aguardando o regresso do marido do Brasil, que ocorreu a 5 de março de 1860. Os arquiduques saíram da Ilha a 12 desse mesmo mês, com destino ao Adriático e à costa da antiga Dalmácia, que incorporava o então Império Austro-Húngaro.

Diário de Carlota

A arquiduquesa Carlota, tal como fez Maximiliano, veio a publicar as suas impressões da viagem à Madeira, tal como as do marido, anónimas e com um sentido muito crítico para com os habitantes da Ilha. O trabalho, editado em Viena em 1863, é um diário que se inicia a 10 de novembro de 1859, quando o casal embarca num porto do Adriático no navio *Fantaisie*, escalando depois em Pola, onde passam para o vapor *Elisabeth*, e acaba a 25 de março de 1860, quando chegam ao porto de Gravosa, na cidade croata de Ragusa, que também se denomina Dubrovnik. O texto, em francês, é acompanhado por 15 litografias referentes à Madeira,

algumas das quais a cores e fora do texto. A autoria destas parece ser de um dos membros da comitiva de Carlota, que menciona algumas vezes no texto "o pintor" (HABSBURGO e BÉLGICA, 2011, 105), surgindo depois uma delas assinada pelo Rev. Waldheim X. A. Wien (NASCIMENTO, 1951, 89). O historiador italiano Cesare Cantu (1804-1895), mais tarde, ao descrever romanticamente a vida deste casal, referirá taxativamente que Carlota ilustrou este trabalho "com estampas de sua mão" (*Id.*, *Ibid.*, 101). O investigador Eberhard Axel Wilhelm alvitra que o pintor em questão seria o austríaco Joseph Selleny (1824-1875) (HABSBURGO e BÉLGICA, 2011, 105), citado em outras viagens financiadas por Maximiliano e que se encontrava no Funchal, pelo menos, em abril de 1857, a bordo da fragata *Novara*; regressara à Europa em agosto de 1859, pelo que terá acompanhado os arquiduques nesta viagem, não tendo ficado, porém, com Carlota, no Funchal. De qualquer forma, havendo um pintor na comitiva e, muito provavelmente, também um reverendo pintor – embora a arquiduquesa tivesse por certo tido lições de pintura, quase obrigatórias à época na educação de uma princesa –, na elaboração das estampas houve vários autores, tal como depois um gravador e litógrafo, que as deram à estampa.

Inverno de 1859-1860

A arquiduquesa, então com apenas 19 anos, era uma pessoa cultivada, entendendo de botânica, *e.g.*, e enumerando a maior parte das espécies encontradas pelos seus nomes científicos, embora na comitiva seguissem naturalistas, que forneceram também esses dados. A geografia, a história e a política também lhe eram familiares, inclusivamente com algum sentido crítico, como quando refere que os letreiros das lojas tinham quase sempre tradução inglesa à vista. Acrescenta então que, "se bem que tenha voltado a ficar oficialmente, em 1815, sob o domínio português, a Madeira nunca deixou de ser, de facto, uma espécie de colónia inglesa" (*Id.*, *Ibid.*, 90). A autora começa logo por se queixar da não existência de portos a partir de Lisboa e de Cádis, tecendo depois opiniões gerais sobre política e eleições, tendo consultado, inclusivamente, alguns periódicos locais, embora não os tendo podido ler completamente, dado não dominar a língua portuguesa, e emitindo opiniões que não correspondem taxativamente ao que lá se encontrava escrito. Mais tarde, também refere as "tendências miguelistas dos madeirenses" (*Id.*, *Ibid.*, 110) e que o Governo de Lisboa mandara à Ilha o visconde de Atouguia para atalhar a situação nas seguintes eleições. O visconde, no entanto, não seria eleito, e Luís Vivente de Afonseca (1803-1878), membro do Partido Reformista, conhecido por Popular, que não era propriamente miguelista, manteria o seu lugar de deputado. As fontes de informação de Carlota de Áustria não teriam, assim, sido as melhores.

Ao regressar das Canárias, onde nem conseguiu desembarcar, Carlota trouxe do *Elisabeth* – que voltou àquele arquipélago para retomar a viagem para o Brasil – tudo o que



Fig. 3 – Vilão da Madeira, Carlota de Saxe-Coburgo, 1860 (*Un Hiver à Madère...*, 1863).

entendeu necessário para uma longa estadia na Qt. Bianchi. Acrescenta, entretanto, que, "nos países quentes, quanto menos mobilados são os quartos, mais estamos à vontade". Tinha, assim, encontrado na residência "algumas boas poltronas, paredes caiadas, uma grande esteira das Índias", entendendo "tudo muito adaptado ao clima" e que o "embelezamento das quintas torna-se, na Madeira, inteiramente supérfluo" (*Id.*, *Ibid.*, 108), face à adaptação ao meio ambiente e à relação estabelecida com a exuberância dos jardins envolventes, que nunca deixa de enaltecer.

A comitiva da princesa organizou uma festa de Natal, na noite de 24 para 25 de dezembro, com uma *christbaum*, escrevendo a mesma que teria sido a primeira árvore de Natal que se ergueu na Madeira, o que não era verdade, pois há descrições anteriores (FRANÇA, 1970, 169-170) e, por certo, dada a antiga presença alemã, muitas teriam sido já montadas. No final do mês, o cônsul da Áustria organizava um baile pela passagem do ano, tendo os convites sido enviados com bastante antecedência. Escreve então a princesa que "os madeirenses, que são muito lentos, não gostam de imprevistos" (HABSBURGO e BÉLGICA, 2011, 117), daí a antecedência do envio dos convites. As críticas da princesa Carlota a este baile recaíram essencialmente sobre a obesidade das madeirenses. No intervalo das danças, o cônsul Bianchi trazia duas senhoras de cada vez para as apresentar à arquiduquesa, começando pelas suas irmãs, a primogénita das quais, Isabel Leopoldina, casada com o advogado Gregório Perestrelo da Câmara, por lapso citado como Francisco, tinha "sido a mais bonita das três, mas há algum tempo já, embora ainda conserve vestígios disso". A princesa refere-se ainda à mulher do cônsul, Ana de Velosa Castelo Branco, afirmando que, apesar de ser da sua idade, "porém, ultrapassa-me em volume", o mesmo se passando com a irmã, "duas vezes mais gorda do que ela". Ao aproximar-se a meia-noite, o cônsul serviu vinho velho da Madeira, para ser bebido "pelo ano novo e pelos ausentes", o que constitui uma das poucas, vagas e prováveis referências da arquiduquesa ao marido, a quem quase nunca alude, tal como também acontece com ele. A descrição encerra com a informação de que foi no meio de uma quadrilha, dançada com o comandante militar, o Cor. José Herculano Ferreira Horta, "que se abriu para mim o 1.º de janeiro de 1860" (*Id.*, *Ibid.*, 118).

Um dos destaques deste quase diário, para além dos inúmeros passeios, vai para a festa organizada no palácio de S. Pedro pelo 2.º conde do Carvalhal (1831-1888). A arquiduquesa achou que fora "um belíssimo baile, que teria feito as honras a um salão de Londres ou de Paris. Nunca se suspeitaria de que, no meio de uma pequena ilha do oceano, privada de comunicação com o mundo civilizado, se pudesse ostentar tanta elegância e tão bom gosto" (*Id.*, *Ibid.*, 127). Acrescenta ainda que a "festa foi muito animada e não faltaram os lindos trajes de gala, que faziam lembrar os de Milão". Ao soar da meia-noite, abriu-se de repente, como por encanto, uma sala até aí fechada, surgindo um toldo branco e vermelho decorado aos quatro cantos com bandeiras austríacas, belgas e portuguesas. Sob esse toldo aguardava-os uma ceia sumptuosa, servida em pratos armoriados, de porcelana inglesa, alguns dos quais sobreviveram: "A sala, que se prestava a este esplêndido uso, era um teatro, utilizado normalmente quando das representações de sociedade às quais a aristocracia portuguesa se entrega com paixão". No entanto, não deixa de voltar a referir que, "entre as frutas que guarneciam o bufete, encontravam-se ananases da Ilha, que são muito coriáceos e não se comparam, na minha opinião, com os que amadurecem nas estufas da Europa" (*Id.*, *Ibid.*, 128).

A arquiduquesa foi também a uma récita no Teatro Esperança, a 11 de fevereiro, espantando-se com o facto de haver um teatro público no Funchal, embora colocasse algumas reservas. Era, "de muita boa-fé, uma miniatura bem proporcionada, deveras bonita no seu género. Não tem nenhum camarote, mas à volta da sala encontravam-se duas filas de senhoras muito bem arranjadas", não resistindo, porém, a acrescentar: "algumas de

pronunciada nutrição" (*Id.*, *Ibid.*, 129). Também não deixa de referir que o público se fartou de rir com uma série de gracejos vulgares, como se se tratasse de qualquer coisa superior.

A 21 de fevereiro, ainda refere o célebre jantar de gala dado pelo conde de Farrobo (1801--1869) e pela mulher, em S. Lourenço, destinado a comemorar a sua elevação ao cargo de governador civil do Funchal. O jantar tinha sido especialmente preparado, tendo-lhe os condes de Farrobo apresentado as principais individualidades insulares e reservando-lhe, na mesa, um lugar entre o bispo do Funchal, D. Patrício Xavier de Moura (c. 1800-1872), e o conde governador civil. A arquiduquesa mostrou-se maravilhada, escrevendo que "o jantar foi magnífico. Tudo quanto se encontrava sobre a mesa, candelabros, requintados suportes guarnecidos de confeitaria, etc., estava coberto por uma profusão de flores, ocultando graciosamente a riqueza metálica dos objetos, complementados por pães de açúcar com diversas bandeirinhas" (*Id.*, *Ibid.*, 132). Descreve ainda que na sala se viam "três retratos de corpo inteiro" de D. João VI (1767--1826), da mãe, D. Maria I (1734-1816), "que morreu louca", e do avô, D. José (1714-1777), "em cujo tempo reinou Pombal" (1699-1782) (*Id.*, *Ibid.*, 132). Os retratos em questão, salvo o de D. João VI, que permaneceu em S. Lourenço, deveriam ser propriedade dos Farrobo, regressando com os mesmos a Lisboa. A última opinião da arquiduquesa, embora abusiva, reflete algum conhecimento da situação política portuguesa, e a informação sobre D. Maria I também, embora desconhecesse a autora que o mesmo lhe iria acontecer a si, e dentro de poucos anos.

Após o jantar, descreve Carlota que cantou "uma pessoa jovem" – que Cabral do Nascimento (1897-1978) e Duarte Mendonça, que publicou e anotou a mais recente tradução deste texto, identificam como a cantora Júlia de França Neto (1825-1903) – e que o governador, "que



Fig. 4 – Sé do Funchal, Carlota de Saxe-Coburgo, 1860 (*Un Hiver à Madère...*, 1863).

pertence a uma família muito musical" (*Id.*, *Ibid.*, 129), a acompanhou ao piano. Parece pouco provável que se tratasse da cantora Júlia de França Neto, que teve aulas de canto em Génova e atuou em vários salões aristocráticos franceses, regressando à Madeira em 1854. Embora a cantora tenha dado depois vários recitais para fins de caridade, inclusivamente em S. Lourenço, tinha então já 35 anos, pelo que, tendo a atenta Carlota 19, crítica como se mostrou com quase todas as mulheres na Madeira, dificilmente poderia tê-la descrito como uma jovem.

O arquiduque Maximiliano entrou no porto do Funchal a 5 de março, mas, como vinha do Brasil e na Baía grassava uma epidemia de febre-amarela, o navio teve de aguardar cinco dias de quarentena e só então os passageiros puderam desembarcar, tendo o arquiduque recebido uma salva de 21 tiros. Carlota já fizera parte das suas despedidas, e, juntos, os arquiduques ainda assistiram, das janelas do escritório do cônsul, a uma procissão. Descreve a autora que tomaram parte na solenidade as autoridades locais, como de costume, entre as quais o administrador do concelho, que, embora tivesse como nome de batismo Tarquínio Torcato da Câmara Lomelino (1818-1888), a folha local *O Direito* apelidava sempre de "o paxá de três caudas" (*Id.*, *Ibid.*, 113-114, 142). Descreve a arquiduquesa que, na manhã desse dia 11 de março de 1860, ela e o marido ainda participariam, na capela montada na Qt. Bianchi, no batizado do filho do cônsul Carlos Bianchi, de que foram padrinhos; o rapaz nascera a 15 de abril do ano anterior e receberia então o nome de Ferdinando Maximiliano Bianchi (1859-1930).

Os arquiduques saíram, no dia 12, da Qt. Bianchi, mas antes de embarcarem ainda assistiram a um concerto de caridade no palácio do governador, na mesma sala onde fora oferecido o banquete, concerto em que participou Júlia de França Neto ("Notícias locais", *A Ordem*, 10 mar. 1860, 3), embora Carlota não a mencione, até por só terem assistido a metade dele. Acrescenta ainda a arquiduquesa que o vapor estava ornamentado a preceito para os receber e se viam na coberta móveis de verga da Madeira, "leves e cómodos" (HABSBURGO e BÉLGICA, 2011, 142), que o marido havia adquirido a 9 de dezembro do ano anterior, quando pensavam que iriam ambos para o Brasil. Nas suas memórias, Maximiliano de Habsburgo refere ter-se deslocado no seu "trenó de quatro lugares à cidade para fazer várias compras: os famosos embutidos, os pontiagudos barretes madeirenses com para-raios e cadeiras de braços feitas de vime para as nossas varandas" (*Id.*, *Ibid.*, 63), numa provável alusão ao palácio de Miramar, em Trieste, onde residiam.

Aventura mexicana

Em abril de 1864, os então Imperadores do México voltavam a passar na Madeira. A 10 de abril de 1864, o príncipe Maximiliano de Áustria aceitara, por indicação ou pressão de Napoleão III (1808-1873), o referido cargo de imperador, sendo logo aclamado como tal e passando, a 28 desse mês, pelo porto do Funchal, na companhia da Imperatriz Carlota, a caminho do México, onde voltariam a ser aclamados. Deslocaram-se a bordo da fragata austríaca *Novara*, acompanhada pela fragata francesa *Thémis*, tendo-lhes sido prestadas as devidas honras. Os Imperadores convidaram depois para jantar a bordo o governador civil, jurisconsulto Jacinto António Perdigão, o bispo da Diocese, D. Patrício Xavier de Moura, o 2.º conde de Carvalhal, o cônsul Carlos de Bianchi, António da Luz Pita (1802-1870), que a Imperatriz nas suas memórias refere como "o médico de maior renome na Madeira" (*Id.*, *Ibid.*, 119), e outras personalidades. O *Elucidário Madeirense* refere também a presença do conde de Farrobo, que tinha saído da Madeira, em outubro 1861, para assistir ao casamento de D. Pedro V e entregara o governo ao seu secretário, 3.º visconde do Andaluz (1833-c. 1900), e que, sabendo da passagem dos Imperadores do México pela Madeira, ali se deslocou para os cumprimentar.

O casamento dos Imperadores do México não terá sido perfeito, não havendo descendência. Acresce que Carlota gozou de muito

pouco apoio na corte de Viena e sofreu uma franca e agressiva oposição da Imperatriz Isabel de Áustria, a romântica Sissi, que a teria acusado nas páginas do seu diário, inclusivamente, de ambiciosa e de ser, em parte, responsável por Maximiliano se ter metido "no vespeiro mexicano" (HABSBURGO, 2008, 91-92). É muito provável que assim tivesse sido, tendo a Imperatriz Carlota participado na organização do governo do marido e sendo de sua mão várias das minutas do Gabinete imperial, como as versões da proposta Carta Constitucional, etc. Com o progressivo isolamento de Maximiliano do México, e quando Napoleão III retirou as suas tropas do país, em 1867, o regime ficou numa situação insustentável. Temendo o pior, a Imperatriz Carlota, que já escrevera a Eugénia de Montijo (1826-1920), mulher de Napoleão III, parte para a Europa com o intuito de angariar apoio para o Império mexicano junto da França, da Áustria e da Santa Sé. A França e a Áustria, no entanto, não estavam já em condições políticas para os ajudar, e foi numa audiência com o Papa Pio XI (1792-1878) que a Imperatriz subitamente começou a ter diversos colapsos nervosos. A situação piorou decisivamente ao tomar notícia do fuzilamento do marido no México, tendo sido necessário internã-la. Carlota passou então 60 anos confinada no castelo de Bouchout, em Meise, Bélgica, onde faleceu, a 18 de janeiro de 1927, com 86 anos. Encontra-se sepultada na igreja de N.ª Sr.ª de Laeken, perto de Bruxelas, onde se encontram os pais.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Registos Paroquiais, Sé, Batismos, liv. 1262, fls. 8v.-9v.; **impressa:** CANTU, Cesar, *Os Últimos 30 Anos (1848 a 1878)*, Lisboa, Francisco Arthur da Silva, 1880; CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. VIII, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 2008; FRANÇA, Isabella de, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal. 1853-1854*, Funchal, JGDAF, 1970; HABSBURGO, Catalina, *Sissi. A Atormentada Vida da Imperatriz Isabel*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008; *Un Hiver à Madère. 1859-1860*, Vienne, Impremerie I. R. de la Cour et de l'Etat, 1863; MAXIMILIANO DE HABSBURGO, e CARLOTA DA BÉLGICA, *Memórias da Minha Vida e Um Inverno na Madeira*, Lisboa, Sopa das Letras, 2011; MELLO, Luís de Sousa, "Virtuosi e dilettanti", *Islenha*, n.º 9, jul.-dez. 1991, pp. 76-80; NASCIMENTO, João Cabral do Nascimento, "A arquiduquesa Carlota e as suas impressões de viagem", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IX, 1951, pp. 98-101; "Notícias. Concerto", *O Funchalense*, 11 mar. 1860, p. 2; "Notícias locais", *A Ordem*, Funchal, 10 mar. 1860, p. 3; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, DRAC, 1998; VAZ, Fernando Meneses, *Famílias da Madeira e Porto Santo*, vol. I, Funchal, JGDAF, 1964.

RUI CARITA

Carmelitas

A Ordem dos Carmelitas, de seu nome completo Ordem dos Irmãos da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo, nasceu a partir da vivência de uns monges que se fixaram no monte Carmelo, na Palestina, em fins do séc. XII, no término da Terceira Cruzada (provavelmente em 1192). Esse conjunto de indivíduos, entre os quais figuravam alguns provavelmente leigos, acrescidos de diversos cavaleiros de ordens militares, acabou por se conseguir constituir como comunidade orante entre 1206 e 1214, mediante a obtenção de uma *formula vitæ* que lhe foi atribuída pelo então bispo de Jerusalém e futuro santo, Alberto Avogadro, e com essa forma de organização permaneceu no seu local de origem, até que, por volta de 1240, a pressão



Fig. 1 – Brasão de armas dos Carmelitas, azulejos de oficina de Lisboa, c. 1740 (capela-mor da igreja do Carmo do Funchal, 2017).

crescente do Islão a obrigou a demandar a Europa.

Instalados nos seus novos territórios, os monges foram então sujeitos a algumas modificações da regra, operadas pelo Papa Inocêncio IV, em 1247, e, a partir desse momento, tornam-se mendicantes, tendo igualmente sido dotados de hábito, constituído por manto branco e escapulário.

A Ordem difunde-se, depois, para cidades universitárias da Europa – Oxford, Cambridge, Paris e Bolonha – e, em 1254, chega a Portugal, fixando-se originalmente na vila de Moura, no Alentejo, ao mesmo tempo que se espalhava também para outros territórios da Hispânia, onde vem a autonomizar-se em diversas províncias, designadamente as de Aragão (1330), Catalunha (1342), Castela (1354) e Andaluzia (1510). A individualização da província portuguesa deu-se em 1423, no rescaldo das guerras do fim do séc. XIV que determinaram a manutenção da independência de Portugal em relação a Castela. Esta emancipação não é alheia ao facto de o condestável Nuno Álvares Pereira, herói das guerras com Castela, ter decidido escolher a ordem carmelita para nela ingressar, para o que fundou o Convento do Carmo, em Lisboa. É também por esta altura que começa a usar-se a expressão "Carmelo lusitano", que serviu para assumir uma formal distinção das restantes províncias peninsulares e, mais tarde, para aprofundar a diferença que se impunha em relação a um movimento liderado por S.ta Teresa de Ávila, que, em Castela, instituiria, um século depois, a variante dos Carmelitas Descalços.

A adesão feminina à espiritualidade carmelita já vinha do séc. XIII, pois, durante essa centúria, tinham-se constituído comunidades de beatas localizadas junto dos conventos masculinos, de quem recebiam ajuda, ainda que não estivessem dotadas de regra própria.



Fig. 2 – "Lay sisters of the Order of the Lady of Mount Carmel" (*A History of Madeira*, 1821).

A obtenção de estatuto autónomo só se concretizará com a bula *Cum Nulla*, de Nicolau V, atribuída em 1452, pela qual se institui formalmente o ramo feminino dos Carmelitas, bem como um outro instituto da Ordem, que ficou conhecido pela designação de Ordem Terceira do Carmelo.

Será num dos conventos da nova congregação, o da Encarnação de Ávila, que entrará, em 1535, Teresa Sánchez de Cepeda y Ahumada, depois conhecida como S.ta Teresa de Jesus ou S.ta Teresa de Ávila, mas o relaxamento em que encontrou o mosteiro, contaminado por grande abertura ao exterior e hábitos mundanos, desagradou-lhe, a ponto de fundar ela mesma uma comunidade reformada, dotada de uma regra bem mais restritiva que impunha a clausura estrita, o silêncio quase permanente, a pobreza, materializada, *e.g.*, na troca do calçado por sandálias – daí a designação de Descalças –, e a abstinência total do consumo de carne.

Numa viagem que realizou, Teresa de Ávila teve oportunidade de se encontrar com dois religiosos italianos cujo perfil lhe pareceu o adequado para iniciar o ramo masculino das Descalças, e assim se constituiu a vertente masculina da Ordem.

A nova Ordem, depois de ultrapassados alguns constrangimentos iniciais, lançou-se num movimento de replicação de conventos, primeiro em Castela e depois em Portugal, onde os Carmelitas Descalços se instalam em 1581 e a partir de onde se irão propagar, primeiro pelo continente do reino e depois pelo Império. Assim, ao logo do séc. XVII, os Carmelitas Descalços estendem-se, sobretudo, ao Brasil, mas também aos arquipélagos atlânticos dos Açores e da Madeira. Neste último território, pretenderam os frades fundar uma comunidade que, em 1662, se instalou na igreja de N.ª Sr.ª da Encarnação. Como, também por esta altura, o Cón. madeirense Henrique Calaça envidava esforços para erguer um convento de freiras, em cumprimento de uma promessa feita em nome da libertação de Portugal do domínio espanhol, pensou-se inicialmente que esse convento poderia ficar sob



Fig. 3 – Túmulo dos Gonçalves Brandão, oficina de Luís Nunes Tinoco, 1686, recolhimento do Carmo do Funchal (arquivo particular, 2017).

tutela das Carmelitas, mas o seu rigoroso regime alimentar exigia muito peixe, o que, por estranho que pareça, a Ilha não se encontrava capaz de assegurar, pelo que se acabou por abandonar a ideia, substituindo-se a congregação pela das Clarissas.

A presença carmelita no Funchal, porém, manteve-se com o ramo masculino da congregação, que, sob a direção do P.e Luís do Rosário Vila Nova, mandou edificar um pequeno hospício numa rua da cidade, até então chamada das Laranjeiras, mas que, graças à presença dos frades, se passou a designar rua do



Fig. 4 – Fachada da igreja do Carmo do Funchal, reforma de c. 1790 e seguintes (arquivo particular, 2018).

Carmo. Esta comunidade primitiva era composta por um número reduzido de irmãos, normalmente apenas um residente e alguns outros de passagem.

Graças à generosidade de alguns membros da nobreza insular – o Cap. Roque Aciaioli de Vasconcelos ofereceu o terreno, e a família Brandão contribuiu largamente para a construção –, começou, em 1656, a erguer-se o templo de N.ª Sr.ª do Carmo, com o recolhimento anexo. Alguns elementos destes Brandões, designadamente D. Maria Brandão, que foi casada com António Carvalhal Esmeraldo, outro representante da mais alta nobreza insular, e D. Isabel Brandão, irmã da primeira, legaram a sua notável fortuna à igreja do Carmo, o que muito contribuiu para a consolidação da presença da Ordem na Madeira.

As obras da igreja estavam concluídas em 1660, e as do recolhimento, que compreendia quatro celas, refeitório e cozinha, estariam também terminadas por volta de 1682, data do testamento de Manuel Maria Brandão, outro dos grandes benfeitores da Ordem.

A presença dos religiosos professos sofrerá, contudo, um rude golpe quando, em 1730, o síndico dos Franciscanos madeirenses apresenta em tribunal uma petição para que os Carmelitas mandassem destruir uma torre de pedra que tinham começado a erguer no seu anexo. A argumentação dos frades seráficos assentava no facto de reclamarem para si o exclusivo da mendicância na Madeira, afirmando serem "os primeiros fundadores e habitantes" e estarem "na posse pacífica de seus conventos, esmolas e emolumentos de que como mendicantes lhes é lícito viver", razões pelas quais não deveria ser autorizado "por direito canónico introduzir-se na terra fundações de qualquer outra religião" (DGARQ, Cabido da Sé do Funchal, mç. 12, doc. 36, fl. 2).

A disputa, assente em claros pressupostos económicos, não esmoreceu mesmo quando os Carmelitas declararam não precisar de esmolas para sobreviver, uma vez que as missas e os legados pios instituídos na sua igreja seriam suficientes para lhes assegurar a subsistência.

Insensíveis a qualquer argumento, os Franciscanos persistiram no pleito até obterem do bispo a concordância com a sua posição, ainda que o prelado tenha decidido a seu favor apenas pelo facto de os Carmelitas não terem tido o cuidado de lhe pedir licença para a edificação do convento.

Apesar de falhada a tentativa de assegurar de forma mais permanente a sua presença na Ilha, a comunidade carmelita nunca deixou de ter seguidores na Madeira, onde o culto a Nossa Senhora do Carmo enraizou profundamente.

Em 1933, o bispo D. Manuel Pereira Ribeiro retomou os contactos com a Ordem do Carmo, no sentido de solicitar a fundação de um convento, o que foi finalmente aceite, assinando-se o contrato a 7 de janeiro de 1946. No mesmo ano, a 4 de novembro, chegavam ao Funchal os primeiros membros da

comunidade: Fr. Constâncio do Menino Jesus, Fr. Benigno do Menino Jesus e Fr. Aniceto do Divino Redentor.

Outro exemplo da longa sobrevivência desta devoção a Nossa Senhora do Carmo no povo madeirense está patente no facto de duas das paróquias criadas em 1960 pelo bispo D. David de Sousa a terem escolhido para padroeira. Uma dessas paróquias, situada em Câmara de Lobos, intitulou-se mesmo do Carmo, por se erguer em terrenos que outrora tinham pertencido a Domingos Rodrigues, que aí, em 1658, construíra uma capela vincular com a invocação da Senhora do Carmo, tendo a designação passado a aplicar-se também ao local. A outra, na Camacha, apesar de se designar do Rochão, tem Nossa Senhora do Carmo como orago.

Nos começos do séc. XXI, a Ordem do Carmo na Madeira mantinha-se ativa na igreja mãe, onde se prodigalizava à população missas, confissões e acompanhamento espiritual. Fora deste espaço, os Carmelitas asseguram ainda a capelania do Colégio de S.ta Teresinha e acompanham seis comunidades do Carmo secular, localizadas sobretudo em Câmara de Lobos, onde se radicam as de Nossa Senhora do Carmo, na paróquia do Carmo, a de São Sebastião, no centro da cidade, a de Nossa Senhora da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos, a de Nossa Senhora do Bom Sucesso, no Garachico, e a de Santa Cecília, em São Bernardino. Fora deste espaço concelhio, referência ainda para a comunidade de Nossa Senhora dos Remédios, na Quinta Grande, localidade que já integra a circunscrição da Ribeira Brava.

Bibliog.: manuscrita: ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç. 12, doc. 36; **impressa:** CARITA, Rui, *História da Madeira*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1992; GAMA, Manuel, "A partir de meados do século XIII. Carmelitas em Portugal", *Jornal da Madeira*, sup. *Pedras Vivas*, 18 jul. 2010; GOMES, Jesué Pinharanda, "Carmelitas Calçados", in FRANCO, José Eduardo *et al.* (orgs.), *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 77-105; *Id.*, "Carmelitas Terceiros Observantes", in FRANCO, José Eduardo *et al.* (orgs.), *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 100-105; *Id.*, "O Carmelo Lusitano", in FRANCO, José Eduardo, e ABREU, Luís Machado (coords.), *Para a História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo*, Lisboa, Paulinas, 2014, pp. 297-303; *A History of Madeira*, London, R. Ackermann, 1821; **digital:** *Carmelitas Descalços/Padres Carmelitas Descalços Funchal*: http://funchal.carmelitas.pt (acedido a 1 jun. 2018).

CRISTINA TRINDADE

Carnaval

As festas, genericamente consideradas, são momentos de rutura com o quotidiano, de celebração de um qualquer evento, de convívio e de alguns excessos, e atravessam os tempos e espaços da história da humanidade pelo menos desde o advento das sociedades agrícolas. São, também, no dizer de Bakhtin, "uma forma primordial, marcante, da civilização humana" (BAKHTIN, 1987, 7), mas, apesar do muito em comum que têm, nem todas se celebram do mesmo modo, nem perseguem os mesmos fins.

Assim, há que distinguir entre as festas oficiais, em que os intervenientes se apresentam "com as insígnias dos seus títulos, graus e funções" (*Id.*, *Ibid.*, 8), ocupando o lugar que esses atributos justificam, e outras em que se verifica a existência de um momento de liberdade que permite a abolição temporária de todas as relações hierárquicas, como acontece com o Carnaval.

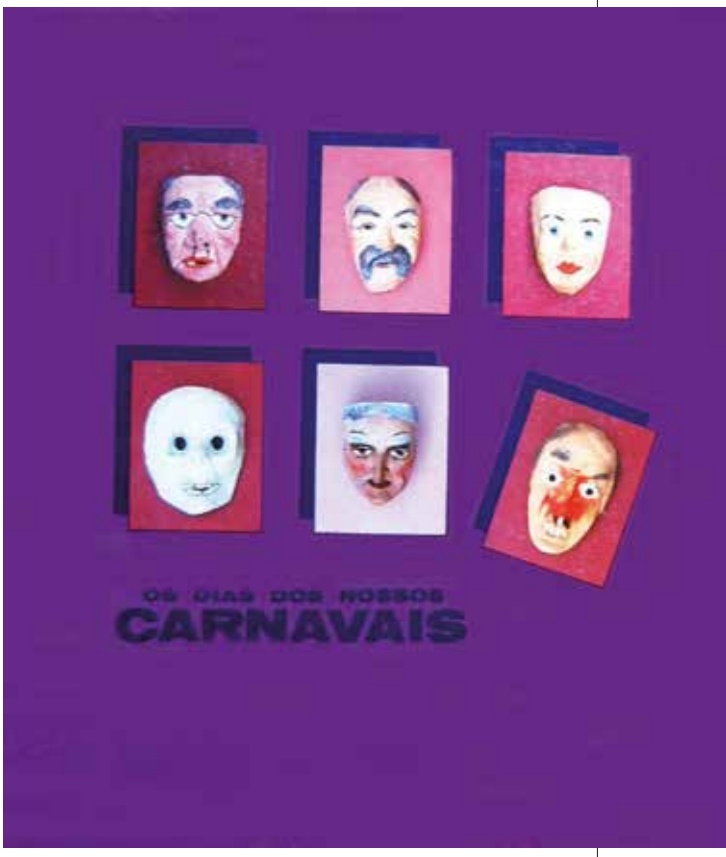


Fig. 1 – *Os Dias dos Nossos Carnavais* (1991), da Direção Regional dos Assuntos Culturais.

O Carnaval ocupa, com efeito, um lugar particular no conjunto das festividades que, ao longo dos tempos e em vários momentos do ano, unem as comunidades humanas, na medida em que se reveste de características únicas e particulares que autorizam que seja considerado a "mais importante das festas" por vários autores que o estudaram (SOIHET, 1999, 2). Entre as mais notáveis dessas características diferenciadoras, encontra-se a da possibilidade de mostrar o mundo ao contrário, permitindo toda a sorte de representações invertidas: os homens apresentam-se como mulheres e vice-versa, os pobres como ricos, as altas figuras da sociedade podem ser livremente criticadas, as máscaras protegem as identidades e quase tudo é permitido.

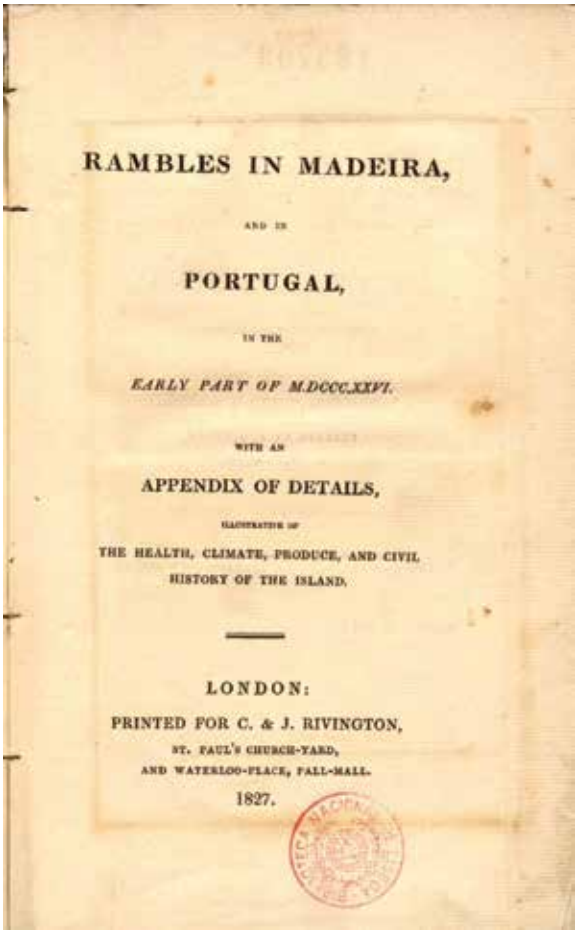
As suas origens, sempre remotas, não reúnem, porém, o consenso dos estudiosos, que divergem na análise dos seus primeiros contextos. Segundo uns, a celebração do Carnaval (ainda que não com esta designação) deve procurar-se na Antiguidade pagã, sendo detetável no Egito, em que a mitologia a liga aos deuses Ísis e Osíris, em cuja homenagem as pessoas se reuniam para celebrar a fertilidade da terra. Dela constava, também, a figura de um rei sobrenatural que "permitia a realização de sonhos proibidos e ligava a festa ao sentido da vida e da sua transcendência", sendo que a sua morte assinalava a necessária purificação dos espíritos depois de um período de excessos (CAMARGO e BARBOSA, 2012, 8-9). Na Grécia e em Roma, também se encontram possíveis antepassados do Carnaval, materializados, para o primeiro caso, nas homenagens a Zeus, Dionísio e outros deuses, e, para o segundo, nas celebrações em honra de Baco (as Bacanais), Fauno (Lupercais) ou Saturno (Saturnais). Este conjunto de festividades partilhava a referência à alegria, à comida, à bebida, ao sexo e à subversão do estabelecido (Baco e Dionísio), o conflito entre o caos e a ordem (Fauno e Pã), e ainda o enaltecimento da agricultura e da fertilidade (Saturno e Ceres).

Outros autores, bem representados pelo espanhol Júlio Caro Baroja, vinculam o Carnaval ao cristianismo, explicando-o como um momento em que se permitem abusos e liberalidades como forma de preparar o período de contenção, sacrifício e jejum que se lhe segue – a Quaresma. Em apoio da sua tese, Baroja invoca a etimologia do termo, aproximando-o de "carnal", aplicado "à época do ano durante a qual se come carne, em oposição à quaresma", e de "antruejo" (correspondente ao português "entrudo"), termo derivado do latim *introitus* – usado no sentido de aquilo que introduz e precede o dito tempo quaresmal (BAROJA, 1979, 39). Esta ligação do Carnaval ao cristianismo não obsta a que nele se integre um conjunto de elementos pagãos que a Igreja incorpora justamente para controlar, autorizando os excessos para melhor poder exigir um subsequente comportamento mais virtuoso e exemplar.

A oficialização desta ligação foi permitida por S. Gregório Magno, que, em 590, autorizou a realização de cortejos e espetáculos cómicos; a partir daí, o Carnaval singrou nas comunidades cristãs, como se atesta, *e.g.*, pela permissão que cerca de 1000 anos mais tarde o Papa Paulo II outorgou à realização de bailes de máscaras, corridas de cavalos, carros alegóricos e lançamento de ovos, água e farinha, tudo em frente ao seu palácio, no que deveria ser um espetáculo que pouco se afasta dos festejos de Carnaval bem mais recentes.

No que toca à presença do Carnaval em Portugal, Guardado da Silva afirma-a logo no séc. XIII, quando, no reinado de D. Afonso III, o uso da palavra "entrudo" se aplicava ao período de três dias que antecede a Quaresma, enquanto o termo "Carnaval" surgiria apenas no séc. XVI para identificar as festas que começavam no Dia de Reis e terminavam na Quarta-Feira de Cinzas.

Para a Madeira, porém, as referências a estas festividades são escassas, afirmando José de Sainz-Trueva que alusões específicas "aos primitivos Entrudos ilhéus não as encontrámos", ainda que sejam detetáveis "quadros de feição burlesca e teatral" nas procissões de Corpus Christi (SAINT-TRUEVA, 1991, 19), em cuja retaguarda pontificava o Imperador e Rei, levado pelos carniceiros, e a serpe, da



RAMBLES IN MADEIRA,

AND IN

PORTUGAL,

IN THE

EARLY PART OF M.DCCC.XXVI.

WITH AN

APPENDIX OF DETAILS,

ILLUSTRATIVE OF

THE HEALTH, CLIMATE, PRODUCE, AND CIVIL HISTORY OF THE ISLAND.

LONDON:

PRINTED FOR C. & J. RIVINGTON,

ST. PAUL'S CHURCH-YARD,

AND WATERLOO-PLACE, PALL-MALL.

1827.

Fig. 2 – *Rambles in Madeira, and in Portugal in the Early Part of MDCCCXXVI* (1827).

responsabilidade de tosadores e alfaiates, conforme previsto na "Ordenança do dia de Corpo de Deus" de 1483, documento que regulamentava o cortejo (*Revista do Arquivo…*, XV, 1972, 120-121).

Para encontrarmos dados com alguma base documental, é preciso esperar pelo séc. XIX, altura em que começam a aparecer, sobretudo em autores estrangeiros, alusões a festejos carnavalescos insulares. Nas suas *Rambles in Madeira, and in Portugal*, obra datada de 1827, sem autor identificado, mas que se costuma atribuir a Alfred Lyall, este descreve em termos pouco entusiasmados os festejos a que assistiu na R. da Carreira, que implicaram o atirar de água e farinha das janelas sobre os transeuntes, o que lhe valeu ser "encharcado e empoeirado por algumas senhoras". Já quanto ao baile de máscaras promovido pelo cônsul inglês, tem opinião mais favorável, adiantando que um grupo de madeirenses tinha dado um importante contributo ao evento promovendo "uma espécie de baile de fantasia realizado com muita graça e vivacidade", enquanto outro grupo ridicularizara com sucesso um batizado no campo (SILVA, 2008, 107-108).

Após esta alusão ao muito típico Carnaval da R. da Carreira, que pela primeira vez se confirma documentalmente, nova constatação da existência das comemorações carnavalescas surge em 1837, em texto endereçado ao comissário da paróquia de Santa Maria Maior. O objetivo era o de garantir a segurança de um baile de mascarados a realizar em casa do vice-cônsul do Brasil, na R. de Santa Maria. O comissário devia, então, tomar as providências necessárias para garantir que "as máscaras, no seu trânsito, não sejam insultadas, nem mesmo incomodadas com água", uma vez que "os divertimentos desta natureza, dos quais podem resultar desordens, devem impreterivelmente terminar as Avé-Marias". Mais se indicava que, para que se pudesse assegurar aos "cidadãos que se vão entreter neste honesto passatempo a tranquilidade a que todos temos direito", estava o comissário autorizado a solicitar alguns soldados, ou até oficiais de diligências da administração (ABM, Administração do Concelho do Funchal, Registo..., l. 328, fls. 6-6v.). Esta atitude revela bem a forma pacífica e cordial com que, nesta altura, se acolhiam as festas de Carnaval, mas, no ano imediato, a publicação de um edital já impunha limites mais estreitos para os festejos. Regulamentava, então, esse edital as celebrações a ocorrer entre a primeira oitava da Páscoa e a última do Espírito Santo, solicitadas por um grupo de cidadãos que pretendia que houvesse "mascaradas" naquelas datas, e, para as autorizar impunha-se uma série de condições. Assim, exigia-se que os mascarados se fizessem acompanhar de um "bilhete de Polícia" de apresentação obrigatória ao sargento da Polícia, ao regedor da paróquia ou ao oficial de diligências, no caso de estes o pedirem. Esse bilhete, intransmissível, requeria um abonador, que podia ser o próprio, se tivesse 100.000 reis de renda; se não, a abonação teria de ser feita



Fig. 3 – Cortejo de Carnaval na R. Serpa Pinto, Funchal, 1897 (ABM, Photographia Vicente).

por alguém com aquele rendimento. A ninguém se permitia andar mascarado depois do toque das Trindades sem autorização policial, e também não seriam toleradas injúrias, insultos pessoais ou arremedos a qualquer pessoa. Igualmente defesas estavam as manifestações que visassem ridicularizar as instituições liberais "que felizmente nos regem" e os objetos de culto religioso; a entrada em estabelecimentos de venda de álcool era condenada, bem como o uso de qualquer tipo de arma sem licença da administração. Em caso de perturbação da ordem pública, o divertimento seria suspenso de imediato e os infratores punidos com cassação das licenças, multas e outros castigos correcionais.

Para além de tudo isto, ainda se alude a três "funções a saber – Bando – Alardo – e Encamisada", alertando-se os participantes para a obrigação de se sujeitarem ao programa anteriormente publicado (ABM, Administração do Concelho do Funchal, Registo..., l. 328, fls. 149-149v.).

Este edital revela-se um documento interessante, uma vez que mostra que a ânsia de divertimento dos madeirenses não fora aplacada pela Quaresma, o que se comprova pelo facto de o pedido da licença para as festas as remeter para o dia seguinte ao fim do período de restrição religiosa. Por outro lado, faz menção de três formas específicas de festejos que não costumam ser referidas: o Bando, o Alardo e a Encamisada. Por Bando entendia-se, na ilha Terceira, nos Açores, "figurações de chacota" (JÚNIOR, 1953, 145), e é de crer que na Madeira o significado fosse semelhante, precedendo essas figurações as Encamisadas, que por sua vez reportam a desfiles, muitas vezes a cavalo, em que os cavaleiros se cobrem com camisas ou capas. Já o Alardo, que ainda hoje surge ligado ao Carnaval brasileiro, significa uma dança dramática que mimetiza uma luta entre cristãos e mouros. De todos estes eventos se compunha, então, esta espécie de prolongamento do Carnaval que acontecia no Funchal no segundo quartel do séc. XIX.

Mais para o fim do século, o Carnaval passa a ser objeto do interesse da imprensa, que o transforma em notícia, como acontece, *e.g.*, com este apontamento publicado pelo *Diário de Notícias do Funchal*, a 24 de fevereiro de 1887, que informava que o Carnaval da última terça-feira fora "muito folgazão e animado […] muita concorrência no Teatro Esperança; muitas famílias em visitas de intimidade, muita bisnaga, muito pó, e para nada faltar, segundo nos dizem, houve por essas ruas grossa pancadaria" (SAINT-TRUEVA, 1991, 26). Celebrado no teatro, em casas de pessoas às quais se faziam os famosos "assaltos", era sobretudo na rua que o povo madeirense festejava a quadra,

numa zona que incluía o Lg. do Colégio, a R. da Carreira e a de S. Francisco. Ao longo deste circuito, mas em particular na zona da R. da Carreira, decorriam, de facto, as mais rijas celebrações do Carnaval, que incluíam o arremesso de serpentinas tanto das janelas para baixo como em sentido inverso, mas também de saquinhos com areia do Porto Santo, com grãos de milho e farinha, feijão, grão, e ainda "bisnagas com líquidos fedorentos" e ovos podres (SANTOS, 1994, 19).

O resultado deste confronto era, segundo o *Diário de Notícias* informava, em março de 1905, ficar a R. da Carreira com um "aspeto verdadeiramente desolador toda coberta dos destroços da batalha carnavalesca", o que, segundo o articulista, provava que "o carnaval nas ruas, entre nós, não é suscetível de progresso" (NÓBREGA, *Diário de Notícias*, 4 mar. 1984, 5).

Para quem não apreciasse este tipo de divertimento, o Funchal disponibilizava outros, como os que decorriam nos Teatros Maria Pia e Canavial, onde se desenrolavam saraus musicais com batalhas de flores que não incluíam pós que "mancham as toilettes" e fazem "conjuntivites". Estes eventos costumavam terminar com baile de máscaras. No átrio do "Teatro Cannavial" ainda estavam à disposição dos foliões um restaurante de primeira qualidade e um sortido de objetos para usos carnavalescos, a "preços módicos" (*Id.*, *Ibid.*).

A par desta opção, apresentava-se também um desfile de trupes a pé e a cavalo que percorria as principais ruas do Funchal, bem como outros bailes de máscaras, nos clubes Recreio Musical e Recreio Instrução, aos quais se juntava, ainda, o do Sports Club, cuja receita revertia a favor do Auxílio Maternal.

Em 1905, o administrador do concelho do Funchal procurava disciplinar as festividades proibindo o desfile de "mulheres de má nota" que noutros Carnavais tinham tido a ousadia de percorrer as ruas da cidade de carruagem e lançando sacos de farinha aos espectadores do cortejo (*Id.*, *Ibid.*, 5).

Já mais para meados do séc. XX, em 1931, a Associação dos Estudantes Pobres começa a firmar os seus créditos como organizadora dos



Fig. 4 – Trupe de Carnaval, Funchal, 1925 (ABM, Photographia Vicente).

festejos desta quadra, sendo que na sua sede tinham lugar batalhas de *confettis*, que iam a par com "as deslumbrantes festas carnavalescas que se realizam no Salão Parque das Cruzes", onde se apresentavam diversas trupes de mascarados (*Tribuna da Madeira*, 2003, 2.º caderno, 2).

O Estado Novo irá procurar disciplinar o Carnaval, cuja licenciosidade e o anonimato permitido pelas máscaras lhe desagradavam, pelo que em 1948 é publicado um edital da responsabilidade do Dr. João Abel de Freitas, governador do distrito, que visava "tomar providências sobre os folguedos". Era, assim, limitada a realização de bailes e jogos às casas de espetáculos a isso destinadas ou a casas particulares, desde que habilitadas com a devida licença. O lançamento de objetos restringia-se ao de sacos com "um terço de serradura e dois terços de confetti" e a chocolates, ou seja, a artigos que não pudessem causar danos. Era expressamente proibido o uso de máscaras que impedissem a pronta identificação dos portadores, bem como os disfarces que se assemelhassem aos trajes das forças da ordem, ou fossem atentatórios da "religião, da moral e dos bons costumes" (*Diário de Notícias*, 1948, 1).



Fig. 5 – Anúncio para o Carnaval de 1957 (*DN*, 3 mar. 1957).

Apesar destas ameaças à sua genuinidade, o Carnaval madeirense continuou a celebrar-se, ainda que os folguedos da R. da Carreira entrassem num declínio que os conduziu à extinção. Nas décs. de 50 e 60, e até, concretamente, 1974, pontificavam os Guerrilhas, um grupo musical que recebia do Brasil letras e músicas, se disfarçava, embarcava numa lancha para saltar no cais, a fingir que estava a chegar de longe, e a pé percorria o Funchal tocando não só as músicas novas como o hino que era executado frente ao palácio de S. Lourenço e da Câmara Municipal. Depois, ia para os hotéis, onde animava os turistas, e, por fim, regressava ao centro da cidade, terminando o dia com um grande concerto no Jardim Municipal. Esta trupe era, então, a única responsável pelos festejos públicos do Carnaval na Madeira, mas a Revolução de Abril, apesar de ter ditado a morte dos Guerrilhas, veio trazer uma nova dinâmica a esta época do ano.

A partir dos fins da déc. de 1970, começaram a surgir grupos organizados por particulares, que desfilavam pelas ruas disfarçados de flores, catos e palhaços, *e.g.*, muito graças ao empenho e criatividade de pessoas como Artur Ferreira, à frente de Sonho de Um Dia, e Ângela Figueira, que liderava a Caneca Furada. Representavam aqueles responsáveis duas formas distintas de abordar o Carnaval. No caso de Artur Ferreira, a originalidade era essencial, e traduzia-se também no uso dos materiais disponíveis: corda para os cabelos, vassouras para os chapéus. O caso da Caneca Furada já assinalava a tendência, que depois veio a ganhar muito espaço, de celebrar o Carnaval muito à moda do Brasil, surgindo grupos inspirados na Escola da Mangueira, do Rio de Janeiro.

Em 1980, e pela primeira vez, o Governo regional associa-se às celebrações e começa a tomar forma a ideia de transformar o Carnaval numa atração para os turistas. Segundo dizia o então diretor regional do turismo, Ribeiro de Andrade, as manifestações festivas tinham sido um verdadeiro sucesso, o que deixava antever que "esta quadra de Entrudo vai passar a ser, no futuro, um verdadeiro cartaz turístico" (GOUVEIA, 2003, 12).

Com efeito, o Carnaval madeirense começou nessa altura a ganhar uma amplitude tal que, em 1986, o *Diário de Notícias* já registava que Las Palmas adiara os festejos para que não coincidissem com os madeirenses, medida que visava não só permitir a grupos da Madeira a participação em desfiles canários, mas também rentabilizar o potencial turístico do evento (*Diário de Notícias*, 1986, 1).

Perante o acentuar da tendência para os desfiles madeirenses seguirem um figurino brasileiro, descaracterizando desse modo o mais tradicional Carnaval madeirense, em 1980 Manuela Aranha surge com uma proposta de um cortejo alternativo, mais vernáculo e mais genuíno – o Trapalhão, que desde então assinala a Terça-feira Gorda, trazendo a crítica social para as ruas, nas quais se pode, então, assistir à chamada de atenção para os problemas que no momento mais preocupações suscitam. Quanto ao outro cortejo, cada vez mais identificado com o seu congénere brasileiro, acontece no sábado anterior, à noite, e concita as atenções não só de milhares de madeirenses que, aos poucos, foram aprendendo a apreciá-lo, mas também de muitos turistas que juntam à fruição do desfile o aproveitar das temperaturas amenas de que a Madeira goza no inverno. A tendência para a "brasilização" do corso madeirense não deixou de se acentuar, a ponto de no séc. XXI, na noite de sábado, só se encontrarem trupes vestidas de plumas e lantejoulas que dançam ao ritmo do samba.

Este registo, no entanto, foi crescentemente garantindo o sucesso das comemorações carnavalescas no Funchal, e o êxito contagiou os



Fig. 6 – Desfile Trapalhão de Carnaval na Av. do Mar, Funchal, 28 de fevereiro de 2017 (arquivo particular).



Fig. 7 – Festa dos Compadres de Santana, fevereiro de 2018 (*JM*, 22 fev. 2019).

concelhos rurais, que, a pouco e pouco, foram também começando a promover os seus próprios desfiles e celebrações, ainda que mantendo um carácter mais popular, sendo justo salientar, neste contexto, a forma como em Santana se vivencia a quadra. Neste concelho do nordeste madeirense, de facto, o Carnaval assume características muito próprias, baseadas numa tradição com mais de 50 anos – a Festa dos Compadres. Inicialmente de origem popular, a Festa era organizada por pessoas dos diversos sítios do concelho que se reuniam para fazer o julgamento dos compadres, ao qual eram chamados todos os acontecimentos e personalidades marcantes do ano anterior para serem analisados num tribunal popular, com humor e sátira à mistura. Em 1985, a Câmara Municipal de Santana chamou a si a organização do evento, acrescentando ao julgamento um cortejo alegórico que faz desfilar costumes e tradições típicos do concelho e transformando o Carnaval de Santana num dos pontos altos dos festejos da quadra na Madeira.

Plenamente afirmado no séc. XXI como cartaz turístico insular, o Carnaval tornou-se, a par de outras celebrações anuais, um dos momentos altos da animação na Madeira, esgotando hotéis e gerando dividendos significativos, pelo que continua a justificar a atenção com que o Governo regional da Madeira o distingue e apoia.

Bibliog.: manuscrita: ABM, Administração do Concelho do Funchal, Registo da Correspondência Expedida, liv. 328, fls. 6-6v. e 149-149v.; **impressa:** BAKHTIN, Mikhail, *A Cultura na Idade Média e no Renascimento. O Contexto de François Rabelais*, São Paulo, Hucitec, 1987; BAROJA, Julio Caro, *Le Carnaval*, Paris, Gallimard, 1979; CAMARGO, Luís Octávio de Lima, e BARBOSA, Fátima Marita, "Ordenança do Dia de Corpo de Deus", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XV, 1972, pp. 120-121; *Id.*, "O Carnaval ancestral como contraponto do cotidiano e a sua banalização nas sociedades modernas", *Iara. Revista de Moda, Cultura e Arte*, vol. 5, n.º 2, 2012, pp. 4-33; *Diário de Notícias*, Funchal, 4 fev. 1948; 3 mar. 1957; *Diário de Notícias*, 20 jan. 1986; DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS, *Os Dias dos Nossos Carnavais*, Funchal, s.n., 1991; GOUVEIA, Natércia, "Outros carnavais", *Revista do Diário de Notícias*, 8 mar. 2003, pp. 11-14; *Jornal da Madeira*, 22 fev. 2019; LOPES, Frederico (Júnior), "As danças do entrudo", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n.º 11, 1953, pp. 143-151; NÓBREGA, Tolentino, "Das 'selvagerias' da rua da Carreira aos bailes da alta sociedade. O Carnaval dos (bons) velhos tempos", *Diário de Notícias*, 4 mar. 1984, pp. 5 e 7; *Rambles in Madeira, and in Portugal in the Early Part of MDCCCXXVI*, London, C. & J. Rivington, 1827; SAINZ-TRUEVA, José de, "Entre máscaras", in DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS, *Os Dias dos Nossos Carnavais*, Funchal, s.n., 1991; SANTOS, Rui, "Página de memórias. O Carnaval da rua da Carreira", *Jornal da Madeira*, 15 fev. 1994, p. 19; SILVA, António Marques da, *Passaram pela Madeira*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008; SILVA, Carlos Guardado, "História. As origens de uma tradição antiga", *Torres Vedras*, n.º 6, jan.-fev. 2012, pp. 24-25; SOIHET, Rachel, "Reflexões sobre o Carnaval na historiografia. Algumas abordagens", *Tempo*, vol. 4, n.º 7, jul. 1999, pp. 1-15; *Tribuna da Madeira*, 2.º caderno, 2003; **digital:** "Alardo", *Danças Folclóricas*, 28 fev. 2018: https://dancasfolcloricas.blogspot.com/2011/02/alardo.html (acedido a 1 mar. 2018); "Igreja. Do Carnaval às Cinzas, uma história ligada pela Lua", *Agência Ecclesia*, 12 fev. 2018: http://www.agencia.ecclesia.pt/portal/igreja-do-carnaval-as-cinzas-uma-historia-ligada-pela-lua-2/ (acedido a 1 mar. 2018).

CRISTINA TRINDADE

Instituições Científicas Coordenadoras

CEG – Centro de Estudos Globais e Cátedra CIPSH de Estudos Globais da Universidade Aberta

CLEPUL – FLUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

IECCPMA – Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes

Instituições Associadas

UMa – Universidade da Madeira

ADEGI – Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares

CompaRes – International Society for Iberian-Slavonic Studies

APCA – Agência de Promoção da Cultura Atlântica

IAC – Instituto Açoriano de Cultura

Projeto Aprender Madeira/Intervir +

CEG – Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

600 Anos Globalização

OLP – Observatório da Língua Portuguesa

Instituição Patrocinadora Principal

Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Autónoma da Madeira

Mecenas Associados

Pestana Hotel Group

Grupo Sousa

Jornal da Madeira

Grupo Socicorreia